

Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária

Thiago S. Reis
e Maria Ferreira
(Org.)

**Actas Completas da Jornada
Internacional de Iniciação Científica e
Extensão Universitária**

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge China
(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofia Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosoficas - Argentina)

**Thiago S. Reis
Maria Ferreira
(Org)**

**Actas Completas da Jornada
Internacional de Iniciação Científica e
Extensão Universitária**

Copyright © 2024 **Editora Cravo**

Título: Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

ISBN 978-989-9037-65-6

Conselho Editorial

Lou Calainho

Magno F. Borges

Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária
(2024 : Porto, Portugal).

Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e
Extensão Universitária [recurso eletrónico] / Thiago S. Reis, Maria Ferreira
(org.). – Porto : Editora Cravo, 2024.

E-book (pdf): 34Mb

ISBN 978-989-9037-65-6

1. Educação - Congressos. 2. Ensino Superior. 3. Investigação
Científica. 4. Extensão Universitária. 5. Encontro Científico. I. Reis, Thiago
S. II. Ferreira, Maria. III. Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica
e à Cultura. IV. Título.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.



www.editoracravo.pt
contacto@editoracravo.pt
+351 960 221 473

Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária

Organização:



Apoio:



SUMÁRIO

RESUMOS EXPANDIDOS

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E DA BAJA CALIFORNIA VISANDO OS EXAMES ESTANDARDIZADOS

Ian Puppin Lopes | Ronildo Stieg | Wagner dos Santos.....31

“CIÊNCIA É POD!”: *PODCAST* COMO UMA ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, SOCIAL E CIDADÃ

Joana Araci Schmidt | Madjiguene Rodrigues Rangel | Carina Maidana Loureiro | Laura Moreira Kunde | Cadidja Coutinho.....38

O CRIME DE SANGUE E A PRÁXIS JURÍDICA: ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA COTIDIANA NA VILA DE SÃO SALVADOR DA PARAÍBA DO SUL (1785-1841)

Claudia Cristina Azeredo | Fernanda Figueiredo de Souza Barreto Silva | Julya Batista Aguiar | Quézia Trajano de Alvarenga.....43

ACIDENTES COM ANIMAIS DE INTERESSE MÉDICO: AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DA EXTENSÃO

Gabriela Mota Tibola | Luciani Figueiredo Santin | Caroline Falabreti | Emeli Branda Ulrich | Antonio Augusto dos Santos.....48

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDAMA, BRASIL

Maria Luana Bezerra Araújo | Tássia Sabrine Távora dos Santos.....52

ANÁLISE DOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE PSICOLOGIA NA CIDADE DE PIMENTA BUENO-RO

Ricardo Alexandre Aneas Botta.....57

ANGRA DOS REIS E RIO DE JANEIRO: UM OLHAR COMPARATIVO SOBRE AS VULNERABILIDADES DAS MULHERES COM HIV/AIDS

Allan Maia de Jesus | Gabriela Amorim da Silva | Nathália Fausto Hul | Tarcísio Borges Guimarães | Ariel Gomes.....63

DISPOSITIVO PARA APOIO À ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO TRANSPORTE PÚBLICO

Bruno Antonio Bione da Silva | Artur Albuquerque Machado | Wilker Francisco da Silva | Ioná Maria Beltrão Rameh Barbosa | Aida Araújo Ferreira.....69

BANCO DE DESAFIOS DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: CONECTANDO O IFRS COM A COMUNIDADE EXTERNA

Giovana Emília Bizarro Vieira | Ana Caroline Dzulinski | Joanir Luis Kalkin | Felipe da Silva Medeiros.....75

COMPOSIÇÃO PARA O ENSINO DE PIANO EM GRUPO

Mirna Azevedo Costa | Ana Beatriz Andrade Melo.....80

A BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA COMO MOLA PROPULSORA PARA A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM AUTISMO	
Thierry Pinheiro Nobre Flaviane Lopes Siqueira Salles Monica Frigini Siqueira Izabella Vighini Garozzi José Francisco Chicon.....	84
CONSTRUÇÃO DE KIT EXPERIMENTAL PARA O ENSINO DE QUÍMICA	
Atos Santos Amorim Jonathan Pereira Viana Ana Nery Furlan Mendes Carla da Silva Meireles George Ricardo Santana Andrade.....	89
DESIGUALDADE DE GÊNERO E PODER: A JORNADA DA FEMINIZAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL	
Jenifer Katerine Peres Anschau Rafaela Sales Silva Victória Thainá Sá Barreto Santos Rosiane Maciel de Sousa Ariel Gomes.....	94
DESIGUALDADES DE GÊNERO E PODER: A JORNADA DA FEMINIZAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL	
Isadora Lanes Pinheiro Sacramento Larissa Bluma Lopes Mariana Pereira Pinto Rebeca Pimenta Martins Galvão Ariel Gomes.....	101
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ERA DIGITAL: INSTAGRAM COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA PREVENÇÃO DO HIV	
Amanda Soares Duarte Alana Ribeiro Leite Jenifer Katerine Peres Anschau Caio Jorge Soares Ferreira Ariel Gomes.....	107
EMERCAST: O ENSINO DE EMERGÊNCIA NA PALMA DA MÃO	
Sofia Boulet Carolina de Moura Marolli Kauê Bolner Amanda Modena Fraga Karin Viegas.....	111
ENDOMETRIOSE EM ANGRA DOS REIS: ESTUDO DE PERFIS E TENDÊNCIAS	
Júlia Oliveira da Silva Amanda Soares Duarte Maria Clarissa Santos da Silva Ana Michelle Alcantara Silva Ariel Gomes.....	117
GRUPO PET SABEST: AMPLIANDO O CONHECIMENTO DA ESTATÍSTICA POR MEIO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS	
Estéfany Fonseca Santos Natália Dias Souza Suzi Samá.....	123
CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DE PIGMENTOS VEGETAIS PARA INCORPORAÇÃO EM PRODUTOS DE CONSUMO HUMANO	
Marcos Miguel Quimas do Amaral Beatriz Paiva Nogueira Marccone Augusto Leal de Oliveira João Joaquim de Matos Priscila de Faria Pinto.....	130
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE AREIA, REMÍGIO E ALGODÃO DE JANDAÍRA	
Thiago Gomes da Silva Jheyson Érick Dantas da Silva Jéssica Marcelle Lemos Ribeiro Pedro Victor Moreira de Freitas Roseilton Fernandes dos Santos.....	136
FORMAÇÃO DOCENTE E LETRAMENTO CIENTÍFICO: INTERFACES DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO BRASIL	
Ana Luiza Zappe Desordi Flôres Cadidja Coutinho.....	139
GERAÇÃO SEMIAUTOMÁTICA DE BASES DE DADOS ROTULADAS GEOGRAFICAMENTE	
Guilherme Lucas Neves da Silva Bruno Rabello Monteiro.....	144

IMPACTO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NAS GESTANTES E PUÉRPERAS DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DE INTERNAÇÕES, MORBIMORTALIDADE E COMORBIDADES (2020-2022)

Rafaela Sales Silva | Kétlin Maely Krumenauer | Rafael Pizaia | Ariel Gomes.....150

INOVAÇÃO DIGITAL NA PREVENÇÃO DA SÍFILIS: O IMPACTO POSITIVO DAS REDES SOCIAIS

Pedro Henrique Medeiros Barreto | Alana Ribeiro Leite | Caio Jorge Soares | Hiago Baliza Nogueira | Ariel Gomes.....156

TERRA CRUA - UMA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE A CONSTRUÇÃO EM TAIPA NO AGRESTE ALAGOANO

Odair Barbosa de Moraes | Maria Ester Ferreira da Silva Viegas.....160

TECNOLOGIAS ATIVAS PARA PESQUISAS EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Maria Eduarda dos Santos Silva | Maria Meriane Vieira Rocha.....166

ANEMÔMETRO DE BAIXO CUSTO PARA MONITORAMENTO AGROMETEOROLÓGICO

Eduardo Luã Fernandes da Silva | Renan Aversari Câmara | Valéria Peixoto Borges | Marcos André Cardoso da Silva | Jheyson Érick Dantas da Silva.....172

AFROEMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL

Adriana Carneiro da Silva | Helen da Silva Souza | Rebeca Luz da Silva.....178

RELAÇÃO ENTRE ALTERAÇÕES CEREBRAIS ASSOCIADAS A MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA E PRESENÇA DE TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR AO LONGO DA VIDA

Caroline dos Santos Almeida | Igor Felix dos Santos | Izabela Farias de Moraes | Fernanda Pereira de Souza | Mariana Gonçalves Rebello.....185

OFICINA PARA ENSINO FUNDAMENTAL COMO FORMA DE COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Ana Paula Quadros Gomes | Beatriz Protti Christino | Ana Clara Figueiredo Gonçalves | Thais Corrêa Pereira Pinto.....192

A TRANSGRESSÃO ILIMITADA EM “OS SETE GATINHOS” (1980), DE NEVILLE D’ALMEIDA

Julia Barbara da Silva | Leonardo Gomes Esteves.....197

LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO DE AÇÕES MUNICIPAIS EM ASSESSORIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Vitoria Gouveia dos Santos Ribeiro Machado | Regina Bienenstein | Fernanda Rodrigues da Costa Frias | Marcele Gualberto Gomes | Luiza Waldmann Brasil Matias.....200

LETRAMENTO HISTÓRICO: RELEITURAS A PARTIR DO NEGRO MURO – LEI 11645 (QUINZE ANOS)

Giovanni Codeça da Silva | Fernanda Paschoal Xavier | Renato Souza Araújo | Pedro Henrique Ximenes Marinho | Giovanna Ribeiro Macrini Reis.....207

MAPEAMENTO DOS SABERES E FAZERES DAS MULHERES-ERVEIRAS NO TERRITÓRIO DA GRANDE TIJUCA – RJ

Giovanni Codeça da Silva | Silvana Batista Silva | Beatriz Feliz Ferreira | Bruna Barroso Nogueira | Júlia C C Starling.....213

COMO AS MULHERES OCUPAM ESPAÇO NO CINEMA DE ANNA MUYLEAERT

Lívia Fiuza Garcia | Leonardo Gomes Esteves.....219

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE E COMUNIDADE: DIÁLOGOS SOBRE A CIDADE POPULAR

Giovana Borrromeu Teixeira Piraciaba | Camila Lopes Santos | Regina Bienenstein | Vitoria Gouveia dos Santos Ribeiro Machado | Fernanda Rodrigues da Costa Frias.....224

ASSESSORIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: RESGATANDO QUATRO DÉCADAS DE ATIVIDADE EXTENSIONISTA UNIVERSITÁRIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS HABITACIONAIS E URBANOS, PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Adriane Brunherotto | Regina Bienenstein | Carlos Daniel de Souza Vasconcelos.....230

PROPOSTA METODOLÓGICA DE REDESENHO URBANÍSTICO ASSOCIADO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTO INFORMAL

Brunna Magalhães | Regina Bienenstein.....235

EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ ODS 4 ONU: CONTRIBUIÇÕES NA BNCC EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO MÉDIO PARA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO COM A APRENDIZAGEM CRIATIVA

Katia Cristian Puente Muniz | Mateus Coelho de Souza.....249

LIGA DE ESTUDOS ACADÊMICOS DE NUTRIÇÃO E NEUROCIÊNCIA

Jailane de Souza Aquino | Tamyra Maciel Vieira | Andressa Estefany da Silva Nogueira | Diógenes Alves de Araújo | Victor Matheus de Figueiredo Coutinho.....254

LITERATURA E LETRAMENTO COMO JANELAS PARA SI E PARA O MUNDO: PENSAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA COM UMA ESCOLA DA BAIXADA FLUMINENSE

Clarissa de Arruda Nicolaiewsky | Dara Marcela Jesus de Melo | Andrea Cuentro da Silva.....258

MODELAGEM E ESTRUTURAÇÃO DE GAZETTEERS COM USO DE BANCOS DE DADOS NOSQL ORIENTADO A GRAFOS

Guilherme Lopes de Araújo | Bruno Rabello Monteiro.....264

NAS LENTES DO IMAGINÁRIO INFANTIL

Alexandra Resende Campos.....269

O IMPACTO SOCIAL NAS VIDAS DAS PESSOAS ACOMETIDAS PELA HANSENÍASE

Miele Ferreira Rodrigues | Livia Antônia Diógenes | Giovana Menezes Jacó Silva | Viviane de Oliveira Cavalcante | Joanderson Nunes Cardoso.....275

OS BENEFÍCIOS DA ATUAÇÃO DO PALHAÇO DE HOSPITAL PARA ATENUAR OS FATORES CRÍTICOS NO CENÁRIO TERAPÊUTICO DA CRIANÇA

Maria Rosa da Silva | Esthefany Maria Rocha Silva | Giovanna Carolina Pereira de Matos | Paula Laryane Barreto de Melo | Rayane Souza Ferreira.....280

OS BENEFÍCIOS DA CURVA ABC NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE UMA CASA CAMPO DE PEQUENO PORTE

Júlia Lopes Marinho | Alex Sandra Sousa Lopes | Moysés Boanerge Cardozo Santana | Alcione Lino de Araújo | Plínio Gonçalves Fahd.....287

PRÁTICAS DE MULTILETRAMENTOS E USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Luciana Ferreira Furtado de Mendonça | Giulianne Sampaio Ferreira.....295

PRODUÇÃO DO PODCAST EDUCOM: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA EDUCOMUNICATIVA

Luana Amorim Gomes | Mirella Mirla da Penha.....300

PROJETO BOTÂNICO NA UNIVERSIDADE FRANCISCANA (BRASIL): JARDIM COM PLANTAS BÍBLICAS

Ana Paula Werner | Vanessa Monteiro de Freitas | Kimmori Oliveira Figueiredo | Anelis Rolão Flôres | Thais Scotti do Canto-Dorow.....305

DESENVOLVIMENTO DE FARINHA DE CASCA DE ABACAXI: UMA PROPOSTA DE APROVEITAMENTO INTEGRAL DE ALIMENTO EM UM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO DE CABO FRIO (RIO DE JANEIRO, BRASIL)

Maria Auxiliadora Belarmino dos Santos dos Reis | Gustavo Nasser | Marcele Vieira de Oliveira Medeiros | Teresa Palmisciano Bedê.....313

CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE MEDICINA SOBRE LESÃO POR PRESSÃO

Ana Carolina Muniz Mardegan | Ana Júlia Corrêa | Felipe Nascimento Ferreira | Rodrigo Magri Bernardes.....318

PROSPECÇÃO FITOQUÍMICA E ATIVIDADE BIOLÓGICA DA ESPÉCIE PLEROMA HIRSUTISSIMUM: UMA CONTRIBUIÇÃO À COMPOSIÇÃO FITOQUÍMICA DA FLORA ENDÊMICA DA REGIÃO DOS LAGOS – RIO DE JANEIRO

Vinicius Fernandes Moreira | Yasmim Souza de Oliveira | Ray de Siqueira Pereira.....325

REATIVIDADE E AVIDEZ DE ANTICORPOS IgG ANTI-SARS-COV-2 PRESENTES EM AMOSTRA DE SORO DE PACIENTES ADULTOS DA ZONA DA MATA MINEIRA, MINAS GERAIS, BRASIL

Antônio Clemente de Oliveira Neto | Julio César da Silva Batista | Jadhe Sotero Ferreira | Olavo dos Santos Pereira Junior | Priscila de Faria Pinto.....330

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO VITÓRIA: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Juliete Andrade | Lara Thiengo.....340

RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO E TURISMO NO BAIRRO DA PASSAGEM CABO FRIO-RJ

Raiza Monteiro Poggiali | Karoliny Soares Zacarias | Roana Santos Silva | Matheus Pinto de Oliveira | Ana Carolina Rocha Garbes.....342

PROJETO DE EXTENSÃO - “AS IMAGENS NA FORMAÇÃO DOCENTE: OS SENTIDOS DE ENSINAR CIÊNCIAS E MATEMÁTICA”

Teresinha Vilani Vasconcelos de Lima | Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda | Mariana Lima e Silva | Thalya Silva Paiva | Madson Feitosa Reis.....348

ESTUDOS UTILIZANDO EFX-ED E PARÂMETROS METEOROLÓGICOS PARA DETERMINAÇÃO POTENCIAL DE EMISSÕES DE MP2.5 E MP10

Ranny Kelly Tavares Ribeiro | Victória Rangel de Alencar | Lincoln Lucilio Romualdo.....353

CARACTERIZAÇÃO DO PONTO ISOELÉTRICO DA ZEÓLITA E

Bruna Mayara Citatin Córdova | Natacha Madruga Farias | Renata Neto Duarte | Gabriela dos Santos Castro | Mari Lucia Campos.....359

ESTUDO DA CAPACIDADE DE ADSORÇÃO DE FOSFATO POR ZEÓLITA NATURAL

Bruna Mayara Citatin Córdova | Natacha Madruga Farias | Renata Neto Duarte | Gabriela dos Santos Castro | Mari Lucia Campos.....364

QUANDO O “CORRE” É A SAÍDA: SOLUÇÕES PRODUZIDAS ATRAVÉS DO TRABALHO INFORMAL NO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR

Francisco Antônio Zorzo | Sabrina Barbosa Xavier dos Reis.....369

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA INSTALAÇÃO DA EMPRESA NOVA AGRO NA PRODUÇÃO APÍCOLA DA CHAPADA DO APODI (2018-2021)

Thalita Rosa Lopes Araújo.....373

ANÁLISE DE CONTEÚDO EM PESQUISAS EDUCACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM QUALITATIVA NO CAMPO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Ana Karolliny do Livramento Melo | Luiz Anselmo Menezes Santos | Priscila Soares Silva | Jhoserd Nilson Xavier de Almeida Lima | Rosângela Maria da Vitória Santos.....376

CLUBE DO SABER PROMOVENDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

Andrea Cristina de Moraes Malinverni | Anna Luísa de Loreto Patti | Mikaelly Cintra Muniz | Samara Ferreira Santino | Rosana Xavier Souza.....382

DIVÓRCIO LIMINAR NO DIREITO BRASILEIRO: PREVALÊNCIA DA TÉCNICA PROCESSUAL FACE À LIBERDADE AFETIVA?

Lilian Trindade Pitta | Mateus Luiz dos Santos | Ana Beatriz dos Santos Borges.....389

FUNGILAB - MICOLOGIA MÉDICA VETERINÁRIA: DIAGNÓSTICO DE FUNGOS PATOGÊNICOS EM ANIMAIS

Alessandra Arnaudin Rabelo | João Vítor Gregolan Barbosa | Gabrielle Silveira Vargas | Mariana Almeida Ferreira | Allana de Paula Castilho | Álvaro Ferreira Júnior.....393

PROJETO QUEM AMA CUIDA: INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Kenneth Delano Correia Barros | Ingryd Ramos de Araújo | Higor Bezerra Lima | Geovana Santos Martins Neiva | Gentileza Santos Martins Neiva.....397

ESTRESSE PSÍQUICO RELACIONADO À PANDEMIA DA COVID-19 EM PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Maria Eduarda Alves de Albuquerque | Rita de Cássia Alves Santana | Jorgivan Silva de Medeiros Filho | Alcivan Nunes Vieira | Brenda Maria Tavares do Nascimento.....405

ASSOCIAÇÃO ENTRE PRÁTICAS PARENTAIS E COMPORTAMENTOS DESADAPTATIVOS DE CRIANÇAS AUTISTAS

Juliana Rariza Neto | Maysa Gomes Barbosa | Mariana Gonçalves Rebello.....409

FATORES PROFISSIONAIS QUE PREJUDICAM A SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES BRASILEIROS

Beatriz Belo Brida Pereira | Camila de Moraes Castellari | Maria Luiza Santos | Millena Paraguassu Filsner | Mariana Gonçalves Rebello.....414

SERVIÇO SOCIAL E DEMOCRACIA: CONSEQUÊNCIAS PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA PROFISSIONAL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 NO BRASIL

Adrielle Campelo Campos | Julia de Souza Santos Teixeira | Kenia Bianco da Silva Nellis | Fátima Grave Ortiz.....420

CAPTURANDO MOMENTOS E CONSTRUINDO SIGNIFICADOS: A FOTOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE EXTENSÃO HUMANIZADORA DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Kimberly Bueno | Tayse Gabrielle Miguel Medeiros | Caroline Busatto | Ana Carolina Falck de Almeida | Annie Jeanninne Bisso Lacchini.....425

AULA INOVADORA E INCLUSIVA, ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O APRENDIZADO ATIVO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: APROFUNDAMENTO TEÓRICO

Lana Gabriele dos Santos | Jessica Conceição Oliveira de Araújo | Maria Aparecida Pereira Viana.....429

INTERAÇÃO *IN VITRO* DO EXTRATO ETANÓLICO DE *LANTANA CAMARA* COM ANTIMICROBIANOS USADOS NO TRATAMENTO DAS INFECÇÕES POR *STAPHYLOCOCCUS AUREUS*

Lívia Souza da Silva | Aline Oliveira Conceição.....434

GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DO PROJETO INTEGRADO GAME ON

Luiz Paulo de Lemos Wiese | André Werlang Garcia | Thábata Jandrey Resende | Fernanda Elisa Pereira | Leandro Alberto Grassi.....439

PRÁTICA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Rayanne Rodrigues de Freitas | Julia Mofati Azevedo | Fabiana Zanol Araújo | Daniela Lima Bonfat | Maria das Graças Carvalho Silva de Sá.....444

A DÍADE FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM AUTISMOS: O QUE DIZEM OS PAIS?

Wílian Gomes da Silva | Gabriel Henrique Jacques | Aline Groff Vivian | André Guirland Vieira.....450

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Teresa Cristina Ciavaglia Vilarde Oliveira | Anna Carolina Peixoto de Camargos Pôrto | Débora Martins Martinez | João Batista Silva de Carvalho | Sabrina de Freitas Peixoto.....454

PROJETO AFETO: OS PRIMEIROS MIL DIAS DO BEBÊ

Joyce Rayanne Holanda Gomes | Matheus Pessôa Marques | Breno Fernandes Monteiro Malta | Sophie Barbosa de Farias Gama | Erika Caroline Silva de Oliveira | Dayse Andrade Romão.....461

PROCESSO DE OBTENÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AQUAFABA DE ERVILHA VERDE (*Pisum sativum*, L.) EM PÓ OBTIDO POR *SPRAY DRYER*

Luiza Guimarães Magalhães | Gabriel Nathan da Costa Dias | Victor Paulo Ferreira Silva | Anna Paola Trindade Rocha Pierucci | Juliana dos Santos Vilar.....466

BRINQUEDOTECA: APRENDER BRINCANDO

Thierry Pinheiro Nobre | Ingrid Rosa Carvalho | Fabiana Zanol Araújo | Flaviane Lopes Siqueira Salles | José Francisco Chicon.....474

PROCESSOS JUDICIAIS COMO FONTES HISTÓRICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos | Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha | Manoel Pereira da Silva Neto.....478

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERÍODO DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daiane Ferreira Peixoto | Karen Teixeira Fortes | Karina Alves Rodrigues | Omara Machado Araujo de Oliveira | Deison Fernando Frederico.....484

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA NO RIO CODOZINHO NA CIDADE DE CODÓ- MA/BRASIL: PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS, MICROBIOLÓGICOS E METAIS

Luiz Luz Aragão | Beatriz Morais Correia | Ismael Carlos Braga Alves, Sara de Carvalho Ribeiro | Paulo Roberto Brasil de Oliveira Marques.....490

AVALIAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O MANEJO AMBIENTAL E PRÁTICAS *CAT FRIENDLY* DE TUTORES DE GATOS ATENDIDOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

Gabriela Pereira Branco | Camilla Dario Contrucci | Sophia Wolff Theodozio | Aline Machado De Zoppa | Isis Danielle Silveira Gomes.....495

ANÁLISE COMPARATIVA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E PERUANA EM RELAÇÃO À DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Zíbia da Silva Amaro | Denilson Junio Marques Soares | Wagner dos Santos.....503

IDENTIDADE EM CRISE: O DESMATAMENTO NO CENTRO MARANHENSE E SEUS IMPACTOS NOS DIREITOS INDÍGENAS

Antonia Genilda Sousa Costa | Kaylane dos Santos Bispo | Carlos Alberto de Melo Silva Mota.....509

PROJETO PAISAGÍSTICO NA UNIVERSIDADE FRANCISCANA: JARDIM COM PLANTAS BÍBLICAS

Larissa Lima Schmidt | Anelis Rolão Flôres | Victória de Sá Lara | Nicole Santos da Silva | Thais Scotti do Canto-Dorow.....514

A ENFERMAGEM E O CUIDADO PSICOSSOCIAL À MATERNAGEM DE MULHERES COM FILHOS COM DOENÇAS RARAS

Viviane de Melo Souza | Janaína Pinto Janini | Odára Matias Bulhões Chaves Furtado | Sabrina Feitosa Seixas.....522

ADOLESCÊNCIA E SAÚDE SEXUAL: DÚVIDAS E MEDOS DE ADOLESCENTES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Adjanny Estela Santos de Souza | Caylanne Seixas Viana | Lucas Silva Lopes | Luma Sousa Dias | Vanessa dos Santos Borges.....526

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA: HIGIENIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DOCUMENTAL

Thalita Fernandes de Sales | Maria Meriane Vieira Rocha | Josemar Henrique de Melo.....533

COMO TRATAR LESÕES CARIOSAS EM DENTINA? DESENVOLVIMENTO DE UM MATERIAL EDUCATIVO PARA CIRURGIÕES-DENTISTAS DE UMA REDE PÚBLICA

Isabella Quintanilha Vital da Silva | Thais Ornellas Pimentel | Marcela Baraúna Magno | Patricia Nivoloni Tannure.....538

PRODUÇÃO DE FILMES ATIVOS A PARTIR DA CASCA DE CAFÉ E ÓLEO ESSENCIAL DE PIMENTA PRETA

Luana Laures | Vivian Chagas da Silveira | Carla da Silva Meireles.....542

OBUNTU - OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR E ASSESSORIA EM CONFLITOS TERRITORIAIS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA PELO DIREITO À TERRA NA PARAÍBA

Lorena Fernandes Rocha dos Santos | Maria Stephanie Beserra Cardoso | Mariana Kimura da Costa | Maykon Costa Serrão | Hugo Belarmino de Morais.....547

REALIZAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO “ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE: PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA” NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, GOIÁS, BRASIL

Natália Marques de Paiva | Thiago Soares Pimenta | Ana Laura Nunes Urbano | Priscila Ariede Petinuci Bardal.....551

O *DIGITAL STORYTELLING* NO PROCESSO DE CURADORIA DIGITAL COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Milena Aparecida da Silva | Caroline Carmona Marques Gonçalves | Cleber Lopes | João Pedro do Prado Nascimento | Dilmeire Sant’Anna Ramos Vosgerau.....557

CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DA SAÚDE SOBRE RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR ANTES E DEPOIS DE TREINAMENTO COM SIMULAÇÃO

Camila Bertoni Palis Samora | Helena Vasconcelos Guimarães | Tereza Cristina Ribeiro Vilas Boas | Rodrigo Magri Bernardes.....561

EFEITO DA PRÓPOLIS VERDE NA PROLIFERAÇÃO DE FIBROBLASTOS E SUA AÇÃO ANTIMICROBIANA E ANTI-INFLAMATÓRIA NA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS DECORRENTES DA HANSENÍASE

Larissa Kaori Maquedano | Cristiano da Rosa | Giovanna Barbarini Longato.....568

IMPACTO DE UM PROJETO DE CUIDADO DE TRANSIÇÃO NOS DESFECHOS DOS PACIENTES EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Railca Teixeira Rocha | Luiz Humberto Vieri Piacuzzi | Maria Carolina Barbosa Teixeira Lopes | Ruth Ester Assayag Batista | Cássia Regina Vancini Campanharo.....573

A INFLUÊNCIA DA GEOMETRIA DOS CORPOS DE PROVA NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DA ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO PARA ALVENARIA ESTRUTURAL: UM MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES

Ramon Gamalho Coutinho | Gihad Mohamad.....577

EFEITO DA ORIENTAÇÃO EM SAÚDE BUCAL EM INDIVÍDUOS SOB TRATAMENTO ORTODÔNTICO E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA

Beatriz Calzavara Pereira | Ingridh Oliveira de Assis | Carolina de Sá Werneck | Ana Carolina Morais Apolônio | Márcio José da Silva Campos.....583

O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE LEITURA DAS TRANSFORMAÇÕES NO PATRIMÔNIO PROTEGIDO DO BAIRRO DA PASSAGEM, EM CABO FRIO

Carina Mendes dos Santos Melo | Ana Carolina Rocha Garbes | Leonardo da Silva Louvise | Matheus Pinto de Oliveira.....588

EXAMES ESTANDARDIZADOS NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E DA BAJA CALIFORNIA: POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES NACIONAIS (ENEM E PLANEJA)

Mateus Gobbi dos Santos | Ronildo Stieg | Wagner dos Santos.....595

MULHERES QUILOMBOLAS, INTERSECCIONALIDADES E OS DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Ana Carolina de Sá Monteiro | Estevão Volpato Bischoff | Ketlin Costa | Olívia Juliana Alves Medeiros | Patricia Krieger Grossi.....603

RELAÇÕES PARENTAIS E FATORES RELACIONADOS À SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES

Aline de Sena Damian | Mirian Raquel Fachinetto | Fernanda Pasquoto de Souza | Aline Groff Vivian.....608

RECONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO BREJO PARAIBANO EM IMAGENS: OS SIGNIFICADOS DO ACESSO À TERRA NO NORDESTE DO BRASIL

Patrícia Alves Ramiro | Ronaldo Alves da Costa Filho | Caterine Soffiati Cabral | Vilma Pires Bernardo.....614

WARAO: DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA E APOIO EDUCACIONAL

Carolina Coelho Aragon | Juliana Melo Lopes | Kalyana Pereira Alencar | Lidyane Santos de Lima | Anibal Jose Perez Cardona Warao | Ramón Gómez Quiñonez | Fabrício Ferraz Gerardi.....618

POVOS TRADICIONAIS: DIVERSIDADE E CULTURAS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Ozirlei Teresa Marcilino | Deiverson Pereira Sandrini.....622

OFICINA DE PRIMEIROS SOCORROS: UMA AÇÃO TRANSFORMADORA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO ALEGRE

João Pedro Scherer da Silveira | Rafaela Gageiro Luchesi Soares | Gisele Lopes Castro | Marcelle Klein Draghetti | Antônio Rogério Proença Tavares Crespo.....627

CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO PARA ESTIMAR VIÉS DE *OVERCLAIMING*

Sanshayne Martins de Souza | Felipe Valentini | Leonardo Botinhon de Campos | Letícia da Silva de Souza.....634

PLÁSTICO PRECIOSO: A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA ACERCA DA RECICLAGEM PARA A PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS

Sandra Cadore Peixoto | Eduarda Castilho da Silveira | Anissa Yussef Suleiman | Adriano Vasconcellos Sichonany.....642

DOENÇA HEMOLÍTICA: INCIDÊNCIA DE ÓBITOS EM FETOS E RECÉM NASCIDOS NO BRASIL

Yasmim Matias Cruz Ferreira | Ísis Rodrigues de Souza | Isadora Freitas Assis | Marise Ramos de Souza | Cristiane José Borges.....648

DESENVOLVIMENTO DE RPA DE BAIXO CUSTO PARA SUPRIR A DEMANDA DE ENSINO E PESQUISA NO CCA – UFPB

Jheyson Érick Dantas da Silva | Renan Aversari Câmara | Eduardo Luã Fernandes da Silva | Marcos André Cardoso da Silva | Valéria Peixoto Borges.....654

CONSTRUÇÃO DE UMA CÂMERA MULTIESPECTRAL DE BAIXO CUSTO PARA ANÁLISE DA VEGETAÇÃO

Marcos André Cardoso da Silva | Eduardo Luã Fernandes da Silva | Jheyson Érick Dantas da Silva | Renan Aversari Câmara | Valéria Peixoto Borges.....660

ME KUNTUMAR – POVOS EM REDE (SABERES COMPARTILHADOS)

Ana Paula Quadros Gomes | Ana Carla do Nascimento Gomes | Betire Kayapó | Clédson Mendonça Junior | Marinei Alves Pereira | Vitória Sara de Almeida Campos.....665

APROVEITAMENTO DAS PARTES NÃO CONVENCIONAIS DOS ALIMENTOS: NUTRIÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Patricia Penna Ferreira | Janaina de Arruda Santos | Omara Machado Araujo de Oliveira.....670

PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES BRASILEIROS ACERCA DE SUA SAÚDE MENTAL

Ana Letícia Finkler | Fernanda Pasquoto de Souza | Aline Groff Vivian.....676

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL: ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Luciane Peter Grillo | Alexandre Reis da Silva | Juliana Ferreira Leal | Maria Laura Malta Lopes | Rosane Maria Sauer.....680

O STOP MOTION COMO ELEMENTO LÚDICO PARA ABORDAR O TEMA DO EFEITO ESTUFA COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Felipe dos Santos Silva | Ana Nery Furlan Mendes.....686

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO PARA A TRANSMISSÃO DA HANSENÍASE UTILIZANDO ANÁLISE ESPACIAL EM UM MUNICÍPIO HIPERENDÊMICO NO PARÁ

Marcos Mickael Gomes Carvalho | Giulia Bianca do Nascimento Maia | Glauciney Pereira Gomes | Guilherme Augusto Barros Conde | Valney Mara Gomes Conde.....692

DEMANDA, PRODUÇÃO, VENDA E CONSUMO DE MÓVEIS EM JUIZ DE FORA. UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANÚNCIOS DO JORNAL PHAROL NO SÉCULO XIX

Daniela Aparecida de Paula Souza | Érica Alves da Silva | Jefferson de Almeida Pinto.....698

TELECONSULTAS EM FONOAUDIOLOGIA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “FISSURAS LABIOPALATINAS – ATENÇÃO EM SAÚDE” DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Allessandra Fraga Da Re | Consuelo de Los Angeles Vielma Sepulveda | Gabriela Ribeiro Schilling | Marcia Angelica Peter Maahs | Maria Cristina de Almeida Freitas Cardoso.....704

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: CONECTANDO O CONHECIMENTO PRODUZIDO NOS DIVERSOS CAMPOS DO SABER

Beatriz Conceição da Costa | Taís Rocha Araujo | Sthefanye de Avila Leal | Suzi Samá.....710

O DESENVOLVIMENTO DO PERTENCIMENTO AMBIENTAL COM CRIANÇAS ATRAVÉS DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Gabriela Rodrigues Noal | Stefania da Silva Gorski | Melina Hickmann | Eduarda Rosa Silveira | Cadidja Coutinho.....715

TRABALHANDO COM GRUPOS NA GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA: UM OLHAR DOS DISCENTES

Rosana Lazaro Rapizo | Clara Luzorio | Gabriela Moura | Carla Guanaes-Lorenzi.....721

EXTENSÃO E FORMAÇÃO: OFICINAS TEMÁTICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO ATIVIDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA

Assicleide da Silva Brito | Marcelo Alves Lima Junior | Leiliane Vieira Souza | Larissia Lobo da Purificação Santos.....727

UNIDADE AUXILIAR CENTRO JURÍDICO SOCIAL: POTENCIALIZANDO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Beatriz Moraes Rodrigues de Oliveira | Maria Vitória Santos Belarmino | Leliana Fritz Siqueira Veronez | Maria Bernadete Saldanha Lopes | Nayara Hakime Dutra.....732

USO DAS REDES SOCIAIS COM ÊNFASE NO PROJETO EXTENSÃO INTITULADO “TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA OS FUNCIONÁRIOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARICÁ”

Helaine Quintanilha Pacheco | Grazielli Pereira Bragança | Karen Novaes Castellar | Lidiane Dias Reis.....737

VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL POR UM VIÉS EDUCATIVO

Stefania da Silva Gorski | Gabriela Rodrigues Noal | Melina Hickmann | Thamires Luana Cordeiro | Cadidja Coutinho.....740

TEXTOS COMPLETOS

INTERVENÇÃO OU DEFERÊNCIA JUDICIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA (INTERVENCIÓN O DEFERENCIA JUDICIAL EN EL ÁMBITO DE LA SALUD PÚBLICA / JUDICIAL INTERVENTION OR DEFERENCE IN THE FIELD OF PUBLIC HEALTH)

Marcelo Lamy | Ana Julia dos Santos.....748

A CONTRIBUIÇÃO DA PALHAÇOTERAPIA PARA A SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS HOSPITALIZADAS- RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Rosa da Silva | Esthefany Maria Rocha Silva | Clarysse Mariana Arruda Rodrigues | Isadora Maria de Melo Ferreira | Maryanna Rios Batista.....757

A PRÁXIS ENQUANTO PRINCÍPIO FUNDANTE DA AÇÃO EDUCATIVA: UMA INVESTIGAÇÃO DE CÓDIGOS PROFISSIONAIS

Júlia de Souza Dourado Mapurunga | Raimundo do Nascimento Landim Batista | Osterne Nonato Maia Filho.....765

A RELAÇÃO DAS FAKE NEWS COM A SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICA EM BUSCA DE MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

Lucas Rêgo Silva Rodrigues | Claudina Alves Carneiro Neta | Marcella Santana Silva | Naira Cristina Rios Lobo.....772

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O DIREITO À CIDADE: ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Francine Helfreich Coutinho dos Santos | Carolina Sant' Ana Duarte Ventura | Julia Silva Peres dos Santos Carvalho | Luzia Roberta Marques da Costa | Mariana Lourenço Leite.....784

ALÉM DO DIAGNÓSTICO: A IMPORTÂNCIA DO APOIO MÉDICO NO BEM-ESTAR PSICOSSOCIAL DE GESTANTES COM HIV

Layanne Emanoele Vieira Apolinario | Munir Salman Benedito | Arthur Lins Melo | Larissa Domingos Ramos Coelho | Ariel Gomes.....795

USO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR

Anna Beatris Pereira | Gabriel Belniaki Hochuli | Luís Rafael Lorga | Maria Fernanda Moretti Schneider | Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau.....804

DIVÓRCIO LIMINAR NO DIREITO BRASILEIRO: PREVALÊNCIA DA TÉCNICA PROCESSUAL FACE À LIBERDADE AFETIVA? ANÁLISE DAS DECISÕES NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mateus Luiz Dos Santos | Ana Beatriz Dos Santos Borges | Lilian Trindade Pitta.....819

IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CASO DA FAVELA DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO-BRASIL

Eblin Farage | Thais Moreira Henud | Anna Beatriz Vieira da Fonseca.....830

O SENTIMENTO DE PERTENÇA E A INDIVIDUAÇÃO DO JOVEM RURAL NO PROCESSO MIGRATÓRIO CAMPO/CIDADE

Fábio dos Santos Massena | Bruna da Silva Miranda | Ian Felipe Nascimento | Enzo Yuri Ferreira Sousa...844

PRODUÇÃO DE FILMES ATIVOS A PARTIR DA CASCA DE CAFÉ E ÓLEO ESSENCIAL DE PIMENTA PRETA

Luana Laures | Vivian Chagas da Silveira | Carla da Silva Meireles.....852

A CONVIVIALIDADE NO USO E APROPRIAÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES NA REGIÃO DO ANHANDUIZINHO EM CAMPO GRANDE/MS, BRASIL

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho | Cleonice Alexandre Le Bourlegat | Felipe Buller Bertuzzi | Juliana de Mendonça Casadei | Luidy Sant' Anna Hermógenes.....864

ASPECTOS ÉTNICO-RACIAIS E HANSENÍASE: A LIMITADA ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS NO MARANHÃO, BRASIL

Kemuel Pinto Marinho | Marina Rufino Mariano | Síria Emerenciana Nepomuceno Borges.....879

PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS EM CAMPO GRANDE/MS: UMA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO COLETIVA E FORMA DE GESTÃO

Cleonice Alexandre Le Bourlegat | Felipe Buller Bertuzzi | Juliana de Mendonça Casadei | Scarlet Camargo da Costa | Ana Beatriz Costa Mayer.....892

POR TRÁS DOS OLHOS: A ARTE FOTOGRÁFICA E O COMÉRCIO DE RETRATOS NOS JORNAIS MARANHENSES DO SÉCULO XIX (1860-1899)

Eloy Barbosa de Abreu | Reinilda de Oliveira Santos | Igênia Moraes Silva Gomes | Lauana Rafaela Gomes | Francisca Kelly da Luz Santos.....907

CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS SOBRE SUICÍDIO E LESÃO AUTOPROVOCADA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA SAÚDE

Valney Mara Gomes Conde | Ana Paula Vieira Ferreira | Heloisa Cristiny Paixão Pires | Guilherme Augusto Barros Conde | Maria das Dores Pinheiro.....920

DEMANDAS SOCIAIS TRAZIDAS PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I A PARTIR DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVIRUS

Eliane Christine Santos de Campos | Barbara Hawthorne Cordeiro | Thiago Henrique Bocon Teixeira | Gabriela Pereira de Souza.....932

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELO PROJETO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR NA CIDADE DE INCONFIDENTES - MG

Ana Paula Felix | Eduarda Oliveira Reis.....940

ASSISTÊNCIA SOCIAL E CUIDADO: A EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NO BRASIL

Adriana de Andrade Mesquita | Rita de Cássia Santos Freitas | Cristiano Luís Turbino de França e Silva....953

ESTUDO COMPARATIVO DAS FORMAS DE MENÇÃO ÀS VOZES DA CIÊNCIA EM TRABALHOS ACADÊMICOS DE INICIANTE E ESPECIALISTAS DA CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Evandro Gonçalves Leite | Eduardo Gonçalves de Carvalho | Maria Eduarda Fernandes Teixeira | Rillary Yasmim Vieira Alves | Vitória Raisa Lima de Moraes.....968

**TECNOSTALGIA E NOSTALGIA DIGITAL NO AUDIOVISUAL CONTEMPORÂNEO:
OS CASOS DE *FLYING LUNA CLIPPER* (1987) E *TUX AND FANNY* (2019)**

Pedro Azevedo Raia de Siqueira | Talitha Ferraz.....983

**“PONHA OS OLHOS DE PIEDADE NOS MAUS GOVERNOS DESTE ESTADO”:
AUTORITARISMO, CORRUPÇÃO E PODER LOCAL NO MARANHÃO COLONIAL**

Eloy Barbosa de Abreu | Benilton Torres de Lacerda | Francisca Kelly da Luz Santos | Lauana
Rafaela Gomes.....997

**SOB O OLHAR DAS REDES: UMA COMPREENSÃO PSICANALÍTICA SOBRE A
EXPOSIÇÃO DO EU NA ATUALIDADE**

Daniele Barbosa Marques | Cybele Moretto.....1010

**OS USOS DA HISTÓRIA PARA O TURISMO ÉTNICO INDÍGENA ESTUDO DE CASO:
CONFLITO DO ALTO ALEGRE DE 1901 (BARRA DO CORDA, MA – BRASIL)**

Francinayra Morais dos Santos | Hélio Viana de Souza | Síría Emerenciana Nepomuceno
Borges.....1019

ANTES DO PASSADO: O TRAUMA ELABORADO NA FICÇÃO CONTEMPORÂNEA

Luís Henrique de Almeida Pereira da Silva | Luciana Paiva Coronel.....1028

**CONDIÇÕES DE ACESSO E DE PUBLICIDADE DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS NOS
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – BRASIL (CICLO
ORÇAMENTÁRIO 2018-2021)**

Larissa Felipe Superchinski | Simony Rafaeli Quirino.....1040

**DIREITOS CULTURAIS, MUSEUS E VALORIZAÇÃO DA CULTURA ÉTNICA
INDÍGENA ESTUDO DE CASO: MUSEU CASA DE CULTURA PROFESSOR GALENO
EDGAR BRANDES (BARRA DO CORDA, MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA LEGAL
MARANHENSE)**

Emilly Gabrielle de Oliveira Sousa | Eduardo Lima Sousa | Síría Emerenciana Nepomuceno
Borges.....1057

**AS PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE E OS RISCOS SOCIAIS
DA SUPRESSÃO DA CAPACIDADE DO ESTADO PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS
DE INCLUSÃO SOCIAL**

Tiago da Silva Monteiro.....1071

**AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL DO CALÇADÃO
DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BAHIA**

Nathalie Oliveira de Souza | Eduarda Pinheiro Barbosa da Silva | Erik Eduardo Honorio Pereira |
Silmayko Gomes da Silva | Odair Barbosa de Moraes.....1085

**LA PRÁCTICA REFLEXIVA EN LA RESIDENCIA DOCENTE DE PROFESORES
UNIVERSITARIOS DE FÍSICA**

Cecilia Biggio | Guillermo Cutrera | Gisele Medel.....1104

**BRASIL EM TELA: A FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA RETRATADA
NO CINEMA NACIONAL**

Sheyla Suely de Souza Silva | Alcione Ferreira da Silva | Maria Aparecida Nunes dos Santos | Sandra
Amélia Sampaio Silveira | Micaela Nogueira da Silva.....1118

A BAIXA ESCOLARIDADE EM ADULTOS JOVENS É UM FATOR DE VULNERABILIDADE À INFECÇÃO PELO HIV, EM ANGRA DOS REIS-RJ

Allan Maia de Jesus | Gabriela Amorim da Silva | Heitor Baldim Chaim | Ísis Fabiana Gil de Lima | Luiz Eduardo Ferreira Domingues | Maria Luiza Maia Farias | Nathália Fausto Hul | Regina Derze Borsio | Samira Santos de Oliveira | Sofia Lacerda Maia | Tarcisio Borges Guimarães | Ariel Gomes.....1132

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DE PIGMENTOS VEGETAIS PARA INCORPORAÇÃO EM PRODUTOS DE CONSUMO HUMANO

Marcos Miguel Quimas do Amaral | Beatriz Paiva Nogueira | Marccone Augusto Leal de Oliveira | João Joaquim de Matos | Priscila de Faria Pinto.....1142

CONCEPÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE COMO CIÊNCIA E PRÁTICA POR GRADUANDOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Maria de Fátima Ferreira de Vasconcelos.....1161

DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA ICMS/DIFAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIO-CONSTITUCIONAIS

Laís Macedo Alves, | Giliarde Benavinito Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama.....1177

RELATO DE DESENVOLVIMENTO DA SEGUNDA EDIÇÃO DO PROJETO EXTENSIONISTA DESIGN & EXPERTISE: ENSINO DE CONCEITOS BÁSICOS DE DESIGN A PARTIR DE DISCRIMINAÇÃO PERCEPTIVA

Ivan Mota Santos | Marianna Palmeira | Lara Gomes.....1190

DESENVOLVIMENTO DE NANOFIBRAS ELETROFIADAS FORMADAS POR POLIÁCIDO LÁTICO (PLA) E POLICAPROLACTONA (PCL) COM APLICAÇÕES NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Lorena de Fátima Bento de Carvalho | Lígia Maria Manzine Costa | Adriana Carla de Oliveira Lopes.....1204

DIÁLOGOS ENTRE A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE: POPULARIZAÇÃO DAS PESQUISAS EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Alessandra Jacqueline Vieira | Alessandra Del Ré | Rosângela Nogarini Hilário | Fernanda Martins Moreira | Christelle Dodane.....1214

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA FERRAMENTA EFETIVA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Andressa Ellen Bastos | Carla Moraes | Bruna Lopes Martins | Emily Lima Albuquerque | Claudia Guimarães Camargo Campos.....1230

O CHOQUE COM O REAL NA APURAÇÃO *IN LOCO*: A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DE JORNALISMO

Klycia Fontenele Oliveira | Cibele da Silva Gomes | Carla Cassiane da Silva Barros | Lucas Rodrigues Cândido | Luana Amorim Gomes.....1240

EXPOSIÇÃO “A CRIANÇA NA LÍNGUA: PASSO A PASSO”

Alessandra Del Ré | Christelle Dodane | Rosângela Nogarini Hilário | Alessandra Jacqueline Vieira | Fernanda Martins Moreira.....1248

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE SIMULADOR DE BAIXO CUSTO PARA PUNÇÃO INTRAÓSSEA

João Vitor Veloso Simão | Heloísa Moreira de Arruda | João Vitor Marques da Cunha Peroni | Marcos Antonio Marton Filho | Rodrigo Magri Bernardes.....1261

INTERNACIONALIZAÇÃO ATRAVÉS DA EXTENSÃO: AÇÕES DO PLEI-UFPB NO ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS E NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DE LETRAS

Luan Lopes Cabral | Mércia Barbosa de Paiva | José Wellisten Abreu de Souza.....1278

INVESTIGAÇÕES TEXTURAIS, GEOQUÍMICAS E MINERALÓGICAS DOS KIMBERLITOS E ROCHAS RELACIONADAS DA PROVÍNCIA ÍGNEA DO ALTO PARANAÍBA (PIAP) – MINAS GERAIS

Carolina Vargas Santos | Cassandra Terra Barbosa.....1292

OFICINAS DE ESCRITA DE PROJETOS CULTURAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Jessica Suzano Luzes.....1309

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE PROMOTOR E FACILITADOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM SAÚDE

Camila Pugliesi de Figueiredo | Victor Pedrosa Ferreira de Souza | Caroline Kazue Matida.....1323

A REDE URBANA DO SUDOESTE AMAZONENSE E OESTE ACREANO: CENTRALIDADES, MODAIS E PROCESSOS

Ana Beatriz Castro de Jesus | Thiago Oliveira Neto | Fredson Bernardino Araújo da Silva.....1332

PROJETO RONDON: EXPERIÊNCIA DE VIDA E PROMOÇÃO DE CIDADANIA NA CIDADE DE SANTA RITA DO PARDO, MS, BRASIL

Felipe de Campos Loch | Marina de Medeiros Machado | Isabella Correa da Silveira Costa | Nathã Felipe Bento | Gabriel Fernando da Silva Pena.....1340

PROJETO RONDON: INCENTIVO A TECNOLOGIA E PRODUÇÃO NA CIDADE DE SANTA RITA DO PARDO, MS, BRASIL

Felipe de Campos Loch | Marina de Medeiros Machado | Maysa Fonseca Rodrigues | Lorrayne Bianca Santos Costa.....1351

PROJETO RONDON: VIVÊNCIAS EM MEIO AMBIENTE E COMUNICAÇÃO NA CIDADE DE SANTA RITA DO PARDO, MS, BRASIL

Felipe de Campos Loch | Marina de Medeiros Machado | Gabrielle Totti Nepomuceno | Eliza Maria da Silva | Camilla Malheiros Araújo.....1362

LETRAMENTO CIENTÍFICO E BIOLOGIA DO AMOR DE HUMBERTO MATURANA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO AMBIENTAL

Alana da Cruz Bueno | Joana Araci Schmidt | Kátia Luiza Kraemmer | Renata Godinho Soares | Cadidja Coutinho.....1374

NOME EMPRESARIAL E REFLEXOS NA ORDEM JURÍDICO-EMPRESARIAL: SEGURANÇA ÀS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS E CREDITÓRIAS NO BRASIL

Luciano Pereira Mariano | Kaylanne Maracaípes Silva Medrado | Giliarde Benavinito Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama.....1385

O ENCARCERAMENTO EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS COMO UMA CONSEQUÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL: ADENTRANDO AOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO BRASIL

Rafaella Ellen de Andrade Marinho | Rytha de Cassia Silva Santos | Anna Beatriz Gonzaga Costa Lopes | Maria de Fátima Pereira Alberto | Tâmara Ramalho de Sousa Amorim.....1396

O TRABALHO DO GIRACAMPO NA EFETIVAÇÃO DAS DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO

Alexandra Resende Campos | Marcelo Loures dos Santos | André Gilberto Alves Vaz.....1418

OS BENEFÍCIOS DA CURVA ABC NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE UMA CASA CAMPO DE PEQUENO PORTE

Júlia Lopes Marinho | Alex Sandra Sousa Lopes | Moysés Boanerge Cardozo Santana | Alcione Lino de Araújo | Plínio Gonçalves Fahd.....1428

PERSPECTIVES FOR THE USE OF SYNBIOTICS IN THE REDUCTION OF RISK AND AS AN ADJUVANT TREATMENT FOR COLORECTAL CANCER

Marina Lopes | João Vitor Costa | Susana Saad.....1435

POTENCIALIDADES DO RECURSO AO CINEMA COMO FERRAMENTA DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO “BRASIL EM TELA”

Sheyla Suely de Souza Silva | Alcione Ferreira da Silva | Maria Aparecida Nunes dos Santos | Sandra Amélia Sampaio Silveira | Maria Eduarda Piano de Araújo.....1446

PREAMAR: PROGRAMA PARA REMAR NA RECUPERAÇÃO DA MULHER APÓS O CÂNCER DE MAMA

Tânia Terezinha Scudeller.....1455

PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MATERIAIS PARA ENSINO DE LÍNGUAS PARA ALUNOS SURDOS

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki | Ana Paula Dias Tostis | Louise Helene da Silva Nóbrega | Ágatha D'Ávila Pinheiro | Juliano Campos Maia.....1467

ESTUDO DO PERFIL DE TUTORES E ANIMAIS DE CAMPANHAS DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS EM CAMPINAS-SWIFT, E A CORRELAÇÃO COM AS MEDIDAS DE CONTROLE DE ZONÓSES, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E BEM-ESTAR ANIMAL

Verônica Giopatto Catalani | Catarina Dias Lima | Maurício Franco Zanette | Fernando Lucas Maschio Ferreira | Cláudia Kiyomi Minazaki.....1481

QUESTÕES RACIAIS NAS OBRAS LITERÁRIAS DE MACHADO DE ASSIS: “MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS” E “MEMORIAL DE AIRES”

Ana Júlia Neves Barbosa | Telma Dias Fernandes.....

RECONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO BREJO PARAIBANO EM IMAGENS: OS SIGNIFICADOS DO ACESSO À TERRA NO NORDESTE DO BRASIL

Patrícia Alves Ramiro | Ronaldo Alves da Costa Filho | Caterine Soffiati Cabral | Vilma Pires Bernardo.....1490

PROJETO QUEM AMA CUIDA: INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Kenneth Delano Correia Barros | Ingrid Ramos de Araújo | Higor Bezerra Lima | Geovana Santos Martins Neiva | Gentileza Santos Martins Neiva.....1514

CARACTERIZAÇÃO DO PONTO ISOELÉTRICO DA ZEÓLITA E

Bruna Mayara Citatin Córdova | Natacha Madruga Farias | Renata Neto Duarte | Gabriela dos Santos Castro | Mari Lucia Campos.....1524

ESTUDO DA CAPACIDADE DE ADSORÇÃO DE FOSFATO POR ZEÓLITA NATURAL

Bruna Mayara Citatin Córdova | Natacha Madruga Farias | Renata Neto Duarte | Gabriela dos Santos Castro | Mari Lucia Campos.....1529

PERCEPÇÃO DAS MULHERES SOBRE O VÍNCULO DOULA-MÃE COMO ESTRATÉGIA PARA O PARTO HUMANIZADO

Maria Elaine Guimarães dos Santos | Maria Amanda Rodrigues Silva | Lya Pinto Veras | Maria Stefanne Souza Paschôa | Mônica Cordeiro Ximenes de Oliveira.....1534

INTRODUÇÃO DA CULTURA MAKER COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO TREINAMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS DO PROJETO EXTENSIONISTA DA UNIVERSIDADE DE VASSOURAS CAMPUS MARICÁ

Karen Novaes Castellar | Lana da Silva Josephino | Lidiane Dias Reis | Marco Aurélio Machado Santos | Mayara Silva Santos.....1548

DESENVOLVIMENTO DE RPA DE BAIXO CUSTO PARA SUPRIR A DEMANDA DE ENSINO E PESQUISA NO CCA – UFPB

Jhaysen Érick Dantas da Silva | Renan Aversari Câmara | Eduardo Luã Fernandes da Silva | Marcos André Cardoso da Silva | Valéria Peixoto Borges.....1552

RIO EDUCA EM CASA: A PANDEMIA DE COVID-19 IMPULSIONANDO NOVAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Estevão Nicholas Rosário dos Santos | Halysen Manosso | Luciana Ferreira Furtado de Mendonça.....1559

SIMULAÇÕES DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROGRAMA TRILHA RUPESTRE: CONEXÕES ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

Carlos Eduardo da Costa Campos | André Luís Ramos Soares | Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques | Laura Roseli Pael Duarte | Luana Moura Pinto.....1574

TELECONSULTAS EM FONOAUDIOLOGIA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “FISSURAS LABIOPALATINAS – ATENÇÃO EM SAÚDE” DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Allessandra Fraga Da Re | Consuelo de Los Angeles Vielma Sepulveda | Gabriela Ribeiro Schilling | Marcia Angelica Peter Maahs | Maria Cristina de Almeida Freitas Cardoso.....1585

TEORIA E PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE ENSINO DE LÍNGUAS PARA ALUNOS SURDOS

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki | Joice Bianca Marques Leite Pinto | Milena de Souza Caldas Pinho | Ana Beatriz de Sousa Costa | Manoella Cunha de Boaventura.....1590

TERRA, TRABALHO E NATUREZA: POR UMA HISTÓRIA DO CAMPESINATO NO MEIO-NORTE BRASILEIRO

Geovana Moraes Cardoso | Ádyson Lucas dos Santos Oliveira | Antonio Francisco Oliveira Rocha Filho | Deusimar Batista da Silva | Cristiana Costa da Rocha.....1603

CIÊNCIA NO COTIDIANO – 1ª TEMPORADA: WEB SÉRIE DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA TRANSMITIDA PELO CANAL UNIFESP

André Amaral Gonçalves Bianco.....1618

ARTE: CONTEXTOS E MATERIALIDADES

Angela Brandão | Giulia Baitz Marques da Silva | Luiz Henrique Otto de Santana Filho.....1635

ESTUDO DE PRÉ-FORMULAÇÃO COM FÁRMACOS ANTI-LEPRÓTICOS: UMA ABORDAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE LIBERAÇÃO NANOESTRUTURADOS

Jessica Cavalcante Martins | Luise Lopes Chaves | Mylena Karolina Oliveira do Amaral.....1642

CAPTURANDO MOMENTOS E CONSTRUINDO SIGNIFICADOS: A FOTOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE EXTENSÃO HUMANIZADORA DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Kimberly Bueno | Tayse Gabrielle Miguel Medeiros | Caroline Busatto | Ana Carolina Falck de Almeida | Annie Jeanninne Bisso Lacchini.....1661

OBTENÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE FILMES POLIMÉRICOS COM DAPSONA PARA OTIMIZAÇÃO DO TRATAMENTO DA HANSENÍASE

Mylena Karolina Oliveira do Amaral | Jessica Cavalcante Martins | Luise Lopes Chaves.....1668

SÍNDROME DA RESIGNAÇÃO: A INFÂNCIA PARALISADA PELO MEDO E DESESPERANÇA

Patrícia Pinheiro Drumond | Patrícia Aline Itabaiana Lazzaro | Mônica Cintrão França Ribeiro.....1687

PROCESSOS JUDICIAIS COMO FONTES HISTÓRICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos | Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha | Manoel Pereira da Silva Neto.....1702

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERÍODO DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daiane Ferreira Peixoto | Karen Teixeira Fortes | Karina Alves Rodrigues | Omara Machado Araujo de Oliveira | Deison Fernando Frederico.....1716

CICATRIZES DA INJUSTIÇA: TRABALHO INFANTIL E ENCARCERAMENTO DE JOVENS À LUZ DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL E DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

Anne Caroline Nascimento da Silva | Alice Victória Simplício Fernandes | Tâmara Ramalho de Sousa Amorim | Manuella Castelo Branco Pessoa | Denise Pereira dos Santos.....1728

HISTÓRIA, CONHECIMENTO E HERMETISMO EM BACON

Edmilson Menezes | Rodolpho Augusto Limeira Corrêa de Vasconcellos.....1742

ESTUDOS UTILIZANDO EFX-ED E PARÂMETROS METEOROLÓGICOS PARA DETERMINAÇÃO POTENCIAL DE EMISSÕES DE MP_{2,5} E MP₁₀

Ranny Kelly Tavares Ribeiro | Victória Rangel de Alencar | Lincoln Lucilio Romualdo.....1751

PRESERVANDO A HISTÓRIA ATRAVÉS DA DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DE NUMISMÁTICA ROMANA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL: AÇÕES DO ACORDO DE COOPERAÇÃO UFMS-MHN

Carlos Eduardo da Costa Campos | João Guilherme Vieira Poiati | Luis Miguel Pereira Lacerda | Miguel Angelo Oliveira de Almeida.....1768

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/BR

Edenilza Silva Cesário.....1779

RELAÇÃO ENTRE HABILIDADES CULINÁRIAS E O CONSUMO DE HORTALIÇAS NÃO CONVENCIONAIS EM PACIENTES ATENDIDOS EM AMBULATÓRIO DE NUTRIÇÃO

Layane Lourenço Muniz | Josifrancy de Souza Silva Gonçalves | Elaine Cristina de Souza Lima | Rafael Silva Cadena | Ellen Mayra Menezes Ayres.....1789

VAMOS EXPERIMENTAR BIOLOGIA E FARMÁCIA NO ENSINO MÉDIO?

Gabriela Prates Coelho | Lígia Caroline Glória | Dárten Crísthiê Hermelinda Pena | Euler Horta Marinho | Flávia Dias Marques-Marinho.....1800

**RESUMOS
EXPANDIDOS**

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E DA BAJA CALIFORNIA VISANDO OS EXAMES ESTANDARDIZADOS

Ian Puppim Lopes¹
Ronildo Stieg²
Wagner dos Santos³

Introdução

Nas últimas décadas, o meio acadêmico tem sido palco de intensos debates sobre avaliações de larga escala, cujas repercussões têm uma relevância significativa na elaboração de políticas educacionais contemporâneas, seja em âmbito estadual, nacional ou internacional (Marques, Stieg, Santos, 2020). De acordo com Mons (2009), as avaliações educacionais em larga escala, também conhecidas como exames padronizados, têm o propósito de mensurar os conhecimentos dos estudantes, seguindo critérios uniformes em suas características, aplicação e correção.

De acordo com Sudbrack e Cocco (2014), especificamente no Brasil, as avaliações de larga escala ganharam maior destaque e importância a partir da segunda metade da década de 1990. Nesse período, a qualidade da educação passou a ser uma preocupação central e tornou-se objeto de regulação pública em nível federal. O Ministério da Educação (MEC) desempenha um papel fundamental nesse contexto, promovendo diversos exames de larga escala tanto para a educação básica como para o ensino superior. Esses exames fornecem dados de referência para os Estados, que são usados na formulação de políticas curriculares, visando aferir o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos pelo programa de currículo e ensino. Por outro lado, existe a necessidade de os sistemas educativos trabalharem para melhorar os resultados das avaliações externas. Isso tem desencadeado, conforme salientam Bauer, Alarvase e Oliveira (2015), o desenvolvimento de programas de avaliação específicos em diferentes estados. Desse modo, o Governo Federal e os estados brasileiros vêm criando

31

¹ Graduando do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ian73@hotmail.com

² Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ronildo.stieg@yahoo.com.br

³ Doutor em Educação e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: wagnercefd@gmail.com



meios para contribuir com a formação de profissionais da educação e estudantes, tendo em vista a realização dos exames standardizados (Marques, Stieg, Santos, 2022).

Nessa mesma lógica, o estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Sedu), instituiu o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) no ano 2000. Assumido como política pública de avaliação estadual, o Paebes tem como principal objetivo “[...] avaliar o desempenho da rede pública estadual de ensino fundamental e médio” (Espírito Santo, 1999, p. 13).

Por ter a característica de uma avaliação censitária, o Paebes tem permitido o acompanhamento do progresso escolar dos estudantes ao longo dos anos do ensino fundamental e final do ensino médio. Consequentemente, o Paebes passou a exercer significativa influência nas políticas educacionais adotadas no estado, fruto da abrangência, profundidade e regularidade do programa. Para a sua organização e produção das avaliações, o estado do Espírito Santo estabeleceu parcerias com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF).

Especificamente no México, o *Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación* (INNE, 2023), instituição autônoma do governo mexicano, tem sido responsável por avaliar a qualidade da educação em todos os níveis educacionais do país. Seu objetivo principal é promover uma educação de qualidade, realizando avaliações do sistema educacional, das instituições e dos alunos. Em 2013, com a promulgação da *Ley del Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación* (INEE) no México, foram estabelecidas as bases e atribuições desse instituto, assim como os procedimentos e diretrizes para a avaliação educacional. Essa lei aborda critérios de avaliação, indicadores de desempenho, métodos de avaliação, responsabilidades do INEE e dos diferentes atores do sistema educacional (México, 2022).

De modo semelhante ao que ocorre no estado do Espírito Santo, identifica-se que o estado da Baja California, localizado no noroeste do México, oficialmente instituiu no ano de 2012 o *Examen Estatal de Ingreso a Media Superior* (Exeims-BC), uma avaliação estadual que tem produzido sistemas de certificação que passaram a ser utilizados para a seleção de alunos para o ingresso em cursos de nível médio superior (*bachillerato*) do país. Além disso, trata-se de um exame standardizado misto (de seleção e nivelamento) e de caráter diagnóstico, disponibilizado e elaborado pelo Sistema Educativo Estatal (SEE), por meio da *Dirección de Evaluación Educativa* (DEE) do estado da Baja California. No que se refere ao objetivo do Exeims-BC, segundo informações disponíveis no SEE, consiste em “[...] proporcionar y promover los servicios de educación, cultura y deporte con equidad, calidad y sentido humano, en la formación para la vida de todos los habitantes de Baja California” (México, 2022, p. 1).



Objetivos gerais

Partindo do pressuposto de que os exames standardizados apresentam impactos no cenário educacional do Espírito Santo e da Baja California, este estudo teve como objetivos:

- Mapear e analisar as políticas de formação implementadas pelos estados do Espírito Santo (Brasil) e da Baja California (México), visando à melhoria dos indicadores de desempenho estudantil nas avaliações do Paebs e Exeims-BC, respectivamente;
- Compreender as iniciativas dos respectivos estados em relação às políticas de formação focalizadas nas avaliações de larga escala voltadas para o Paebs e o Exeims-BC.

Metodologia, materiais e métodos

Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória (Creswell; Plano Clark, 2013), que adota o método comparado (Bloch, 2001). Entende-se, assim como Bloch (1998), que realizar um estudo fundamentado em aspectos que visam à comparação entre dois contextos requer um processo de análise das partes de forma isolada antes de estabelecer comparações adequadas.

Utilizaram-se como fontes documentos relacionados às políticas de formação para os exames Paebs/Brasil e Exeims-BC/México. O levantamento de fontes foi realizado no ano de 2022, a partir de buscas nos *websites* das instituições responsáveis pela elaboração e condução desses exames. Após analisar as fontes de cada exame em particular, realizou-se posteriormente o processo de comparação e categorização a partir dos indicadores propostos por Álvarez-López e Matarranz (2020), conforme exposto no Quadro 1, o que permitiu estabelecer a discussão dos resultados.

É importante destacar que este estudo se insere nos projetos guarda-chuva *Avaliação standardizada nos estados do Espírito Santo/Brasil e Baja California/México: dilemas e tensões do Paebs e do Exeims-BC*, Edital Universal FAPES nº 03/2021, nº do processo 11367/2021, e *Política de avaliação educacional: comparação transcultural entre países sul-americanos no PISA*, financiado pelo CNPq, nº 18/2021.

Resultados

Os exames apresentam uma configuração diferente de acordo com seus propósitos e agentes responsáveis por sua idealização, implementação e administração (Álvarez-López; Matarranz, 2020). Notam-se, com base no Quadro 1, algumas diferenças entre o Paebs e o Exeims-BC, tanto no que se refere aos órgãos responsáveis, finalidade e, principalmente, nas

políticas de formação ofertadas nos respectivos estados, tendo em vista a preparação para esses exames no Estado do Espírito Santo e na Baja California.

Quadro 1 – Estrutura do Paebes e do Exeims-BC

Exames	Ano de criação	Órgão responsável pelo exame	Finalidade	Formações disponibilizadas
Paebes	2000	Sedu CAEd/UFJF	Avaliar o desempenho dos estudantes da rede pública do estado do Espírito Santo	Oficinas; Guia Informativo das Avaliações Externas do Espírito Santo
Exeims-BC	2012	SEE DEE	Diagnosticar o nível de aprendizagem dos alunos e possibilitar o ingresso no ensino técnico	Folheto de orientação; Vídeo informativo; Indicadores estatísticos educacionais; Guia do estudante

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No estado do Espírito Santo, a Sedu, principal órgão responsável pelo Paebes, tanto pela sua aplicação como pela elaboração das formações continuadas para professores vinculados à rede de ensino, conta com órgãos colaboradores dedicados à avaliação e formação dos profissionais da educação. Isso inclui a Gerência de Avaliação e o Centro de Formação de Profissionais da Educação (Cefope), ambos responsáveis por essas áreas de avaliação e formação. Além disso, a Sedu trabalha em parceria com o CAED/UFJF, sendo o encarregado principal por gerenciar as avaliações do Sistema Capixaba de Avaliação Básica (Sicaeb) e divulgar os resultados do Paebes. Embora não tenham sido encontradas muitas informações a respeito das políticas de formação ofertadas, as informações disponíveis no próprio site da Sedu indicam que as ações desenvolvidas em nível de rede estadual de educação incluem: oficinas e um Guia Informativo das Avaliações Externas do Espírito Santo, ambos destinados a professores.

O sistema educativo da Baja California tem buscado impulsionar estratégias políticas de formação destinadas ao desenvolvimento e aplicação do Exeims-BC. Embora informações específicas sobre os resultados desse exame sejam escassas, o *Colegio de Bacharilles del Estado de Baja California* (CobachBC) tem tomado medidas proativas para auxiliar os alunos na preparação para o Exeims-BC. Uma delas corresponde à elaboração do *Guía del Alumno 2022-2*, criado pelo CobachBC, que fornece informações detalhadas sobre o que é avaliado e como

funciona o Exeims-BC. Esse guia inclui aprendizagens esperadas, atributos, tipo de conteúdo, processo, tipos de itens e a quantidade de itens, proporcionando uma orientação para os estudantes antes da avaliação. Essas ações visam preparar os alunos para o Exeims-BC, mesmo que os dados concretos sobre os resultados ainda não estejam amplamente disponíveis. O compromisso com a implementação de tais estratégias reflete o esforço contínuo para aprimorar o sistema educacional e proporcionar aos estudantes as ferramentas necessárias para alcançarem um bom desempenho na avaliação e, com isso, conseguirem garantir a vaga em cursos de nível médio superior de instituições mexicanas.

De modo geral, percebe-se, com base nos resultados desta pesquisa, que ambas as secretarias estaduais de educação têm fomentado políticas de formação tendo em vista as avaliações de larga escala. No estado do Espírito Santo, os fatores que podem ter influenciado o desempenho das unidades escolares concentraram-se na ação de oferecer formações continuadas para professores, mobilizando, para isso, diferentes agentes públicos e privados. No estado da Baja California, as formações, tendo em vista as avaliações de larga escala, assumem a lógica de preparação para os exames, elaborando, para isso, materiais audiovisuais e testes simulados para os alunos, como forma de exercitar os conhecimentos e futura realização do exame.

Compreende-se que as iniciativas dos respectivos estados em promover programas de formação destinados às avaliações de larga escala não têm apresentado a mesma configuração, tanto no público-alvo a que se destinam como no tipo de formação ofertada. O que se percebe são ações que têm pensado maneiras de suporte com vistas a melhorar os índices de desempenho dos estudantes no Paebes e no Exeims-BC e pouco têm se destinado à interpretação dos resultados desses exames, visando a ações pedagógicas que tenham como real pano de fundo a melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes vinculados às redes públicas dos estados do Espírito Santo e da Baja California.

Conclusão

Com o objetivo de mapear, analisar e comparar as políticas de formação voltadas para os exames standardizados dos estados do Espírito Santo e da Baja California, foi possível identificar diferenças entre as políticas de formação oferecidas para professores e estudantes voltadas para o Paebes e o Exeims-BC.

No Espírito Santo, a Sedu vem oferecendo políticas de formação continuada sobre o Paebes desde o ano de 2013, mesmo tendo iniciado suas avaliações no ano de 2000. Nesse caso, o foco tem estado nos professores e gestores escolares com o discurso de melhoria da qualidade da educação da rede estadual. No estado da Baja California, por sua vez, a SEE e a DEE têm se encarregado de administrar o Exeims-BC, centralizando sua política de



formação nos estudantes, com vistas a levá-los a obter resultados significativos para que possam garantir a certificação e ingresso em cursos de educação média superior do país. Devido às limitações deste estudo, que incluem a falta de dados disponibilizados pelas Secretarias Estaduais de Educação do Espírito Santo e da Baja California, destaca-se a necessidade de outros estudos que busquem analisar os impactos das formações oferecidas pelos respectivos estados nos indicadores de desempenho escolar, tanto na vida dos estudantes, dos professores, como dos gestores escolares.

Referências

ÁLVAREZ-LÓPEZ, G.; MATARRANZ, M. Calidad y evaluación como tendencias globales en política educativa: estudio comparado de agencias nacionales de evaluación en educación obligatoria en Europa. **Revista Complutense de Educación**, Madrid, v. 31, n. 1, p. 83-93, 2020.

BAUER; A.; ALAVARSE; O. M.; OLIVEIRA, R. P. de. Avaliação em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1367-1382, dez., 2015.

BLOCH, M. Para uma história comparada das sociedades europeias. *In*: BLOCH, M. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.

CRESWELL, J.; PLANO CLARK, V. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação – SEDU. Gerência de Qualidade da Informação e da Avaliação. **Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo**. Vitória (ES): Sedu, 1999.

INEE. **Ley del Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación**. México, 2013.

MARQUES, R.; STIEG, R.; SANTOS, W. Exames standardizados: análise dos modelos e das teorias na produção acadêmica. **Revista Meta: Avaliação**, v. 12, n. 34, p. 1-27, mar. 2020.

MARQUES, R.; STIEG, R.; SANTOS, W. Estratégias pedagógicas de educação física destinadas à preparação dos alunos para o Enem. **Pré-impressões SciELO**; 2022. DOI: 10.1590/scielopreprints.5042.

MÉXICO. Baja California. **Objetivo general**. Secretaría de Educación del Estado de Baja California, 2022. Disponível em: <https://www.educacionbc.edu.mx/index.php/vision-y-objetivo-general/>. Acesso em: 30 maio 2022.

2023

 **J I** Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

MONS, N. Effets théoriques et réels des politiques d'évaluation standardisée. **Revue Française de Pédagogie**, Paris, n. 169, p. 99-140, 2009. DOI: <https://doi.org/10.4000/rfp.1531>

SUDBRACK, E. M.; COCCO, E. M. Avaliação em larga escala no Brasil: potencial indutor de qualidade? **Roteiro**, Joaçaba, v. 39, n. 2, p. 347-370, jul./dez. 2014.

37

 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

“CIÊNCIA É POD!”: *PODCAST* COMO UMA ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, SOCIAL E CIDADÃ

Joana Araci Schmidt¹
Madjiguene Rodrigues Rangel²
Carina Maidana Loureiro³
Laura Moreira Kunde⁴
Cadidja Coutinho⁵

Introdução

Os *podcasts* são arquivos em formatos de áudio, semelhantes aos de rádio, compartilhados via *internet*, que se tornaram fonte de entretenimento e aliados na/para educação, assim como consta na reportagem divulgada pela Agência Sebrae de Notícias (2023), em que relata que, de acordo com pesquisas realizadas pelo Ibope, mais de 34 milhões de pessoas no Brasil são ouvintes de *podcasts*. Sendo assim, fica nítido o número expressivo de ouvintes, demonstrando que esse recurso pode servir de grande valia para o contexto educacional, pois conforme Coutinho et al. (2022, p. 2) “[...] o mecanismo tem se mostrado como um recurso pedagógico muito valioso e inovador, já que é utilizado cotidianamente por diversos públicos, proporcionando uma familiaridade com a ferramenta”. Públicos esses, que vão desde os educandos aos/às professores/as da Educação Básica.

Tendo em vista a praticidade da ferramenta e acessibilidade, tanto para criar quanto para ouvir, o acesso torna-se simples em relação a outros aplicativos. A utilização desse recurso no ambiente escolar pode servir como forma atrativa e de aproximação dos conteúdos escolares e do/a professor/a aos adolescentes, já que os/as educandos/as estão acostumados/as com as tecnologias que surgem diariamente em nossa sociedade.

Dessa forma, vê-se como possibilidade de abranger os mais variados conteúdos em uma só ferramenta, que não ocupa tanto tempo dos/as estudantes e já faz parte do cotidiano da maioria, sendo uma forma de promover e divulgar a educação científica para além das salas de aulas. Partindo deste contexto, surge o podcast “CIÊNCIA É POD” promovido pelo Grupo de Pesquisa “Ciênciaemflor” da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

38

¹ Curso de Pedagogia Licenciatura, Universidade Federal de Santa Maria, joana.schmidt@acad.ufsm.br

² Curso de Pedagogia Licenciatura, Universidade Federal de Santa Maria, madjiguene.rangel@acad.ufsm.br

³ Curso de Pedagogia Licenciatura, Universidade Federal de Santa Maria, carinaml2608@gmail.com

⁴ Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências, Universidade Federal de Santa Maria, Laura.moreira@acad.ufsm.br

⁵ Departamento de Metodologia do Ensino, Universidade Federal de Santa Maria, cadidja.coutinho@ufsm.br



Objetivo

Descrever uma estratégia extensionista de divulgação científica, social e cidadã a partir do *podcast* “CIÊNCIA É POD”, fomentando situações de aprendizagem e práticas de Letramento Científico voltadas à educação básica.

Metodologia

Trata-se de um estudo, em andamento, de abordagem qualitativa, que tem como público-alvo professores e professoras da Rede de Ensino e suas respectivas turmas, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Os docentes terão sua participação através da adesão, juntamente com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, a qual auxilia na divulgação e apresentação do projeto através de cartas-convite.

O projeto está dividido em 3 etapas, sendo a etapa 1 a aproximação com as escolas, na qual serão sondados os assuntos de interesse a partir de seu contexto. A etapa 2 confere à contextualização do Letramento Científico, a partir de reflexões e utilização de propostas e metodologias integrativas de conceitos e linguagem científica. Também nessa etapa visa-se realizar ações formativas para reconhecimento do *podcast* como ferramenta de ensino, divulgação científica social e cidadã, além de promover o Letramento Científico. Para que isso seja efetivo, serão utilizados tutorias, como indica a figura 1, elaborados para que se compreenda desde a gravação até a publicização desses áudios.

Figura 1 - Folder disponibilizado nas formações



40

Fonte: autoras (2023)

Já a etapa 3 prevê a utilização do “CIÊNCIA É POD” como estratégia de ensino, através do empoderamento científico, a partir dos conceitos trabalhados em sala de aula, o docente apropria-se de episódios que contemplem esses assuntos. E a partir desse áudio, poderá problematizar, organizar e/ou avaliar propostas de aprendizagem em sala de aula com a utilização deste recurso em áudio. E em contextos em que não há conexão com *internet*, pode-se realizar o *download*, para *pendrives*, desses arquivos de áudio.

Resultados parciais

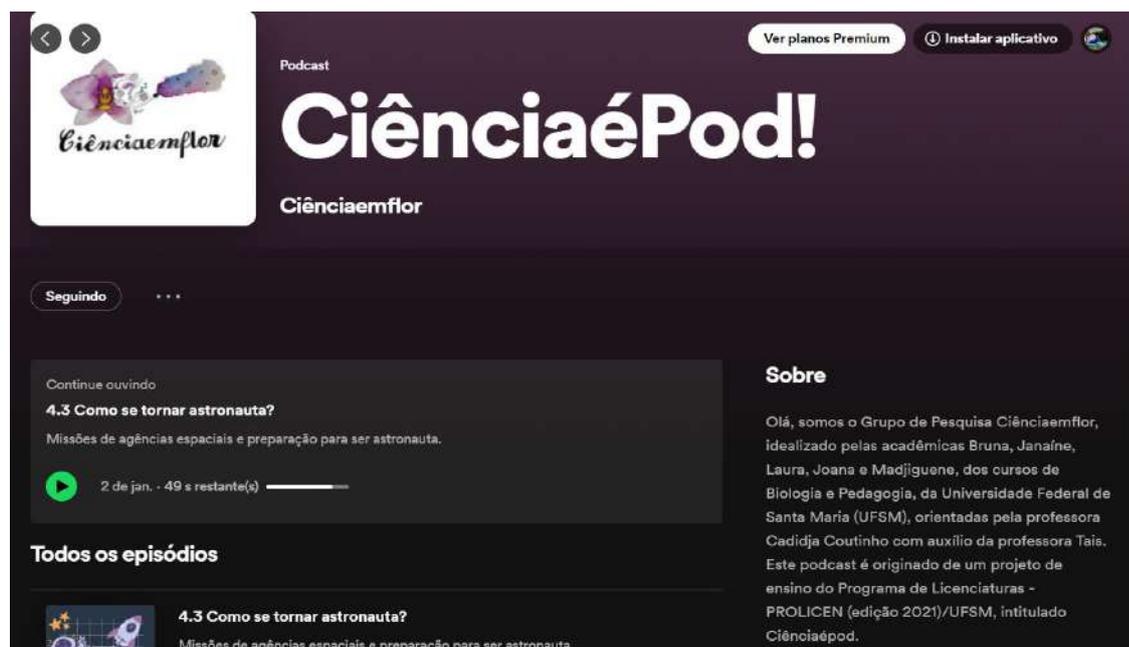
Visando a efetividade das ações do projeto (em andamento), realizam-se reuniões quinzenais para planejamento dos episódios, que são pensados de forma coletiva e colaborativamente, trazendo temáticas atuais e que tenham sentido para o momento em que serão gravados os episódios. Para os roteiros, utiliza-se a metodologia dos 3 Momentos Pedagógicos (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2011), a saber: Problemática Inicial (PI), em que apresentam-se



situações-problema; Organização do Conhecimento (OC), vincula-se a situação-problema com conceitos científicos; por fim, a Aplicação do Conhecimento (AC), momento em que os estudantes são desafiados e por consequência ocorre a maior fixação do conhecimento. O Letramento Científico é abordado a partir de situações cotidianas e visa desenvolver a capacidade de agir socialmente do sujeito, conforme Ruppenthal, Coutinho e Marzari (2020), aliado às três grandes Áreas temáticas da Base Nacional Comum Curricular; Matéria e Energia, Vida e Evolução, Terra e Universo, assuntos essenciais para o ensino científico.

As gravações ocorrem com apoio das Rádios da Universidade Federal de Santa Maria, as quais cedem seus estúdios para esse momento e realizam edição dos áudios. Após as gravações utiliza-se a plataforma *Spotify for podcasters* para que os episódios sejam publicados no *Spotify* (figura 2) (link de acesso ao *Podcast*: <https://spotify.link/B0WbcFHFYDb>). Com isso, pretende-se aprofundar-se e a cada nova temporada trazer novos conhecimentos de qualidade e acessíveis.

Figura 2 - Perfil do CIÊNCIA É POD! no *Spotify*



41

Fonte: autoras (2023).

Por fim, cabe ressaltar que o *podcast* segue com o intuito de provocar reflexões e ações por parte de quem está ouvindo e consumindo aquele conhecimento. Ao instigar, busca-se provocar no outro a vontade de saber e pesquisar mais, pois acredita-se que para que haja uma assimilação

de conhecimento, o sujeito deve ser estimulado a encontrar maneiras de aprofundar seus saberes sobre o assunto abordado, para que possa entender como a Ciência faz parte de seu cotidiano.

Conclusão

O *podcast*, por ser uma ferramenta gratuita e de fácil acesso, torna-se um recurso potencializador do ensino de Ciências. Além disso, professores/as poderão se apropriar desses arquivos de áudio, visando atrair os/as estudantes e, ainda, reforçar a problematização dos conhecimentos produzidos em aula, trazendo temáticas atuais e importantes para o ensino mais contextualizado, crítico e inovador.

Assim como, os/as docentes poderão utilizar o "CIÊNCIA É POD" como recurso educacional, também poderão criar outros episódios falando sobre os assuntos de forma mais aprofundada com os/as estudantes, desenvolvendo o protagonismo desses sujeitos.

Vale ressaltar que, o *podcast* torna-se uma ferramenta importante de divulgação científica e que poderá ser desenvolvido o Letramento Científico não só nos espaços escolares formais, como também nos não formais e informais, para além das salas de aulas, em prol de uma educação que forme estudantes ativos/as e atuantes na sociedade em que estão inseridos/as.

Referências

COUTINHO, Cadidja; RANGEL, Madijiguene R.; Marques, Bruna V. B.; FRARE, Janaíne B.; SCHMIDT, Joana A.; KONFLANZ, Taís L.. Recorte de uma ação pedagógica: podcasts como alternativa no ensino de Ciências. **Revista Interdisciplinar de Tecnologias na Educação (RInTE)**, v. 8, n. 1, 2022.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. A. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RUPPENTHAL, Raquel.; COUTINHO, Cadidja.; MARZARI, Mara Regina Bonini. Alfabetização e letramento científico: dimensões da educação científica. **Research, Society and Development**. v. 9, n. 10, 2020.

Setor de produção de Podcast está em expansão no Brasil. Agência Sebrae de Notícias, 2023. Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/cultura-empresendedora/setor-de-producao-de-podcast-esta-em-expansao-no-brasil-confira-dicas-do-sebrae/#:~:text=De%20acordo%20com%20estimativa%20do,8%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 14 set. 2023.

O CRIME DE SANGUE E A PRÁXIS JURÍDICA: ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA COTIDIANA NA VILA DE SÃO SALVADOR DA PARAÍBA DO SUL (1785-1841)

Claudia Cristina Azeredo¹

Fernanda Figueiredo de Souza Barreto Silva²

Julya Batista Aguiar³

Quézia Trajano de Alvarenga⁴

Introdução

No âmbito do projeto encimado e em fase inicial de realização, a equipe de pesquisadores coordenada pela Doutora Claudia Atallah, associadas ao grupo de pesquisa Justiça e Impérios Ibéricos no Antigo Regime (JIAR), pretende apresentar o trabalho de identificação, organização e catalogação do acervo judiciário da comarca de Campos dos Goytacazes sob a guarda do Arquivo Waldir Pinto de Carvalho, localizado na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. O Arquivo foi criado em 28 de maio de 2001 e instalado no Solar do Colégio desde 28 de março de 2002. O Solar do Colégio foi sede de uma grande fazenda que pertencia ao colégio jesuíta do Rio de Janeiro, que tinha como identificação o nome de Fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio.

A vila de São Salvador da Paraíba do Sul, objeto deste estudo, foi fundada no dia 29 de Maio de 1677, depois que a Coroa doou a capitania para Martim Correia de Sá e Benevides Velasco, primeiro visconde Asseca, e João Correia de Sá, filhos de Salvador Correia de Sá em 1674. A vila contava com cinco freguesias: São Salvador, São Gonçalo, São Antônio de Guarulhos, Nossa Senhora das Neves e Santa Rita e Nossa Senhora do Desterro do Capivari. Todo desdobramento para fundação da vila foi conturbado e conflituoso. Segundo Rafaela Machado, já no momento da criação da Vila, a capitania mergulhou em profundas contendas que se perpetuaram ao longo de todo século, que tiveram como principais atores os defensores do donatário, por um lado, e por outro lado os que defendiam os interesses dos habitantes da terra

43

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora adjunta na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGHS UERJ). E-mail para contato: clauatallah@gmail.com

² Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bacharelada em História pela mesma universidade. E-mail para contato: fernandabarreto@id.uff.br

³ Licencianda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: julyabatista@id.uff.br

⁴ Licencianda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: queziatrajano@id.uff.br



(RIBEIRO, 2016, p.22). Em 1753, a capitania foi novamente incorporada aos domínios da Coroa, depois do Levante de 1748¹, e devido às reivindicações dos populares, e sob a jurisdição da Ouvidoria do Espírito Santo por ordens da Coroa. Durante o período mencionado, de 1677 a 1753, a Vila de São Salvador foi palco de diversos conflitos relacionados a posses territoriais. Sendo incorporada e devolvida aos Asseca em vários momentos (ATALLAH, 2017).

No entanto, mesmo depois do confisco da Coroa, os conflitos e as dificuldades para manutenção da dita ordem continuaram tendo em vista que mesmo sendo anexada à comarca do Rio de Janeiro, e tornando-se a Vila de São Salvador distrito da capitania do Rio de Janeiro, esta ainda era judicialmente termo da comarca do Espírito Santo, “e esse panorama suscitou diversas sobreposições jurisdicionais que confundiam as autoridades e dificultavam o controle dos povos na região” (ATALLAH, 2020, p.188).

Objetivos

Dito isso, nosso objetivo é, à luz do iluminismo jurídico discutido no ambiente português desde a instalação de um estado de polícia com as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal,

- Compreender os esforços e dificuldades para superar tradições consuetudinárias e instalar um Estado de Direito após a independência em 1822;
- Analisar a condição social da violência cotidiana em Campos dos Goytacazes, entre as últimas décadas do século XVIII e 1840, antes da reforma do código em 1841, e considerando a substituição do Livro Quinto das Ordenações pelo código criminal do Brasil de 1830;
- Analisar as tentativas de controle dos povos pelos poderes instituídos a partir da demarcação de territórios de poder.

44

Metodologia

Estamos realizando essa pesquisa a partir do estudo de bibliografias sobre o período, sobre a história da região e, além disso, a leitura dos processos dos crimes de sangue e de lesão corporal ocorridos na região. Devido a questões orçamentárias e jovialidade da instituição, o acervo judiciário ainda encontra-se em construção, por isso, a maioria dos processos criminais do século XIX e XX ainda estão sem identificação e catalogação. Para realização da nossa pesquisa e visando agilizar o processo de catalogação desses documentos, e conseqüentemente a sua disponibilidade de consulta ao público, a partir de uma parceria com a direção do arquivo, iniciamos o projeto de higienização e catalogação de processos criminais de homicídio.



Resultados

Nesta primeira etapa da pesquisa, a partir do trabalho já realizado, foi possível identificar duas tipologias criminais: lesão corporal e homicídio. Além disso, foi possível observar as interpretações das leis penais, bem como compreender as influências que práticas regionais costumeiras exerceram na tramitação dos processos, uma vez que não foi repentino o processo de substituição das Ordenações pelo Código Criminal de 1830 e Código do Processo Criminal de 1832. Pela substituição gradual, foi perceptível a coexistência de discursos e que faziam uso de ambas as legislações.

A partir da análise de processos criminais é possível “analisar as políticas públicas, a legislação, os acórdãos do Judiciário, os sujeitos envolvidos nos litígios, as relações sociais no cotidiano, que, por sua vez, revelam, as permanências, as mudanças de intervenção [...] nas relações entre Estado e sociedade” (MACHADO, 2013, p.21). Para realização deste estudo, o conhecimento prévio da estrutura jurídica e social do período estudado é fundamental, como relata Grinberg (2011) ao ler os processos criminais é importante saber o que é e o que não é plausível em uma determinada sociedade, isso nos leva a uma melhor compreensão sobre a mesma.

Na década de 80, os estudos baseado em códigos criminais começaram a ganhar espaço na historiografia brasileira a partir da história social, buscando analisar cotidiano e suas relações de poder, em conexão com um contexto mais amplo, e a partir de diferentes vozes e setores sociais, muito influenciado pelo Carlo Ginzburg e pela micro-história, além de outros autores.² A nossa função enquanto historiador não é julgar ou apontar culpado para o crime em questão, um dos objetivos durante a leitura dessa documentação é compreender os ornamentos da sociedade a partir do caso julgado. Considerando que o julgamento envolvia diversos personagens, buscando “saber como esse discurso criminal funciona e muda, em que medida exprime o real, como aí se operam as diversas mediações” (GRINBERG, 2011, p.128).

O Livro Quinto das Ordenações Filipinas promulgado em 1603 perdurou no Brasil enquanto aparelho judiciário e penal até 1830. Essa reconfiguração faz parte do contexto da modernidade jurídica iniciada por volta do século XVIII e que, no Brasil, tomou formas no século XIX. Inicialmente com a vinda da Corte em 1808, que expandiu o aparelho de administração judiciária (VELLASCO, 2004) e, posteriormente, nos primeiros anos do Império, a Constituição de 1824 e a substituição das Ordenações, com a aprovação do primeiro Código Criminal em 1830, e do Código do Processo Criminal de 1832. O primeiro, definia os crimes e o segundo, previa as penalidades a serem aplicadas.

Segundo Slemian (2007), essa mudança resulta da necessidade de institucionalização do Império, diante da instabilidade política dos primeiros anos, era o momento de formar as bases políticas que iriam assegurar a administração da nova forma de governo. Isso inclui a criação de canais de representação dos interesses da sociedade, uma vez que as elites locais estavam mais influentes e atuantes. A modernidade jurídica alargou as capacidades de atuação e sistematizou

o aparelho administrativo e judiciário, diferenciando os responsáveis por julgar os crimes daqueles que criavam as leis, da mesma forma para os que atuavam na fiscalização da ordem. Gerando assim, uma fronteira entre os que eram considerados suspeitos e os que comandavam (SLEMIAN, 2012).

Além da higienização e catalogação dos documentos, estamos realizando leituras e fichamentos para melhor compreender a bibliografia da pesquisa. Posteriormente, para alimentar o banco de dados, realizaremos uma nova leitura das fontes, mais minuciosa, onde será possível analisar o discurso presente nos autos e traçar melhor um perfil da violência cotidiana, presente na Vila de São Salvador. A partir desse projeto, conseguimos realizar alguns trabalhos, artigos, apresentações, e acreditamos que os objetivos gerais da pesquisa estão sendo alcançados, no entanto, continuaremos pesquisando, buscando mais resultados.

Conclusão

Diante do exposto, a oportunidade de fazer parte de pesquisa científica na graduação além de abrir portas para, futuramente, seguirmos a carreira acadêmica, também nos permite um amadurecimento profissional e pessoal. Além disso, a participação no grupo de estudos nos permite debater sobre a historiografia acerca do tema da pesquisa. Com o andamento da mesma é possível perceber a importância do Arquivo Público de Campos, por guardar e disponibilizar documentos que testemunham vários aspectos de toda região Norte Fluminense e também perceber o quão fundamental é o trabalho do Historiador, especialmente dentro dos arquivos, para a sociedade.

46

Notas

¹ O Levante de 1748 foi a explosão de uma série de conflitos da elite local contra o donatário, que recomeçaram com a volta da Capitania para o domínio dos Asseca em 1739. Os proprietários locais, conhecidos como homens bons da Paraíba do Sul, reuniram-se em assembleia liderada por Benta Pereira de Sousa e seu filho, e licenciado, Manoel Manhães Barreto, decidiram por não reconhecer a posse do donatário e impedir os camarários de oficializá-la. Os revoltosos e revoltosas que compunham boa parte da elite cercaram a câmara junto a seus escravos e armados, exigindo a invalidez da confirmação de doação da capitania. O Levante foi um embate violento e os revoltosos foram momentaneamente vitoriosos, até que um destacamento enviado por Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, agiu com ainda mais violência e sufocou o movimento. Finalmente, em 1754, o processo de incorporação da Capitania ao patrimônio real foi concluído, como desejavam os revoltosos e sua liderança feminina.

² Michelle Perrot e Edward Palmer Thompson.



Referências

ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca. *Tempo*, v. 24, p. 161-179, 2018.

ATALLAH, C. C. A. Territórios de poder, criminalidade e regionalismo: A criação da comarca de Campos dos Goytacazes (1732-1835). In: Junia Ferreira Furtado; Andréa Slemian. (Org.). *Uma cartografia dos Brasis poderes, disputas e sociabilidades na independência*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, v. 362, p. 179-205.

FERREIRA, Larissa Manhães. *O Solar do Colégio, de fazenda jesuítica a arquivo : uma análise das políticas culturais em Campos dos Goytacazes de 1977 a 2001*. Campos dos Goytacazes, RJ, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência- Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

MACHADO, Ironita Policarpo. Algumas considerações sobre a pesquisa histórica com fontes judiciais. In: MÉTIS: história & cultura – v. 12, n. 23, p. 15-31, jan./jun. 2013.

RIBEIRO, R. M.. *Benta Pereira em Documentos: Testamento e Inventários*. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Câmara Campos Editora, 2016. v. 1. 184p.

SLEMIAN, Andrea et al. A administração da justiça nas primeiras décadas do Império do Brasil: instituições, conflitos de jurisdições e ordem pública (c. 1823-1850). *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 452, p. 225-272, 2012.

SLEMIAN, Andréa. Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (sec. 1822-1834). *Locus-Revista de História*, v. 13, n. 1, 2007.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais--século 19*. Edusc, 2004.

ACIDENTES COM ANIMAIS DE INTERESSE MÉDICO: AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DA EXTENSÃO

Gabriela Mota Tibola¹
 Luciani Figueiredo Santin²
 Caroline Falabreti³
 Emeli Branda Ulrich⁴
 Antonio Augusto dos Santos⁵

Introdução

Acidentes ocasionados por animais peçonhentos são um importante problema de saúde pública, em especial em países tropicais e subtropicais, fazendo parte, inclusive, da lista de doenças tropicais negligenciadas. Uma vez que afetam, na maioria dos casos, as populações mais vulneráveis do planeta e mesmo sendo responsáveis por significativos prejuízos sociais e econômicos não recebem a devida atenção (WHO, 2007). No Brasil, acidentes com animais peçonhentos são muito frequentes, somente no ano passado (2022) foram registrados oficialmente 272.068 casos, destes 62 % foram ocasionados por escorpiões, 11 % por aranhas, 10 % por serpentes, 8,4 % por abelhas e 1,7% para lagartas (BRASIL, 2022).

O grande número de envenenamento pode estar fortemente relacionado ao processo de urbanização de países como o Brasil, que na maioria das vezes ocorre de forma desalinhada, propiciando um desequilíbrio ecológico no ambiente. Com isso, animais peçonhentos e humanos começaram a dividir cada vez mais os mesmos espaços, aumentando a possibilidade dos acidentes (BRAGA et al., 2021)

Todavia, para alguns autores, uma das principais causas para os altos índices de envenenamento está no desconhecimento da população sobre aspectos básicos da biologia e ecologia destes animais e sobre prevenção de acidentes (FERREIRA; SOARES, 2008; NASCIMENTO, 2000). Boa parte do conhecimento sobre as questões supracitadas são produzidos e abordados em ambientes acadêmicos, ficando, na maioria das vezes, retido nestas instituições. Trazer à comunidade a temática animais de interesse médico, com ênfase nos peçonhentos e venenosos,

48

¹ Acadêmico graduação Licenciatura Ciências Biológicas, IFRS-Campus sertão, 2021003269@aluno.sertao.ifrs.edu.br

² Docente, IFRS-Campus sertão, luciani.santin@sertao.ifrs.edu.br

³ Acadêmico graduação Licenciatura Ciências Biológicas, IFRS-Campus sertão, 2021006420@aluno.sertao.ifrs.edu.br

⁴ Estudante Curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática integrado ao Ensino Médio, IFRS-Campus sertão 2020305069@aluno.sertao.ifrs.edu.br

⁵ Acadêmico graduação Bacharelado em Agronomia, IFRS-Campus Sertão, 70190@aluno.sertao.ifrs.edu.br



possibilita um maior conhecimento sobre estes organismos, o que poderá implicar na redução de acidentes (MATOS; IGNOTTI, 2020).

O projeto “Peçonhentos e Venenosos: extensão universitária sobre animais de interesse médico” é desenvolvido por discentes de cursos de graduação do IFRS - Campus Sertão. O mesmo busca a aproximação entre a sociedade e o meio académico através de ações de divulgação que envolvem extensão, ensino e pesquisa.

Objetivos gerais

O projeto tem como principais objetivos em suas ações: promover a disseminação de conhecimentos sobre animais venenosos e peçonhentos de interesse médico; apresentar os modos de prevenção e as medidas a serem tomadas em caso de acidentes; contribuir com informações sobre medidas profiláticas e estimular a consciência ambiental em relação a conservação desses animais, enfatizando a importância dos mesmos para o equilíbrio ecológico dos habitats.

Metodologia

As ações do projeto englobam três atividades principais, descritas abaixo:

Palestras e oficinas: atividades destinadas a estudantes e professores de escolas localizadas nas proximidades do IFRS - Campus Sertão. As atividades consistem em palestras e oficinas ministradas pela equipe do projeto, as mesmas se desenvolvem no instituto e por vezes nas escolas dos participantes. Os temas variam conforme a faixa etária, curso e tempo disponível. No geral, os assuntos abordados são: identificação das espécies de animais que causam acidentes no Brasil, medidas preventivas, primeiros socorros, importância ecológica e mitos e verdades sobre tais animais.

Divulgação por meio de redes sociais: esta ação envolve publicações semanais, realizadas através da rede social Instagram (@venensoepeconhento). As publicações são produzidas pelos membros da equipe, que após realizarem extensa pesquisa em referenciais bibliográficos, elaboram páginas com texto e ilustrações, além de vídeos onde exemplares vivos são manipulados e descritos, podendo ser facilmente compreendidos por qualquer público. Os temas são diversos, abordando variados aspectos dos grupos de animais peçonhentos e venenosos e os acidentes que os mesmos podem causar.

Produção de um guia ilustrado: esta atividade envolve além dos membros do projeto, algumas parcerias com ilustradores científicos e pesquisadores da área de herpetologia,

aracnologia e entomologia. O guia está em processo de confecção e irá conter informações sobre identificação e ocorrência das principais espécies de animais peçonhentos e venenosos da região sul do Brasil, local em que a instituição de ensino do projeto está localizada. As informações utilizadas para a construção do material serão retiradas de artigos científicos, livros, guias e de comunicações da comunidade externa, que comumente envia fotografias destes animais observados próximos a suas residências.

Resultados e discussão

O projeto está na sua quarta edição, tendo início no ano de 2019, já atendeu mais de 700 estudantes e professores das escolas da região, com palestras e oficinas lúdicas ministradas no IFRS - Campus Sertão ou ainda nas próprias escolas. O público envolvido participa ativamente de todas as atividades, sempre trazendo ao final um “feedback” positivo sobre as ações. Além disso, o projeto ficou bastante conhecido dentro da própria instituição, onde vários estudantes e servidores procuraram os participantes para sanar dúvidas sobre os acidentes e a identificação de animais peçonhentos. A divulgação do conhecimento científico por meio das redes sociais, vem se mostrando uma forma de facilitar a difusão de informações seguras de forma acessível a diversos públicos. Este tipo de divulgação pode ser uma eficiente para democratizar a ciência e combater o analfabetismo científico. É possível averiguar através da página do projeto na rede social Instagram (@venenosoepeconhento), a extensão em si pois universidade e comunidade se comunicam de forma harmoniosa, por meio de comentários, chats de mensagem ou correio eletrônico os participantes interagem com as publicações, seja sanando dúvidas sobre identificação de animais, fazendo relatos de caso, trazendo questionamentos etc.

Com relação ao guia para identificação de espécies de animais peçonhentos do sul do Brasil espera-se que esta ação atenda a uma demanda que o público participante traz- a existência de uma material que auxilie e oriente na identificação dos principais animais peçonhentos que causam acidentes na região, uma vez que há uma carência de um material de fácil acesso e compreensão destinado a qualquer cidadão que tenha dúvidas sobre aspectos básicos dos acidentes.

As ações desenvolvidas pelo projeto visam a divulgação de informações de grande relevância para a sociedade como as ligadas a questões de saúde pública e ao meio ambiente, estas ações são extremamente válidas, sendo úteis como estratégias para orientar, esclarecer e trabalhar tais temáticas que diretamente ou indiretamente afetam a todos. Aspectos ligados a biologia, taxonomia, ecologia desses organismos são trabalhados em disciplinas de diversos cursos de graduação do IFRS - Campus Sertão. Levar tais informações ao público externo, contribui para a interação entre o meio acadêmico e a comunidade. Neste movimento, ambos segmentos são beneficiados.

Considerações finais

Ao longo dos vários anos de execução do projeto é possível notar uma mudança de postura da comunidade local, professores, estudantes externos e internos à instituição, que passaram a compreender a importância desses animais no ambiente e a essencialidade de manter o equilíbrio entre todos. Destaca-se a relevância da extensão universitária para integração do meio académico e da sociedade, as ações do projeto procuram atingir o maior número possível de pessoas através de diversas modalidades e práticas. O conhecimento sobre animais peçonhentos e venenosos, deve ser amplamente divulgado devido a sua utilidade pública, já que os mesmo possuem impacto na esfera ecológica e da saúde. Portanto, ao divulgar informações tais como identificar os animais que causam acidentes, compreender sua biologia e ecologia, além das medidas de prevenção e os primeiros socorros a serem tomados em caso de acidentes, temos uma possibilidade significativa na redução dos envenenamentos.

Referências

BRAGA JRM, et al. Epidemiology of accidents involving venomous animals in the State of Ceará, Brazil (2007-2019). *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 54, 2021.

BRASIL. Boletim Epidemiológico. Acidentes ofídicos no Brasil, 2018. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. v. 51, n. 9, 2020.

FERREIRA, A. de M.; SOARES, C. A. A. Aracnídeos peçonhentos: Análise das informações nos livros didáticos de Ciências. *Ciência e Educação*. v.14, n. 2, p.307-314, 2008.

MACHADO C. Um panorama dos acidentes por animais peçonhentos no Brasil. *J Health NPEPS*. v. 1, n. 1, 2016.

MATOS, R. R.; IGNOTTI, E. Incidência de acidentes ofídicos por gêneros de serpentes nos biomas brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 25, n. 7, p. 2837-2846, 2020

NASCIMENTO, S. P. Aspectos epidemiológicos dos acidentes ofídicos ocorridos no Estado de Roraima, Brasil, entre 1992 e 1998. *Cad Saúde Pública*, v.16, n.1-8, 2000.

WHO. Rabies and envenomings: a neglected public health issue: report of a consultative meeting. Geneva: WHO; 2007.

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA-MA, BRASIL

Maria Luana Bezerra Araújo¹
Tássia Sabrine Távora dos Santos²

Introdução

O presente estudo tem por objetivo a análise da violência de gênero, o qual expressa-se nas culturas de todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento social ou cultural, um problema grave que afeta pessoas de todas as idades. Em aspecto cultural, atua-se historicamente e socialmente, principalmente, em instituições como igreja, escola, família e estado, as quais colaboram diretamente para a desigualdade de poder entre homens e mulheres e na persistência de normas de gênero discriminatórias. A violência contra a mulher é estimada como uma epidemia global pelas Nações Unidas. O relatório da OMS concluiu que a violência física e sexual é cometida principalmente por parceiros íntimos. O fato da violência de gênero é enfatizado por não estar limitado a uma cultura, ou seja, a violência de gênero existe, ainda que em maior ou menor grau, mesmo estando na Constituição de 1988 que a igualdade de direitos entre sexos é reconhecida. No município de Barra do Corda, situado no Estado do Maranhão, Brasil, essa opressão masculina não é diferente, por se tratar de interior, o machismo ainda está impregnado e podendo ser notado. Por isso, iremos analisar e examinar a situação da violência de gênero nesse município, com o objetivo de entender melhor a sua magnitude e impacto.

52

Objetivos gerais

- Analisar a violência de gênero no município de Barra do Corda/MA;
- Constatar e definir os tipos de violência de gênero para identificar o mais incidentes dentro da referida cidade;
- Demonstrar os principais fatores que causam a violência de gênero

¹ Maria Luana Bezerra Araújo. Graduada bacharelado em Direito na Faculdade do Centro Maranhense-FCMA. E-mail luana.mlba@gmail.com

² Tássia Sabrine Távora dos Santos. Mestre em Direito pela UNINOVE, especialista em Direito Civil e Processual Civil, Esapi. Advogada, professora e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa da FCMA/UNICENTRO, Mestre, e-mail: tassiatavora@hotmail.



Metodologia, materiais e métodos

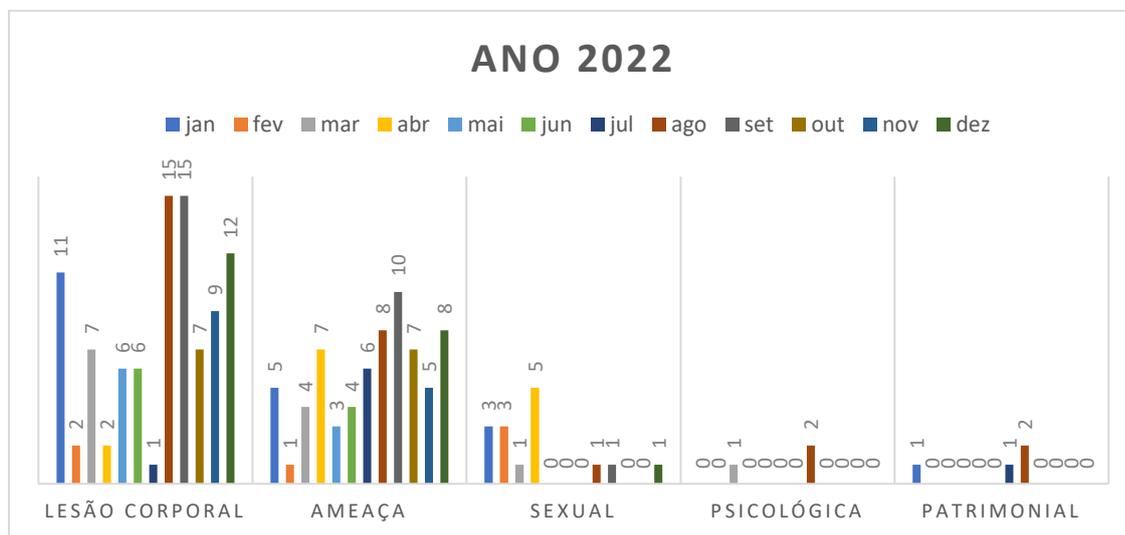
O método de pesquisa utilizado consistiu em uma análise de dados estatísticos e quantitativos, para as quais foram empregados dados disponibilizados pela a Delegacia da Mulher de Barra do Corda/MA, com inserção da averiguação mensal feita nos anos de 2022 e 2023 (até o mês de outubro).

A análise constituirá na consulta por meio de fontes oficiais, tais como: boletins de ocorrência, estatísticas de atendimento na Delegacia Especial da Mulher, dentre outros dados disponíveis para identificar informações sobre os tipos de crime registrados ou relatados, focando especialmente na identificação dos tipos de violência mais comuns nesse contexto. Essa metodologia conta com fontes confiáveis de informação para garantir a ética e a privacidade durante a coleta e análise dos dados, respeitando a integridade das vítimas e protegendo a identidade das pessoas envolvidas.

Resultados

Com base na análise de dados, revela-se a existência de uma preocupante incidência de violência de gênero em Barra do Corda/MA, tais como: lesão corporal; ameaça; psicológica; sexual e patrimonial. Conforme mostra a tabela, o crime de lesão corporal é o que tem mais incidência:

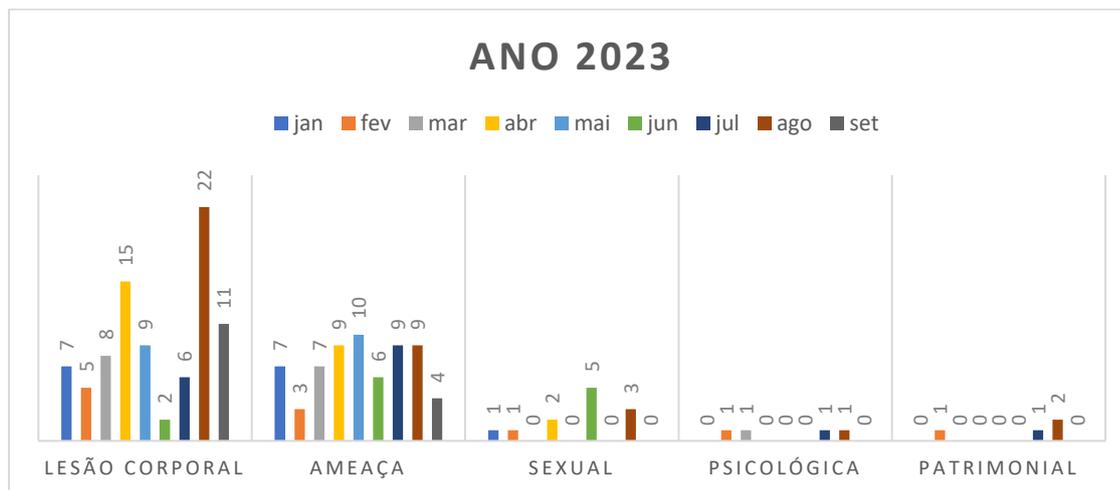
Gráfico 1 – Análise dos tipos de violência de gênero do ano de 2022.



Fonte: ARAUJO, Maria Luana Bezerra.



Gráfico 2 – Análise dos tipos de violência de gênero do ano de 2023.



Fonte: ARAUJO, Maria Luana Bezerra.

54

Essa questão da violência de gênero demanda ações efetivas por parte das autoridades e da sociedade como um todo para combater e prevenir esses crimes. Alguns fatores podem contribuir para a persistência desse problema, nessa pesquisa analisamos depoimentos de vítimas, no quais observamos a falta de conhecimentos das mulheres sobre os seus direitos e a cultura de machismo que ainda está enraizada na sociedade de Barra do Corda/MA.

Também foi possível observar pelos dados recentes de atendimento na Delegacia da Mulher, que houve um aumento nas denúncias, graças às informações que podem se passar através de campanhas, como o “Agosto Lilás”, no qual é divulgado a Lei Maria da Penha e também debatido os tipos de violências e o que pode causa-las, sendo assim, a mulher conhecendo seus direitos e cansada de sofrer, procura ajuda para denunciar.

Conclusão

Para enfrentar a violência de gênero, é necessário adotar uma abordagem multifacetada e envolver diversos atores, incluindo governos, sociedade civil e instituições e implementar uma série de medidas, tais como a implementação de políticas públicas de prevenção e combate à violência de gênero, incluindo campanhas de conscientização a educação sobre igualdade de gênero, direitos das mulheres e violência de gênero desde cedo, nas escolas e em programas de conscientização na comunidade. Capacitação dos profissionais que lidam com casos de violência

de gênero, posto que é importante capacitar e sensibilizar os profissionais da área da saúde, da segurança pública e do sistema de justiça para lidar de forma adequada e respeitosa com as vítimas de violência de gênero.

Ainda, o engajamento dos homens haja vista que a igualdade de gênero é uma questão que envolve toda a sociedade e é essencial envolver os homens na luta contra a violência de gênero. Isso pode ser feito por meio de programas de educação e conscientização direcionados aos homens, bem como iniciativas que promovam uma masculinidade saudável e livre de violência. A análise da violência de gênero no município de Barra do Corda revela a urgência da adoção de medidas efetivas para combater esse problema. É necessário um esforço conjunto da sociedade e das autoridades para promover a igualdade de gênero e garantir a segurança e dignidade de todas as pessoas. Somente com a conscientização e a ação contínua será possível superar esse desafio e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Isto posto, é importante destacar que a solução para a violência de gênero é um processo contínuo e de longo prazo onde por meio de políticas públicas adequadas pode-se aumentar o número de mulheres atendidas e o número de homens que podem ser tratados psicologicamente, pois esse machismo vem de séculos. Requer, ainda, um compromisso coletivo para criar uma sociedade igualitária e livre de violência, além de uma abordagem multidimensional que aborde as causas mais profundas desse problema.

Referências

AMBRÓSIO, Lucas César. **Lei Maria da Penha: mais de 10 anos se passaram e as janelas ainda continuam quebradas.** BRASÍLIA 2017.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. **Crimes contra mulheres.** Ed. Salvador, Editora JusPodivm, 2022

CERQUEIRA, Daniel. **Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha. Texto para discussão.** Brasília Março de 2015 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Brasília.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do Trabalho Científico.** 5.ed. rev. ampl. São Paulo: 2001.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade.** 3ª edição. 2022.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina (livro eletrônico)** / Maria do Socorro Ferreira Osterne. -1. ed. –Fortaleza, CE: Edmeta Editora, 2020.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948.<
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em 15 de setembro de 2023.

Silva LE, Oliveira ML. **Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013.** Cien Saude Colet. 2015;20(11): Review

56



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ANÁLISE DOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE PSICOLOGIA NA CIDADE DE PIMENTA BUENO-RO

Ricardo Alexandre Aneas Botta¹

Introdução

Segundo Felder, R.M ; Silverman , L.K (1988), cada indivíduo apresenta estilos de aprendizagem diversificados de acordo com suas dimensões, tais Sensorial/Intuitiva; Visual/Verbal; Indutiva/Dedutiva; Ativa/Reflexiva; Seqüencial/Global. Com a aplicação do Índice de Estilos de Aprendizagem (ILS), elaborado para identificar as preferências dos alunos a partir das dimensões desenvolvidas por Felder, R.M ; Silverman,L.K (1998), foram realizados estudos de casos nos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Mecânica, Física, Química, Matemática do Rio Grande do Sul (CURY, H. N., 2000), em turmas de Engenharia Química e de Engenharia de Alimentos de Santa Catarina (ROSÁRIO, J. de A, 2006), no curso de Contabilidade (SILVA, D. M, 2006).

Constatou-se que quando a instituição analisada utiliza um único estilo de ensino, isso pode acarretar uma insatisfação no desempenho acadêmico, pois os estudantes com estilos diferentes não terão um bom rendimento quanto àqueles que se identificam com o estilo de oferecido pela Instituição.

57

Objetivo

O objetivo deste projeto foi o de analisar os estilos de aprendizagens de alunos do 1 ano do Curso de Psicologia da Cidade de Pimenta Bueno-RO, buscando propor novas estratégias de ensino para a facilitação dos processos de aprendizagem.

Modelo Felder-silverman

O professor de Engenharia Química Richard M. Felder uniu-se à psicóloga em educação, Linda Silverman, para escrever um artigo com algumas considerações sobre ensino e aprendizagem (Felder, R.M ; Silverman L.K.,1988). Neste material, foi sugerido um modelo que classifica os diferentes estilos de aprendizagem em quatro escalas preferenciais, cada uma contendo dois extremos de qualidades opostas.

¹ Psicólogo (UNESP-SP-1993), Mestre em Educação (UFScar-SP-1997), Coordenador e Professor do Curso de Psicologia Estácio FAP Pimenta Bueno-Rondônia-Brasil. Email: ricardo.botta@estacio.br

Para Rosário J. de A. (2006), o modelo *Felder-Silverman* diferencia os grupos que gostam de lidar com a informação pela experimentação ou pela observação (“Ativos” e “Reflexivos”), que têm mais facilidade de aprender por observação ou por introspecção (“Sensoriais” e “Intuitivos”), através de informações gráficas, ou escritas e faladas (“Visuais” e “Verbais”), e que preferem a matéria disposta de modo ordenado, indo progressivamente do específico para o geral, ou que aprendem de modo aleatório, mais facilmente quando o assunto é apresentado do geral para o específico (“Sequenciais” e “Globais”).

Metodologia

Participantes

Participaram da pesquisa 18 acadêmicos do 1º Período do curso de Psicologia da Estácio FAP Pimenta Bueno-RO

Local

Na sala de 1º período Psicologia, no campus Estácio FAP- Pimenta Bueno-RO

Materiais

Instrumentos

O teste que operacionaliza o modelo Felder-Silverman é o Inventário de Estilos de Aprendizagem (Index of Learning Styles), citado a partir deste momento pela sua abreviatura, ILS. Desenvolvido por Felder, R.M.; Soloman, B.A (1991), na Universidade Estadual da Carolina do Norte para determinar as preferências de aprendizagem em quatro dimensões do Modelo de Felder R.M.; Silverman, L.K. (1988). O ILS consiste em um questionário com 44 perguntas – 11 para cada dimensão de estilo – cuja combinação de respostas determina o perfil de aprendizagem do respondedor.

Procedimentos

A coleta de dados foi executada no mês de agosto de 2022 e teve início com o pedido de autorização da coordenadora do curso Psicologia para a realização da pesquisa nos sujeitos selecionados, no sentido de favorecer o acesso a estes. O instrumento foi aplicado, após as explicações prévias a respeito da finalidade da pesquisa e da importância de se preencher corretamente o termo de consentimento livre e esclarecido. Os inventários foram distribuídos aleatoriamente na sala de aula e sua devolução por parte dos sujeitos variou de quinze a quarenta

e cinco minutos. Quem realizou o teste deve de optar por uma de duas alternativas de respostas, devendo escolher a que mais se enquadra com a realidade do sujeito, ou a que ocorre com mais frequência.

Resultados

Na Folha de Respostas do ILS, deve-se somar a quantidade de respostas “a” para cada coluna. O mesmo deve ser feito para as respostas “b”. Então, o próximo passo é subtrair o maior valor do menor, obtendo-se a diferença e a alternativa mais escolhida (por exemplo, 9b). Pontuações entre 1 e 3 na escala correspondem a preferência leve por ambas as dimensões; entre 5 e 7, preferência moderada por uma delas; e valores entre 9 e 11 indicam forte inclinação para uma das dimensões. :

Tabela 1: Estilos de Aprendizagem, baseado no Modelo de Felder e Silverman

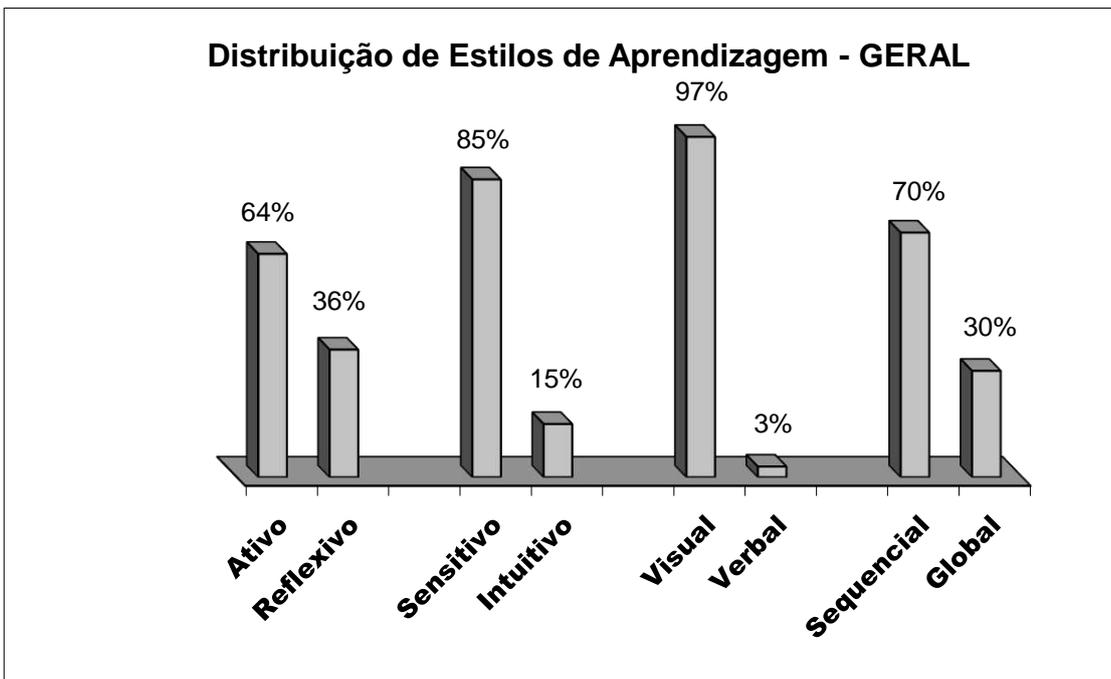
Ativo	PROCESSAMENTO	Reflexivo
Sensorial	PERCEPÇÃO	Intuitivo
Visual	ENTRADA	Verbal
Sequencial	ORGANIZAÇÃO	Global

Fonte: Rosario, J. de A. (2006) pág. 18

59

Primeiramente, foi feita uma tabulação na folha de respostas (Anexo B) com as respostas oferecidas pelos académicos de Engenharia Civil. Em seguida, os resultados foram transcritos no programa EXCEL do pacote Office (2007), atingindo um resultado individual dos estilos de aprendizagem de cada académica. Com os resultados individuais entendidos, foi feita uma análise grupal dos dados utilizando-se do mesmo programa. O objetivo da análise grupal foi chegar a uma conclusão com relação aos estilos de aprendizagem de todo o grupo.

Figura 1: Estilos de Aprendizagem dos 18 Alunos de Psicologia da Estácio-FAP-Pimenta Bueno-RO demonstrando a percentagem de preferência por estilos em cada binário de processamento, percepção, entrada e organização de informação.



O primeiro período de psicologia apresentou maior relação ao processamento de informações o estilo Ativo (64%). Esse grupo se destaca por gostarem de lidar com a informação pela experimentação. Diferenciam-se por processar a informação externamente, através da experimentação ativa; por aprender melhor através de discussão e teste do conteúdo; por aprendizado interativo e por trabalham bem em grupo, gostando sempre de participar da aula. Em relação percepção da informação o grupo mostra preferência pelo estilo Sensitivo (85%), preferindo obter a informação externamente, através dos sentidos fazendo observação e manipulações. A entrada da informação preferida pelo grupo relaciona-se com o estilo Visual (97%). Esse grupo se destaca por bom aproveitamento de figuras, diagramas, fluxogramas, esquemas, demonstrações, filmes e gráficos. Os alunos demonstram que organizam melhor as informações de forma clássica e linear, ou seja, entendem melhor o conteúdo que segue uma ordem ou sequência em estilo de aprendizagem (70%), são capazes de resolver um problema complexo por partes, mas não conseguem ter uma visão global do que estudaram, tendo dificuldades para entender o todo.

Conclusão

Podemos observar que os alunos do primeiro período de psicologia apresentam algumas categorias que necessitam de equilíbrio entre os estilos analisados. O ideal seria que os professores alternassem as explicações verbais com pausas para discussão ou atividades (Ativos) e para reflexão (Reflexivos), utilizar materiais que enfatizem tanto problemas práticos como teóricos, e também propor trabalhos em grupo e individuais em relação a atividades Reflexivas buscando soluções de problemas.

Já em relação sensitivo-intuitivo, fator que apresentou maior desigualdade (apenas 15% alunos intuitivos), sobressaindo o fator Sensitivo, para um melhor aprendizado e igualar esse padrão o ideal seria apresentar o conteúdo através de informações concretas – fatos, dados, fenômenos observáveis (Sensoriais), e conceitos abstratos – princípios, teorias, (Intuitivos), para que possa haver um equilíbrio entre os dois.

Em relação aos estilos de aprendizagem visual-verbal nota-se que o primeiro período de engenharia civil predomina o estilo visual com 97% para que possa haver também uma igualdade o ideal seria optar por um estilo de apresentação que inclua recursos visuais e verbais juntos, também se sugere aulas com questões práticas e teóricas, alternando a explicação Verbal com atividades e reflexões.

Já nos estilos sequenciais e globais a uma grande diferença destacando o estilo sequencial onde os alunos são capazes de resolver um problema complexo por partes, mas não conseguem ter uma visão global do que estudaram, tendo dificuldades para entender o todo, se sugere então que é importante sempre apresentar o objetivo da lição, dar a visão global, estabelecer conexões com o contexto, apresentar aplicações. Mas também deve ser dada liberdade para os alunos optarem por seus próprios métodos de resolução de problemas, mas fazer com que eles elaborem soluções alternativas, expor novos conceitos.

Sendo assim, existe a necessidade de orientar os professores de psicologia baseados nos resultados nos apresentados. A melhoria da aprendizagem dos alunos de psicologia depende dessas medidas.

Referências

CURY, H. N. **Novas experiências de ensino e avaliação em Cálculo Diferencial e Integral**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA (27.: 1999: Natal). *Anais*.

FELDER, R.M. e SILVERMAN, L.K. **Learning and teaching styles in engineering education**. Eng.Education. V.78, n. 7, p. 674-681, 1988.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



FELDER, R.M.; SOLOMAN, B.A. (1991). **Index of learning styles questionnaire**. Disponível em: <<http://www2.ncsu.edu/unity/users/f/felder/public>>. Acesso em: 18Apr. 2008.

ROSÁRIO, J. de A. **Estilos de aprendizagem de alunos de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da UFSC: o caso da disciplina de análise e simulação de Processos**. 113 f. Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Maio de 2006.

SILVA, D. M. da. **O impacto dos estilos de aprendizagem no ensino de contabilidade na FEA-RP/USP**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

62



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ANGRA DOS REIS E RIO DE JANEIRO: UM OLHAR COMPARATIVO SOBRE AS VULNERABILIDADES DAS MULHERES COM HIV/AIDS

Allan Maia de Jesus¹
Gabriela Amorim da Silva¹
Nathália Fausto Hul¹
Tarcísio Borges Guimarães¹
Ariel Gomes²

Introdução

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) é uma condição que ganhou destaque a partir da década de 1970, com uma epidemia que começou nos Estados Unidos e no Haiti, e posteriormente impactou o Brasil, principalmente na década de 80 (SOUZA, 2018). Com o passar do tempo, os casos de HIV aumentaram gradualmente, chegando a números significativos. De acordo com estimativas do Programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), em 2005, havia cerca de 31,8 milhões de pessoas vivendo com o HIV, e em 2015, esse número se aproximou dos 39,8 milhões (UNAIDS, 2016).

Esse aumento dos casos de infecção pelo HIV levanta questões sobre as condições que contribuem para essa situação. Fatores como a falta de conhecimento sobre a doença, a precariedade na promoção e prevenção em saúde e questões socioculturais desempenham um papel importante no aumento dos números de casos, muitas vezes resumidos pelo conceito de "vulnerabilidade" (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

O conceito de vulnerabilidade, introduzido no início da década de 1990, está intrinsecamente ligado a aspectos individuais e coletivos relacionados à exposição a determinadas situações e ao acesso a recursos adequados para se proteger das consequências indesejáveis dessas situações (AYRES, 2003).

Neste contexto, é crucial analisar os fatores que tornam mais numerosos os casos de infecção pelo HIV, como a escolaridade, faixa etária e etnia, que desempenham um papel importante. Em Angra dos Reis, houve um aumento nas notificações de casos de HIV de 2018 a 2020, tornando-se necessário traçar um perfil epidemiológico do município para entender a relação entre esse aumento e a vulnerabilidade da população.

63

¹ Acadêmicos de Medicina do Instituto de Educação Médica da Universidade Estácio de Sá

² Docente de Medicina do Instituto de Educação Médica da Universidade Estácio de Sá

Objetivos gerais

- Comparar a relação entre a infecção pelo HIV e fatores de vulnerabilidade social entre a população de Angra dos Reis, e do estado do Rio de Janeiro
- Determinar a incidência de novos casos de infecção pelo HIV com ênfase na faixa etária.
- Examinar a relação entre a incidência de novos casos de infecção pelo HIV e os níveis de escolaridade.
- Avaliar a incidência de novos casos de infecção pelo HIV com base na etnia da população.

Metodologia, materiais e métodos

Para conduzir este estudo, adotou-se uma abordagem qualitativo-quantitativa. Foram utilizados dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) referentes ao período de 2017 a 2021. Além disso, uma pesquisa bibliográfica foi realizada, selecionando artigos dos últimos 20 anos classificados pela CAPES entre B4 e A1 nas áreas de Medicina I, Medicina II e Saúde Coletiva. As bases de dados utilizadas para essa pesquisa incluíram o PubMed e o Scielo, resultando na análise de 16 artigos. Os descritores utilizados para busca foram "Estudo sobre vulnerabilidade", "Distribuição por etnia", "Escolaridade" e "Infecções sexualmente transmissíveis."

64

Resultados

A Figura 1 representa a incidência de infecções por HIV no município de Angra dos Reis. Na figura 1A, é evidenciada uma maior prevalência de novos casos na faixa etária de 35-49 anos, seguida pelas faixas etárias de 20-34 anos e 50-64 anos, durante o período de análise (2017 a 2021). Novos casos de infecção por HIV são registrados na faixa etária de 65 a 79 anos somente nos anos de 2018 e 2019. A figura 1B revela uma incidência mais significativa de novos casos na população com ensino fundamental incompleto, seguida por indivíduos com ensino médio completo. Somente em 2017, novos casos são observados na população com ensino fundamental completo. A população com ensino superior completo apresenta novos casos notificados nos anos de 2018 e 2021. Apenas em 2021, há novos casos na população analfabeta. Na figura 1C, observa-se que mais mulheres são infectadas no município, predominantemente na população branca nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020. No ano de 2020, a população preta e parda apresenta um número superior de novos casos em comparação com a população branca, enquanto a população amarela registra um número menor de novos casos ao longo do período de 2017 a 2021.



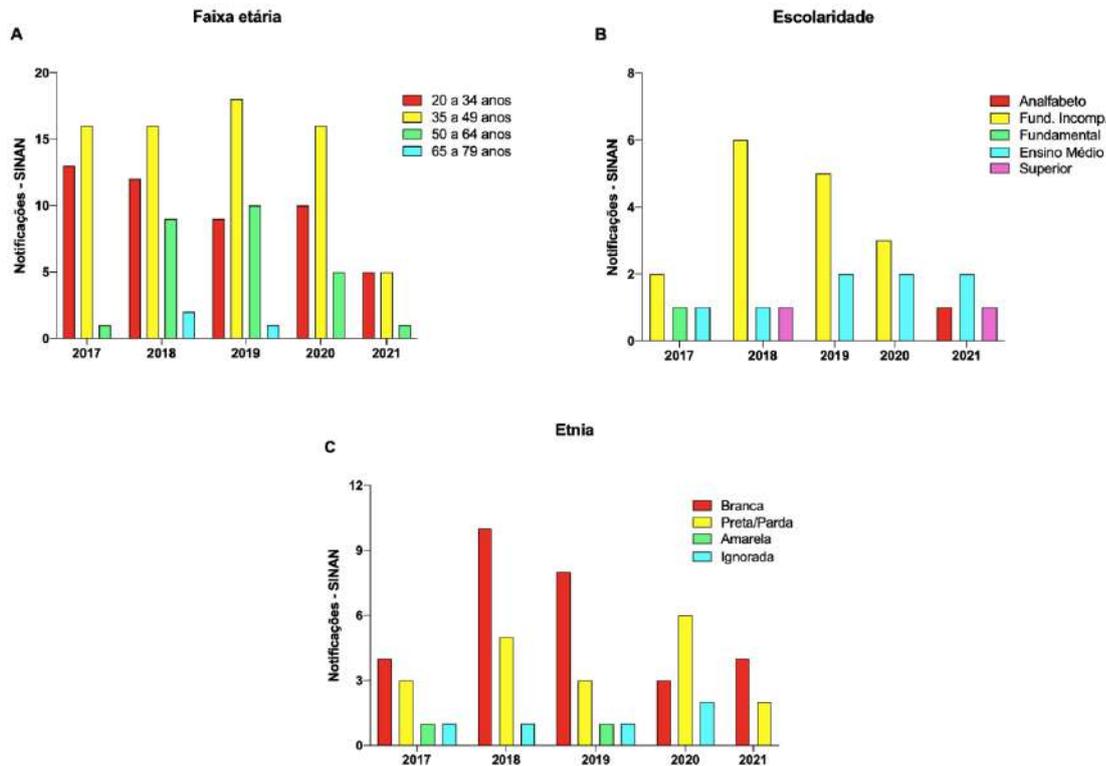
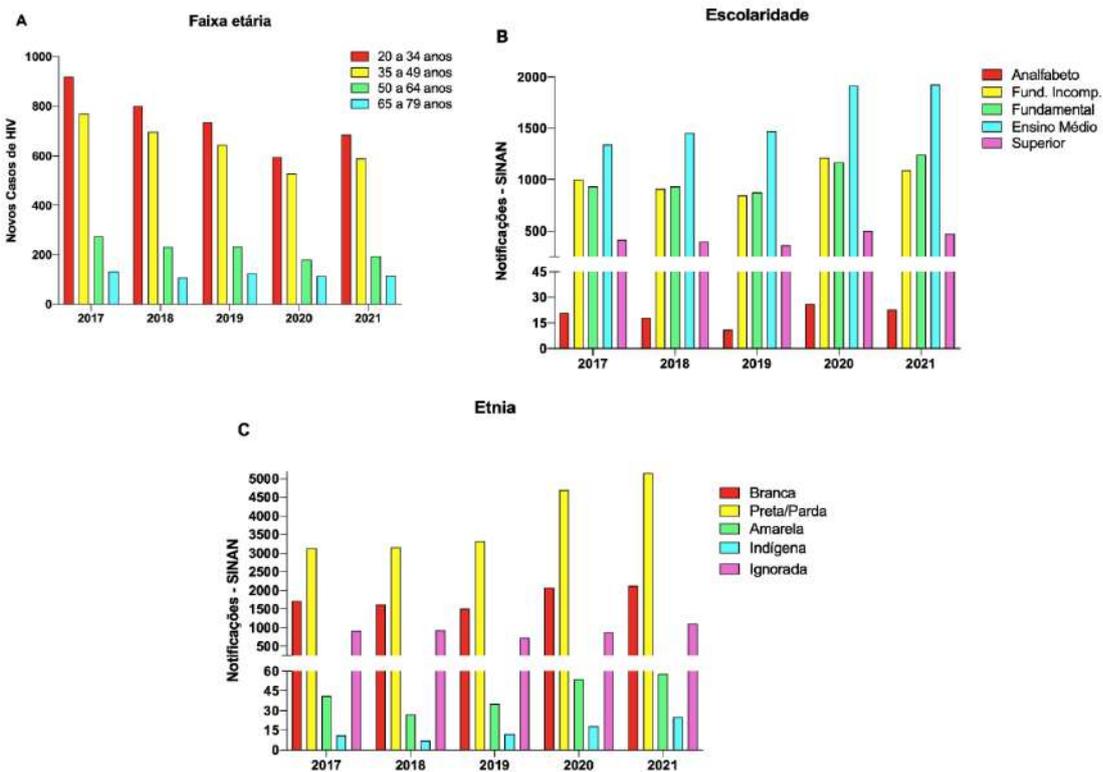


Figura 1: Novos casos de infecção pelo HIV entre os anos de 2017 e 2021, de acordo com a faixa etária (A) 20-34 anos (barra vermelha), 35-49 anos (barra amarela), 50-64 anos (barra verde) e 65-79 (barra azul); escolaridade (B) analfabeta (barra vermelha), fundamental incompleto (barra amarela), fundamental completo (barra verde), ensino médio completo (barra azul), ensino superior completo (barra rosa); e etnias (C) população branca (barra vermelha), preta e parda (barra amarela), amarela (barra verde), ignorada na hora do registro (barra azul), no município de Angra dos Reis-RJ. Fonte: DATASUS.

A Figura 2 representa a incidência de casos de infecção por HIV no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Na figura 1A, é evidente que as faixas etárias de 20 a 34 anos e 35 a 49 anos exibem as mais altas taxas de novos casos de infecção por HIV em mulheres, seguidas por mulheres com mais de 50 anos, no período de 2017 a 2021. No contexto da figura 1B, pode-se observar que a população com ensino médio completo apresenta a maior incidência de infecções, seguida por mulheres com ensino fundamental, e subsequentemente por mulheres com ensino superior completo. Quanto à figura 1C, destaca-se que as mulheres de origem étnica preta e parda

predominam nas novas infecções, seguidas pelas mulheres brancas, amarelas e indígenas, respectivamente.



66

Figura 2: Novos casos de infecção pelo HIV entre os anos de 2017 e 2021, de acordo com a faixa etária (A), o 20-34 anos (barra vermelha), 35-49 anos (barra amarela), 50-64 anos (barra verde) e 65-79 (barra azul); escolaridade (B) analfabeta (barra vermelha), fundamental incompleto (barra amarela), fundamental completo (barra verde), ensino médio completo (barra azul), ensino superior completo (barra rosa); e etnias (C) população branca (barra vermelha), preta e parda (barra amarela), amarela (barra verde), indígena (barra azul) e ignorada (barra rosa). no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: DATASUS

Conclusão

Diante dos fatos apresentados entre o município de Angra dos Reis e o Estado do Rio de Janeiro, em relação à incidência do perfil de infecções por HIV em mulheres, encontramos diferenças e semelhanças notáveis nos padrões de infecção. Em ambos os locais, as faixas etárias de 35 a 49 anos mostram-se mais afetadas pela infecção por HIV, sugerindo uma vulnerabilidade

nessa faixa etária durante o período de 2017 a 2021. Além disso, há uma prevalência maior de casos entre as mulheres em ambas as regiões, destacando uma desigualdade de gênero persistente na disseminação do HIV. No entanto, as diferenças também são evidentes. No município de Angra dos Reis, casos de infecção por HIV em idosos (faixa etária de 65 a 79 anos) são raros e ocorrem apenas em 2018 e 2019. Em contraste, no Estado do Rio de Janeiro, há uma notável incidência de casos em mulheres com mais de 50 anos. Essa diferença pode estar relacionada a características demográficas e comportamentais específicas em cada área. Quanto à escolaridade, no município de Angra dos Reis, a maior incidência de infecções é observada em pessoas com ensino fundamental incompleto, enquanto no Estado do Rio de Janeiro, aquelas com ensino médio completo são mais afetadas. Isso indica que a relação entre níveis de escolaridade e infecção por HIV varia entre as duas regiões. Em relação à etnia, no município de Angra dos Reis, a população branca e preta/parda alterna como as mais afetadas, dependendo do ano. No Estado do Rio de Janeiro, a população preta e parda apresenta uma incidência mais consistente de novos casos. Essa diferença ressalta a variabilidade na distribuição das infecções por etnia nas duas áreas. Em resumo, a comparação entre o município de Angra dos Reis e o Estado do Rio de Janeiro revela que a incidência de infecção por HIV é influenciada por diversos fatores demográficos e comportamentais, mas as variações específicas entre as regiões destacam a importância de estratégias de prevenção e educação adaptadas às características locais.

Referências

Souza FRP. **Aspectos dificultadores na prevenção do HIV/AIDS em adolescentes no Brasil: revisão integrativa.** [undergraduate thesis]. Brasília: Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2018. 16p.

UNAIDS. **Report on the global AIDS epidemic 2016.** Geneva: AIDS by the numbers. 2016

Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.** Aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2009.

GARCIA, Sandra; SOUZA, Fabiana Mendes de. **Vulnerabilidades ao HIV/aids no Contexto Brasileiro: iniquidades de gênero, raça e geração.** Saúde e sociedade, v. 19, p. 9-20, 2010.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2018. 16p. Sousa MA, Lyra A, Araújo CCF, Pontes JL, Freire RC, Pontes TL. **A política de AIDS no Brasil: uma revisão de literatura.** J Manag Prim Health Care. 2012; 3(1):62-6.

Ayres JRCM, França Júnior I, Calazans GJ, Saletti Filho HC. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003. p. 117-39.

PEREIRA, Thalita Galeno et al. **Análise do comportamento sexual de risco à infecção pelo HIV em adultos da população em geral.** Psico, v. 47, n. 4, p. 249- 258, 2016

68



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DISPOSITIVO PARA APOIO À ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AO TRANSPORTE PÚBLICO

Bruno Antonio Bione da Silva¹
Artur Albuquerque Machado²
Wilker Francisco da Silva³
Ioná Maria Beltrão Rameh Barbosa⁴
Aida Araújo Ferreira⁵

Introdução

Nos últimos anos, a tecnologia tem desempenhado um papel fundamental na criação de soluções inovadoras que visam melhorar a qualidade de vida e a acessibilidade para grupos vulneráveis da sociedade. Entre esses grupos, as pessoas com deficiência representam uma parcela significativa, apesar disso, segundo pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quase 1 bilhão de pessoas com deficiência em todo o mundo se encontram, de alguma forma, desassistidas (CNN, 2022), enfrentando diversos desafios para se deslocarem e participarem plenamente da vivência em sociedade.

No contexto específico do transporte público, a acessibilidade tem sido uma preocupação crescente. No Brasil, as viagens de ônibus desempenham um papel crucial na mobilidade urbana, de modo que a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) relatou um impressionante número de 29,9 milhões de viagens realizadas apenas no primeiro semestre de 2022 (R7, 2022).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que as pessoas com deficiência representavam cerca de 8,9% da população brasileira a partir de dois anos de idade (G1, 2022).

Embora a Lei Federal nº 13.146/15 garanta a disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque, diversos obstáculos precisam ser superados para que essa prerrogativa seja efetivamente cumprida em benefício das pessoas com deficiência. Um desses desafios surge da falta de

69

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, discente do curso técnico de Mecânica, Brasil, E-mail: babs@discente.ifpe.edu.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, discente do curso técnico de Eletrônica, Brasil, E-mail: aam1@discente.ifpe.edu.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, discente do curso técnico de Eletrônica, Brasil, E-mail: wfs111@discente.ifpe.edu.br

⁴ 0000-0002-5795-1398; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, docente de Eng. Civil, Saneamento e Tecnologia em Gestão Ambiental, Recife, Brasil, E-mail: ionarameh@recife.ifpe.edu.br

⁵ 0000-0002-0322-6801; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, docente de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Recife, Brasil, E-mail: aidaferreira@recife.ifpe.edu.br

conhecimento prévio, por parte dos motoristas, sobre a necessidade de auxílio ao embarque das pessoas com deficiência, e além disso, surge do fato que, em horários de grande necessidade de transporte público, principalmente nas grandes metrópoles, o ambiente de embarque torna-se caótico devido à grande movimentação de pessoas, acarretando em um local não acessível às pessoas com deficiência, dificultando sua solicitação de embarque.

Este trabalho tem como objetivo descrever os passos da implementação de um protótipo a ser instalado na parada de ônibus visando proporcionar uma solução para facilitar o processo de embarque de pessoas com deficiência (PCD) no transporte público. A estratégia proposta fundamenta-se na implementação de uma solução baseada em Internet das Coisas (IoT), utilizando um dispositivo microcontrolado que trará acessibilidade para o ambiente caótico de embarque ao transporte público, proporcionando ao usuário portador de deficiência maior autonomia no processo de embarque. Neste dispositivo localizado afastado do âmbito caótico de embarque, a PCD irá verificar o tempo de chegada do coletivo solicitado de forma acessível, irá gerar uma solicitação de embarque com a linha desejada, que, em um futuro próximo do projeto, fará com que a solicitação chegue ao motorista de forma antecipada a chegada do coletivo no ponto, garantindo o embarque da PCD de forma autônoma e segura. Além disso, o usuário por meio de um formulário eletrônico sucinto irá contribuir com os dados estatísticos de acessibilidade dos mais variados pontos de embarque da cidade, viabilizando análises e a tomada de decisão para melhoria do transporte público.

Objetivos gerais

70

Este projeto de extensão tem como objetivo desenvolver um dispositivo físico (protótipo) a ser instalado nas paradas de ônibus e implementar uma API de consulta que permita às pessoas com deficiência solicitar e acompanhar as previsões de chegada dos ônibus em tempo real proporcionando uma melhor experiência de acessibilidade ao transporte público.

Metodologia, materiais e métodos

Com base nas informações que dizem respeito a mobilidade urbana no âmbito dos transportes públicos, e nas diretrizes constitucionais que regem as garantias das pessoas com deficiência, foi levantada a possibilidade da implementação de um dispositivo que ficará localizado em uma região afastada do âmbito caótico de embarque dos usuários, restringindo a área às pessoas com deficiência, que através dele, será realizada a solicitação de embarque e retornado ao usuário o tempo de chegada da linha de ônibus desejada pelo usuário.

O dispositivo é estruturado em um microcomputador (Raspberry Pi 4 Model B) disposto com os acessórios necessários para entrada de dados e saída de dados, como teclado e tela LCD, no qual é implementado um formulário por meio da ferramenta Survey 123, disponível na plataforma ArcGIS, licenciado para o Laboratório de Geotecnologias e Meio Ambiente do Instituto Federal de Educação,



Ciência e Tecnologia de Pernambuco- campus Recife. Essa ferramenta viabiliza a criação de formulários inteligentes e apresenta os dados coletados em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG). A partir desse formulário é indicada pela PCD a linha desejada, a localização da parada, e além disso, são solicitadas de forma sucinta alguns dados sobre a parada de ônibus, como o nível de satisfação com os itens de acessibilidade, o tempo de espera pelo coletivo, entre outras informações, a fim de gerar dados estatísticos. O dispositivo físico conta com mapas, localizando as paradas e terminais integrados, a fim de proporcionar à pessoa com deficiência um melhor entendimento da infraestrutura de transporte público.

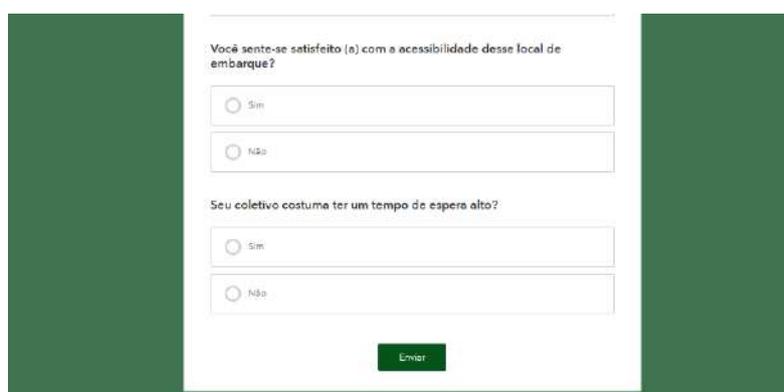
Resultados

Tem-se no protótipo, um dispositivo que recolhe a informação da linha desejada dos usuários, e retorna através de uma consulta de API o tempo que o coletivo chegará até sua localização, porém, com objetivo de ampliar a acessibilidade, instalaremos futuramente, junto ao microcontrolador, entradas e saídas de áudio, e um teclado em Braille, a fim de atender as diversas classes de deficiência.

A Figura 1 apresenta a interface inicial do software que funciona no protótipo, essa etapa inicial diz respeito a fase de contribuição para estatística de acessibilidade do ambiente de embarque no transporte público, na qual o usuário encontra perguntas objetivas em que irá informar as condições de acessibilidade do local, seu tempo médio de espera, entre outros fatores. A interface de formulário foi construída a partir de uma ferramenta do ArcGIS denominada Survey123, conforme mencionado.

71

Figura 1- Formulário Survey123



Você sente-se satisfeito (a) com a acessibilidade desse local de embarque?

Sim

Não

Seu coletivo costuma ter um tempo de espera alto?

Sim

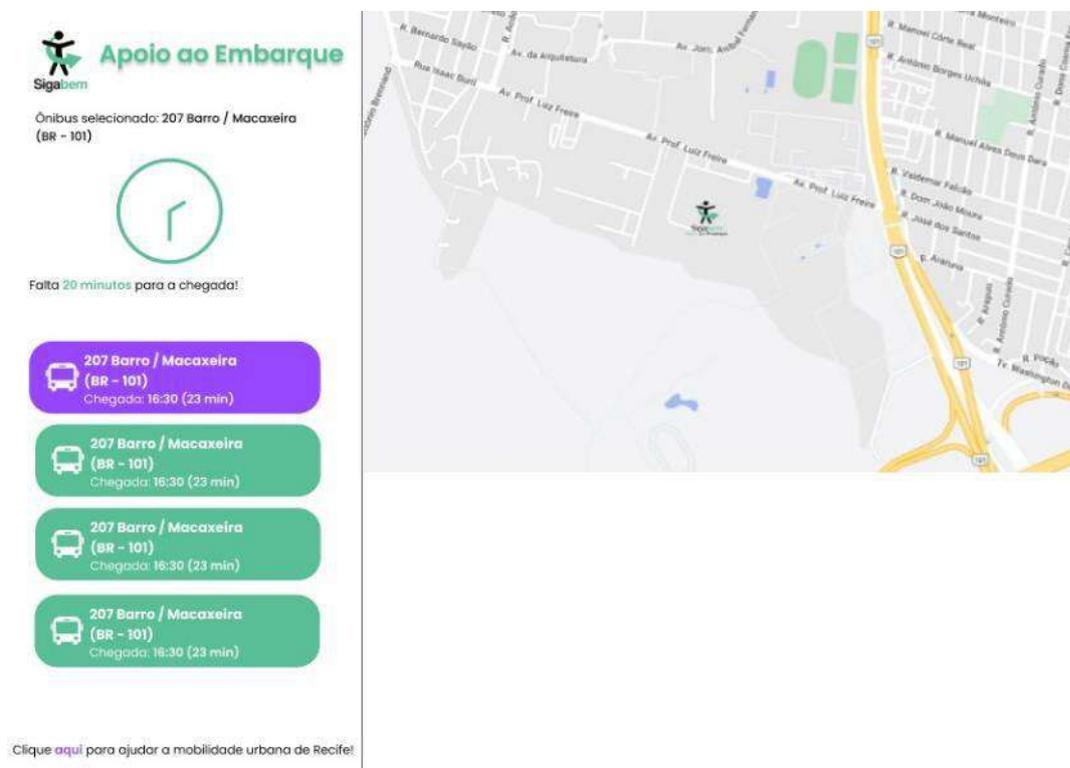
Não

Enviar

Fonte: Própria (2023)

Após responder as perguntas objetivas relativas à acessibilidade do local de embarque, as informações são processadas e expostas de forma estatística em gráficos de diferentes tipos, possibilitando um estudo de caso da acessibilidade dos ambientes de embarque. Seguindo o funcionamento da aplicação desenvolvida, a PCD vai para a etapa final, ilustrada na Figura 2, que proporciona ao usuário informações de apoio ao embarque do PCD ao transporte público.

Figura 2 – Plataforma de informações de apoio ao embarque



72

Fonte: Própria (2023)

Na Figura 2 é apresentado o ambiente no qual o usuário tem acesso às linhas disponíveis no ponto de ônibus em questão, a partir disso, a PCD seleciona a linha desejada, tendo acesso ao tempo de chegada do coletivo solicitado. Durante todo este processo acesso é levado em

consideração elementos de hardware que proporcionam acessibilidade no procedimento, dando a PCD autonomia para verificação do tempo de espera.

Em um segundo plano de pesquisa, a partir do momento em que o usuário selecionar no dispositivo sua linha desejada e souber o tempo de chegada da linha até o ponto de ônibus, uma solicitação de embarque seja gerada e processada em um servidor, e a partir do sistema de frota do transporte metropolitano, a solicitação será direcionada ao coletivo mais próximo da linha desejada pelo usuário portador de deficiência, levando a informação de interesse do usuário de forma antecipada ao coletivo, garantindo um embarque de forma segura e autônoma.

Conclusão

Este artigo apresentou o desenvolvimento de uma solução tecnológica baseada em IoT, visando enfrentar os obstáculos relativos à acessibilidade em transporte público para pessoas com deficiência. A solução envolve a utilização de um dispositivo microcontrolado que coleta dados sobre a linha de transporte desejada por pessoas com deficiência em pontos de embarque. Esses dados são então processados por uma central, a qual encaminha uma notificação ao condutor do veículo correspondente à rota requisitada.

O armazenamento dos dados colhidos também oferece uma oportunidade para análises futuras, que podem servir para detecção de horários de pico e locais de maior demanda, de modo a permitir a melhoria do serviço de transporte público, adaptando-o de maneira mais precisa às necessidades dos usuários com deficiência.

Embora ainda esteja em fase de prototipagem, a abordagem apresentada já demonstra expectativas e resultados promissores para melhorar a acessibilidade no transporte público. Como trabalho futuro, o aperfeiçoamento do protótipo e a realização de testes práticos do sistema na cidade de Recife são etapas cruciais para avaliar sua eficácia e viabilidade no cenário real.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20Considera%2Dse%20pessoa,c%20on%20di%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20demais%20pessoas> Acesso em: 30 set. 2022.

EBC- EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO- AGÊNCIA BRASIL. **Estudo do Ipea mostra que 65% da população usam transporte público nas capitais**. 2011. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-05-04/estudo-do-ipea-mostra-que-65-da-populacao-usam-transporte-publico-nas-capitais>>. Acesso em: 30 ago. 2022.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia.html>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ONU- Organização da Nações Unidas. 1 bilhão de pessoas com deficiência entre as mais impactadas pela pandemia. 2021. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772482#:~:text=03%20de%20dezembro%20%C3%A9%20o,vivem%20em%20pa%C3%ADses%20em%20desenvolvimento>> Acesso em: 27 ago. 2022.

PERNAMBUCO. **Lei Ordinária 14789 2012 de Pernambuco PE**. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pe/lei-ordinaria-n-14789-2012-pernambuco-institui-no-ambito-do-estado-de-pernambuco-a-politica-estadual-da-pessoa-com-deficiencia-2021-06-28-versao-compilada>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

74



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

BANCO DE DESAFIOS DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: CONECTANDO O IFRS COM A COMUNIDADE EXTERNA

Giovana Emília Bizarro Vieira¹
Ana Caroline Dzulinski²
Joanir Luis Kalkin³
Felipe da Silva Medeiros⁴

O presente resumo refere-se a um projeto de ensino, pesquisa e extensão realizado sobre a curricularização de práticas de extensão em um curso de ensino superior em Engenharia, de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS) da região sul do Brasil. A curricularização de acordo com Santos (2011) apresenta como principal objetivo a produção de um conhecimento “pluriversitário”, e torná-lo acessível para os alunos, em uma mútua experiência de troca de saberes com a comunidade (SERVA, 2020). Trata-se, portanto, de prestar um serviço à comunidade em que a instituição está inserida, podendo ser ministrado pelos alunos um curso, ou ainda realizar palestras, executar e apoiar serviços sociais, entre outros. O projeto teve como objetivo a busca por práticas exitosas de extensão para aplicação no curso de Engenharia de Produção, sendo esta uma exigência do Ministério de Educação do Governo Federal, por meio da Resolução CNE/CES nº 7/2018. O projeto teve início no ano de 2021, o qual prioritariamente buscou por práticas relatadas na literatura e as principais formas de operacionalização de ações de extensão entre a comunidade externa e a instituição de ensino. Portanto, a estratégia adotada pela gestão do curso foi a criação de uma componente curricular para a execução de projetos junto a comunidade externa, denominada como Práticas Profissionais. O projeto contempla a necessidade identificada pela gestão do curso sobre como operacionalizar as demandas externas de atividades de extensão entre o IFRS e a comunidade. Além de fundamentar o que será implementado no curso, os resultados do projeto poderão subsidiar outras instituições que passam pela mesma realidade.

O projeto foi estruturado para desenvolver tarefas que atendessem ao propósito de Ensino, Pesquisa e Extensão. Os objetivos foram: mapear as necessidades da comunidade externa

75

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - campus Caxias do Sul, giovana.vieira@caxias.ifrs.edu.br

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - campus Caxias do Sul, ana.dzulinski@caxias.ifrs.edu.br

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - campus Caxias do Sul, joanir.kalnin@caxias.ifrs.edu.br

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - campus Caxias do Sul, felipe.medeiros@caxias.ifrs.edu.br



para o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão por parte dos discentes e docentes do curso de Engenharia de Produção; identificar ações de sucesso na inserção de discentes na extensão, como parte do currículo dos cursos de Engenharia; Construir um modelo direcionado à prática extensionista em engenharia de produção, adequado às realidades regionais do campus Caxias do Sul do IFRS; aplicar o projeto piloto de captação de demandas; e disponibilizar os primeiros desafios ao conjunto de estudantes ligados ao curso de Engenharia de Produção do Campus Caxias do Sul.

Já o propósito das atividades de Ensino, foram direcionadas para estruturar a proposta de um portfólio virtual com os conteúdos de Engenharia de Produção abordados nos desafios, enfatizando a relação teoria/prática, sendo disponibilizado a todos os alunos do curso; apresentar aos estudantes das turmas mais antigas os desafios captados e debater quais seriam possíveis de trabalhar com os conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida acadêmica, como poderiam ser inseridos dentro da rotina de trabalho/estudo de todos; aplicar em sala de aula e como parte de alguma disciplina os primeiros desafios passíveis de solução conforme debate, sendo orientados pelos docentes; e iniciar as atividades que contribuem no processo de curricularização da extensão no curso de Engenharia de Produção.

Em adição, objetivou-se também desenvolver artes gráficas como opções de logos para o projeto; arte de identidade visual para o Banco de Desafios e para a divulgação para eventos, como a palestra de sensibilização aos docentes “Métodos de aprendizagem ativa potencializando a formação por competências”, ministrada pela Profa. Dra. Valquíria Misse. O método de aprendizagem ativa faz com que o aluno esteja a frente do seu aprendizado sendo o responsável pelo seu aprendizado, liderando as discussões, o qual refletirá durante o seu desenvolvimento a execução da disciplina de Práticas Profissionais.

Para desenvolver o material da pesquisa foi utilizado o método Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), que segundo Guardia *et al.* (2013) “é um método de pesquisa que busca responder questionamentos teóricos por meio da análise do conhecimento acumulado pelos pesquisadores e deve responder uma questão de pesquisa específica”, sendo considerados os materiais disponibilizados no banco de dados e web, para captar formas de operacionalizar as demandas identificadas para o desenvolvimento do projeto. A fim de obter as demandas externas da comunidade, foi realizado um questionário online aberto em junho de 2022 e sem previsão de encerramento, sendo obtidas 53 respostas em uma primeira etapa do levantamento. Os endereços de e-mail foram obtidos através de sites de sindicatos regionais e o Google Maps. O referido questionário abordou questões visando identificar se os respondentes conheciam o IFRS e as possíveis parcerias, o tipo de atividade das organizações (setor público ou privado) e o setor (serviços, comércio ou indústria), a função e o setor de atuação do entrevistado na organização, o porte e segmento das empresas e as áreas onde identificavam as principais dificuldades da organização onde atua.

Com base nos dados coletados por meio do formulário online, foi identificado que o maior volume de participantes trabalha no setor da indústria (80% indústria, 13,3% serviços, e o restante dos entrevistados trabalha no setor de comércio) e as maiores dificuldades enfrentadas referem-se a gestão de operações e processos (25,4%), bem como a falta de mão de obra qualificada. Este resultado permite identificar que o maior número de projetos que serão desenvolvidos pelos alunos poderá ser na área de mapeamento de processos e fluxos de produção, e em um segundo momento no ajuste das falhas encontradas no mapeamento. Para a atividade de desenvolvimento do logo para a curricularização foram feitas três artes de sugestão sendo uma aprovada, conforme a Figura 1 do logo aprovada.

Figura 1 - Logo aprovada



Fonte: Autoria própria

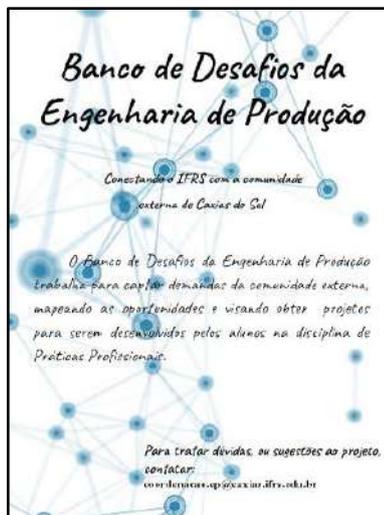
77

O resultado da atividade de desenvolver uma identidade visual para o Banco de Desafio é relatado na Figura 2.





Figura 2 - Identidade visual para apresentação do Banco de Desafios da Engenharia de Produção



Fonte: Autoria própria

Já na pesquisa teórica, foi possível obter alguns exemplos de formulários e editais já implementados em outras instituições foi possível entender o funcionamento de fluxos e procedimentos a serem seguidos pelas instituições no processo da implementação da curricularização da extensão. As práticas profissionais a serem implementadas podem agregar tanto para o aluno que irá se desenvolver como profissional ainda enquanto graduando, e possibilitando oportunidades de expor suas habilidades e competências no mercado, e para a empresa que poderá solucionar problemas existentes e também encontrar profissionais qualificados para sanar o problema inicial de falta de bons candidatos no mercado.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49-50.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



GUARDIA, M., QUEIROZ, G. A., COBRA, R. L. R. D. B., OLIVEIRA, J. A. D., AMARAL, D. C. A adoção da revisão bibliográfica sistemática na Engenharia de Produção: uma análise nos anais do ENEGEP. **Anais ENEGEP**, 2013.

SERVA, F. M. **Educação Superior no Brasil**: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária, 2020.

79



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

COMPOSIÇÃO PARA O ENSINO DE PIANO EM GRUPO

Mirna Azevedo Costa¹
Ana Beatriz Andrade Melo²

Introdução

Embora o ensino coletivo de piano tenha sido cada vez mais utilizado no Brasil, seja em escolas especializadas de música, projetos sociais ou no ensino superior, “ainda hoje encontramos um campo de pesquisa pouco explorado, com escassos trabalhos publicados no país sobre assunto e pouquíssima instrução oferecida em cursos de graduação ou especialização” (COSTA, 2020, p. 21). Paralelamente, observa-se a escassez de obras musicais para grupos de pianos/teclados compostas no país, visto que “a fundamentação das metodologias de piano em grupo, os livros de partituras e as estruturas laboratoriais vêm do ‘modelo’ norte-americano” (TORRES e SANTOS, 2017, p. 759). Mesmo com o considerável desenvolvimento do ensino coletivo de piano no Brasil nas últimas décadas, ainda hoje a fonte estrangeira evidencia-se “como a principal e mais variada referência de metodologia e materiais didáticos sistematizados e publicados, acessíveis para o ensino de habilidades funcionais coletivas ao teclado, fundamentadas explicitamente de modo teórico” (MACHADO, 2016, p. 147).

De acordo com ZORZETTI (2010, p. 729), a carência de obras brasileiras para esta formação é um fator que pode distanciar o aluno do repertório por não estar ligado ao seu contexto. Além do desafio colocado pelo afastamento cultural que os materiais estrangeiros podem proporcionar ao estudante de piano em grupo, observa-se que a realidade social também é um elemento que dificulta o acesso e a aquisição de livros importados por parte de alunos e mesmo de professores. Assim sendo, acreditamos que tanto a dificuldade de acesso ao repertório específico para esta formação, que é mais profusa especialmente nos Estados Unidos, quanto o distanciamento cultural, que por vezes desestimula a aprendizagem do instrumento, são demandas a serem consideradas para o desenvolvimento da área no Brasil.

Segundo O'Neill & McPherson (2002, p. 41), é importante considerar um “equilíbrio entre o repertório que o professor considera importante para o aluno naquele estágio de aprendizagem e o repertório de que o aluno gosta, de modo a não desinteressar o aluno ou eliminar a motivação intrínseca que possa existir”. Nesse sentido, a escolha de um repertório que guarde uma relação

80

¹ Professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), possui Bacharelado em Piano pela UFMG, Especialização em Pedagogia do Piano pelo CBM, Mestrado em Artes pela UFES e Doutorado em Música pela UFPR, com estágio doutoral realizado na Université Laval em Québec, Canadá. (mirnaazevedo.ufes@gmail.com)

² Graduanda em Licenciatura em Música pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). (aninha.meloofc@gmail.com)

mais próxima com o contexto cultural do estudante e, conseqüentemente, lhe seja mais familiar, pode ajudar a manter a motivação para o estudo do instrumento, pois “um aluno pode apresentar certa dificuldade para aprender uma melodia relativamente simples e previsível, mas pode aprender com maior facilidade uma melodia mais complexa ou imprevisível que seja do seu agrado ou que lhe motive de alguma forma” (COSTA, 2020, p. 68). Ademais, a diversidade de obras também pode ser considerada benéfica para a formação do estudante, ao complementar as obras tradicionais “oferecendo elementos e habilidades diferenciais a serem desenvolvidas” (BARANCOSKI, 2004, p. 110).

Diante destas questões, o presente projeto de pesquisa foi iniciado com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do ensino coletivo do piano através da composição de obras brasileiras para esta formação, que poderão ser utilizadas tanto no contexto do ensino superior quanto em qualquer outra situação de ensino de piano em grupo.

Objetivos gerais

Elaborar um conjunto de peças para grupo de pianos/teclados com foco no nível elementar de aprendizagem do instrumento; contribuir para a construção de repertório que contemple a cultura brasileira, aproximando-o do contexto cultural do estudante, mas que também seja diverso e possa ser utilizado em universidades, escolas de música e projetos sociais.

Metodologia

A execução do projeto iniciou-se com a realização de um levantamento geral das habilidades que caracterizam o nível elementar de aprendizagem do piano de acordo com as propostas de USZLER, GORDON E SMITH (2000). Em seguida, foram definidos os critérios para a composição das obras a partir das considerações de ZORZETTI (2010) e BARANCOSKI (2004) em diálogo com as experiências dos professores, alunos de piano e compositores que integram o grupo de pesquisa. Estabelecidos tais critérios, foram organizadas 4 subdivisões, nas quais as habilidades pianísticas foram arranjadas progressivamente a fim de orientar o processo criativo das peças. Por fim, foi estabelecido um calendário de reuniões semanais para experimentação, discussão e ajustes das composições realizadas. Findado o processo de composição e revisão das obras, o material será editorado para publicação como e-book e as peças serão gravadas para disponibilização online.

Resultados

O projeto encontra-se em fase de elaboração das obras com 10 peças já finalizadas, contando com a participação de 4 compositores/pianistas e 2 professores de piano. Estimamos que o

material completo tenha em torno de 15 composições comentadas e agrupadas de acordo com as subdivisões estabelecidas. Assim, esperamos chegar a um repertório para grupo de pianos/teclados que pode ser utilizado no ensino superior de música, bem como em qualquer outra situação de aprendizagem coletiva do instrumento.

Conclusão

Dada a escassez de obras musicais para grupos de pianos/teclados, especialmente no que concerne à produção nacional, espera-se que este trabalho possa colaborar para a construção de repertório para tal formação instrumental, que poderá ser utilizada em universidades, escolas de música e projetos sociais. Com a elaboração deste material, almejamos contribuir tanto para o desenvolvimento do ensino de piano em grupo, ampliando as possibilidades e o repertório existente para o ensino coletivo do instrumento, quanto para o fortalecimento da pesquisa nesta área.

Referências

BARANCOSKI, Ingrid. A literatura do século XX para o ensino do piano nos níveis básicos e intermediário. **Per Musi**, v9. Jan-jun. 2004. Disponível em: http://ingridbarancoski.com/new_wp/wp-content/uploads/2016/03/A-literatura-pianistica.pdf

COSTA, Mirna Azevedo. Processos e estratégias na aquisição de habilidades motoras em classes coletivas de piano funcional na universidade. Tese (Doutorado em Música) - **Programa de Pós-Graduação em Música**, Departamento de Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/70154/R%20-%20T%20-%20MIRNA%20AZEVEDO%20COSTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

MACHADO, Simone Gorete. A presença do piano em grupo em instituições de ensino superior no Brasil. **Orfeu**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 132–155, 2016. DOI: 10.5965/2525530401022016132. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/7358/5679>

O'NEILL, S. A.; MCPHERSON, G. E. Motivation. In: R. Parncutt; G. E. McPherson (Orgs.); **The Science & Psychology of Music Performance : creative strategies for teaching and learning**, 2002. New York: Oxford University Press.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



TORRES, Sérgio Inácio; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. Piano Em Grupo Na Licenciatura: Reflexões Sobre o Currículo. **Anais da XVII Semana Da Educação UEL**. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2017. p. 757–67. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/anais-eventos-anteriores/2017/sumario-anais-2017.php>

USZLER, Marianne; GORDON, Stewart; SMITH, Scott McBride. The Well-Tempered Keyboard Teacher, 2.ed. **Schirmer Books**. New York, 2000.

ZORZETTI, Denise. Música brasileira para o ensino do piano no nível elementar. **Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música**, Rio de Janeiro, jan. 2010. Disponível em: <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/2763/2072>

83



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

A BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA COMO MOLA PROPULSORA PARA A APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM AUTISMO

Thierry Pinheiro Nobre¹
Flaviane Lopes Siqueira Salles²
Monica Frigini Siqueira³
Izabella Vighini Garozzi⁴
José Francisco Chicon⁵

Introdução

O obstáculo da suspensão das aulas presenciais impostos pela quarentena do Coronavírus, desde março de 2020, instigou a equipe de trabalho do Laboratório de Educação Física Adaptada do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (Laefa/Cefd/Ufes/Brasil), composta por um professor coordenador, uma professora de Educação Física gestora do projeto de extensão, duas professoras colaboradoras externas e quatro bolsistas, a ousar trilhar caminhos antes desconhecidos, a se reinventar, reorganizando sua forma de atendimento aos familiares no projeto de extensão Brinquedoteca: aprender brincando — do modelo de ensino presencial para o modelo de ensino-aprendizagem remoto temporário e emergencial (Earte).

Nesse projeto (Chicon; Sá; Muraca, 2021), eram realizadas duas propostas pedagógicas de ensino: brincando e aprendendo na brinquedoteca (sala da brinquedoteca) e brincando e aprendendo com a ginástica (sala de ginástica artística). Essas propostas eram desenvolvidas presencialmente, duas vezes por semana, com 60 crianças de ambos os sexos, com idades de três a seis anos, 40 do Centro de Educação Infantil Criarte/Ufes (CEI — grupos de quatro e cinco anos) e 20 com autismo, oriundas do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil de Vitória e Serra (Capsi-Vitória e Serra), Associação dos Amigos dos Autistas do Espírito Santo (Amaes) e comunidade, com idades de três a seis anos, que participavam no mesmo espaço-tempo de interação, formando turmas inclusivas.

84

¹ Prof^o. Thierry Pinheiro Nobre, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / thierrypnobre@outlook.com

² Prof^a. Ma.Flaviane Lopes Siqueira Salles, Universidade Federal do Espírito Santo flsalle25@gmail.com (UFES)

³ Prof^a. Ma.Monica Frigini Siqueira, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), / friginister@gmail.com

⁴ Graduanda de Educação Física Izabella Vighini Garozzi, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / bellagarozzi@gmail.com

⁵ Prof^o.Dr. José Francisco Chicon, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / chiconjf@yahoo.com.br



Vivenciar as mudanças no saber-fazer das práticas pedagógicas resultantes dos obstáculos da pandemia de 2020 na equipe de trabalho do Laefa, nos mobilizou, na busca por responder a seguinte questão norteadora: Como um projeto de extensão de uma brinquedoteca universitária pode ressignificar o trato pedagógico (do presencial para o remoto) do brincar da criança com e sem autismo, durante a pandemia, tornando os familiares brinquedistas?

A partir dessa ótica, definimos como objetivo compreender o projeto de extensão de uma brinquedoteca universitária como mola propulsora para a aprendizagem e desenvolvimento da criança com e sem autismo durante a brincadeira.

Instigados por essa problematização adotamos a pesquisa bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2017) para analisar a teoria de Vigotski e seus colaboradores (2007, 2008, 2018, 2021). A abordagem histórico-cultural inicia-se pela própria forma de compreender a relação entre os planos social e individual, pois o mundo social não é algo externo, que influencia o indivíduo; este se encontra imerso naquele desde sempre. Portanto, os processos individuais são constituídos pelas interações com o outro; não decorrem de forças endógenas, independentes da vida social (Siqueira; Chicon, 2016).

A brinquedoteca como mola propulsora ao desenvolvimento das crianças com autismo

Em decorrência da interrupção dos atendimentos presenciais devido a pandemia do Coronavírus, criamos um grupo no aplicativo de mensagens instantâneo *WhatsApp*, com o objetivo de manter o vínculo e a comunicação de nossa equipe de trabalho com os familiares das crianças com e sem autismo. Em reunião por meio do aplicativo *Google Meet*, iniciamos o processo de produção de videoaulas, com base nos conteúdos e objetivos propostos no plano de ensino do ano de 2020, que tinham como temáticas a serem desenvolvidas: ginástica geral e esportes com bola. As videoaulas foram elaboradas utilizando como estratégia de ensino a técnica de ginástica historiada acompanhada de filmes, histórias infantis, desenhos e outros, a fim de despertar o imaginário das crianças e dar sentido e significado às suas ações.

Os familiares recebiam as videoaulas que eram postadas todas às terças-feiras, entre 8 e 18 horas, no aplicativo do *WhatsApp* e na página do *Facebook* do Laefa. As famílias se organizavam no espaço-tempo possível a cada uma delas, fazendo uso dos recursos materiais disponíveis, confeccionando acessórios e indumentárias para vivenciar brincadeiras planejadas com os pequenos em casa. Com a proposta de movimentação corporal organizada, os pais/responsáveis iniciavam a ação mediadora com o (a) filho (a), orientados a exercerem a função de brinquedistas (aqueles que estimulam e compartilham a brincadeira com as crianças). As atividades realizadas eram registradas pela câmera do celular do familiar, em vídeos curtos, de no máximo dois minutos, que eram postados no grupo do *WhatsApp* como forma de socialização, troca de experiência e *feedback*. A equipe de trabalho respondia com comentários personalizados e gerais, visando orientar e potencializar a ação mediadora dos familiares.

Como forma de orientar os familiares na mediação dos movimentos corporais com os filhos em casa, foram organizados vídeoorientações de curta duração (cinco a sete minutos), versando sobre a mediação pedagógica, aspectos relacionais dos pequenos no se movimentar, dentre outros, com o propósito de subsidiá-los com o conhecimento teórico-prático importante sobre e desenvolvimento infantil, formando-os para exercerem a função de brinquedistas.

Vigotski nos alerta sobre essa mudança de interpretação na forma de conceber a criança com deficiência, quando enfatiza a urgência de termos um novo olhar acerca das necessidades educacionais dos alunos, que considere não somente a deficiência e as dificuldades apresentadas por eles, mas também o seu potencial e a possibilidade de criarmos vias alternativas de aprendizagem e desenvolvimento, tendo o aspecto cultural como cerne de sua proposta (Vigostki, 2021).

Nessa linha de pensamento, podemos fazer uma metáfora da aprendizagem e desenvolvimento como se fossem águas de um rio que seguem um curso. O curso, seria a aprendizagem e o desenvolvimento humano, as águas da criança, que mediante a presença de um dique (barreira) cria (pensa) caminhos alternativos para seguir seu curso. No caso de uma criança com deficiência haveria no curso desse rio, a própria limitação como um dique. Mediante essa condição que limita e dificulta sua ação no meio social, esse sujeito vai desenvolver um curso alternativo que cria o que Vigotski (2021) chamou de mecanismos compensatórios. Por meio dessas vias alternativas vai construir estratégias que possam permitir o seu desenvolvimento

Nesse pensamento, no brincar é capaz de ser curiosa, experimentar, interagir e se relacionar com o mundo que está inserido. Vigotski (2011), afirma que ao tratar das crianças com deficiência/autismo, devemos olhar para elas e para o seu desenvolvimento tomando por base as mesmas leis que regem o desenvolvimento das demais crianças. Para o autor, as atenções devem voltar-se para as condições que o meio social oferece para elas, pois são as possibilidades de acesso aos componentes culturais que farão avançar seu desenvolvimento. Assim, a brincadeira pode e deve ser vista como um elemento importante para o desenvolvimento infantil da criança com autismo.

Dessa forma, se inicialmente a criança com e sem autismo aprende a brincar com os adultos do seu laço de relação, posteriormente terá somado a esse contexto a relação com outros colegas e outros adultos, em diferentes ambientes de interação: no lar, nas ruas, nas praças públicas, na instituição educacional, na brinquedoteca e outros.

A brincadeira é um jogo social no qual as crianças com autismo estabelecem trocas interativas e produzem narrativas de uma experimentação. Poderíamos dizer que ao brincar ela se inicia nos processos de conhecer o mundo e o adulto tem um papel importante nesse processo, pois sua participação implica a escuta, o diálogo e a negociação, o que representa um importante elemento de sua ação mediadora.

Nessa perspectiva, a presença física do adulto (brinquedista e/ou familiar) exerce uma dupla função — a de quem cuida e acolhe as iniciativas das crianças com autismo, oferecendo-lhes

proteção e segurança; e daquele que organiza os espaços, o tempo, as escolhas dos objetos e materiais que potencializam as interações delas com o ambiente, além de ser o mediador do mundo para ela.

Pelo brincar o movimento humano se reveste de uma intencionalidade. Por meio do movimento, das brincadeiras, desde muito pequena, a criança com autismo é instigada pelos adultos do seu laço de relação a se comunicar, conhecer, compreender e desvendar o mundo das coisas e das pessoas, mesmo com as limitações impostas pela síndrome. Portanto o brincar como forma de explorar e reinterpretar o mundo se torna uma atividade fundamental para o seu desenvolvimento.

Considerações finais

O projeto de extensão de uma brinquedoteca universitária revela-se como uma mola propulsora para a aprendizagem e desenvolvimento da criança com e sem autismo durante a brincadeira, ao se reinventar, a partir dos estudos da abordagem histórico-cultural em tempos de Pandemia da Covid 19. Em sua contribuição no trato pedagógico da criança com autismo em situação de brincadeira, precisamos reconhecer, conforme orienta Vigotski, que diante de uma dificuldade ou condição de deficiência, existe uma busca pela elaboração de outros caminhos de desenvolvimento humano.

Assim, se uma criança não tiver a exigência de pensar, ela nunca irá pensar. Se uma criança com autismo, que apresenta dificuldade de comunicação e interação social, restrição de interesse e de atividades, não for instigada a interagir com o meio, a se comunicar, essa condição típica de seu diagnóstico, perdurará. As atividades organizadas devem estimular a criança com autismo a educar seu comportamento para o convívio social, a aprimorar seus movimentos, a resolver situações problemas, a pensar antes de agir, a tomar consciência da situação, a melhor se expressar e se relacionar, possibilitando sua autorregulação em frente aos desafios do meio.

Ao aprofundar nossas leituras sobre o tema, identificamos a brincadeira como mola propulsora do desenvolvimento das crianças com autismo. A brincadeira, mediada pelo projeto de extensão aos familiares por meio do ensino remoto, revelou-se como uma mola propulsora à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças com autismo, mesmo em tempos de pandemia. Ao brincar a criança com autismo demonstra curiosidade e pode experimentar, interagir e se relacionar com o mundo que está inserida, neste caso, o universo familiar.

O projeto de extensão, ao criar as condições pedagógicas remotas para que os familiares fossem os brinquedistas no brincar com os filhos/as com e sem autismo, oportunizou um novo trato pedagógico, possibilitando um olhar para criança que está além do autismo (Vigotski, 2011). Por consequência, na mediação entre familiares/brinquedistas e filhos por meio da brincadeira, foi possível identificar na criança com autismo, o desejo pela brincadeira também em seu ambiente familiar.

Conclui-se que as atividades organizadas, na brinquedoteca universitária no ensino remoto aos familiares, proporcionam à criança com e sem autismo a oportunidade de educar seu comportamento para o convívio social, a aprimorar seus movimentos, a pensar antes de agir, a tomar consciência da situação, a melhor se expressar e se relacionar, possibilitando sua autorregulação.

Referências

CHICON, J. F.; SÁ, M. G. C. S.; MURACA, G.V.(org.). **Aprender brincando**: caderno de fundamentos e atividades lúdicas inclusivas para crianças de 3 a 6 anos. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2021. Disponível em: <https://incluir.org/publicacoes/>. Acesso em: 13 out. 2021.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SIQUEIRA, M. F.; CHICON, J.F. **Educação física, autismo e inclusão**: ressignificando a prática pedagógica. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2016.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solanche Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. A brincadeira e seu papel no desenvolvimento psíquico da criança. Tradução de Zoia Prestes. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, p. 23-36, Jun. 2008.

VIGOTSKI, L.S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. Tradução de Denise Regina Sales, Marta Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 863-869, dez. 2011.

VIGOTSKI, L.S. **Imaginação e criança na infância**. Tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas da defectologia**. Tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

CONSTRUÇÃO DE KIT EXPERIMENTAL PARA O ENSINO DE QUÍMICA

Atos Santos Amorim¹
Jonathan Pereira Viana²
Ana Nery Furlan Mendes³
Carla da Silva Meireles⁴
George Ricardo Santana Andrade⁵

Introdução

Diversos aspectos influenciam a falta de adesão dos estudantes aos conteúdos ministrados nas disciplinas do ensino regular brasileiro. Entre eles, destacam-se a falta de conexão com sua realidade, a metodologia de ensino e a dificuldade dos conteúdos. Essa problemática é comum a todas as disciplinas, mas o impacto dessa realidade é muito evidente no ensino de química, uma disciplina frequentemente vista como conteudista e, por vezes, abstrata.

Para Dos Santos et al. (2012, p. 242) um dos principais fatores para a falta de adesão dos alunos à química pode ser explicado pela maior parte dos educadores “supervalorizar a memorização de fórmulas, regras e cálculos, em detrimento do desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para que o aluno exerça a cidadania”. Em contrapartida, Da Silva et al. (2018) disserta sobre a realidade do não gostar antecipado, de forma que os estudantes já chegam ao ensino médio com uma concepção moldada da química. Essa concepção, formada pelos olhos de outros estudantes que tiveram suas dificuldades, pode influenciar no desenvolvimento de medos e bloqueios em relação a conteúdos químicos.

Uma das formas possíveis de contornar os pontos explicitados é a utilização da experimentação em sala de aula. Para Arroio et al. (2006, p. 173) “os experimentos demonstrativos ajudam a focar a atenção do estudante nos comportamentos e propriedades de substâncias químicas e auxiliam, também, a aumentar o conhecimento e a consciência do estudante de química”.

89

¹ Aluno de graduação em Química Licenciatura, Universidade Federal do Espírito Santo - campus São Mateus, atos.amorim@edu.ufes.br.

² Aluno de graduação em Química Licenciatura, Universidade Federal do Espírito Santo - campus São Mateus, jonathan.viana@edu.ufes.br.

³ Doutora em Química, professora de Química na Universidade Federal do Espírito Santo - campus São Mateus, ana.n.mendes@ufes.br.

⁴ Doutora em Química, professora de Química na Universidade Federal do Espírito Santo - campus São Mateus, carla.meireles@ufes.br.

⁵ Doutor em Química, professor de Química na Universidade Federal do Espírito Santo - campus São Mateus, george.andrade@ufes.br.



Porém, Galiazzi et al. (2001, p. 250) expõe que durante as vivências escolares, “as atividades experimentais são pouco frequentes, embora permaneça a crença dos professores de que, por meio delas, pode se transformar o ensino de Ciências”

Objetivos gerais

- Construir um kit experimental de química que possibilite a experimentação dentro da sala de aula, utilizando experimentos simples e de baixo custo que auxiliem os educadores da disciplina de química.
- Distribuir os kits experimentais de química desenvolvidos a escolas que não possuem infraestrutura e aparatos necessários para realização de atividades experimentais.
- Desenvolver oficinas com o kit para professores e alunos da educação básica.

Metodologia

Todas as atividades experimentais descritas neste documento estão vinculadas ao projeto de extensão “*Confeção de kits de experimentos para divulgação da química em escolas e redes sociais*” apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Inicialmente, na primeira etapa do projeto, foi discutido com dois professores da rede básica de ensino quais assuntos os alunos possuíam maior dificuldade. Além disso, foram analisadas as Orientações Curriculares do Estado do Espírito Santo para a disciplina de Química.

Na segunda etapa, fez-se uma busca online sobre as possibilidades de experimentos que se relacionavam com os conteúdos identificados pelos professores. Durante a terceira, quarta e quinta etapa, realizou-se os testes e seleção final dos experimentos, além da elaboração e desenvolvimento dos roteiros experimentais que serão disponibilizados junto ao kit experimental. No decorrer da sexta etapa, construiu-se um kit experimental para avaliar a organização dos materiais. Na sétima etapa, o kit foi levado para uma escola pública de ensino médio localizada na cidade de São Mateus - ES para validação com professores e estudantes. Após a validação, durante a oitava etapa, foram gravados e editados vídeos dos experimentos a serem divulgados posteriormente nas redes sociais. As nona e décima etapas ainda serão desenvolvidas e consistem na realização de oficinas com a temática "Experimentação em sala de aula" para professores atuantes na rede básica de ensino e, também, alunos da rede estadual/municipal de São Mateus - ES. Durante essas etapas, serão divulgadas as possibilidades de experimentação, bem como a montagem e a distribuição final dos kits experimentais construídos.

Resultados

A partir do encontro com os dois professores de química determinou-se os conteúdos de oxirredução, estequiometria, termoquímica, transformações químicas, gases, cinética química, equilíbrio químico, ácido-base e combustão como os assuntos do currículo em que os alunos possuem maior dificuldade de aprendizagem. Com base nos conteúdos identificados, foram agrupados, testados, selecionados e gravados os seguintes experimentos: Queima do magnésio metálico; Oxidação da glicerina; Pasta de dente de elefante; Pastilhas efervescentes; Leite psicodélico; Sopro mágico; Água furiosa; Camaleão Químico.

As edições dos vídeos foram realizadas utilizando o software “DaVinci Resolve”, pelo fato de ser um programa gratuito e de fácil utilização. Os vídeos produzidos serão futuramente divulgados no website da Exposição de Projetos Extensionista da Licenciatura em Química (EPELQUI) “epelqui.saomatens.ufes.br”. Posteriormente, os vídeos também serão divulgados na plataforma YouTube em canal próprio do projeto.

Para o armazenamento dos materiais, buscou-se uma opção resistente, espaçosa e de fácil transporte. Sendo assim, optou-se por adquirir uma maleta de alumínio para armazenar os reagentes e vidrarias necessários para as práticas. A escolha dos reagentes foi determinada pensando na reposição dos materiais e, desta forma, todos os reagentes presentes na maleta podem ser adquiridos facilmente em farmácias ou supermercados. Visando evitar acidentes e perda de vidrarias, todos os materiais de vidro que pudessem ser substituídos foram alterados por materiais plásticos, garantindo maior segurança ao educador e educandos durante as práticas experimentais, além de proporcionar maior durabilidade ao kit experimental.

Durante a validação do material desenvolvido, um kit foi preparado e levado à uma escola de ensino médio da cidade de São Mateus – ES, na qual foi apresentado a professores e alunos durante um Feira de Ciências. Neste momento, dois professores (um de química e outro de ciências) preencheram uma ficha de validação dos experimentos utilizando a Escala Likert, na qual foram requisitados que avaliassem os seguintes critérios: “O experimento é capaz de atrair a atenção dos alunos de maneira significativa”; “O experimento é relevante para o ensino de química.”; “O experimento é possível de ser replicado dentro da sala de aula”; “O experimento facilita a compreensão dos alunos a respeito dos conteúdos relacionados à química”; “O experimento contextualiza e exemplifica de forma palpável e visual os fenômenos químicos”. Para todos os experimentos, os professores assinaram que *concordam fortemente* com as afirmações apresentadas. Além disso, adicionaram comentários demonstrando interesse nos experimentos e sinalizando a viabilidade da aplicação em suas aulas. A respeito dos estudantes, foi possível notar que os alunos se sentiram mais interessados em participar das experimentações e entender os conceitos que explicavam os fenômenos químicos envolvidos nos experimentos. A Figura 1 apresenta o kit de experimentos final, montado após ajustes necessários e evidenciados a partir

das percepções do bolsista de extensão no momento da atividade de validação dos experimentos.

Figura 1: Exemplar final do kit de experimentos



Fonte: Dados do projeto

92

A montagem final dos kits e entrega serão realizadas durante os meses de outubro e novembro de 2023 e, neste mesmo período, serão ministradas oficinas para capacitar os professores na utilização do kit em sala de aula, possibilitando a aplicação de práticas experimentais em todas as séries do ensino médio nas escolas que não possuem espaços e materiais necessários para sua realização.

Conclusão

A validação com os alunos demonstrou que a experimentação é, de fato, uma excelente ferramenta para atrair o interesse dos educandos para a química. Além disso, as práticas experimentais desmistificam a ideia pré-concebida que os estudantes possuem da química, permitindo uma maior aproximação entre o aluno e o conteúdo estudado. Portanto, até o momento, os resultados obtidos são satisfatórios para os objetivos propostos. Com a entrega dos kits é esperado contribuir para amenizar a ausência de laboratórios e equipamentos adequados para a prática, fortalecendo o ensino de química e as possibilidades para os estudantes exercerem a cidadania.

Referências

ARROIO, A. *et al.* **O show da química: motivando o interesse científico.** Química Nova, v. 29, p. 173-178, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/3CwfRnbFNDxqLrRfzry9Fbp/>. Acesso em: 15 out. 2023.

DOS SANTOS, D. G. *et al.* A Química do Lixo: utilizando a contextualização no ensino de conceitos químicos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/241>. Acesso em: 15 out. 2023.

DA SILVA, R. B.; MENDES, J. F.; DA SILVA, T. M. C. **O gostar do aluno e sua dificuldade em química.** Anais V CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48115>. Acesso em: 15 out. 2023

GALIAZZI, M. C. *et al.* Objetivos das atividades experimentais no ensino médio: a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de Ciências. **Ciência e Educação**, Bauru, v.7, n. 2, p. 249 - 263. 2001. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/cienciaeducacao/viewarticle.php?id=107&layout=abstract>. Acesso em: 15 out. 2023.

DESIGUALDADE DE GÊNERO E PODER: A JORNADA DA FEMINIZAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL

Jenifer Katherine Peres Anschau¹
Rafaela Sales Silva¹
Victória Thainá Sá Barreto Santos¹
Rosiane Maciel de Sousa¹
Ariel Gomes²

Introdução

Durante muito tempo, a figura da mulher na sociedade esteve subjugada, associada principalmente às responsabilidades domésticas, à maternidade e ao compromisso com a família. A história da feminização da medicina carrega consigo um longo histórico de desigualdade e discriminação de gênero. A luta das mulheres para exercer qualquer prática relacionada ao cuidado, mesmo sem formação, remonta à Idade Média, quando eram frequentemente rotuladas como bruxas e até mesmo condenadas à morte por envolvimento em atividades curandeiras (AVILA, 2014, p.142-14; VOSNE, 2020, p.241-264).

Somente em 1879, no Brasil, foi autorizada a entrada de mulheres nas faculdades de medicina por meio do decreto nº 7.247, sancionado por Dom Pedro II. No entanto, somente em 1887, Rita Lobato Velho Lopes, natural do Rio Grande do Sul, tornou-se a primeira mulher a concluir o ensino superior em medicina no Brasil, pela Faculdade de Medicina da Bahia (GALVINCIO, 2020, e149).

A área da ciência, por muito tempo, foi dominada por homens, refletindo essa realidade na medicina brasileira até a década de 1960. Somente a partir dos anos 1970, as faculdades de medicina começaram a abrir espaço gradualmente para a inserção das mulheres na profissão, um movimento que se intensificou a partir do século XXI (AVILA, 2014, p.142-14).

Contrapondo essa história de opressão, a presença das mulheres nas carreiras acadêmicas e, mais especificamente, na medicina, tem crescido. Pesquisas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em trinta países mostram que desde os anos 2000, as mulheres têm se tornado a maioria nas escolas de medicina do Canadá e dos Estados Unidos, com um notável processo de feminização em países europeus. No Brasil, dados de 2020 indicam que os homens ainda predominam no número total de médicos, mas essa situação começa a se inverter nas gerações mais jovens. Essa mudança se reflete também nas escolas de medicina,

¹ Acadêmicas de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

² Docente de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

conforme analisado em dados do Instituto de Educação Médica (IDOMED) (ROHDEN, 2001, p.109-172; Martins, 2019, p.152-158).

Além disso, a atuação das mulheres na medicina frequentemente resulta em experiências mais positivas para os pacientes. Eles relatam maior satisfação com o atendimento prestado por médicas mulheres, que tendem a estabelecer relações mais próximas com os pacientes, participando ativamente das discussões sobre tratamentos e adotando uma comunicação mais aberta. No entanto, apesar da crescente presença feminina na medicina, as mulheres que escolhem essa profissão ainda enfrentam diversos obstáculos ao longo de sua formação e carreira (MADALOZZO, 2017, p. 202-221; RASSLAN, 2018, e 1706; SCHEFFER, 2013, p. 268-277).

Em resumo, as mulheres foram durante muito tempo excluídas da educação e prática médica, com seus papéis limitados aos afazeres domésticos. Embora o acesso tenha sido regulamentado por Dom Pedro II em 1879, somente uma década depois, em 1887, a primeira mulher se formou em medicina no Brasil (GALVINCIO, 2020, e149). A medicina e a academia, em grande parte do mundo, foram dominadas por homens até o final do século XX. A partir dos anos 2000, a feminização da medicina começou a se consolidar em várias nações, incluindo o Canadá e os Estados Unidos (AVILA, 2014, p.142-14). No Brasil, embora os homens ainda predominem no total de médicos, a tendência está se revertendo nas gerações mais jovens. Portanto, é crucial analisar o processo de feminização da medicina no Brasil, seu impacto na profissão, na saúde da população e na promoção da igualdade de gênero.

Objetivos

Examinar a demografia médica no Brasil, destacando a distribuição de médicos por gênero e idade, comparando a população feminina e masculina.

Avaliar os papéis dos gêneros na profissão médica, especialmente entre os grupos mais jovens de médicos, e sua relevância para a igualdade de gênero.

Avaliar a inserção da mulher nos cursos de medicina, e no mercado de trabalho.

Metodologia

Este estudo é de natureza exploratória e retrospectiva, adotando uma abordagem que combina métodos qualitativos e quantitativos. Para a coleta de dados epidemiológicos, recorreu-se a diversas fontes, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa intitulada "Demografia Médica no Brasil" e informações fornecidas pelo Instituto de Educação Médica (IDOMED). No que diz respeito aos critérios de inclusão, foram conduzidas pesquisas abrangentes nas bases de dados científicos Lilacs, PubMed, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e SciELO, abarcando artigos publicados nos últimos 10 anos. Os artigos foram categorizados de



acordo com a classificação da CAPES, variando de B4 a A1, e pertencendo às seguintes áreas de conhecimento: Interdisciplinar, Educação, Saúde Coletiva e Medicina I.

Resultados

De acordo com a Figura 1A, em 1970, a composição de gênero da população médica brasileira era composta por 15,8% de mulheres e 84,2% de homens. No entanto, até 2020, observa-se uma transformação significativa, com a representação das mulheres atingindo 46,6%, enquanto os homens correspondem a 53,4%. A medicina, ao longo dos anos, foi caracterizada por ser uma profissão predominantemente masculina, mas esse cenário vem passando por modificações. Em 1910, os profissionais do sexo masculino dominavam a área médica, representando cerca de 77,7% dos inscritos, enquanto as mulheres compunham apenas 22,3%. Foi apenas a partir de 1970 que a presença feminina na carreira médica começou a crescer gradualmente, alterando substancialmente as estatísticas até os dias atuais.

Essa evolução pode ser observada especialmente entre os anos de 2000 e 2019, com um marco em 2009, quando foram registradas 7.301 médicas e 7.235 médicos no país, um padrão que se repetiu em 2010, com 7.634 novos registros de mulheres e 6.917 registros de homens (Fig. 1B). Embora a maioria da porcentagem de médicos em atividade no Brasil ainda seja do sexo masculino, a proporção entre gêneros tem vindo a diminuir gradualmente nesse contexto. No período de 2001 a 2010, as matrículas no ensino superior eram predominantemente femininas, e ao longo dos anos, isso se refletiu nos cursos de medicina no Brasil.

A distribuição de médicos por gênero e idade, conforme demonstrado na Figura 1C, revela que a medicina está se tornando mais jovem e mais feminina. A predominância feminina é notável, especialmente entre as mulheres com idades entre 17 e 34 anos, confirmando uma crescente participação das mulheres, principalmente na faixa etária de 17 a 25 anos, de acordo com a literatura.

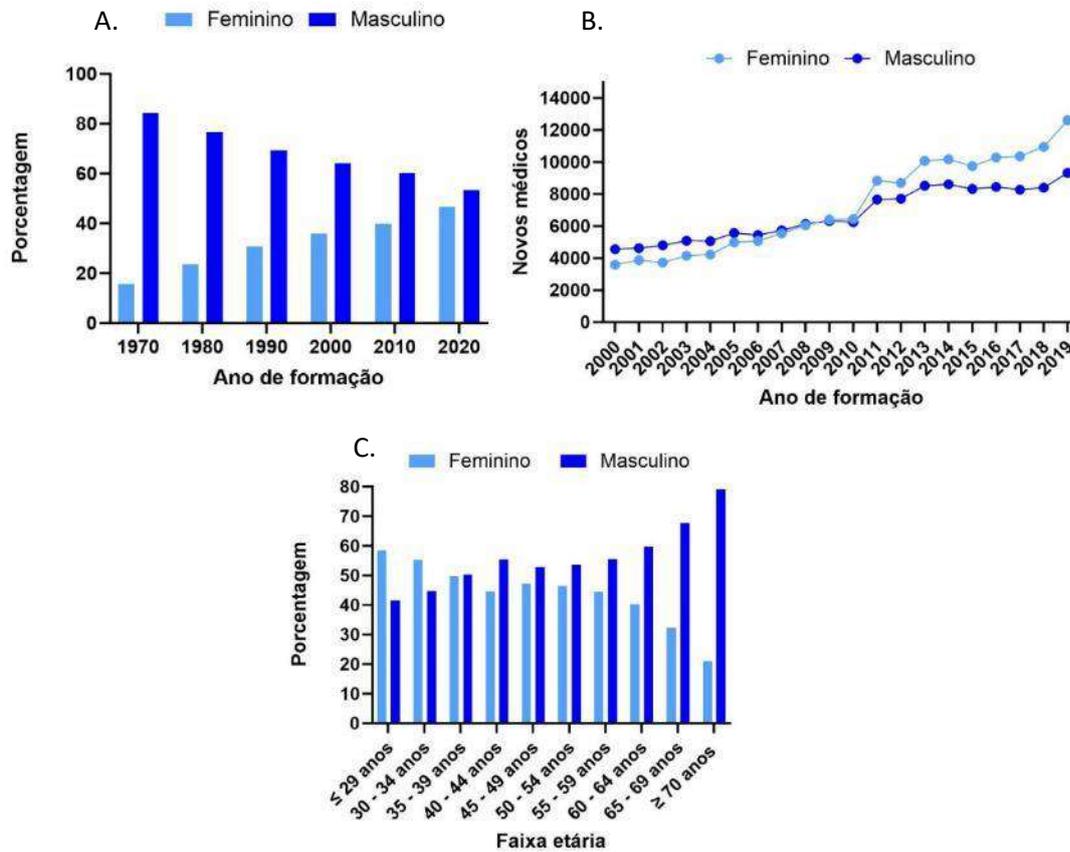


Figura 1: A. Comparativo entre os gêneros na evolução da população médica, de 1980 a 2020. B. Evolução dos registros de novos médicos entre 2000 e 2019, segundo gênero, de acordo com a Demografia Médica no Brasil, 2020. C. Distribuição de médicos segundo gênero e faixa etária.

Ao analisar os 14 campi de medicina da IDOMED apresentados na Figura 2A, fica evidente que em 13 deles há uma predominância de mulheres matriculadas no curso de medicina. O campus de Quixadá se destaca pela maior discrepância de gênero, com quase 80% dos estudantes sendo do sexo feminino e apenas 20% do sexo masculino. O campus de Castanhal é o único em que a presença de gêneros não apresenta grandes diferenças, com 50,6% de estudantes do sexo masculino e 49,4% do sexo feminino. Isso confirma uma mudança no padrão de gênero nas carreiras médicas, refletindo a feminização em curso na profissão médica no Brasil, como evidenciado nas Figuras 1A e 1B.

A idade média dos alunos da instituição analisada é de 27 anos, conforme ilustrado na Figura 2B, o que demonstra que, além de ser mais feminina, a medicina também tem envelhecido. Esses dados corroboram com as informações apresentadas na Figura 1C. Em resumo, os resultados indicam que a admissão nas faculdades de medicina e o registro de novos médicos têm se tornado predominantemente femininos de maneira gradual ao longo dos anos e mais jovens.

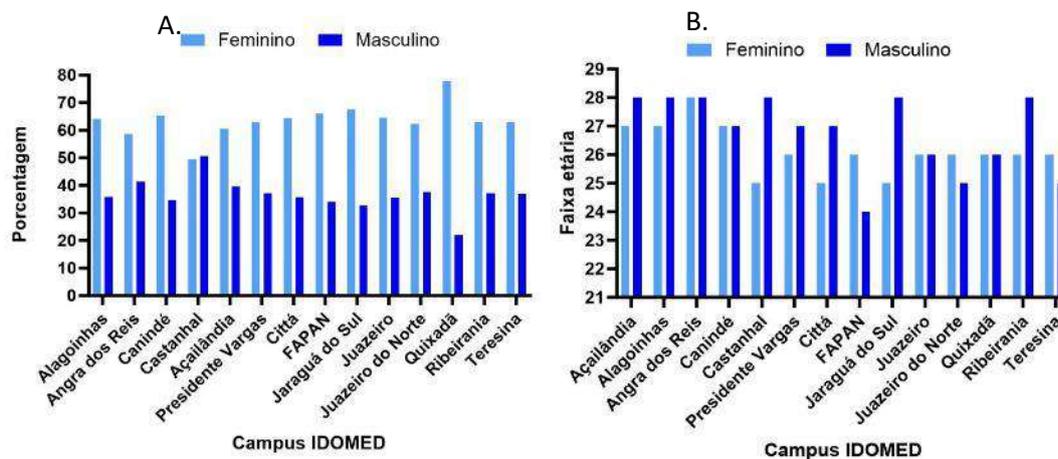


Figura 2: A. Comparativo entre os gêneros por campus IDOMED. B. Representa faixa etária média dos alunos, por gênero, de cada campus IDOMED.

Conclusão

Com base nos dados apresentados, pode-se concluir que houve uma evolução na composição de gênero da população médica brasileira ao longo das décadas. Inicialmente, a medicina era uma profissão predominantemente masculina, com as mulheres representando uma parcela significativamente menor. No entanto, ao longo do tempo, houve uma transformação substancial, com as mulheres aumentando sua representação no campo médico. Essa evolução foi particularmente visível a partir de 1970, quando a presença feminina na medicina começou a crescer de forma constante, culminando em uma proporção mais equilibrada entre homens e mulheres em 2020. Além disso, entre os anos 2000 e 2019, houve um aumento significativo no número de médicas em relação aos médicos, com um marco notável em 2009. A feminização da medicina não se limita apenas à representação de gênero, mas também à faixa etária dos profissionais, com um aumento na presença de médicos mais jovens, especialmente mulheres. Isso sugere uma tendência de rejuvenescimento da profissão médica no Brasil. A análise dos campi de medicina também

confirma a mudança no padrão de gênero, com a maioria deles apresentando uma predominância de estudantes do sexo feminino. Essa mudança é evidente, mesmo em locais onde a discrepância de gênero era tradicionalmente maior. Em resumo, os dados coletados e analisados indicam uma mudança significativa na demografia dos médicos brasileiros, com uma maior representação feminina e uma tendência de rejuvenescimento na profissão. Essa evolução na medicina é um reflexo das transformações sociais e culturais em curso e tem implicações importantes para a saúde e a sociedade como um todo.

Referências

AVILA, R. C. Formação das mulheres nas escolas de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 2014, v. 38, n. 1 [Acessado 17 Maio 2022], pp. 142-149. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-55022014000100019>>. Epub 04 Ago 2014. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022014000100019>

GALVINCIO, A. S. C. *et al.* O cuidar como profissão das mulheres: ensino superior e representação de gênero na trajetória intelectual de Edudésia Vieira. **Revista Brasileira de História da Educação [online]**. 2021, v. 21 [Acessado 17 Maio 2022], e149. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e149>>. Epub 22 Fev 2020. ISSN 2238-0094. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e149>.

MADALOZZO, R. *et al.* Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. **Cadernos de Pesquisa [online]**. 2017, v. 47, n. 163 [Acessado 17 Maio 2022], pp. 202-221. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143666>>. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053143666>.

MARTINS, J. B. *et al.* Fatores que Influenciam a Escolha da Especialização Médica pelos Estudantes de Medicina em uma Instituição de Ensino de Curitiba (PR). **Revista Brasileira de Educação Médica**. 2019, v. 43, n. 2 [Acessado 17 Maio 2022], pp. 152-158. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n2RB20180158>>. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n2RB20180158>

RASSLAN, S. *et al.* Profile of the General Surgery resident: what are the changes in the 21st Century. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**. 2018, v. 45, n. 02 [Acessado 17 Maio 2022], e 1706. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-6991e-20181706>>. Epub 24 Maio 2018. ISSN 1809-4546. <https://doi.org/10.1590/0100-6991e-20181706>.

2023

 **J I** Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

ROHDEN, F. As teses de medicina: a diferença sexual e suas perturbações. In: Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. **Antropologia & Saúde collection**, pp. 109-172. ISBN 978-85-7541-399-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SCHEFFER, M.C. *et al.* A feminização da medicina no Brasil. **Revista Bioética**. 2013, v. 21, n. 2, pp. 268-277. Disponível em: Epub 17 Out 2013. ISSN 1983-8034.

VOSNE, A. P. M. A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.241-264.

100



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DESIGUALDADES DE GÊNERO E PODER: A JORNADA DA FEMINIZAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL

Isadora Lanes Pinheiro Sacramento¹
Larissa Bluma Lopes¹
Mariana Pereira Pinto¹
Rebeca Pimenta Martins Galvão¹
Ariel Gomes²

Introdução

A história da medicina no Brasil é marcada por transformações significativas ao longo dos anos e uma das mais notáveis é a crescente presença das mulheres nesse campo. A jornada de feminização da medicina no Brasil é reflexo das mudanças sociais e culturais que ocorreram nas últimas décadas, bem como das lutas incansáveis das mulheres por equidade de gênero e poder em uma área que, por muito tempo, foi dominada por homens. (AVILA, 2014) No século XIX, as mulheres enfrentaram inúmeras barreiras para ingressar na medicina. A educação médica era restrita aos homens e as poucas mulheres que almejavam essa carreira enfrentavam preconceitos e discriminação. No entanto, ao longo do tempo, a persistente luta das mulheres pelo acesso à educação médica e igualdade nas oportunidades começou a mostrar resultados. (VOSNE, 2010; GALVINCIO, 2021)

No início do século XX, algumas instituições médicas deram início a admissão de mulheres em seus programas de graduação, contudo, essas pioneiras ainda enfrentariam desafios consideráveis. A desigualdade de gênero era evidente nas oportunidades limitadas de carreira e na falta de representação feminina em posições de liderança no campo da medicina, fato que perdura até os dias atuais. (AVILA, 2014) À medida que o tempo avançava, mais mulheres se aventuravam na medicina, demonstrando excelência em suas áreas de atuação. O aumento gradual da presença feminina trouxe à tona questões fundamentais relacionadas à igualdade de gênero e ao poder dentro da profissão médica. Ao discutir sobre a disparidade salarial, a representação em cargos de chefia e a importância da inclusão de perspectivas de gênero na pesquisa e na prática médica ganharam destaque. (MADALOZZO, 2017; RASSLAN, 2018; SCHEFFER, 2015)

Na virada do século XXI, houve uma mudança significativa da dinâmica de gênero na medicina brasileira. Mais mulheres passaram a compor a força do trabalho médico e muitas alcançaram posições de destaque como cirurgiãs, pesquisadoras, líderes de hospitais e instituições médicas.

¹ Acadêmicas de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

² Docente de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ



No entanto, as desigualdades persistem e ainda são muito discrepantes, tornando o caminho para a verdadeira igualdade de gênero na medicina ainda distante. (MADALOZZO, 2017; RASSLAN, 2018; SCHEFFER, 2015; VIANA, 2022)

A feminização da medicina no Brasil trouxe desafios importantes como a necessidade de garantir que as mulheres tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento profissional, acesso a cargos de liderança e salários equitativos. Além disso, a inclusão de perspectivas de gênero na pesquisa médica tornou-se fundamental para uma prática clínica mais abrangente e eficaz.

Em resumo, a jornada da feminização da medicina no Brasil é um exemplo notável de como as desigualdades de gênero podem ser gradualmente superadas por meio da educação, da persistência e do comprometimento com a equidade. Embora tenham sido feitos progressos significativos, ainda há muito a ser feito para garantir que as mulheres tenham o mesmo poder e oportunidades que seus colegas homens. É crucial que a sociedade e a comunidade médica continuem a trabalhar juntas para eliminar as barreiras do gênero e promover um campo médico mais inclusivo e igualitário, onde o talento e a capacidade sejam reconhecidos independentemente do gênero.

Objetivos

O objetivo deste estudo se deu por explorar as discrepâncias de gênero em cargos de gestão e especializações médicas no Brasil, discorrendo sobre o impacto do patriarcado nas áreas e oportunidades de trabalho.

102

Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório, retrospectivo, com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando dados epidemiológicos de fontes como IBGE e Demografia Médica no Brasil. De acordo com os critérios de inclusão, as buscas foram realizadas por meio das bases de dados: Lilacs, PubMed, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e SciELO, nos idiomas português e inglês, nos últimos 10 anos, os artigos foram classificados de B4 a A1, segundo a CAPES, nas seguintes áreas de conhecimento: Interdisciplinar, Educação, Saúde Coletiva, e Medicina I.

Resultados

Os resultados revelam que, em termos percentuais, a representação masculina predomina em especialidades médicas, com 97,7% em urologia, 93,5% em ortopedia e traumatologia, 91,2% em neurocirurgia e 89,6% em cirurgia torácica (Figura 1A). Por outro lado, as mulheres estão



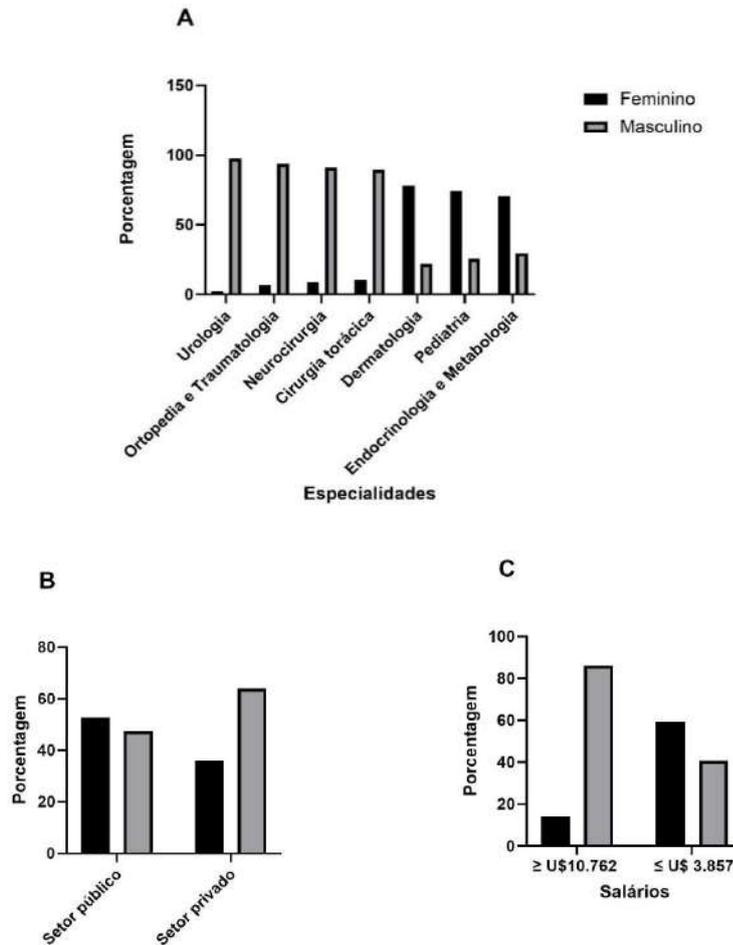
mais presentes em áreas como dermatologia, compreendendo 77,9% dos profissionais, pediatria com 74,4% e endocrinologia e metabologia com 70,6%.

Quanto aos dados relativos à gestão em saúde, a Figura 1B demonstra que no setor público, a gestão é ocupada em sua maioria por mulheres, correspondendo a 52,7%, enquanto os homens representam 47%. No setor privado, a proporção se inverte, com 36% de mulheres em cargos de gestão e 64% de homens.

Em relação aos salários, que estão diretamente relacionados aos cargos ocupados, tempo de trabalho e carga horária semanal, verifica-se uma desigualdade substancial. Quando os profissionais recebem salários iguais ou superiores a U\$10.762, apenas 14% são mulheres, enquanto 86% são homens. Por outro lado, no caso de salários iguais ou inferiores a U\$3.857, 59,4% são mulheres e 40,6% são homens (Figura 1C).

Nesse contexto, é possível inferir que a presença das mulheres em cargos de gestão no setor público é influenciada, em grande parte, pela realização de concursos públicos. Além disso, a desigualdade observada na distribuição do setor privado e a disparidade salarial notória podem ser atribuídas a fundamentos injustos, como já discutido na literatura (LOMBARDI, 2017, p. 10-14). Isso ressalta a constatação de que as mulheres não recebem a devida valorização por seus serviços, mesmo quando possuem qualificação igual ou superior (MADALOZZO, 2017, p. 202-221).

Figura 1 – 1A. Relação entre o gênero e a composição de algumas especialidades médicas. 1B. Relação entre o gênero e a ocupação de cargos de gestão no setor público e no privado. 1C. Relação entre o gênero e a remuneração em algumas faixas salariais específicas. Em todos os gráficos o eixo y representa a porcentagem, o eixo x representa as variáveis utilizadas, a cor preta o gênero feminino e a cor cinza o gênero masculino.



Conclusão

Em síntese, os dados apresentam um quadro complexo na medicina brasileira, onde as especialidades médicas mais rentáveis mantêm predominantemente uma representação

masculina substancial. Isso se reflete na presença majoritariamente masculina em áreas como urologia, ortopedia, neurocirurgia e cirurgia torácica, contrastando com a forte presença feminina em especialidades como dermatologia, pediatria e endocrinologia.

Além disso, a divisão de gênero na gestão de saúde revela uma dinâmica diversificada, com as mulheres ocupando a maioria das posições no setor público, enquanto no setor privado, a predominância masculina é evidente. Paralelamente, a disparidade salarial demonstra que as mulheres, mesmo com qualificação equivalente, enfrentam remunerações significativamente mais baixas em comparação com seus colegas masculinos.

Embora a crescente presença feminina na medicina represente uma evolução positiva, desafiando estereótipos de gênero e inspirando futuras gerações de mulheres na área, há ainda desafios a serem superados. A busca por ambientes inclusivos, políticas de equidade de gênero e apoio às mulheres na busca de cargos de liderança continua sendo essencial para promover uma prática médica mais diversificada, sensível às diversas necessidades da população e capaz de enfrentar os complexos desafios do sistema de saúde. Essas mudanças não apenas beneficiarão a profissão médica, mas também a saúde da população e a construção de uma sociedade mais igualitária.

Referências

AVILA, R. C. Formação das mulheres nas escolas de medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*. 2014, v. 38, n. 1 [Acessado 17 Maio 2022], pp. 142-149. Disponível em: . Epub 04 Ago 2014. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022014000100019>

LOMBARDI, M. R. Mulheres em carreiras de prestígio: conquistas e desafios à feminização. *Cadernos de Pesquisa* [online]. 2017, v. 47, n. 163 [Acessado 17 Maio 2022], pp. 10-14. Disponível em: . ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053144421>.

RASSLAN, S. et al. Profile of the General Surgery resident: what are the changes in the 21st Century. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*. 2018, v. 45, n. 02 [Acessado 17 Maio 2022], e 1706. Disponível em: . Epub 24 Maio 2018. ISSN 1809- 4546. <https://doi.org/10.1590/0100-6991e-20181706>.

SCHEFFER, M. et al. *Demografia Médica no Brasil 2015*. Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da USP. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Conselho Federal de Medicina. São Paulo: 2015, 284 páginas. ISBN: 978-85-89656-22- [Acessado 17 Maio 2022]. Disponível em: .

VIANA, S. W. et al. Women Representation in Surgical Specialties: Reflections about Gender Equity after the 34th Brazilian Surgical Conference. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões* [online]. 2022, v. 49 [Accessed 17 May 2022], e20223204EDIT01. Available from: . Epub 28 Feb 2022. ISSN 1809-4546. <https://doi.org/10.1590/0100-6991e-20223204EDIT01>.

GALVINCIO, A. S. C. et al. O cuidar como profissão das mulheres: ensino superior e representação de gênero na trajetória intelectual de Edudésia Vieira. *Revista Brasileira de História da Educação* [online]. 2021, v. 21 [Acessado 27 Set 2023], e149. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e149>>. Epub 22 Feb 2020. ISSN 2238-0094. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e149>.

MADALOZZO, R. et al. Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres. *Cadernos de Pesquisa* [online]. 2017, v. 47, n. 163 [Acessado 27 Set 2023], pp. 202-221. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143666>>. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053143666>.

SCHEFFER, M.C. et al. A feminização da medicina no Brasil. *Revista Bioética*. 2013, v. 21, n. 2, pp. 268-277. Disponível em: Epub 17 Out 2013. ISSN 1983-8034.

VOSNE, A. P. M. A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.241-264.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ERA DIGITAL: INSTAGRAM COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA PREVENÇÃO DO HIV

Amanda Soares Duarte¹

Alana Ribeiro Leite¹

Jenifer Katerine Peres Anschau¹

Caio Jorge Soares Ferreira¹

Ariel Gomes²

Introdução

O HIV é uma patologia que afeta o sistema imunológico e tem uma ampla incidência global. Este retrovírus é transmitido principalmente por meio de relações sexuais desprotegidas, contato com sangue infectado (especialmente em casos de compartilhamento de agulhas por dependentes químicos), transmissão de mãe para filho durante o parto ou amamentação, ou por acidentes envolvendo material perfurocortante contaminado (FRIEDRICH et al., 2016, p. 81-86).

Em 2021, o Brasil notificou 40,8 mil casos de HIV e 35,2 mil casos de AIDS, conforme registrado no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e relatado no Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS, divulgado pelo Ministério da Saúde. Isso destaca a importância da disseminação de informações sobre o tema, uma vez que o impacto do HIV pode afetar indivíduos de todas as classes sociais e culturais (BRASIL, 2023).

A AIDS continua sendo uma síndrome sem cura, e seu tratamento envolve o uso da terapia antirretroviral, conhecida como TARV, com o objetivo principal de manter a carga viral do paciente indetectável. Além disso, existe uma estratégia de prevenção do HIV chamada Profilaxia Pré-exposição (PrEP), que visa proteger indivíduos vulneráveis ao vírus por meio da administração de uma combinação de antirretrovirais (Pereira et al., 2022).

As mídias sociais desempenham um papel fundamental na disseminação de informações sobre diversos temas, incluindo sexualidade e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) com foco no HIV. Essas plataformas têm a capacidade de alcançar uma ampla faixa etária, proporcionando informações claras e dinâmicas para esclarecer dúvidas (SILVA, 2020, p. 4867).

Este trabalho tem como objetivo promover ações de educação em saúde e prevenção do HIV por meio de publicações no Instagram, com o intuito de esclarecer dúvidas e incentivar o autocuidado. A infecção pelo HIV é uma IST significativa que requer atenção, e a educação sexual desempenha um papel crucial na prevenção de riscos e no desenvolvimento do autoconhecimento. O uso das redes sociais como uma ferramenta de educação em saúde se

¹ Acadêmicas de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

² Docente de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

revela uma plataforma valiosa para disseminar informações sobre o HIV e reduzir a incidência da doença, especialmente em um contexto de rápida digitalização da sociedade.

Objetivos

Objetivo geral

Divulgar as ações de educação em saúde e prevenção do HIV através do Instagram.

Objetivos específicos

Avaliar a concepção de conteúdo educacional de alta qualidade e relevância científica relacionado ao HIV, abrangendo temas como prevenção, transmissão, tratamento e estigmatização.

Investigar os desafios associados à criação de uma conta no Instagram dedicada à promoção da saúde e à prevenção do HIV.

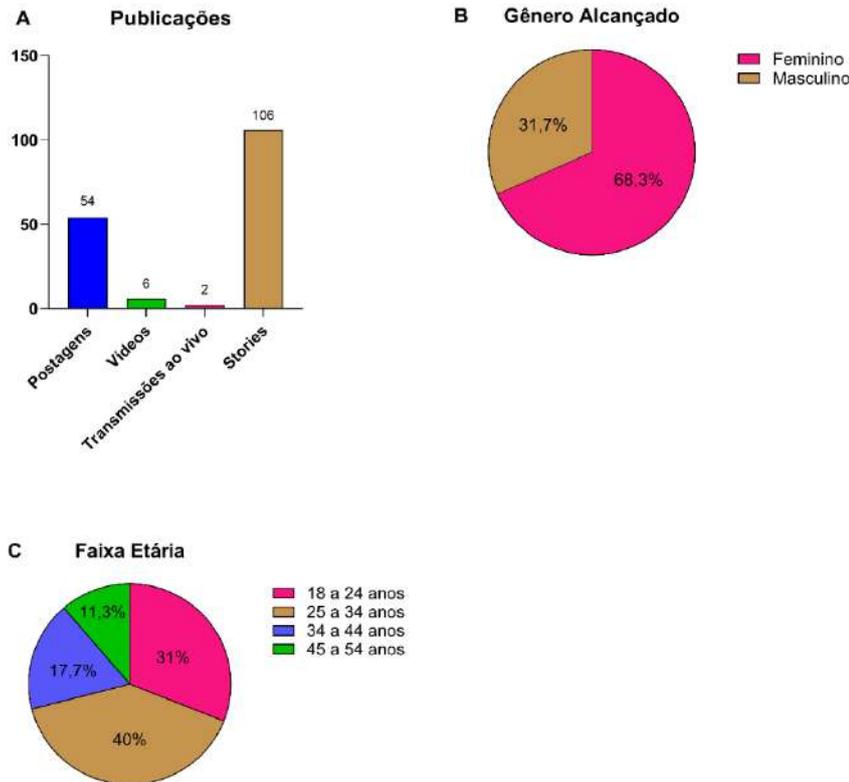
Avaliar o impacto da campanha realizada no Instagram por meio de indicadores quantitativos, incluindo o aumento no número de seguidores, a interação com o conteúdo e o feedback recebido dos seguidores.

Metodologia

Este trabalho consiste na disseminação de informações por meio das redes sociais, com ênfase no Instagram, através de publicações que explicam os conceitos de forma clara e dinâmica.

Para embasar nossa pesquisa, conduzimos uma revisão da literatura, consultando publicações indexadas nas bases de dados SciELO e PubMed nos últimos cinco anos. Utilizamos o operador booleano "AND" juntamente com os descritores "HIV", "IST" e "antirretroviral" em busca de referencial teórico tanto em português quanto em inglês.

Resultados



109

Figura 1 – Publicações realizadas, género e faixa etária alcançadas. O gráfico (A) apresenta o número de publicações realizadas, sendo divididas em postagens, vídeos, transmissões ao vivo e stories, (B) a percentagem do género alcançado, (C) a faixa etária. As faixas etárias são representadas por cores, sendo o rosa (18 a 24 anos), bege (25 a 34 anos), azul (34 a 44 anos) e verde (45 a 54 anos).

Observamos que foram feitos mais stories, ao todo 106, seguidos das postagens, vídeos e transmissões ao vivo respectivamente. Em relação ao género alcançado, nota-se que o género feminino teve um percentual maior (68,3%) do que o género masculino (31,7%). Quanto a faixa etária, verifica-se que houve um predomínio de alcance nas idades de 25 a 34 anos (40%), acompanhado da faixa etária de 18 a 24 anos (31%), em seguida 34 a 44 anos (17,7%), finalizando com a faixa etária de 45 a 54 anos (11,3%).

Conclusão

No transcurso deste projeto, nossa equipe vivenciou a prática da promoção da saúde por meio de ações e atividades realizadas na plataforma Instagram. Com o objetivo de garantir um alcance mais amplo das informações cruciais relacionadas à saúde da sociedade, a utilização de estratégias lúdicas e audiovisuais provou ser bem-sucedida na divulgação das postagens sobre a prevenção do HIV. Isso possibilitou que os usuários se envolvessem mais ativamente, participando ativamente da troca de informações e interagindo com as publicações, contribuindo assim para o fortalecimento do vínculo com a comunidade.

Dessa forma, fica evidente que as postagens realizadas por meio de recursos digitais alcançaram com sucesso uma audiência diversificada, abordando uma variedade de tópicos, e ampliaram significativamente as oportunidades de promover a educação em saúde por parte de nossa equipe. Isso ressalta a eficácia das mídias sociais como ferramenta valiosa para a disseminação de conhecimento e promoção da saúde, além de fortalecer a conexão entre os profissionais de saúde e a comunidade que atendemos.

Referências

FRIEDRICH L, MENEGOTTO M, MAGDALENO AM, SILVA CL. Transmissão vertical do HIV: uma revisão sobre o tema. Boletim Científico de Pediatria Rio Grande do Sul, Vol. 5, Nº 3, p. 81-86, 2016. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/5773/2211>. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, 2023. Mais de 52 mil jovens de 15 a 24 anos com HIV evoluíram para aids nos últimos dez anos, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/mais-de-52-mil-jovens-de-15-a-24-anos-com-hiv-evoluiram-para-aids-nos-ultimos-dez-anos#:~:text=Em%202021%2C%2040%2C8%20mil,HIV%2Faids%20do%20ano%20passado](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/mais-de-52-mil-jovens-de-15-a-24-anos-com-hiv-evoluiram-para-aids-nos-ultimos-dez-anos#:~:text=Em%202021%2C%2040%2C8%20mil,HIV%2Faids%20do%20ano%20passado.). Acesso em: 29 set. 2023.

PEREIRA K, AZEVEDO PS, PAIXÃO JVA, SANTOS AC, PAIXÃO J A. Atenção farmacêutica na profilaxia pré-exposição ao hiv (PREP): uma revisão narrativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.10, n.10, p. 2606-2617, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5773>. Acesso em: 29 set. 2023.

SILVA JMM, SOUSA F F, LIMA ZNH, FARIAS OO, GALVAO MTG. Utilização de mídias sociais como ferramenta para prevenção de hiv e outras infecções sexualmente transmissíveis. *Encontros Universitários da UFC, Fortaleza*, v. 5, n. 12 p. 4867, 2020.



EMERCAST: O ENSINO DE EMERGÊNCIA NA PALMA DA MÃO

Sofia Boulet¹
Carolina de Moura Marolli²
Kauê Bolner³
Amanda Modena Fraga⁴
Karin Viegas⁵

Introdução

Porção significativa das visitas às unidades de urgência e emergência se dão em decorrência de causas evitáveis (HOOKER; MALLOW; OGLESBY, 2019) ou eram passíveis de atendimento em regime não emergencial – como, por exemplo, nas Unidades Básicas de Saúde (BITENCOURT et al., 2021). A disseminação na comunidade de informações básicas em saúde – em especial sobre prevenção e funcionamento do sistema de assistência – poderia minimizar ou evitar essas ocorrências.

Podcasts são, em essência, programas que envolvem a publicação periódica de arquivos de áudio na internet, oferecendo, com o acesso e *download* nos dispositivos móveis, a reprodução do conteúdo sob demanda sem limitações temporais e espaciais. Essa ferramenta apresenta várias características positivas, como a utilização de diálogos – deixando a comunicação mais dinâmica –, a possibilidade de que o ouvinte realize outras atividades enquanto escuta o material e a praticidade na produção dos episódios (RODRIGUES, 2022). Observando a crescente utilização dos podcasts como ferramentas de educação médica (FERNANDES et al., 2023) e de divulgação científica (SANTOS & BARROS, 2023), percebe-se o potencial do formato para intermediar trocas de conhecimento entre o público leigo e a comunidade acadêmica e da saúde.

111

¹ Acad. Medicina, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. sofiaboulet18@gmail.com

² Acad. Medicina, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. carolina.marolli@ufcspa.edu.br

³ Acad. Medicina, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. kaue.bolner@ufcspa.edu.br

⁴ Acad. Enfermagem, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. amanda.fraga@ufcspa.edu.br

⁵ Prof. PhD Karin Viegas. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. karinv@ufcspa.edu.br



Nesse contexto, com o intuito de apresentar à população conhecimentos na área de Emergência de forma acessível – discutindo sobre diferentes condições e métodos de prevenção e autocuidado – foi idealizado o projeto de extensão “Emercast: descomplicando a emergência”.

Objetivos gerais

Proporcionar informações básicas em urgência e emergência aos ouvintes, estimulando a prevenção, o autocuidado e a autonomia de seu cuidado em saúde. Contribuir para a formação acadêmica, pessoal e profissional dos discentes com o desenvolvimento de pensamento crítico, trabalho em equipe, abordagem multidisciplinar e interação com a comunidade. Incentivar a ciência, atuando como canal de discussão, disseminação e criação de conhecimento.

Metodologia, materiais e métodos

A equipe do projeto – composta pela aluna bolsista, voluntários e a professora coordenadora – produz episódios mensais com duração estimada entre 7 a 20 minutos que abordam assuntos variados sobre Emergência e noções básicas de saúde. Os episódios são planejados em reuniões quinzenais, onde a equipe se reúne para discutir os resultados dos episódios anteriores e definir a temática do próximo material, levando em consideração as sugestões do público e dos próprios membros da iniciativa. Em seguida, inicia-se uma etapa de pesquisa e revisão da literatura para identificar atualizações e evidências sobre o assunto escolhido, de modo a garantir a veracidade das informações apresentadas. Dispondo de um roteiro básico estipulando os principais tópicos a serem abordados durante o podcast, os discentes se reúnem presencialmente ou à distância para a gravação do episódio. O mesmo se dá em forma de diálogo, no qual se preconiza o emprego de linguagem adaptada ao público leigo e o uso de exemplos cotidianos na tentativa de transmitir conhecimento de maneira dinâmica e imersiva. Sempre que possível, os episódios contam com a participação especial de um convidado com experiência relevante no tema para agregar à discussão e responder perguntas feitas pelos discentes mediadores. Enquanto a gravação de áudio é editada e revisada, são preparados materiais de divulgação destinados às redes sociais do projeto, aumentando o alcance e o impacto da produção. O perfil na rede social Instagram @emercast.ufcspa atua tanto como meio de divulgação quanto como canal de comunicação com os ouvintes, onde dispõem da possibilidade de enviar dúvidas e sugestões diretamente à equipe do projeto e são incentivados a participar a partir do emprego de enquetes e caixas de perguntas. Finalizadas essas etapas, o episódio é publicado nas plataformas Spotify e Google Podcasts, onde ficam disponíveis gratuitamente. Junto de cada episódio é ofertado um questionário de satisfação adicional elaborado na ferramenta Formulários Google.

Para avaliar os resultados do projeto, foram analisados dados provenientes dos questionários de satisfação e estatísticas disponibilizadas pela plataforma Spotify for Podcasters, que reúne as

informações dos diferentes meios de publicação. Foram recuperados nessa plataforma o número total de reproduções, número e média de reproduções por episódio, distribuição dos ouvintes segundo cada serviço de *streaming*, tipo de dispositivo utilizado, gênero, idade, país e estado dos ouvintes. Os dados coletados abrangem o período de abril de 2021 a outubro de 2023. O questionário de satisfação contém um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e coleta do ouvinte: nome completo, sexo, idade, escolaridade, cidade e estado de moradia, avaliação do episódio (dividido em “Ótimo”, “Bom”, “Regular”, “Ruim” e “Péssimo”), compreensão do tema abordado do episódio (avaliado por meio de uma pergunta de múltipla escolha elaborada pela equipe) e sugestões ou críticas ao episódio ou projeto. As respostas dos questionários dos 6 episódios mais recentes, produzidos pela gestão atual do projeto, foram avaliadas individualmente para comparação e agrupadas para análise final. A aderência aos formulários foi calculada a partir da relação entre o número de respostas ao questionário e o número de reproduções dos episódios.

Resultados

Até outubro de 2023, foram publicados 24 episódios que contam com 2.287 reproduções, uma média de 46 reproduções por episódio. Excluindo o episódio introdutório, os 5 episódios com o maior número de reproduções foram “Emercast #1 - Serviços de Atendimento em Saúde” (241); “Emercast #2 - Cefaleias” (198), “Emercast #7 - Incidentes com Múltiplas Vítimas” (128), “Emercast #3 - TCEs” (118) e “Emercast #19 - Emergências Geriátricas” (114). A seguir, observa-se na Tabela 1 todos os episódios publicados e os respectivos números de reproduções.

113

Título do episódio	Reproduções
Episódio #24 - Emergências Gastrointestinais	36
Episódio #23 - Crises convulsivas	63
Episódio #22 - Lesões no esporte	65
Episódio #21 - População em Situação de Rua: uma emergência social, cultural e de saúde	91
Emercast #20 - Mês da enfermagem: “Por dentro do SAMU”	78
Emercast #19 - Emergências Geriátricas	114
Emercast #18 - Infarto	66

Episódio #17 - Prevenção de Acidentes na Infância	43
Emercast #16 - Mindset do Emergencista	79
Emercast #15 - Intoxicação por Drogas de Abuso	74
Emercast #14 - Emergências Pediátricas no Inverno	65
Emercast #13 - Fraturas na Ortopedia e Traumatologia	73
Emercast #12 - Mordeduras e picadas	52
Emercast #11 - Abscessos	61
Emercast #10 - Dor lombar	50
Emercast #9 - Primeiros Socorros Psicológicos	69
Emercast #8 - Queimaduras	100
Emercast #7 - Incidentes com múltiplas vítimas	128
Emercast #6 - FPFAP e FAB	75
Emercast #5 - Dor cervical	69
Emercast #4 - Quedas	64
Emercast #3 - TCEs	118
Emercast #2 - Cefaleias	198
Emercast #1 - Serviços de Atendimento em Saúde	241
Episódio Introdutório	215

Tabela 1 - Título dos episódios e número de reproduções.

Segundo a “Spotify for Podcasters”, a plataforma mais empregada pelos ouvintes foi o Spotify (94.1% das reproduções). O tipo de dispositivo mais utilizado foi o com sistema operacional Android (44.5%), seguido de iPhone (42.9%), Windows (2.5%) e outros (10.1%), observando-se uma preferência marcante pelos dispositivos móveis. Cerca de 96% do público derivou do Brasil, 2% dos Estados Unidos e o restante estava distribuído entre Argentina, Portugal,

Paraguai, Nicarágua, Alemanha e Reino Unido. No Brasil, o Rio Grande do Sul foi o estado com maior número de ouvintes (60%), acompanhado por São Paulo (11%), Minas Gerais (4%), Rio de Janeiro (4%), Paraná (3%) e Santa Catarina (3%). Dados sobre gênero e idade estavam disponíveis apenas sobre os ouvintes provenientes do Spotify, sendo que 56.2% dos ouvintes eram do sexo feminino, 41.8% do sexo masculino e 2% não especificado. No quesito faixa etária, 0.1% possuem entre 0 a 17 anos; 21.1% entre 18 a 19 anos; 33.5% entre 23 a 27 anos; 19.6% entre 28 a 34 anos; 16.1% entre 35 a 44 anos; 8,4% entre 45 a 59 anos; e 0.8% mais de 60 anos. Em suma, o perfil predominante do ouvinte são mulheres de 23 a 27 anos, brasileiras, provenientes do Rio Grande do Sul que utilizam para reprodução dispositivos móveis e a plataforma Spotify.

Os 6 questionários mais recentes, referentes aos episódios produzidos pela gestão atual do projeto, contabilizam 179 respostas. Considerando que os 6 episódios somam 450 reproduções, a taxa de adesão aos formulários opcionais foi de 39,8%. Com relação ao nível de escolaridade dos ouvintes, 0,6% dos ouvintes possui ensino médio incompleto, 11,7% possuem ensino médio completo, 60,9% ensino superior incompleto e 26,8% ensino superior completo. No que se refere à avaliação da temática dos episódios, 97,7% consideram o tema abordado como “ótimo” e 2,3% como “bom”. Ao final do questionário, há uma questão de múltipla escolha que pretende avaliar a compreensão do público quanto aos assuntos trabalhados no episódio. Tal pergunta foi respondida corretamente por 99,4% dos ouvintes.

Conclusão

"Emercast: descomplicando a emergência" demonstra o potencial do uso de podcasts como veículo de divulgação científica. Nesse sentido, as taxas quase perfeitas de acerto nas questões de múltipla escolha dos questionários sugerem sucesso na tradução e apresentação dos conhecimentos em saúde para a população em geral. A adesão aos formulários, importante para a avaliação dos resultados do projeto, está aumentando, porém ainda precisa ser otimizada. Sobre as perspectivas futuras, é importante investir em medidas que continuem a atrair o público leigo a consumir o podcast, como a intensificação e adaptação da divulgação nas redes sociais e a distribuição de materiais físicos em locais estratégicos (Unidades Básicas de Saúde, Urgências e Emergências, escolas e locais de grande circulação).

Referências

BITENCOURT, D. S.; PINHEIRO, W. F.; CARNEIRO, A. M. C. T.; BATISTA, A. K. R.; MENEZES, C. S.; CONCEIÇÃO, D. S.; NOVAIS, D. G. Perfil epidemiológico dos atendimentos de emergências: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, ed. 6, p. 59068-59078, jun. 2021.

FERNANDES, C. A. S.; VIEIRA, L. X. S. S.; SILVA, F. T. M.; KUBRUSLY, M.; AUGUSTO, K. L. Os podcasts como parte integrante da educação médica de acesso aberto e gratuito. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 47, ed. 1, 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-5271v47.1-20220119.ING>.

HOOKE, E. A.; MALLOW, P. J.; OGLESBY, M. M. CHARACTERISTICS AND TRENDS OF EMERGENCY DEPARTMENT VISITS IN THE UNITED STATES (2010–2014). *The Journal of Emergency Medicine: Administration of Emergency Medicine*, v. 56, n. 3, p. 344-351, 28 jan. 2019. DOI <https://doi.org/10.1016/j.jemermed.2018.12.025>

RODRIGUES, C. H. P.; FERREIRA-JÚNIOR, A. A.; CINTRA, Álefe S.; LUIZ, A. V. A.; FERNANDES, A. P. M.; BRUNI, A. T.; NASCIMENTO, A. C. D. do. PODCAST AS EDUCATIONAL TOOL IN THE COVID-19 PANDEMIC. *SciELO Preprints*, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.3943.

SANTOS, S. P.; BARROS, A. D. M. Podcast como instrumento de divulgação científica: uma análise bibliométrica. *Estudos em Comunicação*, ed. 36, p. 148 -171, 31 maio 2023.

ENDOMETRIOSE EM ANGRA DOS REIS: ESTUDO DE PERFIS E TENDÊNCIAS

Júlia Oliveira da Silva¹
Amanda Soares Duarte¹
Maria Clárisa Santos da Silva¹
Ana Michelle Alcantara Silva¹
Ariel Gomes²

Introdução

A endometriose é uma condição crônica caracterizada pela presença de tecido endometrial fora do útero, acompanhada por sintomas debilitantes, como dor pélvica, dispareunia, dor ao urinar e defecar, dismenorreia, sintomas gastrointestinais e infertilidade (CHAPRON et al., 2019, p. 666; MEHEDINTU et al., 2014, p. 351; SAUNDERS et al., 2021, p. 2808). O diagnóstico muitas vezes é retardado devido à semelhança dos sintomas com outras condições médicas (MEHEDINTU et al., 2014, p. 351).

Pacientes com endometriose frequentemente enfrentam dificuldades em discutir seus sintomas (TAYLOR et al., 2021, p. 839), e a menstruação retrógrada é considerada uma possível causa da doença (WHO, 2023). A endometriose pode se manifestar de diferentes maneiras na cavidade pélvica, incluindo lesões peritoneais superficiais, endometriomas ovarianos e endometriose infiltrativa profunda (SAUNDERS et al., 2021, p. 2808).

Globalmente, mais de 176 milhões de mulheres são afetadas pela endometriose (TAYLOR et al., 2021, p. 839), e muitas desconhecem sua condição. No Brasil, entre 2013 e 2022, houve um registro de 119.467 internações por endometriose, com o pico em 2015 (DA COSTA et al., 2022, p. 3).

O diagnóstico definitivo da endometriose requer visualização cirúrgica, embora ultrassonografia transvaginal e ressonância magnética possam ser usadas para avaliar as lesões. A classificação da doença segue o sistema da Sociedade Americana de Medicina Reprodutiva (ASRM), que não correlaciona diretamente os sintomas com a gravidade da dor (WHO, 2023).

Atualmente, não há cura conhecida para a endometriose, e o tratamento visa controlar os sintomas, muitas vezes envolvendo a redução dos níveis de estrogênio circulante (MEHEDINTU et al., 2014, p. 352). No entanto, o acesso ao diagnóstico e tratamento adequados ainda é limitado em várias regiões, incluindo países de baixa e média renda (WHO, 2023).

¹ Acadêmicas de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

² Docente de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

Devido ao grande impacto da endometriose na qualidade de vida das mulheres, ela deve ser considerada um problema de saúde pública (CHAPRON et al., 2019, p. 666). Este estudo concentra-se em avaliar o impacto da endometriose na população de Angra dos Reis, destacando a importância do diagnóstico precoce e explorando fatores sociodemográficos que podem influenciar no diagnóstico tardio da doença.

Objetivos

Objetivos gerais

Comparar o número de internações por endometriose em Angra dos Reis com as características sociodemográficas da população.

Objetivos específicos

Analisar a prevalência de endometriose nos últimos cinco anos na cidade de Angra dos Reis;
Relacionar o número de internações de mulheres com endometriose em Angra dos Reis, com a etnia e a faixa etária.

Metodologia

Este trabalho consiste em um estudo quali-quantitativo, descritivo e retrospectivo sobre as notificações de pacientes portadores de endometriose em Angra dos Reis. Os dados secundários foram obtidos por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), utilizando o TABNET para acessar registros de pessoas com endometriose. Como critério de inclusão, foram selecionados pacientes com idades entre 20 e 59 anos durante os últimos 5 anos, de 2018 a 2022. Para fundamentar o estudo, realizou-se uma busca de referencial teórico em publicações indexadas nas bases de dados SciELO e PubMed, nos idiomas português e inglês, abrangendo os últimos 10 anos. Foi utilizado o operador booleano "AND" com os descritores "endometriose", "dor crônica" e "infertilidade". Os dados coletados foram analisados e apresentados por meio de gráficos gerados com o auxílio do programa Microsoft Excel®

Resultados

Internações por endometriose em Angra dos Reis: Nos últimos cinco anos em Angra dos Reis, RJ, observou-se a prevalência de endometriose em mulheres de 20 a 59 anos (Figura 1), totalizando 71 casos. Em 2018 (Figura 1A), houve 25 internações, com 5 casos na faixa etária de 30-39 anos, 15 casos na faixa etária de 40-49 anos e 5 casos na faixa etária de 50-59 anos. No

ano seguinte, em 2019 (Figura 1B), ocorreram 29 internações, sendo 8 pacientes com idades entre 30 e 39 anos, 17 entre 40 e 49 anos e 4 entre 50 e 59 anos. Em 2020 (Figura 1C), houve 11 internações, distribuídas em diferentes faixas etárias. Em 2021 (Figura 1D), ocorreram 2 internações, sendo uma na faixa de 30-39 anos e outra na faixa de 40-49 anos. Por fim, em 2022 (Figura 1E), foram registradas 4 internações, com pacientes de 20-29 anos, 30-39 anos e 40-49 anos.

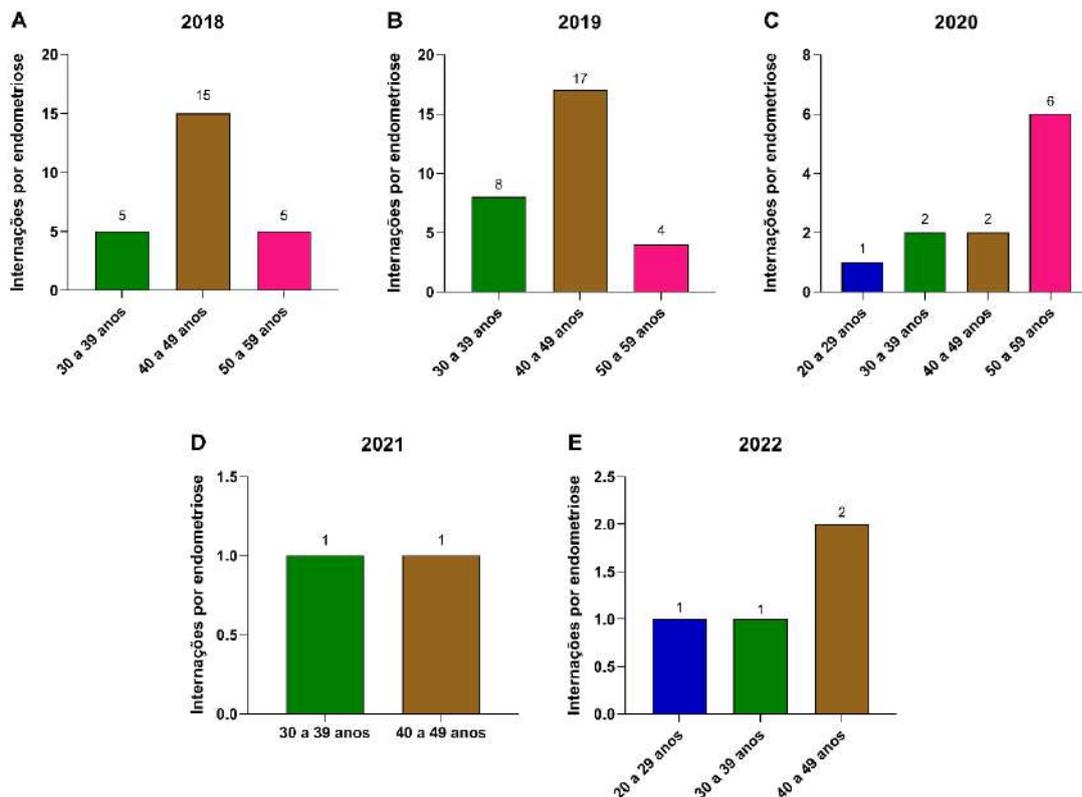


Figura 1 - Internações por endometriose em Angra dos Reis – RJ. As faixas etárias são representadas por barras nas cores azul (20 a 29 anos), verde (30 a 39 anos), marrom (40 a 49 anos) e rosa (50 a 59 anos). Fonte: DATASUS

Internações por endometriose de acordo com a etnia: Entre 2018 e 2022 analisamos as internações de mulheres com endometriose em relação à etnia, em Angra dos Reis. Em 2018 (Figura 2A), houve 27 internações, com 15 pacientes brancas, 7 pretas/pardas e 5 amarelas. Em 2019 (Figura 2B), ocorreram 31 internações, sendo 14 brancas, 7 pretas/pardas e 10 amarelas. Já em 2020 (Figura 2C), foram registradas 13 internações, com 5 pacientes brancas, 7 pretas/pardas e 1 amarela. Em 2021 (Figura 2D), houve apenas 2 internações, uma de paciente

preta/parda e outra de paciente amarela. Por fim, em 2022 (Figura 2E), ocorreram 4 internações, sendo 1 paciente branca e 3 pacientes pretas/pardas. Não foram registradas internações de pacientes da etnia indígena em nenhum dos anos analisados.

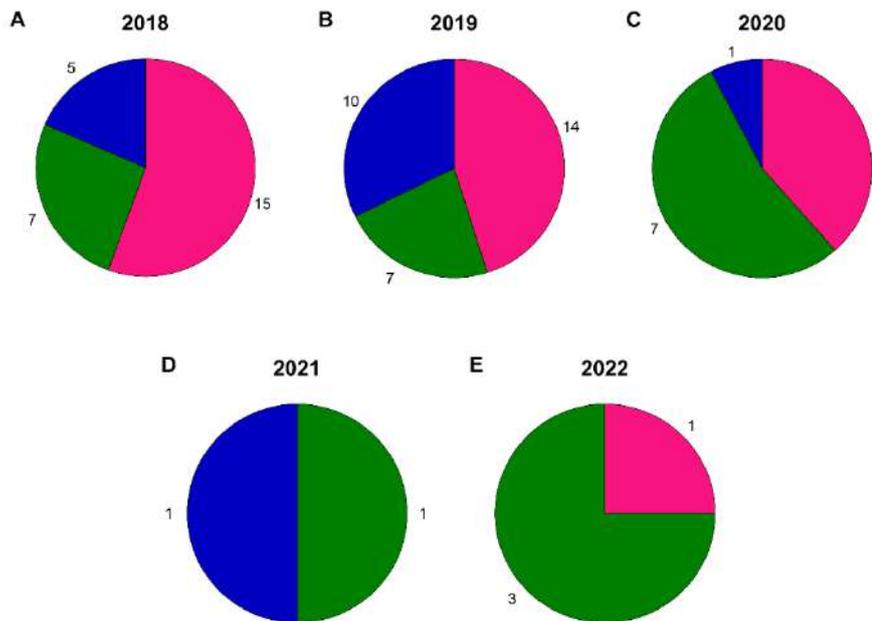


Figura 2

Internações por endometriose em Angra dos Reis – RJ, de acordo com a etnia. A fatia rosa representa as mulheres brancas, a fatia verde representa as mulheres pretas/pardas e a fatia azul representa as mulheres amarelas. Fonte: DATASUS

Análise do Perfil étnico: O município tem 169.508 habitantes, incluindo 88.454 brancos, 78.636 pardos/negros, 1.715 amarelos, 473 indígenas e 230 sem declaração étnica (Figura 3A). De 2018 a 2022, ocorreram 35 internações por endometriose em mulheres brancas, 25 em pardas/negras e 17 em amarelas; não houve registros de internações de mulheres indígenas (Figura 3B). Ao analisar a taxa de internações por endometriose a cada 1000 habitantes entre mulheres de 20 a 59 anos, observamos que as mulheres brancas tiveram uma taxa de 1,19, as pardas/negras de 0,99, e as amarelas apresentaram uma taxa significativamente maior, com 29,74 internações a cada 1000 mulheres (Figura 3C).

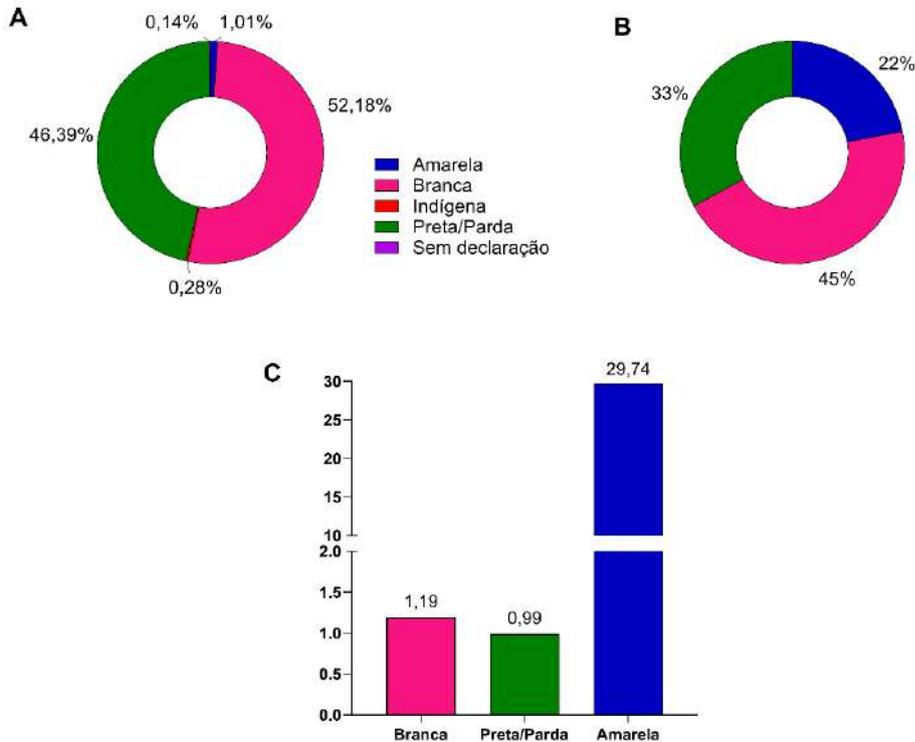


Figura 3 - Perfil étnico da população de Angra dos Reis acometida pela endometriose. (A) Perfil étnico da população angrense. (B) Internações por endometriose entre 2018 e 2022 por etnia. (C) Casos de endometriose a cada 1000 mulheres de 20 a 59 anos. A etnia é representada por cores, sendo etnia branca (rosa), preta/parda (verde), amarela (azul) e indígenas (vermelho). Fonte: DATASUS e IBGE.

Conclusão

Neste estudo, analisamos a prevalência da endometriose em Angra dos Reis ao longo de um período, observando uma tendência de aumento inicial seguida por uma diminuição, possivelmente relacionada aos impactos da pandemia de COVID-19. Também identificamos que a endometriose leva mais mulheres com idade entre 40 a 59 anos à internação, sugerindo uma possível demora no reconhecimento da doença em mulheres mais jovens na região. É relevante destacar a alta proporção de mulheres de etnia amarela na população, possivelmente influenciada por diversos fatores, incluindo a distribuição de gênero na região. Em resumo, este estudo fornece informações abrangentes sobre a endometriose em Angra dos Reis, ressaltando desafios no diagnóstico e tratamento. Futuras pesquisas devem investigar os fatores subjacentes

e melhorar o acesso ao diagnóstico e tratamento. O conhecimento adicional pode resultar em políticas públicas específicas para melhorar o cuidado das mulheres afetadas e, assim, sua qualidade de vida.

Referências

Chapron C, Marcellin L, Borghese B, Santulli P. Rethinking mechanisms, diagnosis and management of endometriosis. *Nat Rev Endocrinol.* 2019 Nov;15(11):666-682. doi: 10.1038/s41574-019-0245-z. Epub 2019 Sep 5. PMID: 31488888.

Mehedintu C, Plotogea MN, Ionescu S, Antonovici M. Endometriosis still a challenge. *J Med Life.* 2014 Sep 15;7(3):349-57. Epub 2014 Sep 25. PMID: 25408753; PMCID: PMC4233437.

Saunders PTK, Horne AW. Endometriosis: Etiology, pathobiology, and therapeutic prospects. *Cell.* 2021 May 27;184(11):2807-2824. doi: 10.1016/j.cell.2021.04.041. PMID: 34048704.

Taylor HS, Kotlyar AM, Flores VA. Endometriosis is a chronic systemic disease: clinical challenges and novel innovations. *Lancet.* 2021 Feb 27;397(10276):839-852. doi: 10.1016/S0140-6736(21)00389-5. PMID: 33640070.

World Health Organization. (2023, 24 de março).

Da Costa, Hildeman Dias et al. “Endometriose no Brasil: perfil epidemiológico das internações nos últimos dez anos (2013-2022).” *Brazilian Journal of Health Review* (2023): n. pag. DA COSTA, Hildeman Dias et al. Endometriose no Brasil: perfil epidemiológico das internações nos últimos dez anos (2013-2022). *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, n. 3, p. 9484-9495, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS (Departamento de Informática do SUS).

GRUPO PET SABEST: AMPLIANDO O CONHECIMENTO DA ESTATÍSTICA POR MEIO DE ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

Estéfany Fonseca Santos¹

Natália Dias Souza²

Suzi Samá³

Introdução

O objetivo dessa escrita é apresentar as atividades de extensão desenvolvidas pelos estudantes do grupo PET SabEst - Conexão de Saberes Estatísticos com a comunidade acadêmica e a comunidade externa. O PET SabEst busca melhorar o ensino de Estatística na Universidade através da Educação Tutorial contado com a colaboração de petianos matriculados em diferentes cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Os petianos estão organizados em quatro comissões: Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão. Tal organização visa distribuir as atividades no grupo, além de auxiliar no alcance do principal objetivo do PET, que envolve ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a Comissão de Extensão tem a finalidade de realizar atividades para além do grupo, levando o ensino de Estatística para os demais estudantes da Universidade e para a comunidade, promovendo a inclusão e interação dessas pessoas. A extensão universitária é um dos pilares da formação acadêmica que se concretiza na relação dialógica com a sociedade, especialmente, em função da transformação mútua, tanto dos estudantes quanto da comunidade. (RESENDE, TEIXEIRA e SOUZA, 2019). A partir disso, as atividades que serão discutidas nesse texto, desenvolvidas pela comissão de extensão, são: Gincana Social, Oficina dos Saberes, Reels PET e Estatisticamente falando.

123

Objetivos gerais

Apresentar as atividades de extensão desenvolvidas pelos estudantes do grupo PET SabEst - Conexão de Saberes Estatísticos.

¹ Estéfany Fonseca dos Santos, acadêmica do 6º período de Física Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, email: estefanyfonseca1999@gmail.com

² Natália Dias Souza, acadêmica do 6º período de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, email: diassouzanatalia@gmail.com

³ Suzi Samá, profª. Drª da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, email: suzisama@furg.br



Metodologia

As atividades do grupo PET SabEst são distribuídas por comissões, onde a comissão de gestão, ocupa-se com as atividades administrativas; a comissão de ensino na realização de atividades envolvendo a comunidade académica (dentro e fora) do PET; a comissão de pesquisa realiza atividades em torno de pesquisas científicas e a comissão de extensão desenvolve ações para alcançar a comunidade externa. As atividades desenvolvidas por todas as comissões fundamentam-se em um planejamento anual. As ações realizadas têm prazo, frequência, objetivo e método previstos no planejamento, tendo sempre seguindo a Estatística como fio condutor. Sendo assim, neste tópico serão apresentadas as ações desenvolvidas pela comissão extensionista.

A atividade intitulada "Gincana Pet SabEst Social" é realizada em cada semestre letivo e tem como finalidade promover iniciativas que impactem positivamente comunidades acometidas por desigualdades socioeconômicas. Em cada gincana serão desenvolvidas atividades de cunho social, sem fins lucrativos para o PET SabEst, como arrecadações de alimentos, roupas, brinquedos e etc. Neste sentido, a comissão de extensão fica responsável pela organização do cronograma da gincana, cursos participantes e premiação do grupo vencedor. A atividade é realizada com tempo determinado para as arrecadações das doações, e ao final, é realizada a contagem de pontos dos grupos inscritos e definido o grupo vencedor. Essa atividade busca promover a solidariedade entre os estudantes de diferentes cursos da universidade, por meio de ações altruístas.

Outra ação realizada pela comissão, é a "Oficina dos Saberes" desenvolvida semestralmente envolvendo todos os petianos. O intuito é levar o ensino de estatística para além dos muros da Universidade, onde o grupo promove, semestralmente, oficinas a partir de temáticas variadas a estudantes da Educação Básica e/ou a outros espaços não formais de ensino para além da universidade. Por meio dessa atividade, os estudantes e a comunidade externa têm a possibilidade da troca de saberes estatísticos, reforçando a importância da mesma, promovendo um novo olhar sobre os conhecimentos estatísticos e sua aplicação e utilidade para a sociedade. Além disso, ao ministrar oficinas os petianos têm a oportunidade de experienciar a prática pedagógica. A extensão universitária deve funcionar como uma via de mão dupla, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e também aprende com o saber dessas comunidades. (SCHEIDEMANTEL, KLEIN e TEIXEIRA, 2004).

O "Reels PET" e o "Estatisticamente Falando", são atividades efetuadas mensalmente para a plataforma *Instagram* pela comissão extensionista. O Reels PET tem o intuito de divulgar as ações do grupo PET SabEst para as pessoas dentro e fora da Universidade, utilizando como recurso vídeos curtos da própria plataforma, que tenham sempre a Estatística como fio condutor, possibilitando assim conteúdos dinâmicos que englobam diversas temáticas. A

atividade promove maior visibilidade do PET, de forma a agregar maior reconhecimento das questões estatísticas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Já o quadro "Estatisticamente Falando" traz publicações com temas em destaque a fim de explicar algum aspecto da temática por meio da Estatística. Essas publicações são feitas mensalmente e trazem curiosidades sobre assuntos que estejam em destaque naquele mês da publicação e que de alguma forma estão conectadas com a Estatística, como por exemplo: quantas pessoas gostam de um determinado gênero musical, estatísticas no mercado cinematográfico, a média de reprovações escolares anualmente, entre outros. Essa atividade proporciona a divulgação dos conhecimentos estatísticos nas redes sociais por meio de curiosidades e temas atuais.

Resultados e discussão

Nesse tópico será apresentado detalhadamente algumas das atividades de extensão que foram citadas ao longo do texto realizadas em 2023. Iniciamos pela Gincana Pet SabEst Social, que já está em sua terceira edição, realizada em julho de 2023, a qual teve o objetivo de arrecadar doações de agasalhos, ração, produtos de higiene e limpeza e doação de sangue. Por meio dessa atividade, as doações proporcionam um inverno com roupas mais adequadas para enfrentar o frio, direcionadas às famílias em vulnerabilidade socioeconômica contempladas com as doações, e também auxiliando o Projeto Bicharada Universitária com a doação de ração para cães que vivem na FURG. Essa atividade ressalta a função social da universidade, a qual segundo Nogueira (2013, p. 42) é entendida como compromisso da instituição pública na busca de soluções para os graves problemas sociais que afligem a grande maioria da população". A forma de divulgação da gincana ocorreu por meio de publicações no *Instagram* (Figura 1), panfletagem nos pavilhões da universidade, divulgação nas salas de aula de diferentes cursos de graduação.

Figura 1 - 3º Gincana PET SabEst Social



Fonte: <https://instagram.com/petsabest?igshid=OGQ5ZDc2ODk2ZA==>

Na Oficina dos Saberes, realizada no mês de maio, o grupo PET SabEst participou da 49ª Feira do Livro do município de Rio Grande, localizado no Brasil. Durante o dia, devido ao fluxo intenso das escolas de ensino básico presentes, foi proposto a leitura da história "A Surpresa de Handa" que conta a aventura de uma menina chamada Handa que decide levar algumas frutas para a sua amiga, mas no final é surpreendida por um acontecimento inesperado. A partir da história os estudantes foram convidados a montar um pictograma (Figura 2) que ilustrava a imagem de algumas frutas. Para tal, as crianças presentes eram questionadas sobre qual das frutas era a sua preferida. Dessa forma, as crianças participaram da construção do gráfico. Ao final da montagem do pictograma as crianças descobriram qual a fruta preferida da turma. Já na parte da noite, houve a exposição de banners elaborados pelos petianos que contavam a história das enfermeiras Florence Nightingale, criadora do Diagrama da Rosa, e Mary Jane Seacole, que participaram da Guerra da Crimeia, em 1853. Tal atividade visou a população adulta que visitava a feira.

Figura 2 - Gráfico de Frutas



Fonte: Grupo PET SabEst

Para a atividade “Reels PET”, realizada no mês de março de 2023, o tema escolhido foi sobre o aquecimento global. Essa escolha teve como intuito trazer um importante tema da atualidade e apresentar a Estatística por meio de representação gráfica. Por meio deste tema, foi abordado o impacto do aquecimento global; a consequência do aumento de temperatura causado por esse fenômeno e a apresentação de um gráfico sobre os resultados do aumento de temperatura ao longo dos anos. Com essa atividade, leva-se para a comunidade externa informações sobre um tema relevante, e além disso agrega maior reconhecimento a importância da Estatística e sua aplicação em diversas áreas.

No mês de abril de 2023, a publicação do Reels PET abordou as atividades realizadas pelo grupo PET SabEst e sobre “quem somos”. Nesse vídeo, foram apresentadas a organização do grupo, as comissões, os petianos que as compõem e o seu papel. Divulgar as atividades do PET possibilitou proporcionar maior visibilidade ao PET SabEst tanto na universidade como na comunidade externa, sobre suas ações e equipe.

A atividade “Estatisticamente Falando”, (Figura 3), foi publicada no mês de fevereiro de 2023, onde o assunto em alta era o Carnaval. A comissão de extensão desenvolveu o tema: “Qual música foi o hit do carnaval?”. Essa publicação descreveu, como ocorre a decisão da premiação musical “Troféu Bahia Folia”. Essa premiação é realizada desde 1994, considerando as melhores músicas do carnaval de Salvador. A votação para a premiação é promovida pela internet e a pesquisa popular nas ruas. Relacionar esse tema, de uma festa popular, com a Estatística possibilitou evidenciar a “importância do processo de troca entre os saberes acadêmico e popular na produção do conhecimento” (Nogueira, 2013, p. 42).

Figura 3- Estatisticamente Falando do mês de fevereiro



Fonte: <https://instagram.com/petsabest?igshid=OGQ5ZDc2ODk2ZA==>

Com essa publicação os petianos apresentaram como a Estatística está presente no carnaval, mostrando que sem ela não seria possível fazer a contabilização dos votos e saber quem venceu com o maior percentual. Para mais detalhes sobre esta publicação e outras, basta acessar a página do PET SabEst no *Instagram*.

128

Conclusão

A partir do exposto, é possível inferir que as atividades extensionistas exercem um papel fundamental para a formação acadêmica dos petianos, e proporcionam solidariedade, comunicação, e troca de conhecimento, tanto científico quanto estatístico, tanto para a população externa à universidade, quanto para os estudantes de graduação. A partir do planejamento e da execução dessas ações, a Universidade Pública trilha o caminho no cumprimento do compromisso social ao propagar a produção de conhecimento para além dos muros da universidade, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população local.

Referências

NOGUEIRA, M. das D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35 - 47, 2013. Acesso em: jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18932>.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

COSTA, C. R, TEIXEIRA, A. G., e SOUZA, M. M. de. (2019). Extensão universitária: Diretrizes da prática docente. Revista Científica Faculdade Unimed, 1(1), 57-72. Disponível em: <https://doi.org/10.37688/rcfu.v1i1.28>.

SCHEIDEMANTEL. S. Elisa, KLEIN. Ralf e TEIXEIRA, Lúcia. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, UFMG - Belo Horizonte: 2004, Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BROWNE, Eileen. A surpresa de Handa: Caminho, 1994.

129



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DE PIGMENTOS VEGETAIS PARA INCORPORAÇÃO EM PRODUTOS DE CONSUMO HUMANO

Marcos Miguel Quimas do Amaral¹
Beatriz Paiva Nogueira¹
Marcone Augusto Leal de Oliveira²
João Joaquim de Matos¹
Priscila de Faria Pinto¹

Introdução

Os pigmentos naturais são componentes responsáveis pela origem das tonalidades e podem ser obtidos de frutos, folhas, flores, bactérias, fungos e insetos. As cores que prevalecem nos vegetais, por exemplo, resultam predominantemente das categorias de pigmentos como clorofila, carotenóides e flavonóides, na sua maioria. (Schiozer *et al*, 2013).

No Brasil, a ANVISA é a entidade encarregada de regular a utilização de corantes alimentares, sejam eles de origem natural ou sintética. Sua normativa determina quais pigmentos podem ser empregados e em quais concentrações, visando proteger a saúde da população. Sabe-se que os corantes provenientes de fontes naturais são considerados mais seguros ao uso, não acarretando efeitos tóxicos, quando comparados com os de origem sintética. Além disso, exibem propriedades bioativas que podem ser benéficas para a saúde humana, como atividade antioxidante, ação antimicrobiana e a prevenção de determinadas doenças crônicas. (Marques, 2022).

Ravenala madagascariensis, conhecida popularmente como "árvore dos viajantes," é uma planta pertencente à família *Strelitziaceae*, sendo originária da ilha de Madagascar, mas bem adaptada em regiões tropicais, encontrando um ambiente propício para seu crescimento na América, Ásia e Austrália. A espécie já apresenta uma ampla gama de aplicações, sendo utilizada na construção de habitações, como fonte de alimento, para fins ornamentais e também com propriedades terapêuticas no tratamento de diversas condições. Entretanto suas aplicações limitam-se às partes aéreas do vegetal. (Rakotoarivelo *et al*, 2015)

A morfologia do grupo inclui caule lenhoso, brácteas, folhas coriáceas e uma estrutura que envolve as sementes, denominada arilo. A Ravenala, por sua vez, apresenta traços que a

130

¹ Laboratório de Estudo de Estrutura e Função de Proteínas, departamento de Bioquímica, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora,

² Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Química, Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora
Orientador: Dr^a Priscila de Faria Pinto, Universidade Federal de Juiz de Fora, priscila.faria@ufjf.br

distinguem de outros gêneros de sua família, como um tronco semelhante ao de uma palmeira, folhas que lembram as das bananeiras, porém com uma orientação vertical, e suas sementes são envoltas por um arilo de coloração azul e estabilidade química incomum, apresentando durabilidade significativa e mantendo a pigmentação mesmo após morte celular. (Cron *et al*, 2012).

O objetivo deste trabalho foi elucidar a composição química e as propriedades biológicas dos pigmentos presentes nos extratos dos arilos de *R. madagascariensis*.

Objetivos gerais

Realizar uma caracterização morfológica detalhada dos arilos da espécie *R. madagascariensis*;
Padronizar a obtenção de extratos vegetais a serem utilizados nos ensaios e avaliar a presença e a composição de metabólitos secundários nos extratos obtidos;
Avaliar potenciais aplicações biológicas do extrato padronizado.

Metodologia, material e métodos

As amostras dos arilos azuis foram coletadas da planta *Ravenala madagascariensis*, localizada na cidade de Juiz de Fora – MG. Os arilos foram separados das sementes manualmente e armazenados em condições de temperatura ambiente. Uma amostra da planta já tinha sido encaminhada ao Herbário Leopoldo Krieger da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o número de registro CESJ 63816, identificada pela Professora Doutora Fátima Regina Gonçalves Salimena.

Análise por microscopia óptica de campo claro e de fluorescência: Os arilos secos foram reidratados em solução de água destilada, álcool etílico 96%, glicerina e detergente, na proporção de 5:4:1, respectivamente, por um período de 72h. Após a incubação, os arilos foram cortados transversalmente usando um micrótomo de Ranvier e colocados em lâminas de vidro com água, sendo cobertos com lamínulas. Para a microscopia de fluorescência, as fibras cortadas foram dispostas em lâminas, sendo cobertas por lamínulas. Foram observadas em um microscópio BX 51, equipado com uma câmera fotográfica Power Shot A640 Cannon® e um filtro DAPI. As análises microscópicas foram realizadas no Laboratório de Anatomia Vegetal do Departamento de Botânica do Instituto de Ciências Biológicas (ICB),

Análise por microscopia eletrônica de varredura: O MEV foi empregado para examinar os aspectos morfológicos e a composição química dos arilos. Foram analisadas fibras de arilos azuis ainda aderidas às sementes, sem nenhum tratamento prévio, assim como material liofilizado. Todas as análises foram realizadas no Laboratório Multiusuário de Bioprodutos e Bioprocessos (CentralBio) da Faculdade de Farmácia, na Universidade Federal de Juiz de Fora, utilizando um

Microscópio Eletrônico de Varredura de bancada TM3030 da Hitachi® equipado com o módulo EDS SwiftED3000.

Análises centesimais: As análises incluíram a determinação de umidade, lipídios, proteínas, cinzas e carboidratos. A umidade foi medida pela perda de massa durante a secagem a 105°C, os lipídios foram extraídos por digestão direta em Soxhlet, as proteínas quantificadas pelo método de Kjeldahl, as cinzas obtidas pela incineração das amostras e o teor de carboidratos calculado por diferença. Essas análises dos arilos foram conduzidas no Laboratório de Composição e Avaliação Nutricional de Alimentos, localizado no Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Análise fitoquímica: Foram preparados extratos hexânicos, etanólicos e em SDS 10% a partir de arilos frescos. Após 24 horas de maceração e centrifugação, os sobrenadantes foram coletados e os extratos secos e armazenados. Amostras a 10 mg/mL foram usadas para identificar diversas classes de metabólitos secundários, incluindo alcaloides, triterpenos, esteroides, cumarinas, compostos fenólicos, flavonoides, antraquinonas, saponinas e taninos. Todos os ensaios foram realizados em duplicata.

Análise da presença de Alcalóides, Triterpenos e Esteróides, Cumarinas, Compostos fenólicos, Flavonóides e Antraquinonas: Alcaloides foram identificados usando reagentes específicos que produziram precipitados ou turvação branca. Triterpenos e esteroides foram reconhecidos por meio de cores características: azul-esverdeada para esteroides e vermelha para triterpenos. Cumarinas foram reveladas pela fluorescência azul após a adição de solução de KOH a 10%. Compostos fenólicos foram detectados por uma mancha azul escura ao adicionar solução de FeCl₃ a 2%. Flavonoides apresentaram fluorescência amarela sob luz UV 365nm após tratamento com solução de AlCl₃ a 5%. As antraquinonas foram identificadas pela coloração vermelha após a adição de NaOH 0,5 M à solução.

Avaliação dos constituintes químicos, peptídeos e atividade antioxidante: Cromatografia em camada delgada (CCD) foi usada para identificar componentes químicos, peptídeos e atividade antioxidante nas amostras. Extratos orgânicos (hexânico e etanólico) e em SDS 10% foram aplicados em placas de sílica gel e eluídos com diferentes fases móveis e reagentes específicos. Cumarinas foram detectadas com éter e tolueno, usando hidróxido de potássio como revelador. Peptídeos e atividade antioxidante foram identificados com uma fase móvel contendo hexano, acetato de etila e solução de NaOH, utilizando Ninidrina e DPPH como reagentes reveladores, respectivamente.

Planejamento fatorial da extração do pigmento azul: Este planejamento foi conduzido a fim de identificar a via mais apropriada e eficaz de extração do pigmento azul dos arilos. Inicialmente foi realizado um ensaio exploratório no modelo 2³ com a análise de três fatores, tempo; pH e concentração de SDS em dois níveis, superior (+) e inferior (-). Foram avaliadas variações de tempo em 24h e 48h, de pH em valores entre 5 e 6 e entre 8 e 9 e da concentração do extrator SDS em 2% e 10%.

Caracterização proteica: Neste estudo, a caracterização proteica do pigmento azul dos extratos de *R. madagascariensis* foi realizada por eletroforese em gel desnaturante. O procedimento de eletroforese foi realizado utilizando um sistema horizontal com suporte da marca Amersham ECL Box da GE Healthcare e um gel pré-fabricado da mesma marca, com uma concentração de SDS de 8-16%. O gel foi submetido a uma pré-corrída de 12 minutos a 160V antes da aplicação das amostras. As amostras foram aplicadas no gel juntamente com um padrão de peso molecular Novex® Sharp Pre-stained Protein Standard com intervalo de 3,5 - 260 kDa. A corrida eletroforética ocorreu a uma voltagem de 140V por 60 minutos. Após a corrida, o gel foi fixado em uma solução de etanol, ácido acético e água destilada por 30 minutos, seguido de coloração com Coomassie Brilliant Blue R-250 0,01% em uma solução de etanol e ácido acético. O gel foi lavado, descorado e, por fim, armazenado em uma solução de conservação composta por glicerol e água destilada.

Resultados

Em microscopia, cortes transversais revelaram epiderme composta por células alongadas com paredes espessadas e uma tonalidade amarela. O parênquima exibiu células isodiamétricas com espessamentos nos ângulos opostos aos espaços intercelulares. A análise através da microscopia de campo claro com emissão de fluorescência levou à identificação da característica fluorescente das amostras em toda a extensão da fibra.

Levando as amostras de arilo, sem tratamento prévio e liofilizado, ao MEV, viu-se que a composição consistia em 86% de carbono, 11% de oxigênio e 3% de silício na amostra. Por outro lado, o extrato liofilizado apresentou 52% de carbono, 18% de oxigênio, 3% de sódio, 11% de alumínio, 7% de enxofre e 6% de nitrogênio.

A seleção da faixa de pH e comprimento de onda de absorção máximo (620nm) foi feita com base na densidade óptica (DO) para a extração em SDS, ajustando o pH alcalino com TRIS e o ácido com HCl 0,5M.

Um planejamento fatorial 2^3 foi feito para determinar a via de extração mais adequada para amostras. O experimento envolveu três fatores - tempo, pH e concentração de SDS - em dois níveis (+ e -). Foram avaliados diferentes tempos (24 e 48 horas), valores de pH (5-6 e 8-9) e concentrações de SDS (2% e 10%) para extrair pigmentos de arilos. As amostras foram preparadas pesando 0,1g de arilos em tubos falcon, adicionando 5 ml de solução extratora, ajustando o pH, realizando ultrassom por 15 minutos e armazenando por 24 ou 48 horas. Além disso, um tratamento com hexano foi usado para remover componentes cerosos dos arilos e melhorar a eficácia da extração. Isso foi repetido três vezes, seguindo uma ordem aleatória determinada por sorteio.

A análise fitoquímica identificou a presença de alcalóides em todas as amostras avaliadas, mas não encontrou outros metabólitos. Inicialmente, a presença de cumarinas foi detectada nos

extratos em SDS e etanol, mas devido à fluorescência da amostra, a presença de cumarinas foi considerada indeterminada.

O peso molecular da proteína investigada foi determinado por meio do cálculo de massa, baseado nos resultados da eletroforese dos extratos de *R. madagascariensis*. Comparando as bandas no gel com um padrão conhecido, foi possível estabelecer o tamanho da proteína em 14,03 kDa.

Conclusão

Neste estudo, foi realizada uma caracterização detalhada e análise do pigmento azul encontrado nos arilos da planta *Ravenala madagascariensis*. As análises morfológicas e histológicas, usando diversas técnicas de microscopia, destacaram a presença do pigmento azul nas células das fibras dos arilos. No entanto, devido à presença de polissacarídeos e ceras nessas estruturas, foi desafiador detectar a presença de nitrogênio ou ligações peptídicas.

A avaliação fitoquímica não identificou a presença de metabólitos secundários que pudessem ser responsáveis pela cor azul observada nos arilos, e as análises de flavonoides e fenóis também indicaram resultados negativos, afastando a possibilidade de a cor ser devida a antocianinas. Surpreendentemente, foram identificados extratos com atividade antioxidante e a presença de peptídeos.

O planejamento fatorial utilizado para extrair o pigmento azul permitiu determinar melhores condições de extração. Com base nos resultados, foi possível concluir que o tratamento com hexano não contribuiu para uma melhora na extração dos pigmentos. As melhores condições de extração foram aquelas observadas na amostra 3, com um tempo de extração de 24 horas, uma concentração de SDS de 10% e um pH entre 5 e 6. O planejamento fatorial exploratório não demonstrou uma influência significativa da variável tempo, uma vez que as variações nos níveis de tempo, mantendo as outras variáveis constantes, não resultaram em mudanças significativas nas respostas obtidas. A análise da proteína do pigmento azul por eletroforese demonstrou que o peso molecular da proteína em questão é de 14,03 kDa. Esse resultado foi consistente e repetível em várias experimentações conduzidas. Assim, a identidade e o potencial aplicação da proteína alvo deste trabalho ainda permaneça em dúvida e necessitará de ensaios complementares para sua completa elucidação.

134

Referências

CRON, G. V. *et al.* Phylogenetic Relationships and Evolution in the Strelitziaceae (Zingiberales). Systematic Botany. 2012.



GRUBER, J. V.; LUDWIG, P. L. Composition for treating skin pigmentation. Applicant: LONZA WALKERSVILLE INC. WO 2013/092973 A2. 27 de junho de 2013.

MARQUES, I.B. Prospecção de corantes naturais oriundos de flores comestíveis. 2022.
MASCATO, D. R. L. H. Avaliação da capacidade antioxidante do extrato de Cubiu (*Solanum sessiliflorum* Dunal) e de suas frações: um ensaio *in vitro*. 2013.

MATTIOLI, R. et al. Anthocyanins: A comprehensive review of their chemical properties and health effects on cardiovascular and neurodegenerative diseases. *Molecules*. 2020.

MELIN, A.D. et al. Why aye-ayes see blue. *American journal of Primatology*. 2012.

PORTILLO, F. V. L.; JIMÉNEZ, A. Pigmentos en microalgas: funciones, aplicaciones y técnicas de sobreproducción. Departamento de Ingeniería Celular y Biocatálisis, Instituto de Biotecnología, Universidad Nacional Autónoma de México. *BioTecnología*, Vol. 25 No.5. 2021

RAKOTOARIVELO, N.H. *et al.* Medicinal plants used to treat the most frequent diseases encountered in Ambalabe rural community, Eastern Madagascar. *Journal of ethnobiology and ethnomedicine*. 2015.

RENHE, I.R.T. Extração e estabilidade do corante azul de jenipapo (*Genipa americana* L.). 2008.

RENIMEL, I.; ANDRE, P. Extract of the plant ravenala madagascariensis and use as cosmetic hydrating agent 2011.

SCHIOZER, A.L. *et al.* Estabilidade de corantes e pigmentos de origem vegetal. 2013.

SILVA, J. N. R. Pigmentos Naturais de Origem vegetal: Clorofilas, Antocianinas e Betalaínas Alterações e Benefícios . 2020

SKOOG, D. A., WEST, D. M., HOLLER, F. J., CROUCH, S. R. Fundamentos de Química Analítica. tradução da 8ª edição. 2006.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DE AREIA, REMÍGIO E ALGODÃO DE JANDAÍRA

Thiago Gomes da Silva¹
Jheyson Érick Dantas da Silva²
Jéssica Marcelle Lemos Ribeiro³
Pedro Victor Moreira de Freitas⁴
Roseilton Fernandes dos Santos⁵

Introdução

A extensão universitária tem a finalidade de realizar convênios entre as instituições de ensino e a sociedade. Por meio da extensão, é possível a obtenção da troca de saberes, construindo um vínculo entre os extensionistas e os produtores rurais, resultando na aquisição de conhecimento. “A extensão universitária caracteriza-se por um conjunto de ações de caráter educativo e interdisciplinar que permitem a interação entre a universidade e a sociedade” (BRASIL, 2011). Nossas atividades foram executadas em áreas de assentamentos. Tais áreas podem ser definidas como “Criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (MARTINS, 2003). O presente projeto de extensão, com o título “Extensão Universitária em Assentamentos Rurais dos Municípios de Areia, Remígio e Algodão de Jandaíra”.

136

Objetivos gerais

Foi realizada extensão rural em agrossistemas familiares do Brejo, Agreste e Curimataú paraibanos com ênfase em: Produção de mudas nativas no viveiro de mudas florestais pertencente a Universidade Federal da Paraíba no Centro de Ciências Agrárias; Controle biológico de pragas e Manejo do solo.

METODOLOGIA MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto teve metodologia integrada permitindo uma abordagem completa, combinando a pesquisa de campo para compreensão local, a pesquisa experimental para avaliação técnica e a pesquisa bibliográfica para embasamento teórico. Isso contribuiu para a sustentabilidade nas

¹ Discente do curso de Agronomia UFPB- CCA, tgs2@academico.ufpb.br

² Discente do curso de Agronomia UFPB- CCA, jheyson.dantas@academico.ufpb.br

³ Discente do curso de Agronomia UFPB- CCA, jessica.ribeiro@academico.ufpb.br

⁴ Discente do curso de Agronomia UFPB- CCA, pedrovictormfreitas@hotmail.com

⁵ Coordenador do projeto UFPB-CCA, roseilton.fernandes@academico.ufpb.br



comunidades. Pesquisa de Campo: A pesquisa de campo foi conduzida com a realização de entrevistas junto aos moradores das comunidades. Com a intenção de obter uma compreensão mais profunda do ambiente, recursos naturais disponíveis, práticas agrícolas utilizadas, além de desafios enfrentados pela comunidade. Pesquisa Experimental: Inovações para avaliar a viabilidade de uso, foram realizadas pesquisas experimentais que envolveram a implementação de inovações nas áreas de solo, e também no contexto da Entomologia. Isso permitiu uma avaliação detalhada das condições do solo, e impactos ocasionados por insetos pragas, bem como a introdução de práticas inovadoras para melhorar a produtividade agrícola. Pesquisa Bibliográfica: Realizou-se pesquisas bibliográficas abrangentes para estudar a implementação de culturas, formulações de substratos para produção de mudas, além de produtos alternativos para controle de patógenos e pragas nas culturas. Além disso, foram conduzidas visitas técnicas com o intuito de recomendações para as diversas culturas instaladas nas localidades, fornecendo orientações aos produtores locais com compreensão mais aperfeiçoada de seus ambientes, recursos naturais e práticas agrícolas.

Resultados

As concepções que fundamentaram nossas atuações, ofereceu acompanhamento técnico nos assentamentos contemplados no decorrer de nossa ação, focando nas demandas dos produtores. Sendo assim, realizadas atividades em diversas áreas da Agronomia, possibilitando parcerias entre professores, técnicos e discentes com diferentes áreas de atuações. Nossas execuções dentro do projeto, foram conduzidas em acompanhamentos técnicos, que possibilitou atuar através de ações como: Produção de mudas nativas produzidas no viveiro de mudas florestais na UFPB-CCA, manejo do solo relacionado a análises de fertilidade e física com intenção de aumento na produtividade das culturas empregadas nas áreas, controle biológico de pragas na bananicultura, a saber: *Cosmopolites sorditus* e *Metamasius hemipterus*, utilizando uma mistura fungos entomopatogênicos: *Beauveria bassiana* e *Metarhizium anisopliae*. Essas ações, promoveram aos extensionistas a oportunidade de atuar na prática com temáticas que estão relacionados a Agronomia, como o emprego de técnicas de manejos e práticas com culturas diversificadas além de experiência de convívio com os produtores. Por parte dos produtores, as ações permitem que sejam repassadas inovações que possibilitam uma melhoria em suas produções resultando em uma maior produtividade. Sendo assim, tal atuação ofertou de maneira positiva uma troca de práticas entre os estudantes, professores, técnicos e os produtores.

Conclusão

O projeto teve grande impacto para os discentes, docentes e técnico administrativos, bem como para a Universidade Federal da Paraíba, não obstante, a extensão rural universitária também tem o efeito positivo para os assentados com melhorias significativas em suas propriedades. Tem-se como perspectiva ampliar as ações do projeto para outros municípios da região, implementando novas culturas, testificando novas temáticas relevante no meio agrário e fortalecer os laços entre a universidade e a sociedade civil. Além disso, pretende-se desenvolver pesquisas em parcerias com laboratórios da UFPB-CCA e instituições de pesquisa que possam contribuir para o aprimoramento das práticas agrícolas, assim como da qualidade de vida dos assentados. O projeto também visa promover a formação cidadã dos discentes envolvidos, estimulando o senso crítico, responsabilidade social e a troca de conhecimento entre todos os envolvidos nas atividades do projeto.

Referências

SENHORAS, Elói Martins. A reforma agrária, a luta pela terra e os assentamentos rurais: uma questão pública histórico-estrutural em análise. Bepress, São Paulo, V. 29 p. 86-89 Setembro de 2023. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16696-extensao-universitaria-recebe-investimento-de-r-70-milhoes>

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Stephen R. Gliessman – 3.ed – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

FORMAÇÃO DOCENTE E LETRAMENTO CIENTÍFICO: INTERFACES DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO BRASIL

Ana Luiza Zappe Desordi Flôres¹
Cadidja Coutinho²

Introdução

Embora pertença ao senso comum que um professor já nasce pronto, graças a algum dom recebido, a formação de um docente é estabelecida em um longo e pedregoso caminho, que necessita ser assumida com seriedade e de forma comprometida, tanto pelo docente em formação quanto pelos seus formadores (PONTES, 2017, p. 123). Assim, ela passa inegavelmente pelas mãos de outros professores (NÓVOA, 2019).

Para Imbernón (2011), a formação docente relaciona-se a muitos aspectos, que vão além da formação inicial recebida nos bancos das Universidades, mas sim, uma combinação de diferentes aspectos como o “desenvolvimento pedagógico, autoconhecimento e compreensão, desenvolvimento cognitivo ou desenvolvimento teórico, não sendo a formação inicial o único aspecto relevante na constituição desse sujeito enquanto professor” (p.76, tradução nossa).

Quando se observa que “o lugar da profissão é o lugar da formação” (NÓVOA, 2019, p. 7), pois proporciona reflexão teórico prática e a troca experiências entre colegas de profissão, a união entre a formação, o projeto de trabalho e a crítica às condutas sociais excludentes e intolerantes, podem influenciar no ambiente escolar de forma que o desenvolvimento pessoal do docente chegue ao ambiente escolar modificando-o (IMBERNÓN, 2011).

Cabe ponderar que “a chave para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas está nos processos educativos” (GATTI, 2014, p.35), a partir dessa ótica percebe-se que os professores são agentes fundamentais na disseminação de cultura e de conhecimento. A partir disso se mostra a importância de uma formação eficiente que dê conta de abordar saberes que não apenas aqueles a serem transmitidos, mas fundamentalmente conhecimentos e voltados ao como, porque e para quê ensinar.

Diante do exposto anteriormente, fica clara a importância de investimento na formação docente. Em resposta às carências relatadas, surge em 2007 o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com a intenção de favorecer o processo formativo, primeiramente em instituições federais de Ensino Superior, para formar docentes em nível

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências –PPGECi; Universidade Federal de Santa Maria, RS, ana.desordi@acad.ufsm.br

² Professora adjunta, Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de Santa Maria, RS

superior de forma presencial, para atuar na Educação básica e pública, principalmente para o ensino médio (SILVA, 2021).

Ocorre em regime de colaboração entre a União e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e atualmente podem concorrer as Instituições públicas, privadas e comunitárias com cursos presenciais ou à distância, com no mínimo 24 alunos matriculados, e com Conceito de Curso superior a 3 (BRASIL, 2022). O PIBID intenciona aproximar os docentes em formação da escola e dos professores em atuação, promovendo trocas de experiências para enriquecer tanto o processo formativo escolar, quanto a formação desses profissionais em formação e em atuação.

Assim, o trabalho aqui exposto busca compreender a partir de um mapeamento em bases de dados nacionais, quais os trabalhos associados ao PIBID subprojeto Biologia que abordam o Letramento científico em seus argumentos, bem como de que forma isso ocorre.

A partir disso cabe ressaltar que se compreende Letramento Científico, aqui como o definido por Ruppenthal, Coutinho e Marzari (2020), como sendo a capacidade de aplicação dos conhecimentos pelo sujeitos em seu cotidiano, de maneira a favorecer o processo de tomada de decisão, impactando as mais diversas áreas de sua vida (a saber: vida pessoal, social, saúde, financeira, ambiental, etc.).

Objetivos gerais

Estabelecer conexões entre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Letramento Científico, com o intuito de fortalecer uma educação científica integral diante das investidas negacionistas e das *Fake News*.

Metodologia, materiais e métodos

O trabalho aqui exposto trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, considerada como uma pesquisa documental, um mapeamento em bases de dados nacionais e regionais, como o Portal de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações e o Portal Manancial/UFSM. De maneira a estabelecer as conexões existentes entre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Letramento Científico, considerando as produções dos programas de pós-graduação, disponíveis nos bancos de dados, considerando os documentos encontrados nos últimos 10 anos, com a utilização como descritores das seguintes expressões em diferentes combinações "ensino de ciências", "educação científica", "letramento científico", "Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência", "Iniciação a docência", "PIBID". Os dados foram tratados a partir da análise de conteúdo de Bardin (2014).

Ressalta-se que a pesquisa aqui apresentada se trata de um recorte do projeto de Tese das autoras, de maneira que se apresenta em estágio preliminar. Além do exposto, aqui também serão analisados os projetos de Ciências Biológicas e os relatórios elaborados pelos bolsistas do PIBID/UFESM para identificar como o Letramento Científico está sendo abordado e em quais contextos, classificando os resultados consoante os níveis de Letramento Científico por meio de análise de conteúdo. A partir da busca pelas diferentes combinações entre os descritores, foi realizada a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos de maneira a selecionar os trabalhos os quais se procedeu com a leitura integral.

Resultados parciais

Análises preliminares revelam uma abordagem prematura em relação ao conceito de Letramento Científico, além de uma baixa frequência de abordagens voltadas para esse tema. De forma que foram encontrados 18 produções distribuídas entre os bancos de dados (Catálogo de Teses e dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), mas selecionando apenas 01 trabalho que atendesse os critérios, em ambas as plataformas e em todas as combinações, sendo ele uma tese, organizada na forma de um levantamento bibliográfico dos artigos que abordavam a relação Letramento científico e PIBID. Porém o trabalho ainda não se encontrava disponível para acesso.

Já o Manancial da Universidade Federal de Santa Maria apresentou 17 resultados, sendo eles 08 teses e 09 dissertações. De maneira que 13 deles apresentavam o Letramento Científico brevemente em seus textos e de forma paralela aos temas gerais da pesquisa, não sendo esse o objetivo principal da pesquisa. Ainda, 03 pesquisas apresentam a aprofundamento sobre o tema em seus textos. Quanto a busca por abordagens metodológicas apenas 01 trabalho explorou a perspectiva de maneira prática, cujo objetivo era contribuir para o Letramento Científico sobre os microrganismos, a partir do entendimento do papel das aulas experimentais, como estratégia para o seu ensino na educação básica (MORESCO, 2017).

Também pôde-se perceber que o discurso atrelado ao Letramento Científico encontra-se associado ao trazido pela Base Nacional Comum Curricular, como “desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2017, p. 273). O que converge com outro autor encontrado nos textos, Santos (2007) que trata do ensino de Ciências como prática social.

Conclusão

O mapeamento aqui realizado, em resultados parciais, demonstra a abordagem incipiente em relação ao conceito de Letramento Científico e a sua utilização, bem como a baixa frequência de abordagens voltadas para esse tema, sobretudo aquelas de cunho prático pedagógico. Além

disso, os discursos encontrados, apesar de escassos, reforçam a perspectiva de Letramento Científico trazida pela Base Nacional Comum Curricular, sendo ela o principal referencial utilizado pelos trabalhos.

Cabe aqui tratar da importância de maior empenho acerca do assunto, sobretudo de maneira voltada as práticas de sala de aula. Espera-se que este estudo possa fomentar práticas voltadas para o Letramento Científico e servir como base para ações futuras. Em contrapartida, é importante salientar que o mapeamento aqui relatado é o primeiro passo de um estudo mais aprofundado acerca das interfaces entre o PIBID e o Letramento Científico

Referências

AULER D; DELIZOICOV, D. Alfabetização científico-tecnológica para quê? **Rev. Ensaio**, Belo Horizonte, v.03, n.02, p.122-134, jul-dez, 2001

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

_____. Portaria número 83 de 27 de abril de 2022. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

CHASSOT, A. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 89-100, abr. 2003.

DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J. A; PERNAMBUCO M. M. **Ensino de Ciências fundamentos e métodos**. 4ª edição, São Paulo, Cortez, 2011.

GATTI, Bernadete. Angelina. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. Revista USP, [S. l.], n. 100, p. 33-46, 2014.

GOMES, A. S. L. **Letramento Científico: um indicador para o Brasil**. Instituto Abramundo, São Paulo

NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

PONTES, Ana Paula Furtado Soares. A docência nas séries iniciais do ensino fundamental: reflexões sobre a escolha da profissão e sobre o exercício profissional. Educação. Porto Alegre, Porto Alegre , v. 40, n. 1, p. 115-125, abr. 2017.

RUPPENTHAL, Raquel. COUTINHO, Cadidja. MARZARI, Mara. Regina. Bonnini. Alfabetização e letramento científico: dimensões da educação científica. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, 2020.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 36 set./dez. 2007.

SILVA, Danielly Daiany da. **O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID:: história do seu ocaso.** 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2021.

VIEIRA, A. M. **Acordes e dissonâncias do letramento científico proposto pelo pisa 2015.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 28, n. 68, p. 478-510, 2017.

143



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

GERAÇÃO SEMIAUTOMÁTICA DE BASES DE DADOS ROTULADAS GEOGRAFICAMENTE

Guilherme Lucas Neves da Silva¹
Bruno Rabello Monteiro²

Introdução

Há algum tempo, dados geográficos apresentam crescimento na Internet, tanto em sua disponibilidade quanto pela sua demanda (ELWOOD, GOODCHILD e SUI, 2012), (MILLER e GOODCHILD, 2015), (SINGLETON e ARRIBAS-BEL, 2021). Esses dados frequentemente se manifestam como topônimos que podem ser definidos como nomes de lugares, por exemplo, “Belo Horizonte”, “BH”, e “Beagá” são nomes para a cidade capital do estado de Minas Gerais. Automatizar a interpretação desses dados é um desafio complexo, crucial na área de Recuperação de Informação Geográfica (*Geographic Information Retrieval - GIR*) (GOODCHILD e HILL, 2008), (MONTEIRO, DAVIS JR. e FONSECA, 2016), (PURVES et al., 2018).

Diversas soluções de problemas podem se beneficiar desse aumento significativo e da disponibilidade desses dados. Segundo Monteiro, Davis Jr. e Fonseca (2018), dentre alguns exemplos de problemas e soluções estão o *geoparsing* que é a tarefa de reconhecer os topônimos em textos e documentos; a tarefa *reference resolution*, que objetiva desambiguar os topônimos, fornecendo-os uma localização única e distinta, e a tarefa *grounding reference*, que consiste de utilizar os topônimos desambiguados para gerar um escopo geográfico do documento, o qual representa as localizações ou regiões relevantes, considerando o conteúdo do documento.

No entanto, dados georreferenciados são frequentemente difíceis de obter e, muitas vezes, não estão disponíveis gratuitamente, levando pesquisadores a criar suas próprias bases de dados ou pagar por conjuntos comerciais (GRITTA *et al.*, 2018). Este fato foi um dos motivadores deste projeto.

Objetivos Gerais

Desenvolver uma plataforma destinada à geração semiautomática de bases de dados geograficamente rotuladas. Mais precisamente, criar uma plataforma que realize, de modo automático, uma rotulação geográfica prévia de notícias, e que permita a validação dessa rotulação, de modo voluntário, por pessoas.

¹ Graduando em Sistemas de Informação - Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) - guilherme.lns@aluno.ufop.edu.br

² Professor Adjunto no Departamento de Computação e Sistemas – Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) – bruno@ufop.edu.br



Metodologia, Materiais e Métodos

Neste projeto, a linguagem Python foi empregada em conjunto com o *framework* Flask para o desenvolvimento de uma plataforma *web*. Foi adotada a abordagem *Single Page Application*, que utiliza apenas uma página HTML como um *shell* para todas as aplicações (FINK et al., 2014). Esta aplicação está hospedada gratuitamente no serviço *Render*, acessível no endereço <https://georefer.onrender.com>.

Textos de notícias e seus metadados foram extraídos do portal de notícias G1 usando o seu RSS, através de um processo de *web scraping*, com auxílio da biblioteca BeautifulSoup. Esses textos passaram por um pré-processamento com o uso de algoritmos de NLP (*Natural Language Processing*) das bibliotecas NLTK, Polyglot e SpaCy, com o objetivo de realizar o *geoparsing* automático das notícias. Todos esses dados foram organizados e armazenados em formato JSON, conforme a Figura 1.

```

{
  "1": {
    "url": "exemplo.com.br",
    "pubdate": "16/06/2023",
    "titulo": "Amigos organiza viagem a Georgia",
    "subtitulo": "Amigos organizam viagem de férias",
    "texto": "Do estado de São Paulo, para um estado americano, um grupo de amigos organiza-se para viajar",
    "NLP": ["Georgia", "São Paulo"],
    "contribuicoes": [
      {
        "palavra": "Georgia",
        "is_toponimo": "sim",
        "tipo": "unidade-federativa",
        "localizacao": "Estados Unidos"
      },
      {
        "palavra": "São Paulo",
        "is_toponimo": "sim",
        "tipo": "cidade",
        "localizacao": "Brasil"
      }
    ]
  },
  [
    {
      "palavra": "Georgia",
      "is_toponimo": "sim",
      "tipo": "pais",
      "localizacao": "Geórgia"
    },
    {
      "palavra": "São Paulo",
      "is_toponimo": "sim",
      "tipo": "unidade-federativa",
      "localizacao": "Brasil"
    }
  ]
}

```

145

Figura 1. Exemplo do armazenamento dos dados



Para cada notícia foram armazenados os metadados da URL, data de publicação (*pubdate*), o título, o subtítulo (se houver) e o texto da notícia. O atributo “NLP” do JSON, armazena os candidatos a topônimos encontrados no processo automático de *geoparsing*.

A contribuição voluntária ocorre via a plataforma *web* desenvolvida. Ao acessá-la pela primeira vez, um guia de uso é apresentado. Em seguida, uma notícia com seus candidatos a topônimos destacados é exibida, juntamente com o formulário na *sidebar*. As respostas no formulário são dinamicamente registradas em um arquivo JSON temporário, e posteriormente armazenadas no banco de dados NoSQL TinyDB.

Antes de cada texto, é informada a quantidade de possíveis topônimos a serem avaliados, e os usuários podem escolher continuar para a próxima notícia ou avaliar imediatamente. Quando todas as notícias disponíveis foram avaliadas, os usuários têm a opção de esvaziar a lista de notícias já avaliadas, permitindo que contribua novamente para o mesmo conjunto de notícias. A base de dados gerada até o momento pode ser baixada por meio da opção *downloads*.

Ainda na Figura 1, é possível observar como os dados fornecidos pelos voluntários são armazenados. O atributo “*contribuicoes*” armazena uma lista de listas de tuplas, de forma que a lista mais interna representa a contribuição completa de um único usuário para uma única notícia, onde cada envio do formulário para uma palavra é uma tupla que pertence a esta lista. Vale ressaltar que a qualidade final da base de dados rotulada geograficamente dependerá da precisão das respostas fornecidas pelos voluntários.

Resultados

Uma plataforma gratuita chamada *GeoRefer* foi desenvolvida, permitindo a geração e disponibilização pública de bases de dados geograficamente rotuladas, com a colaboração voluntária dos usuários como seu principal mecanismo. A Figura 2 exibe a tela do sistema no processo de avaliação da notícia.



a um *shell*, desligamento automático do servidor após períodos de inatividade e limitações em termos de capacidade de processamento e memória secundária. Isso resultou em duas versões distintas do projeto, separadas por diferentes *branches* no GitHub, acessível em: <https://github.com/GuiNeves00/Iniciacao>. A versão hospedada está na *branch* “*master*”, enquanto a não hospedada se encontra na *branch* “*develop_local*”.

A versão hospedada utiliza apenas o algoritmo NLTK para o *geoparsing*, que é o menos eficiente dos três algoritmos testados, enquanto SpaCy obteve os melhores resultados. Na versão não hospedada, é possível escolher entre os algoritmos de NLP disponíveis e gerar diferentes bases de dados.

Além disso, na versão não hospedada, seria viável implementar um esquema de rotinas para atualização mais eficiente da base de dados, sem depender exclusivamente da atualização do arquivo RSS ou de novas visitas ao site. Isso não é possível na versão hospedada, devido à limitação de tempo de inatividade do servidor.

Apesar dos desafios enfrentados, os resultados apontam para uma solução potencial no problema de criação de bases de dados georreferenciadas. Isso abre caminho para estudos futuros que visem fornecer dados geográficos de forma pública e gratuita, para uma vasta variedade de cenários de uso.

Referências

ELWOOD, S., GOODCHILD M. F., e SUI, D. Z. Researching volunteered geographic information: spatial data, geographic research, and new social practice. **Annals of the Association of American Geographers**, Reino Unido, v. 102, n. 3, p. 571- 590, 2012

FINK, G.; FLATOW, I. Introducing single page applications. In: FINK, G.; FLATOW, I. **Pro Single Page Application Development: Using Backbone.js and ASP.NET**, 2014. p. 3-13.

GOODCHILD, M. F. e HILL, L. L. Introduction to digital gazetteer research. **International Journal of Geographical Information Science**. Reino Unido, v. 22, n. 10, p. 1039–1044, 2008.

GRITTA, M.; PILEHVAR, M. T.; LIMSOPATHAM, N.; COLLIER, N. What’s missing in geographical parsing? **Language Resources and Evaluation**. Berlim, v. 52, n. 2, p. 603-623, 2018.

MILLER, H. J.; GOODCHILD, M. F. Data-driven geography. **GeoJournal**. Berlin, Alemanha, v. 80, n. 4, p. 449-461, 2015. MONTEIRO, B. R. et al. Usage of focused gazetteers in geoparsing, 2021.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



MONTEIRO, B. R., DAVIS JR., C. A., FONSECA, F. A survey on the geographic scope of textual documents. **Computers & Geosciences**. Amsterdam, Holanda, v. 96, p. 23–34, 2016.

SINGLETON, A.; ARRIBAS-BEL, D. Geographic data science. **Geographical Analysis**, Nova Jersey, EUA, v. 53, n. 1, p. 61–75, 2021.

149



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

IMPACTO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NAS GESTANTES E PUÉRPERAS DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DE INTERNAÇÕES, MORBIMORTALIDADE E COMORBIDADES (2020-2022)

Rafaela Sales Silva¹
Kétlin Maely Krumenauer¹
Rafael Pizaia¹
Ariel Gomes²

Introdução

A emergência do SAR-CoV-2 em dezembro de 2019 na província de Wuhan, China, desencadeou uma epidemia global que se propagou rapidamente, representando uma das mais prementes ameaças à saúde pública contemporânea (Zhu, et al. 2020, p. 727-733). A COVID-19, em seu estágio inicial, manifestou-se predominantemente por meio de patologias pulmonares graves, muitas vezes culminando na Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) (Schwartz, 2020, p.799-805; She, et al., 2020, p. 1-7).

No início da pandemia, os grupos de risco para o agravamento da COVID-19 eram definidos por indivíduos com idade acima de 60 anos e aqueles com condições médicas crônicas, como diabetes, hipertensão, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica e tabagismo. No entanto, ao longo da evolução da pandemia, evidências passaram a indicar que qualquer pessoa, incluindo gestantes, estava sujeita a desenvolver formas graves da doença (Schwartz, 2020, p. 194; Gao, et al. 2021, p.428-455).

Em resposta a essas constatações e considerando as alterações fisiológicas típicas da gestação, o Ministério da Saúde do Brasil incluiu as gestantes no grupo de risco em março de 2020 (Estrela, et al., 2020, v. 30, p. e300215). No período entre fevereiro e junho de 2020, Takemoto e colaboradores documentaram 160 óbitos de gestantes e puérperas por COVID-19 em todo o mundo, sendo que 124 dessas mortes ocorreram no Brasil. Esses números representaram na época um aumento de três vezes na taxa de mortalidade materna global, com o Brasil respondendo por 77% das mortes relatadas (Takemoto et al., 2020, p. 154-156).

Sendo assim, a pandemia de COVID-19 trouxe uma preocupação significativa com a saúde das gestantes e puérperas, uma vez que evidências científicas apontaram que esse grupo pode estar em maior risco de complicações graves e óbitos em decorrência da infecção pelo SAR-CoV-2 (Takemoto et al., 2020, p. 154-156) A rápida disseminação do vírus e a gravidade da doença

150

¹ Acadêmicas de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

² Docente de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

levaram à inclusão das gestantes nos grupos de risco em várias jurisdições de saúde pública, incluindo o Brasil (Santos, 2023, v. 18, n. 8, p. e0290343).

A importância da vacinação se destaca nesse cenário como uma medida crucial para prevenir complicações graves da COVID-19, sobretudo em grupos vulneráveis, incluindo gestantes. Com o início da vacinação contra a COVID-19, a esperança surgiu de que a imunização poderia ser uma medida eficaz para proteger gestantes e puérperas contra complicações graves da doença. No entanto, é fundamental avaliar empiricamente o impacto dessa estratégia de imunização, tanto em termos de redução de casos graves quanto de mortalidade, para embasar decisões de políticas de saúde pública.

Além disso, o estado do Rio de Janeiro é uma região densamente povoada e com uma considerável população de gestantes e puérperas. Portanto, entender como a vacinação influenciou a evolução da doença nesse grupo específico é relevante não apenas para a gestão da saúde pública no estado, mas também para contribuir com dados valiosos que podem ser aplicados em âmbito nacional e global (Santos, 2023, v. 18, n. 8, p. e0290343).

Em resumo, a análise do perfil de internações em UTI, óbitos e gravidade em gestantes e puérperas antes e após a vacinação contra a COVID-19 no estado do Rio de Janeiro é essencial para avaliar a eficácia da imunização nesse grupo de risco e fornecer dados cientificamente embasados que podem guiar políticas de saúde pública e estratégias de prevenção de complicações graves da doença.

Objetivos gerais

Analisar os casos notificados de gestantes e puérperas infectadas pelo SARS-Cov-2 entre 2020 e 2022, no Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos específicos

Identificar os dados relativos à sintomatologia clínica em gestantes e puérperas do estado do Rio de Janeiro após a infecção pelo SARS-CoV-2.

Realizar uma análise comparativa das taxas de internação em unidades de terapia intensiva (UTI), utilização de suporte ventilatório e mortalidade nessa coorte antes e depois da implementação da vacinação contra a COVID-19 no estado do Rio de Janeiro.

Conduzir uma análise cruzada dos dados que envolvem o número de gestantes e puérperas diagnosticadas com COVID-19 e a abrangência da vacinação nessa mesma população durante os anos de 2021 e 2022.

Métodos

Este estudo constitui uma análise retrospectiva de natureza quali-quantitativa, de caráter descritivo, abrangendo o período das semanas epidemiológicas de janeiro de 2020 a dezembro de 2022, no estado do Rio de Janeiro, com o propósito de avaliar o impacto da campanha de vacinação contra a COVID-19 em gestantes e puérperas. Os dados secundários foram obtidos por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), utilizando recursos como o TABNET, OOB-Br-COVID-19 e Consórcio de Veículos de Imprensa. A inclusão no estudo se restringiu às gestantes e puérperas no período de 2020 a 2022.

Para respaldar a investigação, procedeu-se à pesquisa bibliográfica em fontes de referência, como as bases de dados SciELO e PubMed, contemplando um período temporal de três anos (2020-2022). Os descritores utilizados, de maneira isolada e combinada, englobaram os seguintes termos: COVID-19, SARS-CoV-2, gravidez, gestantes, puérperas e vacinação. Os resultados das buscas foram submetidos a análises estatísticas e organizados em tabelas e gráficos, com o auxílio do software Microsoft Excel®, visando à obtenção de dados quantitativos. Além disso, a análise estatística descritiva foi conduzida utilizando o software Prism-GraphPad® 5.0.

Resultados

Após o advento da pandemia de COVID-19, observou-se um incremento substancial nas hospitalizações de gestantes e puérperas acometidas pelo SARS-CoV-2 no estado do Rio de Janeiro, conforme evidenciado na Figura 1A. No ano de 2020, foram registrados 531 internamentos, cifra que se elevou para 861 em 2021. Entretanto, em 2022, houve uma redução notável, com um total de 211 admissões hospitalares.

A Figura 1B retrata o número de hospitalizações em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), onde se constata que, em 2020, foram contabilizados 196 casos, enquanto em 2021, esse valor experimentou um aumento significativo, alcançando 324 casos. No entanto, em 2022, somente 36 gestantes e puérperas necessitaram de terapia intensiva. Ao comparar os anos de 2020 e 2021, observou-se um acréscimo de 128 casos em relação ao ano anterior. Já em 2022, evidenciou-se uma significativa redução na gravidade da doença e, conseqüentemente, na demanda por UTI, sugerindo um possível impacto benéfico decorrente da imunização por meio de vacinação. No que tange à necessidade de suporte ventilatório, em 2020, foram registrados 175 casos de suporte ventilatório não invasivo e 81 casos de suporte ventilatório invasivo. Em 2021, tais números aumentaram para 294 e 126, respectivamente, indicando um agravamento dos quadros de COVID-19 nesse grupo. No entanto, em 2022, a necessidade de suporte ventilatório não invasivo se limitou a 26 casos, e o suporte ventilatório invasivo registrou apenas 8 casos, denotando uma redução significativa. Tais resultados insinuam que a vacinação possa ter tido

um impacto positivo, possivelmente contribuindo para a diminuição da incidência diária de infecções, das comorbidades associadas à COVID-19, bem como da necessidade de UTI e suporte ventilatório.

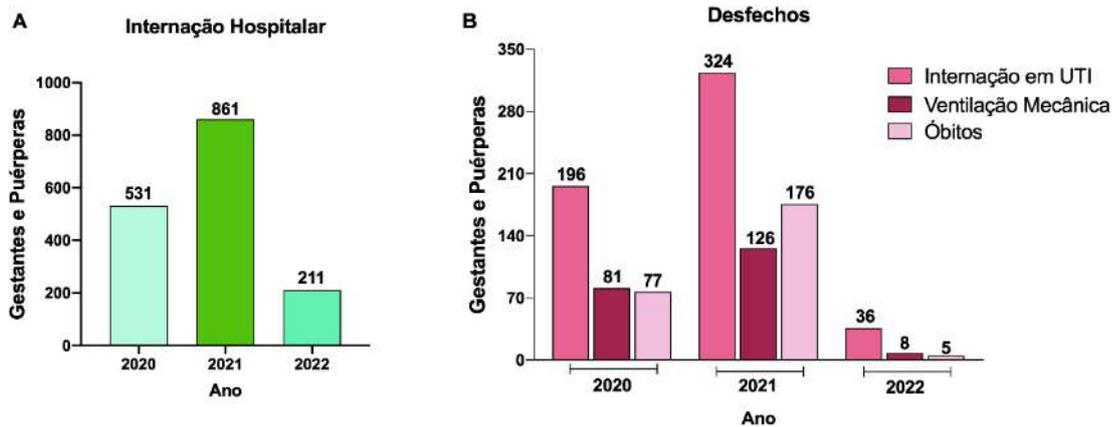


Figura 1: A: Frequência de notificações de gestantes e puérperas com diagnóstico de COVID-19 que necessitaram de internação hospitalar no período de 2020, 2021 e 2022 respectivamente. B: Comparativo de gravidade em gestante e puérperas infectadas pelo SARS-CoV-2, demonstrando a taxa de internação em UTI, uso de ventilação mecânica e óbitos nessa população entre 2020 e 2022. Fonte: Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19 Vacinação e OOB COVID-19

153

Em relação às comorbidades em gestantes e puérperas no estudo. Observou-se, em 2022 uma queda nos casos de comorbidades relacionadas à COVID-19, indicando uma melhora significativa nos quadros. Isso sugere que a vacinação, iniciada na segunda metade de 2021, teve resultados benéficos para esse grupo.

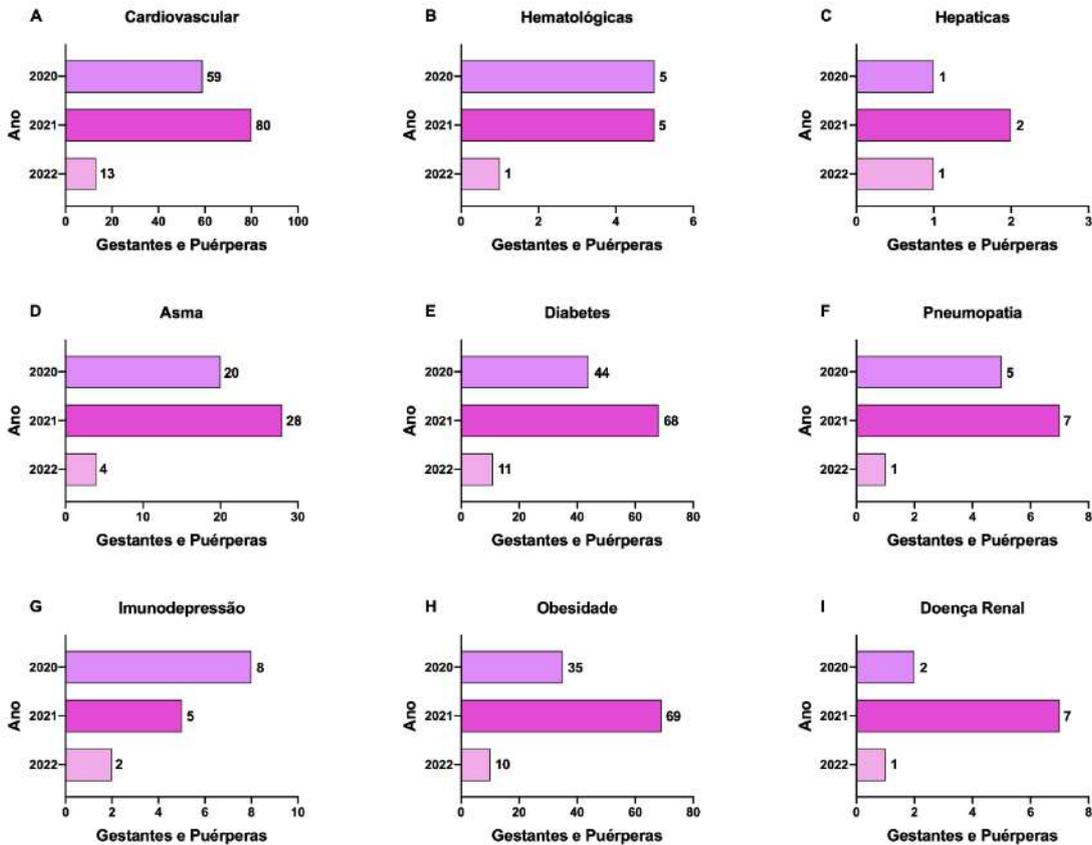


Figura 2: Comorbidades associadas ao agravamento da COVID-19 em gestantes e puérperas para as seguintes patologias: cardiovasculares, hematológicas, hepáticas, asma, diabetes, pneumopatias, imunodepressão, obesidade e doença renal nas semanas epidemiológicas de 2020 à 2022. Fonte: OOB COVID-19

Conclusão

A vacinação contra a COVID-19 demonstrou ter um impacto positivo na evolução da doença entre gestantes e puérperas no estado do Rio de Janeiro. Isso se reflete na redução significativa das hospitalizações em UTI, necessidade de suporte ventilatório invasivo e não invasivo em 2022, após o início da vacinação, em comparação com anos anteriores. Esses resultados sugerem que a imunização desempenhou um papel crucial na proteção dessas mulheres contra complicações graves da COVID-19, evidenciando a importância contínua da vacinação para reduzir morbimortalidade e aliviar a sobrecarga nos sistemas de saúde.

Referências

BRIOSCHI DOS SANTOS, Ana Paula et al. **The impact of COVID-19 on maternal death and fetal death, a cohort study in Brazil.** Plos one, v. 18, n. 8, p. e0290343, 2023.

ESTRELA, Fernanda et al. **Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, p. e300215, 2020.

GAO, Ya-dong et al. **Risk factors for severe and critically ill COVID-19 patients: a review.** Allergy, v. 76, n. 2, p. 428-455, 2021.

SCHWARTZ, David A. **An analysis of 38 pregnant women with COVID-19, their newborn infants, and maternal-fetal transmission of SARS-CoV-2: maternal coronavirus infections and pregnancy outcomes.** Archives of pathology & laboratory medicine, v. 144, n. 7, p. 799-805, 2020.

SCHWARTZ, David A.; GRAHAM, Ashley L. **Potential maternal and infant outcomes from coronavirus 2019-nCoV (SARS-CoV-2) infecting pregnant women: lessons from SARS, MERS, and other human coronavirus infections.** Viruses, v. 12, n. 2, p. 194, 2020.

SHE, Jun et al. **2019 novel coronavirus of pneumonia in Wuhan, China: emerging attack and management strategies.** Clinical and translational medicine, v. 9, n. 1, p. 1-7, 2020.

TAKEMOTO, Maira LS et al. **The tragedy of COVID-19 in Brazil: 124 maternal deaths and counting.** International Journal of Gynecology & Obstetrics, v. 151, n. 1, p. 154-156, 2020.

ZHU, Na et al. **A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019.** New England journal of medicine, v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020.

INOVAÇÃO DIGITAL NA PREVENÇÃO DA SÍFILIS: O IMPACTO POSITIVO DAS REDES SOCIAIS

Pedro Henrique Medeiros Barreto¹
Alana Ribeiro Leite¹
Caio Jorge Soares¹
Hiago Baliza Nogueira¹
Ariel Gomes²

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que ocorram aproximadamente seis milhões de novos casos anualmente, sendo a maior incidência registrada em países em desenvolvimento, onde a sífilis atingiu status endêmico. Além disso, a ausência de tratamento para a sífilis pode acarretar em complicações graves, incluindo sífilis congênita e uma maior suscetibilidade à transmissão do HIV (DOMINGUES, 2021, e2020597).

No contexto brasileiro, observa-se um aumento preocupante na prevalência da sífilis, particularmente entre grupos vulneráveis. A detecção de casos de sífilis adquiridos tem demonstrado um aumento constante nos últimos anos, com destaque para o aumento entre jovens adultos (WESTIN, 2023, e00118721). Dentro desse cenário, torna-se imperativo desenvolver estratégias voltadas para a prevenção e a conscientização sobre a sífilis.

As mídias sociais, com destaque para o Instagram, emergem como uma plataforma poderosa para a difusão de informações educacionais e sensibilização voltadas ao público em geral, oferecendo uma abordagem acessível e envolvente para questões relacionadas à saúde. Por meio da plataforma Instagram, é possível abordar de maneira dinâmica e acessível tópicos relacionados à sífilis, abrangendo prevenção, transmissão, tratamento e combate ao estigma associado à doença. A utilização dessa rede social possibilita a comunicação eficaz de informações cruciais sobre a sífilis, alcançando um público mais diversificado e amplo, promovendo assim a conscientização sobre essa infecção. Além disso, essa abordagem contribui significativamente para a redução do estigma social associado à sífilis, fomentando a procura de cuidados de saúde adequados e o autocuidado em relação a essa doença séria (SANTOS, 2022, e270099).

Em síntese, a base fundamental deste estudo repousa na premente necessidade de conter o aumento da sífilis através da disseminação do conhecimento em saúde, aproveitando a extensão e a eficácia das redes sociais, com destaque para o Instagram, com o propósito de atingir uma

156

¹ Acadêmicos de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

² Docente de Medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) de Angra dos Reis – RJ

audiência diversificada e prover informações pertinentes, estimulando a autogestão no que concerne a esta infecção de gravidade significativa.

Objetivos

Divulgar as ações de educação em saúde e prevenção da Sífilis realizadas pelo Instagram. Desenvolver postagens educativas no Instagram que explorem os tópicos de prevenção, transmissão, tratamento e estigmatização da sífilis de forma visualmente atrativa. Analisar o comportamento da audiência em relação ao nível de engajamento e ação provocados pela campanha.

Metodologia

Este estudo concentra-se na disseminação de informações através das redes sociais, com o Instagram como plataforma principal, por meio da criação de postagens explicativas formuladas de maneira acessível, dinâmica e de fácil compreensão. Para fundamentar esta pesquisa, realizamos uma revisão bibliográfica nas publicações indexadas nas bases de dados SciELO e PubMed, considerando um período de análise de cinco anos. Utilizamos o operador booleano "AND" para combinar os descritores "Sífilis", "IST" e "prevenção" nos idiomas português e inglês. Este método de busca permitiu a identificação de fontes de informação relevantes, que serviram como base para o desenvolvimento de conteúdo informacional relacionado à sífilis, contribuindo para a conscientização e educação sobre esta infecção grave por meio das redes sociais.

157

Resultados

Obtivemos resultados robustos, abrangendo um total de 630 contas no cenário em questão, das quais 294 se associavam a seguidores, enquanto 336 pertenciam a não seguidores, como ilustrado na Figura 1A. Dentro dessa amostra, 68,3% eram do sexo feminino e 31,7% do sexo masculino, conforme destacado na Figura 1B. No que tange à segmentação etária, notou-se uma predominância dos usuários na faixa etária de 25 a 34 anos, abarcando 40% da amostra total, com as faixas etárias de 18 a 24 anos e 35 a 44 anos em seguida.



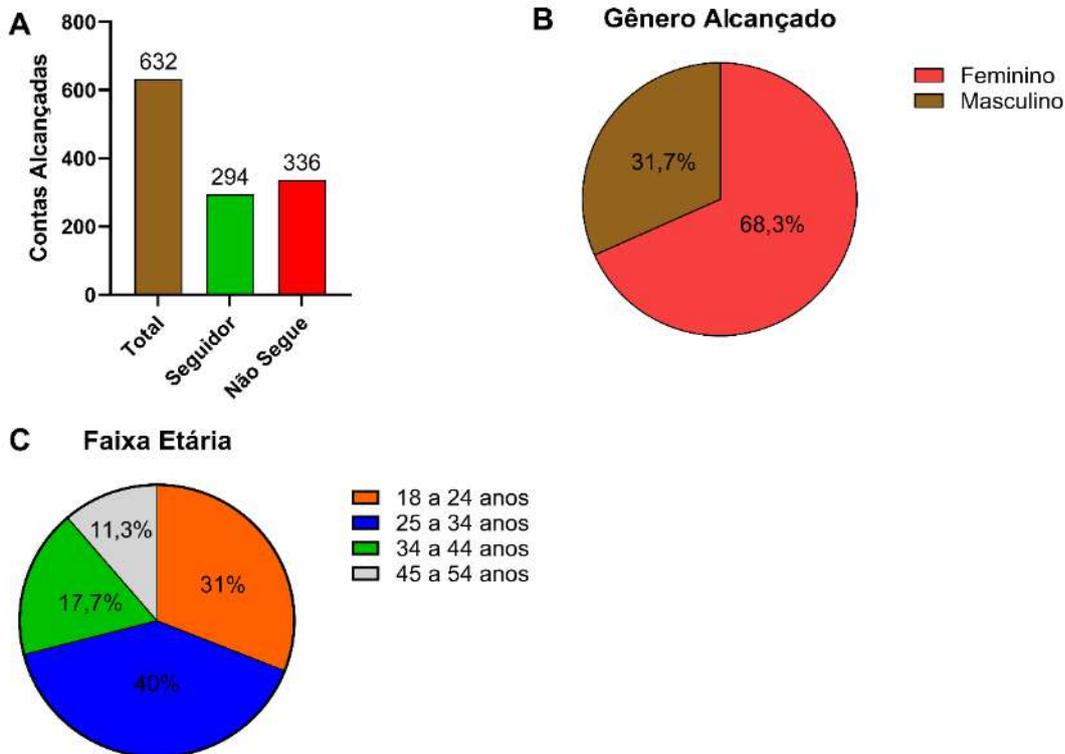


Figura 1- Publicações realizadas, gênero e faixa etária alcançadas. Na Figura 1A, são apresentadas as publicações realizadas, que se encontram divididas em postagens, vídeos, transmissões ao vivo e stories. Na Figura 1B, é apresentada a porcentagem do público alcançado, categorizada por gênero. Na Figura 1C, a faixa etária do público é representada por diferentes cores, com laranja correspondendo a 18 a 24 anos, azul a 25 a 34 anos, verde a 35 a 44 anos e cinza a 45 a 54 anos.

Conclusão

A experiência vivenciada pela equipe ao longo do projeto, ao utilizar estratégias lúdicas e audiovisuais para promover a conscientização sobre a sífilis no Instagram, resultou em um impacto positivo. Nossa pesquisa proporcionou uma compreensão mais profunda sobre a sífilis e sua disseminação por meio das redes sociais, em particular, o Instagram. Os resultados obtidos demonstram a relevância de utilizar essa plataforma para a conscientização e educação em saúde, abordando questões relacionadas à sífilis de forma acessível e envolvente.

A alta incidência de sífilis, tanto globalmente como no contexto brasileiro, sublinha a necessidade premente de estratégias de prevenção e informação. Através do Instagram, conseguimos alcançar um público diversificado, destacando a importância de abordar tópicos como prevenção, transmissão, tratamento e estigmatização da sífilis de maneira dinâmica e de fácil compreensão.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a rede social pode desempenhar um papel vital na redução do estigma associado à sífilis, incentivando a busca por cuidados de saúde adequados. Este estudo enfatiza o poder das redes sociais, como o Instagram, na divulgação de informações de saúde e no estímulo ao autocuidado.

Em resumo, diante do crescimento preocupante da sífilis, nossa pesquisa reforça a importância de utilizar as redes sociais como ferramentas eficazes na luta contra essa infecção, promovendo informações essenciais e incentivando a conscientização e a prevenção, com o objetivo de reduzir o impacto da sífilis na saúde pública.

Referências

WESTIN, Mateus Rodrigues et al. Prevalence of syphilis and sexual behavior and practices among adolescents MSM and TrTGW in a Brazilian multi-center cohort for daily use of PrEP. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00118721, 2023.

DOMINGUES, Carmen Silvia Bruniera et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: sífilis congênita e criança exposta à sífilis. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, p. e2020597, 2021.

BERNARDES, Raissy Alves et al. O Instagram como ferramenta para educação em saúde: relato de experiência. In: **Anais do I Congresso Norte Nordeste de Tecnologias em Saúde**. 2018.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos; RUDNIK, Raquel Machado Lopes. Instagram e a educação: algumas considerações. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022.

TERRA CRUA - UMA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE A CONSTRUÇÃO EM TAIPA NO AGRESTE ALAGOANO

Odair Barbosa de Moraes¹
Maria Ester Ferreira da Silva Viegas²

Introdução

O estudo da arquitetura vernacular tem sido relegado a um segundo plano, fazendo com que um conhecimento sobre um conjunto de técnicas se perca ou precarize o seu uso. A habitação tem sido o foco do grupo de extensão Maloca - Escritório de Habitação Social. Ela reveste-se de significados ímpares diante dos demais elementos que constituem o habitat humano, apresentando características que identificam o indivíduo e as sociedades.

A taipa é uma das técnicas de construção com terra crua, com contribuições dos povos indígenas, negros e europeus. Há diversos representantes do uso adequado no Brasil, contudo no Estado de Alagoas destacam-se as habitações precárias associadas ao inseto transmissor da doença de Chagas. Em Alagoas e mais especificamente no Agreste e Sertão Alagoanos a construção em terra foi uma das primeiras técnicas utilizadas para produção da moradia e ainda persiste como uma arquitetura precarizada, temporária e estigmatizada em função do seu uso inadequado, comumente na forma da taipa de mão ou pau a pique. Esta construção em taipa tem sido vista como sinônimo de habitação insalubre e foco de vetores como o inseto transmissor da doença de Chagas, no entanto contamos ainda com vários exemplos de construção com esta técnica bastante consolidados e em condições adequadas de uso.

Há claramente uma necessidade de registrar e discutir esse modo de produção da moradia de forma a manter viva uma manifestação cultural que se materializa na habitação com terra. Por outro lado, tendo em vista a escassez de projetos artísticos dentro do Campus, principalmente no âmbito audiovisual, este projeto trouxe a oportunidade de vários estudantes conhecerem a produção audiovisual, seus métodos, indo além: produzindo um documentário, aliando

160

¹ MORAES, Odair Barbosa de. Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão. Alagoas. Brasil. E-mail odair.moraes@delmiro.ufal.br. Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Engenharia – JIPE. Residente na Rua Arconso Teixeira de Assunção, 270, São Francisco – Palmeira dos Índios – Alagoas Brasil. CEP 57602-499. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9982-6798>

² VIEGAS, Maria Ester Ferreira da Silva. Universidade Federal de Alagoas /Campus Arapiraca. Alagoas. Brasil. E-mail mestersilva@palmeira.ufal.br. Pesquisador associado do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Instituições e Inovação - Universidade de Aveiro - Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais - GOVCOOP. (<https://www.ua.pt/govcopp/>). Residente na Rua Dr. Carlos de Miranda, 302. Poço. Maceió-Alagoas-Brasil. CEP.57025790. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8867-8259>.

arquitetura e cinema, construindo juntos a discussão que fundamentará todo o processo de criação dos documentários e da narrativa do trabalho.

O projeto pretendeu, a partir de uma pesquisa exploratória, utilizando-se do uso da história oral e de registros fotográficos e audiovisuais construir um olhar sobre a trajetória e persistência dessa técnica na região. Dessa forma pretendeu-se contribuir para o registro e crítica de um modo de produzir o morar vernacular presente em nosso Estado, tendo como produto final um documentário audiovisual.

Objetivos gerais

- Produzir documentação escrita e visual da arquitetura da terra crua (taipa) nos municípios de Arapiraca, Igaci e Palmeira dos Índios, localizados na região do Agreste Alagoano;
- Construir uma linha do tempo das construções com taipa na região do Agreste Alagoano;
- Entender os processos e técnicas envolvidos na técnica da “Terra crua”, a cultura em torno dela e os fatores relacionados ao seu declínio e marginalização.

Metodologia, materiais e métodos

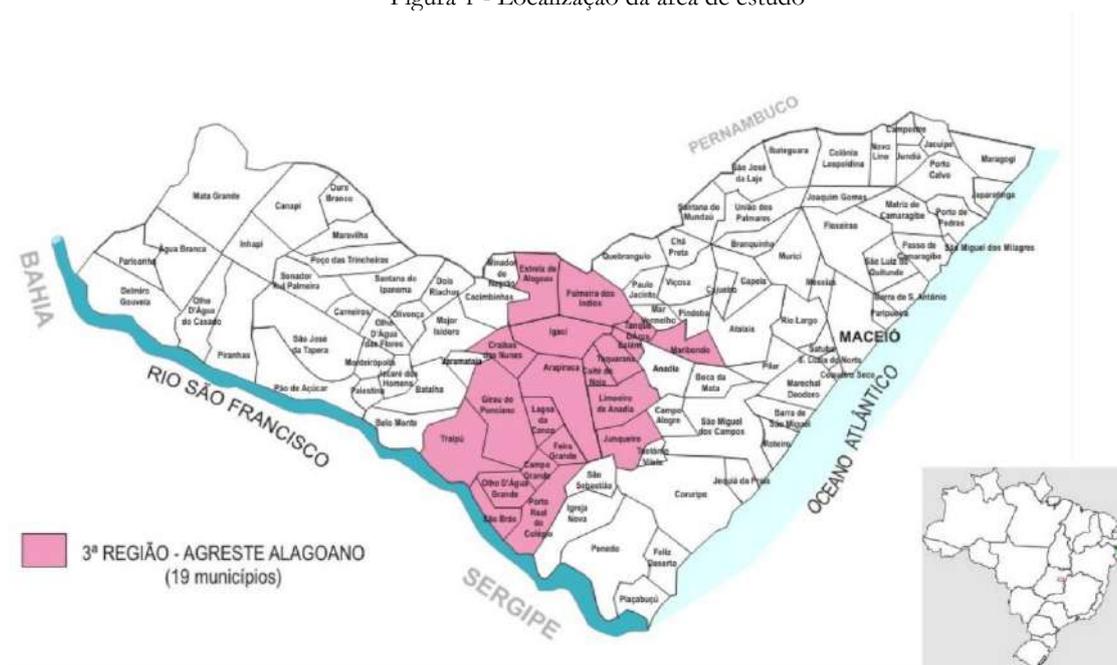
As etapas utilizadas para obtenção dos resultados deste trabalho foram divididas em duas frentes de pesquisa: uma com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental e outra com ênfase em pesquisas exploratórias e visitas de campo. A Pesquisa bibliográfica e documental foi realizada a partir de publicações, constituídas de livros, artigos e material disponibilizado na internet, acerca do histórico da utilização da terra crua como material de construção e os tipos de sistemas construtivos difundidos no Brasil. Já a pesquisa documental foi realizada a partir do relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a obtenção da estimativa do número de habitações em terra na região estudada. Na Pesquisa exploratória e visita de campo, objetivou-se em realizar uma sondagem preliminar nas áreas de estudo para identificar as técnicas mais comumente empregadas, em seguida realizaram-se visitas de campo e registros fotográficos e áudio visuais para analisar a situação das habitações construídas em terra crua.

Resultados

A área estudada foi a região Agreste do estado de Alagoas, localizado no Nordeste do Brasil (Figura 1). O estado apresenta uma situação de vulnerabilidade e desigualdade social, expressa com maior intensidade nas condições de inadequação da moradia e em especial na falta de infraestrutura, no saneamento ambiental, na irregularidade fundiária, no adensamento excessivo

de moradores e na precariedade da moradia, esta última com mais intensidade no meio rural (Ministério das Cidades, 2010).

Figura 1 - Localização da área de estudo



162

Como foi citado, é na região rural que se encontra um número significativo de habitações construídas em taipa, no entanto, muitas delas sendo caracterizadas como precária. Na PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) ano de 2022, que investigou as características dos domicílios quanto aos materiais utilizados em sua construção: material usado nas paredes externas, material predominante na cobertura e material predominante no piso, aponta que em 88,6% dos domicílios brasileiros (65,7 milhões), as paredes externas eram construídas de alvenaria/taipa com revestimento. Os domicílios com paredes externas de alvenaria/taipa sem revestimento representavam 6,9% (5,1 milhões); com paredes externas de madeira apropriada para construção (aparelhada), 3,9% (2,9 milhões); e aqueles com outro material, como madeira aproveitada de tapumes e embalagens, 0,5% (383 mil). Os maiores percentuais de domicílios com paredes externas de alvenaria/taipa sem revestimento foram observados nas Regiões Norte (9,5%) e Nordeste (9,0%). Segundo o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número de moradias construídas com

terra na região do Agreste de Alagoas totalizam 5.986 habitações (Tabela 1), sendo de taipa sem revestimento e com revestimento (IBGE, 2010).

Tabela 2 – Habitações em taipa na Mesorregião do Agreste Alagoano – 2010

MESORREGIÃO DO AGRESTE ALAGOANO	TAIPA SEM REVESTIMENTO	TAIPA COM REVESTIMENTO
Microrregião Arapiraca	875	2066
Microrregião Palmeira dos Índios	784	1663
Microrregião Traípu	24	574
TOTAL	1683	4303

O tipo de técnica mais encontrada nas casas da região estudada foi à taipa de mão ou pau-a-pique, e este tipo de construção, equivocadamente está relacionado com a ocorrência da Doença de Chagas, por causa das rachaduras que aparecem em suas paredes, o que se deve a falta de conhecimento ao utilizar a técnica, onde a porcentagem de argila é maior do que de areia provocando uma forte retração da argamassa quando seca. As construções são executadas pelos próprios moradores, com materiais disponíveis no próprio local da construção. Na Figura 2 pode-se observar que as habitações adquirem problemas funcionais e estéticos, relacionados à má execução e principalmente a falta de conhecimento sobre os métodos corretos de construir com terra. A análise de algumas construções em taipa de mão revelou alguns problemas que são comuns a todas moradias, independente do material e técnica empregada. Em sua grande maioria, as habitações foram construídas sem preocupação com a fundação, e utilizando madeira de má qualidade. As coberturas das moradias encontradas apresentavam-se desalinhadas e não possuíam beiral, o que não confere proteção as paredes em relação a umidade. (Figura 3). O preconceito contra casas de terra crua no Brasil está ligado à técnica de pau-a-pique e à ideia de pobreza. Apesar dessa percepção, é possível construir casas de alto padrão com terra crua. A falta de cuidado com essas casas está associada à baixa autoestima da população e ao uso de materiais inadequados ao clima. A taipa de mão, uma técnica de construção, é ecológica e eficiente, mas foi deixada de lado com o avanço tecnológico. Contudo, estudos recentes reforçam sua viabilidade. Sistemas construtivos em terra crua podem solucionar problemas habitacionais no Brasil, melhorando a qualidade de vida, desde que recebam apoio técnico e governamental.

Figura 2 - Construção em taipa de mão ou pau-a-pique



Figura 3 - Falta de preocupação com a fundação



Conclusão

O trabalho busca destacar a importância cultural das construções com terra e principalmente o potencial deste material como forma viável para habitações de interesse social, material este que

devido à ausência de técnica é visto como forma precária de construção, gerando preconceito tanto pelos usuários como dos profissionais ligados à área. Destaca-se também a importância das pesquisas sobre habitação, principalmente no meio rural, onde vive parcela da população, até certo ponto, excluídas dos programas habitacionais, exigindo soluções adequadas a essa realidade. Para a sociedade o projeto busca uma melhor qualidade nas moradias rurais, através de material disponível no local, gerando assim diminuição nos custos da obra e baixo impacto ambiental.

Referências

Ministério das Cidades. (2010). **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Alagoas – PEHIS/AL**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 96p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>

TECNOLOGIAS ATIVAS PARA PESQUISAS EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Maria Eduarda dos Santos Silva¹
Maria Meriane Vieira Rocha²

Introdução

A presente proposta relata a atuação do projeto Tecnologias Ativas para Pesquisas em Arquivologia no Brasil, onde o referido projeto é vinculado à Universidade Federal da Paraíba (PIBIC/UEPB), sob a coordenação da professora Dra. Maria Meriane Vieira da Rocha, vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da mesma universidade. A ideia central do projeto em tela, foi o desenvolvimento e manutenção de uma Base de Dados que atuasse na geração de tecnologias digitais de comunicação e informação para contribuir na disseminação da produção científica da área da Arquivologia brasileira (ROCHA, 2021).

Este projeto defende que o estudo já contribui sobremaneira, em especial com a disseminação das informações pela Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB) para todos os atores sociais que pesquisam sobre temáticas arquivísticas no Brasil. De acordo com Silva (2023, p. 22), “esse recurso de informação serve como instrumento para saber o que está sendo ou o que foi pesquisado na área, com a vertente de que boa parte dos docentes e pesquisadores desconheciam o que os seus pares estavam pesquisando.” A PAB cumpre seu objetivo, uma vez que tem-se indexadas pesquisas de todos os docentes do quadro efetivo das 16 instituições públicas que possuem os cursos de graduação em Arquivologia.

Encontra-se na PAB, as pesquisas que foram finalizadas e aquelas que estão sendo desenvolvidas sobre temáticas arquivísticas pelos docentes e pelos arquivistas, a saber: Projetos de pesquisas, Projetos de extensão, Teses, Dissertações e Monografias. Até o momento, a PAB dispõe de mais de mil trabalhos indexados pela equipe de 10 colaboradores, entre eles 1 (um) bolsista e 1 (uma) voluntária. Ao que tange a equipe, a PAB tem como coordenadora a Profa. Dra. Meriane Vieira Rocha e como coordenadora adjunta a Profa. Me. Adelaide Helena Targino Cassimiro (doutoranda PPGCI/UEPB). Ao que tange os colaboradores, é salutar destacá-los, uma vez que, o sucesso da Base é fruto do trabalho em equipe, dessa forma conta-se com: Maria

166

¹ Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: eduarda.santos.051@ufrn.edu.br

² Doutora e Mestre em Ciência da Informação. Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística. Coordenadora do Projeto de Iniciação Científica Tecnologias Ativas para Pesquisas em Arquivologia no Brasil e Professora do Departamento de Ciência da Informação da UEPB. E-mail: meriane.vieira@academico.ufpb.br



Eduarda dos Santos Silva (Arquivista - mestranda PPGIC/UFRN), Igor Lima dos Santos (concluinte do cursos de Arquivologia da UFPB), Paulo Henrique Felinto (concluinte do cursos de Arquivologia da UFPB), Cláudia Lucena (aluna da graduação do curso de Arquivologia da UFPB); Flávia Telmo (Arquivista - doutoranda PPGCI/UFPB) e Bruno Luce (Bibliotecário – doutorando do PPGCI/UFPB), Mariana Moreira (Arquivista - mestranda PPGCINF/UnB), Ana Cláudia Nogueira (Bibliotecária), Thalita Sales (aluna da graduação do curso de Arquivologia da UFPB – voluntária PIVIC) e Demetrius Sousa (aluno da graduação do curso de Direito da UFPB – bolsista PIBIC).

Destaca-se, nesse sentido, que os conteúdos ~~que estão~~ disponibilizados na PAB com as diversas pesquisas com temáticas arquivísticas dão um norte para a construção de vários tipos de estudos. Com a integração dos docentes, discentes e da comunidade científica, de maneira que estes podem despertar ainda mais sobre a importância do conhecimento científico, bem como a percepção das lacunas existentes entre os pares e a divulgação científica para sociedade. Pois, a Base não é fechada e/ou engessada, ao contrário, é atualizada periodicamente, a fim de que, se tenha sempre informações atualizadas e consequentemente disseminadas.

Objetivo gerais

- Aperfeiçoar a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras e suas respectivas redes sociais: Instagram, Facebook, e YouTube, para que os atores sociais localizem em um único instrumento todas as pesquisas voltadas para a área de Arquivologia;
- Permanecer identificando docentes do quadro efetivo que entrarem para o quadro efetivo dos cursos de Arquivologia que porventura venham compor o quadro;
- Identificar a expansão dos trabalhos em Arquivologia no Brasil, em especial na dinâmica da formação profissional da área de atuação;

167

Metodologia

Em sua execução, o projeto utilizou de métodos avaliativos, quantitativos e propositivos, conforme proposto institucionalmente, além de levantamentos bibliográficos e documental sobre: pesquisas científicas da área de Arquivologia, tecnologias ativas, regime de informação, inteligência coletiva, entre outros (SILVA, 2022).

No início do projeto, na **primeira etapa** seguiu-se as seguintes atividades: Mapeamento dos cursos de Arquivologia brasileiros; Levantamento do quadro efetivo docente; Canais de comunicação aplicados ao ensino e pesquisa de Arquivologia no Brasil utilizados pelas coordenações desses cursos (Site, Instagram e Facebook); Construção da PAB para



disponibilizar todos os dados sobre projetos de pesquisa, de extensão, monitorias, teses, dissertações e TCC's.

Na **segunda etapa**, dividiu-se em duas partes. Onde a primeira se desmembrou através do levantamento dos nomes dos docentes através das listas enviadas pelos Departamentos em que os cursos estão lotados e, conseqüentemente, o levantamento na plataforma Lattes dos projetos de pesquisas, projetos de extensão, teses, dissertações e TCC de cada docente.

Para a **terceira etapa**, com o intuito de ampliar a PAB, decidiu-se que as pesquisas dos Arquivistas de instituições federais de ensino superior do Brasil, também seriam incluídas na Base com o intuito também de em breve ter-se o estado da arte das pesquisas desses profissionais. Nessa fase, o mapeamento aconteceu através do FalaBR na aba 'Portal da Transparência', essa atividade foi dividida entre os colaboradores para solicitação do quadro de arquivistas nas instituições de ensino superior, até o momento temos indexados pesquisas dos arquivistas das seguintes instituições: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal Fluminense, Universidade do Rio Grande, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal do Cariri, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal de Sergipe, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal de São João del-Rei, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do ABC.

Ao que tange as **redes sociais**, são feitas as seguintes atividades: a) **YouTube** - vídeos quinzenais com convidados (docentes e arquivistas para destacar a importância da Base e de suas pesquisas indexadas na Base); b) **Instagram** - inserção dos vídeos do Youtube na plataforma, em forma de reels; postagens no feed com temáticas específicas da área, notícias da base, datas comemorativas e chamadas para vídeos no *YouTube* e novidades na base; stories de eventos e notícias da área; c) **Facebook** - postagens no feed com temáticas específicas da área, notícias da base, datas comemorativas e chamadas para vídeos no *YouTube* e novidades na base; d) **E-mail** - supervisão e respostas aos *e-mails*.

Além da atuação frente o contexto da pesquisa no âmbito da Arquivologia, a equipe da Base participou de alguns eventos e encontros internos e externos, ressaltando a relevância da PAB, e sobretudo da iniciação científica para formação acadêmica. Destaca-se, a aprovação e

apresentação de três trabalhos na VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (VII Reparq) em que foram apresentados pelos participantes de iniciação científica.

Resultados

Ao que concerne os principais resultados do terceiro ano de projeto, teve-se o canal no *Youtube* com 100 inscritos e uma média de 2 mil impressões, de acordo com as estatísticas fornecidas pela própria empresa. Atualmente o Canal possui 22 vídeos com professores e arquivistas convidados, além dos próprios colaboradores. Para a página da PAB no *Facebook*, esta possui integração das publicações e stories com o Instagram, dessa maneira, o compartilhamento das informações entre as redes sociais são facilitados. Logo, na página do Facebook temos até a presente data 107 curtidas e 150 seguidores, e no perfil da PAB 355 “amigos”.

Quanto ao *Instagram*, verificou-se 117 publicações sobre a PAB, divulgação de parceiros e eventos científicos, sendo 47 feitas em 2023. Destas, pesquisou-se individualmente os dados de interação dos seguidores, quanto às métricas de alcance, impressões, interações com o conteúdo e atividades do perfil. Vale frisar, que não houveram impulsionamentos pagos nas postagens em nenhuma das redes sociais.

Em relação as impressões no Instagram da PAB, métrica que informa o número total de vezes que um perfil ou uma publicação foi exibida aos usuários seguidores e não seguidores da página, dentro de um determinado período de tempo, foram registradas 11.940 impressões, sendo 6.650 impressões a mais em relação ao ano passado.

Verificou-se no *Instagram* da PAB o total de 1.062 seguidores. Destes, 98, 2% do Brasil, 0,6 % de Portugal, 0,1% da Angola, e 0,1% da Espanha, com incidência maior de interações nas cidades de João Pessoa (18,19%), Rio de Janeiro (8,4%), Salvador (2,8%), São Paulo (2,7%). Tendo em sua maioria 69,2% um público que se identificava como feminino, 30,7% masculino. Quanto à faixa etária do público, verificou-se que 31,1% estão entre 25-34 anos, 32,5% entre 35-44 anos, 16,1% acima de 45 anos e 11,2% abaixo de 25 anos.

Na própria Base, de acordo com as estatísticas geradas pelo *wordpress*, temos um total de 21.729 visitas, sendo mais de 16 mil visitas em relação ao ano vigente (2023). Dentre as categorias de trabalhos, que indica as de maior interesse entre os usuários, em primeiro lugar temos as monografias com 952 visitas, em segundo lugar as dissertações com 358, os projetos de pesquisa em terceiro lugar, com 349, e em quarto lugar estão as teses com 231, e em quinto os projetos de extensão com 223 visitas. Em 2022, quem ocupou o primeiro lugar de visitas foram os projetos de extensão que ano passado ocupava o primeiro lugar, com isso percebe-se que as visitas não são sazonais em todos os anos.

Ao que concerne a indexação da produção de pesquisas, atualmente a PAB possui mais de mil trabalhos indexados. Na categoria docente foram encontrados 413 projetos de pesquisa (55,7%); 269 projetos de extensão (16,2%); 160 teses (8,0 %); 150 dissertações (7,0%). Enquanto na

categoria dos arquivistas, foram encontradas 202 monografias (41,3%); 139 projetos de extensão (28,4%); 59 projetos de pesquisa (12,1 %) e teses 3 (0,6%).

Os dados coletados, destacam o crescente número de projetos de pesquisas desenvolvidos principalmente pelos docentes, o que sinaliza que esses professores estão envolvidos com a área e comprometidos em contribuir com o desenvolvimento da mesma.

Conclusão

Nesse ínterim, considera-se que a PAB demonstra que o desenvolvimento de pesquisas na área de Arquivologia como campo científico cresce com a implantação de novos cursos de graduação e de pós graduação, bem como evidencia o comprometimento dos docentes, discentes e pesquisadores, inclusive na criação de repositórios institucionais, como é o caso da Base de Dados em questão.

Percebe-se também, que o índice das produções tem aumentado significativamente, principalmente com os projetos de pesquisa. E nesse sentido, enfatiza-se a importância da iniciação científica como incentivo para que os alunos ingressem na pesquisa desde a graduação. O cenário atual demonstra que a criação da Base em tela, é uma forma de contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia como campo científico, com a divulgação científica, sobretudo, para dar visibilidade às pesquisas dos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia brasileiros. Outro aspecto, é que a existência de um projeto de pesquisa para a manutenção e colaboração da PAB, fortalece a dinâmica entre docentes, discentes e a comunidade científica. Em seu terceiro ano de atuação, a PAB vem ganhando espaços e proporcionando ao aluno de graduação a consciência e o senso de pesquisador.

170

Referências

CASIMIRO, Adelaide Helena Targino; TELMO, Flávia Araújo; SANTOS, Igor Lima. Redes sociais e a divulgação de pesquisas científicas: aplicabilidades a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras. LOUSADA, Mariana et al. (Orgs) **Arquivos, democracia e justiça social**. São Paulo: Editora ARQ-SP, 2023. p. 636- 644.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2004

PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS (PAB). **Sobre nós**. 2021. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica>. Acesso em 12 jan. 2022.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS (PAB). **Página Inicial**. João Pessoa, 15 de ago. 2022. Facebook: <https://www.facebook.com/pesquisasarquivisticas/>

PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS (PAB). João Pessoa, 15 de ago. 2022. Instagram: @pesquisasarquivisticas.

PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS (PAB). João Pessoa, 15 de ago. 2022. Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCBOxEP4b0432V0E-Avv6saQ>.

ROCHA, Maria Meriane da. **Um olhar sobre os cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil à luz do regime de informação**. Orientadora: Isa Maria Freire. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2021.

ROCHA, Maria Meriane Vieira da; SILVA, Maria Eduarda dos Santos. Produção científica na Arquivologia: um olhar sob a base de dados pesquisas arquivísticas brasileiras (PAB). LOUSADA, Mariana et al. (Orgs) **Arquivos, democracia e justiça social**. São Paulo: Editora ARQ-SP, 2023. p. 153- 162.

SILVA, Maria Eduarda dos Santos. **Base de Dados em Arquivologia no Brasil**: estudo da usabilidade na Base de Dados em Arquivística (BDA) e na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB). Orientadora: Maria Meriane Vieira da Rocha. 2023. 80 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

171



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ANEMÔMETRO DE BAIXO CUSTO PARA MONITORAMENTO AGROMETEOROLÓGICO

Eduardo Luã Fernandes da Silva¹
Renan Aversari Câmara²
Valéria Peixoto Borges³
Marcos André Cardoso da Silva⁴
Jheyson Érick Dantas da Silva⁵

Introdução

Categorizado como uma massa de ar resultante de movimentos causados pela diferenciação de pressão, o vento é um fenômeno responsável por influenciar diversos fatores ambientais, como chuvas, furacões, climas, dentre outros (COSTA, 2012, p.31). Por estar associado a processos de transformação terrestre, seu estudo e compreensão fez-se fonte de diversas inovações tecnológicas, tornando-se assim a principal referência em estudos voltados às ciências meteorológicas e agrometeorológicas (ALVARENGA; MORAES; AZEVEDO, 2015, p. 74-86).

Agrometeorologia é uma ciência responsável por compreender como os elementos ambientais influenciam nos campos agropecuários, a níveis micro e macroscópicos. Desse modo, a presença de equipamentos que auxiliam esse monitoramento se torna de extrema importância para obtenção de dados com previsões mais precisas (BARRY; CHORLEY, 2009, p. 445). No contexto atual, sensores acoplados auxiliam desde medições pluviométricas até temperatura, nebulosidade, velocidade e direção dos ventos, dentre outros (YNOUE, 2017, p. 75-83).

O anemômetro é um dos principais equipamentos utilizados para previsões e estimativas meteorológicas diversas. Esse aparato possui diversas formas estruturais, mas todas conservam sua principal função, medir a velocidade e/ou direção dos ventos. Desta forma, o modelo a base de copos é o mais comum e tradicional dentre os existentes. A utilização da mecânica e interpretação dos dados através de fórmulas físicas e plataformas digitais permitem a obtenção de informações sobre os componentes do vento.

Hodiernamente, com os avanços tecnológicos, mudanças climáticas e as necessidades de melhorias em técnicas agrícolas de manejo, faz-se necessário tornar as tecnologias mais acessíveis para todos os produtores (MENEZES, 2021, p. 17).

172

¹ <https://lattes.cnpq.br/3712649574806138> / eduardo.fernandes@academico.ufpb.br

² <http://lattes.cnpq.br/8838988242216476> / a.c.renan@gmail.com

³ <https://lattes.cnpq.br/4609772912610631> / valeria.borges@academico.ufpb.br

⁴ <https://lattes.cnpq.br/3486142617227252> / marcos.andre2@academico.ufpb.br

⁵ <http://lattes.cnpq.br/7623126148770798> / jheyson.dantas@academico.ufpb.br



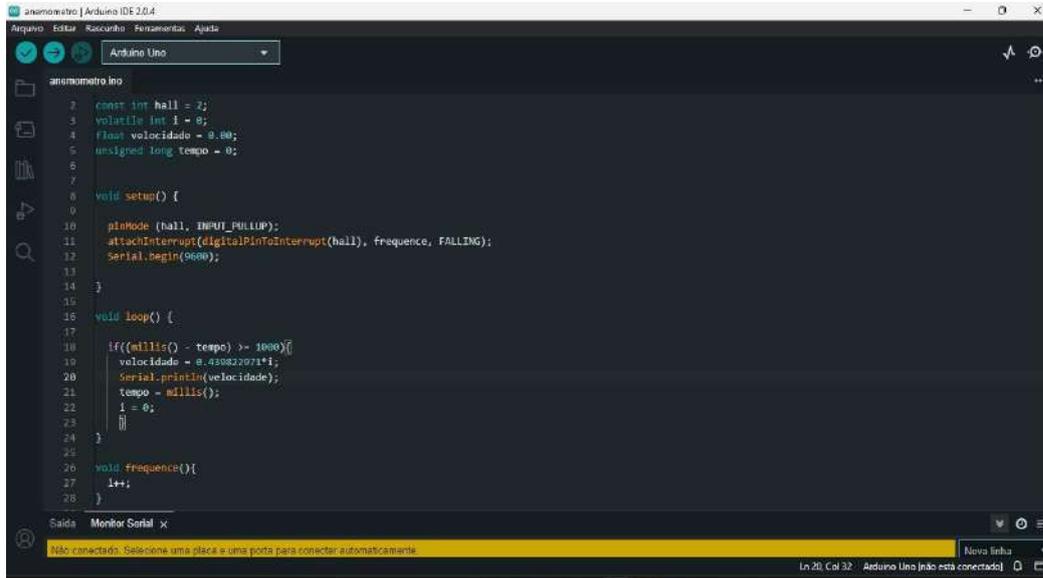
Verifica-se, portanto, que possuir acesso a tecnologias de previsão meteorológica é de grande importância para predição de quais ações serão realizadas pelo produtor.

Objetivos gerais

Construir um anemômetro visando sua integração em uma estação meteorológica de baixo custo desenvolvida no Laboratório de Instrumentação Ambiental e Sensoriamento Remoto do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba - Brasil, para monitoramento ambiental e tomada de decisão em manejo agrícola.

Metodologia, materiais e métodos

A construção foi conduzida no Laboratório de Instrumentação Ambiental e Sensoriamento Remoto da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, no município de Areia/PB - Brasil, cujas suas coordenadas são 6,97° S e 35,71° O, no período de março de 2023 a julho de 2023. O anemômetro foi modelado por meio do software de desenho VariCad e traduzido para uma impressora 3D utilizando o software Cura. O material utilizado para impressão foi o PLA (Biopolímetro Ácido Polilático). A composição do anemômetro consiste na presença de três pás dispostas horizontalmente e fixadas radialmente no cabeçote modelado pela impressora. Dos materiais dispostos para confecção do anemômetro estão, o esqueleto em impressão 3d, uma placa de arduíno UNO, uma placa de fenolite, cabos jumpers para conexão do sistema, ímãs de neodímio (5mm x 1mm), sensor Hall (a3144e-), parafusos/porca/arruela (m3x30) e um rolamento FKS 618/5. A descrição dos materiais e dos seu respectivo custo está na Tabela 1. Para o registro de velocidade, foram acoplados internamente os ímãs ao rolamento das pás e um sensor hall externo, responsável por registrar todas as voltas em que os ímãs cruzavam-se com os sensores. Sampaio (2005), afirma que esse princípio de funcionamento baseia-se nas leis do eletromagnetismo, propostas por Faraday e Lenz, onde afirma-se que “toda vez que houver uma variação do campo magnético e próximo deste campo existir um condutor elétrico, aparecerá uma força de natureza elétrica no condutor”. Ou seja, quando o sensor e o ímã se cruzam ocorre a formação de um sinal de natureza elétrica no sensor. Esse sinal gerado é enviado ao Arduino UNO. Sendo a velocidade do vento equivalente à dos copos, conseqüentemente, o espaço percorrido pelos copos é integrado pelo medidor, fornecendo a velocidade média do vento, como também a velocidade instantânea e máxima.



```

anemometro.ino
2 const int hall = 2;
3 volatile int i = 0;
4 float velocidade = 0.00;
5 unsigned long tempo = 0;
6
7
8 void setup() {
9
10 pinMode (hall, INPUT_PULLUP);
11 attachInterrupt(digitalPinToInterrupt(hall), frequency, FALLING);
12 Serial.begin(9600);
13 }
14
15
16 void loop() {
17
18   if((millis() - tempo) >= 1000){
19     velocidade = a.428822971*i;
20     Serial.println(velocidade);
21     tempo = millis();
22     i = 0;
23   }
24 }
25
26 void frequency(){
27   i++;
28 }
  
```

Figura 1: Código fonte para conversão de resultados obtidos em unidades de medidas padronizadas, UFPB, 2023.

Para a programação do medidor, utilizou-se a plataforma de programação Arduino IDE. Nesse aplicativo pudemos converter, através de cálculos da física mecânica, o deslocamento por tempo em velocidade, como mostrado na figura 1.

174

Tabela 2. Relação entre material e custo, em abril de 2023 (R\$), para construção do anemômetro de três conchas e preço médio de um anemômetro de mercado. Universidade Federal da Paraíba - CCA/UFPB. Areia, 2023.

Material	Unidade	Custo unitário	Quantidade	Custo total (euros)
Placa Arduino	Peça	€2,72	1	€2,72
Placa Fenolite	Peça	€0,94	1	€0,94
Sensor Hall a3144e-	Peça	€0,94	1	€0,94
Jumpers (cabo)	Peça	€0,038	6	€0,23
Rolamento	Peça	€1,31	1	€1,31
Impressão 3d	Peça	€0,94	1	€0,94
Barra Roscada 1/4	Peça	R\$ 7,80	1/4barra= 20 cm	€0,37
Parafuso (m3)	Peça	€0,075	3	€0,23

Porca (m3)	Peça	€0,056	3	€0,17
Arruela (m3)	Peça	€0,056	3	€0,17
Imã de neodímio		€0,075	5	€0,38
Plataforma Arduino		€ 0,00	1	€0,00
Anemômetro Arduino baixo custo - UFPB			Total	€ 5,66
Anemômetro Arduino para Estação Meteorológica - SV10				€71,29

*Materiais seguidos pela composição custo e quantidade. Finalizado pelo custo total do material.

Resultados

Na figura 1 podemos observar o anemômetro em fase de desenvolvimento, onde foram testadas estruturas com dimensionamentos distintos. O Modelo selecionado foi o inferior esquerdo, o qual obteve os melhores resultados em relação a resistência e atrito.

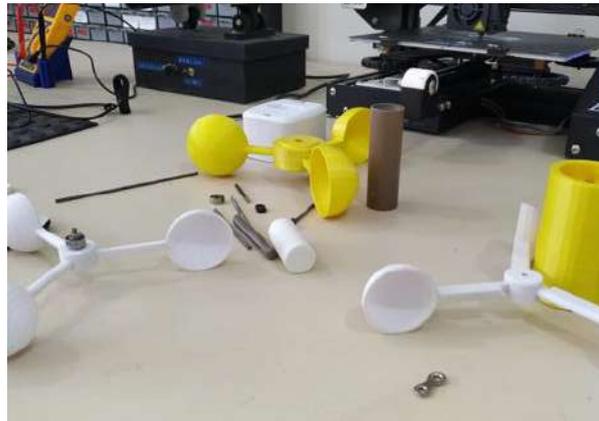


Figura 2: Protótipos com diferentes proporções, os quais foram utilizados para testes de resistência.

Na figura 3 pode-se observar a estrutura modulada do anemômetro de copos. Essa estrutura sofreu adaptações, mas foi modulada para comportar também as peças metálicas de seu interior, essenciais para o funcionamento, como os ímãs e rolamentos.

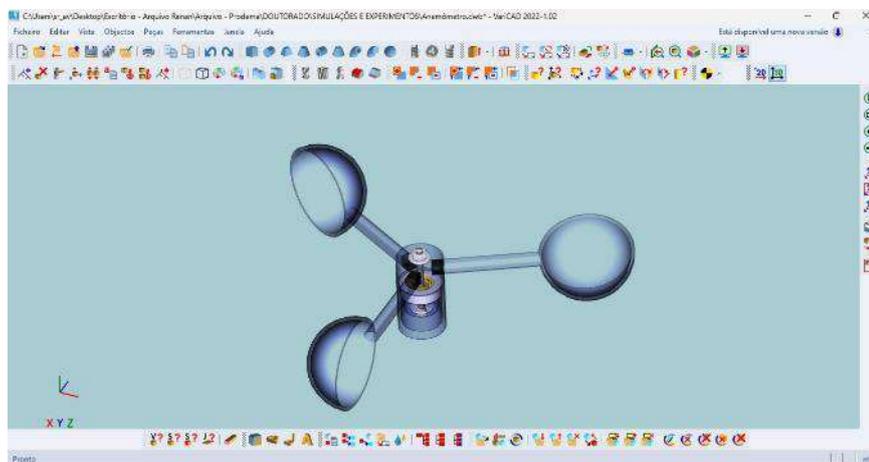


Figura 3: Protótipo modelado no software VariCad.

O código utilizado abordou uma estrutura mais simples com comando de repetição e conversão da rotação em metros por segundo. O projeto está em andamento, sendo a próxima etapa a calibração do protótipo frente a um anemômetro sônico, presente na estação meteorológica da Agência de Águas da Paraíba, instalada no CCA/UFPB. Este anemômetro registra a velocidade nos três eixos, apresentando a velocidade média do vetor resultante e foi adquirido e instalado no corrente ano.

176

Conclusão

A construção estrutural e de armazenamento de dados do protótipo funcionaram como o estabelecido. O projeto irá seguir com a calibração e avaliação do equipamento, em comparação com sensor comercial.

Referências

ALVARENGA, A.A.; MORAES, M.E.O.; AZEVEDO, L.L.C. Agrometeorologia - Princípios, Funcionalidades e Instrumentos de Medição. **Editora Érica**, 1 ed. São Paulo, 2015.

BARRY, R.G.; CHORLEY, R. J. **Mudanças climáticas**. In: BARRY, R.G.; CHORLEY, R.J. Atmosfera, tempo e clima. Bookman Editora, ed. 9, p. 443-488, 2009.

COSTA, G. B.; LYRA, R. F. da F. Análise dos padrões de vento no Estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Meteorologia**, ed. 27, p. 31-38, 2012.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



MENESES, K. C. de. **Rumo à agricultura inteligente:** previsão de produtividade agrícola com dados agrometeorológicos usando machine learning. 2021. p. 1 - 97. Tese (Doutorado em agronomia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Jaboticabal, 2021.

SAMPAIO, C.A.P; ULLMANN, M.N; CAMARGO, M. Desenvolvimento e avaliação de anemômetro de copos de fácil construção e operação. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, Lages, n.1, p. 11-16, 2005.

YNOUE, R. Y; REBOITA, M.S; AMBRIZZI, T; SILVA, G.A. M; **Dados atmosféricos.** In: YNOUE, R. Y; REBOITA, M.S; AMBRIZZI, T; SILVA, G.A. M; Meteorologia: noções básicas. Oficina de textos, ed. 9, p.75 - 83 . São Paulo, 2017.

177



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

AFROEMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL

Adriana Carneiro da Silva¹
Helen da Silva Souza²
Rebeca Luz da Silva³

Introdução

A noção de empreendedorismo é primordial à inovação dos negócios e o fortalecimento da economia, ele tem como princípios a criatividade, produtividade e geração de novos modelos de negócios. Entretanto, para as mulheres que historicamente sofrem dentro de uma sociedade marcada por uma cultura patriarcal, o empreendedorismo se transforma em uma possibilidade de conquistar sua independência, autonomia, e liberdade para ter iniciativa e desenvolver suas ideias, servindo como uma estratégia que garantem o sustendo da família e/ou obter uma renda extra.

Assim, no Brasil, país com a maior população negra fora da África e com mais de 50% da população do sexo feminino (IBGE, 2021), o empreendedorismo feminino tem sido crescente ao longo dos anos, no qual as mulheres brasileiras têm participado ativamente no cenário empreendedor, motivadas pela sobrevivência e pelo seu sustento para a família. Como efeito o objetivo desta pesquisa tem como intuito trazer algumas notas introdutórias a respeito do cenário do empreendedorismo negro feminino no Brasil apontando suas interfaces com as discussões de gênero, empoderamento e relações de trabalho.

Como justificativa entende-se que as mulheres sofrem dentro dessa cultura, assim, o empreendedorismo se transforma em uma possibilidade para se conquistar sua independência, bem como suplantam as desigualdades de gênero e o preconceito se tratando das mulheres negras. Logo, esse tipo de estudo, que utiliza de uma pesquisa exploratória descritiva, pretende contribuir com debates contemporâneos sobre o empreendedorismo negro e o papel das mulheres nesse cenário.

178

Objetivos gerais

- Discutir as pressuposições do empreendedorismo feminino e sua relação com as discussões de gênero e relações de trabalho;

¹ Administradora, Especialista em Gestão Pública Municipal, Mestra em Geografia. Pesquisadora. Docente do Centro Universitário Estácio da Bahia. adriana.dsilva@estacio.br

² Graduanda em Administração do Centro Universitário Estácio da Bahia. helensouzaa14@gmail.com

³ Graduanda em Administração do Centro Universitário Estácio da Bahia. rebecaluzdasilva@hotmail.com



- Apresentar as conjunturas e nuances do afroempreendedorismo feminino no Brasil.

Metodologia, materiais e métodos

A pesquisa é um procedimento formal e sistemático, assim, esta pesquisa, que está em fase introdutória, utiliza de uma abordagem exploratória descritiva, tendo como procedimentos técnicos a investigação que foi realizada por uma pesquisa bibliográfica e documental. Isto posto, através desses procedimentos foi possível levantar, de forma preliminar, os pressupostos do empreendedorismo negro feminino e suas interconexões com as discussões de gênero e ascensão social no Brasil.

Resultados

O empreendedorismo funciona como um vetor direcionado a produção de riqueza, onde o empreendedor é o seu agente. As ações empreendedoras possuem um caráter importante na geração de empregos, trazendo consigo o poder da mudança e a criação de valor para as pessoas envolvidas.

As mulheres se deparam com o conflito ente o trabalho e família, que impactam no desenvolvimento de suas competências empreendedoras e no seu perfil empreendedor. Em estudo, Kahashi et al (2013, apud Teixeira e Bomfim, 2014), destaca que o conflito trabalho-família enfrentado pelas mulheres se insere em três dimensões: tempo, devido as horas excedidas no trabalho; tensão, apoiada em fatores como, fadiga, depressão e ansiedade e; comportamento, no trabalho e/ou na família que reflete e leva em consideração a estabilidade emocional.

Neste sentido, pode-se pontuar como fardos para as mulheres as dificuldades em ascender de carreira, de realizar-se profissionalmente, de obter independência financeira, entre outras questões que acabam motivando a empreender.

Assim, essa conjuntura, resultantes do contexto sociocultural brasileiro, dificultam o crescimento e a manutenção dos empreendimentos geridos por mulheres. E essa realidade ainda é mais alarmante quando se tratar-se das mulheres negras.

De acordo com a história a população negra foi excluída na reorganização do trabalho livre, até porque o Brasil foi um país erguido com base no trabalho de pessoas escravizadas, em sua grande maioria negra, e no processo pós-abolição não houve uma organização desses no mercado de trabalho. De forma processual essas ações moldadas espalhou o projeto de nação das elites dominantes brasileira, sendo responsável por estruturar a “exclusão, a desigualdade e a pobreza que marcam os mundos do trabalho até os dias atuais da população negra” (THEODORO, 2008, p. 19).

Essa eliminação na prática acontece por meio da negação da presença da população negra livre nos setores dinâmicos da economia, fazendo com que sem possibilidade de ocupação eles foram

empurrados a atuar no setor de subsistência ou na prestação de pequenos serviços, geralmente, muito mal remunerados e subalternizados, tornando uma estratégia de sobrevivências (CUNHA, 2004; THEODORO, 2008).

Contemporaneamente, essas estratégias de sobrevivências ainda coexistem no universo da população negra, especialmente, às mulheres negras, na qual muitas delas buscam formas de existência, independência, autonomia e liberdade através de sua força de trabalho, que com muitas ressalvas e considerações podem ser consideradas ações empreendedoras de necessidade. Visto que, dados revelam que as mulheres negras sofrem mais com desemprego, têm a renda mais baixa e ocupam empregos informais, como no trabalho doméstico, além de ganhar menos que as mulheres brancas (CAMAZANO; ESTARQUE, 2019).

Assim, a presente pesquisa, em fase inicial, busca compreender as pressuposições do afroempreendedorismo feminino brasileiro, abordando suas interconexões com as discussões de gênero, empoderamento e relações de trabalho. Destacando que as mulheres negras são pioneiras no empreendedorismo feminino brasileiro, já que tiveram de ofertar suas habilidades e produções para conseguir o seu sustento (SILVA E SOUZA, 2017).

Do mesmo modo, percebe-se que as mulheres negras desde o momento de escravidão recorreram ao empreendedorismo como forma de sobrevivência econômica. Contudo, mesmo com essa habilidade em fazer negócios o empreendedorismo feminino negro foi e ainda é sufocado por vários arredores racistas e machista (SANTOS, 2022).

Baseado nos estudos de Arman (2015) a analogia entre raça e empreendedorismo no Brasil também podem ser abarcadas como táticas de sobrevivência ou de inserção social. Assim, é plausível envolver que o empreendedorismo foi um fenômeno que acompanhou a população negra desde o início de seu processo de escravização no país. Nessa conjuntura, o empreendedorismo não seria somente um fenômeno econômico, mas uma opção para garantir o seu próprio sustento e de suas famílias.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Rede Mulheres Empreendedoras (IRME), em 2022, a maioria das empreendedoras brasileiras se consideram pretas ou pardas (60%). Entretanto, de acordo com o SEBRAE (2018) mais de 50% das mulheres negras que buscaram crédito com bancos e instituições financeiras receberam a negativa para a solicitação. Ainda, segundo SEBRAE (2018) existe uma diferença clara de renda mensal entre a mulher negra e a branca, à medida que a mulher negra recebe em média, R\$ 1.539, a mulher branca alcança um ganho estimado de R\$ 2.035, ou seja, embora exerçam a mesma função, ainda são remuneradas de forma desigual.

Aguiar (2022 apud SANTOS, 2022, p. 16) destaca que “ter uma vida inteira de imagens negativas sobre si, por causa de estereótipos, pode acarretar à mulher negra empreendedora níveis reduzidos de sucesso empresarial, ficando em desvantagens até mesmo em relação ao empreendedor negro”.

Outro dado bem alarmante é o número de mulheres negras que possui ensino superior completo e estão empreendendo que é menos de 10% das empreendedoras, visto que essa necessidade de complementar renda e a falta de acesso à universidade se tornam fatores definitivos que acabam impactando os negócios desse grupo social (SEBRAE, 2018).

Consoante, o SEBRAE (2023) aborda que existem vários desafios das empreendedoras negras no Brasil, tais como as empreendedoras brancas: dificuldade para conciliar a vida pessoal e a profissional; falta de incentivo financeiro; oportunidade de qualificação; dentre outros. Entretanto, no caso das mulheres negras existe um agravante, o preconceito, já que “algumas pessoas não acreditam na capacidade dessas empreendedoras e, inclusive, discriminam-nas pela cor da pele” (SEBRAE, 2023, p.2) fazendo parte de um racismo da sociedade brasileira.

De acordo com Bersani (2018), o racismo no Brasil, por ser estrutural, pode ser notado e identificado em diferentes áreas em que se compreendam as razões que mantêm e fortalecem esse contexto na estrutura social do país, sendo econômicas, sociais, políticas, educacionais, entre outras, permanecendo atualizado, além do plano da consciência, no da subconsciência.

Assim, no caso das mulheres negras, há uma dupla ameaça de estereótipo: o de raça e o do gênero (AGUIAR, 2022), ou seja, a mulher negra que busca empreender, sofre pelo racismo institucional em caráter histórico e pela condição biológica de ser mulher, muitas vezes inferiorizada no mercado.

Corroborando com isso, Siqueira e Nunes (2018, p. 5) destaca que:

O Brasil por si só é um país que apresenta inúmeras dificuldades para os empreendedores como um todo, como a falta de capacitação, o excesso de burocracia, tributação exacerbada, medo do fracasso, dentre outros. Esse cenário insólito afeta a basicamente todos que recorrem à atividade empreendedora como uma estratégia de mudança de vida e pode ser ainda mais agravado em relação às mulheres. Ao se considerar a figura da mulher negra empreendedora, no mesmo sentido, verifica-se que a mesma encontra ainda mais dificuldades: de um lado, ela sofrerá com os desafios por conta de pertencer a minoria da população negra; do outro, por pertencer ao sexo feminino.

181

De tal modo, com a intenção de atravessar os desafios próprios à mulher, especialmente, as negras começaram a surgir várias possibilidades de aumento de sua participação na atividade empreendedora, a partir das políticas públicas que buscaram incentivar um empreendedorismo mais inclusivo no Brasil, desde as microempresas, das empresas de pequeno porte e da formalização de microempreendedoras individuais.



Conclusão

Como a pesquisa ainda está em fase de construção, é possível perceber que existem alguns pontos a serem aperfeiçoados, entretanto a ideia desse artigo é de trazer um breve levantamento sobre como é o cenário do empreendedorismo negro feminino brasileiro.

Percebe-se que as mulheres estão conquistando cada vez mais nichos, movidas pelos mais diversos motivos, tendo como o mais comum a opção de ser financeiramente autônomas. Entretanto, esse aumento de mulheres empreendedoras pode ser visto como decorrência de uma série de desafios que elas enfrentam em suas vidas profissionais, sendo que ainda está longe do ideal de inserção e ampliação necessárias para garantir vida longa ao negócio por elas empreendidos, como já relatado nesse trabalho.

Assim, nesta perspectiva, estudar sobre a temática do empreendedorismo social, feminino negro na economia brasileira, denota-se como uma ligação profícua e vantajosa. Uma vez que, através da inserção dos empreendimentos no cenário da economia, as mulheres negras conseguem emergir as suas ancestralidades e, além disso, podem propagar a sua cultura ao fortalecerem negócios com propósito único.

Destacando que o racismo estrutural cria barreiras através de estereótipos para evitar a ascensão da mulher negra na economia, entretanto o que elas fazem parece ultrapassar a esfera econômica e acaba atingindo a sobrevivência, a liberdade e a possível ascensão social. Evidenciando que este trabalho não se propõe ao esgotamento da discussão sobre o tema, mas sim, visa aguçar novos debates sobre essa temática.

Referências

AGUIAR, H. M. “Mulheres negras empreendedoras no Brasil: suas barreiras e comportamento de superação para empreender”. 2022. 94 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) apresentada a Universidade Nove de Julho, São Paulo. Disponível em <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2903>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARMAN, A. P. Empreendedorismo entre mulheres negras na cidade de São Paulo. RAU - Revista de Administração do UNISAL, Campinas, v. 5, n. 8, p. 64-82, 2015.

BERSANI, H. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. Revista Extraprensa, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018.



CAMAZANO, P.; ESTARQUE, M. Negras ganham menos e sofrem mais com o desemprego do que as brancas. Folha de S. Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/negras-ganham-menos-e-sofrem-mais-com-o-desemprego-do-que-as-brancas.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CONCEIÇÃO, Joalice Santos. MULHER NEGRA: religião, trabalho e organização familiar. INFORME ECONÔMICO (UFPI) 34 (1), 2015. 1, 2015.

SANTOS, Maria Vanessa Vieira. Mulheres negras e empreendedoras do Rio Grande do Norte: um estudo de caso do Programa Quartzo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó, Bacharelado em Administração. Currais Novos, RN, 2022.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. A presença da mulher preta empreendedora no mercado atual. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/artigos/a-presenca-da-mulher-preta-empreendedora-no-mercado-atual,af43bbe567826810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Mulheres negras são maioria entre empreendedoras no Brasil. Acesso em: <https://www.news.ifood.com.br/mulheres-negras-sao-maioria-entre-empreendedoras-no-brasil/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, S. K. V.; SOUZA, A. B. A identidade na atualidade da mulher negra no Brasil. Revista NEIAB, Maringá, v. 1, n. 1, p. 1-16, jul. 2017. Disponível em: <http://sites.uem.br/neiab/revista-neiab/2-2.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; NUNES, Danilo Henrique. MORAIS, Fausto Santos De. Identidade, Reconhecimento e Personalidade: Empreendedorismo da Mulher Negra. v.9, n.3. 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/11055/pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ZOUAIN, D. M., Oliveira, F. B. de, & BARONE, F. M. (2007). Construindo o perfil do jovem empreendedor brasileiro: relevância para a formulação e implementação de políticas de estímulo ao empreendedorismo. Revista De Administração Pública, 41(4), 797 a 808.

2023

J I
I C
E U Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W. Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa. Cadernos EBAPE.BR, v. 9, n. Ed. Especial, art. 6, p. 564-585, 2011.

184



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

RELAÇÃO ENTRE ALTERAÇÕES CEREBRAIS ASSOCIADAS A MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA E PRESENÇA DE TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR AO LONGO DA VIDA

Caroline dos Santos Almeida¹
Igor Felix dos Santos²
Izabela Farias de Moraes³
Fernanda Pereira de Souza⁴
Mariana Gonçalves Rebello⁵

Introdução

Maus-tratos na infância pode ser definido como qualquer ato de abuso ou negligência por parte de um pai/responsável, de um prestador de cuidados ou de um membro da comunidade, que resulte em potenciais danos ou ameaças para uma criança. Os maus-tratos podem ser categorizados como abuso físico, abuso emocional, abuso sexual, negligência física e negligência emocional (AINAMANI ET AL., 2021).

Quando perpetrados na infância, os maus-tratos estão associados a diversos resultados negativos como desregulação emocional, processamento alterado de emoções e maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de psicopatologias tanto durante a infância quanto na vida adulta (ECKENRODE ET AL., 1993; MEZZACAPPA ET AL., 2001; SHACKMAN ET AL., 2007).

A literatura científica atual indica existir relação entre experiências de maus-tratos na infância e risco aumentado para Transtorno Depressivo Maior (TDM) na idade adulta, indicando um risco mais de duas vezes maior do que aquele apresentado por pessoas que não sofreram maus-tratos (LI ET AL., 2016). Apesar disso, ainda não é claro se há alterações cerebrais específicas causadas pelos maus-tratos que estejam associadas ao risco aumentado para TDM.

Considerando que o TDM é um importante problema de saúde pública, sendo a segunda maior causa de incapacidade a nível mundial (OMS, 2022), faz-se necessário compreender as possíveis alterações que podem ocorrer durante o desenvolvimento do indivíduo para favorecer o surgimento desse transtorno.

185

¹ Discente de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, carolalm@hotmail.com.

² Discente de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, igorfelix2@outlook.com.

³ Discente de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, izabelafdm@outlook.com.

⁴ Discente de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, souzx.anhembí@gmail.com

⁵ Docente do Departamento de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, mariana.rebello@alumni.usp.br.

Objetivos gerais

- Identificar alterações na morfologia cerebral advindas da exposição a maus-tratos na infância.
- Identificar alterações nas funções cognitivas advindas da exposição a maus-tratos na infância.
- Verificar se há sobreposição entre as alterações cerebrais advindas da exposição a maus-tratos na infância e as alterações cerebrais associadas ao desenvolvimento de TDM ao longo da vida.

Metodologia, Materiais e Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram definidas as seguintes perguntas de pesquisa: quais são as alterações na morfologia cerebral e nas funções cognitivas relacionadas aos maus-tratos na infância? Existe relação entre tais alterações e o desenvolvimento de TDM ao longo da vida?

O levantamento bibliográfico foi realizado no mês de agosto de 2022, nas bases de dados Scopus, Pubmed e Web of Science. Para a estratégia de busca, utilizou-se a seguinte combinação de termos e operadores booleanos em todas as bases: “childhood maltreatment” AND (“brain morphology” OR “cognitive functions”) AND “major depression”. Por conveniência, o recorte temporal da revisão foi um período de 10 anos, entre 2012 e 2022.

Os critérios estabelecidos para a inclusão dos trabalhos foram: (1) estudos primários, (2) descrever alterações cerebrais advindas dos maus-tratos na infância. Os critérios de exclusão foram (1) abordar maus-tratos com início na idade adulta e (2) apresentar relação gene-dependente.

O levantamento bibliográfico localizou 527 estudos. Desses, 493 foram excluídos após a leitura de títulos e resumos por não se encaixarem nos critérios de inclusão definidos para esse trabalho. Em seguida, 60 estudos foram lidos na íntegra, sendo 44 excluídos por não responderem à pergunta de pesquisa. Por fim, 16 artigos tiveram seus dados extraídos e analisados para o presente estudo. Para a extração de dados foram definidas as seguintes categorias: autores, ano de publicação, país em que o estudo foi realizado, delineamento do estudo, número de participantes, público-alvo, faixa etária, objetivos, instrumentos utilizados, alterações cerebrais e alterações cognitivas.

Resultados

Alterações na morfologia cerebral

Os maus-tratos na infância mostraram-se associados a alterações na morfologia cerebral. Entre os indivíduos expostos a diferentes tipos de maus-tratos durante a infância, observou-se redução de volume na amígdala – estrutura responsável pelo processamento emocional e pelas respostas afetivas do indivíduo –, além de redução de volume no hipocampo, estrutura relacionada à regulação das emoções, atividade hormonal, atividade autonômica e formação de memórias (AGHAMOHAMMADI-SERESHKI ET AL., 2021; CHANEY ET AL., 2014; HE ET AL., 2022; PECHTEL ET AL., 2014; TEICHER ET AL., 2012; WEISSEMAN ET AL., 2020).

Também observou-se que a diminuição de volume tanto na amígdala quanto no hipocampo estão associadas a aumento de vulnerabilidade para TDM, sintomatologia depressiva e sintomatologia ansiosa. Acredita-se que isso acontece porque as alterações nestas estruturas, principalmente na amígdala, estão associadas a uma maior reatividade fisiológica ao estresse (OPEL ET AL., 2014; WEISSMAN ET AL., 2020; AGHAMOHAMMADI-SERESHKI ET AL., 2021; PAQUOLA ET AL., 2017).

Quanto aos tipos de maus-tratos associados às alterações na morfologia cerebral, o abuso infantil foi a adversidade que associou-se mais fortemente com alterações no volume e espessura da amígdala (HE ET AL., 2022), notando-se que o abuso emocional foi um dos preditores mais fortes para prejuízo na capacidade de resposta da amígdala (DANNLOWSKI ET AL., 2012). Considerando-se o hipocampo, notou-se diminuição no volume dessa região associada a abusos físicos, verbais e negligência emocional (AGHAMOHAMMADI-SERESHKI ET AL., 2021; TEICHER ET AL., 2012).

187

Alterações no funcionamento cognitivo

A ocorrência de maus-tratos na infância foi indicada como fator de risco para alterações graves e persistentes no funcionamento cognitivo em adultos com TDM (CHAKRABARTY ET AL., 2019; TJOELKER ET AL., 2022). As funções cognitivas mais prejudicadas nesse contexto são memória de trabalho, atenção sustentada, memória de curto prazo e velocidade de processamento (CHAKRABARTY ET AL., 2019; GOLTERMANN ET AL., 2020; HERBERT ET AL., 2021; DANNEHL ET AL., 2017; ALLISON ET AL., 2020). Observa-se que essas são correspondem às funções executivas, ou seja, às habilidades para organizar e planejar as ações do próprio indivíduo.

Observou-se ainda prejuízos significativos na Teoria da Mente (ToM) em pacientes com TDM que sofreram abuso emocional e negligência durante a infância, indicando comprometimento

nas habilidades de decodificação do estado mental desses pacientes durante o episódio agudo (SIMON ET AL., 2019).

Por fim, verificou-se que alterações cognitivas advindas de maus-tratos na infância apresentam-se como fator contribuinte para avaliação negativa dos eventos de vida, o que por sua vez afeta diretamente a presença e gravidade de sintomas depressivos. Segundo Bassani et al. (2013), o processamento tendencioso de material emocional é um fator de vulnerabilidade que afeta o início, a manutenção e ocorrência de episódios depressivos.

Conclusão

A presente revisão permite concluir que os maus-tratos na infância estão associados à alterações em diferentes estruturas cerebrais, principalmente alterações volumétricas no hipocampo e na amígdala. Hipotetiza-se que as alterações nestas regiões podem correlacionar-se com os sintomas depressivos, pois estas estruturas estão relacionadas a respostas fisiológicas ao estresse e ao processamento emocional.

Além disso, os maus-tratos na infância podem ocasionar prejuízos nas funções executivas, na avaliação dos eventos de vida e na ToM, podendo assim tornar o indivíduo mais vulnerável ao desenvolvimento de sintomas e episódios depressivos durante a vida adulta.

Desta forma, conclui-se que a exposição a maus-tratos na infância, em maior ou menor grau, está associada a alterações em estruturas cerebrais e prejuízos cognitivos, ambos relacionados ao desenvolvimento de TDM ao longo da vida.

Referências

Ainamani, H. E., Rukundo, G. Z., Nduhukire, T., Ndyareba, E., & Hecker, T. (2021). Child maltreatment, cognitive functions and the mediating role of mental health problems among maltreated children and adolescents in Uganda. *Child and adolescent psychiatry and mental health*, 15(1), 22. <https://doi.org/10.1186/s13034-021-00373-7>

Aghamohammadi-Sereshki, A., Coupland, N. J., Silverstone, P. H., Huang, Y., Hegadoren, K. M., Carter, R., Seres, P. & Malykhin, N. V. (2021). Effects of childhood adversity on the volumes of the amygdala subnuclei and hippocampal subfields in individuals with major depressive disorder. *Journal of psychiatry and neuroscience*, 46(1), E186-E195. <https://doi.org/10.1503/jpn.200034>

Bassani, L., Antypa, N., & Serretti, A. (2013). Childhood maltreatment and neurobiological vulnerability to depression: A review. *Clinical Neuropsychiatry*, 10(6).



Chakrabarty, T., Harkness, K. L., McInerney, S. J., Quilty, L. C., Milev, R. V., Kennedy, S. H., Frey, B. N., MacQueen, G. M., Müller, D. J., Rotzinger, S., Uher, R. & Lam, R. W. (2020). Childhood maltreatment and cognitive functioning in patients with major depressive disorder: a CAN-BIND-1 report. *Psychological medicine*, 50(15), 2536-2547. <https://doi.org/10.1017/S003329171900268X>

Chaney, A., Carballedo, A., Amico, F., Fagan, A., Skokauskas, N., Meaney, J., & Frodl, T. (2014). Effect of childhood maltreatment on brain structure in adult patients with major depressive disorder and healthy participants. *Journal of Psychiatry and Neuroscience*, 39(1), 50-59. <https://doi.org/10.1503/jpn.120208>

Dannehl, K., Rief, W., & Euteneuer, F. (2017). Childhood adversity and cognitive functioning in patients with major depression. *Child Abuse & Neglect*, 70, 247-254. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.06.013>

Dannowski, U., Stuhrmann, A., Beutelmann, V., Zwanzger, P., Lenzen, T., Grotegerd, D., Domschke, K., Hohoff, C., Ohrmann, P., Bauer, J., Lindner, C., Postert, C., Konrad, C., Arolt, V., Heindel, W., Suslow, T & Kugel, H. (2012). Limbic scars: long-term consequences of childhood maltreatment revealed by functional and structural magnetic resonance imaging. *Biological psychiatry*, 71(4), 286-293. <https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2011.10.021>

Eckenrode, J., Laird, M., & Doris, J. (1993). School performance and disciplinary problems among abused and neglected children. *Developmental psychology*, 29(1), 53. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.29.1.53>

He, C., Fan, D., Liu, X., Wang, Q., Zhang, H., Zhang, H., Zhang, Z. & Xie, C. (2022). Insula network connectivity mediates the association between childhood maltreatment and depressive symptoms in major depressive disorder patients. *Translational psychiatry*, 12(1), 89. <https://doi.org/10.1038/s41398-022-01829-w>

Letkiewicz, A. M., Weldon, A. L., Tengshe, C., Niznikiewicz, M. A., & Heller, W. (2021). Cumulative childhood maltreatment and executive functioning in adulthood. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 30(4), 547-563. <https://doi.org/10.1080/10926771.2020.1832171>

Li, M., D'Arcy, C., & Meng, X. (2016). Maltreatment in childhood substantially increases the risk of adult depression and anxiety in prospective cohort studies: systematic review, meta-analysis, and proportional attributable fractions. *Psychological medicine*, 46(4), 717-730. <https://doi.org/10.1017/S0033291715002743>

Mezzacappa, E., Kindlon, D., & Earls, F. (2001). Child abuse and performance task assessments of executive functions in boys. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 42(8), 1041-1048. <https://doi.org/10.1017/S0021963001007806>

Opel, N., Redlich, R., Zwanzger, P., Grotegerd, D., Arolt, V., Heindel, W., Konrad, C., Kugel, H. & Dannlowski, U. (2014). Hippocampal atrophy in major depression: a function of childhood maltreatment rather than diagnosis?. *Neuropsychopharmacology*, 39(12), 2723-2731. <https://doi.org/10.1038/npp.2014.145>

Organização Mundial da Saúde. (2022). World mental health report: transforming mental health for all.

Paquola, C., Bennett, M. R., Hatton, S. N., Hermens, D. F., Groote, I., & Lagopoulos, J. (2017). Hippocampal development in youth with a history of childhood maltreatment. *Journal of psychiatric research*, 91, 149-155. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2017.03.019>

Pechtel, P., Lyons-Ruth, K., Anderson, C. M., & Teicher, M. H. (2014). Sensitive periods of amygdala development: the role of maltreatment in preadolescence. *Neuroimage*, 97, 236-244. <https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2014.04.025>

Shackman, J. E., Shackman, A. J., & Pollak, S. D. (2007). Physical abuse amplifies attention to threat and increases anxiety in children. *Emotion*, 7(4), 838. <https://doi.org/10.1037/1528-3542.7.4.838>

Simon, M., Németh, N., Gálber, M., Lakner, E., Csernela, E., Tényi, T., & Czéh, B. (2019). Childhood adversity impairs theory of mind abilities in adult patients with major depressive disorder. *Frontiers in psychiatry*, 10, 867. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2019.00867>

Teicher, M. H., Anderson, C. M., & Polcari, A. (2012). Childhood maltreatment is associated with reduced volume in the hippocampal subfields CA3, dentate gyrus, and subiculum. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(9), E563-E572. <https://doi.org/10.1073/pnas.1115396109>

Tjoelker, F. M., Jeurig, H. W., Aprahamian, I., Naarding, P., Marijnissen, R. M., Hendriks, G. J., Rhebergen, D., Lugtenburg, A., Lammers, M. W., van den Brink, R. H. S. & Oude Voshaar, R. C. (2022). The impact of a history of child abuse on cognitive performance: a cross-sectional study in older patients with a depressive, anxiety, or somatic symptom disorder. *BMC geriatrics*, 22(1), 1-11. <https://doi.org/10.1186/s12877-022-03068-6>

2023

 **JII
IC
EU** Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Weissman, D. G., Lambert, H. K., Rodman, A. M., Peverill, M., Sheridan, M. A., & McLaughlin, K. A. (2020). Reduced hippocampal and amygdala volume as a mechanism underlying stress sensitization to depression following childhood trauma. *Depression and anxiety*, 37(9), 916-925. <https://doi.org/10.1002/da.23062>

191



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

OFICINA PARA ENSINO FUNDAMENTAL COMO FORMA DE COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Ana Paula Quadros Gomes¹
Beatriz Protti Christino²
Ana Clara Figueiredo Gonçalves³
Thais Corrêa Pereira Pinto⁴

Introdução

Desde 2017 O Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico combate a discriminação e intolerância frequentemente dirigidas às diversas variedades linguísticas presentes na sociedade brasileira, com o objetivo principal de conscientizar sobre direitos linguísticos, por meio de diferentes ações, oficinas e parcerias. Numa de suas frentes, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé (RJ), o Projeto atende à Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira, com quatro ações, cada uma referente a um ano de escolaridade do Ensino Fundamental II (do sexto ao nono ano, equivalentes ao 2º e 3º ciclo em Portugal).

Cada ação tem o seu respectivo professor-orientador e um monitor assessor, que guiam seu grupo de extensionistas nas atividades. Em cada grupo de extensionistas há ainda dois representantes: o Monitor, que assume o papel de relatar o processo de criação da oficina, e o Líder da Ação, que se responsabiliza pela comunicação interna da equipe. A produção de oficinas semestrais junto com a E. M. Manoel Francisco da Silveira, com o objetivo de formar a consciência sobre a riqueza da diversidade linguística desde a infância, será o tema deste relato. Tendo em vista a vasta diversidade de línguas e culturas que refletem a rica pluralidade do Brasil, o projeto conta com diversas frentes de atuação, entre as quais, nesta abordagem, privilegiaremos a citada produção de oficinas aplicadas no ensino fundamental, em parceria com a Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira, que têm como objetivo formar a consciência sobre a riqueza da diversidade linguística desde a infância. A razão para ter havido a seleção

192

¹ Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Faculdade de Letras e Artes e Museu Nacional. E-mail: anaquadrosgomes@letras.ufrj.br

² Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Faculdade de Letras e Artes e Museu Nacional. E-mail: bchristino@letras.ufrj.br

³ Graduanda em Letras - Português/Inglês pela Faculdade de Letras e Artes da UFRJ – Campus Cidade Universitária. E-mail: anaclarafigueiredo@letras.ufrj.br

⁴ Graduanda em Letras - Português/Francês pela Faculdade de Letras e Artes da UFRJ – Campus Cidade Universitária. E-mail: thais.pereira14@letras.ufrj.br



dessas oficinas deve-se ao cuidado de se utilizar nelas linguagens bem próximas às vivências dos alunos, a fim de motivá-los em suas respectivas dinâmicas.

Objetivos gerais

- Promover a valorização das diferentes variedades linguísticas presentes na sociedade brasileira.
- Desconstruir preconceitos associados à diversidade linguística.
- Fomentar a reflexão sobre o preconceito linguístico.

Metodologia

Com base no recorte já apresentado, a atuação na E. M. Manoel Francisco da Silveira tornou-se possível em razão da parceria entre o Projeto e a Secretaria de Educação e Cultura de Magé, que nos direcionou à escola. Durante a pandemia, as oficinas se realizaram no formato híbrido, isto é, os alunos estavam presentes na escola, e, devido às medidas de segurança, as oficinas de forma remota, os extensionistas reunindo-se síncrona e virtualmente com esses alunos. A partir de meados de 2022, felizmente, este cenário se alterou, e as oficinas passaram a ser realizadas de forma presencial, uma vez por semestre letivo.

Cabe ressaltar que a escola em questão é localizada na zona rural do município de Magé, uma região caracterizada por uma variedade linguística comumente desprestigiada em relação à capital Rio de Janeiro. Com base neste cenário, intensifica-se a importância da atuação do Projeto nesta comunidade linguística e torna-se clara sua relevância no que diz respeito à *educação linguística* desses falantes, aqui entendida como:

o conjunto de fatores socioculturais que, durante toda a existência de um indivíduo, lhe possibilitam adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento de/sobre sua língua materna, de/sobre outras línguas, sobre a linguagem de um modo mais geral e sobre todos os demais sistemas semióticos (Bagno; Rangel, 2005, p. 63).

Destacaremos, neste resumo, as oficinas do 7º ano realizadas no segundo semestre de 2022 e no primeiro semestre de 2023, denominadas, respectivamente, como “Dicionário Popular Mageense” e “Linguística, Música e Geografia”, que demonstram com grande clareza o objetivo do Projeto de não somente valorizar a diversidade linguística mageense, mas também todas as demais variedades linguísticas do país. Vale mencionar também que estas foram as oficinas de que as autoras participaram.

Iniciaremos pelo relato da oficina “Dicionário Popular Mageense”, realizada no segundo semestre de 2022. A Ação responsável por esta oficina se reuniu todas as terças-feiras a fim de,



com base em estratégias previamente combinadas, criar uma atividade apropriada à faixa-etária do público-alvo – alunos do Ensino Fundamental II entre 12 e 13 anos – que pudesse valorizar a identidade linguística da fala mageense. Após discussões em equipe, a atividade escolhida consistia na criação de um minidicionário em conjunto da turma do 7º ano. Esta produção visava subverter o espaço canônico – frequentemente privilegiado – de um dicionário, elaborando-o com variantes utilizadas pelos alunos, combatendo, assim, o princípio da inferioridade linguística, pelo qual “a fala de um grupo social de prestígio será considerada superior à fala de um grupo social desprestigiado na sociedade” (Othero, 2017, p. 106).

A criação deste dicionário desdobrou-se em duas etapas. Primeiramente, os alunos produziram individualmente verbetes ilustrados, que consistiam na união de expressões típicas de Magé a desenhos ou colagens, os quais deveriam explicitar seu significado. Os estudantes que optaram pela colagem fizeram-no a partir do material disponibilizado pelos extensionistas no dia da oficina que contemplava memes do personagem *flork*, muito conhecido no meio social dos alunos, o que aproximou a atividade de suas vivências e os motivou a se engajar na proposta.

A título de exemplo, esta etapa inicial contemplou o registro de formas como *caô* (referente à “enrolação” ou “mentira”), *piar* (referente à “ir aí” ou “ir à algum lugar”) e *biscoiteira* (referente à “pessoa amostrada” ou “pessoa exibida”). Em seguida, a partir da reunião dos verbetes pelos extensionistas, foi produzido o dicionário da turma, nomeado como “Dicionário Popular Mageense”. Para concretizar esse projeto foram utilizados os seguintes materiais: cartolina – para a base do dicionário –, lápis ou canetas, folhas de atividade – criadas e disponibilizadas pelos extensionistas para conter os verbetes ilustrados –, e um conjunto de imagens/memes – pré-selecionados e disponibilizados pelos extensionistas.

Seguiremos para a oficina “Linguística, Música e Geografia”, realizada no primeiro semestre de 2023. A Ação responsável pela oficina do sétimo ano propôs, logo nas primeiras discussões da equipe, uma atividade envolvendo música. Esta escolha foi motivada pela proximidade dessa expressão artística com a realidade dos alunos, além de pelo fato de a canção popular representar a diversidade linguística do país. Por meio do cancionário, portanto, seria possível identificar e associar traços característicos às diversas regiões do Brasil, numa visão diacrônica. Desse modo, a idealização da oficina explorava a diversidade linguística por meio de canções famosas brasileiras, de diversos estilos, épocas e regiões, a fim de que os alunos observassem a variação extralinguística.

O objetivo da atividade era, a partir de gravações musicais pré-selecionadas com base na representatividade de todas as regiões do país (norte, sul, sudeste, nordeste e centro-oeste - variação diatópica) e de várias épocas (variação diacrônica). Algumas letras de música carregavam aspectos gramaticais marcados. A oficina estimulava a percepção da diversidade linguística e expandia os horizontes de variantes conhecidas, a fim de verificar a avaliação social de variantes (COELHO *et al.*, 2020).

As músicas foram editadas para se obter trechos com duração entre 30 segundos e 1 minuto. Foi confeccionado um mapa do Brasil dividido em regiões, pois havia uma preocupação em lembrar noções geográficas desse ponto do país. Foram distribuídas folhas de atividades contendo o mapa do Brasil e instruções.

Foi fundamental destacar para os alunos a necessidade de identificar os aspectos linguísticos do próprio vocalista. Mesmo que uma música seja tradicionalmente associada a uma região específica, escolhemos artistas de outras partes do Brasil que fizessem covers, a fim de evitar que os alunos fossem influenciados apenas pela melodia conhecida. Em vez disso, queríamos que eles se concentrassem nas características da fala dos cantores. Isso permitiu uma análise mais atenta e aprofundada das variedades linguísticas, independentemente da origem geográfica da canção.

Para a dinâmica, foram utilizados uma caixa de som, cartolinas, folhas A4, lápis de cor e um mapa do Brasil montado em isopor. Os alunos foram distribuídos em grupos de 4 ou 5. Houve uma retomada inicial de noções de variação linguística e preconceito linguístico. Logo após os extensionistas do Projeto entregavam as folhas de atividade e começavam a tocar as músicas já pré-selecionadas. Ao ouvi-las, uma a uma, os alunos deveriam criar hipóteses sobre a região de cada cantor, com base em aspectos linguísticos marcantes em seu canto, e anotar sua origem na folha de atividades. Depois de uma discussão em grupo, o representante de cada equipe levantava uma placa, indicando a região identificada pelo seu grupo como a de pertencimento do cantor. Assim, as equipes que acertavam marcavam pontos.

Resultados

As oficinas do Projeto Ações de Combate ao Preconceito Linguístico difundem conceitos sociolinguísticos de forma lúdica e acessível, e agem em prol da resistência ao preconceito linguístico, de resiliência da autoestima linguística e do resgate do respeito e da valorização da diversidade. Ao alinhar teorias, métodos científicos, linguagem apropriada e experiência de magistério, a parceria entre o Projeto e a comunidade escolar propicia a tomada de caminhos em prol do combate ao preconceito linguístico. Após a atuação do Projeto na Escola Municipal Manoel Francisco da Silveira, os estudantes do Ensino Fundamental II passaram a se tornar mais críticos quanto ao preconceito linguístico, ganhando consciência sobre sua própria variedade linguística e adotando uma visão mais respeitosa das demais. Eles passaram a enfrentar melhor o preconceito linguístico.

Conclusão

Os graduandos atuantes nessas Ações do Projeto de Extensão Ações de Combate ao Preconceito Linguístico idealizam oficinas que não apenas combatem o preconceito linguístico,



mas também empoderaram comunidades linguisticamente desprestigiadas, contribuindo, assim, para o reconhecimento e a valorização da pluralidade linguística brasileira. Em especial, quanto à variedade mageense, sentimos resultados palpáveis, produzidos por meio dessas técnicas de valorização da identidade linguística e desconstrução de preconceções. Logo, sentimos que estamos contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade cultural e linguística.

Referências

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, p. 63-81, 2005.

COELHO, Izete Lehmkul; GORSKI, Edair Maria; DE SOUSA, Christiane Maria N.; MAY, Guilherme Henrique. *Para conhecer Sociolinguística*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2020

GOMES, A. P. Q.; CHRISTINO, B. P.; GOMES FIRMO, J. V.; ARRUDA, V. N de; CAMPOS, V. S. de A. O Projeto Ações de Combate ao Preconceito Linguístico: ressignificando as atividades de extensão em tempos da pandemia. In: CORDEIRO-OLIVEIRA, S.; BABINI, M. (org.) – *Língua(gens), embates e resistências na contemporaneidade*. – Rio Branco: Nepan Editora, 2021.

OTHERO, Gabriel de Ávila. *Mitos de Linguagem*. - 1. ed. - São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

A TRANSGRESSÃO ILIMITADA EM “OS SETE GATINHOS” (1980), DE NEVILLE D’ALMEIDA

Julia Barbara da Silva¹
Leonardo Gomes Esteves²

Introdução

Cineasta mineiro, Neville D’Almeida manifestou interesse em adaptar Nelson Rodrigues para o cinema ainda jovem. Após ler a coluna “A vida como ela é”, ele entrou em contato com o dramaturgo para concretizar seu sonho, resultando no longa “A dama do loteação”, de 1978. Sucesso instantâneo, o filme foi o primeiro a ser lançado simultaneamente em todos os estados do país, tornando-se um marco de bilheteria do cinema nacional.

Pouco depois, a dupla viria a repetir sua parceria em “Os sete gatinhos”, de 1980. Originalmente uma peça teatral, o longa acompanha o colapso gradual de uma família após a expulsão da filha mais jovem do colégio interno e seu regresso ao lar. O pai, Noronha (Lima Duarte), é uma figura carrasca e tirânica com as cinco filhas e a esposa, Aracy, que ele insiste veementemente em chamar de Gorda. As filhas, por sua vez, são o completo oposto do patriarca, levando suas vidas de maneira desregrada e inconsequente. A princípio alheio ao espectador, logo descobre-se que Noronha prostituiu as filhas mais velhas, guardando o dinheiro para montar o enxoval da mais jovem, Silene (Cristina Achê), que passa a ser aliciada por ele ao retornar para casa.

O sexo, e sua manifestação, é um elemento central da obra e, considerando o ano de lançamento do longa, em uma década na qual a hegemonia de pornochanchadas, subgênero das comédias eróticas, já estava a ruir, Neville dispôs de um alto teor erótico na construção de sua obra. Porém, a noção de erótico, comumente atrelada a ideia do pornográfico, é vasta, podendo assumir diferentes interpretações. De que modo, então, é possível caracterizá-lo?

Esse estudo, por sua vez, busca compreender o erótico, considerando o livro de Georges Bataille, *O erotismo*, de 1957, assim como as noções propostas pelo autor, sendo elas as de interditos, transgressões e, mais especificamente, a transgressão ilimitada, buscando traçar um paralelo com o longa “Os sete gatinhos” (1980), de Neville D’Almeida.

¹ Graduanda no curso de Cinema e Audiovisual; Programa Institucional de Voluntariado em Iniciação Científica (VIC); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); academicojulia@gmail.com.

² Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) e do bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); leonardogesteves@gmail.com

Objetivos gerais

- Estudar a obra “O sete gatinhos” do dramaturgo Nelson Rodrigues e sua adaptação realizada por Neville D’Almeida..
- Aprofundar reflexões conceituais sobre o erotismo.
- Analisar a adaptação de Neville D’Almeida conforme o proposto por Georges Bataille em seu texto *O erotismo*, de 1957.

Metodologia, materiais e métodos

Enquanto uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, esse trabalho orientou-se pelo método explicativo, realizando análises das diferentes obras referenciais selecionadas ainda no início do projeto, assim como aquelas escolhidas posteriormente - artigos, entrevistas, cinejornais, documentos fotográficos, dentre outros -, devido à relevância e possíveis contribuições ao tema, de que modo que se pode vislumbrar suas aplicações no cinema nacional.

Inicialmente, a pesquisa pretendia cobrir a carreira cinematográfica de Neville D’Almeida sem um recorte particular, porém, após maiores deliberações com o orientador, optou-se por direcioná-la à parceira de Neville D’Almeida e Nelson Rodrigues, famoso dramaturgo, especificamente em *Os sete gatinhos* (1980).

Resultados

Conforme proposto ainda no plano inicial, o projeto rendeu uma série de fichamentos, referentes aos textos lidos ao longo do ciclo, assim como análises fílmicas e dos originais que o inspiraram, que por sua vez, resultaram em 2 (dois) produtos. Em setembro de 2023, foram enviado dois resumos expandidos, com diferentes recortes temáticos, dentro do objeto inicial, posteriormente aprovados e aceitos para apresentações em simpósios distintos, sendo eles o JIICEU: Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária, realizado pelo Conjugare - Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura, com data prevista para 28 de novembro de 2023 e, publicação do resumo expandido para 30 de janeiro de 2024. No que diz respeito a esse primeiro resumo, ele tem como foco a análise de *Os sete gatinhos* (1980) segundo a noção de erotismo proposta por Bataille (1957) e, de que maneira a transgressão ilimitada, como posta pelo autor, pode ser vista no longa metragem.

Já o segundo, aprovado pelo 11º Seminário Internacional Cinema em Perspectiva, promovido pelo curso de Bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), assim como pelo cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Acadêmico em Cinema e Artes do Vídeo (PPG-CINEAV) e Mestrado Profissional em Artes (PPGArtes), além do Programa de

Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado em Comunicação (PPGCOM) -, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizado no dia 16 de outubro de 2023, dedicou-se a analisar *A dama do lotação* (1978) e, sua representação do erótico feminino, exemplificado na figura de Solange (Sônia Braga), de acordo com Alberoni (1986), Bataille (1957) e Gerace (2015).

Ao longo de toda duração da pesquisa, com exceção do período de férias, foram efetuadas reuniões quinzenais com o orientador, a princípio realizadas por plataformas *on-line*, conforme previsto no cronograma inicial, exposto abaixo, a fim de debater as leituras realizadas, assim como os fichamentos propostos e, outras atividades desenvolvidas, relevantes para o funcionamento pleno do projeto. Eventualmente, os encontros passaram a ser presenciais.

Conclusão

Considerando todo o curso do projeto, de sua concepção até sua conclusão, é possível afirmar que os objetivos apresentados inicialmente foram atingidos, muito além do esperado. Dentre o que fora proposto no plano de trabalho, visava-se um percurso pelo cinema nacional, assim como pela carreira de Neville D'Almeida de modo que se pudesse assimilar como a figura feminina inseria-se nesse meio, noções que nortearam todo o escopo do trabalho.

Os diferentes materiais analisados possibilitaram uma compreensão quanto ao erotismo, definição vasta que pode assumir inúmeros significados e, de que maneira este se diferencia da ideia do pornográfico, muitas vezes atribuído erroneamente a obras nacionais, como as analisadas neste projeto e, em particular, como as noções de Bataille (1957), estão presentes no longa “Os sete gatinhos” (1980). Também foi um trabalho de extrema importância para a orientanda, que adquiriu um maior senso crítico, um ritmo de produção acadêmica, devido às constantes exigências de leitura e escrita, assim como um interesse e admiração pela pesquisa.

199

Referências

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RODRIGUES, Nelson. **Os sete gatinhos**. Nova Fronteira, 2013.

Os sete gatinhos. Direção de Neville D'Almeida. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1980.

Neville D'Almeida - Cronista da Beleza e do Caos. Direção de Mario Abbade. Rio de Janeiro: Abbade Entretenimento, 2019.



LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO DE AÇÕES MUNICIPAIS EM ASSESSORIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Vitoria Gouveia dos Santos Ribeiro Machado¹
Regina Bienenstein²
Fernanda Rodrigues da Costa Frias³
Marcele Gualberto Gomes⁴
Luiza Waldmann Brasil Matias⁵

Introdução

Este texto refere-se à pesquisa “Levantamento e Diagnóstico de Ações Municipais em Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS”, viabilizada por uma parceria entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ) e a Universidade Federal Fluminense/Pró-Reitoria de Extensão/Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/PROEX/UFF), tendo como recorte territorial quatro municípios da Região Leste Fluminense, estado do Rio de Janeiro: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá (Figura 1) e como recorte temporal, o ano de 2008 (aprovação da Lei Federal de ATHIS, Lei nº 11.888). Nela foram identificadas e analisadas ações de ATHIS, obstáculos e dificuldades enfrentadas e potencialidades para sua transformação em política pública.

200

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF); Pesquisadora Voluntária do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: vitoriagouveia@id.uff.br

² Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: bienenstein_regina@id.uff.br

³ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF); Pesquisadora Voluntária do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: fcostafrias@gmail.com

⁴ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (EAU/UFF). E-mail: mgualberto@id.uff.br

⁵ Mestranda no Mestrado Bolonha em Ordenamento do Território e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. E-mail: luiza.matias@edu.ulisboa.pt





Figura 1 – Localização (1) Maricá, (2) Itaboraí, (3) São Gonçalo e (4) Niterói, inseridos no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Autoras, 2022.

A importância da assessoria técnica gratuita decorre das características da urbanização brasileira, seletiva e segregada, onde a classe trabalhadora, submetida a salários que não cobrem a reprodução de sua força de trabalho, inclusive a moradia, e frente a um mercado imobiliário elitizado e à inoperância do Estado, se vê obrigada a buscar suas próprias soluções, ocupando espaços relegados pelo capital imobiliário, marcados pela insalubridade e precarização. Nesse cenário, como fruto da luta popular pelo direito à terra e à moradia, foi aprovada em 2008 a Lei Federal nº 11.888. Com texto sucinto e genérico, a lei possibilita diversas interpretações, não especificando se a atividade deve envolver equipe interdisciplinar e as condições para o desenvolvimento das ações.

201

Objetivos

- Aprofundar a reflexão sobre ATHIS, tema presente na pauta de gestores, universidades, ONGs, entidades de arquitetos e urbanistas e movimentos sociais;
- Identificar e classificar, nos quatro municípios apontados, os atores com alguma atuação em assessoria técnica, os obstáculos e dificuldades enfrentadas e potencialidades para seu desenvolvimento;
- Contribuir para que prefeituras incorporem instrumentos de assessoria técnica como política pública para habitação de interesse social.



Metodologia, materiais e métodos

Na análise, assume-se que a moradia não se restringe a uma casa, mas ela é parte da questão urbana e é direito de todo cidadão. Assim, experiências restritas a melhorias das unidades habitacionais, apesar de relevante, são insuficientes para resolver problemas como segregação e precariedade do assentamento (ausência de serviços e infraestrutura, situações de risco, entre outras questões) (BIENENSTEIN et al, 2019; FERNANDES, 2014), além do risco de consolidarem algumas dessas situações-problema (BIENENSTEIN, 2014). Já a AT voltada para o assentamento permite tratar dos espaços públicos e privados, regularização urbanística e fundiária, condições ambientais, além de oferecer subsídios para a luta contra despejos ou ações de remoção forçada (BIENENSTEIN, 2014, 2019).

A AT, seja individual ou coletiva, pode resultar da demanda da comunidade ou da ação do poder público, mas em ambos os casos, sua implementação não está garantida (BIENENSTEIN, 2001, p. 436-445), pois frequentemente, a verba disponível está restrita à elaboração das propostas, sem previsão orçamentária para sua execução ou mesmo, as prioridades da gestão pública podem mudar e os projetos elaborados serem abandonados (BIENENSTEIN, 2008). Claro está que, quando a AT é solicitada pela comunidade, representando mais que uma “mercadoria técnica”, o exercício de um planejamento politizado, participativo e insurgente, a dificuldade de implementar o projeto poderá ser ainda maior, visto que as demandas da população podem não coincidir com as intenções ou prioridade do poder local (BIENENSTEIN, 2019).

Por outro lado, quando o agente executor da ação é o setor privado ou uma ONG, é prazos e demandas são definidos por aquele que financia a ação, o que pode não coincidir com os pleitos da comunidade e provavelmente não se constituirá numa ação transformadora que considere luta política pela emancipação e o direito à cidade.

Quando desenvolvida pela universidade pública, como extensão universitária, dado seu caráter autônomo, público e socialmente referenciado, a AT pode representar suporte técnico a moradores de áreas populares, mesmo quando suas demandas não coincidem com as intenções do gestor público, além de permitir o exercício de um planejamento construído coletivamente, colaborando para a emancipação dos moradores e, ao agregar estudantes de diferentes áreas do conhecimento, promove a qualificação de futuros profissionais para atender as demandas da cidade real e não somente do mercado imobiliário.

Por fim, deve ser apontado que, para viabilizar o tratamento da moradia conforme adotado na pesquisa, a equipe de AT deve ser interdisciplinar e incluir, além de arquitetos e engenheiros, assistentes sociais, advogados e geógrafos, entre outras.

A pesquisa foi realizada em fontes secundárias e na disciplina do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Curso de Extensão “Seminário sobre ATHIS – Um balanço necessário”, do NEPHU/PROEX/UFF e PPGAU-UFF, coordenado por Regina Bienenstein

(2021), além de entrevistas com arquitetos e urbanistas das equipes de ATHIS e lideranças de áreas objeto das ações de assessoria.

Foram identificados dez grupos técnicos que desenvolveram ações diversas nos municípios estudados e levantados dados como: (i) equipe responsável, (ii) município onde foi desenvolvida, (iii) duração, (iv) natureza, (v) abrangência, (vi) financiamento, (vii) origem da solicitação, (viii) participação da população e (ix) aspectos positivos e aspectos negativos.

Resultados

Maricá, com população de 197.300 habitantes (2010), ocupava 6º lugar no estado do Rio de Janeiro em termos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e apresentava, em 2020, um PIB per capita de R\$216.519,52, o maior dentre os municípios aqui estudados (IBGE). Em 2009, possuía Conselho Municipal de Habitação, Fundo Municipal de Habitação e Plano Diretor Municipal, ano em que foi criada a Subsecretaria de Habitação, transformada, posteriormente (2017), em Secretaria de Habitação e Assentamentos Humanos. Em 2010, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) da cidade identificou 31 assentamentos precários (AP), um déficit habitacional de 2.714 unidades habitacionais e 34.649 domicílios em situação de inadequação e semi-adequação.

Itaboraí tem 224.267 habitantes, IDHM de 0,693, PIB per capita do município de R\$20.484,24 (IBGE) e sua economia está baseada na manufatura cerâmica, apicultura, fruticultura, pecuária extensiva, comércio e serviços. O município dispõe de Secretaria de Habitação e Serviços Sociais (criada em 2005), Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (2007) e, entre 2007 e 2008, foi elaborado o Levantamento das Subnormalidades Municipais, financiado pelo Ministério das Cidades e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2011, existiam 11.665 domicílios, distribuídos em 26 AP (BIENENSTEIN *et al*, 2013).

São Gonçalo tem população total de 896.744 habitantes e IDHM de 0,739, 14º mais alto do estado. Seu PIB per capita é de R\$16.916,33 (IBGE), o menor entre os quatro municípios estudados. Em 2007, foi criada a Subsecretaria Municipal de Habitação de São Gonçalo da Secretaria de Urbanismo que se tornou, em 2013, Secretaria Adjunta da Secretaria de Assistência Social e, em 2016, recuperou sua posição de Secretaria. O Fundo de Habitação de Interesse Social, criado em 2009, permaneceu inativo até 2021. Quanto aos assentamentos precários, em 2009, o município de São Gonçalo possuía 74 APs.

O município de Niterói possui 481.758 moradores e um IDHM de 0,837, o mais alto do estado e sétimo do país. O PIB per capita é de R\$79.464,67 (IBGE) e sua economia está concentrada no setor terciário. Em fevereiro de 2003, foi criada a Subsecretaria de Habitação como parte da Secretaria de Urbanismo, transformada, em 2009, em Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária. Em 2004, foi criado o Fundo Municipal de Urbanização, Habitação e Regularização Fundiária - FUHAB e o Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR

e, em 2021, foi desenvolvido o Plano Municipal de Regularização Fundiária da cidade que identificou que 36,9% da população vive em 206 AP.

Nesse contexto, foram identificadas 31 ações de ATHIS, realizadas por 10 equipes de trabalho e distribuídas nos quatro municípios. Em sua maioria, as equipes eram formadas por profissionais de diversas áreas, atuando de forma interdisciplinar nas comunidades, não se restringindo às áreas de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia, conforme menciona a Lei nº 11.888, mas compreendendo Serviço Social, Geografia, Comunicação Social, entre outras. Apenas nos escritórios modelo das universidades Unilasalle e Estácio, as equipes eram formadas apenas por profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo.

Observando a quantidade de ações por município, temos em primeiro lugar Niterói, com 17 ações, seguido por Maricá e São Gonçalo, ambos com 6 ações cada e Itaboraí com apenas duas ações.

Predominam as ações de urbanização, com 15 casos, seguidas por 12 ações de melhoria habitacional, 10 de regularização fundiária, 8 de assessoria em processo de luta e três de produção habitacional, considerando que algumas ações possuem mais de uma natureza. A maioria dos casos é de abrangência coletiva, isto é, trata do assentamento, mesmo naqueles casos em que o processo de titulação é individual. Apenas dois casos tiveram foco apenas na unidade habitacional.

Com relação ao financiamento das ações, 13 delas foram desenvolvidas sem qualquer aporte de recursos, isto é, foram realizadas por equipes voluntárias e também não tiveram fundos para sua implantação. Dentre as ações remuneradas, as fontes de financiamento foram o governo municipal, o governo federal ou cooperações de origem privada e bolsas de extensão.

Quanto à origem da ação, a grande maioria teve como solicitante a própria população, e apenas em um pequeno número, a solicitação partiu do governo municipal, universidades e outros órgãos públicos.

Na maioria dos casos, as ações foram desenvolvidas por meio de processos participativos, com diálogo entre a equipe técnica e os moradores, através de assembleias e discussão coletiva das propostas.

Com relação à avaliação das dificuldades e entraves enfrentados, as equipes entrevistadas apontaram uma variedade de bons exemplos, mas também de problemas. Destacaram como aspectos positivos das experiências, a participação das famílias nos processos, a mobilização e o interesse de universidades nesse tipo de experiência e, em alguns casos, o próprio apoio do poder público.

Como problemas, foram relatados com frequência a falta de apoio municipal e de recursos financeiros, a interrupção de processos, a desmobilização da população e a presença do narcotráfico e da milícia.

Conclusões

A pesquisa apontou os grandes desafios a serem ainda enfrentados para a implantação da ATHIS em Maricá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói, enquanto política pública, já que três dos municípios não tem política habitacional e nenhum sequer regulamentou a Lei nº 11.888. Na verdade, os projetos habitacionais aparecem desconexos e pontuais. Por outro lado, a descontinuidade administrativa, processos burocráticos confusos e o tratamento da questão habitacional por mais de uma secretaria aparecem como fatores que colaboram para a interrupção e desarticulação das ações e que obstaculizam a conclusão dos projetos. Existem ainda obstáculos a serem ultrapassados com respeito à gestão democrática da cidade, incluindo a participação popular efetiva nos projetos habitacionais, dificultando o acesso das classes populares ao direito à ATHIS, à moradia e à cidade (BIENENSTEIN, 2001).

Em relação aos casos de ATHIS apresentados, as ações desenvolvidas demonstraram a importância das universidades, especialmente da universidade pública. Considerando que algumas ações partem de movimentos insurgentes, a universidade pública atua como ator independente que pode apoiar e fornecer instrumental técnico em respaldo à população em suas lutas.

Em relação aos fatores considerados, a participação da população, a organização e maior conscientização dos moradores sobre seus próprios direitos aparecem em destaque no desenvolvimento das experiências aqui retratadas. Outro aspecto importante foi o reconhecimento da relevância do conhecimento dos moradores a respeito de seu território e o cuidado com a linguagem usada por técnicos para viabilizar um verdadeiro processo dialogal entre equipe de ATHIS e a comunidade.

A pesquisa também apontou a importância do protagonismo popular na luta pelo direito à cidade, com a formação de sujeitos ativos que busquem ações que assegurem o acesso coletivo ao direito à moradia e a cidade, incluindo a garantia plena à regularização fundiária e urbanística.

Referências

BIENENSTEIN, Regina. Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP. 2001.

BIENENSTEIN, Regina et al. AUTONOMIA, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO: CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. Contribuições para extensão universitária socialmente referenciada. Anais XVIII ENANPUR, maio 2019.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



GUALBERTO, Marcele; BIENENSTEIN, Glauco; SOUSA, Daniel. Notas sobre os investimentos do poder público e os conflitos por moradia em Niterói no período de 2018 a 2021. Niterói. Semana de Extensão UFF, 2021.

206



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

LETRAMENTO HISTÓRICO: RELEITURAS A PARTIR DO NEGRO MURO – LEI 11645 (QUINZE ANOS)

Giovanni Codeça da Silva¹
 Fernanda Paschoal Xavier²
 Renato Souza Araújo³
 Pedro Henrique Ximenes Marinho⁴
 Giovanna Ribeiro Macrini Reis⁵

Introdução

O projeto de extensão “Letramento histórico: releituras a partir do negro muro – Lei 11645” é o resultado de uma série de iniciativas do Curso de Licenciatura em História da Universidade Veiga de Almeida que envolveram o ensino, a pesquisa e a extensão num diálogo constante com os licenciandos, a comunidade do entorno e as diferentes esferas governamentais que atuam na cidade do Rio de Janeiro. Este projeto está em andamento e apresentamos aqui, na Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária - 2023, uma parte dos resultados que já receberam tratamento científico, e entraram na cadeia crítico-reflexiva educacional.

Em 2016, após análise do Colegiado de Curso de História (CCH) e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) percebemos uma deficiência na formação dos licenciandos em relação as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tratam da história e cultura africana, afrodiáspórica e ameríndia. Bem como, uma ausência de metodologias ativas voltadas à escuta, à ludicidade e a construção da identidade a partir do diálogo com o “Outro”. Ao mesmo tempo havia uma demanda da sociedade civil (comunidade escolar) e da sociedade política (secretaria de educação municipal e estadual), para a realização de ações a partir de suas necessidades – em especial após a Pandemia de Covid-19 o recrudescimento das relações entre os alunos (étnico/racial) e das famílias com as Escolas.

207

¹ Doutor em Letras Neolatinas. Professor da Universidade Veiga de Almeida e da Seeduc-RJ. Coordenador de área do PIBID-CAPES de História. Email codecasilva@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7481630095506400>

² Graduada em Pedagogia e Letras. Professora da SME-RJ. Supervisora do PIBID-CAPES de História. Email fepaschoal@yahoo.com.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2007210319358632>

³ Licenciando do Curso de História da UVA. Voluntário. Email renato.araujomv@gmail.com ; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6868092236988083>

⁴ Licenciando do Curso de História da UVA. Bolsista do PIBID-CAPES de História. Email pedroximenes550@gmail.com ; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1534142733440063>

⁵ Licenciando do Curso de História da UVA. Bolsista do PIBID-CAPES de História. Email inircam.gio@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0697957525326538>



Neste sentido alinhamos o trabalho de formação dos licenciandos do curso a essas demandas sociais tendo como alicerce a consciência do racismo estrutural, da necessidade de conectar território-ancestralidade e buscando num horizonte próximo dialogar com a “Agenda 2030” da Organização das Nações Unidas (ONU) – em especial com os “Objetivos”: 03 (saúde e bem-estar), 04 (educação de qualidade), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (paz, justiça e instituições eficazes) do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Objetivos Gerais

Primeiro objetivo do projeto “Letramento histórico: releituras a partir do negro muro – Lei11645” foi propiciar aos licenciandos do Curso de História uma formação técnica em educação antirracista que envolvesse o uso de pesquisas anteriores, o ensino de metodologias ativas e makers, e a extensão junto à comunidade;

Segundo objetivo do projeto foi atender a solicitação da comunidade do entorno da UVA compreendendo que este deva ser o papel de uma Instituição de Ensino que se propõe a realizar uma atividade extensionista, ou seja, ouvir suas demandas, construir em conjunto um projeto de ação, colocar este projeto em prática, e avaliar seus resultados;

Terceiro objetivo proposto foi propiciar aos licenciandos e a comunidade envolvida a vivência de ouvir, conhecer e se reencontrar com seu território (cidade) e seus ancestrais (mulheres e homens negros) que fizeram e fazem parte da sociedade brasileira através do trabalho realizado pelo “Negro Muro”.

Metodologia

O projeto de extensão “Letramento histórico: releituras a partir do negro muro – Lei11645” fruto do diálogo Universidade-Comunidade-Sociedade Política através do ensino, pesquisa e extensão foi produzido a partir do uso de diversas metodologias ao longo de sua maturação. Iniciamos pelo método que pautou a transformação da matriz curricular – o “método de aprender” de Paulo Freire. Isto significa que antes de planejar o ensino se faz necessário três etapas anteriores, como uma preparação para a ação: primeiro é preciso conhecer a realidade com a qual se quer dialogar; segundo é preciso investigar a materialidade histórica dos problemas conhecidos através da realidade; terceiro escutar aqueles com quem irá estabelecer a interação. Neste sentido os discentes bolsistas que participaram do PIBID-CAPES 2020/2022 realizaram atividades extensionistas junto a comunidade e a Escola Municipal Azevedo Sodré, situada no bairro do Rio Comprido, na cidade do Rio de Janeiro – Brasil. Essas atividades permitiram o estreitamento dos laços e produziram uma cooperação técnica que abrangeu a análise do contexto social, a investigação dos desafios enfrentados, a escuta dos anseios da comunidade escolar e a partir de seus relatórios foi possível planejar ações que envolveram: a elaboração de um novo projeto para o PIBID-CAPES 2022-2024 voltado para o letramento histórico;

replanejamento da formação dos licenciandos nas disciplinas makers ampliando o foco das ODS, e a busca por um diálogo maior com uma educação que partisse da realidade da comunidade, optando assim por espaços não escolares e materiais didáticos não convencionais. Assim despontou como tema gerador o preconceito e o racismo relacionados a cor da pele – incluindo ofensas diretas. Neste aspecto vale pontuar que esta não era uma temática relevante em 2019, antes da Pandemia de Covid-19. Podemos afirmar com total segurança que a comunidade possuía um grande engajamento nas atividades promovidas pela Escola e as questões que poderiam surgir relacionadas a algum tipo de preconceito como etnia/raça e gênero/sexualidade passavam ao largo. Os relatórios dos estagiários da disciplina de Estágio Supervisionado de 2018 e 2019 não deixavam dúvidas, pois atividades como: “brinquedo de menina ou de menino?” e “qual tom da sua pele?” eram realizadas com total participação e sem nenhuma ressalva por parte da comunidade.

Porém, desde o retorno à presencialidade no pós-Covid, diversos enfrentamentos, xingamentos e agressões passaram a ser vivenciadas entre os alunos e na relação docentes e comunidade. Foi a partir destes casos que a comunidade escolar procurou a UVA com esta demanda solicitando acolhimento e orientação de como enfrentar estas questões. Nasceu assim o projeto do PIBID-CAPES com foco no letramento histórico, sendo solicitado ao Ministério da Educação que pudéssemos ter um núcleo na educação fundamental I, por compreendermos a necessidade de participarmos desta ação e ao mesmo tempo formar nossos licenciandos para esta realidade brasileira – o racismo. Racismo este compreendido em suas duas nuanças: estrutural (SILVIO ALMEIDA) e institucional (Muniz SODRÉ). Após a aprovação da CAPES com a submissão do projeto passamos a segunda etapa e uma nova metodologia.

Na segunda etapa foi necessário capacitar os discentes do curso de História, para além exclusivamente dos pibidianos, na educação antirracista e nas metodologias ativas que promovessem o trabalho lúdico, a empatia e as habilidades socioemocionais. Assim retomamos a ontologia freiriana na qual o ser humano é um ser em construção. Um SER-mais que envolvido no processo educativo associa o aprender, o conhecer e o ensinar, sempre de forma dialógica e intersubjetiva. Neste sentido o silêncio para a escuta é fundamental, pois ensinar silenciando permite criar o espaço para o diálogo, e assim o que aprende, não silenciado, pode verbalizar o que sabe. Construir sobre o conhecimento de quem aprende é valorizar seus saberes – só possível aprendendo a escutar. Para tal promovemos rodas de escuta e fala entre os licenciandos como uma clínica de desintoxicação da fala e promoção da escuta através de outros mecanismos de promoção da linguagem – o tato, o abraço e o olhar.

O passo seguinte foi trabalhar, ainda como clínica, textos não literários como gatilhos para promoção do letramento objetivando refletir a sua função crítica na mediação do conhecimento. Neste ponto utilizamos diversos materiais – multimodalidades – quase sempre propostos pela comunidade, e foi a arte produzida pelo Negro Muro que significou mais no diálogo com a Lei 11.645, abrindo a possibilidade de atuarmos a partir da relação território e ancestralidade. Assim

foi pensado e ensaiado a leitura de painéis realizados pelo “Negro Muro” que pudessem significar para os alunos, sendo uma porta de entrada para uma educação antirracista.

Resultados

O grupo inicial de licenciandos foi formado por setenta e três discentes da UVA e três discentes oriundos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Estes discentes se voluntariaram a participar do projeto de formação que passaram a ocorrer no contraturno alternando atividades presenciais e virtualizadas (síncronas). Alguns licenciandos desistiram após as três primeiras semanas de formação, neste ponto foi possível perceber que o fator determinante para a desistência estava ligado ao nítido desconforto com a temática.

Após o primeiro mês de formação teórica onde alguns conceitos ligados ao letramento histórico antirracista fizeram parte da formação: ancestralidade, comunidade, saberes, oralidade, memória, corpo, música, comida, baobá, escravização, afrodíspora, território, racismo, racismo estrutura, branquitude, privilégio, preconceito e discriminação. Passamos a trabalhar as metodologias da escuta, do afeto, da relação do Outro e do Eu. Bem como os letramentos múltiplos utilizando: Revistas digitais (“Os Santos” e “Confinada”); Sambas raiz e de enredo; Filmes (“Casa de antiguidades”, “Pantera Negra”, “Fahrenheit 451”, “Estrelas além do tempo” e “Infiltrado na Klan”); Séries (“Cara gente branca” e “Brooklyn 99”); Instituições (“Museu do Samba”, Jongo da Serrinha”, “Quadra das Escolas de Samba – Estácio, Portela e Império Serrano com o Encontro de Bandeiras” -, Instituto dos Pretos Novos (IPN), e Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira); Documentário “A última abolição”; o Circuito Pequena África: exclusão e resistência; e os muros produzidos pejo Negro Muro n território da cidade do Rio de Janeiro.

Foram formados ao final dos quatro meses de imersão quarenta e dois (42) licenciandos e destes trinta e oito (38) estudantes participaram de ações extensionistas com a comunidade carioca. Territorialmente o projeto foi além do espaço previsto se expandindo com ações para outras regiões da cidade: Santa Cruz e Campo Grande (Zona Oeste), Bonsucesso e Ramos (Zona da Leopoldina/Zona Norte) e para outros municípios do Estado do Rio de Janeiro como Caxias, Magé, Niterói, Belford Roxo, Angra dos Reis e Maricá. Totalizando mais de nove (9) mil crianças, adolescentes, jovens e adultos em contato com o projeto extensionista. Especificamente o braço Letramento histórico: releituras a partir do negro muro – Lei 11.645 (quinze anos) dialogou com um público de trezentas e oitenta (380) pessoas.

Conclusão

O projeto de extensão Letramento Histórico: releituras a partir do Negro Muro – Lei 11.645 (quinze anos) foi um somatório de esforços que teve início no trabalho realizado pelos artistas

e parceiros que compõe o Negro Muro (@negromuro), destacamos @cazeartes e @rajaio.pedro, que espalham pelos muros das ruas da cidade do Rio de Janeiro a arte do grafite, representando personalidades negras, associando-as ao seu território de pertencimento. A partir deste trabalho o curso de Licenciatura em História da UVA, em parceria com curso de Pedagogia e Letras, organizou a formação dos licenciandos (discentes de Iniciação científica, Extensão, PIBID e Residência pedagógica da CAPES e voluntários) em letramento histórico na perspectiva da Lei 11645 de 2009 (que completa quinze anos de existência em 2023). A formação se deu com foco na Educação Antirracista e nesta ação em específico, envolveu as personalidades retratadas pelo Negro Muro, o processo de adaptação da arte grafitada para as letras, e a ludicidade da contação de histórias, somado as imagens dos muros (reproduzidos em escala menor) permitiram realizar o letramento antirracista. As histórias foram levadas aos espaços públicos, de escolas e colégios municipais e estaduais onde o projeto de extensão se concretizou. Neste processo contamos om apoio da empresa @artedaterra que forneceu os tapetes (colocados no chão e sobre os quais as histórias eram contadas) acolhendo o público. Dessa forma, os objetivos traçados, as estratégias e o desenvolvimento das ações permitiram que as vivências de letramento histórico antirracista ocorressem trabalhando no diálogo com a comunidade os conceitos de identidade, ancestralidade, sabedoria, representatividade e valorização da história e da cultura afro-brasileira.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. O que é o racismo estrutural? São Paulo: Letramento, 2018.
- BENTO, Cida. Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação: Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018
- CARINE, Bárbara. Como ser um educador antirracista: para familiares e educadores. São Paulo: Planeta, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2023
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019
- RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

2023

 **JI
IC
EU** Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. Paraná: Parábola, 2009

SANTOS. Hélio. A resistência negra ao projeto de exclusão racial. São Paulo: Jandaira, 2023

SODRÉ, Muniz. O fascismo da cor. Uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

212



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

MAPEAMENTO DOS SABERES E FAZERES DAS MULHERES- ERVEIRAS NO TERRITÓRIO DA GRANDE TIJUCA – RJ

Giovanni Codeça da Silva¹
 Silvana Batista Silva²
 Beatriz Feliz Ferreira³
 Bruna Barroso Nogueira⁴
 Júlia C C Starling⁵

Introdução

Esta pesquisa se encontra em andamento e buscamos apresentar os primeiros resultados que expressam o registro das vozes femininas e a disposição territorial de seus ofícios de sobrevivência e/ou fé através de suas bancas nas feiras públicas no território da grande Tijuca, bairro da cidade do Rio de Janeiro. A história das feiras públicas, no Brasil, está muito mais associada as vivências afrodiáspóricas dos povos africanos com as *kitandas* e a experiência comercial lusitana que chega ao Brasil através do colonialismo português. Embora ocorressem escambo, trocas e outras formas de interação entre os povos originários que habitavam as terras que hoje formam o Brasil, não havia praças de mercado com a finalidade de entreposto para as transações de produtos (Selma PANTOJA, 2004).

Data de 1548 o vestígio mais antigo que se refere a regulamentação de feiras no Brasil – regimento que Dom João III enviou a Tomé de Sousa determinando a periodicidade mínima para realização de feiras e seu ordenamento (AHU, 1548). Assim, a regulamentação aponta para a existência de uma atividade que ocorria em terras coloniais e sobre a qual a Coroa Portuguesa buscava regulamentar. Nota-se, pela data, que se tratava de uma tentativa de regular a experiência lusitana que estava sendo reproduzida na colônia. Porém, com o sequestro e a

213

¹ Doutor em Letras Neolatinas. Professor da Universidade Veiga de Almeida e da Seeduc-RJ. Coordenador de área do PIBID-CAPES de História. Email codecasilva@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7481630095506400>

² Graduanda em Matemática – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Voluntária Email silcherye@gmail.com ; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5427462967444910>

³ Licencianda do Curso de História da UVA. Bolsista do PIBID-CAPES de História. Email bibifeliz17@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744015235948545>

⁴ Licenciando do Curso de História da UVA. Bolsista do PIBID-CAPES de História. Email brunabnog@gmail.com Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2817556748716513>

⁵ Estudante secundarista do Curso Técnico de Farmácia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Voluntária. Email inircam.gio@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0697957525326538>



escravização de milhares de africanos de diferentes povos, a prática das feiras passou a adotar a dinâmica mais próxima das *kitandas* africanas. Em pouco tempo as feiras se tornaram a principal forma de aquisição de produtos, principalmente gêneros alimentícios, no Brasil colônia/império. Também se tornou um dos principais meios de resistência e sobrevivência para mulheres que enfrentavam à escravidão, à pobreza, à discriminação, sendo constituído majoritariamente por mulheres negras, denominadas como quitadeiras, baianas, ganhadeiras ou negras de tabuleiro.

Na cidade do Rio de Janeiro as feiras ganharam uma nova configuração no início do século XX, mais precisamente a 1904, quando foram criadas as feiras livres a partir do decreto 997, como resultado do processo de “europeização” da capital do País sob o discurso e as ações modernizante praticadas na reforma Pereira Passos que objetivavam disciplinar o espaço público (Jaime BENCHIMO, 1953). Processo que implementou práticas políticas higienistas (e muitas vezes eugenistas) contando com intervenções violentas sobre espaços, edificações e pessoas, reordenando a sociabilidade através das transformações do cotidiano (Margareth RAGO, 1985).

As feiras livres na cidade do Rio de Janeiro possuem este histórico e passaram a servir de modelo para o ordenamento social e urbano de outras feiras livres no Brasil. Porém, mantiveram ao longo dos anos algumas características de um passado anterior inclusive ao decreto – que remete as *kitandas* ou as feiras africanas – principalmente em relação ao varejismo, as práticas sociais e os produtos comercializados, como apontam as representações imagéticas produzidas por Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, ou as palavras de João do Rio e Luís Edmundo, ao retratarem o cotidiano da vida na capital do País.

A existência das feiras livres, e a atuação em especial das mulheres, contribuiu de forma decisiva na diminuição dos problemas relacionados ao abastecimento de gêneros na cidade. Em paralelo, ou complementar a estas atividades, as feiras também ofertavam ervas e plantas para cura do corpo e da alma. E em se tratando de cura, e das práticas do curar, os saberes sobre as ervas e plantas, e as sabenças sociais dos povos tradicionais e afrodiaspóricos eram de domínio majoritariamente femininos. Essas mulheres dividiam o campo da saúde com os cirurgiões-barbeiros, os sangradores, os boticários, os curandeiros (todos quase sempre do gênero masculino) e uns poucos médicos regulamentados (quase todos de pele branca e do gênero masculino). As práticas femininas, e as masculinas exercidas por negros, logo foram escanteadas dos registros oficiais (os tratados e compêndios da área da saúde ou mesmo da historiografia). Mas, práticas e os saberes resistiram na sabedoria e nos usos populares, desvelados nos poucos registros realizados por Alceu Maynard de Araújo (1977) e Roger Bastide (1971).

No Brasil, após o início do período de redemocratização (pós-1979) um movimento tímido começou a ocorrer para valorização de outros saberes na Academia. Os documentos e a história oficial fragilizados pelo período de ditadura militar, e a virada no paradigma das fontes com a pressão cada vez maior das “vozes subalternas”, pressionou a investigação a se debruçar sobre

os saberes tradicionais. Neste sentido as “práticas de cura” e os “saberes alternativos” ganharam espaço e se materializaram em trabalhos como o de Bethânia Figueiredo (2002) e Tânia Pimenta (1997). Este movimento foi intensificado quando diversos institutos de pesquisa, entre eles a FIOCRUZ, passaram a mapear e realizar estudos sobre as plantas medicinais – ArticulaFito. Assim, o conhecimento tradicional sobre ervas e plantas conquistou espaço na Academia, porém a(s) atividade(s) realizada(s) por mulheres-erвейras ainda segue pouco valorizada, e muitas vezes marginalizada, em nossa sociedade.

O interesse pela temática foi o resultado da confluência de dois olhares: o primeiro da observação da prática de uma mulheres-erвейras durante a coleta de matéria-prima na região limítrofe entre a comunidade da Borda do Mato e a reserva florestal do Grajaú (RJ); e o segundo a partir de uma reportagem assistida na televisão sobre o estudo de ervas realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). A confluência destes olhares despertou o interesse investigativo sobre as mulheres que trabalham em feiras livres comercializando e ensinando sobre ervas, a partir de sua sabedoria e suas sabenças, dominam as propriedades terapêuticas e medicinais destas ervas e plantas. Assim, o primeiro passo foi definir qual seria o recorte no universo de mulheres que trabalham com ervas, e optamos por realizar uma cartografia social do bairro da Grande Tijuca, em virtude da observação primária que motivou a pesquisa.

Objetivos Gerais

Primeiro (re)conhecer os saberes (conhecer/fazer) das mulheres-erвейras que atuam em feiras livres no território da Grande Tijuca, bairro da cidade do Rio de Janeiro (BRA).

Segundo mapear territorialmente suas práticas, ou seja, em seu local de trabalho ampliado, uma vez que a dimensão trabalho-casa não seja capaz de contemplar a ação de muitas dessas mulheres.

Terceiro objetivo compreender como os saberes são transmitidos e se (re)constituem como ofício de sobrevivência e/ou de fé.

Metodologia

Para realizar o mapeamento optamos por uma cartografia social pois sua utilização como método permite a ressignificação das categorias e conceitos de território, saber, conhecimento, ciência, fé, filosofia e trabalho. Assim, categorias e conceitos já consolidados e disseminados na sociedade podem ser vivenciados a partir de singularidades emergentes a partir da realidade mapeada. A cartografia social flexibiliza a relação entre o conhecimento (ciência) e a sabedoria (a vivência prática) através de uma escuta mais ampla que abarca as representações da realidade formuladas pelas mulheres-erвейras. O mapeamento nos permitiu localizar territorialmente os espaços de exercício de suas atividades profissionais. A partir daí suas vozes começaram a

indicar que a sabedoria sobre as ervas poderia estar associada as suas sabenças, constituindo e constituídas, de forma indissociável. Essa forja constitui-se como parte essência de suas identidades – ontologia do ser social (György LUKÁCS, 2012) – e assim, essas mulheres se fazem produtoras de visões de mundo.

Outra metodologia que utilizamos na pesquisa é a de campo exploratória qualitativa como definida por Mariana Marconi e Eva Lakatos (MARCONI e LAKATOS, 2002) pois através da investigação do campo acreditamos que seja possível observar e relacionar as dinâmicas entre a aquisição da matéria-prima, a comercialização das ervas nas feiras livres, a história da ocupação destes territórios e os saberes destas mulheres (Cecília MINAYO, 1994). O passo metodológico seguinte foi a realização de entrevistas semiestruturadas individuais – com o cuidado de solicitar autorização e realizar o preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) garantido que a coleta de informações e imagens seria consentida e com caráter acadêmico – desta forma foi possível iniciar a compreensão de como estas mulheres-erveiras utilizam-se de sua sabedoria e sua visão de mundo (Cristiane DUARTE, 1998) para além dos espaços profissionais.

Resultados

Os resultados que apresentamos aqui são iniciais e buscam alicerçar a compreensão da ontologia social das mulheres-erveiras – ontologia que engloba seus saberes e suas sabenças, bem como, suas práticas sociais e visões de mundo. Ao mapearmos as atividades das ervaíras nas feiras livres da Grande Tijuca registramos vinte e uma feiras, distribuídas ao longo dos sete dias da semana nas seguintes microrregiões: Catumbi; Grajaú; Estácio; Rio Comprido; Tijuca; e Vila Isabel. Neste território identificamos trinta e seis comerciantes de ervas em atividade, sendo, vinte e sete mulheres e nove homens. Embora a atividade seja majoritariamente feminina, não é raro encontrar homens na mercancia de ervas e plantas, mas geralmente quando isto ocorre, quase sempre é possível classificá-los em dois grupos bem definidos: aqueles que herdaram a banca da mãe/avó (quase sempre jovens entre os 25 e os 35 anos de idade), e aqueles que fizeram a vida no comércio de ervas e plantas (quase sempre mais velhos, com idades entre os 60 e os 70 anos).

O fator idade é um dos primeiros resultados que revela algumas especificidades do ofício. As bancas são majoritariamente de propriedade de senhoras acima dos 50 anos de idade – a proprietária com idade mais avançada possui 86 anos nessa região. Ao serem indagadas sobre esse fato a resposta de aproximadamente 90% delas envolveu a falta de vontade das mais jovens em aprender o ofício. O motivo dessa falta de vontade se dividiu entre: o tempo de dedicação na aquisição do conhecimento e o retorno financeiro que conseguem auferir (em média R\$600,00 para as que diversificam sua mercancia com verduras e outros serviços; e em média R\$300,00 para as que comercializam apenas ervas e plantas). As mulheres mais jovens, mapeadas

nestas feiras, herdaram recentemente as bancas após o falecimento de suas mães ou avós em decorrência da pandemia de Covid-19. Esta transição de propriedade da banca também ocorreu entre as mais velhas, num número menor de casos, e tendo como herdeiras, geralmente, as irmãs mais jovens. As dificuldades de manutenção da atividade com a passagem da banca para as filhas e netas demonstra que este é um saber que vive a crise do tempo presente e busca resistir talvez motivado por outros fatores que o avanço da pesquisa poderá nos apresentar.

Conclusão

Este texto apresenta os resultados iniciais sobre os saberes (conhecer/fazer) das mulheres-erveiras que atuam em feiras livres no território da Grande Tijuca, bairro da cidade do Rio de Janeiro (BRA). Localizamos territorialmente as mulheres no exercício de suas atividades profissionais, suas vozes e, inicialmente, classificamos as formas de transmissão destes saberes em duas categorias: transmissão-informativa e a transmissão-formativa, sendo a primeira realizada no exercício do ofício da venda, e embora configure uma transmissão de conhecimento, não há segundo as próprias erveiras, a intencionalidade de formar. Em contrapartida a transmissão-formativa, segundo elas, possui a intencionalidade de formar suas ajudantes ou a próxima geração que deverá assumir a banca, sendo assim, esta é uma formação que ocorre na prática, indo além do conhecimento e configurando um saber transmitido através da oralidade que envolve outros sentidos – o escutar e o intuir.

217

Referências

AHU, Códice 112, Regimento do Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa, de 17121548, f.4 disponível em <https://revhistoria2.webhostusp.sti.usp.br/wp-content/uploads/revistas/105/a05n105op.pdf>. Acessado em 05/07/2023

ARAÚJO, Alceu Maynard de. *Medicina Rústica*. São Paulo: Nacional. 1977

BASTIDE, Roger. “Medicina e Magia nos Candomblés”. In: BASTIDE, Roger; RIBEIRO, René. *Negros no Brasil: religião, medicina e magia*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 1971

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990



DUARTE, Cristiane. *Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indiciário*. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

FIGUEIREDO, Betânia. *A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício da Leitura, 2002.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002

MINAYO, CECÍLIA de Souza. Trabalho de Campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____; DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PANTOJA, Selma. *Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, sécs XVIII-XIX*. 2004, disponível em <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wpcontent/uploads/2011/08/Conexoes-e-identidades-de-genero-no-caso-Brasil-e-Angola-secs.XVIII-XIX.pdf> acessado em 23/06/2023

218

PIMENTA, Tânia Pimenta. *Artes de Curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX*?. Campinas- SP: UNICAMP, 1997

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985



COMO AS MULHERES OCUPAM ESPAÇO NO CINEMA DE ANNA MUylaERT

Lívia Fiuza Garcia¹
Leonardo Gomes Esteves²

Introdução

O intuito da pesquisa se fundamentou em torno da análise dos filmes assinados por Anna Muylaert. Dessarte, promoveu-se uma investigação crítica sobre a relação e o papel desempenhado narrativamente pelas mulheres nas obras da cineasta. Para tanto, as leituras que serviram de alicerce para a estruturação teórica das hipóteses em torno da temática feminina, levaram em consideração o contexto social e político que foram inseridas, a fim de identificar as relações de poder intrínsecas tanto nas situações sob a ótica da cineasta quanto nas vivenciadas pelas mulheres brasileiras.

Muylaert dirigiu 10 (dez) filmes em meio a longas, médias e curtas metragens no período de 1988 e 2023. Dentre esses, o longa de 2015 estrelado por Regina Casé, *Que horas ela volta?* se destacou no cenário mundial, sendo o representante brasileiro no Oscar e gerando um retorno financeiro em torno de 3 milhões USD (*The numbers*, 2023), o que prova o apelo popular para assistir ao filme. A assinatura da cineasta é constante em suas obras, através da afinidade da narrativa e das personagens com a música. É notório a identificação do público com o enredo: “Em comum, ainda, os filmes da diretora paulistana nascida em 1964 têm uma forte valorização do cotidiano, a abordagem bem-humorada de determinados comportamentos sociais e personagens bem construídos, de fácil identificação com o público [...]” (Kanitz, 2019). Nessa perspectiva, é dado o protagonismo às personagens femininas, as quais se apresentam em contextos sociais distintos entre si, porém, compartilham de uma existência comum.

Por conseguinte, busca-se entender o que é o feminismo e o papel que ele desempenha na construção do discurso da mulher. Ele é concebido como um movimento que luta pela igualdade entre homens e mulheres na sociedade, a fim de combater as amarras do patriarcado estrutural. O ser feminista é engajar para que essa luta seja ouvida e proporcionar espaços para que mulheres possam expressar suas vivências. Nessa perspectiva, Butler (1990) questiona quem falará em nome do feminismo. Em virtude disso, a autoria nos roteiros e controle na direção de

219

¹ Graduanda no curso de Cinema e Audiovisual; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); livia.f.g.100@hotmail.com.

² Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) e do bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); leonardogesteves@gmail.com.



Anna Muylaert são essenciais para assimilar a filmografia da diretora como um cinema feminista. É uma mulher contando a história de mulheres diversas.

Sobre esse prisma, é interessante ponderar sobre a proximidade que o cinema de Muylaert tem com essas discussões. Assim, a pesquisa apresenta o recorte na observação de *É proibido fumar* (2009), no qual, a protagonista interpretada por Glória Pires, Baby, ilustra a imposição social sobre o ser mulher. Oliveira e Noronha (2016) criticam os estereótipos de gênero que condicionam o corpo feminino a determinados papéis sociais, como se casar e ser mãe, delimitam as personalidades e profissões, como se portar ou não em público com frases do tipo “isso não é coisa de mulher”, assim como é notório esse mesmo desconforto e questionamento da cineasta.

Portanto, no que tange aos objetivos, a pesquisa foi capaz de promover uma reflexão quanto à proeminência do trabalho de uma diretora mulher no país, e dessa forma, fomentar o consumo de obras produzidas por mulheres. Esse interesse, em especial por Muylaert, foi devido às análises fílmicas promovidas a fim de dissecar a construção narrativa das personagens femininas e propor hipóteses e relações entre esse desenvolvimento no audiovisual e os pensamentos críticos quanto ao feminino e as relações de poder desempenhados em sociedade. Ainda, tinha-se como objetivo produzir materiais escritos e um artigo sobre o objeto de estudo (as obras da cineasta), e divulgar os resultados encontrados em eventos científicos (congressos, simpósios, encontros e outros).

Objetivos gerais

- Promover uma análise dos filmes da diretora e das personagens femininas expostas nas obras.
- Identificar a autoria da diretora nos filmes dirigidos e roteirizados, analisando as particularidades das personagens retratadas, em especial, mulheres; utilizando de uma perspectiva exterior para relacionar as obras com o contexto de produção; assim como, antecipar as relações de poder abordadas e suas particularidades, se relacionando com os outros elementos de estudo.
- Produzir artigos sobre o objeto de estudo (as obras de Anna Muylaert, e aspectos específicos que envolvem o feminino e a luta pelo espaço de reconhecimento) e divulgar os resultados parciais ou finais da pesquisa em eventos científicos (congressos, simpósios, encontros, etc.).

Metodologia, materiais e métodos

O processo de desenvolvimento da pesquisa se valeu pelo propósito qualitativo e de natureza básica, então, por meio do método exploratório - ou seja, busca e análise – em torno das obras cinematográficas e teorias literárias, já previstas no plano de trabalho, foi possível desenvolver hipóteses e, dessa forma, formular de que forma os comportamentos pesquisados se expressam na sociedade através do cinema.

Além dos materiais já existentes, durante a Iniciação Científica julgou-se pertinente descobrir novas fontes de estudo, como entrevistas, artigos científicos e periódicos. O desenvolvimento do artigo científico foi oriundo da análise, revisão e fichamento desses materiais coletados. Sendo assim, por meio do cruzamento entre verdades teóricas apontadas pelos documentos usados para estudo e os dados narrativos, explicitados através da decupagem dos filmes, desenvolveu-se uma pesquisa inédita sobre o teor político e social da filmografia da cineasta Anna Muylaert.

Resultados finais

Foi feito um levantamento filmográfico e bibliográfico, revelando caminhos e oportunidades de discussão temática e de análise crítica dos filmes de Anna Muylaert. Ainda, realizou-se uma pesquisa através de matérias em revistas e periódicos sobre o objeto de estudo fílmico. Por conseguinte, extraiu o conteúdo necessário para o adensamento da pesquisa por meio da decupagem de cada obra e do fichamento dos textos.

Durante todos os meses de execução da pesquisa foram realizados, em torno de dois encontros virtuais com o orientador, a fim de alinhar as expectativas e debater sobre o que fora encontrado. Era feita a discussão dos textos de apoio para encontrar saídas, e sanar possíveis dúvidas sobre as leituras. Os textos gerados a partir disso também eram revisados e o orientador apresentava apontamentos para serem sanados nas reuniões seguintes.

Com a pesquisa dando ênfase para a discussão do feminino e das relações de poder, em 2023, o trabalho foi enviado a dois eventos. A JIICEU (Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária) recebeu o resumo simples, o resumo expandido e a apresentação em vídeo do projeto “Como as mulheres ocupam espaço no cinema de Anna Muylaert”. Enquanto para o 11º Seminário Internacional Cinema em Perspectiva, promovido pelo curso de Bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), foi aprovado o resumo simples e foi realizado no dia 16 de outubro a apresentação sobre "Busca do feminino e relações de poder em *É proibido fumar* (2009)", e o evento publicará o artigo de mesmo nome. Este produto da pesquisa se propõe a adentrar intensamente no que faz com que as mulheres sejam representadas dessa maneira por Muylaert e como essas personagens são uma retratação da mulher brasileira comum. A pesquisa está no processo de finalização,

aperfeiçoando o texto final e realizando apresentação e envio de trabalhos para congressos, eventos e anais.

Conclusão

Ao analisar o plano inicial de idealização do projeto e este relatório de finalização, pode-se concluir que os objetivos da pesquisa foram satisfatoriamente concluídos e alcançados. A variedade de estilos de materiais consultados se provou útil e necessária para a ampliação do campo de visão sobre o assunto. Foi possível desvendar uma forma de produção do cinema brasileiro que tende a crescer cada vez mais, que é o cinema feito por mulheres sobre mulheres. A vigência desta pesquisa foi fundamental para o crescimento e para adquirir desenvolvimento acadêmico por parte da orientanda, que conseguiu superar as dificuldades iniciais e concluir a produção de um artigo, por meio de um processo árduo de pesquisa e elaboração de ideias. Ao decorrer do estudo, conforme as buscas se aprofundaram, foi despertado um interesse ainda maior tanto pela teoria envolta para construir o apoio técnico, quanto pela filmografia.

Por fim, o cinema de Muylaert é diverso sobre o olhar da representação das personagens, que são abordadas com um olhar único sobre as temáticas que perpassam a vida de uma mulher. Ela destaca o papel que a mulher exerce na sociedade a fim de questionar e refletir essas funções. É possível concluir que as mulheres são retratadas por alguém que as compreende, promovendo o desenvolvimento de um cinema feminino e feminista pela cineasta.

222

Referências

Brazil Box Office for *Que horas ela volta?*. **The numbers**, 2016. Disponível em: <https://www.the-numbers.com/movie/Que-Horas-Ela-Volta/Brazil#tab=summary>. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

CORAÇÃO, Cláudio, SOARES, Rosana de Lima. **Retrato invulgar do cotidiano e subversão de gêneros no cinema de Anna Muylaert**. Revista *Novos Olhares*, Ouro Preto, v.3, n.2, p.113-124, dez. 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5367/1/ARTIGO_RetratoInvulgarCotidiano.pdf. Acesso em: 03, maio de 2022.

Golpes contra idosos são intensificados. Como não ser enganado? **Portal do envelhecimento**, 24 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/golpes-contra-idosos-sao-intensificados-como-nao-ser-enganado/>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

KLEIN, Magno. Film Review - Anna, Que horas ela volta? São Paulo, Pandora Filmes, 2015, 112 min. Historia Actual Online, Espanha, 42 (1), 2017: 169-193.

LUSVARGHI, Luiza; SILVA, Camila Vieira da (Orgs.). Mulheres atrás das câmeras: As cineastas brasileiras de 1930 a 2018. In: KANITZ, Mônica. O cinema popular de Anna Muiyaert. p.126-130 São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2019.

TREVIZAN, Karina. Pesquisa mostra que 30% das mulheres deixam trabalho por causa dos filhos; homens são 7%. G1, 10 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/05/10/pesquisa-mostra-que-30percent-das-mulheres-deixam-trabalho-por-cao-dos-filhos-homens-sao-7percent.ghtml>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

223



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE E COMUNIDADE: DIÁLOGOS SOBRE A CIDADE POPULAR

Giovana Borromeu Teixeira Piraciaba¹

Camila Lopes Santos²

Regina Bienenstein³

Vitória Gouveia dos Santos Ribeiro Machado⁴

Fernanda Rodrigues da Costa Frias⁵

Introdução

Este artigo parte da ação extensionista “Curso de Extensão Universidade e Comunidade: Diálogos sobre a Cidade Popular”, ação associada ao Programa de Extensão “A universidade pública e o direito à cidade: Assessoria aos movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro”, desenvolvida no âmbito das atividades de assessoria técnica do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU-UFF). Trata-se de um espaço educativo voltado para subsidiar estudantes, profissionais e movimentos sociais que se interessam e lutam pelo direito à cidade, preparando-os para participar efetiva e qualificadamente no processo de gestão urbana. Foi construído em resposta à demanda de coletivos populares, frente a propostas colocadas pelo Executivo Municipal que poderão impactar diretamente seus locais de moradia.

224

¹ Graduada de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense. Matrícula:121026020. Bolsista de Extensão no projeto “Curso de Extensão Universidade e Comunidade: Diálogos sobre a Cidade Popular. E-mail: giovanaborromeu@id.uff.br

² Graduada de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense. Matrícula:119026031. Bolsista de Extensão no projeto “Curso de Extensão Universidade e Comunidade: Diálogos sobre a Cidade Popular. E-mail: camilals@id.uff.br

³ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2001); Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: bienenstein_regina@id.uff.br

⁴ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: vitoriagouveia@id.uff.br

⁵ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: fcostafrias@gmail.com

Tem como pressuposto a ideia da educação enquanto ferramenta fundamental para transformar a realidade de desigualdade presente no cenário urbano. Concordamos com Freire (1989) quando aponta que a educação popular é resultado e também caminho do esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares, e com Leher (2005), quando adverte que, assim como todo o Estado, a educação passa por um processo de privatização e, por essa razão, ganha ainda maior relevância um curso de extensão voltado para profissionais, pesquisadores, estudantes e moradores interessados em desvelar o processo de planejamento urbano que predomina nas cidades. Esse modo de planejar, voltado para o *city marketing*, tende a atingir diretamente as áreas populares, especialmente numa estrutura social marcada fortemente por uma herança patrimonialista (MARICATO, 2007) que fez com que a falta de compromisso com uma educação de qualidade se tornasse uma ferramenta de exploração da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2007).

Os temas abordados no Curso, objeto de reflexão neste artigo, incluem noções sobre cidadania, direito à cidade e à moradia, gestão participativa e legislação urbana e fundiária, incluindo os instrumentos disponibilizados no Estatuto da Cidade (Lei n.º. 10.275/01), Lei de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (Lei n.º. 11.888/08) e Lei de Regularização Fundiária (Lei n.º. 13.465/17).

Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do Curso são:

- Subsidiar movimentos populares, moradores, profissionais e estudantes com informações técnicas relevantes para a participação qualificada e crítica na gestão urbana e na luta pelo direito à cidade e à moradia digna;
- Afirmar os moradores como sujeitos da ação e planejadores populares, reconhecendo a importância de sua vivência e conhecimento sobre seu espaço de morar;
- Promover o diálogo, a troca e a integração do saber popular com conhecimentos oriundos do Direito, Serviço Social, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, fator fundamental para o trato da questão urbana e da habitação.

Metodologia, Materiais e Métodos

A construção do Curso de Extensão “Universidade e Comunidade: Diálogos sobre a Cidade Popular” seguiu as premissas orientadoras da atuação do NEPHU, entre elas: (i) o reconhecimento da moradia como direito fundamental; (ii) a necessidade do urbanismo ser



tratado como um tópico interdisciplinar e interprofissional e (iii) a consideração e valorização do saber popular associado ao conhecimento técnico na construção da cidade.

Sua metodologia passa por uma permanente troca entre os conteúdos consolidados e informações da realidade de seus participantes, pois como Freire (1989) argumenta, o conhecimento sistematizado é indispensável à luta popular, porém ele deve percorrer os caminhos da prática.

O Curso é também um espaço de reflexão sobre as razões para os incipientes resultados da aplicação do rico e consistente conjunto de instrumentos jurídicos disponíveis e para que a garantia de acesso ao direito à moradia não tenha se efetivado. Assim, os trabalhadores continuam a residir em territórios plenos de problemas e precariedades que incluem dificuldades de acesso, alta densidade nas moradias, coabitação, alta densidade na ocupação do solo, aberturas reduzidas dificultando índices mínimos de ventilação e insolação, obstruções de drenagem, ocupação de áreas sujeitas à inundação ou de encostas ameaçadas de deslizamentos são cenários presentes em nossas cidades que acabam por ser normalizados (BIENENSTEIN, 2001).

O segundo semestre conta com a contribuição de professores das áreas de Serviço Social, Engenharia e Arquitetura e Urbanismo, além da Defensoria Pública e está voltado para a elaboração de Diagnóstico Popular para um dos assentamentos participantes do Curso. Inclui a identificação de problemas espaciais (espaços públicos e privados) e não espaciais (coabitação, aluguel, por exemplo), além das potencialidades locais. Ao final do semestre, os resultados serão apresentados para os moradores do assentamento estudado e para coletivos populares que lutam pelo direito à moradia nas cidades de Niterói (Fórum de Luta pela Moradia) e Rio de Janeiro (Conselho Popular).

O Curso foi dividido em dois módulos, um teórico (primeiro semestre de 2023) e outro prático (segundo semestre de 2023). O teórico explorou temas como cidadania, direito à cidade e à moradia, gestão participativa e instrumentos jurídicos para acesso à terra e regularização fundiária o que, somado ao conhecimento sobre os problemas e potencialidades dos territórios populares, podem contribuir para reduzir o que Maricato denomina de “analfabetismo urbanístico”. Aulas expositivas foram complementadas por oficinas de trocas de experiências sobre os conteúdos apresentados e visitas de campo à comunidade Vila Esperança, situada no município de São Gonçalo, para, a partir da realidade observada, refletir sobre a cidade popular e possíveis propostas de tratamento. O semestre finaliza com exercício prático, voltado para a produção de material gráfico informativo sobre o conteúdo abordado anteriormente, no formato de cartilha, para difusão ampla como instrumento de luta, entre coletivos populares como o Fórum de Luta pela Moradia de Niterói e o Conselho Popular do Rio de Janeiro.

No segundo semestre de 2023, foi lançado o desafio de construção de Diagnóstico Popular de um assentamento informal cujos moradores participam do Curso de Extensão, quando serão identificadas, mapeadas e avaliadas (i) características urbanísticas do assentamento (espaços

públicos e privados) e parcelas inadequadas para ocupação (faixas marginais de proteção de rios, áreas de proteção ambiental, entre outras); (ii) situações de risco (escorregamento, inundação); e (iii) características socioeconômicas da população e situações de inadequação habitacional (coabitação, aluguel, cessão).

Resultados

O Curso reuniu 40 integrantes, entre estudantes graduandos e pós-graduandos de Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social e Direito, arquitetos urbanistas, advogados, assistentes sociais e movimento popular, o que permitiu desenvolver rico diálogo, debate e troca de conhecimentos sobre a cidade real.

Como resultado parcial, foram elaboradas três cartilhas:

1. “O que o direito à cidade tem a ver com a cidadania?” - reflexão sobre ser cidadão, o papel da cidadania numa sociedade marcada pela desigualdade no acesso aos direitos, como garantir o direito à cidade e à moradia, legislação voltada para tais direitos; dificuldades enfrentadas para alcançar o direito à moradia e caminhos para a conquista da cidadania (figura 1).



Figura 1 – Cartilha “O que o direito à cidade tem a ver com a cidadania?”
Fonte: NEPHU/PROEX/UFF

2. “Estatuto da Cidade, instrumentos explicados para garantir seu direito à moradia” - resumo sobre o Estatuto da Cidade, instrumentos para garantir a qualidade e a permanência na moradia (plano diretor, regularização fundiária, usucapião especial de imóvel urbano, zonas especiais de interesse social e assessoria técnica em habitação de interesse social - ATHIS), garantir recursos para habitação (IPTU, gestão orçamentária participativa, parcelamento, desapropriação com títulos da dívida pública, direito de preempção e outorga onerosa do direito de construir), concluindo com alguns conceitos presentes na discussão sobre a cidade (função social da propriedade, especulação imobiliária, gentrificação, operação urbana consorciada) (figura 2).





Figura 2 – Cartilha “Estatuto da Cidade, instrumentos explicados para garantir seu direito à moradia”.
Fonte: NEPHU/PROEX/UFF.

3. “Regularização fundiária – informações básicas sobre esse direito e como acessá-lo” – - conceito de regularização fundiária, legislação, razões para regularizar, o que não pode ser regularizado, como acessar a regularização, passo a passo do processo e cuidados no pós-regularização (figura 3).

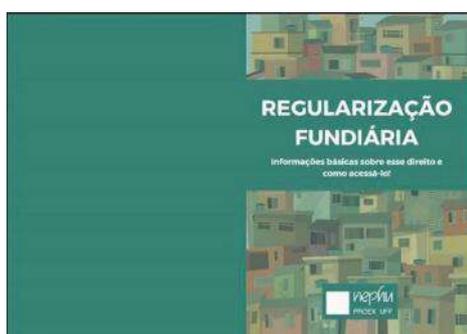


Figura 3 – Cartilha “Regularização fundiária – informações básicas sobre esse direito e como acessá-lo”.
Fonte: NEPHU/PROEX/UFF.

Conclusão

O curso de extensão, tema deste artigo, representou uma oportunidade para desenvolver rico diálogo sobre os desafios presentes na cidade real, caracterizada pela desigualdade e segregação, onde convivem e se integram suas duas faces: uma, plena de serviços e habitada pela parcela da população que pode arcar com seu custo, e outra, popular, local de moradia do trabalhador de baixa renda, desprovida dos bonus que a vida urbana pode oferecer e que, frequentemente, se desenvolve em locais impróprios para a ocupação e sujeita a riscos diversos.

Nele, foi possível observar e refletir sobre a dicotomia presente no seu planejamento, hoje voltado para o progressivo embelezamento da cidade da elite, mesmo num cenário em que as leis disponíveis permitem criar uma cidade democrática e de direitos.

Nesse cenário, ficou clara a importância de conhecer o arcabouço jurídico e estar preparado para participar de eventos sobre propostas que afetam a cidade e a vida das pessoas.

O diagnóstico popular a ser elaborado para a comunidade Tenente Jardim significa um resultado adicional do curso, primeiro passo no seu processo de regularização fundiária.

Referências

BIENENSTEIN, Regina. Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária. Tese de Doutorado, São Paulo: FAU USP, 2001.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Teoria e prática em educação popular. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. Brasil. 1989.

LEHER, Roberto. Democracia e educação em Florestan Fernandes. Osmar Fávero (org.) – Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educ. Soc. Campinas, vol. 28, n. 100 especial, p. 1129-1152, out.2007.

MARICATO, Ermínia, org. A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

**ASSESSORIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:
RESGATANDO QUATRO DÉCADAS DE ATIVIDADE
EXTENSIONISTA UNIVERSITÁRIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E
PROJETOS HABITACIONAIS E URBANOS, PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

Adriane Brunherotto¹
Regina Bienenstein²
Carlos Daniel de Souza Vasconcelos³

Introdução

A pesquisa visa aprofundar a reflexão sobre Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), tema presente na discussão de gestores, universidades, movimentos sociais e entidades de arquitetos e urbanistas e de engenheiros, a partir da análise da produção de 40 anos do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, Pró-Reitoria de Extensão, Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF), um espaço de ensino, pesquisa e extensão que, desde o início do ano 1983, assessora coletivos populares em suas lutas pelo direito à cidade e à moradia. Nele se integram e articulam ações de ensino, pesquisa e extensão que, colocadas numa perspectiva coletiva do direito à cidade, têm como premissas e preocupações fundantes: (i) buscar respostas inovadoras para o problema da moradia; (ii) enfrentar o desafio de promover a efetiva participação e o protagonismo da população nas ações voltadas para seus espaços de morar e de viver e (iii) formar profissionais capacitados para enfrentar os desafios presentes em nossas cidades. O resultado da pesquisa permitirá disponibilizar esse vasto material para pesquisadores, estudantes, profissionais, gestores públicos interessados na questão e coletivos populares que lutam pelo direito à cidade e à moradia, dando visibilidade à contribuição extensionista de uma universidade pública e socialmente referenciada.

230

¹ Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense. Matrícula: 121026028. Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ. E-mail: adrianeb@id.uff.br

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2001); Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: bienenstein_regina@id.uff.br.

³ Graduando de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense. Matrícula: 220026055. Bolsista de Iniciação Científica Pibic/PROPPi/UFF/CNPq. E-mail: carlosdanielvasconcelos@id.uff.br



Objetivos gerais

São objetivos da pesquisa:

- Aprofundar a reflexão sobre Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), objeto da Lei Federal de Assistência Técnica e tema presente na pauta de discussão de gestores, universidades, entidades de arquitetos e urbanistas e movimentos sociais;
- Resgatar, organizar, classificar o diversificado acervo acumulado ao longo dos 40 anos de existência do NEPHU, preparando-o para ser amplamente divulgado;
- Analisar as formas pelas quais a assessoria técnica em habitação de interesse social tem estado presente no ambiente acadêmico.

Metodologia, materiais e métodos

Algumas premissas têm orientado a experiência de ATHIS no NEPHU e embasam a análise de sua produção, realizada ao longo do desenvolvimento da pesquisa. São elas:

1. A moradia é mais do que um abrigo, ela é parte da questão urbana e, como tal, deve incluir o acesso aos serviços públicos (saúde, educação, lazer, cultura, trabalho e mobilidade), à infraestrutura e à garantia da terra;
2. O problema da moradia aflige especialmente os estratos mais baixos da classe trabalhadora das cidades do mundo capitalista, devendo ser vista neste contexto;
3. A moradia e a questão urbana exigem tratamento interdisciplinar e interprofissional;
4. Os moradores detêm um importante saber, adquirido na vivência cotidiana de seu espaço de morar, o que pode e deve embasar ações tecnicamente consistentes e socialmente referenciadas;
5. Todas as ações voltadas para o planejamento, gestão e atuação na questão da moradia devem incorporar a população como protagonista.

Inicialmente, foi construído referencial teórico-conceitual para a reflexão acerca das concepções, enfoques e formas pelas quais se desenvolveu essa longa experiência de extensão universitária, integrada a ações de ensino em disciplinas. A partir daí, estão sendo também resgatados os estudos e projetos elaborados e realizadas entrevistas com representantes de instituições públicas, coletivos populares parceiros e ex-alunos que participaram da proposta extensionista, pesquisas e de disciplinas da grade curricular do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, buscando com isso (re)construir um panorama da experiência.

Os projetos e ações desenvolvidas foram classificados de acordo com o tema abordado, a origem da demanda (coletivo popular ou agente público), a amplitude (individual ou coletiva), a natureza (instrumento de luta insurgente, de busca do direito à moradia ou parte da política pública de moradia), os conceitos e enfoques adotados e os resultados alcançados. Após essa etapa, os dados resgatados serão analisados, sistematizados e preparados para publicação.

Resultados

Com vistas a atingir os objetivos propostos foram realizadas as seguintes atividades:

1: Organização, fichamento e participação nos debates da bibliografia de referência sobre assessoria técnica em habitação de interesse social, objetivando a construção do referencial teórico conceitual para a análise das ações de ATHIS desenvolvidas pelo NEPHU. Foram visitados textos relacionados à assessoria técnica em habitação de interesse social que dialoga com a atuação do NEPHU e discute a legitimidade dos assentamentos populares informais, do direito de sua população ao acesso aos benefícios da cidade formal, da participação da população nas decisões sobre seu território, além da temática do direito à cidade, função social da propriedade, o papel do arquiteto e enfoques críticos com relação ao exercício de planejamento.

2: A segunda fase buscou identificar as ações e projetos desenvolvidos. São projetos e planos populares contra remoção forçada ou voltados para a recuperação e melhoria de assentamentos populares e de imóveis ocupados por famílias pauperizadas; projetos de equipamentos coletivos; Planos Diretores Participativos; Planos de Habitação de Interesse Social; pesquisas sobre tecnologias construtivas, metodologias participativas e dialógicas; monitoramento dos impactos de grandes projetos regionais e os impactos da Covid-19 nos territórios populares; projetos de geração de trabalho e renda; e ações de formação política e social de moradores e lideranças comunitárias, estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Essas ações foram classificadas por tema e espacializadas em imagem georreferenciada dos municípios onde ocorreram, sendo também analisados os respectivos processos de desenvolvimento e a participação de agentes públicos e dos movimentos sociais envolvidos em cada uma das 55 comunidades beneficiadas.

3: Identificação, classificação e análise das formas pelas quais essa experiência de assessoria técnica em habitação de interesse social esteve presente no ambiente acadêmico, isto é, como atividade de ensino, de pesquisa e de extensão.

As atividades de ensino foram classificadas em três subgrupos: Disciplina obrigatória do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Projeto de Habitação Popular; Trabalho Final de Graduação/Trabalho de Conclusão de Curso (TFG/TCC) e Cursos de Extensão. Os temas foram escolhidos a partir das solicitações de assessoria técnica de coletivos populares, em confronto com a ementa da disciplina, considerando também a diversidade de desafios colocados e o período disponível para seu tratamento. Foram temas: projetos em situação de

conflito, contra remoção forçada e despejo, projeto de redesenho urbanístico e urbanização de assentamentos populares precários, aproveitamento de imóveis vazios ou subutilizados para habitação de interesse social, projetos de melhorias habitacionais, projetos de equipamentos coletivos.

Os temas das pesquisas incluíram metodologia dialogal e participativa de redesenho urbanístico, alternativas e enfoques de regularização fundiária, tecnologias não convencionais (telhas de cimento, sanitário seco, taipa com uso de bambu), monitoramento dos impactos de grandes projetos regionais, reflexão sobre assessoria técnica em habitação de interesse social, política pública de habitação de interesse social, conflitos urbanos, impactos da pandemia no contexto da luta pela moradia.

Os projetos de extensão, gerados a partir da solicitação dos moradores, incluíram assessoria técnica, social e jurídica, elaboração de projetos populares contra remoção, apoio à luta por condições adequadas de moradia, processos de regularização urbanística e fundiária, projetos de reforma de imóveis para habitação adequada, projeto de geração de trabalho e renda, elaboração de Planos Locais de Habitação Social, formação política e social e projetos de edificações: melhoria habitacional e centros comunitários.

Os projetos foram também organizados de acordo com a década em que foram desenvolvidos (1983 a 1992, de 1993 a 2002, de 2003 a 2012 e de 2013 a 2022), contextualizada a partir de alguns marcos históricos (Constituição Federal/1988, avanço do planejamento neoliberal, a partir da década de 1990, Estatuto da Cidade/2001, Ministério das Cidades/2003, legislação sobre a função social da cidade e da propriedade, regularização fundiária, Assistência Técnica/2008 e Regularização Fundiária/2017), de modo a permitir compreender os desafios enfrentados nos respectivos projetos.

Conclusão

A pesquisa permite perceber as mudanças ocorridas no cenário político, social e jurídico ao longo dos 40 anos da experiência do NEPHU, apontando para os desafios, avanços e retrocessos enfrentados desde a década de oitenta, ainda na vigência do regime militar, passando pela construção do arcabouço jurídico e de planejamento que permitiria alterar o cenário de desigualdade presente em nossas cidades. Evidenciou também a importância da universidade pública no diálogo e trabalho com a sociedade, respondendo às demandas e necessidades da população que buscam seu apoio para a luta pela moradia, em face do ainda presente descaso público.

Referências

ARRUDA, Â. Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social dez anos depois. Observatório das Metrópoles, 2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social-dez-anos-depois/>>. Acesso em 21 de abril de 2021. BIENENSTEIN R. et al. Autonomia, resistência e enfrentamento: caminhos da assistência técnica. Contribuições para extensão universitária socialmente referenciada. In: Anais XVIII ENANPUR, 2019.

BIENENSTEIN, R. Assistência Técnica e Projeto de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharia. In: Oficina de Assistência Técnica e Direito à Cidade. Outubro de 2014. Fundação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, 26/12/2008, p. 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11888-24-dezembro-2008-585074-norma-pl.html>. Acesso em: 27/04/2021.

ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidades. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

PROPOSTA METODOLÓGICA DE REDESENHO URBANÍSTICO ASSOCIADO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTO INFORMAL

Brunna Magalhães¹
Regina Bienenstein²

Introdução

A partir de um resgate histórico da habitação no Brasil, percebe-se a importância da terra e sua ligação com o exercício de poder na sociedade capitalista. Ao longo dos anos, a disputa pela terra continuou aumentando, o que, associado aos baixos salários da classe trabalhadora, acabou por gerar uma cidade desigual e segregada, além de ter transformado a habitação em uma mercadoria de alto preço. Nesse contexto, a informalidade é gerada pela absoluta falta de alternativa do trabalhador pobre em adquirir uma habitação adequada, empurrando-o para regiões não favoráveis à ocupação e gerando um déficit habitacional não apenas quantitativo, mas também qualitativo. Esses trabalhadores vivem em condições insalubres e de risco, sem acesso às infraestruturas e serviços, lhes sendo negado, assim, o exercício de direitos, entre eles, o direito à moradia e à cidade.

Nesse contexto, a regularização fundiária se apresenta como uma das dimensões para o resgate mínimo da cidadania, visto que, em muitos casos, esta é a única possibilidade de parte significativa da população obter acesso à terra e à moradia adequada. A Regularização Fundiária esteve presente na luta popular brasileira desde os anos 1960, como consequência de uma política de remoção maciça das favelas situadas em terras valorizadas pelo capital imobiliário na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Na década de 1980, a redemocratização do país e o avanço do movimento nacional pela reforma urbana permitiram a conquista de instrumentos jurídicos, a partir da inclusão na Constituição Federal de 1988 de instrumentos voltados para a democratização da cidade e para a regularização fundiária urbana. Esse arcabouço jurídico seria complementado com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, que disponibilizou também

235

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense; bolsista PIBINOVA/UFF na pesquisa “Proposta Metodológica aplicada a projetos populares de redesenho urbanístico de assentamentos populares”, no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: brunnamagalhaes@id.uff.br

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2001); Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). E-mail: bienenstein_regina@id.uff.br



instrumentos de gestão democrática da cidade, controle da valorização fundiária, reconhecimento e proteção da cidade popular e distribuição dos ônus e bônus da vida urbana. No entanto, apesar da legislação disponível, ainda são tímidos os avanços no sentido da incorporação dos assentamentos populares informais na cidade formal e, portanto, da redução do déficit habitacional qualitativo. Importante reconhecer que apenas a segurança jurídica da terra não garante o direito à moradia de qualidade. São frequentes as situações de risco de inundação ou escorregamento, problemas de mobilidade, inexistência de infraestrutura e insalubridade decorrente da alta densidade que podem exigir alterações no ambiente construído público e privado. Nesse contexto, é necessário ir além e solucionar o quadro de precariedade encontrado nos assentamentos. À essa abordagem que associa as dimensões jurídica, urbanística, ambiental e social podemos chamar de *Regularização Fundiária Plena*. Ela permite que os moradores tenham acesso a um projeto digno que garanta moradia adequada e acesso à infraestrutura e serviços.

No entanto, a regularização fundiária plena geralmente implica em transformações em espaços há muito consolidados, o que pode gerar conflitos e resistência entre moradores. Frente aos inúmeros desafios e a possíveis entraves no processo, frequentemente as experiências de regularização fundiária tem se limitado a ações emergenciais ou a exclusão daquelas parcelas que concentram problemas.

Nesse cenário, a metodologia pesquisada e sistematizada parte do pressuposto de que muitas das reações às alterações propostas no ambiente construído podem ser neutralizadas através de processo dialógico que permita aproximar a equipe técnica e a população atingida e sua participação nas decisões projetuais.

Objetivos gerais

Os objetivos dessa pesquisa foram:

- Elaborar uma metodologia de regularização fundiária que auxilie assessores técnicos e comunidades e permita promover a inserção corrigida dos assentamentos e seus moradores na cidade “formal”, aquela provida de serviços públicos e infraestrutura necessárias para assegurar qualidade de vida;
- Instrumentalizar o processo de redesenho urbanístico associado à regularização fundiária na identificação e solução de problemas dos assentamentos, permitindo também a compreensão e participação dos moradores em todas as etapas do processo;
- Promover o exercício dos direitos à moradia e à cidade e o desenvolvimento de um espaço urbano mais democrático e acessível a toda a população por meio da diminuição do déficit habitacional qualitativo.

Metodologias, materiais e métodos

A elaboração da proposta metodológica tem como premissas básicas e orientadoras de todo o processo (i) a participação dos moradores em todas as etapas do processo; (ii) a moradia, enquanto a casa e também o acesso à terra, à infraestrutura e aos serviços públicos, ou seja, como parte da cidade; e (iii) o respeito ao ambiente construído, com o propósito de ajustar tecnicamente o que já foi produzido pelas pessoas, corrigindo as situações de precariedade encontradas, mas reconhecendo o espaço existente. Assim, a metodologia propõe vincular as diferentes frentes da regularização fundiária, associando o jurídico ao urbanístico, ao social e ao ambiental, exercendo uma visão holística sobre a problemática da moradia.

A pesquisa incluiu a revisão, análise e sistematização das metodologias empregadas em casos exemplares desenvolvidos ao longo dos 40 anos de experiência do NEPHU/PROEX/UFF, em processos de regularização fundiária (BIENENSTEIN, 2001). A partir da visitação a essas experiências, incluindo suas rotinas, atividades e instrumental gráfico utilizado para facilitar a participação popular, foram levantados seus pontos positivos e negativos, de maneira a sistematizar uma metodologia para futuros projetos.

Resultados

A partir da sistematização, foi elaborado um roteiro metodológico que passa por cada fase do processo de redesenho urbanístico associado à regularização fundiária, detalhando e instrumentalizando suas etapas.

237

1ª FASE: Conflito fundiário e pedido de assessoria técnica

O processo se inicia com o pedido de assessoria técnica, que pode ocorrer a partir dos moradores ou do próprio poder público, abrindo assim, um canal de diálogo entre equipe técnica e moradores da área popular objeto da ação a partir de reuniões e assembleias, os espaços iniciais do processo participativo e dialogal.

Esse contato inicial permite decidir coletivamente os caminhos possíveis e sanar as primeiras dúvidas em relação ao processo, assim como organizar o trabalho, a equipe e a comunidade. A participação dos moradores é organizada em três instâncias: uma comissão de lideranças, uma equipe da comunidade, composta por representantes das quadras e a população diretamente, cada uma delas com responsabilidades claramente definidas e acordadas. Tais instâncias diferenciam funções e frequência de reuniões com a equipe técnica. No entanto, é importante destacar que todos os moradores são convocados à participação nas assembleias gerais, onde são expostas e discutidas as questões técnicas e de encaminhamento político do processo.



Desde o contato inicial, o processo é participativo e coloca como protagonista a própria comunidade e suas percepções, necessidades e desejos sobre seu espaço de morar. O processo de participação acontece através de uma rotina de eventos coletivos, com lideranças, representantes de cada setor da comunidade e o conjunto dos moradores. Algumas dificuldades estão presentes no processo participativo, entre elas, o fato de não fazer parte do cotidiano dos moradores a reflexão e a discussão de problemas urbanísticos, a dificuldade em se expressar para grandes plateias, o fato das reuniões ocorrerem após longas jornadas de trabalho e, principalmente, o desafio de compreender o abstrato e hermético linguajar técnico que pode tornar tais reuniões monótonas e monológicas.

O processo dialógico proposto considera alguns fatores: a frequência de encontros; “tempo de assimilação” e “quantidade de informação”; a linguagem oral e gráfica utilizadas; as técnicas de apresentação que devem permitir animar o encontro e regular o tempo, desenvolvendo aproximação progressiva entre técnicos e comunidade; além do local de realização dos encontros coletivos que deve ser o mais central possível e da ampla divulgação dos eventos. Tal abordagem é uma premissa orientadora da metodologia e está presente em todas as fases do processo.

Nesse contexto, alguns instrumentais gráficos, tais como ilustrações, cartazes e histórias em quadrinhos, podem facilitar o diálogo e incentivar a mobilização (figuras 1, 2, 3, 4 e 5).



Figuras 1 e 2: lustrações usadas em assembleias/ Figura 3: Cartaz de divulgação - Favela do Gato / Figuras 4 e 5: história em quadrinhos - Monan Pequeno. Fonte: Arquivo NEPHU/UFF/PROEX.

Faz-se necessária também a organização da equipe e a separação das funções e trabalhos que precisam ser desenvolvidos de acordo com as demandas e especificidades de cada comunidade. No entanto, para uma estrutura básica, a equipe estará organizada em quatro subgrupos, isto é, urbanismo, serviço social, engenharia e jurídico, que atuam de forma articulada, integrada e complementar, de acordo com suas competências. Organiza-se também o trabalho, os

instrumentos necessários e as rotinas, além da definição de atribuições e responsabilidades, de maneira a tornar o processo o mais simples e produtivo possível.

2º FASE E 3º FASE: Reconhecimento do assentamento e sua população para elaboração do diagnóstico popular

Uma vez organizadas a equipe e a comunidade, inicia-se o processo com o reconhecimento do assentamento e sua população para elaboração do Diagnóstico Popular. Para isso, sob a coordenação da equipe de serviço social, ocorre o cadastramento da totalidade das famílias do assentamento, a coleta dos documentos de identificação dos titulares da posse e de comprovação de tempo de posse, a fim de comprovar a elegibilidade da comunidade ao processo de regularização. Além disso, nessa fase, são coletados insumos para a montagem do perfil dos moradores e diagnóstico socioeconômico, assim como, para reconhecimento das necessidades do assentamento, seus problemas, situações de insalubridade e potencialidades para futuro estudo de propostas na fase de elaboração de projeto.

Em paralelo ao diagnóstico social, a equipe de urbanismo e de engenharia realiza a identificação das características dos espaços privados e públicos, assim como as características ambientais, geotécnicas, de drenagem, do entorno e seus equipamentos e áreas inadequadas para ocupação. Uma vez coletadas e mapeadas todas as informações, devem também ser sistematizadas em quadros-resumos e relatórios, a fim de elaborar um rol de problemas para futuro estudo de soluções na fase de elaboração de projeto.

Conforme já mencionado, entende-se a moradia a partir de um conceito amplo que abrange terra, infraestrutura e serviços, além da habitação em si. Assim, é essencial a coleta de dados sobre todo o assentamento, de maneira a identificar as situações de precariedade e propor um tratamento completo da área, além de um especial cuidado para que seja possível elaborar um projeto não apenas para titulação, mas para assegurar o mínimo de qualidade de vida, exercendo o real direito à moradia.

Paralelamente, ocorre a coleta de informações sobre a situação fundiária da ocupação que, por meio de pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis da região, busca identificar se a área é pública ou privada e quem é seu proprietário.

Em seguida, inicia-se o processo de discussão da equipe técnica e com os moradores sobre os possíveis encaminhamentos jurídicos, optando-se pela solução mais adequada às características do assentamento.

Uma vez coletadas e sistematizadas as informações sobre a população, o assentamento e a condição jurídica da terra, elabora-se o diagnóstico popular, isto é, um instrumento de análise e argumentação técnico-social para permanência das famílias no local ocupado. O Diagnóstico Popular também irá subsidiar o projeto de redesenho urbanístico do local e demonstrar ao Estado que a regularização fundiária associada ao redesenho urbanístico é viável e, portanto,

que o assentamento merece ser contemplado com a titulação. Tem início então a qualificação dos moradores e a montagem dos processos individuais de titulação de cada família.

O Diagnóstico Popular inclui os seguintes elementos:

- Histórico da ocupação: recuperação do histórico do assentamento e da região na qual está inserido, colocando em evidência o tempo de ocupação, onde se iniciou e as características de expansão e adensamento no local, além da quantidade de famílias e sua relação com o espaço em que vivem, de maneira a evidenciar seus vínculos com a região e a importância de permanecerem naquela área;
- Arcabouço legal, zoneamento e situação fundiária: argumentação jurídica que legitima a permanência das famílias e o exercício de seu direito à regularização, assim como à cidade e sua infraestrutura. Apresenta o zoneamento da região e argumenta que a área pode e deve se tornar Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e apresenta o encaminhamento jurídico a ser adotado para efetivação da regularização fundiária;
- Reconhecimento do assentamento: sua localização, áreas de proteção ambiental e conservação, topografia, áreas edificantes e não edificantes, setorização e mapa geral de zoneamento;
- Aspectos sociais: relata se os moradores têm ou não acesso às políticas públicas, apresenta a metodologia do cadastro e o perfil socioeconômico da população, de maneira a demonstrar sua elegibilidade à regularização fundiária.

240

O Diagnóstico Popular é, assim, essencial para argumentar e reivindicar do poder público, a permanência das famílias quando as mesmas estão em situação de conflito fundiário e sob ameaça de remoção. Além disso, é uma produção concreta que pode motivar a população na luta por seus direitos.

4º FASE: Elaboração do projeto de redesenho urbanístico

Depois da fase de diagnóstico, com os dados sistematizados, serão elaboradas as soluções dos problemas encontrados, sempre a partir da perspectiva técnica, sempre também, em conjunto com a população, isto é, levando em consideração o conhecimento e a experiência dos moradores sobre o espaço em que vivem e a força de seus saberes populares.

Nesse contexto, são identificadas e classificadas as irregularidades em problemas espaciais e não espaciais. Os espaciais referem-se à oferta e dimensionamento das áreas públicas (vias e espaços de convívio) e de áreas privadas (lotes, seus acessos e dimensões) e às áreas com restrições à ocupação (áreas em risco geotécnico, de proteção ambiental, faixas de domínio de estradas e rodovias, faixa

de proteção à rede de alta tensão, faixa marginal de proteção de corpos d'água etc.). Os não espaciais são aqueles analisados a partir do cadastro socioeconômico, relativos à condição da posse da benfeitoria (própria, alugada, cedida), à densidade da habitação e do lote, assim como à situação do titular quanto ao número de posses que detém (BIENENSTEIN, 2001).

Posteriormente à identificação e análise dos problemas espaciais e não espaciais, a equipe técnica se concentra na busca por alternativas de solução para cada situação-problema que, em seguida, serão apresentadas e discutidas com os moradores.

Neste momento, também será verificado se será possível adequar o assentamento à legislação urbanística em vigor no município, o que raramente ocorre, tendo em vista do número de famílias e a dimensão de seus lotes ou a declividade do terreno, entre outras características.

Nesses casos, será necessário a definição de novos parâmetros urbanísticos, a partir das discussões coletivas com os moradores sobre os problemas e as possíveis soluções que podem ser especiais, mas deverão garantir índices adequados de habitabilidade. Esses parâmetros irão orientar o projeto de redesenho urbanístico e a futura expansão e/ou alterações da ocupação no assentamento, permitindo também identificar se será necessário o reassentamento de alguma família e em caso positivo, o local para onde ocorrerá o remanejamento.

Os problemas encontrados e as alternativas de soluções previamente estudadas são apresentadas aos moradores em assembleias, sempre utilizando-se ilustrações, mas sem localizá-los nos mapas, de maneira a evitar o tratamento individual das situações.

A análise das experiências do NEPHU permitiu verificar que alguns problemas, conforme colocados a seguir, são recorrentes, o que não elimina a necessidade de estudar e caracterizar cada área assessorada, de maneira a adequar o projeto à situação encontrada.

Problema 01 e suas possíveis soluções - Lotes com mais de uma moradia (figura 6) – Remanejar a casa mais precária (figura 7); remanejar casa mais recente (figura 8); implementar condomínio (figura 9).

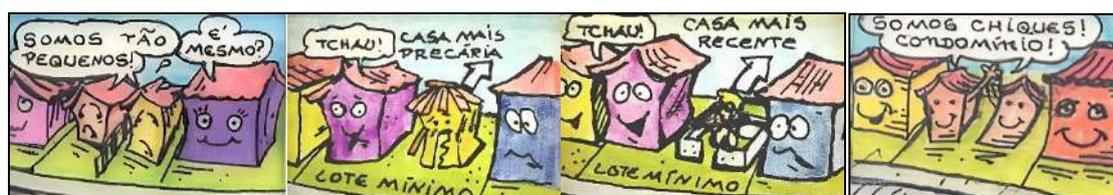


Figura 6 – Mais de uma moradia por lote; Figura 7 – Remanejar casa mais precária;

Figura 8 – Remanejar casa mais recente; Figura 9 - Implementar condomínio.

Fonte: arquivo NEPHU

Problema 02 - Insalubridade da moradia, resultante de ventilação e iluminação naturais insuficientes - Garantir afastamento de 1,5m por meio de melhoria habitacional (figura 10); deslocar janelas quando não for possível garantir 1,5m de afastamento (figura 11); enfatizar os benefícios da ventilação e iluminação naturais (figura 12).



Figura 10 - Garantir afastamento de 1,5m por meio de melhoria habitacional; Figura 11 - Deslocar janelas quando não for possível garantir 1,5m de afastamento;

Figura 12 – Enfatizar os benefícios da ventilação e iluminação naturais.

Fonte: arquivo NEPHU

Problema 03 - Aluguel - tendo em vista que no processo de regularização, nenhuma família pode receber mais de um título (figura 12), se a benfeitoria em questão é a única posse do locador, o inquilino será remanejado para terreno criado na área (figura 13); se o locador tiver duas posses, o inquilino paga ao locador indenização e é titulado na posse (figura 14).



Figura 12 - nenhuma família pode receber mais de um título; Figura 13 - se a benfeitoria em questão é a única posse do locador, o inquilino será remanejado para terreno criado na área;

Figura 14 - se o locador tiver duas posses, o inquilino paga ao locador indenização e é titulado na posse.

Fonte: arquivo NEPHU

Problema 04 - Alta densidade domiciliar - mais de três pessoas por cômodo (figura 15) - tratamento individualizado com melhoria habitacional.



Figura 15 - Alta densidade domiciliar - mais de três pessoas por cômodo.

Fonte: arquivo NEPHU

Problema 05 - Lotes com áreas abaixo do padrão mínimo adotado (figura 16) - Redução da área de terrenos vizinhos (figura 17), comparando as áreas dos lotes lindeiros (figura 18). Nesse caso, é muito importante o diálogo com a população e a argumentação com o dono do lote maior sobre a necessidade de colocar os interesses coletivos acima dos individuais. Assim, com transparência e cooperação, é possível resolver os problemas de algumas famílias para que todos sejam titulados.



Figura 16 - Lotes com áreas abaixo do padrão mínimo adotado; Figura 17 - Redução da área de terrenos vizinhos;

Figura 18 - Comparando as áreas dos lotes lindeiros.

Fonte: arquivo NEPHU

Problema 06 - Sistema viário interrompido por avanços de casas, muros ou outros obstáculos, prejudicando a circulação de pedestres (figura 19) - Recuar esses elementos, de maneira a respeitar o alinhamento do sistema viário (figura 20).

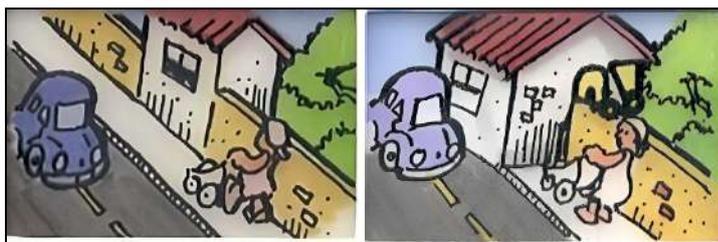


Figura 19 - Sistema viário interrompido por avanços de casas, muros ou outros obstáculos;

Figura 20 - Recuar os elementos.

Fonte: arquivo NEPHU

Problema 07 - Lotes encravados, isto é, sem acesso direto ao logradouro público (figura 21) - Criar servidão, com largura mínima de 1,5m (figura 22). Os critérios para quem perderá área de lote devem ser decididos com a população e seguir os mesmos cuidados abordados no problema de vias estreitas.



Figura 21 - Lotes encravados; Figura 22 - Criar servidão.

Fonte: arquivo NEPHU

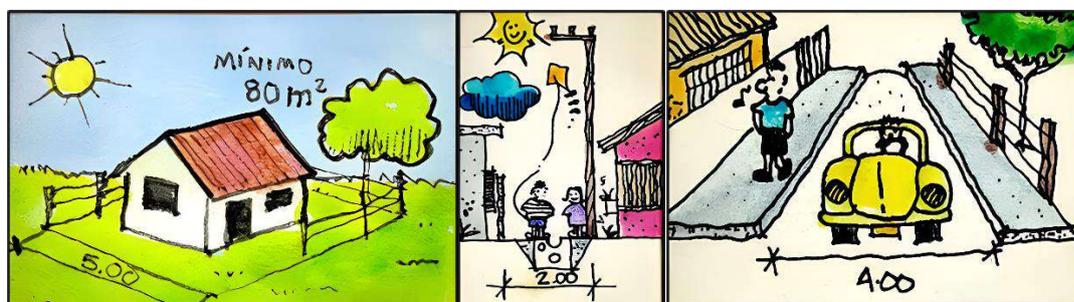
Nesse processo, problemas e possíveis soluções são levados à comunidade para discussão coletiva, o que pode gerar novas alternativas, resultando em um rol de parâmetros orientadores que serão aplicadas na elaboração pela equipe técnica do projeto de redesenho urbanístico dos espaços públicos e de cada lote.

A proposta resultante é apresentada em evento coletivo e discutida repetidas vezes pelos moradores até que todos estejam de acordo. Cada morador pode interferir, questionar e propor outras soluções até que esteja de acordo com o desenho de seu lote, quando então é assinado um documento que afirma sua concordância com a solução que será adotada no projeto final de redesenho urbanístico.

Em todas as etapas é essencial o cuidado da equipe técnica em elaborar instrumental gráfico para viabilizar a efetiva participação da comunidade nas reuniões, principalmente na fase de elaboração de projeto. Os moradores precisam entender o que lhes é apresentado sobre seu próprio espaço de morar, para que consigam fazer escolhas e apresentar sugestões sobre os caminhos mais adequadas à sua realidade, seus anseios e suas necessidades.

Além da linguagem adequada e clara, as discussões coletivas e públicas tendem a reduzir possíveis reações às modificações propostas em suas posses e também evitar conflitos de interesse entre os moradores. Nesse contexto e a partir do uso de instrumental gráfico, todos os assuntos são explicados exaustivamente, até que todos os participantes tenham compreendido a situação do assentamento, tenham suas dúvidas esclarecidas e possam decidir coletivamente, por meio de votações, os parâmetros de parcelamento, ocupação e uso do solo que embasarão o projeto de redesenho urbanístico e orientarão a futura evolução da área.

Por fim, inicia-se a elaboração do anteprojeto de alinhamento e de parcelamento do solo, a partir da aplicação dessas “normas urbanísticas” à realidade. O anteprojeto é então discutido em assembleias que ocorrem em três etapas: primeiramente, são lembrados os padrões aprovados coletivamente; a seguir, explica-se as alterações propostas relativas a cada parcela de terra e, por último, é iniciado o debate propriamente dito, registrando-se as manifestações de cada posseiro com relação ao projeto como um todo e à sua parcela em específico. Esse processo se repete, registrando todas as modificações e soluções propostas até que todo o projeto seja apresentado e aprovado pela comunidade. Uma vez aprovado, são elaborados os desenhos definitivos, obedecendo às normas de apresentação da Secretaria Municipal de Urbanismo.



Figuras 5, 6, 7 e 8: exemplos de ilustrações usadas em assembleias para discussão de soluções e parâmetros.

Fonte: Arquivo NEPHU/UFF/PROEX.

5º FASE: Processo de titulação e implantação

Uma vez submetidos à aprovação, iniciam-se as discussões e negociações com a prefeitura para que os parâmetros de projeto e os próprios projetos sejam aprovados e possa avançar o processo de titulação. É essencial que todo o projeto seja respaldado por critérios técnicos claros que a

própria comunidade conheça e domine, para que as análises não sejam afetadas pelo plano dos interesses políticos e que os próprios moradores saibam defender seu projeto. A partir das discussões e da definição do que foi acordado entre as partes, elabora-se as correções necessárias no projeto até que seja aprovada a versão definitiva pela Secretaria Municipal de Urbanismo.

Uma vez finalizado e aprovado pelo poder público o projeto de redesenho urbanístico, segue o processo de titulação e de implantação do projeto. É essencial que essa fase seja acompanhada de perto pela associação de moradores e pela assessoria técnica, de maneira a auxiliar os moradores com a documentação complementar e outras demandas que surgirem, até que a titulação aconteça.

Em paralelo ao processo jurídico, é necessário continuar o diálogo com o Executivo Municipal no sentido de ver implantadas as obras propostas no projeto. Aliás, as inúmeras experiências realizadas demonstram que é fundamental manter a pressão junto ao poder público para colocar em prática a implantação do projeto, evitando que a própria população tenha que custear ou mesmo realizar as obras.

A implantação inicia-se com o piqueteamento dos novos limites dos lotes modificados e segue para a construção de moradias para as famílias a serem remanejadas. Nessa etapa, podem haver discordâncias ou resistência dos moradores, caso desconheçam as modificações a serem implantadas, as quais devem ser resolvidas sempre de maneira coletiva a fim de que o processo continue transparente e participativo para toda a comunidade. Este é um cenário comum neste tipo de ação, o que demonstra a importância de um projeto verdadeiramente participativo, no qual os moradores sabem exatamente quais mudanças vão ocorrer em seus lotes.

6º FASE: Acompanhamento do assentamento e assessoria continuada

Concluída a titulação das famílias e a implantação do projeto de redesenho, finalizando o processo de regularização fundiária, a assessoria técnica deve ser continuada, tendo em vista a continuidade da dinâmica da ocupação, concretizada através de desmembramentos de lotes, novas construções ou da comercialização de imóveis. Tais modificações em espaços privados são legítimas, mas devem ser realizadas de acordo com parâmetros de habitabilidade previamente aprovados, além de seguirem os trâmites burocráticos inerentes à situação de proprietários. Nesse sentido, a assessoria técnica deve prosseguir, orientando os moradores e familiarizando-os com os procedimentos técnicos, jurídicos e administrativos, inerentes à condição de proprietário. Tal abordagem procura “evitar, antes de qualquer coisa, o retorno à ilegalidade e à informalidade e, ainda, a apropriação dessas áreas por setores mais favorecidos da sociedade, visto que elas se tornam mais valorizadas após os investimentos recebidos” (BIENENSTEIN, 2001).

Conclusão

O enfrentamento desse cenário de múltiplos problemas e de situações diversas de risco é processo complexo que, se não for bem entendido, pode inclusive, conforme já apontado, provocar conflitos entre os moradores ou resultar na desistência da luta pela terra e pelo direito à moradia. Assim, faz-se necessária a adoção de uma metodologia que traduza e simplifique o processo de Regularização Fundiária, permitindo a participação social e a correção efetiva dos problemas encontrados nos assentamentos.

A proposta metodológica elaborada pela pesquisa em tela aborda a questão da moradia a partir de uma perspectiva abrangente, associando as dimensões urbanística, ambiental e social à jurídica, uma vez que considera o direito à moradia como o acesso aos serviços urbanos e à infraestrutura, além da moradia adequada e do acesso à terra. Dessa forma, busca identificar e solucionar os problemas dos assentamentos em seus mais diversos âmbitos, abordagem essa, essencial para o desenvolvimento de um processo que integra o redesenho urbanístico e permite uma regularização fundiária plena. Assim, os moradores, frequentemente impedidos de usufruir dos benefícios da cidade formal, serão providos, não apenas de uma moradia adequada, mas também do acesso aos serviços públicos e à infraestrutura necessária para garantir a qualidade de vida, permitindo o exercício efetivo e pleno do direito à moradia e à cidade.

Além disso, de maneira a contribuir efetivamente para o exercício do direito à cidade, promove um processo participativo que não apenas reduz os possíveis conflitos do processo de regularização fundiária, mas também permite protagonismo dos moradores e voz ativa nas decisões sobre seu espaço de morar e viver cidade. Tal abordagem metodológica mostra-se essencial, uma vez que os moradores possuem um saber popular sobre o espaço vivenciado em seu cotidiano, de maneira que conhecem a área, seus problemas e potencialidades, conhecimento impossível de ser alcançado por meio de levantamentos realizados pela equipe técnica. Esse saber é fundamental para o desenvolvimento de um projeto sustentável e revela como a assessoria em processos de regularização fundiária precisa ser uma construção coletiva, permitindo colocar em prática o direito à cidade.

O processo participativo, conforme exposto neste artigo, é capaz não somente de reduzir conflitos, mas também de “eliminar problemas e aproveitar potencialidades do assentamento, promovendo sua inserção corrigida na estrutura física da cidade e o acesso dos moradores a espaços públicos e privados planejados; contribuir para a sustentabilidade dos resultados e, no contexto urbano, trazer para o âmbito da gestão pública, áreas que historicamente estiveram fora do controle e do planejamento urbano” (BIENENSTEIN, R., 2001)

Por fim, cabe ressaltar que a proposta metodológica apresentada busca ser um instrumento participativo e eficaz na luta pela moradia, auxiliando assessores técnicos, comunidades e o poder público no desenvolvimento de uma cidade mais democrática e menos desigual.

Referências

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel; organizadores. Universidade e Luta pela moradia. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017

BIENENSTEIN, Regina. Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Volumes 1 e 2. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Regularização Fundiária. Brasília, dezembro de 2005.

BRASIL, Banco Nacional de Habitação. Estudo de Normas Legais de edificação e urbanismo adequadas às áreas de assentamentos e subnormais ou de baixa renda. Rio de Janeiro, BNH/DEPEA, 1982.

CARVALHO, Leonardo. BIENENSTEIN, Regina. Proposta Metodológica aplicada a projetos populares de redesenho urbanístico de assentamentos populares, Relatório Final a partir do caso referência Fazendinha-Sapê. Semana de Extensão UFF, 2021.

NEPHU, Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense. Projeto Popular da Fazendinha-Sapê: Projeto popular de regularização urbanística e fundiária plena da Fazendinha-Sapê. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZMy-SC6SHmvRoEHXemiqBSUsA-igI7BU/view>. Acesso em: 8 de junho de 2023.

NEPHU, Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense. Cartilha “Orientação para preenchimento dos cadastros.”

EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ ODS 4 ONU: CONTRIBUIÇÕES NA BNCC EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO MÉDIO PARA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO COM A APRENDIZAGEM CRIATIVA

Katia Cristian Puente Muniz¹
Mateus Coelho de Souza²

Introdução

Este estudo propõe uma reflexão crítica sobre a contribuição da BNCC Base Nacional Comum Curricular do Brasil (2018) para a educação infantil e o ensino médio, em relação ao objetivo de promover uma cultura de paz e não violência, conforme estabelecido pela meta 4.7 da Agenda 2030 da ONU (2015). O estudo parte da premissa de que a educação desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e pacífica, alinhada com o conceito de paz estabelecido pela UNESCO que enfatiza a construção de defesas da paz nas mentes dos indivíduos. Para a Unesco a não violência deve ser uma atitude que permeia toda a prática de ensino e a aplicação de uma cultura de paz deve ser por meio da educação, ao trabalhar no desenvolvimento crítico das pessoas, possibilite estilos de vida sustentáveis, direitos humanos e valorização da diversidade cultural sem discriminação ou preconceito e a promoção de uma cultura de paz e não violência, seja ela violência física, sexual, psicológica, econômica, social e cultural. Um dos contextos do problema é o crescimento de violência nos espaços escolares e na sociedade e a necessidade de promover nos estudantes habilidades, valores e atitudes pacíficas a fim de contribuir com uma cultura de paz e não violência.

A pesquisa investiga a integração de práticas educativas e currículos que fomentem habilidades, valores e atitudes pacíficas em estudantes, considerando a crescente violência observada nos espaços escolares e na sociedade. Utilizando a teoria crítica do currículo de autores como Apple

249

¹ Doutora em Psicanálise, Saúde e Sociedade (Universidade Veiga de Almeida). Mestre em Sociologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Bacharel e licenciada em Ciências Sociais (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora Adjunta da Universidade Veiga de Almeida RJ. Pesquisadora colaboradora da Observatório Brechas Digitais - Fundación Esplai, Barcelona, Espanha. Grupos: Aprendizagem criativa, audiovisual, jogos e recursos educacionais e Núcleo de Pesquisas e Práticas em Educação, Diversidade e Inclusão UVA/NUPPEDI/CNPq. E-mail: katia.muniz@uva.br.

² Es Mateus Coelho de Souza. Estudante de História e do Programa de Iniciação Científica da Universidade Veiga de Almeida. E-mail: mateuscoelho576@gmail.com.



(2006), Young (2014), Bernstein (1996), Silva et al. (2003) e Masseto (2011), o estudo examina a natureza não neutra e politicamente carregada dos currículos, refletindo as necessidades sociais e as ideologias presentes em um contexto multicultural. E investiga sob a ótica da aprendizagem criativa a partir do estudo da ciência da aprendizagem conforme Papert (1986) e Resnick (2020) se existem práticas, tecnologias e ambientes que podem ajudar nesse processo.

Este estudo é de grande relevância, pois apresenta um campo aberto para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que fomentem a cultura de paz, um elemento essencial para o progresso de uma sociedade sustentável e harmoniosa.

Objetivos Gerais

Identificar na BNCC elementos que orientem educadores na construção de currículos e práticas educacionais que promovam uma cultura de paz.

Investigar estratégias de aprendizagem criativa para esse fim em plataformas digitais de acesso do professor

Metodologia, materiais e métodos

Este estudo adotou uma abordagem metodológica bifásica para explorar como a cultura de paz é incorporada na educação brasileira, especificamente através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos planos de aula disponíveis em plataformas educacionais.

Na primeira fase, foi realizada uma pesquisa qualitativa documental e bibliográfica sobre o documento da BNCC de 2018, focando nas etapas de educação infantil e ensino médio na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Este processo envolveu uma revisão da literatura para estabelecer um arcabouço conceitual em torno da 'cultura de paz', seguido pela identificação de subcategorias relevantes. Com estas categorias em mãos, procedeu-se à análise de registros de frequência dos termos no documento da BNCC e uma análise contextual de como esses termos se apresentavam. Esta abordagem permitiu uma interpretação mais profunda do conteúdo da BNCC, buscando entender como a cultura de paz poderia ser integrada em práticas pedagógicas, enfatizando valores como solidariedade, cooperação, autonomia, responsabilidade, tolerância e direitos humanos.

Na segunda fase, adotou-se uma metodologia qualitativa documental de levantamento e classificação, focada na curadoria de planos de aula nas plataformas MEC Red e Nova Escola. Esta etapa envolveu acessar as plataformas, utilizar ferramentas de busca com palavras-chave relacionadas à cultura de paz e outros valores correlatos, e filtrar os resultados com base em critérios relevantes. Após a seleção, realizou-se uma revisão detalhada da descrição dos recursos para determinar sua aderência aos valores, atitudes e habilidades desejadas. A análise incluiu a contagem e classificação desses recursos educacionais.

Essa metodologia de pesquisa permitiu uma análise abrangente sobre como a cultura de paz é abordada tanto na BNCC quanto nas práticas educacionais atuais, com um foco especial em valores, atitudes e habilidades que promovem a paz e a não violência. Através dessa análise, o estudo busca fornecer insights sobre como os currículos e os recursos educacionais podem ser mais bem alinhados com os objetivos de uma educação voltada para a paz, a tolerância e a sustentabilidade social.

Resultados

Os resultados da pesquisa sobre a integração da cultura de paz na educação brasileira, conforme refletido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em recursos educacionais digitais, podem ser divididos em duas fases principais:

Fase 1: Análise da BNCC - Presença Direta da "Cultura de Paz": O termo "cultura de paz" foi mencionado apenas três vezes no documento da BNCC de 600 páginas, exclusivamente na seção de educação infantil e associado ao ensino religioso. Sobre os termos associados à Cultura de Paz: Valores: Termos como solidariedade, autonomia, cooperação, responsabilidade, direitos e direitos humanos aparecem com frequências variadas (12 a 146 ocorrências), enquanto termos como não violência e tolerância não foram registradas, embora houvesse menções à violência e intolerância; Atitudes: Expressões específicas como "aprender a viver juntos" e "respeito às diferenças e similaridades" não foram citadas. Contudo, o termo "respeito" foi frequentemente mencionado (174 vezes), geralmente em associação com valorização e diversidade; Habilidades: "Criatividade" foi mencionada 13 vezes, enquanto "projetar soluções" não apareceu, indicando uma ênfase mais genérica em resolver problemas. Distribuição nas Seções da BNCC: Ao focar nas seções de educação infantil e ciências humanas e sociais aplicadas do ensino médio, a frequência dos termos associados à cultura de paz variou, com alguns termos como "solidariedade" e "cooperação" aparecendo menos frequentemente.

Fase 2: Análise de Recursos Educacionais Digitais - Plataforma RED MEC: Dos 318.926 recursos educacionais digitais, apenas 62 foram identificados como relacionados à cultura de paz (quadro 1). Não foram encontrados recursos específicos como animações, aplicativos móveis, áudios, entre outros, que tratassem diretamente do tema.

Quadro 1: Recursos associados à cultura de paz

Categoria	Recursos	Tipo
bullying	1	Infográfico
Alienação moral	1	apresentação
Tolerância religiosa, diversidade cultural, religiosa, respeito	1	Livro digital



relatório para escuta ativa/ mediação e mentoria de diretores/ convivência escolar	2	textos
protagonismo e cultura de paz/libras (2), bullying, assédio e segurança/ game e violência/ ética e valores humanos (3), intercâmbio e fronteiras/ escola intercultural (3), direitos humanos (1)	9	Vídeos
cartilhas, artigos, programas	48	Educapes (outros)

Fonte: Própria a partir de dados do Plataforma Red MEC. Out. 2023.

No site Nova Escola, dos 747 planos de aula disponíveis para o componente curricular de história, 57 estão distribuídos em diversas categorias e anos. Em termos percentuais, 0,8% dos planos abordam direitos humanos e o mesmo percentual para tolerância, ambos representando 6 planos cada. Cooperação, responsabilidade, respeito, homofobia, gênero e bullying têm apenas 0,13% cada, com 1 plano para cada categoria. A categoria 'conviver' é abordada em 0,67% dos planos (5 planos), enquanto 'diferenças' é o tema de 2,95% dos planos (22 planos). Por fim, 'diversidade' e 'racismo' são temas de 0,8% dos planos (6 planos cada). Entretanto, não há planos de aula que tratem diretamente de cultura de paz, não violência, solidariedade, autonomia e senso crítico.

Conclusão

A pesquisa evidencia uma abordagem limitada e indireta da cultura de paz na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos recursos educacionais digitais no Brasil. Embora haja menções a valores e atitudes relacionados à cultura de paz, a falta de uma abordagem direta e explícita na BNCC implica a necessidade de desenvolver currículos que promovam efetivamente uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A integração dos valores, atitudes e habilidades propostos pela BNCC com o conceito de cultura de paz é particularmente crucial no ensino médio, uma fase importante de maturidade dos estudantes.

Além disso, a análise das plataformas educacionais revelou uma oferta limitada de planos de ensino que abordam temas como direitos humanos e ética, indicando desafios no acesso e na categorização dos recursos disponíveis. Isso limita a capacidade dos educadores de incorporar esses conceitos em suas práticas pedagógicas. A diversidade e eficácia dos materiais de ensino disponíveis são insuficientes para atender às necessidades de uma educação voltada para a paz. Consequentemente, a pesquisa conclui que a contribuição da BNCC para a meta de cultura de paz é implícita e insuficiente diante das necessidades sociais atuais. Há uma necessidade premente de desenvolver e disponibilizar materiais educacionais mais eficazes e inclusivos, focados na cultura de paz. Este desafio exige um esforço coletivo para revisar e expandir os

currículos e melhorar a diversidade e qualidade dos recursos nas plataformas educacionais, visando uma educação mais ética e moral e centrada no aluno.

Referências

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2006.

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: MEC, 2018.

MASETTO, M. T. Inovação curricular no ensino superior. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v.7 n.2 ago. 2011.

RESNICK, M. **Jardim De Infância para a Vida Toda: Por uma Aprendizagem Criativa, Mão na Massa e Relevante para Todos**. São Paulo: Selo Penso, Grupo A Educação, 2020.

ONU. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015.

PAPERT, S. **Logo: Computadores e Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, R. et al. Estratégias de cultura de paz na educação infantil sob a ótica de educadores. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, e11410917722, 2021.

LIGA DE ESTUDOS ACADÊMICOS DE NUTRIÇÃO E NEUROCIÊNCIA

Jailane de Souza Aquino¹
Tamyra Maciel Vieira²
Andressa Estefany da Silva Nogueira³
Diógenes Alves de Araújo⁴
Victor Matheus de Figueiredo Coutinho⁵

Introdução

Transtornos comportamentais e doenças neurológicas constituem-se como problemas relevantes em diversas fases da vida e impactam diretamente na saúde pública. Tais transtornos e doenças podem ter estreita ligação com a alimentação e a nutrição. Dietas e nutrientes específicos podem impactar diretamente na saúde cerebral e por sua vez no neurocomportamento, ou ainda de forma indireta através do eixo intestino-cérebro.

As interações bidirecionais entre o intestino e o cérebro se dão através de comunicações mediante uma extensa rede de neurónios e uma variedade de vias hormonais, metabólicas e imunes. Especialmente, após a pandemia do COVID-19, as interfaces entre nutrição e neurociência têm ganhado espaço nos cursos de graduação e pós-graduação das áreas da saúde e de humanas, bem como na abordagem prática de clínicas, ambulatórios e serviços de saúde. Apesar do crescimento desta área de atuação, atualmente os cursos como Nutrição, Medicina, Psicologia, Farmácia e Fisioterapia abordam a temática ainda de maneira tímida, com a inclusão de conteúdos isolados em algumas disciplinas.

Assim, este projeto de extensão é a primeira Liga Acadêmica vinculada ao Curso de Graduação em Nutrição da UFPB e permitirá que alunos de graduação e pós-graduação das áreas de Ciências da Saúde e Humanas se depararem com os problemas mais comuns observados na interface nutrição/neurociência, sendo estimulados a pensar em abordagens teóricas e práticas de intervenções nutricionais e soluções individualizadas para os acometidos de transtornos neurocomportamentais e doenças de bases neurológicas. Os extensionistas terão a oportunidade

254

¹ Doutora em Nutrição; Professora Associada II do Departamento de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – jailane.aquino@academico.ufpb.br

² Formada em Educação Física (Bacharelado); Discente em Nutrição (UFPB); Residência Multiprofissional em Saúde Mental (RESMEN/UFPB) – tamyra.vieira@academico.ufpb.br

³ Discente em Nutrição (UFPB) – andressa.estefany@academico.ufpb.br

⁴ Discente em Nutrição (UFPB) – diogenes.alves.araujo@academico.ufpb.br

⁵ Discente em Nutrição (UFPB) – victor.matheus@academico.ufpb.br



de vivenciar a atuação profissional em um contexto amplo da multi, inter e transdisciplinaridade entre os cursos de Nutrição, Psicologia, Medicina, Farmácia, Fisioterapia e outros, sendo levado em consideração a ampliação das possibilidades de apoio especializado da referida área, promovendo a formação de profissionais atualizados com consequentes benefícios à comunidade acadêmica e à sociedade como um todo.

Objetivos gerais

Capacitar os discentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como também de outras instituições paraibanas, interessados na área de nutrição e neurociência;

Executar ações extensionistas na perspectiva da Nutrição e Neurociência, visando o aprofundamento do estudo teórico-prático nesta área; e

Promover a interrelação entre discentes e profissionais da área com familiares e pessoas acometidas por alterações neurológicas e comportamentais.

Metodologia, materiais e métodos

A Liga se apresenta na perspectiva de viabilizar um canal direto entre a Universidade Pública com a população, envolvendo a tríade ensino, pesquisa e extensão. Os encontros presenciais ocorrem nas dependências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), num período quinzenal e com a presença de todos os envolvidos. São realizadas ações que visam os estudos e pesquisas nos campos da relação entre as diversas intervenções dietéticas e seus efeitos sobre o cérebro e sua inter-relação com outros órgãos, bem como, sobre a cognição e o comportamento humano, com ênfase em alterações neurológicas e neurocomportamentais.

Os alunos da graduação, foram incluídos em um grupo de estudos e trabalham na seleção de temáticas de interesse, na elaboração e divulgação da temática em redes sociais, no delineamento de plano de trabalho e execução extensionista, ações através das quais pretende-se proporcionar ao público-alvo a atualização de conteúdos e melhoria dos aspectos que envolvem a Nutrição e a Neurociência, proporcionando estreitamento das relações teórico-práticas entre profissionais e discentes/docentes, além de direcionamentos para uma maior qualidade de vida dos familiares e pessoas com distúrbios neurológicos e neurocomportamentais.

No decorrer do processo serão apresentados resultados de pesquisas, projetos, produtos e discussões sobre a ciência da Nutrição e Neurociência de modo multi, inter e transdisciplinar, considerando uma linguagem acessível para alcançar o público-alvo.

Resultados

Os resultados deste projeto visam fortalecer a conexão entre a academia e a prática clínica, proporcionando informações cruciais sobre a interação entre Nutrição e Neurociência. Através de atualizações periódicas e pela disseminação ativa de conhecimento para indivíduos afetados por condições neurológicas/neurocomportamentais e seus familiares. Como resultados adicionais, prevemos um impacto social significativo, facilitado pelo compartilhamento de conhecimentos entre a equipe do projeto e o público-alvo, propiciando experiências enriquecedoras de empatia e humanização no contexto da saúde, especialmente para aqueles enfrentando diversos distúrbios neurológicos e neurocomportamentais. Visamos ainda contemplar a relação transformadora entre Universidade e Sociedade, aplicando os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de graduação e pós-graduação, bem como nos grupos de estudo. Isso se reflete na formação de estudantes com experiência na área, prontos para se envolverem ativamente nesse contexto e na produção colaborativa de artigos científicos, os quais podem enriquecer os temas centrais que estamos investigando.

Conclusão

Destarte, conclui-se a importância do presente projeto para o aprofundamento teórico e prático da temática, haja vista a crescente necessidade de profissionais capacitados para atuar efetivamente nas diversas desordens neurológicas. Para atingir esse objetivo, buscaremos enquanto grupo nos embasar na literatura científica, por meio da construção de artigos de revisão, além disso, na elaboração de cursos e palestras, junto a profissionais internos ou externos da Universidade Federal da Paraíba, que possam trazer uma perspectiva prática e multidisciplinar para todos os interessados. Por fim, pretendemos socializar esses conhecimentos adquiridos, principalmente com os indivíduos acometidos por essas patologias e seus respectivos familiares, desse modo gerando um impacto positivo em toda a sociedade.

256

Referências

DAUNCEY M. J. Recentes Avanços em Nutrição e Neurociência Cognitiva. Recent Advances in Nutrition and cognitive Neuroscience. 2009. Revista Nutrição - Jul/Ago - 2009. Artigo. Researchgate. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Margaret-Dauncey/publication/307598006_Recentes_Avancos_em_Nutricao_e_Neurociencia_Cognitiva_Recent_Advances_in_Nutrition_and_Cognitive_Neuroscience/links/57cbde1f08ae89cd1e8461b5/Recentes-Avancos-em-Nutricao-e-Neurociencia-Cognitiva-Recent-Advances-in-Nutrition-and-Cognitive-Neuroscience.pdf Acesso em: 22/05/2023.



DURGAN, D.J., LEE, J., MCCULLOUGH, L.D., BRYAN, R.M.. Examining the Role of the Microbiota-Gut-Brain Axis in Stroke. **Stroke**, v.50, p. 2270–2277, 2019.

KRIS-ETHERTON; P. M. et al. Nutrition and behavioral health disorders: depression and anxiety. **Nutrition Reviews**, v. 79, n. 3, p. 247-260, 2021.

MORAIS, L. H., SCHREIBER, H. L., MAZMANIAN, S. K. The gut microbiota–brain axis in behaviour and brain disorders. **Nature Reviews in Microbiology**, v. 19, p. 241–255, 2021.

NEVES L. Neuro-nutrição. Interfaces da Neurociência. Como a comida, dieta, refeições e nutrientes afetam o funcionamento do sistema nervoso. 2021. LANC - Laboratório de Neurociências e Cognição da Universidade Federal de Juiz de Fora. UFJF. MG. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lanc/2021/03/25/interface-neuro-nutricao/> Acesso em: 22/05/2023

SILVA L. G. da. Neurociencia Nutricional: aspectos nutricionais na saúde mental. 2020. Unifacvest. Lages. SC. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/8d427-godinho-l.s.-neurociencia-nutricional-aspectos-nutricionais-na-saude-mental.-unifacvest-lages,-tcc-defendido-em-08-de-julho-de-2020..pdf> Acesso em: 22/05/2023

QIU P., ISHIMOTO T, FU L, ZHANG J, ZHANG Z, LIU Y. The Gut Microbiota in Inflammatory Bowel Disease. **Frontiers in Cellular and Infection Microbiology**, v.12, p.1-14, 2022.

LITERATURA E LETRAMENTO COMO JANELAS PARA SI E PARA O MUNDO: PENSAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA COM UMA ESCOLA DA BAIXADA FLUMINENSE

Clarissa de Arruda Nicolaiewsky¹
Dara Marcela Jesus de Melo²
Andrea Cuentro da Silva³

Introdução

A apropriação da língua escrita permanece sendo um dos maiores desafios das escolas públicas brasileiras, situação agravada pela pandemia do Coronavírus vivida nos últimos anos. O presente trabalho objetiva pensar ações educativas que promovam o acesso de crianças da educação pública à literatura infantil de qualidade, contribuindo para a formação de leitores e para o desenvolvimento de uma relação com a escrita mais inventiva e autoral. As atividades oferecidas são um recorte da proposta do projeto de extensão Movimentos sociais, Diferenças e Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e partem de uma preocupação com os efeitos do longo período pandêmico, que impossibilitou a participação plena das crianças em práticas educativas que promovessem a aquisição da língua escrita. Pensando nisso, as ações ocorrem com turmas do quarto e quinto ano da Escola Municipal Professora Mariana Nunes Passos, que se localiza em Duque de Caxias, município do Rio de Janeiro. A escolha por tais turmas também se deu tanto pela leitura de livros infantis ser geralmente menos presente em anos mais avançados devido à significativa carga curricular a ser trabalhada como pela aposta na literatura - enquanto partilha do sensível - como caminho propício de provocação dos gestos de ler e de escrever (SKLIAR, 2014). As atividades têm sido realizadas uma vez por mês e a cada ida é escolhida uma obra literária infantil para ser apresentada às crianças, junto com uma proposta de atividade escrita.

O trabalho proposto também busca ressignificar o uso da literatura dentro da sala de aula, afastando da instrumentalização e objetificação que a escola produz, já que uma imprópria escolarização da literatura “se traduz em sua deturpação, falsificação, distorção, como resultado de uma pedagogização ou uma didatização mal compreendidas que, ao transformar o literário

258

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ clarissanicolaiewsky@gmail.com

² Licencianda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ daramarcela344@gmail.com

³ Licencianda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ andrea.cuentro@gmail.com

em escolar, desfigura-o, desvirtua-o, falseia-o.” (SOARES, 2011, p.22). Como afirmado por Candido (2012), a literatura - enquanto mergulho no universo da ficção e da poesia - é um elemento indispensável de humanização e, portanto, indispensável à vida. Sendo um direito, interessa pensar na promoção de seu acesso nas instituições educativas.

Objetivos gerais

- Promover a aproximação de estudantes de escolas públicas à literatura infantil de qualidade;
- Construir práticas pedagógicas em uma perspectiva de letramento; e
- Formar licenciandas/os comprometidas/os com a construção coletiva de práticas propiciadoras de uma relação com a língua escrita mais significativa.

Metodologia, materiais e métodos

O projeto busca problematizar o caráter instrumental e objetificado da literatura dentro da formação escolar, percebendo que o uso da literatura como instrumento avaliativo é um dos fatores que desestimulam e afastam as crianças do hábito de leitura, tendo em vista que “toda tentativa de impor a leitura à força acaba por tirar as forças de quem lê” (SKLIAR, 2014, p.68). Por isso, é necessário buscar novas práticas pedagógicas que fomentem a apreciação e apropriação do hábito de leitura pelas crianças. A literatura oferece brechas, abre janelas para olhares outros para si e para o mundo, para construirmos formas outras, mais plenas, de nos relacionarmos e de habitarmos o mundo. Portanto, é importante ressaltar o caráter pedagógico no uso da literatura como dispositivo de apropriação de novos conhecimentos. Pensando nisso, a cada mês é escolhido um livro de literatura infantil para ser apresentado seguido por uma atividade que encoraje a utilização da imaginação e criatividade, visto que para Vygotsky “a imaginação não é um divertimento ocioso da mente, uma atividade suspensa no ar, mas uma função necessária” (2009 *apud* SANTOS *et al*, 2014, p. 20). Sendo assim, vem sendo buscada na escolha do acervo literário a ser utilizado uma diversificação no protagonismo dos personagens de maneira que as crianças tenham acesso a narrativas plurais. Sentir-se representado é parte importante da constituição de si. Com hooks (2017, p.36), apostamos em uma educação antirracista na qual floresça o respeito à pluralidade de histórias, de raízes e de modos de ser e estar no mundo, levando em consideração a presença e importância de cada um e de cada uma e que proporcione “maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente”. Nos interessa “uma alfabetização que tenha a ver com formar leitores abertos à experiência, a que algo lhes passe ao ler, abertos, portanto, a não se reconhecer no espelho”,

abertos a essa dimensão transformadora da leitura, que nos faz outro do que somos (LARROSA, 2011, p.9).

Utilizamos diferentes obras literárias, com personagens diversificados e uma pluralidade de narrativas que dialogavam entre si para, então, propormos atividades que envolvessem representação gráfica e escrita feitas pelas crianças a partir dos debates decorrentes da leitura em sala de aula. A primeira obra usada esse semestre foi Severino faz chover, de Ana Maria Machado, com ilustrações de Ellen Pestili. A história de Severino se passa no nordeste brasileiro, na época de seca, e o menino, profundamente afetado pela situação, decide pensar em uma alternativa para ajudar a fazer chover. Aqui exploramos as possibilidades para resolução de situações problema utilizando da criatividade e imaginação. A história de Severino nos abriu portas para explorar o protagonismo das crianças dentro das narrativas e a atividade proposta em sala partiu da pergunta: Se você tivesse um super poder para ajudar a Terra, qual seria e como usaria?

A obra escolhida também possibilitou iniciar uma discussão acerca da ideia de territorialidade e instigamos as crianças a fazerem uma pesquisa em suas casas de que regiões do Brasil seus familiares eram com o apoio de uma árvore genealógica. Na visita seguinte, apresentamos o Abrapracabrazil, de Fernando Vilela, com a narrativa de uma cabra que, com a ajuda de uma lâmpada mágica, decide viajar por todo Brasil, explorando as diferentes regiões do país e suas especificidades. É comum haver preconceito em nossa região, sudeste, em relação aos migrantes das regiões norte e nordeste, então se faz necessária a valorização das diferentes origens. Em seguida, pedimos às crianças para fazerem uma representação gráfica e/ou escrita sobre qual estado elas gostariam de explorar e o porquê, tendo em vista que o objetivo era estimular a curiosidade sobre diferentes demonstrações culturais e desenvolver o entendimento da diversificação regional do território nacional. Enquanto as crianças desenhavam e escreviam sobre o estado que gostariam de conhecer, elas eram chamadas à frente para prenderem pequenos corações representando os locais de origem seus e de seus pais e avós em um mapa do Brasil que continha apenas estados e suas capitais, a partir da pesquisa que haviam realizado nas semanas anteriores. No momento de solicitação da pesquisa, foi importante pontuar que não haveria problema algum se não conseguissem informação sobre algum parente.

Seguimos com o mesmo autor, Fernando Vilela, agora com a obra Abrapracabra no mundo, cuja proposta foi trabalhar com eles os continentes e culturas de outros países. Eles teriam que desenhar e escrever sobre algum lugar que queriam conhecer, e para o quinto ano a dificuldade de alguns estudantes de se arriscar na escrita deu lugar aos desenhos, um em especial chamou atenção, um aluno que não tinha domínio da escrita fez desenhos maravilhosos dos lugares que queria estar, contando sua experiência com a história ouvida através dos desenhos.

Por fim, fomos para o continente africano com Obax, escrito e ilustrado por André Neves, que conta a história da pequena Obax, uma menina sonhadora que inventava suas próprias histórias. O estilo escolhido pelo premiado autor para representar os personagens causou estranhamento

em uma das turmas e algumas crianças do quarto ano riram da ilustração do livro. Aproveitamos para falar abertamente do assunto, apontando que não temos o feio ou o bonito, mas a ideia do autor que precisava ser respeitada. Faria sentido, a partir da história contada, pedir que criassem suas próprias histórias, mas tendo em vista a resistência apresentada por alguns estudantes nos encontros anteriores quando solicitávamos que escrevessem, decidimos tentar algo diferente. A atividade proposta foi, então, a construção de histórias em grupos, que teriam que ser em algum lugar na África e teriam que ter uma situação problema e a solução desta. Desta forma, nós poderíamos ser escribas assim como as crianças proficientes e não haveria um constrangimento por parte de quem ainda não se sente apto a escrever, podendo participar ativamente da construção do enredo. O processo foi desafiador porque alguns conflitos ocorreram, trabalhar no coletivo nem sempre é fácil, algumas ideias divergem, quem ia desenhar, quem ia escrever, quem ia pintar, mas eles conseguiram criar situações bem criativas, como levar um indígena para Madagascar, que conseguiu salvar uma tribo com seu arco e flecha. hooks (2020) atenta para a importância de garantir, na literatura infantil, o oferecimento de obras que não apenas tragam a representatividade e o fortalecimento da valorização de si, mas que o façam a partir de narrativas com uma qualidade literária, que incitem a imaginação de seus leitores e Obax se mostrou ser uma destas obras.

Resultados e conclusão

Após nosso primeiro encontro com as turmas, ao observarmos que as crianças preferiam usar caneta e que não havia muita abertura para realizarmos intervenções em suas produções textuais, optamos por sugerir exemplos de atividades para as professoras. Para isso, analisamos as produções individuais, percebendo quais eram as maiores questões ortográficas apresentadas e especificidades das crianças na escrita, tais como a concordância nominal e verbal, e partilhámos possíveis estratégias pedagógicas tomando como referência as pesquisas de Morais (2003). A partir deste encontro, passamos a incentivar as crianças a escreverem com lápis e a relem suas produções, tendo em vista que a revisão é um importante recurso para o domínio da língua escrita, pois possibilita que o aprendiz se relacione com a própria escrita de outra maneira, deixando de ver o erro como algo negativo, sendo visto como parte do processo e como algo que ele próprio pode perceber e resolver.

Todas as obras apresentadas tinham como objetivo despertar o hábito e o interesse pela leitura nas turmas de quarto e quinto ano, ressignificando a utilização da literatura para além da instrumentalização que comumente ocorre. Até o final do ano letivo estão programados mais três encontros com as turmas. No próximo, se pretende aprofundar o tema das questões étnico-raciais a partir da leitura de O mundo no black power de Tayó, escrito por Kiusam de Oliveira e ilustrado por Taisa Borges, discussão fundamental para contribuímos com a desconstrução do racismo estrutural em nossa sociedade.

As atividades propostas têm incentivado as crianças a usarem a imaginação e criatividade para se apropriarem das escritas e das narrativas criadas por elas. Com Skliar (2019, p. 99), temos apostado na literatura “como uma das poucas formas – senão a única – de preservar a vida de outros, de lhes dar hospitalidade”. Perseguimos um cuidado na escolha das obras para que possamos “trazer para nosso mundo centenas de mundos de desconhecidos que, com a leitura, tornam-se íntimos e nos fazem inseparáveis” (SKLIAR, 2019, p.94). Alinhadas com o projeto político pedagógico da escola, que prevê o cuidado consigo mesmo, com o outro e com o planeta, incentivamos um olhar sensível ao mundo à nossa volta e as crianças vêm refletindo tal construção ao escreverem, por exemplo, que “queria ter super poder para que os animais do zoológico fosse solto. Porque eles vivem em um cercado e eles vivem preso.”; que queria ter um “olho de mudar o mundo para tira a fome e a gera”; ou “pode de ajudar as pessoas que não tem dinheiro por que tem muita pessoas que não tem dinheiro para comprar comida”. Com Krenak (2019), acreditamos na potência de continuarmos contando histórias para que possamos adiar o fim do mundo, para que não desistamos de nossos sonhos e para que nossas crianças possam também sonhar.

Referências

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: LIMA, Aldo de (et al). *O direito à literatura*. Editora Universitária UFPE, 2012, p. 12-35.

HOOKS, bell. *Ensinando o pensamento crítico: Sabedoria prática*. 1ª edição. São Paulo: Tadeu Breda, 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n.2, p.4-27, jul/dez. 2011.

MACHADO, Ana Maria. *Severino faz chover*. Ilustrações do por Ellen Pestili. São Paulo: Moderna. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2011.

MORAIS, Artur. *Ortografia: ensinar e aprender*. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2003.

NEVES, André. *Obax*. 1ª edição. São Paulo: Brinque-Book. 1ª edição. 2010.

OLIVEIRA, Kiusam de. *O mundo no black power de Tayó*. Ilustrações Taisa Borges. Peirópolis. São Paulo. 1ª edição. 2013.

SANTOS, Amanda *et al.* Reflexões sobre leitura e imaginação na escola. In: CORSINO, Patrícia (org). *Travessias da literatura na escola*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p.213-227.

SKLIAR, Carlos. *A escuta das diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2019.

SKLIAR, Carlos. *O ensinar enquanto travessia: linguagens, leituras, escritas e alteridades para uma poética da educação*. Salvador: EDUFBA, 2014.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A.; BRANDÃO, E.; MACHADO, M. (Orgs.). *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VILELA, Fernando. *Abrapracabrasil*. 1ª edição. São Paulo: Brinque-Book. 2016.

VILELA, Fernando. *Abrapracabra no mundo*. 1ª edição. São Paulo: Brinque-Book. 2021.

MODELAGEM E ESTRUTURAÇÃO DE GAZETTEERS COM USO DE BANCOS DE DADOS NOSQL ORIENTADO A GRAFOS

Guilherme Lopes de Araújo¹
Bruno Rabello Monteiro²

Introdução

Dados geográficos estão disponíveis em quantidades cada vez maiores pela *web*, e a demanda por eles também aumenta de modo proporcional, seja por usuários ou aplicativos (ELWOOD, GOODCHILD e SUI, 2012), (MILLER e GOODCHILD, 2015), (SINGLETON e ARRIBAS-BEL, 2021). Além do mais, uma parte considerável dessas informações é geograficamente específica (ALOTEIBI e SANDERSON, 2014), (VASARDANI, WINTERS e RICHTER, 2013). Tais dados, quando extraídos de textos, são na sua maior parte não estruturados e apresentam características únicas, pois ou registram informações históricas essenciais, ou refletem situações em tempo real (HU e ADAMS, 2020).

Diversas tarefas estão associadas aos dados espaciais encontrados nos textos. A tarefa de *geoparsing* lida com a identificação de nomes de lugares (topônimos), a *reference resolution* objetiva desambiguar os topônimos encontrados, e a tarefa de *grounding reference* estipula a região geográfica com que os topônimos encontrados possuem relação (MONTEIRO, DAVIS JR. e FONSECA, 2016). A execução automática dessas e outras tarefas é um problema crucial e complexo pesquisado na área de Recuperação de Informação Geográfica (*Geographic Information Retrieval – GIR*) (PURVES *et al.* 2018). O GIR é uma extensão da Recuperação de Informação que lida com localizações geográficas e seus metadados, extrapolando o uso de palavras-chave (JONES e PURVES, 2009), lidando com a recuperação, processamento, classificação, indexação e ranking de informações geográficas de fontes de dados semiestruturados ou não estruturadas (JONES e PURVES, 2009). Em geral, a resolução de tais problemas faz uso de outros componentes, além das técnicas e métodos do GIR, como coleções de documentos geograficamente rotulados ou fontes externas de conhecimento, como os *gazetteers*.

Gazetteers são dicionários geoespaciais de nomes de lugares, ou simplesmente, topônimos. Eles contêm informações estruturadas, associando esses topônimos às suas localizações geográficas e aos seus dados descritivos (GOODCHILD e HILL, 2008), (PURVES *et al.*, 2018). Dentre exemplos de *gazetteers* de abrangência global, construídos e mantidos por agências de

¹ Graduando em Sistemas de Informação - Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) - guilherme.la@aluno.ufop.edu.br

² Professor Adjunto no Departamento de Computação e Sistemas – Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) – bruno@ufop.edu.br

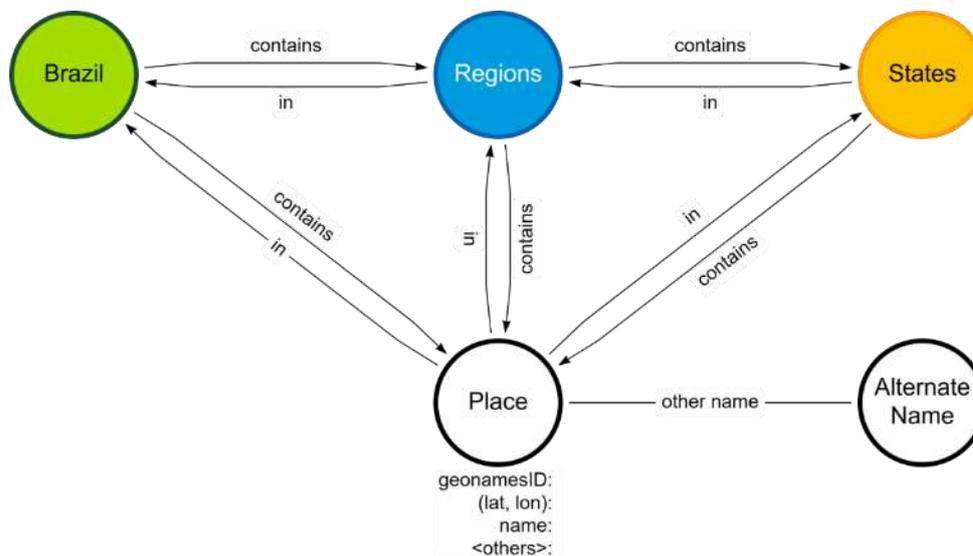
mapeamento autorizadas, estão o GeoNames, o *Getty Thesaurus of Geographic Names* e o ADL (*Alexandria Digital Library*).

Objetivos Gerais

Construir um *gazetteer* estruturando seus dados com o modelo de dados orientado a grafos. Representar os relacionamentos espaciais por meio de nós e arestas.

Metodologia, Materiais e Métodos

Inicialmente, foi gerado um esquema para armazenar o *gazetteer*, adaptando o esquema do *linked gazetteer* (MOURA, DAVIS JR. e FONSECA, 2017). A Figura 1 exibe o esquema desenvolvido.



265

Figura 1. Esquema do *gazetteer* em grafos desenvolvido

Os vértices coloridos (*Brazil*, *Regions* e *States*) representam instâncias únicas, sendo respectivamente, o país (1 vértice), as grandes regiões brasileiras (5 vértices), e os estados brasileiros (27 vértices, considerando o Distrito Federal). Os vértices *Place* e *Alternate Name* representam classes de vértices, cada uma podendo ter inúmeras instâncias. A aresta *other_name* indica que um lugar *Place* pode ter vários nomes alternativos (*Alternate Name*), e que um mesmo nome pode estar associado a mais de um lugar. As arestas, *in* e *contains* indicam os relacionamentos espaciais *dentro* e *contém*, respectivamente. Com essas arestas é possível indicar

qual lugar pertence à qual estado e a qual região do Brasil. Apenas algumas das propriedades dos vértices do tipo *Place* estão indicadas na Figura 1, como o par de coordenadas *latitude*, *longitude*, o *nome* principal do lugar.

Para povoar o banco de dados de grafos foram utilizados os dados provenientes do GeoNames. Este *gazetteer* foi escolhido como fonte primária de dados por ser um dos mais conhecidos dicionários geográficos, com uma boa cobertura e qualidade dos dados [Ahlers 2013]. Com isso, optou-se também por manter o atributo *geonamesId* para questões de correspondência.

A construção do *gazetteer* foi feita com o uso de um processo ETL (*Extract, Transform, Load*). Na extração, os dados gratuitos do GeoNames foram coletados. Esses dados estão organizados em vários arquivos *.txt*, delimitados por *tab*, utilizando a codificação *utf8*. Especificamente, o arquivo contendo os topônimos pertencentes ao Brasil foi usado (BR.zip). Foi necessário acrescentar os relacionamentos espaciais (dentro e contém) aos dados do GeoNames durante a etapa de transformação. Para isso, foram usados os dados dos limites geográficos das regiões e estados brasileiros do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esses dados estão em arquivos no formato *shapefile*, um tipo de arquivo utilizado pelas diferentes bases de dados geoespaciais e vetoriais em sistemas de informações geográficas. Para a realização da verificação do relacionamento espacial entre os topônimos e as regiões e estados brasileiros foi utilizado o software QGIS. Ainda durante a transformação, os dados do GeoNames foram convertidos para o formato *.csv*, sendo que alguns dos atributos dos dados originais foram desconsiderados. Foi necessário um tratamento no atributo *alternative_names*, originalmente multivalorado, para colunas individuais.

Dado o volume dos dados processado, o arquivo original foi dividido em partes menores, 13 arquivos com a média de 10 mil topônimos em cada um. Os *scripts* para o tratamento dos dados foram desenvolvidos utilizando a linguagem Python, com as bibliotecas *pandas*, *p2neo* e *shapely*. Para armazenamento o sistema escolhido foi o Neo4j, que segundo o site *DB-Engines* é o sistema gerenciados de banco de dados de grafos mais utilizado.

Resultados

O *gazetteer* gerado possui um total de 409.980 vértices, englobando topônimos, nomes alternativos, estados, regiões e o próprio país. São 870.925 arestas indicando os relacionamentos espaciais e os nomes alternativos de cada lugar. Alguns vértices do tipo *Place* possuem um número alto de nomes alternativos, chegando a 66 possíveis nomes, enquanto outros possuem apenas um.

Todavia, observou-se algumas inconsistências durante o desenvolvimento. Os polígonos disponibilizados pelo IBGE apresentam problemas quanto a presença de ilhas e regiões hidrográficas que impactaram diretamente no não reconhecimento de alguns lugares como pertencentes ao território brasileiro. Com isso, alguns lugares presentes no GeoNames, não

foram incluídos no *gazetteer* criado. Para fins de verificação, todos os lugares não detectados foram armazenados em arquivos *.csv*.

Conclusão

O uso do modelo de dados de grafos apresentou-se como uma possibilidade para a estruturação de um *gazetteer*, tendo em vista a possibilidade de se mapear os relacionamentos espaciais em arestas do grafo. Além disso, utilizando a estrutura de grafos é possível gerar, com um esforço mínimo, *gazetteers* menores e focados em alguma região. Além disso, por não ser um modelo de dados rígido quanto a um esquema, a inclusão de novos relacionados espaciais entre os lugares presentes na base de dados torna-se mais direta. Ainda que os atuais sistemas de armazenamento em grafos tenham suporte nativo apenas para pontos geográficos, faltando opções para linhas e polígonos.

Trabalhos futuros envolvem a inclusão de novos relacionamentos espaciais no *gazetteer*. Além disso, a criação de uma API para consumo do *gazetteer*. A API permitirá o uso e consultas ao dicionário geográfico sem que seja necessário o conhecimento prévio da linguagem *Cypher* utilizada pelo Neo4J. Por fim, trabalhos que envolvam a comparação de desempenho entre *gazetteers* construídos com o modelo de dados de grafos e outros modelos.

Referências

AHLERS, D. (2013). Assessment of the accuracy of GeoNames *gazetteer* data. *In: Workshop on Geographic Information Retrieval*, 7, 2013, Nova Iorque. **Proceedings [...]**. Nova Iorque: ACM, 2013, p. 74-81.

ALOTEIBI, S.; SANDERSON, M. Analyzing geographic query reformulation: An exploratory study. **Journal of the Association for Information Science and Technology (JASIST)**, Nova Jersey, EUA, v. 65, n. 1, p. 13–24, 2014.

ELWOOD, S., GOODCHILD M. F., e SUI, D. Z. Researching volunteered geographic information: spatial data, geographic research, and new social practice. **Annals of the Association of American Geographers**, Reino Unido, v. 102, n. 3, p. 571- 590, 2012.

GOODCHILD, M. F. e HILL, L. L. Introduction to digital *gazetteer* research. **International Journal of Geographical Information Science**. Reino Unido, v. 22, n. 10, p. 1039–1044, 2008.

HU, Y.; ADAMS, B. Harvesting Big Geospatial Data from Natural Language Texts. *In*: WERNER, M.; CHIANG, Y. (eds). **Handbook of Big Geospatial Data**. Boston: Springer Professional, 2020, cap. 1, p. 1–22.

JONES, C. B.; PURVES, R. S. Geographic Information Retrieval. *In*: LIU, L.; ÖZSU, M. T. (eds). **Encyclopedia of Database Systems**. Boston: Springer, 2009, p. 1227–1231.

MILLER, H. J.; GOODCHILD, M. F. Data-driven geography. **GeoJournal**. Berlin, Alemanha, v. 80, n. 4, p. 449-461, 2015.

MONTEIRO, B. R., DAVIS JR., C. A., FONSECA, F. A survey on the geographic scope of textual documents. **Computers & Geosciences**. Amsterdam, Holanda, v. 96, p. 23–34, 2016.

MOURA, T. H. V. M., DAVIS JR., C. A., FONSECA, F. T. (2017). Reference data enhancement for geographic information retrieval using linked data. *Transactions in GIS*, 21(4):683–700.

PURVES, R. S., CLOUGH, P., JONES, C. B., HALL, M. H., e MURDOCK, V. (2018). **Geographic information retrieval: progress and challenges in spatial search of text**. EUA: Foundations and Trends, 2018. 170p.

SINGLETON, A.; ARRIBAS-BEL, D. Geographic data science. **Geographical Analysis**, Nova Jersey, EUA, v. 53, n. 1, p. 61–75, 2021.

VASARDANI, M., WINTER, S., RICHTER, K. Locating place names from place descriptions. **International Journal of Geographical Information Science**, Reino Unido, v. 27, n. 12, p. 2509–2532, 2013.

NAS LENTES DO IMAGINÁRIO INFANTIL

Alexandra Resende Campos¹

Introdução

O Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi criado em 2010, e ao longo destes anos vem desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuando diretamente no processo formativo dos graduandos em Pedagogia e em instituições educativas da cidade de Mariana, Minas Gerais, Brasil. O imaginário e as culturas infantis, a partir do uso de fotografias, tem sido um dos trabalhos extensionistas desenvolvidos pelo PET Pedagogia, tendo o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFOP.

O público alvo são crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental (faixa etária de 06 a 10 anos) de escolas municipais da cidade de Mariana. São realizadas rodas de conversas com as crianças sobre temas que envolvem a fotografia e seus diferentes formatos. Através do resgate de fotos antigas e atuais, as crianças compartilham histórias dos seus familiares, suas identidades, seus momentos de lazer e afinidades. As ações realizadas envolvem o estudo e a história da fotografia, das câmeras fotográficas, do registro das memórias e as fotografias infantis como uma expressão artística e reveladora do imaginário infantil.

269

Objetivos gerais

- Potencializar as culturas infantis através de fotografias;
- Despertar nas crianças um olhar fotográfico lúdico e interativo;
- Valorizar as identidades e o imaginário infantil;

Metodologia, materiais e métodos

As atividades desenvolvidas ao longo do projeto são amparadas pela metodologia qualitativa denominada de Foto Voz, criada por Wang e Burris (1997). Através da Foto Voz as crianças podem interpretar as fotografias de sua autoria, dos colegas, dos familiares e resgatar todos os valores emocionais, simbólicos, sociais e afetivos envolvidos.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Tutora do Programa de Educação Tutorial PET-Pedagogia da UFOP – alexandra.campos@ufop.edu.br

Essa técnica de pesquisa, desenvolvida nos Estados Unidos, na década de 1990, pressupõe que a fotografia, além de seu carácter documental, tem uma função simbólica importante de expressar e externar sentimentos, ideias, emoções e crenças dos quais as pessoas, muitas vezes, sequer têm consciência de ter ou sentir. (COSTA, 2022, p.83)

Dentro dessa perspectiva, o projeto iniciou em 2022 atendendo crianças dos do quarto ano do Ensino Fundamental de uma Escola do Campo, localizada em um distrito do município de Mariana-MG. O desenvolvimento do projeto persiste em nove encontros semanais realizados nas escolas. Até o momento duas escolas municipais já participaram do projeto, atendendo um total de 70 crianças, além da realização de duas oficinas interativas realizadas na universidade, atendendo 15 crianças do público externo, moradores de Mariana.

Nos primeiros encontros são realizadas algumas rodas de conversas e contação de histórias, abordando a história das primeiras fotografias, a evolução das câmeras fotográficas - das câmeras artesanais até as digitais, além de tratar das contribuições das fotografias nas interações e em nossa vida social. As crianças têm o contato com câmeras fotográficas das décadas de 1960 a 2000 e com os tipos de fotos produzidas (monóculos, fotos em preto e branco, de câmeras analógicas, entre outros formatos). As crianças desenvolvem atividades lúdicas na escola em torno da temática e são orientadas a tirarem fotografias de objetos, paisagens ou lugares que tenham um valor simbólico para cada uma delas, tanto no ambiente escolar, mas também no ambiente domiciliar.

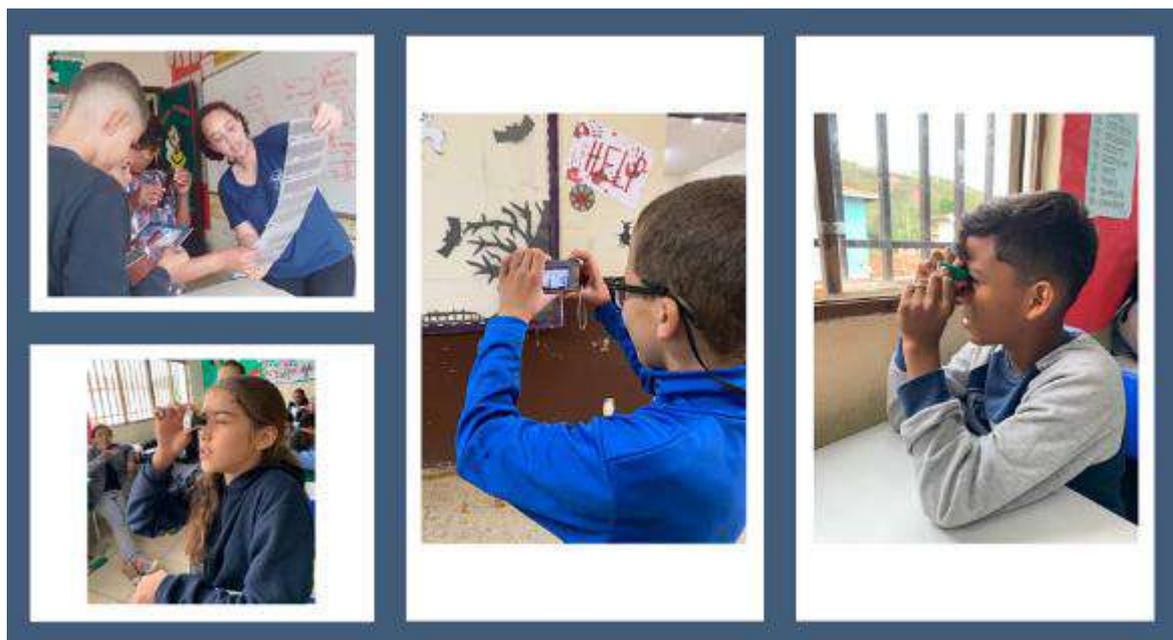
Nas oficinas realizadas trabalhamos com as crianças a noção de luz, foco e enquadramento. Nas rodas de conversas compartilhamos histórias de fotografias antigas das crianças e de seus familiares, os sentimentos e as memórias envolvidas. Ao final dos encontros finalizamos o projeto com uma exposição na escola para que as crianças possam construir uma narrativa das fotografias reveladas, compartilharem os trabalhos desenvolvidos com a comunidade escolar e familiares. Ao final as crianças constroem uma câmera escura e uma cápsula do tempo com algumas fotografias selecionadas.

Resultados

Na primeira edição do projeto, realizado no ano de 2022 foi significativo o envolvimento das crianças nas diferentes etapas do projeto. Através das fotografias tiradas e compartilhadas pelas crianças (ambiente escolar, familiar e domiciliar) tivemos a oportunidade de resgatar as memórias afetivas de crianças de eventos diversos (aniversários, casamentos, nascimento dos irmãos/ãs mais novos/as, batizado, entre outros). As crianças também fotografaram os

brinquedos e brincadeiras favoritas, animais de estimação, plantas, entre outros objetos que revelaram o imaginário e a ludicidade do universo infantil.

Imagem 01: Algumas atividades desenvolvidas em 2022



271

Fonte: Arquivo PET Pedagogia/UFOP - 2022

As ações realizadas em 2023 foram desenvolvidas em uma escola municipal localizada na área central da cidade. Foram realizados nove encontros na Escola, sendo desenvolvidas as seguintes atividades:

1º Encontro: Elaboração e apresentação de uma linha do tempo da fotografia com diferentes tipos de fotos; apresentação de câmeras fotográficas analógicas e digitais. Aspectos históricos da reprodução de imagens e suas evoluções ao longo do tempo.

2º Encontro: Oficina de pequenas técnicas de fotografia (iluminação; foco; ângulos; fotos de objetos, de pessoas, de paisagens e enquadramento); Exibição da animação “A menina e a câmera”.



3º Encontro: As crianças utilizaram uma câmara analógica para tirar fotografias em ambientes externos da sala de aula com o intuito de evidenciar os sentimentos envolvidos após verem as fotos reveladas. Neste encontro as crianças foram motivadas a levarem para a Escola uma fotografia de algum evento familiar para que pudessem compartilhar com os/as colegas a história daquela fotografia.

4º Encontro: As crianças compartilharam as fotos que trouxeram de casa e compartilharam as histórias e os sentimentos envolvidos. Foi um momento importante para as crianças conhecerem um pouco da vida dos/as colegas fora da escola, além de propiciar uma troca de sentimentos e memórias com os próprios familiares.

5º Encontro: Construção de uma câmara escura, utilizando produtos recicláveis para que as crianças compreendessem o processo de captura de imagens sem a utilização de lentes ópticas. Neste encontro também as crianças foram orientadas a tirarem fotos, utilizando um smartphone de um familiar, de ambientes, pessoas ou objetos preferidos do seu ambiente domiciliar.

6º Encontro: As crianças utilizaram máquinas digitais para colocar em prática os conhecimentos adquiridos no projeto sobre algumas técnicas de fotografias e para explorar o imaginário infantil dentro do ambiente escolar.

7º Encontro: Exibição e narrativa das crianças das fotos tiradas no ambiente domiciliar. Construção de um álbum de fotos tiradas pelas crianças ao longo do projeto.

8º Encontro: Construção de uma cápsula do tempo, escrita de uma carta coletiva e seleção de fotos para serem colocadas no interior da cápsula.

9º Encontro: Culminância do projeto - Exposição de fotos e das atividades desenvolvidas para toda comunidade escolar; entrega dos certificados para as crianças.

Imagem 02: Algumas atividades de 2023



Fonte: Arquivo PET Pedagogia/UFOP – 2023

273

Conclusão

O projeto vem contribuindo para a valorização e compartilhamento das culturas e dos imaginários infantis, utilizando as fotografias como um recurso que permite a interação e o protagonismo das crianças no ambiente escolar.

As crianças dialogam e exploram os aspectos simbólicos e afetivos das fotografias reveladas, abrindo espaço para diferentes interpretações das imagens, de autoria própria e dos/as colegas da turma. Ao entrarem em contato com fotografias antigas, tiradas por seus familiares ou pelas próprias crianças nas atividades do projeto, foi possível trabalhar com as memórias e os sentimentos envolvidos, abordando narrativas que envolviam o cotidiano escolar e familiar. A exposição, ao final do projeto, permitiu uma troca dos trabalhos das crianças com toda a Escola, familiares, além de valorizar o protagonismo infantil através das fotografias.

Imagem 03: Exposição e finalização do projeto 2023



Fonte: Arquivo PET Pedagogia/UFOP – 2023

Referências

Costa, Maria Cristina Castilho. Foto-Voz - novas técnicas de pesquisa, educação e intervenção social. **Comunicação e Educação**, ano XXVII, n.2, jul/dez. 2022.

WANG C, BURRIS MA. **Photovoice**: Concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health education & behavior*. 1997 Jun;24(3):369-87.

Agradecimentos

Às bolsistas do Pet Pedagogia que integraram a equipe do projeto – Ingrid Lucila da Silva; Júlia Silva Carvalho de Almeida Pico, Josiane Aparecida Machado; Karen Cecília Dias Amorim; Kethelyn de Freitas Souza, Layssa Vittoria Almeida, Lorena Cristina Gomes Pinto, Mariana de Jesus Costa, Rebeca da Silva Oliveira,

À bolsista de extensão Layssa Vittoria Almeida,

À Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UFOP,

À Pro-Reitoria de Graduação da PROGRAD/UFOP,

Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.



O IMPACTO SOCIAL NAS VIDAS DAS PESSOAS ACOMETIDAS PELA HANSENÍASE

Miele Ferreira Rodrigues¹
Livia Antônia Diógenes¹
Giovana Menezes Jacó Silva¹
Viviane de Oliveira Cavalcante¹
Joanderson Nunes Cardoso²

Introdução

É uma patologia crônica, causada pelo *Mycobacterium leprae*, que atinge os nervos periféricos e a pele, também podendo acometer articulações, olhos, gânglios e outros órgãos. Seu período de incubação é longo, de 2 a 5 anos, com isso há demora do surgimento dos primeiros sintomas e diagnóstico (BRASIL 2008; JESUS et al., 2023).

O estigma e preconceito que carrega a hanseníase vêm desde os tempos mais remotos, com o termo leproso. Há trechos bíblicos em que a doença é referida como um castigo divino em que as pessoas acometidas por ela eram vistas como impuras e pecadoras. Nesse viés, percebe-se que o preconceito está enraizado na sociedade há séculos (DAMASCO, 2005).

Para melhor qualidade de vida é essencial o tratamento quimioterápico específico - a Poliquimioterapia (PQT), que realizado corretamente permite a cura, tendo em vista que a PQT torna o bacilo inviável evitando a disseminação. Nesse tratamento é realizado um acompanhamento mensal com os pacientes para identificar e tratar possíveis complicações e prevenir sequelas (BRASIL, 2002).

Visando a quebra do estigma e o combate à doença em regiões endêmicas, a Organização Mundial da Saúde – OMS, desenvolveu o plano “Rumo à Zero Hanseníase”, para realizar busca ativa para o diagnóstico precoce, para que o número de casos com deformidades físicas visíveis seja reduzido (OMS, 2020).

Este estudo torna-se relevante pela importância de buscar dados na literatura sobre o impacto social da hanseníase para os pacientes afetados. Doença está que tende a deixar sequelas físicas e psicológicas nas pessoas. O tratamento é algo alcançável, entretanto nem todos os pacientes conseguem realizá-lo até o término devido a vários fatores.

275

¹ Discentes de enfermagem da Faculdade Estácio; Email: mieleferreira92@gmail.com, liviadiogenes97@hotmail.com, giovanamjaco@gmail.com, vivianneocavalcante01@gmail.com

² joandersonnunescardoso@gmail.com

Objetivos geral

Realizar uma busca na literatura vigente sobre os impactos ocasionados pela hanseníase nos pacientes por ela acometidos.

Método

O presente estudo refere-se a uma Revisão Integrativa da Literatura, na qual, pretende apresentar a síntese de pesquisas de forma agrupada, como também, dos aspectos que foram mais importantes, para que se faça a divulgação destes achados científicos. É um estudo feito a partir de evidências científicas de outros autores que foram a campo ou vivenciaram na prática os assuntos pertinentes a revisão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

O estudo foi realizado na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) junto a base de dados *National Library of Medicine (NLM/PUBMED)*. O período do estudo foi do mês de maio a setembro de 2023. Os artigos utilizados no desenvolvimento do estudo tiveram critérios de inclusão e exclusão, nos critérios de inclusão foram selecionados artigos primários publicados nos últimos cinco anos, na língua portuguesa, inglesa e espanhola, disponíveis em meio digital. Nos critérios de exclusão: foram excluídos artigos secundários, com acesso privado, com mais de cinco anos de publicação, com textos incompletos e que fugissem da temática abordada.

Através dos Descritores em Saúde (DeCS) e os (MeSH): “Mudança Social” e “Hanseníase”; “Social Change” e “Leprosy” foi realizada uma busca minuciosa nas bases supracitadas. Utilizando-se do operador booleano AND para que fosse realizada a indexação dos descritores, formando assim as seguintes chaves de buscas: Mudança Social AND Hanseníase; Social Change AND Leprosy.

Inicialmente foram localizados 106 artigos sem os critérios de inclusão, sendo 27 da BVS e 79 da PUBMED, a quantidade de artigos com critérios foram 7 da BVS e 29 da PUBMED totalizando 36 artigos com critérios, desses artigos foram excluídos 29, sendo utilizados nesta pesquisa 7 artigos, 3 da BVS e 4 da PUBMED.

Resultados/discussão

O apoio da família e amigos é indispensável, uma vez que, gera acolhimento as pessoas acometidas pela hanseníase, no entanto, devido ao mal histórico da doença fazem com que a pessoa afetada se isole e afaste do meio social. Isso se dá devido ao preconceito e discriminação social, desse modo, a pessoa afetada omite a doença, dificultando o tratamento e assim impactando na falta de autoestima (PIMENTEL et al., 2021).

O estigma social é causado por muitos fatores, incluindo falta de conhecimento sobre patologias, mitos enraizados na sociedade e informações falsas, além da falta de conhecimento

dos afetados. Esse fenômeno leva a preconceito ou discriminação, principalmente por parte de familiares e pessoas próximas do convívio. Isso pode levar a rejeição do paciente e à perda da autoestima, pois muitos deles acreditam que a doença é um castigo e sempre a relacionam a algo ruim. As ações educativas em saúde são essenciais para contrariar esses estigmas que são reproduzidos pela sociedade (ADHIKARI et al., 2014).

A hanseníase tem um impacto negativo, principalmente no aspecto social, onde crenças religiosas e culturais estão envolvidas. As entrevistas realizadas com profissionais de saúde apontam que, apesar deles terem algum entendimento a respeito da doença, há uma falta de capacitação que dificulta o seu conhecimento. Esse problema reflete-se no atendimento aos pacientes, que tendem a saber pouco sobre a hanseníase além dos sintomas populares, como as manchas vermelhas na pele e a perda de sensibilidade. Os pacientes também sabem que a doença possui tratamento com medicamentos. (NORDENDE et al., 2021).

Outro ponto encontrado de grande relevância foi a falta de apoio ou negligência de alguns familiares com os pacientes quando recebem o diagnóstico de hanseníase. Comumente escondem ou simplesmente não deseja falar sobre o assunto, gerando assim um bloqueio/exclusão. A dificuldade e falta de profissionais capacitados influencia na desistência do tratamento e na reinserção social desses pacientes na sociedade (CARDOSO et al., 2023).

O treinamento dos profissionais de saúde quanto às ações preventivas contra a hanseníase pode contribuir para o controle da doença. É por meio do diálogo que os pacientes podem fazer perguntas, questionar e tentar compreender suas condições de saúde. A hanseníase pode afetar pessoas de qualquer idade e nível social, mas é inegável que a vulnerabilidade à contaminação e ao não tratamento é maior em pessoas de baixas condições financeiras (LOURES et al., 2016).

Considerações finais

Diante do exposto, percebeu-se que há uma necessidade em pesquisar e desenvolver estudos aprofundados sobre a hanseníase que apesar de ser uma doença que existe desde os primórdios ainda é pouco conhecida e muito negligenciada. Carrega consigo um estigma social e religioso de grande impacto, que interfere diretamente no psicossocial da pessoa acometida pela patologia. Influenciando a uma não aceitação e não adaptação ao tratamento.

Capacitação profissional, apoio psicológico e familiar, rodas de conversas e desmistificação sobre a hanseníase são meios para haver uma quebra desses estigmas e problemas associados a dificuldades enfrentadas pelas pessoas afetados com hanseníase. A inserção no meio social através das educações em saúde feita por profissionais e grupos de apoio, tem valor crucial na vida dessas pessoas, levando um bem-estar significativo para os mesmos.

Referências

ADHIKARI, B. et al. Fatores que afetam o estigma percebido em pessoas afetadas pela hanseníase no oeste do Nepal. **Plos Negl Trop Dis.** n.6, e2940, 2014.

AT, V. N. et al. Changing perception and improving knowledge of leprosy: Na intervention study in Uttar Pradesh, India. **Plos Negl Trop Dis.** n.8, e0009654, 2021.

BRASIL. Ministério da saúde. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, malária, Tracoma e Tuberculose. **Caderno de Atenção Básica.** n.21. 2 ed. rev. Brasília 2008: Secretaria de Atenção à Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia para o Controle da hanseníase. **Normas e Manuais Técnicos;** n.111. 3 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CARDOSO, G. C. P. et al. Capacitação para o controle da hanseníase: avaliação e contribuições para a gestão. **Saúde Debate.** v.47, n.137, p.90-100, 2023.

DAMASCO, M. S. (2005). **História e memória da hanseníase no Brasil do século XX: o olhar e a voz do paciente.** Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

LOURES, et al. Percepção do estigma e repercussões sociais em indivíduos com hanseníase. **Psicol. Estud. (online).** n.4, p.665-675, 2016.

LUSLI, M. et al. The impact of a Rights-Based Counselling Intervention to Reduce Stigma in People Affected by Leprosy in Indonesia. **Plos Negl Trop Dis.** n.12, e0005088, 2016.

NYBLADE, L. et al. Stigma in health facilities: why it matters and how we can change it. **BMC Med.** n.1, 2019.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Estratégia Global de Hanseníase 2021–2030 – “Rumo à zero hanseníase”.** Sudeste Asiático; OMS, 2021.

PIMENTEL, R. R. S. et al. Lepra: las repercusiones diárias en las trayectorias de la vida. **Cultura de los cuidados.** n.59, 2021.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. n.8, p.102-106, 2010.

JESUS, I. L. R. et al. Hanseníase e vulnerabilidade: uma revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 143–154, 6 jan. 2023.

279



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

OS BENEFÍCIOS DA ATUAÇÃO DO PALHAÇO DE HOSPITAL PARA ATENUAR OS FATORES CRÍTICOS NO CENÁRIO TERAPÊUTICO DA CRIANÇA

Maria Rosa da Silva¹
Esthefany Maria Rocha Silva²
Giovanna Carolina Pereira de Matos³
Paula Laryane Barreto de Melo⁴
Rayane Souza Ferreira⁵

Introdução

A internação pediátrica reverbera em diversos aspectos na vida de uma criança, visto que sua rotina começa a ser permeada por procedimentos médicos desconfortáveis, barulhos e ruídos incessantes e distanciamento de seus pertences de apego emocional e pessoal, de seus familiares e seus amigos. Isso tudo desencadeia medo e insegurança, o que dá abertura para possíveis alterações em sua interação social e expressão de sentimentos (SANTOS JÚNIOR *et al.*, 2017). Nesse contexto, insere-se a figura do palhaço de hospital. Em 2002, uma estudante de medicina da Universidade Federal de Alagoas apoiou-se nos ideais disseminados pelos Doutores da Alegria em São Paulo e deu início ao Sorriso de Plantão, projeto de extensão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em parceria com a Pró-reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) (SORRISO DE PLANTÃO).

O papel do palhaço nesse ambiente é de ressignificá-lo ao promover a institucionalização da terapia do riso como forma de reduzir o estresse e a ansiedade. No momento de sua atuação, o foco se transfere do processo saúde-doença para o indivíduo em sua integridade, abordando seus sentimentos derivados da mudança de rotina (CATAPAN; OLIVEIRA; ROTTA, 2019). Dessa forma, o Sorriso de Plantão é um trabalho solidário que busca amenizar a dor de crianças e acompanhantes a partir da retirada da hostilidade dos hospitais e criação de vínculos que tornam a estadia mais confortável. Esse aspecto positivo do projeto é proporcionado ao trazer brincadeiras e atividades que levam entretenimento àquele local (CAVALCANTE *et al.*, 2016).

280

¹ Docente do curso de enfermagem. UNCISAL. maria.silva@uncisal.edu.br

² Discente do curso de terapia ocupacional. UNCISAL. esthefany.silva@academico.uncisal.edu.br

³ Discente do curso de medicina- UNCISAL. giovanna.matos@academico.uncisal.edu.br

⁴ Discente do curso de medicina- UFAL. paula.melo@famed.ufal.br

⁵ Discente do curso de psicologia- UFAL. rayane.ferreira@ip.ufal.br

Objetivo

Compreender a importância da atuação dos palhaços de hospital ao usar da ludoterapia como agente transformador.

Metodologia

O instrumento escolhido para coleta de dados da pesquisa foi a pesquisa documental em bases de dados online. A escolha do método se deu pela necessidade de se pesquisar e analisar documentos institucionais publicados com a temática dos palhaços nos hospitais e seu papel no contexto hospitalar.

A respeito da pesquisa documental o autor Kripka *et al* (2015) define “pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno;”. Ao fazermos a diferenciação entre a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica, através das características do documento, por meio da sua origem. A primeira é fonte primária, ou seja, que não passou por análise, como relatórios, diários, cartas, etc. Já a segunda é fonte secundária, que vai abarcar produções já desenvolvidas de um tema em específico (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

De acordo com a proposta do artigo (Tabela 1), foram selecionados seis textos da base de dados online Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em seu portal regional, buscados pelos descritores palhaço de hospital, crianças, hospital, terapia do riso, ludoterapia e terapia. Os critérios de inclusão selecionados foram artigos em português e/ou inglês, publicados de 2013 a 2023 e correspondentes à temática; já os de exclusão foram textos incompletos, disponíveis de forma paga e repetidos.

281

Tabela 1- Metodologia

Plataforma	Descritores	Quantitativo encontrado	Quantitativo selecionado	Artigos escolhidos	Autores
BVS	Palhaço de hospital, crianças, hospital	6	1	Palhaços de hospital como estratégia de amenização da experiência de hospitalização infantil	CAIRES, S, <i>et al.</i>

BVS	Palhaço de hospital	15	1	Comportamentos construídos e disseminados no palhaço de hospital	SILVA, M. R. <i>et al.</i>
BVS	Terapia do riso, Crianças	52	2	Clowning as a complementary approach for reducing iatrogenic effects in pediatrics Therapeutic clowning in hospital settings: more than a play-fool proposal	DIOGINI, A. FINLAY, F. <i>et al.</i>
BVS	Palhaços de hospital, Terapia	20	1	Efeito da interação com palhaços nos sinais vitais e na comunicação não verbal de crianças hospitalizadas	ALCÂNTAR A, P. L. <i>et al.</i>

Fonte: Autoras, 2023.

282

Resultados

Na pesquisa feita por Caires *et al.* (2014) sobre a atuação dos palhaços de hospital, após a apresentação dos resultados, os profissionais discutiram e apreciaram criticamente as vantagens da intervenção dos palhaços de hospital junto das crianças e adolescentes. Eles destacaram a dimensão lúdica dos participantes de nariz vermelho, ressaltando que isso serve a objetivos como distração e entretenimento, com especial ênfase nas crianças. Além disso, os palhaços de hospital foram considerados como contribuintes para amenizar a experiência de internação e tratamentos médicos, bem como para reduzir o impacto emocional negativo que a condição clínica e a hospitalização podem ter sobre os jovens pacientes.

Os profissionais entrevistados também mencionaram que a presença dos palhaços de hospital pode reduzir a percepção de demora ou tédio durante a hospitalização ou em momentos de espera, aumentando a tolerância e cooperação das crianças e seus pais ou acompanhantes. Eles acreditam que os palhaços podem promover experiências mais positivas de hospitalização, tornando-a menos desagradável e traumática, e mudando a visão da criança em relação ao hospital como um ambiente menos hostil (CAIRES *et al.*, 2014).

Posteriormente, Alcântara *et al.* (2016) seguiu uma linha de pesquisa semelhante, os resultados demonstraram que a atuação dos palhaços de hospital seguiu trazendo benefícios. Neste estudo, os pesquisadores buscaram realizar um contato próximo, humanizado e individualizado com crianças hospitalizadas, utilizando a interação lúdica com palhaços. Dentre os resultados encontrados, ressalta-se que a interação com palhaços beneficia não apenas as crianças, mas também suas famílias e os profissionais de saúde, além disso, melhora a aceitação de procedimentos médicos e reduz o período de internação. Os benefícios também incluem mudança do comportamento passivo para o ativo, colaboração com a equipe de saúde, recuperação mais rápida após cirurgias, menos estresse para a equipe e pais, e até melhor relacionamento entre profissionais e pacientes.

Ademais, a palhaçaria terapêutica também pode reduzir a percepção de dor em crianças. Intervenções de palhaços durante procedimentos médicos invasivos têm sido associadas a níveis mais baixos de dor e estresse em crianças hospitalizadas. A presença de palhaços durante tratamentos com injeções e exames também foi relacionada a uma menor experiência de dor e medo nas crianças, proporcionando benefícios significativos para o bem-estar emocional e físico dos pacientes. O uso adequado da palhaçaria, com profissionais capacitados, pode ajudar a reduzir a ansiedade e dor associadas a procedimentos médicos, melhorando a experiência das crianças durante a hospitalização (DIONIGI, 2017).

Os palhaços de hospital também atuam nas unidades de terapia intensiva (UTIs), devendo atender a padrões profissionais elevados e considerar as particularidades do ambiente e dos pacientes críticos. A inserção do palhaço devidamente capacitado pode melhorar a qualidade da assistência em saúde, oferecendo um cuidado ampliado e acolhedor ao paciente hospitalizado, complementando os tratamentos convencionais (SILVA *et al.*, 2022)

Em relação às dificuldades antecipadas com a presença dos palhaços de hospital, os profissionais de saúde entrevistados relataram que algumas crianças ou adolescentes podem sentir medo, pânico ou resistência à presença dos palhaços, especialmente quando estão em sofrimento. A imagem do palhaço também pode ser rejeitada pelas crianças por conta do simbolismo que o jaleco branco carrega. Além disso, alguns adolescentes podem encarar a figura e as brincadeiras dos palhaços de hospital como infantis, o que pode ser visto como uma desvantagem em alguns casos (CAIRES *et al.*, 2014; FINLAY *et al.*, 2017).

Visto que o uso adequado da palhaçaria, com profissionais capacitados, pode ajudar a reduzir a ansiedade e dor associadas a procedimentos médicos, melhorando a experiência das crianças durante a hospitalização, e diante da expansão do trabalho dos palhaços hospitalares no Brasil, surge a necessidade de uma formação mínima para aqueles que desejam atuar nesse serviço complementar de assistência à saúde (DIOGINI, 2017; SILVA *et al.*, 2022)

É essencial democratizar essa arte, permitindo que grupos de referência apoiem os iniciantes e conscientizem sobre a responsabilidade desse trabalho. A ONG Doutores da Alegria ressalta que não há legislação trabalhista específica para a categoria "palhaço de hospital" no Brasil, visto

que a formação artística na linguagem do palhaço é a base, e o campo de atuação pode ser amplo e diverso. Em outros países, como Israel e Argentina, a atuação do palhaço de hospital é formalizada e incluída na equipe de saúde. No contexto brasileiro, é urgente um controle sobre os trabalhos desenvolvidos, pois a ausência de conhecimento específico pode comprometer a credibilidade dos grupos sérios (SILVA *et al.*, 2022).

Diante de tudo que foi supracitado, é importante estabelecer redes de apoio e parcerias com os hospitais, explicando a função e atribuições do palhaço frente ao paciente. Assim como os profissionais de saúde são selecionados e treinados, os palhaços também precisam ser capacitados e suas intervenções validadas por grupos comprometidos antes de atuarem nos hospitais (SILVA *et al.*, 2022).

No geral, a pesquisa indica que há uma ampla percepção positiva sobre os benefícios da intervenção dos palhaços de hospital junto das crianças e adolescentes, com um pequeno número de obstáculos ou resistências identificados pela comunidade hospitalar.

Conclusão

Portanto, é importante a atuação dos palhaços de hospital para a amenização do processo de internamento, tanto para a criança quanto para os seus acompanhantes, ao tornar o ambiente mais acolhedor. Assim como auxilia de forma positiva no prognóstico dos procedimentos realizados pelos profissionais de saúde, reduzindo sentimentos como ansiedade, medo e estresse.

Diante de tudo que foi supracitado, é imprescindível estabelecer redes de apoio e parcerias com os hospitais, explicando a função e atribuições do palhaço frente ao paciente. Assim como os profissionais de saúde são selecionados e treinados, os palhaços também precisam ser capacitados e suas intervenções validadas por grupos comprometidos antes de atuarem nos hospitais.

O presente estudo busca compreender a importância e todos os impactos que o trabalho dos palhaços de hospital geram na vida e no tratamento dos pacientes, apesar de algumas resistências e obstáculos enfrentados, que precisam ser contornados de forma assertiva, com isso surge a necessidade de promover uma formação mínima para aqueles que almejam atuar em serviços complementares à saúde.

Em suma, é de extrema importância que a ludoterapia seja implementada de forma responsável nos serviços de saúde, tendo em vista toda sua influência positiva no processo de hospitalização, e que projetos voluntários como o Sorriso de Plantão sejam difundidos, já que são essenciais para o melhor prognóstico de centenas de pacientes.

Referências

ALCÂNTARA, P. L. *et al.* Efeito da interação com palhaços nos sinais vitais e na comunicação não verbal de crianças hospitalizadas. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 34, p. 432–38. dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/DsDDqvXFN4Xm4jcgwZ7ZQMR/?lang=pt>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

CATAPAN, S.C.; OLIVEIRA, W.F.; ROTTA, T.M. Palhaçoterapia em ambiente hospitalar: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3417–3429, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fRb4SqQCHZ4MzTDNF4SD68z/?lang=pt>. Acesso em: 8 de julho de 2023.

CAIRES, S. *et al.* Palhaços de hospital como estratégia de amenização da experiência de hospitalização infantil. **Psico USF**, p. 377–386, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-732657>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

CAVALCANTE, A.L. *et al.* SORRISO DE PLANTÃO: a percepção da criança sobre o processo de hospitalização antes e após a atuação do palhaço doutor. **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - ALAGOAS**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 135–148, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/2858>. Acesso em: 7 de julho de 2023.

DIOGINI, A. Clowning as a Complementary Approach for Reducing Iatrogenic Effects in Pediatrics. **AMA J Ethics**, v. 19, n.8, p. 775–82, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mdl-28846517>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

FINLAY, F. *et al.* Therapeutic Clowning in Hospital Settings: More than a Play-Fool Proposal. **Arch Dis Child**, v. 102, n. 7, p. 597–98, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mdl-28465302>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

SANTOS JÚNIOR, C. J. *et al.* Extensão universitária como ferramenta de promoção de saúde e resignificação do cuidado à criança hospitalizada. Experiência. **Revista Científica de Extensão**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/28111>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

SILVA, R. K. O.; SANTOS, R. P.; SILVA, K. R. M.; SILVA, M. E. B. PROJETO RESGATAR SORRISOS: O EMPREGO DA TERAPIA DO RISO NO CUIDADO HUMANIZADO. **Gepnews**, v. 5, n. 1, p. 259-262, 9 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/gepnews/article/view/12909->. Acesso em: 9 de julho de 2023.

SILVA, M. R. *et al.* Comportamentos construídos e disseminados no palhaço de hospital. **Ciência Saúde Coletiva**, v.27, n.6 .p. 2449–2458, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-35649031>. Acesso em: 9 de julho de 2023.

SORRISO DE PLANTÃO. **Nossa História**. Disponível em: <https://www.sorrisodeplantaio.com.br/>. Acesso em: 8 de julho de 2023.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNADE**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015. Disponível em: <https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/download/1455/1771>. Acesso em: 7 de julho de 2023.

OS BENEFÍCIOS DA CURVA ABC NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE UMA CASA CAMPO DE PEQUENO PORTE

Júlia Lopes Marinho¹
Alex Sandra Sousa Lopes²
Moisés Boanerge Cardozo Santana³
Alcione Lino de Araújo⁴
Plínio Gonçalves Fahd⁵

Introdução

O âmbito da construção civil é um importante dinamizador da economia, pois gera emprego e contribui para o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, é um setor que exige grandes investimentos, o que torna o controle de custos essencial para evitar prejuízos e garantir o sucesso de uma obra. De acordo com a CBIC (2020), o controle de custos é um fator determinante para evitar imprevistos orçamentários, aumentar a lucratividade dentre outros benefícios. O orçamento é uma ferramenta fundamental para o controle de custos na construção civil. Um processo orçamentário eficiente e eficaz é muito importante para que os construtores alcancem resultados lucrativos. De acordo com Mattos (2020), um bom orçamento permite ao engenheiro ou tecnólogo em construção de edifícios tomarem decisões acertadas, evitando desvios de custos e prazos.

Diante disso, a curva ABC, também conhecida como Diagrama de Pareto, é uma ferramenta de gestão que auxilia na análise de custos. De acordo com Rocha (2022), a curva ABC permite identificar os itens mais relevantes do orçamento, para que sejam priorizados no controle. O artigo em questão analisa os benefícios da curva ABC na construção civil de uma casa de campo de pequeno porte, localizada no município de Santa Inês, estado do Maranhão, Brasil. O estudo também considera o gerenciamento de riscos, que é essencial para garantir o sucesso de uma obra. Nesse sentido, de acordo com Vilela e Conforte (2020), tal artifício permite a redução de inúmeras ações que possam ocasionar eventos não planejados que coloquem em risco o sucesso da obra.

287

¹ Graduanda Curso Tecnologia de Construção de Edifícios – IFMA – Campus Santa Inês–
julia.marinho@acad.ifma.edu.br

² Graduanda Curso Bacharelado em Administração – IFMA – Campus Santa Inês–alexandra@acad.ifma.edu.br

³ Graduando Curso Bacharelado em Administração – IFMA – Campus Santa Inês – moyses.c@acad.ifma.edu.br

⁴ Pós-doutora em Engenharia de Produção – Professora EBITT – IFMA – Campus Santa Inês –
alcione.lino@ifma.edu.br

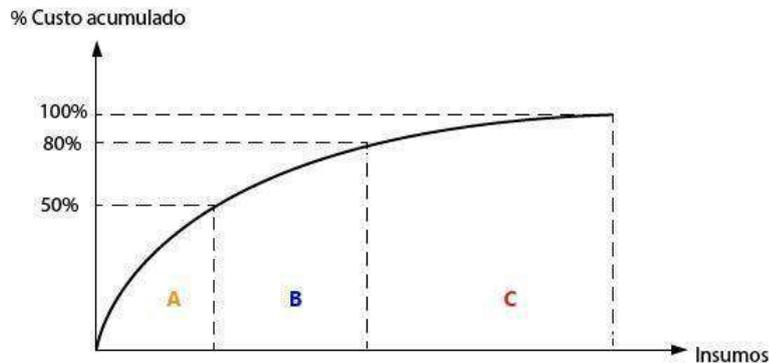
⁵ Mestrando em Administração e Contabilidade –Professor –UEMA – Campus Bacabal –
prof.fahdlino@gmail.com

Ademais, a Curva ABC permite um relatório na forma decrescente de custo, podendo ser de dois tipos: de insumos e de serviços (MATTOS, 2020). A Curva ABC, segundo Koch (2006), surgiu em 1897, graças ao economista italiano, Vilfredo Pareto. Também conhecida como Diagrama de Pareto, Princípio 80/20, Princípio de Pareto, Princípio de menor esforço e do desequilíbrio, Lei de Pareto. O estudo de Pareto, conforme Reinhardt (2017), após um criterioso levantamento de dados populacionais, consistiu em uma classificação sobre a distribuição de renda em que na classe A estariam as pessoas mais ricas, ou seja, 20% que unidas somavam 80% da riqueza italiana; enquanto na classe B, situavam-se a classe média, 30% da população e por fim, na classe C, a parcela mais pobre que equivaliam a 50% do todo populacional e condiziam a 5% da riqueza. Essa metodologia pode ser aplicada em diversas áreas, a exemplo, do foco deste artigo que está voltado para os benefícios da Curva ABC na construção civil de uma casa no campo de pequeno porte.

De acordo com Solano (2003), a Curva ABC pode ser utilizada em diversas etapas de um empreendimento, desde o planejamento até o gerenciamento. Essas são as utilizações da curva ABC: a) Planejamento de empreendimentos: a Curva ABC pode ser utilizada para auxiliar na tomada de decisões iniciais, com base em empreendimentos já concluídos. Podendo ser utilizada para identificar os itens que representam os maiores custos em um empreendimento, a fim de priorizar esses itens no planejamento; b) Programação de empreendimentos: a Curva ABC pode ser utilizada para elaborar orçamentos em estudos de viabilidade preliminares. Ela estima os custos de um empreendimento, a fim de avaliar a sua viabilidade econômica. c) Planejamento de obras: a Curva ABC pode ser utilizada para comparar a Curva ABC real do projeto a ser executado com as curvas da empresa, a fim de identificar possíveis desvios. A ferramenta pode ser utilizada para identificar itens que estão com custos acima do esperado, tomando medidas corretivas. d) Programação de obras: a Curva ABC pode monitorar as variações de custos individuais e suas repercussões no custo global e identificar itens que estão com custos variáveis, a fim de tomar medidas para reduzir esses custos. e) Gerenciamento de obras: a Curva ABC é uma ferramenta pouco utilizada pelos gestores de obras. No entanto, essa estratégia pode ser muito útil para auxiliar no controle de custos e na melhoria da eficiência das obras.

A Curva ABC permite visualizar a distribuição dos custos de uma obra por insumos. Ela é originada de um gráfico que demonstra a percentagem acumulada de cada insumo no valor acumulado. De acordo com Mattos (2020), a Curva ABC é uma ferramenta útil para engenheiros civis e tecnólogos em construção de edifícios. Essa metodologia pode ser utilizada para auxiliar na tomada de decisões de gestão, como a priorização de insumos e a negociação de preços com fornecedores. A Figura 1 apresenta a representação gráfica da Curva ABC, com suas faixas A, B e C. As faixas A e B, juntas, representam 80% do custo da obra e compreendem apenas 20% dos insumos. A faixa C engloba em torno de 80% dos insumos, apesar de representar apenas 20% do custo da obra. A Curva ABC é uma ferramenta de análise didática e pode ser aplicada para qualquer quantidade de insumos ou serviços.

Figura 1 – Representação gráfica da Curva ABC.



Fonte: Adaptado de Mattos (2020).

Objetivos gerais

- Investigar estratégias eficazes para melhorar a gestão de custos no setor de construção civil, reconhecendo sua relevância para a economia regional e nacional. Isso inclui o estudo das práticas de orçamento e a análise de como um controle de custos eficiente pode contribuir para evitar imprevistos orçamentários;
- Explorar como o controle adequado de custos pode contribuir para a maximização da eficiência e lucratividade das empresas de construção, garantindo que os investimentos sejam bem gerenciados e que os projetos sejam concluídos dentro do orçamento e no prazo previsto, envolvendo o uso da Curva ABC que é fundamental na análise de custos e orçamentos de obras;
- Incentivar a adoção da Curva ABC como uma ferramenta de gestão de custos na indústria da construção civil, demonstrando como ela pode proporcionar uma visualização clara da composição dos custos auxiliando na identificação de elementos que causam maiores gastos, sendo essencial para a tomada de decisões estratégicas, como negociação com fornecedores e controle de estoque, visando à redução do risco de estouro orçamentário e ao aumento da lucratividade e competitividade das empresas do setor.

289

Metodologia, materiais e métodos

O artigo em estudo é uma pesquisa aplicada que utiliza a metodologia da Curva ABC, desenvolvida pelo economista italiano Vilfredo Pareto e adaptada para a construção civil por



Mattos (2020). A Curva ABC é uma ferramenta de análise de custos que permite identificar os itens que representam os maiores custos de uma obra. O artigo também é um estudo de caso, pois foi aplicado a um orçamento de obra específico: uma casa de campo de pequeno porte localizada no município de Santa Inês, no estado do Maranhão, Brasil.

Para elaborar a Curva ABC, foram seguidas as seguintes etapas utilizando a planilha eletrônica do *Microsoft Excel*, contendo o orçamento em estudo: 1) calcularam-se os custos unitários dos serviços para obter os custos totais referentes a cada item; 2) os serviços foram agrupados e hierarquizados de forma decrescente ao custo total; 3) a organização da planilha obedeceu à seguinte formatação, conforme apresentado na Tabela 1, abaixo; 4) os itens dos serviços foram dispostos em ordem decrescente, calculando-se as porcentagens individuais e acumuladas de todos os itens; 5) As classes foram determinadas conforme os limites definidos: Classe A: Insumos que representam 50% do custo total; Classe B: Insumos entre os percentuais acumulados de 50% e 80% do custo total; Classe C: Todos os insumos restantes. 6) A curva referente ao Diagrama de Pareto ou Curva ABC foi gerada no mesmo *software*, representando os resultados para posterior discussão e análise sob o olhar do custo e planejamento.

Tabela 1 - Demonstrativo da organização dos dados.

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	%	% ACUMULADO
------	---------	------------	----------------	-------------	---	-------------

Fonte: Autores (2023).

Resultados

Com base nos dados da planilha orçamentária do projeto em estudo, foi possível elaborar a Curva ABC para a construção de uma casa de campo de pequeno porte. Para isso, o orçamento global foi verificado para identificar os serviços a serem analisados e os custos aplicados.

Os serviços presentes no orçamento global foram divididos de acordo com o tipo de serviço e os itens, fundação da obra, alvenaria e estrutura, cobertura, hidráulica, reboco, fechamentos, instalação elétrica, telefonia, rede, TV a cabo, revestimentos, acabamento. Esses serviços foram detalhados no fluxograma representado na Figura 2.

Figura 2 - Fluxograma da aquisição de materiais



Fonte: Autores (2023).

Após análise dos custos e a viabilidade da construção da obra expressa pela planilha da curva ABC, passou-se a verificar os detalhes contidos na obra, para que não houvesse nenhum imprevisto quanto ao fluxo traçado.

Assim, como resultado dos dados da planilha orçamentária a curva ABC elaborada no *Microsoft Excel* baseando-se na análise orçamentária, representada na Figura 3, a seguir:

Ao analisar a utilização desta ferramenta é de extrema importância explicar os itens, que irão gerar maior valor econômico para a execução do projeto. De acordo com o nível de insumos e serviços, o projeto de uma pequena casa no campo lista 152 itens; entre eles, 31 itens correspondem aos insumos e serviços que têm maior impacto no custo total da obra, correspondendo a itens representativos da categoria A, que são 84,76%, equivalente ao valor acumulado de R\$ 69.872,00 reais; a categoria B possui 32 itens, respondendo por 94,82%, equivalente a um valor acumulado de R\$ 78.165,00 reais; por fim, a categoria C possui 89 itens, constituindo 100% da curva ABC, com valor acumulado totalizando R\$ 82.435,00 reais.

Conclusões

A Curva ABC é uma ferramenta importante para o planejamento e controle de custos na construção civil. Ela permite classificar os itens de uma obra de acordo com seu impacto financeiro, identificando os itens mais relevantes, que carecem de atenção especial. A sua utilização na construção civil é uma das etapas essenciais do planejamento de projetos, pois além de estar diretamente relacionada à viabilidade dele, é decisiva para todas as fases da obra. Assim, a elaboração da planilha da Curva ABC é um processo fundamental, que deve ser realizado de forma constante e assertiva pelos responsáveis da gestão de custos.

A análise fundamentada no Diagrama de Pareto ou Curva ABC é uma metodologia simples e eficaz, que pode ser aplicada em diferentes tipos de empreendimentos e em suas diversas fases. Portanto, para trabalhos futuros, recomenda-se uma análise orçamentária utilizando um estudo baseado na transferência do montante economizado por meio da análise de Pareto para outras regiões do País. Essa análise permitirá comparar o valor monetário economizado em diferentes regiões.

293

Referências

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Construção civil é a locomotiva do crescimento, com emprego e renda.** Disponível em: <https://cbic.org.br/construcao-civil-e-a-locomotiva-do-crescimento-com-emprego-e-renda>, 2020. Acessado em: 06 ago. 2023.

KOCH, R.; PRINCÍPIO, O. 80/20. **Rio de Janeiro: Sextante**, 2006.

MATTOS, Aldo Dórea. **Como preparar orçamento de obra.** 3 ed. Oficina de texto. São Paulo: PINI 2020.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



REICHARDT, André Luís et al. O ensino da curva ABC no curso técnico em administração: uma possibilidade de integração entre a administração e o ensino de estatística. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

ROCHA, Poliana Lima et al. Aplicação da curva ABC para análise de orçamento de obra: estudo de caso em um condomínio residencial. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, p. e498111537465-e498111537465, 2022. Disponível em: <https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/jessica-candeia-de-andrade-671074.pdf>. Acessado em: 06 ago. 2023.

SOLANO, Renato da Silva. **Curva ABC de fornecedores: uma contribuição ao planejamento, programação, controle e gerenciamento de empreendimentos e obras**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Engenharia de Produção, Florianópolis. 2003.

VILELA, Giselle Cristina; CONFORTE, Marcio Escobar. Metodologia para Gerenciamento de Riscos em Empreendimentos de Pequeno Porte. **Boletim do Gerenciamento**, v. 13, n. 13, p. 63-71, 2020.

294



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PRÁTICAS DE MULTILETRAMENTOS E USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Luciana Ferreira Furtado de Mendonça¹
Giulianne Sampaio Ferreira²

Introdução

Para a Base Nacional Comum Curricular, um dos objetivos da escola, é proporcionar aos alunos o desenvolvimento de competências e habilidades para que compreendam e utilizem as tecnologias digitais nas diversas práticas sociais, com diferentes linguagens e mídias. E, nesse cenário contemporâneo no Brasil, muitos são os desafios vivenciados pelos docentes em relação aos multiletramentos necessários à formação integral e cidadã. Neste sentido, o presente estudo tem como foco apresentar um levantamento bibliográfico das produções acadêmicas brasileiras, nos últimos dez anos, sobre como os professores praticam e compreendem os “multiletramentos” e utilizam as “tecnologias digitais” nas práticas formais

de ensino na Educação Básica. Por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória, mapeou-se os estudos a partir de determinadas palavras-chaves, tendo como referência o portal periódicos CAPES, biblioteca virtual que reúne as produções do Brasil, das instituições de ensino superior privadas e públicas. Os resultados encontrados já possibilitaram uma inicial interpretação do conceito apreendido e implementado, no cotidiano educacional brasileiro, de “multiletramentos” das pesquisas publicadas. Os próximos passos do presente estudo serão: identificar cada experiência apresentada, sob a perspectiva da análise de conteúdo em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados; organizar um quadro sintético dos estudos analisados (por autor, região, instituição de ensino, ano) para que, finalmente, possa ser concluído a análise, reconhecendo as lições bem sucedidas, as barreiras vivenciadas, bem como os direcionamentos urgentes para os currículos da formação inicial e continuada docente, propiciando indicadores para a organização de novas políticas públicas educacionais para esse campo de estudo.

Portanto, no atual cenário dos resultados parcialmente encontrados, nessa pesquisa de iniciação científica foi descrito o processo de revisão bibliográfica e uma embrionária análise inicial dos dados encontrados.

295

¹ Professora da Faculdade Unyleya - prof.lucianamendonca@unyleya.edu.br

² Licencianda do curso de Pedagogia da Faculdade Unyleya - giulya_sampaio@hotmail.com

Objetivos gerais

- Apresentar o referencial teórico metodológico que embasou o processo de investigação, propiciando a revisão bibliográfica realizada no Portal Periódicos CAPES;
- Relatar os resultados encontrados por meio dos princípios metodológicos adotados;
- Destacar os próximos passos do processo de investigação, identificando as etapas que compõem o processo de pesquisa, bem como as contribuições para o cenário educacional brasileiro.

Metodologia, materiais e métodos

Para Galvão (2011) o levantamento bibliográfico para fins técnico-científicos é um assunto envolvente, pois envolve toda a história da humanidade, a construção de novos espaços coletivos, tendo em vista que:

(...) leva em si um pouco de outras pessoas e organizações (governamentais, privadas e não-governamentais, nacionais e internacionais) que tiveram e têm a preocupação em preservar o conhecimento, que foi e é diariamente gerado no mundo, em diversos idiomas, a fim de que seja aproveitado, em curto, médio ou longo prazo, e contribua para o desenvolvimento ou progresso da ciência (GALVÃO, 2011, p. 10).

296

Portanto, uma pesquisa que adota o levantamento bibliográfico tem como objetivo potencializar o conhecimento coletivo, pois identifica as experiências registradas, bem como as boas práticas e lições bem sucedidas vivenciadas por diferentes comunidades de pesquisadores. Também é possível observar as lacunas, as falhas, desenvolvendo novos estudos que possam responder às questões que não foram sanadas ou percebidas por determinada pesquisa.

Dessa forma, podemos afirmar, que uma pesquisa científica inovadora, ética e cuidadosa, dependerá de um levantamento bibliográfico de qualidade, ou seja, sistemático e coeso com as pretensões a serem alcançadas (GALVÃO, 2011).

Verificar a informação produzida e publicada, especialmente, em nosso país, poderá assegurar a formação de novas políticas públicas, a avaliação das estratégias implementadas e já existentes, bem como identificar como determinados conceitos, legislações e prática estão sendo compreendidas por determinado público. E é neste contexto que inserimos o presente estudo, em andamento, que tem como objetivo mapear a produção acadêmica nos periódicos CAPES entre os anos de 2018 a 2023, sobre os multiletramentos, tecnologias digitais e formação docente continuada. Foram observados artigos brasileiros para se verificar a influência do multiletramento e das tecnologias na formação continuada de professores brasileiros.



A pesquisa foi realizada no Portal Periódicos CAPES, referência no cenário brasileiro, no dia 16 de outubro do ano de 2023.

Resultados parciais

Ao realizarmos a busca inicial foram consideradas as seguintes palavras chaves: multiletramentos, tecnologias da informação e da comunicação e formação continuada. Nos resultados pode-se observar que essa combinação não gerava resultados, sendo assim os artigos encontrados possuíam as duas últimas palavras-chaves, mas não tinha o "multiletramentos" nessa indicação e, em alguns textos, podíamos encontrar uma menção no corpo do texto. Recorremos aos textos que conceituavam "multiletramentos" e, de acordo com as orientações conceituais, realizamos a troca da palavra chave "tecnologias da informação e da comunicação" para "tecnologias digitais". O que ocasionou como resultado 6 artigos conforme apresentado no quadro 1:

Quadro 1- Pesquisa bibliográfica nos Periódicos CAPES dos artigos que apresentaram as três palavras chaves concomitantemente.

	AUTORES	TÍTULO	ANO
1	Santos, Wagno da Silva ; Karwoski, Acir Mário	A educação infantil e a pedagogia dos multiletramentos	2021
2	Gomes, Rosivaldo ; Nogueira, Heloane Baia	Multiletramentos e usos das tecnologias digitais da informação e comunicação no contexto escolar	2020
3	Paiva, Francisco Jeimes de Oliveira	Da formação docente tecnológica às práticas de letamentos em uma escola da rede pública	2018
4	Vilas Boas, Gislaine; Schirmer, Andréia Luísa; Barbosa, Suelen	Do ambiente real ao ambiente virtual de aprendizagem: dois mundos mediados pelos Multiletramentos e conectados pela Pedagogia de Projetos.	2022
5	Silva, Obdália Santana Ferraz; Xavier, Heráclito Santos Martins	Letramentos hipermediáticos e produção de apps na formação docente	2020
6	Martins, Ana Patrícia Sá ; Silva, Hilmara Rocha da	O ensino de língua portuguesa na pandemia: os desafios da docência no contexto remoto	2021

Fonte: As autoras, 2023.

A próxima fase é análise de conteúdo, pormenorizada, orientada pelos referenciais teóricos metodológicos de Bardin (2016), considerando as três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Ainda se faz necessária a investigação dos objetivos gerais das experiências publicadas, as ferramentas digitais utilizadas, bem como os conceitos apreendidos e compreendidos de multiletramentos e formação continuada.

Conclusão

Inicialmente, podemos apontar ainda a baixa publicação de artigos científicos que direcionam o olhar, a sua abordagem para o multiletramentos, percebendo uma adoção de termos como "letramento", "letramento digital", "letramento hipermediático" e "práticas de letramentos" como similares a palavra-chave inicial utilizada para a realização da revisão bibliográfica. Dessa forma, se faz imprescindível a conceituação e a divulgação do conceito de multiletramentos, bem como as compreensões possíveis dos seus significados a partir da multiplicidade (SEBA, 2022).

Ainda podemos reconhecer que os multiletramentos relacionam-se diretamente à cultura digital, integrando-se às práticas multimodais textuais, envolvendo as mídias sociais entre outras possibilidades de linguagem e recursos on-line. O estudo, ainda parcial, seguirá com a análise dos artigos já encontrados e replicará o mesmo procedimento em outros espaços repositórios significativos para pesquisa acadêmica no contexto nacional.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos**. Brasília: CAPES, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp> Acesso em: 23 de outubro de 2023.

GALVÃO, M. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/Nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf Acesso em 10 de outubro de 2023.

GOMES, R.; NOGUEIRA, H. **Multiletramentos e usos das tecnologias digitais da informação e comunicação no contexto escolar**. *LínguaTec* Vol.5 (1), p.326-342, Brasil, 2020.



MARTINS, A. ; SILVA, H. **O ensino de língua portuguesa na pandemia: os desafios da docência no contexto remoto.** Práxis, Vol.3, p.157-180, Brasil, 2021.

PAIVA, F. **Da formação docente tecnológica às práticas de letramentos em uma escola da rede pública.** Revista Instituto de Políticas Públicas de Marília, Vol.4 (2), p.97-106, Brasil, 2018.

SANTOS, W.; KARWOSKI, A. **A educação infantil e a pedagogia dos multiletramentos.** Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação. v. 39, n.1, p. 01-21, jan./mar. Florianópolis, 2021.

SEBA, A. **Educação e os multiletramentos em tempos de distanciamento social na pandemia da covid-19:** uma proposta para o uso do facebook como ambiente virtual de aprendizagem. v. 8, n. 2, p. 51-75, jul./dez, Juara/MT/Brasil 2021.

SILVA, O.; XAVIER, H.. **Letramentos hipermediáticos e produção de apps na formação docente. Educação em foco :** órgão oficial da Faculdade de Educação, Centro Pedagógico da UFJF, Vol.25 (1),Brasil, 2020.

VILAS BOAS, G.; SCHIRMER, A.; BARBOSA, S. Do ambiente real ao ambiente virtual de aprendizagem: dois mundos mediados pelos Multiletramentos e conectados pela Pedagogia de Projetos. LínguaTec, Vol.7 (2), p.153-166, 2022.

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

PRODUÇÃO DO PODCAST EDUCOM: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA EDUCOMUNICATIVA

Luana Amorim Gomes
Mirella Mirla da Penha

Introdução

A produção de podcasts educacionais sob a perspectiva educ comunicativa se revela como uma abordagem inovadora e transformadora na área da educação. Este estudo se baseia na trajetória do Educom Podcast, um projeto que teve início durante a terceira temporada e que, em seu cerne, busca promover a comunicação participativa e educacional. A história do Educom Podcast começou em um contexto desafiador, marcado pelo cenário da pandemia. Inicialmente, o projeto foi idealizado com a proposta de realizar oficinas de rádio em escolas públicas municipais da cidade de Fortaleza, no entanto, as circunstâncias impostas pela situação de distanciamento social impediram a realização dessas oficinas. Diante desse cenário, foi necessária uma adaptação, resultando na transição para a produção de podcasts por estudantes do curso de Jornalismo do Centro Universitário Estácio do Ceará.

A adaptação para o formato de podcast representou um novo começo, desafiando as barreiras da distância e abrindo portas para uma abordagem mais inclusiva e participativa. Os estudantes, inicialmente, receberam formação sobre educ comunicação, participação, técnicas jornalísticas de produção de conteúdo e produção de podcasts. Este treinamento permitiu que os estudantes se apropriassem das ferramentas e conceitos essenciais para a produção de conteúdo educ comunicativo. Toda a formação e produção de podcasts ocorreram de maneira remota, destacando a adaptabilidade e resiliência dos envolvidos.

O diferencial do Educom Podcast é que os estudantes participam ativamente em todas as etapas do processo. Desde a escolha das pautas até a edição e divulgação dos episódios, os educandos têm voz ativa e autonomia para conduzir o projeto. O enfoque está em permitir que os temas abordados estejam alinhados com suas realidades, experiências e interesses, bem como com questões que se destacam no cenário social e dentro do contexto jornalístico. A produção de cada episódio é guiada pela participação dos estudantes, o que, por sua vez, promove uma aprendizagem mais significativa e relevante.

Este estudo se baseia no trabalho do Educom Podcast como um exemplo prático de como a educação pode se beneficiar da abordagem educ comunicativa e participativa. Valorizando as vivências e contribuições dos educandos em todas as etapas do processo de produção de podcasts, este modelo pedagógico se estabelece como uma força transformadora na educação

300



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

contemporânea. A seguir, será apresentada uma análise mais aprofundada sobre a metodologia participativa empregada no projeto e os resultados obtidos.

Objetivos

- Produzir podcasts que dialoguem com a realidade dos educandos envolvidos no processo
- Potencializar o diálogo entre duas áreas de atuação: comunicação e educação
- Possibilitar aos participantes do processo o aprendizado ampliado para além dos muros da universidade, em diálogo com a realidade do mercado e da atuação profissional de comunicadores

Metodologia Participativa na Produção do Podcast Educom

A metodologia participativa proposta para a produção do podcast educacional se baseia na abordagem de Ismar Soares (2000), um dos principais teóricos da educomunicação. Soares enfatiza a importância da construção coletiva do conhecimento e do uso das tecnologias de comunicação como ferramentas pedagógicas. Inicialmente, os educandos são consultados para a escolha das pautas, possibilitando a identificação de temas alinhados com seus interesses e necessidades.

Durante a pesquisa, os alunos participam da análise e seleção das fontes, fomentando uma visão crítica e plural sobre os assuntos. Na etapa de produção, os educandos são ativos na elaboração dos roteiros, gravação dos episódios e edição do conteúdo. Por fim, na fase de divulgação, os alunos são incentivados a compartilhar o podcast, engajando-se ativamente na promoção do aprendizado.

A abordagem de participação na produção do podcast se alinha com os princípios da educomunicação, ressaltando a importância da escuta ativa e do diálogo. Essa abordagem coloca os educandos no centro do processo, reconhecendo que eles têm uma contribuição valiosa a oferecer.

Sobre o diálogo entre a comunicação e a educação

De acordo com Soares (2000), é possível verificar a existência de certa delimitação entre os campos da comunicação e da educação. Segundo o autor, a história nos ensina que tanto a educação quanto a comunicação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna, tiveram seus campos de atuação demarcados, no contexto do imaginário social, como espaços independentes, “aparentemente neutros”, cumprindo funções específicas: “a educação administrando a

transmissão do saber necessário ao desenvolvimento social e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer popular e pela manutenção do sistema produtivo através da publicidade” (SOARES, 2000, p. 13).

Uma questão central enfrentada por Soares (2000) diz respeito às perspectivas futuras desses dois campos. O autor se interroga se inter-relação entre comunicação e educação implicará no reconhecimento da Educomunicação como um novo campo ou se esta zona de confluência continuará a ser vista apenas como uma interface entre dois campos considerados tradicionais. Diante desta questão, o autor apresenta a hipótese de que “efetivamente já se formou, conquistou autonomia e encontra-se em franco processo de consolidação um novo campo de intervenção social a que denominamos de inter-relação comunicação/educação” (SOARES, 2000, p. 21). De acordo com o autor, este novo campo seria o campo da “educomunicação”.

O Educom Podcast, ao longo de dois anos e meio, produziu um total de 20 podcasts educacionais. Esse feito não apenas evidencia o comprometimento dos estudantes de jornalismo, mas também ilustra o impacto tangível da educomunicação no processo educacional.

Autores como Aroldo Murá (2006), conhecido por suas contribuições no campo dos podcasts no Brasil, enfatizam que esses formatos de mídia têm uma capacidade única de se inserir na rotina das pessoas, acompanhando-as enquanto trabalham, estudam, ou se deslocam, de modo a oferecer informação, entretenimento e reflexão. Essa acessibilidade e flexibilidade dos podcasts refletem diretamente no engajamento e motivação dos ouvintes.

No contexto dos estudantes de jornalismo que produzem o Educom Podcast, os resultados são notáveis. Os episódios produzidos pelos educandos são um espelho das questões que lhes importam, das experiências que vivenciam e das temáticas que são relevantes em seu âmbito. A participação ativa na produção de conteúdo não apenas os empodera, mas também os desafia a desenvolver habilidades socioemocionais fundamentais, tais como a empatia, a colaboração e a resolução de conflitos.

A identificação dos estudantes com o conteúdo do podcast é um catalisador para o engajamento e a motivação em seu próprio processo de aprendizado. A escolha das pautas reflete a conexão direta com suas vivências e realidades, tornando a aprendizagem mais relevante. Além disso, a participação nas etapas de produção dos podcasts desencadeia habilidades comunicativas, proporcionando uma formação mais completa e alinhada às demandas contemporâneas.

Este cenário demonstra a eficácia da metodologia participativa na educação. A educomunicação, como abordagem pedagógica, fortalece a participação dos educandos como coautores do conhecimento. A produção de podcasts educacionais se estabelece como uma estratégia inovadora e altamente eficaz para a promoção do aprendizado significativo e para a formação de cidadãos conscientes e engajados em nossa sociedade em constante transformação.

O autor reconhece o desenvolvimento de teorias que verificam a aproximação dos dois campos. É o caso dos estudos de teóricos da educação, como Paulo Freire, e de teóricos mais voltados

para o campo da comunicação, como Jesús Martín Barbero e Mário Kaplún. Para Soares (2000), os avanços tecnológicos e o barateamento dos custos de equipamentos fizeram com que “grupos ativos e organizados de especialistas” (SOARES, 2000, p. 14) iniciassem uma “irreversível” aproximação entre os dois campos.

Lauriti (2004) acredita que a proposta interdiscursiva dos dois campos reveste-se de urgência, devido ao papel importante nas duas áreas, de conceitos que precisarão ser revisitados, sem levar em consideração lados específicos e características unilaterais da comunicação ou da educação. Para que haja a interdiscursividade, de acordo com a autora, é preciso estar atento às matrizes conceituais transdisciplinares que reformulem conceitualmente o que é educar nos dias de hoje. Urge afastar inflexibilidades de “paredes” e buscar a funcionalidade e os benefícios das “pontes” (LAURITI, 2004, p. 3). O conceito de educomunicação como um campo de intervenção social com interface entre a comunicação e a educação, de acordo com Soares (2002), vem sendo defendido pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da USP. (NCE-ECA) e vem se fortalecendo ao longo dos anos

Conclusões:

A efetiva participação dos educandos na produção do podcast educacional representa uma estratégia educacional promissora. Ao incorporar os alunos como coautores do conhecimento, estimula-se não apenas o aprendizado crítico, mas também a formação de cidadãos participativos e ativos na sociedade. A educação, nesse contexto, transcende o tradicional modelo de ensino, adquirindo um caráter transformador e emancipatório. A inclusão dos educandos na produção do podcast, pautada na metodologia participativa e na educomunicação, se configura como um caminho relevante para uma educação significativa e alinhada às necessidades contemporâneas.

Neste resumo expandido, ampliamos a discussão incluindo autores como Ismar Soares (2000) e Kaplun (2002) para enriquecer a compreensão da educomunicação e participação dos educandos na produção de podcasts educacionais. As contribuições desses autores foram integradas às etapas metodológicas e aos resultados obtidos, evidenciando a relevância e os impactos positivos desta abordagem participativa na educação

Referências

CITELLI, Adilson. Comunicação e Educação: diálogo possível. Editora Senac, São Paulo, 2000.

KAPLÚN, Mário. Producción de Programas de Rádio. El guión – la realización, Quito: CIESPAL, 1994.

_____. Cassete-foro: un sistema de comunicación participativa: El Método su aplicación. Montevideo, IPRU, 1978. Id. Participação, praxis, problema: a experiência do cassette-foro. In:



GRINBERG, Maximo Simpson (Org.). A comunicação alternativa na América Latina. Petrópolis : Vozes, 1987

_____. Una Pedagogia de La Comunicación. Ediciones de La Torre: Madrid, 1998.

LAURITTI, Nádía C. Transformando Paredes em Pontes. Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP). 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/142.pdf>. Consulta realizada no dia 20 de junho de 2012.

SOARES, Ismar. Educomunicação: Um campo de mediações. Comunicação & Educação. Segmento: São Paulo, v. 7. n.19. p. 12-24. set./dez. 2000

_____. Gestão Comunicativa e Educação: caminhos da educomunicação. In: Revista Comunicação & Educação, Salesiana : São Paulo, n. 23, jan/abr. 2002b, p. 16-25.

_____. Educomunicação: um campo de mediações. Comunicação & Educação, Brasil, v. 7, n. 19, 2007. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4147/3888>.

_____. Mas, afinal, o que é Educomunicação? Disponível em: <http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/>. Acesso em 08/06/12, às 17h44

_____. Perfil do Educomunicador. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/aeducunicacao/saibamais/textos/>. Acesso em 08/06/12, às 17h44

_____. Educom.Rádio, na trilha de Mario Kaplún. In: MARQUES DE MELO, José de et al. (org.). Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

PROJETO BOTÂNICO NA UNIVERSIDADE FRANCISCANA (BRASIL): JARDIM COM PLANTAS BÍBLICAS

Ana Paula Werner¹
Vanessa Monteiro de Freitas²
Kimmori Oliveira Figueiredo³
Anelis Rolão Flôres⁴
Thais Scotti do Canto-Dorow⁵

Introdução

Os jardins, no decorrer da história, servem como uma testemunha da sociedade, seja em seu momento histórico, cultural ou em sua religiosidade. Chimentthi e Cruz (2008, p.1) comentam que os jardins surgiram com um propósito de funcionalidade, visando, principalmente, suprir a necessidade de alimentos, aproximando o homem da natureza. Com o tempo, o seu potencial foi ampliado, ganhando valor estético e reconhecimento da sua habilidade de fornecer lazer, prazer e bem-estar. Os jardins com plantas bíblicas, se enquadram nesse caso, pois estão associados a temas como ciência e cultura, em consonância à espiritualidade e à filosofia.

Nesse contexto, a ideia se trata do paisagismo de um espaço que, conforme Niemeyer (2019, p.13), é definido como um processo consciente de manejo, planejamento e recriação física da paisagem, e que se utiliza de princípios artísticos na construção de ambientes e cenários em qualquer escala de atuação.

Abbud (2006, p.15) complementa esse pensamento com uma percepção de que o paisagismo contribui com a participação dos cinco sentidos do ser humano, pois enquanto as demais artes visuais utilizam apenas a visão, ele proporciona uma rica vivência sensorial e experiência perceptiva.

Os jardins temáticos, como o próprio nome deixa evidente, encerram um tema de maneira exclusiva, sendo possível apresentar coleções de plantas com diferentes propósitos, seja caracterizando os biomas, a diversidade de orquídeas, as plantas medicinais, as plantas sensoriais e, até mesmo, constituindo uma coleção integrada por plantas que estão presentes em contextos bíblicos. Sendo assim, diversos elementos são considerados no seu processo de criação, mas, a

305

¹ Acadêmica Curso Arquitetura e Urbanismo - Universidade Franciscana - ana.pwerner@ufn.edu.br.

² Estudante Ensino Médio - Colégio Estadual Manoel Ribas - vmon0792@gmail.com.

³ Acadêmica Curso de Matemática – Universidade Federal de Santa Maria - kimori@gmail.com.

⁴ Docente Curso de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Franciscana - anelis@ufn.edu.br.

⁵ Docente PPG Ensino de Ciências e Matemática - Universidade Franciscana - thais.dorow@ufn.edu.br.



vegetação configura-se como o principal, tornando-se evidente o seu uso como elemento impactante.

O município de Santa Maria não possui um jardim temático com plantas bíblicas, e a proposição de sua construção na Universidade Franciscana, tem o intuito de valorizar o patrimônio e o de contribuir para a materialização da missão institucional, que é a de promover a formação humana e profissional, comprometida com a produção e a socialização do saber para o desenvolvimento da sociedade (RÚPOLO, 2019, p. 6). Somado a isso, oportunizar, para a comunidade santa-mariense e interessados, um espaço para visita, lazer e aquisição de conhecimento.

Objetivo geral

Selecionar espécies botânicas, visando o projeto de um jardim temático com plantas bíblicas, na Universidade Franciscana.

Metodologia

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o referencial teórico e prático de projetos paisagísticos similares já existentes, principalmente, no que se refere a jardins temáticos bíblicos. Em seguida, foi realizada uma pesquisa bibliográfica na Bíblia Sagrada, com intuito de identificar as espécies de plantas citadas, bem como destacar em qual contexto elas estavam inseridas. A pesquisa bibliográfica, aqui realizada, segue a definição de Fonseca (2002, p.32), “a qual é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”.

Posteriormente, na pesquisa de campo, foram realizadas visitas ao local, onde o jardim foi planejado (Figura 1), no Conjunto II da Universidade Franciscana, em diferentes épocas do ano, a fim de realizar a medição e o levantamento de elementos úteis para o entendimento do local e de seu entorno, observando características e medidas gerais do espaço, sua relação com o entorno e medidas específicas de elementos já existentes, como muros, calçadas e canteiros. Ainda, foram registradas as plantas que já estavam no local, a fim de verificar as condições e a possibilidade de serem mantidas. Gonsalves (2001, p. 67) define pesquisa de campo como a que “exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

Figura 1 - Fotos do espaço, no qual o jardim temático foi planejado



307

Fonte: Acervo do projeto Jardim com Plantas Bíblicas na Universidade Franciscana

Resultados

Os resultados foram organizados conforme as etapas planejadas.

1- Estudo das plantas citadas na bíblia.

A figura 2 apresenta um quadro que reúne informações sobre as plantas registradas a partir da leitura nos textos bíblicos. Ressalta-se que, nesses textos, as plantas estão citadas pelo nome popular, situação que exigiu pesquisa para identificação das espécies correspondentes. Outros estudos foram realizados sobre as plantas como a forma de plantio, técnicas de manejo e conservação.

Abbud (2006) comenta que é importante conhecer as plantas para aprender a trabalhar com suas características, por ocasião da formação dos espaços.

Figura 2 - Plantas selecionadas nos textos bíblicos

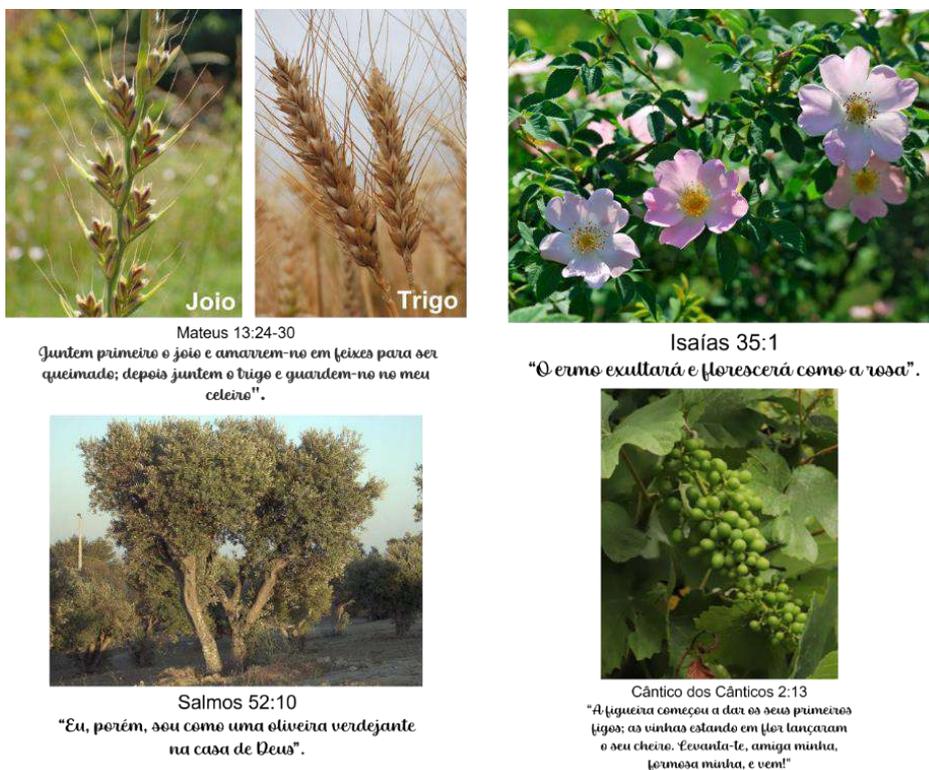
NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	INFORMAÇÕES
Cevada	<i>Hordeum. vulgare</i>	Plantio através de sementes, adapta-se melhor a solos profundos bem drenados, argilosos e bem estruturados. Evitar solos arenosos, ácidos ou mal drenados.
Cominho	<i>Cuminum cyminum</i>	Plantio em solo com boa fertilidade, boa drenagem e boa carga de matéria orgânica, através de sementes, se adapta em regiões com temperaturas de 10°C a 26°C, com luz solar direta por algumas horas do dia.
Endro	<i>Apium graveolens</i>	Erva que se propaga através de sementes, em qualquer época do ano, já que se adapta bem a diversos tipos de clima.
Joio	<i>Lolium temulentum</i>	Propagação através de sementes. Cultura tipicamente de inverno.
Hortelã	<i>Mentha spicata</i>	Propagação através de mudas ou sementes, adapta-se melhor ao solo úmido, ao abrigo de ventos e da exposição direta ao sol.
Roseira	<i>Rosa chinensis</i>	Solo levemente úmido ou deixando secar apenas levemente entre regas, em sol pleno. Solo fertilizado, permeável e irrigado regularmente. Propagação por estacas.
Trigo	<i>Triticum aestivum</i>	A adubação e a umidade são importantes, necessita de chuvas do desenvolvimento até os meses de perfilhamento e espigamento. Plantio de março a junho na região Sul do Brasil.
Canela	<i>Cinnamomum verum</i>	Mudas devem ser plantadas nas covas previamente abertas e adubadas, no período chuvoso. As mudas recém-plantadas devem ser cobertas com palhas para protegê-las contra a radiação solar.
Figueira	<i>Ficus carica</i>	Deve ser cultivado sob sol pleno, em solos bem drenados, profundos, enriquecidos com matéria orgânica. Recomendado fazer podas, propagação por alporquia e estaquia dos ramos.
Oliveira	<i>Olea europaea</i>	Cultivada sob sol pleno, em solos drenáveis, pobres ou férteis, e irrigados no primeiro ano de implantação. O ponto fraco é o excesso de umidade. Propagação por estaquia de ramos alporquia, enxertia e sementes.
Tamareira	<i>Phoenix dactylifera</i>	Solo ligeiramente úmido, poda das folhas inferiores para estimular o crescimento apical e reduzir o volume da copa. Cultivada sob sol pleno, aprecia climas quentes. Propagação através de mudas (de até 30 cm) e sementes (germinam em cerca de 60 dias).
Bálsamo	<i>Impatiens walleriana</i>	Local em que haja abundância de sol, embora a planta tolere bem a meia-sombra, desde que consiga receber sol pelo menos durante cinco horas, todos os dias.

Mirra	<i>Commiphora myrrha</i>	Cultivo deve ser feito a sol pleno, o solo deve ser profundo e arenoso, visto que não tolera invernos chuvosos, tão pouco solos encharcados.
Romeira	<i>Punica granatum</i>	Propagação a partir de estacas, mudas, brotos ou sementes. Na propagação por sementes, o arbusto demora até 3 anos para começar a produzir.
Parreira/ Videira	<i>Vitis vinifera</i>	Aprecia sol pleno durante 6-8 horas por dia, solo bem adubado com nitrogénio, calcário e compostos orgânicos. Propagação através de mudas.

Fonte: do autor

A figura 3 apresenta algumas espécies selecionadas para serem utilizadas no jardim, acompanhadas com uma frase retirada do contexto, onde se encontra citada na Bíblia.

Figura 3 – Algumas plantas selecionadas para o jardim temático



Fonte: Acervo do projeto Jardim com Plantas Bíblicas na Universidade Franciscana

Após a organização das informações teóricas, o projeto botânico auxiliou na seleção das espécies para serem utilizadas no projeto paisagístico, respeitando suas particularidades, considerando adaptação ao solo, condições climáticas e demais condicionantes da cidade de Santa Maria. Abbud (2006, p. 18) menciona que a essência do espaço em paisagismo resulta de elementos e condicionantes vindos da natureza como o ar, a água, a flora, a fauna, entre outros.

Portanto, trabalhando-se com esses elementos dinâmicos, não é possível, nem desejável planejar ambientes geometricamente precisos e permanentes. No jardim, sempre se deve ter em mente que as formas espaciais são fluidas, livres e instáveis (ABUDD, 2006, p. 18-19).

A figura 4 apresenta uma prévia do jardim, com as espécies distribuídas em diferentes ambientes, formando recantos como o canteiro das plantas aromáticas, o canteiro com arbóreas e um pergolado para sombra e espaço de contemplação.

Figura 4 - Planta baixa do projeto paisagístico



Fonte: Acervo do projeto Jardim com Plantas Bíblicas na Universidade Franciscana.

No canteiro das aromáticas serão plantados o Endro, Cominho e a Hortelã, que são herbáceas e se adaptam com facilidade, sendo empregadas, na Bíblia, para aromatizar as casas. No pergolado, por possuir alta incidência solar, a videira será contemplada por ser uma planta trepadeira, seus ramos se espalham por toda a extensão, proporcionando sombra aos visitantes. Foi planejado, também, um ambiente denominado “canteiro de celebrações”, onde serão cultivadas espécies anuais, como o Trigo, Joio e a Cevada, como uma representação de etapas da vida que apresentam ciclos curtos, mas que se renovam com outras espécies, em fases vindouras.

Considerando o levantamento inicial realizado no espaço, onde o jardim temático foi planejado, algumas plantas foram mantidas, porém transplantadas para outros lugares do jardim como a Palmeira Areca Bambu, a Canela, a Cordilíne e a Clusia. Já, espécies como Flamboyã, Álamo Negro e Agapanto, foram mantidas em seus lugares originais, pois estavam bem desenvolvidas e adaptadas às condições do local.

Conclusão

O projeto botânico do Jardim com Plantas Bíblicas na Universidade Franciscana está finalizado, sendo importante salientar que a implementação dessa ideia agregará um ambiente diferenciado à Instituição, oportunizará construção de conhecimento e proporcionará benefícios à comunidade em geral, para que tenha acesso a um espaço de lazer, contemplação e aprendizagem científico-cultural.

311

Referências

ABBUD, B. **Criando paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

BÍBLIA. **Bíblia Online**. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CHIMENTTI, B.; CRUZ, P. G. **Jardins Sensoriais**. 2008. Disponível em: http://www.casaecia.arq.br/jardim_sensorial.htm. Acesso em: 01 set. 2018.

EMBRAPA. **Bases de Dados da Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alinea, 2001.

LORENZI, H. **Plantas para jardim no Brasil: herbáceas, arbustivas e trepadeiras**. 3. ed. Nova Odessa: Jardim Botânico Plantarum, 2022.

RÚPOLO, I. **Universidade Franciscana**. Santa Maria: UFN, 2019.

NIEMEYER, C. A. da C. **Paisagismo no planejamento arquitetônico**. 3. ed. Uberlândia: EDUFU, 2019.

312



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DESENVOLVIMENTO DE FARINHA DE CASCA DE ABACAXI: UMA PROPOSTA DE APROVEITAMENTO INTEGRAL DE ALIMENTO EM UM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO DE CABO FRIO (RIO DE JANEIRO, BRASIL)

Maria Auxiliadora Belarmino dos Santos dos Reis¹
Gustavo Nasser²
Marcele Vieira de Oliveira Medeiros³
Teresa Palmisciano Bedê⁴

Introdução

Atualmente, são notórios a geração de resíduos e desperdício de alimentos pela população brasileira. Tratar desse assunto, de uma forma integrativa entre a sociedade, a academia, o governo e demais atores sociais, deveria ser prioridade, buscando o consumo consciente de frutas e outros alimentos em sua totalidade (DA SILVEIRA, *et. al.*, 2021). Busca-se, então, no presente texto, evidenciar o possível e rentável aproveitamento integral de uma fruta, o abacaxi (*Ananas Comosus L*), entendendo que ela é uma das frutas tropicais mais consumidas no Brasil, compondo o preparo de sucos, refrescos, sorvetes, doces, compotas e outros. Entretanto, trata-se de uma das frutas cujo uso mais gera desperdício, visto que na maioria das vezes tem apenas o suco de sua polpa utilizado, desprezando-se a casca e as fibras da polpa.

Se por um lado, temos a preocupação global com a geração de resíduos, por outro assistimos a crescente demanda por alimentos saudáveis e por seu uso integral. Por esse prisma, é preciso termos consciência de que o aproveitamento integral dos recursos alimentares busca, não só diminuir a quantidade de resíduos gerados, como também atenta para a capacidade dos alimentos em prover nutrientes de alto valor nutricional, já que também em seus resíduos, o abacaxi é rico em minerais e fibras. Diversas frutas e legumes, como o maracujá, a laranja, a beterraba, a cenoura, entre outros, sofrem processos para sua transformação em farinhas, utilizando, inclusive, suas cascas nesse processo (GALINDO, 2014). Tal procedimento

313

¹ Acadêmica do curso de graduação em Nutrição da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio. E-mail: cidabdossantos@hotmail.com

² Acadêmico do curso de graduação em Nutrição da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio. E-mail: gustavonasser73@gmail.com

³ Acadêmica do curso de graduação em Nutrição da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio. E-mail: marcelle.deoliveira@hotmail.com

⁴ Doutora em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde (UFF). Docente no curso de graduação em Nutrição da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio. E-mail: teresa.bede@estacio.br

possibilita o integral aproveitamento do vegetal e, conseqüentemente, agrega valores (econômicos e sociais) aos preparos que possam utilizar essas farinhas.

Além do combate ao desperdício e à desnutrição, o aproveitamento de resíduos agroindustriais visa à redução da emissão de material orgânico no meio ambiente, uma vez que o descarte destes resíduos pode levar a sérios problemas ambientais decorrentes da presença de substâncias que são meios ideais para o crescimento de microrganismos (BARROS, *et. al.*, 2019, p. 21928).

Como apontam Lennon da Silva Barros *et. al.* (2019), o aproveitamento integral dos alimentos possui também um componente de contribuição ambiental. Sendo assim, é preciso estimular a população a aproveitar integralmente os alimentos. Para isso, o projeto de pesquisa propõe efetivar essa proposta através da produção de farinha a partir da casca do abacaxi, maximizando seu uso e agregando valores na cadeia de preparação.

Objetivos gerais

- Evidenciar o possível e rentável aproveitamento integral do abacaxi;
- Verificar a viabilidade da produção de farinha a partir da casca do abacaxi com o uso de materiais e equipamentos tradicionais.

Metodologia, materiais e métodos

O presente projeto de pesquisa intitulado “Frutas e seus resíduos no desenvolvimento de novos produtos alimentícios: o aproveitamento integral de alimentos como ferramenta de saúde” é desenvolvido pela equipe discente do curso de graduação em Nutrição da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio, composta por Maria Auxiliadora Belarmino dos Santos dos Reis, Gustavo Nasser e Marcele Vieira de Oliveira Medeiros, sob orientação da professora Dra. Teresa Palmisciano Bedê, e utiliza as instalações do Laboratório de Técnica Dietética. A equipe tem como uma de suas funções, debater e desenvolver técnicas de utilização integral de alimentos e a avaliação de sua aceitação junto à comunidade. Nesse sentido, o presente texto se debruça sobre a utilização integral do abacaxi e a produção de farinha a partir de sua casca.

Para o desenvolvimento da presente proposta, inicialmente procedemos com o levantamento bibliográfico que trata do reaproveitamento integral das frutas, nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google Scholar*, utilizando como palavras-chave: casca de abacaxi, reaproveitamento de cascas e aproveitamento integral de vegetais. Para tal, restringimos nossa avaliação inicial às publicações realizadas nessas bases nos últimos 5 (cinco) anos. Além desse levantamento, nos valem também da leitura e do trabalho de conclusão de curso de Caroline de Oliveira Galindo (2014), com a qual dialogamos na introdução do presente texto.

A partir desta busca, ficou evidenciada a possibilidade de utilizarmos as partes de consumo não-convencional para a produção de farinha. Assim, procuramos adaptar o processo de produção da farinha da casca do abacaxi para uma realidade menos complexa, possibilitando sua realização também em ambiente doméstico (GALINDO, 2014).

Para a presente pesquisa, adquirimos as frutas em comércio local do município de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro – Brasil. Em seguida, já no Laboratório Técnica Dietética, realizamos a lavagem e higienização tradicional, com auxílio de escova e uso de detergente neutro. As frutas foram lavadas em água corrente e imersas em solução sanitizante por 15 minutos e novamente lavadas em água corrente. Ao final desse preparo inicial, retiramos e descartamos suas coroas e secamos as frutas com papel toalha.

Após esse primeiro estágio, os abacaxis foram descascados, sua polpa foi armazenada para posterior uso, e as cascas foram novamente secas com papel toalha para retirar o excesso de sumo. Picamos as cascas em tiras menores, com cerca de três centímetros de largura. Para iniciar o processo de desidratação, dispomos as cascas em refratários de alumínio e levamos ao forno de fogão convencional. Como nosso interesse era de possibilitar a repetição do processo em ambiente residencial, utilizamos a temperatura mínima disponível no forno, que era de 160° C. A cada 30 minutos, realizávamos a verificação do nível de desidratação das cascas. Ao todo, observamos cerca de três horas de desidratação no forno, sob supervisão contínua a fim de evitar a torra do material. Ao fim desse processo, as cascas apresentavam aspecto com coloração clara, mas estavam sem umidade, fato que foi verificado ao toque e a percepção de crocância. Uma vez retiradas do forno, as cascas foram dispostas em bancada para que pudessem atingir a temperatura ambiente de cerca de 25° C. Em seguida, o material foi triturado em liquidificador doméstico até obter uma granulometria fina, similar a de farinha. Por fim, o material foi peneirado e acondicionado em potes herméticos até seu uso. Todo o processo durou cerca de seis horas.

Resultados

Até a presente fase do projeto de pesquisa, o principal resultado alcançado foi o de demonstrar a possibilidade de produção da farinha a partir da casca do abacaxi, através de métodos, equipamentos e utensílios domésticos. Para a sua produção foram necessárias apenas 9 (nove) etapas: lavagem, higienização, descasque, secagem, fatiamento das cascas, desidratação em forno de fogão convencional, resfriamento, trituração e peneiragem, levando todo o processo cerca de 4 (quatro) a 5 (cinco) horas. A partir de 1.200 kg de abacaxi, retiramos cerca de 435 gr de cascas e produzimos pouco menos de 50 gr de farinha.

Conclusão

Além dos métodos agroindustriais observados pela bibliografia (GALINDO, 2014), provamos que, com o uso de materiais e equipamentos tradicionais, é possível a produção da farinha de cascas de abacaxi também em ambientes domésticos, com poucos recursos e em pequenas quantidades, através de um processo viável e de baixa complexidade. Práticas de reaproveitamento integral dos alimentos, como a demonstrada no presente projeto, agregam valores aos processos de preparo e contribuem para a melhoria nutricional com baixos investimentos, já que não demandam a aquisição de novos produtos ou recursos.

Em um país com alto grau de desperdício de alimentos na cadeia produtiva, o aproveitamento integral de uma fruta, como o abacaxi, pode colaborar para a diminuição da fome e da geração de resíduos agroindustriais e residenciais. Portanto, a produção da farinha a partir da casca do abacaxi é uma prática que colabora para o desenvolvimento sustentável, ao colaborar para a mitigação dos danos ambientais e sociais.

A presente pesquisa, ainda em estágio inicial, pretende ampliar sua reflexão sobre o processo de produção da farinha, afinando os procedimentos e estabelecendo diretrizes em bases verificáveis. Sabemos, que além disso será necessário um estudo sobre o uso da farinha em preparações alimentícias e sobre sua palatabilidade e aceitabilidade junto à sociedade, temas que serão enfrentados em uma fase posterior à qual esse estudo se dedicou.

Referências

BARROS, Lennon da Silva; RIBEIRO, Nathália Luiza de Almeida; FERREIRA, Wes Cleyson de Oliveira; NOBRE, Márcio Leonardo de Moraes; ALVES, Tetisuelma Leal; LIMA, Ana Cristina da Silva; FIGUEIREDO, Wilane de. Utilização de farinha de resíduo de abacaxi aromatizada na produção de cookies. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 21926-21937, out. 2019. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/4150>>. Acesso em 11 nov. 2023.

CARNEIRO, Walkeane dos Santos Felismino Rocha. **Aproveitamento da farinha de casca de abacaxi *Ananas comosus* (L.) Merrill para a elaboração de sorvete funcional probiótico.** 2020. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



DA SILVEIRA, M. S.; BEDÊ, T. P.; NICOMEDES, W. H. dos S. Aproveitamento Integral de Alimentos: Uma possível ferramenta de consumo sustentável. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 8, p. 80561–80585, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34453>. Acesso em: 11 out. 2023.

GALINDO, C. O. **Análise sensorial de produtos elaborados à base de partes não convencionais de frutas**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Tecnologia em Alimentos da Universidade Tecnológica do Paraná – UTFPR, 2014.

317



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE MEDICINA SOBRE LESÃO POR PRESSÃO

Ana Carolina Muniz Mardegan¹

Ana Júlia Corrêa²

Felipe Nascimento Ferreira³

Rodrigo Magri Bernardes⁴

Introdução

A LP é uma condição considerada evitável por medidas de prevenção e é um relevante problema de saúde pública a nível global, pois apesar de significativos avanços tecnológicos e científicos na área da saúde, a incidência de LP permanece alta (LI et al., 2020).

Estudos relacionados às ocorrências da lesão são impulsionados pela razão da LP indicar a qualidade da assistência em saúde fornecida ao paciente (TEIXEIRA et al., 2022; VOCCI *et al.*, 2022). Assim, práticas assistenciais que tenham o objetivo de melhorar a assistência ao paciente em risco ou com LP são recomendadas por órgãos nacionais e internacionais para aumentar níveis de segurança do paciente (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, 2017; EUROPEAN PRESSURE ULCER ADVISORY PANEL; NATIONAL PRESSURE INJURY ADVISORY PANEL; PAN PACIFIC PRESSURE INJURY ALLIANCE, 2019).

Para a melhoria do cenário epidemiológico é necessário que a equipe de saúde conheça e aplique as recomendações sobre a prevenção de LP. A limitada utilização das recomendações pelos profissionais da saúde para a prevenção e manejo da LP, e a falta de domínio desses e de estudantes sobre o assunto, são dificuldades encontradas nas investigações realizadas no Brasil e em outros países. Para que essa situação seja alterada, são necessárias estratégias de divulgação e implementação das recomendações, sabendo que o reconhecimento dos fatores predisponentes permite que o profissional utilize os recursos ideais para reduzir a ocorrência da lesão (BERNARDES, 2019).

318

¹ Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: anamunizmardegan@gmail.com

² Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: anajcorre262@gmail.com

³ Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: pelipenf@gmail.com

⁴ Enfermeiro. Professor do Curso de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: bernardes.rodrigo@estacio.br



Diversos estudos nacionais e internacionais investigaram o conhecimento de estudantes e profissionais da enfermagem sobre a prevenção e tratamento da LP, no entanto a literatura é escassa quando se trata de estudante de medicina (VAN ZUILEN et al., 2019).

Dessa maneira, é notável que o conhecimento dos profissionais de saúde é peça fundamental para alcançar elevada qualidade assistencial e cultura de segurança do paciente. O ensino sobre lesão por pressão deve iniciar desde a formação dos profissionais da saúde e identificar o conhecimento sobre a temática é fundamental para que objetivos e estratégias educacionais sejam definidos.

Objetivos gerais

Identificar as características educacionais e o conhecimento de estudantes de medicina sobre LP.

Metodologia, materiais e métodos

Trata-se de um estudo transversal, correlacional descritivo com abordagem quantitativa.

O estudo foi realizado em uma universidade no Brasil, que se caracteriza como uma instituição de ensino superior privada. A amostra foi por conveniência, não probabilística. Foram incluídos alunos com idade maior ou igual a 18 anos, regularmente matriculados. Foram excluídos alunos que não responderem todas as perguntas do questionário de coleta de dados. As considerações éticas presentes na legislação nacional foram seguidas.

Foi utilizado um instrumento de coleta de dados adaptado, composto de duas partes. A primeira contém itens referentes às características educacionais dos estudantes. A segunda é um teste de conhecimento com 53 itens, sendo 8 sobre avaliação e classificação da LP, 33 sobre prevenção e 12 sobre manejo da terapia tópica. O presente instrumento foi adaptado e a consistência interna avaliada pelo coeficiente Alfa de Cronbach com valor 0,61 (BERNARDES, 2019; MIYAZAKI; CALIRI; SANTOS, 2010; RABEH et al., 2023).

Os dados foram submetidos a análises descritivas (frequências absolutas e relativas e medidas de tendência central e dispersão).

Resultados parciais

Este estudo, até o momento, avaliou as respostas de 110 alunos de medicina, do primeiro ao último período do curso (Figura 1). Observou-se que poucos participantes possuíam contato prévio com o tema (Tabela 1).

Figura 1 – Semestre curricular dos participantes (n=110)

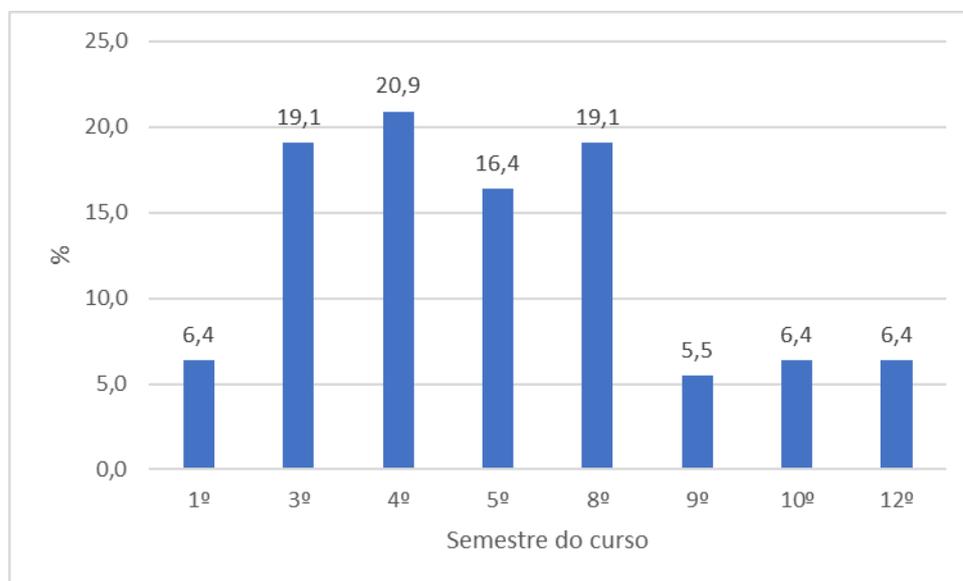


Tabela 1 – características educacionais dos participantes (n=110)

320

Questões - características educacionais	n	%
Participa ou participou de atividades de pesquisa sobre o tema?	13	11,8
Participa ou participou de atividades de extensão sobre o tema?	8	7,3
Participa ou participou de cursos de capacitação sobre o tema?	5	4,5
Participa ou participou de grupos de estudo sobre o tema?	9	8,2
Lê publicações científicas sobre o tema?	9	8,2

Quanto ao teste de conhecimento aplicado, a percentagem média de acertos dos participantes foi de 16,7% (desvio-padrão - DP-18,8%), com uma variação de 0 a 49,1%. O item com a maior índice de acertos foi sobre a necessidade de utilizar escalas de horários para a mudança de decúbito de pacientes com LP ou em risco. O item com o menor índice de acertos, foi acerca do uso de almofadas tipo rodas d'água ou de ar para a prevenção (Tabela 2). A média de acerto dos itens foi de 45,4% (DP 23,4%).

Tabela 2 – Acertos dos itens do teste de conhecimento (n=110)

Questões	n	%
Avaliação e Classificação da LP		
1. O estágio 1 da lesão por pressão é definido como pele intacta, com hiperemia de uma área localizada, a qual não apresenta embranquecimento visível ou a cor difere da área ao redor.	53	48,2
6. Uma lesão por pressão em estágio 3 é uma perda parcial de pele, envolvendo a epiderme.	19	17,3
9. As lesões por pressão, no estágio 4, apresentam perda total de pele com intensa destruição e necrose tissular ou danos aos músculos, ossos ou estruturas de suporte.	64	58,2
20. As lesões por pressão no estágio 2 apresentam uma perda de pele em sua espessura total.	29	26,4
31. As lesões por pressão são feridas estéreis.	66	60,0
32. Uma região da pele com cicatriz de lesão por pressão poderá ser lesada mais rapidamente do que a pele íntegra.	66	60,0
33. Uma bolha na região do calcâneo não deve ser motivo para preocupação.	77	70,0
38. As lesões por pressão de estágio 2 podem ser extremamente dolorosas, em decorrência da exposição das terminações nervosas.	28	25,5
Prevenção da LP		
2. Os fatores de risco para o desenvolvimento de lesão por pressão são: imobilidade, incontinência, nutrição inadequada e alteração do nível de consciência.	70	63,6
3. Todos os pacientes em risco de lesão por pressão devem ter uma inspeção sistemática da pele pelo menos uma vez por semana.	14	12,7
4. O uso de água quente e sabonete pode ressecar a pele e aumentar o risco para lesão por pressão.	65	59,1
5. É importante massagear as regiões das proeminências ósseas, se estiverem hiperemiadas.	38	34,5
7. Todos os pacientes devem ser aliados na sua admissão no hospital quanto ao risco para desenvolvimento de lesão por pressão.	72	65,5
8. Os cremes, curativos transparentes e curativos de hidrocolóides extrafinos auxiliam na proteção da pele contra os efeitos da fricção.	72	65,5
10. Uma ingestão dietética adequada de proteínas e calorias deve ser mantida durante a doença/hospitalização.	78	70,9
11. Os pacientes que ficam restritos ao leito devem ser reposicionados a cada 3 horas.	15	13,6
12. Uma escala com horários para mudança de decúbito deve ser utilizada para cada paciente com presença ou em risco para lesão por pressão.	91	82,7
13. As luvas d'água ou de ar aliviam a pressão nos calcâneos.	10	9,1
14. As almofadas tipo rodas d'água ou de ar auxiliam na prevenção de lesões por pressão.	4	3,6
15. Na posição em decúbito lateral, o paciente com presença de lesão por pressão ou em risco para a mesma, deve ficar em ângulo de 30 graus em relação ao colchão do leito.	31	28,2
16. No paciente com presença de lesão por pressão ou em risco para a mesma, a cabeceira da cama não deve ser elevada em ângulo maior do que 30 graus, se não houver contraindicação médica.	25	22,7

321

17. O paciente que não se movimenta sozinho, deve ser reposicionado a cada 2 horas, quando sentado na cadeira.	14	12,7
18. O paciente com mobilidade limitada e que pode mudar a posição do corpo sem ajuda, deve ser orientado a realizar o alívio da pressão, a cada 15 minutos, enquanto estiver sentado na cadeira.	40	36,4
19. O paciente com mobilidade limitada e que pode permanecer na cadeira, deve ter uma almofada no assento para proteção da região das proeminências ósseas.	76	69,1
21. A pele do paciente em risco para lesão por pressão deve permanecer limpa e livre de umidade.	86	78,2
22. As medidas para prevenir novas lesões não necessitam ser adotadas continuamente quando o paciente já possui lesão por pressão.	66	60,0
23. Os lençóis molleiros ou forros devem ser utilizados para transferir ou movimentar pacientes que não se movimentam sozinhos.	72	65,5
24. A mobilização e a transferência de pacientes que não se movimentam sozinhos devem ser sempre realizadas por duas ou mais pessoas.	67	60,9
25. No paciente com condição crônica que não se movimenta sozinho, a reabilitação deve ser iniciada e incluir orientações sobre prevenção e tratamento da lesão por pressão.	76	69,1
26. Todo paciente que não deambula deve ser submetido à avaliação de risco para o desenvolvimento de lesão por pressão.	71	64,5
27. Os pacientes e familiares devem ser orientados quanto às causas e fatores de risco para o desenvolvimento de lesão por pressão.	90	81,8
28. As regiões das proeminências ósseas podem ficar em contato direto uma com a outra.	66	60,0
29. Todo paciente em risco para desenvolver lesão por pressão deve ter um colchão que redistribua a pressão.	61	55,5
30. A pele, quando macerada pela umidade, danifica-se mais facilmente.	70	63,6
34. Uma boa maneira de diminuir a pressão na região dos calcâneos é mantê-los elevados do leito.	66	60,0
35. Todo cuidado para prevenir ou tratar lesões por pressão não precisa ser registrado.	80	72,7
36. Cisalhamento é a força que ocorre quando a pele adere a uma superfície e o corpo desliza.	30	27,3
37. A fricção pode ocorrer ao movimentar-se o paciente sobre o leito.	82	74,5
39. No paciente com incontinência, a pele deve ser limpa no momento das eliminações e nos intervalos de rotina.	68	61,8
40. O desenvolvimento de programas educacionais na instituição pode reduzir a incidência de lesões por pressão.	84	76,4
41. Os pacientes hospitalizados necessitam ser avaliados quanto ao risco para lesão por pressão uma única vez durante sua internação.	68	61,8
Tratamento da LP		
42. O esfacelo é um tecido amarelo e/ou de cor creme, necrosado/desvitalizado, presente no leito da ferida.	21	19,1
43. As coberturas de espuma aumentam a dor das feridas.	28	25,5
44. A cobertura de hidrogel não deve ser usada em lesões com tecido de granulação.	24	21,8

45. A escara favorece a cicatrização de feridas.	43	39,1
46. A escara seca e aderida aos calcâneos não deve ser removida.	25	22,7
47. Um curativo deve manter o leito da ferida úmido, mas a pele ao redor deve ser mantida seca.	36	32,7
48. As coberturas de hidrocolóide e filme devem ser cuidadosamente removidos da pele frágil.	50	45,5
49. As coberturas de hidrocolóide não devem ser utilizadas em feridas infectadas.	24	21,8
50. As lesões por pressão podem ser limpas com água potável.	40	36,4
51. A cobertura de alginato pode ser utilizada para lesão por pressão com muito exsudato ou com evidência clínica de infecção.	23	20,9
52. Coberturas tipo filme absorvem grande quantidade de exsudato.	11	10,0
53. As bactérias podem desenvolver imunidade permanente para coberturas com prata.	9	8,2

Conclusão

Este estudo concluiu que os participantes possuem um conhecimento insuficiente sobre lesão por pressão e que os itens abordados no questionário eram desconhecidos pela maioria. A partir disto, recomenda-se a integração de estratégias educacionais ao currículo acadêmico sobre o tema em questão. Com o conhecimento prévio e antecipado sobre LP, espera-se aprimorar a competência e a capacitação dos futuros médicos, com um impacto direto na qualidade dos cuidados prestados aos pacientes com LP ou em risco.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Práticas seguras para prevenção de Lesão por Pressão em serviços de saúde**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://proqualis.fiocruz.br/sites/proqualis.fiocruz.br/files/LPP.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2023

BERNARDES, R. M. **Construção, validação e implementação de um recurso educacional online para prevenção e manejo da lesão por pressão**. 2019. 314 f. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

EUROPEAN PRESSURE ULCER ADVISORY PANEL, NATIONAL PRESSURE INJURY ADVISORY PANEL AND PAN PACIFIC PRESSURE INJURY ALLIANCE. **Prevention and Treatment of Pressure Ulcers/Injuries: Quick Reference Guide**. Emily Haesler (Ed.). EPUAP/NPIAP/PPPIA: 2019. Disponível em: <https://internationalguideline.com/static/pdfs/Quick_Reference_Guide-10Mar2019.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.



LI, Z.; LIN, F.; THALIB, L.; CHABOYER, W. Global prevalence and incidence of pressure injuries in hospitalised adult patients: A systematic review and meta-analysis. **Int. J. Nurs. Stud.** v, 105, n. 103546, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0020748920300316?casa_token=A3rFk37NwRIAAAAA:2COFp3CiLtZQ1izLj8u8nGcmLcbZ1-B3obpQlbyZUhf6OKGF68VXsq5aeOvyItLs4_g6awEoKQs>. Acesso em 27 fev. 2023.

MIYAZAKI, M. Y.; CALIRI, M. H. L.; SANTOS, C. B. Conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre prevenção da úlcera por pressão. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** Ribeirão Preto, v. 18, n. 6, p. 1-10, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/NGzrXTcmJf4SbNNhVmCQzGS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 fev. 2023

RABEH, S. A. N.; PALFREYMAN, S.; SOUZA, C. B. L.; BERNARDES, R. M.; CALIRI, M. H. L. Adaptação cultural do instrumento Pieper-Zulkowski Pressure Ulcer Knowledge Test para o Brasil. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v. 71, n. 4, p. 1977-1984, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/dZwLkNNkJXcPbXbH93JLRRq/?lang=pt>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TEIXEIRA, A. O.; BRINATI, L. M.; TOLEDO, L. V.; NETO, J. F. S.; TEIXEIRA, D. L. P.; JANUÁRIO, C. F.; NETO, L. M. S.; SALGADO, P. O. Fatores associados à incidência de lesão por pressão em pacientes críticos: estudo de coorte. **Rev. Bras. de Enferm.** Brasília, v. 75, n. 6, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/KRbDPd6VwRpYgcQ65XC6bwR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

VOCCI, M. C.; SARANHOLI, T. L.; MIOT, H. A.; ABBADE, L. P. F. Intensive Care Pressure Injuries: A Cohort Study Using the CALCULATE and Braden Scales. **Advances in Skin & Wound Care**, v. 35, n. 3, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://journals.lww.com/aswcjournal/Fulltext/2022/03000/Intensive_Care_Pressure_Injuries__A_Cohort_Study.9.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2023.

VAN ZUILEN, M. H.; KAMATH, P.; PALACIOS, J. C.; SOARES, M. R. Implementation of a Competency-based Pressure Ulcer Curriculum for Medical Studentes: Outcomes from an Educational Intervention Study. **Wound Manag. Prev.** v. 65, n. 4, p. 42-47, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30994474/>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

PROSPECÇÃO FITOQUÍMICA E ATIVIDADE BIOLÓGICA DA ESPÉCIE *PLEROMA HIRSUTISSIMUM*: UMA CONTRIBUIÇÃO À COMPOSIÇÃO FITOQUÍMICA DA FLORA ENDÊMICA DA REGIÃO DOS LAGOS – RIO DE JANEIRO

Vinicius Fernandes Moreira¹
Yasmim Souza de Oliveira²
Ray de Siqueira Pereira³

Introdução

A necessidade de classificar corretamente os diversos grupos de plantas e suas aplicações sempre foi uma preocupação relevante. Em meio a essa necessidade, e visando o melhor conhecimento das plantas em geral, os taxonomistas utilizaram parâmetros diversos para a classificação das espécies. Tal caracterização química pode ser realizada através de análise de moléculas de baixo peso molecular. O metaboloma consiste em dois tipos de substâncias, os metabólitos primários e os secundários. Os metabólitos secundários são específicos das espécies e participam das interações intra- e intercelular do próprio organismo ou com células de outros organismos (BRAZ -FILHO, 2010). Dentro deste contexto, a fitoquímica abrange o levantamento e o estudo de componentes químico de vegetais representando importância fundamental para o desenvolvimento científico da própria química de produtos naturais e contribuem para avanço de outras atividades científicas de outras áreas do conhecimento: biologia molecular, botânica ecológica, sistemática e evolutiva, farmacologia, biotecnologia, química orgânica (novos modelos para síntese, novas reações, novos reagentes, teste de agentes), medicina (descoberta de novos medicamentos), agricultura (defensivos agrícolas) e veterinária (medicamentos para outros animais). (ASSUNÇÃO, 2010; BRAZ-FILHO, 2010). Quando uma espécie está em risco de extinção, é fundamental entender sua composição química e seus potenciais benefícios para a saúde humana e o meio ambiente. Um estudo fitoquímico pode fornecer informações valiosas sobre as substâncias químicas presentes na espécie, incluindo seus metabólitos secundários, que podem ter propriedades medicinais, antioxidantes, antimicrobianas, entre outras (BRAZ-FILHO, 2010).

325

¹ Email: vinicius.moreira@iff.edu.br

² Email: yasmim.souza@gsuite.iff.edu.br

³ Email: asuraslayer10@gmail.com

Objetivo geral

Neste trabalho objetivamos o estudo da espécie vegetal *Pleroma hirsutissimum*, planta endêmica das restingas de Cabo Frio e Arraial do Cabo - RJ, e categorizada como Criticamente em Perigo, de acordo com o Centro Nacional de Conservação da Flora. A classificação se dá por estar em uma área com forte ação antrópica, e ainda por haver pouca informação a seu respeito. Visando ampliar o conhecimento dessa espécie em extinção, que estava há quase 40 anos sem ser coletada por pesquisadores, será realizado pela primeira vez, a prospecção fitoquímica dos extratos obtidos a partir das folhas desta planta.

Metodologia

O estudo químico da espécie vegetal consistirá das seguintes etapas descritas a seguir:

Coleta do material vegetal e classificação botânica

O material vegetal foi localizado no Parque Estadual da Costa do Sol, no Município de Cabo Frio, RJ. A exsicata (HRJ-13591) foi depositada no herbário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foram coletadas completamente expandidas, no turno da manhã, no período de janeiro de 2023. E a classificação botânica foi confirmada por Inara Carolina da Silva Batista - Doutora em Ciências Biológicas (Botânica) pelo Museu Nacional/UFRJ.

326

A secagem e moagem do material

A secagem do material botânico feita ao ar livre, e o material após seco foi convertido em pó. Depois de triturado, o material vegetal foi pesado e submetido a processo de extração dos metabólitos secundários.

A extração dos constituintes químicos do material botânico

A extração dos componentes fixos feita a frio (maceração) usando-se em ordem crescente de polaridade os solventes orgânicos hexano e metanol. As soluções obtidas foram destiladas a pressão reduzida em evaporador rotativo, fornecendo os extratos brutos. Identificação das substâncias isoladas Serão utilizados métodos espectrométricos, tais como, espectrometria na região do infravermelho (IV), de ressonância magnética nuclear (RMN de ^1H e ^{13}C), e de massas (EM); e métodos cromatográficos clássicos como, cromatografia em coluna e em camada delgada (SILVERSTEIN, 2007).

Análises cromatográficas

As análises de cromatografia em coluna serão realizadas utilizando-se gel de sílica, da marca Merck, Darmstadt 60 (0,063–0,200 mm), Sephadex LH 20 e RP18. As análises de cromatografia em camada delgada analítica serão realizadas em cromato folhas de alumínio com gel de sílica 60 F254 Merck. As substâncias serão visualizadas por irradiação com lâmpada ultravioleta (Aldrich) a 254 nm e 365 nm e/ou pulverizadas com o seguinte reagente cromogênicos H₂SO₄ conc. Vanilina, seguido de aquecimento, e Dragendorff (solução de nitrato de bismuto básico II em ácido acético diluído com iodeto de potássio). As análises em cromatografia em camada delgada, em escala preparativa serão realizadas utilizando-se placas de vidro 20 x 20 cm, com gel de sílica 60 GF254. Para obtenção dessas placas, dilui-se 20 g de gel de sílica em 70 mL de água destilada, em seguida, distribui-se manualmente essa solução sobre as placas de vidro.

Ensaio de toxicidade frente à Artemia salina (TAS)

O ensaio de toxicidade frente à Artemia salina (TAS) será executado de acordo com a metodologia proposta por McLaughlin (1991). Será utilizado o método Probits de análise através do software BIOSTAT® 2007, com 95% de confiança para obtenção das CL50 e respectivos intervalos de confiança. Os extratos serão considerados ativos quando TAS <1000ppm (MCLAUGHLIN, 1991).

327

Resultados

Espera-se com a realização deste projeto contribuir com a geração de informações úteis aos pesquisadores que desenvolvam, ou pretendam desenvolver, ações para a conservação da biodiversidade, preservação do ecossistema e de espécies endêmicas da restinga da Região dos Lagos. E através da publicação de dados acessíveis ao público geral, contribuir também para a educação ambiental e sensibilização em relação à importância da conservação da biodiversidade desse ecossistema. Além disso, a identificação dos possíveis metabólitos presentes nas plantas selecionadas podem gerar trabalhos futuros, no intuito de dar continuidade a geração de conhecimento e avaliação do potencial farmacológico da diversidade vegetal da região. Nos testes de prospecção fitoquímica realizados com extrato metanólico, apresentaram resultados positivos para Saponinas, Taninos, Cumarinas, Flavonóides e Fitoesteroides.

Conclusão

Considerando que o projeto ainda está em desenvolvimento pode-se concluir que os resultados obtidos até o momento são promissores para ampliar o conhecimento da espécie P.



hirsutissimum, através de dados fitoquímicos. Contribuindo assim, para corroborar com a classificação botânica dessa espécie. Além de gerar informações valiosas para a reintrodução e conservação desta espécie endêmica da Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro.

Referências

ASSUNÇÃO, F. C. R. (organizador) (2010) Química verde no Brasil: 2010-2030 - Ed. rev. e atual. - Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
 BOBBIO, F. O.; BOBBIO, P. A. ; DEGÁSPARI, C.H. (1985) Anthocyanins from *Tibouchina grandiflora*. Food Chem., v. 18, p. 153-159.

BOLZANI, V. S.; YONG, M. C. M.; FURLAN, M.; CAVALHEIRO, A. J.; ARAÚJO, A. R.; SILVA, D. H. S.; LOPES, M. N. (2001) Secondary Metabolites from Brazilian Rubiaceae Plant Species: Chemotaxonomical and biological significance. *Phytochemistry*, v. 5, p. 19-31.

BRASIL, C. I. (2022) - Espécie de planta rara volta para ambiente de origem em Cabo Frio - Agência Brasil - Rio de Janeiro – Publicado e disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>

BRAZ FILHO, R. (2010) Contribuição da fitoquímica para o desenvolvimento de um país emergente, *Química Nova*, v. 33 (1), p.229-239,

CUNHA, A. P. (2005) *Farmacognosia e Fitoquímica* – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p.403-412.

CUNHA, G. O. S., DA CRUZ, D. C., & MENEZES, A. C. S. (2019). An overview of *Miconia* genus: chemical constituents and biological activities. *Pharmacognosy Reviews*, 13(26), 77.

GOEBEL, G.; DA SILVEIRA, D.; DE SÁ DECHOUM, M.; CASTELLANI, T. T. (2019) Guia sobre plantas nativas ornamentais de restinga, 1. Ed. – Florianópolis: UFSC.
 GRANATO, E. M.; GRANATO, M. M.; GERENUTTI, M.; SILVA, M. G.; FERRAZ H. O.; VILA, M. M. D. C. (2013) Prospecção fitoquímica da espécie vegetal *Trixis antimenorrhoea* (Schrank) Kuntze, *Revista Brasileira de Farmácia*, v. 94 (2), p. 130-135.
 GUIMARÃES, P. J. F. (2015) PLEROMA IN LISTA DE ESPÉCIES DA FLORA DO BRASIL. JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://FLORADOBRASIL2015.JBRJ.GOV.BR/JABOT/FLORADOBRASIL/FB134028](http://FLORADOBRASIL2015.JBRJ.GOV.BR/JABOT/FLORADOBRASIL/FB134028)>

ICMBio (2019) - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Guia de orientação para o manejo de espécies exóticas invasoras em Unidades de Conservação Federais. Brasília: ICMBio, 135p.

KALA, C.P. (2005) Ethnomedicinal botany of the Apatani in the Eastern Himalayan region of India. J. Ethnobiol. Ethnomed., v.1, p. 213-229.

KUSTER, R.M.; ARNOLD, N.; WESSJOHANN, L.; (2009) Anti-fungal flavonoids from *Tibouchina grandifolia*. Biochemical Systematics and Ecology, v. 37, p. 63-65.

LORENZI, H.; MATOS, E. J. A.; GOMES, O. (2002) Plantas Medicinais no Brasil – Nativas e Exóticas, Nova Odessa, SP, Instituto Plantarum, p. 413-414.

MCLAUGHLIN, J. L.; CHANG, C-J.; SMITH, D. L.; (1991) In Studies in Natural Products Chemistry, , Ed. Atta-ur- Rahman, Elsevier Science Publishers B. V., Amsterdam, v. 9, p. 383-409.

MICHELANGELI, F. A., GUIMARÃES, P. J. F. PENNEYS, D. S. ALMEDA, F. & KRIEBEL, R. (2013) Phylogenetic relationships and distribution of New World Melastomeae (Melastomataceae). Botanical Journal of the Linnean Society.171(1): 38–60.

MOSQUERA, O.M.; CORRERA, Y.M.; NINO, J. (2009) Antioxidant activity of plant extracts from Colombian flora. Braz. J. Pharmacognosia, v. 19. P. 382-387.

ROMERO, R. MARTINS, A.B. (2002) Melastomataceae do Parque Nacional da Serra da Canastra, Minas Gerais, Brasil. Revista Brasileira de Botânica, v.25, n.1, p.19-24.

SEVERINO, V. G. P. (2021) (org.) et al. De uma prosa e uma planta, um remédio: saberes tradicionais no uso medicinal de plantas na Comunidade Coqueiros. Goiânia: Editora UFG. E book (211p.). ISBN: 978-65-86636-09-3. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19422>

SILVA, N. C. C., FERNANDES JÚNIOR, A. (2010) Biological properties of medicinal plants: a review of their antimicrobial activity. Journal of Venomous Animals and Toxins including Tropical Diseases. V. 16, n. 3, p. 402-413.

SILVERSTEIN, R.M., BASSLER, G.C. MORRIL, T.C. (2007) Identificação Espectrométrica de Compostos Orgânicos, editora LTC. 7ª ed.

REATIVIDADE E AVIDEZ DE ANTICORPOS IgG ANTI-SARS-COV-2 PRESENTES EM AMOSTRA DE SORO DE PACIENTES ADULTOS DA ZONA DA MATA MINEIRA, MINAS GERAIS, BRASIL

Antônio Clemente de Oliveira Neto¹
Julio César da Silva Batista¹
Jadhe Sotero Ferreira¹
Olavo dos Santos Pereira Junior²
Priscila de Faria Pinto¹

Introdução

Próximo de alcançar o quarto ano da COVID-19, estudos de soroprevalência continuam a ser realizados com o objetivo de entender a produção de anticorpos entre diferentes estratos da população mundial (Weissleder *et al.*, 2020). A manutenção dos níveis de anticorpos após a vacinação é um dado relevante para o estabelecimento de políticas e acompanhamento das ações de prevenção e promoção da saúde (Visalli *et al.*, 2023). Os testes sorológicos dos grupos estudados (através da reatividade de anticorpos IgG totais e respectiva avides contra os antígenos de SARS-CoV-2) podem servir para estimar o número de pessoas que apresentam soroconversão IgG contra as proteínas do vírus e refletir à taxa de proteção da população contra a doença (Hajilooi *et al.*, 2023). Nesta perspectiva, este projeto avaliou a presença de anticorpos IgG anti SARS-CoV-2 e sua avides em um grupo de pacientes atendidos no hospital universitário de Juiz de Fora, contribuindo para a avaliação da sorologia da COVID-19 nesse cenário.

330

Objetivo geral

Realizar um estudo de corte transversal a fim de avaliar a reatividade de anticorpos IgG anti-SARS-CoV-2 em um grupo de pacientes ambulatoriais atendidos no Hospital Universitário, Unidade Dom Bosco da EBSERH, na cidade de Juiz de Fora – MG.

¹ Laboratório de Estudo de Estrutura e Função de Proteínas, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora; clemente.neto@estudante.ufjf.br

² Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Juiz de Fora

Objetivos específicos

- Caracterizar o percentual de reatividade IgG de anticorpos SARS-CoV-2 na população estudada.
- Analisar a relação de dados secundários, das comorbidades e dos aspectos vacinais com as reatividades obtidas.

Metodologia

Considerações éticas

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora sob o número: CAAE 5.598.110.

Recrutamento da população do estudo

Setenta e um (n=71) pacientes, que estavam em sua rotina de consulta na Unidade Dom Bosco, foram entrevistados, consultados os seus prontuários médicos e respectivos dados vacinais. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido (TCLE).

Coleta de amostras e separação do soro

O sangue foi coletado no ambulatório do HU-UFJF/EBSERH, Unidade Dom Bosco. Foram utilizados tubos de coleta de sangue a vácuo e gel separador totalmente inerte e não solúvel em sangue. Após a coleta e identificação dos tubos, foram coletados 500 µL de soro em cada tubo do paciente participante da proposta. As amostras foram armazenadas congeladas (-20°C) no Laboratório de Estudo de Estrutura e Função de Proteínas da Universidade Federal Juiz de Fora (UFJF), para posteriores análises.

Ensaio imunoenzimático por elisa

O ensaio imunoenzimático EIE COVID-19 IgG Bio-Manguinhos é um método indireto de ELISA utilizado na detecção de anticorpos IgG contra antígenos SARS-CoV-2, no soro ou plasma humanos. O kit é composto por placas sensibilizadas com antígenos das proteínas spike e do nucleocapsídeo (garantindo a alta sensibilidade do diagnóstico), da variante de Wuhan (Ministério Da Saúde, Fiocruz, 2023).

O preparo e uso das soluções do kit foram executadas conforme recomendado pelo fabricante. A aplicação do teste considera a diluição 1:100 das amostras de plasmas para avaliação da reatividade (Ministério Da Saúde, Fiocruz, 2023).

Os resultados, tanto das amostras reagentes, quanto não reagentes puderam ser avaliados por meio de espectrofotômetro para microplacas no comprimento de onda estabelecido (450 nm). Todas as amostras foram analisadas em duplicata e, a densidade óptica (D.O.) de cada amostra foi calculada através da média de leituras dos resultados obtidos em cada ensaio. Conforme preconizado pelo fabricante, e amostras reagentes foram consideradas **positivas** quando a média das leituras de D.O. era superior ao Cut-Off (ponto de corte); **negativas** quando a média era inferior ao Cut-Off e, **indeterminadas**, quando os valores médios se apresentavam entre o Cut-Off e a faixa cinza, a qual é um valor de referência para confirmar os resultados como estritamente positivos.

Cálculo do Cut-Off (CO): $CO = XCN + \text{Fator (0,150)}$

XCN = Média da densidade óptica dos orifícios de controle negativo

DO = Densidade Óptica

CN = Controle Negativo

Cálculo da Faixa Cinza (FC)

$FC = CO \times 1,3$

<p>AMOSTRAS NÃO REAGENTES (valores < Cut-Off)</p>	<p>FAIXA CINZA (Entre o Cut-Off e o Cut-Off x 1.3 - faixa cinza)</p>	<p>AMOSTRAS REAGENTES (valores > Cut-Off x 1.3)</p>
---	---	---

Avaliação da avidéz de IgG anti-SARS-CoV-2 por Elisa

As amostras dos mesmos pacientes (n=71) foram submetidas ao ensaio de avidéz, baseando-se no trabalho de (Pratesi *et al.*, 2021). As análises dos soros seguiram os mesmos passos para detecção da reatividade com as proteínas S e N do KIT, e logo após a incubação, as placas foram lavadas e realizada uma incubação adicional com solução de Uréia (1M ou 6M) com variação do tempo (15 ou 60 minutos), antes da etapa de incubação com o anticorpo secundário e revelação. Os poços controles foram mantidos imersos no diluente da amostra durante a incubação dos poços com uréia. Após a aplicação da solução de uréia, as placas foram incubadas com o anticorpo conjugado (ligado a enzima peroxidase), lavadas e reveladas para mensuração da absorbância em todos os poços determinada.

O índice de avidéz foi estimado tendo como base a absorbância (D.O. = 450 nm) medida no poço lavado com uréia e a obtida nos poços controles (100%), excluídos os valores basais da

reação conjugado com o antígeno. Como forma de avaliação da avidéz dos anticorpos, foram considerados:

Baixa avidéz: soros que apresentaram um percentual de queda da avidéz menor que 50%.

Intermediária: entre 51% - 75%.

Alta avidéz: soros com avidéz igual ou superior a 75%.

O índice de avidéz (I.A.) foi obtido calculando-se conforme fórmula abaixo:

I.A =	Densidade Ótica Amostras Tratadas com Ureia	X 100
	Densidade Ótica Amostras Não Tratadas	

Análise qualitativas

Dados secundários obtidos a partir de prontuários médicos foram coletados para análise comparativa do histórico dos pacientes. Informações sociodemográficas como idade, sexo, cor, endereço e, informações clínicas, como testagem para COVID e comorbidades foram coletadas e apresentadas na forma de tabelas.

Análises estatísticas

Um banco de dados foi gerado através do Microsoft Office Excel 2019. Em seguida, os dados foram exportados e analisados utilizando o software GraphPad Prism v. 8.1. Para o gerenciamento dos dados foi utilizado o software de domínio público Epi Info versão 7.0 e as análises estatísticas no SPSS versão 20.0.

A prevalência de níveis mais altos de efeitos protetores de IgG anti-SARS-CoV-2 foi calculada, sendo este considerado o desfecho principal do estudo.

Resultados parciais

Das 71 amostras coletadas, apenas uma não apresentou reatividade para IgG pela técnica de ELISA (**Figura 1**). Desta forma, dentre os pacientes, mais de 98 % foram sororreativos.

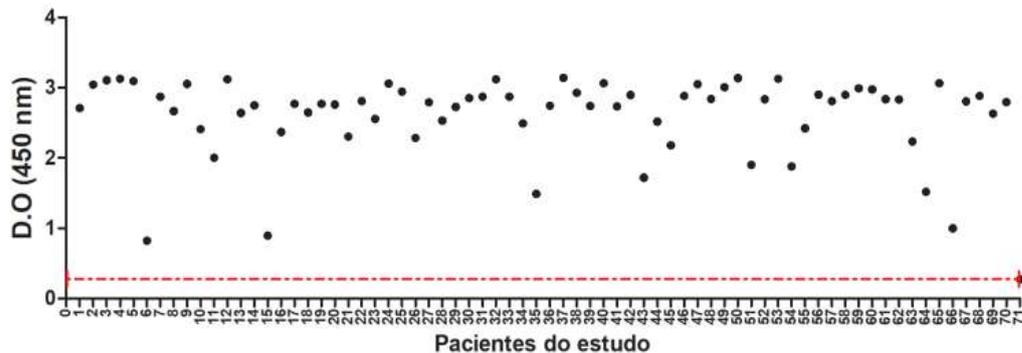


Figura 1 .Caracterização da reatividade dos pacientes frente ao cut-off (pontilhado vermelho). Grupo de amostras (n=71) foi submetido a testagem por ELISA para verificação da reatividade de IgG total anti SARS-CoV-2. O ponto de cut-off (marcador da positividade) foi de D.O. = 0,29667. Note que apenas um paciente (nº71) não apresentou níveis acima da linha de corte para a produção de anticorpos anti SARS-CoV-2 (linha vermelha pontilhada).

Das 71 amostras coletadas, 84,5% possuíam comorbidades e, 35,2% dos pacientes já haviam sido diagnosticados com COVID-19 em períodos anteriores, a faixa etária variou de 24 a 87 anos. Em relação à taxa imunização contra a doença, 94,4% haviam recebido ao menos uma dose da vacinação contra o vírus (Tabela 1).

Variáveis	Baixos Títulos IgG (5,64%)	Altos Títulos IgG (94,36%)
Sexo		
Feminino	1 (1,14)	39 (54,92)
Masculino	2 (2,81)	26 (36,61)
Ignorado	1 (1,41)	2 (2,82)
Faixa de idade		
Até 24	0	1 (1,41)
de 25-59	2 (2,81)	19 (26,75)
60 ou +	0	39 (54,92)
Ignorado	2 (2,81)	8 (11,27)
Contato com pessoas com Covid?		
Não	2 (2,81)	64 (90,13)
Sim	0	0
Ignorado	2 (2,81)	3 (4,22)
Esta com Sintomas da COVID?		
Não	2 (2,81)	53 (74,64)
Sim	0	10 (14,08)
Ignorado	2 (2,81)	4 (5,63)
Já teve COVID-19?		
Não	2 (2,81)	38 (53,51)
Sim	0	25 (35,20)
Ignorado	2 (2,81)	4 (5,63)
Possui Vacinação?		
Não	0	1 (1,40)
Sim	3 (4,22)	64 (90,13)
Ignorado	1 (1,41)	2 (2,81)
Quantidade de doses		
1	1 (1,41)	0
2	0	11 (15,49)
3	0	4 (5,63)
4	2 (2,81)	47 (66,19)
Ignorado	1 (1,41)	5 (7,04)
Possui comorbidades?		
Não	1 (1,41)	7 (9,86)
Sim	2 (2,81)	58 (81,68)
Ignorado	1 (1,41)	2 (2,82)

Tabela 1. Dados obtidos a partir da entrevista estruturada (Questionário – COVID-19), da consulta aos cartões vacinais e dos prontuários médicos online acessados através do Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários (AGHU) - EBSEH (2023). Fonte: elaborada pelo autor.

Após análise por ELISA indireto, as amostras foram submetidas a diferentes concentrações de ureia, com variação de tempo de 15 minutos e 1 hora, a fim de verificar qual seria o melhor tratamento capaz de reduzir as ligações de baixa avidéz direcionadas contra proteínas S/N (Figura 2).

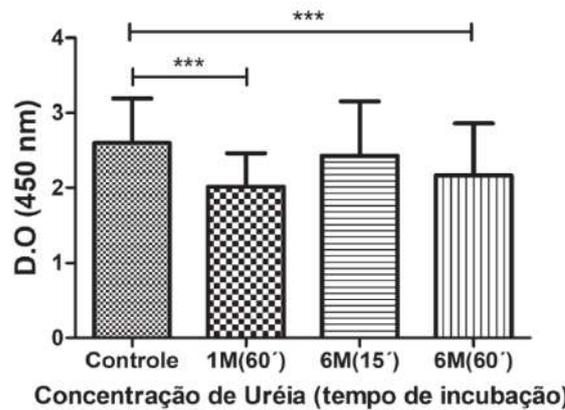


Figura 2. Determinação da concentração do agente caotrópico x tempo de incubação para detecção de avididade de IgG S/N anti-SARS-CoV-2. Fonte: elaborada pelo autor.

Foi observado que as concentrações de ureia 1M ou 6M não apresentam diferenças significativas na redução da reatividade dos anticorpos de baixa avididade contra proteínas do vírus*. Na exposição a ureia 6M por 15 minutos houve pouca redução em comparação ao controle, o que destaca que as ligações de baixa avididade durante esse período não foram desfeitas.

O fator 'concentração' não foi a variável responsável pela redução das ligações anticorpo-antígeno nas amostras testadas e sim, o fator 'tempo' - responsável pela redução em ao menos 19% da avididade de anticorpos IgG para SARS-CoV-2 (Figura 2). No entanto, o percentual de redução da ligação destes anticorpos foi baixo indicando, conseqüentemente, que os anticorpos produzidos são de alta avididade (Tabela 2), implicando na neutralização de partículas virais, como demonstrado por Gaspar e De Gaspari (2021).

336

[] Ureia /tempo	Sem Alteração	Baixo	Médio	Alto	Total (%)
Ureia 1M 1h	5,63	87,32	5,63	1,41	100,00
Ureia 6M 15m.	38,03	54,93	5,63	1,41	100,00
Ureia 6M 1h	11,27	80,28	5,63	2,82	100,00

Tabela 2. Percentual de queda da avididade de anticorpos IgG anti S/N SARS-CoV-2 para diferentes concentrações em função do tempo. Fonte: elaborada pelo autor.

Discussão e conclusão

A presença de anticorpos a partir da vacinação e/ou da infecção estão associados à proteção contra a Covid-19 (HajilooI *et al.* 2023; TAN *et al.*, 2021). Em mais de 98% das amostras apresentaram reatividade IgG contra proteínas do vírus. Apenas um paciente (1,41%) não apresentou reatividade contra proteínas do vírus SARS-CoV-2, mesmo apresentando o esquema vacinal completo. A respeito da ausência de soroconversão para este paciente, estudos vêm demonstrando que nem toda a infecção expressará uma resposta sorológica, em decorrência de inúmeros fatores, como: deficiência seletiva de imunoglobulinas e pela produção desordenada de anticorpos em doenças crônicas (Bousfiha *et al.*, 2022; Grimbacher, 2014). Alguns pacientes apresentaram menores reatividades IgG para proteínas do vírus. Essas leituras mais baixas podem estar associadas ao tipo de comorbidade (ou multimorbidades) apresentadas por eles, como já verificado por Russell; Lone; Baillie, 2023.

A verificação das altas reatividades IgG encontradas nos levou a questionar se estes anticorpos eram de alta avidéz, como já verificado por Gaspar e De Gaspari (2021). Foi observado, que nos indivíduos capazes de desenvolver uma resposta humoral, a avidéz IgG anti-proteínas S e N se encontrava aumentada. No presente estudo o índice de avidéz (IA) não variou em decorrência das concentrações utilizadas 1M ou 6M a 37°C. Entretanto, a variação do tempo de incubação foi o fator preditor para alterar a ligação de IgG anti proteínas S e N do SARS-CoV-2 em ao menos 23%, mostrando que a ligação anticorpo-antígeno é robusta e que o percentual de redução da avidéz foi baixo. Assim, com base nos resultados analisados até o momento, foi possível concluir que os dados dos 71 pacientes que os anticorpos produzidos pela vacinação e/ou a exposição ao novo coronavírus foram capazes de gerar reatividades elevadas de IgG em 98,7%. Vale ressaltar, também, que a elevada avidéz (acima de 80%) das amostras, pode ser um dos fatores responsáveis pela redução das formas graves e geração de óbitos nas amostras analisadas.

337

Perspectivas futuras

Como perspectivas futuras, serão ampliadas a coleta de amostras em pacientes ambulatoriais, com o intuito de verificar se os resultados encontrados até o momento se mantêm em uma coorte maior, ampliar as análises estatísticas e, com essa ampliação, reduzir as chances de existências de erros amostrais analíticos.

Referências

BOUSFIHA, A., *et al.* The 2022 Update of IUIS Phenotypical Classification for Human Inborn Errors of Immunity. *Journal of Clinical Immunology*, v. 42, n. 7, p. 1508–1520, 6 out. 2022. Disponível em: <<https://link.springer.com/10.1007/s10875-022-01352-z>>.



GASPAR, E. B.; DE GASPARI, E. Avidity assay to test functionality of anti-SARS-Cov-2 antibodies. *Vaccine*, v. 39, n. 10, p. 1473–1475, mar. 2021. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0264410X21001328>>.

GRIMBACHER, B. The European Society for Immunodeficiencies (ESID) registry 2014. *Clinical & Experimental Immunology*, v. 178, n. Suppl 1, p. 18–20, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25546747>>.

HAJILOOI, M., *et al.* The quantity and quality of anti-SARS-CoV-2 antibodies show contrariwise association with COVID-19 severity: lessons learned from IgG avidity. *Medical Microbiology and Immunology*, v. 212, n. 3, p. 203–220, 27 jun. 2023. Disponível em: <<https://link.springer.com/10.1007/s00430-023-00763-y>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz. *EIE COVID-19 IgG Bio-Manguinhos - Manual*. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/produtos/reativos/ensaios-sorologicos/imunoenzimatico/eie-covid-19-igg#>>.

PRATESI, F., *et al.* BNT162b2 mRNA SARS-CoV-2 Vaccine Elicits High Avidity and Neutralizing Antibodies in Healthcare Workers. *Vaccine*, v. 9, n. 6, p. 672, 18 jun. 2021. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/0928019794900337>>.

RUSSELL, C. D.; LONE, N. I.; BAILLIE, J. k. Comorbidities, multimorbidity and COVID-19. *Nature Medicine*, v. 29, n. 2, p. 334–343, 16 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41591-022-02156-9>>.

SUMMERS, E. L. *et al.* Structures and kinetics for plant nucleoside triphosphate diphosphohydrolases support a domain motion catalytic mechanism. *Protein Science*, v. 26, n. 8, p. 1627–1638, ago. 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pro.3199>>.

TAN, A. T. *et al.* Early induction of functional SARS-CoV-2-specific T cells associates with rapid viral clearance and mild disease in COVID-19 patients. *Cell Reports*, v. 34, n. 6, p. 108728, fev. 2021. Disponível em: <<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2211124721000413>>.

2023

 **JI** Jornada
IC Internacional
EU de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

VISALLI, G., *et al.* Towards a Future of Personalized Vaccinology: Study on Individual Variables Influencing the Antibody Response to the COVID-19 Vaccine. *Vaccine*, v. 11, n. 2, p. 1–14, 2023.

WEISSELEDER, R., *et al.* COVID-19 diagnostics in context. *Science Translational Medicine*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/scitranslmed.abc1931>>. , 3 jun. 2020

WRATIL, P. R., *et al.* Three exposures to the spike protein of SARS-CoV-2 by either infection or vaccination elicit superior neutralizing immunity to all variants of concern. *Nature Medicine*, v. 28, n. 3, p. 496–503, 28 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41591-022-01715-4>>.

339



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO VITÓRIA: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Juliete Andrade¹
Lara Thiengo²

Este trabalho é resultado do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC CNPQ), em que se propõe a apresentar e discutir as práticas extensionistas educacionais a partir dos projetos registrados na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) com atuação na Ocupação Vitória, situada no bairro Cazuza, em Diamantina-MG, com 170 famílias, número que expressa um longo processo de desigualdade social e falta de políticas públicas de diversas ordens, inclusive moradia. É relevante destacar que os projetos estão em estágios iniciais e de acordo com as demandas e desenvolvimento da Ocupação, que passou a se organizar junto ao MTST em 2020.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é problematizar e socializar essas experiências, defendendo o papel das universidades públicas no combate às desigualdades brasileiras.

A metodologia utilizada baseou-se na abordagem qualitativa, empregando instrumentos como revisão bibliográfica, mapeamento, análise de documentos e relatórios e o diário de campo.

A partir disso, observamos um conjunto de projetos de extensão que vêm sendo desenvolvidos na Ocupação. Desde janeiro de 2022 a 2023, e cinco desses projetos continuam ativos, todos eles fazem parte de um programa de extensão popular, são eles: “Nenhum a menos: apoio escolar e educação popular para Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Ocupação Vitória”, “Para ler e escrever o mundo: educação na Ocupação Vitória”, “Cine Popular na Ocupação Vitória”, “Educação escolar e educação popular na área de Ciências e Biologia na Ocupação Vitória”, “Ciências Humanas, formação escolar e educação popular na Ocupação Vitória.” As principais atividades desenvolvidas foram os plantões de apoio escolar semanais durante o contraturno na própria Ocupação, atendendo a alunos do Ensino Fundamental I e II. As principais áreas de dificuldade abordadas foram Português, Matemática, Ciências e Inglês, com ênfase em leitura e os fundamentos da matemática. Outras atividades desenvolvidas e articulado aos apoios escolares foram: “O Cine Popular na Ocupação Vitória”, que pretende promover a popularização/debate do cinema para/com os moradores da Ocupação Vitória,

340

¹ Licenciada em Química. Diamantina, Minas Gerais, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5010-2352> E-mail: Juliete.Carine15@gmail.com

² Doutora em Educação pela UFSC. Professora de Educação, UFVJM, Diamantina, Minas Gerais, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3593-4746> E-mail: laracarlettel@gmail.com

para construir novos canais de diálogo com a comunidade, bem como criar espaços de cultura e lazer para os moradores. E o “Para ler e escrever o mundo: educação popular na Ocupação Vitória”, elaborado na proposta de organização de um clube do livro que pretende trabalhar as dificuldades na leitura e incentivar o hábito de leitura.

Considerando o exposto é importante ressaltar que esses projetos se baseiam nas teorias da pedagogia histórico-crítica e na perspectiva de educação e universidade popular. Além disso, também foram realizadas oficinas desenvolvidas com parceiros (Oficina de Geotintas, Oficina da AstroVale) e uma sequência de oficinas científicas com o Pet-Química, cuja proposta era aguçar e motivar a curiosidade científica a partir de relações com o cotidiano. Entendemos que as oficinas experimentais criam espaços de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos, apesar dos limites em termos de espaço, diversificação de idade e a própria dinâmica própria de atividades não escolares. Há, pois, muitos desafios a serem superados como: adequação do espaço, criação de uma biblioteca, menos burocracia na utilização de recursos e produção de materiais, e outros.

Destacamos então, a importância da reflexão sobre o papel social das universidades públicas, que devem democratizar o conhecimento científico com aqueles que na sociedade muitas vezes são excluídos dessas instituições. A educação e a universidade estão inerentemente ligadas às contradições do sistema capitalista, incluindo a disputa sobre a função da universidade, os tipos de conhecimento produzidos e a formação desejada. A extensão não pode ser tratada como solucionadora dos problemas da sociedade capitalista, mas sim, espaço (também) a ser disputado para pensar e atuar de forma mais orgânica, considerando os interesses da classe trabalhadora. Por fim, compreendemos que a extensão tem um papel fundamental na formação em uma perspectiva contra-hegemônica. Isto é: sendo espaço para o desenvolvimento de ações/vivências que ampliem as possibilidades de questionamento da realidade e que perspectivem condições de construção de uma nova sociabilidade. Enfatizamos também a importância de desenvolver outras pesquisas e projetos de extensão em colaboração com a Ocupação Vitória e outros movimentos sociais da região, buscando uma universidade mais inclusiva e ancorada nos anseios da classe trabalhadora.

RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO E TURISMO NO BAIRRO DA PASSAGEM CABO FRIO-RJ

Raiza Monteiro Poggiali¹
Karoliny Soares Zacarias²
Roana Santos Silva³
Matheus Pinto de Oliveira⁴
Ana Carolina Rocha Garbes⁵

Introdução

Este trabalho tem por intuito principal apresentar resultados parciais do estudo realizado com apoio da Universidade Estácio de Sá, no âmbito do programa de Pesquisa e Produtividade (2023-2024) e do programa de Iniciação Científica (2023-2024). Os trabalhos envolvem sob perspectivas distintas a relação entre patrimônio e turismo, com o olhar voltado para o bairro da Passagem na cidade de Cabo Frio, cidade da região dos lagos do Rio de Janeiro. O bairro da Passagem é localizado próximo ao acesso via mar da cidade, o canal do Itajuru e foi o primeiro núcleo de povoamento da cidade. A denominação do bairro como Passagem deu-se devido à essa localização estratégica para a ligação mar-terra e o deslocamento de pessoas e mercadorias. O bairro permaneceu como principal núcleo de povoamento até 1661, quando se tem o desenvolvimento de outro núcleo que se estabeleceu na atual região central da cidade. Este deslocamento populacional pode ser atribuído, dentre outros motivos, ao fato de a região ser margeada pelo canal, o que fazia com que a área passasse por períodos de alagamento e à dificuldade de acesso à água potável. Porém, o bairro permanecia como a área peça chave para

342

¹ Mestra em dinâmicas espaciais e ambientais pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. Doutoranda pelo programa de pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal fluminense. Bolsista nos programas de Pesquisa e Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá (2023) e de Iniciação científica (2023-2024) fomentados pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: raizamonteiro@yahoo.com.br.

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela universidade Estácio de Sá – Campus Cabo Frio. Aluna integrante do programa de Iniciação científica (2023-2024), fomentado pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: karolon@hotmail.com

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela universidade Estácio de Sá – Campus Cabo Frio. Aluno integrante do programa de Iniciação científica (2023-2024), fomentado pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: roana.snts@gmail.com

⁴ Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela universidade Estácio de Sá – Campus Cabo Frio. Aluna integrante do programa de Iniciação científica (2023-2024), fomentado pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: matheusbuzios10@hotmail.com

⁵ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela universidade Estácio de Sá – Campus Cabo Frio. Aluna integrante do programa de Iniciação científica (2023-2024), fomentado pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: acarolinagarbes@gmail.com

o deslocamento de pessoas e mercadorias. Entre períodos menos pungentes como no contexto do declínio econômico da cidade de Cabo Frio entre os anos de 1620 e 1630, e períodos mais pungentes como reaquecimento econômico ligado a exploração de salinas por volta dos anos de 1650 e 1960, no final do século XX o bairro possuía baixo adensamento populacional (RIBEIRO; MOREIRA, 2017). Este cenário de baixa utilização do espaço se altera no início do século XXI, quando a área passou a abrigar estabelecimentos comerciais ligados à gastronomia, que se instalam nos imóveis localizados no bairro que exploram a ambiência “patrimonial” do bairro. O conjunto das edificações do bairro conta com construções do século XVIII, XIX e XX, algumas tombadas e outras não, mas que estão sujeitas à aprovação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC (INEPAC, 2002). A respeito dessa mudança no uso e utilização do espaço, se tem poucas informações documentadas além do conhecimento empírico sobre a região e dos relatos de antigos moradores, o que instigou o estudo das questões que relacionam turismo e patrimônio no bairro da Passagem.

Objetivos gerais

Este trabalho tem como objetivos gerais:

- Aprofundar o campo teórico de estudo referente a assuntos que correlacionam patrimônio e turismo.
- Levantar informações bibliográficas e histórico-documentais de dados a respeito das dinâmicas de formação e consolidação do bairro da Passagem.
- Sistematizar e sobrepor dados empíricos e documentais sobre o bairro na atualidade.

343

Metodologia, materiais e métodos

Como instrumentais metodológicos propõe-se a revisão bibliográfica da temática que envolve turismo, patrimônio a apropriação social do espaço. Posteriormente, aproxima-se da escala de análise da cidade de Cabo Frio e do bairro da Passagem também utilizando a revisão bibliográfica, acrescida da análise histórico-documental, com a pesquisa em arquivos, documentos e outras fontes de informação que contribuem para a leitura dos processos de formação e consolidação da região.

Resultados

A associação entre turismo e patrimônio é verificada em várias cidades brasileiras e tem sido pauta de diversos autores. Gonçalves (2007), ao discorrer sobre a relação entre turismo e



2023



JI Jornada
IC Internacional
EU de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

patrimônio, afirma que esta pode ser condição e efeito da industrialização da cultura na salvaguarda de bens. Françoise Choay (2005, 2006), ainda que no contexto europeu, destaca que nas últimas décadas do século XX, com a globalização, uso recorrente de novas tecnologias, iniciou-se um processo de industrialização da cultura em que ocorre uma sensibilidade midiática acerca do patrimônio. François Hartog (2006) também defende que a industrialização do patrimônio desencadeia uma emoção nostálgica, uma demanda pelo tempo passado na “busca de raízes obcecada pela memória.” Como reflexos desse arranjo, um dos possíveis efeitos pode ser a movimentação da economia local, como discorre Gonçalves (2007) sobre a utilização de bens culturais: “Embora representado tendencialmente de forma negativa e destrutiva, parece ser, na verdade, uma das fontes para a existência social e cultural do patrimônio.” Também no intento de ressaltar os prováveis benefícios dessa associação, Ulpiano Meneses (2009) salienta que o valor cultural de um bem não se opõe a seu valor econômico.

Na área de estudo, fica clara a associação entre turismo e patrimônio e por se tratar de uma modificação recente, ainda seriam precoces análises dos reais reflexos dessa junção no espaço. Porém, o que pode ser constatar é a evidente relação entre o turismo e a ambiência patrimonial, uma vez que o plano diretor, aprovado recentemente, aponta a área como área de interesse econômico e cultural, figura 1.

344



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Figura 1: Mapas do Plano Diretor de Cabo Frio



Fonte: CABO FRIO, 2019.

345

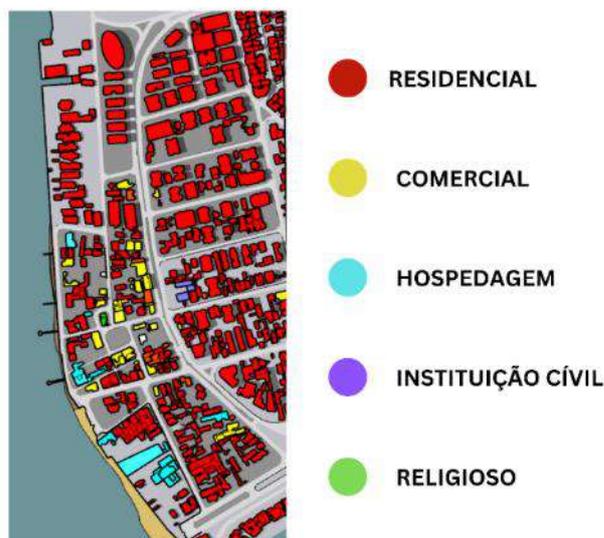
À direita, a área aparece no mapa de especial interesse cultural e à esquerda de especial interesse econômico. Ao se sobrepor informações documentais, verifica-se que houve uma mudança no uso e nas características do bairro, como demonstrado nas imagens da figura 2 e no mapa da figura 3 que retrata os atuais usos do bairro.

Figura 2: Imagens do largo de São Benedito



Fontes: (INEPAC, 2002) e (Acervo pessoal, 2023)

Figura 3: Mapa de usos do bairro da Passagem



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

346

Como percebe-se no mapa acima, existe um grande contraste de uso em relação ao entorno que é predominantemente residencial, sendo o uso comercial mais concentrado na área principal do bairro, o largo de São Benedito. Verifica-se na atualidade que a área já é ocupada por vários estabelecimentos comerciais do ramo gastronômico, e atrai muitos turistas a região.

Conclusão

Com os resultados obtidos verifica-se que o bairro se modificou muitos nos últimos anos, principalmente após o início do século XXI. Essa modificação se deu principalmente pela instalação de diversos estabelecimentos comerciais, como verificado através dos levantamentos feitos a respeito do uso do espaço na atualidade.

Com o estudo foi possível comprovar a relação entre turismo e patrimônio na região, além de obter materiais para análises das transformações do bairro.

Referências

CABO FRIO. Prefeitura Municipal. **Plano diretor**. Institui o novo Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Sustentável, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Cabo Frio e dá outras providências, 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. RIO DE JANEIRO: UFRJ/IPHAN, 1996.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia Historia*, v.22, n. 36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qhLrpqw77Bqwq8Gv3wbRX4x/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

INEPAC. **Processo E-18 nº 00.1729/2002. Solicita Tombamento estadual do largo se São Benedito e Adjacências, Bairro da Passagem, Cabo Frio**. Rio de Janeiro, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Brasília: Iphan, 2009. vol.1.

MOURA, Jose Francisco de; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. **História de Cabo Frio: dos sambaquieiros até os cabo-frienses atuais (c. 3.720 a.C. - 2020)**. Cabo Frio: Sophia Editora, 2020.

RIBEIRO, F.M.F; MOREIRA, L.G.F. **Cabo Frio : 400 anos de história, 1615- 2015**. Brasília: ibram, 2017.

PROJETO DE EXTENSÃO - “AS IMAGENS NA FORMAÇÃO DOCENTE: OS SENTIDOS DE ENSINAR CIÊNCIAS E MATEMÁTICA”

Teresinha Vilani Vasconcelos de Lima¹

Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda²

Mariana Lima e Silva³

Thalya Silva Paiva⁴

Madson Feitosa Reis⁵

Introdução

A percepção que os indivíduos possuem do mundo sofre forte influência das imagens observadas à sua volta. O mesmo pode ser dito do ensino de Ciências da Natureza e da Matemática, uma vez que ambos fazem uso de imagens para representar ideias, conceitos e até mesmo dados. O Projeto de Extensão: “As Imagens na Formação Docente: Os sentidos de ensinar Ciências e Matemática”, objetivou realizar a articulação da teorização da experiência com uso de imagens na construção do conhecimento científico na educação básica em escolas públicas de Teresina-PI. A ação foi realizada pelo Laboratório Didático de Ensino de Ciências do IFPI – Campus Teresina Central do Departamento de Formação de Professores, formalizado para atender as Licenciaturas (Química, Física, Ciências Biológicas e Matemática). O espaço é disponibilizado para uso pelos docentes do departamento e pelos professores em formação para a realização de atividades envolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão de ciências da natureza e matemática. Nesse espaço foi pensado em estreitar a troca de saberes entre a educação básica e da universidade com as atividades das mais diversas. Para sua realização foi necessário a orientação atender a tríade ensino-pesquisa-extensão, compreendendo as concepções sobre educação integral e ensino aprendizagem articuladas às demandas locais e globais. O projeto realizado nessa perspectiva, envolveu 15 (quinze) estudantes das Licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática, que foram orientados por 05 (cinco) professores nas mais diversas áreas do IFPI – Campus Teresina Central.

348

¹ Mestra em Educação, Docente IFPI/Campus Teresina Central, vilani@ifpi.edu.br;

² Doutora em Ciência Animal, Docente IFPI/Campus Teresina Central, marlucia.lacerda@ifpi.edu.br;

³ Licencianda em Física, IFPI/Campus Teresina Central, mariana970410@gmail.com;

⁴ Licencianda em Física, IFPI/Campus Teresina Central, thalyapaiva671@gmail.com;

⁵ Licenciando em Química, IFPI/Campus Teresina Central, madsonreis428@gmail.com



Atendendo cerca de 1.000 alunos, alocados em 08 (oito) escolas parceiras da rede pública de ensino, de diferentes bairros da cidade de Teresina, Capital do Piauí, o projeto de extensão teve duração de 4 meses com uma carga horária total de 100h.

O desafio de aprender e aprender a ensinar, fazendo uso de instrumentos de imagens para gerar Ciências, foi um movimento pedagógico planejado com estudos, pesquisas, construção de instrumentos, testagens e aplicação. E, nessa perspectiva, o projeto teve em sua culminância a visita ao Museu da Natureza, Museu do Homem Americano e ao Parque da Serra da Capivara no município de São Raimundo Nonato – PI, assim como também, o lançamento de um livro que recebeu o nome do projeto onde nele foram organizados relatos, um processo formativo a partir das experiências extensionistas vivenciadas pelos participantes no lócus da escola pública. Os licenciandos, na sua experimentação de autores, mergulharam, com entusiasmo e compromisso, na complexa tarefa de dar sentido ao ensino das “coisas”. Para tanto, partiram das concepções de percepção dos objetos de conhecimento: observando, vivenciando e sistematizando as pesquisas, nas mais diversas possibilidades de socializar os conhecimentos produzidos em suas investigações, sendo, os 13 (treze) capítulos desta produção, expressões das perspectivas e das trajetórias de cada autor.

Ao voltar o olhar para as aulas de Ciências e Matemática, bem como para os recursos didáticos utilizados nestas, torna-se perceptível que as imagens desempenham um papel fundamental, estando presentes em diversas etapas do processo de ensino aprendizagem. No que tange às metodologias de ensino e as abordagens de conteúdo usadas no ensino das Ciências da Natureza e Matemática, as imagens contribuem significativamente para o processo de aprendizagem, pois permitem que os alunos adquiram uma melhor compreensão do assunto trabalhado em sala de aula. É importante ressaltar que o uso de imagens no processo de ensino ocorre desde a educação infantil, é a dinâmica da escola que vai sendo deixado de lado esse recurso. Podem as imagens geradas complementar as que constam nos livros didáticos (SOUZA, 2014).

A necessidade de uma troca de saberes da educação básica e da universidade, onde gerar imagens a partir de instrumentos de ensino que provocasse interpretação dos conteúdos ministrados em sala de aula, instigado na construção do conhecimento científico vai se constituindo uma estratégia potente de ensino aprendizagem.

As imagens são excelentes recursos no desenvolvimento do raciocínio científico e da ampliação das formas de comunicação que a ciência utiliza, favorecendo o diálogo entre conhecimento científico e experiências do mundo. Por um lado, vivemos mergulhados em imagens, por outro, pensar nasce no olhar, será como um olhar ou um modo peculiar de olhar, mas, não será um olhar restringido apenas ao que a visão biológica faculta, mas a uma compreensão de olhar que vai para além dessa faculdade (CHAUI, 1988).

A reprodução de figuras, ilustrações e gráficos presentes nos livros didáticos bem como os produzidos pelos professores, possuem um objetivo comum: permitir que os estudantes visualizem o assunto que está sendo explicado e discutido, facilitando assim a apropriação de

conhecimentos científicos. Dessa forma, as imagens podem ser percebidas como um recurso que contribui para a construção do conhecimento, além de serem uma possibilidade de apreensão de conceitos que potencializam um movimento de observação, representação do mundo vivo e de linguagem (SOUTO; SILVA, 2011)

A imagem no ensino de ciências, favorece a "travessia" de professor e de alunos por entre reflexões e ideias para daí acessarem o (des)conhecido. Qualquer que seja a atividade proposta, é fundamental que o professor ajude os alunos a pensar logicamente, a investigar coisas, fazer perguntas produtivas, desenvolver explicações sobre o mundo, levando em conta, sobretudo, as suas ideias, que dão sentido à sua experiência do cotidiano.

Objetivos gerais

- Realizar a articulação da teorização na experiência com planeamento de atividades com uso de imagens na construção do conhecimento científico na educação básica em escolas públicas de Teresina-PI.
- Planejar atividades experimentais voltados ao conhecimento da Química, Física, Biologia e Matemática através das imagens e da observação científica no dia a dia;

Metodologia / materiais e métodos

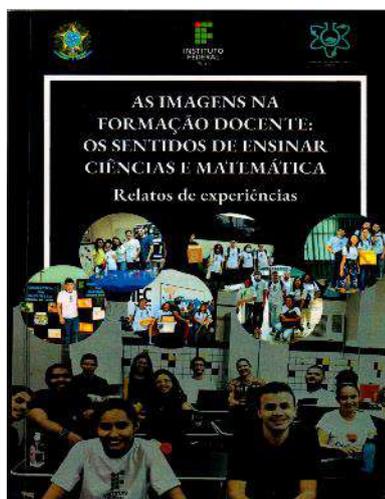
O Projeto de Extensão - “As Imagens na Formação Docente: Os sentidos de ensinar Ciências e Matemática”, foi realizado no período de março a julho de 2023, com duração de 4 meses e carga horária de 100h, distribuídas em encontros de 6h semanais. No desenvolvimento do projeto foi adotado o planeamento em 03 (três) movimentos:

1 - Estudos, pesquisas orientadas, construção dos instrumentos de ensino e testagem com orientadores formadores do IFPI: Reunião para apreciação e sugestões para o planeamento e realização do projeto; estudos e planeamentos das atividades na área de Ciências da Natureza e Exatas e suas Tecnologias para desenvolvimento no ensino médio de diferentes escolas de Teresina – PI e as atividades de elaboração de instrumentos de ensino que abordam conteúdos de ciências da natureza e matemática fazendo uso de imagens para exploração e produção do conhecimento.

2 - Execução de aplicação em Escolas Públicas de educação básica de Teresina-Piauí: Execução das atividades nas escolas públicas parceiras com apresentação dos instrumentos de ensino para os estudantes da educação básica. O cronograma foi definido a partir da sinalização de coordenadores e gestores escolares que se disponibilizarem e aceitarem a parceria formalizada após contato prévio dos professores orientadores e dos professores em formação participantes do projeto.

3 – Culminância com socialização dos instrumentos de ensino e escrita acadêmica: Os instrumentos foram socializados em atividade interna do IFPI/Campus Teresina Central no Departamento de Formação de professores, no Evento Intercampi da instituição denominado VII INTEGRALIFPI 2023 e para a comunidade em espaço não formal na cidade de São Raimundo Nonato, no interior do Piauí. As vivências foram organizadas pelos professores orientadores em uma produção acadêmica escrita pelos professores extensionistas em formação através de relatos de experiência que foram publicados em um livro lançado durante o evento do INTEGRALIFPI 2023 (Figura 1).

Figura 1. Capa do livro publicado com os relatos de experiências dos professores extensionistas em formação.



Fonte: Dos próprios autores.

351

- Apresentação oral de produções científicas no IX Congresso Nacional de Educação - CONEDU, ocorrido em outubro de 2023 em João Pessoa, Paraíba e aprovação de trabalho para o X Congresso Internacional das Licenciaturas X COINTER PDVL 2023 que ocorrerá dezembro de 2023 em Recife, Pernambuco.

Considerações finais

Motivar e instigar a curiosidade pela construção do conhecimento científico utilizando-se das imagens como instrumento de ensino percebemos que tem uma possibilidade de facilitar a compreensão por parte dos alunos. As imagens enquanto instrumentos de ensino, utilizadas no



tratamento de conteúdos de forma adequada e consciente, podem proporcionar ao aluno um desenvolvimento científico do conteúdo, tendo uma visão positiva da ciência, apresentando-a como parte integrante da sua vida e fazendo-os a reconhecer no seu quotidiano. As atividades com imagens buscam tornar-se aprendizagem significativa e integrar de forma mais dinâmica o conteúdo, estimulando a criatividade, exposição das ideias e curiosidades dos alunos acerca das imagens que vão sendo geradas e exploradas.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Janela da alma, espelho do mundo**. In: NOVAES, Adauto (Org.). O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUTO, A.; SILVA, E. P. Q. **Ciência, criatividade e imagem**. In: PAVÃO, Antonio Carlos; FREITAS, Denise de (Orgs.). Quanta ciência há no ensino de Ciências. São Carlos: EduFSCar, 2011.

SOUZA, Lucia Helena Pralon de. Imagens científicas e ensino de ciências: uma experiência docente de construção de representação simbólica a partir do referente real. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 34, n. 92, jan./abr.2014

ESTUDOS UTILIZANDO EFX-ED E PARÂMETROS METEOROLÓGICOS PARA DETERMINAÇÃO POTENCIAL DE EMISSÕES DE MP_{2.5} E MP₁₀

Ranny Kelly Tavares Ribeiro¹
Victória Rangel de Alencar²
Lincoln Lucílio Romualdo³

Apresentação

A poluição atmosférica é ocasionada pelas emissões fugitivas na atmosfera por conta de atividades antrópicas e naturais, como as atividades de usinas, mineração, de automóveis movidos a combustão interna, queimadas, erupções vulcânicas, entre outros. Os principais poluentes relacionados a esse tipo de poluição são: dióxido de enxofre (SO₂); dióxido de nitrogênio (NO₂); monóxido de carbono (CO); monóxido de nitrogênio (NO); ozônio (O₃) e material particulado (CANÇADO *et al.*, 2006). Dentre os diversos danos causados ao meio ambiente, podem ser citados, as chuvas ácidas (que causam destruição da vegetação, corrosão de monumentos históricos, acidez de solos e rios), inversão térmica (fazendo com que os poluentes permaneçam concentrados próximo da superfície terrestre) e doenças respiratórias (DRUMM *et al.*, 2014).

A emissão de poluentes e ressuspensão de poeira do solo são as responsáveis pela formação dos materiais particulados na atmosfera, essa partícula possui diferentes frações (entre 20 µm e 0,05 µm), são um agregado de sólidos e líquidos que ficam suspenso no ar e que são formados por constituintes químicos variados dependendo do local de origem (COUTO *et al.*, 2019). Em relação ao diâmetro aerodinâmico do mesmo, o tempo com que ficam na atmosfera também sofre variação, quanto menor for o diâmetro mais tempo o material permanecerá no ar, em casos de maior diâmetro apesar do tempo em suspensão ser menor, atividades mecânicas (ex.: mineração de um solo) podem fazer com que eles sejam ressuspensos na atmosfera (SOUSA *et al.*, 2018). A classificação desses materiais pelo diâmetro serve para determinar o tempo de deposição do material na atmosfera e diferenciar os tipos de material particulado quando relacionados a saúde pública, existe o material particulado grosso (MP₁₀) e material particulado fino (MP_{2,5}), com base nessa classificação que separa entre inalável e não inalável, é possível determinar quais materiais são mais prejudiciais à saúde humana, sendo que dependendo do

353

¹ Estudante, Universidade Federal de Catalão, ranny_ribeiro@discente.ufcat.edu.br

² Estudante, Universidade Federal de Catalão, victoria_rangel@discente.ufcat.edu.br

³ Orientador, Universidade Federal de Catalão, lincolnromualdo@ufcat.edu.br



diâmetro esse material pode atingir todo sistema respiratório, a região traqueobronquial ou a região alveolar (SOUSA *et al.*, 2018).

A pesquisa relacionada a concentração de material particulado é de interesse ambiental e social, pois concentrações elevadas dessas partículas afetam tanto a saúde de uma população quanto o meio ambiente, tendo em vista disto foram estabelecidos padrões de concentrações de material particulado aceitáveis pela CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) N° 491/2018 (TEXEIRA *et al.*, 2019), esses padrões servem para mostrar se um determinado local está produzindo material particulado em um nível aceitável, sendo que existe todo um protocolo para caso os padrões estejam sendo ultrapassados, que seria basicamente a redução desse material na próxima coleta de dados (BREDER *et al.*, 2020).

A emissão de material particulado apresenta um papel de destaque na literatura, ao evidenciar sérias doenças que podem ser causadas pelo impacto do MP no trato respiratório, como doenças cardiovasculares, doenças respiratórias e doenças do sistema nervoso (ALI *et al.*, 2018). Desta forma, alguns meios de monitoramento já vêm sendo adotados para identificar o nível de MP emitido pelas atividades urbanas, a exemplo de estações fixas ou móveis que possuem ferramentas adequadas para definir quais os tamanhos que são mais emitidos e a sua fonte de emissão (WHO, 2016). Contudo, além do monitoramento, é de suma importância a avaliação do impacto da exposição de seres humanos ao MP. Assim, modelagem matemática que vise a simulação da deposição do MP no pulmão é uma das ferramentas importante na avaliação do impacto deste na saúde (DEDELE *et al.*, 2019).

O objetivo do trabalho é promover a amostragem do material particulado inalável na cidade de Catalão - GO, além de determinar as concentrações das frações dessa partícula utilizando como parâmetro a resolução vigente (CONAMA) e a recomendação de 2021 da OMS, e como extensão realizar a investigação da composição química de cada fração do material particulado amostrado por meio da espectrometria de fluorescência de raios X por energia dispersiva (EDXRF).

Metodologia

Amostragem

Local da amostragem

Os locais utilizados para realização da coleta do material particulado (MP₁₀ e MP_{2,5}) foram: no campus universitário da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, no setor universitário e no centro da cidade, Av. Raulina Fonseca Pascoal confluência com a Av. Egerineu Teixeira.

Equipamento

O equipamento utilizado para a coleta do material particulado (MP_{10} e $MP_{2,5}$) presente na atmosfera foi o Amostrador de Grande Volume (AGV), com amostragens pelo período de 24 horas realizadas duas vezes por mês.

Foram utilizados filtros de celulose para a coleta do material particulado, os filtros foram colocados em uma estufa a $60^{\circ}C$ por aproximadamente 24 horas. Após esse período, os filtros foram pesados e levados para os amostradores. Após o período de amostragem os filtros foram retirados e foram colocados em um dessecador (por 24 horas) e posteriormente as massas foram determinadas.

A determinação quantitativa dos constituintes químicos presentes nos filtros, foi realizada com o uso da Espectrometria de Fluorescência de Raios X por Energia Dispersiva (EDXRF), realizada diretamente em uma seção do filtro ($2,0 \times 2,0$ cm).

Resultados e discussão

No período entre setembro de 2022 a setembro de 2023 foram realizadas amostragens de duas frações de material particulado, MP_{10} e $MP_{2,5}$. No campus universitário foram amostradas as duas frações, já no centro da cidade apenas a fração MP_{10} .

355

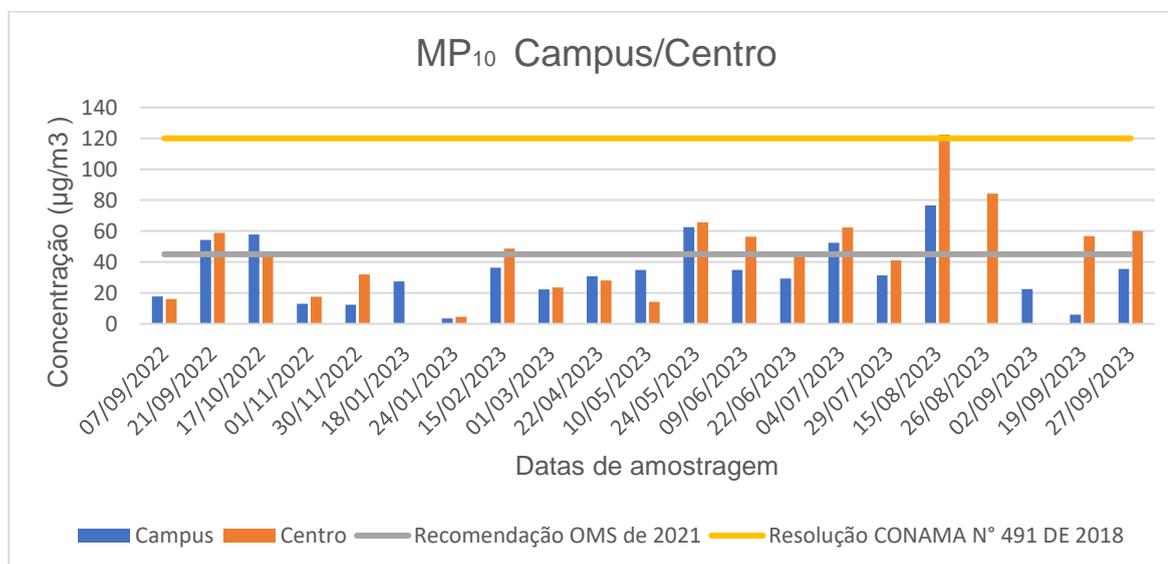


Gráfico 1: Amostragens do MP_{10} do campus e do MP_{10} do centro.

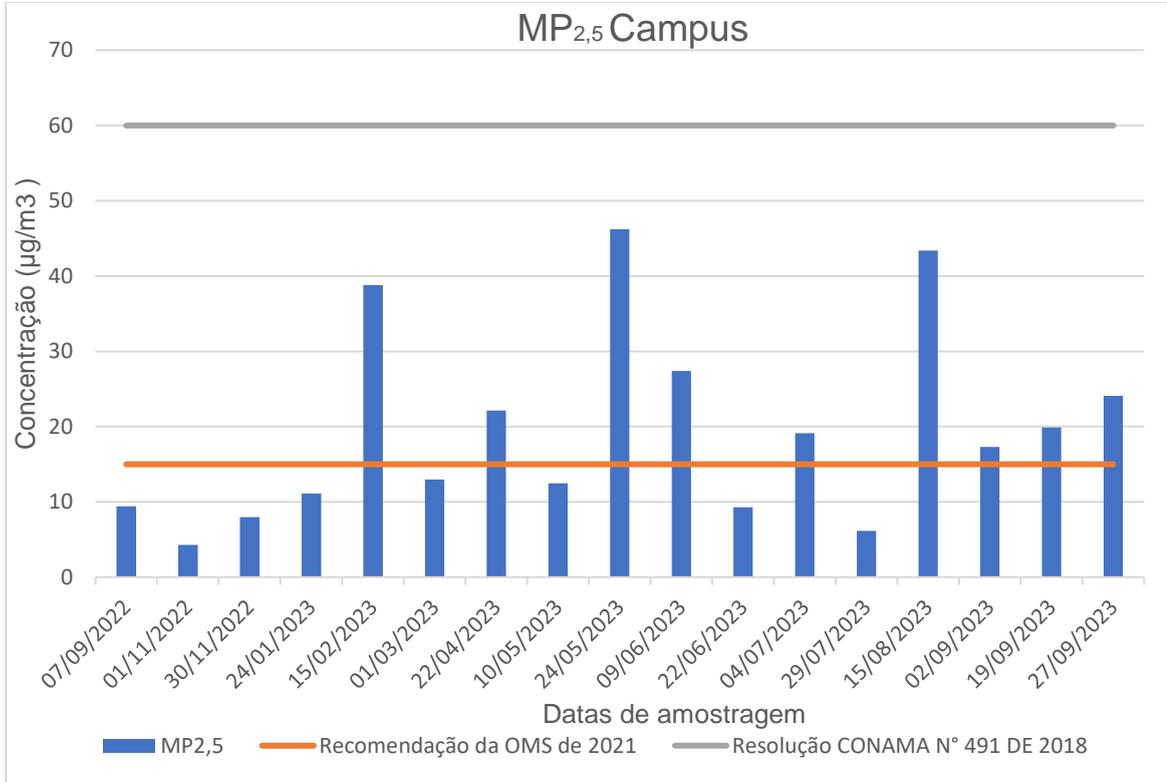
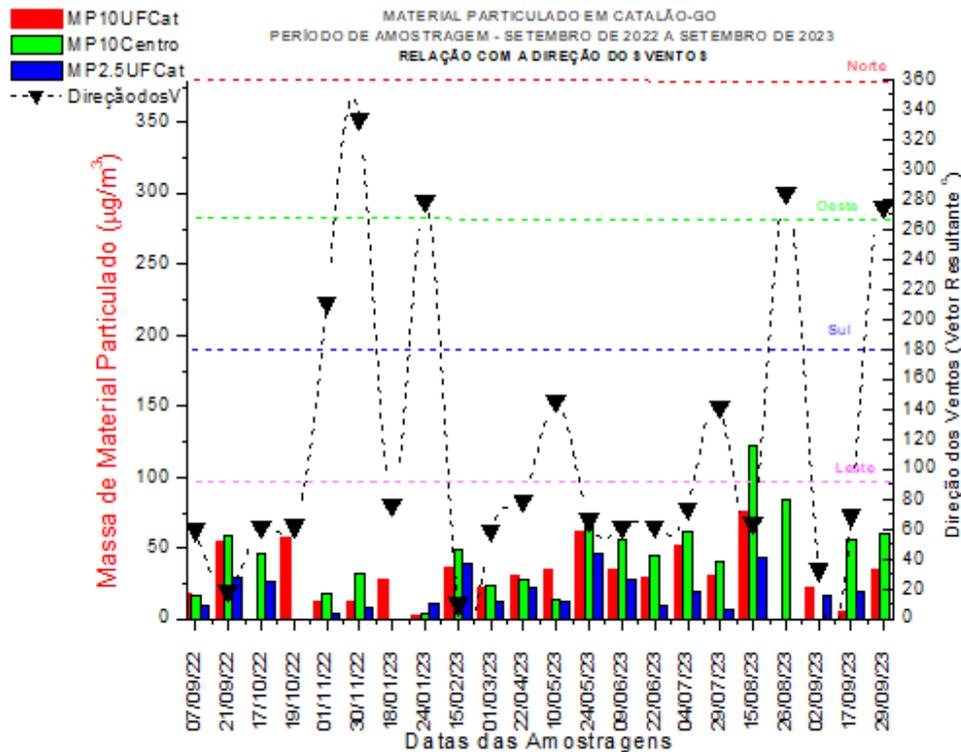


Gráfico 2: Amostragens do MP_{2,5} do campus.

356





357

Gráfico 3: Relação da concentração de massas com a direção dos ventos.

De acordo com os resultados apresentados na *Tabela 1*, no decorrer das coletas foram observados que as concentrações das frações de material particulado foram menores em períodos onde a umidade era maior, em períodos onde ocorreram precipitações (chuvas) ou de baixas temperaturas pois essas condições desfavorecem a permanência de partículas em suspensão. Por outro lado, em períodos com baixa umidade, sem precipitações ou temperaturas elevadas a concentração das partículas foi maior. A amostragem que apresenta maior concentração foi a de 15 de agosto (*Gráfico 1 e 2*), que foi amostrado no dia com baixa umidade e ausência de precipitação.

A utilização da espectrometria de fluorescência de raios X por energia dispersiva foi realizada para avaliação qualitativa e quantitativa dos constituintes químicos do material particulado amostrado na cidade de Catalão.

Conclusão

Diante dos resultados avaliados, as concentrações de MP_{10} e $MP_{2,5}$ em ambos locais amostrados estavam majoritariamente abaixo de $120 \mu\text{g}/\text{m}^3$ e $60 \mu\text{g}/\text{m}^3$ (padrões primários conforme resolução n° 491 de 2018 do CONAMA) com exceção da última amostragem do MP_{10} localizado no centro da cidade, na qual ultrapassa o valor padrão, onde constava $122,53 \mu\text{g}/\text{m}^3$. Todavia se levado em consideração a recomendação de 2021 da OMS, pode ser notado que algumas das concentrações das frações MP_{10} e $MP_{2,5}$ ultrapassam os limites para esses parâmetros ($45 \mu\text{g}/\text{m}^3$ e $15 \mu\text{g}/\text{m}^3$), dado que a OMS possui os valores reduzidos alertando que exceder os novos níveis das diretrizes de qualidade do ar traz riscos significativos para a saúde.

Em relação a composição química, os resultados preliminares utilizando EFX-ED demonstraram concentrações elevadas de alguns elementos. Entretanto, com base na legislação referente aos parâmetros da qualidade do ar (CONAMA), com exceção dos elementos chumbo (Pb) e nióbio (Nb) (não detectado), não há legislação específica que estipule um parâmetro para cada elemento. A análise elementar junto com a determinação da direção do vento (sendo leste e nordeste as mais predominantes) desempenha a função de propor os pontos de origem do material particulado.

Referências

ALI, Muhammad Ubaid et al. A systematic review on global pollution status of particulate matter-associated potential toxic elements and health perspectives in urban environment. *Environmental geochemistry and health*, p. 1-32, 2018.

CANÇADO, José Eduardo Delfini et al. Repercussões clínicas da exposição à poluição atmosférica. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 32, p. S5-S11, 2006.

COUTO, Lucas de Oliveira do et al. **A influência do material particulado fino na saúde das populações de municípios do entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém**. 2019. Tese de Doutorado.

DÉDELÉ, Audrius; MIŠKINYTĖ, Auksė. Seasonal and site-specific variation in particulate matter pollution in Lithuania. *Atmospheric Pollution Research*, v. 10, n. 3, p. 768-775, 2019

WHO. Ambient (outdoor) air quality and health. Disponível em: <[https://www.who.int/en/newsroom/fact-sheets/detail/ambient-\(outdoor\)-air-quality-and-health/](https://www.who.int/en/newsroom/fact-sheets/detail/ambient-(outdoor)-air-quality-and-health/)>. Acesso em: 13 ago. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global air quality guideline, 2021.



CARACTERIZAÇÃO DO PONTO ISOELÉTRICO DA ZEÓLITA E

Bruna Mayara Citatin Córdova¹
Natacha Madruga Farias²
Renata Neto Duarte³
Gabriela dos Santos Castro⁴
Mari Lucia Campos⁵

Introdução

Zeólita é um nome de origem grega. São aluminosilicatos hidratados de metais alcalinos ou alcalinos terrosos, e seu arranjo estrutural possui poros bem definidos e canais ocupados por íons de compensação, nos quais predominam sódio e cálcio (SILVA, 2016). Elas possuem muitas propriedades estruturais, sendo elas alto grau de hidratação, baixa densidade e um grande volume de espaços vazios. Possuem alta estabilidade cristalina, propriedades de troca catiônica, propriedades catalíticas, adsorção seletiva e sítios ácidos de Lewis e de Bronsted (PINHEIRO, 2013).

Por terem uma diversa aplicação, o interesse pelas zeólitas vem crescendo em diversos setores. Ela possui como uma de suas principais aplicações a sua capacidade de troca catiônica, uma propriedade utilizada nos processos de tratamento de efluentes industriais. Essa troca é influenciada por inúmeros fatores como pH, temperatura e estrutura cristalina (CORREIA, 2007).

O pH é um parâmetro que determina as cargas de superfície de um adsorvente e controla as interações entre o adsorvato e o adsorvente. E o conhecimento dessa variante é de suma importância, pois para que ocorra uma interação eletrostática entre ambos, é necessário que as cargas sejam opostas pois se as cargas forem iguais, não haverá repulsão e prejudicará o processo de adsorção (TOLEDO et al., 2005).

O ponto isoelétrico é definido como o valor de pH no qual a partícula adsorvente possui carga eletrostática superficial igual a zero, e cada material possui um ponto isoelétrico específico porém se comportam de forma similar. Quando o material atinge valor de pH abaixo do seu ponto isoelétrico ele possui maiores quantidades de cargas positivas. Quando o mesmo atinge valor de pH acima do seu ponto isoelétrico, fica carregado de cargas negativas (DINGER, 2006).

359

¹ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina Av. Luiz de Camões, 2090, Lages-SC, CEP 88520-000, brubis.001@gmail.com

² Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, madruganatacha@gmail.com

³ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, renatanetoduarte@gmail.com

⁴ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, gbs.castro95@gmail.com

⁵ Professora Doutora da Universidade do Estado de Santa Catarina, mari.campos@udesc.br

O conhecimento sobre esses parâmetros é fundamental para a aplicação de materiais adsorventes e diante disso, o objetivo deste trabalho foi a determinação do ponto isoelétrico da zeólita E, garantindo a eficácia da zeólita E nos processos de adsorção.

Metodologia

O presente estudo foi realizado no Departamento de Solos e Recursos Naturais do Centro de Ciências Agroveterinárias, UDESC, Lages-SC. Foi utilizado como material adsorvente a Zeólita E (ZE) para determinação do ponto isoelétrico. A zeólita E é um material comercial importado pela empresa Celta Brasil. As amostras foram moídas e peneiradas para uniformizar a granulometria, até que obtivesses um diâmetro menor que 0,75mm.

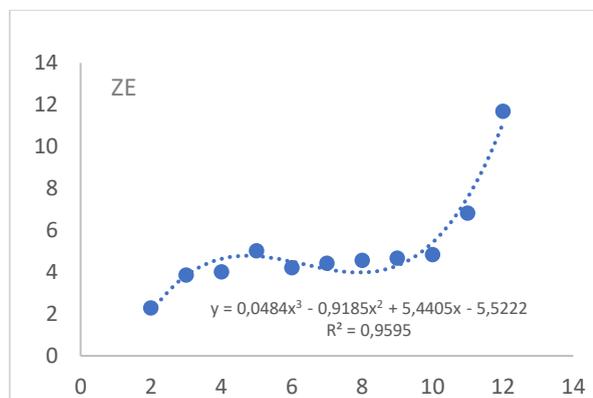
A determinação do ponto isoelétrico foi determinado pelo “experimento dos 11 pontos”, protocolo proposto por REGALBUTO e EOBLES (2004). Esse procedimento consiste em pesar 0,25g da zeólita estudada e colocar em contato com 25ml de água deionizada sob 11 diferentes condições de pH inicial (2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12), os quais foram ajustados com soluções de HCl 0,1M e NaOH 0,1M. As soluções ficaram em agitação por 24h. Em seguida, as soluções são filtradas e anotado o pH das soluções finais. A partir disso, é realizado o cálculo do ponto isoelétrico a partir do ponto de inflexão das equações obtidas. O experimento foi realizado em triplicata.

Resultados

Cada partícula existente possui seu próprio ponto isoelétrico, que está relacionado com os valores de pH. Quando essas partículas, em suspensão atingem a carga eletrostática superficial igual a zero, dizemos que ela atingiu seu ponto isoelétrico (DINGER, 2006).

A Figura 1 mostra o resultado obtido para ponto isoelétrico da zeólita E, que foi de 6,3. Isso indica que nesse valor encontrado, os números de cargas positivas e negativas são iguais. Abaixo deste valor há o predomínio de cargas positivas, e acima cargas negativas.

Figura 1 – Gráfico utilizados no cálculo do ponto isoeletrico da Zeólita E



Fonte: ZE Autores, 2022.

Discussão

A caracterização da zeólita E foi realizada por SILVA (2021), que detectou por difratometria a predominância da mordenita e a presença de heulandita e quartzo. Possui de 71% de SiO₂ e 9,8% de Al₂O₃ o que indica uma razão de SiO₂/Al₂O₃ de 7,2. A razão de SiO₂/ Al₂O₃ afeta a distribuição de cargas negativas, capacidade de troca catiônica, força de sítios ácidos, estabilidade de temperatura e hidrofobicidade, pois quantifica a quantidade de alumínio presente na zeólita (MÜLLER, 2013). Esse fator é de suma importância, pois a quantidade de Al presente na zeólita, maior a capacidade de troca iônica (BRAGA, 2006).

O ponto isoeletrico é definido pelo valor de pH onde as substâncias possuem carga neutra e pode determinar a carga da sua superfície externa, das partículas dos adsorventes em uma solução aquosa (GIACOMINI, 2017).

Conclusão

Com a determinação do ponto isoeletrico da zeólita E, é possível determinar que ela é positivamente carregada quando está em uma solução com pH abaixo de 6,7 e carregada negativamente quando está em solução com valor de pH acima de 6,7. Isso ocorre porque a zeólita busca o equilíbrio eletrostático quando submersa a soluções com diferentes valores de pH e o conhecimento desses parâmetros possibilita uma aplicação mais assertiva, garantindo o processo de adsorção de forma mais eficiente.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio financeiro ao Programa de Apoio a Pesquisa PAP UDESC-FAPESC e PROAP-CAPEES, e ao Programa de demanda social CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa.

Referências

BRAGA, E. A. S. **DETERMINAÇÃO DOS COMPOSTOS INORGÂNICOS NITROGENADOS (AMÔNIA, NITRITO E NITRATO) E FÓSFORO TOTAL, NA ÁGUA DO AÇUDE GAVIÃO, E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EUTROFIZAÇÃO**. 2006. DISSERTAÇÃO (E Pós Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Ceará, 2006.

CORREIA, T. A. **REMOÇÃO DE COBRE E ZINCO EM ZEÓLITAS NATURAIS**. 2007. DISSERTAÇÃO (Mestre em Ciência do Solo) - Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007.

DINGER, D. **MEDIDAS DE PONTOS ISOELÉTRICOS SEM O USO DE ANALISADOR DE POTENCIAL ZETA**, p. 2, 1 jun. 2006.

GIACOMNI, F *et al.* **IMPORTÂNCIA DA DETERMINAÇÃO DO PONTO DE CARGA ZERO COMO CARACTERÍSTICA DE TINGIMENTO DE FIBRAS PROTEICAS**, Revista matéria, v.22, n.2, 2017.

MÜLLER, J. M. **DESENVOLVIMENTO DE ZEÓLITAS POR DESALUMINIZAÇÃO PARA DESIDRATAÇÃO DE ÁLCOOIS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade de Brasília, 2013.

PINHEIRO, H. S. **SÍNTESE E CARACTERIZAÇÃO DE “ZEÓLITA A” DOPADA COM COBRE PARA ADSORÇÃO DE GASES POLUENTES - PARTE II**. 2013. Trabalho De Conclusão De Curso (Pós Graduação) - Universidade Federal Do Amazonas, 2013.

REGALBUTO, J. R *et al.* **THE ENGINEERING OF PT/CARBON CATALYST PREPARATION**. University of Illinois, Chicago, 2004.

SILVA, A. M. **CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA E MINERALÓGICA DE ZEÓLITAS NATURAIS COM POTENCIAL PARA APLICAÇÃO EM TRATAMENTOS DE EFLUENTES**. 2016. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (Bacharelado em Química) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, 2016.

2023

**JIC
EU** Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

SILVA, J. **SÍNTESE E CARACTERIZAÇÃO DE ZEÓLITA A PARTIR DE RESÍDUO DA INDÚSTRIA QUÍMICA.** 2021. DISSERTAÇÃO (Pós-graduação em Ciências Ambientais) - Centro de Ciências Agro veterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2021.

TOLEDO, B. I. et al. **BISPHENOL A REMOVAL FROM WATER BY ACTIVATED CARBON, EFFECTS OF CARBON CHARACTERISTICS AND SOLUTION CHEMISTRY.** Environmental Science Technology, v. 39, n. 16, p. 6246-6250, jul. 2005.

363



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ESTUDO DA CAPACIDADE DE ADSORÇÃO DE FOSFATO POR ZEÓLITA NATURAL

Bruna Mayara Citatin Córdova¹
Natacha Madruga Farias²
Renata Neto Duarte³
Gabriela dos Santos Castro⁴
Mari Lucia Campos⁵

Introdução

Os corpos hídricos podem ser usados para diversos fins, com diferentes variedade de usos, como abastecimento de água, irrigação de culturas, recreação e despejo de águas residuais brutas, e a eutrofização é uma das principais alterações induzidas pelo homem, geralmente pela ingestão excessiva de nutrientes no meio aquático (MACEDO, 2010).

Quando o fósforo (P) tem o contato com sistemas aquáticos, acabam induzindo ao processo de eutrofização devido ao grande crescimento de algas, que por sua vez, impedem que a luz do sol entre no corpo hídrico e fazem com que ocorra a morte de organismos, que ao se decompor consomem oxigênio. Com isso, ocorre a morte dos peixes e demais seres aquáticos, causando a morte do corpo hídrico, além de causar um gosto desagradável na água (CADONÁ, 2018).

Os principais processos de adsorção de fosfato podem ser físicos, químicos ou biológicos. A remoção por processo físico vem sendo amplamente estudada. Alguns materiais sólidos adsorventes vem sendo estudados, sendo eles óxidos de alumínio e ferro, zeólita, silicatos, carvão entre outros (GUALBERTO, 2009).

As zeólitas são aluminossilicatos hidratados de metais alcalinos e alcalino-terrosos, constituídos por Tetraedros de SiO_2 e Al_2O_3 . Possuem alta porosidade, estrutura microporosa e área superficial específica devido à sua estrutura. O desempenho de adsorção da zeólita decorre de sua enorme capacidade de troca iônica, e gera grande interesse devido ao seu baixo custo (SOUZA, 2016).

364

¹ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina Av. Luiz de Camões, 2090, Lages-SC, CEP 88520-000, brubis.001@gmail.com

² Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, madruganatacha@gmail.com

³ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, renatanetoduarte@gmail.com

⁴ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, gbs.castro95@gmail.com

⁵ Professora Doutora da Universidade do Estado de Santa Catarina, mari.campos@udesc.br



Vários processos vem sendo estudados para a adsorção de fósforo em meio aquoso e a proposta abordada neste trabalho é o método de adsorção por zeólita natural utilizando dois valores de Ph.

Metodologia

O presente estudo foi realizado no Departamento de Solos e Recursos Naturais do Centro de Ciências Agroveterinárias, UDESC, Lages-SC. Foi utilizado como material adsorvente a Zeólita E (ZE) para testes de adsorção de fosfato (P). A zeólita E é um material comercial importado pela empresa Celta Brasil. As amostras foram moídas e peneiradas para uniformizar a granulometria, até que obtivesses um diâmetro menor que 0,75mm.

As soluções de fosfato nas concentrações de 0, 10, 20, 30, 40 e 50 mg/L foram preparadas pela diluição de uma solução estoque de 1g/L de fosfato. O sal $\text{Na}_2\text{HPO}_4 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$ foi utilizado para produção da solução estoque. Para obtenção do pH 4,0 foi utilizado uma solução de HCl 0,1 mol/L e para pH 6,0 de NaOH 0,1 mol/L.

Para avaliar a capacidade de adsorção de fósforo pelos materiais adsorventes utilizou-se o protocolo descrito por Kocaoba *et al* (2007), com alterações. Este protocolo prevê uma relação material: solução de 1:100, e um tempo de contato de duas horas (uma hora de agitação e uma hora de descanso). As concentrações iniciais utilizadas foram de 0, 10, 20, 30, 40 e 50 mg/L. Para o preparo das soluções foram utilizados $\text{Na}_2\text{HPO}_4 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$. As soluções foram ajustadas a um valor de pH 4,0 e pH 6,0. Após o tempo de contato, entre o material adsorvente e a solução, as suspensões de cada material foram centrifugadas e o sobrenadante retirado para quantificação e verificação do valor de pH. A quantidade adsorvida de fósforo foi calculada utilizando as seguintes equações:

$$\text{Pads} = q = \{(C_i - C_e) * (V/m)\};$$

$$\text{Padc} = \{C_i * (V/m)\};$$

$$\%P = (\text{Pads} / \text{Padc}) * 100,$$

Onde Pads é a quantidade adsorvida de fósforo, em mg kg^{-1} de material; C_e é a concentração do fósforo no equilíbrio (após 2h de contato), em mg L^{-1} ; m é a massa de material adsorvente, em g; Padc é a quantidade adicionada de fósforo, em mg L^{-1} de zeólita; C_i é a concentração inicial de fósforo, em mg kg^{-1} ; V é o volume, em mL, da solução padrão do fósforo para se atingir as concentrações de 0, 10, 20, 30, 40 e 50 mg/L a pH 4,0 e 6,0; e %P é a porcentagem do fósforo adsorvida pelos materiais.

A quantificação do teor de fósforo foi realizada por espectrofotometria de absorção atômica com sistema de atomização por chamado tipo ar-acetileno. Os testes foram iniciados com a construção da curva de calibração do fosfato, utilizando diferentes concentrações, como descritos na tabela 1. Na figura 1 é possível observar a diferença de concentração de fosfato pela

reta linear formada no gráfico. O teor de fosfato foi calculado com referência a essa curva. Foram realizados os testes em triplicata.

Tabela 1. Curva de Calibração de P

Concentração de P	Absorbância
0	0
0,05	0,296
0,1	0,474
0,25	1,061
0,5	1,717

Fonte: Autores, 2022.

Resultados

Para a concentração inicial de 10mg/L o material zeolítico não apresentou diferenças significativas entre os valores de pH, apresentando uma adsorção de 86,59% e 84,45% de P (tabela 2) nos respectivos valores de pH. Na concentração de 50mg/L foi possível observar as mesmas condições ocorridas na concentração de 10mg/L, pois os mesmos não apresentaram diferenças. Porém foi possível observar uma pequena melhoria na eficiência do processo de adsorção quando comparados com a concentração de 10mg/L, pois a eficiência na adsorção foi acima de 90% (tabela 2).

366

Tabela 2. Porcentagem de P adsorvido (%M) em ZE em valores de pH 4,0 e 6,0 nas concentrações iniciais 10 mg/L e 50 mg/L

pH	Concentração	(%M)
4,0	10 mg/L	86,59%
6,0		84,45%
4,0	50 mg/L	91,83%
6,0		90,00%

Fonte: Autor, 2022.

Discussão

Vários materiais vem sendo estudados para a adsorção de fósforo. E como processos de adsorção podem ser considerados de alta eficiência e baixo custo, estão sendo utilizados materiais adsorventes de grande área superficial na qual o fósforo pode ser unido por meio de troca catiônica (HENDGES, 2017).

HENDGES (2017) estudou a adsorção de fósforo por materiais produzidos de resíduos da indústria de fundição. Ela obteve maior adsorção sobre o pH 3,0 e 5,5. Ela explica esse fato devido ao fato que a espécie H_2PO_4^- , que é predominante na solução, poder interagir com a espécie $[\text{Fe}(\text{OH})_2]^+$ que é predominante no adsorvente, favorecendo a adsorção.

PINTO (2018) sintetizou e caracterizou biocarvões derivados de rejeitos de cenoura e verificou a aplicação destes materiais na adsorção de P de soluções aquosas. Ela obteve maior adsorção até o pH 8,0 e após isso observou um decréscimo na taxa de adsorção. Esse fato é explicado pelo fato de o biocarvão obtido ser composto em maior parte por Mg, e pela interação com o MgO formado na superfície do biocarvão.

RODRIGUES *et al.*, (2014) realizou os testes de Beneficiamento de uma argila tipo paligorskita que é um silicato alumino-magnésiano, onde alumínio e magnésio encontram-se em proporções iguais e sua estrutura. Eles conseguiram obter uma adsorção de fósforo de até 91,5% para uma concentração inicial de 100ppm de P em solução.

Esses fatos condizem com o experimento realizado, onde o pH tem grande influência no processo de adsorção porque a sua mudança altera a carga da superfície do sólido, o grau de ionização do adsorvato e a dissociação dos grupos funcionais.

367

Conclusão

Os resultados obtidos nesse estudo comprovam que o processo de adsorção possuem grande influência dos valores de pH. Foi possível a comprovação de todos objetivos que indiam que a Zeólita E proveninete da empresa Celta Brasil possui excelentes propriedades adsorventes. A Zeólita E teve uma taxa de adsorção que variou entre 84% e 92% utilizando os valores de pH's 4,0 e 6,0 e com todos esses dados obtidos e estudos feitos, é possível concluir que é de suma importância o estudo relacionado a adsorção de fosfato em meio aquoso. É um processo de baixo custo, e considerado de alta eficiência.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio financeiro ao Programa de Apoio a Pesquisa PAP UDESC-FAPESC e PROAP-CAPES, e ao Programa de demanda social CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa.



Referências

GIACOMNI, F *et al.* **IMPORTÂNCIA DA DETERMINAÇÃO DO PONTO DE CARGA ZERO COMO CARACTERÍSTICA DE TINGIMENTO DE FIBRAS PROTEICAS**, Revista matéria, v.22, n.2, 2017.

GUALBERTO, F. F. **OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS DE PRECIPITAÇÃO QUÍMICA NA REMOÇÃO DE FÓSFORO DE ESGOTOS SANITÁRIOS MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE SAIS DE FERRO COMO COAGULANTE**. 2009. 146 f. DISSERTAÇÃO (Mestre em Engenharia) - à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2009.

HENDGES, L. T. **ADSORÇÃO DE FÓSFORO EM MATRIZ PRODUZIDA A PARTIR DE RESÍDUO DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO**. Trabalho de conclusão de curso ((Engenheira ambiental e sanitária) – à Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017.

KOCAOBA, S *et al.* **KINETICS AND EQUILIBRIUM STUDIES OF HEAVY METAL ION REMOVAL BY USE OF NATURAL ZEOLITE. DESALINATION**, v. 214, ed. 1-2, p. 1-10, 2007.

MACEDO, C F *et al.* **EUTROFIZAÇÃO E QUALIDADE DA ÁGUA NA PISCICULTURA: CONSEQUÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES**, p. 149-163, 4 nov. 2010.

PINTO, M. C. E. **BIOCARVÃO PROVENIENTE DE RESÍDUO DE CENOURA COMO ADSORVENTE DE FÓSFORO EM SOLUÇÃO AQUOSA E REUSO NA AGRICULTURA**. 2018. 107 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

RODRIGUES, G. M. A *et al.* **BENEFICIAMENTO DE UMA ÁRGILA TIPO PALIGORSKITA DA BACIA DE S. LUIS-GRAJAÚ, REGIÃO DE ALCÂNTARA, MA, E SUA UTILIZAÇÃO COMO ADSORVENTE DE FÓSFORO**. Cerâmica, n.60, p.117-126, 2014.

SOUZA, L.C.; **EFEITO DO PH NA CAPACIDADE MÁXIMA DE REMOÇÃO DE COBRE POR ZEÓLITA NATURAL**. p. 1-9, 20 set. 2016.

QUANDO O “CORRE” É A SAÍDA: SOLUÇÕES PRODUZIDAS ATRAVÉS DO TRABALHO INFORMAL NO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR

Francisco Antônio Zorzo¹
Sabrina Barbosa Xavier dos Reis²

No debate sobre as transformações do mercado de trabalho brasileiro na contemporaneidade, o trabalho informal deveria assumir posição de centralidade. De um lado o sistema econômico, em suas faces formal e informal, tem gerado o trabalho precário na forma de rotina alienada, segundo o modelo dos países desenvolvidos na produção de *bullshitjobs* (GRAEBER, 2013). Do outro, um modelo muito presente nos países latino-americanos, tais como se mostra no Brasil, gerou o “Corre”, atividade sem vínculo empregatício, que significa fazer diversas coisas, agilizar tarefas urgentes, em busca de remuneração ou de algum proveito coletivo. Ambos os modelos coexistem no espaço urbano brasileiro, tendo efeitos problemáticos e também produtivos. Tais atividades não tem vínculo empregatício, não conferem suporte oficial e podem ser social e territorialmente marginalizados.

Partindo de uma investigação sobre o trabalho informal em Salvador, a pesquisa visa destacar as soluções produzidas através do trabalho informal, muitas vezes invisibilizado, enquanto práticas de resistência e ressignificação da vida. Com este fito, relatos foram coletados no espaço público tradicional. Através desta pesquisa PIBIC/UFBA, ativa nos últimos cinco anos, espera-se, para além de enfatizar a dinâmica e a precarização do trabalho temporário popularmente chamado de “corre”, relatar aspectos de criatividade, dignidade e inteligência coletiva que tanto justificam a proteção justa, *fair work*, do trabalho informal em Salvador e no Brasil.

369

Trabalho, informalidade e espaço público - Relatos do “Corre”

A inclusão produtiva foi identificada em diversos estudos sociológicos como acesso ao mercado de trabalho e à geração de renda. Formalmente se dá via instituições e empresas privadas e por meio de políticas públicas. No campo da informalidade, a inclusão, ou o que poderíamos chamar de penetração, no mercado de trabalho, se dá por outros caminhos.

¹ Francisco Zorzo é mestre e doutor, professor associado da UFBA e um dos fundadores do PPGDCI/UEFS (Feira de Santana, BA). E-mail: fazfeira@gmail.com.

² Sabrina Reis é discente no curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFBA, Salvador, BA) e bolsista PIBIC-UFBA. E-mail: sbxreis@gmail.com.

Na falta de uma política pública mais efetiva de inclusão do trabalho informal, vale lembrar a Lei do MEI (Microempreendedor Individual) de 2018. Essa lei trouxe algum alento para o profissional se formalizar, todavia carece de regulamentações e normas operacionais, entre outros fatores, que possibilitem que os trabalhadores da informalidade adotem ou não, estrategicamente, o ponto de vista dessa legislação.

Na vida corrente, percebe-se que alguns dos fatores clássicos de exclusão social, tais como desemprego, falta de remuneração e acesso aos serviços públicos são contornados através do trabalho informal. Na falta de uma inclusão social através de emprego e de políticas públicas (PINHO et al., 2019), o trabalho informal introduz à força uma faixa da população no mercado de trabalho.

O “corre” - expressão popular que remete à trabalho instável, temporário, sem seguridade e sem vínculo empregatício comprovado – oferece serviços que, muitas vezes tem faceta sofisticada, integram conhecimentos e informações, incluindo-se tecnologias. Há o “corre” para os outros e o próprio “corre”. É um trabalho diverso que se apresenta, frequentemente, multitarefa, autodidata, resiliente, adaptável, e que requer criatividade e improviso.

O “corre” também é lente com a qual pode-se examinar o espaço público, na medida que ele o atravessa, o demarca e o complexifica; ao ponto de trazer à tona segredos internos e cotidianamente recalcados pela dinâmica da vida urbana brasileira.

As transformações do sistema econômico refletem, reciprocamente, os modos de vida dos novos sujeitos produtivos e sociais, de modo que diante destas mudanças tais sujeitos são ignorados, desprotegidos e frequentemente desconsiderados (VASAPOLLO, 2005, p.82). É justamente o que se pode observar na essência do “corre”: o esforço dos indivíduos que tentam manter a atitude de quem desempenha algo útil, mesmo quando as condições são de exploração; buscando algum proveito coletivo, ainda que desprezados e mal vistos pelo ângulo do status quo.

É por esse motivo que os sujeitos da “Correria” pensam estratégias adequadas ao seu mundo de relações e possibilidades. O indivíduo que vive do “corre”, precisa estar atento, utilizando-se das habilidades e conhecimentos pessoais para inovar no mercado. O artifício do “virar”, do “se virar”, mesmo com “o elogio da mistura e instabilidade, o prazer com a transformação constante do entorno”, exigem do sujeito a invenção de “outros possíveis” (DIOGENES, PAIS, ALMEIDA; 2015). É factível, pois, ao fenômeno dessas atividades que se aprende fazendo, atua-se com o que se tem, e a cada projeto se pode mudar ou incorporar novas habilidades (Idem; 2015).

São esses os traços do trabalho informal contemporâneo que os relatos de trabalhadores e trabalhadoras do espaço urbano de Salvador possibilitam indicar. Vejam-se abaixo dois relatos sintetizados colhidos de trabalhadores do “corre”.

M. trabalha de domingo a domingo. Sua grande paixão é a estética e na estética suas habilidades são múltiplas: trancista, manicure, pedicure, designer de sobrancelha, cabeleireira, maquiadora... e a lista nunca estará completa, afinal como faz questão de lembrar *“ninguém sabe demais, todos os dias a gente tá aprendendo”*. A rotina começa cedo, normalmente às 8h da manhã. Toma os transportes públicos e vai de casa em casa para atender suas clientes. São várias as regiões que ocorre de frequentar em Salvador: Praia do Flamengo, Itapuã, Graça, Vitória, Campo Grande, Cardeal, Alto das Pombas, Garibaldi, Ondina ... e vai com satisfação: *“o que eu faço triste, nem faço. Vou alegre”*. M. está com 55 anos, mas trabalha desde os 12. Nunca trabalhou de carteira assinada. (M. - Entrevista I [ago. 2023]. Entrevistadora: Sabrina Reis. Salvador, 2023).

B. é artista circense de 24 anos e para ela a rua é um grande palco livre: *“tudo é material de trabalho. Desde uma pessoa que passa e interage com você, até um engarrafamento ou uma situação de estresse. Isso tudo pode virar material pra interagir, fazer humor”*. Saída da estação Lapa, Garibaldi, Pituba, Rio Vermelho, Comércio são alguns dos pontos da cidade de Salvador para os quais B. já levou sua arte circense. Trabalhar com arte nas ruas para B. é uma experiência acolhedora e de muita aprendizagem. Ela relata que não é um trabalho simples, pois há estigmas com relação aos artistas e aos trabalhadores de rua: *“o “corre” na rua é muito marginalizado [...] Entre nós malabaristas existe um “proceder de rua”, acordos, normas, condutas, que são comuns em quase todas as cidades. Entre nós são poucos os conflitos. As principais tretas são com a polícia mesmo”* (B. - Entrevista II [set. 2023]. Entrevistadora: Sabrina Reis. Salvador, 2023).

Os relatos acima são emblemáticos para elucidar alguns aspectos centrais do trabalho informal. Embora as entrevistadas expressem satisfação em relação à atividade que desempenham, são explícitos os fatores que condicionam a precarização: o desgaste mental/emocional, a competitividade, o alto grau de adaptação requerido, a instabilidade, e a auto responsabilização pelos riscos. Por outro lado, há valorização da autonomia. O autodidatismo é aspecto inerente aos labores e também fator que condiciona a dimensão criativa, já que a necessidade de autogerenciamento do próprio conhecimento conduz a adoção de diferentes estratégias para assimilação de atividades e obtenção de remuneração. Além do esforço constante, há também diversão, treinamento e aprendizado na espaço social, onde vivem muitos outros cidadãos atuando e interagindo.

Considerações finais

Pode-se dizer que o mundo do trabalho está sob processo de forte tensão no Brasil, o que gera novas formas de compromissos sociais e de produção coletiva. Tais processos complicadores tecem novos sentidos para o modo de vida em sociedade, gerando conflitos urbanos e muitas ações significativas de resistência social.

No caso do “corre”, além de incorporar os riscos de uma atividade precarizada e de urgência – é fortemente atravessado pela invisibilidade (ou até pela visibilidade negativa), pelas noções do proceder adequado e a atenção às responsabilidades e às ordens alheias (SILVA, 2017).

Por ser fenômeno plural e vigoroso, o “corre” merece ser estudado em seu potencial produtivo. Vale a pena considerar o grande desafio da inclusão da população em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho em cidades como Salvador. Torna-se muito valioso adotar um olhar sensível para os grupos relativos ao trabalho informal, responsáveis por grande parte de atividades no campo da reprodução social, como as tipicamente localizadas nas artes, técnicas e serviços. No contexto atual das plataformas e aplicativos, as ocupações informais trazem novas questões e posturas que ressignificam os vínculos de trabalho e de solidariedade.

Referências

DIOGENES, Glória. PAIS, José Machado; ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de (Org.). *Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
Horizonte Antropológico, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 417-421, jun. 2015.

Graeber, David, ‘On the Phenomenon of Bullshit Jobs’. In: **Strike! Magazine**. Londres. Agosto de 2013. Acessível em: <https://www.strike.coop/bullshit-jobs>.

IBGE, IBGE Indicadores. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínuas. **Rio de Janeiro: IBGE-Coordenação de Trabalho e Rendimento**, 2019.

PINHO, Roberta Justel do; PEREIRA, Ana Paula Fernandes Barão; LUSI, Isabela Aparecida de Oliveira. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, p. 480-495, 2019.

SILVA, Evandro Cruz. **Molecada do corre: Comércio, experiência geracional e moral do PCC**. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-graduação em Sociologia. 2017. Dissertação de mestrado.

VASAPOLLO, Luciano. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 16, n. 2 (28), 2005.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA INSTALAÇÃO DA EMPRESA NOVA AGRO NA PRODUÇÃO APÍCOLA DA CHAPADA DO APODI (2018-2021)

Thalita Rosa Lopes Araújo¹

Introdução

O presente trabalho pretende fazer uma análise sobre a questão agrária do Ceará, com o foco nas áreas do Vale do Jaguaribe e a delimitação do recorte de 2018-2021, a fim de investigar os eventos que ocorreram antes e depois da chegada da empresa considerando o contexto social e econômico, em virtude dos impactos socioambientais relatados pelos moradores da Chapada do Apodi, localizada em Tabuleiro do Norte, Ceará, Brasil, no que se refere ao período de atuação da empresa Nova Agro. Ademais, é preciso salientar questões como a desapropriação de terras, devido ao avanço da Nova Agro na região e as perdas significativas nas produções de mel dos apicultores da Chapada do Apodi, em virtude da pulverização de agrotóxicos usados nas plantações de oleaginosas, como o algodão, que gerou consequências negativas para a atividade apícola e, potencialmente, para o meio ambiente local.

Segundo estudo realizado por Pisa et al. (2015), a exposição das abelhas a agrotóxicos, presentes no néctar e no pólen das plantas, pode ser letal. Isto ocorre principalmente em alguns tipos de culturas como algodão, um dos cultivos utilizados pela empresa Nova Agro. (MARTINS, Mário, 2023, p. 19)

Nesse contexto, é de suma importância trazer o laudo da análise das amostras de abelhas feitas pela Fiocruz, foi constatado alguns tipos de agrotóxicos, mas dois que estão listados no resultado não estão no Plano de Regularização Ambiental (PRA) disponibilizados pela empresa em Novembro de 2021, que são o carbofurano e o fipronil, o último sendo proibido em vários países da Europa devido a alta taxa de mortalidade das abelhas.

Por fim, o estudo visa compreender os desdobramentos sociais, econômicos e ambientais causados pela presença da Nova Agro na região, contribuindo para um debate mais abrangente sobre a questão agrária no Ceará, os impactos do desmatamento e vários tipos de venenos utilizados pela empresa e a coexistência de diferentes atividades econômicas na mesma área geográfica.

373

¹ Acadêmica - Curso Licenciatura Plena em História - Universidade Federal do Ceará.
Email: thalitarosa@alu.ufc.br.

Objetivo geral

Considerando-se a importância dos impactos socioambientais gerados por conta da pulverização dos agrotóxicos, essa pesquisa visa compreender como a instalação da empresa Nova Agro impactou de forma negativa a comunidade da Chapada do Apodi, localizada em Tabuleiro do Norte, Ceará.

Metodologia

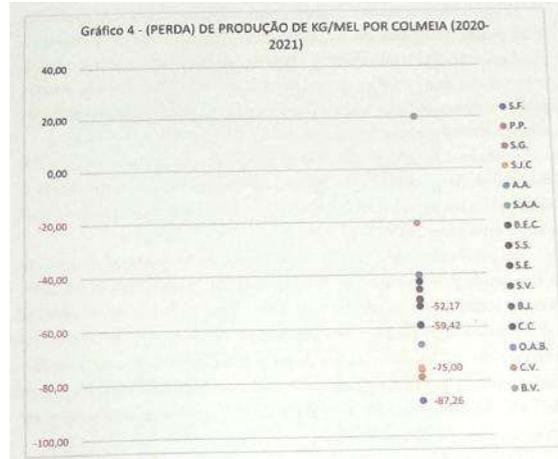
Foi utilizado como metodologia a pesquisa da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CDLN) em conjunto do Instituto Federal do Ceará (IFCE) intitulado Diagnóstico Apicultura que produziu entrevistas com mais de 30 apicultores para tratar a respeito dos diversos impactos da empresa do agronegócio Nova Agro na comunidade, entre eles foram citados pelos moradores aspectos como a perseguição por parte da empresa para que os moradores vendessem suas terras, devido ao avanço na Nova Agro na comunidade que está cercado a região com a pulverização de agrotóxicos tornando ainda mais difícil a vida das pessoas que se encontram no território, além de grande parte das perdas da produção dos apicultores em razão da pulverização do veneno nos cultivos de algodão. Além disso, também foram utilizadas fontes orais, como parte da pesquisa, através de entrevistas feitas com as pessoas da comunidade, a partir da visita dos discentes da Universidade Federal do Ceará, por meio da disciplina ministrada pelo professor Mário Martins Viana Júnior, realizando, assim, um trabalho investigativo, através de arquivos de outras organizações como Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, Ceará. Por fim, foram empregadas diversas fontes escritas para proporcionar uma discussão mais abrangente a respeito da História Agrária do Ceará, propiciando debates sobre História Pública e História Oral.

374

Resultados

A pesquisa culminou na publicação do livro do professor Mário Martins Viana Júnior chamado Como matar abelhas: agronegócio e comunidade do Tabuleiro do Norte Ceará: 2018-2021, que apresentou diversos gráficos e tabulação das informações com análise e cruzamentos de dados do número de colmeias e a produção de mel em quilogramas, além de diversos dados com relação ao uso dos venenos e a consequente queda na produção nos anos de 2020 e 2021 como está sendo representado na tabela abaixo extraída do livro:





Conclusão

Conclui-se, portanto, com base nos dados expostos ao longo da pesquisas envolvendo diversas fontes, como resultado, uma ampla exploração por parte do capitalismo e do agronegócio, devido a atuação da empresa no território da Chapada sem visar a população que já se encontrava no local, causando impactos socioambientais na comunidade.

375

Referências

VIANA JUNIOR, Mário Martins; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Como matar abelhas: agronegócio e comunidades do Tabuleiro do Norte - Ceará: 2018-2021**. Campinas, SP: Pangeia Editorial, 2023.

ANÁLISE DE CONTEÚDO EM PESQUISAS EDUCACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM QUALITATIVA NO CAMPO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Ana Karolliny do Livramento Melo¹

Luiz Anselmo Menezes Santos²

Priscila Soares Silva³

Jhoserd Nilson Xavier de Almeida Lima⁴

Rosângela Maria da Vitória Santos⁵

Introdução

O Grupo de Pesquisa em Formação e Atuação Docente – Interação – da Universidade Federal de Sergipe (BRA) tem dedicado esforços em compreender a configuração das pesquisas científicas na temática da formação docente (Santos; Melo e Guimarães, 2021; Santos; Melo e Souza, 2021). Para esta comunicação, optamos em apresentar os resultados da pesquisa que adotam a abordagem qualitativa, da qual, muitas vezes, foram refutadas pela ideia de que deixavam de lado os construtos basilares da investigação científica, tendo em vista as subjetividades (André, 2011). Isso porque sua característica permite localizar o observador (pesquisador) na própria investigação. Ou seja, ao tomar como reflexão as percepções dos participantes a partir do seu olhar (Sampiere; Collado; Lucio, 2013). A subjetividade fica ainda mais evidente no campo da pesquisa em humanidades, o que indica, segundo André (2011), ser crucial em seu domínio metodológico. Com base neste entendimento, esta pesquisa destaca a análise da pesquisa qualitativa, referente a sua interpretação, da qual consiste na capacidade intelectual de dar significado às respostas aos dados discutidos (Marconi; Lakatos, 2019). Contemplamos neste estudo a Análise de Conteúdo, técnica composta por procedimentos que possibilitam o levantamento de indicadores quantitativos ou não, tendo em vista que seu objeto de análise é a mensagem (Sousa; Santos, 2020). Esta mensagem atua como ponto de partida no

376

¹ orcid.org/0000-0001-7171-2636 – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (BRA) <ana.karollinymelo@gmail.com>.

² orcid.org/0000-0001-5857-9420 – Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe (BRA) <luizanselmomenezes@gmail.com>.

³ orcid.org/0000-0002-89266889 – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (BRA) <sociologiahibrida@gmail.com>.

⁴ orcid.org/0000-0003-0664-3245 - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (BRA) <jhoserd@outlook.com>.

⁵ orcid.org/0009-0005-6233-318X – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (BRA) <rovitoria25@gmail.com>.

processo de investigação, onde é possível descrevê-la, a partir do contexto, podendo ser verbal, escrita, documental, figurativa, entre outras, contanto que possibilite o conhecimento da linguagem (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014). Para isso, relacionamos os procedimentos analíticos com a temática da Formação Docente ao refletir sobre sua aplicabilidade nas pesquisas que abordam, em especial, a Formação Continuada. Contudo, faz-se necessário evidenciarmos se os processos de análise das pesquisas qualitativas sobre formação continuada docente, seguem os caminhos de investigação de forma clara e sistemática conforme a técnica de Análise de Conteúdo.

Objetivos gerais

Investigar nas produções científicas as proposições da Análise de Conteúdo refletindo sobre suas aplicações no construto da pesquisa científica.

Metodologia, materiais e métodos

Adotamos a abordagem qualitativa com base na Revisão Sistemática Integrativa da Literatura a partir da análise narrativa. Procedimento caracterizado por critérios definidos que permitem legibilidade a pesquisa, o que define a prática científica baseada em Evidências na Área da Educação (Pring; Thomas, 2007), bem como os procedimentos estruturados por Ercole, Melo e Alcoforado (2014). Os autores definem seis etapas estruturadas e articuladas entre si: 1) identificação do tema e problema de pesquisa; 2) definição dos critérios de inclusão e exclusão para a busca em base de dados; 3) identificação e organização dos estudos; 4) caracterização dos dados da pesquisa; 5) processo de análise e interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão ou síntese das evidências científicas. Na introdução apresentamos os elementos correspondentes à primeira etapa da pesquisa. Para a definição dos critérios de inclusão, elegemos: pesquisa qualitativa; metodologia baseada na análise de conteúdo; artigo científico; temática sobre formação continuada docente; pesquisas baseadas na educação básica e recorte temporal de 2018 a 2023. Quanto aos critérios de exclusão, foram definidos em: pesquisa quantitativa ou métodos mistos; trabalhos de conclusão de curso, dissertações ou teses; artigos completos disponíveis para *download* e pesquisa com base em revisões ou do tipo estado da arte. A coleta de dados foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES e obteve como indexadores: DOAJ Directory of Open Access Journals, SciELO Brasil, SciELO Portugal e PUCRS Institutional Repository. Os seguintes filtros foram aplicados na busca: “análise de conteúdo”, “formação continuada” e “educação básica”, utilizando o operador booleano AND. Ao total, foram obtidos 48 resultados, que no final da triagem, realizada com o recurso do aplicativo da Web Rayyan, corresponderam a 25 artigos. Para sistematizar e categorizar os dados utilizamos a matriz síntese no formato de planilha em Excel adotando como critérios de extração:

classificação, título, tema, ano, lócus (estado ou país), instrumentos de coleta, procedimentos (percurso metodológico) e unidade de análise (detalhamento da análise). Apresentamos a síntese dos resultados e o processo de análise e discussão na seção seguinte.

Resultados

O lócus mais investigado se concentra na Região Sul do Brasil, totalizando 12 artigos, seguidos do Sudeste, com 6 trabalhos, e do Nordeste e Centro Oeste, ambos com 2 produções. Um dos artigos realizou a pesquisa no contexto brasileiro e duas com a inter-relação com a realidade de professores do Brasil e Portugal. As temáticas em destaque envolveram Políticas Públicas, Ensino de Ciências e Matemática e Educação Inclusiva. Os instrumentos de coleta de dados mais utilizados foram os questionários e as entrevistas semiestruturadas. Quanto aos teóricos, 92% das publicações optaram pelo procedimento analítico segundo Bardin (2016), 4% se basearam em Moraes (1999) e os outros 4% elegeram Franco (2005). Sobre o procedimento metodológico, 56% das pesquisas não apresentaram o detalhamento do processo de análise sendo que destes, 62% apresentaram e discutiram as categorias sem menção e 38% apenas descreveram os resultados dos questionários ou das entrevistas. E, 44% dos artigos ofereceram ao leitor o passo a passo do caminho percorrido na análise, expondo os processos de coleta de dados e a forma como foram organizados, catalogados e analisados. Deste grupo, 95% expuseram estes processos em ilustrações, quadros explicativos ou mapa mental. Os resultados da pesquisa permitem apontarmos relações com as reflexões de Silva, Cunha, Gaspary, Mora, Figueira e Hörbe (2017) de que muitas vezes as pesquisas científicas apresentam descontínuas análises, não nos apropriamos do processo analítico que essa propõe. Segundo os autores, essa situação prejudica a credibilidade dos estudos. No mesmo viés, Sampaio et al. (2022) afirma que as pesquisas qualitativas que se utilizam da análise de conteúdo, a fazem com baixa qualidade, sem respeitar os princípios de confiabilidade, replicabilidade e validade, inerentes à ciência. Situação que acaba tornando a pesquisa de abordagem qualitativa questionável. Compreendemos que os processos de análise difundem os percursos coesos em prol da elaboração e estruturação fidedigna das pesquisas científicas.

378

Síntese da análise de conteúdo segundo Bardin

A Análise de Conteúdo para Bardin (2016) evidencia os significados, dos quais devemos descrever objetivamente, a partir da interpretação fundamentada no conteúdo obtido. Para este processo a autora apresenta polos cronológicos (etapas): pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados. O polo da pré-análise, é subdividido em três principais etapas: 1) leitura flutuante, onde todos os dados obtidos a partir de todos os procedimentos de coleta passam pelo crivo do pesquisador; 2) escolha dos documentos, proposição de hipóteses estabelecimento de indicadores, que nortearão a



interpretação; 3) constituição do *corpus*, representatividade de dados, homogêneo, com todos os elementos possíveis e pertinentes, que devem ser codificados em unidades de registros. Bardin (2016) define unidade de registro como a unidade a ser codificada, podendo ser um tema, palavra, objeto ou referente, personagem, acontecimento, documento, entre outros. O segundo pólo, refere-se a exploração do material e consiste no agrupamento das unidades de análise em categorias. Esse processo é estruturalista e se dá por meio de duas etapas, a do inventário e a de classificação, onde a primeira promove o isolamento dos elementos e a segunda tem como função reparti-los, tendo como alvo a organização das mensagens. A categorização transformará os dados anteriormente brutos em dados organizados, separados e agrupados por suas similaridades. O último polo cronológico, o tratamento dos resultados e da interpretação, realiza o tratamento das mensagens, para que, de maneira lógica, possa-se produzir conhecimentos que vão além do dito explicitamente por essa, favorecendo a sua contextualização (Puglise; Franco, 2005). É proposta após reflexão e embasamento teórico tornando-se significativos e fornecendo contribuições ao campo científico.

Conclusão

Fazer ciência é uma ação complexa, exige do pesquisador competências que muitas vezes só são desenvolvidas durante o ato de pesquisar. Essa complexidade se eleva ainda mais quando o objeto está envolto de subjetividades e contextos específicos, como é o caso da pesquisa qualitativa. É importante compreendermos que a pesquisa científica necessita seguir rigores e ter seus dados analisados de maneira clara e objetiva, independente da epistemologia, abordagem ou critérios delimitados e seguidos, os quais precisam estar de acordo com o objeto e o problema levantado pelo autor. A análise de conteúdo de Bardin se entremeia nesses pressupostos como uma possibilidade confiável e adaptável a variados tipos de pesquisas, fornecendo ao pesquisador diretrizes claras e objetivas de seu proceder. Esperamos que essa discussão se encaminhe a novos níveis e desperte nos pesquisadores o senso de responsabilidade inerente ao árduo trabalho científico.

379

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: questões de teoria e de método. **Educação & Tecnologia**, [S.l.], v. 10, n. 1, fev. 2011. ISSN 2317-7756. Disponível em: <<https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/72/71>>. Acesso em: 23 maio 2023.



BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão da 1ª Edição de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, 5(11), 121-136, 2011. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10515/o-metodo-da-revisao-integrativa-nos-estudos-organizacionais>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014

ERCOLE, F. F. E.; MELO, L. S. de; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão Integrativa X Revisão Sistemática. In: **Reme: Rev. Min. Enferm. vol.18 no.1 Belo Horizonte Jan./Mar. 2014**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20140001>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livros, 2005.

FRANCO, M. L. P.; GOLDBERG, M. A. A. Prioridades em pesquisa educacional: pros e contras. **Cadernos de Pesquisa**, n. 16, p. 74-81, 1976.

LIMA, J. A. de. Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S. L.], p. pp. 7-29, 2014. DOI: 10.14195/1647-8614_47-1_1. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614_47-1_1. Acesso em: 21 jun. 2023.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.V. Fundamentos da Metodologia Científica – 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7 - 32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/RoqueMoraes_Analise%20de%20conteudo1999.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

PRING, R.; THOMAS, G. **Educação baseada em evidências**: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2007.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. **Análise de conteúdo**. Liber: Livro editora, 2ª edição, Brasília, 2005.

SAMPAIO, R. C.; SANCHEZ, C. S. ; MARIOTO, D. J. F. ; ARAUJO, B. C. dos S. ; HERÉDIA, L. H. O. ; PAZ, F. S. ; TIGRINHO, C. S. ; SOUZA, J. R. de. Muita Bardin, pouca qualidade: uma avaliação sobre as análises de conteúdo qualitativas no Brasil. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 10, n. 25, p. 464–494, 2022. DOI: 10.33361/RPQ.2022.v.10.n.25.547. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/547>.

SILVA, A. H.; CUNHA, D. E.; GASPARY, E.; MOURA, G. L. De; FIGUEIRA, K. K.; HÖRBE, T. de A. N. Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, v. 11, n. 1, p. 168–184, jan./jun. 2017.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 21 jun. 20.

381



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CLUBE DO SABER PROMOVEDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

Andrea Cristina de Moraes Malinverni¹
Anna Luísa de Loreto Patti²
Mikaelly Cintra Muniz³
Samara Ferreira Santino⁴
Rosana Xavier Souza⁵

Introdução

O ambiente acadêmico é constituído por saberes heterogêneos, o compromisso dos graduandos com esses saberes é alcançado por meio dos três fundamentos das universidades brasileiras: ensino, pesquisa e extensão (Fernandes et al). O Plano Nacional de Extensão Universitária criado nos anos 2000 diz que essa tríade favorece discentes e docentes a desenvolverem habilidades, competências e atitude crítica-reflexiva para atuarem no meio social. (Santana et al) A extensão universitária é um meio de capacitação profissional baseado na relação do estudante com a comunidade que é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político o qual tem como objetivo promover a interação entre a universidade e a comunidade (Fernandes et al).

A extensão universitária promove experiências, reflexões sobre diversas questões da atualidade, além do entendimento das necessidades da sociedade brasileira, que age como uma ação transformadora da sociedade (Fernandes et al). Para a comunidade, a extensão é um meio de participação ativa, discussão e reflexão para adquirir conhecimentos sobre assuntos relacionados ao processo saúde-doença e prevenção (Santana et al) .

Para Paulo Freire, cabe à universidade estimular a criação de espaços capazes de promover reflexão e compartilhamento de saberes com a comunidade (Fernandes et al). Em virtude disso, o Clube do Saber tem como fim a promoção da saúde para os brasileiros.

O projeto de extensão “Clube do Saber” surgiu no ano de 2017, na unidade curricular de Patologia nas salas de aula da Universidade Federal de São Paulo. Com a ideia de expandir o conhecimento da população sobre as mais variadas doenças, os estudantes da graduação do

382

¹ Professora Adjunta, Departamento de Patologia, Universidade Federal de São Paulo / ID Lattes:

² Estudante de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo. / ID Lattes: 4684285785889710

³ Estudante de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo / ID Lattes: 6765951949347348

⁴ Aluna de doutorado da Universidade Federal de São Paulo / ID Lattes: 4421350908385530

⁵ Aluna de doutorado da Universidade Federal de São Paulo / ID Lattes: 4021569318055306



curso de Enfermagem, em conjunto com os pós-graduandos em Patologia e com os docentes colaboradores, procuram formular campanhas presenciais e pelas mídias sociais. Dessa maneira, o projeto permite que haja uma ponte entre a comunidade e a universidade, por conseguinte, os graduandos conseguem transmitir seus conhecimentos para além dos muros da faculdade.

Além disso, os discentes da área da saúde, ao realizarem as pesquisas para que a divulgação segura seja concretizada, praticam seu senso crítico, aprendem a formular materiais científicos com utilização de uma linguagem acessível, fortalecem seu conhecimento acerca do que foi aprendido em Patologia e cultivam seu espírito de cidadania - principalmente pela prestação de educação em saúde. Logo, é notório que a relação ensino-pesquisa-extensão já não pode mais ser vista de maneira individualizada no meio universitário.

Objetivos

Geral: Promover aos discentes do curso de Enfermagem da Escola Paulista de Enfermagem - EPE condições para disseminar os conhecimentos adquiridos durante as aulas de Patologia de forma lúdica, sobre diversas doenças e temas relacionados a área da saúde para a sociedade.

Específicos: Fornecer à população informações sobre as doenças, diagnósticos, tratamentos, prevenções e cuidados.

Contribuir para a formação do espírito científico do aluno e incentivar a prática da educação em saúde

Metodologia, materiais e métodos

O “Clube do Saber” é direcionado para discentes do curso de graduação de Enfermagem UNIFESP/EPE (Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Enfermagem) e, no ano de 2023, tornou-se aberto para estudantes da Escola Paulista de Medicina (EPM). O projeto também conta com os pós-graduandos e os docentes do setor de Patologia da universidade; além da colaboração de profissionais especialistas em certas temáticas.

Ademais, o “Clube do Saber” possui um calendário mensal sobre as doenças ou temáticas da saúde em geral que serão pesquisadas a fim de que haja uma maior organização na montagem das campanhas para as redes sociais e presenciais. Para as ações, são elaborados boletins informativos, infográficos, cartilhas, vídeos e *posts* no instagram, os quais são supervisionados e revisados pelos monitores da unidade curricular de patologia, pelos colaboradores e pela coordenação do projeto.

A partir do exposto, a confecção dos materiais se inicia pela divisão da quantidade total de estudantes inscritos no projeto nos temas que mais lhes interessam, dessa forma, grupos de até oito extensionistas são montados. A seguir, alguns tópicos são pesquisados - os mais frequentes nas campanhas são: definição da doença, sinais e sintomas, diagnóstico, tratamentos, prevenções e cuidados - em artigos, sites governamentais, livros etc. Por fim, um *design* baseado no tema é

criado - normalmente, imagens do aplicativo “Canva” são utilizadas - e o material passa por análise antes de ser publicado ou impresso.

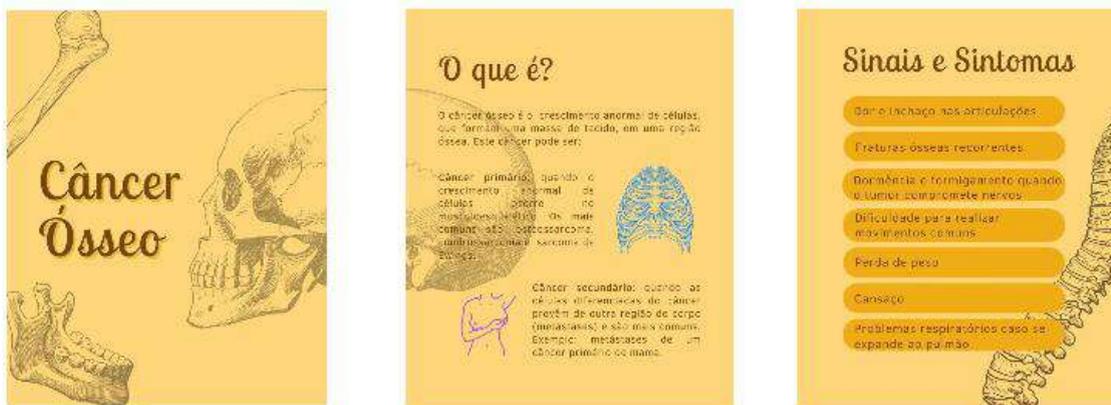
Em relação às campanhas presenciais, a maioria é realizada em Unidades Básicas de Saúde em que distribuímos folders para os usuários, esclarecemos possíveis dúvidas e compartilhamos informações acerca do tema, com foco na promoção de saúde.

Figura 1. Tabela de programação das campanhas mensais a serem realizadas

2	Conteúdo	Dia Postagem	Mês Postagem	Mês execução
3	Saúde da Mulher - Calendário	08/03 - Dia Internacional da Mulher	Março	Fevereiro
4	Doenças Renais	14/03 - Dia Mundial do Rim		
5	Distúrbios do sono / Higiene do Sono	18/03 Dia Mundial do Sono		
6	Síndrome de Down	21/03 - Dia Nacional da Síndrome de Down		
7	Tuberculose	24/03 - Dia Mundial de Combate à Tuberculose	Abril	Março
8	Autismo	02/04 - Dia Mundial da Conscientização do Autismo		
9	Parkinson	04/04 - Dia Nacional do Portador da Doença de Parkinson		
10	Sinais e sintomas do câncer de mama	calendário da mulher		
11	Dia da Saúde	07/04 - Dia Mundial da Saúde **		
12	Dia do Câncer	08/04 - Dia Mundial de Luta Contra o Câncer		
13	Malária	25/04 - Dia Mundial da Luta contra a Malária		
14	Hipertensão Arterial	26/04 - Dia Nacional da Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial		

Fonte: próprio autor

Figura 2. Imagens da campanha sobre “câncer ósseo”



Fonte: Instagram do projeto

Resultados

A extensão universitária Clube do Saber, durante o ano de 2022, realizou no total 60 postagens no Instagram e 3 campanhas de modo presencial, sendo elas: Câncer de boca, Câncer de Mama e Câncer de Prostata na população transsexual. Dentre as 60 postagens realizadas em 2022, 5 eram destinadas à saúde da mulher, 5 a doenças neurológicas, 2 à saúde ocular, 14 a doenças crônicas especialmente câncer, 2 à saúde mental, dentre outras conforme a tabela abaixo:

Classificação	Nome da campanha
saúde da mulher = 5	Mola Hidatiforme
	HPV
	Câncer de Mama
	Síndrome Ásia
	Câncer de colo de Útero
Neurológicas = 5	Alzheimer
	Epilepsia
	Meningite
	AVC
	Esclerose Múltipla
Saúde Ocular = 2	Glaucoma
	Ceratocone
Saúde Mental = 2	Setembro Amarelo
	Transtornos Alimentares
	Câncer de Boca
	Melanoma
	Doença de Crohn

385

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Doenças crônicas = 14	Câncer de osso
	Hepatite
	Colesterol
	Leishmanioses
	Linfomas
	Doença de Chagas
	Artrite Reumatoide
	Diabetes
	Câncer de Próstata
	Bronquiolite
	Cálculo Renal
Campanhas de Vacinação = 2	Raiva
	Poliomielite
Campanhas de Doação = 3	Doe Sangue
	Doação medula óssea
	Doação de órgãos
Transtornos de cognição = 2	TDAH
	Dislexia
Publicações comemorativas = 10	Dia da Enfermagem
	Finalização aulas de Patologia
	Congresso Acadêmico
	Dia Nacional da saúde

386

	Dia do Psicólogo
	Dia do Nutricionista
	Dia do Biólogo
	Dia Nacional da Pessoa Idosa
	Dia do Professor
	Dia do Médico
Total: 45	

Vale ressaltar que em alguns casos mais de um *post* foi realizado para a mesma campanha, sendo, então, realizadas 60 postagens no *feed* do Instagram (@clubedosaberunifesp) com 45 temáticas. Em 2023 as postagens e campanhas estão sendo realizadas até o mês de setembro e já elaboramos 36 postagens, sendo 2 delas o “Clube do Saber em 1 minuto” em que explicamos alguma temática de saúde em 1 minuto no *Reels* do Instagram e na plataforma Tiktok.

A campanha “Ela tem Próstata” foi realizada presencialmente com o intuito de ressaltar a importância da prevenção do câncer de próstata em mulheres transexuais, proporcionando grande audiência devido ao local em que foi executada. O Clube do Saber fez parceria com a ViaQuatro e ViaMobilidade, empresas responsáveis por algumas linhas de metrô de São Paulo para a realização desta campanha.

387

Conclusão

O Clube do Saber é uma extensão da Universidade Federal de São Paulo que tem como objetivo desenvolver materiais educativos que visem a informação acerca da promoção e prevenção da saúde para a população no Brasil. Foi criado em 2017 pelos graduandos de enfermagem da Escola Paulista de Enfermagem, enquanto estavam na disciplina de Patologia. Atualmente a extensão conta com a colaboração de diversos discentes, docentes e parcerias para a realização das campanhas. Por fim, o Clube do Saber é uma extensão que utiliza as mídias sociais como meio de promoção da saúde.



Referências

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. *Horizonte*, Belo Horizonte, V. 2 , n.4, pp.60-73 , 1ºsem 2004

Santana, R. R., Santana, C. C. de A. P., Costa Neto, S. B. da ., & Oliveira, Ê. C. de .. (2021). Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. *Educação & Realidade*, 46(2), e98702. <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>

Fernandes, M. C., Silva, L. M. S. da ., Machado, A. L. G., & Moreira, T. M. M.. (2012). Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. *Educação Em Revista*, 28(4), 169–194. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000400007>

DIVÓRCIO LIMINAR NO DIREITO BRASILEIRO: PREVALÊNCIA DA TÉCNICA PROCESSUAL FACE À LIBERDADE AFETIVA?

Lilian Trindade Pitta¹
Mateus Luiz dos Santos²
Ana Beatriz dos Santos Borges³

Introdução

A princípio, a Igreja possuía quase que total poder regulamentar sobre o matrimônio com a interferência do Estado se fazendo presente somente para ratificar a jurisdição eclesiástica que insidia nos casamentos.

Em meio às tentativas de reduzir a influência religiosa nesta seara, o Código Civil de 1916, que, apesar de ser um texto que ainda restringia os direitos da mulher, foi o primeiro a prever o término da sociedade conjugal com o desquite que, contudo, ainda mantinha o vínculo matrimonial para toda a vida. Assim, o casamento foi indissolúvel até 1977, ano em que foi publicada a Lei nº 6.515 e que regulamentou Emenda Constitucional nº 9/1977, permitindo o divórcio, desde que cumprido requisito do lapso temporal de separação judicial ou de separação de fato, além de demonstração de culpa.

Tempos se passaram e, apesar da resistência religiosa, a legislação continuou se expandindo para, cada vez mais, facilitar o divórcio. A Constituição da República de 1988, diminuiu o lapso temporal para a separação de fato e a separação judicial; o Código Civil de 2002 previu expressamente o divórcio; a Lei nº 11.441/2007, alterou dispositivos do Código de Processo Civil de 1973, possibilitando a separação consensual e o divórcio consensual por via administrativa, sem a necessidade de homologação judicial; e, por último, surge a Emenda Constitucional nº 66, dando nova redação ao § 6º, art. 226 da Constituição de 1988, eliminando, por completo, os requisitos para dissolver o casamento. Assim, pode-se dizer que o direito foi se aperfeiçoando para relativizar os requisitos do divórcio.

389

¹ Lilian Trindade Pitta, bacharel em Direito pela faculdade Cândido Mendes – Centro (1992); Especialista em Qualificação para o Magistério Superior pela Universidade Estácio de Sá (2002); Mestre em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (2017), Especialista em Liderança e Coaching pela Universidade Estácio de Sá (2019). Coordenadora Adjunta e docente do curso de Direito da Universidade Veiga de Almeida (Tijuca). E-mail: lillian.pitta@uva.br

² Aluno do Curso de Bacharel em Direito, pela Universidade Veiga de Almeida. Presidente do Grupo de Estudos Avançados em Direito Processual da Universidade Veiga de Almeida (2023). E-mail: mateusluiz.sts@gmail.com

³ Aluna do Curso de Bacharel em Direito, pela Universidade Veiga de Almeida. Membro do Grupo de Estudos Avançados em Direito Processual da Universidade Veiga de Almeida (2023). E-mail: nabeatrizluz@gmail.com

Diante da possibilidade de concessão do divórcio, independentemente de comprovação de qualquer requisito, bastando a vontade de uma das partes, passou-se a afirmar a existência de um “divórcio impositivo”, merecendo prevalecer a vontade da parte requerente, a fim de resguardar sua liberdade afetiva. Com isso, os civilistas defendem a possibilidade de obter o divórcio, ainda que litigioso, sem necessidade de ouvir a outra parte, pois, como direito potestativo que é, impede-se a resistência.

Contudo, para que o divórcio fosse assegurado com rapidez, em prevalência da liberdade afetiva e da dignidade da pessoa humana, esbarrou-se em resistências técnicas em âmbito processual, o que leva magistrados a indeferirem o divórcio liminar, sob o fundamento de garantir-se o contraditório.

Nesse sentido, o princípio do contraditório, previsto tanto no art. 5º, LV da CRFB/88, quanto no Código de Processo Civil, impede, em seu art. 9º, que o juízo decida sem que a outra parte da relação seja previamente ouvida.

Portanto, ponderando acerca do conflito aparente entre a liberdade afetiva e o princípio do contraditório, a presente pesquisa propôs analisar, identificar e discorrer sobre as atuais razões que vêm levando o Poder Judiciário carioca à concessão ou não da liminar em divórcio.

Objetivos gerais

O propósito é detectar como o Judiciário fluminense vem decidindo o pedido liminar em divórcios litigiosos e identificar qual a corrente majoritária.

390

Metodologia, materiais e métodos

A análise, que tem por propósito identificar como o Judiciário fluminense vem decidindo o pedido liminar em divórcios litigiosos, utilizou para investigar o problema pesquisa bibliográfica, a fim de proporcionar conhecimento acerca da evolução do divórcio no Brasil, assim como conhecimento acerca de termos técnicos que serão apresentados, reconhecendo e analisando as principais contribuições da doutrina sobre divórcio e princípio do contraditório, como forma de contextualizar a problemática e, simultaneamente, atividade de campo, através de estudo de caso, analisando as decisões proferidas pelas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2022 até agosto de 2023. No estudo, buscou-se analisar as decisões da referida população, identificando os fundamentos que levam a conceder ou não o pedido de divórcio liminar.

Para a seleção dos julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi realizada a pesquisa com as seguintes palavras: “divórcio e litigioso e liminar”, no intuito de identificar, primeiramente, os fundamentos que levavam os órgãos julgadores a decidir pela possibilidade

ou não de se conceder o divórcio liminar, e, posteriormente, identificar a posição majoritária dos órgãos julgadores quanto a possibilidade de se obter o divórcio liminar.

Desta forma, o problema enfrentado neste trabalho teve como base pesquisa bibliográfica para investigar as principais contribuições da doutrina sobre o divórcio e o princípio do contraditório para, em seguida, descrever os resultados obtidos através da atividade de campo a partir da análise das decisões dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Assim, foi produzido o texto descritivo para apresentar os resultados, sendo possível observar, até o momento, como estão decidindo os órgãos do Tribunal de Justiça.

Resultados

Como resultados da pesquisa, considerando a análise que adotou como critério as palavras “divórcio e litigioso e liminar”, no período compreendido entre janeiro de 2022 e agosto de 2023, foram encontradas trinta e cinco decisões, dentre as quais quinze entenderam pela possibilidade de decretação do divórcio litigioso sem a necessidade de ouvir a outra parte, enquanto quatorze decisões entenderam pela impossibilidade de decretação do divórcio sem que a outra parte fosse ouvida. As demais seis decisões, apesar de aparecerem na busca, não diziam respeito ao objeto da pesquisa.

Ao analisar o conteúdo das decisões que decidiram por conceder liminarmente o divórcio litigioso sem ouvir a outra parte, mencionaram o advento da Emenda Constitucional nº 66/2010 que, ao abolir o requisito temporal, fez surgir um direito potestativo, que pode ser exercido pela vontade de seu titular, sem que se faça necessária qualquer manifestação ou concordância da outra parte, visto que a parte interessada imporá à outra a sua vontade, cabendo apenas a aceitação do fim da sociedade conjugal.

Quanto ao conteúdo das decisões que indeferiram a liminar em casos de divórcio litigioso, foi possível observar que apresentam como fundamento para embasar a decisão a violação ao princípio do contraditório, ante a necessidade de integrar a parte ré na relação processual para posterior decisão a respeito da decretação do divórcio. Ao refletir sobre tal fundamentação, tem-se que não obstante o aparecimento expresso do princípio do contraditório na Constituição da República de 1988 em seu art. 5º, LV, não se trata mais de uma garantia formal, já que passou a ser compreendido a partir da existência de três elementos, a saber: direito de informação, que consiste na garantia de que as partes devem ser informadas de tudo o que acontece no processo; direito de manifestação, que significa conceder às partes a possibilidade de manifestação; e direito de participação com influência.

Como resultado da segunda parte da pesquisa, foram encontradas trinta e cinco decisões, dentre as quais quinze entenderam pela possibilidade de decretação do divórcio litigioso sem a necessidade de ouvir a outra parte, enquanto quatorze decisões entenderam pela impossibilidade de decretação do divórcio sem que a outra parte fosse ouvida. As demais seis decisões, apesar

de aparecerem na busca, não diziam respeito ao objeto da pesquisa. Logo, ainda não é possível concluir qual a corrente majoritária, diante da diferença mínima entre as decisões.

Conclusão

Conclui-se, em apartada síntese, que a concessão liminar de divórcios litigiosos tem enfrentado desafios devido ao princípio do contraditório. Algumas decisões recentes optaram por ouvir a parte contrária, mesmo diante de um direito potestativo ao divórcio, criando um conflito entre a liberdade individual e o devido processo legal.

Surge daí uma questão incontornável: como conciliar o divórcio como um direito unilateral e a obrigação de permitir que a outra parte se manifeste no processo? Essa dicotomia se torna ainda mais clara quando observamos o andamento de um caso de divórcio litigioso objeto da pesquisa. Apesar de ter sido requerido em 21 de outubro de 2022, até 28 de junho de 2023, a parte contrária não havia sequer sido citada, mantendo as partes do casamento unidas até o presente momento.

BARROSO (2020,171), quando atuava como advogado na ação que buscava que as uniões homoafetivas recebessem o mesmo tratamento jurídico das uniões estáveis heterossexuais, utilizou como um dos argumentos o princípio da liberdade individual, afirmando que “*as pessoas têm direito à autodeterminação e podem fazer as suas escolhas individuais sem imposições externas ilegítimas*”. Mencionou, ainda, o princípio da dignidade humana, asseverando que “*todas as pessoas são um fim em si mesmas, e não um meio para a realização de interesses alheios ou de metas coletivas*”.

Com isso, infere-se que as reflexões constantes neste artigo são passíveis de possibilitar a análise não apenas da possibilidade de não ser necessária a oitiva da parte ré, privilegiando o direito à liberdade (afeto) frente a tecnicidade processual exacerbada que compromete a prestação da tutela jurisdicional, mas também quanto a possibilidade de se ter efetiva alteração na legislação, tanto civil, quanto processual, já que ao insistir na necessidade de se ter o contraditório, estar-se-á diante de um complexo de formas sem conteúdo.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. Sem data vênua: um olhar sobre o Brasil e o mundo. Rio de Janeiro: História Real, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FUNGILAB - MICOLOGIA MÉDICA VETERINÁRIA: DIAGNÓSTICO DE FUNGOS PATOGENICOS EM ANIMAIS

Alessandra Arnaudin Rabelo¹
João Vítor Gregolan Barbosa¹
Gabrielle Silveira Vargas¹
Mariana Almeida Ferreira²
Allana de Paula Castilho¹
Álvaro Ferreira Júnior³

Introdução

O Brasil é o país com o maior número de casos de esporotricose humana e felina por *Sporothrix brasiliensis*. Este fungo termodimórfico já foi descrito em todas as regiões brasileiras, com exceção de Roraima (BRASIL, 2023). Além do Brasil, *S. brasiliensis* já foi diagnosticado em outros países da América do Sul e Reino Unido (Barnacle et al., 2023; Gremião et al., 2020; Thomson et al., 2023). A concepção do Laboratório de Micologia Médica Veterinária da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás (FungiLab-EVZ/UFG), foi motivada pela suspeita de esporotricose felina em Goiânia, capital do estado de Goiás. Os serviços de vigilância em zoonoses ainda enfrentam dificuldade para determinar a incidência da esporotricose felina, por não se tratar de uma doença de notificação obrigatória. No ano de 2023, o Ministério da Saúde do Brasil regulamentou a notificação voluntária da esporotricose animal, para a coleta de dados epidemiológicos. No estado de Goiás, havia uma demanda por laboratórios veterinários especializados em diagnósticos micológicos. Entre os resultados preliminares do FungiLab, estão os diagnósticos de *S. brasiliensis*, *Exophiala spinifera*, *Candida* spp. e *Cryptococcus neoformans*, na região metropolitana da capital do estado de Goiás. O FungiLab também atua na formação de mão-de-obra altamente qualificada para a micologia. A equipe do projeto conta com 11 membros: o coordenador - Professor Doutor Álvaro Ferreira Júnior; duas alunas de Pós Graduação; quatro alunos de Iniciação Científica e quatro estagiárias. Temos prestado suporte de micologia para serviços municipais de vigilância em zoonoses da região Metropolitana de Goiânia. De maneira adicional, orientamos e realizamos o diagnóstico de esporotricose para organizações não governamentais de proteção animal (ONGs). Também mantemos colaborações com outras instituições de ensino superior, para a popularização do

393

¹ Discente de Graduação em Medicina Veterinária (SMVP/EVZ/UFG)

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCA/SMVP/EVZ/UFG)

³ Docente de Medicina Veterinária (SMVP/EVZ/UFG)

Correio eletrônico: alessandraarnaudin@discente.ufg.br, joaogregolan@discente.ufg.br, gabrielle@discente.ufg.br, Marianaalf@icloud.com, allanacastilho@discente.ufg.br, alvaro.ferreira@ufg.br

conhecimento sobre as micoses. O objetivo do Projeto de Extensão universitária “FungiLab, Diagnóstico de Fungos Patogênicos em Animais” é diagnosticar micoses de interesse veterinário sem fins lucrativos.

Objetivos gerais

O FungiLab possui como objetivos gerais realizar o diagnóstico micológico, sem fins lucrativos, das micoses de interesse veterinário; disseminar conhecimento sobre a esporotricose zoonótica; capacitar e auxiliar o serviço de controle de zoonoses.

Metodologia, materiais e métodos

O FungiLab é um projeto de Extensão Universitária (PJ255-2022/UFG), executado no Setor de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Goiás, cidade de Goiânia, estado de Goiás, na região Centro Oeste do Brasil. Para a realização de nossas atividades, foram contactadas clínicas veterinárias, ONGs e as unidades de vigilância em zoonoses da região metropolitana da capital do estado de Goiás. Trabalhou-se com a busca ativa e passiva de micoses subcutâneas dos gatos, na tentativa de descobrir a ocorrência de *Sporothrix brasiliensis*. Os contatos foram realizados por meio de correio eletrônico e mídias eletrônicas. O FungiLab fornece todo o material para a colheita de amostras suspeitas para a micologia. Foram obtidas amostras por meios de suabes estéreis, imprinting de lesões subcutâneas e conteúdo da camada córnea da pele dos gatos. O cultivo foi performado por meio de incubação em meios seletivos, de manutenção ou nutritivos, em temperaturas e tempos diferentes, com a finalidade da visualização de aspectos macroscópicos, microscópicos e dimorfismos. Todos os isolados diagnosticados como sendo do gênero *Sporothrix* foram submetidos à biologia molecular para a identificação da espécie. Havia a possibilidade de serem encontradas três espécies de *Sporothrix* (*S. brasiliensis*, *S. schenckii* ou *S. globosa*). Os critérios de definição macroscópica, microscópica e molecular são os mesmos utilizados pela micologia mundial. A partir dos isolados obtidos, está sendo construída uma micoteca, que será utilizada para pesquisas futuras. Os isolados controles de *S. brasiliensis*, *S. schenckii* e *Candida albicans* foram gentilmente cedidos pela Coleção de Fungos Patogênicos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ). A Universidade de São Paulo (USP), por meio da coleção de fungos do Laboratório de Micologia do Instituto de Medicina Tropical, gentilmente forneceu isolados de *S. brasiliensis* para os nossos estudos. Os recursos financeiros para a execução dos objetivos do FungiLab são auferidos junto às agências públicas de fomento. Aprovamos, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), um recurso significativo para realização de pesquisa inovadora no campo da micologia veterinária. Estamos conduzindo o diagnóstico de *Sporothrix* em solos de espaços públicos, com aprovação da Prefeitura da capital do estado de Goiás. Em colaboração com o Hospital Veterinário da UFG, realizaremos um serviço de atendimento dermatológico à comunidade que incluirá o diagnóstico de fungos de interesse veterinário na pele e cavidade oral de cães. Por meio de parceria com o Conselho Regional de Medicina

Veterinária do Estado de Goiás, promovemos eventos de educação e conscientização em micologia veterinária. Realizamos a disseminação de conhecimentos sobre as micoses por meio de ações de extensão, como por exemplo, o módulo “Fundamentos da Micologia Clínica e suas Aplicações” na XXXIII Semana Acadêmica da Veterinária sediada na EVZ/UFG que acontece no mês de novembro e é aberto ao público externo da universidade.

Resultados

Os nossos dados preliminares incluem:

1. 1º Simpósio de Esporotricose Felina - realizado em abril de 2023, em parceria com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás - <https://www.youtube.com/watch?v=ASRkuvtmI18>
2. Projeto: CAP2022061000036 - FAPEG - PROTECTIVE EFFECTS OF IgY ANTIBODIES FOR THERAPY OF *Sporothrix* spp.
3. Projeto: Caracterização de anticorpos IgY anti-*Sporothrix shenckii* senso strictu *in vitro* e em modelo *in vivo* de embrião de galinha
4. Iniciação científica: Investigação da associação entre bovinos com e sem doença periodontal e as comunidades fúngicas da cavidade oral
5. Iniciação científica: Identificação microbiológica dos fungos e leveduras da mucosa oral e pele de cães atendidos no hospital veterinário da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás
6. Iniciação científica: PESQUISA MICROBIOLÓGICA E MOLECULAR DE *SPOROTHRIX* PATOGÊNICOS EM SOLOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE GOIÂNIA
7. Projeto: Estudo sobre a virulência da esporotricose experimental no embrião de galinha e a utilização dos anticorpos IgY como alternativa de terapia
8. Iniciação científica: Identificação microbiológica dos fungos e leveduras da mucosa oral e pele de cães atendidos no hospital veterinário da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás
9. Esporotricose em felinos: epidemiologia, clínica, diagnóstico, tratamento e controle. Quirão. Ano 37. Edição nº 177. julho de 2021 - <https://portal.crmvgo.org.br/uploads/revista/arquivos/QUIRAO-JUL21.pdf>
10. 01 diagnóstico de *Exophiala spinifera* em felino
11. 01 diagnóstico de *Candida* spp. em equino
12. 03 diagnósticos de *Sporothrix* spp. em felinos
13. 01 diagnóstico de *Sporothrix brasiliensis* em felino

14. 01 diagnóstico de *Cryptococcus neoformans* em felino
15. 01 diagnóstico de *Malassezia pachydermatis* em felino
16. 04 iniciações científicas em andamento
17. 02 mestrados em andamento
18. 01 doutorado em andamento
19. 06 estagiários em andamento

Conclusão

Há uma necessidade imediata para o provimento de conhecimentos sobre as micoses de interesse veterinário. Muitas delas são zoonoses e algumas têm caráter ocupacional. A desinformação aumenta o risco de infecções em seres humanos e, também, em outros animais. A grande diversidade de gêneros fúngicos diagnosticados em diferentes espécies animais, pelo Fungilab, é um indicador para a continuidade do nosso trabalho. A formação de mão-de-obra qualificada para o enfrentamento das micoses dos animais, permite crer na permanência desses profissionais no estado de Goiás. Há um amplo campo de pesquisas em micologia veterinária que precisa ser explorado, incluindo terapias inovadoras, novos modelos experimentais, compreensão da patogenia dos fungos dos animais, além da transferência desses conhecimentos para a população externa aos muros da universidade e a melhoria na qualidade de vida dos animais e de seus tutores.

396

Referências

MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL. **Norma Técnica n. 60:** A respeito das recomendações sobre vigilância da esporotricose animal no Brasil. Brasília, p.12. 2023.

Barnacle, J. R., Chow, Y. J., Borman, A. M., Wyllie, S., Dominguez, V., Russell, K., Roberts, H., Armstrong-James, D., & Whittington, A. M. (2023). The first three reported cases of *Sporothrix brasiliensis* cat-transmitted sporotrichosis outside South America. *Medical Mycology Case Reports*, 39, 14–17. <https://doi.org/10.1016/J.MMCR.2022.12.004>

Gremião, I. D. F., Marques, M., Oliveira, E., de Miranda, L. H. M., Freitas, D. F. S., & Pereira, S. A. (2020). Geographic expansion of sporotrichosis, Brazil. *Emerging Infectious Diseases*, 26(3), 621–624. <https://doi.org/10.3201/EID2603.190803>

Thomson, P., González, C., Blank, O., Ramírez, V., Río, C. del, Santibáñez, S., & Pena, P. (2023). Sporotrichosis Outbreak Due to *Sporothrix brasiliensis* in Domestic Cats in Magallanes, Chile: A One-Health-Approach Study. *Journal of Fungi*, 9(2). <https://doi.org/10.3390/JOF9020226>



PROJETO QUEM AMA CUIDA: INFECCÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Kenneth Delano Correia Barros¹
Ingyrd Ramos de Araújo¹
Higor Bezerra Lima¹
Geovana Santos Martins Neiva²
Gentileza Santos Martins Neiva³

Introdução

Para a comunidade, a ação de extensão oportuna um momento de participação ativa, discussão e reflexão em grupo para aquisição de conhecimentos sobre assuntos ligados ao processo saúde-doença e das boas práticas em saúde (MINETTO et al., 2016; SILVA et al., 2017).

O grupo de extensão “Quem ama cuida!” (QAC), criado em 2014, no Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde – ICBS/UFAL, conta com a participação de docentes (coordenadores) e discentes (extensionistas) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e outras instituições de ensino de Maceió/Alagoas/Brasil. O grupo visa promover saúde através da orientação sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis para adolescentes e adultos.

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são doenças contraídas por relações desprotegidas, na qual a mesma pode ser adquirida tanto pelo homem, quanto pela mulher em que um esteja infectado no ato sexual sem proteção, podendo ocorrer pela via oral, anal e vaginal. (SILVA; JACOB; HIRDES, 2015). Bem como pode ser transmitida da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação (BRASIL, 2019).

As IST são ocasionadas por diferentes etiologias (bactérias, vírus, protozoários e fungos) e estima-se que existem mais de 30 agentes causadores de IST (BRASIL, 2015). Sendo os mais conhecidos: herpes genital, sífilis, gonorreia; infecção pelo HIV; infecção pelo Papiloma Vírus Humano (HPV) e hepatites virais B e C (BRASIL, 2019). As IST promovem sérias infecções genitais, podendo provocar lesões, verrugas genitais, câncer anal, câncer do colo uterino, papilomatose laríngea recorrente, entre outras. Atualmente, o HPV tem sido a IST mais frequente entre as mulheres jovens. Outra IST que se destaca, em virtude de suas consequências, é a sífilis (BRASIL, 2017).

397

¹ Alunos extensionistas do Projeto de extensão QAC da Universidade Federal de Alagoas

² Profa. Dra. e coordenadora adjunta do Projeto de extensão QAC/Faculdade da Cidade de Maceió/
geoneiva@yahoo.com.br

³ Profa. Dra. e coordenadora geral do Projeto de extensão QAC/Universidade Federal de Alagoas/
gentileza.neiva@icbs.ufal.br

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima mais de um milhão de casos de IST curáveis entre pessoas de 15 a 49 anos por dia no mundo. Isso equivale ao ano a mais de 376 milhões de novas infecções, entre clamídia, gonorreia, sífilis e tricomoníase. No Brasil, as estimativas da OMS de IST na população sexualmente ativa, a cada ano, são: sífilis = 6,3 milhões, gonorreia = 87 milhões, clamídia = 127 milhões, tricomoníase = 156 milhões (BRASIL, 2017). Tais estimativas indicam alta frequência das IST e justificam a estratégia global da OMS e a definição de ações prioritárias para alcançar metas de eliminação das IST até 2030.

Considera-se IST como um problema de saúde pública decorrente de países que estão em desenvolvimento, na qual fica claro que as políticas voltadas para combater esse problema não foram articuladas da maneira correta resultando em precariedade dos serviços prestados a este público (RICCI et al., 2019). É notável que os problemas de saúde pública relacionada às IST não atingem somente o Brasil, mas como também o mundo todo (NICHATA; VAL; ABDALLA, 2014), independente do sexo, idade, raça ou classe social.

Os adolescentes e jovens são considerados um grupo prioritário nas campanhas de prevenção devido ao alto risco de adquirir uma IST pelo fato de ser uma idade de transformações biopsicossociais, da escassez de conhecimento acerca da sexualidade e sua implicação no desenvolvimento da saúde física e emocional por parte desse grupo (LIMA et al., 2018; LIEBERMAN et al., 2019). Nessa fase, a sexualidade é um construto multidimensional que inclui comportamentos sexuais, autoconceito sexual e socialização sexual (TOLMAN; MCCLELLAND, 2011), e os adolescentes estão envolvidos em um processo pelo qual adquirem conhecimento sobre sexualidade e comportamento sexual e desenvolvem um senso de expectativas normativas advindas de pessoas significativas, como seus pares, pais e professores (THORSEN, 2018), justificando neste projeto a buscar atingir principalmente esse público.

398

Objetivos gerais

Em vista disto, este artigo tem como objetivo principal descrever a experiência de coordenadores e extensionistas do projeto de extensão de educação em saúde “QAC”, que orienta adolescentes e adultos sobre os tipos de IST e seus fatores de risco. Como também conscientizar sobre a importância da realização periódica de exames preventivos, sobre as formas de tratamento e conscientizar sobre a importância da vacinação contra o HPV.

Metodologia

Trata-se de um trabalho descritivo sobre o projeto de extensão QAC, em que suas atividades são desenvolvidas em escolas municipais e estaduais, EJAI (Escola para educação de jovens, adultos e idosos) e SUMESE (Superintendência de Medidas Sócio Educativas) de Maceió,



Alagoas. Estes últimos são jovens em atendimento a adolescentes e jovens envolvidos e/ou autores em Ato Infracional em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, entendendo que eles tem as mesmas necessidades de receber informação sobre o tema central, objetivo do projeto.

O processo seletivo para extensionistas acontece anualmente e são selecionados alunos da UFAL e várias Instituições de Ensino Superior privadas de Maceió que fazem graduação na área de saúde. O grupo possui um cronograma de atividades atualizado para cada escola construído de acordo com a disponibilidade dos discentes. São trabalhados os temas: HIV, herpes, gonorreia, HPV, sífilis, hepatites virais, clamídia, uso de contraceptivos, gravidez na adolescência, higiene íntima, importância do cuidado com a saúde através de exames preventivos e vacinação contra HPV. São ministradas palestras interativas desses temas abordando os fatores de risco, formas de transmissão e prevenção das IST. Também é feito um trabalho de sensibilização para imunização contra o HPV, por conhecer sua baixa cobertura nacional.

Foi realizada a vacinação contra HPV em algumas escolas, através da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde/PNI – Gerência de Imunização. Para a realização da vacina contra o HPV foi disponibilizado um termo de concordância disponibilizado pela secretaria de saúde para que os alunos levassem para que os pais assinassem concordando. No dia da vacinação os mesmos devolviam o termo assinado para que pudessem ser vacinados. Àqueles que não concordaram com o termo assinado, não foram vacinados, como também havia alunos que já tinham sido vacinados em momentos anteriores.

Nos anos de 2020 e 2021, por conta da pandemia do Covid-19, não aconteceram palestras presenciais. Conforme orientação para este período funcionou de forma online, tendo seus materiais divulgados no canal da Secretaria Municipal de Educação e na Rádio Difusora de Alagoas. Nesse contexto, foi criado um instagram para que as informações fossem transmitidas para todos os seguidores da página @quem.ama_cuida. Dessa forma, os extensionistas se organizaram de forma que todos participassem da criação dos conteúdos sobre IST postados na rede.

399

Resultados

O Projeto de extensão QAC é ativo desde 2014. Participaram das ações do projeto de extensão QAC quase 20.000 jovens e adultos do sexo masculino e feminino, com idade a partir de 9 anos de idade do ensino médio e fundamental ao longo desses 9 anos (Tabela 1). Alguns extensionistas participaram do projeto por mais de um ano.

No período de 2020/2021, não temos como estimar um número de alunos, pois funcionou online e pela página do Projeto QAC no instagram por causa da pandemia do Covid-19. No atual período 2023/2024, o Projeto QAC estendeu sua ação para os alunos do EJA (Escola para educação de jovens, adultos e idosos), por iniciativa do coordenador geral do EJA que ao



tomar conhecimento do QAC solicitou que também levássemos essa orientação sobre IST para seus alunos.

Tabela 1 – Distribuição do número de escolas, alunos e extensionistas participantes das ações do Projeto de extensão “Quem Ama Cuida”.

Ano	Nº Escolas	Nº Alunos	Extensionistas envolvidos
2014 a 2016	2	1700	22
2017/2018	2	1500	09
2019/2020	2 + Sumese	1800 + 200	35
2020/2021	Online / Instagram	---	65
2022/2023	7 + Sumese	5040 + 200	32
2023/2024*	10 + 38 EJA	7200 + 1900	48
Total Geral	15 + Sumese	19.540	211**

*Estimado; **Alguns alunos participaram por mais de um ano no projeto; EJA (Escola para educação de jovens, adultos e idosos)

Fonte: autores

A realização de palestras em educação em saúde e sexual permite uma aproximação entre os discentes da universidade e os adolescentes das escolas em um contexto socioeconômico e de vulnerabilidade e práticas relacionadas a sexualidade, evidenciando a necessidade de uma educação sexual consistente (MORAIS et. al., 2017). Ao considerar a busca da escola pela Universidade, trazendo a problemática referenciada, destaca se relevância da inserção social da universidade publica e da atenção às necessidades da comunidade (BERTOLLO et. al., 2018). Os alunos são bastante receptivos às atividades propostas durante as palestras mostrando interesse e envolvimento. Embora a maioria tenha relatado já ter ouvido falar alguma vez sobre IST, existe desconhecimento quanto aos tipos de infecções transmitidas, as vias de transmissão e de prevenção. Isso traz implicações para as práticas de proteção contra tais agravos, pois a ausência de conhecimentos adequados tende aumentar a vulnerabilidade.

Há uma consulta inicial e final aos alunos sobre os temas, onde é feita uma avaliação por meio de perguntas: Sabe o que é IST?, Quais os tipos conhecem?, Sabe como transmite?, Sabe como se prevenir?, entre outras. Os alunos relataram que essas abordagens sobre IST é interessante, proporcionando um aprendizado significativo e varias reflexões. Além disso, é comum observar a preocupação entre eles sobre as possibilidades de portar alguma IST (Figura 1).

400

Figura 1 – Alunos extensionistas em ação do Projeto de extensão “Quem ama cuida”



Fonte: autores

Frequentemente, as informações sobre sexo, sexualidade e questões de interesse dos adolescentes têm sido compartilhadas pela internet, muitas vezes oriundas de fontes não confiáveis e ou de má qualidade. Essas informações transmitidas por amigos, conhecidos ou outros constroem concepções errôneas e contribuem para o uso inadequado ou o uso de métodos contraceptivos e da dupla proteção com preservativos (GUIMARAES et. al., 2020).

Com isso, a extensão se torna um componente que possibilita ao universitário uma aprendizagem teórico-prática, potencializando o ensino obtido em sala de aula (SANTOS et. al., 2016), além de fortalecer seu papel social e de cidadania, fortalecendo habilidades aprendidas durante sua trajetória (MARINHO et. al., 2019). Dessa maneira, a extensão torna-se um instrumento de inter-relação da Universidade com a sociedade, propiciando a democratização do conhecimento acadêmico (FIGUEIREDO et. al., 2022).

A vivência da extensão universitária propicia o encontro entre acadêmicos dos diferentes cursos da área de saúde, com a realidade de adolescentes, identificando as suas vulnerabilidades e questões sociais envolvidas no desenvolvimento da sexualidade (Figura 2).

Figura 2 – Grupo de extensão “Quem ama cuida” 2022



Fonte: autores

Em se tratando das limitações do projeto, evidencia-se a ausência de uma avaliação a longo prazo dos adolescentes que participaram das ações, pois assim, não temos um feedback mais profundo a respeito do quanto esses conhecimentos ofertados impactaram a vida dos participantes e os influenciaram em experiências sexuais seguras.

402

Conclusão

A partir do diagnóstico realizado pelo projeto QAC, constatou-se que um quantitativo expressivo de jovens relatou nunca ter participado de atividade educativa sobre IST. Desse modo, as atividades realizadas pelo QAC possuem grande importância como espaços para discussão, através da educação em saúde sobre temáticas voltadas para promoção da saúde e prevenção de IST e contribuem para um melhor entendimento sobre o assunto e, principalmente, para a adoção de práticas preventivas adequadas e redução na incidência desses agravos. Além disso, o Projeto de extensão QAC contribui com a ação de extensão universitária como estratégia para formação profissional e promoção da saúde.

Referências

BERTOLLO, L. P. G.; MARTINS, R. R.; AYRES, J. R. C. M. Educação sexual e reprodutiva para adolescentes como educação entre pares: Avaliação de uma experiência de extensão universitária. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 9, n. 2, p. 83-91, 2018.



BRASIL. Ministério da saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Infecções Sexualmente Transmissíveis**. 2015. Disponível em Ministério da saúde: http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2015/Relatorio_PCDT_IST_CP.pdf. Acesso em: 18/04/2022.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. 2017. **Indicadores e dados básicos da sífilis nos municípios brasileiros**. Disponível em: <http://indicadoressifilis.aids.gov.br>. Acesso em: 27/09/2022.

BRASIL. Ministério da saúde. **Infecções sexualmente transmissíveis: o que são e como prevenir**. 2019. Disponível em: Ministério da saúde: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-az/infecoes-sexualmente-transmissiveis-ist> . Acesso em: 29/03/2022.

FIGUEIREDO, M. O., et al. A atividade de extensão na terapia ocupacional: Revisão de escopo na literatura nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, n. e2908, p. 1-34, 2022.

GUIMARÃES, V. et al. Oficinas de prevenção para promover conhecimento sobre sexualidade em adolescentes. **Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 1, n. 2, p. 41-56, 2020.

LIEBERMAN, A., et al. Frequency of prescription filling among adolescents prescribed treatment for sexually transmitted infections in the emergency department. **JAMA Pediatr**, v. 173, n. 7, p. 695–697, 2019.

LIMA, K. C. DOS S.; JÚNIOR, M. P. F.; MESSIAS, C. M. B. DE O. Prevenção às IST/AIDS na educação de adolescentes no ambiente escolar: uma visão sobre os desafios da escola e da família. **Revista Querubim**, v. 03, p. 10–16, 2018.

MARINHO, C. M., et al. Porque ainda falar e buscar fazer extensão universitária? **Revista Mosaicum**, v. 7, n. 1, p. 121-140, 2019.

MINETTO, C., et al. A Extensão universitária na formação de estudantes do curso de administração – UFFS. **Revista Conbrad**, Campus Cerro Largo, v. 1, n. 1, p. 33-46, 2016.

MORAIS, R. S., et al. Potencialidades e desafios na realização de oficinas educativas com adolescentes. **Revista de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí**, v. 6, n. 2, p. 30-36, 2017.

NICHIATA, L. Y. I.; VAL, L. F.; ABDALLA, F. T. de M. Pesquisa - Ação no enfrentamento das IST/HIV/AIDS na Atenção Primária à Saúde. **FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis-Goiás, v.3, n.3, p.179-196. 2014.

RICCI, A. P., et al. Infecções sexualmente transmissíveis na gestação: educação em saúde como estratégia de prevenção na atenção básica. **Brazilian Journal of health Review**, v. 2, n. 1, p. 565-570, 2019.

SANTOS, J. H. S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

SILVA, A. T. da; JACOB, M. H. V. M.; HIRDES, A. **Conhecimento de adolescentes do ensino médio sobre DST/AIDS no sul do Brasil**. Aletheia. Canoas, n. 46, p. 34-49, 2015.

SILVA, C. B., et al. Atividades de Educação em Saúde Junto ao Ensino Infantil: relato de experiência. **Revista de Enfermagem UFPE online**, v. 11, n. 12, p. 5455, 2017.

THORSEN, M. L. A latent class analysis of behavioral and psychosocial dimensions of adolescent sexuality: Exploring race differences. **The Journal of Sex Research**, v. 55, n. 1, p. 45–59, 2018.

TOLMAN, D. L.; MCCLELLAND, S. I. Normative sexuality development in adolescence: A decade in review, 2000-2009. **Journal of Adolescent Research**, v. 21, n. 1, p. 242–55, 2011.

ESTRESSE PSÍQUICO RELACIONADO À PANDEMIA DA COVID-19 EM PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Maria Eduarda Alves de Albuquerque¹
Rita de Cássia Alves Santana²
Jorgivan Silva de Medeiros Filho³
Alcivan Nunes Vieira⁴
Brenda Maria Tavares do Nascimento⁵

Introdução

Os profissionais e os trabalhadores de saúde envolvidos direta e indiretamente no enfrentamento da pandemia estão expostos cotidianamente ao risco de adoecer pelo coronavírus, sendo que a heterogeneidade que caracteriza este contingente da força de trabalho determina formas diferentes de exposição, tanto ao risco de contaminação quanto aos fatores associados às condições de trabalho (Teixeira *et al*, 2020, p. 2).

Além da grande pressão que toda população vem sofrendo devido a repercussão da COVID-19, os profissionais da saúde também precisam ter que lidar com o estresse mental e o psicológico sobrecarregado tendo que trabalhar em situações degradantes como superlotação nos hospitais, jornadas de trabalho excessivas e a preocupação de ser ou não infectado (Mendonça *et al*, 2021, p. 4).

Os altos níveis de estresse apresentam uma séria ameaça à saúde mental dos profissionais, elevando as taxas de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e comportamentos sociais negativos, o que pode implicar na eficácia da jornada de trabalho dos profissionais da saúde (Bezerra *et al*, 2020, p. 10).

405

¹ Acadêmica do curso de Enfermagem na Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte. / eduardaalbuquerque@alu.uern.br

² Acadêmica do curso de Enfermagem na Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte. / ritasantana312@gmail.com

³ Acadêmico do curso de Enfermagem na Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte. / jorgivansilva@alu.uern.br

⁴ Enfermeiro, docente da Faculdade de Enfermagem da UERN. / alcivannunes@uern.br

⁵ Enfermeira pela UERN, pós-graduanda em UTI em Urgência e Emergência na FACUMINAS. / eubrendatavares1@gmail.com

Objetivo

Geral: Analisar como se apresenta o estresse psíquico relacionado ao trabalho decorrente da pandemia da COVID 19 em profissionais da saúde.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo de corte transversal cujos participantes foram profissionais de saúde lotados nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) da cidade de Mossoró-RN, que atuaram durante a pandemia da COVID-19. Foram incluídos: profissionais que atuavam nos referidos serviços desde o ano de 2019 e que permaneceram em atividade no ano de 2020 e/ou 2021. Foram excluídos os profissionais que estavam afastados das suas atividades profissionais por motivo de férias, licença ou atestados médicos.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas nos locais de trabalho. Utilizou-se um roteiro previamente construído com perguntas sobre as vivências no serviço durante a pandemia. Foram entrevistados 30 profissionais, sendo enfermeiras (os), técnicos (as) de Enfermagem, farmacêuticos (as) e médicos (as).

Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo de Bardin constituída pelas seguintes etapas: 1) pré-análise: consiste na organização do material a ser analisado objetivando torná-lo acessível em suas ideias iniciais. 2) exploração do material: momento onde é feita a codificação do material e a elaboração de categorias de análise a partir da identificação das unidades de registro e das unidades de contexto. 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação: momento onde se realiza a condensação das categorias de análise culminando na formulação de inferências e da análise reflexiva e crítica (Sousa; Santos, 2020, p. 1400). O estudo foi submetido ao CEP UERN e aprovado com o Parecer 5.497.103.

Resultados

Apesar da proximidade temporal entre a vivência do período pandêmico e a entrevista, houve uma boa adesão por parte dos profissionais convidados para a pesquisa, os quais demonstraram interesse e disponibilidade. Foram entrevistados 30 profissionais, sendo: 11 enfermeiras (os); 14 técnicas de enfermagem (os); 1 farmacêutica (o) e 4 médicos (as). A partir da análise e saturação dos dados, foram determinadas três categorias prevalentes: sentimento na pandemia, manifestação do estresse e válvula de escape, respectivamente.

O sentimento na pandemia, está relacionado com todo o sentimento vivenciado pelos profissionais durante a atuação naquele período. A demanda de trabalho, ao estigma social vivenciado, à carga emocional percebida, além do comprometimento da sua condição de saúde deflagraram o estresse psíquico dos entrevistados, bem como a sensação de falta de valorização

do seu trabalho, em razão da precarização dos vínculos trabalhistas. A falta de leitos, insumos e EPIs acarretou na maior exposição e risco de contaminação, a qual, associada à severidade clínica e à letalidade da doença, gerou um sentimento de impotência e frustração perante o estado dos pacientes.

A pressão dos familiares e a falta de garantias de tratamentos e melhora clínica gerou um ambiente de incerteza limitado pela ausência de recursos. Como consequência, produziu-se um sentimento de angústia intensa, devido à rápida evolução dos pacientes para o óbito. O temor quanto à morte também esteve presente, pois, por se tratarem de um grupo de risco que estava constantemente exposto à contaminação pelo Sars-Cov-2, os profissionais encaravam diariamente a possibilidade de contraírem a doença.

O medo de propagar o vírus para as suas famílias ampliou o sentimento de angústia, pois muitos possuíam parentes pertencentes aos grupos de risco da doença. Portanto, devido à ameaça de contágio durante o auge da pandemia no ano de 2020, alguns profissionais comentaram que isolaram-se do seu círculo familiar. O preconceito também esteve presente nas falas dos participantes que relataram como eram segregados, especialmente durante o uso de serviços em geral tais como UBER, acesso ao comércio, dentre outros.

A manifestação do estresse psíquico dos profissionais da saúde que atuaram na pandemia ocorreu através de diversas formas. O trabalho sob circunstâncias desafiadoras gerou não apenas desconforto, mas também distúrbios psíquicos que se manifestaram por meio de quadros de depressão, ansiedade, irritabilidade, fadiga, entre outros. A sobrecarga de trabalho relatada pelos participantes foi uma das principais causadoras dessas condições. Em razão da superlotação, necessitou-se atender um quantitativo maior de pacientes em um curto período de tempo, gerando jornadas de trabalho cada vez mais exaustivas. Ademais, a incessante cobrança por parte dos supervisores e gestores gerava um sentimento de esgotamento e insuficiência.

A carência de EPIs, bem como o risco do surgimento de novas variantes relacionado à inexistência de uma vacina contribuiu para o estresse, intensificado pelo desrespeito pelas medidas de proteção contra o vírus por parte da população. A falta de empatia e respeito para com aqueles que estavam doentes e com os próprios profissionais somado ao descaso dos entes públicos em relação às condições de trabalho repercutiu na saúde desses profissionais, marcados pelos sentimentos de revolta, desamparo e desrespeito.

A válvula de escape, refere-se a todos os mecanismos utilizados para reduzir ou aliviar o estresse decorrente da atuação durante a pandemia. O bem estar e segurança de seus familiares foi relatada como o principal tranquilizador. O convívio no lar, as crenças e práticas religiosas foram importantes para o alívio dos sintomas decorrentes do estresse no trabalho. Outras medidas empregadas foram a prática de atividades físicas, música, terapia e as Práticas Integrativas e Complementares. O desenvolvimento das vacinas corroborou para a diminuição do estresse, sinalizando um avanço no combate à doença. O ato de cuidar e prestar um atendimento de qualidade capaz de auxiliar na melhora e cura dos pacientes foi um redutor do estresse, gerando alegria e satisfação.

Conclusão

O estresse relacionado ao trabalho em profissionais da saúde que atuaram durante a pandemia da COVID 19 foi expresso através dos sentimentos de impotência frente à doença, associado às condições de trabalho, falta de medidas efetivas de debelar a infecção, à preocupação em contrair a doença, em ser fonte de contágio para a própria família e pacientes.

Como estratégias para lidar com o estresse foram citados o convívio com a família, a prática de atividades físicas e as Práticas Integrativas e Complementares. Observa-se que houve uma incapacidade de reconhecimento do próprio estresse por parte dos profissionais uma vez que ao citar sintomas referentes ao estresse psíquico como ansiedade, fadiga, depressão, eles não os relacionaram como manifestações do estresse decorrente do trabalho.

Este achado evidencia que ao não reconhecerem seus próprios sintomas de estresse, esses profissionais incorrem no risco de negligenciar a procura por um suporte que promova condições de lidar com as adversidades inerentes a este período, ameaçando a promoção de saúde do trabalhador. o quanto a realidade foi dolorosa e muitas vezes silenciada sem o sentimento de esperança.

Referências

Bezerra *et al.* O impacto da pandemia por COVID-19 na saúde mental dos profissionais de saúde: revisão integrativa. **Rev. Enferm.** Atual In Derme. 2020. Disponível em: <https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/758>. Acesso em: 12 set. de 2023.

Mendonça *et al.* Análise da saúde psíquica nos profissionais da saúde em tempos de Covid-19. Analysis of psychic health in health professionals in times of Covid-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 4, p. 14652-14665, 2021.

Sousa, J. R. de; Santos, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 15 set. 2023.

Teixeira *et al.* A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, 3465–3474. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.19562020>. Acesso em: 12 set. de 2023.

ASSOCIAÇÃO ENTRE PRÁTICAS PARENTAIS E COMPORTAMENTOS DESADAPTATIVOS DE CRIANÇAS AUTISTAS

Juliana Rariza Neto¹
Maysa Gomes Barbosa²
Mariana Gonçalves Rebello³

Introdução

Práticas parentais são um conjunto de comportamentos utilizados pelos cuidadores com o objetivo de educar, socializar e controlar o comportamento de seus filhos (GOMIDE, 2021). Tais práticas foram categorizadas por Baumrind e Black (1967) em conjuntos, formando quatro estilos parentais, sendo eles: autoritário, permissivo, autoritativo e negligente. Níveis baixos de afeto e maior controle psicológico na interação pais-filhos caracterizam o estilo parental autoritário, sendo este oposto ao estilo permissivo, em que há um nível maior de afeto e nível menor de controle psicológico. Já o estilo parental negligente possui baixo nível de afeto e de controle, enquanto o estilo parental autoritativo apresenta alto nível tanto de afeto quanto de controle.

As práticas parentais podem desenvolver nas crianças tanto comportamentos pró-sociais e adaptativos quanto comportamentos anti-sociais e desadaptativos, a depender das práticas utilizadas (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2013). O comportamento adaptativo é aquele que permite à criança se ajustar ao ambiente em que se encontra. Já o comportamento desadaptativo é definido como comportamento que interfere nas atividades da vida diária de um indivíduo ou na sua capacidade de se ajustar e participar de ambientes específicos (GRAY, 2013).

Os comportamentos desadaptativos englobam desde comportamentos menores e menos prejudiciais, até comportamentos prejudiciais mais graves que interferem seriamente na capacidade dos indivíduos de manter relacionamentos com outros, aprender e/ou se envolver em atividades e ambientes apropriados para a idade (GRAY, 2013). Comportamentos externalizantes são um tipo de comportamento desadaptativo de natureza disruptiva, agressiva e opositora, estando associados a consequências negativas para a criança a curto e longo prazo, como problemas de relacionamento, de rendimento escolar e risco aumentado para uso de substâncias (BERGERON ET AL., 2008). É comum que crianças com Transtorno do Espectro

409

¹ Discente de Psicologia, Universidade Anhembi Morumbi, juliana.rn.ifsp@gmail.com

² Discente de Psicologia, Universidade Anhembi Morumbi, maysa.agb@gmail.com

³ Docente do Departamento de Psicologia, Universidade Anhembi Morumbi, mariana.rebello@alumni.usp.br

Autista (TEA) apresentem nível aumentado de comportamentos externalizantes, causando sofrimento e aumentando o comprometimento funcional da criança (BAKER ET AL., 2003). Uma vez que os comportamentos desadaptativos geram um impacto negativo na qualidade de vida das crianças autistas e de seus cuidadores, é fundamental compreender a relação entre tais comportamentos e as práticas parentais adotadas, assim favorecendo a orientação adequada às famílias quanto a práticas que favoreçam o desenvolvimento saudável da criança.

Objetivos gerais

- Verificar a relação entre as práticas parentais adotadas por pais de crianças autistas e os comportamentos desadaptativos apresentados pelas mesmas.
- Verificar se há um estilo parental associado ao nível aumentado de comportamentos desadaptativos de crianças autistas.

Metodologia, Materiais e Métodos

Trata-se de estudo de revisão integrativa da literatura. Foi realizada coleta de dados nas bases CAPES Periódicos e Pubmed, utilizando-se os seguintes descritores: autism AND parental style AND maladaptive behavior. Foram definidos como critérios de inclusão estudo primário no idioma português ou inglês. O critério de exclusão utilizado foi comorbidade do TEA com outros transtornos do neurodesenvolvimento. O recorte temporal da revisão, por conveniência, foi um período de 10 anos, entre 2012 e 2022.

Foram coletados 707 artigos na base CAPES Periódicos e 2 artigos na base Pubmed. Desses, 696 foram excluídos após a leitura de títulos e resumos por não se encaixarem nos critérios de inclusão definidos para esse trabalho. Em seguida, 13 artigos foram lidos na íntegra, sendo 8 excluídos por não abordarem comportamentos da criança. Por fim, 5 artigos tiveram seus dados extraídos e analisados para o presente estudo. Para a extração de dados foram definidas as seguintes categorias: ano de publicação, país, tipo de estudo, objetivos, quantidade de participantes, medida de comportamento desadaptativo, medida de estilo parental, e principais achados.

Resultados

Foram analisados 5 estudos, sendo o mais antigo de 2014 e o mais recente de 2019. Quanto ao desenho do estudo, 3 são de corte transversal e 2 são longitudinais. Quatro dos estudos foram publicados no *Journal of Autism and Developmental Disorders* e um é uma dissertação de mestrado. Pelos estudos encontrados, percebe-se que ainda não há homogeneidade na forma de avaliação do estilo parental, sendo que para tanto foram usadas escalas diferentes em cada estudo. Já a

medida de comportamento desadaptativo da criança parece estar bem estabelecida, sendo o Child Behavior Checklist/6-18 o instrumento mais utilizado para tal, tendo sido utilizado por 3 dos 5 estudos descritos nesta seção.

Entre os estudos incluídos nesta revisão, é notável a concordância quanto à existência de associação entre as práticas parentais adotadas e o nível de comportamentos desadaptativos apresentados por crianças autistas.

Em estudo transversal, Ventola et al. (2017) observaram associação significativa entre comportamentos desadaptativos externalizantes e o controle psicológico exercido pelos pais sobre as crianças autistas ($p=0,045$). Assim, crianças com níveis mais altos de comportamento desadaptativo externalizante tinham pais que exerciam maior controle sobre seus filhos (por exemplo, dizer o tempo todo para o filho o que ele deve fazer) e lhes permitiam menos autonomia. Por tratar-se de estudo transversal, não é possível afirmar se o comportamento das crianças piora devido ao controle exercido pelos pais ou se os pais exercem maior controle porque as crianças já apresentam nível mais alto de comportamento desadaptativo.

Em estudo com 50 díades de pais e crianças autistas, McRae (2017) investigou a relação entre práticas parentais e problemas de comportamento nas crianças. Utilizando regressão múltipla, a autora encontrou que maior uso de práticas parentais desadaptativas (disciplina inconsistente, uso de punição corporal e monitoramento e supervisão deficientes) foram preditoras de maior nível de comportamento externalizante da criança (agressão, comportamento de quebra de regras e destruição de propriedade) ($p=0,02$). A disciplina inconsistente e o monitoramento e supervisão deficientes estão associados ao estilo parental negligente. Já a punição corporal está associada ao estilo parental autoritário.

Na Bélgica, Maljaars et. al (2013) investigaram 552 díades de mães e seus filhos autistas, observando que maior nível de problemas de comportamento externalizante estavam correlacionados com maior uso de disciplina inconsistente ($p<0,007$), de punição severa ($p<0,007$) e de imposição de regras ($p<0,007$) por parte das mães. Tais práticas parentais estão associadas ao estilo parental autoritário.

Caplan et al. (2019) realizaram um estudo longitudinal para investigar a relação entre práticas parentais e o desenvolvimento de habilidades sociais em crianças autistas. Após observar as díades de cuidador e criança em três momentos distintos ao longo de um ano e meio, concluiu-se que maior uso de práticas parentais responsivas no primeiro momento de observação foi fator preditivo de maior nível de habilidades sociais por parte da criança nos momentos de observação posteriores ($p<0,001$). Segundo os autores, a responsividade parental consiste no comportamento do cuidador que é imediato, contingente e sintonizado à comunicação ou comportamento da criança. Assim, é possível que tais práticas sejam compreendidas como parte do estilo parental autoritativo.

Nos Estados Unidos, Bader e Barry (2014) investigaram 84 díades de pais e crianças/adolescentes autistas em dois pontos no tempo para compreender a relação entre as

emoções expressas pelos cuidadores e o comportamento desadaptativo dos filhos ao longo do tempo. Observou-se que maior nível de críticas e hostilidade expressas pelos pais no primeiro momento do estudo foi preditor de maior nível de comportamento desadaptativo externalizante das crianças e adolescentes no segundo momento do estudo ($p < 0.01$), que ocorreu entre 1.34 e 2.28 anos depois.

Conclusão

A presente revisão permite concluir que existe relação entre as práticas parentais adotadas por pais de crianças autistas e os comportamentos desadaptativos apresentados pelas mesmas, sendo que quanto mais negativas as práticas parentais, maior o nível de comportamento desadaptativo da criança. Além disso, encontrou-se que o comportamento desadaptativo externalizante está associado às práticas parentais aos estilos parentais autoritários e negligentes.

Assim, a presença de comportamento externalizante em altos níveis no repertório comportamental da criança foi associada à maior uso de controle psicológico (VENTOLA ET AL., 2017), disciplina inconsistente (MALJAARS ET AL., 2013; MCRAE ET AL., 2017), punição corporal (MCRAE ET AL., 2017), punição severa e imposição de regras (MALJAARS ET AL., 2013), intrusão na interação (CAPLAN ET AL., 2019) e expressão de críticas e hostilidade por parte dos pais (BADER & BARRY, 2014), sendo que este último mostrou-se preditor de piora do comportamento externalizante ao longo do tempo.

Tais resultados ressaltam a importância da orientação parental para favorecer o desenvolvimento saudável da criança autista. O treino de habilidades parentais já tem se mostrado eficaz para diminuir o uso de técnicas de disciplina inadequadas e aumentar os comportamentos parentais positivos, além de aumentar o número de comportamentos adequados exibidos pela criança durante as interações com seus cuidadores (RIOS & WILLIAMS, 2008). Portanto, faz-se necessário oferecer tal suporte para pais e cuidadores de crianças autistas, para melhoria das práticas parentais e, por consequência, melhoria do desenvolvimento da criança.

412

Referências

Bader, S. H., & Barry, T. D. (2014). A longitudinal examination of the relation between parental expressed emotion and externalizing behaviors in children and adolescents with autism spectrum disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 44, 2820-2831. <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2142-6>

Baker, B. L., McIntyre, L. L., Blacher, J., Crnic, K., Edelbrock, C., & Low, C. (2003). Pre-school children with and without developmental delay: behaviour problems and parenting stress over time. *Journal of intellectual disability research*, 47(4-5), 217-230. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2788.2003.00484.x>



Baumrind, D., & Black, A. E. (1967). Socialization practices associated with dimensions of competence in preschool boys and girls. *Child development*, 291-327. <https://doi.org/10.2307/1127295>

Bergeron, R., Floyd, R. G., McCormack, A. C., & Farmer, W. L. (2008). The generalizability of externalizing behavior composites and subscale scores across time, rater, and instrument. *School Psychology Review*, 37(1), 91-108. <https://doi.org/10.1080/02796015.2008.12087911>

Caplan, B., Blacher, J., & Eisenhower, A. (2019). Responsive parenting and prospective social skills development in early school-aged children with autism spectrum disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 49, 3203-3217. <https://doi.org/10.1007/s10803-019-04039-4>

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. (2013). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Editora Vozes.

Gomide, P. I. C. (2021). *Inventário de Estilos Parentais - IEP: Fundamentação Teórica, Instruções de Aplicação, Apuração e Interpretação*. Juruá Editora.

Gray, S.A.O. (2013). Maladaptive Behavior. In: Volkmar, F.R. (Eds.) *Encyclopedia of Autism Spectrum Disorders*. Springer International Publishing.

413

McRae, E. M. (2017). Predicting Internalizing and Externalizing Child Behavior: A Comparative Analysis Between Autism Spectrum Disorder and Attention Deficit/Hyperactivity Disorder [Dissertação de Mestrado, The University of Alabama at Birmingham]. ProQuest. <https://www.proquest.com/docview/1954689885>

Maljaars, J., Boonen, H., Lambrechts, G., Van Leeuwen, K., & Noens, I. (2014). Maternal parenting behavior and child behavior problems in families of children and adolescents with autism spectrum disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 44, 501-512. <https://doi.org/10.1007/s10803-013-1894-8>

Rios, K. D. S. A., & Williams, L. C. D. A. (2008). Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em crianças: uma revisão. *Psicologia em estudo*, 13, 799-806.

Ventola, P., Lei, J., Paisley, C., Lebowitz, E., & Silverman, W. (2017). Parenting a child with ASD: Comparison of parenting style between ASD, anxiety, and typical development. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 47, 2873-2884. <https://doi.org/10.1007/s10803-017-3210-5>



FATORES PROFISSIONAIS QUE PREJUDICAM A SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES BRASILEIROS

Beatriz Belo Brida Pereira¹
Camila de Moraes Castellari²
Maria Luiza Santos³
Millena Paraguassu Filsner⁴
Mariana Gonçalves Rebello⁵

Introdução

O trabalho do policial militar pode ser caracterizado como extremamente desgastante fisicamente e emocionalmente, em especial pela constante exposição ao perigo, horários irregulares de trabalho, dificuldades em obter alimentação, exposição a intempéries e longos períodos em pé. Tais fatores podem prejudicar a saúde do policial, sua qualidade de vida e seus relacionamentos tanto no trabalho quanto na vida pessoal. Além dos fatores de estresse durante a atividade profissional, o estado constante de alerta permeia até mesmo os momentos de descanso do policial, uma vez que o mesmo pode precisar atuar no confronto contra a conduta criminosa de outros a qualquer momento (BORGES, 2013).

Além do desgaste físico, as críticas à segurança pública também são um fator que impacta a saúde mental dos policiais. Frequentemente esses profissionais são julgados pela sociedade como agentes violentos e imprevisíveis. As populações de áreas periféricas apresentam-se como as que menos confiam nos policiais, afirmando que os mesmos apresentam conduta discriminatória e duvidosa (SILVA & LEITE, 2007). Assim, a imagem do policial e seu trabalho em campo são prejudicados.

O estresse sob o qual os policiais militares se encontram pode se apresentar fisicamente como fadiga constante e progressiva, dores musculares, distúrbios do sono e perturbações gastrintestinais. Também podem ocorrer falta de atenção e concentração, alterações da memória, baixa auto-estima, labilidade emocional, isolamento, sentimento de onipotência, perda de interesse pelo trabalho e dificuldades comportamentais. Entre os sintomas mais prejudiciais do estresse entre os policiais militares encontram-se o alto consumo de substâncias e o risco aumentado de suicídio (PEREIRA, 2002).

414

¹ Discente de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, beatrizbridap@gmail.com

² Discente de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, cacacastellari@gmail.com

³ Discente de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, ssantosmalu@icloud.com

⁴ Discente de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, millena.filsner@icloud.com

⁵ Docente do Departamento de Psicologia, Universidade Anhembí Morumbi, mariana.rebello@alumni.usp.br

Sendo assim, é fundamental compreender quais fatores profissionais prejudicam a saúde mental dos policiais militares para que se possa intervir adequadamente sobre eles, trazendo saúde para esses profissionais.

Objetivos gerais

- Identificar os fatores profissionais que impactam a saúde mental de policiais militares.
- Identificar possíveis obstáculos à busca por serviços de saúde mental entre policiais militares.

Metodologia, Materiais e Métodos

Trata-se de estudo exploratório descritivo, realizado por meio de entrevistas semi-estruturadas com quatro policiais militares de um distrito policial periférico de São Paulo, sendo três soldados e um sargento. De forma a preservar o anonimato dos participantes, seus nomes foram omitidos, sendo nomeados pelas suas patentes.

A soldado 1, sexo feminino, 29 anos, está em uma união estável, sem filhos e possui ensino superior completo. Ingressou na polícia militar há 3 anos e meio, afirmando que sempre teve vocação para a carreira, além de seu irmão e seu pai serem policiais.

O soldado 2, sexo masculino, 28 anos, é solteiro, não tem filhos e possui ensino superior completo. Ele relata que sempre teve vontade de ser policial e admira a presença marcante da disciplina nessa profissão.

A soldado 3, sexo feminino, tem 29 anos, é casada, tem 2 filhas e possui ensino superior completo. Ela afirma que sempre admirou a profissão e quis entrar para a polícia, sendo que quando se tornou policial de fato percebeu que a carreira era mais difícil do que imaginava.

O sargento, sexo masculino, 51 anos, é casado, tem uma filha e possui segundo grau completo. Ingressou na polícia militar há 26 anos, afirmando que sempre achou uma profissão honrosa e digna.

As entrevistas aconteceram de forma remota e foram guiadas por questionário desenvolvido pelas pesquisadoras com objetivo de conhecer a rotina dos policiais e seu acesso a serviços de saúde mental. Cada policial foi entrevistado apenas uma vez. As entrevistas foram analisadas por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

Resultados

Por meio da análise de conteúdo foram identificados quatro temas principais no discurso dos entrevistados, sendo eles: rotinas exaustivas de trabalho, proximidade da morte, reconhecimento da sociedade e acesso a serviços de saúde mental.

Rotinas exaustivas de trabalho

Segundo os entrevistados, os principais fatores que causam a exaustão são as jornadas de trabalho extensas, que podem chegar a 10 horas, e a alimentação precária durante as mesmas. Além disso, os policiais militares por vezes realizam horas extras para aumentar sua renda, como relata a soldado 1: “Nosso salário é baixíssimo perto do custo de vida que a gente tem. Não pode morar em qualquer lugar. Por isso fazemos a extra, que é dobrar o serviço.”

Além de longas, as escalas de trabalho apresentam grande imprevisibilidade: “Quando ficamos horas extras as minhas filhas reclamam e falam que não querem uma profissão dessa, trabalho em datas comemorativas, seja natal ou ano novo. Só vamos saber nossa escala um dia antes, então nunca podemos programar nada” (soldado 3).

Quanto à alimentação, os entrevistados relatam que não tiram horário de almoço, saindo para atender ocorrências assim que terminam de comer. Relatam também dificuldade para encontrar alimentos de qualidade, especialmente no período noturno, quando muitos restaurantes estão fechados. Assim, fica comprometido um fator importante para a manutenção da saúde e do nível de energia desses profissionais (VANIN ET AL., 2006).

Proximidade da morte

Caminhar profissionalmente pelos caminhos que envolvem a morte não é tarefa fácil. Os entrevistados relatam constante preocupação com sua integridade física, com a família e com a possibilidade de não voltar para casa, como relata a soldado 1: “Procuro não pensar que vou morrer, mas saio de casa pensando que talvez não volto, todo dia falo que amo minha mãe e meu marido.”

Relatam ainda estar em alerta constante, sempre se preparando para possíveis situações de risco, como descreve a soldado 1: “Já combinamos com o parceiro de viatura cada situação que pode acontecer, como vamos reagir, como vamos fazer, a gente treina pra isso e qualquer tipo de situação você combina com seu parceiro ou você fica imaginando na sua cabeça.” Esse estado constante de alerta e avaliação de risco ocorre também no período de folga dos policiais, como descreve a soldado 3: “Eu tento não ficar pensando, tentando desligar, esquecer, mas se você também esquece que é policial você baixa a guarda aí não dá, porque onde vamos se a gente senta para almoçar já ficamos pensando ‘se um cara entrar aqui eu faço isso e isso’ nunca sentamos de costas em lugar nenhum, sempre estamos alerta. Na minha casa eu não fico de costas para porta, é automático já.” Assim, o risco de morte condiciona diversos comportamentos de proteção destes profissionais tanto durante o trabalho quanto durante outros momentos da vida diária.

Como forma de lidar com a possibilidade de morte de outros, os policiais relatam desenvolver certa “frieza emocional”, como descreve a soldado 1: “A gente acaba ficando meio frio na rua. Você tem que aprender a não pegar pra você, por mais que fique espantado. Foi difícil desenvolver essa frieza no começo, até cheguei a chorar em umas ocorrências.”

Reconhecimento da sociedade

A relação entre a polícia e a população é estruturada sobre imagens, crenças e estereótipos advindos tanto de experiências concretas vividas nos processos de interação, quanto do conjunto de representações construídas na sociedade (GUIMARÃES ET AL., 2005).

Muitas vezes percebe-se uma visão negativa da sociedade em relação aos policiais militares, julgando-os como violentos e desrespeitosos. As raízes dessa concepção do uso da força pelas corporações policiais brasileiras remontam ao período da ditadura militar (GASPARI, 2014) e continuam afetando os policiais na atualidade, como relata a soldado 2: “Nós temos um histórico terrível, porque antes a polícia agia com mais turbulência e ficou esse legado. Mas fico chateado, pois não foi uma coisa que eu causei, foram meus anteriores e acabamos pagando por isso”.

Os entrevistados apresentam como uma de suas principais queixas a desvalorização do seu trabalho pela sociedade, como exemplificado pela soldado 1: “99% dos policiais estão trabalhando certo, assim como toda instituição tem quem não preste, mas estamos em prol da sociedade e nos sentimos impotente por não ter reconhecimento dentro da instituição e muito menos na sociedade.”

Em contrapartida, os mesmos desejam ser bem vistos pela população, relatando alegria quando isso acontece: “A gente sabe que tem policiais ruim, que não estão preparados só que não são todos, a gente sai de casa sem hora para voltar sem saber se vai voltar, quando recebemos gratidão das pessoas, já ganhamos o dia” (soldado 3).

417

Acesso a serviços de saúde mental

Os demais temas descritos no presente trabalho demonstram como o policial militar tem sua vida exposta a riscos físicos e psicológicos diariamente. Apesar disso, os relatos dos policiais entrevistados demonstram que os serviços de saúde mental não fazem parte do cotidiano da profissão devido a diversos obstáculos, sendo o principal deles o preconceito da própria instituição militar. A polícia militar oferece serviços próprios de saúde mental a seus funcionários, porém, muitos preferem não usar esses serviços devido ao preconceito e ao estigma, como relata o soldado 2: “A maioria da tropa tem receio disso. É um preconceito muito grande dentro do nosso meio ‘ele é fraco, não aguenta’. A gente sofre muita retaliação por isso. Se tiver algum problema, eu prefiro procurar sozinho por fora [em vez de buscar os serviços da própria polícia militar].” Apesar de existir a possibilidade de buscar atendimento psicológico fora da instituição, a prática não é comum, como exemplificado pelo relato da soldado 1: “Alguns policiais que eu conheço fazem sessão com psicólogo por fora, pouquíssimos, no meu batalhão inteiro só tem um...”

Além do preconceito, os policiais também podem sofrer prejuízos em sua carreira quando buscam por serviços de saúde mental, podendo ser demitidos ou afastados caso passem por uma reavaliação psicológica. A soldado 3, por exemplo, teve restrição de seu porte de arma por



ter realizado acompanhamento psicológico e psiquiátrico devido a depressão pós-parto. Ao escolher continuar com o acompanhamento, a mesma não pode mais trabalhar na rua, ficando restrita a trabalhos administrativos da polícia.

Diante desses relatos, percebe-se que há necessidade de atendimento psicológico entre os policiais militares, porém o preconceito que cerca os problemas de saúde mental acaba inibindo a busca por atendimento.

Conclusão

Por meio das entrevistas realizadas pode-se observar diversos fatores profissionais que impactam negativamente a saúde mental dos policiais militares, sendo eles: longas jornadas de trabalho, imprevisibilidade das escalas de trabalho, alimentação precária, estado de alerta constante (inclusive nos momentos de folga), salários baixos, risco de morte em serviço e desconfiança por parte da população.

As longas jornadas de trabalho não permitem lazer e descanso aos policiais, além de prejudicarem suas relações familiares, todos fatores constitutivos da saúde mental (BARBOSA & MENEZES, 2017). Assim, além dos fatores relatados pelos policiais constituem fatores de risco à sua saúde mental, os mesmos impedem que os profissionais tenham contato com fatores de proteção para sua saúde mental, sendo assim duplamente prejudiciais. O estereótipo negativo da sociedade sobre os policiais militares, que gera comportamentos de falta de reconhecimento, desrespeito e até mesmo desprezo de parte da população por esses profissionais, também gera prejuízos para a saúde mental dos policiais.

Quanto aos obstáculos à busca por serviços de saúde mental, observou-se preconceito por parte dos demais policiais quanto a problemas de saúde mental e prejuízos à carreira em caso de busca desses serviços, sejam eles serviços de saúde mental da própria polícia militar, sejam serviços independentes da instituição. Tais obstáculos são preocupantes, visto que os policiais vivenciam situações de risco para problemas de saúde mental no dia a dia da profissão.

As situações de estresse constantes tornam o indivíduo mais suscetível a problemas de saúde mental, podendo ser acometido por depressão, síndrome de burnout, ansiedade, crises de pânico, entre outros. A ausência de tratamento pode acarretar danos irreparáveis à saúde psicológica do indivíduo, o que pode resultar em casos extremos, como o suicídio (DOS ANJOS & DE SOUZA, 2018). No presente estudo, todos os policiais entrevistados relataram o risco da profissão à saúde mental, corroborando o que descreve a literatura da área.

Conclui-se que o cotidiano de trabalho dos policiais militares está permeado por fatores prejudiciais à sua saúde mental, fazendo-se necessário uma mudança de cultura na instituição militar para que os policiais sejam incentivados a buscar serviços de saúde mental quando necessário.

Referências

Barbosa, L. M., & Menezes, C. N. B. (2017). A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. *Psicol. argum*, 1-21. <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.35.89.21987>

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. Edições 70.

Borges, A. A. (2013). Polícia e saúde: entrevista com o Diretor Geral de saúde da polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & saúde coletiva*, 18, 677-679. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300013>

Pereira, A. M. T. B. (2002). *Burnout: Quando O Trabalho Ameaça O Bem*. Casa do psicólogo.

Carneiro, A. L. C., Nobre, C. V., de Souza Maciel, R., & Morais, H. C. C. M. (2019). Caracterização da Síndrome de Burnout em Policiais Militares relacionada aos riscos ocupacionais: revisão de literatura. *Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)*, 6. <https://reservas.fcrs.edu.br/index.php/eedic/article/download/3786/3253>

Dos Anjos, I. E. P. & De Souza, A. A. (2018). A Importância Da Saúde Mental No Trabalho Do Policial Militar [Trabalho de Conclusão de Curso, Curso Formação de Praças Soldados 3ª Classe do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás]. Biblioteca de Segurança Pública. <https://acervodigital.ssp.gov.br/pmgo/handle/123456789/1353>

Gaspari, E. (2014). *A ditadura escancarada: as ilusões armadas* (Vol. 2). Editora Intrínseca.

Guimarães, J. G., Torres, A. R. R., & De Faria, M. R. (2005). Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. *Psicologia em estudo*, 10, 263-271. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000200013>

Silva, L. A. M. D., & Leite, M. P. (2007). Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. *Sociedade e estado*, 22, 545-591. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000300004>

Vanin, M., Southier, N., Novello, D., & Francischetti, V. A. (2007). Adequação nutricional do almoço de uma unidade de alimentação e nutrição de Guarapuava-PR. *Revista Salus*, 1(1).

SERVIÇO SOCIAL E DEMOCRACIA: CONSEQUÊNCIAS PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA PROFISSIONAL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 NO BRASIL

Adrielle Campelo Campos¹
Julia de Souza Santos Teixeira²
Kenia Bianco da Silva Nellis³
Fátima Grave Ortiz⁴

Introdução

O trabalho é fruto do projeto de pesquisa denominado “Democracia, Pluralismo e Serviço Social: uma análise sobre as implicações do projeto Democracia de Massas para a profissão no Brasil nos anos 1980-1990 e desdobramentos contemporâneos”, que também integra o Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social Contemporâneo (NEFSSC). O foco da pesquisa consiste no resgate e na análise do processo de apreensão da democracia pelo Serviço Social brasileiro, tendo em vista os percursos históricos e políticos do projeto “Democracia de Massas” e seu impacto para a profissão e suas vanguardas a partir das décadas de 1980 e 1990.

Assim, partindo do pressuposto de que a democracia exibe posição de destaque na agenda e nas ações políticas do Serviço Social, objetiva-se então apresentar os resultados que vêm sendo desenvolvidos através de pesquisa bibliográfica e, principalmente documental, dos fundamentos históricos e teórico-políticos que possibilitaram o Serviço Social no Brasil adotar a democracia como perspectiva e princípio ético-político.

Desta forma, cumpre mencionar que o referenciado projeto de pesquisa não só parte da tese, defendida por parte da esquerda brasileira e estrangeira nos idos dos anos de 1970, da centralidade da democracia na construção do processo revolucionário, como compreende seu fundamento no projeto Democracia de Massas e da própria Estratégia Democrático-Popular, como substâncias importantes que compuseram o solo histórico e teórico metodológico do Serviço Social.

420

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Email: campeloadrielle22@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Email: juliasouza.teixeira076@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Email: keniabianco11@gmail.com

⁴ Profa. Dra. na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Email: fgraveortiz@gmail.com



Em síntese, a análise deste acervo permite confirmar a adoção da perspectiva democrática no desenvolvimento das ações cotidianas e propostas encampadas pelas direções da referida entidade. Portanto, a partir deste trabalho, espera-se contribuir para uma apreensão crítica da historiografia do Serviço Social brasileiro a partir da adoção de democracia como perspectiva e princípio ético-político.

Metodologia e resultados

Na pesquisa, foram levantados 61 jornais e boletins do conjunto CFESS-CRESS 7ª região, sendo 14 dos anos 1980 e 47 de 1990. A partir do entendimento de que a análise desse material iria contribuir para a investigação da adesão da democracia pela categoria profissional, tendo em vista o solo histórico que se formou no período da década de 1980 e 1990. Faz-se importante ressaltar que essa relação — da democracia com o Serviço Social — se localiza como algo expressivo em função de três cenários.

O primeiro diz respeito às contradições histórico-sociais que atravessam a democracia, que exprimem uma inegável conquista civilizatória para a humanidade e, outrossim, cumprem importante função no processo de legitimação do capitalismo e de seu modo de ser (PRZEWORSKI, 1995), sobretudo em momentos em que se aguçam suas crises estruturais. O segundo corresponde à formação social brasileira marcada pela escravidão, pela “ideologia do favor” (SCHWARZ, 2005), pelo patrimonialismo alicerçados em um particular capitalismo dependente, nos termos de Fernandes (1975) e por conviver sempre com alguma possibilidade de ditadura, que marca a trajetória da democracia no Brasil. E por fim o terceiro, que se relaciona pelo “histórico conservadorismo” do Serviço Social, no dizer de Netto (2006), cuja “Virada” progressista e de “intenção de ruptura” (NETTO, 1991) grassa entre nós por um pouco mais de quatro décadas, isto é, trata-se de uma experiência bastante recente e que convive com a sempre presente “herança conservadora” (IAMAMOTO, 1992).

Dessa maneira, a apreensão da democracia pelo Serviço social não está livre das contradições que percorreram a democracia historicamente. Essa contradição também se faz presente no domínio das esquerdas mundiais e nacionais, bem como nos projetos societários, como o Programa Nacional-Democrático — no caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) — e o Projeto Democracia de Massas e a Estratégia Democrático-Popular — elaborada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim, a ebulição política e cultural dos anos de 1970, como também os fundamentos teóricos-metodológicos da tradição marxista, relacionados ao Eurocomunismo, deram condições possíveis para que a democracia aparecesse como uma perspectiva no código de ética de 1986. Essa perspectiva democrática apareceu no código de diversas formas, como por exemplo no incentivo à participação popular, dos usuários, das políticas e serviços sociais no cotidiano institucional, nos movimentos sociais, na democratização do acesso às informações e aos recursos, participação política entre outros.

A defesa da democratização, para ampliar o acesso às políticas e serviços sociais, se situa também nas elaborações de autores relacionados ao projeto Democracia de Massas, como Coutinho (2000), resultando em uma coleção de transformações econômicas e políticas presentes na sociedade burguesa e no Estado, fazendo com que a classe trabalhadora buscasse táticas para lutar. No entanto, ainda que a perspectiva democrática se fizesse presente no código de ética de 1986 — rompendo com a ética conservadora —, ela propagou alguns equívocos, os quais já foram identificados e revelados por nossas entidades e pesquisadores, com destaque para Paiva (1995), na qual sucedeu uma larga revisão e na aprovação do código de ética de 1993, certificou, que também fosse incorporada à democracia como princípio ético-político.

À vista disso, o estudo dos boletins e jornais, permitiu mostrar em como a perspectiva democrática guiou a entidade política, ideologicamente e na aceitação de pautas predominantemente dos anos de 1980 e 1990, como por exemplo o direito à greve, mas também introduziu no próprio cotidiano do CRAS, expressos em ações como a realização de reuniões abertas, assembleias, eleições, criação de comissões e etc. Assim, a democratização do acesso às informações posta no código de ética de 1986 se fundamenta nesse mesmo entendimento estratégico, com destaque as assembleias, que se fez uma expressão sólida dessa adesão da perspectiva democrática no interior da entidade.

Foi observado também a articulação da entidade com as lutas mais gerais da classe trabalhadora e era incentivado o engajamento dos profissionais nessas lutas, buscando alianças políticas que iriam fortalecer um projeto societário alternativo ao burguês, através da democracia. Sobre este último, é exatamente o que o estudo dos jornais reforça: a compreensão da entidade sobre a potência da democracia como uma tática na construção de um projeto societário alternativo ao capitalismo, no qual destaca-se o alinhamento da entidade com algumas estimativas do Eurocomunismo, como por exemplo interrogações sobre a hegemonia soviética sobre os partidos comunistas e a defesa do pluralismo sendo necessário para se ter de fato um projeto societário alternativo.

Em suma, a democracia reconhecida como tática para a luta da classe trabalhadora, esteve como fundamento central nos projetos de sociedade da esquerda no mundo inteiro, com isso, não seria surpresa sua indicação na área do Serviço Social.

Considerações finais

Deste modo, através do material analisado pode-se concluir que, durante as décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social brasileiro adotou o que chamamos de perspectiva democrática, que se consolidava no reconhecimento da centralidade da democracia para a construção de um sociedade que supere o capitalismo, ou seja, a adoção da democracia como possível caminho para uma sociedade socialista. Dessa forma, a democracia aparece primeiramente como

perspectiva e mais tarde, no código de ética de 1993, como princípio ético-político, atribuindo a democracia posição significativa para a categoria profissional.

A partir dos anos 2000 com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo e a eleição de Lula em 2003, se apresentava uma perspectiva positiva para a categoria, com esperanças desse novo governo ser uma expressão desse viés democrático. Tal concepção por parte da categoria e da entidade analisada, é evidenciada através do processo de análise dos jornais da 7ª região do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Um exemplo se concretiza com o trecho de uma matéria assinada por uma conselheira do CRESS, que deixa poucas dúvidas a respeito desse tema:

Com início do governo Lula, com certeza, aumentam as oportunidades de vermos efetivados os resultados do trabalho de assistentes sociais no campo das políticas sociais em todo o país. [...] Agora é um novo tempo que nos remete ao esforço de construção de um novo país e somos animados por grande esperança [...]. (CORREA, H. IN: CRESS, 2002, p.6)

Portanto, se explicita através da análise do material trabalhado, que a perspectiva democrática assumiu importante papel ao conduzir, não só, política e ideologicamente a entidade e a categoria profissional no que se diz respeito a adesão de determinadas bandeiras e pautas, como foi o caso da centralidade democrática, mas também adentrou de maneira objetiva no cotidiano executivo e operacional do próprio CRAS, promovendo mudanças concretas nas bases da relação com a categoria e as demais entidades profissionais.

423

Referências

CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CRAS). Editorial: A democratização das entidades representativas da categoria, Rio de Janeiro, 1986.

CORREA, H. O Serviço Social e o Projeto Democrático Popular no Governo Lula IN: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. (CRESS). Jornal Práxis, CRESS, Rio de Janeiro, 2002.

COUTINHO, C. N. Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo, São Paulo: Cortez editora, 2000, pp. 17-48, 87-118.

IAMAMOTO, M. V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos, São Paulo: Cortez editora, 1992.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social – Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. São Paulo: Cortez editora, 1991.

PRZEWORSKI, A. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARZ, R. Cultura e Política, 2a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra editora, 2005.

424



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CAPTURANDO MOMENTOS E CONSTRUINDO SIGNIFICADOS: A FOTOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE EXTENSÃO HUMANIZADORA DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Kimberly Bueno¹
Tayse Gabrielle Miguel Medeiros²
Caroline Busatto³
Ana Carolina Falck de Almeida⁴
Annie Jeanninne Bisso Lacchini⁵

Introdução

O modelo de atenção psicossocial surgiu como uma nova proposta de assistência em saúde mental a partir da instituição da Reforma Psiquiátrica no Brasil, observando a necessidade de transformação no que se refere à reinserção social e à manutenção de vínculos, além da melhoria no acolhimento durante o tratamento e do cuidado para que os indivíduos em sofrimento psíquico possam identificar e compreender quem e como são (BRASIL, 2001).

Assim, no contexto de uma unidade de internação psiquiátrica que trabalha com a população feminina – em especial as gestantes, que passam por adaptações a mudanças corporais e hormonais –, faz-se necessário buscar um olhar universal, para além do transtorno mental e que considere a relevância da imagem corporal, da autoaceitação, da autoestima e do autoconceito durante o processo terapêutico e de internação, visto que se sabe que, na sociedade brasileira, vem havendo um aumento das cirurgias estéticas e da insatisfatória autoestima entre as mulheres devido aos padrões de beleza socialmente impostos a estas e aos casos frequentes de violência psicológica, física e sexual (AVELAR; VEIGA, 2013). Com isso, percebeu-se a necessidade da realização de um projeto que valorizasse a mulher integralmente, fazendo-a resgatar a sua essência interior.

425

¹ Graduanda de Enfermagem na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: kimberly.bueno@ufcspa.edu.br.

² Graduanda de Enfermagem na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: tayse.medeiros@ufcspa.edu.br.

³ Graduanda de Enfermagem na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: carolinecb@ufcspa.edu.br.

⁴ Graduanda de Medicina na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: ana.almeida@ufcspa.edu.br.

⁵ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora adjunta de Enfermagem na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: annieb@ufcspa.edu.br.

Uma ferramenta para promover um cuidado humanizado e ultrapassar as barreiras de um antigo modelo de assistência focado na doença é a fotografia, que pode ajudar mulheres em sofrimento psíquico a se conectarem consigo mesmas e fortalecerem o vínculo com seus familiares e entes queridos (SILVA, 2022). Nesse sentido, graduandas da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), sob coordenação de uma professora do curso de Enfermagem, se uniram em um projeto de extensão denominado, com auxílio das próprias pacientes, “Sob a Luz do Meu Olhar: as lentes para a humanização do cuidado em saúde mental”.

Objetivos gerais

Utilizar a fotografia para humanizar a assistência a mulheres em sofrimento psíquico internadas em uma unidade psiquiátrica de um hospital de grande porte no sul do Brasil, a partir de uma ponte entre a universidade e o serviço de saúde.

Metodologia, materiais e métodos

O projeto “Sob a Luz do Meu Olhar: as lentes para a humanização do cuidado em saúde mental” atua em uma unidade de internação psiquiátrica feminina de um hospital de grande porte no sul do Brasil, que conta com 24 leitos destinados a mulheres em sofrimento psíquico acima de 12 anos, sendo 5 reservados para gestantes dependentes químicas e 6 para adolescentes. Estas pacientes fazem parte do público-alvo das atividades, que são realizadas em uma sala disponível na unidade durante o turno, de acordo com a organização da unidade.

Apresentou-se a proposta para a equipe dos profissionais de saúde em uma reunião prévia ao início das atividades e, desde o mês de abril de 2023, o grupo de acadêmicas dos cursos de Enfermagem e Medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), sob supervisão da professora coordenadora e da coordenação da unidade, realiza oficinas terapêuticas e ensaios fotográficos com as pacientes. Para a organização, realiza-se reuniões mensais *online* e uma escala em conjunto com os membros do projeto para desenvolvimento das atividades.

Os ensaios fotográficos são realizados presencialmente a cada duas semanas com, em média, duas pacientes e duração de duas horas, podendo variar conforme a adesão. Para isso, utilizam-se câmeras, roupas, maquiagens e acessórios arrecadados a partir de doações. As fotos somente são tiradas após assinatura de um termo de autorização, que garante o sigilo total das imagens e informações pessoais – no caso das adolescentes, este deve ser assinado pelo responsável. Se desejar, a participante pode adicionar uma autodescrição à fotografia. Das fotos digitais, escolhem-se cinco para edição, impressão e entrega às pacientes na semana seguinte, após aprovação da equipe de saúde. Ao final das sessões de fotografia, têm-se o preenchimento pelas

pacientes de uma pesquisa de satisfação, em formato de escala visual analógica de “muito satisfeito” a “muito insatisfeito”, quanto ao ensaio realizado e à postura e ao comportamento das condutoras, além de um espaço para sugestões e críticas.

Por fim, nas semanas em que não ocorrem os ensaios, desenvolvem-se oficinas terapêuticas e dinâmicas de integração, a fim de conhecer a história de vida das pacientes e a sua forma de lidar com a imagem corporal.

Resultados

Desde abril, já foram realizadas cinco oficinas terapêuticas, nove sessões de fotos e uma festa junina. Primeiramente, introduziu-se a temática "autocuidado e autoestima" às mulheres a fim de apresentar a equipe, o projeto e seus objetivos, assim como entender o significado e a relação desses conceitos para elas, e quais atividades desempenhavam durante a internação para alcançar o seu bem-estar psíquico. Assim, foi possível construir a ampliação de possibilidades cognitivas para o autocuidado. Esta ação obteve a participação de oito pacientes, que responderam de forma positiva quando questionadas sobre o potencial da fotografia em explorar a sua autoestima. Posteriormente, realizou-se duas ações de cuidados faciais, em que práticas como limpeza de pele e *design* de sobrancelhas foram feitas com vinte e duas pacientes na intenção de conversar sobre autoestima e cuidado pessoal, que são uns dos principais indicadores de saúde mental. Também foi desenvolvida uma aula prática de Iôga, em que movimentos básicos de alongamento e técnicas de respiração e relaxamento foram demonstrados com o intuito de auxiliar nos quadros de ansiedade. Nessa ação, quatro pacientes participaram e sentimentos de dificuldade de foco, concentração e mobilidade foram expostos. O grupo esteve atento às modificações e ajudou para que a prática se adequasse às participantes. Por fim, realizou-se uma atividade de pintura como autocuidado, em que o desenho e as tintas foram apresentados como uma possibilidade de autoconhecimento e trabalho da ansiedade. Nesta, sete pacientes refletiram sobre pensamentos positivos e relaxantes, expressando em um jaleco branco os sentimentos que essa ação e o período de internação trazia a elas.

Somado a isso, promoveu-se uma festa junina para integração entre equipe e pacientes da unidade, em que atividades clássicas da data foram realizadas: árvore de recados, cadeia junina, jogo de argolas e pescaria. Neste cenário, foram disponibilizadas lembranças, compostas por itens de beleza e higiene, que reforçam os objetivos propostos pelo projeto, sendo possível confraternizar e estabelecer vínculo com quinze participantes.

Por fim, foram realizadas sessões de fotos, priorizando as mulheres com idade gestacional mais avançada. Desde a preparação – escolha da maquiagem, das roupas e das poses – até a conclusão do ensaio, as pacientes participaram ativamente do momento, e suas escolhas e seus desejos foram respeitados, objetivando torná-las protagonistas em seus processos de recuperação. Nas sessões, foi possível se conectar com as pacientes, identificando comportamentos de alegria,

ansiedade, baixa estima e apatia, e trabalhando sentimentos e expectativas pessoais em relação à chegada do bebê. A entrega das fotos representou uma grande conquista, sendo um período de transformação e significado singular, que foi compartilhado com sua rede de apoio.

Quanto à pesquisa de satisfação, 100% das 19 pacientes que participaram das sessões de fotografia responderam que se sentiram muito satisfeitas com o ensaio realizado e com a postura e o comportamento das condutoras, sendo que não houveram críticas.

Observou-se, ainda, que o projeto atuou como uma ferramenta poderosa de formação acadêmica, voluntária e humana ao estabelecer o contato com estas setenta e cinco pacientes, podendo-se desenvolver um olhar clínico e coletivo capaz de estabelecer escuta ativa terapêutica.

Conclusão

O projeto “Sob a Luz do Meu Olhar”, ao construir uma ponte entre universidade e serviço, possibilitou um aperfeiçoamento da assistência em saúde mental a mulheres em sofrimento psíquico ao promover cuidado integral e humanizado por meio da utilização da fotografia como recurso terapêutico e de valorização da autoestima, do autoconceito e da identidade através da ressignificação das crenças sobre si. Além disso, o projeto ofereceu às acadêmicas uma formação mais aplicada, prática e humanizada ao promover o contato com mulheres em diferentes estágios de vulnerabilidade social e psíquica, possibilitando um novo olhar sobre o cuidado em saúde mental.

428

Referências

AVELAR, Cátia Fabíola Parreira; VEIGA, Ricardo Teixeira. **Como entender a vaidade feminina utilizando a autoestima e a personalidade.** Rev. adm. empres., Minas Gerais. v. 53, n. 4, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/XSdrRH3VzyFDBrkKshQpw8B/abstract/?lang=pt#ModalTutors>>. Acesso em 31 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em 31 jul. 2023.

SILVA, Natasha Kuffner da. **A Fotografia como Forma de Reconhecimento do Corpo e Estímulo à Autoestima Feminina.** UFSM, Santa Maria. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24812>>. Acesso em 31 jul. 2023.



AULA INOVADORA E INCLUSIVA, ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O APRENDIZADO ATIVO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: APROFUNDAMENTO TEÓRICO

Lana Gabriele dos Santos¹
Jessica Conceição Oliveira de Araújo²
Maria Aparecida Pereira Viana³

Introdução

O presente projeto de iniciação científica, trata-se de um levantamento bibliográfico, analisado atribuído às interpretações da realidade sobre a sala de aula inovadora e a importância da inclusão e do aprendizado ativo durante o ensino remoto, que foi ocasionado pela pandemia da COVID-19 mudando drasticamente o cenário educacional.

Diante das análises também foram ressaltadas estratégias pedagógicas para serem utilizadas na educação on-line por meios tecnológicos, ocasionando assim o fortalecimento no processo de ensino e aprendizagem, tornando-o facilitador para adquirir conhecimento e obter interação entre alunos e professores, como resultado houve a construção de um Guia Didático com estratégias pedagógicas para o aprendizado ativo durante o ensino remoto e ensino híbrido para professores das redes públicas de ensino, parte fundamental da pesquisa, com a possibilidade da obtenção de maior conhecimento, e pretende-se que ele contribua de forma significativa com professores da Educação Básica.

Pretende-se com esse estudo proporcionar e ampliar o entendimento sobre a importância do domínio por parte do profissional dos recursos tecnológicos para sala de aula e em relação à inclusão para o melhor desenvolvimento de ensino e aprendizagem. A questão principal da pesquisa é “Qual o impacto do ensino remoto e o uso das tecnologias na atuação dos professores que atuam na Educação Básica rede Pública de Maceió?”. Devemos pensar no problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros.

429

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-2834-6420>. Correio eletrônico: lana.santos@cedu.ufal.br.

² Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5038-1479>. Correio eletrônico: jessica.araujo@cedu.ufal.br.

³ Doutora em Educação, Docente de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4017-8482>. Correio eletrônico: maria.viana@cedu.ufal.br.

Objetivo geral

Analisar as práticas inovadoras e inclusivas de docentes, suas competências digitais, domínio de recursos tecnológicos e conhecimento das metodologias ativas, com vistas ao desenvolvimento de aulas inovadoras no contexto remoto, assegurando-se o efetivo conhecimento em escolas das redes de ensino público de Maceió.

Metodologia, materiais e métodos

A opção pela metodologia foi escolhida a metodologia de caráter qualitativo, que segundo Van Maanen (1983) apud. Simoni e Baranauskas (2003, p. 8) busca “[...] retrair, decodificar ou traduzir fenômenos sociais naturais, com vistas a obtenção de elementos relevantes para descrever ou explicar estes fenômenos”. Com isso, se justifica diante da temática da investigação com foco na análise dos pressupostos teóricos. A investigação será realizada no período de agosto de 2021 a agosto de 2022. O estudo foi dividido em três partes: a primeira sendo destinada a revisão de literatura e aprofundamento teórico; a segunda na participação de eventos que envolvam o respectivo tema; e a terceira na elaboração dos relatórios, e na construção de artigo e de um guia didático com estratégias pedagógicas para o aprendizado ativo durante o ensino remoto e posteriormente o ensino híbrido destinados aos professores.

Resultados

No presente trabalho, foi analisada a fundamentação teórica dos artigos selecionados, tendo como foco especial os que se referem a sala de aula inovadora e a importância da inclusão e do aprendizado ativo durante o ensino remoto, e estratégias pedagógicas para serem utilizadas na educação on-line por meios tecnológicos para serem utilizadas na construção do guia didático. Desde 2019, foi vivenciado a pandemia causada pela COVID-19, que nos fez deixar nossa rotina de lado trazendo cada vez mais situações inesperadas, falando do âmbito escolar, que trouxe o ensino remoto como solução para dar continuidade na educação, com ela veio também as tantas dificuldades: acesso à internet e conexão estável, aparelhos e ambientes adequados, capacitações e ferramentas para os professores, foram e continuam sendo desafios enfrentados diante a pandemia.

Com a COVID-19, foram obtidos novos cenários em todos os âmbitos, no contexto educacional, a orientação era o fechamento das escolas e universidades, havendo uma pausa nas aulas presenciais, obtendo uma nova realidade no cotidiano escolar, que a partir de então, o processo educativo teve que ser readaptado, adequando as aulas de forma remota, isso afetou 90% dos discentes com a interrupção e a dificuldade da aprendizagem, tendo como principais

pontos: o atraso no desenvolvimento e aprendizado; a falta de acesso, de acompanhamento e de auxílio nas aulas (UNESCO, 2020).

Isso afetou diretamente o cotidiano dos docentes, que foram pegos de surpresa nessa nova realidade, tendo que se desdobrar para o manuseio dos recursos tecnológicos, para que assim fosse possível minimizar o impacto obtido na interrupção das aulas presenciais.

Como afirma Mendes (2020, p. 24) “as redes de ensino ainda não adotaram o uso consistente de tecnologias e tanto os estudantes quanto os professores têm pouca familiaridade com as ferramentas de ensino a distância [...]”. A falta de familiaridade ao ensino remoto se dá por ainda não estarmos preparados para tal situação, mas as dificuldades de adaptação aos poucos vão diminuindo, e com as metodologias ativas e inovadoras a aplicação e os resultados de ensino se tornam mais leves, fazendo com que a estratégia de ensino-aprendizagem se torne algo a mais do que passar/receber conhecimento.

Vemos que assim como a novidade é para todos, com a dificuldade não é diferente, os professores vêm passando por várias adversidades, passando por treinamentos e capacitações para supri-las, e em nosso estudo pretendemos agrupar conhecimentos necessários para efetivar o aprendizado desses docentes.

Com isso, foi realizado nosso instrumento final, que será o Guia Didático com estratégias pedagógicas para o aprendizado ativo durante o ensino remoto e posteriormente o ensino híbrido para professores das redes de ensino para o uso e domínio de recursos e metodologias ativas, com vistas ao desenvolvimento das aulas no contexto remoto, assegurando-se o efetivo conhecimento.

Diante disso, o levantamento teórico feito para a construção do guia didático tem o foco no aprendizado ativo, é possível perceber que as metodologias ativas e inovadoras partem de práticas educativas que tornam o aluno como fator principal de seu aprendizado, incluindo também a autonomia para os capacitar a desenvolver tal processo de ensino, dando-o mais motivação e engajamento (MORAN, 2018).

Então o guia é composto por estratégias pedagógicas que irão auxiliar os professores no ambiente on-line, e adequando, pode até ser utilizado presencialmente. As estratégias com foco nas metodologias ativas contidas nele variam, são exemplificadas, e o guia didático também é composto por tutoriais para que fique mais fácil para o entendimento do leitor.

Para exemplificar as metodologias ativas, podemos citar a sala de aula invertida, que inverte todo o processo de aprendizagem, no qual é conduzido a buscar conhecimentos, sendo disponibilizado temas para então os alunos buscarem e produzirem a sua compreensão de acordo com o que foi pesquisado e analisado, para expor para os colegas e professor (MORAN, 2018). Essa interação é conhecida como os famosos seminários, e pode ser adaptada tanto para os ambientes presenciais como para o on-line.

Os seminários, que segundo Capellato, Ribeiro e Sachs (2019, p. 6) esta metodologia “[...] confere aos alunos o desenvolvimento de suas habilidades em pesquisa, autonomia,

comunicação e argumentação oral [...]”. Esses são os famosos trabalhos em grupo que após prontos são apresentados e discutidos, no qual os alunos se apropriam do assunto para transmitir para a turma, visando com isso, na interação entre os próprios alunos.

A sala de aula invertida, de acordo com Schneiders (2018, p. 7) consiste na inversão das ações que ocorrem em sala de aula e fora dela”. Sendo assim, é considerado as compreensões e discussões, que são medidas pelos professores, e são feitas indicações para a apropriação do conhecimento por parte do aluno, na qual o estudante atua como parte principal do seu processo de aprendizagem, participando ativamente dele.

Outro exemplo é a aprendizagem baseada em jogos, Carvalho (2015, p. 176) afirma que “é uma metodologia pedagógica que se foca na concepção, desenvolvimento, uso e aplicação de jogos na educação e na formação”. Então, é considerada uma estratégia que une a aprendizagem a diversão, proporcionando motivação, interesse e muitos benefícios, além de propiciar a aprendizagem ativa e significativa.

Além desses exemplos citados, o guia didático é composto por muitos outros, como: aprendizagem baseada em problemas; experimentação; história em quadrinhos, entre outras. É discorrido sobre as ferramentas *google*, explicando assim, o que cada uma faz e como essas ferramentas funcionam, proporcionando aos professores descobertas e auxílio, e também foi construído tutoriais para que assim seja possível a compreensão de forma produtiva.

Conclusão

432

Então, com a ferramenta que foi utilizada para realizar a ampliação das vivências e dos conhecimentos, é o Programa de Iniciação Científica, através dele tomamos por nota novas percepções de educação que nos fazem ir além dos muros e conhecimentos dados pela universidade, ganhando novas perspectivas reflexivas educacionais assim como, libertação e quebra dos velhos paradigmas educacionais.

É através do programa ofertado pela instituição de ensino que tem um elemento importante de disseminação do conhecimento em volta da cultura social, porque quando conhecemos, pesquisamos e buscamos resolver os problemas, colocamos no cotidiano em que vivemos as evidências com o intuito de levarmos para a realidade de outros sujeitos, para que os mesmos também o conheçam. Com isso, o tema nos faz refletir sobre toda uma questão socioeducativa. Com este estudo, é possível perceber a necessidade da formação continuada na atuação profissional dos docentes. Pois, assim, é renovado a cada dia os conhecimentos e aprendizados que a educação exige, com a atualização dos conhecimentos é possível agregar valores significativos ao longo da formação discente. E também a importância do ensino ativo, focando sempre no discente e em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, para que assim seja trabalhado cada vez mais seu senso crítico.

Este estudo teve como principal objetivo o amplo desenvolvimento de conhecimentos, das autoras, e também o auxílio na construção de conhecimentos dos leitores. Contudo, é necessário que não sejam estacionados aqui essa discussão, é necessário que mais discussões envolvendo o respectivo tema sejam construídas.

Referências

CAPELLATO, P.; RIBEIRO, L. M. S.; SACHS, D. Metodologias Ativas no Processo de Ensino - Aprendizagem Utilizando Seminários como Ferramentas Educacionais no Componente Curricular Química Geral. *Research, Society and Development*, vol. 8, núm. 6, 2019.

MAANEN, V. apud. SIMONI, C. A. C.; BARANAUSKAS, M. C. C. Pesquisa Qualitativa em Sistemas de Informação. Technical Report. 2003.

MENDES, R. Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da COVID-19: Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. Instituto Rodrigo Mendes, 2020.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

SCHENEIDERS, L. A. O método da sala de aula invertida (flipped classroom). Lajeado : Ed. da Univates, 2018.

UNESCO. A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19. Paris: Unesco, 2020.

INTERAÇÃO *IN VITRO* DO EXTRATO ETANÓLICO DE *LANTANA CAMARA* COM ANTIMICROBIANOS USADOS NO TRATAMENTO DAS INFECÇÕES POR *STAPHYLOCOCCUS* *AUREUS*

Lívia Souza da Silva¹
Aline Oliveira Conceição²

Introdução

As bactérias da espécie *Staphylococcus aureus* podem ser encontradas em pele e mucosa de indivíduos saudáveis sem influenciar ou apresentar qualquer tipo de dano à saúde do hospedeiro (OLIVEIRA; BORGES; SIMÕES, 2018). Entretanto, *S. aureus* é um microrganismo nocivo e que, em um meio propenso, pode ocasionar desde leves infecções a doenças de alta gravidade (CROSBY; KWIECINSKI; HORSWILL 2016).

Tendo em vista a preocupação com o crescente número de relatos, em nível mundial, e da problemática gerada pela resistência antibiótica e as suas implicações como problema de saúde pública, a busca por novos agentes que possuam potencial antimicrobiano ou que possam potencializar os antibióticos já utilizados em âmbito hospitalar, tem recebido foco no meio científico (BALALI; FATHI; ALIASGARI, 2020).

A utilização de adjuvantes é uma das muitas estratégias que podem ser usadas para combater a resistência aos antibióticos. A combinação de plantas medicinais e antibióticos contra bactérias patogênicas, por exemplo, têm sido estudada nos últimos anos (MAHTAB et al. 2021). Estudos demonstraram que as plantas *Lantana montevidensis* e *Lippia sidoides*, da família Verbenaceae, podem ser utilizadas em combinação com antibióticos para aumentar a eficácia dos mesmos contra infecções bacterianas (FELIX et al., 2022; SOUSA et al., 2013)

A planta *Lantana camara* L. é uma espécie pertencente à família das *Verbenaceae*, nativa das regiões tropicais e subtropicais da América Central e América do Sul (GHISALBERTI, 2000). Compostos bioativos tais como alcaloides, flavonoides, taninos, terpenos e ácidos fenólicos são encontrados em suas folhas, flores e frutos (VENKATACHALAM et al., 2011) e em análise qualitativa dos extratos das folhas de *L. camara* ocorrente no sul da Bahia, foram encontrados derivados fenólicos, esteróides, triterpenóides, saponinas, alcalóides e cumarinas com potencial antimicrobiano (SILVA et al., 2018).

434

¹ Lívia Souza Silva, Bacharel em Odontologia, Mestranda em Ciências da Saúde, liviasouzasilva00@gmail.com

² Aline Oliveira Conceição, Doutora em Biologia pela Université du Québec à Montréal, aconceicao@uesc.br

Tendo em vista que o extrato desta planta tem sido utilizado para realização de estudos em nosso laboratório, buscou-se nesse estudo entender a interação *in vitro* do extrato etanólico da *L. camara* em conjunto a antibióticos utilizados para tratamento contra infecções por *S. aureus* para obtenção de conhecimento sobre os possíveis efeitos sinérgicos, interativos e antagônicos, podendo assim obter uma nova estratégia para o tratamento.

Objetivo

Avaliar a interação *in vitro* do extrato de *Lantana camara* com antimicrobianos utilizados na clínica médica frente a *S. aureus* ATCC 29.213 e ATCC 43.300

Metodologia

Extrato Etanólico

Para obtenção do extrato, a planta foi coletada em regiões localizadas entre os municípios de Itacaré e Una no litoral sul da Bahia (Brasil), identificada e registrada no herbário da UESC sob número HUESC 21.064. Os extratos etanólicos foram obtidos a partir de 200g das folhas secas e pulverizadas coletadas, submetidas à maceração em 2L de etanol por 24 a 48h em agitação esporádica. O acesso ao patrimônio genético brasileiro se encontra registrado no Sisgen sob número A7C08DC. As soluções-teste foram solubilizadas em 100% de dimetilsulfóxido (DMSO) e armazenadas a -20°C.

Microorganismos

Para o teste foram utilizadas cepas de *Staphylococcus aureus* subsp. *aureus* Rosenbach (ATCC 43.300), resistente à Meticilina, e *Staphylococcus aureus* subsp. *aureus* Rosenbach (ATCC 29.213), cepa multissensível.

As bactérias foram gentilmente cedidas por Acassia Lippi do Laboratório Fleury de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil e estão armazenadas no laboratório a -20°C e em meio Lignière. Para utilização, elas foram reativadas em caldo infusão de cérebro e coração (BHI) 24h antes do experimento. Imediatamente antes de realizar a técnica de difusão em ágar, ajustou-se o inóculo microbiano a 0,5 na escala MacFarland.

Difusão em Ágar

Para avaliação de interação entre o extrato etanólico e os antibióticos escolhidos, utilizou-se a técnica de difusão em ágar (PINTO et al., 2003) modificada. Para tanto, uma concentração não

citotóxica observada em estudo prévio (SILVA et al., 2018) de 250µg/mL do extrato bruto etanólico de *L. camara* a 100% DMSO—foi adicionada ao ágar Mueller Hinton durante a preparação das placas de petri.

Em seguida, inóculos das bactérias foram espalhados sobre a superfície do ágar com ou sem (controle) adição de extrato e os discos contendo antibióticos comumente utilizados na clínica médica contra *S. aureus*: azitromicina (15µg), vancomicina (30µg), gentamicina (10µg), tetraciclina (30µg), eritromicina (15µg) e oxacilina (1µg).

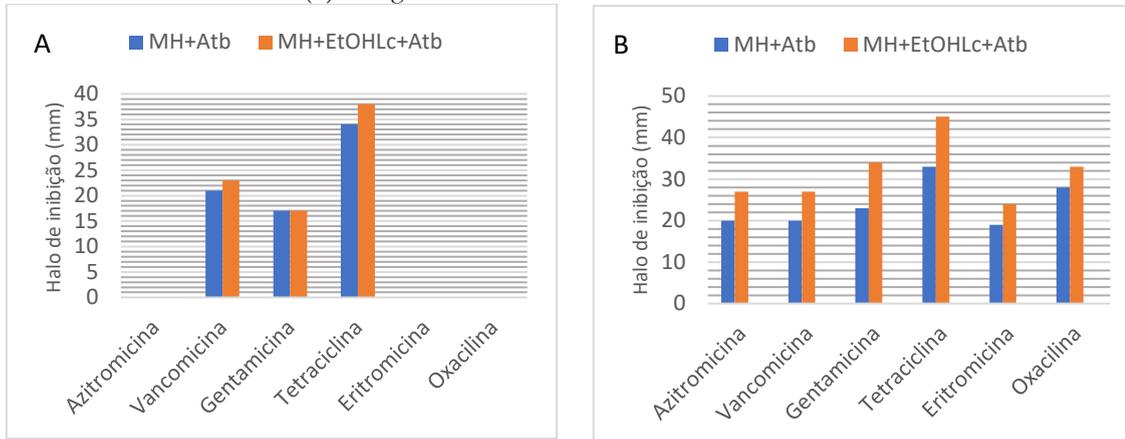
Após 24 h, os halos de inibição foram medidos em milímetros e as bactérias foram classificadas quanto ao perfil sensível, intermediário e resistente conforme tabela de referência do *Clinical Laboratory Standard Institute* (CLSI, 2022). Para verificar o tipo de interação entre o extrato e os antibióticos, considerou-se uma diferença entre o diâmetro do halo de inibição do meio com extrato e sem extrato ≤ 2 mm como efeito antagônico; a diferença ≥ 2 mm como efeito sinérgico e uma diferença entre 0 e 1,9 mm, como indiferente (Oliveira et al., 2006).

Resultados

Os resultados confirmaram o perfil resistente para a cepa bacteriana ATCC43.300 quanto aos antibióticos azitromicina, eritromicina e oxacilina (**Figura 1A**) e quando se testou a interação do extrato etanólico de *L. camara* houve aumento do diâmetro do halo em 2 mm para vancomicina e 4 mm para tetraciclina indicando um efeito sinérgico para esses dois antibióticos. Entretanto, apesar do aumento relacionado aos antibióticos vancomicina e tetraciclina, não houve mudança de susceptibilidade, pois a cepa já se apresentava como sensível para ambos os antibióticos.

Para a cepa multissensível, o resultado da susceptibilidade aos antimicrobianos, indicou perfil intermediário (I=14-22 mm) ao antibiótico eritromicina. Quanto à interação com o extrato etanólico de *L. camara*, observou-se aumento no diâmetro de halo maior do 2 mm para todos os antimicrobianos testados quando, destacando-se os resultados obtidos para gentamicina e tetraciclina em que houve aumento de até 11 e 12 mm no diâmetro do halo de inibição, respectivamente (**Figura 1B**). Em relação a eritromicina, além do aumento de halo, houve mudança de susceptibilidade da bactéria em relação ao antibiótico, alterando-a de valor zona de inibição intermediária para sensível.

Figura 1. Diâmetro dos halos de inibição de *Staphylococcus aureus* resistente à Metilicina (A) e *S. aureus* multissensível (B) em ágar com e sem extrato etanólico das folhas de *Lantana camara*



Legenda: MH+Atb: discos de antibióticos em ágar Muller-Hinton sem extrato; MH+EtOHLc+Atb: discos de antibióticos em ágar Muller-Hinton contendo extrato etanólico das folhas secas de *L. camara* a uma concentração final de 250 µg/mL. Valores de referência para perfil sensível (CCLSI, 2022) a Azitromicina (≥18mm); Vancomicina (≥16mm); Gentamicina (≥12mm); Tetraciclina (≥14mm); Eritromicina (≥23mm e I-14-22mm); Oxacilina (≥18mm). Fonte: dados da pesquisa.

Para Tetraciclina houve aumento do halo na cepa 43.300 em 4mm e na cepa 29.213 em 12mm quando utilizado o extrato em conjunto ao antibiótico. Apesar do aumento significativo, ambas as bactérias já se apresentavam como sensíveis, não alterando a susceptibilidade.

Para Oxacilina, a bactéria 43.300 se apresentou resistente e sem halo em ambos os testes. Para a cepa 29.213, houve aumento de halo em 5mm, ainda assim, a bactéria já apresentava como sensível, não apresentando mudança de susceptibilidade.

Em relação a Eritromicina, a cepa 43.300 se apresentou como resistente e sem halo em ambas as amostras. Todavia, para a cepa 29.213, houve alteração de susceptibilidade. O halo medido apenas com o disco antibiótico encontrava-se abaixo do valor controle. Ao utilizar o disco antibiótico em conjunto ao extrato, observou-se melhora do potencial antimicrobiano, aumentando o halo significativamente e o classificando na zona de sensibilidade.

Conclusão

Concluiu-se que o extrato bruto etanólico de *L. camara* apresenta o potencial de interagir positivamente com antimicrobianos *in vitro*, o que pode oferecer perspectivas no incremento do tratamento de infecções bacterianas por *S. aureus*.

Referências

BALALI, V.; FATHI, S.; ALIASGARI, M. Vector maps mobile application for sustainable eco-driving transportation route selection. **Sustainability**, v. 12, p. 5584, 2020.

CLSI. **Clinical & Laboratory Standards Institute**, 2022.

CROSBY H.A., KWIECINSKI J., HORSWILL A.R. Staphylococcus aureus Aggregation and Coagulation Mechanisms, and Their Function in Host-Pathogen Interactions. **Advances in Applied Microbiology**, v. 96, p. 1-41, 2016.

FELIX E.S et al. Antibacterial and antibiofilm activities and synergism with florfenicol from the essential oils of *Lippia sidoides* and *Cymbopogon citratus* against *Aeromonas hydrophila*. **Journal of applied microbiology**, v. 132, n. 3, p. 1802–1812, 2022.

GHISALBERTI, E. L. *Lantana camara* L.(verbenaceae). **Fitoterapia**, v. 71, n. 5, p. 467-486, 2000.

MAHTAB U. T. et al. Antibiotic resistance in microbes: History, mechanisms, therapeutic strategies and future prospects. **Journal of Infection and Public Health**, v. 14, p. 1750-1766, 2021.

OLIVEIRA D., BORGES A., SIMÕES M. Staphylococcus aureus Toxins and Their Molecular Activity in Infectious Diseases. **Toxins (Basel)**, v. 10, p. 252, 2018.

PINTO T.J.A. et al. Controle Biológico de Qualidade de Produtos Farmacêuticos, **Correlatos e Cosméticos**, v. 2, p. 325, 2003.

SILVA, L.D.; OLIVEIRA, F.F.; OLIVEIRA, R.A.; et al. Phytochemical, cytotoxicity, and antiherpesviral comparison between three lantana species, **Asian Journal of Science and Technology**, v. 9, p. 8722-8726, 2018.

SOUSA E. O. et al, Chemical composition and synergistic interaction between aminoglycosides antibiotics and essential oil of *Lantana montevidensis* Briq. **Natural product research**, v. 27, n. 10, p. 942–945, 2013.

VENKATACHALAM, T. et al. Physicochemical and preliminary phytochemical studies on the *Lantana Camara* (L.) fruits. **International Journal of Pharmacy and Pharmaceutical Sciences**, v. 3, n. 1, p. 52-54, 2011.

GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DO PROJETO INTEGRADO GAME ON

Luiz Paulo de Lemos Wiese¹
André Werlang Garcia²
Thábata Jandrey Resende³
Fernanda Elisa Pereira⁴
Leandro Alberto Grassi⁵

Introdução

O projeto integrado "Game On: estratégias de gamificação para educação" atua, desde 2019, em ações que associam ensino, pesquisa e extensão universitária na Instituição de Ensino Superior (IES) Univille, situada em Joinville, no estado de Santa Catarina, Brasil. Nesse sentido, o projeto tem por objetivo planejar, desenvolver e implementar estratégias e atividades de ensino gamificadas, a partir de demandas oriundas de professores atuantes nas redes pública e privada de ensino, com o intuito de auxiliar no desenvolvimento da criatividade, emancipação, desenvolvimento técnico e qualificação dos estudantes. Sendo assim, o projeto possui como públicos atendidos (i) docentes atuantes nas redes pública e privada de ensino, (ii) estudantes do ensino fundamental, médio e superior das redes pública e privada de ensino.

439

Objetivo

Apresentar os principais resultados obtidos pelas atividades do projeto Game On nestes três anos de implementação, com desenvolvimento de ações que visam auxiliar na construção e na aplicação do conhecimento acerca da gamificação na educação.

Metodologia, materiais e métodos

¹ Docente na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE - Santa Catarina - Brasil - luizwiese@gmail.com

² Docente na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE - Santa Catarina - Brasil - andrewg.eyology@gmail.com

³ Discente na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE - Santa Catarina - Brasil - thabataresende@gmail.com

⁴ Discente na Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE - Santa Catarina - Brasil - feeliperaira@gmail.com

⁵ Naturólogo e Enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville - Santa Catarina - Brasil - le.grassi30@gmail.com



Pesquisa: Com o objetivo de elucidar o conceito de gamificação, bem como compreender o Estado da Arte sobre gamificação na educação, foram realizadas uma revisão bibliográfica assistemática (RBA) e uma revisão bibliográfica sistemática (RBS). A RBA, realizada por três bolsistas do projeto, teve quatro etapas: (a) busca de obras sobre gamificação na biblioteca virtual da Univille; (b) seleção, a partir da verificação do sumário, de uma obra para leitura; (c) realização de fichamento; e (d) organização dos resultados dos fichamentos. Já a RBS, realizada por uma bolsista, seguiu o protocolo de Conforto *et al.* (2011), incluindo: a elaboração do problema, dos objetivos e a escolha de fontes primárias, o estabelecimento dos *strings* de busca, sendo eles: gamification + education, educational gamification + motivation, gamification + teaching-learning, gameful design + education, gameful design + teaching-learning, gameful work + education, gameful work + teaching-learning. Posteriormente, fixou-se os critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos cinco anos, no idioma inglês, revisados por pares, que contenham a definição de gamificação e aplicação no ensino-aprendizagem. Ademais, como critério de qualificação, definiu-se o rigor metodológico aplicado no estudo. Dessa forma, realizou-se: a busca nas bases de dados 'periódicos da CAPES', a seleção dos artigos com base nos critérios de inclusão e de qualificação e a exclusão dos artigos repetidos em diferentes *strings*. As buscas ocorreram em dezembro de 2020, quando também realizou-se a seleção dos estudos e a exclusão dos repetidos. Os artigos restantes foram armazenados em pastas compartilhadas na nuvem e deu-se início aos fichamentos dos mesmos.

Extensão: A extensão universitária é caracterizada pela ampla troca de saberes com comunidades externas às IES e a interação entre a geração de conhecimento técnico-científico e o reconhecimento e valorização do saber tradicional e social. Nesse âmbito, o projeto integrado Game On atua na identificação de entidades interessadas nesta troca e atua mediante as diretrizes estabelecidas. Assim que identificadas as entidades interessadas, as atividades de extensão são realizadas aplicando-se a abordagem do Design Participativo, ou seja, uma abordagem de desenvolvimento de soluções que promove, em uma ou mais etapas do processo, a integração e a colaboração entre as partes interessadas. Nesse sentido, o projeto integrado Game On desenvolveu uma metodologia própria, que possui seis etapas: (i) mapeamento de oportunidades, (ii) análise de oportunidades, (iii) cocriação, (iv) elaboração de materiais, (v) capacitação e (vi) aplicação e acompanhamento (DICKIE, SCHULENBURG e WIESE, 2020). Estas etapas foram aplicadas no atendimento de sete entidades-clientes, pertencentes às áreas da educação, saúde e inovação.

Ensino: As atividades de ensino do projeto integrado Game On correspondem, principalmente, à realização de oficinas de gamificação para estudantes e docentes de Instituições de Ensino Superior. Tais oficinas são oferecidas em horários de contraturno escolar e objetivam capacitar participantes para saberem diferenciar gamificação de jogo, bem como para identificarem

elementos que podem ser utilizados em estratégias de gamificação para o ensino-aprendizagem. Aos docentes, ainda são conduzidas oficinas de criação de estratégias de gamificação específicas para aplicação em suas práticas de ensino e aprendizagem por meio de encontros conforme a descrição da metodologia no item 2.2. Desde 2019, ofereceu-se 17 oficinas para estudantes e 31 oficinas para docentes de Instituições de Ensino Superior, inclusive externas à Univille.

Resultados

Os resultados do pilar de pesquisa obtidos pela RBA foram: (a) oito diferentes conceituações de gamificação, encontradas em Santaella *et al.* (2018) e Teixeira *et al.* (2018) e (b) cinco diferentes conceituações de gamificação no ensino-aprendizagem, encontradas em De França (2016), Santaella *et al.* (2018) e Teixeira *et al.* (2018). Já a RBS encontrou um total de 6.110 estudos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e qualificação e da exclusão dos repetidos entre os diferentes *strings*, obteve-se, por fim, 72 artigos para serem lidos e fichados. Considerando o período de 2015 a 2020, os anos que tiveram o maior número de publicações foram 2017 e 2018, com 20 e 18, respectivamente. Com relação ao número de *journals*, encontrou-se 56 diferentes, tornando-se evidente uma das características da gamificação: a aplicação nas mais diversas áreas. Dos *journals*, os que englobam mais artigos foram: *Computers and Education*, com cinco artigos; *Computers in human behavior*, com quatro artigos; *Education and Information Technologies*, com três artigos e *Journal of Computer Assisted Learning* com três artigos também. Dessa forma, atentando-se aos títulos dos periódicos, torna-se claro também outra característica da gamificação para a educação atual: a sua íntima relação com a tecnologia.

O quadro 01 apresenta os principais resultados do pilar da extensão, com 422 atendimentos individuais ou em grupo para oficinas, capacitações e formações docentes.

Quadro 01 - Resumo dos resultados do pilar da extensão.

Entidade	Objetivo	Resultado
Escola Municipal Ada Sant'Anna da Silveira	Gamificação do conteúdo "História do Antigo Egito"	Teatralização de época; painéis de cultura e linguagem egípcia; aprendizagem maker temática; monetização.
Colégio Santos Anjos	Gamificação do conteúdo "História do Brasil Império"	Avatares temáticos; teatralização online.
SENAC/SC Unidade Florianópolis	Gamificação do percurso formativo	Trajeto gamificado, monetização, badges de conquista

Curso de Estética		
UDESC - CoP-LuDE Comunidade de Prática na Ludificação Digital do Ensino	Participação em uma Comunidade de Práticas de Ensino	Relato de Experiência e Suporte na construção de estratégias de gamificação
Processo [maiS] de múltiplas aprendizagens para a inovação de Significado	Gamificação da aprendizagem do processo de inovação.	Estratégias de gamificação e desenvolvimento de materiais de suporte, como avatares, tabuleiro etc.
Hospital do Servidor do Estado de São Paulo	Gamificação para elevar engajamento e motivação de idosos no processo de recuperação pós cirúrgica.	Painel de ranqueamento, Easter eggs, engajamento social, avatares, mini games.
Consultório de Psicopedagogia Karyne Johann	Gamificação do processo de atendimento	Storytelling, percurso gamificado, cards e badges temáticos

Fonte: Dos autores (2023).

Já os resultados do pilar de ensino dividem-se em resultados com discentes e docentes, conforme o quadro 02.

442

Quadro 02 - Resumo dos resultados do pilar do ensino.

Entidade	Objetivo	Resultado
Fundo de Apoio ao Ensino de Graduação (FAEG) Univille	Desenvolver competências iniciais sobre o processo de gamificação em oficinas de deconstrução de jogos.	Nove oficinas com jogos como Xadrez, World of Warcraft, JoKenPo, Cartas, Dominó, Banco Imobiliário, League of Legends.
Ensino de Graduação	Melhorar o engajamento e a motivação de acadêmico no processo de ensino e aprendizagem	Práticas de gamificação inserida nos cursos de Farmácia, Naturopatia, Design, Fotografia, Publicidade e Propaganda.
Programa de Pós Graduação em Saúde e Meio Ambiente	Capacitar doutorandos no desenvolvimento de estratégias de	Oficina de capacitação

(PPGSMA) - Doutorado	gamificação	
Educação Quilombola	Capacitar estudantes no desenvolvimento de estratégias de gamificação	Oficina de capacitação

Fonte: Dos autores (2023).

Conclusão

Este artigo apresentou os resultados do projeto integrado Game On que, desde 2019, vem contribuindo com resultados teóricos e práticos para o ensino, a pesquisa e a extensão da IES Univille, de Joinville, SC. De acordo com os resultados apresentados, infere-se que a gamificação é vista como um campo promissor e ascendente. A partir da RBA e RBS, entretanto, nos últimos anos, há menos publicações do que nos anos anteriores. Os achados apontam, ainda, para a necessidade de estudos futuros que detalhem quais são os elementos de gamificação e como eles podem ser utilizados em estratégias de ensino-aprendizagem. Com relação à prática da gamificação, infere-se que a mesma ainda precisa ser mais difundida, principalmente com relação ao seu processo de elaboração e aplicação.

443

Referências

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; DA SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: **Anais do 8º Congresso Brasileiro de Gestão e Desenvolvimento de Produto – CBGDP**, 2011.

DE FRANÇA, A. S. **Game, Web 2.0 e mundos virtuais em educação**. São Paulo: Cengage, 2016.

DICKIE, I. B.; SCHULENBURG, H. R. W.; WIESE, L. P de L. In: **Estudos em Design**. Rio de Janeiro: v. 28, n. 1, 2020, p. 191 – 208.

SANTAELLA, L.; NESTEURIUK, S.; FAVA, F. **Gamificação em debate**. São Paulo: Blucher, 2018.

TEIXEIRA, C. S.; SOUZA, M. V. de. (orgs.) **Educação fora da caixa: tendências internacionais e perspectivas sobre a inovação na educação**. São Paulo: Blucher, 2018.



PRÁTICA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Rayanne Rodrigues de Freitas¹
Julia Mofati Azevedo²
Fabiana Zanol Araújo³
Daniela Lima Bonfat⁴
Maria das Graças Carvalho Silva de Sá⁵

Introdução

Um dos grandes desafios contemporâneos para aqueles/as que, de alguma maneira estão engajados na área da educação em nível superior, talvez seja fomentar e garantir a formação humana, acadêmica e profissional com excelência, articulando a tríade ensino, da pesquisa e da extensão, sem perde de vista o compromisso com a inclusão social, a interiorização, a inovação e o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira de forma justa e igualitária.

Compreendemos o conceito de inclusão social a partir dos estudos de Sasaki (1997) e Freire (1998) na qual os sistemas gerais da sociedade, como o ambiente físico, habitação, transporte, saúde, educação e oportunidades de trabalho, a vida cultural e social, entre outras instâncias encontram-se abertas a todos/as. Isso inclui remover as barreiras que impedem a participação plena de todas/as, ao encontro de uma sociedade mais justa e igualitária de forma libertadora.

Neste contexto, se faz compreender as diferentes e diversas dimensões que perpassam a diversidade humana, nas suas mais variadas formas de ser e estar no mundo, de modo que todos/as, possam desfrutar com autonomia e independência, dos direitos sociais previstos em nossa Constituição Federal (Brasil, 1988) é o que vislumbra o coletivo do projeto “*Prática pedagógica de Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência*”.

444

¹ Mestranda em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: <rayannefreitas397@gmail.com>

² Graduanda em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email:

³ Doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: <f.zanol4@gmail.com>

⁴ Doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: <daniela_bonfat@hotmail.com>

⁵ Pós-doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba (UFSCar, 2015). Professora Associada do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Email: <mgracasilvasa@gmail.com>

Assumimos o compromisso ético-político de promovermos ações sociais de atenção e cuidado para pessoas com deficiência, sempre articuladas a processos de formação inicial e continuada de professores na perspectiva inclusiva, por compreendermos a necessidade de uma mudança paradigmática sobre a forma como socialmente significamos a diferença.

Buscamos atuar em consonância com a missão institucional no sentido de: promover campo de formação na perspectiva da inclusão para os académicos da Graduação e da Pós-Graduação em Educação Física e áreas afins e, também junto às redes ou sistemas de ensino municipal, estadual e nacional; expandir os serviços de Educação Física adaptada para a comunidade em geral; incrementar a prática de pesquisa nesta área de interesse em Educação Física.

Objetivo geral

Refletir sobre as possíveis contribuições do projeto extensão com relação a qualidade de vida/saúde ao público atendido, bem como para os académicos vinculados às atividades articuladas ao ensino e pesquisa.

Metodologia

O projeto envolve em torno de 200 pessoas por ano, subdivididas da seguinte forma:

1. **No âmbito da extensão:** 50 jovens, adultos e pessoas idosas com cegueira, baixa visão, deficiência intelectual e autismo, com idade entre 15 e 75 anos. Esse público é organizado em duas turmas: jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo; e adultos e idosos com cegueira e baixa visão. Os atendimentos ocorrem semanalmente nas dependências do Centro de Educação Física de Desportos da Ufes (Cefd/Ufes), com uma hora e meia de duração e seguidos de reuniões para avaliação e planeamento das atividades, das quais se destacam Yoga, Ginástica Funcional, Arteterapia, Temas Transversais e atividades de Esporte e Lazer. Além do planeamento, execução e avaliação dessas ações, existe ainda o movimento de construção de mídias digitais para veiculação/divulgação desse trabalho em redes sociais.
2. **No âmbito do ensino:** 20 académicos do Curso de Educação Física (graduação) e áreas afins. Cabe citar a parceria com as seguintes entidades/associações: Grupo de Oftalmologia do Centro de Ciência da Saúde do Hospital das Clínicas; Associação Pestalozzi-Serra; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e ArcelorMittal Tubarão e Instituto de Gestão Social do Terceiro Setor
3. **No âmbito da pesquisa:** 10 académicos do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Educação Física. Para além, por meio dos estudos de Pós-Graduação vinculados ao projeto em tela, no ano de 2022, oferecemos formação para 20 professores de Educação Física do município de Teixeira de Freitas/BA e 100 professores do município de Gov.

445



Valadares/MG. Vale salientar a realização do grupo de pesquisa vinculado ao projeto, responsável por conceber estudos que difundem o conhecimento sobre a área, a partir da elaboração de ICs, TCCs, monografias, dissertações, teses e artigos regularmente publicados em anais de Congressos e/ou Revistas.

Resultados

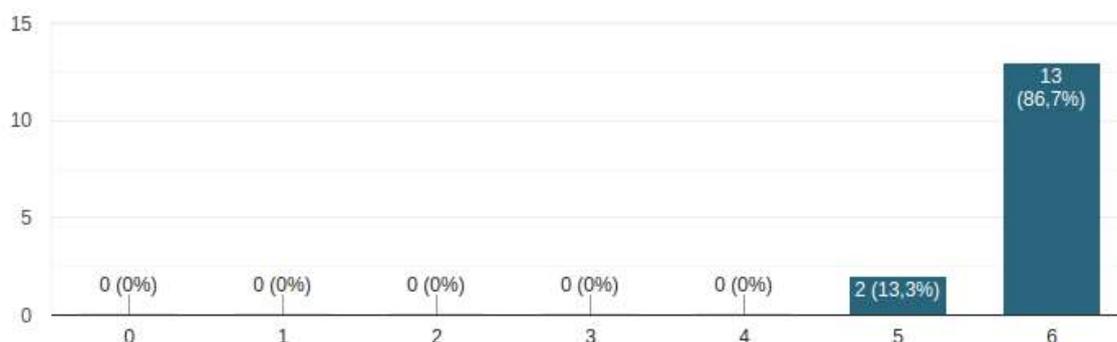
Adotando enquanto recorte temporal o primeiro semestre de 2023, realizamos uma investigação que centrou-se na identificação de possíveis melhorias relacionadas à qualidade de vida/saúde que este projeto de extensão tem proporcionado ao público atendido. A coleta de dados se deu a partir de entrevistas online, realizadas via chamada de vídeo e chamada telefônica, seguindo um roteiro estruturado.

Para efeito de análise, neste resumo optamos por revelar recortes dessas entrevistas, a fim de evidenciar, preferencialmente, as percepções dos/as próprios/as alunos/as sobre suas experiências. Dessa forma, buscamos identificar o nível de possíveis contribuições do projeto em relação ao sentimento geral de bem-estar dos/as alunos/as. Em uma escala de 0 a 6, cada pessoa foi convidada a classificar seu sentimento geral de bem-estar após a sua participação no projeto. O resultado foi o seguinte:

Gráfico 1 - Sentimento geral de bem-estar após a participação no projeto – grupo de pessoas com baixa visão e cegueira

446

15 respostas



Fonte: Laefa (2023)

Ao observar o gráfico 1, é possível perceber que 86,7% dos/as participantes do grupo de pessoas com baixa visão e cegueira indicaram o nível 6 da escala, isso corresponde a 13 do total de 15

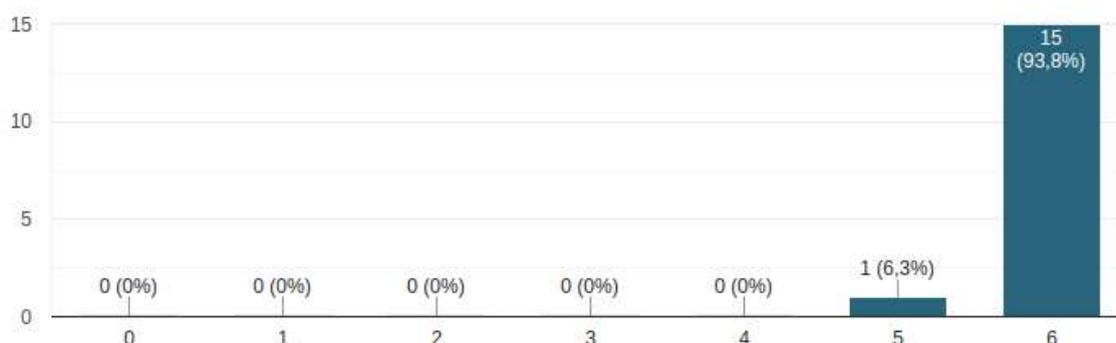
pessoas. Entre aqueles/as que indicaram um nível menor, encontram-se sujeitos que ingressaram no projeto há um curto período de tempo, à exemplo da aluna Valdinéia, que citou “[...] *tenho me sentido angustiada por estar passando por muitos problemas de família, perdi meu pai e um irmão nos últimos anos. Mesmo não participando a muito tempo [do projeto], poder sair um pouco de casa já me faz muito bem.*”. A fala da aluna evidencia a relevância do projeto enquanto ambiente de interação social, atuando diretamente sobre a melhoria de aspectos psicoemocionais dos/as participantes, a exemplo da ansiedade e da angústia supracitada.

A partir da análise dos dados, é possível afirmar que o projeto contribuiu em diferentes áreas do desenvolvimento dos sujeitos, por exemplo: no desenvolvimento da interação social; da autonomia; da autoestima; do autoconhecimento; do autocuidado; na aquisição de novos conhecimentos; no domínio do próprio movimento corporal; entre outros elementos. Dessa forma, com base nos dados da avaliação, conclui-se a importância das aulas para o grupo de baixa visão e cegueira. Tal importância é representada por um expressivo percentual positivo em relação à melhoria do sentimento geral de bem-estar.

Em relação ao público de pessoas com deficiência intelectual e autismo foram obtidos os seguintes resultados:

Gráfico 2 - Sentimento geral de bem-estar após a participação no projeto – grupo de pessoas com deficiência intelectual e autismo

16 respostas



Fonte: Laefa (2023)

447

Ao observar o gráfico 2, é possível perceber que 93,8% dos/as participantes do grupo de pessoas com deficiência intelectual e autismo indicaram o nível 6 da escala, isso corresponde a 15 entre as 16 pessoas entrevistadas. Há também indicação no nível 5 da escala. Vale salientar que há sujeitos que ingressaram no projeto há um curto período de tempo. Contudo é possível perceber satisfação em relação às aulas quando a mãe do aluno novo afirma “*Eu percebo o quanto ele tem*

gostado porque desde a primeira aula ele já saiu contando para todo mundo tudo o que fez. Estava muito feliz. Agora ele já deixa separado tudo que vai usar no dia da aula, com dias de antecedência.”.

Com base nos dados da avaliação, é possível afirmar que o projeto contribuiu em diferentes áreas do desenvolvimento dos sujeitos, implicando diretamente no desenvolvimento da interação social, da autonomia e do sentimento geral de bem-estar do público atendido.

Para finalizar, vale salientar a importância do projeto para a formação inicial e continuada de profissionais para atuar no âmbito da Educação Física. A experiência de participação contribuiu substancialmente para sua formação em uma perspectiva inclusiva indicando, em sua maioria, avanços consideráveis para lidar com situações que poderão se deparar posteriormente no campo profissional, atendendo as demandas específicas da diversidade humana.

Nesta direção, vale destacar alguns depoimentos dos estudantes da graduação e dos egressos de Educação Física vinculados às ações do projeto, de forma a evidenciar o movimento de aproximação da teoria com a prática, valorizando, assim, momentos de reflexão crítica acerca da atuação docente, e resultante desse processo, temos a assunção, um comprometimento que vinculado a afetividade que move a todos no percurso formativo, conforme evidenciam as falas a seguir:

Essa troca de experiência para mim é o mais importante, o que mais traz benefício para o nosso dia-a-dia, para a nossa prática. Eu sempre fui muito a favor disso, de formação assim, com trocas de experiências. É exatamente isso que está proporcionando uma segurança maior em intervir, em se aproximar, para entender, para tentar fazer alguma coisa em relação à inclusão com o aluno deficiente. Por que eu achava que era só eu que tinha medo, que tinha insegurança, que não sabia o que fazer. (PEF 09 Gov. Valadares)

Gente, gostaria de agradecer e dizer que é incrível fazer parte de um ambiente tão rico quanto o LAEFA. Hoje eu tava palestrando numa escola e eu não tive como descrever o que a educação é na minha vida. Sem esse espaço de formação certamente eu estaria muito longe do que eu quero para minha vida. Queria deixar minha gratidão aqui e dizer que onde eu for eu vou defender tudo que aqui eu vivo. Foi incrível poder falar para crianças e adolescentes da periferia sobre inclusão, sobre o quanto esse trabalho é potente. Agradeço de coração a cada pessoa do nosso grupo. Sem esse aprendizado e essa vivência certamente eu não iria me conhecer dessa forma tão ampla e passar isso para mais pessoas (BOLSISTA J.).

448

Conclusão

Concluimos que o projeto “Prática pedagógica de Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência” cumpre com seu objetivo de fomentar ações sociais de atenção e cuidado para pessoas com deficiência, contribuindo de maneira significativa para a melhoria da qualidade de vida desse público, no que tange principalmente a aspectos psicoemocionais, interacionais e de desenvolvimento de sua autonomia.



Concebemos que ações deste mote constituem-se como um instrumento de empoderamento social e consequentemente de emancipação, dando através das práticas corporais, condições para que os/as atendidos/as tornem-se cada vez mais ativos/as e críticos/as no meio social. Concluímos ainda que a participação dos académicos nas atividades de extensão, articuladas ao ensino e a pesquisa contribui substancialmente para sua formação em uma perspectiva inclusiva indicando, em sua maioria, avanços académico-científicos e culturais consideráveis na produção de ações em defesa dos direitos sociais e da inclusão social de todos/as.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília: [s. n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

A DÍADE FAMÍLIA-ESCOLA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM AUTISMOS: O QUE DIZEM OS PAIS?

Wilian Gomes da Silva¹
Gabriel Henrique Jacques²
Aline Groff Vivian³
André Guirland Vieira⁴

Introdução

O autismo tem sido objeto de intensos debates no cenário contemporâneo. Das diferentes representações midiáticas até o que se escreve e fala sobre o mesmo, uma querela de conceitos e teorias se apresentam. No campo biomédico-neuro-psiquiátrico, o autismo está nomeado enquanto Transtorno do Espectro Autista (TEA), situado dentro dos Transtornos do Neurodesenvolvimento (APA, 2023). Já para a psicanálise – posição adotada neste trabalho – o autismo se coloca enquanto uma posição subjetiva, demarcando uma forma de funcionamento particular com a linguagem e com o laço social (FERREIRA; VORCARO, 2019; MALEVAL, 2017). Em se tratando da inclusão de ditas crianças e adolescentes, o letramento legal, desde a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), garante a permanência no território escolar. Contudo, no plano prática, as condições de participação e efetiva inclusão estão por ser construídas (VASQUES, 2008). Neste ínterim, a família, enquanto lugar primeiro do acolhimento, pode ora facilitar, ora obliterar a relação do filho-aluno com a escola. Frente ao diagnóstico, não raro, os pais se veem frente ao luto do filho idealizado. As perguntas acerca de seu futuro e das possibilidades a este sujeito podem vir fazer parte do imaginário parental (FADDA; CURY, 2019; FREUD, 1914/1996).

450

¹ Psicólogo Clínico e Hospitalar do Hospital Universitário de Canoas (HU)/RS. Aluno do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Campus Canoas/RS. E-mail: wilian.silva@rede.ulbra.br.

² Aluno do Curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Campus Canoas/RS. E-mail: gabrieljacques6@rede.ulbra.br.

³ Psicóloga. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade e do Curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Campus Canoas/RS. E-mail: aline.vivian@rede.ulbra.br.

⁴ Psicólogo. Doutor em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutorado pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) - Portugal. Professor do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade e do Curso de Psicologia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Campus Canoas/RS. E-mail: andre.vieira@rede.ulbra.br.

Objetivo geral

Este trabalho tem por objetivo investigar as percepções dos pais sobre a inclusão de crianças e adolescentes com autismos de uma Escola Regular de ensino de um município da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Para a produção do *corpus* de dados, recorreu-se a construção de três instrumentos de coleta, a saber: 1) *Questionário Sociodemográfico*, com vistas ao perfilamento dos participantes do estudo; 2) *Roteiro de Entrevista Semiestruturado*, contendo um total de seis (6) perguntas que versavam sobre a percepção dos pais em relação aos processos inclusivos e; 3) *Diário de Campo*, onde foi possível registrar os conteúdos emergentes da pesquisa de campo, no que concerne aos afetos, relações e dinâmicas vislumbradas no andamento da pesquisa (KROEFF ET AL., 2020; SANTOS, 2021). As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Após, analisadas a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) na modalidade qualitativa. Neste processo, se prevê três etapas: a) pré-análise, que consiste no levantamento dos dados e organização destes; 2) Decodificação: onde se inicia a organização de falas por verossimilhança em relação a dado conteúdo temático e; 3) Categorização: onde se agrupa os resultados atinentes a segunda etapa, gerando, por sua vez, categorias temáticas das falas. Para fins de melhor visualização e organização das entrevistas, recorreu-se ao uso do *software* MAXQDA (2021) que gerou, ao final, uma *Matriz Interativa de Segmentos* dando a ver a análise antes relatada. As entrevistas tiveram duração média de 21 minutos. Também foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para Uso de Voz (TAUV). Tal estudo constituiu-se em recorte maior de um projeto de mestrado, tendo tido aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) pelo Parecer nº nº 5.729.837, CAEE nº 63980122.3.0000.5349.

451

Resultados

Participaram do estudo sete (7) pais, recrutados vide acessibilidade/conveniência. Destes, seis (6) eram mulheres e um (1) homem. Três (3) famílias recebiam Benefício de Prestação Continuada para Pessoas com Deficiência (PcD). Quanto a categoria cor, duas (2) se declaram como pretas; uma (1), pardo e; quatro (4) na cor branca. Nenhum dos participantes se declarou enquanto pessoa com deficiência. As idades variaram entre 25-48 anos. No que se refere a categorização, ao final do processo foram definidas duas categorias finais, sendo: 1) *“Nas outras, nunca teve esse negócio pra perguntar como é que ele tá”*: a percepção de familiares ante os processos de in/exclusão e; 2) *“Ele tem evoluído*



bastante”: o olhar dos familiares para a escola. Na primeira categoria, onde ficaram condensadas falas que versassem acerca da percepção dos pais em relação a inclusão de seus filhos, bem como, das dificuldades e potencialidades vivenciadas quando da matrícula, os pais verbalizaram acerca de situações de exclusão e estigmatização dos filhos no espaço escolar, permeadas pela negativa de matrícula, não inteligibilidade em relação as crises (e, porventura, manejos inadequados) e ações de in/exclusão no espaço educativo. Na segunda categoria, onde ficaram condensadas falas que refletissem sobre o papel da escola no desenvolvimento dos filhos-alunos, bem como, das vivências cotidianas, os pais relataram ter conseguido observar avanços significativos em relação a alfabetização e socialização dos filhos. Por outro lado, devido a troca de escola, foi citado, também, alguns processos de regressão no desenvolvimento, ou seja, em dada escola se fazia determinada coisa, tendo perdido tal domínio quando da transição escolar. Também referiram acerca da busca por especialistas em relação as inteligibilidades frente ao diagnóstico de autismo, bem como, as buscas pela internet. O grupo de pais se mostrou como importante operador da palavra, apesar de alguns terem narrado não se adaptarem a configuração grupal (visto as diferenças entre os filhos).

Conclusão

Depreende-se, a partir da fala dos familiares, a importância da parceria família-escola frente ao processo inclusivo, visto este espaço se constituir como lugar potente para o ensino-aprendizagem de ditos sujeitos e, por consequência, para a socialização. Contudo, se reforça para a necessidade de outras pesquisas que melhor investiguem a relação da família com o território escolar no que tange a participação social e comunitária destes. A formação integrada e coletiva de pais e profissionais também se mostrou enquanto estratégia urgente na escola, dado concepções capacitistas e distorcidas em relação ao entendimento do(a) aluno(a), produzindo representações generalizáveis e distorcidas sobre os sujeitos.

452

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Transtorno do Espectro Autista. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR**. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023. p. 56-68.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.



FADDA, Gisela Moutta; CURY, Vera Engler. A experiência de mães e pais no relacionamento com o filho diagnosticado com autismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, n. esp. e35nspe2, 2019.

FERREIRA, Tânia; Vorcaro, Ângela. (2019). **O tratamento psicanalítico de crianças autistas: Diálogo com múltiplas experiências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

FREUD, Sigmund. (1914). Sobre o Narcisismo: uma introdução. In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 77-113.

KROEFF, Renata Fisher da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020.

MALEVAL, Jean-Claude. **O autista e sua voz**. São Paulo: Blucher, 2017.

MAXQDA. **Guia de Introdução**. Berlim: VERBI Software. Consult. Sozialforschung, 2021.

SANTOS, Augusto Ventura. Etnografia é observação participante? Trabalhando com um método constitutivamente heterodoxo. **Ponto Urbe**, v. 28, 2021.

VASQUES, Carla Karnoppi. **Alice na Biblioteca Mágica: uma leitura sobre o diagnóstico e a escolarização de crianças com psicWiloise e autismo infantil**. 2008. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Teresa Cristina Ciavaglia Vilardi Oliveira¹
Anna Carolina Peixoto de Camargos Pôrto²
Débora Martins Martinez³
João Batista Silva de Carvalho⁴
Sabrina de Freitas Peixoto⁵

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta a importância de se garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional, inclusive aos mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças, destacando a interface educação e sustentabilidade.

Nesse contexto, destaca-se a Formação Inicial e Continuada (FIC), ou qualificação profissional, que inclui cursos de capacitação, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Especificamente, a Formação Continuada de Professores tem como objetivo proporcionar a ampliação da contextualização de temáticas educacionais nas áreas do conhecimento e a promoção de um processo constante de autoavaliação e reflexão sobre a prática pedagógica.

Além das perspectivas educacionais, que fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas, assegurar a todos o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), também são importantes ODS que contemplam um plano de ação internacional para a construção e implementação de políticas públicas até 2030.

454

¹ Docente da Universidade Estácio de Sá (UNESA) e Mestre em Ciência de Alimentos pela UFRJ. e-mail: crisciavaglia@gmail.com;

² Graduanda em Nutrição na Universidade Estácio de Sá (UNESA - Polo Estação Goiânia - GO), Graduada em Fotografia e Imagem e Especialista em Marketing e Comunicação. e-mail: carolcportonutri@gmail.com;

³ Graduanda em Nutrição na Universidade Estácio de Sá (UNESA - Polo Florianópolis - SC) e Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. e-mail: deboramms@gmail.com;

⁴ Graduando em Nutrição na Universidade Estácio de Sá (UNESA Polo Fortaleza - CE) e Graduado em Gastronomia. e-mail: joabatistagc@gmail.com,

⁵ Graduanda em Nutrição na Universidade Estácio de Sá (UNESA - Polo Floresta/ Porto Alegre - RS). e-mail: sabrinaflow@gmail.com.

Um dos principais desafios relacionados à SAN é a criação de ambientes favoráveis à Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS). Sendo a educação um processo permanente, a inclusão do tema transversal da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar, de acordo com a Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018, possibilitará a multiplicação de conhecimentos construídos no ambiente escolar para o ambiente familiar.

As ações promotoras de saúde em Educação Alimentar e Nutricional (EAN), especialmente na infância e no ambiente escolar, repercutem na sensibilização para a construção de valores ligados à agricultura sustentável e ao hábito de consumo de alimentos agroecológicos (SANTOS, 2019). A construção do conhecimento e a efetivação de práticas de EAN no contexto da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) (BRASIL, 2013a) trazem à tona questões sociais que permeiam a multidimensionalidade da alimentação (DOS-ANJOS e PERRELO, 2021), destacando o DHAA (BRASIL 2013b).

Dada a transversalidade e importância desses temas é desejável uma abordagem contemporânea que dialogue com a sociedade por meio da práxis Freiriana (LANG e CIACCHI, 2021). Planeja-se conscientizar que para alcançar a SSAN são necessárias ações que vão desde o acesso à terra, passando pelo acesso aos alimentos e seu cultivo sustentável (KERR et al, 2021), até o tratamento de resíduos e lixo provenientes da alimentação (BRASIL, 2013a).

É importante destacar que as ações de EAN devem garantir a oferta de uma alimentação adequada e saudável nas escolas; promover a formação das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar; favorecer os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis; promover metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico; estimular e promover o consumo de alimentos orgânicos de base agroecológicas e incentivar o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas à alimentação escolar (BRASIL, 2014a).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), tem como objetivo principal contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos também por meio de ações de EAN (BRASIL, 2012).

O presente estudo se justifica tendo em vista a necessidade de enfatizar a formação em EAN, na perspectiva da SSAN, como experiência. Nesse contexto, torna-se imprescindível destacar a Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da EAN no currículo escolar.

Os Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (I e II VIGISAN), desenvolvidos pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), trouxeram à tona o debate público sobre a fome. O I VIGISAN (2020) revelou que 55,2 % dos domicílios brasileiros estavam em condições de Insegurança Alimentar (IA) e 9,0 % conviviam com a fome. Os resultados do II

VIGISAN, em 2021, confirmaram a inaceitável situação em que mais de 33 milhões de brasileiros passam fome e mais de 125 milhões vivem com algum grau de IA. Evidencia-se a descontinuidade das políticas públicas direcionadas a agricultores familiares e pequenos produtores e o acesso desigual aos alimentos, caracterizando uma séria situação de violação aos direitos humanos de grupos vulneráveis, em especial ao DHAA (REDE PENSSAN, 2021; REDE PENSSAN, 2022).

Objetivos

Os principais objetivos do projeto são:

- Contribuir para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica em Educação Alimentar e Nutricional, enquanto tema transversal nas escolas, na perspectiva da SSAN.
- Desenvolver e aplicar um curso de Formação Continuada em EAN com professores da Educação Básica articulando temáticas no campo da educação, alimentação e SSAN, envolvendo as pesquisas práticas e teóricas do grupo;
- Avaliar o impacto das ações de EAN, suscitadas pelo Curso de Formação Continuada, tanto na formação dos futuros nutricionistas quanto na prática dos professores da Educação Básica.

Metodologia, Materiais e Métodos

O estudo possuirá caráter exploratório, descritivo e analítico com abordagem qualitativa, de natureza teórica, com fins propositivos, e consistirá desde uma revisão narrativa da literatura dirigida ao tema Formação Continuada em Educação Alimentar e Nutricional com professores da Educação Básica na SSAN com a subsequente construção e aplicação de um Curso de Formação Continuada nessa temática, com a posterior avaliação. Participarão do estudo quatro estudantes de graduação em Nutrição e, estima-se que 80 professores da Educação Básica serão capacitados. As atividades educativas práticas que serão desenvolvidas no curso representam uma releitura das atividades presentes no material educativo do Ministério da Saúde (2018), o caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, destinado aos professores e profissionais da saúde do Programa Saúde na Escola (PSE) (BRASIL, 2018). Quanto à metodologia de ensino, o curso ocorrerá nos formatos presencial, remoto e híbrido. As atividades remotas com os professores ocorrerão por meio de atividades síncronas, por uma plataforma digital, planejadas em número e frequência a definir pelo grupo. As oficinas presenciais ocorrerão em escolas, possivelmente gravadas para divulgação através de plataformas digitais do grupo de pesquisa.

456



Desenvolvimento do curso com os professores da Educação Básica

Quanto à metodologia de ensino, o curso ocorrerá em dois formatos:

- 1) Rodas de conversa remotas em formato síncrono, por plataforma digital e com duração máxima de duas horas, quinzenalmente. O foco destes encontros é o professor e a comunidade escolar envolvida direta ou indiretamente com a alimentação escolar.
- 2) Oficinas de atividades em EAN presenciais, em Goiânia - GO, com transmissão por meio de plataforma digital (híbrido). O foco destes encontros é a apresentação de atividades que abordam a teoria da EAN de forma lúdica, divertida e engajadora.

O foco dos encontros contará com ensinamentos, diálogo e troca de saberes, características da *Práxis* Freiriana, que promoverão uma reflexão sobre a complexidade e potencialidade da prática docente, contextualizando os temas com o cotidiano da vida.

Avaliação das ações formativas no curso

Para a avaliação do curso, por meio de uma abordagem qualitativa, o estudo buscará reconhecer a percepção dos alunos extensionistas, futuros nutricionistas, sobre os vários aspectos que envolvem a sua formação em duas áreas de atuação: a Docência e a Saúde Coletiva. A percepção dos professores da Educação Básica sobre a importância de fazer parte de um Curso de Formação Continuada na EAN também será avaliada. Nesta etapa, a pesquisa se propõe a identificar as facilidades e dificuldades vivenciadas pelos professores da Educação Básica, as transformações percebidas em sua prática docente e os saberes ressignificados após o Curso de Formação Continuada em EAN.

457

Resultados

Espera-se que com as ações da pesquisa, todos os sujeitos envolvidos, tanto os alunos de graduação quanto os professores da educação básica, possam compreender a alimentação na sua perspectiva multidimensional. Especificamente, quanto ao acompanhamento do processo formativo dos alunos extensionistas, futuros nutricionistas, espera-se que possam ser evidenciadas estratégias a serem adotadas que valorizem a articulação prática-teoria-prática em duas importantes áreas de atuação profissional: a Docência e a Saúde Coletiva.

Ressalta-se que os cursos de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, articulando temáticas no campo da educação e da alimentação são importantes ferramentas de EAN na perspectiva da SSAN. Espera-se que o curso planejado atenda às atuais demandas e anseios do público de interesse. Além disso, espera-se trazer à tona o debate sobre o DHAA para o fortalecimento da Educação e Cultura em Direitos Humanos.

O estudo foi aprovado pelo CEP/UNESA e autorizado na Plataforma Brasil CAAE nº 69022423.2.000.5284 sob parecer nº 6.258.898, o que viabiliza o preenchimento do Termo de

Consentimento livre e Esclarecido (TCLE) por todos os beneficiários do curso, dentre estes os professores voluntários e participantes da pesquisa.

Conclusão

O desenvolvimento do projeto até o momento evidencia o cumprimento do cronograma inicial proposto na apreciação inicial do projeto pelo CEP/UNESA e Plataforma Brasil, dada as pesquisas teóricas e articulações locais em espaços educativos, tais como Escolas públicas. O grupo também manteve contato e realizou pesquisa exploratória em Restaurantes Populares da região sul do país, nos quais ocorrem ações de EAN periódicas que serão temas vinculados aos encontros pedagógicos durante o curso de Formação Continuada de Professores.

Referências

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006 - Portal do FNDE> Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. – Brasília: ABRANDH, 2013b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Educação Alimentar e Nutricional: uma estratégia para a promoção do DHAA**. – Brasília, DF: MDS; Coordenação Geral de EAN, 2014a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Lei 13666/18 | Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm>. Acesso em: 16 abr. 2023.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental I**. Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental II**. Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

DOS-ANJOS, Cristiane dos A.; PERRELO, Luís. F. C. **Políticas públicas na produção de alimentos orgânicos: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Agroecologia, vol. 16, n. 2, p.183-194, 2021.

KERR, Rachel Bezner; MADSEN, Sidney; STÜBER Moritz; LIEBERT, Jeffrey; ENLOE, Stephanie; BORGHINO, Noélie; PARROS, Phoebe, MUTYAMBAL, Daniel M.; PRUDHON, Marie; WEZEL, Alexander. **Can agroecology improve food security and nutrition? A review**. Global Food Security, v. 29, art. 100540, 2021.

LANG, Regina M. F.; CIACCHI, Érika M. R. (organização); CORDEIRO, Amábela de A., et al. (colaboração). **EAN – Educação Alimentar e Nutricional: Fundamentação Teórica e Estratégias Contemporâneas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2021. 496 p.

Rede PENSSAN. VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [relatório eletrônico]. 2021 [citado 2022 ago 14]. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>.

SANTOS, Mylena F. dos. **Educação alimentar e nutricional para o cultivo e consumo de alimentos agroecológicos com crianças de um assentamento na Zona da Mata Sul pernambucana**. 2019. 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33830>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SANTOS, Mylena F. dos. **Educação alimentar e nutricional para o cultivo e consumo de alimentos agroecológicos com crianças de um assentamento na Zona da Mata Sul pernambucana.** 2019. 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33830>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

VIGISAN, 2022. **I Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN).** Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em 19/04/2023.

VIGISAN, 2022. **II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN).** Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em 19/04/2023.

460



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PROJETO AFETO: OS PRIMEIROS MIL DIAS DO BEBÊ

Joyce Rayanne Holanda Gomes¹
Matheus Pessoa Marques²
Breno Fernandes Monteiro Malta³
Sophie Barbosa de Farias Gama⁴
Erika Caroline Silva de Oliveira⁵
Dayse Andrade Romão⁶

Introdução

Os primeiros mil dias de uma criança são primordiais para que seu crescimento e desenvolvimento ocorram com estabilidade (FARIA, 2021, pág. 14). Concomitantemente, a mulher, durante todo esse período, passa por diversas transformações, tanto fisiológicas quanto físicas e psicológicas, e apresenta papel fundamental no bem-estar da criança (ALVES & BEZERRA, 2020, pág. 115).

O 7º distrito sanitário de Maceió, onde se localiza a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), apresenta os maiores indicadores de natalidade da cidade, sendo composto por bairros de perfil socioeconômico de classes populares (SMS, 2017, pág. 28). Diante disso, observou-se a necessidade de ações de promoção, prevenção e educação em saúde que atendessem às gestantes e crianças até os 2 anos que residem no entorno da universidade e que usufruem dos equipamentos de saúde por ela ofertados, como a Unidade Docente Assistencial (UDA) e o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA).

Dessa forma, sendo a extensão o elo entre a universidade e a sociedade, dá-se espaço para a comunidade se expressar e, conseqüentemente, aprender com ela, quebrando o paradigma de

461

¹ Discente do curso de odontologia; Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Alagoas; joyce.gomes@foufal.ufal.br

² Discente do curso de odontologia; Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Alagoas; matheus.marques@foufal.ufal.br

³ Discente do curso de odontologia; Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Alagoas; breno.malta@foufal.ufal.br

⁴ Discente do curso de odontologia; Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Alagoas; sophie.gama@foufal.ufal.br

⁵ Discente do curso de odontologia; Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Alagoas; erika.oliveira@foufal.ufal.br

⁶ Orientadora, docente do curso de odontologia; Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Alagoas; dayse.romao@foufal.ufal.br

que apenas quem transmite o conhecimento são os facilitadores (RODRIGUES, 2013, pág. 145). Objetivou-se desenvolver um projeto de extensão que abrangesse os primeiros mil dias do bebê de forma interdisciplinar, envolvendo acadêmicos e profissionais de diversos cursos ofertados pela UFAL, de forma a promover informações e orientações para as mães e permitir aos extensionistas uma formação completa despertando o senso crítico.

Objetivos gerais

A extensão objetiva proporcionar aos discentes uma formação interprofissional com caráter crítico e reflexivo, além da competência social e científica de forma coletiva, estimular e compartilhar conhecimentos e experiências. Para a comunidade, o projeto busca desenvolver ações de promoção, prevenção e de educação em saúde com atividades baseadas nas necessidades apresentadas por gestantes, puérperas, neonatos e crianças com até dois anos (0-2 anos) com permuta de informações e orientações sobre os primeiros mil dias do bebê, viabilizando o acesso aos serviços de educação em saúde para um público pouco assistido nos ambientes de atuação.

É válido destacar também como finalidade do projeto criar métodos inovadores para facilitar as tarefas no cotidiano dos serviços de saúde, promovendo a autonomia de pessoas, indivíduos e profissionais, valendo-se primordialmente dos sistemas computacionais de tecnologia móvel, sendo uma realidade dos tempos atuais dos quais proporcionam informações rápidas, seguras e precisas.

462

Metodologia, materiais e método

Local do projeto: O projeto de extensão “Afeto: os primeiros mil dias” foi realizado nas dependências da Unidade Docente Assistencial (salas de aula e de espera) e no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (sala de espera), ambos compreendidos no 7º Distrito Sanitário de Maceió (SMS, 2017, pág. 26).

Público externo: O projeto de extensão teve como público externo aproximadamente 200 participantes, compreendendo gestantes, puérperas, neonatos e crianças de até dois anos (0-2 anos).

Público interno: O público interno do projeto é composto por discentes dos cursos de Odontologia, Medicina, Nutrição, Pedagogia, Enfermagem e Psicologia, docentes dos cursos de Odontologia, Medicina e Nutrição e servidora administrativa da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Alagoas (FOUFAL). Referente à UDA estão envolvidos: cirurgiã-dentista, terapeuta ocupacional e enfermeira; já os profissionais do HUPAA, participam



cirurgião-dentista e enfermeira. A coordenação do projeto é feita pela professora da disciplina de Cariologia da FOUFAL e os docentes de Odontologia das disciplinas de Cariologia, saúde coletiva, dentística, odontopediatria, periodontia e endodontia participam de forma ativa na execução das atividades desenvolvidas no projeto, assim como uma docente da disciplina de Nutrição Materno-Infantil do curso de Nutrição.

Execução do projeto

O projeto foi realizado em duas etapas:

1ª Etapa:

- Seleção de participantes: após a aprovação do projeto, foi aberta seleção de novos discentes integrantes.

2ª Etapa:

- Capacitação e Planejamento: após a seleção, todos os alunos participaram de oficinas de capacitação e, posteriormente, planejaram as atividades a serem desenvolvidas:
 - Oficinas de capacitação e outros procedimentos pedagógicos para os acadêmicos, objetivando o aprofundamento teórico dos saberes inerentes sobre: saúde x doença, educação em saúde, promoção de saúde com a produção crítica do conhecimento, buscando a reflexão para a ação;
 - Levantamento das necessidades e das condições de saúde da comunidade acerca da realidade das grávidas atendidas na UDA e no HUPAA;
 - Intervenção: após o diagnóstico, ações foram planejadas e desenvolvidas por todos os alunos participantes, através da construção das atividades de intervenção de modo interativo, utilizando estratégias pedagógicas como palestras, rodas dialogadas de conversa e dinâmicas, a fim de compartilhar experiências e reconstruir o saber. Além de leitura de textos e discussão por meio de produções teórico-artísticas, utilizadas de acordo com o tema proposto, realização de oficinas com a participação dos atores - alunos e comunidade - tendo como partida o levantamento de necessidades e expectativas, de forma coletiva, com apropriação do saber de cada área de formação.

Resultados

Obteve-se como resultados a interação e troca de conhecimentos entre profissionais de saúde e graduandos de diversas áreas da saúde, como: nutrição, odontologia, psicologia, medicina e enfermagem. Desse modo, a cooperação entre esses profissionais e extensionistas na comunidade transcende pensamentos simplistas e desperta o senso crítico, já que permite ultrapassar conhecimentos fragmentados, tornando o cuidado em saúde mais humanizado do que tecnicista.

Outrossim, para a comunidade assistida, em especial as mães, o projeto “Afeto: os primeiros mil dias do bebê” permite a permuta de informações e orientações adequadas sobre estes períodos - gestação, puerpério, os primeiros mil dias do bebê -, além da viabilização do acesso aos serviços de educação em saúde sobre temas como: alimentos processados, açúcares ocultos, fórmulas infantis, hábitos de higiene, importância da amamentação e hábitos deletérios (uso de chupetas e mamadeiras). Assim, permite a atuação ativa deste público na melhoria da sua qualidade de vida, a qual influencia na saúde geral por completo, principalmente, a longo prazo.

Em vista disso, a rede social do projeto colaborou eficazmente para que informações antes só encontradas em sites específicos pudessem ter amplo alcance à população, quebrando barreiras físicas, ampliando ações e facilitando o acesso à informação. Logo, os resultados alcançados através da extensão são bem satisfatórios, as gestantes expressaram e demonstraram suas dúvidas e seus conhecimentos. Acrescentaram-se saberes científicos ao saberes populares dessas mães, sempre valorizando esse saber popular, utilizando muitas vezes as tecnologias ao nosso favor, estimulando-as a refletir sobre as condutas que melhor favorecem o binômio.

464

Conclusão

Destarte, percebeu-se que a educação em saúde para gestantes e crianças de até 2 anos cumpriu com seus objetivos iniciais e é uma poderosa ferramenta de sensibilização, disseminação de informações, e principalmente desmistificações culturais equivocadas, tanto para a equipe quanto para o público, incentivando a continuidade do projeto no ciclo gravídico-puerperal. Além de ampliar o vínculo dos participantes, proporcionando maior integração e fortalecimento do ensino-serviço-comunidade.

À vista disso, projetos de extensão como este aumentam a conexão com a comunidade e auxiliam os diálogos entre o senso comum e o senso científico, prestando assistência para um grupo populacional que necessita de cuidados e informações. É evidente que a forma de divulgação das informações desenvolvidas no projeto são melhor difundidas ao público alvo por meio da ação conjunta entre informações digitais e apresentação física.

Dessa forma, comprova-se que o conhecimento é expandido para muito além da Universidade, alcançando a comunidade através do compartilhamento de informações importantes para o



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



desenvolvimento social, resultando uma melhor integração entre a instituição de ensino e a comunidade.

Referências

ALVES, Tuanne Vieira, BEZERRA, Martha Maria Macedo. Principais alterações fisiológicas e psicológicas durante o período gestacional. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 14, p. 114-126, 2020.

FARIA, Luciana Abreu. A importância dos primeiros mil dias de vida do bebê. 2021. Monografia (especialização em odontopediatria) - Faculdade Sete Lagoas, Sete Lagoas, 2021.

Secretaria Municipal de Saúde. Diretoria de Gestão e Planejamento em Saúde/Coordenação Geral de Planejamento. Plano Municipal de Saúde (PMS) 2018-2021. SMS/DGPS/CGP. Maceió. 2017.

RODRIGUES, A. L. L. et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. *Revista Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 1, n. 16, p. 141-148, mar. 2013

465



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PROCESSO DE OBTENÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AQUAFABA DE ERVILHA VERDE (*PISUM SATIVUM*, L.) EM PÓ OBTIDO POR *SPRAY DRYER*

Luiza Guimarães Magalhães¹
Gabriel Nathan da Costa Dias²
Victor Paulo Ferreira Silva³
Anna Paola Trindade Rocha Pierucci⁴
Juliana dos Santos Vilar⁵

Introdução

O veganismo tem tido cada vez mais visibilidade e adeptos em todo o mundo. A crescente adoção de dietas sem carne e a escolha por não consumir produtos de origem animal estão associadas principalmente a motivações ligadas à saúde, religião, bem-estar animal e preocupação ambiental (Miki *et al.*, 2020).

A relação entre a produção global de alimentos, o clima e os ecossistemas tem sido apontada por contribuir com a degradação do meio ambiente, além de ultrapassar os limites do planeta e da saúde humana. Por conseguinte, estudos de impactos climáticos demonstram que a diminuição da inclusão de alimentos de origem animal na alimentação, especialmente da carne bovina, configura-se como um dos melhores métodos para mitigar as mudanças climáticas (EAT-Lancet Commission, 2019). Nesse contexto, a dieta à base de plantas apresenta-se como um sistema alimentar mais sustentável, estando, portanto, alinhado ao documento “Transformando nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e as ODS 2 e 13 (Nações Unidas Brasil, 2015).

Dentro desse panorama, o estudo realizado por Veganz (2020) revela que os veganos representam 2,6 milhões (3,2%) da população europeia, enquanto o Brasil experimenta um aumento notável no número de indivíduos que se declaram adeptos de dietas vegetarianas. Conforme dados de 2018, cerca de 14% da população brasileira relatou aderir a uma dieta vegetariana (IBOPE, 2018).

466

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF) - luizagmagalhaes@gmail.com

² Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - gabrieldias@ufrj.br

³ Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - vitorpaulosf@gmail.com

⁴ Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - pierucci@nutricao.ufrj.br

⁵ Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - julianavilar@nutricao.ufrj.br



As avaliações de mercado para novos produtos direcionados para o público que seguem dietas à base de plantas apresentam projeções econômicas favoráveis e são estimuladas pelo aumento contínuo na demanda pelos indivíduos vegetarianos e veganos, como também por quem busca essas alternativas. Portanto, observa-se que a criação de suplementos nutricionais e produtos alimentícios originados de vegetais está em ascensão. Devido a essa tendência, emerge a necessidade de explorar opções veganas que possam reproduzir características de produtos de origem animal (Ayres *et al.*, 2022).

Neste contexto, a aquafaba (AQ), um subproduto obtido durante o preparo de leguminosas, mostra-se como uma potencial alternativa para a substituição da clara de ovo batida em neve, em virtude de sua propriedade de formação de espuma, visando sua aplicação em preparações culinárias inclusivas para o público vegetariano, vegano e aos alérgicos a ovo (Shim *et al.*, 2018; Mustafa *et al.*, 2018).

Contudo, a AQ possui um elevado teor de umidade, o que implica em um produto caracterizado por uma alta perecibilidade e, conseqüentemente, uma vida de prateleira reduzida (Magalhães *et al.*, 2023). Portanto, faz-se necessário a busca por meios de conservação plausíveis para aumentar o seu tempo de estocagem.

Dessa maneira, destaca-se a secagem por *spray dryer*, método bastante utilizado na indústria de alimentos, o qual permite a transformação eficiente de líquidos em pós secos através da atomização e evaporação rápida de água, oferecendo maior controle sobre características das partículas resultantes, aumento do tempo de prateleira e expansão das possibilidades de utilização (Chen *et al.*, 2021).

467

Objetivos gerais

Elaborar a aquafaba de ervilha verde (*Pisum sativum*, L.);

Realizar a secagem da aquafaba de ervilha verde (*Pisum sativum*, L.) para obtenção de um pó (AQP);

Avaliar as características físico-químicas da AQP.

Metodologia, materiais e métodos

Processo de obtenção da AQ

Para a obtenção da aquafaba em pó, obteve-se previamente a aquafaba líquida (AQ) conforme a metodologia de Magalhães *et al.* (2023) (Figura 1), em que o pré-preparo dos grãos de ervilha verde partida foi realizado em três etapas: seleção, higienização e remolho. O preparo foi realizado com o emprego de calor úmido, sem pressão, durante 40 minutos, em uma proporção de 1:4 (grão seco:água). Em seguida, o conteúdo formado foi armazenado integralmente na



geladeira por 24 horas, a fim de haver a formação de gel e seu espessamento e, então, separou-se a ervilha cozida da aquafaba com o auxílio de uma peneira de aço inoxidável.



Figura 1 – Adaptação do fluxograma do processo de obtenção da aquafaba (AQ).
Fonte: Magalhães *et al.* (2023).

Processo de secagem da AQ

Para a secagem da AQ, utilizou-se um mini *Spray Dryer* BÜCHI B-290, configurado com os seguintes parâmetros: *Inlet* de 200°C, *Aspirator* de 80%, *Pump* de 20% e *Nozzle Cleaner* de 0, com injeção de um volume de 360mL de AQ.

468

Análise da composição centesimal da AQP

As análises de composição centesimal da AQP foram realizadas utilizando-se os métodos preconizados pelo Instituto Adolfo Lutz (IAL, 2008). O teor de carboidratos foi obtido por diferença, conforme a Equação (1).

$$\% \text{carboidratos} = 100\% - \text{umidade} - \text{cinzas} - \text{proteínas} - \text{lipídios} \quad (1)$$

Umidade

A determinação da umidade foi feita a partir da gravimetria (secagem direta em estufa a 105°C) pela metodologia 012/IV do Instituto Adolfo Lutz, (Instituto Adolfo Lutz, 2008), sendo calculada conforme a Equação (2):



$$Umidade (\%) = [(m_i - m_s)/m_i] \times 100 \quad (2)$$

Onde, m_i representa massa integral da amostra em gramas e m_s a massa seca em gramas.

Teor de cinzas

O teor de cinzas foi determinado utilizando-se o método 018/IV por incineração do Instituto Adolfo Lutz (Instituto Adolfo Lutz, 2008), adaptando-o quanto à quantidade de amostra de AQP, em que utilizou-se, aproximadamente, 1g.

A Equação (3) foi utilizada para calcular o teor de cinzas:

$$Teor de cinzas (\%) = (100 \times N)/P \quad (3)$$

Onde, N é o número de g de cinzas; P é o número de g da amostra.

Teor de lipídios

A concentração de lipídios foi feita por extração direta em Soxhlet, segundo a metodologia 032/IV do Instituto Adolfo Lutz (Instituto Adolfo Lutz, 2008).

O teor de lipídios foi obtido a partir da Equação (4):

$$Teor de lipídios (\%) = (100 \times N)/P \quad (4)$$

Onde, N é o número de gramas de lipídios; P é o número de gramas da amostra.

Teor de proteínas

O teor de proteínas foi realizado pelo método de Kjeldahl clássico, descrito na metodologia 036/IV do Instituto Adolfo Lutz (Instituto Adolfo Lutz, 2008), sendo determinado pela Equação (5):

$$Proteínas (\%) = (V \times 0,14 \times f)/P \quad (5)$$

Onde, V representa a diferença entre o nº de mL de ácido sulfúrico 0,05M e o nº de mL de hidróxido de sódio 0,1M gastos na titulação; P é nº de g da amostra e f o fator de conversão. O f utilizado foi de 5,75 para proteínas de origem vegetal, segundo a RDC nº 360, de 2003.

Análise da cor da AQP

A análise de cor da AQP foi realizada a partir de um colorímetro Minolta, *software* OnColor, conforme o sistema CIELab (Hunter, 1958).

Resultados parciais

Processo de secagem da aquafaba (AQ)

O processo de elaboração da aquafaba (AQ) gerou um volume de 1.250mL de AQ a partir do cozimento de 500g de ervilha. Já no processo de secagem, obteve-se um rendimento de 2,74g/100mL. Supõe-se que este resultado pode ser incrementado com o uso de *spray dryer* a nível industrial, uma vez que a metodologia do presente estudo procedeu-se a nível laboratorial, a qual possui limitações, tais como a perda de parte do pó gerado que ficou retido no equipamento.

Análise da composição centesimal da AQP

As análises da composição centesimal (Tabela 1) mostraram que a AQP possui uma baixa umidade ($9,93 \pm 0,48$), indicando uma eficiência da metodologia de secagem com o *spray dryer* empregada, sendo este um resultado favorável, tendo em vista que uma menor umidade confere ao produto em questão uma maior vida útil. Outrossim, revelam que a AQP possui um elevado teor de proteínas ($34,28 \pm 2,39$), de cinzas ($11,14 \pm 1,04$) e de carboidratos (44,65), configurando-se, também, como um achado positivo, uma vez que os estudos com aquafaba visam desfrutar do seu alto conteúdo de proteínas e consequentes aplicações tecnológicas. Além disso, a amostra não apresentou lipídios em sua constituição, não estando, portanto, suscetível a reações de rancidez lipídica, caracterizando-se, deste modo, como um produto mais estável (Vasconcelos; Filho, 2010).

470

Tabela 1 – Composição centesimal da AQP (g/100g).

Composição centesimal	Aquafaba de ervilha verde em pó (AQP)*
Umidade	9,93±0,48
Cinzas	11,14±1,04
Proteínas	34,28±2,39
Carboidratos	44,65
Lipídios	0,00±0,00

*Média ± Desvio Padrão;

Fonte: Próprio autor (2023).

Cabe a ressalva de que a literatura não dispõe de estudos sobre a composição centesimal de aquafaba de ervilha verde em pó, implicando numa impossibilidade de comparação com os resultados do presente estudo.

Análise de cor da AQP

A análise de cor apresentou os valores 90,47, -1,79 e 8,03 para as coordenadas L*a*b*, respectivamente, sendo, portanto, uma amostra clara, verde e amarela.

Conclusão

Em suma, entende-se que a metodologia de secagem com o uso do *spray dryer* constitui-se como uma boa alternativa para a conservação da AQ, conferindo a mesma uma maior vida de prateleira e, conseqüentemente, um maior potencial de uso na culinária, de modo a favorecer práticas alimentares mais sustentáveis, com a utilização de subprodutos do preparo de alimentos para alimentação humana, e inclusiva para vegetarianos, veganos e alérgicos ao ovo.

Referências

AYRES, E. M. M. *et al.* Elaboration of a Vegetarian Product Type ‘Cheese’ Based on White Beans. **Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, v. 17, p. 1, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/62313/42634>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CHEN, W. *et al.* Effect of Spray-Drying and Freeze-Drying on the Composition, Physical Properties, and Sensory Quality of Pea Processing Water (Liluva). **Foods**, v. 10, n. 6, p. 1401, 17 jun. 2021.

EAT-*Lancet* Commission. THE *LANCET*. **Alimento, Planeta, Saúde: dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares sustentáveis**. 2019. Disponível em: https://eatforum.org/content/uploads/2019/04/EAT-Lancet_Commission_Summary_Report_Portuguese.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

HUNTER, R. S. Photoelectric color difference meter. **Journal of the Optical Society of America**, v. 48, p. 985-995, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO E PESQUISA (IBOPE). **Pesquisa de opinião pública sobre vegetarianismo**. 2018. Disponível em: https://www.svb.org.br/images/Documentos/JOB_0416_VEGETARIANISMO.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Métodos físico-químicos para análises de alimentos**. 4ª ed. (1ª Edição Digital). São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008. 1020 p.

KATONOVA, A. *et al.* Effect of a Vegan Diet on Alzheimer's Disease. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 23, n. 23, p. 14924, 29 nov. 2022.

MAGALHÃES, L. G. *et al.* **Processo de obtenção e caracterização de aquafaba de ervilha (*Pisum sativum*, L.)**. 2023.

MIKI, A. J.; LIVINGSTON, K. A.; KARLSEN, M. C.; FOLTA, S. C.; MCKEOWN, N. Using Evidence Mapping to Examine Motivations for Following Plant-Based Diets. **Curr Dev Nutr**. 2020 Feb 5;4(3):nzaa013. doi: 10.1093/cdn/nzaa013. PMID: 32110769; PMCID: PMC7042611.

MUSTAFA, R. *et al.* Aquafaba, wastewater from chickpea canning, functionns as an egg replacer in sponge cake. **International Journal of Food Science and Technology**, v. 53, p. 2247–2255, 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 18 out. 2023.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SHIM, Y. *et al.* Composition and Properties of Aquafaba: Water Recovered from Commercially Canned. **Journal of Visualized Experiments**, v. 132, n. 56305, 2018. doi: 10.3791/56305.

VASCONCELOS, M. A. S.; FILHO, A. B. M. **Conservação de alimentos**. Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (ETEC - Brasil). Recife: EDUFRPE, 2010. 130 p.: il. ISBN: 978-85-7946-072-2.

VEGANZ. **Veganz Nutrition Study 2020**. Alemanha, 2020. Disponível em: <https://vegan.de/blog/vegan-ernahrungsstudie-2020/>. Acesso em: 18 out. 2023.

473



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

BRINQUEDOTECA: APRENDER BRINCANDO

Thierry Pinheiro Nobre¹
Ingrid Rosa Carvalho²
Fabiana Zanol Araújo³
Flaviane Lopes Siqueira Salles⁴
José Francisco Chicon⁵

Introdução

Mudanças sociais, culturais e históricas influenciam diretamente a cultura lúdica. Como o brincar é um elemento cultural, acreditamos que o lúdico extrapola a infância e sua importância deve passar por todas as etapas da vida. De acordo com Santos (2000), brincar é um elemento crucial no processo de crescimento humano, mas, em grande parte, é associado à infância. Isso ocorre porque, à medida que as mudanças no mundo moderno acontecem, as pessoas gradualmente se afastam do envolvimento lúdico à medida que envelhecem. Em outras palavras, culturalmente somos condicionados a deixar de ser lúdicos à medida que nos tornamos adultos. Nesse sentido, à medida que a Psicologia Infantil avançou a partir dos anos 1950, as atividades lúdicas ganharam destaque devido à compreensão de que o brincar desempenha um papel fundamental na identidade da criança pequena (SANTOS, 2000). Esse reconhecimento levou à criação de ambientes específicos destinados a experiências lúdicas com as crianças, conhecidas como brinquedotecas.

Para Santos, brinquedoteca se define como espaços lúdicos e prazerosos, destinados ao despertar das “[...] às emoções, às vivências corporais, ao desenvolvimento da imaginação, da criatividade, [...] do desenvolvimento do pensamento, da ação, da sensibilidade, da construção do conhecimento” (2000, p. 58), e das relações sociais. Portanto, é preciso pensar na brinquedoteca como um lugar que acolhe a todos, independentemente da idade, cor, deficiência, gênero etc., de modo que as crianças possam, na relação com os brinquedos, adultos e colegas, enriquecer suas experiências lúdicas e relacionais.

474

¹ Mestrando em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), thierrypnobre@outlook.com;

² Mestre em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), ingridrosa.c@outlook.com;

³ Doutoranda em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), f.zanol4@gmail.com;

⁴ Doutoranda em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), flsalle25@gmail.com;

⁵ Doutor e Coordenador do Laboratório de Educação Física Adaptada (LAEFA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), chiconjf@yahoo.com.br;



De acordo com Cunha (2001), a criação das brinquedotecas trouxe benefícios à prática do brincar, proporcionando um ambiente onde adultos e crianças podem participar de atividades lúdicas de forma livre, com ênfase na expressão de suas habilidades e necessidades recreativas. Em diversas localidades, existem brinquedotecas que operam de diversas maneiras, alguns disponibilizam empréstimos de brinquedos e jogos, outros atendem especificamente crianças com deficiência e promovem a interação com adultos e outras crianças, enquanto alguns são associados a instituições de ensino superior, como universidades. Brinquedotecas universitárias, geralmente, têm por objetivo atender à tríade ensino, pesquisa e extensão, como é o caso da brinquedoteca investigada neste estudo.

O Projeto “Brinquedoteca: aprender brincando”, desenvolvido pelo Laboratório de Educação Física Adaptada (Laefa) em um Centro de Educação Física e Desporto (Cefd) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), consiste em um espaço de ensino, pesquisa e extensão no atendimento de crianças com e sem deficiência em processo de inclusão. O projeto objetiva promover campo de estágio aos acadêmicos, expandir os serviços de Educação Física, a comunidade externa da Ufes, de crianças com e sem deficiência, incrementar a prática de ensino e pesquisa nessa área de interesse, com orientação teórico metodológica na abordagem histórico-cultural.

Propondo atividades lúdicas e cooperativas, o projeto usa a brincadeira e o faz de conta, para estimular as relações socioafetivas e a comunicação das crianças. Apoiados em estudos como os de Vygotsky (1991), Kishimoto (1998), Chicon (2013) e Chicon et al. (2016), ressaltamos a importância da brincadeira no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. A criança se relaciona com os conteúdos culturais, apropriando-se, reproduzindo e ressignificando com a brincadeira. Nesse sentido, o ambiente da brinquedoteca “[...] é criado para favorecer a brincadeira. [...] onde as crianças (e os adultos) vão para brincar livremente, com todo o estímulo à manifestação de suas potencialidades e necessidades lúdicas” (CUNHA, 1994, p. 13). Este ambiente propõe a interação de crianças com e sem deficiência no mesmo espaço/tempo, mediadas pela ação dos brinquedistas, ou seja, educadores que estimulam, enriquecem e ampliam as possibilidades lúdicas da criança. Assim, a brinquedoteca, que é rico em estímulos materiais (brinquedos), será rico também em sua diversidade, potencializando práticas inclusivas, mediadas por princípios como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem por meio da cooperação.

475

Objetivo geral

Descrever e refletir sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão do projeto Brinquedoteca: aprender brincando, do período de fevereiro a agosto de 2023.



Metodologia, materiais e métodos

Participam do projeto 65 crianças, de ambos os sexos, com idades entre 3 e 6 anos. Destas, 40 são das turmas regulares de 4 e 5 anos de um Centro de Educação Infantil e 25 são crianças com deficiência/autismo advindas das comunidades da Grande Vitória- Espírito Santo, constituindo turmas inclusivas. As atividades são desenvolvidas com a participação de 21 discentes como brinquedistas, vinculados pelas disciplinas de Atividade Interativa de Formação (Atif), da Experiência de Ensino em Temáticas Transversais e Oficina de Docência em Práticas Corporais Inclusivas, as aulas ocorrem uma vez por semana, todas as segundas-feiras, das 14 às 14h50min, com o grupo de 4 anos e das 15h às 15h50min, com o grupo de 5 anos, com a proposta: Brincando e aprendendo na brinquedoteca. A partir das 16 horas às 17h30min, ocorre a avaliação da aula do dia e planejamento para a aula seguinte com a equipe. A inscrição dos participantes no projeto ocorre por demanda espontânea e cadastro de reserva feitas diretamente no Laefa.

Resultados

Quantitativamente realizamos 300 atendimentos semestrais de crianças com e sem deficiência/autismo da comunidade externa, publicamos um livro, cinco artigos em revista, um IC (Iniciação Científica) e dois TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). O espaço da brinquedoteca se apresenta como um ambiente onde possibilita o acesso ao brincar das crianças com ou sem deficiência/autismo de forma livre, autônoma e criativa. Além de ser um campo para os acadêmicos adquirirem experiência prática e teórica do exercício da função docente no atendimento educacional do público-alvo na brinquedoteca, nas disciplinas de Atif (Atividade Interativa de Formação) da Experiência de Ensino em Temáticas Transversais e Oficina de Docência em Práticas Corporais Inclusivas. Compreendendo a brinquedoteca como um local de ensino, pesquisa e extensão, sua equipe de trabalho é composta, um coordenador, uma professora gestora, quatro bolsistas de pesquisa e extensão, uma professora colaboradora interna e uma professora colaboradora externa, que se reúnem todas as terças-feiras, das 14 às 17 horas, para avaliação e planejamento coletivo colaborativo das aulas direcionadas às crianças e para o planejamento e elaboração de material pedagógico. Além disso, reúnem-se, também, às quintas-feiras, das 14 às 17 horas, para grupo de estudo versando sobre temas relacionados a brincadeira infantil, desenvolvimento humano, práticas corporais e autismo, tendo como referência estudos na abordagem histórico-cultural.

Conclusão

O projeto supre uma lacuna social existente na comunidade em relação à ausência de oferta de serviços públicos e privados no âmbito socioeducacional para crianças com deficiência,

melhorando a qualidade de vida dessas pessoas. Fomenta princípios que contribuem para uma sociedade que não só reconheça a diversidade humana, mas a conceba como uma premissa de vida. Apresenta-se como um espaço formativo para graduandos em Educação Física em uma práxis na perspectiva inclusiva.

Referências

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4. ed. São Paulo: Martim Fontes, 1991.

CHICON, J. F. *Jogo, mediação pedagógica e inclusão: um mergulho no brincar*. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2013.

CHICON, J. F. et al. *Educação física e inclusão: A mediação pedagógica do professor na brinquedoteca*. Movimento, v. 22, n. 1, 2016.

CUNHA, N. H. S. *Brinquedoteca: um mergulho no brincar*. São Paulo: Maltese, 1994.

KISHIMOTO, T. M. *O jogo e a educação infantil*. São Paulo: Pioneira, 1998.

SANTOS S.M.P. (org.) *Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PROCESSOS JUDICIAIS COMO FONTES HISTÓRICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos¹
Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha²
Manoel Pereira da Silva Neto³

Introdução

O Coité-Núcleo Unicap de Estudos Oitocentistas é vinculado ao Curso de Licenciatura em História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Educação e Humanidades da Universidade Católica de Pernambuco. O núcleo tem a intenção de estimular a reflexão sobre o ensino e a pesquisa de História, congregando trabalhos em desenvolvimento ou concluídos que dialoguem sobre a história do Brasil no longo século XIX (1750 – 1930), seus temas, fontes e metodologias. Com caráter interdisciplinar, objetiva promover o intercâmbio entre a Universidade, a comunidade e outras instituições por meio de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Nos últimos anos, destacaram-se as ações de iniciação científica e extensão resultantes de uma parceria com o Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desenvolvida desde 2022 com foco em pesquisas nas fontes históricas judiciais. Analisamos o processo judicial como fonte primária, a partir da lógica processual e suas transformações no tempo, percebendo as suas relações com as instituições e os agentes envolvidos. Os estudantes de iniciação científica do curso de história da Unicap receberam orientação e acompanhamento das pesquisas pelo corpo técnico do Memorial da Justiça, bem como apresentaram o andamento da pesquisa em atividades de curadoria conjuntas para o desenvolvimento de seus trabalhos.

478

Objetivos gerais

Identificar aspectos sociopolíticos e culturais do século XIX brasileiro pela análise dos processos judiciais.

¹ Doutora em História- Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)- lidiarafeela@gmail.com

² Doutora em História- Memorial da Justiça-Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)- monica.padua@tjpe.jus.br

³ Graduando em História-Unicap- manoel.2021103725@unicap.br

Metodologia, materiais e métodos

O cerne da metodologia foram os cuidados necessários para usar o processo judicial como fonte histórica. Por muito tempo as fontes primárias produzidas pela Justiça brasileira não eram encaradas como válidas para serem usadas pelos historiadores para escreverem sobre a história. Atualmente essa realidade mudou e há muitas pesquisas publicadas com base em acervos judiciais de diversas regiões brasileiras. Alguns, inclusive, partindo da vida de um personagem para estudar um contexto histórico, como é o caso de um dos tantos trabalhos de João José Reis (2006), como aquele em que fala sobre a vida de um sacerdote africano na Bahia oitocentista, ou de Ivan de Andrade Vellasco (2004), quando se utiliza da documentação da Comarca do Rio das Mortes, do século XIX, para revisitar algumas questões acerca da presença da violência no universo social oitocentista (Cunha, 2017).

Mas, para analisar qualquer tipo de documento primário e fazer as correlações do que lá está escrito com a realidade do momento em que foi gerado, e saber mais um pouco sobre a história, é necessário entendê-lo. Também é imprescindível compreender o funcionamento do órgão que o produziu, as rotinas e os padrões estabelecidos para criar seus documentos, bem como as atividades de cada pessoa que possuía cargo na instituição, sob pena de se chegar a conclusões, no mínimo, controvertidas (Cunha, 2017).

Dependendo da norma legal do momento em que foi criado, o documento usado em determinado trabalho, que tem características próprias, vai trazer os valores de uma determinada época. Mas é bom esclarecer que os discursos que aparecem nos documentos também estão impregnados de exigências estabelecidas por certos grupos da sociedade, que controlavam o sistema político e social (Cunha, 2017).

Para compreender um pouco sobre o processo judicial, tipo de documento usado neste trabalho, é importante salientar que ele é um dossiê e, por essa razão, composto por vários documentos, relacionados aos mandamentos legais. Ele passa a existir para cumprir com a função de apresentar uma decisão sobre determinada demanda, acionada por um cidadão interessado, que se encaminhou à Justiça por não ter conseguido solucionar um problema específico por outros meios (Cunha, 2013).

Em sua constituição, o processo judicial é formado por documentos de diversos tipos, conforme a previsão legal. Para a História, esse documento composto é rico em informações, porque apresenta diferentes visões sobre um determinado caso ou fato, por trazer em seu conteúdo os motivos do autor para ingressar em Juízo, a defesa do réu e, muitas vezes, relatos de testemunhas, pessoas relativamente desinteressadas na demanda, que observaram o ocorrido e tiveram registrados no documento os seus discursos (Cunha, 2017).

Também há outros tipos de discurso nos processos, como aqueles relacionados aos dos delegados de polícia e dos peritos, contidos em processos criminais; falas de terceiros interessados, muito comuns em processos cíveis; bem como pareceres de profissionais da área

de saúde, que relatam as condições médicas e de higiene dos envolvidos e, consequentemente, daquela comunidade; fotografias, que revelam discursos por meio de imagens de uma sociedade, em um determinado período; e notícias de jornais, emitindo informações sobre os acontecimentos da época (Cunha, 2013).

Cada processo é um dossiê que reflete uma sequência temporal de atos. Ele é constituído por pequenas partes, itens documentais, que foram inseridos nele ao longo do tempo durante o qual existiu para cumprir sua função social, ou seja, naquele momento em que alguém provocou a Justiça para que ela pudesse exercer a prestação jurisdicional. É verdade que cada processo é criado com base na legislação. Esse fato leva à conclusão de que, dependendo da norma legal da época em que foi criado, o documento em questão tem características próprias, apesar de haver a possibilidade de se apresentar com nomes diferentes, com conceitos similares (Cunha, 2013).

Por tudo isso, vale trazer informações sobre o funcionamento da Justiça no período imperial, momento em que foi criado o processo judicial usado neste trabalho, pois são as funções atribuídas a um órgão público que o faz gerar, produzir seus documentos.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil e o processo de independência, iniciou-se a formação de um Direito brasileiro formal, que veio a contribuir para a manutenção das relações sociais e políticas da época, num movimento de desvinculação do estatuto colonial (Schwarcz, 1993). Pode-se afirmar que, quando o Estado, por meio da estrutura da Justiça, oferece a prestação do serviço jurisdicional, disponibiliza-se para que a pessoa com capacidade reconhecida pela lei procure o Judiciário. Ao pedido dessa pessoa pela prestação do serviço da Justiça se dá o nome de direito de ação (Cunha, 2017). Ação, no oitocentos, pode ser conceituada como “o meio que qualquer tem de pedir a satisfação de uma dívida, ou o cumprimento de um fato, ou qualquer obrigação que outro tem contraído, e para o obrigado o dar, fazer ou não fazer alguma coisa, sendo a isso condenado pelo juiz (...)” (Bastos, 1860, p. 97). Mediante o exercício da ação, entende-se que a jurisdição é provocada e esta é exercida por meio do processo, materializado pelos autos judiciais, que são aqueles escritos feitos “por ministério do juiz; o que contém o reconhecimento de um direito, ou de um crédito” (Bastos, 1860, p. 106). Mesmo não sendo a única forma de controle, foi a partir de regras normatizadas que foram criadas as competências da Justiça brasileira e, assim, produzidos os processos judiciais (Cunha, 2017).

As decisões dos magistrados, bem como todos os itens documentais que fazem parte dos autos judiciais, podem ser usados para entender a realidade social, política e econômica de uma época. A partir do momento que se conhece o funcionamento dos órgãos competentes para executar o controle social, por meio da análise dos processos judiciais, da lei e das normas locais usados nesses documentos pelos sujeitos de direito, é possível identificar, na prática discursiva, padrões de comportamento e julgamentos que servirão para entender melhor o contexto social e político de uma determinada sociedade (Cunha, 2017).

Para contextualizar a Justiça em Pernambuco, em 1821 foi criado o Tribunal da Relação e instalado em 1822. Particularmente na comarca do Recife, capital da província, os Juízos de Direito, de Paz, Municipal e os demais, existentes no século XIX, eram compostos inicialmente pelo magistrado e um escrivão, e este, por vezes, servia a dois ou mais Juízos. As audiências aconteciam, nos primeiros anos do Império, na própria residência do magistrado. Com o passar dos anos, o Juízo passa a atuar em cartório composto por escrivão e escrevente, em sala própria, localizada no prédio em que funcionava o Tribunal. Cada uma das pessoas que participavam do processo, executando serviços para a Justiça, incluindo o magistrado, escrivão, perito, oficial de justiça, curador, procurador, contador, entre outros, recebia honorários estipulados por lei pelo trabalho realizado em cada processo, valores esses que podem ser observados no final do documento, no momento do cálculo das custas pelo contador (Cunha, 2017).

Após a Constituição de 1824, ocorreram algumas reformas importantes no sistema judicial, que incluíram extinção de órgãos do período anterior à Independência, criação de novas instituições e suas regulamentações. Entre as reformas marcantes podem ser citadas aquelas de 1832, 1841/42 e, por último para o período imperial, a de 1871, sem falar da criação dos Códigos Criminal e Comercial, bem como de legislações esparsas que regulavam o dia a dia da sociedade daquele período cronológico.

Resultados

A parceira tem possibilitado um diálogo com variadas temáticas. No tocante as atividades de iniciação científica pesquisamos as fontes judiciais dentro do escopo de análise do projeto de pesquisa *Entre festas e divertimentos: identidades, patriotismo, devoções e sociabilidades no Pernambuco Oitocentista*. Na pesquisa localizamos processos envolvendo práticas, lugares e sujeitos nas festas e divertimentos na província de Pernambuco durante o século XIX, como, por exemplo, querelas envolvendo atores e atrizes do Teatro, membros da elite festejando nos arrabaldes da cidade, escravizados brincando entrudo, homens livres pobres tecendo sociabilidades em tavernas, casas de molhados e nas ruas do Recife e seguindo procissões religiosas.

Destacamos o libelo cível que o comerciante de Garapa Francisco José Pinto Vianna moveu contra José Marques Vianna, seu parente e antigo caixeiro, por uma dívida que o réu teria angariado de forma fraudulenta ao administrar os bens e vendas nos bairros do Recife e Santo Antônio, entre agosto de 1822 a fevereiro de 1826, período que o autor se ausenta da cidade por causa de “convulsões políticas”. Segundo os autos, podemos notar que a cidade e as praças de comércio não estavam seguras diante dos constantes “motins” e “movimentos políticos” como a Confederação do Equador que reverberam drasticamente na vida cotidiana da cidade, levando algumas pessoas, como Francisco José, saírem da cidade.

Outro destaque foi a trajetória dentro e fora dos palcos da atriz Maria Leopoldina Ribeiro Sanches, artista baiana que circulou pelos palcos das principais cidades do Brasil oitocentista, como Recife e Rio de Janeiro, e que nesse trajeto foi aclamada pelo público e crítica. No entanto, se envolveu em um conflito na justiça com João Ozorio de Castro Maciel Monteiro, membro de uma família rica e influente na política local. Inicialmente, a relação entre os dois parecia ser tranquilo e amistosa, pois ela foi presenteadada por ele com joias e vestidos, também foi passar a temporada festiva do verão nos arrabaldes do Recife com o queixoso. No entanto, por meio de uma queixa-crime João Ozorio relata que ela tentou subtrair uma parte da sua fortuna coadjuvada pelo genro e ator Luís Carlos de Amoêdo. Diante disso, a investigação policial segue e são inquiridas pela justiça as partes e testemunhas. Maria Leopoldina diz ter sido vítima de constantes assédios e pedidos por parte do autor que poderiam colocar seus familiares em risco, mas que não teria subtraído nada do autor, as outras testemunhas dizem que não viram nada a respeito do crime e a Primeira Vara Cível da cidade do Recife considerado inocente os atores em 1852.

Conclusão

A parceria entre a Unicap e o Memorial da justiça do TJPE ressaltou a importância do diálogo entre a universidade, a comunidade e outras instituições. Incentivou o acesso aos acervos judiciais e acompanhamento das pesquisas dos estudantes envolvidos na iniciação científica. As ações visaram identificar aspectos sociopolíticos e culturais do século XIX brasileiro pela análise dos documentos jurídicos. Nesse sentido, foi preciso compreender o processo judicial como fonte histórica, bem como o funcionamento do sistema judicial e seus agentes na época.

A partir da leitura e interpretação cuidadosa dos documentos que compõem o processo judicial, foi possível perceber as diferentes vozes e discursos que se manifestam sobre um determinado caso, revelando as tensões, conflitos, valores e mentalidades da sociedade oitocentista. Assim, a pesquisa contribuiu para o avanço do conhecimento histórico sobre o Pernambuco oitocentista e para a valorização do patrimônio documental da Justiça pernambucana.

Referências

Bastos, Antonio Jose Baptista. **Conselheiro fiel do povo ou collecção de formulas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Typ. Universl de Laemmert, 1860.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, v. 18, p. 331-366, 1998.

Cunha, Mônica Maria de Pádua Souto da. **A análise tipológica como subsídio para construção de vocabulário controlado: o caso do Juízo de órfãos do Recife (1824-1889)**.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Recife: O autor, 2013. Orientador: Fábio Mascarenhas e Silva Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/241/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Cunha%2C+M%C3%B4nica+Maria+de+P%C3%A1dua+Souto+da>. Acesso em: 08 Out 2023.

Cunha, Mônica Maria de Pádua Souto da. **A Justiça em Pernambuco no Oitocentos**. Anais da Anpuh, Brasília-DF, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488175732_ARQUIVO_AJUSTICAEMPERNAMBUCONOOITOCENTOS_Monica_Padua_Cunha_SNH2017.pdf. Acesso em: 08 Out 2023.

Reis, João José. **Domingos Pereira Sodré**: um sacerdote africano na Bahia oitocentista. *Afro-Ásia*, 34 (2006), p. 236-313.

Schwarcz, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Velasco, Ivan de Andrade. **A cultura da violência**: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais Século XIX. *Tempo*, Rio de Janeiro, 2004, n° 18, pp. 171-195. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v9n18/v9n18a08>. Acesso em: 08 Out 2023.

483



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERÍODO DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daiane Ferreira Peixoto¹

Karen Teixeira Fortes²

Karina Alves Rodrigues³

Omara Machado Araujo de Oliveira⁴

Deison Fernando Frederico⁵

Introdução

O projeto “Cuidar-se” está vinculado ao Centro Universitário IBMR, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O trabalho baseia-se na ação multidisciplinar dos alunos dos cursos de graduação em Psicologia e Nutrição em parceria estabelecida com uma instituição que apoia familiares de crianças em tratamento oncológico. A atividade oferecida pelo projeto “Cuidar-se” abrange diferentes habilidades e perfis de atuação com o propósito de levar conteúdo claro e objetivo sobre o autocuidado durante período específico. O público-alvo inclui as famílias dos pacientes, funcionários da instituição e voluntários, de modo a contemplar todos os envolvidos no ambiente de atuação. O presente trabalho reflete ainda sobre as possibilidades de atuação de um projeto de extensão junto a instituição que visa o apoio social e familiar de seus assistidos. É importante considerar que a atuação deu-se no ano de 2020, início da pandemia de COVID-19 no Brasil, com intensa propagação do vírus e implementação de severas medidas de segurança sanitária. Sendo assim, medidas de precaução/prevenção como o distanciamento social, a quarentena e o isolamento social se tornaram necessários e, em determinados momentos, obrigatórios. Com isso, a circulação foi restringida, limitando de forma repentina as rotinas diárias de pessoas, famílias, instituições e cidades. Ao longo do ano de 2020, o número de mortes provocadas pela COVID-19 aumentava diariamente, provocando medo e ansiedade na população, com impactos profundos também na saúde mental e emocional das pessoas. Neste contexto surgiu o Projeto “Cuidar-se”, se adaptando ao cenário de restrições, promoveu de

484

¹ Graduanda do Curso de Nutrição, Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

² Psicóloga pelo Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

³ Nutricionista pelo Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

⁴ Mestre em Saúde Coletiva, Docente do Curso de Nutrição, Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

⁵ Doutorando em Saúde Coletiva, Mestre em Saúde Coletiva, Coordenador do Projeto “Cuidar-se”, na época docente do Centro Universitário IBMR. Atualmente preceptor no curso de medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: deisonf@hotmail.com

forma remota conhecimentos sobre a prática do autocuidado, pensando a partir de estratégias de enfrentamento adaptativas. O conceito de autocuidado entendido no projeto é o que enxerga a capacidade da população de promover a própria saúde e de prevenir e lidar com doenças mesmo sem o eventual apoio de um profissional de saúde (WHO, 2014). O projeto Cuidar-se se organizou em frentes de trabalho que englobam o cenário da instituição parceira, a pesquisa das informações necessárias, a produção de materiais informativos e a comunicação via redes sociais. Em comum, as frentes tinham a preocupação de processar e distribuir mensagens simples e objetivas, e que alcançassem com a maior eficácia possível o público acolhido. Ao longo do ano foram abordados temas como bons hábitos de higiene, *mindfulness* (atenção plena), alimentação equilibrada e reconhecimento das próprias emoções, dentre outros. Todos os conteúdos escolhidos tinham como finalidade desenvolver a percepção sobre os próprios hábitos em um momento de rotinas alteradas e que exigiu adaptação constante. O autocuidado também foi abordado por meio da valorização do uso de máscaras faciais e da higienização constante das mãos, práticas individuais que se mostraram eficientes para reduzir a propagação do vírus. Além disso, o estímulo na manutenção de rotinas consideradas mais saudáveis e que englobam a higiene corporal, uma alimentação possivelmente equilibrada com a ingestão de alimentos que forneçam bons nutrientes e a prática de exercícios físicos. Mesmo com a restrição de utilização de espaços públicos, tais práticas contribuíram para o fortalecimento do sistema imunológico e, conseqüentemente, para a diminuição do risco de contrair o coronavírus.

Mesmo compreendendo que todas as pessoas estavam sujeitas ao contágio da doença, o esforço para a manutenção do bem-estar se justificava como fator de prevenção para o estresse, ansiedade e depressão grave. A busca por apoio emocional e a manutenção das redes sociais como espaço de troca, mesmo que de forma remota, exerceu papel significativo na preservação e estabilidade da saúde mental das pessoas durante aquele período desafiador. Diante disso, o autocuidado desempenhou papel fundamental na prevenção de agravos e promoção da saúde, na manutenção do bem-estar mental e físico, na promoção da resiliência e na redução da pressão sobre os sistemas de saúde. Isso ajudou a proteger os indivíduos em um momento de crise de saúde global.

Objetivos

- Informar e incentivar de forma didática diferentes práticas do autocuidado com foco no público-alvo da instituição parceira.
- Estimular o conhecimento sobre as diferentes práticas do autocuidado para os cuidadores - sejam eles profissionais, voluntários ou familiares dos pacientes - desenvolvendo o pensamento crítico e reflexivo sobre o tema e propondo a construção da autonomia dos indivíduos.



Método

O projeto criado teve que se adequar à realidade da pandemia de COVID-19 uma vez que não foi possível atuar na forma presencial inicialmente planejada. Houveram conversas com representantes da equipe dirigente da instituição parceira, com isso, ocorreu a criação de espaço remoto para o desenvolvimento de atividades de autocuidado e disponibilização de informativos sobre o tema. Por conta do cenário de isolamento social, as atividades precisaram ser adaptadas aos recursos tecnológicos disponíveis. Com a necessidade do distanciamento durante grande parte do período de execução do projeto, nem mesmo os alunos tiveram a oportunidade de se conhecer pessoalmente. Sendo assim, se fez necessário o mapeamento prévio das plataformas digitais que poderiam ser utilizadas para realizar os encontros de trabalho, o contato com o público-alvo e a produção dos conteúdos. Esta condição se tornou um desafio, já que inicialmente os recursos das plataformas digitais ainda eram limitados e grande parte dos atendidos apresentava pouca familiaridade com os meios tecnológicos. Foi preciso uma conjugação de ideias e conhecimentos distintos de cada participante do projeto para que o grupo fosse capaz de fazer as adaptações necessárias.

Com duas frentes de trabalho definidas, uma dedicada a desenvolver materiais para as redes sociais de contato direto com o público e outra dedicada a produzir material informativo, os alunos iniciaram as ações e contornaram os primeiros obstáculos com criatividade e dinamismo com o intuito de alcançar a população alvo. A partir de então, conteúdos sobre autocuidado começaram a ser produzidos em diversos formatos: imagens gráficas, textos, vídeos e panfletos informativos impressos. Todas as informações eram distribuídas e veiculadas por meio das redes sociais utilizadas pelo projeto.

Durante a pandemia, as redes sociais desenvolveram papel significativo em vários aspectos. Dentre eles, o fato de que plataformas como *Instagram*® e *Whats.App*® se tornaram veículos mais rápidos de propagação de informações e atualizações do status do isolamento social controlado pelas autoridades públicas. Isso permitiu o aumento da circulação de informações, principalmente aquelas sobre medidas de segurança sanitária. Além disso, com a necessidade do distanciamento social, as pessoas passaram a utilizar as redes sociais para retomar e manter contato com amigos e membros da família, algo que tinha sido interrompido de forma brusca e inesperada no início da pandemia. Por meio das redes sociais, foi possível trabalhar, ver parentes e fazer celebrações. Algumas soluções, como as aulas *on-line*, foram de enorme valor. Porém, houve também momentos de diversão e entretenimento que ajudaram na manutenção da saúde mental e emocional dos envolvidos, evitando carga ainda maior de estresse. Um dos cuidados necessários foi o de promover informações oriundas de fontes seguras e confiáveis, já que as plataformas digitais estavam inundadas de falsas notícias - *fake news*, o que causava ainda mais ansiedade. Mesmo assim, as ferramentas digitais tiveram papel essencial no estreitamento das relações e no fornecimento de informações.

Resultado

Ao longo do ano de 2021, as famílias dos atendidos foram orientadas para promoção de saúde através do autocuidado. Desta forma, foram criados grupos de conversa, vídeos informativos, folhetos e conteúdos em redes sociais. Considerando o marco temporal da pandemia de COVID-19, que durou aproximadamente três anos, sucessivos ajustes foram necessários para manter o fluxo de informação sobre o autocuidado. A saúde mental ganhou novo foco de atenção devido à extensão da necessidade de isolamento social. Infelizmente, o número altíssimo de mortes provocadas pela COVID-19 gerou insegurança, medo e angústia. Fez-se necessário aprender a retornar às suas atividades diárias, se adaptando ao novo cenário pós pandemia. Duas atividades, em especial, geraram receio: a volta dos adultos ao trabalho e a volta das crianças às escolas. Temos também as crianças que nasceram durante esse período e que foram privadas de maior contato com as famílias e meios sociais logo no início das suas vidas. Muitos dos que contraíram a doença ainda sofrem com sequelas físicas e emocionais causadas pela transmissão do vírus. Ainda hoje, novas variantes do vírus provocam surtos da doença, o que causa receio e estresse, apesar das vacinas auxiliarem na prevenção da doença e suavizar os sintomas, infelizmente não impedem o contágio. Com isso, foi possível perceber que o autocuidado teve transformações positivas, desmistificando a ideia de que cuidar de si mesmo pode ser algo superficial. Muitos passaram a dar mais atenção para as questões de saúde mental, alimentação equilibrada e atividade física, cuidados que frequentemente são deixados de lado com o estilo de vida adotado por grandes parcelas da população. Foi possível perceber também a importância de dar atenção aos alimentos consumidos, já que a preocupação com comorbidades como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares entre outras, ganhou novo e reforçado significado diante do risco de agravamento das consequências da COVID-19. Sendo assim, um período de tantas incertezas ganhou também espaço para a promoção da saúde.

O projeto teve o intuito de disseminar esse conhecimento de forma que fosse possível alcançar o público-alvo, levando informação didática e, em alguns momentos, lúdica. A diretoria da instituição reconheceu a importância dos informativos disponibilizados por meio de aproximadamente 300 impressões mensais enviadas junto com cestas básicas distribuídas para as famílias atendidas. Dessa forma, obteve-se um canal de contato direto com os assistidos, contornando as restrições de convívio social.

Outro resultado não menos importante, foi a equipe do projeto de extensão perceber e exercer que precisavam fazer o seu próprio autocuidado, para poderem ofertar possíveis caminhos de autocuidado às pessoas assistidas pelo projeto. Uma vez que o cenário de restrições e inseguranças, também afetava os membros da equipe que produzia as ações do projeto.

487

Conclusão

Apesar das restrições impostas pela pandemia de COVID-19, todos os objetivos foram alcançados. Foi possível informar e incentivar de forma didática a promoção da saúde através do autocuidado, assim como promover pensamento crítico e reflexivo sobre sua importância em um momento de vida tão delicado para toda a população. As adaptações foram necessárias, já que inicialmente o projeto tinha a intenção de práticas presenciais com o público, o que foi inviabilizado pelas restrições da pandemia. A comunicação por meio de plataformas digitais foi testada e adaptada conforme a necessidade do grupo. Foi possível perceber que as atividades desenvolvidas possibilitaram o aprendizado sobre o tema e que novos hábitos puderam ser implementados e mantidos nas novas rotinas pós pandemia. O projeto de extensão universitária favoreceu a comunidade local, que estava em situação de vulnerabilidade e necessitava de atenção e cuidados especiais.

Com o desejo de manter e propagar as informações da prática do autocuidado, em 2022 foi criada uma continuidade do projeto em formato presencial, inspirada no projeto de extensão universitária. O público-alvo desta nova fase foram mães de crianças com deficiências. Durante o período de um ano e com dez encontros mensais presenciais realizados, as atividades pensadas para o ambiente digital foram reformuladas. Foi possível desenvolver rodas de apoio emocional em que as mães podiam compartilhar suas angústias, necessidades e carências. É comum que mães em maior vulnerabilidade deixem de cuidar de si mesmas para dar conta do apoio ao filho portador de deficiência. As atividades presenciais foram oportunidades de reforçar informações sobre alimentação saudável. Ao final de cada encontro tínhamos um momento de integração e socialização, com compartilhamento de receitas e conversa sobre a importância de uma alimentação rica em nutrientes.

Com isso, foi possível ter uma nova perspectiva de aplicação do projeto. Seja ele de forma remota, através de meios digitais, ou presencialmente com um novo grupo, constatando-se que a importância da prática do autocuidado é parcela fundamental da promoção da saúde.

Estimamos ainda que se faz necessária uma pesquisa mais ampla sobre os beneficiados do projeto, para avaliar, em detalhes, os resultados e mapear sua efetividade/eficiência diante das ações desenvolvidas.

Referências

Anjum, S., Ullah, R., Rana, M. S., Khan, H. A., Memon, F. S., Ahmed, Y., Jabeen, S., & Faryal, R. (2020). COVID-19 Pandemic: A Serious Threat for Public Mental Health Globally. *Psychiatria Danubina*, 32(2), 245–250. <https://doi.org/10.24869/psyd.2020.245>



Dubey, S., Biswas, P., Ghosh, R., Chatterjee, S., Dubey, M. J., Chatterjee, S., Lahiri, D., & Lavie, C. J. (2020). Psychosocial impact of COVID-19. *Diabetes & metabolic syndrome*, 14(5), 779–788. <https://doi.org/10.1016/j.dsx.2020.05.035>

Meyer, D., Van Rheenen, T. E., Neill, E., Phillipou, A., Tan, E. J., Toh, W. L., Sumner, P. J., & Rossell, S. L. (2022). Surviving the COVID-19 pandemic: An examination of adaptive coping strategies. *Heliyon*, 8(5), e09508. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2022.e09508>

Richard, A. A., & Shea, K. (2011). Delineation of self-care and associated concepts. *Journal of nursing scholarship : an official publication of Sigma Theta Tau International Honor Society of Nursing*, 43(3), 255–264. <https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.2011.01404.x>

Santos, M. O. S. dos, Peixinho, B. C., Cavalcanti, A. M. C., Silva, L. G. F. da, Silva, L. I. M. da, Lins, D. O. A., & Gurgel, A. do M. (2021). Estratégias de comunicação adotadas pela gestão do Sistema Único de Saúde durante a pandemia de Covid-19 – Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e200785. <https://doi.org/10.1590/interface.200785>

World Health Organization. Regional Office for South-East Asia. (2014). Self care for health. WHO Regional Office for South-East Asia. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/205887>

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA NO RIO CODOZINHO NA CIDADE DE CODÓ-MA/BRASIL: PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS, MICROBIOLÓGICOS E METAIS

Luiz Luz Aragão¹

Beatriz Morais Correia²

Ismael Carlos Braga Alves³, Sara de Carvalho Ribeiro⁴

Paulo Roberto Brasil de Oliveira Marques⁵

Introdução

A água é o recurso natural de maior abundância do planeta terra. Nas últimas décadas, a interferência do homem tem afetado a qualidade e o consumo da água, sendo a poluição, o crescimento populacional e as mudanças no clima os principais fatores que agravam a crise hídrica (JACOBI; GRANDISOLI, 2017). O Brasil tem disponibilidade de recursos hídricos, mas ainda enfrenta problemas de má distribuição em seu território (BARLOW, 2015). No Estado do Maranhão (região Nordeste do Brasil) merece destaque a bacia do Rio Itapecuru (53.216,84 km²), que integra 57 municípios. O aumento desordenado de populações ribeirinhas e aglomerados urbanos dentro da bacia tem contribuído com a poluição desse compartimento aquático. O rio Codozinho é um importante afluente do rio Itapecuru, que desagua na cidade de Codó-MA, um município distante 290 Km da capital São Luís). Apesar de seu curso não está diretamente associado a urbanização da cidade, problemas de assoreamento, desmatamento e ocupações desordenadas podem ser observados em suas margens. O monitoramento da qualidade da água do Codozinho é de fundamental importância para garantia da disponibilidade de água como bem público da cidade e do Estado do Maranhão, como garantia de fonte de água futura, o que justifica o monitoramento contínuo (SANTOS; LEAL, 2013).

490

¹ Graduando em Ciências Naturais/Biologia, Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Centro de Ciências de Codó-CCCO, Codó-MA/Brasil. (luiz.luz@discente.ufma.br).

² Graduando em Ciências Naturais/Biologia, Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Centro de Ciências de Codó-CCCO, Codó-MA/Brasil. (beatriz.correa@discente.ufma.br).

³ Doutorando e Técnico em Química do Curso de Ciências Naturais/Biologia, Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Centro de Ciências de Codó-CCCO, Codó-MA/Brasil. (ismael.cba@ufma.br).

⁴ Química Coordenadora de Qualidade do Serviço Autônomo de Água e Esgotos-SAAE de Codó-MA/Brasil. (sararibeiro.ma@gmail.com).

⁵ Doutor em Química analítica. Professor do Curso de Ciências Naturais/Biologia. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó-CCCO, Codó-MA/Brasil. (paulo.brasil@ufma.br).

Objetivos gerais

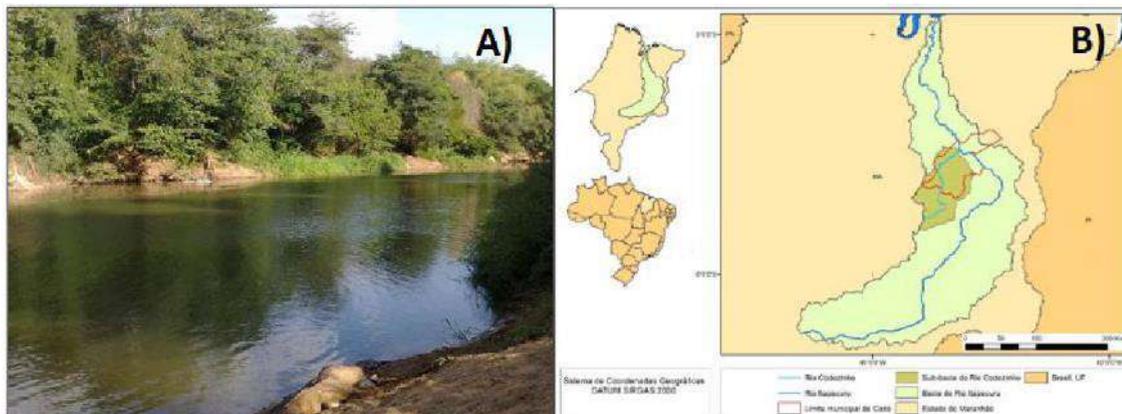
- Efetuar monitoramento dos parâmetros físico-químicos (pH, temperatura, salinidade, condutividade, cor verdadeira, oxigênio dissolvido e sólidos totais), microbiológicos (coliformes totais e termotolerantes) e de metais (ferro e cobre);
- Inferir a partir dos dados obtidos sobre a qualidade da água do rio Codozinho na cidade de Codó – MA/Brasil.

Metodologia, materiais e métodos

Área de Estudo

A Figura 1 apresenta uma foto do rio Codozinho (área de estudo) e de sua localização geográfica.

Figura 1 A) foto do leito do rio Codozinho. B) Localização geográfica da subcaixa do rio Codozinho a cidade de Codó-MA/Brasil. **Fonte:** foto, autores, carta, elaborado no ArcGis 10.5 a partir das malhas territoriais do IBGE (2020) e trabalho de campo (2021).



491

Plano de Coleta e Amostragem

A amostragem foi definida em 4 pontos (1, 2, 3 e 4) do Rio Codozinho em duas campanhas de coleta no período de chuvas da região (abril e junho/2023). Para as análises de pH, condutividade, oxigênio dissolvido, salinidade, condutividade e temperatura utilizou-se o aparelho multiparâmetro AK88, para medidas de cor da água, o AK530 (UV-Vis) e para metais, o multiparâmetro Micro 7 (todos da AKSO). Para análise de alcalinidade, dureza total e CO₂ dissolvido foram utilizados os métodos descritos no Manual de Análise de Água FUNASA (BRASIL, 2013). Para os sólidos totais foi utilizado o método

gravimétrico adaptado (US-EPA, 2015). As análises microbiológicas (coliformes fecais e termotolerantes) foram efetuadas pela técnica dos tubos múltiplos.

Resultados

A Tabela 1 a seguir apresenta os dados obtidos dos parâmetros analisados no local de coleta da primeira Campanha de amostragem.

Tabela 1. Dados referente a Campanha 1, com valores médio, desvios padrão e coeficientes de variação.

Parâmetros	P1	P2	P3	P4	Pmédio	Dp	CV%
CO ₂ (mg/L)	3,33	4,00	3,36	3,60	3,57	0,31	8,7
Alcalinidade (mg/L CaCO ₃)	12,67	13,33	32,00	30,00	22,00	10,43	47,4
Dureza Total (mg/L CaCO ₃)	24,00	24,00	32,00	32,00	28,00	4,62	16,5
Cor verdadeira (uH)	101,6	121,3	117,6	155,7	124,0	22,7	18,3
pH	6,3	6,0	6,2	6,7	6,3	0,3	4,7
Salinidade (ppt)	0,040	0,040	0,050	0,050	0,045	0,006	12,8
Condutividade (µS cm ⁻¹)	78,47	79,23	94,03	96,63	87,09	9,58	11,0
Oxigênio dissolvido (%)	99,6	102,6	99,7	100,7	100,7	1,4	1,4
Oxigênio dissolvido (mg/L)	7,97	8,00	7,87	7,90	7,94	0,06	0,8
Temperatura do ar (° C)	27,0	31,0	27,9	29,2	28,8	1,7	6,1
Temperatura da água (° C)	26,4	27,4	27,7	27,8	27,3	0,6	2,3
Ferro (ppm)	1,25	1,42	1,74	1,50	1,48	0,20	13,8
Sólidos totais (mg/L)	0,132	0,94	0,201	0,235	0,377	0,378	100,2

492

* P = Ponto; Pmédio = média geral do parâmetro; Dp = desvio padrão; CV = coeficiente de variação.

O Ponto 1 apresentou os menores valores para a maioria dos parâmetros e o Ponto 3 os mais elevados (variação espacial). Pela Resolução CONAMA nº 357 a água analisada se enquadra em água doce do tipo II. Para esta denominação, podemos efetuar a comparação dos dados obtidos com os dados indicados na Resolução (BRASIL, 2005a). O teor de cobre foi zero para todos os pontos analisados. A cor verdadeira, o teor de ferro total e os sólidos totais estão estimados acima do que preconiza a legislação nacional (BRASIL, 2005b). Para todos os outros citados na legislação os valores foram de acordo com o indicado. Para os estudos microbiológicos, todas as amostras para todos os pontos foram reprovadas pela presença de coliformes totais e *Escherichia coli* acima de 16NMP /100ml de amostra analisada. A Tabela 2 apresenta os dados obtidos dos parâmetros analisados para a Campanha 2.

Tabela 2. Dados referente a Campanha 2, com valores médio, desvios padrão e coeficientes de variação.

Parâmetros	P1	P2	P3	P4	Pmédio	Dp	CV%
CO ₂ (mg/L)	6,33	7,00	5,33	5,50	6,04	0,77	12,8
Alcalinidade (mg/L CaCO ₃)	52,00	50,00	48,00	52,00	50,50	1,91	3,8
Dureza Total (mg/L CaCO ₃)	62,66	70,60	56,00	69,33	64,65	6,74	10,4
Cor verdadeira (uH)	50,3	45,3	51,3	54,0	50,2	3,6	7,2
pH	6,1	6,2	6,1	6,3	6,2	0,1	1,6
Salinidade (ppt)	0,107	0,093	0,093	0,110	0,101	0,009	9,0
Condutividade (μS cm ⁻¹)	312,00	308,00	299,00	272,50	297,88	17,77	6,0
Oxigênio dissolvido (%)	86,0	81,0	92,0	81,0	85,0	5,2	6,2
Oxigênio dissolvido (mg/L)	7,62	7,46	7,20	7,50	7,45	0,18	2,4
Temperatura do ar (° C)	35,0	29,0	30,0	29,5	30,9	2,8	9,0
Temperatura da água (° C)	27,0	28,0	29,0	28,6	28,2	0,9	3,1
Ferro (ppm)	0,88	0,71	0,88	0,94	0,85	0,10	11,6
Sólidos totais (mg/L)	0,259	0,217	0,066	0,138	0,170	0,086	50,3

* P = Ponto; Pmédio = média geral do parâmetro; Dp = desvio padrão; CV = coeficiente de variação.

Os Pontos 2 e 3 apresentaram menores valores relativos e os Pontos 1 e 4 os mais elevados (variação espacial). Para os dados da Campanha 2, apenas os valores de ferro estiveram acima do preconizado pela legislação nacional, estão todos os outros analisados estão de acordo com os teores estimados (BRASIL, 2005a; BRASIL, 2005b). O teor de cobre foi zero para todas as amostras de todos os pontos e todas as amostras microbiológicas foram reprovadas pela presença de coliformes totais e *Escherichia coli* acima de 16NMP /100ml de amostra analisada. Comparando as duas Campanhas (variação temporal), a Campanha 1 obteve valores mais elevados para a cor, o teor de ferro, OD e sólidos totais em todos os pontos, já a Campanha 2 obteve os valores mais elevados para CO₂, Alcalinidade, dureza total, condutividade, salinidade e temperatura da água. A temperatura do ar e o pH não variaram significativamente entre as campanhas.

Conclusões

Os dados de monitoramento indicam que o teor de ferro encontrado está acima da legislação, possivelmente pelo alto teor de argilas na região de estudos. A confirmação de contaminação microbiológica de fonte antrópica em todos os pontos e nas duas campanhas é preocupante. Apesar dos outros parâmetros estarem em acordo com a legislação, todos devem ser continuamente monitorados para garantir a qualidade da água, sobretudo a questão do ferro e da microbiológica.

Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão -FAPEMA.
SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto-Codó-MA

Referências

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 357**, de 17 de março de 2005. Brasília, Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2005/res_conama_357_2005_classificacao_corpos_agua_rtfcd_a_ltrd_res_393_2007_397_2008_410_2009_430_2011.pdf. Acessado em: 01 de junho de 2023.

BRASIL. **Portaria MS nº 518/2004**. Brasília, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005. Disponível em: https://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/portaria_518_2004.pdf. Acessado em: 10 de fev. 2023.

BRASIL. **Manual prático de análise de água**. 4. ed. Brasília: FUNASA, 2013. 38-48, p. disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/manual_pratico_de_analise_de_agua_2.pdf. Acessado em: 22 de janeiro de 2023.

BARLOW, M. **Água futuro azul**: como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre. São Paulo: M. Books do Brasil, 2015. 312 p.

JACOBI, P. R.; GRANDISOLI, E. **Água e sustentabilidade**: desafios, perspectivas e soluções. 1. ed. São Paulo: IEE-USP e Reconnecta, 2017. 110 p. Disponível em: https://macroamb.files.wordpress.com/2018/11/jacobi_grandisoli2017_aguaesustentabiliade_desafiosperspectivasesolucoes.pdf. Acessado em: 10 de fev. 2023.

SANTOS, L. C. A.; LEAL, A. C. Gerenciamento de recursos hídricos no Estado do Maranhão – Brasil. **Revista Eletrônica de Geografia**. [S. l.: s. n.], v.5, n.13, p. 39-65, 2013. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/5edicao/n13/03.pdf>. Acessado em: 07 de jan. de 2023.

USEPA-U.S. ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. **Solids, total**: method 8271. New York, USEPA, 2015. Disponível em: <https://images.hach.com/asset-get.download.jsa?id=7639984016>. Acessado em: 07 de jan. de 2023.

AVALIAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O MANEJO AMBIENTAL E PRÁTICAS *CAT FRIENDLY* DE TUTORES DE GATOS ATENDIDOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

Gabriela Pereira Branco¹
Camilla Dario Contrucci²
Sophia Wolff Theodozio³
Aline Machado De Zoppa⁴
Isis Danielle Silveira Gomes⁵

Introdução

O número de gatos como animais de companhia está em crescente ascensão no mundo, inclusive no Brasil (RODAN, 2022). Em 2011, a Associação Americana de Praticantes Felinos (AAFP) e a Sociedade Internacional de Medicina Felina (ISFM) publicaram o “*Feline-Friendly Handling Guidelines*” (Diretrizes de Manejo Amigável aos Felinos), abordando o que é “*Cat Friendly*”. No qual abrange interações físicas e não físicas amigáveis, minimizando contatos visuais, auditivos e olfativos, inclusive da própria interação física. O manejo *Cat Friendly* tem por objetivo melhorar o atendimento, tratamento, ambientação visando o bem-estar do felino, facilitando a aceitação dos tutores, redução do estresse e manejo dos médicos veterinários. Os gatos têm boa memória a longo prazo e podem lembrar-se de um único evento, como uma experiência negativa durante uma visita veterinária. As interações, portanto, não afetarão apenas o gato naquele momento, mas também influenciarão nas suas respostas emocionais e comportamentos durante as visitas subsequentes. Por exemplo, se um gato sentir dor ou medo durante atendimento clínico isso pode resultar na alteração do seu estado emocional protetor, o que condicionará a mudanças comportamentais em atendimentos futuros. Simplesmente evitar interações negativas óbvias, como restrição excessiva ou agressividade, não é suficiente, é importante aumentar os níveis viés emocionais positivos (RODAN et al, 2022). O nível de conforto de um gato com seu ambiente está diretamente ligado à sua saúde física, bem-estar emocional e comportamento. As necessidades ambientais incluem, o ambiente físico (área interna e externa da casa, ambiente doméstico e/ou hospitalar) e a interação social, incluindo

495

¹ Medicina Veterinária, Universidade Anhembi Morumbi, gabibranco@uol.com.br

² Medicina Veterinária, Universidade Anhembi Morumbi, camillacontrucci@gmail.com

³ Medicina Veterinária, Universidade Anhembi Morumbi, sophitheodozio@hotmail.com

⁴ MV, MsC., Universidade Anhembi Morumbi, aline.zoppa@animaeducacao.com.br

⁵ MV Msc., Universidade Anhembi Morumbi, isis_danielle@hotmail.com

respostas ao contato humano (ELLIS et al, 2023). Sendo que um ambiente/casa/lar amigável para o felino doméstico deve respeitar os cinco pilares, 1- prover espaço seguro esconderijos, camas e verticalização do ambiente; 2- promover recursos múltiplos e separados (alimento, água, área para arranhar, marcar, caixas de areia); 3- permitir comportamento predatório; 4- proporcionar interação social humano-gato positiva, consistente e previsível e 5- Promover um ambiente que respeite a importância do sistema olfativo do gato (INTERNATIONAL CAT CARE, 2018).

O projeto em questão, consiste em ações na área da medicina veterinária felina com caráter educativo, social e científico. O projeto envolve aulas teóricas e ações práticas no hospital veterinário da Universidade Anhembi Morumbi, desenvolvido no primeiro semestre de 2023. Ele abordou as áreas comportamentais, manejo ambiental, e principalmente, práticas *Cat Friendly*.

Objetivos gerais

Elucidar o conhecimento na área de medicina felina, por meio de informações que os alunos levarão para os tutores de gatos atendidos no hospital veterinário da Universidade Anhembi Morumbi (HOVET UAM). Conscientizar os tutores sobre o manejo ambiental felino e práticas *Cat Friendly* e disponibilizar materiais sobre essas temáticas. Estimular competências técnicas dos alunos membros do Grupo de Estudos de Felinos da Universidade Anhembi Morumbi (GEFEL UAM) e alunos participantes do projeto, para que sejam capazes de identificar e avaliar o manejo ambiental de gatos através da aplicação de um questionário aos tutores de gatos.

496

Metodologia, materiais e métodos

Foram realizadas aulas educacionais englobando os temas, comportamento da espécie felina, manejo ambiental, práticas *Cat Friendly*, *cat Handling programme*, principais patologias felinas relacionadas ao manejo inadequado e aplicação do questionário para avaliação do manejo ambiental de gatos na sua residência pelo tutor, no total o projeto teve carga horária de 40h, ocorrendo 1 vez na semana das 12 horas às 16 horas, conforme a tabela 1. Com os temas em questão estudados, foi elaborado o questionário, com 50 perguntas, utilizando a ferramenta Google Forms, para a avaliação do manejo ambiental de tutores de gatos atendidos no hospital veterinário da Universidade Anhembi Morumbi (HOVET UAM) através do link: <https://forms.gle/XXwVTUcnwJCgrDRF7>. Para a capacitação dos alunos na aplicação do questionário, foram conduzidos treinamentos em como abordar e aplicar o questionário nos tutores, no HOVET UAM.



Tabela 1 - Cronograma do projeto de extensão, carga horária de 40 horas.

Data	Tema da aula	Palestrante
22/03	Conhecendo sobre manejo ambiental felino	*MV. Débora Paulínio
29/03	O que são práticas <i>Cat Friendly</i> e sua aplicação	MV. Bianca Gutierrez
05/04	Cat Handling Programme - https://brz.ceva.vet/inicio	Curso CEVA
12/04	Principais patologias felinas relacionadas ao manejo inadequado	MV. Janaina Reis
19/04	Confecção do questionário: Avaliação e conscientização sobre o manejo ambiental e práticas <i>Cat Friendly</i> de tutores de gatos atendidos no HOVET UAM	Membros Gefel UAM
26/04	Confecção do questionário: Avaliação e conscientização sobre o manejo ambiental e práticas <i>Cat Friendly</i> de tutores de gatos atendidos no HOVET UAM	Membros Gefel UAM
03/05	Treinamento sobre a aplicação do questionário e conscientização de tutores de gatos sobre manejo	Membros Gefel UAM
10/05	Aplicação do questionário: Avaliação e conscientização sobre o manejo ambiental e práticas <i>Cat Friendly</i> de tutores de gatos atendidos no HOVET UAM	Membros Gefel UAM
17/05	Aplicação do questionário: Avaliação e conscientização sobre o manejo ambiental e práticas <i>Cat Friendly</i> de tutores de gatos atendidos no HOVET UAM	Membros Gefel UAM
24/05	Confecção banner virtual: perfil do manejo ambiental residencial de gatos atendidos no HOVET UAM	Membros Gefel UAM

497

*MV. - Médico Veterinário

Resultados

Ao total, aplicou-se o questionário em 16 tutores de gatos. O número baixo de entrevistados foi à custa da sede do Hospital Veterinário da Universidade Anhembi Morumbi estar em mudança para um novo local.

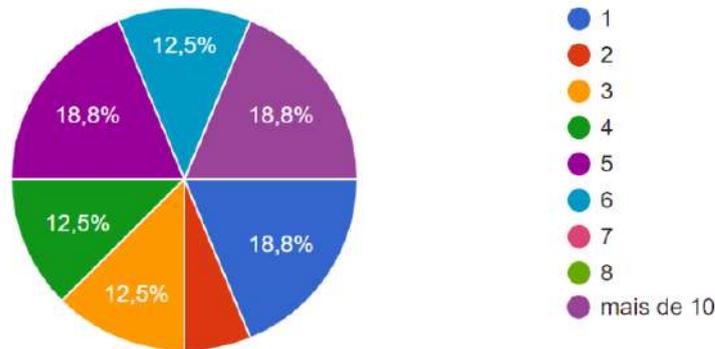


Figura 1 - Respostas dos entrevistados referente a pergunta: Quantos gatos você tem?

Em 100% dos entrevistados utilizam potes e tigelas comuns para alimentação seca e/ou úmida. Desses, 68,8 deixam o alimento disponível a todo momento, apresentando um baixo nível de enriquecimento ambiental/alimentar, visto que os felinos são caçadores. Entretanto, 75% usam fonte de água, gerando enriquecimento hídrico. Foi descrito que 75% dos tutores deixam os comedouros e bebedouros/fontes no mesmo ambiente, porém separados. Apenas 6,3% relatam deixá-los lado a lado, sendo ideal para uma casa/ambiente amigável para o gato, a setorização dos recursos (alimento, água, área para arranhar, marcar, caixas de areia). Em torno de 56,3% dos gatos são domiciliados (dos entrevistados moram em casa), porém apenas 12,5% afirmam que seus gatos possuem acesso à rua, telhados, casa de vizinhos.

498

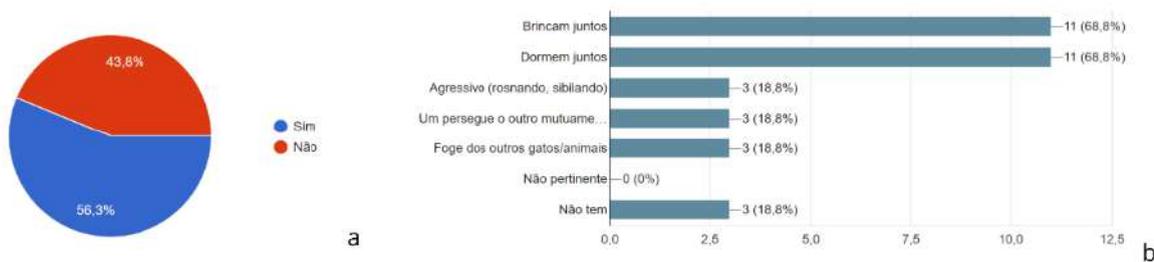


Figura 2 - Respostas dos entrevistados referentes às seguintes questões: (A) Tem outros animais? (B) Se você tem outros gatos ou animais de estimação em casa, como é a relação do seu gato com eles?

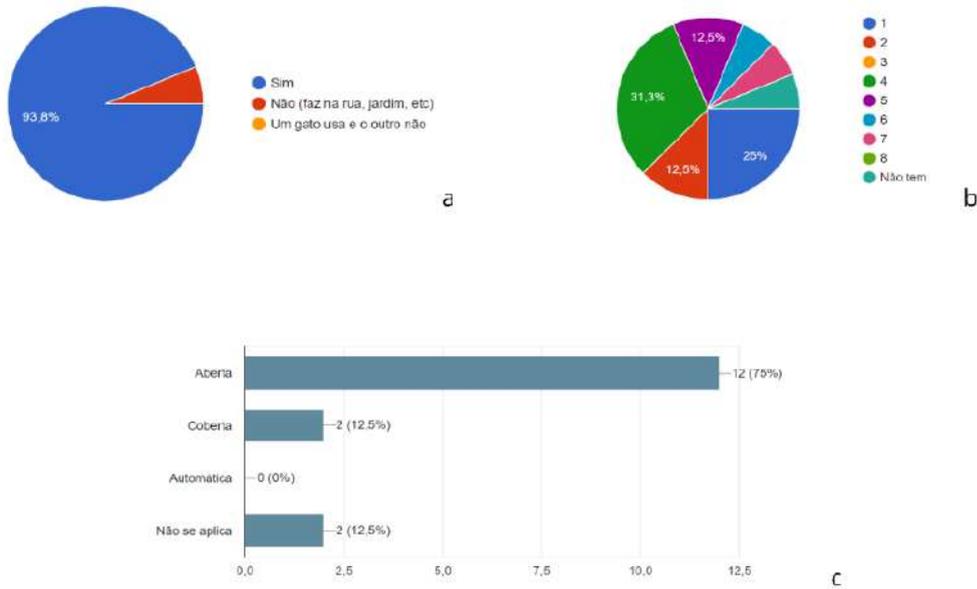


Figura 3 - Respostas dos entrevistados referentes às seguintes perguntas: (A) O seu gato usa caixa de areia? (B) Quantas caixas de areia você tem? (C) Qual tipo da caixa de areia?

499

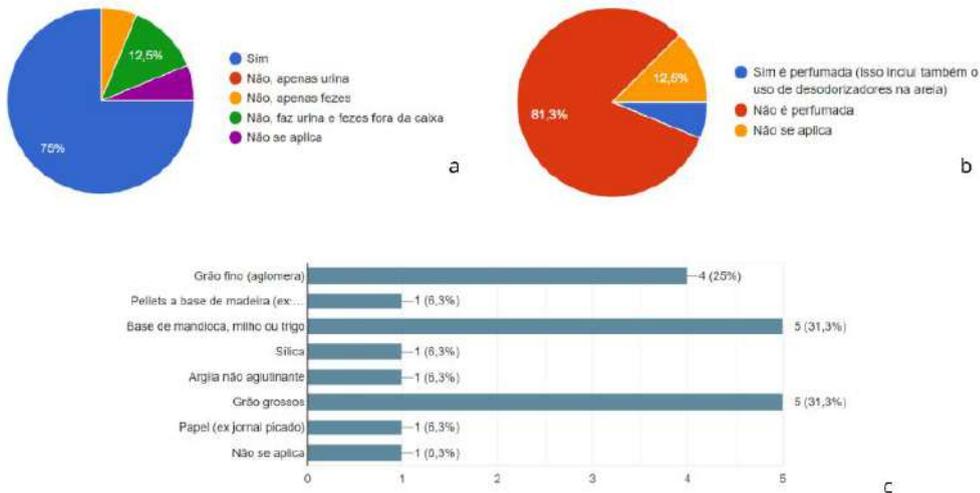


Figura 4 - Respostas dos entrevistados referentes às seguintes perguntas: (A) Seu gato só faz as necessidades na caixa de areia? (B) A areia que você usa é perfumada ou não? (C) Qual tipo de areia usa?



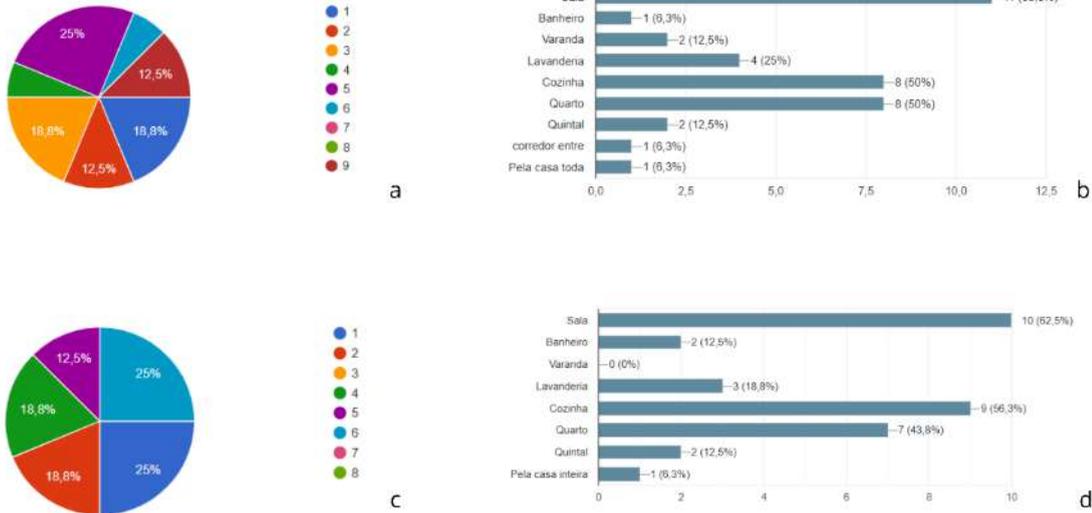


Figura 5 - Respostas dos entrevistados referentes às seguintes perguntas: (A) Quantos comedouros (pote) de comida disponíveis na casa? (B) Onde ficam os comedouros (pote) de comida na casa? (C) Quantos bebedouros (pote) de água tem disponíveis na casa? (D) Onde ficam os bebedouros (pote) de água na casa?

500

Ao transportar seu pet, 87,5% utilizam caixa de transporte, contudo, 75% não as cobrem com uma toalha/pano, podendo acarretar momentos de estresse, em função de todos os estímulos externos que seus pets estão suscetíveis. Somente 37,5% dispõem a caixa de transporte no ambiente. Pois dessa forma a caixa se torna parte da vida e da rotina do gato, tornando as idas ao veterinário, assim como, eventuais viagens, uma rotina habitual. Ele irá se sentir confortável e em segurança, minimizando qualquer possível estresse. Grande maioria dos tutores (75%) refere ter arranhadores disponíveis pela casa, assim permitindo que seus gatos expressem o hábito natural da espécie, liberando feromônio interdigital felino, fazendo parte de sua demarcação de território e comunicação.



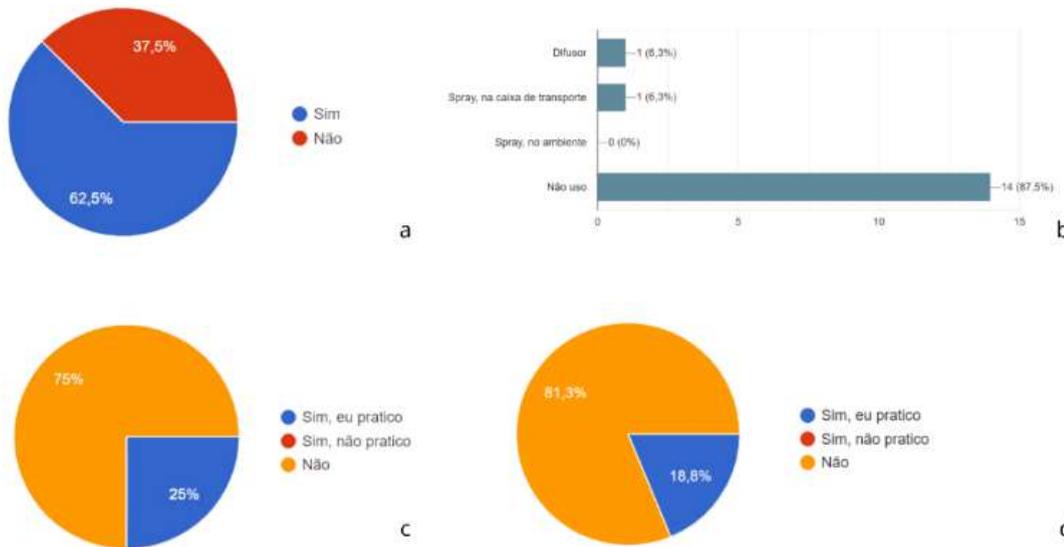


Figura 6 - Respostas dos entrevistados referentes às seguintes perguntas: (A) Você sabe o que são feromônios felinos sintéticos (feliway, serenex)? (B) Usa feromônios felinos sintéticos em casa e/ou para transportar o gato? (C) Você sabe o que é uma casa *Cat Friendly* (casa amigável com o gato)? Você sabe o que é manejo *Cat Friendly* (manejo amigável do gato)?

Conclusão

Os tutores de gatos do Hospital Veterinário da Universidade Anhembi Morumbi, demonstram ter casa multicat e multiespécie. Diante dos dados coletados, conclui-se que os tutores de gatos não possuem total conhecimento a respeito do manejo adequado ambiental felino e práticas *Cat Friendly*. Logo, projetos e ações que envolvem essas temáticas devem ser abordadas com maior frequência desde ambientes educacionais (Faculdade, Universidade, Pós-Graduação), à hospitalares (clínicas, hospitais veterinários) e comerciais (redes de pet shop). Visando capacitar, o maior número de profissionais da área de medicina veterinária, assim como tutores de gatos, em relação ao manejo adequado ambiental felino e práticas *Cat Friendly*. Dessa forma, impactando positivamente a vida de todos os gatos domiciliados.

Desconhecer o manejo adequado de gatos pode gerar um impacto negativo na qualidade de vida dos felinos, é de suma importância promover através do ensino a conscientização de tutores a respeito do manejo ambiental felino e práticas *Cat Friendly*.

Referências

ELLIS, S. L. H., RODAN, I., CARNEY, H. C., HEATH, S., ROCHLITZ, I., SHEARBURN, L. D., WESTROPP, J. L. (2013). **AAFP and ISFM Feline Environmental Needs Guidelines**. Journal of Feline Medicine and Surgery, 15(3), 219–230.

INTERNATIONAL CAT CARE. **Making your home cat friendly**. 2018 Disponível em: <https://icatcare.org/advice/making-your-home-cat-friendly>. Acesso: 27 de novembro de 2022.

Taylor S, St Denis K, Collins S, Dowgray N, Ellis SL, Heath S, Rodan I, Ryan L. 2022 **ISFM/AAFP Cat Friendly Veterinary Environment Guidelines**. J Feline Med Surg. 2022.

RODAN I, DOWGRAY N, CARNEY HC, ET AL. 2022 **AAFP/ISFM Cat Friendly Veterinary Interaction Guidelines: Approach and Handling Techniques**. Journal of Feline Medicine and Surgery. 2022.

ANÁLISE COMPARATIVA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E PERUANA EM RELAÇÃO À DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Zíbia da Silva Amaro¹
Denilson Junio Marques Soares²
Wagner dos Santos³

Introdução

O discurso de valorização da diversidade e inclusão adquiriu relevância significativa no âmbito educacional latino-americano desde o final da década de 1980. Esse movimento se destaca em meio aos desafios complexos, onde por um lado enfrenta a pressão decorrente do modelo de desenvolvimento capitalista, e por outro, adota a implementação de políticas e reformas educacionais alinhadas às recomendações de organismos e agências internacionais (García-Segura, 2017; Jiménez; Fardella, 2015; Oliveira, 2020; Unesco).

Brasil e Peru, por exemplo, são países historicamente formados por povos de diversas origens (Garcia-Segura, 2017; Little, 2003) resultantes de diversos processos, incluindo a colonização. Garcia (2017) salienta a predominância dos chamados grupos *minoritários*, referindo-se principalmente aos povos indígenas que habitam no Peru. Isso confere um caráter multicultural e multilíngue, resultante dos esforços organizados pelas comunidades indígenas.

Mais precisamente, a legislação brasileira relacionada a essa temática começou a tomar forma com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, foi com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 93.94/96 que o assunto teve um enfoque mais pedagógico. O Art. 26, parágrafo 4º, da LDBEN estipula que o ensino da História do Brasil deve considerar “[...] as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeias” (BRASIL, 1996, p. 20). Isso permite, portanto, uma perspectiva multicultural na construção da identidade nacional.

A Constituição Federal do Peru, promulgada em 1993, também aborda a questão da diversidade cultural no país. No Art. 2º, inciso 19, é reconhecido o direito fundamental de cada indivíduo, peruano ou não, à sua identidade étnica e cultural (Peru, 1993). Além disso, a Lei Geral de

503

¹ Graduanda no curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: zibia.amaro@gmail.com

² Doutor em Educação (UFES) Mestre em Estatística Aplicada e Biometria (UFV); Professor EBTT - IFMG. E-mail: denilsonjms@gmail.com

³ Doutor em Educação e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: wagnercefd@gmail.com

Educação do Peru adota uma abordagem intercultural como meio de promover uma “[...] cultura de paz que reafirma a identidade nacional, fundamentada na rica diversidade cultural, étnica e linguística” (Peru, 2003, p. 3, tradução nossa).

Esses documentos refletem o compromisso desses países em considerar e valorizar a diversidade étnico-cultural que enriquece suas sociedades. Eles representam um marco fundamental no campo educacional, estabelecendo princípios que fomentam a inclusão e o respeito pelas diversas expressões culturais e étnicas. Apesar disso, tanto no Brasil como no Peru, a literatura acadêmica ainda carece de estudos que explorem os impactos e desafios gerados por essa realidade multicultural nas salas de aula.

Diante do exposto, partimos da hipótese de que em um ambiente multicultural, quando um professor está familiarizado com a diversidade étnica e cultural em sua sala de aula e, como resultado, adapta suas ações para acomodar as sensibilidades culturais de seus alunos, o processo de ensino e aprendizagem se torna mais eficaz, garantindo a qualidade do ensino e cumprindo a finalidade social da escola.

Objetivos gerais

O presente objetiva compreender como os marcos normativos nacionais do Brasil e do Peru abordam a diversidade étnico-cultural. Além disso, busca conhecer e analisar produções que dialoguem com o ensino culturalmente pluralista, tema este bastante relevante em pesquisas no campo educacional.

Metodologia, materiais e métodos

O método adotado neste estudo foi à análise documental, com um recorte temporal de 2017 a 2023, a partir de marcos normativos nacionais que abordam a diversidade étnico-cultural. Além da consulta à Constituição Federal brasileira, a *Constitución Política del Perú*, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e a *Ley General de Educación*, foram realizadas buscas no site do *Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación* (IIPE) da UNESCO, onde encontramos os marcos normativos e o detalhamento de políticas e planejamentos educacionais. Delimitamos o Brasil e o Peru como contexto de pesquisa, pois são países que em as avaliações de larga escala como o Pisa, tem destinado um questionário contextual que diz respeito à diversidade étnico-cultural e foi respondido por esses países.

É importante destacar que este estudo faz parte de um projeto guarda-chuva intitulado: *Política de avaliação educacional: comparação transcultural entre países Sul-americanos no PISA*, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa B, Universal 2021.



Resultados

No Brasil, destacamos seis documentos identificados na pesquisa que tratam da diversidade étnico-cultural no contexto educacional, fazendo parte das bases legais do país e exercendo influência direta sobre o sistema educacional nacional. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026): Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as; o Plano Nacional da Educação 2014-2024: Lei 13.005 de 25 de Junho de 2014; o Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020; o Plano Plurianual 2016-2019: Desenvolvimento, produtividade e inclusão social.

Para o caso do Peru identificamos cinco documentos que abordam a temática nessa mesma perspectiva. A *Constitución Política del Perú 1993*; a *Ley N° 28.044*; a *Ley General de Educación*; o *Plan Estratégico de Desarrollo Nacional al 2050*; o *Plan Estratégico Sectorial Multianual de Perú 2016-2021*; o *Proyecto Educativo Nacional al 2036: el reto de la ciudadanía plena*.

Essas legislações identificadas expressam o compromisso com o reconhecimento, respeito e valorização da diversidade étnico-cultural, com o objetivo de garantir qualidade e equidade na educação. No âmbito das iniciativas educacionais, o foco recai na capacitação, atualização e aprimoramento dos docentes. No período analisado neste estudo identificamos que no Brasil, o Plano Nacional de Educação 2014-2024, previsto pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, figura como uma política externa para a melhoria da qualidade da educação e para a implementação da Política Nacional de Formação de Professores. No entanto, é importante notar que esse plano não aborda a diversidade étnico-cultural como uma área específica de formação. Além disso, existe o Programa de Residência Pedagógica, cujo regulamento foi publicado em 2019, que estipula temas relacionados à diversidade que devem ser incluídos de maneira transversal em todos os subprojetos, refletindo a preocupação em integrar a diversidade étnico-cultural na formação dos professores.

No Peru, o Ministério da Educação adota uma abordagem centrada no corpo docente e estabelece como prioridade a formação contínua com base em critérios estabelecidos dentro do contexto de uma carreira pública docente renovada, conhecida como *Política Integral de Desarrollo Docente*. Essa política, cita como proposta um ambiente escolar flexível, aberto e receptivo, rumo à diversidade em todas as suas formas (Ministério de Educación, 2016). Outras políticas no âmbito do ensino no Peru surgiram após a pandemia do Covid-19, com o objetivo de garantir segurança e acolhimento dos estudantes, sem mencionar a diversidade étnico-cultural como tema central na formação de professores, semelhante ao que ocorre no Brasil.

Entende-se que, se os professores não reconhecem a importância da diversidade cultural em suas abordagens pedagógicas, podem falhar em planejamento de ações que atendam às necessidades específicas de cada aluno. Nesse aspecto, Silva (2016) destaca as expectativas vivenciadas por estudantes com desempenho abaixo da média, provenientes de diferentes

origens culturais. Em seu trabalho, questionou uma professora não indígena, do seu conhecimento sobre dois de seus alunos pertencerem uma tribo chamada *Sateré-Mawé*, sua resposta foi: “Eu já sabia porque esses alunos tinham um ritmo de aprendizado lento e quase sempre não entregavam as tarefas completas passadas para fazer em casa” (Professora regente *apud* Silva, 2016, p. 97). Essa fala revela a necessidade de uma conscientização efetiva aos docentes, partindo das formações iniciais de professores, onde essa perspectiva deve atravessar os currículos formativos.

Conforme expresso por Gay (2018), reconhecer a diversidade cultural existente já é um caminho para a melhoria no desempenho dos alunos culturalmente diversos. A autora também alega que a expectativa e postura dos professores em relação aos grupos étnicos minoritários estão diretamente relacionadas ao desempenho acadêmico desses alunos.

Os marcos legais apontam uma preocupação com a diversidade étnico-cultural em ambos os países, porém sem mencionar estratégias que de fato garanta equidade de todos no processo de ensino aprendizagem. Percebe-se também certo maquiamento na desigualdade cultural presente no campo educacional, algumas pesquisas apontam que docentes em atuação não consideram questões culturais no momento da aprendizagem, pela carência de conhecimento profundo sobre valores culturais (Gay, 2018).

No entanto, as pesquisas no campo têm opiniões bem divergentes, apontando lacunas na consideração das questões étnico-culturais no processo de aprendizagem por parte dos professores, que muitas vezes resulta da falta de formação adequada ou conhecimento aprofundado sobre os valores culturais na vida dos alunos (Freire, 2006; Gay, 2018; Pires, 2021).

Conclusão

Nas normativas analisadas, foi constatado o caráter informativo na abordagem da diversidade étnico-cultural e a implementação de programas de valorização e reconhecimento desses grupos nos contextos analisados. A existência de diferentes modalidades educacionais, como a educação quilombola no Brasil e a educação intercultural bilíngue no Peru, são responsáveis por promover o enriquecimento e valorização cultural de um grupo determinado.

Ambos os países demonstram preocupação em relação a essa temática, com vários programas criados nos últimos anos. Entretanto, no que diz respeito às normativas principais promulgadas a partir de 2017, é notável que o Brasil vem desenvolvendo abordagens mais abrangentes e inclusivas em relação à diversidade étnico-cultural.

Apesar da existência de leis anteriores, especialmente nas Constituições Federais (Brasil e Peru), não parece ter havido avanços em termos de legislações e planos que garantiram efetivamente esse direito no âmbito educacional e na formação de professores.

Em conclusão, torna-se evidente que a mera existência da lei não garante a plena implementação das disposições legais. Torna-se, portanto, essencial o desenvolvimento de políticas de formação

de professores mais direcionados para capacitação em ambientes culturalmente diversos e políticas de acompanhamento de implementação dessas leis, uma vez que os docentes desempenham um papel fundamental na discussão e na propagação dos direitos diversos, no contexto em que atuam.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Brasil. Recuperado em 10 de abril de 2007, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1e_d.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. Siteal, **Perfil do país 2020**. Disponível em <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/brasil>. Acesso em 16 Abr. 2023.

FREIRE, Maria do Céu Bessa. **A criança Indígena na escola urbana: um desafio intercultural**. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

GARCÍA-SEGURA, Sonia. **La diversidad cultural y el diseño de políticas educativas en Perú**. Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales, v. 13, n. 2, p. 289-304, 2017.

GAY, Geneva. **Culturally Responsive Teaching**. Theory, Research and Practice. 3. ed. New York e London: Teachers College Press, 2018. Edição Kindle.

JIMÉNEZ, Felipe; FARDELLA, Carla. **Diversidad y rol de la escuela: discursos del profesorado en contextos educativos multiculturales en clave migratoria**. Revista mexicana de investigación educativa, v. 20, n. 65, p. 419-441, 2015.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente**. Praxis Educativa, v. 15, 2020.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



PERU. **Constitución Política del Perú Edición del Congreso de la República**, 1993. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/Docs/files/documentos/constitucionparte1993-12-09-2017.pdf> <http://www.congreso.gob.pe/Docs/files/documentos/constitucion1993-01.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

PERU. **Ley General de Educación. Ley N.º 28044**. La educación peruana. Título I, Fundamentos y Disposiciones Generales, Artículo 8º. Principios de la educación, 2003.

PERU. Siteal. Perfil del país 2020. Disponível em <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/peru>. Acesso em 16 Abr. 2023.

508



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

IDENTIDADE EM CRISE: O DESMATAMENTO NO CENTRO MARANHENSE E SEUS IMPACTOS NOS DIREITOS INDÍGENAS

Antonia Genilda Sousa Costa¹
Kaylane dos Santos Bispo²
Carlos Alberto de Melo Silva Mota³

Introdução

O povo brasileiro é marcado por uma diversidade de culturas e regiões que carregam em si características próprias da miscigenação de diversos povos que habitaram e contribuíram para o crescimento e construção do significado de nação que hoje os compõem. Dentre esses indivíduos, encontram-se os povos indígenas que já habitam esse território antes mesmo do processo de colonização, possuindo histórias e tradições próprias anteriores a influência portuguesa dentro do território brasileiro, tal cultura formada, reflete uma relação profunda e espiritual construída com a natureza e com a terra que habitam, transformando essa relação como uma das mais respeitadas com o seu território, porém, que desde a chegada dos portugueses e até a atual realidade ainda são mal compreendidas e carregadas de preconceito por aqueles que não habitam em sua cultura, uma vez que, os povos indígenas acreditam em uma relação profunda com a terra e possuem suas próprias convicções sobre a sua formação, com a forma como devem viver e sua relação com a natureza (Yanomami; Albert, 2016). Diante disso, as terras indígenas vêm sofrendo diversos ataques e invasões que ferem seus direitos humanos e sua qualidade de vida, uma vez que o garimpo como uma das principais atividades exercidas, prejudicam seus rios e suas terras devido aos componentes utilizados, assim como, a desmatamento, que prejudica sua fauna e flora e sua relação com a natureza. Diante de todos os agravos físicos que tais atos causam devido ao desmatamento, como a perda da floresta original, a poluição do ar que convivem devido as queimadas e entre outros, o pior desses efeitos é a perda da sua relação com a terra que se fortalece devido a sua cultura e tradições. Nesse contexto, a atual região de Barra do Corda- MA, que é marcada pela presença forte da cultura indígena, tendo diversas etnias convivendo em sua localidade e com um grande histórico de relações e conflitos culturais, também é assolada por essa realidade, em que o preconceito, a relação de

509

¹ Graduanda em Serviço Social pela Faculdade do Centro Maranhense (FACMA) – E-mail: antonia.2154@unicentroma.edu.br – Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9675766167015974>

² Graduanda em Direito pela Faculdade do Centro Maranhense (FACMA) – E-mail: kaylane.2764@unicentroma.edu.br – Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1719224670304925>

³ Professor-Orientador. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí. Docente na Faculdade do Centro Maranhense (FACMA) – E-mail: carlosalbertomota12@hotmail.com – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1457954890185327>

desmatamento e desvalorização das terras e dos direitos indígenas ainda são frequentes. Sob esse viés, a identidade indígena que é compreendida e repassada, em grande parte, pela sua cultura e seus modos de vida, se encontra ameaçada diante do atual cenário de desmatamento no centro maranhense, que ferem diretamente os seus direitos humanos e a preservação da sua cultura, essencialmente, o princípio da dignidade da pessoa humana, que está sendo prejudicado devido ao ambiente de vivência degradado pela perda da fauna e flora, da sua identidade cultural e o afastamento da sua relação profunda de proteção dos seus territórios que não estão sendo garantidos. Os danos causados a região ferem os direitos indígenas e a proteção dos seus territórios, devastando as suas terras, que são ricas para a humanidade e para a tradição indígena que as consideram espirituais.

Objetivos gerais

Discutir as circunstâncias que levam a desvalorização dos direitos dos povos indígenas e analisar o desmatamento como fator elementar para a perda de direitos nessa localidade.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa desenvolvida por acadêmicas dos cursos de Serviço Social e Direito da Faculdade do Centro Maranhense- FCMA, situada em Barra do Corda – MA, BR. Nesse sentido, este resumo baseia-se numa pesquisa de caráter empírico fundamentada em estudos de História Indígena a partir de interlocuções com autores como Ailton Krenak, Grada Kilomba, Davi Kopenawa, Bruce Albert e Carlos Eduardo Everton, sendo utilizados também dados públicos sobre o fator do desmatamento na mesorregião do Centro Maranhense e para identificação e coleta de dados das informações necessárias para a produção dessa pesquisa. Nos debruçamos, portanto, à análise dos principais impactos dessa desvalorização, dos prejuízos ao meio ambiente e às consequências humanitárias.

Resultados

Diante de todo esse cenário apresentado de desmatamento e desvalorização dos povos indígenas, frisamos a situação da localidade de Barra do Corda – MA, que possui uma forte presença dos povos indígenas por meio das diversas comunidades dos povos Canela e Tenatehara-Guajajara, onde as mesmas possuem profunda ligação com a terra, contando com práticas tradicionais desde a agricultura, caça e a pesca para seu sustento e modo de vida. Ainda convém lembrar que, a localidade de Barra do Corda compõe grande áreas de reserva indígenas, que infelizmente ao longo dos anos vem sendo devastadas, sobretudo devido a extração de madeira, todas para serem comercializadas de maneira ilegal, causando grandes devastação nas

áreas afetadas e aumentando o mercado ilegal da região. No último ano, segundo a Agência Brasil, durante uma operação da Polícia Federal, em agosto de 2022 foi realizada uma grande operação em combate à extração de madeira ilegal na Terra Indígena Cana Brava localizada em Barra do Corda ao qual foi detectado o acúmulo de 177 alertas de desmatamento no período de um ano. Nesse contexto, apesar de existirem normas que asseguram os direitos desses povos tradicionais e de suas terras, tal como a lei nº 6.001 de 1973, que trata de uma proteção em nível nacional dos direitos dos povos indígenas nos diversos campos sociais, e o Estatuto Estadual dos Povos Indígenas instituído pelo governo do Maranhão, por meio da Lei nº 11.638/2021, criando um sistema Estadual de proteção dos povos indígenas, muitas dessas concessões não são efetivas na prática, no que tange ao desmatamento, essa realidade se enfatiza, essencialmente, devido à falta de fiscalização e de normas mais rígidas de proteção das terras indígenas. Em que o cenário de desvalorização dessas pessoas torna-se cada vez mais frequente, principalmente, em razão da falta de compreensão sobre a importância desses locais para a manutenção da cultura e tradições indígenas. Assim, regiões, tal como a cidade de Barra do Corda - MA, que possui territórios ricos em sua flora, fazendo parte da Amazônia legal, uma das florestas mais ricas em diversidade, sendo composta por povos tradicionais, uma vez que já busca a sua valorização em diversos setores, age com falta no que tange as suas terras e a proteção dos seus direitos humanos, que ainda sofrem com as queimadas anuais e o desmatamento para o uso de madeira ilegal, tal como afirmado em pesquisas postadas pelo Correio Braziliense no ano de 2022.

Conclusão

Diante do que foi exposto, a pesquisa acadêmica voltada para diversidade cultural de Barra do Corda -MA, que busca estudar a valorização dos povos indígenas e a crise da sua identidade devido ao desmatamento e da perda dos seus direitos, encontra-se em êxito, haja vista que foi realizada por meio de uma pesquisa intensa em obras de autores que estudam esses povos tradicionais e que fazem parte da cultura indígena, e tendo como embasamento os dados postados por meio de pesquisas e notícias divulgadas na região. Nesse contexto, conclui-se que a localidade alvo da pesquisa possui uma busca pela valorização da cultura indígena em diversas ações sociais, contudo, ainda é falha no que tange a preservação de seus territórios que sofrem com invasões e desmatamentos ilegais de uma floresta rica em sua biodiversidade, refletindo assim, uma insegurança jurídica que já é notória em nível nacional e que diariamente infligem os direitos indígenas e as normas que deveriam assegurar suas concessões, uma vez que, são demonstradas por meio dos noticiários o aumento de invasões e queimadas nas terras indígenas anualmente. Assim, os povos indígenas exercem um papel fundamental na proteção de recursos naturais essenciais para a humanidade, mas se encontram hoje, em uma situação de ameaça à sua cultura, suas tradições e seus direitos.

Referências

ALBERNAZ, Isadora. PF deflagra megaoperação contra madeira ilegal em terra indígena no Maranhão. **Correio Braziliense**. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/08/5026599-pf-deflagra-megaoperacao-contra-madeira-ilegal-em-terra-indigena-no-maranhao.html>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

BRASIL. Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 26 de julho de 2023.

CARVALHO, Cleide. No Maranhão, áreas indígenas são dizimadas por desmatadores. **Repórter Brasil**. 2013. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/04/no-maranhao-areas-indigenas-sao-dizimadas-por-desmatadores/>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

DOMINIAL INDÍGENA RODEADOR. **Terras Indígenas do Brasil**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3851#sobre>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

EVERTON, Carlos Eduardo Pena. **“HOJE E AMANHÃ CELEBRAI A HISTÓRIA PARA ENCARNAR-VOS NO POVO”**: os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre. Orientador: Prof. Dr. Alan Kardec Gomes Pachêco Filho. 2016. Dissertação (Pós-graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia de Letras, 2020.

BRASIL. Lei Nº 11638, de dezembro de 2021. **Diário Oficial do Estado**. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-11638-2021-ma_425627.html. Acesso em: 26 de julho de 2023.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

NASCIMENTO, Luciano. PF deflagra megaoperação contra madeira ilegal em terra indígena no Maranhão. **Agência Brasil**. São Luis: 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/pf-combate-extracao-ilegal-de-madeira-em-terra-indigena>. Acesso em: 25 de Julho de 2023.

POVO GUAJAJARA RESISTE EM SUA TERRA MESMO SOFRENDO COM A VIOLÊNCIA DE MADEIREIROS E INCÊNDIOS CRIMINOSOS. **Mapa de Conflitos**. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-povo-guajajara-e-a-violencia-de-madeireiros-no-maranhao/>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

513



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PROJETO PAISAGÍSTICO NA UNIVERSIDADE FRANCISCANA: JARDIM COM PLANTAS BÍBLICAS

Larissa Lima Schmidt¹
Anelis Rolão Flôres²
Victória de Sá Lara³
Nicole Santos da Silva⁴
Thais Scotti do Canto-Dorow⁵

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma síntese da pesquisa que desenvolveu do projeto paisagístico de um jardim temático com plantas bíblicas no Conjunto II da Universidade Franciscana (UFN), que fica localizado na cidade de Santa Maria, RS. O projeto considera algumas áreas não cultivadas, especialmente no Conjunto II da UFN, e tem como inspiração a missão institucional, que é a de promover a formação humana e profissional, comprometida com a produção e a socialização do saber para o desenvolvimento da sociedade (RÚPULO, 2019).

As vegetações utilizadas no projeto do jardim são as plantas citadas na Bíblia, as quais foram categorizadas devido às nossas condições climáticas, com o intuito de ressaltar os ideais da instituição. O local escolhido irá sediar o parque tecnológico, com isso, surgiu a necessidade de um local de descanso, confraternização e de reflexão.

A temática possui poucos exemplares, apontando a necessidade de novos estudos sobre espaços que visam o equilíbrio e bem estar por meio do desenvolvimento da espiritualidade associada ao contato com a natureza. Atualmente, a cidade de Santa Maria encontra-se carente de espaços públicos de maneira geral, sendo assim o projeto paisagístico aqui proposto possui, além de ineditismo, uma oportunidade de ampliar a qualidade de vida de seus usuários, pela contemplação e religiosidade.

Portanto, foi desenvolvido um projeto paisagístico que seguiu as etapas de projeto utilizando os conceitos apresentados por Abbud (2010), Backes (2012, 2020) e Waterman (2010), com a finalidade de conceber um ambiente construído com elementos vivos, de modo a ampliar o bem-estar de seus usuários.

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Franciscana; l.lima@ufn.edu.br

² Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Franciscana; anelis@ufn.edu.br

³ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Franciscana; victoria.l@ufn.edu.br

⁴ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Franciscana; n.silva@ufn.edu.br

⁵ Docente PPG Ensino de Ciência e Matemática; Universidade Franciscana; thais.dorow@ufn.edu.br



Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é apresentar as etapas do projeto paisagístico de um jardim temático, na Universidade Franciscana, com plantas citadas na bíblia, que visa contribuir para a conservação do património e para a materialização da missão institucional.

Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa e com classificação de pesquisa exploratória, em relação aos seus objetivos. Portanto os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, estudos de caso e o desenvolvimento de um projeto paisagístico. Após, foram realizadas as etapas de projeto paisagístico: levantamento de dados do local, diagnóstico, partido geral e anteprojecto.

Jardim com plantas bíblicas

O desenvolvimento de um jardim deve considerar a integração do homem com a natureza e partir da análise do contexto social, cultural e ambiental que o cerca. O paisagismo consiste em configurar e integrar os aspectos físicos com sistemas naturais, a partir da construção de espaços que proporcionem bem-estar.

A proposição de um jardim com plantas citadas na Bíblia teve como princípio a organização dos trechos citados e sua identificação botânica, assim como o estudo do local e elaboração de um programa de necessidades que permitisse usos e espaços de contemplação.

A partir da pesquisa bibliográfica foi constatado que a temática é inédita, possuindo poucos exemplares e na sua maioria sem pesquisas académicas. Portanto os dois estudos de caso analisados foram importantes para elaborar um programa de necessidades adequado ao projeto. O primeiro foi o Jardim Bíblico dos Capuchinhos que é localizado em Fátima, Portugal, cujos idealizadores foram o Frei Lopes Morgado juntamente com o paisagista Miguel Velho da Palma no ano de 2003. O intuito do projeto, de acordo com Franciscanos Capuchinhos (JARDIM, 2017), é proporcionar em outra forma a escuta da palavra de Deus, neste caso falada pela voz da criação. Neste estudo é destaque a integração do Jardim com os pólos que constituem a edificação do Centro Bíblico.

Em seguida, foi analisado o Bell Biblical Garden, que localiza-se na cidade de Bell no estado de Queensland, Austrália, foi inaugurado em 2012 e teve o intuito de celebrar os cem anos da Lady Help of Christians Catholic Church. Neste jardim é de destaque a inserção de artes devocionais com as plantas mencionadas na Bíblia, assim incorporando uma Via Sacra em um ambiente de jardim.

Em ambos os casos, o material encontrado era contido em descrições e imagens, mas não apresentava desenhos técnicos. Dentro deste contexto, foi analisado as imagens aéreas do Google Maps, assim como as imagens do Street View, com a finalidade de compreender as linhas compositivas, aspectos climáticos considerados e definir o programa de necessidades. Neste contexto, para a elaboração de um projeto paisagístico é preciso, antes de qualquer traço, interpretar a paisagem, o local, para depois produzir uma combinação do clima, relevo, geologia e preexistências construídas em um diagnóstico e em seguida, propor o partido geral. Diferente dos projetos arquitetônicos, que possuem as mesmas etapas, o paisagismo tem como foco principal as plantas, nos seus mais variados extratos: arbóreas, arbustos, ornamentais e forrações. Segundo Backes, as plantas são o elemento primordial do jardim:

Elas tem poder de estabilizar os padrões meteorológicos inesperados ou desintoxicar a contaminação ambiental. As plantas tem o poder de fazer tudo isso. Elas refrescam o planeta, influem sobre a estabilização das estações, reabastecem o lençol freático, devolvem a fertilidade ao solo e impedem a erosão, regeneram a camada de ozônio, liberam o dióxido de carbono na atmosfera purificando as toxinas que espalhamos por toda a parte (BACKES, 2012, p.77).

Ainda, conforme Backes, para compor os projetos de jardins é preciso observar as plantas e seus ecossistemas, assim como "descobrir ritmos, padrões e valores do espaço, além de provocar sensações diversas e a harmonia entre os ambientes"(BACKES, 2020, p.186).

Para Abbud, ao introduzir sua metodologia da arquitetura da paisagem, o paisagismo é:

(...) a única expressão artística em que participam os cinco sentidos do ser humano. Enquanto a arquitetura, a pintura, a escultura e as demais artes plásticas usam e abusam apenas da visão, o paisagismo envolve também o olfato, a audição, o paladar e o tato. o que proporciona uma rica vivência sensorial, ao somar as mais diversas e completas experiências perspectivas. Quanto mais um jardim consegue aguçar todos os sentidos, melhor cumpre o seu papel (ABBUD, 2010, p.15).

Segundo Waterman (2010), as etapas que antecedem a implantação de um projeto paisagístico não são lineares:

É importante lembrar que o processo de desenvolvimento de um projeto, ao contrário de uma linha de tempo, muitas vezes não tem nada de linear. A expressão 'de volta à prancheta' se refere ao processo contínuo de testagem e retestagem característicos das várias disciplinas da arquitetura (WATERMAN, p.144).

Diante destes dados expostos foi desenvolvido um projeto paisagístico de um jardim com plantas bíblicas para o Conjunto II da Universidade Franciscana (Figura 1).



Figura 1 - Fotografias do espaço atual, na coluna esquerda, e a proposição do projeto em perspectivas eletrônicas, na coluna direita, 2023.



517

Fonte: Acervo dos autores.

Resultados

Devido aos poucos Jardins Bíblicos semelhantes, a pesquisa concentrou-se nos Jardim Bíblico dos Capuchinhos e Bell Biblical Garden. Ainda, por meio de pesquisas em jardins temáticos de um modo geral, foram retiradas referências formais, tanto de disposição como de detalhes e materiais de construção. Embora as formas dos canteiros em cruz formam um percurso

interessante nos exemplares analisados, optou-se por utilizar no projeto paisagístico um desenho mais geométrico e não tão literal para criar um espaço ecumênico.

Sobre as etapas, no projeto paisagístico, após a análise de estudos de casos de projetos similares foi iniciado o levantamento de dados seguido do diagnóstico. Para tanto, como resultado, foi elaborado o programa de necessidades adequado ao local do jardim existente (Figura 2), assim como o levantamento cadastral planialtimétrico dos elementos construídos e o registro da vegetação existente.

Figura 2 - Espaço existente, 2022.



Fonte: Acervo dos autores.

518

O programa de necessidades consistiu além do percurso de apreciação das espécies citadas na bíblia, orientado por um projeto interpretativo de totem, em bancos para descanso, no canteiro das celebrações e em um pergolado que poderá ser utilizado, ainda, como local para aulas e palestras ao ar livre.

Com base nas plantas baixas, elevações e perspectivas volumétricas foi elaborado o estudo de orientação solar e ventos predominantes. A vegetação existente foi sistematizada em uma tabela geral com suas principais características, nome popular e científico. A partir da associação da tabela com a listagem de plantas citadas na bíblia, assim como das características climáticas do local, a segunda tabela específica foi estruturada.

A segunda etapa, baseada na metodologia proposta por Abbud (2010) que inicia com a definição da vegetação existente e a que será inserida, foi da proposição do partido paisagístico, que teve como resultados os desenhos técnicos, as perspectivas eletrônicas e as tabelas botânicas com as plantas bíblicas. Praticamente toda a vegetação existente: árvores, arbustos e plantas ornamentais, foi mantida e alguns exemplares realocados. Segundo Abbud (2010, p. 175) "Sempre que possível é aconselhável preservar e incorporar na proposta árvores adultas

presentes na área.” no caso específico foram mantidos o Flamboyant, Álamo Negro, Agapanto e a Palma de Ramos. A Clúsia, a Cordilíne, a Canela e a Areca Bambu foram realocadas em outros canteiros. Porém a Figueira, Araçá, Amoreira, Canela, Pitangueira e a Escova de Garrafa foram retiradas devido a deformações, má adaptação ao ambiente ou patologia vegetal. A última fase foi a elaboração do anteprojeto (Figura 3 e 4), onde o projeto inicial foi acrescido com informações técnicas relevantes, com detalhamentos e as planilhas botânicas quantitativas finalizadas.

Figura 3 - Perspectivas eletrônicas do anteprojeto paisagístico, 2023.



Fonte: Acervo dos autores.

Figura 4 - Planta Baixa do projeto paisagístico, 2023.



Fonte: Acervo dos autores.

O projeto paisagístico foi apresentado à reitoria da Universidade Franciscana e entregue ao escritório que está desenvolvendo o projeto do Itec Park UFN. Na ocasião da apresentação, foi desenvolvido um caderno de projeto com todas as informações e etapas anteriores compiladas, visando corrigir e acrescentar informações para a etapa seguinte de anteprojeto.

Os jardins bíblicos representam um oásis de tranquilidade e contemplação em meio à agitação do mundo contemporâneo, proporcionando um refúgio para a mente e o corpo. Além disso, o jardim prevê espaço de estudo e de palestras para o Itec Park UFN, também podendo ser um recanto de educação e inovação, oferecendo oportunidades únicas de aprendizado e experimentação. O Canteiro das celebrações busca representar momentos significativos e edificantes para a comunidade religiosa. A Pastoral poderá se reunir com a comunidade para semear espécies do livro sagrado, assim fortalecendo os laços espirituais e promovendo uma forma de congregação que vai além dos ritos formais ou sociais.

A combinação da beleza natural com o propósito educacional cria um ambiente único, capaz de estimular a concentração, a criatividade e o senso de pertencimento, resultando em uma experiência de aprendizagem verdadeiramente inédita e enriquecedora.

Conclusão

Portanto, a proposição deste jardim aberto à comunidade santa-mariense, oportunizará um espaço para visita, lazer, meditação e aquisição de conhecimentos. Assim, auxiliando a missão institucional de promover a formação humana e institucional, que visa o desenvolvimento de uma sociedade com maior qualidade de vida e responsabilidade social.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Após a elaboração deste projeto paisagístico o grupo de pesquisa desenvolverá outros ambientes na Universidade Franciscana utilizando como base a tabela botânica elaborada na primeira fase. O objetivo é estudar as possibilidades de integração com a natureza aliada aos usos dos espaços, visando a ampliação da percepção ambiental e criação de locais de encontro entre os acadêmicos e a missão institucional.

Referências

ABBUD, B. **Criando paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

BACKES, Tony. **Neuropaisagismo**: conceitos filosóficos e ecológicos dos jardins regenerativos. Nova Petrópolis, RS: Edição do autor, 2020.

BACKES, Tony. **Paisagismo para celebrar a vida**: jardins como cura da paisagem e das pessoas. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012.

BELL BIBLICAL GARDEN. **O Jardim Bíblico Bell**. Disponível em: <https://www.bellbiblicalgarden.org/the-garden/>. Acesso em: 14 mar 2023.

JARDIM Bíblico. 2017. Disponível em: <https://www.capuchinhos.org/jardim-biblico>. Acesso em: 10 maio 2023.

RÚPOLO, I. **Universidade Franciscana**. Santa Maria: UFN, 2019.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos do paisagismo**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

521



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

A ENFERMAGEM E O CUIDADO PSICOSSOCIAL À MATERNAGEM DE MULHERES COM FILHOS COM DOENÇAS RARAS

Viviane de Melo Souza¹
Janaína Pinto Janini
Odára Matias Bulhões Chaves Furtado
Sabrina Feitosa Seixas

Introdução

Segundo a Organização Mundial de Saúde, entendem-se como doenças raras às que afetam 65 pessoas a cada 100 mil ou 1,3 pessoas a cada duas mil. Estudos relatam que 30% dos pacientes acometidos por essas doenças morrem antes dos cinco anos de idade e em 75% dos casos, afetam as crianças ⁽¹⁾. Quando afetadas com doenças raras no início do seu desenvolvimento, o esforço da família terá de ser redobrado, além do que se espera para essa fase. No entanto, sabe-se que a figura materna se sobressai nesses cuidados, quase sempre, devido a figura feminina ter sido construída como a mais apta para acolher, alimentar e a cuidar ⁽²⁾.

Com relação ao papel da figura materna, destaca-se o pediatra e psicanalista Donald Winnicott, que em, 1956, publicou o conceito da preocupação materna primária, onde ocorre uma fusão emocional da mãe com seu bebê. Esse evidencia essa situação em um estado sensível que vai aumentando gradativamente no final da gestação, mantendo-se por mais algumas semanas após o nascimento de seu bebê ⁽³⁾.

Desse modo, devido a essa particularidade, para a *mãe* torna-se difícil lidar com o adoecimento de sua criança, pois ainda que esteja preparada para desempenhar a maternagem, o seu estado psicológico não está preparado para dar essa assistência. De acordo com Winnicott, há uma diferença entre maternagem e maternidade, onde a primeira está relacionada ao vínculo de cuidar e acolher o filho por uma mãe, enquanto a segunda se refere ao vínculo consanguíneo entre a mãe e o filho ⁽⁴⁾. Assim, esse autor refuta a ideia de que a mulher já nasce com os instintos da maternidade e reforça que a função materna é um processo de construção.

Entende-se que ato de cuidar implica em prejuízos na vida do cuidador principal, e esses estão relacionados com as mudanças na sua vida social devido as circunstâncias da demanda de cuidado que a doença do seu filho(a) exige ⁽⁵⁾. Portanto, essas mudanças são referentes ao abandono do seu emprego, que acaba ocasionando um impacto financeiro considerável, as oscilações em seu relacionamento conjugal, além da falta de tempo para cuidar de si e a redução das suas relações sociais. Assim, pensando na mãe cuidadora, é muito importante focar a

522

¹ Correio Eletrônico: viviane.m.souza@ulife.com.br

assistência não só nas crianças sem que visem uma atenção centrada e humanizada a essas mães, principalmente, na descoberta do diagnóstico da doença e no decorrer do tratamento.

Objetivos Gerais

Considerando o número insuficiente de artigos evidenciando esse tema, já que normalmente, as pesquisas são voltadas para o diagnóstico da doença rara, o presente estudo objetivou compreender a vivência da maternagem de mulheres com filhos com doenças raras, que são dependentes de cuidados contínuos, buscando conhecer os impactos que podem ser gerados na saúde da mãe ao cuidar de uma criança que demanda uma atenção especial.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, cujo referencial teórico para análise da temática foi Daniel Bertaux, através do método Narrativa de vida, que aborda as concepções sobre les récits de vie, ou relatos de vida, e que consiste em um relato oral em torno do percurso vivido, descartando pesquisas externas e explicações sociológicas, visando, assim, a compreensão sociológica ⁽⁶⁾.

Esta pesquisa foi aprovada seguindo os transmisses da pesquisa CAAE – 51931421.8.0000.8157, além de seguir os aspectos éticos e legais da Resolução n°466/2012 ⁽⁷⁾ e da Resolução n° 510/2016. As participantes deste estudo foram mães de filhos com doenças raras, que possuíam mais de dezoito anos. Por outro lado, como critério de exclusão, foram as mães que apresentassem algum distúrbio mental que impossibilitasse a narração da sua vida.

A seleção das participantes foi realizada através da técnica de *Snowball* (“Bola de Neve”), que consiste em uma amostra não probabilística, onde os primeiros participantes do estudo indicam novos participantes constantemente, até que alcance o “ponto de saturação” ⁽⁸⁾. Esse, por sua vez, determina o momento em que o pesquisador considerar que se aproximou bastante do objeto e conseguiu provar a complexidade do tema, não captando novos dados nas narrativas ⁽⁶⁾.

Sendo assim, foi realizado uma entrevista aberta com dez mães de filhos com doenças raras, que residiam, no Brasil, no período de março a setembro de 2022, através de aplicativo de web conferência, devido a maior parte das participantes residirem em outros estados. Essas, foram gravadas com o consentimento das participantes, em um único encontro. A duração de entrevista foi de 30 minutos a 3 horas. O período da coleta de dados foi de sete meses e encerrou-se mediante o alcance do ponto de saturação, quando não há captação de dados novos nas narrativas. Foi utilizado uma única questão norteadora: “Conte-nos como foi a descoberta do diagnóstico da doença rara de seu filho e a sua trajetória desde então”. Os dados foram

analisados a partir de leitura flutuante inicial e agrupamento por similaridade do material empírico, permitindo o aparecimento de temas em comum ⁽⁶⁾.

Resultados

O instrumento de coleta de dados utilizado foi elaborado pelas próprias autoras com base na finalidade do estudo. Trata-se de um formulário previamente estabelecido, constituído por 29 questões para realização da caracterização das participantes. Assim, a amostra foi constituída por dez mães de crianças com filhos com doenças raras, com a faixa etária entre 26 e 58 anos, tendo a maior incidência de idade na escala de 40 anos. Todas possuem um alto grau de instrução, a autodeclaração da cor mais predominante foi a branca, a maior parte das entrevistadas conta com a presença do pai da criança.

Das dez entrevistadas, quatro residiam no Rio de Janeiro, duas no Rio Grande do Sul, três em São Paulo e uma em Curitiba e somente a metade delas possuem vínculo empregatício devido a rotina de cuidados com os filhos. Quanto ao número de filhos, quatro mães tiveram somente um filho e esse foi acometido com a doença rara; quatro tiveram três filhos, mas desses, somente duas mães tiveram um filho com doença rara; duas possuem os três filhos com a patologia rara; uma teve quatro filhos, mas exclusivamente dois tem a doença rara. Vale destacar, que quatro mães perderam seus filhos para a doença rara.

Todavia, devido as mães assumirem o papel de cuidador principal, elas passam a ressignificar o seu autocuidado, visto que apenas metade das participantes realizavam acompanhamento de rotina em relação à sua saúde. Todas as entrevistadas demonstraram apego a espiritualidade para enfrentar e adaptar-se à condição dos seus filhos. Além disso, das dez, três consideraram necessário o acompanhamento psicológico. Todas as mães demonstraram apego a espiritualidade para enfrentar e adaptar-se à condição dos seus filhos. Destaca-se também, temáticas comuns na narrativa de vida dessas mulheres, tais como o luto do filho perfeito após o diagnóstico, somado ao surgimento da depressão; o abandono paterno, dos amigos e da família; a mudança de estado em prol do tratamento do filho.

524

Conclusão

O estudo demonstrou que o objetivo foi alcançado, dado que as entrevistas permitiram compreender e evidenciar a narrativa de vida de mães com filhos com doenças raras, que são dependentes de cuidados contínuos. Desse modo, os achados desta pesquisa demonstram que a figura materna é mais envolvida nos cuidados de crianças atípicas, e assim, tende a ser vulnerável ao adoecer psíquico. Ademais, através dos relatos das entrevistadas, foi possível identificar as suas singularidades e as suas reais necessidades de saúde por meio dos seus sentimentos.

Assim, o presente estudo, tem como objetivo torna-se gatilho para investigações futuras, dado que publicações sobre a temática da maternagem de filhos com doenças raras são escassas. Portanto, torna-se imprescindível a existência de um cuidado psicossocial de Enfermagem para as mães cuidadoras, somado ao incentivo de políticas públicas a fim de diminuir os impactos gerados na saúde dessas mulheres, assim como assegurar a visibilidade da maternagem atípica.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Doenças Raras. 16 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/doencas-raras-1>.

Rodrigues BMRD, Peres, PLP, Pacheco STA. [Good motherhood practices from a bioethical perspective: a contribution to pediatric nursing]. *Revista Enfermagem Uerj* [Internet]. 2015; 23(4): 567-71. Available from: DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2015.18944>.

Winnicott, D. W. (2000). *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. (D. Bogmoletz, trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1956).

Winnicott, D.W. (2006). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1987).

Beck ARM, Lopes MHB de M. Cuidadores de crianças com câncer: aspectos da vida afetados pela atividade de cuidador. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2007Nov;60(6):670–5. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672007000600010>.

Bertaux D. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal: EDUFRN, p. 89-118, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/2012. Brasília, DF: CNS, 2012.

Baldin N, Munhoz EMB. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* [Internet]. 2011;27. Available from: DOI: [10.14295/remea.v27i0.3193](https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3193).

ADOLESCÊNCIA E SAÚDE SEXUAL: DÚVIDAS E MEDOS DE ADOLESCENTES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Adjanny Estela Santos de Souza¹
Caylanne Seixas Viana²
Lucas Silva Lopes³
Luma Sousa Dias⁴
Vanessa dos Santos Borges⁵

Introdução

Observa-se no período da adolescência aumento da vulnerabilidade a situações de risco, como gravidez precoce/não planejada, infecções sexualmente transmissíveis (IST), acidentes, violência de várias formas, maus tratos, uso e dependência de drogas, evasão escolar, dentre outros problemas. Para muitas meninas e meninos, saúde sexual e saúde reprodutiva são assuntos que não aparecem com frequência nas conversas com a família, uma vez que são temas cercados de tabus que dificultam a efetiva comunicação e conhecimento. Por vezes esses temas são mais conversados em roda de amigos, até como uma forma de brincadeira, não sendo dado a devida importância, fato que não é saudável.

Os índices de gravidez, aborto e IST em adolescentes são altos e configuram-se como problemas de saúde pública (BRASIL, 2019; VIEIRA, 2014) e atualmente, discutir com alunos no ambiente escolar acerca da sexualidade é uma prática garantida por documentos nacionais e internacionais (SFAIR *et al.*, 2015), inclusive pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que estabelecem a orientação sexual como um tema transversal, considerando a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de

526

¹ Farmacêutica, Doutora em Genética e Biologia Molecular, Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA) Campus XII – Santarém – Pará. adjanny.souza@uepa.br

² Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará – UEPA - Campus XII – Santarém – Pará. seixascaylanne@gmail.com

³ Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará – UEPA - Campus XII – Santarém – Pará. lucassilvalopes360@gmail.com

⁴ Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará – UEPA - Campus XII – Santarém – Pará. lumasousa.d@gmail.com

⁵ Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará – UEPA - Campus XII – Santarém – Pará. vanessa.dsborges@aluno.uepa.br

gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das infeções sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polémicas, contribuindo para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1998).

Considerando a vulnerabilidade de jovens às IST, o ambiente escolar, o baixo conhecimento que possuem acerca das IST e a ineficiência de políticas públicas direcionadas às demandas dessa população, é necessário fomentar espaços de diálogo, com escuta dos sentimentos, dúvidas e medos, propiciar informações claras, construção de conhecimentos e ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Objetivo

O objetivo desse estudo foi levantar dúvidas e medos de adolescentes de uma instituição de ensino de Santarém sobre adolescência e saúde sexual e oportunizar a discussão do tema, permitindo aos jovens esclarecer dúvidas e construir conhecimentos sobre as transformações que ocorrem na adolescência, métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, aborto e infeções sexualmente transmissíveis (IST), contribuindo para atitudes de prevenção.

Material e métodos

Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa utilizando a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

A pesquisa ocorreu em uma escola da rede estadual de ensino, localizada em um bairro da periferia de Santarém-Pará que atende alunos do ensino fundamental e médio. A escolha da escola se deu em virtude de ser uma escola da zona periférica que enfrenta problemas relacionados ao tema e nem sempre é contemplada com projetos dessa natureza.

Foram incluídos na pesquisa alunos regularmente matriculados na escola e excluídos aqueles que faltaram no período da coleta de dados.

Os alunos foram orientados a expressarem de forma anônima dúvidas e medos sobre o tema “adolescência e saúde sexual” englobando os seguintes tópicos: transformações da adolescência; métodos contraceptivos; gravidez na adolescência; aborto e infeções sexualmente transmissíveis (IST). As fichas de coleta de dados foram depositadas em caixas identificadas com o tema do projeto que ficaram na escola por uma semana, após este período as caixas foram retiradas e as fichas analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), dividida em três fases: 1) pré análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos dados. Os dados foram importados para o programa de análise de dados qualitativos de licença livre N-vivo, a fim de facilitar a análise para a construção das nuvens de palavras, que foram formatadas

a partir da análise de frequência com sinônimos, considerando as palavras mais frequentes referentes às respostas dos participantes.

Após a análise dos dados a equipe realizou ação de educação em saúde com atividades lúdicas a fim de oportunizar a discussão e conhecimento sobre o tema.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Pará (UEPA) – Campus XII-Tapajós, sob o parecer número 5.773.888, CAAE: 65219322.5.0000.5168.

Resultados

Participaram do estudo 60 adolescentes com idade entre 14 e 19 anos, 34 (56,7%) eram do sexo feminino, 26 (43,3%) eram do sexo masculino, 3 (5%) eram das séries finais do ensino fundamental e 57 (95%) eram do ensino médio.

Quanto às dúvidas e medos pertinentes às transformações que se sucedem no decorrer da adolescência, observou-se que as palavras que se repetiam entre os adolescentes, foram: “corpo”, “transformações”, “relacionamento” e “mudanças” destacados na nuvem de palavras na Figura 1.

Figura 1 – Nuvem de palavras representando dúvidas e medos sobre as transformações da adolescência



Fonte: SOUZA AES, et al., 2023

528

Adicionalmente, a pesquisa abrangeu questões relacionadas aos métodos contraceptivos, incluído o uso de preservativo, entre outros. A partir da análise das respostas dos participantes, foi possível constatar a ênfase em palavras, como “camisinha”, “anticoncepcional” e “contraceptivos”. Além destes, emergiram outros termos relevantes, como por exemplo

“ineficaz”, “prevenir” e “funciona”. Esses e outros temas ressaltados pelos adolescentes podem ser observados a seguir (Figura 2).

Figura 2 – Nuvem de palavras relativa aos medos e dúvidas sobre os métodos contraceptivos



Fonte: SOUZA AES, et al., 2023

No que se refere aos medos e dúvidas a respeito dos métodos contraceptivos, foram levantadas pelos adolescentes questões relativas ao modo de ação, bem como as consequências do uso dos contraceptivos. Ademais, foi possível verificar outra questão muito salientada pelos participantes, como a preocupação com a eficácia desses métodos, conforme os trechos: “Qual desses métodos contraceptivos é o mais seguro? Será que eles realmente fornecem proteção?” (Participante 48); “...medo de que esses métodos contraceptivos não funcionem” (Participante 24).

Quando se trata de gravidez na adolescência, as principais dúvidas que surgiram nos adolescentes foram em relação aos riscos e como evitar a gravidez, podendo ser exemplificado em: “Quais os métodos mais eficientes para prevenir a gravidez na adolescência?” (Participante 43); “Quais os riscos de perder o bebê e complicações no parto?” (Participante 11).

Foi perguntado aos adolescentes acerca dos seus medos em relação a gravidez e os participantes relataram em sua maioria ter medo de julgamento, falta de apoio, de ser expulso de casa, de não ter como criar a criança e da reação dos pais em relação a gravidez como percebemos em: “...medo de não saber como agir e não conseguir criar um filho” (Participante 24); “...medo de não ter apoio da família, abandono paterno e ter que criar o bebê sozinha” (Participante 44).

Pôde-se observar também que as palavras que apareceram com mais frequência foram “engravidar”, “gravidez”, entre outras exemplificadas na nuvem de palavras da Figura 3.

Figura 3 - Nuvem de palavras sobre dúvidas e medos sobre gravidez na adolescência



Fonte: SOUZA AES, et al., 2023

530

Quanto ao aborto, as dúvidas frequentemente citadas pelos adolescentes podem ser exemplificadas nos trechos a seguir: “... não entendo como funciona o aborto e quais são os seus malefícios” (Participante 02); “Quais as consequências do aborto para a mulher?” (Participante 34).

Ademais, no que se refere aos principais medos dos adolescentes pertinentes ao aborto, surgiram principalmente o receio de não o realizar corretamente e dessa maneira, a mulher acabar sofrendo consequências como por exemplo, a morte. Os depoimentos que seguem evidenciam esses medos: “...medo de não conseguir realizar um aborto corretamente, pois requer bastante atenção” (Participante 43); “...medo de abortar a criança e acabar morrendo junto” (Participante 47); “...medo de morrer” (Participante 58); “...medo de sofrer as consequências do aborto” (Participante 61).

Dessa forma, os termos “medo”, “aborto” e “consequências” apareceram com maior frequência, além de outras palavras como “morte”, “feto”, “crime”, “saúde” ilustradas na imagem a seguir.



Figura 4- Nuvem de palavras sobre dúvidas e medos sobre aborto.



Fonte: SOUZA AES, et al., 2023

Os alunos também puderam expor suas dúvidas e medos relacionados às infecções sexualmente transmissíveis, e as palavras que apareceram com maior frequência podem ser observadas na Figura 5.

Figura 5– Nuvem de palavras representando dúvidas e medos sobre infecções sexualmente transmissíveis



Fonte: SOUZA AES, et al., 2023

531

Diante das dúvidas e medos expressos nos resultados, evidencia-se que o conhecimento é o melhor meio para se proteger dos riscos inerentes à adolescência, e nesse contexto a escola se



torna o melhor espaço para a realização de intervenções educativas. Os profissionais de saúde podem ser parceiros da escola em ações de educação em saúde com viés educativo e preventivo ajudando a escola a tratar e discutir a saúde sexual e a sexualidade de forma responsável e segura.

Conclusão

Muitas foram as dúvidas e medos dos adolescentes sobre os temas relacionados à adolescência e saúde sexual. Destacando-se: “*medo do corpo não se desenvolver de forma normal*”; “*dúvida sobre a eficácia dos métodos contraceptivos*”; “*medo de não ter apoio da família no caso de uma gravidez*”; “*medo de morrer se fizer um aborto*”; “*medo de pegar uma infecção sexualmente transmissível*”. Destaca-se a necessidade de oportunizar espaços de discussão que assegurem a efetiva prática de educação sexual com envolvimento da família e escola. A realização da pesquisa com a etapa de ação de educação em saúde com atividades lúdicas cooperou para que os adolescentes pudessem esclarecer dúvidas e construir conhecimentos sobre as transformações que ocorrem na adolescência, métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, aborto e infecções sexualmente transmissíveis, contribuindo para maior compreensão, conscientização e engajamento podendo criar oportunidades para a geração de postura de cuidado frente a sua saúde sexual.

Referências

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico de HIV e Aids**. Brasília. 2019. (<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hiv-aids-2019>).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p.

SFAIR, S.; BITTAR, M. & LOPES, R. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902015000200620&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em 27, nov. de 2021.

VIEIRA, BZ. **Gravidez na Adolescência**. [Internet][citado 2014 nov 16];[about1p] Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/zenildabruno.htm

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA: HIGIENIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DOCUMENTAL

Thalita Fernandes de Sales¹
Maria Meriane Vieira Rocha²
Josemar Henrique de Melo³

Introdução

Até 2018, a Paraíba era um dos poucos Estado do Brasil que não possuía um Arquivo Público Estadual (Melo; Carneiro; Matias, 2020). A publicação da Lei nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB), do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e privados de interesse público e social, deu o pontapé inicial para sanar esta dívida histórica, administrativa e arquivística para com a sociedade paraibana. Essa caminhada, entretanto, vem de um longo período de lutas, uma vez que "desde a década de 1970, houve algumas iniciativas encabeçadas por profissionais e entidades ligadas aos arquivos, com o intuito de criar um local de custódia dos documentos públicos" na Paraíba. (Melo; Carneiro; Matias, 2020, p. 173).

O APEPB tem como missão "orientar e normatizar a gestão da documentação no âmbito estadual, nos seus mais diferentes níveis de organização, como meio para prover o acesso aos documentos, além de promover a preservação da memória" (Diretório Brasil de Arquivos, 2023, em rede), sua estrutura administrativa é vinculada à Secretaria de Estado do Governo da Paraíba e seu acervo conta com "documentos do período colonial, imperial e republicano de 1755 a 1978; conta ainda com acervo de jornais de 1912 até 2015 e Diários Oficiais da Paraíba de 1925 até 2015" (Diretório Brasil de Arquivos, 2023, em rede). Por ainda não dispor de um prédio próprio, o APEPB, bem como os documentos sob sua

533

¹ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba. Graduanda em Arquivologia pela mesma instituição. Discente voluntária do projeto de extensão "Arquivo Público do Estado da Paraíba: higienização, conservação, organização e disseminação documental". thalita.cinema@gmail.com.

² Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do projeto de extensão "Arquivo Público do Estado da Paraíba: higienização, conservação, organização e disseminação documental". Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. meriane.vieira@academico.ufpb.br.

³ Doutor em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Mestre em Ciência da Informação. Coordenador Adjunto do projeto de extensão "Arquivo Público do Estado da Paraíba: higienização, conservação, organização e disseminação documental". Professor do Curso de Bacharelado em Arquivologia da UEPB. josemarhenrique@gmail.com.



custódia, estão localizados temporariamente na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa, capital da Paraíba.

A ausência de políticas públicas de gestão e de preservação destes materiais, está refletida nas más condições de acondicionamento, descaso e destruição natural ou não, de documentos irreparáveis para a história local e nacional. Diante disso, percebe-se a importância de se ter na instituição uma Política de Preservação de Acervos. Nesse sentido, o APEPB, em suas ações, busca garantir as melhores condições para os materiais que restaram em seu acervo, que carecem de identificação das tipologias documentais, classificação, avaliação, higienização e elaboração de instrumentos de pesquisa.

É nesse contexto que este projeto de extensão se propõe, ao firmar parceria com APEPB, a contribuir com estas atividades, executando junto aos discentes voluntários (graduandos em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professores colaboradores da UFPB ao que tange a higienização, conservação, identificação e catalogação dos documentos manuscritos sob custódia do APEPB.

Objetivos gerais

Identificar e caracterizar as tipologias documentais dos manuscritos sob custódia do APEPB;
Higienizar os documentos de forma correta para uma preservação a longo prazo;
Catalogar os documentos manuscritos do APEPB.

534

Metodologia, materiais e métodos

Para atingir os objetivos propostos, este projeto apoia-se em uma metodologia de natureza aplicada, pois temos a intenção de gerar novos conhecimentos para ampliar a formação do arquivista a partir das interações entre áreas do conhecimento, com caráter exploratório-descritivo e abordagem quali-quantitativa, tendo em vista que o objeto de estudo será quantificável. Nosso campo de pesquisa será a documentação manuscrita do APEPB que se encontra na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego.

Quanto às técnicas iremos utilizar o estudo bibliográfico e documental como base para entendermos, a partir da literatura do campo da Diplomática e da Arquivologia, os conceitos e técnicas relacionados à higienização, preservação, conservação e identificação dos manuscritos explorados. Dentre eles podemos citar as obras das professoras e pesquisadoras Heloísa Liberalli Bellotto (1999) e Ana Célia Rodrigues (2008).

Também realizaremos o levantamento do conjunto documental da APEPB, buscando criar, no processo de catalogação, um verbete para cada documento. Essa ação auxiliará como instrumento para futuras pesquisas que, por sua vez, tem a função de orientar com o máximo de exatidão os pesquisadores em quais são e onde estão os documentos que eles desejam



pesquisar (Lopez, 2002). O levantamento terá como base o modelo utilizado na catalogação dos documentos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, cujo objetivo foi a recuperação da documentação manuscrita de arquivos portugueses sobre o Brasil. Os verbetes apontarão os seguintes campos:

- Data tópica – data e localização;
- Tipo documental;
- Atores descritos no documento;
- Resumo do documento;
- Localização no acervo.

Ressalta-se que antes do início das execução das práticas por parte dos discentes voluntários, foram ministradas atividades de aperfeiçoamento e oficinas (Fig. 1) sobre higienização de documentos no Laboratório de Preservação e Conservação (LABCOR) da Universidade Federal da Paraíba, com as professoras Dra. Maria Meriane Vieira Rocha e Me. Adelaide Helena Casimiro, bem como sobre a produção de documentos no período colonial e teoria e prática da Paleografia, com o professor Dr. Josemar Henrique de Melo na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego e no Arquivo Escola da Universidade Federal da Paraíba. Além disso, os estudantes também participaram da reunião de apresentação do Plano de Classificação e da Tabela de temporalidade do APEPB.

535

Figura 1 - Registros das atividades de aperfeiçoamento e oficinas.



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Resultados

Este projeto encontra-se em andamento e dentre os resultados esperados, almejamos higienizar e acondicionar os documentos, bem como criar um instrumento de pesquisa do conjunto documental da APEPB. Este catálogo auxiliará os pesquisadores e demais usuários do APEPB a compreender a organização e a disposição da documentação custodiada pelo Arquivo, bem como contribuirá para o desenvolvimento de futuras pesquisas tanto sobre o Brasil nos períodos Colonial, Império e República no Brasil, quanto sobre as práticas e técnicas arquivísticas de organização, difusão, preservação e conservação empregadas pela instituição.

Outro resultado esperado é a apresentação da situação da documentação mais antiga do Estado. Neste sentido, nossa hipótese é que a memória do Estado está prejudicada pelo desaparecimento de boa parte da documentação permanente do acervo, por isso, este projeto busca saber a exata medida do que foi perdido e o que temos atualmente.

Conclusão

Este projeto de extensão parte da iniciativa de contribuir para a disseminação documental do acervo da APEPB, a partir de ações de higienização, conservação, organização e catalogação dos manuscritos custodiados por este Arquivo. A ausência de qualquer instrumento de pesquisa deste conjunto, a ausência de identificação das suas tipologias documentais e a falta de uma higienização correta desses documentos pode ampliar perdas já existentes deste acervo, que possui grande valor para a memória paraibana e brasileira. Por este motivo, justifica-se a importância de ações neste sentido, com intuito de despertar e estimular os cuidados necessários para o bom funcionamento de um acervo documental deste porte.

A partir da parceria entre a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Estadual da Paraíba e a APEPB esta realidade vem sendo transformada, proporcionando, em conjunto, a formação e o desenvolvimento de habilidades e competências arquivísticas nos discentes voluntários deste projeto e a preservação deste acervo, tornando-o acessível para a sociedade do presente e do futuro.

Referências

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. **Arquivo Público do Estado da Paraíba**. [s.l.]: [s.n.]. 2023. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-da-paraiba>. Acesso em: 20 set. 2023.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e dos documentos descendentes. **Páginas a & b: arquivos e bibliotecas**. Lisboa, 1999, p. 19-30.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

MELO, Josemar Henrique de; CARNEIRO, Naiany de Souza; BANDEIRA, Pablo Matias. Por dentro do Arquivo Público da Paraíba. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p.172-179, 2020.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

537



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

COMO TRATAR LESÕES CARIOSAS EM DENTINA? DESENVOLVIMENTO DE UM MATERIAL EDUCATIVO PARA CIRURGIÕES-DENTISTAS DE UMA REDE PÚBLICA

Isabella Quintanilha Vital da Silva¹
Thais Ornellas Pimentel²
Marcela Baraúna Magno³
Patricia Nivoloni Tannure⁴

Atualmente, há um fluxo muito grande de desinformação sendo disseminada através da internet e redes sociais, dificultando que fontes confiáveis e informações baseadas em evidência cheguem até os profissionais que buscam aprimorar seus conhecimentos. Embora esta situação seja preocupante, a pandemia contribuiu para que a teoria da Odontologia de Mínima Intervenção (OMI) fosse colocada em prática por alguns profissionais pela necessidade de executar procedimentos menos invasivos, e consequentemente, preservando as estruturas dentárias e garantindo a saúde bucal dos pacientes. (TANNURE, 2022, p. 9). Todavia, disseminar informações com base científica fidedigna permanece sendo fundamental para realização destes procedimentos com mais segurança. Dados do levantamento epidemiológico denominado Projeto SB Brasil 2020 (p. 8) indicaram que a cárie dentária continua sendo o principal problema de saúde bucal dos brasileiros, sobretudo, na dentição decídua em crianças de 5 anos. Com relação a lesões de cárie não tratadas, a pesquisa indicou que mais da metade das crianças de até 12 anos possuem lesões cariosas sem tratamento. De acordo com a Federação Dentária Internacional, a maneira contemporânea de se tratar a cárie dentária é seguindo os pilares da Odontologia de Mínima Intervenção (OMI). Sendo assim, faz-se necessário realizar a remoção seletiva do tecido cariado e manter a vitalidade do dente mesmo em cavidades moderadas e profundas. Busca-se preservar o tecido dentário para que possa ser remineralizado e em seguida selar adequadamente a lesão cariosa com materiais restauradores adesivos, mantendo assim, os dentes funcionais por um longo período (LEAL; HILGERT; DUARTE, 2020, p. 20). Coswosk et al. (2018, p. 288) relataram ser fundamental que as organizações promovam espaços de discussão e oportunidades de ensino entre a universidade e a comunidade. Tendo em vista este cenário, em 2021 foi estabelecida uma parceria técnico-científica do Programa de

538

¹ Acadêmica de Odontologia da Universidade Veiga de Almeida – RJ – isbellavitalodonto@gmail.com

² Programa de Pós-graduação em Odontologia da Universidade Veiga de Almeida – RJ – thaisornellas.pimentel@gmail.com

³ Programa de Pós-graduação em Odontologia da Universidade Veiga de Almeida – RJ – marcela.magno@hotmail.com

⁴ Programa de Pós-graduação em Odontologia da Universidade Veiga de Almeida – RJ – ptannure@uva.br



Pós-graduação da Universidade Veiga de Almeida com a Coordenação de Saúde Bucal da Prefeitura de Nova Iguaçu-RJ. Esta parceria tem o intuito de fornecer benefícios, bilateralmente, por meio de uma melhoria da atuação dos dentistas da rede pública, refletindo diretamente na assistência aos beneficiários, além da Universidade exercer seu papel de contribuição na sociedade.

Objetivos Gerais

Desenvolver um folder sobre o manejo de lesões cariosas em dentina nos dentes decíduos e permanentes seguindo os preceitos da Odontologia de Mínima Intervenção.

Revisar a literatura sobre o assunto, de modo a identificar os principais estudos considerados bases para o estabelecimento das evidências científicas atuais. Disponibilizar o folder para os dentistas da rede pública do município de Nova Iguaçu – RJ.

Metodologia

Foi desenvolvido um produto técnico-científico utilizando estratégias de busca bibliográficas que responderam ao questionamento: “Como tratar lesões cariosas em dentina em dentes decíduos e permanentes?”. A busca eletrônica seguiu o passo-a-passo sugerido pelo sistema GS modificado utilizando os periódicos disponíveis na internet, sendo eles: Evidence-Based Dentistry, Journal of Evidence-BasedDental Practice, o site da Biblioteca Cochrane, PubMed/Medline e o Centro de Odontologia Baseada em Evidências da ADA. Após rigorosa leitura de artigos científicos encontrados nos periódicos, foi realizada uma análise crítica respondendo ao questionamento da pesquisa. A partir das publicações encontradas foi confeccionado um folder intitulado “Manejo de lesões cariosas em dentina em dentes decíduos e permanentes” com fins educativos cujo público-alvo foram os dentistas da rede pública de Nova Iguaçu-RJ. O folder foi elaborado através do programa PowerPoint utilizando textos curtos e imagens clínicas que abordaram etiologia, diagnóstico e tratamento das lesões cariosas em dentina.

Resultados finais

O conteúdo do folder foi composto por textos curtos e diretos cujo objetivo foi conceituar sobre a etiologia da cárie e esclarecer os métodos de diagnóstico de lesões cariosas considerados mais confiáveis e precisos. Foi demonstrado os diferentes tipos de dentina e como manejar lesões rasas, moderadas e profundas. Dentre os métodos de tratamento restaurador foram descritos a remoção seletiva do tecido cariado, o tratamento restaurador atraumático, restaurações em resina composta e cimento de ionômero de vidro. Imagens adquiridas do acervo

pessoal dos professores foram utilizadas, além de imagens de livros e artigos científicos também foram incluídas e referenciadas. O folder foi enviado para as responsáveis pela coordenação de saúde bucal de Nova Iguaçu-RJ através de e-mail e contatos por mensagem.

Conclusão

Conclui-se que o folder foi confeccionado utilizando informações de relevância científica para o aprimoramento do cirurgião-dentista da rede pública. As informações foram selecionadas a partir do método 6S modificado e foram incluídas ainda imagens clínicas e referências bibliográficas. O folder foi disponibilizado por e-mail e mensagem de texto para as responsáveis pela Coordenação de Saúde Bucal de Nova Iguaçu – RJ.

Referências

LEAL, S.; HILGERT, L.; DUARTE, D. Odontologia de mínima intervenção: dentes funcionais por toda vida. Nova Odessa, SP: Napoleão, 2020.

MENDES, F. M.; FELDENS, C. A. Diretrizes para Procedimentos Clínicos em Odontopediatria—Associação Brasileira de Odontopediatria. São Paulo: Ed. Santos, 2021.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária a Saúde. Versão Preliminar da Diretriz para a prática clínica odontológica na Atenção Primária à Saúde: Manejo de lesões profundas de cárie. 2022. <https://aps.saude.gov.br/ape/brasilsorridente/diretrizesclinicas>

PEREIRA, José Carlos; NETTO, Camillo A.; GONÇALVES, Silvia Alencar. Dentística: uma abordagem multidisciplinar. Artes Médicas Editora, 2014.

SCARPARO, Angela. Odontopediatria: bases teóricas para uma prática clínica de excelência. Barueri: Manole, 2020. 1131 p.

NAVARRO, Maria Fidela de Lima et al. Tratamento Restaurador Atraumático: atualidades e perspectivas. Revista da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas, v. 69, n. 3, p. 289-301, 2015.

SCHWENDICKE, Falk; FRENCKEN, Jo; INNES, Nicola (Ed.). Caries excavation: evolution of treating cavitated carious lesions. Karger Medical and Scientific Publishers, 2018.

2023

 **J I** Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

MEYFARTH, Sandra et al. O desafio de restaurar a dimensão mesio-distal: o uso racional do desenvolvimento de materiais odontológicos em odontopediatria. *Revista Brasileira de Odontologia*, v. 75, p. 1-5, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18363/rbo.v75.2018.e1198>

TANNURE, Patricia, et al. Alterações na clínica odontológica decorrentes da Pandemia: a mínima intervenção como a primeira opção em Odontopediatria. *Revista Científica do CRO-RJ (Rio de Janeiro Dental Journal)*, 2022, 7.1: 9-12.

COSWOSK, E. D. et al. Educação continuada para o profissional de saúde no gerenciamento de resíduos de Saúde. *Rev. bras. anal. clin.*, p.288-296, 2018.

541



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PRODUÇÃO DE FILMES ATIVOS A PARTIR DA CASCA DE CAFÉ E ÓLEO ESSENCIAL DE PIMENTA PRETA

Luana Laures¹
Vivian Chagas da Silveira²
Carla da Silva Meireles³

Introdução

Diante do cenário ambiental e econômico atual, estratégias e estudos sustentáveis tornam-se necessárias como formas alternativas de produção de novos materiais, como filmes para embalagens plásticas biodegradáveis. Estes filmes são dispositivos capazes de promover a separação de substâncias e quando incorporados com óleos essenciais, apresentam atividade antioxidante que é uma propriedade muito importante em se tratando de aplicações na área alimentícia, e também uma alternativa à utilização de produtos provenientes do petróleo que possuem alto tempo de degradação. A utilização da casca de café como fonte alternativa de matéria prima para obtenção de novos materiais, se justifica devido ao fato de ser um abundante resíduo da agroindústria no Brasil. O Estado do Espírito Santo, onde é realizado este trabalho, é o segundo maior produtor de café do país e a estimativa de produção para 2023 é de cerca de 13,0 mil sacas de café (CONAB,2023). Considerando que a casca corresponde a cerca de 40% do fruto do café (Parra,2008), somente no Espírito Santo serão geradas 312 ton. deste resíduo. A utilização da casca como fonte alternativa de celulose é uma alternativa para obtenção de novos materiais. A partir da celulose pode-se produzir filmes poliméricos transparentes, com propriedades biodegradáveis, boa processabilidade e propriedades de barreira, podendo ser utilizados como embalagens para alimentos, em substituição às embalagens plásticas feitas a partir do petróleo. O óleo essencial de pimenta preta (*Piper nigrum L.*) foi utilizado para obtenção dos filmes ativos e caracterização.

542

Objetivos gerais

Produzir o acetato de celulose a partir da casca de café.

¹ Graduanda em Engenharia Química pela Universidade Federal do Espírito Santos-Campus São Mateus CEUNES-UFES/Brasil, lualaires@gmail.com

² Doutora em Química e docente na Universidade Federal do Espírito Santo-Campus São Mateus CEUNES-UFES/Brasil, vivian.silveira@ufes.br

³ Doutora em Química e docente na Universidade Federal do Espírito Santo-Campus São Mateus CEUNES-UFES/Brasil, carla.meireles@ufes.br



Produzir filmes ativos de acetato de celulose e óleo essencial de pimenta preta.
Caracterizar os filmes quanto à biodegradação, permeabilidade ao vapor de água e atividade antioxidante.

Metodologia

Obtenção do acetato de celulose a partir da casca de café

A casca de café foi obtida com produtor rural da região de São Mateus/ES/Brasil. A caracterização do resíduo foi realizada por determinação dos teores de seus principais constituintes como a celulose, lignina e hemicelulose (Morais, Rosa, Marconcini, 2010)

O processo de isolamento da celulose foi realizado em três etapas: a primeira foi um pré-tratamento da casca de café, em meio ácido (HCl 1%) por 1h a 70°C, a segunda foi em meio alcalino (NaOH 1mol L) por 1h a 90°C, ambas etapas realizadas em sistema sob refluxo. Na etapa final o material foi submetido a agitação com solução de peróxido de hidrogênio 15% (pH ajustado em 10) por 1 hora a 50 °C.

A reação de acetilação da celulose foi realizada em meio ácido acético utilizado como solvente, anidrido acético como agente acetilante e ácido sulfúrico como catalisador. O tempo de reação foi de 5h à temperatura ambiente, seguido de reação de hidrólise por 30 min a 80 °C em solução de ácido acético, ácido sulfúrico e água. O acetato de celulose foi caracterizado por determinação do seu grau de substituição (Amaral, 2019; Cerqueira, 2010).

543

Produção dos filmes e caracterização dos filmes

O acetato de celulose foi solubilizado em acetona na proporção de 10% m/v. A solução foi agitada por 24 h. e os filmes foram obtidos pela técnica de *casting* e o tempo de evaporação do solvente foi de 1,5 min. Para os filmes incorporados com óleo essencial de pimenta preta (OE-PP), o óleo comercial foi adicionado, após dissolução do acetato de celulose, nas proporções de 5% e 10% (v/v) e homogeneizado por 30 min.

Os filmes puro, com 5 e 10 % de OE-PP, foram recortados com tamanho 3x5 cm, e posteriormente foram pesados e enterrados em vasos com terra e esterco, devidamente identificados. O pH do solo foi controlado em torno de 7, umidade de 20 a 40%, em temperatura de 27°C. As amostras foram coletadas em duplicata a cada 30 dias, lavadas, secas e pesadas. Os ensaios tiveram duração de 180 dias de acordo com a norma ASTM G 160- 03.

Os filmes foram também avaliados pela determinação de sua permeabilidade ao vapor de água (PVA), utilizando a técnica do copo de Payne. O copo de Payne foi preenchido até a metade com água destilada, e em seguida o sistema foi pesado e colocado em um dessecador com pentóxido de fósforo, onde permaneceu por 9 horas, sendo pesado em intervalos de uma hora.

A capacidade antioxidante dos filmes foi analisada via atividade sequestrante do radical DPPH. Os filmes foram recortados em pedaços de aproximadamente 1cm^2 (aproximadamente 0,025g) e colocados em frascos com 3,0 mL de metanol e mantidos por 12 horas. Após, adicionou-se 1,0 mL de solução metanólica DPPH 0,1 mM em cada frasco, e deixou-se reagir por 30 min em ambiente escuro. A absorbância das soluções foi medida a 515 nm, metanol como branco e o controle negativo foi uma mistura de 3,0 mL de metanol e 1,0 mL de DPPH 0,1 mM.

Resultados

Obtenção do acetato de celulose a partir da casca de café

A casca de café *in natura* possui $33,33 \pm 0,28$ % de lignina e $36,15 \pm 0,28$ % de celulose. Após procedimento para separação dos principais constituintes e utilização da celulose, a casca de café apresentou $47,84 \pm 0,86$ % de celulose e $22,88 \pm 2,05$ % de lignina. Com este material foi possível obter um acetato de celulose com grau de substituição de $1,92 \pm 0,04$ que confirma a modificação química da celulose da casca de café.

Produção e caracterização dos filmes

Na caracterização por biodegradação em solo, a Figura 1 mostra o aspecto visual dos filmes, após 60 dias de ensaio, em que já pode ser observado início de deterioração dos filmes.

Figura 1- Filmes após 60 dias de biodegradação: 1- AC5%OE, 2- AC10%OE, 3-Ac Puro.

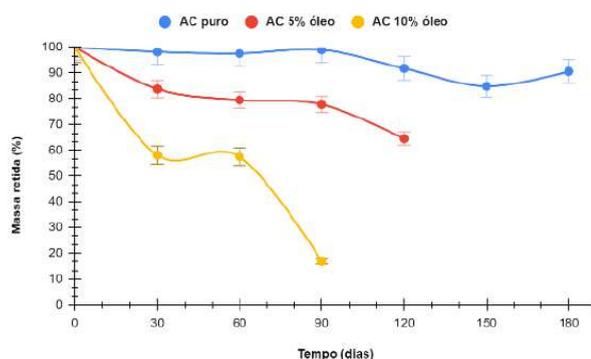


Fonte: Próprio autor

A Figura 2 apresenta o gráfico da variação de massa com o tempo para os filmes. Analisando os dados, os filmes puros, apresentaram uma redução de massa a partir dos primeiros meses, alcançando um valor de 15,19% de perda no quinto mês. Para os filmes contendo a incorporação

do OE-PP, pode-se observar quedas acentuadas de massa retida desde o primeiro mês, chegando a alcançar 77,77% de massa retida para os filmes contendo 5% de óleo ainda no terceiro mês de análise e 16,87% para os contendo 10% de óleo, contudo para estes últimos as análises foram afetadas pela extrema fragilidade dos filmes, que ao serem retirados do solo já se encontravam quebradiços e bem deteriorados.

Figura 2- Variação de massa retida com o tempo para os filmes



Fonte: Próprio autor

545

A atividade sequestrante do filme puro (AC puro) foi de $47,41 \pm 1,14\%$, que foi intensificado pela incorporação do OE-PP. Os filmes AC 5% e AC 10% apresentaram atividade sequestrante de $63,41 \pm 3,13\%$ e $69,30 \pm 1,08\%$, respectivamente. De acordo com El Fawal et.al 2019, mesmo filmes puros de acetato de celulose apresentam atividade antioxidante que pode ser atribuída à presença de grupos hidroxilas na estrutura dos polissacarídeos. Além disso, matéria prima utilizada para obtenção do acetato de celulose possui cerca de 22 % de lignina que também pode ser um dos responsáveis pela atividade antioxidante apresentada pelos filmes puros.

A PVA para o filme AC puro foi de $1,57 \times 10^{-4} \pm 0,07 \text{ cm}^2/\text{s}$. No filme AC5%OE, não se observou alteração significativa, $1,59 \pm 0,20 \text{ cm}^2/\text{s}$, em comparação ao AC10%OE ($2,27 \pm 0,29 \text{ cm}^2/\text{s}$) que levou à formação de filmes mais permeáveis ao vapor de água. A adição do óleo pode ser a responsável pela formação de uma estrutura porosa ao longo da espessura dos filmes que favorece a permeação. Uma vez que no ensaio de atividade antioxidante, a quantidade de 5% de óleo essencial já apresenta resultados, pode-se dizer que é possível incorporar o óleo aos filmes em proporções adequadas para diferentes tipos de aplicação em que características antioxidantes e de menor permeabilidade sejam desejadas para o armazenamento de determinados produtos.

Conclusão

A partir dos dados apresentados, foi possível obter um filme de acetato de celulose a partir da casca de café com características importantes para estudos de aplicação em embalagem de alimentos. Os resultados mostraram que os filmes AC10%OE apresentaram 69,3% de atividade sequestrante frente ao DPPH, que é um indício da capacidade de atuar no impedimento das reações de oxidação e deterioração, se utilizado como embalagem alimentícia. Na permeabilidade ao vapor de água o filme AC10%OE apresentou um valor de $2,27 \pm 0,29 \text{ cm}^2/\text{s}$, que representa um aumento de 44% na permeabilidade em comparação ao filme puro e AC5%OE. Quanto à biodegradação em solo, no período de 180 dias, os filmes incorporados com óleo apresentaram perda de massa superior ao filme puro e não puderam ser pesados devido à alta fragilidade no fim do período.

Referências

AMARAL, Heliane R.; CIPRIANO, Daniel F.; SANTOS, Mayara Santos S.; SCHETTINO Miguel A.; FERRETI, João Vitor T.; MEIRELES, Carla da S.; PEREIRA, Vanessa S.; CUNHA Alfredo G.; EMMERICH Francisco G.; FREITAS, Jair C. C. **Production of high-purity cellulose, cellulose acetate and cellulose-silica composite from babassu coconut shells.** Carbohydrate Polymers, v.210, p.127-134, 2019.

CERQUEIRA, Daniel A.; RODRIGUES Filho G.; CARVALHO Rui A.; VALENTE Artur J.M. **Caracterização de acetato de celulose obtido a partir do bagaço de cana-de-açúcar por 1H- RMN.** Polímeros, v. 20, n. 2, p. 85–91, 2010.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de café**, Brasília, DF, v. 10, n. 3 terceiro levantamento, setembro 2023.

EL FAWAL, Goma F.; OMER, Ahmed M.; TAMER, Tamer M. **Evaluation of antimicrobial and antioxidant activities for cellulose acetate films incorporated with Rosemary and Aloe Vera essential oils.** Journal of Food Science and Technology, v. 56, p. 1510-1518, 2019.

PARRA-POVEDA, Angela.R.; MOREIRA Ivan.; FURLAN Antonio Claudio.; PAIANO Diovani.; SCHERER Carina.; CARVALHO Paulo Levi O. **Utilização da casca de café na alimentação de suínos nas fases de crescimento e terminação.** Revista Brasileira de Zootecnia, v.37, n.3, p.433-442, 2008.

MORAIS, João Paulo S.; ROSA, Morsyleide F.; MARCONCINI, José M. **Procedimentos para análise lignocelulósica.** EMBRAPA: Algodão, Campina Grande, 2010.

OBUNTU - OBSERVATÓRIO INTERDISCIPLINAR E ASSESSORIA EM CONFLITOS TERRITORIAIS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA PELO DIREITO À TERRA NA PARAÍBA

Lorena Fernandes Rocha dos Santos¹
Maria Stephanie Beserra Cardoso²
Mariana Kimura da Costa³
Maykon Costa Serrão⁴
Hugo Belarmino de Morais⁵

Introdução

O OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais é um projeto do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, que busca em seus preceitos englobar o tripé acadêmico de pesquisa, ensino e extensão, tendo como base a reflexão crítica a respeito dos conflitos fundiários localizados no estado da Paraíba, onde articula de ações

547

¹ Estudante de graduação do quinto período do Departamento de Ciências Jurídicas, UFPB no curso de Direito. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos (CNPq/UFPB) e atual bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão OBUNTU – Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais, no plano de 2023-2024.

lorena.fernandes@academico.ufpb.br

² Estudante de graduação do sétimo período do Departamento de Ciências Jurídicas, UFPB no curso de Direito. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos (CNPq/UFPB) e ex-bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão OBUNTU – Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais, no plano de 2022-2023. msbc@academico.ufpb.br

³ Estudante de graduação do sétimo período do Departamento de Ciências Jurídicas, UFPB no curso de Direito. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos (CNPq/UFPB) e atual bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão OBUNTU – Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais, no plano de 2023-2024. mariana.kimura2@academico.ufpb.br

⁴ Estudante de graduação do sétimo período do Departamento de Ciências Jurídicas, UFPB no curso de Direito. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos (CNPq/UFPB) e ex-bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão OBUNTU – Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais, no plano de 2022-2023. maykon.serrao@academico.ufpb.br

⁵ Professor do Departamento de Ciências Jurídicas. Doutor em Sociologia e Direito pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da UFF (PPGSD-UFF). Coordenador do Projeto de Pesquisa e Extensão OBUNTU - Observatório Interdisciplinar e Assessoria em Conflitos Territoriais. Coordenador do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, decolonialidades e movimentos (CNPq/UFPB). Professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB (PPGDH-UFPB). Advogado Popular. hugo.belarmino@academico.ufpb.br



de pesquisa empírica e militante e atividades extensionistas pautadas pela assessoria jurídica e advocacia popular, através de um olhar interdisciplinar em casos ou situações de conflitos territoriais.

O Projeto na sua atuação, está dividido em dois eixos que atuam junto à Comunidade ribeirinha do Porto do Capim, envolvida em conflito socioambiental e violações de direitos humanos diante de avanços de órgão públicos que almejam a retirada da comunidade para a implementação de um “Parque Ecológico”; e junto à Comissão Pastoral da Terra, na Paraíba, que lida com questões relacionadas às lutas por terra/território, onde nossa atuação perpassa pelo fortalecimento dos movimentos na sociedade e o acompanhamento dos conflitos recorrentes nas comunidades, em sua maioria causados pela realização de grandes obras.

Objetivos gerais

O projeto OBUNTU, que está no seu terceiro ano de atividade tem como seu principal objetivo geral desenvolver atividades de assessoria jurídica popular, incidência político-jurídica e formação em direitos humanos com lideranças comunitárias e movimentos sociais do campo, em especial com a Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT-PB). A partir do objetivo geral, conseguimos delimitar os objetivos específicos que nos ajudam a limitar a área de atuação das atividades dos extensionistas, como desenvolver atividades de educação e extensão popular junto às organizações sociais das comunidades e movimentos sociais, com especial enfoque em atividades de formação em direitos humanos e conflitos territoriais e fortalecer as ações já existentes e promover iniciativas de comunicação a fim de dar visibilidade às lutas por terra/território das comunidades envolvidas nas ações, em especial a Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim e da Comissão Pastoral da Terra.

548

Metodologia, materiais e métodos

A metodologia adotada no projeto parte de uma perspectiva freireana, uma vez que o objetivo da realização do trabalho da assessoria jurídica popular parte das ações de educação jurídica popular, com base nisso são construídas conversas com as comunidades priorizando a cultura e contexto dos conflitos. A partir das metodologias participativas em conjunto, são utilizados e debatidos nas formações internas e abertas referenciais teóricos que dialogam com as realidades dos conflitos. Nossas atividades são desenvolvidas e fundamentadas tendo como perspectiva uma revisão de artigos e livros de autores cientificamente reconhecidos, bem como, pela experiência dos próprios moradores e lideranças das Comunidades, à exemplo do planejamento e contato com a Associação de Mulheres do Porto do Capim e a Comissão Pastoral da Terra/PB.



Para as ações de Assessoria Jurídica Popular, tem-se a construção coletiva entre os extensionistas das formações internas com leituras de textos, formação com convidados externos e movimentos sociais, bem como, sistematização da documentação formal e levantamento das demandas jurídicas para reunir estratégias e articular com órgãos de defesa dos direitos e incidência político-jurídica perante os órgãos públicos, garantindo a efetivação de direitos humanos

Logo, os métodos escolhidos pelo grupo contribuem para a problematização e conscientização dos problemas históricos perpetuados pela interface hierárquica de reprodução de violências, com vistas à redução metodológica e desconstrução do molde colonial.

Resultados

Ao longo do Projeto de Extensão, foi obtida a experiência decorrente do processo de assessoria jurídica popular, junto a Comunidade Porto do Capim e da Comissão Pastoral da Terra, que perpassou desde as escolhas dos materiais teóricos para a formação interna ao acompanhamento das organizações comunitárias em reuniões junto à órgãos governamentais.

Através das participações nas atividades e discussões, houveram grandes contribuições para a formação dos discentes de direito ao fazer com que esses tenham uma experiência prática em lidar com questões jurídicas reais e com a comunidade, além de fazer com que eles lidem com questões sociais e entendam o papel do direito na sociedade.

Nas reuniões mensais e contatos frequentes com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo, foi possível acompanhar com maior atenção os desdobramentos do Assentamento Capim de Cheiro e do Acampamento Antônio Pinto.

Como resultado das atividades realizadas do Eixo CPT foram mapeadas e reunidas na plataforma Padlet as áreas de conflitos por Terra na Paraíba, com base em documento enviado pela Comissão Pastoral da Terra, atualizando a situação fundiária, bem como, a quantidade de famílias atingidas. Entretanto, para o trabalho desenvolvido internamente, notou-se uma grande falta de dados que pudessem ser utilizados sobre determinado Assentamento ou Acampamento, escancarando a invisibilidade que os moradores e moradoras nas lutas e resistências, em tempos que as informações são de suma importância para o controle da narrativa.

Na Comunidade Porto do Capim, a Prefeitura segue tentando inviabilizar a Comunidade como sendo Tradicional Ribeirinha, em busca do desenvolvimento do “Parque Ecológico Sanhauá” e da continuidade do processo de expropriação dos moradores e do apagamento da história da cidade de João Pessoa e que felizmente é resistido, através da Associação de Mulheres do Porto do Capim e do Coletivo de Jovens Garças do Sanhauá.

Conclusão

Como se trata de um Projeto de Extensão que ainda está em atividade, não podemos chegar em nenhuma conclusão absoluta. Entretanto, com o que pudemos reunir das vivências nas ações do Projeto é que o capital, por meio de órgãos públicos ou de ações de indivíduos, na sua visão mercantil da terra vem negando a população de maior vulnerabilidade econômica o acesso a esse bem. Sendo que na maioria das vezes, na área urbana há a negativa do direito de participar da vida urbana, influenciar nas decisões que moldam a cidade e usufruir dos benefícios que a cidade oferece. Assim como, são utilizados mecanismos que impossibilitam medidas que melhor distribuem as terras e garantam efetivo uso social da terra, como a fomentação da agricultura familiar.

Pudemos concluir que determinadas caracterizações ou de determinados textos legais são meramente utilizados para o benefício desses entes para que possam manter o seu domínio pela terra e pelo território e assim excluir os direitos dessas comunidades.

A experiência aqui relatada foi de grande importância para o crescimento acadêmico, pessoal e profissional, aumentando o pensamento crítico sobre as situações de conflitos socioambientais, sobretudo nos casos das Comunidades tradicionais e dos agricultores que resistem coletivamente por direito a terra e território, intrinsecamente ligados aos Direitos Humanos.

Referências

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins, 2014.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 8-23. (Colección Sur Sur)

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Arte & Letra, 2021

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur).

REALIZAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO “ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE: PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA” NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, GOIÁS, BRASIL

Natália Marques de Paiva¹
Thiago Soares Pimenta²
Ana Laura Nunes Urbano³
Priscila Ariede Petinuci Bardal⁴

Introdução

O projeto de extensão “Atenção à saúde do adolescente: promoção da saúde sexual e reprodutiva” foi realizado por alunos do curso de medicina da Universidade Federal de Catalão, Goiás, Brasil. O presente projeto foi direcionado aos estudantes de 14 a 19 anos das escolas públicas de Catalão-GO e se propôs a trabalhar as temáticas: sistemas urogenitais feminino e masculino, higienização íntima, gravidez, infecções sexualmente transmissíveis (IST’s) e suas formas de prevenção e tipos de contraceptivos e suas formas de utilização. A adolescência consiste em um período crítico de transição entre a infância e a vida adulta. Nessa complexa fase, os adolescentes sofrem intensas transformações corporais, cognitivas e comportamentais, que propiciam novas descobertas e experiências que contribuirão para a construção de sua identidade e autonomia. (FERREIRA; PIAZZA; SOUZA, 2019, p. 2). Em muitos casos, observa-se que a responsabilidade da educação sexual e reprodutiva é transferida exclusivamente para os educadores. Nas escolas, o assunto é abordado apenas com o enfoque biológico, desprezando a parte psicossocial e cultural, o que demonstra que a temática ainda não é explorada de maneira satisfatória no contexto escolar e encontra-se cercada de mistérios e tabus (BARBOSA et al, 2020, p. 3). As ações educativas se tornam imprescindíveis, visto que, somente a partir da sensibilização do adolescente acerca da autonomia e da responsabilidade com seu próprio corpo, será possível que haja o desenvolvimento saudável de sua sexualidade (FIGUEIREDO, 2020, p. 5).

551

¹ <http://lattes.cnpq.br/3711136741517887>; UFCAT; nataliapaiva@discente.ufg.br

² <http://lattes.cnpq.br/4749864635709178>; UFCAT; thiago.soares@discente.ufg.br

³ <http://lattes.cnpq.br/7793640220511720>; UFCAT; anaurbano@discente.ufg.br

⁴ <http://lattes.cnpq.br/1361557313937899>; UFCAT; priscilabardal@ufcat.edu.br

Objetivos

Os objetivos desse projeto foram verificar o conhecimento prévio dos alunos sobre a saúde sexual e reprodutiva, ampliar o acesso desse público às informações ligadas ao tema e proporcionar reflexão acerca da sexualidade e promover a qualidade de vida através do estímulo à adoção de práticas sexuais seguras e do planejamento familiar.

Metodologia, materiais e métodos

A escola é compreendida como espaço que cumpre uma função social, responsável pela evolução intelectual, física, social e cultural dos indivíduos. (FURLANETTO et al, 2018, p.13). Inicialmente, foi aplicada uma enquete junto aos estudantes da Escola Estadual João Netto de Campos e do Instituto Federal Goiano, com a intenção de investigar o conhecimento prévio dos jovens acerca das temáticas a serem discutidas, além de entender o meio social e cultural em que viviam, de forma anônima. Essa enquete versava sobre o sistema urogenital feminino e masculino, fecundação, ISTs, período de maior probabilidade para concepção, métodos contraceptivos e principais fontes de informações relacionadas à temática de sexualidade. Na seção de sistemas urogenitais, fecundação e métodos contraceptivos, utilizou-se uma escala de conhecimento composta por “muito baixo”, “baixo”, “mediano”, “alto” e “muito alto”. Dentro da seção sobre ISTs, foi indagado quais delas os alunos conheciam, entre HIV, Sífilis, HPV, Herpes Genital e Tricomoníase e por fim, qual o período mais propenso para a ocorrência de gravidez, apresentando as alternativas “não sei”, “entre as menstruações”, “durante a menstruação” e “no fim da menstruação”. Na seção sobre as fontes de informações mais buscadas, haviam as opções “internet”, “família”, “escola”, “colegas” e “outros”, podendo ser marcada mais de uma alternativa. Após a aplicação do questionário introdutório, iniciou-se uma roda de conversa em que foram apresentadas imagens, pequenos textos e vídeos, com o uso de projetor de slides e uma caixa de som, para a fixação do assunto. Após esse momento de educação dialógica, foi aberta a oportunidade para o esclarecimento de dúvidas. A fim de que os adolescentes se sentissem à vontade para expor suas interrogações e que pudessem fazê-lo de forma anônima, foram distribuídos papéis e, após os seus preenchimentos, foram depositados em uma caixa separada para esse momento. Durante as respostas, a discussão manteve-se aberta, pois o foco era criar um ambiente agradável para a troca de informações e conhecimento, em que os alunos pudessem suscitar dúvidas a serem respondidas pelos palestrantes e fazer comentários. Após cada debate, foi repassada aos alunos uma segunda folha para que eles pudessem responder de forma anônima sobre o proveito daquele momento e dizer se a forma de apresentação havia sido esclarecedora, manifestar o nível de satisfação com a atividade, além de preencher um espaço com sugestões para a continuidade do projeto e melhorias para os próximos encontros. Os alunos foram convidados a participar das

conferências de forma voluntária, que contou com a participação de 89 estudantes. De todo o corpo estudantil que participou do projeto, 40,2% eram do sexo masculino e 59,8% do sexo feminino. Nos gráficos a seguir, é possível observar a porcentagem da participação de alunos do sexo masculino e feminino e da proporção das faixas etárias de 14 a 19 anos.

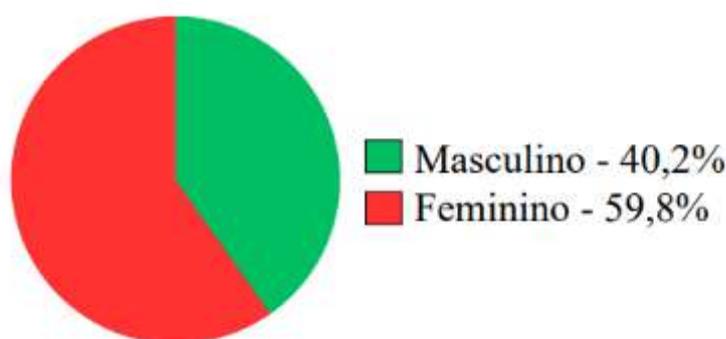


Figura 1. Gráfico relativo às porcentagens de alunos do sexo feminino e masculino participantes do projeto. Autoria própria.

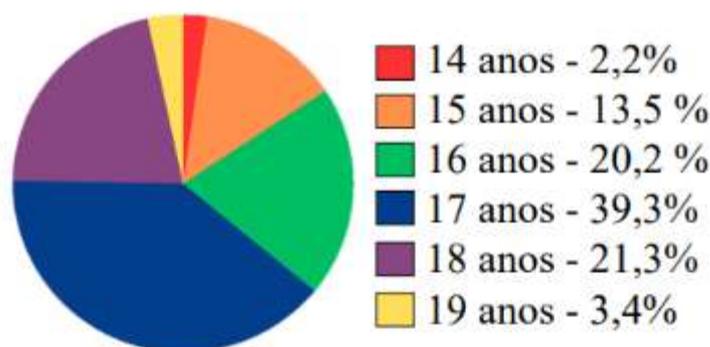


Figura 2. Gráfico relativo às porcentagens de faixas etárias dos alunos participantes do projeto. Autoria própria.

Resultados

Acerca do questionário sobre os conhecimentos prévios dos alunos e o meio social e cultural em que viviam, em relação aos principais meios em que buscaram informações sobre o assunto, os adolescentes elencaram a escola, familiares, colegas e internet, sendo essa a fonte mais comum. No gráfico abaixo, é possível observar o número de respostas quanto às fontes de

informações mais buscadas pelos adolescentes. No questionário, era possível assinalar mais de uma alternativa:

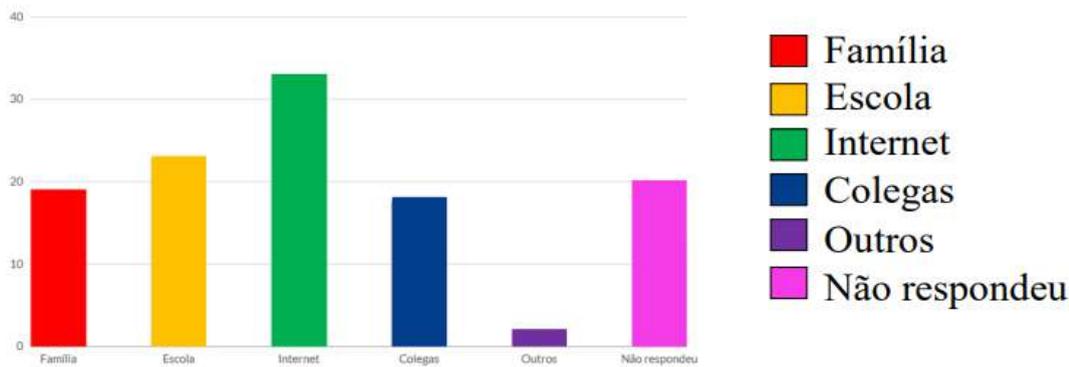


Figura 3. Gráfico que demonstra quais as principais fontes de informação dos estudantes a respeito dos temas trabalhados no projeto. Autoria própria.

Em relação à temática “Sistema Urogenital Feminino e Masculino”, 52% apresentaram um conhecimento muito baixo, baixo e mediano. Sobre o “Período mais provável de gravidez”, constatou-se que 70% dos alunos não sabiam, não responderam ou demonstraram desconhecimento através da marcação de alternativas incorretas. No que concerne às ISTs, a Tricomoníase não foi reconhecida por nenhum dos estudantes. Além disso, 43% não têm conhecimento acerca da Sífilis. É possível identificar que a IST mais conhecida, e por conseguinte, a mais temida, é a causada pelo vírus HIV, sendo desconhecido por somente 13% dos alunos. Enquanto 26% disseram apresentar conhecimento muito baixo, baixo e mediano sobre Anticoncepcionais e sobre Prevenção das ISTs. Após a análise das perguntas contidas na caixa, foram notórias as dúvidas acerca do ciclo menstrual: “De onde vem a menstruação?”, “Quando não se menstrua há dois meses, não estando grávida, o que pode ser?”, “A mulher só engravidar no dia fértil?” e “Por que ocorre o sangramento de escape?”; do aborto: “Por que geralmente a mulher, quando engravida, sofre um aborto espontâneo? Tenho uma amiga que já sofreu 6 abortos”; da fecundação e da gravidez: “O que acontece com os espermatozoides que não conseguem entrar?”, “O líquido que sai do pênis antes da ejaculação pode engravidar?”, “Como ocorre a gravidez de gêmeos?” e “Como o embrião sai do útero e vai para a barriga?”; dos sistemas urogenitais feminino e masculino: “Por que a vagina tem um corrimento branco?” e “Por que os homens soltam um líquido transparente sem ser o sêmen?”; dos métodos contraceptivos: “Qual o método mais seguro?”, “Tem probabilidade de engravidar com o DIU?” e “A camisinha precisa ser trocada após o sexo oral?” e das infecções sexualmente transmissíveis: “A maioria das doenças sexuais não têm cura?”, “Quem já passou da idade de

tomar a vacina contra HPV, ainda pode tomar?”, “Quem pode tomar a PEP?”, “Quem tem herpes labial pode transmitir a doença pelo sexo oral?” e “É possível contrair IST’s a partir do sexo oral?”. Em relação ao segundo questionário a respeito da opinião dos alunos sobre o projeto, os estudantes em sua totalidade assinalaram estarem satisfeitos ou muito satisfeitos com a apresentação do tema. Além disso, pontuaram também que as conversas foram claras e satisfatórias, e que o esclarecimento de dúvidas foi proveitoso. Houve sugestões para que fossem abordados também os seguintes temas: “estigma social para portadores de IST” e “no que isso afeta psicologicamente as pessoas”, o que aponta o interesse dos alunos para novos desdobramentos que envolvam essa temática, em especial, o contexto psicossocial relacionado ao tema.

Conclusão

Os dados acerca do conhecimento prévio dos jovens revelam lacunas significativas em relação às questões essenciais na temática de saúde sexual e reprodutiva, reforçando a falta de compreensão sobre alguns temas. É alarmante observar que doenças tão prevalentes como a Tricomoníase e a Sífilis no Brasil ainda permaneçam desconhecidas por muitos alunos, o que ressalta a importância de programas de educação permanente em saúde, como o presente projeto de extensão. A partir da análise das perguntas contidas na caixa, foi possível concluir a prevalência de dúvidas relativas aos mecanismos biológicos relacionados ao ciclo menstrual, isto é, ao conhecimento básico da saúde da mulher. Paralelamente a isso, a maioria dos estudos evidencia o escasso conhecimento acerca da anatomia e fisiologia do corpo, principalmente feminino, sendo este bastante limitado entre o público adolescente (FIGUEIREDO, 2020, p. 4). Além disso, observou-se a prevalência de dúvidas relacionadas às IST's, que são frequentes nessa faixa etária e aos métodos contraceptivos, que são, em grande parte, disponibilizados gratuitamente para a população pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. De forma geral, foi possível visualizar o interesse dos alunos em aprender a respeito do que estava sendo apresentado, aproveitando o espaço para assimilar novas informações, aprofundar o conhecimento sobre essas temáticas e esclarecer dúvidas sobre esses assuntos. Os alunos, os docentes que os acompanhavam e a direção das escolas sinalizaram sobre o quão proveitoso e positivo foi o projeto. Ademais, nota-se que a continuidade e a expansão desse projeto a outras escolas se fazem relevantes, com o intuito de promover a saúde sexual e reprodutiva a um maior número de adolescentes.

555

Referências

BARBOSA, L. U. et al. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. REAS/EJCH, v. 12(4), 2020. <https://doi.org/10.25248/reas.e2921.2020>.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



FERREIRA, I. G; PIAZZA, M; SOUZA, D. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. Rev Bras Med Fam Comunidade, v. 14(41):1788, 2019. [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1788](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1788).

FIGUEIREDO, M. L. Educação Sexual e Reprodutiva para Adolescentes na Atenção Primária: uma Revisão Narrativa. Ensaios e Ciênc., v. 24, n. 1, p. 82-87, 2020. <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2020v24n1p82-87>.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. Cadernos de pesquisa, v. 48, p. 550-571, 2018. <https://doi.org/10.1590/198053145084>.

556



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

O *DIGITAL STORYTELLING* NO PROCESSO DE CURADORIA DIGITAL COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Milena Aparecida da Silva¹
Caroline Carmona Marques Gonçalves²
Cleber Lopes³
João Pedro do Prado Nascimento⁴
Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau⁵

Introdução

A presente pesquisa aborda o *digital storytelling* como recurso digital para a formação docente no Ensino Superior e tem como base a tese de doutorado de Meyer (2018), que investigou os princípios necessários para a fundação de um portal com vistas ao desenvolvimento profissional docente. Ao levar em consideração o cenário de solidão nessa área e a necessidade de inovação advinda da era digital e tecnológica, o *digital storytelling* na produção editorial é considerado um instrumento em potencial para promover a inovação e conquistar a união e a alteridade pelo compartilhamento de práticas metodológicas e de experiências vividas em sala de aula.

Isso decorre da perspectiva de que o desenvolvimento profissional contínuo do docente é essencial para acompanhar as transformações econômicas, políticas, culturais e sociais da atualidade. Nesse contexto, o uso de recursos tecnológicos na educação tem ganhado destaque, tanto na educação formal quanto na informal. A internet oferece uma variedade de recursos que possibilitam o compartilhamento de informações e a interação entre os envolvidos no processo educativo (Bonilha *et. al.*, 2020; Cunha, 2014; Barros, 2013; Moran; Masseto; Behrens, 2006).

557

Objetivos gerais

¹ Graduada em Letras - Português-Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e-mail: miiiparecidasilva31@gmail.com.

² Mestranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e-mail: caroline.carmona@pucpr.edu.br

³ Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e-mail: cleber.lopes@pucpr.edu.br

⁴ Graduando em Letras – Português-Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e-mail: joapedropucpr@gmail.com

⁵ Graduada em Informática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Pedagogia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Especialista em Desenvolvimento de Sistemas e Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). PhD em Ciências da Educação: Tecnologias Educacionais pela Universidade de Montréal – Canadá. Docente do PPGE e líder do grupo de pesquisa Criatividade e Inovação Docente no Ensino Superior. E-mail: dilmeire.vosgerau@pucpr.br

Por meio das estratégias de produção editorial e das narrativas digitais, o objetivo da pesquisa foi analisar os impactos das técnicas e estratégias de produção editorial aliadas aos elementos do *digital storytelling* para a elaboração de recursos digitais para o desenvolvimento profissional docente no Ensino Superior.

Metodologia, materiais e métodos

A metodologia desta pesquisa centra-se na revisão sistemática que proporciona uma compreensão detalhada e aprofundada sobre um assunto específico, permitindo mapear o progresso e as influências do objeto de estudo. Essa abordagem facilita a organização das informações, a identificação de temas relevantes e a identificação de lacunas na pesquisa existente. O objetivo principal é estabelecer conexões com estudos anteriores, destacando temas recorrentes, apontando novas perspectivas e consolidando uma área do conhecimento, conforme descrito por Vosgerau e Romanoviski (2014, p.170).

As pesquisas que utilizam esse método concentram-se na análise da problematização e da metodologia, facilitando o mapeamento e a justificação das lacunas do estudo em questão. Assim, segue-se quatro etapas principais: i) pré-busca; ii) busca; iii) análise dos textos selecionados e iv) apresentação dos resultados da pesquisa. A primeira etapa, refere-se à Definição da pergunta de pesquisa e criação de descritores relevantes. Na sequência, na *busca*, é feita a seleção de artigos nas bases de dados especificadas, seguida pela exportação dos textos para o gerenciador de referências *Mendeley*; ressalta-se que critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos nessa fase. Por conseguinte, na análise dos textos selecionados, é feita a utilização do software *ATLAS.ti* para ler, codificar e analisar os textos selecionados, resultando na construção dos dados. Por último, apresenta-se os resultados alcançados ao longo de todo o processo anterior.

Assim, o objetivo foi buscado por meio da produção editorial para o Portal Observa, site resultante de projetos anteriores. Primeiramente, foram realizadas entrevistas com alguns professores premiados por Excelência na Docência na PUCPR, em seguida, após a minutagem das entrevistas, os textos foram produzidos e revisados para a postagem. Para a produção, foi considerada a noção de polidez linguística e de jornada do herói estudadas durante o processo de pesquisa. Além disso, foram levados em consideração os resultados da pesquisa de Meyer (2018), como a indicação do formato de vídeos curtos e o compartilhamento de tópicos como as dificuldades enfrentadas ao longo do percurso pelos professores.

Resultados

Como resultado foram produzidos e revisados ao todo quatro textos jornalísticos para o portal Observa, a partir das entrevistas realizadas com dois professores do Ensino Superior. Os textos foram construídos a partir da jornada do herói, portanto, se iniciam com o motivo da mudança na prática pedagógica, apresentam a decisão tomada e, então, o passo a passo, as dificuldades enfrentadas ao longo do processo e suas respectivas superações.

Para compreender de perto os impactos dessa produção para os professores entrevistados, eles responderam um questionário de avaliação do material produzido, incluindo o vídeo e as matérias. Ao responder a esse questionário, os quatro professores participantes afirmaram que aprenderam algo com a reflexão sobre suas experiências e afirmaram se sentir honrados e valorizados com o convite de compartilhar suas práticas metodológicas no portal. Dois ficaram completamente satisfeitos com o material produzido e dois fizeram apenas algumas ressalvas que foram corrigidas antes da postagem. Eles afirmaram que ao conversar sobre sua prática, ficaram empolgados para continuar o trabalho e alguns tiveram ideias de como aperfeiçoar a metodologia e enfrentar as dificuldades.

Ademais, por meio de revisão bibliográfica, foi possível compreender que o compartilhamento da prática docente é interessante tanto para o autor como para o interlocutor, que pode aprender refletindo sobre sua própria prática e desenvolver novos projetos e sua criatividade ao ter acesso às experiências do outro (Sordi; Nikayama; Binotto, 2018).

559

Conclusão

Conclui-se que a Curadoria Digital na educação é um tema em ascensão, tanto a nível internacional quanto nacional, com um aumento de pesquisas nos últimos anos. Embora ainda haja falta de definições detalhadas, fica evidente a importância dessa temática, uma vez que tem potencial para incentivar o empoderamento, a união, a empatia e a autorregulação do professor, visando a busca por uma educação gratuita e de qualidade. Além disso, o conceito de curadoria digital está em constante evolução, adaptando-se às necessidades atuais de desenvolvimento profissional docente e possibilitando uma aprendizagem personalizada. Para pesquisas futuras, é recomendado explorar outras bases de dados para obter uma visão mais abrangente e identificar novas lacunas e tendências na área.

Referências

BARROS, Daniela M.V. Ambiente de Aprendizagem Online: contributo pedagógico para as tendências de aprendizagem informal. **Revista contemporaneidade, educação e tecnologia**, 2013, v.1, n.3. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/2812> Acesso em 19 de set.2022



BOHNEN, Neusa T. **A jornada do herói: a narrativa autobiográfica na construção da identidade profissional do professor**. 2011. 108 f. Dissertação de mestrado (Estudos linguísticos). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

BONILLA, D.; NOBOA, G; RUIZ, K; y CABRERA, J. Academia, gobierno y empresas una perspectiva desde la vinculacion com la coletividade. **Revista de Investigación Enlace Universitario**, 2020 19(2), 60 – 71. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/rc/v14n62/rc066218.pdf> Acesso em 17 de dez.2022.

CUNHA, Maria Isabel Da. Aprendizagem da docência em espaços institucionais: é possível fazer avançar o campo da formação de professores? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 19, n. 3, p. 789–802, 2014. *Digital in 2020*. Disponível em: <https://wearesocial.com/digital-2020> Acesso em: 20 agos.2022.

MEYER, Patrícia. **Princípios para a concepção de um portal para o desenvolvimento profissional da docência na educação superior**. 2018. 281 f. Tese de doutorado (Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

MORAN, José Manuel. MASETTO, marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7. ed. São Paulo, SP: Papirus, 2006.

SILVA, Tarcízio. **Curadoria, Mídias Sociais e Redes Profissionais: Reflexões sobre a prática**. In: SAAD, Elizabeth Nicolau. **Curadoria digital e o campo da comunicação**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 73 – 84. Disponível em: https://issuu.com/grupo-ecausp.com/docs/ebook_curadoria_digital_usp Acesso em: 26/08/2022.

SORDI, Victor Fraile; NAKAYAMA, Marina Keiko; BINOTTO, Erlaine. Compartilhamento De Conhecimento Nas Organizações: Um Modelo Analítico Sob A Ótica Da Ação Cooperativa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 44-66, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21714/2236-417X2018v8n1p44>. Acesso em: 27 jul. 2022.

WOLFF, A., & MULHOLLAND, P. Curation, curation, curation. In **Proceedings of the 3rd Narrative and Hypertext Workshop**, p. 1, 2013. ACM. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262205872_Curation_curation_curation Acesso em: 19/11/2022.

CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DA SAÚDE SOBRE RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR ANTES E DEPOIS DE TREINAMENTO COM SIMULAÇÃO

Camila Bertoni Palis Samora¹
Helena Vasconcelos Guimarães²
Tereza Cristina Ribeiro Vilas Boas³
Rodrigo Magri Bernardes⁴

Introdução

As doenças cardiovasculares são a principal causa de morte em muitos países do mundo, levando à parada cardiorrespiratória (PCR). No Brasil, aproximadamente 14 milhões de brasileiros apresentam alguma doença cardíaca e cerca de 400 mil morrem por ano em decorrência delas (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2021).

A ressuscitação cardiopulmonar (RCP) é medida efetiva para tratar a PCR e reúne manobras executadas sequencialmente que incluem avaliação e intervenção imediata frente às condições de PCR apresentadas pelo paciente e que podem ser iniciadas em qualquer lugar (MORETTI et al., 2021; DUARTE; DIXE, 2021).

Diretrizes internacionais seguem a ordem de avaliação mnemônica C, A e B para guiar o atendimento denominado Suporte Básico de Vida (SBV). No caso, C - Circulação (avaliação de sinais circulatórios e realização de compressões torácicas); A - Abrir vias aéreas (avaliação e posicionamento correto das vias aéreas); B - Boa respiração (avaliação dos movimentos respiratórios e realização das ventilações) (AMERICAN HEART ASSOCIATION, 2020).

Para capacitar profissionais sobre o atendimento à PCR, insurge a prática de ensino simulada como opção para difundir semelhantes técnicas e refinar as habilidades dos profissionais. Com efeito, uma díade valorativa baliza tal tipo de atividade de ensino. De um lado, vê-se o polo educativo em que as simulações se caracterizam como uma excelente ferramenta pedagógica, pois por ser prática e objetiva, permite a identificação e compreensão dos problemas na implementação de técnicas e a adequada capacitação dos profissionais em situações de

561

¹ Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: camilabertoni2009@hotmail.com

² Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: helenaguimaraess@gmail.com

³ Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: terezavilas@outlook.com

⁴ Enfermeiro. Professor do Curso de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: bernardes.rodrigo@estacio.br

emergências. De outro lado, promove a melhora da capacitação profissional sem a contrapartida de oferecer risco ou desconforto aos pacientes reais e oferece a possibilidade de se aprender com os erros e corrigi-los em situações futuras (RENTE et al., 2021).

As simulações de atendimento à PCR melhoram significativamente o tempo de resposta, aumentam a confiança dos profissionais, auxiliam aos profissionais a controlarem as suas emoções, desenvolvem habilidades cognitivas, melhoram a capacidade de avaliação das vítimas e aprimoram as habilidades técnicas e não técnicas (RENTE et al., 2021).

Os estudantes da área da saúde, com exceção daqueles que cursam medicina ou enfermagem, na maioria das vezes, não recebem treinamentos sobre o tema durante a graduação e são cobrados profissionalmente por tais habilidades (MORETTI et al., 2021).

Ainda é válido destacar um estudo realizado com profissionais da área da saúde, no caso, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia, em que se verificou que apenas estudantes de Medicina e Enfermagem apresentaram alto nível de conhecimento de SBV, enquanto nenhum dos formandos dos demais cursos obtiveram conhecimento suficiente (PELEK; SILVA-JUNIOR; MÜLLER, 2021).

Portanto, fica justificada a realização deste estudo. Primeiramente, por proporcionar treinamento de estudantes de áreas para além da medicina e enfermagem, contribuindo com a sua formação pessoal e profissional, o que impacta positivamente em toda a sociedade futura.

A literatura aponta estudos que mostram o benefício do treinamento por meio de simulação.

Estudo conduzido por Duarte e Dixe em 2021, o qual evidencia melhora nos conhecimentos teóricos e habilidades práticas dos participantes após a realização de treinamentos específicos em SBV em grupos de enfermeiros (DUARTE; DIXE, 2021).

Ademais, Tobase et al. em 2017, igualmente justificam a promoção deste tipo de atividade na medida em que desenvolveram um estudo com o objetivo de avaliar o aprendizado de estudantes por meio de metodologias ativas de ensino, com curso online e simulação. Após aplicaram pré e pós teste de conhecimento, encontraram melhora do conhecimento com diferença estatisticamente significativa. Concluíram, então, que o curso contribuiu para o aprendizado do suporte básico de vida e destacaram a simulação como método efetivo de ensino (TOBASI et al., 2017).

Rente et al. (2021) assevera em seu estudo que os treinamentos baseados em simulação devam ser implementados de forma inequívoca, seja em formações iniciais ou contínuas, pois proporcionam experiências de aprendizagem ativas e sistemáticas, potencializando o desenvolvimento de habilidades técnicas e não técnicas, como comunicação interpessoal e trabalho em equipe, bem como a própria Sociedade Brasileira de Cardiologia propulsiona semelhantes recomendações, indicando-as desde a graduação (RENTE et al., 2021; SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2021).

Objetivos gerais

Os objetivos do presente trabalho foram identificar características educacionais e avaliar o conhecimento de estudantes da saúde antes e após treinamento sobre ressuscitação cardiopulmonar utilizando a simulação.

Metodologia, materiais e métodos

Trata-se de um estudo transversal, analítico e quase-experimental com abordagem quantitativa, com avaliação antes e após uma intervenção em um mesmo grupo de participantes, tendo a avaliação antes da intervenção como controle. O desenho quase-experimental é utilizado em situações pré e pós-intervenção em uma amostra sem randomização em grupo único (AGGARWAL; RANGANATHAN, 2019) Foi investigado o efeito da variável independente - intervenção (treinamento sobre SBV utilizando a simulação) sobre a variável dependente (conhecimento dos estudantes) em uma situação controlada.

As atividades foram realizadas no centro de simulação de uma instituição de ensino superior no estado de São Paulo, no Brasil.

A amostra por conveniência foi composta por alunos dos cursos de graduação de biomedicina, nutrição, educação física, fisioterapia e odontologia. Foram incluídos os alunos regularmente matriculados e foram excluídos aqueles que deixaram de participar qualquer etapa da pesquisa e que tinham menos que 18 anos.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa das instituições responsáveis e as legislações de ética e pesquisa vigentes no Brasil foram seguidas.

Para a coleta de dados foram oferecidos seis cursos extracurriculares, com duração de 2h. O conteúdo teórico foi ministrado será por meio de videoaulas, gravadas por um professor especialista no tema e seguindo as diretrizes da *American Heart Association* (AMERICAN HEART ASSOCIATION, 2020). Em seguida foi realizado um treinamento de habilidades. O conteúdo teórico e prático abordou a temática de ressuscitação cardiorrespiratória em adultos.

Foram coletadas informações demográficas (idade e gênero com qual a pessoa se identifica) e educacionais (curso de graduação, semestre que estavam cursando, formação prévia na área da saúde, cursos prévios sobre o tema e leitura de produção científica sobre o tema). Para avaliar o conhecimento sobre o tema foi utilizado um questionário de 15 questões de múltipla escolha, validado por Alves et al. (2019) e adaptado para o contexto extra-hospitalar. O teste de conhecimento sobre o tema foi aplicado antes e após o treinamento (pré e pós-teste, respectivamente)

A equipe de coleta de dados foi realizada por alunos do curso de graduação em medicina que receberam receberão treinamento prévio sobre o conteúdo abordado e sobre suas respectivas funções.

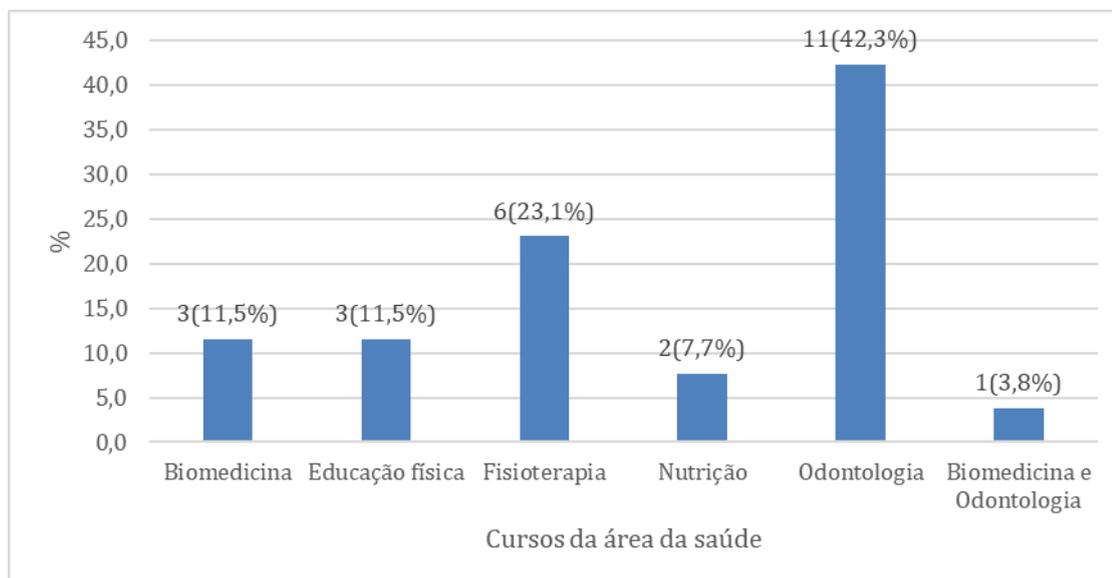
Os dados foram analisados por meio da estatística descritivas (frequências absoluta e relativa e medidas de tendência central e dispersão).

Resultados

Serão apresentados os resultados parciais do presente estudo.

Participaram 26 estudantes de cursos da área da saúde com idade variando de 18 a 25 anos com média de 25 (desvio-padrão – DP 6,6), sendo 18 (69,2%) mulheres e 8 (30,2%) homens. A maior parte eram do curso de odontologia. A distribuição dos cursos que os participantes estavam matriculados é apresentada na Figura 1.

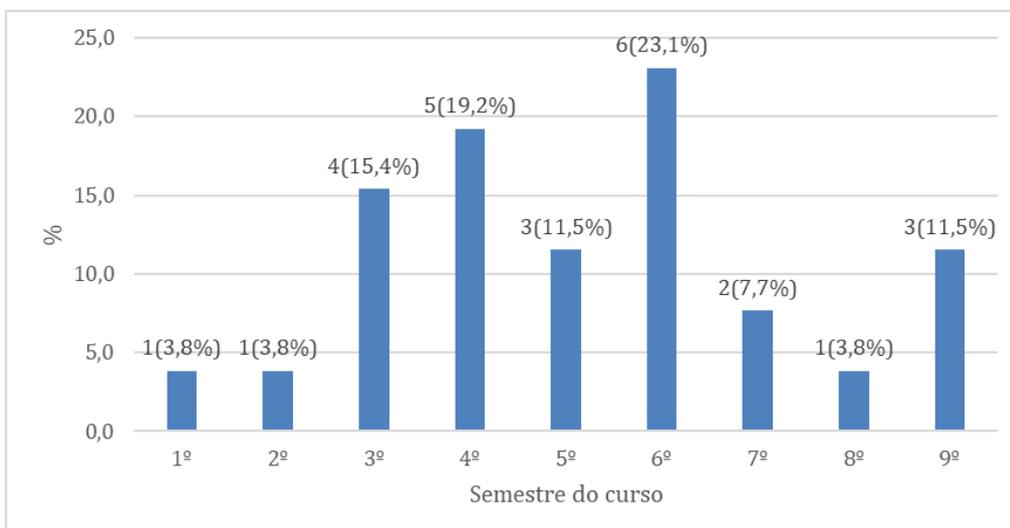
Figura 1 - Cursos que os participantes estavam matriculados (n=26).



564

A maior parte dos participantes estavam no 6º semestre do curso (Figura 2).

Figura 2 – Semestre que os participantes estavam matriculados (n=26).



A média de acertos dos participantes, no pré-teste de conhecimento foi de 5,5 itens (36,7% - DP 13,5), variando de 1 (6,7%) a 10 (66,7%) itens. A média de acertos dos participantes, no pós-teste de conhecimento, após a intervenção, foi de 10,5 itens (70,3% - DP 13,6), variando de 7 (46,7%) a 15 (100%) itens. Houve aumento de 33,6% da média de acertos dos itens. A quantidade de acertos de cada item está apresentada na tabela 1. Observa-se que houve aumento dos acertos da maioria dos itens do teste de conhecimento.

565

Tabela 1 – Acertos dos itens do pré e pós-teste de conhecimento (n=26).

	Pré-teste		Pós-teste		Aumento da % de acertos
	n	%	n	%	
Questões do teste de conhecimento					
1. Na etapa na Cadeia da Sobrevivência “ACIONAMENTO DO SERVIÇO MÉDICO DE EMERGÊNCIA” deve ser solicitada ajuda imediatamente após identificada a PCR. Esta etapa consiste em providenciar:	20	76,9	23	88,5	11,5
2. A sequência de ações que leva o profissional a reconhecer irresponsabilidade em uma vítima suspeita de Parada Cardiorrespiratória (PCR) é:	10	38,5	19	73,1	34,6
3. Na avaliação do pulso e respiração no reconhecimento da Parada Cardiorrespiratória (PCR) o profissional deve:	10	38,5	8	30,8	-7,7

4. Considerando as ações imediatas mediante o reconhecimento da Parada Cardiorrespiratória (PCR), análise o cenário: “X e Y são profissionais da saúde e encontram um paciente em Parada Cardiorrespiratória (PCR)”. A conduta recomendada a ser realizada de maneira simultânea por X e Y é:	11	42,3	21	80,8	38,5
5. A troca de profissional durante a realização da Compressão Torácica Externa (CTE) é ser a cada:	6	23,1	23	88,5	65,4
6. O local indicado, no tórax da vítima, para posicionamento das mãos do profissional na execução da Compressão Torácica Externa (CTE) é:	5	19,2	13	50,0	30,8
7. A profundidade indicada nas Compressões Torácica Externa (CTE) de uma vítima adulta é:	5	19,2	20	76,9	57,7
8. A frequência, por minuto, indicada nas Compressões Torácica Externa (CTE) é:	12	46,2	25	96,2	50,0
9. Em relação ao retorno da parede torácica pela descompressão na Compressão Torácica Externa (CTE), o profissional deve:	10	38,5	24	92,3	53,8
10. Para a permeabilização das Vias Aéreas (VVAA), na Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP), quando não há suspeita de lesão cervical, é indicado:	12	46,2	19	73,1	26,9
11. Para realizar o manejo adequado da bolsa durante a ventilação com Bolsa-valva-máscara deve:	7	26,9	14	53,8	26,9
12. Em uma vítima adulta, quando a Compressão Torácica Externa (CTE) é realizada sincronizadas com a ventilação por Bolsa-valva-máscara é recomendado:	10	38,5	23	88,5	50,0
13. Na chegada do Desfibrilador Externo Automático (DEA) no local da Parada Cardiorrespiratória (PCR), a conduta imediata é:	6	23,1	14	53,8	30,8
14. A conduta recomendada ao profissional em um cenário que o Desfibrilador Externo Automático (DEA) avalia o ritmo cardíaco e não indica o choque é:	13	50,0	11	42,3	-7,7
15. Com o retorno da circulação espontânea após uso do Desfibrilador Externo Automático (DEA), é recomendado:	6	23,1	17	65,4	42,3

566

Conclusão

O método de treinamento tem o potencial de melhorar o conhecimento sobre SBV e capacitar os profissionais de saúde para atender situações de emergência, ameaçadoras à vida, como a PCR.

Referências

AGGARWAL R, RANGANATHAN P. Study designs: Part 4 - Interventional studies. *Perspect Clin Res*, v. 10, n. 3, p. 137-139, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31404185/>>. Acesso em: 20 out. 2023.



ALVES, M. G. et al. Construção e validação de questionário para avaliação de conhecimento sobre ressuscitação cardiopulmonar. *Cogitare Enfermagem*, v. 24, n. e64560, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/64560>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Destaques das diretrizes de RCP e ACE de 2020 da American Heart Association**. 2020. Disponível em: https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines-files/highlights/hghlghts_2020eccguidelines_portuguese.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023

DUARTE, H. M. S.; DIXE, M. A. C. R. Conhecimentos dos estudantes de enfermagem sobre suporte básico de vida. *Revista de Enfermagem Referência*, v. V Série, n. 7, p. e20086, 2021. Disponível em: <https://rr.esenfc.pt/rr/index.php?module=rr&target=publicationDetails&pesquisa=&id_artigo=3895&id_revista=55&id_edicao=249>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **Aumenta o número de mortes por doenças cardiovasculares no primeiro semestre de 2021**. 2021. Disponível em: <<https://www.portal.cardiol.br/post/aumenta-o-número-de-mortes-por-doenças-cardiovasculares-no-primeiro-semester-de-2021>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

MORETII, M. A. et al. Retenção das Habilidades de Ressuscitação Cardiopulmonar nos Estudantes de Medicina. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 117, p. 1030–1035, 2021. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/abc/a/v6zjfjt3QCdBV3S86CrcKKjz/?lang=pt>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

PELEK, C. et al. Nível de conhecimento sobre suporte básico de vida entre formandos da área de saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 45, n. 2, e078, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/VYhPBvh8tj8wZdWCX7BmtWg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2023.

RENTE, M. et al. Nurses' perception of simulation-based basic life support training in clinical practice. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, v. 16, p. 65–72, 2021. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0873-30152021000300065&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 5 jul. 2022.

TOBASE, L. et al. Basic life support: evaluation of learning using simulation and immediate feedback devices. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 25, e2942, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692017000100388&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 9 jun. 2022.

EFEITO DA PRÓPOLIS VERDE NA PROLIFERAÇÃO DE FIBROBLASTOS E SUA AÇÃO ANTIMICROBIANA E ANTI-INFLAMATÓRIA NA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS DECORRENTES DA HANSENÍASE

Larissa Kaori Maquedano¹
Cristiano da Rosa²
Giovanna Barbarini Longato³

Introdução

A hanseníase é uma patologia infectocontagiosa de evolução crônica, popularmente chamada de lepra. Sua via de transmissão é predominantemente respiratória e seu agente etiológico é a bactéria *Mycobacterium leprae*. A doença se manifesta, principalmente, por úlceras cutâneas que tendem a se tornar crônicas, com diminuição da sensibilidade térmica, dolorosa e tátil (TALHARI et al., 2015, p.26-37). Esta sequela continua sendo um problema de saúde pública enfrentado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil.

Considerando a busca por alternativas ao tratamento destas feridas crônicas e tendo em vista o potencial antimicrobiano, anti-inflamatório, modulador do sistema imune (BARBOSA et al., 2009, p.318-322), como também sua propriedade pró autofagia induzida pelo Artepelin C, composto mais abundante da própolis verde brasileira (DE FUNARI et al., 2007, p. 206-212; UEDA, et al., 2017, p. 2882), um estudo clínico randomizado sobre a potencial ação cicatrizante da própolis verde em úlceras decorrentes de hanseníase foi conduzido pelo nosso grupo de pesquisa. O estudo realizado em 2021 no ambulatório de feridas da cidade de São Jerônimo da Serra/PR, contou com a participação de 10 voluntários de pesquisa, totalizando 22 feridas que foram randomicamente distribuídas entre os grupos controle (que recebeu pomada contendo apenas lanolina e vaselina) e tratamento (que recebeu a pomada Humanitas contendo lanolina, vaselina e própolis verde). As feridas foram tratadas diariamente, duas vezes por dia, por nove semanas. Os resultados prévios mostraram que houve uma diferença significativa no percentual

568

¹ Aluna do curso de enfermagem na Universidade São Francisco (USF), Bragança Paulista 12916900, SP, Brasil; larissamaquedano8@gmail.com.

² Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Saúde, Universidade São Francisco (USF), Bragança Paulista 12916900, SP, Brasil; cristiano.rosa@usf.edu.br.

³ Laboratório de Farmacologia Molecular e Compostos Bioativos, prédio VII, Universidade São Francisco (USF), Bragança Paulista 12916900, SP, Brasil; giovanna.longato@usf.edu.br.

de redução da área da lesão no grupo tratado com pomada contendo própolis em relação ao grupo controle.

Dando continuidade ao estudo clínico e tendo em vista que o desenvolvimento de uma ferida crônica é geralmente causado por uma série de parâmetros desfavoráveis de cicatrização de feridas, como uma superabundância de citocinas inflamatórias, por exemplo, o fator de necrose tumoral (TNF/TNF- α) e uma modulação autofágica prejudicada (REN et al., 2022, p. 700; SYLAKOWSKI, et al., 2021, p. 197-206) que impedem a homeostase celular, a degradação de patógenos invasores (KLIONSKY, 2021, p. 1-382) e o início do estágio proliferativo (RAZIYEVA et al., 2021, p. 700), o presente projeto investigou a ação da própolis verde nas diferentes fases de cicatrização, principalmente relacionados às primeiras fases, de inflamação e proliferação. Para tanto, fibroblastos humanos (linhagem comercial HFF-1) foram cultivados *in vitro* para avaliação da atividade proliferativa da própolis. Concomitantemente, a atividade antimicrobiana da própolis verde foi investigada em isolados clínicos e nos exsudatos das feridas tratadas com pomada contendo ou não própolis foi quantificada a citocina TNF-alfa envolvida na fase inflamatória do processo cicatricial.

Objetivos gerais

- Determinar as concentrações de própolis verde com efeito proliferativo;
- Investigar potencial antimicrobiano da própolis verde;
- Avaliar efeito anti-inflamatório da própolis por meio da quantificação da citocina TNF-alfa.

569

Metodologia, materiais e métodos

Ensaio de viabilidade celular

A atividade citotóxica e de proliferação celular do extrato da própolis verde produzido pela Associação Filantrópica Humanitas (o mesmo extrato utilizado para compor o produto investigacional do estudo clínico) sobre a linhagem HFF-1 foi avaliada utilizando o método colorimétrico MTT, o qual baseia-se na atividade enzimática mitocondrial das células para inferir sobre a viabilidade celular. Em uma placa de 96 compartimentos (T1) foram inoculados 100 μ L da suspensão celular. Após 24 horas, o extrato de própolis verde foi diluído em dimetilsulfóxido (DMSO) a 0,1g/mL e testado nas concentrações entre 0,25 e 2.000 μ g/mL, (100 μ L/compartimento), em triplicata. Em seguida, a placa foi incubada por 48 horas a 37°C em atmosfera de 5% de CO₂ e ambiente úmido. Após 48 horas de tratamento com DMSO

(controle negativo) e extrato de própolis verde, as células foram coradas com MTT e foi realizada a leitura da absorbância em espectrofotômetro.

Atividade antimicrobiana da própolis verde

A atividade antimicrobiana da própolis foi testada pela técnica de disco difusão contra isolados clínicos bacterianos das espécies *Staphylococcus aureus*, *Staphylococcus Coagulase Negativa*, *Enterococcus faecalis*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Acinetobacter baumannii*, e *Klebsiella pneumoniae*. Os isolados foram subcultivados, por dois dias consecutivos, em ágar TSA. Os isolados foram selecionados a partir do seu perfil de sensibilidade aos antibióticos pré-determinado pelo laboratório de rotina clínica do Hospital Universitário São Francisco na Providência Divina (HUSF). Foram escolhidos os isolados bacterianos que apresentaram resistência aos principais antibióticos de uso clínico para as respectivas espécies. O armazenamento dos isolados clínicos teve autorização prévia do Comitê de Ética em Pesquisa da USF, sob número CAAE: 44416021. Foram preparados inóculos bacterianos na escala 0,5 de McFarland (1,5 x 10⁸ Unidades Formadoras de Colônia [UFC]) em solução salina 0,75%. Cada solução foi inoculada sobre uma placa de ágar Mueller Hinton com auxílio de um swab estéril. Um disco estéril foi dispensado sobre a superfície da placa e 10 uL de própolis foi pipetado sobre o disco. Os resultados foram analisados por inspeção visual, observando possíveis halos de inibição em torno dos discos com própolis.

570

Quantificação da citocina TNF-alfa no exsudato

A coleta do exsudato foi realizada no ambulatório de feridas da associação filantrópica Humanitas. Primeiramente a úlcera foi lavada com solução salina a 0,9% (m/v) de cloreto de sódio para limpeza, sendo posteriormente seca com gaze estéril. A lesão foi então envolvida com curativo semi-oclusivo de poliuretano transparente e o paciente mantido em repouso de 30 a 60 minutos a fim de aguardar a exsudação natural do tecido. O exsudato acumulado entre o leito da úlcera e o curativo foi coletado com auxílio de uma micropipeta com ponteira estéril e descartável, sendo então transferido para tubos plásticos de 2mL LoBind contendo inibidor de protease, identificados e armazenados em caixa refrigerada até a chegada ao laboratório, onde foram centrifugados a 14.000 xg a 4°C durante 10 minutos para sedimentação dos debris celulares. O sobrenadante foi coletado e estocado a -80°C até o uso. Este procedimento foi realizado minutos antes do tratamento, 7 e 14 dias após o tratamento, a fim de investigar o papel da própolis nas fases do processo cicatricial. Esta etapa do projeto foi realizada sob aprovação do Comitê de Ética (CAAE: 48002021.0.0000.5514). 25 uL de amostra foram adicionados a cada poço de uma placa contendo 96 compartimentos para dosagem do analito TNFalfa, de

acordo com o protocolo do fabricante, realizado no equipamento Luminex MagPix e análise no software Milliplex Analyst v5.1, ambos da empresa Millipore.

Resultados

O extrato da própolis verde brasileira possui efeito proliferativo ou citotóxico a depender da sua concentração, sendo que nas concentrações entre 31,25 e 2.000 $\mu\text{g}/\text{mL}$ foi observado um declínio da proliferação das células, evidenciando o efeito citotóxico da própolis. Já nas concentrações entre 0,25 e 16 $\mu\text{g}/\text{mL}$ observou-se o efeito proliferativo. As células cresceram e tiveram resultado de proliferação maior que 100% comparando com o grupo controle.

Em relação à atividade antimicrobiana, verificou-se forte atividade contra isolados clínicos de *Staphylococcus aureus*, todos resistentes à Meticilina (MRSA) e atividade menor contra *Staphylococcus coagulase negativo*. Nenhuma atividade foi observada contra outras espécies testadas, incluindo espécies Gram-negativas. Este achado é clinicamente relevante, considerando a especificidade da própolis em agir contra as bactérias colonizadoras da pele que dificultam o processo de cicatrização.

Por fim, o TNF-alfa mensurado no grupo investigacional apresentou significativa redução em relação ao grupo placebo. Identificou-se que esta redução significativa ocorreu no sétimo dia após o início do tratamento com o extrato da própolis verde, evidenciando a sua propriedade anti-inflamatória em feridas crônicas decorrentes da hanseníase.

571

Conclusão

Conclui-se o potencial farmacológico cicatrizante do extrato da própolis verde brasileira em úlceras crônicas decorrentes de hanseníase, isso devido ao seu efeito proliferativo em fibroblastos, a sua atividade antimicrobiana contra isolados clínicos de *Staphylococcus aureus*, como também a sua ação anti-inflamatória, da qual se sucede a atividade benéfica das outras citocinas envolvidas no processo cicatricial da fase proliferativa e de remodelamento.

Referências

Barbosa, M. H., Zuffi, F. B., Maruxo, H. B., & Jorge, L. L. R. (2009). Therapeutic properties of propolis for treatment of skin lesions. *Acta Paul Enferm.*, 22(3), 318-322.

de Funari, C. S., de Oliveira Ferro, V., & Mathor, M. B. (2007). Analysis of propolis from *Baccharis dracunculifolia* DC. (Compositae) and its effects on mouse fibroblasts. *Journal of ethnopharmacology*, 111(2), 206–212. <https://doi.org/10.1016/j.jep.2006.11.032>



Klionsky, D. J., Abdel-Aziz, A. K., Abdelfatah, S., Abdellatif, M., Abdoli, A., Abel, S., Abeliovich, H., Abildgaard, M. H., Abudu, Y. P., Acevedo-Arozena, A., Adamopoulos, I. E., Adeli, K., Adolph, T. E., Adornetto, A., Aflaki, E., Agam, G., Agarwal, A., Aggarwal, B. B., Agnello, M., Agostinis, P., ... Tong, C. K. (2021). Guidelines for the use and interpretation of assays for monitoring autophagy (4th edition)1. *Autophagy*, 17(1), 1–382. <https://doi.org/10.1080/15548627.2020.1797280>

Raziyeva, K., Kim, Y., Zharkinbekov, Z., Kassymbek, K., Jimi, S., & Saparov, A. (2021). Immunology of Acute and Chronic Wound Healing. *Biomolecules*, 11(5), 700. <https://doi.org/10.3390/biom11050700>

Ren, H., Zhao, F., Zhang, Q., Huang, X., & Wang, Z. (2022). Autophagy and skin wound healing. *Burns & trauma*, 10, tkac003. <https://doi.org/10.1093/burnst/tkac003>

Sylakowski, K., & Wells, A. (2021). ECM-regulation of autophagy: The yin and the yang of autophagy during wound healing. *Matrix biology : journal of the International Society for Matrix Biology*, 100-101, 197–206. <https://doi.org/10.1016/j.matbio.2020.12.006>

Talhari, C., Talhari, S., & Penna, G. O. (2015). Clinical aspects of leprosy. *Clinics in dermatology*, 33(1), 26–37. <https://doi.org/10.1016/j.clindermatol.2014.07.002>

Ueda, T., Inden, M., Shirai, K., Sekine, S. I., Masaki, Y., Kurita, H., Ichihara, K., Inuzuka, T., & Hozumi, I. (2017). The effects of Brazilian green propolis that contains flavonols against mutant copper-zinc superoxide dismutase-mediated toxicity. *Scientific reports*, 7(1), 2882. <https://doi.org/10.1038/s41598-017-03115-y>

IMPACTO DE UM PROJETO DE CUIDADO DE TRANSIÇÃO NOS DESFECHOS DOS PACIENTES EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Railca Teixeira Rocha¹
Luiz Humberto Vieri Piacezzi²
Maria Carolina Barbosa Teixeira Lopes³
Ruth Ester Assayag Batista⁴
Cássia Regina Vancini Campanharo⁵

Introdução

As readmissões hospitalares não planejadas são frequentes e representam grande ônus para o sistema de saúde, além de causarem danos aos pacientes e seus familiares (BRAET, WELTENS, & SERMEUS, 2016; RUMBALL-SMITH & HIDER, 2009). Altas taxas de readmissão hospitalar podem relacionar-se a fatores como plano ineficaz de alta, efeitos colaterais ou eventos adversos associados a medicamentos, dificuldade de acesso à atenção básica e baixa adesão ao tratamento após a alta (WEBER, LIMA, & ACOSTA, 2016; BONETTI et al., 2018).

A transição de cuidados é uma estratégia para evitar readmissões hospitalares, pois contribui para a organização e continuidade dos cuidados, minimizando complicações após a alta (MIXON et al., 2016). A maioria das intervenções realizadas na alta baseiam-se em orientações focadas nas condições crônicas e atuais de saúde do paciente. Essas orientações podem ser fornecidas durante a internação, no momento da alta ou após a alta (BISOGNANO & BOUTWELL, 2009; NIELSEN et al., 2008). Nesse processo, é necessária a participação e o envolvimento do paciente e da família, uma vez que pacientes que participam ativamente das decisões acerca do seu tratamento são mais aderentes ao plano terapêutico (MORET et al., 2008; BULUT et al., 2013).

A abordagem centrada no paciente no processo de alta proporciona dignidade e respeito, compartilhamento de informações e participação e colaboração e traz inúmeros benefícios nos cenários de alta complexidade. Isso aumenta a adesão ao plano terapêutico de alta, diminuindo

573

¹ Graduanda. Escola Paulista de Enfermagem / Universidade Federal de São Paulo. railca.rocha@unifesp.br

² Enfermeiro. Mestre. Professor. Escola Paulista de Enfermagem / Universidade Federal de São Paulo. piacezzi@unifesp.br

³ Enfermeira. Doutora. Professora Adjunta. Escola Paulista de Enfermagem / Universidade Federal de São Paulo. lopes.carolina@unifesp.br

⁴ Enfermeira. Pós-Doutora. Professora Associada. Escola Paulista de Enfermagem / Universidade Federal de São Paulo. ruth.ester@unifesp.br

⁵ Enfermeira. Doutora. Professora Adjunta. Escola Paulista de Enfermagem / Universidade Federal de São Paulo. cvancini@unifesp.br

as chances de descompensação do quadro clínico e de reinternação, proporcionando melhor qualidade de vida aos pacientes e diminuindo os gastos do sistema de saúde (REIS et al, 2013).

Objetivos gerais

Caracterizar a população com necessidade de cuidados de transição. Identificar as principais necessidades dos pacientes no momento da alta, as orientações fornecidas e a ocorrência de readmissões.

Metodologia, materiais e métodos

Desenho, local e período do estudo: estudo de coorte prospectivo, realizado em um hospital público, universitário e de grande porte, localizado em São Paulo, SP, Brasil, de julho de 2021 até o presente momento.

Crítérios de inclusão e exclusão: foram incluídos indivíduos com mais de 18 anos, que receberam alta do Serviço com necessidade de cuidados de transição. Foram excluídos pacientes com incompletude das informações no prontuário ou que evoluíram para óbito.

Fluxograma de atendimento: os pacientes foram avaliados e orientados por uma equipe interprofissional, por meio de um plano terapêutico individualizado durante o processo de alta. A equipe realizou acompanhamento dos pacientes 2, 7, 15 e 30 dias após a alta, por meio de ligações telefônicas.

Coleta de dados: as variáveis pesquisadas foram: sociodemográficas (idade, sexo, escolaridade, estado civil, raça, religião, se o paciente mora sozinho, se é responsável pelo próprio cuidado, profissão, renda e se é responsável pela composição da renda da casa), clínicas (antecedentes pessoais, diagnóstico de admissão e saída e estado do paciente no momento da alta), principais necessidades no momento da alta, orientações fornecidas no momento da alta e se houve readmissão e qual o motivo.

Aspectos éticos: o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (CAAE: 47853421.9.0000.5505).

Resultados

Foram incluídos 165 pacientes, com média de idade de 55,77 anos, maioria do sexo masculino (50,3%), com ensino fundamental completo (23,0%), de cor parda (25,4%) e aposentados

(30,3%), sendo que 75,1% dos pacientes não moravam sozinhos e 51,5% eram responsáveis pelo próprio cuidado.

Em relação às variáveis clínicas, os principais diagnósticos de admissão foram doenças neurológicas (30,9%), renais (26,7%) e respiratórias (16,4%). Entre os pacientes incluídos no estudo, 44,8% possuíam mais que três comorbidades, 46,6% utilizavam de dois a três medicamentos de uso contínuo e 24,2% faziam uso de quatro ou mais medicamentos. O tempo médio de internação foi de 25,54 dias.

Quanto às ações realizadas no momento da alta, 96,9% dos pacientes foram encaminhados para ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde, 73,3% tiveram orientações em relação ao uso de medicamentos, 67,9% em relação a nutrição, 35,7% sobre prevenção de quedas, 34,5% quanto ao uso de dispositivos terapêuticos e 30,9% em relação aos cuidados com a pele. Em relação às ligações de acompanhamento realizadas após a alta, 64,8% dos pacientes atenderam à ligação de dois dias, 75,7% à de sete dias e 77,6% atenderam às ligações de 15 e 30 dias. Nessas ligações, 75 pacientes (45,5%) apresentaram dúvidas e 48 (20,1%) reportaram alguma demanda.

A taxa de readmissão hospitalar foi de 18,2%, sendo que em 80% dos casos a causa da readmissão estava relacionada à internação anterior. Dentre os pacientes readmitidos, a taxa de óbito foi de 36,7%. Por fim, houve desistência de 9,1% dos pacientes em participar do projeto, ou porque não atenderam às ligações ou porque solicitaram o encerramento do contato.

Conclusão

575

A população do estudo foi composta, predominantemente, por homens, com média de idade de 55,77 anos, pardos, com ensino fundamental completo, aposentados e responsáveis pelo próprio cuidado. O diagnóstico de admissão mais frequente foram as doenças neurológicas, sendo que a maioria dos pacientes tinham três ou mais comorbidades e utilizavam de dois a três medicamentos de uso contínuo. O tempo médio de internação foi de 25,54 dias.

No momento da alta, a maioria dos pacientes foi encaminhada para ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde e, nas ligações de acompanhamento, 75 pacientes (45,5%) apresentaram dúvidas e 48 (20,1%) reportaram alguma demanda. A taxa de readmissão hospitalar foi de 18,2%, sendo que a maioria dos casos foi relacionada à internação anterior. Dentre os pacientes readmitidos, a taxa de óbito foi 36,7%.

Referências

Bisognano, M., & Boutwell, A. (2009). *Improving transitions to reduce readmissions*. *Frontiers of health services management*, 25(3), 3–10.



Bonetti, A. F., Bagatim, B. Q., Mendes, A. M., Rotta, I., Reis, R. C., Fávero, M. L. D., Fernandez-Llimós, F., & Pontarolo, R. (2018). *Impact of discharge medication counseling in the cardiology unit of a tertiary hospital in Brazil: A randomized controlled trial*. *Clinics (Sao Paulo, Brazil)*, 73, e325. doi.org/10.6061/clinics/2018/e325

Braet, A., Weltens, C., & Sermeus, W. (2016). *Effectiveness of discharge interventions from hospital to home on hospital readmissions: a systematic review*. *The JBI Database of Systematic Reviews and Implementation Reports*, 14(2), 106. doi:10.11124/jbisrir-2016-2381

Bulut, H., Tanrikulu, G., Dal, Ü., & Kapucu, S. (2013). *How Much Do ED Patients Know About Medication Prescribed for Them on Discharge? A Pilot Study in Turkey*. *Journal of Emergency Nursing*, 39(3), e27–e32. doi:10.1016/j.jen.2008.12.017

Mixon, A. S., Goggins, K., Bell, S. P., Vasilevskis, E. E., Nwosu, S., Schildcrout, J. S., & Kripalani, S. (2016). *Preparedness for hospital discharge and prediction of readmission*. *Journal of Hospital Medicine*, 11(9), 603–609. doi:10.1002/jhm.2572

Moret, L., Rochedreux, A., Chevalier, S., Lombrail, P., & Gasquet, I. (2008). *Medical information delivered to patients: Discrepancies concerning roles as perceived by physicians and nurses set against patient satisfaction*. *Patient Education and Counseling*, 70(1), 94–101. doi:10.1016/j.pec.2007.09.011

Nielsen, G. A., Bartely, A., Coleman, E., Resar, R., Rutherford, P., Souw, D., & Taylor, J. (2008). *Transforming Care at the Bedside How-to Guide: Creating an Ideal Transition Home for Patients with Heart Failure*. Institute for Healthcare Improvement.

Reis, P. G. T. de A., Nakakogue, C., Nakakogue, T., Nasr, A., Tomasich, F. D. S., & Collaço, I. A. (2013). *Orientações de alta: cartões padronizados ajudam na compreensão dos pacientes do pronto socorro?* *Revista Do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, 40(4), 335–341. doi.org/10.1590/s0100-69912013000400014

Rumball-Smith, J., & Hider, P. (2009). *The validity of readmission rate as a marker of the quality of hospital care, and a recommendation for its definition*. *The New Zealand medical journal*, 122(1289), 63–70.

Weber, L. A. F., Lima, M. A. D. S., Acosta, A. M. (2016). *Quality of care transition and its association with hospital readmission*. *Aquichan*, 19(4): e1945. doi.org/10.5294/aqui.2019.19.4.5

A INFLUÊNCIA DA GEOMETRIA DOS CORPOS DE PROVA NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DA ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO PARA ALVENARIA ESTRUTURAL: UM MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES

Ramon Gamalho Coutinho¹
Gihad Mohamad²

Introdução

As dimensões do corpo de prova interferem na resistência à compressão para materiais cimentícios como as argamassas (PARSEKIAN *et al.*, 2014). De acordo com Fonseca *et al.* (2019), o formato do corpo de prova e as dimensões do mesmo possui interferência em relação a resistência à compressão da amostra, na qual, corpos de prova cilíndricos e cúbicos podem apresentar resistências diferentes para uma mesma mistura. Segundo Neto *et al.* (2022), o comportamento das argamassas empregadas na alvenaria, não deve ser associado ao comportamento dos demais materiais cimentícios devido em sua grande parte apresentar cal na mistura.

Conforme Silva *et al.* (2016), estudos referentes aos efeitos da forma dos corpos de prova direcionados as propriedades características para argamassas ainda são incipientes, apesar de possuir uma certa abrangência quando vinculados ao concreto. Além disso, pesquisas referentes a argamassa, com intuito de quantificar o efeito da resistência residual através da relação de resistência à compressão entre amostras cúbicas e cilíndricas quando expostas a elevadas temperaturas, são pouco recorrentes (BAMONTE; GAMBAROVA; SCJARRETTA, 2021). Em conformidade com Mohamad *et al.* (2009), o estudo relacionado as propriedades mecânicas da argamassa de assentamento torna-se imprescindível para a compreensão dos aspectos voltados a ruptura do sistema construtivo como um todo, podendo este estar relacionados a indução de tração nos blocos ou esmagamento das juntas. Portanto, torna-se de suma importância a realização de pesquisas direcionadas a análise do fator de forma dos corpos de prova e suas possíveis influências nas propriedades mecânicas da argamassa de assentamento para alvenaria estrutural.

577

¹Doutorando em Engenharia Civil, pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, ramon.coutinho@acad.ufsm.br.

² Professor associado do Departamento de Estruturas e Construção Civil - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, gihad@ufsm.br.

Objetivos

Apresentar um mapeamento de publicações referente a influência da geometria dos corpos de prova nas propriedades mecânicas da argamassa de assentamento para alvenaria estrutural.

Metodologia, materiais e métodos

A metodologia aplicada a presente pesquisa pode ser caracterizada pela sua natureza qualitativa devido a utilização e a coleta de dados afim de determinar os conceitos e teorias significativas (MINAYO, 2014), caracterizada assim como uma pesquisa descritiva e exploratória. Deste modo, os objetivos de uma pesquisa de natureza exploratória referem-se ao aprimoramento das ideias e fazer com que o problema se torne trivial (GIL, 2002). Já, o aspecto descritivo “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Como critério metodológico, empregou-se uma análise documental referente a grande área da Engenharia Civil. Conforme (GIL, 2002, p. 46), “na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas”, deste modo foram empregados no estudo publicações científicas disponíveis em bases de dados.

Assim, a metodologia desta pesquisa está embasada na identificação de possibilidades/necessidades de estudo relacionados a Engenharia Civil, em especial alvenaria estrutural por meio da seguinte pergunta norteadora: “O que vem sendo publicado sobre a influência da geometria dos corpos de prova nas propriedades mecânicas da argamassa de assentamento para alvenaria estrutural?”.

Para a coleta de dados delimitou-se buscas no Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando descritores (definidos a priori) como “argamassa de assentamento; propriedades mecânicas; e geometria dos corpos de prova”, submetidos a combinações, utilizando o booleano (AND) para ampliar os termos de busca. Também, foi utilizado em cada site o termo “busca avançada”, idiomas português e inglês, e ausência de delimitação temporal.

Os resultados obtidos foram submetidos a análise de conteúdo e ordenados de acordo com a estatística descritiva, assim como, para a descrição dos conteúdos foram empregados processos objetivos e sistemáticos, os quais são considerados os indicadores e as variáveis presentes nos materiais analisados (BARDIN, 2011).

Resultados

Os resultados obtidos a partir da combinação dos descritores “argamassa de assentamento AND propriedades mecânicas” resultaram em 5 artigos no Periódicos da CAPES sendo selecionados

apenas 3 estudos (Quadro 1), uma vez que 2 deles estavam disponíveis tanto em português como em inglês. Já, os 4 trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES estão distribuídos em 2012, 2019 e 2023.

Quadro1. Estudos selecionados no mapeamento.

Autor (ano)	Intenção de pesquisa
MOHAMAD <i>et al.</i> (2009)	Analisar o comportamento mecânico das argamassas de assentamento com fins estruturais, através de suas propriedades mecânicas como módulo de elasticidade, resistência à compressão e tração na flexão, de acordo com os estados de tensão uniaxial e multiaxial
SCHANKOSKI, PRUDÊNCIO E PILAR (2015)	Avaliar o desempenho de argamassas industrializadas, assim como os traços de argamassas mistas utilizadas no Brasil com fins de assentamento de alvenaria estrutural de blocos de concreto com altas resistências à compressão em edificações em alturas.
MOHAMAD <i>et al.</i> (2018)	Determinar das propriedades mecânicas da argamassa de assentamento à compressão, buscando analisar o dano em sua fase inicial, a perda de rigidez e a variação de coeficiente de Poisson aparente
SCHANKOSKI (2012)	Analisar o desempenho de argamassas industrializadas e as trações de argamassas mistas com adição de retentores de água, polímeros e desincorporadores de ar empregadas em alvenarias estruturais de blocos de concreto para edifícios em alturas.
SCHMIDT <i>et al.</i> (2023)	Avaliar o efeito das elevadas temperaturas, métodos de resfriamento e períodos de reidratação em relação as propriedades de argamassas para assentamento de alvenaria estrutural.
COUTINHO <i>et al.</i> (2023)	Analisar o efeito dos métodos de resfriamento lento e brusco em relação ao comportamento mecânico de argamassas de assentamento para alvenaria estrutural expostas a elevadas temperaturas.
MONTEIRO (2019)	Avaliar a influência de adição de fibras de polipropileno em relação as propriedades físicas e mecânicas (resistência à compressão axial, resistência à tração indireta, resistência a tração na flexão) de argamassa de assentamento para blocos de concretos estruturais e ensaios com prismas compostos por três blocos analisando o módulo de deformação elástica e a compressão axial.

579

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Com a adição do descritor “geometria dos corpos de prova”, foco deste estudo, foi localizado 1 trabalho no Periódicos da CAPES do ano de 2021, de autoria de Nalon *et al.* (2021) “Compressive strength, dynamic, and static modulus of cement-lime laying mortars obtained from samples of various geometries”, objetivou a determinação das relações empíricas entre as propriedades mecânicas (resistência à compressão, módulo dinâmico e estático) das argamassas empregadas na alvenaria estrutural. Deste modo, foram empregados no estudo a utilização de

corpos de prova com diferentes dimensões e formatos como prismas ($4 \times 4 \times 16$) cm, cubos de 10 cm, cilindros (5×10) cm e cilindros (10×20) cm. Assim, foram avaliadas as diferentes composições das argamassas com resistência a compressão de 3 e 21 MPa aos 28 dias, além de ser realizado correlações com literaturas anteriores a este estudo. Os resultados obtidos demonstram que a resistência à compressão relaciona-se diretamente aos efeitos restritivos das placas de carregamento e do volume do corpo de prova, em que os corpos de prova com dimensões maiores demonstram maior probabilidade de apresentar áreas com menor resistência. Ainda, o formato e o tamanho dos corpos de prova interferem diretamente no módulo de elasticidade dinâmico da argamassa, assim como, os resultados para o módulo de elasticidade estático para os corpos de prova cilíndricos com diferentes dimensões também serem distintos devido a uma maior concentração de pasta de cimento próxima a superfície lateral para aqueles de menor dimensão.

Neste sentido, pode-se observar que há uma carência de pesquisas direcionadas a temática. Desta forma, analisar as características mecânicas da argamassa de assentamento em diferentes circunstâncias como geometrias distintas das amostras, torna-se de grande valia, devido a possíveis falhas no sistema em consequência de alterações tanto no módulo quanto na resistência da mesma.

O desempenho do sistema construtivo em alvenaria estrutural está diretamente relacionado com as características dos materiais empregados no mesmo. De acordo com Nalon *et al.* (2021), há uma maior incidência de estudos que visam analisar o módulo de elasticidade e resistência à compressão de materiais cimentícios direcionados ao concreto, enquanto para a argamassa ainda são limitados. Conforme Mohamad *et al.* (2009), existem lacunas de caracterização da argamassa de assentamento, em especial aquelas referentes a geometria das amostras, módulo de elasticidade, relações água/cimento, entre outros. Para argamassas de cal hidráulica, por exemplo, tanto a resistência à compressão quanto à resistência a flexão pode ser alterada devido ao formato do corpo de prova sendo este cilíndrico ou prismático (PATTERSON; PAVIA, 2012).

580

Conclusão

Assim como as unidades (blocos e tijolos), as argamassas de assentamento podem ser caracterizadas como de suma importância diante do sistema de alvenaria estrutural, pois estas devem atender as características adequadas em suas funções atribuídas. A partir dos dados encontrados pode-se inferir que a geometria dos corpos de prova representa um campo de pesquisa promissor, considerando sua influência na delimitação das propriedades mecânicas da argamassa de assentamento para alvenaria estrutural.

Deste modo, é notável que há uma carência de pesquisas direcionadas ao tema, havendo a necessidade de se aprimorar o conhecimento a respeito do mesmo, como forma de contribuir para o sistema construtivo de forma direta e indiretamente a sociedade como um todo.

Referências

BAMONTE, P.; GAMBAROVA, P. G.; SCARRETTA, F. Thermo-mechanical properties and stress-strain curves of ordinary cementitious mortars at elevated temperatures. **Construction and Building Materials**, v. 267, p. 121027, 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

COUTINHO, R. G. Estudo do efeito do resfriamento lento e brusco de argamassa industrializada de assentamento para alvenaria estrutural submetida a altas temperaturas. 2023. 155 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

FONSECA, F. S.; FORTES, E. S.; PARSEKIAN, G. A.; CAMACHO, J. S. Compressive strength of high strength concrete masonry grouted prisms. **Construction and Building Materials**, v. 202, p. 861-876, 2019.

GIL, A. C. *et al. Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOHAMAD, G.; NETO, A. D. S.; PELISSER, F.; LOURENÇO, P.; ROMAN, H. Caracterização mecânica das argamassas de assentamento para alvenaria estrutural-previsão e modo de ruptura. **Matéria (Rio de Janeiro)**, v. 14, n. 2, p. 824-844, 2009.

MOHAMAD, G.; FONSECA, F.; VERMELTFOORT, A.; LUBECK, A. Perda de rigidez da argamassa de assentamento da alvenaria comprimida: resultados preliminares. **Revista IBRACON de Estruturas e Materiais**, v. 11, n. 2, p. 279-295, 2018.

MONTEIRO, I. B. Influência da Adição de Fibras no Comportamento Mecânico da Argamassa de Assentamento de Prismas de Blocos de Concreto para Alvenaria Estrutural. 2019. 100 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Processos Construtivos) - Universidade FUMEC, Belo Horizonte, MG, 2019.

NALON, G. H.; ALVES, M. A.; PEDROTI, L. G.; RIBEIRO, J. C. L.; FERNANDES, W. E. H.; OLIVEIRA, D. S. Compressive strength, dynamic, and static modulus of cementlime laying mortars obtained from samples of various geometries. **Journal of Building Engineering**, v. 44, p. 102626, 2021.

NETO, J. A. D. F.; SOMBRA, T. N.; HAACH, V. G.; CORREA, M. R. S. Effects of post-fire curing on the residual mechanical behavior of cement-lime masonry mortars. **Construction and Building Materials**, v. 327, p. 126613, 2022.

PARSEKIAN, G. A.; FONSECA, F. S.; PINHEIRO, G. L.; CAMACHO, J. S. Properties of Mortar Using Cubes, Prism Halves, and Cylinder Specimens. **ACI Materials Journal**, v. 111, n. 4, 2014.

PATTERSON, R.; PAVÍA, S. Influence of loading rate and specimen geometry on lime mortar strength. **Bridge Infrastructure Concrete Research Ireland (BCRI)**, Dublin, p. 361-365, 2012.

SCHMIDT, R. P. B. Efeito de elevadas temperaturas, resfriamento e reidratação nas propriedades de argamassas para assentamento de alvenaria estrutural. 2023. 173 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

SCHANKOSKI, R. A. Influência do tipo de argamassa nas propriedades mecânicas de alvenarias estruturais de blocos de concreto de alta resistência. 2012. 207 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

SCHANKOSKI, R. A.; PRUDÊNCIO, L. R.; PILAR, R. Influência do tipo de argamassa e suas propriedades do estado fresco nas propriedades mecânicas de alvenarias estruturais de blocos de concreto para edifícios altos. **Matéria (Rio de Janeiro)**, v. 20, p. 1008-1023, 2015.

SILVA, A.; SOARES, A.; FLORES-COLEN, I.; BRITO, J. Mechanical characteristics of lightweight mortars on small-scale samples. **Journal of Testing and Evaluation**, v. 44, n. 1, p. 402-413, 2016.

Trabalho apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

EFEITO DA ORIENTAÇÃO EM SAÚDE BUCAL EM INDIVÍDUOS SOB TRATAMENTO ORTODÔNTICO E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA

Beatriz Calzavara Pereira¹
Ingridh Oliveira de Assis²
Carolina de Sá Werneck³
Ana Carolina Morais Apolônio⁴
Márcio José da Silva Campos⁵

Introdução

As intervenções em saúde, principalmente, no contexto odontológico, tiveram alterações significativas com a pandemia do COVID-19 (AVASTHI; KALRA; SINGH, 2022). O receio da infecção por SARS-CoV-2 e a necessidade de aumentar as medidas de proteção ocasionaram a limitação do número de consultas e de procedimentos realizados (NIJAKOWSKI et al., 2021). Instituições públicas de ensino, de graduação e pós-graduação, que ofertam atendimento e serviços odontológicos gratuito à população tiveram suas atividades suspensas, (SCAVUZZI et al., 2021) e passaram um longo período sem atividades clínicas ou com grandes restrições de atendimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2022).

O cenário de suspensão dos serviços odontológicos ofertados impactou na qualidade de vida dos pacientes (FARIA et al., 2022), sobretudo os pacientes em tratamento ortodônticos, uma vez que, nestes, há a necessidade de atendimentos rotineiros e por períodos prolongados de acompanhamento (XIONG et al., 2020). Ademais, haja visto um contexto atípico e de grande tensão mundial, pôde-se observar uma falta de preocupação com o cuidado bucal, devido a incorreta ou falta de higienização, associada a um maior consumo de alimentos cariogênicos,

583

¹ Acadêmico do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora. calzavarabeatriz@gmail.com / +5532988522459 / Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900

² Acadêmico do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ Mestre e Doutoranda em Clínica Odontológica, núcleo de Ortodontia e Odontopediatria, pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

⁴ Doutora e Mestre em Microbiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, e graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora no Departamento de Parasitologia, Microbiologia e Imunologia.

⁵ Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Saúde (Grupo de Pesquisa em Ortodontia e Odontopediatria) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Ortodontia e Saúde Coletiva pela UFJF. Graduado em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Valença. Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora.

tornando, portanto, o meio bucal sugestivo a uma maior prevalência de doenças que afetam a cavidade bucal (FREDERICO, MENDES, 2021).

Devido ao receio generalizado causado pela pandemia, a demora pela procura de tratamento odontológico aumentou, sendo assim, responsável por dores físicas e desconforto psicológico no contexto de problemas bucais percebidos pelos pacientes, além de promover implicações a longo prazo na saúde bucal da população (AVASTHI, KALRA, SINGH, 2022). Tendo em vista esses acometimentos na saúde bucal, pacientes em tratamento ortodôntico devem possuir acompanhamento periodontal em todas as fases do tratamento (CORREIA et al., 2013).

Dessarte, os estudos em pacientes que estavam sob tratamento ortodôntico de condições clínicas relacionadas ao contexto da pandemia são importantes (QUAN et al., 2021; SHHABAT et al., 2022), sobretudo, dentro das instituições públicas, pois servem como subsídios para o planejamento de políticas preventivas e assistenciais de saúde bucal para a população atingida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). Diante disso, além dos impactos na saúde bucal, é importante que se avalie os impactos na qualidade de vida de pacientes que ficaram sem atendimento durante os dois anos de pandemia, devido à suspensão dos atendimentos.

Neste contexto, busca-se avaliar a saúde bucal antes e após o período pandêmico de indivíduos em tratamento ortodôntico, na clínica de especialização em Ortodontia da Universidade Federal de Juiz de Fora, atendidos pelo projeto de extensão Ortodontia ConVida e de não atendidos pelo projeto além de suas percepções sobre a qualidade de vida relacionada à saúde bucal. Comparando-se os dois grupos de pacientes, espera-se inferir se houve um impacto das ações de orientação do projeto Ortodontia ConVida sobre a saúde bucal e qualidade de vida dos mesmos. Este trabalho ainda está em andamento.

Objetivos gerais

Comparar a condição de saúde bucal antes e após o período pandêmico de indivíduos assistidos pelo projeto de extensão Ortodontia ConVida e, indivíduos não assistidos pelo mesmo após o período pandêmico.

Verificar se a condição de saúde bucal dos indivíduos condiz com a sua percepção a respeito da própria saúde bucal.

Metodologia, materiais e métodos

Esta pesquisa está aprovada no comitê de ética em pesquisas em seres humanos da UFJF sob parecer número CAAE: 65661922.40000.5147.

Para tal, uma amostra de conveniência foi selecionada a partir dos indivíduos em tratamento ortodôntico na clínica de especialização em Ortodontia da Universidade Federal de Juiz de Fora antes e após o período pandêmico, atendidos ou não pelo projeto de extensão Ortodontia



ConVida que acontece apenas na segunda-feira à tarde, de 13h às 17h. Foram incluídos crianças de 8 a 17 anos e maiores de 18 anos que foram divididos em dois grupos a saber: pacientes em tratamento ortodôntico que são atendidos pelo projeto Ortodontia ConVida e pacientes ortodônticos não atendidos pelo projeto.

Os dados da condição bucal antes do período pandêmico foram obtidos através da avaliação dos índices periodontais e análise da ficha clínica, utilizados na clínica do projeto de extensão Ortodontia ConVida. A condição bucal pós pandemia está sendo realizada nos mesmos moldes da ficha clínica em atendidos ou não pelo ConVida. Além disso, busca-se a percepção pessoal dos pacientes, por meio do questionário OHIP-14 (Oral Health Impact Profile - short form). Este questionário, já validado e amplamente utilizado no meio científico, avalia o impacto de problemas bucais na qualidade de vida de pacientes, a partir da percepção dos próprios pacientes em relação às disfunções, desconfortos e incapacidades causadas por problemas bucais (SLADE, 1997).

Este estudo está sendo dividido em duas etapas. Na primeira etapa, está sendo realizada uma avaliação clínica para estabelecer o nível de saúde bucal dos participantes e comparar a condição atual com a encontrada antes da suspensão dos atendimentos devido à pandemia de COVID-19. Esta avaliação será realizada nos participantes que recebiam instrução e acompanhamento do projeto Ortodontia ConVida antes da pandemia e também nos que não recebiam, a fim de estabelecer o impacto do programa na saúde dos indivíduos. Esta avaliação é estabelecida por meio do prontuário. Neste prontuário, encontra-se a ficha clínica, incluindo a anamnese, odontograma, exame físico e os índices periodontais avaliados, ou seja, índice de placa bacteriana, índice gengival e índice de sangramento gengival. Nestes índices, são atribuídos escore de 0 a 3, avaliando todas as alterações quantitativas da gengiva, dos tecidos marginais e interproximais. No atual momento, o projeto encontra-se nesta etapa, visto que a amostra atual de participantes é considerada pequena, cerca de 36,8% dos pacientes que são atendidos no curso de especialização de Ortodontia na segunda-feira.

Somado a isso, na segunda etapa, será realizada uma comparação estatística entre a percepção do indivíduo sobre a sua saúde bucal e a real condição bucal. Para avaliar a percepção do indivíduo em relação à sua própria saúde bucal e qualidade de vida, será aplicado de forma presencial, no mesmo dia da avaliação clínica, o OHIP-14

Resultados parciais

Em um total de 38 pacientes atendidos nas segundas-feiras no curso de especialização em Ortodontia da Universidade Federal de Juiz de Fora, 16 pacientes são assistidos pelo projeto Ortodontia ConVida e 22 não são assistidos pelo projeto. Sendo assim, a amostra de conveniência ideal para a pesquisa é de 16 pacientes assistidos pelo projeto antes da pandemia e 16 pacientes não assistidos pelo projeto (n=32). Porém, apenas 14 pacientes do total atendido

no curso de especialização foram submetidos à primeira etapa da pesquisa. Destes 14 pacientes, 5 são pacientes que não são assistidos pelo projeto e 9 que são assistidos pelo projeto antes da pandemia, ou seja, apenas 31,25% dos pacientes não assistidos e 56,25% dos pacientes assistidos foram submetidos à primeira etapa. Infelizmente, ainda não foi alcançada adesão suficiente de participantes, sendo 16 de cada grupo, uma vez que, o objetivo é a amostra de conveniência ideal estipulada ($n=32$). Dessa forma, o projeto encontra-se ainda na primeira etapa estabelecida. Todavia, os resultados parciais mostram que, indivíduos submetidos ao tratamento ortodôntico assistidos pelo projeto tiveram um impacto negativo menor na saúde bucal durante a pandemia do que os indivíduos que não estavam assistidos. Este fato se dá pelo fato de que os pacientes assistidos pelo projeto Ortodontia Convida apresentam menor índice de placa, menor índice gengival e menor índice de sangramento gengival em comparação àqueles que não eram assistidos. Acredita-se que este fato seja devido às instruções motivacionais para o autocuidado.

Conclusão

A instrução de higiene bucal efetiva, que busca promover a auto percepção do cuidado do indivíduo, principalmente, para os pacientes que utilizam o aparelho ortodôntico, possui um papel fundamental na prevenção e redução de doenças bucais, como cáries e doença periodontal, minimizando a necessidade de tratamentos invasivos e, indiretamente, promovendo a qualidade de vida. Em paralelo a isso, uma outra forma de disseminar a qualidade de vida associada à saúde bucal é promover ações em escolas, como forma de educação, conscientização, prevenção e acesso aos serviços de saúde. Diante disso, o projeto tem buscado ampliar as frentes de trabalho incluindo atividades de instrução de saúde bucal a crianças de escolas públicas, para que estas sejam disseminadoras de ações de saúde bucal em sua comunidade.

586

Referências

AVASTHI, A.; KALRA, T.; SINGH, B. Oral Hygiene practices and Oral Health Related Quality of Life observed in patients reporting to Dental Institutions in North India during COVID-19 Pandemic. *Journal of preventive medicine and hygiene*, v. 63, p. 231-239, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Guia de orientações para atenção odontológica no contexto da Covid-19. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.



CORREIA, M. F. Diretrizes para o tratamento periodontal e acompanhamento durante o tratamento ortodôntico. *Revista Odontológica do Brasil Central*, v. 21, n. 61, 2013.

FARIA, F. R. Impacto da suspensão do atendimento ortodôntico na qualidade de vida de pacientes. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 12, e260111232588, 2022.

FREDERICO, A. M.; MENDES, P. H. M. H. Protocolos de atendimentos odontológicos na pandemia da COVID-19. 2021. 27 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) - Curso de Odontologia da Universidade de Uberaba, Minas Gerais.

NIJAKOWSKI, K. et al. The Impact of the COVID-19 Pandemic on the Spectrum of Performed Dental Procedures. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 7, p. 3421, 2021.

QUAN, S. et al. Orthodontic emergencies and mental state of Chinese orthodontic patients during the COVID-19 pandemic. *BMC Oral Health*, v. 21, n. 477, 2021.

SCAVUZZI, A. I. F. et al. Cursos de Odontologia brasileiros frente à pandemia COVID-19. *Revista Da ABENO*, v. 21, n. 1, p. 1739, 2021.

SHHABAT, Z. et al. The Impact of COVID-19 Pandemic on Patients Receiving Orthodontic Treatment. *Eur J Dent*, 2022.

SLADE, G. D. Derivation and validation of a short-form oral health impact profile. *Community Dent Oral Epidemiol*, v. 25, n. 4, p. 284-290, 1997.

XIONG, X. et al. Mental distress in orthodontic patients during the COVID-19 epidemic. *American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics*, v. 158, n. 6, p. 824-833, 2020

O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE LEITURA DAS TRANSFORMAÇÕES NO PATRIMÔNIO PROTEGIDO DO BAIRRO DA PASSAGEM, EM CABO FRIO

Carina Mendes dos Santos Melo¹
Ana Carolina Rocha Garbes²
Leonardo da Silva Louvise³
Matheus Pinto de Oliveira⁴

Introdução

O bairro da Passagem é considerado o primeiro núcleo urbano da cidade de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, possuindo ainda hoje construções que remontam aos diferentes tempos de sua ocupação. Documentos históricos, textuais e cartográficos, registram a existência de um povoado, ainda no século XVII, nas margens do Canal do Itajuru, curso d'água que ligava a Lagoa de Araruama ao mar. Tratava-se de um local abrigado, que cumpria as necessidades de defesa, onde funcionava um pequeno porto e era ponto de travessia entre as margens, o que explica o nome “Passagem”. Entretanto, ainda no mesmo século, uma série de motivos, em especial a necessidade de acesso à água potável, levou à constituição de outro núcleo urbano, no pé do Morro da Guia, atual bairro do Centro. (Figura 1)

588

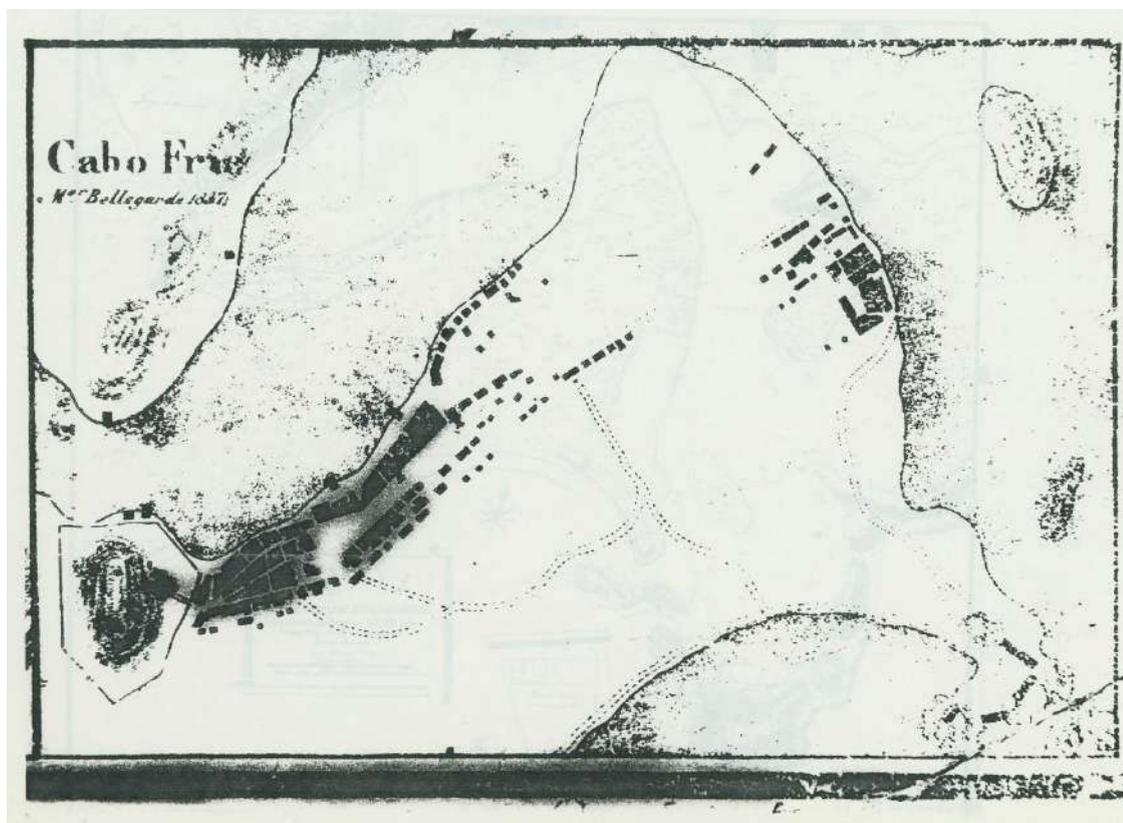
¹ Doutora em arquitetura e urbanismo. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio. Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade UNESA 2023. E-mail: mendes.carina@gmail.com

² Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio. Integrante do Grupo de Pesquisa. E-mail: acarolinagarbes@gmail.com

³ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio. Integrante do Grupo de Pesquisa. E-mail: ls373669@gmail.com

⁴ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estácio de Sá, campus Cabo Frio. Integrante do Grupo de Pesquisa. E-mail: matheusbuzios10@hotmail.com





589

Figura 4 – Cabo Frio. Planta de 1837, Major Bellegard. A restinga e os dois núcleos formadores da cidade. À direita, o núcleo da Passagem. (Fonte: INEPAC, 2002)

Não obstante este novo eixo de expansão, ao qual também se identificou outro em direção ao Forte São Mateus, a Passagem não se esvaziou por completo, mantendo-se em tímida atividade. Esse primeiro ciclo econômico, marcado pela exploração do pau-brasil, não incorreu em desenvolvimento urbano expressivo, de forma que, na metade do século XVII, a área da Passagem contava com apenas 24 moradores (IPHAN, 2013). No mesmo período, teve início, ainda com restrições da coroa portuguesa, a produção salineira na região da Lagoa de Araruama. O transporte do sal de seu local de produção — a região da lagoa de Araruama —, até aos mercados consumidores se dava a partir do porto de Cabo Frio (na região da Passagem), mas com grandes dificuldades.

As ruas da Passagem se organizaram a partir do Largo de São Benedito, onde, em meados do século XVIII, foi construída uma igreja destinada aos negros, que não podiam frequentar a

Matriz no centro; surgindo assim a Igreja de São Benedito, até hoje existente (Figura 2). Devido à precariedade de acessos, a cidade permaneceu em relativo isolamento até meados do século XX, mantendo praticamente inalterada sua estrutura urbana e os aspectos de suas casas. Também se mantiveram hábitos e costumes locais, relacionados às atividades salineiras e de pesca. Somente na virada do século XIX para o XX, a produção do sal ganha força e se beneficia das melhorias do transporte rodoviário e da implantação e expansão do transporte ferroviário. Esse cenário gera pressão de transformações na cidade, com crescimento de áreas ocupadas e aumento na quantidade de edificações, fato que leva o governo a empenhar esforços na elaboração de um plano urbanístico para a cidade.



590

Figura 5 – Largo de São Benedito, Piccarelli, 1914. (Fonte: INEPAC, 2002)

Ao boom da produção salineira na primeira metade do século XX, juntou-se a exploração turística da região, pautada em suas paisagens e belezas naturais, transformando a região dos lagos em balneário de férias sobretudo para a classe abastada da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, a valorização da atmosfera bucólica e simples ligada aos salineiros e pescadores,

transformou-se em pressão sobre os elementos naturais e as salinas, para abertura de novos loteamentos e construções voltadas ao turismo de veraneio (IPHAN, 2013).

A partir da década de 1970, a produção de sal entra definitivamente em declínio e o turismo passa a ser o principal motor da economia local, com aumento considerável de visitantes na região. A pauta, que passou a impulsionar o setor hoteleiro e gastronômico, resultou também em projetos de intervenção ambientais e urbanísticos, visando atender a esse novo público, os quais promoveram mudanças significativas na forma urbana da cidade, com impactos inclusive na atividade pesqueira.

Apesar de todo esse processo de transformação urbana, o bairro da Passagem foi um elemento de relativa permanência na paisagem, mantendo parte de seu casario colonial, sua igreja e seus arruamentos. Desde a década de 1960, a paisagem da cidade passou a ser alvo de preocupações preservacionistas, resultando no tombamento federal do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, em 1967, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cuja poligonal engloba o bairro da Passagem e a classifica como entorno do bem tombado. (Processo n.º 757-T-65)

Em 1989, o órgão municipal de proteção, o Instituto Municipal do Patrimônio Cultural (IMUPAC), tomba o Conjunto Paisagístico da Cidade e a Igreja de São Benedito, por meio dos Decretos Municipais n.º 004 e n.º 005, respectivamente, ambos de 28 de novembro de 1989.

Somente em 2002, uma proteção mais precisa na intenção de preservação das características arquitetônicas e urbanísticas do bairro será efetuada pela esfera estadual, através do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), que tomba o “Largo de São Benedito e adjacências, no bairro da Passagem”. (Processo E-18/001.729/2002)

Sendo assim, a Passagem acabou mantendo características como seu casario singelo, de pequenas dimensões, ao estilo colonial, com construções no alinhamento do lote, dotadas de portas e janelas, e telhado de telhas cerâmicas. Os usos que se mantiveram e se sucederam no decorrer dos séculos, ligados à dinâmica do sal e da pesca, não foram capazes de desconfigurar a atmosfera bucólica do bairro. Entretanto, desde princípios do século XXI, a área vem sofrendo forte pressão de mudanças, em função do aumento da demanda para instalação de atividades comerciais, como restaurantes e hospedagens, que visam atender a uma nova e mais agressiva dinâmica de uso do bairro como polo gastronômico, o que é também fortemente alimentada pelo turismo.

Diante desse quadro, a presente pesquisa de extensão, vinculada e apoiada pela Universidade Estácio de Sá, pretende identificar essas transformações arquitetônicas e urbanísticas do bairro, a partir da aplicação de fichas de inventário do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), do IPHAN, as quais sistematizam os dados históricos, arquivísticos e os levantamentos de campo, realizados por uma equipe de alunos da universidade.

Objetivos gerais

- Aplicar fichas de inventário do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “Módulo Cadastro”, fichas “M302 – Bem imóvel/Arquitetura”;
- Tabular dados levantados para proceder a uma análise comparativa e qualitativa sobre as mudanças e permanências na área;
- Elaborar documento síntese de encaminhamento do material aos órgãos de proteção, com indicações de diretrizes gerais de preservação.

Metodologia, materiais e métodos

Os inventários estão na origem das práticas de preservação do patrimônio cultural e se configuram como instrumentos de produção e sistematização do conhecimento. Modernamente, podemos caracterizá-los como de identificação e de proteção. Os primeiros, os inventários de identificação, são voltados ao reconhecimento de novos bens; inserem-se na estratégia de atribuição de valor e embasam novos processos de patrimonialização. Já os segundos, os inventários de proteção, são aplicados a bens já tutelados, e servem de suporte à gestão, podendo subsidiar tomadas de decisão sobre modos de intervenção, a aplicação ou revisão de normas, a elaboração de planos de preservação, bem como a formulação de políticas públicas mais amplas relacionadas à valoração do patrimônio.

Para a presente pesquisa, valemo-nos do sistema de inventário elaborado pelo IPHAN, o SICG, cujo objetivo é reunir, em uma única base de dados, informações sobre diversos tipos de bens patrimoniais. A escolha se justifica pela centralidade do órgão federal na elaboração das políticas de patrimônio no Brasil, de forma geral, e na sua experiência com os inventários, de forma específica (MOTTA; REZENDE, 2016); além do fato de ter sido o inventário mais recentemente realizado sobre o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, datado de 2016, e que incluiu o bairro da Passagem no levantamento. Cumpre, no entanto, ressaltar que o inventário que subsidiou o tombamento do bairro pelo órgão estadual, realizado em 2002, vem sendo analisado e utilizado como fonte de pesquisa, embasando a comparação dos dados coletados.

As fichas que vêm sendo aplicadas e desenvolvidas são as “M302 – Bem imóvel/Arquitetura”, do “Módulo Cadastro”, que informam sobre as características arquitetônicas dos imóveis levantados, coletando dados como: tipologia, data de construção, usos, fotos novas e antigas, croquis de implantação, medidas gerais, materiais de construção etc. Os imóveis objeto de interesse foram os atualmente protegidos pelo INEPAC que, em função de uma proteção mais restritiva, mantiveram-se relativamente bem preservados. (Figura 3)

1. Igreja São Benedito
2. Largo São Benedito 8
3. Largo São Benedito 11
4. Largo São Benedito 13
5. Largo São Benedito 53
6. Largo São Benedito 60
7. Rua Almirante Barroso 399
8. Rua Maestro Clodomiro 25
9. Rua Primeiro de Maio 5
10. Rua Primeiro de Maio 9
11. Rua Primeiro de Maio 58
12. Rua Manuel Ant. Ribeiro 16
13. Rua Manuel Ant. Ribeiro 22
14. Rua Manuel Ant. Ribeiro 30
15. Rua Manuel Ant. Ribeiro 36
16. Rua Manuel Ant. Ribeiro 58
17. Rua Manuel Ant. Ribeiro 66
18. Rua Manuel Ant. Ribeiro 78

 TOMBADOS INEPAC

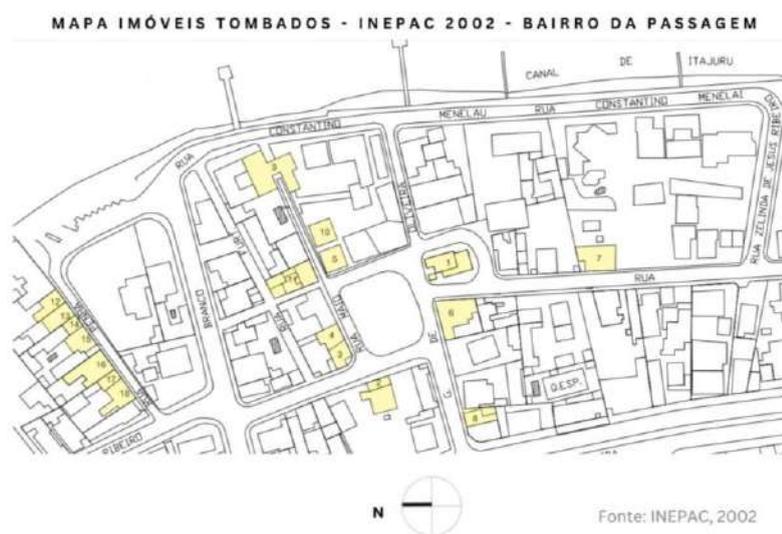


Figura 6 – Mapa de imóveis tombados pelo INEPAC. (Fonte: elaboração do grupo a partir de INEPAC, 2002)

Foram realizados, até o momento, os levantamentos de campo e as pesquisas bibliográficas e arquivísticas, dados que compuseram a primeira versão de preenchimento das fichas. Na sequência, faremos o aprofundamento das pesquisas arquivísticas e a revisão final do material, formulando documento de encaminhamento às três esferas governamentais de proteção.

593

Resultados

Os resultados parciais apontam para transformações significativas das características das construções históricas tombadas, bem como a existência de construções novas que vêm simulando a linguagem das mais antigas. A prática, que é classificada pela teoria do campo da preservação como “falso histórico”, gera uma confusão de referências e uma dificuldade de leitura do tecido urbano. Pretendemos aprofundar essa discussão na próxima fase.

Finalizado o inventário, esperamos que o material produzido possa subsidiar a reflexão sobre as práticas preservacionistas dos três órgãos governamentais. No caso do IPHAN, configurando-se como área de entorno, o estudo revela a necessidade de se problematizar a dialética entre o valor e o não-valor nessas zonas intermediárias que geralmente possuem critérios de intervenção mais brandos (MELO, 2022). Já nos casos do INEPAC e IMUPAC, o estudo pode ajudar e melhor definir as estratégias de preservação, delineando os limites da intervenção, bem como identificar eventuais imóveis ou aspectos demandantes de atenção.

Conclusão

Como vimos, o inventário é uma importante ferramenta de monitoramento das transformações em determinado território patrimonializado. Insere-se numa prática científica, cuja metodologia circunscreve o objeto, o tema, procede ao levantamento de dados, permitindo uma análise comparativa e sistemática, produzindo conhecimento e possibilitando a problematização das práticas espacializadas.

Ademais, utilizar o instrumento em um contexto acadêmico, de envolvimento dos discentes, permite um processo de formação para a pesquisa que desenvolve as diversas etapas de trabalho relativo ao campo do patrimônio cultural, com levantamento de campo, revisão bibliográfica, pesquisa arquivística e produção de textos e reflexões sobre o tema a partir de um caso concreto, inserido na dinâmica urbana da própria cidade.

Essa adequação entre a realização de um inventário e a prática acadêmica, que lança mão de estudantes para sua execução, já foi defendida por Lúcio Costa, em 1998, que descreveu a elaboração do inventário como uma “espécie de aventura que deverá ser levada a cabo sem pressa, com o espírito esportivo próprio dos caçadores”. (COSTA apud MOTTA; REZENDE, 2016)

Referências

INEPAC. **Processo de tombamento do Largo de São Benedito e adjacências**. Bairro da Passagem, Cabo Frio, RJ (Processo n.º E.18/001729/02). INEPAC, 2002.

IPHAN. **Inventário do Sistema de Conhecimento e Gestão**. 2013.

IPHAN. **Processo de tombamento do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio**. Estado do Rio de Janeiro (Processo n.º 757-T-65). IPHAN, 1965.

MELO, Carina Mendes dos Santos. **Os entornos e a proteção do patrimônio urbano no Brasil e na Itália**. Curitiba: Appris, 2022.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

EXAMES ESTANDARDIZADOS NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E DA BAJA CALIFORNIA: POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES NACIONAIS (ENEM E PLANEA)

Mateus Gobbi dos Santos¹

Ronildo Stieg²

Wagner dos Santos³

Introdução

Os exames estandardizados são avaliações destinadas a medir os alcances cognitivos (conhecimentos) de estudantes em idade escolar, em uma ou mais disciplinas escolares, cujas características, aplicação e correção tendem a ser uniformes. Seus resultados tendem a ser estudados a partir de comparações entre os sistemas educacionais para identificar possíveis efeitos de fatores contextuais no sistema educativo (escola, estratégias pedagógicas e ação docente) no nível de desempenho dos estudantes nessas avaliações (Mons, 2009).

Tratando-se dos países latino-americanos, estudos como os de Santos et al. (2023) indicam que esses países possuem um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. A justificativa apresentada por esses sistemas avaliativos consiste em afirmar que os exames estandardizados se mostram fundamentais para balizar as políticas educacionais, podendo apresentar abrangência nos domínios estadual, nacional e internacional (Bauer; Alavarse; Oliveira, 2015).

A fim de atender às demandas das avaliações em larga escala aplicadas no Brasil e no México, foram elaboradas Matrizes de Referência para esses exames. Tais documentos têm servido como referencial curricular, indicando o que será avaliado em cada componente curricular e série/ano escolar, bem como as competências e habilidades esperadas dos alunos (Brasil, 2010).

595

¹ Graduando do curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: gobbimateus2001@gmail.com

² Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ronildo.stieg@yahoo.com.br

³ Doutor em Educação e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: wagnercefd@gmail.com

Objetivos gerais

Buscou-se, por meio deste estudo, com base nas Matrizes de Referência de quatro exames destinados aos estudantes do ensino médio, dois em nível estadual (Espírito Santo e Baja California) e dois em nível nacional (Brasil e México):

- Analisar as Matrizes de Referência do Paebs, Enem, Exeims-BC e Planea, a fim de compreender a delimitação dos objetivos educacionais indicados nesses documentos;
- Problematizar quais disciplinas são contempladas na delimitação dessas Matrizes de Referência;
- Identificar e comparar as possíveis aproximações e/ou distanciamentos entre os exames segundo as propostas de políticas de avaliação.

Metodologia, materiais e métodos

De natureza qualitativa e exploratória (Creswell; Plano Clark, 2013), o presente estudo se fundamenta na análise crítico-documental (Bloch, 2001) e no método comparado (Bloch, 1998). Nesse caso, as fontes foram constituídas pelas Matrizes de Referência de quatro avaliações standardizadas com diferentes níveis de abrangência territorial: o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebs), o *Examen Estatal de Ingreso a Media Superior* (Exeims-BC), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o *Plan Nacional para la Evaluación de los Aprendizajes* (Planea).

As fontes foram obtidas por meio dos websites dos Ministérios de Educação do Brasil e do México e Secretarias de Estado de Educação do Espírito Santo e da Baja California. Foram utilizados como fontes secundárias para as análises o Guia Informativo das avaliações realizadas no Espírito Santo e o Guia de avaliações educacionais da Baja California.

Para a tabulação e análise dos dados, foi utilizado o *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et Questionnaires* (IRAMUTEQ) para gerar nuvens de palavras. Tais nuvens correspondem a uma organização dos vocábulos a partir de um conjunto de palavras presentes em um corpus documental (bloco de notas), gerando uma imagem gráfica que permite identificar os termos de recorrência maior ou igual a três. Vale salientar que o *software* utilizado serviu apenas como ferramenta de auxílio, tendo em vista a afirmação fomentada por Salviati (2017, p. 5) de que “[...] o usuário deve ter em mente que a análise automática apresenta resultados genéricos que indicam caminhos a serem explorados e interpretados manualmente”. A interpretação dos dados foi realizada pela análise comparada das fontes, impedindo a unilateralidade do foco sobre o objeto investigado. Desse modo, com os resultados advindos do uso do software, pôde-se captar o que é mais recorrente nas Matrizes de Referência, sobre o que se espera que o aluno alcance nessas avaliações.

É importante destacar que este estudo se insere no projeto guarda-chuva *Avaliação standardizada nos estados do Espírito Santo/Brasil e Baja California/México: dilemas e tensões do Paebs e do Exeims-BC*,

Edital Universal FAPES nº 11367/2021. Tendo em vista sua natureza exploratória, expressa sua importância no campo da avaliação educacional, pois advém da necessidade de investigar e analisar a estruturação das Matrizes de Referência dos exames standardizados em questão e obter respostas sobre as possíveis influências, como o empréstimo de políticas (Phillips; Ochs, 2003) existentes entre os âmbitos nacional e estadual.

Resultados

Para apresentar as características dos exames selecionados para este estudo, foi elaborado o Quadro 1. Nele, são indicados os nomes dos exames, o ano de implementação, a abrangência (nacional e/ou estadual) e as disciplinas avaliadas.

Quadro 1 – Características das avaliações de larga escala selecionadas no Brasil e no México

Avaliações	Brasil		México	
	Nacional	Estadual	Nacional	Estadual
	ENEM	PAEBES	PLANEA	EXEIMS-BC
Ano de implementação	1998	2000	2015	2012
Disciplinas (Brasil)	Artes Biologia Educação Física Filosofia Física Geografia História Língua Estrangeira	Biologia Física Geografia História Língua Portuguesa	Espanhol Matemática	Biologia Ciências Humanas Ciências Sociais Espanhol Física Formação Cívica e Ética Inglês Matemática Química
Subcampos (México)	Literatura Matemática Química Sociologia Tecnologia da informação	Portuguesa Matemática Química		

597

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 1 indica que os anos de implementação dos exames nacionais e estaduais, no Brasil e no estado do Espírito Santo, ocorreram entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Diferentemente do México e da Baja California, onde as avaliações de larga escala tardaram a ser implementadas quando comparadas aos exames brasileiros (2012 e 2015). Outro aspecto

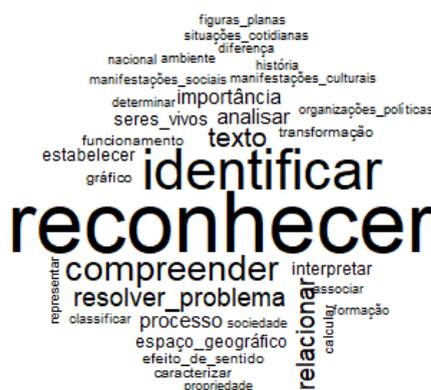
observado no Quadro 1 corresponde à compreensão das disciplinas avaliadas no Brasil, entendidas como subcampos, no México.

Destaca-se que os estudantes do ensino médio do Espírito Santo participam tanto do Paebes como do Enem; por esse motivo, analisaram-se as Matrizes de Referência desses dois exames de forma comparada para identificar que existem aproximações e/ou distanciamentos entre eles. Para isso, foram geradas as Figuras 1 e 2 no IRAMUTEQ.

Figura 1 – Nuvem de palavras Matriz de Referência Enem



Figura 2 – Nuvem de palavras Matriz de Referência Paebes



598

Fonte: Elaboradas pelos autores com o uso do IRAMUTEQ.

Comparando as Figuras 1 e 2, fica evidente que o Enem, ao abordar um número maior de disciplinas (conforme indicado no Quadro 1), possui mais competências a serem avaliadas e, conseqüentemente, apresentou um maior número de recorrências de palavras (Figura 1). Por outro lado, o Paebes, por focar em um conjunto mais restrito de disciplinas, apresentou menos recorrências de competências a serem avaliadas (Figura 2). Mesmo com essa diferenciação, as Matrizes de Referência também estabelecem aproximações, no que se refere às recorrências de competências avaliadas em ambos os exames e que se encontram associadas às palavras de destaque nas Figuras 1 e 2, como, por exemplo, *identificar*, *reconhecer* e *compreender*.

Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço (Matriz de Referência Enem, 2010, p. 11).

Identificar a relação entre o número de vértices, faces e/ou arestas de poliedros expressa em um problema (Matriz de Referência Paebes, 2021, p. 1).

Ao comparar as Figuras 3 e 4, percebe-se um movimento oposto ao que foi evidenciado no cenário brasileiro, no qual o exame nacional (Enem) se mostra mais abrangente, com uma quantidade superior de disciplinas e competências avaliadas, do que a avaliação estadual (Paebs). No contexto mexicano, percebe-se um movimento inverso, pois o exame estadual (Exeims-BC), segundo a sua Matriz de Referência, abarca uma maior quantidade de disciplinas e, conseqüentemente, uma maior variedade de competências avaliadas quando comparado com a avaliação nacional (Planea).

Ainda que exista distinção, sobretudo no que se refere à quantidade de palavras e suas recorrências nas Matrizes de Referência do Planea e do Exeims-BC, algumas delas aparecem em destaque, como por exemplo, *identificar*, *resolver problemas* e *reconocer* (Planea), *resolver problemas*, *manejar técnicas* e *interpretar*.

Resolver problemas que impliquen calcular el área de polígonos regulares, o resolver problemas que impliquen conversiones entre medidas de volumen y de capacidad (Matriz de Referência Planea, 2018, p. 7).

Resolver problemas aditivos con números fraccionarios y decimales (Matriz de Referência Exeims-BC, 2020, p. 3).

Identificar el argumento de mayor peso que utiliza el autor para apoyar su punto de vista; o distinguir dos puntos de vista (Matriz de Referência Planea, 2018, p. 9).

Reconocer la trama y el conflicto en un cuento e interpretar el lenguaje figurado de un poema (Matriz de Referência Planea, 2018, p. 11).

Manejar técnicas eficientemente (Matriz de Referência Exeims-BC, 2020, p. 3).

Interpretar y ofrecer indicaciones para planear un paseo (Matriz de Referência Exeims-BC, 2020, p. 13).

600

Identifica-se, com base nos fragmentos das Matrizes de Referência, que as competências avaliadas nos exames de larga escala no México envolvem mais os conhecimentos técnicos no Exeims-BC, a linguagem no Planea e os conteúdos de matemática em ambos. Também é possível perceber menos similaridade entre o exame nacional e estadual do México, visto que o quantitativo de palavras (competências) é menor no exame nacional (Planea) em comparação ao exame estadual (Exeims-BC).

Conclusão

Diante dos objetivos deste estudo de analisar, comparar e compreender o que prescrevem as Matrizes de Referência do Enem, Paebs (Brasil) e Planea e Exeims-BC (México), foi possível perceber semelhanças e aproximações entre os exames. De modo geral, os resultados demonstram o predomínio de competências a serem alcançadas por meio dessas políticas de exame, concentrando-se em duas áreas básicas, a saber, matemática e língua materna. Esses

achados levantam o questionamento sobre a real necessidade de manter dois exames com perfis parecidos em um mesmo contexto, que, além de fortalecer a cultura de avaliação promovida por agentes externos à escola, desfavorecem os processos de aprendizagem dos estudantes. Embora alguns padrões de competências sejam identificados, as diferenças entre os exames nacionais e estaduais nos dois países demonstram a necessidade de uma análise cuidadosa ao projetar políticas educacionais e avaliações em larga escala. Essa reflexão reforça a necessidade de novos estudos que investiguem como essas Matrizes de Referência têm guiado as práticas pedagógicas dos profissionais que atuam na educação básica.

Referências

BAJA CALIFORNIA EDUCACIÓN. **Aplica COBACH examen estatal de ingreso**. Disponível em: <http://bceducacion.blogspot.com/2012/06/aplica-cobach-examen-estatal-de-ingreso.html>. Acesso em: 05 out. 2023.

BAUER, A.; ALAVARSE, O. M.; OLIVEIRA, R. P. Avaliação em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 1367-1382, dez., 2015.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, M. Para uma história comparada das sociedades europeias. *In*: BLOCH, M. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matriz de Referência Enem**. Brasil, 2010.

Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/UFJF. **Matrizes de referência Paebes**. 2022.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MÉXICO. Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación. **Textos de divulgación de Plan Nacional para la Evaluación de los Aprendizajes**. México, 2018.

MONS, N. Theoretical and real effects of standardised assessment. **Retrieved March**, v. 16, p. 2010, 2009.

PHILLIPS, D.; OCHS, K. Processes of policy borrowing in education: Some explanatory and analytical devices. **Comparative education**, v. 39, n. 4, p. 451-461, 2003.

2023

J I
I C
E U Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

SALVIATI, M. E. **Manual do aplicativo Iramuteq**: compilação, organização e notas. Planaltina, v. 31, 2017.

SANTOS, P. M. *et al.* La educación física como componente curricular evaluado en exámenes estandarizados nacionales en América y Europa. **Calidad en la educación**, no Prelo. 2023.

602



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

MULHERES QUILOMBOLAS, INTERSECCIONALIDADES E OS DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Ana Carolina de Sá Monteiro¹
Estevão Volpato Bischoff²
Ketlin Costa³
Olívia Juliana Alves Medeiros⁴
Patricia Krieger Grossi⁵

Introdução

A COVID-19 afetou de forma desproporcional certas comunidades, como os quilombolas, expondo as desigualdades étnico-raciais existentes e ampliando as disparidades no acesso às políticas de saúde. Nesse contexto, as mulheres quilombolas enfrentaram desafios adicionais diante das interseccionalidades, expressa pela desigualdade de gênero e raça e sobrecarga do trabalho doméstico.

A interseccionalidade é utilizada como uma ferramenta analítica, através da qual as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente as relações interseccionais de poder que afetam todos os aspectos do convívio social (COLLINS, 2021). Desta maneira, através da interseccionalidade, busca-se “melhor apreender os sistemas de privilégios, os processos de opressão e desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista” (MACHADO; MACHADO; SALAU, 2022, p. 194), a qual está engendrada pela lógica da colonialidade na sociedade brasileira (MACHADO; MACHADO; SALAU, 2022).

Destarte, torna-se importante compreender tanto a garantia quanto a efetivação dos direitos das pessoas quilombolas, especialmente mulheres quilombolas, assim como também avançar na luta por uma sociedade democrática, antirracista e equânime, portanto livre de todo e qualquer sistema de opressão.

603

¹ Formanda de Ensino Médio pelo Colégio Santa Inês, Bolsista IC Junior PUCRS, E-mail: acx.monteiro@gmail.com

² Graduando de Medicina pela PUCRS, Bolsista PROBIC FAPERGS, E-mail: estevao.bischoff@edu.pucrs.br

³ Graduanda de Psicologia pela PUCRS, Bolsista PUCRS-BIC. E-mail: ketlin.costa@edu.pucrs.br

⁴ Graduanda de Psicologia, na PUCRS, Bolsista PIBIC CNPq, E-mail: olivia.medeiros97@edu.pucrs.br

⁵ Doutora em Serviço Social, PhD. Professora Titular da Escola de Humanidades da PUCRS. E-mail: pkgrossi@pucrs.br



Objetivo

Analisar o impacto dos determinantes sociais de saúde no modo e condições de vida de mulheres quilombolas, levando em consideração as interseccionalidades de gênero, raça, etnia, geração e classe social.

Método

O estudo foi realizado através de pesquisa de campo, com realização de grupos focais e aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a mulheres quilombolas de diferentes gerações, incluindo uma liderança comunitária por quilombo, além de técnicos da Emater. Visitas in locus foram realizadas aos Quilombos: Alpes, Família Silva, Família Fidélix, Areal da Baronesa localizados em Porto Alegre/RS, e Quilombo Comunidade Anastácia Machado, de Tavares/RS, Quilombo Vila Nova, de São José do Norte/RS, Quilombo Von Bock, de São Gabriel/RS, Vovô Virgíliano, de Tavares/RS, entre 2021 e 2023. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, submetidas à técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Foram identificadas redes de sentidos, que permearam a materialidade discursiva das participantes em torno dos DSS. Também foram analisadas falas de mulheres quilombolas de Morro Alto, Maquiné, RS, presentes num documentário “Eu, Nós, Elas, Quilombolas”, que teve como foco analisar o processo de recebimento de vacinação contra a Covid 19.

604

Resultados Parciais

Durante a pandemia da Covid-19, as líderes mulheres entrevistadas tiveram um papel de extrema importância em seus quilombos, como explicitado nessa fala em entrevista *"Esse papel social de organização social e política da comunidade, desde a sua origem, as lideranças femininas tiveram um papel central."* (M1), atuando em problemáticas diretamente relacionadas com as demandas de saúde da população, como o reforço das medidas de higiene, de proteção e de isolamento social, visto que as comunidades quilombolas visitadas enfrentaram dificuldades no acesso aos serviços básicos e de saúde. Além disso, outras necessidades surgiram a partir do período de quarentena, que seriam desde um aumento das tarefas domésticas, tais como auxiliar na educação dos filhos, que estavam privados de contato social com os colegas e se viam, muitas vezes, com dificuldade de ter acesso ao novo formato das aulas, além de também apresentar manifestações psicológicas como fadiga, ansiedade, exaustão, entre outros. Inclusive, a fala de uma mulher quilombola traz juntamente as marcas das manifestações biopsicossociais: *"...eu entendo por qualidade de vida que é a gente viver bem, a gente tá com saúde, a gente trabalha para ter uma condição de vida melhor, ter o corpo melhor, a gente trabalha, a gente se cuida. Pra mim é assim, é o chá que a gente toma, né? A não ser os remédios para depressão e essas coisas que a gente toma. A gente por aqui, por enquanto, faz muito uso do chá."* (M2)



Nesse sentido, torna-se importante refletir a respeito dos possíveis impactos da pandemia de COVID-19, considerando que o cumprimento das medidas no período pandêmico dependeu de um conjunto de condições estruturais e visto que os “danos catastróficos causados pela COVID-19 se estenderão para além do momento de regressão da curva pandêmica” (BISPO JÚNIOR; MORAIS, 2020, p. 6). Esses dados são corroborados através da fala de uma mulher quilombola do Quilombo Morro Alto, Maquiné, RS, por exemplo, evidenciada no Documentário “Eu, Nós, Elas Quilombolas” (2023), que expressou: *“Eu vi gente passando fome, gente que não tinha nada para comer dentro de casa, e aí começou a outra luta, não era só a vacina”* (M3).

As mulheres líderes quilombolas referiram também sobre barreiras burocráticas, que muitas vezes são decorrentes de problemas estruturais da nossa sociedade, como vemos em comentário de uma entrevistada, *“quando tem dificuldade do prefeito te levar a sério e de abrir um espaço na agenda dele, isso tem a ver com racismo institucional.”* (M4) que resultaram, por vezes, em atrasos para a obtenção de auxílios e, por vezes, no não recebimento desses recursos fundamentais para diminuir os contínuos impactos sociais que os quilombolas enfrentam especialmente no período de quarentena.

Diante disto, apesar do notável protagonismo das mulheres quilombolas, torna-se válido refletir sobre a possibilidade de a pandemia ter desvelado uma maior pressão social para as mulheres quilombolas, o que pode perpetuar desigualdades atribuídas ao gênero.

Todavia, uma característica notável nas comunidades quilombolas se refere à importância das pessoas idosas, em especial as mulheres idosas, pois há “na pessoa idosa a memória viva que se torna coletiva para as gerações futuras” (DE OLIVEIRA et al., 2018, p. 1). Assim sendo, nessas comunidades, as mulheres são consideradas matriarcas e “griôs”, pois difundem “valores, história e cultura” (DE OLIVEIRA et al., 2018, p. 3). Além disto, os desafios nestes espaços de resistência seguem e sempre tem mais alguma luta para se somar, como no caso de uma estudante quilombola, onde ela diz que: *“...a única solução que eu achei era ir ali para o serviço da minha mãe...aí a patroa dela autorizou eu fazer as aulas online ali...não tinha computador, tinha internet mesmo...aí fazia pelo celular”*.

Destaca-se também, além do protagonismo das mulheres líderes quilombolas citadas anteriormente, a organização interna das comunidades quilombolas, que apesar de se diferenciar conforme cada comunidade, se mostrou como uma estratégia de combate à pandemia e à produção de cuidado, principalmente por meio do acolhimento nesse meio. O que é corroborado pela fala de uma mulher líder quilombola: *“A gente corre atrás por nós, pelos outros, e eu vou também fazer... Vai ser para mim, para geração e, ainda aí eu rezo para a gente ter forças, para a gente conseguir acreditar nessa caminhada, não é fácil”*.

Vale destacar também os impactos do racismo nesse meio, visto que o racismo é estrutural e estruturante na sociedade brasileira, portanto considerado um dos mais prevalentes organizadores das desigualdades no país (ALMEIDA, 2019). Destarte, dos 130 Quilombos certificados no Rio Grande do Sul, 117 estão na zona rural, o que demonstra a importância de

compreendermos as especificidades dos territórios e refletirmos sobre diversas questões, como por exemplo a segregação socioespacial, o que dificulta o acesso à rede de serviços de saúde. Por exemplo, em um quilombo em São Gabriel, a unidade básica de saúde mais próxima é de 50 km de distância, com estradas precárias de chão batido e sem acesso ao transporte público, que é escasso.

Conclusão

A pandemia de COVID-19 colocou em exposição especialmente os grupos marginalizados, como as comunidades quilombolas, pois são esses que possuem um quadro de vulnerabilidade social e, neste caso, maior dificuldade em ter acesso à saúde dos seus níveis mais básicos até a sua integralidade. Destarte, notou-se que a COVID-19 se mostrou apenas como um dos muitos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, pois a luta por reconhecimento e validação de direitos sociais, especialmente pelos territórios, têm sido constantes nos períodos pré-pandemia, durante e pós-pandemia.

Para tanto, é necessário discorrer sobre as especificidades que o gênero feminino possui no Brasil enquanto grupo social, como a responsabilidade associada ao cuidado que se volta majoritariamente às mulheres. Além disso, é essencial levar em consideração que, por pertencer a uma comunidade tradicional, essas mulheres foram atravessadas por questões referentes a este grupo minoritário, aprofundadas pelo período pandêmico resultando em constantes entraves. Ademais, é importante ressaltar que no cenário de COVID-19, os quilombolas demonstraram cooperação comunitária e o sentido de irmandade. Essa visão comunal explicita o caráter identitário que os quilombolas possuem, indicando que carregam traços socioculturais ligados à sua construção histórica enquanto comunidade, originário do período colonial e, desde então, atravessados pelas dificuldades do sistema em vigor, mas que seguem resistindo e reivindicando seus direitos.

606

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições Lisboa, 1977

BISPO JÚNIOR, José Patrício; MORAIS, Marciglei Brito. Participação comunitária no enfrentamento da COVID-19: entre o utilitarismo e a justiça social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00151620>.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, 2nd ed. New York, NY: Routledge, 2000.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

CONAQ. Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas. Observatório da COVID 19 nos Quilombos. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas**1, p.171-189, 2002.

DE OLIVEIRA, SIMONE BARROS et al. Idosos quilombolas, identidade étnica e memória. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22690>.

FIOCRUZ. **OS DSS na OMS**. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/dss-o-que-e/os-dss-na-oms/>. Acesso em: 10 out. 2023.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; MACHADO, Tainara.; SALAU, Lauren. Interseccionalidade: um debate necessário à garantia de Políticas Sociais. **Debates antirracistas: direitos humanos e políticas sociais**, 193-211, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/254105>.

607



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

RELAÇÕES PARENTAIS E FATORES RELACIONADOS À SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES

Aline de Sena Damian¹
Mirian Raquel Fachinetto²
Fernanda Pasquoto de Souza³
Aline Groff Vivian⁴

Introdução

A adolescência constitui-se em um importante período de desenvolvimento em que ocorrem mudanças cognitivas, emocionais, sociais e físicas. Nessa fase há influência do contexto social, econômico e cultural no qual o jovem e sua família estão inseridos (Papalia & Martorell, 2022). De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 2011), a adolescência situa-se entre os 10 e 19 anos, dividindo-se em fase inicial (10-14 anos) e fase final (15-19 anos). Esse é um período crítico para o desenvolvimento, no qual fatores como experiências traumáticas, exposição a violência, uso de substâncias, *bullying* e problemas familiares (Benetti, Ramires, Schneider & Rodrigues, 2007), além de conflitos cotidianos podem gerar angústias e sofrimento psíquico (Lipp, Arantes, Buriti & Wizig, 2002; Grishkina *et al.*, 2015).

De acordo com Linhares (2016), os conflitos cotidianos podem ser superados quando se tem um bom suporte familiar. No entanto, o sofrimento e a angústia gerados por situações de maior nível de ameaça, como o luto, doenças e desastres precisam de um suporte de autorregulação mais elevado para serem superados (Linhares & Martins, 2015). O ambiente familiar é um dos fatores ligados ao desenvolvimento, tendo importante papel como suporte emocional. Szymanski (2004) destaca as condições da dinâmica intrafamiliar (relação afetiva entre os membros da família) e extrafamiliar (pobreza, privações socioculturais, entre outros) como geradoras de sofrimento psicológico dos pais e dos filhos.

Um estudo realizado por Avanci *et al.* (2007) explorou fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes, tendo verificado que a qualidade do apoio familiar mostrou-se significativa, com adolescentes que relataram maior apoio tendo menor probabilidade de enfrentar problemas de saúde mental. A pesquisa destacou ainda a complexa interação entre fatores individuais, familiares e sociais na saúde mental dos adolescentes. Além disso, o apoio

608

¹ Aluna do curso de Mestrado PPG PróSaúde/Ulbra, Bolsista Capes, alinedamian2016@gmail.com

² Aluna do curso de Psicologia da Ulbra, mirian.raquel@rede.ulbra.br

³ Orientadora, Professora do curso de Psicologia e do PPG PróSaúde/Ulbra, fernanda.pasquoto@ulbra.br

⁴ Orientadora, Professora do curso de Psicologia e do PPG PróSaúde/Ulbra, aline.vivian@ulbra.br

familiar, a prevenção da violência e o estímulo à autoestima foram apontados como estratégias para promover a saúde mental durante a adolescência.

Quando os adolescentes observam seus pais adotando estilos de vida saudáveis, lidando com o estresse de maneira adequada e cuidando da própria saúde mental, eles são mais propensos a seguir esses exemplos. Por outro lado, a exposição a comportamentos prejudiciais, como abuso de substâncias, conflitos constantes ou negligência emocional, pode aumentar o risco de problemas de saúde mental (Lippold, Duncan, & Coatsworth, 2015).

Objetivos e metodologia

A presente pesquisa integra o projeto “Promoção da Saúde Mental na Infância e Adolescência” (Vivian & Souza, 2023)⁵, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos (CEP), da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), sob parecer nº 5.776.520. Com base na Resolução Nº 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que aborda as exigências éticas e científicas fundamentais dos estudos envolvendo seres humanos, referenciais da bioética, visando assegurar os direitos e deveres do participante.

O objetivo do presente estudo foi investigar as percepções parentais acerca da saúde mental de seus filhos e compreender, sob o ponto de vista dos genitores, como as relações familiares repercutem na forma com a qual os adolescentes lidam com conflitos. Para isso, foi realizado um estudo qualitativo, transversal, exploratório e descritivo. Participaram pais de 10 adolescentes de 11 a 14 anos, estudantes do ensino fundamental II (5º ao 9º ano), de uma escola privada da Região Metropolitana de Porto Alegre, escolhidos por acessibilidade. Não foram considerados para a pesquisa os genitores e/ou responsáveis sem convívio cotidiano com os filhos. Os pais tinham idades entre 42 e 57 anos, com escolaridade variando entre ensino fundamental e ensino superior, nível socioeconômico e situação conjugal variando de casados (6) a divorciados (4).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, compostas de 23 questões sobre o desenvolvimento e implicações de eventos adversos no ciclo vital, que abordavam a relação com o filho, deste com colegas e outros aspectos de comportamento e necessidades emocionais. Após a assinatura do *Termo de Consentimento Livre Esclarecido* (TCLE), as entrevistas foram agendadas e realizadas pelo GoogleMeet por uma das autoras deste estudo. Com duração média de 30 minutos, as entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo de Bardin (2011) em três etapas: (1) pré-análise; (2) exploração e análise sistemática do texto; e (3) análise compreensiva. Os resultados serão discutidos à luz da literatura sobre o tema.

⁵ Vivian, A. G. & Souza, F. P. de (2023). Promoção da Saúde na Adolescência.. Projeto de pesquisa não publicado. Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde (PPG PróSaúde), Mestrado em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade, Universidade Luterana do Brasil, ULBRA/Canoas, RS

Resultados

Os resultados parciais desta pesquisa, sintetizam as informações sobre as relações familiares e as percepções parentais acerca da saúde mental dos adolescentes, fornecendo uma visão abrangente das experiências e desafios enfrentados pelos adolescentes e suas famílias, bem como das estratégias utilizadas para lidar com essas situações cotidianas, permitindo uma melhor compreensão dessa etapa de desenvolvimento.

A pesquisa revelou que a maioria dos pais descreve suas relações com os filhos como muito boa, tranquila e com diálogo, indicando um nível favorável de comunicação e compreensão: *A gente tem uma relação bem boa mesmo; [...] quando ela se estressa por alguma na escola, ela me liga antes e já me conta* (S, 49 anos, mãe de H, 13 anos).

Também foram mencionadas situações mais desafiadoras, como estresse e resistência por parte dos adolescentes. Quanto ao comportamento, os pais relataram uma ampla gama de características em seus filhos, incluindo bom comportamento, além de proatividade, independência, perfeccionismo, inteligência, persistência e apego afetivo. Além disso, alguns adolescentes foram descritos como rebeldes, decididos ou com "língua afiada", indicando uma personalidade forte e expressiva.

Os relatos destacaram ainda, que a maioria dos adolescentes possuía temperamento forte, com tendência a reprimir sentimentos negativos ou usar o choro como forma de liberá-los. Aberto ao diálogo, tranquilo, quieto, perfeccionista, nervoso, auto-exigente, verbalmente auto-agressivo também foram características mencionadas. L, 52 anos, mãe de JP, 13 anos, traz que *ele é quieto e faz as coisas, mas ele nervoso, ele é muito nervoso [...] pelo fato de querer ser muito correto... Aí ele meio que se explode, mas não é por mal, não é nem xingando e nem brigando, é com ele mesmo*. No entanto, foram considerados habilidosos e inteligentes por todos os genitores, sendo que parte dos pais consideraram que seus adolescentes não usavam todo o potencial. *“Ele é muito inteligente; ele não usa essa inteligência toda, mas ele é muito inteligente* (L, 42 anos, mãe de JV, 13 anos). Habilidade em lidar com tecnologia digital, organização, música, esportes e relacionamento interpessoal foram mencionadas como pontos fortes.

Foram destacadas algumas atividades ligadas ao cotidiano, tendo em vista que todos os pais trabalhavam fora. Assim, todos os adolescentes contribuíam com a rotina doméstica, embora alguns, às vezes, contrariados: *Ele sempre diz que eu sou chata. [...] Se tu disser, não esquece que hoje tu vai lavar louça [...] ele responde ‘que saco, porque vocês não deixam eu ficar quieto?’* (C, 44 anos, mãe de A, 13 anos).

Um adolescente, filho de pais separados, dividia sua rotina entre a casa da mãe e do pai, os quais tinham sua guarda compartilhada. A maioria dos adolescentes dedicava uma parte do dia a atividades de lazer, seja com jogos eletrônicos ou atividades físicas que incluíam prática de esportes e academia. As atividades de lazer também contemplavam séries, passeios, lanches fora de casa e compras: *a obrigação dela hoje é só uma, ela tem que lavar e secar a louça e o resto é história, aí ela*

tem o conforto do quarto dela lá, tem a internet, tem os jogos que ela fica ali brincando e tudo, a gente fica monitorando (A, 49 anos, pai de H, 13 anos). Além disso, a terapia com psicólogo foi mencionada como parte da rotina de um adolescente e, a catequese, de outro. Todos os pais informaram que seus filhos praticavam esportes, mas apenas dois mencionaram o fato de seus filhos se dedicarem a atividades culturais.

Em relação aos amigos, a maioria se relaciona bem com colegas, mas alguns adolescentes são mais tímidos e têm menos amigos. No que se refere à vida amorosa, os pais consideravam que seus filhos ainda são muito jovens para um “namoro sério”, mas os adolescentes já começavam a despertar para os relacionamentos amorosos, se arrumando mais e estando mais conscientes de sua aparência.

A maioria dos adolescentes apresentava boa disposição física e a relação com a escola foi geralmente considerada tranquila ou boa, mas com algumas dificuldades, especialmente em relação ao desempenho acadêmico e em lidar com as pressões escolares. Um dos adolescentes, filho de pais separados, vem apresentando dificuldades de aprendizado há cerca de dois anos e sua mãe acredita que isso possa ser um reflexo tardio da separação dos pais, ocorrida há seis anos. *Eu percebi que quando a gente se separou, ele estava muito bem na escola [...] e agora, de uns dois anos pra cá, ele vem “derrapando”, “pedalando” e o negócio não vai, o negócio não vai. Eu creio que pode ser que tenha sido uma coisa mais tardia* (L, 42 anos, mãe de JV, 13 anos).

Os pais relataram que as dificuldades do dia a dia que desencadeiam momentos de estresse consistem em problemas com a aprendizagem e com a escola – incluindo auto-cobranças exageradas e *bullying* –, conversar com os pais, se relacionar com adultos, realizar tarefas que não lhes interessam, timidez, lidar com relacionamentos, excesso de pressão e cobranças, vontades contrariadas e negativas: *ele tem muita dificuldade em aceitar o não. Quando ele quer alguma coisa, ele tenta até ganhar naquilo; o que eu acredito que ocorra com todos os adolescentes* (A, 13 anos, mãe, C, 44 anos).

Cobranças excessivas de metas acadêmicas que levaram à paralisia facial e eventos traumáticos como separação dos pais e perda de familiares foram situações relatadas que demandaram a busca de ajuda profissional para os adolescentes. Quanto ao que estressa o filho, L, 52 anos, mãe de JP, 13 anos, apontou *a pressão da escola; a quantidade de provas, trabalhos e temas e sua necessidade de ser perfeito, além da questão com um colega que o incomodava*. Isso, junto ao fato de ter perdido a avó e o tio, levou essa mãe a buscar ajuda de um psicólogo para o filho: *a psicóloga está vindo pra mim*. Outro motivo que levou à busca por ajuda profissional foi o fato de um adolescente ter desenvolvido depressão decorrente de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e transtorno de oposição desafiante.

As necessidades emocionais incluíam demonstrações de afeto, atenção e aprender a lidar com a timidez, o nervosismo e o perfeccionismo.

Quando perguntados sobre como auxiliavam seus filhos a lidar com emoções, os pais se detiveram mais em responder sobre aspectos negativos. Eles referiram dialogar, orientar e apoiar. Embora o bom humor tenha sido apontado como característica da maioria dos

adolescentes, quando estavam sob estresse, todos ficavam mal-humorados. Outro motivo mencionado para o mau humor foi a tensão pré-menstrual. *Às vezes o humor dela altera, porque ela também agora já é mocinha, né?* (A, 49 anos, pai de H, 13 anos).

Conclusão

Os resultados dessa pesquisa ofereceram uma visão valiosa das experiências e desafios enfrentados pelos adolescentes e suas famílias, destacando os fatores relacionados à saúde mental dos adolescentes a partir da percepção de seus pais. Por meio do que foi observado verificou-se que o suporte emocional e afetivo dos pais foi fundamental para o bem-estar dos adolescentes. Uma relação de apoio, amor e comunicação aberta pode promover uma boa saúde mental. Quando eles se sentem seguros e apoiados em suas famílias, têm maior probabilidade de desenvolver uma autoestima saudável e habilidades de enfrentamento positivas, reduzindo assim o risco de problemas de saúde mental, como a depressão e a ansiedade. Além disso, quando os adolescentes observam seus pais adotando estilos de vida saudáveis, lidando com o estresse de maneira adequada e cuidando da própria saúde mental, eles são mais propensos a seguir esses exemplos.

Quando as situações de estresse extrapolam os recursos que os adolescentes têm para lidar com elas, é fundamental o acesso a profissionais de saúde mental para ajudar esses jovens a enfrentar as pressões da vida e desenvolver habilidades para um futuro mais saudável e equilibrado.

Referências

Avanci, J. Q., Assis, S. G., Oliveira, R. V., Ferreira, R. M., & Pesce, R. P. (2007). Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 287-294

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2011). Situação mundial da infância 2011. Adolescência: uma fase de oportunidades. UNICEF. https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/br_sowcr11web.pdf.

Grishkina, M. N., Guliaeva, N. V., Akzhigitov, R. G., Gersamia, A. G., Menshikova, A. A., Freiman, S. V., & Guekht, A. B. (2015). The effect of childhood stress on the development of mental disorders in adults. *Zhurnal Nevrologii i Psikiatrii Imeni SS Korsakova*, 115(12), 169-176. <https://doi.org/10.17116/jnevro2015115112169-176>.

Linhares, M. B. (2016). Estresse precoce no desenvolvimento: impactos na saúde e mecanismos de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33, 587-599. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400003>.



Linhares, M. B., & Martins, C. (2015). O processo de autorregulação no desenvolvimento de crianças. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32(2), 281-293. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000200012>.

Lipp, M., Arantes, J., Burity, M., & Witzig, T. (2002). O estresse em escolares. *Psicologia escolar e educacional*, 6, 51-56. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572002000100006>.

Lippold, M. A., Duncan, L. G., & Coatsworth, J. D. (2015). Parenting and the development of effortful control from early childhood to early adolescence: A transactional developmental model. *Developmental Review*, 38, 55-77.

Papalia, D. E; Martorell, G. (2022). *Desenvolvimento humano*. (14a ed.). Porto Alegre: AMGH.

Romanzini, A. V. ; Botton, L. T.; Vivian, A. G. (2022). Repercussões da pandemia da Covid-19 em crianças do Ensino Fundamental. *Saúde Debate*, 46(5), 103-110. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E513>

SZYMANSKI, H. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. *Revista Estudos de Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 5-16, maio-ago. 2004.

RECONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO BREJO PARAIBANO EM IMAGENS: OS SIGNIFICADOS DO ACESSO À TERRA NO NORDESTE DO BRASIL

Patrícia Alves Ramiro¹
Ronaldo Alves da Costa Filho²
Caterine Soffiati Cabral³
Vilma Pires Bernardo⁴

Introdução

Fundada sobre a concentração fundiária e a imobilização da força de trabalho no interior das grandes propriedades agroexportadoras, a *plantation* canavieira tem papel fundante na formação socioeconômica do Brasil pois além de constituir uma atividade produtiva, esse sistema também estrutura as assimetrias sociais e as sociabilidades do país (GARCIA, 2003).

Ao fim do século XIX, com a abolição da mão de obra escravizada, a fixação da força de trabalho no interior das propriedades se deu por meio relação de morada, relação de dominação personalizada estabelecida a partir do pedido de morada feito pelo trabalhador, que além da casa incluía uma área reservada à lavouras de subsistência e criação de animais (o roçado), que em contrapartida devia trabalho e lealdade ao senhor de engenho (GARCIA, JR., 1989; PALMEIRA, 2009). Contudo, esta tradicional relação sofre intensas transformações com a modernização da agroindústria açucareira, uma vez que a ampliação da capacidade produtiva implicou na expansão territorial da lavoura canavieira que por sua vez redundou na redução ou eliminação dos roçados, na expropriação dos moradores e na migração destes trabalhadores para as periferias urbanas (SIGAUD, 1979).

Sob o contexto de desregulação da agroindústria canavieira, a década de 1990 é marcada por uma crise do setor que se expressa na falência e no fechamento de usinas, especialmente na região Nordeste do Brasil. Neste período se insere a falência da usina Santa Maria, usina de açúcar e álcool fundada em 1931 com sede no município de Areia, estado da Paraíba, região

614

¹ Docente do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/PPGS/UFPB). E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com.

² Graduando do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: costafilho2206@gmail.com.

³ Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). E-mail: caterinesoffiati@gmail.com.

⁴ Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). E-mail: vilmapiresb@gmail.com.

Nordeste do Brasil, que tem sua falência decretada em 1992. Com a situação de crise colocada pela falência, os antigos trabalhadores e trabalhadoras vinculados a usina se mobilizam inicialmente pela cobrança de direitos trabalhistas e pela desapropriação das terras da usina, resultando na criação de dez assentamentos para fins de reforma agrária nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Alagoinha a partir de 1997.

Essa passagem da posição social de morador em terras de usina para assentado em área de reforma agrária é uma das mudanças estudadas pelo projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI” (RAMIRO, 2021), coordenado por Patrícia Alves Ramiro que conta com apoio financeiro da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Fundação de Apoio à pesquisa do estado da Paraíba/FAPESQ-PB e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

As atividades de pesquisa de campo realizadas pelo projeto de pesquisa são acompanhadas pelo projeto de extensão “Reconfigurações sociais do brejo paraibano em imagens”, coordenado pela mesma, que desde 2022 registra em áudio, fotografia e vídeos os relatos de diferentes agentes sociais que são interlocutores da pesquisa, especialmente os antigos trabalhadores da usina atualmente assentados em terras desapropriadas desta.

Objetivos

Portanto, podemos dizer que são três objetivos principais do projeto de extensão universitária “Reconfigurações sociais do brejo paraibano em imagens”: a) captar em vídeo, áudio e fotografias as pesquisas de campo do projeto de pesquisa acima citado; b) transmitir o conhecimento gerados pelas pesquisas sobre ex-trabalhadores da agroindústria sucroalcooleira reconvertidos para a categoria de assentados de reforma agrária após a falência da usina em que trabalhavam na condição de moradores e c) construir, a longo prazo, um documentário sobre a história desses(as) trabalhadores(as).

615

Metodologia, materiais e métodos

Para o cumprimento dos objetivos, o aluno extensionista do projeto cumpre três etapas principais: a primeira é a ida ao campo nos assentamentos em terras da usina Santa Maria, no qual a equipe do projeto de extensão “Reconfigurações em imagens” acompanha o projeto de pesquisa “Reconfigurações sociais” trabalhando em campo fazendo as entrevistas. Nesses momentos, gravamos os depoimentos em vídeo e áudio, ao mesmo tempo que tiramos algumas fotos do ambiente, que vale lembrar, também tem sua importância para o estudo social e também servirá para compor uma futura exposição itinerante sobre o tema. Na lista de equipamentos contamos com uma câmera fotográfica, para fotos e filmagens. A gravação de áudio fica com os gravadores de aparelhos celulares. Os interlocutores em evidência nessas



entrevistas são antigos trabalhadores de uma usina sucroalcooleira que, com a sua falência no início da década de 1990, passam a condição de assentados de reforma agrária nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Alagoinha, no Nordeste do Brasil.

A segunda etapa é a de transcrição do material gravado nas entrevistas. As transcrições dos materiais gravados possuem diversas finalidades. Tanto para consultar as falas acerca de algum assunto específico, que seja do interesse do pesquisador, mas também para facilitar as estruturações e edições dos vídeos, tanto da exposição como do futuro roteiro do filme.

A terceira etapa acaba se mesclando com a primeira, tendo em vista que essa "última" são leituras de textos sobre as relações do campo/ cidade, sobre a região Nordeste e, principalmente, sobre a agroindústria sucroalcooleira na Paraíba e no Brasil. É na realidade onde se consolida o tripé ensino-pesquisa e extensão, afinal, nessa etapa o grupo realiza a leitura dos textos passados em sala de aula.

Resultados

Um resultado parcial das atividades do projeto de extensão é a construção de uma exposição itinerante intitulada “De Cativo a Liberto: da usina ao assentamento”, atualmente em desenvolvimento com parte dos registros em imagens realizados pelo projeto, na qual serão expostos alguns dos significados materiais e simbólicos da passagem de trabalhador da lavoura canavieira submetido aos interesses do usineiro para assentado de área de reforma agrária. Além da exposição, outro produto a ser elaborado a partir das atividades do projeto de extensão é um documentário que registre as transformações sociais que ocorreram na região a partir dos relatos dos assentados.

616

Conclusão

Ao trazer os(as) assentados(as) em terras desapropriadas da usina Santa Maria acreditamos valorizar trajetórias de famílias que costumam ser apagadas pela história “oficial”. Ao colocá-las à frente da narrativa da (sua) história, esperamos reforçar a luta pela conquista da terra, auxiliar ao debate sobre a questão fundiária, reduzindo, assim, o estigma vivenciado no cotidiano dos assentados/as e, dessa maneira, esperamos conseguir estimular a permanência de futuras gerações nas áreas rurais, além de reconstruir partes da história sucroalcooleira na Paraíba.

Referências

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 154-189, jul./dez. 2003.



2023

 **JI
IC
EU** Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT - CNPq, 1989.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). In: WELCH, C. A. [et al.] (org.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RAMIRO, Patrícia Alves. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 460-466, mai.-ago. 2021.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

617



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

WARAO: DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA E APOIO EDUCACIONAL

Carolina Coelho Aragon¹
Juliana Melo Lopes²
Kalyana Pereira Alencar³
Lidyane Santos de Lima⁴
Anibal Jose Perez Cardona Warao
Ramón Gómez Quiñonez
Fabrício Ferraz Gerardi⁵

Introdução

Este trabalho apresenta as ações realizadas no projeto de extensão intitulado “Warao: descrição linguística e apoio educacional”, iniciado no ano de 2023 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com a Universidade de Tübingen e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba. A língua Warao (língua isolada) é a segunda língua mais falada na Venezuela. Os indígenas Warao são originalmente da região do Delta do Rio Orinoco e espalharam-se por diferentes partes do território venezuelano. Devido à situação econômica, política e sanitária da região, migraram para o Brasil em busca de sobrevivência. O projeto objetiva expandir a descrição da língua Warao, bem como dar suporte educacional aos Warao recebidos no estado da Paraíba, mais especificamente, na cidade de João Pessoa. As atividades incluem pesquisas com os falantes Warao que se propõem a ensinar a língua e a organizar, em conjunto com estudantes do curso de Letras da UFPB, materiais didáticos trilingües voltados à promoção da língua e da cultura do povo Warao no estado brasileiro. Além do mais, o projeto também visa promover capacitação continuada dos graduandos do Curso de Letras da UFPB no âmbito social e linguístico, valorizando a diversidade de línguas e culturas indígenas.

618

Objetivos

Expandir a documentação e a descrição da língua Warao, disseminando os saberes sobre línguas e culturas indígenas no espaço universitário e das instituições de ensino do estado da Paraíba.

¹ Universidade Federal da Paraíba

² Universidade Federal da Paraíba

³ Universidade Federal da Paraíba

⁴ Universidade Federal da Paraíba

⁵ Universität Tübingen



Os objetivos específicos:

- Proporcionar materiais didáticos trilingues (Português-Warao-Espanhol) para as comunidades Warao localizadas na cidade de João Pessoa e aprofundar a descrição linguística do Warao;
- Promover capacitação continuada dos graduandos do Curso de Letras da UFPB no âmbito social, linguístico e cultural, associando pesquisa, ensino e extensão às tecnologias digitais;
- Proporcionar aos alunos do Curso de Letras possibilidades de parcerias internacionais já que o projeto tem colaboração da Universidade de Tübingen da Alemanha.

Metodologias, dados e métodos

As principais publicações referentes à descrição da língua Warao foram realizadas por Vaquero (1965), Osborn (1966) e Romero-Figueroa (1997). Com base nos dados coletados durante a execução do projeto, levamos em conta as descrições anteriores com o objetivo de produzir uma descrição tipologicamente adequada (Song 2018) da língua Warao. Para a preparação e a elaboração das ações acima propostas, pretende-se seguir as seguintes etapas:

- Pesquisa e preparação teórica: leitura de textos sobre os povos indígenas situados às margens do delta do rio Orinoco e Amazonas, incluindo descrições linguísticas prévias sobre a língua Warao;
- Trabalho de campo linguístico para a coleta e descrição de dados em conjunto com membros da comunidade Warao, utilizando ferramentas digitais, como ELAN e PRAAT. Para a gravação, utilizamos o gravador Zoom H4n com formatações WAV.;
- Criação de materiais didáticos: por meio das ferramentas disponibilizadas, como o CANVA e templates para livros em LaTeX;
- Diálogos e trocas com os Warao envolvidos no projeto, os quais orientam as atividades educacionais desenvolvidas neste trabalho.

619

Resultados

O projeto já iniciou a produção da gramática Warao, do dicionário Português-Warao-Espanhol e de livros didáticos (Português-Warao) para dar suporte aos professores de escolas públicas que estão atuando no ensino de jovens e adultos e no ensino infantil na cidade de João Pessoa. Estamos também transcrevendo narrativas orais que compõem o livro de histórias e iniciamos



a análise de dados linguísticos. Os livros em execução, no momento, estão relacionados às temáticas: *homakaba* ‘peixe’ e *obido* ‘buriti’.

Conclusão

Este projeto promove contribuições sociais por proporcionar aos Warao que continuem ensinando e aprendendo em sua língua materna. Do ponto de vista educacional, atinge não somente os Warao, mas também os discentes envolvidos no projeto, já que aprendem e desenvolvem experiências. Do ponto de vista científico, contribui com a ampliação de conhecimento cultural, antropológico e linguístico. Quanto à contribuição linguística, destacamos a coleta de dados novos que contam com a colaboração direta dos Warao.

Compreendendo que extensão é um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”⁶, a promoção e difusão dos saberes indígenas são essenciais e importantes para ampliar o conhecimento em diferentes áreas acadêmicas e setores da sociedade, ajudando a formar cidadãos conscientes sobre a história e a identidade num país multilíngue como o Brasil. Ademais, ao efetivar ações educativas e linguísticas em conjunto com os Warao, valorizamos sua língua e criamos materiais didáticos para dar suporte às atividades educacionais desenvolvidas por ONGs e pelo Estado, integramos-nos também ao plano de ação para desenvolver atividades socioassistenciais para migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade social na Paraíba.

620

Referências

ACNUR, Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. 2021. Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. Brasília: ACNUR/Ministério da Cidadania.

Brandão, A. P., da Silva, F., & dos Santos, S. 2019. Os desafios do ensino de PLAC para os indígenas Warao em Belém. *Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades*, 7(2).

Briggs, Charles; Mantini-Briggs, Clara. 2004. *Las historias en los tiempos del cólera*. Caracas: Ed. Nueva Sociedad.

⁶ Conceito definido no I FORPROEX - ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.

Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>, acesso em 15 Jan. 2023.



García-Castro, Alvaro & Heinen, H. Dieter. 2000. Las Cuatro Culturas Warao. Tierra Firme. Rev Arbitrada de Historia y Ciencias Sociales. Caracas, v. 71.

Romero-Figeroa, Andrés. 1997. A Reference Grammar of Warao. (LINCOM Studies in Native American Linguistics, 6.) München: Lincom.

Lucena, J. B. 2021. Impressões criadas sobre os indígenas Warao nas ruas de João Pessoa-PB em tempos de pandemia. Travessia - Revista do Migrante, 2(91).

Song, J. J. (2018). *Linguistic typology*. Oxford University Press.

Vaquero, P. Antonio. 1965. Idioma Warao. Morfología, sintaxis, literatura (Warao language. Morphology, syntax, literature). Caracas: Estudios Venezolanos Indígenas.

Wilbert, Johanne. 1976. To Become a Maker of Canoes. An Essay in Warao Enculturation. In: J. Wilbert (ed.), *Inculturation in Latin America. An Anthology*; pp. 303-358. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications. (UCLA Latin American Studies, 37)

Wilbert, W., & Lafée-Wilbert, C. A. 2009. También somos gente. Cambio cultural paradigmático warao. *Anthropos*, 423-444.

POVOS TRADICIONAIS: DIVERSIDADE E CULTURAS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Ozirlei Teresa Marcilino¹
Deiverson Pereira Sandrini²

Introdução

O projeto de extensão universitária intitulado “Povos tradicionais: diversidade e culturas no currículo escolar” (nº 1568) dialogou com profissionais da Educação Básica do município de Santa Teresa, Espírito Santo, sobre o desafio dos currículos escolares em trabalhar a especificidade das relações identitárias e culturais nos contextos de sala de aula. A proposta dialoga com os objetivos do Projeto de Pesquisa “Povos tradicionais: território, identidades, culturas e educações” e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Transdisciplinaridade, Educações, Culturas e Intersetorialidade, com foco no desenvolvimento de ações de formação continuada, no âmbito dos saberes pluriépistêmicos, educações, saberes, culturas, transdisciplinaridade e intersectorialidade, utilizando referências teóricas e metodologias que garantam práticas de pesquisa alinhadas a outras formas de produção de conhecimentos e epistemologias dos povos originários e tradicionais.

Tendo como foco o currículo escolar a partir da Lei 11.645/2008 e a BNCC (2017), a formação continuada de professores/as oportunizou encontros formativos em diferentes áreas do conhecimento, a saber: Literatura, Artes, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Sociais. Além desses encontros, o seminário de encerramento foi dividido em dois momentos complementares: no primeiro momento, com o compartilhamento de experiências de sala de aula por meio de sessões temáticas e, um segundo momento, com mesa redonda sobre “Experiências interdisciplinares e interculturais na construção do currículo escolar” seguida de visita técnica em uma escola e aldeia indígena, em Aracruz, Espírito Santo. A interlocução entre os/as participantes e as parcerias interinstitucionais potencializaram o diálogo intercultural na expectativa de compreender a função da escola atual num contexto de múltiplas culturas e diversidade e as relações sociais e históricas envolventes.

622

¹ Doutora em Educação (UFES). Professora do Departamento de Teorias do Ensino e Práticas Educacionais/CE/UFES. E-mail: ozirlei.marcilino@ufes.br

² Licenciando em Pedagogia (UFES). Bolsista PIBEX/PROEX, Ufes. E-mail: deiverson.sandrini@edu.ufes.br



Objetivos

Geral: Dialogar com Profissionais da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) da rede pública de Santa Teresa/ES sobre práticas de sala de aula que abordam a especificidade das relações identitárias e culturais, no âmbito dos seus currículos escolares.

Específicos: 1. Oportunizar formação dos profissionais da educação que participam da escrita dos novos currículos escolares, refletindo conceitos e fundamentos teóricos da Educação Inclusiva e Equidade; 2. Dialogar sobre conceitos de identidade e diversidade cultural no cotidiano escolar; 3. Discutir propostas para ressignificar as práticas educativas de sala de aula visando garantir o direito de todos à educação;

Metodologia

A legislação em vigor, a saber o Plano Nacional de Educação (PNE) promulgado pela Lei nº 13.005/2014, reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014). Também, as discussões da BNCC (2017), tratam das aprendizagens essenciais que os/as estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Ainda, orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) prevê:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Destarte, a Lei 11.645/2008 que modifica a Lei nº 11.639/2003, estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Estes documentos, dentre outros, respaldam a elaboração dos currículos específicos de cada Estado e Município, e nesse sentido, embasou a nossa proposta de formação.

Metodologicamente, o trabalho fundamentou-se em momentos formativos, em que foram apresentados conceitos teóricos e metodológicos para o trabalho com a temática da identidade e diversidade cultural de povos tradicionais que desafiam o currículo escolar, de cada área do conhecimento. A organização e planejamento dos encontros teve colaboração de professoras/es formadoras/es e discentes da Universidade Federal do Espírito Santo, da Universidade Federal de Brasília, do Instituto Federal do Espírito Santo, da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo, das Secretarias Municipais de Educação de Aracruz e de Santa Teresa, do Polo UAB de Santa Teresa e das aldeias indígenas Tupinikim de Irajá e Temática Guarani de Piraquê-açu.

As experiências relatadas ao longo dos encontros apresentaram as possibilidades de ressignificar as práticas educativas de sala de aula que visam garantir o direito de todos à educação compreendendo que, assim, trabalhamos a conscientização sobre a discriminação e a exclusão escolar e social que vivem os povos de outras culturas. Aconteceram oito encontros formativos, sistematizados mensalmente (de março a setembro de 2023), presenciais ou por webconferência.

Quadro 1 – Cronograma da formação continuada

DATA	ATIVIDADE/LOCAL
25 de março	Encontro 1: Currículo e relações identitárias e culturais
12 de abril	Encontro 2: Literatura e relações identitárias e culturais
17 de maio	Encontro 3: Artes e relações identitárias e culturais
08 de julho	Encontro 4: Ciências da Natureza e relações identitárias e culturais
26 de julho	Encontro 5: Matemática e relações identitárias e culturais
08 de agosto	Encontro 6: Ciências Sociais e relações identitárias e culturais
16 de setembro	Encontro 7: Seminário de encerramento: relatos de experiências
22 de setembro	Encontro 8: Seminário de encerramento: Experiências interdisciplinares e interculturais na construção do currículo escolar.

Fonte: Relatório final da formação, PROEX (2023)

Com destaque, o seminário de encerramento aconteceu em duas etapas, como segue: o primeiro momento, com os relatos de experiências de práticas de sala de aula dos/as cursistas em sessões temáticas (ST) assim organizadas: ST1: Territorialidade e cultura; ST2: Povos tradicionais; ST3: Identidade. Cada sessão temática teve o acompanhamento de uma comissão científica constituída por uma professora formadora e um/a colaborador/a parceiro/a do processo da formação que avaliou os trabalhos, sugeriu ajustes (quando necessário) e encaminhou para a coordenação da formação organizar a coletânea.

O segundo momento foi organizado de maneira que os/as cursistas pudessem vivenciar a experiência intercultural em outro espaço formativo, qual seja, a Aldeia Indígena Tupinikim de Irajá (cabana central). A programação incluiu recepção, apresentação cultural, mesa redonda sobre interdisciplinaridade e interculturalidade, almoço coletivo e visita técnica na aldeia

temática, da etnia Guarani. A seguir, o QR Code que mostra uma parte desse segundo momento, de maneira dinâmica.

Figura 1 - Seminário de encerramento segundo momento



Fonte: Relatório final da formação, PROEX (2023)

O trabalho formativo considerou, em todos os momentos, a função da escola atual em contextos múltiplos, a partir de um diálogo intercultural, e de forma relevante o processo de (re)construção dos currículos escolares.

Resultados

A formação apresentou como resultado, práticas de sala de aula a partir de reflexões próprias dos contextos educacionais e sociais vividos de saberes tradicionais das culturas e da diversidade. As relações dialógicas estabelecidas com essa formação oportunizaram a todos/as envolvidos/as conhecer as experiências e dificuldades em relação aos processos de ensino e de aprendizagem em diferentes contextos.

Entendemos que a temática deste projeto de extensão é relevante no âmbito do conhecimento de forma abrangente e principalmente no que se refere ao Estado do Espírito Santo, pois trata de um Estado que possui uma considerável presença de povos indígenas em seu território, especialmente no município de Aracruz. No que tange ao município de Santa Teresa que possui o título reconhecido de pioneira da imigração italiana no Brasil (Lei 13.617, de 11 de janeiro de 2017), que reconhece, oficialmente, como Além da cultura tradicional italiana, possui também uma importante colonização de poloneses, alemães, pomeranos, dentre outros povos que habitaram e habitam o município.

Dessa maneira, como resultados verificados, a problematização da implementação das Leis nº 10.639/2003 modificada pela Lei 11.645/2008 que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, sobre a inserção dos povos tradicionais no currículo escolar oficial das redes de ensino. Outro resultado alcançado foi a participação desta Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária - JIICEU, com publicação de artigo.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Também, estamos entre os dez projetos de extensão finalistas do Prêmio de Mérito Extensionista Maria Filina (PROEX, Ufes) que seleciona anualmente projetos de extensão para se apresentarem durante a Jornada Integrada de Extensão e Cultura.

Conclusão

Atualmente, entendemos que um dos grandes desafios e tarefas da escola contemporânea é proporcionar aos/às estudantes o conhecimento sobre a própria identidade e culturas do seu povo e dos diferentes povos tradicionais que habitam nosso país. A compreensão dessa problemática é fator fundamental para evitar a discriminação e a exclusão escolar e social de pertencentes de outras educação(ões) e cultura(s).

Para além disso, dialogamos sobre educação escolar e saberes tradicionais em observância às especificidades linguísticas, históricas, culturais, sociais; sobre os saberes próprios e a realidade no/do cotidiano escolar, é uma alternativa de produzir conhecimento sobre a prática pedagógica no ensino, por meio de discussões teóricas e metodológicas para o ensino e aprendizagem em sala de aula.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20/12/96.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1996.

626



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

OFICINA DE PRIMEIROS SOCORROS: UMA AÇÃO TRANSFORMADORA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO ALEGRE

João Pedro Scherer da Silveira¹
Rafaela Gageiro Luchesi Soares²
Gisele Lopes Castro³
Marcelle Klein Draghetti⁴
Antônio Rogério Proença Tavares Crespo⁵

Introdução

No cenário atual do Brasil, as causas externas representam uma séria questão de saúde pública, já que são o principal motivo de morte de crianças e adolescentes na faixa etária de 1 a 14 anos, representando mais de 3.300 óbitos por ano, sendo os acidentes de trânsito, seguidos de afogamento e sufocação, as principais causas. Além dos eventos fatais, destaca-se que, anualmente, milhões de vítimas desses acidentes, demandam cuidados de saúde em razão de ferimentos que resultam em danos permanentes, trazendo imensuráveis repercussões sociais, econômicas e não econômicas, para a vítima, sua família e a comunidade em que estão inseridas. Estima-se que, anualmente, 112 mil crianças de 0 a 14 anos são internadas em estado grave no Brasil devido a lesões por causas externas, sendo que dessas internações 47% tiveram como causa quedas, 19% queimaduras, 10% acidentes de trânsito e 24,68% outras causas (CRIANÇA SEGURA, 2020).

Os acidentes envolvendo crianças resultam de inúmeros fatores, destacando-se as características normais das crianças, como seu perfil curioso, inexperiente e aventureiro, em contrapartida à sua percepção limitada do espaço e capacidade física de resposta. Contudo, cerca de 90% desses eventos são evitáveis através de medidas simples de prevenção. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, a educação é o primeiro passo para garantir uma maior segurança infantil,

627

¹ Acad. Medicina, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. joao.silveira@ufcspa.edu.br

² Acad. Medicina, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. rafaelagls@ufcspa.edu.br

³ Acad. Enfermagem, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. gisele.castro@ufcspa.edu.br

⁴ Acad. Medicina, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. marcelled@ufcspa.edu.br

⁵ Prof. PhD. MD, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. arcrespo@ufcspa.edu.br

envolvendo aumento do conhecimento dos riscos de acidentes, e orientações de como minimizá-los (SBP, 2023).

Nesse sentido, os primeiros socorros ganham uma posição de extrema importância, uma vez que representam o atendimento inicial a uma vítima que está ferida ou que adoecce de forma súbita. A primeira resposta é imprescindível para a identificação de situações de risco à vida e de quais ações devem ser prontamente realizadas para garantir melhores condições para a vítima até a chegada de um serviço de atendimento especializado (HAFEN, 2002).

No decorrer dos anos, a educação em saúde configurou-se como uma das estratégias para garantir o desenvolvimento de ações de controle e prevenção de doenças. Entretanto, ainda verifica-se fragilidade na aplicação dessas intervenções, sobretudo devido a barreiras que as inviabilizam, entre as quais se destacam: a fragmentação das políticas públicas; as restrições socioculturais e socioeconômicas; a limitação de informações referentes às necessidades de saúde e direitos à saúde (SILVA, 2017). Em diferentes contextos, essa falta de conhecimento da população leiga acarreta problemas, como a manipulação equivocada do acidentado ou chamado excessivo ou incorreto de socorro especializado, por exemplo.

Visto a relevância do tema, o projeto “Oficina de primeiros socorros: uma ação transformadora em escolas públicas de Porto Alegre” foi idealizado como estratégia de educação em saúde, para que os conhecimentos ensinados possam ser utilizados para o exercício de cidadania, sendo projetados para além do ambiente acadêmico, em uma realidade carente por capacitação sobre prevenção, reconhecimento e manejo de agravos agudos à saúde no cotidiano.

Objetivos Gerais

Capacitar alunos e profissionais de escolas públicas na prática de primeiros socorros, abordando questões sobre identificação, manejo e prevenção em cenários de agravos à saúde.

Oferecer informações essenciais sobre primeiros socorros a instituições de ensino, públicas e privadas, projetos sociais e ONGs que atendem ao público infantil.

Metodologia

O projeto estabelece duas frentes de atuação, visando alcance amplo: as oficinas teórico-práticas realizadas em escolas de modo presencial e a produção de material didático, distribuído de forma on-line.

Consoante às oficinas, a definição dos locais de práticas ocorreu mediante parceria com escolas que se interessaram em receber as ações do projeto após divulgação por meio de redes sociais para diretores e coordenadores da rede pública de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (RS). A partir da manifestação de interesse dos responsáveis pela escola, foram selecionadas aquelas que aceitaram estabelecer a parceria com o projeto, concordaram em mandar carta de anuência à



proposta e declararam ter disponibilidade para realização das intervenções práticas. A partir disso, nossos cenários de ação foram: a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Nossa Senhora do Carmo, a EMEF Professor Anísio Teixeira, a Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Santa Rosa e a EEEM Anne Frank. O público-alvo das atividades presenciais foram os alunos de 4º ao 7º ano, somados aos professores e funcionários das instituições, que receberam a ação de forma direta nos dias de atividade e pelo envio de material de capacitação em primeiros socorros.

Para as intervenções práticas, primeiramente foi feito planejamento conjunto para cada visita, entre a equipe de extensionistas e os responsáveis da escola, em que os participantes do projeto buscaram compreender o contexto de cada local e, a partir dos relatos trazidos pelos educadores, foi estabelecido o perfil dos alunos, as necessidades de cada instituição e as datas das visitas. Assim, cada ação foi planejada de maneira individualizada, com o intuito de promover a interprofissionalidade entre saúde e educação dentro de cada uma das realidades das diferentes instituições.

As intervenções ocorreram do seguinte modo: foram realizadas 4 oficinas teórico-práticas para os alunos em cada escola, cada uma com cerca de 25 minutos de duração; os temas abordados nas oficinas foram afogamentos e queimaduras, cortes e ferimentos, convulsões e engasgo; cada oficina utilizou ferramentas lúdicas (como jogos e simulações) para auxiliar na abordagem dos temas.

Além das atividades com os alunos, foi realizada uma oficina de ressuscitação cardiopulmonar (RCP) com os professores e funcionários. Ademais, a fim de capacitar os profissionais dessas escolas, foram ofertadas 14 videoaulas sobre temas de primeiros socorros, gravadas por voluntários do projeto. Esse material foi disponibilizado de forma online e enviado em conjunto com uma apostila teórica de primeiros socorros em PDF, visando promover uma capacitação acessível aos funcionários das instituições que receberam o projeto garantir a possibilidade de acesso a esses conteúdos sempre que necessário.

Em relação ao material didático, o projeto atuou na produção, divulgação e envio de cartilhas de atividades de forma virtual. Cada cartilha aborda mensalmente dois temas de primeiros socorros e/ou assuntos sobre saúde pública no geral (como vacinação, por exemplo), sendo composta de um fluxograma explicativo e duas atividades interativas (caça-palavras, jogo dos sete erros, palavras cruzadas) sobre cada tema. As cartilhas são enviadas para as escolas cadastradas previamente mediante preenchimento de questionário virtual. O período de produção e envio é de julho a dezembro de 2023. Somado a isso, cada cartilha é enviada com uma apostila teórica para os professores, que aborda os temas do mês em questão com o intuito de servir como material de apoio para a aplicação das atividades com as crianças. Ademais, é enviado um formulário eletrônico para que os educadores avaliem a qualidade e o conteúdo das cartilhas com uma nota que varia de 0 a 10 e para informarem eventuais dificuldades, sugestões, críticas e o desejo de continuar ou não recebendo o material.

Resultados

Em relação às intervenções práticas, foram realizadas visitas a quatro escolas pelos voluntários de extensão, que efetuaram a aplicação das cinco oficinas previstas em cada uma. O público total atendido durante as intervenções foi constituído por 156 alunos entre o 4º e 7º ano do ensino fundamental e 81 adultos, entre professores, coordenadores e funcionários das escolas. O detalhamento do público presente e a data de cada visita estão descritos na tabela 1.

Tabela 1 - Número de alunos, e funcionários das escolas presentes em cada visita.

Nome da escola	Data da aplicação	Número de alunos presentes	Número de professores/funcionários
EMEF Nossa Senhora do Carmo	15/07/2023	7	8
EEEM Anne Frank	02/08/2023	56	15
EMEF Professor Anísio Teixeira	26/08/2023	41	45
EEEM Santa Rosa	02/09/2023	52	13

630

No contexto das cartilhas, 46 cidades brasileiras receberam as atividades, totalizando 157 instituições incluídas no projeto – sendo 78,6% (124) públicas, 9,6% (15) privadas e 12,1% (18) ONGs e projetos sociais. Desses locais, 151 pertencem ao Rio Grande do Sul, 2 a Santa Catarina, 1 a Pernambuco, 1 ao Rio de Janeiro e 2 a São Paulo. Os municípios e o número de instituições de cada um estão indicados na tabela 2. Os tipos de instituições participantes são: escolas, universidades, secretarias/coordenadorias de educação, grupos escoteiros, corpo de bombeiros, e correios que declaram intenção de distribuir o material para crianças. Neste ano, o total de 3 cartilhas foram enviadas até o momento, sendo os temas abordados nelas: vacinas e quedas em julho, números de emergência e lesões no esporte em agosto e serviços de urgência em saúde mental e intoxicações em setembro. Quanto às respostas ao formulário de avaliação das cartilhas, 12 instituições responderam ao questionário em julho, 11 em agosto e 7 em setembro. As notas de avaliação pelas instituições foram: 10 (66,7%) e 9 (33,3%); 10 (72,7%), 9 (9,1%) e 8 (18,2%); 10 (100%), respectivamente.

Tabela 2 - Número de instituições por município e por estado.

Estado	Município
RS	Alegria, Alvorada (11), Antônio Prado, Arambaré, Arroio Grande, Barra da Guarita (2), Barra do Ribeiro, Cachoeirinha (3), Campo Novo, Canoas (5), Capão do Leão, Carazinho, Caxias do Sul (2), Cerro Largo (2), Chapada (2), Cruz Alta (2), Dois Irmãos, Gravataí (5), Guaíba (2), Ijuí (3), Ipê, Jaguarão, Lagoa vermelha, Panambi (2), Passo Fundo (2), Pelotas (6), Pontão, Porto Alegre (48), Rio Grande (7), Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santo Augusto, Santo Cristo, São José do Norte, São Nicolau, Serafina Corrêa (3), Sertão Santana (3), Tapes (5), Tupanciretã (8), Uruguaiana, Vacaria, Viamão (6)
SC	Jaraguá do Sul (2)
PE	Garanhuns
RJ	Quatis
SP	São Paulo (2)

Em parênteses: o número (n) de instituições de cada município. Os que não possuem valor entre parênteses possuem n de instituições = 1.

631

Conclusão

O projeto possibilitou o acesso de centenas de crianças de instituições públicas e privadas ao conhecimento sobre primeiros socorros. Apesar de muito importante, essa temática é pouco explorada nas escolas brasileiras.

Em relação às atividades práticas, é possível concluir que tiveram um impacto positivo sobre o aprendizado e que as atividades desenvolvidas nas oficinas eram coerentes com o nível de educação dos alunos, uma vez que, após terem a parte teórica, os alunos realizaram a parte prática com efetividade, demonstrando compreensão e aprendizado do conteúdo ensinado. Quanto à capacitação dos professores, coordenadores e funcionários das instituições, a aplicação de uma oficina prática de RCP foi extremamente proveitosa. Além de permitir um momento de contato direto entre os extensionistas e os profissionais, essa oficina reafirma a proposta de elaboração conjunta das atividades práticas, uma vez que ela foi incluída no cronograma a partir da demanda específica de uma das escolas. Contudo, reconhecemos que há necessidade de mais intervenções voltadas a este público, como a realização de curso de primeiros socorros para professores e profissionais de escolas.

Em relação às cartilhas, o alcance desta iniciativa foi muito satisfatório, considerando o número total de instituições registradas para o envio e distribuídas em cinco estados. Obteve-se um

retorno positivo de avaliações, apesar do número de *feedbacks* ser considerado pequeno. A partir disso, é necessário encontrar novos métodos de envio desses materiais que facilitem a comunicação entre o núcleo do projeto e as instituições. Isso possibilitará o aumento da quantidade e da qualidade das avaliações recebidas, possibilitando uma análise mais detalhada e confiável dos pontos a serem melhorados.

Para que seja possível aumentar o impacto do projeto nos próximos anos, é necessário utilizar os aprendizados com as atividades realizadas como guia para futuras intervenções. O projeto possui capacidade para aumentar o número de escolas em que realiza as atividades práticas e para incluir novas instituições interessadas em receber as oficinas. Assim, é importante utilizar o sucesso das atividades realizadas tanto como atrativo para novas escolas, quanto para mobilizar a comunidade escolar e aumentar a presença de alunos e professores nos dias de visitas – sobretudo quando realizadas em sábados letivos, em que a presença dos alunos é reduzida.

Em suma, os objetivos do projeto foram alcançados de forma satisfatória com as intervenções realizadas, levando capacitação e informação de qualidade às instituições de ensino em que foram aplicadas. A partir das ações realizadas em 2023, há grande expectativa para o futuro deste projeto, que mostra um grande potencial para atingir um alcance ainda maior por meio da inclusão de novas ações e da ampliação daquelas já realizadas. Desse modo, a realização de ações de educação em saúde como estas demonstram a capacidade que a extensão universitária tem de, ao aliar-se à comunidade e às instituições de ensino, colaborar para uma educação cidadã, que promove a democratização do ensino pela disseminação de um conhecimento capaz de salvar vidas.

Referências

CRIANÇA SEGURA BRASIL. Relatório institucional 2020. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://criancasegura.org.br/dados-de-acidentes/>. Acesso em: 15 Out. 2023.

HAFEN, Q.; KARREN, J.K.; FRANDSEN, J.K. Primeiros Socorros Para Estudantes. Barueri, SP: Manole, 2002.

SILVA, Camila Ribeiro et al . Dificuldade de acesso a serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte: um estudo de caso. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 22, n. 4, p. 1109-1120, Abril 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002401109&lng=en&nrm=iso> <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017224.27002016>.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Acidentes domésticos. Departamento Científico de Prevenção e Enfrentamento das Causas Externas na Infância e Adolescência. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/prevencao-de-acidentes/acidentes-domesticos/>. Acesso em: 15 Out. 2023

633



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CONSTRUÇÃO DE UM INSTRUMENTO PARA ESTIMAR VIÉS DE *OVERCLAIMING*

Sanshayne Martins de Souza¹
Felipe Valentini²
Leonardo Botinhon de Campos³
Letícia da Silva de Souza⁴

Introdução

Os instrumentos de autorrelato são amplamente utilizados para mensurar características psicológicas (Bensch et al., 2019). Sua popularidade se baseia na simplicidade, facilidade de aplicação e custo reduzido (Abrahams et al., 2019). No entanto, essas vantagens são contrabalançadas pelo potencial de distorções nas respostas, que podem resultar em escores enviesados prejudicando a validade das avaliações e a tomada de decisões (Dunlop et al., 2020). A interação entre as vantagens e desvantagens do autorrelato destaca a necessidade de pesquisas voltadas ao desenvolvimento de medidas que possam controlar e identificar tais vieses de respostas. Esses estudos podem contribuir para o campo da avaliação psicológica, permitindo decisões mais precisas com base em escores com menor influência de erros sistemáticos de mensuração.

Para avaliar as características pessoais por meio do autorrelato, as pessoas respondem a partir de uma escala *Likert* o quanto o item o descreve (e.g., Lima-Costa & Hauck-Filho, 2020; Soto & John, 2017). Por exemplo, um item do fator de extroversão ‘Sou comunicativo’, é necessário que uma nota de concordância (ou frequência) seja atribuída para avaliar o quanto o respondente possui daquela característica. Apesar de simples, a nota dada ao item pode não refletir o quanto daquele fator latente a pessoa possui (McDonald, 2008). Esse problema pode indicar a presença de viés de resposta, como o *overclaiming*.

O viés de *overclaiming* se caracteriza por uma preocupação em se apresentar de maneira competente e habilidosa (Dunlop et al., 2020; Paulhus & Harms, 2004). Ele pode ser observado quando as pessoas alegam, de modo exagerado, a familiaridade com itens específicos de habilidades ou conhecimentos. Mesmo que o conteúdo apresentado seja falso (i.e., *foi!*), o

634

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3810275146478680>; Universidade São Francisco; sunshine.martinsouza@gmail.com

² Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5411545382717339>; Universidade São Francisco; valentini.felipe@gmail.com

³ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7508884972540063>; Universidade São Francisco; leonardobotinhonpsicologo@gmail.com

⁴ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2680293867946824>; Universidade São Francisco; leticiassouza56@gmail.com



respondente tenderá a alegar familiaridade (Paulhus et al., 2003). Deste modo, a alegação de conhecimento reflete o *overclaiming* e não o conhecimento verdadeiro que a pessoa possui. Para mensurar o viés, é preciso que instrumentos sejam desenvolvidos (Paulhus et al., 2003).

Para medir o viés de *overclaiming*, alguns questionários foram desenvolvidos (Paulhus et al., 2003; Swami, Papanicolaou, et al., 2011; Yang et al., 2019). As respostas a esses questionários são avaliadas em "acertos" (i.e., *hits* - quando alguém afirma estar familiarizado com um item que de fato existe) - e "alarmes falsos" (i.e., *false alarm* - quando a alegação de familiaridade é feita com itens que não existem; Paulhus, 2011). Essas classificações são baseadas nas respostas de familiaridade a escalas tipo *Likert*, que variam de "Eu não conheço nada sobre esse assunto" a "Eu conheço muito bem sobre esse assunto" (Bing et al., 2011). Com as taxas de familiaridade determinadas para os itens, é possível derivar diversas medidas. Os *hits* e os *false alarms* são usados para calcular índices de detecção, que são subdivididos em acurácia (capacidade de distinguir entre itens reais e fictícios) e exagero (o excesso na alegação de familiaridade com itens reais e *foils*; Paulhus & Harms, 2004; Paulhus, 2003, 2011). Esses índices, provenientes da técnica de *overclaiming*, são valiosos para mensurar o viés de *overclaiming* e no desenvolvimento de estudos empíricos que irão explorar a relação do *overclaiming* com variáveis externas.

Diante das questões discutidas, o objetivo do nosso estudo é desenvolver uma medida de *overclaiming* que seja válida para mensurar o viés de *overclaiming*. Para tanto, temos como primeiro objetivo buscar evidências de validade de conteúdo para o questionário de *overclaiming* de conhecimento geral e como segundo objetivo buscar evidências de validade da estrutura interna do questionário de *overclaiming* de conhecimento geral.

Método

Evidências de Validade de Conteúdo do Questionário de Overclaiming

Participantes

A avaliação do questionário de *Overclaiming* foi realizada por três juízes experts em avaliação psicológica. Os juízes receberam o convite para participar da pesquisa e após o aceite foi enviado por e-mail as orientações e itens para a avaliação.

Instrumentos

Formulário de Avaliação dos Instrumentos

Os itens do questionário de *Overclaiming* foram avaliados através de um formulário do *Google Forms*. Os seguintes critérios foram avaliados: Os itens verdadeiros foram avaliados quanto a clareza (i.e., o quão claro e compreensível é o item), o pertencimento (i.e., o quanto o item



pertence a categoria de conhecimento a que foi destinado), a pertinência (i.e., o quão pertinente é o item para o contexto do público-alvo) e a dificuldade (i.e., o quão difícil é o item). Os itens *foils* foram avaliados quanto a clareza (i.e., o quão claro e compreensível é o item), o pertencimento (i.e., o quanto o item pertence à categoria de conhecimento a que foi destinado) e a familiaridade com a realidade (i.e., o quão real parece o item). Foi utilizada uma escala tipo *Likert* de cinco pontos, no qual 1 era a nota mais baixa e 5 era a nota mais alta.

Procedimentos de coleta e Análise dos Dados

Os juízes tiveram acesso ao questionário de *Overclaiming* por meio de um link enviado por e-mail. Para a avaliação, era necessário que os juízes atribuíssem as notas aos itens considerando os critérios indicados. Como interesse qualitativo a respeito dos itens, deixamos um espaço para comentários finais. Os comentários poderiam ser sobre sugestões para um melhor desenvolvimento dos itens.

As notas atribuídas aos itens foram utilizadas para verificar as médias e desvio padrão de cada critério avaliado, mais a média geral dos itens. O critério de exclusão utilizado foi o item apresentar médias gerais do item inferiores a quatro. Diante dos resultados obtidos, não foram criados novos itens.

Resultados

Os resultados das análises descritivas dos 45 itens do questionário de *overclaiming* geral são apresentados abaixo na Tabela 1.

Tabela 1: Estatística Descritiva do Questionário de *Overclaiming* de Conhecimento Geral

Critérios	Média (DP) Itens Verdadeiros	Média (DP) Itens <i>foils</i>
Clareza	4,91 (0,18)	4,95 (0,12)
Pertencimento	4,96 (0,11)	4,90 (0,16)
Pertinência	4,96 (0,11)	-
Dificuldade	3,80 (0,65)	-
Familiaridade com a Realidade	-	4,80 (0,27)

Nota. DP = Desvio Padrão

O critério de dificuldade apresentou médias menores a quatro, no entanto esse resultado reflete a variabilidade de dificuldade dos itens, algo que desejávamos ao construir o questionário. Para além das análises quantitativas, avaliamos os itens a partir das indicações qualitativas dos juízes (i.e., variabilidade do nível de dificuldade). Os itens verdadeiros foram selecionados de acordo com o nível de dificuldade, isto é, para cada categoria consideramos a existência de itens fáceis e itens difíceis. As médias individuais de dificuldade dos itens finais variaram de 2,67 a 5. Os itens *foils* foram selecionados de acordo com as notas nos critérios, sendo o critério de familiaridade com a realidade um meio de desempate para itens com médias altas nos demais critérios. A partir disso, as médias de familiaridade com a realidade

variaram de 4,33 a 5. Ao final das análises dos critérios e médias totais, verificamos que os 45 itens eram adequados para compor o questionário de *Overclaiming*. A etapa seguinte consistiu em excluir alguns itens para que a medida fosse um pouco menor.

Para os itens finais selecionados, os resultados indicam que os itens verdadeiros e *foils* apresentaram médias superiores a 4 ($M = 4,33$ a $4,92$ e $M = 4,67$ a $5,00$, respectivamente). As médias e desvio padrão dos critérios para a versão final com 35 itens é apresentada na Tabela 2. Após verificar os critérios de inclusão e exclusão, mantivemos 35 itens no questionário final.

Tabela 2: *Estatística Descritiva do Questionário de Overclaiming de Conhecimento Geral Final*

Critérios	Média (DP) Itens Verdadeiros	Média (DP) Itens foils
Clareza	4,92 (0,14)	4,97 (0,09)
Pertencimento	4,97 (0,10)	4,92 (0,15)
Pertinência	4,97 (0,10)	-
Dificuldade	3,86 (0,61)	-
Familiaridade com a Realidade	-	4,82 (0,29)

Nota. DP = Desvio Padrão

Evidências de Validade da Estrutura Interna do Questionário de Overclaiming

Participantes

Participaram da pesquisa 640 universitários do curso de psicologia com a idade variando de 18 a 63 anos ($M = 25,4$; $DP = 8,06$). A amostra é composta por 283 pessoas do sexo feminino e 196 delas não faziam estágio no momento da coleta.

Instrumentos

Questionário de Overclaiming de Conhecimento Gerais – QOCG

O questionário de *overclaiming* avalia o viés de *overclaiming* a partir dos itens verdadeiros e itens *foils*. São apresentados 35 itens de conhecimento gerais e cotidianos que se separam em categorias, sendo elas: ‘Nomes e Eventos Históricos’, ‘Livros e Autores’, ‘Ciências da Natureza’ e ‘Artes e Cultura’. Os itens são avaliados em uma escala do tipo *Likert* de quatro pontos que varia de 0 = “Nunca ouvi falar” a 3 = “Conheço muito bem”. Alguns exemplos de itens são: “Radiação Ômega (Ω)” e “Música “Drão” de Gilberto Gil”.

Questionário Sociodemográfico

Conterá perguntas sobre dados descritivos com a finalidade de caracterização da amostra, como sexo, idade, escolaridade, curso de graduação, renda e se estagia.

Procedimentos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Francisco sob o protocolo CAAE nº 64470022.0.0000.5514. Os dados foram coletados presencialmente na Instituição de Ensino Superior Privada no interior de São Paulo. Os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) informando sobre a natureza e propósito da pesquisa, dos riscos envolvidos (risco mínimo) e dos benefícios futuros, de modo que a participação na pesquisa acontecia após assinatura do TCLE.

Análise dos Dados

Foi realizado uma análise de correlação item total, de modo que todos os itens do questionário de *overclaiming* foram relacionados com o índice de exagero e índice de acurácia. Para calcular os índices, utilizamos de uma equação em que os índices de exagero são calculados considerando a proporção de acertos e alarmes falsos, dividido por 2. Enquanto o índice de acurácia considera a proporção de acertos menos a proporção de alarmes falsos (Paulhus, 2011). A correlação de Pearson foi utilizada para calcular as correlações.

Resultados

Para atingir o segundo objetivo do nosso estudo, realizamos uma análise de correlação item total. Os resultados são apresentados na tabela 3.

638

Tabela 3: *Correlação Item Total*

Item	Índice de Exagero	Índice de Acurácia
QOCG_1	0.41*	0.39*
QOCG_2 (<i>Foil</i>)	0.43*	-0.16*
QOCG_3	0.58*	0.34*
QOCG_4 (<i>Foil</i>)	0.47*	0.02
QOCG_5	0.51*	0.34*
QOCG_6	0.52*	0.38*
QOCG_7	0.53*	0.34*
QOCG_8 (<i>Foil</i>)	0.49*	0.02
QOCG_9	0.51*	0.27*
QOCG_10	0.48*	0.38*
QOCG_11 (<i>Foil</i>)	0.56*	-0.19*

QOCG_12	0.62*	0.12*
QOCG_13	0.62*	0.01
QOCG_14 (Foil)	0.63*	-0.02
QOCG_15	0.63*	0.21*
QOCG_16	0.65*	0.16*
QOCG_17 (Foil)	0.59*	-0.1
QOCG_18	0.57*	0.41*
QOCG_19 (Foil)	0.51*	-0.2*
QOCG_20	0.45*	0.28*
QOCG_21	0.47*	0.17*
QOCG_22 (Foil)	0.51*	0.01
QOCG_23	0.43*	0.41*
QOCG_24	0.54*	0.32*
QOCG_25 (Foil)	0.53*	-0.06
QOCG_26	0.47*	0.27*
QOCG_27 (Foil)	0.53*	-0.16*
QOCG_28	0.43*	0.22*
QOCG_29 (Foil)	0.55*	-0.14*
QOCG_30	0.58*	0.25*
QOCG_31 (Foil)	0.5*	-0.03
QOCG_32	0.57*	0.28*
QOCG_33	0.48*	0.19*
QOCG_34 (Foil)	0.57*	-0.12*
QOCG_35	0.48*	0.14*

Nota. * = $p < 0,05$

639

Os resultados evidenciaram relações moderadas dos itens *foils* com o índice de exagero. Os mesmos itens também apresentaram, em sua maioria, correlações negativas com o índice de acurácia, evidenciando que o conteúdo do item *foil* mensura o viés de *overclaiming*.

Com relação aos itens verdadeiros, as relações se mostraram moderadas a altas para o índice de acurácia e de exagero. Tal resultado reflete o cálculo que é realizado para obter o índice de exagero, do qual são considerados tantos os itens verdadeiros quanto os *foils*.

Conclusão

As evidências de validade de conteúdo e validade de estrutura interna demonstram que os itens construídos para compor o questionário de *overclaiming* são adequados para a medidas, de tal modo que o questionário poderá ser utilizado em pesquisas futuras. Sugerimos que mais pesquisas de evidências de validade sejam realizadas posteriormente.

Referências

Abrahams, L., Pancorbo, G., Primi, R., Santos, D., Kyllonen, P. C., John, O. P., & De Fruyt, F. (2019). Social-Emotional Skill Assessment in Children and Adolescents: Advances and Challenges in Personality, Clinical, and Educational Contexts. *Psychological Assessment, 31*(4), 460–473. <https://doi.org/10.1037/pas0000591>

Bensch, D., Paulhus, D. L., Stankov, L., & Ziegler, M. (2019). Teasing Apart Overclaiming, Overconfidence, and Socially Desirable Responding. *Assessment, 26*(3), 351–363. <https://doi.org/10.1177/1073191117700268>

Bing, M. N., Kluemper, D., Davison, H. K., Taylor, S., & Novicevic, M. (2011). Overclaiming as a measure of faking. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 116*(1), 148–162. <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2011.05.006>

Dunlop, P. D., Bourdage, J. S., de Vries, R. E., McNeill, I. M., Jorritsma, K., Orchard, M., Austen, T., Baines, T., & Choe, W. K. (2020). Liar! liar! (When Stakes Are Higher): Understanding How the Overclaiming Technique Can Be Used to Measure Faking in Personnel Selection. *Journal of Applied Psychology, 105*(8), 784–799. <https://doi.org/10.1037/apl0000463>

Lima-Costa, A. R. L., & Hauck Filho, N. (2020). Escala de Gerenciamento da Impressão e Autoengano-IPIP: um teste de diferentes modelos teóricos. *Psico, 51*(1), e32580–e32580. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.1.32580>

McDonald, J. (2008). Measuring personality constructs: The advantages and disadvantages of self-reports, informant reports and behavioural assessments. *Enquire, 1*, 75–94.

Paulhus, D. L. (2011). Overclaiming on personality questionnaires. In M. Ziegler, C. Maccann, & R. D. Roberts (Eds.), *New perspectives on faking in personality assessment* (pp. 151–164). Oxford University Press.

Paulhus, D. L., & Harms, P. D. (2004). Measuring cognitive ability with the overclaiming technique. *Intelligence*, 32(3), 297-314. <https://doi.org/10.1016/j.intell.2004.02.001>

Paulhus, D. L., Harms, P. D., Bruce, M. N., & Lysy, D. C. (2003). The over-claiming technique: Measuring self-enhancement independent of ability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(4), 890–904. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.84.4.890>

Soto, C. J., & John, O. P. (2017). The next Big Five Inventory (BFI-2): Developing and assessing a hierarchical model with 15 facets to enhance bandwidth, fidelity, and predictive power. *Journal of Personality and Social Psychology*, 113(1), 117–143. <https://doi.org/10.1037/pspp0000096>

Swami, V., Papanicolaou, A., & Furnham, A. (2011). Examining mental health literacy and its correlates using the overclaiming technique. *British Journal of Psychology*, 102(3), 662–675. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.2011.02036.x>

Yang, Z., Barnard-Brak, L., & Lan, W. Y. (2019). Examining the association of over-claiming with mathematics achievement. *Learning and Individual Differences*, 70, 30-38. <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2019.01.004>

PLÁSTICO PRECIOSO: A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA ACERCA DA RECICLAGEM PARA A PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS

Sandra Cadore Peixoto¹
Eduarda Castilho da Silveira²
Anissa Yussef Suleiman³
Adriano Vasconcellos Sichonany⁴

Introdução

O plástico é um material derivado do petróleo, que possui uma alta durabilidade e dificuldade de decomposição, decorrente ao processo de polimerização, e envolve a ligação de várias moléculas menores em uma molécula grande por meio de múltiplas reações químicas. Dessa maneira a mesma composição química utilizada para deixar o material durável é a que torna a difícil decomposição levando em torno de 500 anos.

A palavra plástico vem do grego *plásticos*, que é empregada em várias áreas do conhecimento humano, apresentando um espectro de significados, mas em geral se refere a algo moldável. Assim, quando falamos de cirurgia plástica ou artista plástico estamos nos referindo a profissionais que tentam dar novas formas, moldar, reconstituir, modelar.

As substâncias utilizadas como matéria-prima na preparação de plásticos são obtidas principalmente a partir do petróleo e são denominadas monômeros, que passam por processos vários químicos resultando em polímeros.

O alto consumo do plástico, em especial o descartável, aliado a uma de suas características mais vantajosas, a durabilidade, o tornaram também um grave problema ambiental. Como consequência da estabilidade de sua estrutura, o plástico, na natureza, pode levar muitas décadas para se deteriorar. Além disso, grande parte dos plásticos não são biodegradáveis e o processo de deterioração ocorre pela quebra de suas moléculas, o que produz fragmentos cada vez menores deste material, os microplásticos (Piatti; Ferreira, 2005).

Sendo assim, a educação ambiental representa um instrumento fundamental para uma possível alteração do modelo de degradação ambiental vigente. As práticas educativas relacionadas à questão podem assumir função transformadora, o que faz os indivíduos, depois de

642

¹ Orientadora. Docente da Universidade Franciscana. sandracadore@ufn.edu.br

² Bolsista de Iniciação Científica. Discente da Universidade Franciscana. eduarda.castilho@ufn.edu.br

³ Bolsista de Iniciação Científica. Discente da Universidade Franciscana. anissa.suleiman@ufn.edu.br

⁴ Técnico de laboratório na Universidade Franciscana.

conscientizados, se tornarem em objetos essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável (Segura, 2001).

Dessa maneira, é importante salientar que a reciclagem é a conversão de resíduos plásticos, por tecnologias convencionais de processamento, em produtos com características de desempenho equivalentes às daqueles produtos fabricados nas indústrias. Assim, reciclar resíduos de plásticos é uma alternativa viável para ser aplicada na sociedade, mas essa reciclagem do plástico precisa ter um embasamento científico.

Surgindo como um protagonista na luta pela redução do impacto ambiental, o PP5 (Polipropileno), é a matéria prima utilizada nesse projeto de iniciação científica para reduzir a energia e a utilização de recursos naturais, além de minimizar os impactos ambientais associados à produção de plástico a partir de fontes não renováveis. O mesmo objetiva transformar tampinhas de plástico, que normalmente são ignoradas e acabam sendo jogadas no meio ambiente, em materiais didáticos e sustentáveis para o nosso cotidiano. Sendo assim, aplicar um material facilmente descartado em processos que o transformem na principal matéria prima de jogos didáticos e matérias de ampla utilidade.

Assim, as máquinas de reciclagem possibilitam o processo físico e químico dos plásticos. A máquina trituradora de plástico é utilizada para reduzir um material como, por exemplo, tampinhas de garrafas PET, em pequenos pedaços, os microplásticos. Esse processo é muito útil para transportar o material e facilitar sua reciclagem, aumentando sua superfície de contato, o que possibilita a absorção de energia do mesmo, para após, ser armazenado separadamente de acordo com sua cor. O processo de extrusão, da máquina extrusora, consiste em derreter os grânulos da resina termoplástica, processo em que o plástico passa por altas temperaturas para a sua modificação, e em seguida processar esse material, para ser utilizado na produção de produtos contínuos como filmes plástico, tubos, perfis, entre outros.

Conforme o Movimento Circular, em que o objetivo é inverter a lógica linear, reaproveitando ao máximo os recursos que já estão em circulação, para a economia pertencer a era circular, é necessário que os produtos plásticos nunca se tornarem lixo. Precisa-se, assim, de um novo design favorece o processo de reciclagem, e a produção de recursos e artefatos com finalidades diversificadas.

Dessa forma, o presente projeto de iniciação científica trata de uma proposta inspirada no *Precious Plastic* (Dave Hakkens, 2019), um projeto de compartilhamento de ferramentas e técnicas para reciclagem do plástico, e contempla formas de ensino e de aprendizagem colaborativas e baseadas no aprender fazendo, como defendido nos Movimentos *Makers*. Nesse contexto, esse projeto de Iniciação Científica tem como objetivo promover estratégias para a produção de recursos didáticos ou artefatos, pela reciclagem de tampinhas de plástico, com ênfase na Ciência e Tecnologia, a fim de construir a consciência ambiental na Educação Básica e Ensino Superior, com um ambiente de aprendizagem colaborativo, nos moldes preconizados pelo Movimento *Maker* e Movimento Circular.

Nesse sentido, este projeto se justifica pela necessidade de aprofundar as aplicabilidades da reciclagem do plástico, acerca da ciência e tecnologia, produzindo recursos didáticos e artefatos, de maneira a auxiliar no aprendizado de técnicas e métodos de pesquisa, promovendo o desenvolvimento do pensamento científico e crítico, difundindo e divulgando a ciência para a sociedade.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste projeto de iniciação científica, utilizou-se as etapas e atividades, descritas no quadro 1.

Quadro 1: metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho.

Momentos	Descrição
1º momento	Definição do tipo de plástico a ser reciclado
2º momento	Campanha de coleta das tampinhas de plástico, na Universidade Franciscana e na comunidade
3º momento	Seleção das tampinhas de acordo com o plástico escolhido
4º momento	Higienização e secagem das tampinhas de plástico
5º momento	Separação por cor
6º momento	Trituração das tampinhas
7º momento	Extrusão dos microplásticos
8º momento	Produção de artefatos e filamentos

Fonte: elaborado pelos autores.

644

De acordo com o quadro 1, o projeto iniciou-se com a campanha de conscientização ambiental e arrecadação de tampinhas de plástico, após esse processo, procedeu-se a seleção dos materiais conforme o tipo de plástico, separando o plástico utilizado dos materiais indesejados, como papel, vidro e metais. Depois dessas etapas, o material foi higienizado, visando remover resíduos alimentícios e outros contaminantes que estejam em contato com a matéria. O próximo momento envolveu a separação do produto por cores e para posterior trituração, realizada em uma máquina produzida pelo projeto, a máquina trituradora de plástico.

Posteriormente, o material triturado deve ser levado para um forno, aquecido em temperaturas crescentes, objetivando derreter de melhor formato e espessura possível o microplásticos. Assim, transformando pequenas partículas em placas, que serão moldadas e polidas, objetivando a produção de jogos e artefatos sustentáveis. Outro método utilizado é a extrusão, aquecendo o polímero em uma máquina extrusora, também produzida pelo projeto, para transformá-lo em fios que são injetados para fora da máquina e que podem ser moldados e transformados em diversos objetos.

Resultados

Para o desenvolvimento desse projeto, optou-se pelo plástico do tipo PP5 (polipropileno). Esse plástico é encontrado em tampinhas de garrafas, embalagens e utensílios domésticos. A escolha se deu com o intuito de facilitar o processo de reciclagem dos materiais.

As campanhas para arrecadação das tampinhas de plástico, foram realizadas na Universidade Franciscana (UFN), colégios e na comunidade, onde foram colocados alguns galões para coleta. O processo de seleção do plástico foi realizado com base no triângulo presente nas tampinhas, sendo que cada material possui um número dentro o qual identifica a origem do plástico.

A higienização das tampinhas ocorreu utilizando uma máquina de lavar roupas. A secagem pode ser feita a temperatura ambiente ou em estufa a 60 °C. Para a separação por cor, foi realizado um processo de catação, a fim de separar as tampinhas por cor, pois o polímero polipropileno é incolor, e as indústrias utilizam pigmentos para coloração do material, cada pigmento possui um ponto de derretimento, sendo que cores mais escuras absorvem mais calor e demoram mais tempo para atingir o ponto de fusão.

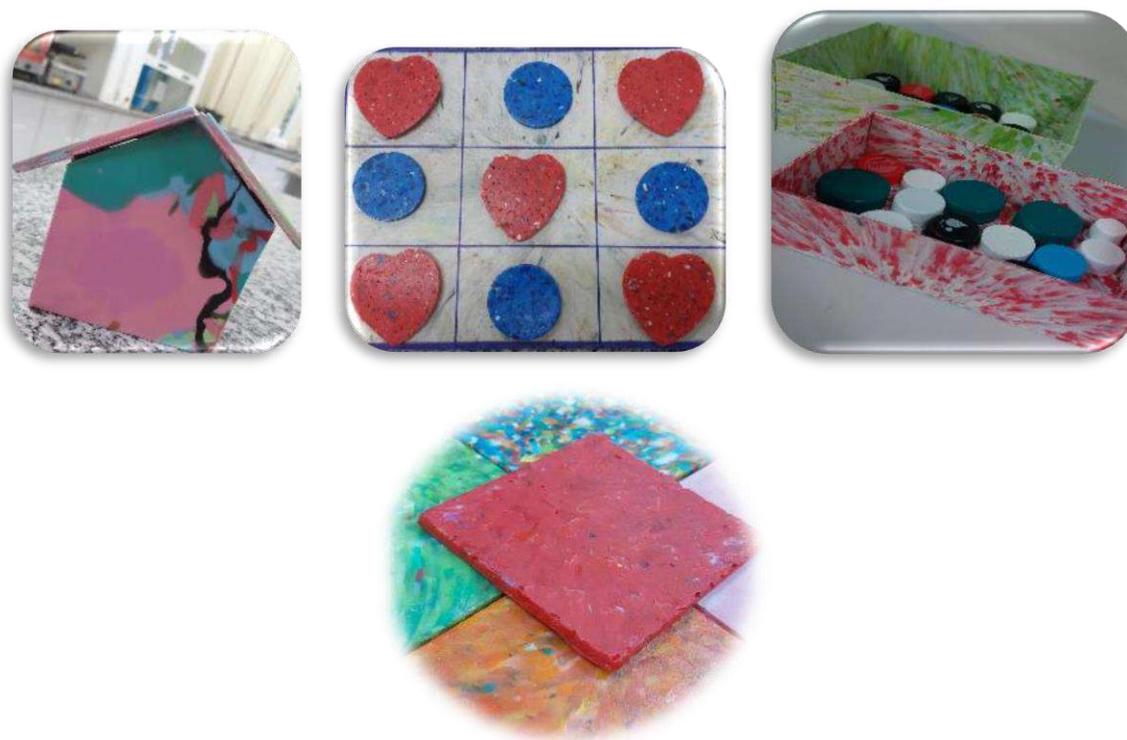
A máquina trituradora, que foi desenvolvida pelo projeto, foi utilizada para triturar as tampinhas, diminuindo o tamanho e aumentando a superfície de contato, o que possibilita uma agilidade maior na fusão do material. Na máquina extrusora faz-se a extrusão do plástico triturado. A extrusora possui um funil onde é colocado o plástico triturado, e um suporte a duas temperaturas elevadas, que possibilita a fusão do plástico formando um filamento.

A seguir são produzidos os filamentos que poderão ser utilizados como matéria prima para impressora 3D e artefatos, como enfeites para chimarrão, suporte para banco, folhas (imã de geladeira), porta utensílios, entre outros.

Vale destacar que os plásticos fazem parte de um segmento inovador e promissor para a indústria, e as possibilidades de uso dos plásticos são imensuráveis. Portanto o bolsista, com o desenvolvimento desse projeto de iniciação científica, terá muitas possibilidades de aprendizado, com impactos significativos tanto para futura carreira acadêmica ou profissional.

A figura 1 representa alguns dos materiais e artefatos produzidos.

Figura 1: jogos e artefatos produzidos no projeto de Iniciação Científica



Fonte: registro próprio.

Conclusão

Considerando que a Iniciação Científica visa a produção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades que permitam a iniciação do estudante no campo da pesquisa, a fim de proporcionar ao bolsista, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como instigar o desenvolvimento do pensamento científico e crítico, originado a partir das condições proporcionadas no ambiente de pesquisa, esse projeto obteve como resultado jogos didáticos como dominó, damas, torre de Hanói, entre outros artefatos e levar os mesmos a escolas e eventos, para mostrar a importância da reciclagem e incentivar o movimento circular na sociedade.

Ressalta-se também, que o projeto está alinhado a ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), que busca assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, em que até 2030 almeja-

se alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, bem como reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. Os 17 ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Dessa forma, esse projeto teve potencial de estímulo aos professores e estudantes no processo de investigação científica, fomentando a formação de profissionais altamente qualificados na Universidade Franciscana.

Conclui-se que na reciclagem das tampinhas de plástico, o polipropileno é uma matéria-prima de alta qualidade, resistência e durabilidade que surge como um protagonista na luta pela redução dos impactos ambientais associados à produção de plástico a partir de fontes não renováveis. Desse modo, pode-se afirmar que o processo está evoluindo cada vez mais e desenvolvendo diversas possibilidades futuras para o projeto, assim possibilitando o desenvolvimento sustentável, pretendendo produzir cada vez mais matérias que conscientizem a sociedade sobre a reciclagem e que reduzam a quantidade de resíduos plásticos que afetem nosso planeta.

Por fim, os artefatos produzidos são aplicados nas comunidades escolares trazendo uma reflexão sobre o impacto do projeto sobre o meio ambiente e pela comunidade, ou seja, pretendendo mostra a importância do meio ambiente e como um material que seria facilmente descartado pode ser transcrito em jogos e materiais didáticos, ajudando a diminuir a poluição e incentivando a conscientização ambiental.

Referências

Piatti, T. M.; Ferreira, R. A. Plásticos: características, usos, produção e impactos ambientais. Universidade Federal de Alagoas, 2005.

Dave Hakkens. Creating an Army. Disponível em: <https://preciousplastic.com>. Acesso em: 27 junho 2023.



DOENÇA HEMOLÍTICA: INCIDÊNCIA DE ÓBITOS EM FETOS E RECÉM NASCIDOS NO BRASIL

Yasmim Matias Cruz Ferreira¹
Ísis Rodrigues de Souza²
Isadora Freitas Assis³
Marise Ramos de Souza⁴
Cristiane José Borges⁵

Introdução

A doença hemolítica do feto e recém nascido, também conhecida como eritroblastose fetal ou doença hemolítica perinatal, consiste em uma patologia de elevada complexidade, onde a ausência de afinidade sanguínea durante a gestação é capaz de produzir diversas lesões no feto principalmente em seu sistema nervoso, levando ao óbito se não diagnosticada (SILVA FILHO *et al.*, 2022).

A disfunção decorre de sensibilizações associadas aos sistemas ABO e Rh, em que gestantes que apresentem tipo sanguíneo O ou fator Rh-, são sensibilizadas pelo sangue fetal advindos da barreira placentária, que possa possuir tipo sanguíneo A ou B, ou fator Rh+, onde em consequências a isso, o sangue materno produzirá imunoglobulinas que na gestação seguinte serão transportadas por meio da placenta para o feto, proporcionando inicialmente a destruição de suas hemácias e podendo progredir para várias alterações sistêmicas (NARDOZZA, 2018; SANTOS e PINTO, 2022; MANOLO *et al.*, 2004).

A agressão imunológica nas hemácias fetais ocasiona hemólise, que é responsável por quantidades significativas de bilirrubina que se difundem pela circulação materna e fetal (ZWIERS *et al.*, 2018). Estudo aponta que 25% de incidência de encefalopatia bilirrubínica em quadros de hiperbilirrubinemia fetal, patologia essa decorrente do acúmulo de bilirrubina nas células neurais e, quando não responsável pelo óbito, tem potencial de causar retardo no desenvolvimento, hipotonia e perda auditiva (USMAN *et al.*, 2018).

648

¹ Acadêmica de Enfermagem, Bolsista do PET Enfermagem UFJ, Universidade Federal de Jataí - UFJ / yasmimmatias@discente.ufj.edu.br

² Acadêmica de Enfermagem, Bolsista do PET Enfermagem UFJ, Universidade Federal de Jataí - UFJ / isisrodrigues@discente.ufj.edu.br

³ Acadêmica de Enfermagem, Bolsista do PET Enfermagem UFJ, Universidade Federal de Jataí - UFJ / isadora.freitas@discente.ufj.edu.br

⁴ Doutora em Ciências da Saúde, Colaboradora PET, Universidade Federal de Jataí - UFJ, marise@ufj.edu.br

⁵ Doutora em Enfermagem, Tutora PET, Universidade Federal de Jataí - UFJ / cristiane_borges@ufj.edu.br

A doença foi agente causador de morbimortalidade durante longo período, até o desenvolvimento de técnicas preventivas e terapêuticas. Segundo a literatura, a Eritroblastose fetal afeta de 3 a 8 em cada 100.000 gestações e, antes da profilaxia, era responsável por cerca de 1% dos óbitos fetais (ROUTRAY *et al.* 2021).

No Brasil, além do profissional de medicina, o enfermeiro da Atenção Básica de Saúde (ABS) é imprescindível para a detecção precoce de afecções durante o pré-natal da gestante (CUNHA *et al.*, 2020). A importância da prática clínica está principalmente nas atividades de coleta de dados, anamnese, exame físico e, principalmente, na solicitação, coleta e interpretação de exames laboratoriais (MYLE e AL-KHATTABI, 2021).

Destarte, através do exposto justifica-se a análise sobre os casos de eritroblastose fetal no Brasil, visto propiciar embasamentos teóricos para melhor atuação acadêmica e profissional.

Objetivos geral

- Mensurar a frequência de óbitos de fetos e recém-nascidos acometidos pela doença hemolítica perinatal, por sexo, região brasileira e idade do óbito.

Metodologia, materiais e métodos

Trata-se de um estudo ecológico descritivo, desenvolvido por meio de uma pesquisa de óbito infantil acometido pela doença hemolítica do feto e recém nascidos separados por gênero e idade do óbito, que foram notificados na base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) - DATASUS, entre os anos 2011 e 2021.

A coleta de dados foi realizada entre o dia 20 à 31 do mês de Julho de 2023, por meio da plataforma digital: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>.

As variáveis selecionadas para a pesquisa foi o sexo relacionado à região de ocorrência e à idade do óbito. Por se tratar de dados secundários e públicos, o estudo não foi submetido ao comitê de ética em pesquisa.

Resultados

No intervalo estudado foram notificados o total de 575 (100%) óbitos, sendo a maioria localizados na Região Nordeste com 38,43% (N=221), seguidos pelas Região Sudeste com 26,78% (N=154), Norte 12,7% (N=73) e Sul 12,17% (N=70). A Região Centro-Oeste apresentou a menor incidência com 10% dos óbitos (N=57). A tabela 1 ilustra a divisão entre o sexo de acordo com cada localidade.

Tabela 1 – Notificações de óbitos por sexo de acordo com a região de ocorrência.

REGIÕES	Sexo masculino		Sexo feminino		Ignorado		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nordeste	129	58,3	89	40,4	3	1,3	221	38,43
Sudeste	87	56,5	67	43,5	—	—	154	26,78
Norte	40	54,8	33	45,2	—	—	73	12,7
Sul	43	61,4	27	38,6	—	—	70	12,17
Centro-oeste	33	57,9	24	42,1	—	—	57	10
TOTAL	332	57,7	240	41,8	3	0,5	575	100

Fonte: Autoras, 2023.

De acordo com o período analisado, 99,5% (N=572) dos óbitos totais ocorreram em menores de 1 ano, seguido por 0,2% (N=1) entre as idades de 5 a 9 anos e 0,3% (N=2) das mortes foram em indivíduos entre 30 a 49 anos. A tabela 2, apresenta a distribuição entre as regiões de acordo com a faixa etária.

650

REGIÕES	Menores de 1 ano		5 a 9 anos		30 a 49 anos		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nordeste	221	100	—	—	—	—	221	38,43
Sudeste	152	98,7	—	—	2	1,3	154	26,7
Norte	73	100	—	—	—	—	73	12,7
Sul	69	98,6	1	1,4	—	—	70	12,17
Centro-oeste	57	100	—	—	—	—	57	10
TOTAL	572	99,5	1	0,2	2	0,3	575	100

Tabela 2 - Notificações de óbitos por idade de acordo com a região de ocorrência.

Fonte: Autoras, 2023.

Conclusão

Com base nos dados expostos, percebe-se que a frequência de óbitos notificados foram predominantes nas regiões do nordeste (38,43%) e sudeste (26,78%). Além disso, existe maior

incidência em recém nascidos do gênero masculino, que equivale a 57,7% (N=332) em comparação aos do gênero feminino, que equivale a 41,8% (N=240). Ademais, percebe-se que a maior parte dos óbitos notificados ocorrem em crianças abaixo de 1 ano de idade.

Isso demonstra que a doença hemolítica perinatal é uma grande preocupação no meio de saúde brasileiro, visto que tal patologia pediátrica afeta significativamente a saúde infantil no período neonatal, que podem causar diversos riscos, inclusive de vida, se não forem tratadas adequada e precocemente. Sendo assim, cabe aos profissionais de saúde, especialmente os profissionais de Enfermagem, alertar as gestantes sobre os riscos e possíveis tratamentos da doença, a fim prevenir os eventos adversos causados pela incompatibilidade (SENA et al, 2023; SCHUSTER, BASSANI e CEZAR, 2021).

Face a isto, sabe-se que a enfermagem atua em diversas áreas com o intuito de conectar a população às redes de saúde, a fim de garantir um cuidado universal, humanizado e integral (LUDGÉRIO et al, 2021).

Conforme recomendado no art. 2, inciso V, da Portaria nº 1.067/2005, todo recém-nascido tem direito à assistência neonatal de forma humanizada e segura, dessa forma, cabe aos enfermeiros acompanhar todas as gestantes durante as consultas de pré-natal para o rastreamento de possíveis alterações, como a doença hemolítica do feto e do recém nascido, para que se caso o prognóstico seja positivo para a doença, sejam realizadas todas as intervenções assistenciais e tratamento conforme preconizado, com o intuito de reparar e minimizar fatores negativos e/ou graves que possam evoluir durante ou após o nascimento do bebê (FERNANDES et al, 2023; ROSA et al, 2021).

Referências

BRASIL. Ministério de Estado da Saúde. Portaria MS nº 1.067 de 04 de Julho de 2005. Disponível em: < <https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/portaria-n-1067-2005-institui-a-politica-nacional-de-ateno-obstetrica-e-neonatal-2.pdf> > Acesso em 30/07/2023

CUNHA, T. A. de A. *et al.* A Importância das Orientações do Enfermeiro para gestante com Doença Hemolítica Perinatal: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e669986184-e669986184, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/6184/5848/100378>> Acesso em 30/07/2023.

FERNANDES, Â. *et al.* A eritroblastose fetal em sua amplitude (Enfermagem). Repositório Institucional, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <<http://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/3958/1983>> Acesso em 30/07/2023



LUDGÉRIO, M. M. B. *et al.* A importância do enfermeiro da atenção primária à saúde frente à pandemia de Covid-19: uma revisão narrativa da literatura. 2021. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.org/articles/210705531.pdf>> Acesso em 30/07/2023

MANOLO, J. *et al.* Doença Hemolítica do Recém Nascido. Consensos Nacionais em Neonatologia, p. 139, 2004. Disponível em: <https://www.spp.pt/UserFiles/File/Consensos_Nacionais_Neonatologia_2004/Doenca_Hemolitica_RecemNascido.pdf> Acesso em 30/07/2023.

MYLE, A. K.; AL-KHATTABI, G. H. Hemolytic disease of the newborn: a review of current trends and prospects. **Pediatric Health, Medicine and Therapeutics**, p. 491-498, 2021. DOI: <https://doi.org/10.2147/phmt.s327032>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34675752/>> Acesso em 20/09/2023.

ROSA, V. C. S. *et al.* A percepção do enfermeiro sobre a qualidade da sistematização da assistência de enfermagem em uma unidade intensiva neonatal. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 56337-56353, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/index.php/BRJD/article/view/31012>> Acesso em 20/09/2023.

652

ROUTRAY, S.S. *et al.* The spectrum of hemolytic disease of the newborn: evaluating the etiology of unconjugated hyperbilirubinemia among neonates pertinent to immunohematological workup. **Cureus**, v. 13, n. 8, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7759/cureus.16940>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34513509/>> Acesso em 20/09/2023.

SANTOS, J.L.S. ; PINTO, A.P.O. Doença Hemolítica Perinatal. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 10, p. e10891-e10891, 2022. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10891/6621>> Acesso em 30/07/2023

SCHUSTER, A. L.; BASSANI, B. F. B.; CEZAR, J. P. L. DOENÇA HEMOLÍTICA DO FETO E RECÉM-NASCIDO: EPIDEMIOLOGIA BRASILEIRA DO PERÍODO 2011–2020. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, v. 43, p. S283, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.htct.2021.10.479> Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S253113792100626X>> Acesso 28/07/2023



SILVA FILHO, P. S. da P. *et al.* Doença hemolítica do recém-nascido (eritroblastose fetal): do diagnóstico ao tratamento. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e25911427377-e25911427377, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27377>> Acesso em 28/07/2023

SENA, G. B. et al. Doença hemolítica do recém-nascido. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 23, n. 7, p. e13722-e13722, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAMed.e13722.2023> Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/view/13722/7775>> Acesso em 28/07/2023

USMAN, F. et al. Acute bilirubin encephalopathy and its progression to kernicterus: current perspectives. **Research and Reports in Neonatology**, p. 33-44, 2018. Disponível em: <<https://www.dovepress.com/acute-bilirubin-encephalopathy-and-its-progression-to-kernicterus-curr-peer-reviewed-fulltext-article-RRN>> Acesso em 28/07/2023

ZWIERS, C. *et al.* Immunoglobulin for alloimmune hemolytic disease in neonates. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD003313.pub2/abstract>> Acesso em 28/07/2023.

DESENVOLVIMENTO DE RPA DE BAIXO CUSTO PARA SUPRIR A DEMANDA DE ENSINO E PESQUISA NO CCA – UFPB

Jheyson Érick Dantas da Silva¹
Renan Aversari Câmara²
Eduardo Luã Fernandes da Silva³
Marcos André Cardoso da Silva⁴
Valéria Peixoto Borges⁵

Introdução

A aeronave remotamente pilotada – RPA (sigla na língua inglesa) pode ser de asa fixa ou rotativa, dentre outros modelos de plataforma. Os drones de asa fixa têm vantagens, como maior velocidade, cobertura, segurança, autonomia e capacidade de carga. Eles são usados em diversas áreas das geociências com o intuito de obtenção de dados.

Um RPA pode ter aplicações civis e militares, sendo mais desenvolvidos por países como Estados Unidos, Israel e China para o uso bélico. No Brasil, os drones de asa fixa são mais voltados para o uso civil e custam cerca de US\$ 30.000. A fabricação de drones se tornou mais acessível com o avanço dos eletrônicos mais baratos e potentes.

O desenvolvimento de produtos "open hardware" e "open software" tornou os controladores de voo mais acessíveis e avançados, permitindo o uso de plataformas de asa fixa para diversas aplicações. No Brasil, essas plataformas foram validadas por trabalhos pioneiros de Medeiros (2007) e Longhitano (2010).

654

¹ Graduando em Engenharia Agrônômica. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias. (UFPB/CCA). Areia/ Paraíba/Brasil. E-mail: jheyson.dantas@academico.ufpb.br

² Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/Paraíba/Brasil. E-mail: a.c.renan@gmail.com

³ Graduando em Engenharia Agrônômica. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias. (UFPB/CCA). Areia/ Paraíba/Brasil. E-mail: eduardo.fernandes@academico.ufpb.br

⁴ Graduando em Engenharia Agrônômica. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias. (UFPB/CCA). Areia/ Paraíba/Brasil. E-mail: marcos.andre2@academico.ufpb.br

⁵ Professora do Departamento de Solos e Engenharia Rural da Universidade Federal da Paraíba. Engenheira Agrônoma graduada pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e doutora em Meteorologia pela Universidade Federal de Campina Grande. Email: valeria.borges@academico.ufpb.br

Uma das áreas de pesquisa do Laboratório de Instrumentação e Física Aplicada (LIFA) do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba é o desenvolvimento de plataformas aéreas não tripuladas de asa fixa para aplicações agrícolas. Essas plataformas são construídas com materiais de baixo custo, como fibra de vidro e peças impressas em 3D, visando reduzir os custos de produção e manutenção. Portanto o objetivo desse trabalho é apresentar a metodologia e o desenvolvimento de um modelo de plataforma de asa fixa que vem sendo desenvolvido e testado no LIFA, sem fazer comparações técnicas com outros modelos existentes. O trabalho aborda os aspectos de projeto, construção, montagem, instrumentação e controle da plataforma.

Metodologia

A plataforma do RPA foi projetada com o objetivo de proporcionar facilidade no manuseio e manutenção, bem como um baixo custo de construção. Trata-se de um equipamento que pode ser utilizado para diversas finalidades, como monitoramento ambiental, mapeamento de áreas, agricultura de precisão, entre outras. A plataforma possui um corpo central espaçoso, onde estão alojados os componentes eletrônicos, como a bateria, o controlador de voo, o GPS e o transmissor de vídeo, dentre outros componentes de hardware.

O projeto está em plena fase de desenvolvimento, o RPA será capaz de realizar voos autônomos para diversas finalidades, como monitoramento ambiental, mapeamento de áreas, inspeção de infraestruturas, entre outras. Como o projeto ainda está em andamento, não dispomos de dados concretos sobre a autonomia de voo por hectares que o drone pode alcançar. No entanto, tem-se trabalhado intensamente na construção do sistema de voo autônomo, o sistema de controle é baseado na iniciativa open source ARDUPILOT, possibilitando o incremento dos mais diversos instrumentos destinados ao monitoramento ambiental, tal sistema permitirá ao RPA seguir uma rota e ou missão pré-definida sem a necessidade de intervenção humana. Além disso, o projeto aerodinâmico da aeronave vem sendo aprimorado, buscando aumentar a segurança de voo, confiabilidade dos dados de telemetria e autonomia do equipamento, bem como a capacidade de transportar cargas úteis maiores, caso sejam requeridas para alguma atividade específica.

O desenvolvimento da plataforma vem utilizando fibra de vidro e filamento ABS para impressora 3D, ambos os materiais são conhecidos por sua resistência a impactos, boa resistência térmica, durabilidade e leveza. São materiais amplamente conhecidos e utilizados por suas qualidades na indústria aeronáutica e automotiva.

Esta plataforma pode movimentar-se em todos seus três eixos em relação ao seu centro de gravidade. Os dois ailerons/profundores são responsáveis pelo controle do ângulo de rolagem (Φ), permitindo inclinação para a esquerda e direita, assim como o ângulo de inclinação (θ) para cima ou para baixo. Essa plataforma também possui o controle de leme,

sendo assim também é capaz de realizar movimentos de guinada lateral (ψ) para a esquerda e direita.

A plataforma de asa fixa é composta por vários componentes de hardware e software que trabalham em conjunto para o voo. Os componentes de hardware são a estrutura externa, o motor, hélice, servos motores, baterias de lipo, controladora, telemetria, o receptor e o sensor de velocidade e pressão. O sistema GNSS e alguns sensores estão em desenvolvimento e até o momento não foram instalados na aeronave, bem como todo o projeto de voo autônomo que ainda está em desenvolvimento, o VARP será totalmente autônomo, sendo necessário apenas que o operador faça o plano de voo e dê o start para que o drone o execute, desde a decolagem à aterrisagem.

O projeto da aeronave utiliza um motor brushless outrunner D3536 da marca DYS, que tem uma rotação de 750Kv, uma corrente máxima de 50 A e um peso de 102 g. Esse motor funciona com baterias LiPo de 2 a 4 células e gera uma tração estática máxima de 1050 g, é um motor de baixo custo e confiável.

A drone tem o motor e a hélice na parte traseira, atrás do centro de gravidade, o que permite que a hélice empurre o ar para trás e impulse a aeronave para a frente. A hélice tem um tamanho proporcional à plataforma, um passo que indica a distância percorrida em uma rotação e um número de pás que influencia na eficiência.

As baterias de polímero de lítio (LiPo) são as mais comuns em drones, pois têm alta tensão e capacidade. As utilizadas aqui são formadas por células de 3,7 V que podem ser combinadas em séries (S) para aumentar a tensão. A capacidade da bateria é medida em mAh (miliampere-hora) e a taxa de descarga em C (coulomb). Quanto maior a capacidade e a taxa de descarga, maior a autonomia e a potência do drone, mas também maior o peso e o custo da bateria.

A escolha da bateria depende do tipo de missão que o drone vai realizar, considerando fatores como tempo de voo, distância percorrida e temperatura ambiente. Não há uma regra única para determinar a melhor configuração da bateria, mas uma recomendação é que o peso da(s) bateria(s) não ultrapasse 2/3 do peso total do drone, para evitar uma perda de eficiência. A relação entre o peso das baterias e o desempenho do drone é um dos fatores que limita a autonomia do voo.

Resultados

A plataforma tem uma grande capacidade de carga e pode levar vários tipos de sensores, como câmeras de diferentes espectros, RADAR, LIDAR e outros. O objetivo é usar esses sensores para obter informações sobre a vegetação.

Um dos sensores que será usado é uma câmera que permite calcular o índice NDVI, o índice Normalized Difference Vegetation Index, ou em português, índice de vegetação de diferença



normalizada é um indicador numérico que mede o estado e a densidade da vegetação em uma imagem de VARP e ou satélite. Ele é calculado pela diferença entre a refletância da luz no infravermelho próximo e no vermelho visível, dividida pela soma dessas refletâncias. tal índice varia de -1 a 1, sendo que valores negativos indicam água, nuvens ou neve, valores próximos de zero indicam rochas ou solo descoberto, valores entre 0,2 e 0,3 indicam arbustos e prados, e valores entre 0,6 e 0,8 indicam florestas temperadas e tropicais. O NDVI pode ser utilizado para estimar a saúde das plantas, a produção primária, a umidade do solo e o risco de incêndios florestais. Resumidamente, esse índice é obtido pela diferença normalizada entre a radiação infravermelha e a vermelha, que são refletidas pelas plantas, o intuito do projeto é utilizar o NDVI para monitorar o crescimento, a produtividade e o estresse da vegetação.

O RPA que vem sendo desenvolvido no **Laboratório de Instrumentação e Física Aplicada (LIFA) do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba** é uma plataforma versátil, que visa trazer tecnologia, confiabilidade, segurança e precisão para a agricultura com um valor acessível, bem como para qualquer outra atividade que se faça necessário o emprego de um drone que possua uma maior autonomia de voo, maior velocidade, maior estabilidade, e uma maior capacidade de carga se comparado a um quadricóptero, sendo assim, o emprego de um drone de asa fixa de baixo custo é uma opção interessante para as mais diversas aplicações.

Imagens

657

Abaixo estão algumas imagens que mostram algumas etapas de desenvolvimento do RPA no Laboratório de Instrumentação e Física Aplicada (LIFA), do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba.

Imagem 1: RPA em desenvolvimento:



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Imagem 2: Motor elétrico e hélice do RPA.



Imagem 3: Frente do RPA com câmara do sistema FPV e Tubo de Pitot.



658

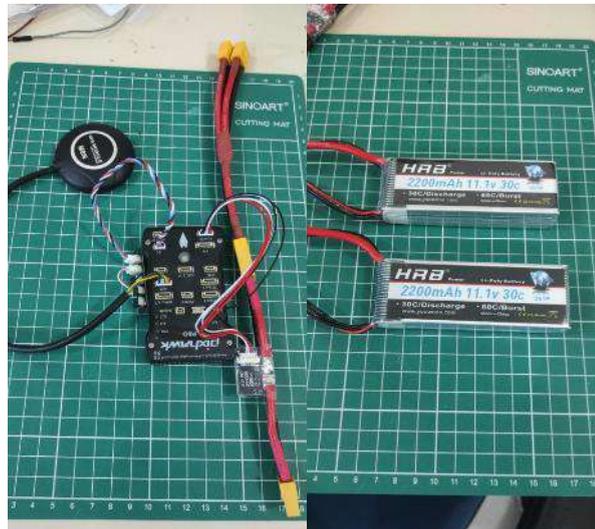


Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Imagem 4: Controladora Pixhawk Pro, sistema de GPS e baterias de Li-Po.



Referências

EISENBEISS, Henri. UAV photogrammetry. **Ethz.ch**, 2022. Disponível em: <<https://www.researchcollection.ethz.ch/handle/20.500.11850/20976>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

Longhitano, G. A. (2010). VARPs para sensoriamento remoto: aplicabilidade na avaliação e monitoramento de impactos ambientais causados por acidentes com cargas perigosas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 148p.

Medeiros, A. F. (2007). Desenvolvimento de um veículo aéreo não tripulado para aplicação em agricultura de precisão. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. 122p.

MESCOLOTTI, Andre; LEANDRO LUIZ ALMEIDA; DANILLO ROBERTO PEREIRA; et al. DESENVOLVIMENTO DE UM VARP AUTÔNOMO UTILIZANDO HARDWARE E MATERIAIS DE BAIXO CUSTO. **Colloquium Exactarum**. ISSN: 2178-8332, v. 10, n. 1, p. 41–50, 2018. Disponível em: <<https://journal.unoeste.br/index.php/ce/article/view/2317>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NEX, Francesco; FABIO REMONDINO. UAV for 3D mapping applications: a review. v. 6, n. 1, p. 1–15, 2014. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s12518-013-0120-x>>. Acesso em: 4 jun. 2023.



CONSTRUÇÃO DE UMA CÂMERA MULTIESPECTRAL DE BAIXO CUSTO PARA ANÁLISE DA VEGETAÇÃO

Marcos André Cardoso da Silva¹
Eduardo Luã Fernandes da Silva²
Jheyson Érick Dantas da Silva³
Renan Aversari Câmara⁴
Valéria Peixoto Borges⁵

Introdução

O avanço tecnológico na agricultura desencadeou uma série de inovações. Empregadas em grandes e pequenas propriedades, principalmente a partir do processamento de dados mais precisos, seja com uso de sensores, *softwares* e aplicativos gratuitos (GONÇALVES; CORRÊA, 2023, p.3391).

Atualmente, sensores imageadores têm sido empregados para monitorar, principalmente, propriedades agrícolas por meio do acompanhamento de seu desenvolvimento e eficiência dessa cultura produzida (DONG et al., 2017, p.86). Na inspeção do estado da cultura na área do plantio, afirma Crusiol (2017, p.2969) que “tem-se observado crescente utilização de sensores multiespectrais imageadores (por meio de câmeras fotográficas digitais), como instrumento de aquisição de informações espectrais”. Esses sistemas desenvolvidos com materiais de baixo custo apresentam maior facilidade de aquisição e manuseio (GOMES, 2020, p.11). As câmeras multiespectrais para estudo da vegetação, apresentam sensores ou filtros para adquirir medições em comprimentos de ondas na faixa do visível ao infravermelho (POZO et al., 2014, p.1926). Tais medidas da radiação refletida são aplicadas em estudos de parametrização de atributos morfofisiológicos dos dosséis vegetais, feitos com métodos baseados nas propriedades ópticas das plantas (OLLINGER, 2011, p.376)

Esses registros de imagens digitais, possibilitam uma análise espaço-temporal de cobertura vegetal (SANTIAGO et al., 2009, p.3003), importante para tomadas de decisões, caso a área

660

¹ Graduando em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus II, Areia-PB, marcosuepb@gmail.com.

² Graduando em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus II, Areia-PB, eduardo.fernandes@academico.ufpb.br.

³ Graduando em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus II, Areia-PB, jheyson.dantas@academico.ufpb.br.

⁴ Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus II, Areia-PB, a.c.renan@gmail.com.

⁵ Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus II, Areia-PB, valeria.borges@academico.ufpb.br.

cultivada monitorada seja acometida de problemas como estresse hídrico, déficit nutricional, pragas e doenças.

Objetivos gerais

A presente pesquisa objetiva construir uma câmera multiespectral a baixo custo, a partir da plataforma de código aberto Arduino Uno para análise de vegetação em culturas agrícolas.

Materiais e métodos

O trabalho encontra-se em fase de desenvolvimento no Laboratório de Instrumentação Ambiental e Sensoriamento Remoto, localizado no Departamento de Solos e Engenharia Rural do Centro de Ciências Agrárias, na Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Assim, para o desenvolvimento do projeto, foram adquiridos os materiais listados a seguir.

Tabela01. Materiais utilizados para a construção da câmera multiespectral e seus respectivos valores em euros, LIASR, DSER, CCA, UFPB, 2023.

Item	Quantidade	Valor Unitário (€)
ESP32-CAM	2	17,86
Filtro Infrared IR760nm (46mm)	2	7,71
Filtro Fotográfico Vermelho (49mm)	2	7,48
Bateria (9v)	1	6,56
Carçaça	1	1,88
Valor Total (€): 39,79		

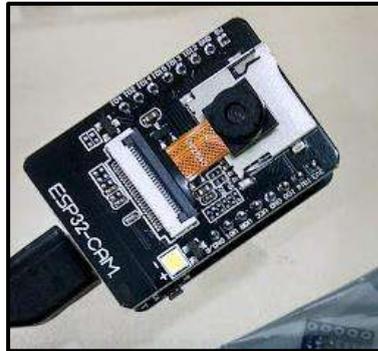
Fonte: Autores, 2023.

661

Na confecção do sensor serão utilizados dois módulos, cada um irá gerar uma imagem de banda diferente, capturadas com auxílio dos filtros Vermelho e Infravermelho. Essas imagens captam a luz na faixa do espectro visível do vermelho e infravermelho, respectivamente. Seu armazenamento ocorrerá pelo datalogger montado com a placa Arduino, módulo SD e RTC. No decorrer da montagem, utilizou-se o módulo combinado com microcontrolador ESP32-CAM (Figura1). Modelo que apresenta processador Xtensa® DualCore 32-bit LX6, memória Flash programável de 4MB, memória RAM de 520 KBytes, memória ROM de 448 KBytes, clock máximo de 240 MHz, pinos digitais GPIO de 11, wireless 802.11 b/g/n - 2.4GHz (antena integrada), modos de operação de Access Point / Estação / Access Point + Estação e bluetooth Low Energy padrão 4.2 integrado (MICHELON, 2023, p.1).



Figura01. Módulo ESP32-CAM utilizado na construção da câmara multiespectral, LIASR, DSER, CCA, UFPB, Areia/PB, 2023.



Fonte: Autores, 2023.

Como fonte de alimentação para o funcionamento dos módulos foi utilizado uma bateria de 9v (Figura02).

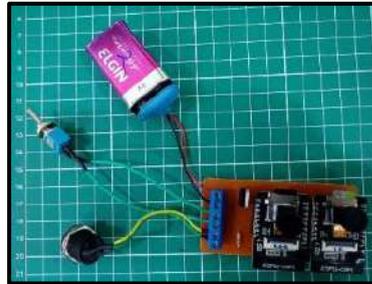
Figura02. Bateria utilizada como fonte de alimentação a câmara multiespectral, LIASR, DSER, CCA, UFPB, Areia/PB, 2023.



Fonte: Autores, 2023.

O desenho do circuito ocorreu por meio do programa Fritzing. Já a sua estrutura modelada em uma placa de cobre nas dimensões 83mm x 40mm. Assim, com os ajustes finalizados foram adicionadas a placa uma chave liga/desliga, um botão para clique manual e os dois módulos (Figura03).

Figura03. Circuito montado com acoplamento da chave liga/desliga, botão, bateria e os módulos, LIASR, DSER, CCA, UFPB, Areia/PB, 2023.



Fonte: Autores, 2023.

Para a confecção da carcaça, o material utilizado foi filamento PETG (Polietileno Tereftalato de Etileno Glicol) na cor preta. A será desenhada no programa Varicad e a impressão realizada na impressora 3D do LIFA. Posteriormente, o circuito montado será embarcados no material impresso.

A programação para sua funcionalidade contou com o uso do *Software* Arduino IDE versão 1.8.0, aplicando a linguagem de programação C++. Desse modo, a câmera está em fase de finalização e tomada de dados. No decorrer da calibração será realizada com alvos de calibração, cuja refletância já foi lida com espectrorradiômetro FieldSpec. As imagens também serão comparadas a imagens geradas por câmera multiespectral comercial, sistema DJI 3 Multispectral.

663

Resultados

O projeto está em fase de desenvolvimento. Após sua finalização, a câmera será aplicada em cultivo de maracujá (*Passiflora* sp.), para avaliar o desenvolvimento e a resposta espectral de diferentes genótipos. A área experimental pertence à UFPB e fica na Fazenda Chã de Jardim, município de Areia-PB, Brasil.

A câmera será a princípio utilizada de forma manual, em seguida será embarcada em um veículo aéreo remotamente pilotado, que vem sendo construído no LIFA. Seu funcionamento ocorrerá a partir do Módulo ESP32-CAM para captura das imagens e o MicroSD para o seu armazenamento.

O processamento das imagens e geração do Índice de Vegetação pela Diferença Normalizada (NDVI) ocorrerão na plataforma para geoprocessamento QGIS. Com a resposta espectral em cada banda e o NDVI, serão realizadas análises relacionando esses parâmetros com o desenvolvimento de diferentes genótipos de maracujazeiro (*Passiflora* sp.)

A câmera multiespectral comercialmente apresenta alto valor de aquisição. Assim, a construção desse equipamento facilitará, principalmente aos pequenos agricultores, devido sua construção ser possível a um baixo custo, quanto relacionado ao valor de mercado.

Referências

CRUSIOL, L. G. T.; NANNI, M. R.; FURLANETTO, R. H.; SILVA, G. F. C.; GUALBERTO, A. A. S.; GASPAROTTO, A. C.; PAULA, M. N. Calibração radiométrica de câmera fotográfica digital Vis/NIR para uso em sensoriamento remoto. **Anais...** XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. INPER, Santos – SP, 2023.

DONG, Z.; BAHAR, M. M.; JIT, J.; KENNEDY, B.; PRIESTLY, B.; NG, J.; LAMB, D.; LIU, Y.; DUAN, L.; NAIDU, R. Questões levantadas pelas doses de referências para sulfonato de perfluorooctano e ácido perfluorooctanóico. **Revista Meio Ambiente Internacional**, v. 105, n.1, pp. 86-94, 2017.

GOMES, A. P. A. **Calibração radiométrica de imagens obtidas por câmeras utilizadas em veículos aéreos não tripulados**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2020, 22p.

GONÇALVES, W. M. A.; CORRÊA, C. V. S. Avaliação da produtividade do milho segunda safra com emprego de Índices Espectrais de Vegetação: estudo de caso no Sudoeste de Minas Gerais. **Anais...** XX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, INPE, Florianópolis – SC, 2023.

MCROBERTS, Michael. **Arduino Básico**. São Paulo: Novatec, 2011. 456p.

MICHELON, A. **ESPE32-CAM: ESP32 com Câmera**. 2023. Disponível em: <<https://www.roboconet.net/wifi/esp32-cam-esp32-com-camera>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

OLLINGER, S.V. Sources of variability in canopy reflectance and the convergent properties of plants. **New Phytologist**, v.189, p.375-394, 2011.

POZO, S. D.; RODRIGUEZ-GONZÁLVEZ, P.; HERNÁNDEZ-LÓPEZ, D.; FELIPEGARCÍA, B. Calibração radiométrica vicária de uma câmera multiespectral a bordo de um sistema aéreo não tripulado. **Remote Sensing**, v. 6, n. 3, p. 1918-1937, 2014.

SANTIAGO, M. M.; SILVA, H. A.; GALVINCIO, J. D.; OLIVEIRA, T. H. Análise da Cobertura Vegetal Através dos Índices de Vegetação (NDVI, SAVI e IAF) no Entorno da Barragem do Botafogo-PE. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), 14, 2009, Natal. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2009.

ME KUNTUMAR – POVOS EM REDE (SABERES COMPARTILHADOS)

Ana Paula Quadros Gomes¹
Ana Carla do Nascimento Gomes²
Betire Kayapó³
Clédson Mendonça Junior⁴
Marineci Alves Pereira⁵
Vitória Sara de Almeida Campos⁶

Introdução

São Félix do Xingu é um município brasileiro, localizado no estado do Pará. Possui mais de 80 mil quilômetros quadrados de área e se destaca por ser uma região com grande concentração de recursos naturais. Essa riqueza atrai garimpeiros, madeireiros, agricultores, pecuaristas e comerciantes dos mais variados gêneros. Cerca de 70 % de seu território é formado por reservas indígenas ocupadas por povos distintos, dentre eles, a noroeste, os Parakanã, a nordeste, os Xikrin e, ao sul, os autodenominados Mebêngôkre, mais conhecidos na literatura como Kayapó. Distribuídos em mais de 30 aldeias, os Kayapó ocupam uma área que abrange os estados do Pará e Mato Grosso. Em São Félix do Xingu, são mais de 2 mil indígenas falantes de Mebêngôkre, em todas as idades. São, muitas vezes, alvos da cobiça por ouro, madeira e terras para pastagem. É nesse cenário que o Projeto de Extensão *Me kuni umar* (termo em Kayapó para “saberes de todos”), se insere. Como uma das frentes do projeto Ações de Combate ao Preconceito Linguístico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A ação é uma parceria entre a UFRJ e o Departamento Escolar Indígena do Município de São Félix do Xingu (PA), da Secretaria Executiva Municipal de Educação (SEMED). Após um acordo foi firmado em 11 de fevereiro de 2021, o projeto visa a defesa de direitos linguísticos em territórios vulneráveis, dando voz a vítimas de silenciamento e preconceito, por meio da produção e da difusão de programas (*podcasts* e *lives*). A área do Xingu abriga populações vulneráveis, cujos

665

¹ Professora Dra. na Pós-Graduação em Letras Vernáculas, na Pós-Graduação em Linguística (Faculdade de Letras) e no Proflind/Museu Nacional – UFRJ. E-mail: anaquadrosgomes@letras.ufrj.br

² Graduada em Letras – UFRJ. E-mail: acnascimento.adv@hotmail.com

³ Mestrando em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND-UFRJ). E-mail: betirekokraxmor@gmail.com

⁴ Doutorando em Linguística (PPGL-UFRJ). E-mail: cledsonjunior@letras.ufrj.br

⁵ Mestranda em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND-UFRJ). E-mail: marineialvesp@gmail.com

⁶ Graduada em Letras – Português/Espanhol. E-mail: vitoriacamposletras@gmail.com

direitos fundamentais estão sob constante ameaça, e que são vítimas de preconceitos de todos os tipos, inclusive linguísticos. Abaixo, o logo da ação:

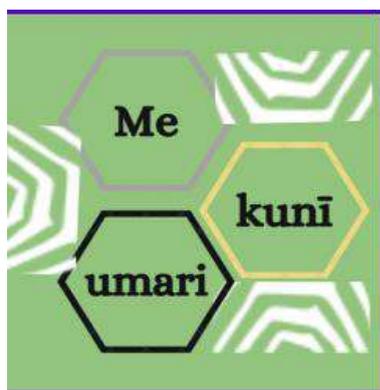


Imagem 1: Logo do Projeto de Extensão *Me kunī umari*.
Fonte: Facebook/Voz Mebengokre

O município de São Félix do Xingu (PA) recentemente cooficializou a língua Mebêngôkre/Kayapó (Lei n.º 571/2019). Entretanto, suas diretrizes ainda não foram implementadas de forma efetiva. O Projeto de Extensão *Me kunī umari* busca mediar as relações entre indígenas e não-indígenas nesse processo de consolidação da lei.

666

Objetivos gerais

Por meio da ação, pretendemos: (i) estimular os Kayapó a pensarem sobre sua própria situação linguística, formulando sua pauta própria de reivindicações; (ii) fazer com que suas reivindicações sejam mais conhecidas; (iii) intermediar conflitos e/ou levar pautas ao poder público (como a prefeitura) e instituições, como hospitais, escolas e estabelecimentos bancários e comerciais; como forma de dar visibilidade à sua luta, junto aos moradores da região e ao público em geral.

Metodologia, materiais e métodos

Plataformas como o *Whatsapp* já vêm atualizando indígenas sobre a Covid-19, e podem, além de difundir sua cultura, amplificar vozes indígenas. Seguindo os modelos da Rede Xingu + e do Copiô, parente? (Instituto Socioambiental – ISA), formamos uma rede entre lideranças Mebêngôkre que têm celulares com planos de internet, para que façam denúncias, demandas e registros sobre seus direitos linguísticos. Os áudios são reproduzidos e comentados em *podcasts*



semanais e *lives* quinzenais, de modo a serem amplificados por protagonistas sociais engajados. Depois, escolas públicas fazem *podcasts* em resposta às demandas indígenas, gerando combate ao preconceito. As informações são divulgadas nos canais do projeto:



Imagem 2: Canais do Projeto de Extensão *Me kuni umar*.
Fonte: Voz Mebengokre.

Professores Mebêngôkre que atuam nas escolas indígenas municipais contribuem constantemente com entrevistas, vídeos com propostas, sugestões e reivindicações para a garantia de seus direitos linguísticos enquanto falantes de Kayapó.

667

Resultados

O Projeto de Extensão *Me kuni umar* tem proporcionado experiências únicas em diversas áreas. No campo da linguística e da descrição e ensino de línguas indígenas, a parceria entre a SEMED e a UFRJ tem buscado o desenvolvimento de materiais didáticos e de ensino da língua Mebêngôkre para as escolas municipais. Esta ação é uma das diretrizes da lei de cooficialização. Outra frente, é o incentivo e acompanhamento da sinalização bilíngue (Português-Kayapó) de espaços públicos e privados. A legislação municipal prevê a adequação dos ambientes. Nesse sentido, um hotel localizado no município sinalizou sua fachada com o termo Hotel, para português e, *Me ôt djà* (*Me*-gente; *ôt* – verbo dormir; *djà*-função/lugar), para Kayapó. Outros locais foram a Praça da Cultura, *Me kräptin kêmkati djà*, e a Biblioteca Municipal, *Pi'òk jakwÿr djà*. Com a sinalização, os espaços públicos e privados passaram a serem frequentados diariamente pelos Mebêngôkre. As ações desempenhadas e divulgadas nas redes sociais têm despertado o protagonismo Mebêngôkre na busca pelos seus direitos linguísticos e culturais. Hoje, com a chegada da internet nas aldeias do município, já é possível estabelecer uma rede sólida de



informações e troca de mensagens, com o objetivo de desenvolver uma política linguística em São Félix do Xingu.

Apesar das inúmeras promessas de governos federais, estaduais e municipais, a internet chegou nas aldeias de São Félix do Xingu, não como uma política de acesso às informações, mas como fruto do trabalho em equipe das comunidades Mebêngôkre e de seus recursos próprios e limitados para a aquisição de tecnologia. Hoje, as redes sociais e os canais digitais são ferramentas poderosas na divulgação da cultura, no combate ao preconceito e na luta por direitos em diversas áreas. Nesse sentido, um dos resultados do Projeto de Extensão *Me kuni umar* é a abertura de caminho para novas parcerias. Uma delas é o Projeto Ponte Digital, realizado pela UFRJ em conjunto com a Escola Municipal de Magé (localizada no estado do Rio de Janeiro) e a SEMED em São Félix do Xingu. O projeto busca intermediar a troca de conhecimentos entre os alunos de Magé e os alunos Mebêngôkre no Xingu. Abaixo, um exemplo de conexão via satélite (Starlink) instalada na aldeia Kôkraxmôr, no rio Xingu:



Imagem 3: Antena de internet via satélite (Starlink) localizada na aldeia Kôkraxmôr, rio Xingu.
Fonte: Bepnhô Kayapó.

Os resultados do projeto são parciais, as ações estão em andamento e buscam contribuir no processo de implementação da Lei Municipal n.º 571/2019 em São Félix do Xingu. Os direitos linguísticos dos Mebêngôkre deve ser uma rede de saberes compartilhados que garantam o respeito à cultura, à língua e ao povo, assim como uma ferramenta de combate constante ao preconceito de diversas formas.

Conclusão

São Félix do Xingu, no estado do Pará, Brasil, é um município com uma diversidade linguística e cultural que precisa ser mantida e valorizada. As comunidades indígenas em seu território são vulneráveis frente à uma maioria falante de português brasileiro e das expansões de grupos econômicos em busca de recursos naturais. O Projeto de Extensão *Me kuni umar* é uma ação em andamento que busca intermediar as relações entre indígenas e não-indígenas. Apesar de recente, os resultados têm sido promissores e revelam inúmeras possibilidades de expansão da rede de saberes entre as comunidades. Nessa conexão, o protagonismo Mebêngôkre ganha força e demonstra que é possível estabelecer relações de parceira entre instituições acadêmicas, municipais e a comunidade. A extensão não apenas contribui para a manutenção dos direitos linguísticos de populações vulneráveis como também permite a divulgação da diversidade presente no município.

Referências

LEITE, Leticia Maria de Freitas. Juventude Indígena Conectada. TIX, 2017.

SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei n°. 571/2019, de 13 de novembro de 2019. Dispõe sobre a cooficialização da língua Mebêngôkre (Kayapó) no Município de São Félix do Xingu–PA. São Félix do Xingu: Câmara Municipal, 2019.

SOUZA, Marina. Multilinguismo e direitos linguísticos: a cooficialização e a patrimonialização como formas de reconhecimento de línguas minorizadas. Cadernos de Letras da UFF, v. 32, n. 62, p. 45-79, 2021.

APROVEITAMENTO DAS PARTES NÃO CONVENCIONAIS DOS ALIMENTOS: NUTRIÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Patricia Penna Ferreira¹
Janaina de Arruda Santos²
Omara Machado Araujo de Oliveira³

Introdução

A promoção de uma alimentação saudável, que preza pelo consumo de alimentos em sua forma mais íntegra, mostra-se cada vez mais relevante em um contexto global, onde é crescente o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis na população, justamente como consequência do aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e dietas pobres em nutrientes, além de termos concomitantemente o agravamento da fome, no Brasil e no mundo. Neste cenário, entendemos que o estímulo ao consumo prioritário de alimentos *in natura* e minimamente processados torna-se fundamental para a gestão da saúde nas populações. (BRASIL, 2014).

A proposta de lançar um olhar sobre os nutrientes que precisamos consumir para o bom funcionamento do nosso organismo e saúde, e a Mestre em Saúde Coletiva, Docente do Curso de Nutrição, Coordenadora do Projeto de Extensão “Aproveitamento integral dos alimentos: uma ação sustentável”, Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, omararj@gmail.com dificuldade que uma camada grande da população brasileira tem para acessar alimentos adequados e saudáveis que ofereçam estes mesmos nutrientes, nos faz acreditar que o entendimento e prática para se aproveitar os alimentos integralmente, ou seja, incluindo as partes não convencionais que normalmente são descartadas, pode ser muito positiva e eficaz. Desta forma, este trabalho é fruto do projeto de extensão universitária, realizado de forma on-line, no período da pandemia de COVID-19, desenvolvido por professores e estudantes do Centro Universitário IBMR, no Rio de Janeiro, com uma equipe formada por 2 docentes e 11 discentes, que procurou investigar os aspectos nutricionais das partes normalmente descartadas dos alimentos, contribuindo assim para a conscientização da

670

¹ Graduanda do Curso de Nutrição, Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ

² Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Docente do Curso de Nutrição, Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ

³ Mestre em Saúde Coletiva, Docente do Curso de Nutrição, Coordenadora do Projeto de Extensão “Aproveitamento integral dos alimentos: uma ação sustentável”, Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, omararj@gmail.com

importância da utilização integral de diversos alimentos, maximizando o uso destes em preparações culinárias diversas, tendo como público-alvo os profissionais de uma instituição pública municipal do Rio de Janeiro.

Além do levantamento das informações nutricionais sobre as partes normalmente descartadas, como as sementes, as cascas, os talos e as folhas, o projeto também se propôs a pesquisar, testar e divulgar receitas com a utilização das partes não convencionais dos alimentos, o que possibilita economia, redução do desperdício e a oferta de mais nutrientes nas refeições. Os benefícios financeiros, associados ao melhor manejo dos descartes de alimentos, vêm ao encontro de estratégias sustentáveis que podem contribuir com a redução de resíduos depositados no meio ambiente, otimizando o impacto ambiental inerente ao processo de preparações culinárias. Além disso, no que diz respeito aos alimentos, a maior ingestão de nutrientes que podemos consumir com o preparo das partes não convencionais dos alimentos, é algo que pode colaborar para populações mais saudáveis, e contribuir para os processos de segurança alimentar destas mesmas populações. O projeto foi concebido para ter seus resultados compartilhados publicamente através das redes sociais e para ser apresentado em uma escola pública no município do Rio de Janeiro.

Em 2022, o Brasil tinha mais de 33 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, passando fome, conforme relatório da Rede PENSSAN (2022, p. 37), ao mesmo tempo somos um país que desperdiça muito os alimentos (STORCK et al, 2013, p. 537), o que torna urgente o desenvolvimento de medidas que possam minimizar e resolver o problema do desperdício e da fome. O desperdício de alimentos além de ser um paradoxo diante da realidade brasileira de insegurança alimentar, também, tem impacto no meio ambiente, em função do aumento de gás carbônico na atmosfera.

Objetivos

- Desenvolver habilidades práticas pelos estudantes de nutrição no que diz respeito à pesquisa sobre nutrientes de partes descartadas dos alimentos;
- Elaborar receitas utilizando as chamadas partes não convencionais dos alimentos, e confecção de fichas técnicas;
- Apresentar para o público-alvo e população em geral a importância de uma alimentação saudável, a partir da utilização das partes dos alimentos consideradas não convencionais, e que normalmente são descartadas, utilizando os alimentos na sua totalidade com melhor aproveitamento do seu valor nutritivo, criando uma alternativa para cenários de insegurança alimentar.



Metodologia

Dentre as atividades desenvolvidas ao longo do projeto de extensão universitária, no ano de 2021, optou-se por um recorte de ações realizadas que envolvem a temática desse trabalho. Sendo assim, vale ressaltar que a equipe realizou primeiramente uma pesquisa sobre o valor nutricional de cada grupo das partes não convencionais dos alimentos, sendo estas partes as cascas, as sementes, os talos e as folhas, para elaboração de vídeos explicativos para serem apresentados aos profissionais da instituição pública de educação infantil parceira, e posteriormente a apresentação foi publicado num canal do *YouTube*® “Aprov Integral de Alimentos: uma ação sustentável”.

Em seguida, realizou-se uma pesquisa por receitas práticas e de baixo custo, para serem elaboradas e testadas pela equipe, com supervisão e orientação das professoras integrantes do projeto, com posterior gravação de vídeos compartilhados no canal do *YouTube*®, para acesso dos profissionais da unidade escolar e da população em geral.

Paralelamente as ações de gravação dos vídeos de receitas mencionadas, foi criado o *Instagram*® com o perfil “aprovintegraldosalimentos” para maior abrangência de divulgação da temática do projeto.

Como ponto culminante, desenvolveu-se o I Encontro sobre Saúde, Alimentação e Ações Sustentáveis, que contou com diversos convidados atuantes no cenário do aproveitamento integral dos alimentos e de segurança alimentar, além de membros da equipe que realizaram oficinas com preparo de receitas, utilizando as partes não convencionais dos alimentos. E, finalmente, foi desenvolvido um e-book com as receitas testadas e aprovadas pela equipe para divulgação entre a instituição parceira e instituição de ensino.

672

Resultados

Durante o ano de 2021 a equipe do projeto, trabalhou nas pesquisas, levantamento de dados e respectiva divulgação sobre os nutrientes encontrados nas partes normalmente descartadas dos alimentos e formas de preparo para se consumir estes mesmos nutrientes, trazendo benefícios tanto em termos nutricionais quanto em termos de sustentabilidade. Os resultados das pesquisas e levantamentos de dados mostraram, por exemplo, que nos talos, a parte descartada contém mais minerais do que a parte convencional dos seguintes alimentos: beterraba, brócolis, espinafre, couve-flor e cenoura (STORCK et al, 2013, p. 539).

Segundo dados encontrados nas tabelas do material Alimente-se Bem, SESI (2020, p. 40-42), as folhas da beterraba têm mais fibras, vitamina C e cálcio que a sua parte nobre, aquela que normalmente comemos. As folhas da cenoura têm mais vitamina C, cálcio, ferro e fibras que a parte nobre, o mesmo para as folhas da couve-flor que têm uma quantidade em mg muito maior de vitamina C, carotenoides e cálcio se comparado com seus floretes. Segundo o SESI (2020, p.



41 e 42), a casca da laranja tem muito mais nutrientes que sua polpa, como fibra, proteína, cálcio, potássio e fósforo. A casca da banana tem mais vitamina C que a sua polpa. As sementes da abóbora, do mamão e do melão têm mais proteína e fibras que a parte que normalmente comemos.

Com as informações sobre os nutrientes existentes nas partes desprezadas dos alimentos, o passo seguinte foi a pesquisa, desenvolvimento e preparo de receitas utilizando essas partes normalmente descartadas. Foram elaborados vídeos com o preparo das seguintes receitas: refogado de cascas de bananas, polpa de banana grelhada com especiarias, arroz de talos, panqueca com casca de abóbora, torta de talos e folhas, caldo verde de couve-flor, cookie com semente de abóbora, bolo com casca de laranjas e creme de talos, folhas e sementes. Todas as receitas foram testadas e aprovadas pela equipe. Além destes vídeos de receitas citados, foram publicados mais onze vídeos com informações científicas sobre o tema no canal do *YouTube*®. Também foi desenvolvido um *e-book* com 08 receitas desenvolvidas no projeto, tais como: Caldo verde de couve-flor, panqueca com casca de abóbora, salada à moda árabe com entrecasca de melão, creme de talos de brócolis com farofa crocante de castanha de caju, cookie com farinha de semente de abóbora, bolo de laranja com casca e cacau, torta de talo, refogado de casca de bananas, conforme imagens na Figura 1.

Figura 1. E-book com 8 receitas desenvolvidas no projeto.



Fonte: Autoria da equipe envolvida no projeto.

O I Encontro sobre Saúde, Alimentação e Ações Sustentáveis contou com profissionais que abordaram as seguintes temáticas: Políticas de segurança alimentar: a fome e o desperdício, por Daniel Balaban, Economista, Diretor do Centro de Excelência contra a Fome e representante do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas no Brasil; Alimentação em perspectiva: saúde e práticas integrativas, por Mariana Zogaib, Nutricionista e idealizadora do projeto Germiniscência e Amanda Navegantes, Bióloga com experiência em fitoterapia e Ayurveda; Alimentação e sustentabilidade: combatendo o desperdício, por Anna Carolina Maia (UAN), Nutricionista e experiência em Segurança dos Alimentos e Regina Tchelly criadora do projeto Favela Orgânica; Segurança alimentar na pandemia, desafios e perspectivas, por Daniela Frozi, Doutora em Nutrição e membra da Rede PENSSAN e Juliana Nabarrete, Nutricionista e Coordenadora de Nutrição SAS Brasil; Práticas em segurança alimentar, por Juliana dos Santos Vilar, Nutricionista, Professora da UFRJ e Doutora em Ciência dos Alimentos e Cristina Flores, Coordenadora Estadual do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA/RJ. Ao final do Encontro, promoveu-se uma oficina culinária com a participação de Patricia Penna Ferreira, uma das autoras deste trabalho, que preparou uma receita com aproveitamento integral dos alimentos.

O projeto de extensão alcançou como resultados quantitativos na plataforma do *Youtube*®, o total de 663 visualizações, 40 comentários e 137 interações com marcações de classificação “gostei” que é disponibilizada pela plataforma utilizada, e alcançou ainda 30 pessoas na instituição pública municipal do Rio de Janeiro. Na plataforma do *Instagram*®, o projeto alcançou 192 seguidores com 29 postagens, e ainda contou com uma média de 500 pessoas inscritas no I Encontro Saúde, Alimentação e Ações Sustentáveis.

674

Conclusão

O projeto reuniu dados sobre as qualidades nutricionais das partes normalmente descartadas dos alimentos, e através do desenvolvimento das preparações culinárias a equipe conseguiu alinhar os benefícios nutricionais das partes que seriam descartadas com o sabor delicioso das receitas. Com isto, conclui-se que é possível criar alternativas para o enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil, evitando desperdício, consumindo partes de alimentos que seriam descartadas, e promovendo ações de conscientização sobre o aproveitamento integral dos alimentos e não ao desperdício.

A divulgação da informação nutricional sobre as partes não convencionais dos alimentos, torna-se uma ação sustentável e acima de tudo urgente, pois este exercício precisa de maior propagação, para que mais pessoas possam acessar a informação sobre a qualidade dos nutrientes descartados, assim como formas de preparo dos mesmos. Através de pesquisa e projetos de educação nutricional para a população, podemos atuar também no enfrentamento do desperdício e da insegurança alimentar.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira, 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. (2015). Food wastage footprint & climate change. Rome. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-bb144e.pdf>>. Acesso: 25 de junho de 2023.

PROGRAMA ALIMENTE-SE BEM. Tabela de composição química das partes não convencionais dos alimentos. São Paulo: SESI-SP, n.02, 2020. 49p.

REDE PENSSAN. VIGISAN, II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

STORCK, C. R. et al. Folhas, talos, cascas, e sementes de vegetais: composição nutricional, aproveitamento na alimentação e análise sensorial de preparações. Ciência Rural, Santa Maria, v. 43, n.3, p.537-543, 2013.

675



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES BRASILEIROS ACERCA DE SUA SAÚDE MENTAL

Ana Letícia Finkler¹
Fernanda Pasquoto de Souza²
Aline Groff Vivian³

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS), define a adolescência dos 10 aos 19 anos de idade, dividindo esse período em 3 etapas, sendo elas: inicial, média e tardia (OMS, 2021). É considerada uma fase do ciclo vital na qual acontecem muitas transformações físicas, psicológicas e socioculturais e é esperado que o adolescente adquira um novo repertório de habilidades e capacidades, diferentes das quais utilizava na infância (Filippini, et. al., 2013). Silva, et. al., 2015, afirmam que por ser um momento de grande complexidade, estudos têm evidenciado ser uma fase vulnerável para o aparecimento de problemas ligados à saúde mental. Cabe salientar que assim como existe um grande potencial para mudanças, também é um período favorável para desequilíbrios, portanto pode ser experimentado como saudável ou patológico, sendo este desfecho influenciado pelo suporte social e pela forma de cada adolescente lidar com as descobertas e adversidades desta fase (Jorge, et. al., 2015).

Além do mais, levando em consideração as inúmeras transformações biopsicossociais, compreende-se ser comum o surgimento de atritos nas relações escolares, sentimentos intensos, busca por autonomia e independência do contexto familiar e também uma forte tendência a vivenciar novas experiências e novos comportamentos, sendo ainda peculiar a defesa por conceitos, ideias e opiniões opostas (Costa et. al., 2019). Outro ponto importante é a ocorrência do aumento de responsabilidades que normalmente vem acompanhado de conflitos internos, medo, questionamentos, sobrecarga emocional e tais fatores são geradores de alterações de humor e um intenso sofrimento psicológico (Moreira & Bastos, 2015).

Em todo o mundo, 10 a 20% das crianças e adolescentes são acometidos de algum transtorno psiquiátrico e o surgimento desses transtornos costuma acontecer dos 14 aos 20 anos de idade. Sendo assim, a prevalência de transtornos mentais entre os jovens é alta, sendo os mais frequentes os transtornos de ansiedade (OMS, 2021). De acordo com Malta et al., 2010, a saúde dos adolescentes interfere diretamente na fase adulta, portanto configuram-se como um grupo

676

¹ analeticiafinkler@gmail.com

² fernanda.pasquoto@ulbra.br

³ aline.vivian@ulbra.br

que precisa ser priorizado no que se refere à promoção da saúde, pois encontram-se vulneráveis à situações de risco.

Contudo, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a educação se configura como uma estratégia de extrema importância para a saúde pública, da mesma forma, uma boa saúde favorece o processo de aprendizagem e educativo de modo que estes dois campos contribuem para uma boa qualidade de vida dos indivíduos e também da comunidade (Brasil, 2007). Cabe salientar que é no ambiente escolar que o jovem adquire conhecimento, habilidades socioemocionais, vínculos e vive novas experiências, além do desenvolvimento do juízo crítico, responsabilidade social, portanto este espaço é uma via propulsora para ações de promoção da saúde para este público. (Cláudia et. al., 2016).

Objetivo

Descrever as percepções dos adolescentes acerca da própria saúde mental, especificamente como lidam com as emoções.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, descritivo. Participaram deste estudo, 15 adolescentes, entre 15 e 18 anos, cursando o ensino médio, em uma escola da rede privada de um município da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Os participantes foram escolhidos por acessibilidade e responderam a uma entrevista semi-estruturada, com duração média de 30 minutos, gravada e transcrita, submetida à análise de conteúdo de Bardin. As entrevistas foram realizadas presencialmente na escola durante o período de março de 2023 a agosto de 2023. A presente pesquisa integra um estudo maior, intitulado "Promoção da Saúde Mental na Infância e Adolescência", aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Luterana do Brasil.

Resultados

As entrevistas contemplaram tópicos acerca da saúde mental dos adolescentes, tais como percepção acerca da sua própria saúde mental, relacionamentos amorosos, interpessoais e familiares, identificação de rede de apoio, fatores estressores e manejo em situações de adversidades. No que se refere a percepção dos adolescentes quanto a sua própria saúde mental, a maioria dos participantes demonstraram obter conhecimento satisfatório sobre a temática da saúde mental, bem como apresentaram uma boa percepção acerca de si mesmos e de suas reações físicas e emocionais diante de situações desafiadoras: "*Ah, ficar ansiosa por mais tempo, chorar, pensamento acelerado, acho que assim mais ou menos*" (A, 16 anos), porém baixo conhecimento

para estratégias de enfrentamento e manejo em situações adversas.: *“Eu fico sempre meio abalada por qualquer coisa assim que não acontece como eu planejo, e o meu jeito de lidar é tentar fugir”* (AL, 16 anos).

Os adolescentes percebem a escola como um dos fatores estressores, destacando como fator desencadeante o grande número de matérias e atividades oriundas das mesmas, e apresentarem humor ansioso e preocupado frente a tais demandas e ao seu desempenho escolar: *“É que na escola é toda a fonte do meu estresse, porque é muita pressão né, a gente recebe muita matéria, daí muitos professores cobrando, tudo vale nota, e aí é muito estresse também, tu tá ali pensando que teus pais tão investindo dinheiro que a mensalidade não é barata, e aí tu tem que dar o teu melhor, às vezes não dá pra dar o nosso melhor e fica tipo muito confuso, muitas coisas de uma vez sabe, aí isso acaba sendo angustiante”* (M, 15 anos). Outro ponto destacado foram as dificuldades no convívio escolar: *“Mas, tipo, tem muita gente aqui que eu vejo que fica nervoso com a prova, isso é um ponto de estresse, fica nervoso, não sabe, ou estudou e deu branco ou não estudou e não sabe. Aí tem os stress de tu não saber e tá nervoso e aí tem um colega falando. Teve aqui um momento que uma colega nossa ali chorou porque ela tava estressada porque do lado dela tinha alguém aqui não ficava quieto”* (Y, 16 anos).

Outro fator em destaque foram as relações com os próprios pais, ressaltando a dificuldade na comunicação, tanto em se sentirem permitidos e capacitados para se expressarem de forma assertiva, quanto a serem ouvidos de forma empática e compreensiva *“É que pode ser um pouco complicado, posso dizer que é um pouco complicada, por que meu pai, ele é muito estressado (...) não é muito sensível, sabe? É tipo assim, ele não entende muito desse negócio de sentimento (...) Ele não busca conversar, né? Não tem esse negócio de dialogar com as pessoas, entender o lado delas. Ele é muito orgulhoso. Eu. Eu tenho um pouco de problema com ele por causa disso que ele não consegue entender a gente”* (J, 15 anos).

As principais emoções experienciadas citadas por eles foram ansiedade, raiva: *“Tipo o estresse influencia né, pelo menos na minha parte ele influencia bastante é ansiedade e a tristeza. E eu fico brabo com o que tá acontecendo. Sinto raiva também”* (J, 16 anos). Frustração, angústia e tristeza: *“De vez em quando é raiva, estresse de tristeza, angústia, depende da situação”* (V, 16 anos). *“Quando acontece alguma coisa, eu posso acabar ou ficando muito irritada, ou muito triste. Posso me trancar no meu quarto e ficar chorando de raiva ou de tristeza, é uma coisa bem misturada assim”* (A, 16 anos). De acordo com as suas próprias percepções, é desafiador lidar com situações adversas de uma forma madura, pois não se sentem amparados e capacitados para tal, conforme relatado a seguir: *“Eu tipo, me senti bem mal assim e eu não consegui compartilhar com ninguém assim. Porque me senti muito sozinho quando eu me sinto sozinho, eu não quero falar com alguém, eu quero ficar na minha, tentar sozinho”* (DL, 15 anos). *“É muita tristeza, assim. Choro bastante... Acho que é só nessas situações assim de perda, porque normalmente eu não choro muito”* (D, 15 anos).

Conclusão

Considera-se a adolescência como um período de instabilidade emocional, que pode favorecer o surgimento de conflitos relacionados à saúde mental. Intervenções psicológicas nessa faixa etária, no contexto escolar, podem favorecer a promoção da saúde, bem como auxiliar o adolescente a enfrentar

de forma mais assertiva as adversidades desse período do ciclo vital. Além do mais, pelo fato de se configurar como um período de extrema vulnerabilidade, devido ao alto potencial para mudanças e desequilíbrios, os recursos internos que os adolescentes utilizam para lidar com as adversidades e o nível de apoio social podem ser fatores determinantes para um desenvolvimento saudável ou patológico.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica - n. 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.

Costa, C. C., Franco, E. C. D., Santos, T. M., Silveira, E. A. A. da, Carvalho, M. S., & Resende, M. A. A. (2019). Perfil biopsicossocial de crianças e adolescentes institucionalizados. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 11(17).

Filipini, C. B., Prado, B. O., Felipe, A. O. B., & Terra, F. S. (2013). Transformações físicas e psíquicas: um olhar do adolescente. *Adolescência & Saúde*, 10(1), 22-29.

JORGE, J. C.; QUEIRÓS, O.; SARAIVA, J. Descodificação dos comportamentos autolesivos sem intenção suicida- Estudo qualitativo das funções e significados na adolescência. *Análise Psicológica*. v. 33, n. 2. 2015.

Malta, D. C., Andreazzi, M. A. R. de, Oliveira-Campos, M., Andrade, S. S. C. A., Sá, N. N. B., Moura, L., Dias, A. J. R., Crespo, C. D., & Silva Júnior, J. B. (2014). Tendência dos fatores de risco e proteção de doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2009 e 2012)*. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 17(Supl. 1), 77-91.

Moreira, L.C.O., & Bastos, P.R.H.O. (2015). Prevalência e fatores associados à Ideação Suicida na Adolescência: Revisão de Literatura. *Revista Quadrimestral da Organização Mundial da Saúde*. (OMS). (2021). Adolescent mental health. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>

SILVA, J. F.; CID, M. F. B.; MATSUKURA, T. S. Atenção psicossocial de adolescentes: a percepção de profissionais de um CAPSij. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 329-343, 2018.

Organização Mundial da Saúde. (OMS). (2021). Adolescent mental health. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>

PREVALÊNCIA DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL: ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Luciane Peter Grillo¹
Alexandre Reis da Silva²
Juliana Ferreira Leal³
Maria Laura Malta Lopes⁴
Rosane Maria Sauer⁵

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), constituem o principal grupo de causa de morte no mundo, sendo responsáveis por cerca de 70% de todas as causas de morte e 85% das mortes prematuras em óbitos de indivíduos entre 30 e 70 anos (WHO, 2020, WHO, 2021a).

No Brasil, dados do *Global Burden of Disease (GBD)* 2019 demonstraram aumento na taxa de óbitos por doenças cardiovasculares (DCV) entre 1990 e 2019, passando de 181,22 óbitos por 100 mil habitantes para 183,69 por 100 mil, com valores consideravelmente maiores para a faixa etária acima de 50 anos. Os fatores de risco significativos para todas as causas de óbito são: alimentação inadequada, inatividade física, tabagismo, consumo excessivo de álcool, excesso de peso (INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION, 2019) e os determinantes sociais, fatores relacionados à situação econômica do indivíduo que influenciam nas condições de vida diárias e afetam adversamente a morbidade e mortalidade das doenças cardiovasculares (WHO, 2021b, ROGER, 2020).

A elevada morbimortalidade por DCNT não representa apenas um grave problema de saúde pública, mas também impõe um elevado impacto econômico no desenvolvimento dos países, pois reduz a capacidade laboral e produtiva dos indivíduos, impactando negativamente sobre o Produto Interno Bruto nacional. Tendo em vista a crescente magnitude da morbimortalidade por essas doenças, em nível mundial, a OMS lançou o Plano de Ação Global para a Prevenção

680

¹ Pós-doutorado em Epidemiologia, Docente do Curso de Medicina da Faculdade Estácio Idomed Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Brasil luciane.grillo@estacio.br

² Acadêmico do Curso de Medicina da Faculdade Estácio Idomed Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Brasil alexandrereismv@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Medicina da Faculdade Estácio Idomed Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Brasil lealjulianaferreira@gmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Medicina da Faculdade Estácio Idomed Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Brasil marialauramaltalopes.ml@gmail.com

⁵ Acadêmica do Curso de Medicina da Faculdade Estácio Idomed Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Brasil rosanesauer@gmail.com

e Controle das DCNT com meta de redução da mortalidade prematura para o conjunto das quatro principais (neoplasia, diabetes, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas) em 25% entre 2010 e 2025 (WHO, 2013). Ainda em âmbito global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm como meta a redução em um terço da mortalidade prematura por DCNT até 2030 (OMS, 2019).

Em âmbito nacional, o Ministério da Saúde lançou, em 2011, o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT 2011-2022 (BRASIL, 2011), com meta de redução em 2% ao ano da taxa de mortalidade prematura para o conjunto das quatro principais doenças crônicas, por meio da implementação de políticas públicas efetivas, integradas, sustentáveis e baseadas em evidências. A referida taxa apresentou redução ao longo dos anos de 2010 a 2019, com uma redução média de 1,64 ponto percentual ao ano. Posteriormente, em resposta à nova pactuação mundial para alcance dos ODS e renovando o compromisso para o enfrentamento das DCNT, o Ministério da Saúde publicou o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030, com a meta de reduzir em um terço a taxa padronizada de mortalidade prematura por DCNT. Metas estabelecidas em nível global ou nacional servem como alavancas propulsoras que norteiam a elaboração de políticas públicas com vistas à transformação da realidade, porém é preciso levar em consideração os contextos subnacionais, as características e as peculiaridades de seus territórios, cabendo aos governos locais e regionais o estabelecimento de seus próprios objetivos e metas, meios de implementação e uso de indicadores para medir e acompanhar seu progresso (BRASIL, 2021, BRASIL, 2022b).

Diante deste cenário: Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 (BRASIL, 2021), o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para DCNT do Ministério da Saúde que ocorre anualmente desde 2006 (BRASIL, 2022a), a Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde (Ivis), criada em 2019 para facilitar o acesso a diferentes indicadores e os resultados do estudo do nosso grupo de pesquisa publicado recentemente mostrando que dos 40.010 indivíduos infectados por Covid-19 no município de Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Brasil, as doenças mais prevalentes encontradas foram hipertensão arterial, diabetes e obesidade (GRILLO et al., 2023) justificam a realização deste estudo. Além disso, à dimensão do Brasil, à crescente importância da ciência de dados para a vigilância em saúde e para a formulação de melhores políticas públicas, a formação do nosso egresso no Curso de Medicina vinculado ao Programa Mais Médicos, com foco na atenção básica, justifica a importância de conhecer (acessar) os sistemas de informação em saúde, o perfil epidemiológico da população e que os determinantes das DCNT são passíveis de prevenção para a melhor compreensão dos problemas e tomada de decisão no cuidado em saúde do indivíduo.

Objetivos

- Verificar a prevalência de hipertensão arterial segundo dados das capitais dos estados brasileiros nos últimos 16 anos e comparar as proporções antes e durante a pandemia de COVID-19;
- Mensurar a prevalência de diabetes segundo dados das capitais dos estados brasileiros nos últimos 16 anos e comparar as proporções antes e durante a pandemia de COVID-19;
- Avaliar a prevalência de obesidade segundo dados das capitais dos estados brasileiros nos últimos 16 anos e comparar as proporções antes e durante a pandemia de COVID-19.

Metodologia, materiais e métodos

Tipo de estudo: estudo ecológico, de série temporal e de tipo antes-depois.

Período: 2006 a 2021.

Coleta de dados: Os dados relativos ao período de 2006 a 2021 foram extraídos do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas disponibilizados na Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2022c). A prevalência de hipertensão arterial, diabetes e obesidade segundo dados das capitais dos estados brasileiros nos últimos 16 anos foram avaliados e comparados com as proporções antes e durante a pandemia de COVID-19.

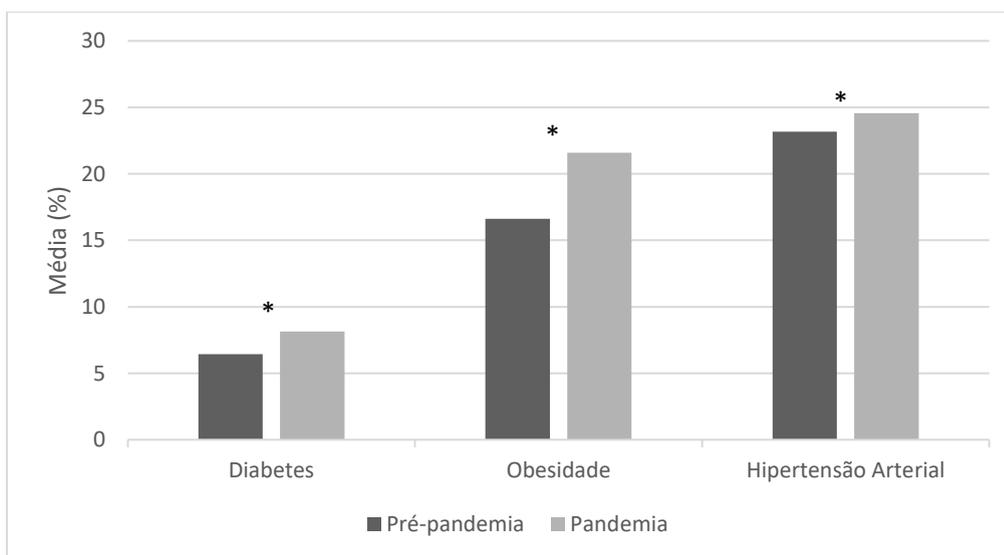
Análise de dados: Foram calculadas as prevalências médias das capitais dos estados brasileiros durante o período de 2006 a 2021. A prevalência média do período pandêmico (2020-2021) foi comparada à prevalência média do período anterior (2006-2019). A variação percentual foi calculada: $[(\text{prevalência durante a pandemia} - \text{prevalência pré-pandemia}) * 100] / (\text{prevalência pré-pandemia})$.

Aplicou-se o teste *t* entre duas proporções, com nível de significância $p < 0,05$, utilizando o *software Stata*, versão 14.0.

Resultados

Foram avaliados 784.479 indivíduos no período de 2006 a 2021. As prevalências médias de diabetes, obesidade e hipertensão arterial no período pré-pandêmico foram de 6,43% (IC95% 6,37 – 6,49), 16,63% (IC95% 16,54 – 16,72) e 23,16% (IC95% 23,06 – 23,26), enquanto no pandêmico foram de 8,15% (IC95% 7,92 – 8,38%), 21,6% (IC95% 21,25 – 21,95) e 24,57% (IC95% 24,21 – 24,93), respectivamente. Houve diferenças estatísticas significativas nas comparações entre períodos das 3 comorbidades (Figura 1).

Figura 1 – Médias das prevalências de diabetes, obesidade e hipertensão arterial sistêmica do total da população amostradas nas capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal no período pré-pandemia (2006 a 2019) e pandêmico (2020 e 2021).



Fonte: Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde, 2023.

* $p = 0.0000$

683

Com relação ao percentual de mudança entre os períodos pré-pandemia e pandêmico, a obesidade apresentou o maior incremento (29,9%), seguido da diabetes (26,8%) e hipertensão arterial (6,1%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Percentual de mudança da prevalência média de diabetes, obesidade e hipertensão arterial entre os períodos pré-pandemia e pandêmico.

Variáveis	Prevalência média (%)		Percentual de mudança (%)
	Pré-pandemia 2006-2019	Pandemia 2020-2021	
Diabetes	6,43	8,15	26,76
Obesidade	16,63	21,60	29,88
Hipertensão arterial	23,16	24,57	6,09

Fonte: Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde, 2023.

Conclusão

O número de pessoas que vivem com doenças crônicas no Brasil, entre elas hipertensão arterial, diabetes e obesidade aumentou significativamente. Aprimorar a prevenção e o tratamento destas doenças crônicas é viável, de baixo custo, seguro e necessário para atingir metas globais e nacionais. O manejo eficaz destas doenças trará saúde, bem-estar e benefícios económicos, reduzirá os encargos sobre os serviços de cuidados intensivos, aumentará integração dos sistemas de saúde e, o mais importante, reduzirá mortes, sofrimento e custos decorrentes de complicações.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022** / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2021** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022a. 128p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Departamento de Promoção da Saúde Estratégia de Saúde Cardiovascular na Atenção Primária à Saúde: instrutivo para profissionais e gestores** [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. - Brasília: Ministério da Saúde, 2022b. 50 p.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

BRASIL. **Plataforma integrada de vigilância em saúde**, 2022c. Disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2023.

GRILLO, L.P. et al. Prevalência de comorbidades em indivíduos infectados por covid-19 em um município de porte médio. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v.27, n.1, p. 121-134, 2023.

INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION. **Global Burden of Disease: GBD Compare**. Seattle: IHME, 2019.

OMS. Organización Mundial de la Salud. **Seguimiento de la declaración política de la tercera reunión de alto nivel de la Asamblea General sobre la prevención y el control de las enfermedades no transmisibles**. 72.^a ASSEMBLEA MUNDIAL DE LA SALUD: OMS, 2019.

ROGER, V. L. Medicine and society: social determinants of health and cardiovascular disease. **European Heart Journal**, v. 41, n. 11, p. 1179-1181, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global action plan for the prevention and control of noncommunicable diseases 2013-2020**. Geneva: WHO, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Noncommunicable diseases**. Geneva: WHO, 2021a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Social determinants of health**. Geneva: WHO, 2021b.

685



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

O STOP MOTION COMO ELEMENTO LÚDICO PARA ABORDAR O TEMA DO EFEITO ESTUFA COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Felipe dos Santos Silva¹
Ana Nery Furlan Mendes²

Introdução

No cenário educacional em constante evolução, estratégias inovadoras ganham destaque na busca por um aprendizado mais envolvente e eficaz. Uma abordagem interessante nesse contexto é a criação e aplicação de um material didático que utiliza a técnica do Stop Motion (SM) para produzir vídeos demonstrativos na área da química. O SM é uma técnica que consiste em registros fotográficos de movimentos mínimos de objetos para, posteriormente, unir as fotos sequencialmente em um vídeo (Leite, 2020).

O SM está inserido dentro dos Recursos Didáticos Digitais (RDD), que de acordo com Leite (2015, p. 13) “são todos os objetos de aprendizagem, produzidos com o uso das tecnologias digitais, que auxiliam no processo de aprendizado do indivíduo”. Esses recursos podem incorporar diversas mídias (visual, escrita e sonora), possibilitando a apresentação de conteúdos de modos distintos, facilitando a construção do conhecimento e o entendimento de conteúdos abstratos difíceis de serem entendidos apenas a partir da leitura de um texto ou da explicação oral do professor (Leite, 2020). Focando no tema das Reações Químicas e Efeito Estufa, esse trabalho apresenta as animações desenvolvidas utilizando a técnica do Stop Motion e que foram aplicadas aos alunos do 7º ano do ensino fundamental. Com a utilização deste recurso busca-se auxiliar os estudantes a identificar e compreender a ocorrência do efeito estufa de maneira visual e estimulante, promovendo uma base sólida para o aprendizado.

686

Objetivos

- Desenvolver animações que possam ser utilizadas por professores da educação básica como um Recurso Didático Digital, empregando a técnica Stop Motion, para se trabalhar a temática Efeito Estufa.
- Validar as animações e aplicar aos alunos do ensino fundamental.

¹ Aluno de Graduação em Química Licenciatura, Universidade Federal do Espírito Santo – Campus São Mateus, felipe.silva.31@edu.ufes.br.

² Doutora em Química, professora de Química na Universidade Federal do Espírito Santo – Campus São Mateus, ana.n.mendes@ufes.br.

- Avaliar os impactos das animações na aprendizagem dos alunos, com relação aos conceitos abordados.

Metodologia

Este trabalho de pesquisa foi desenvolvido com 13 alunos do 7º ano do ensino fundamental II, de uma escola municipal de São Mateus/ES. A escolha do conteúdo de química foi realizada em conjunto com a professora de ciências da escola, de maneira que o tema a ser abordado na animação fizesse sentido com que os alunos estivessem estudando no momento da aplicação da atividade. Assim, o tema escolhido foi o do efeito estufa, que está dentro da unidade temática Matéria e Energia da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Uma vez decidido o conteúdo, o desenvolvimento do projeto foi realizado em 4 etapas: criação do projeto piloto; produção dos cenários e fotos, para posterior criação do vídeo; validação das animações; aplicação aos alunos.

Na criação do projeto piloto foi realizado um planejamento da história, dos recursos materiais e tecnológicos que seriam utilizados para a criação da animação. Na produção das animações foi utilizado um aparelho celular juntamente com um tripé para a captura das imagens e o uso do *software* Canva para a edição das imagens e vídeos. Na validação, professores da área da química e pedagogia foram convidados a avaliarem o vídeo, no intuito de minimizar eventuais falhas na elaboração do material. Por fim, a aplicação na escola foi realizada em dia e horário previamente combinado com a professora de ciências. Ao final da atividade os alunos responderam a um questionário, com o objetivo de avaliar o material e a metodologia utilizada.

687

Resultados

Após o vídeo ter sido validado, o mesmo foi aplicado aos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental, conforme apresentado nas Figuras 1 e 2.

Figura 1: Apresentando o projeto para a turma do 7º ano.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 2: Apresentando o vídeo sobre Efeito Estufa para a turma do 7º ano.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após assistirem a animação, os alunos responderam a um questionário avaliativo em que as perguntas que foram realizadas estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Perguntas do questionário sobre o tema “Efeito Estufa”

Perguntas	Questão
Gostou de participar desse tipo de atividade?	QE1
Você já sabia algo sobre o assunto que foi abordado no vídeo?	QE2
Foi possível aprender ou recordar o assunto assistindo ao vídeo?	QE3
Você aprendeu algo novo com o vídeo?	QE4
Se você respondeu sim na questão anterior, diga o que você aprendeu assistindo ao vídeo?	QE5
Dê uma sugestão sobre o que pode ser feito para diminuir o efeito estufa.	QE6

Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas fornecidas pelos alunos para as perguntas 1, 2, 3 e 4 do questionário estão apresentadas na Tabela 1, uma vez que estas questões eram fechadas, na qual os alunos deveriam responder apenas “sim” ou “não”.

Tabela 1: Respostas dos alunos às perguntas 1, 2 3 e 4 do questionário.

Respostas	QE1	QE2	QE3	QE4
Sim	13	5	13	13
Não		8		

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelas respostas obtidas, todos os alunos gostaram de participar desse tipo de atividade, o que é uma ótima indicação de engajamento e interesse na abordagem do vídeo. Além disso, alguns alunos (8) declararam que não possuíam conhecimentos prévios sobre o assunto que foi abordado na animação. Entretanto, 5 alunos afirmaram que já sabiam algo sobre o tema, o que se acredita que isso se deve ao fato destes alunos estarem cursando esta etapa do ensino fundamental pela segunda vez e, assim, o conteúdo já foi estudado por eles nessa série anteriormente.

Todos os alunos afirmaram que foi possível aprender ou recordar o assunto trabalhado em sala de aula assistindo ao vídeo, o que é um resultado positivo, indicando que o material foi eficaz em transmitir as informações. Os alunos também afirmaram que conseguiram aprender algo novo com o vídeo, o que demonstra que o conteúdo da maneira como foi desenvolvido foi informativo e contribuiu para o aprendizado dos alunos. Nas Figuras 3 e 4 são apresentadas as respostas descritivas com maior incidência fornecidas pelos alunos nas questões 5 e 6 do questionário, respectivamente, na forma de nuvem de palavras.

689

Figura 3: Nuvem de palavras com as respostas com maior incidência na questão 5



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4: Nuvem de palavras com as respostas com maior incidência na questão 6



Fonte: Dados da pesquisa

690

No contexto da pesquisa, um aspecto interessante foi a análise das respostas às perguntas 5 e 6 do questionário, que ajudaram a avaliar a compreensão dos alunos sobre o assunto do Efeito Estufa. Na pergunta 5, que indagava aos alunos o que aprenderam assistindo ao vídeo, a maioria dos alunos indicou que compreenderam bem o que é e o que provoca o efeito estufa, uma vez que na nuvem de palavras apresentada na Figura 3 há uma incidência de palavras significativas relacionadas ao entendimento do efeito estufa. Isso indica que a animação foi eficaz em explicar esse conteúdo de forma compreensível e acessível aos alunos.

Na pergunta 6, que solicitava aos alunos ideias sobre o que pode ser feito para minimizar o efeito estufa, muitos alunos mencionaram a redução do uso de automóveis e a promoção de meios de transporte mais sustentáveis, como a bicicleta. Isso vai além do conteúdo apresentado no vídeo e demonstra que os alunos foram capazes de pensar de forma proativa em medidas simples e eficazes para mitigar o Efeito Estufa.

Esses resultados indicam a potencialidade de uso das animações como ferramenta de ensino, não apenas na transmissão de conhecimento sobre o Efeito Estufa, mas também na inspiração dos alunos a agirem de forma consciente em relação às questões ambientais. Isso ressalta a importância da educação para a conscientização, ao abordar desafios globais como as mudanças climáticas.

Conclusão

A aplicação da animação, desenvolvida utilizando a técnica do Stop Motion, teve uma resposta positiva por parte dos alunos, pois os mesmos se apresentaram curiosos e atentos durante as

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

apresentações. A abordagem inovadora estimulou o interesse pelo tema abordado e ficou evidente que os alunos não apenas apreciaram a dinâmica das animações, mas também demonstraram uma compreensão notável ao conseguirem propor soluções para evitar o efeito estufa. É importante ressaltar que, apesar da pouca idade dos alunos, suas respostas escritas foram surpreendentemente satisfatórias, indicando uma assimilação profunda dos conceitos abordados. Isso valida a eficácia do material em tornar os conceitos complexos acessíveis e incentivar um aprendizado ativo e participativo.

Referências

LEITE, B. S. Stop Motion no Ensino de Química. **Química Nova na Escola**. v. 42, n. 1, p. 13-20, fevereiro 2020.

LEITE, B. S. **Tecnologias no ensino de química: teoria e prática na formação docente**. Curitiba: Appris, 2015.

691



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO PARA A TRANSMISSÃO DA HANSENÍASE UTILIZANDO ANÁLISE ESPACIAL EM UM MUNICÍPIO HIPERENDÊMICO NO PARÁ

Marcos Mickael Gomes Carvalho¹
Giulia Bianca do Nascimento Maia¹
Glauciney Pereira Gomes²
Guilherme Augusto Barros Conde³
Valney Mara Gomes Conde⁴

Introdução

A hanseníase é uma doença infecciosa granulomatosa crônica causada pelo organismo intracelular obrigatório que afeta principalmente a pele e os nervos periféricos que pode levar a deficiências físicas graves e deformidades se não for diagnosticada e tratada em seus estágios iniciais (LASTÓRIA; ALVES, 2012; JIAN et al, 2017).

A transmissão e as causas dinâmicas da hanseníase são complexas. Além de fatores individuais, tais como imunidade e proximidade de contatos infectantes, eles também envolvem a composição da população local (por exemplo, sexo, idade, educação, emprego, etnia, moradia e nível social), que pode estar associada à sua distribuição geográfica fortemente ligada à fatores de vulnerabilidade socioeconômica (DA SILVA, et al., 2019).

Nesse sentido, a análise da dispersão espacial do risco de uma doença é feita principalmente através de mapas de taxas de incidência ou alguma outra medida epidemiológica de risco. Estes mapas são instrumentos valiosos em estudos epidemiológicos e podem-se listar três objetivos principais de sua produção: O primeiro é descritivo e consiste da simples visualização da distribuição espacial da doença na região de interesse. O segundo objetivo, exploratório, é sugerir determinantes locais de doenças e fatores etiológicos desconhecidos que possam ser formulados em termos de hipóteses a serem investigadas posteriormente. Finalmente, um terceiro objetivo é apontar associações entre fontes potenciais de contaminação e áreas de risco elevado. Neste caso, existe uma hipótese ou suspeita prévia de que a vizinhança de um ou mais pontos pré-especificados possuem risco mais elevado e trata-se então de obter evidência da existência desse efeito (CARVALHO; SOUZA-SANTOS, 2005).

692

¹ Acadêmicos do Curso em Enfermagem - Universidade do Estado do Pará

² Docente, Mestre em Biociências - Universidade Federal do Oeste do Pará

³ Docente, Doutor em Engenharia Elétrica - Universidade Federal do Pará

⁴ Docente, Doutora em Neurociências - Universidade do Estado do Pará

Diante disso, este trabalho buscou analisar a distribuição espacial dos casos de hanseníase através da utilização de técnicas de análise espacial para determinação das zonas de risco da doença no município de Santarém-Pará.

Objetivo(s)

Identificar as zonas de maior risco de infecção da doença através da utilização das técnicas de análise espacial para compreender o padrão espacial da doença em Santarém por setores censitários.

Material e métodos

Trata-se de uma pesquisa epidemiológica descritiva, do tipo ecológica e retrospectiva. Como cenário de estudo foi realizado no município de Santarém por apresentar altas taxas de detecção anual de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes maiores que 40,0/100 mil habitantes sendo classificado como hiperendêmico, segundo os critérios do Ministério da Saúde.

Para o geoprocessamento foram extraídos do SINAN os endereços de cada paciente de hanseníase na zona urbana do município de Santarém para o mapeamento dos casos diagnosticados entre 2008 e 2018, onde foi utilizado o GPS Garmin Oregon 550 para plotagem das coordenadas geográficas de cada caso.

Após mapeamento os pontos foram lançados no Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS 3.2 para transformação das informações, criação dos mapas e análise dos resultados.

Para a análise espacial foram aplicadas técnicas de análise espacial: Moran Local I e Knox para a caracterização da área de estudo, visualização da taxa de detecção anual por setores censitários além da identificação das áreas de risco da doença para identificação dos clusters de hanseníase no município, com a utilização de um software livre o Geoda Copyright 1.6.7 para a realização da técnica Local Moran I.

Para estimar a densidade de eventos foi utilizado o mapa de Kernel que é muito utilizado para identificar a concentração de casos. Para elaboração dos mapas temáticos foi utilizado o software livre QGIS Versão 2.8.1 além do arquivo extraído da base de dados do IBGE (2010) e também o arquivo gerado com o georreferenciamento dos pacientes que foram mapeados, a partir daí foram gerados arquivos no formato *shape.file* do tipo vetorial para que fossem feitas as análises e visualização dos dados.

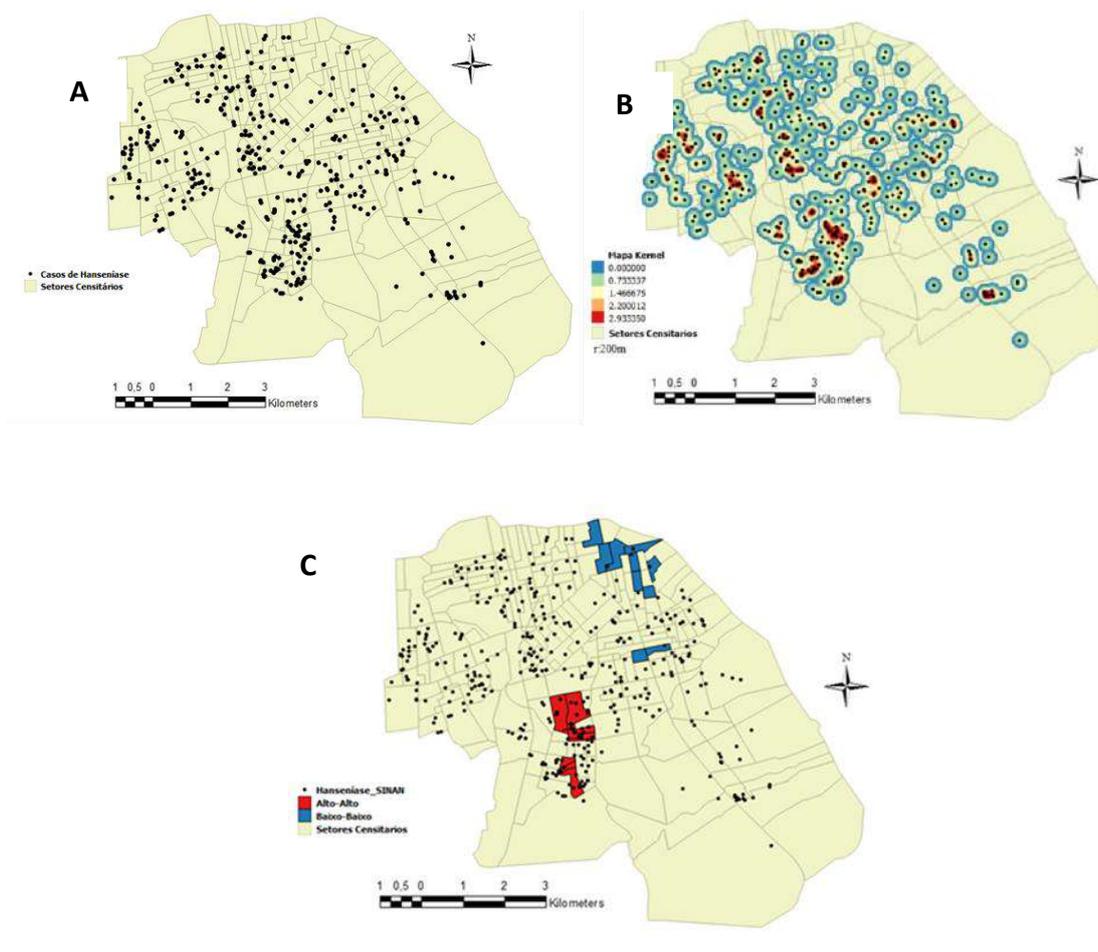
Para análise dos dados, foram utilizadas técnicas estatísticas como médias e porcentagens para o estudo da eficácia do método empregado. Para observar a existência de Autocorrelação espacial dos casos, será calculado o índice de Moran Global (I), e para analisar o padrão da

distribuição espacial e a intensidade dos aglomerados (cluster, aleatório ou disperso) segundo setores censitários.

Resultados e discussão

A figura 1A mostra a distribuição espacial dos casos notificados pelo SINAN por setores censitários urbanos do município, onde 416 casos da doença foram georreferenciados, o que corresponde há 82,53% dos casos de hanseníase residentes na zona urbana de Santarém, porém houve uma perda de 86 casos por inconsistência de endereços o que representa 17,47% dos casos da zona urbana. A figura 1B mostra a identificação de aglomerados ou “áreas quentes” onde apresentam as maiores concentrações de casos de hanseníase, enquanto que nas áreas azuis, identificam-se as regiões com as menores concentrações de casos de hanseníase tendo em vista que foram realizadas diversas simulações, com raio de influência variando de 50, 100 e 200m e o que apresentou melhores resultados foram com raio de influência de 200m. A figura 1C mostra que existem também 10 setores censitários em azul onde estão caracterizados como “baixo-baixo”, ou seja, baixo risco de infecção da doença, de acordo com a taxa de detecção e o número de moradores em domicílios e verifica-se 7 setores censitários em vermelho onde foi identificado um cluster como “alto-alto”, caracterizado com alto risco de infecção da hanseníase no município. Verifica-se que nessa região em vermelho foram notificados 38 casos de hanseníase o que representa aproximadamente 9,15% do total de casos da área urbana que foram mapeados.

Figura 1. A. Distribuição espacial dos casos de Hanseníase por setores censitários. B. Mapa de Kernel com raio de influência de 200m. C. Cluster baixo-baixo e alto-alto de Hanseníase no município de Santarém-PA



695

Fonte: SINAN/SVS.MS

Para Lapa et al (2001) em seu estudo em Olinda-PE, mostraram que a distribuição espacial heterogênea da hanseníase não é aleatória, identificando-se um padrão de agregação no espaço que está associado às condições de vida da população e é expresso mediante o indicador de carência social, identificado a partir de variáveis socioeconômicas.

Com a utilização do Mapa de Kernel, (figura 1B), observa-se que existem casos distribuídos em toda a cidade, entretanto estes casos estão mais concentrados na área sul e na área oeste do município de Santarém-PA, conseqüentemente é evidente a maior concentração de casos da doença nas áreas em vermelho enquanto que as áreas em azul a menor concentração de casos por unidade de área.

O estudo mostra que dos 246 setores censitários que compõem a zona urbana do município, em 216 o resultado foi não significativo, entretanto na área em destaque de vermelho (figura 1C), evidencia-se que há 7 setores censitários caracterizados como alto-alto para taxa de detecção e número de moradores em domicílios com um p-valor 0,05.

Conclusão

O estudo revelou a presença de um cluster de alto risco de infecção da hanseníase significativo estatisticamente e com isso chegou-se ao epicentro de maior risco de infecção da doença no município no período estudado, mostrando um foco pontual de transmissão da doença no município. Associado a utilização do mapa de calor foi possível também determinar regiões comuns com o cluster alto e identificar outras regiões com áreas de influência com altas concentrações de casos de hanseníase.

Com o estudo da distribuição espacial dos casos de hanseníase em Santarém associada a técnicas de geoprocessamento mostrou-se eficaz e de grande valia para o entendimento epidemiológico da doença e na espacialização dos casos notificados entre os anos citados. A utilização da técnica mostra uma distribuição espacial heterogênea da hanseníase no município, contudo foram identificadas áreas de maior concentração de casos, inclusive de multibacilares, constituindo conglomerados, com maior risco de morbidade.

A utilização das técnicas de análise espacial na área da saúde como ferramenta de suporte à decisão é fundamental no processo de identificação de regiões mais vulneráveis para o desenvolvimento de doenças infecciosas, além de se mostrar uma importante ferramenta no acompanhamento das áreas de riscos de infecção, possibilitando o planejamento de intervenções e monitoramento de acordo com as reais necessidades da população assistida.

Referências

CARVALHO, M. S., SOUZA-SANTOS, R. Cad. Análise de dados espaciais em saúde pública: métodos, problemas, perspectivas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(2):361-378, mar-abr, 2005



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

DA SILVA, R.E., CONDE, V.M.G., DA SILVA BAIA, M.J., SALGADO, C.G., CONDE, G.A.B. **Modeling a Vulnerability Index for Leprosy Using Spatial Analysis and Artificial Intelligence Techniques in a Hyperendemic Municipality in the Amazon.** In: Bi Y., Bhatia R., Kapoor S. (eds) Intelligent Systems and Applications. IntelliSys 2019. Advances in Intelligent Systems and Computing, vol 1038. Springer, Cham, 2020.

JIAN, L. et al. Delayed diagnosis of leprosy cases that persist in China. **Leprosy Review**, v. 88, p. 354 – 363, 2017.

LASTÓRIA, J. C.; ABREU, M. A. M. M. de. **Hanseníase: diagnóstico e tratamento.** **Dermatologia**, v. 17, n. 4, p. 173 – 179, 2012.

LAPA, T.; XIMENES, R.; SILVA, N.N.; SOUSA, W.; ALBUQUERQUE, M.F.M.; SOUZA, C. D. S. **Hanseníase: formas clínicas e diagnóstico diferencial.** Medicina (Ribeirão Preto. Online), v. 30, p. 325-334, 1997.

697



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DEMANDA, PRODUÇÃO, VENDA E CONSUMO DE MÓVEIS EM JUIZ DE FORA. UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANÚNCIOS DO JORNAL *PHAROL* NO SÉCULO XIX

Daniela Aparecida de Paula Souza¹

Érica Alves da Silva²

Jefferson de Almeida Pinto³

Introdução

Em seu “*O supérfluo e o costumeiro: o habitat, o vestuário e a moda*” do livro “*Civilização Material, Economia e Capitalismo*”, lançado nos anos 1950, Fernand Braudel (1998) traz para os estudos históricos uma série documental até então relegada a um segundo plano pelos historiadores daquele tempo, qual seja, a cultura material. Braudel não necessariamente foi um pioneiro nesses estudos, já que desde o século XIX, com a arqueologia, os objetos já estavam sendo fontes de estudos de outras áreas das ciências sociais, sobretudo em relação à antiguidade. Braudel trouxe, entretanto, uma mudança de temporalidade, introduzindo essa documentação nos estudos da história moderna e contemporânea. O livro somente foi traduzido e lançado no Brasil na década de 1990 o que, de certo modo, teve seu efeito na produção de estudos históricos que pensam a história com base em sua cultura material.

A coleção *História da Vida Privada* também se popularizou ao Brasil por volta dos anos 1990, introduzindo na escrita da história o tema do íntimo, do privado, ou o “porta adentro” (PERROT, 1991; DANTAS, 2015). A coleção europeia levou à produção da própria coleção brasileira, portanto, com os temas nacionais. Um balanço de seus efeitos na historiografia e na pós-graduação nas últimas duas décadas ainda é um trabalho a se fazer, mas é fato que a metodologia circulou entre uma das principais publicações da década de 1990 na área de história no Brasil, isto é, o livro “*Domínios da História*” (DEL PRIORI, 1997, p. 376-397). Talvez essa abordagem da vida privada tenha feito sucesso maior entre arquitetos e outros estudiosos das ciências sociais aplicadas.

698

¹ Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), correio eletrônico daniela.aluap@gmail.com.

² Bolsista de Iniciação Científica do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – *Campus* Juiz de Fora, correio eletrônico erica.as2019@gmail.com.

³ Orientador e professor do Núcleo de História do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – *Campus* Juiz de Fora, correio eletrônico jefferson.pinto@ifsudestemg.edu.br.

Nesta pesquisa, a ideia de se alcançar vida privada por meio da cultura material se torna o motivador para a sua realização. Em outros termos, buscamos acessar esse íntimo por meio de um estudo sobre a circulação do mobiliário na região de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Buscamos, portanto, abrir as portas de casas da cidade no século XIX, identificando em seus interiores as principais tipologias de mobiliário, para a partir daí pensar, com a cultura material, uma história da casa e, portanto, do íntimo. Trabalhamos com a hipótese de que há uma circulação de móveis no município seguindo os modelos produzidos, seja nos Estados Unidos ou na Europa, e que funcionam como uma forma de distinção social para aqueles que os consomem.

Estudar o mobiliário na região de Juiz de Fora implica levar em consideração um município no qual, no século XIX, circulavam muitos capitais. Os estudos históricos têm revelado que desde a segunda metade do século XIX o município contava com uma forte economia agroexportadora, centrada no café e na produção de alimentos, sejam eles de origem agrícola ou da produção animal, mas sempre de base escravista. Esse panorama permitiu a emergência de uma sociedade marcada pelo acúmulo de capitais que impulsionaram, direta ou indiretamente, a atividade comercial, industrial e de serviços diversos (LACERDA, 2013). Ferrovia e imprensa também marcaram essa modernidade no século XIX. As locomotivas da Estrada de Ferro Dom Pedro II (Central do Brasil) ligaram o município desde a década de 1850 com o porto e a Corte. A imprensa, por meio do *Pharol*, entre outros impressos, era consumida diuturnamente por uma gente que publicava e pagava para apoiar as manutenções deste e de outros periódicos que surgiram com o tempo naquelas paragens (PINTO, 2008).

Do ponto de vista arquitetônico, emergiram construções que, se por um lado ainda tinham heranças coloniais em termos de constituição das plantas baixas e ocupação dos lotes, por outro, mostravam os traços do ecletismo, do *art nouveau* e do *art déco* nas edificações. Tendo por base, em linhas gerais, essa estrutura, perguntamos: qual (ou quais) teriam sido as principais referências entre o mobiliário presentes nos interiores das moradias juizforanas no século XIX e como podemos classificá-las, para além dos estilos, numa perspectiva que se volta para a sua demanda, produção, venda e consumo?

Objetivos

Temos, neste estudo, os seguintes objetivos:

- estudar as principais características e tipologias do mobiliário residencial em Juiz de Fora no século XIX;

- identificar a circulação do mobiliário em Juiz de Fora, observando a demanda, produção, venda e consumo;
- fazer uma investigação sobre aspectos de intimidade a partir dos móveis e das residências de Juiz de Fora, levando-se em consideração a cultura material.

Metodologia, materiais e métodos

Este texto tem como base uma pesquisa exploratória inicial, que busca dimensionar e também mapear os dados com os quais poderemos trabalhar em uma segunda fase da pesquisa. Nesse sentido, a partir do jornal *Pharol*, levantamos todas as informações constantes no período de 1876-1900 relativas a anúncios de mobiliário. Este não foi o único jornal que circulou na cidade, mas tendo em vista o seu alcance e longevidade, pode ser considerado como a principal fonte para a pesquisa. Além disso, é preciso levar em consideração que os anúncios são relativamente repetidos nos outros veículos impressos da cidade. Para a coleta, foi elaborada uma ficha onde os anúncios passaram a ser pontualmente anotados e seccionados como anúncios relativos à demanda, outros à produção, outros à venda e, por fim, ao consumo. Esse levantamento introdutório nos permitiu acessar o material com rapidez e também produzir um estudo quantitativo para o período estudado.

Atrelada à coleta dos dados, foi realizada também uma discussão bibliográfica, sobretudo ligada à metodologia da História, no intuito de treinar as bolsistas envolvidas no projeto, nessa especificidade da disciplina. Nesse sentido, gostaríamos de destacar, entre outros, os estudos de cultura material (MENESES, 1983, p. 112-113). A antropologia, a arqueologia, a psicologia, a geografia, estudos sobre folclore e museus, a história da arte e da tecnologia e outras tecnologias das ciências humanas são áreas que se apresentaram mais abertas a essa tipologia de estudo. No entanto, segundo Marcelo Rede (1993, p. 266-272), aos historiadores cabe um passo a mais no uso dessa documentação. O autor se propõe a uma discussão em relação às abordagens que podem ser feitas sobre a cultura material, evitando, assim, o que é conhecido entre os historiadores como fetichismo da documentação. Sobre os estudos oriundos do congresso “*História das coisas: o uso de objetos para compreender o passado*”, ocorrido em 1989 nos EUA, Rede observa que ao se analisar a cultura material é preciso que a mesma seja pensada como parte componente de um ambiente cultural e que este seja resultante de um jogo social, para usar uma linguagem sociológica muito comum nas abordagens de Pierre Bourdieu. Assim, a cultura material deve ser algo não estático, e sim entendida, por exemplo, em suas diversas temporalidades (REDE, 1993, p. 273-274).

Essa é também uma conclusão feita pela pesquisadora Mariuze Mendes (2012, p. 17). Segundo ela, os pesquisadores, sobretudo aqueles ligados às artes e à arquitetura, acabam relegando à

cultura material uma existência própria. Para a pesquisadora, na construção de uma história a partir da cultura material, é possível levar em consideração etnografias, narrativas de vida, trajetórias de materialização, modos de uso, tecnologias e conhecimento. O objeto não fala por si, mas fala por outros componentes que estão em seu entorno. Os objetos têm significados, dimensões ambientais, sociais, culturais, econômicas, pode expressar rupturas e permanências, dando sentidos para o mundo em que se vive. Tendo isso em mente, foi possível problematizar o estudo que havia feito em relação aos móveis trançados em palha com os quais começou a construir sua tese de doutoramento. Segundo a autora, ao entender que a cultura material não é algo estático, foi possível perceber estilos, regimes de valor, espaços e tempos e a leitura da cultura material a partir da produção no mundo do trabalho (MENDES, 2012, p. 22).

A proposta metodológica calcada nessa perspectiva da cultura material vai de encontro com uma tradição de estudos relativos à história da arte que buscavam pensar as imagens, sejam elas pictóricas, arquitetônicas e escultóricas (e, nesse caso, o móvel enquanto forma se aproxima mais desta) muito centradas na concepção formal, isto é, estilística. Essa já era uma consideração metodológica e uma mudança nos estudos de história da arte apontada pelo historiador Carlo Ginzburg (1989, p. 52), quando do lançamento de “*Mitos, Emblemas e Sinais*” nos anos 1980. Ginzburg trouxe ao campo historiográfico que as artes visuais, notadamente a pintura, podem ser tratadas como uma fonte capaz de permitir um entendimento muito mais denso do corpo social do que observavam os historiadores da arte ao se prenderem aos aspectos estilísticos. Não sendo necessariamente uma novidade entre os cientistas, o método indiciário discutido por Ginzburg pensa os elementos artísticos como indícios possíveis de se rastrear, desenvolvendo um estudo histórico para além do método experimental. De certa forma, esse raciocínio também já havia sido trabalhado nos anos 1970 pelo historiador Michael Baxandall (1991). A metodologia aplicada em seus estudos procurava romper com as análises das principais figuras das artes europeias renascentistas dos séculos XIV, XV e XVI, até então apresentadas de forma evolutiva e com referenciais estilísticos e marcadamente visuais. Portanto, estudar o mobiliário vai além de seus aspectos formais, devendo-se levar em consideração os aspectos sociológicos, entre outras variáveis de sua produção.

Resultados

Até o momento identificamos que, por meio da cultura material, é possível compreender a sociedade a partir dos objetos e artefatos produzidos e consumidos por ela ao longo do tempo, pois os objetos refletem seus valores, relações sociais e modos de vida. Identificamos uma sociedade de consumo marcada pelos capitais oriundos do setor agrícola, com suas classes dominantes, e que padronizam um tipo de consumo muito presente nos anúncios de leilão do jornal.

A presença de referenciais moveleiros oriundos do exterior está presente nos anúncios, o que destaca esse gosto pelo externo. Cadeiras americanas e austríacas, ou modelos em palhinha, além de outras peças que fazem referência ao tempo de Luís XV, são objetos anunciados nos jornais de Juiz de Fora. É marcante o uso de leilões de móveis e demais utensílios em função de mudanças de seus donos para outras praças ou de fechamento de alguns comércios para mudanças de ramo ou encerramento das atividades.

Fogões, camas, lampiões, burras, vasos, tintas e vernizes também nos permitem adentrar as casas daquele tempo. Arelados a estes, compreendemos a recorrência nos anúncios de serviços de arquitetos, ferreiros ou marceneiros. Atente-se ainda para o fato da oferta de máquinas de costura, o que toca diretamente ao público feminino, que pode utilizar o equipamento para o trabalho em sua própria residência.

Conclusão

Tendo por base esses referenciais, conseguimos entrar “porta adentro” das residências de Juiz de Fora, no século XIX. Há, portanto, a possibilidade de elaborarmos um estudo em que os aspectos materiais das construções de Juiz de Fora ultrapassem os limites do externo. A partir dessa metodologia que se volta para a história da vida privada e para a cultura material, nossa intenção é produzir um debate no campo dos estudos históricos em Juiz de Fora que se remete ao íntimo. Produzimos, assim, um estudo que busca tanto entrar em uma “lacuna” de estudos históricos quanto em outro campo de estudos de arte e design que se desenvolvem nos últimos anos e que carecem dessa percepção quanto à história e seus métodos.

702

Referências

BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente**: pintura e experiência social na Itália da Renascença. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo** – séculos XVI-XVIII. Jogos de trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DANTAS, Cristina. **Brasil porta adentro**: uma visão histórica do design de interiores. São Paulo: C4, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.



LACERDA, Antonio Henrique Duarte. **Negócios de Minas** - Família Fortuna, Poder e Redes de Sociabilidades os Ferreira Armonde (1751-1850). São Paulo: Intermeios, 2013.

MENDES, Mariuze Dunajski. Cultura Material e Design: trajetórias sociais e artefatos em contextos materiais e culturais de produção, circulação e consumo. *In*: QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro (Org.). **Design & Cultura Material**. Curitiba-PR: UTFPR, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p.103-117, 1983.

PERROT, Michele. Maneiras de morar. *In*: PERROT, Michele (Org.). **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991. v. 4.

PINTO, Rogério Rezende. **Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, MG**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. LUBAR, Steven; KINGERY, W. David (Eds.). **History from things: essays on material culture**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993, p. 266.

**TELECONSULTAS EM FONOAUDIOLOGIA:
EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
“FISSURAS LABIOPALATINAS – ATENÇÃO EM SAÚDE”
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Allessandra Fraga Da Re¹
Consuelo de Los Angeles Vielma Sepulveda²
Gabriela Ribeiro Schilling³
Marcia Angelica Peter Maahs⁴
Maria Cristina de Almeida Freitas Cardoso⁵

Introdução

As fendas labiais, fissuras de palato e/ou labiopalatinas (FLP) fazem parte das malformações craniofaciais congêntas decorrentes de um erro de fusão dos processos faciais embrionários, cuja incidência e prevalência são variáveis na população mundial. Na região Sul do Brasil, entre 2005 a 2016, a incidência de FLP foi de 0,72 a cada 1000 nascidos vivos, indicando maiores taxas que nas demais regiões do país (DA RÉ & CARDOSO, 2023).

A etiologia das FLPs é considerada multifatorial, por agrupar fatores que interagem entre si, como: genéticos, hereditários e aspectos maternos – etilismo, tabagismo, carência nutricional, estresse, infecções, medicamentos (ácidos retinóico e valpróico) e irradiações, podendo estar adicionada a idade dos pais (SOUZA-FREITAS, DALBEN, FREITAS & SANTAMARIA Jr., 2004; BRITO, MEIRA, KOBAYASHI & PASSOS-BUENO, 2012; DA RÉ & CARDOSO,

704

¹ Fonoaudióloga, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, voluntária do projeto de extensão universitária, e-mail: alle.fraga@gmail.com

² Fonoaudióloga, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, voluntária do projeto de extensão universitária, e-mail: fonoaudiologaconsuelo.vielma@gmail.com

³ Fonoaudióloga, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, voluntária do projeto de extensão universitária, e-mail: gabriela.schilling@gmail.com

⁴ Odontóloga, doutora em Odontologia, docente do curso de graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, e-mail: marciama@ufcspa.edu.br

⁵ Fonoaudióloga, doutora em Gerontologia Biomédica, docente do curso de graduação em Fonoaudiologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, coordenadora do projeto de extensão universitária, e-mail: mcardoso@ufcspa.edu.br



2023). A partir do nascimento, o acompanhamento clínico dos recém-nascidos com FLP deve ser realizado por equipe multidisciplinar, no intuito de acompanhar o seu crescimento e desenvolvimento, assim como, programar a sua reconstrução facial.

Os centros de saúde especializados e os hospitais públicos no Brasil (organizados e gerenciados pelo Sistema Único de Saúde – SUS) estabelecem os serviços de referência e contra referência desses bebês e, dos quais participam equipes de profissionais da clínica médica, fonoaudiologia, otorrinolaringologia, odontologia geral, ortodontia, cirurgia bucomaxilofacial, serviço social, psicologia, cirurgia plástica, anestesia, enfermagem, fisioterapia, nutrição e atendimento familiar (BRASIL, 1994).

Com a finalidade de seguir tal diretriz, o projeto de extensão “Fissuras labiopalatinas: atenção em saúde” foi instituído em 2014, com o objetivo de acolher e acompanhar crianças e adolescentes com FLP e seus familiares. O projeto engloba ações de ensino, extensão e pesquisa, norteadas para a habilitação e reabilitação da comunicação, abrangendo as demandas de linguagem, fala, voz, audição, desenvolvimento global, motricidade orofacial e interação social dos indivíduos, visando a adequação das estruturas e funções afetadas pela FLP. O projeto conta com o acompanhamento interdisciplinar direto (fonoaudiologia, odontologia, psicologia e fisioterapia) e multidisciplinar clínico das áreas da cirurgia plástica, da otorrinolaringologia, cirurgia bucomaxilofacial, pediatria e gastroenterologia pediátrica.

O acesso das crianças e adolescentes com FLP ao projeto de extensão é realizado por encaminhamento interno, feito pelas equipes de pediatria, neurologia, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica e otorrinolaringologia da unidade de saúde onde é realizada esta ação. Os participantes atendidos são de diversas regiões do estado, entretanto, há uma maior prevalência de sujeitos das cidades da região metropolitana da capital de um dos estados da região sul do país, conforme a organização do sistema de referência e contra referência estabelecida pelo SUS. O acolhimento dessas crianças e suas famílias se dá com encontros presenciais, estabelecendo um vínculo sócio afetivo e colaborativo ao tratamento ao qual será incluído e, a partir de orientações específicas sobre o crescimento, desenvolvimento e planejamento de reabilitação, esses são incluídos no projeto de extensão. Conforme a necessidade de cada criança/adolescente inicia-se o acompanhamento clínico fonoaudiológico, cuja frequência varia entre semanal, quinzenal ou semestral.

A pandemia da Covid-19 desencadeou desafios e ajustes para com os atendimentos na área da saúde, impossibilitando os encontros presenciais. Para diminuir a vulnerabilidade dessa população, alteraram-se as práticas. Os participantes deste projeto realizaram atividades remotas, com o atendimento em conjunto das crianças, um integrante da família, da aluna voluntária (do curso de graduação em Fonoaudiologia), da orientadora do atendimento (profissional/aluna voluntária do programa de pós-graduação da Universidade) e a

coordenadora do projeto, em formato síncrono e assíncrono, aderindo às teleconsultas que acolhiam as demandas clínicas, sociais e educacionais de cada criança.

Objetivos

O presente artigo visa:

- Divulgar as ações desenvolvidas por um projeto de extensão em saúde durante a Pandemia da Covid-19;
- Analisar os resultados clínicos estabelecidos durante o período da ação em saúde durante a Pandemia da Covid-19;
- Ponderar os desafios encontrados.

Metodologia, materiais e métodos

Estudo retrospectivo, observacional e descritivo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente sob o número 1.900.382. Os responsáveis legais dos participantes do projeto de extensão “Fissuras labiopalatinas: atenção em saúde” assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, aceitando que os dados clínicos coletados fossem inseridos em banco de dados e autorizaram a sua divulgação em publicações científicas.

No acolhimento dos participantes desta extensão são coletados dados como história pregressa dos participantes – gestação, parto, crescimento e desenvolvimento global – realizam-se a avaliação clínica conforme a idade da criança/adolescente através dos testes de Desenvolvimento de Denver (FRANKENBURG & DODDS, 1995), Protocolo de Avaliação Miofuncional Orofacial para Indivíduos com Fissura Labiopalatina – PROTIFI (GRAZIANI, FUKUSHIRO & GENARO, 2015) e Instrumento de Avaliação Fonológica – IAF (RIBAS, 2023). A introdução na reabilitação fonoaudiológica se dá frente aos resultados levantados e em encontros com frequência semanal, quinzenal ou semestral, conforme a necessidade de cada criança/adolescente.

Os atendimentos clínicos são realizados por alunos do curso de graduação em Fonoaudiologia de forma voluntária, com acompanhamento e orientação de profissionais fonoaudiólogos, fisioterapeuta e psicólogo, inseridos nos programas de pós-graduação da Universidade proponente, além de professores do departamento de Fonoaudiologia e da coordenadora deste projeto.

Durante o período da Pandemia da Covid-19, formalizou-se um projeto piloto em que esses atendimentos presenciais foram substituídos por teleconsultas individualizadas síncronas e assíncronas, conforme as normas e diretrizes das sociedades brasileiras em saúde.

No início, foram organizadas e viabilizadas as teleconsultas, através da seleção dos participantes do projeto que poderiam realizar, de forma remota, os atendimentos clínicos. Para tanto, contactou-se as famílias que possuíssem os recursos tecnológicos para tal ação.

As teleconsultas ocorreram através de aplicativo de troca de mensagens e chamadas de vídeo, visto ser o meio de comunicação disponível e acessado pelos participantes do projeto. Cada atendimento era realizado por uma extensionista voluntária do curso de fonoaudiologia e uma fonoaudióloga do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, supervisionada pela docente responsável pelo projeto de extensão, pela criança e um familiar. Através da criação de um grupo para o acompanhamento assíncrono com compartilhamento e troca de mensagens, foram estabelecidos o dia e horário para as teleconsultas. Após o assentimento dos responsáveis, foram iniciados os atendimentos pelo período de seis meses, sendo encerrados com o recesso acadêmico.

Resultados

No período compreendido pelas ações por teleconsultas, quatro participantes receberam intervenções fonoaudiológicas, por meio eletrônico através da disponibilização de materiais (atividades, jogos eletrônicos e vídeos). Os materiais eram enviados mediante o uso de aplicativo de troca de mensagens e, através do mesmo recurso, os responsáveis enviavam vídeos da realização domiciliar dos exercícios e atividades. Isso possibilitou o acompanhamento dos casos e a realização das correções necessárias dos mesmos.

Ao longo dos atendimentos foram formulados livros com ilustrações e jogos tecnológicos com fones-alvo de cada sessão. Inicialmente, alguns responsáveis apresentaram dificuldades em adequar a rotina para as teleconsultas, sendo necessária uma orientação para adequação do ambiente, com o mínimo de distrações, silencioso e reservado (sem interferências de outros familiares). Da mesma forma, foi necessário relatar aos pais que a terapia deveria ser um momento em que o participante pudesse interagir, de forma lúdica e natural, com a terapeuta, sem a presença de agentes permuta, estressores e/ou distratores.

Pode-se considerar que as teleconsultas necessitam da interatividade dos responsáveis durante a sessão, mais do que no atendimento presencial. Observou-se uma mobilização maior engajamento por parte dos pais às atividades clínicas. Consequentemente, os responsáveis que não apresentavam a capacidade de se organizar para as teleconsultas, bem como, para a realização das atividades domiciliares, não obtiveram pleno sucesso nessa modalidade de atendimento.

Um dos quatro participantes não concluiu os seis meses de atendimento remoto, por dificuldades de gerenciamento tecnológico, devido à necessidade de equipamento digital atualizado e acesso a rede de internet de qualidade. Este fato serviu de alerta para com as diferenças socioeconômicas dos participantes do projeto de extensão para com o acesso digital e, da necessidade de investimento público para uma sociedade igualitária e justa.

Conclusão

Os atendimentos por teleconsultas mostraram-se como uma possibilidade de acompanhamento dos participantes do projeto de extensão pediátricos com FLP. Houve a oportunidade da manutenção desses, para aqueles participantes com dificuldades de acesso, porém foram necessárias as adequações do ambiente domiciliar do paciente, assim como, a participação e colaboração dos familiares. Os desafios da mudança de modalidade mostram-se como uma alternativa frente ao momento de isolamento social e possibilitaram economia financeira e de tempo, considerando os deslocamentos necessários até o local físico próprios das atividades presenciais. A modalidade à distância afeta a forma do atendimento, o seu planejamento e a atuação profissional, sendo necessária adaptação dos recursos e investimento ao acesso digital da população.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde do Brasil, secretaria de atenção à saúde. Portaria no 62,19 de abril de 1994 [citado 29 set 2021] Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1994/prt0062_19_04_1994.html

Brito L.A., Meira J.G.C., Kobayashi G.S. & Passos-Bueno M.R. Genetics and management of the patient with orofacial cleft. *Plast Surg Int.* 2012; 78282: 1–11.

Da Ré A.F. & Cardoso M.C. Características e classificação das fissuras labiopalatinas. In: Cardoso MC. *Intervenção precoce em crianças com fissuras labiopalatinas.* Porto Alegre: Editora UFCSPA, 2023. Disponível em: <https://ufcspa.edu.br/vida-no-campus/editora-da-ufcspa/obras-publicadas>

Frankenburg W.K. & Dodds J.B., editors. *Denver II: technical manual.* Denver: Denver Developmental Materials Inc.; 1990.



2023

 **J I** Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Graziani A.F., Fukushiro A.P. & Genaro K.F. Proposta e validação do conteúdo de um protocolo de avaliação miofuncional orofacial para indivíduos com fissura labiopalatina. CoDAS. 2015; 27(2): 193-200.

Ribas L.P. Instrumento de Avaliação Fonológica: IAF. Rev CoDas. 2023 Forthcoming.

Souza-Freitas J.A., Dalben G.S., Freitas P.Z & Santamaria Jr. M. Tendência familiar das fissuras lábio-palatais. R Dental Press Ortodon Ortop Facial. 2004; 9(4): 74-8.

709



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: CONECTANDO O CONHECIMENTO PRODUZIDO NOS DIVERSOS CAMPOS DO SABER

Beatriz Conceição da Costa¹
Taís Rocha Araujo²
Sthefanye de Avila Leal³
Suzi Samá⁴

Introdução

O presente artigo tem por objetivo investigar a implementação da curricularização da extensão nas universidades públicas brasileiras. A implementação da curricularização da extensão universitária é definida no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), o qual prevê que todos os cursos de graduação devem destinar no mínimo 10% dos créditos totais do curso.

O tema curricularização da extensão é recente e busca aproximar a universidade da sociedade, promovendo a troca de saberes. Assim, entendendo-se a importância do tema é preciso investigar sobre e sua repercussão na universidade, alunos e professores. Isso porque, o ensino superior é pautado em três pilares: pesquisa, ensino e extensão, sendo o último com menos priorização no meio acadêmico.

710

Objetivo geral

Investigar a curricularização da extensão nas universidades públicas brasileiras.

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e busca por meio da revisão de literatura e análise documental compreender o fenômeno a ser investigado conforme expresso no objetivo do artigo. Segundo Minayo (2006), a pesquisa qualitativa possibilita investigar a história, as relações,

¹ Discente de Engenharia de Computação na Universidade Federal do Rio Grande, beatrizdacosta1@gmail.com

² Discente de Física Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande, tais.araujo.rocha7@gmail.com

³ Discente de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande, sthefanyeavilaleal@gmail.com

⁴ Docente na Universidade Federal do Rio Grande, suzisama@furg.br



as percepções de como os indivíduos vivem, pensam e sentem. Ainda para a autora, pesquisas dessa natureza propiciam a construção de novas abordagens, revisão e criação de conceitos. Na revisão de literatura a seleção dos artigos foi realizada a partir de descritores como curricularização da extensão, universidade, extensão. Neste primeiro momento, a busca foi realizada no Google Acadêmico. Como a curricularização da extensão é recente nas instituições de Ensino Superior, encontramos poucos artigos e, por esse motivo, na continuidade do estudo ampliaremos a busca para outras plataformas como Scielo e/ou Scopus. Na próxima seção apresentamos alguns dos artigos selecionados e as reflexões tecidas a partir deles.

Resultados

Antes de adentrar no tema Curricularização da Extensão, investigamos nos artigos selecionados, o conhecimento prévio do que é extensão, o público envolvido, as dificuldades do desenvolvimento de atividades dessa natureza na universidade.

A extensão teve início na Inglaterra do século XIX, com o intuito de guiar para novas vias a sociedade e alavancar a educação continuada. Sendo assim, até hoje a extensão tem seu papel de romper as fronteiras entre a sociedade e a universidade, levando o conhecimento construído na sala de aula, nos laboratórios de ensino e pesquisa para fora das instituições (RODRIGUES *et al.*, 2013).

No 1º Encontro de Pró-reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, ficou definido que a extensão universitária é “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.” (FORPROEX, 1987, p. 11). A busca por uma universidade mais inclusiva perpassa a extensão, o que é reforçado na Carta de São Bernardo, FORPROEX 2016, quando ressalta que às ações de extensão devem atender as identidades raciais, sociais, gênero e território das populações vulneráveis (FORPROEX, 2016). Segundo Paula (2003) uma das características da extensão é a sua natureza interdisciplinar e na tríade ensino, pesquisa e extensão, a terceira citada foi a última a ser adicionada, podendo ser um dos motivos para a dificuldade de entendimento e aplicação da mesma. Entretanto, isso se torna ainda mais complexo quando muitas pessoas somente têm contato com suas respectivas áreas de estudo.

Apesar da curricularização da extensão ter sido implementada recentemente, esse tema já vem sendo discutido no âmbito educacional. Em 2001, no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 na estratégia 21 e 23 (aprovado pela LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001), temos um extenso diagnóstico sobre a Educação Superior com objetivos e metas a serem seguidos. Neste documento é previsto a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária de forma a assegurar no mínimo 10% do total de créditos, exigidos para

a graduação em todo o país, para atividades extensionistas. Essa implantação estava prevista para o quadriênio 2001-2004 (BRASIL, 2001), o que não ocorreu.

Segundo Gadotti (2017) a proposta de curricularizar a extensão universitária é retomada no PNE de 2014-2024, na estratégia 7 da meta 12, exigindo para a graduação o envolvimento em programas e projetos de extensão universitária, prioritariamente para áreas de grande pertinência social. É preciso entender e discutir os motivos pelos quais as atividades de extensão passarão de opcionais para obrigatórias. Podemos iniciar nossa reflexão no papel da extensão como atividade agregadora dos conhecimentos adquiridos nos outros dois eixos: pesquisa e ensino. O currículo universitário linear, que segue um quadro de disciplinas com ordem pré-estabelecida, oferece os conhecimentos necessários à formação do discente. No entanto, as demais atividades acadêmicas, como as de extensão, podem contribuir nesta formação ao conectar o conhecimento construído na universidade com a sociedade em geral.

O mais desafiador de implementar a curricularização da extensão para muitas universidades é o pouco ou nenhum contato que grande parte da comunidade acadêmica tem com esse pilar. Conscientes desse desafio, voltamos o olhar para a nossa universidade, a fim de compreender como a comunidade acadêmica da FURG entende a extensão e planeja a implementação da curricularização da extensão.

No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) temos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de 2019-2022, o qual estabelece os princípios orientadores do ensino, pesquisa e extensão. Esse documento é composto por 54 objetivos e 338 estratégias distribuídas entre 13 eixos norteadores, entre eles nosso tema de interesse: Extensão. O Eixo V trata dos objetivos da extensão na FURG: “a busca da promoção da formação cidadã, da transformação da realidade, da produção compartilhada de saberes e da emancipação dos sujeitos envolvidos, de forma interdisciplinar e indissociável com ensino e pesquisa.” (FURG, ano, p. 36).

Nas estratégias do eixo extensão nos deparamos novamente com os 10% de créditos em ações de extensão além de outras, com o objetivo de consolidar a política de extensão universitária. Entretanto, o grande questionamento que fica é de como implementá-la na universidade.

Encontrar um caminho para implementar a curricularização da extensão não é somente um questionamento da FURG, mas de outras universidades públicas também. Segundo Costa (2019) o principal desafio dessa imposição feita pelo PNE 2014-2024 para as instituições brasileiras é repensar concepções, práticas e políticas de extensão, o que não tinha sido realizado até o momento.

Para Oliveira, Tosta e Freitas (2020) não existe um único caminho a ser seguido pelas IES para a implementação da curricularização da extensão. Para os autores, a maneira que as atividades ou disciplinas serão capazes de introduzir a extensão nas grades curriculares dos cursos podem

ser distintas para cada um deles, levando em consideração suas especificidades, visto que as universidades devem criar sua própria história com a extensão.

Considerações finais

No decorrer do artigo foi realizada uma investigação acerca da implementação da Curricularização da extensão nas IES públicas brasileiras. Embora seja uma temática nova para grande parte da comunidade acadêmica, sua implementação já é um assunto debatido há algum tempo.

A Curricularização da extensão envolve muitas questões desafiadoras para as universidades brasileiras, os estudantes, os professores e a comunidade externa, por ser um tema que tem como objetivo a ampla colaboração entre a universidade e a sociedade. A curricularização da extensão, ao envolver os estudantes em atividades curriculares extensionistas, pode contribuir na formação de futuros profissionais que saibam ultrapassar os desafios que são encontrados durante o caminho profissional, bem como a promoção da transformação social.

Referências

FORPROEX, 2001a. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Editora Hucitec, 2006

PAULA, J. A. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. Interfaces -Revista de Extensão, 2013.

BRASIL, 2014. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Disponível em: L13005 (planalto.gov.br)

BRASIL, 2001. **LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**. Disponível em: Documento1 (mec.gov.br)

I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Documento Final. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 04 e 05 de novembro de 1987. Disponível em: 1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf (ufmg.br)



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



BRASIL, 2019. **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI. Disponível em: PDI_2019-2022_-_21052019.pdf (furg.br)

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras - FORPROEX. **Carta de São Bernardo do Campo**. 13 de maio de 2016. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2016-XXXIX_Encontro-Nacional-do-FORPROEX_SP.pdf

RODRIGUES, A. L.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; COSTA C. L. N. A.; NETO, I. F. P. **Contribuições da extensão universitária na sociedade**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v. 1, n.16, p. 141-148, mar. 2013.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?**. 2017 Disponível em: https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf

OLIVEIRA, C. V. N. C.; TOSTA, M. C. R.; FREITAS, R. R. **Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica**. Journal of Production Engineering, São Mateus, Editora UFES/CEUNES/DETEC, 2020.

RIBEIRO, M. R. F.; MENDES, F. F. F.; SILVA, E. A. **Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada**. Revista Conexão UEPG, 2018.

714



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

O DESENVOLVIMENTO DO PERTENCIMENTO AMBIENTAL COM CRIANÇAS ATRAVÉS DE UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Gabriela Rodrigues Noal¹
Stefania da Silva Gorski²
Melina Hickmann³
Eduarda Rosa Silveira⁴
Cadidja Coutinho⁵

Introdução

Diante do atual cenário mundial, em que uma parcela da sociedade é permeada de conflitos socioambientais, políticos, culturais e econômicos, a Educação Ambiental (EA) é uma ferramenta capaz de transformar o comportamento e as atitudes dos indivíduos que fazem parte desse grupo social (SOUSA; FILHA; BARBOSA, 2017). Dessa forma, percebe-se a necessidade da EA ser trabalhada durante a formação dos sujeitos em todo o processo de ensino e de aprendizagem.

Porém, isso parece não ser uma realidade na educação brasileira ao observar o documento norteador da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que a EA é mencionada de forma superficial como um princípio necessário para o desenvolvimento das competências gerais e habilidades (BARBOSA; OLIVEIRA, 2020). Os autores ainda afirmam que há certa omissão no conceito de EA como área importante do conhecimento nos estudos da educação básica quando atrelados às problemáticas ambientais atuais (BARBOSA; OLIVEIRA, 2020).

Por isso é importante exercitar o olhar atento sobre esse documento e perceber brechas discursivas para aproveitá-las como sujeitos ativos do fazer pedagógico e elaborar propostas didáticas e curriculares mais efetivas para a EA que dialoguem com a realidade dos estudantes (NOAL *et al.*, 2021).

Assim, estimular o processo reflexivo desde os anos iniciais, problematizando questões da comunidade e buscando alternativas para solucionar as inquietações, possibilita o despertar dos

715

¹ Mestranda no PPG em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria.

² Mestranda no PPG em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria.

³ Estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria.

⁵ Professora adjunta no Departamento de Metodologia do Ensino na Universidade Federal de Santa Maria.

estudantes para adversidades presentes no seu cotidiano (SILVEIRA; DA SILVA; LORENZETTI, 2021). Entende-se a infância como base do conhecimento por meio das primeiras interações com o mundo, bem como as relações de amor, cuidado e preservação do seu espaço de permanência (RAMBO; ROESLER, 2019).

É importante dessa forma que o professor utilize atividades lúdicas para o ensino-aprendizagem, motivando a imaginação na inserção de assuntos de grande importância no dia-a-dia desses indivíduos. Para tanto as propostas ambientais, em especial no Ensino de Ciências, devem ser contínuas em sala de aula, oportunizando a compreensão das relações da sociedade com política, cultura e saberes locais (SILVEIRA; DA SILVA; LORENZETTI, 2021).

Construir o sentimento de pertencimento para/com a natureza se faz necessário neste contexto, uma vez que incentiva as crianças a agir de forma sustentável e responsável na construção de suas relações com o ambiente, com estas conexões indo além de simplesmente estar presente na natureza, sendo preciso vínculo emocional, psicológico e social. Tal como Santos e Guimarães (2020, p. 4) destacam, “a compreensão do pertencer como um valor social, moral, estético, político, cultural, religioso e também ambiental” é primordial para o pertencimento em EA, e que extrapola a ideia de apenas observar superficialmente uma paisagem natural.

Quando desenvolvidas ligações com o meio em que se está inserido, principalmente se isto for realizado desde a infância, forma-se um elo entre o humano e o natural, capaz de inspirar compreensões e conexões, que deste modo, buscam estabelecer um compromisso real com a proteção do nosso planeta através da preservação do meio ambiente de forma crítica e com consciência cidadã. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo apresentar e descrever uma intervenção pedagógica de EA, com características de uma saída de campo, desenvolvida com estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais de uma escola pública brasileira.

Metodologia

Esse trabalho é um recorte de uma intervenção pedagógica realizada em uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria, de natureza qualitativa, a qual trabalha com os significados das relações, aprofunda-se nos valores e atitudes dos fenômenos investigados (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011).

A intervenção pedagógica como pesquisa é defendida por Damiani et al. (2013), tratam-se de pesquisas de caráter aplicado com o propósito de contribuir para a solução de problemas práticos, ou seja, vão além de questões superficiais, produzem impactos, mudanças e melhorias no contexto educacional que a intervenção foi aplicada. O percurso metodológico envolveu etapas como divisão dos estudantes em pequenos grupos, estímulo da imaginação, observação de elementos naturais da praça e a construção de fanzines, a intervenção foi realizada em uma

praça localizada próximo da escola dos estudantes, mas que por vezes passava despercebida pelos mesmos (Figura 1).

Figura 1: Praça em que a intervenção foi realizada.



Fonte: Arquivo das autoras (2023).

717

Resultados

Durante o desenvolvimento da intervenção foi possível perceber que as crianças quando estão em contato com ambientes ao ar livre, por vezes se sentem intimidadas em explorar o local. Apesar do convívio com meio natural ser essencial para o desenvolvimento cognitivo, físico e psicológico na infância, o déficit de natureza é um desafio contemporâneo que se refere ao distanciamento entre as crianças e os elementos naturais (SANTOS, 2022). O autor enfatiza que para superar este afastamento é necessário o trabalho coletivo na escola, de modo a criar possibilidades de investigação significativa, utilizando o lúdico e experimentações em ambientes abertos para que as crianças resgatem a conexão com a natureza (SANTOS, 2022).

Ao longo da intervenção estabeleceu-se um diálogo com os estudantes e aos poucos eles foram se sentindo mais confortáveis para explorar o espaço da praça e observar os elementos que faziam parte do ambiente. O sentimento de pertencimento é o elo necessário que conecta o ser humano e a natureza, esse sentimento pode ser estimulado a partir de práticas pedagógicas que buscam aflorar dimensões rompidas através da amorosidade, diálogo e coletividade (SANTOS, 2018).

Estimular o uso da imaginação das crianças através da ludicidade foi fundamental para que os estudantes se envolvessem de forma ativa na intervenção. As atividades lúdicas possibilitam que os estudantes tenham autonomia e criatividade para construir e se apropriar dos conhecimentos por meio de suas ações e interações. Quando atreladas com a EA podem estabelecer valores que contribuam para transformar e ressignificar valores e atitudes sobre a relação entre o ser humano e a natureza (SILVA; RAGGI, 2019).

Após o momento na praça, como etapa final da intervenção, os estudantes foram instruídos a construir fanzines relatando suas percepções sobre a experiência vivenciada, fanzines são produções artesanais amadoras que permitem a liberdade de expressão através de desenhos, escritas e colagens (Magalhães, 2020). Assume-se neste trabalho fanzines como produto educacional, que envolve os estudantes a refletirem e expressarem seus sentimentos sobre o tema abordado e explorarem suas habilidades artísticas (NOAL et al., 2023).

Com base em uma análise realizada nos fanzines criados pelas crianças, é possível inferir que os estudantes conseguiram ter um olhar diferenciado e atencioso para a praça, (re)conheceram-a como um espaço ao ar livre que possui uma dinâmica e seres vivos que dependem disso para sobreviver. Além disso, as crianças ficaram encantadas com os elementos que foram encontrados e demonstraram se sentir incomodadas com os resíduos que foram encontrados no solo durante a atividade.

Conclusão

Esse trabalho apresentou e descreveu uma intervenção pedagógica ambiental desenvolvida com estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais de uma escola pública brasileira. Através dessa intervenção, que fez uso de atividades lúdicas e diferenciadas para cultivar o sentimento de pertencimento ambiental, as crianças participantes despertaram seu olhar atento e cuidadoso para a natureza, desenvolveram um laço de afeto com o ambiente da praça e ressignificaram a relação com um espaço, que não era atrativo para as crianças e se tornou importante devido a intervenção realizada.

Apesar de ser desafiador trabalhar temas complexos que envolvem questões ambientais com crianças, é importante fomentar nas escolas e em formações com professores que é possível realizar uma prática diferenciada com as crianças, mas de forma simples e ter resultados positivos.

Referências

DAMIANI, Magda Floriana.; ROCHEFORT, Renato Siqueira.; CASTRO, Rafael Fonseca de.; DARIZ, Marion Rodrigues.; PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**. Pelotas, julho/agosto. 2013. p. 57 – 67.



BARBOSA, G.; DE OLIVEIRA, C. T. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 323–335, 2020.

MAGALHÃES, Henrique. Fanzines de Histórias em Quadrinhos: linguagem e contribuições à educação. **DISCURSIVIDADES**, v. 7, n. 2, p. 170-201, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

NOAL, Gabriela Rodrigues.; GORSKI, Stefania da Silva.; FLORES, Ana Luiza Zappe Desordi.; COUTINHO, Cadidja. TUTORIAL DE FANZINE: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS. **Anais da VII Mostra Gaúcha de Produtos Educacionais**. Guaíba: UERGS, 2023.

NOAL, Gabriela Rodrigues.; PIRES, Fabiele Pires.; ROSA, Danilo Oliveira.; CESCHINI, Mayra da Silva Cutruneo. Garantindo a Educação Ambiental e Botânica por meio da transversalidade em tempos de BNCC. **REVES**. v. 5 n. 1. 2022.

RAMBO, Graciele Cristiane; VON BORSTEL ROESLER, Marli Renate. Primeira infância e natureza: investigação da percepção ambiental no contexto escolar. **Ambiente & Educação**, v. 26, n. 1, p. 513-540, 2021.

SANTOS, Débora Gisele Graúdo dos. **A RELAÇÃO ENTRE O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2018.

SANTOS, Débora Gisele Graúdo dos; GUIMARÃES, Mauro. Pertencimento: um elo conectivo entre o ser humano, a sociedade e a natureza. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [s. l.], v. 37, ed. 3, p. 208-223, 21 ago. 2020.

SANTOS, Sammya Danielle Florencio dos. **O DÉFICIT DE NATUREZA NAS CRIANÇAS PEQUENAS: A INFLUÊNCIA DOS AMBIENTES DE APRENDIZAGEM**. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências) - Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2022.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SILVA, Valquíria Costa Marvila; RAGGI, Désirée Gonçalves. Educação ambiental com atividades lúdicas no ensino infantil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 25, p. e633-e633, 2019.

SILVEIRA, D. P; da; SILVA, J. C. S. da; LORENZETTI, L. A educação ambiental e o Ensino de Ciências nos anos iniciais: contribuições para a formação cidadã. **Revista Vidya**, v. 41, n. 2, p. 41-59, 2021.

SOUSA, E. A. F. de; FILHA, M. do C. V.; BARBOSA, M. M. C. Dinâmicas lúdicas para trabalhar o sentimento de pertencimento do ser humano à natureza na Escola Salomé de Carvalho, Marabá (PA). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 12, n. 5, p. 84–98, 2017.

720



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

TRABALHANDO COM GRUPOS NA GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA: UM OLHAR DOS DISCENTES

Rosana Lazaro Rapizo¹
Clara Luzorio²
Gabriela Moura³
Carla Guanaes-Lorenzi⁴

Introdução

A proposta desta pesquisa foi articular a prática com grupos e comunidades, o construcionismo social e o contexto dá na formação profissional em Psicologia. Lançamos um olhar sobre o processo de formação do estudante, focalizando especificamente o trabalho com grupos em um contexto comunitário em uma comunidade do Rio de Janeiro, Brasil.

O Construcionismo Social problematiza noções tradicionalmente ligadas ao indivíduo, como conhecimento, emoções, personalidade, entre outras. Desloca o foco de interesse para o que está entre as pessoas: a linguagem, a interação, a comunicação. Esta perspectiva propõe novas descrições sobre o trabalho com e em grupos, convidando a um entendimento do grupo como um recurso discursivo, como um espaço dialógico (GUANAES, 2006; RASERA; JAPUR, 2007, RAPIZO, 2019).

Os grupos são vistos como campos privilegiados para a explicitação de discursos dominantes na cultura sobre os temas que nele circulam, assim como por sua possibilidade de diversidade, produção, desfamiliarização, experimentação e construção de novos sentidos (RASERA; JAPUR, 2007; SPINK, 2004). O grupo deixa de ser entendido como uma essência para se referir a um campo de práticas utilizadas para gerar determinadas condições de produção de sentido.

A articulação entre o trabalho de grupos e os aportes do movimento construcionista portanto, promove o exercício de uma compreensão relacional, implicando na criação de novos vocabulários, sentidos e práticas para o exercício do trabalho em grupo.

721

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto. ORCID: 0000-0002-2733-214X

² Graduanda no Instituto de Psicologia da UERJ, bolsista de extensão no projeto Espaço de Conversas na Maré.

³ Graduanda no Instituto de Psicologia da UERJ, bolsista de Iniciação Científica no projeto Espaço de Conversas na Maré.

⁴ Livre Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto. ORCID: 0000-0001-6263-9078



Em nosso trabalho, algumas sensibilidades construcionistas se destacam no sentido de nos oferecerem um “solo” que conecta saberes locais e distintos, práticas, métodos, criatividade e flexibilidade que exercitamos em nosso dia a dia. Nos permite entender a importância da linguagem como prática social constitutiva de nossos modos de vida, nossas práticas e nosso entendimento de quem nós somos.

A perspectiva relacional tem como corolário uma ética e uma política em que trabalhar com grupos “significa resistir a discursos patologizantes e estigmatizantes ao trabalhar com pessoas” (RASERA; GUANAES-LORENZI, 2020, p.167.)

A pesquisa realizada a partir da experiência de estudantes de graduação com grupos na Comunidade da Maré no Rio de Janeiro, tem sido exatamente esta oportunidade de exercitar constantemente esta postura tecendo uma rede de conexões entre vários campos, contextos e pessoas. Proporcionando aos estudantes a possibilidade de contato com a extensão, com um contexto novo de vida em comunidade, com a prática e finalmente com uma visão ampliada da Psicologia.

Na UERJ, o Programa de Iniciação Científica tem como um dos seus objetivos estimular os alunos de graduação na atividade de iniciação científica e tecnológica, integrando jovens em grupos de pesquisa, com a intenção de despertar o interesse pela pesquisa, mediante suas participações em projetos.

Os programas de iniciação científica são estruturados dentro da universidade como importante ferramenta de contribuição para pesquisa científica, os bolsistas são graduandos que têm a oportunidade de participarem do processo de produção de conhecimento, conhecendo e participando dos rituais da pesquisa acadêmica. Dessa maneira, promove-se uma construção coletiva de saberes e práticas atuando em contextos diversos, tecendo conexões com outras realidades além da acadêmica.

A Extensão Universitária segundo Vieira (2017) “constitui-se em locus privilegiado de propostas inovadoras de uma dinâmica curricular que parta da problematização da realidade como mote da curiosidade, único caminho capaz de construir aprendizagens” (p.). Saindo dos muros da Universidade ela propõe o contato do graduando com a prática, com pessoas e com a experimentação. Os projetos de extensão se mostram alternativas para um modelo calcado na instrução como forma de aprendizagem/ensino, escapando de um modelo conteudista. Na UERJ há um forte compromisso “com o desenvolvimento regional, que se materializa em uma intensa atividade de extensão”. O objetivo da Extensão na UERJ é contribuir para melhorar as condições de vida da população do Estado, colaborando com projetos que conectem a universidade com comunidades.

Em uma visão socio-construcionista, dialógica e colaborativa, a pesquisa, extensão, prática e aprendizado são atividades conectadas por uma visão relacional da construção de conhecimento. Tanto pesquisa como extensão podem ser vistas como atividades criativas

(MCNAMEE, 2017) e como atividade transformadora para todos os participantes. Não são saberes aplicados, mas diálogos e experiências coletivas que promovem conhecimento e transformação também coletivas. Não campos distintos e separados, mas íntima e inevitavelmente conectados. Considerando que o construcionismo social adota uma prática crítica e reflexiva sobre como as nossas produções de sentido interferem nas nossas ações sociais e nos modos de agir no mundo, é reconhecida tal relação íntima entre conhecimento e ação, bem como entre teoria e prática (GONZAGA; GUANAES-LORENZI, 2021, p.172).

É importante que as atividades de pesquisa e extensão tenham permanentemente espaço para a reflexão sobre os valores e discursos que estão sendo produzidos, reproduzidos e sustentados em nossa prática. Isso exige a manutenção das perguntas sobre que mundo estamos construindo, podemos e/ou queremos construir. Dentro dos projetos os espaços para as conversas sobre a prática, as reflexões, o estudo de textos e a troca entre os alunos e docentes, é parte integrante e necessária para que se alcancem os objetivos e o sentido da Extensão e Pesquisa.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2018), muito recentemente a Psicologia tem pensado em avançar para um projeto político que possa responder à atual conjuntura, buscando ampliar as práticas para além da clínica privada, para uma população mais ampla e com menos acesso até agora às práticas psicológicas. Documentos que trazem diretrizes para o profissional, por exemplo, enfatizam a importância do trabalho com grupos, de diversas orientações, como relatam experiências em curso nestes contextos e os bons resultados destas práticas, especialmente em serviços públicos, na segurança do trabalhador e em comunidades.

Diante deste cenário, torna-se importante um olhar sobre o processo de formação do estudante na Psicologia, focalizando mais especificamente o trabalho com grupos em um contexto comunitário – foco dessa pesquisa.

Consideramos que os resultados desta pesquisa podem contribuir para o processo de formação do estudante na psicologia, especialmente no trabalho com grupos, ampliando a visão da psicologia para outros campos além da clínica individual, incluindo especialmente as práticas em comunidades e políticas públicas ampliando o repertório de trabalho com grupos a partir de uma perspectiva relacional, dialógica e colaborativa.

Objetivos

- Produzir sentidos com estudantes universitários de Psicologia ou egressos sobre o impacto da experiência com práticas grupais e comunitárias para sua formação.
- Investigar como alunos que participaram dos projetos de Extensão e Pesquisa Espaços de conversa na Maré descrevem momentos marcantes de sua vivência no projeto e como



- Investigar e refletir sobre a contribuição do contexto geral das atividades do projeto como por exemplo a supervisão, o trabalho em equipe, o repertório de ferramentas práticas e qual sua importância para a vivência do estudante.

Metodologia

A proposta desta pesquisa aponta para uma reflexão sobre a experiência dos estudantes participantes no sentido de chegar a entender mais amplamente o impacto do trabalho com grupos na formação em psicologia. Temos utilizados alguns recursos e/ou métodos, especialmente aqueles que tenham uma vocação mais explícita para uma orientação relacional e que apresentem uma flexibilidade no processo de investigação.

Para alcançar os objetivos propostos escolhemos a entrevista com alunos participantes do projeto Espaço de Conversas na Maré. Segundo Aragaki, Lima, Pereira e Nascimento (2014), em uma pesquisa construcionista a entrevista é “uma forma de interação que deve se assemelhar enquanto gênero de fala, às conversas cotidianas, uma vez que é pautada pela dialogicidade e pela coconstrução de sentidos. (p.65). Esta forma de entrevista pretende ser fluida e flexível e, portanto o roteiro, embora seja um guia importante para o pesquisador, precisa ser revisto e utilizado de formas diferentes a cada entrevista. O roteiro da entrevista focalizou em perguntas orientadoras para uma conversa sobre o impacto da participação no projeto para a formação como psicóloga/o: momentos marcantes, aspectos relevantes, diferenças que fizeram diferenças na trajetória dos alunos.

As participantes tinham entre 27 e 43 anos. Se declararam do sexo feminino. Duas se declararam pretas, uma parda, uma negra e uma branca. Três vêm da periferia do estado do Rio de Janeiro, duas da região metropolitana e uma do interior do estado de São Paulo. Todas fizeram graduação entre 2013 e 2020. O tempo em que participaram das atividades do projeto variou entre um e três anos. Todas assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido antes da entrevista começar.

Para a construção do corpus da pesquisa e análise dos dados, as entrevistas gravadas foram transcritas e lidas atentamente ao menos duas vezes cada uma. Utilizamos a Análise Temática Reflexiva da maneira descrita por Brown e Clark (2021)

Resultados

Como foi dito anteriormente o roteiro de entrevista era bastante aberto e flexível e deu margem a conversas singulares com cada uma das entrevistadas. Desta forma, as entrevistas apresentaram narrativas muito ricas e diferentes entre si. No entanto, também foi possível recortar palavras, sentidos e expressões que poderiam ser classificadas como temas. A AT envolve um diálogo



constante entre os padrões de significado e a pergunta do pesquisador. Encontramos a partir destes diálogos dois grandes temas na análise das entrevistas: “O encontro com o grupo” e “Os grupos no meu caminho”. Cada grande tema se constitui a partir de outros grupos menores de significados. Uma das perguntas era sobre como as participantes se interessaram pelo trabalho. As respostas eram diversas. O interesse foi às vezes pela prática, outras pelo público do grupo, outras pelo contexto. No entanto, o padrão que conectava estas respostas aparecia sempre como uma curiosidade por algo diferente do que elas tinham experimentado na graduação. Forma atraídas para estar fora dos muros da Universidade. E queriam conhecer como poderia ser a Psicologia para além da clínica individual. A palavra “potência” foi bastante frequente durante as entrevistas. As falas sobre a potência do grupo levaram à reflexão sobre o que é o fazer da Psicologia. De uma visão de tratar problemas ou intervir em situações consideradas disfuncionais ou patológicas as participantes experimentam o lugar de facilitar conversas e contextos em que podem ser desenvolvidos outros sentidos e maneiras de se relacionar, criando formas de viver novas, alternativas para os sofrimentos das pessoas. No percurso de formação e mesmo depois de formadas as entrevistadas destacaram que a prática com o grupo fez diferença na trajetória da formação e da prática profissional, dado que todas já estão formadas e atuando. A prática de trabalho com grupos foi significada como um *divisor de águas* na visão delas sobre a Psicologia. Outra metáfora presente nas entrevistas foi o *pensamento fora da caixa*. Entendemos que estas metáforas apontam para transformação, abertura e ressignificação da formação para além do sentido estritamente acadêmico.

Conclusões

A Psicologia transforma-se constantemente, as teorias, as práticas e os profissionais. Em vários setores vemos esta transformação trazendo uma crítica à individualização presente em uma sociedade do mercado e do capital. Durante a pesquisa, percebemos que há aberturas para a construção de novas formas de prática. A partir desses resultados, como docentes, podemos pensar a nossa prática e as propostas que temos para nossos alunos. A análise apresentada aqui ainda é preliminar. Pretendemos que a continuidade da análise do *corpus* da pesquisa permita realçar aspectos que não foram contemplados neste momento.

Referências

ARAGAKI, S. S., LIMA, M. L. C., PEREIRA, C. C. Q., & NASCIMENTO, V. L. V. Entrevistas: negociando sentidos e co-produzindo versões de realidade. In M. J. SPINK, J. BRIGAGÃO, V. NASCIMENTO & M. CORDEIRO (Org.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 57-72, 2014.



BRAUN, V.; CLARKE, V. Conceptual and Design Thinking for Thematic Analysis. *Qualitative Psychology*, v. 9, n. 1, p. 3–26, 13 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, & Federação Nacional dos Psicólogos. (2018). *Ano da Formação em Psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*.

GONZAGA DOMITILA S. K; GUANAES-LORENZI, C. Elucidando processos investigativos em formatos de pesquisa-ação colaborativa na escrita acadêmica. Em: MELLO, D.; BENGZEN, V.; KIND, L. (Eds.). *Percursos metodológicos inventivos: desafios e potências*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 169–189.

GUANAES, C. *A construção da mudança em terapia de grupo*. São Paulo: Vetor Editora, 2006. São Paulo: Vetor, 2006.

MCNAMEE, S. A pesquisa como construção social: investigação transformativa. Em: GRANDESSO, M. A. (Ed.). *Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e práticas*. Curitiba: CRV, 2017. p. 459–482.

RAPIZO, R. *Entre laços e nós: conversando sobre divórcio*. Curitiba: Appris, 2019.

RASERA, E. F.; GUANAES-LORENZI, C. Contributions of Social Constructionism to Group Work. Em: MCNAMEE, S. et al. (Eds.). *The Sage Handbook of Social Constructionist Practice*. London: Sage, 2020. p. 160–170.

RASERA, E.; JAPUR, M. *Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo*. São Paulo: Vetor, 2007.

VIEIRA, A. J.. A extensão como potencial para uma educação cidadã. Em: LAZIER, J. A.; VALENTIN, I. F. (Eds.). *A extensão como potencial para uma educação cidadã*. Piracicaba: UNIMEP, 2017. p. 8–23.

EXTENSÃO E FORMAÇÃO: OFICINAS TEMÁTICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO ATIVIDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA

Assicleide da Silva Brito¹
Marcelo Alves Lima Junior²
Leiliane Vieira Souza³
Larissia Lobo da Purificação Santos⁴

Introdução

A formação docente é um movimento que se dá ao longo de toda vida do sujeito, desde a formação inicial e conversa com as outras esferas de desenvolvimento social e educacional. A graduação na carreira docente não é o ponto de chegada, mas o ponto de partida para os professores e suas vidas profissionais. Ao pesquisar sobre a formação de professores podemos contribuir para melhoria do currículo, da formação inicial e continuada e dos saberes que podem ser produzidos ao longo da formação e das experiências profissionais (CUNHA, 2013).

Neste contexto, Imbernón (2009) discute o quão é importante que a Universidade propicie ao estudante de licenciatura uma formação completa, que permita vivências múltiplas como, extensão e pesquisa. Essa formação deve permitir que os futuros professores questionem sua prática e desenvolvam o conhecimento a partir da reflexão com os conhecimentos e saberes formativos e com a promoção de experiências no futuro campo de atuação profissional.

Desta maneira, a formação de qualidade, atualmente, não está imbricada apenas no domínio dos conteúdos científicos e acadêmicos, mas, também, relaciona-se com as relações estabelecidas no ambiente educativo, materiais didáticos pedagógicos, a identidade do professor e os caminhos formativos trilhados pelo licenciado, como projetos de extensão (IMBERNÓN, 2009).

Por esse motivo, a extensão é uma contribuidora para aproximação da comunidade acadêmica com a sociedade e colabora para a mudança de paradigma de uma Universidade fechada e

727

¹ Doutora em Educação em Ciências. Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Ciências exatas. assicleidebrito@gmail.com

² Mestrando em Ensino de Ciências. Universidade Federal Rural de Pernambuco. marcelo.limajunior@ufrpe.br

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. vieiraleilys@gmail.com

⁴ Graduanda em Licenciatura em Química. Universidade Estadual de Feira de Santana. larissialobo1995@gmail.com

inacessível à população. Também, abre a possibilidade para uma mudança de currículo tradicional e fortalece o interdisciplinar (CASTRO, 2004).

Diante disto, as oficinas temáticas surgem como um projeto extensionista para a formação inicial de professores de Química em uma Universidade pública no estado da Bahia, Brasil. As oficinas temáticas tem o propósito aproximar os futuros professores dos conhecimentos e espaços profissionais, além de permitir reflexões sobre as vivências com as escolas da região. Permite, também, que os estudantes da Educação Básica tenham mais contato com as Ciências a partir da participação das oficinas. Para Torralbo et al. (2007) as oficinas temáticas facilitam o processo de ensino e aprendizagem, ao aproximarem os alunos com a ciência através das inter-relações construídas entre a realidade destes e a ciência aplicada nos currículos escolares. Além disso, as oficinas temáticas são caracterizadas por utilizarem instrumentos experimentais que despertam a curiosidade dos alunos e aumenta o interesse pelos fenômenos científicos. As oficinas de ciências precisam alcançar a Educação Básica e, isso, se dá por meio de atividades extensionistas.

Objetivos gerais

Descrever como a construção e aplicação de oficinas temáticas de ciências para a Educação Básica, enquanto atividade extensionista, pode contribuir para a formação de licenciandos em Química em uma região da Bahia.

Metodologia

O presente trabalho refere-se à aplicação de oficinas temáticas desenvolvidas em escolas da rede básica de ensino no interior da Bahia, Brasil. Onde contou com a participação de 12 acadêmicos da Licenciatura em Química de uma Universidade Pública no Estado da Bahia. Houve articulação com monitores e a professora do componente curricular Química e sociedade. Por se tratar de uma atividade de extensão que visa as experiências com a Educação Básica logo no início do curso, foi necessário estabelecer uma parceria universidade-escola, tanto professor da Universidade quanto monitores vão até as escolas apresentarem as propostas, explicar como funcionam as oficinas e organizar um calendário para execução. Os professores da escola ficam responsáveis por organizar a inscrição de suas turmas e a escola parceira ajuda na disponibilidade de espaço e alguns materiais. Os grupos de oficinairos vão até as escolas para desenvolverem as oficinas que duram em média 4 horas.

Para a realização da confecção das oficinas foram divididos 05 grupos de acadêmicos da Licenciatura em Química. Onde cada grupo desenvolveu uma proposta de Oficina Temática de Ciência (OTC), relacionando o cotidiano da região, elaborando plano de ensino e roteiro. Em uma oficina temática, os conteúdos químicos e o foco do ensino são selecionados em função

do tema que se aspira abordar. Na seleção dos conteúdos, deve-se ter como ponto de partida os (PCNEM) Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Médio (BRASIL, 2002).

A seguir serão apresentados os resultados dessa experiência com foco nas narrativas dos acadêmicos sobre o quanto essa experiência foi significativa para as suas formações, logo no início da graduação. São abordadas as temáticas e as reflexões sobre as contribuições dessa ação extensionista para a aproximação Universidade-escola e para a identificação profissional com a docência.

Resultados

As Oficinas Temáticas de Ciências (OTC) são organizadas de acordo com os três momentos pedagógicos de Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002) e na perspectiva da Educação C-T-S-A (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente), com o objetivo de envolver acadêmicos e estudantes em experiências de aprendizagem significativas e interdisciplinares (ZANOTTO; SILVEIRA; SAUER, 2016).

Com o objetivo de desenvolver oficinas para a rede básica de educação, algumas etapas foram definidas sua aplicação: a) Definição do tema: a escolha de um tema específico relacionado às ciências que permita explorar as interações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente; b) Objetivos da oficina: determinar os objetivos de aprendizagem que deseja alcançar durante a oficina; c) Desenvolvimento de habilidades: pensar em quais habilidades e conhecimentos os estudantes devem desenvolver ao longo do evento; d) Desenvolvimento de atividades práticas: projetar atividades práticas que envolvam os estudantes de forma ativa na investigação científica, na análise de questões sociais e éticas relacionadas ao tema escolhido, na exploração de tecnologias relevantes e na consideração dos impactos ambientais; e) Promover discussões e debates: incentivar os estudantes a participarem de discussões e debates em grupo sobre as temáticas ou dilemas éticos relacionados ao tema da oficina; f) Realização de pesquisas: estimular os estudantes a conduzir pesquisas independentes sobre o tema, utilizando fontes confiáveis de informação, para enriquecer suas compreensões e apresentar seus resultados para o grupo; g) Integração tecnológica: utilizar de tecnologias, quando apropriado, para facilitar a investigação, comunicação, apresentação de resultados e recursos *on-line* que podem enriquecer a experiência da oficina; h) Avaliação: desenvolver estratégias de avaliação para medir o progresso dos estudantes em relação aos objetivos estabelecidos. Isso pode incluir avaliações formativas ao longo da oficina ou apresentação para demonstrar o aprendizado alcançado; i) Incentivar a reflexão: pedir aos acadêmicos refletirem sobre o que aprenderam durante a oficina e, como isso, se relaciona com suas vidas diárias e o mundo em geral. Ao final da oficina é solicitado a escrita de narrativas contando sobre como foi essa experiência para sua formação pessoal e profissional.

Essas oficinas foram desenvolvidas no ano de 2022. Ao todo, foram desenvolvidas cinco oficinas com as temáticas: “Você contamina o que come”, cujo objetivo foi conceber os males que os descartes errôneos podem provocar à saúde humana; “Eu sinto muito!”, visando abordar

os transtornos de ansiedade, destacando o uso de ansiolíticos e medicamentos laboratoriais, seus efeitos colaterais e as consequências do uso em excesso, contrapondo com a medicina natural para esse tratamento; “Nuvens de problemas”, onde objetivaram identificar atitudes diárias e correlacionar as mudanças que cada uma pode influenciar no clima mediante imagens, experimentação, reportagens, modelos didáticos e informações acerca das mudanças que já estão ocorrendo no planeta; “Óleo de cozinha: os impactos ambientais e como (re)utilizá-lo de maneira sustentável”, para conscientizar os estudantes sobre os impactos ambientais causados pelo descarte incorreto do óleo de cozinha, e, incentivar o descarte correto e as várias formas de reutilização e, por fim, a oficina “A Química dos Cosméticos”, onde os conceitos químicos foram utilizados para compreensão da cosmologia, entender como usar cosméticos, quais os malefícios do mal uso e como estes atuam no corpo ou no cabelo. Essas oficinas foram realizadas em duas escolas da rede básica de ensino da região para o público entre 9.º ano do Ensino Fundamental a 2.º série do Ensino Médio, contendo em cada turma de 20 a 30 alunos. As OTCs tiveram o caráter de desenvolver aproximação com a ciência, estímulo à criatividade, desenvolvimento de habilidades práticas. O formato das oficinas tornou o aprendizado mais envolvente e divertido, favorecendo o pensamento crítico, socialização e trabalho em equipe, estímulo à carreira científica, pois ao participar delas os estudantes podem se identificar com a carreira relacionada à ciência e tecnologia. Em geral, as oficinas temáticas podem promover um ensino de ciências mais envolvente e eficaz, além de contribuírem para a formação de cidadãos mais informados e conscientes sobre o mundo ao seu redor (TORRALBO ET AL., 2007).

A percepção dos estudantes em relação às oficinas temáticas de ciências pode variar dependendo de diversos fatores, como o conteúdo específico da oficina, a metodologia utilizada, o nível de interatividade e o interesse pessoal dos estudantes na área científica. No entanto, essas oficinas trouxeram aspectos positivos sobre essas atividades educacionais. Alguns dos pontos citados pelos acadêmicos incluem: aprendizagem prática, eles valorizam a oportunidade de aplicar conceitos científicos na prática, tornando o aprendizado mais significativo e relevante; a interatividade, onde eles têm a chance de participar ativamente das atividades em vez de apenas ouvirem uma aula expositiva; a realização dos experimentos e o desenvolvimento de habilidades úteis, os estudantes percebem que as habilidades adquiridas em oficinas, como pensamento crítico, resolução de problemas e trabalho em equipe, podem ser aplicadas em diversas áreas da vida. Baseado nos relatos em geral, as oficinas temáticas de ciências têm o potencial de tornar o aprendizado mais interessante e envolvente para muitos estudantes.

730

Conclusão

As oficinas temáticas de ciências geralmente envolvem os alunos em atividades práticas, investigações e discussões. Através da experiência das aplicações das oficinas, essa abordagem ativa de aprendizagem permitiu que os alunos se tornassem participantes ativos na construção

do conhecimento, o que pode levar a uma compreensão mais profunda e duradoura dos conceitos científicos, e uma relação entre conteúdos e aspectos sociais, ambientais, políticos, etc., que de alguma forma aproxima a ciência com o cotidiano do aluno. Em suma, as oficinas temáticas de ciências podem ser uma poderosa ferramenta educacional para enriquecer a aprendizagem dos alunos, proporcionando experiências práticas e interdisciplinares que os ajudam a compreender a ciência como uma disciplina relevante e impactante em suas vidas e no mundo ao seu redor. A extensão universitária é de suma importância para a universidade estreitar laços com a comunidade, fortalecendo a formação dos licenciandos com atividades práticas na Educação Básica e corroborando com um ensino de ciências mais diversos.

Referências

CASTRO, Luciana Maria. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**. Reunião anual da ANPED, v. 27, p. 1–16, 2004.

CUNHA, Maria Isabel da. **O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação**. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 3, p. 609–626, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022013005000014>>.

DELIZOICOV, Demétrio; ANDRÉ ANGOTTI, José; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**, [s.l.]: Cortez, 2002.

IMBERNON, Francisco. **A educação no século XXI**. Artmed Editora, 2009.

SILVA, Giovanna Stefanello; BRAIBANTE, Mara Elisa Fortes; BRAIBANTE, Hugo Tubal Schmitz; *et al.* **Oficina temática: uma proposta metodológica para o ensino do modelo atômico de Bohr**. Ciência & Educação (Bauru), v. 20, n. 2, p. 481–495, 2014.

TORRALBO, Daniele et al. **Oficinas temáticas no ensino público: formação continuada de professores**. São Paulo: FDE. Acesso em: 29 jul. 2023. 2007.

ZANOTTO, Ricardo Luiz; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggatto; SAUER, Elenise. **Ensino de conceitos químicos em um enfoque CTS a partir de saberes populares**. Ciência & Educação (Bauru), v. 22, n. 3, p. 727–740, 2016.

UNIDADE AUXILIAR CENTRO JURÍDICO SOCIAL: POTENCIALIZANDO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Beatriz Moraes Rodrigues de Oliveira¹
Maria Vitória Santos Belarmino²
Leliana Fritz Siqueira Veronez³
Maria Bernadete Saldanha Lopes⁴
Nayara Hakime Dutra⁵

Introdução

O acesso à justiça é um princípio constitucional fundamental brasileiro que garante que todos os cidadãos têm o direito de buscar e obter uma resolução justa e imparcial para seus conflitos legais, independentemente de sua situação econômica, social ou cultural. Nesse contexto, o acesso à justiça também envolve a acessibilidade financeira, estabelecendo que as pessoas devem ter meios de buscar a justiça, mesmo que não tenham recursos financeiros para contratar advogados ou pagar taxas judiciais. Isso pode envolver a disponibilidade de assistência jurídica gratuita ou custos judiciais reduzidos para pessoas de baixa renda.

Para que isso seja possível, esse cenário deve ser levado para fora dos dispositivos legais e implementado no cotidiano dos cidadãos de maneira eficiente, já que é visível que apenas a existência de leis não garante a efetivação dos direitos, apenas implementa que eles devem existir, como disse Maria Tereza Aina Sadek “A efetiva realização dos direitos não é, contudo, uma decorrência imediata da inclusão do direito de acesso à justiça na Constituição e em textos legais” (Sadek, 2014, p. 57). As políticas públicas para a garantia desse direito específico previsto no art. 5º, LXXIV: “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” são diversas, como a capacitação de profissionais próprios para oferecer esse serviço gratuito, porém o próprio acesso a esses profissionais é dificultado. A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, criada em 1990 e oficializada em 1992 por docentes dos cursos de Direito e de Serviço Social com o intuito de atender a comunidade e de constituir campo de estágio e pesquisa dos estagiários. A Unidade é instituição de referência

732

¹ Graduanda em Direito pela UNESP/FCHS

² Graduanda em Direito pela UNESP/FCHS

³ Advogada da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (Integrantes)

⁴ Advogada da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (Integrantes)

⁵ Supervisora da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (Integrantes)

do Laboratório Social Jurídico: Acesso à Justiça (LABJUS) na cidade do interior de São Paulo, Franca, situada na Universidade Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP/FCHS) que busca reverter esse conflito.

Os serviços oferecidos à população pelo LABJUS são voltados para a assistência jurídica em casos de direito de família e previdenciário, como por exemplo casos de benefício de prestação continuada, pensão alimentícia, curatela/interdição, entre outros, de maneira gratuita. Para atuação nesses processos, o Centro Jurídico conta com diversos profissionais, principalmente advogadas e assistentes sociais, que realizam o acompanhamento judicial necessário, juntamente com seus estagiários.

O funcionamento dessa unidade é feito através de triagens mensais, nas quais as advogadas e assistentes sociais atendem os cidadãos da comunidade de Franca/SP para identificar suas demandas e agendar uma reunião para de fato dar início ao processo jurídico. A partir disso, as profissionais acompanham os casos e tomam as medidas judiciais precisas para a resolução do conflito dos usuários do programa. Todo acompanhamento é realizado de forma acolhedora e sensibilizada, mas, infelizmente, apenas uma unidade auxiliar não é o suficiente para atender as demandas de toda a população de Franca, visto que, a quantidade de vagas é limitada, incapaz de suprir e solucionar as questões que afetam todos os cidadãos.

Além do atendimento dentro da unidade, o Centro Jurídico Social promove outros projetos de extensão, que buscam levar o serviço à comunidade. Um desses projetos é o “Caminhos da Justiça”, uma carreta que leva os profissionais e seus estagiários até locais coletivos, como hospitais, centro para a população em situação de rua, escolas, dentre outros, a fim de propagar o conhecimento e fazer orientações a respeito dos diversos assuntos trabalhados na unidade, sendo essa mais uma maneira de garantir o acesso à justiça, visto que “sociedades marcadas por elevados índices de desigualdade econômica e social apresentam alta probabilidade de que amplas camadas de sua população sejam caracterizadas pelo desconhecimento de direitos” (Sadek, 2014, p. 57). Também há projetos de extensão, sendo eles o Grupo de Extensão Universidade na Comunidade (GEUNIC) e o próprio LABJUS que realizam oficinas com estudantes de escolas públicas do ensino médio e da graduação, com o objetivo de conhecerem a faculdade e a unidade e seus serviços. Dessa forma, percebe-se a importância da extensão universitária, sendo este o momento em que o conhecimento pesquisado é retribuído à sociedade, assim como reforça Schmitz:

“A universidade tem compromisso com a comunidade na qual se insere, da qual faz parte e da qual recebe sua legitimação... Não é apenas a universidade que atua na comunidade, atendendo-a naquilo que está sozinha não consegue realizar. É a universidade convivendo, pesquisando, analisando, participando e dinamizando a comunidade em todos os aspectos e setores em que tiver alguma competência ou condição de agir.” (Schmitz, 1984, p. 171-2)



Diante disso, fica evidente que o acesso à justiça vai além da mera existência de leis e regulamentos. Para que seja efetivo, é importante que seja implementado de forma prática e eficaz no cotidiano dos cidadãos. A existência de políticas públicas é um passo importante, mas a efetivação dessas políticas é fundamental para garantir que todos tenham igualdade de acesso à justiça. A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social é uma instituição que busca concretizar esse princípio fundamental. Ao oferecer serviços de assistência jurídica gratuita, especialmente em casos de direito de família e previdenciário, a Unidade Auxiliar desempenha um papel vital na comunidade local.

Objetivos gerais

O objetivo deste artigo é realizar uma análise da atuação da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social como um componente crucial na garantia e promoção do acesso à justiça, bem como no desenvolvimento de abordagens para enfrentar complexos desafios sociais. Este estudo visa entender em profundidade como a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social desempenha um papel essencial na proteção dos direitos individuais dos cidadãos na comunidade da cidade de Franca/SP. Além disso, busca-se investigar as estratégias específicas adotadas por esta unidade para abordar questões sociais, examinando sua eficácia e impacto na sociedade. Por meio de uma análise das práticas e dos projetos de extensão desenvolvidos pela unidade, objetiva-se contribuir para um maior conhecimento sobre a função desempenhada pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, apresentando a maneira como a inserção de unidades como esta nas comunidades auxilia na efetivação de direitos do cidadão.^[N3]

734

Metodologia, materiais e métodos

A metodologia utilizada é a empírica, que traz uma abordagem de pesquisa que se concentra na coleta e análise de dados empíricos, ou seja, dados obtidos por meio da observação direta, experimentação ou investigação de campo. O artigo se baseia em evidências concretas e observáveis de casos práticos e atividades realizadas pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. Dessa maneira, a metodologia empírica é essencial, já ^[N4] que ela busca uma compreensão fundamentada e baseada em evidências de fenômenos do cotidiano comum, assim como é a abordagem do artigo.

Os materiais utilizados são relatórios das atividades da unidade auxiliar, textos e livros complementares que apresentam essa temática.



Resultados

Os resultados trazem o entendimento da essencialidade da existência da unidade auxiliar, identificando através das pesquisas e materiais analisados a importância do trabalho realizado pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, e a maneira como desempenha um papel de destaque na garantia e promoção do acesso à justiça na comunidade de Franca/SP. Diversas pessoas têm seus direitos efetivados e problemas jurídicos solucionados por meio da assistência jurídica gratuita, algo que deveria estar disponível para todos.

Diante disso, os resultados também ressaltam a importância da Unidade Auxiliar na proteção dos direitos individuais dos cidadãos da comunidade. Através das análises de caso, fica evidente como a unidade contribui para garantir que os direitos legais das pessoas sejam respeitados e efetivados. A pesquisa revela a eficácia das estratégias específicas implementadas pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social no enfrentamento de questões sociais relativas às necessidades jurídicas dos indivíduos, que muitas vezes não têm condições financeiras de arcar com os custos processuais para resolvê-las.

Conclusão

Através de dados empíricos e estudos de casos, o artigo demonstra como as estratégias da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social têm impacto positivo na resolução de problemas legais e na melhoria das condições sociais na comunidade. Assim como supracitado, os cidadãos demonstram uma carência no que toca a efetivação de direitos, mostrando como o acesso à justiça é defasado, mesmo que seja um direito fundamental previsto constitucionalmente.

É possível concluir que a Unidade Auxiliar é um locus de acesso às políticas públicas extremamente necessárias,^[N5] cujo trabalho para tornar os direitos relativos ao acesso à justiça direitos reais e palpáveis, com objetivo de efetivar os dispositivos constitucionais para além do que está no papel. Portanto, com base nos dados coletados, é imprescindível que exista investimento governamental para inserção de outras unidades auxiliares que tenham o mesmo objetivo em todo o país, tendo em vista que a população sofre com a precarização dos seus próprios direitos, inexistindo meios o suficiente para usufruírem deles.

A partir da implementação de mais equipamentos^[N6] de políticas públicas como esta, a ^[N7] população usuária terá mais acessibilidade para garantirem seus próprios direitos. Desse modo, o país poderá caminhar para uma situação mais equalitária, em que os indivíduos participem de uma sociedade que preza pelos seus direitos e cumpre seus deveres.

2023

 **J I** Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Referências

GRINOVER, Ada P. & WATANABE, Kazuo. O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, Forense, 2011. JUNQUEIRA, Eliane. “Acesso à Justiça: um Olhar Retrospectivo”, in Revista de Estudos Históricos, n. 18, 1996.

SADEK, Maria Tereza Aina. ACESSO À JUSTIÇA: UM DIREITO E SEUS OBSTÁCULOS. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva, FILHO, Pe. Mário José Filho. Construindo Saberes. Franca/SP, 2010.

736



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

USO DAS REDES SOCIAIS COM ÊNFASE NO PROJETO EXTENSÃO INTITULADO “TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA OS FUNCIONÁRIOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARICÁ”

Helaine Quintanilha Pacheco
Grazielli Pereira Bragança
Karen Novaes Castellar
Lidiane Dias Reis

Introdução

O Projeto de extensão da Faculdade de Ciências Médicas de Maricá intitulado "TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA OS FUNCIONÁRIOS DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARICÁ" busca abordar conhecimentos teóricos e práticos, no que se refere a atendimentos de primeiros socorros na qual devem ser aplicados à vítima. As ações do projeto foram desenvolvidas para serem realizadas de forma presencial, cuja principal finalidade é articular ações nos campos do ensino, assistência e pesquisa. No entanto, a internet é uma alternativa para dar continuidade a divulgação das ações dos projetos, tendo em vista a significativa adesão do público às redes sociais.

737

Objetivo

- apresentar as redes sociais, como recurso tecnológico e inovador, no projeto de extensão universitária e os objetivos específicos são relatar a experiência de usar as redes sociais como ferramentas pedagógicas;
- apresentar as vantagens e dificuldades de trabalhar com redes sociais no projeto de extensão e apontar as redes sociais como espaço de comunicação, interação e formação.

Nesse intuito, foi feito primeiramente uma breve revisão da temática e posteriormente a discussão de um relato de experiência sobre o uso das redes sociais em uma trilha educacional. Com o esclarecimento e o diálogo com os colaboradores de modo a firmar compromissos éticos e sociais, como mecanismo pedagógico interdisciplinar após o treinamento de Primeiros socorros no processo de ensino aprendizagem com uma divulgação do trabalho nas redes sociais.



Metodologia

As práticas do projeto foram realizadas de forma presencial, onde as atividades são registradas e divulgadas em mídias sociais com o intuito de disseminação do trabalho desenvolvido pelos extensionistas.

Resultados

O projeto possui um perfil em rede social na qual utiliza para divulgar algumas unidades treinadas, vídeos dos discentes explicando passo a passo de como realizar manobras e procedimentos de uma forma que seja prática e que possa ajudar as pessoas a aprenderem as manobras e procedimentos através de uma forma fácil e rápida como a rede social. No entanto publicamos a participação dos discentes em eventos que escreveram trabalho científico através dos dados do projeto de extensão. A rede social utilizada foi o Instagram, na qual página intitulada “PRIMEIROS SOCORROS FACMAR” Atualmente tem 406 seguidores atingidos na rede social, na qual foram publicados 44 materiais.

Considerações Finais

Conclui-se que as redes sociais se mostraram um importante recurso didático-pedagógico, vale salientar a importância do manuseio das redes sociais para uma divulgação da temática trabalhada. Além de exigir dos extensionistas uma capacidade crítica e conhecimentos acadêmicos, se faz necessário expandir uma habilidade na interpretação dos conteúdos, para que sejam apresentados de forma lúdica, prática e de fácil entendimento da sociedade, fazendo-se cumprir os principais pilares da extensão universitária.

738

Descritores

Enfermagem; primeiros socorros; educação em saúde; extensão universitária.

Referências

PECHI, Daniele. Como usar as redes sociais a favor da aprendizagem: 01 out. 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/>. Acesso em: 18/07/2023.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Vice-Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança. NUBio Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003. Disponível em: <https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeirosocorros.pdf> > Acesso em: 25/04/2023

AZEVEDO, Cláudio Roberto Freire de Azevedo; GADELHA, Gleicianne Garcia. Urgências em Saúde Mental. In: **Urgências em Saúde Mental**. 2022. p. 104-104.

739



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Resumos Expandidos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL POR UM VIÉS EDUCATIVO

Stefania da Silva Gorski¹
Gabriela Rodrigues Noal²
Melina Hickmann³
Thamires Luana Cordeiro⁴
Cadidja Coutinho⁵

Introdução

As Unidades de Conservação (UC) são áreas protegidas por lei que possuem características de grande relevância ecológica e têm o objetivo de conservar os recursos naturais, também servem de instrumentos para Educação Ambiental, e para a realização de pesquisas e geração de renda. Além disso, segundo Matarazzo e Serva (2021), trata-se de uma estratégia muito utilizada mundialmente para proteger os espaços naturais.

No contexto brasileiro, as UC são estabelecidas pelos três poderes: municipal, estadual e federal, podendo existir em áreas públicas e privadas (MATARAZZO; SERVA, 2021). Nesse sentido, os dados do Ministério do Meio ambiente apontam que “o Brasil possui 2.446 UC (em todos os níveis), o que representa uma área de 2.506.199 km², maior do que muitas regiões brasileiras ou mesmo países” (MATARAZZO; SERVA, 2021, p. 603).

Segundo Valenti et al.(2012), as UC estão entre as principais estratégias de conservação da diversidade biológica e aos aspectos culturais associados a ela, dessa forma, tornam-se espaços oportunos e fundamentais para o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA). Isto posto, o estudo supracitado menciona ações educacionais que podem ser desenvolvidas nesses locais, como trilhas interpretativas, vivências na natureza e atividades contemplativas (VALENTI *et al.*, 2012).

Dessa forma, a EA torna-se uma ferramenta importante para sensibilizar a população acerca da biodiversidade presente nessas áreas, que está cada vez mais ameaçada devido à forma irresponsável os recursos naturais estão sendo utilizados. A EA é capaz de construir uma sociedade crítica capacitada para tomar decisões individuais e coletivas a favor do meio ambiente, pois transforma concepções e perspectivas através da reflexão e mudanças de atitudes

740

¹ Mestranda no PPG em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria.

² Mestranda no PPG em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria.

³ Estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Doutoranda no PPG em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Santa Maria.

⁵ Professora adjunta no Departamento de Metodologia do Ensino na Universidade Federal de Santa Maria.



que impactam aspectos culturais, sociais e políticos visando a proteção e preservação da biodiversidade (BARBOSA; DE LIMA; LIMA, 2023).

Uma alternativa que tem se apresentado eficiente para transformar concepções e perspectivas ambientais é o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ambiental, através do pertencer é possível incentivar as pessoas a valorizarem, cuidarem e se reconhecerem como parte do ambiente. Ao estabelecer conexões sociais e afetivas com o ambiente em que estão inseridas, há a construção de um vínculo de forma genuína durante o cotidiano por meio de interações com a natureza (DUTRA *et al.*, 2023).

Sendo assim, este trabalho trata-se de um projeto extensionista (em andamento) pautado na valorização ambiental e social de ambientes naturais, por intermédio de ações de Educação Ambiental. Objetiva-se despertar o sentimento de pertencimento da comunidade universitária e escolar sobre o Parque Natural Municipal do Morros (PNMM), uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral localizada no município de Santa Maria no Rio Grande do Sul/BR.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, e para executar o projeto está sendo construída uma vivência de imersão sensorial de forma itinerante, que remete a experiência inicial ao PNMM a fim de sensibilizar os participantes sobre a importância da existência de uma UC no município. Dessa forma, a metodologia está sendo dividida em duas partes, sendo a primeira, realizar saídas de campo no parque para um levantamento da área e potenciais elementos a serem abordados na atividade e para a confecção de materiais gráficos de EA realizados a partir do estudo/levantamento realizado sobre o PNMM, contendo referências bibliográficas, fotográficas e possíveis materiais coletados no Parque.

Posteriormente, na segunda etapa do projeto, são selecionados materiais para criar um momento de imersão sensorial, construído com elementos que também fazem parte da UC, como plantas, flores, que remetem texturas e aromas. Ainda, trazer sons, cores e imagens, para que os participantes vivam o mais próximo possível das riquezas do parque, estimulando todos os sentidos e oferecendo uma experiência de pertencimento ao espaço. Essa exposição está sendo realizada em escolas da Rede Municipal de Ensino e em eventos da Universidade financiadora do projeto.

Resultados

Como resultados, até o momento foram elaborados materiais didáticos como um jogo com a fauna que ocorre no PNMM, com o propósito de os participantes relacionarem os animais com o tipo de ambiente em que eles vivem (floresta, área urbana, próximos a riachos, etc). Para

identificação dos animais representados foi elaborada uma cartilha com o nome popular e científico de cada espécie (Figura 1).

Figura 1 - Jogo das espécies.



Fonte: Autoras

Além disso, foram produzidos banners com a imagem panorâmica do Parque convidando os participantes para se sentir parte do PNMM, com uma montagem para fotografar como se estivesse no local (Figura 2). Para uma primeira aplicação foi realizada uma oficina com professores de uma Escola de Educação Básica do município, em que puderam vivenciar uma experiência sobre como utilizar a UC como abordagem no ensino de diferentes áreas do conhecimento.

742

Figura 2 - Montagem de para fotografia



Fonte: Autoras

Dessa forma, com a intenção de aguçar os sentidos, foi oferecido um café nativo com um pão de ora-pro-nobis, geléia de jerivá e jaboticaba, todas pertencentes à flora nativa que ocorre no PNMM. Posteriormente, os professores foram divididos em três grupos em que cada grupo foi direcionado para oficinas diferentes. Na primeira foi feita a apresentação de jogos digitais com a temática do Parque, explicando sobre a biodiversidade e o conceito de unidades de conservação através de jogos como caça-palavras, oferecendo uma maneira descontraída e diferenciada de discutir questões importantes relacionadas à UC. Após a apresentação das relações e problemas relacionados ao PNMM, os participantes receberam instruções para sistematizar os pontos importantes sobre o que aprenderam sobre o Parque utilizando a metodologia das "rotinas do pensamento", que organiza o conhecimento e facilita a aprendizagem, apresentando-as por meio de abordagens ágeis.

Na segunda oficina foi realizada a dinâmica da máquina fotográfica, em que os participantes foram separados por duplas, de forma que um era o fotógrafo e outro a câmera. O fotógrafo foi responsável por guiar a dupla até um ponto e ambos deveriam fotografar o ambiente a partir de sua própria perspectiva, cada um deveria representar através de palavras ou desenho o que estava observando.

Na sequência, a terceira oficina, teve a intenção de os professores elaborarem fanzines, que são revistas artesanais, em que deveriam responder a pergunta "Como o PNMM pode ser estratégia para sustentabilidade no meu planejamento de ensino?", sendo assim, cada um deveria construir sua própria fanzine com os materiais disponíveis (revistas para recorte, lápis de cor, canetas, tesoura, cola, etc.) Também, foi mostrado como o *podcast* pode ser usado como estratégia de gravar em formato de áudio o que estava descrito no material.

Para finalizar a atividade, todos voltaram a mesma sala para um relato sobre como foi a experiência ao participar das oficinas, como perceberam esse momento e uma exemplificação dos materiais produzidos por cada grupo. Por fim, foi distribuída para cada participante a fanzine do PNMM, a qual foi elaborada pelo projeto, com as informações da biodiversidade que ocorre no parque.

Conclusão

A atividade foi de grande importância, pois trouxe reconhecimento para o PNMM e oportunidades de explorá-lo como tema em sala de aula, através de uma variedade de atividades motivadoras que estimularam os participantes a refletirem sobre a existência das Unidades de Conservação e sua relevância. Além disso, todas as propostas de atividades enfatizaram o protagonismo do aluno, permitindo que eles participem ativamente no processo de ensino e aprendizagem.

Os docentes registraram terem vivido uma excelente experiência em grupo, repleta de aprendizado e boa interação com os colegas, em que puderam compartilhar suas perspectivas e adquirir novos saberes. Por fim, conclui-se que existe uma urgência em tratar desses conhecimentos acerca das Unidades de Conservação, uma vez que há escasso entendimento sobre a existência e potencial desses espaços. A proteção dessas áreas não apenas enriquece nossas vidas, mas desempenha um papel crucial na preservação da vida no planeta, o que torna fundamental a disseminação eficiente e ampla desses conhecimentos.

Referências

BARBOSA, Manuel Saldanha; DE LIMA, Janaína Paolucci Sales; LIMA, Renato Abreu. Contribuições da Educação Ambiental para a biodiversidade no Amazonas: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 18, n. 1, p. 194-210, 2023.

DUTRA, Carlos Antonio Furtado.; AGUIAR, Thayslane Sousa.; GONÇALVES, Maria Claudia.; DZIEDZIC, Maurício. O DESENVOLVIMENTO DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO AO MEIO AMBIENTE: ESTADO DA ARTE. **RAEGA-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 56, p. 102-120, 2023.

MATARAZZO, G.; SERVA, M.. Environmental Conservation Units – a Pragmatist Analysis of the Organizational Management and Modes of Existence of an Ecological Station. **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 98, p. 607–626, jul. 2021.

VALENTI, M. W. et al.. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 267–288, mar. 2012.

**TEXTOS
COMPLETOS**

INTERVENÇÃO OU DEFERÊNCIA JUDICIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA

Marcelo Lamy¹
Ana Julia dos Santos²

Introdução

No Estado Democrático de Direito, onde é assegurada a separação dos poderes, deve haver, ordinariamente, a deferência entre eles. Sendo cabível a intervenção somente nas hipóteses legitimadoras do sistema de freios e contrapesos, como são os controles de constitucionalidade, legalidade, motivação, razoabilidade e proporcionalidade.

Tem-se a deferência como modalidade de autocontenção, conduta pela qual o Judiciário procura reduzir sua interferência nas ações dos outros poderes. Segundo o conceito de Eduardo Ferreira Jordão (2016, pp. 50 e 555): “de maneira que não decidem diretamente a questão jurídica posta, mas apenas apreciam a razoabilidade, coerência e/ou logicidade da interpretação ou decisão adotada pela autoridade administrativa.”.

Enquanto a intervenção, por sua vez, pode se dar mediante a *justiciability*, isto é, possibilidade de um direito ser garantido por juízes quando não há uma legislação ordinária que o regule, mas há provisões constitucionais. Neste caso, o Judiciário assume o papel ativo e cria medidas objetivas que visam assegurar os direitos previstos no ordenamento constitucional, enquanto não surgir a lei. Também pode ser considerado interferente quando impõe a sua interpretação a respeito de um texto legal.

A partir desses conceitos, passamos a analisar algumas decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, a fim de identificar se esse tribunal tem agido, de fato, com maior intervenção ou deferência no campo específico da saúde pública.

A presente pesquisa foi desenvolvida através da análise de decisões proferidas valendo-se da técnica dos repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça no âmbito da saúde pública. O método utilizado foi a análise lógica (premissas, conexões e ilações) dos textos (votos condutores e concorrentes) que compõe os acórdãos em inteiro teor que fixaram teses vinculantes sobre o assunto.

Em primeiro plano, foram selecionados os temas que seriam objetos de análise no portal do Superior Tribunal de Justiça (identificaram-se os seguintes temas: 84, 98, 106, 686, 766 e 1.024). Nesse texto, são relatados os resultados dos temas 84, 98 e 106.

¹ Doutor, PPGD em Direito da Saúde (UNISANTA)

² Graduanda, Curso de Direito (UNISANTA)

Valendo-nos das técnicas da análise de conteúdo e do discurso (Lamy, 2020, p. 345), foram levantadas as seguintes categorias de análise: tema em discussão; número do recurso especial; questão jurídica debatida; problema fático enfrentado na discussão; argumentos relevantes e centrais que fundamentaram o julgamento (separando-os em fundamentos legais e norma interpretada); pressupostos/argumentos não identificados na tese, contudo presentes nos votos condutores ou concorrentes; e, por fim, deixou-se um campo de observações sobre o caso, para apontar considerações não categorizáveis.

Após a análise interpretativa de cada tema (84, 98 e 106), individualmente, passamos a identificar os argumentos relevantes e centrais de cada discussão, bem como os pressupostos fáticos não mencionados na tese.

Do ponto de vista teórico, a presente pesquisa ancorou-se nos conceitos estruturados por Oliveira e Lamy sobre a teoria e as técnicas dos precedentes.

Pressupostos teóricos

Em primeiro plano, é pressuposto da presente investigação que a razão de fundo do sistema de precedentes (e, por consequência, das teses vinculantes que analisaremos) é a de ele ser uma forma de se descobrir uma racionalidade mais adequada para o significado abstrato das normas, um enriquecimento hermenêutico proporcionado pelas circunstâncias do caso (Oliveira; Lamy, 2023d, p. 134). Ademais, que esse ganho interpretativo não fecha o Direito, não conduz naturalmente à imposição de uma única interpretação (Oliveira; Lamy, 2023d, p. 134). Além disso, que o precedente invocado tem de ser submetido à interpretação, ao debate (Oliveira; Lamy, 2023d, p. 134-135).

Em segundo plano, que a interpretação de um precedente depende da identificação de seus motivos determinantes (Oliveira; Lamy, 2023a, p. 123):

Identificar os fundamentos apresentados: retirando do palco o *obiter dictum*, identificando os condicionantes fáticos do caso (apresentados pelas partes ou levantado pelo juízo com relação às partes) – *adjective facts*, os condicionantes fáticos do contexto (circunstâncias sociais, econômicas, culturais, históricas etc. que extrapolam a realidade das partes do caso) – *legislative facts* e os condicionantes jurídicos (regras e princípios em embate; internacionais, constitucionais, supralégais, infraconstitucionais e regulamentares).

Em terceiro plano, que a aplicação irrestrita de um precedente (ou tese vinculante) depende de o caso presente se ajustar plenamente aos elementos fáticos analisados anteriormente, pois são idênticos ou extremamente similares, além de os argumentos jurídicos anteriores continuarem adequados, pois não houve alteração normativa (Oliveira; Lamy, 2023b, p. 59). De outro lado,

que deve se fazer distinção se uma peculiaridade fática ou jurídica implicar na razoabilidade de outra solução, constituindo-se, então, uma situação excepcional abstrata (Oliveira; Lamy, 2023c, p. 73-74).

Tema 84 – possibilidade de impor o bloqueio de verbas públicas para o Estado

A discussão do tema repetitivo n. 84 se baseia na possibilidade de o juiz adotar medidas eficazes para a efetivação de suas decisões, como o bloqueio de verbas públicas, no caso de o Estado não cumprir o dever de fornecer medicamentos.

Em seu julgamento, foi fixada tese determinando que, tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao juiz adotar medidas eficazes a efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente árbitro, e sempre com adequada fundamentação.

A norma interpretada é o art. 461, §5º do CPC/1973.

Entre os principais argumentos jurídicos fundamentadores da tese, tem-se os artigos 6º e 196 da Constituição Federal.

Na tese não restou determinada que a necessidade da aquisição do medicamento seja urgente e impostergável, bem como a doença urgente, sob pena de grave comprometimento da saúde do demandante, como debatido no acórdão, nem que a medida somente deverá ser adotada em caráter excepcional.

Apontou-se, no acórdão, não haver um rol taxativo de medidas a serem adotadas, tendo o juiz discricionariedade para escolher as necessárias.

Registra-se, de forma esquematizada, os dados extraídos da interpretação do acórdão proferido no julgamento do Tema 84 do C. Tribunal Superior:

750

Quadro 1 – Tema 84

Pressupostos fáticos	Inadimplemento do Estado na obrigação de fornecer medicamento; Doença grave. A medida necessária à efetivação da tutela específica ou à obtenção do resultado prático equivalente, deve ser concedida apenas em caráter excepcional, onde haja nos autos comprovação de que o Estado não esteja cumprindo a obrigação de fornecer os medicamentos pleiteados e a demora no recebimento acarrete risco à saúde e à vida do demandante.
Pressupostos jurídicos	Bloqueio de verbas públicas;
Norma interpretada	art. 461, §5º do CPC/1973 e arts. 6º e 196 da Constituição Federal.
Tese fixada	Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao juiz adotar medidas eficazes a efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação.
Fundamentos determinantes da tese	Tutela ao subjetivo à saúde sobre o interesse público, que, no caso, consubstancia-se na preservação da saúde da demandante com o fornecimento dos medicamentos adequados, em detrimento dos princípios do Direito Financeiro ou Administrativo. Em situações de inconciliável conflito entre o direito fundamental à saúde e o da impenhorabilidade dos recursos da Fazenda, prevalece o primeiro sobre o segundo. Sendo urgente e impostergável a aquisição do medicamento, sob pena de grave comprometimento da saúde da demandante, não teria sentido algum submetê-la ao regime jurídico comum, naturalmente lento, da execução por quantia certa contra a Fazenda Pública. Assim, pode-se ter por legítima, ante a omissão do agente estatal responsável pelo fornecimento do medicamento, a determinação judicial do bloqueio de verbas públicas como meio de efetivação do direito prevalente. Assinale-se que, no caso concreto, não se põe em dúvida a necessidade e a urgência da aquisição do medicamento.
O que a tese não revela	Necessidade de a aquisição do medicamento ser urgente e impostergável, sob pena de grave comprometimento da saúde do demandante. Necessidade de a doença ser grave. Rol taxativo de medidas a serem adotadas, tendo o juiz discricionariedade para escolhê-la, dentro da lei.

751

Fonte: Elaborado pelos autores

Neste caso, o Poder Judiciário agiu com intervenção no julgamento e consolidação da tese.

Tema 98 – possibilidade de impor a medida coercitiva da multa para o Estado

No tema 98, o STJ avaliou a possibilidade de ser imposta a multa a que alude o art. 461, §5º do CPC/1973, nos casos de descumprimento da obrigação de fornecer medicamentos, imposta a ente estatal.

No julgamento, o Tribunal Superior deferiu a possibilidade de imposição de multa diária (*astreintes*) a ente público, para compeli-lo a fornecer medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros, sob o fundamento de que é obrigação do Sistema Único de Saúde (SUS) garantir assistência à saúde em nível federal, estadual, municipal ou distrital, a fim de que todos sejam tratados de forma igualitária e digna.

Contudo, na tese não é mencionado o requisito da necessidade de existir a obrigação prévia, bem como o fato de que não importa o grau de complexidade da moléstia, devendo apenas ser comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada doença, sem a necessidade de essa ser grave.

Além disso, na tese não resta consignada a possibilidade de o Juiz escolher quais medidas irá se valer para o cumprimento da decisão exarada por si e que as *astreintes*, através de requerimento da parte ou *ex officio* pelo magistrado, podem ser reduzidas ou até mesmo suprimidas (nesta última hipótese, caso a sua imposição não se mostrar mais necessária), não fazendo, portanto, coisa julgada material.

Quadro 2 – Tema 98

752

Pressupostos fáticos	Imposição de multa na hipótese de descumprimento da obrigação de fornecer medicamentos, imposta ao ente estatal; Pessoa desprovida de recursos financeiros;
Pressupostos jurídicos	Impor <i>astreintes</i> a ente público.
Norma interpretada	art. 461, §5º, do CPC/1973
Tese fixada	Possibilidade de imposição de multa diária (<i>astreintes</i>) a ente público, para compeli-lo a fornecer medicamento à pessoa desprovida de recursos financeiros.
Fundamentos determinantes da tese	Obrigação do SUS de garantir assistência à saúde em nível federal, estadual, municipal ou distrital, a fim de que todos sejam tratados de forma igualitária e digna.
O que a tese não revela	Necessidade de obrigação prévia; Não importa o grau de complexidade da moléstia, devendo ser comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada doença; Juiz pode, dentro da lei, escolher quais medidas irá se valer para o cumprimento da decisão exarada por si; As <i>astreintes</i> , através de requerimento da parte ou <i>ex officio</i> pelo magistrado, podem ser reduzidas ou até mesmo suprimida, nesta última hipótese, caso a sua imposição não se mostrar mais necessária, não fazendo, portanto, coisa julgada material.

Fonte: Elaborado pelos autores

Neste caso, o Judiciário agiu, novamente, com intervenção.

Tema 106 – obrigatoriedade de fornecer medicamentos não-incorporados

No tocante ao tema n. 106, em que se discute a obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, foi fixada tese exigindo a presença cumulativa dos seguintes requisitos: i) comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; iii) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência.

Neste caso, o relator reconheceu que é dever do Estado proporcionar o direito constitucional e fundamental à saúde, de modo a fornecer medicamentos aos hipossuficientes. Defende que o Estado não se exonera pelo fato de existirem alternativas terapêuticas oferecidas pelo SUS, pois o médico é quem tem o poder de escolher o melhor tratamento, de forma exclusiva, por ser ele quem conhece o quadro clínico da paciente. Sustenta, também, que as listas do SUS devem servir tão somente de orientação na prescrição e abastecimento, sem força legal capaz de impor aos médicos a prescrição de medicamentos determinados, tendo em vista sua constante evolução tecnológica; o tratamento é imprescindível para o paciente.

Em voto vista, Assusete Magalhães acrescentou a necessidade de registro do medicamento na ANVISA, a fim de proteger os cidadãos de remédios experimentais e sem comprovação científica de sua eficácia, efetividade e segurança. Além disso, acrescentou também a necessidade de comprovação da ineficácia, para o tratamento da moléstia do paciente, dos fármacos disponibilizados pelo SUS.

Importante consignar que o acórdão em apreço, dentre os analisados, foi o único que discutiu a questão da inexistência de violação do princípio da separação dos poderes, na medida em que destacou que a intervenção do Judiciário na implementação de políticas públicas, notadamente para garantir a prestação dos direitos sociais, como a saúde, não viola o princípio da separação dos poderes.

As normas interpretadas foram os arts. 6º, 19-M, I, 19-P, 19-Q e 19-R da Lei n. 8.080/1990 (com a redação conferida pela Lei n. 12.401/2011).

Quadro 3 – Tema 106

Pressupostos fáticos	Pessoa desprovida de recursos financeiros para aquisição de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS.
-----------------------------	--

Pressupostos jurídicos	Obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS.
Norma interpretada	arts. 6º, 19-M, I, 19-P, 19-Q e 19-R da Lei n. 8.080/1990 (com a redação conferida pela Lei n. 12.401/2011).
Tese fixada	A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; iii) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência.
Fundamentos determinantes da tese	Constitui dever do Estado proporcionar o direito constitucional e fundamental à saúde, de modo a fornecer medicamentos aos hipossuficientes. O Estado não se exonera pelo fato de existirem alternativas terapêuticas oferecidas pelo SUS, pois o médico é quem tem o poder de escolher o melhor tratamento, de forma exclusiva, por ser ele quem conhece o quadro clínico da paciente. As listas do SUS devem servir tão somente de orientação na prescrição e abastecimento, sem força legal capaz de impor aos médicos a prescrição de medicamentos determinados, tendo em vista sua constante evolução tecnológica; o tratamento é imprescindível a paciente.
O que a tese não revela	Não identificado.

Fonte: Elaborado pelos autores

Mais uma vez, o Judiciário agiu com intervenção.

Considerações finais

Nos casos analisados, foi possível identificar pressupostos relevantes não mencionados nas teses. Restou claro que, nesses casos, o tribunal amparou-se em contextos e fundamentos fáticos para a formação da regra de decisão, mas não os transportou para a tese fixada.

Isto traz um problema para aplicação da tese, nos termos do artigo 489 do CPC/2015, que exige, do julgador que for utilizar a tese, a identificação dos pressupostos fáticos e jurídicos, a demonstração da similitude dos pressupostos do caso atual com o caso precedente e, por isso, a adequação de replicar ou não a regra de decisão.

Isto pode levar a aplicação da tese a situações inadequadas e moldar um Poder Judiciário por demais interferente.

Nos casos analisados, constatou-se a interferência, mas ela foi sempre amplamente justificada. O deslocamento da tese dos seus fundamentos justificadores pode implicar em uma aplicação indistinta da tese e, por isso, em um Judiciário extremamente interferente.

A análise crítica dos casos permite tecer considerações finais – embora limitadas ao universo de análise – a respeito da intervenção ou deferência judicial do Superior Tribunal de Justiça.

Extraí-se da análise do discurso (que se vale de vários e vários argumentos), que o Superior Tribunal de Justiça se alinha à deferência, mas não se mostra refratário à intervenção quando necessária.

De outro lado, o modelo de análise consolidado pelos autores desvelou-se com outras utilidades. A explicitação da tese vinculante com as categorias utilizadas seria uma forma de o tribunal divulgar mais adequadamente a sua posição interpretativa, evitando que o texto da tese divulgado seja tratado com o que realmente não é, um texto abstrato.

Referências

JORDÃO, Eduardo Ferreira. **Controle judicial de uma administração pública complexa: a experiência estrangeira na adaptação da intensidade do controle**. Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, 2016.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da Pesquisa: técnicas de investigação, argumentação e redação**. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Matrioska Editora, 2020.

755

OLIVEIRA, Danilo; LAMY, Marcelo. A Hermenêutica dos Precedentes Judiciais no Brasil. IN: VEIGA, Fábio da Silva; MONTEIRO, Susana Sardinha; CEBOLA, Cátia Marques (coord.). **Direitos Humanos, Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável**. Porto: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Instituto Jurídico Portucalense, 2023.

OLIVEIRA, Danilo; LAMY, Marcelo. A Racionalidade Vinculante de Precedentes Judiciais no Brasil Sob a Luz das Técnicas de Seguimento. IN: VEIGA, Fábio da Silva; GARRETT, João Bahia Almeida; ANJOS, Maria do Rosário (coord.). **Temas especiais de direito processual**, Porto/Maia: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Instituto Politécnico da Maia, 2023.

OLIVEIRA, Danilo; LAMY, Marcelo. A Racionalidade Vinculante de Precedentes Judiciais no Brasil sob a Luz das Técnicas de Não-Seguimento. IN: VEIGA, Fábio da Silva; GARRETT, João Bahia Almeida; ANJOS, Maria do Rosário (coord.). **Temas especiais de direito processual**, Porto/Maia: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Instituto Politécnico da Maia, 2023.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

OLIVEIRA, Danilo; LAMY, Marcelo. Fundamentos para a Racionalidade Vinculante de Precedentes Judiciais no Brasil. IN: VEIGA, Fábio da Silva; MONTEIRO, Susana Sardenha; CEBOLA, Cátia Marques (coord.). Direitos Humanos, Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável. Porto: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Instituto Jurídico Portucalense, 2023.

756



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

A CONTRIBUIÇÃO DA PALHAÇOTERAPIA PARA A SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS HOSPITALIZADAS- RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Rosa da Silva¹
Esthefany Maria Rocha Silva²
Clarysse Mariana Arruda Rodrigues³
Isadora Maria de Melo Ferreira⁴
Maryanna Rios Batista⁵

Introdução

De acordo com Valverde e Carneiro (2011), a doença e a internação podem se constituir em experiências dolorosas e desagradáveis para a criança e sua família, além de ocasionar um rompimento brusco nas suas atividades do dia a dia. O afastamento do ambiente familiar, social e afetivo pode suscitar a estes indivíduos, reações tais como comportamento regressivo, raiva, depressão, insegurança, medo e punição.

Nesse contexto, a hospitalização de uma criança é uma experiência estressante e desafiadora tanto para ela quanto para seus familiares. Além do desconforto físico e emocional causado pela doença, o ambiente hospitalar pode ser assustador e angustiante.

Dentro desse cenário de apatia, surge um personagem inesperado, o palhaço de hospital. A figura do palhaço de hospital quebra esse estigma, caracterizado com jaleco, adereços coloridos e nariz de palhaço, com a função de gerar momentos de alegria e entretenimento ao público, por meio de suas atitudes engraçadas e seu jeito diferente de se vestir, levando a criança para o universo da fantasia (SILVA *et al.*, 2016).

A atuação de palhaços em hospitais visa integrar um cuidar eficiente e um cuidar mais humano, em consonância com o conceito ampliado de saúde, considerando o ser humano todo em suas multiplicidades, para além do corpo físico. A centralidade deixa de ser a doença, o doente ou seus sintomas físicos e passa a ser a pessoa, sua nova realidade institucionalizada e os sentimentos consequentes dessas alterações (CATAPAN; OLIVEIRA; ROTTA, 2017).

757

¹ Docente do curso de enfermagem. UNCISAL. maria.silva@uncisal.edu.br

² Discente do curso de terapia ocupacional. UNCISAL. esthefany.silva@academico.uncisal.edu.br

³ Discente do curso de enfermagem. UNCISAL. clarysse.rodrigues@academico.uncisal.edu.br

⁴ Discente do curso de enfermagem. UNCISAL. isadora.ferreira@academico.uncisal.edu.br

⁵ Discente do curso de enfermagem. UNCISAL.maryanna.batista@academico.uncisal.edu.br

Dada a importância do palhaço no ambiente hospitalar, vale ressaltar que sua história na contemporaneidade se deu pelo movimento clown, o chamado Clown Care teve início nos anos 60 com Hunter Adams, mais conhecido como “Patch Adams”, que realizou alterações nas relações dentro dos hospitais por meio da “serventia do amor para todas as pessoas”, ele foi um dos primeiros a entrar no ambiente hospitalar vestido de palhaço, levando felicidade e contribuindo na atenuação das dores emocionais (BALDISSERA, 2021). E seu trabalho ficou conhecido pelo filme Patch Adams: O amor é contagioso.

Já no Brasil a adoção da palhaçoterapia se deu principalmente a partir do grupo Doutores da Alegria, que teve seu início em 1991 por Wellington Nogueira, ex-membro do grupo de palhaços de hospital da Big Apple Circus, grupo pioneiro nos Estados Unidos, que também aborda o palhaço de hospital, mas é composto por profissionais de artes cênicas. O trabalho do grupo visa desmistificar a figura do médico, tornando-a mais acessível e disponível para construção de laços (BRAZ; SILVA, 2020).

A divulgação dos Doutores da Alegria, originado em São Paulo, chegou ao conhecimento de uma estudante de medicina da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que resolveu adotar o método. Dessa forma, surgiu em 2002 o Sorriso de Plantão, projeto de extensão da UFAL em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). O grupo atua de forma voluntária e, além desse papel solidário, sua contribuição também é terapêutica, pois a tristeza pode ser encarada como uma doença que torna a recuperação ainda mais difícil, portanto, ao levar alegria para o local, os participantes contribuem também com a saúde dos pacientes (SORRISO DE PLANTÃO).

O projeto se desenvolve através de visitas aos sábados em seis hospitais da cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas- Brasil, pelo uso da ludicidade musical, jogos, brincadeiras e incentivo ao uso da arte como forma de expressão dos sentimentos. A atividade favorece uma escuta ativa por parte dos palhaços de hospital sobre as dificuldades que estão sendo enfrentadas no processo de internação.

O presente trabalho compartilha as atividades iniciadas no ano de 2022, com a aquisição do hospital em que se situa os relatos, permanecendo até o presente momento, assim é observada a contribuição da palhaçoterapia para a saúde mental das crianças hospitalizadas.

Objetivos

Diminuir o sofrimento vivenciado pelas crianças hospitalizadas, reduzindo os efeitos emocionais das enfermidades, ao oferecer uma mudança de cenário, de um ambiente frio e solitário por instantes de leveza e distração.

Metodologia

1ª Fase - quebra do estigma do jaleco branco

A princípio, o primeiro momento com a criança hospitalizada é considerado primordial para a geração do vínculo. Afinal, a primeira fase se caracteriza pela necessidade de quebrar o estigma envolvendo o jaleco branco. Ao ver o jaleco branco, parece que a criança reconhece o medo e a experiência dolorosa vivenciada no hospital (OLIVEIRA *et al*, 2021). Durante a passagem hospitalar, os pacientes infantis correlacionam o ambiente com a falta de cor e com as enfermidades, onde lidam com as dores, administração de medicamentos intravenosos pelos profissionais da saúde que utilizam o jaleco, desenvolvendo assim, síndromes relacionadas a vestimenta branca. Com o intuito de quebrar esse estigma, há uma personalização dos jalecos através das cores, personagens e imagens, além de adornos característicos de cada palhaço de hospital. Assim, há a passagem para a próxima fase.

2ª Fase - geração de vínculo

Ao gerar a quebra do estigma, exposto na primeira fase da relação entre palhaço hospital-paciente, é necessário gerar um vínculo com a criança, de forma a chamar a sua atenção. Para isso, mediante esse contato, há a descoberta do que o paciente gosta de fazer em seus momentos de lazer quando estão em situações cotidianas, suas preferências são levadas em consideração, visto que estão em um ambiente que foge de sua rotina normal, afastado de sua família e amigos. A doença impede a criança de desenvolver as atividades regulares de seu dia-a-dia e provoca, muitas vezes, sensações de dor, desconforto e mal-estar (OLIVEIRA *et al*, 2008). Por essa razão, é necessário descobrir esses recursos preferidos e intrínsecos do infante individual e utilizá-los, trazendo a ludicidade para essa fase da conquista para a interação, até que o paciente esteja envolvido na ação e participe de forma verbal, física ou emocional, atingindo o objetivo da distração e da promoção da saúde mental do indivíduo assistido, durante a sua passagem hospitalar, tornando-a mais leve possível.

3ª Fase - constância na atenção

A fase de constância de atenção se baseia no aprofundamento da fase anterior, ou seja, após o vínculo ser gerado, a criança torna-se mais participativa e falante, contando seus interesses e engajando-se mais nas brincadeiras. Para que se chegue nesse ponto de interação, usa-se o lúdico, pois é uma linguagem muito própria e específica do infante, mas geralmente está muito distante do cotidiano de profissionais da saúde que estão habituados aos termos técnicos do hospital (MITRE, 2015). A criança precisa ter acesso a uma linguagem que seja de seu domínio,

nesse contexto insere-se o palhaço de hospital, alguém que compreende a criança, pois está livre da tecnicidade e seriedade do local. Já que existe alguém disposto a entendê-la sem que precise sair do universo infantil que ela está inserida, ela sente-se acolhida, passando a entender e aceitar melhor o tratamento, o que diminui o impacto emocional negativo da hospitalização.

4ª Fase - despedida

A hospitalização pediátrica tem vindo a ser alvo de pesquisa nas últimas décadas, havendo evidências que a descrevem como um evento potencialmente marcante para a criança/adolescente e sua família (CAIRES; ESTEVES; ALMEIDA, 2014). Dentre essa atuação do palhaço de hospital com as crianças hospitalizadas parte importante do processo é a despedida e finalização momentânea daquele vínculo, de modo que precisa ser feito com muita delicadeza, atenção e dando sinais à criança que a despedida está se aproximando. Outro ponto bastante importante é sempre respeitar o tempo da criança para evitar que um trauma ou quebra de confiança seja causado, pois por mais breve que a visita dos palhaços seja, uma grande conexão emocional é criada entre os palhaços de hospital e as crianças hospitalizadas.

Resultados

Fase 1

O palhaço não ignora as dificuldades que surgem no cotidiano, ao contrário, aprende a incluí-las e extravasar através do humor (SILVA *et al*, 2021). Existem situações na rotina dos plantões que geram aflições para os palhaços de hospital e para aqueles que estão internados. Por isso, há a necessidade em buscar maneiras para modificar o cenário e interagir com as crianças através do humor, das brincadeiras, músicas e dos jogos.

A.C., é uma menina de apenas 5 anos que estava internada há um certo tempo no hospital, onde passou por diversos procedimentos e medicamentos que resultaram em aversões pela equipe de saúde e suas vestimentas. A partir desse medo, houve uma renegação aos palhaços do hospital, que gerou choro e abraços fortes em sua mãe. Com isso, os palhaços criaram uma estratégia para conquistar a pequena. Se apresentaram, mostraram seu mundo colorido através dos jalecos e acessórios personalizados, iniciaram as brincadeiras com as outras crianças da enfermaria e, aos poucos, A.C. foi entendendo que os palhaços eram legais e só queriam brincar. Mas, o ápice da amizade foi o pandeiro que tinha a figura de um patinho. E assim, os palhaços de hospital saíram daquele plantão com a sensação de missão cumprida.

Fase 2

Os profissionais deverão possuir uma boa compreensão do ser humano (criança), das suas necessidades, das suas capacidades e de seus desejos, tornando-se evidente o fato de que, quando a relação do profissional – cliente ocorre de maneira eficiente, a assistência prestada será a mais benéfica possível (OLIVEIRA *et al*, 2008).

O relato seguinte trata-se de uma situação ocorrida durante um dos plantões do Projeto de Extensão Sorriso de Plantão. Ao chegarem em uma das enfermarias, os palhaços de hospital iniciaram a apresentação por seus nomes e perguntaram os nomes das crianças ali, em cada leito, buscando atraí-las para a distração, através da música, primordialmente. Em um dos leitos, estava o paciente M., uma criança de 8 anos, inicialmente retraída e sem interação com os palhaços. Ao se aproximarem do leito dele, percebia-se essa timidez e incômodo, já que M. estava fora de seu cotidiano e sem vontade de fazer nada naquele momento. Iniciou-se uma conversa para descobrir o que M. mais gostava de fazer, utilizando também músicas e cochichos, para que ele fosse interagindo e desfazendo a timidez, e, aos poucos, M. foi relatando tudo o que gostava, em segredo, seus bonecos e personagens preferidos, o que facilitou a interação entre a equipe e o paciente.

Após brincarem bastante com M. mais extrovertido, em comparação com o momento inicial, os palhaços precisavam ir para outra enfermaria e se despediram. Ao caminharem pelos corredores hospitalares, encontraram M. brincando com seu pai, e ele, antes introvertido e sem querer verbalizar nenhuma palavra, chamou os palhaços de hospital para conversar e relatar sobre os brinquedos que tinha em sua casa, os seus amigos e o que gostava de brincar, verbalizando de forma extraordinária, lúdica e fantástica.

Dessa maneira, é perceptível a importância da criação do vínculo para a interação, distração e promoção da saúde mental dos pacientes naquele local, considerando e respeitando sempre as suas vontades, além de lembrar que a situação de enfermidade e estadia hospitalar influencia em seu humor, suas vontades e seus comportamentos.

Fase 3

Para Linge (2012), os palhaços de hospital devem adotar postura e comportamento adequado durante a sua intervenção, sempre respeitando a integridade e vontade de cada indivíduo. É essencial que o palhaço tenha formação, além de sensibilidade para perceber e atender as necessidades dos pacientes, direcionando para eles os seus esforços e energia, mostrando interesse e atenção. Esses são princípios fundamentais para minimizar os riscos da sua intervenção e não causar dano ao paciente.

O relato conta a história de A. S., um menino que parou de se comunicar ao ser internado no hospital. A equipe médica sabia que ele estava infeliz, mas sua falta de expressão poderia prejudicar sua recuperação.

Os palhaços de hospital iniciaram o plantão e, apesar da resistência inicial do menino, foi deixado um jogo para iniciar o contato por meio do universo infantil do brincar. Com o tempo, o vínculo, com a ajuda de jogos e músicas, fez com que A. S. voltasse a se comunicar e melhorasse seu humor. O processo levou semanas, mas foi essencial para o ganho de confiança e fortalecimento dos laços. Quanto mais descontraído, A. S. contou sobre os seus gostos pessoais e seu cotidiano antes da internação.

A história destaca a importância de respeitar o tempo e os sentimentos das crianças, utilizando o brincar como uma forma eficaz de compreendê-las e proporcionar bem-estar em ambientes hospitalares.

Fase 4

Segundo Machado e Dinorah (2002), o humor permite à criança “explorar fatos que por obstáculos pessoais não pode fazer de forma consciente”.

Esse relato conta a história de M.V., uma menina de 4 anos de idade que estava internada há algumas semanas, a princípio, quando o grupo de palhaços de hospital chegou, ela não quis interagir com nenhum, não quis brincar, nem desenhar ou pedir nenhuma música, mas reparou-se que os olhinhos dela estavam atentos à movimentação no quarto e à interação com as outras crianças.

Durante os minutos que o grupo estava interagindo com as outras crianças, uma das integrantes adotou uma postura mais quieta, ficando do lado da cama da criança e esperando o tempo dela, pouco a pouco ela começou a se soltar e dizer suas cores e princesas favoritas, isso ocorreu durante a pintura do desenho da princesa da Disney Ariel, que, por sinal, era sua favorita.

O momento de ir embora chegou, a palhaça de hospital perguntou-se como se despedir dela sem que se fechasse novamente, então foram retirados dois celulares de brinquedo do bolso e se iniciou uma conversa por meio do brinquedo, foi explicado que era necessário partir para ajudar e brincar com outras crianças, mas que ela foi muito especial e que, por mais que agora fossemos amigas, era esperado não vê-la no próximo plantão, pois isso significaria que M.V. estaria em casa, de volta a sua vida normal, surpreendentemente, não houve desentendimento, ela devolveu o brinquedo e deu um abraço de despedida.

Conclusão

A figura do palhaço de hospital vem para quebrar esse estigma de que o ambiente hospitalar é apenas apático e causador de dor, ele humaniza o local, transformando até o forte simbolismo

que existe no jaleco, visto pelas crianças como um sinal de que algo ruim as espera, já que a presença de profissionais da saúde vestidos com o jaleco branco precede a realização de procedimentos vistos como dolorosos pelos infantes.

Com isso, a presença dos palhaços faz com que o local tenha mais sorrisos e alegria, oportuniza a geração de vínculos que diminuem a ansiedade e tristeza do paciente.

Essa interação transforma a dinâmica do lugar, semeando frutos que a cada dia são mais notáveis. A comunicação com as crianças se expande, bem como a capacidade delas de se entender naquele espaço e expressar também seus sentimentos. Essa habilidade dos palhaços de dialogar e criar laços traz para si grande responsabilidade.

Em suma, a atuação do palhaço de hospital mostra-se essencial no processo de hospitalização infantil, rompendo os modelos tradicionais e visando a humanização do cuidar.

Referências

BALDISSERA, Olívia. Patch Adams além do cinema: como o médico revolucionou os hospitais. **Pós PUCPR Digital**, 8 de março de 2021. Disponível em: <https://posdigital.pucpr.br/blog/patch-adams>. Acesso em 10 de julho de 2023.

BRAZ DE LUCENA NETO, P.; SILVA, M. R. A palhaçoterapia na formação médica– relato de experiência no contexto da hospitalização infantil. **Rev. Portal: Saúde e Sociedade**, Alagoas, v.5, n. 1, p. 1380-1389, 14 de junho de 2020 Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/nuspfamed/article/view/7317>. Acesso em 12 de julho de 2023.

CATAPAN, S.C; OLIVEIRA, W. F. ; ROTTA, T. M. Palhaçoterapia em ambiente hospitalar: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, setembro de 2019, p. 3417–3429. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fRb4SqQcHZ4MzTDNF4SD68z/?lang=pt>. Acesso em 10 de julho de 2023.

CAIRES, S. ESTEVES, C. H.; ALMEIDA. I. Palhaços de hospital como estratégia de amenização da experiência de hospitalização infantil. **Psico-USF**, v. 19, n. 3, p. 377–86. dezembro de 2014, DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712014019003001>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

LINGE, L. (2012). Magical attachment: children in magical relations with hospital clowns. **International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-Being**, vol. 7, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22371813/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

MITRE, R. M. A. Ligado em Saúde - Brincar e Tratamento. YouTube, 12 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IUGDzaKLkOk>. Acesso em 10 de julho de 2023.

MACHADO, M. M. P.; GIOIA-MARTINS, D. A criança hospitalizada: espaço potencial e o palhaço. *Boletim de Iniciação Científica e em Psicologia*, v. 3, n.1, p. 34-52, 2002. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Graduacao/CCBS/Cursos/Psicologia/boletins/3/3_a_crianca_hospitalizada.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

OLIVEIRA DA CUNHA, S. L. *et al.* Síndrome do jaleco branco em crianças na emergência: estudo descritivo. **Archives of Health**, Curitiba, v. 2, n.6, 24 de setembro de 2021. DOI: 10.46919/archv2n6-004. Acesso em 10 de julho de 2023.

OLIVEIRA, R. R.; OLIVEIRA I. C. OS DOUTORES DA ALEGRIA NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA: EXPERIÊNCIAS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM. **Escola Anna Nery Revista Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 230-236, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/MGRHGtdhKJ4qV7sx9sP8qRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 de julho de 2023.

764

SILVA, M. R.; MARQUES, M. C. C. M. *et al.* Comportamentos construídos e disseminados no palhaço de hospital. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 6, p. 2449–2458, junho de 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.13902021>. Acesso em 12 de julho de 2023.

SORRISO DE PLANTÃO. **Nossa História**. Disponível em: <https://www.sorrisodeplanta.com.br/>. Acesso em 10 de julho de 2023.

VALVERDE, D.L.D.; CARNEIRO, M. P. S. R. O suporte psicológico e a criança hospitalizada: o impacto da hospitalização na criança e em seus familiares. **Portal: Psicologia Pt**, 26 de maio de 2011. Disponível em: [TL0229.pdf \(psicologia.pt\)](#). Acesso em 11 de julho de 2023.



A PRÁXIS ENQUANTO PRINCÍPIO FUNDANTE DA AÇÃO EDUCATIVA: UMA INVESTIGAÇÃO DE CÓDIGOS PROFISSIONAIS

Júlia de Souza Dourado Mapurunga¹
Raimundo do Nascimento Landim Batista²
Osterne Nonato Maia Filho³

Introdução

O presente texto apresenta o trabalho que se deu no contexto de uma pesquisa de iniciação científica na área de Educação, marxismo e formação do educador da Universidade Estadual do Ceará, que sob orientação do Dr. Prof. Osterne Nonato Maia Filho, aprofundou-se na problemática relativa ao seguinte “paradoxo educacional”: como podem os professores no Brasil serem ao mesmo tempo tão desvalorizados e dedicados? (Landim, 2022). A análise desta questão teve como foco a categoria da práxis na formação de professores de ensino superior através de uma reflexão ética inspirada no materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. Nesse sentido, pudemos acompanhar por meio do grupo de pesquisa o estudo do Dr. Professor Raimundo do Nascimento Batista Landim, intitulado “PRÁXIS COMO UM PRINCÍPIO EDUCATIVO DA PRÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ABORDAGEM ÉTICO-MORAL”. Seu trabalho nos inspirou profundamente nos aspectos teóricos e metodológicos na análise e discussão dos resultados, que possibilitaram a nossa aproximação da temática no fazer científico. Por conta da relevância e ineditismo do objeto de estudo, a temática da tese (Landim, 2023) e a iniciação científica, que durou um ano, continua reverberando amplas e significativas discussões dentro e fora do grupo de pesquisa.

O que significa, por sua vez, realizar uma reflexão ética? Segundo Vázquez (2003), a ética é uma teoria e reflexão sobre a moral. Esse objeto da ética, que deve ser entendido por seu caráter histórico e social, tem a função social de “regular as ações dos indivíduos nas suas relações mútuas, ou as do indivíduo com a comunidade, visando a preservar a sociedade no seu conjunto, ou no seio dela, integridade de um grupo social” (Vázquez, 2003, p.68). Para o autor, por ser o comportamento humano, complexo e histórico, ele entendido em relação com o um outro, assume também características “psicológicas”, ou seja, individuais, que pressupõem uma “interiorização” por parte do praticante do ato moral, uma “adesão íntima” ou um

765

¹ Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades/Psicologia, e-mail: julia.mapurunga@aluno.uece.br

² Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, e-mail: nascimento.landim@uece.br

³ Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades/Psicologia, e-mail: osterne.maia@uece.br

“reconhecimento interior”. Portanto, o comportamento moral envolve necessariamente “motivos, intenção, decisão, meios e resultados” (Vázquez, 2003, p.131). De tal modo, o sentido do ato moral é dado por uma comunidade com base no seu contexto normativo (código moral) em vigor. Entendemos assim que uma “leitura ética” compreende que a moral se constitui ao mesmo tempo de determinações históricas sociais e da constituição psíquica e social do homem (Vázquez p.104). Essa conceituação dialética de Vázquez acerca da ética enquanto um campo teórico que conceitua a moral em seus aspectos sociohistóricos embasaram a escolha pela investigação ética de códigos de ética profissionais.

Mas como analisar códigos morais sob uma perspectiva crítica, como é incessantemente desejável pelos os princípios metodológicos do materialismo histórico, e analisar qual educação superior que está pressuposta em cada um deles? Do ponto de vista mais técnico, fizemos uma análise imanente dos códigos de ética profissionais de Direito, Arquitetura, Serviço Social, Psicologia e Educação Física, em busca de dimensões éticas. Dessa forma, sistematizamos os dados em um quadro sinótico comparativo. Os códigos profissionais são elaborados pelos conselhos profissionais e apresentam determinações sobre o fazer profissional que devem ser seguidas pela respectiva categoria, de acordo com a Lei que regulamenta a profissão. Contudo, para dar um passo à frente na análise dos códigos é necessário o exercício dialético de pensá-lo. Primeiramente, buscamos identificar quais são seus verdadeiros pressupostos de acordo com a sua lógica interna, visto que diversas visões de moral, de ética, de ser humano, de ser e de mundo são possíveis. Depois, os analisamos criticamente (avaliação axiológica) se estão próximos ou distantes do sentido criativo e transformador da realidade (práxis criativa).

Falar de Práxis Criativa remonta à uma tradição histórica de pensadores da área da filosofia como Sócrates e Platão, até o ponto máximo de um saber totalizante como Hegel, que culminou na sociologia de Marx. O pensamento dialético foi desfazendo as dicotomias entre indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade, e através dessa tradição de pensamento materializada por pensadores, revolucionou com o novo tipo de saber. O materialismo histórico de Marx e Engels atualmente influencia diversas áreas do conhecimento. Apenas para uma rápida elucidação: Psicologia (Vygotsky, Wallon, Silvia Lane), Direito (Mascaro, Silvio Almeida), Sociologia (Florestan Fernandes, Sabrina Fernandes), Geografia (David Harvey, Sabrina Fernandes), Serviço Social (Paulo Netto), dentre outros, mas não poderíamos deixar de mencionar o próprio marxismo (Gramsci, Lukács), a Educação (Paulo Freire, Maia Filho) e a Ética (Vázquez). Ainda, ele nos permite tematizar a alienação da nossa organização social ao anular as diferenças qualitativas por meio do valor de troca (Marx, 2011). Esse tipo de raciocínio presente na “Contribuição para a Crítica da Economia Política”, nos permite indagar sobre que possível categoria expressaria o que faz do materialismo histórico um pensamento sobre o movimento da realidade tão vivo no debate conceitual que, levado a rigor, (re)aproxima tantas áreas do conhecimento.

Essa tarefa é difícil porque o conceito para nós no centro da questão não reitera o *status quo* e não limita a atividade humana e o ser humano à função de criar e reproduzir mecanismos para a manutenção de uma classe dominante (práxis reiterativa). Por tanto, a categoria que tomamos como fundamental para nossa análise dos códigos de ética é a da práxis criativa, que é a atividade essencialmente humana capaz de transformar a realidade (Vázquez, 1980). Nesse sentido, lembramos da concepção de Silvia Lane, onde a essência do homem é estar em movimento (Lane, 1984). Isso realça o caráter de que no centro da práxis criativa está um sujeito ativo, ou seja, atuante mediante a sua consciência crítica para a transformação da realidade e de si mesmo. Para Landim (2023), a práxis é o princípio último da ação educativa, por isso dissemos que ela “(re)aproxima” qualitativamente as áreas do conhecimento. Mas isso não significa negar a sua historicidade, pois a atividade crítica é também inovadora. Trata-se aqui de demonstrar como os fundamentos da práxis criativa estão relacionados ao fato de que esta é a atividade humana mais determinante quanto a possibilidade de transformação da natureza e libertação do ser humano.

Em sua tese de doutorado, Landim (2023) lança o olhar sobre a educação enquanto uma forma de práxis co-determinante do processo de transformação social. E mais do que isso, ela aparece como um determinante privilegiado por seu potencial transformador. Assim, ele defende a educação transformadora:

[...] a prática educacional transformadora, por si só, põe-se como verdadeira porque implica num processo de superação, começando pela dimensão técnica (quer dizer, a informação dos conteúdos: a leitura, a pesquisa, o debate, a teoria), a dimensão ético-moral (quer dizer, a formação da personalidade que vai do ato / hábito passando pelo caráter / valor até chegar à atitude / práxis) e a dimensão política (reforma da sociedade: projetos políticos, o sindicato, a associação, a cidadania), implicando no direito de sermos livres, conscientes e responsáveis pela sociedade em que vivemos, orientada por uma pedagogia do educador / professor, quer dizer, dos agentes educacionais tecnicamente preparados, moralmente compassivos e politicamente solidários.

767

Esperamos com essa breve introdução ter apresentado o contexto geral de problematização do nosso trabalho, embasada no pensar materialista histórico e dialético sobre a ética, moral, práxis e educação no sentido da emancipação humana. Portanto, apresentaremos adiante nossos objetivos, descreveremos nossa metodologia, resultados e conclusão.

Objetivos

Conceituar ética e práxis criativa sob a ótica do materialismo histórico dialético;
Realizar um quadro sinótico mapeando dimensões éticas nos códigos de ética;



Investigar, discutir e analisar sob a ótica da ética que tipo de educação superior está pressuposta como necessária nos códigos de ética profissionais.

Metodologia, materiais e métodos (apresentar como as informações/dados do projeto foram reunidos e tratados)

Nossa metodologia consistiu na pesquisa bibliográfica, na realização de um quadro sinótico com dimensões éticas do código de ética e na investigação e análise dos códigos de ética. Como não seria possível analisar todos os códigos, buscamos analisar esses que poderiam ao todo nos aproximar de uma visão totalizante da natureza humana: Educação Física, Psicologia, Direito, Serviço Social e Arquitetura. Buscamos saber se era possível encontrar a práxis criativa nos códigos de ética profissionais dos cursos de ensino superior. A nossa investigação sob a perspectiva histórica crítica, foi contrária à ideia de neutralidade científica. Por tanto, a reflexão nos levou a pensar sobre qual seria o critério para análise dos códigos de ética. O critério obtido através de uma revisão de literatura foi a práxis criativa, que de acordo com a moral historicista ou praxiocêntrica tem enquanto sentido do ser a práxis criativa (Landim, 2023). É necessário que se entenda essa práxis criativa por sua processualidade:

E a práxis tem condição de ser tal princípio (fundamento) por conta da sua natureza lógica e ontológica, que, enquanto tal, é constituída pela dimensão da objetividade (onde vige a prática), da subjetividade (terreno da teoria) e da totalidade (aceno para a superação, transcendência e a interatividade).

Além da função de fundamento ontológico da vida do ser humano, na sua relação com a realidade do mundo natural, social e histórico, a práxis traz em si mesma a possibilidade de ser, também, critério de julgamento da verdade e / ou falsidade dessa mesma realidade do conhecimento e da ação do homem. (Landim, 2023, p. 49)

Resultados (finais, parciais ou esperados, de acordo com a fase do projeto)

Com a pesquisa tivemos a oportunidade de conceituar filosoficamente o sentido da práxis enquanto fundante do ser social, conceituação também adotada por Vázquez, Lukács (Landim, 2023). Norteados por sua tese, nos inspiramos pelo mesmo percurso teórico-metodológico que passa pela conceituação e leitura crítica dos objetos aos quais nos dispusemos a investigar. E ainda que os códigos não sejam suficientes para abarcar a complexidade da atuação dos professores do ensino superior e da educação na atualidade, ou seja, ainda que não seja possível analisar todas as contradições envolvidas na práxis enquanto um princípio fundante da ação educativa numa sociedade neoliberal, o que se confirmou ao fim do trabalho, conceituamos o

sentido da ação docente e como ela se expressa nos códigos profissionais. Um dos resultados foi o quadro sinótico com as dimensões éticas (moral, ética, ser, mundo, homem), que foi instrumento para nossa análise histórico crítica e que pode render mais análises.

Os códigos possuem um “dever ser”, contudo as visões ontológica, antropológica, moral e ética em cada um deles podem servir a vários propósitos. Pois que no caso dos códigos escolhidos (Direito, Arquitetura, Serviço Social, Psicologia, Educação Física) estes estão garantidos por Lei. Mesmo com múltiplas determinações, não serviriam eles ao fito geral de garantir a sobrevivência da categoria profissional na sociedade capitalista? Ainda que se entre em questão o quão uma categoria profissional adere a determinado código profissional, não seria significativo que um código de ética apresentasse determinados valores e regras para a categoria profissional em detrimento de outros? De acordo com a nossa revisão de literatura e por uma interpretação histórico-crítica, os códigos “não passariam de um serviço prestado a tal sistema, como forma de orientar (normatizar) a vida dele no sentido da sua submissão aos seus interesses (caso dos códigos da psicologia, do direito, da arquitetura e, principalmente, do serviço social” (Landim, 2023, p. 114). Por conseguinte, o que conseguimos analisar por meio do quadro sinótico foi que os códigos (com exceção do de educação física) expressam uma visão de moral “naturalista-cosmocêntrica” (Landim, 2023) principalmente por suas visões de ser e de mundo. Apenas o do serviço social apresentou uma diferenciação mais específica em relação à visão de homem.

A definição mais acurada de cada um dos modelos de moral podem ser encontradas na tese de Landim (2023). Esses códigos são chamados de códigos morais ou deontológicos visto que não alcançam o nível ético de reflexão sobre a moral, mas naturalizam a sociedade capitalista (Landim, 2023). Isso porque para nós a reflexão ética leva a ver que, pela práxis criativa (modelo praxiocêntrico de moral) um código de ética levaria em consideração as determinações materiais em seus sentidos histórico, crítico e processual e assim a possibilidade de transformação radical da sociedade e emancipação humana. Nesse sentido, retomemos a pergunta sobre qual educação (formação docente) estaria pressuposta de acordo com tais códigos? Entendemos que é uma educação desvinculada da práxis criativa, ou seja, sem tendência geral a essa práxis, apenas com sutis sugestões. De tal modo, ainda que por exemplo o código de Psicologia possa tematizar um tipo de posicionamento da categoria de psicólogos contrário às diversas formas de opressão como o racismo, o capacitismo, a lgbtfofia, enquanto o do direito ideologicamente entende que todos são iguais perante à lei (como são iguais se historicamente são tratados de modo desigual?), por sua moral naturalista-cosmocêntrica temos por lógica a insuficiência na garantia radical desses direitos. É ainda o caso do código do serviço social, que por possuir a mesma moral naturalista-cosmocêntrica, não chega a mencionar uma práxis criativa, mesmo e especialmente porque menciona o fim das classes sociais. O único código deontológico dentre os analisados por nós que não segue majoritariamente uma moral naturalista-cosmocêntrica é o da educação física, em que destacamos uma visão antropológica de homem relativamente ativo.

Conclusão

Por fim, podemos concluir que o sentido da práxis criativa é realmente o princípio último da ação educativa (Landim, 2023) e o potencial da educação no processo de transformação social através da práxis criativa. Ainda, a conceituação realizada através dessa pesquisa pode nos servir enquanto pensadores e pesquisadores para a análise de outros objetos para além dos códigos de ética. Sobre os códigos de ética, nos foi muito significativo percebê-los enquanto códigos morais, visto que por sua lógica geral não chegam a uma reflexão ética. Por meio da nossa análise encontramos a moral naturalista-cosmocêntrica presente nos códigos que apelidamos de códigos morais ou códigos deontológicos (Landim, 2023) e assim pudemos identificar quais os limites da atividade humana e que tipo de educação está pressuposta em cada um deles de acordo com a perspectiva histórica crítica. Assim, concluímos que a educação pressuposta nos códigos é uma educação de práxis reiterativa, que corrobora com o *status quo* e com a manutenção de uma classe dominante. De tal modo, outras fontes documentais e revisão de literatura poderiam nos auxiliar no aprofundamento das questões que analisem, no contexto da educação, os códigos de ética em relação ao sistema político econômico vigente.

Referências

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU - BRASIL). **Código de ética e disciplina para Arquitetos e Urbanistas**. Resolução CAU/BR n.º 52/2013. Brasil, 2013.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (CFOAB - BRASIL). **Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB**. Resolução CFOAB/br n.º 02/2015 . Brasília, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFED - BRASIL). **Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFED/CREFs**. Resolução n.º 307/2015. Rio de Janeiro, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP - BRASIL). **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**. Resolução CFP/BR n.º 10/05, 2005. Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS - BRASIL). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resoluções CFESS/BR n.º 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília, 1993.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF - BRASIL). **Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs.** Resolução n.º 307/2015. Rio de Janeiro, 2015.

LANE, S. e CODO, W. (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento.** 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LANDIM, Raimundo Do Nascimento Batista. **A práxis como um princípio educativo da prática e formação docente: uma abordagem ético-moral.** 2023. 199 f. Tese (Doutorado em 2023) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=109670>> Acesso em: 20 de outubro de 2023

MARX, Karl. **Contribuição para à crítica da economia política** – 4º ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, s.a., 2011.

771



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

A RELAÇÃO DAS FAKE NEWS COM A SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICA EM BUSCA DE MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

Lucas Rêgo Silva Rodrigues¹
Claudina Alves Carneiro Neta²
Marcella Santana Silva³
Naira Cristina Rios Lobo⁴

Introdução

Ao longo da última década, observa-se uma modificação fática do cenário democrático brasileiro, alteração essa que perpassa desde a execução de campanhas políticas, as novas figurações de candidaturas, os princípios norteadores, o alicerce e valoração de direitos fundamentais, os meios de comunicações e propagação de debates políticos, o respeito as legislações e regras do jogo político, bem como as novas figurações de narrativas políticas.

Assim, mesmo tendo a Constituição Federal de 1988 dispondo características atinentes ao modelo eleitoral, e instituído princípios basilares, bem como legislações infraconstitucionais tendo estabelecido parâmetros para os pleitos e organização e manutenção da política, os novos comportamentos sociais, as alterações tecnológicas, principalmente com o advento da universalização da internet e o afloramento do Princípio da liberdade de expressão, os novos meios de propagações de informações, a necessidade em assegurar notoriedade, os vieses ideológicos, as massificações das informações, e a conseqüente cultura da desinformação, o apogeu dos discursos de ódio, o enraizamento da violência como sequela do extremismo político e principalmente, da propagação de notícias falsas com o intento de manipulação de pleitos eleitorais, condicionam uma nova métrica democrática.

Em meio ao cerne das transformações que deram ensejo ao novo cenário da democracia, tem-se as denominadas Fake News, sendo o termo popularizado em meio a propagação de notícias falsas, alteradas ou distorcidas, bem como em um cenário de tentativas de deslegitimação das

772

¹ Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2010). Pós-graduado em Direito Urbanístico e Ambiental pela PUC-MINAS. Membro do grupo de pesquisa Direito, Sentido e Complexidade Social–DSComplex/UFBA. Coordenador do grupo de pesquisa Discurso do Ódio, Fake News e a Crise do Constitucionalismo Democrático na Contemporaneidade/Unijorge. Atualmente é professor da Unijorge e da Universidade do Estado da Bahia. Email: lucasregosr@gmail.com

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Jorge Amado. Email: claudina_neta@hotmail.com

³ Graduanda em relações internacionais pelo Centro Universitário Jorge Amado. Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Jorge Amado. Email: marcellasantsilva.ri@gmail.com

⁴ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Jorge Amado e Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia. Email: nairalobo2001@hotmail.com

Instituições e valores democráticos, utilizadas especialmente por pessoas públicas e políticas, como ferramentas para promover o caos social e eleitoral. Em uma tradução literal, o termo Fake News representa as “notícias falsas”, mas que no presente artigo, será utilizada também como sinônimo de desinformação, destacando-se ainda a sua intenção em auferir notoriedade, assim como delimita Brummette, onde considera que as Fakes News possuem o teor de “informação intencionalmente enganosa e destrutiva que é produzida para se tornar viral” (BRUMMETTE et al., 2018, p. 499).

As notícias utilizadas com esse intuito de promover a desinformação não é algo recente, fruto da contemporaneidade, haja vista os registos que remontam o ano de 44 A.C, descortinando a sua problemática histórica, mas, ressaltando a condição de nocividade que esse fenômeno vem demonstrando em especial na última década, mediante não só os avanços tecnológicos que propiciam sua ramificação de forma eficaz e célere, mas valendo-se de exemplificações ao redor do mundo, que figuram, mesmo que erroneamente, como modelos a serem seguidos.

Figurando como marcos que evidenciam as problemáticas das Fakes news em um contexto de alienação política, promoção do caos, perpetuação de guerrilhas informativas e incitações de crimes, destaca-se a campanha eleitoral do então candidato à presidência Norte-Americana, Donald Trump, com a viralidade das Fake News e os discursos intransigentes na campanha do pleito eleitoral de 2016, a repercussão de informações falsas que intentaram a confusão popular e ataçaram a xenofobia mediante a campanha do Brexit em 2016, assim como eventos marcantes ocorridos em território brasileiro, que a partir de ocorrências no âmbito internacional, refletiram verdadeiros cenários antidemocráticos, como o alastramento de discursos odiosos, a incitação de crimes e a mitigação de direitos fundamentais a partir da execução da vereadora carioca Marielle Franco em 2016.

O que torna a temática das Fake News hoje um objeto de interesse de debates políticos e de diversas pesquisas, quanto a seus impactos na ordem social contemporânea é sua ampla repercussão sobre as estruturas, procedimentos e práticas sociais que caracterizam o regime democráticos, o que desafia, via de consequência o paradigma do constitucionalismo contemporâneo de Estados nacionais do mundo.

À luz deste cenário muito se discute, também, como as sociedades politicamente organizadas têm respondido aos desafios inerentes a essa ligação entre ente fake news e recessão ou erosão democrática observada teoria política recentemente, no plano do qual ganha destaque a atuação do sistema jurídicos e suas organizações fundamentais, legitimadoras da ordem democrática, a exemplo do TSE, dada a sua importância enquanto órgão garantido da lisura do principal procedimento da democracia.

Ocorre, entretanto, que a despeito da capacidade de aprendizados e da disposição para confrontar o problema das fake news nos dias atuais que os sistemas jurídicos e políticos tem apresentado, a resiliência do cenário de desestabilidade democrática permanece, basta observar

o que continua a ocorrer nas democracias de massa do mundo, inclusive aquelas experimentaram processo políticos intuicionais e sociais agudo de deterioração democrática. Os rastros, marcas e consequências que estes processos deixaram no ambiente social das democracias são visíveis na articulação no modo como ódio e a desinformação se constituem em sentido e forma de uma linguagem antidemocrática que ganha corpo na sociedade, logrando a adesão cada vez mais de jovens e crianças, moldando assim, suas concepções políticas e morais, que logo refletirão no meio social na multiplicação de problemáticas atinentes ao contexto de ordem política.

Nesta senda, urge discutir caminhos e estratégias que permitam mitigar o problema da disseminação da desinformação e seus efeitos antidemocráticos por outros ângulos e formar, no contexto do qual a educação como direito fundamental e suas políticas públicas constituintes têm muito a contribuir.

Sendo assim, o presente artigo, com base em pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, sobre os temas centrais do objeto investigado e sua respectiva problemática, teve como propósito investigar o potencial simbólico, institucional e social no enfrentamento das fake news no mundo.

Para tanto, entendeu-se pertinente analisar a relação entre as Fake news e a crise da democracia no mundo em tempos recentes, assim como também se fez importante analisar como o sistema jurídico, em especial o TSE, lidaram com a questão. O trabalho, resultando em uma pesquisa qualitativa uma vez analisados os problemas que as Fakes news causam à sustentabilidade da democracia na contemporaneidade e algumas respostas institucionais que o poder estatal tem dado ao referido fenômeno.

Posteriormente, avançou-se na análise de como a educação pode ser uma aliada da sociedade civil e um importante instrumento estatal de combate à cultura das Fake news, da desinformação e da massificação da intolerância, e demais consequências nocivas ao cenário democrático e jurídicos da sociedade globalizada. Quais os recursos que ela possui e o que se está fazendo para combater a propagação, alcance, eficácia das Fake news e a fomentação da violência por meio dos discursos de ódio, e a forma e os horizontes dos resultados alcançados, adiantes descritos e avaliado no corrente trabalho. Pretendeu-se, por fim, vislumbrar caminhos por meio da educação para se combater esse mal que vem sendo um dos maiores causadores das crises e fragilização de instituições democráticas, da manipulação de grandes massas e da agressão aos direitos fundamentais.

Fake news e crise democrática

Nos dias atuais um considerável campo de discussões desenvolvidos em inúmeras áreas do saber humano está a investigar os desafios da democracia na contemporaneidade. Fala-se em crise,

erosão... Estes desafios e crises emergem da conexão cada vez mais intensa entre o mundo digital e a dimensões institucional social da democracia.

Convém esclarecer que a democracia em crise que se está a falar refere-se ao estado social que reflete o liberalismo político, lastreado por um pluralismo de opiniões, comportamentos e interpretações.

Dentre dessa ótica de democracia, observa-se as condições em que os cidadãos, em igualdade política, devem ter o direito de formular suas preferências e de compartilhá-las com seus concidadãos por ação individual ou coletiva, bem como de tê-las consideradas na condução do governo. Isso envolveria, além de eleições competitivas, os direitos políticos de votar e ser votado e os direitos a liberdade de expressão, de associação e de reunião, que seriam imprescindíveis para o debate democrático, para a crítica e fiscalização do poder, para organização em partidos políticos, organizações da sociedade civil e para propaganda eleitoral.

A crise da democracia é a crise da desestabilização do paradoxo de sua reprodução (a democracia aceita os seus inimigos no jogo como condição própria e afirmativa de seus pressupostos normativos), que se manifesta como novo código genético ciberneticamente modificado - o populismo retoricamente fascistizado de autocratas que chegam ao poder pela via eleitoral.

De posse de competências formalmente instituídas e com guarida nas fendas interpretativas das leis estes autocratas lutam para minar as estruturas liberais da democracia, no âmbito da qual se verifica a semântica emancipatória os direitos individuais (direitos humanos), bem como arquitetura da institucionalidade liberal ser o seu grande alvo.

A crise da democracia liberal de hoje seria a crise da materialização de possibilidades destrutivas, sobretudo de regime presidencialistas e para tanto conta com o enfraquecimento das instâncias de controle público (político e jurídico) sobre atos do executivo, e do ataque sistemático aos direitos humanos/direitos fundamentais individuais. Uma vez que é da gênese histórica destes direitos servirem como esferas de proteção jurídica contra arbitrariedade estatal. Seriam essas os aspectos constituintes desta crise.

Segundo literatura dominante, os aspectos constituintes desta crise discorrem acerca da rejeição das regras democráticas do jogo - retórica “antissistema”, visando deslegitimar a vitória de seus predecessores, captar o público insatisfeito e ameaçar o *establishment* político, sendo que para lidar com essa “corrupção” eleitoral e sistêmica, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 33) afirmam que os políticos autoritários sugerem meios antidemocráticos, como violar a constituição, cancelar eleições, restringir direitos e proibir organizações, da propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia, sendo que esses atos estão relacionados ao segundo critério autoritário, que se revela com o apoio político a restrições de direito, principalmente, da imprensa e dos opositores através de mecanismos legais, da negação da legitimidade dos oponentes políticos, assim como da intolerância ou encorajamento à violência; esses atos estão relacionados ao segundo critério autoritário, que se revela com o apoio político a restrições de direito, principalmente, da imprensa e dos opositores através de mecanismos legais.

Considerando que no campo das teorias democráticas, com o advento da internet, passou-se a falar de uma democracia digital (também referenciada e-democracia ou ciberdemocracia), que, por sua vez relaciona-se com os meios e modos de utilização das ferramentas de comunicação digital para incrementar as práticas políticas. É possível então falar de uma crise da democracia liberal digitalizada, que estaria assim dominada por uma lógica sistêmica engendrada pelos interesses econômicos e políticos daqueles que podem mobilizá-la o aparato tecnológico que lhe caracteriza a seu favor.

Neste cenário, redes sociais, plataformas digitais, algorítmicos, big data, bolha e inteligência artificial passam a compor uma gramática de termos que passaram a obter atenção crescente de estudiosos da democracia digital em razão de notável influência que exercem sobre os procedimentos institucionais e formas sociais da democracia contemporânea.

Assim, se no passado estudos apontavam o entusiasmo com a ampliação do mundo digital (ampliação e possível democratização de esfera pública) como mecanismo de oxigenação da pálida democracia representativa, nos dias atuais este entusiasmo está conviver com um ceticismo cada vez mais crescente quanto à capacidade da democracia e sua plataforma de normas, valores e práticas sociais e instituições de resistir à influência deletéria das estruturas do mundo digital, em especial os algoritmos, sobre a ordem social, política, cultural e jurídica.

Nesse interim, faz-se necessário considerar que a crise da democracia, fomentada por ferramentas antidemocráticas, em especial as Fake news, condicionam aspectos que limitem a plena e democrática participação social, onde a falta de transparência, a modulação das escolhas políticas por meio de algorítmicos, a formação de bolhas de comunicação, e a disseminação do ódio e da mentira em larga escala no âmbito das redes de relacionamento mitigam o conceito de pluralismo político, de cidadão e dos valores alicerçados pela Carta Magna Brasileira, colocando em questão a o verdadeiro valor e a proporcionalidade atribuída a "evolução" social e tecnológica.

776

O TSE e as respostas do sistema jurídico ao fenômeno da disseminação das fake news como estratégia política

O TSE tem adotado diversas estratégias para combater as Fake News durante as eleições e em outros momentos. Algumas das estratégias incluem a verificação de fatos e partilhamento em seus canais oficiais de informação, monitoramento das Redes Sociais, fortalecimento da legislação etc.

Existe também um projeto de lei que está sendo debatido ultimamente que é chamado de "PL das Fake News" que busca incluir propostas que impõe responsabilidades a plataformas de mídia social e mecanismos para rastrear a disseminação de informações falsas. Atualmente ele passa por dificuldades por conta dos atravessamentos sofridos em seu texto, tirando o foco do assunto proposta inicial, ele será melhor debatido posteriormente.



Conforme visto no capítulo anterior, as Fakes News e o discurso de ódio possuem uma repercussão geral. A sociedade mundial tem enfrentado a questão de forma interdisciplinar, no Brasil, não é diferente. Diversas áreas estão discutindo os impactos desse fenômeno nas relações sociais e na democracia. O propósito deste estudo é analisar de que forma o Estado brasileiro enfrenta o tema; como o sistema jurídico tem agido para limitar a liberdade de expressão, destacando a atuação do TSE, bem como analisar e discutir mecanismos de combate ao problema que impliquem diretamente as instituições da sociedade civil, principalmente as promotoras da educação.

Pode-se dizer que o Brasil anda em passos lentos no combate às Fake News. Isto porque, tramita há mais de três anos o Projeto de Lei nº 2630, de 2020, proposta da criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O PL visa estabelecer normas concernentes à transparência das redes sociais, aplicativos de mensagens privadas, bem como responsabilizar os provedores pelo combate às Fake News e pelo aumento da transparência na internet, a conteúdos patrocinados e atuação do poder público. Além de estabelecer as normas, o PL prevê sanções em caso de descumprimento da lei.

A polarização política brasileira, fomentada pelo fenômeno de disseminação de desinformação, retarda o avanço no tema. Existem partidos políticos, cujos representantes apontam que o projeto de lei nº 2630/20 trata-se de censura. Em entrevista à TV Senado o Senador Eduardo Girão do Partido Novo, afirma que o PL “é a própria fake news, porque é o PL da censura. O Senador Flávio Bolsonaro do Partido Liberal, declara “está sendo apelidado de AI-13, como se fosse um ato ditatorial com o número da sigla do PT que é o número 13”. Na mesma entrevista, o Senador Oriovisto Guimarães apresenta o contraponto “essa vida virtual precisa ser regulamentada, a responsabilidade não pode ser só na vida real”.

Devido à falta de consenso, o Estado brasileiro carece da regulamentação da disseminação de discursos de ódio e Fake News no meio digital e, conseqüentemente, o país vivencia a crise da democracia constitucional liberal defendida por Paulino (2021). Considerando a explanação do autor, os sintomas da crise democrática ocorrem quando há uma interligação de táticas para a erosão da democracia. Estas táticas permeiam a disseminação de informações falsas, o esgotamento das instituições de controle, condenação da mídia e manipulação das regras eleitorais.

Em resposta à situação letárgica do legislativo, o judiciário brasileiro assume protagonismo no enfrentamento do tema. O Ministro Alexandre de Moraes, na decisão do Inquérito nº 4.781/DF, determinou que as plataformas digitais removam os anúncios que promoviam desinformação sobre o texto do PL nº 2630/20 fixando multa por descumprimento, bem como que a Polícia Federal ouça os presidentes das redes sociais. A argumentação do Ministro se baseia no estudo acadêmico da UFRJ, que informa a manipulação da plataforma de busca “Google” na percepção negativa dos usuários a respeito do projeto de lei.

A decisão do Ministro Alexandre permite duas análises iniciais, a primeira, já comentada, refere-se ao preenchimento da lacuna no ordenamento brasileiro no combate às Fake News. O judiciário acaba por, indiretamente, “legislar” sobre a matéria. Isso implica em um controle pontual sobre o assunto,

prontamente percebido com a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que ocorre de forma sazonal, aplicando o artigo 323 do Código Eleitoral, lei nº 4.737/65, para punir propagandas eleitorais que divulguem informações falsas. A segunda análise, reside no pronunciamento da sociedade civil, em foco a importância das instituições de ensino sobre o tema. A produção acadêmica fomenta a jurisprudência no assunto e a relevância não se limita às Universidades. As Escolas, privadas e públicas, exercem papel fundamental nos esforços no combate à desinformação.

É necessário pontuar os esforços brasileiros no combate à disseminação do discurso do ódio e das fake news. O TSE criou o Sistema de Alerta de Desinformação contra as Eleições em 2022 diante das constantes fake news destinadas a atacar as urnas eletrônicas e o trabalho realizado pela Justiça Eleitoral. Outra iniciativa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral foi o serviço de checagem de informações “Fato ou Boato”. Ambos os esforços do TSE são em conjunto com instituições públicas e privadas, bem como plataformas digitais e redes sociais. Refletindo como o combate a desinformação requer um esforço de todos os entes da sociedade.

A educação como forma de combate às fake news

O espaço educacional frequentemente se torna alvo de ataques em todos os seus níveis. Por ser um espaço potente e fecundo para a crítica, existe um certo receio por parte dos grandes governantes e das organizações que estão a serviço da burguesia, que as instituições de ensino ocupem de fato esse lugar de poder que podem ter.

A partir da visão do professor Dermeval Saviani em seu livro “Pedagogia Histórico-crítica”, é possível observar que a escola é constituída por forças incessantemente em disputa. Isso se expressa no currículo, na gestão escolar, na política pro livro didático, no financiamento da educação, na transformação do ensino, nas propostas (exemplo, escola sem partido) etc.

O ataque aos alunos (principalmente os de rede pública, pretos e periféricos) enfatiza sempre de forma generalizada a característica de violência ou desinteresse por parte deles, sem considerar questões de cunho social e relevantes para as discussões. Estes ataques tentam sempre justificar uma falta, seja no tocante a diminuição de investimentos para educação, seja relativo a cortes de bolsas científicas ou até mesmo para sustentar discursos meritocráticos que tentam deslegitimar as cotas da universidade pública. Em relação aos educadores, se tenta inviabilizar, engessar seu trabalho ou reprimi-los.

O investimento em um novo ensino médio que diminui a carga horária de matérias que formam o pensamento crítico demonstram o receio que existe em relação a escola ser uma potência emancipatória. A valorização do tecnicismo e de matérias que não necessitam de reflexão crítica reduz a educação à uma mera preparadora para o mercado de trabalho.

Formar sujeitos passivos em relação ao seu papel na sociedade abre margem para a formação de grandes massas onde se utiliza qualquer discurso acalorado para fomentar o caos e desestruturar sistemas democráticos.

Em seu livro “Psicologia das massas”, Freud discorre sobre como funciona os processos psicológicos e comportamentais de um indivíduo quando está em grupo, levando em conta suas emoções, crenças e instintos. Ele aborda como ocorre a formação de ideias e lideranças e a perda de sua individualidade.

As características principais das massas são: Sentimento de poder invencível, irresponsabilidade (por conta do “anonimato” que estar em um grande grupo proporciona), contágio (sugestibilidade, imitação, tentativa de se manter em harmonia com os demais), liderança forte (não necessariamente alguém que esteja fazendo o certo, apenas alguém que não demonstre medo e que passe certeza), emoção, passionalidade e inibição da capacidade intelectual.

Segundo Freud, na massa o indivíduo torna-se menos diferenciado e mais influenciável, possui um inconsciente coletivo, que incorpora os desejos e necessidades dos seus integrantes. A identificação com a massa pode ser voluntária ou involuntária e pode levar a alterações profundas no comportamento do indivíduo.

O ataque ao Capitólio dos Estados Unidos é um bom exemplo de como as Fake News, juntamente com as massas, podem agir para desestabilizar a democracia de um país. Em 6 de janeiro de 2021, o principal símbolo do poder político dos Estados Unidos foi invadido por centenas de apoiadores do então presidente Donald Trump. Segundo Tiago Tortella, jornalista da CNN Brasil, após meses alegando fraude nas votações (o que foi desmentido pelas principais autoridades do EUA), os apoiadores decidiram se juntar durante a sessão conjunta do congresso que confirmaria a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020 e invadir o Capitólio, destruindo diversos objetos e ameaçando de morte diversos congressistas. “Membros do Congresso e jornalistas tiveram que se retirar às pressas, enquanto uma multidão escalava as escadarias do prédio e invadia os salões principais.” desenvolve Tortella sobre a invasão. Câmeras de segurança e áudios gravados no momento do ocorrido mostram os invasores armados com barras de ferro e sprays químicos atacando policiais que estavam desesperados com o avanço dos agressores no prédio.

Foi o maior ataque à democracia americana, se tornou alvo de uma série de investigações pelo Departamento de Justiça, pelo FBI e pelo próprio Congresso. A invasão resultou na morte de 5 pessoas e mais de uma centena de policiais feridos.

A folha de São Paulo publicou um artigo em 8 de janeiro de 2023 destacando como Trump, após convocar seus apoiadores para um comício no dia dos ataques, sem pedir explicitamente que invadissem o congresso, inflamou os ânimos de seus apoiadores os incentivando a lutar.

Existem tantos outros casos que aconteceram nos últimos anos em demonstram como a junção das massas e das Fake News podem ser prejudiciais para as estruturas democráticas. É importante destacar que a formação das massas é possível graças a uma falta de incentivo ao pensamento crítico e à politização, visto que a passionalidade e inibição da capacidade intelectual são algumas de suas principais características.

Segundo Paulo Freire em seu livro “Pedagogia e mudança”, existem fatores essenciais para tirar a passividade do sujeito e tornar ele um ser politizado, dentre eles, vale destacar o diálogo crítico

(a consciência crítica que somente se dá com um processo educativo de conscientização) e a modificação do conteúdo programático da Educação que é fraca em relação às políticas de incentivo à promoção e crítica do aluno. Politizar é fazer com que os indivíduos possam compreender o mundo ao seu redor pensando em como cada indivíduo se insere em nossa sociedade, se concorda ou não com essa realidade, e como podem agir sobre isso.

Esta politização está diretamente ligada à questão das Fake News pois uma grande parcela não tem conhecimento profundo acerca do que é trazido pelas notícias, elas somente são arrastadas para as massas onde se alimentam da excitação e do ódio para mais desinformação e mais violência.

Já a outra parcela que dissemina as Fake News e utiliza os discursos de ódio para promover o caos, não terá sucesso em uma sociedade politizada devido à sua capacidade intelectual de discernir o que de fato são notícias legítimas e o que é desinformação disfarçada, pois terá os recursos necessários para investigar e não ser influenciada.

Sandra Schram e Marco Antonio Carvalho, em seu artigo denominado “O pensar educação em Paulo Freire, para uma pedagogia de mudanças” expõem

“Reconhecemos o papel que tem a escola para homens e mulheres, sabendo também, que não será ela a única responsável pelas transformações da sociedade, pois vem orientada muitas vezes para a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação. Citado por Moacir Gadotti, é nesse sentido que Paulo Freire é enfático ao afirmar que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (1991, p. 84). [...] Assim, a educação é compreendida como instrumento a serviço da democratização, contribuindo pelas vivências comunitárias dos grupos sociais, no diálogo, para formar pessoas participantes. A reforma da educação e a reforma da sociedade andam juntas, sendo parte do mesmo processo”

780

Dito isso, é possível compreender que, apesar da educação ter um grande potencial emancipatório social, ela enfrenta diversos desafios por conta dos ataques sofridos em toda sua estrutura, o que dificulta que seu potencial se transpareça na prática, mas é um meio legítimo de combate às fake news e aos discursos de ódio.

Destaca-se, por fim, uma famosa citação de Paulo Freire (1992) que dialoga com o que vem sendo debatido nestas últimas considerações, “Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança”. Considerando as adversidades, sabe-se que a educação é de fato um instrumento de mudança social, pois então que a sociedade se agarre a essa esperança para que de fato a mudança aconteça.

Objetivos gerais

Este projeto pretende analisar os impactos, desafios e tensões que as ferramentas antidemocráticas incitam na sociedade, em especial as fake news, a massificação da violência, a guerrilha das informações, a retórica do ódio - enquanto fenômenos expressivos e recorrentes



no âmbito da comunicação digital que se reproduz, sobretudo, nas esferas públicas virtuais (redes sociais) - causam à sua sustentabilidade institucional e à sua legitimidade social. Parte-se da perspectiva em que as Instituições democráticas, juntamente com as instituições educacionais atuam como agentes legitimadores do bem estar social, das garantias constitucionais e da tutela dos direitos fundamentais, numa perspectiva onde observa-se o Brasil, como cenário democrática e que vem sendo fortemente desafiado a responder e combater os impactos nocivos que estes referidos fenômenos comunicativos lhes acarretam.

Metodologia, materiais e métodos

A metodologia do projeto se baseará na orientação epistêmica extraída da vertente jurídico-sociológica (Gustin e Fonseca 2015) captando a relação entre Direito, Democrático e Constituição na sua interface com a sociedade, de modo que, para tanto, se avançara na pesquisa bibliográfica e na análise qualitativa de livros, periódicos, artigos científicos e jurisprudências relacionados ao objeto da investigação proposta.

Resultados

Observou-se o papel transformador das instituições democráticas, como o Tribunal Superior Eleitoral, e das instituições educacionais no combate a deslegitimação de valores atinentes a ordem constitucional, como os direitos humanos/fundamentais, a liberdade de expressão, a liberdade e escolha do voto e o respeito ao processo eleitoral. Assim, restou demonstrado que as ferramentas que desestabilizam a ordem social, política e eleitoral, são resultantes de uma evolução de ordem tecnológica, devendo o progresso assegurar ferramentas de contribuição, acessibilidade e garantias de valores Constitucionais, e quando atuando de forma contrária, devem ser limitadas e postas sobre a análise da jurisdição competente.

781

Conclusão

Considerando o que foi abordado anteriormente, é possível compreender que a educação pode ser uma forma legítima de combate às Fake News, e demais ferramentas antidemocráticas que se tentam promover a erosão democrática e a desestabilização da ordem social brasileira, decorrente do seu poder transformador. Apesar disso, é necessário entender que existem diversos obstáculos para que isso ocorra na prática.

As escolas são reflexo da sociedade, uma sociedade adoecida torna o sistema educacional também adoecido. Para que de fato o combate seja eficaz, é necessário que haja uma reforma no sistema educacional brasileiro, investindo no poder transformador que o pensamento crítico possui.



É importante destacar que o combate às Fake News é um desafio contínuo e exige esforços conjuntos de instituições governamentais, empresas de tecnologia, sociedade civil e indivíduos, sendo a educação um fundamental aliados para a manutenção da ordem democrática.

Referências

DOURADO, Tatiana; GOMES, Wilson. O que são, afinal, Fake news, enquanto fenômeno de comunicação política?. Copolítica8, Brasília, agosto, 2019. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT6/gt6_Dourado_Gomes.pdf

ZILIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 9ª Edição. São Paulo: Juspodivm, 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia e estrutura para um novo Estado. (Org.). Revista do Serviço Público. 4-25. Acesso em: 29/10/2023. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1447/1/1997%20vol.48%2Cn.1%20Bresser%20Pereira.pdf>

Castro, Vanderlei Ezequiel; Ciocari, Deysi. Discurso de ódio na política contemporânea: Trump venceu! C&S – São Bernardo do Campo, 2017, v. 39, n. 3, p. 229-50.

Dias, Adriana. O CRIME DE ÓDIO E O NEONAZISMO NA INTERNET: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA. UNICAMP, Instituto de filosofia e ciências humanas 2007.

Gallego, Esther Solano. O ÓDIO COMO POLÍTICA: A REINVENÇÃO DAS DIREITAS NO BRASIL. Boitempo, 1 edição, 2018

Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. Como as Democracias Morrem. Zahar, Rio de Janeiro, 2018. 270p.
 MARTINS, PAULO HENRIQUE. CULTURA AUTORITÁRIA NO BRASIL. Revista de ciências sociais, v. 30 n. 1/2 (1999): Práticas e Representações Regionais P. 105 A 132

Moreira, Glenda Gonçalves Lima Feitosa. A DISSEMINAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO ENQUANTO AMEAÇA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: Uma análise da influência das fake news na manipulação da opinião pública e do eleitorado, acesso em 28/10/2023. Disponível em : <http://hdl.handle.net/20.500.11896/1800>

Notari, Marcio. O Discurso de Ódio e o Fascismo na Sociedade Brasileira: uma Análise a Partir do Pensamento de Wilhelm Reich. Acesso em 21/10/2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2448-2129.2021v22n1p27-36>

Orwell, George. A revolução dos Bichos. 14 ed. Porto Alegre: Globo, 1982.

Orwell, George; tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn; posfácio Erich Fromm, Ben Pimlott, Thomas Pynchon. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 414p.

Zaluar, Alba. O espaço público como ódio. São Paulo, 29 de agosto de 2004, Acesso em 28/10/2023, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2908200403.htm>.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. O PENSAR EDUCAÇÃO EM PAULO FREIRE, Para uma Pedagogia de mudanças. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

Folha de São Paulo. Como o ato terrorista em Brasília lembra invasão ao Capitólio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/relembre-como-foi-a-invasao-do-capitolio-nos-eua-por-apoiadores-de-donald-trump.shtml>

TORTELLA, Tiago. Invasão do Capitólio completa um ano: relembre o ataque à democracia dos EUA. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-ao-capitolio-completa-um-ano-relembre-o-ataque-a-democracia-dos-eua/>

Freud, Sigmund, 1856-1939. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923) / Sigmund Freud; tradução Paulo César de Souza — São Paulo: Companhia das Letras, 2011

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12.ªed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian. Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979

A UNIVERSIDADE PÚBLICA E O DIREITO À CIDADE: ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Francine Helfreich Coutinho dos Santos¹
Carolina Sant' Ana Duarte Ventura²
Julia Silva Peres dos Santos Carvalho³
Luzia Roberta Marques da Costa⁴
Mariana Lourenço Leite⁵

*O que dá grandeza às universidades
não é o que se faz dentro dela –
é o que se faz com o que elas produzem (Florestan Fernandes).*

Introdução

Nos últimos anos, Portugal enfrentou uma das suas mais expressivas crises no que se refere à moradia. A forma como seus “utentes” acessam a cidade é extremamente desigual. Aluguéis altos, gentrificação, privilégios dos fundos imobiliários e salários baixos são as questões que vem impulsionando os portugueses a irem para as ruas e se mobilizarem em prol do direito à moradia adequada. Do outro lado do mundo, no Brasil, se experienciou 4 anos de ausência de políticas habitacionais para os segmentos mais pobres da classe trabalhadora. Motivados por esses elementos conjunturais, mas simultaneamente estruturantes do capitalismo, que, nesse texto, trataremos de uma ação extensionista da Universidade Federal Fluminense que dialoga com a questão do direito à cidade e à moradia.

Diante destas questões, a proposta deste estudo consiste em tratar da luta pelo direito à cidade e à moradia no município de Niterói (RJ/Brasil), mediante as problematizações oriundas da experiência do Programa de Extensão: *A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria aos movimentos sociais no estado do Rio de Janeiro*. Para tal, apresentaremos o Programa em tela, bem

784

¹ Universidade Federal Fluminense; assistente social, mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UFRJ e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ, professora da Escola de Serviço Social da UFF, membro do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares e Integrante do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos; francinesantos@yahoo.com.br

² Universidade Federal Fluminense; graduanda em Serviço Social; carolinaventura@id.uff.br

³ Universidade Federal Fluminense; graduanda em Serviço Social; julia_carvalho@id.uff.br

⁴ Assistente Social; Graduada em Serviço Social pela UFF; luziamarques@id.uff.br

⁵ Universidade Federal Fluminense; graduanda em Serviço Social; marianalourenco@id.uff.br



como o Fórum de Luta pela Moradia, assessorado pelo Núcleo de Estudos de Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF), o qual propõe a ação. Posteriormente, analisaremos teoricamente as desigualdades experienciadas na cidade de Niterói. De antemão, trata-se de uma das cidades mais ricas do país, que, contraditoriamente, apresenta dados reveladores sobre as distintas formas do capital rentista se comportar no desenvolvimento de estratégias de domínio do espaço urbano, produzindo desigualdades habitacionais e explicitando como a heteronormatividade é priorizada no que se refere ao acesso aos direitos sociais. Portanto, é mais uma cidade onde há a generalização da segregação espacial, expressando-se através da valorização imobiliária, da hierarquização dos espaços e da construção de “não lugares” para os que não são homens cisgêneros, héteros e brancos no que se refere à apropriação da cidade.

Objetivos Gerais

O Programa articula projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à Universidade Federal Fluminense, visando colaborar para o acesso ao direito à cidade e à moradia pelos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, fortalecendo os espaços de participação popular. Desse modo, tende a promover o diálogo e a troca de saberes entre os movimentos sociais e a Universidade, buscando contribuir na formação de profissionais críticos capazes de responder às demandas populares, sobretudo, em tempos de ofensiva neoliberal.

Metodologia, materiais e métodos

A metodologia construída para esse trabalho tem como pressuposto a ideia de que o debate sobre o direito à cidade se situa num amplo processo de disputa, que explicita projetos societários e projetos de cidades distintas. Enquanto uns entendem a cidade na qualidade de mercadoria, tendo em vista a produção e valorização de valor, outros a consideram como um espaço de direitos. Este entendimento da cidade enquanto espaço de direitos dialoga com o proposto pelo Programa em questão, visto que, através dos seus integrantes, participa e realiza um conjunto de eventos, tais como audiências públicas, reuniões com diferentes órgãos das prefeituras, seminários científicos e atos públicos de resistência às violações, o que reitera o debate acadêmico que demonstra o quanto as cidades são cindidas por interesses antagônicos. Tendo isso em vista, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, atreladas a uma observação participante no Fórum de Lutas pela Moradia, descrevemos e analisamos os principais elementos que expressam as desigualdades presentes em Niterói, sobretudo, no que se refere à questão habitacional e às desigualdades de gênero. Através da experiência extensionista em curso, foi possível conhecer e analisar também as formas de luta e resistência nos conflitos urbanos desta cidade onde as mulheres negras se destacam.

Observação participante no Programa e Fórum

O Programa de Extensão intitulado *A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria aos movimentos sociais no estado do Rio de Janeiro*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF), em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE/UFF), é responsável por desenvolver diversas atividades extensionistas de planejamento urbano e habitação popular, mediante a formulação de projetos e planos populares de regularização fundiária, urbanização, formação política, educação popular entre outros. Nesse sentido, a partir das demandas da população e de sua participação, presta assessoria técnica, social e jurídica, em especial, para movimentos sociais e organizações populares, contribuindo na luta pelo direito à cidade junto à classe trabalhadora.

O Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) é um órgão da Universidade Federal Fluminense (UFF), ligado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). A equipe é formada por professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, tais como Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Comunicação, Direito e Serviço Social, que de maneira interdisciplinar, visa construir e desenvolver conhecimentos e experiências junto à população envolvida. O trabalho desenvolvido pelo Núcleo começou em fins de 1982, quando foi criada a Equipe de Projetos Comunitários, institucionalizada em 1986 como o NEPHU. O Núcleo trabalha em assentamentos urbanos habitados pelos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora que apresentam a ele suas demandas. Em geral, trata-se de pessoas que residem em precárias condições, tais como: a ocupação irregular do solo, a ausência ou a deficiência de infraestrutura e serviços públicos e a precariedade de moradia. Para lidar com esses problemas, o NEPHU assessoria as organizações locais para facilitar o envolvimento e a participação das pessoas afetadas na análise da situação e na busca de soluções. Apesar de muitas vezes a população afetada estar ciente dos problemas e das necessidades de promover mudanças, nem sempre dispõe dos meios para encontrar soluções adequadas para o desenvolvimento urbano e social de suas respectivas comunidades, como, por exemplo, as pessoas que residem em encostas, nas margens dos rios e/ou locais insalubres, pois nem sempre essas pessoas possuem alternativas de morar em espaços infraestruturados. Nesse sentido, o trabalho do NEPHU tem por objetivo contribuir para viabilizar e promover melhorias urbanas e sociais, através da assessoria às comunidades organizadas, dando respaldo técnico na luta pela moradia.

Do ponto de vista mais específico o Programa se propõe a:

Promover a integração, o diálogo e a troca de conhecimentos e saberes entre as comunidades e academia; subsidiar com informações relevantes (nas áreas de arquitetura e urbanismo, serviço social, geografia, engenharia e direito) os movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade; afirmar os moradores como sujeitos da ação e planejadores populares; estabelecer parcerias construtivas voltadas

ao enfrentamento da questão da habitação e do direito à cidade, especialmente com governo do estado do Rio de Janeiro e suas respectivas secretarias relacionadas a tais temáticas e com as administrações municipais de São Gonçalo e Niterói (NEPHU, 2023, p. 10).

Partindo de uma perspectiva interdisciplinar e de educação popular, orienta-se pela pedagogia freiriana, principalmente no que diz respeito ao diálogo e à linguagem utilizada, colaborando para o fortalecimento da consciência de classe por meio de práticas sócio-educativas que estimulem a organização e a mobilização popular. Desse modo, integra conhecimentos e vivências entre a Universidade e as comunidades envolvidas, desnaturalizando a forma tradicional de ensino imposta. Como se trata de um programa extensionista amplo, este valoriza o diálogo entre pesquisa, ensino e extensão.

O Programa é composto por nove projetos que se articulam entre si. São eles: (I) Formação Política, Educação Popular, Direitos Sociais e Serviço Social; (II) Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando conflitos; (III) Questão Urbana e Regularização Fundiária: a atuação do Serviço Social em equipes de assessoria técnica de interesse social; (IV) Universidade e Comunidade: diálogos sobre a cidade popular; (V) Impactos da pandemia da Covid-19 na cidade de Niterói no contexto de luta pela moradia; (VI) Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: um balanço necessário; (VII) Proposta metodológica aplicada a projetos populares de redesenho urbanístico de assentamentos; (VIII) ATHIS: Resgatando quatro décadas de atividades extensionistas universitária do NEPHU-PROEX-UFF; (IX) Conflitos por moradia em Niterói: contexto da pandemia da COVID-19.

Em sua maioria, os projetos surgem a partir das demandas das comunidades e moradores que compõem o Fórum de Luta pela Moradia (FLM) de Niterói. Trata-se de um importante espaço coletivo de articulação política organizado por moradores de áreas populares que reivindicam o direito à moradia. Envolve lideranças comunitárias, em sua maioria mulheres, que se colocam na condição de protagonistas das diferentes formas de mobilização e resistência em uma cidade extremamente desigual.

O Fórum é assessorado desde 2017 pelo Núcleo extensionista, se organiza por meio de reuniões que acontecem quinzenalmente, estruturando ações e debates a respeito da questão urbana junto a coletivos de moradores e grupos sociais, subsidiando suas reivindicações na luta pelo direito à moradia e à cidade. Essa organização coletiva é compreendida como um espaço de resistência na luta de classes, posto que desenvolve ações contra-hegemônicas, que visam romper com as desigualdades sociais oriundas da conformação capitalista, especialmente, sob a égide do capital imobiliário. Sua participação recente vem incluindo os espaços de participação da cidade, como o COMPUR (Conselho Municipal de Políticas Urbanas), provocando audiências públicas e incidindo nas ações que se contrapõe às mudanças da Lei Urbanística da Cidade e junto às famílias que perderam suas moradias oriundas do “Prédio da Caixa”, do Casarão e das

comunidades, onde hoje passa um túnel com destino a região oceânica — todas despejadas e/ou removidas e sem solução definitiva sobre suas respectivas moradias.

O FLM se organiza mediante a autogestão da mobilização e organização popular, isto é, a população é protagonista na construção de sua auto-organização política. Assim, “o Fórum expressa o exercício e a defesa dos direitos civis, políticos e sociais frente à acentuada criminalização/judicialização das lutas sociais” (Oliveira; Santos; Bienenstein, 2019, p. 57).

No que tange ao debate de gênero, de acordo com dados coletados das listas de presença do Fórum, de 2020 a julho de 2023, aproximadamente 84,30% dos participantes representam o sexo feminino. É de suma importância destacar que em cada um desses anos de referência, o percentual de participação feminina supera 80%, excetuando-se o ano de 2023, tendo em vista que os dados dizem respeito apenas a seu primeiro semestre. Ademais, cabe destacar o ano de 2022, no qual a participação feminina girou em torno de 92,91%. Diante desses números, é possível compreender que a luta pela moradia é marcada, de forma expressiva, pela centralidade da presença feminina. Atualmente, o Fórum é constituído majoritariamente por mulheres negras. Segundo Oliveira *et al.* (2019), essas são moradoras de diferentes favelas de Niterói e/ou lideranças de movimentos sociais.

Conforme os estudos de Machado (2021, p. 34), “a participação expressiva de mulheres negras na luta pelo direito à moradia não almeja apenas a segurança da posse, mas também a garantia de sobrevivência”. Essa é uma reflexão importante, já que tais mulheres sofrem em seu áspero cotidiano as dores e dissabores dos despejos, dos desabamentos e das durezas da vida em locais onde o Estado não se manifesta por meio de políticas públicas de qualidade.

Assim, a luta pelo direito à moradia pode ser um lugar potencializador na reapropriação do espaço público e privado (Helene, 2019), tendo em vista que os movimentos sociais se apropriam do espaço público para conquistar o espaço privado, personificado pela moradia.

Cabe destacar que todo trabalho desenvolvido pelo NEPHU é considerado uma “assessoria técnica”, que no Brasil diz respeito à Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), referenciada pela Lei Federal n.º 11.888/2008. A Lei em questão garante que as famílias que possuem renda de até três salários mínimos (R\$ 3.960,00) recebam a assistência técnica pública e gratuita em prol da elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, reforma, ampliação e/ou regularização fundiária de suas moradias. Por se tratar de uma lei de caráter federal, reforça o direito social à moradia em todo o território brasileiro, especialmente para as localidades declaradas como espaços de interesse social. Desse modo, cabe às prefeituras elaborar um programa habitacional capaz de mapear e selecionar as famílias que se enquadram nos critérios elencados na lei, além de dispor a previsão orçamentária para a devida realização das obras no município. Para que a Lei de ATHIS se concretize, vários sujeitos podem auxiliar, inclusive a Universidade, como a Universidade Federal Fluminense, via NEPHU.

A pesquisa bibliográfica: o direito à cidade como direito social

O crescimento desordenado das cidades, causado pelo processo de industrialização e urbanização capitalista, intensificaram as desigualdades já existentes na sociedade, fazendo com que o acesso à terra pela classe trabalhadora fosse ainda mais dificultado. Nesse sentido, coube a população de menor renda planejar e construir suas próprias casas, habitando áreas de risco e desprovidas de serviços públicos de qualidade. Sob essa perspectiva, Villaça (1986, p. 7) afirma que a aquisição da propriedade privada da terra por meio da compra, restringe os trabalhadores que, com baixos salários, não conseguem escolher o lugar onde morar. Por isso, na formação das favelas e na ocupação de assentamentos há um alto grau de vulnerabilidade ambiental e de autoconstrução das edificações.

Historicamente, as políticas habitacionais, ou melhor, a moradia, sempre foi um problema de grande envergadura. Isso porque a lógica da cidade-mercadoria, explicitamente ou não, demonstra o quanto ela é um produto social que se insere no modo de produção capitalista como uma mercadoria a serviço da valorização ou produção de valor.

Mesmo com toda a voracidade do sistema capitalista, este encontra a resistência dos movimentos sociais urbanos, imprescindíveis no processo de luta pelo direito à cidade e à moradia. Esta, por exemplo, é entendida não apenas como uma casa para se viver, mas sim como um elemento englobador de toda dinâmica dos serviços ofertados à localidade onde se situa a residência. Por isso, são diversos os problemas relacionados à moradia adequada, o que envolve questões vinculadas ao trabalho, à educação, ao lazer, à habitação, ao transporte, à participação política, ao usufruto da cidade e à cidadania.

A vigente fase neoliberal do capitalismo, caracterizada pelos frequentes desmontes das políticas sociais, evidencia o aprofundamento da desigualdade no acesso à cidade, posto que “[...] vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar.” (Harvey, 2014, p. 27).

Dessa forma, o direito à cidade reivindicado aqui, consiste na defesa de espaços pautados pelo uso, o que estimula relações sociais não mercantis e permite que os sujeitos se aproximem de suas potencialidades internas e emancipatórias. Logo, diz respeito sobre a possibilidade de reinventar a cidade de maneira mais inclusiva, solidária e democrática. Nessa perspectiva, Harvey (2014, p. 28) nos ajuda com uma reflexão importante:

O Direito à Cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Contudo, o que temos são contradições que demarcam o quanto o Estado não garante o direito à cidade, mas, ao contrário, produz um conjunto de violações de direitos que se relacionam com as formas segregatórias de vivências nos territórios.

A luta pelo direito à cidade em Niterói

A cidade de Niterói, território principal das ações extensionistas em questão, é situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, conta com uma área territorial aproximada de 133,757 km² e com uma população estimada de 515.317 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2020. Uma cidade com importante potencial turístico, político e econômico.

De acordo com o IBGE, Niterói é a cidade com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e também com a maior renda do Rio de Janeiro/Brasil. Trata-se da cidade mais rica do estado. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a cidade tem renda média de R\$4.186,51, expressando uma renda 16 vezes maior do que a cidade mais pobre, que é Japeri, situada na Baixada Fluminense, onde a renda média corresponde a R\$259,63.

Mesmo possuindo uma renda altíssima e uma arrecadação de grande volume — girando em torno de 3,5 bilhões (conforme dados de 2020) —, além de possuir o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) mais alto em valores *per capita* entre todos os noventa e dois municípios do Rio de Janeiro, a cidade possuía em 2012 cerca de 40 mil moradias em assentamentos precários e um déficit habitacional de 15 mil famílias. Segundo as pesquisas da Fundação João Pinheiro, 6 milhões de famílias brasileiras integram o déficit habitacional. Vale salientar que os programas habitacionais nos últimos 4 anos ficaram relegados aos governos municipais e estaduais, enquanto o Governo Federal realizou um corte de mais de 1,5 bilhão no orçamento para esse fim. O que vimos foi um amplo processo de desmonte das políticas habitacionais, limitando municípios e estados no que tange à sua capacidade de execução da política. Além disso, agravou-se de forma considerável as condições de moradia de um amplo contingente de trabalhadores (como expõem os dados supracitados), retomando a lógica de individualização de problemas que são estruturantes e que demandam respostas coletivas e oriundas do Estado.

790

Resultados parciais: as desigualdades habitacionais e de gênero e a necessidade da extensão universitária na luta por direitos

Nesta seção pretendemos tratar sobre a desigualdade de gênero como uma dimensão que se expressa no espaço urbano, bem como sobre o protagonismo feminino na luta contra essa desigualdade. A começar pelo que se entende por gênero, sendo “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 2017, p. 86), categoria



criada no século XX, na tentativa de entender como as diferenças percebidas entre os sexos operam na organização social.

Um elemento importante que vai dar corpo à opressão da mulher, no que diz respeito ao espaço urbano, é a diferenciação criada pela sociabilidade capitalista entre o espaço público e o privado. A história evidencia que, com o fim do feudalismo e o início do capitalismo industrial, a casa perde a centralidade da produção e as pessoas começam a sair de seus lares para trabalhar. Nessa conjuntura, as diferenças percebidas entre os sexos serão utilizadas para separar as tarefas do âmbito público (homens) e privado (mulheres). Consequentemente, a mulher perde seu papel central na produção, que passa a acontecer nas indústrias, ficando a cargo das questões do lar e da família. Quando o mercado também passa a exigir o trabalho de mulheres em fábricas, essas ocupam os cargos mais subalternizados, com os menores salários e realizando múltiplas jornadas.

Com o avanço do capitalismo industrial e a urbanização, o público não perde seu caráter voltado à masculinidade. As cidades são, então, planejadas por homens e para homens, e permeadas por seus símbolos de poder. Desta forma, ainda que as mulheres disputem o espaço público e os cargos de poder, o cotidiano urbano dos corpos femininos continua sendo marcado por um **não lugar**, pela imprevisibilidade e pelo medo da violência urbana. No entanto, a violência de gênero não se faz exclusivamente presente no espaço público, da desordem e do caos, mas também nos espaços privados, principalmente no âmbito familiar. Portanto, não existem espaços seguros para as mulheres, uma vez que o discurso da “privacidade”, que permeia o privado, contribui para a invisibilização da violência de gênero.

Nesse sentido, percebe-se um aumento progressivo da violência de gênero na cidade de Niterói, os dados da Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres da Prefeitura de Niterói/RJ apontam um aumento de 191% das notificações de 2022 em relação ao ano de 2012. Para exemplificar, trazemos dois casos recentes de violência contra a mulher no espaço público em Niterói que marcaram e mobilizaram os movimentos sociais urbanos nos últimos cinco anos. O primeiro refere-se a uma mulher lésbica que sofreu um estupro coletivo, após sair de uma festa realizada numa praça da cidade, onde frequentemente são realizados eventos culturais, conhecida como Cantareira. O outro episódio diz respeito a outra mulher vítima de feminicídio à luz do dia dentro do shopping da cidade. São dois casos em que mulheres, ao transitar e experienciar a cidade, são oprimidas e violentadas como uma forma de correção a um comportamento considerado inadequado por homens.

Em síntese, o gênero feminino, ao longo da história da humanidade, foi limitado ao território doméstico, impossibilitado de territorializar outros espaços para além dessa esfera. Um exemplo disto, é que no que se refere à vida pública e tomada de decisão, o IBGE (2021) mostra que apenas 14,8% dos assentos da Câmara Federal são ocupados por mulheres. Em contrapartida, temos percebido que no território em questão é que gradativamente, as mulheres vêm ocupando espaços na vida pública e nas ações de resistência.

No caso do Fórum de Luta pela Moradia de Niterói, como dito anteriormente, as principais agentes e mobilizadoras são mulheres, negras, com filhos que reconhecem que sem seu direito à moradia garantido não se acessa nenhum outro direito e, por isso, se mobilizam em diferentes frentes, uma vez que também são as maiores afetadas pela política urbana que criminaliza, controla e violenta seus corpos. Sendo assim, o trabalho extensionista de assessoria técnica prestado pela Universidade pública aos movimentos sociais, tem se mostrado imprescindível para reafirmar o papel social e político das Universidades na ampliação dos direitos sociais, uma vez que vem buscando intervir sobre violações de direitos.

É relevante mencionar que mesmo essa cidade não sendo pensada para acolher mulheres em sua diversidade — ou aqueles que transgridem a norma sexual dos corpos — elas vêm preenchendo gradativamente as fileiras dos movimentos sociais urbanos para a garantir e/ou resistir ao processo de retirada de direitos. Na verdade, o que nos resta hoje, parafraseando o título da excelente obra de Leisle Kern (2021), é a luta pelo espaço em um mundo desenhado pelos homens.

Por fim, a experiência da extensão universitária, através do desenvolvimento do Programa e projetos que desenvolvem ações de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), vêm propiciando uma aproximação importante entre comunidades populares, lideranças locais, movimentos sociais e discentes. Tais ações fortalecem os valores éticos que pautam o compromisso dos futuros profissionais com os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, rumo a uma construção de um projeto societário e um projeto de cidade, em que o lucro não esteja acima da vida, onde o direito à cidade possa ser exercido.

As ações realizadas pelo Programa de extensão vem fortalecendo a formação profissional dos discentes, e subsidia técnica e politicamente as lideranças populares e movimentos sociais urbanos, que se encontram na luta pelo direito à cidade. Entende-se que um dos resultados importantes desse processo é o protagonismo das mulheres nas atividades políticas da cidade. Niterói possui uma série de contradições já elencadas, e destacamos que, embora tenhamos apenas uma vereadora mulher na cidade, as mulheres vêm gradativamente ocupando lugar na política na cidade — espaço este hegemonizado pelo perfil da heteronormatividade. O fato do FLM ser um espaço predominantemente feminino e negro diz muito desse protagonismo que ganha espaço. São elas que cotidianamente experienciam as dificuldades do “viver e morar” numa cidade que é a expressão da tese do desenvolvimento territorial desigual, conforme nos elucidou Harvey (2004).

Conclusão

Dado o exposto, compreende-se que a mulher trabalhadora geralmente realiza sua atividade de trabalho dentro e fora de casa, sendo duplamente explorada pelo capital. Se no âmbito público o fruto do seu trabalho é apropriado pelo capitalista em troca de baixos salários, na sua vida

privada ela passa horas exercendo o trabalho não remunerado que viabiliza sua reprodução e de toda família, mas aquelas pertencentes ao FLM, ainda assim, conseguem vocalizar suas questões sob forma de participação e mobilização.

Dito isso, fica nítido que as relações de gênero também contribuem no processo de produção e reprodução do espaço urbano. No livro "*Quarto de despejo: diário de uma favelada*", podemos observar que Carolina Maria de Jesus aborda diferentes expressões da questão social, manifestando-as de forma explícita na sua rotina diária. Uma delas está diretamente relacionada à dificuldade de acesso à moradia adequada e à precariedade do lugar que ela, mulher negra, periférica e mãe solo, teve que vivenciar, dada a sensação de não pertencimento à cidade, já que morava numa favela e sequer tinha uma casa com as condições adequadas. Décadas depois, após a Constituição Federal de 1988, o direito à moradia passou a ser garantido por lei — via Emenda Constitucional. Contudo, a classe trabalhadora ainda vem tendo seus direitos negligenciados e violados, surgindo a necessidade de movimentos sociais e articulações como o FLM para fins de mobilização e busca da efetivação do direito à moradia.

Embora a conjuntura brasileira recente tenha sido extremamente pesada, marcada pela exacerbação do machismo, da misoginia, pela retirada de direitos e pelo autoritarismo, os espaços coletivos impulsionados pela extensão universitária foram de grande relevância. Entendemos que a Universidade deve intervir na realidade e não só pensá-la. E, para isso, é imprescindível fortalecer a concepção de extensão universitária vinculada à transformação social, tendo como horizonte a equidade, a justiça social e a expansão dos direitos sociais.

Contrariando os interesses hegemônicos de privatização das Universidades, mercantilização do ensino e elitização do ensino superior, dialogamos como uma concepção de Universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, que reafirme sua função social, se articulando permanentemente com os interesses da classe trabalhadora na construção de uma cidade de direitos. Muitas “Carolinas” seguem firmes em espaços de luta, tanto nas Universidades quanto nos movimentos sociais, acreditando que a cidade e a Universidade precisam cumprir sua função social. Para tanto, é preciso existirem formas de sociabilidade e de ocupação da cidade para frear esse projeto de cidade que negligencia as expressões da questão social e ofusca a pluralidade de gênero dos que habitam nesse espaço.

793

Referências

BIENENSTEIN, Regina. **Redesenho urbanístico e participação social em processos de regularização fundiária**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CODIM - Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres de Niterói. <http://www.niteroi.rj.gov.br/2023/03/06/prefeitura-de-niteroi-faz-balanco-das-aco-es-protetivas-a-mulher-em-situacao-de-violencia-domestica/>. Acesso em 18/10/2023.



CRESS/RJ - Conselho Regional de Serviço Social/RJ. **Serviço Social e direito à cidade**. Rio de Janeiro: Práxis, ano X, N° 102, trimestral janeiro a março, 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estatística e Informações: demografia e indicadores sociais - Déficit habitacional no Brasil**, 2015. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, pp. 27-66.

HELENE, D. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set./dez. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2019.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Oficina Raquel, 2021.

MACHADO, Vitoria Gouveia dos Santos Ribeiro. **Raça, gênero e luta: uma análise da trajetória de mulheres negras engajadas na luta pela moradia na cidade do Rio de Janeiro** / FAU/ UFF. Niterói, 2022.

794

NEPHU. **Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais no Estado do Rio de Janeiro - 2023**. Documento Institucional. PROEX/ NephU/ UFF. 2023.

OLIVEIRA, A. C.; SANTOS, F. H. C. dos; BIENENSTEIN, R. **Movimentos Sociais Urbanos, Extensão Universitária e Serviço Social: a Experiência Interdisciplinar da Assessoria Técnica**. *Temporalis*, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 52–69, 2019. DOI: 10.22422/temporalis.2019v19n38p65-82. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27806>. Acesso em: 21 jul. 2023.

OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira de. **Desenvolvimento desigual no espaço urbano: construindo a luta pelo direito à cidade**. In: X Jornada internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2021.

SCOTT, J. (2017). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, 20(2).

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. Global Editora, 1986.

ALÉM DO DIAGNÓSTICO: A IMPORTÂNCIA DO APOIO MÉDICO NO BEM-ESTAR PSICOSSOCIAL DE GESTANTES COM HIV

Layanne Emanoele Vieira Apolinario¹
Munir Salman Benedito¹
Arthur Lins Melo¹
Larissa Domingos Ramos Coelho¹
Ariel Gomes²

Introdução

A maternidade representa uma transformação não apenas no corpo e na fisiologia da mulher, mas também seu estado emocional. As variações hormonais que ocorrem durante a gravidez podem influenciar a sensibilidade da mulher e sua interação com o ambiente circundante. Algumas situações vivenciadas durante esse período podem ter um impacto significativo no estado psicológico da gestante, como a descoberta de uma infecção durante o pré-natal (PICCININ et al., 2012, p.29-33).

Entre as infecções possíveis que as gestantes podem descobrir, destaca-se o vírus da imunodeficiência humana (HIV). A soropositividade para o HIV traz consigo não apenas o temor da transmissão para o feto, mas também a preocupação com o desenvolvimento da criança (BARROS et al., 2011, p.396-403). Após o diagnóstico positivo para o HIV, as gestantes podem desenvolver transtornos mentais relevantes, uma vez que a preocupação com a saúde do filho se soma à preocupação com a própria saúde (LEVANDOWSKI et al., 2014, p.259-277).

Quando a confirmação da soropositividade ocorre durante o período pré-natal, surgem dúvidas e ansiedades, pois o diagnóstico não é de fácil condução e pode resultar em distúrbios clínicos significativos (THIENGO et al., 2012, p.416-426). Nesse contexto, o resultado positivo para o HIV pode gerar angústia e ansiedade, pois a gestante se vê não apenas como mãe, mas também como parte de uma complexa rede de estigmas sociais e preconceitos perpetuados por uma sociedade enraizada em ideais antigos (GONÇALVES et al., 2013, p.281-289). Além disso, o risco de transmissão vertical é amplamente reconhecido, exigindo cuidados especializados para garantir a saúde integral da paciente (GONÇALVES et al., 2013, p.281-289).

No Brasil, dados epidemiológicos revelam que, entre 2007 e 2019, foram notificadas 93.220 mulheres infectadas pelo HIV. Nesse mesmo período, a incidência de casos de HIV em

795

¹ Acadêmico(a) de Medicina do Instituto de Educação Médica da Universidade Estácio de Sá

² Docente de Medicina do Instituto de Educação Médica da Universidade Estácio de Sá

mulheres de 10 a 14 anos representou aproximadamente 0,5% do total (494 casos), enquanto as mulheres de 15 a 19 anos, consideradas no início da prática sexual e período reprodutivo, representaram 6,9% (6394 casos). A faixa etária com o maior índice compreende mulheres de 25 a 29 anos, com 15,3% (14.289 casos). Nos últimos 10 anos, houve um aumento de 38,1% no diagnóstico do HIV em gestantes, resultando em 71.114 notificações entre 2010 e o primeiro semestre de 2019 (BRASIL, 2019, p.1-28).

Na esfera do cuidado, as expectativas relacionadas às experiências únicas da gestação frequentemente são substituídas por sentimentos de medo, culpa e frustração (BRAGA et al., 2013, p.419-427). Muitas mulheres não conseguem enfrentar essa nova realidade sozinhas e necessitam de apoio. Portanto, o conhecimento das alterações que ocorrem nesse momento delicado é fundamental para o bem-estar da gestante, indo além da abordagem clínica, epidemiológica ou sociocultural (ESPER et al., 2010, p.368-386). Consequentemente, observamos que a forma como a gestante lida com a infecção pelo HIV e as emoções após o diagnóstico têm ganhado destaque na literatura.

Assim se destaca a importância do acolhimento e do acompanhamento pré-natal adequado. Mulheres em situação de vulnerabilidade que não recebem o apoio necessário correm o risco de fragilização e de se tornarem mais suscetíveis a diversos tipos de alterações emocionais (CARVALHO et al., 2009, p.157-173).

Serviços especializados no atendimento a gestantes com HIV desenvolvem estratégias para a supressão da carga viral e a prevenção da transmissão do vírus (MOURA et al., 2006, p.405-413). Portanto, é essencial que o cuidado seja integral, envolvendo não apenas o aspecto médico, mas também o acompanhamento psicológico e a consideração do contexto social e familiar da paciente. A conduta médica e a assistência acolhedora dos profissionais de saúde desempenham um papel fundamental na promoção da adesão ao tratamento e na melhoria da qualidade de vida das mulheres durante o ciclo gravídico (ROMANELLI et al., 2006, p.329-334).

796

Objetivo geral

Analisar o impacto emocional do diagnóstico de HIV durante a gravidez.

Objetivos específicos

Identificar transtornos psicológicos da gestante após a descoberta do HIV.
Compreender a importância do acolhimento médico à gestante soropositiva.



Metodologia, materiais e métodos

O presente estudo é uma revisão bibliográfica conduzida por meio das bases de dados PubMed e SciELO, juntamente com materiais do Ministério da Saúde do Brasil (MS). Foram utilizados os descritores "HIV", "gestantes" e "doenças psicológicas", alternativamente substituídos por "AIDS", "gravidez" e "fatores psicológicos", com tradução para o inglês quando necessário para a busca na literatura internacional. Os critérios de inclusão estabelecidos foram: (a) um período de 10 anos (2010-2020), (b) idiomas português e inglês e (c) textos completos com títulos ou resumos relacionados à temática "Mulheres Gestantes com HIV".

Resultados

Emoções e transtornos psicológicos da gestante após a descoberta da soropositividade pelo HIV

A relação entre gestação e adoecimento mental tem sido explorada em estudos acadêmicos por diversos autores (PICCININ et al., 2012, p.29-33; BARROS et al., 2011, p.396-403; LEVANDOWSKI et al., 2014, p.259-277; THIENGO et al., 2012, p.416-426; GONÇALVES et al., 2013, p.281-289). Os transtornos psiquiátricos associados a esse período incluem depressão perinatal, transtornos de ansiedade pós-parto, psicoses pós-parto e depressão pós-parto (LEVANDOWSKI et al., 2014, p.259-277; GONÇALVES et al., 2013, p.281-289).

No contexto do HIV, o diagnóstico da infecção pode agravar esses distúrbios, especialmente em mulheres com maior vulnerabilidade emocional (BRASIL, 2019, p.1-28; BRAGA et al., 2013, p.419-427; ESPER et al., 2010, p.368-386). Estudos globais e nacionais exploram a saúde mental das gestantes com HIV (CARVALHO et al., 2009, p.157-173; MOURA et al., 2006, p.405-413) e ressaltam relatos de angústia, indignação e temor após o diagnóstico (BRAGA et al., 2013, p.419-427; ROMANELLI et al., 2006, p.329-334).

O medo de discriminação e preconceito em relação à criança e a preocupação com a transmissão do vírus são aspectos notáveis (BRASIL, 2019, p.1-28; ROMANELLI et al., 2006, p.329-334). Assim, estudos buscam estratégias para reduzir o sofrimento psicológico e melhorar o bem-estar das gestantes, independentemente de sua soropositividade (PICCININ et al., 2012, p.29-33; FAIRBROTHER et al., 2016, p.148-155).

A questão da não amamentação, recomendada para gestantes com HIV, é amplamente discutida nos estudos (BRASIL, 2019, p.1-28; ROMANELLI et al., 2006, p.329-334; O'HARA et al., 2014, p.3-12; GOODMAN et al., 2010, p.477-490; BOWEN et al., 2012, p.161-167; GONÇALVES et al., 2007, p.113-142; CARVALHO et al., 2006, p.345-355; ARAÚJO et al., 2008, p.589-594). Emoções predominantes incluem raiva e impotência devido à impossibilidade de amamentar, gerando sentimentos de maternidade incompleta.

O Medo da Transmissão Vertical

Quando diagnosticadas durante o pré-natal, a terapia medicamentosa é indicada e mantida ao longo de toda a gestação, visando prevenir a transmissão vertical do vírus (BRASIL, 2019, p.1-272).

A transmissão vertical do HIV pode ocorrer durante a gestação, no momento do parto, através do contato com secreções cérvico-vaginais e sangramentos, ou mesmo por meio da amamentação. Portanto, é recomendável que as gestantes realizem no mínimo seis consultas de pré-natal, sendo a primeira preferencialmente durante o primeiro trimestre da gravidez (BRASIL, 2019, p.1-272). Esse acompanhamento médico permite o monitoramento adequado do tratamento.

De acordo com os protocolos de atendimento, ao longo da gestação, pelo menos três exames de carga viral devem ser realizados após o diagnóstico inicial. Além disso, todas as puérperas com HIV são orientadas a não amamentar, uma vez que a amamentação representa um risco contínuo de transmissão vertical (BRASIL, 2019, p.1-272). Em gestações planejadas e com intervenções adequadas durante o pré-natal, parto e amamentação, o risco de transmissão vertical do HIV é reduzido a menos de 2%.

Sentimentos vivenciados diante do estigma social

798

Uma vez confirmada a soropositividade durante a gravidez, as mulheres enfrentam uma série de desafios impostos pela sociedade ao seu redor. Estes desafios incluem lidar com o medo de transmitir o vírus ao filho por meio da transmissão vertical, considerar o aborto como uma possível saída diante das circunstâncias conflitantes, sentir-se incapaz de amamentar, angustiar-se ao falar sobre a situação com o parceiro e preocupar-se com a reação das pessoas em seu círculo social (BARROSO et al., 2019, p.1-12). A maternidade torna-se um processo complexo quando associada à infecção pelo vírus HIV, pois além das questões típicas da gestação, surgem desafios relacionados à infecção, impactos nas relações familiares e sociais e o estigma associado à epidemia (FRANCISCO et al., 2019, p.134-182).

A gestante soropositiva muitas vezes enfrenta o estigma social sozinha, o que leva a um aumento da ansiedade e da insegurança, além do medo de ser julgada socialmente (SPINDOLA et al., 2015, p.440-448). Para amenizar esse quadro, profissionais de saúde desempenham um papel crucial ao esclarecer dúvidas da paciente e fornecer orientações de acordo com protocolos estabelecidos, contribuindo para a desconstrução de preconceitos infundados (LEITE et al., 2014, p.115-124). Com um acompanhamento adequado, é possível trabalhar a sensação de renascimento com a chegada do filho, representando um novo começo (ARCOVERDE et al., 2015, p.561-566).



Isso reforça a importância fundamental da equipe de saúde em não apenas tratar o corpo físico do paciente, mas também ouvir e abordar de forma humanizada as necessidades das pacientes (LEITE et al., 2014, p.115-124). Apesar dos desafios relacionados à possibilidade de infecção, ao estigma e à incerteza em relação ao futuro, as mulheres buscam manter uma identidade materna positiva e enfrentam intensas preocupações e responsabilidades como mães (FARIA et al., 2014, p.197-203). Portanto, essa é uma fase de vulnerabilidade para as mulheres, o que direciona ações específicas para esse grupo por meio de estratégias de saúde adequadas, com o objetivo de integrá-las à família, à unidade de saúde e à sociedade em geral (CECCON et al., 2017, p.1087-1103).

A importância do acolhimento médico à gestante soropositiva

O acolhimento desempenha um papel fundamental na construção de uma relação de confiança entre médico e paciente (BRASIL, 2019; p.1-272). Essa abordagem é baseada em uma postura ética que prioriza a escuta ativa das queixas da paciente e reconhece seu protagonismo tanto na gestão de sua saúde quanto na resolução de sua condição de saúde (PICCININ et al., 2012, p.29-33).

Após o diagnóstico de HIV, a gestação é considerada de alto risco, tornando o acolhimento médico essencial. Além de fornecer informações sobre a infecção, o médico aborda a importância do acompanhamento e da adesão ao tratamento, o que pode resultar em um nascimento saudável (BRASIL, 2019; p.1-272).

Durante as consultas de pré-natal, o médico deve avaliar o nível de conhecimento da gestante sobre a infecção e encontrar maneiras claras de transmitir informações sobre as consequências da falta de adesão ao tratamento (BRASIL, 2019; p.1-272). Além disso, essas consultas oferecem uma oportunidade para identificar outras necessidades da gestante e demonstrar os benefícios da terapia antirretroviral (TARV) em sua qualidade de vida, bem como na saúde do filho (BRASIL, 2019; p.1-272).

É crucial que a abordagem médica à gestante com diagnóstico de HIV seja realizada com sensibilidade devido às possíveis reações emocionais ao diagnóstico. O médico deve também avaliar a saúde mental da paciente e o apoio familiar e social disponível, mantendo a confidencialidade e o sigilo (BRASIL, 2019; p.1-272). Dado o caráter sistêmico da infecção pelo HIV, o acompanhamento da gestante é necessário até mesmo após o parto (BRASIL, 2019; p.1-272). Portanto, uma relação médico-paciente sólida é fundamental, com o médico ouvindo atentamente todas as preocupações da paciente e assumindo a responsabilidade pelo cuidado.

Sentimentos de superação e esperança da gestante soropositiva ao vírus HIV

A literatura destaca que as expectativas em relação à gravidez em mulheres soropositivas ainda podem ser positivas. Isso se deve ao fato de que a gravidez pode alterar a forma como a mulher encara a vida, tornando sua atual condição uma fonte de força para enfrentar os desafios da doença (SANTOS et al., 2012, p.250-258). Após o parto, a mulher encontra um motivo ainda maior para lutar contra a soropositividade, e esse motivo fundamental é a vida de seu filho, que supera o estigma social e o medo, tornando esses obstáculos menos significativos diante da ideia de ser mãe (SANTOS et al., 2012, p.250-258; SPINDOLA et al., 2015, p.440-448).

Essa esperança perdura devido à percepção de que a maternidade trouxe uma mudança positiva em sua vida (SANTOS et al., 2012, p.250-258). Um fator encorajador é o avanço da medicina, que permite à mulher gerar um filho livre da contaminação pelo HIV (SANTOS et al., 2012, p.250-258). Dessa forma, o sentimento de morte pode ser substituído pela existência, vida e continuidade (SPINDOLA et al., 2015, p.440-448).

O estigma e o preconceito culturalmente associados às gestantes com HIV diminuem quando a perspectiva de ter um filho ao seu lado se torna realidade. Essa realidade pode reduzir o sentimento de solidão, pois durante a gravidez, as gestantes se sentem acompanhadas, e essa criança estará ao seu lado o tempo todo (SANTOS et al., 2012, p.250-258; BARROSO et al., 2019, p.1-12).

Quanto à expectativa de cuidado próprio, as gestantes também reconhecem a necessidade de praticar o autocuidado da melhor maneira possível para aumentar sua expectativa de vida e, conseqüentemente, cuidar do futuro bebê (SPINDOLA et al., 2015, p.440-448). Com a criança a caminho, a gestante pode reinterpretar o significado do cuidado, passando de uma pessoa que necessita de cuidados para uma fonte de cuidados (SANTOS et al., 2012, p.250-258).

No Brasil, uma Organização Não Governamental (ONG) em Goiânia desenvolveu um grupo de apoio para ajudar gestantes a lidar com o impacto do diagnóstico soropositivo desde 1990. Essa ONG concentra suas atividades em crianças, adolescentes e mulheres com HIV (SANTOS et al., 2012, p.250-258). Esse grupo tem se mostrado eficaz ao proporcionar um espaço para o compartilhamento de experiências e vivências, reduzindo inseguranças e preocupações, uma vez que reúne pessoas que vivenciam a mesma realidade (SANTOS et al., 2012, p.250-258). Essa convivência fortaleceu os sentimentos das gestantes envolvidas e aliviou o peso de lidar sozinhas com a situação, fortalecendo os laços entre as participantes.

800

Conclusão

A descoberta da soropositividade ao HIV durante a gestação desencadeia uma série de desafios emocionais, incluindo medo, estigma e preocupação com a reação da sociedade. No entanto, a maternidade pode ser vista como uma fonte de esperança e superação para as gestantes



soropositivas, especialmente quando se considera a possibilidade de ter um filho saudável e livre da infecção. O acolhimento médico juntamente com a atenção da equipe de saúde desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar emocional e na redução do estigma associado ao HIV. Portanto, é essencial abordar esses aspectos emocionais e oferecer apoio holístico às gestantes soropositivas ao HIV.

Referências

ARAÚJO, M.A.L.; SILVEIRA, C.B.; MELO, S.P. Vivências de gestantes e puérperas com o diagnóstico do HIV. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 61, n. 5, p. 589-594, 2008.

ARCOVERDE, Marcos Augusto Moraes et al. Sentimentos e expectativas da gestante vivendo com HIV: um estudo fenomenológico. *REME: Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 3, p. 554-560, 2015.

BARROS, V.L.; ARAÚJO, M.A.L.; ALCÂNTARA, M.N.A.; GUANABARA, M.A.O.; MELO, S.P.; GUEDES, S.S.S. Fatores que interferem na adesão de gestantes com hiv/aids à terapia antiretroviral. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, v. 24, n. 4, p. 396-403, 2011.

BARROSO, S.M.; OLIVEIRA, N.R.; ANDRADE, V.S. Solidão e Depressão: Relações com Características Pessoais e Hábitos de Vida em Universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, 2019.

BOWEN, A.; BOWEN, R.; BUTT, P.; RAHMAN, K.; MUHAJARINE, N. Patterns of Depression and Treatment in Pregnant and Postpartum Women. *The Canadian Journal of Psychiatry*, v. 57, n. 3, p. 161-167, 2012.

BRAGA CARTAXO, C.M.; DOMINGUES DO NASCIMENTO, C.A.; MENINO DINIZ, C.M.; BRASIL, D.R.P.A.; DA SILVA, I.F. Gestantes portadoras de HIV/AIDS: Aspectos psicológicos sobre a prevenção da transmissão vertical. *Estudos de Psicologia*, v. 18, n. 3, p. 419-427, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de HIV e Aids. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais. Brasília, DF, 2019.

CARVALHO, F.T.; DE FARIA, E.R.; GONÇALVES, T.R.; MOSKOVICS, J.M.; PICCININI, C.A. Intervenção psicoeducativa para gestantes vivendo com HIV/Aids: uma revisão da literatura. [s.l.], v. 11, n. 3, p. 157-173, 2009.

CARVALHO, F.T.; PICCININI, C.A. Maternidade em situação de infecção pelo HIV: um estudo sobre os sentimentos de gestantes. *Interação em Psicologia*, v. 10, n. 2, p. 345-355, 2006.

CECCON, R.F.; MENEGHEL, S.N. Iniquidades de gênero: mulheres com HIV/Aids em situação de violência. *Physis*, v. 27, n. 4, p. 1087-1103, out. 2017.

ESPER, L.R.; FURTADO, E.F. Associação de eventos estressores e morbidade psiquiátrica em gestantes. *Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.*, v. 6, n. Especial, p. 368-86, 2010.

FAIRBROTHER, N.; JANSSEN, P.; ANTONY, M.M.; TUCKER, E.; YOUNG, A.H. Perinatal anxiety disorder prevalence and incidence. *J Affect Disord*, v. 200, p. 148-55, 2016.

FARIA, E.R.; CARVALHO, F.T.; LOPES, R.S.; PICCININI, C.A.; GONÇALVES, T.R.; SANTOS, B.R. Gestação e HIV: Preditores da Adesão ao Tratamento no Contexto do Pré-natal. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 197-203, 2014.

FRANCISCO, M.T.R. et al. La realización del test diagnóstico para el VIH entre los participantes del carnaval. *Enferm. glob.*, Murcia, v. 18, n. 53, p. 134-182, 2019.

802

GONÇALVES, T.R.; PICCININI, C.A. Aspectos psicológicos da gestação e da maternidade no contexto da infecção pelo HIV/Aids. *Psicologia USP*, v. 18, n. 3, p. 113-142, 2007.

GONÇALVES, V.F.; TEIXEIRA, D.Q.; OLIVEIRA, P.F.; SOUSA, T.H. HIV-seropositive women: Understanding, feelings and experience before motherhood. *Rev Bras Promoc Saude*, v. 26, n. 2, p. 281-289, 2013.

GOODMAN, J.H.; TYER-VIOLA, L. Detection, Treatment, and Referral of Perinatal Depression and Anxiety by Obstetrical Providers. *Journal of Women's Health*, v. 19, n. 3, p. 477-490, 2010.

LEITE, M.G.; RODRIGUES, D.F.; DE SOUSA, A.A.S.; DE MELO, L.P.T.; FIALHO, A.V.M. Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. *Psicologia em Estudo*, v. 19, n. 1, p. 115-124, 2014.



LEVANDOWSKI, D.C.; PEREIRA, M.D.; DORES, S.D.S. das; RITT, G.C.; SCHUCK, L.M.; SANCHES, I.R. Experiência da gravidez em situação de seropositividade para o VIH: Revisão da literatura brasileira. *Análise Psicológica* [Internet], 2014.

MOURA, E.; PRAÇA, N. S. Transmissão vertical do HIV: expectativas e ações da gestante soropositiva. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 3, p. 405-413, 2006.

O'HARA, M. W.; WISNER, K. L. Perinatal mental illness: definition, description and aetiology. *Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology*, v. 28, n. 1, p. 3-12, 2014.

PICCININ, C. A.; CARVALHO, F. T.; OURIQUE, L. R.; LOPES, R. S. Percepções e sentimentos de gestantes sobre o pré-natal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 27-33, 2012.

ROMANELLI, R. M. C.; KAKEHASI, F. M.; TAVARES, M. C. T.; MELO, V. H.; GOULART, L. H. F.; AGUIAR, R. A. L. P. et al. Perfil das gestantes infectadas pelo HIV atendidas em pré-natal de alto risco de referência de Belo Horizonte. [s.l.], v. 6, n. 3, p. 329-334, 2006.

SANTOS, W. S.; MEDEIROS, M.; MUNARI, D. B.; OLIVEIRA, N. F.; MACHADO, A. R. M. A gravidez e a maternidade na vida de mulheres após o diagnóstico do HIV/AIDS. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 11, n. 2, p. 250-258, 2012.

SPINDOLA, T.; DANTAS, K. T. B.; CADAVEZ, N. F. V.; FONTE, V. R. F.; OLIVEIRA, D. C. Maternity perception by pregnant women living with HIV. *Investigación y Educación en Enfermería*, v. 33, n. 3, p. 440-448, 2015.

THIENGO, D. L.; SANTOS, J. F. C.; FONSECA, D. L.; ABELHA, L.; LOVISI, G. M. Depressão durante a gestação: um estudo sobre a associação entre fatores de risco e de apoio social entre gestantes. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 20, n. 4, p. 416-426, 2012.

USO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR

Anna Beatris Pereira¹
Gabriel Belniaki Hochuli²
Luís Rafael Lorga³
Maria Fernanda Moretti Schneider⁴
Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau⁵

Introdução

A docência no ensino superior é experienciada por meio de uma jornada de trabalho solitária, diferentemente dos professores da educação básica, cuja vivência demanda maior coletividade para a tomada de decisões e a obtenção de resultados (Meyer; Vosgerau, 2018).

Diante deste contexto, redes sociais contemporâneas amplamente utilizadas, como *Instagram*, *WhatsApp* e *YouTube*, podem aproximar os docentes, para que possam compartilhar experiências de sala de aula, formando uma comunidade virtual colaborativa e, sobretudo, garantindo o compartilhamento e o acesso gratuito a diferentes maneiras de ensinar (Gomez, 2015).

Por meio do uso das redes sociais, é possível construir uma didática que estimule a identidade e as interações sociais, essenciais para que o ensino seja suporte para diálogos críticos e

804

¹ Graduanda do 6º período do curso de Letras Português/Inglês na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pesquisadora bolsista de iniciação científica na mesma instituição pela Fundação Araucária – Inclusão Social. E-mail: anna.beatris@pucpr.edu.br

² Aluno do 3º ano do Ensino Médio no Colégio da Polícia Militar do Paraná Cel. PM. Felipe de Sousa Miranda. Pesquisador de Iniciação Científica Júnior (PIBICJr) na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: gabrielhochuli@gmail.com

³ Estudante do 2º ano do Ensino Médio no Colégio da Polícia Militar do Paraná Cel. PM. Felipe de Sousa Miranda. Pesquisador de Iniciação Científica Júnior (PIBICJr) na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: luisrafaellorga@gmail.com

⁴ Doutoranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestra em Direitos Humanos e Políticas Públicas e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: mfmschneider@gmail.com

⁵ Graduada em Informática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Pedagogia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Especialista em Desenvolvimento de Sistemas e Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). PhD em Ciências da Educação: Tecnologias Educacionais pela Universidade de Montréal – Canadá. Docente do PPGE e líder do grupo de pesquisa Criatividade e Inovação Docente no Ensino Superior. E-mail: dilmeire.vosgerau@pucpr.br

formativos. Tudo isso somente foi viabilizado por meio dos avanços tecnológicos e desenvolvimento da *internet*, que:

“traz múltiplas possibilidades para a socialização de indivíduos. Essa forma de socialização acontece em diferentes vias incluindo compartilhando fotos, músicas, e interações em grupos de discussão, via tantos aplicativos disponíveis no cyberspaço (Lisbôa; Coutinho, 2013, p. 141, tradução nossa).

Com a criação das mídias digitais, os estudos sobre a formação docente tornaram-se mais amplos e acessíveis, sobretudo no que diz respeito à pesquisa. Diferentes práticas puderam ser evidenciadas a fim de ajudar tanto ao professor quanto ao aluno:

compartilhar com os alunos o amor pelos conteúdos da disciplina; fazer com que o conteúdo seja provocativo e estimulante; estabelecer interação com os alunos; estimular a autonomia; improvisar e ser flexível; envolver os estudantes por meio de recursos, técnicas, métodos e atividades; selecionar conceitos-chave em relação aos temas; usar métodos de avaliação comparativos e dar *feedback* (Zabalza, 2004, p. 25).

Contudo, o problema da digitalização consiste na forma como ela é disponibilizada, uma vez que na internet é possível encontrar diferentes tipos de provedores de informação – como produções científicas e *blogs* –, que se encontram mesclados, apesar de possuírem diferenças essenciais. As produções científicas são fontes de informações confiáveis, porém tendem a utilizar um vocabulário mais técnico e demandam conhecimento específico.

Já os *blogs* e demais redes sociais digitais são fontes de conhecimento com maior dinamização, contemplando uma linguagem mais usual, explicação contextualizada e se utilizam das artes gráficas e de mídias audiovisuais para fixar o conhecimento.

Dessa forma, adequar a linguagem, selecionar o que trabalhar em sala e optar por determinada prática pedagógica nos novos tempos tecnológicos pressupõem que o docente tenha uma formação específica e necessária, voltada ao uso das mídias em vigor.

Pensando nisso, este trabalho está inserido no projeto Observa - Observatório Virtual do Compartilhamento de Práticas Inovadoras no Ensino Superior, que surge com a criação de um portal na internet (www.observatoriodepraticas.com.br) para a divulgação de práticas inovadoras realizadas por professores universitários. Tem como objetivo servir como meio para o desenvolvimento profissional docente, bem como promover o empoderamento do professorado por meio do compartilhamento entre pares (Meyer; Vosgerau, 2018).

A fim de expandir a atuação do Portal e impactar ainda mais professores, deu-se início ao estudo das redes sociais como instrumento de mobilização social para o desenvolvimento profissional

⁶ “brings multiple possibilities for the socialization of individuals. This form of socialization happens in different ways including through sharing photos, music, and interactions in discussion groups, via the many applications available in cyberspace” (Lisbôa; Coutinho, 2013, p. 141).

docente (Schneider; Vosgerau, 2023). Para isso, foram criados perfis do Portal Observa nas principais redes sociais - *Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter* -, que começaram a ser utilizados no ano de 2022.

A questão que norteia o estudo foi: de que forma as redes sociais podem contribuir para a mobilização dos professores para seu desenvolvimento profissional? A hipótese levantada era de que, para mobilizar os professores, os conteúdos postados nas redes teriam que ser de cunho educacional e deveriam direcionar o leitor para o portal, para que ele tivesse acesso a um conteúdo mais aprofundado, capaz de promover seu desenvolvimento profissional.

Para isso, alguns conceitos do *marketing* foram fundamentais, como o uso dos 4 Ps - Produto, Preço, Praça e Promoção (Quadro 1).

Quadro 1 – 4Ps do Marketing Digital

Item	Descrição
Produto	O elemento de interesse do consumidor, o qual o vendedor troca com o cliente. É essencial que o produto satisfaça o cliente, e é vantajoso que tenha a maior qualidade possível
Preço	O custo do produto ao consumidor. O preço engloba custos financeiros, mas também abrange outros recursos que sejam necessários para que o cliente tenha acesso ao produto, bem como elementos não monetários, como o tempo e o esforço. O preço deve ser o menor possível.
Praça	O local onde a troca ocorre. Em um contexto de crescente uso do marketing digital, a praça se torna o ambiente virtual. A praça deve ter a acessibilidade o mais fácil possível para o cliente.
Promoção	São os meios de comunicação utilizados para promover um produto, desde outdoors até rótulos de produtos

806

Fonte: os autores (2023), com base em Faria e Baruchi (2009)

Para a produção das postagens, outras técnicas de comunicação e de seleção de conteúdo presentes no *marketing* podem ser empregadas: o *copywriting*, a provocação das emoções apoiados ao conceito de persona e a curadoria digital.

Também conhecido como escrita persuasiva, o *copywriting* pode ser entendido como um conjunto de técnicas de escrita capazes de provocar um determinado consentimento ou reação irracional nas pessoas (Cialdini, 2021). Utilizados constantemente na área do *marketing*, os recursos consistem na ativação dos chamados gatilhos mentais, os quais são fundamentados em sete princípios: reciprocidade, coerência, aprovação social, afeição, autoridade, escassez e unidade (Quadro 2).



Quadro 2 – Gatilhos mentais utilizados no copywriting

Princípios dos gatilhos mentais	Descrição
Gatilho da reciprocidade	Necessidade que o ser humano tem em retribuir o que lhe foi ofertado, como se fosse uma dívida a ser quitada.
Gatilho da coerência	Surge da ideia de que, se uma pessoa tem determinado posicionamento na vida, é coerente que ela siga firme em seu propósito, o qual recai no que consome.
Gatilho da aprovação social	Consiste em “seguir a manada”: se alguém vê um produto conquistando muitas vendas e clientes, é provável que a reação seja adquiri-lo também.
Gatilho da afeição	Está relacionado ao sentimento de semelhança e identificação com o próximo, tornando mais fácil a persuasão a partir do momento em que se criam laços.
Gatilho da autoridade	Utilizado para demonstrar maior credibilidade, de forma a superar a concorrência pelo nível de experiência e/ou conhecimento, cativando o consumidor por meio de titulação de especialista no assunto.
Gatilho da escassez	Conecta-se com o irracional do ser humano à medida em que desperta o medo de perder uma oportunidade e ficar sem um produto ou serviço, provocando a reação, muitas vezes, de compra compulsiva, por exemplo.
Gatilho da unidade	Remete ao pertencimento, em que pertencer resulta em fazer parte de uma comunidade e construir relações.

807

Fonte: os autores (2023), com base em Cialdini (2021)

Além disso, uma escrita bem aplicada tem o poder de envolver e convencer o leitor por meio da provocação de suas emoções, num agrupamento chamado de dores e desejos (Carnegie, 2019). Se uma das dores do docente do ensino superior é a solidão em sua jornada de trabalho, o portal pode persuadi-lo a desejar participar da comunidade e colaborar compartilhando sua prática.

Entretanto, os gatilhos não podem ser empregados sem antes entender sobre o público consumidor, nesse caso, a persona das redes sociais. Esse conceito exige “compreensão a respeito dos grupos que interferem ou influenciam a atuação organizacional e suas respectivas expectativas” (Sturmer *et al.*, 2019, p. 28). Ainda, segundo os autores, é importante que se verifique quem é o consumidor profundamente para a elaboração de estratégias comunicativas e de relacionamento, objetivo que é tendência no marketing contemporâneo.

Unindo os gatilhos mentais e a persona para qual o *copywriting* será direcionado, é possível selecionar mais especificamente o que e como dizer, bem como quais os melhores conteúdos para faixa etária e gênero, por exemplo, por meio da curadoria digital.

Nesse contexto, a curadoria de conteúdo envolve o processo de buscar e de selecionar, entre a grande quantidade de informações disponíveis na *web*, um conjunto de conteúdos e apresentá-los de forma significativa e organizada em torno de um tema específico” (Bassani; Magnus, 2020, p. 80).

De acordo com Corrêa e Silva (2012), a curadoria, ao ser vista como uma atividade de desenvolvimento cognitivo-intelectual, proporciona aos seus praticantes o acesso não apenas a conhecimentos, mas também a valores sociais por meio do compartilhamento. Além disso, os autores expõem que a dicotomia entre o mundo *on-line* e *off-line* já foi superada há algum tempo, e a possibilidade de curadoria no meio digital, registrando e armazenando ideias e eventos, emerge como uma forma de construir registros resgatáveis do passado.

Objetivos

Para responder a questão norteadora da pesquisa, foram propostos três objetivos específicos: compreender como as redes sociais são utilizadas para fins educacionais; identificar os desafios para o desenvolvimento profissional dos professores; e verificar a efetividade das redes sociais do Portal Observa.

Metodologia

Para atender os objetivos propostos por esta pesquisa, foram seguidas algumas etapas: a fim de compreender como as redes sociais são utilizadas para fins educacionais e quais são os desafios para o desenvolvimento profissional docente foram realizadas revisões de literatura sobre as temáticas. A tese de doutorado da Patricia Meyer “Princípios para concepção de um portal para



o desenvolvimento profissional da docência na educação superior” e a pesquisa de doutorado em andamento da Maria Fernanda Moretti Schneider “Mobilização via Redes Sociais Digitais para o Desenvolvimento Profissional Docente no Ensino Superior” – ambas orientadas pela Professora Doutora Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau – também nortearam este estudo (Meyer; Vosgerau, 2018; Schneider; Vosgerau, 2023).

Com o objetivo de verificar a efetividade das redes sociais do Portal Observa, foram produzidos conteúdos digitais nas redes que, posteriormente, tiveram sua efetividade analisada com base em categorias levantadas em estudos sobre marketing digital (4 Ps, identificação de personas, *copywriting*, arquétipos e curadoria digital).

Para a criação de conteúdos, a elaboração de um fluxograma de produção (Figura 1) foi necessária, composto de cinco principais passos: 1) Idealização - consiste em pensar sobre o que pode ser aproveitado da fala dos professores, priorizando experiências, metodologias e práticas. 2) Conceituação - consiste na sintetização do material, de maneira a explicar e defini-lo. 3) Didatização - é fazer com que o conhecimento por trás da produção de conteúdo atinja o espectador, tornando-se entendível para ele. 4) Disseminação - consiste em utilizar as artes gráficas para ilustrar melhor os conteúdos, assim como para padronizar os conteúdos do portal. 5) Troca de opiniões - consiste na análise crítica acerca das produções por meio de debates formativos e *feedbacks*.

Figura 1: Processo produtivo das postagens do Portal OBSERVA.



Fonte: Hochuli (2022).

Considerando que consumidores de conteúdo *on-line* são um tipo de cliente, sendo eles suscetíveis a conceitos do *marketing* digital, foram realizadas análises de um total de 280

postagens no *Facebook*, *Instagram*, *LinkedIn* e *Twitter* do Portal Observa, com base no conceito dos 4 Ps (Faria; Baruchi, 2009) e nos comportamentos do consumidor *on-line* (Lima, 2018).

As observações referentes às postagens foram organizadas em uma planilha contendo os problemas identificados na publicação e seu respectivo *link*. Para melhor organização, as postagens na planilha também foram classificadas conforme o tipo: conteúdo (material educacional), engajamento (postagens com a finalidade de interagir com o público) e divulgação (postagens de anúncios e propaganda das atividades do Portal). A organização das postagens em planilha permitiu a visualização dos problemas mais recorrentes.

Para medir o impacto das publicações, cada uma também foi analisada quinzenalmente em tabelas e gráficos, fatores que auxiliaram na verificação do que foi efetivo e do que precisa ser repensado para a produção futura de conteúdo.

Resultados

Do número total de publicações analisadas, 130 são de conteúdo educacional que visam o desenvolvimento profissional dos docentes do ensino superior. Apenas um problema se destacou na grande maioria das postagens de conteúdo, apesar de apresentarem informações de grande relevância para professores, não têm relação direta com nenhum conteúdo do Portal Observa, tampouco apresentam *links* que levem diretamente ao *website*.

Postagens que não tem relação com o *site*, embora contenham conteúdos excelentes e relevantes ao público-alvo do Observa, não exercem adequadamente a função de divulgação, já que não conduzem o consumidor até o portal.

Aplicando o conceito dos 4 Ps, as postagens falham na função de promoção por não terem uma conexão clara com o conteúdo do Portal, e a falta de *link* direto para o *site* aumenta o preço em tempo e esforço de pesquisá-lo na internet, o que Lima (2018) demonstra ser desvantajoso.

Por meio do número de contas alcançadas no Instagram de agosto de 2022 até julho de 2023, é possível perceber que o conteúdo que mais chama a atenção dos usuários e potenciais seguidores são: *reels*, vídeos curtos com trechos de entrevistas ao vivo com os professores; *posts* que informam sobre eventos futuros de formação; e publicações com temas atuais e relevantes, como o uso do Chat GPT em contextos educacionais, dicas literárias e de tecnologia aplicada à educação. Indicações de filmes se mostraram menos atrativas, expondo a importância de que as recomendações de obras cinematográficas, séries e livros sejam realizadas em “doses homeopáticas” e estejam relacionadas à prática pedagógica para que não se perca a essência do Observa.

Além disso, utilizar uma linguagem direcionada para o público-alvo é essencial. Para isso, é importante considerar que a maioria de leitores nas redes sociais do Observa são mulheres adultas, especificamente entre 35-54 anos (Figura 2).

810



Figura 2: Persona consumidora do Portal Observa no *Facebook*



Fonte: Facebook (2023)

Dessa forma, havia a necessidade intrínseca de adaptar o conteúdo para esse público consumidor, considerando ainda que essas mulheres são também profissionais da educação com experiência no mercado de trabalho.

Essa linguagem — a qual envolve não só o *copywriting*, mas textos multimodais e multissemióticos (recursos imagéticos, vídeos etc.) — precisava levar em conta o objetivo de expandir o alcance das redes para que fosse criada uma comunidade e conseguir professores dispostos a compartilhar suas práticas no Portal.

Assim, era importante que o conteúdo das redes sociais estivesse sempre alinhado à prática pedagógica e ao incentivo para o consumo do *site*, característica desviada algumas vezes no meio do percurso, impactando de maneira negativa nos resultados das métricas.

De agosto de 2022 a julho de 2023, o Portal Observa apresentou um crescimento em comparação ao ano anterior (Figura 3).

Figura 3: Alcance diário do Portal Observa no *Instagram* ago. 2022/jul. 2023 (em azul)



Fonte: Meta (2023)

No que diz respeito às métricas analisadas quinzenalmente, a relação das redes sociais mais utilizadas, *Facebook* e *Instagram*, estão dispostas na tabela 1.

Tabela 1: Métricas de alcance das redes da 1ª e da 2ª metade de cada mês

Intervalo de tempo	Facebook	Instagram
16/08/2022 - 31/08/2022	53	627
01/09/2022 - 15/09/2022	36	399
16/09/2022 - 30/09/2022	91	479
01/10/2022 - 15/10/2022	113	637
16/10/2022 - 31/10/2022	61	636
01/11/2022 - 15/11/2022	101	879
16/11/2022 - 30/11/2022	36	602
01/12/2022 - 15/12/2022	57	429
16/12/2022 - 31/12/2022	28	191
01/01/2023 - 15/01/2023	57	341
16/01/2023 - 31/01/2023	57	518
01/02/2023 - 15/02/2023	36	263
16/02/2023 - 28/02/2023	44	905
01/03/2023 - 15/03/2023	99	609
16/03/2023 - 31/03/2023	565	912
01/04/2023 - 15/04/2023	831	601
16/04/2023 - 30/04/2023	42	22
01/05/2023 - 15/05/2023	71	440
16/05/2023 - 31/05/2023	37	302
01/06/2023 - 15/06/2023	21	119
16/06/2023 - 30/06/2023	19	5
01/07/2023 - 15/07/2023	377	886

813

Fonte: os autores (2023).

De 19 de agosto de 2022 a 3 de setembro de 2022, nas nove publicações realizadas, não foram utilizadas hashtags, padrão instaurado a partir da publicação de 5 de setembro de 2022.

O pico de contas alcançadas no Instagram em 2022 coincidiu com a época em que foi publicado um *reels* de uma das entrevistas *on-line* depois de um longo período com postagens escritas.

Nas últimas semanas de dezembro do mesmo ano, o Observa passou por uma queda considerável no alcance, fator que pode ter sido influenciado pelo período de comemoração



com as festas de final de ano e a diminuição das postagens. A partir da primeira metade de 2023, o Portal inicia a retomada do engajamento e da rotina de publicações.

Ainda no *Instagram*, o maior pico de alcance até aquele período ocorre na segunda metade de fevereiro de 2023, devido a publicação de dois *reels* de trechos das entrevistas *online*, comprovando o excelente engajamento que esses vídeos fornecem ao Portal, bem como por uma publicação com o maior uso de gatilhos mentais até então (Figura 4).

Figura 4: Legenda com gatilhos da autoridade, da aprovação social, da unidade e da escassez



Fonte: Facebook (2023)

Na segunda metade de março do mesmo ano, o Instagram ultrapassa o pico anterior, novamente com o uso de *reels* do seminário avançado, seguido de postagens sobre o ChatGPT, discussão em alta no momento da publicação, além de outro *reels* das entrevistas postado e uma publicação sobre mais um evento de formação. Esse número alto refletiu também no *Facebook*, o qual vinha de números baixos praticamente estáticos, subindo para a casa das centenas em março e atingindo o pico de alcance da rede na primeira metade de abril.

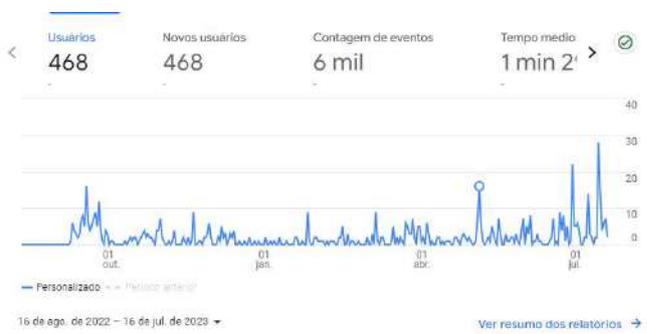
Os *reels* que se seguiram ajudaram a manter um nível elevado de alcance, para então esse número cair exponencialmente quando as publicações foram voltadas a um capítulo de livro sobre a incorporação da tecnologia em sala de aula e a dica de filme, meio tempo em que houve uma pausa de quase um mês nas publicações, posteriormente voltando a média com mais uma divulgação de docente a ser entrevistada.

O Instagram enfrentou uma queda drástica no alcance do conteúdo na segunda metade do mês de junho, atingindo pela primeira vez (no período analisado) a casa das unidades quando novamente o Portal passou por cerca de um mês inteiro sem publicações.

Em julho, com a adição de mais um integrante no grupo de pesquisa e para também auxiliar na divulgação do Observa, foi produzida uma série de *reels* sobre novidades em breve e depois sobre um sorteio, o que garantiu a volta do engajamento das redes.

As métricas gerais de acesso ao *site*, segundo o Google Analytics, estão dispostas na figura 5, no período compreendido entre 16 de agosto de 2022 e 16 de julho de 2023. O que preocupa é notar que, apesar do número grande de usuários, o tempo médio gasto no *website* é de apenas 1 minuto e 25 segundos, sinal de que o conteúdo apresentado não está prendendo a atenção.

Figura 5: Indicadores de acesso ao website do Observa



Fonte: Google Analytics (2023).

815

Além disso, apesar da disponibilidade de um *template* único para a elaboração dos *posts*, falta uma identidade padronizada com relação às cores utilizadas. A identidade visual aderida contém o azul e o verde, porém a diferença de tons em determinadas publicações pode provocar estranheza a quem as lê.

Uma vez que se percebeu tais características de falta de padronização, foi proposto uma *checklist* para produção de conteúdo nas redes sociais do Portal, a qual pode ser visualizada no quadro a seguir.



Quadro 3: Checklist para produção de conteúdo nas redes sociais do Portal Observa

Questão para revisão de publicações antes de postar	Sim	Não
A escrita está direcionada para o público-alvo?		
As cores utilizadas estão nos mesmos tons do padrão já aderido?		
A escrita propõe reflexões sobre as experiências de vida antes de solicitar ações por parte do leitor?		
A coesão e a coerência estão sendo seguidas corretamente?		
Os <i>reels</i> apresentam legendas como forma de inclusão?		
O conteúdo é coerente com a prática docente/educação/tecnologia/atualidade?		
Os recursos imagéticos são de fácil entendimento e estão legíveis?		

Fonte: Pereira (2023)

Conclusão

Quanto aos problemas identificados na análise das postagens, uma possível resolução seria um emparelhamento entre os conteúdos disponibilizados no Portal e nas redes sociais. Dessa forma, seria possível utilizar as postagens de conteúdo para uma divulgação mais eficaz, utilizando-se de postagens com o conteúdo mais resumido e um *link* direto para o *site* do Portal, no qual o consumidor poderia encontrar o conteúdo completo.

Outra possibilidade seria usar as postagens como ferramentas para expandir o acervo de conteúdos do Portal. Sendo assim, as postagens de conteúdo nas redes sociais podem ser usadas como meio de buscar professores que tenham práticas relacionadas ao tema a compartilhar, assim facilitando o processo de disponibilização de novos conteúdos no Observa. Ambas as soluções podem ser utilizadas ao mesmo tempo, garantindo um maior aperfeiçoamento da prática de marketing nas redes sociais.

Além disso, outra sugestão para aumentar a efetividade das redes sociais é adaptar o conteúdo pedagógico as famosas *trends*, as quais consistem em vídeos que viralizam devido ao formato, a música, aos efeitos etc., geralmente por um curto período até outra se tornar mais popular e assim sucessivamente.

Enquanto nos deparamos com cenários desencorajadores no aprendizado, relatados pelos professores entrevistados, tais como a marginalização docente e a atrofiação do compartilhamento de práticas, temos apresentado melhorias, principalmente quanto as didáticas e estratégias de ensino, das quais destacam-se: a autoavaliação de práticas, considerações inovadoras acerca da composição prática e teórica do ensino, aprendizado como cenário de práticas sociais, redes sociais dinamizando e customizando o ensino, identidade e diálogos formativos instigando e uma interdisciplinarização contextual da teoria.

Com o advento da complexidade dos conceitos e o constante aprimoramento social e tecnológico, ilustrar conhecimentos tornou-se uma necessidade: a formação do aluno deve contemplar sua aplicação, ou seja, para que ele possa corresponder às suas exigências, tal como às tecnologias do século XXI e às exigências do *marketing 4.0*.

Referências

BASSANI, Patrícia Scherer; MAGNUS, Emanuele Biolo. Percursos de autoria em/na rede: o processo de curadoria de conteúdo digital na perspectiva dos ambientes pessoais de aprendizagem. **Re@D - Revista de Educação a Distância e Elearning**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 78–99, 2020. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/index.php/lead_read/article/view/21954. Acesso em: 9 fev. 2023.

CARNEGIE, Dale. **Como fazer amigos e influenciar pessoas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

CIALDINI, Robert Beno. **As armas da persuasão 2.0**. 1. ed. Nova Iorque: HarperCollins, 2021.

CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad; SILVA, Tarcízio. **Curadoria digital e o campo da comunicação**. 1. ed. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes - USP, 2012.

FARIA, Sergio Enrique; BARUCHI, Sandra Regina Soriani. Os 4 P's, os 4 C's e os 4 A's do marketing aplicados a gestão das instituições de ensino superior como ferramentas para conquistar e manter alunos. **VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, [s. l.], 2009. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/artigos2009.php>. Acesso em: 16 out. 2023.

GOMEZ, Margarita Victoria. **Pedagogia da virtualidade: redes, cultura digital e educação**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LIMA, Pamelle Sirlene de. **Comportamentos e influências do consumidor online**. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/23753>. Acesso em: 16 out. 2023.

LISBÔA, Eliana Santana; COUTINHO, Clara Pereira. Analysing interactions in a teacher network forum: a sociometric approach. **Journal of Digital Learning in Teacher Education**, [s. l.], v. 29, n. 4, p. 141–148, 2013. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?q=Analysing+interactions+in+a+teacher+network+forum%3a+a+sociometric+approach&id=EJ1010756>. Acesso em: 16 out. 2023.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

MEYER, Patrícia; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. **Princípios para a concepção de um portal para o desenvolvimento profissional da docência na educação superior.** 2018. 1–281 f. Tese - PUCPR, Curitiba, 2018.

SCHNEIDER, Maria Fernanda Moretti; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. **Mobilização via redes sociais digitais para o compartilhamento de práticas inovadoras no ensino superior.** Curitiba: [s. n.], 2023.

STURMER, Adriana *et al.* Comunicação estratégica: públicos de interesse e persona organizacional. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 25–43, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/1728/950>. Acesso em: 3 fev. 2023.

ZABALZA, Miguel Angel. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas.** 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

818



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



DIVÓRCIO LIMINAR NO DIREITO BRASILEIRO: PREVALÊNCIA DA TÉCNICA PROCESSUAL FACE À LIBERDADE AFETIVA? ANÁLISE DAS DECISÕES NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mateus Luiz Dos Santos¹
Ana Beatriz Dos Santos Borges²
Lilian Trindade Pitta³

O matrimônio no período colonial e republicano no Brasil

O Brasil do século XXI, de certa forma, ainda enfrenta dificuldades em implementar a laicidade do Estado no campo jurídico, uma vez que a sociedade brasileira ainda suporta resquícios de uma era a qual a jurisdição eclesíástica exercia o principal poder legitimador e regulamentador das relações sociais, sobretudo diante das questões familiares, como a aliança matrimonial. Nesse sentido, com a Igreja detendo o controle exclusivo sobre as questões jurídicas relacionadas à separação de casais, estabelecendo o que era moral e legalmente aceitável, é compreensível que a instituição religiosa sempre tenha rejeitado qualquer forma de dissolução do matrimônio, considerando-o como indissolúvel e eterno. Nesse contexto, a implementação do divórcio no Brasil representou um desafio significativo em seus estágios iniciais, progredindo lentamente ao longo das décadas subsequentes.

819

¹ Aluno do Curso de Bacharel em Direito, pela Universidade Veiga de Almeida. Presidente do Grupo de Estudos Avançados em Direito Processual da Universidade Veiga de Almeida (2023). E-mail: mateusluiz.sts@gmail.com

² Aluna do Curso de Bacharel em Direito, pela Universidade Veiga de Almeida. Membro do Grupo de Estudos Avançados em Direito Processual da Universidade Veiga de Almeida (2023). E-mail: nabeatrizluz@gmail.com

³ Bacharel em Direito pela faculdade Cândido Mendes – Centro (1992); Especialista em Qualificação para o Magistério Superior pela Universidade Estácio de Sá (2002); Mestre em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (2017), Especialista em Liderança e Coaching pela Universidade Estácio de Sá (2019). Coordenadora Adjunta e docente do curso de Direito da Universidade Veiga de Almeida (Tijuca). E-mail: lillian.pitta@uva.br



Inicialmente, apesar da ancestralidade do casamento, observa-se a historicidade do matrimônio no Brasil a partir do período colonial (1500-1822), no qual, assim como em Portugal, a Igreja Católica exercia direta e forte influência na sociedade e na organização estatal.

Naquela época, o divórcio era absolutamente vedado e submetido às normas prescritas pela moral católica. A influência eclesiástica se estendeu ao longo de todo o período colonial e abarcou uma considerável parte do período imperial brasileiro (1822-1889).

Em 1889, com a Proclamação de República, que separou Igreja e Estado, a Igreja Católica então perdeu o controle direto sobre o casamento civil no Brasil, que passou a ser regulamentado pelas normas civis do país e não mais exclusivamente pelo direito canônico, marcando assim uma mudança significativa na história do casamento no país.

Certo é que, ainda que no início de um estado laico no Brasil, a Igreja não deixou de exercer forte influência nas questões matrimoniais, tanto é que, apesar de desprovido de validade legal, o casamento religioso permanecia sendo realizado, mantendo seus ensinamentos sobre a sacralidade do matrimônio e a indissolubilidade do vínculo matrimonial.

Todavia, em 26 de junho de 1890, no introito do período republicado, surge um importante normativo, de nº 521, o qual se reitera com mais vigor a separação dos assuntos civis dos assuntos religiosos e em seus termos, entre outros, decreta:

“Art. 1º O casamento civil, unico válido nos termos do art. 108 do decreto n. 181 de 24 de janeiro ultimo, precederá sempre ás cerimoniaes religiosas de qualquer culto, com que desejem solemnizar-o os nubentes.”

820

Sob uma perspectiva legal, observa-se, então, a transferência, efetiva, de autoridade do casamento para o Estado, estabelecendo, assim, o monopólio legal do Estado sobre essa instituição, vez que o casamento religioso, por si só, foi descaracterizado de força legal, de onde se podem contrair direitos e obrigações exigíveis.

Adiante, sob nova ordem constituinte, vem o Brasil, por meio da Constituição de 1891, assentar, e agora pela Norma Fundamental, a proibição do Estado em estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos, não adotando, portanto, uma religião oficial.

A historicidade do divórcio no Brasil

Outrora mencionado, a jurisdição eclesiástica regulamentava o matrimônio brasileiro até o fim do período colonial, sem prejuízo da sua forte influência durante a República, razão esta que, por óbvio, sepultava-se, de imediato, qualquer ideia de desfazimento da aliança conjugal, enxergada pela crença como indissolúvel e inquebrável, até mesmo nos dias atuais.

Desta feita, o divórcio, como hoje é conhecido, enfrentou forte repulsa da sociedade, a qual era fielmente e ainda mais habituada aos dogmas religiosos. Tanto foi assim que, em que pese



decretado o Estado laico em 1891, quaisquer das subseqüentes propostas “divorcistas” pelo parlamento, de plano, eram repelidas.

Assim, pode-se dizer que o primeiro documento normativo a iniciar as possibilidades de rompimento voluntário do matrimônio foi o Código Civil de 1916, de Clóvis Beviláqua (1859-1944), o qual veio a permitir a simples separação de corpos, por meio do desquite, assim estabelecido:

“Art. 317. A ação de desquite só se pode fundar em algum dos seguintes motivos:

I. Adultério.

II. Tentativa de morte.

III. Sevícia, ou injúria grave.

IV. Abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos.

Art. 318. Dar-se-á também o desquite por mutuo consentimento dos cônjuges, se forem casados por mais de dois anos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado.

(...)

Art. 322. A sentença do desquite autoriza a separação dos conjugues, e põe termo ao regime matrimonial dos bens, como se o casamento fosse dissolvido.”

O normativo, apesar de permitir a separação dos corpos e dos bens, desde que nas hipóteses supraexpostas, não dissolvia, entretanto, o vínculo matrimonial, o que eliminava a possibilidade de os separados contraírem novas uniões legais, pelo casamento.

Contudo, apesar do vislumbre de uma introdução do desfazimento da união matrimonial, nova constituinte veio a reordenar os preceitos normativos no Brasil, a Constituição de 1934, da qual finalmente firmou-se o então princípio constitucional da indissolubilidade do casamento, em seus termos:

*“Art 144 - A família, constituída pelo **casamento indissolúvel**, está sob a proteção especial do Estado.”*

O mesmo mandamento repetiu-se nas Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1969, marcando a continuidade do longo período de impossibilidade de extinção da união entre pessoas, pelo matrimônio permanente, inquebrável e, sobretudo, indissolúvel como preceito constitucional, *in verbis*:

*“Art. 175. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos. § 1º O **casamento é indissolúvel**.” (Constituição de 1967 com redação alterada pela EC nº 1/1969).*



Nesse sentido, da sua natureza, a mutação da indissolubilidade do matrimônio somente poderia vir a ser feita por Emenda Constitucional, que, mesmo que permanecesse, sendo alvo de tentativas parlamentares, nunca alcançou o quórum suficiente de aprovação.

Assim, entre 1916 e 1977, havia somente a possibilidade de separação de fato, por desquite. Eis que, em 28 de junho de 1977, é promulgada a Proposta de Emenda Constitucional à Constituição de 1977, de nº 9, por meio da qual alterou-se a supracitada redação do parágrafo 1º do artigo 175, na seguinte disposição:

“Art. 1º O § 1º do artigo 175 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 175.

*§ 1º O casamento somente **poderá ser dissolvido**, nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos.”*

Nesse sentido, deixa de ser mandamento constitucional a indissolubilidade matrimonial e sobrevém, no mesmo ano, a Lei nº 6.515 de 26/12/1977, apelidada de “Lei do Divórcio”, cuja ementa foi: “*Regula os casos de **dissolução da sociedade conjugal e do casamento**, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.*”, assim expresso:

*“CAPÍTULO I
DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL*

Art. 2º A Sociedade Conjugal termina:

I - pela morte de um dos cônjuges;

II - pela nulidade ou anulação do casamento;

III - pela separação judicial;

***IV - pelo divórcio.**”*

A Lei do Divórcio previu a dissolução do casamento de forma definitiva, revogando as supraexpostas disposições do instituto do desquite no Código Civil de 1916, o qual estabelecia que, ainda que separados, os casados mantinham seu vínculo matrimonial, e jurídico, no restante da vida, inexistindo, portanto, a viabilidade de renovação conjugal com outras pessoas, ao menos não pela via legal do casamento.

Contudo, com a nova lei, o desquite passou a ser chamado de separação e permaneceu como um estágio intermediário até a obtenção do divórcio, pois, para efetivamente dissolver o casamento, primeiro era necessário passar pela separação de, no mínimo, dois anos, sendo este o requisito para que o divórcio fosse concretizado.

Após, a Constituição Cidadã de 1988, na redação inicial do seu art. 226, veio a estabelecer mais uma forma de concretizar o divórcio, exigindo como fases intermediárias a separação judicial por, no mínimo, um ano, além da separação de fato por, pelo menos, dois anos.

Ocorre que, em 13 de julho de 2010, é promulgada a Emenda Constitucional nº 66, a qual, finalmente, veio a retirar as exigências (ou requisitos) para a concretude do divórcio, não mais impondo situações intermediárias.

Assim, com a supressão de quaisquer dos requisitos, tem-se que, atualmente, nada mais é necessário ao divórcio, senão a vontade da pessoa, restando um direito líquido e certo, impositivo em sua forma, que sequer vislumbra resistência contrária capaz de afastá-lo.

Nada mais justo é, em uma sociedade na vigência de um estado democrático de direito, que a autonomia da vontade esteja acima de uma atuação estatal ativa em prol da manutenção de um matrimônio renunciado, quicá por influência religiosa, incapaz de sobrepor a dignidade da pessoa humana no ordenamento positivado de um estado laico.

A imperatividade do divórcio na atual ordem jurídica

Como mencionado, a PEC do Divórcio alterou a redação do artigo 226, §6º, da Constituição Federal, com a dissolução do casamento passando a ser admitida sem requisitos, sendo necessário apenas um casamento válido e a vontade da dissolução matrimonial partindo de um dos cônjuges. Percebe-se, portanto, que o divórcio passou a ser um direito potestativo.

Direito potestativo é aquele que contra ele não poderá ser suscitada nenhuma matéria de defesa capaz de obstar o seu exercício, independente de qualquer manifestação ou concordância da outra parte.

Nesse pensamento, Flávio Tartuce afirma que o direito potestativo é aquele “*que se contrapõe a um estado de sujeição (...). Em suma, no estado de sujeição não há saída, pois a pessoa tem que se sujeitar àquela situação, como indica a sua própria denominação.*” (TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil, p. 344).

No tocante aos casos de divórcio, a mera manifestação de vontade da parte interessada na dissolução conjugal impõe à outra parte o fim do casamento civil, sendo certo que não haverá tese de defesa capaz de mudar a decisão final. Por conseguinte, o contraditório, nesses casos, poderá ser adiado sem prejuízo à demanda.

É mister ressaltar que o CPC de 2015 previu que poderia haver o julgamento parcial de mérito de um ou mais pedidos quando forem incontroversos ou se encaixarem na hipótese prevista no art. 355; esse posicionamento fora corroborado e apoiado pelo Enunciado 18, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM):

“Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:



*I - não houver necessidade de produção de outras provas;
II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349.*

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

I - mostrar-se incontroverso;

II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355.”

“Enunciado 18 - Nas ações de divórcio e de dissolução da união estável, a regra deve ser o julgamento parcial do mérito (art. 356 do Novo CPC), para que seja decretado o fim da conjugalidade, seguindo a demanda com a discussão de outros temas”

Dessa forma, o divórcio, por sua característica impositiva, pode ser requerido em sede de liminar, uma vez que se trata de um direito material incontroverso e incontestável. A decisão liminar é aquela que é proferida de forma antecipada, podendo ser concedida em caráter de urgência ou de evidência, visando conceder o que pede antes mesmo do contraditório.

O divórcio liminar pode ser fundamentado na característica potestativa do referido direito, tendo em vista que não existe matéria de defesa que obste a dissolução de casamento expressada de maneira inequívoca pelo interessado, possibilitando, então, a aplicação e concessão liminar da tutela de evidência.

A tutela de evidência foi instituída no artigo 311, do CPC de 2015, que é um gênero das Tutelas de Urgência, que poderá ser concedida independente da demonstração do *periculum in mora* quando a exordial for instruída de documentos que comprovem os fatos constitutivos do direito do autor, o qual o réu não seja capaz de opor prova capaz de gerar dúvida.

Destarte, as ações de divórcio poderão ter o mérito julgado parcialmente e concedido a Tutela de Evidência por tratar-se de fatos incontroversos, que não poderão ser desconstituídos ou desacreditados por quaisquer argumentos apresentados pela outra parte.

Portanto, na atualidade, o divórcio é entendido como um direito potestativo, visto que a parte interessada imporá a outra, a quem caberá apenas a aceitação do fim da sociedade conjugal, que poderá ser decretada inclusive liminarmente, sem que seja necessário aguardar a resolução integral da demanda, em sentença, meses depois.

Contudo, adentrando o cerne da presente pesquisa, a mera técnica processual de alguns julgadores parece conferir obstáculos à efetividade do direito, ainda que impositivo, como é o divórcio.

É o caso dos recentes julgados do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, que, por vezes, prefere assegurar o contraditório ineficaz e desnecessário da parte contrária, indeferindo o pedido liminar do divórcio com fundamento processual, apenas, o que acaba por gerar conflito

entre o princípio do contraditório e a liberdade afetiva daquele que requer a concessão da dissolução matrimonial.

Princípio do contraditório

Não obstante o aparecimento expresso do princípio do contraditório na Constituição da República de 1988, a ideia foi construída ao longo do tempo (desde o século XIX - Alemanha) e, originariamente, era visto como garantia formal, partindo de dois elementos: direito de informação e direito de reação, não sendo assim observado, não havia o pleno contraditório.

O direito de informação consistia na garantia formal de que as partes seriam informadas de tudo o que se passasse no processo; enquanto o direito de manifestação, a possibilidade que as partes teriam de, ao serem informadas, de se manifestarem. Tal concepção, que trata de uma visão clássica, não se coaduna, contudo, com o formato moderno do contraditório.

Ao final do século XX, modificou-se a compreensão sobre o binómio (informação e manifestação), passando a compreender que, além dos dois elementos, teria um terceiro: o direito de participação com influência; pois os sujeitos devem ter o direito de ter os seus argumentos levados em conta, direito de ter seus argumentos considerados.

Todavia, como visto anteriormente, o Divórcio constitui-se de um direito potestativo, que não admite resistência, logo, para que serviria o princípio do contraditório se a manifestação da parte contrária não teria a capacidade de convencer o magistrado de outro resultado que não fosse a da dissolução do casamento?

BARROSO (2020:171), quando atuava como advogado na ação que buscava que as uniões homoafetivas recebessem o mesmo tratamento jurídico das uniões estáveis heterossexuais, utilizou como um dos argumentos o princípio da liberdade individual, afirmando que “*as pessoas têm direito à autodeterminação e podem fazer as suas escolhas individuais sem imposições externas ilegítimas*”. Mencionou, ainda, o princípio da dignidade humana, asseverando que “*todas as pessoas são um fim em si mesmas, e não um meio para a realização de interesses alheios ou de metas coletivas*”.

Frisa-se que a insistência em permitir o contraditório nas demandas que versam sobre divórcio litigioso, faz criar um contraditório inútil, pois não existe qualquer reação que seja capaz de influenciar o magistrado a não conceder o divórcio, exatamente por se tratar de um direito que não admite resistência.

Ressalta-se, que não se trata de formação de convencimento, mas sim de um direito com natureza potestativa, bastando a vontade de um de não estar mais casado. O Enunciado 03 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados orienta que “é desnecessário ouvir as partes quando a manifestação não puder influenciar na solução da causa”.

JR (2021:78), por sua vez, ao tratar do “*contraditório inútil*” ou “*irrelevante*”, afirma que “a exigência de prévia audiência das partes não pode ser levada a um extremismo que comprometa a agilidade

indispensável da prestação jurisdicional”, admitindo ser possível pronunciamento de decisões judiciais sem a necessidade de oitiva da outra parte.

Por tudo o que se apresentou até o momento, tem-se que o contraditório, ainda que princípio que forma o modelo constitucional do processo, deve ser compatibilizado com os demais princípios previstos da Constituição, como o da efetividade da tutela jurisdicional, da liberdade individual e da dignidade da pessoa humana, o que mostra, no caso das ações de divórcio litigioso, que o contraditório pode ser dispensado, pois sua ausência não seria capaz de gerar qualquer prejuízo à outra parte que terá que aceitar a dissolução do casamento e, conseqüentemente, não será capaz de gerar qualquer nulidade.

O conflito entre o princípio do contraditório e o direito impositivo ao divórcio

Ao examinar as decisões que envolvem divórcio litigioso e liminar, entre janeiro de 2022 e agosto de 2023, encontram-se trinta e cinco decisões. Quinze delas permitiram o divórcio litigioso sem ouvir a outra parte, enquanto catorze exigiram a manifestação da parte contrária. As seis restantes não estavam relacionadas à pesquisa.

As decisões que negam a liminar geralmente alegam a violação do princípio do contraditório como justificativa, insistindo na participação da parte ré no processo antes da decretação do divórcio. Na última decisão analisada para esta pesquisa, proferida por um órgão colegiado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 2023, surgiu um dilema central que evidencia um conflito intrigante.

Na ementa, foi destacado que o divórcio agora é considerado um direito potestativo, significando que apenas a vontade de um dos cônjuges é necessária para dissolver o casamento. No entanto, paradoxalmente, a decisão enfatizou a necessidade de respeitar os princípios do contraditório e do devido processo legal, pois o divórcio teria impactos irreversíveis no estado civil da parte agravada.

Na decisão consta “o divórcio passou a ser um direito potestativo, ou seja, depende tão somente da manifestação de vontade de um dos cônjuges”, assegurando que a vontade de apenas um dos cônjuges é o suficiente para determinar a dissolução do casamento.

Todavia, prossegue asseverando que “na medida em que o divórcio alterará, de forma irreversível, o estado civil da agravada, impõe-se o respeito aos princípios do contraditório e do devido processo legal”, indicando, assim, a necessidade de citar a Agravada para que se manifeste na demanda.

Surge daí uma questão incontornável: como conciliar o divórcio como um direito unilateral e a obrigação de permitir que a outra parte se manifeste no processo? Essa dicotomia se torna ainda mais clara quando observamos o andamento de um caso de divórcio litigioso relacionado a essa decisão. Apesar de ter sido apresentado em 21 de outubro de 2022, até 28 de junho de 2023, a parte contrária não havia sequer sido citada, mantendo as partes do casamento unidas até o presente momento.

Percebe-se, assim, a existência de um conflito entre o direito potestativo ao divórcio e o princípio do contraditório a impedir a vontade de uma das partes de não mais permanecer casada, tendo que percorrer todo o caminho do processo para chegar ao final, com a prestação da tutela jurisdicional que, no caso, será, indubitavelmente, a decretação do divórcio, o que levanta dúvidas sobre a eficiência do sistema judiciário brasileiro em garantir uma resolução justa, célere e efetiva.

Por outro lado, as decisões que concederam a liminar para o divórcio basearam-se na Emenda Constitucional nº 66/2010, que eliminou a necessidade de esperar um prazo para o divórcio. Essas decisões argumentaram que o divórcio agora é um direito potestativo que pode ser exercido pela vontade de um cônjuge, independentemente da resposta do outro. Portanto, a decisão final é a mesma, quer haja ou não manifestação do réu.

A análise de vinte e nove julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro revela uma persistente divergência, tanto na literatura especializada quanto na jurisprudência, tornando impossível identificar uma tese predominante com base nos resultados apresentados.

Isso leva à conclusão de que as reflexões apresentadas neste artigo têm o potencial não apenas de suscitar a reflexão acerca da dispensa da manifestação contrária, favorecendo os direitos à liberdade e à autonomia, mas também de provocar a efetiva reforma da legislação, tanto civil quanto processual, pois, ao insistir no contraditório inócuo no divórcio litigioso, corre-se o risco de cair tão somente em um formalismo vazio, onde há um complexo de formas sem conteúdo.

827

Da necessária reforma processual

Tendo por base a natureza potestativa do divórcio, na garantia da dignidade humana da parte que o requerer, que a livra de um vínculo matrimonial indesejado e possibilita a construção de novas relações, tem-se por necessária, portanto, a reforma do ordenamento jurídico brasileiro, com ênfase no aspecto processual formal.

O contraditório, como os demais direitos fundamentais, não é absoluto, tendo prevista a sua mitigação, dentre outros, no artigo 9º do Código de Processo Civil, razão pela qual não há óbice para que a norma expressamente estabeleça que o divórcio resistido seja concedido liminarmente, bastando a simples vontade daquele que o requer.

Nesse ínterim, é importante salientar que é comum que o pedido de divórcio litigioso seja apresentado conjuntamente com outros pleitos relacionados à esfera familiar e patrimonial, como guarda dos filhos, partilha de bens e pensão alimentícia. Entretanto, esse cenário é facilmente superado, uma vez que a concessão imediata do divórcio não impede que o processo siga seu curso regular em relação aos demais requerimentos.

Além disso, não se nega a proteção aos interesses dos envolvidos, que não deixa de existir com a concessão liminar da extinção matrimonial, mas sim o efetivo, célere e producente trâmite

processual, que não deve engessar-se para garantir um regramento inócuo como é a manifestação contrária nesse contexto.

Portanto, propõe-se, nesta pesquisa, a implementação, no Código de Processo Civil brasileiro, de normas expressas que permitam o divórcio liminar, motivado tão somente na vontade de um dos cônjuges, o que representa um avanço significativo na adaptação do sistema legal à realidade contemporânea, valorizando a autonomia e a dignidade das partes, sem comprometer a proteção de seus direitos e interesses.

Conclusão

Conclui-se, em apartada síntese, que a análise histórica do matrimônio no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, mostra uma transição significativa da influência da Igreja Católica para o estado laico, marcada pela evolução das leis de divórcio. Com a Proclamação da República em 1889, o Estado assumiu o controle das questões matrimoniais, mas a indissolubilidade persistiu até a década de 1970.

A Lei do Divórcio de 1977 marcou um ponto de virada ao permitir a dissolução definitiva do casamento e, ainda que com requisitos, encerrou a indissolubilidade. Posteriormente, a Constituição de 1988 reforçou o direito ao divórcio como um avanço na garantia da autonomia individual. A Emenda Constitucional nº 66/2010 eliminou, por vez, os requisitos temporais para o divórcio, tornando-o um direito potestativo, que pode ser exercido por um dos cônjuges. Contudo, a concessão liminar de divórcios litigiosos tem enfrentado desafios devido ao princípio do contraditório. Algumas decisões recentes optaram por ouvir a parte contrária, mesmo diante de um direito potestativo ao divórcio, criando um conflito entre a liberdade individual e o devido processo legal. A pesquisa aponta que o contraditório pode ser dispensado no divórcio, pois sua ausência não prejudicaria o resultado final, que será a dissolução do casamento.

Assim, a pesquisa sugere a necessidade de reformas no processo civil para permitir o divórcio liminar, com base na natureza potestativa desse direito, garantindo a efetividade da tutela jurisdicional, a liberdade individual e a dignidade da pessoa humana. Dessa forma, o sistema legal pode se adaptar à realidade contemporânea, mantendo a proteção dos interesses envolvidos.

Referências

Decreto de 3 de Novembro de 1827. Disponível em:
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38408-3-novembro-1827-566712-publicacaooriginal-90232-pl.html. Acesso em: 18 out. 2023.

Decreto nº 521, de 26 de Junho de 1890. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-521-26-junho-1890-504276-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

Constituição de 1891. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

Constituição de 1934. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil. Volume Único**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2023. *E-book*. ISBN 9786559646999. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646999/>. Acesso em: 12 out. 2023.

JR., Humberto T. Curso de Direito Processual Civil - Vol. 1. Disponível em: Minha Biblioteca, (63rd edição). Grupo GEN, 2021. Acesso em: 10 out. 2023.

BARROSO, Luís Roberto. Sem data vênica: um olhar sobre o Brasil e o mundo. Acesso em: 01 out. 2023.

IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CASO DA FAVELA DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO-BRASIL

Eblin Farage¹Thais Moreira Henud²Anna Beatriz Vieira da Fonseca³

Introdução

Depois de mais de uma década sem dados gerais sobre o país, o novo Censo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, começa a revelar informações de um país cada vez mais desigual. O levantamento de dados e estatísticas constitui-se como elemento central para aferir a realidade social e, a partir do mapeamento da realidade, possibilitar a projeção de políticas públicas que impactem e alterem a situação. O atraso no Censo Nacional, assim como o baixo investimento em pesquisas ocorrido nos últimos seis anos, após o processo de golpe parlamentar e midiático que destituiu a presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e, posteriormente, permitiu a ascensão da extrema-direita no Brasil com a eleição do presidente Bolsonaro (2019-2022), são expressão de uma política anticidência, que quer cada vez mais invisibilizar a pobreza e os segmentos historicamente marginalizados, como povos ribeirinhos, negros e negras, quilombolas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, povos originários e periféricos. Na contramão da anticidência, as pesquisas realizadas no conjunto de favelas da Maré buscam dar visibilidade à situação de pauperismo, exploração, desigualdade e violação de direitos, em sua maioria provocadas pela negligência do Estado ou por sua omissão, contra a população de um dos maiores conjuntos de favelas do país.

830

Essa desigualdade estrutural, marca do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, como afirmam Fernandes (1981) e Ianni (2004), impulsiona a coexistência de um país arcaico e moderno, dando a impressão de que o desenvolvimento e a riqueza são para a melhoria da nação, quando na verdade ao serem apropriadas privadamente, são a expressão do aprofundamento da desigualdade, no caso de países de capitalismo tardio como o Brasil.

¹ Assistente Social, mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UFRJ e doutora em Serviço Social pelo Programa Pós-Graduação da UERJ. Professora da Escola de Serviço Social da UFF, membro do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Urbanos – NEPFE. E-mail: farage.eblin@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social na UFF e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Urbanos – NEPFE. E-mail: thaismhenud@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social na UFF e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Urbanos – NEPFE. E-mail: anna_vieira@id.uff.br



Para países de capitalismo tardio e dependente, em que os direitos sociais foram conquistados esparsa e timidamente, os impactos da pandemia do novo coronavírus (SARS CoV 2), a partir de março de 2020, fizeram-se sentir de forma devastadora. Em territórios historicamente pauperizados, com baixo investimento estatal, intensa negligência do poder público no que se refere à oferta de direitos, e com o processo de criminalização da pobreza, os impactos da pandemia são intensos. No Brasil, por conta da postura negacionista do então presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022), chegou-se a ter mais de 4 mil mortes registradas em um só dia. O presidente da República, junto com seguidores em governos estaduais e municipais, insistiu em manter um ‘novo normal’, e a caracterizar a pandemia como uma ‘gripezinha’. A negação dos efeitos da pandemia no Brasil dificultou, e até impediu, a constituição de políticas públicas eficazes para a prevenção, combate e atendimento às demandas geradas por aquele momento. Essa realidade atingiu todas as dimensões da sociabilidade, e também a educação. Contribuir para desvelar esses impactos é um dos objetivos das pesquisas que subsidiam esse artigo.

Assim, o presente artigo é fruto dos dados iniciais das pesquisas ainda em curso intituladas “Famílias negligenciadas no Conjunto de Favelas da Maré: aproximações às condições de vida pós-pandemia do novo coronavírus”⁴ e “Impactos da pandemia na vida escolar de crianças e adolescentes no Conjunto de Favelas da Maré”⁵, e do diálogo com as pesquisas realizadas na Maré ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022, pela instituição Redes da Maré, também centradas nos desafios educacionais diante da pandemia. A metodologia utilizada, a partir da pesquisa-ação nos termos de Thiollent (2011), baseou-se na aplicação de questionário junto a professores da rede pública de ensino e entrevistas com famílias de crianças atendidas nas escolas da Maré, além de revisão bibliográfica e de outras pesquisas realizadas no mesmo período. Os estudos e a observação participante permitem inferir que os impactos do período pandêmico em escolas públicas de territórios periféricos causaram retrocessos no processo de ensino-aprendizagem e a elevação da ‘evasão’ escolar. Assim, os objetivos da pesquisa consistem: 1- Levantar dados sobre os impactos da pandemia na vida escolar de crianças e adolescentes da Maré; 2- Identificar se houve impacto da educação mediada por tecnologia no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes; 3- Identificar os desafios postos para a educação pública de favelas no Brasil a partir dos impactos gerados no período pandêmico.

O presente artigo está dividido em três partes, além dessa introdução. A primeira parte aborda a realidade do território, compreendendo a Maré como um espaço popular marcado por amplas contradições derivadas do desenvolvimento desigual e combinado e das múltiplas negligências do Estado. Uma segunda parte trabalha alguns dos dados das pesquisas sobre educação na Maré, dando visibilidade aos impactos da pandemia e aos desafios que se colocam para que seja

⁴ Pesquisa apresentada ao CNPQ pelo Edital AP 4/2021.

⁵ Pesquisa vinculada a pesquisa do CNPQ e aprovada na UFF no Edital PIBIC 2022-2023.

possível intervir e buscar possibilidades de superação da situação de absoluta desigualdade educacional, aprofundada nesse período da pandemia, em especial a partir da educação mediada por tecnologia, em uma realidade de baixo acesso a equipamentos e internet de qualidade. Por fim, na terceira parte apresentamos algumas inquietações para suscitar a continuidade do debate.

A Maré e as limitações estruturantes de um território periférico

Situada entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, à margem da Baía de Guanabara, a Maré é hoje um dos principais espaços da Zona da Leopoldina. A visibilidade decorrente da localização geográfica, bem como o fato de sua paisagem durante muitos anos ter sido dominada por *palafitas* (habitações precárias suspensas sobre a lama e a água), contribuiu, em geral, para a percepção da Maré como um local miserável, violento e destituído de condições dignas de vida. Apesar do exagero dessa representação, é forçoso reconhecer que se trata de um lugar proletarizado, onde predominam a população nordestina e negra, em condições sociais e profissionais subalternas e com baixa escolaridade.

Segundo os dados do Censo Maré 2012/2013, suas 16 comunidades abrigam cerca de 139 mil habitantes. Na comparação das taxas de densidade demográfica da cidade do Rio de Janeiro, verifica-se que a Maré possui cerca de 21.400 hab/km², enquanto o município do Rio de Janeiro apresenta uma média de 328 hab/km². O processo intenso de ocupação é um fator básico para se definir alguns aspectos da paisagem da Maré: a ausência de árvores, a escassez de espaços vazios, a verticalização das residências e a intensa circulação de pedestres e de diversos meios de transporte. A população se distribui por cerca de 38 mil domicílios, em 16 favelas: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Novo Pinheiros, Vila do João e Conjunto Esperança.

O conjunto de favelas da Maré, aqui compreendido como expressão do desenvolvimento geográfico desigual, como aponta Harvey (2004), é analisado a partir da organização do seu cotidiano, compreendido como produto e produtor das relações sociais que aí se expressam, referenciado na forma de organização da cidade. Nesta perspectiva, a pesquisa busca as conexões existentes entre o desenvolvimento capitalista desigual e combinado e sua materialização no espaço intraurbano, considerando a heterogeneidade⁶ da constituição do

⁶ Segundo Valladares (2005), a favela foi considerada pela primeira vez em sua heterogeneidade, a partir do estudo desenvolvido pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), realizado no final da década de 1950 e publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 1960, intitulado “Aspectos humanos da favela carioca”. Até essa década todas as ocupações irregulares eram consideradas exatamente iguais e com as mesmas necessidades, desconsiderando os distintos processos de ocupação dos territórios da cidade e as especificidades da população.

território e de sua população, tendo como foco os impactos na educação escolar no período da pandemia.

Para Silva e Barbosa (2005), como as favelas são vistas como *espaço da ausência*, de precariedade e de falta de recursos, passam a ser consideradas uma “cidade” à parte da cidade formal. Um espaço que se constitui com regras próprias, no qual o Estado não pode intervir. Considerada pelo senso comum como espaço da prostituição, da vagabundagem, da malandragem e da desordem, seus moradores acabam sendo colocados em uma posição de não-sujeitos e não-cidadãos⁷. Essa imagem, construída histórica e culturalmente sobre as favelas cariocas, contribuiu para a reprodução de estigmas e estereótipos que acabam por afastar seus moradores das oportunidades, serviços e direitos que a cidade oferece a uma parte de seus habitantes.

A educação pública, área tradicionalmente abrangente na Maré, porém de baixa qualidade, não conseguiu criar alternativas e estratégias para atingir as crianças e adolescentes. Não houve estrutura física e investimento para superar o não acesso à tecnologia, a ausência de equipamentos e a indisponibilidade de internet. Assim, o que já era precário e limitado, intensificou-se ainda mais, constituindo uma forma de esvaziar o processo de ensino-aprendizagem e desestimular crianças e adolescentes a continuarem na escola, como veremos na sessão seguinte desse artigo.

A pandemia fez com que o mundo se modificasse, causando reorganizações em todos os setores da sociedade. Na educação não foi diferente, sendo este setor um dos primeiros a sentir os reflexos do distanciamento social, na medida em que, repentinamente, as atividades presenciais foram suspensas e foi imposta uma reconfiguração da forma de ensinar e de aprender. Reconfiguração que já se iniciou desigual, pois demandava a estudantes e professores o acesso a equipamentos de qualidade e acesso à rede de internet, o que para aqueles de origem popular, não é uma realidade.

Implementado de forma materialmente desigual, o ensino mediado pela tecnologia do período pandêmico revelou, de forma enfática, não apenas o não acesso a equipamentos e à internet, mas também, no caso de estudantes de favelas: i) a inadequação do espaço da casa para processos de ensino-aprendizagem; ii) a impossibilidade dos responsáveis de auxiliar as crianças nas atividades educativas, seja pela ausência de tempo em razão de algum vínculo laborativo, seja pela impossibilidade educacional; iii) o impacto da ausência da alimentação fornecida pela escola, que não foi transposta para as famílias, que acabou por gerar e agravar situações de insegurança alimentar; iv) a falta de preparo de professores para a realização de atividades mediadas pela tecnologia; e v) a falta de estrutura da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro em fornecer equipamentos e materiais para o processo de ensino e aprendizado mediado pela tecnologia.

⁷ Entendendo como Cidadão o ser da cidade, da polis, que pode usufruir de todos os espaços, serviços e direitos.

A aplicação da nova modalidade de ensino representou consequências ainda mais maléficas em territórios periféricos, tendo em vista que estes usualmente não recebem o devido investimento e são constantemente negligenciados por parte do poder público, como veremos na realidade da Maré.

A educação na Maré e os impactos da pandemia

Um dos direitos fundamentais também afetados pela pandemia foi o acesso à educação. À medida que houve a necessidade de fechar as escolas, diversos foram os efeitos desencadeados na dinâmica ensino-aprendizagem e no processo de sociabilidade. De acordo com dados da Unesco (2022), mais de 1,5 bilhões de estudantes e jovens foram afetados com a pandemia, sobretudo os que encontravam-se em situação de maior vulnerabilidade social. Além disso, segunda a mesma fonte, mesmo um ano após o início da pandemia do coronavírus, quase metade dos estudantes do mundo ainda estavam afetados pelo fechamento parcial ou total das escolas e estima-se que mais de 100 milhões de crianças estão abaixo do nível mínimo de proficiência em leitura, como resultado da pandemia.

O fechamento das escolas acarretou impactos ainda mais significativos para estudantes e famílias que se encontravam em realidades sociais pauperizadas, uma vez que outros aspectos de suas vidas foram atravessados por essa medida sanitária. Entendendo que a escola também desempenha importante papel na socialização entre os jovens e, inclusive, na garantia de alimentação, é possível afirmar que os prejuízos provindos da interrupção súbita das atividades educacionais presenciais colaboraram para intensificar as dificuldades das condições de vida, já frágeis, de grande parcela da população residente na favela.

A Maré dispõe de 50 unidades escolares da rede pública de ensino básico, fruto de lutas da população e de instituições locais. Na Maré, frente às políticas públicas de baixa qualidade, as organizações coletivas desempenham papel central no processo de responsabilização do poder público e na exigência de políticas públicas efetivas.

A luta pela educação na Maré traçou um longo e tortuoso caminho. A primeira escola da Maré foi inaugurada em 1936 e a segunda só foi aberta mais de duas décadas depois. Até o final da primeira metade da segunda década dos anos 2000, havia apenas 16 escolas em todo o Conjunto de Favelas da Maré, sendo que mais de 50% das unidades escolares foram construídas apenas entre os anos de 2011 e 2018. Atualmente, apesar de serem 50 escolas públicas, sua distribuição é absolutamente desigual pelo território, considerando a quantidade e variedade das favelas que compõem a Maré, e a particularidade de ser um espaço dominado por grupos armados rivais, o que impõe limite à livre circulação entre as comunidades. A distribuição das 46 escolas municipais e das 4 escolas estaduais não considera a dinâmica do cotidiano dos moradores, a extensão da Maré e a falta de transporte público como agravantes no que diz respeito ao deslocamento para acesso às instituições de ensino. As escolas construídas a partir da segunda

década dos anos 2000 foram absolutamente concentradas no que a prefeitura denominou Campus Maré I e II, localizados na área denominada localmente como ‘faixa de gaza’ ou ‘divisa’, por estar entre duas comunidades dominadas por grupos armados rivais. Essa é uma das expressões da negligência do Estado, pois sequer consideram a realidade do território para a construção de unidades de ensino. A consequência são escolas esvaziadas e com déficit grande de docentes, além de serem constantemente alvo de saques.

Em abril de 2013 foram registrados 20.114 alunos matriculados na rede pública de educação básica da Maré, sendo 17.483 na rede municipal e 2.631 na rede estadual. Contudo, o que se observa é uma lista de espera para matrículas de mais de 1.000 estudantes, como explicitado no levantamento realizado pela Redes da Maré o que se deve em especial pela distribuição das unidades de ensino. Ou seja, enquanto algumas ficam com vagas ociosas, em outras comunidades faltam vagas. A insuficiência de vagas para crianças e adolescentes em idade escolar alimenta a fila de espera e adia sonhos e projetos de vida, que muitas vezes acabam por ser ceifadas ante a defasagem série-idade que só aumenta. Os números apresentados representam a ineficácia de uma política pública que é elaborada e planejada sem dialogar com as demandas reais da comunidade na Maré e que não considera a necessidade de estrutura e organização nem as necessidades do território em relação às políticas públicas de educação.

As comunidades escolares vão criando estratégias para sobreviver nesse território enquanto espaço educacional. As estratégias são múltiplas e envolvem: i) parcerias com organizações não governamentais para a realização de atividades de apoio com as crianças e adolescentes; ii) parceria com empresas para atividades profissionalizantes; iii) utilização do mesmo espaço físico de uma unidade escolar para em um turno atender a educação básica (primeiro e segundo segmento) e em outro turno atender a educação básica (ensino médio), compartilhando o prédio entre Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação; iv) diálogos e parcerias com a comunidade como forma de preservação do espaço físico das escolas; v) funcionamento das escolas em três turnos, abarcando anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, entre outras. A escola Estadual Tenente General Napion, por exemplo, atende ao ensino médio regular e o supletivo do ensino fundamental durante a noite e divide seu espaço físico, durante o horário diurno, com o ensino fundamental. A única unidade escolar estadual que atende horário integral é o Colégio Estadual Professor João Borges, fundado em 2019, após muita luta da comunidade para ocupação de um prédio que havia sido abandonado pelo governo do estado. No entanto, em consequência da negligência estatal, no que tange à estrutura física, logo após a inauguração, por insuficiência nas condições de segurança da estrutura, ficou três anos sem receber estudantes. Após sua abertura operou, por mais um tempo, apenas com o primeiro andar, por dificuldades na funcionalidade e manutenção das demais áreas do prédio. Por três anos a escola teve seu prédio fechado para a recepção de estudantes, sendo as aulas realizadas em espaços de outras instituições dentro da Maré, através de parceria para cessão de salas de aula.

A maior parte dos estudantes (67,7%) frequenta escolas localizadas na Maré. (...) os resultados também evidenciam que, quanto maior a faixa etária, maior o percentual de pessoas que estudam fora da Maré. Isso decorre, principalmente, da limitada oferta de cursos de Ensino Médio, assim como da Educação de Jovens e Adultos, e por não haver sequer uma instituição de Ensino Superior no território. Assim, para garantir a formação, as pessoas precisam se deslocar em busca de instituições de ensino. Com efeito, 52,0% dos estudantes entre 15 e 19 anos e 69,8% dos estudantes acima de 20 anos frequentam estabelecimentos fora da Maré. (REDES DA MARÉ, 2019, *apud*. PAVLOVA, PINHEIRO, MARTINS, 2023, p.37)

Dessa forma, o Censo da Maré 2019 evidencia a relação entre a falta de vagas nas unidades escolares na Maré e a busca por oportunidades para a continuação dos estudos em outros bairros. Como é possível observar pelo número de escolas localizadas na Maré, esse movimento se agrava com o Ensino Médio, sendo esse o que mais sofre com a falta de vagas. A baixa oferta de vagas no ensino médio, que leva os que desejam continuar a estudar a buscar escolas fora da Maré, esbarra na questão da segurança pública e da precariedade econômica. Frequentar escolas longe de casa exige acessar o transporte público e, para os jovens e adultos que trabalham de dia, aos quais resta como alternativa estudar à noite longe de casa, o receio quanto ao retorno à residência. O poder público resiste em reconhecer a falta de vagas, e só o faz quando acionado pelo ministério público, como aconteceu no início de 2023. Segundo a Secretaria Estadual de Educação, as vagas disponíveis fora do bairro Maré, também são vagas, e o não acesso a elas recai exclusivamente sobre a responsabilidade dos sujeitos e de suas famílias, não sendo considerada a realidade local de distância, ausência e precariedade de transporte público e a exposição à violência no que se refere a comunidades dominadas por grupos armados. Inclusive, a violência dos grupos armados serve como justificativa, por parte do poder público, para a não ampliação das escolas no turno da noite. O contexto da educação na Maré se revela violador de direitos, como expressam os dados, que indicam que 53,47% dos moradores da Maré não completaram o ensino fundamental, 6% da população com idade acima de 15 anos é analfabeta, ou seja, são 6.302 pessoas que não sabem ler e escrever, em sua maioria mulheres, sendo 63% dessas pessoas pretas e pardas (PAVLOVA, PINHEIRO, MARTINS, 2023, p.29).

836

Como apresentado acima, os elementos postos para a educação na Maré atravessam as gerações e têm consequências para toda a população, há alta taxa de analfabetismo entre mulheres, principalmente as negras, mas essa relação se estende por todos os residentes, apresentando-se mais elevada a partir do ensino fundamental, o que reforça a necessidade de políticas públicas eficientes para garantia do direito à educação pública de qualidade no território, para que seja possível incidir nas taxas de analfabetismo.

“Na rede municipal, são 22 escolas que atendem a Educação Infantil: 6 creches, 15 espaços de desenvolvimento infantil (EDI) e 1 escola com estrutura predial não



destinada à Educação Infantil que atende turmas de pré-escolar II. O atendimento dos anos iniciais do ensino fundamental é feito por 19 escolas. Dessas, 14 atendem também o 6º ano, que é o primeiro ano do segundo segmento do Ensino Fundamental. Já em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, além das 14 escolas que continuam o atendimento ao 6º ano (atendem do 1º ao 6º), 4 atendem do 6º ao 9º anos e 1 escola atende do 7º ao 9º anos” (FARAGE e SANTO, 2023, p. 60)

O que se pode inferir é que, mesmo com a conquista de mais escolas no território, fruto da luta coletiva da população mareense, as construções não foram suficientes, adequadas ou corretamente distribuídas dadas a extensão, a complexidade e a diversidade do território do conjunto de favelas da Maré, que se apresenta como muitas Marés. O estudo da população e de suas demandas também não foi inserido como centralidade para a realização do programa, dada a invisibilidade dos fatores que dificultam a permanência das crianças e adolescentes nas escolas, como o turno único de 7 horas⁸ que impossibilita a organização com o horário de trabalho dos responsáveis e o horário de buscar e levar os estudantes, em especial as crianças.

Os desafios para a efetivação de uma educação de qualidade na Maré são inúmeros, como afirma uma professora participante da pesquisa “Impactos da Pandemia na vida escolar de crianças e adolescentes da Maré”, realizada em 2023, como:

“Manter o jovem na escola sem que precise trabalhar. Conseguir manter o processo de aprendizagem mediante a violência armada. Implementar espaços de acolhimentos na escola para crianças cujas mães/tias/irmãs precisam estar em sala de aula. Deveria ser uma política pública pois é grande o número de meninas/mulheres que largam a escola para cuidar de outros” (respondente 2)

837

Mesmo que haja ressalvas acerca dos métodos utilizados para a avaliação do índice de aprendizagem dos estudantes da educação básica, ao analisar os dados da *Prova Rio de 2021* pode-se refletir sobre os impactos na educação das crianças e adolescentes da Maré. A prova tem como objetivo avaliar o conhecimento dos estudantes da rede pública de ensino básico da cidade do Rio de Janeiro sobre Língua Portuguesa e Matemática, podendo ser usado como orientação para que professores e gestores avaliem a necessidade de mudanças para melhorias na aprendizagem dos alunos. Os resultados disponíveis referem-se à aplicação da prova em quatro das cinco escolas de Ensino Fundamental regular do Campus Maré I e, em sua maioria, a estudantes dos anos iniciais. Apenas uma das instituições de ensino atingiu a marca suficiente de aprendizagem, enquanto nas demais o conhecimento está indicado como abaixo do básico a ter sido aprendido. Esses dados reafirmam a insuficiência na manutenção da qualidade da educação por parte do poder público, compreendida nos objetivos dos programas supracitados. Dada a importância de se compreender a realidade e os indivíduos em sua totalidade para a

⁸ Nas escolas municipais da Maré as aulas tem início às 8h e terminam às 15h, o que dificulta que responsáveis, no meio da tarde, possam buscar as crianças na escola.

reflexão e construção de caminhos para a garantia do direito à educação de qualidade, faz-se relevante apontar que os resultados da Prova Rio, são de 2021, ano em que as redes de ensino ainda sofriam com os atravessamentos da pandemia de Covid-19, um grande agravante no quesito da defasagem na aprendizagem dos estudantes, principalmente dos favelados.

Permeados por violações de direitos, os estudantes das redes pública de ensino da Maré têm sua vida escolar fragilizada pelas demandas cotidianas, os números em si de escolas de ensino básico e médio já denotam o funil educacional produzido no território. Além da insuficiência de vagas em determinados segmentos e da péssima distribuição das unidades de ensino, o ensino médio ainda tem como agravante o fato dos jovens necessitarem se inserir no mercado de trabalho, gerando o abandono da escola, vide a necessidade de um meio de subsistência ou de contribuição com a renda familiar.

Segundo Farage e Santo,

É preciso, mais uma vez, que ações das secretarias de educação mantenham diálogo com os moradores para implementar ações que, de fato, possam atender às demandas da população. Para a implementação de Ensino Médio em horário integral, se faz necessário que o mesmo seja adequado à realidade local e que seja criado um programa de incentivo com bolsas de estudo para garantir a permanência dos estudantes na escola e que, para possibilitar que alunos de várias favelas frequentem, seja considerada uma localidade em que o fluxo entre as favelas seja possível. (FARAGE e SANTO, 2023, p. 66-67)

838

É assertivo quando as autoras discorrem que a evasão está diretamente ligada a políticas públicas que não dialogam com a realidade da população, não atendem as necessidades dos alunos e interpretam a educação nas favelas de forma superficial e estereotipada, produzindo mais segregação para os moradores e o território que se encontra em um cenário tão desigual.

É nesse contexto que a pandemia agrava a situação já precária da educação, o que demanda um conjunto de pesquisas para desvelar o que o poder público quer invisibilizar. Foram realizadas pesquisas com o intuito de entender os desafios da comunidade escolar em 20 meses de 2020 e 2021, onde as atividades escolares foram impactadas por diversas conturbações, como suspensão das aulas presenciais, emprego de ensino remoto ou híbrido e reabertura das escolas. Sendo assim, a partir do levantamento feito pela campanha “Maré diz NÃO ao coronavírus” e da pesquisa “Educação de meninas e COVID-19 no conjunto de Favelas da Maré”, realizadas pela Redes da Maré em parceria com o Fundo Malala em 2020, foi possível identificar os reais embates que os estudantes estavam a passar. O público alvo foram os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, incluindo seus familiares e professores. Com isso, foram reunidas 18 das 50 escolas públicas do conjunto das 16 favelas da Maré e aplicadas entrevistas com os gestores municipais, estaduais, diretores, coordenadores pedagógicos, professores, além de responsáveis e estudantes de todas as escolas da Maré.



Segundo a pesquisa “Educação de meninas e covid-19 no conjunto de favelas da Maré” (PAVLOVA, PINHEIRO e MARTINS, 2023), realizada ainda em 2020, que entrevistou 1009 meninas e mulheres estudantes e residentes nas comunidades da Maré, o não acesso à internet foi um dos principais fatores de desmotivação, desistência e não acompanhamento dos conteúdos no período da pandemia em que a educação ficou mediada por tecnologia. A pesquisa revelou que “apenas uma em cada quatro meninas tinha computador em casa, 34,7% tinham internet em suas residências e 61,2% tinham celular com acesso à internet” (PAVLOVA, PINHEIRO e MARTINS, 2023, p. 36). A pesquisa revelou, ainda, que 74% das entrevistadas afirmaram ter aprendido pouco ou nada no período da pandemia, e que mais da metade ficou desestimulada ao estudo nesse período (IBID, 2023). “No caso da saúde mental, 41% dos estudantes afirmaram ter sido afetados com algum tipo de sofrimento psíquico. A pesquisa mostrou que 38% não acompanharam as atividades remotas. O motivo mais citado foi não ter entendido o que era para ser feito” (IBID, 2023, p. 37).

A pesquisa intitulada “Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: Impactos nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio”, realizada pela Redes da Maré, revelou que quanto à desmotivação no desempenho escolar 69% dos alunos reconhecem que a pandemia prejudicou seus estudos, 57% afirmaram que a vontade de estudar reduziu consideravelmente e 74% afirmaram ter aprendido pouco ou nada ao longo do período pandêmico. Entre os motivos apontados pelos estudantes com relação à desmotivação, 35% revelam dificuldade em adaptar-se ao ensino remoto, 28% tiveram problemas de aprendizagem, 20% apresentaram dificuldade de se organizar e 18% de estudar o conteúdo. Ademais, 16% dos estudantes expuseram não compreender o necessário para dar seguimento aos estudos, e outros que relataram dificuldades de viés emocional, como desmotivação, que correspondia a 21%, tristeza e problemas com a própria saúde, que correspondiam a 9%. (PAVLOVA, PINHEIRO e MARTINS, 2023)

O período pandêmico também apresentou desafios para os profissionais de ensino, os quais precisaram adaptar suas estratégias de ensino e aprendizagem ao novo formato exigido. Dessa forma, ainda utilizando os dados da pesquisa mencionada anteriormente, observou-se que dos 101 profissionais da educação entrevistados, sendo 29% da rede estadual e 71% municipais, ao serem questionados sobre o uso de tecnologias e sobre a saúde mental, 95% responderam que necessitaram de ajuda para conseguir atuar remotamente, 70% relataram a diminuição na vontade de trabalhar na pandemia e 72% relataram o agravamento de problemas na saúde mental e emocional ao longo desse período (REDES DA MARÉ, 2022).

A ausência de uma estrutura de qualidade, capaz de fornecer as condições necessárias tanto para o corpo docente quanto para o discente gerou um déficit educacional que ultrapassa o período pandêmico. Principalmente quando há o recorte socioespacial e evidenciam-se os territórios que sofrem com o aprofundamento da desigualdade, como é o caso do conjunto da Maré. Em 2022 e início de 2023, com a pesquisa “Impactos da pandemia na vida escolar de crianças e adolescentes da Maré”, teve início um trabalho de aprofundamento dos dados, com nova fase

de levantamento direto de informações, agora com ênfase no legado negativo que a pandemia deixou para o processo de ensino e aprendizagem, para a saúde, para a inserção na escola, entre outros aspectos, de crianças e adolescentes da Maré. Nessa fase, ainda em curso, o foco dos levantamentos são diretores de escola, professores e familiares de crianças que estavam matriculadas no período da pandemia.

Nessa pesquisa, em que foram inicialmente coletadas informações com 11 professores da rede pública da Maré, através de instrumento próprio, 54,5% dos profissionais avaliaram que o processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia foi ruim, e 36,4 avaliaram que péssimo, totalizando um total de 90,9%. Outros 54,5% avaliaram que os alunos não conseguiram acompanhar o ensino remoto. No que se refere aos professores, 63,6% consideraram que os professores acompanharam apenas parcialmente o trabalho remoto, ou seja, a dificuldade do período pandêmico, segundo os participantes, foi generalizada entre docentes e discentes. No que se refere ao apoio do poder público para a realização das atividades, no que se refere a preparo e infraestrutura, 54,5% afirmaram não receber nenhum apoio, enquanto 45,5% relatam ter recebido parcialmente algum tipo de apoio. Um dado unânime foi identificado nas respostas de todos os participantes, já que 100% afirmaram que o período da pandemia e do ensino remoto deixou consequências negativas para os estudantes e os profissionais da educação.

Entre as questões mais preponderantes nas respostas dos professores que participaram da pesquisa, ao abordar os desafios da educação na Maré, figuram: i) a violência; ii) a falta de estrutura das unidades de ensino; e iii) pouca participação das famílias na vida escolar, entre outros. Por outro lado, quando questionados sobre o potencial da educação na Maré, ressaltaram: i) a qualidade dos profissionais; ii) as parcerias realizadas pelas escolas para ampliar as ofertas para os estudantes; iii) diversidade de saberes e experiências; e iv) organização política da comunidade.

Para os responsáveis, o período pandêmico foi dúbio, pois por um lado possibilitou melhor acompanhamento da vida escolar dos filhos e, por outro, revelou-se absolutamente inviável diante do difícil acesso à internet, da falta de equipamentos em casa e da impossibilidade de acompanhar os conteúdos. Em reunião com os responsáveis, foi possível compreender alguns elementos desse processo, que intensificou a defasagem de conteúdo dos estudantes e, em alguns casos, desestimulou o processo de aprendizagem. As mães participantes tinham entre 37 e 47 anos de idade, tendo o nível de escolaridade variável entre o sexto ano do ensino fundamental e o primeiro ano do ensino médio. Quando questionadas sobre como foi o processo de aprendizagem na pandemia, todas relataram a dificuldade enfrentada. Uma das mães afirma que a filha é especial e por conta das condições oferecidas, sua filha não aprendeu nada no ensino remoto, uma vez que esta necessita de uma didática e uma atenção específica para compreender o conteúdo. Outra integrante do grupo, afirmou que as aulas ocorriam por telefone, pois as escolas não ofertavam atividades impressas, logo eram enviados vídeos e tarefas pelo celular, além de ressaltar a ausência de professores. Com relação à escala de aprendizagem, as respostas variam de não aprenderam nada a uma aprendizagem relativa. E todos são unânimes

em identificar que o ensino remoto não é a melhor forma para o processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes.

Certamente, como em quase todos os territórios periféricos do Brasil, a Maré só conseguirá mensurar os reais impactos do período pandêmico na vida escolar de crianças e adolescentes com o passar do tempo. Por ora, o que já é identificável, para além da defasagem de conteúdo, do atraso provocado no processo de ensino-aprendizagem e nas repercussões para a saúde mental, é que o poder público, na esfera municipal e estadual, após o retorno presencial das aulas, não buscou formas de suprir as lacunas geradas e deixadas pelo período pandêmico. A naturalização do período do ensino remoto, como se todos os estudantes tivessem acompanhado, e a absoluta ausência de uma estrutura especial para buscar formas de suprir as lacunas, são mais uma das expressões da reiterada negligência do Estado para com os direitos dos moradores da favela da Maré.

Considerações para continuar o debate

Os desafios para se pensar e construir uma educação de qualidade em territórios periféricos são grandes. Não apenas por que a política pública de educação é de baixa qualidade, mas essencialmente porque sua baixa qualidade está vinculada à percepção do poder público sobre o território da favela e seus moradores, que em sua maioria é eivado de estereótipos, estigmas e homogeneizações, implicando na construção de políticas públicas de baixa qualidade de forma geral. A contínua e histórica criminalização da pobreza se revela não apenas na forma como a política de segurança pública é estabelecida na favela, mas, também, pela retirada de equipamentos públicos da favela, a precariedade das estruturas públicas e a ausência de profissionais que se disponham a trabalhar no território. O encontro de políticas públicas precárias, ou ausentes e de baixa qualidade com o domínio armado do território por parte dos grupos de venda de drogas no varejo e a intensa presença de armas pelas ruas, propulsiona um ambiente pouco afeito ao processo de ensino e aprendizagem.

Desnaturalizar as múltiplas violências sofridas pelos moradores de favela, em sua maioria cometidas pelo Estado seja pela ação direta ou pela negligência e omissão, é uma das prerrogativas para a construção de ambientes de ensino que retomem a educação como meio para o processo de elevação da consciência, de acesso a direitos, em especial o direito ao conhecimento. Uma educação, que como afirmava Paulo Freire, ensine a ler palavras e o mundo.

Referências

FARAGE, Eblin; SANTO, Andréia M. O. **Educação Pública no Conjunto de Favelas da Maré: Desafios e Potencialidades**. Mórula, Rio de Janeiro, 2023.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, Otávio. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: Editora EDUSC, 2004.

PAVLOVA, Adriana, PINHEIRO, Alessandra e MARTINS, Andreia. **Toda menina na escola: pelo direito à educação na Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2023.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (PMRJ). **Prova Rio 2021**. Consulta aos Resultados por Escola. 2021. Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjU0NDczOTA0tNWZINC00YzI2LTgwZjMtODA2NjgyMDI1Y2QwIiwidCI6Ijk1MzVlMWEyLTk3MDYtNGNiNy04ZjIzLTk1YWEzODA5OGFiYj9>. Acesso em: 23/07/2023.

REDES DA MARÉ. **Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: Impactos nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2022. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/70/pesquisa-covid-19-e-o-acesso-a-educacao-nas-16-favelas-da-mare#:~:text=A%20equipe%20da%20Redes%20da,h%C3%ADbrido%20e%20reabertura%20das%20escolas>. Acesso em: 15/03/2022

REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes>. Acesso: 20 de agosto de 2021.

ROMAR, Juliana. **O Complexo da Maré ganhará Campus Educacional com um EDI e seis escolas**. Rio Prefeitura, 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?pid=4667850>. Acesso em: 22/07/2023.

SILVA, Eliana Sousa, AROUCA, Luna. **Maré diz NÃO ao coronavírus – A jornada da Redes da Maré por saúde e direitos em meio à pandemia**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2021

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SILVA, Eliana Sousa. **O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas.** Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** São Paulo: Editora Cortez, 2011.

UNESCO. **Educação: do fechamento das escolas à recuperação.** Unesco, 2022.

Disponível em: <[VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela – do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.](https://www.unesco.org/pt/covid-19/education-response#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20interrup%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rica%20da,vulner%C3%A1veis%20foram%20os%20mais%20atingidos.> Acesso em: 26/06/2022</p></div><div data-bbox=)

843



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

O SENTIMENTO DE PERTENÇA E A INDIVIDUAÇÃO DO JOVEM RURAL NO PROCESSO MIGRATÓRIO CAMPO/CIDADE

Fábio dos Santos Massena¹
Bruna da Silva Miranda²
Ian Felipe Nascimento³
Enzo Yuri Ferreira Sousa⁴

Introdução

Com o advento e o crescimento dos grandes empreendimentos agrícolas, conhecidos como agronegócios, pode parecer paradoxal chamar a atenção para a Agricultura Familiar. No entanto, é crucial que exploremos essa questão, uma vez que se trata de uma atividade que tem sido desenvolvida ao longo de milênios e possui um vasto arcabouço teórico que merece ser preservado.

De acordo com dados do IBGE (2018), a Agricultura Familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos no Brasil, sendo responsável por aproximadamente 70 a 80% do que chega às mesas dos brasileiros e contribuindo com 35% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Diante dessas estatísticas, é impensável não direcionar nossa atenção para esse setor, destacando assim, a importância de discutir o êxodo rural dos jovens que deixam o campo. O fenômeno do êxodo rural é frequentemente abordado e estudado, com uma vasta quantidade de literatura disponível sobre o tema. No entanto, são poucos os estudos que buscam uma compreensão abrangente da migração dos jovens do campo para a cidade, especialmente sob a perspectiva psicológica e das dinâmicas familiares que o envolvem.

Sob essa perspectiva, é possível conjecturar que a migração dos jovens do campo para áreas urbanas é uma realidade influenciada por uma série de fatores, alguns dos quais são amplamente reconhecidos pela população em geral. No entanto, tem havido uma escassa atenção dada aos aspectos mais complexos que possivelmente estão intrinsecamente ligados a esse fenômeno, como as dinâmicas familiares.

844

¹ Prof. Dr. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) – Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA), fsmassena@uesc.br.

² Graduanda em Agronomia, UESC, brunasilvimiranda1234@gmail.com.

³ Graduando em Geografia, UESC, ifnascimento.bge@uesc.br.

⁴ Graduando em Agronomia, UESC, enzo98188@gmail.com.

O sentimento de pertencimento pode manifestar-se de várias maneiras, dependendo do perfil de cada grupo humano. No entanto, independentemente da diversidade de suas expressões, é crucial que todas essas manifestações estejam ancoradas em uma identidade histórica e/ou geográfica sólida, conforme destacado por Freitas (2008). A construção desse sentimento ocorre à medida que os membros de uma comunidade estabelecem e fortalecem suas interações e relações, formando, assim, uma narrativa coletiva que desempenha um papel fundamental na definição de sua identidade. Esses aspectos, como enfatizado por Freitas (2008), merecem uma atenção especial, especialmente em um contexto cada vez mais homogeneizado.

Nesse contexto não se pode deixar de avaliar o funcionamento dentro do sistema familiar, em toda sua complexidade ao longo do seu desenvolvimento e em meio a todas as mudanças do ambiente, bem como o de cada pessoa, é necessário que seja feito um estudo a respeito da diferenciação do *Self* (NEVES, 2011).

De acordo com Bowen (1978, conforme citado por NEVES, 2011), a diferenciação do *Self*, como uma característica da personalidade, implica na capacidade de distinguir o sistema de pensamento do sistema emocional e na habilidade de manter a autonomia em um contexto de profunda intimidade com pessoas próximas.

A concepção de diferenciação ocorre em dois aspectos inter-relacionados, mas distintos. O primeiro aspecto está relacionado à capacidade intrapsíquica de autorregulação do indivíduo, ou seja, a habilidade de distinguir sentimentos de pensamentos e direcioná-los para os sistemas intelectual e emocional. O segundo aspecto se manifesta no nível interpessoal, mantendo a autonomia mesmo em relações emocionais com outros (NEVES, 2011).

Durante o processo de diferenciação, espera-se que o indivíduo desenvolva seu próprio *Self*, mantendo, no entanto, seus laços com a família. Essa separação é essencial para permitir a diferenciação emocional sem romper os vínculos familiares. Jovens que enfrentam dificuldades nesse processo podem se fundir excessivamente com a família ou se distanciar completamente de seus membros significativos. Aqueles que conseguem uma diferenciação bem-sucedida tendem a se diferenciar emocionalmente da família sem romper esses laços (NEVES, 2011; KERR, 1988).

Guimarães (2014) retoma as ideias de Bowen (1991), destacando que os membros de uma família experimentam tanto o senso de diferenciação ou individuação quanto o de pertencimento. Pertencer implica em fazer parte de uma família com suas próprias crenças, valores, mitos, preconceitos e regras, que formam a identidade familiar de cada indivíduo.

A diferenciação do indivíduo está estreitamente relacionada ao seu processo de singularidade, que se manifesta na vida de cada membro da família. É crucial respeitar as transformações de cada um nesse processo. Bowen define a diferenciação como uma força vital instintiva que impulsiona o desenvolvimento da criança em direção à independência emocional, permitindo que ela pense, sinta e aja por si mesma (BOWEN, 1991, conforme citado por GUIMARÃES, 2014).

A independência emocional que o indivíduo estabelece em relação à sua família nuclear tem um impacto direto na sua diferenciação. Se a individuação emocional não é estimulada durante o desenvolvimento, os laços familiares podem se tornar tão estreitos a ponto de limitar a formação da subjetividade do indivíduo, o que resulta em limitações para pensar, agir e sentir de forma autônoma (GUIMARÃES, 2014).

Guimarães (2014) também destaca que, quando a independência emocional do indivíduo é estimulada de maneira saudável, e sua autoimagem não é moldada pelas necessidades e ansiedades dos outros, o Self da pessoa é construído de forma satisfatória. Isso, aliado à transmissão sólida de valores, crenças e convicções, resulta em uma criança que cresce para ser parte da família, embora separada dela.

No processo de diferenciação, o jovem avalia a vida no meio rural vivida na infância e observada nos pais, e compara com a vida na cidade. Ele percebe a diferença entre os papéis sociais de quem vive no campo e na cidade. Essa percepção pode levar o jovem a acreditar que migrar para o ambiente urbano é a única opção para uma vida melhor em todos os aspectos, de acordo com Lima et al. (2013), retomando as ideias de Castro (2009).

A família desempenha um papel fundamental na formação do sentimento de pertencimento, na diferenciação do indivíduo (*Self*) e, conseqüentemente, na construção de sua identidade. Minuchin e Fishman (2003) ressaltam que a família desempenha duas funções essenciais: estabelecer um senso de pertencimento ao grupo e promover a individualização de seus membros. Isso significa que mesmo fazendo parte de um sistema familiar, as pessoas não deixam de desenvolver sua própria identidade, que, assim como a estrutura familiar, está em constante evolução. A família, o sentimento de pertencimento e a diferenciação do Self são fatores de grande influência na forma como os jovens rurais constroem sua identidade, desempenham seu papel na sociedade e, conseqüentemente, tomam a decisão de permanecer ou deixar o campo.

Compreender esse sentimento e o processo de migração que ocorre nas comunidades rurais de Ilhéus-BA, especialmente entre os adolescentes, são questões que surgiram durante meu estudo de doutoramento realizado entre os anos de 2012 e 2015, cujo foco estava na avaliação das condições de sustentabilidade desses grupos. Dessa forma, surge a questão central deste trabalho: como o êxodo rural pode ser compreendido à luz do sentimento de pertencimento, da diferenciação do Self e das relações familiares dos adolescentes do campo?

Objetivos

Geral

- Analisar a influência da construção identitária do adolescente rural de Ilhéus – BA, no processo migratório campo/cidade.

Específicos

- Compreender a formação identitária dos adolescentes do campo;
- Analisar a diferenciação de Self e o sentimento de pertença desses indivíduos;
- Correlacionar a formação da identidade e a elaboração do Self com os fenômenos de migração nas comunidades rurais de Ilhéus-BA;

Metodologia

Localização e caracterização da área de estudo

O Município de Ilhéus, situado no sul da Bahia - Brasil, a 456 km da cidade de Salvador, tem suas coordenadas geográficas localizadas a 14°47'20" de latitude sul e 39°02'58" de longitude oeste. Ele apresenta um clima úmido com uma temperatura média anual de 24,3°C. Quanto à sua estrutura pedológica, é composta por tipos de solo como Luvisolos, Latossolos, Espodosolos, Gleissolos, Neossolos, e sua vegetação inclui a Floresta Ombrófila densa e as formações pioneiras com influência fluviomarina (mangue), respectivamente, de acordo com dados de 2009 do SEI.

O município abrange uma área territorial de 1.760,111 km² e conta com 94 estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, atendendo a uma população de 184.236 residentes, sendo 89.440 homens e 94.796 mulheres, com 146.114 pessoas alfabetizadas. No que diz respeito à renda média por domicílio, na área rural é de 246,25 reais (ou 1.104,83 reais por situação domiciliar), enquanto na área urbana é de 400,00 reais (ou 2.081,58 reais por situação domiciliar), conforme dados do censo demográfico, realizado em 2010, pelo IBGE.

Segundo informações de 1996 da V&S Consultores, o Município de Ilhéus é composto pelas seguintes vilas e povoados: Aritaguá, Banco Central, Banco da Vitória, Castelo Novo, Couto, Inema, Japú, Olivença, Pimenteira, Rio do Braço, Sambaituba, Urucutuca, Areias, Olandi e Juerana.

Além disso, de acordo com o relatório de Estatísticas dos Municípios Baianos de 2009 do SEI, Ilhéus inclui em sua área espacial o Parque Estadual da Serra do Conduru, a APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada, e a APA da Costa de Itacaré/Serra Grande. Também são encontradas na região as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Salto Apepique, Boa União, Helico, Fazenda São João, Mãe da Mata e Fazenda Arte Verde.

Delimitação do estudo, procedimento amostral e amostra selecionada

Como o foco deste trabalho são os adolescentes, participarão todos aqueles presentes na faixa etária entre 11 e 18 anos, de ambos os sexos, desde que residam na comunidade rural. O modelo

amostral será não-probabilístico, modelado pelo número de autorizações recebidas pelos pais e aceite dos jovens.

Coleta de dados

A coleta de dados, que está alicerçada na Resolução 466/2012, iniciou efetivamente em março de 2022 e ainda está em andamento. Observações *in loco* e registros fotográficos, visando apenas a caracterização dos locais estudados, contribuindo de forma significativa para a apresentação e discussão dos resultados.

O instrumento de coleta de dados, que é composto por questões que visam atender aos objetivos específicos, com opções abertas e fechadas, está sendo aplicado para meninos e meninas de 11 e 18 anos das comunidades rurais de agricultura familiar do Sul da Bahia, Brasil. Antes de sua aplicação, uma visita prévia é realizada no local para esclarecimento a respeito do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deve ser entregue aos pais ou representante legal para que decidam a respeito do seu consentimento na participação do(s) seu(s) filho(s) ou filha(s) na pesquisa. Nesta etapa os seguintes procedimentos serão adotados:

- Inicialmente são observados o momento, condição e local mais adequados para que a leitura e o esclarecimento do Consentimento Livre e Esclarecido sejam realizados, levando sempre em conta as peculiaridades do participante da pesquisa e sua privacidade;
- O TCLE é lido integralmente e todas as informações complementares são fornecidas em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura a realidade estudada;
- É concedido o tempo necessário para que o participante da pesquisa possa refletir sobre o que foi lido, e possa esclarecer aos seus pais quaisquer dúvida. Havendo o Assentimento, inicia-se a coleta de dados.

Para a apresentação dos dados relacionados às características gerais das comunidades, será utilizada a estatística descritiva, que possibilitará organizar e descrever os dados de forma sistemática. Outra etapa da análise de dados contará com a utilização de tabelas de referências cruzadas entre variáveis, visando explicar determinados fenômenos ou realidades encontradas. Para algumas variáveis, utilizar-se-á análises de correlação, visando análise e comparação delas, sendo que as opções de respostas dadas foram: discordo totalmente (0), discordo parcialmente (1), indiferente (2), concordo parcialmente (3) e concordo totalmente (4). Segundo Lira (2004) a Análise de Correlação é um importante e funcional instrumento para diversas áreas, não servindo apenas para fomentar resultados finais, mas também por poder compor etapas intermediárias orientadoras para adoção de outras técnicas analíticas (LIRA, 2004). Vieira (2008) estabelece níveis de classificação para que os valores do Coeficiente de Correlação Linear de Spearman sejam julgados. São eles: Correlação pequena ou nula: $0 < r < 0,25$ ou $-0,25 < r < 0$; Correlação fraca: $0,25 < r < 0,50$ ou $-0,50 < r < -0,25$; Correlação Moderada: $0,50 < r < 0,75$

ou $-0,75 < r < -0,50$; Correlação forte ou perfeita: $0,75 < r < 1,00$ ou $-1,00 < r < -0,75$ (sendo perfeita se $r = -1$ ou $r = 1$). Para o processamento e o tratamento dos dados, utilizou-se o software *IBM SPSS Statistics 22*.

Resultados parciais

Até o momento foram tabulados os dados de cinco comunidades rurais da região Sul da Bahia, dados que estão em fase de análise. Considerando a importância e abrangência do evento, bem como as potencialidades de ampliarmos nossas perspectivas e horizontes do estudo, optou-se em apresentar dados parciais referentes às características descritivas do público alvo, para que se conheça a realidade do que está sendo estudado.

No total foram 81 jovens pesquisados, sendo 35,8% do sexo feminino e 64,2% masculino. A idade média equivale a 14,7 anos, sendo o mais jovem com 11 e o mais velho com 18. A maioria encontra-se em fase escolar, sendo que 61,7% estão no ensino fundamental (até no nono ano), 35,8% frequentam o ensino médio e apenas 2,5% não estudam. Em média, as residências são ocupadas por 5,9 pessoas.

Quando questionados a respeito de sua participação em algum grupo religioso, 11,1% deles declaram frequentar a igreja católica, 48,1% evangélica e 40,7% não fazem parte de nenhum.

O nível de escolaridade dos responsáveis pelos menores pode ser um fator influenciador quanto ao caminho que os filhos percorrerão nesta linha (hipótese que ainda precisa ser analisada), neste sentido esse dado também foi levantando, onde se tem: 14,8% sem escolaridade, 19,8% estudaram até o sexto ano, 19,8% até o nono ano e 7,4% fizeram o ensino médio e em 38,2% dos casos os jovens dizem não saber sobre o nível de escolaridades dos seus pais.

As mães já possuem um melhor nível de escolaridade, sendo 30,9% estudaram até o sexto ano, 30,9% até o nono ano e 13,6% até o ensino médio, 3,7% nunca estudaram e 17,3% não são de conhecimento dos filhos se frequentaram a escola ou não.

Quanto a atividade profissional desenvolvida pelos responsáveis, os pais são a maioria (na percepção dos jovens) na sua atuação como agricultores, sendo 39,5%, enquanto as mães apenas em 9,8% dos casos. As mães, na maioria dos casos (40,7%) são reconhecidas como donas de casa.

A partir da percepção dos jovens, há o entendimento de que a maioria (66,7%) dos pais não deseja que seus filhos trabalhem na agricultura, ao mesmo tempo em que 66,7% dos casos, gostariam que seus filhos continuassem morando na comunidade. Cabe destacar que são lugares cuja atividade econômica é proveniente da agricultura familiar.

Quando os jovens são consultados sobre o seu desejo pessoal em relação aos mesmos aspectos (trabalhar na agricultura e continuar residindo na comunidade), tem-se um cenário onde 42% não pretendem trabalhar com a agricultura familiar e 38,2% consideram um assunto indiferente

até o momento. Sobre continuar morando no campo, 44,4% não pretendem ficar de forma nenhuma, enquanto 45,7 ainda expressam o desejo em continuar.

Considerações finais

A pesquisa conta com uma diversidade de dados, que percorrem por áreas como planos para o futuro profissional e pessoal, sentimento e apego ao lugar e as pessoas, a atividade agrícola familiar, bem como a percepção destes jovens em relação a diversos aspectos que estão relacionados com sua elaboração de Self e sua construção como indivíduo em sociedade. Estas e outras variáveis serão analisadas de forma mais aprofundada, para que se consiga compreender melhor o fenômeno do êxodo rural onde se espera que resultados importantes sejam desvelados.

Referências

FREITAS, C. G. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul**. Acre/ César Gomes de Freitas. Campo Grande, MS: [s.n.], 2008.

GUIMARÃES, N. V. **Autoridade e autonomia em tempos líquidos**: a teoria sistêmica na contemporaneidade. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo da população, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2018.

KERR, M. E. Chronic anxiety and defining *self*. **The Atlantic Monthly**, n. 9, p. 35-58, 1988.

LIRA, S. A. **Análise de Correlação**: Abordagem Teórica e de Construção dos Coeficientes com Aplicações. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Métodos Numéricos em Engenharia dos Setores de Ciências Exatas e de Tecnologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

LIMA, S. M. V. et al. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil**: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural. Brasília: MDA, 2013.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



NEVES, C. D. **Diferenciação do *Self***: diferenças entre pais e filhos adolescentes e relação com o ambiente familiar. Dissertação (mestrado) – Universidade de Lisboa. Mestrado Integrado em Psicologia, 2011.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2009.

V&S Consultores S/A. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada**. Diagnóstico Ambiental. v. 1. Ilhéus, Bahia, 1996.

VIEIRA, S. **Introdução a Bioestatística**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

851



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PRODUÇÃO DE FILMES ATIVOS A PARTIR DA CASCA DE CAFÉ E ÓLEO ESSENCIAL DE PIMENTA PRETA

Luana Laures¹
Vivian Chagas da Silveira²
Carla da Silva Meireles³

Introdução

Diante do cenário ambiental e econômico atual, estratégias e estudos sustentáveis tornam-se necessárias como formas alternativas de produção de novos materiais, como filmes para embalagens plásticas biodegradáveis. Estes filmes são dispositivos capazes de promover a separação de substâncias e quando incorporados com óleos essenciais, apresentam atividade antioxidante que é uma propriedade muito importante em se tratando de aplicações na área alimentícia, e também uma alternativa à utilização de produtos provenientes do petróleo que possuem alto tempo de degradação.

A utilização da casca de café como fonte alternativa de matéria prima para obtenção de novos materiais, se justifica devido ao fato de ser um abundante resíduo da agroindústria no Brasil. O Estado do Espírito Santo, onde é realizado este trabalho, é o segundo maior produtor de café do país e a estimativa de produção para 2023 é de cerca de 13,0 mil sacas de café (CONAB,2023). Considerando que a casca corresponde a cerca de 40% do fruto do café (Parra,2008), somente no Espírito Santo serão geradas 312 toneladas deste resíduo.

A casca de café possui elevado teor de fibra lignificada e pode ser caracterizada como biomassa lignocelulósica, constituída basicamente por celulose, hemicelulose (poliose) e lignina. Para minimizar o volume de resíduo gerado, busca-se alternativas de uso para o aproveitamento de resíduos agroindustriais lignocelulósicos. O uso de polímeros naturais têm se tornado bastante popular principalmente pelo fato de serem obtidos a partir de fontes renováveis. O uso da celulose é motivado pela disponibilidade da biomassa e por suas propriedades vantajosas, como possibilidade de modificações para obtenção de materiais com importância industrial.

Desta forma, a utilização da casca como fonte alternativa de celulose é uma alternativa para obtenção de derivados celulósicos, como o acetato de celulose, que é um polímero

852

¹ Graduanda em Engenharia Química pela Universidade Federal do Espírito Santos-Campus São Mateus CEUNES-UFES/Brasil, lualaures@gmail.com

² Doutora em Química e docente na Universidade Federal do Espírito Santo-Campus São Mateus CEUNES-UFES/Brasil, vivian.silveira@ufes.br

³ Doutora em Química e docente na Universidade Federal do Espírito Santo-Campus São Mateus CEUNES-UFES/Brasil, carla.meireles@ufes.br

biodegradável e com capacidade para formação de filmes. Na literatura encontram-se diferentes metodologias para a obtenção do acetato de celulose a partir da celulose de madeira e de resíduos agroindustriais. (Amaral *et al*, 2019; Das;Ali; Hazarika, 2014; Candido;Godoy; Gonçalves, 2017; Cao *et al*, 2018; Meireles *et al*, 2010). A partir deste derivado pode-se produzir filmes poliméricos transparentes, com propriedades biodegradáveis, boa processabilidade e propriedades de barreira, podendo ser avaliados quanto à utilização como embalagens para alimentos, em substituição às embalagens plásticas feitas a partir do petróleo.

Além disso, existe a possibilidade destes filmes apresentarem ação antioxidante pela incorporação de óleos essenciais. Os biofilmes ativos são desenvolvidos com o intuito de interagir com o produto e dar uma maior segurança e durabilidade aos mesmos. Os óleos ao serem incorporados à matriz polimérica atuam na proteção antimicrobiana e antioxidante do alimento (Ugalde, 2014).

Os antioxidantes naturais são encontrados em muitas plantas aromáticas e medicinais como é o caso do Orégano (*Origanum vulgare* L.), Alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), Manjerição (*Ocimum basilicum* L.), (Del Re; Jorge, 2012) e da pimenta preta (*Piper nigrum* L.), conhecida popularmente como Pimenta do Reino no Brasil, que possui em sua composição, compostos fenólicos responsáveis pela atividade antioxidante (Carnevalli; Araujo, 2013).

Na literatura são reportados diferentes estudos sobre a utilização do acetato de celulose incorporado com óleo essencial para obtenção de filmes ativos para conservação de alimentos. Botre et al (2010), reportou o desenvolvimento de filme de base celulósica, incorporado com óleo essencial de orégano para conservação de pizza pronta refrigerada. Os resultados demonstraram que os filmes apresentaram atividade antimicrobiana e além disso mostrou-se uma alternativa interessante uma vez que o orégano, sendo um ingrediente do produto, não apresentou alteração de odor e sabor da pizza. Melo (2010), reportou o uso de um filme com óleo essencial de alecrim para conservação de carne de frango e também obteve resultados positivos de atividade antioxidante dos filmes.

Assim, neste trabalho foi utilizada a casca de café, como fonte de celulose para obtenção do acetato de celulose. O óleo essencial comercial de pimenta preta (*Piper nigrum* L.) foi incorporado aos filmes de acetato de celulose para obtenção de filmes ativos e caracterização quanto à biodegradação, atividade antioxidante e propriedade de transporte por determinação da permeabilidade ao vapor de água.

Objetivos gerais

Produzir o acetato de celulose a partir da casca de café.

Produzir filmes ativos de acetato de celulose e óleo essencial de pimenta preta.

Caracterizar os filmes quanto ao potencial de biodegradação em solo, permeabilidade ao vapor de água e atividade antioxidante.

Metodologia

Obtenção do acetato de celulose a partir da casca de café

A casca de café foi obtida com produtor rural da região de São Mateus/ES/Brasil. A caracterização do resíduo foi realizada por determinação dos teores de seus principais constituintes como a celulose, lignina e hemicelulose (Morais, Rosa, Marconcini, 2010).

O processo de isolamento da celulose foi realizado em três etapas: a primeira foi um pré-tratamento da casca de café, em meio ácido (HCl 1%) por 1h a 70°C, a segunda foi em meio alcalino (NaOH 1mol/L) por 1h a 90°C, ambas etapas realizadas em sistema sob refluxo. Na etapa final o material foi submetido a agitação com solução de peróxido de hidrogênio 15% (pH ajustado em 10) por 1 hora a 50 °C.

A reação de acetilação da celulose foi realizada em meio ácido acético utilizado como solvente, anidrido acético como agente acetilante e ácido sulfúrico como catalisador. O tempo de reação foi de 5h à temperatura ambiente, seguido de reação de hidrólise por 30 min a 80 °C em solução de ácido acético, ácido sulfúrico e água (Amaral *et al*, 2019; Cerqueira *et al*, 2010). O acetato de celulose foi caracterizado por determinação do seu grau de substituição que se baseia-se na determinação da porcentagem (% m/m) de grupos acetila (GA) que foram substituídos na cadeia celulósica, por hidroxila. O %GA foi calculado segundo Cerqueira *et al*. (2010), a partir

$$\%GA = \frac{[(V_{bi} + V_{bt}) \times M_b - (V_a \times M_a)] \times MM \times 100}{m_{ac}} \quad (1)$$

854

da Equação 1:

Em que: %GA - porcentagem de grupos acetila; V_{bi} - volume de hidróxido de sódio adicionado; V_{bt} - volume de hidróxido de sódio obtido na titulação; M_b - molaridade do hidróxido de sódio; V_a - volume de ácido clorídrico adicionado; M_a - molaridade do ácido clorídrico; MM- massa molar dos grupos acetila; m_{ac} - massa de acetato utilizada.

O grau de substituição foi calculado segundo Cerqueira *et al*. (2010), utilizando a equação 2:

$$GS = \frac{162 \times GA}{43 \times 100 - 42 \times GA} \quad (2)$$

Em que: %GA - porcentagem de grupos acetila; GS - grau de substituição.



Produção dos filmes e caracterização dos filmes

O acetato de celulose foi solubilizado em acetona na proporção de 10% m/v. A solução foi agitada por 24 h e os filmes foram obtidos pela técnica de *casting* em que a solução foi espalhada em uma placa de vidro, com auxílio de um bastão e o filme formado pelo método da inversão de fases. Neste método o polímero na fase líquida passa para a fase sólida de forma controlada. O polímero foi dissolvido em um solvente adequado e a solução foi espalhada formando um filme uniforme. O processo se inicia pela desestabilização da solução polimérica através da indução da supersaturação pela adição, por exemplo, em um banho de não solvente (Habert; Borges; Nobrega, 2006). Para a formação dos filmes o tempo de evaporação do solvente foi de 1,5 minutos e posteriormente a placa foi imersa em um banho de não solvente, água até que o filme se destacasse. Para os filmes incorporados com óleo essencial de pimenta preta (OE-PP), o óleo comercial foi adicionado, após dissolução do acetato de celulose, nas proporções de 5% e 10% (v/v) e homogeneizado por 30 min.

Os filmes de acetato puro, e com 5% e 10 % de OE-PP, foram recortados com tamanho 3x5 cm, e posteriormente foram pesados e enterrados em vasos com terra e esterco, devidamente identificados. O pH do solo foi controlado em torno de 7, umidade de 20 a 40%, em temperatura de 27°C. As amostras foram coletadas em duplicata a cada 30 dias, lavadas, secas e pesadas. A espessura dos filmes também foi medida com auxílio de um Micrômetro Mitutoyo 103-129, e foi realizada a comparação da espessura inicial e a final, nos meses posteriores. Os ensaios tiveram duração de 180 dias de acordo com a norma ASTM G 160- 03.

Os filmes foram também avaliados quanto ao fluxo de vapor de água para determinação de sua permeabilidade, utilizando a técnica do copo de Payne. O copo de Payne foi preenchido até metade com água destilada, e em seguida o sistema foi pesado e colocado em um dessecador com pentóxido de fósforo, onde permaneceu por 9 horas, sendo pesado em intervalos de uma hora. A permeabilidade é calculada a partir do fluxo através do filme. O fluxo foi calculado pela variação da massa com o tempo utilizando a equação 3 e a permeabilidade pela equação 4, (Morelli, 2009).

$$Jv = \frac{\Delta m}{\Delta t} * \frac{1}{A} \quad (3)$$

Em que: Jv- fluxo de vapor de água; Δm- variação de massa (g); Δt- variação do tempo (s); A- área permeante da membrana (cm²).

$$P = Jv * \frac{R*L*T}{\Delta P v} \quad (4)$$

Em que: P- permeabilidade do material em relação ao vapor d'água; ΔP_v - diferença de pressão de vapor em uma dada temperatura; L- espessura da amostra.

A capacidade antioxidante dos filmes foi analisada via atividade sequestrante do radical livre 2,2-difenil-1-picril-hidrazila-DPPH, de coloração púrpura. A ação de um antioxidante reduz o DPPH, formando 2,2- difenilpicril-hidrazina (DPPH-H), de coloração amarela. Esta redução é monitorada pelo decréscimo da absorbância em 515 nm (Oliveira *et al.*,2009). Para análise,os filmes foram recortados em pedaços de aproximadamente 1cm² (aproximadamente 0,025g) e colocados em frascos com 3,0 mL de metanol e mantidos por 12 horas. Após, adicionou-se 1,0 mL de solução metanólica DPPH 0,1 mM em cada frasco, e deixou-se reagir por 30 min em ambiente escuro. A absorbância das soluções foi medida a 515 nm, utilizando o metanol como branco e o controle negativo utilizado foi uma mistura de 3,0 mL de metanol e 1,0 mL de DPPH 0,1 mM. A atividade sequestrante (%ASRL) foi expressa em porcentagem por comparação a um controle ou branco, e calculada pela equação 5:

$$\%ASRL = \frac{A_c - A_t}{A_c} * 100 \quad (5)$$

Em que: A_c- absorbância controle negativo; A_t- absorbância teste (amostra).

Resultados

856

Obtenção do acetato de celulose a partir da casca de café

O teor dos principais constituintes da casca de café foram calculados com base na massa seca, considerando um teor de umidade de 13,74%. Os resultados de caracterização da casca de café *in natura*, quanto ao teor de seus constituintes é apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Porcentagem dos constituintes da Casca de Café *in natura*

CONSTITUINTE	PORCENTAGEM (%)
Cinza	8,79 ± 0,66
Extrativos	0,76 ± 0,29
Lignina	33,33 ± 0,28
Hemicelulose	21,02 ± 2,31
Celulose	36,15 ± 0,28

Fonte: Próprio autor



Os valores encontrados estão dentro do esperado para este tipo de matéria-prima lignocelulósica, uma vez que pela literatura os valores encontrados são: 24,5-43,0% para celulose, 7,0-11,0% para hemicelulose, 23,7-28,3% para Lignina, 5,4-6,2% para cinzas e 13,0-15,0 para umidade (Durán et al., 2016). Algumas divergências foram identificadas e que podem ser justificadas pela dependência dos resultados com a espécie e região de plantio.

Após procedimento para separação dos principais constituintes e utilização da celulose, o material foi novamente caracterizado. Todos os teores foram calculados com base na massa seca, considerando teor de umidade de 7,73%, a Tabela 2 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 2 - Porcentagem dos constituintes do material após extração

CONSTITUINTE	PORCENTAGEM (%)
Cinzas	0,95 ± 0,76
Lignina	22,88 ± 2,05
Hemicelulose	16,46 ± 0,86
Celulose	47,84 ± 0,86

Fonte: Próprio autor

A caracterização após isolamento comprova a eficácia do método para aumento da disponibilidade e acessibilidade da celulose uma vez que este teor apresenta-se maior em relação ao material bruto. A maior acessibilidade da celulose é importante para a próxima etapa de obtenção do derivado celulósico.

Com este material foi possível realizar a reação de acetilação e obter um acetato de celulose com grau de substituição de $1,92 \pm 0,04$. A caracterização do acetato de celulose por determinação do seu grau de substituição (GS) leva ao número médio de grupos OH esterificados com grupos acetila por unidade de anidroglicose da celulose, cujo valor varia de 0, para a celulose, até três, para o triacetato de celulose. Deste modo, o valor encontrado confirma a modificação química da celulose da casca de café e caracteriza o material como um diacetato de celulose.

Produção e caracterização dos filmes

Os filmes foram produzidos pela técnica de *casting* da solução obtida pela dissolução do acetato de celulose em acetona. A figura 1 apresenta o processo de produção do filme.

Figura 1- Produção dos filmes de acetato de celulose



Fonte: Próprio autor

Na caracterização por biodegradação, a Figura 2 mostra o aspecto visual dos filmes, após 60 dias de ensaio, em que já pode ser observado início de deterioração dos filmes.

Figura 2- Aspecto visual dos filmes após 60 dias do ensaio de biodegradação no solo: (1) AC 5% OE (2) AC 10% OE (3) Ac Puro.

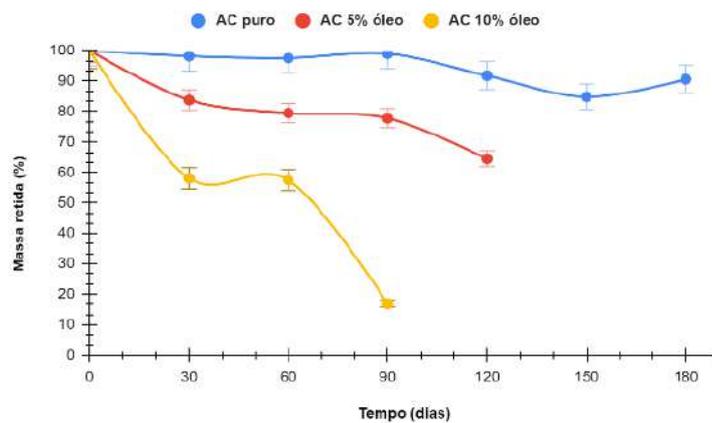


Fonte: Próprio autor

A Figura 3 apresenta o gráfico da variação de massa com o tempo para os filmes. Analisando os dados, os filmes puros, apresentaram uma redução de massa a partir dos primeiros meses, alcançando um valor de 15,19% de perda no quinto mês. Para os filmes contendo a incorporação do OE-PP, pode-se observar quedas acentuadas de massa retida desde o primeiro

mês, chegando alcançar 77,77% de massa retida para os filmes contendo 5% de óleo ainda no terceiro mês de análise e 16,87% para os contendo 10% de óleo. Entretanto, para estes últimos as análises foram afetadas pela extrema fragilidade dos filmes, que ao serem retirados do solo já se encontravam quebradiços e bem deteriorados.

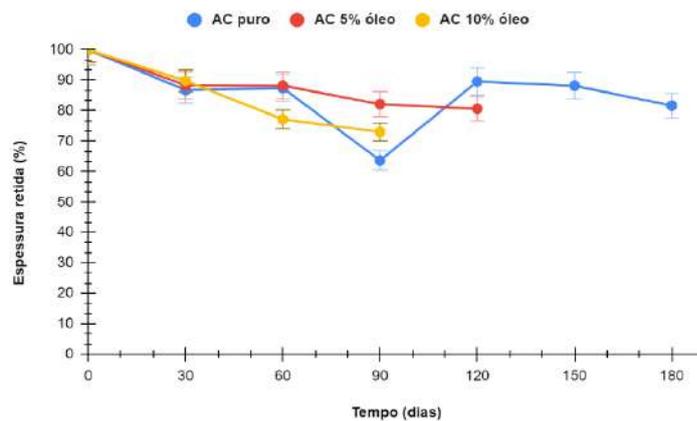
Figura 3 - Variação de massa retida com o tempo para os filmes no ensaio de biodegradação em solo



Fonte: Próprio autor

859

Figura 4 - Variação percentual da espessura retida dos filmes estudados no ensaio de biodegradação em solo



Fonte: Próprio autor

Pelos resultados apresentados, pode-se observar que a espessura retida teve uma tendência a sofrer redução para os três tipos de filme, apresentando resultados próximos, porém não se observou grandes perdas na espessura como ocorreu com a massa retida. Esta análise de espessura é uma medida que pode sofrer grande alteração devido a presença de fibra, matéria orgânica que se deposita nos filmes, mudança na superfície por formação de fissuras e rugas e pelo contato com o solo. Mesmo assim, os resultados apontaram que a presença da incorporação de óleo essencial nos filmes, fez com que a espessura tivesse uma redução um pouco maior que nos filmes puros, além de tornar os filmes mais frágeis e quebradiços com passar do tempo de análise, destacando mais uma vez a eficiência da incorporação de óleo essencial para acelerar o processo de biodegradação dos filmes produzidos a partir do acetato de celulose proveniente da casca de café.

Na análise de atividade antioxidante, o método consiste em avaliar a capacidade antioxidante via atividade sequestradora do radical livre DPPH, que possui coloração púrpura. Pela ação antioxidante, o DPPH é reduzido e sua coloração se torna amarelada com consequente redução de absorção na região do visível. O filme puro (AC puro) apresentou um percentual de atividade sequestrante de $47,41 \pm 1,14\%$, que foi intensificado pela incorporação do OE-PP. Os filmes AC 5% e AC 10% apresentaram atividade sequestrante de $63,41 \pm 3,13\%$ e $69,30 \pm 1,08\%$, respectivamente.

De acordo com El Fawal *et.al.*, 2019, mesmo filmes puros de acetato de celulose apresentam atividade antioxidante que pode ser atribuída à presença de grupos hidroxilas na estrutura dos polissacarídeos. Além disso, Dizhbite *et al.*, (2004) apresentaram a determinação da atividade antioxidante da lignina e apontaram a mesma como um antioxidante natural. Neste trabalho, de acordo com as caracterizações realizadas inicialmente, a matéria prima utilizada para obtenção do acetato de celulose possui cerca de 22 % de lignina que também pode ser um dos responsáveis pela atividade antioxidante apresentada pelos filmes puros.

A caracterização por determinação da permeabilidade ao vapor de água mostrou que o filme de AC puro apresentou permeabilidade de $1,57 \times 10^{-4} \pm 0,07 \text{ cm}^2/\text{s}$. O filme AC 5%, não apresentou diferença significativa de permeabilidade de $1,59 \pm 0,20 \text{ cm}^2/\text{s}$ em relação ao filme AC puro. O filme AC 10% apresentou permeabilidade de $2,27 \pm 0,29 \text{ cm}^2/\text{s}$ mostrando que a adição de uma porcentagem maior de OE, levou à formação de filmes mais permeáveis ao vapor de água. A adição do óleo pode ser a responsável pela formação de uma estrutura mais porosa, ao longo da espessura dos filmes, que favorece a permeação. Uma vez que no ensaio de atividade antioxidante, a quantidade de 5% de óleo essencial já apresenta resultados, pode-se dizer que é possível incorporar o óleo aos filmes em proporções adequadas para diferentes tipos de aplicação em que características antioxidantes e de menor permeabilidade sejam desejadas para o armazenamento de determinados produtos.

Conclusão

A partir dos dados apresentados, foi possível obter um filme de acetato de celulose a partir da casca de café com características importantes para estudos de aplicação em embalagem de alimentos. Os resultados mostraram que os filmes AC10%OE apresentaram 69,3% de atividade sequestrante frente ao DPPH, que é um indício da capacidade de atuar no impedimento das reações de oxidação e deterioração, se utilizado como embalagem alimentícia. Na permeabilidade ao vapor de água o filme AC10%OE apresentou um valor de $2,27 \pm 0,29 \text{ cm}^2/\text{s}$, que representa um aumento de 44% na permeabilidade em comparação ao filme puro e AC5%. Quanto à biodegradação em solo, no período de 180 dias, os filmes incorporados com óleo apresentaram perda de massa superior ao filme puro e não puderam ser pesados devido à alta fragilidade no fim do período.

Referências

AMARAL, Heliane R.; CIPRIANO, Daniel F.; SANTOS, Mayara Santos S.; SCETTINO Miguel A.; FERRETI, João Vitor T.; MEIRELES, Carla da S.; PEREIRA, Vanessa S.; CUNHA Alfredo G.; EMMERICH Francisco G.; FREITAS, Jair C. C. **Production of high-purity cellulose, cellulose acetate and cellulose-silica composite from babassu coconut shells.** Carbohydrate Polymers, v.210, p.127-134, 2019.

ARCHANA M. D.; ALI, A. A.; HAZARIKA, M.P. **Synthesis and characterization of cellulose acetate from rice husk: Eco-friendly condition.** Carbohydrate Polymers, v.112, p. 342–349, 2014.

BOTRE, Diego A.; SOARES, Nilda de Fatima F.; ESPITIA, Paula Judith P.; SOUSA, Solange.; RENHE, Isis Rodrigues T. Avaliação de filme incorporado com óleo essencial de orégano para conservação de pizza pronta Revista Ceres, v. 57, n.3, p. 283-291, mai/jun, 2010.

CANDIDO, Rafael G.; GODOY, Guilherme G.; GONÇALVES, Adilson R. **Characterization and application of cellulose acetate synthesized from sugarcane bagasse.** Carbohydrate Polymers, v.167, p.280–289, 2017.

CAO, Leichang; LUO, Gang; TSANG, Daniel C.W.; CHEN, Huiui; ZHANG, Shicheng; CHEN, Jianmin. **A novel process for obtaining high quality cellulose acetate from green landscaping waste.** Journal of Cleaner Production, v.176, p. 338-347, 2018.

CARNEVALLIA, Denise B.; ARAÚJO, Ana Paula S. **Atividade Biológica da Pimenta Preta (*Piper nigrum L.*): Revisão de Literatura.** UNICIÊNCIAS, v. 17, n. 1, p. 41-46, Dez. 2013.

CERQUEIRA, Daniel A.; RODRIGUES Filho G.; CARVALHO Rui A.; VALENTE Artur J.M. **Caracterização de acetato de celulose obtido a partir do bagaço de cana-de-açúcar por 1H- RMN.** Polímeros, v. 20, n. 2, p. 85-91, 2010.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de café,** Brasília, DF, v. 10, n. 3 terceiro levantamento, Setembro 2023.

DAS, Archana M.; ALI, Abdul A.; HAZARIKA, Manash P. **Synthesis and characterization of cellulose acetate from rice husk: Eco-friendly condition.** Carbohydrate Polymers, v.112, p.342-349, 2014.

DEL RÉ, P.V.; JORGE, N. **Especiarias como antioxidantes naturais: aplicações em alimentos e implicação na saúde.** Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, Botucatu, v.14, n.2, p.389-399, 2012.

DIZHBITE, Tatiana; TELYSHEVA, Galina; JURKJANE, Vilhelmina; VIESTURS, Uldis. **Characterization of the radical scavenging activity of lignins – natural antioxidants.** Bioresource Technology, 2004. v. 95, n. 3, p. 309-317.

EL FAWAL, Gomaa F.; OMER, Ahmed M.; TAMER, Tamer M. **Evaluation of antimicrobial and antioxidant activities for cellulose acetate films incorporated with Rosemary and Aloe Vera essential oils.** Journal of Food Science and Technology, v. 56, p. 1510-1518, 2019.

HABERT, Alberto C.; BORGES, Cristiano P.; NOBREGA, Ronaldo. **Processos de Separação por Membranas.** Rio de Janeiro: e-papers, 2006.

PARRA-POVEDA, Angela R.; MOREIRA Ivan.; FURLAN Antonio Claudio.; PAIANO Diovani.; SCHERER Carina.; CARVALHO Paulo Levi O. **Utilização da casca de café na alimentação de suínos nas fases de crescimento e terminação.** Revista Brasileira de Zootecnia, v.37, n.3, p.433-442, 2008.

MEIRELES, Carla da S.; RODRIGUES FILHO, Guimes; FERREIRA Jr, Moacir.; CERQUEIRA, Daniel A.; RIBEIRO, Elaine A.; POLETTO, Patricia; ZENI, Mara. **Characterization of asymmetric membranes of cellulose acetate from biomass: Newspaper and mango seed.** Carbohydrate Polymers 80, 954-961, 2010

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

MELO, Adriane Alexandre M. **Efeito de filme ativo incorporado com óleo essencial de alecrim (*Rosmarinus officinalis L*) na conservação de carne de frango resfriada.** Orientador: Dr. Robson Maia Geraldine. 2010. 68 f. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiania, 2010.

MORAIS, João Paulo S.; ROSA, Morsyleide F.; MARCONCINI, José M. **Procedimentos para análise lignocelulósica.** EMBRAPA: Algodão, Campina Grande, 2010.

MORELLI F. C. **Nanocompósito de pp/pp-g-am/argilaorganofílica: processamento, propriedades mecânicas, termo-mecânicas e de permeação de gás.** Orientador: Dr. Adhemar Colla Ruvolo Filho. 2009. 142f. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Química, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

OLIVEIRA, Alane C.; VALENTIM, Iara B.; GOULART, Marília Oliveira F.; SILVA, Cícero A.; BECHARA, Etelvino José H.; TREVISAN, Maria Teresa S. **Fontes vegetais naturais de antioxidantes.** Química Nova, vol. 32, n. 3, p. 689-702, 2009.

UGALDE, Mariane L. **Biofilmes ativos com incorporação de óleos essenciais.** Orientadora: Dra. Geciane Toniazzo Backes. 2014. 168 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim-RS, 2014.

863



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

A CONVIVIALIDADE NO USO E APROPRIAÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES NA REGIÃO DO ANHANDUIZINHO EM CAMPO GRANDE/MS, BRASIL

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho¹
Cleonice Alexandre Le Bourlegat²
Felipe Buller Bertuzzi³
Juliana de Mendonça Casadei⁴
Luidy Sant' Anna Hermógenes⁵

Introdução

O desenvolvimento urbano em ritmo acelerado, experimentado nas últimas décadas, acentuou a necessidade da população em acessar espaços de convívio e interação. Apesar de tal fato ser bastante discutido nos dias atuais, esse fenômeno ocorre desde a segunda metade do século XVIII, com o deslocamento de pessoas do campo para as cidades e a intensa urbanização decorrente. Essa dinâmica revela a relação entre a ausência ou ineficácia do planejamento urbano e a desigualdade social proporcionada no tecido urbano. Como consequência, a população faz uso distintamente das cidades, considerando a fruição, a beleza e o encanto dos locais de encontro (Lefebvre, 1991).

Neste sentido, os espaços de convívio e interação são estratégicos nas cidades. A ideia de parque urbano está ligada à necessidade do lazer como recuperação das energias (psicológica e física), à importância do encontro social e do contato com a natureza (MOHR, 2003).

Por sua vez, Tuan (2012) entende que a convivialidade se baseia na permissão do usuário do ambiente em absorver conhecimento pela percepção do ambiente em si, compreendendo as mensagens do espaço criando diferentes visões e perspectivas do mundo. Visando assim o desenvolvimento sustentável em seu sentido amplo, o tema em questão não está restrito somente aos ensinamentos do renomado autor acima citado. Similarmente, marcou presença entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estando especificamente no objetivo de número 11, que estabelece que as cidades devem garantir “o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes”. O objetivo vai ainda mais além, quando evidencia que

864

¹ Doutora em Ciências Sociais. Docente na UCDB. E-mail: dprcoutinho@gmail.com

² Doutora em Geografia. Docente na UCDB. E-mail: clebourlegat@ucdb.br

³ Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Doutorando na UCDB. E-mail: arq.felipebertuzzi@gmail.com

⁴ Mestre em Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos. Doutoranda na UCDB. E-mail: ju.casadei@gmail.com

⁵ Graduando em Direito na UCDB. E-mail: ra183063@ucdb.br

referidos espaços devem ser direcionados em particular a mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência, até o ano de 2030 (ONU, 2015).

Entende-se assim que as análises devem se voltar à necessidade de solucionar os problemas urbanos atuais, dentre eles a busca pela sustentabilidade urbana, a manutenção dos recursos comuns e a busca por espaços inclusivos (SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011). A convivialidade nos espaços públicos se constrói com base nas conexões estabelecidas das pessoas entre si e destas com o ambiente, num processo de acolhimento coletivo e bem-estar humano (IAU, 2019). O relacionamento entre diversas partes interessadas pode propiciar uma governança colaborativa que busque soluções para os problemas existentes, de modo que os benefícios galgados são coletivos (RAMOS, 2016).

O presente trabalho integra o Projeto “Dinâmicas dos ecossistemas de inovação na construção dos territórios inteligentes”, do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, cujo propósito é analisar em diversos contextos a maneira como vêm se manifestando os processos que propiciam a origem dos ecossistemas de inovação na construção de territórios inteligentes, bem como, a sustentabilidade de seus impactos em várias dimensões, com enfoque na ativação dos espaços públicos e na melhoria na qualidade de vida. O contexto de análise é o município de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, Brasil, elegendo-se a região mais populosa da cidade e que concentra indicadores socioeconômicos desfavoráveis: a Região do Anhanduizinho.

Objetivo

O objetivo do trabalho é analisar a oferta de praças e parques e as condições de uso e apropriação comunitária no Anhanduizinho, uma das sete regiões urbanas em que se divide Campo Grande/MS, numa abordagem de convivialidade. Além disso, buscou-se identificar a configuração espacial do entorno do Córrego Lageado, com vistas a implantação de um parque linear nas suas margens, assim como interpretar as demandas de uso e apropriação deste espaço na visão dos potenciais usuários e partes interessadas em seu desenvolvimento.

Metodologia, materiais e métodos

A presente pesquisa é de natureza exploratória, descritiva, qualitativa e contextual. Portanto, foca-se na compreensão aprofundada do fenômeno em estudo, a partir dos sujeitos da pesquisa e da apreciação dos dados levantados e obtidos, analisando qualitativamente a percepção dos participantes sobre a oferta de espaços de lazer e convívio, levando em conta o contexto histórico e territorial.

Para tanto, foram realizadas incursões de campo com o registro de fotografias, revisão de documentos e fontes bibliográficas e a aplicação de questionários. Os resultados obtidos

evidenciam a realidade da região a fim de promover a igualdade social através de ações efetivas que possam ser desenvolvidas pelo poder público.

O objeto de investigação é a Região do Anhanduizinho, cortada em seu centro pelo Córrego Lageado que a percorre no sentido leste-oeste, provocando uma barreira natural que a divide consequentemente no sentido norte-sul. Os bairros na porção sul em relação ao córrego, e, portanto, mais periféricos e distantes em relação ao centro da cidade, são mais desfavorecidos de infraestrutura urbana, reunindo indicadores sociais, econômicos e ambientais que revelam um quadro de atenção.

A relação entre os usuários e deles com o entorno do objeto da pesquisa foram analisados a partir de técnicas de observação, registros de fotografias e aplicação de questionários (RHEINGANTZ et al., 2009), possuindo como objetivo analisar a atual demanda da população em relação a infraestrutura local, a ausência de instalações físicas, bem como as oportunidades que o espaço poderá proporcionar à comunidade local nos âmbitos social, ambiental e cultural. Já para a interpretação das falas e percepções dos sujeitos foi utilizada ferramenta qualitativa considerada a mais adequada para as condições e situação detectada, neste caso, a partir de questionários.

Resultados finais

Quando se trata de parques públicos no perímetro urbano diversos benefícios podem ser obtidos, dentre os principais estão a preservação dos córregos, uma vez que são grandemente prejudicados com o avanço de construções, sofrendo com os processos como canalização, poluição ou outras alterações antrópicas. A flora e a fauna também são beneficiadas com a existência desses equipamentos, pois quando presentes possuem a função de abrigo de espécies vegetais e de animais. Segundo Pereira (2013), a função estética de espaços públicos se tratando de parques pode proporcionar admiração e inspiração, fato existente dos tempos do Brasil Império, época em que os nobres tinham suas casas permeadas por parques. Assim, entende-se que há uma relação de benefício mútuo entre os usuários e a natureza, tendo em vista que sua preservação através de parques públicos pode possibilitar a contemplação do meio ambiente, surgindo a convivialidade.

O crescimento de áreas urbanas no último século intensificou a necessidade de surgimento de espaços com áreas arborizadas que promovam a melhoria de vida humana (CHOAY, 1965; LECUYER, 1986; RONCAYOLO, 1989; RODRIGUES, 2015; SOUZA; SILVA, 2017). Dentre as potencialidades advindas dos espaços públicos está a recreação, o seu papel como estruturador na forma urbana e as funções de contemplação e estética. Além disso, esses locais também propiciam condições educacionais, ecológicas e culturais (BALZA, 1998; SCOCUGLIA, 2009; SILVA E PASQUALETTO, 2013). Ao abordarmos o conceito de espaço público devemos levar em consideração a premissa de espaço aberto à sociedade, ocupando um

papel de interação entre usuários. Tais equipamentos possuem grande importância no equilíbrio das cidades, principalmente os densos com áreas verdes, uma vez que seus benefícios vão desde a recreação até a redução da poluição (FERREIRA, SILVA & LAMANO-FERREIRA, 2014). A interação das pessoas que habitam principalmente em grandes centros urbanos, é proporcionada pelos parques urbanos que são entendidos como fragmentos da natureza no meio urbano. Os benefícios de modo geral não se limitam somente a recreação e lazer, pois também influenciam na redução da poluição e das ilhas de calor sendo capaz de sustentar ecossistemas e melhorar a qualidade de vida urbana (FERREIRA, SILVA, PEREIRA & LAMANO-FERREIRA, 2014).

O higienismo, movimento iniciado no século XVIII, preocupou-se com a saúde da sociedade, assim defendendo que parques públicos com ajardinados nas cidades poderiam promover um modo de vida saudável para os usuários. O espaço público teria, portanto, o poder de mudar o ambiente como um todo. Desta forma, observamos a importância do lazer na vida em sociedade.

Oportuno mencionar que no ordenamento jurídico brasileiro, o direito ao lazer está previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, sendo considerado um direito social assegurado a todos os cidadãos, observado o princípio da dignidade da pessoa humana (CRFB/1988). Em uma interpretação extensiva da norma, o legislador também esboça sua preocupação com tal direito quando trata de igualdade, o termo mais citado na Constituição. Marcando presença no art. 5º, inciso I da CRFB/1988, temos a igualdade formal que sempre será acompanhada da igualdade material, que também é conhecida como igualdade Aristotélica. Ou seja, tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual na medida de sua desigualdade. No campo do Direito do Trabalho, o direito ao lazer aparece implicitamente na limitação de horas de trabalho, sendo obrigatório o respeito ao intervalo de 11 horas entre duas jornadas de trabalho, conforme art. 66 da CLT. Já em um âmbito mais amplo, o direito ao lazer tem presença na Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), com a premissa de que todo ser humano tem direito a lazer, repouso, limitação de horas de trabalho e férias.

Além do campo propriamente social, a potencialidade dos espaços públicos dentre os vários segmentos que compõem a sociedade pode influenciar de sobremaneira, no incremento do setor imobiliário (DUARTE, 2014). Tais construções auxiliam no processo de valorização da região em que estão inseridas, agregando valor aos imóveis com localização próxima a tais equipamentos. Também é significativa a criação de empregos viabilizada desde a construção desses espaços até o seu momento de sua manutenção, atingindo assim vários setores da comunidade. São, portanto, instrumentos que promovem a cidadania de forma democrática (USER, 2015). Essa cidadania, é promovida por meio das relações que ali são construídas, entre as pessoas que fazem o uso do lugar com o ambiente, trata-se um processo de acolhimento humano, em que o fortalecimento de vínculo é essencial para o entendimento da preservação do meio ambiente.

Segundo Milhaescu (2010), ao chegarmos a este ponto de pertencimento com o ambiente, o lugar se torna mais que um espaço público, pois iremos trazer conosco a responsabilidade de cuidado. É criado em nossa consciência um pensamento de preservação do ambiente. Deste modo, os espaços públicos podem ser considerados microcosmos sociais que assumem funções distintas no tocante às formas de uso e apropriação (NIEMEYER, 2015). A recreação está entre as potencialidades proporcionadas; além disso, as funções de contemplação e de estética também tem o papel de estruturar toda essa cadeia que percorre tanto o campo educacional como cultural. Por fim, saúde, bem-estar, segurança e educação são igualmente envolvidos positivamente por espaços de convívio.

A região estudada no presente trabalho encontra-se na cidade de Campo Grande/MS, localizada no centro-oeste brasileiro. No ano de 2022, foi reconhecida pela FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), como uma das cidades mais arborizadas do mundo. Para fins de planejamento, Campo Grande divide-se em sete regiões urbanas: Segredo, Imbirussu, Prosa, Centro, Lagoa, Bandeira e Anhanduizinho.

A Região do Anhanduizinho é a mais populosa, com 224 mil habitantes. Ao mesmo tempo, possui a menor renda per capita da cidade. É dividida pelo Córrego Lageado no sentido leste-oeste. Nota-se na Figura 1 que o Córrego possui uma considerável extensão de percurso na região, totalizando aproximadamente 6,6 quilômetros do ponto de início até desaguar no Rio Anhanduí. Assim, o corpo hídrico divide a região e exerce papel de barreira para a interligação com os demais bairros da cidade.

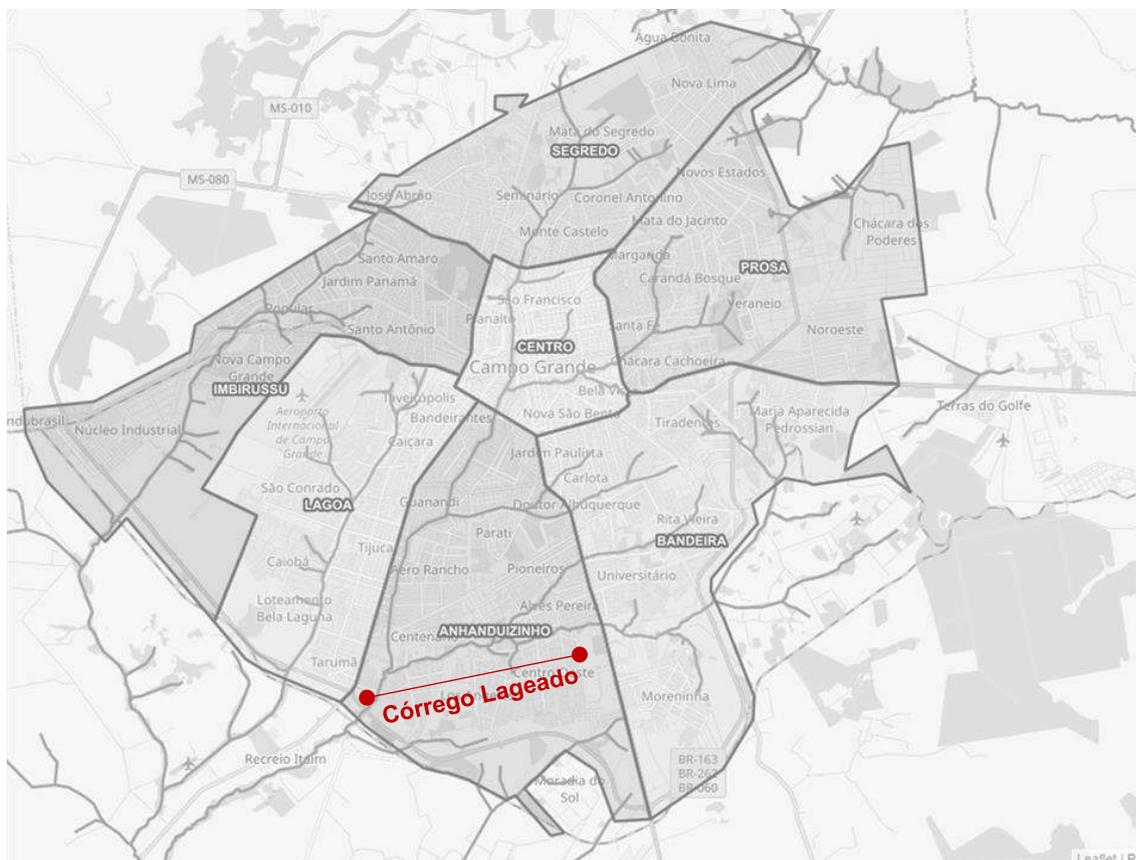


Figura 1 Regiões urbanas de Campo Grande/MS e a hidrografia da cidade
 Fonte: Sisgran – World View Urbano, 2019 (modificado pelos autores)

Os bairros que estão localizados mais ao sul da região, após o Córrego Lageado, sofrem com a falta de saneamento básico, pavimentação asfáltica, equipamentos de saúde e educação, bem como espaços públicos para desenvolvimento de atividades de lazer. Como reflexo sistêmico, esses mesmos bairros possuem maiores índices de exclusão social, considerando indicadores relacionados ao padrão de vida digno e ao bem estar material, a alfabetização e a escolaridade, e ao risco juvenil (SAUER; CAMPELO; CAPILLÉ, 2012), conforme se verifica na Figura 2.

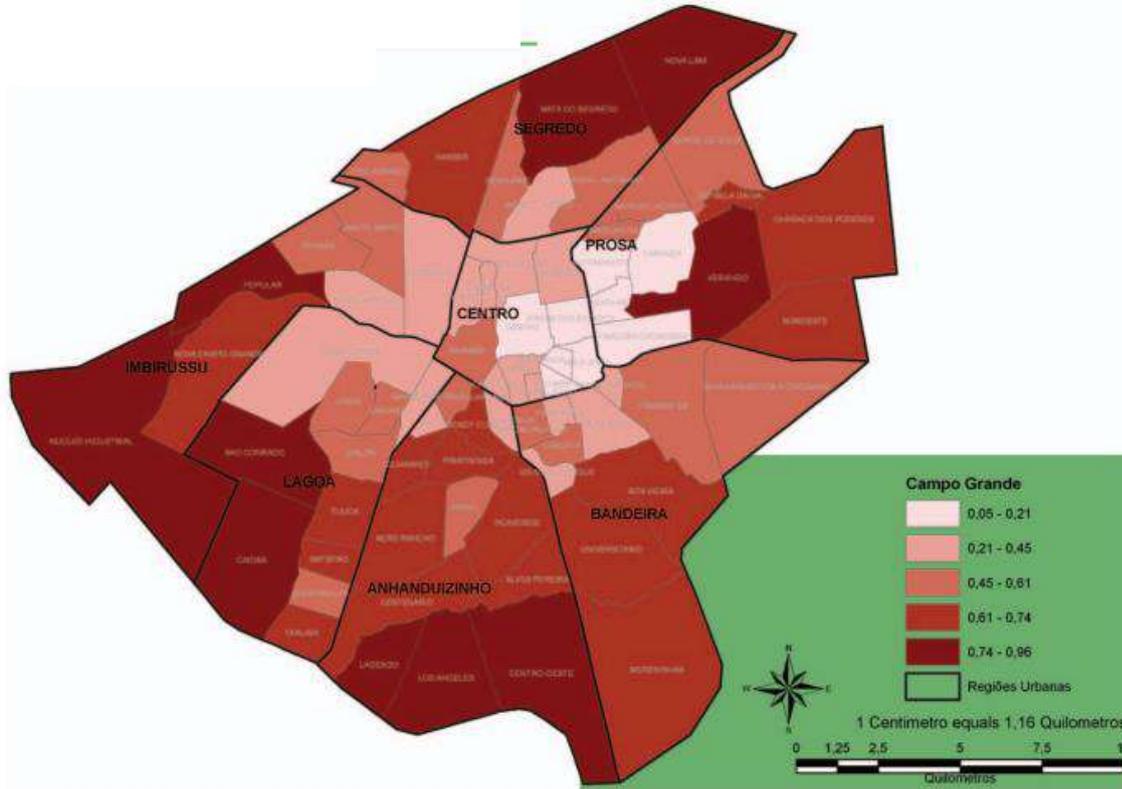
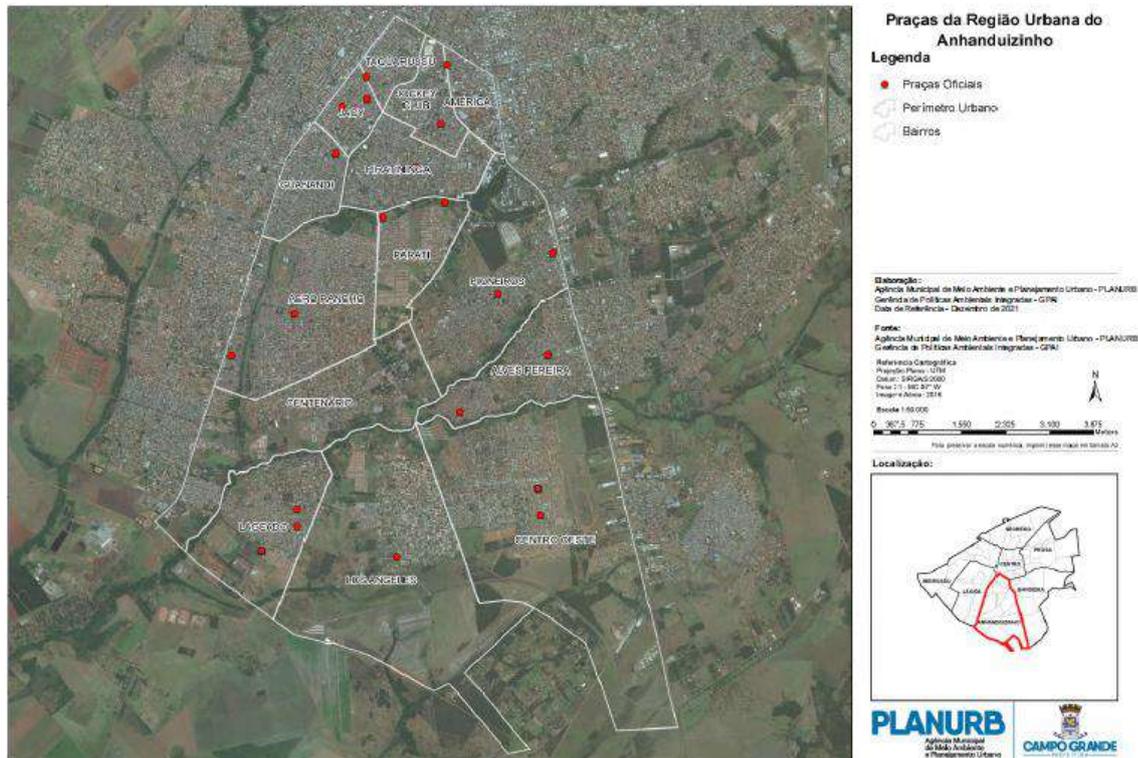


Figura 2 Mapeamento dos índices de exclusão social em Campo Grande/MS
 Fonte: SAUER, CAMPELO E CAPILLÉ (2012)

O objeto de estudo possui uma grande extensão territorial e foi observada a carência de equipamentos públicos na região, fator que contribuiu para a dificuldade de interação desta com o restante da cidade. Na escuta da população em 2022, em razão da elaboração do orçamento participativo, foi eleito dentre a comunidade a construção de praças como item prioritário, sobrepondo a outras demandas normalmente concorridas, como solicitação de infraestrutura como pavimentação asfáltica ou outras (CAMPO GRANDE, 2022), revelando essa demanda reprimida e a ausência de instrumentos que promovam a efetivação da convivialidade na região. No mesmo orçamento, foi solicitada a construção de pontes, para promover a interligação entre os bairros no Córrego Lageado. Interação esta que pode ser viabilizada por meio da construção de um parque linear urbano utilizando o córrego como cerne de sua criação, o mesmo que hoje tem papel de dificultar essa ligação, atuaria como fio condutor de desenvolvimento social para

os bairros que a compõem. Na Figura 3 é evidenciada a insuficiência de equipamentos públicos tendo em vista a proporção habitacional dos bairros.



871

Figura 3 Praças oficiais na Região Urbana do Anhanduizinho
 Fonte: PLANURB (2021)

No bairro mais ao sul, é possível identificar somente uma praça. Também foi verificada uma quantidade considerável de massa verde vegetada em todo o corpo do objeto de estudo, entretanto, estas se constituem nas Áreas de Preservação Permanente (APP), preservadas para assegurar, dentre outras funções, a qualidade ambiental dos corpos hídricos. As áreas em questão são protegidas por lei, portanto, fechadas ao uso público, dificultando ainda mais o acesso da população ao lazer.

Em visita técnica realizada foi possível identificar ao entorno do Córrego Lageado, ocupações irregulares em um número considerável. Tal realidade influencia negativamente na qualidade da água, uma vez que fossas sépticas foram construídas próximas ao Córrego, devido à falta de saneamento básico. Além disso, é grande a quantidade de resíduos sólidos (garrafas, sacolas

plásticas, pedaços de isopor, sapatos, entre outros), encontrados em uma curta caminhada ao lado do Córrego. Também foi observada a presença de espécies invasoras, comprometendo a integridade do ambiente natural de mata ciliar.



872

Figura 4 Condições das áreas ao entorno do Córrego Lageado
Fonte: autores (2023)

Nota-se que grande parte das vias não possuem pavimentação asfáltica, de modo especial, os bairros mais ao sul da região, desta maneira, o acesso às principais vias da cidade fica extremamente prejudicado. Os bairros mais centralizados na região estão há uma distância mínima de quatro quilômetros das principais vias de acesso ao centro da cidade: Avenida Gury Marques e Gunter-Hans. Em estudo realizado no ano de 2021 (SUGEPE, 2021), foi analisado

o número de Instituições de Desenvolvimento Econômico o qual se mostrou insuficiente, justificando assim a mesma ser enquadrada como uma região dormitório, ou seja, grande parte da população trabalha em outras regiões da cidade. O deslocamento para o trabalho torna-se dificultoso, pois grande parcela da população faz o uso de transporte público e os terminais de ônibus estão localizados nos extremos da região.

A interpretação das demandas de uso e apropriação do espaço na visão dos potenciais usuários foi levantada através de questionário semiestruturado, ao todo 63 pessoas participaram. A pesquisa foi totalmente voluntária e anônima. No tocante aos modos de uso do espaço ao entorno do Córrego Lageado, o resultado da pesquisa se mostrou bastante diversificado quando indagado qual era o modo de interação social, ou seja, em quais espaços eram criados vínculos afetivos (Figura 5).

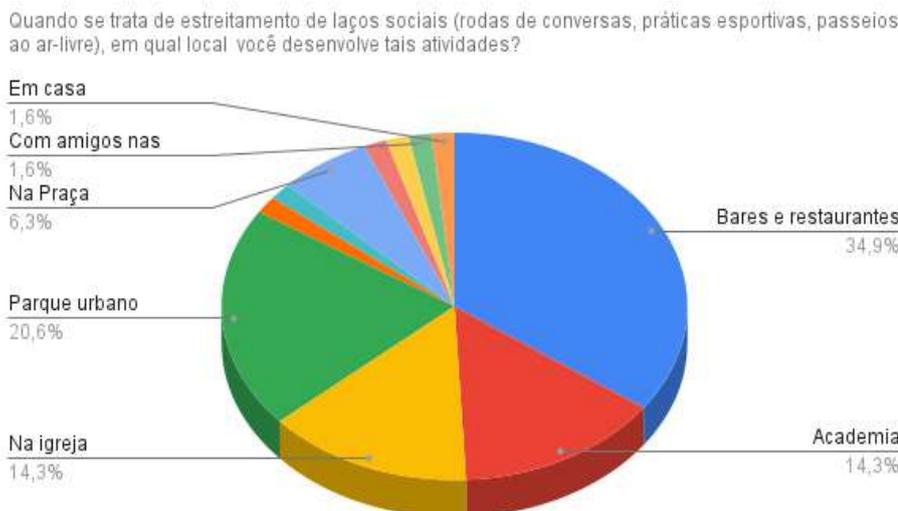
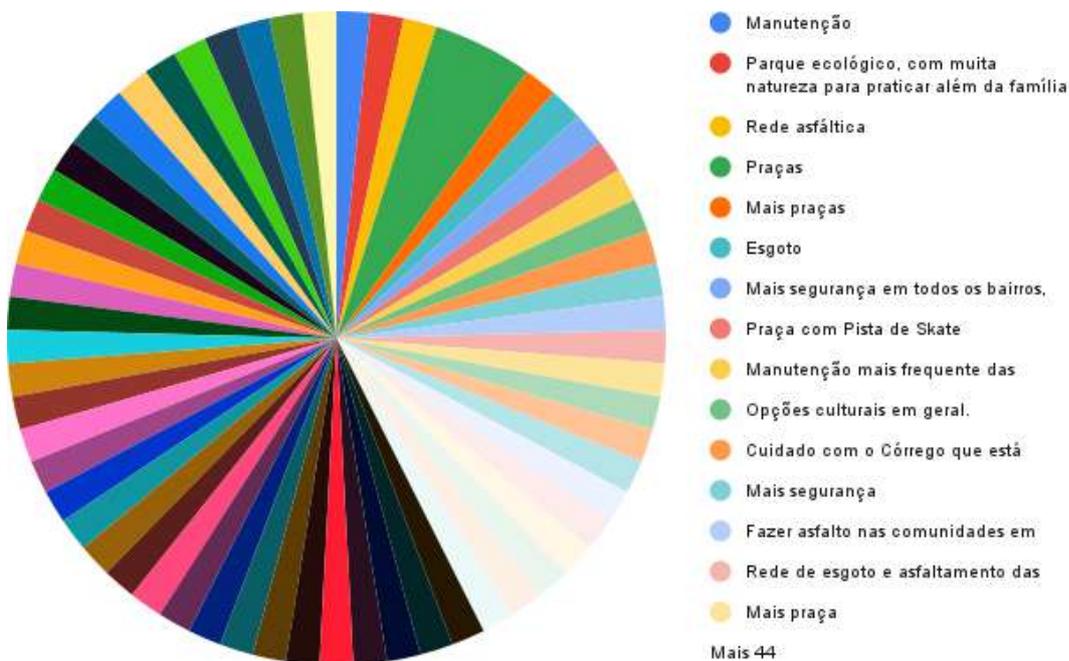


Figura 5 Locais de convívio da população
Fonte: autores (2023)

Percebe-se que grande parte dos entrevistados opta por criar laços interpessoais em bares e restaurantes, dado que demonstra a ausência de espaços públicos de convivência que proporcionem a recreação e contemplação. Em segundo lugar o termo parque urbano foi o mais citado, importante mencionar que também foi perguntado sobre o local (nome da praça ou do parque), em que tais atividades eram realizadas. Assim, apurou-se que muitos usuários fazem o uso de equipamentos localizados em bairros mais próximos à região central da cidade, haja vista a falta de estrutura na região em que moram.

Quando perguntado sobre qual seria a real necessidade de melhoria a ser implantada na região ao entorno do objeto de estudo, tendo em vista a potencialidade de desenvolvimento da região, as respostas confirmaram o que foi analisado durante todo o desenrolar do projeto de pesquisa: a carência de saneamento básico, rede asfáltica e a falta de espaços de lazer e convívio (Figura 6).



874

Figura 6 Principais demandas por melhoria na região
Fonte: autores (2023)

Também foram observados questionamentos acerca da qualidade do transporte público na região como já citado anteriormente. O realocamento dos moradores que atualmente estão residindo em áreas irregulares também foi colocado em questão. Sendo que chamou atenção na pesquisa que os moradores possuem conhecimento da existência de espaços vazios que poderiam ser utilizados para o lazer, sugerindo assim a utilização dos mesmos para construção de espaços de convívio.

Sobre o questionamento da criação de um parque urbano ao entorno do Córrego Lageado, a maioria dos entrevistados responderam considerar a proposta significativa (Figura 7). Deve-se

levar em consideração que a existência de um parque urbano na região irá proporcionar grande desenvolvimento de oportunidades na região.

A existência de um parque urbano ao entorno do Córrego Lageado, contribuiria para atividades de lazer?

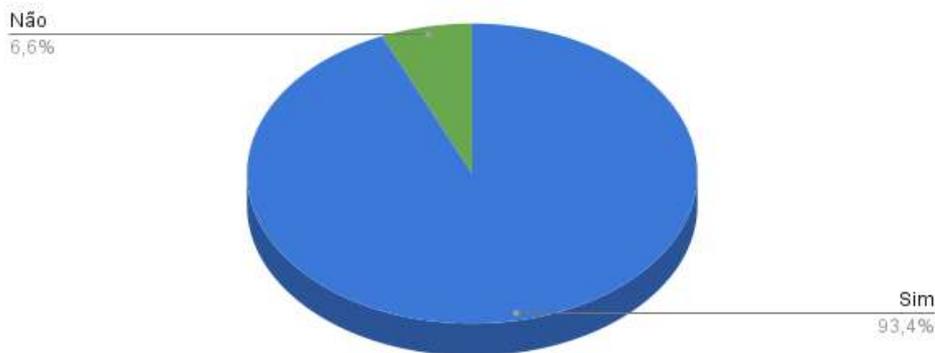


Figura 7 Opinião sobre a construção de um parque linear às margens do Córrego Lageado
Fonte: autores (2023)

875

Conclusão

A partir da pesquisa desenvolvida foi possível caracterizar as condições sociais, econômicas e ambientais deficitárias da região objeto de estudo, identificando que esta região possui também pouca oferta de praças e parques, espaços fundamentais para a promoção do lazer e do convívio entre as pessoas.

Ao mesmo tempo em que um curso hídrico promove um obstáculo natural à interligação entre os bairros da região, marcadamente acentuando a linha que separa os bairros mais excluídos da cidade, este elemento é vislumbrado em sua potencialidade para projeção de um parque linear. A implantação de um parque linear ao entorno do Córrego Lageado é percebida pela população local como uma alternativa, respondendo positivamente a demanda por áreas de convívio e lazer, além de contribuir com a interação da região às demais áreas da cidade.

Ademais, a construção de um parque pode contribuir para a preservação do meio ambiente, a realocação de moradias em áreas de risco de inundação, e o incremento do setor imobiliário local, atraindo investimentos financeiros dos mais variados setores. Atividades culturais e

esportivas poderão ser desenvolvidas ao longo de todo o equipamento, contribuindo assim na formação cultural, saúde e qualidade de vida da população.

Referências

Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – PLANURB. Diagnóstico de praças oficiais do município de Campo Grande – MS. 2. ed. Campo Grande: PLANURB, 2021.

BALZA, Sergio León. Conceitos sobre o espaço público, gestão de projetos e lógica social: reflexões sobre a experiência chilena. **Eure (santiago)**, Santiago de Chile, v. 24, n. 71, p.27-36, mar. 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CAMPO GRANDE. PLANURB. **Orçamento Participativo**. 2022. Disponível em: <https://orcamentocomunitario.campogrande.ms.gov.br/participe/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CHOAY, Françoise. **L'urbanisme, utopies et réalités**: Une anthologie. Paris: Éditions duSeuil, 1965.

DUARTE, Leonardo Bronel. **Ocupação urbana e degradação ambiental na área de preservação permanente do Córrego Prosa em Campo Grande – MS**. 2014. 295 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FERREIRA, Maurício Lemano; SILVA, Jaqueline Luana; PEREIRA, Edna Elisa; LAMANO-FERREIRA, Ana Paula do Nascimento. Litterfall Production and Decomposition in a Fragment of Secondary Atlantic Forest of São Paulo, SP, Southeastern Brazil. **Revista Árvore**, v.38, n.4, Ago. 2014

INSTITUT D'AMÉNAGEMENT ET D'URBANISME – IAU (org.). **Carnet d'inspiration pour des espaces publics conviviaux**. Paris: IAU, 2019.

LECUYER, Bernard. L'hygiène en France avant Pasteur (1750-1850). In: SALOMONBAYET, Claire (sous la direction de). **Pasteur et la révolution pastorienne**. Paris: Payot, 1986.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MILHAESCU, A. I. **Uma abordagem Actor-Network da Convivialidade Urbana:** o caso da reformulação da Avenida dos Aliados. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Porto, Porto, 2010.

MOHR, Udo Silvio. **Os grandes espaços do lazer urbano:** arquitetura dos parques públicos. 2003. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. **Percepção e desempenho ambiental em praças públicas na cidade de Caraguatatuba - SP.** 2015. 174 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

Organização das Nações Unidas – ONU. **Agenda 2030:** os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: http://www.agenda2030.com.br/os_ods/. Acesso em 14 abr. 2023.

PEREIRA, Danielle Abud. **Valores e sentidos atribuídos à paisagem ambiental urbana no Parque Ecológico Olhos D'Água em Brasília-DF.** 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RAMOS, José Maria (ed.). **The City as Commons:** a policy reader. Melbourne: Commons Transition Coalition, 2016.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Azevedo; BRASILEIRO, Alice; ALCÂNTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. **Observando a qualidade do lugar:** Procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: PROARQ, 2009.

RODRIGUES, Frederico Meireles Alves. **Da Especificidade do Parque Português Contemporâneo.** 2015. 340 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Porto, Porto, 2015.

RONCAYOLO, Marcel. Mythes et representations de la ville à partir du XVIII e siècle. **Encyclopedia universalis**, Paris, v.23, p. 660-664, 1989.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavalcanti. O Parc de la Tête d'Or: patrimônio, referência espacial e lugar de sociabilidade. **Vitruvius:** Arqutextos, [s. L.], p.109-110, out. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10,113/20>. Acesso em: 08 set. 2018.

SILVA, Janaína Barbosa; PASQUALETTO, Antônio. O caminho dos parques urbanos brasileiros: da origem ao século XXI. **Estudos**, Goiânia, v. 40, n. 3, p.287-298, jun. 2013.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “Governar os Comuns”**. 2011. 16 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia e Política do Ambiente, Universidade do Porto, Porto, 2011.

SOUZA, Camila Amaro de; SILVA, Mauro Henrique Soares da. Análise da distribuição térmica da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no ano de 2015. **Revista Brasileira de Climatologia**, Curitiba, v.21, p.467-487, jul./dez. 2017.

Subsecretaria de Gestão e Projetos Estratégicos – SUGEPE. **Intervenção Urbanística na Região de Campo Grande**. Campo Grande: SUGEPE, 2021. Disponível em: storymaps.arcgis.com/. Acesso em 01 abr. 2023.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

USER (org.). **Améliorer l'usage des espaces publics dans les villes européennes: Contributions du projet user**. Paris: IAU, 2015.

ASPECTOS ÉTNICO-RACIAIS E HANSENÍASE: A LIMITADA ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS NO MARANHÃO, BRASIL

Kemuel Pinto Marinho¹

Marina Rufino Mariano²

Síria Emerenciana Nepomuceno Borges³

Introdução

Os aspectos étnico-raciais associados à vulnerabilidade social e econômica constituem-se como limitadores do direito à saúde entre os indígenas no Brasil (CHOR; LIMA, 2005), ainda que o modelo de implementação legal de Saúde Indígena seja pautado pelo conceito de atenção diferenciada, ou seja, as ações em saúde devem ser socioculturalmente adaptadas para atender as particularidades culturais, étnicas, epidemiológicas e logísticas, e, assim, realizar um atendimento às comunidades indígenas pelo crivo da equidade e universalidade (GUIMARÃES, 2011; SANTANA, 2019).

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas integra a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as determinações das Leis Orgânicas da Saúde com as da Constituição Federal, que reconhece aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e direitos territoriais e, portanto, garante a essas populações “[...] o acesso à atenção integral à saúde, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde” (BRASIL, 2010, p. 13).

A vulnerabilidade e a questão étnico-racial, foi, portanto, o princípio norteador para a elaboração da Política Nacional de Atenção Nacional à Saúde dos Povos Indígenas. Entretanto, mesmo após mais de 20 anos de sua criação, a situação ainda é problemática. No Maranhão, por exemplo, os dados indicadores de atenção à saúde da mulher e as morbidades em crescimento no Distrito Sanitário Especial Indígena para o ano de 2022 refletem os desafios:

879

¹ Acadêmico do Curso de Fisioterapia pela Faculdade do Centro Maranhense – FCMA/UNICENTRO. E-mail: kemuelmarinho93@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4914-2317>

² Coordenadora do Curso de Fisioterapia da Faculdade do Centro Maranhense – FCMA/UNICENTRO. E-mail: mari.rufi.mr@gmail.com

³ Pesquisadora Colaboradora do Programa de Pesquisa Indígena (PPI/NIPE) da Faculdade do Centro Maranhense – FCMA/UNICENTRO. E-mail: siriaborges@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3541-3247>

[...] a população total do DSEI Maranhão chegou a 41.117 indígenas (até dezembro de 2022), com 1.220 nascimentos ao longo do ano. A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) em 2022, foi de 19.67 por mil nascidos vivos (24 óbitos no período). As principais causas de mortalidade infantil foram: as doenças do aparelho respiratório, as doenças infecciosas e parasitárias. A maioria das mortes em menores de um ano ocorreu por causas evitáveis, como pneumonia, diarreia, desnutrição, desidratação e complicações neonatais.

Considerando as morbidades, destacamos o crescimento das doenças respiratórias como pneumonia e infecções agudas das vias aéreas, síndromes gripais, quadro diarreicos, doenças cardiovasculares e Infecções sexualmente transmissíveis. (RELATÓRIO DSEI/MA, 2022/2023).

Ainda de acordo com os dados do relatório do DSEI/MA (2022/2023), o número anual de óbitos ocorridos no período entre 2018 e 2022 no DSEI Maranhão confirma a gravidade do problema: somente no Polo Barra do Corda foram 354 óbitos que, somados a outros programas de atendimento do DSEI/MA, chegam a 782 óbitos.

Além de reconhecer a importância à saúde associada às características e necessidades étnicas da população indígena, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas elenca como diretrizes um conjunto de parâmetros essenciais para efetivar uma prática de saúde pautada na valorização étnica e cultural, que, dentre outros, cita a “preparação de recursos humanos para atuação em contexto intercultural” (BRASIL, 2002, p. 13) por ser fundamental ao pleno direito à saúde com entendimento dos profissionais aos valores tradicionais dos povos indígenas.

Essa diretriz, em particular, é fundamental para cumprir, respeitando a cultura étnica indígena, a atuação da Equipe Multiprofissional de Saúde Indígena (EMSI), que, segundo o I capítulo do artigo 2º da Portaria nº 1.317 (BRASIL, 2017), corresponde a um conjunto de profissionais responsáveis pela atenção básica à saúde indígena em uma área, sob gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS). E, dentro desse conjunto de profissionais, incluem-se os fisioterapeutas.

Em 2005, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 1.088 de 04/07/05, criou o Núcleo Matricial de Atenção Básica à Saúde indígena que contaria, dependendo da situação epidemiológica, com profissionais de saúde não contemplados na composição mínima das Equipes Multidisciplinares de Saúde (EMSI), tais como nutricionistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, ortopedistas e fisioterapeutas (BRASIL, 2005). Em 2013, na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (BRASIL, 2015) votaram e aprovaram por unanimidade a Moção nº 15, a qual apelava pela implementação das equipes de saúde indígena com o profissional fisioterapeuta junto aos Núcleo de Apoio à Saúde Indígena (NASI). Todavia, ao se analisar o Relatório Situacional do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Maranhão do ano de 2022/2023, constatou-se de uma maneira geral (em todos os programas de atendimento), uma atuação dos fisioterapeutas que pode ser questionada pela quantidade e nível terciário de atendimento.

Ao aproximar o que diz a legislação, a atuação dos fisioterapeutas na saúde indígena e a necessidade de uma adequada formação acadêmica e capacitação para um atendimento intercultural percebe-se uma dissonância entre os direitos legais e a prática, embora a Fisioterapia tenha dentro do seu corpo de formação e atuação profissional o escopo teórico da fisioterapia coletiva e comunitária, que envolve a promoção da saúde e prevenção de doenças na atenção primária (BISPO JUNIOR, 2010; SANTOS; CARVALHO, 2022).

Realizada uma contextualização mais ampla sobre a temática proposta, delimita-se o estudo, de modo a exemplificá-lo, a partir de uma doença, espacialidade e campo acadêmico específico: a hanseníase pela perspectiva fisioterapêutica (SOUSA; CUNHA; BROMERSCHENKEL, 2011) entre os povos indígenas na área da Amazônia Legal Maranhense, especialmente entre os indígenas Canela e Guajajara, respectivamente localizados nos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda.

Ao pontuar esses municípios, vale ressaltar que a hanseníase no Maranhão é histórica. As primeiras descrições de ocorrências de hanseníase datam do período colonial, com o nome morféia (MEIRELES, 1994, p. 207). A partir do final do século XIX, a doença desperta maior interesse sistemático da comunidade médica maranhense, que começa a registrá-la em diversas partes do estado. Brandes (1994) registra no século XIX a presença da hanseníase ao lado de outras doenças na região de Barra do Corda, que, certamente, atingiam as populações indígenas extremamente vulneráveis a doenças desconhecidas antes do contato com o povo europeu: “epidemias como malária (Sezão), a varíola (Alastrim), a hanseníase (Lepra), a tuberculose e muitas outras enfermidades já atacavam as populações” (BRANDES, 1994, p. 57).

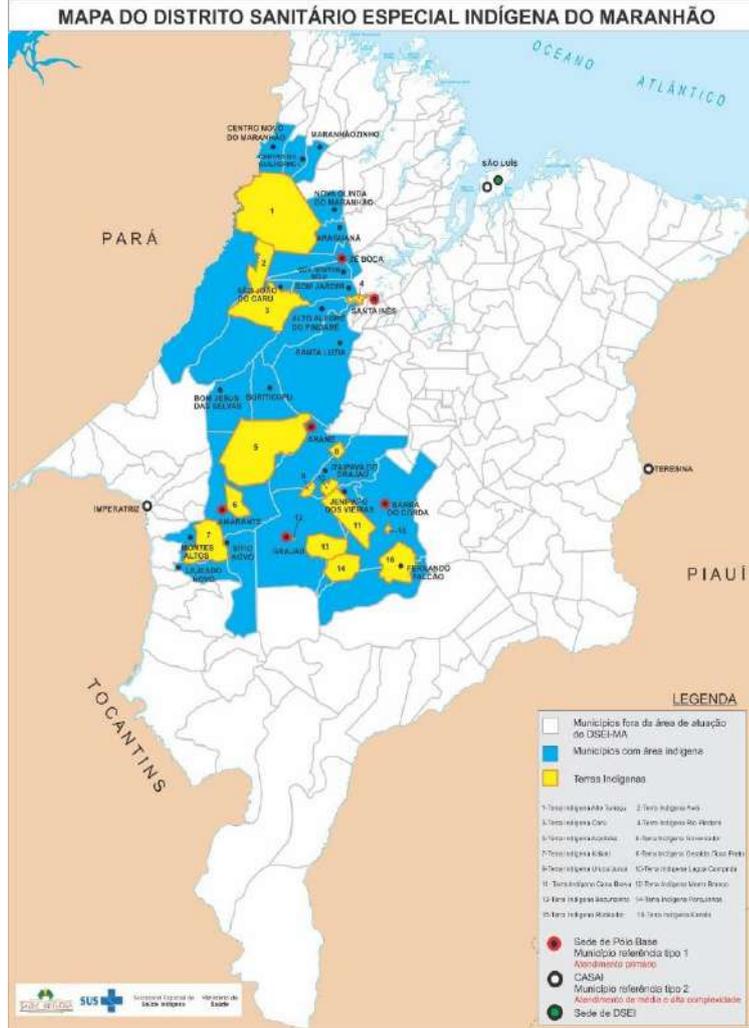
Os povos indígenas selecionados para o estudo integram o Polo Base de Barra do Corda (como demonstrado na Tabela 1 e Mapa 1 – especialmente as TI nº 15 e 16), e são de etnias e culturas distintas, situação que complexifica o debate quanto à relação entre as questões étnicas e processo saúde e doença. O histórico dessas populações na região foi marcado por conflitos violentos com a população não indígena e de grande debilidade na saúde (PIB, S/D).

Tabela 1. População indígena do Polo Base de Barra do Corda

POPULAÇÃO INDÍGENA			
Polo Base	Nº de Aldeias	População	Distância da sede do DSEI/MA
Barra do Corda	109	11.119	439 km

Fonte: Relatório Situacional do Distrito Sanitário de Saúde Indígena do Maranhão (2022/2023).

Mapa 1. Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão



Fonte: Relatório Situacional do Distrito Sanitário de Saúde Indígena do Maranhão (2013).

A escolha da hanseníase se justifica pela gravidade: é uma doença crônica, infecciosa e contagiosa, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*. Caracteriza-se por alteração, diminuição ou perda da sensibilidade térmica, dolorosa, tátil e força muscular, principalmente em mãos, braços, pés, pernas e olhos, e pode gerar incapacidades permanentes. O Brasil ocupa o segundo



lugar entre os países com maior número de casos no mundo; o Brasil e a Indonésia são os países que mais reportaram casos novos, correspondendo a 74,5% do total global (BRASIL, 2023a). A doença atinge pessoas de ambos os sexos, mas as condições de prevenção, diagnóstico e tratamento podem sofrer diferenciações se examinadas sob a ótica da etnicidade, grupos vulneráveis, minorias e região.

Tratando-se da hanseníase, a escolha do Maranhão se justifica por ser o segundo estado brasileiro em novos casos da doença, de 2016 a 2020. Além disso, é o terceiro estado em taxa de detecção geral de novos casos da doença por 100 mil habitantes, de 2010 a 2021 (BRASIL, 2023a; MARTINS *et al.*, 2021). Entre os indígenas, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) apresenta dados já com lesões cutâneas, que, apesar das subnotificações e de não refletir somente as terras indígenas selecionadas para este estudo, requer aprofundamentos de análise (Tabela 2).

Tabela 2. Notificações de lesões cutâneas nas cidades de Fernando Falcão e Barra do Corda entre 2004 e 2022

ACOMPANHAMENTO DOS DADOS DE HANSENÍASE - MARANHÃO												
Lesões Cutâneas por Ano Notificação segundo Município de notificação												
Ano Diagnóstico: 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023												
Município de notificação: 210160 BARRA DO CORDA, 210408 FERNANDO FALCAO												
Raça: Indígena												
Período: 2001-2023												
Município de notificação	2004	2005	2007	2011	2012	2015	2016	2017	2018	2019	2022	total
Total	12	9	6	2	3	8	90	5	90	40	15	199
210408 Fernando Falcão	-	-	-	-	-	-	84		4	40	15	143
210160 Barra do Corda	12	9	6	2	3	8	6	5	5	-	-	56

883

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

As consequências deste cenário epidemiológico fragilizam a saúde dos indígenas, sobretudo quando se detecta o avanço da hanseníase entre os povos Canela e Guajajara. Mas, se por um lado, a ineficiência de atuação fisioterapêutica nos casos de hanseníase entre os indígenas no Maranhão é uma realidade constatada; por outro lado, é preciso compreender as raízes dessas limitações, que, se tomadas em um plano geral, interferem na promoção à saúde e ao bem-estar

dos povos indígenas e compromete a efetivação de um sistema de saúde diferenciado com acesso étnico-racial igualitário. E é justamente sobre essa perspectiva analítica que se debruça o artigo.

Objetivo geral

Apontar e analisar os fatores que explicam o reduzido alcance da atuação fisioterapêutica em casos de hanseníase entre populações indígenas no Maranhão, notadamente entre os povos Canela e Guajajara, respectivamente localizados nos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda.

Metodologia, materiais e métodos

O estudo descritivo, quali-quantitativo, se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, abordando a hanseníase na população indígena. O delineamento do perfil epidemiológico foi realizado pelo levantamento do número de casos notificados no estado do Maranhão referente ao intervalo entre os anos 2001 e 2023.

A consolidação dos dados foi realizada por meio do SINAN, da base de dados disponibilizada pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), pelo Relatório Situacional do Distrito Sanitário de Saúde Indígena do Maranhão (2022/2023), Boletim Epidemiológico (2023) e o site Terras Indígenas do Instituto Socioambiental (ISA).

No que se refere à caracterização do território de estudo, o mesmo inclui o território do Polo de Saúde Indígena que esteja no município de Barra do Corda e Fernando Falcão ou que parte deles, focando sobretudo nas terras indígenas (TI) Rodeador, com 126 indígenas Guajajara; Kanela Apanyekrá, com 677 indígenas; Kanela/Memortumré, com 1.961 indígenas.

Para a produção desta pesquisa, foram realizadas buscas eletrônicas de artigos em periódicos brasileiros. A busca por produções científicas incluiu pesquisas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram consideradas na pesquisa variáveis como: hanseníase e indígenas; hanseníase e fisioterapia; hanseníase, fisioterapia indígenas e Maranhão. Também levou-se em consideração os níveis de atuação fisioterapêutica entre os indígenas – prevenção, diagnóstico e tratamento.

Na pesquisa de campo, buscou-se acompanhar e compreender os atendimentos nos Centros de Coordenação de Combate à Hanseníase de Barra do Corda e Fernando Falcão; e, também, por um trabalho de natureza antropológica, compreender como os indígenas lidam com a doença. Embora esse trabalho tenha sido realizado de maneira exploratória, foi possível observar alguns comportamentos em relação ao processo saúde-doença relacionado à hanseníase.

Resultados

Os resultados são de ordem geral – apresenta as condições da proposta numa análise mais ampla no cenário brasileiro –, e local – apresenta as condições da proposta em nível do estado do Maranhão, com os indígenas Canela e Guajajara.

A hanseníase é uma doença negligenciada

Com mais de 90% dos novos casos de hanseníase da América Latina, o Brasil faz parte da lista de 23 países prioritários no combate à doença. A condição integra as chamadas Doenças Tropicais Negligenciadas (DTNs) que são causadas por agentes infecciosos ou parasitas. Entre as principais Doenças Tropicais Negligenciadas que ocorrem no Brasil estão: hanseníase, febre chikungunya, esquistossomose, filariose linfática, geo-helmintíases, oncocercose, tracoma, doença de Chagas, leishmanioses, raiva, hidatidose, escabiose (sarna), micetoma e cromoblastomicose. As regiões Norte e Nordeste do país concentram a maior parte delas, no entanto, algumas estão presentes em todos os estados brasileiros, como é o caso das leishmanioses e da hanseníase (ZICKER; ALBUQUERQUE; FONSECA, 2019; BRASIL, 2023b). Correspondem a um grupo de doenças causadas por agentes infecciosos ou parasitas que afetam populações de baixa renda e, conseqüentemente, por esta razão, estão atreladas às condições de populações vulneráveis e minorias, a exemplo das indígenas. Essas enfermidades também apresentam indicadores inaceitáveis, reduzidos investimentos em pesquisas e controle preventivo.

885

Ineficiência na formação acadêmica e baixa produção acadêmica

Há uma ineficiência de formação acadêmica voltada para a compreensão das questões étnico-raciais na área da formação dos cursos da Saúde. Na Fisioterapia, essa situação impacta diretamente na produção acadêmica em estudos que relacionam hanseníase pelo campo de atuação fisioterapêutica em comunidades indígenas, sendo que os índices de publicação ainda são mais baixos quando se trata dos indígenas no Maranhão, isso é o que demonstra a pesquisa bibliográfica realizada pelos pesquisadores na área da Fisioterapia, Marinho, Nascimento e Mariano (2022), e Marinho e Nascimento (2023) nas bases indexadoras do SciELO e LILACS.

Ineficiência do Controle Preventivo

Borges (2023), ao analisar o banco de acervo de materiais educativos sobre hanseníase e covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), constatou a ausência de materiais preventivos voltados para as particularidades dos povos indígenas. De igual modo, Marinho, Nascimento e

Mariano (2022) e Marinho e Nascimento (2023) verificaram o número reduzido de publicações focadas em ações preventivas e educacionais, e, majoritariamente, publicações com a temática de reabilitação fisioterapêutica.

Esses dados têm convergência com a prática profissional dos fisioterapeutas apresentadas no Relatório Situacional do Distrito Sanitário de Saúde Indígena do Maranhão (2023), como demonstra a Tabela 3, isto porque o quantitativo de atendimentos apresentados é de média e alta complexidade, já que são de responsabilidade das Casas de Saúde Indígena (CASAI) de São Luís, MA e Teresina, PI.

Há também uma observação nesta mesma tabela que pode gerar incongruências estatísticas sobre o controle de atendimento exclusivamente fisioterapêutico, já que o quantitativo de atendimentos em Fisioterapia no CASAI de São Luís é contabilizado junto com outras áreas de saúde que trabalham na reabilitação, e, esta razão explica a discrepância dos números de atendimento quando se compara com o CASAI de Teresina.

Tabela 3. População assistida em Fisioterapia pelo DSEI/MA em São Luiz/MA e Teresina/PI

População assistida pelo DSEI/MA - Fisioterapia			
CASAI SÃO LUIZ 2022		CASAI TERESINA 2022	
Reabilitação (Fonodialogia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicopedagogia)		Fisioterapia	
MÊS	QTD DE ATENDIMENTOS	MÊS	QTD DE ATENDIMENTOS
Janeiro	2	Janeiro	2
Fevereiro	12	Fevereiro	3
Março	12	Março	2
Abril	22	Abril	0
Maio	14	Maio	1
Junho	12	Junho	1
Julho	14	Julho	-
Agosto	0	Agosto	-
Setembro	0	Setembro	-
Outubro	18	Outubro	-
Novembro	12	Novembro	-
Dezembro	12	Dezembro	-
TOTAL DE ATENDIMENTOS	130	TOTAL DE ATENDIMENTOS	9

Fonte: Relatório Situacional do Distrito Sanitário de Saúde Indígena do Maranhão (2022/2023).

História de vulnerabilidade e discriminação indígena

As populações indígenas são historicamente discriminadas no processo de formação social do Brasil, reconduzindo-as para um local categoricamente de inferioridade intelectual e étnico cultural, percepção que contamina diretamente o processo de doença-saúde, formação e atuação profissional (TEIXEIRA; GARNELO, 2014) e explica a negligência da Saúde Indígena e o duplo estigma de discriminação da hanseníase quando ocorre entre os indígenas.

Intensa mobilidade de indígenas e não indígenas entre a cidade e aldeia

O tráfego intenso de indígenas e não indígenas entre as aldeias e a sede dos municípios de Fernando Falcão e Barra do Corda pode facilitar a transmissão da hanseníase entre pessoas que não iniciaram o tratamento ou que sequer sabem que estão doentes. O deslocamento dos indígenas às cidades ocorre em decorrência dos serviços oferecidos nas mais diversas áreas: comércio, saúde, lazer, educação e nos setores administrativos públicos. Também existe a entrada de não indígenas nas aldeias e os motivos estão ligados ao comércio, transporte, religião e turismo. No caso do turismo, impacta sobretudo as aldeias Guajajara com balneários e cachoeiras.

Retorno frequente dos indígenas urbanos às aldeias

Segundo os dados do IBGE (2022), Barra do Corda tem uma população indígena de 5.552 habitantes, principalmente de Guajajara e Canela (menor número), mas que, com frequência, visitam as suas aldeias, tidas como lugares de ancestralidade, de encontro com a cultura nativa e com os familiares. Este hábito cultural pode, involuntariamente, ser um aspecto que propicia a entrada e transmissão de hanseníase nas aldeias.

Desconhecimento sobre sintomas e tratamento da hanseníase

De maneira direta, este tema se correlaciona com a ausência de ações preventivas. Há uma certa dificuldade dos indígenas em reconhecer os sintomas iniciais e até mesmo avançados da doença. O relatório DSEI-MA (2023) apresenta a hanseníase como uma das maiores fragilidades e desafios enfrentados pelo Distrito, mas também como uma das principais temáticas de Educação Permanente, embora não haja detalhamento dessas ações. Os indígenas também enfrentam dificuldades em compreender os termos técnicos da Saúde Indígena, além da dificuldade de compreensão da Língua Portuguesa (especialmente entre o povo Canela). O contrário também pode ser apontado: a dificuldade dos profissionais da Saúde em compreender

a língua e a instrumentalização da medicina tradicional indígena. Este aspecto encontra razões na própria observação do relatório do DSEI-MA:

[...] é importante pontuar que o DSEI-MA tem demanda para ações educativas relacionadas à qualificação para atuação em contexto intercultural, tal como ações de desenvolvimento dentro da carreira do profissional em saúde indígena, todavia, por não contar com antropólogo na composição de sua equipe, a abordagem à tal temática tem sido pouco realizada. Fato este que fragiliza a oferta de cuidados diferenciados e humanizados de acordo com o modelo proposto pela PNASPI.

Conclusão

A hanseníase pode afetar qualquer pessoa, independente da situação econômica, social e grupo étnico-racial, mas, certamente, os fatores que incidem sobre a fragilidade de atuação dos fisioterapeutas, demonstram que o risco é maior quando se relaciona à doença, a situação de vulnerabilidade socioeconômica com os aspectos étnico-raciais, particularmente, porque cria uma confluência negativa de fatores que une a pouca atenção dispensada pelos fisioterapeutas à doença aos níveis de intervenção preventiva (mas também ao diagnóstico e tratamento) e ao desconhecimento do comportamento cultural do paciente indígena, sobre o qual interfere diretamente na abordagem profissional adequada.

No caso dos Canela e Guajajara, é fundamental atuar em ações que minimizem as dificuldades de comunicação/linguagem, resistência ao tratamento e restrição informativa sobre a doença e, neste aspecto, atuar em consonância com os resultados apontados. Por óbvio, ao apresentar os resultados antropológicos da hanseníase para as terras indígenas Canela e Guajajara no Maranhão, não se busca criticar negativamente ou restringir os comportamentos interculturais dos povos indígenas, mas tão somente conhecê-los em profundidade para atuar com precisão em ações de saúde preferencialmente preventivas entre os indígenas e formativas entre os acadêmicos e profissionais da Fisioterapia.

Assim, é possível afirmar que, em se tratando da hanseníase, há no Maranhão uma incontestável desigualdade racial em saúde indígena pelo viés fisioterapêutico e a primeira tarefa a ser feita é reconhecer essa realidade.

Referências

BISPO JUNIOR, J.P. B. Fisioterapia e saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(Supl. 1):1627-1636, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PC76jP6HVQ6rYN7VgJ7z59g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023.

888



BRANDES, Galeno Edgar. **Barra do Corda na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.088 de 04 de julho de 2005**. Dispõe sobre a definição dos valores do incentivo financeiro de atenção básica de saúde aos povos indígenas e sobre a composição e organização das equipes multidisciplinares de atenção à saúde indígena. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1088_04_07_2005.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20dos,de%20aten%C3%A7%C3%A3o%20sa%C3%BAde%20ind%C3%ADgena. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 1.317, de 03 de agosto de 2017**. Adequa o registro das informações relativas a estabelecimentos que realizam ações de Atenção à Saúde para populações Indígenas no CNES. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2017/prt1317_08_08_2017.html. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena**: relatório final. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/5_conferencia_nacional_saude_indigena_relatorio_final.pdf. Acesso em 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico** – hanseníase, 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim_hanseniaze-2023_internet_completo.pdf. Acesso em 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância em saúde** - DTNs: Brasil tem mais de 90% dos novos casos de hanseníase registrados nas Américas, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/dtns-brasil-tem-mais-de-90-dos-novos-casos-de-hanseniaze-registrados-nas-americas>. Acesso em: 17 out. 2023.

BORGES, S. E. N. Produção de materiais educativos sobre a covid-19 e a Hanseníase para os povos indígenas Guajajara e Canela na Amazonia Legal Maranhense, Brasil. **Salud, Ciencia y Tecnología - Serie de Conferencias**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 116, 2023. Disponível em: <https://conferencias.saludcyt.ar/index.php/sctconf/article/view/116>. Acesso em: 10 sep. 2023.

CHOR, D.; LIMA, C. R. A. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, 21(5):1586-1594, set-out, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/yfwM8hy9dSFt9y7SNV9mVWj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 sep. 2023.

GUIMARÃES, V. L. B. **A qualidade da atenção à saúde indígena no Brasil**. Recife: [s.n.], 2011. Disponível em: <https://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2011guimaraes-vlb.pdf>. Acesso em: 10 sep. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2022**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/08/07/populacao-que-vive-dentro-de-terras-indigenas-cresce-mais-de-40percent-nos-ultimos-12-anos-no-maranhao-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 17 out. 2023.

MARINHO, K. P.; NASCIMENTO, B. N.; MARIANO, M. R. A hanseníase entre os povos indígenas pela perspectiva da Fisioterapia no Maranhão: uma análise das publicações indexadas na plataforma SciELO II Seminário Nacional de Humanidades do IFMA – Narrativas e disputas de poder: educação, ciência e cultura no Sertão Maranhense. **Anais** p. 65-68, 2022. Disponível: <https://even3.blob.core.windows.net/download/Narrativasedisputasdepoder.1f927d6c9a73422ea4eb.pdf>. Acesso em: 10 sep. 2023.

MARINHO, K. P.; NASCIMENTO, B. N. Da ausência na pesquisa à negligência a saúde indígena: a hanseníase entre os povos indígenas no Maranhão pela abordagem fisioterapêutica. **Salud, Ciencia y Tecnología - Serie de Conferencias**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 115, 2023. Disponível em: <https://conferencias.saludcyt.ar/index.php/sctconf/article/view/115>. Acesso em: 10 sep. 2023.

MARTINS, et. al. J. P. Hanseníase em povos indígenas do Maranhão no período de 2016 a 2020. **Revista ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.12.dez. 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3612/1428>. Acesso em: 17 out. 2023.

MEIRELES, Mário M. **Documentos maranhenses**. Dez estudos históricos. São Luís: Alumar, 1994.

PINHEIRO, Gisele Braga. **Introdução à fisioterapia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

POVOS INDIGENAS NO BRASIL -PIB. **Canela**.
https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Canela_Ramkokamekr%C3%A1. Acesso em: 17 out. 2023.

POVOS INDIGENAS NO BRASIL - PIB. **Guajajara**.
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guajajara>. Acesso em: 17 out. 2023.

SANTANA, Rebecca Alethéia Ribeiro et al. A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2019, v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.170039>. Acesso em: 10 sep. 2023.

SANTOS, R. C.; Carvalho, T. P. V. Ensino de Saúde Coletiva na graduação em Fisioterapia: uma revisão integrativa. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 12, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/34200>. Acesso em: 16 set. 2023.

SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA. **Relatório Situacional do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Maranhão, 2022/2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/chamamentos-publicos/2023/chamamento-publico-sesai-ms-no-01-2023/anexo-v-relatorio-situacional-dsei-maranhao.pdf>. Acesso em 16 de set. de 2023.

SOUSA, Y. R.; CUNHA, J. R.; BROMERSCHENKEL, A. I. M. Atuação da fisioterapia da hanseníase no Brasil. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, Ano 10, jan. a mar. de 2011. Disponível em: <https://fisiosale.com.br/assets/5hansen%C3%ADase-1709.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

TEIXEIRA, C. C.; GARNELO, L. **Saúde Indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4q4z4/pdf/teixeira-9788575415825.pdf>. Acesso em 17 out. 2023.

ZICKER, F.; ALBUQUERQUE, P. C.; FONSECA, P. F. Doenças tropicais negligenciadas: uma agenda inacabada Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2019. (Textos para Discussão; n. 35). Disponível em: https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/10/PJSSaudeAmanha_Texto0035_V03.pdf. Acesso em: 10 sep. 2023.

PARQUE DAS NAÇÕES INDÍGENAS EM CAMPO GRANDE/MS: UMA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO COLETIVA E FORMA DE GESTÃO

Cleonice Alexandre Le Bourlegat¹
Felipe Buller Bertuzzi²
Juliana de Mendonça Casadei³
Scarlet Camargo da Costa⁴
Ana Beatriz Costa Mayer⁵

Introdução

Este trabalho integra o Projeto “Dinâmicas dos Ecossistemas de inovação na construção dos territórios inteligentes”, do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial Sustentável, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, (SUGEPE e PLANURB), em Mato Grosso do Sul, Brasil.

Os parques urbanos, como espaços públicos abertos, de acordo com a Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat, 2015) vêm sendo considerados estratégicos na sustentabilidade das cidades (Objetivo 11 da Agenda 2030). Além do papel exercido na sustentabilidade do ambiente natural e construído da cidade, pode contribuir com a sustentabilidade social, quando devidamente usado e apropriado pela coletividade, como local seguro e capaz de propiciar convivência entre diferentes pessoas e suas culturas, de modo a fortalecer processos de inclusão e coesão social. A atual revalorização dos espaços públicos tem levado os parques urbanos a serem alvos de novas políticas públicas, por facilitarem a inclusão social e a convivência de todos (Raimundo e Sarti, 2019). O parque pode favorecer ainda a sustentabilidade econômica, quando apresenta potencial para gerar emprego atrair empreendimentos dentro e mesmo no seu entorno.

Para garantir a efetivação do papel dos parques urbanos na sustentabilidade das cidades, a ONU, por meio dos ODS, recomenda parcerias. A gestão compartilhada (governo, empresas, academia e a coletividade usuária), vem sendo defendida como estratégica para proporcionar acesso universal de forma segura, inclusiva, acessível e verde, de modo a promover a vida coletiva e sociedades pacíficas, além de proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural.

892

¹ Doutora em Geografia. Docente na UCDB. E-mail: clebourlegat@ucdb.br

² Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Doutorando na UCDB. E-mail: arq.felipebertuzzi@gmail.com

³ Mestre em Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos. Doutoranda na UCDB. E-mail: ju.casadei@gmail.com

⁴ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na UCDB. E-mail: ra191806@ucdb.br

⁵ Graduanda em Direito na UCDB. E-mail: ra184545@ucdb.br



O complexo constituído pelo Parque das Nações Indígenas, Parque do Prosa e Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS no Brasil, foi considerado um dos maiores parques urbanos do mundo (Melo *et al*, 2015).

Chama atenção, não só por ocupar a zona central, junto a um dos grandes *shopping centers* da cidade, com abundância em área verde, lago e estrutura para recreação e esporte, como também por abrigar vários monumentos, dois importantes museus e mais recentemente, o Bioparque do Pantanal. Trata-se, portanto, de um parque com importante função sociocultural, ambiental e de atração turística dentro da cidade de Campo Grande.

Objetivo

Identificar a estrutura, formas de uso e apropriação coletiva do Parque das Nações Indígenas em Campo Grande/MS, bem como investigar as características de sua forma de gestão.

Metodologia, materiais e métodos

A presente pesquisa caracteriza-se por ser de natureza exploratória, descritiva, qualitativa e contextual. É exploratória, por requerer maior familiaridade com o objeto e sujeitos da pesquisa, para melhor averiguar o fenómeno que se pretende conhecer. É descritiva em relação à objetividade dos estudos e dados levantados e obtidos a partir das análises realizadas nos parques urbanos. É qualitativa, por levar em conta a percepção dos sujeitos da pesquisa em relação a estas condições, no tocante ao uso e apropriação deste bem comum. É contextual, por se considerar as particularidades do contexto histórico e territorial em que tais condições e percepções se manifestam.

O objeto de pesquisa foi o Parque das Nações Indígenas, na sua forma construtiva e de funcionamento. Já os sujeitos da pesquisa foram os usuários do parque, assim como o órgão governamental responsável por sua gestão.

Como procedimentos de coleta dos dados, para analisar o objeto de pesquisa e o contexto no qual o parque se manifesta foi feito um levantamento de fontes secundárias, de natureza documental e bibliográfica. Para ouvir as falas e identificar a percepção dos usuários do parque foi realizada enquete a 50 deles, com apoio de um gravador.

Para a organização, análise e interpretação dos dados foi adotado um método misto, sob forma de triangulação (Fielding e Schreier, 2001). Por meio deste processo, os resultados da descrição e análise do objeto da pesquisa e aqueles da interpretação da percepção de seus usuários e órgão gestor foram articulados entre si e com o ambiente contextual nos quais se manifestam, com apoio da literatura previamente selecionada.

Resultados finais

O Parque das Nações Indígenas, constituído na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, desde 1993, foi criado pelo governo estadual, pelo Decreto Estadual no 7.082, de 26 de fevereiro de 1993, com uma área de 116 hectares, para se tornar um complexo de lazer, cultura e desporto, intitulado “Parque do Prosa”. Por meio do Decreto Estadual no 7.354, de 17 de agosto de 1993, a referida área passou a ser denominada Parque das Nações Indígenas, ficando sob a gestão do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), entidade vinculada à então Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Económico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro, 2022), atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC).

O complexo constituído pelo Parque das Nações Indígenas e os vizinhos Parque Estadual do Prosa e Parque dos Poderes, constitui uma das áreas urbanas mais expressivas e relevantes de interesse ambiental no Brasil, abrangendo 320 hectares (Figura 1).



Figura 1 Complexo formado pelo Parque das Nações Indígenas, Parque Estadual do Prosa e Parque dos Poderes

Fonte: Sisgran – World View Urbano, 2019 (modificado pelos autores)

Em Campo Grande, este grande complexo constituído pelo Parque das Nações Indígenas, Parque Estadual do Prosa e Parque dos Poderes, situado na Região do Prosa, Zona Leste da cidade, faz parte de um sistema urbano de parques mais amplo (Figura 2).

A região do Prosa, até o final do Milénio, constituía um dos espaços de maior vazio demográfico da cidade. De acordo com Anunciação, Araújo e Sant’Anna Neto (2008), a área havia sofrido um processo de loteamento de chácaras na década de 1950, sendo considerada uma área distante do centro urbano. No entanto, a construção da sede administrativa do governo do recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul, no Parque dos Poderes, a partir de 1981, associada à obra de

pavimentação do prolongamento da Avenida Afonso Pena e à implantação do *Shopping Center* inaugurado em 1989, atraiu setor imobiliário por loteamentos, contribuindo para a valorização deste setor Leste da cidade (Maymone, 2009). Até o final do Milênio, a Região do Prosa ainda permaneceu como um grande vaziodemográfico (Figura 3). Em 1998, apenas um terço da área tinha sido parcelada (Planurb, 1998).

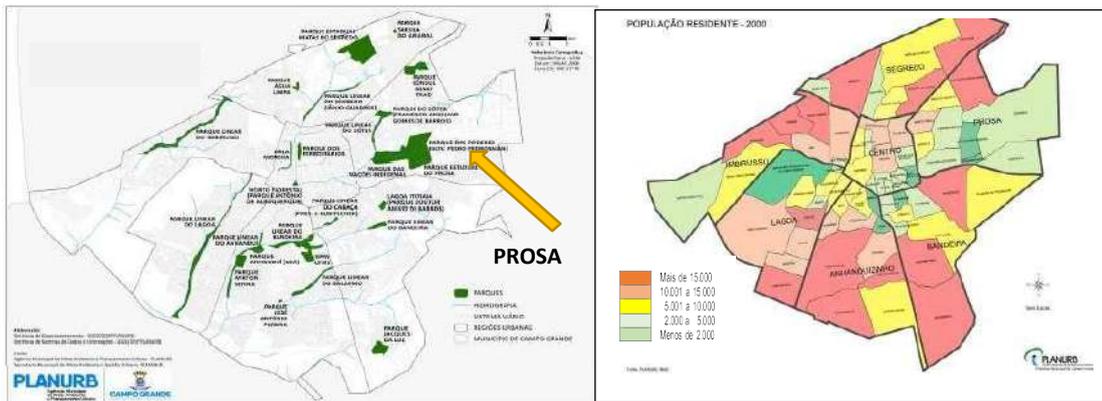


Figura 2. Sistema de parques em Campo Grande
Fonte: Planurb, 2022 (modificado pela autora)

Figura 3. População residente em 2000
Fonte: Planurb, 2006

895

A iniciativa de constituição do Parque das Nações Indígenas em 1993, partiu do governo de Pedro Pedrossian, em parte numa ideia de continuidade à área da Reserva Ecológica do Parque dos Poderes (atual Parque Estadual do Prosa), esta destinada a preservar as nascentes do Córrego Prosa. Na área do Parque das Nações Indígenas o Córrego do Prosa recebe as águas de mais dois outros – córregos Revelieue Soter- todos pertencentes à Bacia do Prosa, que estavam sujeitos a enchentes em diversos pontos (PLANURB, 1998).

Na época, os córregos Sóter e Prosa, estavam sendo assoreados, com insuficiência no sistema de captação de águas pluviais e sendo contaminados por efluentes domésticos (Anunciação, 2009). Os diversos problemas ambientais existentes tomavam grandes proporções, desde desmatamentos, assoreamento e erosões (Maymone, 2009). Por outro lado, verificava-se a necessidade de se precaver em relação à especulação imobiliária que avançava em torno do *shopping center* e podia comprometer ainda mais a já precária situação ambiental da bacia do Prosa (Maymone, 2009). A área que deu origem ao Parque das Nações Indígenas era composta por pequenas propriedades rurais (chácaras) e alguns terrenos, situadas às margens dos córregos Prosa e Reveilleau, estes envolvidos pela Avenida Afonso Pena, Mato Grosso e Córrego Soter, propriedades estas que foram desapropriadas.

Além da preocupação ambiental em relação à Bacia do Prosa, o Parque das Nações Indígenas teve como finalidade proporcionar o lazer e a prática do desporto. De acordo com o Plano Diretor apresentado na época, o Lazer previsto era de três naturezas: (1) contemplativa, diante do potencial paisagístico proposto; (2) educacional, em relação à conservação e valorização do ambiente natural do parque e do patrimônio histórico e cultural do Estado; (3) recreacional, mediante atividades esportivas e recreacionais (Maymone, 2009).

A implantação do Parque das Nações Indígenas, no conjunto dos outros empreendimentos promovidos pelo governo e de iniciativa particular, veio contribuir para o maior adensamento populacional no entorno, seja de moradores em novos loteamentos (edifícios, condomínios, residências individuais), como de novos empreendimentos. Houve uma expansão urbana bastante significativa para a cidade, principalmente após a implantação do *Shopping Center* Campo Grande e inauguração do Parque dos Poderes, contribuindo para a formação de um centro comercial fortalecido, pavilhão de feiras, exposições, além de conjunto de edificações político-administrativas do Governo do Estado (Melo *et al.*, 2015). Por outro lado, após sua implementação, observou-se no entorno do Parque das Nações Indígenas, uma concentração da população urbana de alta renda, em especial nos bairros Carandá Santa Fé e Chácara Cachoeira.

O Parque das Nações Indígenas tem sua principal via de acesso na Avenida Afonso Pena, considerada a mais importante e movimentada da área central da cidade, ao longo da qual mantém três portões de entrada. Além do acesso facilitado por meio de veículos e de diversos pontos de ônibus em seu entorno (Figura 4), o visitante pode se utilizar de ciclovia ou mesmo chegar caminhando por meio de calçadas bem conservadas. Semáforos, lombos, faixas e quebra-molas são mais comuns junto à rua Antônio Maria Coelho (acesso pelos fundos), cujo entorno é marcado por área residencial.



Figura 4 Acessibilidade externa ao parque
Fonte: imagem World View Urbano, 2020-Sisgran

897

Na parte externa do parque, junto à Avenida Afonso Pena, além da área para estacionamento externo, a calçada é servida de bancos e bicicletário. Nela também se manifesta um comércio ativo focalizado para os usuários do parque (alimentos, *souvenirs*), conforme se pode observar na Figura 8. Um avanço da calçada para a parte interna do parque espaço tem sido destinado à chamada “Cidade do Natal” com quiosques e salas de exposição, mantida em convênio com a Prefeitura Municipal desde 2012. Do lado da Rua Antônio Maria Coelho também existe uma área de estacionamento externo e um quiosque de venda de lanches.

O acesso à parte interna do parque é feito de forma livre, das seis às 22 horas, por meio de seis (6) pórticos com guaritas e pergolados, cujos nomes homenageiam os povos indígenas de Mato Grosso do Sul (Figura 5). Três deles permitem o acesso pela Avenida Afonso Pena (Nhadeva, Guarani e Kadiwéu), um pela rua Ivan Fernando Pereira (Guató) e dois pela rua Antônio Maria Coelho (Kaiowá e Terena).

Internamente, o parque conta com 6 mil metros de pista para caminhada, sendo metade dela dotada de ciclofaixa, esta com entrada somente pelos pórticos Guarani e Kadiwéu. A travessia do córrego é facilitada pela construção de quatro pontes. Um conjunto de *decks* com 160 metros foram projetados sobre o lago principal como passarelas de acesso.

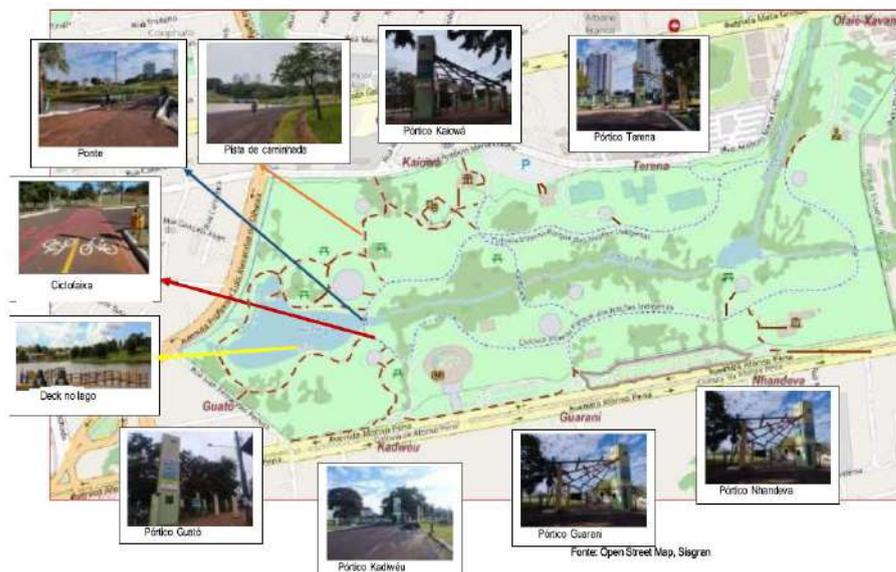


Figura 5 Acessibilidade interna do Parque

Fonte: autores

898

Do ponto de vista das instalações de infraestrutura física, o parque apresenta duas lagoas (a Lagoa Maior e a Lagoa Menor), áreas para prática de esportes (quadras poliesportivas, pista de *skate*, quadras de areia), quatro *playgrounds* (um deles específico para crianças com deficiência) e uma arena para realização de grandes eventos (Figura 6). Em 2019, três academias ao ar livre foram acrescentadas. Os cinco Núcleos de Apoio Básico (NAB), dotados de sanitários e quiosques, fazem parte do projeto inicial, estes últimos com a intenção de atrair lanchonetes para dentro do parque, mas que acabaram por abrigar alguns órgãos do poder público.

O parque também abriga quatro monumentos históricos. O Monumento ao Índio, na praça Zarabatana, um obelisco em formato de uma zarabatana, em homenagem às culturas indígenas de Mato Grosso do Sul, projetado por Roberto Montezuma, logo depois da inauguração do parque. O Monumento Guerreiro Guaicuru, projetado sobre a Lagoa Maior, é uma obra do escultor sul-mato-grossense Anor Mendes, inaugurado em 2004, em homenagem aos índios guaicurus que ajudaram a vencer a guerra contra o Paraguai. Em 2016, foram implementados os bustos de dois líderes da causa indígena, Marçal de Souza e Marta Guarani, projetados pelo artista Paulo Rubens Parlagreco. Também integra este patrimônio, o monumento a Harry Amorim Costa, primeiro governador de Mato Grosso do Sul, trazido por iniciativa da Colônia Gaúcha em 2018.

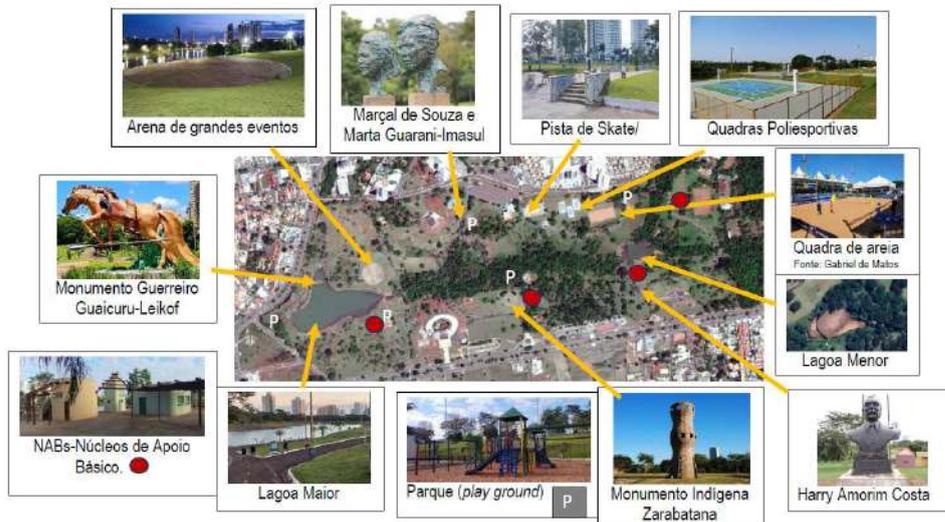


Figura 6 Instalações de infraestrutura e monumentos n parque

Fonte: autores

Foram instaladas 12 instituições dentro do parque (Figura 7). O Museu de Arte Contemporânea, criado em desde 1991, veio para o Parque em 2002, com exposição de obras permanentes e temporárias, além de um setor educativo, auditório e biblioteca, sob a gestão da Fundação da Cultura. Em relação à gestão interna do órgão, verificou-se que ele possui certa independência em suas ações e no estabelecimento do cronograma de trabalho e, atualmente, conta com sete funcionários trabalhando no museu. Segundo a coordenadora do Museu, são recebidos cerca de 30 a 50 turistas por mês para conhecer o museu e as oficinas. Além disso, também conta com um projeto de receber escolas no local para explicar sobre a importância da arte.

O órgão possui vínculo com o Parque das Nações Indígenas, mas não há conexão com a gestão do parque. Entretanto, o MARCO depende da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (AGESUL) e da coordenação do parque nos momentos em que se pretende realizar algum evento ou atividade externa, no qual necessitam comunicar e realizar a solicitação aos mesmos para que possam dar prosseguimento ao projeto. A Concha Acústica Helena Meirelles, uma homenagem à dama da viola, foi inaugurada em 2004 e revitalizada em 2022, com um auditório e teatro arena, destinado a apresentações musicais e de artes cênicas, sob a gestão da Fundação da Cultura no Estado. De acordo com a entrevista, observou-se que a gestão interna é independente da gestão do Parque das Nações Indígenas, e a unidade conta com seis pessoas trabalhando no local. Além disso, dispõe de autonomia para tomar decisões internas. Por outro lado, quando se tem como intenção realizar alguma atividade no ambiente externo, é preciso que esta ação seja comunicada ao IMASUL para que os demais

órgãos presentes no parque tenham conhecimento do evento, de modo que não ocorra colisão de atividades.

A Casa do Pantanal, instalada no Parque em 2006 com apoio do Ministério do Turismo, sob a gestão da Fundação Manoel de Barros até 2015, a partir de 2021, passou a receber o Espaço Sanesul de Consciência Ambiental, para abrigar um museu sobre saneamento básico e gerenciar ações relativas às atividades do Carbono Neutro no estado (IMASUL, 2021).

O Museu das Culturas Dom Bosco, sob a gestão da Universidade Católica Dom Bosco, criado desde 1951, instalou-se no Parque sob a concessão do governo estadual em 2009 e conta com coleções diversificadas de culturas indígenas, achados arqueológicos, coleção de aves e animais empalhados, invertebrados (moluscos e insetos), mineralogia e paleontologia (Meirelles *et al*, 2015). Percebeu-se, na entrevista realizada, que a organização administrativa interna é composta por cinco servidores e possuem programa educacional que possibilita a participação de estagiários no local.

O local também tem uma relação direta com o Bioparque em relação às exposições que são realizadas no empreendimento, o que também contribuiu para o aumento no número de visitas no museu devido a essa conexão entre eles. É válido destacar que o museu possui uma boa relação com o IMASUL e as demais instituições do parque.

O Bioparque do Pantanal, sob a gestão do IMASUL, inaugurado somente em 2022, é considerado o maior aquário de peixes de água doce do mundo e conta com um laboratório de pesquisa (Lab_NEAB) da UEMS e um núcleo de educação ambiental, além de expor obras de origens variadas em seu espaço. O *Buffet Yotedy*, instalado desde 1998, sob a gestão do IMASUL que realiza licitação e aluga o espaço para particulares para realização de festas e comemorações. A Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul está presente no parque, desde sua criação em 2001, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento responsável da atividade turística no Estado. Conforme apontado pelo Diretor-Executivo da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, a relação com o IMASUL é mínima, ou seja, não participam das decisões do parque, muito menos interferem ou sugerem alguma mudança.

De modo interno, a gestão do órgão é regida por um Estatuto (Decreto nº 16.173 de 04 de maio de 2023) o qual consta o organograma da estrutura básica da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Nele, há uma organização administrativa e a competência de cada setor por meio de um Regimento Interno.

Os quiosques dos seis Núcleos de Apoio Básico (NAB), sem uso por quase duas décadas, em 2013 receberam novo plano de uso e ocupação. Um deles tornou-se o centro de apoio administrativo do Parque, dois outros abrigaram a Polícia Militar Ambiental e a Polícia Militar; o quarto recebeu uma instituição de escoteiros e uma organização que oferece orientações esportivas dentro do Parque (CODAC). Após reformas em 2018, o quinto quiosque passou a abrigar o Centro Ambiental do corpo de bombeiros, na prevenção e combate de incêndios florestais e produtos perigosos dentro do Estado. O Parque abriga ainda o Esquadrão Independente de Polícia Militar Montada.



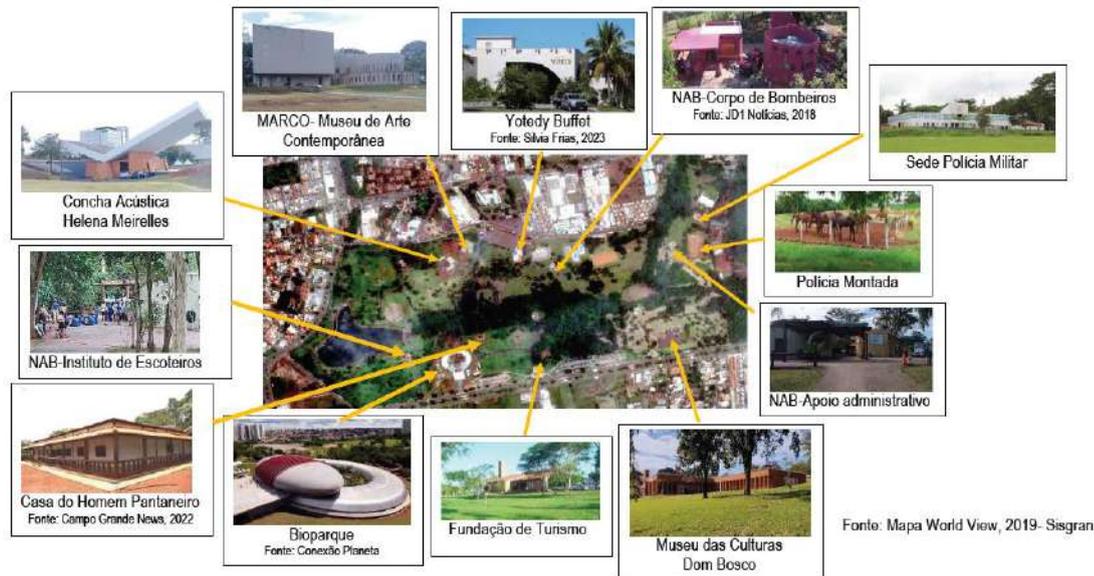


Figura 7 Instituições presentes no Parque das Nações Indígenas

Fonte: autores

901

Um estudo realizado pelo grupo de pesquisa GEMA da UEMS em 2015, por meio de 449 entrevistas, publicado pelo Imasul em 2016, antes da inauguração do Bioparque, permitiu verificar que o Parque já recebia na época em torno de 2 mil pessoas por dia da semana, pouco mais de seis mil e oitocentas, respectivamente aos sábados e domingos. Os usuários vinham de todas as regiões urbanas da cidade, com predominância de pessoas de renda familiar acima de 3 salários. Chegavam de carro particular (73%) e transporte coletivo (8,46%), de bicicleta (6,23%) e a pé (4,23%). A população usuária era predominantemente jovem e praticamente metade dela (49,6%) havia considerado o Parque um cartão postal e ponto turístico da cidade. Para um terço deles (31,6%), a importância do Parque era atribuída à qualidade de vida, lazer, tranquilidade e contato com a natureza, sendo que 65,9% já demonstravam interesse em participar de um grupo colaborador. As maiores reclamações na época foram em relação à manutenção dos banheiros (14,7%) e falta de segurança e fiscalização (6,2%).

No presente estudo, foi realizada uma enquete a 50 usuários do parque, tomando-se o cuidado de estar presente durante dias diferentes da semana, nos três períodos do dia. Procurou-se manter um equilíbrio entre os gêneros de pessoas a quem foram feitas as perguntas, após esclarecê-los da finalidade e obter o aceite. As faixas etárias, neste caso, foram consideradas a partir de 10 anos. Dentre estes, os casados e solteiros representaram 40% cada e os viúvos e outras condições 10% cada.

Em relação à escolaridade (Gráfico 1), o Ensino Fundamental Incompleto se explica pela pesquisa de pessoas de menos de 15 anos, mas o Ensino Superior e Pós-Graduação foi predominante entre os usuários (64%). Em relação à renda familiar (Gráfico 2), verificou-se também o predomínio daquela superior a três salários, segmento que representou quase um terço do total.



Gráfico 1 Escolaridade



Gráfico 2 Renda Familiar

As profissões foram muito variadas, a maior parte vinculadas a serviços (educação, saúde, culinária, comunicação e agricultura), além do setor empresarial, administração pública e área militar.

Verificou-se por meio das entrevistas que os usuários do Parque originados de 27 bairros, situados em diversos pontos da cidade. Estas origens, profissões e salários indicaram um processo de inclusão social e de grande abrangência do Parque em relação a seus frequentadores. Chamou atenção o fato de 78% dos respondentes afirmarem que vão ao Parque sempre acompanhados (Gráficos 3 e 4), 12% frequentam algum grupo e 30% afirmaram ter construído relacionamentos com amigos e vizinhos dentro do Parque.



Gráfico 3 Frequência ao Parque



Gráfico 4 Costuma ir só ou acompanhado

O uso predominante do parque, de acordo com os respondentes, tem sido com acompanhantes (78%). Deste modo, somente 22% deles afirmaram frequentar o Parque sozinhos. Do conjunto que respondeu vir acompanhado, 64 % eram pela família, 29,3% por amigos e 6,7% pelo namorado(a). Apenas 16% dos usuários entrevistados afirmaram frequentar o Parque somente para praticar atividades físicas. Verificou-se pelas respostas e pelos hábitos revelados que a convivialidade era considerada relevante para a maior parte dos frequentadores. As famílias afirmaram ir ao Parque, principalmente a passeio e para prática do lazer, ao mesmo tempo em que aproveitam para contemplar a natureza e tirar fotos. As atividades mais realizadas, segundo os entrevistados, são caminhadas, piqueniques. Ao mesmo tempo, segundo eles, buscam usufruir da oportunidade para conversar, tomar tereré, enquanto os filhos brincam nos parquinhos localizados ao longo das pistas.

Dentre os entrevistados, 14 % confirmaram ter assumido compromissos com alguma atividade específica praticada usualmente dentro do Parque. Neste caso, foram citadas vôlei de areia, andar de skate em grupo, caminhada diária, e grupos de corrida. Observou-se entre as respostas obtidas que, pelo menos 12% dos usuários já fazem parte de algum grupo constituído dentro do Parque para a prática de determinadas atividades (Gráfico 5). Estes mencionaram três grupos de corrida com compromisso semanal: grupo de zumba (tipo de treinamento físico com exercícios e danças), grupo de oração e grupode skatistas.No total de entrevistados 30% também afirmaram ter construído relacionamentos de amizade dentro do Parque (Gráfico 6).

Os tipos e agenda de eventos no Parque mostraram-se desconhecidos por metade dos usuários entrevistados, constatando que eles não costumam fazer parte de suas práticas cotidianas. Dentre os 50% que tinham conhecimento, estes se referiram a eventos esportivos, *shows* musicais e a Cidade do Natal. Fizeram alusão como eventos esportivos as corridas realizadas a pé e de bicicleta, práticas da Yoga, campeonatos de vôlei e canoagem. No decorrer desta pesquisa, alguns eventos ocorreram divulgados na imprensa, como a corrida da Unimed, show da banda Natiruts, “MS ao vivo” e “Sarau no Parque”.

Dentre os usuários entrevistados, 80% afirmaram ter construído vínculos afetivos em relação ao Parque. Foram várias as situações reveladas, que contribuíram para isto. Foram revelados vínculos construídos pelo longo tempo de frequência ao Parque. Alguns deles afirmaram

frequentar o Parque desde sua fundação e agora fazem questão de trazer os filhos. Outros são assíduos frequentadores, por que trabalham perto do Parque e costumam frequentá-lo na hora do almoço. O vínculo de amizade construído durante as práticas esportivas também foi citado pelos usuários da pista de *skate*. Para um outro segmento entrevistado, os vínculos foram construídos pela memória afetiva relativa a encontros românticos ou a companheiro falecido com quem frequentava e usufruía das belezas do Parque.

Ao questionar os usuários se trocariam o Parque das Nações Indígenas por um outro, 90% deles informaram que não fariam isto. Além das impressões anteriormente declaradas, que foram a de considerar o Parque como um local de paz, contemplação, lazer, ponto de encontro e convivência, manutenção de vínculos por memórias afetivas e frequência no uso, também houve referência ao Parque como um local sem barulho, para alguns deles, considerado “um refúgio no meio da cidade”. Quanto aos problemas encontrados durante a permanência no Parque, para 5% dos entrevistados, que afirmaram não serem usuários muito frequentes, ele se encontra em ótimas condições. No entanto, 42% dos frequentadores se referiram neste caso à falta de banheiros e bebedouros ao longo das pistas decaminhada. No tocante à manutenção, 26% deles fizeram alusão às pistas de caminhadas, ao longo das quais geralmente se deparam com buracos e falta de nivelamento. Os usuários das quadras esportivas e da pista de *skate* também aludiram à falta de manutenção adequada destes locais. Problemas com a iluminação em determinadas partes do Parque também foram colocados por 8% dos usuários, para quem esta situação gera insegurança, com possibilidade de atos de criminalidade. Ainda houve 6% deles que manifestaram preocupação com a falta de higienização com combate a carrapatos, em função da grande quantidade de capivaras ali reinantes, fato que impede a alguns de trazer os filhos para o Parque. Foi perguntado o que o usuário sugeria para a melhoria do parque. Dentre as respostas recebidas 38% referiram-se à necessidade de maior manutenção, como também do plantio de mais árvores em torno do parque. Com relação à infraestrutura, pelo menos 26% dos usuários reforçaram a necessidade de colocar mais banheiros e bebedouros no entorno da pista de caminhada. A necessidade do aumento do número de mobiliários, como bancos e lixeiras, foi a sugestão de 16% dos entrevistados. Entre estes, também veio a ideia de se construir coberturas que possam servir de abrigo durante as chuvas, além de pedalinhas no lago. Também houve sugestão de 10% deles para manter o Parque aberto até mais tarde do atual horário de funcionamento, mas com melhor iluminação. Importante salientar que 10% não souberam responder, por não serem frequentadores tão assíduos do Parque.

Por fim, ao se questionar se algum dos usuários havia construído o hábito de participar da vida e manutenção do Parque, ao frequentá-lo, somente 10% confirmaram este hábito. Os compromissos citados foram, tanto o de recolher o lixo encontrado ao longo do trajeto, como o de ajudar na captura de animais, quando há necessidade.

Conclusão

Ao levar em conta a finalidade inicial da construção do Parque das Nações Indígenas em 1993, de preservação ambiental de nascentes da bacia do Prosa, no qual deveria ser valorizada a contemplação, educação ambiental, associada à recreação, pode-se considerar que após 30 anos ocorreram importantes transformações em relação ao seu uso e apropriação.

O Parque, facilitado por seu expressivo tamanho e localização, acabou sendo contemplado posteriormente por grande complexidade na sua forma construtiva e ao abrigar diversas instituições com funções diferenciadas, novos monumentos históricos. Também ganhou novas modalidades de uso e grandes eventos. Como parque urbano tornou-se o mais requisitado pelos moradores urbanos, assim como a maior referência aos visitantes externos e turistas. A implantação do Museu das Culturas Dom Bosco e do Bioparque do Pantanal contribuíram, em especial, para esta visibilidade externa e para atrair um público escolar.

Os resultados desta pesquisa, ocorridos durante a implementação das novas políticas contribuíram para verificar alguns efeitos, em especial para os usuários do Parque, sem levar em conta o público que frequenta as instituições instaladas. Foi possível constatar uma importante transformação na forma de uso e apropriação do Parque das Nações Indígenas por seus usuários em relação aos atuais objetivos da ONU-Habitat de tornar espaços públicos abertos mais atraentes, inclusivos, seguros, no âmbito do qual vem se manifestando diversas ações de convívio e bem-estar. Verifica-se que se trata ainda de um processo a ser aperfeiçoado, conforme se pode atestar pela pesquisa.

Em relação às diferentes gestões do Parque das Nações Indígenas, pode-se concluir que elas não se encontram integradas por não haver a interação dos órgãos presentes no parque e participação social para que haja eficiência na gestão pública do parque. Logo, há a necessidade do Parque das Nações Indígenas permitir a participação dos cidadãos nas decisões locais, para que assim possam desenvolver um espaço público democrático e acolhedor.

Conforme as recomendações na Agenda 2030 da ONU, as parcerias entre organizações públicas e privadas, com a participação democrática da sociedade são consideradas fundamentais.

905

Referências

FIELDING, N.; SCHREIER, M.. Introduction: on the compatibility between qualitative and quantitative research methods. *Forum Qualitative Social Research* (revista on-line), 2: 1 (54 parágrafos), 2001. Disponível em: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. *Antiga Casa do*
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. *Plano de Ordenamento do*
Uso e Ocupação do Parque das Nações Indígenas (PNI). Programa Especial Fundect/Imasul/Semac.
Vol. 1 Diagnóstico, Campo Grande 2016.



INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. *Reforma acelera processo de adoção de espaços no Parque das Nações Indígenas*, Imasul, novembro de 2017. Disponível em <https://www.imasul.ms.gov.br/reforma-acelera-processo-de-adocao-de-espacos-no-parque-das-nacoes-indigenas/#:~:text=A%20reforma%20dos%20banheiros%20e,suas%20marcas%2C%20produtos%20e%20servi%20cos.>

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. *Semagro institui Programa de Parcerias para manutenção do Parque das Nações Indígenas*, Imasul, 2017. Disponível em <https://www.imasul.ms.gov.br/semagro-institui-programa-de-parcerias-para-manutencao-do-parque-das-nacoes-indigenas/>

MAYMONE, M.A.A. *Parques urbano: origens, conceitos, projetos, legislação e custos de implantação*. Estudo de caso: parque das nações indígenas de Campo Grande, MS. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Ambientais), UFMS, 2009.

MELO, R. S. et al. Parque das Nações Indígenas: área de interesse turístico, qualidade de vida e lazer na cidade de Campo Grande/ MS. *Revista de Turismo Contemporâneo RTC*, Natal, v. 3, n. 2, p. 299-317, jul./dez. 2015.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Agenda 2030: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Serinter, 2021. Disponível em <https://www.internacional.df.gov.br/agenda-2030-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>

ONU (Organização das Nações Unidas). *Global Public Space toolkit: from global principles to local policies and practice*. ONU-Habitat, 2015

ONU (Organização das Nações Unidas). *Nova Agenda Urbana*. Brasília: ONU-Habitat no Brasil, 2019.

Pantanal' reencontra vocação ambiental e vai abrigar Espaço Carbono Neutro. Dezembro de 2021. Disponível em <https://www.imasul.ms.gov.br/antiga-casa-do-pantanal-reencontra-vocacao-ambiental-e-vai-abrigar-espaco-carbono-neutro/>

WEINGARTNER, G. Qualidade ambiental e gestão do espaço público: a política administrativa e o papel do sistema de espaços livres públicos no território urbano de Campo Grande-MS. *Ensaio e Ciência*, Campo Grande, v.5, n.3, p.133-159, dez. 2001.

POR TRÁS DOS OLHOS: A ARTE FOTOGRÁFICA E O COMÉRCIO DE RETRATOS NOS JORNAIS MARANHENSES DO SÉCULO XIX (1860-1899)

Eloy Barbosa de Abreu¹
Reinilda de Oliveira Santos²
Igênia Moraes Silva Gomes³
Lauana Rafaela Gomes⁴
Francisca Kelly da Luz Santos⁵

Introdução

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou. É óbvio que as pesquisas históricas de um país - nas quais fontes fotográficas são empregadas como meios de informação visual para a recuperação dos fatos passados - não podem prescindir dos conhecimentos advindos das histórias da técnica fotográfica e dos fotógrafos, aqui entendidos enquanto autores daquelas fontes que no país atuaram em diferentes períodos. (KOSSOY, 1941, p. 34)

907

¹ Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2006), mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2017). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Maranhão (Campus Caxias), e professor permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. É líder do Grupo de Pesquisa e Documentação em História Social e Política do Maranhão (GP-DOHSPPEM). E-mail: eloyabreuclio@gmail.com

² Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST) e pós-graduanda em Educação inclusiva pela Faculdade Focus. Mestre e graduada em História pela mesma instituição. Pós-graduada em Gestão Escolar pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) e em Docência e Gestão na Educação à Distância pela Faculdade Focus. Atua como pesquisadora, professora e fotógrafa. E-mail: reinilda.oliver@gmail.com

³ Graduanda do curso de Licenciatura em História (UEMA). Membro do Grupo de Pesquisas e Documentação em História Social e Política do Maranhão (GP-DOHSPPEM), no qual atua como pesquisadora. Participou do Programa Campus Cultural UEMA/Bolsa Cultura entre 2021 e 2022, como bolsista. E-mail: igeniagomes@gmail.com

⁴ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Maranhão e Membro do Grupo de Pesquisa e Documentação em História Social e Política do Maranhão (GP-DOHSPPEM). Dedicar-se a pesquisa em História Cultural e Social com ênfase para o Maranhão. E-mail: lauanarafacla8@gmail.com

⁵ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Atualmente participa do Grupo de Pesquisas e Documentação em História Social e Política do Maranhão (GP-DOHSPPEM). E-mail: fanciskelly2020.1@gmail.com

Conforme a citação supracitada, as fotografias não são apenas representações visuais de um passado recente ou longínquo, mas caracterizam-se como fontes históricas que resguardam em sua materialidade informações que atestam e propiciam descobertas acerca de fatos passados. A análise da imagem fotográfica, porém, requer metodologias adequadas de pesquisa e sistematização de dados.

Este artigo evidencia os resultados obtidos através da execução do Projeto de Extensão intitulado “Por trás dos olhos: a arte fotográfica e o comércio de retratos nos jornais maranhenses do século XIX (1860-1899)”, cuja temática se insere na modalidade de artes visuais. O projeto objetivava compreender a fotografia em suas vertentes artística e técnica; a produção e o comércio de retratos; o mapeamento de ateliês fotográficos na então Província do Maranhão, bem como o ofício de retratista e a trajetória de fotógrafos que atuaram na região entre as décadas de 60 e 90 do século XIX.

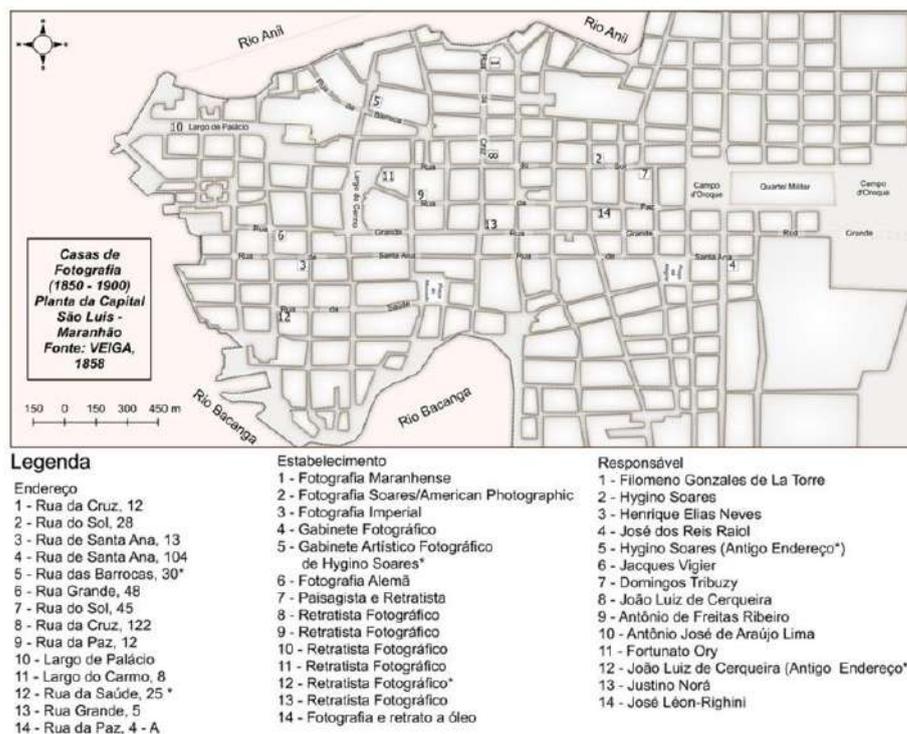


Figura 1 – Mapeamento dos estabelecimentos fotográficos na província do Maranhão
 Fonte: Acervo Pessoal

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos fontes hemerográficas, consistindo no levantamento interpretativo dos periódicos maranhenses do século XIX, disponíveis na base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e fotografias, ou seja, retratos produzidos na província do Maranhão por Hygino Soares, Filomeno Gonzales e Henrique Elias Neves, localizadas no acervo da Brasileira Fotográfica Digital, do Domínio Público e da Fundação Joaquim Nabuco. Por último, tomamos como referencial teórico o vasto campo de produção sobre a história da fotografia que advém do seu uso como fonte e objeto da história, com ênfase nas obras de Roland Barthes, Walter Benjamin, Boris Kossoy e Ana Maria Maud.

A problemática da pesquisa perpassa a seguinte questão: “Como a inserção da fotografia na sociedade oitocentista do Maranhão transformou a cultura visual e impulsionou o comércio de retratos daquela época?”. As informações contidas nos jornais permitem compreender a trajetória dos fotógrafos mencionados, o estabelecimento de seus ateliês na região, suas relações de sociabilidade com outros profissionais da área e as suas passagens por outras regiões da província, além de entender aspectos relacionados à comercialização da fotografia, sendo esta consumida em larga escala pela sociedade maranhense.

Como resultado da pesquisa foram confeccionados um material didático e uma produção audiovisual de curta duração, explicitando os resultados obtidos por meio das pesquisas. Ambos encontram disponíveis virtualmente para acesso por estudantes e docentes da educação básica, do ensino superior e ao público externo, podendo ser acesso por pessoas de todas as localidades do Estado do Maranhão e de outros estados brasileiros e até mesmo do exterior. Deste modo, estima-se que tais ações já alcançaram e poderão vir a alcançar um público vasto.

A partir das conclusões obtidas por meio das pesquisas foram elaboradas as ações propostas no projeto, que visam despertar o interesse dos estudantes do ensino superior para a utilização da fotografia como instrumento e fonte de pesquisa; estimular o desenvolvimento de projetos e a produção do conhecimento histórico; conscientizá-los acerca da importância da arte fotográfica para a memória e história da cultura visual; e incentivar o uso dos arquivos digitais disponíveis na Biblioteca Nacional Digital e em outros ambientes virtuais que dispõem de uma vasto acervo bibliográfico, documental, hemerográfico e iconográfico.

Para a comunidade escolar, almeja-se ampliar e diversificar o uso de material didático no ensino de História do Maranhão na Educação Básica. E para além do âmbito escolar, deseja-se expandir o conhecimento técnico e proporcionar a interação entre a cultura regional, através de dados sistematizados e uma linguagem acessível, destinada ao público em geral que possua interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre a fotografia.

A fotografia surge em meados do século XIX, em decorrência do desenvolvimento de técnicas, pesquisas e experimentos físico-químicos de registro visual, embora a técnica de projetar imagens da realidade já fosse empregada vários séculos antes, por meio da câmera escura. A fotografia é considerada uma arte moderna, criada e reproduzida mediante ação da luz. Desde o primeiro registro fotográfico, essa técnica passou por inúmeras transformações ao longo do

tempo, tornando-se inclusive objeto de estudos científicos. Destaca-se ainda dentro da fotografia suas representações de mundo e forte materialidade do passado, passando a se tornar uma fonte de conhecimento histórico.

No entanto, a relação entre fotografia e sua utilização como fonte de conhecimento histórico não foi harmônica desde o início. A subjetividade envolta das fotografias descaracteriza seu teor documental e a afastava do campo de pesquisa histórica. Segundo Kossoy “não haveria exagero em dizer que sempre existiu um certo preconceito quanto à utilização da fotografia como fonte histórica ou instrumento de pesquisa.” (KOSSOY, 1941, p.32).

Essa rejeição da fotografia, perpassou por muitas décadas, no qual suas características particulares eram questionadas e sua subjetividade colocada em pauta, com intuito de menosprezá-la enquanto documento. BORGES (2003, p.17) discorrer sobre isso ao destacar que “A imagem fotográfica não preenchia os requisitos necessários para ser considerada fonte de pesquisa histórica. Percebida como uma anomalia, foi deixada de lado.” Referindo a esse processo de não aceitação e integração da fotografia.

Contrapondo essas ideias antes disseminadas sobre a fotografia, é válido pontuar que a fotografia possui sim uma gama de significações que sempre está e/ou estará submetida às novas interpretações, porém essa não é uma característica exclusiva dela enquanto fonte documental, qualquer outro documento tanto escrito, quanto visual também estar sujeito a novas percepções. A análise fotográfica perpassa o enquadramento do campo fotografado, resultante da percepção do fotógrafo e o que está por trás do olhar do fotógrafo e do observador. Há um espaço amplo entre quem fotografa e o telespectador que olha, isso vai depender ainda do contexto social, cultural e das perspectivas tanto do momento da captura, quanto do momento da análise. Cabe assim ao historiador, como afirma Ciro Flamarion e Ana Maria, um grande desafio, chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico.

No ano de 1854 é difundido o “cartão de visita”, uma invenção de Adolphe-Eugène Disdéri, um fotógrafo francês⁶. O “cartão de visita”, famoso no século XIX, consiste em um retrato, de proporções pequenas, colado em um cartão e trocado entre familiares e amigos, geralmente no verso havia uma dedicatória e o nome da pessoa retratada. Além deste, outro fenômeno difundido no final do século XIX foi o álbum fotográfico, que ocupa um espaço em quase todos os lares até os dias atuais. Diante dessa categorização, a fotografia assume um valor simbólico, que suscita a lembrança de épocas decorridas, a memória e a “presença” perante a ausência de algo ou alguém, ou seja, a fotografia se torna também um artefato, com múltiplos valores.

Figura 2 – Retratos fotográficos produzidos por Hygino Soares e Henrique Elias Neves
Fonte: Acervo Brasileira Fotográfica Digital Domínio Público; FUNDAJ



911

Objetivos gerais

- Compreender a arte fotográfica e o comércio de retratos nos jornais maranhenses da segunda metade do século XIX
- Mapear os locais e os sujeitos produtores e comerciantes de fotografias no Maranhão da segunda metade do século XIX;

- Relacionar a sociedade local do Maranhão da segunda metade do século XIX com o consumo de fotografias e a cultura material;

Metodologia, materiais e métodos

Os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa consistem na revisão de literatura, contemplando a historiografia que trata da história da fotografia, no âmbito universal e local, e no levantamento e análise de três tipologias de fontes, sendo elas, os periódicos maranhenses do século XIX; fotografias do mesmo período e documentos notariais. As informações obtidas por meio da metodologia de leitura, análise e transcrição de dados e informações foram sistematizadas e arquivadas para produção do material didático e do audiovisual, ações que foram desenvolvidas após a conclusão da pesquisa.

Primeiramente, a equipe realizou a leitura e fichamento das obras que tratam da origem, precedentes, inventos, avanços, características, teorias, estratégias e simbologias que envolvem a fotografia, de modo que possibilitou a compreensão das noções gerais e aspectos específicos desta manifestação artística. No qual ideias absorvidas individualmente foram socializadas em reuniões semanais entre a equipe.

Paralelamente com as leituras, foram realizadas pesquisas nos periódicos maranhenses do século XIX, através da base de dados da Hemeroteca Nacional. As pesquisas se deram por meio da busca pelo nome de fotógrafos maranhenses, com enfoque a três nomes, Hygino Soares, Henrique Elias Neves e Filomeno Gonzales, a palavras como “photographo” e “photographia” e algumas outras palavras-chaves que estão ligadas diretamente aos fotógrafos mencionados.

Nas notícias e anúncios divulgados pela imprensa maranhense do período foram analisadas informações sobre a trajetória de vida e carreira destes profissionais, as características das suas produções e o comércio e consumo de retratos pela sociedade maranhense. Essas informações estão contidas, em grande parte, nos jornais A Pacotilha, Diário do Maranhão e O Paiz, além de outros, em menor escala, como os jornais Publicador Maranhense e Gazeta Caxiense.

Outras informações que as análises dos jornais nos permitiram encontrar, foram relacionadas a localização de seus estabelecimentos, suas especialidades, as técnicas utilizadas, as parcerias comerciais com outros fotógrafos, os aparelhos e produtos utilizados para captura e revelação da imagem fotográfica, os valores dos retratos, premiações, viagens a trabalho em outras regiões da província, dentre outras informações que envolvem esse contexto.

Outra fonte analisada foi retratos produzidos pelos referidos fotógrafos, a partir da pesquisa nominal, por data ou local de produção das imagens. A base de dados da Brasileira Fotográfica Digital dispunha de apenas um registro fotográfico de autoria de um dos fotógrafos mencionados, o que incentivou a busca em outros acervos públicos, como o Domínio Público e a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), possibilitando mais achados. Foram localizadas sete

fotografias, seis delas de autoria de Hygino Soares, das quais, cinco são de sujeitos da mesma família, e uma de Henrique Elias Neves.

As atividades executadas foram dirigidas às pesquisas em jornais do século XIX e em fotografias na base de dados da Hemeroteca Digital Nacional e nos Arquivos Públicos, respectivamente. Jornais de grande circulação na época se destacam quanto a quantidade de informações dispostas sobre a fotografia e sobretudo os fotógrafos, sendo esses: O Pacotilha, Diário do Maranhão, O Paiz, Publicador Maranhense, A flecha, O Commercio, Novo Brasil e Semanário Maranhense, dentre outros.

Os nomes de destaque nessas pesquisas foram Hygino Soares, português, Filomeno Gonzales, espanhol, e Henrique Elias Neves, maranhense, com a finalidade de compreender suas trajetórias profissionais e suas contribuições com o mercado fotográfico da época, onde ora eram aliados e ora rivais dentro do mercado fotografado. Também foram realizadas buscas com os termos “fotografia” e “fotografo” para então compreender como tal ofício era visto dentro da sociedade da época, além dos avanços nas técnicas de tiragem e revelação fotográficas, as quais eram constantemente noticiadas.

Cruzando as informações dos periódicos, linguagem escrita, com as fotografias, linguagem visual, foi possível estabelecer relações e evidenciar características pertinentes à pesquisa contidas no campo imagético da fotografia e no verso delas, como os objetos que compõe o cenário; a dedicatória no verso dos “cartões de visita”; as poses; o rosto ou olhar direcionado à lateral da câmera; as indumentárias e acessórios dos representados; fotografias de busto e de corpo inteiro; ou seja, detalhes que permitem traçar também a história dos sujeitos retratados, as funções que desempenhavam nesse contexto e período, e as relações que possuíam com as demais esferas sociais. Através do nome de cada um, contido no título da fotografia, foram realizadas buscas nominiais nos jornais e constatadas informações sobre eles, elementos que nos permitem inferir quem era, majoritariamente, o público que consumia retratos no Maranhão oitocentista.

Além dos retratos produzidos pelos fotógrafos em que esta pesquisa se concentra, foram selecionados outros 7 retratos dos mesmos sujeitos ou de familiares próximos a fim de obter mais informações sobre esses sujeitos, embora o registro seja de outros fotógrafos, os quais também se destacaram na província do Maranhão e que provavelmente também serão investigados no decorrer da pesquisa. Ao todo, foram selecionados 14 retratos, sendo grande parte deles cartões de visita em preto e branco. Todos foram armazenados, bem como suas respectivas informações, quanto ao arquivo do qual procede e coleção à qual pertence, fotógrafo, local, data e dimensões em centímetros.

Por fim, foram realizadas a transcrição dos documentos manuscritos identificados, os quais foram: Os registros de batismo e casamento de Hygino Soares; o registro de óbito de Filomeno Gonzales; e a análise do Recenseamento da População da cidade de S. Luís do Maranhão (1855) e o *Relatorio e documentos apresentado ás costas pelo Ministro e Seretario d'Estado dos negocios da fazenda na*

sessão de 23 de janeiro de 1865 - Lisboa: Imprensa Nacional 1865. Documentos localizados nos arquivos digitais da Arquidiocese de São; do BPAR, e da Universidade de Princeton.

Resultados

Com os resultados da pesquisa foram produzidos um material didático no formato digital e uma produção audiovisual de média duração, os quais encontram-se disponíveis digitalmente no site da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA.

Figura 3 e 4 - Interface do paradidático produzido com os resultados da pesquisa



Fonte: Acervo Pessoal

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Figura 5 - Interface do audiovisual produzido com os resultados da pesquisa



Fonte: Acervo Pessoal

Os materiais produzidos a partir do projeto foram submetidos à avaliação pelo comitê de julgamento na 17ª edição do Prêmio FAPEMA 2022 - Cientistas do Território Maranhense, na categoria Jovem Cientista, área Ciências Humanas e Sociais. O projeto passou por todas as fases e o orientador da pesquisa e a discente bolsista foram laureados com o “Oscar da Ciência do Maranhão” e a pesquisa, publicada na Revista Inovação da FAPEMA <<https://revista.fapema.br/fotografia-maranhense-no-seculo-xix-um-resgate/>>.

Além disso, decorrente do projeto, foram produzidos, publicados e apresentados artigos científicos em eventos acadêmicos presenciais e à distância.

915

Figura 6 - Troféu Prêmio FAPEMA 2022



Fonte: Acervo Pessoal

Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Figura 7 - Cerimônia de premiação FAPEMA 2022



Fonte: Acervo Pessoal

Conclusão

Em síntese, este estudo enfoca a análise da arte fotográfica e seus desdobramentos no Maranhão oitocentista, a fim de compreender esta expressão artística para além do ato de fotografar, de uma simples fotografia e da contemplação desta. Mas perceber o significado simbólico que a fotografia assumiu e, por conseguinte, influenciou o comércio de retratos no final do século XIX e ao longo do tempo vem se destacando e sendo utilizada também para fins científicos, como fonte de análise histórica, transmissão de conhecimento e conservação da memória individual e coletiva.

No decorrer da pesquisa surgiu a necessidade de realizar algumas alterações em relação à proposta inicial, no que tange a metodologia da pesquisa. A priori, as buscas nos jornais do século XIX se concentraram no levantamento e transcrição de informações sobre a trajetória de vida e atuação profissional de três fotógrafos da província do Maranhão. Quanto às buscas pelas fotografias, houve a inserção de mais acervos no rol de buscas, possibilitando a localização de uma quantidade considerável de fotografias. Além disso, consideramos pertinente investir em uma pesquisa biográfica acerca dos sujeitos retratados, segundo as informações dispostas nos periódicos, para compreender a conjuntura social do Maranhão oitocentista e a relação desta sociedade com o consumo de retratos.

O projeto, fora do âmbito da Universidade, propiciou a circulação e aquisição de saberes e práticas sobre as artes visuais e a cultura da fotografia e do comércio de retratos no Maranhão da segunda metade do século XIX; poderá também, estimular a valoração e preservação da memória sobre o ofício de fotógrafo e a cultura material de fotografias; incentivar a preservação do acervo da Hemeroteca Nacional.

Referências

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: Nota sobre a fotografia. Trad. de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: _____. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Trad. de Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2014.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. (Obras Escolhidas, vol. 1). Trad. de Sergio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. Trad. de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BORGES, Maria Elisa. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 29 out. 2021.

BURKE, Peter. Fotografias e retratos In: _____. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Trad. de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Unesp, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 568-590.

CASTRO, Sílvio Rogério Rocha de; FAGUNDES, Esnel José. Fotografia e imprensa no Maranhão: o início. In: CAMBIASSU – EDIÇÃO ELETRÔNICA. **Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA** – ISSN 2176 – 5111 São Luís - MA, Janeiro/Junho de 2011 - Ano XIX - No 8, p. 142-152.

CATÁLOGO de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. São Luís: Edições Secma, 2007.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Trad. de Marina Appenzeller. 14 ed. Campinas: Papirus, 2012.

EDIÇÕES do Senado Federal. **Cidades históricas; inventário e pesquisa:** São Luís – Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro:** fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** 4 ed. ampliada. São Paulo: Ateliê Editorial. 2020 [1988].

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma.** 2a edição ampliada. Vol I. Edição em recurso digital. São Luís: Edição da autora, 2020.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma.** 2a edição ampliada. Vol II. Edição em recurso digital. São Luís, 2020.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família:** Leitura da Fotografia História. São Paulo: Edusp, 1993.

LIMA, C.. **Caminhos de São Luís:** ruas, logradouros e prédios históricos. São Paulo: Siciliano, 2002.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e MARTINS, José de Souza. A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. In: _____. **Sociologia da fotografia e da imagem.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, José Reinaldo Castro. **Passado e modernidade no Maranhão pelas lentes de Gaudêncio Cunha,** 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e Flagrantes**: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MAUD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. **História e Fotografia**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 263-281.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografias**: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 29-60.

MELLO, Luiz de. **Cronologia das artes plásticas no Maranhão (1842- 1930)**: pesquisa histórica. São Luís: Lithograf, 2004.

MOLETTA, Alex. **Criação de curta-metragem em vídeo digital**: uma proposta para produções de baixo custo. 4 ed. São Paulo: Sammus, 2019.

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário**: Da pré-produção à pós-produção. 3 ed. Campinas: Papirus, 2012.

SCHIAVINATTO, Iara Lins; ZERWES, Erika. A fotografia e o olhar moderno. In: _____. **Cultura visual**: imagens na modernidade. São Paulo: Cortez, 2018. pp. 31-63.

SILVA FILHO, José Oliveira de. **A construção de uma visualidade sobre o Maranhão a partir de álbuns de visitas**, 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Celeste A. **Jornais maranhenses: 1821 – 1979**. São Luís: Sioge, 1981.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed., 2a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 263-281.

CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS SOBRE SUICÍDIO E LESÃO AUTOPROVOCADA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA SAÚDE

Valney Mara Gomes Conde¹
Ana Paula Vieira Ferreira²
Heloisa Cristiny Paixão Pires³
Guilherme Augusto Barros Conde⁴
Maria das Dores Pinheiro⁵

Introdução

O presente estudo buscou caracterizar o perfil epidemiológico de óbitos por suicídio e violência autoprovocada notificadas em jovens adultos no município de Santarém no Oeste do Pará. O suicídio é caracterizado pelo comportamento autolesivo que envolve desde a ideação suicida até a autoagressão fatal, no contexto em que a vítima decide extinguir a própria vida como escape para uma dor psíquica considerada insuportável (SOUZA et al, 2011). Este fato é preocupante, pois vivemos em um contexto, onde as políticas públicas de prevenção do suicídio ainda são muito pouco abordadas no Brasil, pois os entraves desta questão ainda estão no tabu em torno do tema, no atendimento negligenciado, na abordagem sensacionalista da mídia, no acesso aos métodos para cometer suicídio e no abuso de substâncias químicas (MACHADO; LEITE; BANDO, 2014).

O conselho Federal de Psicologia ressalta que existe uma carência de publicações que tratem da importância da atuação do profissional de psicologia na prevenção do suicídio (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Sabe-se que as decisões de saúde pública são subsidiadas por dados epidemiológicos, os quais contribuem para o desenvolvimento e avaliação de intervenções para o controle e prevenção de problemas de saúde (ROUQUAYROL, 2013). Assim torna-se relevante abordar esse estudo, pois o suicídio relaciona-se etiológicamente com uma gama de fatores, que vão desde os de natureza sociológica, psicológica, econômica, política, cultural (BRASIL, 2017).

920

¹ Acadêmica do 10º semestre de Psicologia - Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), conde.mara@gmail.com

² Acadêmica do 10º semestre de Psicologia - Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), anapaulinha_stm@hotmail.com

³ Acadêmica do 10º semestre de Psicologia - Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), cristiny_stm@hotmail.com

⁴ Docente do Curso de Computação – Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), condebaba@gmail.com

⁵ Psicóloga, Docente do Curso de Psicologia - Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES), carneiropinheirom@gmail.com



Diante desse contexto, o estudo buscou como objetivo geral caracterizar os óbitos por suicídio e lesões autoprovocadas em jovens adultos através do SIM e SINAN, no período de 2018 a 2021 no município de Santarém no Oeste do Pará. E tendo como objetivos específicos: identificar as características sociodemográficas dos óbitos por suicídio e lesões autoprovocadas; verificar as causas básicas e os meios utilizados das vítimas de óbitos por suicídio e lesões autoprovocadas. A partir dessa pesquisa teve-se a seguinte hipótese: os jovens de 15 a 29 são mais propensos ao suicídio no município de Santarém no Pará.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, documental e exploratório. A pesquisa foi realizada no município de Santarém/PA, situado ao norte do Brasil, na mesorregião do Baixo Amazonas.

Para atingir os objetivos deste estudo, os dados foram obtidos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) notificados com violência autoprovocada (Anexo A) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) através da declaração de óbito (anexo B) registrados no município de Santarém/PA, no período compreendido entre os anos 2018 a 2021.

Todas as informações utilizadas para identificar os óbitos e as lesões autoprovocadas no município de Santarém estavam no formato DBASE FILE, convertido em planilha do aplicativo Microsoft Excel 2019, para decodificação das informações ali contidas. As variáveis analisadas foram: sexo, idade, raça/cor, escolaridade, local de ocorrência e forma utilizada para cometer a violência autoprovocada. Foram considerados como suicídio, os óbitos causados por lesões autoprovocadas intencionalmente ou envenenamento autoinfligidos com a intenção de morte, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), mediante códigos X60 a X84 no diagnóstico.

Na análise dos dados foi utilizado cálculo de porcentagem utilizando o Microsoft Office Excel®, para apresentação as informações obtidas foram organizadas em gráficos e tabelas. Posteriormente os resultados foram discutidos com base no referencial teórico sobre a temática.

Por não conter manipulação com seres humanos, a pesquisa em banco de dados secundários, cujos dados estão disponíveis publicamente, dispensa aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados e discussão

Distribuição dos suicídios e violência autoprovocadas

Entre os anos de 2018 e 2021, foram registrados 91 casos de suicídio e 66 lesões autoprovocadas (sendo estes valores a somatória entre casos femininos e masculinos), como visto na tabela 1, onde levando em consideração as características sociodemográficas a partir dos registros de entradas nos sistemas de informações SIM e SINAN, observou-se que a maior incidência de

suicídio foi na população masculina ($n=75$; 82,41%) quando comparados as lesões autoprovocadas que foi registrado na população feminina ($n=38$; 57,57%).

Essas informações corroboram outros estudos que demonstram a predominância do sexo masculino no suicídio, variando de 3,0 a 7,5 entre os sexos, no mundo (NOCK et al., 2008). Embora as mulheres sejam propensas a tentar o suicídio mais vezes, os homens têm êxito mais frequente. Isso também demonstra a expressividade da ocorrência do suicídio em homens no Brasil, confirmando a tendência mundial de que são três vezes mais propensos do que as mulheres a cometer suicídio, até pelo motivo de utilizarem métodos mais letais (MACHADO; SANTOS, 2015).

Apesar do número de casos de ideação e tentativas de suicídio ser maior entre as mulheres (FERREIRA, 2019), os homens apresentam maior risco de morte por suicídio, tal fator pode estar associado ao emprego de métodos mais letais entre esses indivíduos (NOCK et al., 2008). Segundo o Boletim Epidemiológico publicado em 2021 pelo Ministério da Saúde, corrobora essa explicação e aponta que “homens apresentam um maior risco de morte por suicídio em relação às mulheres. Não obstante, mulheres apresentam maiores prevalências de ideação e tentativas de suicídio”. Fato que corrobora com os resultados encontrados nessa pesquisa, visto que o número de óbitos entre os homens foi consideravelmente maior.

A figura 1 mostra o número de vítimas por morte por suicídio e lesões autoprovocadas no período de 2018 a 2021. Houve um aumento gradual de notificações de lesões autoprovocadas nos anos estudados, porém o número de morte se manteve elevado. Além disso, é necessário destacar que o período analisado inclui os anos de 2020 e 2021, os quais foram anos de pandemia e isolamento social. Observou-se que no ano de 2020 apenas 5 notificações por lesão autoprovocada foram registradas. Contudo no ano de 2021, observou-se um aumento no número de registros expressivo por lesão autoprovocada (37) quando comparado ao ano 2020, uma ocorrência de 7,4 vezes o número de notificações registradas no ano anterior. Nesse contexto, pesquisas emergentes apontam para as consequências para a saúde mental da pandemia da COVID-19 como sendo diferentes das pandemias anteriores, com sintomas de ansiedade, depressão e estresse sendo comuns (KUMAR; NAYAR, 2020) na população em geral. É necessário levar em conta a magnitude da pandemia, seja quanto ao número de mortos e imposição de políticas de distanciamento social, ou ainda quanto às medidas de bloqueio e isolamento, as quais impactaram de forma substancial no âmbito social e econômico. As medidas de distanciamento físico e a quarentena podem associar-se à solidão (BRODEUR et al., 2020), o qual apresenta-se como fator de risco para automutilação e suicídio nas mais diversas faixas etárias (ZORTEA et al., 2020).

Figura 1 - Distribuição dos Óbitos por Suicídio e Lesões Autoprovocadas segundo o ano de notificação na cidade de Santarém, no período de 2018 a 2021.



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de informação de agravos de notificação (SINAN)
 Elaborado pelos autores, 2023.

Caracterização dos suicídios e violência autoprovocadas

O estudo mostra na tabela 1, que houve predominância para jovens e adultos jovens quanto à faixa etária das notificações registradas tanto para mortes por suicídio quanto nas lesões autoprovocadas. Nos óbitos por suicídio registrados, a somatória dos grupos de 15 a 19 anos e 20 a 29 foram ($n=15$; 16,48 e $n=31$; 34,06%) representando 50,54% do total de casos registados no SIM. Para as lesões autoprovocadas observou-se que a maior vulnerabilidade, mais de 36,36% das notificações, ocorreu nos indivíduos jovens adultos, com faixa etária entre 20 a 39 anos. A segunda faixa etária que se destacou foi a de 15 e 19 anos, com cerca de 22,72% das notificações. A soma das duas categorias dos grupos de 15 a 19 anos e 20 a 29 (22,72% e 36,36%) representam 59,08% do total no SINAN.

Segundo o Ministério da Saúde (MS) nos anos de 2011 e 2018, a faixa etária que compreende jovens de 15 a 29 anos foi a mais afetada. Em 2018, os jovens foram 47,32% das vítimas de episódios de violência autoprovocada e destes 44.990 casos, 39,9% deles foram tentativa de suicídio. Em todos os casos, mulheres também foram maioria, estes das corroboram com nosso estudo. É possível que os altos índices de suicídio nos jovens brasileiros podem estar relacionados a uma situação profissional desfavorável como desemprego, capacitação insuficiente, aumento da competitividade no mercado de

trabalho, aumento do consumo de drogas, assim como práticas impulsivas de automutilação, que os tornam particularmente vulneráveis a sofrimento psíquico e ao risco de suicídio (LOVISI et al, 2009; DE ARRUDA et al., 2021; SILVA et al., 2021)

Além disso, nos estudos de Goncalves e Silva (2021) as causas externas de morbimortalidade mostram que a principal causa de morte são cometidas por homens, sendo elas mais prevalentes em adultos jovens, solteiros e com baixo nível de escolaridade, estudo este que vem corroborar com os achados no nosso estudo.

Tabela 1 - Distribuição dos Óbitos por Suicídio e Lesões Autoprovocadas segundo características sociodemográficas das vítimas notificadas na cidade de Santarém, no período de 2018 a 2021.

Variável	Óbitos por Suicídio (SIM)		Lesão Autoprovocada (SINAN)		
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	
Gênero	Masculino	75	82,41	28	42,42
	Feminino	16	17,58	38	57,57
	Total	91	100	66	100
Idade	4-9 anos	-	-	1	1,51
	10-14 anos	1	1,09	12	18,18
	15-19 anos	15	16,48	15	22,72
	20-29 anos	31	34,06	24	36,36
	30-39 anos	13	14,28	9	13,63
	40-49 anos	6	6,59	-	-
	50-59 anos	8	8,79	2	3,03
	60 e mais	17	18,91	3	4,54
Total	91	100	66	100	
Raça/Cor	Branca	4	4,39	7	10,60
	Preta	2	2,19	5	7,57
	Amarela	-	-	1	1,51
	Parda	85	93,40	48	72,66
	Indígena	-	-	5	7,57
	Total	91	100	66	100
Estado Civil	Solteiro	61	67,03	45	68,18
	Casado	20	21,97	12	18,18
	União Consensual	3	3,29	-	-
	Viúvo	2	2,19	2	3,03
	Separação Judicial	5	5,49	-	-
	Ignorado	4	4,39	7	10,60
	Total	91	100	66	100

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de informação de agravos de notificação (SINAN). Elaborado pelos autores, 2023.

Como pode ser visto na tabela 1, a raça/cor mais predominante das vítimas por suicídio foi a parda (n=85; 93,40%) e nas vítimas por lesões autoprovocadas (n=48; 72, 66%) se autodeclararam pardas também. Destaca-se ainda quanto as lesões autoprovocadas notificadas, que o percentual de negros (somando-se os que se autodeclararam pretos e pardos) foi de 80,23%, ou seja, 69,63% mais alto que o percentual de vítimas da cor branca.

Na tabela 1, observa-se também com relação ao estado civil das vítimas por suicídio que a maioria eram solteiros (n=61; 67,03%), bem como nas vítimas de lesões autoprovocadas (n=45; 68,18%). Na tabela 2, evidenciou-se com relação à escolaridade da vítima o óbito por suicídio, que houve maior incidência no grupo 8 a 11 anos (n=38; 41,75%) seguido de 4 a 7anos (n=27; 29,67%). Já para as vítimas por lesões autoprovocadas na tabela 3, houve maior predominância no grupo de 5ª a 8ª série incompleta do Ensino fundamental (n= 10; 15,15%) seguido de ensino médio incompleto (n=7; 10,60%).

Tabela 2 – Dados por Óbitos por Suicídio segundo a variável escolaridade das vítimas notificadas na cidade de Santarém, no período de 2018 a 2021.

Variável	Óbitos por Suicídio (SIM)	
	n	%
Escolaridade	Nenhuma	6, 6,59
	1 a 3 anos	14, 15,38
	4 a 7 anos	27, 29,67
	8 a 11 anos	38, 41,75
	12 e mais	6, 6,59
	Total	91, 100

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de informação sobre Mortalidade (SIM)
Elaborado pelos autores, 2023.

Contudo, observa-se na tabela, que (n=41; 62,12%) foram ignorados para a escolaridade. É necessário ressaltar que há um viés no presente dado, uma vez que o sistema do SINAN disponibiliza apenas os dados em relação à ocorrência do caso (relatado como “sim” nas tabelas de classificação) e não aponta as não ocorrências, o que acaba por reduzir a confiabilidade do dado.

Tabela 3 – Dados por Lesões Autoprovocadas segundo a variável escolaridade das vítimas notificadas na cidade de Santarém, no período de 2018 a 2021.

Escolaridade	Lesão Autoprovocada (SINAN)	
	<i>n</i>	%
Analfabeto	-	-
1ª a 4ª série incompleta do EF	-	-
4ª série completa do EF	-	-
5ª a 8ª série incompleta do EF	10	15,15
Ensino fundamental completo	2	3,03
Ensino médio incompleto	7	10,60
Ensino médio completo	3	4,54
Educação superior incompleta	1	1,51
Educação superior completa	1	1,51
Ignorados	41	62,12
Total	66	100

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de informação de agravos de notificação (SINAN)
Elaborado pelos autores, 2023.

No que tange ao local de ocorrência, vale destacar que a própria residência representou ($n=70$; 76,92%) nas mortes autoprovocadas, seguido por outros locais de ocorrência ($n=10$; 10,98%). Quanto aos dados encontrados de acordo com o local de ocorrência para as vítimas de Lesões Autoprovocadas, observou-se maior incidência também em residências (84,84%), seguido de vias públicas (6,06%). Os dados encontram-se detalhados na Tabela 4, apresentados de frequência absoluta (n) e frequência relativa (%).

Os estudos de Santana et al (2022), mostram que 50% das mortes por suicídio ocorrem nas residências no município de Vilhena – RO, o que corrobora aos achados encontrados em nossa pesquisa quando ao número de morte autoprovocadas que foram predominantemente no domicílio (76,92%).

Tabela 4 - Dados por Local de Ocorrência das vítimas por Óbitos por Suicídio e Lesões Autoprovocadas no município de Santarém, no período de 2018 a 2021.

Variável	Óbitos por Suicídio (SIM)		Lesão Autoprovocada (SINAN)	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Residência	70	76,92	56	84,84
Hospital	8	8,79	-	-
Escola	-	-	1	1,51
Via pública	3	3,29	4	6,06
Outros	10	10,98	-	-
Ignorados	-	-	4	6,06
Total	91	100	66	100

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de informação de agravos de notificação (SINAN)
Elaborado pelos autores, 2023.

Observa-se na tabela 5, quanto as causas básicas, o estudo apontou um número alarmante de óbitos por lesões autoprovocadas intencionalmente, o enforcamento ($n=86$; 94,48%), como principal causa de óbito.

Os achados dessa pesquisa reforçam quanto as causas básicas quando relacionados no Brasil, onde o enforcamento aparece como o meio mais utilizado. Segundo Ministério da Saúde em relação ao perfil de óbitos por suicídio no Brasil, no período de 2011 a 2015, levantou como meios mais utilizados o enforcamento, a intoxicação exógena e o disparo por armas de fogo (BRASIL, 2017) e, nesse sentido, a OMS enfatiza que a restrição do acesso aos meios que o indivíduo pode utilizar para cometer suicídio, como agrotóxicos, pesticidas e armas se constitui importante estratégia de prevenção (SILVA, 2019).

Tabela 5 – Dados por Causas Básicas das vítimas por Óbitos por Suicídio no município de Santarém, no período de 2018 a 2021.

Variável	Óbitos por Suicídio (SIM)	
	<i>n</i>	%
Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento , estrangulamento e sufocação – residência	25	27,47
Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento , estrangulamento e sufocação - local não especificado	59	64,83
Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento , estrangulamento e sufocação - outros locais especificados	1	1,09
Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento , estrangulamento e sufocação - habitação coletiva	1	1,09
Causas Básicas Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada – residência	1	1,09
Lesão autoprovocada intencionalmente pela fumaça, pelo fogo e por chamas – residência	1	1,09
Lesão autoprovocada intencionalmente por objeto contundente - local não especificado	2	2,19
Auto-intoxicação intencional por outros gases e vapores - outros locais especificados	1	1,09
Total	91	100

928

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de informação sobre Mortalidade (SIM)
 Elaborado pelos autores, 2023.

Quanto ao meio empregado para as lesões autoprovocadas na tabela 6, o presente trabalho apontou envenenamento (24,24%) como principal meio, seguido de enforcamento (22,72%). Contudo, frente à lesão autoprovocada, também com considerável incidência, é válido destacar que o trabalho de Silva et al (2021), indicou que houve aumento significativo nos casos notificados de óbitos por lesão autoprovocada intencionalmente no estado do Paraná, no período de 2009 a 2018, o que corrobora aos achados no presente estudo.

Tabela 6 – Dados por Meio Empregado das vítimas por lesões autoprovocadas no município de Santarém, no período de 2018 a 2021

Variável	Lesão Autoprovocada (SINAN)	
	n	%
Meios Empregados	Envenenamento	16 24,24
	Enforcamento	15 22,72
	Obj. perfuro cortante	15 22,72
	Outros meios	12 18,18
	Forç corp. espanc	5 7,57
	Arma de fogo	1 1,51
	Subs Obj Quente	1 1,51
	Total	66 100

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de informação de agravos de notificação (SINAN)
 Elaborado pelos autores, 2023.

Apesar das limitações da presente pesquisa pois, apesar de haverem números altos frente aos índices de notificação no SINAN, o sistema de acesso aos dados não é claro quanto aos números, bem como há alta incidência de informações reportadas como “ignorado ou em branco”, o que não é transparente quanto à forma de classificação das ocorrências dentro destes parâmetros.

É necessário alertar para o aperfeiçoamento dos sistemas de informações, bem como, uma visualização de dados mais precisos para aprimoramento do combate ao sofrimento de grupos de risco evidenciados, faz-se necessário em todos os níveis relacionados a elaboração e efetividade de propostas eficientes no cenário atual ligado as notificações de morte autoprovocada e violência autoprovocada no município de Santarém-Pa.

929

Considerações finais

O estudo buscou analisar aspectos epidemiológicos de suicídios e lesões autoprovocadas em jovens adultos no município de Santarém no Oeste do Pará, no período de 2018 a 2021.

A pesquisa revelou ainda que maioria de vítimas no município de Santarém/PA por óbito por suicídio eram do sexo masculino, quanto as lesões autoprovocadas a maior vulnerabilidade foram para as mulheres. Além disso, mostrou que as vítimas por suicídio procuraram o enforcamento como meio de acesso, seguido de envenenamento. A maioria das vítimas possuíam ensino fundamental incompleto, a cor/raça parda como a maior acometida. Todos os dados resultantes do trabalho, representam a especificidade das áreas de caracterização de perfil

epidemiológico que merecem refinamento como propostas de prevenção a violência promovidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Com isso, ressalta-se a importância da compreensão das causas dos óbitos por suicídio e lesões autoprovocadas para que possam direcionar programas e ações de prevenção com estratégias mais eficientes, seja com medidas a fim de limitar o acesso a esses métodos, seja com a identificação precoce dos indivíduos com alto risco para prestar-lhes assistência integral, a fim de mitigar e prevenir a violência autoinfligida e, conseqüentemente o suicídio.

Referências

BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil**, 2017.

BRODEUR, Abel et al. Avaliando o impacto do bloqueio do coronavírus na infelicidade, solidão e tédio usando o Google Trends. Pré-impressão do arXiv arXiv:2004.12129, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do Psicólogo**. Brasília-DF, 2005.

DA SILVA, André Inácio et al. Análise histórica de óbitos por lesões autoprovocadas intencionalmente no estado do Paraná segundo dados do DATASUS. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e561101120001-e561101120001, 2021.

DE ARRUDA, Laís Eduarda Silva et al. Lesões autoprovocadas entre adolescentes em um estado do nordeste do Brasil no período de 2013 a 2017. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 105-118, 2021.

FERREIRA.L. **Porque mulheres tentam mais e homens são as principais vítimas de suicídio**. 2019.

GONÇALVES, Erik Tavares; SILVA, José Jairo Teixeira da; TEIXEIRA, José Jairo. Morbimortalidade masculina por causas externas no Brasil: 2009-2018. **Rev. Enferm. UFPE on line** [internet], 2021.

KUMAR, Anant; NAYAR, K. Rajasekharan; KOYA, Shaffi Fazaludeen. COVID-19: Desafios e suas consequências para os cuidados de saúde rurais na Índia. **Saúde Pública na Prática**, v. 1, p. 100009, 2020.

LOVISI GM, Santos AS, Legay L, Abelha L, Valencia E. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Rev Bras Psiquiatr**. 31(2): 86-94 5, 2009.

MACHADO DB, SANTOS DN. Suicídio no Brasil, de 2000 a 2012. **J bras psiquiatr** [online]; 64(1): 45-54, 2015.

NOCK MK, BORGES G, BROMET EJ, CHA CB, KESSLER RC, LEE S. Suicide and suicide behavior. **Epidemiol Rev**; 30:133- 54, 2008.

ROUQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. **Rouquayrol epidemiologia & saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

SANTANA, Elaine Modesto et al. Perfil dos óbitos por lesão autoprovocada intencionalmente no município de Vilhena-RO. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 7, p. 51910-51922, 2022.

SILVA, Lucía. Suicídio entre crianças e adolescentes: um alerta para o cumprimento do imperativo global. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, p. III-IVI, 2019.

SILVA, Paula Jordana da Costa et al. Perfil epidemiológico e tendência temporal da mortalidade por suicídio em adolescentes. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 70, p. 224-235, 2021.

SOUZA VS, ALVES MS, SILVA LA, LINO DCSF, NERY AA, CASOTTI CA. Tentativas de suicídio e mortalidade por suicídio em um município no interior da Bahia. **J Bras Psiquiatr** [online]. 60 (4): 294-300, 2011.

ZORTEA, Tiago C. et al. O impacto das emergências de saúde pública relacionadas a doenças infecciosas no suicídio, comportamento suicida e pensamentos suicidas. **Crise**, 2020.

DEMANDAS SOCIAIS TRAZIDAS PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I A PARTIR DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVIRUS

Eliane Christine Santos de Campos¹
Barbara Hawthorne Cordeiro²
Thiago Henrique Bocon Teixeira³
Gabriela Pereira de Souza⁴

Introdução

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na garantia de direitos e um passo importante para a universalização da cidadania em nosso país, apesar de até hoje, passados 32 anos, ainda estarmos em processo de construção de um país menos desigual.

Para Cardoso Jr. e Jaccoud (2009), os direitos às políticas sociais de responsabilidade estatal implementadas no Brasil a partir da década de 1990 foram fundamentais para o país avançar em várias frentes: enfrentamento à miséria, à pobreza e à fome.

Entretanto estas políticas sociais, numa perspectiva de proteção social como constitucionalmente previsto, sofrem constantes ataques. Concordando com Jaccoud (2016), assistimos nos últimos anos no debate público ao recrudescimento das críticas às políticas sociais.

Contudo, apesar de tais questionamentos, Cardoso Jr. e Jaccoud (2009) defendem a presença efetiva do Estado em países de capitalismo periférico como o Brasil. Desta forma ressaltam a importância da defesa das políticas sociais para o país diante da precariedade, vulnerabilidade, pobreza e exclusão da grande parte da população brasileira.

No que se refere à Política de Assistência Social, Pereira (2000) destaca que essa foi a área que mais se diferenciou das demais, tendo em vista que obteve o seu reconhecimento como direito, abrindo a possibilidade de rompimento com a tradição do assistencialismo e da segmentação. Foi regulamentada em 1993, com a promulgação da Lei 7.212/93 – Lei Orgânica da Assistência

932

¹ Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo. Docente da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: elianecampos@uel.br

² Discente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista Iniciação Científica – Fundação Araucária - E-mail: barbara.hawthorne@uel.br

³ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista Iniciação Científica – Fundação Araucária - E-mail: thiago.henriqueb@uel.br

⁴ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista Iniciação Científica – Fundação Araucária - E-mail: gabriela.psouza@uel.br



Social (LOAS) que, entre outras atribuições, estabelece a garantia de provisão de ações voltadas para o atendimento “a família, gestantes, nutrizes, crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência, desempregados afetados em suas necessidades básicas” (Brasil, 1993, p. 2).

Como política de proteção social, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) orienta-se pelos princípios da:

I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (CRONEMBERG E TEIXEIRA, 2015, p. 33).

A PNAS avançou, ainda, na definição de dois níveis de proteção, a básica e a especial, vinculadas a equipamentos públicos específicos. A proteção básica é destinada à população em situação de vulnerabilidade social e fragilização de vínculos sociais e tem o Cras como órgão responsável pelos atendimentos. Também no âmbito da proteção especial, houve expressiva expansão de unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), mas sem perspectiva de universalização (JACCOUD, BICHIR E MESQUITA, 2017).

Segundo os autores, com base nesse arranjo institucional, o governo federal deve orientar os entes subnacionais, em particular os municípios, sobre as direções prioritárias da PNAS. De modo mais específico, são definidos parâmetros mínimos para a implementação local dos serviços.

Bichir e Stichi (2020) ressaltam que o processo de construção de capacidades para formular e implementar ações na política de assistência social, com destaque à disseminação de uma rede de equipamentos públicos, têm grande capilaridade nos municípios brasileiros.

De acordo com dados do Censo SUAS de 2019, são 8.360 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que atendem famílias em situação de vulnerabilidade e realizam o registro das famílias no Cadastro Único; 2.664 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que atendem indivíduos e famílias em situação de violência ou com direitos violados; e 228 Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP). São 20.369 as entidades sem fins lucrativos inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social e integrantes da rede socioassistencial, com expertise no atendimento de diferentes tipos de público e na atuação em territórios particularmente vulneráveis. Operando essa rede de atendimentos, há mais de 500 mil trabalhadores, que atuam em diferentes linhas de frente essenciais para minimizar os efeitos perversos – e desigualmente

distribuídos – da pandemia, seja na realização do Cadastro Único, seja no atendimento da população em situação de rua, por exemplo. (p.2)

Construir capacidades de implementação de políticas, por meio de redes capilares que cheguem a públicos particularmente vulneráveis, demanda não só tempo, mas priorização política e investimentos significativos, tanto financeiros como em recursos humanos qualificados para atuar na ponta. Porém, segundo Bichir e Stichi (2020), transformações recentes na agenda política nacional têm implicado retrocessos. De 2016 para cá, com o congelamento das despesas primárias da União por 20 anos, por meio da EC 95/2016, houve queda nos investimentos na área. Os serviços observaram queda de 35% já no segundo ano do Novo Regime Fiscal, mas a restrição orçamentária atingiu também as despesas obrigatórias para pagamento dos benefícios de transferência de renda – BPC e PBF, gerando, como consequência, os efeitos de represamento na concessão de benefícios e as filas amplamente noticiadas. Os recursos atualmente autorizados no orçamento são insuficientes inclusive para os benefícios já concedidos. A situação fica ainda mais grave quando a extrema pobreza aumenta – 13,5 milhões de pessoas, de acordo com dados de 2018 do IBGE – e os programas de transferência de renda não são tempestivamente acionados para cumprir sua função protetiva.

O esvaziamento da agenda do SUAS no âmbito federal traz de volta o risco do paralelismo e da sobreposição de ações, com retorno a práticas voluntaristas e fragmentadas, contrárias às diretrizes constitucionais da assistência social. Mesmo a regulamentação recente da renda emergencial integra-se somente de modo parcial e limitado às estruturas do SUAS, gerando, inclusive, efeitos de confusão para a população, seja devido à decisão de não compartilhar o bônus político do pagamento do benefício com os gestores locais, seja por desconhecimento da estrutura do SUAS. Cabe lembrar que provisões suplementares e provisórias para famílias em situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, como a renda emergencial, estão definidas na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como benefícios eventuais que deveriam integrar as garantias do SUAS, o que não se verifica no atual regimento. (BICHIR e STICHI, 2020)

O desmonte intensificado a partir de 2016 vai se deparar com a crise sanitária no início de 2020 - pandemia do Novo Coronavírus - de dimensões incalculáveis trazendo mudanças econômicas, sociais, culturais a nível mundial e impactos significativos para o Brasil.

Segundo a Oxfam, a pandemia do Novo Coronavírus poderá jogar mais de 500 milhões de pessoas para a pobreza, caso os governos não atuem imediatamente para socorrer a renda e emprego de setores inteiros de suas economias. O alerta está sendo lançado pela entidade a partir de um estudo que pede que governos, Banco Mundial, FMI e o G-20 se coloquem de acordo para resgatar milhões de pessoas.

No Brasil, estudos iniciais realizados pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) demonstram que a pandemia do Novo Coronavírus (pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2), vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias.

Segundo dados disponibilizados pela Fiocruz a estimativa de infectados e mortos

concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros.

Além disso, a necessidade de ações para contenção da mobilidade social como isolamento e quarentena, bem como a velocidade e urgência de testagem de medicamentos e vacinas evidenciam implicações éticas e de direitos humanos que merecem análise crítica e prudência. (p. 1)

Face à pandemia de COVID-19, as provisões da política de assistência social se mostram essenciais, inclusive do ponto de vista da mobilização de estruturas de implementação que foram sendo consolidadas nos últimos anos. Os trabalhadores do SUAS são responsáveis por assegurar operações ágeis e procedimentos regulados para a atenção excepcional junto aos mais vulneráveis, em especial à população que não possui condições básicas para sua sobrevivência cotidiana através do trabalho. Entretanto, é necessário fortalecer a coordenação e a governança dessa rede socioassistencial, evitando dispersão, fragmentação e sobreposição de ações, além da falta de investimentos adequados.

O enfrentamento da crise atual é uma excelente oportunidade para consolidar e ampliar estruturas de proteção social que vêm instituídas desde a Constituição de 1988, em diferentes áreas, tanto em termos de proteção universal, como o SUS, como na articulação de universalidade e equidade, olhar para os mais vulneráveis, como no caso do SUAS. O grande desafio é construir ampla coalizão de apoio a essas estruturas, para além de esforços conjunturais, consolidando não só a noção direito à proteção social, mas garantindo investimentos para sua manutenção.

É partindo desta conjuntura é que o presente projeto foi sendo construído visando compreender as mudanças trazidas para os territórios vulneráveis e identificar demandas sociais que exigirão intensificação das ações de proteção básica nos municípios de pequeno porte I localizados na Região Geográfica Imediata de Londrina, esta composta por vinte e três municípios dos quais dezesseis são considerados pequeno porte I. Esse reconhecimento propiciará compreender limites e possibilidades impostos às gestões de municípios de pequeno porte.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória que utilizará prioritariamente fontes documentais, visando monitorar as mudanças trazidas para a sociedade brasileira a partir de uma questão de saúde pública e os desdobramentos para a gestão pública particularmente para a gestão do SUAS em municípios de pequeno porte I.

Objetivos

Geral: Identificar as demandas sociais trazidas para a gestão da política de assistência social a partir da pandemia do novo coronavírus, nos municípios de pequeno porte I localizados na Região Geográfica Imediata de Londrina.

Específicos:

Mapear os territórios vulneráveis nos municípios de pequeno porte I localizados na Região Geográfica Imediata de Londrina.

Caracterizar as demandas sociais apresentadas aos serviços de proteção social básica a partir do reconhecimento da pandemia novo coronavírus.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa seguiremos etapas metodológicas interrelacionadas: Nivelamento teórico conceitual; revisão bibliográfica, pesquisa documental, sistematização e análise dos dados e elaboração do relatório final

A coleta de dados será realizada em fontes secundárias, ou seja, documental. Em relação a fonte secundária, considerando a obrigatoriedade dos municípios com a gestão do SUAS, com a participação da sociedade civil organizada, serão selecionados para análises os dados contidos nos dois últimos censos Suas (2019 e 2020), os documentos pertinentes a gestão municipal (planos municipais e relatórios de gestões – 2019, 2020), entre outros dados disponibilizados em sites oficiais ou outras formas de publicização.

Vale ressaltar que os conhecimentos de tais documentos, determinantes para operacionalização da política, contemplam as necessidades e determinações colocadas aos gestores e trabalhadores envolvidos nesses processos.

Região a ser priorizada no estudo:

O estado do Paraná foi dividido geograficamente pelo IBGE em dez mesorregiões, que por sua vez abrangiam 39 microrregiões, segundo o quadro vigente entre 1989 e 2017.

Em 2017, o IBGE extinguiu as mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro, com novas divisões denominadas, respectivamente, regiões geográficas intermediárias e imediatas.

Considerando essa nova divisão e escolha intencional pela Região Geográfica denominada Imediata de Londrina contempla 23 municípios destes 16 são considerados de pequeno porte I e serão priorizados nesse estudo (Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Centenário do Sul; Florestópolis, Guaraci, Jaguapitã, Lupionópolis, Mirassolva, Pitangueiras, Porecatu, Padro Ferreira, Primeiro de Maio, Sertãoópolis, Tamarana). A escolha intencional da região segue os seguintes critérios: pela proximidade geográfica, proximidade com gestores e número de habitantes que contemplam os diferentes portes.

Os dados coletados subsidiarão a formação de um banco de dados subsidiando novas pesquisas. A tabulação e análise dos dados serão feitas através de unidades de análise retiradas e definidas à luz do marco teórico apreendido e refletido. Por fim a preparação e elaboração do relatório de pesquisa.

Resultados parciais

O reconhecimento da essencialidade da Política de Assistência Social é de suma importância tanto para uma conjuntura pandêmica ou fora dela, haja vista as possibilidades de agravamento da pobreza demonstrados através desse estudo. O aumento dos casos de violações de direitos e de violências no grupo familiar cresceram substancialmente, e nesse contexto, ter uma rede socioassistencial organizada, que adote medidas para a proteção da população, ao mesmo tempo estar voltada para a continuidade das suas ofertas e a garantia dos direitos sociais, deve ser imperativo.

Com a instauração da pandemia, o Governo Federal adotou medidas, criou leis e normativas no que diz respeito à contenção viral e a outros determinantes. Dentre várias, destaca-se aqui o Decreto nº 10.282 que regulamenta a Lei nº 13.979 definindo os serviços públicos e as atividades essenciais, considerando a assistência social serviço público essencial.

Aspectos apontados no estudo apontou até o momento: aumento significativo do número de pessoas inscritas no CadÚnico; no início da pandemia todos os municípios decretaram situação de calamidade; aumento na procura por benefícios eventuais, de maior demanda por cesta básica; aumentos na busca pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV que já apresentava uma lista de espera; aumento nas demandas para encaminhamentos no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, relacionados ao aumento da violência e aumento de tentativa de suicídio entre o público adolescente; o aumento das demandas para a gestão dos municípios estudados se deparou com uma organização administrativa precária, com poucas equipes, com falta de novos profissionais contratados devido à falta de novos concursos. Isso leva-se a entender o quanto os serviços estão defasados e fragilizados, demonstrando que de fato o sistema protetivo não é universal, e sim focalizado, pontual e desarticulado, não dando conta de atender no caso desses municípios estudados, suas demandas.

Em relação ao aporte de recursos financiados pelo Governo Federal, com objetivo de mitigar a vulnerabilidade já instalada e aumentar a capacidade de atendimento para as famílias, todos os municípios aderiram ao crédito.

No que diz respeito ao número de beneficiados com o Auxílio Emergencial nos municípios, é possível analisar que a demanda aumentou exponencialmente, ficando evidente o empobrecimento, causando impactos à gestão, por falta de recursos e apoio do Governo Federal. Houve descentralização da Política de Assistência Social com intuito de possibilitar maior flexibilidade e autonomia para os municípios, toda via essa estratégia não foi acompanhada de aumento no aporte de recursos financeiros, deixando os municípios mais fragilizados econômica e socialmente.

Vale ressaltar que cada município deve ter em seu Plano a descrição dos benefícios eventuais e estar preparado para ofertá-los, provando que é um instrumento que deve estar totalmente desconectado do viés assistencialista e de benevolência, pois os benefícios eventuais são um direito, de todo cidadão que precisar, sem critérios e condicionalidades de renda.

Segundo as informações dos técnicos dos municípios, há uma sobrecarga de trabalho aos profissionais pela excessiva demanda pelos serviços tanto da Proteção Básica quanto da Especial, especificamente no CREAS, com o aumento das diferentes formas de violências e consumo de drogas ilícitas entre os adolescentes, o que nos leva a inferir que afeta significativamente a demanda da gestão.

Destaca-se a importância dos municípios de pequeno porte 1 serem estudados e analisados a partir de seus territórios e de suas especificidades, pois ficou evidente que com a crise sanitária houve impactos significativos para a gestão, pois estavam despreparados economicamente bem como em capacidade de oferta de serviços à luz da proteção social, materializado na crescente demanda nos serviços e benefícios, no desgaste dos profissionais e no aumento da vulnerabilidade e pobreza da população.

938

Referências

BICHIR, R. e STUCHI, C. G. A assistência social e a pandemia: contribuições de uma política relegada. O SUAS possui uma rede de proteção robusta, mas pouco valorizada, para estruturar o combate à pandemia. <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/a-assistencia-social-e-a-pandemia-contribuicoes-de-uma-politica-relegada>. Acesso em 08.05.20

BRASIL, 1993. Lei nº 8742. Lei Organiza de Assistência Social (LOAS)

CARDOSO J. C. e JACCOUD L. Políticas sociais no brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACOUND, L (ORG). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. IPEA, Brasília, 2009.



CRONEMBERGER, I. H G M e TEIXEIRA, S. M. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. Pensando fam. [online]. 2015, vol.19, n.2, pp. 132-147. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a11.pdf>

JACCOUD, L. **Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios**. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

_____ A desigualdade e a política social no debate sobre reforma fiscal
<https://plataformapoliticasocial.com.br/a-desigualdade-e-a-politica-social-no-debate-sobre-reforma-fiscal/>. Acesso em 05/05/2020

JACCOUD, L.; BICHIR, R.; MESQUITA, A.C. O SUAS na proteção social brasileira. In: Novos estudos. São Paulo: Cebrap, 2017.

PEREIRA, P. A. P. Necessidades humanas - Subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez. 2000.

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELO PROJETO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR NA CIDADE DE INCONFIDENTES - MG

Ana Paula Felix¹
Eduarda Oliveira Reis²

Introdução

Segundo Pádua (2002) a devastação ocorrida no século XVIII e XIX no Brasil foi causada tanto pela economia predatória dos portugueses, como a exploração de minérios, madeiras e desbarate das florestas para instauração de cultivos, quanto a desvalorização da natureza não-humana com uma visão pragmática e utilitarista, de modo que o desmatamento e a destruição dos recursos naturais não eram levados em consideração, uma vez que eram julgados inesgotáveis ou definidos como um ônus pago pelo desenvolvimento. Apesar da maioria da população da época possuir um pensamento retrógrado, um grupo de pensadores e críticos ambientalistas surgiram e propuseram um desenvolvimento com proteção da natureza, mas foram desconsiderados pela elite que comandava a colônia (PÁDUA, 2002, p. 06-42).

A partir do processo de urbanização, a população que antes era predominantemente rural se concentraram nas cidades de modo acelerado e desordenado, o que gerou um aumento das atividades antrópicas, outrossim o principal motivo da alteração no modo de produção e consumo é o início da globalização e da capitalização dos serviços pós-guerra, o que marca o início de uma nova era mundial, marcada pela produção em massa e consumismo desenfreado, o que ampliou a exploração indevida dos recursos naturais, gerando resíduos que contaminam o ar, o solo e as águas, e que proporciona um desequilíbrio ecológico que consequentemente afeta a saúde e qualidade de vida do ser humano (FIGUEREDO, VIEIRA & CORREIA MÁXIMO, 2017, p. 97-118).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, p. 131).

¹ Bolsista NIPE, Graduanda em Engenharia Ambiental IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: ana1.felix@alunos.ifsuldeminas.edu.br;

² Orientadora, docente do IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: eduarda.reis@ifsuldeminas.edu.br.

Apesar do que a constituição brasileira determina, segundo o IBGE (2020), 61% dos municípios da Região Sudeste do Brasil apresentaram ocorrências de impactos ambientais, sendo danos como desmatamentos e queimadas, que afetam diretamente o bioma Mata Atlântica, uma vez que é considerada um *hotspot* mundial. Do século XVIII ao XXI não ocorreram mudanças significativas no modo de exploração dos recursos naturais no país, que geram um avanço irreversível da perda das florestas e da biodiversidade dos biomas, afetando o equilíbrio climático e ecológico, que, uma vez alteradas geram diversos danos e catástrofes (MARQUES, 2022, p. 169-184).

As consequências dos impactos ambientais são direcionadas principalmente ao ser humano e aos sistemas de produção agrária, dessa forma, países de “primeiro mundo” buscam modelos e normas para um desenvolvimento sustentável juntamente com os demais países, como o Brasil, uma vez que a Floresta Amazônica é rica em biodiversidade e é considerada uma das florestas mais importantes para o planeta (ZANETTI, 2009, pág. 12-13). Segundo a CNUMAD (1991), o desenvolvimento sustentável não coloca em risco os sistemas naturais que sustentam a vida e, por conseguinte, garante as necessidades básicas das futuras gerações.

A educação ambiental (EA) tem a finalidade de auxiliar na compreensão da importância do meio em que o indivíduo está inserido, levando em consideração os aspectos econômico, social e cultural, em virtude das atividades produtivas que dependem diretamente do meio ambiente, além de ser responsável por conscientizar a população de todas as faixas etárias ao uso consciente dos recursos do planeta e as consequências danosas que podem atingir níveis internacionais (UNESCO, 1996, 30-33).

A lei nº 9.795 de 1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), evidencia a importância da EA em todos os níveis de ensino e a caracteriza como elemento essencial e permanente da educação nacional, a fim de construir valores sociais, aprendizado e experiências para o indivíduo ou comunidade do qual está inserido sobre a importância do uso consciente dos recursos, de modo que a sociedade alcance um meio de produção sustentável, além da necessidade de proteção do meio biótico e abiótico para a sobrevivência de todos os seres vivos, e estabelece que:

A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental (BRASIL, 1999).

Conforme estabelecido pela PNEA todos os órgãos e instituições de ensino devem implementar em sua grade curricular ações e disciplinas voltadas a EA, usualmente adicionadas como complemento a conteúdos de biologia e geografia, desse modo, não é necessária a criação de uma disciplina voltada somente para a educação ambiental. Além dos sistemas de ensino, atribui

a todos os órgãos públicos nacionais que atuam com EA a implementação das linhas de ação, desenvolvendo criticidade, consciência ética e política, de modo a enfrentar as crises ambientais e compreender o primórdio dos problemas ambientais. Em Minas Gerais ocorreu a implementação do Currículo Referência da Educação Infantil e Ensino Fundamental (CRMG), que tem o objetivo de ofertar educação de qualidade e equidade em todo o estado, a partir de um sistema de educação único, de modo que todos os estudantes, independente de seu município, tenham acesso a mesma qualidade de ensino em todas as disciplinas implementadas pela Base Nacional Comum Curricular. O presente currículo estabelece abordagens para a implementação da EA no estado, sendo estas:

[...] a crítica, que se refere à compreensão e à explicação do processo de produção do espaço geográfico sem se restringir às determinações econômicas; a cultural, que incorpora a explicação perceptiva, subjetiva e contextualizada da diversidade cultural dos espaços geográficos, identificados na tradição, etnia, religião, linguagem, costumes, crenças, gênero e valores; e a socioambiental, que problematiza as graves questões decorrentes das relações contraditórias e conflituosas entre sociedade e natureza, sociedade e espaço, do presente (MINAS GERAIS, 2018, p.523).

As abordagens citadas são asseguradas pela Educação Ambiental, que segundo o currículo de Minas Gerais, auxilia na desglobalização da sociedade, a fim de edificar um modo de vida sustentável, com alteração no comportamento e mentalidade dos estudantes, trabalhando com a região em que a escola está inserida e levando em consideração as particularidades culturais e sociais, além do bioma e ecossistema do local.

Um outro método de realizar a EA é com o uso da Percepção Ambiental, pois, é a maneira de avaliar o modo como o meio ambiente é entendido por diversos indivíduos, sejam adultos ou crianças. A avaliação se dá por meio da observação e interpretação da forma que cada estudante define e entende a natureza.

A percepção é um conhecimento utilizado em Educação Ambiental para que o aluno, a partir de seu campo sensorial, compreenda o seu ambiente, incorporado não só de saberes e de conhecimentos comuns, mas também da riqueza de vivências e experiências emocionais, individuais e coletivas que fazem parte de suas relações sócio-ecológicas (SAPORI & SOUZA, 2015, p. 113-114).

Objetivo

O presente artigo visa refletir sobre as atividades práticas desenvolvidas na escola Centro Educacional Municipal Américo Bonamichi, sendo estas, o plantio de espécies arbóreas nativas na Fazenda Escola do IFSULDEMINAS e reciclagem de papel, além de avaliar a percepção ambiental



dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental atendidos pelo Projeto de Extensão Práticas de Educação Ambiental Escolar a partir dos desenhos confeccionados com tinta natural.

Materiais e Métodos

O presente estudo foi realizado na escola Centro Educacional Municipal Américo Bonamichi (CEMAB), localizada no município de Inconfidentes/MG, possui uma população estimada pelo IBGE (2021) de 7.387 pessoas. Em relação à educação no Município, a taxa de escolarização das crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos de idade é de 95,7% (IBGE, 2010). A escola atende 275 estudantes dos Anos Iniciais.

As atividades foram realizadas pelo projeto de extensão “Práticas de Educação Ambiental Escolar” do IFSULDEMINAS - *Campus* Inconfidentes, com 63 alunos do 5º ano. O projeto aborda temáticas como: cidadania, saneamento básico (resíduos sólidos, drenagem urbana, esgotamento sanitário e abastecimento de água), bem estar animal, recuperação de áreas degradadas, entre outros.

As oficinas participativas têm como foco a discussão em grupo em temas envolvendo as temáticas ambientais, bem como a percepção ambiental do ambiente em que a escola e aluno se inserem, com oficinas de reconhecimento, apresentação, socialização e integração do grupo.

Como atividades lúdicas, foram realizados o plantio de 10 mudas de espécies arbóreas nativas na Fazenda Escola do IFSULDEMINAS com o auxílio dos alunos em uma área de APP (Área de Proteção Permanente), os materiais utilizados foram disponibilizados pelo *Campus*. A atividade de reciclagem foi realizada na escola CEMAB, no qual utilizou-se 6 litros de folhas de caderno já utilizados moídas e diluídas, as crianças realizaram a reciclagem com o auxílio de telas feita de palitos e tecido, sendo necessários cerca de 500 palitos, 2 metros de tecido e cola quente. A pintura ocorreu após a secagem do papel, cada aluno expressou sua ideia de meio ambiente com tintas naturais, extraídas do urucum, argila branca, beterraba, cenoura, açafraão da terra, café, cinza e carvão.

Para a análise qualitativa dos desenhos foi utilizada a técnica de observação para a coleta de dados, onde foram separados e contabilizados conforme a natureza do desenho conforme alguns parâmetros estabelecidos, sendo eles, de Fauna/Flora os quais possuem elementos da fauna ou da flora observados durante as atividades práticas, Natureza e Ação Humana, onde se enquadram os desenhos de paisagens com a inserção do ser humano ou ações antrópicas e o parâmetro Outros, onde se enquadram os demais desenhos.

Resultados

O plantio de espécies arbóreas nativas foi realizado em área de APP (Figura 1), para demonstrar de forma prática a importância das árvores para a proteção dos recursos hídricos, além de utilizar

as mudas para a explicação das partes das plantas e suas funções, 10 mudas foram plantadas na Fazenda Escola do IFSULDEMINAS, sendo as crianças responsáveis pelo plantio, com supervisão da bolsista e dos alunos voluntários, os berços já estavam feitos pelos servidores da fazenda responsáveis pela manutenção do Campus. A atividade abordou a importância das árvores para os seres humanos, como seu funcionamento ocorre e sobre a importância para a proteção de uma Área de Preservação Permanente.

Figura 1: Plantio de espécies arbóreas nativas em área de proteção permanente com os estudantes do 5º ano da escola CEMAB.



944

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A reciclagem de papel realizada na escola CEMAB (Figura 2 e 3), teve como objetivo principal a conscientização referente ao consumo e descarte dos materiais, de forma que as crianças compreendam que nem todo resíduo gerado em casa pode ser considerado lixo, uma vez que podem ser utilizados em outros processos produtivos e na geração de novos produtos, além disso, a realização da reciclagem manual do papel auxiliou na percepção das ações que são realizadas após a separação dos resíduos e destinação as lixeiras de reciclagem. A ação realizada

contribui para a formação de estudantes conscientes das possíveis formas de evitar a contaminação e a degradação do meio ambiente.

Figura 2 e 3: Reciclagem de papel realizada na escola CEMAB pelos estudantes do 5º ano.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

945

O plantio das espécies arbóreas e a reciclagem de papel são ações de aprendizagem ativa, que consiste na ação prática de um conteúdo, dessa forma, além de aprender a teoria em sala de aula, os estudantes aprendem de forma didática, propiciando experiências e vivências referente ao meio ambiente. Outro fator que deve ser levado em consideração são os aspectos cognitivos dos estudantes, dessa forma, após o plantio ocorreu uma discussão referente à experiência vivenciada e como a árvore que o estudante plantou pode trazer benefícios para a cidade de inconfindentes, na reciclagem ocorreu uma roda de conversa sobre os meios de disposição final de resíduos, o quanto podem ser contaminantes ao meio ambiente e a durabilidade dos demais materiais que podem ser reciclados, o diálogo foi o modo de verificar o quanto de informações instruídas antes e durante a atividade foram absorvidas (MOREIRA, 2022, p. 405-416). Além disso, segundo Moreira:

Se não houver diálogo, se o aluno não externalizar os significados que está captando, o professor não tem evidências de se o mesmo está aprendendo ou não. Deve haver uma “negociação de significados”. É um erro ensinar sem participação dialógica do aluno (MOREIRA, 2022, p. 409).

A aprendizagem ativa só pode ser considerada efetiva se o estudante compreendeu a ação realizada e consegue externalizar os métodos utilizados e a importância da atividade, dessa forma, a partir da participação e das respostas obtidas, o plantio de espécies arbóreas nativas em APP e a reciclagem de papel foram métodos eficazes de ensino da importância do meio ambiente e da conservação e proteção do mesmo.

A atividade de pintura natural ocorreu após a secagem dos papéis reciclados, as tintas utilizadas foram feitas com produtos naturais concentrados, de modo que o pigmento das cores atingisse o tom desejado, com o auxílio de pincéis e utilizando a criatividade os desenhos foram realizados (Figura 4 e 5).

Figura 4 e 5: Tintas naturais utilizadas na atividade lúdica de pintura natural no papel reciclado com os estudantes da escola CEMAB e local de secagem das pinturas.



946

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O objetivo da atividade foi avaliar a percepção ambiental dos estudantes em relação aos conteúdos e ações realizadas durante o ano de 2023, dessa forma, a instrução repassada aos alunos foi de desenharem algo relacionado ao meio ambiente ou visualizados nas visitas e práticas do projeto de extensão.

Os desenhos realizados foram analisados e categorizados em 3 parâmetros, Fauna/Flora, Natureza e Ação Humana e outros, como representado na Tabela 1, onde, do total de alunos matriculados na escola e que são atendidos pelo projeto de extensão, somente 38 compareceram no dia da atividade.

Tabela 1: Parâmetros utilizados para a avaliação da percepção ambiental dos estudantes e a quantidade de desenhos realizados verificando as características estabelecidas.

Parâmetros	Desenhos
Fauna/Flora	31
Natureza e Ação Humana	6
Outros	1
Total	38

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A Tabela 1 apresenta a quantidade de estudantes que representaram em seus respectivos desenhos a percepção ambiental que obtiveram durante o ano de 2023 com o Projeto de Extensão Práticas de Educação Ambiental Escolar, de forma que no parâmetro Fauna/Flora apresentou o maior quantidade de desenhos representados, sendo do total de desenhos, 31 representaram somente fatores da fauna e da flora, representando animais silvestres, domésticos, árvores, flores e florestas. Já o parâmetro Natureza e Ação Humana, dos 38 estudantes que participaram da atividade, 6 representaram o meio ambiente com o ser humano integrado ao desenho, onde representaram florestas juntamente com o ser humano, ou com a integração de casas e cidades, por fim, no parâmetro Outros, onde foram enquadrados os desenhos que não se encaixaram nas características acima, do total de desenhos, 1 foi classificado, uma vez que não apresentava nenhum fator claro do meio ambiente ou de ação humana.

Dos 63 estudantes contemplados com o Projeto de Extensão, somente 38 participaram da atividade, uma vez que no dia de realização da oficina de pintura algumas crianças se ausentaram para a participação em um torneio municipal de vôlei, o que resultou em um menor número de estudantes no referido dia. Apesar da quantidade reduzida de crianças, a atividade ocorreu normalmente, sem quaisquer impedimentos ou alterações do resultado da percepção dos estudantes em relação ao meio ambiente ao qual estão inseridos.

A Figura 6 representa uma árvore com um animal inserido em sua copa, demonstrando a importância das matas para o ecossistema, já que são responsáveis pelos frutos e proteção de diversos animais, já a Figura 7 retrata uma aranha, um animal silvestre que é essencial ao equilíbrio da cadeia alimentar do ambiente, em ambos os casos, as crianças retratam vivências e experiências marcantes em suas vidas, dessa forma, como analisado na Tabela 1, 31 alunos retrataram o meio ambiente de forma similar, como um local conservado e distante, sem alterações ou interferências antrópicas, muitas vezes

associados a Fazenda Escola do IFSULDEMINAS, local onde ocorreram a maior parte das atividades práticas com os alunos, a fim de agregar experiências dos estudantes com o meio ambiente

Figura 6: Desenho realizado por aluno do 5º ano com a inserção da Fauna e Flora



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Figura 7: Desenho realizado por aluno do 5º ano com a inserção da Fauna Silvestre.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Já para o parâmetro Natureza e Ação Humana, foram avaliados desenhos os quais há a inserção do ser humano, como na Imagem 8, onde a estudante retrata o meio ambiente como um local onde além dos fatores ambientais representados pelas árvores, e as ações antrópicas representada pela casa, local onde o indivíduo está inserido. Segundo Sapori & Souza “Essa associação casa - meio ambiente indica que o pensamento das crianças está mais propenso a cuidar do meio ambiente de forma mais efetiva, porque possuem uma noção de que o homem faz parte da natureza e esta é a sua casa” (SAPORI & SOUZA, 2015, p. 123).

Figura 8: Desenho realizado por aluna do 5º ano sobre o meio ambiente com a inserção do ser humano.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

949

Dessa forma, dos 38 estudantes que realizaram os desenhos, 6 tem a percepção da natureza inserida ao meio onde vivem, o que é justificado pela quantidade de crianças que residem em zona rural da cidade, dessa forma, a natureza se faz presente no dia a dia e nas ações que são realizadas. Avaliar as diferentes percepções de meio ambiente, revela diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes.

O parâmetro Outros é definido por desenhos que não se enquadram nas descrições anteriores, dos 38 desenhos realizados, 1 se enquadrou (Imagem 9), sendo um desenho minimalista, onde o aluno utilizou poucos elementos e cores.

Figura 9: Desenho realizado por aluno do 5º ano e que apresenta características para o parâmetro Outros.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

950

A arte é uma forma de desenvolver os sentidos e a criatividade das crianças, dessa forma, a experiência vivenciada traz benefícios, além disso, cada criança representou algo que em sua imaginação fazia referência ao meio ambiente, de modo que, para que o desenho faça sentido para os demais é necessária a explicação do aluno que o desenhou, uma vez que a arte deve ser sentida pelo artista.

Conclusão

A aprendizagem ativa com atividades práticas de plantio de espécies arbóreas nativas em área de APP e reciclagem de papel com discussões e rodas de conversa são uma maneira eficiente de complementar o aprendizado dos estudantes, uma vez que souberam argumentar e responder as perguntas sobre as ações realizadas e a importância do meio ambiente. A percepção ambiental dos estudantes da escola CEMAB se baseia principalmente no princípio da preservação da natureza e do meio ambiente, com uma visão de matas preservadas e animais silvestres protegidos, sem a intervenção ou presença do ser humano, desse modo, conclui-se que o projeto de Extensão Práticas de Educação Ambiental auxiliou na conscientização e aprendizagem dos estudantes, que além de desenvolverem de forma oral sobre o meio ambiente, também expuseram, a partir do que aprenderam, suas percepções em relação a natureza.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. **Senado Federal**, Brasília, p. 496, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

FIGUEREDO, B. L.; VIEIRA, J. F. & CORREIA MÁXIMO, F. R. C. Problemas ambientais urbanos em Áreas de Preservação Permanente: um estudo de caso no entorno do Açude Eurípedes – Quixadá, Ceará. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 11, n. 2, p. 97–118, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Educação**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/inconfidentes/panorama>>. Acesso em: 20 de set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População**. 2021. Disponível em : <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/inconfidentes/panorama>>. Acesso em: 20 de set. 2023.

MARQUES, L. Brasil, 200 anos de devastação: o que restará do país após 2022?. **Estudos Avançados**, v. 36, n.105, p. 169-184, 2022.

MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais, p. 603, 2018. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 21 de set. 2023

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



MOREIRA, M. A. Aprendizagem ativa com significado. **Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 2, p. 405, 2022.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. 2ª ed. Brasil: Editora Zahar, p. 438, 2002.

SAPORI, F. R. & SOUZA, S. C. A. Visões de mundo: a percepção ambiental de crianças, jovens e adultos. In: FRADE, E. G & BOREM, R. A. F. **Educação Ambiental no Contexto Escolar por Intermédio do Desenvolvimento de Projetos Interdisciplinares e Transdisciplinares**. Lavras: Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Lavras, 2015, p.113-134.

UNESCO. **Educação Ambiental: As Grandes Diretrizes da Conferência de Tbilisi**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, p.154, 1997.

Zanetti, E. **Meio Ambiente**. 2ª ed. Curitiba: Editora Juruá, p. 266, 2009.

952



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ASSISTÊNCIA SOCIAL E CUIDADO: A EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NO BRASIL

Adriana de Andrade Mesquita¹
Rita de Cássia Santos Freitas²
Cristiano Luís Turbino de França e Silva³

Introdução

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) representou um marco fundamental na instituição da política de assistência social no Brasil, organizando a política de assistência social sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo. O Sistema inaugurou um novo marco regulatório reafirmando processos democráticos e a qualificação da proteção social brasileira, a partir de 2005. Com isso, houve a expansão das ações da proteção social básica e especial (de média e de alta complexidade), seja em termos de infraestrutura, número de equipamentos, oferta de benefícios, serviços, programas e projetos; seja no que se refere a expansão de mercado de trabalho para diversas formações profissionais. Isso possibilitou um grande salto na implantação da rede de serviços socioassistenciais em todo o território nacional.

Dentre as diretrizes que estruturam a gestão do SUAS, destacamos a matricialidade sociofamiliar como núcleo social fundamental para a concepção e implementação das ações, benefícios, programas e projetos do SUAS. Ao analisar a questão da matricialidade sociofamiliar, diversos estudos (como MARIANO e CARLOTO, 2009 e GASPAROTTO e GROSSI, 2017) focam suas análises na centralidade da família e das mulheres como principais usuárias da Política de Assistência Social; todavia, na pesquisa, analisamos dados de todos os equipamentos SUAS, no ano de 2021, e verificamos que as mulheres também são maioria enquanto trabalhadoras desses equipamentos – fato nem sempre destacado. Com base nisso, podemos afirmar que, de um lado,

953

¹ Assistente Social. Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Mestre em Política Social pela UFF. Especialista em Análise de Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Estratégia pelo IE/UFRJ. E-mail: adriana.mesquita@ufop.edu.br

² Assistente Social. Professora titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Pós-Doutora em Sociologia pelo CES-UC e Pós Doutora em Política Social pelo ISCTE-IUL. E-mail: ritacsfreitas13@gmail.com

³ Docente do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Possui curso médio técnico em Informática Industrial na Escola Técnica Federal de Ouro Preto (2000), graduação em Engenharia de Produção pela UFOP e mestrado em Ciência da Computação pela UFOP. E-mail: cristiano.silva@ufop.edu.br



temos as famílias em vulnerabilidade – neste caso, lugar das mulheres negras, de baixa renda, chefes de famílias – ocupando um lugar central e privilegiado nas ações da Política Nacional de Assistência Social; de outro lado, temos também as mulheres como as principais executoras/gestoras dos serviços, benefícios, projetos e programas da política de Assistência Social – sinalizando um enlace onde mulheres cuidam de outras mulheres. Isso despertou nosso interesse para uma análise mais aprofundada sobre profissões em que a prática do cuidado predomina.

Nessa perspectiva, a partir da naturalização das questões de gênero (Cf. LISBOA, 2010 e LOLE, 2018), pode-se considerar que a inserção da mulher como sujeito de atenção da política de assistência deve ser compreendida como uma estratégia ideopolítica e econômica do Estado, na medida em que se constitui em um meio de racionalizar e focalizar programas sociais e iniciativas que deveriam ser públicas e universais. Como afirmam Mariano e Carlotto (2009), a análise da política e das ações estatais, especialmente àquelas voltadas para as famílias não podem prescindir da utilização do gênero como categoria de análise que contribui para a compreensão dos papéis femininos nessas políticas.

Compreendemos que a Assistência Social, ao buscar a garantia de direitos e condições dignas de vida no cotidiano dos sujeitos, tem o “cuidado” como um de seus fundamentos. Essa dimensão é destacada por Faleiros (2013, p. 84) ao afirmar que “cuidar, no contexto do Estado de direito e da democracia, significa assegurar a autonomia, reverter as discriminações, desenvolver a autoestima, incluir sujeitos em serviços e direito”, numa perspectiva humanizadora. Por outro lado, também não podemos esquecer que, quando falamos de profissões baseadas no “cuidado” nos referimos àquelas exercidas em sua grande maioria por mulheres (HIRATA, 2010; PASSOS, 2017; PERROT, 1991; FREITAS et al, 2023).

954

Objetivo

A partir das reflexões tecidas acima, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a predominância das mulheres trabalhadoras no SUAS, enquanto espaço do cuidado na oferta dos serviços, benefícios, projetos e programas da Política Nacional da Assistência Social.

Metodologia, materiais e métodos

Para alcance do objetivo proposto, adotamos como caminho metodológico: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a engenharia de dados e a análise de dados. Com a pesquisa bibliográfica, realizamos o levantamento bibliográfico e leituras relacionadas à nossa temática em estudo. A pesquisa documental se deu a partir do uso de fontes primárias de dados quantitativos do Censo SUAS, por meio dos formulários eletrônicos preenchidos pelas Secretarias e Conselhos de Assistência Social dos Estados e Municípios, de 2021. Com



ferramentas computacionais foram trabalhados dados socioeconômicos dos diferentes equipamentos da assistência social, disponíveis para consulta pública em fontes diversas, através da engenharia e análise de dados.

O uso da engenharia de dados parte do uso de dados em alta escala que precisam ser reunidos e preparados para uma posterior análise. Na análise de dados, os analistas podem extrair um agrupamento de dados, utilizando ferramentas desenvolvidas por engenheiros, para começar a identificar tendências e analisar comportamentos. Ou seja, ambas as metodologias estão num campo interdisciplinar de investigação voltado para o estudo e análise de dados, estruturados ou não, que visa a produção de conhecimento.

Utilizamos a criação e carga dos dados; a extração dos dados públicos disponíveis nos sites; os dados foram salvos no drive pesquisa; a criação da tabela e carga dos dados no sistema gerenciador de banco de dados; a geração da base de consulta do documento norteador com as variáveis para análise definidas; a geração de arquivos CSV's através de consultas SQL no sistema gerenciador de banco de dados; a importação dos CSV's para o R e criação de tabelas; a análise qualitativa das tabelas e gráficos gerados; e, por fim, a criação de gráficos no R através dos CSV's e tabelas gerados. Em seguida foi realizada a análise desses dados com a construção de gráficos e tabelas em formato de dashboards que utilizamos para análise de dados públicos e para criar tabelas e gráficos. Por fim, fizemos a análise e interpretação dos resultados parciais da pesquisa.

Resultados parciais

Para se entender a predominância de mulheres trabalhadoras no cotidiano das políticas de Assistência Social, sobretudo nos equipamentos do SUAS, tem-se como necessária a compreensão do contexto histórico e social do trabalho feminino relacionado às ações do privado, do doméstico, do cuidado. Conforme Martins (2015), a bondade, a capacidade fazer bem ao outro e a virtude “sem gênero” foram sendo cada vez mais associada ao feminino. Nesse cenário, a realidade da inserção das mulheres no ambiente público das associações benemerentes em virtude do aumento das expressões da “questão social”, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, é o ponto de partida para esse entendimento.

Segundo Perrot (1991), na Europa, os homens do século XIX tentaram conter o poder crescente das mulheres, em especial com a Revolução Francesa e na Era Iluminista, a partir de uma divisão sexual do “mundo” de forma a conciliar as diferenças naturais com a utilidade social, em que as mulheres deveriam ser excluídas do mundo público. No entanto,

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até às portas do poder. Aí encontraram os rudimentos de uma cultura, matriz de uma ‘consciência de gênero’. Tentaram também ‘sair’ daí para terem, ‘finalmente, lugar em toda parte’ (PERROT; 1991, p. 503).

Podemos adensar a reflexão desta autora ao sinalizar que, especialmente no Brasil, a participação das mulheres negras e pobres significou também uma maior diferenciação social e a quebra dos lugares socialmente construídos a partir de visões de gênero e raça – aspecto não desenvolvido por Perrot (1991) neste texto. No Brasil, estudos reconhecem a importância da participação das mulheres em entidades filantrópicas no início do século XX. Nos marcos desse texto não poderemos desenvolver essa questão aqui, mas é importante destacar o papel desempenhado pelas mulheres negras nas estratégias de proteção à população escravizada a partir das irmandades existentes e da criação de uma rede de proteção. Ver neste sentido, Reis (2019) e Regis (2020)

Esperava-se que as mulheres de elite contribuíssem com as obras sociais de benemerência não só pela justiça das causas que abraçavam, mas porque se considerava, tanto do ponto de vista moral e religioso quanto do ponto de vista dos sentimentos cívicos, que as mulheres seriam mais adequadas para organizar as obras sociais, cuidar dos necessitados e convencer até os mais empedernidos corações a dispender doações em dinheiro ou em espécie a fim de contribuir com a harmonia social (MARTINS, 2018, p. 309).

Dessa forma, houve o reconhecimento do trabalho feminino nas obras de benemerência (caritativas e filantrópicas). Ações essas reconhecidas como lugar de mulheres por estarem relacionadas à esfera do cuidado, do doméstico. Todavia, essa participação era tida como “secundária, subalterna, voltada, sobretudo, para o levantamento de fundos através de festas mundanas e considera a criação e a direção das entidades, bem como as propostas norteadoras, ditadas pelos interesses masculinos e de classe” (MOTT, 2001, p. 201). Mas significou também, como apontam Freitas, Lole e Almeida (2023), a possibilidade de inserção profissional reconhecida para muitas mulheres de diferentes camadas sociais. A participação das mulheres negras na constituição do Serviço Social é destacada por Freitas et al (2018). Da mesma forma, vemos com Costa (2020) a participação da população negra como fundamental na constituição da política social no Brasil.

Esse movimento de aproximação das mulheres com a prática do cuidado – se avançarmos no tempo – pode ser relacionado ao fato de que a oferta dos serviços, benefícios, projetos e programas da Política Nacional da Assistência Social são ofertados, majoritariamente, por mulheres trabalhadoras. Estamos afirmando que, atualmente, a influência no imaginário social ainda é marcada pela ideia de que o cuidado e a assistência ao outro são competências femininas. Logo, a assistência social tem uma forte relação com as ações consideradas do cuidado. Segundo Faleiros (2013, p. 84), o cuidado está associado ao care “que historicamente se vincula à atenção, à necessidade do outro e também a uma consideração ética das relações humanas”, mas como também destaca o autor, “tem-se uma relação de gênero, pois o cuidado real e simbólico se refere à condição de mulher em sua vida concreta e ao trabalho privado de preocupação com o alguém, de educação, apoio e assistência”. Ou seja, o cuidado tem uma relação direta com o trabalho feminino, da esfera privada, com profissões que são consideradas como de mulheres,

desvalorizadas socialmente, como é o caso do Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia. Profissões essas que historicamente eram associadas ao voluntariado, à doação pessoal. Isso implica uma análise mais aprofundada da complexa relação que existe entre profissionais – família – público – e contexto institucional nas relações que são dinâmicas e complexas do sistema do capitalismo dependente brasileiro.

Os dados que apresentamos são resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “A (Re)Configuração da Política de Assistência Social Brasileira na cena Contemporânea” cujo objetivo central é analisar a configuração institucional da política de assistência social brasileira diante da atual conjuntura de retração de direitos na área social. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida de forma interinstitucional e interdisciplinar com pesquisadoras/es de diversas universidades federais do Brasil (UFOP, UFF, UFRJ) e profissionais que atuam como técnicas e gestoras no SUAS. No desenvolvimento da pesquisa, os dados acerca das trabalhadoras no SUAS nos despertaram o desejo de aprofundar essa reflexão e a isso nos dedicaremos a seguir. Fazem parte dos equipamentos do SUAS, no ano de 2021, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), CENTRO POP, Unidade de Acolhimento, Centro de Convivência, Centro Dia, Família Acolhedora, Posto de Cadastramento, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Fundo Municipal, Fundo Estadual, Conselho Municipal e Conselho Estadual.

Com base na Tabela 1, verificamos que as profissionais do sexo feminino são a maioria da equipe técnica no SUAS no Brasil. Do total de 510.700 profissionais que trabalham nos diversos equipamentos do SUAS, 396.071 são mulheres trabalhadoras e 114.619 são homens. Estamos falando que 78% dessa força de trabalho são mulheres. Isso aponta para o lugar que estas ocupam na assistência social, espaço esse, historicamente, feminino, como já afirmamos. Não podemos esquecer o fato de que as dimensões do cuidado – e, conseqüentemente, das profissões ligadas ao cuidado – são socialmente reconhecidas como um espaço de mulheres. Neste sentido, não temos como desvincular a discussão da assistência das profissões majoritariamente femininas das reflexões acerca das relações de gênero (FREITAS et al, 2018; LOLE, 2018; LISBOA, 2010) – que pretendemos aprofundar posteriormente em outros trabalhos. A análise que segue focará apenas nos dados apenas das mulheres trabalhadoras do SUAS.

957

Tabela 1 – Sexo do total das/os Trabalhadoras/os do SUAS: Brasil, 2021

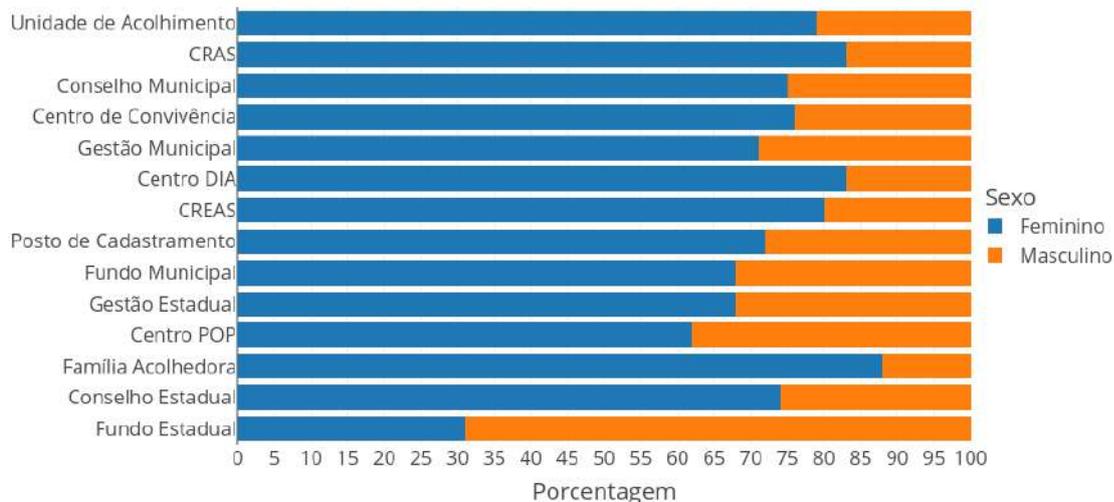
Quantidade	Número Absoluto	Percentual
Feminino	390.081	78%
Masculino	114.619	22%
Total	510.700	100%

Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS



Como se pode observar no Gráfico 1, a presença majoritária de trabalhadoras mulheres se dá em praticamente todos os equipamentos analisados, com exceção do Fundo Estadual, que é o único equipamento em que o número de trabalhadores homens é superior ao de mulheres, sendo marcado pela presença de 69% da sua força de trabalho composta por homens e 31% de mulheres. O Fundo Estadual é responsável por garantir as condições financeiras para o desenvolvimento das ações da assistência social a cargo do Estado – o que pode ajudar a explicar a predominância masculina neste equipamento. Cada Estado instituiu seu próprio fundo. Fora isso, entre os equipamentos cujo percentual de trabalhadores homens que é superior a 30% temos o Centro Pop que possui cerca de 38% de trabalhadores do sexo masculino e a Gestão Municipal que possui cerca de 32% de trabalhadores homens. Com exceção dos equipamentos citados anteriormente, o percentual de mulheres é superior a 70% entre as trabalhadoras do SUAS.

Gráfico 1 – Sexo das/os Trabalhadoras/os por equipamento do SUAS: Brasil, 2021



958

Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS

Mas um adendo precisa ser feito. Nos dados analisados, inexistente a possibilidade de sair do modelo binário masculino-feminino, não sendo possível expressar a diversidade sexual. Os dados existentes e o formulário de questões não incorporam todas as designações que passaram a compor o universo da diversidade sexual. Essa é uma preocupação importante de ser refletida e, posteriormente, inserida pelos responsáveis por esses dados.

Com base na Tabela 2, distribuição das trabalhadoras por nível de escolaridade, vemos que, em 2021, em maior número estão profissionais com superior completo, totalizando em 161.471 (ou 40,77%) profissionais e, em seguida, 128.947 (ou 32,56%) profissionais com nível médio completo. Ou seja, a maior parte das trabalhadoras do SUAS possuem escolaridade de nível superior e nível médio. Todavia, temos a presença de 17.953 (ou 4,54%) com fundamental completo, 4,37% com fundamental incompleto e 0,28% sem escolaridade. O número de profissionais com ou sem ensino fundamental não é prevista no aparato normativo da NOB/SUAS – RH. Acreditamos que estas pessoas que trabalham no SUAS podem estar em funções que exigem menor qualificação profissional, como o trabalho de limpeza, segurança, auxiliar de cozinha, cozinheiras, etc. Além disso, a baixa escolaridade pode contribuir para os baixos salários e vínculos precarizados. Quanto ao número de profissionais com pós-graduação *stricto e latu sensu*, esse dado é praticamente inexpressível. Das trabalhadoras do SUAS, temos 29.404 (7,4%) com especialização. Mas, o número de trabalhadoras que possuem mestrado (2.265 ou 0,57%) e doutorado (338 ou 0,08%) é extremamente baixo. Segundo o Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicado no ano de 2019, o Brasil é um dos países com menor número de mestres (0,8%) e doutores entre a população de 25 a 65 anos de idade no mundo. E, esses números reduziram com a pandemia.

Tabela 2 - Nível de Escolaridade das trabalhadoras do SUAS: Brasil – 2021

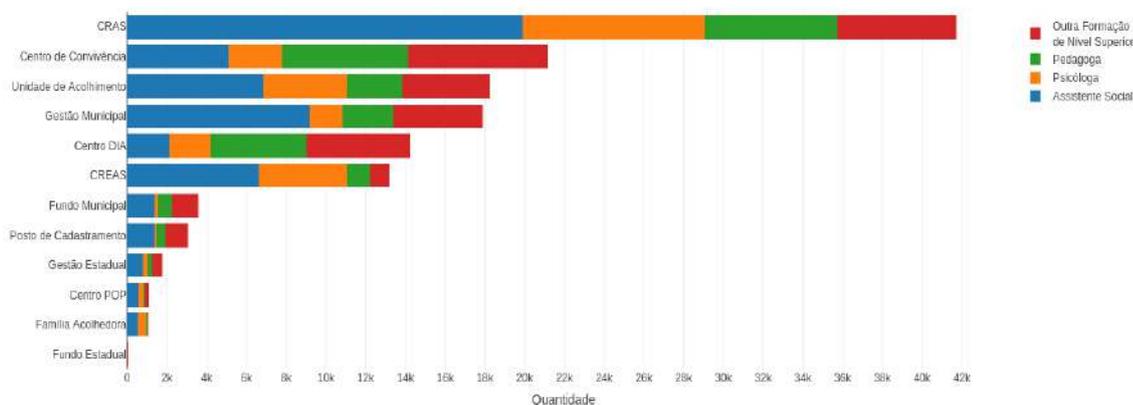
Escolaridade	Total	Percentual
Superior Completo	161.471	40,77%
Médio Completo	128.947	32,56%
Especialização	29.404	7,4%
Superior Incompleto	26.677	6,7%
Fundamental	17.953	4,54%
Fundamental	17.335	4,37%
Médio Incompleto	10.590	2,7%
Mestrado	2.265	0,57%
Sem Escolaridade	1.101	0,28%
Doutorado	338	0,08%
Total	396.081	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo SUAS/MDS (2021).

Outro dado relevante é que entre as profissões de nível superior em todos os equipamentos do SUAS, destacam-se: 54.474 (13,75%) profissionais formadas em Serviço Social, 25.304 (6,4%) em Psicologia e 25.897 (6,5%) em Pedagogia. Profissões que historicamente estão atreladas a presença expressiva de mulheres (ver gráfico 2). Esses números comprovam o

predomínio de profissionais do Serviço Social e da Psicologia nesta política – o que é esperado por exigências da legislação vigente. Segundo a Resolução nº 17/2011, artigo 1º, que ratifica a equipe de referência de nível superior definida pela NOB/SUAS 2006, passam a compor obrigatoriamente as equipes de referência: “I – da Proteção Social Básica: Assistente Social; Psicólogo. II – da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Assistente Social; Psicólogo; Advogado. III – da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Assistente Social; Psicólogo” (BRASIL, 2011).

Gráfico 2 – Profissões de nível superior de maior destaque no SUAS: Brasil, 2021



960

Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

A predominância dessas profissionais se dá nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), equipamentos que contam com o trabalho de 19.886 assistentes sociais, 9.214 psicólogas e 6.610 pedagogas no Brasil. Os CRAS constituem unidades centrais para a garantia do acesso aos direitos sociais, sendo importante mediador para articulação com os demais serviços setoriais. Esses equipamentos estavam presentes em 5.520 dos 5.568 municípios brasileiros, no ano de 2021. Isso confirma a capilaridade destes nos mais diversos territórios do país e ratifica a importância deles no atendimento mais aproximado às famílias em situação de maior vulnerabilidade social. Todavia, na pesquisa, verificamos que dos 8.741 CRAS brasileiros, as/os assistentes sociais compõem as equipes de referência em 8.335 equipamentos, ou seja, em 406 CRAS não há assistente social como parte da equipe de referência. Essa diferença aumenta quando analisamos o número de psicólogas/os por equipamento. Existem cerca de 7.514 CRAS com psicólogas/os, logo, em 1.227 equipamentos de CRAS não há psicólogos na equipe de referência. A questão é que não

basta a existência da legislação, da política; mas é necessária vontade e força política para que esses serviços e equipamentos sejam implementados devidamente e estes profissionais contratados.

Ainda quanto a questão das profissões de nível superior do SUAS, relevante pontuar que a já citada Resolução nº 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, ampliou as categorias profissionais que podem compor a equipe de referência do SUAS, conforme o artigo 3º, as categorias profissionais de nível superior são “[...] Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional”. Ainda assim, a presença de formações profissionais que não possuem respaldo normativo para atuação nos equipamentos dos SUAS é significativa, sendo elas: 297 analistas de sistema, 398 administradoras pública, 50 cientistas políticas, 3.072 enfermeiras, 04 estatísticas, 2.563 fisioterapeutas, 90 geógrafas, 427 médicas, 80 musicoterapeutas, 2008 nutricionistas, 312 programadoras, 703 profissionais de educação física. Tal realidade deve ser investigada e pode ter relação com o passado filantrópico da profissão, mas também com as formas clientelistas que caracterizaram a assistência social historicamente no Brasil (PEREIRA, 2004).

A correlação entre gênero e vínculo empregatício também traz informações relevantes para análise. O tipo de vínculo empregatício das trabalhadoras do SUAS é bastante diversificado e importante de ser problematizado tendo essa discussão por referência. Segundo a NOB/SUAS – RH (2011, p. 17), a indicação é que a gestão do trabalho no SUAS deve “garantir a ‘desprecarização’ dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização”. E, com base nos dados de 2021, podemos verificar que, do total das 396.081 trabalhadoras, o maior vínculo é de 77.902 (ou 24,5 %) empregadas privadas celetistas. As instituições que mais se destacam com esse tipo de vínculo são Unidade de Acolhimento com 41.110 profissionais e Centro Dia com 22.042 profissionais. Em seguida, temos o vínculo de 74.168 (ou 22,35 %) servidoras estatutárias, com destaque para as profissionais do CRAS com 26.863 servidoras estatutárias, as Unidade de Acolhimento com 10.082 estatutárias e Gestão Municipal com 13.318 profissionais. E, ainda, 65.333 (ou 19,7%) como servidoras temporárias. O número de servidoras estatutárias não chega a 22,35% do total de trabalhadoras do SUAS no Brasil. Número esse muito baixo e que não atende ao preconizado pela NOB/SUAS 2011.

Tabela 3 – Vínculo empregatício das trabalhadoras do SUAS: Brasil, 2021

Tipo de Vínculo	CCON	CDIA	CPOP	CRAS	CREAS	FACO	FEST	FMUN	GEST	GMUN	PCAD	UACO	TOTAL
Comissionado	2.089	233	144	9.941	1.979	124	37	3.751	815	11.633	1.578	2.030	34.354
Empregado Privado Celetista	22.042	14.599	0	0	0	151	0	0	0	0	0	41.110	77.902
Empregado Público Celetista	3.102	25.86	138	4.235	1.216	13	2	224	177	1.760	451	7.557	21.461
Outros Vínculos não Permanente	4.981	2.618	166	9.267	1.571	78	2	281	84	2.072	935	6.300	28.355
Servidor Estatutário	5.442	3.097	911	26.583	8.637	619	24	1.573	1.327	13.318	2.555	10.082	74.168
Servidor Temporário	4.767	1.656	434	33.025	5.720	198	1	403	214	5.773	3.801	9.341	65.333
Sem Vínculo Empregatício	0	0	31	647	139	23	0	21	33	164	54	980	2.092
Terceirizado	1.961	842	251	3.446	698	35	1	46	155	905	584	3.927	12.851
Trabalhadora de Empresa/Cooperativa/Entidade Prestadora De Serviço	0	0	156	1.278	665	19	0	9	230	194	159	5.840	8.550
Voluntário	4.434	611	3	52	12	11	0	15	6	21	1	1.728	6.894
Total	48.818	26.242	2.234	88.474	20.637	1.271	67	6.323	3.041	35.840	10.118	88.895	331.960

Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

Se totalizarmos os vínculos considerados precários, temos o seguinte: 77.902 empregadas privadas celetistas; 65.333 servidoras temporárias; 28.355 com outro vínculo não permanente; 21.461 de empregado público celetista; 12.850 de terceirizadas; 8.550 de trabalhadoras de empresa/cooperativa/entidade prestadora de serviços; 6.894 de voluntárias; e, 2.092 sem vínculo empregatício. Com isso, torna-se latente refletir acerca dos vínculos das trabalhadoras do SUAS a partir relação íntima entre as variáveis de sexo, baixa escolaridade, tipos de profissões majoritárias (as consideradas femininas). Questões essas que dão base e fundamento para articular o trabalho das trabalhadoras no SUAS com profissões consideradas com o cuidado – neste caso, trabalho feminino – que são, historicamente, desvalorizadas.

Essa variedade de vínculos empregatícios aponta para o processo de precarização, flexibilização do trabalho e dos direitos no atual cenário de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Isso afeta diretamente as trabalhadoras – notadamente mulheres, negras e pobres – pelas condições de insegurança, formas precárias de sua contratação, pelos baixos salários e de suas condições física e mental em seu cotidiano profissional. Como colocado por Raichelis (2011, p. 421),

[...] em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcado pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho.

Isso é ainda mais evidente ao tratarmos do trabalho feminino. A existência de 6.984 voluntárias e de 2.092 mulheres sem vínculo empregatício corrobora ainda mais nossa preocupação. Fernanda Paz (2015) analisa a precariedade dos vínculos de trabalho da/os profissionais da Política de Assistência Social e aponta que não se pode restringir apenas aos vínculos empregatícios. Outros fatores contribuem para esta precarização como baixos salários, falta de condições materiais e instalações adequadas, alta rotatividade dos profissionais, recursos humanos insuficientes e pouco qualificados, ausência de capacitação continuada, entre outros fatores. Mas poucas dessas autoras discutem o fato de que se trata de profissões historicamente ligadas às mulheres, bem como ignoram o componente racial presente. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho é analisado por Passos e Nogueira (2018) que demonstram os rebatimentos da terceirização no cotidiano das mulheres negras, considerando que a sociedade brasileira está assentada no racismo, no patriarcado e no colonialismo. Como afirmam as autoras, “a terceirização é apenas uma das expressões do aprofundamento das desigualdades brasileiras no cenário contemporâneo” e tem como principais alvos grupos socialmente subordinados, como as mulheres, os negros, os homossexuais (homens e mulheres) e os imigrantes (PASSOS e NOGUEIRA, 2018, p. 490). Nesse sentido, é importante destacar a ausência da dimensão raça/etnia nos dados analisados. Não podemos, assim, refletir acerca desse processo de flexibilização articulado à dimensão racial. Contudo, quando pensamos, por exemplo, no perfil das assistentes sociais brasileiras em publicação recente do CFESS (2022), vemos que metade das/os profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda (50,34% das/os participantes - CFESS, 2022), seguidos pelas/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 46,98%. Podemos inferir que essa realidade não deva ser muito diferenciada em relação aos dados aqui analisados o que reforçaria a percepção da maior vulnerabilidade em profissões de mulheres negras. Vejamos agora as funções desenvolvidas nos equipamentos do SUAS. Além do destaque feito para algumas profissões de nível superior (como das profissionais do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia), onde majoritariamente encontramos mulheres, vale destacar o número expressivo de mulheres nos seguintes serviços: 3.315 Auxiliares de Cuidadora, 6.273 Cozinheiras, 24.903 Cuidadoras, 304 Cuidadoras Residente e 38.598 Serviços Gerais (Tabela 4).

Tabela 4 – Funções selecionadas desenvolvidas nos equipamentos do SUAS: Brasil – 2021

Função	Centro Convivência	Centro Dia	Centro POP	CRAS	CREAS	Família Acolhedora	Fundo Estadual	Fundo Municipal	Gestão Estadual	Gestão Municipal	Posto de Cadastro	Unidade Acolhimento	TOTAL
Auxiliar Cuidador	0	275	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3.038	3.315
Cozinheira	0	360	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.913	6.273
Cuidadora	0	1.304	0	0	0	7	0	0	0	0	0	23.592	24.903
Cuidadora Residente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	304	304
Serviços Gerais	7.829	2.472	289	8.598	1.974	30	1	44	129	2.921	402	13.909	38.598

Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do site Censo SUAS/MDS.

Em texto de 1996 Marta Julia M. Lopes analisou o espaço – e os profissionais – da saúde e apontava como feminino o sexo das trabalhadoras/es no hospital (LOPES, 1996). Tratava-se de um espaço também ocupado predominantemente pelas mulheres exatamente no que a autora intitulava as funções de cuidar: enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, mas também cozinheiras, serviços gerais, etc.. Os homens prevaleciam nas chamadas profissões que a autora intitulou de “tratar”, como a medicina. Nos serviços gerais, os homens desenvolviam funções em que se requeria o uso da força física. Talvez, com as devidas aproximações, possamos falar que a classe trabalhadora da assistência social também tem sexo e este é feminino.

Por fim, vale dizer que as análises aqui realizadas consideraram apenas o ano de 2021, sendo necessário ampliar em termos de série histórica para examinar as tendências da política de assistência social. Acreditamos que as dimensões raça/etnia, salário e pertença religiosa das trabalhadoras no Censo SUAS 2021 se mostram fundamentais para a articulação à dimensão de gênero – inserindo aqui também os dados que possibilitem reconhecer a diversidade sexual – ao considerar o perfil de trabalhadoras/es desta política. Acreditamos que a identificação étnico-racial e salário/renda, no Censo SUAS, se faz urgente para melhor compreensão das particularidades que envolvem trabalhadoras negras e indígenas. As disparidades salariais é fato e precisamos aprofundar o debate acerca dessa questão. E, ainda, a questão da pertença religiosa parte pode tornar a análise mais completa pelo fato de demonstrar aspectos da pretensa laicidade do Estado, considerando a importância da liberdade religiosa, tanto para as trabalhadoras do SUAS quanto para a população que acessa a referida política.

Conclusão

Como exposto neste artigo, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) consolida um conjunto de direitos sociais públicos na área da Assistência Social, que foram materializados por meio de benefícios, serviços projetos e programas; possibilitando o acesso ao direito social e público de segmentos populacionais que necessitam de proteções sociais sejam ela na esfera da básica e/ou da especial (de média e alta complexidade). Proteções essas que devem ser exercidas de forma participativa e descentralizada, garantindo a autonomia e organização dos municípios e estados no que tange aos serviços socioassistenciais.

A efetivação do SUAS remete ao reconhecimento da política pública de assistência social, a partir de marcos regulatórios que dão sustentação legal para o reconhecimento de direitos socioassistenciais, com vistas ao enfrentamento das desigualdades e mazelas sociais provocadas pela dependência do capitalismo brasileiro. Mas é importante enfatizar que o SUAS apresenta limites, potencialidades e desafios, pois “a implantação do SUAS em todo território nacional abre um campo de novas possibilidades, tensas e contraditórias, ao trabalho social exercido pelas diferentes profissões que o constituem” (RAICHELIS, 2011, p. 61).

No cerne destas transformações é extremamente importante compreendermos a necessidade do aprofundamento de discussões sobre o lugar das mulheres nesta política, seja na interface da atuação profissional como mediadora do acesso aos direitos da população atendida ou como usuárias que das políticas sociais necessitam. E é interessante notar que as relações de gênero, quando abordadas nesta política, ganham mais adensamento e destaque quando tecem análises sobre as mulheres atendidas do que o seu intercruzamento com as que a executam, que teimam em passar ao largo, quando não citadas apenas de forma pontual.

Além disso, apesar da PNAS estabelecer um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constitui como espaço privilegiado de atuação das/os assistentes sociais, que são a maioria nos CRAS. Associado a essa questão, percebe-se que essas ações são majoritariamente executadas por mulheres, persistindo a naturalização da visão da assistência como um espaço do cuidado; logo de mulheres para mulheres, demonstrando uma clara divisão sexual da assistência social.

E isso tem impacto considerável ao se analisar os vínculos empregatícios. Esse é um ponto sensível da política de assistência social, na medida em que, diferente do que prega a NOB-RH, ocorre a tendência de precarização dos vínculos e condições de trabalho, o que, certamente, compromete o alcance da política. A análise das condições precarizadas do trabalho e intensificação das demandas no SUAS não podem ser desvinculadas da dinâmica macrossocietária e contraditória do capitalismo dependente brasileiro, que se sustenta na superexploração da força de trabalho e na miséria da classe trabalhadora e tal realidade impacta ainda mais profundamente o cotidiano das mulheres – seja como usuárias, seja como profissionais, como pudemos perceber.

Referências

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, 2022.

COSTA, Gracyelle. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista Em Pauta, n. 46, v. 18, 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. Florianópolis: Revista Katálysis, v.16, n.esp., p.83-91, 2013.

FREITAS, Rita de Cássia Santos et al. História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres. Em Pauta, Rio de Janeiro, 2018.

FREITAS, Rita; LOLE, Ana e ALMEIDA, Carla. “Por uma história do gênero e dos feminismos no Serviço Social”, sexualidades & Serviço social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais (org. Marco José de Oliveira Duarte et al), Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

GASPAROTTO, Geovana Prante e GROSSI, Patrícia Krieger. “A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário”. Revista O Social em Questão, Ano XX, n. 38, mai a ago de 2017, p.207-226.

HIRATA, Helena. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho Tecnologia e Sociedade, vol. 6, núm. 11, julho-diciembre, pp. 1-7 Universidade Tecnológica Federal do Paraná Curitiba, 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katálysis, Florianópolis, v.13, n. 1, 2010.

LOLE, A. Os indícios de gênero na formação e organização do Serviço Social. In: LOLE, A.; CORGOZINHO, K. D. S. (Org.). Gênero e aborto: aportes para uma interlocução necessária com o Serviço Social. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 17-50, 2018.

LOPES, Marta Júlia M. “O sexo do hospital”, In: Gênero & Saúde (org.: Marta Júlio M Lopes et al), Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MARIANO, Silvana Aparecida e CARLOTO, Cássia Maria. “GÊNERO E COMBATE À POBREZA: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA”, Revista Estudos Feministas, n. 17 (3), pp. 901-908, setembro-dezembro/2009

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. Niterói: Revista GÊNERO, v.15, n.2, p. 13 – 28, 2015.

MARTINS, Ana Paula Vosne. O método da assistência: o encontro de mulheres profissionais e filantropas na criação e organização do Serviço de Obras Sociais (SOS) na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930. Niterói: Tempo, v.24, n.2, 2018.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). Campinas-SP: Cadernos Pagu (16), p. 199-235, 2001.

PASSOS, Rachel Gouveia e NOGUEIRA, Claudia Mazzei. “O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho”, Revista Katályses, v. 21, n. 3, pp. 484-503, Florianópolis, 2018.

PASSOS, Rachel Gouveia. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. O Social em Questão, vol. 20, núm. 38, pp. 77-94. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil, 2017.

967

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. “A precarização no trabalho do assistente social na Política de Assistência Social”. Trabalho apresentado na VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2015.

PERROT, M. Sair. In: PERROT, M.; DUBY, G. (Org.). História das mulheres no ocidente. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

RAICHELIS, Raquel. “O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos”, Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

REIS, João José. Ganhadores – a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

REGIS, Mariana Fernandes Rodrigues Barreto. 200 Anos não São 200 Dias: História, Protagonismo e Estratégia de Mulheres Negras na Irmandade da Boa Morte (1820 – 2020), Revista Calundu –Vol.4, N.2, Jul-Dez 2020.



ESTUDO COMPARATIVO DAS FORMAS DE MENÇÃO ÀS VOZES DA CIÊNCIA EM TRABALHOS ACADÊMICOS DE INICIANTES E ESPECIALISTAS DA CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Evandro Gonçalves Leite¹
Eduardo Gonçalves de Carvalho²
Maria Eduarda Fernandes Teixeira³
Rillary Yasmim Vieira Alves⁴
Vitória Raisa Lima de Moraes⁵

Introdução

A escrita e publicação científicas são tópicos de grande interesse nas pesquisas da área de Linguística, não se limitando às fronteiras da educação superior e tornando-se cada vez mais parte de projetos de pesquisa e iniciação científica no contexto da educação básica, notadamente no Brasil. Esse crescimento se deve às várias formas de fomento à educação pela pesquisa no país, muitas delas influenciadas por instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e eventos como a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (FEBRACE), que auxiliam na divulgação das práticas científicas não só por parte dos especialistas, mas também de alunos de nível médio que se iniciam pouco a pouco na pesquisa e no fazer científico.

Essas ações visam a democratizar a ciência, dando oportunidade ao público do ensino básico de protagonizar práticas de pesquisa e compreender mais e mais diferentes recursos e conhecimentos da escrita científica, como a menção à voz de outrem. Isso permite o reconhecimento da escrita acadêmica e de suas convenções não somente como uma exigência do meio acadêmico (Hyland, 2004), mas também como um instrumento poderoso na continuidade das produções científicas e, no caso do discurso reportado, da ética da comunidade acadêmica.

968

¹ Doutor em Letras – Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Pau dos Ferros, Brasil, evandrogleite@yahoo.com.br

² Estudante do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Pau dos Ferros, Brasil, eduardogcarvalho72@gmail.com

³ Estudante do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Pau dos Ferros, Brasil, eduardaft2005@gmail.com

⁴ Estudante do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Pau dos Ferros, Brasil, rillaryyasmin@gmail.com

⁵ Estudante do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Apicultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Pau dos Ferros, Brasil, moraishvitoria557@gmail.com

Sob esse viés, o presente trabalho estuda, comparativamente, o gerenciamento de vozes da ciência em textos acadêmicos (artigos científicos) de iniciantes e especialistas da área de Ciência da Computação, mais especificamente, como se configuram as formas de menção à voz de outrem nesses artigos. Para a obtenção dos dados, consideramos o contexto brasileiro, a partir de nosso espaço de atuação acadêmica e profissional. A análise é embasada em estudos sobre a importância do discurso reportado (Hyland, 2004; Motta-Roth; Hendges, 2010), sobre as modalidades de gerenciamento de vozes da ciência (Boch; Grossmann, 2002) e sobre as formas de marcação linguística das citações - integrais ou não integrais ao texto (Swales, 1990).

Objetivo geral

Analisar, comparativamente, as formas e modalidades da menção a vozes da ciência em artigos científicos de iniciantes e especialistas da área de Ciência da Computação.

Referencial teórico

A menção a vozes de outrem na escrita acadêmica por meio do discurso reportado define-se como a atribuição de um conteúdo proposicional a outras fontes (Hyland, 2004) e está diretamente ligada à fundamentação teórica, tornando válida a construção do conhecimento a partir de outros trabalhos previamente existentes. Dessa forma, não se trata unicamente do cumprimento de normas e técnicas pré-estabelecidas, já que as diferentes escolhas de citação estão atreladas a diferentes significados e assumem funcionalidades diferentes no texto (Hyland, 2004), assim como têm implicações sobre a construção da argumentação e, em última instância, da própria identidade dos autores.

Feak e Swales (2009 apud Motta-Roth; Hendges, 2010) fazem uma analogia sobre o apoio na voz de outrem como anões em ombros de gigantes, pois ajudam a enxergar os horizontes do conhecimento. Além disso, a relevância do discurso reportado está atrelada à credibilidade conferida a estudos anteriores da mesma área, o que contribui para, eticamente, demonstrar o fazer científico para a própria comunidade. Sob esse viés, Hyland (2004) aponta que a referência à literatura prévia indica a dependência textual quanto a recursos intertextuais que ajudam a construir o texto acadêmico.

A partir das diversas configurações assumidas pelas menções às vozes da ciência no texto acadêmico, várias classificações vêm sendo atribuídas a esse recurso. Dentre elas, adotamos a de Boch e Grossmann (2002), que definem modalidades de gerenciamento e apresentação de vozes da ciência em textos acadêmicos, conforme quadro a seguir:

Quadro 1. Modalidades de menção a vozes da ciência em textos acadêmicos, conforme Boch e Grossmann (2002)

Evocação	Reformulação	Citação
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de marcas introdutórias de discurso reportado (tais como: segundo X, como afirma X, ou equivalentes). • Ausência de desenvolvimento temático do dizer do outro. • Presença de um nome próprio de autor, frequentemente com data à qual o autor do artigo se refere, sem precisar o teor do texto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de marcas introdutórias do discurso reportado (segundo X ... , de acordo com X ... , para X ... , como X afirma ... , como X pretende ... , etc.). • Ausência de marcas escriturais tais como aspas (ou verbais, como eu cito X, para retomar as palavras de X). • O discurso do outro é integrado no discurso de quem escreve e não tem autonomia enunciativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Marcas, geralmente escriturais, como aspas, itálico ou bloco tipográfico, permitem identificar um segmento do texto como extraído de uma fonte externa; essas marcas podem, às vezes, ser substituídas por comentários metalinguísticos: eu cito X ..., para retomar as palavras de X ...); • Autonomia enunciativa do segmento citado (salvo no caso da “ilhota citacional”).

Fonte: Boch e Grossmann (2002, p. 101)

Na perspectiva de Boch e Grossmann (2002), as modalidades da menção ao discurso do outro em textos acadêmicos são evocação, reformulação, citação autônoma e ilhota citacional. A evocação trata-se da alusão à voz citada ou ao seu trabalho, ou seja, referencia-se o discurso de outrem sem se aprofundar em seu conteúdo; já a reformulação significa a paráfrase do discurso de outrem com as palavras do autor citante; a citação autônoma, por sua vez, consiste em uma transcrição do discurso citado, isolando-o com marcações textuais (aspas, itálico etc.), dando autonomia para a voz mencionada; por fim, a ilhota citacional mescla a transcrição do discurso do outro e sua paráfrase, trazendo a menção tanto de forma literal quanto reformulada.

Além desta, existe também outra classificação, de Swales (1990), segundo a qual a menção ao discurso do outro pode ser integral ou não integral ao texto. A citação integral consiste na integração do nome do autor citado à gramática da oração, dando evidência maior ao pesquisador. A citação não integral, por sua vez, não traz o nome do autor integrado à gramática da frase, isolando-o entre parênteses ou indicação numérica, dando maior destaque ao conteúdo da pesquisa citada.

Portanto, é de grande importância o uso do discurso de outrem em textos acadêmicos, tanto para fundamentar a argumentação quanto para questioná-la, mediante as várias configurações do ato de

citar. Assim, o uso do discurso reportado acaba por dar continuidade a trabalhos anteriores, como recurso persuasivo e intencional que compõe e nos ajuda a definir a identidade do próprio autor citante.

Materiais e métodos

O *corpus* do presente trabalho são vinte artigos científicos da área de Ciência da Computação. Dez desses trabalhos foram escritos por alunos iniciantes (estudantes de ensino médio integrado a curso técnico no eixo da informática) e outros dez são provenientes de pesquisadores especialistas (doutores na área). Os artigos de iniciantes foram coletados de anais de eventos (locais, regionais, nacionais ou internacionais); os de especialistas, em periódicos especializados indexados, com classificação no Qualis Capes na área de Ciência da Computação. As informações sobre os autores foram verificadas a partir dos metadados fornecidos nos trabalhos ou veículos de publicação. Por se tratar de dados de acesso público, não foi necessária a autorização do comitê de ética em pesquisa.

Definimos a área de Ciência da Computação, segundo a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e consideramos a área de informática como sua correspondente mais próxima no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2016). Assim, acreditamos contemplar um dos eixos formativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Brasil, instituição de ensino à qual os autores deste trabalho são filiados como estudantes ou professor, o que nos permite refletir sobre nossa realidade e oferecer subsídios à atuação docente e à formação dos discentes. De modo semelhante, a comparação entre os dois perfis de escritores torna possível a análise das convenções estabelecidas na área e como se dá a apreensão delas pelo público iniciante. A escolha do gênero artigo científico justifica-se pela sua relevância no processo de divulgação de resultados em muitas disciplinas, sendo amplamente privilegiado nos meios de formação e inserção dos pesquisadores nos espaços institucionais de construção do conhecimento científico.

Como critérios de composição da amostragem, estipulamos, para todos os artigos do *corpus*: serem escritos em português; estarem publicados em anais de eventos acadêmico-científicos (locais, regionais, nacionais ou internacionais) ou em periódicos especializados indexados, com classificação no Qualis Capes na área de Ciência da Computação; desenvolverem tema afim à área de Ciência da Computação. Para cada grupo em particular, estabelecemos ainda:

- Alunos iniciantes: terem autoria de estudantes que, conforme metadados dos próprios artigos ou dos suportes em que eles estão publicados, estejam cursando ou tenham como escolaridade máxima, quando da escrita do texto, a conclusão de curso técnico de nível médio na área de Informática/Ciência da Computação;
- Pesquisadores especialistas: terem título de doutor na área de Ciência da Computação, quando da escrita do texto, conforme metadados dos veículos.

A partir desses critérios, selecionamos os seguintes artigos, conforme o quadro abaixo:



Quadro 2. Descrição do *corpus*

PERFIL DE AUTORIA	ARTIGO	SUPORTE/EVENTO
Iniciante	Apolinário Neto et al. (2016)	E-book (anais) / Evento nacional
Iniciante	Barros, Barbosa e Ataíde (2016)	E-book (anais) / Evento nacional
Especialista	Bazzan (2010)	Revista de Sistemas de Informação da FSMA
Especialista	Bazzan (2021)	Revista Estudos Avançados
Especialista	Berkenbrock e Hirata (2015)	Revista Brasileira de Computação Aplicada
Iniciante	Costa, Souto e Santos (2018)	E-book (anais) / Evento nacional
Especialista	Digiampietri e Ferreira (2018)	Revista Em Questão
Especialista	Drummond, Ochi e Soares (2006)	Revista TEMA Tendências em Matemática Aplicada e Computacional
Iniciante	Duarte (2018)	E-book (anais) / Evento nacional
Especialista	Finger (2021)	Revista Estudos Avançados
Iniciante	Fonsêca et al. (2021)	E-book (anais) / Evento nacional
Especialista	Fontes et al. (2021)	Revista Brazilian Journal Of Development
Especialista	Ishikawa e Ralha (2016)	Revista Brasileira de Sistemas de Informação
Especialista	Machado e Pereira (2022)	Revista Brasileira de Computação Aplicada
Iniciante	Moreira, Almeida e Lima (2014)	E-book (anais) / Evento nacional
Iniciante	Queiroz et al. (2010)	E-book (anais) / Evento nacional
Iniciante	Ribeiro Filho (2011)	E-book (anais) / Evento nacional
Iniciante	Rodrigues, Souza e Neto (2017)	E-book (anais) / Evento nacional
Especialista	Sichman (2021)	Estudos avançados
Iniciante	Silva e Júnior (2017)	E-book (anais) / Evento nacional

Fonte: Elaborado pelos autores.

No quadro, estão indicados os artigos coletados a partir dos dois perfis aqui analisados: iniciantes e especialistas. No que se refere aos iniciantes, trata-se de estudantes de ensino médio integrado a cursos técnicos no eixo da informática e, portanto, da área de Ciência da Computação. Tais trabalhos foram coletados de anais eletrônicos de eventos nacionais, e alguns desses artigos foram produzidos em coautoria com mestres e doutores. Quanto aos especialistas, todos foram publicados em revistas científicas com classificação no Qualis Capes, tendo sido produzidos por doutores na área de Ciência da Computação.

A partir disso, é desenvolvida uma análise qualitativo-interpretativista, complementada com uma representação quantitativa, das ocorrências da menção a vozes da ciência nesses trabalhos, com base na tipologia de Boch e Grossmann (2002), a qual define as modalidades que o discurso reportado pode assumir em um texto acadêmico: evocação, citação autônoma, reformulação e ilhota citacional. Além disso, também é utilizada a caracterização de Swales (1990), sobre citações integrais ou não integrais à gramática da oração. Tais categorias permitem a interpretação e a comparação das formas e modalidades de citação em ambos os grupos de escritores.

Resultados

Análise de excertos de artigos científicos de especialistas e iniciantes

973

Foi possível encontrar nos trabalhos do grupo de escritores especialistas, isto é, doutores na área de ciência da computação, exemplos de todas as modalidades (evocação, reformulação, citação autônoma e ilhota citacional) e formas de marcação linguística (integral e não integral). Já entre os iniciantes, dentre todas as categorias, só não foi encontrada a ilhota citacional. Examinemos a seguir alguns excertos, a iniciar pela evocação:

Excerto 1 - Sichman (2021, p. 41) – Especialista

Um exemplo de autonomia de planejamento, no contexto de interações entre agentes inteligentes autônomos, pode ser visto em Maia e Sichman (2020).

Excerto 2 - Fonsêca (2019, p. 817) - Iniciante

Por conseguinte, o sistema de monitoramento mostra ainda como tecnologia pode sim estar conectada com as vertentes biológicas, onde ambas exercem funções diferentes, mas com o propósito semelhante, permitindo, também, a utilização da abordagem sócio histórica (VYGOTSKY, 1994).

Em ambos os fragmentos, a forma utilizada consiste na evocação. Como vemos, não há aprofundamento temático do trabalho citado: no primeiro excerto, informa-se apenas que há exemplos de autonomia de planeamento, sem especificar quais são eles; no segundo, faz-se menção à utilização de uma abordagem sócio-histórica, a qual não é explicada. Quanto à forma de marcação linguística, o Excerto 1 consiste numa citação integral, que dá mais destaque ao pesquisador, ao passo que o Excerto 2, de uma citação não integral, focalizando principalmente o conteúdo proposicional. A seguir, analisemos excertos representativos de reformulação nos dois grupos de pesquisadores:

Excerto 3 - Berkenbrock (2015, p. 17) – Especialista

Dimokas et al. (2011) [9] propõem as estratégias Power Community Index Cooperative Caching (PCICC) e scaled version of the PCICC (scaPCICC) para promover um novo protocolo de cache cooperativa para sensores de redes sem fio.

Excerto 4 - Moreira (2014, p. 989) – Iniciante

Em geral, eram utilizados [os computadores] para realização de funções específicas como executar tarefas numéricas complexas como calcular a órbita de planetas ou realizar cálculos estatísticos (NORTON, 1997).

974

Nos excertos 3 e 4, há a presença da modalidade de reformulação, a qual é marcada pela proposta dos autores citantes de reformular com suas próprias palavras a ideia de outrem. Assim, são parafraseados os conteúdos proposicionais de dois trabalhos, mediante as palavras do autor citante. Ademais, a menção ao nome do pesquisador no primeiro caso é feita de modo integral, ao passo que, na segunda ocorrência, de forma não integral.

Mais abaixo, vejamos exemplos do uso da modalidade de citação autônoma:

Excerto 5 - Digiampietri (2014, p. 42) – Especialista

Para esse projeto, foram empregadas informações da USP extraídas do DataUSP, que é um “[...] conjunto de serviços computacionais analíticos para apoio à tomada de decisões da USP.” (UNIVERSIDADE..., 2012b, doc. eletrônico).

Excerto 6 - Barros (2016, p. 828) – Iniciante

Sobre o ensino de algoritmos e programação de computadores, Dos Santos e Costa et al. (2006) afirmam que em maior parte o mesmo envolve “entender problemas e descrever formas de resolução, de maneira imparcial, para que então sejam codificadas em uma linguagem de programação”, isto significa que, em primeiro lugar, o aprendiz deve entender o problema, analisar as possíveis soluções e as descrever, para que então a resolução seja escrita em uma linguagem de programação de computadores (i.e. codificar), pois ajuda o aluno a saber pensar estruturalmente.

Nos excertos 5 e 6, os autores citantes utilizam do recurso de citação autônoma, a qual pode ser identificada, nas duas ocorrências, pelo uso de aspas, que é escolhida como marca escritural para sinalizar a exatidão das palavras da voz citada. Nesses casos, não apenas os conteúdos, mas também as próprias palavras dos trabalhos citados parecem imprescindíveis à argumentação no artigo científico. Quanto à marcação linguística, o Excerto 5 emprega a citação não integral, e o Excerto 6, a citação integral.

Por fim, observemos um caso de ilhota citacional, encontrada somente em um trabalho de especialista:

Excerto 7 - Finger (2021, p. 54-55) – Especialista

Os modelos probabilísticos divergem da abordagem composicional, considerando que o significado de uma expressão é dado “pela companhia que ela mantém”, ou seja, o significado de uma expressão é dado pelos contextos em que ela ocorre (Manning; Schütze, 1999).

975

O exemplo de ilhota citacional é identificado pela mescla entre reformulação, ao reiterar a fala da voz citada, e citação autônoma, por trazer entre aspas um trecho que transcreve diretamente o que foi escrito pelo outro em seu trabalho. Além disso, esse exemplo caracteriza-se como uma citação não integral.

Representação quantitativa das ocorrências de menções a vozes da ciência nos textos de iniciantes e especialistas da Ciência da Computação

Como forma de complementar a análise qualitativo-interpretativista, contabilizamos as modalidades e marcações linguísticas nos dois grupos de escritores – especialistas e iniciantes. A fim de facilitar a comparação entre os textos, que resultaram em dois conjuntos com números de palavras diferentes, foi feito um cálculo que levou em consideração o número de ocorrências a cada mil palavras.

A tabela a seguir sintetiza as ocorrências entre escritores especialistas:

Tabela 1: Gerenciamento das vozes da ciência em artigos científicos de especialistas da área de Ciência da Computação (total de ocorrências por 1.000 palavras)

FORMAS E MODALIDADES			TOTAL
Citação autônoma	Integral	0,24	0,36
	Não integral	0,12	
Evocação	Integral	0,31	2,61
	Não integral	2,30	
Ilhota citacional	Integral	0	0,02
	Não integral	0,02	
Reformulação	Integral	1,19	3,10
	Não integral	1,91	
TOTAL			6,09

976

Fonte: elaborado pelos autores

Há, nos textos de pesquisadores especialistas, presença de 6,09 menções a vozes da ciência a cada mil palavras. Notamos também que a modalidade mais escolhida foi a de reformulação, com 3,10 ocorrências (em torno de 50,90% do total). Em seguida, verificamos considerável presença da evocação, com um valor de 2,61 (aproximadamente 42,86% do total de ocorrências). Em terceiro e quarto lugar, com presença menos frequente, há, respectivamente, a citação autônoma, com um grau de incidência de 0,36, e a ilhota citacional, com um número de 0,02 ocorrências na escala de mil palavras. O uso da reformulação, segundo os estudos de Boch e Grossmann (2002), reflete o objetivo de tratar da voz do outro de maneira mais econômica, ou seja, desenvolver a temática central de um estudo sem utilizar das palavras exatas dele. No que se refere ao modo de apresentação da voz referenciada, observa-se a preferência

pelo formato não integral, com uma incidência de 4,35 (71,40%), ante a 1,74 ocorrências integrais (28,60%).

Por outro lado, nos textos de estudantes iniciantes, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 2: Gerenciamento das vozes da ciência em artigos científicos de estudantes iniciantes da área de Ciência da Computação (total de ocorrências por 1.000 palavras)

FORMAS E MODALIDADES			TOTAL
Citação autônoma	Integral	0,15	0,20
	Não integral	0,05	
Evocação	Integral	0,05	0,46
	Não integral	0,41	
Reformulação	Integral	0,25	2,26
	Não integral	2,01	
TOTAL			2,92

977

Fonte: elaborado pelos autores

A reformulação, com grau de incidência de 2,26 (77,40%), é a mais recorrente das modalidades, o que demonstra a intencionalidade dos autores de preservarem sua interpretação do estudo referenciado e tornarem sua exposição mais econômica. Em seguida, aparecem a evocação, com 0,46 ocorrências (15,75%), e a citação autônoma, com 0,20 ocorrências a cada mil palavras (6,85%). Não foi encontrado uso da ilhota citacional nos textos de iniciantes, como já dissemos anteriormente. Verificamos que, ao contrário do que Boch e Grossmann (2002) trazem nos seus estudos (referente à ideia de que escritores iniciantes apresentam mais citações autônomas em seus trabalhos do que outras modalidades), há maior número de reformulações, o que pode destacar maior segurança desses autores ao trazerem a literatura prévia em seu próprio discurso. Outra hipótese é o fato de existirem outros autores nesses textos, na condição de coautores e/ou orientadores, com diferentes graus de formação. Ao se tratar de marcações linguísticas, a

maior ocorrência, com grande vantagem, foi de menções não integrais com 2,47 (aproximadamente 84,6%), em detrimento das integrais, com 0,45 (aproximadamente 15,4%). Ao compararmos especialistas e iniciantes, notamos diversas diferenças e semelhanças no modo como cada grupo gerencia e apresenta as vozes da ciência. Observamos que especialistas citam duas vezes mais que iniciantes, com 6,09 ocorrências a cada mil palavras ante 2,92 dos iniciantes. Com base nos estudos de Hyland (2004) e Motta-Roth e Hendges (2010), pode-se levantar, entre as hipóteses para esse cenário, o fato de pesquisadores especialistas já terem trilhado uma vasta jornada acadêmica, se comparados aos autores iniciantes, que estão começando a adaptar-se às convenções e modos próprios do fazer científico.

No que diz respeito às modalidades empregadas, no grupo de especialistas verificamos a ocorrência de todas as modalidades descritas por Boch e Grossmann (2002), enquanto, no de iniciantes, não encontramos a ilhota citacional. Apesar dessa diferença, a ordem da frequência das ocorrências foi a mesma em ambos os grupos, mas em proporções diferentes. Assim, prevalecem as reformulações, com frequência representando 65,35% das menções dos trabalhos especialistas e 77,40% dos trabalhos de iniciantes. Logo depois, vem a evocação, em segundo lugar nos dois grupos, entretanto mais utilizada pelos especialistas do que pelos iniciantes, com 42,86% e 15,75% do total das ocorrências, respectivamente. A maior incidência de evocações entre os especialistas foi também verificada por Boch e Grossmann (2002), o que pode ser justificado, segundo os autores, pelo fato de iniciantes escolherem aprofundar-se mais recorrentemente no conteúdo temático como forma de este validar suas ideias, ao passo que os especialistas encontram essa validação somente pela alusão à voz de outro, cujo conteúdo, acrescentamos, já parece ser tratado como conhecimento partilhado. Por fim, a citação autônoma entre os iniciantes apresenta uma proporção sutilmente maior, com 6,85% do total de ocorrências, para 5,91% entre os especialistas.

Os dados apresentados pelas duas tabelas conferem às marcações de não integralidade incidência notadamente maior, o que denota mais atenção ao conteúdo relacionado ao estudo do que à própria voz citada (Swales, 1990). Hyland e Jiang (2017) auxiliam a explicação desse fenômeno, ao evidenciarem que há uma tendência geral, embora com diferenças no padrão de acordo com a área, de que os autores suprimam a ação humana no desenvolvimento de conhecimento e busquem enfatizar os estudos em vez daqueles que os produziram.

Em síntese, percebemos que há valorização da reformulação e da forma não integral nos dois grupos de escritores. Logo, compreendemos que as preferências de ambos os grupos são, de modo geral, parecidas, o que demonstra um processo de vivência e de aquisição, pelos iniciantes, das convenções já utilizadas pelos especialistas. Entretanto, fica visível também a maior maturidade dos especialistas quanto ao conhecimento e gerenciamento da literatura prévia da área, ao fazer maior uso das citações em seus textos.

Conclusão

Neste trabalho, buscamos delinear as características do gerenciamento de vozes da ciência de dois conjuntos de escritores: especialistas, doutores na área de Ciência da Computação; e iniciantes, estudantes da Educação Básica, participantes de cursos técnicos voltados para a Informática. A partir da investigação comparativa de vinte trabalhos, dez de cada grupo, analisados mediante abordagem qualitativo-interpretativista, observamos que há diferenças e semelhanças no modo como esses dois perfis de escritores mobilizam o discurso de outrem nos seus trabalhos.

Verificamos que os especialistas da área de Ciência da Computação citam duas vezes mais que os escritores iniciantes da referida área. Acreditamos que a jornada acadêmica e os conhecimentos nela construídos tenham influência decisiva neste aspecto quantitativo. Já as preferências pelo recurso reformulativo e pela marca de não integralidade em ambos os casos, também denotam um percurso de apropriação de características da comunidade disciplinar, especialmente quando levamos em conta os iniciantes. Além disso, o uso de diferentes configurações nas citações pelos iniciantes evidencia um processo de aquisição de variadas formas de referir-se ao discurso de outrem em textos acadêmicos.

Ao se considerar o caminho que ainda será traçado pelos iniciantes, observamos a relevância das práticas de pesquisa científica ainda no ensino médio. Elas podem contribuir para a construção progressiva de seu perfil como escritores de trabalhos acadêmicos que prezam pelos traços de cientificidade, como a referência à literatura prévia por meio das citações.

979

Referências

APOLINÁRIO NETO, A. S.; FEITOSA, G. L.; PLATINI, M.; PINTO, E. da S.; LEITE, J. A. A. Busca de locais de lazer próximo a você usando uma rede social. *In*: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 11., 2016, Maceió. **Anais eletrônicos** [...] Maceió: IFAL, 2016. p. 559-565. Disponível em: http://connepi.ifal.edu.br/2016/files/anais/1_Ciencias_Exatas_e_da_Terra.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

BARROS, L. F. de; BARBOSA, H. F.; ATAIDE, W. A. Desenvolvimento de uma ferramenta computacional de apoio ao ensino de algoritmos e programação de computadores. *In*: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO. XI, 2016, Maceió. **Anais eletrônicos** [...] Maceió: IFAL, 2016, p. 827-836. Disponível em: http://connepi.ifal.edu.br/2016/files/anais/5_Ciencias_Agrarias.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.



BAZZAN, A. L. C. Sistemas Multiagentes: Introdução e Aplicações em Simulação e Controle de Tráfego e Simulação de Situações de Emergência. **Revista de Sistemas de Informação da FSMA**, v. 6, p. 12-41, 2010. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/si/edicao6/FSMA_SI_2010_2_Principal_3.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

BAZZAN, A. L. C. Contribuições de aprendizado por reforço em escolha de rota e controle semafórico. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 35, n. 101, p. 95-110, abr. 2021. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/ea/a/x3kZbqZN7D\]p7HtPKq49xFd/?lang=pt#](https://www.scielo.br/j/ea/a/x3kZbqZN7D]p7HtPKq49xFd/?lang=pt#). Acesso em: 29 ago. 2022.

BERKENBROCK, C. D. M.; HIRATA, C. M. Coerência de cache e percepção em sistemas cooperativos com apoio à mobilidade. **Revista Brasileira de Computação Aplicada**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 17-29, 30 abr. 2015. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbca/article/view/3931/3323>. Acesso em: 29 ago. 2022.

BOCH, F.; GROSSMANN, F. Referir-se ao discurso do outro: alguns elementos de comparação entre especialistas e principiantes. **Scripta**, [S. l.], p. 97-108, out. 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12452/9767>. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 ago. 2018.

COSTA, R. F.; SOUTO, A. R. S.; SANTOS, D. B. A. +EXPOTEC: um aplicativo para aumentar a divulgação e interação de visitantes com a expotec/sc. *In*: EXPOSIÇÃO DE TECNOLOGIA, CIÊNCIA E CULTURA DO CAMPUS SANTA CRUZ - EXPOTEC, 8., 2018, Santa Cruz. **Anais eletrônicos**. Santa Cruz: IFRN, 2018. p. 4-9. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/campus/santacruz/coordenacao-depesquisa.html>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DIGIAMPIETRI, L. A.; FERREIRA, J. E. Desambiguação de nomes de autores para a identificação automática de perfis acadêmicos. **Em Questão**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 37, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/74064>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DRUMMOND, L. M. A. ; OCHI, L. S. ; SOARES, S. S. R. F. Um Algoritmo de Construção e Busca Local para o Problema de Clusterização de Bases de Dados. **TEMA Tendências em Matemática Aplicada e Computacional**, v. 7, p. 109-118, 2006. Disponível em: <https://tema.sbmac.org.br/tema/article/view/278/217>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DUARTE, A. D.. ELA: English lessons app. *In*: EXPOSIÇÃO DE TECNOLOGIA, CIÊNCIA E CULTURA DO CAMPUS SANTA CRUZ, 4., 2018, Santa Cruz. **Anais eletrônicos** [...]. Santa Cruz: IFRN, 2018. v. 4, p. 232-236. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/santacruz/noticias/anais-2018>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FINGER, M. Inteligência Artificial e os rumos do processamento do português brasileiro. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 35, n. 101, p. 51-72, abr. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185030/171213>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FONSÊCA, J. F. S. da; LOPES, J. F. de L.; LIMA, D. C. de; ARAÚJO, C. B. de. Construção de um Sistema de Monitoramento do Ambiente Online. *In*: SEMANA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EXTENSÃO DO IFRN, 4., 2021, Mossoró. **Anais eletrônicos** [...]. Mossoró: IFRN, 2021. p. 808-817. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2096>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FONTES, A. I. R.; GUIMARÃES, J. P. F.; SOUZA, P. T. V. de; CÂMARA, T. V. R. de O.; MARTINS, A. de M.; SILVEIRA, L. F. de Q. Extração de características ciloestacionárias por correntropia cíclica em canais com desvanecimento. **Brazilian Journal Of Development**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 24356-24362, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/26106/20701>. Acesso em: 29 ago. 2022.

HYLAND, K. **Disciplinary discourses**: social interactions in academic writing. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004. p. 20-40.

ISHIKAWA, E. ; RALHA, C. G.. Uma Abordagem Prática com Foco em Gestão de TIC para Ensino de SI para Alunos de Graduação em Computação. *iSys*: **Revista Brasileira de Sistemas de Informação**, v. 9, p. 5-31, 2016. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/journals/index.php/isys/article/view/307/308>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MACHADO, E. J.; PEREIRA, A. C. M. Estratégias de negociação baseadas na teoria das ondas de Elliott para o mercado de ações. **Revista Brasileira de Computação Aplicada**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 16-25, 22 jul. 2022. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rbca/article/view/12470/114116585>. Acesso em: 29 ago. 2022.



MOREIRA, V. B. F.; ALMEIDA, A. V. C. de; LIMA, C. S. de. INFORMÁTICA NO MEIO RURAL: desenvolvimento de sistema web para controle de fêmeas ovinas. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFRN, 10., 2014, Pau dos Ferros. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: Editora do IFRN, 2014. p. 988-994. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/anais-do-x-congresso-de-iniciacao-cientifica-do-ifrn-pau-dos-ferros/at_download/arquivo. Acesso em: 29 ago. 2022.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 89-110.

QUEIROZ, J. E. da S.; SOUZA, L. A. de; SILVA JUNIOR, F. J. da; VALE, R. A. V. do; NASCIMENTO, P. I. de A. do; COSTA, H. J. B. da. Entendendo a operabilidade de um microcontrolador através da prototipação virtual. *In*: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO IFRN. 7., 2010, Mossoró. **Anais eletrônicos**. Mossoró: IFRN, 2010. p. 401-406. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/1044/350>. Acesso em: 29 ago. 2022.

RIBEIRO FILHO, J.D.P. Ambiente virtual de aprendizagem por meio da TV digital interativa. *In*: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 6., 2011, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: IFRN, 2011. p. 14-22. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/310>. Acesso em: 29 ago. 2022.

RODRIGUES, V. R. V.; SOUZA F. A. A.; NETO M. A. V. M. Aplicação Web para a Organização da V Semana de Química do IFRN. *In*: SEMANA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EXTENSÃO DO IFRN, 3., 2017, Caicó. **Anais eletrônicos** [...]. Caicó: IFRN, 2017. p. 17-24. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1560>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SICHMAN, J. S. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 35, n. 101, p. 37-50, abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqqrthGMS3ngdBhGWtKhh/?format=html>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SILVA, H.; JÚNIOR, G. Plataforma Para O Suporte Da Internacionalização Em Casa Baseada Em Clil Para O Ensino de Redes de Comunicação. *In*: SEMANA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E EXTENSÃO DO IFRN, 3., 2017, Caicó. **Anais** [...]. Caicó: IFRN, 2017, p.25-32. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1560>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TECNOSTALGIA E NOSTALGIA DIGITAL NO AUDIOVISUAL CONTEMPORÂNEO: OS CASOS DE *FLYING LUNA CLIPPER* (1987) E *TUX AND FANNY* (2019)

Pedro Azevedo Raia de Siqueira¹
Talitha Ferraz²

Introdução

É impossível pensarmos em cinema no século XXI sem pensarmos em computação gráfica. Da mesma maneira que Elsaesser aponta a história de diferentes tecnologias como essenciais para o desenvolvimento do cinema, como a aviação, as ondas de rádio, o eletromagnetismo e a programação (2018, p. 181–192), no século XXI, em que é cada vez mais comum vermos efeitos especiais digitais em qualquer filme e tecnologias digitais dominando o mercado de animação, fica claro que é indispensável a reflexão sobre a computação gráfica ao pensarmos o cinema. Elsaesser afirma que "[...] o cinema possui diversas histórias, com apenas algumas pertencentes aos filmes" (2018: 186). Podemos afirmar que uma dessas histórias é a da computação gráfica, que apesar de relativamente nova no contexto do cinema comercial, possui interconexões antigas com a indústria militar, aeroespacial, pesquisas acadêmicas, cinema experimental dos anos 1960 e 1970, arte computacional e videogames.

983

Objetivos Gerais

O objetivo central da pesquisa é mostrar como a nostalgia digital se manifesta no audiovisual, relacionando o conceito de tecnostalgia com o campo da computação gráfica. Quais são as suas principais características, quais elementos estéticos estão a ela associados e como eles se relacionam com tecnologias digitais antigas? Pretende-se também apresentar e explicar as duas diferentes manifestações de nostalgia digital já mencionadas, a redescoberta e reincorporação, deixado mais claro, a partir da análise e descrição detalhada de elementos estéticos e de linguagem presentes nas duas obras (*Flying Luna Clipper* e *Tux and Fanny*), quais os elementos essenciais à nostalgia digital, analisando como essas duas obras reverberam, agenciam, utilizam ou exploram artifícios ligados à nostalgia pelo digital e à tecnostalgia.

¹ Graduado em Cinema e Audiovisual pela ESPM-RJ. – pedrobahiarai@hotmai.com

² Professora do curso de graduação em Cinema e Audiovisual da ESPM-RJ. - talitha.ferraz@espm.br

Metodologia, Materiais e Métodos

O projeto tem como metodologia central a análise fílmica. Segundo Penafria, “O objetivo da Análise é [...] explicar/esclarecer o funcionamento de um determinado filme e propor-lhe uma interpretação” (2009, p. 2). A autora propõe duas maneiras de análise fílmica, uma externa e outra interna. A análise interna centra-se no filme em si como obra individual, enquanto a análise externa considera o filme a partir do seu contexto social, cultural, político, econômico, estético e tecnológico (PENAFRIA, 2009, p. 7). Ambas as abordagens são utilizadas neste projeto.

Como as intenções centrais do presente trabalho estão ligadas à correlação da natureza estética das obras com conceitos do campo da nostalgia, consideramos também a análise plástica dos objetos selecionados, e os elementos narrativos e textuais foram deixados em segundo plano. Plasticidade aqui é entendida como “elementos (formas, cores, contrastes) desprovidos de sentido em si próprios, mas que podem adquirir-los por combinação, permuta, em suma, por sua entrada em um sistema.” (AUMONT, 1993, p. 254). Pretendemos ao longo da pesquisa, a partir desta forma de análise, entender melhor as características principais no que se refere ao contexto cultural/estético/tecnológico das obras analisadas.

Para realizar o trabalho de análise, é necessário estabelecer instrumentos de apoio que possam ser utilizados para demonstrar e testar aquilo que é intentado. Segundo Aumont, a análise fílmica utiliza três tipos principais de instrumentos: descritivos, citacionais e documentais (2004, p.45-6). Damos atenção especial ao apoio de fotogramas (instrumentos citacionais, que são as principais fontes para a análise interna, mas também servem como ilustração para a análise externa), e de entrevistas, textos acadêmicos, notícias e reportagens (instrumentos documentais que priorizam a contextualização tecnológica, cultural e estética, como principal forma de suporte à análise externa). A partir desses instrumentos, o objetivo é demonstrar como os conceitos apresentados na fundamentação teórica se manifestam plasticamente nos objetos de análise.

Resultados

Como qualquer mídia ou tecnologia que possui uma história e passou por diversas mudanças, a computação gráfica já é fonte de nostalgia e memória. Muitas pessoas que cresceram com jogos eletrônicos e animações digitais nos anos 1980 e 1990 hoje em dia produzem conteúdo que reflete um apego às propriedades gráficas do passado, com todas as suas limitações e peculiaridades. Falando sobre a tendência de jogos retrô no mercado contemporâneo, Garda afirma que:

A faixa etária que acho particularmente interessante são os jogadores que cresceram jogando as primeiras gerações de videogames. Como tal, eles são os primeiros a adotar este novo

meio de entretenimento e, conseqüentemente, constituem o mercado consumidor dos jogos da era 8-bits e 16-bits. Os videogames são uma parte importante de sua identidade geracional. O meio foi muito desenvolvido à medida que eles amadureceram, e gradualmente se tornou uma forma de arte estabelecida, enquanto alguns deles (jogadores) cresceram para se tornarem designers de jogos. Essa situação tão única, em que a nostalgia da infância coincide com uma tendência de 'volta às raízes' na indústria de videogames pode ser a razão para os inúmeros casos de nostalgia no design de jogos contemporâneos. (GARDA, 2014, p. 2, tradução nossa);

Aquilo com que crescemos afeta fortemente aquilo que produzimos, e isso é extremamente claro ao observarmos a indústria contemporânea de jogos eletrônicos, repleta de produtos que emulam esteticamente gráficos dos anos 1980 e 1990. Ao analisarmos o mercado de jogos de terror independente, essa tendência parece ainda mais clara. Há uma imensa quantidade de jogos que utilizam gráficos que remetem ao passado, muitas vezes buscando uma subversão de memórias relacionadas à infância em um contexto de terror e medo. Uma das tendências mais fortes é a incorporação de gráficos de PlayStation1, e a série Haunted PS1 Demodisc é provavelmente um dos exemplos mais populares do estilo. Trata-se de uma compilação que busca, além da mera emulação gráfica, emular também uma prática característica do consumo de jogos dos anos 1990: os demodiscs, CDs que, antes do domínio total da internet, traziam demonstrações jogáveis de diferentes jogos, pequenos excertos que intentavam despertar o interesse do consumidor em comprar o jogo completo. A coleção HPS1 busca trazer essa prática para o presente, servindo de plataforma para as demos de diferentes jogos de terror com estética PS1 que podem ser adquiridos por completo posteriormente pela internet.

985

A estética PS1 da coleção não se limita apenas à apresentação gráfica e aos menus e hubs inspirados nos demodiscs originais, mas também busca uma certa materialidade, disponibilizando “embalagens” que podem ser impressas e transformadas em caixas reais que se assemelham àquelas da era do PS1. Outras desenvolvedoras que abraçam a mesma estética retrô (como Puppet Combo) também disponibilizam capas para seus jogos e versões em mídia física que podem ser adquiridas, buscando algo mais “tátil” nesse meio digital. É um claro exemplo do anseio pela fisicalidade das mídias que Campopiano (2014) e Van der Heijden (2015) conectam à tecnostalgia, o desejo pela experiência física em um mundo cada vez mais virtual.

Ao mesmo tempo que podemos observar diferentes produtos contemporâneos que emulam experiências digitais do passado, o desenvolvimento das tecnologias (especialmente a internet) permitiu que esse passado digital (e muitos outros) fosse acessado com maior facilidade no presente. Em seu livro “A Memória Coletiva”, publicado originalmente em 1925, Halbwachs apontava que às vezes era preciso “[...] ir muito longe para descobrir ilhas do passado conservadas [...] de tal modo que nos sentíssemos subitamente transportados a cinquenta ou sessenta anos atrás” (1990, p. 68). Tal “distância” diminuiu drasticamente no século XXI. As formas de consumo e distribuição de mídias mudaram radicalmente nos últimos anos, o que colaborou para uma intensificação de uma retromania que nos tornou “[...] vítimas da nossa

capacidade cada vez maior de armazenar, organizar, acessar instantaneamente e compartilhar grandes quantidades de dados culturais” (REYNOLDS, 2011, p. xxi, tradução nossa). Agora o passado está a apenas um clique de distância, e basta usar algumas palavras-chave para ficar totalmente imerso na produção cultural de determinada era.

Exemplos claros de manifestações nostálgicas pelo antigo digital podem ser observadas não apenas pelo apelo dos canais e plataformas que se dedicam a arquivar e dissecar o passado digital, mas também em subculturas da internet que se dedicam a remixá-lo e recontextualizá-lo sob uma ótica do presente. Um exemplo disso é o vaporwave, um estilo visual e musical surgido no início da década de 2010 e que está relacionado ao sentimento de nostalgia (muitas vezes repleto de ironia) com a cultura de consumo dos anos 1980 e 1990. Diferentes canais de YouTube combinam a música de artistas de vaporwave com vídeos de computação gráfica dos anos 1980 e 1990 e pixel art, de maneira que tanto o visual quanto o som são parte essencial da estética. Esses vídeos, muitas vezes, funcionam como uma porta de entrada para que gerações mais jovens entrem em contato com a computação gráfica antiga, despertando interesse e até mesmo sentimento de nostalgia em pessoas que nem sequer possuem memória pessoal relacionada a essas estéticas e tecnologias. A computação gráfica antiga se torna parte da memória cultural, uma maneira de entendermos de onde vieram as tecnologias e imagens tão comuns nos dias de hoje.

Analisando os exemplos expostos acima, podemos observar duas claras maneiras em que a nostalgia pelo antigo digital se manifesta atualmente. A primeira delas é a partir de produtos como o supracitado *Haunted PS1 Demodisc*, uma obra contemporânea que incorpora como elemento essencial a estética remetente a uma tecnologia pretérita. A outra maneira é a redescoberta, graças à internet, de fragmentos digitais do passado, disponibilizados em arquivos como o citado canal de YouTube *VintageCG*. Essas duas manifestações, a reincorporação e a redescoberta, serão exploradas em mais detalhes a partir de duas obras específicas: a série *Tux and Fanny*, criada por Albert Birney em 2018 e que incorpora gráficos 8-bit como modo estético principal, e o média metragem *Flying Luna Clipper*, realizado em 1987 por Ikko Ono em computadores MSX 8-bit e que ficou limitado ao mercado japonês dos anos 80 até ser redescoberto graças a um upload na internet.

Flying Luna Clipper

Flying Luna Clipper é um média metragem de 55 minutos produzido pela Sony no final dos anos 1980 e distribuído exclusivamente no mercado de home video japonês. Trata-se de uma obra criada inteiramente em microcomputadores MSX 8-bit, e que aponta para um ramo abandonado da cultura popular de um cinema feito com estética e tecnologia de videogames (NAVARRO REMESAL, 2019, p. 71-72). O filme era basicamente desconhecido fora do seu país de origem até 2015, quando o crítico de videogames Matt Hawkins publicou duas postagens em seu blog

Attracta Mode discutindo a obra, encontrada por um anônimo em um brechó de Laserdiscs, e em seguida a disponibilizou na íntegra em seu canal de YouTube. A partir de então, novo interesse pelo filme surgiu na internet, e diferentes artigos e textos foram escritos discutindo seu redescoberto papel na história dos computadores e dos videogames.

Flying Luna Clipper foi dirigido por Ikko Ono e lançado em 1987 exclusivamente no Japão. Criado a pedido da Sony com a intenção de promover o formato Laserdisc no país, o filme foi construído a partir de pequenas histórias e personagens que Ono havia criado em uma seção da revista *MSX Magazine* chamada *Ikko's Gallery*, onde promovia os microcomputadores como uma ferramenta acessível para design gráfico. Muitas partes do filme consistem em vídeos experimentais por ele desenvolvidos para outra seção da revista, *Ikko's Theatre*, um “teatro virtual para filmes experimentais” que contava com quatro páginas mensais.

Apesar de ser primeiramente um designer gráfico, Ono viu o potencial dos computadores para a criação audiovisual, desenvolvendo as ferramentas necessárias para animar sua visão e contornando as limitações de hardware e software apresentadas de maneira criativa. *Flying Luna Clipper* foi desenvolvido temporalmente em paralelo ao surgimento da chamada demoscene, caracterizada também pela utilização de computadores para criar animações complexas em um nível de programação e performance. Apesar dessa semelhança, o filme se diferencia da cena por sua ambição que vai além da proeza técnica. Ono busca dar vida e personalidade para seus personagens (aproximando-se das intenções associadas à animação tradicional e de computação gráfica tradicional/comercial como apontadas por Lasseter (1987, p. 43)), enquanto as demos focam majoritariamente em efeitos gráficos abstratos, sem grande preocupação com personagens, e na realização em tempo real dos programas gráficos executáveis ao invés de animações pré-renderizadas (HARTMANN, 2014, p. 2-3).

O filme também possui claras distinções em relação às animações de CG tradicionais, como a tecnologia utilizada para sua criação (um computador pessoal), a menor fluidez da animação e seus gráficos 8-bit (que se opõem aos gráficos vetorizados usuais das animações de CG da década de 80). Esses elementos aproximam o filme do universo dos videogames do final da década de 80, o que traz para a obra mais uma camada de interesse, já que *Flying Luna Clipper* pré-data a prática do machinima, termo que combina as palavras *machine* (máquina) e cinema para nomear a utilização de tecnologias de videogames para criar filmes (NAVARRO REMESAL, 2019, p. 20). Desta maneira, *FLC* pode ser considerado o primeiro longa metragem distribuído comercialmente realizado por inteiro em uma tecnologia de videogames. Todos esses aspectos que circundam a obra apontam para a sua relevância quando discutimos arte e cinema computacional, tornando sua redescoberta de extrema importância para o estudo e história da arte digital.

Também interessante para o escopo desse trabalho é a leitura de *Flying Luna Clipper* a partir da ótica da tecnostalgia e da poética da obsolescência. É possível realizar uma associação entre o interesse nesse chipcinema (ou “primeiro” cinema digital) e o interesse pela primeira era da

máquina do cinema (analógico). Em *O Cinema Como Arqueologia das Mídias*, Elsaesser afirma que "A obsolescência como nostalgia tende a tratar como fetiche a primeira era da máquina do cinema, centrada em seu dispositivo básico [...], em um gesto que mistura a superioridade da visão retrospectiva com a inveja da inocência perdida" (2018, p. 250). A mesma lógica pode ser aplicada ao filme de Ono: a tecnologia utilizada para sua realização (vista sob a ótica retrospectiva como primitiva) desperta uma saudade da inocência perdida (a maior "simplicidade" representativa) ao ser comparada com o nível de hiper-realismo e detalhamento que a computação gráfica atual é capaz de atingir. Em entrevista, o próprio Ono especula que:

Comparado com o que estava disponível em 1987, computadores e softwares evoluíram para duplicar qualquer coisa que uma pessoa possa imaginar. Acho que talvez a razão pela qual *The Flying Luna Clipper* ainda seja amado e ressoe com alguns é que ele foi criado em uma máquina primitiva, com cada pixel cuidadosamente colorido um por um.

Essa ideia do interesse pela obra por conta de sua origem em uma "máquina primitiva" possui correlação direta com a tecnostalgia, definida justamente como o interesse por tecnologias obsoletas (CAMPOPIANO, 2014; VAN DER HEIJDEN, 2015). Além disso, também é possível relacionar a fala de Ono com o conceito de poética da obsolescência apresentado por Elsaesser, que afirma que o obsoleto é o novo autêntico, uma forma de resistência à aceleração do mundo e redescoberta da beleza no recentemente "inútil" (ELSAESSER, 2018, p. 250). Somos atraídos por estéticas 8-bit e 16-bit não apenas por uma memória cultural nostálgica que as correlaciona diretamente com o passado dos videogames ou com experiências da infância, mas também por um desejo de "retorno à inocência" tecnológica, ligado às capacidades representativas gráficas limitadas do aparato técnico. Essa simplicidade representativa pode ser vista como uma característica essencial das primeiras imagens computacionais figurativas que, limitadas pelas condições tecnológicas, sempre deixam um espaço entre o que está sendo representado e a própria representação.

Graças a uma nova tecnologia como a internet, temos a possibilidade de redescobrir o valor de representações artísticas que, sob uma ótica teleológica de progresso, podem ser vistas como obsoletas. Podemos revisitar fragmentos culturais inicialmente esquecidos pelo tempo, mas que ainda ressoam de uma maneira ou de outra no mundo contemporâneo. *Flying Luna Clipper* se assemelha a muitas das manifestações estéticas atuais de nostalgia digital, mas o que diferencia a obra de Ono é que seus gráficos 8-bit não são usados para criar um videogame, mas sim uma obra audiovisual não-interativa, e FLC foi criado no contexto dos anos 80, período que muitas das obras tecnostálgicas atuais tentam emular.

Sua redescoberta ressoa atualmente por conta do nosso momento cultural, em que "ser retrô é ser original, em que adotar um estilo vintage é ser vanguarda" (ELSAESSER, 2018, p. 260), e nova valoração é dada à estética de jogos antigos. O início da computação gráfica, que já faz

parte do passado, já é fonte de nostalgia e memória, e como consequência, a redescoberta de obras como *Flying Luna Clipper* coloca em primeiro plano possibilidades pouco exploradas para a estética de videogame, misturando o reconhecimento nostálgico de uma estética familiar com o estranhamento da forma que tal estética adota.

Dessa maneira, o filme de Ono pode ser visto sob a abordagem arqueológica das mídias de Elsaesser (2018) como um falso começo para um “cinema de videogame” que só viria a se expandir décadas depois com a popularização do machinima. Ou, ainda, sob a ótica de futuros perdidos e da “hauntologia” de Fisher (2011), como um fantasma cultural do passado que assombra o presente, um espectro de um futuro não concretizado, um sonho futurista que se tornou nostálgico: um objeto de nostalgia reflexiva, que “[...] perdura nas ruínas, na pátina do tempo e da história, nos sonhos de outro lugar e de outro tempo” (BOYM, 2001, p. 42, tradução nossa).

Tux and Fanny

Tux and Fanny é uma série de animação criada por Albert Birney em 2018 consistindo em 79 micro episódios postados no Instagram (cada um com cerca de um minuto) que posteriormente foram combinados em um longa-metragem. Atualmente uma segunda temporada está sendo produzida (com novos episódios sendo lançados frequentemente no YouTube e no Instagram) e uma prequela em formato de jogo foi lançada para Nintendo Switch, Xbox, Windows, Mac e Linux.

Tux and Fanny tem como elemento estético principal a incorporação de gráficos 8-bit remetentes a computadores dos anos 80 e à era de consoles de segunda geração como o Atari 2600 e o Intellivision. Essa incorporação tecnostálgica se estende para o áudio da série, que utiliza efeitos sonoros e vozes que fazem referência a computadores do início dos anos 80, com reduzida taxa de bits e baixa fidelidade sonora. Birney, nascido em 1982, cresceu com consoles como o NES e o Super Nintendo, fazendo parte de uma geração que vivenciou a popularização e complexificação tecnológica dos videogames. Discutindo em um artigo sua relação com os jogos eletrônicos, o diretor afirma que:

Os jogos mais recentes com seus gráficos realistas não me empolgavam como os jogos antigos. Isso foi na época em que eu estava saindo de casa para a faculdade. Eu estava estudando cinema e não estava jogando videogame como costumava fazer. Quando jogava, geralmente era nos sistemas mais antigos, o Nintendo ou o Super Nintendo. Algo sobre os novos jogos deixavam menos para minha imaginação.

Trata-se de uma relação de nostalgia do criador para com os jogos de sua juventude, que certamente funciona como um motor para a escolha da estética 8-bit. Boym afirma que “A

nostalgia inevitavelmente reaparece como mecanismo de defesa em uma época de ritmos acelerados da vida e reviravoltas históricas” (2001, p. XIV), e tal máxima pode ser observada no retorno de Birney aos jogos dos anos 80 e 90: ele se volta para os videogames de sua infância justamente em um momento de conturbação pessoal, a saída de casa para começar uma nova fase da vida ao ingressar a faculdade. O retorno ao passado nostálgico se dá justamente como uma forma de buscar conforto em um momento de mudança, e esse passado acaba se manifestando em sua criação artística. É como Garda, discutindo a tendência retrô no mercado de jogos contemporâneos, aponta: aqueles que cresceram com as primeiras gerações de jogos eletrônicos se tornaram criadores, e essa influência nostálgica da infância perpassa em suas criações (2014, p. 2). No mesmo artigo citado anteriormente, Birney afirma que:

Se você foi criado nos anos 90, ou até mais tarde, pode ter um relacionamento semelhante com os videogames. Você pode encontrar nostalgia nos jogos antigos de sua juventude, da mesma forma que algumas pessoas encontram nostalgia no cheiro do suéter de um avô. É uma sensação poderosa. Acho que, à medida que me aproximo dos 40, me inclinar para essa nostalgia me beneficiou de várias maneiras.

Essa inclinação à nostalgia é clara ao observarmos o modelo estético central de *Tux & Fanny*. Garda utiliza o termo “8-bitness” para se referir à fascinação com o ressurgimento da estética 8-bit, uma apropriação de termos como “pastness”, “1930s-ness” e “1950s-ness” utilizados originalmente por Fredric Jameson (1997, p. 24) para se referir ao “discurso estético pós-moderno que utiliza profundidade pseudo-histórica e intertextualidade para expressar seu fascínio com a recuperação de tempos e lugares perdidos” (GARDA, 2014, p. 6, tradução nossa). O termo cunhado por Garda pode ser aplicado para a série de Birney, que utiliza a estética 8-bit para reimaginar o passado não como ele foi, mas como ele poderia ter sido. Da mesma maneira que os “filmes de nostalgia” dos anos 70, que construíam a ideia de passado a partir das qualidades da imagem e de elementos estéticos como figurino, criando um “eterno passado” existente para além do tempo histórico (JAMESON, 1997, p. 24-5), *Tux & Fanny* incorpora gráficos associados ao universo de videogames para criar uma ideia de passado a partir de conotações estilísticas e das propriedades gráficas da imagem.

Com tal escolha estética, Birney cria uma sensação de familiaridade, evocando memórias nostálgicas associadas ao passado dos videogames e à infância. Ao mesmo tempo, a série traz elementos de estranheza, como os diálogos inteiramente em russo (os episódios são legendados em inglês), a narrativa repleta de momentos absurdos e o confronto de uma estética de videogame fora de um contexto interativo. Esse choque entre o familiar e o não familiar é uma das principais características da obra, que abraça o estranhamento tanto na narrativa como na estética: mesmo que os gráficos 8-bit sejam o modelo principal de *Tux and Fanny*, a obra não se limita a apenas um estilo de animação, incorporando esporadicamente elementos de stop-motion e live-action.

Os gráficos 8-bit de *Tux and Fanny* foram inteiramente criados em uma tecnologia contemporânea que busca emular a estética de uma tecnologia passada. Trata-se de uma prática *faux-vintage* extremamente comum na produção midiática contemporânea (CAMPOPIANO, 2014) e que pode ser vista, por exemplo, no uso de filtros de Instagram que emulam tecnologias analógicas pretéritas como fitas de filme Super8 (VAN DER HEIJDEN, 2015).

Além das referências a computadores e consoles antigos, os elementos tecnostálgicos também se estendem ao mundo analógico, com a degradação de áudio (evidente na música de abertura dos episódios) e a razão de aspecto (mais próxima de um 1:1 do que um 4:3) fazendo referência a fitas de vídeo, televisões e monitores antigos. Até lançamentos em mídia física possuem uma relação com a nostalgia, já que o primeiro suporte disponível para o filme foi uma prensagem limitada em VHS, só depois sendo disponibilizada uma versão em Blu-ray. Além disso, recentemente a trilha sonora do jogo (que também se chama *Tux & Fanny* e se passa no mesmo universo da série) foi disponibilizada em uma edição limitada no formato de fita cassete, criando mais uma relação entre o universo de *Tux & Fanny* com mídias físicas analógicas.

Segundo Campopiano (2014) e Van der Heijden (2015), a apropriação de estéticas analógicas em um contexto digital é, muitas vezes, sintoma de uma ausência da fisicalidade das mídias no mundo atual, uma tentativa de suprir uma carência de tangibilidade midiática trazendo certa noção de materialidade em um mundo majoritariamente digital e imaterial. A relação com a materialidade fica clara ao considerarmos o suporte original escolhido por Birney para o filme, essencialmente analógico e nostálgico. Ainda assim, não são apenas os elementos analógicos da série que possuem uma relação com a materialidade das mídias, já que a própria estética digital de *Tux & Fanny* remete a certa fisicalidade quando levamos em consideração a história e contexto dos videogames antigos. Mesmo que as tecnologias dos jogos da década de 80 sejam essencialmente digitais, há uma relação direta entre seu conteúdo e um suporte físico, real, palpável, que carrega os circuitos que contêm as informações para serem decodificadas por um console e exibidas em certa tela. Existe um cartucho, uma caixa, uma embalagem que media, de maneira concreta, a relação entre o jogo e o consumidor, algo que não ocorre frequentemente no mundo atual, onde o consumo de videogames se dá majoritariamente sem o suporte de uma mídia física, existindo apenas no mundo virtual e mediado somente por uma interface na tela de um computador ou televisão.

A escolha de Birney em lançar seu filme em VHS apenas reforça essa ideia, mesmo que tal suporte não tenha relação direta com jogos eletrônicos. A estética 8-bit de *Tux & Fanny* traz consigo uma ideia de fisicalidade justamente por estar diretamente associada a um período da história dos videogames em que eles não existiam apenas no mundo digital, mas também no mundo físico por conta do seu suporte. Da mesma maneira que filtros de VHS trazem uma significação de materialidade para obras realizadas digitalmente, a estética 8-bit traz, por associação histórica, uma noção de materialidade do antigo digital para obras que existem

primariamente no mundo virtual. Dessa forma, tanto os aspectos analógicos quanto os aspectos digitais adotados por *Tux & Fanny* se relacionam com noções de materialidade e nostalgia.

Tux & Fanny não tenta reconstruir o passado, mas sim incorporá-lo para trazer um misto de familiaridade e estranhamento, mesclando elementos técnicos mais modernos com gráficos e sons 8-bit. Birney não tenta reconstruir fielmente um produto midiático que poderia ter surgido nos anos 80. A obra não é criada com a utilização de equipamentos de época, mas sim com tecnologias contemporâneas que buscam evocar diferentes passados a partir da emulação das características técnicas de diversos meios tecnológicos antigos. A série se apropria de diferentes estéticas associadas à década de 80 para criar uma obra audiovisual que é uma remediação do passado a partir de uma ótica presente.

Dessa forma, a série se mostra uma manifestação da tecnostalgia reflexiva, sendo “[...] histórica e materialmente mais flexível em sua performance ou reencenação da aparência da tecnologia midiática do passado” (VAN DER HEIJDEN, 2015, p. 115, tradução nossa), uma espécie de pastiche nostálgico construído a partir das memórias de infância do diretor e de muitas outras crianças que cresceram nos anos 80.

Considerações Finais

Flying Luna Clipper e *Tux & Fanny* se relacionam com os conceitos de nostalgia a partir de suas propriedades plásticas, especificamente a adoção de uma estética de videogames 8-bit que traz à memória momentos ligados à infância ou à história pretérita do meio dos jogos eletrônicos, uma ligação dupla entre memória pessoal e coletiva. Trata-se de uma nostalgia conectada às características particulares de videogames antigos, com seus gráficos e sons específicos. Como observa Schrey:

[...] a própria mídia pode se tornar um objeto de nostalgia. Nesse caso, o sentimento pode ser direcionado para sua constituição midiática específica, sua materialidade, a estética resultante desses fatores, ou tudo isso combinado [...]. (SCHREY, 2014, p. 29, tradução nossa)

Muitos dos elementos vistos como defeitos ou limitações das primeiras imagens digitais são hoje adotados propositalmente para criar um efeito nostálgico. A reduzida definição, a limitada palheta de cores e a baixa fidelidade sonora são somente alguns dos aspectos que passaram a ser propositalmente emulados por diferentes artistas que buscam se relacionar com o passado do digital (como é o caso de Albert Birney com *Tux & Fanny*). Essas características passam a ser parte essencial daquilo que define o meio, mesmo que ele tenha sofrido diversas mutações e transformações ao longo do tempo, se mostrando completamente distinto atualmente daquilo que era 30 ou 40 anos atrás. Esses elementos não são mais cotidianos no mundo de imagens de alta definição e sons com alto sample rate e profundidade de bits, mas estão diretamente

relacionados com a história e o passado do digital. Da mesma maneira que imagens granuladas em preto e branco ou sépia com cadência de 16 ou 18 frames por segundo remetem à época do cinema “mudo” e a uma primeira instância do aparelho cinematográfico, gráficos e sons 8-bit remetem aos primeiros momentos da imagem digital, diretamente relacionada a videogames e computadores.

Apesar de suas diferenças, tanto *Flying Luna Clipper* quanto *Tux and Fanny* possuem uma correlação com o conceito de nostalgia reflexiva de Svetlana Boym. *Flying Luna Clipper*, como um fragmento de um futuro não concretizado (FISHER, 2011) ou um falso começo (ELSAESSER, 2018) para um cinema de videogame, funciona como uma espécie de mídia zumbi (HERTZ e col., 2012), um totem que traz à memória os “sonhos de outro lugar e outro tempo” (BOYM, 2001, p. 42, tradução nossa). Já *Tux and Fanny* se conecta ao conceito por sua abordagem flexível à estética “chiptune”, não se limitando apenas a imitar a tecnologia antiga, mas também incorporando outros elementos estéticos, alguns também tecnostálgicos, outros modernos (VAN DER HEIJDEN, 2015), sendo um pastiche que busca evocar a ideia de passado a partir de diferentes referências estilísticas (JAMESON, 1997).

Ambas as obras dialogam com o antigo digital, mas de maneiras diferentes. *Flying Luna Clipper*, realizado na década de 80, é um exemplo até pouco tempo perdido do antigo digital. O filme foi criado em computadores modernos para a época, e apontava uma nova possibilidade para as tecnologias de videogame. *FLC* traçou um projeto de futuro que por muito tempo não se concretizou, mas que viria a se tornar mais comum no final da década de 90 e se popularizaria definitivamente ao longo dos anos 2000 dentro do contexto do *machinima*, da internet e do YouTube, onde a utilização de videogames para criar pequenos “filmes” se tornou usual e extremamente popular. Visto sob a ótica do presente, o média de Ono adquire significado nostálgico por conta de seus aspectos estéticos diretamente relacionados às tecnologias de videogame dos anos 80, ao mesmo tempo que é valorizado por seu pioneirismo no contexto do *machinima*.

Enquanto isso, *Tux & Fanny* foi criado em tecnologias contemporâneas, mas com o intuito de emular tecnologias do passado. A série tem como veículo principal a estética 8-bit de jogos eletrônicos antigos, mas não se prende aos videogames como única referência, incorporando também meios analógicos da década de 80 em seu estilo, além de estéticas não necessariamente retrô. A obra de Birney busca reimaginar um passado não recriando-o de maneira historicamente fiel, mas incorporando elementos de diferentes tecnologias que fazem parte do imaginário da década de 80, colocando o digital em primeiro plano, mas também incorporando detalhes analógicos em sua estética e na sua forma de distribuição.

Enquanto *Flying Luna Clipper* pode ser visto como uma visão futurista otimista sobre o futuro da computação gráfica e as novas possibilidades estéticas que as novas tecnologias computacionais traziam, *Tux & Fanny* pode ser interpretado como um lamento por uma era que já passou, em que o digital “deixava mais para a imaginação” e ainda possuía certa

materialidade por conta da mediação entre o conteúdo e seu suporte físico. Apesar de suas diferenças, as duas obras se conectam a partir de um elemento tecnostálgico que não se dá no âmbito analógico, mas sim digital, apontando um novo caminho para a nostalgia, afastado das películas e dos aparelhos tradicionais da história do cinema e se aproximando dos videogames, dos computadores e da computação gráfica.

O processo de passagem para o digital que se intensificou na mudança do século XX para o XXI parece inevitável. É como se caminhássemos em direção a uma grande convergência de todos os meios de comunicação para o digital: filmes, livros, jornais, quadrinhos e televisão, cada um, mesmo com suas características específicas, se adaptam ao digital contemporâneo com projetores digitais, plataformas de streaming, telas de LCD e ebooks. À medida que o cinema se entrelaça com o digital, é inevitável que sua história também acabe se relacionando com a história dos computadores e tecnologias digitais; e à medida que a presença do digital se torna usual no cinema, é inevitável que o cinema comece a refletir sobre onde e como tal entrelaçamento se iniciou, e quais as diferenças entre o digital de ontem e o digital de hoje.

As obras analisadas nos ajudam a refletir sobre a atual situação do digital dentro do contexto do cinema, em que ele deixa de ser novidade e começa a se tornar parte do passado. Precisamos, como afirma Shanken, estudar de maneira explícita as relações entre arte, ciência e tecnologia, principalmente considerando o momento atual, em que inovações tecnológicas se encontram cada vez mais entranhadas com manifestações artísticas diversas (2008, p. 160). Para entendermos as atuais relações entre audiovisual e tecnologias digitais, precisamos inevitavelmente entender como tais relações se deram no passado. Com essa abordagem, a história do cinema não consiste mais apenas nas suas origens com os brinquedos óticos do final do século XIX, nas lanternas mágicas, no vaudeville, em películas 16mm, rolos de filme e projetores em salas de cinema. Parte da história do cinema agora também são os computadores, a computação gráfica, os videogames e outras diferentes expressões artísticas digitais que traçaram o caminho para a digitalização. À medida que nos afastamos da virada do milênio e, conseqüentemente, da virada digital, o analógico deixa de ter exclusividade como objeto nostálgico do cinema, e o digital começa a ser revisitado e repensado, tornando-se também objeto de nostalgia para o meio de comunicação.

Referências

AUMONT, Jacques. **A Análise do Filme**. 3. ed. Lisboa: Texto & Grafia, 2004. 319 p.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. 7. ed. Campinas: Papirus Editora, 1993. 336 p.

BOYM, Svetlana. **The Future of Nostalgia**. 1. ed. Nova York, EUA: Basic Books, 2001. 444 p.



CAMPBELL-KELLY, Martin; ASPRAY, William; ENSMENGER, Nathan; YOST, Jeffrey R. **Computer: A History of the Information Machine**. 3. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2014. 377 p.

CAMPOPIANO, John. Memory, Temporality, & Manifestations of Our Tech-nostalgia. **Preservation, Digital Technology & Culture**, [S. l.], ano 2014, v. 43, n. 3, p. 75-85, 1 jul. 2014.

ELSAESSER, Thomas. **Cinema como arqueologia das mídias**. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

FISHER, Mark. **Ghosts of My Life: Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures**. 1. ed. Croydon: Zero books, 2014.

GARDA, Maria B. Nostalgia in Retro Game Design. **DiGRA '13 – Proceedings of the 2013 DiGRA International Conference: DeFragging Game Studies**, ano 2014.

GOODMAN, Cynthia. **Digital Visions: Computers and Art**, 1 ed. Nova York: Harry N. Abrams, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 1. ed. SP: Vértice, 1990.

HARTMANN, Doreen. Animation in the Demoscene: From Obfuscation to Category (Or: How to Demonstrate Skills without Adhering to the Real-Time Principle). **WiderScreen**. 2014. Disponível em: <http://widerscreen.fi/assets/hartmann-wider-1-2-2014.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism**. 7. ed. NC: Duke University, 1997.

LASSETER, John. Principles of Traditional Animation Applied to 3D Computer Animation. **ACM SIGGRAPH Computer Graphics**, ano 1987, v. 21, n. 4, p. 35–44, jul. 1987.

NAVARRO REMESAL, Victor. **Cine Ludens: 50 diálogos entre cine y juego (Filmografías Esenciales)**. 1. ed. Barcelona: Editorial UOC, 2019.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes: conceitos e metodologia(s). **VI Congresso SOPCOM**, Abril 2009.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

REYNOLDS, Simon. **Retromania**: Pop Culture's Addiction to Its Own Past. 1. ed. Londres: Faber and Faber, 2011.

SCHREY, DOMINIK. Analogue Nostalgia and the Aesthetics of Digital Remediation. In: NIEMEYER, Katharina. *Media and Nostalgia*: Yearning for the past, present and future. 1. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. p. 27-38.

SHANKEN, E. A. Historicizar Arte e Tecnologia: Fabricar um Método e Estabelecer um Cânone. In: DOMINGUES, Diana. *Arte, Ciência e Tecnologia*: Passado, presente e desafios. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2008. p. 139-163.

SITO, Tom. **Moving Innovation**: A History of Computer Animation. 1. ed. Cambridge, MA: The MIT Press, 2013.

VAN DER HEIJDEN, Tim: Technostalgia of the present: From Technologies of Memory to a Memory of Technologies. **NECSUS. European Journal of Media Studies**, ano 2014, v. 4, n. 3, p. 103-121, 16 nov. 2015.

YOUNGBLOOD, Gene. **Expanded Cinema**. 1. ed. Toronto e Vancouver: Clarke, Irwin & Company Limited, 1970.

996



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

“PONHA OS OLHOS DE PIEDADE NOS MAUS GOVERNOS DESTE ESTADO”: AUTORITARISMO, CORRUPÇÃO E PODER LOCAL NO MARANHÃO COLONIAL

Eloy Barbosa de Abreu¹
Benilton Torres de Lacerda²
Francisca Kelly da Luz Santos³
Lauana Rafaela Gomes⁴

Introdução

O que fazia os “homens da governança local” transgredirem as leis e ordens régias nas áreas coloniais do império ultramarino português? Quais práticas da arte de governar eram, no século XVIII, consideradas boas ou más? Essas duas questões, uma de aspecto mais geral e outra mais específico, são as principais problemáticas desta pesquisa. O objetivo em respondê-las parte da intencionalidade em compreender as governamentalidades no Estado do Maranhão, no período colonial, especificamente em São Luís. Para isso, buscou-se fundamentar esse estudo em concepções teóricas da História Política recente, onde a perspectiva global de análise do evento político o coloca em um ponto de condensação do social, econômico, religioso e cultural (RÉMOND, 2003).

Portanto, o estudo de práticas governativas no contexto do Estado colonial do Maranhão é fundamental para compreensão da formação de uma governamentalidade “à brasileira”. Neste

997

¹ Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2006), mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2017). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Maranhão (Campus Caxias), e professor permanente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. É líder do Grupo de Pesquisa e Documentação em História Social e Política do Maranhão (GP-DOHSPPEM). E-mail: eloyabreuclio@gmail.com

² Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (2003). Especialização em História do Brasil (UFPI), 2005. Especialização em Docência do Ensino Superior (FLATED), 2013. Mestrado em História pela Universidade Federal do Piauí (2013). Atualmente é professor assistente II da Universidade Estadual do Maranhão. CESC/UEMA. Estuda cidade, memória, movimentos sociais populares católicos na perspectiva da teologia da libertação nos últimos anos da década de 1960, e nos anos 1970 e 1980. Estuda também Patrimônio material e imaterial na perspectiva histórica e arqueológica na ambiência da interdisciplinaridade.

³ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Atualmente participa do Grupo de Pesquisas e Documentação em História Social e Política do Maranhão (GP-DOHSPPEM). E-mail: fanciskelly2020.1@gmail.com

⁴ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Maranhão e Membro do Grupo de Pesquisa e Documentação em História Social e Política do Maranhão (GP-DOHSPPEM). Dedicar-se a pesquisa em História Cultural e Social com ênfase para o Maranhão. E-mail: lauanarafaela8@gmail.com



aspecto, dois fatores foram fundamentais para que este estudo se debruçasse sobre os documentos da Câmara de São Luís e do Conselho Ultramarino, buscando-se neles informações sobre o governo local. Primeiramente, entre 2018 e 2020 o Grupo de Pesquisa e Documentação em História Política e Social do Maranhão (GPDHSPPEM), em parceria com o Grupo de Pesquisa Histórias do Maranhão e colaboração do Centro de Documentação e Pesquisa sobre o Maranhão e Grão-Pará, desenvolveu o projeto de Iniciação Científica, intitulado *As teias que a justiça tece: redes de ouvidores gerais e conflitos sociais no estado colonial do Maranhão e Grão Pará (sec. XVII e XVIII)*, obtendo resultados significativos para compreensão da dinâmica da administração da justiça nas áreas colônias do Império português, sobretudo na cidade de São Luís. Contudo, ao adentrar no campo da história da administração e governamentalidade do Estado colonial do Maranhão e Grão Pará, observou-se a necessidade de ampliação da pesquisa, em um novo campo, para as esferas dos poderes locais, principalmente em relação às câmaras e aos governadores gerais.

Um segundo fator, extremamente relevante, está relacionado com o passado recente do Brasil – a pandemia da Covid19 – que, desde 2019, já matou cerca de 6 milhões de pessoas no mundo, desse quantitativo, só no Brasil somam-se mais de 600 mil vidas interrompidas pela doença, e no Maranhão mais de 11 mil mortes, segundo informações recentes da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SESMA) (MARANHÃO, 2023). O elevadíssimo número de mortes por Covid19 no Brasil é consequência direta da má administração da saúde pública e no combate à pandemia pelo Ministério da Saúde no governo Bolsonaro. Da disseminação de falácias sobre a infecção pelo vírus Sars-CoV-2 a investimentos absurdos na compra de medicamentos contraindicados para o tratamento da Covid19, são algumas das danosas práticas do governo presidencial passado e sua equipe ministerial.

Esse quadro, que foi se tornando cada vez mais caótico com o lento programa de vacinação da população brasileira, torna-se ponto de partida para reflexões sobre a cultura política no Brasil e seu processo de formação histórica no período colonial. Grandes ondas de contágios por vírus letais não é uma exclusividade da década atual, há na memória e na história relatos sobre epidemias e pandemias que assolaram o Brasil e o mundo, a exemplo da pandemia de bexiga (variola) que ocorreu no Maranhão na década de 1720.

A reflexão sobre as más práticas dos governantes e representantes dos poderes locais do Estado colonial do Maranhão e Grão Pará em contexto de calamidade pública são bastante significativas para compreensão das práticas políticas e dos modos de governar nas áreas coloniais do Império português. Desenvolver um estudo nessa temática possibilita também compreender historicamente os comportamentos sociais em contextos pandêmicos. Portanto, pensar o fluxo e as ações dos agentes da administração e do governo do Império ultramarino português no Estado Colonial do Maranhão e Grão-Pará possibilita compreender a diversidade espacial, política e social deste império, onde a cultura política daquele reino e a busca por uma centralização, a partir da tentativa de uniformidades político-administrativas, hierarquizadas

entre si, fez das competências jurisdicionais múltiplos espaços de poder, conflitos, autoritarismos e corrupções.

Assim sendo, essa produção dar ênfase ao processo de construção da governamentalidade local e suas más práticas, perpassando pela construção dos espaços de jurisdição dos cargos da governança local, destacando-se os da Câmara de São Luís, ocupados por uma rede de sujeitos, distinto com interesses próprios ressaltando-se a trajetória de dois deles: Julião da Silva e Diogo Pedro

Objetivos

Refletir sobre as más práticas administrativas e governativas de Antigo Regime no Estado colonial do Maranhão e Grão-Pará expressas em denúncias de corrupção e conflito de jurisdição entre 1720 e 1730.

Analisar as jurisdições do ofício de juiz de ofício e procurador do povo na administração e governabilidade da justiça da cidade de São Luís no século XVIII, a partir da trajetória de Julião da Silva;

Analisar as denúncias de não observância das leis régias na governança da cidade de São Luís no século XVIII, através da trajetória de Diogo Pedro;

Metodologia, materiais e métodos

Os procedimentos metodológicos que norteou esta pesquisa consistiu inicialmente na análise do estado da arte sobre o tema – identificação, seleção, leitura e sistematização das informações obtidas. No qual no primeiro momento foi desenvolvido a técnica de estudo da arte sobre o tema, o levantamento de produções teóricas e historiográficas clássicas e recentes sobre a administração e o governo da América portuguesa, no âmbito universal e local, partindo dos seguintes procedimentos: leitura, seleção, apontamentos e sistematização das informações de interesse para a temática da pesquisa.

Seguindo as atividades metodológicas propostas, a participação em oficinas de Paleografia foi indispensável para instrumentalização e aprimoramento das técnicas de leitura de manuscritos. Ao total participamos de três oficinas de paleografia, divididas em várias aulas, servindo sobretudo para familiarização com os documentos, – estruturalmente e gramaticalmente – uma vez que há várias incógnitas dentro dessas documentações que precisam ser analisadas minuciosamente. Essas participações ocorreram no módulo online e foram essenciais para parte do levantamento dos manuscritos.

Em outra etapa da pesquisa foi realizado a busca, identificação e levantamento de documentos na Biblioteca Nacional Digital, <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>), do Arquivo histórico Ultramarino (<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/>) e no acervo digital do

999



Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) (<http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php>), focando em manuscritos sobre administração em São Luís durante o período colonial. Esses arquivos possuem um grande corpus documental referente à administração e ao governo das áreas coloniais do Império ultramarino português, no qual foram priorizados os documentos relacionados ao Estado colonial do Maranhão e Grão-Pará.

Para aprofundar essas pautas e envolver-se com essas bibliografias dentro de São Luís, foi realizado o levantamento de dados com as pesquisas dos termos jurisdição, corrupção e autoritarismo, no Arquivo Histórico Ultramarino-AHP. As palavras citadas tiveram respectivamente 1205, 70 e 0 ocorrência em nível geral entre os anos de 1614-1833 e para capitania do Maranhão 46 e 2, sendo 40 e 1 durante o século XVIII. Observamos assim que o termo jurisdição teve um maior destaque, enquanto autoritarismo nem sequer entra nas documentações, ao lado de corrupção que foi mencionada apenas e duas vezes na região do Maranhão, o que não representa o número de práticas corruptas, mas sim que não eram de fato documentadas.

Encontramos ainda, cartas e requerimentos que citavam diretamente Diogo Pedro datados de 1707 até 1743. Também encontramos registro de patente em cargos e de seu falecimento, além de registros de apadrinhamento que ele e sua esposa, a Cristã-nova Isabel Gomes que possui também uma história intrigante aqui no Maranhão.

Paralelo a essa, no Arquivo Público do Maranhão também já foi catalogado alguns documentos levando em consideração o nome de Julião da Silva e também a função de juiz de ofício e mistere do povo. Esses estão nos Livros de Acordão e no Livros de Registro Geral dos anos de 1720 à 1730. Convém lembrar a constante dificuldade na transcrição dessa documentação por conta dos danos no suporte, ou seja, os manuscritos possuem muitas rasuras e corrosão que dificulta o processo de identificação e consequentemente de transcrição. Porém, dentro dos limites estabelecidos os levantamentos feitos direcionaram os resultados obtidos durante a pesquisa.

1000

Resultados

Discutir administração e justiça, contribuir de maneira significativa para o conhecimento de uma região ou época, suas características e organização determina muitos fatores de como vivia a sociedade e quais os princípios estabelecidos por essa. Entretanto, esses dois objetos de pesquisa ainda são pouco explorados dentro da historiografia, sobretudo em regiões coloniais como o Brasil. Trazendo para o nosso espaço essa distância torna-se ainda maior, uma vez que as singularidades em sua formação não são exploradas. O Estado do Maranhão foi um importante centro econômico durante parte do período colonial, no entanto, como funcionava seu setor judicial e administrativo e quem fazia parte desse, possui muitas lacunas.



Uma das versões da história mais propagada é da unidade da América Portuguesa, - composta pela Província do Brasil e Província do Maranhão Grão-Pará - em relação administração e prática jurisdicional – principal função das Câmaras Municipais -. De certo que as Câmaras Municipais de São Luís inicialmente seguiam o modelo de todo o território brasileiro daquele período, que por conseguinte, baseava-se no modelo administrativo de Portugal. No entanto, a historiografia mais recente aponta singularidades e particularidades da província do Maranhão que serão discutidas sequentemente, a partir da trajetória do mister do povo Julião da Silva e do cristão-novo Diogo Pedro, como homens que atuaram na Câmara Municipal de São Luís apontando características desse mecanismo administrativo e judiciários provincial.

Constatamos que em 21 de abril de 1725, Julião da Silva, um dos misteres e procuradores do povo da cidade de São Luís, eleito para servir aquele ano, expos à Câmara daquela cidade um requerimento denunciando o marchante João da Silva Barbosa, um alferes, que em 21 de janeiro de 1725 havia arrematado o direito de fornecer carne ao açougue da cidade entre a Páscoa de 1725 e o Entrudo de 1726. No requerimento, Julião da Silva afirmava que o referido marchante estava “faltando com o sustento de carnes ao povo, havia dois sábados” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 2).

Conforme as posturas da Câmara que regulamentavam o comércio de carne, o comerciante que arrematasse o direito sobre aquele comércio pelo prazo de um ano, não podia faltar em fornecer carne ao povo aos sábados e dias festivos, sob pena de 6 mil reis pagos a Câmara (LISBOA, 1858). Em 1º de julho de 1724 os oficiais da Câmara de São Luís que serviam na governança daquele ano mandaram lançar um pregão pelas ruas da cidade, a requerimento do ouvidor geral, Francisco Machado, que em ato de correição, realizado em 3 de junho do mesmo ano, impôs “que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja corte carne fora do açougue por menos preço da arrematação do contratador dela” (BR MAAPEM.38.Sç.1. S.7.L.84, fl. 27v.). A penalidade para esse tipo de contravenção era perder a metade do valor do gado e vinte cruzados para quem o delatasse, a outra metade ficava destinada aos cativos, além de cumprir dez anos de degredo na África.

Segundo Julião da Silva, ao expor seu requerimento ao juiz ordinário, Antônio Gomes de Andrade, este dissera que, “fosse tratar do seu ofício, e que não fizesse tais Requerimentos, e lhe não deferiu de outra maneira” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 3). Na esfera jurídica do Estado Moderno português, a Câmara era a unidade básica, onde o juiz ordinário era o principal agente de representação da justiça, simbolizado por uma vara vermelha, uma cor nobre que significava a distinção do serventuário entre os demais oficiais da Câmara. Competia a esse cargo: “proceder contra os que cometerem crimes no termo (município) de sua jurisdição” (SALGADO, 1985, p. 130, grifo da autora). De acordo com os regimentos e as ordenações régias, Julião da Silva, que representava o povo, estava agindo em conformidade com a jurisdição que competia a ele e ao juiz ordinário.

1001



As queixas do juiz do povo, Julião da Silva, não se referiam somente à falta de carne, estavam também relacionadas à situação de pobreza e calamidade em que se encontrava a cidade, “por estar a terra alcançada de pestes, e atinada de um contágio de Bexigas tão pestífero, que deu por todo este Estado, que só na dita cidade matou o melhor de oitocentos escravos, ou o que na verdade for, fora pessoas brancas” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 2). Além de Julião da Silva, outro morador da cidade relatou ao Reino sobre as doenças que se alastraram por São Luís na década de 1720, foi o capitão de infantaria D. Francisco de Castelo Branco. Segundo ele, que se encontrava acamado e com pouca saúde, não via perspectiva de melhora, “pelos exemplos que vejo nesta pobre cidade [...] em à qual tem morrido muita gente de catarro [...] com o lastro de peste de que Deus nos livre a todos os fiéis cristãos [...]” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1531, fl. 1). Francisco de Castelo Branco escreveu para o secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, pedindo auxílio para custear suas necessidades, rogando “[...] pelas chagas de Jesus Cristo me valha com seu amparo e patrocínio, tendo de mim piedade, misericórdia, compaixão [...]” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1531, fl. 1).

A contaminação por varíola era recorrente na região desde as primeiras décadas do século XVII. Segundo o historiador Carlos Alberto Miranda (2011, p. 175): “[...] Em 1620 ocorreu uma epidemia de varíola, trazida ao Maranhão por um navio procedente de Pernambuco, que quase dizimou a população de São Luís”. Nas décadas de 1660 e 1690, houve duas grandes epidemias que, acarretaram mortes e crise econômica (CHAMBOULEYRON, 2006). Em relação a epidemia da década de 1720, Julião da Silva acusava o mau governo da Câmara e o cirurgião-mor da cidade de São Luís, João Nunes Freire, “por não deferirem aos repetidos Requerimentos dos Misteres, seus antepassados, porque estes requerendo, senão metesse dentro do porto desta dita cidade, um navio que vinha do Rio de Janeiro com Bexigas” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 2).

Não era a primeira vez que os juízes do povo faziam esse tipo de requerimento, em 19 de junho de 1715, Antônio da Silva Carvalho e Francisco de Paiva, juntamente com os oficiais da Câmara e outros agentes da governamentalidade local requereram a proibição da entrada e ancoramento do navio *Bom Fé dos esquecidos e Santa Rita*, cujo capitão e mestre era Luís João, vindo da Costa da Mina com pretos escravizados. De acordo com a vistoria do ouvidor geral, Vicente Leite Ripado e o procurador da Câmara, os misteres do povo e os cirurgiões que residiam na cidade, havia na embarcação pretos infeccionados de bexigas, o que poderia causar uma grande contaminação da população, como ocorrido em épocas anteriores. A solução sugerida pelos juízes do povo foi que o navio seguisse para o Pará ou cumprisse um prazo de quarenta dias ancorado antes de entrar no porto da cidade. Em resposta ao requerimento, Luís João afirmou que não pretendia entrar na cidade, que apenas queria concertar a embarcação, podendo fazer na enseda da Ponta d’areia.

Diferentemente do que ocorreu em 1715, a causa da epidemia da década de 1720 foi o ancoramento do navio que partiu do Rio de Janeiro. Passados oito dias com o navio ancorado no porto, o mestre dele, Joseph Coutinho, colocou “um negrinho morto de Bexigas pele de lixa na praia pública, e desembarques de todos os que para esta cidade vem e nela assistem” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 3). Sabendo da atitude do mestre do navio, o capitão-mor D. Francisco Ximenes de Aragão ordenou que o juiz ordinário, Teodósio de Lemos, e o procurador do concelho, João Duarte, responsabilizasse e punisse a atitude do mestre do navio. De acordo com Julião da Silva, o juiz ordinário Teodósio de Lemos além de não tirar devassa e castigar o mestre do navio, Joseph Coutinho, mandou enterrar o corpo próximo às casas, gerando uma contaminação em grande escala da população (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488). Segundo Graça Salgado (1985, p. 130-131), ao juiz ordinário competia “[...] tirar, por si só, devassas [...] sobre mortes [...]”.

Joseph Coutinho era capitão do navio *Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio*, encarregado de transportar pretos escravizados da África para a América Portuguesa. Antes de atracar no porto do Maranhão, a embarcação partiu do porto da Bahia para região da Costa da Mina “a fazer resgate de escravos para provimento do Brasil” (AHU-BAHIA-AVULSOS, cx. 21, doc. 10, fl. 1). Retornando à América, o navio atracou no porto do Rio de Janeiro, de onde recebeu autorização par ir ao Maranhão.

Não era a primeira vez que uma embarcação com pretos escravizados vindo da África ancorava no porto da cidade de São Luís, desde a segunda metade do século XVII havia um fluxo de entrada de pretos escravizados vindos de Cacheu e outras regiões do continente africano para servirem na construção e reparo das fortificações do Maranhão.

O contágio de Bexiga da década de 1690 matou 22 cativos que serviam em seu engenho no Rio Itapecuru, deixando-o em má condição para moer cana-de-açúcar de seus lavradores. Portanto, epidemias eram também um problema de ordem econômica, pois, segundo Julião da Silva, era “causa por onde todo este povo experimentou e experimenta, tantas e tão grandes necessidades [...]” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 4).

A situação colocada por Julião da Silva exemplifica as fissuras na administração e governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, principalmente nas quebras de jurisdições e no descumprimento dos regimentos e ordenações régias por parte dos oficiais da Câmara de São Luís. Fundamentado na ideia de bem comum, Julião da Silva se queixa ao Conselho Ultramarino pedindo justiça, que “a Vossa Real Majestade ponha os olhos de piedade nos maus governos deste estado” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 5), pois eram as causas da corrupção, do autoritarismo e da impunidade dos poderes locais.

O conceito de justiça no contexto ocidental e cristão do século XVIII consistia em: “a virtude de obrar conforme as leis, execução do que as leis prescrevem, punir, castigar segundo as leis, o juiz ou magistrado que faz justiça e executa as leis, ordem, direito e razão” (BLUTEAU, 1713, p. 232). Todos esses significados estavam atrelados à “cultura jurídica” da monarquia portuguesa

1003

e seu império no Atlântico Sul, na qual o Rei era o juiz. Ou seja, a justiça era uma atribuição régia que consistia em zelar pela religião e garantir a ordem no interior do Reino. Neste sentido, a justiça era esfera da administração política de destaque e prioridade da Cora, por isso a necessidade de governamentalizá-la.

Por esse motivo Julião da Silva recorre ao Monarca em reparar “as opressões que nesta cidade se fazia ao seu povo” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 2). Para ele, só a justiça régia poderia punir as ações dos homens da governança local. Ao que indica a queixa de Julião da Silva, os homens que ocupavam os lugares da República não temiam nem a Deus e nem ao Monarca porque não havia nenhum castigo, pois ao contrário de agirem em prol do bem comum, “maquinavam senão em andar fazendo almotaceis, e outros ofícios do Senado, por pesos de rolos de pano, e oitavas de ouro e outras dádivas que lhes convêm” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 2). Em julho de 1725, Manuel Gaspar das Neves, contratador dos subsídios do Estado, também denunciou ao Reino a eleição de pessoas indignas para o cargo de almotacel.

O intuito da carta de Manuel Gaspar das Neves foi alertar ao Rei que os governantes da cidade de São Luís eram os primeiros a transgredirem as leis e ordens régias, quando deveriam ser os principais a cumprirem e observarem (AHU-MARANHÃO, cx. 14, doc. 1466). Para Matias da Silva e Freitas, ouvidor geral que sucedeu a Francisco Machado, e que também denunciou ao Reino a eleição de João Nunes Freire, era costume no Maranhão nomear a cargos e conceder títulos e patentes “sem procedência de serviços, nem capacidade, nem qualidade da pessoa” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1517, fl. 3).

Em estudo sobre a origem do almotacel em Portugal, o historiador Magnus Roberto de Mello Pereira (2001, p. 376), afirma que esse era uma prática do direito de administração da cidade, pois competia a ele “o controle do mercado, do sanitário e do construtivo”. O cargo de almotacel pertencia ao conjunto de serventia das Câmaras, dentre suas obrigações estavam a fiscalização e o abastecimento alimentar da cidade, pois era responsável em “repartir a carne dos açougues entre os moradores do lugar (SALGADO, 1985, p. 135). Na Câmara de São Luís a eleição para almotaceis era trimestral, elegendo-se dois serventuários para a função.

De acordo com o historiador Carlos Alberto Ximendes (2013, p. 76), os almotaceis do Maranhão “eram homens que, na prática, se encarregavam de fiscalizar o funcionamento da economia e o cumprimento das posturas da Câmara na cidade”. Portanto, assumir o direito de almotacel colocava o serventuário da Câmara em uma posição privilegiada e de controle do comércio local. Quando o almotacel não cumpria com as obrigações do seu cargo, ou em proveito do mesmo exercia alguma prática ilícita, eram denunciados e condenados pela Câmara, como fizeram o procurador do povo, Julião da Silva, em relação a Diogo Pedro, e o contratador dos subsídios, Manuel Gaspar das Neves em relação a João Nunes Freire.

Assim, entre as evidências que podemos observar em a documentação catalogada, é que Julião da Silva, para além do cumprimento de seu papel enquanto juiz de ofício eleito pela Câmara

Municipal, também exerceu a função de mister do povo sem medo. Recorrendo a Coroa os direitos não só de sua corporação, como também da população local.

O primeiro documento referente a Diogo Pedro trata-se de uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a petição de Diogo Pedro para que seja provido no ofício de contador dos contos da cidade de São Luís do Maranhão, através desse manuscrito observamos o início da vida profissional de Diogo no Maranhão.

Com um salto temporal de três anos, portanto 1710, um outro registro aponta a patente no posto de Capitão, mas que exemplifica um outro cargo que Diogo também tomou posse nesse período. Em 24 de janeiro de 1724, um requerimento do próprio Diogo Pedro ao rei D. João V, solicita a baixa de seu posto, não conseguiremos a priori determinar os motivos ou fazer relações entre a entrada de Diogo no cargo e a sua saída.

Como se pode perceber o espaçamento entre um documento e outro também dificulta a sistematização de informações. Em 1732, é uma carta do Governador e Capitão-general do Estado do Maranhão e Grão Pará, o José Serra, enviada para o Rei D. João V, no qual Serra informa seu parecer sobre as queixas apresentadas por seu antecessor Alexandre de Sousa Freire, contra a falta de autoridade que tinha e que o impedia de proceder as prisões do provedor-mor da fazenda real do Maranhão, dentre tantos nomes citados, Diogo Pedro é citado no cargo de almoxarife da fazenda real.

Uma carta datada de 8 de setembro de 1743, enviada pelo provedor-mor da fazenda, Inácio Gabriel Lopes Furtado ao rei D. João V., sobre o cumprimento da ordem para citar judicialmente a viúva do capitão Diogo Pedro e seu filho. A respeito disso, Diogo era casado com Isabel Gomes, também conhecida como “Rainha Esther do Maranhão”, também uma cristã-nova que vinha da família do capitão de infantaria Duarte Rodrigues Távora, do qual sofrera diversas denúncias pela prática de judaísmo e resistência ao catolicismo imposto pela metrópole portuguesa.

Isabel fora acusada de queimar e destruir imagens com episódios que gerou denúncias na inquisição onde vários conhecidos foram chamados para depor a respeito de confrontos com a religião católica. Voltando ao documento, é interessante aferir que pela denominação de Viúva de Isabel, neste ano de 1743 Diogo Pedro já se encontrava falecido, fato que se pode atestar pelo seu registro de óbito.

Diogo Pedro era natural de Hamburgo e residia no Estado do Maranhão desde o final do século XVII, aos olhos dos procuradores do Reino e do governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, Diogo Pedro era “pessoa benemerita e das principais daquela cidade” (BR MAAPEM.38.Sc.1.S.7.L.83). Para o juiz do povo, Julião da Silva, em oposição ao que afirmou o governador, Diogo Pedro era um mau exemplo à República porque ele não observava as leis do Monarca e as posturas da Câmara, pois vendia o quartilho da cachaça por 400 reis, “sendo a postura observante de duzentos reis” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 2). Além de inflacionar o preço do quartilho da cachaça, Diogo Pedro era impedido de exercer qualquer tipo

1005

de atividade comercial, pois tinha patente de capitão. Segundo um alvará régio de 25 de março de 1725, era proibido “todo o gênero de comércio aos [...] cabos e oficiais de guerra, que tiverem patentes de capitão para cima inclusive [...]” (BR MAAPEM.38.Sç.1.S.7.L.84, fl. 35).

Diogo Pedro atuando principalmente nas companhias militares de São Luís, primeiramente na companhia do capitão Francisco do Amaral, em 1705 passou à companhia do capitão Constantino de Sá, de onde foi escuso, passando para lista da companhia de cidadãos de São Luís em 15 de novembro do mesmo ano, onde permaneceu alistado até abril de 1710, quando foi provido no posto de capitão de infantaria. Segundo a carta patente expedida pelo governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, os oficiais da Câmara de São Luís elegeram Diogo Pedro para o referido posto, “que vagou por Constantino de Sá passar a maior”, patenteado no posto de capitão do Rio Itapecuru.

Na referida carta patente, Cristóvão da Costa Freire destaca as circunstâncias e requisitos que levaram Diogo Pedro à patente de capitão, pois era cidadão da cidade e nela atuava “servindo por provisão de sua majestade que Deus guarde o ofício de contador dos contos com grande satisfação e verdade inteligência, e igual trabalho na arrumação dos papeis dos contos dos almoxarifes e recebedores da Real Fazenda, como a todos é notório”.

Diogo Pedro permaneceu no posto de capitão de infantaria de uma das companhias de ordenança de São Luís de 1712, quando recebeu mercê da patente, até a década de 1720, quando requereu baixa do dito posto alegando que “daqui em diante a poderá haver não fazer a sua obrigação como deseja, por causa de se achar tão carregado de anos e achарques”. Nessa conjuntura, Diogo Pedro já havia servido em vários cargos da governança local, a saber: contador dos contos (1707 a 1710), de almotacel (1709, 1713, 1714), procurador do conselho (1712 e 1713), vereador (1724, 1729).

Embora Diogo Pedro houvesse sido sentenciado pelo ouvidor-geral Vicente Leite Ripado, para que “não fosse mais admitido em serviço da dita República” (AHU-MARANHÃO, cx. 15, doc. 1488, fl. 2), ele serviu por vários períodos os cargos da República no Maranhão colonial. As eleições para a governança local eram regulamentadas pelas ordens régias, e quando esses regulamentos eram descumpridos se emitia novamente alvarás e ordens régias para “a conservação da boa harmonia da República” (BR MAAPEM.38.Sç.1.S.7.L.83). Em 16 de maio de 1722, Bernardo Pereira de Berredo, Governador do Maranhão, escreveu à Câmara de São Luís ordenando aos oficiais “que de hoje em diante se regulem de sorte as ditas eleições, que com nenhum pretexto seja admitido nelas, o que não sendo de nenhuma nobreza, por seus pais, e avós, não for cidadão, filho legítimo, ou neto dele, pela principal linha [...]” (BR MAAPEM.38.Sç.1.S.7.L.83). Mesmo com as proibições régias, a Câmara seguiu com a prática de eleger para seus ofícios sujeitos excluídos pela lei, ao passo que em 4 de julho de 1725, uma nova ordem régia ordenou aos oficiais da Câmara que se abstivessem “de semelhante procedimento” (BR MAAPEM.38.Sç.1.S.7.L.84, fl. 59v.).

1006



Mesmo após queixas que resultaram em uma ata da Câmara de São Luís de 27 de setembro de 1726, no qual “o provedor da câmara provê um ato de correição [em] que os cristãos novos, e ainda os cristãos velhos casados com cristãs novas, não possam servir os cargos da câmara, e nem mesmo os de justiça e fazenda” (LISBOA, 1855, p. 171). Diogo Pedro seguiu ocupando cargos da governamentalidade local até falecer em 22 de setembro de 1743.

Conclusão

As Câmaras Municipais eram responsáveis pelo setor administrativo e judicial das províncias no âmbito local desde o século XV. Assim o processo de governamentalização do Estado colonial do Maranhão e Grão-Pará, ao mesmo tempo que criou uma estrutura administrativa para seu funcionamento, abriu espaço para uma multiplicidade de jurisdições e práticas governativas que transgrediram as leis e ordens régias do Reino Portugal. Esse processo fez das áreas coloniais ultramarinas espaços de múltiplos poderes e negociação da qualificação de sujeitos para compor a elite da governamentalidade. Os partícipes desse processo de organização da sociedade por meio das Câmaras Municipais exerceram funções distintas, por vezes privilegiado seus interesses seu medo de reivindicar suas regalias. Hierarquicamente juizes ordinários, procuradores, vereadores, escrivão, almotaces e misteres do povo, trabalhavam para o bem estar da população segundo as leis regias que comandava a Província.

Frisa-se o espaço judiciário e administrativa colonial era permeado por prática corruptas, em defesa de interesses próprios, no qual, não podemos afirmar que Julião da Silva cumpriam com excelência sua função. No entanto, a partir das documentações analisadas, apesar das poucas informações sobre Julião da Silva, evidencia-se que esse cumpria seus deveres enquanto o juiz de ofício, como também de mister do povo denunciado os mal feitos de outros membros do setor administrativa, sem medo da superioridade que esses detinham.

A respeito dos Cristão Novos, entende-se que o grupo do qual Diogo Pedro pertencia constituiu uma extensa rede de poder local, entre os séculos XVII e XVIII, inserindo seus membros em setores da governamentalidade local, a saber: civil, jurídico, militar e religioso por mais que pesasse o estigma de cristão-novo no impedimento destes sujeitos de ocuparem cargos da governamentalidade

Diante do exposto, notamos que sua função das Câmaras Municipais na sociedade era muito significativa, bem por ser a forma de organizar tais localidades. Porém, herdando tradições não muito positivas da política, esse espaço vai sofrer algumas disputas de poder e contradições entre seus membros, onde nomes como o de Julião da Silva e Diogo Pedro são destacados no exercício de sua prática. Para além, reforças os estudos das particularidades que envolve o setor administrativa das coloniais, para a compreensão da origem e continuidades de algumas práticas dentro da história.

1007



Referências

ABREU, Eloy Barbosa de. Conexões Atlânticas: famílias de cristãos-novos no Maranhão Colonial e suas redes de sociabilidades. **Revista de História da UEG**, v. 7, n. 2, p. 19-44, 19 dez. 2018. Disponível: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/8654/6351> Acesso: 19 abril 2021.

ABREU, Eloy Barbosa de. A pompa barroca nas ruas de São Luís: o estilo celebrativo da festa de Corpus Christi (séculos XVII e XVIII). In: ASSIS, Emanuel César Pires de (org.). **O Maranhão revisitado: história e literatura maranhense**. Curitiba: CRV, 2019, p. 161-183.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e latino**. V. 04: Letras F-J. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713. Disponível: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5445>. Acesso: 26 fev. 2021.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, vol. I. 11ª. ed. Trad. de Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora da UNB, 1998.

CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Brasil Colonial**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHAMBOULEYRON, R. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 79-114, 2006. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/hT5MH7wqWvyKthr5CnTGdQS/?lang=pt&format=pdf> Acesso 29 maio 2021

CORRÊA, H. M. M. Gaspar de Sousa e o Maranhão ibérico: impactos da política filipina no norte do Brasil. **Revista de História da UEG**. V. 7, N. 2, 2018, 01-18.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. " Para aumento da conquista e bom governo dos moradores": o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). 2011.

DAHER, A. O segundo Brasil francês: a França Equinocial. In: _____. **O Brasil francês: singularidades da França Equinocial (1612-1615)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

1008



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: **Microfísica do poder**. 2012.

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Tímon: apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão**. São Luís: Editora Alhambra, s/d. Tomo II, 2º volume. (Coleção “Documentos Maranhenses”).

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder: entre o antigo regime e o liberalismo. 2ª Edição**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

PARECER do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a incompetência do juiz ordinário, [Antônio Gomes de Andrada], nas tarefas que desempenha. AHUMARANHÃO, cx. 15, doc. 1488. Disponível: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pesq=Juli%C3%A3o%20da%20Silva&pagfis=9521 Acesso: 29 maio 2021.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SALGADO, Graça (org.). **Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SOUZA, Laura de Melo. **O Sol e a Sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

XIMENDES, Carlos Alberto. **Sob a mira da Câmara: Viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2013

1009



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

SOB O OLHAR DAS REDES: UMA COMPREENSÃO PSICANALÍTICA SOBRE A EXPOSIÇÃO DO EU NA ATUALIDADE

Daniele Barbosa Marques¹
Cybele Moretto²

Introdução

Este estudo buscou pesquisar e refletir sobre a exposição pública ocasionada pelas redes virtuais, bem como as motivações psicológicas de tal urgência de postagens, compreendendo quanto o ser humano mostra-se refém dos meios de comunicação e identificando elementos além da conduta narcisista geralmente abordada, a partir do aporte teórico-metodológico da Psicanálise. Antes das redes sociais surgirem não havia tanta exposição sobre a vida dos indivíduos, porém ao cair no gosto das pessoas, as redes foram um estopim generalizado para evidenciar uma necessidade gigantesca de se exibirem, de escancarar aquilo que as pessoas têm como profunda necessidade. Por exemplo, postar quais locais que frequenta, seus ideais políticos, seus relacionamentos, suas viagens e conquistas, seus bens materiais, para que assim, se possa “criar uma imagem cibernética agradável ao outro (ainda que não genuína), obtendo por meio desta uma aprovação expressa em *likes*” (CARVALHO et al, 2019, p. 47).

Segundo Vaz (2016) ao abrir a página de alguma rede social, o usuário se depara com opiniões, viagens, família, cidade onde as pessoas que ele segue moram, estudam e trabalham, conhece os hobbies e filmes. Desse modo, a vida das pessoas se torna uma grande vitrine, cada fato e acontecimento, é postado. A autora nomeia esse evento de “celebridade atual” em que há uma grande massa de pessoas desconhecidas e “é para essa população de desconhecidos que o indivíduo expõe sua intimidade” (VAZ, 2006, p. 44).

Porém essa vontade de querer expor tudo sobre sua vida, não tem somente um viés narcisista, ou um querer se expor apenas para autoafirmar uma imagem. Busca-se neste estudo pesquisar algumas questões psicológicas relacionadas às motivações ocultas dessa exposição. Como por exemplo, o fato de que cada vez mais, a maioria das pessoas busca certa individualidade e querem se sobressair sobre essa massa de pessoas virtuais, buscando através de alguma fama se “destacar da grande massa de iguais e passar a ser exaltado” (VAZ, 2006, p. 45). Daí então o sentimento de individualidade por ser alguém em meio a tantos, o que afirma Birman *apud* Vaz (2006, p. 51) diz que: “o individualismo, como auto centramento do sujeito, atingiu seu cume e limiares até então impensáveis”, porque é somente obtendo o olhar e admiração do outro que a sua existência passa a ser validada e recebe sentido para o indivíduo. Porém “se essa aprovação

1010

¹ Graduanda no 8 semestre de Psicologia na UNIP/Sorocaba. E-mail: danimarques911@gmail.com

² Psicóloga/ doutora e professora titular UNIP/Sorocaba. E-mail: cybele.moretto@docente.unip.br

da vida é completamente suficiente para que o sujeito obtenha realização que anseia, por qual motivo ele não se sente em plenitude?” (CARVALHO et al, 2019, p.49)

Sociedade do espetáculo e o mecanismo das redes sociais

De acordo com Mahon (2021) as mídias sociais tem seus ancestrais na história com suas próprias características, que se enquadram no século XXI, mas a grande diferença é ela ser extremamente pública, e esse é um enigma interessante das mídias: parece ser muito pessoal, como um diário ou livro de auto ajuda, mas ela é uma transmissão pública, como um jornal ou televisão, e isso faz dela uma psicologia fascinante e nos mostra sobre seus valores centrais, e a filosofia é muito simples: se concentra em compartilhar informações uns com os outros.

Mahon (2021) faz um questionamento: será que é preciso nos falsificarmos para sermos reais nas mídias sociais e o desafio da rede social seria ser cada vez mais autêntico? Então é preciso pensar muito antes de postar algo, mesmo se isso for positivo ou alegre, não é possível saber como nossos contatos se sentem e muitas pessoas que se esforçam para encontrar seu lugar no mundo podem achar que essas vidas perfeitas são difíceis de engolir.

O Narcisismo nosso de cada dia

Foi Sigmund Freud que deu sentido ao termo narcisismo embasado na história do mito grego Narciso, que morre ao se apaixonar pela própria imagem. Em 1914, Freud introduz a definição de narcisismo levando em conta os investimentos libidinais sobre os conceitos de “libido do ego” e “libido objetal” (MORETTO; BARBOSA; 2022).

Para Freud (1914, p.47) “a libido afastada do mundo externo é dirigida para o ego e assim dá margem a uma atitude que pode ser denominada de narcisismo [...]”. Sendo assim, os indivíduos cujo desenvolvimento libidinal sofreram alguma perturbação, tais como os perversos, em suas escolhas subsequentes de objetos amorosos, tiveram como modelo seus próprios “eus” ao invés de suas mães, ou seja, são eles próprios o seu objeto amoroso.

O indivíduo busca através do olhar do outro uma validação para sua existência no mundo. Para Freud (1914) nós reconhecemos nosso aparelho mental como um dispositivo que dominam as excitações que de outra maneira seriam sentidas como aflições ou seriam patogênicas. As elaborações da mente são muito importantes para fazer esse escoamento de excitações que libera uma descarga no momento oportuno, sendo que esses processos internos podem ser objetos reais ou imaginários.

As defesas maníacas como fuga da realidade

Segundo Klein (1935/1996) e Cesar et al (2022), o termo “defesa maníaca” aponta para fantasias e condutas maníacas as quais implicam em mecanismos de onipotência, relacionadas as fragilidades, perdas e estragos causados pelo sujeito, bem como processo de negação da culpa inconsciente.

Ao surgir a posição depressiva o ego precisa desenvolver métodos de defesa que se voltam contra o ‘anseio’ pelo objeto amado, sendo fundamentais para toda organização do ego, são as defesas maníacas que tem relação com a doença maníaco-depressiva.

Klein (1996) explana que a idealização é de grande importância na posição maníaca e está ligada a outro elemento importante que é a negação. Para o ego suportar o desastre de uma ameaça quando a posição depressiva está no auge, precisa de uma negação parcial da realidade psíquica. Onipotência, negação e ego primitivo estão ligados a ambivalência e permitem que o ego primitivo se defenda contra seus perseguidores internos e contra uma dependência submissa em relação aos objetos.

O falso self para se proteger de si mesmo

Nos estágios iniciais da vida do lactente, seu self ainda não está em totalmente constituído, será a partir de um conjunto de experiências vivenciadas por esse bebê que desenvolverá o que Winnicott chama de verdadeiro self. É “um conjunto de possibilidades pessoais únicas, específicas desse indivíduo e sujeitas, em suas articulações à natureza da experiência vivida no mundo real”. Bollas (1992, p.21-22 apud Galván et al. 2009).

Porém, para que isso ocorra de forma plena, é preciso que o ambiente (cuidador) seja de fato suficientemente bom, ou seja, que o ambiente acolha as necessidades do lactente no tempo certo. Para Winnicott (1983; p. 135) “O gesto espontâneo é o self verdadeiro em ação. Somente o self verdadeiro pode ser criativo e sentir-se real”.

Objetivos gerais

Pesquisar sobre o excesso de exposição nas redes sociais a partir de um olhar psicanalítico, com literatura clássica e contemporânea a respeito desse tema.

Refletir sobre algumas motivações psicológicas inconscientes dessa exacerbada exposição nas redes sociais através do estudo sobre algumas vertentes abordadas na teoria psicanalítica.

Compreender algumas condutas do ser humano na vida cotidiana e sintomas psicopatológicos desencadeados por esse excesso de exposição nas redes.

Métodos

O presente estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica, a qual se baseia na revisão de literatura psicanalítica para embasar tais informações, além de revisões de artigos disponíveis em base de dados confiáveis na internet.

Tais trabalhos abrangem as perspectivas de alguns psicanalistas ao longo dos anos, com o intuito de esclarecer quais características e problemáticas abrangem a temática escolhida.

Os dados foram obtidos por meio da coleta de trabalhos científicos publicados em periódicos, monografias, dissertações e teses disponíveis nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e Portal Regional da BVS, as buscas foram realizadas utilizando os descritores: narcisismo, redes sociais, falso self, defesas maníacas, visão psicanalítica, os artigos selecionados foram publicados cobrindo o período de 2006 a 2023, com exceção dos autores clássicos que apresentam datas em outras circunstâncias. Foi realizada análise de dados hermenêutica, com leituras verticais de cada material realizado separadamente, e posteriormente uma análise horizontal, buscando identificar os temas recorrentes e divergentes. Para isto, foi dividido em duas partes: apresentação de referenciais teóricos psicanalíticos clássicos e apresentação de referenciais teóricos psicanalíticos contemporâneos que orbitam sobre o mesmo tema. Tal análise teve como característica a compreensão de um fenômeno por intermédio da interpretação e explicação de textos fornecendo um método preciso e eficiente, consistiu também num esforço de compreensão pelo pesquisador dos significados que se apresentam dentro de um determinado horizonte histórico a partir do próprio objeto (MORETTO, 2013).

1013

Resultados e discussões

Mídias sociais e psicanálise: uma compreensão a partir de conceitos que explicam a realidade psíquica através da exposição na internet

Desde o advento da internet e das redes sociais, é possível observar como essas tecnologias vem sendo utilizadas para que os indivíduos se exponham de forma exagerada.

É muito interessante observar que feridas e traumas do passado são mostrados nesse tipo de exposição, e assim a teoria psicanalítica explica de forma profunda esses acontecimentos. A partir do momento que existe um outro, ou seja, um objeto que é observado e que nos observa, existe a necessidade de “querer ser”. Ser visto, ser amado, ser famoso, ser cultuado.

Quanto mais apareço, mais pareço real? Será que seria essa a premissa de tamanha exposição na internet? Chamar atenção do outro ou ser melhor para ser aprovado, amado e querido, porque sentimentos são gerados quando o indivíduo é visto e reconhecido, quanto maior o número de



seguidores, maiores os likes, uma vitrine gigantesca de pessoas de todos os lugares do mundo, assistindo ao espetáculo da exposição.

“Posto, logo existo”. Adaptando a célebre frase de René Descartes, é possível observar a evolução do ser humano, o que era um “pensar” para existir, agora “posta-se” para existir. De certa forma as pessoas parecem pensar menos e postam mais e, ao que parece, reflexões profundas estão cada vez mais escassas na atualidade, ao passo que estar com o celular nas mãos vendo sobre a vida alheia e mostrando sua própria vida se tornou a realidade vigente, como se existisse uma necessidade implícita, em ao mesmo tempo, ver o outro e querer ser visto.

Exposição e narcisismo: uma união perfeita

De certa forma o termo narcisismo está bastante banalizado na atualidade, indo somente pelo viés repetitivo da vaidade, do querer se aparecer, mas o conceito vai muito além disso, é a questão da relação do Eu com o objeto/outro.

Sabendo que o narcisismo se inicia na infância, quando a criança adquire pela primeira vez um Eu ou autoimagem, sendo uma representação de si, essa representação é muito importante porque não se tem acesso direto a si mesmo, ou seja, a própria imagem, é a falta da experiência imediata dessa imagem que foi sendo aprendido ao longo do tempo.

Dessa forma o Eu só sabe de si através do Outro, depende inteiramente de outro humano, e isso nunca se acaba, o tempo passa e só se sabe de si através desse olhar. Esse desamparo que se iniciou desde os primeiros momentos da vida, marca o indivíduo de uma forma que por toda sua existência sempre precisará se remeter ao Outro, idealizando e buscando eles próprios para saber quem se é, nessa relação com o Objeto.

Sendo assim, a partir da criação das redes sociais, esse sentimento de querer ser reconhecido pelo outro, de querer suprir algo, aumentou, uma vez que, elas foram criadas, entre outros motivos, para a busca de se comunicar com pessoas já existentes no ciclo social do usuário, ou seja, não há necessariamente a vontade de conhecer novas pessoas, mas sim de compartilhar informações globais ou compartilhar acontecimentos de sua própria vida (LEJDERMAN; ZOT; 2020; p. 63). O que é um agravante para uma pessoa com traço narcisista.

A existência é inicialmente determinada pela necessidade de reconhecimento e cuidado por parte de um "Outro". Para assegurar essa existência, é fundamental que esse "Outro" nos valorize e nos reconheça. Conforme Almeida e Naffah Neto (2019), a identidade é construída através do olhar alheio, mostrando que precisamos do reconhecimento desse "Outro" para nos sentirmos completos e existentes e para Freud, as instituições humanas e comportamentos são moldados pelo ambiente cultural, e na atualidade, esse ambiente é caracterizado por uma adoração às redes sociais.

Defesas maníacas como defesas de si mesmo, daquilo que não suporta dentro de si

O indivíduo tendo como primeiro objeto amado a mãe, esse anseio de atenção quando não atendido ou quando em excesso força o ego a entrar em estados maníacos. No caso das exposições nas redes, a pessoa na maioria dos casos não tem um objeto apenas, são os objetos, numa ânsia por ser aclamado e acolhido por todos.

O sujeito idealiza aquilo que ele quer ser, ao mesmo tempo que nega o que ele realmente é, por isso observa-se as pessoas postando e se expondo sem parar. O ego não pode suportar não ser visto, não ser amado, não receber o *like*, então nega uma parte da realidade psíquica. A pessoa posta aquilo que ela quer que vejam e não o que ela realmente sente, sempre se comparando, se os objetos possuem algo, eu posso ter mais.

A transição do interno para o externo é um padrão observado em várias manifestações clínicas. Winnicott (2021) destaca a tendência de alguns indivíduos em manipular a realidade externa para refletir suas fantasias internas. Nas redes sociais, isso pode se manifestar através da compulsão de postar uma realidade alterada ou emoções contrastantes com o que realmente se sente.

Conforme Winnicott (2021), essas expressões opostas são uma forma de reafirmação através da realidade externa. Assim, a representação online de uma pessoa pode frequentemente ser o oposto de seu estado emocional real, como alguém aparentando felicidade online enquanto está, de fato, sentindo-se triste.

1015

Falso self: autossuficiência na ausência do cuidado

Winnicott “desenvolveu o conceito de “falso self” para representar uma identidade que venha a ter aceitação para o próprio sujeito e para os Outros, mediados pela cultura que os circunda” (AZEVEDO et al; 2012; p. 72), sendo assim, a atualidade sugere uma nova forma de cultura e ambiente: as redes sociais. Elas são uma “forma objetiva de ser da nova materialidade do arranjo social em redes de comunicação” (AZEVEDO et al; 2012; p. 72).

O falso self é constituído por um núcleo central que age por instinto e por uma parte que é voltada para fora e se relaciona bem com o mundo externo, é uma proteção para que o outro possa ver algo nos indivíduos que que seja mais agradável ou aceitável, é dessa forma que as pessoas agem nas redes, mostrando um falso self que esconde seu verdadeiro eu. A pessoa não consegue perceber que está nesse estado, é algo muito estruturado e vivem de forma automática, tentando suprir a necessidade do outro para que sejam aceitos.

O temor da rejeição impulsiona o indivíduo a se alinhar com o que é tendência em seu ambiente. Com a popularidade das selfies e a subsequente enxurrada de postagens com filtros e animações, muitos se sentiram compelidos a aderir a essa moda para evitar a sensação de exclusão. Esse

comportamento de seguir a massa muitas vezes ocorre de forma inconsciente e sem questionamento, sendo aceito como a norma dentro de um determinado contexto.

Conclusão

O presente estudo teve como uma das finalidades compreender alguns fenômenos psíquicos inconscientes relacionados à excessiva conduta de exposição virtual, a partir de uma revisão de literatura psicanalítica, com compreensões complementares e diferentes acerca do 'eu' e do mundo. Objetivou-se, ainda, refletir e discutir acerca de traços de personalidade e processos intrapsíquicos que se manifestam de maneira oculta na vida dos sujeitos.

Discutiu-se a partir do conceito freudiano de narcisismo; defesas maníacas da teoria kleiniana, bem como as formulações sobre o falso self de Winnicott, além dos autores contemporâneos que englobam esses teóricos clássicos com o meio digital do qual foi estudado nesse projeto.

Refletiu-se sobre algumas divergências de posicionamentos, como exemplo Winnicott que não utilizava o termo narcisismo e pulsão de morte, mas descobriu outros conceitos e Klein também, a questão é que independente do caminho ou conceito utilizado todos chegam à mesma problemática, a questão do objeto. Como o indivíduo precisa incessantemente desse olhar objetual, de ter essa referência para se sentir vivo, amado, para que sua vida seja realmente vivida, e se não atender as expectativas desses objetos faz com que o indivíduo sinta culpa. Culpa por não ser igual ao que às vezes pode ser algo inalcançável, e nas redes isso fica muito claro, com vidas perfeitas, lotadas de consumo.

O excesso de consumo nessas situações que se tornaram repetitivas se tornam tolerantes, as redes intensificam essas questões que provoca, e nesse sentido perdeu-se totalmente o sentido da busca da informação que um dia a internet ou as redes já foram, hoje busca-se a competição, o engajamento e conteúdo.

Posto isso, compreende-se que os usuários desenvolvem, metaforicamente, certas máscaras, que seriam perfis criados nas redes sociais para que possam construir, a partir deles, uma identidade ideal, alternativa que possivelmente nunca será alcançada e assim possa suprir sua verdadeira identidade, que muitas vezes é constituída por traumas, inseguranças, medos.

É como se nesses perfis, o usuário buscasse, a partir de postagens excessivas, se validar, se mostrar perante o mundo como alguém diferente. Como se corresse atrás de algo que falta nele mesmo e assim preenchê-la. Seja alguma falta materna que ocorreu na sua infância ou alguma ferida narcísica que esteja tentando defender.

As redes sociais deixaram de servir apenas como ferramentas de lazer e passaram a serem sentidas como inerentes ao ser, a uma sujeição do próprio ser. Ou seja, "sem ela, não sou nada". A individualidade passou a ser desejada para que exista uma espécie de autoafirmação acerca do seu próprio 'eu'. À vista disso, se destacar nas redes sociais se tornou uma necessidade para que

1016

o sujeito possa então se sentir existente de certa forma e esconder seu verdadeiro eu ou self. Os sujeitos vivem para fora, pelo olhar do outro.

Essa necessidade de ser visto, se destacar perante os outros pode ter uma origem que se sobressai da consciência desse usuário, ou seja, há várias possíveis causas que possam justificar esse fenômeno e a maioria delas, e às vezes, o indivíduo nem se dá conta, estão no inconsciente desse ser.

Por isso, conclui-se, a partir desse estudo, que as redes sociais funcionam, muitas vezes, como uma ferramenta que supre alguma falta e ao mesmo tempo esconde possíveis inseguranças que o sujeito quer camuflar de todos e de si mesmo, agindo de forma automatizada, com padrões que se seguem. Cada indivíduo busca ser igual aos objetos idealizados, porque dessa forma pode se sentir validado ou amado, sendo igual, é visto, e agindo da mesma forma não se demonstra as angústias impensáveis.

Por conseguinte, se observa como é de suma importância que haja cada vez mais pesquisas em relação a esse tema, já que, as redes sociais estão se tornando elementos inerentes ao ser e que seus benéficos e malefícios precisam ser estudados, para que assim, se tenha condições teóricas suficientes para que se analise e se compreenda corretamente esse fenômeno que acontece nas redes sociais. Ademais, esse projeto trouxe um arcabouço importante para a formação acadêmica enquanto estudantes de psicologia, além de trazer experiências psicológicas que serão utilizadas no futuro enquanto profissionais.

1017

Referências

ALMEIDA, A. P; NAFFAH NETO, A. **O sentimento de solidão na contemporaneidade: revisitando Melanie Klein.** *Psic. Rev. São Paulo*, volume 28, n. 2, 421- 442, 2019.

AZEVEDO, J. C. *et al.* **A COISIFICAÇÃO DO “EU” E A PERSONIFICAÇÃO DA “COISA” NAS REDESSOCIAIS: VERDADES E MENTIRAS NA FORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE IDENTIDADES.** *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 67-77, jan. 2012. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:JUHS2Q807z8J:https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/download/16610/13370/47696&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CARVALHO et al. **Instagram, narcisismo e desamparo: um olhar psicanalítico sobre a exposição da autoimagem no mundo virtual.** *Revista Mosaico - 2019 Jul/Dez.*; 10 (2): 87-93. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1836/1263>. Acesso em 29/03/2022.



CESAR, F.F. et al. **A forração melancólica na pandemia e a função vitalizadora do analista.** *Jornal da Psicanálise*, 55 (102), 201-217. 2022.

FREUD, S. (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

GALVÁN et al. (2009) **Os conceitos de verdadeiro e falso self e suas intenções na prática clínica.** *Aletheia*, Vol., núm.30, pp.50-58 [Acesso em 8 de dezembro de 2022]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013591005>

KLEIN, M. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

LEJDERMAN, B; ZOT, J. **Narcisismo e Redes Sociais.** *Revista Brasileira de Psicoterapia*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 55-67, ago. 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbp.celg.org.br/pdf/v22n2a05.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

LLOSA, M.V. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura.** 1. Ed. Objetiva, 2013.

1018

MAHON, C. **A Psicologia da mídia social.** 1. Ed. São Paulo: Blucher Editora, 2021.

MORETTO, C; BARBOSA, C. **A Psicologia no cuidado do sofrimento humano.** Sorocaba: Appris Editora, 2022.

VAZ, A. C. **Tudo pela fama: idealizações narcísicas na contemporaneidade.** 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3546/1/2006_Andrea%20Cristiane%20Vaz%20Cid.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

WINNICOTT, D. **Da Pediatria à Psicanálise.** 1. Ed. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

WINNICOTT D. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional.** 1 Ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 1982.



OS USOS DA HISTÓRIA PARA O TURISMO ÉTNICO INDÍGENA ESTUDO DE CASO: CONFLITO DO ALTO ALEGRE DE 1901 (BARRA DO CORDA, MA – BRASIL)

Francinayra Morais dos Santos¹
Hélio Viana de Souza²
Síria Emerenciana Nepomuceno Borges³

Introdução

O turismo étnico indígena vem se consolidando como uma alternativa global de desenvolvimento econômico sustentável, conservação dos recursos naturais e das tradições culturais. Essa informação pode ser ilustrada pelos dados da Organização Mundial do Turismo (OMT). Segundo a OMT (UNWTO, 2023), estima-se que, nos primeiros três meses de 2023, 235 milhões de turistas realizaram viagens internacionais. Contudo, além da importância econômica, o turismo passa a ser compreendido como um fenômeno contemporâneo associado, não apenas a uma atividade econômica lucrativa, mas às dimensões cultural e ambiental no plano de desenvolvimento sustentável de impacto local.

Em nível local, o turismo expressa as particularidades de um povo, como hábitos, costumes e tradições. Ressalta-se que, ao contrário do turismo de massa, o turismo cultural se configura a partir da interação entre os turistas e as populações locais, dentre as quais, as comunidades originárias. E são justamente as representações do vínculo entre os turistas e a tradição cultural indígena que vêm sendo progressivamente delineadas como objeto de interesse pelo mercado, campo legal, política e pesquisa acadêmica, na tentativa de vislumbrar novas alternativas para o turismo cultural, incluso, no segmento de natureza étnica: o turismo indígena (etnoturismo).

Segundo Souza *et. al* (2020), o turismo étnico se apresenta como um caminho alternativo ao turismo de massa, que, além de ser uma atividade econômica-cultural propulsora do reconhecimento das cidades e populações tradicionais, tem potencialidade de promover a preservação das culturas indígenas e contribuir para a difusão de uma consciência de tolerância e respeito entre os povos. Na mesma perspectiva, Bahl (2009) associa o turismo étnico aos

1019

¹Egressa do Curso de Administração pela Faculdade do Centro Maranhense – FCMA/UNICENTRO; Pós-Graduanda em Gestão Pública – GRAN FACULDADE – Pesquisadora do Programa de Pesquisa Indígena (PPI/NIPE) da FCMA/UNICENTRO; E-mail: santosnayra@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4902-0649>

² Acadêmico do Curso de Administração pela Faculdade do Centro Maranhense – FCMA/UNICENTRO; Pesquisador do Programa de Pesquisa Indígena – PPI/NIPE – UNICENTRO; helhioguajajaragx@gmail.com

³ Pesquisadora colaboradora do Programa de Pesquisa Indígena PPI/NIPE – FCMA/UNICENTRO; siriaborges@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3541-3247>

aspectos socioculturais de uma localidade, sendo a identidade e diferenciação suas balizas; além disso, promove a divulgação de etnias ou grupos, visando seu reconhecimento e inserção em âmbito nacional e internacional.

Corbari, Bahl e Souza (2016), dialogando com outros autores (Pereiro Pérez, 2014; Hinch e Butler, 1996) caracteriza o turismo étnico indígena pelas seguintes características:

pelo modo de fazer e desenvolver o turismo – em geral comunitário, participativo, sustentável, distributivo e ecológico; *pelas motivações e experiências dos turistas* – atratividades indígenas e interculturalidade; pelo local onde se desenvolve – habitat indígena/ecologicamente preservados; *e por sua diferença identitária para adaptar-se a um contexto global com o qual se relaciona* – diferencial indígena assim, o turismo indígena inclui ofertas preparadas pelos próprios nativos, com base na temática indígena. (grifos nossos) (CORBARI, BAHL, SOUZA, 2016, p. 57).

No cenário brasileiro, o turismo étnico indígena tem se destacado como uma oportunidade inclusiva de desenvolvimento econômico, com ênfase na diversidade cultural (YAZIGI, 2007; PEREIRO PÉREZ, 2014) e na resolução ou mitigação de problemas sociais e ambientais que afetam os direitos indígenas, tais como: conflitos agrários, exploração dos recursos naturais e, mesmo, na própria negligência ao direito de manifestação e valorização da sua cultura tradicional (SILVESTRE, FONTANA, 2023).

Não se pode desconsiderar, neste breve panorama, que o turismo indígena tem reconhecido interesse até mesmo pelos povos indígenas que veem como uma oportunidade de geração de renda a partir da sua própria cultura, território e história. As iniciativas começam a proliferar por diversos estados e com etnias distintas, embora o impacto das ações, em um sentido mais amplo, ainda necessita de uma averiguação minuciosa quanto aos resultados. No Maranhão, por exemplo, estado do nordeste brasileiro, no município de Barra do Corda, com área de terras indígenas (TI) majoritariamente de população indígena Guajajara, em algumas aldeias já experimentam a iniciativa turística, aproveitando, sobretudo, o patrimônio natural de rios e cachoeiras.

Com base nesta breve contextualização, que demonstra as potencialidades do turismo étnico articulado a uma demanda de desenvolvimento inclusivo, que se apresenta promissora em nível global, nacional e regional, buscou-se problematizar uma questão ainda pouco debatida na seara das possibilidades do turismo de categoria cultural: a prática do turismo indígena é compatível à espacialidade e cronologias que necessariamente não sejam experimentadas no território tradicional e nem nas representações culturais que expressam a manifestação ancestral de tempos longínquos antes do contato europeu?

Para adentrar na questão, dois caminhos serão analisados. O primeiro, de ordem teórica, abordando os conceitos acadêmicos e a legislação sobre turismo étnico indígena. E o segundo,

1020

de ordem prática, os usos da História para exemplificar um roteiro turístico urbano na cidade de Barra do Corda com a temática do Conflito do Alto Alegre, ocorrida em 1901.

Objetivos gerais

Demonstrar como o turismo étnico indígena pode alcançar uma abrangência maior de espacialidade e temática, a partir dos usos da História do período do pós-contato europeu e exemplificar como o Conflito do Alto Alegre, ocorrido no município de Barra do Corda em 1901 serve para efetivar a prática do turismo indígena em áreas urbanas.

Material e métodos

Como método de pesquisa, foi utilizado o estudo de caso, consolidado com dados qualitativos coletados da História do Conflito do Alto Alegre (1901), ocorrido no município de Barra do Corda/MA, com o objetivo de explorar as possibilidades práticas do turismo étnico indígena na zona urbana e com temáticas mais recentes da História indígena.

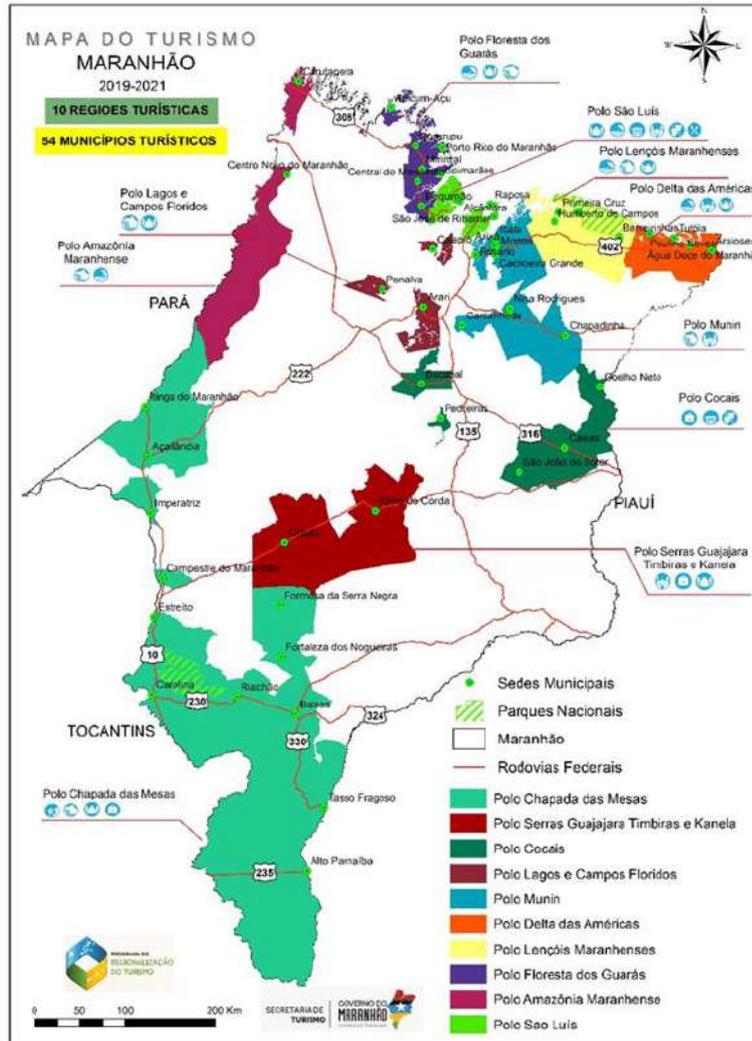
As fontes documentais utilizadas foram de natureza direta e indireta. No que tange à pesquisa documental direta, foram pesquisados documentos de arquivos, jornais e depoimentos de época. Em relação à documentação indireta – bibliográfica – foram efetuadas leituras vinculadas aos estudos do turismo cultural, turismo indígena, legislação, História indígena e a História do Conflito do Alto Alegre.

Na pesquisa de campo, realizada na cidade de Barra do Corda, foi realizado o mapeamento das ruas, paisagens urbanas e edifícios privados e públicos que compuseram o roteiro turismo indígena intitulado Caiuré Imana.

No que se refere à caracterização do território de estudo, faz parte do Polo Serras Guajajara Timbira e Kanela, que inclui oito cidades do estado, dentre elas, Barra do Corda que, junto com Grajau, na região centro-oeste, são consideradas as cidades mais indígenas do Maranhão. Entre seus atrativos turísticos, estão as festas com rituais milenares e as belezas naturais da região (BRASIL, 2013).

De fácil acesso, o território onde a cidade de Barra do Corda foi fundada pertencia às tribos dos índios Kanela, do Tronco dos Gês e Guajajara, da linhagem Tupi – fator histórico que inclui o município no polo turístico do Maranhão. A página do site de turismo do Maranhão traz como atrativos as cachoeiras e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – “edificação que traz uma homenagem à missão capuchinha vítima do *Massacre* [conotação vista como preconceituosa pelos indígenas] de Alto Alegre.” É interessante ressaltar que o Conflito do Alto Alegre é citado no site da Secretaria de Turismo do Maranhão como atrativo turístico:

Barra do Corda tem em sua história um fato de grande repercussão histórica, conhecido como o *Massacre* da Colônia Alto Alegre, uma revolta dos indígenas locais contra uma missão religiosa capuchinha com consequências trágicas e mais de 200 pessoas mortas, ocorrida em 1901 – o que atrai a curiosidade dos visitantes. (BRASIL, s/d, on-line).



1022

Mapa 1: Regiões turísticas no Maranhão
 Fonte: Observatório, 2019-2021.

Resultados

No estágio da pesquisa, já se consideram duas ordens de resultados. A primeira é a demonstração de que, efetivamente, com o uso da História, por meio de uma abordagem intercultural, é possível alargar o conteúdo do turismo indígena para além da categorização do espetáculo da autenticidade cultural exclusivamente experimentada no espaço do território ancestral. A segunda, mais prática, é a roteirização do Conflito do Alto Alegre no espaço da cidade de Barra do Corda, onde se recupera a prisão e morte do guerreiro João Caboré, líder indígena do Conflito, até o suposto local do seu enterramento.

Turismo indígena no território ancestral e turismo indígena urbano

O turismo étnico indígena vem se estabelecendo no Brasil por meio de um discurso legal e acadêmico, ainda influenciado por princípios colonialistas e etnocêntricos, embora se utilize de justificativas decoloniais, que pressupõem o reconhecimento do indígena como cidadão completo e com direito à manifestação histórica e cultural em espacialidade e cronologias diversas.

No campo epistemológico, quando se associa o turismo indígena à História ou a outras áreas afins, como Arqueologia, Antropologia e Geografia, percebe-se que o reducionismo conceitual impede o avanço de outras possibilidades desta vertente turística, sobretudo no que tange à interpretação turística para as cronologias históricas do pós-contato e os espaços fora do território tradicional. Comumente, a restrição territorial para a prática do turismo étnico é justificada por argumentos que fossilizam o indígena a uma história igualmente restrita. As qualificações do território tradicional ainda estão carregadas de parâmetros ambíguos e colonialistas, tais como: “singularidade”, “exotismo” e “autenticidade”.

Vale ressaltar que, ao criticar a preponderância do território nativo como lugar da prática do turismo indígena, não se pretende descartar a experimentação de vivências culturais nestes territórios, significativas do ponto de vista da alteridade, por proporcionar ao turista o conhecimento do *outro*, em um território ancestral de características particulares, situação que já ocorre em pelo menos duas aldeias Guajajara próximas à cidade de Barra do Corda, explorando o atrativo do patrimônio natural (balneários com cachoeiras).

Isto posto, o que interessa, como objeto deste estudo, é chamar a atenção para outras possibilidades turísticas de caráter étnico, sem a operacionalidade de noções etnocêntricas, e, abertas a outras cronologias e espacialidade urbanas sobre as Histórias do povo Guajajara (BORGES; SANTOS, 2022, p. 75). Portanto, algumas experimentações das vivências históricas indígenas se encontram entrelaçadas no espaço das cidades. Particularmente, em Barra do Corda, essa História ainda precisa ser construída, mesmo, porque, há relatos orais e memórias

reminiscentes que conectam os Guajajara e Canela a diversas atividades no espaço citadino: construção civil, educação, comércio, casamentos, etc.

Usos da História pelo turismo étnico indígena: Conflito do Alto Alegre (1901)

O Conflito do Alto Alegre foi uma das maiores rebeliões indígenas da história do Brasil no século XX, com centenas de mortos (indígenas e não indígenas). Essa rebelião ocorreu em 1901, na Colônia de Alto Alegre, localizada entre os municípios de Barra do Corda e Grajaú, no centro-sul do Maranhão. Fundada pelos capuchinhos em meados de 1896, a colônia tinha a finalidade de desenvolver um projeto de catequese e civilização dos indígenas. Mas, o projeto, à revelia da cosmovisão indígena, foi rechaçado pelos Guajajara, que iniciaram, em 13 de março de 1901, os ataques à colônia, estendendo a investida às fazendas das imediações e permanecendo na região até serem perseguidos pela força policial (CUSTÓDIO, 2020; CRUZ, 1982).

O Conflito do Alto Alegre, além de aludir aspectos da cultura Guajajara no período pós-contato – guerras interétnicas, a formação dos guerreiros, as táticas e as estratégias de resistências –, remete à cidade de Barra do Corda como um lugar de possível prática do turismo indígena, tendo em vista os desdobramentos do Conflito no espaço da cidade: organização da força policial, comunicação jornalística, prisão, morte e suposto enterramento do líder indígena Cauré Imana, além da controversa construção da Igreja Matriz em homenagem aos religiosos mortos. Para exemplificação da discussão abordada no estudo, cita-se alguns lugares na cidade de Barra do Corda, que fazem parte do Roteiro Cauré Imana:

1024

Ponte/Rio Mearim/Corda: local de entrada do Cauré Imana já capturado. Cruz (1982, p. 91-92) faz um relato desse momento: “[...] ao entrarem na cidade, ouviu a banda de música executar o hino nacional e diversos dobrados cívicos. O velho canhão deu diversos disparos. Os foguetes pipocavam por toda a tarde [...]”.

Cadeia Pública: Cauré Imana fica encarcerado por mais de dois anos, morrendo em decorrência de torturas.

Igreja Matriz: construída em memória exclusivamente aos religiosos mortos pelos indígenas. Esse edifício é carregado de sentimentos controversos porque, segundo os indígenas “lembra apenas o sofrimento dos brancos no Conflito, esquecendo de nós”.

Praça Gomes de Castro: antigo cemitério da cidade, onde supostamente Cauré Imana foi enterrado.

Conclusão

Em termos conclusivos, elencam-se algumas considerações que, abertas a desdobramentos analíticos, podem servir ao turismo étnico indígena no Maranhão.

Nem a história e nem o turismo indígena estão restritos aos territórios propriamente indígenas: há uma infinidade de possibilidades históricas que podem ser interpretadas pelo turismo referente aos indígenas nos centros urbanos – conflito/resistência, trabalho, linguagem, gastronomia, influência cultural. Indispor dessa perspectiva histórica como um elemento constitutivo do turismo étnico significa repetir adesões etnocêntricas de que o indígena em quase nada se conecta com a identidade coletiva e nacional. E, neste caso, o perigo está no turismo étnico ser um meio de revalidar o conhecimento do *outro* pela exclusão, ao exaltar um passado remoto que só faz sentido em espaços estritamente pontuais e separados da sociedade não indígena.

Esta consideração se relaciona a uma outra: os usos da História pelo turismo étnico estabelecem um alargamento temporal e espacial dos conteúdos aptos à interpretação turística, não apenas àqueles de continuidade ancestral e territorial, mas também os que dizem respeito à complexidade do contato com os europeus e descendentes brasileiros.

É neste sentido que o turismo ético cumpre a sua função na sociedade, como um veículo informativo, de lazer, de experimentação distinta, mas também como uma reflexão crítica sobre o processo histórico dos povos indígenas no Maranhão, Brasil, na luta pelos seus direitos.

E, que, portanto, aberto à interpretação de eventos históricos pós-contato, o turismo étnico indígena pode também trabalhar sob vários enfoques do contato, inclusive os de natureza conflituosa e violenta, à exemplo do Conflito do Alto Alegre. Ao interpretar este Conflito por meio da aproximação entre História-Memória e propor uma roteirização turística dos acontecimentos, amplia-se, na cidade de Barra do Corda, um espaço de apropriação histórica compartilhado, intercultural e pedagógico; um espaço que, na sua movimentação turística prática, contribui para acabar ou, ao menos, mitigar o estranhamento cultural entre os indígenas Guajajara e não indígenas, especialmente quando se remete a carga de memória traumática que o Conflito desperta.

Por fim, ao mesmo tempo que se busca dialogar com as diferentes versões do Conflito, busca-se incluir no corpo do roteiro turístico aspectos da paisagem urbanística, religiosa e arquitetônica que permitem a todos os sujeitos históricos envolvidos se sentirem identificados com a interpretação.

1025

Referências

BAHL, M. Dimensão cultural do turismo étnico. In: Netto, A. P.; Ansarah, M. G. R. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2009.



BORGES, S. E. N.; SANTOS, F. Roteiro turístico étnico indígena: Cauré Imana o Cacique Rebelde. II Seminário Nacional de Humanidade do IFM. **Anais** [p. 75, Barra do Corda, Maranhão]. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/download/Narrativasedisputasdepoder.1f927d6c9a73422ea4eb.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL, Secretário do Estado de turismo do Maranhão. Polo Serras Guajajara Timbira Kanela. s/d. Disponível em: <https://turismo.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/polo-serras-guajajaras-timbira-kanela>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Maranhão apresenta região indígena em seu mapa do turismo**. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/maranhao-apresenta-regiao-indigena-em-seu-mapa-do-turismo>. Acesso em 17 out. 2023.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; DE SOUZA, S. do R. Reflexões sobre conceitos e definições atinentes ao turismo envolvendo comunidades indígenas. **Investigaciones Turísticas**, [S. l.], n. 12, p. 50–72, 2016. Disponível em: <https://investigacionesturisticas.ua.es/article/view/9369>. Acesso em: 19 out. 2023.

CUSTÓDIO, M. A. C. Missão Capuchina e resistência Tentehar: Releituras do Conflito de Alto Alegre. **Cadernos De Pesquisa**, 50(175), p. 316–342, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/6414/pdf>. Acesso em 20 set. 2023.

CRUZ, O. **Cauré Imana**: O cacique Rebelde. Brasília: Thesaurus, 1892.

HINCH, T.D. e Butler, R. Introduction. In: R. Butler e Tom Hinch (Eds.). **Tourism and indigenous peoples**, Thomson: Londres, p. 1-14, 1996.

PEREIRO PÉREZ, X. Reflexión antropológica sobre el turismo indígena. **Desacatos**, v. 47, p.18-35, 2014; Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/desacatos/n47/n47a2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023. Acesso em: 14/03/2016.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo, Maranhão**. Disponível em: <https://observatorio.turismo.ma.gov.br/polos-turisticos/>. Acesso em 17 out. 2023.

SOUSA et al. N. N. S. Trismo étnico indígena: balizamento conceitual, potencialidades e desafios no Brasil. **Tur., Visão e Ação**, v. 23, n. 2, p. 308-328, mai./ago. 2021.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SILVESTRE, R. P; FONTANA, R. F. O turismo indígena no Brasil: uma revisão bibliográfica de pesquisas publicadas no período de 1999 a 2021. **PASOS** Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v. 21, n. 3, p. 487-501, 2023.

YAZIGI, E. Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 1, n. 2, p. 137-183, dez. 2007.

UNWTO. World Tourism Organization. **Nuevos datos apuntan a una recuperación total del turismo con un vigoroso arranque em 2023**. Madrid, 2023.

1027



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ANTES DO PASSADO: O TRAUMA ELABORADO NA FICÇÃO CONTEMPORÂNEA

Luís Henrique de Almeida Pereira da Silva¹
Luciana Paiva Coronel²

Introdução

O presente trabalho se desenvolveu na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no âmbito do projeto “Memórias fraturadas da ditadura em romances da literatura brasileira contemporânea”, que analisa narrativas identificadas com o tema da violência autoritária do período na área especificada. Tendo isso em vista, o eixo norteador deste estudo é o romance *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia* (2012), de Liniane Haag Brum, no qual entendemos que haja o esforço de reconstrução da memória do ex-guerrilheiro, e ainda desaparecido político, Cilon Cunha Brum, também tio-padrinho da escritora. Posto que a obra é formada por uma “justaposição de textos verbais e não verbais, de teor informativo e ficcional, oriundos do espaço privado e também do público” (Coronel, 2021, p. 145), utilizamos o conceito de “economia da ausência” (Vecchi, 2014) para analisar os diferentes materiais constituintes do livro, que tem a marca da hibridiz composicional. Esse conceito gira em torno do método de composição da obra, que reúne fragmentos de um passado no seu todo inacessível aos familiares e à sociedade brasileira, por ter sido recalçado pelas forças da repressão.

Assim sendo, em primeira instância pontuamos que na obra há recortes de revistas e jornais de variadas datas que trazem em seu interior informações esparsas sobre a Guerrilha do Araguaia e, por vezes, referenciam Cilon, constituindo a memória pública do massacre dos guerrilheiros, ocorrido no início dos anos setenta na Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A partir disso, compreendemos que a retomada de tais arquivos dentro da obra reúne as poucas publicações dessa temática que chegaram ao conhecimento dos brasileiros e apresentam as movimentações de busca e pressão política por justiça por parte da *Comissão de Mortos e Desaparecidos*, instaurada em 1995, composta pelos familiares daqueles que não retornaram após o desfecho da Ditadura.

Na referida obra, a narradora também costura sua narrativa pessoal, identificada com a busca de rastros da memória do tio-padrinho, aos depoimentos colhidos pela autora em viagens realizadas à região do Araguaia (a área conhecida como “Bico do Papagaio”). Essas entrevistas são relevantes pois o meio rural para onde os guerrilheiros se deslocaram, longe das metrópoles nacionais, é caracterizado pelo cenário de empobrecimento e negligência, isto é, a sua população

1028

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1386585236317121> E-mail: luishenrique2108@outlook.com.br

² Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7954506203630545> E-mail: lu.paiva.coronel@gmail.com

ainda é completamente esquecida pelas políticas públicas do Estado. Dessarte, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) acreditava que seriam localidades propícias para se iniciar a luta armada de campo, seguindo a ideologia de luta popular de Mao Tsé-tung, e assim retomar a Democracia brasileira saqueada pelo Golpe de 64.

Quando os militantes comunistas para lá foram enviados pelo Partido, dentre as medidas que faziam parte de sua agenda de luta, estava a necessidade de realizar Ações Sociais — os guerrilheiros eram responsáveis por criar poços artesianos, oferecer o ensino básico aos camponeses bem como fornecer medicamentos e tratamento médico e ontológico à população local.

Dessa forma, com o passar do tempo, criou-se uma proximidade entre a guerrilha e os habitantes dos municípios da área do Bico do Papagaio — situada em Tocantins, fazendo divisão com os Estados do Pará e do Maranhão. Por isso, quando o Exército se fixou naquelas terras para impedir e logo exterminar uma possível luta armada no campo, os moradores também sofreram com a violência dos militares. Os depoimentos presentes no romance trazem o relato do trauma fruto da violência física e psicológica sofrida por aqueles que ainda habitam essa região.

O acervo particular de fotos da autora, que nunca conheceu Cilon, já que ele fora visto pela última vez pela família Brum no ano do batizado de Liniane, em 1971 —, bem como poucos bilhetes trocados durante os anos de sua militância política, são também materiais de suma importância que constituem a obra. Entendemos que tanto as fotografias quanto os bilhetes formulam a memória privada de Cilon, marcando parte de sua trajetória no mundo. As fotos da infância e juventude de Cilon, datadas do século XX, e também os bilhetes, resgatam a memória possível que restou no âmbito familiar, servindo à lembrança do afeto em meio à dor da desapareção forçada.

Em certa medida, todos os elementos que constituem a memória pública e privada, ganham significação diversa em meio ao trauma vivenciado pela família Brum — ou seja, o sumiço e assassinato de Cilon pelo Estado civil-militar. Isso ocorre pois, uma vez que não há a presença do tio-padrinho, a família tem como lembrança apenas essas marcas, esses arquivos de naturezas distintas, que se tornam símbolos da falta, da oquidão, do lugar que antes era preenchido por Cilon, cujo rosto é marcado nas fotografias e cujas palavras são registradas nos bilhetes.

Por fim, há a ficcionalização de dez cartas à falecida avó Lóia, mãe de Cilon, que consideramos ter uma função imprescindível no enfrentamento do trauma tanto no contexto da família Brum quanto no da sociedade brasileira como um todo, pois “sem os restos mortais que possibilitariam à família o luto necessário, a autora reage com os recursos de criação literária” (Coronel, 2021, p. 142). A ficcionalização das cartas também serve como mecanismo amalgamador de todas as informações descobertas pela autora no percurso narrativo, de forma que contém em si uma narrativa mais íntima sobre as viagens à região do Araguaia e sobre os depoimentos colhidos. Essas cartas, bem como todos os outros materiais supracitados, são

dispostos no enredo de maneira desalinhada, sem ordem estabelecida, complementando-se mutuamente em conexões de sentido abertas ao leitor através dos diversos fragmentos. Essa forma narrativa justaposta, não sistemática, feita a partir de retalhos, é assim constituída porque a própria memória traumática é estilhaçada.

Dessarte, entendemos que a reconstrução da memória de Cilon Cunha Brum pela narradora se dá através daquilo que ficou fracionado e calcado nos encontros que o guerrilheiro teve no decorrer de sua trajetória de vida — amizades de militância; confidências de um prisioneiro a uma cozinheira; afetos de família. À propósito dessa reconstrução, todos os fragmentos dispostos na obra são formas de elaborar a memória traumática, gerada pela desapareição forçada e pela ausência presentificada pelo corpo insepulto, visto que as ossadas de Cilon ainda não foram recuperadas. Esse trauma seria então como um “corpo estranho” (Coronel, 2021, p. 48) que impossibilita o luto à família Brum, conceito esse que “obtem destaque na narrativa da autora, que chamou para si a responsabilidade de descobrir o destino de seu tio, como forma de trazer algum tipo de consolo tanto para ela quanto para os demais membros da família” (Silva, 2020, p. 103).

Esse trauma gerado pela perda do tio não pode ser recriado de maneira pragmática ou seguir atalhos que levem a uma finalização absoluta, a uma restituição integral de Cilon, pois, ainda que seu corpo fosse encontrado, sua mãe e seu pai — respectivamente, a avó Lóia e o avó Lino — já são falecidos, e morreram sem terem respostas do filho roubado e assassinado pelo Estado militar. Por isso, a narradora apresenta no campo simbólico uma possibilidade de finalização que permite o atravessamento do trauma até determinado ponto — isto é, visto que “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa” (Seligmann-Silva, 2008, p. 69), consideramos que a narrativa luta pela possibilidade de luto — isto é, seguir a vida apesar de toda a dor e sofrimento infligidos à família Brum pela ausência forçada de Cilon, para sempre um filho/ irmão/ tio jamais encontrado.

Sob essa perspectiva, entendemos o livro de Liniane como um meio de atualizar e reivindicar o passado tanto de seu tio-padrinho quanto da própria história da Ditadura civil-militar à nação brasileira, pois é “um descolamento para uma zona cujo foco está nos que não sobreviveram, nos que foram calados pela história, mas não sob a perspectiva da heroicidade ou vitimização, libertando o discurso de dicotomias paralisantes e empobrecedoras” (Oliveira, 2015, p. 227).

Esse movimento da narradora que dá espaço e possibilidade de escuta para as narrativas que até então estavam sendo silenciadas pelo trauma instituído nas regiões do Araguaia onde se infligiu o terror aos camponeses, em um persistente medo do passado, pois “uma enorme quantidade de gente do exército, sob o comando dos generais e do presidente da República, foi colocada ali para machucar as pessoas na carne e na honra” (BRUM, 2012, p. 186), revela a necessidade urgente de compor uma memória coletiva sobre o massacre no Araguaia. É no sentido da constituição de uma memória social, e consequentemente de redes de apoio que lutam pela

manutenção da Democracia, opondo-se ao esvaziamento da história, que defendemos o enfrentamento do trauma em *Antes do passado*.

Objetivos gerais

Este estudo tem como escopo identificar e analisar no romance *Antes do passado* as estratégias narrativas que possibilitam entender nas movimentações do texto os esforços de elaboração do trauma tanto no contexto da família Brum, quanto nos depoimentos narrados e colhidos na região do Araguaia.

Para isso, delimitamos a análise apenas aos textos verbais, sendo eles os depoimentos dos camponeses que ainda habitam a região do Araguaia, e os capítulos epistolares que, possuindo um diálogo mais íntimo e emblemático entre a neta viva e a falecida avó, assim entendemos que possuem profundas reflexões sobre o trauma da desapareção forçada no contexto da família Brum.

Metodologia

Este trabalho tem como método a análise bibliográfica. Dessarte, utilizamos o conceito de “economia da ausência”, desenvolvido por Roberto Vecchi no artigo “O passado subtraído da desapareção forçada: Araguaia como palimpsesto” (2014). Esse conceito é caracterizado pela busca do passado a partir dos rastros — fragmentos esses que podem ser uma fotografia, um bilhete, um testemunho, marcas que persistem apesar da passagem do tempo-espço. O nosso objetivo leva em consideração principalmente os depoimentos.

Ademais, recorreremos para a análise sobre o trauma ao texto teórico de Márcio Seligmann-Silva “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas” (2008), fundamentado na concepção freudiana do trauma. Também utilizaremos os trabalhos já publicados a respeito do referido romance que abordam o trauma, dentre eles “*Antes do passado*, de Liniane Haag Brum: a literatura diante do trauma dos desaparecidos políticos no Brasil” (Coronel, 2021) e o ensaio “*Antes do passado*, de Liniane Haag Brum: o tempo da memória em que a palavra germina o futuro” (Coronel, 2021). A teoria do trauma será complementada pela teoria do testemunho desenvolvida por Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar, escrever, esquecer* (2006).

Resultados

Em *Antes do passado* é evidenciada a dificuldade de transpor as barreiras instituídas pelo trauma aos camponeses que habitam a área do Bico do Papagaio — palco do maior massacre da Ditadura civil-militar brasileira: praticamente toda a guerrilha, constituída de cerca de setenta

militantes, foi caçada, torturada, assassinada e seus corpos foram desaparecidos para que não restassem provas da violência ali infligida. Ainda que fossem os guerrilheiros a estarem incontestavelmente na mira dos militares, todos aqueles que nutriam uma relação de amizade ou mera proximidade com os militantes, constituíam-se como alvos de suspeita e poderiam sofrer com punições severas. Por isso, os moradores que experienciaram a conjuntura do massacre, ainda sofrem com feridas não cicatrizadas de um passado marcado pelo medo e pelo horror.

À exemplo disso, o termo “taca” é frequente e usual nos depoimentos dos camponeses, colhidos pela autora, que vivenciaram a brutalidade dos militares: “A lembrança terrível da ‘taca’ (tortura) fazia calar pessoas rudes e muito machucadas, mesmo aquelas que inicialmente mostravam-se dispostas a colaborar. São muitas idas e vindas na procura de vozes disponíveis ao testemunho” (Coronel, 2021, 149). Assim, é evidente que a tortura dos corpos e das mentes dos camponeses constitui uma lembrança traumática que gera o bloqueio da narrativa do passado.

É nesse cenário que o texto se compõe “através do espelhamento das idas e vindas tanto da coragem da narradora de aproximar-se da fonte do trauma, quanto de sua viagem, feita de encontros e desencontros com os moradores da região” (Coronel, 2021, p.52). À propósito disso, trazemos a voz do romance:

Nessa cidade todo mundo tem medo de falar. Todo mundo tem um medo muito maior — diferente, eu diria. Alguém andou espalhando por lá que nós, os familiares dos militantes comunistas, estamos preparando uma vingança, e por isso viajamos para lá de tempos em tempos. Não sei dizer o que consideram uma revanche. Para alguns, acho que seria o “olho por olho, dente por dente”, para outros uma variante muito particular do que chamamos de justiça. Não aprenderam, vó, que justiça é responsabilidade do poder judiciário. (Brum, 2012, p. 195)

1032

Nesse parágrafo de um capítulo epistolar, é possível perceber, através da mediação da sobrinha e afilhada de Cilon, em momento de diálogo imaginário com a avó já então falecida, os sentimentos de medo e insegurança. Embora a guerrilha tenha ocorrido há meio século, o trauma não elaborado nessa região persiste na vida desses camponeses que temem falar. O fato de que a região do Araguaia continua a ser ainda negligenciada pelo Estado e pela população brasileira, e visto que os serviços midiáticos nacionais não se interessam em compor quaisquer memórias sociais a respeito da Ditadura brasileira, isso resulta na manutenção do trauma vivido por essa população em vez de seu enfrentamento.

Por isso, consideramos que na região do Araguaia há essa distinção entre os “sobreviventes” e “os outros” (Seligmann-Silva, 2008), calcada pela violência física e psicológica de um passado soterrado pelas forças repressivas. Neste momento, é válido esclarecer que ampliamos a noção semântica de “sobreviventes” no que diz respeito aos moradores dessas localidades, pois, uma vez que toda a região do Bico do Papagaio é permeada ora pelo silenciamento traumático, ora

por narrativas de “vingança” como apontado pela narradora, entendemos que as gerações posteriores que não vivenciaram a guerrilha não deixam de ser testemunhas indiretas (Gagnebin, 2006) do massacre que ali ocorrera.

Assim, essa última geração também carrega em si o sentimento de “sobreviventes” pois trazem consigo a memória traumática transmitida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, colocando-se em oposição aos “outros”, àqueles que não habitam a área do Bico do Papagaio. Nesse caso, compreendemos que o conceito de “pós-memória” (Hirsh, 2008), que se refere às memórias prolongadas pelas gerações posteriores que compartilham, a partir da transmissão, das lembranças de seus antepassados, complementa e explica o sentimento de distinção que a população local sente em oposição aos “outros”.

Dessarte, “entre o sobrevivente e ‘os outros’ existia uma barreira, uma carapaça, que isolava aquele da vivência com os demais companheiros de humanidade, como também a consequente dificuldade prevista desta cena de narrativa” (Seligmann-Silva, 2008, p. 66). A narração das viagens à região do Araguaia é indissociável a essa barreira imposta pelo trauma tanto do lado dos sobreviventes quanto do da própria autora, pois ambos são vítimas dessa máquina da opressão que continua a gerar e fomentar traumas com camadas e nuances diversas, de complexidades e profundidades incomensuráveis e inarráveis, pois toda narrativa do trauma é atravessada pela “irrealidade da situação vivida” (Seligmann-Silva, 2008, p. 75):

Ia e vinha em detalhes de torturas físicas e psicológicas que me eram incompreensíveis e desencadeadas. Dizia e repetia a palavra *judieira*. Mas parecia anestesiado pelo próprio efeito da repetição dos relatos. Fui perdendo a concentração, perdendo meu olhar por entre a porta que dava no outro cômodo da casa. (Brum, 2012, p. 172)

1033

O texto destacado se refere ao depoimento de seu Pici, morador do único casebre entre a montanha e o rio Araguaia. Ele afirma que não conheceu “Simão, o Comprido” (codinomes de guerrilheiro de Cilon), mas que o viu uma única vez quando morava em Santa Cruz (vila às margens do rio). Depois dessa breve informação sobre o tio-padrinho de Liniane, seu Pici direciona o seu testemunho a si mesmo: “havia sido pegos e jogados ‘nos buracos’, ele e o irmão. Apanhava e ao mesmo tempo ouvia os gritos do outro — achou que o caçula não iria resistir a tanta ‘judieira’. Perdeu-o na guerra, concluiu” (Brum, 2012, p. 172). Assim como “taca”, os termos “os buracos” e “judieira” são simbólicos e utilizados pelos sobreviventes da Ditadura para descrever as torturas da “guerra” — pois o massacre de Araguaia é considerado por eles como sendo uma “guerra”, tamanho o horror infligido a seus corpos e mentes.

A irrealidade ressaltada no fim da análise do primeiro parágrafo persiste com maior intensidade nesse segundo, pois percebemos que a narradora, durante a escuta do testemunho de seu Pici, não consegue ater-se às suas palavras, distanciando-se para um recôndito interno, afastando-se dentro de si própria, retirando-se de cena ao fixar o cenário à sua volta: “o chão batido de terra,

a rede, a mesa de madeira inacabada, sem toalha; (...) as tábuas que faziam às vezes de parede que dividia a casa da rua — as enormes frestas entre as tábuas” (Brum, 2012, p. 172).

Em certa medida, nesse segundo trecho, há duas testemunhas bem definidas e distintas, ainda que a narradora afaste-se de seu papel de testemunha — testemunha da desapareição forçada do tio-padrinho; da dor infligida à sua família; do silêncio traumático calcado em seu lar — para escutar Peci, uma testemunha da presença da Ditadura no Araguaia. Nessa escuta, como já evidenciamos, ela se constitui também como testemunha do discurso de outrem (Gagnebin, 2006), mas, pela singularidade dela própria ter vivenciado o trauma da ausência, há algo semelhante a uma “dupla-barreira”, pois Liniane, embora não seja uma sobrevivente, ela também se coloca em uma posição na qual há sua vivência traumática — desenvolvida pela memória familiar herdada (Hirsh, 2008) — em oposição aos “outros”, àqueles que não foram afetados tão diretamente pelo extermínio da Guerrilha do Araguaia.

Então essa mulher, que ainda vive a herança do jugo, estava apavorada quando cheguei a sua casa. Depois, avalei ser normal tanta emoção. Também eu estava muitíssimo tensa — também eu carregava a desconfiança. E mesmo temendo, vó, Dília abriu sua casa e me recebeu. E o que me disse saiu num jorro só, como se quisesse despejar de uma única vez o que sabia, para que eu fosse logo embora. (Brum, 2012, pp. 195-196)

Nesse outro parágrafo, também retirado de um capítulo epistolar, motivado a simbolizar o envio tardio de notícias a uma avó que faleceu sem tê-las jamais recebido, é narrado o encontro, em Brejo Grande, com Dília, que é irmã de Maria da Paz — a professora que Liniane estava procurando, pois lhe chegou a informação de que havia uma mulher que guardava um caderno com memórias a respeito da Ditadura militar no Araguaia. Esta última é primogênita de Maria dos Anjos, cozinheira e esposa de um dos carrascos da fazenda Consolação — lugar esse, hoje destruído, que servia como presídio aos guerrilheiros e onde Cilon viveu seus últimos dias antes de ser assassinado na floresta Amazônica. Apesar do desencontro com Maria da Paz, é Dília quem conta um dos últimos desejos de Cilon a Liniane: “o desejo de Simão, o que ele mais queria, era voltar ao Rio Grande do Sul, pedir o perdão dos pais, ver a família e os sobrinhos pequenos” (Brum, 2012, p. 196).

Apesar de no início haver o impedimento fruto da desconfiança por parte das duas mulheres, e que isso seja um efeito inerente à violência e ao medo constituintes do trauma, entendemos que tanto aquela que convivera com Cilon na infância, quanto a narradora, que por sua vez fora privada do convívio com o tio quando criança, conseguem atravessar essa barreira, pois a palavra aqui tem um efeito catalisador para ambas.

Quando a narradora traz essas informações na carta, é perceptível a potência do discurso de Dília, que trouxe à superfície um desejo de Cilon até então desconhecido da família Brum, um desejo soterrado, quase apagado e perpetuado ao limbo da história por parte das forças

repressivas. Esse desejo finalmente emerge através da fala e torna-se público, fomentando a narrativa dos vencidos. Assim se constrói uma rede de apoio que restitui a memória saqueada institucionalmente: “E se esse desejo não fosse tão forte, não fosse tão verdadeiro, jamais teria atravessado o tempo — o sumo da vontade do tio, nunca teria conseguido trespassar culpas, paúras e mentiras, a própria morte — para chegar até nós, vó. Até a senhora” (Brum, 2012, p. 197).

As redes de apoio são ressaltadas porque o romance de Liniane é construído dessa forma, pela partilha e conexões entre narrativas, pois, afinal, “a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade” (Seligmann-Silva, 2008, p. 65).

Assim, entendemos que Dília e Liniane possuem suas memórias individuais, cada qual com suas dores inarráveis, mas quando essas lembranças se unem pelo esforço da autora, fomentando uma narrativa da memória de Cilon, esta memória que é custosamente recuperada, cria-se afinal a possibilidade de reconstrução simbólica do desaparecido político. Quando essas lembranças são postas e narradas em um livro tornam-se públicas e, a partir dessa obra, criam-se textos como este artigo que fazem o movimento de ampliação da narrativa, construindo-se aos poucos uma memória social, mais coletiva e abrangente, a partir de conexões diversas. É assim que empreendemos o enfrentamento possível do trauma.

Esses últimos parágrafos destacados servem de transição à análise dos trechos que remeterão mais especificamente ao trauma dentro da família Brum. No entanto, eles demonstram que ambos os lados — da família, dos camponeses; da memória individual, da memória coletiva — não são indissociáveis, pois persistem no tempo-espço através dessa movimentação que é tanto mais interna/familiar quanto mais externa/social. À vista disso, retornamos à voz do texto:

1035

Vejo isso tudo, vó, e às vezes não basta, não coloco o pensamento no lugar do sentimento. Então eu saio. Calço tênis, e saio na esperança de que certas sensações se desprendam, pela força do vento, se dissipem, indo embora. Caminho e caminho para ajudar a forçar os pensamentos. Hoje, foi assim: caminhava e caminhava — e de repente cheguei a uma praça. Fui passando e por onde olhava só via criança bem pequena. Um menininho no colo da mãe, outro, bebê ainda, gordinho, no colo de outra mãe. Andava e andava e parecia que todos os bebês e meninos muito pequenos, suas mães, parecia que todos eles tinham ido passear na praça. Foi quando olhei de novo, e, num átimo, me lembrei do que nem sei — mas sei: recordei a senhora com o tio Cilon no colo, ele dizia as primeiras palavras. Dava os primeiros passos. Fazia caretinhas para a senhora — caretinhas, vó. Seus braços, as pernas dando os primeiros passinhos. Eu andava, vó, e todo mundo era você, era ele. Só tinha vocês dois no mundo. Parecia um sonho. E não parecia. (Brum, 2012, pp. 259-260)

Esse trecho em destaque é complexo e sua constituição possui a beleza do afeto que atravessa a página — afeto da neta pela avó; afeto da mãe pelo filho; afeto da sobrinha pelo tio, que nunca



conhecera. Aqui, a narradora atesta o passado traumático que não passa (Seligmann-Silva, 2008). Tanto Cilon quanto a avó Lóia, apesar de mortos, estão de alguma forma vivos no dia a dia de Liniane, ali estão fixados: o primeiro pelo trauma da desapareção forçada e a seguinte pelo amor de uma neta a sua avó. Esses termos quase opostos, adversos, não condizentes um com o outro, calcam igualmente suas marcas no mundo e nas pessoas, atravessando e sobrevivendo à flecha do tempo. Essa narradora, que é impulsionada pelos extremos da dor, da ausência, mas também da compaixão e da saudade, “cumprе exatamente a função de atribuir significação a esta zona opaca oriunda de uma experiência de ausência dolorosa e prolongada durante a totalidade de sua existência” (Coronel, 2021, p. 50).

Nesse trecho narrativo, também evidenciamos a força da imaginação no interior do trauma, pois “O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço” (Seligmann-Silva, 2008, p. 70). Toda memória é uma narrativa e toda narrativa é prene da imaginação, assim toda literatura é uma representação do real, e por isso que o trauma é inarrável e irrepresentável pragmaticamente (Seligmann-Silva, 2008). Dessarte, consideramos que todo o romance é composto em seu âmago da imaginação, e é através desse recurso que a narradora se expressa e conduz o leitor ao atravessamento do trauma. Assim, Liniane se dirige até a praça para se livrar dessas emoções e lembranças conturbadas que preenchem seu corpo e sua mente, mas logo ela encontra os rostos de Cilon e de vó Lóia que são presentificados nos rostos das mães e crianças da praça. O rosto dos mortos nos vivos repercute nas ações das mães com seus filhos, no amor expresso pelas mães aos seus pequenos que brincam, a alegria das crianças, e assim a narradora converte todo o seu desespero, todo o pesadelo, em sonho, em uma narração de afeto à falecida vó Lóia.

É por isso que consideramos que a narradora não está liberta do trauma, assim como não está livre do amor, do afeto que nasce da partilha: “Vó, adoro escrever essas cartas. Elas têm essa ternura exagerada que sinto pelo tio Cilon — um gostar que nasceu na senhora, atravessou o pai e desaguou em mim, e que me faz sentir próxima do que realmente importa” (Brum, 2012, p. 76). E embora o trauma persista em seus dias, assim como esse amor crescente, a narradora atravessa-o, sem jamais poder extingui-lo. Esse atravessamento ocorre quando ela ressignifica sua dor e a transforma em narrativa de afeto, narrativa que é fruto de uma rede de apoio que restitui a memória do tio, memória essa calcada nas relações e nas trocas que ele constituía em vida e as quais ficaram marcadas através do tempo e do espaço:

Não, vizinha, não é que esteja te abandonando — como poderia deixar para trás o que faz parte de mim? Seria como morrer um pouco. Seria deixar de ser. E, vó, sinceramente, esse espaço tão nosso que foge até mesmo da minha compreensão, esse tempo antes do passado, vizinha, vai ser sempre o lugar de tio Cilon. O recanto dele, íntegro e inteiro. Um lar onde passamos a limpo sua vida e feições. Nosso canto de polir palavras com panos plácidos e puros. E ponto. (Brum, 2012, p. 260)

Assim, entendemos que *Antes do passado* não desenvolve o trauma dos camponeses, embora comece uma movimentação de escuta por parte da narradora, fazendo com que esses moradores iniciem aos poucos o enfrentamento desse bloqueio gerado pelo trauma — medo de reviver o passado ditatorial e sofrer punições. No entanto, consideramos que a narradora, simbolicamente, utilizando-se principalmente das cartas, dá um primeiro passo em direção ao luto, como observado no último parágrafo destacado e, conseqüentemente, à possibilidade de ressignificação do trauma por parte da família Brum.

Esse enfrentamento do trauma no contexto familiar não se restringe apenas ao que é interno, aos integrantes da família, sendo por esse motivo que Liniane viaja à procura de depoimentos a respeito de seu tio-padrinho, pois o atravessamento do trauma fruto da desapareição forçada leva em consideração a memória coletiva sobre o ocorrido. Aos poucos, construímos, assim, uma memória social que possa ajudar tanto no enfrentamento do trauma interno quanto no déficit de memória sobre o massacre instituído pelas forças da repressão à nação brasileira.

Conclusão

O romance *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*, de Liniane Haag Brum, compõe o rol de obras contemporâneas que narram a complexidade e os efeitos da Ditadura militar brasileira, levando em conta os discursos da extrema direita que ainda repercutem nos dias atuais, e cumprindo assim o papel de arquivos desse período tão sombrio, conforme entende Eurídice Figueiredo em seu estudo *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017). À exemplo dos discursos das forças repressivas na atualidade, há o golpe fomentado contra Dilma Rousseff em 2016, no qual Jair Bolsonaro, presidente do Brasil no mandato de 2018 e vencido democraticamente nas urnas em 2022, homenageou o torturador da até então presidenta, Carlos Brilhante Ustra. O processo de Impeachment contra Dilma Rousseff se deu principalmente, entre outros fatores importantes, devido à criação da Comissão da Verdade, em 2011, que estava abrindo os arquivos da Ditadura civil-militar.

Juntamente ao romance de Liniane, há outras obras contemporâneas que seguem a linha temática do massacre da Guerrilha do Araguaia, como *Azul corvo* (2014), de Adriana Lisboa, e *No fundo do oceano, os animais invisíveis* (2020), de Anita Deak. Visto que há essa movimentação na literatura recente que reconstrói e luta pela memória de um passado recalcado pelas forças repressivas, entendemos que, se o trauma persiste no presente, é necessário então fomentar uma memória coletiva/ social que sirva de apoio e reparação simbólica à dor da perda, constituindo-se também como símbolo de resistência à opressão. Essa memória coletiva é a ressignificação do trauma através da retomada do passado e a apropriação da Democracia que está em constante ameaça em uma sociedade na qual os discursos neofascistas estão ganhando cada vez mais espaço. É nessa conjuntura, afinal, que a luta se faz imprescindível.

1037

Referências

BRUM, Liniane Haag. *Antes do Passado: O silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

CORONEL, Luciana Paiva. Antes do passado, de Liniane Haag Brum: a literatura diante do trauma dos desaparecidos políticos no Brasil. *Revista Entreletras*, Araguaína, v. 12, n. 2, p. 141-155. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/issue/view/606> > Acesso em: 19/10/2023

CORONEL, Luciana Paiva. Antes do Passado, de Liniane Haag Brum: o tempo da memória em que a palavra germina o futuro. In: Gomes, Gínia Maria (org.). *Vozes da Resistência: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI*. Porto Alegre: Polifonia, 2021, pp. 43-59.

DEAK, Anita. *No fundo do oceano, os animais invisíveis*. São Paulo : Editora Reformatório, 2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HIRSCH, Marianne. The Generation of Postmemory. *Poetics Today*, Duke University Press, nº. 29, p. 103-128. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/cross_fac/ehrc/events/memory/poetics_today-2008-hirsch-103-28.pdf > Acesso em: 19/10/2023

LISBOA, Adriana. *Azul corvo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. O resgate de um corpo ausente: testemunho, memória e restos em Antes do passado. *Revista da Anpoll*, n. 38, p. 224-233, 2015. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/850> > Acesso em: 19/10/2023

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma — a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psí. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 19/10/2023

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SILVA, Janaína Buchweitz. O passado entrelaçado ao presente: ecos do silêncio que vem do Araguaia. *Itinerários*, Araraquara, n. 50, p. 101-117, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/13386/9822> > Acesso em: 19/10/2023

VECCHI, Roberto. O passado subtraído da desapareição forçada: Araguaia como palimpsesto. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 43, p. 133-149, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/vJrd9rJB7SjBF7mDrzST95P/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 19/10/2023

1039



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CONDIÇÕES DE ACESSO E DE PUBLICIDADE DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – BRASIL (CICLO ORÇAMENTÁRIO 2018-2021)

Larissa Felipe Superchinski¹
Simony Rafaeli Quirino²

Introdução

A elaboração do orçamento público no Brasil está integrada ao planejamento de ações, processo que, conforme a determinação do artigo 165 da Constituição Federal de 1988, é definido por leis de iniciativa do Poder Executivo aprovadas pelo Poder Legislativo no âmbito de cada esfera da federação. Nesse contexto, as leis orçamentárias (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) correspondem às legislações que estabelecem o planejamento do uso dos recursos para as diferentes políticas públicas.

O PPA possui a vigência de quatro anos e é responsável por estabelecer diretrizes, objetivos e metas estratégicas para a administração pública, da qual estão inclusas as despesas de capital, outras delas decorrentes e aquelas destinadas à programas de duração continuada. A LDO, de caráter anual, determina metas e prioridades da administração pública, diretrizes e metas de política fiscal, alterações na legislação tributária, política de aplicação em agências financeiras de fomento e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, fato que a torna uma espécie de “ponte” entre o PPA e a LOA. A LOA, por sua vez, tem a função de prever as receitas e fixar as despesas para o próximo ano da administração no que concerne às diferentes esferas (BRASIL, 1988, art. 165).

A transparência pública das leis orçamentárias está amparada em legislações como a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), a Lei da Transparência (2009) e a Lei de Acesso à Informação (2011), bem como em documentos como o Guia de implantação de Portal da Transparência (2013). Embora estando marcada por uma lógica de austeridade (SALVADOR, 2010), a Lei de Responsabilidade Fiscal iniciou a discussão sobre a transparência pública no Brasil ao elaborar um capítulo específico sobre o tema. Na Lei da Transparência, estabeleceu-se que as leis

1040

¹Discente de Graduação em Geografia e bolsista de Iniciação Científica na Universidade Federal do Paraná – PIBIC/Fundação Araucária. E-mail: larisuperchinski@outlook.com.

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, docente do Departamento de Planejamento e Administração Escolar na Universidade Federal do Paraná e coordenadora do Projeto de Pesquisa “Financiamento da Educação e Transparência Pública: análises a partir de um novo ciclo orçamentário”. E-mail: simonyrafaeli@hotmail.com.

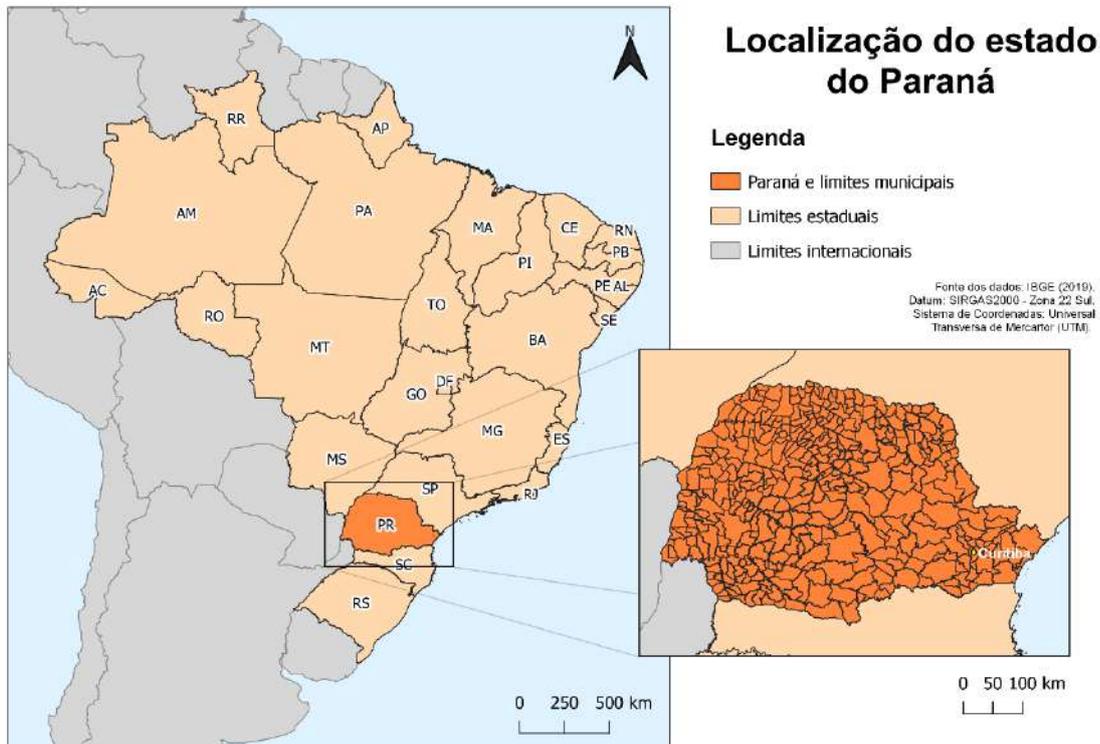
orçamentárias correspondem às ferramentas de transparência que devem possuir extensa divulgação, inclusive em canais eletrônicos, e definiu um prazo máximo, maio de 2013, para a disponibilização dessas informações por parte dos municípios. A Lei de Acesso à Informação estendeu as determinações da Lei da Transparência para a implementação dos instrumentos de transparência ativa dos entes federados na internet e enfatizou a obrigatoriedade da disponibilização das leis orçamentárias. Com o Guia de implantação de Portal da Transparência, publicado em abril de 2013, a Controladoria Geral da União divulgou recomendações para a elaboração de portais da transparência, definindo elementos obrigatórios e sugeridos, e compreendeu a divulgação das leis orçamentárias enquanto conteúdo obrigatório.

Apesar do aparato legal existente em defesa da obrigatoriedade de publicação dessas legislações nos portais da transparência, a concretização da transparência pública das leis orçamentárias está em função do comprometimento das entidades na disponibilização dessas informações e de sua facilidade de acesso pelos cidadãos. No que diz respeito a esse aspecto, o estudo realizado por Quirino (2018), no contexto dos portais da transparência do Poder Executivo dos 399 municípios do estado do Paraná, teve como objetivo analisar a publicidade dos dados relativos às leis orçamentárias do ciclo orçamentário de 2014-2017, assim como a inteligibilidade das informações disponibilizadas quanto às metas e prioridades para a educação. Dessa forma, foram avaliadas tanto a forma de disponibilização quanto o tipo de informações que eram apresentadas.

Procurando dar continuidade e ampliar os estudos que envolvem a relação entre financiamento da educação e transparência pública, o presente trabalho se baseou nos procedimentos realizados por Quirino (2018) e analisou as condições de acesso e de publicidade das leis orçamentárias, referentes ao ciclo orçamentário 2018-2021, para o contexto dos portais da transparência do Poder Executivo dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), capital do estado do Paraná (Figura 1).

1041



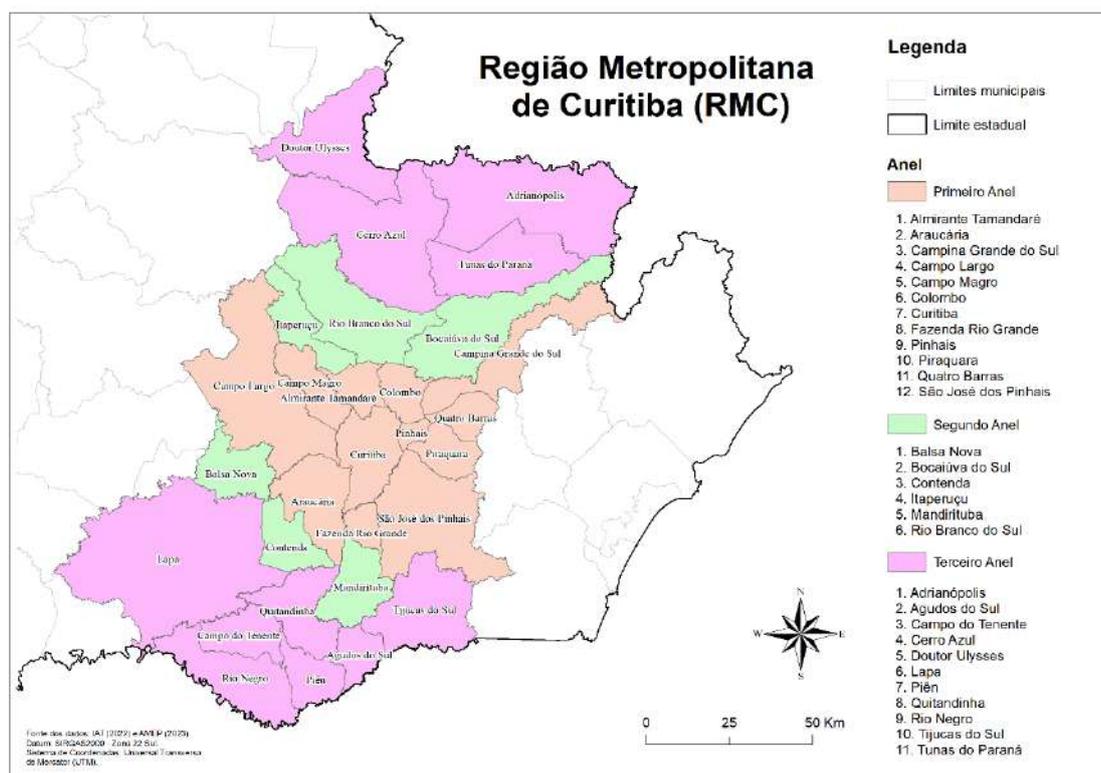


1042

Figura 1 – Mapa de localização do estado do Paraná. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), organizado pelas autoras.

Criada pela Lei Complementar Federal n.º 14/73, a Região Metropolitana de Curitiba (Figura 2) é atualmente constituída por 29 municípios e concentra 31,6% da população de todo o estado do Paraná (PARANÁ, s. d.). A partir de sua organização em anéis metropolitanos utilizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e elaborada para “identificar distintas relações entre os municípios” (NOJIMA; MOURA; SILVA, 2004, p. 2), verifica-se que o primeiro anel metropolitano corresponde à 41% dos municípios da RMC, sendo composto por 12 municípios (Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais). O segundo anel metropolitano corresponde à 21% dos municípios da RMC, compreendendo 6 municípios (Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba e Rio Branco do Sul). Já o terceiro anel metropolitano contabiliza 38% dos municípios da RMC, sendo constituído por 11 municípios (Adrianópolis, Agudos do Sul,

Campo do Tenente, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Piên, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná).



1043

Figura 2 – Mapa da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Fonte: Instituto Água e Terra – IAT (2022) e Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – AMEP (2023), organizado pelas autoras.

Objetivos gerais

- Analisar as condições de acesso;
- Analisar as condições de publicidade com foco na publicação do anexo com metas e prioridades para a educação;

No contexto dos portais da transparência do Poder Executivo dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) para as leis orçamentárias referentes ao ciclo orçamentário 2018-2021.

Metodologia

A pesquisa foi baseada na metodologia desenvolvida por Quirino (2018) e na realização de análise documental. Por análise documental, entende-se o “exame de materiais de natureza diversa”, dentre os quais se incluem documentos oficiais, a exemplo de legislações, e a partir do qual é possível estudar longos períodos de tempo de modo a identificar eventuais tendências no comportamento de um determinado fenômeno (GODOY, 1995, p. 21-22).

A coleta dos dados ocorreu nos portais da transparência do Poder Executivo dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, observando os dados referentes às leis orçamentárias do ciclo orçamentário 2018-2021. De modo a verificar o grau de facilidade de acesso às leis orçamentárias, a análise das condições de acesso avaliou se a identificação dessas leis se dava de forma direta ou indireta nos portais. Por forma direta de acesso, foi compreendida a situação em que a identificação das leis ocorria por meio de um *link* de acesso próprio/específico logo na página inicial. Já para a forma indireta de acesso, considerou-se os casos em que era necessário seguir outros caminhos, por meio de outros *links*, para encontrá-las.

Na análise das condições de publicidade, por sua vez, as informações disponibilizadas pelas publicações foram observadas quanto à disponibilização tanto do corpo das leis quanto do anexo que define as metas e as prioridades para a educação. Nesse processo, trabalhou-se com a seguinte classificação: informação completa (publicação dos dois documentos supracitados), informação parcial (ausência de um dos documentos de referência), informação com problemas técnicos ou erros (arquivos que não puderam ser abertos, como no caso de arquivos danificados ou com vírus, e que, ao serem clicados, redirecionavam para uma página de erro), ou sem informação (a não-publicação de qualquer arquivo). Posteriormente, os municípios tiveram seu panorama geral categorizado em publicação completa, publicação incompleta/parcial e nenhum documento publicado.

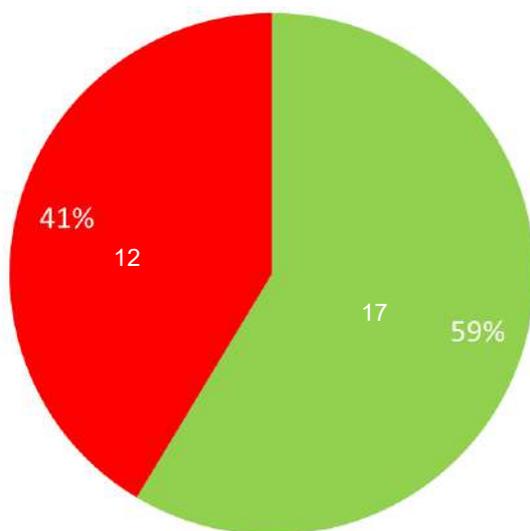
Para a análise dos resultados, os dados foram organizados levando em consideração a classificação dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba por anéis metropolitanos (conforme explicação na introdução).

Resultados

Para as condições de acesso às leis orçamentárias, do ciclo orçamentário 2018-2021, nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, a pesquisa encontrou que, dos 29 municípios, 17 (59%) apresentavam *links* específicos de acesso (Gráfico 1), sendo que, desses, em 6 foi necessário consultar outros *links* de maneira a obter as leis completas, isto é, com o corpo da lei e o anexo com as metas e prioridades para a educação. Nesse caso, cabe salientar que se trata de uma ação que depende da insistência do cidadão na busca pelas informações e não de um

processo automático proporcionado pelos portais, sendo necessário consultar outros caminhos além daquele indicado inicialmente.

Sem link
específico



Com link
específico

Gráfico 1 – Condições de acesso às leis orçamentárias nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba – Ciclo Orçamentário 2018-2021. Fonte: Portais da Transparência dos municípios analisados, dezembro de 2022. Organizado pelas autoras.

1045

Desdobrando essa análise por anéis metropolitanos, verificou-se que no primeiro anel metropolitano apenas 5 dos 12 municípios disponibilizavam as informações por meio de um *link* de acesso próprio, a saber: Almirante Tamandaré, Campo Magro, Fazenda Rio Grande, Piraquara e Quatro Barras (Quadro 1).

Nome do município	Leis orçamentárias estão disponíveis no portal da transparência por meio de um <i>link</i> de acesso próprio	Nome do <i>link</i> ou caminho para o acesso às leis orçamentárias no portal da transparência
Almirante Tamandaré	X	Plano Plurianual (PPA) e seus anexos; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA)
Araucária	—	Relatórios Legais → Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Plano Plurianual (PPA)
Campina Grande do Sul	—	Planejamento → PPA/LDO/LOA
Campo Largo	—	Relatórios Legais → LDO; LOA; Plano Plurianual (PPA)
Campo Magro	X	Lei Orçamentária
Colombo	—	Informações Financeiras, Contábeis e Administrativas, clique aqui → Relatórios Legais → Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Plano Plurianual (PPA)
Curitiba	—	Orçamentos → Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Orçamento Anual
Fazenda Rio Grande	X	Leis Orçamentárias LOA/LDO/PPA
Pinhais	—	Relatórios Legais → Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Plano Plurianual (PPA)
Piraquara	X	Planejamento (PPA/LDO/LOA)
Quatro Barras	X	Planejamento (PPA/LDO/LOA)
São José dos Pinhais	—	Legislação Municipal

1046

Quadro 1 – Passo a passo para acesso às leis orçamentárias nos municípios do Primeiro Anel Metropolitano de Curitiba – Ciclo Orçamentário 2018-2021. Fonte: Portais da Transparência dos municípios analisados, dezembro de 2022. Organizado pelas autoras.

No restante dos municípios as situações encontradas foram as mais diversas. Os municípios de Campina Grande do Sul, Colombo e Curitiba não contavam com um *link* de acesso próprio, porém, como atenuante, os *links* para o acesso às seções próprias das leis orçamentárias exprimiam relação com o tema, confiando e dependendo, contudo, da intuição do cidadão. Esses *links* são nominados por “Planejamento”, “Informações Financeiras, Contábeis e Administrativas” e “Orçamentos”. No caso de Araucária, Campo Largo e Pinhais, os *links* (“Relatórios Legais”) não apresentavam relação direta com o tema, e no município de São José dos Pinhais não havia lugar específico para a publicação das leis orçamentárias e seus anexos, sendo necessário realizar buscas individuais na seção reservada a toda legislação municipal. Tais situações comprometem a possibilidade de acesso aos dados na medida em que se tornam dependentes da decisão do cidadão em recorrer às seções mais amplas.

Para o segundo anel metropolitano, encontrou-se que, com exceção de Rio Branco do Sul, todos os municípios contavam com um *link* de acesso próprio para as leis orçamentárias (Quadro 2). Nos municípios de Balsa Nova e Itaperuçu, apesar de apresentarem um *link* de acesso próprio, foi necessário consultar outros *links* para a obtenção das leis completas, fato que pode afetar sua encontrabilidade.

Nome do município	Leis orçamentárias estão disponíveis no portal da transparência por meio de um <i>link</i> de acesso próprio	Nome do <i>link</i> ou caminho para o acesso às leis orçamentárias no portal da transparência
Balsa Nova	Sim, mas precisa ser complementado com outros <i>links</i>	PPA - Relatórios do Plano Plurianual (quadriênio); LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; LOA
Bocaiúva do Sul	X	Planejamento PPA/LDO/LOA
Contenda	X	Planejamento - PPA/LDO/LOA
Itaperuçu	Sim, mas precisa ser complementado com outros <i>links</i>	PPA Relatórios do Plano Plurianual (quadriênio); LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; Orçamento
Mandirituba	X	Leis Orçamentárias (PPA/LDO/LOA)
Rio Branco do Sul	—	Relatórios Legais → Plano Plurianual - PPA; Lei Orçamentária Anual - LOA; Lei Diretrizes Orçamentárias - LDO

1047

Quadro 2 – Passo a passo para acesso às leis orçamentárias nos municípios do Segundo Anel Metropolitano de Curitiba – Ciclo Orçamentário 2018-2021. Fonte: Portais da Transparência dos municípios analisados, dezembro de 2022. Organizado pelas autoras.

Para o terceiro anel metropolitano, foi possível constatar que Campo do Tenente, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Piên, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná possuíam um *link* de acesso próprio (Quadro 3). Os municípios de Adrianópolis e Agudos do Sul, apesar de não disponibilizarem um *link* de acesso próprio, apresentaram *links* relacionados ao tema, nominados por “Orçamento” e “Planejamento e Orçamento”, respectivamente. Tal situação, contudo, não se repetiu nos municípios de Lapa e Rio Negro que apresentaram *links* sem relação direta com o tema (“Relatórios Legais”). Em Campo do Tenente, Piên, Quitandinha e Tijucas do Sul a obtenção das leis completas demandou a consulta a *links* complementares.

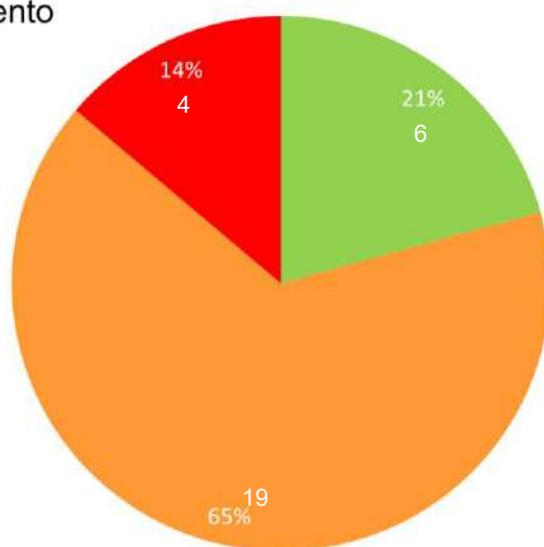
Nome do município	Leis orçamentárias estão disponíveis no portal da transparência por meio de um <i>link</i> de acesso próprio	Nome do <i>link</i> ou caminho para o acesso às leis orçamentárias no portal da transparência
Adrianópolis	—	Orçamento → Lei do Plano Pluri Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual
Agudos do Sul	—	Planejamento e Orçamento → Lei Orçamentária Anual - LOA; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; Plano Pluri Anual - PPA
Campo do Tenente	Sim, mas precisa ser complementado com outros <i>links</i>	PPA - Relatórios do Plano Plurianual (quadriênio); Orçamento; LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Cerro Azul	X	Leis Orçamentárias
Doutor Ulysses	X	Planejamento - PPA/LDO/LOA
Lapa	—	Relatórios Legais → Lei Diretrizes Orçamentárias - LDO; Lei Orçamentária Anual - LOA; Plano Plurianual - PPA
Piên	Sim, mas precisa ser complementado com outros <i>links</i>	PPA Relatórios do Plano Plurianual (quadriênio); LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; Orçamento
Quitandinha	Sim, mas precisa ser complementado com outros <i>links</i>	PPA - Relatórios do Plano Plurianual (quadriênio); Orçamento; LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Rio Negro	—	Relatórios Legais → Lei Diretrizes Orçamentárias - LDO; Lei Orçamentária Anual - LOA; Plano Plurianual - PPA
Tijucas do Sul	Sim, mas precisa ser complementado com outros <i>links</i>	PPA, LDO E LOA
Tunas do Paraná	X	Planejamento - PPA/LDO/LOA

1048

Quadro 3 – Passo a passo para acesso às leis orçamentárias nos municípios do Terceiro Anel Metropolitano de Curitiba – Ciclo Orçamentário 2018-2021. Fonte: Portais da Transparência dos municípios analisados, dezembro de 2022. Organizado pelas autoras.

Já para a análise das condições de publicidade das leis orçamentárias nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, o estudo verificou que a condição de publicação incompleta dos documentos foi predominante, com 19 municípios (65%) incluídos nesse cenário. Os municípios que publicaram todas as leis orçamentárias de modo completo totalizaram 21% (6 municípios), enquanto 14% (4 municípios) não publicaram nenhum documento referente ao ciclo analisado.

Nenhum documento
publicado



Publicações
completas

Publicações
incompletas

1049

Gráfico 2 – Condições de publicidade das leis orçamentárias nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba – Ciclo Orçamentário 2018-2021. Fonte: Portais da Transparência dos municípios analisados, dezembro de 2022. Organizado pelas autoras.

No panorama dos municípios do primeiro anel metropolitano, somente Colombo, Curitiba, Pinhais e Piraquara apresentaram o PPA e todas as LDOs e as LOAs do ciclo analisado completas, ou seja, tanto com o corpo da lei quanto com o anexo que define as metas e as prioridades para a educação (Quadro 4). Os demais municípios apresentaram os documentos de maneira parcial.

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Legislações analisadas	PPA 2018 2021	LDO 2018	LDO 2019	LDO 2020	LDO 2021	LOA 2018	LOA 2019	LOA 2020	LOA 2021
Nome do Município									
Almirante Tamandaré	X	-	Não apresenta os anexos de metas e prioridades	X	Não apresenta os anexos de metas e prioridades	-	X	X	X
Araucária	Disponibiliza apenas a lei de alteração	-	X	X	Disponibiliza apenas o corpo da lei	X	X	X	X
Campina Grande do Sul	Disponibiliza apenas a lei de alteração	X	Não apresenta os anexos de metas e prioridades	X	X	X	X	Apresenta os arquivos, mas quando clica aparece a mensagem de arquivo não encontrado (erro na página)	X
Campo Largo	Disponibiliza apenas os anexos	-	X	X	X	-	X	X	X
Campo Magro	X	Disponibiliza	X	X	X	X	X	X	X

1050

		apenas o corpo da lei							
Colombo	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Curitiba	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fazenda Rio Grande	X	-	X	X	X	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Documentos não abrem (arquivos danificados)	X	X
Pinhais	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Piraquara	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Quatro Barras	X	-	X	X	X	-	X	X	X
São José dos Pinhais	X	X	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza apenas o corpo da lei	-	-	-	-	Disponibiliza apenas o corpo da lei

1051

Quadro 4 – Condições de publicidade das leis orçamentárias nos municípios do Primeiro Anel Metropolitano de Curitiba – Ciclo Orçamentário 2018-2021. Fonte: Portais da Transparência dos municípios analisados, dezembro de 2022. Organizado pelas autoras.

Além da própria não publicação dos documentos, os principais problemas de publicidade constatados nesse anel foram a publicação de ora somente o corpo da lei, ora somente a lei de alteração e ora os anexos incompletos, sem um anexo que demonstrasse as metas e prioridades para a educação. Todas essas configurações impossibilitam o controle social dos recursos e das políticas para a educação, pois impedem o conhecimento do planejamento realizado, bem como o seu acompanhamento e fiscalização.

Para as condições de publicidade das leis orçamentárias no segundo anel metropolitano, verificou-se que somente Mandirituba disponibilizava o PPA e todas as LDOs e as LOAs do ciclo analisado completas. O município de Bocaiúva do Sul não apresentou qualquer documento referente ao ciclo orçamentário 2018-2021 (Quadro 5). Os principais problemas de publicidade encontrados nesse caso foram a publicação de ora somente o corpo da lei e ora somente os anexos.

Legislações analisadas	PPA 2018-2021	LDO 2018	LDO 2019	LDO 2020	LDO 2021	LOA 2018	LOA 2019	LOA 2020	LOA 2021
Nome do Município									
Balsa Nova	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	-	-	-	-
Bocaiuva do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contenda	X	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza apenas o corpo da lei	X	X	Não apresenta os anexos de metas e prioridades	Disponibiliza apenas o corpo da lei	X	X
Itaperuçu	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos
Mandirituba	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rio Branco do Sul	-	-	-	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza apenas o corpo da lei

1052

Quadro 5 – Condições de publicidade das leis orçamentárias nos municípios do Segundo Anel Metropolitano de Curitiba – Ciclo Orçamentário 2018-2021. Fonte: Portais da Transparência dos municípios analisados, dezembro de 2022. Organizado pelas autoras.

Na análise das condições de publicidade no terceiro anel metropolitano, observou-se que somente o município da Lapa publicou o PPA e todas as LDOs e as LOAs do ciclo analisado completas (Quadro 6). Por outro lado, Adrianópolis, Agudos do Sul e Tunas do Paraná não apresentaram nenhum documento para a legislação pesquisada. Os principais problemas de publicidade encontrados, mais uma vez, foram a publicação de ora somente o corpo da lei e ora somente os anexos.

Legislações analisadas	PPA 2018 - 2021	LDO 2018	LDO 2019	LDO 2020	LDO 2021	LOA 2018	LOA 2019	LOA 2020	LOA 2021
Nome do Município									
Adrianópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agudos do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campo do Tenente	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos	Disponibiliza apenas os anexos
Cerro Azul	Disponibiliza apenas o corpo da lei	-	Não apresenta os anexos de metas e prioridades	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza apenas o corpo da lei	-	X	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza arquivos de outro ano
Doutor Ulysses	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza apenas o corpo da lei	Disponibiliza apenas o corpo da lei	X	Disponibiliza apenas o corpo da lei				
Lapa	X	X	X	X	X	X	X	X	X

1053

Piên	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos
Quitandinha	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos
Rio Negro	X	Disponi biliza apenas o corpo da lei	X	Disponi biliza apenas o corpo da lei	X	Disponi biliza apenas o corpo da lei	X	Disponi biliza apenas o corpo da lei	Disponi biliza apenas o corpo da lei
Tijucas do Sul	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos	Disponi biliza apenas os anexos
Tunas do Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1054

Quadro 6 – Condições de publicidade das leis orçamentárias nos municípios do Terceiro Anel Metropolitano de Curitiba – Ciclo Orçamentário 2018-2021. Fonte: Portais da Transparência dos municípios analisados, dezembro de 2022. Organizado pelas autoras.

Conclusão

As análises desenvolvidas no presente trabalho expõem problemas referentes às condições de acesso e de publicidade das leis orçamentárias, do ciclo orçamentário 2018-2021, nos portais da transparência do Poder Executivo dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Embora a maioria dos municípios analisados tenha apresentado *links* específicos de acesso às leis, notáveis são as situações em que é preciso complementá-los por outros *links*, além da existência de um município que não possui uma seção própria para as leis orçamentárias.

Na análise por anéis metropolitanos foi possível verificar que nos três anéis constaram municípios sem *links* específicos, ao passo que somente no primeiro anel nenhum dos municípios que possuíam *links* próprios precisaram ser complementados. É também no primeiro anel, contudo, em que se localiza o município sem nenhuma seção própria para as leis orçamentárias.



As condições de publicidade chamam ainda mais atenção, uma vez que a publicidade incompleta das legislações foi predominante e, dentre os principais problemas verificados, consta exatamente a ausência do anexo que determina as metas e prioridades para a educação.

Para cada anel metropolitano, ainda que em todos existam exemplos de municípios com publicação completa, repete-se a predominância de publicação incompleta. Especificamente nos segundo e terceiro anéis constam municípios que não publicaram qualquer documento referente ao ciclo orçamentário analisado.

A existência de dificuldades de acesso e problemas na publicidade das leis orçamentárias revelam o descumprimento de normativas ligadas à execução da transparência pública. Nesse cenário, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade do acompanhamento e da fiscalização do planejamento de recursos e políticas públicas para a educação acaba por resultar no comprometimento do pleno exercício do controle social perante o orçamento público e suas políticas.

Dessa forma, ressalta-se a importância da apropriação das ferramentas de transparência pública pelos cidadãos, com destaque para a comunidade educacional nesse contexto, mediante seu acesso e a utilização dos dados disponibilizados. Somente a partir disso, o cidadão pode conhecer as condições de acesso e de publicidade dos dados e, conseqüentemente, posicionar-se de modo crítico e reivindicativo pela qualidade da transparência pública em diferentes esferas administrativas.

Referências

1055

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 de set. de 2023.

_____. Controladoria-geral da União. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **Guia de implantação de Portal da Transparência**. 2013. Disponível em: <<http://leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/guia-implantacao-portal-transparencia.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas



voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 15 mai. 2023.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 15 mai. 2023.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, São Paulo, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

NOJIMA, D.; MOURA; R.; SILVA; S. T. da. **Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba.** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Curitiba, 64 p., 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2023.

1056

PARANÁ. AMEP – Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná. **Sobre a RM de Curitiba.** Disponível em: <<https://www.amep.pr.gov.br/Pagina/Sobre-RM-de-Curitiba>>. Acesso em: 14 de out. de 2023.

QUIRINO, S. R. **Transparência pública e financiamento da educação: uma análise a partir das leis orçamentárias.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 226, 2018. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58318>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SUPERCHINSKI, L. F; QUIRINO, S. R. **Base de dados “Publicidade das leis orçamentárias dos municípios do estado do Paraná”.** 2023.



**DIREITOS CULTURAIS, MUSEUS E VALORIZAÇÃO
DA CULTURA ÉTNICA INDÍGENA
ESTUDO DE CASO: MUSEU CASA DE CULTURA PROFESSOR
GALENO EDGAR BRANDES (BARRA DO CORDA, MUNICÍPIO DA
AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE)**

Emilly Gabrielle de Oliveira Sousa¹

Eduardo Lima Sousa²

Síria Emerenciana Nepomuceno Borges³

Introdução

Legalmente no Brasil é assegurado o direito a cultura, cabendo ao Estado a função de garantir o pleno exercício dos direitos culturais, bem como o acesso às fontes da cultura nacional, por meio de incentivo e apoio a valorização e difusão das manifestações culturais respeitando a diversidade étnica, tal como cita o §1º Art. 215da CRFB/1988: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”

O texto constitucional reserva uma seção especialmente para tratar sobre a cultura, devido à complexidade em torno da diversidade cultural presente no território brasileiro. Por outro lado, é indiscutível que diante de um país tão diverso, fatores sociais, econômicos e ambientais perpetuam disparidades no exercício e reprodução das práticas culturais. Dessa forma, mesmo diante desses empecilhos as manifestações culturais de matriz afro-brasileiras, como a capoeira, carimbó, cacuriá; e indígenas como Toré, corrida com toras, festa da menina moça, (re)xistem como forma de afirmação étnica desses grupos.

Vale destaque, ao fato de que o termo “direitos culturais” é uma inovação na Carta Magna de 1988, não constando em outros institutos constitucionais. Segundo Filho (2018) a sua presença no plano jurídico deriva-se da segunda dimensão de direitos fundamentais, ou seja, dos direitos sociais, econômicos e culturais. De acordo com Lenza (2021), a segunda dimensão dos direitos

1057

¹ Graduanda do Curso de Direito pela Faculdade do Centro Maranhense – FCMA/UNICENTRO; Pesquisadora do Programa de Pesquisa Indígena – PPI/NIPE – UNICENTRO; emillysousx@gmail.com; orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1304-5181>

² Graduando do Curso de Direito pela Faculdade do Centro Maranhense – FCMA/UNICENTRO; Pesquisador do Programa de Pesquisa Indígena – PPI/NIPE – UNICENTRO; eduardosousa4757@gmail.com: orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7350-1879>

³ Professora Orientanda e pesquisadora do Programa de Pesquisa Indígena PPI/NIPE – UNICENTRO; siriaborges@gmail.com



fundamentais, emergem num contexto de efervescência no continente Europeu com o advindo da Revolução Industrial, no século XIX, se caracterizando como direitos de titularidade coletiva. Concomitantemente, Fernandes (2018) destaca que essa dimensão também surge como um desdobramento do Estado Social em contraposição aos movimentos e ideais antiliberais. Dessa forma, passam exigir do Estado uma atuação positiva, diretamente ligada a implementação de políticas públicas, e da efetivação de ações sociais, tais como: acesso a saúde, educação, trabalho, cultura, etc.

Em linhas gerais, é possível observar o tratamento minucioso que o texto constitucional dá aos direitos culturais em um plano de acesso, difusão, criação e de liberdade de expressão de tais prerrogativas. Nesse sentido, se a constituição prevê a relevância de assistir as manifestações culturais em um plano pluriétnico neste sentido os museus cumprem um importante papel na efetivação de tal perspectiva. Segundo Cury (2016),

[...] diversos grupos indígenas passam a procurar os museus etnográficos para ver, rever, conhecer ou (re)aprender técnicas, a partir de coleções de artefatos ou registros fotográficos dos seus povos no passado, gerando um movimento de reconhecimento institucional e apoio à preservação cultural indígena”. (CURY, 2016, p. 13).

A autora menciona a participação dos indígenas nas exposições “reformulando as narrativas e discursos” propiciando não só a aproximação entre os saberes tradicionais e a oralidade indígena, a população em geral, mas um impacto também aos “antropólogos e museus passam a requalificar as coleções indígenas outrora formadas, com a direta participação indígena na curadoria por meio de processos colaborativos/participativos.” (p. 13). Dessa forma, para além de ser um espaço de relevância histórica e etnográfica, os museus, conservam, documentam e difundem o patrimônio cultural indígena, além de servirem de base para pesquisas no campo da antropologia e linguística.

Além disso, segundo (VELTHEN; KUKAWKA; JOANY, 2017) “o patrimônio cultural funcionaria como um instrumento de requalificação de relações, até então assimétricas, para bases que considerariam e respeitariam as singularidades dos povos indígenas e das populações tradicionais.” (p. 737). Sob essa perspectiva, é possível notar um movimento em âmbito internacional, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) num viés mais sensível a respeito da preservação de patrimônios culturais de diferentes grupos étnicos, no plano nacional autarquias federais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além do Ministério da Cultura (MinC) tem se dedicado a preservação desses patrimônios.

É possível observar um movimento no plano de políticas equitativas de proteção ao patrimônio indígena. Os autores, ainda suscitam o papel do patrimônio cultural como uma ferramenta de luta e afirmação étnica dos povos indígenas “a gestão das identidades ameríndias está cada vez mais politizada e que, portanto, um dos principais papéis do patrimônio cultural é o de

converter-se em um recurso vital para os povos indígenas, nas demandas de políticas da diferença e do reconhecimento e também para uma distribuição equitativa de seus benefícios (GALLOIS, 2005; CARNEIRO DA CUNHA, 2012 *apud* VELTHEN; KUKAWKA; JOANY, 2017, p. 737) .

Recorrendo novamente a Cury (2016) os museus se apresentam

“[...] ora como espaço de luta e reivindicações e busca de reconhecimento, ora como espaço pedagógico associado à escola indígena e/ou para fortalecimento cultural para as relações internas e externas com não indígenas, os museus indígenas vêm ocupando de maneira irreversível uma posição.” (p. 14).

Todavia, mesmo diante da relevância dos museus etnográficos indígenas no Brasil, a autora destaca que “conhecemos pouco sobre as iniciativas participativas de indígenas em museus etnográficos, e menos ainda sobre museus indígenas” (p.14), segundo ela as “informações são esparsas”. Há um cenário de desafios complexos a ser percorrido para a efetivação dessas instituições.

Especificamente no Maranhão, espaços museológicos cumprem um importante papel, principalmente ao se constatar que o Estado é o terceiro do Nordeste com maior população indígena, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 o Maranhão possui 57.214 pessoas que se autodeclararam indígenas.

Outro aspecto relevante, é o longo histórico de violência perpetrado contra as populações indígenas no Brasil, e o papel dos espaços museológicos na reversão desse quadro. Dessa forma, emergem desse cenário uma série de disparidades sócio raciais e étnicas que perseguem os povos indígenas e a população negra no país. Almeida (2018, p. 15) elucida que “[...] o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea [...]”, sendo assim, a lógica etnocêntrica arbitra sobre os sentidos e significados das organizações contemporâneas e a própria lógica de funcionamento dos Estados, passando fundamentalmente pela estruturação da posição do europeu enquanto experiência universal da existência humana.

Segundo Everardo Rocha (1988), o “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência.” (1988, p. 05). O autor, ao conceituar etnocentrismo aponta para um longo processo de estranhamento na história da humanidade, ou melhor, a dificuldade de determinados grupos de lidar com o outro. Rocha ainda aponta para dois planos do etnocentrismo, “no plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.” (1988, p. 05). A partir do “sentimento e pensamento” são produzidas e impostas certas formas de lidar com outro, formas excludentes.

Nesse sentido, ao passo em que a cultura do colonizador muda, a forma de relatar a experiência com os povos originários vai se transformando radicalmente. Ao longo decurso do tempo, é possível identificar uma série de modificações nas interpretações e narrativas a respeito do “Novo Mundo”. Nos contatos do século XVI, os europeus que chegam nessas terras desconhecidas, tem um interesse em descrever com ar de fantasia, uma curiosidade de como esses outros podem ser tão distintos. Nessa perspectiva, a exemplo, do que é apresentado no livro "O diabo e a terra de Santa Cruz" (SOUZA, 2009), é possível identificar a contraposição entre duas visões de mundos distintas; as dos indígenas e a dos europeus. Portanto, o que materializava no imaginário europeu durante o período, ou seja, seus mitos e formas de explicar o que havia além dos continentes e oceanos conhecidos, partia de narrativas fantásticas que utilizavam de monstros e criaturas animais, além de paraísos exuberantes, para representar o “outro”. Com a chegada dos portugueses ao Brasil, esse ideário se apresentou de forma latente nos europeus, principalmente a partir do contato dos povos europeus com os nativos. Esse contato, gerou admiração, mas também espanto por parte dos europeus. O "sagrado" e o "profano" entram em contraposição, duas visões de mundo, duas organizações sociais e culturais distintas afloraram o maniqueísmo, que ao contrapasso que deixava os europeus extasiados com as belezas naturais e pelas riquezas naturais dessa "nova terra", gerava espanto no sentido de estarem interagindo com humanos com modos de agir, de se comportar e de se organizar socialmente de forma tão diferente ao modo de vida dos "países civilizados" europeus. Por outro lado, a partir do XVII surge um asco, ojeriza, um ódio a essa diferença. Nesse sentido, Rocha (1988) aponta que o grupo do “eu” faz, então, da sua visão a única possível ou, mais discretamente se for o caso, a melhor, a natural, a superior, a certa. O grupo do “outro” fica, nessa lógica, como sendo engraçado, absurdo, anormal ou ininteligível. Este processo resulta num considerável reforço da identidade do “nosso” grupo.” (ROCHA, 1988, p. 05). Esse processo de subjugação e hierarquização, remete a própria tentativa de entender as sociedades humanas, a partir de uma explicação da evolução das sociedades, é o caso do antropólogo Lewis Henry Morgan que em “A sociedade Antiga”, tenta concatenar uma ordem na Pré-história da humanidade, ou seja, estágios culturais, subdividido em três principais camadas: selvageria, as sociedades humanas dominam fogo e flecha; barbárie, domesticação de animais, cultivo de agricultura e domínio de metais; e civilização, descoberta da escrita. Essa teoria tem um problema ao ranquear as civilizações, e mais tarde essa interpretação antropológica vai servir para justificar os comportamentos de escravização, genocídio, colonização, racismo, etc. Esse unilinearismo histórico que era a teoria de Morgan, foi utilizado, como Rocha destaca para comprovar que “de qualquer forma, a sociedade do “eu” é a melhor, a superior. representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do “outro” é atrasada. E o espaço da natureza. São os selvagens, os bárbaros. São qualquer coisa menos humanos, pois, estes somos nós. O barbarismo evoca a confusão, a desarticulação, a desordem”. Assim, esse entendimento de que as sociedades saem

1060

de A e vão até C, e que A é melhor que B ou C, se solidifica no ideário desses povos, justamente como um esforço de afirmação de superioridade étnica, desconsiderando a complexidade das sociedades humanas.

Por outro lado, Boas (2009) já no século XIX, propõe uma abordagem mais humanista e do particularismo histórico, as sociedades estão configuradas de modo particular devido ao seu processo histórico interno ou externo, dessa forma não é possível estabelecer uma hierarquia entre elas. Com Boas (2009), surgem as primeiras bases no mundo da antropologia de que ao observar uma cultura é impossível realizar qualquer juízo de valor, porque é impossível observar uma cultura utilizando as mesmas lentes que são usadas para olhar para a cultura “predominante”, sendo assim, todo ponto de vista também é cultural. Almeida (2019), também sustenta que “no século XX, parte da antropologia constituiu-se a partir do esforço de demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos.”. Dessa forma, é possível notar uma quebra de paradigmas, e essa ideia surge na virada da antropologia da ciência do determinismo biológico e darwinismo social para uma ciência que visa compreender os seres humanos nas suas particularidades, dentro dos seus sistemas sociais, culturais e simbólicos específicos.

Em síntese, “a lógica do extermínio regulou, infinitas vezes, as relações entre a chamada “civilização ocidental” e as sociedades tribais.” (Rocha 1988; p 08). E a partir desse desconhecimento da cultura do “outro” negamos aquele mínimo de autonomia necessária para falar de si mesmo”. (ROCHA, 1988, p 08). Essa negação do “falar de si mesmo” omiti a possibilidade de revelação de horrores e intolerâncias pelos eventos de injustiça que as populações indígenas passam/passaram; expulsão e invasão de suas terras, e constantes episódios de discriminação, e isso aponta para a necessidade de rever a forma que os espaços museológicos assumem de modo que eles não sejam mais um vetor para apaziguar, ou melhor, para a reafirmação desse contexto de narrativas de injustiça e sua consequente perpetuação. Cury (2016), argumenta que “Educação e museu sempre estiveram interligados. Museu é uma instituição com função educacional”. Nesse sentido, é indispensável se atentar a essa dimensão justamente como um dispositivo de potencialidades para reverter narrativas etnocêntricas, como dizia Carolina Maria de Jesus “fui inducada de determinada forma”, e é justamente nessas formas de ser “inducadas” que se encontram os caminhos para se perceber que os saberes, tradições, formas de ver o mundo, falar e existir, que são marginalizados, também são válidos, e ainda mais, revelam toda a beleza da diversidade humana.

Por outro lado, é necessário que os espaços museológicos sejam espaços receptivos as vozes dos vulnerabilizados. Que sejam espaços mais sensíveis a interpretação Paulofreiriana do rompimento do “falar para nós” em direção ao “falar conosco”. Os indígenas têm muito a dizer, e a ensinar, principalmente no que se trata da representação e exposição de objetos e prática culturais. Nesse sentido, a Antropóloga Fabíola Andréa Silva, chama atenção para o fato de que

“é preciso ter claro, porém, que o que eles preservam não são objetos em si, mas as socialidades e saberes indígenas que eles materializam”.

A escuta é sobretudo um processo de resistência a um longo processo de silenciamento, de ausência e de apagamento. Segundo Rocha (1988), esse processo faz com que os indígenas “acabam representados pela ótica etnocêntrica e segundo as dinâmicas ideológicas de determinados momentos.”. Sendo assim, a escuta é um processo fundamentalmente de bases decoloniais. Segundo Cunha e Assy (2016):

Na temporalidade da emergência reside a tarefa conspícua de reconhecer que a memória da injustiça, sua narrativa, sua genealogia, se revela na voz do vulnerabilizado. O sujeito concreto que sofre injustiça precisa revelar a verdade de sua história, tendo em vista que a memória permanente da dor o condena a nada esquecer, não esquecer a lei da força que o vitimiza nem a longa história de opressão que “deve” eternizar. Esta é a própria condição de possibilidade que permite manter uma abertura contínua de possibilidade de revelação da injustiça. Uma revelação comprometida e operada pelos próprios sujeitos. A urgência da injustiça revela uma temporalidade que carrega a potencialidade de uma abertura sempre-presente de alcançar a justiça, que tem sido permanentemente negada aos vulneráveis. (CUNHA e ASSY, 2016, p. 205).

E com base nessa compreensão de Cunha e Assy (2016), é possível identificar a importância na escuta das vozes dos indígenas, não na possibilidade de dar voz, como narrador da história desses sujeitos que tiveram o direito de falar de si mesmo negado, mas como ouvinte daqueles que tem a muito sofrido com as injustiças nesse país.

Assim, o estudo apresenta uma abordagem que parte da representatividade cultural no acervo histórico do Museu Casa de Cultura Professor Galeno Edgar Brandes, a sua correlação ao dispositivo constitucional supracitado e os direitos de manifestação dos povos indígenas. Além da garantia aos direitos culturais, a preservação e difusão do patrimônio cultural. Ainda mais, ao se compreender as formas de expressão culturais, como caminhos frutíferos para remontar não só a uma história do “Eu” ou do “Outro”, mas como um caminho comum que respeite a diversidade cultural e étnica, e portando o direito à diferença.

Especificamente, em Barra do Corda - Maranhão, as populações indígenas, a Tenetehara Guajajara e Canela Ramkokamekrá, se veem envoltas de um denso véu de estigmas. Existe um longo histórico de contato entre os indígenas dessas duas etnias com a cidade Barra do Corda, existe um trânsito constante das aldeias para cidade, com o objetivo de fazer compras, trabalho e estudos. Por outro lado, esse contato trouxe severas epidemias de sarampo e outras enfermidades para os indígenas, ocorrendo mortes. Além disso há uma série de questões relativas à terra, principalmente em relação a Alto Alegre e o povoado de São Pedro dos Cacetes. Aos Guajaras, essa visão negativa, está especialmente relacionada ao fatídico episódio ocorrido em 1901, que ficou conhecido como “Massacre” de Alto Alegre, ou como pesquisadores no

campo da etnohistória passaram a nomear corretamente de “Conflito” de Alto Alegre (EVERTON, 2016). Tal acontecimento ficou marcado no imaginário social Cordino, pela morte de missionários religiosos assassinados por indígenas Tenetehara-Guajajara em um aldeamento religioso.

Dessa forma, dois pontos emergem e são relevantes para responder o ponto inicialmente suscitado, a unilateralidade dos relatos históricos e o que não foi dito pelos indígenas; e de que forma os museus são meios de efetivação de ações afirmativas que visam sanar dívidas históricas, e se moldam como espaços de enfrentamento ao preconceito. Assim, locais como o Museu Prof. Galeno, são espaços para se trabalhar, no caso do Conflito de Alto Alegre, com fulcro na decolonialidade, uma perspectiva que aponte que o etnocentrismo, o apagamento e supressão cultural, das divindades, e da organização social, bem como das práticas religiosas são tão violentas quanto a reação dos indígenas, toda via, não devem ser equiparadas, de tal modo que o conflito não deve ser lembrado como um exemplo da selvageria dos povos indígenas, mas do que a violência colonial, o etnocentrismo e a violação de tradições e organizações sociais que estão fora cosmovisão de mundo europeu e ocidental podem gerar.

Vale destaque o número de terras indígenas no Município, segundo o Anuário Estatístico do Brasil - IBGE, 1998, há presença de quatro terras indígenas demarcadas, todas dentro dos limites da jurisdição da Amazônia legal, sendo: Cana Brava Guajajara, com uma população de 3.924; Kanela – Buriti Velho, com uma população de 1.265; Porquinhos – Aldeia Chinelo, com uma população de 411; Rodeador, com uma população de 76 indígenas. É possível identificar, ao consultar dados mais recentes, um crescimento nesse contingente populacional nas terras indígenas no município e também nas imediações. Em relação a Cana Brava, a população em dados mais atuais é de 4.510; assim como as dos Porquinhos, 677; Porquinhos - dos Canela-Apãnjekra, 569; Kanela - Memortumré, 1.961; Kanela, 2.103 e Rodeador, 126. Na cidade a população de indígenas, segundo dados do IBGE, é de 5.552, em relação a população total do Município são 84.532, tendo uma proporção de indígenas na cidade de 6,57%.

A localização dentro dos limites geográficos da Amazônia Legal Maranhense, suscita uma série de questões, dentre estas a intensa presença de indígenas na área, como já foi citado, a grande biodiversidade da região que possibilitam a produção de artesanatos e objetos com diferentes matérias primas, e ao fato de que A Casa de Cultura Professor Galeno Edgar Brandes (CCPGEB), que é também um Museu (de História), é a única casa de cultura da Cidade de Barra do Corda. Nessa perspectiva, o Museu Prof. Galeno, cumpre um importante papel ao aproximar a história local do Município de Barra do Corda, Maranhão, e a etno-história das populações indígenas, Tenetehara-Guajajara e Canela (município fronteiriço, mas com relação histórica com Barra do Corda), que habitam a região desde tempos remotos.

O idealizador da Casa de Cultura, Prof. Galeno Brandes, inicia seu livro “Barra do Corda na História do Maranhão”, com um capítulo dedicado aos “aborígenes” onde remete a presença dos povos Guajajara e Canela na região, e as doenças, epidemias, conflitos e transferência de

suas terras que essas populações enfrentaram. O início do livro, se atentando a temática étnica é carregado de um simbolismo, que vai influenciar toda a idealização de organização do Museu. Segundo Brandes (1994) “outros motivos, como a metodologia catequética imposta pelos jesuítas, as pressões dos invasores holandeses, franceses e do colonizador português, o regime de escravatura a que estavam também submetidos, com a ausência de leis que os protegessem, outrossim forçaram decisivamente para que os silvícolas adentrassem pelos sertões e vales dos rios, à procura de terra para trabalhar e liberdade para viver”. Dessa forma, O vocabulário utilizado, “invasores”, “colonizador” e “liberdade de viver”, já exprimi uma posição no mundo, uma posição que entende o longo processo de expulsão e transferência forçada dos povos indígenas pelo território nacional. E esse entendimento, permiti, como Neusa Santos aponta, que uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo, no caso do Museu Prof. Galeno, de não só remontar a uma autonomia discursiva para contar a história de Barra do Corda, mas também, a possibilidade dos indígenas (re)construírem um discurso sobre si, que parta das suas próprias visões de mundo.

Objetivos gerais

Buscou-se num primeiro momento como objetivo, compreender como o acervo correlacionava história local e a história indígena; e num segundo momento, a aplicação de uma proposta de expografia que garantisse aos indígenas o direito de manifestar sua história em um espaço museológico.

1064

Metodologia

Utilizando-se de pesquisa do tipo aplicada e do recurso metodológico estudo de caso, a partir do Museu Casa de Cultura Prof. Edgar Galeno Brandes, localizado em Barra do Corda, município da Amazonia Legal Maranhense, com população indígena urbana em terras indígenas (Tis) Canela e Guajajara.

Resultados

Na primeira parte dos resultados, o estudo constatou-se que o Museu Prof. Edgar Brandes, embora incluísse em exposição objetos da cultura material indígena, particularmente do Povo Canela, o acervo estava disperso, sem cronologia e enredo museológico – misturados ao acervo de objetos de costumes sertanistas (populações oriundas do contato, geralmente miscigenados) ou estavam na “reserva técnica/casa de particular responsável pelo acervo” e, portanto, dessa forma, distante das prerrogativas legais de manifestação cultural plena. Na segunda parte, mais

prática, se organizou uma expografia privilegiado a cultura indígena Canela integrada a história local.

A organização se baseou na ideia de construir uma trajetória histórica, com o objetivo de relacionar o acervo com a expressividade da cultura Canela. Dessa forma, a primeira sala foi organizada de modo a apresentar a cultura indígena Canela com objetos associados a prática ritualísticas, guerra, ornamentais e musicais (Fotos 1, 2 e 3); seguindo o fluxo das salas de exposição, a cultura indígena Canela é correlacionada a cultura sertanista e dita como miscigenada.



1065

Foto 02: visão geral da expografia. Acervo: Museu Prof. Galeno.
Foto: Síría Borges

2023



JI Jornada
IC Internacional
EU de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



Foto 03: Máscara ritualística. Acervo: Museu Prof. Galeno.
Foto: Síría Borges

1066



Foto 03: Maracá, instrumento musical Canela. Acervo: Museu Prof. Galeno.
Foto: Síría Borges.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Duas ressalvas: a primeira é que os resultados ainda são parciais, pois há uma expectativa que no decorrer da organização geral do museu, outros objetos materiais, documentos e fotos possam endossar a ideia de realizar exposições permanentes e temporárias com a temática indígena Canela, tanto para apresentar traços de suas vivências primevas, quanto para representar aspectos históricos intercultural com os não-indígenas e indígenas de outras etnias. A segunda ressalva é sobre a seleção dos povos Canelas, maior parte do acervo indígena do museu, fato que encontra explicação pela maior proximidade antropológica que o pesquisador e Professor Galeno Edgar Brandes tinha com a Cultura Canela (Foto 4). Entretanto, acredita-se que na medida que se avance na formulação do inventário elementos materiais e documentais (documentos e fotos) sobre os indígenas Guajajara se revelem, sobre os quais terão o mesmo tratamento museológico dos Canela, respeitando, claro, as diferenças étnicas e culturais.



Foto 1: Prof. Galeno com indígenas Canela. Fernando Falcão.
Acesso: Museu Prof. Galeno

1067

Conclusão

O Museu Casa de Cultura Professor Galeno Edgar Brandes desempenha um papel estratégico na efetivação dos direitos culturais, respeitando a diversidade étnica e cultural da região. É responsável pela guarda, preservação e difusão de parte significativa de fontes culturais, inclusive dos povos indígenas Canela e Guajajara, sobre as quais repleta a identidade cultural não apenas da História de Barra do Corda, mas também do Centro geográfico do Maranhão.

É imperativo observar que os povos e as culturas indígenas foram subjugados a um processo de marginalização deliberada, tornando-os invisíveis e excluídos da representatividade cultural dos museus brasileiros, ou quando muito, guiados por uma mentalidade eurocêntrica, restrito a um recorte cronológico das origens do Brasil. Dessa constatação, verifica-se a urgência de incluir nos espaços museológicos a contribuição indígena para a história nacional e local, e por isso a motivação expográfica, de correlacionar, no caso particular do Museu Galeno, a cultura indígena também ao espaço dedicado a cultura sertanista – uma cultura intercultural ambivalente e conflitante que incluía também as interpretações dos conflitos interétnicos e outros motivados pela conquista territorial e catequizador.

Trazer a perspectiva da diversidade étnica em um Museu que se localiza dentro dos limites geográficos da Amazônia Maranhense, é tão somente assegurar o direito a cultura, pela garantia da sociedade conhecer sua própria história: o que aflora das produções culturais locais, das influências e diálogos interétnicos entre esses grupos, de perceber as práticas comuns, de descobrir formas de conhecer a si mesmo pelos olhos do outro. É a partir desses espaços de produção e promoção de bens culturais que se possibilita outras perspectivas de entender o mundo, de se enxergar o que há em volta.

A Constituição brasileira (1988) ao dispor sobre a proteção também resguarda os patrimônios materiais e imateriais, é a partir dessas lógicas que é possível pensar a forma que esses espaços museológicos, como o Museu Prof. Galeno, podem ser um meio para a memória dos diferentes grupos que compõe a História, e para que os povos indígenas narrem suas próprias histórias, relembrem seu passado, e celebrem sua ancestralidade.

Dessa forma, os direitos culturais e os museus têm muito a dialogar a respeito da promoção de espaços de valorização étnica da cultura indígena. De um lado, como meio de exercício de tais direito, por meio da utilização de instrumentos jurídicos que potencializem e orientem os caminhos a serem seguidos em relação a ampliação, fomento e defesa das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras; e por outro lado, como mecanismo de viabilização de abordagens cada vez mais plurais e que reconheçam a diversidade étnica na região do centro maranhense.

1068

Referências

ÁREAS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS. Disponível em: <http://www.zee.ma.gov.br/subsidio/html/indi.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BRANDES, Galeno Edgar. **Barra do Corda na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08 set. 2023.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COSTA, R. V. Cultura e patrimônio cultural na Constituição da República de 1988: a autonomia dos direitos culturais. **Revista CPC**, [S. l.], n. 6, p. 21-46, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15623>. Acesso em: 8 set. 2023.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades**. Edições Sesc SP, 2021.

CUNHA, José Ricardo; ASSY, Bethania. **O Sujeito de Injustiça Social: uma urgência epistêmica e ética**. In: _____ Teoria do direito e o sujeito de injustiça social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016. p. 193- 23.

CURY, Marília Xavier. **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. 2016.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional** / Bernardo Gonçalves Fernandes – 10. ed. – Salvador: JusPODIVM, 2018.

JORNAL O GLOBO. População que vive dentro de terras indígenas cresce mais de 40% nos últimos 12 anos no Maranhão, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/ma/maranhao/noticia/2023/08/07/populacao-que-vive-dentro-de-terras-indigenas-cresce-mais-de-40percent-nos-ultimos-12-anos-no-maranhao-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional** / Pedro Lenza. – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MORGAN, L. H. 2009 [1877]. “A sociedade antiga”. In Castro, Celso (org.). Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 41-65.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **“O que é etnocentrismo?”**, São Paulo: Brasiliense, 1988.

SAMPAIO, Alice Barboza; MENDONÇA, Elizabete de Castro. Democracia cultural, museu e patrimônio: relações para a garantia dos direitos culturais. **e-cadernos CES**, n. 30, 2018.

SOUZA, L. M. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa>>. Acesso em: 18 out. 2023.

VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, p. 735-748, 2017.

1070



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

AS PARTICULARIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE E OS RISCOS SOCIAIS DA SUPRESSÃO DA CAPACIDADE DO ESTADO PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Tiago da Silva Monteiro¹

Introdução

A América Latina é composta por vinte países com um histórico de colonização europeia e um longo período de exploração de mão de obra escravizada. Além desse mesmo contexto, os países que integram a região têm em comum o idioma originado do latim e a miscigenação entre indígenas, negros e europeus. A essa formação se juntam os sete países caribenhos que apresentam semelhante histórico sociocultural.

Com um território de cerca de 20 mil km² de extensão que se inicia no México seguindo até a Argentina no final do hemisfério Sul, A América Latina (A.L.) concentra riquezas naturais como a imensa floresta Amazônica e riquezas minerais como cobre, petróleo, ferro, lítio, entre outros itens essenciais para o desenvolvimento tecnológico e econômico. É também reconhecida pela larga produção de bens primários exportados para os países desenvolvidos ao redor do globo e como fonte de extração de valor de variadas formas por esses mesmos países.

Esse território rico em cultura e em recursos naturais e minerais é marcado pela desigualdade social e por fissuras democráticas ocorridas desde a declaração das primeiras independências devido a forte oposição aos movimentos revolucionários, às interferências externas e aos conflitos internos que geraram danos na democracia com profundas consequências sociais e econômicas.

A América Latina, em geral, é apresentada como uma região atrasada, com baixa produtividade e governantes corruptos, desconsiderando toda exploração colonial, escravização e desestabilizações ocorridas. Além disso, desconsidera-se que mesmo sendo independentes formalmente, a A.L. permanece subordinada às regras ditadas pelo centro econômico e com funções muito claras na divisão internacional do trabalho, organizadas de forma a preservar os interesses do centro hegemônico.

Este estudo pretende apresentar algumas particularidades constituintes do tipo de capitalismo que se desenvolve na A.L. visando demonstrar que, em função dessas particularidades, resguardar o papel do Estado quando ao desenvolvimento de políticas sociais se configura essencial para o bem-estar coletivo.

1071

¹ Aluno da graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Brasil. Email: tiagomonteiro@ufrj.br

Objetivos Geral

Apresentar a importância do Estado na condução de políticas sociais que colaboram para redução da desigualdade social.

Para desenvolver esse objetivo, serão operacionalizados três objetivos específicos:

- I. Apresentar o contexto de formação política, econômica e social do Brasil.
- II. Apresentar a importância do Estado para o desenvolvimento das políticas sociais.
- III. Indicar os riscos sociais quando o papel do Estado é reduzido para 'Estado mínimo'.

Método de Pesquisa

Estudar o desenvolvimento econômico e social da América Latina exige, em primeiro lugar, reconhecer seu contexto histórico a partir de sua própria realidade, apartando-se de modelos importados de outras realidades. Em segundo lugar, implica na escolha da via pela qual o pesquisador quer transitar, no sentido de obter artefatos que possam elucidar suas questões e explicar os fenômenos relevantes.

Osório (2004) aponta que para o estudo de fenômenos sociais é essencial conhecer trajetórias e por isso reforça a importância de recuperar contextos históricos de modo que aspectos relevantes para a pesquisa não permaneçam encobertos, sendo fundamental fazer as conexões internas, como nos ensinou Marx ao refutar conhecimentos que se descolam da realidade e que utilizam construções teóricas que não distinguem a aparência da essência.

A partir dessas orientações essa pesquisa do tipo descritiva visa ampliar o conhecimento sobre o capitalismo dependente, expondo as conjunturas que cercam os Estados da periferia econômica quanto a capacidade de desenvolvimento econômico e social, tendo como foco o Brasil. Foi selecionada a Teoria Marxista da Dependência (TMD), vertente da Teoria da Dependência que apresenta categorias que viabilizam o estudo de distintos elementos do sistema econômico para formar um quadro geral do contexto da América Latina.

Nesta fase da pesquisa documental, apresenta-se o contexto de formação política, econômica e social do Brasil, visando destacar as políticas sociais executadas especialmente após a Constituição Federal de 1988, a fim de demonstrar os progressos e os riscos sociais resultantes da ausência do Estado em período da história recente do país.

A pesquisa terá sequência para analisar o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e do governo Lula (2023-2026) e aprofundará a aplicação das categorias de análise da TMD observando as características dos projetos políticos no que se refere ao planejamento e execução das políticas para o desenvolvimento social.

1072

Contexto político, econômico e social do Brasil antes de 1888

O Brasil se tornou formalmente independente de Portugal em 1822, contudo a monarquia foi mantida e o Brasil império preservou os interesses das oligarquias escravagistas, o que explica o fato de o país ter sido o último das américas a abolir a escravidão (1888), como demonstra a Figura nº. 1.

Figura nº. 1 - Independência e abolição da escravidão na América Latina



1073

Fonte: Monteiro, 2022.

O algodão padrão exportação produzido no Maranhão e Pernambuco por pessoas escravizadas, abastecia ao mesmo tempo, toda indústria têxtil no epicentro do capitalismo: Inglaterra, França e Portugal (ARRUDA, 2008). Esses países dominaram a produção em escala, o mercado consumidor e as fontes de abastecimento. Suas elites exerciam forte influência sobre a oligarquia brasileira, o que obstaculizava ideais de modernização, seja em relação ao fim da escravidão, seja em relação a necessária mudança das prioridades de investimento, o que manteve a economia baseada em uma estrutura arcaica e voltada a agroexportação.

Após se tornar República, em 1889, o país seguiu comandado por militares até 1894 e depois por políticos liberais alinhados as mesmas elites internacionais, portanto, agindo para preservar esses interesses. Esse alinhamento entre as elites em detrimento do desenvolvimento do seu próprio país, é um dos aspectos das periferias econômicas.

Apesar desse cenário adverso para organização do setor industrial – já em fase de dominação monopolista pelos países centrais, o Brasil, a Argentina e o México conseguiram um bom nível de desenvolvimento em setores complexos. Bambilra (2015) elaborou uma tipologia dos países tomando por base a industrialização existente antes de 1945, indicando que entre 1900-1905 o setor industrial da Argentina e do México respondia por 18 e 14% do PIB daqueles países (2015, p.56), chamando atenção sobre o México dominar tecnologias avançadas no setor têxtil e siderúrgico, segmentos estratégicos para capitalismo industrial. No caso do Brasil, havia produção em escala industrial desde 1886, suprimindo 78% das demandas internas em 1904 (2015, p. 58). Além disso, o país entrava no século XX investindo em ciência para melhorar as condições de saúde da população e para acessar novos conhecimentos (MONTEIRO, 2022).

Contudo esses avanços não tiveram impactos estruturais e a grande mudança ocorreu durante ao final da primeira guerra, precisamente a partir da crise do capitalismo liberal com a quebra da bolsa de valores em 1929. Neste período, as potências voltaram a proteger suas indústrias e países da periferia tiveram mais autonomia para seu desenvolvimento interno. Brasil, México, Uruguai e a Argentina iniciaram projetos de desenvolvimento industrial adotando como estratégia a substituição de importações.

No caso do Brasil, adiciona-se o componente revolucionário de 1930. Liderado por Getúlio Vargas, o país implementou mudanças econômicas profundas nos segmentos da siderurgia, da energia e do petróleo (PEREIRA, 1975). No campo social, o maior acesso ao sistema de seguridade por parte dos trabalhadores, a universalização da educação até o nível secundário, a criação de regras para o mercado de trabalho público e privado, foram intervenções fundamentais para o progresso científico, tecnológico e industrial. Bambilra (2015) aponta que o governo de Getúlio, sobretudo o segundo mandato, assim como o de Cárdenas no México, de Batlle y Ordóñez no Uruguai, de Peron na Argentina e Alessandri no Chile cumpriram interesses nacionais.

Paradoxalmente, os EUA que até então era o melhor exemplo acabado de país que se tornou independente e soberano, fez forte oposição aos projetos de desenvolvimento nacional da América Latina, como salienta Santos (1998), o que resultou no golpe contra Vargas em 1954 e

contra Perón em 1955 (1998). A Argentina foi tomada por um brutal regime militar e o suicídio de Getúlio adiou o golpe no Brasil para 1964, quando os militares suspenderam o sistema democrático e ocuparam o poder por 21 anos até que uma crise econômica e política, se generalizou agudizando-se também a violência e a censura que colocou o povo nas ruas, forçando os militares a abrirem o regime para a redemocratização do país.

Os militares foram responsáveis pelo endividamento do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), pela redução nos níveis de renda dos trabalhadores e mesmo com entrada de mulheres e crianças no mercado de trabalho, a desigualdade aumentou. A crise só não foi mais aviltante, devido os investimentos em políticas sociais existentes. Estudos demonstraram que 'ficou destacado o papel decisivo desempenhado pelos investimentos na área social sobre o padrão de vida do brasileiro, atenuando os efeitos da crise e viabilizando o aumento de "direitos" de parcela expressiva da população' (OMETTO, FURTUOSO, SILVA, 1995, p.11).

As Políticas Sociais e o novo papel do Estado na sociedade

A conquista por direitos sociais é, ainda, uma novidade do século XX. Bobbio (2004) apresenta a trajetória da conquista de direitos, indicando que a primeira geração foi voltada para as questões dos direitos civis de liberdade e de propriedade privada, certamente porque essas eram as maiores demandas de parte da elite que dominava o sistema de poder. Depois, novos atores se organizaram, especialmente a classe trabalhadora durante a revolução industrial, surgindo a segunda geração que foram os direitos políticos de votar e de ser votado, independente da classe social, gênero ou qualquer outro requisito, criando-se o voto secreto e universal.

Após a Revolução Russa de 1917 uma nova concepção de direitos emerge. A ideia de que alguns bens são essenciais para dignidade humana se espalha pela Europa, mas não chega a ser implementada em sua totalidade em razão dos conflitos bélicos da primeira guerra, do nazismo e da segunda guerra. Mesmo assim a noção de que ninguém deveria ser destituído do direito à educação, saúde e moradia germina nas sociedades.

Após a devastação da segunda guerra mundial, essa noção surge como projeto político de reconstrução. A terceira geração de direitos, os direitos sociais, emerge definitivamente nos países capitalistas, principalmente para conter o avanço do ideal socialista predominante no Leste Europeu. Esses países realizaram mudanças estruturais associando as políticas econômicas com medidas de bem-estar social, reformando seus sistemas de seguridade social

Essa política denominada *Welfare State* -, conhecida no Brasil como seguridade social, passou a ser um padrão a ser seguido pelas nações democráticas a partir de 1950.

No Brasil, a luta pela universalização de bens essenciais como saúde, educação, moradia se tornou efervescente durante o processo de preparação de uma nova Constituição Federal. Grupos formados por intelectuais, profissionais da saúde, da educação, cientistas, estudantes e movimentos populares muito organizados conseguiram estabelecer uma nova relação na sociedade. A Constituição Federal

de 1988 determinou um conjunto de direitos aos cidadãos que implicou significativa ampliação da estrutura do Estado para realizar ações socialmente inéditas até o século XX (RODRIGUES, 2003).

O momento era de muita esperança para a América Latina como um todo que recuperava seus sistemas democráticos e no Brasil em particular, após aprovar uma Constituição voltada ao bem-estar social. Entretanto, a população elegeu projetos políticos dedicados a reduzir o papel social do Estado - Fernando Collor de Mello em 1989 e Fernando Henrique Cardoso em 1994.

Fernando Collor-, representante da oligarquia mais atrasada do país, não apenas evitou as providências para estruturar os novos direitos, como suspendeu benefícios elementares criados pelo governo anterior, como a política de fornecimento de leite para crianças pobres. Governou de 1990 até 1992 alinhado as determinações dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Esse curto mandato foi suficiente para realizar aberturas comerciais que desmontaram a indústria nacional e desestruturaram os setores de ciência e tecnologia (MONTEIRO, 2022). Após seu impeachment, ganhou as eleições o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

FHC -, um dos criadores da Teoria da Dependência Associada que defende que o desenvolvimento das economias periféricas deve ocorrer de forma alinhada e subjacente as economias centrais, governou por dois mandatos (1995 à 2002). Em 1994, como Ministro da Fazenda, FHC aderiu ao Plano Brady criado pelo Fundo Monetário Internacional, supostamente, para reestruturar a dívida externa dos países que se tornou praticamente impagável após elevação dos juros norte-americanos de 2 para 22% ao ano. O plano defendia a entrada de recursos estrangeiros e o país signatário estaria obrigado a tomar medidas para um 'mercado mais liberal'. Essas ações eram definidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que diziam respeito principalmente a redução do papel do Estado para ampliação da iniciativa privada e privatização de empresas que compunham o patrimônio desses países. Esse enquadramento dos Estados ficou conhecido como o "Consenso de Washington".

FHC executou as medidas, destacando-se a Reforma de Estado realizada em 1995 visando alcançar o ideal de 'Estado Mínimo', ampliando a abertura da economia, realizando privatizações e extinguindo empresas públicas e transferindo atividades do Estado para a iniciativa privada. Para viabilizar essas transferências foram criadas entidades jurídicas para execução indireta de atividades que antes era responsabilidade do Estado e passaram comercializar saúde, educação e cultura com lucros direcionados para a elite interna.

A terceirização também passou a ser empregada em maior escala, fazendo surgir muitas empresas especializadas apenas em gerir folha de pagamento, abrindo-se assim setores para a elite estrangeira.

Nesse contexto, o Estado que deveria ter sido estruturado para cumprir as novas responsabilidades impostas pela Constituição Federal, se conformou em uma nova esfera de circulação de bens e serviços privados, onerando ainda mais a sociedade com os custos de transação, sem que o aumento de qualidade e do acesso aos bens coletivos tenha sido registrado.

Próximo ao mandato, FHC criou a Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir da qual todos os entes públicos passaram a ter limites para contratação de pessoal. Com essa regra, a terceirização de serviços aumentou, o que implicou na precarização de salários e dos vínculos dos trabalhadores dedicados a executar as políticas públicas de saúde, educação, assistência, entre outras. FCH sucateou serviços essenciais para a população, sobretudo a parte mais vulnerável da população brasileira.

Um Estado social para reduzir a desigualdade

As oportunidades de desenvolvimento social são custeadas pela sociedade por meio de excedentes resultantes das políticas industriais, comerciais e tecnológicas (ICT), como descreve Chang (2004). Nos países do centro hegemônico, os excedentes gerados na ICT são reempregados para desenvolver o mercado interno e a garantir uma relação equilibrada entre oferta e consumo. Sendo um país com projetos social-democrata, parte desses excedentes são investidos em políticas sociais para o bem-estar coletivo.

A questão que se coloca é como obter os excedentes necessários, estando vinculado a um desenho na Divisão Internacional do Trabalho que deixa poucas margens de manobra para investimentos em bens coletivos?

A Teoria Marxista da Dependência desenvolvida por Ruy Mauro Marini (2000), Vânia Bambirra (2015) e Theotônio dos Santos (1998) demonstra que o capitalismo dependente gera contradições internas que dificultam o avanço das políticas industriais, comerciais e tecnológicas (ICT). Os autores baseados na formulação de centro e periferia de Raul Prebisch argumentam que na divisão internacional do trabalho o papel dos países de periferia é principalmente garantir a manutenção da acumulação de capital para os países centrais, descrevendo categorias que formam um quadro conceitual potente, qual seja: a transferência de valor da periferia para os países centrais, a superexploração da força de trabalho com a precarização de vínculos e o aumento da jornada do trabalhador, e a terceira categoria que é a cisão do ciclo de capital, que significa que nas periferias a massa de trabalhadores não tem poder aquisitivo para consumir o que produz (MARINI, 2000). Neste caso, a produção interna passa a ser irrelevante e os países periféricos passam a se dedicar a produção para exportação, fazendo com que o ciclo entre produção, circulação e consumo não ocorra da mesma forma que acontece nos países centrais. Nesse contexto, o país não consegue organizar um mercado interno, tampouco se projetar no cenário externo com vantagens competitivas reais. Os governos acabam abrindo mão de investir em ciência e tecnologia, tornando-se mais dependentes do que é produzido no centro, além do que as ocupações passam a ter menor qualidade e renda e se tornam mais sazonais.

Para reagir a esse contexto fora das vias revolucionárias, os governos voltados a projetos de soberania precisam criar alternativas desenvolvimentistas de conteúdo nacional. Com essa perspectiva foram eleitos quadros políticos na maioria dos países latinos nos anos 2000, tendo

1077

destaque Luiz Inácio Lula da Silva, operário nordestino, que após disputar e perder três vezes, ganhou as eleições e governou o Brasil entre 2002 e 2010.

Lula desde o período eleitoral se apresentava contrário ao projeto dos EUA que pretendia formar a ALCA, uma nova área livre comércio das américas (ALCA). Sua política externa foi focalizada no Mercosul e nos países africanos. Em 2006, mesmo antes da constituição formal do bloco, o Brasil incorporou o BRICS à política externa e apesar de Plano Brady ter validade até 2024, o Brasil fez a recompra antecipada em 2006, se livrando dessa amarra externa.

Do ponto de vista da política interna, o governo de Lula promoveu grandes mudanças estruturais, no setor industrial e na área social. Primeiro estruturou o Sistema Nacional de Inovação, fundamental para áreas do conhecimento como a ciência e a saúde, constituindo novos marcos legais e medidas de fomento para articular agentes públicos e privados, beneficiando a indústria nacional, as instituições de ciência e tecnologia e as universidades onde a maior parte do conhecimento científico é produzido.

Por meio de duas políticas-, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) -, financiamentos vultosos por parte do sistema financeiro público, em especial o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) viabilizaram projetos em setores estratégicos de bens de capital, software, semicondutores, insumos farmacêuticos e medicamentos, além de áreas de fronteira como biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis.

A política e os investimentos públicos visaram aumentar a participação do Brasil no mercado internacional, assim como fortalecer políticas internas voltadas ao bem-estar social, como o Sistema Único de Saúde que ficou menos vulnerável com a produção nacional de medicamentos e insumos.

Na área social, o combate à fome foi a prioridade. O Programa Fome Zero ficou reconhecido como uma política exitosa. O Sistema Único de Saúde finalmente teve suas bases reforçadas e vários insumos sofisticados passaram a ser produzidos no Brasil por meio das PDPs. Na educação, foram criadas 18 novas universidades federais, o que dobrou o número de vagas para o ensino superior, assim como o acesso foi facilitado por meio de provas nacionais e da implantação de cotas raciais e sociais. A moradia também fez parte das políticas sociais e com o programa Minha Casa Minha Vida milhões de brasileiros tiveram acesso a moradia. As cidades receberam recursos para mobilidade por meio do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC I e II).

Além dessas iniciativas, problemas crônicos foram enfrentados, como a escassez de água no Nordeste, realizando o projeto de transposição do Rio São Francisco para regiões do semiárido. A luz também chegou em várias cidades, facilitando a criação de pequenos negócios, a melhora de escolas e de unidades básicas de saúde.

De modo geral, os dados demonstram que governos que articularam políticas econômicas de desenvolvimento com políticas sociais foram mais efetivos quanto a melhora das condições de vida das pessoas. Brambilla e Cunha (2021) apontam que o percentual de pessoas pobres caiu

1078

de 27,9% em 2000 para 15,2% em 2010 e de extremamente pobres caiu de 12,48% para 6,62%, conforme os Censos dos anos 2000 e 2010.

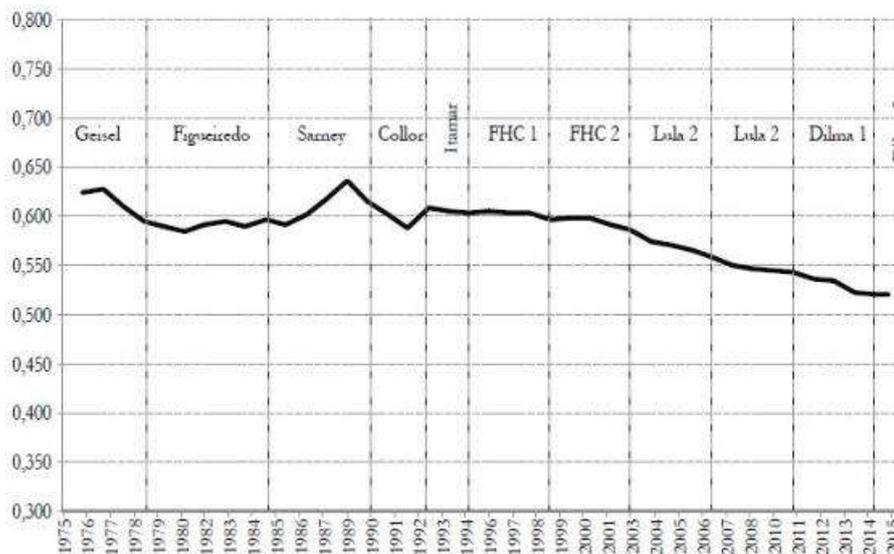
Os autores consideraram outras questões em relação ao combate à desigualdade, que além da renda, inclui outras privações materiais como a falta de moradia, a falta de acesso a saúde, educação e ao mercado de trabalho, indicando que a melhoria no mercado de trabalho com a criação de vagas formais e a criação do Programa Bolsa Família (PBF) colaboraram definitivamente para que as famílias apresentassem melhores condições de vida e suprissem carências que o mercado não supria. Chamam atenção para o fato de que o PBF representou apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), mas seu impacto contribuiu para reduzir a pobreza em 25% e a extrema pobreza em 15%.

Em 2010 a primeira mulher chegou a Presidência no Brasil, Dilma Rousseff – que foi responsável pela gestão dos PAC, ganhou as eleições e deu continuidade aos programas de investimentos do governo de Lula. Durante o governo de Dilma, o Brasil chegou ao pleno emprego e saiu do mapa da fome (FAO) em 2014.

Os dados a seguir, obtidos pela pesquisadora Arretche (2018) demonstram um conjunto de informações que comprovam que o Estado pode ser mais igual ou mais desigual a depender das opções políticas dos eleitores.

A Figura n.º 2 demonstra que a desigualdade caiu aceleradamente sob os governos do Partido dos Trabalhadores de Lula e de Dilma.

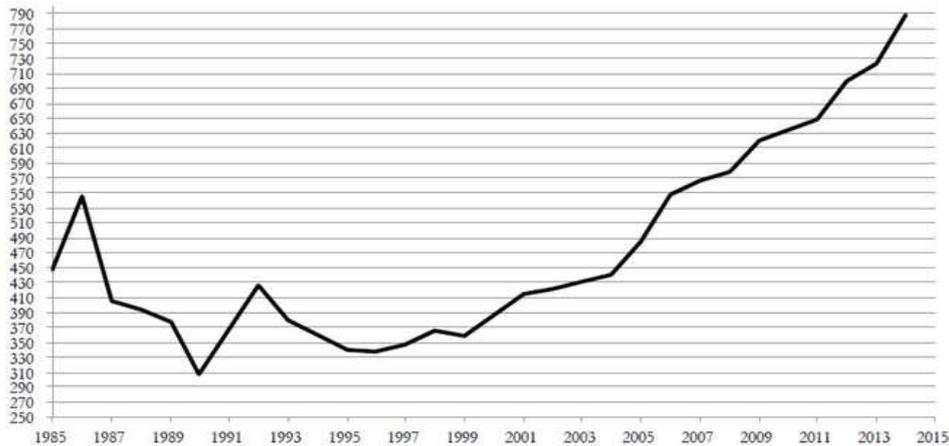
Figura n.º 2: Queda na desigualdade



Fonte: Arretche (2018)

Isto foi resultado da associação entre distribuição de renda com já apontado e da valorização do salário-mínimo, como demonstra a Figura n.º.3.

Figura n.º. 3: Valorização do salário-mínimo



Nota: Valor do salário mínimo, para setembro de cada ano, deflacionado para setembro de 2014.

Fonte: Ipeadata.

Fonte: Arretche (2018)

1080

Lula e Dilma não romperam com os marcos do neoliberalismo, cumpriram as metas fiscais e fizeram as concessões determinadas pelo centro hegemônico. Apesar disso, conseguiram melhorar as condições gerais da população brasileira, porque priorizaram o desenvolvimento econômico com inclusão social.

Direitos sociais e os limites para atuação dos Estados Dependentes

Em 2010 o Brasil sofria os efeitos da fraude financeira que ocorreu nos EUA 2007 e que arrastou o mundo para uma recessão prolongada com desdobramentos devastadores na zona do Euro e crises cambiais em todo o globo.

As crises, como ressalta Pierson (2001), são usadas pelos neoliberais para constranger e submeter os Estados a regimes fiscais rígidos, recomendando sempre a redução da despesa primária e discricionária - onde estão concentrados os recursos para as políticas sociais e foi exatamente o que aconteceu no Brasil. Dilma tomou diversas medidas anticíclicas, manteve a taxa de empregos formais como a mais elevada da história do país, mas sua popularidade foi



devastada por campanhas midiáticas que mobilizaram a opinião pública como forma de legitimar seu afastamento político.

Em 2016 Dilma Roussef foi deposta da Presidência sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade fiscal. Em seu lugar assumiu Michel Temer, vice-presidente e representante da elite brasileira.

Temer governou de agosto de 2016 à dezembro de 2018 e fez reformas que migraram da política neoliberal - em que atividades do Estado são transferidas para iniciativa privada, para um regime brutal de austeridade fiscal, em que o Estado praticamente deixa de ter função na sociedade.

Durante seu curto mandato, Temer fez uma reforma nas leis trabalhistas que flexibilizou os contratos de trabalho, tornando permitido remunerações abaixo do salário-mínimo e criando a figura dos trabalhadores intermitentes e por meio de uma alteração da Constituição Federal criou um teto de gastos, uma medida inédita até então e que passou permitir que Estado descumprisse as regras da Constituição Federal no que se refere a garantia dos direitos sociais, reduzindo despesas em áreas sensíveis como saúde e educação.

É neste ponto que o aspecto da dependência se encontra com as políticas sociais. Na vigência do liberalismo a questão era evitar a intervenção do Estado na economia, o que na era do neoliberalismo foi modificada para a substituição das funções do Estado para ampliar o espaço das atividades privadas na economia. Na novíssima dependência implanta-se regimes de austeridade fiscal para que o Estado seja apenas o garantidor da circulação do capital, este por sua vez, concentrado nos países hegemônicos.

Esse é o resultado esperado pelo Banco Central. No documento “Ajuste justo” elaborado em 2017, p n.11, o teto de gastos é uma iniciativa comemorada e a expectativa era a de que com a redução gradual e cumulativa de 0,6% dos gastos públicos ao ano, em cerca de dez anos, o Brasil chegaria a um corte cumulativo de 25% o que jogaria o país de volta aos anos 2000.

O que se assistiu no Brasil entre 2016 e 2018 foi o declínio da economia, o aumento da população de rua, da informalidade e do desemprego, da miséria. Conforme os dados do Observatório do Terceiro Setor (2018) a taxa de pessoas desempregadas passou de 6,4% 2014 para 12,6% e o Brasil voltou para o mapa da fome (RODRIGUES, 2023).

Luiz Inácio Lula da Silva foi preso e declarado inelegível praticamente 30 dias antes da eleição de 2018, o que facilitou a vitória de Jair Bolsonaro, político tradicional da extrema direita brasileira e adepto da ditadura militar.

Considerações finais

O liberalismo falhou, o neoliberalismo falhou, a austeridade, o desmonte do Estado e de sua capacidade de investimento, todos falharam com enormes custos econômico-sociais, sem que ninguém seja de fato responsabilizado sobretudo por desviar da garantia de direitos básicos da constituição que, se possuem um pilar fundamental, esse sem dúvidas é dos direitos humanos.

Mazzucato aponta que “ideologia da crise” é muito bem desenvolvida pelas elites, imprensa tradicional e sistema judiciário para transferir problemas causados no setor privado para o âmbito do Estado, o que ela chama de “socialização dos riscos e privatização dos benefícios” (2014, p. 56).

A autora ressalta que somente os Estados subservientes se submetem à essa retórica, o que podemos considerar como um fato incontestável no caso dos países de capitalismo dependente. Acusar governos populares de corruptos, levá-los as cordas para suprimir sua legitimidade e seus direitos políticos são dados da realidade da América Latina que procurou-se demonstrar.

Lula foi vítima de um dos maiores esquemas de *lanfare* perpetuado contra um agente político. Todas as provas apresentadas pela defesa de Lula foram ignoradas em todas as instâncias da justiça brasileira, até que não puderam mais continuar sendo ignoradas devido ao vazamento de um hacker que comprovou que promotor de justiça que acusava Lula e o juiz que julgava o caso, eram parceiros contra o réu. Sem provas da materialidade do crime de corrupção e com evidências da parcialidade do juiz – que inclusive se tornou Ministro de Bolsonaro, o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações de Lula e determinou sua liberdade em 2020.

Em 2022 Lula ganhou a eleição para Presidência do Brasil pela terceira vez com mais de 60 milhões de votos. Em 2023, a justiça brasileira reconheceu que Dilma Rousseff não cometeu os crimes de responsabilidade que justificara a retirada do seu mandato (JB, 2023).

Espera-se que Lula retome as políticas sociais abandonadas pela dupla Michel Temer-Jair Bolsonaro e que implemente uma nova agenda econômica e social potente não só para o Brasil, mas que influencie toda América Latina. Contudo, há de se compreender que até mesmo na mais rica democracia capitalista há desigualdades, como aponta Arretche (2018) ‘fato é que o Estado – qualquer Estado – é produtor de igualdade e de desigualdades simultaneamente, porque suas políticas atingem categorias diferentes de beneficiários e, principalmente, dimensões diferentes da vida de um mesmo indivíduo’ portanto, o que pode ser feito é uma melhoria da qualidade de vida da esmagadora maioria da população, tendo em vista a impossibilidade de satisfação da sua totalidade, essa apenas vai ser do interesse, e principalmente da capacidade, do Estado, que garante as condições próprias do acúmulo de capital e de desenvolvimento de economias, algo visto não apenas no Brasil de Vargas quanto nas grandes potências centrais, onde a intervenção do Estado foi fundamental, como nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha e na China.

1082

Referências

ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, p. e339613, 2018.



ARRUDA, José. J. A. Uma Colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808. Editora Edusc. São Paulo. 2008.

BAMBIRRA, Vânia O Capitalismo dependente latino-americano. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis. Insular. 3. Edição. 2015.

BRAMBILLA, M. A., CUNHA, M. S. Universidade Estadual de Maringá. Nova Economia Pobreza multidimensional no Brasil, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. v.31 n.3 p.869-898 2021

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Base de dados e publicações estatísticas (2023). Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es>. Acesso em 19.08.2023.

CHANG, Ha-Joo. Chutando a escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Tradução Luiz Antonio Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

JORNAL DO BRASIL. Ex-presidenta Dilma Rousseff é inocentada no caso das pedaladas fiscais que motivaram impeachment. 2023. Disponível em: <https://www.jb.com.br/brasil/politica/2023/08/1045532-ex-presidenta-dilma-rousseff-e-inocentada-no-caso-das-pedaladas-fiscais-que-motivaram-impeachment.html>. Acesso em 16 out 2023.

1083

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. 1974

_____. Dialética da dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Emir Sader (org.) Petrópolis. RJ: Vozes. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. 1ª edição. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MONTEIRO, Nercilene Santos da Silva. A inovação da saúde universal em um país capitalista dependente. 2022. 283 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55750>. Acessado em 07 out 2023.



OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Depois da reforma trabalhista, desemprego aumenta no Brasil (2018). Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/depois-da-reforma-trabalhista-desemprego-aumenta-no-brasil/>. Acesso em 16 out 2023.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. DA . Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. Revista de Saúde Pública, v. 29, n. 5, p. 403–414, out. 1995.

OSÓRIO, Jaime. Crítica de la economía vulgar: Reproduction del capital y dependencia. Editora Miguel Angel Porrua. 2004.

PEREIRA, Jesus S. Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: A luta pela emancipação, um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas a Medeiros Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 197 p.

PIERSON, Paul. Coping with permanent austerity. Welfare state restructuring in affluent democracies. The new politics of the welfare state. Oxford Univerty Press, 2001.

RODRIGUES, Paulo H.A. Apocalipse não: O Estado do bem-estar social sobrevive à onda neoliberal. (Cap. 4). Tese de doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. Rio de Janeiro, 2003.

RODRIGUES, A. R.; KAUCHAKJE, S.; OLIVEIRA, F. H. DE. Mapas, fome e planejamento territorial. Revista Katálysis, v. 26, n. 1, p. 32–42, 2023.

SANTOS, Theotônio. A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas. In:

_____.SEGRERAS, Francisco L., El Reto de la Globalización. Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos. Caracas, CRESALC-UNESCO, 1998. 198 p.

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL DO CALÇADÃO DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BAHIA

Nathalie Oliveira de Souza¹
Eduarda Pinheiro Barbosa da Silva²
Erik Eduardo Honorio Pereira³
Silmayko Gomes da Silva⁴
Odair Barbosa de Moraes⁵

Introdução

O debate acerca da acessibilidade tem ganhado espaço ao longo dos anos, trazendo para discussão tanto questões relacionadas ao ambiente construído, quanto aos demais serviços ofertados à população. Com relação ao ambiente construído, tanto a arquitetura quanto a engenharia têm se apoiado em alguns princípios básicos como forma, estética e funcionalidade, na arquitetura, e economia, construtibilidade e racionalização de recursos, na engenharia. Tais princípios, por muitas vezes levaram a produção de um espaço excludente, o que vem sendo discutido mais recentemente com os debates sobre inclusão e sustentabilidade. Especificamente para este trabalho, quando desenvolvemos espaços que não levem em consideração a diversidade de pessoas e suas barreiras, estamos excluindo as pessoas que possuem alguma mobilidade reduzida ou deficiência, dificultando o direito de ir e vir e conviver de forma justa em sociedade em todos os espaços.

1085

A acessibilidade e sustentabilidade urbana, segundo Borges (2014), caminham juntas. Segundo o autor, para termos uma sociedade sustentável torna-se necessário o exercício da democracia, da participação e dos direitos humanos. Para isso, o acesso de todas as pessoas em todos os espaços de forma inclusiva, é um dos pilares fundamentais. Fica ainda mais clara essa relação peculiar entre a acessibilidade e sustentabilidade quando nos conscientizamos que a deficiência, seja ela permanente ou momentânea, é inerente à vida humana. Como exemplo temos o envelhecimento natural, que aos poucos, limita nossas capacidades sensoriais e motoras. Reforçando essa ideia, Torquato (2015) afirma que a acessibilidade representa o quarto pilar fundamental para sociedades verdadeiramente sustentáveis, juntamente com os pilares básicos: econômico, social e ambiental.

¹ Afiliação: Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Email: nathalie.souza@delmiro.ufal.br

² Afiliação: Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Email: eduarda.silva@delmiro.ufal.br

³ Afiliação: Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Email: erik.pereira@arapiraca.ufal.br

⁴ Afiliação: Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Email: silmayko.silva@delmiro.ufal.br

⁵ Professor: Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão – Email: odair.moraes@delmiro.ufal.br



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Historicamente, a sociedade brasileira tem sido negligente com as questões de acessibilidade. Mesmo sendo amplamente discutido, quando a falta de inclusão não faz parte do cotidiano do indivíduo, algumas pessoas não tratam o tema com a devida importância. De acordo com Landim (2010) a acessibilidade era vista restritamente para o alcance e utilização dos espaços apenas visando pessoas com algum tipo de deficiência. No entanto, esse conceito foi ampliado e estendido para toda uma população, determinando parâmetros que visem a uma melhor qualidade de vida. Com isso, o conceito de Desenho Universal, foi pensado para atender em sua totalidade ampla diversidade de usuários. O Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, descreve o desenho universal como uma concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

Para termos uma ideia da magnitude dessa população excluída, o Relatório Mundial da Saúde (2011), demonstra os dados da Pesquisa Mundial de Saúde (World Health Survey) em 2008, estimando que aproximadamente 785 milhões de pessoas (15,6%) com 15 anos ou mais vivem com alguma forma de deficiência, enquanto a Global Burden of Disease estimava algo em torno de 975 milhões de pessoas (19,4%). Em 2021, a Organização Mundial da Saúde (OMS), estimou esse número em cerca de 1,3 bilhão de pessoas, ou seja, aproximadamente 16% da população mundial (World Health Organization, 2022).

De acordo com o Relatório Mundial da Saúde (2011), a acessibilidade de pessoas com deficiência, por muito tempo foi considerada um tabu e geralmente foi tratada como de responsabilidade única e exclusiva do estado, cujas ações em centros de tratamento especializados não permitiam sequer a inclusão das pessoas nos meios sociais de convivência. Com a crescente discussão e luta pelos direitos das pessoas com deficiência, o percentual de pessoas com deficiência não pode ser tratado como referente a uma minoria, sendo que a deficiência não afeta apenas o indivíduo, mas também a família ao longo de sua vida. Nesse contexto, espera-se que, de alguma forma, o debate acerca da acessibilidade ganhe mais atenção e traga alguma melhoria para todas essas pessoas que precisam de espaços mais democráticos e inclusivos. É importante que os espaços sejam eles privados ou públicos atendam a todos, garantindo a independência do indivíduo, favorecendo a inclusão e tornando o nosso espaço mais acessível, trazendo assim qualidade de vida para todos, independente da sua condição.

Trazer a discussão de acessibilidade para o meio acadêmico é extremamente necessário e atual, pois grandes transformações são iniciadas nesse meio. A engenharia transforma os meios urbanos, uma obra bem planejada e executada é essencial para garantir a acessibilidade. Atender a acessibilidade é fornecer uma qualidade de vidas para todos os usuários, sem exceções.

Neste sentido, este presente trabalho, teve como objetivo analisar as inconformidades e limitações de acessibilidade encontradas no meio público do calçadão do município de Paulo Afonso – BA, observando se há o cumprimento das normas e a sua utilização correta, a verificação dos espaços foi feita baseado nas recomendações da NBR 9050:2020.

1086

Objetivos gerais

- Estabelecer um marco teórico e conceitual acerca da acessibilidade espacial no Brasil;
- Identificar inconformidades segundo a ABNT NBR 9050:2020 no espaço físico do Calçadão da Avenida Getúlio Vargas em Paulo Afonso - BA;
- Propor diretrizes e sugestões de melhorias para o espaço analisado.

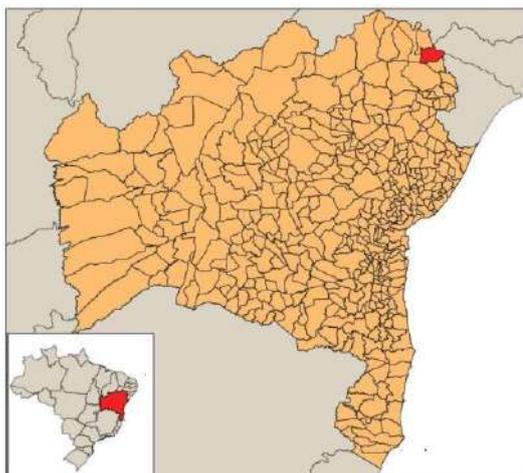
Metologia, materiais e métodos

Caracterização do objeto de estudo

O local analisado é o Calçadão Getúlio Vargas, localizado na cidade de Paulo Afonso – BA, possui 12.544 m² de área, sendo atualmente um espaço centralizado e comercial representada no mapa abaixo (Figura 1). A cidade é localizada ao norte do estado, no sertão baiano, à margem do rio São Francisco, fazendo divisa com os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, próxima dos municípios de Glória-BA, Delmiro Gouveia-AL e Santa Brígida-BA. Paulo Afonso possui uma área de 1.544,388 km² e uma população estimada de 119.213 pessoas (IBGE, 2021). Dados do censo do IBGE de 2010 apontam que a cidade possui cerca de 30 mil pessoas com algum tipo de deficiência (auditiva, mental, motora ou visual), representando aproximadamente 30% da população do município na época (IBGE, 2010).

1087

Figura 1 – Mapa de localização da cidade de Paulo Afonso



Fonte: Autores, 2023



Levantamento de dados

Para analisar a acessibilidade do local, em princípio foi feito um levantamento exploratório para analisar a área e observar os problemas encontrados no calçada, com o levantamento do mobiliário urbano por toda área. Devido a sua grande área e heterogeneidade do uso do espaço do calçada foi dividido em 4 subáreas:

- 1– Quiosques;
- 2– Estabelecimentos e quiosques;
- 3– Estabelecimentos (Área intermediária);
- 4– Praça, monumento e área de convivência.

Estas subáreas podem ser visualizadas na Figura 2.

Figura 2 – Divisão do espaço em subáreas



1088

Fonte: Autores, 2023

Para auxiliar na análise da acessibilidade do local quanto a NBR 9050:2020, foi feito um *checklist* e aplicado para cada subárea, apontando as conformidades ou não-conformidades na acessibilidade segundo a norma. O *checklist* foi dividido entre os pontos que seriam analisados (calçadas, guias, estacionamento, semáforo, entre outros) e os itens da NBR 9050:2020 que estabelecem os critérios e os parâmetros a serem analisado no respectivo ponto. O levantamento

foi feito de maneira visual e precisa. Simultaneamente ao preenchimento do *checklist*, foi realizado registro fotográfico dos problemas identificados por toda a área de estudo.

Tratamento e análise dos resultados

Os dados levantados foram sistematizados em mapas e tabelas e analisados de forma a apontar quais são as inconformidades presentes segundo as exigências da norma da ABNT 9050 e quais dificuldades o usuário terá ao transitar pelo espaço.

A análise destes dados serviu de base para a construção de um diagnóstico de cada subárea com a análise do mobiliário urbano e sua situação de conformidade ou não- conformidade. A partir desta análise foram discutidas diretrizes gerais de intervenção no referido espaço.

Resultados

Subárea 1 – Quiosques

Esta subárea é composta em sua maioria por quiosques do POP Shopping da cidade, um comércio popular composto por autônomos com venda de produtos variados. A seção está localizada logo no início do calçadão, possui rampas, guias de acesso, estacionamento e bastante arborização. Em todo o espaço não foi verificado a existência de piso tátil direcional ou sinalização de alerta. Os quiosques são de atendimento ao balcão e todos possuem uma altura de 1,20 metros, tornando o atendimento inacessível para os cadeirantes.

1089

Subárea 2 – Estabelecimentos e quiosques

A subárea 2 possui um estacionamento sendo que não há nenhuma vaga reservada para PcD ou idosos, o piso está danificado em vários trechos, como pode ser visualizado na Figura 3, tornando-se um obstáculo para a circulação de PcD. Não foi observado nenhuma sinalização tátil.

Figura 3 – Piso danificado



Fonte: Autores, 2023

Subárea 3 – Estabelecimentos

Esta subárea possui várias irregularidades no espaço de circulação. Foram detectados problemas mais acentuados comparado aos encontrados nas demais subáreas, por exemplo: rampas não conformes e, em alguns casos mais graves, sendo impossível fazer o uso da mesma, como mostrado na Figura 4.

1090

Figura 4 - Rampa inacessível



Fonte: Autores, 2023

Na área de circulação livre foi encontrada uma árvore inconforme com o item 8.8 da NBR 9050:2020, tornando-se um obstáculo (Figura 5). O item 8.8 afirma que a vegetação não deve afetar o piso com suas raízes e deve estar fora da área de circulação livre.

Figura 5 - Árvore de obstáculo na faixa livre



1091

Fonte: Autores, 2023

Subárea – Praça, monumento e área de convivência

A subárea 4 possui um monumento e é o espaço com maior área livre de todo o calçadão. Esta subárea dispõe de um maior número de rampas e rebaixes entre a faixa de serviço e a livre (Figura 6), ainda mais se comparado com as demais subáreas do calçadão.

Figura 6 - Rebaixos dos quiosques



Fonte: Autores, 2023

Também é identificado um ponto de ônibus intermunicipal (Figura 7), para embarque e desembarque do ônibus coletivo da cidade. Pode-se observar que o espaço destinado é apenas um vão, com coberta em estrutura metálica, não dispondo de assento, de placas de sinalização e tendo a faixa amarela no meio-fio como única sinalização encontrada. Também não é sinalizado com um módulo de referência (M.R.) no espaço do ponto de ônibus. Na Figura 7 também é possível observar um rebaixa na calçada que não se encontra conforme as normas, não possuindo as dimensões mínimas, sem as abas laterais e sem a devida sinalização.

1092

Figura 7 - Ponto de ônibus intermunicipal



Fonte: Autores, 2023

Análise quali-quantitativa da acessibilidade no calçada

Após a visita exploratória, procedeu-se ao levantamento detalhado dos aspectos relacionados à acessibilidade do calçada, utilizando de *checklist* para cada subárea. Foram levantadas as quantidades do mobiliário urbano, juntamente com os demais itens, como: estabelecimentos, rampas, árvores (Tabela 1) e analisado a situação atual desses componentes no Calçada. Em caso de não conformidade com os parâmetros da acessibilidade, será explicitado os motivos verificados, utilizando fotos como demonstração.

Pavimentação - O calçada é revestido em sua maior parte de piso em pedra portuguesa. Apesar de ser muito durável e com alta resistência para tráfego de pedestre, uma das características da pedra portuguesa é ser antiderrapante, mas suas pedras podem causar trepidação para cadeirantes e atrapalhar os pedestres, além de que a falta de manutenção e sinalização também é um problema por todo piso. Outro tipo de revestimento encontrado são os pisos intertravados, principalmente na área de alguns quiosques. Por serem mais recentes, encontram-se mais regulares que as áreas revestidas com a pedra portuguesa. E, em alguns casos excepcionais, o próprio estabelecimento instala seu próprio revestimento de piso. Durante toda a extensão do calçada é possível notar desníveis acima do permitido, preconizado no item tal da NBR 9050:2020, a qual estabelece uma tolerância de até 5 mm.

Componentes do calçada - A Tabela 1 abaixo apresenta os componentes do calçada, separado em mobiliário urbano e seus demais itens (árvores, estabelecimentos, rampas), e a sua respectiva quantidade levantadas in-loco:

1093

Tabela 1 - Descrição do mobiliário urbano

Descrição	Total
Mobiliário urbano	
Assentos públicos	26
Lixeiras	16
Postes	7
Semáforos	3
Iluminação	28
Caixas de inspeção	40
Placas	18
Demais componentes	
Pontos de ônibus	1
Monumentos	1
Estabelecimentos	34
Quiosques	26
Rampas	18
Rebaixe	10
Estacionamento	1
Árvores	64

1094

Fonte: Autores, 2023

Na Figura 8 abaixo, são mostrados alguns itens mapeados do Calçada por meio do software QGIS: rampas, rebaixes de calçada, estacionamentos, e itens como vegetação, postes e obstáculos, que se encontram na área de circulação livre.

Figura 8- Mapeamento de itens do calçadão



1095

Fonte: Autores, 2023

Rampas - Das 18 rampas levantadas no calçadão, nenhuma se encontra em conformidade com a NBR 9050:2020. As rampas ultrapassam a inclinação máxima descrito em norma, todas estão com a inclinação acima de 8,33% e em 14 das 18 rampas a largura é menor que a mínima recomendável de 1,20 m. Na Tabela 2 é demonstrado as medidas levantadas de todas as rampas de acesso no Calçadão, estando marcadas de vermelho as dimensões que estão inconforme as recomendações da NBR 9050:2020.

Tabela 2 - Medidas das rampas dispostas no calçada

Rampa	C (cm)	H (cm)	L (cm)	i (%)
R1	90	22	84	24%
R2	80	10	86	13%
R3	70	15	70	21%
R4	105	33	88	31%
R5	60	20	87	33%
R6	120	28	98	23%
R7	100	18	100	18%
R8	110	22	105	20%
R9	125	33	104	26%
R10	68	20	70	29%
R11	200	30	89	15%
R12	65	10	345	15%
R13	127	20	195	16%
R14	145	15	150	10%
R15	170	30	112	18%
R16	155	19	190	12%
R17	70	20	96	29%
R18	280	45	98	16%

1096

Fonte: Autores, 2023

Rebaixamento da calçada - O rebaixamento da calçada é disposto em muitos pontos ao longo de todo perímetro do calçada. Na Figura 9 é demonstrado um caso que o rebaixamento não é sinalizado corretamente, não dispondo das medidas adequadas, estando não-conforme a seção 5 da NBR 9050:2020, que trata das sinalizações necessárias, a guia deve estar com a sinalização visual e tátil, e com as abas nas laterais.

Figura 9 – Rebaixe da calçada com inconformidades



Fonte: Autores, 2023

Semáforos - Os semáforos para pedestres não possuem sinais sonoros, visuais e vibratórios característicos, de localização, advertência e instrução, de forma a contribuir a independência de pessoas com deficiência visual.

Caixas de inspeção - As caixas de inspeção também são um grande problema. São encontradas algumas com a tampa acima do nível do piso, fora do ressalto permitido conforme os itens 6.3.5 e 6.3.6. da NBR 9050:2020, necessitando de manutenção, como mostrado na Figura 10.

1097

Figura 10 - Tapa de caixa de inspeção danificada



Fonte: Autores, 2023

Lixeira - Das 16 encontradas apenas uma tem coleta seletiva para destinar o descarte correto do lixo. Ainda é possível ver que algumas lixeiras estão danificadas, soltas, quebradas ou jogadas ao chão. Em sua maioria estão fora da área de circulação, estando num local acessível e visível. Com altura que permite o alcance de pessoas em cadeira de rodas (P.C.R.), conforme a seção 4 da NBR 9050:2020 que determina os parâmetros antropométricos.

1098

Assentos públicos - O calçadão dispõe de vários assentos públicos, estão nivelados com piso e são feitos de pré-moldados de concreto, ambos com 40 cm de altura na parte frontal do assento, medindo conforme a NBR 9050:2020. Foram recentemente revitalizados e encontrados na sua grande maioria pintados.

Postes - A maior parte dos postes encontram-se nas faixas de serviço e na faixa de acesso aos estabelecimentos, com exceção de alguns pequenos postes de iluminação que estão entre os quiosques, no entanto, na faixa de transição também foi encontrado poste de energia como obstáculo e não sinalizado (Figura 11).

Figura 11- Poste na faixa livre



Fonte: Autores, 2023

Sinalização

Uma grande falha do local é a sua sinalização, o Calçadão carece tanto no aspecto visual, como tátil de sinalização. As poucas sinalizações visuais encontradas precisam ser revitalizadas, ou trocadas, no caso de algumas placas já apagadas, o caso mais grave é a ausência de sinalização tátil no Calçadão, não alertando sobre os obstáculos, não dispondo em nenhum local de todo o espaço mapeado do Calçadão.

Piso tátil - O local não dispõe de nenhuma sinalização tátil em sua área conforme o item 5.4.6.3 da NBR 9050:2020, a ausência do piso de sinalização tátil e visual no piso, impossibilita o tráfego seguro de pessoas com deficiência visual, tornando-a não adequada para todos.

Travessia de pedestres - A região possui quatro travessias de pedestres, sinalizadas com rebaixamento da calçada e todas dispõem semáforos de pedestres, porém, eles não emitem sinais visuais e sonoros. A sinalização horizontal ainda é perceptível, no entanto, encontra-se bem apagada, como mostrado na Figura 12.

1099

Figura 12 - Faixa de pedestre com o rebaixo do meio-fio



Fonte: Autores, 2023

Análise geral e recomendações

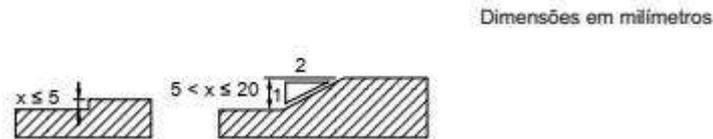
A partir da visita in loco, do registro de imagens e do checklist utilizado, foi possível realizar o diagnóstico das barreiras arquitetônicas encontradas e relacioná-las com os parâmetros da NBR 9050:2020.

Por toda a área do calçadão identificou-se graves problemas acerca da acessibilidade pública do local. O espaço em diversos pontos da sua extensão possui áreas bastante danificadas, tornando a locomoção desconfortável para pessoas que possuem mobilidade reduzida ou pessoas com deficiências, como também, para pessoas que não possuem problemas de mobilidade. No Calçadão muitos trechos possuem o piso danificado, necessitam de reparos em toda região, afim de garantir a acessibilidade e a segurança.

Os batentes que foram identificados que estão desconforme a norma devem ser avaliados seguindo o item 6.3.4 da NBR 9050:2020, onde descreve que qualquer desnível deve ser evitado em rotas acessíveis, em eventuais casos, o desnível deve ter até 5 mm para dispensar tratamento (Figura 13). Em casos superiores entre 5 mm e 20 mm, devem possuir uma inclinação máxima de 1:2.

1100

Figura 13 - Tratamento de desníveis



Fonte: NBR 9050, 2020

Em toda a área há ausência de sinalização tátil e visual, não sinalizando mudanças de direção, possíveis obstáculos e identificação de travessias. Os obstáculos devem ter sinalização por todo seu perímetro afim de alertar e principalmente evitar acidentes. A guia de rebaixamento deve atender as medidas de inclinação e apresentar as abas de rebaixe, também respeitando a inclinação máxima.

No ponto de parada de ônibus também não há sinalização tátil, nem módulo de referência. A NBR 9050:2020 exemplifica em imagens a disposição correta da sinalização tátil nos pontos de ônibus em calçada.

As rampas de acesso de todo os estabelecimentos do calçadão não se encontram conforme a NBR 9050:2020. Considera-se rampas, as superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5%. Ao realizar o seu dimensionamento deve-se respeitar os limites máximos de inclinação, desníveis a serem vencidos e número máximo de segmentos.

Respeitando a equação da inclinação das rampas, expresso por:

$$i = h / C \cdot 100$$

i = inclinação expressa em porcentagem (%);

h = altura do desnível;

c = comprimento da projeção horizontal.

Conclusão

Todo o cidadão deve ter garantido seu direito e ir e vir com a devida segurança e conforto, quando falamos de acessibilidade em espaços públicos, estamos tratando de necessidades reais de pessoas com deficiência. Diante disso, há a necessidade desses espaços serem inclusivos e diversificados. A presença de obstáculos e danificações em locais públicos, como nas calçadas, não podem ser negligenciados pela gestão pública. Atualmente, mesmo com o debate mais frequente e reforçado comparado há 20 anos, as questões de acessibilidade são muitas vezes

1101

tratadas com indiligência. Apesar desse tema ser tão estudado, as ações não estão ocorrendo como deveriam e poderiam.

O calçadão é uma construção dos anos 80 e é comum que após algum tempo construções comecem a apresentar uma necessidade de manutenção e reforma. A área do estudo é um espaço antigo, sofreu alterações impostas ao longo do tempo, com a instalação de vários estabelecimentos não planejados, essa adaptação não-natural, acabou tornando o espaço fora do que foi pensado no início. As diretrizes normativas foram se modificando ao longo dos anos e o Calçadão não se adaptou com essas mudanças, tornando-se um local não inclusivo e incômodo até para indivíduos que não possuem problemas de mobilidade.

Evidencia-se, portanto, que o espaço em sua grande maioria precisa de reparos e adaptações urgentes para atender as dimensões mínimas de acessibilidade. Espera-se que com futuras reformas ou construções, seja realizado um projeto de acessibilidade planejado de forma responsável, pois será muito mais fácil e menos custoso aos órgãos públicos planejar e executar, ao invés de adaptarem futuramente aos parâmetros acessíveis para todas as pessoas conseguirem locomover-se nos espaços de forma usual e acessível. Essa etapa exige bastante planejamento para que seja avaliado de forma precisa e que traga resultados concretos para a população.

Referências

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050:2020**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT. 2020. 147 p.

1102

BAHIA. **Decreto nº 12.521 de 21 de dezembro de 2010**. Regulamenta o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - PEDPCD, instrumento destinado a orientar as ações do Governo da Bahia na execução da Política Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência, de acordo com os eixos orientadores, ações e linhas de ação estabelecida, Casa Civil, Salvador, 2010.

BORGES, J. A. **Sustentabilidade e Acessibilidade Educação Ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas!**. In: COÊLHO, M. V. Prefácio. Ceilândia: Dino, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, Senado Federal, Brasília, 2005.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Espaço público e acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP - Espaço e tempo**, São Paulo: USP, ed. 15, ano 2004, p. 21-37, Semestral.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO 2010**. [S.l.]. IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 2022 ago 2022.

KUR, P. S. **ESTUDO PRELIMINAR DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPUS RIO VERDE**. Orientador: Prof. Ma. Bruna Oliveira Campos. 2019. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Civil, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Rio Verde - GO, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/539/3/TCC%20Priscila%20Kur.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022

LANDIM, C. B. P. **AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS EM FORTALEZA**. Orientador: Profa. Dra. CHENIA ROCHA FIGUEIREDO. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de ARQUITETURA E URBANISMO, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, 2011.

THE GLOBAL BURDEN OF DISEASE: 2004 update. Geneva, World Health Organization, 2008

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. Relatório Mundial sobre a eficiência. Tradução: Lexicus Serviços. 1 ed. Malta: WHO, 2011. 344p. Título original: World report on disability. ISBN: 978-85-64047-020. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 22 ago. 2022.

1103



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

LA PRÁCTICA REFLEXIVA EN LA RESIDENCIA DOCENTE DE PROFESORES UNIVERSITARIOS DE FÍSICA

Cecilia Biggio¹
Guillermo Cutrera²
Gisele Medel³

Introducción

Los modos en que un sujeto aprende Física y las estrategias docentes para acompañar dicho aprendizaje, constituyen temas en permanente investigación dadas las dificultades con las que se enfrentan los alumnos al estudiar esta disciplina (MOREIRA, 2002). En este trabajo dirigimos la atención a las prácticas de enseñanza que desarrollan futuros docentes de física durante su formación inicial. Desde una perspectiva cualitativa, proponemos describir las reflexiones de un futuro docente universitarios de física sobre sus prácticas de enseñanza alrededor del tema “circuitos eléctricos” en la escuela secundaria.

El estudio sobre la enseñanza de circuitos eléctricos ha sido recuperado en diferentes investigaciones (OSORIO, OSORIO, MEJÍA CAMPILLO y COVALEDA, 2015), que centraron la atención en (a) las ideas previas de los estudiantes en la educación secundaria (VARELA, DEL CAMPO y FAVIERES, 1988, DE POSADA, 1997); (b) en las prácticas de argumentación (CAMPOS, TECPAN y ZABALA, 2021); (c) los circuitos eléctricos como contenido para aprendizaje basado en problemas (BECERRA RODRÍGUEZ, 2014); (d) el estudio de la importancia del empleo de simuladores (COLLAZO Y MARTÍNEZ, 2020; PÉREZ MARTÍNEZ, RAMOS GUARDARRAMA, RODRÍGUEZ VALDÉS, SANTOS BARANDA y LÓPEZ COLLAZO, 2022), entre otros. Estas investigaciones, en general, plantean la implementación de propuestas didácticas, para evaluar los resultados de los aprendizajes en prácticas de enseñanza durante el ejercicio profesional. Son comparativamente escasas las investigaciones que, centradas en la enseñanza de circuitos eléctricos, colocan su atención en la práctica durante la formación inicial y, en particular, durante la Residencia Docente. A su vez, y en una instancia posterior de análisis, son aún menos frecuentes las investigaciones centradas en cómo los futuros profesores de Física reflexionan sobre sus

1104

¹ Jefe de Trabajos Prácticos en el Departamento de Educación Científica de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, Universidad Nacional de Mar del Plata. cbiggio@mdp.edu.ar

² Profesor en el Departamento de Educación Científica de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, Universidad Nacional de Mar del Plata. gcutrera@mdp.edu.ar

³ Jefe de Trabajos Prácticos en el Departamento de Educación Científica de la Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, Universidad Nacional de Mar del Plata. gmedel@mdp.edu.ar

práticas de enseñanza durante la enseñanza centrada en circuitos eléctricos. En esta delimitación dada por la instancia de formación inicial y las prácticas reflexivas a partir del trabajo con circuitos eléctricos se inscribe el presente trabajo.

La Residencia y la Práctica reflexiva

En este trabajo, se asume a la Residencia como un dispositivo para la formación docente, de carácter complejo, donde se enfrenta al residente a situaciones similares a las de su futura profesión (EDELSTEIN, 2015). Durante la Residencia los futuros docentes interaccionan con tutores, pares, docentes a cargo de los cursos y estudiantes, en los contextos de la institución formadora e institución destino. Estos distintos actores participan en la formación y en la socialización profesional del residente. En este sentido, las experiencias basadas en el campo, usualmente llevadas a cabo en aulas de escuelas destino, constituyen, para ZEICHNER (1985), el periodo de mayor relevancia durante la preparación profesional de los futuros docentes. Estas instancias se inscriben en el Practicum que se delimita a partir de los momentos formativos que se desarrollan fuera de la institución académica, en nuestro caso, la Universidad, e integrados en el Plan de Estudios (ZABALZA BERAZA, 2013).

SANMAMED y ABELEDO (2011) sostienen que el Practicum, además de constituir una ocasión para el aprendizaje sobre qué, cómo y cuándo enseñar por parte de un futuro docente, representa una oportunidad para el análisis del conocimiento que se produce en la enseñanza. Esto es así, porque permite una aproximación a la práctica en la que el futuro profesor puede disponer de un amplio conjunto de apoyos que facilitan la reflexión en cuanto a práctica social (ZEICHNER, 1993), por medio de la conversación y reflexión conjunta. De esta manera, la Residencia Docente se configura como un momento privilegiado en la formación inicial docente para interrelacionar teoría y práctica, utilizar y reformular lo aprendido a través de la reflexión (RODGERS y LABOSKEY, 2016).

Los dispositivos reflexivos con los que se enfrenten los futuros docentes durante su residencia les permitirán contrastar y reelaborar sus teorías, en contacto directo con la acción profesional. En esta relación, la idea de un profesional reflexivo considera que el docente debe desempeñar una posición activa en la formulación de sus objetivos y sus estrategias de enseñanza, Si bien el análisis de las reflexiones docentes (en la formación inicial y en servicio) ha sido investigado extensamente, el diario de clase ha sido el dispositivo privilegiado en este tipo de análisis. En este trabajo, los análisis de los futuros profesores sobre sus intervenciones en el aula se promueven desde un dispositivo centrado en la investigación sobre la práctica. Este dispositivo implica la construcción de un objeto de estudio a partir de problemáticas didácticas emergentes durante las clases. En este sentido, a través de esta investigación, se pretende contribuir a la discusión relacionada a cómo promover la práctica reflexiva durante la formación inicial, en este caso, a partir del análisis de situaciones problemáticas de enseñanza consideradas

1105

como relevantes para los futuros docentes. Estas situaciones, elegidas, formuladas y problematizadas por los residentes son utilizadas en el contexto de un dispositivo de escritura reflexiva que permite recuperar eventos a través de las transcripciones de las clases y de videos de clases.

Simuladores para la enseñanza de la explicación en las aulas de ciencias

El uso de simuladores en la enseñanza de las ciencias, y específicamente en la enseñanza de la Física, ha demostrado ser una herramienta efectiva para mejorar el aprendizaje y la comprensión de los conceptos científicos (SÁNCHEZ y SÁNCHEZ-N, 2020). Los simuladores computacionales permiten a los estudiantes interactuar con modelos virtuales que representan fenómenos físicos y experimentar con ellos de manera segura y controlada (FEITOSA y LAVOR, 2020). En particular, en las aulas de física, las simulaciones ofrecen un recurso que puede facilitar la enseñanza y los aprendizajes de procesos, por ejemplo, a partir de la identificación y el control de variables y de la lectura e interpretación de procesos desde diferentes niveles de interpretación de la materia (CABERO, 2008; BOHIGAS, NOVELL y JAÉN, 2006). En este trabajo se analizan las reflexiones del residente a partir de sus prácticas de enseñanza contextualizadas en el empleo de los simuladores para la construcción de explicaciones científicas escolares. La explicación en las aulas de ciencia implica relacionar aspectos observables y mensurables de un determinado sistema en análisis, con entidades que se crean por medio del discurso teórico de las ciencias y que pertenecen al dominio conceptual. MOJE, PEEK-BROWN, SUTHERLAND, MARX, BLUMENFELD Y KRAJCIK (2004) sostienen que la explicación científica, debe ser enseñada en las aulas de ciencia. Estas consideraciones, referidas a la importancia de las intervenciones docentes durante el trabajo con los simuladores, recuperan la relevancia de los procesos reflexivos en las prácticas de enseñanza y, en particular, durante la formación docente inicial.

1106

Objetivo general

Estudiar cómo los residentes reflexionan sobre la construcción de explicaciones científicas centradas en la enseñanza del tema “circuitos eléctricos”.

Metodología

Esta investigación se desarrolló bajo una perspectiva interpretativa, con una metodología cualitativa centrada en un estudio instrumental de casos (STAKE, 2005). El caso seleccionado correspondió a un futuro profesor de física durante sus prácticas de enseñanza como parte de

su Residencia docente, dentro de la asignatura Práctica de la Enseñanza II del Profesorado en Física, perteneciente a una Facultad de Ciencias Exactas y Naturales de Argentina.

El contexto de la investigación

La asignatura Práctica de la Enseñanza II se encuentra en el último tramo del plan de estudio de la carrera, dentro del trayecto de la práctica docente. En ella se pretende que los estudiantes se inicien en las prácticas de la enseñanza, que se organizan en instancias de observaciones de campo, breves intervenciones de apoyo a las tareas del docente del curso; y la Residencia, periodo durante el cual se hacen cargo durante un periodo determinado del dictado de clases a grupos de estudiantes. Como parte de su residencia, el caso en estudio, diseñó, implementó y analizó una secuencia didáctica de cuatro clases alrededor del contenido Circuitos eléctricos, para la asignatura Fisicoquímica, en una escuela de educación secundaria de la Provincia de Buenos Aires.

Para la primera clase de la secuencia, el residente se había propuesto abordar (a) el armado de un circuito resistivo simple; (b) la identificación y función de cada uno de los componentes (fuente, cables, interruptor, lámpara) y del circuito en general; (c) una primera aproximación a la conceptualización de las magnitudes eléctricas a partir su relación con la energía; y (d) un acercamiento a la representación de circuitos, a través de un dibujo del circuito que armarían los estudiantes con los elementos disponibles (cables, foco, pilas).

Para el resto de las clases el futuro profesor proyectó profundizar en la representación de circuitos y, principalmente, ahondar en el funcionamiento de los componentes del circuito a partir de los intercambios de energía correspondientes. Sus objetivos incluyeron que los estudiantes lograsen distinguir y reconocer las características de una conexión en serie, frente a otras formas de conectar resistores.

Las clases fueron grabadas en audio y transcritas en su totalidad. Dichas transcripciones fueron luego analizadas por el residente. El futuro docente además elaboró diarios de clase y socializó sus análisis y vivencias en encuentros de tipo ateneo. Como cierre de este espacio formativo, el residente plasmó sus reflexiones en un Informe Final de Residencia (IFR), a partir de una situación didáctica reconocida como problemática. En el IFR el residente vinculó contenidos teóricos con situaciones de práctica, aspectos vivenciales de la experiencia, limitaciones e implicaciones para la práctica profesional docente.

Instancias de Análisis

Se recurrió a un análisis de contenido a partir del IFR, avanzándose en la elaboración de un sistema de categorías vía inductiva para reconocer los diferentes contenidos de las reflexiones plasmadas en dicho informe. Se elaboró un conjunto de categorías, realizando una separación

1107



inicial de los textos elaborados por el residente por temática, seguido de instancias de reagrupamiento de citas en subcategorías que dieron lugar al sistema final de categorías. En sus narrativas, el residente analizó el desarrollo conceptual durante las clases recurriendo a esquemas que vincularon las magnitudes “voltaje”, “corriente” y “resistencia”, respecto a su relación tanto con la energía, como con los componentes físicos de los circuitos eléctricos trabajados: “pila”, “cable” y “led”. Estos conceptos –componentes, magnitudes, energía- delimitaron las relaciones conceptuales con las que los practicantes guiaron la conceptualización. En nuestro análisis entendemos a las relaciones conceptuales entre estos términos, y a su dinámica de cambio, recurriendo a la noción de “patrón temático”, expresión propuesta por LEMKE (1997) para explicitar que para hablar o escribir ciencia es necesario conocer el patrón temático (el modelo teórico y los conceptos, experiencias, etc. asociados) y el patrón estructural, relacionado con el tipo de discurso (las estructuras retóricas, los diferentes géneros, etc.). Desde esta perspectiva, hablar ciencia supone adquirir un nuevo vocabulario y una nueva semántica. Siguiendo a LEMKE (1997) denominamos al patrón temático como “modelo semántico escolar”.

Resultados

Una primera aproximación al estudio de las reflexiones del residente

La categoría asociada al análisis del contenido de los textos elaborados por el residente, seleccionada para ser analizada en profundidad en esta investigación, es Trabajo con la explicación. En esta categoría se incluyeron las referencias del residente a su trabajo alrededor de la enseñanza de la explicación sobre fenómenos eléctricos asociados a los circuitos, observados en el armado de circuitos en un simulador. Una de las citas del IFR que ejemplifica esta categoría es la siguiente:

1108

Analizando las explicaciones, podemos ver que los alumnos debían seguir una receta para armarlas, comenzaban nombrando que era lo que cambiaba al quitar o agregar un foco, de esta manera se fijaban en el criterio observable (“aumentó la luminosidad, aumentó la velocidad de las flechas”) para luego seguir explicando porque ese criterio observable se modificó a partir de su relación con la energía eléctrica y las características del circuito. Lo que nos debemos criticar, que probablemente no nos dimos cuenta en su momento, es que la explicación se debería armar solamente con el criterio de la luminosidad, puesto que el de la velocidad de las flechas solo es observable en el simulador. (IFR, p.32).



Simulador e indicadores. El análisis del residente

En la tercera clase de la secuencia, el futuro docente se enfocó en el uso de un simulador para enseñar a los estudiantes a construir y analizar circuitos eléctricos, reforzando el trabajo con las relaciones conceptuales abordadas en clases anteriores. El propósito de la clase “[...] se centraba en el análisis de circuitos en serie a partir del uso de un simulador, comparándolo constantemente con el circuito básico” (IFR,p.21). El residente centró además la atención de los estudiantes en dos indicadores presentes en el recurso: la circulación de corriente y la luminosidad de las lámparas. Estos indicadores sirvieron para explicar y comparar un circuito en serie con uno básico y guiar a los estudiantes a visualizar y comprender la función de la energía en estos circuitos.

En la primera parte de su análisis, el residente intentó vincular las relaciones semánticas trabajadas durante las clases previas. En este contexto enfatizó en cómo el simulador permitió la creación de indicadores para reforzar el trabajo con las relaciones semánticas del modelo, proporcionando así una herramienta visual y práctica para el aprendizaje de los conceptos eléctricos:

Ahora, para analizar los conceptos con los que estuvimos trabajando estas clases nos basamos en dos indicadores del simulador, la circulación de la corriente y la luminosidad de las lámparas, esta última, también había sido trabajada en la clase anterior mediante la actividad experimental de circuito en serie. Estos dos indicadores fueron esenciales para trabajar explicación y para comparar un circuito en serie con uno básico, recurriendo siempre a nuestro esquema de la tríada. Estos indicadores serían para los alumnos una forma de observar la función asociada a la energía. Justamente al tener presente como varían esos indicadores, lo asociamos directamente a una variación en la energía eléctrica y, de esta forma, lo asociamos a una variación en alguna de las características del circuito. (IFR, p.19)

1109

La inclusión de la “velocidad de las flechas” como un indicador adicional, aunque no observable fuera del simulador, es justificada por el residente, en términos de su capacidad para mejorar la comprensión de los estudiantes sobre cómo la variación en la conexión puede afectar tanto la energía entregada por las resistencias como la energía transportada por la corriente.

En el empleo de este último indicador, el residente recuperó una confusión conceptual, los estudiantes interpretaron erróneamente, que la velocidad de las flechas en el simulador representa la velocidad de la corriente eléctrica, cuando en realidad, estas flechas indican la intensidad de la corriente. El futuro docente consideró que esta confusión evidencia la importancia de una correcta representación y comprensión de los indicadores en las herramientas de simulación, ya que pueden influir en la construcción del conocimiento científico de los estudiantes:



Creo que este fragmento pone de manifiesto la importancia de estar atento por un lado a las distintas interpretaciones que pueden surgir en los chicos al momento de transmitirles el modelo semántico planificado y por otro a como nosotros mismos en el intercambio constante de negociar significados podemos llegar a confundir nuestro modelo y reproducir concepciones u asociaciones erróneas que surgen en el aula. (IFR, p.23)

La explicación científica escolar en el aula. La perspectiva del residente

El residente recuperó en el contexto del uso del simulador, el inicio del trabajo con las explicaciones científicas escolares centrado en los dos criterios definidos por los indicadores: “[...] el de la intensidad de circulación de corriente, mediante la velocidad de las flechas, y el de la luminosidad de las lámparas conectadas al circuito.” (IFR, p. 23). En esta primera aproximación al trabajo con las explicaciones, el propósito del residente era que los estudiantes utilizaran estos dos criterios para responder preguntas sobre qué ocurre en el circuito al agregar más lámparas, y cómo esto se relaciona con la corriente, luminosidad y energía: “El objetivo de esta actividad era que contesten preguntas como: ¿Qué ocurre con nuestros indicadores si agregamos una tercera lámpara en serie a nuestro circuito? ¿Cómo lo relacionamos con la corriente, la luminosidad y la energía?” (IFR, p.25). De esta forma, se procuraba que los estudiantes pudieran armar sus propias explicaciones.

La intención didáctica durante esta nueva clase representó un cambio respecto de las anteriores, al desplazar la atención de la práctica de enseñanza del trabajo con las relaciones conceptuales propias del modelo conceptual, a su aplicación en la elaboración de una explicación de un fenómeno: “A diferencia de la clase anterior donde buscábamos, a partir de preguntas comparativas, que los chicos aprendan las relaciones entre los términos [...] se buscó que los chicos expliquen un comportamiento en un circuito en serie incluyendo algún indicador observable.” (IFR, p.31). Para transitar este cambio el residente propuso a los estudiantes un trabajo inicial: “[...] a partir de actividades escalonadas, debido a que primero los chicos debían completar oraciones armadas que tenían la intención de explicitarles las estructuras que deben tener sus explicaciones para que ellos después las hagan.” (IFR, p.31). En la actividad central de la clase: “[...] los chicos debían explicar y predecir el comportamiento de un circuito en serie cuando al mismo se le agrega o se le extrae alguno de sus componentes.” (IFR, p.31).

En su análisis, recuperando fragmentos de la transcripción de la clase, el residente narró cómo guio al grupo de estudiantes a través de preguntas, para que pudieran inferir, por ejemplo, que al disminuir la luminosidad, disminuye la energía que llega a la lámpara: “[...] se comienza preguntando cuáles son los criterios a tener en cuenta [...]; los alumnos debían inferir que ocurría con la energía eléctrica, armando un breve texto explicando el suceso.” (IFR, p.25).

En su análisis sobre el trabajo con la construcción de las explicaciones durante la cuarta clase, el residente recuperó que el propósito planteado era “[...] poder aproximar a los alumnos a un

1110

primer modelo de explicación [...]” (IFR, p.29). En esta aproximación: “tendría que dejar explícita las relaciones conceptuales existentes entre los términos, tendría que partir de uno de los criterios que habíamos identificado [...] (IRF, p.29) e incorpora una característica central de la explicación: “[...] principalmente tendría que respetar el objetivo de una explicación que es responder a un porqué, es decir tendría que diferenciarse en la redacción de una posible descripción del fenómeno.” (IFR, p.29).

La reflexión del residente se extendió a las dificultades encontradas al guiar la construcción de la explicación científica, delimitando una “[...] tarea que creo implica una dificultad mayor para el docente y una implicancia en el tiempo también mayor para arraigarse en el alumno.” (IRF, p.29). En su análisis reconoció que en las intervenciones vinculadas a este trabajo “[...] sentí que en ese momento me faltaban herramientas para poder hacer un análisis más rico de las explicaciones que hacían los chicos [...]” (IRF, p.29). Este trabajo, reconoció, implica modalidades de intervenciones diferentes a aquellas vinculadas a la explicación de un tema: “[...] creo yo que este refirió a que el objetivo en este caso de la intervención escapaba de la clásica transmisión de un contenido específico, sino que estaba más ligado a desarrollar una cierta competencia en el alumno [...]” (IRF, p.29). En estas interacciones, en particular, le preocupó cómo focalizar la atención del grupo de estudiantes en una explicación ante la diversidad de opciones que surgieron cuando habilitó las voces de los estudiantes durante los intercambios, en una intención de transitar de un abordaje autoritario a otro dialógico (MORTIMER y SCOTT, 2002): “Para ese momento, y ante la cantidad de explicaciones que pudiesen surgir como alumnos hubiera, trate de mantenerme dentro de una estructura que permitiera hacer explícito algún criterio de análisis sobre las distintas redacciones.” (IRF, p.29). Esta estructura, en sus palabras “[...] imponía la condición de que se debía partir de alguno de los criterios que habíamos determinado y a partir de ahí ir avanzando hacia lo que se quería explicar haciendo explícitas las relaciones entre conceptos y términos del modelo semántico que estábamos utilizando.” (IRF, p.29). El trabajo con la construcción de la explicación implicó para el residente involucrarse con una modalidad de interacción frente a la cual experimentó su inseguridad: “Sentí que el aferrarme a esta estructura frente a un ejercicio tan abierto me daría más confianza para llevar a cabo el intercambio con los alumnos y que análisis sea beneficioso para el objetivo propuesto de esa clase.” (IRF, p.29).

1111

Una lectura de los análisis del practicante

En este apartado proponemos una lectura del análisis realizado por el residente sobre su práctica, en el contexto de los episodios de las clases consideradas.

La interpretación que el residente realizó sobre sus intervenciones en el aula, durante el empleo del simulador puede ser leída desde dos dimensiones.



Los materiales curriculares pueden interpretarse y utilizarse de diversas maneras que exceden las intenciones de sus creadores. En este contexto recuperamos la selección y empleo que realiza el practicante de indicadores presentes en el simulador. Esta selección implica una decisión centrada en el análisis didáctico del recurso que, además, excede a la instancia de planificación, tal como se evidencia en la dificultad conceptual que, durante el desarrollo de la clase, recupera en la instancia pos-activa.

Centrado en esta dificultad, el residente tensionó su conocimiento didáctico del contenido para la enseñanza. En la selección de los criterios, durante la instancia pre-activa no había generado deliberación sobre posibles implicaciones de los indicadores para la enseñanza. El contexto del aula, en la singularidad de las interacciones producidas, permitió evidenciar cómo uno de estos indicadores presentó un obstáculo para la comprensión de los estudiantes. La práctica de enseñanza en el aula deviene en un contexto de aprendizaje que, mediado por el análisis, tensiona su conocimiento para la enseñanza, permitiendo un diálogo con los saberes teóricos. Esta posibilidad de interpelar su conocimiento se extiende durante el análisis posterior a su intervención en la tercera clase, durante una de las instancias de socialización con docentes de la residencia y con otros estudiantes:

Luego del análisis de las transcripciones de la clase 3 en las instancias de socialización, uno de los principales objetivos que nos propusimos antes de la clase 4 fue la diferenciación de los criterios utilizados por los alumnos en el simulador, los cuales son la velocidad de las flechas y la luminosidad de los focos (presentes en el simulador, ya que llegamos a la conclusión de que uno de los dos es más válido que otro, la luminosidad, ya que el otro quedaba solamente limitado al uso del simulador. Por estas razones, hacer diferenciar y notar las diferencias de ambos criterios a los alumnos fue uno de los ejes centrales de la clase para trabajar explicación. (IRF, p.27).

1112

Por otra parte, el trabajo con el simulador presenta al residente un nuevo desafío en la continuidad de la secuencia didáctica. Si bien esto último no es objeto de esta investigación, interesa dar cuenta de cómo el trabajo con el simulador generó nuevos interrogantes centrados en cómo transitar de los indicadores –entidades observables- a una entidad teórica como la energía eléctrica: “¿Cómo hacemos para salir desde alguno de estos dos criterios, o sea, para empezar, hablando de luminosidad o corriente y llegar a la energía? ¿Cómo es la energía que llega a cada LED respecto del circuito básico, en el segundo?” (IRF, p.27). Las preguntas anteriores formuladas por el residente en la continuidad de la secuencia, ofrecen la posibilidad para el aprendizaje profesional. Es importante considerar que este aprendizaje, en el residente, no se constituye como tal si no es mediado por la reflexión.

Conclusión

En este trabajo se analizan las reflexiones de un futuro profesor de Física al guiar la construcción de explicaciones científicas escolares mediadas por un simulador, durante el trabajo didáctico con la temática de “circuitos eléctricos”. El estudio se enmarca en una investigación más amplia centrada en el aprendizaje de las prácticas reflexivas durante la formación inicial de futuros profesores de Física. En particular, en este trabajo se consideró una de las problemáticas didácticas priorizadas por el residente durante la elaboración del informe final de sus prácticas. El trabajo del practicante guiando a los estudiantes en la construcción de explicaciones se desarrolló durante la finalización de una de las clases y en la clase siguiente, sin que el trabajo fuera analizado durante las instancias pre-activas. Este contexto limita el alcance de los resultados, al centrarlos en las dificultades experimentadas durante el trabajo en la clase, sin habilitar el trabajo de reflexión posterior para la continuidad del trabajo con la construcción de explicaciones en el aula. En este sentido se prevé profundizar en prácticas reflexivas centradas en estas construcciones en nuevos contextos de la residencia docente que habiliten un trabajo más extendido durante la secuencia didáctica.

En la formación de profesores de ciencias, es crucial involucrar a los estudiantes en una variedad de prácticas científicas y exigir la integración de conceptos e ideas para construir explicaciones causales de fenómenos específicos (TALANQUER, 2017). El futuro profesor, en este estudio, destacó la dificultad de esta tarea, explicitando que requiere nuevas herramientas de análisis e intervenciones para focalizar la atención de los estudiantes. La apertura que demandan sus intervenciones, durante la construcción de explicaciones, generó inseguridades sobre cómo centrar el discurso de clase. Esta dificultad puede ser leída en términos del desafío que implica cómo equilibrar los enfoques dialógico y autoritario (SEPULVEDA, MORTIMER y EL-HANI, 2020) y expresa, como sostiene MARCELO (2008) la importancia de apoyar el paso a una enseñanza más dialógica que, además, se muestra como un área de aprendizaje profesional. Además, esta dificultad, recuperada por el residente en sus reflexiones, para guiar la construcción de explicaciones en el aula, apoya las referenciadas en diferentes investigaciones (NOVAK y TREAGUST, 2017; HASKEL-ITTAH, 2022).

El análisis del residente evidencia un aprendizaje profesional mediado por la práctica y la reflexión. Esta reflexión es central para el desarrollo profesional docente y la mejora del aprendizaje de la enseñanza (FERNÁNDEZ, PALOMARES-RUIZ, GÓMEZ y PALACIOS, 2019). El caso seleccionado demuestra el valor de analizar eventos específicos del aula para hacer explícito el conocimiento sobre la enseñanza y crear oportunidades para el aprendizaje profesional. Involucrar a los futuros docentes en el análisis de su propia práctica permitiría desarrollar habilidades reflexivas y razonamiento pedagógico. Evidencia, en acuerdo con LEIGH, CELLUCCI, PETERS, KENNEDY y WOODRUFF (2015), las ventajas del análisis de casos para la formación docente.

1113



Además, este estudio evidencia la complejidad de la enseñanza con materiales curriculares para estudiantes durante la residencia docente y la necesidad de que los futuros docentes desarrollen conocimientos sobre la enseñanza para implementarlos de manera efectiva. Recupera, en tal sentido y como sostienen DAVIS y KRAJCIK (2005), que el trabajo con materiales curriculares requiere del análisis didáctico y anticipación de las respuestas de los estudiantes.

Finalmente, este estudio enfatiza el potencial de las experiencias de práctica supervisada como contextos para el aprendizaje a través de la práctica. La educación inicial debería aprovechar estas oportunidades deliberadamente. En este sentido coincidimos con AEDO y MILLAFILO (2022) cuando sostienen que el aula se presenta como una fuente potencial de situaciones nuevas y desafiantes que promueven nuevas cogniciones y creencias sobre las diferentes dimensiones de los procesos de enseñanza y de aprendizaje que se sumaría al repertorio que luego quienes enseñan utilizarían para tomar nuevas decisiones. El análisis estructurado de las decisiones de planificación, los eventos en el aula, el pensamiento de los estudiantes y los movimientos del discurso, informado por la investigación y los mentores, puede desarrollar el conocimiento profesional. El objetivo debe ser cultivar hábitos de investigación y mejora continua.

Referencias

Aedo, P. y Millafilo, C. (2022). Reflexiones del profesorado chileno de inglés sobre su trabajo pedagógico desde sus competencias en la enseñanza virtual de inglés en contexto de pandemia. *Revista De Estudios Y Experiencias en Educación*, 21(47), 220-236.

Becerra Rodríguez, D. F. (2014). Estrategia de aprendizaje basado en problemas para aprender circuitos eléctricos. *Innovación educativa*. 14(64), 73-99. México, DF.

Bohigas, X., Novell, M., & Jaén, X. (2006). Cómo, cuándo, dónde utilizar applet como ayuda al aprendizaje de las ciencias. *Alambique: Didáctica de las Ciencias Experimentales*, 13(50), 31-38.

Cabero, J. (2008) Las TICs en la enseñanza de la química: aportaciones desde la Tecnología Educativa. En Bodalo, A. y otros (eds) (2007): *Química: vida y progreso*. Murcia, Asociación de químicos de Murcia.

Campos, E., Tecpan, S., y Zavala, G. (2021). Argumentación en la enseñanza de circuitos eléctricos aplicando aprendizaje activo. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, 43.

Collazo, Z. S. L., y Martínez, M. P. (2020). Empleo del simulador Edison como herramienta didáctica para el aprendizaje de los circuitos eléctricos. *Revista Tecnología Educativa*, 5(1).

Davis, E. y Krajcik, J. (2005). Designing educative curriculum materials to promote teacher learning. *Educational Researcher*, 34(3), 3-14.

De Posada, J. M. (1997). Conceptions of high school students concerning the internal structure of metals and their electric conduction: structure and evolution. *Science Education*, 81(4), 445-467

Edelstein, G. (2015). La enseñanza en la formación para la práctica. *Educación, Formación e Investigación.*, 1(1).

Feitosa, M. C. y Lavor, O. P. (2020). Ensino de circuitos elétricos com auxílio de um simulador do phet.. <https://doi.org/10.26571/reamec.v8i1.9014>

Fernández, R. G., Palomares-Ruiz, A., Gómez, E. L., y Palacios, S. G. (2019). Explorando el liderazgo pedagógico del docente: su dimensión formativa. *Contextos Educativos. Revista De Educación*, (24), 9-25.

Haskel-Ittah, M. (2022). Explanatory black boxes and mechanistic reasoning. *Journal of Research in Science Teaching*, 60(4), 915-933.

Leigh, W., Cellucci, Cara, Peters., Michael, H., Kennedy., Eric, Woodruff. (2015). Cases in the Classroom: Part B. *Journal of Case Studies*, 33(2):1-10.

Lemke, J. L. (1997). *Aprender a hablar ciencia: lenguaje, aprendizaje y valores*. Barcelona: Paidós.

Marcelo, C. (2008). *El profesorado principiante: inserción a la docencia*. España, Octaedro.

Moje, E. B., Peek-Brown, D., Sutherland, L. M., Marx, R. W., Blumenfeld, P. y Krajcik, J. (2004). Explaining explanations. En t. D. y A. D. E (Eds.), *Bridging the Literacy Achievement Gap, Grades 4-12*, 227-251. New York: Teachers College Press.

Moreira, M. (2002). La Teoría de los Campos Conceptuales de Vergnaud, la Enseñanza de las ciencias y la investigación en el área. *Investigaciones en Enseñanza de las Ciencias*, 7(1)

Mortimer, E. F., y Scott, P. (2002). Atividade discursiva nas salas de aula de ciências: uma ferramenta sociocultural para analisar e planejar o ensino. *Investigações em ensino de ciências*, 7(3), 283-306.

1115



Novak, A y Treagust, D. (2017). Adjusting claims as new evidence emerges: do students incorporate new evidence into their scientific explanations? *Journal of Research in Science Teaching*, 55(4), 526-549.

Osorio, B. E., Osorio, J. A., Mejía, L. E., Campillo, G. E., y Covalada, R. (2015). La enseñanza y el aprendizaje del electromagnetismo: una breve revisión de las investigaciones en este campo. *Revista CINTEX*, 17. 9

Pérez Martínez, M., Ramos Guardarrama, J., Rodríguez Valdés, J. A., Santos Baranda, J., y López Collazo, Z. S. (2022). La simulación como método para mejorar el proceso de enseñanza-aprendizaje de los circuitos eléctricos. *Referencia Pedagógica*, 10(1), 157-172.

Rodgers, C., y LaBoskey, V. K. (2016). Reflective practice. En J. Loughran y M. L. Hamilton (Eds.), *International handbook of teacher education*, 2, 71-104. Singapore: Springer.

Sánchez, I. and Sánchez-N, I. (2020). Elaboración de un simulador con geogebra para la enseñanza de la física. El caso de la ley de coulomb. *Reamec - Rede Amazônica De Educação Em Ciências E Matemática*, 8(2), 40-56.

Sanmamed, M., y Abeledo, E. (2011). El Practicum en el aprendizaje de la profesión docente. *Revista de Educación.*, Enero-Abril(354), 47-70.

Sepulveda, C., Mortimer, E. F., y El-Hani, C. N. (2020). Analyzing discursive interactions in the context of evolution teaching with a conceptual profile of adaptation. En *Science education research in Latin America*, 277-306. Brill.

Stake, R. E. (2005). Qualitative Case Studies. En N. K. Denzin y Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research*,. 443-466.

Talanquer, V. (2017). Tres elementos fundamentales en la formación de docentes de ciencias. *Tecné Episteme Y Didaxis Ted*, (41), 183.

Varela, P., del Campo, M. J. M., y Favieres, A. (1988). Circuitos eléctricos: una aplicación de un modelo de enseñanza-aprendizaje basado en las ideas previas de los alumnos. *Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas*, 285-290.

2023

JIC Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
EU e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Zabalza Beraza, M. A. (2013). El practicum como contexto de aprendizaje. Presentado en *XII Symposium internacional sobre el practicum y las prácticas en empresas en la formación universitaria. Un practicum para la formación integral de los estudiantes.*, POIO, 26-27-28 Junio 2013. España.

Zeichner, K. (1985). Dialéctica de la socialización del profesor. *Revista de educación*, 277, 95-123.

Zeichner, K. M. (1993). *A formação reflexiva de professores: ideias e práticas*. Educa.

1117



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

BRASIL EM TELA: A FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA RETRATADA NO CINEMA NACIONAL

Sheyla Suely de Souza Silva¹
Alcione Ferreira da Silva²
Maria Aparecida Nunes dos Santos³
Sandra Amélia Sampaio Silveira⁴
Micaela Nogueira da Silva⁵

Introdução

Aprovado pelo Programa de Concessão de Bolsas de Extensão (PROBEX), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o projeto de extensão “Brasil em Tela” parte do pressuposto de que a articulação entre pesquisa, ensino e extensão imprime possibilidades de uma melhor apropriação das mediações constitutivas da realidade social em seu movimento histórico. Além disso, a crítica da realidade social e, sobretudo, da formação socio-histórica brasileira, constitui um dos pilares do processo de formação profissional dos assistentes sociais brasileiros, tendo em vista o propósito de um trato rigoroso dos fundamentos da Questão Social, que favoreça uma intervenção profissional crítico-propositiva nas suas múltiplas expressões (ABEPSS, 1996). Compreendendo a arte como uma forma de refletir, pensar e ilustrar a realidade, propusemos a utilização de filmes e/ou documentários que tratem da formação socio-histórica brasileira, como uma ferramenta didático-pedagógica para o processo de formação de jovens, permitindo-os conhecer as determinações das principais expressões da Questão Social, que foram forjadas na dinâmica da formação socio-histórica do Brasil, a exemplo das questões étnico-raciais; de gênero, de classe e de orientação sexual, expressas no racismo estrutural; na aporofobia; na discriminação, espoliação e genocídio das populações indígenas; no machismo, misoginia e feminicídio; na LGBTQIAPNB+ fobia e transfobia, etc.

1118

¹ Profa. Dra. da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB). E-mail: sheyla.suely@servidor.uepb.edu.br.

² Profa. Ms. da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB). E-mail: alcionefs@servidor.uepb.edu.br.

³ Profa. Ms. da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB). E-mail: cidanunes@servidor.uepb.edu.br.

⁴ Profa. Ms. da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB). E-mail: sandrasilveira@servidor.uepb.edu.br.

⁵ Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB) e aluna extensionista, bolsista do Projeto “Brasil em Tela”. E-mail: micaela.silva@aluno.uepb.edu.br.



Os dados de violência contra essas minorias no país são estarrecedores. Segundo o Atlas da Violência de 2021 (CERQUEIRA et al, 2021), essa é a principal causa de morte dos jovens brasileiros. Em 2019, por exemplo, a violência letal respondeu por 39% de todas as mortes de jovens entre 15 e 19 anos; num total de 23.327 jovens que “[...] tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país”. Em onze anos (2009-2019), foram assassinados 333.330 jovens de 15 a 29 anos, sendo 8.451 deles no estado da Paraíba. Tragicamente, vivendo em um país supostamente pacífico, esses jovens “[...] não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas” em seus contextos sociais, familiares e comunitários.

Apenas no ano de 2019, foram formalmente registrados 3.737 assassinatos de mulheres, enquanto outras 3.756 mulheres tiveram mortes violentas, mas sem indicação da causa determinante: se homicídio, acidente ou suicídio. Cabe o destaque de que 66% das mulheres sabidamente assassinadas no Brasil eram negras e que, no estado da Paraíba, no mesmo ano, esse dado alcançou o alarmante índice de 83% dos assassinatos de mulheres, explicitando o traço do racismo, muitas vezes, também determinante do feminicídio no Brasil, onde as mulheres negras vivenciam expressivos índices de violências – letais e não letais – abusos, discriminações, superexplorações, tráfico humano etc.

Também a população LGTQIAPNB+ vivencia índices alarmantes de violência, no Brasil, país que, segundo a organização Grupo Gay da Bahia (GGB), mais mata pessoas LGBTQTs no *ranking* mundial. Em 2021, por exemplo, foram registrados 276 homicídios e 24 suicídios de pessoas LGBTQTs, representando uma morte violenta a cada 29 horas (GGB,2022).

O quadro geral da violência, rapidamente exemplificado nos dados acima, demanda a urgente intervenção pública e, nessa perspectiva, nossa proposta visa evidenciar, especialmente para os jovens estudantes dos segundo e terceiro anos do ensino médio da rede escolar pública de Campina Grande/Paraíba/Brasil, as raízes dos preconceitos que estão no cerne dessas violências, desde o período colonial, e que se consolidaram ao longo da nossa formação social. Por outro lado, outros dados indicam que o “perfil cultural” da juventude brasileira é marcado por uma precária socialização da cultura de massas aclamada pela crítica, expressa, por exemplo, no acesso restrito ao cinema, ao teatro, aos museus, concertos musicais etc., indicando um “empobrecimento cultural” dos estudantes, tanto dos secundaristas, quanto daqueles que ingressam no ensino superior, sobretudo, no Serviço Social e, especialmente, na Região Nordeste e no estado da Paraíba (PB).

No que toca ao cinema, entre aqueles que conseguem frequentá-lo, flagra-se um expressivo acesso aos chamados “enlatados” ou aos “bobonews”, que circulam com fins mercadológicos, recreativos e com baixa densidade teórico-crítica. Vale destacar que o cinema de Campina Grande/PB, situado no Shopping Partage, tem uma programação fortemente marcada por este

estilo de filmes, sendo pouco permeável às películas mais socialmente críticas, muitas vezes com bilheterias menores.

Nesse sentido, levando-se em consideração que 1) a conjuntura socio-política da realidade brasileira evidencia a necessidade de apreensão crítica da formação socio-histórica do país; 2) há uma flagrante necessidade de acesso ao cinema, nomeadamente nacional, como meio de fortalecimento do pensamento crítico para a população jovem, dentre ela, os estudantes do ensino médio que ingressarão, brevemente, nas universidades e, ainda, a mesma escassez de acesso entre os atuais discentes da graduação em Serviço Social da UEPB, nosso projeto de extensão pretende proporcionar – a todos os sujeitos envolvidos (estudantes do segundo e terceiro anos do ensino médio e alunos extensionistas, bolsista e colaboradores) o acesso a filmes e documentários brasileiros, que, consagrados no âmbito do cinema nacional e internacional, tratam da formação social brasileira, em perspectiva nacional e crítica.

A relevância do Projeto se justifica, então, especialmente, pela sua capacidade de proporcionar – aos participantes em geral e aos estudantes do ensino médio em particular – uma maior apropriação das determinações da formação socio-histórica brasileira, que implicam, inclusive, nos recorrentes preconceitos e violências étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de classe; por elevar o acesso ao cinema e à produção nacional; por introduzir um conjunto de estudantes do ensino médio no contexto do cotidiano universitário, estimulando neles o desejo de cursar o ensino superior; por abordar questões que têm ampla probabilidade de se constituírem em temas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), favorecendo melhor desempenho dos estudantes da rede pública e sua entrada nas universidades.

A experiência se evidencia importante, também, por estreitar os laços e as parcerias entre a Universidade e o ensino público da Rede Estadual; por corroborar as Políticas de Ações Afirmativas promovidas no âmbito da UEPB; por oportunizar aos graduandos o exercício da extensão e, também, por proporcionar, a esses estudantes extensionistas – na perspectiva do tripé “ensino-pesquisa-extensão” – a apreensão e oportunidade de debate sobre a articulação vívida entre os conteúdos das disciplinas acadêmicas, da extensão e da iniciação científica e as ilustrações de realidade abordadas nos filmes, que evidenciam as violências concretas praticadas contra as minorias, na particularidade da Questão Social brasileira, tais como: (a) a relação entre colonização brasileira, latifúndio e escravização e suas determinações para as violências impetradas contra as populações negra e indígena; as mulheres; as pessoas LGBTQIAPNB+ etc., até os dias contemporâneos; (b) o caráter contrarrevolucionário da burguesia brasileira; (c) a superexploração da força de trabalho e a precariedade crônica do trabalho; (d) a concentração de renda e a precária distribuição funcional da renda nacional etc.

É importante ressaltar que, nos encontros com os secundaristas, tais temas são abordados em linguagem compatível com a faixa etária e as condições social, econômica e escolar do público alvo, agregando dados estatísticos, matérias jornalísticas, músicas, poemas etc.

1120



O projeto conta com uma Coordenação Colegiada, composta por quatro docentes da área do Serviço Social e uma equipe de vinte docentes extensionistas, oriundos dos cursos de Serviço Social e de Jornalismo, sendo sete deles de pós-graduação. As atividades vêm sendo desenvolvidas junto a duas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino Médio e – extrapolando a meta inicial de um público alvo de 80 participantes – já envolveu cerca de 117 estudantes secundaristas. Até o momento, foram realizadas mais de 15 exibições de filmes, seguidas de debate; os estudantes tiveram acesso aos espaços de 02 universidades e a um cineteatro da cidade e consolidamos parcerias importantes com as escolas, com o Cineteatro São José (CTSJ) e com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG), enquanto outras parcerias ainda estão previstas, bem como a reapresentação do Projeto, em 2024.

Objetivos gerais

- oportunizar a estudantes secundaristas da Rede Escolar Pública de Campina Grande e aos estudantes extensionistas a exibição e debate de produções cinematográficas nacionais aclamadas pela crítica, que permitam a reflexão e debate crítico sobre a formação socio-histórica brasileira, desde o período da colonização, até os dias atuais;
- desenvolver e fortalecer, nos sujeitos envolvidos, posturas críticas, interpretativas e de resistência e enfrentamento às violências e às redes de *fake news* que desqualificam as minorias sociais;
- ampliar o aporte cultural de estudantes secundaristas e extensionistas e o usufruto de equipamentos sociais, como as universidades, os teatros e cineteatros da cidade etc.

1121

Discussão: a violência e o empobrecimento cultural na realidade brasileira e o recurso ao cinema como ferramenta didático-pedagógica da extensão universitária

A conjuntura que vivenciamos, contemporaneamente, no Brasil, revela um país não apenas culturalmente dissociado de seu passado e de seu legado histórico, mas que, também histórica e culturalmente, desconhece ou nega as determinantes dos principais traços de sua formação socio-histórica e econômica, pautados nas contribuições das populações negra e indígena; bem como os traços determinantes da Questão Social na particularidade do país.

Parcela significativa da população em geral, ignorando os fundamentos socio-históricos da Questão Social e, por consequência, da dívida social do país com as suas minorias, como a população afrodescendente, indígena, quilombola, sem-terra, sem teto, pobre etc., torna-se “presa fácil” de estratégias de estímulo à discriminação e ao ódio e de manipulação política, que têm como propósito a negação e/ou expropriação de seus próprios direitos, cabendo destacar que as *fake news*, possibilitadas pelos recentes avanços nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), manifestam-se como ferramentas propícias a esse estímulo e manipulação.



Por outro lado, o “Currículo mínimo para o Curso de Serviço Social” (ABEPSS, 1996) propõe as discussões da formação socio-histórica brasileira e da Questão Social na particularidade brasileira, respectivamente, como **núcleo de fundamentação** e **eixo estruturante** da formação profissional do Assistente Social. Nesta perspectiva, é crucial a apropriação minuciosa desses dois conteúdos, como requisitos para uma formação de assistentes sociais “habilitados com capacitação teórica, metodológica, ética e política, que permita uma ação crítico-propositiva, investigativa e interventiva na realidade social”, conforme objetiva o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPC Serviço Social) (UEPB/DSS/NDE, 2016, p. 38).

Tanto o Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social, proposto pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), quanto o PPC proposto pelo Curso de Serviço Social da UEPB, através de seu Núcleo Docente Estruturante (2016), estabelecem a flexibilidade, a interdisciplinaridade e a transversalidade como alguns dos princípios da formação profissional e, como algumas de suas diretrizes, a apreensão crítica do processo histórico como totalidade e a investigação sobre a formação histórica e os processos contemporâneos da realidade brasileira, na perspectiva de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país.

Para o alcance desses princípios e diretrizes, ambos os instrumentos político-pedagógicos norteadores da formação profissional do Assistente Social na UEPB – PPC e Currículo Mínimo da ABEPSS – propõem a execução de oficinas, seminários temáticos e, ou atividades complementares que, inclusive, entrelacem a necessária e imprescindível indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Complementando os elementos acima, para além da concepção já consagrada de que o ensino superior deve se consolidar no tripé “ensino – pesquisa – extensão”, estamos em um momento peculiar que, reconhecendo as fragilidades no âmbito da extensão universitária, o Ministério da Educação e a própria UEPB propõem a obrigatória e necessária “Curricularização da Extensão”, com vistas a que cada Curso proporcione um processo educativo que seja interdisciplinar, cultural, científico e político e que promova “[...] a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

É considerando as prerrogativas acima descritas que estamos desenvolvendo o projeto de extensão BRASIL EM TELA, como estratégia de entrelaçar as atividades do Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS), do Núcleo de Pesquisas em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPS), do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI); da graduação; da pós-graduação; da comunidade acadêmica do Serviço Social e Rede Escolar Estadual em Campina Grande, numa experiência que vem proporcionando a estudantes da Rede Escolar pública e do Curso de Serviço Social, a oportunidade de apreender, discutir e socializar,

através de produções cinematográficas aclamadas pela crítica (nacional e internacional), conteúdos teórico-metodológicos e socio-históricos sobre a formação socioeconômica do país e a Questão Social brasileira, uma vez que tais conteúdos devem ser transversais a todas as disciplinas do PPC/SS; acessíveis aos estudantes da Rede de Ensino Médio e essenciais para uma leitura e posicionamento crítico na realidade nacional, com maior capacidade de resistência às manipulações das *fake news* e aos estímulo a uma postura de preconceito e ódio às minorias e à classe mais pobre do país (aporofobia).

Vale destacar que, no Curso de Serviço Social, estamos lidando com uma comunidade discente cuja própria procedência socio-histórica sugere um acesso precário à cultura de massa, demandando esforços redobrados da UEPB, na perspectiva de proporcionar também à sua própria comunidade acadêmica uma formação rica e integral. Segundo o “Perfil dos/as discentes do curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba” (SOUZA *et al.*, 2013), o alunado caracteriza-se, predominantemente, como juvenil (70,6%), feminino (90,3%), solteiro (70,2%) e de baixa renda, uma vez que 72,7% têm renda familiar inferior a três salários mínimos, o que tende a precarizar o acesso à cultura, em especial ao cinema.

Corroborando esta probabilidade de escasso acesso à cultura de massa – e especificamente ao cinema - por parte do alunado, segundo o Anuário Estatístico do Cinema (ANCINE, 2016), havia já, naquele ano, uma desigualdade regional gritante no acesso às salas de exibição disponíveis no país, uma vez que 70% delas encontram-se nos estados mais ricos das regiões Sul e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná), enquanto o Nordeste inteiro totaliza 15% do total das salas de cinema, sendo que os municípios brasileiros com menos de 100 mil habitantes totalizam 7% das salas de cinema.

Vale destacar que: na Paraíba, apenas 04 municípios (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos) têm mais de 100 mil habitantes; que em todos os municípios brasileiros com menos de 100 mil habitantes o total de consumo de ingressos, em 2016, foi de 2%; que muitos dos estudantes são oriundos exatamente desses municípios menores e que ampla parcela dos estudantes do ensino médio público, compondo as classes menos abastadas, também não têm acesso ao Cinema.

É preciso considerar, ainda, que a atual conjuntura agrega uma nova importância, tendo em vista os dois anos e meio de quadro pandêmico ativo. Segundo os dados da ANCINE (2021), em 2020, os resultados de bilheteria das salas de cinema foram fortemente impactados pela pandemia da Covid-19, provocando o fechamento de centenas de salas no país. O total de títulos brasileiros lançados caiu de 169, em 2019, para 59, em 2020 (queda de 65%); já o número de lançamentos estrangeiros caiu de 283, em 2019, para 115, em 2020 (queda de 59%) e o público total das salas no Brasil caiu de 177,7 milhões em 2019, para 39,4 milhões em 2020. Cabe destacar que, em 2020, a evolução do preço médio dos ingressos nas salas de exibição manteve sua curva ascendente, alcançando o valor médio de R\$ 15,94 (quinze reais e noventa e quatro centavos), contra os R\$ 14,10 (catorze reais e dez centavos) de 2016.

Todos esses dados evidenciam uma severa piora no acesso do público alvo e dos graduandos extensionistas ao cinema e corroboram para a relevância do Projeto Brasil em Tela.

Para além da questão do acesso precário às exhibições de filmes pelas salas de cinema, há de se convir que, como já ressaltamos, predomina o acesso aos chamados “enlatados” e “bobonews”: filmes e demais produtos cinematográficos que apresentam um baixo teor cultural e que pouco agregam enquanto valores teórico-metodológicos para a apreensão crítica da realidade nacional e internacional. Nas palavras de Netto (2012, pp. 419-20):

Essa cultura incorpora as características próprias da mercadoria no tardo-capitalismo: sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediatividade reificante. Embora à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente a identificação como uma “sociedade de consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é uma cultura de consumo: ela cria a “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais — e, nela, a própria distinção entre realidade e representações é esfumada: promove-se uma semiologização do real, em que os significantes se autonomizam em face dos referentes materiais e, no limite, se entificam. A imediatividade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade — e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre aparência e essência é desqualificada.

1124

Assim, ao tempo em que promove a oportunidade do acesso a produções cinematográficas, o “Brasil em Tela” oportuniza amplos debates e reflexões críticas sobre a efetiva realidade brasileira; nossa formação socio-histórica; a inserção do país no sistema capitalista internacional e a particularidade das expressões e enfrentamentos da Questão Social, desde o período da colonização, até os dias atuais, conformando as desigualdades que atingem, violentamente, as chamadas minorias, através de históricas práticas sociais, culturais e políticas de preconceitos, aporofobia, expropriações, superexploração etc.

Metodologia, materiais e métodos

O Projeto previu a execução de várias etapas, distribuídas entre os dois semestres do ano letivo de 2023, sendo elas: a seleção e preparação da equipe, dos materiais e do público-alvo, envolvendo reuniões da equipe; seleção dos filmes; elaboração de roteiros de discussão e dos formulários a serem aplicados. A inscrição e seleção dos estudantes secundaristas no primeiro e no segundo semestres, envolvendo a aplicação de formulários e entrevistas, o uso do diário de campo e a parceria com os sujeitos que compõem o cotidiano das escolas. A articulação permanente com prováveis parceiros do Projeto, a exemplo da Secretaria Estadual de Educação



da Paraíba; das escolas estaduais que ofertam o ensino médio; das instâncias administrativas da UEPB e dos Departamentos de Jornalismo da UEPB e de Arte e Mídia da UFCG; teatros e cineteatros da cidade etc., os quais poderão/deverão apoiar o Projeto, disponibilizando transporte e lanche; acesso a equipamentos socioculturais; participações de palestrantes em discussões específicas etc.

Outras etapas previstas foram a divulgação do Projeto, envolvendo a utilização de ferramentas das novas tecnologias da informação e comunicação e, também, a publicação e materiais científicos; a articulação com os professores das escolas selecionadas, notadamente, da área das humanidades, que tenham afinidade com os temas do Projeto e com as perspectivas propostas pelas linhas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que o Projeto abrange. A exibição e debate quinzenal dos filmes selecionados. A realização de pelo menos dois eventos semestrais de avaliação final, entrega de certificados e encerramento das turmas.

Finalmente, ao final do primeiro ano do projeto “Brasil em Tela”, sob a orientação da Coordenação Colegiada e a partir das contribuições de toda a equipe extensionista, a aluna bolsista de extensão procederá à etapa de elaboração e envio do Relatório Final e outros produtos. A discente, junto à equipe, confeccionará e enviará o Relatório Final das atividades de extensão, em conformidade com as exigências do PROBEX/PROEX; bem como serão confeccionados artigos, comunicações orais, TCCs e/ou outras produções acadêmico-científicas e também técnicas, que relatem criticamente a experiência do Projeto e que subsidiem iniciativas semelhantes.

Para o desenvolvimento das atividades extensionistas junto a cada Turma do Projeto, propusemos uma relação de mais de 35 filmes nacionais, que respeitam a faixa etária dos sujeitos envolvidos e que se distribuem entre cinco períodos históricos da formação social brasileira: 1) **Brasil-Colônia** – a “descoberta da América”, a questão indígena, o latifúndio e a escravização; 2) **Brasil-Império** – a escravização, a formação das classes sociais, do Estado e do capitalismo brasileiro; 3) **Brasil-República** até 1964 – o trabalho, a Questão Social e a desigualdade social e regional no Brasil 4) **Brasil-ditadura civil-militar** (1964-1985) – a conjuntura, o crescimento econômico, a Questão Social e os seus enfrentamentos; 5) **Brasil – da redemocratização até os dias contemporâneos** – proteção social e Questão Social em tempos de neoliberalismo ortodoxo, social-liberal e ultraneoliberal.

Para cada um desses períodos, juntamente com os parceiros articulados, elegemos dois filmes para debater e, através deles, evidenciar os fundamentos e a reprodução das violências contra as minorias sociais no Brasil e a necessidade de revertê-las, assumindo posturas de empatia, de respeito à diversidade humana e de enfrentamento à violência.

As discussões eram introduzidas por meio de perguntas previamente elaboradas pela equipe do Projeto. Essas perguntas eram socializadas por meio de dinâmicas, como passar uma caixinha com as questões com uma música tocando e, quando parasse a canção, a pessoa com a caixinha

iria responder uma questão sorteada. Outra dinâmica é separar a turma em vários grupos e cada um responde coletivamente alguma questão sorteada.

Além dos filmes, para complementar a metodologia, a equipe passava, quando pertinente, músicas que se encaixam no tema do longa proposto. Algumas músicas tocadas foram: A Carne, de Elza Soares; Apesar de Você, de Chico Buarque; Cálice, de Chico Buarque; Cota Não É Esmola, da Bia Ferreira e Flutua, de Johnny Hooker, todas elas interagindo e acrescentando conteúdos aos debates e discussões sobre os filmes assistidos e as violências que evidenciavam. Importante enfatizar que o “Brasil em Tela” corrobora com diversos objetivos do Probex, dentre os quais destacamos o 1.3, que visa incentivar a participação dos graduandos em experiências de Extensão, oportunizando um processo formativo acadêmico-profissional pautado “[...] numa perspectiva humanista, crítica, cidadã com fundamento dialógico, plural e com respeito à diversidade por meio da relação com a sociedade” e o 1.4, que propõe:

viabilizar a promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

Além disso, o projeto de extensão “Brasil em Tela” converge, também, com os ODSs, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e abraçados pelo PROBEX/UEPB, visando tornar a cidade de Campina Grande mais sustentável, pacífica e inclusiva.

Para a escolha das escolas, tomando como referência os objetivos do Projeto e o fato de tratar-se de uma experiência piloto, optamos pela seleção de uma escola de período integral e outra de período regular, ambas da rede pública, que nos proporcionassem conhecer essas duas dinâmicas escolares. Nosso público alvo específico foram os secundaristas de 2º e 3º anos do ensino médio, tendo em vista a participação deles no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Na escola integral, inserimos todas as turmas de 2º e 3º anos e na de período regular inserimos todos os secundaristas que tiveram disponibilidade para participar no contraturno, alcançando, respectivamente, 68 e 49 secundaristas, até o momento.

No primeiro módulo do Projeto, em ambos os semestres trabalhados, foi abordado o período histórico do Brasil-Colônia e através dos filmes exibidos, debatemos com os secundaristas sobre a “descoberta” da América, especialmente do Brasil; a questão indígena e como essas determinações refletem na vida do povo indígena até os dias atuais, a exemplo do atualíssimo debate do “marco temporal”, que esteve em discussão no Congresso Nacional.

No segundo módulo, abordamos o período do Brasil-Império e discutimos sobre a escravização do povo negro; a formação das classes sociais, do Estado e do capitalismo na particularidade brasileira e suas implicações para as minorias sociais.

O tema Brasil-República, até 1964, foi discutido no terceiro módulo, enfatizando seu marco inicial, com a proclamação da República, em 1889; a República Velha ou Oligárquica e os anos de governo de Getúlio Vargas, e evidenciando a questão do trabalho, da questão social e da desigualdade social e regional no Brasil e, também, as implicações do período para as minorias sociais.

O quarto período se inicia logo após, no Brasil-ditadura civil-militar de 1964 a 1985, sobre o qual enfatizamos a conjuntura do estado de exceção, a situação social do país, o crescimento econômico em contraposição às desigualdades sociais, a questão social e as implicações dos anos de chumbo para as minorias sociais.

Por fim, o último módulo do Projeto discute o Brasil Contemporâneo, ou Nova República, período que se inicia na redemocratização e alcança os dias atuais. Temas como proteção social e questão social em tempos de neoliberalismo ortodoxo, social-liberal e ultraneoliberal são pertinentes e envolvem o tempo vivido pela sociedade brasileira hoje.

Através dos filmes e debates, buscamos evidenciar as determinações e os desdobramentos de todos os períodos históricos da formação social brasileira para a configuração das atuais violências impostas às minorias sociais e a urgente necessidade de revertê-las.

No encerramento do primeiro semestre do Projeto, os secundaristas das duas escolas públicas visitaram a UEPB, com o transporte disponibilizado pela própria universidade, para conhecer o local, assistir e debater um curta-metragem sobre *Fake News*, receber os certificados de participação do Projeto e comemorar o encerramento. Para o segundo semestre, estamos tentando articular que essa atividade de encerramento seja realizada no maior teatro da Cidade, para oportunizar o usufruto desse importante equipamento socio-cultural.

No momento atual, estamos trabalhando os dois filmes do 4º módulo com as turmas do segundo semestre do Projeto e devemos concluir o 5º módulo até a primeira semana de dezembro de 2023.

Cada encontro do Projeto tem a dinâmica de receber os estudantes; apresentar a ficha técnica e a sinopse do filme; exibir o filme; lanchar; debater o filme através de atividades lúdicas e dialogadas; apresentar a síntese final dos conteúdos de cada filme, sempre enfatizando os fundamentos das violências contra as minorias sociais, suas complexificações nos dias atuais e a necessidade de revertê-las e, finalmente, avaliamos coletivamente o encontro.

Cabe destacar que, extrapolando os objetivos e estratégias pré-definidos pelo Projeto de Extensão aprovado no Probex, a cada encontro, passamos também a sortear dois livros para os estudantes secundaristas. Este sorteio e concessão de livros se tornou possível através da doação prévia de um apoiador anônimo do Projeto, articulada pela bolsista de extensão, agregando mais uma importante estratégia de socialização da cultura com os extensionistas, neste caso, a literatura.

O monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações contínuas do Projeto visam instruir um planejamento estratégico, que empreende a sua adequação permanente aos desafios,

1127

obstáculos e mudanças e que, nos encontros, debates e avaliações, tomam como elementos de observação critérios como: a frequência/assiduidade e permanência do público alvo; o envolvimento orgânico do público alvo e da equipe extensionista; o fortalecimento de vínculos e identidades entre os participantes do projeto; o processo de apreensão dos determinantes das violências abordadas nas exposições e debates dos filmes; a melhoria na apropriação da produção cinematográfica nacional; a melhor capacidade de identificação e resistência à propagação de fake news; a potencialidade dos participantes para se constituírem em multiplicadores dos conteúdos do projeto etc.

Resultados parciais e outros resultados esperados

Com apenas o primeiro semestre concluído, e tendo dado início ao segundo, visando seguir o plano de um ano para avaliar totalmente os reais resultados das atividades realizadas – e as que ainda estão para serem consumadas –, o projeto “Brasil em Tela” conseguiu resultados evidentes e satisfatórios ao longo de seu tempo nas escolas públicas de Campina Grande.

Ainda em finalização, o Projeto alcançou duas escolas e, até o momento, 117 estudantes secundaristas; já fez mais de 15 exposições e debates de filmes nacionais e proporcionou o usufruto de espaços socioculturais e educacionais da cidade, como as universidades públicas e o cineteatro local. Vale destacar que o CTSJ tem uma grande semelhança com uma sala de cinema, alcançando, assim, uma das ideias do Projeto, que é oportunizar aos estudantes secundaristas o acesso ao cinema e aos filmes nacionais aclamados pela crítica, valorizando a arte brasileira, em meio a proliferação da cultura estrangeira que tende a acontecer no país.

Nossos dados de observação revelam que quase a totalidade dos secundaristas jamais havia assistido a qualquer um dos filmes exibidos e debatidos no Projeto. Pudemos evidenciar os fundamentos das violências contra as minorias no Brasil e registramos mudanças de posturas entre estudantes e até professores da rede escolar estadual, bem como registramos inflexões do Projeto sobre percepções dos extensionistas, influenciando, inclusive, em seus objetos de estudo no âmbito do Mestrado, do Programa de Iniciação Científica e da elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação.

Outro dado observado é o engajamento orgânico da equipe de extensionistas do Projeto, uma vez que os únicos dois desligamentos se deram em função da finalização do Curso por estudantes extensionistas. Também ao longo dos encontros e atividades junto aos secundaristas, registramos, na totalidade das avaliações do encontro, um alto nível de satisfação e aprovação do Projeto.

Como desdobramento do Projeto, submetemos e aprovamos no Programa Institucional de Iniciação Científica da UEPB (PIBIC) um Projeto de Pesquisa que visa à análise e à sistematização dos dados e resultados do Projeto, especialmente, através da aplicação, tabulação e análise de formulários e entrevistas a serem aplicados tanto aos participantes secundaristas,

1128



quanto aos estudantes extensionistas, na perspectiva de avaliar os efeitos do Projeto sobre suas concepções e posturas quanto às violências praticadas contra as minorias sociais; bem como a potencialidade do cinema como ferramenta didático-pedagógica. Essa aplicação dos instrumentais de coleta está aguardando a submissão, avaliação e autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB.

Por fim, há, ainda, outros resultados previstos a partir da execução do Projeto, tais como a melhoria do desempenho dos egressos do Projeto no ENEM, mais especificamente na etapa da Redação e a consequente inserção deles na formação de nível superior; a elaboração, apresentação e/ou publicação de materiais científicos que relatem a experiência do Projeto e discutam os temas abordados (comunicações orais, artigos, relatórios, TCCs etc.); a apresentação e divulgação da experiência na semana de extensão da UEPB, em 2024; a conversão do Projeto em Programa Permanente, a partir da próxima cota do PROBEX, mediante a consolidação das parcerias previstas e com outros cursos da UEPB e/ou de outras IES, e a sua ampliação junto às escolas da rede estadual pública.

Conclusão

Os dados parciais do Projeto de Extensão “Brasil em Tela” evidenciam um amplo engajamento de estudantes secundaristas nas suas atividades, alcançando 117 participantes, em contraposição aos 80 previstos e um envolvimento orgânico da equipe extensionista, uma vez que, mesmo com o desligamento de 02 extensionistas – que se desvincularam do Projeto por terem concluído a graduação e se inserido no mercado de trabalho – houve rápida substituição, mantendo o número máximo de extensionistas permitidos pelo PROBEX (20).

As mais de 15 exposições de filmes evidenciam a ampliação do acesso ao Cinema Nacional, uma vez que apenas um desses filmes foi relatado como já assistido pelo público alvo. As parcerias do Projeto com as escolas, com o CTSJ, com estudantes de Serviço Social e de Jornalismo, com docentes e assistentes sociais da UEPB e de outras universidades e a previsão de novas parcerias evidenciam um potencial de capilaridade e interdisciplinaridade do Projeto.

O acesso dos estudantes secundaristas ao cinema nacional; aos debates sobre os fundamentos que determinam as violências contra as minorias sociais no Brasil; ao usufruto de equipamentos socio-culturais e educacionais, como o CTSJ, a UEPB e a UFCG, amplia a potencialidade de eles terem um melhor desempenho no ENEM e, conseqüentemente, de eles desejarem e conseguirem se inserir no Ensino Superior público.

A nosso ver, o projeto vem conseguindo encaminhar os objetivos de extensão que foram propostos, a exemplo de de agraciar estudantes de escolas públicas, que são, em sua imensa maioria, pobres, com a cultura do cinema e da arte nacional; discutir as situações atuais e também históricas das minorias sociais; incentivar a admissão nas universidades públicas de Campina Grande e entender seu direito de ocupá-las; apresentá-los a espaços culturais a eles pertencentes,

1129



como os cineteatros, teatros e universidades e expandir o aporte cultural desses secundaristas, favorecendo melhor desempenho no ENEM e maior probabilidade de acesso ao Ensino Superior.

Por fim, os dados parciais sinalizam uma enorme potencialidade de – através do recurso ao cinema como ferramenta didático-pedagógica – o “Brasil em Tela” alcançar todos os objetivos inicialmente propostos e, principalmente, mobilizar jovens estudantes – secundaristas e extensionistas – para o enfrentamento às históricas violências contra as minorias sociais, especialmente, na realidade brasileira, animando-nos, inclusive, à continuidade do Projeto nas cotas vindouras do PROBEX e, quiçá, sua conversão em um Programa permanente.

Referências

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 01. mar. 2021

ANCINE/OCA/SRG. Anuário Estatístico do Cinema 2020. Disponível em: <file:///E:/Documents/1-%20BRASIL/3%20-%20GEAPS/1-%20GEAPS%20-%202022-2023/2%20-%20EXTENS%C3%83O/2023-2024%20-%20BRASIL%20EM%20TELA/Anuario%20Estat%C3%ADstico%20do%20Cinema-2020%20-%20ANCINE.pdf>. Acesso em 29. jan. 2020

ANCINE/OCA/SRG. Anuário Estatístico do Cinema 2016. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos/pdf/anuario_2016.pdf. Acesso em 23. nov. 2018.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: IPEA/FBSP/IJSN, 2021.

NDE/DSS/UEPB/VASCONCELOS *at.all*. Projeto Pedagógico de Curso PPC: Serviço Social (Bacharelado). Campina Grande/PB: UEPB/DSS/NDE, 2016.

GGB. MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL. RELATÓRIO DO GRUPO GAY DA BAHIA, 2022. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em 14. out. 2023.

1130



2023

 **J
I
C
E
U** Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE” SERPA, 3., Marília, 2010. Anais [...]. Marília: Unesp, 30-31 out. 1 nov. 2010. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>.

SOUZA, S.P.F. *at all*. O PERFIL DOS/AS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). Relatório Final de Pesquisa (PIBIC). Campina Grande: UEPB/PIBIC, 2013.

1131



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

A BAIXA ESCOLARIDADE EM ADULTOS JOVENS É UM FATOR DE VULNERABILIDADE À INFECÇÃO PELO HIV, EM ANGRA DOS REIS-RJ

Allan Maia de Jesus¹
Gabriela Amorim da Silva¹
Heitor Baldim Chaim¹
Ísis Fabiana Gil de Lima¹
Luiz Eduardo Ferreira Domingues¹
Maria Luiza Maia Farias¹
Nathália Fausto Hul¹
Regina Derze Borsio¹
Samira Santos de Oliveira¹
Sofia Lacerda Maia¹
Tarcisio Borges Guimarães¹
Ariel Gomes²

Introdução

1132

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) recebeu maior destaque por volta do ano de 1970, quando ocorreu uma epidemia iniciada em alguns países como Estados Unidos e Haiti. No Brasil, essa só manifestou maior impacto na década de 80 (Souza, 2012). Com o passar do tempo, os índices de acometimento da doença vieram crescendo gradativamente. De acordo com estimativas do *Joint United*, Programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) o quantitativo de indivíduos vivendo com a HIV, em 2005 era de cerca de 31,8 milhões. Já em 2015, o número se aproxima dos 39,8 milhões (UNAIDS, 2016).

A partir desse aumento, é necessário analisar as condições e situações que tornaram esse número maior. Por esse viés, a falta de conhecimento sobre a patologia, precariedade na promoção e prevenção em saúde, somado a fatores socioculturais, acabam se tornando os maiores vilões do aumento dos números de casos de infecção pelo HIV. De forma geral, esses determinantes podem ser resumidos ao que se conhece como vulnerabilidade (Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009)

¹ Acadêmico(a) de Medicina. Universidade Estácio de Sá – IDOMED – Campus Ulysses e Mora Guimarães. Angra dos Reis – RJ.

² Professor do curso de Medicina. Universidade Estácio de Sá – IDOMED – Campus Ulysses e Mora Guimarães. Angra dos Reis – RJ.

O conceito de "vulnerabilidade" teve destaque no início da década de 1990 entre cientistas da saúde que buscavam estratégias para o enfrentamento da AIDS. De acordo com Ayres e colaboradores (2003), o conceito:

“... É expresso por um – “conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados ao grau e modo de exposição a uma dada situação e, de modo indissociável, ao maior ou menor acesso a recursos adequados para se proteger das consequências indesejáveis daquela situação”. (Ayres, 2003. p. 117-39).

Assim, é possível observar que a vulnerabilidade está intimamente interligada a diversos fatores em que sua discussão central não está unicamente atrelada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas também, está relacionada com fragilidades de vínculos afetivos e desigualdade no acesso a bens e serviços público (Carmo, 2018). Nesse cenário, especificamente quando condicionamos o conceito ao acometimento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), é necessário analisar os fatores que tornam mais numerosos os casos relatados, tais como escolaridade, faixa etária, etnia, sendo esses, requisitos importantes a serem percorridos. (Nichiata, 2008).

Em Angra dos Reis, além dos índices de incidência de 3,69 para cada mil nascidos vivos, observa-se um aumento, de 2018 a 2020, de 6% nas notificações dos casos (Boletim Epidemiológico, 2020). Tais índices trazem à tona a necessidade de traçar um perfil epidemiológico do município, afim de entender a relação desse aumento do número de casos de HIV com o perfil de vulnerabilidade existente, em Angra dos Reis. Assim, é possível estabelecer medidas que diminuam os casos de infecção pelo HIV e, ainda, instaurar políticas públicas que minimizem os danos causados pela população de maior vulnerabilidade.

1133

Metodologia

Trata-se de uma comunicação breve a respeito do número de novos casos de HIV na população da cidade de Angra dos Reis. A mesma tem uma abordagem qualiquantitativa através da análise de dados obtidos do Sistema de informação de agravos de notificação (SINAN) no período compreendido de 2017 a 2021. Foram analisados a faixa etária, a etnia e a escolaridade.

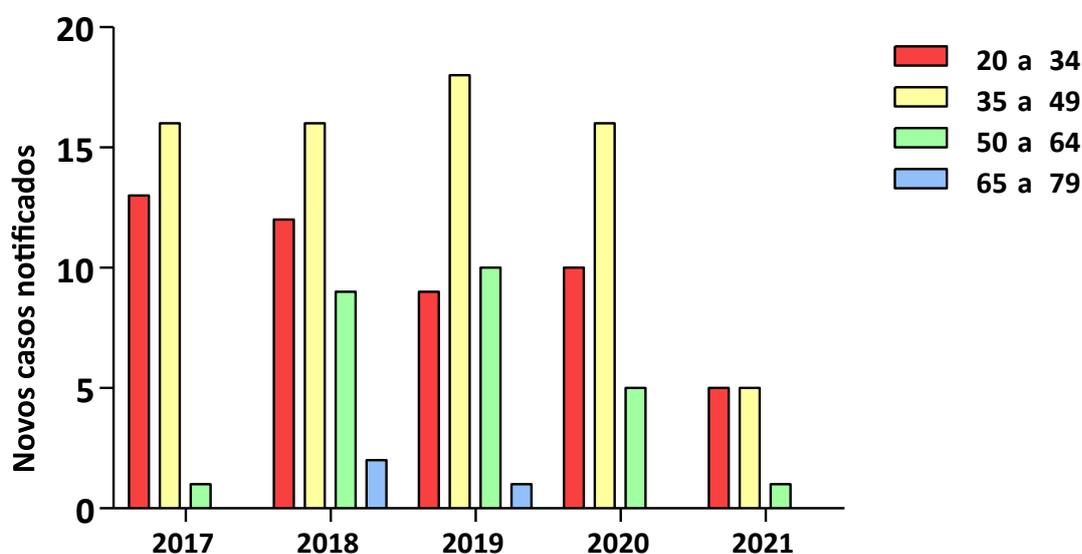
Os critérios de inclusão para a pesquisa bibliográfica foram artigos dos últimos 20 anos, classificados pela CAPES entre B4 e A1 segundo as áreas de conhecimento:

Medicina I, Medicina II e Saúde Coletiva. As bases de dados foram: PubMed e Scielo. Foram analisados 16 artigos e utilizamos como descritores: Estudo sobre vulnerabilidade, Distribuição por etnia, Escolaridade, Infecções sexualmente transmissíveis.

Resultados

Incidência de novos casos de infecção pelo HIV de acordo com a faixa etária

A figura 1 aponta uma maior incidência de novos casos na população entre 35-49 anos, seguida das faixas etárias entre 20-34 anos e 50-64 anos, notificados no período analisado (2017 a 2021). Somente nos anos de 2018 e 2019 tiveram novos casos da população entre 65 e 79 anos.



1134

Figura 1: Novos casos de infecção pelo HIV entre os anos de 2017 e 2021, de acordo com a faixa etária no município de Angra dos Reis, RJ. (20-34 anos (barra vermelha), 35-49 anos (barra amarela), 50-64 anos (barra verde) e 65-79 (barra azul)).

Incidência de novos casos de infecção pelo HIV de acordo com a escolaridade

A figura 2 aponta uma maior incidência no número de novos casos na população com o ensino fundamental incompleto, seguido das pessoas com o ensino médio completo. Somente no ano de 2017 foi notificado novos casos na população do ensino fundamental completo. Na população com ensino superior completo foi relatado novos casos nos anos de 2018 e 2021. Apenas no ano de 2021 foi notificado novos casos na população analfabeto.

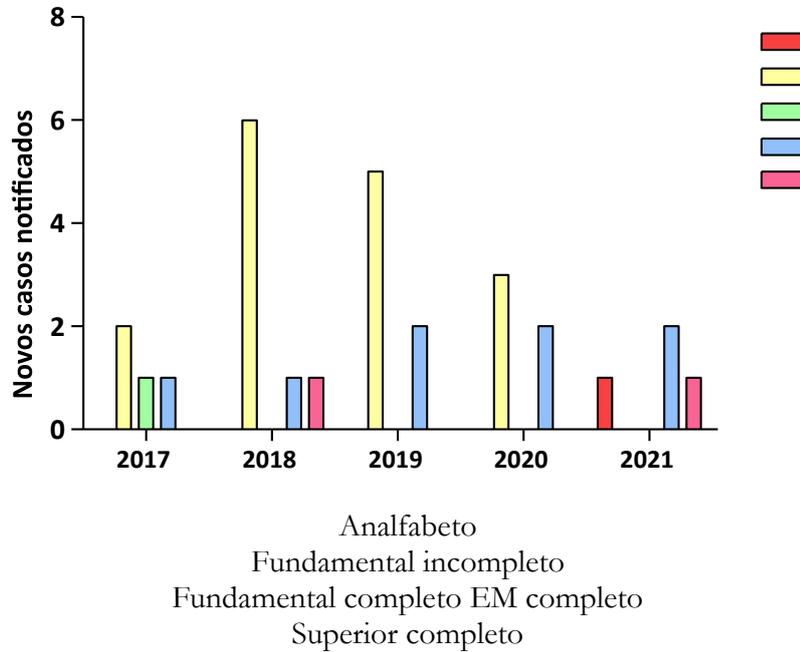


Figura 2: Novos casos de infecção pelo HIV entre os anos de 2017 e 2021, de acordo com a escolaridade, no município de Angra dos Reis, RJ. As escolaridades analisadas foram: Analfabeta (barra vermelha), fundamental incompleto (barra amarela), fundamental completo (barra verde), ensino médio completo (barra azul), ensino superior completo (barra rosa).

1135

Incidência de novos casos de infecção pelo HIV segundo a etnia

Na figura 3 observa-se uma maior incidência na população branca nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2021, dentre os novos casos notificados. Em 2020 a população preta e parda obteve maior número de novos casos quando comparado a população branca, e a população amarela apresentou números menores novos de casos durante o período (2017 a 2021).

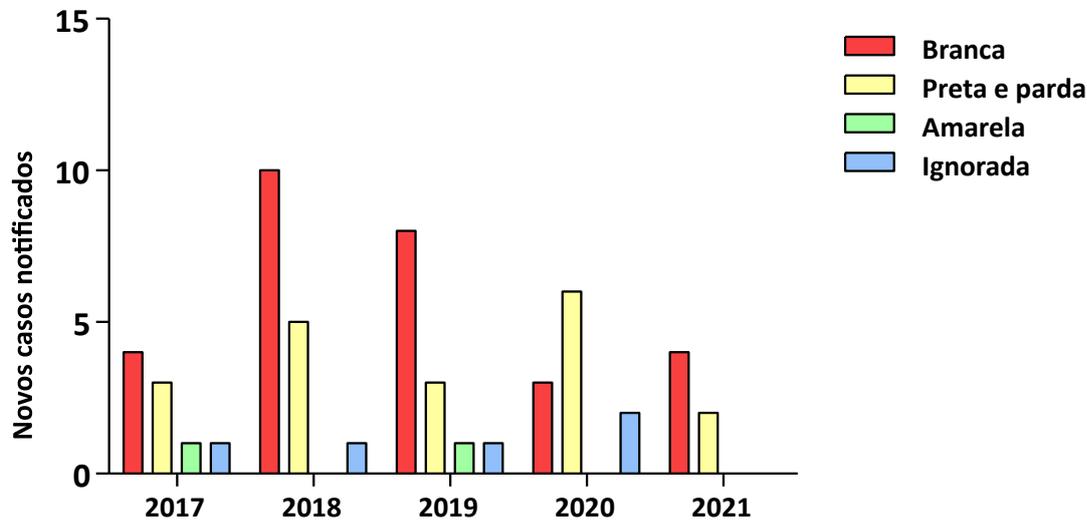


Figura 3: Novos casos de infecção por HIV, em Angra dos Reis, entre os anos de 2017 a 2021, de acordo com a etnia, notificados no SINAN. As etnias analisadas: População branca (barra vermelha), preta e parda (barra amarela), amarela (barra verde), ignorada na hora do registro (barra azul).

1136

Discussão

Sabe-se que o conhecimento epidemiológico é de suma importância para compreender o conceito de vulnerabilidade e sua relação com os casos que envolvem as ISTs, são informações essenciais para o desenvolvimento de estudos e ações públicas sobre a prevenção da infecção, bem como suas condutas perante as exposições de risco.

Com isso, ao se analisar todas as figuras, foi possível perceber um menor número de novos casos notificados no ano de 2021, em todos os parâmetros analisados, esse fenômeno pode ter relação direta com a pandemia de SARS-CoV2, que pode ter gerado uma subnotificação, ou o confinamento foi importante para prevenir a infecção, pois pode ter reduzido a prática de sexo com múltiplos parceiros, um fator de risco para a infecção.

Portanto, como observado na figura 1, a respeito da faixa etária de destaque nos novos casos de HIV na população de Angra dos Reis, pode-se perceber o protagonismo entre a faixa etária de 35 e 49 anos seguido da faixa etária de 20 a 34 anos, ao contrário do observado na população brasileira, de acordo com o boletim epidemiológico especial – HIV 2021, nele desde 2010 até

2020 a faixa etária predominante é entre 20 e 29 anos, seguido de 30 e 39 anos (boletim epidemiológico especial – HIV 2021).

Estudos mostram que a intimidade e o tempo de relacionamento favorecem a redução do uso de preservativos (Telma Araújo, 2012). A partir de tal conhecimento, pode-se inferir que, a infecção nessa faixa etária pode estar relacionada a uma redução do uso de preservativos, seja por perda do hábito de se utilizar com o tempo de relacionamento ou por desinteresse, colocando-os em uma prática sexual desprotegida.

Além da libertinagem sexual que pode estar ocorrendo nessa faixa com etária devido a fluidez das relações e ao sexo casual pelo uso de aplicativos de namoro, ou pelo uso de álcool e drogas, visto que estes últimos colocam o usuário em uma situação de vulnerabilidade, por não estar totalmente consciente para a tomada de decisões, como aponta o estudo de Pereira, 2014 (Pereira, 2014),

A respeito da prática sexual nos pacientes diagnósticas no cenário nacional, pode-se perceber uma prevalência no sexo feminino heterossexual, enquanto no sexo masculino possui um equilíbrio entre as porcentagens de heterossexuais e homossexuais infectados (Boletim epidemiológico- 001/2020- Secretaria do estado do Rio De Janeiro. Pode -se inferir que tal diferença entre os sexos está relacionada as relações de poder atreladas ao homem pelo patriarcado, na qual o companheiro decide utilizar ou não o preservativo durante as relações.

Um estudo epidemiológico de pacientes com HIV em Feira de Santana apresentou que a faixa etária de adultos jovens, de 20 a 24 anos era maior que o de adolescente (Pereira, 2014), perfil este similar a Angra dos Reis, o estudo infere que essa população pode ter se infectado na adolescência e feito o diagnóstico na vida adulta, devido a janela imunológica da patologia. A literatura aponta que a faixa etária dos 18 a 41 anos possuem mais parceiros sexuais que o grupo de 42 a 73 anos (Pereira, 2016). Além disso outra literatura traz que a população jovem possui uma tendência de aumento das taxas de infecção. (Grupta, 2011; Ministério da saúde 2013)).

A literatura nacional traz que adultos jovens possuem baixo conhecimento e percepção do risco e formas de infecção de ISTs, que pode estar relacionado ao alto número de diagnósticos nessa faixa etária (Souza, 2018). Por outro lado, o ministério da saúde classifica os adolescentes e jovens como população vulnerável para o contágio com o HIV, devido às dinâmicas sociais presentes no grupo.

Segundo o estudo de Telma Araújo, 2012, acerca dos fatores de risco para infecção por HIV em adolescentes, dos 196 adolescentes analisados no norte de Teresina-PI, 57,1% são ativos sexualmente, 45,5% não possuem parceiros fixos, 54,5% tiveram a primeira relação entre 14 e 16 anos, o decorrer da pesquisa mostrou que o uso de preservativos é frequente, porém perde-se o costume com o namoro e a intimidade. O estudo concluiu que os adolescentes são vulneráveis ao IST pelo início precoce da vida sexual, ao não uso de preservativos e a questões socioeconômicas atreladas. Em um estudo realizado com pacientes do Rio Grande do Sul

1137

mostrou que apenas 56,3% relataram o uso de preservativo nas três últimas relações (Telma Araújo, 2012).

Além dos estudos citados, a literatura nacional levanta que uma explicação coerente seria pela forma de contaminação desta infecção sexualmente transmissível (IST), tanto pelo desinteresse do uso de preservativos devido ao avanço dos coquetéis de tratamento, quanto, também, pela vulnerabilidade que o consumo de álcool, o uso de drogas e outras substâncias psicoativas que contribuem para a perda da consciência e a exposição de práticas sexuais desprotegidas (Pereira, 2014).

Outras literaturas apresentam que, adolescentes que iniciaram a vida sexual até os 14 anos possuem uma queda no hábito de utilizar preservativos (Paiva, 2008), e ainda mostrou que o conhecimento era insuficiente para adquirir um comportamento protetor, favorecendo a vulnerabilidade. (Anjos, 2012; Ferreira, 2008)

No cenário angrense não foi observado novos casos de HIV, no período estudado, entre crianças e adolescentes da faixa etária de 10 a 14 anos, diferente do cenário nacional notado no boletim epidemiológico, que apresenta um aumento de casos desde 2010 até 2020 da faixa etária de 13 a 19 anos (boletim epidemiológico especial – HIV 2021). Pode-se inferir que este dado angrense se dá devido a políticas públicas eficazes aos adolescentes e ao maior acesso à educação sexual na internet, compensando a vulnerabilidade devido a idade, de forma a não ter casos notificados nos adolescentes em Angra dos Reis. Dessa forma, os adolescentes angresses estariam recebendo informações adequadas e vivenciando o sexo seguro.

É importante ressaltar que a escolaridade é um dos indicadores sociais de desigualdade (Pereira, 2022), por isso foi analisado o nível de escolaridade dos novos casos notificados de Angra dos Reis, nota-se que a população com ensino fundamental incompleto é a mais afetada quando comparada as demais. Além disso, os novos casos de indivíduos que completaram o ensino médio também tiveram um destaque na população angrense. Este dado corrobora com o cenário nacional que também teve um aumento, entre 2017 e 2020, de novos casos de infecção pelo HIV na população que possui o ensino médio completo. Os novos casos na população que possui o ensino superior completo, em Angra dos Reis, só foi presente em 2018 e 2021, em contrapartida, no cenário nacional houve um aumento nessa categoria entre 2017 e 2020.

Assim, inferimos que um fator de peso na vulnerabilidade e infecção por HIV em Angra dos Reis é o nível de escolaridade, sendo a população mais vulnerável a com baixo nível educacional, pois está relacionada a maiores notificações. Pode-se inferir que tal infecção pode ocorrer por desinformação, seja do meio de transmissão quando da importância da prevenção e da própria patologia.

O estudo de Sandra Garcia, 2010, traz que os com menor conhecimento acerca de IST/HIV são os menos escolarizados, estes ao serem entrevistados no estudo relataram formas incorretas de contágio, prevenção e tratamento, por exemplo, cura ao utilizar sabões e alimentos na

higienização; prevenção ao lavar o órgão genital entre a prática de sexo vaginal e anal; prevenção através do fluxo urinário. Entretanto, o mesmo estudo mostrou falhas educacionais entre a população no ensino superior, tal fato é de necessário conhecimento para não se excluir a necessidade de divulgação de informações ou campanhas nesse público com o pressuposto de que já possuem tal conhecimento.

De modo a corroborar, outro estudo científico aponta que pessoas com uma escolaridade alta apresentam início tardio da vida sexual e hábito de utilizar preservativo, o contrário do apresentado na população com uma escolaridade baixa. (Pereira, 2022) Outra literatura traz que o acesso a informação sobre infecções sexualmente transmissíveis é maior na população mais escolarizada, teria um maior estímulo e um maior acesso. (Trindade, 2019)

A respeito dos dados relacionando a etnia com os novos casos de HIV em Angra dos Reis, percebe-se uma incidência na população branca entre 2017 e 2021 com exceção do ano de 2020. Segundo o boletim nacional, a etnia predominante dentre os casos é na população parda, estando em queda desde o ano de 2017, a população branca ocupa a segunda posição nacional e assim como a terceira posição está a população preta, que também está em queda desde o ano de 2017.

O estudo de Camargo, 2010, conclui que a vulnerabilidade da população preta/parda está relacionada aos padrões socioeconômicos do que diretamente com a etnia em si, durante a realização do estudo aplicaram questionários acerca da patologia, tanto a população branca quanto a preta tiveram uma quantidade de acertos similar e ambas abaixo da média considerada como satisfatória pelos autores. O estudo trouxe que dentre os afrodescendentes o ato de namorar estava associado ao maior conhecimento sobre AIDS, correlacionando com uma atitude favorável ao uso de preservativos

1139

Conclusão

Diante dos fatos apresentados, em Angra dos Reis, a população mais acometida, segundo a faixa etária é de 35-49 anos, seguida da população de 20-34 anos. Ademais, a população com o ensino fundamental incompleto, seguido da população com ensino médio completo, junto com a faixa etária apresentada, estão diretamente relacionadas com os novos casos de vulnerabilidade nos pacientes com HIV no município, entretanto esses dados se diferem quando comparados com o cenário nacional. Em relação a etnia, a população branca possui maiores número de casos no município angrense, o que também difere da população nacional, que é em sua maioria a população preta e parda.

Portanto, concluímos que em Angra dos Reis a população mais afetada está entre os adultos jovens que não completaram o ensino fundamental, o que significa que a ausência de educação acadêmica é um fator de suscetibilidade à ISTs e ,ainda, que a população autodeclarada branca é a mais afetada.

Referências

ANJOS, Renata Holanda Dutra dos; SILVA, José Augusto de Souza; VAL, Luciane Ferreira do; RINCON, Laura Alarcon; NICHATA, Lucia Yasuko Izumi. **Diferenças entre adolescentes do sexo feminino e masculino na vulnerabilidade individual ao HIV**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, [S.L.], v. 46, n. 4, p. 829-837, ago. 2012.

Ayres JRCM, França Júnior I, Calazans GJ, Saletti Filho HC. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003. p. 117-39.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico especial- HIV/AIDS**, Brasília. Dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico especial- HIV/AIDS**, Brasília. Dez. 2021

CAMARGO, Brígido Vizeu et al. **Vulnerabilidade de adolescentes afrodescendentes e brancos em relação ao HIV/AIDS**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 27, p. 343-354, 2010.

Carmo, Michelly Eustáquia do e Guizardi, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2018, v. 34, n. 3 e00101417. epub 26 Mar 2018. ISSN 1678-4464.

DE ARAÚJO, Telma Maria Evangelista et al. Fatores de risco para infecção por HIV em adolescentes **[Risk factors for HIV infection in adolescents] [Factores de riesgo para infección por VIH en adolescentes]**. Revista Enfermagem UERJ, v. 20, n. 2, p. 242-247, 2012.

Ferreira MP. **Nível de conhecimento e percepção de risco da população brasileira sobre o HIV/AIDS**, 1998 e 2005. Rev Saúde Pública. 2008;42(1):65-71.

GARCIA, Sandra; SOUZA, Fabiana Mendes de. **Vulnerabilidades ao HIV/aids no Contexto Brasileiro: iniquidades de gênero, raça e geração**. Saúde e sociedade, v. 19, p. 9-20, 2010.

1140



Gupta GR, Ogden J, Warner A. **Moving forward on women's gender-related HIV vulnerability: The good news, the bad news and what to do about it.** Glob Public Health 2011; 6(Supl. 3):S370-S382. Brasil.

Nichiata, Lucia Yasuko Izumi et al. **The use of the "vulnerability" concept in the nursing area.** Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. 2008, v. 16, n. 5 Epub 09 Jan 2009. ISSN 1518-8345.

PAIVA, Vera; CALAZANS, Gabriela; VENTURI, Gustavo; DIAS, Rita. **Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros.** Revista de Saúde Pública, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 45-53, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO).

PEREIRA, Allana Lopes et al. **Impacto da escolaridade na transmissão do HIV e da Sífilis.** REVISTA INTERDISCIPLINAR CIÊNCIAS MÉDICAS, v. 6, n. 1, p. 19-23, 20220.

PEREIRA, Bianca de Souza et al. **Fatores associados à infecção pelo HIV/AIDS entre adolescentes e adultos jovens matriculados em Centro de Testagem e Aconselhamento no Estado da Bahia, Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 747-758, 2014.

PEREIRA, Thalita Galeno et al. **Análise do comportamento sexual de risco à infecção pelo HIV em adultos da população em geral.** Psico, v. 47, n. 4, p. 249258, 2016.

Souza FRP. **Aspectos dificultadores na prevenção do HIV/AIDS em adolescentes no Brasil: revisão integrativa.** [undergraduate thesis]. Brasília: Departamento de Enfermagem, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2018. 16p.

Sousa MA, Lyra A, Araújo CCF, Pontes JL, Freire RC, Pontes TL. **A política de AIDS no Brasil: uma revisão de literatura.** J Manag Prim Health Care. 2012; 3(1):62-6.

Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004.** Aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2009.

Trindade FF, Fernandes GT, Nascimento RHF, Jabbur IFG, Cardoso AS. **Epidemiological profile and trend analysis of HIV/AIDS.** Journal Health NPEPS. 2019; 4(1):153-65.

UNAIDS. **Report on the global AIDS epidemic 2016.** Geneva: AIDS by the numbers. 2016.

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DE PIGMENTOS VEGETAIS PARA INCORPORAÇÃO EM PRODUTOS DE CONSUMO HUMANO

Marcos Miguel Quimas do Amaral¹
Beatriz Paiva Nogueira¹
Marcone Augusto Leal de Oliveira²
João Joaquim de Matos¹
Priscila de Faria Pinto¹

Introdução

Os pigmentos naturais são componentes responsáveis pela origem das tonalidades e podem ser obtidos de frutos, folhas, flores, bactérias, fungos e insetos. As cores que prevalecem nos vegetais, por exemplo, resultam predominantemente das categorias de pigmentos como clorofila, carotenóides e flavonóides, na sua maioria. (Schiozer *et al*, 2013).

A ANVISA é responsável por regulamentar o uso de corantes alimentares no Brasil, abrangendo tanto corantes naturais quanto sintéticos, com o objetivo de proteger a saúde da população. Os corantes naturais, obtidos de fontes vegetais como raízes, caules, folhas, frutos e flores, são considerados mais seguros, não apresentando efeitos tóxicos e, adicionalmente, oferecem propriedades bioativas benéficas à saúde humana, como ação antioxidante, antimicrobiana e a prevenção de doenças crônicas. A capacidade desses corantes naturais de conferir cores aos alimentos ao mesmo tempo que proporcionam benefícios biológicos os torna altamente relevantes, beneficiando tanto consumidores, que desfrutam de produtos mais saudáveis, quanto a indústria, que pode associar suas marcas a produtos naturais e mais benéficos à saúde. Entre os corantes naturais comuns na indústria de alimentos, destacam-se o urucum, carmim de cochonilha, curcumina, antocianinas, betaláínas e caroteno natural, cada um com suas características únicas, como a notável cis-bixina do urucum e a estabilidade do carmim na obtenção de tons avermelhados. (Marques, 2022)

As antocianinas, que são pigmentos naturais presentes em vegetais, desempenham o papel de conferir tonalidades como vermelho, azul, roxo e laranja. Elas compõem o maior grupo de pigmentos solúveis em água no reino vegetal, o que as torna adequadas para aplicação em produtos alimentícios à base de água. Essas substâncias fazem parte de um subgrupo relevante dentro da categoria dos flavonoides e, do ponto de vista químico, são classificadas como

1142

¹ Laboratório de Estudo de Estrutura e Função de Proteínas, departamento de Bioquímica, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora,

² Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Química, Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora
Orientador: Dr^a Priscila de Faria Pinto, Universidade Federal de Juiz de Fora, priscila.faria@ufjf.br



compostos fenólicos. A estabilidade das antocianinas é influenciada por sua própria composição química, o que pode resultar em variações na cor e na ação desses pigmentos. Essas variações estão relacionadas à presença de açúcares acilados, metoxilas e grupos hidroxila nas moléculas das antocianinas. Um aumento na hidroxilação tende a gerar tons de azul, porém, reduz a estabilidade, enquanto um aumento na metoxilação resulta em tons mais avermelhados e uma maior estabilidade. Além da composição química, outros fatores como a presença de oxigênio, variações de pH, temperatura e exposição à luz também afetam a estabilidade da cor das antocianinas. As antocianinas oferecem diversos benefícios para a saúde humana devido às suas propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias. Elas desempenham um papel importante como reguladores da inflamação associada à obesidade e suas doenças crônicas relacionadas. Além disso, esses pigmentos proporcionam proteção contra distúrbios neurodegenerativos e cardiovasculares (Mattioli et al., 2020)

As betalaínas são pigmentos vegetais encontrados exclusivamente em plantas e apresentam uma estrutura fundamental chamada de 1,7 diazoheptamelaína. Existem dois principais tipos de betalaínas: as betacianinas, que conferem a cor vermelha, e as betaxantinas, responsáveis pela cor amarela. Assim como as antocianinas, as betalaínas também possuem funções biológicas importantes, atuando como antioxidantes e agentes anti-inflamatórios. Elas são predominantemente encontradas em plantas da ordem Centrospermae, com a beterraba sendo um exemplo notável de fonte desses pigmentos. A estabilidade das betalaínas está relacionada ao pH, sendo mais estáveis em faixas de pH entre 4 e 5, e é afetada pela presença de luz e oxigênio.

Por outro lado, os carotenóides não são pigmentos exclusivos de plantas, pois também estão presentes em crustáceos e peixes, contribuindo para as cores vermelhas, laranjas e amarelas desses alimentos e animais. Esses compostos fazem parte do grupo dos tetraterpenos e possuem uma estrutura molecular com uma longa cadeia de polienos contendo nove duplas ligações conjugadas, que são os cromóforos responsáveis pela cor. Além de sua função como pigmentos, os carotenóides são conhecidos por suas propriedades antioxidantes, combatendo os radicais livres e sendo benéficos para a saúde humana. Eles têm aplicações comerciais em indústrias nutraceuticas, alimentícias e de cosméticos.

Apesar das vantagens dos corantes naturais, nem todas as cores são facilmente obtidas na natureza, como é o caso dos corantes azuis. As antocianinas, que são responsáveis pelas cores azuis e roxas em frutas e vegetais, são as únicas fontes naturais dessa tonalidade, mas enfrentam desafios de estabilidade. Portanto, para alcançar a cor azul e outras cores derivadas, muitas vezes é necessário recorrer a corantes azuis sintéticos (Renhe et al., 2008).

Ravenala madagascariensis, conhecida popularmente como "árvore dos viajantes," é uma planta pertencente à família *Strelitziaceae*, sendo originária da ilha de Madagascar, mas adaptou-se com sucesso em regiões tropicais, encontrando um ambiente propício para seu crescimento na América, Ásia e Austrália. A espécie já apresenta uma ampla gama de aplicações, sendo utilizada

na construção de habitações, como fonte de alimento, para fins ornamentais e também com propriedades terapêuticas no tratamento de diversas condições, mas suas aplicações limitam-se às partes aéreas do vegetal. (Rakotoarivelo *et.al.*, 2015)

A morfologia do grupo inclui caule lenhoso, brácteas, folhas coriáceas e uma estrutura que envolve as sementes, denominada arilo. A Ravenala, por sua vez, apresenta traços distintivos que a distingue de outros gêneros de sua família, como um tronco semelhante ao de uma palmeira, folhas que lembram as das bananeiras, porém com uma orientação vertical, e suas sementes são envoltas por esse arilo de coloração azul, de estabilidade química incomum, apresentando durabilidade significativa e mantendo a pigmentação mesmo após morte celular. (Cron et al., 2012).

Os arilos são estruturas encontradas em torno de sementes que frequentemente exibem cores vibrantes. Sua função está ligada à polinização, atraindo animais que consomem os arilos e, assim, dispersam as sementes. Em Madagascar, os lêmures desempenham um papel importante como polinizadores, atraídos pelas cores, incluindo o azul, dos arilos (Melin et al., 2012). Estamos interessados no uso desses arilos como fonte de pigmentos naturais para produtos cosméticos, devido à sua origem natural e estabilidade de cor.

O objetivo deste trabalho foi elucidar sua composição química e propriedades biológicas dos pigmentos presentes nos extratos dos arilos de *R. madagascariensis*.

Objetivos gerais

Realizar uma caracterização morfológica detalhada dos arilos da espécie *R. madagascariensis*.
Padronizar a obtenção de extratos vegetais a serem utilizados nos ensaios e avaliar a presença e a composição de metabólitos secundários nos extratos obtidos;
Avaliar potenciais aplicações biológicas do extrato padronizado.

Metodologia, material e métodos

As amostras dos arilos azuis foram coletadas da planta *Ravenala madagascariensis*, localizada na cidade de Juiz de Fora – MG. Os arilos foram separados das sementes manualmente e armazenados em condições de temperatura ambiente. Uma amostra da planta já havia sido encaminhada ao Herbário Leopoldo Krieger da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o número de registro CESJ 63816, identificada pela Professora Doutora Fátima Regina Gonçalves Salimena.

Avaliação morfológica por microscopia óptica de campo claro e de fluorescência: Os arilos secos foram reidratados em solução de água destilada, álcool etílico 96%, glicerina e detergente, na proporção de 5:4:1, respectivamente, por um período de 72h. Após a incubação, os arilos foram cortados transversalmente usando um micrótomo de Ranvier e colocados em lâminas de

vidro com água, sendo cobertos com lamínulas. Para a microscopia de fluorescência, as fibras cortadas foram dispostas em lâminas, sendo cobertas por lamínulas. Foram observadas em um microscópio BX 51, equipado com uma câmera fotográfica Power Shot A640 Cannon® e um filtro DAPI. As análises microscópicas foram realizadas no Laboratório de Anatomia Vegetal do Departamento de Botânica do Instituto de Ciências Biológicas (ICB),

Avaliação morfológica por microscopia eletrônica de varredura: O MEV foi empregado para examinar os aspectos morfológicos e a composição química dos arilos. Foram analisadas fibras de arilos azuis ainda aderidas às sementes, sem nenhum tratamento prévio, assim como material liofilizado. Todas as análises foram realizadas no Laboratório Multiusuário de Bioprodutos e Bioprocessos (CentralBio) da Faculdade de Farmácia, na Universidade Federal de Juiz de Fora, utilizando um Microscópio Eletrônico de Varredura de bancada TM3030 da Hitachi® equipado com o módulo EDS SwiftED3000.

Análises centesimais: A determinação da umidade envolveu a secagem à pressão atmosférica, onde cerca de 0,5g de amostra foram pesados em uma placa de petri e secos em estufa a 105°C junto com areia purificada por 2 horas. O teor de umidade foi calculado com base na perda de massa durante a secagem. Para determinar os lipídios, os arilos foram submetidos a uma extração por Soxhlet, onde aproximadamente 2g da amostra foram pesados em um cartucho e extraídos com éter por 8 horas. O teor de lipídios foi calculado com base na massa extraída. A análise de proteínas foi realizada pelo método de Kjeldahl, que envolveu a digestão dos arilos em ácido sulfúrico com catalisadores, seguida de destilação e titulação. O teor de nitrogênio total foi utilizado para calcular o teor de proteínas. A quantificação de cinzas envolveu a incineração das amostras a 550°C em uma cápsula previamente pesada. O teor de cinzas foi calculado com base na diferença de massa antes e após a incineração. Por fim, o teor de carboidratos foi determinado por diferença, subtraindo-se os teores de umidade, lipídios, proteínas e cinzas. As análises físico-químicas forneceram informações essenciais sobre a composição dos arilos de *R. madagascariensis*, contribuindo para a caracterização nutricional desses componentes vegetais. Essas análises dos arilos foram conduzidas no Laboratório de Composição e Avaliação Nutricional de Alimentos, localizado no Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Análise fitoquímica: Foram preparados extratos hexânicos, etanólicos e em SDS 10% a partir de arilos frescos, adicionando-se 1g de arilos frescos em tubos falcon, aos quais acrescentou-se separadamente 10 mL dos diferentes tipos de solvente (Hexano, Etanol e SDS 10%). Após 24 horas de maceração, as amostras foram centrifugadas, os sobrenadantes foram coletados e os extratos secos e armazenados. A análise fitoquímica preliminar, para determinação das principais classes químicas de metabólitos secundários, foi feita seguindo protocolo descrito por Matos (1997), com modificações. As soluções foram preparadas na concentração de 10 mg/mL (40 mg de cada amostra em 4ml de MeOH) para a identificação de alcalóides pelo método de precipitação com os reagentes Dragendorff, Hager e Mayer; triterpenos e 25 esteróides através

do método de Liebermann-Burchard; cumarinas utilizando solução de KOH 10%; compostos fenólicos com solução de FeCl₃ 3%; flavonoides com solução de AlCl₃ 5%; antraquinonas através de solução de NaOH 0,5M; saponinas através do índice de espuma e taninos utilizando solução de gelatina. Os ensaios foram realizados em duplicatas. Amostras a 10 mg/mL foram usadas para identificar diversas classes de metabólitos secundários, incluindo alcalóides, triterpenos, esteróides, cumarinas, compostos fenólicos, flavonóides, antraquinonas, saponinas e taninos. Todos os ensaios foram realizados em duplicata.

Análise da presença de Alcalóides, Triterpenos e Esteróides, Cumarinas, Compostos fenólicos, Flavonóides e Antraquinonas: Para a detecção de alcalóides, três poços separados com 150 µL de amostra cada foram preparados, sendo tratados com reagentes de Hager, Mayer e Dragendorff, e a formação de precipitado ou turvação branca indicava resultados positivos. A presença de triterpenos e esteróides foi avaliada através da adição de anidrido acético e ácido sulfúrico concentrado, com cor azul-esverdeada para esteroides e vermelha para triterpenos. A identificação de cumarinas envolveu o gotejamento da amostra em uma tira de papel de filtro e a adição de solução de KOH a 10%, com fluorescência azul indicando cumarinas. Compostos fenólicos foram detectados pela adição de solução de FeCl₃ a 2% às amostras gotejadas em papel de filtro, gerando uma mancha azul escura. Flavonóides foram identificados com uma solução de AlCl₃ a 5%, exibindo fluorescência amarela sob luz UV a 365 nm. Por fim, antraquinonas foram reveladas com NaOH 0,5 M, resultando em coloração vermelha na solução.

Avaliação dos constituintes químicos, peptídeos e atividade antioxidante: Para conduzir a cromatografia de camada delgada, foram preparados extratos orgânicos (hexânico e etanólico) e em SDS 10% por meio de maceração estática. Os extratos orgânicos foram diluídos em metanol P.A. para atingir uma concentração final de 100 mg/mL, enquanto os extratos em SDS 10% foram diluídos em metanol P.A. Foram realizadas análises para detectar a presença de cumarinas e peptídeos, bem como para avaliar a atividade antioxidante das amostras. Cerca de 10 µL de cada amostra foram aplicados em placas de sílica gel (F254) usando capilares de vidro. As placas foram eluídas em uma cuba cromatográfica saturada, empregando fases móveis e reagentes específicos para cada componente investigado.

A investigação das cumarinas envolveu o uso de uma solução de éter e tolueno (50:50, V/V) como fase móvel, cumarina preparada em metanol P.A. como padrão e hidróxido de potássio a 10% como revelador. O resultado foi observado por meio da visualização da placa sob luz UV a 365 nm, onde a fluorescência esverdeada indicava um resultado positivo. A análise de peptídeos e a avaliação da atividade antioxidante foram realizadas com uma fase móvel composta por uma mistura de hexano, acetato de etila e solução de NaOH a 0,5 M (50:50:0,1, V/V/V). A Ninidrina a 0,5% foi utilizada como reagente revelador para a presença de peptídeos, enquanto o DPPH a 0,01% foi empregado como revelador para a atividade antioxidante.

Planejamento fatorial da extração do pigmento azul: Para determinar a via de extração mais adequada para as amostras, um planejamento fatorial foi elaborado, incluindo a organização do desenho experimental, a coleta de dados e a otimização do processo. Assim, uma abordagem exploratória foi realizada usando um modelo 2^3 , que envolve três fatores - tempo, pH e concentração de SDS - com dois níveis, superior (+) e inferior (-). Nesse experimento, foram avaliadas variações de tempo de 24 horas e 48 horas, valores de pH (entre 5 e 6 e entre 8 e 9) e concentração de SDS no extrator (2% e 10%). Para preparar as amostras, 0,1g de arilos in natura previamente tratados com hexano foram pesados em tubos falcon e adicionados a 5 ml de solução extratora (SDS 2% ou 10% solubilizado em água deionizada). As amostras foram maceradas usando uma ferramenta Potter. O pH foi monitorado usando um potenciômetro de bancada e ajustado com TRIS para alcalinidade ou ácido clorídrico 0,5 M para acidez, conforme necessário. Após o ajuste do pH, as amostras foram submetidas a um banho de ultrassom por 15 minutos e armazenadas em temperatura ambiente por 24 ou 48 horas. O tratamento com hexano foi empregado na tentativa de remover os componentes cerosos dos arilos e, assim, melhorar a eficácia da extração do pigmento. Para isso, 1g de arilos foi pesado em um béquer e misturado com 15 ml de hexano P.A. A solução foi mantida à temperatura ambiente até que a amostra seca e esse processo foi repetido por mais duas vezes. As amostras foram preparadas de maneira aleatória, seguindo uma ordem determinada por sorteio de acordo com uma tabela específica.

1147

Tabela 1 - Planejamento fatorial exploratório 2^3 para otimização da extração do pigmento de arilos de *R. madagascariensis*.

AMOSTRA	TEMPO	SDS	pH
5	24h	2%	5-6
6	48h	2%	5-6
3	24h	10%	5-6
2	48h	10%	5-6
8	24h	2%	8-9
1	48h	2%	8-9
7	24h	10%	8-9
4	48h	10%	8-9

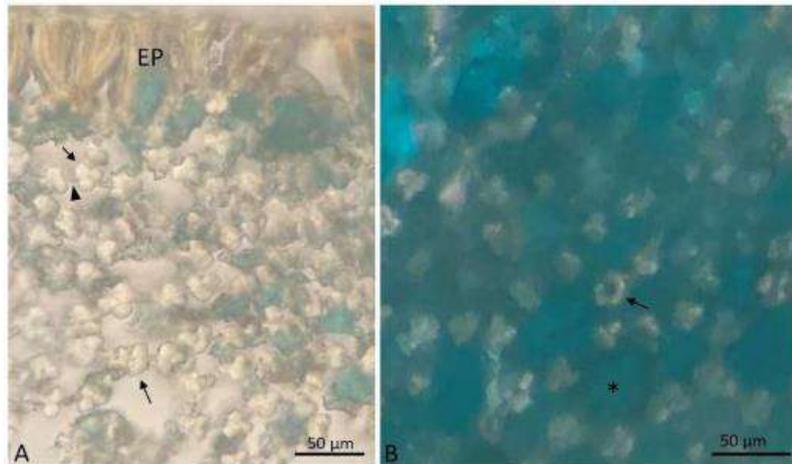
Caracterização proteica: O conteúdo proteico presente nos extratos de *R. madagascariensis* foi avaliado por meio de eletroforese em gel desnaturante. Inicialmente, o extrato padronizado dos arilos em SDS 10% foi precipitado utilizando ácido tricloroacético (TCA). Para isso, foram adicionados 900µl da amostra a 100µl de TCA em microtubos. As amostras foram centrifugadas a 8000 rpm por 10 minutos, o sobrenadante foi descartado e, em seguida, adicionados mais 900µl de água destilada e 100µl de TCA aos microtubos. Após nova centrifugação e remoção do sobrenadante, o pellet resultante foi lavado com 1 ml de água destilada, homogeneizado e centrifugado a 8000 rpm por 15 minutos. Esse processo de lavagem foi repetido três vezes. Após a precipitação, o pellet obtido foi ressuscitado em tampão de amostra para eletroforese, composto por Tris-HCl (0,2M pH 6,8), glicerol 15% (v/v), SDS 3% (w/v) e azul de bromofenol 0,01% (w/v). A eletroforese foi realizada em um sistema horizontal usando um suporte Amersham ECL Box GE Healthcare com um gel pré-fabricado da mesma marca contendo SDS na concentração de 8-16%. Antes da aplicação das amostras no gel, este passou por uma pré-corrida de 12 minutos a 160V imerso em tampão de corrida Amersham ECL Gel 10X diluído 1:10 em água destilada, seguindo as instruções do fabricante. Em seguida, as amostras e um padrão de peso molecular Novex® Sharp Pre-stained Protein Standard com intervalo de 3,5 - 260 kDa foram aplicados ao gel.

A corrida eletroforética foi conduzida a uma voltagem de 140V por 60 minutos. Após esse período, o gel foi submerso em uma solução fixadora composta por etanol, ácido acético e água destilada na proporção de 40:10:50 (v/v) por 30 minutos. Em seguida, o gel foi corado com Comassie Brilliant Blue R-250 0,01%, contendo etanol 25% (v/v) e ácido acético 5% (v/v), e submerso nessa solução por 10 minutos. Posteriormente, o gel foi lavado com água destilada para remover o excesso de corante e submerso em uma solução descorante composta por ácido acético 8% (v/v), etanol absoluto 25% (v/v) e água destilada 67% (v/v) até que as bandas de proteínas fossem visíveis, sob agitação a 60 rpm em uma bandeja agitadora. Por fim, o gel foi colocado em uma solução de conservação composta por glicerol e água destilada na proporção de 87:13 (v/v) durante mais 30 minutos.

RESULTADOS

Em microscopia, cortes transversais revelaram epiderme composta por células alongadas com paredes espessadas e uma tonalidade amarela. O parênquima exibiu células isodiamétricas com espessamentos nos ângulos opostos aos espaços intercelulares (Figura 1). A análise através da microscopia de campo claro com emissão de fluorescência levou à identificação da característica fluorescente das amostras em toda a extensão da fibra. (Figura 2)

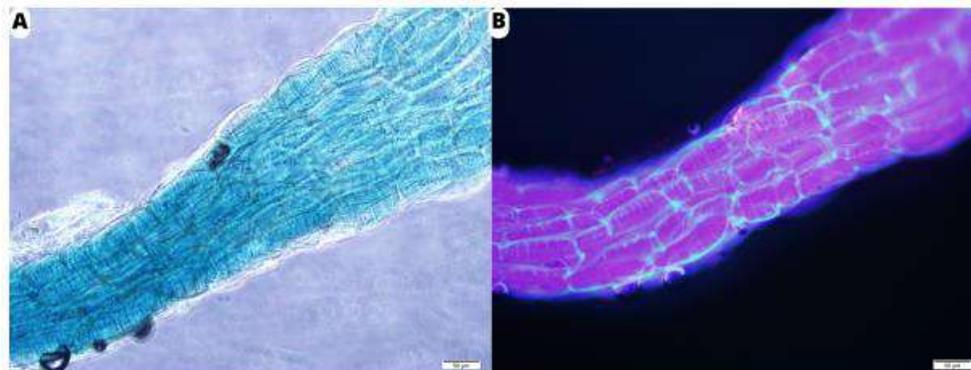
Figura 1 - Cortes histológicos transversais dos arilos de *Ravenala madagascariensis*.



Legenda - Cortes transversais de arilo de *Ravenala madagascariensis*, sem uso de corantes. A. Células sem conteúdo. B. Células com conteúdo (*). EP: Epiderme. Setas: Espessamento das paredes das células parenquimáticas. Cabeça de seta: Paredes celulares finas nas células do parênquima.

Figura 2 - Fibra de arilo em campo claro e avaliação da emissão de fluorescência dos arilos de *R. madagascariensis* observados por microscopia óptica.

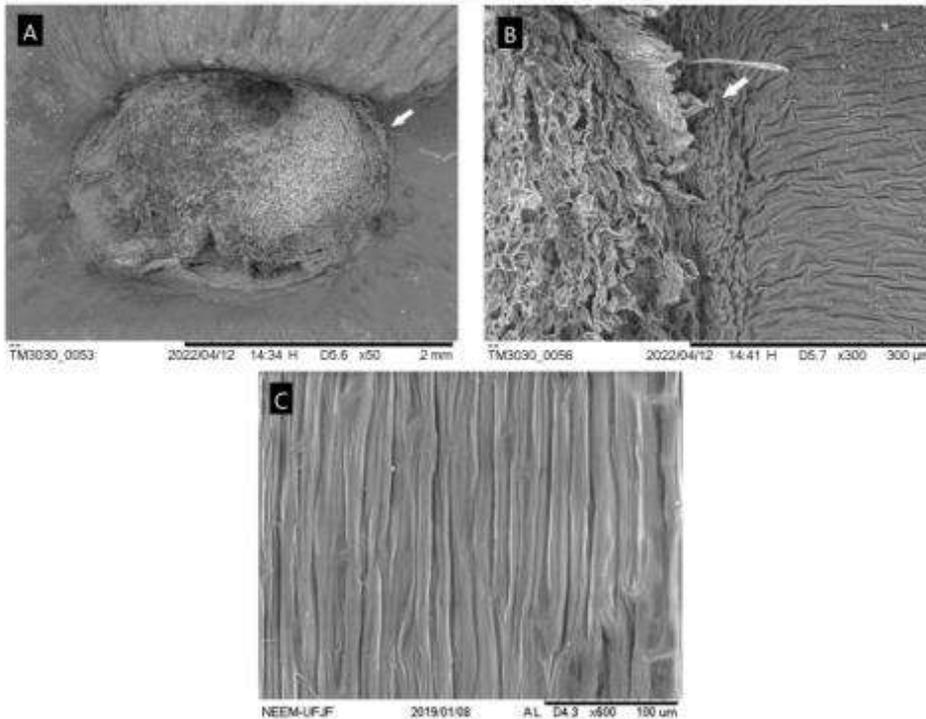
1149



Legenda: Em (A) Microscopia óptica de campo claro da fibra de Arilo azul de *R. madagascariensis*. Em (B) Análise de fluorescência da fibra de Arilo azul por microscopia óptica, com utilização de filtro DAPI.

Levando as amostras de arilo, sem tratamento prévio e liofilizado, ao MEV, viu-se que a composição consistia em 86% de carbono, 11% de oxigênio e 3% de silício na amostra. Por outro lado, o extrato liofilizado apresentou 52% de carbono, 18% de oxigênio, 3% de sódio, 11% de alumínio, 7% de enxofre e 6% de nitrogênio.

Figura 3 - Aspectos morfológicos de arilo de *R. madagascariensis* e sua inserção na semente



1150

Legenda: Aspectos morfológicos das estruturas dos arilos de *R. madagascariensis* observados por MEV. **(A)** Destaque para a parte central da semente de onde as estruturas celulares que compõem os arilos estão surgindo (seta branca). Em **(B)**, aumento e foco na inserção dos arilos na semente. Em **(C)** aspectos das células que compõem os arilos em maior aumento, os compartimentos são homogeneamente distribuídos ao longo da extensão dos arilos.

Figura 4 - Eletromicrografia do extrato liofilizado de arilos de *R. madagascariensis* e gráfico com composição da amostra em %

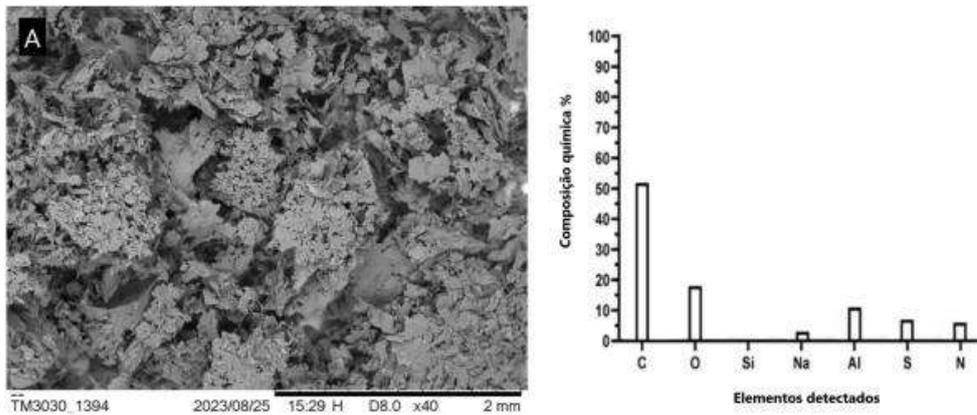
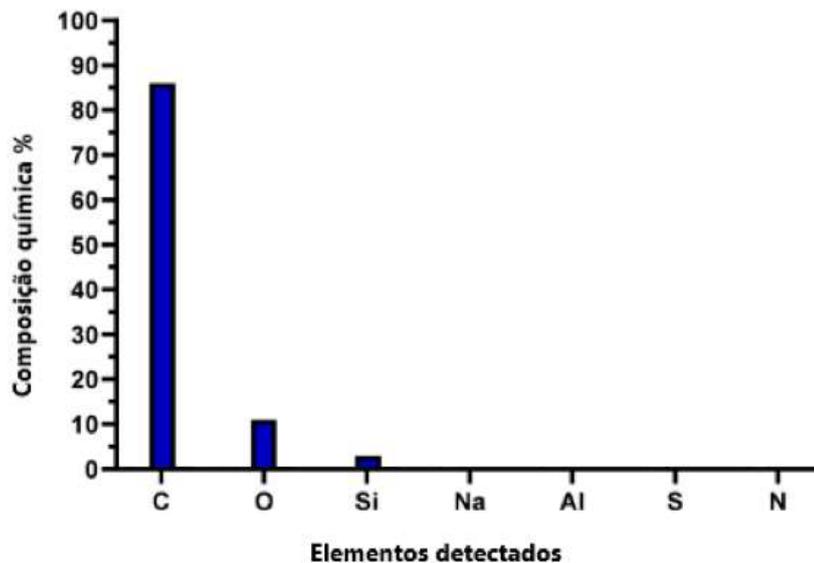


Figura 5 - Gráfico com composição da amostra *in natura* em %

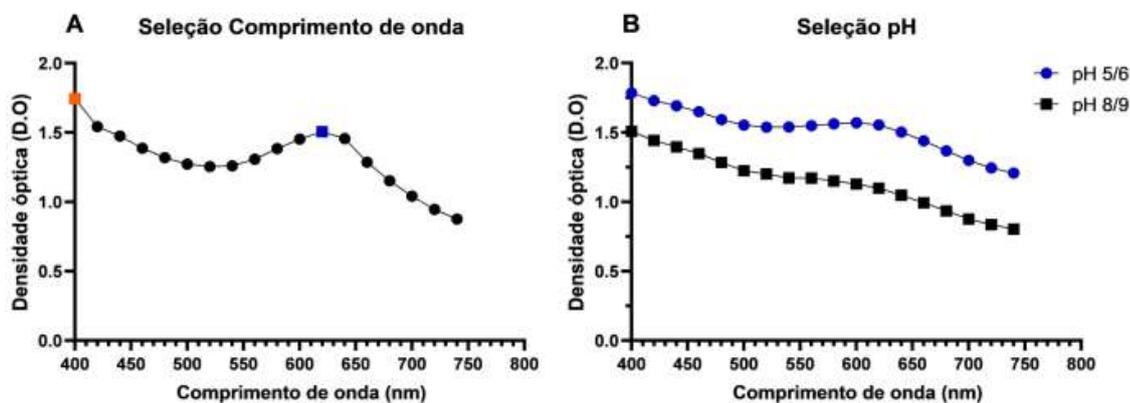


1151

A seleção da faixa de pH e comprimento de onda de absorção máximo (620nm) foi feita com base na densidade óptica (DO) para a extração em SDS, ajustando o pH alcalino com TRIS e o ácido com HCl 0,5M. Para a escolha da condição de extração mais adequada, foram definidos intervalos específicos de pH e comprimento de onda durante o planejamento fatorial. A

densidade óptica (DO), que se tornou a métrica-chave para a resposta padrão no planejamento, foi selecionada com base na análise do espectro das amostras em um espectrofotômetro, identificando a DO de máxima absorção do extrato, que foi encontrada em torno de 620nm. A análise das densidades ópticas dessas amostras permitiu determinar a faixa de pH mais adequada para o planejamento fatorial.

Figura 6 - Seleção de pH e seleção do comprimento de onda de máxima absorção de luz para extração mais eficiente do pigmento das amostras.



Legenda - Em (A) o gráfico representa a varredura do espectro de luz visível de um extrato de *R. madagascariensis* para identificação da D.O. de máxima absorção. Com destaque em laranja para o pico em 400nm e destaque em azul para o pico em 620nm. Em (B), a avaliação do pH de dois extratos de *R. madagascariensis* para evidenciar em qual ambiente, ácido ou básico, ocorre a melhor extração do pigmento. Com destaque em azul para os extratos com pH entre 5 e 6.

No ensaio exploratório, foram examinados três fatores, cada um com duas variações, para a extração: tempo (24h e 48h), concentração do extrator SDS (2% e 10%), e pH (5/6 e 8/9). Além disso, foi realizada uma repetição com tratamento prévio com hexano para avaliar se a remoção do componente ceroso da amostra poderia melhorar a extração. Os resultados foram registrados em valores de densidade óptica obtidos por espectrofotometria. A partir dos resultados obtidos, foi possível concluir que o tratamento com hexano não resultou em melhorias na extração. Além disso, as melhores combinações dos fatores avaliados foram observadas no caso da amostra 3, com extração realizada em 24 horas, concentração de SDS de 10%, e pH entre 5 e 6. No planejamento fatorial exploratório, não foi identificada uma influência significativa da variável tempo, uma vez que a variação entre os níveis baixo e alto de tempo, mantendo as outras

variáveis constantes, não produziu mudanças substanciais nas respostas observadas. Portanto, para otimizar a extração, o tempo foi fixado no nível mais baixo (24 horas), e um novo ensaio, explorando a melhor condição encontrada no planejamento exploratório, foi conduzido.

Tabela 2 - Resultados do planejamento fatorial exploratório 2³ para otimização das condições de extração do pigmento azul dos Arilos de *R. madagascariensis*.

AMOSTRAS	TEMPO	SDS	pH	R1_HEX (D.O. 620nm)	R2_SHEX (D.O. 620nm)
1	24h	2%	5-6	0,53895	1,50615
2	48h	2%	5-6	1,0154	1,2565
3	24h	10%	5-6	0,483	1,5546
4	48h	10%	5-6	1,20945	0,86175
5	24h	2%	8-9	1,06075	1,11195
6	48h	2%	8-9	0,9095	0,7387
7	24h	10%	8-9	0,8291	1,0981
8	48h	10%	8-9	0,80905	1,03895

Legenda - R1_HEX: Respostas do ensaio com tratamento prévio com hexano; R2_SHEX: Respostas do ensaio sem tratamento prévio sem hexano. O destaque amarelo indica o melhor tratamento. As amostras estão organizadas em ordem numérica crescente para

1153

A análise fitoquímica identificou a presença de alcalóides em todas as amostras avaliadas, mas não encontrou outros metabólitos. Inicialmente, a presença de cumarinas foi detectada nos

extratos em SDS e etanol, mas devido à fluorescência da amostra, a presença de cumarinas foi considerada indeterminada.

Tabela 3 - Resultados da marcha fitoquímica dos diferentes extratos de *R. madagascariensis*.

Metabólitos	RH	RE	RSDS
Alcalóides	+	+	+
Triterpenos e Esteróides	-	-	-
Cumarinas	ID	ID	ID
Compostos Fenólicos	-	-	-
Flavonoides	-	-	-
Antraquinonas	-	-	-
Saponinas	-	-	-
Taninos	-	-	-

Legenda – (+) positivo; (-) negativo; (ID) indeterminado; RH: Extrato hexânico de *R. madagascariensis*; RE: Extrato etanólico de *R. madagascariensis*; RSDS: Extrato em SDS 10% de *R. madagascariensis*.

1154

Tabela 4 - Resultados das análises centesimais.

Componentes analisados	Umidade (%)	Lípidios (%)	Proteínas (%)	RMF (%)	Carboidratos (%)
Amostra 1	3,71	81,44	7,48	0,78	
Amostra 2	3,81	81,45	7,03	0,75	
Amostra 3	3,60	81,46	6,79	0,80	
Média	3,71	81,45	7,1	0,78	7,03

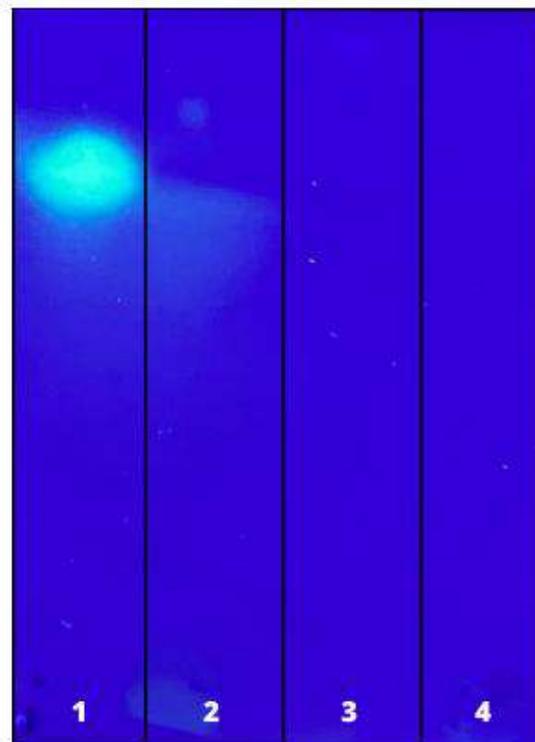
Legenda: RMF- Resíduos minerais fixos (teor de cinzas)

Com o propósito de identificar as classes de componentes químicos presentes nas amostras e avaliar a capacidade antioxidante dos extratos de *R. madagascariensis*, foi empregada a técnica de cromatografia em camada delgada (CCD). A análise visou a detecção de Cumarinas, peptídeos e a atividade antioxidante das amostras, utilizando reveladores e solventes específicos para cada propósito. Os resultados obtidos não indicaram a presença de cumarinas em nenhum dos três

extratos investigados (etanólico, hexânico e em SDS 10%). A revelação com Ninidrina apresentou resultados positivos nos extratos etanólico e hexânico, evidenciando o aparecimento de uma banda de coloração rósea com um valor de R_f igual a 0,6. No entanto, o extrato em SDS 10% não apresentou resultado positivo para a presença de peptídeos, pois não houve formação de banda correspondente.

Quanto à análise da atividade antioxidante utilizando o agente revelador DPPH 0,01%, os resultados indicaram positivo para atividade antioxidante nos extratos etanólicos e em SDS 10%, com a manifestação de uma banda clara e um valor de R_f próximo de 0,0. Por outro lado, o extrato em hexano não demonstrou atividade antioxidante, uma vez que não foram observadas bandas claras após a revelação.

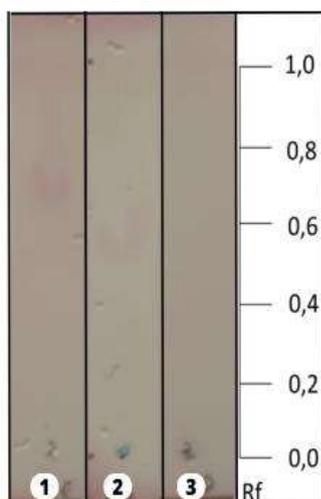
Figura 8 - Cromatoplaça dos extratos para análise da presença de Cumarinas



Legenda: Cromatoplaça para revelação de cumarinas com (1) padrão de cumarina utilizado; (2) extrato etanólico; (3) extrato hexânico; (4) extrato em SDS 10%. Fluorescência esverdeada como marcador de resultado positivo.

1155

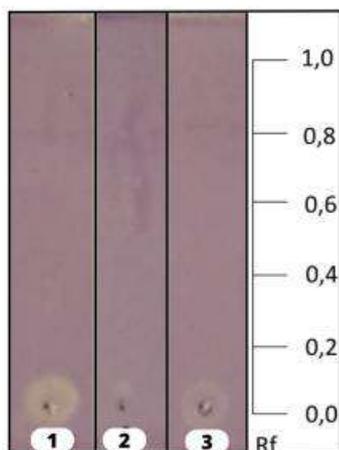
Figura 9 - Cromatoplaça dos extratos reveladas com Ninidrina para identificação da presença de peptídeos



Legenda: Cromatoplaça dos extratos etanólico (1); Hexânico(2) e extrato em SDS 10% (3) revelados com o reagente Ninidrina para investigação da presença de peptídeos. Banda de rósea como marcador de positividade.

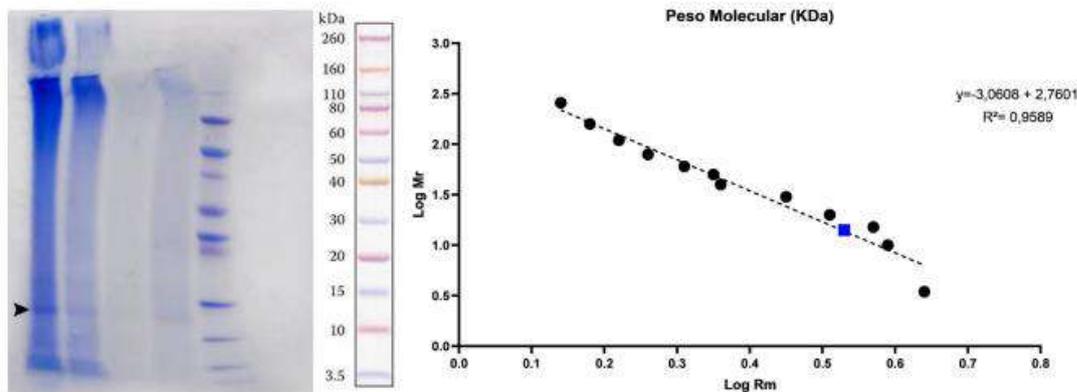
1156

Figura 10 - Cromatoplaça dos extratos revelados com DPPH para investigação de atividade antioxidante.



Legenda: Cromatoplaça dos extratos etanólico (1); Hexânico(2) e extrato em SDS 10% (3) revelados com o reagente DPPH para investigação de atividade antioxidante dos extratos.

Figura 11 - Gel de eletroforese dos extratos e curva de peso molecular da proteína alvo.



Legenda: A imagem mostra um gel de eletroforese com amostras de *R. madagascariensis*. À esquerda é possível visualizar as bandas proteicas indicadas com a seta e à direita o padrão de peso molecular utilizado em kDa. O gráfico ao lado representa a curva de peso molecular da proteína alvo com os pontos pretos representando as proteínas do padrão molecular e o quadrado azul representando a posição da proteína alvo.

Conclusão

1157

As estruturas que envolvem as sementes em algumas espécies da família Strelitziaceae, chamadas arilos, frequentemente têm coloração vibrante, apresentando um enorme potencial como fonte de corantes naturais. Isso é especialmente verdadeiro para os arilos azuis da espécie *Ravenala madagascariensis*, já que a obtenção de uma cor desse tipo e intensidade na natureza é rara. É importante destacar que existem patentes com alcance global que exploram o uso desses arilos em formulações cosméticas, ressaltando seu valor e versatilidade em diversas aplicações. E, inclusive, o grupo de pesquisa do Laboratório de Estrutura e função de Proteínas da Universidade Federal de Juiz de Fora também já aplicou o extrato de arilos de *R. madagascariensis* como corante em formulações cosméticas estáveis, concluindo que o extrato se trata de um agente promissor para incorporação em fórmulas farmacêuticas (Manoel et al, 2019).

Neste estudo, foi realizada uma caracterização detalhada e análise do pigmento azul encontrado nos arilos da planta *Ravenala madagascariensis*. As análises morfológicas e histológicas, usando diversas técnicas de microscopia, destacaram a presença do pigmento azul nas células das fibras dos arilos. No entanto, devido à presença de polissacarídeos e ceras nessas estruturas, foi desafiador detectar a presença de nitrogênio ou ligações peptídicas. Ao examinar seções de fibras de arilo fresco sob o microscópio de fluorescência, foi possível observar fluorescência em toda a extensão das fibras. Isso levou à conclusão de que todo o pigmento azul presente nas células

dos arilos é fluorescente. Essa característica desperta interesse como um potencial valor agregado ao utilizar extratos de arilos como pigmentos, pois além de sua cor natural, eles também podem conferir fluorescência ao produto pigmentado.

Através da microscopia eletrônica de varredura, foi possível examinar as inserções das fibras dos arilos em suas sementes, revelando inserções firmes com camadas ao longo de todo o comprimento das fibras. Além disso, essa técnica proporcionou insights sobre a composição química dos arilos, que *in natura* apresentam uma elevada proporção de carbono e baixas quantidades de oxigênio e silício. No entanto, a presença abundante de cera nos arilos levantou a possibilidade de que os resultados da composição estivessem sendo influenciados por essa cera. Para investigar mais a fundo, foi preparado um extrato dos arilos, que foi liofilizado e submetido à mesma análise microscópica. Os resultados apontaram uma redução na porcentagem de carbono, explicada pela diminuição da cera na amostra, bem como um aumento nos níveis de oxigênio, sódio, alumínio, enxofre e nitrogênio. A presença de nitrogênio na amostra sugeriu a existência de compostos nitrogenados, enquanto elementos como enxofre e sódio podem ter origem no extrator utilizado no preparo do extrato, o Dodecil sulfato de sódio (SDS).

A avaliação fitoquímica não identificou a presença de metabólitos secundários que pudessem ser responsáveis pela cor azul observada nos arilos, e as análises de flavonoides e fenóis também resultaram em resultados negativos, afastando a possibilidade de a cor ser devida a antocianinas. Vale ressaltar que a positividade encontrada para os alcalóides pode, na verdade, ser uma reação cruzada a presença de proteínas na amostra, já que uma das limitações das técnicas utilizadas para identificação destes metabólitos é o resultado falso-positivo com proteínas, purinas, alfa-pironas, algumas cumarinas, hidroxifenóis e lignanas (Mascato, 2013).

Não foi possível detectar qualquer indício da presença do metabólito cumarina usando fases móveis e padrões específicos. No entanto, resultados positivos foram obtidos, sugerindo a possível presença de peptídeos, uma vez que bandas foram observadas em dois extratos durante a revelação com ninidrina, um revelador que reage com aminoácidos (Medina & Lozano, 2016). Surpreendentemente, foram identificados extratos com atividade antioxidante, por meio da revelação das cromatoplacas com DPPH, e presença de peptídeos. A ausência de fenóis nas amostras e a estabilidade do pigmento testada por aproximadamente 2 meses são fatores que excluem a possibilidade da influência de antocianinas na cor azul observada nos arilos de *R. madagascariensis*. Isso ocorre porque as antocianinas, geralmente associadas à cor azul dos vegetais, são conhecidas por sua instabilidade, que é influenciada por diversos fatores, incluindo sua estrutura química, exposição ao oxigênio, variação de pH, temperatura e luz.

Para saber melhor acerca da composição química, foram realizadas análises centesimais, conduzidas de acordo com o documento de Métodos físico-químicos para análise de alimentos do Instituto Adolfo Lutz. Os resultados evidenciaram a presença considerável de proteínas na amostra. Os resultados apontaram que a quantidade de carboidratos e proteínas na amostra

estavam próximas de 7%, enquanto os lipídios representavam uma grande porcentagem, aproximadamente 81%. A alta concentração de lipídios reforça a barreira que a composição cerosa oferece, dificultando a penetração dos reagentes no interior do arilo e, consequentemente, tornando mais difícil a extração do pigmento.

O planeamento fatorial utilizado para extrair o pigmento azul permitiu determinar as condições ideais de extração, resultando em um extrato estável. Concluiu-se que a variável que mais impacta na extração do pigmento é a concentração do extrator, e o comprimento de onda com o pico de absorção mais alto se encontra em torno de 620nm.

A caracterização proteica do pigmento azul por meio de eletroforese indicou a presença de um peptídeo ou proteína com 14,03 kDa. Assim, a identidade e o potencial aplicação da proteína alvo deste trabalho ainda permanece em dúvida e necessitará de ensaios complementares para sua completa elucidação de sua identidade.

Referências

CRON, G. V. *et al.* Phylogenetic Relationships and Evolution in the Strelitziaceae (Zingiberales). Systematic Botany. 2012.

GRUBER, J. V.; LUDWIG, P. L. Composition for treating skin pigmentation. Applicant: LONZA WALKERSVILLE INC. WO 2013/092973 A2. 27 de junho de 2013.

Instituto Adolfo Lutz (São Paulo). Métodos físico-químicos para análise de alimentos / coordenadores Odair Zenebon, Neus Sadocco Pascuet e Paulo Tíglea -- São Paulo: Instituto Adolfo Lutz, 2008.

MARQUES, I.B. Prospecção de corantes naturais oriundos de flores comestíveis. 2022.

MASCATO, D. R. L. H. Avaliação da capacidade antioxidante do extrato de Cubiu (*Solanum sessiliflorum* Dunal) e de suas frações: um ensaio *in vitro*. 2013.

MATTIOLI, R. *et al.* Anthocyanins: A comprehensive review of their chemical properties and health effects on cardiovascular and neurodegenerative diseases. *Molecules*. 2020.

MELIN, A.D. *et al.* Why aye-ayes see blue. *American journal of Primatology*. 2012.]

PORTILLO, F. V. L.; JIMÉNEZ, A. Pigmentos en microalgas: funciones, aplicaciones y técnicas de sobreproducción. Departamento de Ingeniería Celular y Biotecnología, Instituto de Biotecnología, Universidad Nacional Autónoma de México. *BioTecnología*, Vol. 25 No.5. 2021

1159



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

RAKOTOARIVELO, N.H. *et al.* Medicinal plants used to treat the most frequent diseases encountered in Ambalabe rural community, Eastern Madagascar. *Journal of ethnobiology and ethnomedicine*. 2015.

RENHE, I.R.T. Extração e estabilidade do corante azul de jenipapo (*Genipa americana* L.). 2008.

RENIMEL, I.; ANDRE, P. Extract of the plant ravenala madagascariensis and use as cosmetic hydrating agent 2011.

SCHIOZER, A.L. *et al.* Estabilidade de corantes e pigmentos de origem vegetal. 2013.

SILVA, J. N. R. Pigmentos Naturais de Origem vegetal: Clorofilas, Antocianinas e Betalaínas Alterações e Benefícios . 2020

SKOOG, D. A., WEST, D. M., HOLLER, F. J., CROUCH, S. R. Fundamentos de Química Analítica. tradução da 8ª edição. 2006

1160



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CONCEPÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE COMO CIÊNCIA E PRÁTICA POR GRADUANDOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Maria de Fátima Ferreira de Vasconcelos¹

Introdução

A proposta deste estudo é identificar as representações sociais que os graduandos em Educação Física e Pedagogia possuem a respeito da Psicomotricidade enquanto ciência aplicada, relacionando o conhecimento que estes absorvem a partir de suas experiências discentes e uma provável prontidão para a utilização da Psicomotricidade como recurso pedagógico em suas práticas. A Psicomotricidade é uma ciência que proporciona a oferta de conhecimentos necessários para uma prática educacional constituída de relações qualitativas, com vistas a promoção do desenvolvimento do ser humano (Alves; Schaefer, 2019). O princípio fundamental da qualidade dessa relação se dá por meio da ênfase existente na compreensão do ser humano de maneira integral, considerando a indissociabilidade dos aspectos corporais, emocionais e cognitivos (Fonseca, 2019b). Diante de tais argumentos entendemos que a Psicomotricidade não pode estar ausente na formação de futuros educadores. A partir de uma pesquisa realizada em bancos de dados disponíveis no ambiente virtual (BIREME, Google acadêmico, Periódicos da área de Psicomotricidade, Educação Física, Pedagogia e Educação, Scielo e banco de teses e dissertações de universidades distintas), identificamos produções de temática semelhante à intencionada neste estudo o que nos possibilitou identificar uma visão das produções científicas já constituídas que apresentam temas sobre a aplicação dos conhecimentos proporcionados pela Psicomotricidade na Pedagogia e Ed. Física, estes estudos apontam a importância da promoção do desenvolvimento psicomotor em crianças, por meio da atuação de professores (Silva; Reis et al, 2017); a importância da formação de graduação em Educação Física possuir disciplinas do universo de conhecimento da Psicomotricidade (Santana; Custódio; Prado, 2017); a necessidade de uma maior interseção entre Educação Física e a Psicomotricidade enquanto áreas de formação profissional (Costa, 2019) e também a importância da utilização de jogos, brinquedos e brincadeiras como instrumentos de desenvolvimento psicomotor em crianças da educação infantil por professores (Ruhena; Luz; Santos, 2017). Foi identificado também que os alunos de graduação de Educação Física não são submetidos a uma formação curricular que lhes proporcione uma representação em consonância com os princípios organizadores e definidores da Psicomotricidade enquanto

1161

¹ Doutora em E. Física, Psicomotricista, Prof. De Ed. Física, esp. em Neurociência, docente, conteudista e pesquisadora da UNESA, docente de pós-graduação na Universidade Souza Marques, UNISSAUDE Educacional e Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, pesquisadora do LARPS.

ciência (Vasconcelos,2016). Tais estudos sugerem que a Psicomotricidade é uma ciência relevante como proposição pedagógica dedicada a promoção do desenvolvimento integral de crianças e que pode ser utilizada na prática da educacional, proporcionando uma atuação mais qualitativa no que se refere à promoção do desenvolvimento infantil. Entretanto tais pesquisas não apontam se os graduandos de Licenciatura em Educação Física e Pedagogia alcançam ao final de sua formação uma compreensão bem constituída a respeito da Psicomotricidade enquanto ciência e prática que possa lhes proporcionar a aplicação prática de tais conhecimentos em coerência com as proposições científicas desta ciência. Deste modo se faz necessário compreender como os egressos ou finalistas dos cursos de formação em Educação Física e Pedagogia representam a Psicomotricidade enquanto ciência, na perspectiva de identificar uma provável prontidão destes para a utilização da Psicomotricidade em suas futuras práticas educativas, pois é tácito o conhecimento de que a forma como os sujeitos concebem determinado fenômeno direciona suas escolhas, portanto suas ações (Campos,2003). Com a identificação de tais representações é possível conhecer fragilidades existentes na formação de tais indivíduos possibilitando a detecção de prováveis transformações e consequente qualificação na formação destes profissionais. É com a intenção de buscar resposta a esta indagação que nos propomos realizar o atual estudo, utilizando para tal, os constructos teóricos da Psicomotricidade para proposição de aprendizagem e inserção desta prática no ambiente educacional e a Teoria das Representações Sociais, para nos orientar na identificação da concepção que estes sujeitos apresentam sobre esta ciência. A abordagem metodológica adotada será a aplicação de um questionário semiestruturado aos sujeitos intencionados e para o tratamento dos dados serão utilizados instrumentos de análise segundo a abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais como a análise prototípica, análise de similitude e teste de centralidade. A hipótese gerada é que, de posse da identificação da Psicomotricidade enquanto ciência que oferece um conjunto de conhecimentos promotores de uma compreensão adequada dos processos de desenvolvimento humano, os futuros educadores terão maior diversidade de mecanismos educativos e adequação na aplicação destes para a ampliação da qualidade no atendimento às demandas educacionais existentes em sua prática. O estudo em questão para além de apresentar um tema cuja interesse profissional é de relevância identificável, também há uma demanda de conhecimento específico desta área em função de sua recente regulamentação como profissão. A intenção dessa pesquisa tem como principal intuito a ampliação da qualidade da prática da Educação Física e da Pedagogia no ambiente escolar ancorada em uma compreensão da formação dos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento de tal prática, propondo sugestões para um fazer baseado em evidências científicas.

Psicomotricidade: o surgimento da ciência

A Psicomotricidade teve sua origem na Europa e América fundamentalmente na França, expandindo-se posteriormente para a América do Sul e mais recentemente no Brasil. Hoje apresentada como uma ciência cuja profissão encontra-se regulamentada pela Lei nº 13.794/2019, desde 03 de janeiro de 2019 e representada pela Associação Brasileira de Psicomotricidade (ABP). A configuração atual que a Psicomotricidade assume no Brasil, enquanto área de conhecimento, prática clínica e educacional foi constituída ao longo de um extenso período de construção científica, prática consolidada, pesquisas, experiências em distintas áreas, interações com outras ciências, áreas de atuação e realizações teórico-metodológico- científicas (Morizot, 2010).

Segundo esta autora (Morizot, 2010), a Psicomotricidade teve sua gênese na Neuropsicologia, provocada por uma necessidade de identificação de processos específicos expressos no corpo, nos movimentos. A palavra Psicomotricidade surgiu a partir de estudos aplicados de Ernest Dupré que, em 1907 descreveu a respeito da síndrome da debilidade motora, relacionando este comprometimento corporal a uma causa mental, e apontou perturbações motoras que possuem causas notadamente psíquicas. Outro autor que também contribuiu de modo significativo para a construção conceitual e prática desta ciência foi Jean Claude Coste, que em 1978, nos apresentou a expressão: “o homem é o seu corpo”, indicando a compreensão do corpo de forma global. Neste período, mais especificamente em 1979, Maine de Biran apontou que a ação humana é fundamental para a construção da consciência que o sujeito tem de si próprio e do mundo exterior, indicando o movimento como um componente essencial na estruturação psíquica, portanto na construção do eu.

Sob influência da neuropsiquiatria, pesquisas foram evoluindo e novos constructos foram sendo apresentados como por exemplo o termo Psicomotricidade utilizado pela primeira vez por Wernick, o conceito de debilidade motora criado por Dupré em 1907, o conceito de esquema postural apresentado por Head em 1911, a concepção de imagem corporal apresentado por Paul Shield em 1923 e o termo diálogo tônico apresentado por Henri Wallon em 1986, tais conceitos continham de modo claro a relação entre a psique e a motricidade. A educação física foi uma área de conhecimento que muito contribuiu para a evolução da Psicomotricidade, alguns autores dessa área como Tissie e Jean Le Boulch, ainda no início do século XX, adotaram a concepção de que existia estreita relação entre o pensamento e o movimento, com o intuito de promover um afastamento da visão estritamente corporal predominante na prática da Educação Física na época (Morizot, 2010).

A seguir, na linha de acontecimentos importantes para o desenvolvimento da Psicomotricidade foi identificada a influência de grandes psicólogos como Merleau Ponty, Arnold Gessel, Henri Wallon, Jean Piaget, Diatkaine e Julian de Ajuriaguerra, o que contribuiu para reafirmar a ideia de que o corpo possui emoção, que o corpo é capaz de expressar essa emoção. O conceito de

corpo na Psicomotricidade, alcançou a ideia de um corpo expressivo, corpo que fala, corpo que emite significados oferecendo possibilidade de expressão harmônica da afetividade por meio do movimento. Esta ideia foi desenvolvida principalmente por autores com formação de origem psicanalítica como Françoise Dolto, Willian Reich, Alexander Lowen e Perls e origem na etiologia infantil como Zazzo, Lezine e Brunelli

No Brasil, os primeiros registros encontrados desta ciência datam dos anos 50 com a atuação de profissionais ligados à área de reabilitação e posteriormente a atuação na vertente terapêutica fundamentalmente desenvolvida a partir de 1977, quando Françoise Desobeau foi trazida ao Brasil por profissionais que já atuavam com a Psicomotricidade. Em 1982, o I Congresso Brasileiro de Psicomotricidade foi realizado na cidade de Belo Horizonte e se fizeram presentes muitos convidados internacionais destacando-se André Lapierre autor da linha de trabalho denominada psicomotricidade relacional, assim como Françoise Desobeau, Estèban Levin, Alfredo Jerusalinski, Bernaard Acouturier e Victor da Fonseca. Tal movimento fortaleceu a prática da Psicomotricidade no Brasil assim como a construção de suas bases teóricas metodológicas. Neste período surgiram também cursos de pós-graduação em Psicomotricidade em alguns entre eles Rio de Janeiro e Paraná inicialmente. Em 1989, no Instituto Brasileiro de Reabilitação, foi aberto o primeiro curso de graduação em Psicomotricidade. Atualmente além dos cursos de Pós-graduação existentes em diversos estados brasileiros contamos com as formações desenvolvidas por diferentes instituições em estados distintos, representadas por distintos profissionais.

Psicomotricidade e aprendizagem

Para compreendermos a função da Psicomotricidade como ciência que se propõe a contribuir positivamente para o processo de aprendizagem, será fundamental retomarmos a especificidade desta prática, apresentada anteriormente, como uma ciência que trata da concepção do desenvolvimento humano segundo uma perspectiva integral. A sua concepção hoje formulada, é que se constitui como uma ciência que tem como objeto de estudo o ser humano por meio do seu corpo em movimento, respeitando suas dimensões cognitiva, motora, afetiva e social, portanto, segundo uma visão de integralidade, compreendendo ainda este corpo como o principal meio de aquisição de aprendizagem. Segundo Fonseca (2008, p. 1), a Psicomotricidade pode ser conceituada, sucintamente, como “o campo transdisciplinar que estuda e investiga as relações e as influências, recíprocas e sistêmicas, entre o psiquismo e a motricidade”

O corpo, segundo esta ciência, é o primeiro e fundamental meio pelo qual a criança aprende e percebe o mundo a sua volta, esta possibilidade de apreensão do mundo é possível pela existência das sensações que são mobilizadas diferentes estímulos como os sons, movimentos, gestos e interações. A organização das sensações, oriundas do ambiente externo e interno ao



indivíduo estruturam a aprendizagem, que por sua vez proporcionam o desenvolvimento gradativo (Galvão, 2023).

É tácito, o conhecimento a respeito da capacidade contínua e ampla de aprendizagem inerente a característica humana, o que possibilita ao ser humano ser submetido a transformações ao longo de sua vida bem como provocar transformações em sua realidade. Estes fatores compõem o seu desenvolvimento, que por sua vez, é definido pelo conjunto de modificações que o sujeito sofre em sua existência, relacionadas as estruturas orgânicas, as funções cognitivas, aos estados emocionais e a capacidade de estabelecer relações (Barbosa, 2002). Podemos então, nos referir ao desenvolvimento humano como decorrente de um acúmulo de aprendizagens, que por sua vez é resultante do somatório de registros de memória, oriundos das experiências vividas pelo indivíduo. A escola neste sentido, se configura como um importante ambiente para o desenvolvimento do ser humano uma vez que se responsabiliza por proporcionar significativa parcela destas experiências em prol de sua inserção na cultura, de aquisição das habilidades humanas, ampliação do conhecimento, entre outros (Loureiro, 2002).

Segundo Fonseca (2019b), os estímulos provocados nas experiências, são captados, decodificados, processados, comparados e geram planejamento que resultam em respostas. Este processo possibilita a aprendizagem. É importante ressaltar que a construção do conhecimento é algo que se dá de dentro para fora e não de fora para dentro, pois a construção do conhecimento se dá a partir das interações sensorio motoras, que organizadas se transformam em percepções, associações e registro de memória. Este processo se dá em decorrência da ação complexa e imbricada de estruturas nervosas para que um novo e mais qualitativo comportamento em uma nova expressão no mundo surja como resultado.

De acordo com alguns autores, como Henri Wallon, Levi Vygotsky e Jean Piaget as experiências motoras da criança são precursoras e decisivas na construção do pensamento. na elaboração progressiva das funções mentais. De um modo contínuo e gradativo as formas superiores de cognição na criança vai se desenvolvendo, em cada fase do desenvolvimento, a partir da complexificação das suas ações, da exploração que esta faz no mundo. Segundo Thompson (2020, p.83) “Podemos assim dizer que, em termos de evolução, a motricidade é uma condição de adaptação vital. Sua essência reside no fato de nela o pensamento poder manifestar-se. A pobreza do seu campo de exploração irá retardar e limitar a capacidade perceptiva do indivíduo”. Neste sentido podemos compreender que a Psicomotricidade considera o corpo como meio fundamental e privilegiado que possibilita a expressão, a comunicação, o desenvolvimento das relações com outro, com o ambiente, com os objetos e consigo próprio. O movimento do corpo, portanto, assume uma importante possibilidade de linguagem, onde os significados são transmitidos e as experiências são transformadas em aprendizagem. A criança propõe, na construção dos seus movimentos, a significação dos seus atos, ela demonstra para si e para os outros suas possibilidades de ação, percebe a si mesmo, percebe o outro e o ambiente a sua volta, criando, desse modo, uma representação do mundo e de si mesmo. Desde a origem do

desenvolvimento humano, as ações são constituídas de trocas, que originam as informações sensoriais, que são decodificadas e transformadas em percepções, que por sua vez são responsáveis por desencadear emoções, construir das imagens e consolidar a aprendizagem. A ação da criança organiza o pensamento, a partir dela há uma construção cognitiva (Alves e Schaefer, 2019).

O corpo atua como a possibilidade de expressão e comunicação dos estados internos, dos estados emocionais, das intenções e dos pensamentos. Essa possibilidade se concretiza por meio de alterações tônicas, organizações posturais, movimentos, gestos, entre outros. A este respeito Wallon nos organiza conceitualmente apresentando a ideia de função tônico postural indicando que esta tem um papel importante na expressão das nossas emoções (Almeida, 2022). A partir das nossas posturas e dos nossos movimentos as emoções, que permanecem vinculadas às funções neurovegetativas, são capazes de alterar e regular a função muscular, o que faz variar de forma mais notável o tono de resposta aos diferentes estímulos externos e internos. Sabemos que a elaboração das ideias e dos sentimentos é peculiar em cada indivíduo, e do mesmo modo peculiar é a comunicação destes por meio de seus movimentos, variações tônicas, posturas e gestos. A identificação desta comunicação no ambiente escolar muito pode nos informar de seus estados emocionais. Como sendo fruto da alternância entre afeto e razão, é comum que as respostas corporais das crianças tenham vigor mais pronunciado do que a expressão do comportamento, que traz como mensagem as demandas, as ideias, as necessidades e as intenções (Wallon, 2010).

A partir da característica única do ser humano, que é a possibilidade de aprender por meio das relações estabelecidas, devemos observar o processo ao qual o sujeito é submetido em seu percurso de aprendizagem. Tal especificidade é considerada pela Psicomotricidade como fundamental para que o desenvolvimento seja possível e para além de apresentar esta proposição, entende que este desenvolvimento se dá eminentemente por meio das suas ações corporais e segundo uma perspectiva de integralidade (Mattos, 2020). A intenção de compreender a proposição de desenvolvimento que a Psicomotricidade assume, a forma como um sujeito constrói essa aprendizagem e o seu desenvolvimento é o centro da atenção deste estudo, uma vez que buscamos entender novas possibilidades de qualificar o processo de aquisição de aprendizagem por seus atores, os educadores.

A prática da Psicomotricidade no ambiente escolar, envolve inexoravelmente uma abordagem que se utiliza do corpo em movimento, em prol do desenvolvimento e define que as relações devem configurar como sustentáculo ao trabalho a ser desenvolvido (Almeida, 2022, 2008). De acordo com esta afirmação, é possível compreender que a criança, ao mesmo tempo em que é provocada pelo mundo, pelo outro e pelo ambiente promove um movimento dialético de retorno a estes, quando então, os provoca. O profissional da educação se beneficia com essa proposta de trabalho uma vez que a prática psicomotora favorece as relações, favorece as explorações sensório-motoras, cognitivas e afetivas.

A Psicomotricidade, segundo Fonseca (2021), proporciona ferramentas essenciais ao para o universo educacional uma vez que possibilita a criação de bases para a formação de indivíduos autônomos, criativos, expressivos e capazes de se inserir sadamente no contexto social, pelo amadurecimento e liberação dos seus desejos, perspectivas e possibilidades. A Psicomotricidade por meio de uma proposta lúdica e corpórea, promove o desenvolvimento da capacidade de percepção do movimento, da intencionalidade da ação, favorecendo a ampliação do repertório corporal e, conseqüentemente, da capacidade de representação. A escola deve configurar como o espaço promotor de condições para o desenvolvimento de habilidades e capacidades individuais, por meio de descobertas, de estímulos diversos, de um ambiente acolhedor, de confiança e respeito.

Sousa e Silva (2013) apontam que quanto mais inicial for a oferta de estímulos para o desenvolvimento das funções psicomotoras, melhores serão os resultados apresentados no desempenho escolar. Ciasca et al. (2015), corroboram com esta afirmação ressaltando a importância da compreensão dos constructos teóricos e práticos da Psicomotricidade por profissionais da Educação para que estes possam atuar de modo mais efetivo e preventivo na aquisição das habilidades escolares. De acordo com tais afirmações, enalteçemos a essencialidade da formação de educadores estarem edificadas em pilares científicos sólidos considerando a imprescindibilidade do desenvolvimento de um ensino que proporcione o eficaz desenvolvimento de crianças.

De acordo com Rodrigues (2021), pesquisas revelam que há lacunas significativas na formação inicial e continuada de professores e aponta para o fato de que a prática pedagógica regida pelos parâmetros disponíveis nesta formação provoca uma realidade onde crianças são submetidas a exigências com prioridade a construção da língua escrita, do raciocínio lógico, demanda de muita concentração e disciplina o que imprime uma imobilidade aos corpos destas crianças. Tal característica justamente se opõe às ideias apresentadas como proposição de aprendizagem e desenvolvimento na Psicomotricidade.

1167

Metodologia

Com o intuito de desenvolvimento desta pesquisa de natureza aplicada e característica descritiva, foi adotada uma abordagem metodológica segundo uma perspectiva qualitativa e quantitativa, na medida em que o tema tratado, bem como o objeto e o campo de pesquisa demandam uma abordagem que proporcione uma aproximação segundo estas características. Foi adotada uma revisão bibliográfica não sistemática nas referências teóricas disponíveis sobre o tema tratado para que fosse possível constituir um contorno conceitual a respeito do campo e objeto pesquisado. Como procedimento metodológico complementar foi adotado a elaboração e aplicação de um questionário semi-estruturado, com o intuito de compreensão da forma de organização do pensamento e das práticas dos sujeitos responsáveis pela estruturação do



cotidiano educacional. O questionário aplicado foi composto por questões abertas e fechadas e aplicado a graduandos e docentes oriundos de cursos de Educação Física e Pedagogia. As questões elaboradas se organizaram de acordo com as características metodológica da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais com o intuito de buscar identificar as representações que os docentes e estudantes de Ed. Física e Pedagogia elaboram sobre a Psicomotricidade, pois de acordo com a identificação dos elementos que organizam o pensamento dos sujeitos a respeito da Psicomotricidade podemos inferir como estes sujeitos elegem suas escolhas cotidianas e por conseguinte como organizam suas práticas, possibilitando deste modo a identificação de possíveis fragilidades na formação destes (Vasconcelos e Campos, 2022). A teoria das representações sociais nos possibilita a elaboração de instrumentos metodológicos que nos permitem compreender a forma de organização dos pensamentos dos distintos sujeitos envolvidos, possibilitando assim a compreensão da organização da prática destes (Abric, 1998). Foi elaborado um questionário composto por questões que buscaram indagar como estes sujeitos identificam o seu conhecimento a respeito da Psicomotricidade e como estes se percebem em prontidão para atuação educacional com o uso de recursos psicomotores em sua prática, com vistas à promoção do desenvolvimento integral e qualificação do seu processo pedagógico

As questões elaboradas obedecem a um princípio metodológico indicado pela abordagem estrutural da teoria das representações sociais com a intenção de obter respostas espontâneas, por meio de uma questão denominada: “questão de livre evocação”. Esta foi estruturada a partir de uma “expressão indutora” que nesta pesquisa foi: “O que vem imediatamente a sua mente quando você pensa em PSICOMOTRICIDADE?”, na mesma questão o indivíduo é orientado a apresentar palavras ou expressões simples, no mínimo três e no máximo cinco. Os dados obtidos nesta questão são tratados por uma análise denominada de análise prototípica, em que as evocações lembradas em primeiro lugar e em maior quantidade pelos sujeitos são os elementos mais importantes na organização do pensamentos e prática destes sujeitos (Flament, 2001; Vergès, 2002). Também foram utilizados recursos metodológicos para análise dos dados como estatística simples e análise de conteúdo para o tratamento dos dados obtidos nas demais questões (Bardin, 2010).

1168

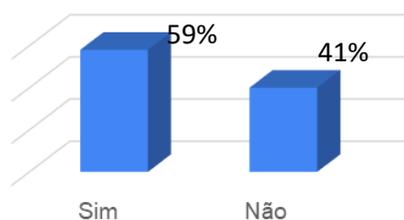
Resultados

Por meio da revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar que a Psicomotricidade enquanto ciência apresenta um cabedal de conhecimentos essenciais para a contribuição qualitativa no fazer pedagógico de professores de Educação Física e Pedagogos. Tal característica se dá em função de sua perspectiva holística, dedicando ao sujeito uma compreensão de modo integral, considerando as dimensões motora, cognitiva, afetiva e social, bem como em função da estruturação de suas proposições que se organizam a partir de



estímulos a serem inscritos no indivíduo por meio do corpo em movimento, portanto com maior ativação sensorial. E ainda em função do respeito a algumas especificidades como a observação das experiências anteriores do sujeito, das características particulares, o respeito aos estados emocionais individuais, entre outros. Tais especificidades, quando respeitadas em experiências educacionais, provocam a ativação de estruturas do sistema nervoso, que compõem o sistema límbico, responsáveis pela mobilização dos estados emocionais, e deste modo portanto, garantindo maior possibilidade de registro de memória, proporcionando aprendizagem mais qualitativa. A Psicomotricidade registra sua organização metodológica a partir de experiências corporais que respeitam tais critérios, deste modo, consolida sua eficácia em suas proposições de desenvolvimento, tornando a experiência de aprendizagem mais eficaz.

GRÁFICO 1: Estudantes submetidos à disciplina de Psicomotricidade em sua formação docente.

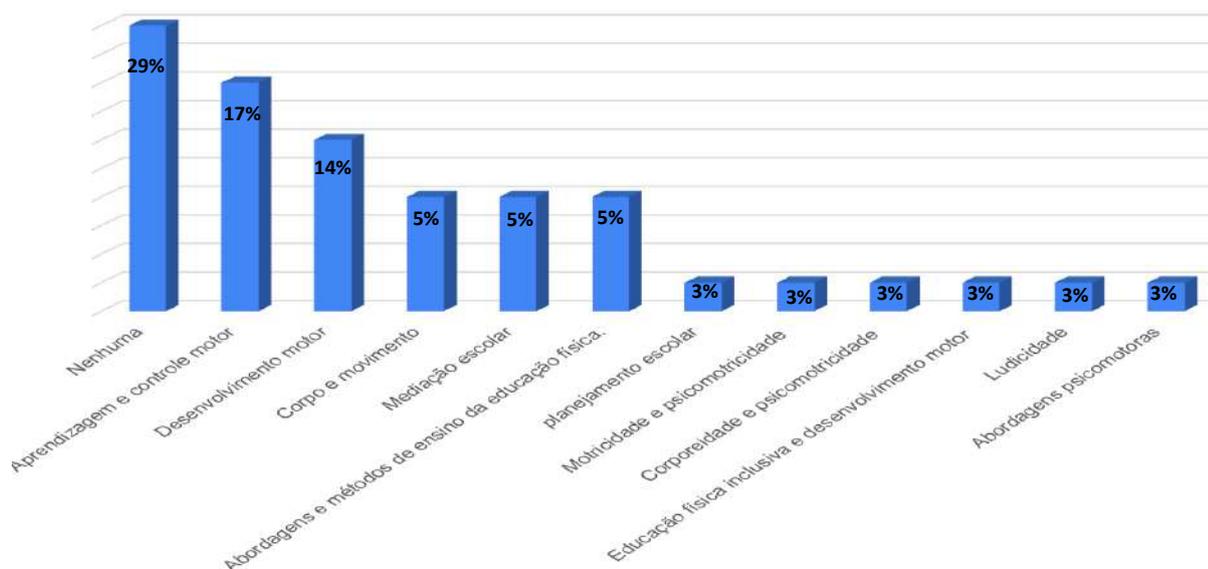


Fonte: elaborado pela autora

1169

Os resultados obtidos (GRÁFICO 1) a partir das indagações realizadas junto aos estudantes egressos dos cursos de Educação Física e Pedagogia, por meio da aplicação do questionário, os indivíduos em sua maioria, (59%) indicam que foram submetidos à disciplina que trata especificamente do conteúdo de Psicomotricidade ao longo de sua formação e que um percentual significativo (79%) destes respondentes (GRÁFICO 2). também tiveram contato com os conhecimentos oriundos da Psicomotricidade inseridos em outras disciplinas como: aprendizagem e controle motor, desenvolvimento motor, corpo e movimento, abordagens e métodos da educação física, planejamento escolar, corporeidade e psicomotricidade, educação física inclusiva, conteúdos e métodos do ensino da arte, arte cultura e ludicidade, brinquedoteca e ludicidade, entre outras.

GRÁFICO 2: Disciplinas da graduação, não específicas que apresentam conteúdos de Psicomotricidade.

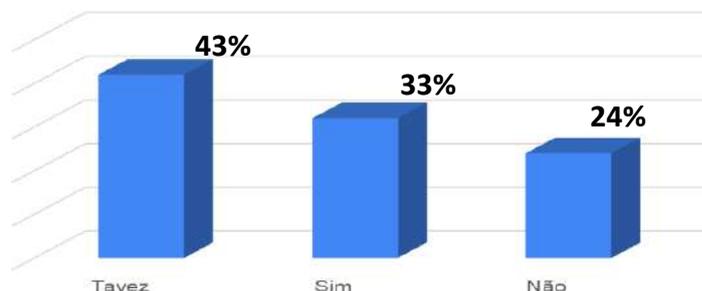


Fonte: elaborado pela autora

1170

No entanto, apesar de um significativo percentual de educadores informarem ter acesso aos conhecimentos de Psicomotricidade em sua formação, de acordo com o resultado apresentado abaixo (GRÁFICO 3), é possível inferir que os respondentes, em sua maioria não se percebem em prontidão para a utilização dos conhecimentos oriundos da Psicomotricidade em sua prática educacional. Os conhecimentos proporcionados em sua formação não lhes possibilita uma percepção de prontidão, de asseguramento para o uso dos recursos psicomotores como proposição pedagógica em seu cotidiano.

GRÁFICO 3: Prontidão para o uso dos recursos psicomotores na prática pedagógica



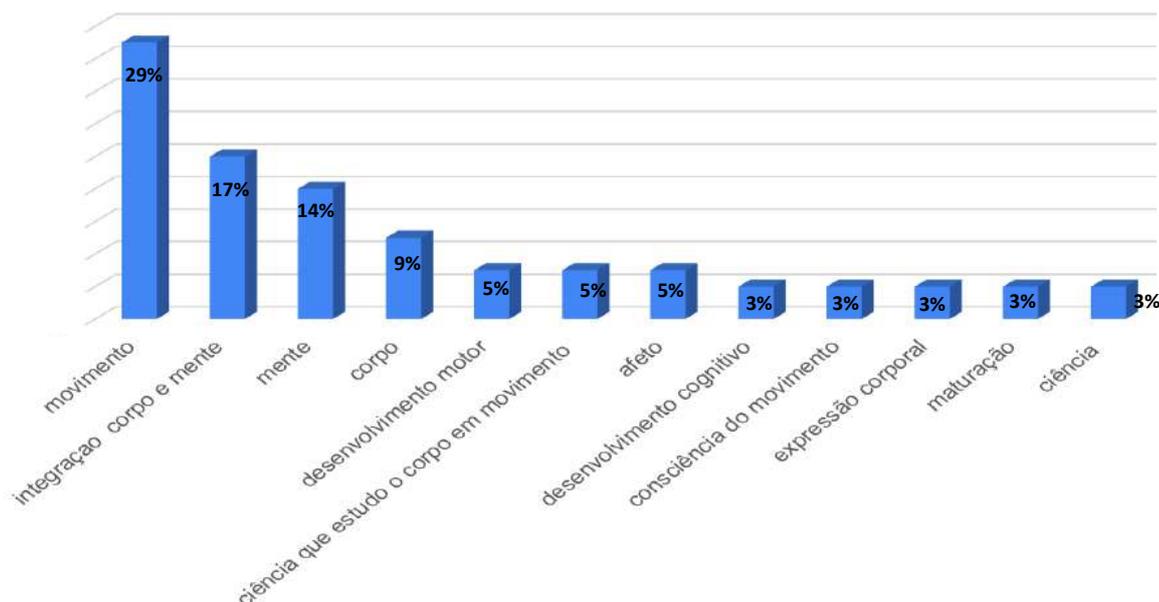
Fonte: elaborado pela autora

Tal resultado nos sugere que o conhecimento proporcionado pela disciplina de Psicomotricidade, ofertada nestes cursos, e até mesmo a oferta de conhecimentos sobre Psicomotricidade disseminados em disciplinas diversas ao longo de sua formação não lhes proporciona um conhecimento sólido e/ou suficiente para que estes docentes se percebam seguros para a utilização confiante deste conhecimento em sua prática.

A questão apresentada no questionário, denominada de “questão de livre evocação” e que originou o GRÁFICO 4, é uma questão específica da abordagem estrutural da teoria das representações sociais e que tem como principal objetivo uma primeira aproximação à identificação dos elementos que compõem a representação social de Psicomotricidade que os docentes e estudantes de licenciatura elaboram. E como descrito anteriormente o que os autores desta técnica orientam é que o que vem primariamente na mente dos sujeitos e em maior frequência entre os indivíduos pesquisados, são os elementos principais norteadores do conceitos que estes relacionam ao objeto pesquisado (Psicomotricidade) e são estes elementos que organizam as decisões cotidianas destes em relação ao fenômeno social em questão, portanto os elementos que organizam a prática destes educadores e estudantes quanto ao uso da Psicomotricidade. A análise apresentada não foi realizada pelos programas habitualmente utilizados para o cálculo estatístico destas incidências (EVOC), a contagem foi realizada manualmente, por isso a diagramação não estar apresentada no quadro de quatro quadrantes. Segundo esta abordagem metodológica é necessária a realização de mais de um procedimento de análise para que se confirme a representação social buscada. O que será indicado como proposta a partir desta primeira aproximação à identificação das representações sociais de Psicomotricidade.

1171

GRÁFICO 4: Respostas espontâneas a partir da palavra indutora; “Psicomotricidade”.



Fonte: elaborado pela autora

1172

De acordo com os resultados obtidos. Foi possível inferir que os indivíduos pesquisados representam a Psicomotricidade fortemente pelo movimento e pela integração corpo e mente, e de uma maneira próxima, mas não tão expressiva pelos elementos mente e corpo separadamente, desenvolvimento motor e a definição de que é a ciência que estuda o corpo em movimento. O que nos permite inferir que a representação social de Psicomotricidade elaborada por tais indivíduos pode estar constituída por elementos que apontam para o conceito de integralidade apregoado por esta ciência, sobretudo, com uma expressão bem próxima as palavras mente e corpo aparecem em seguida separadamente sugerindo que a compreensão de integralidade ainda se dá de maneira frágil e o desenvolvimento motor também se apresenta como preponderante e isolado das demais dimensões do desenvolvimento humano, indicando uma visão fragmentada do deste em contrariedade à proposição da Psicomotricidade.

Outros elementos como maturação, desenvolvimento cognitivo, consciência do movimento, expressão corporal, afeto, entre outros surgem de modo menos frequente na evocações dos sujeitos sugerindo uma dispersão no modo de pensar a Psicomotricidade, indicando ainda que podem ser elementos que não fazem parte da organização imediata do pensamento desses

sujeitos a respeito da Psicomotricidade. Portanto, palavras e expressões com menor valor de intensidade para a tomada de decisão imediata desses sujeitos em sua prática.

De maneira conclusiva não podem ser feitas afirmações mais precisas, pois esta é a apresentação de uma primeira aproximação e como dito anteriormente seriam necessários outros procedimentos metodológicos e respectivas análises para podermos afirmar que esta é a efetiva representação elaborada pelos docentes e estudantes de Pedagogia e Ed. Física sobre a Psicomotricidade.

Considerações finais

Por meio das indagações realizadas foram obtidas elementos importantes a respeito da compreensão que os sujeitos constroem sobre a Psicomotricidade e foi possível identificar que ao longo da formação desses indivíduos, o conhecimento sobre a Psicomotricidade é transmitido de modo não sistemático, ou seja apesar de ter sido identificado que, de modo geral, nas graduações de Educação Física e Pedagogia há a existência de disciplinas dedicadas ao ensino da Psicomotricidade de modo específico, bem como a oferta de disciplinas diversas, onde o conteúdo da Psicomotricidade é transmitido de um modo diluído em outros conteúdos, os sujeitos não se sentem em prontidão para o uso dos recursos psicomotores em sua prática educacional.

A partir da identificação deste aparente antagonismo, pode ser levantado um importante questionamento que é a indagação a respeito da titulação e/ou formação específica em Psicomotricidade que os profissionais que hoje ministram estas disciplinas possuem. Seriam profissionais sem formação específica em Psicomotricidade como a titulação pela ABP, formações em Psicomotricidade, pós-graduação em Psicomotricidade? Seriam profissionais de outras áreas com aderência conceitual ao campo de conhecimento geral da Psicomotricidade? Tais questionamentos são importantes, uma vez que esta ciência teve sua regulamentação definida recentemente como apresentado anteriormente. O que pode ter gerado como consequência uma frágil delimitação de referências teóricas da Psicomotricidade como ciência independente em outras áreas profissionais. Para uma definição mais clara destas questões serão necessários mais estudos sobre esta temática.

De acordo com os dados analisados, foi possível inferir ainda que o conhecimento disseminado até então da Psicomotricidade, nas distintas formações profissionais de Educação Física e Pedagogia se deu de forma superficial, por não possibilitarem aos sujeitos pesquisados a percepção de prontidão para o uso dos conhecimentos da Psicomotricidade em sua prática bem como apresentado pela representação social identificada com características de dispersão. Tal Panorama, sobretudo, nos aponta para a necessidade da implementação de disciplinas específicas de Psicomotricidade nas matrizes curriculares dos cursos de graduação de Educação Física e Pedagogia, sob a responsabilidade de profissionais formados e ou titulados em

1173

Psicomotricidade bem como a criação de cursos de graduação em Psicomotricidade para que a preparação destes profissionais se efetive de modo qualitativo na proposição de desenvolvimento e aprendizagem mais eficaz.

Segue, então, como contribuição a sugestão para que novos estudos sejam realizados sobre essa temática com intuito de indagar a respeito ementas dessas disciplinas citadas, bem como a indagação e a respeito da formação dos profissionais responsáveis por ministrar tais conhecimentos. De modo a provocar mais reflexões sobre a formação docente e o uso da Psicomotricidade como recurso na busca de ampliação da qualidade da prática educacional. Construindo, ou caminhando em direção a um melhor detalhamento da necessidade eminente do conhecimento adequado dos elementos que compõem essa ciência, para a estruturação de uma prática efetivamente qualitativa, eficaz e que possa contribuir de modo efetivo para as demais ciências e fundamentalmente para a prática educacional.

Referências

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. Papyrus Editora, 2022.

ALMEIDA, Ana Rita Silva. A afetividade no desenvolvimento da criança. Contribuições de Henri Wallon. **Revista Inter Ação**, v. 33, n. 2, p. 343-357, 2008.

ALVES, Ricardo Carlos Santos, SCHAEFER, Katia de Souza e Almeida Bizzo (Org.). **O Olhar psicomotor na educação**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

BARBOSA, Hélio. Psicomotricidade: otimizando as relações escolares. In: COSTALLAT, DALILA. **Psicomotricidade Otimizando as Relações Humanas**. Arte & Ciência, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

CAMPOS, Pedro Humberto F.; LOUREIRO, M. C. S. (Org.). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

CIASCA, S. M.; CARVALHO, M. C.; RODRIGUES, S. D. Há relação entre desenvolvimento psicomotor e dificuldade de aprendizagem? Estudo comparativo de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dificuldade escolar e transtorno de aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**; 32(99): 293-301, 2015.

1174



COSTA, Maria Cleide Meireles de Queiroz. Educação Física e Psicomotricidade. **Revista Saberes & Práticas**, [S.l.], n. 1, p. 133-144, jan. 2019. ISSN 2596-013X. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/rsp/article/view/1314>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). Representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**: Introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo e pensamento. Tradução de George Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONSECA, Victor. **A Educabilidade Cognitiva E Neuro psicopedagógica**: Novos Paradigmas Da Educação. Rio de Janeiro: WAK, 2021.

FONSECA, Vitor. **Psicomotricidade e neuropsicologia: uma abordagem evolucionista**. Wak, 2019a.

FONSECA, Vitor. **Manual de observação psicomotora: significado psiconeurológico de dois fatores psicomotores**. WAK, 2019b.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Editora Vozes, 2023.

LOUREIRO, BEATRIZ. TÔNUS, BASE DE TODO PROCESSO DE APRENDIZAGEM FORMAL. IN: COSTALLAT, DALILA. **Psicomotricidade Otimizando as Relações Humanas**. Arte & Ciência, 2002

MATTOS, Carlos Alberto Ferreira. **Psicomotricidade**: Da Educação Infantil à Gerontologia-Teoria e prática. Wak, 2020.

MORIZOT, REGINA. A história da psicomotricidade e da ABP. In: PRISTA, Rosa Maria (Org), As Formações Brasileiras em Psicomotricidade. **Revista Mosaico** (Edição Histórica). São Paulo: All Print Editora, 2010.

RODRIGUES, K. D. Psicomotricidade na Educação. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. e335566, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i3.5566. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5566>. Acesso em: 19 set. 2023.

1175



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



RUHENA, K. A.; LUZ, A. F.; SANTOS, L. C. Jogos e Psicomotricidade Infantil nas Aulas de Educação Física. **ÁGORA Revista Eletrônica**, n.24, 2017.

SANTANA, Herlenalda Anchieta; CUSTÓDIO, Larisse Cristina Santos; PRADO, Rosa Luciana. A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA FORMAÇÃO DO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. In: **VII Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**. 2017.

SILVA, G. R. et al. A importância do Desenvolvimento Psicomotor na Educação Escolar, junto à Educação física: uma revisão de literatura. RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.12, n.1, p. 313-331, 2017.

SOUSA, J. M.; SILVA, J. B. L. A Psicomotricidade na educação infantil. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.4, n.2, p. 128 - 135, ago. – dez. 2013.

VASCONCELOS, M.F., CAMPOS, P. H. **Educação Física escolar: seu campo, suas representações**. Curitiba: Appris, 2016.

VASCONCELOS, M.F.; CAMPOS, P.H. Representações sociais: o desenvolvimento infantil planejado e praticado na educação física escolar. **Revista Práxis**, v. 14, n. 27, 2022.

VÈRGES, P. **Conjunto de programas que permitem a análise de evocações: EVOC: manual**. Versão 5. Aix en Provence: [S. n.} 2002

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

1176



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA ICMS/DIFAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA OPERAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIO-CONSTITUCIONAIS

Laís Macedo Alves¹,
Giliarde Benavinto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama²

Introdução

A pesquisa cá proposta parte da necessidade de se analisar a exigência do Diferencial de Alíquota (ICMS/DIFAL) e o sistema de compensação de crédito nas operações interestaduais à luz dos princípios tributários da anterioridade anual, nonagesimal e da não cumulatividade, com o intuito de se verificar a possível violação dos princípios tributário-constitucionais anunciados num olhar de constitucionalidade ou inconstitucionalidade frente à implementação da Lei Complementar n° 190 de 05 de janeiro de 2022.

Assim, justifica-se o tema apresentado ante a necessidade de se analisar a constitucionalidade ou não da cobrança ICMS-DIFAL, levando em consideração a relevância social do tema. Igualmente, considerando que esse tributo é uma das principais fontes de arrecadação dos estados, o qual tem sua aplicabilidade em políticas públicas como educação, saúde e segurança, o tema intriga e reclama investigação atenta às bases constitucionais e tributárias nacionais.

Tendo em vista que a validade da norma, depende da finalidade buscada pelo corpo social que, necessariamente, dependerá de assento constitucional de Título atinente à Ordem Social, o ICMS-DIFAL deve ser percutido no compasso das estruturas e dos fundamentos jurídico-legais aplicáveis na atualidade (PAULSEN, 2023).

Em vista disso, realizou-se uma análise da (in)constitucionalidade da Lei Complementar 190/22, para verificar se há violação dos princípios quando da aplicabilidade do Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual (ICMS – DIFAL) no Brasil. Em sendo confirmada a

1177

¹ Graduando em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP). E-mail: laysmacalves@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6483-4018>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3801727121909549>.

² Doutorando (PPGDR/UFT). Mestre (PPGDCOMS/UFT). Especialista em Direito e Processo Tributário, em Direito e Processo Penal, em Criminologia, em Direito e Processo do Trabalho. Graduado em Direito (UFT). Professor da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) e da Universidade Estadual do Tocantins. Coordenador de A. Jurídico e Correcional do Sistema Penal do Tocantins. Pesquisador. E-mail: beavinuto.gama@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8146-6811> . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525837393612907> .

inconstitucionalidade da cobrança, configurar-se-á ofensa aos princípios tributário-constitucionais.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo utilizou a metodologia da pesquisa jurídica, cuja finalidade é examinar os conceitos operacionais do imposto sobre exigência do ICMS/DIFAL nas operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, sob uma perspectiva dedutiva, que é fundamentada por Cláudia Monteiro sobre a temática ensina que o raciocínio dedutivo “fundamenta--se em um silogismo, uma operação típica da Lógica em que, a partir de uma premissa maior e mais genérica e uma menor e mais específica, pode--se chegar a um resultado necessário que é a conclusão” (MONTEIRO, 2023). Igualmente, usou-se da pesquisa exploratória, operando-se por meio de análises qualitativa, baseadas em pesquisas bibliográficas (doutrinas) e documentais (legislações e jurisprudências), na busca da melhor aplicabilidade do regime tributário para o equilíbrio e a constitucionalidade no enquadramento de alíquotas interestaduais nas operações do ICMS.

No presente artigo foram utilizadas as linhas teóricas de Pedro Lenza, Roberto Caparroz, Leandro Paulsen e Luciano da Silva Amaro.

Aspectos tributário-constitucionais do ICMS-DIFAL

O Brasil é um dos países onde se há maior carga tributária impostas sobre as pessoas, no qual sua contraprestação de serviços é desproporcional à quantidade de arrecadações de sujeição, gerando um senso comum de injustiça (LENZA, 2023).

Considerando tal cenário, já conhecido e exposto, discussões acerca da validade jurídica das normas tributárias são travadas frequentemente ante a severidade, por vezes, de que impostos sobre o patrimônio e a circulação de bens e riquezas no país. "Quando se afirma que somos, a partir do texto constitucional, um Estado de Direito, isso significa, de modo simples, que somente as normas jurídicas, devidamente introduzidas de acordo com os preceitos constitucionais, podem impor deveres e obrigações às pessoas." (LENZA, 2023, p.78).

Princípio da Anterioridade Geral

A Carga Magna de 1988, com o intuito de assegurar os direitos fundamentais nas relações do cidadão com o Poder Estatal, criou o Princípio da Anterioridade previsto no art. 150, inciso III, alínea b da CF/88, entendendo o intervalo de tempo mínimo e necessário entre a introdução da norma na Ordem Jurídica e o esperado atendimento da norma tributária.

O princípio da anterioridade garante “que o contribuinte só estará sujeito, no que diz respeito à instituição e majoração de tributos, às leis publicadas até 31 de dezembro do ano ante” (PAULSEN, 2023, p.326).

Tem-se, por oportunidade do debate, que o exercício financeiro é tido como o período de tempo em que devem vigorar ou ser executadas as leis orçamentárias, devendo ser aprovadas as receitas e despesas públicas no Brasil (AMARO, 2023).

A Carta Política de 1988 dispõe que a lei que cria ou majore tributo seja anterior ao exercício financeiro em que ele será cobrado, ou seja, anterior a situação descrita como fato gerador de incidência do tributo, vedando assim a cobrança no mesmo ano em que a Lei foi publicada (AMARO, 2023).

A jurisprudência é firme na mesma percepção do princípio da anterioridade com o intuito de resguardar as garantias individuais dos contribuintes, com a súmula vinculante nº 67 do STF que diz: “É inconstitucional a cobrança do tributo que houver sido criado ou aumentado no mesmo exercício financeiro”. (BRASIL, 2015, não paginado).

Portanto o princípio da anterioridade determina um prazo entre uma lei tributária ou o aumento do tributo e o início de sua vigência, trazendo a ideia de conhecimento e aceitação por parte do contribuinte.

Princípio da Anterioridade Nonagesimal

A anterioridade nonagesimal foi inserida pela Emenda Constitucional n. 42/2003, que introduziu a alínea “c” no item III do art. 150 da CRFB/88, vedando que o tributo seja cobrado antes de decorridos noventa dias da data de publicação da lei que o instituiu ou majorou.

Observa-se que com a inserção da linha “c”, norma que visou garantir o mínimo de segurança jurídica em matéria tributária, evitando conflitos, estabeleceu-se ao contribuinte o “interstício de 90 dias entre a publicação da lei instituidora ou majoradora do tributo e sua incidência apta a gerar obrigações tributárias.” (PAULSEN, 2023, p.327).

Consequentemente vedou-se a introdução de novas leis tributárias ou o aumento de tributos, sem a devida observância da anterioridade em relação ao exercício financeiro, matéria da magna alínea “c”, item III do art. 150, direcionando remissão à alínea “b”, que trava a anterioridade do Exercício Social.

Princípio da não cumulatividade

O princípio da não cumulatividade é uma técnica que pretende impedir ocorrências sucessivas de tributação, fixado pela Constituição Federal da República Brasileira em seus art. 153, § 3º, II (IPI) e 155, § 2º, I (ICMS), que permitem a compensação do que for devido pelo acréscimo econômico na circulação de bens, serviços ou mercadorias.

A não cumulatividade tem como objetivo impedir cobranças sucessivas em um mesmo produto destinado ao consumidor final, como se verifica: “visa impedir que incidências sucessivas nas diversas operações de uma cadeia econômica de produção ou comercialização de um produto

impliquem ônus tributário muito elevado, decorrente da tributação da mesma riqueza diversas vezes" (PAULSEN, 2023, p.407).

Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação - ICMS

O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS está regulamentado pela Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996 e suas alterações, com assentamento na Constituição Federal da República Brasileira (art.155, II), regalando competência aos Estados-Membros e ao Distrito Federal para instituir tal imposto.

Tem-se o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação Serviços (ICMS) com base no valor cobrado que incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias, prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, prestações onerosas de serviços de comunicação, como o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços, a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior; os serviços prestados no exterior, entre outros, de acordo com os termos do art. 2º da Lei Complementar n. 87/96 (BRASIL, 1996).

Sabe-se, portanto, que se encontrando a hipótese dentro das previsões legais do art.155, II, da CRFB/88, é cabível a cobrança do imposto pelo Fisco, devendo haver a subsunção do fato abstrato ao ato do contribuinte (PAULSEN, 2023).

Vale trazer ao debate entendimento sumulado. Para tanto, cita-se a Súmula 166 do Superior Tribunal de Justiça que reza: “não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte” (BRASIL, 1996, p. 3).

1180

Incidência tributária

Pode-se chamar de incidência tributária do ICMS as hipóteses previstas no art. 2 da Lei Complementar 87/1996, onde se apresentam possíveis situações de cobrança do imposto que a lei descreve para pessoa física ou jurídica que se enquadrar.

Em complementariedade, o Supremo Tribunal Federal julgou algumas incidências válidas a recair no ICMS, observando-se recente repercussão geral do tema no RE 1.025.986, de 2020, RE 605.552, de 2020 e RE 1.187.264, de 2021.

A incidência tributária do ICMS está inclusa em três tópicos definidos pelas normas, como a circulação de mercadoria, a prestação de serviço de transporte e a prestação de serviços de comunicação, todos considerados hipóteses de cobranças na Lei Complementar 87/96 e Recursos Extraordinários já julgados pelo STF, como supramencionados.



Local da operação ou da prestação

Para efeitos de cobrança do imposto, verifica-se a localidade das operações de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, podendo ocorrer no âmbito interno de cada Estado (intermunicipal) ou entre diferentes Estados (interestadual), no termo do art. 11, inc. II e IV, da LC n.º 87/1996.

Nos casos de operações internas do ICMS, estabelece-se alíquotas mínimas, mediante resolução de iniciativa de 1/3 e aprovada pela maioria absoluta de seus membros, nas resoluções com força de normativa produzida pelo Senado Federal ou pelo Congresso Federal (LENZA, 2023). No caso de o ICMS interestadual aplicar-se nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, quando ocorrem em outra Unidade da Federativa, este é tido como um fato preponderante para determinar a regra da matriz de incidência do ICMS na cobrança do imposto.

Alíquota e diferencial de alíquota no ICMS

Alíquotas são percentuais usados para se chegar ao valor do tributo a ser pago, para resultar esse cálculo, bem explica o doutrinador Schoueri "o critério quantitativo do consequente normativo da regra matriz de incidência forma-se pela combinação e base de cálculo e alíquota. Esta, via de regra, será um percentual a ser aplicado sobre a primeira." (SCHOUERI, 2023, p.1764)

A Constituição da República Federativa do Brasil Federal disciplina as alíquotas dos impostos estaduais (ICMS), no artigo 155, § 2º, IV e V, "a" e "b", aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação, sendo estas alíquotas mínimas nas operações internas e das alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados.

O Senado Federal tem atribuições fundamentais em relação ao ICMS na "fixação obrigatória de alíquotas para operações interestaduais e de exportação; fixação facultativa de alíquotas mínimas e máximas para fins de solução de conflitos entre os Estados" (LENZA, 2023, p.1834).

Por sua vez, o Diferencial de Alíquota (DIFAL) é um cálculo feito em cima do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), produzindo uma diferença entre as transações interestaduais e alíquota interna, "tornando a arrecadação do ICMS mais equilibrada entre as unidades federativas" (DINIZ, 2022, p. 4).

O recolhimento dessa diferença de alíquota é conhecido como DIFAL, "ficará sob a responsabilidade do destinatário, quando este for contribuinte do imposto, e sob a responsabilidade do remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto, nos termos do inciso VIII, também com a redação da EC n. 87/2015" (PAULSEN, 2023, p.1113).

Não cumulatividade do ICMS

A não cumulatividade do ICMS trata-se de um princípio constitucional previsto no art. 155, §2º, inciso I, da CRFB/88. A não cumulatividade é obrigatória, “compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal” (BRASIL, 1988, não paginado).

A matéria é disciplinada também pelos art. 19, 20 e 33 da Lei Complementar n. 87 de 1996, onde se reafirma a não-cumulatividade das operações relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), com a compensação do imposto cobrado em operações anteriores.

A não cumulatividade do ICMS “dá-se mediante a apropriação de créditos físicos”, em que se pretende associar o direito ao crédito pela aquisição do produto utilizado e diretamente relacionados à comercialização ou industrialização posterior (PAULSEN, 2023, p.412).

O DIFAL pode ser aplicado nas operações em que haja a apropriação de créditos em que a entrada e a saída sejam oneradas pelo imposto, bem como a isenção e a não incidência do imposto não gerem obrigação de compensação do montante devido nas operações ou prestações seguintes, do mesmo jeito que acarretam a anulação do crédito relativo às operações anteriores (art. 155, § 2, inciso II da CRFB/88).

Frente ao que foi apresentado, confirma-se que não será necessário a aplicação do princípio da não cumulatividade nas operações que não incida o imposto ICMS, bem como operações que estejam enquadradas na imunidade ou isenção.

1182

Imunidade do ICMS

A imunidade está disciplinada no art. 155, § 2º, XII, “g” da Constituição, na concessão ou revogação de incentivos ou benefícios fiscais do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, cabendo à lei complementar regularizar sobre o assunto.

A competência para tributar surge das normas constitucionais, nela também se observa a busca pela justiça social em tributário, sendo possível vislumbrar uma redução fiscal nas operações, serviços ou atividades, impossibilitando, por exemplo, lei complementar de instituir tributos sobre o bem protegido, pois “as imunidades têm o poder de circunscrever, delimitar, restringir a chamada competência tributária”. (LENZA, 2023, p.819)

Imunizadas restam as operações de circulação de mercadorias e serviços transportes que não são alcançados pelo tributo, atendendo à não incidência tributária torna-se inaplicável a execução fiscal, isto é, “a não incidência é o resultado óbvio e inescapável da imunidade.” (LENZA, 2023, p.816)



Vale que a imunidade vai reprimir a tributação do bem tutelado, não havendo necessidade de o contribuinte pagar o imposto, a CRFB prevê algumas hipóteses de imunidade do ICMS no art. 155, § 2º, X.

É dispensado o pagamento do tributo devido ante à existência de imunidade na Constituição, como a anistia e a remissão presentes em lei estadual; bem como isenções, benefícios e incentivos fiscais por meio dos convênios entre os Estados e o Distrito Federal.

Sistema de compensação de crédito nas operações interestaduais

Salienta-se que está previsto na Carta Política de 1988, no art. 155, § 2º, XII, “c”, que o regime de compensação do imposto do ICMS será disciplinado por Lei Complementar, fazendo *jus* à “Lei Kandir” de 1996 e alterações posteriores.

O sistema de compensação de créditos no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte se dá por considerar o princípio da não cumulatividade constitucional, devendo ser levado em consideração a confiança no registro de notas fiscais e documentos legais. Segundo a Lei Complementar N° 87 de 1996, em seu art. 23º.

O direito à compensação do crédito do ICMS surge no momento da entrada da carga no estabelecimento ou pela sua utilização e efetiva formalização com o registro da nota fiscal. Ficando sobre total responsabilidade do contribuinte a conferência do imposto destacado em fatura antes mesmo de serem utilizados os respectivos créditos (SANTOS, 2018).

Ritmando o debate, consigna-se que a compensação se dá de forma a beneficiar os contribuintes, ao creditar do imposto anteriormente cobrado, conforme reza o art. 20 da Lei Kandir.

É possível, sim, que essas transferências do saldo sejam realizadas por meio de um procedimento junto ao fisco. Não obstante, há outras possibilidades de compensação como aquisições de produtos intermediários, entre outras aquisições; o pagamento de energia elétrica, desde que com prévia anuência da empresa prestadora do serviço.

1183

Diferencial de alíquota interestadual – DIFAL/ICMS

Nas operações sobre circulação de mercadoria e prestação de serviços de transporte, em que o seu carregamento é entre uma unidade e outra da federação, aplica-se a alíquota interestadual, definida por Resolução do Senado, nos termos do art. 155, § 2º, IV e VII, da Constituinte.

O recolhimento dessa diferença de alíquota é conhecido como DIFAL nos tributos de ICMS destinados ao consumidor final, ficando “sob a responsabilidade do destinatário, quando este for contribuinte do imposto, e sob a responsabilidade do remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto.” (PAULSEN, 2023, p.1113)



A cobrança do ICMS de natureza interestadual destinada ao consumidor final que não era contribuinte do imposto, passou a ser disciplinada pela Lei Complementar N° 190 de 2022 e Lei Complementar N° 87 de 1996.

Essa imposição tributária é tida como constitucional, podendo haver o recolhimento do diferencial de alíquota interestadual e a alíquota interna do ICMS nos Estados e no Distrito Federal, assim que se efetuar a cobrança se a entrada de mercadorias em seu território possibilitar a exigência do crédito estabelecida por legislação estadual.

A fiscalização pela Fazenda Pública dos estados e Distrito Federal ocorre por meio de livros de controle de estoque de crédito e débito do ICMS, bem assim com a documentação fiscal emitidas em todas as saídas e que embasam todas as entradas das mercadorias em estabelecimentos; e notas fiscais de entrada e de saída (COSTA, 2021).

Por ocasião da Lei n. 190 de 04 de janeiro de 2022 que promoveu alterações na Lei n° 87 de 1996, que regula a cobrança do ICMS, o fato gerador do imposto, que sustenta o §7° do art. 11, está no art.12, inciso XV, da referida norma, quando da entrada no território do Estado de bem ou mercadoria oriundo de outro Estado e adquirido por contribuinte do imposto, destinando o seu uso ou consumo ou à integração ao seu ativo imobilizado, resta devido o DIFAL para o Estado que estiver recepcionado estes produtos ou serviços (BRASIL, 2022).

Há previsão no inciso XVI do art. 12, da Lei Kandir, que trata da saída de estabelecimento de contribuinte, de bem ou mercadoria destinado ao consumidor final não contribuinte do imposto, domiciliado ou estabelecido em outro Estado, confirmando que o DIFAL será devido ao Estado do remetente que é contribuinte do imposto (BRASIL, 2022).

Desta forma, a base de cálculo do diferencial de alíquota interna e interestadual vai ser entre o estado de origem e o estado de destino, conforme o art. 13, inciso IX, a, b, alterações trazidas pela Lei n. 190 de 04 de janeiro de 2022.

Para cumprimento da Lei Tributária do ICMS, ficam os Estados e o Distrito Federal obrigados a divulgarem em portal próprio das principais e acessórias informações fiscais, como os valores das alíquotas interestadual e internas bem como outras informações essenciais de acordo com o art. 24-A da Lei n° 190 de 2022.

Conforme o já explicado, caberá a cada estado frente às hipóteses do art. 11 da Lei 87 de 1996 e suas alterações, o recolhimento do diferencial de alíquota interna e interestadual, sendo este o valor correspondente às transações previstas em cada operação.

(In) constitucionalidade do ICMS-DIFAL

O conflito aparente é sobre a (in)constitucionalidade da Lei n° 190 de 04 de janeiro de 2022, que trouxe importantes alterações à Lei Kandir, valendo destacar que o conflito normativo começou no ano de 2015, quando ocorreu a aprovação da Emenda Constitucional 87/15, que

alterou o § 2º do art. 155 da Constituição e incluiu o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mudando a forma de arrecadação do ICMS.

Antes da emenda constitucional, o imposto (art. 155, §2º, VII e VIII da CRFB), quando o destinatário não fosse contribuinte, caberia integralmente ao Estado de Origem da Operação, a unidade de remetente da mercadoria; não cabendo ao Estado destinatário.

A Emenda Constitucional 87/2015 veio tratar da sistemática de cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em que o consumidor final não recebia tratamento de contribuinte. (DINIZ, 2022)

Com a publicação da Emenda Constitucional 87/2015, estabeleceu-se nova cobrança do DIFAL de ICMS, “sendo que o estado de origem ficará com o valor obtido pela alíquota interestadual e o estado de destino ficará com o valor logrado da diferença entre a sua alíquota interna e a alíquota interestadual”. (PAULA, 2022, p.01)

Devido a EC nº 87/2015, os Estados firmaram no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o Convênio ICMS nº 93/2015 que passou a disciplinar os novos aspectos de incidência da cobrança do DIFAL.

Todavia, por intermédio do julgamento conjunto da ADI nº 5469 e RE nº 1287019 no ano 2021, foram noticiadas as irregularidades pelos contribuintes e declarada a inconstitucionalidade do convênio (CONFAZ). Ato contínuo, o Superior Tribunal Federal sustentou que os efeitos de cobrança do DIFAL seriam válidos só até o dia 31 de dezembro de 2021 e que o Congresso Nacional editasse e aprovasse lei complementar que regulamentasse o assunto (SANTOS, 2022).

Sabe-se que Congresso Nacional editou o texto da Lei Complementar 190, estimulado pelos Estados, tendo sido aprovado em ambas as casas legislativas nacionais no dia 20 de dezembro de 2021.

Consequentemente, surgiu um novo embate a respeito da validade da Lei Complementar nº190/22, entre os contribuintes e os fiscos estaduais. Questionada a (in)constitucionalidade acerca da publicação e seus efeitos, visto que deveriam ser respeitados os princípios constitucionais da Anterioridade Geral e Nonagesimal.

1185

STF e os conflitos de aplicabilidade dos princípios tributário-constitucionais em matéria do ICMS/DIFAL pós Lei Complementar 190/2022

Ocorre que após a promulgação da Lei Complementar nº 190 de 2022, retomaram-se novas discursões no STF a respeito da (in)constitucionalidade do artigo 3º da LC 190/22, sendo alvo a aplicabilidade dos princípios constitucionais da anterioridade anual e nonagesimal, para a figura do consumidor final não contribuinte do imposto.

As Ações Direta de Inconstitucionalidade nº 7.066/DF, 7.070/AL e 7.078/CE alegam o desrespeito ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal, requerendo a declaração de inconstitucionalidade do art. 3º da LC 190/2022, para os efeitos da cobrança do ICMS com

diferencial de alíquota (DIFAL), nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto (BRASIL, 2023).

A Relatora Ministra Rosa Weber, no Recurso Extraordinário nº 1426271 RG/CE, publicado dia 08 de agosto de 2023, “ressalta que a Secretaria de Gestão de Precedentes do Supremo Tribunal Federal identificou 411 recursos semelhantes em trâmite apenas no âmbito desta Presidência” (BRASIL, 2023, p.5).

De mais a mais, existem abordagens sobre o assunto proferidas por cada relator responsável em decisões monocráticas, a exemplo, ADIs nº 7.066/DF, 7.070/AL e 7.078/CE.

Na Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7.066/DF, 7.070/DF e 7.078/CE, a Ministra Rosa Weber reconheceu a presença de questão Constitucional por tratar de interpretação dos dispositivos constitucionais e a existência de Repercussão Geral da matéria constitucional suscitada. Como se verifica na ADI 7.078/CE assim reconheceu a ministra: “Ante o exposto, reconheço o caráter constitucional e a repercussão geral da controvérsia trazida neste recurso extraordinário, submetendo o tema aos eminentes pares” (BRASIL, 2023, p.9).

No tocante à ADI 7.078/CE, esta segue com o julgamento em aberto na Suprema Corte tendo sido a última movimentação no dia 28 de agosto de 2023 no RE 1426271.

Todavia, o julgamento de *cases* importantes à estabilização do tema no Brasil seguem em aberto na Suprema Corte, com divergências de votos sobre a (in)constitucionalidade do art. 3º da Lei Complementar 190/2022, na aplicabilidade dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal inseridos no Art. 150, III, b e c, da Constituição.

1186

Considerações finais

O presente estudo partiu da necessidade de se verificar se a exigência do diferencial de alíquota (ICMS/DIFAL) e o sistema de compensação de crédito nas operações interestaduais, à luz da Lei Complementar nº190 de 2022, violam os princípios constitucionais da anterioridade anual, nonagesimal e da não cumulatividade.

Primeiramente, foram apresentados os conceitos dos princípios constitucionais tributários da: anterioridade anual, nonagesimal e da não cumulatividade; os fundamentos jurídico-legais e seus procedimentos para a exigência fiscal tributária do ICMS/DIFAL.

Possibilitou-se concluir, feitas as digressões já conhecidas, que a LC nº 190/2022 foi a instituidora do novo modelo de tributação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), traçando suas normas gerais de exigência tributária do diferencial de alíquotas entre a interna do estado de origem e a interestadual, sendo competentes os Estados e o Distrito Federal.

Assim, conclui-se defendendo-se a tese de que há a necessidade de se declarar a inconstitucionalidade do art. 3º da LC nº 190/2022, haja vista a violação ao princípio constitucional expresso no art. 150, III, “b” da CF/88, qual seja, da anterioridade anual tributária, o qual veda a exigência tributária no mesmo ano do exercício financeiro em que tenha criado ou aumentado o tributo.

Desta forma, vale dizer que a norma deve busca evitar a supressa fiscal e ao mesmo, garantir um mínimo de segurança jurídica, a fim de que haja exigência do ICMS/DIFAL.

Pode se afirmar, assim, que houve violação da segurança jurídica dos contribuintes ao se cobrar ICMS/DIFAL em 2022, sustentando-se no julgamento conjunto da ADI n° 5.469 e do RE n° 1.287.019, reclamando atualização do tema com a oportunidade de conclusão das ADIs n° 7.066/DF, 7.070/AL e 7.078/CE.

Por fim, informa-se que devem ser observados os princípios constitucionais para a resguarda das garantias individuais e coletivas dos contribuintes, com afincos na segurança jurídica, para evitabilidade de conflitos e supressas alheadas às bases constitucionais ao se exigir tributo que não respeita ou não comporta exceções não vigiadas.

Referências

AMARO, Luciano da Silva. **Direito tributário brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 set 2023.

BRASIL. **Lei Complementar n. 87, 13 de setembro de 1996**. Presidência da República. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (Lei Kandir). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm. Acesso em 2 out 2023.

BRASIL. **Lei Complementar n. 190, de janeiro de 2022**. Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp190.htm#art1. Acesso em: 16 set 2023.

BRASIL. **Recurso Extraordinário 1.287.019 RE/DF, 2021**. Reclamante: Madeiramadeira Comercio Eletrônico S/A e Outro(A/S). Reclamado: Dist. Fed.. Relator: Min. Marco Aurélio. Trib. Pleno, Brasília, 24 fev 2021. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755955631>. Acesso em: 18 out 2023.

1187



BRASIL. **Recurso Extraordinário 1.426.271 RG/CE, 2023.** Reclamante: Estado do Ceará Reclamado: ABC Atacado Brasileiro da Construção S.A. Relator(a): Ministra Presidente, Tribunal Pleno, Brasília, 21 de agosto de 2023. Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15360434442&ext=.pdf>. Acesso em: 12 out 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.469/DF.** Requerente: Associação Brasileira de Comércio Eletrônico - ABCOMM. Intimado: Presidente Do Conselho Nacional De Política Fazendária - CONFAZ. Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, 24 fev 2021. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755955431>. Acesso em: 21 out 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.066/DF.** Requerente: Associação Brasileira Da Ind. de Máquinas e Equipamentos. Intimado: Presidente da República. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, 23 set 2022. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6330827>. Acesso em: 16 out 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.070/AL.** requerente: Governador do Estado de Alagoas. Intimado: Presidente da República. Relator: Min. Alexandre De Moraes. Brasília. 09 dez de 2022. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6333675>. Acesso em: 18 out 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.078/CE.** Requerente: Governador do Estado do Ceará. Requerido: Presidente Da República. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília. 16 dezembro de 2022. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6349777>. Acesso em: 18 out 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 67 do STF.** É inconstitucional a cobrança do tributo que houver sido criado ou aumentado no mesmo exercício financeiro. Súmula da Jurisprudência Dominante do Supremo Tribunal Federal. Anexo ao regimento interno. Edição: Imprensa Nacional, 2015. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=3624> acesso em: 2 out. 2023

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 166 do STJ.** Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte. Anexo ao regimento interno. Edição: Imprensa Nacional, 1996. Disponível em:

1188



https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2010_12_capSumula166.pdf. Acesso em: 14 set 2023.

BRASIL. **Convênio ICMS 93, de 17 de setembro de 2015**. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), 2015. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2015/CV093_15. Acesso em: 21 out 2023.

COSTA, EMILY LEAL RAUL DA. **ICMS: análise das consequências decorrentes da cobrança do diferencial de alíquota interestadual nas entradas de mercadorias**. São Paulo, 2021.

DINIZ, Thiago Braga Pinheiro. **A Inconstitucionalidade da Cobrança do Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (DIFAL do ICMS) em 2022**. Repositório Universitário da Ânima, 2022.

LENZA, Pedro; CAPARROZ, Roberto. **Direito tributário esquematizado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

MONTEIRO, C. S.; MONTEIRO, C. S.; MEZZARROBA, O. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

PAULA, Guilherme Marques. **Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL): necessidade de lei complementar geral para regulamentar a exação tributária**. OAB - Goiás.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

SANTOS, Aline Feitosa. **Sistema de Aproveitamento de Crédito de ICMS nas empresas industriais**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SANTOS, Yasmim Beatriz Silveira. **ICMS-DIFAL: Aplicação da anterioridade tributária e vigência da Lei Complementar nº 190/2022 sob a análise da aplicação sistemática de precedentes**. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. BRASÍLIA, 2022.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

RELATO DE DESENVOLVIMENTO DA SEGUNDA EDIÇÃO DO PROJETO EXTENSIONISTA DESIGN & EXPERTISE: ENSINO DE CONCEITOS BÁSICOS DE DESIGN A PARTIR DE DISCRIMINAÇÃO PERCEPTIVA

Ivan Mota Santos¹
Marianna Palmeira²
Lara Gomes³

Introdução

Do projeto

O Projeto de Extensão Design & Expertise (Imagem 01) tem como objetivo e propósito proporcionar o ensino do Design e seus diversos temas por meio de cursos rápidos, acessíveis gratuitamente e de forma auto conduzida aos beneficiários, a fim de capacitá-los nas ferramentas de design. Busca-se, com isso, que tais beneficiários obtenham repertório básico nos temas de design, utilizando-se de treinamentos baseados em repetição deliberada para tal.



1190

Imagem 01: Site do Projeto.
Dos autores.

¹ DsC. MOTA-SANTOS, Ivan, UFJF, ivan.santos@ufjf.br

² Graduanda Bolsista, UFJF, marianna.palmeira@estudante.ufjf.br

³ Graduanda Voluntária, UFJF, lara.gomes@estudante.ufjf.br

A expertise diz respeito à capacidade de repetir uma informação quando solicitado, ou ainda, reproduzir um procedimento que lhe foi ensinado (GELLER 2011). Segundo o autor, a educação formal é direcionada por esses dois tipos de conhecimento: repetição de informações e reprodução de conhecimento. Contudo, pesquisas científicas das últimas décadas têm obtido resultados interessantes, mostrando que a expertise vai muito além dessa repetição e reprodução. Uma das técnicas e teorias de maior relevância, tanto pelos resultados alcançados rapidamente, mas também, devido a boa estruturação teórica e de modelos, é a discriminação perceptiva. Tal método é conhecido e usado por diversos aplicativos recentes de ensino de idiomas, como o Duolingo e Rosetta Stone, que em si são aplicativos que abandonaram o estilo de educação formal tradicional, e consiste na associação e assimilação do cérebro a informações por meio de repetição e estímulos. Geller (2011), aponta que a discriminação perceptiva pode ser definida como o processo de mudanças induzidas pela experiência ou prática na coleta de informações. Dentre muitos estudos apresentados, incluindo um estudo conduzido por Carey (2014), tendo a si mesmo como sujeito de pesquisa, existem os módulos de aprendizado de Kellman (2012), os PLM's (Perceptual Learning Modules), ou Módulos de Discriminação Perceptiva em tradução literal. Destaca-se então, de forma a clarear o pensamento de Carey em relação à expertise, estes três fatores:

- o treinamento visual e acelerado;
- o foco na classificação de problemas;
- a possibilidade de construção rápida de expertise.

1191

De forma ainda mais detalhada, Gibson (1969), informa que os três elementos básicos que garantem o resultado efetivo da aplicação prática da teoria estruturada por ela, são:

- A especificidade da discriminação (O que é aprendido);
- A otimização da atenção (Como ocorre o aprendizado);
- O aumento da economia (Velocidade na Identificação dos Estímulos).

Na edição anterior do projeto, que foi a primeira, foram ofertados dois cursos, tendo como tema "Introdução ao Design" e "Design e Sustentabilidade". Tais cursos foram estruturados combinando formulários do Google Forms e PDFs interativos, onde os usuários faziam o download desse arquivo e acessavam em outro aplicativo à parte, sendo recomendado o uso do Adobe Acrobat (Imagem 02). Na nova edição, buscamos aprimorar esse método, buscando novos meios de armazenar os dados coletados, bem como espaços e plataformas onde disponibilizar os novos cursos de forma mais fácil e interativa. Além disso, foi realizada a entrega dos certificados da edição anterior, atualização da marca e identidade visual do projeto, bem como a criação de dois novos cursos: um deles visando a capacitação dos beneficiários em



Conceitos de Modelagem 3D e o outro, a aquisição de repertório cultural no âmbito de História do Design.



Imagem 02: Etapas de Participação do Projeto.
Dos autores.

Justificativa

Conforme a FECOMÉRCIO-MG (2018), Juiz de Fora é a maior das sete microrregiões que compõem a mesorregião da Zona da Mata. A maior parcela dos estabelecimentos presentes nessa Zona é caracterizada como microempresas, segundo metodologia do SEBRAE.

No setor de trabalho informal, é apresentado por Costa (2016), através de levantamento realizado pelo SEBRAE/MG apenas em Juiz de Fora, que mais de 90% dos microempreendedores individuais (MEI's) já desenvolviam atividade antes da formalização, chegando a pelo menos 15.800 informais. Tal fato, num contexto sócio empresarial, representa oportunidades relevantes para as ações estruturadas com o presente projeto extensionista pois, conforme pesquisa realizada pelo British Design Council (apud. MAZOTA, 2011), no que refere à percepção das empresas quanto ao retorno pela utilização do design, é possível citar alguns indicadores: 51% – aumento da rotatividade; 50% – melhor imagem da empresa; 48% – aumento dos lucros; 46% – aumento do emprego; 45% – melhor comunicação com os clientes; 44% – melhor qualidade dos serviços/produtos; entre outros.

Tendo tais dados como base, percebe-se uma motivação para a continuidade do projeto, pois tem-se a possibilidade de um real e vasto campo de atuação direta, quando se leva em consideração as 100.289 microempresas na Zona da Mata e, especialmente, pelos 17.585 MEI's listados apenas na cidade de Juiz de Fora.

Objetivos

Para a presente edição, o objetivo estrutural do projeto, ou seja, aquele referente à base da sua execução, se mantém no desenvolvimento de produtos instrucionais com foco na expansão do conhecimento científico em Design para além da comunidade acadêmica. Além disso, espera-se obter o envolvimento dos alunos na construção dos processos internos e externos do projeto,

aproximando-os da comunidade e possibilitando o acesso à oportunidade de ensino e aprendizagem oferecida pelo Design & Expertise. Além disso, para os objetivos específicos da presente edição, foram definidas três frentes de atuação:

- Pesquisa de novas plataformas e meios para a execução dos Cursos, que valorizem a experiência do nosso usuário;
- Construção de novos cursos com diferentes temas, projetando o processo de aprendizagem, operacionalizando os cursos e analisando seu alcance;
- Construção da nova marca, registrando-a e profissionalizando a comunicação do projeto;
- Seguir o trabalho da edição anterior no que diz respeito à emissão dos certificados dos participantes.

Método

Na segunda edição do projeto, foi seguido o caminho traçado pela edição anterior, mantendo a estrutura base para seu desenvolvimento, no entanto, com as mudanças referentes às necessidades dos novos objetivos.

Estruturação de etapas

A natureza do projeto é extensionista, ou seja, consiste na organização prática do conhecimento e a expansão desse para fora do ambiente universitário. Para que isso ocorra, o projeto precisou ser estruturado levando em consideração suas distintas necessidades e áreas de execução.

Primeira etapa: Planejamento

Para a primeira etapa, foram analisadas as métricas e resultados da edição anterior a fim de entender o contexto de atuação e estabelecer os caminhos para a nova edição. Foram definidos os objetivos, metas e indicadores, além de delimitar os focos de atuação dos alunos durante a edição, construindo uma organização geral do projeto.

Segunda etapa: Operacionalização

Para o desenvolvimento das atividades, se fez necessária a construção de frentes a fim de seccionar os focos de atuação dos alunos e demarcar etapas específicas visando a obtenção de

um resultado geral mais efetivo. As frentes de atuação da presente edição, e suas respectivas etapas foram:

a. Pesquisa de novas plataformas de ensino

O principal objetivo, nesse caso, era entender possíveis caminhos para aprimorar a experiência dos estudantes durante o processo de aprendizagem e aperfeiçoar o sistema de coleta de dados referentes à execução dos treinamentos visto que, pelo método atual, não é possível entender de maneira geral o alcance dos cursos nesta etapa:

- Coleta de informações a respeito das plataformas disponíveis;
- Testes com os cursos já existentes;
- Análise e considerações.

b. Emissão dos certificados das etapas anteriores

A fim de cumprir uma etapa restante da última edição, o objetivo dessa frente era de certificar todos os participantes dos cursos anteriores:

- Reunião dos dados dos participantes;
- Envio dos certificados.

c. Projeto gráfico, Marca e Registro:

Com a finalidade de profissionalizar a Marca e adequá-la ao crescimento do projeto, se fez necessário uma revisão dos seus elementos, levando em consideração a possibilidade do desenvolvimento de um novo Símbolo, Tipografia e Paleta de Cores. Sendo assim, essa frente seguiu da seguinte forma:

- Pesquisa e análise de Mercado: Estudando a Marca anterior, coletando referências e analisando possíveis caminhos;
- Delimitação de requisitos;
- Geração de ideias e de alternativas;
- Refinamento;
- Construção do modelo de E-book utilizados nos treinamentos;
- Aplicação em materiais gráficos gerais, como publicações e divulgações.

d. Construção dos Cursos

1194

O modelo do projeto se baseia na estruturação do processo de aprendizagem do usuário, acompanhando a sua evolução durante o contato com determinado curso. Essa estrutura permite a validação do aprendizado do estudante por meio de um processo que segue uma definição de parâmetros aplicados em avaliação inicial, treinamento dos conceitos e uma avaliação final, o que possibilita a metrificacão do nível de aprendizado recebido. Sendo o principal objetivo do projeto, e consequentemente da edição, a frente de construção dos cursos se estruturou da seguinte maneira:

- Definição dos temas (História do Design e Modelagem 3D);
- Planejamento instrucional de cada curso, montando um mapa de conceitos seguindo suas necessidades: Para o curso de História, foram utilizados conteúdos visuais e textuais para a construção do processo de percepção de assimilação dos temas, conectando noções em diferentes estímulos; No curso de Modelagem, foi utilizada a combinação de conteúdos gráficos e conteúdos textuais para construir o mapa de conceitos do curso.
- Pesquisa e coleta de informações;
- Construção do material de treinamento, combinando os assuntos e seguindo o mapa de conceitos de cada curso e estruturando as questões seguindo a linguagem gráfica e editorial do modelo de E-book;
- Disponibilização dos cursos de maneira gratuita e divulgação frente as Redes Sociais;

1195

Terceira etapa: Análise e Considerações

Na terceira etapa, foram analisados os resultados obtidos nas diferentes frentes; desenvolvidas considerações a respeito dos caminhos tomados na edição; revisão das metas e planejamento da edição futura.

Resultados e discussões

Os principais resultados diretos dessa extensão são o acesso a um processo de aprendizagem de conceitos de Design estruturado para atingir o público leigo, de maneira gratuita, corroborando para a consolidação dos objetivos básicos do projeto de promover o acesso ao conhecimento para além da comunidade acadêmica. Por meio da transformação da teoria do Design Instrucional, dos estudos sobre ensino e aprendizado em um projeto prático que estende o acesso ao conhecimento, há a potencialização do desenvolvimento da expertise da comunidade para além da academia e além do alcance dos profissionais da área. Sendo assim, dos resultados da segunda edição do projeto de extensão Design e Expertise, elencam-se os seguintes tópicos referentes às diferentes frentes de atuação:



Pesquisa de novas plataformas de ensino:

Inicialmente, estudamos a relação entre o Adobe Illustrator (AI) e as planilhas Excel para a contabilidade de dados. Com as pesquisas, percebemos que as informações são migradas de Excel para AI, e não o contrário, como se esperava. Logo em seguida, foram pesquisadas linguagens de software de programação, além de interfaces digitais que pudessem viabilizar a contagem de armazenamento dos dados enviados pelos participantes, dentre essas, os sistemas Php e Bubble. Como os links dos cursos seriam distribuídos por vários caminhos da web, usamos um encurtador de URL para simplificá-lo e, assim, foi estudado o Bit.Ly, sistema de encurtamento de links via web gratuitamente. Foram identificadas as melhores plataformas para a execução dos cursos, porém, as plataformas que valeriam a transferência do projeto, possuem hospedagens monetizadas. Esse fato se tornou um obstáculo, visto que não possuímos recursos com os quais investir nesse âmbito do projeto. Especialmente, em razão dessa impossibilidade, não encontramos caminhos viáveis para melhorar a coleta de dados do projeto nesse sentido. Portanto, decidimos seguir com o curso no formato anterior, hospedado e contabilizando dados pelo Google Forms em conjunto com o Excel.

Emissão dos certificados das etapas anteriores:

Em relação aos certificados, foram enviados ao fim da edição anterior, os dados para a emissão dos certificados referentes àquela edição. No começo da segunda edição, tais certificados foram recebidos pelo coordenador do curso, que encaminhou à bolsista para que enviasse àqueles que já os haviam conseguido. Ao final dessa edição, será feito o mesmo processo, para que os próximos participantes possam enviá-los aos respectivos participantes.

1196

Projeto gráfico, Marca e Registro

Para a frente gráfica, foram desenvolvidos dois projetos centrais: O primeiro, sendo a reformulação da Marca e o segundo, a construção de modelos de E-book para os treinamentos dos cursos. O olhar mais crítico para a Marca e suas aplicações se deu em razão do crescimento do projeto e conseqüentemente, a adequação da comunicação com seus objetivos de uma maneira mais direta e estruturada. Foram realizadas mudanças no Logo principal, desenvolvendo um símbolo que remete à essência do projeto, escolha de novas cores que complementam as anteriores, definição de elementos auxiliares e uma nova tipografia. Todos esses fatores foram aplicados no novo modelo de E-book, diagramado a fim de gerar um processo mais fluido, seguindo noções básicas de Experiência do Usuário. Sobre o Registro de Marca, sendo outro objetivo relacionado a esse tópico, foi possível realizá-lo ainda em 2022,



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



formalizando a utilização da nossa Marca e restringindo seu uso apenas ao projeto. Confira abaixo imagens dos resultados obtidos e suas respectivas explicações:

Do Logo final: O Logo é composto por um 'X' que representa o principal meio pelo qual o curso acontece, questões de múltipla escolha, o que faz uma alusão direta à maneira como o projeto está estruturado. Segue com o nome 'design e expertise' em caixa baixa, o que configura um dinamismo intencional, e em sua nova tipografia com traços simples e arredondados, aproximando-se do público de uma maneira mais direta. (Imagem 03)



Imagem 03: Marca do Projeto.
Dos autores.

Dos elementos e cores da Marca: Os elementos foram pensados a fim de remeter ao processo de aprendizagem e as cores, complementares e em tons vívidos trazem diversão para o projeto. (Imagem 04)

1197



Imagem 04: Elementos e Cores do Projeto.
Dos autores.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Do modelo de ebook: Como abordado anteriormente, o modelo de E-book foi reformulado para abarcar os elementos da nova Marca e suas particularidades, levando em consideração noções editoriais e de experiência do usuário a fim de proporcionar uma melhor vivência ao nosso estudante. (Imagem 05)



1198

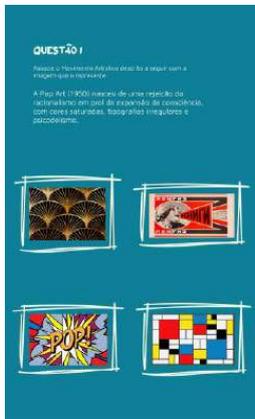
Imagem 05: Páginas de E-book interativo.
Dos autores.

Construção dos cursos

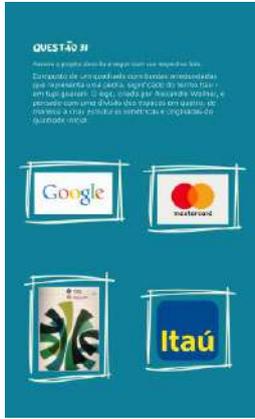
No que diz respeito aos cursos, a meta inicial era o desenvolvimento de três cursos, no entanto, como resultado principal obtiveram-se dois cursos com duas estruturas distintas, sendo eles:

História do Design

Com um objetivo base sendo a construção de repertório visual, o curso possui uma organização com estímulos imagéticos, relacionando em seus módulos **obras**, **movimentos** e **autores** do Design ao longo dos anos. (Quadro 01)

<p>Módulo 1</p> <p>Em seu primeiro módulo, o curso apresenta alguns movimentos relevantes para a história do design, como Art Nouveau, Construtivismo, Grupo Memphis, entre outros. Seu estímulo se dá por meio de textos e imagens, onde é apresentada uma descrição do movimento e o usuário deve relacionar tal texto com a imagem que o representa.</p>	
<p>Módulo 2</p> <p>Em seu segundo módulo, são apresentados alguns autores importantes, que tiveram impacto no design ao longo dos anos. Entre esses, estão algumas figuras como Oscar Niemeyer, Carolyn Davidson, Casal Eames, entre muitos outros. Seu estímulo se dá por meio de textos e imagens, onde é apresentada uma descrição do movimento e o usuário deve relacionar tal texto com a imagem que o representa.</p>	

1199

<p>Módulo 3</p> <p>Em seu terceiro e último módulo, são apresentadas obras dos designers do módulo anterior, as quais os usuários devem relacionar com a descrição apresentada. Entre essas, estão obras marcantes, como a primeira logo da Apple com uma maçã, o Sofá Marshmallow, a fonte Helvetica, entre outras.</p>	
---	--

Quadro 01: Módulos do Curso de História do Design.
Dos autores.

Modelagem 3D: Conceitos e noções básicas

Possuindo um processo focado na construção de conhecimento técnico, o curso de Modelagem possui estímulos visuais que exemplificam os conteúdos apresentados em texto, seguindo os seguintes módulos: **introdução:** história; noções básicas; etapas iniciais; **programas:** tipo de arquivo; ambiente; elementos básicos; ambiente, funções e ferramentas; **direto ao 3D:** conceitos da modelagem 3D; ferramentas de modificação e refinamento; exercícios de discriminação perceptiva. (Quadro 02)

1200

<p>Módulo 1 - Introdução</p> <p>Fala sobre a história da modelagem 3D, como e para que ela pode ser usada e suas etapas iniciais. Seu estímulo se dá por meio de vídeos e textos explicativos acompanhados por imagens.</p>	
--	--

<p>Módulo 2 - Programas</p> <p>Consta com uma lista de programas de modelagem 3D e fala sobre tais programas de uma maneira geral: seu ambiente, ferramentas, tipos de arquivo, elementos básicos, etc. Seu estímulo se dá por meio de textos explicativos acompanhados por imagens.</p>	
<p>Módulo 3 - Direto ao 3D</p> <p>Fala sobre as ferramentas de um programa de modelagem 3D e suas funções mais a fundo. Tal estímulo se dá por meio de vídeos e textos explicativos acompanhados por imagens. Ao final do módulo, são indicados alguns exercícios de modelagem onde serão aplicados os conceitos explicados até então e, em seguida, são apresentados exercícios de discriminação perceptiva, que se dão por meio de textos descritivos ou imagens que devem ser relacionados a conceitos que os descrevam ou representem.</p>	

1201

Quadro 02: Módulos do Curso de Modelagem 3D.
Dos autores.

Outros

É necessário levar em consideração o atraso na etapa de operacionalização do desenvolvimento da Marca e dos Cursos, e consequentemente, de sua divulgação em detrimento da pesquisa por



plataformas para sua aplicação. Nesse sentido, urge a metrificação do projeto com base em seu alcance geral. Ao todo, o projeto possui quatro cursos ofertados continuamente, que já certificaram mais de 60 participantes. Além disso, com o retorno tardio as Redes Sociais, seu alcance é de 154 seguidores (um aumento de 23,37% em sua segunda edição) e 255 avaliações e comentários.

Considerações finais

Uma das maiores dificuldades enfrentadas nessa edição foi a pesquisa referenciada acima, a fim de encontrar uma nova plataforma para hospedagem dos cursos e métodos de armazenamento de dados. Apesar de ter sido uma importante pesquisa cujos resultados seriam extremamente benéficos tanto para o desenvolvimento do projeto quanto para a experiência do usuário, devido à questão da hospedagem monetizada, não foi possível levar tal processo adiante. Para que fosse possível, seriam necessários fundos que, no momento, o projeto não possui. Tal pesquisa levou mais tempo do que o planejado, o que atrasou as demais fases, que seriam a construção da Marca e dos Cursos.

Acerca da experiência dos participantes, considerou-se a participação no projeto de extensão extremamente enriquecedora no âmbito de conhecimento, técnicas editoriais, gráficas e de experiência do usuário, pela possibilidade de colocar em prática os conceitos aprendidos previamente nas disciplinas do curso. Além das experiências acadêmicas, o projeto também contribuiu para a evolução pessoal dos participantes, no sentido de que competências comportamentais, como autonomia, resiliência, criatividade, comunicação, bem como competências técnicas, como a utilização de novas ferramentas e organização projetual, foram aprimoradas.

Em edições futuras do projeto, é possível continuar a pesquisa a fim de encontrar uma nova plataforma para hospedagem dos cursos, bem como o desenvolvimento de novos temas e conteúdos, aumentando ainda mais o catálogo do projeto. Além disso, expandir o projeto, para a criação de mais bolsas, possibilitaria a entrada de estudantes de Ciências da Computação, que poderiam criar tal plataforma de hospedagem. No mais, melhorar ainda mais o alcance do curso por meio das redes sociais, por meio da comunicação e criação de conteúdo, bem como divulgação por intermédio de redes além da do próprio projeto, atraindo o público geral, especialmente indivíduos que não têm contato com projetos da universidade. Além disso, ainda há conteúdo disponível para a criação de mais dois cursos, buscando capacitar ainda mais as pessoas dentro e fora da comunidade acadêmica.

1202



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Instituto de Artes e Design, por possibilitarem o acesso ao conhecimento científico e técnico necessários para a construção do projeto e à Pró-Reitoria de Extensão, por promover a capacidade de expandir esse conhecimento para além da comunidade acadêmica por meio da estruturação de um ambiente propício para a construção de projetos como este.

Referências

CAREY, B. How we learn: The surprising truth about when, where, and why it happens. Random House Trade Paperbacks. 2014.

COSTA, Fabíola. Informalidade cresce com desemprego. In.: Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 17 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/economia/17-01-2016/informalidade-cresce-com-desemprego.html>>

FECOMÉRCIO-MG. Estudo sobre as regiões de planejamento de Minas Gerais: Zona da Mata FECOMÉRCIO-MG – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www.fecomerciomg.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Projeto-Estadual-Zona-da-Mata.pdf>>

GELLER, E.H. Perceptual Learning: Application to Education. Psychology in Action. 2011.

KELLMAN, P.J., & MASSEY, C.M. Perceptual learning, cognition, and expertise. In B.H. Ross (Ed.), The Psychology of Learning and Motivation (Vol. 58, 117-165). Amsterdam: Elsevier Inc. 2012

MAZOTA, Brigitte Borja de. Gestão do design: usando o design para construir valor de marca e inovação contemporânea. Porto Alegre: Bookman, 2011.

1203



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DESENVOLVIMENTO DE NANOFIBRAS ELETROFIADAS FORMADAS POR POLIÁCIDO LÁTICO (PLA) E POLICAPROLACTONA (PCL) COM APLICAÇÕES NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Lorena de Fátima Bento de Carvalho¹
Lígia Maria Manzine Costa²
Adriana Carla de Oliveira Lopes³

Introdução

A definição de queimadura se dá com lesões traumáticas ocasionadas por agentes térmicos, químicos, elétricos ou radioativos e podem levar a destruição total ou parcial da estrutura da pele e seus anexos. É um problema de saúde pública a nível global e, são relatados pela Organização Mundial da Saúde 180.000 mortes anuais em decorrência desta condição, ocorrendo em grande número nos países de baixa ou média renda salarial. Assim, as queimaduras acontecem mais em mulheres e crianças em razão de serviços domésticos, explosões de fogões ou contato direto com a chamas quentes.

Nas últimas décadas os polímeros biodegradáveis têm atraído atenção, tanto em razão das questões ambientais, bem como para a área da saúde (PUPPI e CHIELLINI, 2020). Dentre tais polímeros, destaca-se a policaprolactona (PCL), polímero com excelente biocompatibilidade utilizado em regeneração óssea e liberação controlada de fármacos (WU et al., 2012). A biocompatibilidade do PCL com outros polímeros, substâncias ativas e suas propriedades mecânicas são características importantes que o tornaram comum na área farmacêutica (SIDDIQUI et al., 2018).

A eletrofiação (electrospinning), por sua vez, é um dos processos mais acessíveis em termos de simplicidade para a produção de nanofibras na escala de até 100 nm. Este processo permite reduzir o diâmetro de estruturas poliméricas para a ordem de grandeza de nanômetros, aumentando assim, a relação entre superfície, massa e volume, além de possibilitar o aumento nas propriedades mecânicas do polímero em questão, bem como o aumento da porosidade do material, o que facilita o transporte de nutrientes, fármacos entre outras substâncias (HIEP, LEE, 2010; ORÉFICE, 2019).

1204

¹ Lorena de Fátima Bento de Carvalho - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) / lorena.carvalho@icf.ufal.br

² Lígia Maria Manzine Costa - Universidade Estadual Paulista (UNESP) / ligia.manzine@hotmail.com

³ Adriana Carla de Oliveira Lopes - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) / adriana.lopes@penedo.ufal.br

Dentre os óleos essenciais de plantas com propriedades medicinais utilizadas no Nordeste do Brasil, destacam-se o óleo essencial de cravo e o óleo essencial de orégano, estes têm ação anti-inflamatória, antifúngica, antisséptica e cicatrizante, sendo empregados para regeneração e cuidados com a pele, em especial em queimaduras, dermatites, psoríases, acnes, manchas entre outros problemas (ALVES et al., 2009; NARUZAWA e PAPA, 2011; MACHADO e OLIVEIRA, 2014).

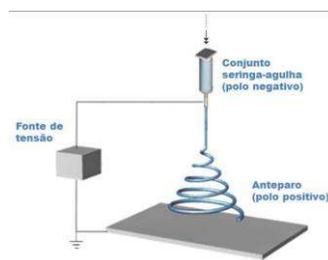
A eletrofiação é uma técnica simples que utiliza forças eletrostáticas para produzir fibras. Utilizada em diversas áreas, é eficaz na obtenção de fibras contínuas com diâmetro variando de centenas de nanômetros a dezenas de micrômetros a partir de uma solução polimérica (OPREA; FICAI; ANDRONESCU, 2019). As fibras resultantes são finas e essa característica possibilita a incorporação em diversos setores de aplicação (WU et al., 2020) como o uso em sensores e engenharia de tecidos (ZHANG et al., 2020)

Desenvolvida no século XIX por Rayleigh e Zeleny e patenteada pela Formhals em 1934, a técnica ganhou reconhecimento apenas na década de 90, quando houve uma busca maior por recursos nanotecnológicos e novos materiais (VENTURELLI; GRIPA, 2017). As mantas de nanofibras são obtidas pelo uso de uma tensão (kV) em uma solução polimérica. A solução polimérica é adicionada a uma seringa e uma alta voltagem é aplicada, sob a ação da gravidade, uma gota se forma na ponta da agulha. Carregada eletricamente pela ação da tensão, essa gota alonga-se, formando um cone, conhecido como cone de Taylor (YARIN, A. L. et al., 2001).

Quando as forças eletrostáticas superam a tensão superficial da solução, ocorre a formação de um jato reto no vértice do cone. O jato descreve um percurso inicialmente reto e diminui o diâmetro à medida que se afasta da ponta da agulha. Após esse percurso, forma-se a zona de instabilidade em que o jato deixa de ser visto a olho nu e descreve trajetórias tortuosas. Será nesta zona em que formarão as fibras, devido ao violento estiramento sofrido pela solução e simultânea evaporação do solvente. Fibras sucessivamente mais finas, podendo atingir a escala nanométrica, são projetadas em direção ao coletor, devido ao campo elétrico criado entre este e a agulha, formando uma manta de nanofibras (LI, Y, 2004). O coletor pode apresentar vários formatos, como chapas lisas metálicas ou também cilindros rotativos, mas sempre será feito de material metálico, gerando um campo eletromagnético entre a ponta da agulha e o coletor metálico. Bajji et al. (2010) afirmou que é possível ter nanofibras orientadas de acordo com o coletor, sendo o rotativo em alta velocidade o responsável pelas fibras retas. Em contrapartida, os coletores do tipo fixo, com chapas metálicas, produzem nanofibras com deposição aleatória na manta, não tendo padrão de organização. A figura 1 mostra o processo de eletrofiação usado para a realização deste trabalho.

1205

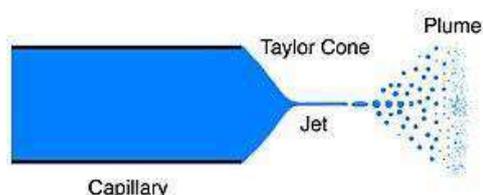
Figura 1 – Representação esquemática do processo de eletrofiação



Fonte: Researchgate (2016)

Taylor descreve que no processo de eletrofiação devido ao forte campo elétrico, a gota na ponta da agulha se deforma em forma cônica. Essa gota é conhecida como Cone de Taylor (Figura 2). O cone de Taylor foi inicialmente reportado por Taylor como uma gota, que, ao ser sujeita a um potencial elétrico cada vez maior é submetida a um estiramento até o ponto em que subitamente se tende a um formato aproximadamente cônico (COSTA, R. G. F et al., 2012)

Figura 2 – Cone de Taylor



Fonte: Wikipedia

Ao passo que o jato sai da ponta da agulha até o coletor o solvente evapora, as fibras poliméricas vão sendo formadas e solidificadas (VALEIRINHO, 2008). Além das fibras, podem ser formadas imperfeições na membrana, conhecidas como “beads”, essas imperfeições são gotículas resultantes da atuação da tensão superficial que irá fornecer formas esféricas no lugar das nanofibras (HAN; YARIN; RENEKER, 2008). Diversos fatores influenciam no sucesso da técnica de eletrofiação destacando os parâmetros de ambiente (temperatura e umidade), da solução (condutividade elétrica, viscosidade e concentração polimérica) e do processamento

(distância da agulha ao coletor, tensão aplicada no sistema e taxa de vazão da solução) (BHARDWAJ; KUNDU, 2010.).

Objetivos

Desenvolver um novo biomaterial nanométrico contendo óleo essencial (cravo ou orégano) visando aplicações na área de regeneração de tecidos;

Realizar o planeamento experimental fatorial a fim de descobrir a melhor concentração e melhor óleo para a manta polimérica;

Produzir membranas eletrofiadas de nanofibras homogêneas composta de óleo essencial (cravo ou orégano) usando a técnica de eletrofição com o polímero de PCL.

Materiais e métodos

Material

- Óleo essencial de cravo – Fornecedor Native
- Óleo essencial de orégano – Fornecedor Native
- Álcool metílico P.A – Fornecedor Dinâmica
- Clorofórmio P.A – Fornecedor Êxodo científica
- Policaprolactona (PCL)– Fornecedor Sigma Aldrich

1207

Métodos

Planejamento experimental fatorial:

Usando a técnica de planeamento experimental fatorial descrita por NETO et al. (2001), foi executado um planeamento fatorial completo com dois níveis e duas variáveis, correspondendo a quatro experimentos, que realizados em duplicata resulta no total de oito experimentos, para os quais as variáveis selecionadas bem como os níveis inferior (-1) e superior (+1) foram: tipo de óleo adicionado na solução polimérica durante o processo de eletrofição: óleo de orégano (considerado o limite inferior e relacionado ao valor -1 pela técnica do planeamento experimental) e o óleo de cravo (considerando limite superior e relacionado ao valor +1 pela técnica do planeamento experimental); Concentração do óleo (%p/p): 5% (considere o limite inferior e relacionado ao valor -1 pela técnica do planeamento experimental) e 20% (considerado limite superior e relacionado ao valor +1 pela técnica do planeamento experimental). A resposta foi o diâmetro médio das nanofibras. Os valores de diâmetro médio

para cada experimento, realizados até o momento, foram obtidos via análise das imagens de microscopia eletrônica de varredura (MEV).

A ferramenta para realizar os cálculos e obter estes efeitos principais das variáveis selecionadas, foi o programa SMath Studio, versão gratuita, este programa permitiu a realização dos cálculos algébricos, tais como produtos matriciais, presentes nos modelos matemáticos da técnica estatística aqui mencionada.

Procedimento para a realização dos ensaios de eletrofação

Foram preparadas soluções de PCL utilizando como solvente clorofórmio/metanol (4:1 em volume). Nesta solução foram adicionados uma quantidade percentual de óleo (de acordo com a matriz do planejamento experimental) que variou de 5 a 20% de óleo em relação a massa do polímero, bem como o tipo de óleo orégano/cravo de acordo com a matriz do planejamento experimental. Os cálculos foram realizados da seguinte maneira para uma solução de 10mL. Cálculos obtidos tanto para o uso do óleo de orégano como para o óleo de cravo:

Óleo a 5%:

1g de PCL ----- 5%

5% = 0,05mL de óleo

Óleo a 20%:

1g de PCL ----- 20%

20%= 0,2mL de óleo

1208

Desta forma, foi seguido o seguinte passo-a-passo do processo de eletrofação:

- Foi pesado 1g de PCL na balança analítica e transferido para um béquer e mediu-se 8mL de clorofórmio + 2mL de metanol, totalizando 10mL (utilizou-se a capela de exaustão);
- A vidraria foi bem vedada para evitar a evaporação dos solventes e utilizou-se uma placa agitadora/aquecedora para homogeneizar as soluções. Em uma temperatura de 50°C sob agitação e esperou-se a homogeneização completa;
- Após 1 hora e 30 minutos da homogeneização, adicionou-se um dos óleos essenciais (dois experimentos foram utilizados óleo de cravo e dois experimentos foram utilizados óleo de orégano) por meio de uma micropipeta nos dois béqueres, sendo 0,05mL no primeiro e 0,2mL no segundo, e voltou-se a agitar a solução por 15 minutos. Foi feito uma amostra contendo apenas PCL;
- Para os parâmetros de processamento por eletrofação, a voltagem escolhida, de acordo com a literatura desenvolvimento e caracterização de membranas eletrofiadas a base de policaprolactona foi de 17kV e a distância de 12cm;

- Foram eletrofiadas as quatro soluções, utilizou-se um coletor de placa plana para os processamentos, as membranas recobrem a superfície de alumínio do coletor e posteriormente foram analisadas.

Análise das fibras produzidas por eletrofição no MEV
Morfologia no Microscópio Eletrônico de Varredura:

As quatro amostras eletrofiadas foram submetidas a uma fina camada de ouro, no equipamento Q150R ES (QUORUM), um metalizador responsável por revestir em ouro as amostras em 10 minutos. Para submeter amostras a esse “banho de ouro” é necessário reduzir o tamanho delas e por meio de uma fita dupla face que é colocada em um material metálico (porta amostra) fixa-las e coloca-las no equipamento Q150R ES. Por fim, as membranas foram analisadas no programa TESCAN acoplado ao MEV, ou seja, toda leitura feita no microscópio era transferida para o TESCAN no computador. Estas análises foram realizadas no Instituto Federal de Alagoas – IFAL.

Foram medidos os diâmetros médios das nanofibras utilizando as micrografias no programa ImageJ, sendo feitas 100 medidas aleatórias das fibras e obtendo uma média dos resultados.

Resultados

Após a realização dos ensaios de eletrofição com adição de óleo (dois experimentos foram utilizados o óleo de orégano e dois experimentos foram utilizados o óleo de cravo) variando a concentração de óleo (5%-20%), descritos abaixo, foram obtidos, via MEV, os seguintes diâmetros médios (respostas desejadas do planejamento experimental):

Experimento 1: A eletrofição ocorreu a partir da solução de PCL com óleo de orégano a 5% dissolvidos em clorofórmio/metanol obtendo nanofibras com diâmetro médio igual a 707,65 nm;

Experimento 2: A eletrofição ocorreu a partir da solução de PCL com óleo de cravo a 5% dissolvidos em clorofórmio/metanol obtendo nanofibras com diâmetro médio igual a 519 nm;

Experimento 3: A eletrofição ocorreu a partir da solução de PCL com óleo de orégano a 20% dissolvidos em clorofórmio/metanol obtendo nanofibras com diâmetro médio igual a 791,27 nm;

Experimento 4: A eletrofição ocorreu a partir da solução de PCL com óleo de cravo a 20% dissolvidos em clorofórmio/metanol obtendo nanofibras com diâmetro médio igual a 534,35 nm;



Com relação a influência dos efeitos das variáveis de processo: tipo de óleo (orégano/cravo) e concentração de óleo (5%/20%), os resultados obtidos, utilizando o modelo matemático da técnica do planejamento experimental fatorial descritos a seguir:

Efeito da variável qualitativa do tipo de óleo essencial: se o tipo de óleo mudar de orégano para cravo, mantendo a variável de concentração óleo constante, o diâmetro médio das nanofibras irá diminuir, em média, 222,15 nm;

Efeito da variável quantitativa concentração do óleo essencial: se a concentração do óleo aumentar de 5% para 20%, mantendo a variável tipo de óleo constante, o diâmetro médio das nanofibras irá aumentar, em média, 49,315 nm;

Efeito da interação das duas variáveis (tipo de óleo e concentração de óleo): Se o tipo de óleo mudar de orégano para cravo e a concentração de óleo aumentar de 5% para 20%, o diâmetro médio das nanofibras irá diminuir, em média, 34,305 nm.

Analisando os resultados obtidos, pode-se constatar que os maiores diâmetros das nanofibras foram obtidos utilizando o óleo de orégano e com a maior concentração, ou seja, a concentração de óleo em 20%.

Esses resultados podem ser justificados, pelo que menciona a literatura (RENEKER, 2008; POKROPIVNY, 2008; GONÇALVES et al., 2015 e JAIN et al., 2020) referente a influência da viscosidade e da concentração das soluções nos diâmetros das nanofibras eletrofiadas. Ou seja, quanto maior a viscosidade da solução, bem como quanto maior a concentração da solução maiores os diâmetros médios das nanofibras obtidas por eletrofiação. O óleo de orégano possui um ponto de ebulição igual a 219°C, enquanto o óleo de cravo possui ponto de ebulição igual a 254°C, logo, o óleo de orégano é mais volátil, e, portanto, a solução contendo este óleo se torna mais viscosa durante o processo de eletrofiação, justificando desta forma o aumento do diâmetro das nanofibras obtidas. Quanto a variável concentração, os maiores valores do diâmetro foram obtidos com as concentrações de óleo a 20%, pois, segundo a literatura (RENEKER, 2008; POKROPIVNY, 2008; GONÇALVES et al., 2015 e JAIN et al., 2020), quanto maior a concentração da solução maior o diâmetro das nanofibras. Lembrando que quanto menor o diâmetro das nanofibras maior a relação entre superfície, massa e volume, possibilitando o aumento nas propriedades mecânicas do polímero em questão, bem como o aumento da porosidade do material, o que facilita o transporte de nutrientes, fármacos entre outras substâncias (HIEP, LEE, 2010; ORÉFICE, 2019). Portanto, este trabalho comprova que, em termos de obtenção de menor diâmetro de nanofibras, o óleo essencial mais indicado para ser usado no processo de eletrofiação é o óleo essencial de cravo na concentração de 5%.

1210

Conclusão

Após o término deste trabalho, pode-se constatar a eficiência do processo de eletrofiação na obtenção de nanofibras, as quais poderão ter diversas aplicações na indústria farmacêutica, entre



estas a aplicação no desenvolvimento de curativos dérmicos. Os resultados mostraram que se pode eletrofiar soluções poliméricas contendo óleos essenciais com propriedades farmacológicas hidratantes, cicatrizantes e anti-inflamatória e que o tipo de óleo, bem como a concentração do mesmo influencia na estrutura das nanofibras. Para obtenção de nanofibras com diâmetros médios reduzidos, o óleo essencial de cravo na menor concentração, ou seja, 5%, é o mais indicado. Logo, os objetivos do presente trabalho foram atingidos com resultados satisfatórios e confiantes para trabalhos futuros, e contribuindo com o enriquecimento da literatura para a comunidade científica.

Referências

ABADIAS, M. et al Growth potential of *Escherichia coli* O157: H7 on fresh-cut fruits (melon and pineapple) and vegetables (carrot and escarole) stored under different conditions. *Food control*, v. 27, n. 1, p. 37-44, 2012.

ALVES, P.M.; QUEIROZ, L.M.G.; PEREIRA, J.V.; PEREIRA, M.S.V. Atividade antimicrobiana, antiaderente e antifúngica in vitro de plantas medicinais brasileiras sobre microrganismos do biofilme dental e cepas do gênero. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* vol.42 no.2 Uberaba Mar./Apr. 2009.

BAKKALI, F.; et al. Efeitos biológicos de óleos essenciais - Uma revisão. *Toxicologia Alimentar e Química*, v.46, n.2, p.446-75, 2008.

Bulletin of the World Health Organization. Regulatory situation of herbal medicines. A worldwide review, Geneva, 1998.

CARSON, C. F.; HAMMER, K. A.; RILEY, T. V. *Melaleuca alternifolia* (Tea Tree) oil: a Review of antimicrobial and on the medicinal properties. *Clinical Microbiology Reviews*. 2006; 19(1): 50-62.

COSTA, A. G. Desenvolvimento vegetativo, rendimento e composição do óleo essencial de Patchouli após adubação nitrogenada. Curitiba: Universidade Federal do Paraná 2008.

COSTA, L. M. M. Desenvolvimento e caracterização de membranas eletrofiadas a base de borracha natural e poli (ϵ - caprolactona). 2014. Artigo. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1625434

1211



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



DE LA CRUZ, M.G.F. Plantas medicinais utilizadas por raizeiros uma abordagem etnobotânica no contexto da saúde e doença [dissertação]. Cuiaba (MG): Universidade Geral do Mato Grosso, 1997.

GONÇALVES RP, SILVA FFF, PICCIANI PHS, DIAS ML. Morphology and Thermal Properties of Core-Shell PVA/PLA Ultrafine Fibers Produced by Coaxial Electrospinning. Materials Sciences and Applications, v.6, p189-199, fev.2015.

HIEP NT, LEE BT. Electrospinning of PLGA/PCL blends for tissue engineering and their biocompatibility. Journal Comput Surg, 21(6):1969-78, 2010.

JAIN, R., SHETTY, S., YADAV, K. S. Unfolding the electrospinning potential of biopolymers for preparation of nanofibers. Journal of Drug Delivery Science and Technology, v.57, 2020.

KUJAWSKA, M. et al. Protective effect of yellow tea extract on N-nitrosodiethylamineinduced liver carcinogenesis. Pharmaceutical Biology, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2016.

MACHADO, A.C.; OLIVEIRA, R.C. Medicamentos Fitoterápicos na odontologia: evidências e perspectivas sobre o uso da aroeirado-sertão (*Myracrodruon urundeuva* Allemão). Rev. bras. plantas med. vol.16 no.2 Botucatu Apr./June 2014.

NARUZAWA, E.S.; PAPA, M.F.S. Antifungal activity of extracts from brazilian Cerrado plants on *Colletotrichum gloeosporioides* and *Corynespora cassicola*. Rev. Bras. Pl. Med., Botucatu, v.13, n.4, p.408-412, 2011.

NETO, B. B.; SCARMINIO, I. S.; BRUNS, R. E. Como fazer experimentos – pesquisa e desenvolvimento na ciência e na indústria. Ed. Unicamp: Campinas, 2001.

ORÉFICE R. Biomateriais Fundamentos & Aplicações, 2019.

POKROPIVNY, V. V.; SKOROKHOD, V. V.; PHYS. E Low-dimensional Syst. Nanostructures 2008.

PUPPI, D.; CHIellini, F. Biodegradable Polymers for Biomedical Additive Manufacturing. Applied Materials Today, v. 20, 2020.

RENEKER, D. H.; Yarin, A. L.; Polymer (Guildf), 2008.

1212



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

 **JI** Jornada
IC Internacional
EU de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

SIDDIQUI, N. et al. PCL-Based Composite Scaffold Matrices for Tissue Engineering Applications. *Molecular Biotechnology*, v. 60, n. 7, p. 506–532, 2018.

WU, T. et al. Resorbable polymer electrospun nanofibers: History, shapes and application for tissue engineering. *Chinese Chemical Letters*, v. 31, n. 3, p. 617–625, 2020.

ZANESE, M. L. & SCHWAMBACH, C. (2021). Proposta de um curativo sustentável a base de óleos naturais para cicatrização de feridas superficiais. *Produtos Naturais e suas aplicações: da comunidade para o laboratório*, Capítulo 18, Editora Científica Digital, 280-292. <https://doi.org/10.37885/210203000>.

1213



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DIÁLOGOS ENTRE A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE: POPULARIZAÇÃO DAS PESQUISAS EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Alessandra Jacqueline Vieira¹
Alessandra Del Ré²
Rosângela Nogarini Hilário³
Fernanda Martins Moreira⁴
Christelle Dodane⁵

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados do projeto de extensão “Diálogos entre a universidade e a sociedade: popularização das pesquisas em aquisição da linguagem”, desenvolvido em uma parceria entre o Grupo de Estudos em Aquisição da Linguagem (GEALin), da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara - UNESP/FCLAr-Brasil, e o Núcleo de Estudos em Aquisição da Linguagem e de Língua de Sinais (NEALLS), do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS-Brasil. Ele se insere, em um primeiro momento, na área de Aquisição da Linguagem, mas trata-se de um campo que apresenta interface com diversas outras áreas, como a Educação, a Psicologia e a Fonoaudiologia. Afinal, a linguagem da criança pode ser observada a partir de diversas perspectivas e com foco em inúmeros fenômenos. Diante disso, o GEALin-UNESP/FCLAr tem se dedicado a investigar esses fenômenos a partir de uma perspectiva dialógico-discursiva (DEL RÉ; HILÁRIO; VIEIRA, 2020, DEL RÉ; SALAZAR-ORVIG, 2021; DEL RÉ; HILÁRIO; RODRIGUES, 2016, entre outros) e multimodal (McNEIL, 1985, 2000, 2005; CAVALCANTE, 1994; CAVALCANTE e BRANDÃO, 2012; CAVALCANTE e

1214

¹ Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS, Porto Alegre, Brasil. Pesquisadora nos grupos NALíngua (CNPq) e GEALIN (UNESP/FCL-Ar). Correio eletrônico lelejack@gmail.com.

² Professora do Departamento de Linguística, Literatura e Letras Clássicas da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus de Araraquara, Brasil. Coordenadora dos grupos NALíngua (CNPq) e GEALIN (UNESP/FCL-Ar). Correio eletrônico: del.re@unesp.br.

³ Professora Assistente no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus de Assis, Brasil. Pesquisadora nos grupos NALíngua (CNPq) e GEALIN (UNESP/FCL-Ar). Correio eletrônico rn.hilario@unesp.br.

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP/FCL-Ar. Correio Eletrônico fernanda.m.moreira@unesp.br.

⁵ Professora do Instituto de Linguística e Fonética Gerais e Aplicadas (ILPGA) da Université Sorbonne Nouvelle, Paris, França, membro do laboratório CLESTHIA. Correio eletrônico christelle.dodane@sorbonne-nouvelle.fr.

FARIA, 2015), com base nas reflexões de Bakhtin e do Círculo (BAKHTIN, 1997; 2016; 2008; VOLOCHINOV, 2017, 2019) e de autores como Vygotsky (2005, 2007) e Bruner (2004, 2007). O GEALin é coordenado pela Profa. Dra. Alessandra Del Ré e reúne, principalmente, pesquisadores da UNESP/FCLAr, que desenvolvem pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado na área de Aquisição da Linguagem, a partir da perspectiva dialógico-discursiva. Estudos versam sobre temas como bilinguismo, aquisição/aprendizagem de segunda língua, aquisição da referência, aquisição e emprego da morfologia pela criança, humor e argumentação, dentre outros temas trabalhados pelos pesquisadores do grupo. Muitos desses trabalhos abriram espaço para parcerias com pesquisadores de outros grupos e instituições, ampliando as possibilidades de olhar para um mesmo fenômeno a partir de diferentes pontos de vista.

Ainda que essas discussões sejam amplamente divulgadas no meio acadêmico através da publicação de livros, capítulos de livro e artigos científicos, sabe-se que elas são, muitas vezes, pouco acessíveis a um público não acadêmico, seja por causa de sua circulação mais restrita à comunidade científica, seja pela linguagem técnica nelas adotada. Por este motivo, o GEALin propôs-se, por meio de projetos de extensão em execução desde junho de 2018, a viabilizar o acesso do grande público às discussões sobre Aquisição da Linguagem produzidas em meio acadêmico, deslocando-as para um espaço mais popular (plataformas digitais como Facebook, Instagram e YouTube), com adaptação da linguagem, preservando, no entanto, a qualidade das discussões e a integridade dos conhecimentos compartilhados. Para atingir esse objetivo, foram planejadas diversas ações que vão ao encontro das tendências mais recentes de aproximação da universidade do público em geral, de popularização da ciência e de divulgação científica, contribuindo para a inclusão social e a participação cidadã, além do fortalecimento da pesquisa científica e da interação entre pesquisadores e profissionais de diversas áreas e campos de atividade. Essas ações serão apresentadas em detalhes neste texto.

1215

Objetivos gerais

- Divulgar a área de Aquisição da Linguagem ao grande público, aproximando a pesquisa científica da sociedade em geral, visando a democratização do conhecimento a partir do compartilhamento dos resultados desses estudos sobre a linguagem oral e escrita da criança monolíngue e bilingue com pais, educadores, profissionais da saúde, pesquisadores da área de Aquisição da Linguagem e demais interessados nos temas propostos.
- Promover ações de divulgação e educação científica, visando o aperfeiçoamento constante dos educadores e pesquisadores, além da troca de experiências com pessoas que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento.



- Levar à sociedade, a partir das ações propostas (série de lives “E por falar em linguagem da criança...”, entrevistas com pesquisadores da área, dicas sobre aquisição e referência a obras relacionadas a essa temática, apresentação dos membros do grupo de pesquisa GEALIN, entre outras), questões que vêm sendo discutidas pelo grupo e também por pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e do mundo, interagindo com a população externa ao meio acadêmico, ampliando o alcance dos conhecimentos produzidos na área e enfatizando a sua importância para a sociedade, para a educação infantil, não restringindo-os ao meio acadêmico.

Metodologia, materiais e métodos

As ações de popularização das pesquisas do grupo GEALin tiveram início em 2016, com a produção da Exposição “A criança na língua: passo a passo” - cf. artigo “Exposição virtual ‘A criança na língua: passo a passo’: popularização do conhecimento científico produzido na área de aquisição da linguagem”, das mesmas autoras - mas se intensificaram em 2020, por um lado, devido ao distanciamento social ocasionado pela pandemia de COVID-19, e, por outro, pela necessidade de encontrarmos outras formas de nos aproximarmos das pessoas, levando informações importantes, no nosso caso, para pais, professores e profissionais que lidam com o universo infantil. Desse modo, o GEALin procurou divulgar suas pesquisas, bem como as de colaboradores do grupo, em suas redes sociais, como Facebook, Instagram e Youtube. Ainda à distância, propusemos uma intervenção junto ao Teaching without Borders (TWB), um projeto de ensino remoto de língua inglesa dentro da Fraternidade sem Fronteiras (FSF), uma organização que atua no Brasil e em países da África. Com o retorno das atividades de modo presencial, pudemos realizar novas ações, como as que foram feitas em escolas da cidade de Araraquara-SP-Brasil, com crianças da Educação Infantil, e com professores da Rede Pública. Para tanto, contamos com uma equipe para auxiliar na realização e manutenção de todas essas ações, que são descritas a seguir:

1216

Série de lives “E por falar em Linguagem da criança...”

Na série de lives “E por falar em linguagem da criança...”, a interação com o público (pais, educadores, profissionais da saúde, público em geral) se deu por meio digital, inicialmente de modo semanal em 2020 e, em 2021, quinzenalmente, disponibilizadas tanto na página do Facebook quanto no canal do Youtube do GEALin. As lives foram mediadas por integrantes do grupo e receberam professores convidados de diversas instituições e grupos de pesquisa. As interações aconteceram de forma síncrona, com debates desencadeados por perguntas feitas durante as lives, e de forma assíncrona, através de enquetes disponibilizadas nas redes sociais do grupo. No que diz respeito às lives, as transmissões contaram com uma equipe técnica e uma



equipe de apoio, além de pelo menos dois pesquisadores (um mediador pertencente ao GEALin e um ou mais convidados), indicados de acordo com o tema proposto em cada live.

A equipe técnica e a equipe de apoio foram responsáveis por desenvolver um roteiro com informações, exemplos e tópicos essenciais a serem abordados durante a transmissão ao vivo; promover encontros prévios com os convidados, de modo a deixá-los à vontade com a ferramenta utilizada no momento da live/síncrona (*Streamyard*); e discorrer sobre o tema selecionado, fomentando o debate durante a transmissão. A seguir, elencamos os temas debatidos e os convidados recebidos para as lives realizadas no ano de 2020:

- *Problemas na linguagem da criança*, com a fonoaudióloga e linguista Roseli Vasconcelos.
- *O erro na fala da criança*, com as fonoaudiólogas e linguistas Roseli Vasconcelos e Irani Maldonade.
- *Ortografia no ciclo de alfabetização*, com os professores Lourenço Chacon e Natália Grecco.
- *A importância dos estudos em Aquisição da Linguagem para a ciência para a sociedade*, com as professoras Alessandra Del Ré, Rosângela Nogarini Hilário e Alessandra Jacqueline Vieira.
- *Bilinguismo: múltiplos olhares*, com as professoras Paula Bullio e Ananda Santis.
- *Multilinguismo na escola*, com os professores Cibele Lemke e Davi Lemos.
- *Pistas multimodais nas interações com bebês*, com a professora Marianne Cavalcante.
- *Linguagem Dirigida à Criança*, com a professora Christelle Dodane.
- *Multimodalidade e Alfabetização*, com os professores Paulo Ávila e Evangelina Faria.
- *A linguagem e o ensino: da aquisição à sala de aula*, com a professora Thatiana Vilela e a psicóloga Suzana Almeida.
- *A criança na fala e na escrita*, com os professores Giovanne Oliveira e Carmen Luci da Costa Silva.
- *Infância, linguagem e educação*, com as professoras Marli de Bari Matos e Eliza Barboza.
- *Argumentação na educação infantil*, com as professoras Angelina Nunes de Vasconcelos e Alessandra Jacqueline Vieira.
- *Aquisição da linguagem nos diferentes contextos de surdez*, com os professores Ivani Fusillier e Edigleisson Alcântara.
- *Live de retrospectiva*, com as professoras Alessandra Del Ré, Rosângela Nogarini Hilário e Alessandra Jacqueline Vieira.
- Considerando a grande aderência do público às lives, o engajamento nas redes sociais, interações no chat, likes e visualizações no ano de 2020, portanto, uma resposta positiva em relação a essas ações, planejamos e realizamos, em 2021, 14 lives. Ao longo desse

1217



ano, o ritmo foi sendo atenuado devido à grande demanda de trabalho online. Ainda assim, a interação com o público se manteve como ponto alto nos seguintes temas:

- *Aquisição das línguas de sinais por crianças surdas*, com as professoras Aline Pizzio e Lodenir Karnopp.
- *O desenvolvimento da percepção na aquisição da linguagem*, com a professora Cristina Name.
- *A casa, a escola e a linguagem em tempos de pandemia*, com o professor Claudemir Belintane.
- *Multilinguismo e Ensino Bilíngue em Moçambique*, com o professor Rajabo Abdula.
- *A criança autista na linguagem*, com o professor José Temístocles Ferreira Junior.
- *A criança juruna e as cantigas de ninar*, com a professora Cristina Martins Fargetti.
- *A linguagem da criança com Síndrome de Down*, com os professores Paulo Ávila-Nóbrega e Isabelle Cahino Delgado.
- *Multilinguismo, Libras e o contexto escolar*, com os professores Eliziane Manosso Stiechen e Gilmar de Carvalho Cruz.
- *Linguagem, música e bebês*, com a professora Vera Lúcia Gomes Jardim.
- *Humor, Linguagem e Literatura Infantil*, com os professores Patricia Tavares Raffaini, Camila Rodrigues e Elias Thomé Saliba.
- *Aquisição Bilíngue Bimodal*, com a professora Carina Rebello Cruz.
- *Dislexia e distúrbios na linguagem da criança*, com a professora Elaine Cristina de Oliveira.
- *A construção de sentidos nos livros infantis*, com o professor Carlos Pires (UFRJ) e a graduanda Clara de Moraes Souza.
- *Como nasce o falante de uma língua?*, com o professor Valdir do Nascimento Flores.
- Com o final da pandemia e a retomada definitiva das atividades acadêmicas presenciais no ano de 2022, foram realizadas ainda quatro lives:
 - *Linguagem, literatura e afetividade na educação infantil*, com as professoras Poliana Zuin e Michele Machado;
 - *A criança autista na linguagem: diferentes olhares*, com os professores José Temístocles Ferreira Júnior, Sílvia Canônico e Isabela Barros;
 - *A relação fala-escrita e a ortografia nos anos iniciais da escolarização*, com a professora Ana Ruth Moresco Miranda;
 - *Línguas de sinais, aquisição bilíngue e educação de crianças surdas no Brasil*, com a professora Ronice Müller de Quadros.

1218

Na figura 1 é apresentado um dos cartazes de divulgação das lives.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Figura 1 - Cartaz de divulgação de uma das lives realizadas no ano de 2022



Fonte: elaboração própria

1219

As lives podem ser vistas no link do Youtube do grupo GEALIN <https://www.youtube.com/watch?v=-V0-oJ8001o&list=PLzhiGqZtQfPqprHIL0a0uCpltAXzhFN6c>. É importante dizer que algumas lives tiveram a participação de intérpretes de Libras, visando a acessibilidade de pessoas surdas.

Livro “E por falar em linguagem da criança...”

Esta obra é um desdobramento da série de lives produzida pelo grupo GEALIN no ano de 2020 e buscou comunicar os resultados de pesquisas científicas, apresentados durante as lives, em textos curtos, de linguagem acessível a um público amplo. Assim, o trabalho, registrado primeiramente em vídeos, pode também ser conferido no livro que leva o mesmo nome da série de lives e está disponível gratuitamente pelo link: <https://www.editorazouk.com.br/pd-954ead--e-book-e-por-falar-em-linguagem-da-crianca.html?ct=&p=1&s=1>.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023


JI Jornada
IC Internacional
EU de Iniciação
 Científica
 e Extensão
 Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização

Conjugare
 Centro Português de Apoio
 à Pesquisa Científica e à Cultura

Figura 2 - Capa do livro “E por falar em linguagem da criança...”



Fonte: <https://www.editorazouk.com.br/pd-954ead--e-book-e-por-falar-em-linguagem-da-crianca.html>

Entrevistas com os membros do GEALin e/ou membros externos

As entrevistas com os membros do GEALin e membros externos foram realizadas quinzenalmente no ano de 2020, de forma intercalada com as lives da série “E por falar em linguagem da criança...”, sendo publicadas nas redes sociais Instagram e Youtube do GEALin. Essas entrevistas foram realizadas pela equipe técnica e de apoio, em formato semelhante ao das lives, porém com tempo reduzido, de 20 (vinte) a 30 (trinta) minutos. A proposta foi fazer a divulgação dos trabalhos do GEALin e de trabalhos de grupos parceiros, além de livros, filmes, documentários etc., todos relacionados à Aquisição da Linguagem. Esse conteúdo (pequenos vídeos, textos, cartazes etc.) foi planejado e produzido pelos membros do grupo e publicado em formatos específicos para que fosse preservada a identidade visual do grupo.

1220

“Conhecendo Autores Importantes”

No total, foram produzidos quatro vídeos com o objetivo de apresentar alguns dos autores que fundamentam teoricamente os estudos realizados na área de Aquisição da Linguagem. O conteúdo foi produzido por pesquisadores da área, sendo, respectivamente, os autores tematizados e os convidados: Michael Tomasello, apresentado pela professora Marianne Cavalcante (UFPB); Adam Kendon, apresentado pelo professor Paulo Ávila (UFPB); Alexander Luria, apresentado pela professora Eliza Maria Barbosa (FCLAr/UNESP); Émile Benveniste, apresentado pela professora Carmen Luci da Costa e Silva (UFRGS).



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Figura 3 - Arte produzida para a série “Conhecendo autores importantes”

Michael Tomasello

E as noções de interacionismo, atenção conjunta e cognição social



Fonte: elaboração própria

Os vídeos podem ser conferidos no link https://www.instagram.com/gealin_unesp/guide/conhecendo-autores-importantes/18009771385397874/?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ==.

1221

“Dicas GEALin”

A série “Dicas GEALin” foi idealizada com o objetivo de compartilhar sugestões de filmes, documentários, livros etc. que tematizam questões relacionadas à Aquisição da Linguagem. No total, foram 18 (dezoito) obras recomendadas, dentre elas: o filme-documentário “O começo da vida” (2016); o documentário “Bebês em foco” (2020); o filme “E seu nome é Jonas” (1979); o filme “A linguagem do coração” (2014); o documentário “Notes on blindness” (2016); a série “Crisálida” (2014); o documentário “Borboletas de Zagorsk” (1992); o filme “CODA” (2021); e o filme “Flutuar” (2019).

Essas e outras postagens (realizadas até o momento da escrita desse texto) podem ser conferidas no link https://www.instagram.com/gealin_unesp/guide/dicas-gealin/17973831748594744/?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ==



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

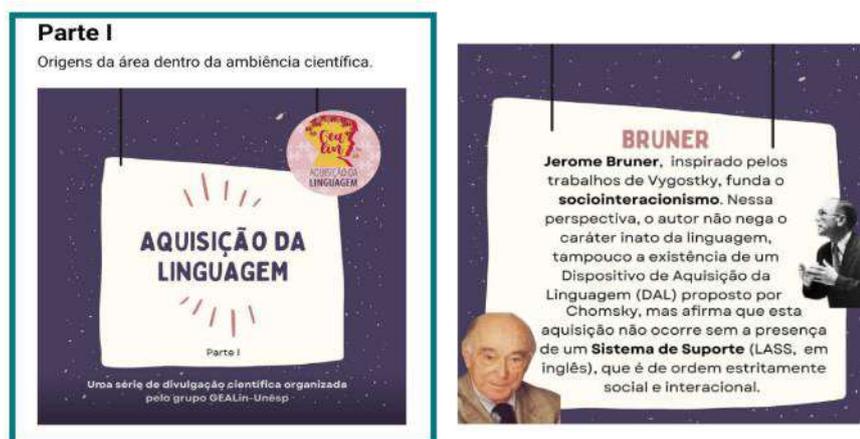
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

“Momento Aquisição”

O objetivo dessas produções é promover o acesso aos principais teóricos da área de Aquisição da Linguagem. A série foi publicada em seis partes, sendo elas: Parte I - Origens da área de Aquisição; Parte II - Teorias: Skinner, Behaviorismo; Parte III - Teorias: Vygotsky, Cognitivismo Interacionista; Parte IV - Teorias: Piaget, Construtivismo; Parte V - Teorias: Chomsky, Gerativismo; Parte VI - Teorias: Bruner, Sociointeracionismo.

O conteúdo pode ser acessado pelo link https://www.instagram.com/gealin_unesp/guide/aquisicao-da-linguagem/18246595936129913/?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ==.

Figura 4 - Arte produzida para a série “Momento Aquisição”



1222

Fonte: elaboração própria

“Teoria em mais ou menos 1 minuto”

A série “Teoria em mais ou menos 1 minuto” se organiza em podcasts e videocasts registrados em três línguas (PB, francês e inglês) e procura retomar, em uma linguagem menos acadêmica e mais acessível, alguns conceitos teóricos basilares para os estudos em Aquisição da Linguagem, a partir de uma perspectiva dialógico-discursiva, ou que com ela se relacionam. Os textos foram escritos a muitas mãos e abordam temas como subjetividade, alteridade, diálogo, língua e linguagem, gêneros do discurso, aquisição de língua materna, bilinguismo, alfabetização, letramento e muitos outros. Sabendo da dificuldade em se abordar conceitos tão complexos,

sobretudo em apenas 1 minuto - ou mais ou menos isso -, o objetivo da série não é esgotar os temas, mas trazer, em poucas palavras, uma primeira reflexão, iniciar a discussão, levantando questões que possam ser debatidas dentro e fora dos muros da universidade, buscando relacionar teoria e vida.

Figura 5 - Arte produzida para a série “Teoria em mais ou menos 1 minuto”



1223

Fonte: elaboração própria

Famílias bilíngues

A série “Famílias Bilíngues” traz entrevistas bem humoradas e cheias de acontecimentos insólitos com pais e mães de crianças que convivem com mais de uma língua em casa. Os contextos são diversos, mas têm em comum a riqueza da mistura das línguas, dos lugares, dos sabores, dos costumes, dos sentidos, das culturas... uma mistura que se reflete na constituição desses sujeitos tão plurais e, ao mesmo tempo, tão singulares. A série conta com 10 episódios, nos quais a professora e pesquisadora Paula Bullio entrevista famílias com diferentes vivências e modos de lidar com o bilinguismo em casa. Os podcasts podem ser conferidos no link https://www.youtube.com/watch?v=_nrNoQoslJg&list=PLzhiGqZtQfPqE63QNbOM4DHllxf0CYhel





Figura 6 - Arte produzida para a série “Famílias Bilíngues”



Fonte: elaboração própria

Olá! Um convite à Escuta

Realizada em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-SP, Brasil), e o Centro de Ciências de Araraquara (CCA, UNESP, Brasil), a série “Olá! Um convite à Escuta” destina-se ao público infantil e a todos que gostam de escutar histórias. A série foi organizada e produzida pela professora Márcia Romero (UNIFESP-SP, Brasil), que selecionou 6 (seis) histórias para uma leitura em voz alta. Os episódios podem ser acessados pelo link <https://www.youtube.com/playlist?list=PLzhiGqZtQfPq3FqQwRW8mj-FI1igS-LIV>.

1224

Figura 7 - Arte produzida para a série “Olá! Um convite à escuta”



Fonte: elaboração própria



“Diálogos com a sociedade” - Conversa com professores

Entre as atividades do programa “Diálogos com a sociedade”, foi realizada uma intervenção junto ao Teaching without Borders (TWB), um projeto de ensino remoto de língua inglesa dentro da Fraternidade sem Fronteiras (FSF), uma organização que atua no Brasil e em países da África. O TWB é formado por professores voluntários de inglês e coordenado por Fernanda Martins Moreira, pesquisadora do GEALin. O projeto atua em contextos vulneráveis e com uma diversidade linguística e cultural muito ampla: em um orfanato no Senegal, com jovens das aldeias de Moçambique, jovens universitários do sul da ilha de Madagascar, pessoas em recuperação na Clínica da Alma em Campo Grande e colaboradores da FSF no Brasil. Durante o ano de 2023, foram realizados 5 (cinco) encontros com o grupo de professores, via Zoom, para promoção do diálogo entre os membros do projeto e o grupo de pesquisa, buscando refletir sobre questões como língua, linguagem, cultura e plurilinguismo, temas que fazem parte das discussões semanais do grupo. A intervenção teve o objetivo de ajudar os professores a refletir sobre as aulas nos contextos vivenciados dentro do TWB, ajudando a valorizar a(s) língua(s) e a cultura dos seus alunos. Sendo assim, a língua inglesa ensinada é mais uma língua no contexto multilíngue no qual a maioria vive e essa compreensão pode auxiliar na superação dos desafios encontrados (apontados pelos professores) e os alunos se sentirão acolhidos e valorizados.

O trabalho desenvolvido pela FSF pode ser conferido no site www.fraternidadesemfronteiras.org.br. As ações do TWB são apresentadas em https://www.instagram.com/p/CWEuH_8rMDS/?igshid=MmjY2I4NDBkZg== e podem ser acessadas pelo Instagram https://www.instagram.com/teachingwithoutborders_/.

1225

Argumentação na Educação Infantil

Em março de 2023, demos início a um projeto de intervenção na Educação Infantil, em uma escola da rede pública de Araraquara (CER), “Argumentação e humor: questões teóricas e práticas aplicadas em diferentes contextos de aquisição da linguagem e de aprendizagem”. O objetivo geral da pesquisa era investigar os fenômenos discursivos da argumentação e do humor a partir de intervenções em diferentes contextos (no caso, com crianças em escolas de educação infantil), verificando, especificamente, o impacto dessas intervenções na produção de argumentos, a partir de atividades lúdicas. A coleta de dados foi realizada em situações de contação/leitura de histórias, com crianças de uma sala entre 4 e 5 anos, dispostas em roda, em um espaço e horários a serem definidos pela escola. Essas sessões ocorreram uma vez por semana, desde o dia 06 de março de 2023, com duração de 30/40 minutos, e se estenderam até o dia 30 de junho de 2023. A ideia foi estimular a produção de justificativas, oposições e respostas às oposições. Com as oposições e questionamentos feitos pelas proponentes, a ideia era fazer com que a criança negociasse dialogicamente alternativas para a narrativa, produzindo



argumentos e contra-argumentos. A coleta contou com a participação da professora responsável pela sala e mais 5 alunos de graduação e 2 de pós-graduação (mestrado), além das pesquisadoras responsáveis pelo projeto. Semanalmente, foram realizadas reuniões para discussão das coletas realizadas, bem como para discussão dos textos teóricos e primeiros resultados. Antes da intervenção, foram realizadas reuniões com todos os professores da escola e com os pais dos alunos envolvidos e, ao final, foi possível mostrar a todos alguns resultados da pesquisa e oferecer uma formação a todos os professores da escola, que foi ministrada pela Profa. Dra. Angelina Nunes de Vasconcelos (Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Brasil).

Outras ações

Além das ações detalhadas anteriormente, citamos ainda: a produção de uma série de *cards* com exemplos de falas de crianças (“Fala, criança!”); uma série dedicada a citações de autores relevantes para a área (“Citações GEALin”); a divulgação de recortes dos vídeos produzidos nas Lives, publicados às quintas-feiras com a *hashtag* #tbtGEALin; uma série de postagens no Instagram e Facebook com fotos e textos sobre os pesquisadores do grupo GEALin, abordando sua trajetória acadêmica, temas de pesquisa, motivação para a escolha desses temas e curiosidades em geral (“Conheça o GEALin”).

Resultados

Com as ações propostas, foi possível: ampliar o acesso ao conhecimento por pais, educadores, profissionais da saúde e demais interessados acerca da linguagem da criança; compartilhar, em linguagem acessível e clara, os resultados de pesquisas científicas na área de aquisição da linguagem; instaurar um espaço de debate, questionamento de mitos e troca de experiências entre pesquisadores e público em geral, garantindo o acesso ao conhecimento científico produzido na área. Os *feedbacks* dados ao longo das lives e o engajamento nas ações de divulgação em redes sociais (visualizações, compartilhamentos, comentários etc.) indicam um saldo positivo e incentivam a proposição de novas ações.

Conclusão

A partir das ações descritas ao longo deste texto, buscamos estabelecer um diálogo entre universidade e sociedade, instaurando um espaço de debate, de questionamentos e troca de experiências entre pesquisadores e público em geral, visando a democratização do acesso ao conhecimento científico produzido na área de Aquisição da Linguagem.

A produção de conteúdos veiculados em mídias sociais exigiu, dos membros do GEALin, um trabalho árduo na adequação da linguagem, visto que grande parte dessas informações circulam

1226

apenas em meio acadêmico. No entanto, o aumento significativo das interações nos chats das lives e o engajamento nas postagens feitas nas páginas de redes sociais do grupo indicam que esse trabalho atingiu seu objetivo. Dentro das atividades propostas pelo grupo, destacamos, a intervenção realizada junto ao Teaching without Borders (TWB), um projeto de ensino remoto de língua inglesa, na África, que permitiu o acesso de uma população vulnerável a um conhecimento que poderá abrir novas perspectivas de crescimento profissional e pessoal. Ressaltamos, também, que as interações entre a universidade e a comunidade, no âmbito do projeto, não se deram apenas em ambiente virtual: com vistas a uma relação mais direta com a Educação, foram promovidas reuniões com professores de uma escola pública de Araraquara, debatendo sobre a importância da interação e da argumentação na linguagem da criança, bem como intervenções com as crianças da mesma escola, buscando fomentar a argumentação. Esta última ação, ainda em andamento, já mostra, nos resultados iniciais, um novo olhar por parte dos professores para as possibilidades de desenvolvimento reflexivo por parte das crianças e, por parte das crianças, uma postura de escuta dos colegas, de elaboração de opinião e defesa delas.

Todos o conteúdo do projeto pode ser acessado no canal do Youtube do grupo <https://www.youtube.com/channel/UCW10hz0VNfKYS AKY3AJJCgQ/featured>, nas páginas do Facebook <https://www.facebook.com/grupogealin> e Instagram https://www.instagram.com/gealin_unesp/ e também no site <https://gealin.fclar.unesp.br>.

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. São Paulo: Editora 34, 2016. P. 11-70

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1963].

BRUNER, J. *Le développement de l'enfant: savoir faire, savoir dire*. Paris: PUF, 2004.

BRUNER, J. *Como as crianças aprendem a falar*. Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2007.

CAVALCANTE, M. C. B. *O gesto de apontar como processo de co-construção na interação mãe-criança*. Dissertação de Mestrado. Recife, 1994.



CAVALCANTE, M. C. B.; BRANDÃO, L. W. P. Gesticulação e fluência: contribuições para a aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 54, n. 1, 2012.

CAVALCANTE, M. C. B.; FARIA, E. M. B. de (org.). *Cenas em aquisição da linguagem: multimodalidade, atenção conjunta e subjetividade* /. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

DEL RÉ, A. *Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística*. São Paulo: Contexto, 2006.

DEL RÉ, A. *A criança e a magia da linguagem: um estudo sobre o discurso humorístico*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

DEL RÉ, A.; DE PAULA, L.; MENDONÇA, M. *A linguagem da criança: um olhar bakhtiniano*. São Paulo: Contexto, 2014a.

DEL RÉ, A.; DE PAULA, L.; MENDONÇA, M. *Explorando o discurso da criança*. São Paulo: Contexto, 2014b.

DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; RODRIGUES, R. A. O Corpus NALingua e as tecnologias de apoio: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no Brasil. *Revista Artefactum - Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia*. ANO VIII - Nº 02/2016. Disponível em <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1363/667> Acesso em 20 de outubro de 2020.

DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; VIEIRA, A. J. A linguagem da criança na concepção dialógico-discursiva: retrospectiva e desafios teórico-metodológicos para o campo de Aquisição da Linguagem. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 16, p. 12-38, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bak/a/dRS98pVJT4mJdmcc7JvkjyB/> Acesso em 25 de setembro de 2021.

DEL RÉ, A.; SALAZAR ORVIG, A. Olhares dialógicos sobre a aquisição da linguagem. *Bakhtiniana. Revista De Estudos Do Discurso*, 16(1), Port. 4–11 / Eng. 4., 2021. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/51305>.

FRANÇOIS, F. *Morale et mise en mots*. Paris : L'harmattan, 1994.

FRANÇOIS, F. *Essais sur quelques figures de l'orientation: hétérogénéité, mouvements et styles*. Paris: Editions Lambert-Lucas, 2009.

2023

 **J I** Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

MCNEILL, D. *Gesture and Thought*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

_____. *Language and Gesture: Window into Thought and Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SALAZAR-ORVIG, A. *Les mouvements du discours: style, référence et dialogue dans des entretiens cliniques*. Paris: Harmattan, 1999.

VASCONCELOS, A. N. ; BARBOSA, L. M. Argumentação na educação infantil: promovendo estratégias de desenvolvimento da argumentação no ensino básico. *Revista Currículo e Docência*, v. 2, p. 42-56, 2020a.

VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólva Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólva Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Pensamento e linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

1229



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA FERRAMENTA EFETIVA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Andressa Ellen Bastos¹Carla Moraes²Bruna Lopes Martins³Emily Lima Albuquerque⁴Claudia Guimarães Camargo Campos⁵

Introdução

O ser humano vive um momento crítico, onde as mudanças climáticas, a poluição, a degradação dos ecossistemas e a perda da biodiversidade representam ameaças significativas ao planeta e às futuras gerações. A crescente preocupação com as questões ambientais e os impactos das atividades humanas no meio ambiente tornam a educação ambiental um campo de estudo e prática de grande importância, desempenhando um papel fundamental na conscientização e na formação de cidadãos mais responsáveis e comprometidos com a preservação do meio ambiente.

Um dos principais objetivos da educação ambiental é educar para a sustentabilidade. Isso implica ensinar às pessoas a importância de utilizar os recursos naturais de forma responsável, de modo a atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Isso resulta na necessidade de adotar práticas e estilos de vida mais conscientes e responsáveis, que levem em consideração o equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente. Além disso, a educação ambiental busca fomentar a consciência ambiental e a cidadania ativa. Isso significa que não se trata apenas de adquirir conhecimento teórico sobre questões ambientais, mas também de motivar as pessoas a se envolverem ativamente na resolução desses problemas. A cidadania ativa envolve a participação na tomada de decisões relacionadas ao meio

1230

¹ Andressa Ellen Bastos, Departamento de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade do Estado de Santa Catarina, andressaellen@gmail.com

² Carla Moraes, Departamento de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade do Estado de Santa Catarina, carlamoraeswck@gmail.com

³ Bruna Lopes Martins, Departamento de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade do Estado de Santa Catarina, blops.martins@gmail.com

⁴ Emily Lima Albuquerque, Departamento de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade do Estado de Santa Catarina, albuemily@gmail.com

⁵ Claudia Guimarães Camargo Campos, Departamento de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade do Estado de Santa Catarina, claudia.campos@udesc.br

ambiente, o apoio a políticas e práticas sustentáveis e a promoção de ações individuais e coletivas em prol do planeta.

Ao longo deste trabalho, será abordado como a educação ambiental pode ser aplicada em diversos contextos, desde escolas e universidades até iniciativas comunitárias e campanhas de conscientização. Além dos desafios que envolvem a implementação eficaz da educação ambiental, oferecendo soluções para superar tais desafios, promovendo assim uma compreensão mais profunda da importância da educação ambiental na sociedade.

Marcos históricos e influências significativas

A história da educação ambiental remonta às décadas de 1960 e 1970, quando movimentos sociais e científicos começaram a alertar sobre os impactos negativos das atividades humanas no meio ambiente. Eventos marcantes, como o lançamento do livro “Primavera Silenciosa” publicado pela bióloga Rachel Carson em 1962, em que alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, como por exemplo, o uso de pesticidas, contribuíram para o despertar de uma consciência ambiental global. A partir disso, já em 1968, um grupo de cientistas de várias áreas passa a se reunir em Roma para discutir a crise ambiental, ficando conhecido como o Clube de Roma (DIAS, 2013).

Nesta época, havia a necessidade de discussão da questão ambiental e principalmente, de uma mudança de pensamento. Ainda em 1965, na Conferência em Educação, na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, surgiu o termo “Educação Ambiental”. Entretanto, segundo Dias (2013), esse termo já era utilizado por professores universitários desde 1945.

Em 1972, o Clube de Roma, publicou um documento intitulado de “Os Limites do Crescimento” elaborado por uma equipe do MIT (Massachusetts Institute of Technology). Este relatório ficou conhecido como *Relatório do Clube de Roma*, e tratava de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade, como a poluição, energia, saneamento, ambiente, saúde, tecnologia e crescimento populacional. Ainda neste mesmo ano, ocorreu o primeiro evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir questões ambientais de maneira global, reunindo cerca de 113 países em Estocolmo na Suécia. Foi nesta conferência que foi utilizado pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, vindo este a se concluir somente em 1987, no Relatório de Brundtland.

O documento ficou conhecido por este nome, em referência à Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra norueguesa e médica que comandou a comissão da ONU (CMMAD, 1991, p. 46). Segundo o Relatório o uso sustentável dos recursos naturais deve “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades”.

Para a educação ambiental, o encontro mais importante ocorreu em 1977, em Tbilisi na Geórgia. O evento foi organizado pela UNESCO em parceria com o Programa da ONU para o Meio

Ambiente (PNUMA), chamado de 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Suas estratégias deram continuidade aos ideais da Conferência de Estocolmo e desenvolveu a 1ª fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, criado em Belgrado em 1975. Segundo Dias (2013), foi neste encontro que se deliberou os objetivos e características da EA, as estratégias a serem tomadas pelo programa e um chamamento para os países membros para incluí-la na educação escolar.

A ECO-92, Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, para Dias (2013), além de consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável, nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana e reconhece-se a Educação Ambiental como o processo estratégico desse novo modelo de desenvolvimento. No Brasil, o grande marco para a educação ambiental, em termos legais, ocorreu em 1994, momento em que o Ministério da Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), formularam o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Este programa culminou com a assinatura do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, da Política Nacional da Educação Ambiental, regida pela Lei 9.795, em 1999.

Isso representou um compromisso importante para a inclusão da educação ambiental no sistema educacional e na sociedade como um todo. Essa legislação fortaleceu a importância da Educação Ambiental como um instrumento fundamental para promover a conscientização, a cidadania ativa e a construção de um futuro mais sustentável (BRASIL, 1999).

1232

Desafios e barreiras na implementação da educação ambiental

Apesar dos esforços e das diversas políticas promovendo a educação ambiental, ainda há desafios a serem enfrentados, principalmente no âmbito escolar. A falta de formação adequada dos professores em Educação Ambiental é uma barreira significativa na promoção de uma abordagem eficaz e holística para as questões ambientais dentro do sistema educacional. A Educação Ambiental desempenha um papel fundamental na conscientização e ação em prol da sustentabilidade, mas para que isso aconteça, os educadores desempenham um papel crucial como facilitadores desse conhecimento.

A complexidade das questões ambientais exige que os professores tenham uma compreensão sólida dos princípios e práticas ambientais. Isso envolve não apenas uma familiarização com os conceitos científicos, mas também uma apreciação das questões sociais, econômicas e éticas relacionadas ao meio ambiente. No entanto, muitos educadores não receberam a formação necessária para abordar essas questões de maneira abrangente.

Essa falta de formação pode se manifestar de várias maneiras. Por exemplo, os professores podem não se sentir confiantes em incorporar conceitos ambientais em suas aulas ou podem não ter acesso a recursos adequados. Além disso, o currículo tradicional pode não enfatizar



adequadamente a Educação Ambiental, o que limita as oportunidades para os educadores se aprofundarem no assunto.

a Educação Ambiental é uma abordagem interdisciplinar que reconhece que as questões ambientais não podem ser adequadamente compreendidas ou abordadas através de uma única disciplina. Ela busca envolver diversos campos do conhecimento para que os alunos possam entender as complexas interações entre os seres humanos e o meio ambiente.

A interdisciplinaridade na Educação Ambiental permite que os alunos vejam as conexões e interdependências entre questões ambientais e diversas áreas do conhecimento, como ciências, humanidades, economia, política, ética e sociologia. Isso enriquece a compreensão e promove uma visão mais holística do meio ambiente e dos desafios que ele enfrenta.

Quando a Educação Ambiental é isolada em disciplinas específicas, ela pode parecer distante e desconectada da vida cotidiana dos alunos. Isso pode levar a uma falta de relevância percebida e à ideia de que o meio ambiente é uma preocupação apenas para os especialistas. A integração interdisciplinar, por outro lado, demonstra que as questões ambientais estão intrinsecamente ligadas a todos os aspectos da vida humana e que todos têm um papel a desempenhar na busca por soluções sustentáveis.

No entanto, a falta de coordenação interdisciplinar pode ser um desafio. Muitas instituições educacionais ainda mantêm estruturas curriculares rígidas e departamentais, o que pode dificultar a colaboração entre professores de diferentes disciplinas. Além disso, os educadores podem enfrentar obstáculos em termos de tempo e recursos para desenvolver e implementar abordagens interdisciplinares eficazes.

A formação de professores em Educação Ambiental não se limita ao conhecimento teórico, mas também envolve o desenvolvimento de habilidades práticas. Isso inclui a capacidade de criar materiais de ensino relevantes, envolver os alunos em atividades práticas e promover a conscientização e a ação ambiental. Professores bem-preparados desempenham um papel fundamental na inspiração das gerações mais jovens a serem cidadãos ativos e responsáveis em relação ao meio ambiente.

Abordagens e metodologias da educação ambiental no contexto escolar

Para superar a falta de formação de professores em Educação Ambiental, é necessário investir em programas de desenvolvimento profissional que abordem essas lacunas. Para Narcizo (2009), “a Educação Ambiental deve ser trabalhada na escola não por ser uma exigência do Ministério da Educação, mas porque acreditamos ser a única forma de aprendermos e ensinarmos que nós, seres humanos, não somos os únicos habitantes deste planeta, que não temos o direito de destruí-lo, pois da mesma forma que herdamos a terra de nossos pais, deveremos deixá-la para nossos filhos”.



Da Fonseca Miranda et al, (2010) pontuam que um dos modos de se trabalhar a interdisciplinaridade e consolidação dessas redes são os projetos de Educação Ambiental, os quais devem ser desenvolvidos nas escolas a fim de fomentar a criatividade e o raciocínio dos alunos, através de atividades dinâmicas e participativas, de modo a aliar a teoria à prática.

Partindo desse ponto de vista, os projetos de extensão provenientes das universidades têm facilitado a formação de redes que abrangem diversas camadas sociais, com o propósito de promover a partilha de conhecimentos, disseminar experiências e práticas inovadoras, desenvolver abordagens adaptadas às diversas circunstâncias, capazes de responder às variadas necessidades, e viabilizar a interação, o acesso e a inclusão das populações em situação de vulnerabilidade.

Com essa consideração em mente, os professores do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) conceberam um projeto de extensão chamado "Oficina Socioambiental: Despertar e Conscientizar." Este projeto teve sua origem em 2014 e tem como principal propósito fomentar a conscientização socioambiental entre crianças, jovens e professores da rede de ensino em Lages, Santa Catarina.

Ele se vale de oficinas e atividades que visam demonstrar a relevância da educação ambiental. Essas iniciativas são lideradas por estudantes do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária (Udesc/Cav) e abordam tópicos como sustentabilidade, os 5 Rs (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar) e energias limpas. Elas ilustram como esses conceitos podem contribuir não apenas para a preservação do meio ambiente, mas também para a melhoria das condições em suas residências e comunidades, resultando em economias de água e energia, por exemplo.

Para mais, o projeto de extensão fornece não somente o auxílio a escola, realizando atividades com as crianças, como capacitação para que os professores possam aplicar a educação ambiental em suas matérias (Figura 1), reforçando o conceito de que a educação ambiental é interdisciplinar.

1234





1235

Figura 1 – Capacitação para professores
Fonte: Autoras (2023)

Outro exemplo prático, seriam as atividades realizadas com as crianças nas escolas, na dinâmica da gestão de resíduo (Figura 2) é possível observar o interesse dos alunos para a destinação correta dos resíduos e dessa forma não poluir o meio ambiente. Com uma breve apresentação e demonstração prática, os alunos demonstram interesse em mudar suas atitudes e repassar o conhecimento adquirido.

Além disso, a gestão adequada de resíduos, incluindo a prática de coleta seletiva, desempenha um papel fundamental no apoio a famílias carentes que dependem da reciclagem e reutilização de materiais para sua subsistência. Promover a conscientização sobre o valor dos materiais recicláveis e a importância de separá-los adequadamente para a coleta seletiva não apenas ajuda a proteger o meio ambiente, evitando o excesso de materiais em aterros sanitários ou a destinação incorreta, mas também pode ter um impacto direto na melhoria das condições de vida dessas famílias, promovendo a sustentabilidade em várias esferas da sociedade.



1236

Figura 2 – Dinâmica Reciclagem e Gestão de Resíduos
Fonte: Autoras (2023)

Evidenciou-se que as dinâmicas e o diálogo podem desenvolver na criança desde cedo uma consciência ambiental, tendo a natureza como um bem comum, e dessa forma já se desenvolve o seu papel de cidadão. No livro *Identidades da Educação Ambiental Brasileira* (Layrargues et al, 2004), os autores utilizam uma metáfora para representar o ensino ambiental, onde a sociedade é um rio, a correnteza os paradigmas e o seu curso todo o processo histórico; O indivíduo sozinho não consegue lutar contra a correnteza, mas um movimento coletivo de resistência pode interferir em toda a dinâmica do rio (sociedade), mudando a sua correnteza (paradigmas) para que assim possa-se fazer uma história diferente. Portanto, é crucial que as metodologias empregadas sejam explorativas e de fácil compreensão, a fim de criar uma conexão mais forte entre o homem e a natureza, estimulando uma ação coletiva em prol de um futuro sustentável.

O futuro da educação ambiental

A evolução da educação ambiental é fundamental para atender às necessidades futuras de uma sociedade que enfrenta desafios ambientais cada vez mais prementes. À medida que a consciência sobre a importância da sustentabilidade e da proteção do meio ambiente cresce, a educação ambiental deve se adaptar e evoluir de várias maneiras.

Para uma educação ambiental efetiva, a integração interdisciplinar deve se tornar uma pedra angular da educação ambiental. Os problemas ambientais são complexos e interconectados, abrangendo áreas como ciência, tecnologia, economia, política e ética. Portanto, a abordagem interdisciplinar permitirá que os alunos compreendam a amplitude desses problemas e desenvolvam soluções holísticas.

Além disso, os educadores devem priorizar o aprendizado experiencial, com um foco em atividades práticas. Isso incluirá a participação em projetos de conservação, expedições de campo e atividades como jardinagem, reciclagem e compostagem. Os alunos aprenderão ao fazer, desenvolvendo habilidades práticas e uma compreensão profunda das questões ambientais.

A educação ambiental também deve adotar uma abordagem holística, reconhecendo a interconexão entre questões ambientais, sociais e econômicas. Isso ajudará os alunos a entender como as ações humanas afetam não apenas o meio ambiente, mas também as comunidades e a economia.

A resolução de problemas deve ser enfatizada, capacitando os alunos a identificar e abordar questões ambientais em suas próprias comunidades. Isso promoverá uma mentalidade de ação prática e solução de problemas.

Para Narciso (2009), deve-se buscar alternativas que promovam uma contínua reflexão que culmine na metanoia (mudança de mentalidade). “Apenas dessa forma, conseguiremos implementar, em nossas escolas, a verdadeira Educação Ambiental, com atividades e projetos não meramente ilustrativos, mas fruto da ânsia de toda a comunidade escolar em construir um futuro no qual possamos viver em um ambiente equilibrado, em harmonia com o meio, com os outros seres vivos e com nossos semelhantes” (Narciso, 2009).

Outro ponto importante, é que a aprendizagem ambiental não pode ser restrita ao período escolar, mas sim promovida como uma prática ao longo da vida, com oportunidades de aprendizado contínuo para todas as idades. A educação ambiental deve ser inclusiva, considerando as necessidades de diferentes grupos sociais, culturas e realidades econômicas. As abordagens de ensino devem ser adaptadas para tornar a educação mais acessível e relevante para diversos públicos.

Enraizar a educação ambiental na comunidade é fundamental, envolvendo a participação ativa das pessoas locais na identificação e resolução de questões ambientais em suas áreas. Assim, a

sociedade será capacitada a liderar movimentos, influenciar políticas e promover mudanças significativas em direção à sustentabilidade.

Conclusão

Conforme destacado por Edna Sueli Pontalti (2005), educadora ambiental, a escola representa o espaço social onde os alunos continuam seu processo de socialização, que tem início no ambiente familiar. Portanto, a importância da escola é evidente no que se refere à formação de seus alunos, abrangendo aspectos tanto sociais quanto ambientais.

A Educação Ambiental está incorporada aos currículos com o propósito de cultivar a conscientização nas pessoas sobre o meio ambiente, destacando-o como um espaço fundamental para as gerações vindouras, no contexto do exercício da cidadania.

Assim, o papel desempenhado pelo professor, como mediador do conhecimento na visão da Didática, oferece ao profissional da educação a oportunidade de adotar uma abordagem crítica e reflexiva em relação aos temas da Educação Ambiental. Entretanto, incorporar essa disciplina representa um desafio significativo para as escolas. Portanto, surge a necessidade de capacitar os profissionais e implementar projetos de Educação Ambiental provenientes das universidades, a fim de superar essa lacuna.

Para que isso ocorra de maneira mais eficaz, é essencial que haja suporte financeiro destinado à integração dessas ações nos programas educacionais regulares. Dessa forma, será possível adquirir recursos que auxiliarão os educadores especializados a abordar conceitos ambientais de maneira interdisciplinar, tanto dentro como fora da sala de aula, envolvendo diversas áreas do conhecimento.

Essas iniciativas beneficiam não apenas a escola, mas toda a sociedade envolvida. Os estudantes que participam desses projetos se tornam cidadãos mais bem preparados e conscientes, compreendendo que a qualidade de vida das gerações futuras e a rica biodiversidade dependem das práticas adotadas no presente. Como afirmou Paulo Freire, a educação não transforma diretamente o mundo, mas ela transforma as pessoas, e são as pessoas que, por sua vez, têm o poder de transformar o mundo. (FREIRE, 2000, p.67).

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 9.795/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Recuperado em 16 outubro, 2023, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD – COMISSÃO BRUNDTLAND) (1991). *Nosso Futuro Comum* (2. ed.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

DIAS, G. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2013.
da Fonseca Miranda, F. H., Arlindo Miranda, J., & Ravaglia, R. (2010, fevereiro). **Abordagem Interdisciplinar em Educação Ambiental**. *PRÁXIS*, 2(4). Recuperado em 02 outubro, 2023, de <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/922/972>

FREIRE. Paulo. Paulo. *Política e educação: ensaios*. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2000c.

LAYRARGUES, P. P. et al. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, 2004.

NARCIZO, K. R. S. **Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas**. Rio Grande do Sul, 2009.

PONTALTI, Edna Sueli. *Projeto de Educação Ambiental: Parque Cinturão Verde de Cianorte*. Disponível em: <http://www.apromac.org.br>. Acesso em: 18/10/2023

1239



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

O CHOQUE COM O REAL NA APURAÇÃO *IN LOCO*: A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DE JORNALISMO

Klycia Fontenele Oliveira¹
Cibele da Silva Gomes²
Carla Cassiane da Silva Barros³
Lucas Rodrigues Cândido⁴
Luana Amorim Gomes⁵

Introdução

Quem não sofreu essa servidão que se alimenta dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la. Quem não viveu a palpitação sobrenatural da notícia, o orgasmo do furo, a demolição moral do fracasso, não pode sequer conceber o que são. Ninguém que não tenha nascido para isso e esteja disposto a viver só para isso poderia persistir numa profissão tão incompreensível e voraz, cuja obra termina depois de cada notícia, como se fora para sempre, mas que não concede um instante de paz enquanto não torna a começar com mais ardor do que nunca no minuto seguinte (MARQUEZ, 1996).

1240

Confessava Gabriel Garcia Marquez a sofreguidão daqueles que carregam a sina de um desejo transformado em ofício: o de contar histórias da vida real pelas narrativas jornalísticas. Mas, que

¹ Doutoranda em Educação; Mestre em Comunicação; Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem e Bacharela em Comunicação com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Docente responsável pela coordenação da ANEstácio - Agência de Notícias Estácio e pela idealização do projeto Fala, Galera!, do Centro Universitário Estácio Ceará. klyciafontenele@gmail.com

² Graduanda em Jornalismo; Monitora Líder do Núcleo de Produção Audiovisual da ANEstácio - Agência de Notícias Estácio e Editora de reportagem de vídeo do projeto Fala, Galera!, do Centro Universitário Estácio Ceará. cibelecinegrafistacam@gmail.com

³ Graduanda em Jornalismo; Monitora Líder do Núcleo de Produção de Conteúdo para Instagram da ANEstácio - Agência de Notícias Estácio; Produtora de conteúdo para o Instagram e Monitora Líder do projeto Fala, Galera!, do Centro Universitário Estácio Ceará. carlasantiago Jornalismo@gmail.com

⁴ Graduando em Jornalismo e Monitor Líder do Núcleo de Produção de Texto da ANEstácio - Agência de Notícias Estácio e Repórter de texto do projeto Fala, Galera!, do Centro Universitário Estácio Ceará. lucasrodrigueslcr944@gmail.com

⁵ Mestre em Comunicação e Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem pela Universidade Federal do Ceará; Bacharela em Comunicação com Habilitação em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza. Coordenadora do curso de Jornalismo do Centro Universitário Estácio Ceará e Supervisora da ANEstácio - Agência de Notícias Estácio. luana.gomes@estacio.br



percepção sobre as realidades que narramos é a mais condizente com o que acontece; aconteceu? Se há no Jornalismo a concretude da vida, há nele também a fluidez simbólica das narrativas.

Por isso, a necessidade de apurar, descarnar a realidade para confrontar as versões que se apresentam como únicas e construir, assim, o que chamamos de verdade jornalística. Todavia, o espetáculo – que inverte valores, distorce realidades na tentativa de nos confundir para que a aparência usurpe do ser o lugar que é dele – aliado ao canto da sereia tecnológica, tenta apartar os corpos, porque mantê-los “à distância foi a mais perfeita estratégia da racionalidade tecnoinstrumental” (BARROS; CONTRERA, 2018, p. 30).

Este modo de estar mais no mundo do espetáculo do que no mundo sensível respiga na prática do Jornalismo, que já tem que negociar com as diferentes dinâmicas de mercado a orientar a produção da notícia mercadoria. A produção jornalística se ressent, alimentada, ainda, pelas apurações de escritório, os empacotamentos das notícias e pela agilidade do Jornalismo de Dados que encontra na inteligência artificial novo ator. Sofre de inanição por se afastar de princípios basilares que fizeram do jornalismo uma profissão (TRAQUINA, 2012).

E, em meio às disputas entre projetos civilizatórios, a experiência da proximidade física perde força para o espetáculo. Assim,

dos nossos sentidos, só são convocados aqueles que exercemos à distância: a visão e a audição. O nosso corpo não precisa estar próximo de mais nada; o tato, o olfato, o paladar são dispensados porque um corpo fremente não é necessário na passividade do espetáculo (idem, p. 31).

1241

A inanição que o distanciamento provoca nos afeta como sociedade, porque dificulta a verificação do que é dito pelo outro. E, quando o outro é a indústria cultural, que sustenta e é sustentada pela lógica do capital cujas raízes nunca foram exclusivamente econômicas, a sobrecarga simbólica – por ela emanada – fortalece estigmas tão profundos que incidem nas vidas coletivas. Quem mais sofre com isso são as pessoas que moram em regiões onde a pobreza e falta de serviços básicos também moram. Escorraçadas, física e simbolicamente, essas vidas periféricas reagem, constroem suas estratégias de sobrevivência tanto para conservar a própria vida quanto para sustentar suas versões sobre o que vivem. Mas, há um outro indivíduo que também é afetado diretamente por esse status quo: o estudante de Jornalismo.

Por isso, como um espaço de experimentação, a coordenação atual da Agência Experimental de Jornalismo Estácio Ceará, a ANEstácio - Agência de Notícias Estácio, tenta (dentro de seus limites institucionais, metodológicos, de tempo e recursos) provocar, naqueles que dela participam, a vontade de ir além dos discursos, de viver a apuração in loco, e provar do estranhamento de quem se vê fora do próprio habitat. Foi dessa pulsão que surgiu a experiência do projeto Fala, Galera! - série de reportagens sobre boas ações nas comunidades.



O projeto está dividido em três momentos: 1) produção e veiculação de reportagens especiais; 2) roda de conversa sobre o conteúdo produzido e 3) oficinas educacionais. Este relato se refere à fase 1. Para esta etapa, duas experiências periféricas foram escolhidas: Instituto Katiana Pena e Associação União de Jovens Vicente Pinzón.

O Instituto Katiana Pena é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, localizada no Grande Bom Jardim, região periférica de Fortaleza, com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Criado em 2017, a partir da companhia de dança CorpoMudança que atuava no território desde 2007, o Instituto utiliza a arte, o esporte, e a cultura em geral, como estratégia pedagógica de desenvolvimento humano, atendendo crianças, adolescentes e jovens que, junto a aulas de balé, música, capoeira, karatê e outras modalidades, aprendem sobre seus direitos e deveres.

Já Associação União de Jovens Vicente Pinzón existe desde 2009, como “fruto da fusão de grupos culturais de jovens do Castelo Encantado e Vicente Pinzón”; conforme descrição de sua página no Facebook. Também atua sem fins lucrativos e numa região (o grande Vicente Pinzón) com baixo IDH, embora faça parte da Secretaria Executiva Regional II que possui os únicos três bairros de Fortaleza com IDH muito alto (entre 0,95 e 0,85) e os únicos cinco com IDH alto (entre 0,79 e 0,71), segundo pesquisa da Prefeitura Municipal de Fortaleza realizada em 2015.

Objetivos

Assim, pensando numa entrada no campo da ANEstácio que permitisse o desenvolvimento de atividade de extensão, o Fala, Galera! trouxe como objetivo geral a proposta de refletir sobre os imaginários construídos em torno da periferia, especialmente, aqueles em que a mídia intervém de maneira mais direta ao produzir conteúdo jornalístico. Para tanto, elegemos três objetivos específicos:

1) Construir uma ambiência para impulsionar o desenvolvimento de ações extensionistas, através da apuração jornalística in loco; 2) Deslocar os estudantes de suas zonas de conforto, indo ao encontro de comunidades periféricas e 3) Produzir reportagens em diferentes linguagens midiáticas: vídeo, texto e fotografia, dando visibilidade a novas narrativas feitas, a partir das próprias vozes periféricas.

Metodologia, materiais e métodos

No limiar entre prática jornalística e a pesquisa e extensão, o projeto aproxima as técnicas de apuração jornalística, entre as quais, a entrevista e a observação ganham destaque; de alguns aspectos metodológicos das pesquisas exploratórias e descritivas, do tipo relato de experiência.

1242



Por um lado, a ida às regiões do Grande Bom Jardim e do Grande Vicente Pinzón em busca de apurar a pauta elaborada entre os muros da faculdade e a produção das reportagens em que os relatos do que se viu e ouviu se concretizam ressoam o fazer jornalístico.

Por outro, a presença (de corpo e alma) dos monitores nos locais onde vivem os integrantes do Instituto Katiana Pena e da Associação União de Jovens do Vicente Pinzón permitiu que os primeiros insights e ideias surgissem no sentido de que os estudantes não apenas percebessem mais de perto as vivências daquelas pessoas, mas também iniciassem (embora de maneira tímida, heterogênea e não linear) suas reflexões sobre o papel social que começam a ocupar desde que decidiram por serem jornalistas.

Elaborado pela coordenadora da Agência, o Fala, Galera! foi apresentado ao grupo de 36 monitores em 15 de março de 2023. Ali, a ideia ainda se esboçava; o que se tinha era a proposta de apurar in loco, indo ao encontro das comunidades periféricas para buscar subsídios a um trabalho extensionista que se pretendia iniciar de maneira mais sistemática.

Também já estavam definidas as duas primeiras experiências sobre as quais as pautas seriam elaboradas: Instituto Katiana Pena e União de Jovens do Vicente Pinzón. Para critério de escolha, levou-se em consideração o trabalho que ambas desenvolvem em seus bairros e adjacências. Tais organizações são sem fins lucrativos e realizam atividades que ligam a arte-educação, com foco na dança, ao exercício da cidadania nas periferias de Fortaleza (CE), fomentando, especialmente, o protagonismo infantojuvenil. Já a escolha da terceira, seria feita ao longo do processo.

Mas, foi a ligação que tais entidades tinham com a Estácio Ceará que firmou a escolha – em cada uma das organizações, havia um estudante de Jornalismo da faculdade. É preciso revelar o receio da docente orientadora de propor pautas em regiões desconhecidas ao grupo, e com altos índices de violência, visto que os monitores realizariam, sozinhos, a ida a campo. Não somente pela criminalidade ser uma realidade objetiva, mas também pelo peso do imaginário em torno desses espaços que provocam especulações diante da iminência do contato. Muito embora, nenhum dos dois fosse monitor da Agência, havia alguma proximidade destes com os monitores por causa do cotidiano da sala de aula.

Já, para escolher os monitores, foram definidas algumas características consideradas relevantes à construção do perfil do grupo: 1) tempo na monitoria; 2) disposição para apuração jornalística; 3) conhecimentos técnicos específicos (domínio de programas de edição e técnicas de fotografia, por exemplo); 4) envolvimento com movimentos sociais e 5) idade (dois deles eram mais velhos do que os demais). Mas, a entrada na equipe foi feita como um convite – eles permaneceriam na Agência mesmo se rejeitasse a participação no projeto.

Ao final, seis monitores compuseram a primeira equipe do projeto que, de março a junho, foi responsável pela produção das reportagens referentes a essas duas pautas. No período das férias, mais uma foi incluída para ajudar na edição. Na virada do semestre, três integrantes saíram (um por motivos de trabalho e os outros dois para assumir editoria em outros núcleos de produção

da Agência), para o ingresso de mais três monitores. Desse modo, a equipe do Fala, Galera! é oficialmente formada por sete monitores sob a orientação docente.

Enquanto a experiência avançava e o campo se apresentava aos participantes, os objetivos foram mais bem delimitados, bem como a interação entre monitores e nossos interlocutores. Importante dizer que o Farol Encantado, projeto social, idealizado e feito por jovens grafiteiros para pintar 18 escadarias de um bairro histórico da cidade que abriga uma comunidade também periférica, se tornou a terceira experiência a inspirar as pautas e reportagens.

Hoje, com duração prevista de um ano (15.03.2023 a 15.03.2024), o Fala, Galera! está dividido em três fases: 1) produção e veiculação de reportagens especiais; 2) roda de conversa sobre a produção e recepção do conteúdo jornalístico produzido e 3) oficinas educacionais, com técnicas de Jornalismo. Durante a escrita deste resumo, o projeto finalizou a primeira e segunda etapas, faltando ainda finalizar e sistematizar a avaliação, e com base nesta, planejar e executar o terceiro momento.

No processo de feitura das reportagens, os monitores pesquisaram sobre a atuação das organizações e seus projetos sociais para elaborar uma pauta básica que norteasse a ida ao campo, as perguntas e toda a abordagem jornalística que seria assumida. Curioso observar que da primeira até a terceira organização, o grupo amadureceu sua maneira de organizar a pauta.

Por fim, para levantar os primeiros dados qualitativos, um pequeno questionário com cinco perguntas foi enviado, pela docente coordenadora, aos monitores envolvidos na primeira fase do Fala, Galera!. Ele trazia as seguintes questões (reproduzidas aqui do mesmo jeito que foram escritas):

1244

1. Seu nome completo e que função vc desempenhou na equipe?
2. O que vc achou da proposta de produzir reportagens sobre projetos sociais na periferia?
3. Qual foi a sua sensação ao estar lá, apurando para as matérias?
4. Você acha que este tipo de trabalho pode enriquecer sua formação como jornalista? Por quê?
5. O que vc melhoraria no projeto?

A ideia era colher as primeiras impressões destes com a menor interferência possível. Por isso, o uso do *WhatsApp* cujo uso no cotidiano da Agência é contínuo, além de esta ferramenta permitir não só que cada monitor receba, leia e responda à mensagem como, quando e se quiser. Em posse desse material e com as reportagens já publicadas, foi possível levantar alguns resultados.

Resultados

Os monitores do Fala, Galera! produziram 2 vídeos-reportagem; 2 reportagens de texto e 1 ensaio fotográfico; o segundo ficou comprometido pela ausência do repórter fotográfico. Além



de stories e 2 reels, postados no perfil do Instagram da ANEstácio, com os bastidores da apuração, e que serviram como chamada às reportagens, publicadas no canal do YouTube e reunidas em uma *playlist*.

A primeira produção se pautou no Instituto Katiana Pena. A reportagem de vídeo teve duração de 4'40" e foi publicada no dia 01.05.2023. Já o ensaio fotográfico foi publicado em 20.07.2023 e a de texto em 02.09.2023. Quanto à pauta sobre a Associação União de Jovens Vicente Pinzón foi produzida como reportagem de vídeo com duração de 3'29", e publicada a reportagem de texto em 10.09.2023, mas sem ensaio jornalístico. Todas as matérias estão vinculadas no blog, por *links* e na categoria Fala, Galera!; isso facilita a pesquisa e permite o usuário saber que há narrativas sobre tais experiências em diferentes linguagens midiáticas.

Ressalta-se que a terceira produção, cuja pauta foi o Farol Encantado, também foi finalizada. Desta, contudo, não falaremos mais amiúde aqui, porque ela traz algumas particularidades que merecem atenção: a maneira como a experiência foi escolhida e como isso repercutiu no modo de interagir entre monitores e os jovens do grafite e até na produção e duração da reportagem de vídeo (9'36") e seu processo de publicação. Ademais, o Farol Encantado ainda não fazia parte do Fala, Galera! quando da submissão deste trabalho à Jornada.

No aspecto qualitativo da experiência de aprendizado, as falas dos próprios monitores revelam quão significativo foi o contato com essas realidades e como eles começam a perceber o papel social que assumirão como jornalistas num futuro próximo. "A ideia de coberturas, de reportagens sociais, eu achei maravilhosa. Sabemos que a periferia sofre com descaso e preconceito. Então, é bom mostrar sempre as coisas boas e positivas que a periferia tem.", diz Dayanne de Almeida Oliveira (repórter/câmera).

E nesse processo de contribuir para a visibilidade daquelas experiências, um elemento chamou atenção: mesmo sem aprofundarem o debate, todos os monitores fizeram referência à escuta das vozes periféricas que eles encontraram ao ultrapassarem as cercanias da universidade. "É interessante ouvir as demandas que a comunidade tem, através desses projetos. Conhecer a história, os obstáculos e como eles foram e são superados.", sinaliza Carlos Jonathan Sales de Paula – monitor que cumpriu funções de repórter, fotógrafo e editor de *reels*, e que continua no projeto.

Nesse sentido, o papel social do jornalista de dar visibilidade ao que está nas margens da sociedade ou que é, estrategicamente escondido pela elite da sociedade evidente na reflexão expressa por Carla Cassiane da Silva Barros, que assina os trabalhos como Carla Santiago.

Hoje, não se fala muito dos projetos sociais dentro das comunidades/periferias, por conta da discriminação contra pessoas que moram em lugares vulneráveis e sem segurança pública. É justamente por isso que acho completamente necessário trazer esse tipo de conteúdo e abordagem para a Agência, pois mostra uma outra realidade: projetos culturais, educacionais e artísticos, que impulsionam os periféricos a buscarem uma vida melhor (depoimento concedido à professora orientadora em setembro, 2023).

1245



Todavia, eles também não esconderam o impacto que sofreram ao se chocarem com realidades que não eram as deles, mesmo que em medidas distintas. “Inicialmente, eu estava um pouco tenso por se tratar de um lugar ‘perigoso’, mas logo me senti acolhido pelo Instituto [Katiana Pena].”, relembra José Wilson Trajano de Freitas Filho – monitor que fez as vezes de repórter e editor de reportagem de vídeo sobre aquele Instituto. “A sensação na verdade é um mix de sentimentos, por ver pessoas sendo assistidas e o quanto a comunidade é grata.”, complementa Dayanne.

Já, ao serem perguntados se aquela vivência enriquecia suas formações docentes e por que motivo traziam aquela opinião, o grupo confirmou o aprendizado. Carla, que é a monitora líder do projeto desde o início de sua criação, não hesita:

Com certeza. Acredito que o ser jornalístico é composto por algumas coisas, dentre elas se destaca, para mim, a sensibilidade. O Fala, Galera! me trouxe senso crítico e um olhar sensível que me capacitaram a refletir sobre como precisamos valorizar as comunidades, sem romantizar seus problemas, mas buscando enfrentá-los e procurando meios para melhorar aquilo que está precarizado (ibidem).

Por fim, a oportunidade de trabalhar com diferentes mídias de maneira integrada, mesmo que ainda sem a convergência consolidada foi outro elemento destacado. Mas, nos parece que o impacto maior foi mesmo sair de suas bolhas. “O trabalho de campo me deixava fora da minha zona de conforto, e levando para o lado profissional, não existe melhor forma de se pôr à prova. Assim como aprender com erros que acabei cometendo no caminho e com oportunidades que deixei passar.”, conclui Lucas Rodrigues Cândido – repórter de texto.

1246

Conclusão

Ao compreender a existência da “[...] intersecção entre o mundo configurado pela narrativa e o mundo no qual a ação efetiva ocorre” (RICOEUR, 1994, *apud* QUADROS; MOTA; NASI, 2017, p. 37) que acontece quando se reconfigura a narrativa pelo encontro, temos a chance de recordar o que nos conecta de verdade: a nossa humanidade. Fazer isso enquanto técnicas de Jornalismo são apreendidas é se abrir para o mundo, mas não o mundo ditado pelas desigualdades sociais, engessado pelos estigmas.

O Fala, Galera! começou de maneira despreziosa, nem tínhamos dimensão do quanto ele poderia nos afetar – e como continua nos afetando. A ANEstácio tem uma capilaridade ainda bem circunscrita à própria comunidade da Estácio Ceará, embora já seja conhecida entre os profissionais de Comunicação de nosso estado. Sua proposta de extensão ainda vem sendo construída, mas algo já é certo: atravessar os muros da universidade já nos impactou. Que tenhamos fôlego para continuar.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Referências

BARROS, Ana Taís Martins Portanova; CONTRERA Malena. Estudos do imaginário: a iniciação como método. In. ARAÚJO, Denize; BARROS, Ana Taís M. P.; CONTRERA, Malena; ROCHA, Rose de Melo (org.) **IMAG(EM)INÁRIO**. Imagens e imaginário na Comunicação. Editora Imaginalis, 2018. Ebook. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/imaginalis/editora/imageminario/>. Último acesso: 07.09.2023.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. A melhor profissão do mundo. In. Observatório da Imprensa. Primeiras Edições. 20.10.1996. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/_ed8_a_melhor_profissao_do_mundo/. Último acesso: 16.10.2023.

QUADROS, Mirian Redin de; MOTTA, Juliana; NASI, Lara. Jornalismo e narrativa: aspectos do estado da arte das pesquisas no Brasil. In. SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin (org.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Editora Catarse, 2017. Ebook. Disponível em: (PDF) Narrativas Midiáticas Contemporâneas: perspectivas epistemológicas | Rede de Pesquisa Renami - Academia.edu. Último acesso: 07.09.2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Volume 1. Insular. São Paulo, 2012.

1247



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

EXPOSIÇÃO “A CRIANÇA NA LÍNGUA: PASSO A PASSO”

Alessandra Del Ré¹

Christelle Dodane²

Rosângela Nogarini Hilário³

Alessandra Jacqueline Vieira⁴

Fernanda Martins Moreira⁵

Introdução

A Exposição “A criança na língua: passo a passo” é uma dentre as várias iniciativas de divulgação científica do Grupo de Estudos em Aquisição da Linguagem (GEALin), coordenado pela Profa. Dra. Alessandra Del Ré, que tem se proposto a tornar as pesquisas da área acessíveis a um público amplo. De curadoria das professoras Christelle Dodane (anteriormente ligada à Université Paul Valéry, Montpellier, França, e atualmente na Université Sorbonne Nouvelle, Paris, França) e Alessandra Del Ré (Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara - UNESP/FCLAr-Brasil), a Exposição é resultado de uma parceria com a Université Paul Valéry, Montpellier 3, e contou com a colaboração dos integrantes dos grupos GEALin, NALíngua e SLOVO para a produção de seus conteúdos. Seu objetivo é convidar o público a descobrir o percurso linguageiro das crianças, desde suas primeiras vocalizações até suas primeiras frases, seguindo, passo a passo, o processo pelo qual a criança entra na língua(gem). O público alvo são os pais, profissionais da primeira infância, como psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, professores e educadores em geral, pesquisadores e estudantes de Letras, Linguística e fonoaudiologia, entre outros.

Composto principalmente por pesquisadores da UNESP/FCLAr-Brasil, o GEALin reúne, além de mestrandos e doutorandos, alunos de graduação em Letras interessados em desenvolver pesquisas na área de Aquisição da Linguagem em diversas frentes: aquisição da fala em contextos

1248

¹ Professora do Departamento de Linguística, Literatura e Letras Clássicas da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus de Araraquara, Brasil. Coordenadora dos grupos NALíngua (CNPq) e GEALIN (UNESP/FCLAr). Correio eletrônico: del.re@unesp.br .

² Professora do Instituto de Linguística e Fonética Gerais e Aplicadas (ILPGA) da Université Sorbonne Nouvelle, Paris, França, membro do laboratório CLESTHIA. Correio eletrônico christelle.dodane@sorbonne-nouvelle.fr.

³ Professora Assistente no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus de Assis, Brasil. Pesquisadora nos grupos NALíngua (CNPq) e GEALIN (UNESP/FCLAr). Correio eletrônico rn.hilario@unesp.br .

⁴ Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS, Porto Alegre, Brasil. Pesquisadora nos grupos NALíngua (CNPq) e GEALIN (UNESP/FCLAr). Correio eletrônico lelejack@gmail.com .

⁵ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP/FCLAr. Correio Eletrônico fernanda.m.moreira@unesp.br.



típicos, aquisição por crianças atípicas (Síndrome de Down, autistas, com paralisia cerebral etc.), aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras), aquisição de duas ou mais línguas de forma concomitante ou sequencial (bilinguismo), além de temas específicos, como argumentação, humor, aquisição e emprego da morfologia no português do Brasil (PB) e português europeu (PE), entre outros. Todos esses temas são abordados a partir de uma perspectiva dialógico-discursiva (DEL RÉ; HILÁRIO, 2014; DEL RÉ; HILÁRIO; VIEIRA, 2020, DEL RÉ; SALAZAR-ORVIG, 2021; DEL RÉ; HILÁRIO; RODRIGUES, 2016, entre outros) e multimodal (McNEIL, 1985, 2000, 2005; CAVALCANTE, 1994; CAVALCANTE e BRANDÃO, 2012; CAVALCANTE e FARIA, 2015), que se inspira nas reflexões de autores da Filosofia da Linguagem (BAKHTIN, 2006; VOLOCHINOV, 2017, 2019, entre outros), da Psicologia (VYGOTSKY, 2005, 2007; BRUNER, 1984; 2004; entre outros) e da área de Aquisição da Linguagem (FRANÇOIS, 1989, 2004, 2006; SALAZAR-ORVIG, 2003; SALAZAR-ORVIG *et al.*, 2005, 2020, entre outros), assumidos pelo grupo como corpo teórico e direcionamento metodológico. Além dos pesquisadores brasileiros, o grupo mantém, desde 2008, uma parceria profícua com pesquisadores franceses, em especial, da Université Paul Valéry Montpellier 3 e da Université Sorbonne Nouvelle.

A princípio concebida como uma Exposição Bilingue Itinerante, que poderia ser exibida em vários lugares, tanto na França quanto no Brasil, sua primeira versão foi elaborada em 2016, a partir de uma série de painéis produzidos em francês e em PB. Seu conteúdo reúne informações importantes sobre o processo de aquisição da linguagem, apresentadas com base em dois caminhos. O *Passo a passo* apresenta as regularidades desse processo, trazendo as etapas previstas na literatura, com exemplos. Sabemos, também, que além das regularidades, é possível olhar, durante o processo, para temas específicos, em que são apresentadas as singularidades - ou aquilo que nos permite observar o funcionamento da linguagem em cada criança, em cada família, em cada contexto social. Nesse caso, o processo é apresentado no percurso *Focos*.

Em 2018, a Exposição ganha uma sala permanente no Centro de Ciências de Araraquara (CCA-UNESP, Brasil), um espaço que faz parte de um roteiro museológico da cidade e que recebe a visita de alunos e professores de escolas públicas e privadas dos Ensinos Fundamental e Médio. Em janeiro de 2020, depois de percorrer diferentes instituições em várias cidades do Brasil (Araraquara, João Pessoa, Aracajú, Porto Alegre, Curitiba, entre outras) e da França (Paris e Montpellier), a Exposição é reformulada: concebe-se uma segunda versão, ainda física e itinerante, mas desta vez na forma de uma série de roll-ups e com um novo *design*, desenvolvido em parceria com Caroline Buffoni, engenheira de pesquisa, responsável pela valorização e mediação científicas na Université Paul Valéry - Montpellier 3. No entanto, com a pandemia da Covid-19, iniciada em março de 2020, e as orientações em relação ao distanciamento social, ficou evidente a necessidade de garantir outras vias de acesso ao conteúdo. Foi nesse contexto que uma terceira versão foi desenvolvida: a *Exposição Virtual "A criança na língua: passo a passo"*, que apresentamos neste texto.

Objetivos gerais

- Responder às principais perguntas, feitas por pais, professores, psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos e todas as pessoas que se interessam pela infância, sobre o processo de aquisição da linguagem.
- Divulgar os resultados das pesquisas mais recentes em aquisição da linguagem por crianças à sociedade em geral, garantindo acessibilidade através do uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e da disponibilização dos conteúdos nas modalidades escrita, falada e sinalizada.
- Desmistificar preconceitos sobre a aquisição da linguagem e, em particular, sobre bilinguismo e multilinguismo.

Metodologia, materiais e métodos

Entre a criação de uma plataforma em que fosse possível realizar o *tour* na exposição virtual até o momento em que ela pudesse ser finalmente apresentada ao público (agosto de 2023), possibilitando o acesso a todo conteúdo disponível por um público que, até então, não havia sido alcançado, foram necessários cerca de 2 anos e meio de muito trabalho.

A versão *online* possibilita uma experiência interativa, em ambiente virtual, com conhecimentos produzidos a partir de pesquisas científicas na área de aquisição da linguagem, ampliando o público e garantindo, dessa forma, a democratização do acesso ao conhecimento, já que o ambiente virtual possibilita livre acesso.

Para a realização do projeto, foi criado, por uma equipe especializada, o *framework* do evento: cadastramento, acesso à plataforma e *tour* virtual, pesquisa e armazenamento de dados e opções de usabilidade e acessibilidade. Além disso, foi feita, também por equipe especializada, a seleção e programação de plataforma para evento virtual compatível com sistemas operacionais móveis e *desktop*, utilizando as melhores práticas em *html5*, *php7.2*, banco de dados *MySQL* e compatibilidade com sistemas *mobile* *Android* e *IOS*, além da criação de *layouts* e programação de páginas *web* para acesso aos conteúdos dos painéis a serem apresentados.

Uma equipe de alunos e pesquisadores trabalhou na seleção, organização e adaptação do conteúdo já disponível ao ambiente virtual, além da produção de novos conteúdos, tendo em vista a acessibilidade e a ampliação do público alvo. Isso porque um dos focos do projeto é atender a alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>) que compõem o plano de ação, elaborado por líderes mundiais em 2015 na sede da ONU, em Nova York, para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Esses objetivos devem ser cumpridos até 2030 (Agenda 2030) e, para tanto, requerem o engajamento das pessoas e das sociedades

1250



2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

atuais para garantir um desenvolvimento sustentável, de superação das desigualdades sociais, de preservação dos variados ambientes em suas diversidades e de promoção de uma economia mais equitativa, vislumbrando um mundo mais justo e melhor para todos os seres humanos. Destacamos, nesta exposição, o ODS 4 e o ODS 10, já que é por meio da educação de qualidade que a ciência e a perspectiva crítica se desenvolvem, permitindo ao ser humano compreender o mundo e, assim, poder atuar de forma inclusiva e equitativa, incluindo grupos em situação de vulnerabilidade, transformando social, econômica e ambientalmente o mundo.

O acesso à exposição é feito pela página de apresentação, clicando em “Entrar na exposição” (Figura 1):

Figura 1- Página de apresentação da Exposição virtual “A criança na língua: passo a passo”



1251

Fonte: elaboração própria

Pela plataforma é possível coletar informações que podem ser usadas pelos pesquisadores em seus estudos, fruto da participação dos usuários nos *chats* disponíveis durante a visita virtual (Figura 2).

Figura 2 - Chat para dúvidas e interação com o grupo de pesquisa



Fonte: elaboração própria

A plataforma foi desenvolvida a partir dos 16 painéis da Exposição física, apresentados no formato “Galeria de Exposições”, que podem ser acessados sequencialmente ou de forma aleatória, dependendo da necessidade, disponibilidade ou vontade do usuário. O conteúdo de cada painel, desmembrado para garantir interatividade, apresenta possibilidades de interação por meio de conteúdo escrito, narrado, sinalizado, além de conteúdo extra de áudio e vídeo. A visita tem início com uma série de perguntas que serão respondidas ao longo do percurso (Figura 3).

1252

Figura 3 - Início da Exposição



Fonte: elaboração própria



O percurso da Exposição pode ser realizado de duas maneiras (ver Figura 4):

Figura 4 - Vista do saguão de entrada



Fonte: elaboração própria

1. A jornada cronológica, nomeada como *Passo a passo*, permite que o visitante descubra, sucessivamente, os estágios do processo de aquisição da linguagem, desde as primeiras vocalizações da criança até as frases mais complexas. Nessa jornada, são exploradas as regularidades do processo de aquisição da linguagem. Um painel-síntese (Figura 5) é apresentado no início desse percurso, com as principais fases da aquisição, que serão melhor exploradas ao longo da visita. O *Passo a passo* é disposto na seguinte sequência:

- A música da língua
- O despertar da fala
- A protolinguagem
- As primeiras palavras
- Combinar as primeiras palavras
- Construir frases complexas

1253

Figura 5 - Apresentação do “passo a passo”



Fonte: elaboração própria

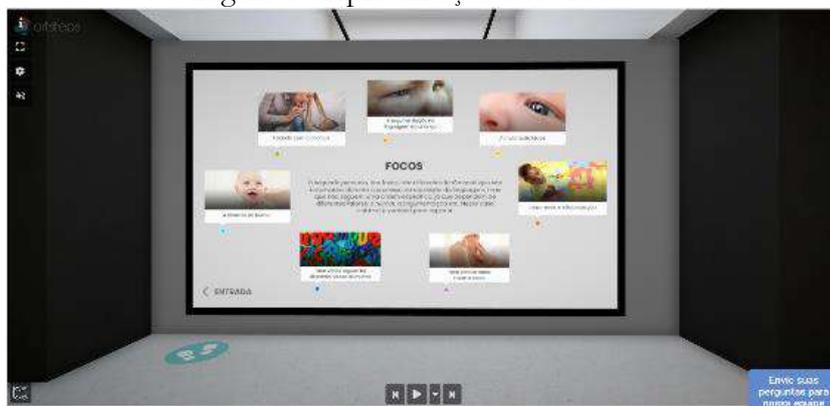
2. O percurso temático, denominado *Focos* (Figura 6), permite ao visitante aprofundar alguns temas específicos relacionados ao processo de aquisição. O visitante, nesse caso, segue uma ordem à sua escolha, explorando os conteúdos apresentados no percurso sinalizado com uma lupa, sendo eles:

- multimodalidade;
- a linguagem dirigida à criança;
- argumentação;
- humor;
- bilinguismo;
- aquisição da língua de sinais
- alfabetização e letramento.

1254



Figura 6 - Apresentação dos “focos”



Fonte: elaboração própria

Todo o conteúdo conta com funções de acessibilidade (legenda, narração, tradução em Libras - Figura 7), que podem ser acessadas a qualquer momento, clicando nos ícones apresentados nos painéis e nos totens. Considerando o caráter bilíngue da Exposição física (concebida em PB e em francês), um dos objetivos futuros é disponibilizar o conteúdo da Exposição Virtual também em outras línguas, como o francês e o inglês, garantindo, assim, o alcance não apenas dos usuários falantes de português e de Libras, mas também do público falante de outras línguas.

1255

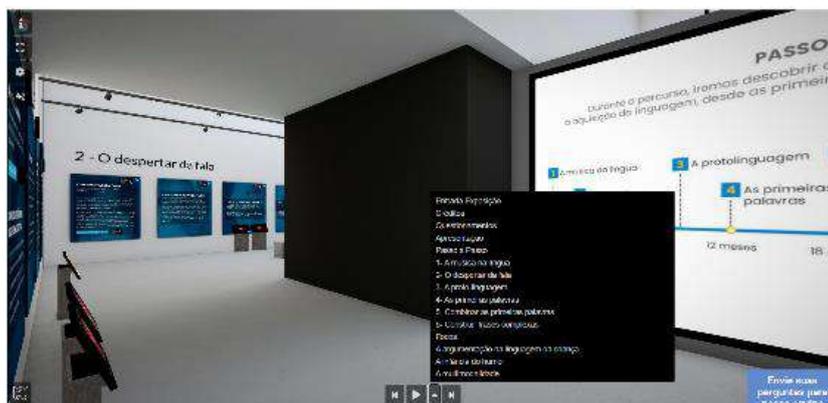
Figura 7 - Disposição do conteúdo escrito, narrado, sinalizado e do conteúdo extra



Fonte: elaboração própria

Para facilitar a visita à Exposição Virtual “A criança na língua: passo a passo”, podem ser usados diferentes recursos. O primeiro é um menu automático (Figura 8), que encontra-se na parte inferior da tela.

Figura 8 - Menu da Exposição



Fonte: elaboração própria

Ao acioná-lo, o visitante será conduzido diretamente a cada uma das seções da exposição, bastando clicar sobre os banners para ouvir a narração ou sobre o ícone Libras para ter acesso à tradução em Língua Brasileira de Sinais. Nessa opção, também é possível avançar para outra seção, selecionando-a na listagem que aparece no menu. Nesse caso, basta que o visitante pause a visita automática e se movimente livremente pela Exposição.

O segundo recurso é o ícone de “pezinhos” (Figura 9) que aparece no chão da exposição e permite a livre movimentação do visitante, como em aplicativos do tipo *maps*. Nesse caso, a navegação será livre e o deslocamento poderá ser feito de forma aleatória, bastando, para isso, posicionar o mouse e clicar sobre o ícone.

1256

Figura 9 - Ícone para navegação na exposição



Fonte: elaboração própria

É possível ainda utilizar as setas do teclado no computador ou celular. Com elas, o visitante poderá se aproximar ou se afastar dos banners, virar-se para esquerda ou para a direita e também movimentar-se livremente. Em qualquer uma das opções, basta clicar sobre o conteúdo para ter acesso à narração, à tradução em Libras e aos vídeos ilustrativos.

1257

Resultados

O resultado obtido com a visita à Exposição Virtual “A criança na língua: passo a passo” é uma experiência prazerosa de contato com conhecimentos científicos disponibilizados em uma linguagem acessível ao grande público, contribuindo para a popularização da ciência, democratização do acesso à informação e a experiências culturais relevantes, bem como maior contato entre a comunidade acadêmica e o público em geral.

Conclusão

Um dos grandes desafios impostos à comunidade acadêmica, sobretudo com o aumento do acesso à informação devido às Tecnologias de Informação e Comunicação, é a divulgação dos resultados de pesquisas científicas. Se por um lado é necessário “traduzir” esses resultados de forma a garantir o acesso ao conhecimento a um público amplo e não especializado, por outro lado, é indispensável preservar sua integridade, evitando a circulação de informações errôneas ou ambíguas. A Exposição Virtual “A criança na língua: passo a passo” foi concebida tendo em vista o enfrentamento desse desafio. Como descrito, além de uma criteriosa curadoria de informação sobre o tema, ressalta-se o cuidado na adequação da linguagem, a apresentação do

conteúdo em várias modalidades e a garantia de acessibilidade a um público amplo. Convidamos a todos a visitá-la: <https://exposicaoacriancanalingua.com.br/>. Outras ações do GEALin e os trabalhos desenvolvidos pelos membros associados são descritos no artigo “Diálogos entre a universidade e a sociedade: popularização das pesquisas em aquisição da linguagem”, das mesmas autoras, e podem ser acessados pelas redes sociais do grupo:

- Facebook [https://www.facebook.com/grupogealin/](https://www.facebook.com/grupogealin;);
- Instagram https://www.instagram.com/gealin_unesp/;
- Youtube <https://www.youtube.com/@gealingrupodeestudosemaqui9597> ;
- Site <http://gealin.fclar.unesp.br/> .

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p.261-306.

BRUNER, J. *Comment les enfants apprennent à parler*. Paris: Retz, 2004.

_____. Contexts and formats. In: MOSCATO, M.; PIRAUT-LE BONNIEC, g. (Ed.) *Le langage: construction et actualisation*. Rouen: Publications de la Universit. de Rouen, 1984. p. 69-79.

CAVALCANTE, M. C. B. *O gesto de apontar como processo de co-construção na interação mãe-criança*. Dissertação de Mestrado. Recife, 1994.

CAVALCANTE, M. C. B.; BRANDÃO, L. W. P. Gesticulação e fluência: contribuições para a aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 54, n. 1, 2012.

CAVALCANTE, M. C. B.; FARIA, E. M. B. de (org.). *Cenas em aquisição da linguagem: multimodalidade, atenção conjunta e subjetividade* / . 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N. Sobre os estudos da linguagem da criança: a pertinência de um novo olhar dentro da multiplicidade de perspectivas. In: PAULA, L. (Org.). *Discursos em perspectiva: humanidades dialógicas*. 1ed. Campinas: Mercado das Letras, 2014. p. 69-98.

DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; VIEIRA, A. J. A linguagem da criança na concepção dialógico-discursiva: retrospectiva e desafios teórico-metodológicos para o campo de Aquisição da Linguagem. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 16, p. 12-38, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/bak/a/dRS98pVJT4mJdmcc7JvkjyB/> Acesso em 25 de setembro de 2021.



DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; RODRIGUES, R. A. O Corpus NALingua e as tecnologias de apoio: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no Brasil. *Revista Artefactum - Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia*. ANO VIII - Nº 02/2016. Disponível em <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1363/667> Acesso em 20 de outubro de 2020.

DEL RÉ, A.; SALAZAR ORVIG, A. Olhares dialógicos sobre a aquisição da linguagem. *Bakhtiniana*. Revista De Estudos Do Discurso, 16(1), Port. 4–11 / Eng. 4., 2021. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/51305>.

FRANÇOIS, F. O que nos indica a “linguagem da criança”: algumas considerações sobre a “linguagem”. Tradução de Guacira Marcondes Machado Leite. In: DEL RÉ, A. *Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística*. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANÇOIS, F. *Enfants et récits: mises en mots et “reste”*. Paris: Presses universitaires du Septentrion, 2004.

FRANÇOIS, Frédéric. Langage et pensée: dialogue et mouvement discursif chez Vygotski et Bakhtine. *Enfance*, v. 42, n. 1, p. 39-47, 1989. Disponível em https://www.persee.fr/doc/enfan_0013-7545_1989_num_42_1_1877. Acesso em 20 de outubro de 2020.

1259

MCNEILL, D. *Gesture and Thought*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

_____. *Language and Gesture: Window into Thought and Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. So you think gestures are non verbal? *Psychological Review*, 92, p. 350-371, 1985.

SALAZAR-ORVIG, A. Eléments pour l’analyse de la connivence dans le dialogue. In: BONDI, M.; STATI, M. (eds.). *Dialogue Analysis 2000*, Selected papers from the 10th IADA Anniversary Conference. Bologna 2000, Tübingen: Niemeyer, 2003. p.339-350.

SALAZAR-ORVIG, A.; WECK, G.; HASSAN, R. As implicações de uma abordagem dialógica para a aquisição de linguagem: o exemplo de uma pesquisa sobre a aquisição de expressões referenciais. *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, v. 16, p. 155-180, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/ZNCtqYWhXFgZNHJ9TRjKrcp/?lang=pt&format=html> Acesso em: 28 fev 2023.



2023

 **J
I
I
C
E
U** Jornada
Internacional
de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

SALAZAR ORVIG, A. et al. Une étude sur les premières expressions référentielles. *Le cas des pronoms*. Revue Tranel, v. 41, p.15-31, 2005. Disponível em: <https://www.revue-tranel.ch/article/view/2702/2406> Acesso em: 28 fev 2023.

VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia*: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólva Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólva Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Pensamento e linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

1260



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE SIMULADOR DE BAIXO CUSTO PARA PUNÇÃO INTRAÓSSEA

João Vitor Veloso Simão¹
Heloísa Moreira de Arruda²
João Vitor Marques da Cunha Peroni³
Marcos Antonio Marton Filho⁴
Rodrigo Magri Bernardes⁵

Introdução

Historicamente, a punção intraóssea foi desenvolvida pelo médico Cecil K. Drinker baseando-se em estudos prévios sobre o tema com objetivo, a priori, administrar substâncias através da via óssea e avaliar sua absorção fisiológica, após a realização do procedimento em um modelo canino obteve-se como resultado satisfatório o aumento da pressão sanguínea no plexo venoso através da infusão óssea (DRINKER; DRINKER; LUND, 1922). A partir do desenvolvimento dessa técnica ao longo das décadas, incluindo o mapeamento corporal dos locais ideais para aplicação da técnica, chegamos ao modelo empregado no século XXI, destacando-se a popularização ocorrida durante a segunda guerra mundial, quando a execução passou a ocorrer no osso esterno devido aos grandes danos em soldados e a possibilidade de rápida e abundante administração de fluídos (DORNHOFER; KELLAR, 2023).

A punção intraóssea consiste em um acesso até a cavidade medular por meio da introdução de uma agulha. É um procedimento muito utilizado em emergências onde há dificuldade em conseguir acesso à circulação sistêmica venosa, visando assim, agilizar o atendimento ao paciente (LANE; GUIMARÃES, 2008). Tal procedimento pode ser realizado em crianças e adultos (CLEMENCY et al., 2017). Os locais de punção são as partes proximal e distal da tíbia, parte proximal do úmero e o esterno e para a escolha de um desses pontos para a realização do

1261

¹ Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: joaovitor_simao@hotmail.com

² Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: itsheloisamoreira@gmail.com

³ Estudante de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: joaoperoni1@gmail.com

⁴ Médico. Professor do Curso de Medicina. Faculdade de Odontologia de Bauru - Universidade de São Paulo. Bauru, São Paulo, Brasil. E-mail: marcos.marton@usp.br

⁵ Enfermeiro. Professor do Curso de Medicina. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: bernardes.rodrigo@estacio.br

acesso intraósseo o profissional da saúde deve levar em conta a idade, proporções do paciente e qualquer contra-indicação médica (GARSIDE; PRESCOTT; SHAW, 2016).

Em casos de urgência e emergência o fator agilidade é importantíssimo. Se comparada ao acesso intravenoso o acesso intraósseo apresenta melhor aproveitamento, pois tal procedimento é realizado com mais agilidade, otimizando o atendimento e aumentando as chances de sobrevivência do paciente (GARSIDE; PRESCOTT; SHAW, 2016).

Outrossim, de acordo com renomadas instituições médicas ao redor do mundo, como o *European Resuscitation Council*, *American College of Critical Care Medicine*, *American Heart Association* e o *American College of Emergency Physicians* o acesso intraósseo é indicado em casos específicos quando a condição do paciente impossibilita o acesso intravenoso, principalmente por quadros de hipovolemia, desidratação, tratamento quimioterápico, obesidade com edema e drogadição por injetáveis, por conta disso, com o acesso intraósseo visa-se a administração de fluídos e drogas de forma rápida e eficaz (ISKRZYCKI; SMEREKA; SZARPAK, 2017).

Tal fato sustenta-se ainda na comprovação de que o acesso intravenoso não se sobrepõe no que tange à taxa de sobrevivência de pacientes em relação ao acesso intraósseo (MODY et al., 2019). Apesar da escassez de estudos encontrados sobre a utilização de simuladores de punção intraóssea, o treinamento de habilidades para realizar procedimentos assistenciais tem sido demonstrado na literatura nacional e internacional como fator que beneficia o aprendizado.

Um estudo com 245 participantes teve o objetivo de avaliar a eficácia de treinamentos na área de ginecologia, obstetrícia, pediatria e emergência, utilizando simulação. Os resultados do estudo sugerem que os conhecimentos, competências e atitudes melhoram após as sessões de treinamento. Ao aumentar o número de atendimentos simulados, aumenta também a autoestima e a confiança em realizar procedimentos. O conhecimento e o desempenho técnico melhoram significativamente e os erros são reduzidos, sendo que dos participantes 83,8% realizaram procedimentos de forma automática e sem erros. Os autores concluíram que o treinamento utilizando simulação em medicina é eficaz, útil e é uma boa ferramenta para a aquisição de conhecimentos, habilidades e técnicas na educação (SANDEVA et al., 2019).

Além disso, outro estudo desenvolvido com 17 estudantes de enfermagem, teve o objetivo ensinar a técnica do manejo da via aérea em pacientes em situação emergência, por meio de aula expositivo-dialogada e simulação. Os autores afirmaram que o ensino de habilidades permite o desenvolvimento de senso crítico para tomada de decisões complexas no trato com o paciente em estado grave (PEDERSOLI et al., 2016).

Meska et al. (2016) desenvolveram um estudo com 42 enfermeiros que teve o objetivo de avaliar o nível de autoconfiança antes e após um treinamento sobre cateterismo vesical, utilizando uma atividade de simulação de baixa fidelidade. Os autores encontraram que a simulação de baixa fidelidade melhora a autoconfiança dos aprendizes ($p < 0,05$) e concluíram que pode melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente (MESKA et al., 2016).

Betttega et al. (2019) criaram um simulador de baixo custo de caixa torácica humana para o desenvolvimento da técnica de drenagem fechada de tórax e compararam a sua eficácia com um modelo animal. O grupo que utilizou o simulador de baixo custo teve melhor desempenho na realização do procedimento ($p < 0,05$). Os autores destacaram a viabilidade financeira e a preferência dos participantes ao simulador de baixo custo para o ensino da habilidade, em comparação com o simulador comercial e o modelo animal, respectivamente (BETTTEGA et al., 2019).

Objetivos gerais

Os objetivos do estudo foram produzir um simulador de baixa fidelidade de punção intraóssea com materiais de baixo custo e validar com experts a adequação do simulador para o ensino.

Metodologia, materiais e métodos

Trata-se de um estudo metodológico de validação de um simulador. O estudo foi realizado em um centro de simulação de uma universidade no Brasil. A produção do simulador ocorreu entre os meses de novembro de 2021 a maio de 2022 e a validação no mês de junho de 2022. O projeto obteve aprovação ética e todas as recomendações nacionais sobre ética em pesquisa foram seguidas.

O estudo foi desenvolvido em duas etapas, para atender os objetivos de pesquisa. A primeira etapa consistiu na produção de um protótipo de um simulador de punção intraóssea de baixa fidelidade que se assemelha a uma perna humana onde foram utilizados materiais de baixo custo e fácil manejo. A segunda etapa foi a validação do simulador para uso no ensino de estudantes do curso de enfermagem e medicina, médicos e enfermeiros.

Etapa 1 – Produção do simulador de punção intraóssea

O simulador contou com partes específicas de manequins e materiais de baixo valor agregado que foram os mais próximos possíveis da densidade do corpo humano para que o método empregado na prática acadêmica e na validação se assemelhem com o realizado no campo de prática (BETTTEGA et al., 2019).

Diante das características levantadas, para a construção do protótipo, foram utilizados os materiais: perna de manequim tamanho adulto, torneira três vias de infusão venosa, equipo de soro, sangue artificial, frasco de soro fisiológico, folha de acetato de vinila (EVA), velcros, esferas de isopor, seringas de 10ml e 5ml, barbante, placas de plástico retiradas de pasta escolar, espuma para preenchimento, abraçadeira de Nylon, tubo de borracha, equipo multivias com *clamp*, cola de silicone e esparadrapo.

Durante o processo de produção dos simuladores, foram realizados registros dos passos da construção por meio de fotos.

Etapa 2 – Validação do simulador de punção intraóssea

Os dados foram coletados por meio de um instrumento de coleta de dados desenvolvido pelos próprios pesquisadores e composto por duas partes. A primeira parte coletou informações demográficas (idade e sexo) e profissionais (formação, pós-graduação, local de atuação profissional, tempo de atuação em atendimento de emergência) dos participantes. A segunda parte, foi composta por 12 itens de avaliação do desempenho da técnica de punção intraóssea e de avaliação geral do simulador. As opções de resposta, que permitirão a validação do simulador, foram numeradas de 4 a 1, sendo, respectivamente, “concordo totalmente”, “concordo”, “discordo” e “discordo totalmente”, caracterizada por uma Escala de Likert. Em caso de discordância, o juiz apresentou justificativa (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). Os itens para construção da segunda parte do instrumento, sobre as etapas da realização técnica do procedimento, foram baseados nas recomendações da *American Heart Association*, *American College of Surgeons* e por um protocolo validado por especialistas (AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS, 2018; AMERICAN HEART ASSOCIATION, 2017; PREIS, 2018; SILVA et al., 2018).

Para o processo de validação do protótipo do simulador, foram selecionados experts por meio de avaliação do Currículo *Lattes* e indicação. Os especialistas compuseram um grupo de juízes. A amostra foi por conveniência e não probabilística. A literatura recomenda que o processo de validação seja feito por, pelo menos, cinco avaliadores (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). Foram incluídos profissionais médicos ou enfermeiros, com experiência na realização do procedimento. Foram excluídos profissionais que não responderam ao questionário de avaliação no tempo determinado ou de forma incompleta.

Para validação foi utilizada a porcentagem de concordância (PC) entre os juízes. O simulador foi considerado validado para uso no ensino da habilidade de punção intraóssea se a PC for maior ou igual a 80%, sendo calculada pelo número de respostas concordantes pelo número total de juízes e multiplicado por 100 (ALEXANDRE; COLUCI, 2011; SILVA et al., 2018).

1264

Resultados

Etapa 1 – Produção do simulador de punção intraóssea

Para desenvolvimento do protótipo para realização da habilidade de punção intraóssea visando a localização anatômica da área de interesse utilizou-se uma perna de manequim usado para exposição de roupas em tamanho adulto, fabricado de plástico rígido e oco. A perna foi cortada



do restante do manequim de modo a facilitar o manuseio e desenvolvimento do simulador e está representada na Figura 1.



Figura 1 - Processo de corte da perna do manequim

Foi feita uma abertura retangular na perna do manequim onde em um ser humano estaria localizada a tuberosidade da tíbia de 6 centímetros de comprimento por 2,6 cm de largura (Figura 2) local onde é realizada a punção.

1265



Figura 2 - Abertura anterior na perna do manequim

Na parte posterior da perna, abaixo da região poplíteia, foi feita uma nova abertura de 13 centímetros de comprimento por 9,4 centímetros de largura para manuseio e desenvolvimento da parte interna do simulador (Figura 3).



Figura 3 - Abertura posterior na perna do manequim

Para proporcionar a resistência adequada foi passada por dentro da perna do manequim um tubo de borracha e na região abaixo da tuberosidade da tíbia foi acoplado circundando o tubo uma seringa de 10ml, para conferir a textura óssea durante o procedimento. Além disso, para simular o sangue utilizou-se sangue artificial e diluído em um frasco de soro fisiológico, conectado a um equipo de soro. Para controlar o fluxo utilizou-se uma torneira de 3 vias na região superior do simulador.

Na região inferior, vedando a parte final do tubo de borracha foi inserida uma seringa de 5ml para auxílio no controle da pressão interna da estrutura, tal parte final foi presa por um esparadrapo e por uma abraçadeira de Nylon, para melhor manuseio (Figura 4).

1266



Figura 4 - Vedamento do tubo de borracha

A fim de estabilizar o tubo de borracha (Figura 5) e a seringa na posição correta foi utilizada uma espuma de média densidade no formato da fenda retangular da parte anterior da perna do manequim.

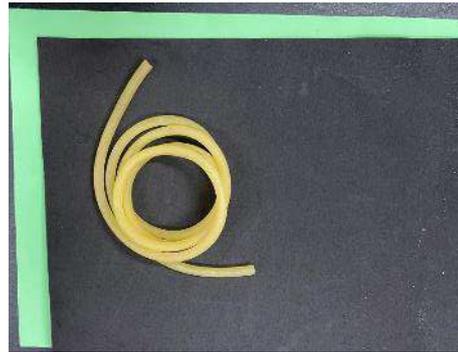


Figura 5 - Tubo de borracha

Ainda na parte posterior do protótipo foram acopladas duas esferas de isopor de uma de 90mm e outra de 100mm modeladas manualmente, por uma lixa, para encaixe na parte interna do manequim conferindo preenchimento e apoio posterior à estrutura anterior. Essas duas esferas, foram unidas por meio de uma cola apropriada para esse fim (Figuras 6, 7 e 8).

1267

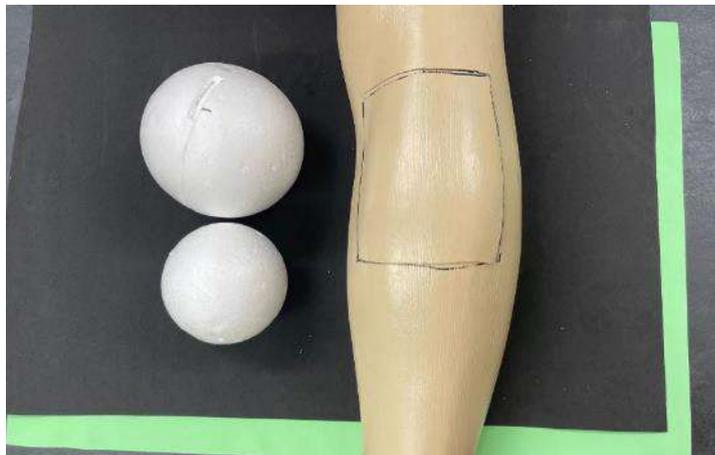


Figura 6 - Materiais de isopor para dar sustentação ao tubo de borracha



Figura 7 - Confeção da estrutura de sustentação



Figura 8 - Estrutura de sustentação do tubo de borracha finalizada

1268

Foi feito utilizando uma lima e lixas de unha o acabamento das aberturas (Figura 9).



Figura 9 - materiais para acabamento de local da punção

Para simular a pele e a resistência óssea foram acoplados por meio de grampos uma folha de EVA que foi cortada em dimensões que cobrissem a fenda anterior e tivessem contato com a estrutura anterior na parte interna assemelhando-se ao formato de meia-lua, fixadas por velcro para garantir estabilidade. Duas camadas de pasta de plástico escolar nas mesmas dimensões foram acopladas ao EVA aumentando à resistência e simulando assim pele, tecido subcutâneo e perióstio em conjunto com a seringa já mencionada anteriormente (Figuras 10 e 11).



Figura 10- Materiais utilizados para compôr a pele simulada

1269

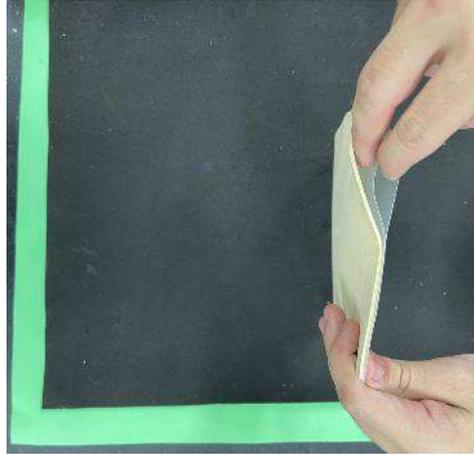


Figura 11 - Organização dos materiais utilizados para compôr a pele simulada

Para acabamento adequado foi cortada uma tira de EVA em dimensões que cobrisse ambas as aberturas (anterior e posterior) na cor do manequim que fosse capaz de circundar a estrutura completamente e com auxílio de velcro fechava-se na parte da abertura posterior.

No interior do simulador, o tubo de borracha foi posicionado no interior de uma seringa de 10ml que teve seu corpo cortado para receber o tubo. Entre os materiais utilizados para compor a pele simulada e a seringa foi posicionada uma espuma de média densidade conferindo assim a distância necessária para simular o tecido subcutâneo e conferir a profundidade necessária para a inserção da agulha de punção intraóssea. Toda essa estrutura foi fixada com um barbante que circundou a abertura anterior, garantindo assim que a estrutura idealizada fique exatamente no local de punção com a devida sustentação feita pelas esferas de isopor moldadas (Figuras 12, 13 e 14).

Por fim, para melhor vedação da junção do garrote com a torneirinha para evitar e conter possíveis vazamentos foi utilizado silicone no interior da parte do garrote que fica em contato com a torneirinha e após o tempo de secagem indicado na embalagem do produto, essa parte da estrutura foi envolvida por uma tira de espuma e fixada por uma tira de fita adesiva (Figura 15).

1270

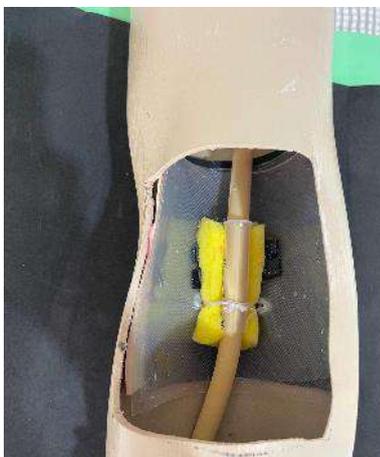


Figura 12 - Estrutura interna do simulador



Figura 13 - Estrutura interna devidamente fixada e sustentada

1271



Figura 14 - Simulador de baixo custo para punção intraóssea



Figura 15 - Estrutura de vedação e contenção de vazamentos

Os materiais utilizados e o custo final do simulador estão apresentados na tabela 1.

1272

Tabela 1 - Distribuição dos materiais utilizados para a confecção do simulador. Ribeirão Preto, 2022

Materiais	Custo
Abraçadeira nylon	€0,03
Cola de isopor	€0.69
Cola de silicone	€0.69
Equipo de soro	€0.41
Equipo multivias com clamp	€0.28
Esferas de isopor	€2.25
Esparadrapo	€0.09
Fita de velcro adesiva	€0.82
Manequim	€15.00
Pasta escolar	€1.13
Placa de espuma	€0.07
Placa de EVA	€1.13
Rolo de barbante	€0.05
Sangue artificial	€2.52
Seringa de 5ml	€0.06
Seringa de 10ml	€0.08
Torneira três vias de infusão venosa	€0.27
Tubo de borracha	€6.00
Total	€31,57

1273

Etapa 2 – Validação do simulador de punção intraóssea

Em relação à validação, dos 10 juízes convidados, apenas cinco participaram da validação do simulador. Todos (100%) os participantes eram do sexo feminino e com idade variando entre 32 e 61 anos, com média de 44,8 anos e desvio-padrão (DP) de 11. Todas (100%) eram médicas, duas (40%) com doutorado, duas (40%) com especializações e uma (20%) com mestrado. As participantes possuíam tempo de atuação profissional em serviços de emergência variando de 7 a 21 anos e média de 11,5 anos (DP = 6,5) anos. Sobre o tipo de serviço de emergência, duas (40%) atuavam em serviços hospitalares, uma (20%) em serviço pré-hospitalar e duas (40%) em ambos.



Os itens avaliados pelos juízes no processo de validação do protótipo do simulador com suas respectivas concordâncias estão descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Tabela de concordância dos experts para validação de um simulador de baixo custo para punção intraóssea. Ribeirão Preto – SP, Brasil, 2022.

Item de avaliação	Concordância		Discordância	
	n	%	n	%
Avaliação da técnica				
1. O local de punção fica a 1-3cm abaixo da proeminência óssea.	5	100		
2. É possível realizar a antissepsia do local de punção.	5	100		
3. É possível introduzir a agulha com ângulo 90°.	5	100		
4. A resistência encontrada para introdução da agulha é adequada.	5	100		
5. A agulha permanece na posição ereta, sem necessidade de sustentação manual.	5	100		
6. É possível aspirar conteúdo da medula óssea, após a inserção da agulha.	2	40	3	60
7. A administração de fluidos ocorre sem resistência.	3	60	2	40
8. A administração de fluidos ocorre sem extravasamentos.	3	60	2	40
9. É possível fixar a agulha com adesivos.	5	100		
10. É possível retirar a agulha sem dificuldade.	5	100		
Avaliação Geral				
11. Esse simulador é útil para o treino do atendimento de emergência.	4	80	1	20
12. Esse simulador é eficaz para o ensino da técnica de punção intraóssea.	4	80	1	20

1274

Sobre os itens de avaliação que obtiveram percentagem de concordância menor que 80%, durante a avaliação os juízes não acertaram a estrutura, pois a abertura superior estava alguns milímetros maior que o local de posição da seringa de 10ml. Outro fator contribuinte é que houve entrada de ar dentro do sistema, o que causou pressão para aspirar e infundir o líquido. A percentagem geral de concordância entre os juízes foi de 85%, o que considera o simulador adequado para o uso no ensino da punção intraóssea.

Conclusão

O simulador de punção intraóssea foi construído com material de baixo custo e de fácil acesso e foi considerado validado para o uso no ensino da técnica de punção intraóssea em região tibial. Os simuladores de baixo custo podem melhorar o acesso ao treino de procedimentos invasivos livre de riscos ao paciente e ao aprendiz. O treino de habilidades em simuladores tem o potencial de melhorar a qualidade técnica do procedimento e da assistência em saúde e aumentar a segurança do paciente.

Referências

ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z. O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000800006>. Acesso em: 05 abr. 2021.

AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. **Advanced Trauma Life Support**: Student Course Manual. 10 ed. 2018.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Suporte Avançado de Vida em Pediatria**: Manual do Profissional. 2017

BETTEGA, A. L.; BRUNELLO, L. F. S.; NAZAR, G. A.; DE-LUCA, G. Y. E.; SARQUIS, L. M.; WIEDERKEHR, H. A.; FOGGIATTO, J. A.; PIMENTEL, S. K. Simulador de dreno de tórax: desenvolvimento de modelo de baixo custo para capacitação de médicos e estudantes de medicina. **Rev Col Bras Cir**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, e2011. Jan/2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912019000100150&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 dez. 2020.

1275



2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

CLEMENCY, B.; TANAKA, K.; MAY, P.; INNES, J.; ZAGROBA, S.; BLASZAK, J.; HOSTLER, D.; COONEY, D.; McGEE, K.; LINDSTROM, H. Intravenous vs. intraosseous access and return of spontaneous circulation during out of hospital cardiac arrest. **American Journal of Emergency Medicine**, USA, v. 35, n.2, p. 222-226, out./2016. Disponível em: <[https://www.ajemjournal.com/article/S0735-6757\(16\)30748-3/fulltext](https://www.ajemjournal.com/article/S0735-6757(16)30748-3/fulltext)>. Acesso em: 21 dez. 2020.

DORNHOFER, P.; KELLAR, J. Z. **Intraosseous Vascular Access**. 2023. In: StatPearls. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2023. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32119260/>>. Acesso em: 15 out. 2023.

DRINKER, C, K.; DRINKER, K, R.; LUND, C. C. The circulation in the mammalian bone-marrow. **American Journal of Physiology**, v.62. n. 1. p. 1–92, 1922. Disponível em: <<https://journals.physiology.org/doi/pdf/10.1152/ajplegacy.1922.62.1.1>>. Acesso em: 07 abr. 2021

GARSIDE, J.; PRESCOTT, S.; SHAW, S. Intraosseous vascular access in critically ill adults – A review of the literature. **British Association of Critical Care Nurses**, London, v. 21, n. 3, p. 167-177, jan./2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/nicc.12163>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

ISKRZYCKY, L.; SMEREKA, J.; SZARPAK, L. Knowledge, Skills, and Attitudes Concerning Intraosseous Access Among Hospital Physicians. **Critical Care Medicine**, Mount Prospect, v.45, n. 1, p. 117. jan./2017. Disponível em: <https://journals.lww.com/ccmjournl/Citation/2017/01000/Knowledge,_Skills,_and_Attitudes_Concerning.44.aspx>. Acesso em: 21 dez. 2020.

LANE, J. C.; GUIMARÃES, H. P. Acesso Venoso pela Via Intra-Óssea em Urgências Médicas. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 63-67, jan./2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbti/v20n1/a10v20n1.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

MESKA, M. H. G.; MAZZO, A.; JORGE, B. M.; SOUZA-JUNIOR, V. D.; NEGRI, E. C.; CHAYAMITI, E. M. P. C. Retenção urinária: implicações do treino simulado de baixa fidelidade na autoconfiança do enfermeiro. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 50, n. 5, p. 831-837, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342016000500831&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2021.

1276

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

MODY; P.; BROWN, S. P.; KUDENCHUK, P. J.; CHAN, P. S.; KHERA, R.; AYERS, C.; PANDEY, A.; KERN, K.; DE LEMOS, J. A.; LINK, M. S.; IDRIS, A. H. Intraosseous versus intravenous access in patients with out-of-hospital cardiac arrest: Insights from the resuscitation outcomes consortium continuous chest compression trial. **Resuscitation**, USA, v. 134, p. 69-75. jan./2019. Disponível em: < [https://www.resuscitationjournal.com/article/S0300-9572\(18\)31066-9/fulltext](https://www.resuscitationjournal.com/article/S0300-9572(18)31066-9/fulltext)>. Acesso em: 21 dez. 2020.

PEDERSOLI, C. E.; PEDERSOLI, T. A. M.; FARO, A. C. M.; DALRI, M. C. B.; Ensino do manejo da via aérea com máscara laríngea: estudo randomizado controlado. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 69, n. 2, p. 368-374, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000200368&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2021.

PREIS, L. C. **Construção e validação de um protocolo assistencial interdisciplinar de punção intraóssea em pacientes adultos e pediátricos**. Departamento de Enfermagem, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205073/PNFR1083-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SANDEVA, M. G.; TUFKOVA, S.; KETEV, K.; PASKALEVA, D. Evaluating the Effectiveness of Simulation Training in Obstetrics and Gynecology, Pediatrics and Emergency Medicine. **Folia Med (Plovdiv)**, Sofia, v. 61, n. 4, p. 605-611, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32337878/>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SILVA, J. P.; PEREIRA JUNIOR, G. A.; MESKA, M. H. G.; MAZZO, A. Construction and validation of a low-cost simulator for training patients with diabetes mellitus and/or their caregivers in insulin administration. **Esc Anna Nery**, v. 22, n. 3, e20170387, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ean/a/SCkFZcHMQdDVzJ3gjP9fvQr/abstract/?lang=en#>>. Acesso em: 05 out. 2023.

1277



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

INTERNACIONALIZAÇÃO ATRAVÉS DA EXTENSÃO: AÇÕES DO PLEI-UEPB NO ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS E NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DE LETRAS

Luan Lopes Cabral¹
Mércia Barbosa de Paiva²
José Wellisten Abreu de Souza³

Introdução

O Programa Linguístico-Cultural para Estudantes Internacionais (PLEI) foi criado em 1998 e está vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), a partir do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística (DLPL) da Universidade Federal da Paraíba (UEPB). Desde a sua criação, o PLEI tem como principal objetivo preparar estudantes estrangeiros através da promoção de atividades interculturais, linguísticas e sociais. Essas atividades não apenas auxiliam na compreensão da língua e da cultura brasileira, mas também integram os estudantes em diversos aspectos da sociedade local, ao mesmo tempo em que os prepara para o exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) que é o certificado de proficiência oficial em língua portuguesa para estrangeiros desenvolvido e outorgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), numa ação do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil.

Acerca do exame, vale pontuar que ele compreende duas partes distintas: uma parte escrita, que é realizada numa aplicação coletiva, e uma parte oral, que é individual. A parte escrita envolve quatro tarefas de produção textual que abrangem diversos aspectos do uso da língua portuguesa, exigindo que o participante crie textos escritos em português com base em diferentes fontes de informação: materiais de insumo e propostas de produção de texto. A parte escrita deve ser concluída em um período de até três horas. Por outro lado, a parte oral envolve uma interação pessoal, presencial, entre o participante e o avaliador, com duração total de 20 minutos, divididos em duas etapas: a primeira com 5 minutos de duração e a segunda com 15 minutos (cf. Brasil, 2020).

O projeto “INTERNACIONALIZAÇÃO ATRAVÉS DA EXTENSÃO: ações do PLEI-UEPB no acolhimento de estudantes estrangeiros e na formação de estudantes de Letras”, que intitula este artigo, é

1278

¹ Universidade Federal da Paraíba

² Universidade Federal da Paraíba

³ Universidade Federal da Paraíba



uma ação desenvolvida no (PLEI-UFPB). Esse projeto tem como objetivo aprimorar a formação dos estudantes de Licenciatura em Língua Portuguesa, proporcionando a oportunidade de esses sujeitos terem experiência em sala de aula, de forma supervisionada, criando situações diversas que ajudem o estudante a desenvolver e a construir as habilidades e as competências necessárias para a sua atuação profissional a partir de expertise no ensino de Português Língua Estrangeira (PLE). O desenvolvimento de tal ação toma como foco a oferta de aulas de português para alunos estrangeiros.

Neste artigo, temos como objetivo geral apresentar relato de experiência, no qual são descritas ações desenvolvidas por dois alunos-professores, membros da Equipe PLEI, extensionistas vinculados ao projeto supracitado, que compreende o período de dezembro de 2022 a outubro de 2023. Com esse recorte, espera-se demonstrar como se deu a atuação dos extensionistas no papel de professores de língua portuguesa para estrangeiros, refletindo, de modo mais específico, sobre como tais atividades, extensivamente, contribuíram para a formação docente em língua portuguesa e de que modo, pedagogicamente, elas buscaram atender às demandas de ensino-aprendizagem dos alunos estrangeiros atendidos/acolhidos pelo PLEI.

Dentro desse cenário, vale ressaltar que o ensino de Português como Língua Adicional (PLA) ou Língua Estrangeira (PLE) é o ensino da língua portuguesa para indivíduos que possuem uma língua materna diferente do português. Os indivíduos que buscam aprender o português como uma língua adicional possuem propósitos variados entre eles estão ingressar em comunidades acadêmicas por meio de convênios de mobilidade estudantil, como é o caso dos alunos da turma nomeada (historicamente) de Pré-PEC-G, os quais fazem parte do Programa Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G). Inaugurado em 1965, com o objetivo de oferecer suporte para países em desenvolvimento que mantêm acordos com o Brasil, o PEC-G é uma colaboração entre o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores.

Dentre as ações realizadas pelo PLEI, na turma PEC-PLE atendida em 2023, contamos com 15 estudantes vindos de diversos países de África, da América Central e da Ásia, sendo, respectivamente: Benin (02), Gabão (03), Guiné Equatorial (03), Quênia (01), República do Congo (03), Haiti (01), Jamaica (01) e Timor Leste (01).

Ressalva-se que o termo "Pré-PEC-G" tem sido historicamente usado para descrever os estudantes que estão participando do curso preparatório para o exame Celpe-Bras. No entanto, optamos por adotar o termo "PEC-PLE" como uma maneira de reconhecer esse grupo como parte integrante dos critérios institucionais do programa, que incluem a etapa do curso preparatório. Essa mudança de nomenclatura é motivada pelo fato de que o "Pré" em "Pré-PEC-G" ser costumeiramente interpretado (inclusive, é a interpretação institucional adotada por vários setores na UFPB) como se esses alunos ainda não fizessem parte do programa PEC-G e, portanto, não terem direito a benefícios acadêmicos.

Há também a Turma de Nível, que atende à demanda de pessoas interessadas em utilizar o idioma para propósitos específicos, como trabalho, turismo ou porque seus parceiros têm o português como língua materna. Em sua maioria, os alunos dessa turma estão iniciando sua jornada com a língua portuguesa, e o objetivo das aulas é estabelecer uma base sólida do/no idioma para esses estudantes que estão no início de sua aprendizagem.

Em 2023, o PLEI teve 4 Turmas de Nível, sendo duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre, com aulas de Nível Básico e Nível Intermediário. Ao todo, foram atendidos 25 alunos da Europa, Ásia, África, América (do Norte e do Sul), reforçando o papel do PLEI na difusão da língua e da cultura brasileira ao redor do mundo.

Por fim, fechando esse quadro das ofertas de cursos promovidas pelo PLEI em 2023, há também as turmas vinculadas aos cursos da Rede Andifes Idiomas Sem Fronteiras. Tais ofertas, como regulamentam os editais da Rede Andifes ISF, se dão de modo on-line, o que amplia ainda mais o escopo de possibilidade e de alcance das ações do PLEI pelo mundo. O cenário envolveu ofertas de cursos nos dois semestres, sendo 45 inscrições no primeiro semestre e 33 inscrições no segundo semestre, desvelando todo o potencial que as ações do PLEI possuem.

Dentro do projeto, somos levados a refletir que além de promover o uso da língua e a inserção desse aluno estrangeiro em uma nova sociedade, o professor de PLA/PLE deve ter enfoque no ensino intercultural, uma vez que o uso de uma língua está relacionado a identidades culturais, regionais e grupais que caracterizam os diferentes grupos sociais de um país e assim facilitando o uso do português fora do contexto de sala de aula. Assim como pontua Da Silveira (2018), ensinar língua para estrangeiro exige que ela esteja situada no texto e no discurso, onde língua e cultura se inter-relacionam. Dessa forma, aprender outra língua é aprender outra cultura.

A contextualização até aqui apresentada só pode ser efetivada por conta da Extensão Universitária. Compreendemos a Extensão como um conjunto de iniciativas que visam aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula para beneficiar a comunidade externa, resultando em importantes contribuições para a sociedade. Dessa forma, a extensão universitária é entendida como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Garrafa, 1989, p. 109). Ainda é importante ressaltar que:

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (Rocha 2007 apud Silva, 2011, p. 2).

Com base nisso, podemos justificar que o trabalho desenvolvido pelo PLEI se insere de maneira adequada no contexto da Extensão Universitária, uma vez que por meio dele estamos

transformando o conhecimento adquirido em sala de aula em ações concretas. O PLEI, ao atender e acolher os estudantes em sua preparação para o exame Celpe-Bras e aprendizado da língua portuguesa e da cultura brasileira, beneficia tanto os estudantes como a comunidade geral. Esse comprometimento demonstra o compromisso do projeto com as demandas da sociedade, o qual é um pilar fundamental para as instituições de ensino superior.

Além do trabalho relativo ao pilar universitário da Extensão, o PLEI também desenvolve papel fundamental para a Política de Internacionalização da universidade. Ao tratarmos de internacionalização universitária, estamos enfatizando o processo pelo qual as instituições de ensino superior expandem suas atividades e conexões para além das fronteiras nacionais. Isso envolve uma série de estratégias e práticas destinadas a promover a colaboração global, o intercâmbio de estudantes e professores, a pesquisa conjunta e a exposição internacional. Segundo Morosini (2019), a internacionalização pode ser definida como a integração da dimensão internacional e a intercultural no contexto do ensino superior. A autora argumenta que a “internacionalização representa um meio para alcançar concepções mais abrangentes e substanciais, associadas ao bem-estar, ao desenvolvimento sustentável e à realização de uma cidadania global” (Morosini, 2019, p. 13).

Nesse sentido, ao oferecer aulas de português para estudantes estrangeiros, o PLEI desempenha um papel crucial na promoção da internacionalização universitária, uma vez que permite a disseminação da cultura brasileira ao redor do mundo. Promover o ensino do português como língua estrangeira, não apenas facilita a comunicação e a integração dos estudantes estrangeiros em ambientes acadêmicos brasileiros, mas também serve como um veículo para compartilhar os valores, tradições e riqueza cultural do Brasil. Isso contribui para a construção de pontes culturais e o fortalecimento das relações internacionais da instituição de ensino, enriquecendo a experiência de todos os envolvidos e promovendo uma compreensão mais profunda e respeitosa da diversidade cultural global. Dessa forma, o PLEI se estabelece como um elemento essencial na missão de internacionalização das universidades brasileiras, particularmente, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a qual se vincula.

Para atendimento das pretensões estabelecidas neste relato, o texto ainda conta com a seção metodológica, na qual é apresentada a dinâmica das aulas ministradas pelos alunos-professores e a seção resultados, cujo foco está em relatar as atividades desenvolvidas pelos alunos-professores ao longo do ano letivo. Por fim, trazemos algumas considerações finais e as referências que nortearam a escrita deste estudo.

Metodologia

No programa PLEI, os bolsistas e voluntários foram divididos em duas turmas:

1) PEC-PLE, que trata de um curso de introdução à língua portuguesa, preparação para o exame Celpe-Bras e ambientação com a vivência universitária ofertado para candidatos ao Programa

PEC-G, com o objetivo de desenvolver a competência linguística, interacional e simbólica dos estudantes na língua e na cultura brasileira, colaborando para a sua inserção e participação crítica e cidadã no ambiente acadêmico e social do entorno. Com essa ação de acolhimento e cooperação educacional, o PLEI cumpre o disposto no DECRETO N° 7.948, DE 12 DE MARÇO DE 2013, em seu Art. 6o. § 2º, onde se lê: “O candidato originário de país em que não haja aplicação do Celpe-Bras poderá realizá-lo no Brasil, uma única vez, após conclusão do curso de Português para Estrangeiros preparatório para o exame Celpe-Bras, em IES credenciadas” (Brasil, 2013, on-line).

2) **Turmas de Nível e ofertas de cursos da Rede Andifes ISF** que se dedicam a estrangeiros que residem no Brasil e no Exterior (caso das ofertas no âmbito do ISF, cujas ofertas são on-line) e que precisam melhorar suas habilidades linguísticas, seja para ingresso em uma IES (ou ainda, para evitar a evasão daqueles que já estão em intercâmbio nas IES, mas que passam por eventuais dificuldades de comunicação por conta da língua), ou para ingresso no mercado de trabalho. As aulas são ministradas de forma presencial, no caso das Turmas de Nível, e on-line no caso das ofertas ISF.

O grupo de bolsistas e voluntários que compõem a Equipe PLEI também são responsáveis pela elaboração dos cronogramas dos cursos, planejamentos de aulas e realização de provas e simulados.

Na primeira turma, as aulas são ministradas de segunda a sexta-feira com duração de quatro horas e visa à preparação dos alunos para o exame Celpe-Bras. Na segunda turma, por sua vez, as aulas são ministradas uma ou duas vezes por semana, com aulas que possuem duração de duas, ou encontro único, com aula de quatro horas. No geral, as disciplinas ministradas para as duas turmas são voltadas para o ensino de Gramática, Produção de texto, Produção Oral, Leitura e Cultura.

Passaremos, agora, a dedicar maior atenção à descrição metodológica do Projeto que embasa o relato realizado neste artigo, no qual os extensionistas foram divididos em cinco disciplinas que são ministradas para a turma PEC-PLE. O processo de planejamento teve início em dezembro de 2022 com a produção dos cronogramas e dos primeiros planos de aula, além de reuniões para orientações pedagógicas com o coordenador do programa, o Prof. José Wellisten, e as professoras colaboradoras, Carolina Aragon e Mariana Escarpinete.

Durante o ano letivo, foram elaborados dois cronogramas e cada um previa um total de 16 aulas por disciplina: o primeiro cronograma corresponde ao primeiro semestre letivo de 2023, o qual apresentou conteúdos que possuem um maior enfoque no desenvolvimento das habilidades consideradas primordiais para desenvolver o contato inicial com a língua portuguesa e a cultura brasileira, como também para resolver demandas complexas do dia a dia.

O segundo cronograma elaborado corresponde ao segundo semestre letivo e foi desenvolvido com o objetivo de preparar os alunos de forma mais efetiva para o Celpe-Bras, por isso, os professores que anteriormente ministravam as disciplinas de Gramática, Produção de texto,

Produção Oral, Leitura e Cultura passaram a ministrar aulas voltadas para a parte escrita e oral do exame. Sendo assim, as disciplinas passaram a ser denominadas de Tarefa I, Tarefa II, Tarefa III, Tarefa IV e Prova Oral. Em cada um dos dias da semana, os professores trabalham desde a interpretação dos vídeos, áudios e enunciados até a produção das tarefas do exame e a interpretação dos elementos provocadores que são insumos apresentados aos candidatos durante a segunda fase da parte oral do exame. Estes elementos são compostos por trechos breves de texto ou recortes de diversos tipos de comunicações escritas, tais como reportagens, notícias, folhetos, anúncios, desenhos humorísticos, tirinhas, gráficos, mapas etc. Esses materiais são retirados de várias fontes, incluindo jornais, revistas, sites e livros, representando a ampla variedade de gêneros de comunicação que são comuns na sociedade brasileira.

Além disso, a abordagem pedagógica utilizada pela equipe PLEI adota a docência compartilhada, ou seja, dois ou mais professores são responsáveis pelas disciplinas sendo um mais experiente que outro. Esse método é de grande relevância na formação de professores, pois, de acordo com os autores Schlatter e Costa (2020) a docência compartilhada possibilita:

No diálogo entre pares, o professor atua como formando e como formador, colocando em pauta os desafios que está enfrentando, as maneiras de lidar com eles e, a partir da possibilidade de refletir sobre eles com parceiros que têm interesses e propósitos semelhantes, ambos podem construir e consolidar saberes sobre a prática profissional (Schlatter; Costa, 2020, p. 3).

1283

Assim, podemos concluir que tal abordagem cria oportunidades para construir confiança e igualdade de conhecimento, tornando mais fácil compartilhar experiências, seja para ajustar uma tarefa proposta, fornecer *feedback* a um aluno ou desenvolver maior autonomia e confiança na sala de aula. Por conta da adoção dessa base metodológica, vale registrar que os resultados apresentados na seção seguinte, aspecto que é tônica no PLEI, envolverão a correlação entre projetos de Extensão, tal como o que ora relatamos, mas também outros desenvolvidos no âmbito do PLEI, assim como relaciona esta ação com projetos de Ensino e de Pesquisa realizados no Programa. Essa é a forma utilizada pela coordenação do PLEI para envolver toda a equipe de estudantes de Letras, atualmente 19 participantes, com o mesmo nível de equidade epistêmica e protagonismos nas decisões pedagógicas, nas quais atuam (atuamos) como alunos-professores.

Vale destacar ainda, que nas aulas do PLEI, pautamos o nosso ensino de acordo com a abordagem comunicativa-intercultural, a qual seus estudos buscam desvendar elementos linguísticos e culturais de um grupo específico de indivíduos, com o propósito de prevenir possíveis mal-entendidos que surgem devido à falta de conhecimento, por parte de um falante de outra língua e cultura. Portanto, compreendemos que no ensino de uma língua adicional, é necessário não apenas ampliar o conhecimento das estruturas linguísticas, mas também cultivar



habilidades que permitam ao aluno comunicar-se de maneira culturalmente apropriada. Segundo Mendes (2004), essa abordagem de ensino deve:

Fornecer a professores e alunos o ambiente necessário para que as experiências de ensinar e aprender sejam também experiências de exploração, de análise, de observação crítica de pessoas, situações e ações. Muitos estudiosos já abordaram a necessidade de se considerar a sala de aula e as ações aí desenvolvidas como ambiente propício para a constante observação e análise, transformando cada professor e cada aluno em etnógrafos da sua própria experiência (Mendes, 2004, p. 157).

Sabendo disso, ao longo do ano letivo no PLEI, procuramos imergir os alunos em diversos cenários de uso cotidiano da língua, organizando passeios a locais na cidade (museus, feiras, mercados de artesanato), que estimulam os aprendizes a aplicar na prática a nova língua que estão estudando.

Com base no exposto, daremos continuidade, na seção seguinte, a apresentação do relato a partir da experiência de dois extensionistas que atuam na turma PEC-PLE, responsáveis pelas disciplinas de Produção de Texto e Produção Oral, no semestre 2023.1, e que no semestre atual, 2023.2, trabalham com as tarefa II da prova Celpe-Bras e com a parte oral do exame, elaborando planos, atividades e ações pedagógicas ministradas de forma presencial nas segundas e terças-feiras, das 14h00 às 17h00, na Universidade Federal da Paraíba.

Resultados

Na turma das segundas-feiras, as aulas ministradas são voltadas para a produção escrita com duração de três horas, mais atividades de casa para complementação das 4 horas de atividades. Na segunda turma as ministrações ocorrem na terça, também com uma duração de três horas e atividades para casa e são voltadas para produção oral, ambas têm como objetivo a preparação dos alunos para a prova Celpe-Bras, haja vista o perfil do público-alvo: alunos candidatos ao Programa PEC-G que precisarão fazer o exame.

As primeiras 16 aulas da disciplina da segunda-feira eram voltadas para o ensino, compreensão e produção dos tipos e gêneros textuais como o previsto no cronograma elaborado antes do início do período letivo. Além de seguirem o cronograma, as professoras responsáveis pela disciplina elaboraram, semanalmente, planos de aula sob a orientação do coordenador e das professoras colaboradoras e participaram de reuniões pedagógicas que ocorrem a cada quinze dias, nas quais são apresentadas as demandas e resultados das aulas e são discutidas as orientações a respeito da elaboração de materiais didáticos e demais atividades relacionadas aos alunos e à equipe do programa. É importante destacar que também realizamos atividades e simulados. Do cronograma elaborado para esta etapa, inclusive, recuperamos o seguinte trecho:



O objetivo desta disciplina é promover aos estudantes estrangeiros matriculados nela a oportunidade de obter o conhecimento acerca da língua portuguesa e dos seus aspectos de comunicação, compreensão oral e escrita, bem como de produção textual. Dessa forma, pretende-se possibilitar aos estudantes o desenvolvimento de suas habilidades e competências linguísticas, competências crítico-social-cultural, além de uma capacidade comunicativa na modalidade escrita que seja satisfatória frente aos usos e as situações cotidianos, bem como em vista da preparação para o Celpe-Bras (Elaboração própria, 2023).

Com base no que foi exposto até aqui, podemos afirmar que a metodologia desenvolvida durante o período de atuação neste projeto fornece a nós, estudantes de Letras Língua Portuguesa, a formação pedagógica e as habilidades necessárias para lecionar na educação básica e, além disso, nos capacita para atuar na área de Português como Língua Estrangeira (PLE) ou Português como Língua Adicional (PLA).

A partir dos conteúdos estudados nas primeiras aulas citadas anteriormente e entendendo que os alunos já possuíam o conhecimento necessário acerca dos conteúdos relacionados à produção textual, no segundo semestre as docentes passaram a aplicar tais conhecimentos na produção de tarefas semelhantes às Tarefa II do exame Celpe-Bras. Nessas atividades, os alunos devem produzir um texto escrito que segue um gênero textual, seja uma carta, artigo ou um até mesmo um e-mail a partir de informações extraídas de um áudio, além disso os estudantes também precisam cumprir com um enunciado ou comando indicado na proposta de produção. Vale destacar aqui a importância de todo o trabalho realizado no início do ano, uma vez que as aulas ministradas na disciplina de produção de texto contribuíram para o desenvolvimento e bons resultados na aprendizagem dos alunos.

Nos primeiros meses, as aulas de produção oral tiveram como propósito proporcionar aos estudantes estrangeiros a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre a língua portuguesa, bem como seus aspectos de comunicação, compreensão e produção oral. O objetivo principal era capacitar os alunos a desenvolverem suas competências linguísticas, habilidades críticas, sociais e culturais, além de alcançar um nível satisfatório de habilidade na comunicação oral.

Durante as aulas, focamos inicialmente na exploração dos sons do português brasileiro e na introdução das estruturas linguísticas para a produção oral, abrangendo expressões básicas, sotaques, o uso de gírias, figuras de linguagens e o estudo de vocabulário do dia a dia. Assim como as aulas ministradas na segunda-feira, os docentes responsáveis pela disciplina elaboraram semanalmente planos de aulas seguindo as orientações do coordenador e das professoras colaboradoras, além de participar de reuniões pedagógicas.

No segundo semestre, a disciplina passou a ter um foco mais específico na parte oral do exame Celpe-Bras. Nessa fase as aulas buscavam familiarizar os alunos com o modelo de prova oral do exame. Isso inclui não apenas entender os critérios de avaliação, mas também desenvolver a habilidade de comunicar-se de maneira eficaz e autêntica. Através da leitura dos Elementos

Provocadores das provas passadas (cf. site Acervo Celpe-Bras), era possível desenvolver a compreensão e a produção oral dos estudantes, já que esses materiais desafiam a pensar criticamente e a expressar ideias de forma clara e articulada. Ao realizar isso, não apenas aprimoramos suas habilidades linguísticas, mas também os incentivamos a perceber como os aspectos culturais podem influenciar a visão de mundo de uma sociedade.

A discussão de temas relevantes para a sociedade brasileira não apenas contribuiu para a expansão do conhecimento dos estudantes, mas também foi responsável por aprimorar as suas capacidades de se posicionar e expressar suas opiniões em língua portuguesa. Por fim, incentivamos os alunos a revelarem e compartilharem sua própria cultura através de discussões em grupo. Isso não apenas enriquece o ambiente de aprendizado, mas também promove a compreensão intercultural, algo que é valorizado tanto no exame quanto na vida cotidiana.

Para dimensionar a organização pedagógica da atuação dos professores, durante esse ano letivo, apresentamos as figuras a seguir:

Figura 1: Cronograma de Produção de texto 2023.1

Datas	Nº de aula	Conteúdo previsto
01/03/2023	Aula 01	TEMA: Quem somos? → Apresentação dos professores; → Apresentação do conteúdo da disciplina; → Apresentação dos alunos OBJ: Aula ministrada pelos professores Gláucy Algras e Emily Barros.
06/03/2023	Aula 02	TEMA: Dia internacional da mulher → Apresentar a história que deu origem a essa data; → Atividade de produção textual OBJ: Aula ministrada pelo professor Emily Barros.
13/03/2023	Aula 03	TEMA: Orientações espaciais e direções → Entender as orientações espaciais; → Entender as direções na língua portuguesa.
20/03/2023	Aula 04	TEMA: Estrutura básica de um texto e linguagem verbal e não verbal. → Explicar como é um texto e qual a sua estrutura básica mais comum; → O que é a linguagem verbal e não verbal e qual a sua relação com os textos.
27/03/2023	Aula 05	TEMA: Tipos textuais e coesão e coerência → Explicar o que são tipos textuais, apresentar alguns textos e exemplificar as suas estruturas; → Compreender o que é coesão e coerência.
03/04/2023	Aula 06	TEMA: Gêneros textuais e como aparecer nos textos de CELPE-UBRAS. → O que são os gêneros textuais; → Compreender como os gêneros textuais aparecem na produção das tarefas do exame CELPE-UBRAS.
10/04/2023	Aula 07	TEMA: Gênero textual carta e e-mail → Apresentar os gêneros carta e e-mail; → Compreender a estrutura dos gêneros textual carta e e-mail.
17/04/2023	Aula 08	TEMA: Gênero textual notícia e linguagem formal e informal. → Apresentar o gênero textual notícia; → Compreender a estrutura do gênero notícia; → Estabelecer o uso da linguagem formal e informal.
24/04/2023	Aula 09	TEMA: Revisão dos gêneros textuais carta, e-mail e notícia.

1286

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 4: Cronograma de Conversação 2023.2

Datas	Nº da aula	Conteúdos teóricos
18/07/2023	Aula 01	<p>TEMA: INTRODUÇÃO À PARTE ORAL DO CELPE-BIAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> → Familiarizar com os principais passos e procedimentos da parte oral do exame Celpe-Bias. → Identificar os critérios avaliativos utilizados na parte oral do exame Celpe-Bias, como fluência, vocabulário, pronúncia, compreensão oral e coerência. → Compreender a formação dos tópicos discursivos, grande a parte dos elementos provocadores. → Realizar uma sensibilização social à compreensão oral e à produção oral dos estudantes a partir dos elementos provocadores. <p>Plano de Aula 1 - Prod. Oral 1</p>
25/07/2023	Aula 02	<p>TEMA: TECNICIDADE, EP 3 (2021): ANOSAR NA INTERNET</p> <ul style="list-style-type: none"> → Estimular a reflexão sobre como as práticas ações online podem impactar os outros; → Sensibilizar os alunos sobre os perigos dos ataques de internet; → Estimular o debate sobre cyberbullying; → Estimular a importância de evitar a saúde mental. <p>Plano de Aula 2 - Prod. Oral 1</p>
01/08/2023	Aula 03	<p>TEMA: DESIGUALDADE SOCIAL, EP 5 (2021): DIÁRIO DE CASO, SIM, SEXTAR</p> <ul style="list-style-type: none"> → Discutir estratégias para promover uma divisão mais equitativa do trabalho doméstico; → Explorar os temas de gênero e estratégias que interferem na divisão do trabalho doméstico e sua origem histórica; → Compreender a importância da divisão equitativa do trabalho doméstico para a qualidade de gênero; → Estimular uma reflexão sobre a configuração social do trabalho doméstico presente no seu ambiente familiar, no seu região, no seu país. <p>Plano de Aula 3 - Prod. Oral 1</p>
08/08/2023	Aula 04	<p>TEMA: SAÚDE MENTAL, EP 4 (2022): CARIÓTIPO COM ESTARDES</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 5: Simulado PLEI (Tarefa II e Elemento provocador)

1288

1º SIMULADO PLEI

TAREFA 2 - Exposição ao risco digital

Você vai ouvir duas vezes o áudio, podendo fazer anotações enquanto ouve.

Você trabalhará em um jornal de circulação nacional e, após ouvir a reportagem sobre os riscos da exposição excessiva das crianças às telas digitais, decidiu escrever um artigo para ser publicado no jornal sobre o tema. Em seu texto, destaque as consequências da problemática abordada e quais alternativas podem ser utilizadas para reduzir esse tempo de exposição.

ANOTAÇÕES

3º SIMULADO PLEI

ELEMENTO PROVOCADOR 4

Alimentação saudável

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
é uma das formas de se proteger contra o câncer

Evitar alimentos ultraprocessados.

Preferir alimentos de origem vegetal.

62% dos brasileiros não consomem a quantidade recomendada de frutas, verduras e legumes.

Alimentos de origem vegetal previnem o excesso de peso e diversos tipos de câncer.

ACESSE: www.gov.br/alimentacao

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

As Figuras 1, 2, 3 e 4 buscam ilustrar como se dá o processo de planejamento prévio dos cronogramas das disciplinas, os quais, como já dissemos, buscam equilibrar as demandas de desenvolvimento das habilidades de produção e recepção dos alunos estrangeiros voltadas ao uso linguístico e também à preparação para o exame Celpe-Bras, o que se configura de modo mais explícito na Figura 5, que ilustra a iniciativa desenvolvida pela equipe de alunos-professores do PLEI, intitulada "Simulado PLEI".

Essa atividade tem como principal finalidade preparar os estudantes da turma PEC-PLE para o exame Celpe-Bras, sendo realizados ao longo do semestre um total de três simulados. O "Simulado PLEI" se destaca como uma avaliação de alta precisão, uma vez que é construído com a base teórico-metodológica que fundamenta o exame Celpe-Bras. Isso proporciona aos alunos uma compreensão mais sólida do que podem esperar no dia da aplicação real do exame. A equipe decidiu incorporar uma identidade visual própria como parte de sua estratégia de preparação do simulado. Isso envolve a criação de elementos visuais distintos, como logotipos, cores, tipografia e design gráfico, que representam a iniciativa "Simulado PLEI" de maneira única e memorável. Uma identidade visual bem projetada pode transmitir um senso de profissionalismo e credibilidade, pois mostra que a equipe está comprometida com a excelência e que se preocupa em apresentar sua iniciativa de forma organizada e profissional. Essa iniciativa demonstra o compromisso do PLEI em fornecer recursos e apoio eficazes para que os estudantes alcancem sucesso em sua jornada de aprendizado da língua portuguesa, alcançando assim, seus objetivos acadêmicos e profissionais. Além disso, resolvemos também renovar a logomarca do PLEI, apresentada na figura abaixo:

1289

Figura 6: Evolução da logomarca



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023



A nova logomarca é inspirada em uma paleta de cores, uma ferramenta essencial utilizada por designers gráficos e produtos para selecionar e organizar cores de maneira harmoniosa e consistente em seus projetos. A motivação por trás dessa mudança foi a necessidade de demonstrar o trabalho realizado no PLEI de maneira mais lúdica. Cada cor na paleta ilustra a sintonia abrangente e diversificada do PLEI com os pilares do ensino, da pesquisa, da extensão e da internacionalização. Portanto, a nova logo é muito mais do que apenas um logotipo atraente, ela é a representação visual de quem somos e do que representamos, a inspiração da nova marca em uma paleta de cores não é apenas uma questão de estética, mas sim uma estratégia cuidadosa para fortalecer a identidade visual do programa.

Conclusão

Com essa bagagem adquirida nesse projeto de extensão, nos sentimos mais preparados e confiantes para assumirmos o nosso papel como professores de Língua Portuguesa, já que ao ensinar um novo idioma para esses alunos advindos de outros países, estamos praticando nossas habilidades de ministrar aula para o ensino básico, visto que, ocorre uma intercessão no ensino e esse conhecimento e experiência se tornam cruciais para um aluno de graduação.

Atividades de extensão como essa, que dão protagonismo para o aluno extensionista, são de suma importância para a sua (nossa) formação, pois através delas o aluno aprende, na prática, como a sua profissão pode ser algo plural e transformador e que vai muito além do que é aprendido em sala de aula, na graduação. Para a instituição, garante uma plataforma de divulgação de suas ações para o mundo, promovendo, assim, a Política de Internacionalização, o que traz benefícios para toda a comunidade acadêmica.

1290

Referências

Acervo Celpe-Bras. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/acervo>> Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.948, DE 12 DE MARÇO DE 2013.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm, acesso em 13 out. 2023.

BRASIL. **Documento base do exame Celpe-Bras.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

DA SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi. IMPLICITOS CULTURAIS E ENFOQUE INTERCULTURALISTA. **VERBUM. CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.** ISSN 2316-3267, v. 7, n. 3, p. 16-31, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/verbum/article/download/39783/27384>>



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

SOUZA, José Wellisten Abreu; ARAGON, Carolina Coelho. Formando professores para o ensino de português para estrangeiros: problemáticas e perspectivas. **Letrônica**, v. 15, n. 1, p. e41236-e41236, 2022. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/letronica/article/download/41236/27888>>, acesso em 13 out. 2023

GARRAFA, Volnei. Extensão. **A universidade construindo saber e cidadania**. Brasília: Editora UnB, 1989.

MENDES, Edleise. **Abordagem Comunicativa Intercultural: uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), 2004. <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/302710>>, acesso em 13 out. 2023.

MOROSINI, M. C. (org.). **Guia para a Internacionalização Universitária**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2019. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/livro/1383/>>, acesso em 13 out. 2023.

SCHLATTER, Margarete; DA COSTA, Everton Vargas. Docência compartilhada como design de formação de professores de português como língua adicional. **Revista Unisinos**. 2020. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2020.182.06/60747874>>, acesso em 13 out. 2023.

SILVA, Valéria. Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. Vitória, novembro de 2011. **Base de dados do Scielo**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

1291



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

INVESTIGAÇÕES TEXTURAIS, GEOQUÍMICAS E MINERALÓGICAS DOS KIMBERLITOS E ROCHAS RELACIONADAS DA PROVÍNCIA ÍGNEA DO ALTO PARANAÍBA (PIAP) – MINAS GERAIS

Carolina Vargas Santos¹
Cassandra Terra Barbosa²

Introdução

Kimberlitos são um grupo de rochas ígneas derivadas do manto (>150 km), de composição ultrabásica, potássica, subsaturada em sílica e enriquecidas em voláteis (principalmente CO₂ e H₂O) e elementos traços incompatíveis (Mitchell, 1986). A intrusão na litosfera continental ocorre após a rápida ascensão do magma desde o manto astenosférico profundo, incorporando e assimilando fragmentos de origem diversa (e.g., rochas crustais e rochas ultramáficas provenientes de diferentes regiões do manto).

Essas rochas são comprovadamente híbridas, compreendendo três componentes principais: 1) fases magmáticas cristalizadas diretamente do líquido parental; 2) xenocristais mantélicos e crustais derivados da desagregação de rochas das paredes do conduto vulcânico e arrastadas durante a ascensão e colocação do magma; 3) produtos hidrotermais e de alteração formados por meio de interações com fluidos de diversas origens (ou seja, magmática e externa) que se seguiu à colocação do magma (Giuliani e Pearson, 2019).

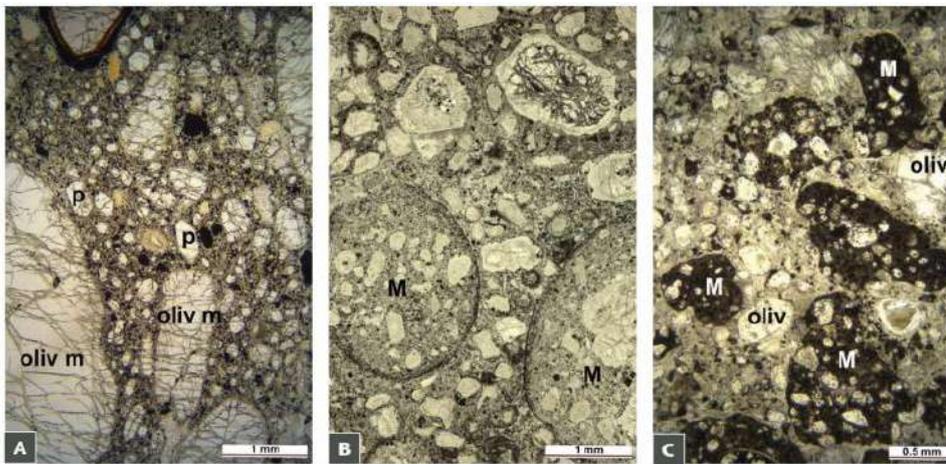
Apesar de sua raridade, os kimberlitos são cada vez mais estudados por serem atualmente as principais rochas hospedeiras do diamante, o qual não são fenocristais, mas sim xenocristais capturados pelo magma kimberlítico durante seu percurso em direção à superfície. Acrescenta-se a isso, o rico registro preservado nessas rochas acerca das diversas regiões profundas do planeta Terra, desde a zona de transição do manto até a litosfera subcontinental (Pearson et al., 2014). O resultado deste enigmático processo gera uma textura inequigranular caracterizada por macrocristais e clastos kimberlíticos com diferentes origens e tamanhos, imersos em uma matriz fina com uma rica variabilidade mineralógica. Essas rochas exibem variáveis estilos de colocação (Sparks, 2013) e cada qual resulta em diferentes tipos de texturas e mineralogias. Podem ser divididas entre intrusivas (e.g., kimberlito hipoabissal subvulcânico) (Figura 1a) e extrusivas (e.g.,

1292

¹ Graduanda em Engenharia Geológica, Universidade Federal de Ouro Preto/Departamento de Geologia, Campus Morro do Cruzeiro, Vila Itacolomy - 35400-000 – Ouro Preto-MG, Brasil, carolina.vargas@aluno.ufop.edu.br.

² Doutorado em Mineralogia/Petrologia Ígnea, Universidade Federal de Ouro Preto/Departamento de Geologia, Campus Morro do Cruzeiro, Vila Itacolomy - 35400-000 – Ouro Preto-MG, Brasil, cassandra.terra@ufop.edu.br.

kimberlito vulcanoclástico) (Figuras 1b e 1c). Os primeiros ocorrem como diques, sills e pequenos corpos intrusivos de rocha holocristalina de textura coerente (Giuliani e Person, 2019) ou como enxame de diques a nível regional comumente associados à zona raiz do pipe kimberlítico (Mitchell, 1986). Já o segundo tipo ocorre na forma de pipe (estrutura mais comum) consistindo em formas afuniladas que variam em diâmetro de ~1 km a <100 m e com extensões verticais variáveis de 100 m a 2 – 3 Km.

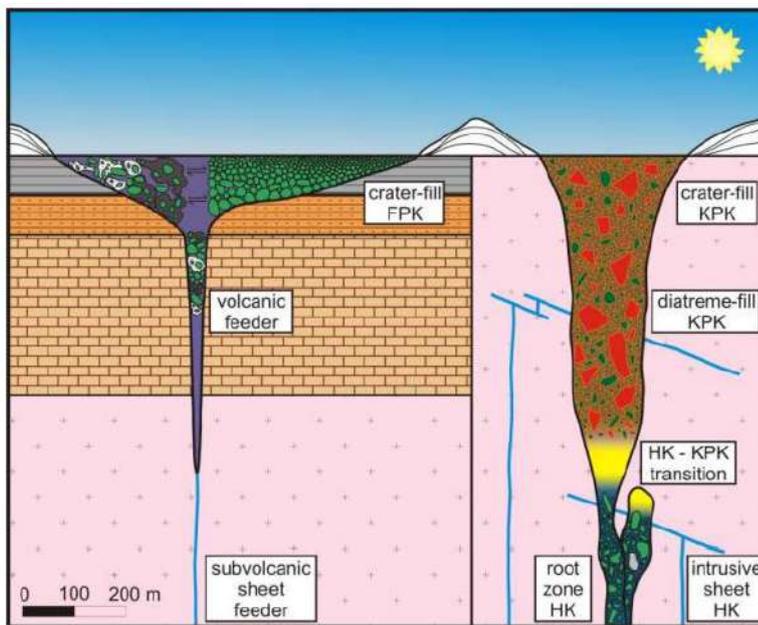


1293

Figura 7: Imagens obtidas em microscópio óptico de exemplos clássicos de texturas kimberlíticas. (A) kimberlito hipoabissal com abundância de macrocristais (oliv m) e microfenocristais (p) de olivina proveniente de Batty Bay (ilha Somerset, Canadá). Kimberlitos vulcanoclástico do tipo piroclástico (B) contendo magmaclastos (M) e do tipo piroclástico Fort à la Corne (C) com magmaclastos escuros com formato lobado (M) e olivina (oliv), ambos situados no Canadá e provenientes de Liqhbong (Lesoto) e Lago Candle (Saskatchewan), respectivamente. (Mitchell et al. 2019).

Os pipes são preenchidos com unidades de kimberlitos vulcanoclástico e hipoabissal, os quais representam distintas fases da atividade magmática (Scott-Smith et al., 2013). Dependendo do nível de erosão e preservação do registro geológico, essas estruturas podem exibir apenas algumas dessas zonas preservadas (Figura 2). Cada zona apresenta características distintas, refletindo diferentes fases de evolução daquele corpo e indícios de provável associação, preservação e distribuição do diamante. Diante disto, a caracterização dos aspectos mineralógicos, texturais, estruturais e dos componentes kimberlíticos se fazem necessárias para entender a qual zona poderia estar associadas as rochas estudadas, podendo permitir uma futura

classificação genético-textural, objetivando entender os aspectos petrológicos da região mantélica local.



1294

Figura 8: Representação esquemática da geologia de dois membros finais de pipes, ou seja, com todas as zonas idealmente preservadas. Olivina (verde); xenólitos (vermelho), kimberlito hipoabissal (HK), kimberlito do tipo piroclástico (KPK), kimberlito piroclástico Fort à la Corne (FPK) (Scott Smith 2008, 2017).

O território brasileiro apresenta um expressivo e importante complexo máfico/ultramáfico alcalino intrusivo ao longo de um trend estrutural alinhado com o lineamento AZ 125°. Este conjunto reúne principalmente rochas de afinidade kimberlíticas e kamafugíticas, ocorrendo predominantemente dentro da Faixa Brasília e nas bordas da Bacia do Paraná nos estados de Minas Gerais e Goiás, formando a Província Ígnea do Alto Paranaíba (PIAP) e a Província Alcalina de Goiás (GAP), respectivamente (Gibson et al., 1995). Extensivos trabalhos acerca da geoquímica de algumas ocorrências da PIAP foram feitos ao longo dos anos (Svisero e Haralyi, 1984; Nannini, 2011, 2016; Guarino et al. 2013; Thomaz, 2009; Terra-B, 2018), no entanto, estudos microscópicos pormenorizados com a descrição detalhada da mineralogia e discriminação dos elementos kimberlíticos utilizando terminologias mais atuais ainda não foram realizados.

Diante deste cenário, os kimberlitos Indaiá I e Grota do Cedro, localizados na PIAP à SW e SSE da cidade de Coromandel (MG), respectivamente, mostram-se promissores para investigações deste tipo, por exibirem grau de alteração moderado e componentes kimberlíticos preservados (Figuras 3 e 4). Essas ocorrências são ideais para dar início ao preenchimento da lacuna dos estudos associada à caracterização de uma das maiores províncias alcalinas do mundo, localizada em uma expressiva região diamantífera no estado de Minas Gerais.

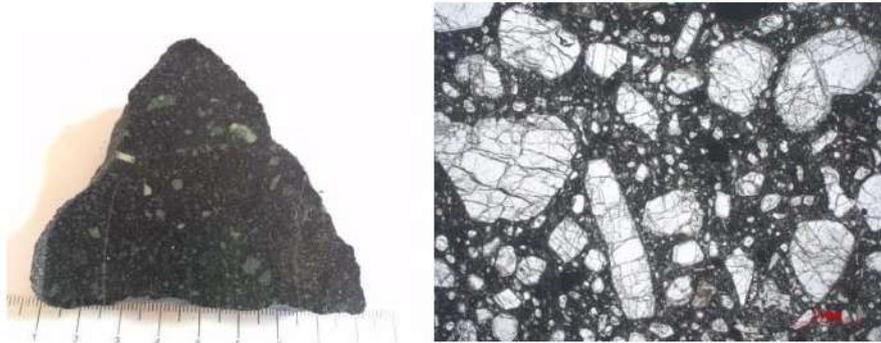


Figura 9: Kimberlito Indaiá I. Rocha fresca com baixo grau de alteração (esq.). Fotomicrografia exibindo abundantes macro- e microfenocristais de olivina imersos em matriz mais fina de composição variada (Terra-B 2018).

1295



Figura 10: Kimberlito Grota do Cedro. Rocha com grau de alteração moderado e textura inequigranular (esq.). Fotomicrografia com destaque para a grande variabilidade de clastos kimberlíticos (dir.) (Terra-B 2018).

Sendo assim, o presente estudo propõe a caracterização microscópica desses dois corpos utilizando o microscópio petrográfico de luz transmitida, com o objetivo de caracterizar a

mineralogia, estrutura, textura e clastos dos componentes kimberlíticos, com foco em categorizá-los sob a ótica das descobertas mais atuais (e.g. Scott-Smith et al., 2018) e uma futura classificação genética-textural. Estudos com esse enfoque, principalmente no que diz respeito à caracterização da mineralogia desses últimos elementos, ainda não foram realizados de forma sistemática e detalhada nos kimberlitos da PIAP. O contraste das composições de ambas as rochas permitirá ilustrar os extremos da diversidade mineralógica mantélica da região, podendo permitir a reconstrução da história de colocação na litosfera dessas rochas. Além disso, os dados gerados neste trabalho certamente servirão como registro que poderá ser útil no desenvolvimento de futuros modelos geológicos válidos para possíveis estimativas de recursos.

Objetivos gerais

O principal objetivo deste projeto é realizar uma detalhada descrição petrográfica dos componentes kimberlíticos do Indaiá-I sob três aspectos principais: clastos, cristais e matriz. Com isto, será possível mapear de forma sistemática os elementos principais dessas rochas com foco na textura, estrutura e, principalmente, na mineralogia e nos componentes kimberlíticos, permitindo uma futura classificação genético-textural das rochas que trazem informações de uma das mais importantes províncias alcalinas do mundo. Como mencionado na seção de resultados preliminares, os estudos feitos nos kimberlitos da PIAP até o momento têm enfoque principalmente na geoquímica e caracterização de xenólitos mantélicos, com incipientes estudos microscópicos sob esta ótica. Desta maneira, os objetivos específicos deste trabalho são:

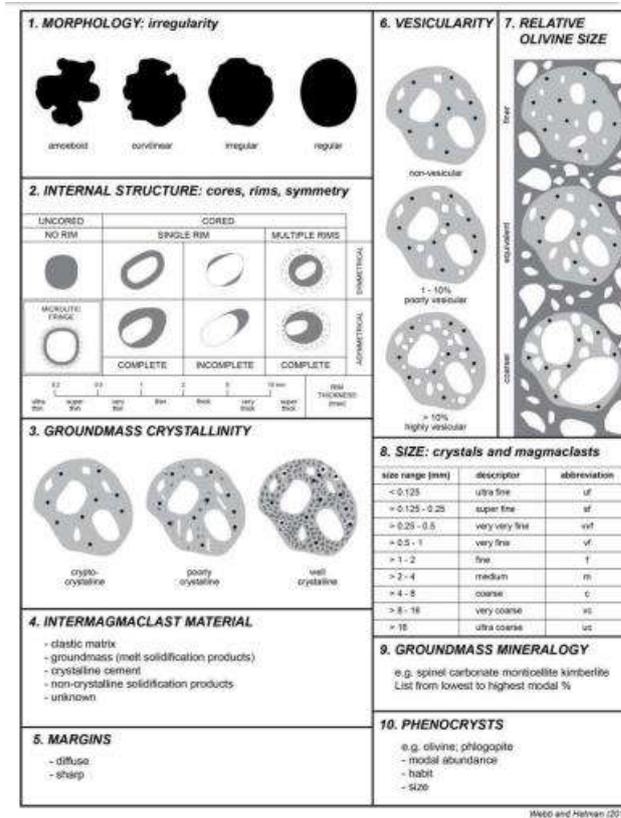
- Realizar a descrição microscópica detalhada seguindo critérios sistemáticos considerando os três componentes principais: clastos, cristais e matriz;
- Identificação mineralógica e distinção dos clastos kimberlíticos (magmaclastos, clastos líticos e clastos acrecionários) e suas possíveis origens;
- Registro fotográfico de todos os componentes principais associados à sua descrição.

1296

Metodologia, materiais e métodos

Por ser um conteúdo denso e que demanda muito estudo, nos primeiros meses foi feita toda uma preparação dos discentes através dos glossários de kimberlitos da Barbara H. Scott Smith, desde aspectos gerais à tabela de classificação mais atual (Figura 5).





1297

Figura 11: Terminologia descritiva para magmaclastos em kimberlitos (Webb 2006; Webb & Hetman 2017).

A Glossary of Kimberlite and Related Terms são três apostilas produzidas por Barbara H. Scott Smith que abrangem toda a área de estudo dos kimberlitos. A primeira é um glossário introduzindo a nomenclatura e terminologia mais atual destas rochas, além de definições, tabelas, figuras e comentários objetivos. A segunda apostila é um guia prático de como começar a descrição de um kimberlito. Segundo este, a descrição é dividida em cinco estágios (Figura 6). No presente estudo, foram realizadas apenas as etapas 1 e 2, abrangendo a descrição da rocha, através de alterações, estruturas, texturas e componentes, mas também a classificação petrogenética, com a definição do tipo de magma parental e a classificação mineralógica. As demais etapas serão estudadas futuramente em outros projetos com alunos da graduação e pós-graduação.

		(a) Snap Lake 17m	(b) Tuzo, Gahcho Kué 47.4m	(c) Fort à la Corne 175	(d) Fort à la Corne 140 140.2m
Stage 1	Rock Description	very xenolith-poor very fine to very coarse olivine-rich uniform rock	micro to small macroxenoliths-rich very fine to coarse olivine-poor massive rock	very xenolith-poor Very fine to coarse olivine-rich fine to ultra coarse magmadast-rich massive rock	very xenolith-poor super fine to fine olivine-rich graded rock
Stage 2	Petrogenetic Classification	very xenolith-poor very fine to very coarse olivine-rich monticellite kimberlite	micro to small macroxenoliths-rich very fine to coarse olivine-poor kimberlite	very xenolith-poor Very fine to coarse olivine-rich fine to ultra coarse magmadast-rich monticellite kimberlite	very xenolith-poor super fine to fine olivine-rich kimberlite
Stage 3a	Textural-Genetic Classification	very xenolith-poor very fine to very coarse olivine-rich coherent monticellite kimberlite	micro to small macroxenoliths-rich very fine to coarse olivine-poor volcaniclastic kimberlite	very xenolith-poor Very fine to coarse olivine-rich fine to ultra coarse magmadast-rich volcaniclastic monticellite kimberlite	very xenolith-poor super fine to fine olivine-rich volcaniclastic kimberlite
Stage 3b		v-x-poor vt-vc ol-rich intrusive coherent monticellite kimberlite	mix-smxk rich vt-c ol-poor Kimberley-type pyroclastic kimberlite	v-x-poor vt-c ol-rich Fuc melt-bearing pyroclast-rich Fort à la Corne-type pyroclastic monticellite kimberlite	v-x-poor st-f ol-pyroclast-rich Fort à la Corne-type pyroclastic kimberlite
Stage 4	Intrusive / Volcanic Spatial Context	v-x-poor vt-vc ol-rich IGI inclined intrusive sheet	mix-smxk rich vt-c ol-poor KPK diatreme-fill	v-x-poor vt-c ol-rich Fuc melt-bearing pyroclast-rich FPK vent-proximal crater-fill	v-x-poor st-f ol-pyroclast-rich FPK crater-fill
Stage 5	Genetic / Process Interpretation	v-x-poor vt-vc ol-rich HK uniform hypabyssal sheet	mix-smxk rich vt-c ol-poor KPK massive fluidised deposit	v-x-poor vt-c ol-rich Fuc melt-bearing pyroclast-rich FPK massive spatter deposit	v-x-poor st-f ol-pyroclast-rich FPK graded fallout deposit
	Summary	uniform olivine macrocrystic HK inclined sheet	massive olivine macrocryst- poor KP/ox diatreme-fill	massive olivine macrocrystic FPK crater-fill	graded olivine microcrystic FPK crater-fill

Figura 12: Guia prático de descrição de rochas kimberlíticas (Barbara Smith 2018).

A terceira apostila da saga de Barbara é dotada de imagens para auxiliar na descrição de tamanhos e abundâncias dos componentes, que são subdivididos em Compound Clasts, Cristais e Matriz (Figura 7). Todas essas subdivisões eram classificadas de acordo com o seu tamanho e abundância na rocha (Figura 8).

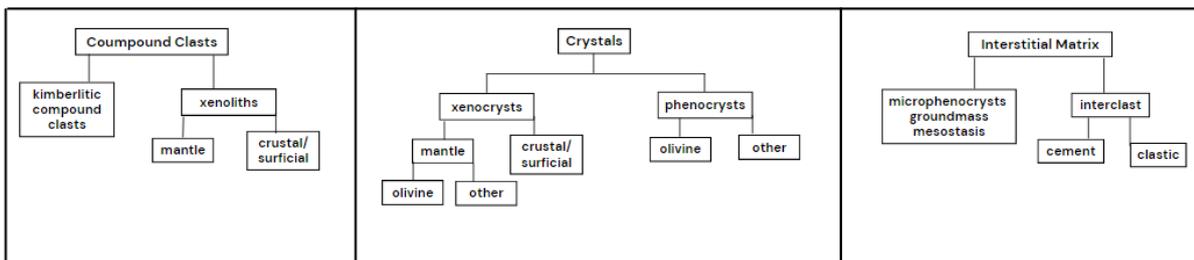


Figura 13: Componentes dos kimberlitos (Barbara Smith 2018).

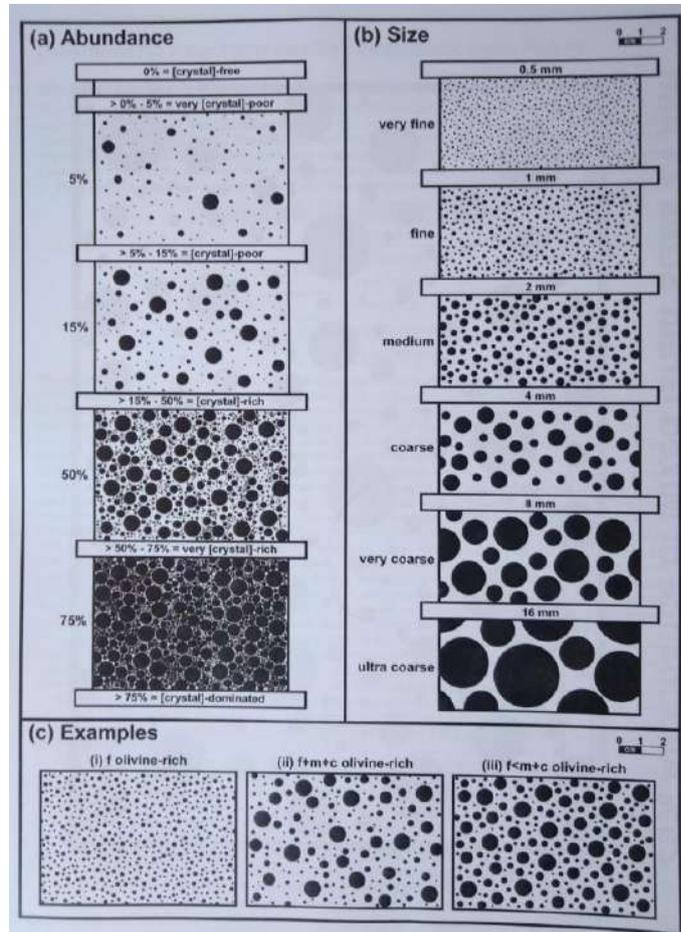


Figura 14: Tabela de abundância, tamanho e exemplos de classificações kimberlíticas (Barbara Smith 2018).

Através de amostras de kimberlito coletadas na região de estudo, foram feitas lâminas delgadas no laboratório do Departamento de Geologia (DEGEO) para que as análises no microscópio óptico pudessem ser feitas. Com as lâminas prontas, a descrição petrográfica teve início. Dando foco à mineralogia e as texturas presentes na rocha e seguindo o manual de classificação citado acima.

Ao todo foram descritas 9 lâminas do Indaiá-I e 4 do Grota do Cedro e as informações obtidas foram colocadas em forma de tabela no Excel (Figura 9) para melhor visualização e organização.

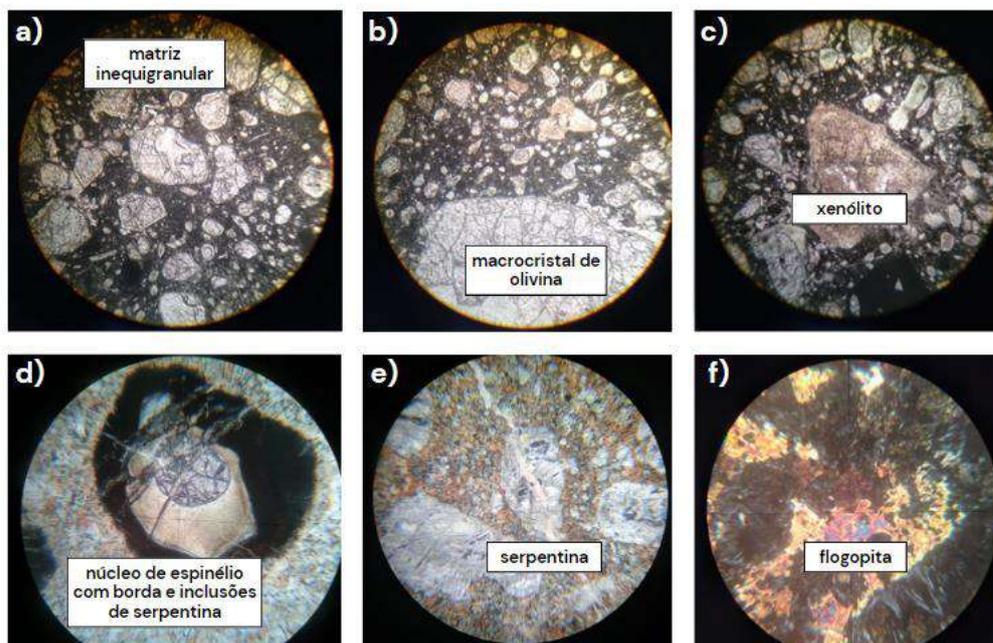
Junto a isso, foram elaborados registros fotográficos dos principais componentes, texturas e estruturas presentes.

Lâmina	Cristais	Descrição dos cristais	Abundância	Fotos	Matriz
--------	----------	------------------------	------------	-------	--------

Figura 15: Cabeçalho da tabela feita no estudo.

Resultados

Através da descrição petrográfica dos kimberlitos do Indaiá-I, obteve-se como resultado uma textura inequigranular, caracterizada por macrocristais e clastos kimberlíticos com diferentes origens e tamanhos, imersos em uma matriz fina com uma rica variabilidade genética (Figura 10).



1300

Figura 16: Registro fotográfico obtido com o estudo. (a) Textura inequigranular dos componentes (nicóis descruzados). (b) Macrocristal de olivina (nicóis descruzados). (c) Xenólito kimberlítico (nicóis descruzados). (d) Textura coronítica evidenciando a rica composição mineralógica (nicóis descruzados). (e) Serpentina como um processo de alteração (nicóis descruzados). (f) Flogopita (nicóis cruzados).

A descrição foi feita com base em alguns parâmetros (cristais e sua descrição, abundância, matriz e registro fotográfico). Abaixo estão listados os resultados de cada um desses critérios. As lâminas do Indaiá-I obtiveram praticamente as mesmas estruturas e mineralogia. A tabela completa do Indaiá-I está disponível no Anexo 1.

Indaiá-I

- 1) Cristais: presença de macro e microcristais de olivina, microcristais de minerais opacos e perovskita, xenocristais, cristais de espinélio e estruturas fibrosas de olivina;
- 2) Descrição dos cristais: os cristais de olivina em sua maioria são subeudrais e aneudrais, dotados de fraturas, com alterações para serpentina e inclusões de espinélio e biotita. Cristais de minerais opacos de tamanhos variados imersos na matriz. Pequenos cristais de perovskita subeudrais acastanhados. Xenocristais muito grandes com composição dificilmente identificada devido à grande alteração. Cristais de espinélio subeudrais fraturados com caráter isotrópico, alguns zonados e outros com inclusões de olivina. Serpentina com hábito fibroso, produto da alteração hidrotermal da olivina (Figura 11);
- 3) Abundância: de acordo com uma moda da análise de todas as lâminas, a olivina perfaz cerca de 50% da rocha, acessórios (opacos, perovskita, espinélio e serpentina) 20% e xenocristais 10%, o restante é a matriz fina e inequigranular;
- 4) Matriz: escura inequigranular fina de composição variada (Figura 12);
- 5) Texturas: porfirítica, holocristalina, hipiomórfica, poicilítica e coronítica (Figura 13).

1301

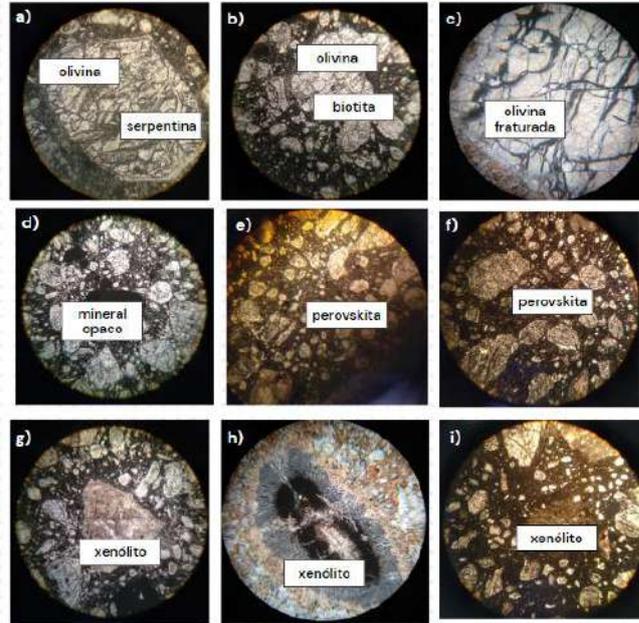


Figura 17: Descrição dos cristais do Indaiá-I. (a) Cristal de olivina com alteração de serpentina. (b) Cristal de olivina com inclusão de biotita. (c) Cristal de olivina todo fraturado. (d) Mineral opaco subeudral. (e) e (f) Microcristal de perovskita. (g), (h) e (i) Xenólito.

1302

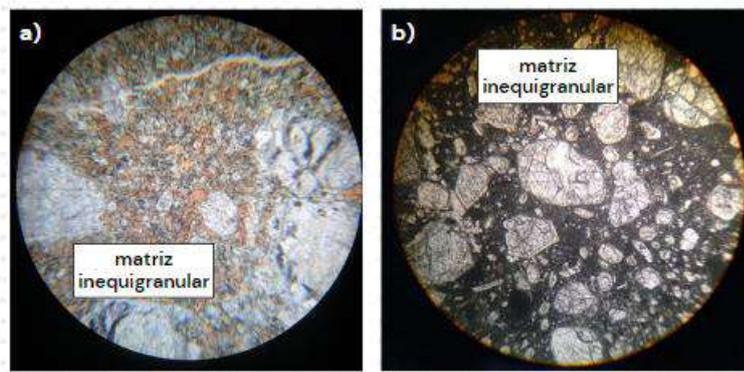
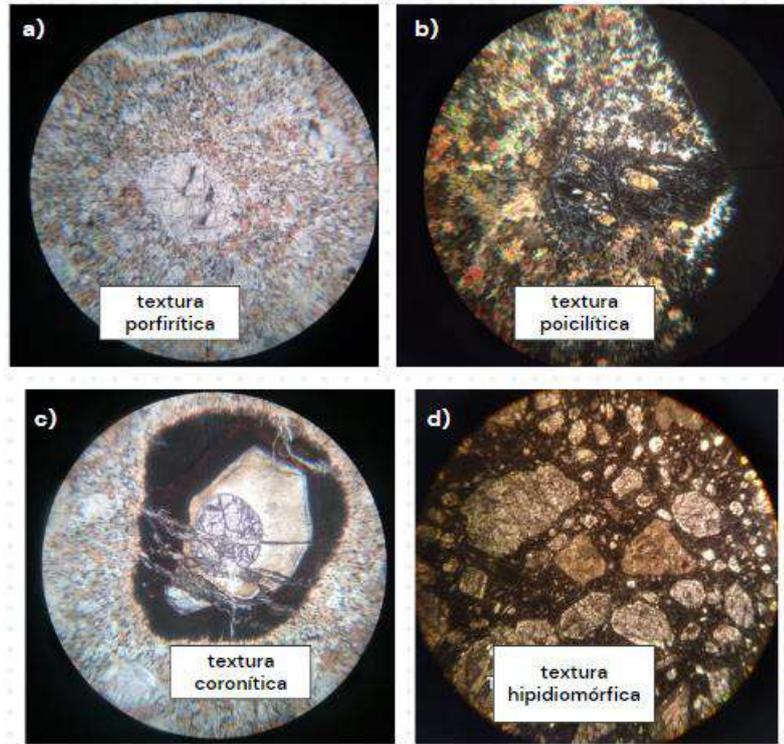


Figura 18: Matriz inequigranular fina. (a) Matriz dotada de flogopita (cor alaranjada). (b) Matriz dotada de cristais de olivina.



1303

Figura 19: Texturas reconhecidas nas lâminas. (a) Textura porfirítica. (b) Textura poicilitica. (c) Textura coronítica. (d) Textura hipidiomórfica.

Conclusão

Após a descrição microscópica no microscópio de luz transmitida detalhada com a classificação das estruturas e texturas presentes sob a ótica das descobertas mais atuais (e.g. Scott-Smith et al., 2018), junto à identificação da composição mineralógicas dos componentes kimberlíticos e ao registo fotográfico, conclui-se que os kimberlitos são rochas de difícil e delicada composição, com uma diversidade mineralógica mantêlica inestimável. Com esse estudo, o Kimberlito do Indaiá-I classifica-se como um corpo ígneo intrusivo – Kimberlito hipoabissal subvulcânico, holocristalino, pobre em xenólitos crustais e rico em olivina, e que pode ocorrer como dique, sill ou como um pequeno corpo intrusivo.

Referências

Gibson S.A., Thompson R.N., Leonardos O.H., Dickin A.P., Mitchell J.G. 1995. The late cretaceous impact of the trindade mantle plume: Evidence from large-volume, mafic, potassic magmatism in SE Brazil. *Journal of Petrology*, 36:189–229.

Giuliani A., Pearson D. G. 2019. Kimberlites: from deep Earth to diamond mines. *Elements*, 15:377-380.

Guarino V., Wu F.Y., Lustrino M., Melluso L., Brotzu P., Gomes C. de B., Ruberti E., Tassinari C.C.G., Svisero D.P. 2013. U-Pb ages, Sr-Nd- isotope geochemistry, and petrogenesis of kimberlites, kamafugites and phlogopite-picrites of the Alto Paranaíba Igneous Province, Brazil. *Chemical Geology*, 353:65–82.

Lima N. M., Azzone R. G., Chmyz L., Guarino V., Ruberti E., Silva S., Svisero D. P. 2020.

Petrographic, geochemical, and isotopic evidence of crustal assimilation process in the Indaiá-II kimberlite, Alto Paranaíba Province, Southeast Brazil. *The Canadian Mineralogist*, 58:563-585.

Mitchell R. H. 1986. Kimberlites: Mineralogy, geochemistry and petrology. *Plenum Press*, 422 p.

Mitchell R.H., Giuliani A, O'Brien H. 2019. What is a kimberlite? Petrology and mineralogy of hypabyssal kimberlites. *Elements*, 15:381-386.

Nannini F. 2011. *Petrografia e química mineral de xenólitos mantélicos da intrusão kimberlítica Indaiá, Monte Carmelo, MG*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 108 p.

Nannini F. 2016. *Geologia e Petrologia de Xenólitos Mantélicos da Província Ígnea do Alto Paranaíba, Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Pearson D. G., Brenker F.E., Nestola F., McNeill J., Nasdala L., Hutchison M.T., Matveev S., Mather K., Silversmit G., Schmitz S., Vekemans B., Vincze L. 2014. Hydrous mantle transition zone indicated by ringwoodite included within diamond. *Nature*, 507:221-224.

1304



Scott Smith B. H. 2008. Canadian kimberlites: Geological characteristics relevant to emplacement. *Journal of Volcanology and Geothermal Research*, 174:9-19.

Scott Smith B. H., Nowicki T. E., Russell J. K., Webb K. J., Mitchell R. H., Hetman C. M., Harder M., Skinner E. M. W., Robey J. 2013. *Kimberlite terminology and classification*. Proceedings of 10th International Kimberlite Conference: Volume 2. Springer, New Delhi, pp 1-17.

Scott Smith B. H. 2017. *Kimberlites – from Mantle to Mine*. 11th International Kimberlite Conference Extended Abstract No. 11IKC-4914.

Scott Smith B. H., Nowicki T. E., Russell J. K., Webb K. J., Mitchell R. H., Hetman C. M., Robey J. V. 2018. *A Glossary of Kimberlite and Related Terms*. Published by Scott-Smith Petrology Inc., North Vancouver, BC, Canada. Part 3 – 56 pp.

Sparks R. S. J. 2013. Kimberlite volcanism. *Annual Review of Earth and Planetary Sciences*, 41:497-528.

Svisero D. P., Haralyi N. L. E. 1984. O kimberlito Indaiá, Monte Carmelo, MG. *Anais 33º Congresso Brasileiro de Geologia*, 10:5014 – 5026.

Svisero D. P., Meyer H. O. A., Haralyi N. L. E., Hasui Y. 1984. A note on the geology of some Brazilian kimberlites. *Journal Geology*, 92:331-338.

Terra-B C. 2018. *Geologia e petrologia de kimberlitos da região oeste de Minas Gerais: Charneca, Grota do Cedro, Régis e Indaiá I*. Tese de doutorado, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo. 251p.

Thomaz L. V. 2009. *Estudo petrográfico e química mineral da intrusão kimberlítica Régis, no oeste de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 143 p.

Webb K. J. 2006. *Juvenile clasts in kimberlites: standardized comprehensive description towards unraveling emplacement mechanisms*. In: Long Abstracts of the 8IKC Kimberlite Emplacement Workshop, Saskatoon, Canada.

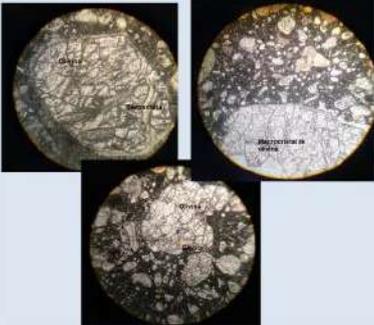
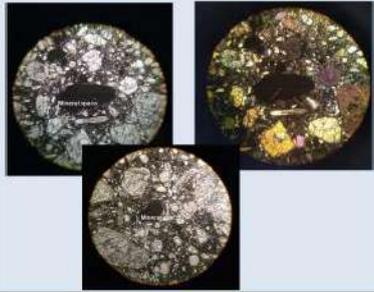
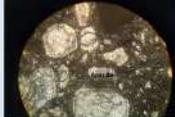
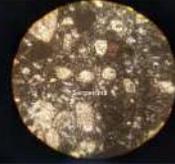
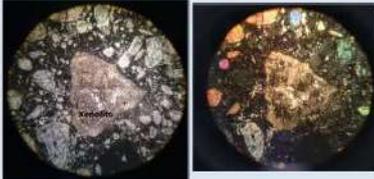
Webb K. J., Hetman C. M. 2017. *Magmaclast in kimberlite*. 11th International Kimberlite Conference Extended Abstract No. 11IKC-4653.

1305

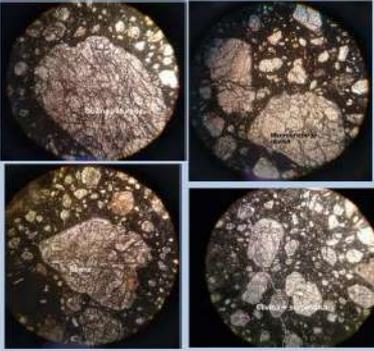
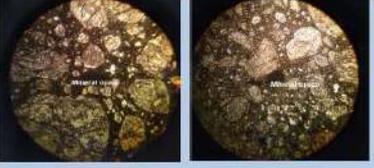
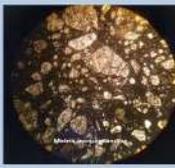
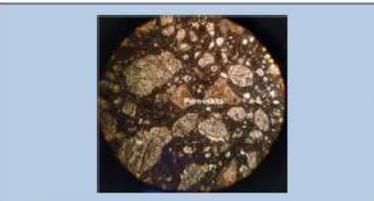
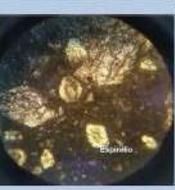
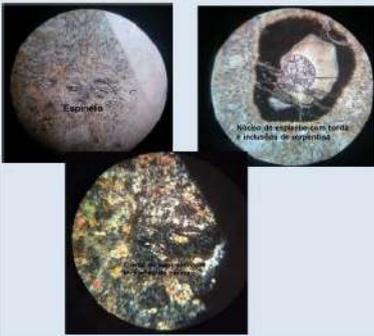


Anexos

Anexo 1: tabela completa da descrição petrográfica do kimberlito do Indaiá-I.

Lâmina	Cristais	Descrição dos cristais	Abundância	Fotos	Matriz
Indaiá 1	Micro e macrocristais de olivina	Cristais e subeudrais a anedrais bem fraturados, alguns são alterados por serpentina nas bordas e no núcleo. Além disso, há presença de inclusões de espinélio e biotta (mineral acessório) nos fenocristais de olivina.	50%		Matriz escura fina de composição variada: serpentina (agregados fibrosos), apatta (hábito prismático longo), espinélio (eudraicos com pequenas alterações nas bordas)
	Microcristais de minerais opacos	Cristais de tamanhos variados eudrais totalmente pretos imersos na matriz	5%		  
	Microcristais de perovskita	Cristais pequenos subeudrais com fraturas dispersos na matriz	5%		 
	Xenocristais	Cristais muito grandes anedrais com composição dificilmente identificada (variedade mineralógica), possuem bordas espessas devido às reações, corrosões e recristalizações. Ou seja, são completamente alterados.	15%		

1306

Indaiá 2	Macro e microcristais de olivina	Cristais de tamanhos variados, subeudrais dotados de fraturas. Alguns apresentam alteração por serpentina nas bordas.	50%		Matriz inequigranular (cristais de tamanhos variados) escura e fina com composição variada de microcristais (aumento de 10 x): serpentina (agregados fibrosos), apatita (eudral incolor com hábito prismático), espinélio (euédricos acastanhado com caráter isotrópico)
	Microcristais de minerais opacos	Totalmente pretos, maioria com formas eudrais imersos na matriz	5%		
	Xenocristais	Cristais aneudrais bem grandes (macrocristais) de composição indefinida (grande variedade mineralógica)	15%		
	Microcristais de perovskita	Pequenos cristais acastanhados subeudrais a eudrais com hábito de cubos distorcidos dispersos na matriz	2%		
	Cristais de espinélio	Cristais de tamanhos variados (micro a macrocristais), subeudrais, lotados de fraturas, caráter isotrópico. Alguns cristais estão zonados e com inclusões de serpentina. Outros estão com inclusões de microcristais de olivina.	15%		Matriz inequigranular fina lotada de flogopita (cristais com pleocroísmo em tons amarelos/alaranjados com cores de interferência alta, dotados de pequenas inclusões de minerais opacos).

1307

OFICINAS DE ESCRITA DE PROJETOS CULTURAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Jessica Suzano Luzes¹

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar a relevância das oficinas de escrita de projetos culturais no âmbito da política de assistência estudantil da UFRJ. Através de um estudo de caso descritivo, busca-se compreender em profundidade o funcionamento das oficinas, suas características, impactos e os desafios enfrentados. Trata-se de análise documental minuciosa em que se inclui: Relatórios de atividades da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst) da UFRJ, respostas do formulário de inscrição, material didático e vídeos das oficinas disponíveis no YouTube.

As oficinas de escrita de projetos culturais surgiram como uma estratégia para divulgar o edital de apoio a eventos estudantis, pois inicialmente visava explicar os termos desta chamada pública entre os diferentes campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao longo dos anos, esta passou a aprofundar questões sobre produção cultural, e após a crise sanitária da Covid-19 passou a ser realizada em material audiovisual disponibilizado no YOUTUBE. Esta atraiu público amplo, e adquiriu caráter extensionista, transcendendo a mera ação informativa e assumindo um papel de formação e empoderamento da sociedade civil. A escolha por este tipo de estudo se justifica pela necessidade de compreender em profundidade o funcionamento das oficinas, suas características, impactos e os desafios enfrentados.

1309

Políticas públicas de assistência estudantil e cultura: uma intersecção necessária

No Brasil, as políticas públicas de assistência estudantil são um conjunto de ações governamentais que visam garantir o acesso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social na educação superior. Historicamente, essas ações existem a longa data nas universidades, sendo mais comuns o investimento em restaurantes universitários, residência estudantil e auxílio financeiro para estudo. Contudo, ao longo da segunda década dos anos 2000, houve modificações no campo em decorrência das orientações do decreto-lei Decreto nº 7.234,

¹ Formação em História/UFRRJ, Ciências Sociais/UFRJ e Produção cultural/Cruzeiro do Sul. Pós-graduação em gestão cultural/Pós graduação em arte e cultura/ Mestre e doutora em História Política e Bens culturais pelo CPDOC/FGV. Foi assistente de pesquisa no setor de políticas culturais na Fundação Casa de Rui Barbosa. E atualmente é técnica em assuntos educacionais dedicada à gestão e produção cultural na Divisão de Esporte, Cultura e Lazer (DECULT)/ Pró-reitoria de Políticas Estudantis (PR7) da UFRJ.

implantado em 19 de julho de 2010, referente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Suas alíneas incluíam as ações mais tradicionais, como a destinação de recursos para restaurantes universitários, mas de forma inovadora sugeria ações no campo da cultura, educação e saúde.

Foi a partir deste Decreto-Lei que a UFRJ passou a organizar instâncias na sua hierarquia administrativa para melhor gerir os recursos advindos deste ato normativo. No dia 14 de julho de 2011, o Conselho Universitário² da UFRJ aprovou a criação da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst), uma estrutura vinculada ao Gabinete do Reitor. A SuperEst tinha como missão principal planejar, coordenar, acompanhar e avaliar os programas e ações voltados à comunidade discente. O objetivo é consolidar uma ampla política de atendimento e assistência aos estudantes da UFRJ, visando a disponibilizar condições adequadas para o acesso, a permanência, o bem-estar, o bom aproveitamento, o aprendizado e a excelência acadêmica (RELATÓRIO DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO 2012, p. 3).

Destaca-se que desde a criação da SuperEst já havia a idéia da transitoriedade da estrutura, visto a intenção de de consolidar esta nova estrutura na alta hierarquia da Universidade como Pró-Reitoria, na qual se pode ter mais recursos e pessoal para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Aliado a isso, poderia se ter mais autonomia para atender às necessidades específicas dos estudantes. E isto se verifica no relatório de atividades da SuperEst do ano de 2012:

Ao defendermos, em médio prazo, a sua transformação em Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, como já acontece na maioria das IFES³ no país, pretendemos dar à Política de Assistência Estudantil o respaldo e reconhecimento acadêmicos, a definição e a condução das políticas e ações que lhe são características (RELATÓRIO DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO 2012, p. 3).

1310

Enquanto superintendência, a SuperEst, no ano de 2012, buscava melhor atender as propostas do PNAES a partir de 5 divisões: assistência ao estudante (DAE), saúde do estudante (DISAE), residência estudantil (DIREST), inclusão e acessibilidade (DINAAC). E, uma Seção de esporte e cultura e lazer. É neste último setor, que se iniciam as ações no âmbito da cultura na assistência estudantil, e será objeto de atenção no próximo subtópico.

² No Brasil, o Conselho Nacional de Educação Superior (Consuni) é um órgão colegiado da União, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que tem como finalidade definir e coordenar a política de educação superior no Brasil (BRASIL, 1996, art. 43).

³ IFES - Instituições Federais de Ensino. *Grifo nosso.*



Novos eixos na assistência estudantil: esporte e cultura e lazer

A Seção de Esportes, Cultura e Lazer foi pensada considerando ações amplas que visavam o desenvolvimento integral dos estudantes. São eixos dessa premissa: o incentivo à promoção da cidadania, a formação cultural e a melhoria da qualidade de vida dos estudantes através de atividades culturais e esportivas. Dentre as atividades realizadas nesse campo, assinalamos:

- Edital (01/2012) para seleção de eventos estudantis - Propostas de atividades esportivo culturais;
- Programa Segundo Tempo – Ministério do Esporte - Modalidades a serem oferecidas aos estudantes universitários.
- Iniciação Científica - O projeto de pesquisa Vivências Culturais foi aprovado pelo Edital PIBIC 2012-13, conforme finalidades de aproximação do estudante à pesquisa e produção de conhecimento.
- Ciclo de seminários Você faz Cultura 2012. - Encontros realizados pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Estes seminários pretenderam “proporcionar um tratamento integrado às questões relevantes para a formulação de política cultural da universidade”.

As atividades mencionadas nos dão idéia do quão era a atuação deste setor. Destacamos assim que dentre as ações no campo da cultura, sobressai o Edital (01/2012) para seleção de eventos estudantis que é a política pública na assistência estudantil mais perene. Este no ano de 2012, se apresentava como:

1311

Edital (01/2012) para seleção de eventos estudantis. A SuperEst recebeu as propostas dos alunos, e organizou documentação relativa a este processo. Participou da Comissão de Avaliação (fases 1 e 2) através da representação prevista (dois), conduzindo as etapas até a divulgação. Estabelecemos relacionamento com a PR3, através das solicitações de procedimentos para repasse de recursos às Unidades/Centros, bem como, solicitações de informações para orientações aos alunos – tarefa bastante frequente neste período. Para a 1ª Fase (março a 15 de julho) foram apresentadas 20 propostas para seleção, tendo sido selecionados 19 eventos. Na 2ª Fase (16 de julho a dezembro) 31 propostas foram recebidas, e 26 eventos foram selecionados. Os projetos demonstraram a diversidade de interesses dos alunos em atividades que complementam a formação curricular, reiterando a importância do estímulo a iniciativas desta natureza. A disponibilidade dos recursos e execução dos mesmos ficou comprometida pela insuficiente publicidade ao Edital, que gerou baixo envolvimento por parte das Unidades/Centros e, conseqüentemente, dificuldades aos discentes na realização das atividades (RELATÓRIO DE ATIVIDADES – EXERCÍCIO 2012, p. 09).



2023

Este edital de apoio a eventos do estudante está ativo desde 2012, excluindo o ano de 2020 devido à pandemia. Em 2016, a nova equipe a integrar a Seção de esporte, cultura e lazer, que ao longo dos anos se tornou Divisão, observou que o edital que se realizava a pelo menos 5 anos, era marcado pela recorrência de proponentes e temas. Buscando ampliar o público, foi feito investimento em novos materiais de divulgação, que tinham como objetivo encorajar novos alunos a participarem do edital de apoio a eventos.

Imagem 1: Arte de divulgação do edital de apoio a eventos do estudante - 2017



1312

Fonte: Decult - Criador: Lívia de Paula Mascarenhas

Aliado a esta estratégia, foi elaborado um material audiovisual que está disponibilizado no YOUTUBE:



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
 Científica
 e Extensão
 Universitária

28 | 29 | 30
 NOV | 2023

Realização
Conjugare
 Centro Português de Apoio
 à Pesquisa Científica e à Cultura

Imagem 2: Material audiovisual de divulgação do edital de apoio a eventos do estudante - 2017



Fonte: Disponível online em : <https://www.youtube.com/watch?v=Hi7oSGw2pRc>, visitado em 01/11/2023

1313

Para além destes recursos, *SuperEst* no ano de 2017 desenvolveu outra frente de ação: as oficinas de produção cultural. No próximo tópico, este trabalho se deterá às particularidades destas oficinas, que foram realizadas de forma presencial e a distância. A análise se concentrará em seus objetivos, metodologia, público-alvo e resultados, buscando compreender seu impacto na formação cultural dos estudantes e na comunidade universitária como um todo.

Oficinas de produção cultural

Conforme mencionado, as oficinas de produção cultural são um desdobramento do edital de apoio a eventos do estudante, vigente desde 2011. A equipe de 2017, após análise das propostas submetidas em edições anteriores, constatou a recorrência de candidatos e de temáticas. Visando ampliar a participação dos alunos da universidade, a equipe propôs a realização de oficinas presenciais de produção cultural, com carga horária de 2 horas, nos diferentes campi da UFRJ. À título de ilustração, trazemos a imagem 3 a seguir mostrando como a instituição de ensino a sua distribuição geográfica no Rio de Janeiro.

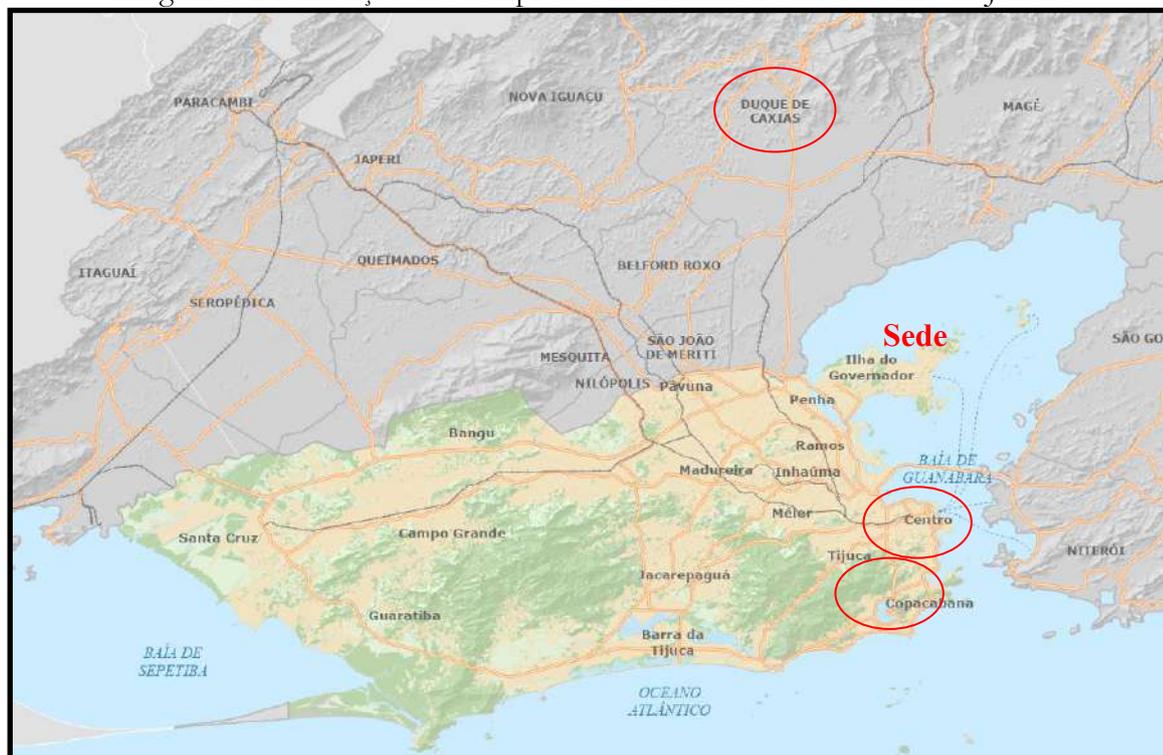


Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Imagem 3: Distribuição dos campi da Universidade Federal do Rio de Janeiro



1314

Fonte: Disponível online em: <https://www.data.rio/apps/mapa-digital-do-rio-de-janeiro-1/explore>, visitado em 01/11/2023.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro é composta por diferentes campi: Praia Vermelha, Duque de Caxias, Macaé, Centro, localizados no Rio de Janeiro. Todos distantes entre si, mas a sua principal estrutura está na Cidade Universitária, e se localiza na Zona Norte do Rio de Janeiro, próximo à região do complexo da Maré⁴. Trata-se de uma região marcada por baixos índices de escolarização ou renda per capita, e acreditamos que os moradores da região, e até os próprios alunos, ainda que residam próximo ou passem boa parte de seu cotidiano na UFRJ, desconhecem a estrutura da UFRJ, incluindo seus equipamentos culturais.

⁴ Essa realidade socioeconômica complexa se agravou no período da pandemia conforme noticiado no Jornal *O Globo*, disponível em : <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/09/conjunto-de-favelas-da-mare-cresceu-quatro-vezes-mais-do-que-o-resto-do-estado-nos-ultimos-dez-anos.ghtml>, visitado em 06/02/2024.

De forma mais clara, a sede da UFRJ fica na Ilha do Governador, sendo o local onde se situava a antiga *SuperEst*, atual Pró-reitoria de políticas estudantis. Inicialmente as oficinas eram realizadas de modo itinerante, ou seja, a equipe DECUT se deslocava fisicamente entre os variados espaços da universidade que disponibilizavam salas para a realização das oficinas, que em média tinham 2 horas de duração.

Na sede, foram realizadas ações no prédio de Letras e na residência estudantil. Além deste campus, também foram executadas oficinas em Duque de Caxias e Macaé. O conteúdo programático enfatizava o histórico da assistência estudantil a nível internacional e nacional, ressaltando as diferentes experiências nesse campo entre os variados países. No caso brasileiro, é assinalada a importância do FONAPRACE - que existe desde a década de 1980 - como um espaço de discussão sobre políticas de Estado que visam combater, em mesmo grau de importância, a exclusão social e cultural. Além disso, é destacada a criação do Decreto-lei nº 7234, de 19 de julho de 2010, que institui o PNAES, sua importância e alíneas. Este formato persistiu até o ano de 2019.

Durante o ano de 2022, em um cenário de incertezas devido à pandemia e após a transformação da superintendência em Pró-reitoria⁵, a equipe DECULT promoveu sete cursos online que ainda estão acessíveis na plataforma do YouTube, conforme ilustrado na imagem 5. Estes estão distribuídos em três módulos distintos. Vale ressaltar que, além dessas iniciativas, foram produzidos materiais informativos em formato PDF e enviados por e-mail aos participantes dos cursos. Estes materiais incluíam:

- Aula 02-Módulo I- Curso Básico de PRODUÇÃO CULTURAL
- Aula 03-Módulo I - Curso Básico PRODUÇÃO CULTURAL
- Aula 01-Módulo II - Curso Básico PRODUÇÃO CULTURAL
- Aula 02-Módulo II - Produção visual para eventos
- Aula 02-Módulo II- Materiais complementares
- Aula 02-Módulo II - Guia Básico para divulgação do seu evento
- Aula 01-Módulo III - Parte 01 - Curso Básico PRODUÇÃO CULTURAL

1315

⁵ No dia 08 de março de 2018, o Consuni aprovou a implantação da Pró-reitoria de Políticas Estudantis.

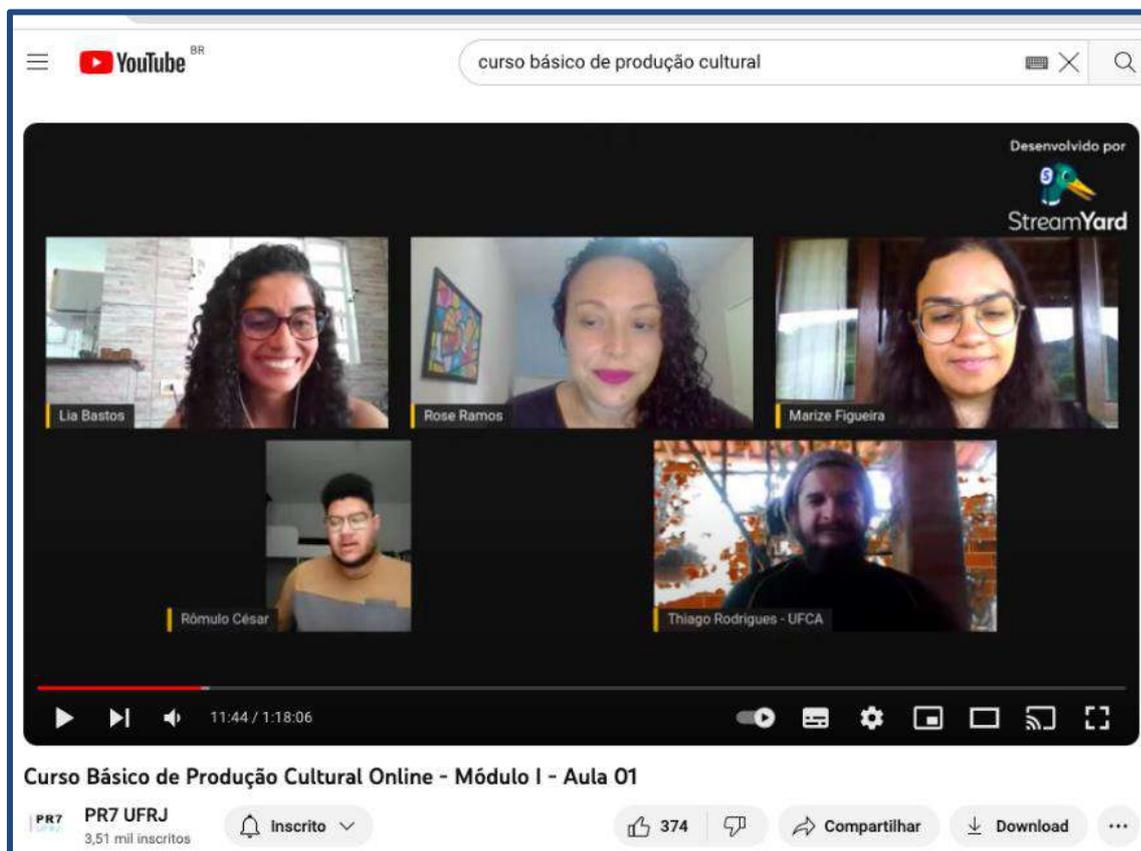
2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Imagem 5
Aula 1 do módulo 1 do curso de produção cultural



1316

Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=zqZhESOkK1I&t=692s>, visitado em 03/01/2024.

Em linhas gerais, o módulo 1 possui 3 aulas e os módulos 2 e 3, 2 aulas. O conteúdo foi organizado por equipe composta de servidores da UFRJ⁶ em parceria com a Pró-reitoria de cultura da Universidade Federal do Cariri⁷, ambas situadas no Brasil. A participação dos

⁶ Destaca-se a gestão da diretora da Divisão de esporte, cultura e lazer (DECULT), Rosilene Ramos, e a atuação dedicada e generosa das produtoras culturais da UFRJ: Marize Figueira e Lia Bastos.

⁷ Reconhecemos e valorizamos o comprometimento e a generosidade dos produtores Rômulo César e Thiago Rodrigues (UFCA).



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

interessados estava condicionada à inscrição de um formulário online, disponibilizado antes do início dos cursos. Posteriormente, outro deste era encaminhado durante as aulas, visando confirmar a presença no dia das aulas, e assim certificar via documento oficial as horas de participação nas mesmas.

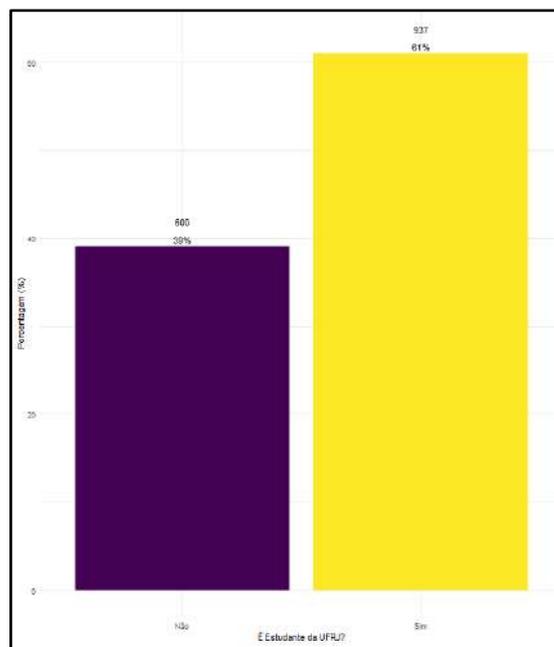
A criação da base de dados a partir dos *inputs* do formulário de inscrição viabiliza a análise do perfil dos interessados na produção audiovisual em questão. Para tal, ressalta-se a utilização dos métodos de *Data Science*. Conforme descrito por Andrea Filatro (2020, p. 122), essa disciplina integra conhecimentos de ciência da computação, estatística e matemática para extrair *insights* dos conjuntos de dados. O RStudio é um programa importante nesse processo, pois oferece uma interface acessível para manipular dados e desenvolver modelos estatísticos. Uma das funcionalidades notáveis é a representação de variáveis qualitativas em gráficos e nuvens de palavras, utilizando bibliotecas do referido programa. Essas visualizações são configuradas com a paleta de cores "viridis", visando garantir a acessibilidade cromática e promover apresentações mais inclusivas. No próximo tópico serão priorizados os resultados parciais sobre o perfil dos inscritos nos cursos de produção cultural em 2022.

Distribuição dos cursistas do ano de 2022 por vínculo institucional

Os resultados parciais da análise do perfil dos inscritos nos cursos de produção cultural em 2022 indicam uma diversidade de vínculos institucionais entre os participantes. Uma avaliação inicial mostra que o interesse pelas oficinas não se limitou aos graduandos da UFRJ, como inicialmente esperado. De acordo com os dados coletados, cerca de 39% dos respondentes afirmaram possuir vínculos com outras instituições, além da UFRJ, como demonstrado no Gráfico 1 abaixo.

1317

Gráfico 1
Os inscritos são alunos da UFRJ?



Fonte: Decult

1318

Com o objetivo de aprofundar a análise deste estudo de caso, optou-se por dividi-lo em dois momentos distintos. No primeiro momento, será enfatizada a participação dos graduandos da UFRJ, enquanto no segundo momento será dada maior atenção à distribuição heterogênea dos participantes.

No que diz respeito aos graduandos da UFRJ, que compõem a maioria dos inscritos, totalizando 937, o que corresponde a 61% do público, foi realizada uma análise através de uma nuvem de palavras para identificar os cursos aos quais estão vinculados. Na Figura 5, a nuvem de vocábulos proporciona uma visualização destes. Observa-se que a maioria dos graduandos está matriculada em cursos como letras, com 123 respondentes; história da arte, com 52; e Ciências Biológicas, com 47. Esses cursos são representados por cores e tamanhos de letras distintas, indicando a ordem de grandeza: amarelo, verde e azul claro, respectivamente. É possível notar que outros cursos também apresentam cores e tamanhos semelhantes, sugerindo quantidades próximas, como é o caso de Ciências Biológicas, Comunicação Social e Ciências Sociais, que possuem, respectivamente, 47, 46 e 40 inscritos.



O segundo grupo de participantes, que não são estudantes da UFRJ, apresenta uma distribuição variada e diversificada. Entre eles, estão registrados 8 produtores culturais formados, apesar de a UFRJ não oferecer cursos específicos nessa área, sendo relevante mencionar que 2 deles indicaram ser da Universidade Federal Fluminense. Além disso, foram citados vínculos com outras instituições de ensino, como a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Católica do Salvador (PUC - Salvador). Também foram mencionados egressos de cursos, como "Sou Licenciada em História" e "Sou Formada da Eco", possivelmente aludindo à Escola de Comunicação.

Cabe ressaltar, que foram identificados estudantes de pós-graduação em diversos campos, como "Mestrado", "Mestrado em Artes Visuais", "Mestrado em Humanidades Digitais" e "Mestrando em Música (UEM)".

Para além dos vínculos acadêmicos, houve menção a um servidor de outra pró-reitoria da UFRJ, a Pró-Reitoria de Gestão e Governança da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PR-6), enquanto 9 participantes não informaram nenhum vínculo acadêmico. Essa diversidade de vínculos sugere a possibilidade de ampliar o alcance das oficinas fora do público exclusivamente de graduandos, assinalando a importância de adaptar o conteúdo para atender às diferentes necessidades e interesses desse público diversificado.

E, por último, foi verificado que este grupo é predominantemente composto por cursos do campo das humanidades, diferenciando-se do primeiro grupo de estudantes da UFRJ, no qual se apresentam outras áreas de saber como ciências biológicas e, em menor escala, cursos de engenharia.

1320

Considerações finais

A criação das oficinas de produção cultural em 2017 representou um marco significativo na expansão das atividades apoiadas pelo edital. Essas oficinas, realizadas tanto de forma presencial quanto online, visavam não apenas promover a participação de novos alunos, mas também oferecer oportunidades de aprendizado e desenvolvimento cultural para além da comunidade universitária.

Destaca-se que a transição para o formato online em 2022 demonstrou a capacidade de adaptação da equipe diante dos desafios impostos pela pandemia. Ao disponibilizar cursos em plataformas digitais, as oficinas alcançaram um público ainda mais amplo, incluindo não apenas os graduandos da UFRJ, mas também indivíduos de outras instituições e até mesmo produtores culturais independentes.

Importa dizer que a colaboração com outras instituições, como a Universidade Federal do Cariri, demonstra o potencial de parcerias interinstitucionais para enriquecer a oferta de atividades



culturais e educacionais. Essa colaboração também pode contribuir para o intercâmbio de conhecimento e experiências entre diferentes comunidades acadêmicas.

O mapeamento do perfil dos inscritos em 2022 revelou uma diversidade significativa, tanto em termos de origem institucional quanto de áreas de interesse. Isso evidencia a relevância das oficinas não apenas para os estudantes universitários, mas também para aqueles que buscam oportunidades de aprendizado e desenvolvimento cultural fora do ambiente acadêmico tradicional.

Uma das sugestões para que esse projeto se efetive como uma ação de extensão é a adaptação do conteúdo das oficinas para atender às necessidades específicas de diferentes públicos. Ainda mais que o público externo - para além dos muros da universidade - deve ser maior do que o quantitativo do público interno.

E, por fim, é necessário pensar na garantia da sustentabilidade e eficácia contínua das oficinas de produção cultural, o que inclui, por exemplo, a ampliação da divulgação das oficinas, a diversificação de seu conteúdo e a oferta de diferentes formatos de participação.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BASTOS, J. F.; CORRADI, R. A. **Apostila de Gestão Financeira de projetos culturais**. Pós-graduação em Gestão Cultural, Senac EAD: São Paulo, 2017.

BARROS, J. M.; OLIVEIRA JUNIOR, J. **Pensar e Agir com a cultura: desafios da gestão cultural**. Belo Horizonte: Observatório da diversidade Cultural, 2011.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, n.24, pp.5-15.

COSTA, S. G. **A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DELLAGNELO, E. H. L. **Apostila do curso de extensão em Administração Pública da Cultura. Módulo 6**. Planejamento na cultura. Porto Alegre: Ministério da Cultura/UFRGS/EA, 2015.

1321



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

FILATRO, Andrea. **Data Science na Educação: presencial, a distância e corporativa.** São Paulo: Saraiva, 2020.

GUMPORT, Patricia J. (Ed.). **Sociology of higher education.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

HJELMBREKKE, Johs. **Multiple Correspondence Analysis for the Social Sciences.** 1. ed. London: Routledge, 2018.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. **A Assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** Dissertação de mestrado: Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Universidade católica de pelotas: 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Revista Você faz Cultura.** Política Cultural, Artística e de Difusão Científico-Cultural da UFRJ, 2012. Disponível em: <http://www.forum.ufrj.br/images/_forumcc/pdf_e_odt/revista_voce_faz_cultura_final_web.pdf>.

SUPEREST. **Relatório das ações da Superintendência de assuntos estudantis (SUPEREST).** Rio de Janeiro: SUPEREST, 2012. Disponível em: <<http://superest.ufrj.br/index.php/2017-04-28-17-36-23/relatorio2012>>. Acesso em: 10/09/2016.

1322



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE PROMOTOR E FACILITADOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM SAÚDE

Camila Pugliesi de Figueiredo¹
Victor Pedrosa Ferreira de Souza²
Caroline Kazue Matida³

Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS), modelo adotado pelo Brasil, é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Ele promove o acesso integral, universal e gratuito em todos os níveis de atenção para toda a população do país. No SUS, os serviços de atenção secundária em saúde são majoritariamente desenvolvidos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que fazem parte da Rede de Atenção às Urgências e tem como objetivo coordenar os diversos serviços nela compreendidos, de forma a organizar a assistência e definir os fluxos de referência e contrarreferência adequados, no sentido de concentrar a assistência em saúde de complexidade intermediária.

As UPAs oferecem estrutura simplificada, com equipe médica, de enfermagem, farmacêuticos e biomédicos. Além de disponibilizar alguns exames de imagem, eletrocardiografia e exames laboratoriais. Além dos consultórios, possuem sala de medicação, sala de pequenos procedimentos, sala de emergências e leitos de observação adulto e pediátrico prestando um atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes acometidos por quadros agudos ou agudizados de natureza clínica, assim como, primeiro atendimento aos casos de natureza traumática e cirúrgica de menor complexidade, através da estabilização dos pacientes e da realização da investigação do diagnóstico inicial, de modo a definir a conduta necessária para cada caso (BRASIL, 2023).

Estas unidades passaram a ser amplamente implementadas a partir da criação da Política Nacional de Atenção às Urgências que definiu a necessidade de uma rede de urgência, com regionalização, a implantação de novos componentes, como os serviços de atendimento móvel de urgência (SAMU) e reorganização dos serviços já existentes (MACHADO, 2011). As primeiras Unidades de Pronto Atendimento surgiram em 2007, inicialmente no Rio de Janeiro

1323

¹ Graduanda do curso de medicina da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Contato: camila.figueiredo@discente.ufcat.edu.br

² Graduando do curso de medicina da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Contato: vvictor.pedrosa.vs@gmail.com

³ Doutora em Bases Gerais da Cirurgia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Graduada em Medicina pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é Professora Adjunta do curso de medicina da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Contato: carolmatida@ufcat.edu.br



com incentivo do financiamento federal, porém, atualmente, a gestão das unidades é predominantemente municipal. O sucesso do modelo permitiu a expansão para os outros estados brasileiros e até a adoção em outros países (O'DWYER, 2017).

As UPAs funcionam 24 horas por dia, todos os dias da semana, sob protocolos de acolhimento com classificação de risco de acordo com a gravidade de sintomas apresentados. No entanto, ainda que a resolutividade esperada dos serviços da atenção primária esteja entre 80 e 90% dos casos, na prática, a maioria dos pacientes que buscam primeiro o pronto-socorro são classificados como pouco ou não urgentes (BRASIL, 2023; OPAS, 2023). Efetivamente, essa tendência apenas cria filas e deixa o paciente esperando um tempo desnecessário, uma vez que casos mais graves sempre terão prioridade no atendimento, além de potencialmente agravar um quadro que seria simples, devido à exposição a uma situação de estresse e o possível contato com agentes patogênicos. O aumento da demanda, somado aos problemas de estruturação das redes de atenção à saúde, a escassez e desajustes no dimensionamento de recursos humanos e materiais, é negativo também para a promoção de uma atenção de qualidade (SOUSA, 2019). Em vista disso, à medida que ocorre a sobrecarga de atendimentos, muitas vezes acima da capacidade das unidade, e, uma vez que a atuação médica nos ambientes de urgência e emergência exige pensamento, diagnóstico e tratamento precisos, sendo o tempo, nessas circunstâncias, essencial para melhorar o prognóstico dos pacientes, é evidenciado um perfil emergencial que cada vez mais se distancia da visão de uma medicina humanizada e integralizada focada na pessoa (TEDESCHI, 2008, 713-720).

Nesse sentido, o projeto de extensão “Transversalidade e interprofissionalidade: Liga Acadêmica de Cirurgia e Liga Acadêmica de Trauma e Emergência do Sudeste Goiano da UFCAT contribuindo com a standardização dos atendimentos na Rede de Atenção em Saúde (RAS) em Catalão-GO” foi criado a fim de contribuir com os profissionais de saúde da rede de urgência e emergência da cidade de Catalão, no estado brasileiro de Goiás, e promover a educação em saúde da população usuária da UPA, assim como, possibilitar a troca de saberes e experiências entre profissionais e alunos de medicina. A incorporação das ligas acadêmicas nos serviços de urgência e emergência tem proporcionado, além dos benefícios técnicos e educacionais, como a promoção mútua de conhecimento aos ligantes e aos profissionais envolvidos na rede, outros benefícios extracurriculares, como integração, suplementação do curso, aumento da sensação de bem-estar, atendimento a indagações profissionais, maior contato com a sociedade promovendo saúde, transformação social e ampliação do senso crítico e raciocínio científico.

A extensão tem grande importância na formação intelectual e ético-solidária do acadêmico, uma vez que lhe proporciona condições capazes de exercer sua autonomia na produção do conhecimento e de sensibilização para as questões sociais, promovendo uma melhor qualificação (CARNEIRO, 2021; TEDESCHI, 2008, 713-720). Sendo assim, as atividades extracurriculares proporcionam ao estudante a inserção em cenários de saúde e com participação

em atenção à saúde de pacientes reais, com forte componente de aprendizado profissional, além de proporcionar uma ampliação do conceito de saúde e adoecimento, a partir da observação de como se dá o processo saúde-doença na comunidade (HAMAMOTO FILHO, 2011, 126-133; HAMAMOTO FILHO, 2011, 535-543).

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo promover a educação em saúde da população usuária da UPA, por meio de ações educativas e produção materiais informativos relevantes sobre diversas condições de saúde, capacitando a população a tomar decisões mais informadas sobre a busca por assistência médica e, dessa forma, buscando melhorar a qualidade de vida da população local. Visa também contribuir para a padronização, atualização e aprofundamento dos atendimentos em saúde de urgência e emergência através da busca na literatura científica pelas diretrizes e protocolos consolidados mais recentes para o atendimento de pacientes em situações de urgência e emergência, visando aprimorar a qualidade e eficiência dos serviços oferecidos na Rede de Atenção em Saúde. Estas ações fomentam a integração entre profissionais de saúde e acadêmicos de medicina da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), membros da Liga Acadêmica de Cirurgia (LAC) e Liga Acadêmica de Trauma e Emergência do Sudeste Goiano (LATESG) mediante a criação de um ambiente propício para a troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais da rede de urgência e emergência e os acadêmicos, promovendo uma formação mais completa e abrangente para os futuros médicos, contribuindo para uma formação médica mais humanizada e integrada, suprimindo necessidades e fragilidades teórico-práticas na formação médica.

1325

Metodologia

O projeto foi criado em março de 2023 e as práticas tiveram início em maio do mesmo ano. É constituído por uma atividade observacional desenvolvida nos serviços de urgência e emergência da cidade de Catalão, no estado de Goiás, Brasil, pelos alunos do curso de medicina da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), membros da Liga Acadêmica de Cirurgia (LAC) e Liga Acadêmica de Trauma e Emergência do Sudeste Goiano (LATESG). Entre março e agosto de 2023, o projeto contava com vinte e nove alunos do terceiro ao nono períodos de graduação em execução das atividades.

As observações acontecem diariamente por grupos de seis alunos, divididos em duplas, em uma escala cíclica de quatro horas semanais divididas em três ambientes: sala de procedimentos, sala de emergências e consultórios. Durante as visitas, os participantes acompanham a equipe multidisciplinar da UPA e preenchem, a cada atendimento, um formulário contendo um breve relato do caso, descrição das próprias ações, hipótese diagnóstica, desfecho e as principais



2023

pontos positivos e negativos observados, dificuldades pessoais ou referentes às limitações da unidade e sugestões de melhoria, como exemplificado na figura 1. Posteriormente, possíveis pontos de fragilidade teóricos e práticos evidenciados na execução dos serviços, como por exemplo necessidade de padronização na realização de procedimentos, assim como de interação da equipe no momento de realização de manobras ou ações específicas ou organização do fluxo de pacientes dentro da unidade, entre outras necessidades, foram abordados em reuniões mensais junto à coordenação do projeto.

Figura 1- Formulário

The image shows a screenshot of a web form with a light purple border. It contains five text input fields, each with a label and a red asterisk indicating it is required. The labels are: 'Nome do profissional que você acompanhou', 'Breve relato do atendimento', 'Hipótese diagnóstica', 'Desfecho', and 'Descrição das suas ações/dificuldades neste atendimento'. Each field has a placeholder text 'Sua resposta'. At the bottom left is a purple button labeled 'Enviar'. At the bottom center is a green progress bar followed by the text 'Página 1 de 1'. At the bottom right is a link labeled 'Limpar formulário'.

1326

Fonte: Elaboração Própria

A partir desses dados, a cada ciclo mensal, foram identificadas as principais demandas do serviço e do público assistido e estabelecidas temáticas centrais sobre as quais seriam produzidos materiais informativos destinados à população e aos profissionais da rede. Desta maneira, destaca-se que o momento de teorização predispõe que os participantes compreendam o problema, favorecendo o crescimento intelectual ao passo que torna-se necessário que o aluno usa a realidade para aprender com ela, ao mesmo tempo em que se prepara para transformá-la. Posteriormente, o material produzido foi apresentado à coordenação do projeto e à equipe multidisciplinar da Unidade de Pronto Atendimento para avaliação.

O projeto utiliza a problematização como metodologia ativa central na identificação de tópicos a serem trabalhados e na busca de melhorias na saúde da população local.

Resultados

Tendo em vista a importância da abordagem clínico-cirúrgica no manejo do paciente traumatizado e também as necessidades de adequações no perfil dos atendimentos emergenciais frente aos pontos de fragilidade da rede de atenção de urgência e emergência em Catalão, a incorporação dos alunos do curso de medicina participantes da LAC e LATESG, possibilitou uma troca de saberes e de experiências entre os profissionais da rede e os acadêmicos e que os objetivos delimitados pelo projeto fossem atendidos.

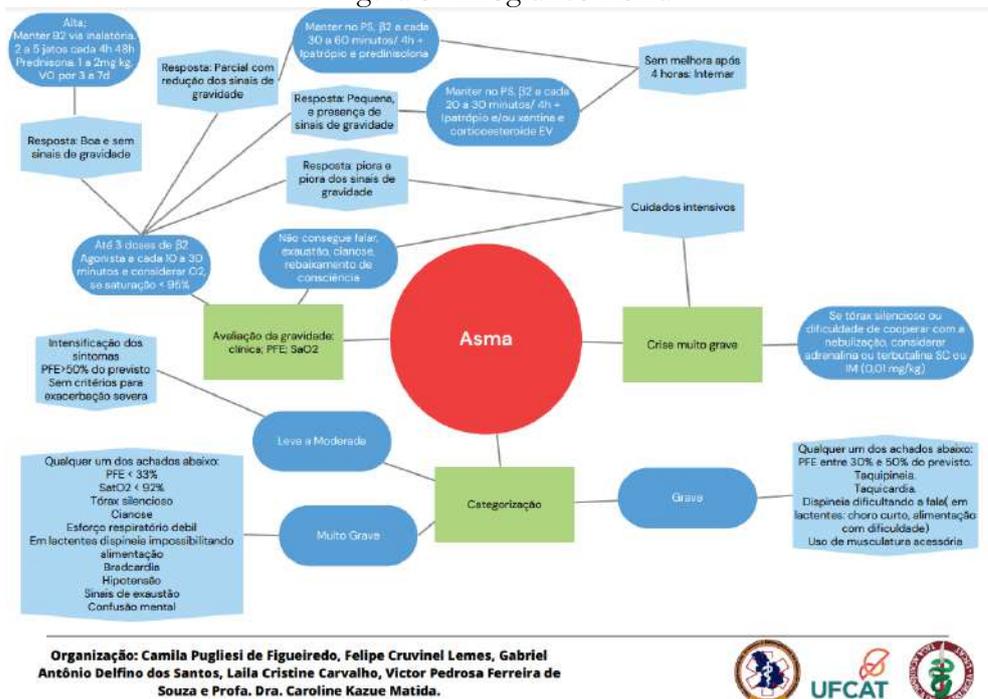
Desde o início das atividades práticas, entre maio e agosto de 2023, com base no levantamento de dados obtido, o projeto havia delimitado dez áreas temáticas mais prevalentes: amigdalites, queimaduras, dor torácica, crise hipertensiva, sífilis, conjuntivites, infecções de vias aéreas superiores, cefaleias, asma e gastroenterocolites. Os alunos em execução de atividades se dividiram em pequenos grupos e, a partir de cada temática, foram produzidos dois materiais informativos, um destinado à população e outro à equipe multiprofissional da unidade. Posteriormente, a produção gerada foi apresentada em reunião para aprovação da coordenação do projeto de extensão e pela equipe da unidade.

Os infográficos, exemplificados na figura 2, foram elaborados de forma lúdica no sentido de esclarecer a população usuária da UPA acerca dessas temáticas, incluindo uma explicação concisa sobre cada doença, os principais sinais e sintomas, causas, grupos de risco, fatores de agravamento e, principalmente, sobre quando e qual serviço de saúde procurar na eventualidade do aparecimento de sintomas. Esse conhecimento possibilita o empoderamento do paciente e de seus familiares no cuidado com a própria saúde e na capacitação para a tomada de decisões quando da busca por auxílio médico, além de, indiretamente, contribuir para a qualidade dos serviços oferecidos, ao reduzir a demanda nas unidades de atenção secundária. Isso é particularmente importante em uma unidade de atendimento de emergência, onde o tempo e os

1327

cenários clínicos. A produção deste material teve como objetivo contribuir para a padronização, atualização e aprofundamento dos atendimentos através da busca na literatura científica e compilação das diretrizes e protocolos mais recentes, visando aprimorar a qualidade e eficiência dos serviços oferecidos na UPA de Catalão e contribuir para a troca de conhecimentos entre profissionais e acadêmicos do curso de medicina participantes do projeto.

Figura 3- Infográfico Asma



1329

Fonte: Elaboração Própria

Conclusão

Os alunos, juntamente com os docentes orientadores do projeto, contribuíram com os profissionais da rede ao proporcionar atualização e aprofundamento teórico e prático, através da incorporação fluxogramas atualizados e manuais direcionados para as fragilidades teórico-práticas existentes na formação médica generalista e outras necessidades apontadas pelos profissionais da rede dentro do âmbito da emergência e da prática clínica e de pequenos procedimentos. Assim como, colaborou para a educação em saúde, uma ferramenta essencial

no empoderamento do paciente que habilita-o a se tornar mais ativo em relação à sua própria saúde e bem-estar, aos usuários da UPA de Catalão, através de ações direcionadas à este público com foco na prevenção de doenças e promoção de saúde objetivando melhoria na qualidade de vida da população local e na capacitação para a tomada de decisões informadas e assertivas sobre a busca por assistência médica dentro dos três níveis de atenção em saúde.

Por fim, contribuiu diretamente para a formação humana e profissional dos acadêmicos de medicina da Faculdade Federal de Catalão membros da Liga Acadêmica de Cirurgia e da Liga Acadêmica de Trauma e Emergência do Sudeste Goiano na Unidade de Pronto Atendimento de Catalão, à medida que possibilitou contato direto com a prática médica no contexto de urgência e emergência. Ou seja, ofereceu a oportunidade de aprendizado supervisionado e experiência prática, isto é, a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aula, essencial para desenvolver as habilidades clínicas, adquirir uma maior compreensão do sistema de saúde, receber orientação e feedback direto, corrigir erros, desenvolver habilidades de tomada de decisão e ganhar confiança no tratamento dos pacientes. Ademais, permitiu também a integração à equipe de saúde e o contato mais próximo como o paciente e, logo, favorecendo o desenvolvimento de habilidades interpessoais na colaboração com profissionais de múltiplas áreas, na comunicação efetiva, capacidade de lidar com situações emocionalmente desafiadores ea compreensão profunda da ética médica e da importância da empatia.

Esse projeto ainda está em andamento, com prazo para sua conclusão no fim de março de 2024, mas, já é possível dizer que o mesmo vem produzindo resultados positivos e alcançando os objetivos iniciais propostos. Em síntese, espera-se gerar impactos ainda mais significativos no decorrer de sua execução e que os benefícios se estendam para além do projeto em si, influenciando a forma como a assistência médica é prestada e recebida em Catalão, assim como, que essa seja uma experiência construtiva na formação acadêmica e profissional dos futuros médicos estudantes da Universidade Federal de Catalão.

1330

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/u/upa-24h>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). (org.). **Atenção Primária é capaz de resolver 85% das demandas de saúde**. 2019. Disponível em: <https://www.conass.org.br/atencao-primaria-e-capaz-de-resolver-85-das-demandas-de-saude/>. Acesso em: 15 out. 2023.



CARNEIRO, Jair Almeida et al. LIGA ACADÊMICA: INSTRUMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Meridiano 47-Journal of Global Studies, v. 6, n. 1, p. 667-679, 2015. CAVALCANTE, Ana Suelen Pedroza et al. Em busca da definição contemporânea de “ligas acadêmicas” baseada na experiência das ciências da saúde. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. e190857, 2021. BRASIL. Princípios do HumanizaSUS. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasus/principios-do-humanizasus#:~:text=Transversalidade%20A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Humaniza%C3%A7%C3%A3o%20%28PNH%29%20deve,do%20isolamento%20e%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20poder%20hierarquizadas> Acesso em: 04 out. 2023.

HAMAMOTO FILHO, Pedro Tadao et al. Ligas Acadêmicas de Medicina: extensão das ciências médicas à sociedade. Revista Ciência em Extensão, v. 7, n. 1, p. 126-133, 2011a.

HAMAMOTO FILHO, Pedro Tadao. Ligas acadêmicas: motivações e críticas a propósito de um repensar necessário. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 35, p. 535-543, 2011b.

MACHADO, C. V.; SALVADOR, F. G. F.; O'DWYER, G. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: análise da política brasileira. Revista de Saúde Pública, v. 45, p. 519–528, 1 jun. 2011.

O'DWYER, G.; KONDER, M. T.; RECIPUTTI, L. P.; LOPES, M. G. M.; AGOSTINHO, D. F.; ALVES, G. F. The process of implementation of emergency care units in Brazil. Revista de Saúde Pública, [S. l.], v. 51, p. 125, 2017. DOI: 10.11606/S1518-8787.2017051000072. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/141558>. Acesso em: 15 oct. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Atenção primária à saúde**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude>. Acesso em: 09 out. 2023.

SOUSA, Kayo Henrique Jardel Feitosa et al. Humanização nos serviços de urgência e emergência: contribuições para o cuidado de enfermagem. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 40, 2019.

TEDESCHI, Luciana Thurler et al. A experiência de uma liga acadêmica: impacto positivo no conhecimento sobre trauma e emergência. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 45, 2018. TORRES, Albina Rodrigues et al. Ligas Acadêmicas e formação médica: contribuições e desafios. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 12, p. 713-720, 2008.

1331



A REDE URBANA DO SUDOESTE AMAZONENSE E OESTE ACREANO: CENTRALIDADES, MODAIS E PROCESSOS

Ana Beatriz Castro de Jesus¹
Thiago Oliveira Neto²
Fredson Bernardino Araújo da Silva³

Introdução

A Amazônia brasileira apresenta um conjunto amplo de transformações territoriais e espaciais, e que nessas últimas décadas houve uma complexificação da rede urbana (CORRÊA, 1989) com a inserção das rodovias (THÉRY, 2005; HUERTAS, 2007), porém coexistindo um padrão de ocupação rio-várzea e rodovia-terra firme-subsolo (GONÇALVES, 2005).

A partir da segunda metade do século XX, a Amazônia brasileira apresenta uma série de intervenções infraestruturais do Estado, oriundo de políticas territoriais que foram capazes de alterar os arranjos estruturais do país e da região amazônica (COSTA, 1989). Essas políticas territoriais estão diretamente relacionadas ao surgimento de novos arranjos na rede urbana regional, bem como na formação dos modos de vida das sociedades locais (CORRÊA, 1987).

Dois recortes territoriais da Amazônia apresentam contextos de transformações espaciais recentes com o advento da consolidação das rodovias e com a expansão das frentes pioneiras de ocupação, o primeiro corresponde pelo eixo interestadual que compreende o Sudoeste do Amazonas e o Oeste do Acre que, com o advento da instalação da rodovia BR-364, que liga Limeira-SP a Mâncio Lima-AC (passando no sentido noroeste-sudeste pelos estados de Acre, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo) é que se institui maior complexidade a esse sistema viário e, portanto, a rede urbana regional, o segundo compreende-se pelo Sul do Amazonas que apresenta expansão das frentes pioneiras ao longo das rodovias Manaus-Porto Velho (BR-319) e Transamazônica (BR-230) nos municípios de Lábrea, Humaitá e Apuí.

Corrêa (1988), entende-se a rede urbana como um conjunto de centros dinâmicos com suas respectivas hinterlândias que podem ser organizados e hierarquizados sob determinado critério. No contexto da área de estudo, observa-se a ausência de um centro metropolitano, de alta conectividade global, no entanto, existe uma dinâmica regional própria, bem como um sistema de integração com as principais centralidades nacionais localizadas na faixa centro-sul do Brasil.

1332

¹Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: castrob491@gmail.com

² Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-USP, professor-substituto na UFAM. E-mail: thiagoton91@live.com

³ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, bolsista FAPEAM. E-mail: fbernardino1997@gmail.com



Observa-se que a rede urbana apresenta diversas alterações no decorrer das décadas (CORRÊA, 2012, DIAS, 2020) e uma das mudanças está circunscrita na necessidade de deixar os territórios mais fluidos (SANTOS, 1994), neste sentido, a porção sudoeste do Amazonas e oeste acreano apresentam mudanças, tendo em sua consolidação uma rede com fluxos apoiada na malha rodoviária, além da tradicional circulação fluvial.

Por sua vez, Ribeiro (1994; 1998) observou o “antigo” e o “novo” na rede viária do sudoeste amazonense e oeste acreano. Como antigo, foi verificada a circulação fluvial, vinculada as velocidades mais lentas de transporte. E, como novo, foi pontuado o estabelecimento de um sistema rodoviário de transporte na região, simbolizado pela BR-364, ou seja, um modal que possibilitou maior integração física com o Brasil meridional. Entre a década de 1990 e a segunda década do século XXI, um conjunto de ações por parte do Estado e das empresas foram sendo realizadas nas duas porções territoriais da Amazônia, sendo imprescindível compreender essas mudanças que ocorreram e que não foram contempladas por Ribeiro (1994; 1998), nem por Nogueira (1994) e por Oliveira Neto (2020).

Metodologia

A abordagem parte de levantamento bibliográfico de artigos científicos publicados em periódicos e anais de evento, bem como bancos de depósito de dissertações e teses.

Foi realizado trabalho em campo de caráter exploratório em setembro de 2022 entre os municípios de Lábrea, Humaitá e Apuí, acompanhado de entrevistas abertas para validar os dados secundários levantados anteriormente e para extração de dados primários. Na oportunidade, usa-se o *smartphone* para o registro fotográfico e coleta de coordenadas geográficas.

Em função da construção de entendimento acerca dos fixos e fluxos na área de estudo, foi realizada a elaboração de material cartográfico original pelo *software* Qgis 3.22.4. Além disso, também foi feito o uso dos dados contidos em relatório pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA) e o levantamento realizado em campo. Por fim, os dados secundários e primários serão articulados com a bibliografia pertinente.

Resultados

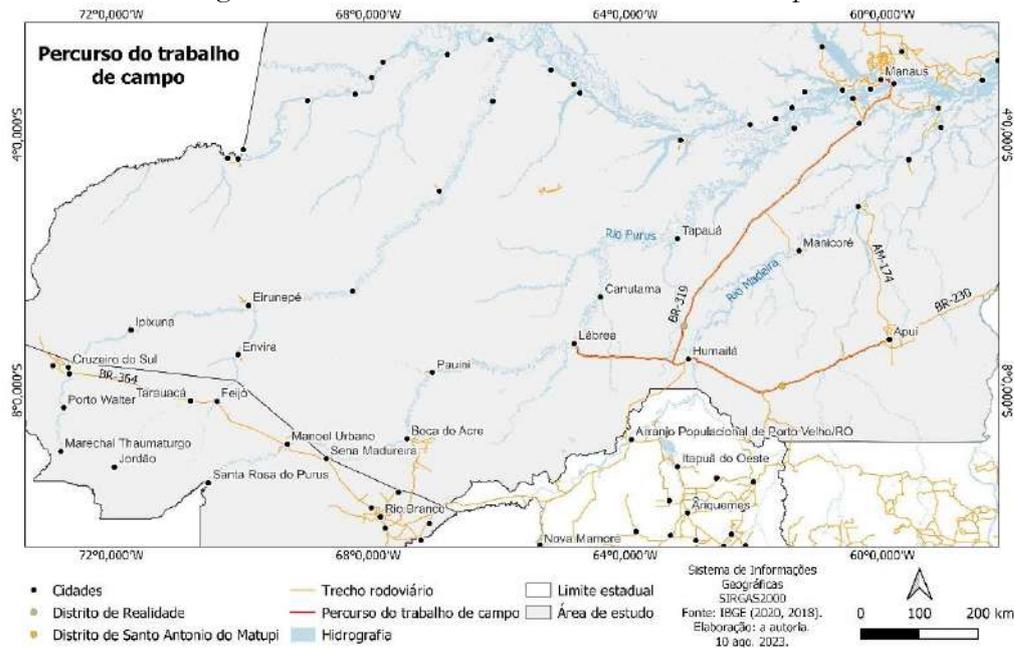
Para fins de identificar as redes e os fluxos existentes na porção Sul do Amazonas, realizou-se um trabalho de campo no mês de setembro de 2022 (fig. 1), ao longo das rodovias Manaus—Porto Velho (BR-319) e Transamazônica (BR-230), onde foi possível identificar a existência de fluxos diversos (rodoviário de passageiros e de cargas) e de um processo contínuo de expansão das frentes pioneiras para as margens dessas rodovias, indicando que o movimento pioneiro de

1333



ocupação se mantém ativo nesta região, com o deslocamento de migrantes e de capital oriundos de estados como Pará e Rondônia para as margens das rodovias citadas, indicando a existência de articulações entre as frentes pioneiras.

Figura 1. Percurso realizado em trabalho de campo.

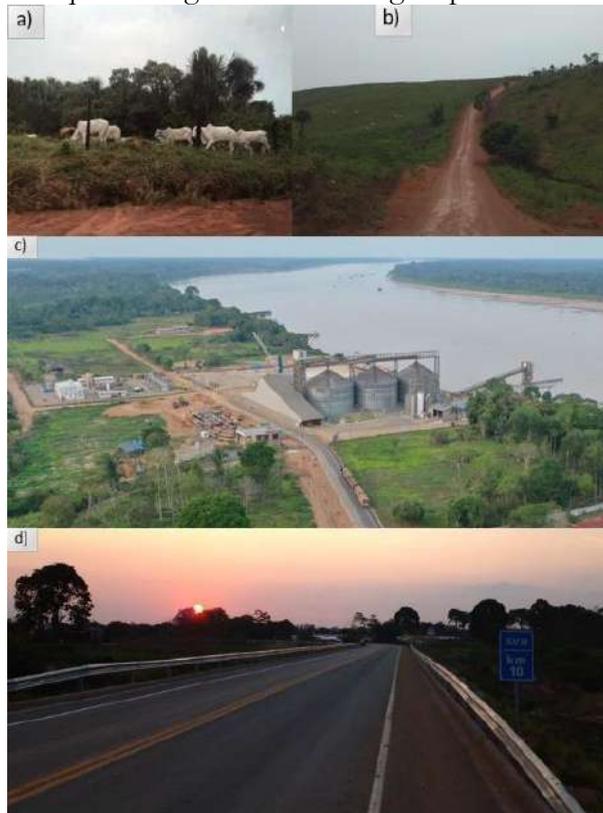


1334

Org: Ana Beatriz Castro de Jesus.

Nesse contexto, é importante destacar que a frente pioneira é um conceito que surge a partir das pesquisas dos geógrafos sobre a expansão espacial da economia em áreas ainda pouco exploradas. Seu foco está relacionado à formação do território, levando em consideração os processos sociais que impulsionam essa expansão. Diante disso, são destacados aspectos como as relações de trabalho, a relação homem-natureza e as mudanças na paisagem, que se tornam elementos marcantes na compreensão do espaço humano em transformação (SILVA, 2015). Os fluxos que denotam maior constância na Amazônia são aqueles provenientes dos deslocamentos fluviais em barcos regionais e em balsas, assim como o transporte rodoviário de passageiros em ônibus regulares e de cargas em caminhões e/ou carretas (fig. 2). Essas duas configurações de caráter ora dendrítica, ora rodoviária caracterizam a complexidade dessa articulação que transita entre essas duas modalidades, enfatizando a dinâmica bilateral amazônica.

Figura 2: Infraestruturas voltadas à logística em Humaitá: a) Fazenda bovina na margem da via; b) Via sem capeamento asfáltico; c) Visão panorâmica de um dos portos graneleiros; d) Anel Viário que interliga a BR-319 a região portuária de Humaitá



1335

Fonte: Trabalho em campo (set/2022).

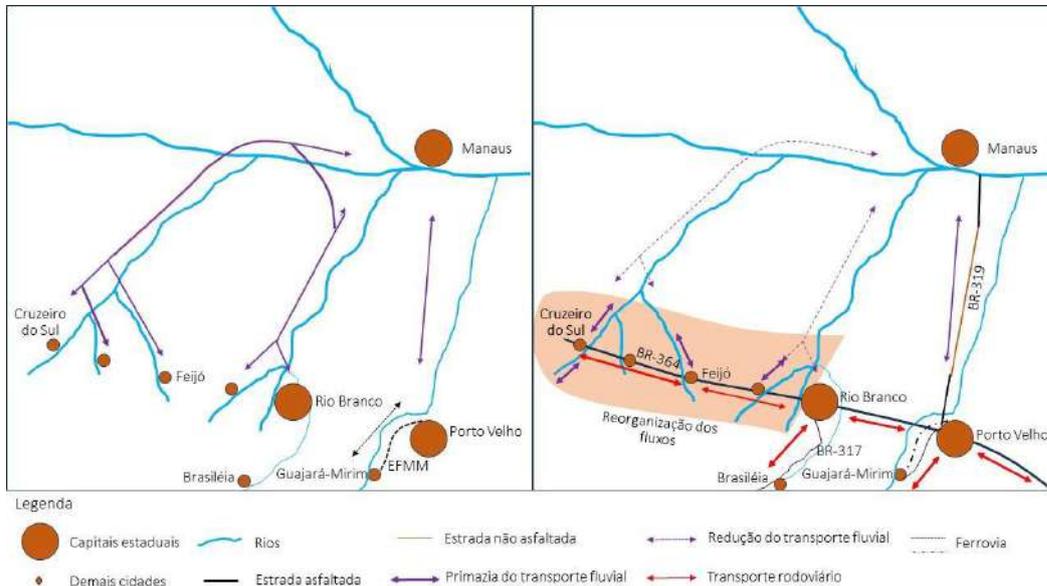
Redes no Acre

Apesar da consolidação da rodovia BR-364 no estado do Acre, expandindo a circulação rodoviária de maneira contínua entre as cidades interligadas, deve-se mencionar que as cidades não interligadas pela malha rodoviária no Acre e no Sudoeste do Amazonas mantêm a primazia da navegação fluvial, mas com fluxos entre a capital amazonense e as cidades interligadas pela rodovia. Isso ocorre porque a circulação rodoviária diminui o tempo de deslocamento das cargas e de passageiros e o percurso fluvial passa a ocorrer somente entre as cidades, reduzindo o tempo de viagem e o percurso.

No âmbito da rede urbana, tinha-se um arranjo em que os sistemas fluviais eram complementados pelo eixo rodoviário, aberto na década de 1960, “essa rodovia, de certa forma, veio complementar o “antigo” e tradicional sistema fluvial, provocando transformações e influenciando na organização produtiva e no direcionamento dos fluxos de mercadorias e pessoas para a capital, Rio Branco” (RIBEIRO, 1994, p. 6), reduzindo a primazia do transporte fluvial (fig. 8) nas linhas Cruzeiro do Sul (AC)-Manaus (AM), Cruzeiro do Sul-Eirunepé (AM)-Tarauacá/Feijó (AC), Tarauacá/Feijó-Manaus, Manuel Urbano/Sena Madureira (AC)-Boca do Acre (AM)-Rio Branco (AC).

Ribeiro (1994, p. 10) já tinha pontuado que a “implantação da BR-364 e seu futuro asfaltamento” poderiam alterar os “relacionamentos desta área [Acre] passem a ser direcionada, com maior intensidade, para Rio Branco, em direção ao Centro-Sul do País. Diante de tal fato, as ligações cativas com Manaus tenderão a diminuir”. Essa tendência levantada na década de 1990 perdura até o período atual, expressa por uma rede geográfica formada por fluxos rodoviários longos entre as cidades acreanas a partir de deslocamentos contínuos de caminhões e de ônibus através da rodovia BR-364. Além disso, destaca-se um enfraquecimento das interações espaciais das cidades acreanas com a capital amazonense, tal relação é representada na figura 3. Em contrapartida, ainda existem fluxos locais do transporte fluvial entre as cidades e sua hinterlândia, principalmente no transporte de pessoas e mercadorias.

Figura 2 - Mudanças na rede urbana entre 1960 e 2022.



1336

Org. Ana Beatriz e Thiago Neto.



Conclusão

A pressão exercida no sul do Amazonas é o que condiciona as principais transformações nessa rede, sendo mesmo o motor principal do estabelecimento de novas áreas economicamente ativas. Portanto, apesar do estabelecimento dos diferentes mosaicos (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) voltados para a preservação e o barramento para a construção de novas infraestruturas de circulação no território (MELLO, 2006), identificam-se diferentes fluxos que conectam diferentes lugares da faixa pioneira sul amazonense.

A rede urbana das cidades mencionadas apresenta as características de possuírem conectividade fluvial (Lábrea e Humaitá) e rodoviária (Lábrea, Humaitá e Apuí), coexistindo fluxos do transporte de barcos regionais e os deslocamentos rodoviários, mas chamando a atenção para o adensamento dos fluxos com a transformação da cidade de Humaitá em um importante nó logístico, voltado para a circulação de mercadorias com destino aos mercados e ao parque industrial de Manaus. Do mesmo modo, a circulação de cargas está relacionada à produção de grãos. A rede urbana regional apresenta grande importância nas dinâmicas de frente pioneiras, pois as cidades constituem uma base importante para a inserção das atividades comerciais que são articuladas com os *fronts* pioneiros.

Destaca-se a expansão e a consolidação das frentes pioneiras que ao longo das rodovias estão em mudança contínua, modificando o espaço, fortalecendo e estabelecendo novas redes a partir da chegada das novas infraestruturas relacionadas ao transporte e a produção. Esta expansão apresenta-se diferente daquela que se estabeleceu no passado, quando seu objetivo era baseado na demografia, hoje ela se volta para um caráter econômico, com enfoque nos grandes projetos. No recorte espacial que corresponde a rede urbana com as cidades de Lábrea, Humaitá e Apuí, apresenta, conforme já destacou Castro de Jesus *et al.*, (2023), a existência de frentes pioneiras ativas e em processo de revigoramento. Nesse contexto, Silva *et al.*, (2021) pontuam a expansão de atividades econômicas baseadas na exploração de maneira, plantação de grãos como soja e de criação de rebanhos no percurso da rodovia Transamazônica (BR-230) no trecho amazonense. Essa rede urbana apresenta fluxos e uma articulação regional que torna a rede urbana mais complexa, pois não somente existem os tradicionais fluxos fluviais e rodoviários, mas apresentam-se dinâmicas econômicas de apropriação e de transformação territorial articuladas com as frentes pioneiras já consolidadas dos estados do Mato Grosso e Rondônia (CASTRO DE JESUS, *et al.*, 2023; OLIVEIRA NETO, 2023).

As mudanças na rede urbana repercutem na organização espacial dos fluxos internamente, tornando-se rarefeitos em dados percursos e potencializados em outros, principalmente no âmbito da dualidade rodoviário e fluvial com o transporte de cargas em balsas, ocorrendo uma redução da primazia do transporte fluvial nas interações espaciais no estado do Acre, com dinâmicas cada vez mais associadas à conectividade rodoviária.

1337

Referências

AMAZONAS. **Estudo de hierarquia urbana: Estado do Amazonas**. Manaus: CODEAMA, 1990.

CASTRO DE JESUS, A. B.; OLIVEIRA NETO, T.; SILVA, F. B. A. da. Rede urbana e frentes pioneiras no Sul do Amazonas: rodovias Transamazônica (BR-230) e Manaus-Porto Velho (BR-319). **Boletim Paulista de Geografia**, n.º 108, 2022.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **RBG**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas espaciais. **CIDADES**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana - uma proposição metodológica. **RBG**, Rio de Janeiro, ano 50, n.2, p. 1-134 abr./jun., 1988.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

DIAS, Leila. C. Rede Geográfica. **GEOgraphia**, v. 22, n. 49, 14 dez. 2020.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

HUERTAS. Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 332f.

MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

MOURA, R.; NAGAMINE, L.; FERREIRA, G. **Regic: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018**. Brasília, DF: IPEA, 2021

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: um estado ribeirinho (estudo do transporte fluvial de passageiros e cargas)**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, 145f.

1338



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovias na Amazônia e as mudanças recentes na circulação regional. **Tamoios**, v. 16, n. 3, 2020, pp. 63-84.

RIBEIRO, Miguel Angelo C. O "antigo e o "novo" na rede viária do sudoeste amazonense e oeste acreano e suas implicações ambientais. **RBG**, v. 56, n. 1-4, 1994.

SILVA, R. G. da C.; SILVA, V. V. da; MELLO-THÉRY, N. A. de; LIMA, L. A. P. Nova fronteira de expansão e áreas protegidas no estado do Amazonas. **Mercator**, v 20, pp. 1-13, 2021.

SILVA, V. V. da; SILVA, R. G. da C. Amazônia, Fronteira e Áreas Protegidas: dialética da expansão econômica e proteção da natureza. **Ambiente e Sociedade**, v. 25, pp. 1-21, 2022.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, nº 19, v. 53, 2005, pp. 37-49.

1339



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PROJETO RONDON: EXPERIÊNCIA DE VIDA E PROMOÇÃO DE CIDADANIA NA CIDADE DE SANTA RITA DO PARDO, MS, BRASIL

Felipe de Campos Loch¹
Marina de Medeiros Machado²
Isabella Correa da Silveira Costa³
Nathã Felipe Bento⁴
Gabriel Fernando da Silva Pena⁵

Introdução

O Projeto Rondon é uma ação interministerial do Governo Federal Brasileiro atrelado aos Governos Estadual e Municipal que, juntamente das Instituições de Ensino Superior, promovem ações que estimulam o desenvolvimento de cidades e comunidades e na construção e promoção da cidadania.

O Projeto Rondon teve sua concepção durante o período dos governos militares e foi estabelecido durante a administração do Presidente Costa e Silva (1967-1969). Recebeu esse nome em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, um militar com uma perspectiva humanista que defendia os direitos dos povos indígenas no Brasil (ROTHER, 2019; BRASIL, 2023)

A primeira ação do Projeto Rondon, denominada Operação Zero, teve lugar em julho de 1967 e se estendeu por 28 dias. Nesse evento inaugural, 30 estudantes e 2 professores universitários da antiga Universidade do Estado da Guanabara participaram. Essa empreitada ocorreu nas regiões remotas da Amazônia e concentrou-se em atividades de pesquisa, coleta de dados e assistência médica (SANTOS, 2013; MUNDO RONDON, 2014).

O Projeto Rondon se estabeleceu como uma estratégia para alcançar dois objetivos essenciais: reduzir as disparidades regionais e sociais dentro do país, ao mesmo tempo em que

1340

¹ Doutor em Geotecnia, Professor, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. felipe.loch@ufop.edu.br

² Doutora em Engenharia Ambiental, Professora, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. marina.medeiros@ufop.edu.br

³ Estudante de Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. isabella.costa@aluno.ufop.edu.br

⁴ Estudante de Artes Cênicas, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. natha.bento@aluno.ufop.edu.br

⁵ Estudante de Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. gabriel.fsp@aluno.ufop.edu.br



proporcionava um propósito claro para a juventude, incorporando-a à vida nacional e contribuindo para um país melhor (GONÇALVES, 2017). No ano de 1989 o projeto foi extinto pelo Governo Federal (VIRGOLIN e KRUG, 2011).

Somente em 2004, o Projeto Rondon foi revivido após uma proposta da União Nacional dos Estudantes (UNE). O projeto segue em operação sem interrupções até o presente, e continua a prestar serviços em benefício de municípios de vários estados do Brasil. As regiões prioritárias de atuação são aquelas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exclusão social, bem como áreas isoladas do território nacional que necessitem de maior aporte de bens e serviços. Por essa razão, a Diretriz Estratégica do Projeto Rondon prioriza as regiões norte e nordeste do país (VIRGOLIN e KRUG, 2011; BRASIL, 2023).

Conforme Brasil (2023), o programa envia professores e estudantes universitários de diversas áreas do conhecimento, que trabalham na busca de soluções para abordar as necessidades específicas das comunidades locais.

Atualmente, o Projeto Rondon é uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa. Seu objetivo é facilitar a participação de estudantes universitários em atividades que promovam o desenvolvimento sustentável e a cidadania, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades que recebem os estudantes (BRASIL, 2023).

As atividades de extensão universitária realizadas pelos estudantes durante o Projeto Rondon estão alinhadas com a Política Nacional de Extensão Universitária, que visa promover a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. Essas atividades buscam desenvolver diversas dimensões humanas, éticas, econômicas, culturais e sociais (BRASIL, 2023).

O Projeto Rondon se destaca por ser uma iniciativa de trabalho voluntário realizada em regiões previamente selecionadas do Brasil durante as férias dos estudantes. As operações têm a duração de duas semanas e cada município recebe duas equipes de diferentes universidades. O foco das equipes está na realização de atividades educacionais que abordam as necessidades reais das comunidades atendidas (BRASIL, 2023).

Além disso, o Projeto Rondon destaca a importância do trabalho em equipe, permitindo uma visão holística do ser humano como um ser multidimensional, englobando aspectos físicos, psicológicos, sociais e espirituais, vivendo em famílias e comunidades. Essa iniciativa também proporciona aos estudantes a oportunidade de aplicar seu conhecimento acadêmico na prática, desenvolvendo habilidades de comunicação com a população local e promovendo a troca de conhecimentos.

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência de estudantes e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) durante sua participação em uma operação do Projeto Rondon no município de Santa Rita do Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, destacando a relevância dessa iniciativa na promoção da cidadania.

Objetivos

Os principais objetivos do projeto estão compreendidos em contribuir para a formação social do universitário como cidadão e integrá-lo ao desenvolvimento nacional do país por meio das ações participativas a respeito da realidade do país, bem como consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social coletiva em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais.

Com o projeto Rondon objetiva-se promover interação e compartilhamento de conhecimento entre estudantes universitários, professores e a comunidade; difundir aprendizados através das oficinas, pensadas de modo a atender as demandas e especificidades da região, as quais foram desenvolvidas no eixo do “trabalho”, permitindo aos alunos aplicar de forma criativa e prática os conhecimentos técnicos adquiridos na Universidade.

Além disso, objetiva-se contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade onde se desenvolverá o projeto. Conforme cita o Art. 3 – Constituição Federal Brasileira de 1998, o projeto visa “Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

Metodologia

Etapas do Projeto Rondon

O Projeto Rondon, segundo Brasil (2023), seguiu as seguintes etapas:

1 - Planejamento: Nesta fase foi realizado um levantamento demográfico e socioeconômico das áreas prioritárias do projeto, com base em dados estatísticos de fontes oficiais, tanto governamentais quanto não governamentais. Nesta etapa foi escolhido o Estado do Mato Grosso do Sul e definidas as possíveis cidades de interesse.

2 - Contato Inicial: Foram estabelecidos contatos com órgãos governamentais estaduais e municipais, associações regionais e unidades das Forças Armadas, que serviram como apoio para a operação nas regiões determinadas.

3 - Fase de Reconhecimento: Os acordos de cooperação foram aceitos por meio de negociações com estruturas governamentais dos estados e municípios. Isso envolveu visitas, apresentações e conferências.

4 - Lançamento da Operação Guaicurus: Um evento celebrou os acordos de cooperação e o plano de trabalho, que foram discutidos com os governos estaduais e municipais nas fases anteriores.

5 - Publicação do Edital: Um edital que regulamentou a participação das Instituições de Ensino Superior (IES) na operação foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). Ele indicou os

1342



municípios, as ações planejadas, o cronograma de atividades e as condições e obrigações que as IES deveriam seguir para participar da Operação Guaicurus.

6 - Preparo e Submissão das Propostas de Trabalho: Nesta etapa os professores das IES elaboraram uma proposta de trabalho e submeteram para avaliação do Ministério da Defesa (MD). Foram realizados estudos e elaborado um diagnóstico socioeconômico do Estado e das cidades de interesse. A partir do diagnóstico foram elaboradas propostas de oficinas e atividades para promover melhoria da vida das comunidades selecionadas e diminuição da desigualdade social.

7 - Seleção das Propostas de Trabalho: Foram avaliados o mérito, a relevância e a viabilidade das propostas de trabalho de cada IES. Essas propostas foram submetidas à Comissão de Avaliação das Propostas do Projeto Rondon (CAPP) e selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos no edital. No resultado final da seleção o MD indica duas equipes, de IES diferentes, para atuarem em cada cidade de interesse, sendo uma equipe do Conjunto “A” para trabalhar com os temas de cultura, direitos humanos, justiça, educação e saúde. A outra equipe, do Conjunto de Ações “B”, é responsável por trabalhar com os temas de comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção.

8 - Viagem Preliminar: Professores coordenadores das IES selecionadas realizaram viagens aos municípios para ajustar as propostas de trabalho em colaboração com as autoridades municipais e líderes locais. Também coordenaram a logística e a infraestrutura para a estadia dos rondonistas, incluindo transporte, acomodação, alimentação e a realização das oficinas.

9 - Preparo das Ações: Após a seleção, as IES formaram equipes compostas por 2 professores e 8 alunos, garantindo uma abordagem multidisciplinar para a execução das diversas atividades planejadas. Inicialmente, foi realizada uma avaliação criteriosa das demandas específicas do município selecionado para o projeto. Essa análise compreensiva permitiu identificar as principais necessidades e desafios enfrentados pela comunidade, bem como estabeleceu uma base sólida para a intervenção. Foram estudadas alternativas de intervenção, levando em consideração as demandas identificadas, a viabilidade das soluções propostas e o potencial impacto positivo na comunidade. Esse processo de estudo detalhado permitiu selecionar as estratégias mais adequadas e eficazes para atender às necessidades locais.

10 - Operação em Andamento: Equipes de rondonistas foram enviadas aos municípios para realizar as ações do Projeto Rondon. Cada cidade recebeu duas equipes, de IES diferentes, compostas por 8 alunos e 2 professores cada e também um sargento do exército, totalizando, assim, uma equipe com 21 integrantes.

1343

Sobre o município

As cidades de interesse da Operação Guaicurus do Projeto Rondon, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), indicadas pelo MD, foram: Água Clara, Bodoquena, Bonito, Caarapó, Camapuã, Figueirão, Inocência, Nioaque, Pedro Gomes, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo,



Taquarussu. A equipe da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi selecionada para trabalhar em Santa Rita do Pardo (MS).

Santa Rita do Pardo é um município localizado no estado do MS, Brasil. Possui uma localização geográfica que o situa na região centro-oeste do país, mais precisamente na mesorregião Leste, e sudoeste do estado do MS.

Com uma área territorial de 6.142 km², o município abrange uma diversidade de paisagens que incluem extensas áreas rurais e uma parte da vegetação do Cerrado, típica da região central do Brasil. Santa Rita do Pardo faz parte da bacia do rio Paraná, o que contribui para a presença de rios e corpos d'água que desempenham um papel importante na economia local, tanto para atividades agrícolas quanto para a pesca.

O município, segundo dados do IBGE (2010), possui uma população rural de 3.737 habitantes e uma população urbana de 3.522 habitantes, e um total de 7.259. A economia do município é predominantemente baseada na agricultura, com cultivos que incluem soja, milho, cana-de-açúcar, entre outros. Além disso, a pecuária desempenha um papel significativo na economia local, com a criação de gado de corte e leite. A porcentagem de ocupados no setor agropecuário é de 55,41% e no setor de serviços é de 28,75% (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2023).

Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2023), o município de Santa Rita do Pardo apresenta um IDHM (2010) de 0,64, a porcentagem de pessoas inscritas do Cadastro Único sem esgotamento sanitário adequado até 2017 era de 67,62% e a porcentagem de vulneráveis à pobreza até o ano de 2010 era de 36,5%.

1344

UFOP no Projeto Rondon

Nos trabalhos em Santa Rita do Pardo, MS, as atividades do conjunto “A” foram desenvolvidas pela equipe da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). A equipe da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desenvolveu atividades que contemplaram as propostas do conjunto “B” de ações estabelecidas pelo Projeto Rondon, nas quais foram trabalhadas as áreas de comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção. Neste artigo são apresentadas as ações do eixo “trabalho”.

A equipe da UENP também contou com 8 alunos, sendo dois do curso de Odontologia, um de Biologia, um de Pedagogia, um de Letras, dois de Fisioterapia e um de Enfermagem. O conjunto A contou com dois professores, sendo um do curso de enfermagem e outro do curso de odontologia.

Participaram desta operação 8 alunos da graduação da UFOP, de diversos cursos: três do curso de Engenharia Civil, dois de Engenharia Ambiental, um de Artes Cênicas, um de Ciências Biológicas e um de Nutrição. A equipe também foi formada por dois professores: um de Engenharia Civil e outro de Engenharia Ambiental, os quais supervisionaram as atividades e auxiliaram os alunos no desenvolvimento de práticas para a comunidade.



Além dos professores e alunos, a equipe, em Santa Rita do Pardo (MS), contou com a presença de um sargento do exército, cuja responsabilidade incluía garantir a segurança e auxiliar os participantes na locomoção pela cidade. A equipe era formada por 21 integrantes, ou rondonistas.

As atividades da Operação Guaicurus do Projeto Rondon foram realizadas entre 13 e 30 de julho de 2023, com ações realizadas na área da comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção, tendo como público-alvo: crianças e adolescentes; adultos e idosos; conselheiros municipais e organizações da sociedade civil; professores da rede pública de ensino; servidores públicos; produtores rurais e a população em geral.

Como parte da estratégia metodológica, foi conduzido um programa de capacitação de multiplicadores, com o intuito de promover a participação e o envolvimento social para influenciar e adotar hábitos e comportamentos que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para preparar as atividades propostas, houve reuniões com a equipe de rondonistas, durante as quais foram discutidos e planejados os materiais didáticos a serem utilizados. Durante a operação, diversas atividades foram realizadas, incluindo:

- Reuniões para planejamento, discussão e avaliação prévias, durante e após as atividades.
- Palestras expositivas abordando tópicos relacionados às atividades.
- Debates envolvendo o público, proporcionando um espaço para discussões e para identificar atividades e estratégias de trabalho.
- Demonstração prática com materiais didáticos específicos, utilizados nos processos de discussão e reflexão.
- Exibição de vídeos e filmes relacionados às temáticas trabalhadas.
- Grupos de discussão e oficinas de trabalho, incluindo peças de teatro, jogos, leituras e atividades lúdicas, de acordo com as necessidades das atividades.
- Vivências e compartilhamento de experiências.
- Criação de materiais didáticos e projetos comunitários como parte do processo de ensino-aprendizado.
- Registo fotográfico e em vídeo das atividades, após a autorização e consentimento dos participantes.

1345

Resultados

Ações desenvolvidas no eixo “Trabalho”

Os rondonistas foram recebidos por funcionários da prefeitura no momento de sua chegada a Santa Rita do Pardo, MS. A equipe foi acomodada em uma escola municipal infantil da



localidade. Após a chegada foi realizada a organização do alojamento e foi dado início a divulgação da Operação nos bairros próximos ao alojamento. Ainda no primeiro dia, foi realizada uma feira em uma praça da cidade para divulgar as ações.

As ações desenvolvidas pela equipe UFOP no eixo “Trabalho”, que compõe o conjunto de ações “B” do Projeto Rondon são descritas a seguir.

As oficinas que compõem o eixo temático “Trabalho” foram elaboradas com intuito de desenvolver habilidades práticas, tanto para os estudantes quanto para os membros da comunidade, através de treinamentos em áreas como empreendedorismo, agricultura, artesanato, tecnologia, entre outras. Ademais, objetivou ainda o empoderamento das comunidades locais, por meio de práticas em que os habitantes locais pudessem gerar, melhorar suas condições de vida e adquirir habilidades que lhes permitam se tornar mais autossuficientes.

Oficina de orientação vocacional

Esta oficina foi realizada em uma escola municipal e, também, em uma praça da cidade. A oficina contou com participação de estudantes do fundamental e médio, além de outros ouvintes que transitavam pelo local.

O objetivo principal desta ação foi de orientar os alunos do ensino médio e comunidade sobre os projetos federais e privados que auxiliam a formação acadêmica, tanto presencial quanto a distância, a fim de aumentar o nível escolar e a qualificação da comunidade.

Durante a oficina foram apresentadas as grandes áreas do conhecimento e algumas profissões destas áreas, também foi realizada uma roda de conversa sobre carreira, aptidões que se potencializam em cada profissão e possíveis caminhos profissionais. Além disso, foram apresentados alguns meios de profissionalização com enfoque no ensino superior. Esta oficina tem grande relevância no amparo de jovens vestibulandos que estão diante da necessidade de tomar uma decisão de caminho de profissionalização, informando sobre os caminhos profissionais, trocando informações e experiências sobre carreira e promovendo reflexão sobre o próprio futuro.

Oficina de produção de currículo

A oficina de produção de currículo ocorreu em uma escola municipal de Santa Rita do Pardo, MS, e contou com a participação de adolescentes, jovens e adultos.

O objetivo principal desta ação foi de capacitar a população desempregada à procura de emprego, e os empregados com intenção de melhorar ou mudar de emprego, na elaboração de currículo.

Durante a oficina foi realizada uma apresentação indicando os principais elementos de um bom currículo, a relevância dessas informações e a forma mais efetiva de estruturá-las. Os rondonistas

1346



realizaram uma atividade prática de elaboração de currículo e realizaram uma roda de conversas apontando diferentes situações.

Esta ação foi uma grande oportunidade de capacitar os participantes a desenvolverem currículos mais eficazes e alinhados com as demandas do mercado de trabalho. Ao fornecer orientações sobre os elementos essenciais de um currículo, a formatação adequada, a organização das informações e a maneira de destacar habilidades e experiências relevantes, a oficina visou preencher uma lacuna importante na preparação profissional dos participantes.

Curso prático de obras

Muitas vezes é observado pessoas sem muita capacitação realizando, de forma intuitiva, trabalhos que envolvem a construção civil e, deste modo, a qualidade das construções pode ser comprometida.

O objetivo principal desta ação foi capacitar a população com conceitos básicos da engenharia civil. Nesta oficina foram apresentados os temas de segurança no trabalho e as boas práticas na construção civil.

A oficina do “Curso Prático de Obras” foi realizada nas dependências de uma escola municipal de Santa Rita do Pardo, MS. Além da discussão sobre o tema foi entregue material didático para os participantes.

Oficina de rotulagem para a venda da produção de Mel

Esta oficina foi realizada no Assentamento São Tomé, na cidade de Santa Rita do Pardo, MS, onde há vários apicultores. A oficina contou com a participação dos produtores de mel da região. Foram apresentados os conceitos de rotulagem de produtos, com a entrega de material didático sobre o tema.

Oficina de melhoria na logística Casa do Mel

A oficina de “Melhoria da logística da Casa do Mel” no Assentamento São Tomé, na cidade de Santa Rita do Pardo, MS. Nesta oficina foram discutidas as regras necessárias para construção da Casa do Mel. Foi realizada, também, uma visita ao terreno e à casa, onde se pretende construir uma Casa do Mel. Rondonistas de ambos os conjuntos foram acompanhados por dois produtores de mel da região até o local. Além de observar a construção, os rondonistas realizaram medições da construção existente, para que posteriormente possa ser realizado um projeto de reforma.

1347



Oficina de noções de apicultura

No Assentamento Mutum, na cidade de Santa Rita do Pardo, foi realizada a oficina Noções de Apicultura, que contou com a presença de lideranças locais. Posteriormente, a oficina foi realizada também no Assentamento de São Thomé, onde, além da oficina foi realizada uma visita técnica a dois apiários. Durante a visita, foram realizadas observações acerca do manejo e organização dos apiários, além de instruções de boa prática, segurança e EPIs no apiário. A oficina teve como intuito a melhoria do manejo apícola e da produção apícola na região, tendo como consequência o movimento econômico da comunidade. Esta oficina foi criada durante a operação a fim de atender a demanda local e complementar as atividades desenvolvidas nas outras oficinas voltadas à produção do mel.

Feira das Profissões

Logo no início da Operação Guaicurus em Santa Rita do Pardo, foi realizada uma Feira das Profissões, em uma praça da cidade, como uma das atividades de divulgação da presença dos rondonistas sobre as ações do projeto no município. Posteriormente a feira foi repetida no último dia da operação como parte integrante do encerramento das atividades. Durante a oficina, os rondonistas desenvolveram atividades diversas de apresentação de cursos de graduação e suas respectivas áreas de atuação, além de sanar algumas dúvidas da comunidade local a respeito dos assuntos abordados. Foram apresentados materiais informativos das universidades dos conjuntos A (UENP) e B (UFOP) para auxiliar na apresentação dos cursos de graduação. A oficina teve como impacto na população o despertar do interesse por áreas de atuação que até então não estavam claras.

1348

Ao final de todas as ações foram realizadas avaliações para verificar se os participantes conseguiram compreender o que foi ensinado e se eram capazes de se tornarem multiplicadores do conhecimento.

Foi verificado, que os participantes das oficinas, em sua maioria, se consideraram capazes de serem agentes de mudança em suas comunidades, compartilhando o conhecimento adquirido nas oficinas e promovendo o desenvolvimento local. O que evidenciou que as estratégias de comunicação se mostraram eficazes para garantir o compartilhamento do conhecimento de maneira acessível e relevante.

Extensão universitária

A interação entre a universidade e a comunidade, que é uma consequência da prática da extensão universitária, desempenha um papel fundamental ao conscientizar os estudantes de sua



responsabilidade como cidadãos. Isso proporciona aos futuros profissionais a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em prol de uma sociedade mais justa e mais bem assistida, como destacado por Ferreira (2009).

Projetos de extensão universitária, como é o caso do Projeto Rondon, desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento. Sua abordagem de extensão ajuda a ampliar os conteúdos adquiridos em sala de aula, permitindo que os estudantes compreendam outras dimensões da realidade social brasileira e, assim, estabeleçam uma conexão efetiva entre teoria e prática (MORAIS, 2009).

Conclusão

As oficinas desenvolvidas no município de Santa Rita do Pardo/MS pela equipe de rondonistas da Operação Guaicurus obtiveram um ótimo aproveitamento, expressado pelo elevado engajamento por parte dos participantes e participação ativa. A abordagem interativa das oficinas permitiu que os participantes se envolvessem em discussões construtivas, troca de conhecimentos e práticas relevantes para cada uma das áreas temáticas. Além disso, as atividades práticas realizadas durante as oficinas proporcionaram uma experiência tangível, fortalecendo a compreensão dos conceitos teóricos apresentados. As avaliações positivas expressadas pelos participantes ressaltaram a qualidade das apresentações, a expertise dos rondonistas e a aplicabilidade direta do conteúdo em suas atividades cotidianas.

A qualidade das oficinas capacitou os participantes diretos das oficinas e estabeleceu as bases para a criação de multiplicadores dentro da comunidade, proporcionando um efeito de cascata, onde os participantes poderão disseminar práticas e perspectivas benéficas para um número ainda maior de membros da comunidade.

1349

Referências

BRASIL, Ministério da Defesa. **Projeto Rondon**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon>. Acesso em 01 out. 2023.

FERREIRA, V.C.S. O Projeto Rondon e uma formação jurídica cidadã. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 142-151, ago./dez. 2009.

GONÇALVES, D.E. Projeto Rondon: a Força Aérea Brasileira Integrando o Brasil. **INCAER**, 46. ed. 2017.

MORAIS, V.A.Z.; OLIVEIRA, E.R. O projeto rondon e a Universidade federal de lavras. In: Congresso de extensão da Universidade Federal de Lavras, 4, 2009.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

MUNDO RONDON. A Revista do Projeto Rondon. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00486877244d8c53b8670>. Acesso em: 1 out. 2023.

ROHTER, L. **Rondon: uma biografia**. São Paulo: Objetiva, 2019.

SANTOS, Edlander. Projeto Rondon: lição de vida e de cidadania. **Da Cultura**, ano XI, 21 ed., p. 25-31, 2013.

VIRGOLIN, I.W.C.; KRUG, M.R. Projeto Rondon: um relato de experiência de extensão. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano XVI, n. 156, maio 2011.

1350



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PROJETO RONDON: INCENTIVO A TECNOLOGIA E PRODUÇÃO NA CIDADE DE SANTA RITA DO PARDO, MS, BRASIL

Felipe de Campos Loch¹
Marina de Medeiros Machado²
Maysa Fonseca Rodrigues³
Lorrayne Bianca Santos Costa⁴

Introdução

O Projeto Rondon é uma ação interministerial do Governo Federal Brasileiro atrelado aos Governos Estadual e Municipal que, juntamente das Instituições de Ensino Superior, promovem ações que estimulam o desenvolvimento de cidades e comunidades e na construção e promoção da cidadania.

O Projeto Rondon teve sua concepção durante o período dos governos militares e foi estabelecido durante a administração do Presidente Costa e Silva (1967-1969). Recebeu esse nome em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, um militar com uma perspectiva humanista que defendia os direitos dos povos indígenas no Brasil (ROTHER, 2019; BRASIL, 2023)

A primeira ação do Projeto Rondon, denominada Operação Zero, teve lugar em julho de 1967 e se estendeu por 28 dias. Nesse evento inaugural, 30 estudantes e 2 professores universitários da antiga Universidade do Estado da Guanabara participaram. Essa empreitada ocorreu nas regiões remotas da Amazônia e concentrou-se em atividades de pesquisa, coleta de dados e assistência médica (SANTOS, 2013; MUNDO RONDON, 2014).

O Projeto Rondon se estabeleceu como uma estratégia para alcançar dois objetivos essenciais: reduzir as disparidades regionais e sociais dentro do país, ao mesmo tempo em que proporcionava um propósito claro para a juventude, incorporando-a à vida nacional e contribuindo para um país melhor (GONÇALVES, 2017). No ano de 1989 o projeto foi extinto pelo Governo Federal (VIRGOLIN e KRUG, 2011).

1351

¹ Doutor em Geotecnia, Professor, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. felipe.loch@ufop.edu.br

² Doutora em Engenharia Ambiental, Professora, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. marina.medeiros@ufop.edu.br

³ Estudante de Engenharia Civil, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. maysa.rodrigues@aluno.ufop.edu.br

⁴ Estudante de Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. lorrayne.costa@aluno.ufop.edu.br

Somente em 2004, o Projeto Rondon foi revivido após uma proposta da União Nacional dos Estudantes (UNE). O projeto segue em operação sem interrupções até o presente, e continua a prestar serviços em benefício de municípios de vários estados do Brasil. As regiões prioritárias de atuação são aquelas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exclusão social, bem como áreas isoladas do território nacional que necessitem de maior aporte de bens e serviços. Por essa razão, a Diretriz Estratégica do Projeto Rondon prioriza as regiões norte e nordeste do país (VIRGOLIN e KRUG, 2011; BRASIL, 2023).

Conforme Brasil (2023), o programa envia professores e estudantes universitários de diversas áreas do conhecimento, que trabalham na busca de soluções para abordar as necessidades específicas das comunidades locais.

Atualmente, o Projeto Rondon é uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa. Seu objetivo é facilitar a participação de estudantes universitários em atividades que promovam o desenvolvimento sustentável e a cidadania, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades que recebem os estudantes (BRASIL, 2023).

As atividades de extensão universitária realizadas pelos estudantes durante o Projeto Rondon estão alinhadas com a Política Nacional de Extensão Universitária, que visa promover a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. Essas atividades buscam desenvolver diversas dimensões humanas, éticas, econômicas, culturais e sociais (BRASIL, 2023).

O Projeto Rondon se destaca por ser uma iniciativa de trabalho voluntário realizada em regiões previamente selecionadas do Brasil durante as férias dos estudantes. As operações têm a duração de duas semanas e cada município recebe duas equipes de diferentes universidades. O foco das equipes está na realização de atividades educacionais que abordam as necessidades reais das comunidades atendidas (BRASIL, 2023).

Além disso, o Projeto Rondon destaca a importância do trabalho em equipe, permitindo uma visão holística do ser humano como um ser multidimensional, englobando aspectos físicos, psicológicos, sociais e espirituais, vivendo em famílias e comunidades. Essa iniciativa também proporciona aos estudantes a oportunidade de aplicar seu conhecimento acadêmico na prática, desenvolvendo habilidades de comunicação com a população local e promovendo a troca de conhecimentos.

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência de estudantes e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) durante sua participação em uma operação do Projeto Rondon no município de Santa Rita do Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, destacando a relevância dessa iniciativa na promoção da cidadania.

Objetivos

Os principais objetivos do projeto estão compreendidos em contribuir para a formação social do universitário como cidadão e integrá-lo ao desenvolvimento nacional do país por meio das

ações participativas a respeito da realidade do país, bem como consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social coletiva em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais.

Com o projeto Rondon objetiva-se promover interação e compartilhamento de conhecimento entre estudantes universitários, professores e a comunidade; difundir aprendizados através das oficinas, pensadas de modo a atender as demandas e especificidades da região, as quais foram desenvolvidas no eixo de “tecnologia e produção”, permitindo aos alunos aplicar de forma criativa e prática os conhecimentos técnicos adquiridos na Universidade.

Além disso, objetiva-se contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade onde se desenvolverá o projeto. Conforme cita o Art. 3 – Constituição Federal Brasileira de 1998, o projeto visa “Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

Metodologia

Etapas do Projeto Rondon

O Projeto Rondon, segundo Brasil (2023), seguiu as seguintes etapas:

1 - Planejamento: Nesta fase foi realizado um levantamento demográfico e socioeconômico das áreas prioritárias do projeto, com base em dados estatísticos de fontes oficiais, tanto governamentais quanto não governamentais. Nesta etapa foi escolhido o Estado do Mato Grosso do Sul e definidas as possíveis cidades de interesse.

2 - Contato Inicial: Foram estabelecidos contatos com órgãos governamentais estaduais e municipais, associações regionais e unidades das Forças Armadas, que serviram como apoio para a operação nas regiões determinadas.

3 - Fase de Reconhecimento: Os acordos de cooperação foram aceitos por meio de negociações com estruturas governamentais dos estados e municípios. Isso envolveu visitas, apresentações e conferências.

4 - Lançamento da Operação Guaicurus: Um evento celebrou os acordos de cooperação e o plano de trabalho, que foram discutidos com os governos estaduais e municipais nas fases anteriores.

5 - Publicação do Edital: Um edital que regulamentou a participação das Instituições de Ensino Superior (IES) na operação foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). Ele indicou os municípios, as ações planejadas, o cronograma de atividades e as condições e obrigações que as IES deveriam seguir para participar da Operação Guaicurus.

6 - Preparo e Submissão das Propostas de Trabalho: Nesta etapa os professores das IES elaboraram uma proposta de trabalho e submeteram para avaliação do Ministério da Defesa (MD). Foram realizados estudos e elaborado um diagnóstico socioeconômico do Estado e das cidades de interesse.

1353



A partir do diagnóstico foram elaboradas propostas de oficinas e atividades para promover melhoria da vida das comunidades selecionadas e diminuição da desigualdade social.

7 - Seleção das Propostas de Trabalho: Foram avaliados o mérito, a relevância e a viabilidade das propostas de trabalho de cada IES. Essas propostas foram submetidas à Comissão de Avaliação das Propostas do Projeto Rondon (CAPPR) e selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos no edital. No resultado final da seleção o MD indica duas equipes, de IES diferentes, para atuarem em cada cidade de interesse, sendo uma equipe do Conjunto “A” para trabalhar com os temas de cultura, direitos humanos, justiça, educação e saúde. A outra equipe, do Conjunto de Ações “B”, é responsável por trabalhar com os temas de comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção.

8 - Viagem Preliminar: Professores coordenadores das IES selecionadas realizaram viagens aos municípios para ajustar as propostas de trabalho em colaboração com as autoridades municipais e líderes locais. Também coordenaram a logística e a infraestrutura para a estadia dos rondonistas, incluindo transporte, acomodação, alimentação e a realização das oficinas.

9 - Preparo das Ações: Após a seleção, as IES formaram equipes compostas por 2 professores e 8 alunos, garantindo uma abordagem multidisciplinar para a execução das diversas atividades planejadas. Inicialmente, foi realizada uma avaliação criteriosa das demandas específicas do município selecionado para o projeto. Essa análise compreensiva permitiu identificar as principais necessidades e desafios enfrentados pela comunidade, bem como estabeleceu uma base sólida para a intervenção. Foram estudadas alternativas de intervenção, levando em consideração as demandas identificadas, a viabilidade das soluções propostas e o potencial impacto positivo na comunidade. Esse processo de estudo detalhado permitiu selecionar as estratégias mais adequadas e eficazes para atender às necessidades locais.

10 - Operação em Andamento: Equipes de rondonistas foram enviadas aos municípios para realizar as ações do Projeto Rondon. Cada cidade recebeu duas equipes, de IES diferentes, compostas por 8 alunos e 2 professores cada e também um sargento do exército, totalizando, assim, uma equipe com 21 integrantes.

1354

Sobre o município

As cidades de interesse da Operação Guaicurus do Projeto Rondon, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), indicadas pelo MD, foram: Água Clara, Bodoquena, Bonito, Caarapó, Camapuã, Figueirão, Inocência, Nioaque, Pedro Gomes, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Taquarussu. A equipe da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi selecionada para trabalhar em Santa Rita do Pardo (MS).

Santa Rita do Pardo é um município localizado no estado do MS, Brasil. Possui uma localização geográfica que o situa na região centro-oeste do país, mais precisamente na mesorregião Leste, e sudoeste do estado do MS.



Com uma área territorial de 6.142 km², o município abrange uma diversidade de paisagens que incluem extensas áreas rurais e uma parte da vegetação do Cerrado, típica da região central do Brasil. Santa Rita do Pardo faz parte da bacia do rio Paraná, o que contribui para a presença de rios e corpos d'água que desempenham um papel importante na economia local, tanto para atividades agrícolas quanto para a pesca.

O município, segundo dados do IBGE (2010), possui uma população rural de 3.737 habitantes e uma população urbana de 3.522 habitantes, e um total de 7.259. A economia do município é predominantemente baseada na agricultura, com cultivos que incluem soja, milho, cana-de-açúcar, entre outros. Além disso, a pecuária desempenha um papel significativo na economia local, com a criação de gado de corte e leite. A porcentagem de ocupados no setor agropecuário é de 55,41% e no setor de serviços é de 28,75% (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2023).

Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2023), o município de Santa Rita do Pardo apresenta um IDHM (2010) de 0,64, a porcentagem de pessoas inscritas do Cadastro Único sem esgotamento sanitário adequado até 2017 era de 67,62% e a porcentagem de vulneráveis à pobreza até o ano de 2010 era de 36,5%.

UFOP no Projeto Rondon

Nos trabalhos em Santa Rita do Pardo, MS, as atividades do conjunto “A” foram desenvolvidas pela equipe da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). A equipe da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desenvolveu atividades que contemplaram as propostas do conjunto “B” de ações estabelecidas pelo Projeto Rondon, nas quais foram trabalhadas as áreas de comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção. Neste artigo são apresentadas as ações do eixo “tecnologia e produção”.

A equipe da UENP também contou com 8 alunos, sendo dois do curso de Odontologia, um de Biologia, um de Pedagogia, um de Letras, dois de Fisioterapia e um de Enfermagem. O conjunto A contou com dois professores, sendo um do curso de enfermagem e outro do curso de odontologia.

Participaram desta operação 8 alunos da graduação da UFOP, de diversos cursos: três do curso de Engenharia Civil, dois de Engenharia Ambiental, um de Artes Cênicas, um de Ciências Biológicas e um de Nutrição. A equipe também foi formada por dois professores: um de Engenharia Civil e outro de Engenharia Ambiental, os quais supervisionaram as atividades e auxiliaram os alunos no desenvolvimento de práticas para a comunidade.

Além dos professores e alunos a equipe, em Santa Rita do Pardo (MS), contou com a presença de um sargento do exército, cuja responsabilidade incluía garantir a segurança e auxiliar os participantes na locomoção pela cidade. A equipe era formada por 21 integrantes, ou rondonistas.

1355



As atividades da Operação Guaicurus do Projeto Rondon foram realizadas entre 13 e 30 de julho de 2023, com ações realizadas na área da comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção, tendo como público-alvo: crianças e adolescentes; adultos e idosos; conselheiros municipais e organizações da sociedade civil; professores da rede pública de ensino; servidores públicos; produtores rurais e a população em geral.

Como parte da estratégia metodológica, foi conduzido um programa de capacitação de multiplicadores, com o intuito de promover a participação e o envolvimento social para influenciar e adotar hábitos e comportamentos que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para preparar as atividades propostas, houve reuniões com a equipe de rondonistas, durante as quais foram discutidos e planejados os materiais didáticos a serem utilizados. Durante a operação, diversas atividades foram realizadas, incluindo:

- Reuniões para planejamento, discussão e avaliação prévias, durante e após as atividades.
- Palestras expositivas abordando tópicos relacionados às atividades.
- Debates envolvendo o público, proporcionando um espaço para discussões e para identificar atividades e estratégias de trabalho.
- Demonstração prática com materiais didáticos específicos, utilizados nos processos de discussão e reflexão.
- Exibição de vídeos e filmes relacionados às temáticas trabalhadas.
- Grupos de discussão e oficinas de trabalho, incluindo peças de teatro, jogos, leituras e atividades lúdicas, de acordo com as necessidades das atividades.
- Vivências e compartilhamento de experiências.
- Criação de materiais didáticos e projetos comunitários como parte do processo de ensino-aprendizado.
- Registo fotográfico e em vídeo das atividades, após a autorização e consentimento dos participantes.

1356

Resultados

Ações desenvolvidas no eixo “Tecnologia e Produção”

Os rondonistas foram recebidos por funcionários da prefeitura no momento de sua chegada a Santa Rita do Pardo, MS. A equipe foi acomodada em uma escola municipal infantil da localidade. Após a chegada foi realizada a organização do alojamento e foi dado início a divulgação da Operação nos bairros próximos ao alojamento. Ainda no primeiro dia, foi realizada uma feira em uma praça da cidade para divulgar as ações.



As ações desenvolvidas pela equipe UFOP no eixo “tecnologia e produção”, que compõem o conjunto de ações “B” do Projeto Rondon são descritas a seguir.

As oficinas que compõem o eixo temático “Tecnologia e Produção” foram elaboradas com intuito de capacitar os multiplicadores em prol do avanço tecnológico dos problemas locais observados, além de produzir inovações em produtos com potencial de venda de mercado, bem como proporcionar oportunidades de geração de emprego e renda através da valorização dos aspectos de mão de obra local.

Oficina de construção de cisterna simples para uso domiciliar

Esta ação foi realizada em uma escola municipal da cidade de Santa Rita do Pardo, MS, e, posteriormente, foi repetida no assentamento São Tomé, localizado no mesmo município.

Durante a oficina, os rondonistas apresentaram o funcionamento da cisterna e a importância do aproveitamento residencial da água da chuva. Além disso, também apresentaram um passo a passo da montagem e instalação da cisterna, com a apresentação física dos materiais necessários como caixa d’água, conexões de PVC e tubulação utilizada. Os rondonistas junto com os participantes montaram uma cisterna completa durante a oficina. Além disso também foi apresentado e entregue para a população um material impresso que apresenta o passo a passo, explicações de montagem e manutenção da cisterna.

Esta ação teve como impacto na população o despertar do interesse pela construção do sistema, visto que a população pontuou como uma demanda da região devido a quantidade de residências que apresentam a produção de agricultura familiar.

1357

Oficina de construção e uso da fossa séptica biodigestora

Esta oficina foi realizada no assentamento Mutum, e, posteriormente, no assentamento São Tomé, ambos na cidade de Santa Rita do Pardo, MS.

Nesta oficina os rondonistas apresentaram o funcionamento da fossa séptica, a importância do tratamento de esgoto residencial e as principais doenças relacionadas com a falta do tratamento do esgoto. Foi apresentado o passo a passo da montagem e instalação da fossa séptica, com a apresentação física dos materiais necessários como caixa d’água, conexões de PVC e tubulação utilizada. Foi comentado, também, sobre a produção de biofertilizante no final do sistema de tratamento e como sua utilização gera benefícios para a manutenção do sistema agrário. Além disso, foi apresentado e entregue para a população um material impresso de uma cartilha da Embrapa que apresenta o passo a passo, explicações de montagem e manutenção da fossa séptica, de forma a possibilitar que a comunidade local pudesse replicar a oficina para diferentes públicos-alvo, tornando-se verdadeiros multiplicadores.

A oficina teve como impacto na população o despertar do interesse pela construção do sistema de tratamento, visto que a população pontuou como uma demanda da região devido a quantidade de residências que apresentam a produção de agricultura familiar.

Oficina de produção de biofertilizante

A oficina de produção de biofertilizante foi realizada nas dependências de uma escola municipal localizada no assentamento Mutum, em Santa Rita do Pardo, MS. Durante a oficina, os rondonistas apresentaram como montar um sistema para produção de biofertilizante de forma aeróbica e anaeróbica, listando possíveis materiais que podem ser adicionados, a importância dos nutrientes e como utilizar o líquido do biofertilizante e sua matéria orgânica.

Nesta ação foi realizada uma atividade prática onde os integrantes montaram dois biodigestores, um de forma aeróbica e um de forma anaeróbica. A oficina teve como impacto na população a importância de manter o cultivo das plantações de forma orgânica, fácil, de baixo custo, e com plantas com maior resistência, trazendo ainda mais a possibilidade de comercialização do biofertilizante.

Oficina de produção de repelente natural

A oficina de produção de repelente natural foi realizada em uma escola municipal na cidade de Santa Rita do Pardo, MS. Esta ação foi realizada em uma escola municipal localizada no assentamento Mutum, localizada no mesmo município.

Durante a oficina, os rondonistas responsáveis apresentaram produtos que podem ser utilizados para realizar a produção do repelente natural e a importância de combater insetos, de diferentes maneiras, para evitar a disseminação de doenças.

Após a aula teórica e roda de conversa foi realizada uma atividade prática onde os integrantes montaram seu próprio repelente natural. A oficina teve como impacto na população a importância de se proteger contra os mosquitos e trazer uma forma natural, fácil e rápida de prevenção.

Oficina de produção de marmita, cardápio e precificação

Esta ação foi realizada nas dependências de uma escola municipal de Santa Rita do Pardo, MS. Durante a oficina os rondonistas apresentaram sobre contaminação cruzada, formas de higienização das mãos, disposição, limpeza, iluminação de cozinhas, armazenamento de alimentos e normas técnicas. A oficina teve como impacto na população a importância de separar os materiais para manuseio dos alimentos, selecionar alimentos de qualidade, limpeza

1358



do ambiente e equipamentos, e com isso evitar possíveis contaminações cruzadas, prezando por um produto de qualidade para o produtor.

Oficina de produção de geleias

A oficina de produção de geleias foi realizada nas dependências de uma escola municipal localizada no Assentamento Mutum e, posteriormente, na cozinha do galpão de uma associação de produtores rurais do assentamento São Thomé, ambos os locais se situam na cidade de Santa Rita do Pardo, MS. A oficina foi realizada também em uma escola municipal localizada no centro urbano da cidade. Durante a oficina, foram abordadas importantes técnicas de higienização de alimentos, visando garantir a segurança e qualidade dos produtos elaborados. Os participantes tiveram a oportunidade de aprender as corretas técnicas de esterilização de vidros, um processo essencial para preservar as geleias de forma adequada e prolongar sua durabilidade.

No assentamento Mutum a parte prática da oficina foi dedicada à produção de duas receitas: a primeira foi uma geleia de manga com maracujá e a segunda uma geleia de banana. Na escola municipal do centro da cidade foram realizadas as receitas de geleias de manga com maracujá e de laranja. No assentamento São Tomé também foram realizadas as receitas de geleia de manga com maracujá e de banana.

Os participantes puderam vivenciar o processo de preparação das geleias, desde a seleção cuidadosa dos ingredientes até o ponto ideal de cozimento. Essa experiência prática permitiu que eles ganhassem confiança em suas habilidades e se familiarizassem com o processo de produção artesanal de geleias.

A iniciativa de realizar essa oficina na escola teve como objetivo disseminar conhecimentos sobre a produção artesanal de geleias, destacando a importância do aproveitamento consciente de frutas e a redução do desperdício de alimentos. Além disso, a produção de geleias caseiras pode representar uma fonte de renda adicional para as famílias locais, incentivando o empreendedorismo e a sustentabilidade econômica na comunidade.

1359

Oficina de produção de conservas

A oficina de “Produção de Conservas” foi realizada no assentamento São Thomé, em Santa Rita do Pardo, MS. Nesta ação foi realizada aula teórica e atividade prática de produção de conservas de legumes, excepcionalmente as culturas mais produzidas pelos produtores rurais locais. Esta oficina foi criada durante a operação e serviu para atender a demanda local e complementar as atividades desenvolvidas na oficina de produção de geleias.

As oficinas de produção de geleias e de conservas foram uma oportunidade valiosa para compartilhar conhecimentos e habilidades, promovendo a valorização de práticas artesanais e a conscientização sobre o uso responsável dos recursos naturais. Com essas novas habilidades

adquiridas, espera-se que os participantes possam continuar produzindo geleias e compotas de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento da região e o fortalecimento das atividades locais.

Feira de ciências e produtos

Esta ação foi realizada em uma praça da cidade de Santa Rita do Pardo, MS, como parte integrante das festividades de encerramento da Operação Guaicurus. Na feira de ciências foram apresentadas: técnicas de determinação da qualidade da água; estágios de crescimento de larvas do mosquito *Aedes aegypti*, causador da Dengue; técnica de produção de sabão em barra; além de conceitos gerais de reciclagem de materiais e os benefícios para sociedade.

A feira de ciências contou também com a “Feira de Produtos Rondon”, onde foram apresentados os produtos produzidos pelos rondonistas e participantes das oficinas realizadas na cidade. Entre os produtos apresentados destacam-se o repelente natural, as geleias de maracujá e manga e as compotas. Foram apresentados os métodos de produção, receitas etc.

Ao fim de todas as ações foram realizadas avaliações para verificar se os participantes conseguiram compreender o que foi ensinado e se eram capazes de se tornarem multiplicadores do conhecimento. Foi verificado, que os participantes das oficinas, em sua maioria, se consideraram capazes de serem agentes de mudança em suas comunidades, compartilhando o conhecimento adquirido nas oficinas e promovendo o desenvolvimento local. O que evidenciou que as estratégias de comunicação se mostraram eficazes garantir o compartilhamento do conhecimento de maneira acessível e relevante.

1360

Extensão universitária

A interação entre a universidade e a comunidade, que é uma consequência da prática da extensão universitária, desempenha um papel fundamental ao conscientizar os estudantes de sua responsabilidade como cidadãos. Isso proporciona aos futuros profissionais a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em prol de uma sociedade mais justa e mais bem assistida, como destacado por Ferreira (2009).

Projetos de extensão universitária, como é o caso do Projeto Rondon, desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento. Sua abordagem de extensão ajuda a ampliar os conteúdos adquiridos em sala de aula, permitindo que os estudantes compreendam outras dimensões da realidade social brasileira e, assim, estabeleçam uma conexão efetiva entre teoria e prática (MORAIS, 2009).

Conclusão

As oficinas desenvolvidas no município de Santa Rita do Pardo/MS pela equipe de rondonistas da Operação Guaicurus obtiveram um ótimo aproveitamento, expressado pelo elevado



engajamento por parte dos participantes e participação ativa. A abordagem interativa das oficinas permitiu que os participantes se envolvessem em discussões construtivas, troca de conhecimentos e práticas relevantes para cada uma das áreas temáticas. Além disso, as atividades práticas realizadas durante as oficinas proporcionaram uma experiência tangível, fortalecendo a compreensão dos conceitos teóricos apresentados. As avaliações positivas expressadas pelos participantes ressaltaram a qualidade das apresentações, a expertise dos rondonistas e a aplicabilidade direta do conteúdo em suas atividades cotidianas.

A qualidade das oficinas capacitou os participantes diretos das oficinas e estabeleceu as bases para a criação de multiplicadores dentro da comunidade, proporcionando um efeito de cascata, onde os participantes poderão disseminar práticas e perspectivas benéficas para um número ainda maior de membros da comunidade.

Referências

BRASIL, Ministério da Defesa. **Projeto Rondon**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon>. Acesso em 01 out. 2023.

FERREIRA, V.C.S. O Projeto Rondon e uma formação jurídica cidadã. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 142-151, ago./dez. 2009.

GONÇALVES, D.E. Projeto Rondon: a Força Aérea Brasileira Integrando o Brasil. **INCAER**, 46. ed. 2017.

MORAIS, V.A.Z.; OLIVEIRA, E.R. O projeto rondon e a Universidade federal de lavras. In: Congresso de extensão da Universidade Federal de Lavras, 4, 2009.

MUNDO RONDON. A Revista do Projeto Rondon. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00486877244d8c53b8670>. Acesso em: 1 out. 2023.

ROHTER, L. **Rondon: uma biografia**. São Paulo: Objetiva, 2019.

SANTOS, Edlander. Projeto Rondon: lição de vida e de cidadania. **Da Cultura**, ano XI, 21 ed., p. 25-31, 2013.

VIRGOLIN, I.W.C.; KRUG, M.R. Projeto Rondon: um relato de experiência de extensão. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano XVI, n. 156, maio 2011.

PROJETO RONDON: VIVÊNCIAS EM MEIO AMBIENTE E COMUNICAÇÃO NA CIDADE DE SANTA RITA DO PARDO, MS, BRASIL

Felipe de Campos Loch¹
Marina de Medeiros Machado²
Gabrielle Totti Nepomuceno³
Eliza Maria da Silva⁴
Camilla Malheiros Araújo⁵

Introdução

O Projeto Rondon é uma ação interministerial do Governo Federal Brasileiro atrelado aos Governos Estadual e Municipal que, juntamente das Instituições de Ensino Superior, promovem ações que estimulam o desenvolvimento de cidades e comunidades e na construção e promoção da cidadania.

O Projeto Rondon teve sua concepção durante o período dos governos militares e foi estabelecido durante a administração do Presidente Costa e Silva (1967-1969). Recebeu esse nome em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, um militar com uma perspectiva humanista que defendia os direitos dos povos indígenas no Brasil (ROTHER, 2019; BRASIL, 2023)

A primeira ação do Projeto Rondon, denominada Operação Zero, teve lugar em julho de 1967 e se estendeu por 28 dias. Nesse evento inaugural, 30 estudantes e 2 professores universitários da antiga Universidade do Estado da Guanabara participaram. Essa empreitada ocorreu nas regiões remotas da Amazônia e concentrou-se em atividades de pesquisa, coleta de dados e assistência médica (SANTOS, 2013; MUNDO RONDON, 2014).

O Projeto Rondon se estabeleceu como uma estratégia para alcançar dois objetivos essenciais: reduzir as disparidades regionais e sociais dentro do país, ao mesmo tempo em que

1362

¹ Doutor em Geotecnia, Professor, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. felipe.loch@ufop.edu.br

² Doutora em Engenharia Ambiental, Professora, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. marina.medeiros@ufop.edu.br

³ Estudante de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. gabrielle.nepomuceno@aluno.ufop.edu.br

⁴ Estudante de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. eliza.maria@aluno.ufop.edu.br

⁵ Estudante de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil. camilla.morais@aluno.ufop.edu.br



proporcionava um propósito claro para a juventude, incorporando-a à vida nacional e contribuindo para um país melhor (GONÇALVES, 2017). No ano de 1989 o projeto foi extinto pelo Governo Federal (VIRGOLIN e KRUG, 2011).

Somente em 2004, o Projeto Rondon foi revivido após uma proposta da União Nacional dos Estudantes (UNE). O projeto segue em operação sem interrupções até o presente, e continua a prestar serviços em benefício de municípios de vários estados do Brasil. As regiões prioritárias de atuação são aquelas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exclusão social, bem como áreas isoladas do território nacional que necessitem de maior aporte de bens e serviços. Por essa razão, a Diretriz Estratégica do Projeto Rondon prioriza as regiões norte e nordeste do país (VIRGOLIN e KRUG, 2011; BRASIL, 2023).

Conforme Brasil (2023), o programa envia professores e estudantes universitários de diversas áreas do conhecimento, que trabalham na busca de soluções para abordar as necessidades específicas das comunidades locais.

Atualmente, o Projeto Rondon é uma iniciativa do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa. Seu objetivo é facilitar a participação de estudantes universitários em atividades que promovam o desenvolvimento sustentável e a cidadania, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades que recebem os estudantes (BRASIL, 2023).

As atividades de extensão universitária realizadas pelos estudantes durante o Projeto Rondon estão alinhadas com a Política Nacional de Extensão Universitária, que visa promover a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. Essas atividades buscam desenvolver diversas dimensões humanas, éticas, econômicas, culturais e sociais (BRASIL, 2023).

O Projeto Rondon se destaca por ser uma iniciativa de trabalho voluntário realizada em regiões previamente selecionadas do Brasil durante as férias dos estudantes. As operações têm a duração de duas semanas e cada município recebe duas equipes de diferentes universidades. O foco das equipes está na realização de atividades educacionais que abordam as necessidades reais das comunidades atendidas (BRASIL, 2023).

Além disso, o Projeto Rondon destaca a importância do trabalho em equipe, permitindo uma visão holística do ser humano como um ser multidimensional, englobando aspectos físicos, psicológicos, sociais e espirituais, vivendo em famílias e comunidades. Essa iniciativa também proporciona aos estudantes a oportunidade de aplicar seu conhecimento acadêmico na prática, desenvolvendo habilidades de comunicação com a população local e promovendo a troca de conhecimentos.

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência de estudantes e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) durante sua participação em uma operação do Projeto Rondon no município de Santa Rita do Pardo, no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, destacando a relevância dessa iniciativa na promoção da cidadania.

Objetivos

Os principais objetivos do projeto estão compreendidos em contribuir para a formação social do universitário como cidadão e integrá-lo ao desenvolvimento nacional do país por meio das ações participativas a respeito da realidade do país, bem como consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social coletiva em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais.

Com o projeto Rondon objetiva-se promover interação e compartilhamento de conhecimento entre estudantes universitários, professores e a comunidade; difundir aprendizados através das oficinas, pensadas de modo a atender as demandas e especificidades da região, as quais foram desenvolvidas nos eixos “meio ambiente” e “comunicação”, permitindo aos alunos aplicar de forma criativa e prática os conhecimentos técnicos adquiridos na Universidade.

Além disso, objetiva-se contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade onde se desenvolverá o projeto. Conforme cita o Art. 3 – Constituição Federal Brasileira de 1998, o projeto visa “Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

Metodologia

Etapas do Projeto Rondon

O Projeto Rondon, segundo Brasil (2023), seguiu as seguintes etapas:

1 - Planejamento: Nesta fase foi realizado um levantamento demográfico e socioeconômico das áreas prioritárias do projeto, com base em dados estatísticos de fontes oficiais, tanto governamentais quanto não governamentais. Nesta etapa foi escolhido o Estado do Mato Grosso do Sul e definidas as possíveis cidades de interesse.

2 - Contato Inicial: Foram estabelecidos contatos com órgãos governamentais estaduais e municipais, associações regionais e unidades das Forças Armadas, que serviram como apoio para a operação nas regiões determinadas.

3 - Fase de Reconhecimento: Os acordos de cooperação foram aceitos por meio de negociações com estruturas governamentais dos estados e municípios. Isso envolveu visitas, apresentações e conferências.

4 - Lançamento da Operação Guaicurus: Um evento celebrou os acordos de cooperação e o plano de trabalho, que foram discutidos com os governos estaduais e municipais nas fases anteriores.

5 - Publicação do Edital: Um edital que regulamentou a participação das Instituições de Ensino Superior (IES) na operação foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). Ele indicou os

1364



municípios, as ações planejadas, o cronograma de atividades e as condições e obrigações que as IES deveriam seguir para participar da Operação Guaicurus.

6 - Preparo e Submissão das Propostas de Trabalho: Nesta etapa os professores das IES elaboraram uma proposta de trabalho e submeteram para avaliação do Ministério da Defesa (MD). Foram realizados estudos e elaborado um diagnóstico socioeconômico do Estado e das cidades de interesse. A partir do diagnóstico foram elaboradas propostas de oficinas e atividades para promover melhoria da vida das comunidades selecionadas e diminuição da desigualdade social.

7 - Seleção das Propostas de Trabalho: Foram avaliados o mérito, a relevância e a viabilidade das propostas de trabalho de cada IES. Essas propostas foram submetidas à Comissão de Avaliação das Propostas do Projeto Rondon (CAPPR) e selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos no edital. No resultado final da seleção o MD indica duas equipes, de IES diferentes, para atuarem em cada cidade de interesse, sendo uma equipe do Conjunto “A” para trabalhar com os temas de cultura, direitos humanos, justiça, educação e saúde. A outra equipe, do Conjunto de Ações “B”, é responsável por trabalhar com os temas de comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção.

8 - Viagem Preliminar: Professores coordenadores das IES selecionadas realizaram viagens aos municípios para ajustar as propostas de trabalho em colaboração com as autoridades municipais e líderes locais. Também coordenaram a logística e a infraestrutura para a estadia dos rondonistas, incluindo transporte, acomodação, alimentação e a realização das oficinas.

9 - Preparo das Ações: Após a seleção, as IES formaram equipes compostas por 2 professores e 8 alunos, garantindo uma abordagem multidisciplinar para a execução das diversas atividades planejadas. Inicialmente, foi realizada uma avaliação criteriosa das demandas específicas do município selecionado para o projeto. Essa análise compreensiva permitiu identificar as principais necessidades e desafios enfrentados pela comunidade, bem como estabeleceu uma base sólida para a intervenção. Foram estudadas alternativas de intervenção, levando em consideração as demandas identificadas, a viabilidade das soluções propostas e o potencial impacto positivo na comunidade. Esse processo de estudo detalhado permitiu selecionar as estratégias mais adequadas e eficazes para atender às necessidades locais.

10 - Operação em Andamento: Equipes de rondonistas foram enviadas aos municípios para realizar as ações do Projeto Rondon. Cada cidade recebeu duas equipes, de IES diferentes, compostas por 8 alunos e 2 professores cada e também um sargento do exército, totalizando, assim, uma equipe com 21 integrantes.

1365

Sobre o município

As cidades de interesse da Operação Guaicurus do Projeto Rondon, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), indicadas pelo MD, foram: Água Clara, Bodoquena, Bonito, Caarapó, Camapuã,



Figueirão, Inocência, Nioaque, Pedro Gomes, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Taquarussu. A equipe da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi selecionada para trabalhar em Santa Rita do Pardo (MS).

Santa Rita do Pardo é um município localizado no estado do MS, Brasil. Possui uma localização geográfica que o situa na região centro-oeste do país, mais precisamente na mesorregião Leste, e sudoeste do estado do MS.

Com uma área territorial de 6.142 km², o município abrange uma diversidade de paisagens que incluem extensas áreas rurais e uma parte da vegetação do Cerrado, típica da região central do Brasil. Santa Rita do Pardo faz parte da bacia do rio Paraná, o que contribui para a presença de rios e corpos d'água que desempenham um papel importante na economia local, tanto para atividades agrícolas quanto para a pesca.

O município, segundo dados do IBGE (2010), possui uma população rural de 3.737 habitantes e uma população urbana de 3.522 habitantes, e um total de 7.259. A economia do município é predominantemente baseada na agricultura, com cultivos que incluem soja, milho, cana-de-açúcar, entre outros. Além disso, a pecuária desempenha um papel significativo na economia local, com a criação de gado de corte e leite. A porcentagem de ocupados no setor agropecuário é de 55,41% e no setor de serviços é de 28,75% (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2023).

Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2023), o município de Santa Rita do Pardo apresenta um IDHM (2010) de 0,64, a porcentagem de pessoas inscritas do Cadastro Único sem esgotamento sanitário adequado até 2017 era de 67,62% e a porcentagem de vulneráveis à pobreza até o ano de 2010 era de 36,5%.

1366

UFOP no Projeto Rondon

Nos trabalhos em Santa Rita do Pardo, MS, as atividades do conjunto “A” foram desenvolvidas pela equipe da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). A equipe da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desenvolveu atividades que contemplaram as propostas do conjunto “B” de ações estabelecidas pelo Projeto Rondon, nas quais foram trabalhadas as áreas de comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção e trabalho. Neste artigo são apresentadas as ações do eixo “trabalho”.

A equipe da UENP também contou com 8 alunos, sendo dois do curso de Odontologia, um de Biologia, um de Pedagogia, um de Letras, dois de Fisioterapia e um de Enfermagem. O conjunto A contou com dois professores, sendo um do curso de enfermagem e outro do curso de odontologia. Participaram desta operação 8 alunos da graduação da UFOP, de diversos cursos: três do curso de Engenharia Civil, dois de Engenharia Ambiental, um de Artes Cênicas, um de Ciências Biológicas e um de Nutrição. A equipe também foi formada por dois professores: um de Engenharia Civil e outro de Engenharia Ambiental, os quais supervisionaram as atividades e auxiliaram os alunos no desenvolvimento de práticas para a comunidade.



Além dos professores e alunos a equipe, em Santa Rita do Pardo (MS), contou com a presença de um sargento do exército, cuja responsabilidade incluía garantir a segurança e auxiliar os participantes na locomoção pela cidade. A equipe era formada por 21 integrantes, ou rondonistas.

As atividades da Operação Guaicurus do Projeto Rondon foram realizadas entre 13 e 30 de julho de 2023, com ações realizadas na área da comunicação, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção e trabalho, tendo como público-alvo: crianças e adolescentes; adultos e idosos; conselheiros municipais e organizações da sociedade civil; professores da rede pública de ensino; servidores públicos; produtores rurais e a população em geral.

Como parte da estratégia metodológica, foi conduzido um programa de capacitação de multiplicadores, com o intuito de promover a participação e o envolvimento social para influenciar e adotar hábitos e comportamentos que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para preparar as atividades propostas, houve reuniões com a equipe de rondonistas, durante as quais foram discutidos e planejados os materiais didáticos a serem utilizados. Durante a operação, diversas atividades foram realizadas, incluindo:

- Reuniões para planejamento, discussão e avaliação prévias, durante e após as atividades.
- Palestras expositivas abordando tópicos relacionados às atividades.
- Debates envolvendo o público, proporcionando um espaço para discussões e para identificar atividades e estratégias de trabalho.
- Demonstração prática com materiais didáticos específicos, utilizados nos processos de discussão e reflexão.
- Exibição de vídeos e filmes relacionados às temáticas trabalhadas.
- Grupos de discussão e oficinas de trabalho, incluindo peças de teatro, jogos, leituras e atividades lúdicas, de acordo com as necessidades das atividades.
- Vivências e compartilhamento de experiências.
- Criação de materiais didáticos e projetos comunitários como parte do processo de ensino-aprendizado.
- Registro fotográfico e em vídeo das atividades, após a autorização e consentimento dos participantes.

1367

Resultados

Ações desenvolvidas nos eixos “Meio Ambiente” e “Comunicação”

Os rondonistas foram recebidos por funcionários da prefeitura no momento de sua chegada a Santa Rita do Pardo, MS. A equipe foi acomodada em uma escola municipal infantil da localidade. Após a chegada foi realizada a organização do alojamento e foi dado início a



divulgação da Operação nos bairros próximos ao alojamento. Ainda no primeiro dia, foi realizada uma feira em uma praça da cidade para divulgar as ações.

As oficinas do eixo temático “Comunicação” e “Meio Ambiente” foram desenvolvidas no intuito desenvolver diferentes habilidades de comunicação e favorecer o diálogo aberto na comunidade e enriquecendo seus valores, promovendo um melhor entendimento das necessidades e desafios enfrentados. Além disso, as oficinas de “Comunicação” podem promover a troca de experiências, histórias e valores entre os estudantes e a comunidade local, enriquecendo o diálogo intercultural. Já as oficinas de “Meio Ambiente” visam sensibilizar e capacitar os participantes a lidar com questões ambientais locais, de forma a desenvolver os participantes com as habilidades necessárias para identificar, avaliar e abordar os desafios ambientais enfrentados pela região, como a gestão de resíduos, a conservação da biodiversidade e a educação ambiental. Objetivou, também, promover uma maior conscientização sobre a importância da proteção ambiental e incentivar práticas de negócios e empreendedorismo que sejam ecologicamente responsáveis, ajudando a fortalecer a economia local.

As ações desenvolvidas pela equipe UFOP nos eixos “Meio Ambiente” e “Comunicação”, que compõem o conjunto de ações “B” do Projeto Rondon são descritas a seguir.

Combate à Dengue

A oficina de Combate a Dengue foi desenvolvida numa escola do município de Santa Rita do Pardo - MS, como também numa praça da região. As atividades da oficina envolveram a apresentação cênica informativa sobre a doença dengue e profilaxia, e uma ação coletiva de combate a dengue, com a eliminação de possíveis focos do mosquito *Aedes Aegypti* nas localidades próximas à escola. Além disso, foram desenvolvidos jogos teatrais baseados no Teatro do Oprimido, em que os participantes foram convidados a desenhar sobre a experiência vivida na oficina, através de uma relação da oficina com alguma experiência vivida relacionada à dengue em seus desenhos. Em seguida, foi realizado um debate e troca dos desenhos para relacionar as impressões pessoais ao significado de cada desenho.

1368

WhatsApp para Negócios

A oficina de WhatsApp para negócios foi na escola do município de Santa Rita do Pardo, MS, no assentamento Mutum, em uma escola do local e no Assentamento São Thomé. As atividades da oficina começaram com uma introdução sobre o tema: o que é o WhatsApp Business, como fazer a instalação e criar uma conta. Foram mostradas também todas as funcionalidades do aplicativo e como cada uma das ferramentas podem ser usadas para facilitar no atendimento do cliente e expansão do negócio. Em todas as datas desta oficina o público demonstrou bastante interesse no assunto.



Roda de Leitura

A oficina de “Roda de Leitura” ocorreu no Salão Municipal da Prefeitura de Santa Rita do Pardo/MS, e também na escola local e no Assentamento Mutum. O desenvolvimento da oficina constou na divisão das crianças em pequenos grupos, sendo reproduzida uma estória para cada grupo. Após a contação de estórias, as crianças eram instigadas a relatar suas impressões da estória, e quando possível, relacionar com as vivências do seu cotidiano. A oficina objetivou o desenvolvimento infantil e o diálogo entre as crianças.

Teatro de fantoches

A oficina de Teatro de Fantoches foi conduzida através de uma performance com fantoches com roteiro autoral escrito e performado pelos rondonistas com o tema saneamento básico, abordando a importância do saneamento básico, os riscos de contaminação associados ao descarte indevido de esgoto sanitário em cursos d’água e algumas soluções para essa problemática, em linguagem didática e acessível para o público infantil.

Após a apresentação foi realizada uma atividade prática de exercício da criatividade, onde cada criança confeccionou um fantoche de mão com o uso dos materiais preparados e trazidos pelos rondonistas que incluíam meias com boca de papelão e feltro, olhos de adesivo, pompons, formas geométricas de feltro, lãs coloridas, colas de silicone frias entre outros. Nesta atividade as crianças desenvolveram o senso de compartilhamento ao dividir os materiais disponíveis, a coordenação motora ao confeccionar manualmente seus próprios fantoches, além da criatividade ao montar livremente, e com formas diversas, os seus personagens. Também teve como resultado a conscientização do público-alvo sobre um tema de relevância para saúde pública e o descarte adequado de esgoto.

1369

Relações Interpessoais e Feedback

A oficina de “Relações Interpessoais e Feedback”, abrangeu os seguintes subtemas: Técnicas de Aperfeiçoamento Pessoal, Níveis da Comunicação, A Arte do Bom Comunicador e Ouvinte, Empatia, Relacionamento interpessoal no Trabalho, Janela de Johari, Feedback no Trabalho e Inteligência Emocional. A atividade abordou duas dinâmicas para integração e fixação do conteúdo, sendo a primeira, realizada durante a apresentação, em que foi proposto que os participantes realizassem um desenho de sua dupla, com o olhar fixo ao olhar do outro, sem tirar o lápis do papel, a ideia é observar mais as pessoas e estabelecer uma relação genuína através do contato visual. A segunda dinâmica, envolveu uma metodologia de “mito ou verdade”, com frases que foram usadas durante a oficina, sendo que a cada resposta era realizada uma conversa sobre a afirmativa e sua interpretação.

Nesse contexto, a importância das relações interpessoais é enaltecida como a base para a construção de vínculos sólidos e colaborativos, sendo facilitado aos participantes a oportunidade de desenvolver



suas capacidades de escuta ativa, empatia e respeito mútuo, habilidades fundamentais para a criação de um ambiente harmonioso de aprendizado e compartilhamento.

Além disso, o tópico de feedback construtivo desempenha um papel crucial na melhoria contínua, de maneira a aprimorar a qualidade das interações e promovendo um ambiente de apoio e crescimento mútuo.

Fabricação de brinquedos e artesanato com material reciclado

A Oficina de Fabricação de Brinquedos e Artesanato de Material Reciclado foi desenvolvida na escola do município de Santa Rita do Pardo, MS, e objetivou o desenvolvimento de dois brinquedos recicláveis, um pebolim e artesanatos para o Natal, como estrelas com rolos de papel higiênico, árvores de natal e biscoitos com papelão, bonecos de “gelo” com tampa de garrafa pet e muita tinta. Dessa forma foi possível trabalhar a conscientização dos participantes sobre a importância da reciclagem e como pode ser utilizada de maneira animada em suas realidades.

Tecnologias de saneamento rural: biodigestor

Uma outra oficina abordada dentro do tema “Meio Ambiente” foi a de “Tecnologias de saneamento rural: biodigestor”, que foi realizada no Assentamento Mutum e no Assentamento São Tomé. Na oficina foram apresentados os conceitos teóricos do biodigestor, seu princípio de funcionamento e seus produtos. Em seguida, iniciou-se a construção do biodigestor no local. O biodigestor converte resíduos orgânicos, como esterco animal e restos de alimentos, em biogás e fertilizantes orgânicos ricos em nutrientes. Em primeiro lugar, o biogás gerado pelo biodigestor pode ser utilizado como fonte de energia para cozinhar, iluminar casas e até mesmo alimentar motores para gerar eletricidade. Isso reduz a dependência de combustíveis fósseis e a necessidade de deslocamento para adquirir gás de cozinha ou eletricidade, proporcionando economias significativas para os moradores rurais.

Os rondonistas apresentaram o passo a passo da montagem e os participantes tiveram as suas dúvidas esclarecidas ao longo do processo. Essa oficina teve grande importância para a comunidade local pois contribui para a gestão ambiental responsável, reduz o impacto ambiental negativo dos dejetos animais, diminuindo o risco de contaminação da água e a emissão de gases de efeito estufa, melhorando a qualidade de vida das comunidades rurais e contribuindo na preservação do meio ambiente.

Educação ambiental e coleta seletiva

Ocorreu ainda a oficina de “Educação ambiental e coleta seletiva”, realizada na praça da cidade de Santa Rita do Pardo/MS. Na oportunidade, os rondonistas instruíram os participantes sobre

1370

as formas correta de manejo dos resíduos sólidos, especialmente quanto à separação dos resíduos recicláveis e seu correto acondicionamento e identificação para que possam ser entregues à coleta seletiva. Foram confeccionadas lixeiras com as cores da coleta seletiva e identificadas de acordo com a tipologia dos resíduos. As lixeiras confeccionadas serviram de exemplos para as práticas de acondicionamento e identificação correta dos resíduos recicláveis. A oficina atendeu uma demanda local significativa, uma vez que o município não tem instituída a coleta seletiva e apresenta dificuldades na gestão dos resíduos recicláveis.

Minicurso: Gestão ambiental para o serviço público

O eixo “Meio Ambiente” também contou com a oferta do Minicurso de Gestão Ambiental para o Serviço Público, realizado em dois dias consecutivos. Nele foram abordados os seguintes temas: Evolução do política ambiental no Brasil, Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Licenciamento Ambiental, Avaliação de Impacto Ambiental, Sistema de Gestão Ambiental (ISO14001), PDCA (melhoria contínua), Gestão Ambiental para o Controle Ambiental, Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Gestão de Resíduos Sólidos. Os temas foram expostos a 4 servidores públicos locais.

Em um momento em que a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade se tornaram prioridades globais, os servidores públicos desempenham um papel crucial na implementação de políticas e práticas que visam a proteção do ecossistema e o uso responsável dos recursos naturais. Nesse sentido, ao capacitar esses profissionais com conhecimentos em gestão ambiental, a capacidade do serviço público de tomar decisões embasadas nas melhores práticas ambientais é fortalecida e busca-se promover a conscientização sobre a importância de ações sustentáveis no cotidiano, permitindo a construção de uma administração pública mais eficaz e responsável, e com compromisso junto à comunidade local em lidar com questões ambientais de forma proativa.

Ao fim de todas as ações foram realizadas avaliações para verificar se os participantes conseguiram compreender o que foi ensinado e se eram capazes de se tornarem multiplicadores do conhecimento. Foi verificado, que os participantes das oficinas, em sua maioria, se consideraram capazes de serem agentes de mudança em suas comunidades, compartilhando o conhecimento adquirido nas oficinas e promovendo o desenvolvimento local. O que evidenciou que as estratégias de comunicação se mostraram eficazes garantir o compartilhamento do conhecimento de maneira acessível e relevante.

Extensão universitária

A interação entre a universidade e a comunidade, que é uma consequência da prática da extensão universitária, desempenha um papel fundamental ao conscientizar os estudantes de sua responsabilidade como cidadãos. Isso proporciona aos futuros profissionais a oportunidade de

1371

aplicar seus conhecimentos em prol de uma sociedade mais justa e mais bem assistida, como destacado por Ferreira (2009).

Projetos de extensão universitária, como é o caso do Projeto Rondon, desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento. Sua abordagem de extensão ajuda a ampliar os conteúdos adquiridos em sala de aula, permitindo que os estudantes compreendam outras dimensões da realidade social brasileira e, assim, estabeleçam uma conexão efetiva entre teoria e prática (MORAIS, 2009).

Conclusão

As oficinas desenvolvidas no município de Santa Rita do Pardo/MS pela equipe de rondonistas da Operação Guaicurus obtiveram um ótimo aproveitamento, expressado pelo elevado engajamento por parte dos participantes e participação ativa. A abordagem interativa das oficinas permitiu que os participantes se envolvessem em discussões construtivas, troca de conhecimentos e práticas relevantes para cada uma das áreas temáticas. Além disso, as atividades práticas realizadas durante as oficinas proporcionaram uma experiência tangível, fortalecendo a compreensão dos conceitos teóricos apresentados. As avaliações positivas expressadas pelos participantes ressaltaram a qualidade das apresentações, a expertise dos rondonistas e a aplicabilidade direta do conteúdo em suas atividades cotidianas.

A qualidade das oficinas capacitou os participantes diretos das oficinas e estabeleceu as bases para a criação de multiplicadores dentro da comunidade, proporcionando um efeito de cascata, onde os participantes poderão disseminar práticas e perspectivas benéficas para um número ainda maior de membros da comunidade.

1372

Referências

BRASIL, Ministério da Defesa. **Projeto Rondon**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon>. Acesso em 01 out. 2023.

FERREIRA, V.C.S. O Projeto Rondon e uma formação jurídica cidadã. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 142-151, ago./dez. 2009.

GONÇALVES, D.E. Projeto Rondon: a Força Aérea Brasileira Integrando o Brasil. **INCAER**, 46. ed. 2017.

MORAIS, V.A.Z.; OLIVEIRA, E.R. O projeto rondon e a Universidade federal de lavras. In: Congresso de extensão da Universidade Federal de Lavras, 4, 2009.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



MUNDO RONDON. A Revista do Projeto Rondon. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00486877244d8c53b8670>. Acesso em: 1 out. 2023.

ROHTER, L. **Rondon: uma biografia**. São Paulo: Objetiva, 2019.

SANTOS, Edlander. Projeto Rondon: lição de vida e de cidadania. **Da Cultura**, ano XI, 21 ed., p. 25-31, 2013.

VIRGOLIN, I.W.C.; KRUG, M.R. Projeto Rondon: um relato de experiência de extensão. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano XVI, n. 156, maio 2011.

1373



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

LETRAMENTO CIENTÍFICO E BIOLOGIA DO AMOR DE HUBERTO MATURANA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO AMBIENTAL

Alana da Cruz Bueno¹
Joana Araci Schmidt²
Kátia Luiza Kraemmer³
Renata Godinho Soares⁴
Cadidja Coutinho⁵

Introdução

Quanto mais complexa e técnica é uma sociedade, maior é a importância do ser humano e dos vínculos que ele estabelece (IMBERNÓN, 2009) e nesta perspectiva a Formação Continuada de Professores (FCP) não teria que realizar a tarefa tradicional de transmitir o “conhecimento objetivo”, mas deveria dar mais importância ao “conhecimento subjetivo” ou, em outras palavras, às atitudes.

Humberto Maturana vem contribuir para a FCP com seus estudos sobre a biologia do amor, “o fundamento biológico do mover-se de um ser vivo, no prazer de estar onde está na confiança de que é acolhido, seja pelas circunstâncias, seja por outros seres vivos” (STRIEDER; GIRARDI, 2019, p. 295). Sendo assim, é a partir dessa noção que se estabelece o respeito nas e para as relações e para os seres humanos, se vivenciado desde a infância, em vínculos com seus próximos, permite que estabeleça o respeito consigo mesmo (LOPES, 2023).

Somado ao exposto tem-se o Letramento Científico (LC), a capacidade de empregar o conhecimento científico para identificar questões, adquirir novos conhecimentos, explicar fenômenos científicos e tirar conclusões baseadas em evidências sobre questões científicas. Também faz parte do conceito de LC a compreensão das características que diferenciam a Ciência como uma forma de conhecimento e investigação; a consciência de como a Ciência e a

1374

¹ Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. E-mail: acbbiologa@gmail.com

² Graduada em Pedagogia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. E-mail: joanaschmidt63@gmail.com

³ Mestranda em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Brasil. E-mail: katialuiza997@gmail.com

⁴ Doutoranda em Educação em Ciências, Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Brasil. E-mail: renatasoares.aluno@unipampa.edu.br

⁵ Professora adjunta do Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil. E-mail: cadidja.coutinho@ufsm.br



tecnologia moldam nosso meio material, cultural e intelectual; e o interesse em engajar-se em questões científicas, como cidadão crítico capaz de compreender e tomar decisões sobre o mundo natural e as mudanças nele ocorridas (BRASIL, 2022).

Na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o conceito de LC é citado como:

[...] a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais da ciência. Em outras palavras, apreender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania (BRASIL, 2018, p. 273).

Tem como objetivo a formação de um sujeito crítico e emancipado, que seja capaz de agir em seu contexto, mudando a realidade. Por ter esta premissa, para que seja efetivo, necessita-se aliar ao ensino, metodologias inovativas, que considerem o aluno em seu contexto, como um sujeito capaz e que, com uma postura pedagógica efetiva, pode agir em sociedade, questionando e refletindo sobre seu papel.

Letramento Científico como Ferramenta para a Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA) tem como finalidade auxiliar na formação cidadã, formar pessoas conscientes de que o meio ambiente precisa ser preservado para as gerações presentes e futuras. Quando se fala em educação ambiental e educação básica, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelece que a EA deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e, portanto, que não deve existir para a educação básica uma disciplina específica para trabalhar temas ambientais. Destaca-se que a EA pode ser compreendida como um processo contínuo e coletivo na busca de levar até os alunos atitudes, habilidades que almejam a preservação ambiental (MEIRELLES; VASCONCELLOS; NOVAES, 2013).

Foi preciso incorporar ao campo da educação em Ciências os ideais curriculares e as premissas da EA preconizados nos documentos oficiais e na PNEA, tais como ambiente enquanto totalidade, reconhecimento da origem social dos problemas ambientais, vinculação entre ética, trabalho e prática social, caráter crítico e político da prática educativa, etc. (LOUREIRO; LIMA, 2009).

Os referidos autores, assim como Vasconcellos e Guimarães (2006), ressaltam a importância da educação em ciências em sua interlocução com a EA crítica, por entender que, para que os cidadãos possam discutir e se engajar no enfrentamento dos desafios socioambientais, precisam estar cientificamente letrados e politicamente conscientes. Os mesmos autores afirmam também que o esforço de aproximar e consolidar essas interfaces, a partir das especificidades de cada uma, ajuda a entender a dimensão de complementaridade dos dois processos educativos em prol de uma educação democrática, ecológica e socialmente sustentável.

1375



Outro aspecto importante, a inferência, se insere na ideia de interpretar fenômenos. Ao interpretar fenômenos, ao inferir deles para produzir conhecimento, as compreensões para agir no mundo são, aí, também alargadas. Segundo Maturana e Varela (1995), é característico da nossa espécie buscar, compreender e interpretar os fenômenos à nossa volta, esse processo amplia a nossa cognição e a nossa constituição. Na relação, há um processo de aproximação das questões científicas às vivências, ao contexto. Relacionar está diretamente ligado ao que Maturana e Varela (1995) colocam sobre a necessidade de nos entendermos como membros do ambiente em que estamos inseridos, das relações, inclusive, as ecológicas. E, como seres inteligentes, precisamos defender e cuidar do ambiente.

Loureiro (2012) destaca que a reflexão a respeito do problema ambiental, sem estar articulada com a contextualização social, cultural, histórica, política, ideológica e econômica, resulta na reprodução de uma visão de mundo dualista, que dissocia as dimensões social e natural. Visto esta necessidade de associar as dimensões social e natural, o bioma Pampa é um dos biomas brasileiros com maior remoção da vegetação nativa em termos relativos. Quanto maior a perda do habitat natural, maior o comprometimento para a biodiversidade. Isso resulta em mais extinções locais de espécies, além de sérios prejuízos para os serviços ecossistêmicos. Cada vez mais, fica evidente que essas perdas apresentam relação direta com perdas econômicas nas áreas rurais, embora ainda existam poucos estudos quantitativos a esse respeito para o Pampa (UFRGS, 2018).

No Brasil, o Pampa foi oficialmente reconhecido como bioma em 2004, onde alcançou o *status* equivalente ao da Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Amazônia e Cerrado. Até então era conhecido como Campos Sulinos do Bioma Mata Atlântica. Essa distinção inseriu formalmente o Pampa na agenda ambiental nacional, contribuindo para a conservação do rico patrimônio natural e cultural da região e permitindo destacar, inclusive no âmbito da legislação, a importância, a singularidade e as potencialidades desse ambiente campestre único no mundo (BENCKE; CHOMENKO; SANT'ANNA, 2016). Em termos de biodiversidade, no Pampa há mais de 50 espécies em um único metro quadrado e mais de 120 espécies de plantas em 100 metros quadrados, totalizando no Rio Grande do Sul mais 2.600 espécies pertencentes a 89 famílias. Em termos de zoologia, há muitas espécies que variam de pequenos artrópodes a grandes mamíferos, muitas já consideradas em situação crítica de extinção (UFRGS, 2015).

Além da importância ecológica, o bioma carrega a riqueza cultural do povo gaúcho através da história. É no bioma que estão inseridos os sete povos das missões, onde abrigam os sítios arqueológicos da época das missões jesuítas no estado (BUENO; MENDONÇA JÚNIOR; HAMEL 2022). No século XVII, no continente do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, os jesuítas espanhóis fundaram São Francisco de Borja, São Nicolau, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo Custódio e São Miguel Arcanjo, este último tombado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio da Humanidade juntamente com as ruínas no Paraguai, Argentina e Bolívia (UFRGS, 2022). As Missões, bem como o bioma Pampa, são lugares fundamentais das raízes do povo gaúcho e da América Latina,

além de possuírem uma importância social e científica na FCP e para/com os estudantes, contribuem para a aquisição de conhecimentos sobre o ambiente em que se está inserido.

Objetivo

Elaborar uma proposta de formação docente a partir da Sequência de Ensino Investigativa (SEI) baseada em Carvalho (2013), com os pressupostos de Humberto Maturana, utilizando o Letramento Científico como ferramenta para a Educação Ambiental, pois acredita-se que propostas de educação ambiental podem beneficiar a colaboração, o diálogo e a compreensão da diversidade frente à práxis pedagógica.

Metodologia

Este estudo visa descrever uma proposta de formação ambiental para professores, que se fundamentou na abordagem por investigação sobre o bioma Pampa, utilizando bases teóricas de Humberto Maturana para promoção do LC por meio de uma Sequência de Ensino Investigativa, e empregando competências e habilidades apresentadas na Base Nacional Curricular Comum. O bioma Pampa é um dos biomas brasileiros com maior remoção da vegetação nativa em termos relativos, quanto maior a perda do habitat natural, maior o comprometimento da biodiversidade, que resulta em mais extinções locais de espécies, além de sérios prejuízos para os serviços ecossistêmicos.

1377

Sequência de Ensino Investigativa (SEI)

A Sequência de Ensino Investigativa (SEI) é uma sequência de ensino com atividades investigativas devidamente planejadas sobre um determinado tema. Como principais atividades, a proposição e resolução de um problema; a leitura de um texto para sistematização do conhecimento; a realização de atividades que levam à contextualização social do conhecimento e/ou ao aprofundamento do conteúdo; uma atividade de avaliação e/ou aplicação finalizando uma SEI (CARVALHO, 2013).

Delineada a partir das instruções de Carvalho (2013), conta com seis etapas: A primeira, identificação dos conhecimentos prévios (problematização do problema). Segunda, proposição do problema (indução do problema), levantamento de hipóteses (discussão das hipóteses) e a terceira, a resolução do problema (solução do problema). Quarta e quinta, sistematização coletiva e individual (discussão em grupo e troca de experiências) e sexta, a avaliação (sistematização do conhecimento).

O público-alvo desta formação são os professores de ciências e biologia do ensino fundamental (7º ano dos anos finais) e médio (3ª série), visto que, nestas etapas, segundo a BNCC (2018), tem como habilidades e competências os trabalhos sobre ecologia (biomas).



Resultados parciais

A partir de Carvalho (2013), foi elaborada a SEI específica voltada à FDC (Quadro 1), seguindo os pressupostos da Biologia do Amor de Humberto Maturana, voltado ao Letramento Científico como ferramenta para a Educação Ambiental.

Quadro 1: Proposta de SEI para a formação docente.

1) Identificação dos Conhecimentos Prévios	<ul style="list-style-type: none"> • Duas formações para professores ; • Analisar, juntamente com os educadores, o passado olhando adiante para criar alternativas de transformação dentro da EA; • Aplicação de um questionário com 10 perguntas a fim de, relatar sobre sua infância, experiências ao longo do processo de escolarização até chegar à formação acadêmica e destacar práticas docentes da atualidade; • Teorização sobre biomas; rodas de conversa com discussão das respostas; vídeo sobre o bioma Pampa e as Missões.
2) Proposição do Problema e Levantamento das Hipóteses	<ul style="list-style-type: none"> • Uma formação prática sobre a problematização para os professores; • Problematização: “Qual é o único bioma brasileiro que se restringe a apenas ao estado do Rio Grande do Sul? Quais são as suas características?” • Aplicação das propostas de Maturana para a formação de professores: reconhecer suas ideias, ideologias, representações, formas que constituem a forma de viver, ver e representar.
3) Resolução do Problema	<ul style="list-style-type: none"> • Viagem às missões com professores de ambas as cidades de estudo com visita ao Sítio Arqueológico. Cada professor terá em mão um caderno/ caderneta o qual será usado como diário de bordo; observações do local visitado; Entrevista com pessoas conhecidas.
4) Sistematização Coletiva e Contextualização Social	<ul style="list-style-type: none"> • Um encontro. • Roda de conversa para avaliar e comparar as entrevistas com as anotações do diário de bordo. • Atividade em grupo, discutir como a biologia do amar de Maturana pode auxiliar no processo de ser/fazer dentro da educação ambiental. • Roda de conversa para responder à pergunta: “Porque trabalhar com o bioma Pampa como instrumento de letramento científico?”

1378

5) Sistematização Individual do Conhecimento e da Contextualização Social	<ul style="list-style-type: none"> • Três encontros • Criação de um Gibi (história em quadrinhos): Professores do fundamental II; • Cartilha sobre o bioma (professores do ensino médio); • Deverão abranger, além das características e importância, problemas, desafios para a preservação das espécies nativas como autor e agente principal de mudança. Estratégias de ensino/aprendizagem através das interações do sentir, do pensar e do agir, razão e emoção, a fim de, resgatar a multidisciplinaridade do ser. • A sistematização tem o objetivo de criar um espaço acolhedor e amoroso, não competitivo, onde se corrija o fazer em contínuo diálogo com o ser. • A finalidade destas atividades é propor situações problemáticas e estudo qualitativo das soluções destas situações (EA, LC e Bioma Pampa).
6) Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Formativa e Processual.

Fonte: Carvalho (2013) adaptado pelos Autores (2023).

O professor só consegue ensinar se caso conhecer, tese defendida por Maturana (1997). “O amor é a emoção que constitui o domínio de condutas em que se dá a operacionalidade da aceitação do outro como legítimo outro na convivência, e é esse modo de convivência que conotamos quando falamos do social” (MATURANA, 1998, p. 23). Portanto, o amor fundamenta as relações, possibilita a convivência respeitosa e constitui a coexistência social. A partir da perspectiva da Biologia do Amor, pode-se pensar em conexões com questões acerca da Formação de Professores (FP), afinal essa decorre de processos relacionais com outros,

1379

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o outro no espaço da convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver na comunidade em que vivem (MATURANA, 1997, p. 29).

Pensando nisso, a linguagem se dá nas interações, e essas, promovem mudanças e reverberações aos envolvidos nesses encontros (MATURANA, 1998). Encontros esses, que ocorrem constantemente nos processos educacionais, dão vida a eles. E para que fluam, necessita-se espaços de convivência pautados na aceitação mútua, ‘deixar o outro aparecer’, permitir que seja do seu jeito, entender e aceitar a legitimidade de cada ser (BARCELOS; AZZOLIN, 2021). Logo, pensar a educação a partir de Maturana, revela que a aceitação, o respeito e a compreensão

devem fazer parte das ações, essas que, não devem limitar-se à fala, mas ampliar-se à vivência dessas, pois a partir das interações e trocas se dará o conhecimento (ROSSETTO, 2008).

Percebe-se que, com o uso da SEI pode haver a formação do conhecimento, utilizando-se do LC como ferramenta para a EA através dos pressupostos de Maturana na formação continuada docente. Há o desenvolver do conhecimento no decorrer das etapas, principalmente por levar em consideração, também, os saberes docentes. Segundo Tardif (2014, p. 568), existem quatro pontos que são ressaltados na pesquisa internacional sobre os conhecimentos dos professores: 1º não são saberes teóricos, mas conhecimentos que partem do trabalho e das experiências dos professores; 2º são conhecimentos articulados às interações humanas e que carregam suas marcas, e reforçam questões relacionadas ao trabalho docente; 3º são saberes reinterpretados conforme as necessidades específicas do trabalho docente; e 4º levam marcas do contexto socioeducacional e institucional onde os professores exercem suas atividades profissionais.

Diante do exposto, intenciona-se que a aplicabilidade da SEI como ferramenta para a formação docente possa atender às premissas de LC na EA, englobando os pressupostos de Maturana e também carrega a riqueza dos saberes docentes que são trabalhados nas etapas da metodologia. Segundo Maturana e Varela (1995), uma ação qualificada no mundo só se dá à medida que o ser humano se percebe como parte do ambiente. Ao relacionar vivências e meio ambiente, ao compreender a necessidade existente de cuidar do meio ambiente, porque está inserido nele, necessita dele e, acima de tudo, é inteligente, a relação se torna mais qualificada e, conseqüentemente, as compreensões sobre as ações no mundo também. Na relação, há um componente biológico/ecológico. E como ser vivo, pertencente a um ambiente, o ser humano necessita se compreender relacional, num sentido de se pensar em relação ao ambiente e se relacionando com os demais seres vivos daquele nicho (MATURANA; VARELA, 1995), portanto, compreender ciências na perspectiva do LC, é compreender-se como ser vivo participante e integrante daquele ambiente, mas também, como produtor daquele ambiente e daquele conhecimento.

Nesse contexto, Maturana e Varela denominam de clausura operacional o movimento que permite ao organismo manter fechada essa rede de mudanças de relações de atividades entre os componentes do sistema nervoso. Assim podemos definir o sistema nervoso, quanto a sua organização, como dotado de uma clausura operacional, ou seja, o sistema nervoso constitui-se de tal forma que, sejam quais forem as suas mudanças, estas geram outras mudanças dentro de si mesmos. Seu operar consiste em manter invariáveis certas relações entre seus componentes diante das contínuas perturbações que geram tanto na dinâmica interna como nas interações do organismo que integra. (MATURANA; VARELA, 1997).

O interesse em saber programar atividades de aprendizagem manifesta-se como uma das necessidades formativas básicas dos professores. Saber preparar programas de atividades (programas de trabalho para uma pesquisa dirigida) transforma-se em prioridade na formação dos professores para a qual, porém, não existe uma resposta simples, nem pode pensar-se em

formalizar sua elaboração mediante esquemas mais ou menos rígidos (CARVALHO; GIL - PÉREZ, 1993). Neste sentido, a Didática não é a redução da forma de produzir e reproduzir o conhecimento para as novas gerações. Ela constitui justamente a sua essência, não emerge por acaso, mas como necessidade de otimizar os processos que historicamente tornaram o humano possível (GHEDIN; MOURÃO, 2023).

Considerações finais

Após a elaboração da Sequência de Ensino Investigativa espera-se que a mesma seja utilizada para as formações docentes continuadas em prol da construção do conhecimento, através do LC como ferramenta para a Educação Ambiental. A metodologia proposta é embasada levando em consideração o que Maturana diz, que se deve conhecer para amar e para cuidar. As etapas levam em consideração também os saberes docentes, toda a bagagem de conhecimento que os professores carregam desde o início de suas formações.

Referências

BARCELOS, V.; AZZOLIN, M. A. O caminho do amar como fundamento do educar. **Revista Didática Sistêmica**, v. 23, n. 1, p. 260-270, 2021

BENCKE, G. A.; CHOMENKO, L.; SANT'ANNA, D. M. O que é o Pampa? In: FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Nosso Pampa Desconhecido**. 2016.

BUENO, A. C.; MENDONÇA JR. M. S.; HAMEL, E. **Cartilha sobre o Bioma Pampa**. 2022. Disponível em: <
<https://drive.google.com/file/d/1zxSBTVG15SicWhMI3pgePmRCfJhIKxqZ/view?usp=sharing>> Acesso: 19 out. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum – BNCC**: Educação é a base. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999** - Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso: 01 out. 2023..

BRASIL, INEP. **Letramento Científico**. 2022. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://download.inep.gov.br/download/internacional/pisa/2010/letramento_cientifico.pdf> Acesso em: 10 out. 2023.

1381



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. **Formação de Professores de Ciências: tendências e inovações**, ed. 10, v. 28, São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, A. M. P. Ensino e aprendizagem de ciências: referenciais teóricos e dados empíricos das sequências de ensino investigativo (SEI). In: Longhini, M. D. (org). **O uno e o diverso na educação**. Uberlândia, MG: EDUFU, cap. 18, p. 253-266, 2011.

CARVALHO, A. M. P. O ensino de ciências e a proposição de sequências de ensino investigativas. In: CARVALHO, A. M. P. (org.) **Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning,, p. 1-20, 2013.

CUNHA, R. B. Alfabetização científica ou letramento científico? Interesses envolvidos nas interpretações da noção de scientific literacy. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 68, p. 169-186, 2017.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. Educação e Sociedade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. 2019.

GHEDIN, E.; MOURÃO, I. C. Didática: das Questões Ontológicas e Epistemológicas nos Processos de Ensinar e de Aprender, p. 45-72. In: LONGAREZI, A. M.; MELO, G. F.; XIMENES, P. A. S. **Didática, Epistemologia da Práxis e Tendências Pedagógicas**, Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2023.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536321523. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321523/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

LOPES, L. A Biologia do Amor de Humberto Maturana. **Revista Ecológico**, a. 14, n. 142, 2023.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2012.

1382



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, J. C. S. Educação ambiental e educação científica na perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): pilares para uma educação crítica. **Acta Scientiae**, v. 11, p. 88-100, 2009.

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MATURANA, H. R. **Ontologia da Realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano**. Trad. Jonas Pereira dos Santos. Campinas, SP: WORKSHOPS - Livraria, Editora e Promotora de Eventos, 1995.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. **De máquinas e seres vivos – autopoiese – a organização do vivo**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 1997.

MEIRELLES, P. A. A.; VASCONCELLOS, C. A. B.; NOVAES, A. M. P. Letramento na educação ambiental: um exemplo de sustentabilidade. **Ambiente & Educação**, v. 18, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/%20view/3758/2845>> Acesso: 10 out. 2023.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: Processo Reconstutivo de Múltiplas Faces. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

ROCHA, F. G; NASCIMENTO, B. A. R; NASCIMENTO, E. F. V. B. C. Um modelo de mapeamento sistemático para a educação. **Cadernos da Fucamp**, v.17, n.2, p.1-6, 2018. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/322807751_UM_MODELO_DE_MAPEAMENTO_SISTEMATICO_PARA_A_EDUCACAO> Acesso: 16 out. 2023.

ROSSETO, E. A educação a luz do pensamento de Maturana. **Revista Educação Especial**, n. 32, p. 237-246, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/100>>. Acesso: 16 out. 2023.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. Educação Ambiental - Pesquisa e Desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

1383



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

STRIEDER, R.; GIRARDI, A. Biologia do amar: pistas para recriar sensibilidade humana e ambiental. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 282-300, 2019. Disponível em: < www.upf.br/seer/index.php/rep>. Acesso: 16 de out. 2023.

TASHAKKORI, A.; CRESWELL, J. W. **The new era of mixed methods**. 2007. Disponível em: < <https://ejournals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2345678906293042>> Acesso: 16 out. 2023.

SILVA, F. P. **O ensino por investigação nos produtos educacionais elaborados nos mestrados profissionais em ensino de ciências no Estado de Goiás**, 2020. Disponível em: < <https://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/338>> Acesso: 16 out. 2023.

UFRGS. **A Agonia do Pampa**: um panorama atual sobre a supressão da vegetação nativa campestre, 2018.

UFRGS. **Campos do Sul**: Rede de Campos Sulinos, 2015.

UFRGS. **Os Sete Povos das Missões**. Disponível em: < <http://penta2.ufrgs.br/rgs/historia/setePovosMissoes.html>> Acesso: 16/10/2023.

VASCONCELLOS, M. M. N.; GUIMARÃES, M. Educação ambiental e Educação em ciências: um esforço de aproximação em um museu de ciências – MAST. **Ambiente & Educação**, v. 11. 2006, p. 165-173, 2006.

1384



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

NOME EMPRESARIAL E REFLEXOS NA ORDEM JURÍDICO-EMPRESARIAL: SEGURANÇA ÀS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS E CREDITÓRIAS NO BRASIL

Luciano Pereira Mariano¹

Kaylanne Maracaípes Silva Medrado²

Giliarde Benavinto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama³

Introdução

O presente trabalho visa analisar a natureza jurídica do nome empresarial frente às relações e aos negócios jurídicos obrigacionais ou creditórios, fitando atributos do nome como direito de personalidade, direito de propriedade e, por fim, direito pessoal (obrigacional). Nesse diapasão, a natureza jurídica do nome empresarial é, há muito, controversa na doutrina e jurisprudência pátrias no respeitante aos elementos informadores de tal categoria jurídico-legal sintonizadoras da proteção esperada pela figura do empresário. O nome empresarial, muitas vezes subestimado em sua importância, desempenha um papel crucial na segurança das relações obrigacionais e creditórias. Como um distintivo da identidade de uma empresa, ele transcende a mera denominação, tornando-se um ativo valioso na construção de confiança e estabilidade nas transações comerciais.

A segurança jurídica, por sua vez, é o alicerce sobre o qual repousam as relações contratuais. A certeza de que as partes envolvidas serão respeitadas em seus direitos e compromissos é essencial para fomentar um ambiente empresarial saudável. Nesse contexto, o nome empresarial atua como uma garantia tangível. Ele representa a reputação da empresa, sua trajetória no mercado e, conseqüentemente, sua capacidade de cumprir obrigações e compromissos financeiros.

Ao considerar o nome empresarial como um componente vital na segurança das relações obrigacionais e creditórias, percebemos que sua preservação e respeito são imperativos legais e

1385

¹ Graduando em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. E-mail: lucianomariano@unitins.br

² Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. E-mail: kaylannesilva@unitins.br

³ Doutorando (PPGDR/UFTI). Mestre (PPGD/COMS/UFTI). Especialista em Direito e Processo Tributário, em Direito e Processo Penal, em Criminologia, em Direito e Processo do Trabalho. Graduado em Direito (UFTI). Professor da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) e da Universidade Estadual do Tocantins. Coordenador de A. Jurídico e Correcional do Sistema Penal do Tocantins. Pesquisador. E-mail: beavinuto.gama@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8146-6811>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525837393612907>

éticos. A confiança depositada no nome de uma empresa é construída ao longo do tempo e pode ser rapidamente comprometida se não houver uma proteção adequada.

Assim, a compreensão do valor do nome empresarial transcende o âmbito puramente empresarial, estendendo-se ao terreno da confiança mútua e da integridade nas relações negociais. A preservação desse nome é um investimento na segurança jurídica, promovendo relações sólidas e duradouras.

Vale ressaltar que, nome empresarial é um dos elementos compreendido como sinal distintivo da empresa, ao lado de outros como a denominação do estabelecimento, a insígnia, a marca e o nome de domínio. Não obstante, a proteção regalada aos sinais pode existir ou não a depender da existência de regramento legal garantidor de cada espécie.

Esta pesquisa apoiou-se na pesquisa jurídica (bibliográfica e documental) de caráter qualitativo, com mirada de proteção empresarial em âmbito nacional empresarialista sem desmerecer o regime jurídico alcançado em normas legais vetorizados do nome empresarial, abordando os aspectos conceituais à confirmação da existência ou não de proteção a tal instituto no território estadual e nacional. Posteriormente, discorreu-se de modo breve sobre os princípios da veracidade e novidade e, por fim, voltou-se para as correntes doutrinárias da natureza jurídica do nome empresarial.

Pertinente mencionar que, de acordo com Código Civil, nome empresarial é gênero do qual são espécies a firma e denominação, conforme previsto no art. 1.155, *caput*. Sem perda de ritmo discursivo, esclarece-se que a natureza do nome empresarial é de direito da personalidade, a qual é defendida pela crítica jurídica mais irradiante nos tribunais. Por essa razão, o nome empresarial é inalienável, inédito, imutável e se serve à pessoa física ou jurídica (empresarial individual ou sociedade empresária, respetivamente).

Por fim, o nome empresarial tem por função identificar o empresário (individual ou societário), isto é, assemelha-se ao nome civil de uma pessoa natural e, portanto, são extensivos, na medida da possibilidade, ao nome empresarial a proteção legal dispensada ao nome civil.

1386

Objetivo geral

No plano do objetivo geral, analisa-se o regime jurídico e as leis correlatas sobre o nome empresarial à segurança jurídica obrigacional e creditória no Brasil, observando o impacto da proteção no território estadual e nacional.

Metodologia, materiais e métodos

A pesquisa adotada é a jurídica. Já a técnica de pesquisa empregada é a bibliográfica, amparada por revisão literária da doutrina disponível e de documentos. O método de abordagem é o dedutivo (LAKATOS, MARCONI, 2017, p.102).



Resultados

Regime Jurídico

O regime jurídico do nome empresarial é uma parte fundamental do direito comercial e tem implicações significativas no funcionamento e na identidade das empresas. No contexto legal, o nome empresarial é tratado como um elemento distintivo que identifica e individualiza uma empresa no mercado. A fim de melhor compreender o tema, avança-se no debate.

Os fundamentos legais de proteção ao nome empresarial

O regime jurídico do nome empresarial, tal qual se conhece hoje, se dá por força de vários dispositivos legais dispostos em diplomas, a saber: na Constituição Federal de 1988, art. 5º, XXIX; no Código Civil de 2002, art. 1.155, 1.166; na Lei n. 8.934, de 18 de novembro de 1994, art.33 e 34. Também, a tutela do nome empresarial encontra-se prevista no Decreto n. 1.800/1996, que regulamenta a Lei n. 8.934/94, especialmente em seus art. 61 e 62; bem como nas Instruções Normativa do Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC) sob o n. 116/2011; na Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) n. 15, de 5 de dezembro de 2013; sem prejuízo da proteção conferida pelas regras da concorrência desleal com previsão na Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), art. 195, inc.V, e 209.

Diante desse quadro, nota-se que a legislação pátria dispersa as normas de acautelamento do nome empresarial, somadas a inúmeros debates doutrinários e jurisprudenciais acerca da natureza jurídica, da proteção e dos conflitos envolvendo o nome empresarial e outros sinais distintivos, dificulta definir de maneira eficaz a devida e desejada segurança jurídico-legal.

É relevante, dessa forma, refletir a partir do ordenamento jurídico e dos calorosos debates em torno desta problemática de modo a discutir a necessidade de uma norma específica para a proteção do nome empresarial para harmonização de obrigações. Reforça-se a argumentação no que afirma Gama Cerqueira, no sentido de que não há consenso sobre a proteção ao nome empresarial: “se a questão, dos efeitos do registro de marcas é a moléstia crônica e nossa propriedade industrial, a questão do nome comercial parece constituir seu mal incurável” (CERQUEIRA *apud* ADENSOHN DE SOUZA, p.13).

1387

Nome Empresarial

O nome empresarial é o que a pessoa física ou jurídica utiliza, no sentido de individualizar a sua atividade. Além disso, ele simboliza o tipo societário escolhido pelos sócios e se a



responsabilidade deles é limitada ou não, do mesmo modo como pode estampar o objeto social da empresa, a exemplo da indústria e do comércio (TEIXEIRA, 2019, p. 143).

O nome empresarial, decorre de um sinal distintivo para diferenciar o empresário no exercício de sua atividade econômica. Cumpre salientar que esses sinais distintivos como marca, título do estabelecimento, domínio eletrônico, etc., não podem ser confundidos em absoluto com o nome empresarial (VIDO, 2020, p. 87).

Inicialmente, defende-se que o nome empresarial tem assento no art. 5º, inciso XXIX, da Carga Magna de 1988 – CRFB/88 e, isso, é tratado como um direito fundamental. *In verbis*,

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, **aos nomes de empresas e a outros signos distintivos**, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País (BRASIL, 2023, s.p).

Ao fazer uma análise do nome empresarial, observa-se que o referido tem a função de identificar o empresário. Em outras palavras, no mercado de consumo, atuam vários empresários, os quais se diferenciam nas suas relações jurídicas pelo nome empresarial adotado, isto é, pelo nome que usam para o exercício da empresa (TOMAZETTE, 2017, p.182). Por outro, compreende-se que tal categoria jurídica, além de ser utilizada para individualizar a sua atividade, revela também o tipo societário optado pelos sócios (TEIXEIRA, 2019, p.143).

Além disso, apesar das sociedades simples, fundações e associações não exercerem atividade empresarial, elas possuem legalmente proteção dos nomes, conforme prevê o art. 1.155, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro:

Art. 1.155. Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada, de conformidade com este Capítulo, para o exercício de empresa.

Parágrafo único. Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da **proteção** da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

Da leitura do artigo supracitado, convém esclarecer uma aceção, ele não vincula o nome empresarial a uma pessoa, mas sim a uma atividade e, portanto, o mandamento legal estaria conferindo proteção tanto ao nome empresarial oficial quanto ao fantasia (BARBOSA, 2010, p.809). Note-se que a expressão “nomes de empresa” foi traduzida pelo Código Civil de 2002 como “nome empresarial” (BARBOSA, 2010, p. 123).

A natureza jurídica do nome empresarial se dá mediante a inscrição do empresário individual ou pelo arquivamento do contrato ou estatuto social, neste caso para sociedade empresária no registro próprio; ou, ainda, pelas alterações que mudam o nome, efetuadas posteriormente, conforme prevê a Constituição Federal, art. 5º, XXIX; Código Civil, art. 1.166; e Lei n. 8.934/94, art. 33 (TEIXEIRA, 2019, p.143). Assim, o Código Civil, no art. 1.166, prevê:



A inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado. Parágrafo único. O uso previsto neste artigo estender-se-á a todo o território nacional, se registrado na forma da lei especial (BRASIL, 2023, s.p).

Da leitura do art. 1.166, como visto, é a inscrição que assegura o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo ente federado, aqui, Estado-Membro.

Foi o Código Civil de 2002 que passou a requerer a formalidade de registro para a proteção. Pois, antes do referido Código, a lei brasileira não prescrevia literalmente, para proteção ao nome de empresa, a obrigação de registro (BARBOSA, 2010, p.814).

Da interpretação do art. 1.166, parágrafo único, em casos excepcionais é possível determinar que a proteção ao nome empresarial pode ter caráter nacional. Pois, pela regra geral, a proteção ao nome tem caráter estadual. Assim, a extensão da proteção, no atual estágio de desenvolvimento das normas legais, ao nome empresarial em todo território nacional prescindirá de postura ativados interessados requerendo a inscrição de filial, sucursal, etc., noutros Estados-Membros, sem prejuízo de averbação à margem da inscrição de origem (SILVEIRA, 2008, p.20 *apud* TEIXEIRA, 2013, p. 280).

De outro modo, também é possível verificar que de acordo com a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial de 1883, o seu art. 8º prevê: “o nome comercial será protegido em todos os países da União sem obrigação de depósito ou de registro, quer faça ou não parte de uma marca de fábrica ou comércio”. Como se percebe, tal dispositivo justamente assegura a proteção internacional ao nome empresarial. É importante esclarecer que o Brasil é signatário desta Convenção (Decreto n. 75.572, de 8 de abril de 1975).

1389

Sinais distintivos

Os sinais distintivos são mais emblemáticos no tocante a aparente conflito com nomes empresariais. Isto porque, ao analisar as discussões que o envolve não há um consenso na doutrina pátria e, os dispositivos legais, não são suficientes para dirimir o problema.

Narra Daniel Adensohn de Souza (2009, p.27, **grifo nosso**):

São considerados sinais distintivos quaisquer combinações de palavras e/ou figuras utilizadas no exercício da atividade empresarial para identificar o próprio empresário ou sociedade empresária (nomes de empresa), o estabelecimento comercial (títulos de estabelecimento e insígnias ou *signum tabernae*), os produtos e serviços (marcas), a propaganda (sinais ou expressões de propaganda) e os endereços na Internet (nomes de domínio). Temos, portanto, que: a) **Marca** é o sinal, visualmente perceptível ou não,



que tem por finalidade identificar, distinguir e certificar produtos e serviços de outros produtos e serviços de origem diversa em um mesmo ramo de atividade; b) **Título de estabelecimento** é sinal nominativo que identifica o estabelecimento empresarial; c) **Insígnia**, ou *signum tabernae*, é o dístico que identifica o estabelecimento empresarial; d) Sinal ou Expressão de Propaganda é a legenda, anúncio, reclame, palavra, combinação de palavras, desenhos, gravuras, originais e característicos que se destinem a emprego como meio de recomendar quaisquer atividades lícitas, realçar qualidade de produtos, mercadorias ou serviços, ou a atrair a atenção dos consumidores ou usuários; e) **Nome de domínio** sinal que identifica o empresário ou o estabelecimento em ambiente virtual.

Ainda, nesse contexto, assinala que “cada um dos sinais distintivos usados pelo empresário no exercício da empresa possui proteção própria e específica, decorrente da função individualizadora exercida em uma situação de concorrência” (SILVEIRA, p.15 *apud* SOUZA, 2009, p. 28).

Percebe-se, assim, que a eventual proteção conferida a cada um destes instrumentos de identificação do empresário é interdependente, dispondo, assim, do objetivo fundamental de eliminar confusão no mercado. Em outras palavras, os sinais distintivos estão interligados, de modo que, por exemplo, uma expressão usada como elemento característico de um nome de empresa não pode ser adotada como marca ou título de estabelecimento de outrem e vice-versa, evitando-se, dessarte, a concorrência desleal (SOUZA, 2009, p. 28). Depreende-se da noção de concorrência desleal, que é a soma e o complemento de toda a regulamentação sobre os direitos de propriedade industrial (SAIT-GAL, 1956, p.20 *apud* SOUZA, 2009, p.29).

1390

Princípios da veracidade e novidade

Os princípios da veracidade e novidade estão positivados no nosso ordenamento jurídico no art. 34 da Lei n. 8.934/94, o qual prevê que “o nome empresarial obedecerá aos princípios da veracidade e da novidade”. Além disso, de acordo com o art. 1.166, *caput*, do Código Civil de 2002, “a inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado”.

Pelo princípio da veracidade, não se pode traduzir uma ideia falsa. Trata-se, em verdade, de um princípio de que o nome empresarial não poderá conter nenhuma informação falsa. Sendo a expressão que identifica o empresário em suas relações como tal, é imprescindível que o nome empresarial só forneça dados verdadeiros àquele que negocia com o empresário (RAMOS, 2020, p. 221). A exemplo disso, cita-se uma lanchonete que venha a usar o nome de uma construtora. Compreendendo, desta forma, que não se pode indicar uma atividade que não seja exercida. No contexto brasileiro, da leitura do art. 1.165 do Código Civil, “o nome de sócio que vier a falecer,

for excluído ou se retirar, não pode ser conservado na firma social”. Em atenção ao princípio referenciado, deve ser excluído, portanto, o nome do sócio falecido ou que tenha se retirado. O princípio da novidade, por sua vez, é entendido como sendo a proibição de se registrar um nome empresarial igual ou muito parecido com outro já registrado (RAMOS, 2020, p. 222). Nesse caso, o nome deve se diferenciar de outros nomes empresariais no mesmo registro. Portanto, caberá à Junta Comercial onde o empresário ou a sociedade empresária requereu o arquivamento de seus atos constitutivos proceder à análise da eventual colidência entre o nome levado a registro e outro já registrado, consultando seus assentamentos. A previsão legal deste princípio encontra-se disposto no art. 1.163 do Código Civil, “o nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro”. Para todo efeito, o parágrafo único deste dispositivo prevê que “se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga”.

Natureza Jurídica

Para os possíveis reflexos da discutida natureza jurídica do nome empresarial, existem três correntes, a saber: nome empresarial como um direito de personalidade, nome empresarial como um direito de propriedade, nome empresarial como um direito pessoal. Em síntese, o empresário individual e as sociedades utilizam um nome empresarial e, para tanto, devem ter o direito de proteger esse nome em face de utilizações indevidas. Essa proteção decorre do direito que os empresários têm sobre o seu nome (TOMAZETTE, 2017, p. 183).

1391

O nome empresarial como direito da personalidade

Os autores que atribuem ao nome empresarial a condição de direito de personalidade são Pontes de Miranda, Modesto Carvalhosa e Gladson Mamede, além de outros. Estes entendem o nome empresarial como um direito de personalidade (VIDO, 2020, p.87).

Gladston Mamede, a exemplo, traz que o nome empresarial deve ser compreendido como um direito de personalidade:

O nome empresarial é elemento inerente à personalidade jurídica da sociedade, motivo pelo qual não pode ser alienado, mesmo se tratando de denominação. Quando muito, permite-se ao adquirente de estabelecimento, por ato entre vivos, usar o nome do alienante, precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor, se o contrato o permitir (artigo 1.164 do Código Civil) (MAMEDE, 2022, p.121).

Observa-se que, o supracitado doutrinador justifica a natureza jurídica do nome empresarial com base no art. 52 do Código Civil, prevendo que “aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade”. Da interpretação dispositiva estaria protegido



o direito ao nome, conforme se verifica do art. 16 do Código mencionado no qual consta a seguinte redação: “toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”. Por fim, Mamede reforça sua argumentação, como se percebe, no disposto do art. 1.166, o qual veda a alienação do nome empresarial (VIDO, 2020, p.87).

Segundo aponta Marlon Tomazette, os direitos de personalidade teriam várias características, como, ser oponível *erga omnes*, ou seja, seriam oponíveis contra todos; direitos necessários, isto é, quem têm personalidade jurídica, conseqüentemente, deve ter direitos da personalidade; além disso, seriam irrenunciáveis, imprescritíveis; também, os direitos de personalidade são extrapatrimoniais, ou seja, sem valor econômico. Por fim, os direitos de personalidade são intransmissíveis, inalienáveis e impenhoráveis (TOMAZETTE, 2017, p. 183, 184).

Por essas características, na acepção de Tomazette, a personalidade ao nome empresarial não possui todas essas características e, por isso, “é que entendemos que o direito ao nome empresarial não é um direito da personalidade”, nesse sentido ele, ainda, afirma que o nome empresarial tem um valor econômico inerente ao seu papel de sinal distintivo perante a clientela (TOMAZETTE, 2017, p. 184).

O nome empresarial como direito de propriedade

O Código Civil de 2002 reconhece no nome, civil ou empresarial, a manifestação de um direito da personalidade da pessoa natural ou jurídica (art. 16, 52 e 1.164). Mas na visão de Fábio Ulhoa Coelho, esta não é a classificação correta do nome empresarial. Ele é um elemento do patrimônio do empresário, um bem incorpóreo integrante do estabelecimento empresarial (COELHO, 2022, p.65). Em outras palavras, Fábio Ulhoa reconhece o valor patrimonial do nome empresarial, isto é, valor tangível. Assim sendo, um bem de natureza patrimonial. É importante mencionar que esta corrente tem influência na jurisprudência francesa do fim do século XIX, para a qual o nome empresarial seria um direito de propriedade de seu titular, a exemplo do que ocorre com as marcas (SOUZA, 2009, p.50).

João da Gama Cerqueira é outro autor que identifica o nome como um dos elementos da propriedade industrial e, conseqüentemente, dentro da sua concepção, reconhece um direito de propriedade sobre o nome empresarial (CERQUEIRA, 1946, p.73 apud TOMAZETTE, 2017, p. 185).

O nome empresarial como direito pessoal (obrigacional)

Para Marlon Tomazette, o nome empresarial tem um valor econômico, não é ligado exclusivamente à personalidade do empresário e não há exclusividade (TOMAZETTE, 2017, p.185). Nesse sentido, para ele o direito sobre nome empresarial é pessoal, no sentido de um

direito com importância econômica, ainda que inalienável em razão da previsão do art. 1.164 do Código de Reale.

Na mesma linha, Ricardo Negrão (2019, p.213) afirma que “do ponto de vista prático-jurídico, nome empresarial é um direito pessoal, protegido pela lei contra atos de concorrência desleal, com vistas ao interesse social e ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País”.

Conclusão

Depreende-se do presente estudo sobre nome empresarial a diversidade de olhares e fundamentos enfrentados para se analisar a segurança jurídica às relações obrigacionais ou creditórias no Brasil, denotando-se complexidade a despeito da existência de aparente estabilização do tema.

A abordagem se iniciou com o regime jurídico perpassando o nome empresarial, os sinais distintivos que o envolvem, a proteção a ele regalada, além dos elementos envoltos ao nome empresarial categorizando-o como direito de personalidade, propriedade ou obrigacional.

Quanto ao regime jurídico, fitaram-se dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Código Civil de 2002, a Lei n. 8.934, de 18 de novembro de 1994, a Convenção da União de Paris de 1883 (CUP), etc.

Verificou-se, ainda, como se dá a proteção ao nome empresarial em face daqueles que indevidamente o usam de modo a causar concorrência desleal.

De outro lado, importa se pensar no futuro do nome empresarial e das segurança das relações obrigacionais e creditórias, avançando na perspectiva jurídica protetiva. Assim, o futuro do nome empresarial e da segurança jurídica nas relações comerciais parece ser moldado por uma combinação de avanços tecnológicos, mudanças nas práticas comerciais e desenvolvimentos legais. Passa-se a relacionar: i) digitalização e *blockchain*: a digitalização crescente pode facilitar processos de registro e monitoramento de nomes empresariais. A tecnologia *blockchain*, em particular, tem o potencial de criar registros imutáveis e transparentes, aumentando a segurança jurídica; ii) proteção global: com empresas operando em escala global, pode haver uma tendência para uma maior harmonização e cooperação internacional na proteção de nomes empresariais, visando garantir consistência e eficácia em diferentes jurisdições; iii) inteligência artificial e proteção automatizada: sistemas baseados em inteligência artificial podem ser usados para monitorar e proteger automaticamente nomes empresariais, identificando potenciais violações e infringências de forma mais rápida e eficiente, iv) ênfase na transparência: a transparência nas relações comerciais pode se tornar um ponto focal, com a exigência de divulgação clara e acessível das informações relacionadas ao nome empresarial, fortalecendo a confiança entre as partes envolvidas; v) mudanças nas formas jurídicas: novas formas de organizações empresariais, como empresas B (*Benefit Corporations*), podem introduzir abordagens inovadoras para a responsabilidade corporativa, afetando a percepção e proteção do nome empresarial; vi) proteção contra fraudes e *deepfakes*: com o avanço da tecnologia *deepfake*, pode haver um aumento na preocupação e na legislação

relacionada à proteção contra o uso indevido do nome empresarial em contextos fraudulentos; vii) ênfase na responsabilidade digital: à medida que as interações comerciais se expandem para o ambiente digital, pode haver uma maior ênfase na responsabilidade digital, incluindo a proteção contra ciberataques que visam comprometer a segurança dos nomes empresariais.

Em última análise, o futuro do nome empresarial e da segurança jurídica dependerá da capacidade das legislações e regulamentações se adaptarem às mudanças nas práticas comerciais e tecnológicas. A busca por uma maior eficiência, transparência e confiança nas relações comerciais provavelmente continuará a orientar o desenvolvimento dessas áreas no cenário jurídico e empresarial, dentre outros.

Referências

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2 ed. Editora Lumen Juris, 2010.

BRASIL, Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial de 1883.

BRASIL, Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8934.htm. Acesso em: 02 de out de 2023.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 set de 2023.

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 11 set de 2023.

BRASIL, Decreto n. 75.572, de 8 de abril de 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75572-8-abril-1975-424105-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 de jan de 2023.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. ed.2022.

FALCÃO, Gabriel Bacchieri Duarte. **A utilização do nome empresarial e marca: os limites da concorrência desleal**. Âmbito Jurídico. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-127/a-utilizacao-de-nome-empresarial-e-marca-os-limites-da-concorrenca-desleal/>. Acesso em: 02 de out de 2023.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



CERQUEIRA, João da Gama. **Tratado da Propriedade Industrial**. Vol. II.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 8.ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. – 16.ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito empresarial**. 9.ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. 6.ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial: volume único**. 10.ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito empresarial sistematizado**. 8.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Nome Empresarial**. USP, 2013.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: Teoria geral direito societário, v.1**. 8.ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017.

VIDO, Elisabete. **Curso de direito empresarial**. 8.ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SOUZA, Daniel Adensohn de. **A PROTEÇÃO JURÍDICA DO NOME DE EMPRESA NO BRASIL**, 2009.

1395



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

O ENCARCERAMENTO EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS COMO UMA CONSEQUÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL: ADENTRANDO AOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO BRASIL

Rafaella Ellen de Andrade Marinho¹
Rytha de Cassia Silva Santos²
Anna Beatriz Gonzaga Costa Lopes³
Maria de Fátima Pereira Alberto⁴
Tâmara Ramalho de Sousa Amorim⁵

Introdução

Apenas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, pelo empenho dos movimentos populares, o Brasil compreende as crianças e os/as adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos em situação especial de desenvolvimento (Brasil, 1990). Tais direitos (educação, saúde, lazer entre outros) encontram-se no Art. 227 da Constituição Federal de 1988 que determina a garantia da prioridade absoluta, pelo Estado, a Sociedade e a Família visando o desenvolvimento pleno (Brasil, 1988). O Estado brasileiro define e adere a Doutrina da Proteção Integral e estabelece que todas as crianças e adolescentes

1396

¹ Estudante de Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Email para contato: andraderafaella19@gmail.com

² Estudante de Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Email para contato: rytha.santos@academico.ufpb.br

³ Estudante de Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Email para contato: annabeatrizgonzaga5@gmail.com

⁴ Professora Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós - Graduação em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) da UFPB. Pesquisadora 1C do CNPq. Membro do GT Juventude e Resiliência da ANPEPP. Integrante do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Defesa do Trabalhador Adolescente (FEPEIT). Email para contato: jfalberto89@gmail.com

⁵ Professora adjunta do Departamento de Fundamentação da Educação, do Centro de Educação da UFPB. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Facilitadora e Instrutora de Círculos de Construção de Paz. Desenvolve atividades, estudos e pesquisas nos temas. Justiça e práticas restaurativas, socioeducação, trabalho infantil e formação de professores(a). Email para contato: tamara.amorim@academico.ufpb.br



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

devem ser resguardados de qualquer forma de violência, agressão ou discriminação independente de suas características singulares (raça, gênero, idade etc.).

Embora tais legislações representem um importante avanço ao assegurar os direitos de crianças e adolescentes, percebe-se ainda o descumprimento dessas garantias por tal grupo ser vitimado por diferentes violências como, por exemplo, o Trabalho Infantil (TI). Na legislação brasileira, esta violência se refere a qualquer atividade, seja econômica ou de sobrevivência, remunerada ou não, exercida por menores de 16 anos, salvo na condição de jovem aprendiz, aos 14 anos (Brasil, 1988; Brasil, 1990). No âmbito internacional, ressalta-se a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (1999), ratificado pelo Brasil pelo Decreto 6.481/2008 (Brasil, 2008), que institui a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). A referida Lista define as atividades que mais prejudicam a segurança, a moral e a saúde da criança/adolescente trabalhador/a. O Brasil assume diante da citada Convenção, assim como os demais países signatários o dever de combater o trabalho infantil em atividades tais como, agricultura, construção civil, trabalho doméstico e tráfico de drogas.

Consoante a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua (PNAD Contínua), em 2017, havia no Brasil 1,8 milhão de trabalhadores/as infantis os quais eram, majoritariamente, meninos negros (pretos e pardos) entre 16 e 17 anos. No total, 1,8% das crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil ocupavam atividades inseridas na Lista TIP (IBGE, 2019). No tocante às causas do TI, Aguilar (2018) e Zuker (2021) discutem que essas se relacionam com a questão social oriunda do capitalismo que resulta na desigualdade social. Dessa forma, a opressão da classe trabalhadora que vivencia empregos precarizados com baixos salários juntamente com racismo estrutural presente no Brasil (Gatto *et al*, 2019; Motta; Germano, 2019) força as famílias mais pobres a desenvolverem estratégias de sobrevivência dentre as quais se destaca a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho.

De acordo com Alberto (2002, 2012), as consequências do TI afetam o desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes destacando-se aspectos físicos (deformações ósseas), psicológicas (imagem negativa de si, perda de expectativa do futuro e adultização precoce), escolares (defasagem e evasão escolar) e sociais como o encarceramento em medidas socioeducativas (Almeida, 2019; Ramos, 2018).

Em relação ao encarceramento de trabalhadores/as infantis em medidas socioeducativas, de privação e restrição de liberdade a literatura aponta uma correlação consistente entre tais fatores (Alberto *et al*, 2020; Costa; Barros, 2019; Viana *et al*, 2005) que se alicerça, sobretudo, no não reconhecimento do tráfico de drogas como atividade de trabalho. Consoante Souza (2022), a entrada precoce do público infanto-juvenil no tráfico de drogas se assemelha às causas dos trabalhos infantis lícitos, isto é, necessidade de garantir a sua sobrevivência e a dos seus familiares em contextos precarizados. Ademais, a maioria desses trabalhadores também se apresentam como negros e periféricos sendo outro ponto de semelhança entre os trabalhos infantis (Mota; Germano, 2019). Ainda, Souza (2022) argumenta que a entrada de adolescentes

1397

e jovens no tráfico de drogas ocorre devido a esse público enfrentar obstáculos para se inserir no mercado formal, justamente, pelas consequências desencadeadas pelas atividades de trabalho exercidas anteriormente, como os prejuízos à escolarização e à profissionalização. Considerando que os territórios que tal público provêm caracteriza-se pela ausência e/ou inefetividade de políticas públicas e pela presença de facções (terminologia usada para definir organização de grupos paramilitares), tal ocupação surge como uma opção de fácil acesso que permite um rápido retorno financeiro. Em contrapartida, tais trabalhadores experienciam um constante risco de encarceramento e morte.

Ainda que esteja incluído na Lista TIP, sob uma lógica moralista o tráfico de drogas se converte em ato tipificado como infracional corroborando para que as crianças/adolescentes violentadas por tal prática sejam vítimas de violência institucional pela mão punitivista do Estado que as confinam em Unidades Socioeducativas (Goes *et al*, 2021). Logo, há a perpetuação de um discurso individualista em que a culpa recai sobre os/as próprios/as trabalhadores/as infantis. Para Batista (2015), os processos de criminalização não ocorrem de maneira aleatória. A trajetória de vida citada é imposta pela criação da figura do “sujeito perigoso”, incorporado pela figura do jovem negro e periférico, que se tornará alvo da ação repressiva do Estado e sujeito ao cárcere.

Corroborando com tais informações, o Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) denuncia que a população em unidades socioeducativas de privação de liberdade se constitui, predominantemente, por socioeducandos do sexo masculino (96%), pardos e/ou pretos (58%), entre 16-17 anos (57%) ou 18 - 21 anos (29,5%). No que diz respeito ao ato tipificado como infracional praticado, identifica-se que 38% referem-se a roubo, 26% ao tráfico de drogas e 8,4% homicídio (Sinase, 2019). Entretanto, vale ressaltar que o roubo e o homicídio se relacionam com o trabalho infantil no tráfico de drogas, visto que pela dinâmica dessa atividade laboral, por vezes, o adolescente é forçado a realizar a atividade (roubar, assaltar, matar) com o objetivo de obter recursos para pagar dívidas ou para garantir a sua segurança, da sua família ou do território onde reside.

Nesse sentido, o atual trabalho tem por objetivo analisar a relação entre a inserção precoce no trabalho e o cumprimento de medidas socioeducativas de internação para adolescentes em uma unidade socioeducativa de Lagoa Seca, município do interior da Paraíba. A Paraíba é um estado da federação brasileira, localizado no Nordeste do Brasil. Para isso, busca-se (1) investigar as condições objetivas de vida que permearam a infância dos participantes que foram trabalhadores/as infantis, (2) analisar a sua trajetória de trabalho e (3) avaliar a relação entre o trabalho infantil exercido e o cumprimento de medidas socioeducativas. A partir disso, intenta-se caracterizar os tipos de TI desempenhados, o contexto de envolvimento dessa população, e, por fim, analisar tais medidas como uma das consequências do TI.

Metodologia

Lócus

A pesquisa da qual origina-se este artigo foi realizada em uma Unidade para Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação Lar do Garoto, localizada em um município do interior do estado da Paraíba, no Brasil. O município possui cerca de 27.503 habitantes e se encontra a 134km da capital, do estado da Paraíba, João Pessoa (Figura 1). Trata-se de uma unidade socioeducativa destinada a internação de pessoas do sexo masculino entre 12 e 17 anos, 11 meses e 29 dias de idade.

Figura 1 - Mapa da Paraíba



1399

Fonte: Dados da pesquisa

Participantes

Participaram 11 adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade presentes no Lar do Garoto que aceitaram participar da pesquisa. Para a discussão dos resultados no que tange suas trajetórias de vida, foram utilizados pseudônimos para manter seu direito ao sigilo.

Procedimentos Éticos

O Projeto segue o que determinam as Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde no Brasil mediante a concessão de uma carta de Anuência da Direção da Fundação de Desenvolvimento da Criança e Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC), que é responsável pela Unidade de Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação Lar do Garoto. A carta de anuência foi submetida ao Comitê de Ética do Centro de Ciências da saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba recebendo CAAE número 59272722.8.0000.5188. Após a autorização e anuência terem sido concedidas, foram realizadas visitas por parte da equipe da pesquisa à instituição, onde foi feita a apresentação da pesquisa ao diretor da unidade e aos técnicos que acompanham as adolescentes. A participação dos adolescentes se deu mediante assinatura dos Termos de Assentimento, Consentimento Livre e Esclarecido ou Termo de Autorização de Responsável.

1400

Instrumentos

Utilizou-se dois instrumentos, sendo o primeiro um questionário panfleto denominado *Questionário Mosquito*, que tem por finalidade fazer uma triagem de quais adolescentes respondentes já trabalharam antes da internação na Unidade. As questões versavam sobre idade, escolaridade, se já deixou de estudar, se já trabalhou/ajudou e, se sim, com quantos anos começou a trabalhar/ajudar.

Após responder o *Mosquito*, o participante aceitava continuar respondia o segundo instrumento que consiste em um questionário estruturado que possui 42 questões fechadas abordando os seguintes pontos: dados sociodemográficos, dados escolares, dados sobre atividades de trabalho exercidas, condições objetivas de vida, significado do trabalho e o contexto de envolvimento dos entrevistados e as consequências do trabalho infantil.

Análise de Dados

Os dados foram analisados com auxílio do Software SPSS (Statistical Package for the Social Science), por meio de estatísticas descritivas (frequências bruta e relativa), assim como se utilizou



como aporte teórico da Psicologia Histórico-Cultural (PHC). Esta teoria compreende que o meio, onde se processo a socialização e suas condições objetivas de vida, são os elementos fundamentais no desenvolvimento do sujeito. Assim, tratando-se de trabalhadores infantis, as condições às quais são submetidos precocemente afetam a visão de mundo, cognição, atitudes e expectativas sobre o futuro (Alberto, 2007).

Resultados e Discussão

Dados Biossociodemográficos

Todos os adolescentes entrevistados foram trabalhadores infantis. A Tabela 1 apresenta que 100% dos participantes eram do sexo masculino, 90% (n=10) tinham entre 16-17 ou 18-21 anos e auto identificaram-se como pardos (n=4) ou negros (n=4). Conforme o Estatuto da Igualdade Racial pardos e pretos são negros (Brasil, 2010), portanto 72,8% dos entrevistados configuram-se como negros. Esses dados se alinham ao perfil dos socioeducandos vislumbrado no Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2019) que demonstra o encarceramento da população negra adolescente/jovem como sintoma do racismo estrutural que organiza a sociedade brasileira como defende Gatto *et al* (2019) e Motta e Germano (2019).

Em relação ao nível escolar, as unidades socioeducativas paraibanas regem a categorização escolar sob o modelo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) o qual se estrutura em ciclos escolares, a saber: Ciclo 1 (1º, 2º e 3ª séries), Ciclo 2 (4º e 5ª séries), Ciclo 3 (6º e 7ª séries), Ciclo 4 (8º e 9ª séries), Ciclo 5 (1º e 2º ano do ensino médio) e Ciclo 6 (3º ano do ensino médio) (Paraíba, 2023). Assim, observa-se que a maioria dos adolescentes/jovens se encontravam no Ciclo IV (45%, n=5) ou no Ciclo III (27%, n=3), o que denuncia uma defasagem escolar significativa que representa uma consequência do trabalho infantil como argumenta Almeida (2019).

1401

Tabela 1 - Dados biossociodemográficos

Categoria	Variável	N	Frequência (%)
Sexo	Masculino	11	100%
Idade	12-15	1	10%
	16-17	5	45%
	18-21	5	45%
Etnia/Raça	Pardo	4	36%
	Negro	4	36%
	Branco	3	28%
Ciclo Escolar	Ciclo III	3	27%
	Ciclo IV	5	45%
	Ciclo V	2	18%
	Ciclo VI	1	10%

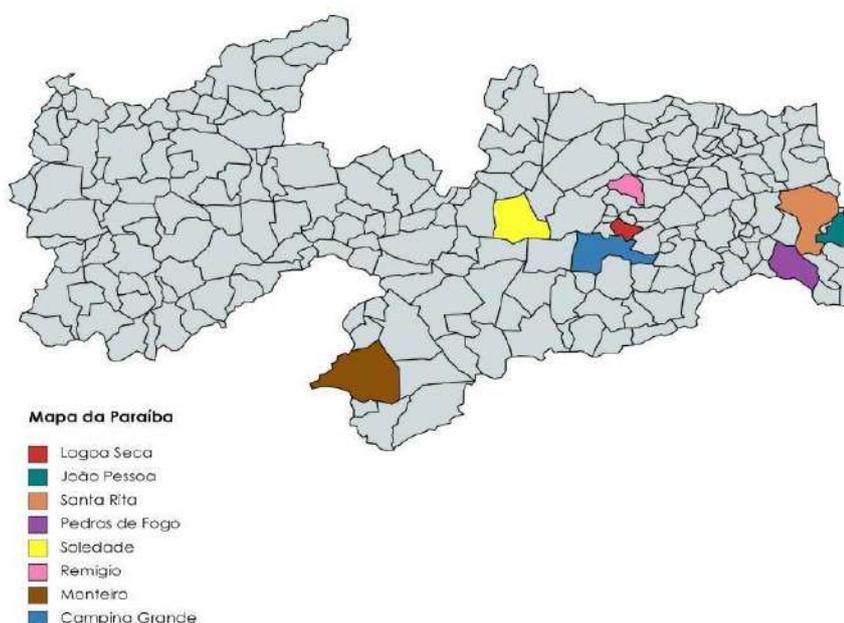
1402

Fonte: Dados da Pesquisa

No que diz respeito à cidade de origem, nenhum dos entrevistados era originário do município no qual cumpriam medida de internação. Os dados relatam que estes provinham, sobretudo, de cidades próximas, de Campina Grande (36,4%, n=4) e Pedras de Fogo (18,2%, n=2). Os demais participantes originavam-se de outras cidades distantes da Unidade onde cumpriam a medida de internação, João Pessoa, Santa Rita, Soledade, Remígio e Monteiro (Figura 2). Essa realidade implica em um distanciamento da família contradizendo o direito de convivência familiar e comunitária para os/as socioeducandos/as postulado no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Brasil,

2012) por se estabelecer que tais vínculos se demonstram como essenciais para o desenvolvimento pleno do público infanto-juvenil. Assim, acusa-se que os participantes se encontram isolados, com pouco acesso à visitação, especialmente, pelas áreas interioranas paraibanas serem descritas como de difícil acesso. Desse modo, tal situação contribui para um maior sofrimento psíquico dos socioeducandos (Ramos, 2018).

Figura 2 - Unidade de internação e municípios de origem



1403

Fonte: Dados da pesquisa

Condições objetivas de vida na infância

Ao serem questionados até quando foi a sua infância, a maioria dos participantes (54%) relatou que essa ocorreu até 7-12 anos de idade sendo a inserção precoce no trabalho um dos fatores mais apontados para a brevidade da infância. Portanto, percebe-se um processo de adultização precoce dos trabalhadores infantis como discorre Alberto (2002) que ceifa a infância desses e, assim, prejudica o seu desenvolvimento. Entretanto, ressalta-se um caso em que um participante

comunicou que a sua infância findou antes dos 7 anos de idade por este ter presenciado o assassinato de seu pai.

Quanto aos arranjos familiares, sobressaiu nas respostas dos participantes o modelo da família extensa 45% (n=5). Segundo Cunha *et al.* (2004), a união em famílias extensas representa uma estratégia das famílias de classe baixa conseguirem sobreviver, visto que tal configuração familiar implica a união da renda dos/as pessoas empregadas. A renda dessas famílias provém, em parte, de programas sociais de transferência de renda ou da previdência, como bolsa família, pensão, e aposentadoria, fosse dos pais ou dos avós.

Tabela 2 - Condições objetivas de vida na infância dos participantes

Categoria	Variável	n	Frequência (%)
Até que idade foi a sua infância?	Nunca teve infância	1	10%
	Antes dos 7 anos	1	10%
	7-12 anos	4	36%
	13-15 anos	4	36%
	16-18 anos	1	10%
Modelo familiar	Família estendida	5	45%
	Família nuclear	3	27%
	Família mononuclear	2	18%
	Família reorganizada	1	10%
Renda Familiar	Meio salário-mínimo	1	10%
	Entre 1 salário-mínimo e 1,5 salário-mínimo	4	36%
	Entre 3 salários-mínimos e 3,5 salários-mínimos	3	27%
	Não sabe	3	27%

1404

Fonte: Dados da Pesquisa

Em contrapartida, 18% (n=2) dos entrevistados comunicaram que viviam em um modelo familiar mononuclear, na infância, formado por mães solas. Nesse contexto, Mesquita e Ramalho (2015) esclarecem que famílias monoparentais femininas têm maior índice de inserção de crianças no trabalho, principalmente pelo trabalho feminino ser marcado pela presença significativa no setor informal. Dessa forma, observa-se que o sustento da família provinha do trabalho do jovem participante, quanto de seus irmãos, o que pode apontar para a presença do trabalho infantil se estendendo pelo restante da família.

Independente da configuração familiar, a renda familiar dos participantes se firmava entre 01 salário-mínimo (R\$1.320, em 2023) - 1 salário-mínimo e meio (R\$1.980, em 2023). Essas informações corroboram com Aguilar (2018), Souza (2022) e Zuker (2021) que abordam que o trabalho infantil consiste em um marcador de vulnerabilidade social presente nas classes baixas brasileiras que necessitam inserir precocemente as crianças e adolescentes no trabalho para aumentarem/complementarem a renda familiar para assegurar a sobrevivência.

Dados sobre atividades de trabalho

Todos os entrevistados trabalharam na infância. Como representado na nuvem de palavras (Figura 3), as atividades citadas foram: ajudante de pedreiro; feirante; tratador de cavalo; limpador de para-brisas no sinal; garçom; lava-jato; serralharia; tráfico de drogas; em granja; como borracheiro; ajudante de marmoraria; vendedor de camarão; corredor em vaquejada; vendedor de espetinho; barbeiro; motorista de caminhão; com energia solar; como educador físico. Observa-se que todas as atividades se encaixam nas piores formas de trabalho infantil, uma vez que se apresentam como prejudiciais a sua saúde e segurança, no que se refere ao físico, emocional e moral.

1405

mais extensa eram o tráfico de drogas (devido à ausência de um horário fixo e o estado de alerta constante) e como motorista de caminhão.

Ambos os jovens começaram a trabalhar aos 11 anos, ou por influência de amigos (no caso do tráfico) ou por ser obrigado pelos pais/responsáveis (como motorista). A idade precoce e a influência de outras pessoas explica o submetimento às atividades precarizadas. Assim, a partir dessas jornadas, e da exaustão causada por elas, compreende-se melhor como se dá proeminência de defasagem e evasão escolar de trabalhadores infantis, a adultização precoce e a centralidade do trabalho em suas vidas, tornando-se, assim, seu principal meio socializador (Vigotski, 2001).

Tabela 4 - Atividades de trabalho

Categoria	Variável	n	Frequência (%)
Idade que começou a trabalhar	10-13	8	72,7%
	14-16	3	27,3%
Por que começou a trabalhar	Para conseguir independência ou porque queria comprar coisas para si	7	63,6%
	Por influência dos amigos	2	18,1%
	Para conseguir dinheiro para sustentar a família	1	9%
	Obrigado pelos pais ou responsáveis	1	9%
Jornada de trabalho (dias)	3-5 dias	4	36,3%
	6-7 dias	7	63,6%

1407

Jornada de trabalho (horas)	04h-06h	1	9%
	07h-09h	6	54,5%
	10h-12h	2	18,1%
	19h-21h	1	9%
	22h-24h	1	9%

Fonte: Dados da pesquisa

Significado do trabalho

O questionário também se voltou para a dimensão do significado do trabalho. Como apresentado na tabela 5, para 45,4% (5) trabalho significa “conseguir dinheiro de forma suada”, para 36,4% (4) “uma forma de sustentar a família”, para 18,2% (2) “conseguir dinheiro de forma digna”, enquanto para 18,2% (2) “de forma honesta”. Por sua vez, um jovem (9,1%) apontou que se trata de um meio de sobrevivência, enquanto outro de “qualquer coisa em troca de pagamento”. Ademais, acerca da jornada de trabalho, observa-se que esse toma uma parte central de suas vidas.

Em contraposição a razão pela qual passaram a trabalhar, onde o principal motivo relatado foi o desejo por certa autonomia financeira, o significado atribuído ao trabalho se dá, em parte, como forma de sustentar a família. Tal necessidade advém de uma má distribuição de renda caracterizada por um ciclo intergeracional de pobreza, onde os mais jovens precisam se inserir informalmente no mercado de trabalho como meio de auxiliar a renda familiar. Almeida (2019) aponta que filhos de trabalhadores infantis têm maior probabilidade de reproduzir essa realidade. Indicando, assim, a contínua inacessibilidade a políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, assim como ao descaso por parte do Estado no que se refere ao combate ao trabalho infantil.

Por outro lado, observa-se uma valoração em suas falas acerca do que é trabalho, a partir de termos como “digno”, “suado”, “honesto”. A construção desse discurso se deu na sociedade brasileira ao longo dos séculos, partindo do pressuposto sobre o trabalho como aquilo que dignifica o sujeito, principalmente jovens periféricos, como estratégia de afastá-los da criminalidade e marginalização. Alberto (2012) denuncia como essa narrativa frequentemente encontrou respaldo na legislação nas ações do Estado, com a formação para o trabalho de

1408

adolescentes de classes populares até o séc. XX, por exemplo. Entretanto, tal discurso mascara o uso do TI como mão de obra barata, invisibilizados pela informalidade.

Quando perguntados se já realizaram trabalho no tráfico, 63,6% (7) responderam que sim. Nesta atividade, comumente os jovens precisavam atuar em mais de uma função simultaneamente, destacando os seguintes cargos: atacado (4), varejo (3), assalto (2) e transporte (1). Embora o tráfico possua características similares às outras atividades exercidas, como a designação de funções, o dispêndio de energia em troca de uma forma de pagamento, ele também é acompanhado de um maior julgamento moral. Nesse sentido, ao serem perguntados se consideram o tráfico como trabalho, a maioria, 81,8% (9), respondeu que não. As razões dadas para tal variaram entre: “é errado” (3); “é dinheiro sujo” (2); “é trabalho sujo” (2); “é dinheiro fácil” (1); “é trabalho fácil” (1). Por outro lado, apenas dois o tinham como trabalho, com a justificativa de se tratar de uma forma de ganhar dinheiro.

Por sua vez, o tráfico está presente na Lista TIP, de piores formas de trabalho infantil, pelos riscos de exposição a violência, morte e encarceramento (Brasil, 2008). Assim, os jovens nele envolvidos devem ser retirados desse meio e protegidos com medidas protetivas. Observa-se, no entanto, a aplicação de medidas punitivas de internação, embora essas não sejam recomendadas para o trabalho de crianças e adolescentes no tráfico, por ser considerado uma das piores formas de trabalho. Percebe-se, assim, contradições na legislação brasileira. Desse modo, o Estado se isenta de sua responsabilidade no que concerne aos jovens inalcançados por políticas públicas, fazendo com que seus direitos sejam continuamente negligenciados.

Assim, embora seja uma forma de trabalho precarizada, este apenas se torna aparente a partir do momento que é tipificado como infracional e o jovem é encarcerado. Diante disso, como apresentado por Batista (2015), é tido como justificável ações punitivas como meio de corrigir a natureza supostamente desviante desses jovens. Com isso, apesar da mão-de-obra, dos dias e horas gastos, dos riscos de morte e encarceramento, os jovens no tráfico não são vistos como trabalhadores. Atribui-lhes a criminalidade, sendo destituídos de seus direitos, descontextualizados de suas trajetórias de vulnerabilização, cristalizados ao ato infracional.

Também se buscou investigar as consequências do TI, como dores físicas e cansaço, cumprimento de medidas socioeducativas, acidentes, cometimento de ato infracional, e ser pego pelo conselho tutelar. Percebem-se os riscos físicos presentes no trabalho, a chance de encarceramento, no caso de atividades consideradas ilícitas, assim como a desconfiança diante de órgãos existentes para proteção da criança e adolescente, no caso do conselho tutelar, pelo receio de ser retirado de seu local de trabalho.

Esses dados vão de acordo com a literatura, que aponta para os riscos físicos, psicológicos e sociais do TI, como problemas nutricionais e de postura, adultização precoce e baixo nível de escolarização (Alberto, 2012; Almeida, 2019; Goes *et al.*, 2021). Por outro lado, as únicas consequências de aspecto positivo foram justamente os motivos pelos quais os jovens ingressaram no trabalho: sustentar a família ou obter autonomia dentro dessa.

Tabela 5 - Significado de trabalho

Categoria	Variável	n	Frequência (%)
Significado de trabalho	Obter dinheiro de forma suada/digna/honesta	6	54,5%
	Forma de sustentar a família	4	36,3%
	Qualquer coisa em troca de pagamento	1	9%
Tráfico é trabalho? Por quê?	Não. É errado.	3	27,3%
	Não. É “dinheiro sujo/fácil”	3	27,3%
	Não. É “trabalho sujo/fácil”	3	27,3%
	Sim. Por ganhar dinheiro.	2	18,1%
Já trabalhou no tráfico?	Sim.	7	63,6%
	Não.	4	36,3%
Função no tráfico	Atacado	4	44,4%
	Varejo	3	33,3%
	Transporte	1	11,1%
	Assalto	1	11,1%

1410

Fonte: Dados da pesquisa

Trabalho Infantil e Ato Infracional

Acerca dos motivos pelos quais esses jovens se envolveram, 5 deram razões relacionadas às condições financeiras (2 por necessidade, e 3 para conseguir dinheiro), 18,2% (2) por más influências, enquanto os outros motivos relatados foram: devido ao território, e por ter perdido alguém e ficado sem rumo. Novamente, suas condições de renda se manifestam como razões para a inserção, seja em atividades consideradas lícitas ou ilícitas.

Já a justificativa de más influências se relaciona ao desejo de identificação e pertencimento em um grupo que não o do âmbito familiar, o qual pode ser demarcado pelas mais diversas violências. Ademais, a perda de alguém significativo pode ser um fator elementar na desorganização na vida desses jovens, levando a comportamentos e atitudes (como o desejo de vingança) que levem ao ato tipificado como infracional (Alberto et al, 2021).

No que concerne aos atos infracionais pelos quais os jovens receberam a medida de internação, os resultados foram: roubo (7), homicídio (2), tráfico de drogas (1), abandono de incapaz (1) e assalto (1). Deve-se levar em consideração que dois deles foram julgados pelo cometimento de mais de um ato. Diante disso, faz-se necessário salientar o artigo 122 do ECA (Brasil, 1990), o qual aponta que a medida de internação deve ser aplicada quando há grave ameaça/violência contra a pessoa. Por sua vez, os dados da pesquisa mostram que os atos infracionais pelos quais a maioria foi responsabilizada não se encaixam nessa categoria.

Assim sendo, como ressaltado pelo SINASE, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2019), tal medida não deveria ser utilizada em atos análogos a crimes contra o patrimônio (roubo), ou de tráfico de drogas. Observa-se, assim, uma discrepância no que se refere às leis instituídas no ECA e sua aplicação. Ademais, embora a maioria fosse envolvida com tráfico, apenas um deles recebeu medida por esse, o que pode ser explicado pelo fato de o tráfico demandar o cometimento de outros atos tipificados como infracionais, como roubo, homicídio e assalto.

Apenas dois participantes apontaram que ter trabalhado muito cedo os ajudou a se envolver, por perceber que “o trabalho da pessoa paga menos e aquele negócio paga mais” ou “por companhias no local de trabalho”. Como já foi ressaltado, ainda há a disseminação de um discurso do trabalho precoce como um meio de afastar os jovens da criminalidade. Contudo, a literatura aponta o sentido contrário: quanto maior a precarização trabalhista enfrentada por esses meninos, maior a transição de atividades consideradas lícitas para aquelas tipificadas como ilícitas, como meio de um retorno financeiro maior e mais rápido, assim como ascensão social (Alberto, 2012).

Já em relação às consequências do envolvimento, eram aceitas até três respostas. As mencionadas foram: estar preso; morte; afastamento da família; cumprimento de medida socioeducativa; mudança de bairro/território/comunidade. Os resultados apontam que encarceramento e/ou morte foram as respostas mais repetidas entre aqueles envolvidos no

1411

tráfico. Quando questionados, os entrevistados repetiam “ou você morre, ou acaba aqui”. Como mencionado, o tráfico se apresenta como a alternativa mais rápida, com maior retorno financeiro, mas também como a mais perigosa. Desse modo, observa-se uma banalização da morte nesse meio, uma vez que abandoná-lo pode implicar numa perda significativa de dinheiro, assim como ameaças à própria vida devido a conflitos com facções. Assim, se são retirados desse meio vivos, é sob a aplicação de medidas punitivas em detrimento de protetivas.

Ademais, outra consequência dada por esse grupo foi a mudança de território, o que se relaciona às guerras de facção provenientes dessa atividade de trabalho. Por fim, denota-se o afastamento da família como outra consequência realizada, uma vez que, como nenhum dos participantes é originário do município no qual estão internados, tal distanciamento segue desde o envolvimento até a medida de internação.

Tabela 6 - Envolvimento e ato infracional

Categoria	Variável	n	Frequência (%)
Por que você se envolveu?	Necessidade financeira	5	45,5%
	Más influências	2	18,1%
	Perdeu alguém e ficou sem rumo	1	9%
	Devido ao território	1	9%
	Não respondeu	2	18,1%
Você recebeu medida por qual ato infracional?	Roubo	7	53,8%
	Homicídio	3	23%
	Tráfico	1	7,6%
	Assalto	1	7,6%
	Abandono de incapaz	1	7,6%

1412

Ter trabalhado muito cedo ajudou a cometer o ato infracional?	Não	9	81,8%
	Sim. Pelas companhias do local de trabalho.	1	9%
	Sim. Ver que o trabalho paga menos e aquele “negócio” paga mais.	1	9%
Quais as consequências do envolvimento?	Encarceramento	7	63,6%
	Morte	5	45,5%
	Afastamento da família	3	27,2%
	Mudança de endereço	1	9%

1413

Fonte: Dados da pesquisa

Conclusões

Os dados apresentaram o perfil de jovens que foram trabalhadores infantis e estão submetidos a medida de internação. Assim como as similaridades em suas trajetórias de vida a partir das vivências escolares e na infância, demarcadas por negligência estatal, violação de direitos, e marginalização. Ademais, a partir de uma análise das atividades de trabalho desempenhadas, observou-se que todas se encaixam na Lista TIP de piores formas de trabalho infantil, em jornadas de trabalho exaustivas, que os impediam de realizar atividades apropriadas para suas idades. Além disso, a maioria dos jovens começou a trabalhar antes dos 14 anos, idade dada como mínima para o exercício do jovem aprendiz. Outrossim, analisou-se o envolvimento com atividades tipificadas como ilícitas, assim como as consequências que o trabalho infantil, em

todas suas esferas, provocou em suas vidas. Denota-se, assim, que os objetivos da pesquisa foram alcançados.

Esse trabalho se situa como uma denúncia a toda violência e negligência praticadas pelo Estado contra essa minoria marginalizada socioeconomicamente. Embora existam leis que protejam essas crianças e adolescentes, observam-se incoerências entre o que pregam e sua aplicação. Ou seja, observam-se descumprimento das normas e regulamentações a fim de criminalizar esses jovens em situações precárias, as quais apenas existem devido ao sistema de má distribuição de renda. Ademais, essa pesquisa também permitiu que esses mesmos jovens fossem os responsáveis por compartilhar suas próprias histórias, não se atendo, assim, as narrativas criadas acerca deles, onde toda culpa e responsabilização são individualizadas.

De tal modo, os jovens se encontram desassistidos perante o Estado, sem ter conhecimento e acesso a seus direitos. Assim, esse trabalho também visa contribuir com a elaboração de políticas públicas de proteção, atendimento, cuidado e garantia desses jovens, no que diz respeito à prevenção e combate ao TI. Faz-se imprescindível que a academia também se debruce sobre esse tema ainda negligenciado em suas diversas facetas para que ocorra um maior entendimento sobre suas trajetórias de vida até a socioeducação, as quais, sejam nas capitais ou nas cidades no interior do Brasil, apresentam similaridades no que tange às condições que são submetidos desde cedo. Desse modo, faz-se possível pensar em novas maneiras de uma responsabilização pautada na mudança e no cuidado.

1414

Referências

AGUILAR, Alexandra Cortés *et al.* Factores Socioeconómicos Asociados Al Trabajo Infantil Y La Asistencia Escolar En Colombia. **Revista Finanzas y Política Económica**, Bogotá, v. 10, n. 1, p. 135-151, jan./jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2248-60462018000100135&script=sci_arttext. Acesso em: 13 out. 2023.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. **A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa - PB**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2002.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira As implicações psicossociais do trabalho precoce de meninos e meninas em condições de rua. **Revista Laboreal**, Porto, v. 3, n. 2, p. 8-21, 2007.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira *et al.* Condições objetivas de vida dos trabalhadores precoces que cumprem medidas socioeducativas. IN: ALBERTO, Maria de Fátima Pereira.



Trabalho infantil e trajetórias de vidas punidas e encarceradas com medidas socioeducativas. Curitiba: Editora CRV, 2021, p.83-105.

ALBERTO, Maria Fatima Pereira O estatuto da criança e do adolescente, o trabalho infantil e a escola. *In:* CALISSI, Luciana (Org.). **O ECA nas escolas:** perspectivas interdisciplinares João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, 126-136.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira *et al.* Trabalho Infantil e Ato Infracional: Análise Histórico-cultural do Desenvolvimento Infantojuvenil. **Revista Da Spagesp**, Ribeirão Preto, v. 21, p. 127-142, 2020.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; SANTOS, Denise. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 209-218, abr./jun. 2011

ALMEIDA, Hanna de Castro Dourado. **Interface entre o trabalho precoce e a prática de atos infracionais:** uma análise de gênero. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BATISTA, Vera Malagutti. **Introdução à criminologia crítica brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estabelece o Estatuto da criança e do adolescente e concede outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3.º, alínea “d”, e 4.º da Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm. Acesso em 13 de out. 2023.

1415



BRASIL. Lei 12. 288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 13 out. de 2023.

BRASIL. Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes que praticam atos tipificados com infracionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de janeiro de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 13 out. de 2023.

COSTA, Ana Paula Motta; BARROS, Betina Warmling. “Traficante não é vagabundo”: trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 2399-2427, 2019.

CUNHA, José Marcos Pinto da *et al.* A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIV, 2004. Minas Gerais: ENEP, 2004, p. 1-19.

GATTO, Mariana de Rocha *et al.* Capitalismo, Estado e Racismo: tríplice devoradora de sonhos a questão social e o adolescente acusado de ato infracional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019. Brasília: CBAS, 2019. p. 1-10.

GOES, Vitória Moura *et al.* Trabalho precoce e o envolvimento em atos tipificados como infracionais. *In*: ALBERTO, Maria Fatima Pereira (Org.). **Trabalho infantil e trajetórias de vidas punidas e encarceradas com medidas socioeducativas**. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 83-104.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MESQUITA, Shirley Pereira de; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 97-134, 2015.

1416



MOTA, Milena Pavão; GERMANO, Marlene Soares Freire A desigualdade social e suas influências no crescimento dos atos infracionais. **Revista Transformar**, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 76- 101, ago./dez. 2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 182**. Estabelece a proibição das piores formas de trabalho infantil além das ações imediatas que devem ser executadas para sua eliminação. 87º reunião do Conselho de Administração da Secretaria Internacional do Trabalho, Genebra, 1º de junho de 1999.

PARAÍBA, **Diretrizes Operacionais 2023**. Secretária da Educação do Estado. 2023

RAMOS, Camila Ramos. **A implicação do encarceramento para a saúde mental de adolescentes e jovens privados de liberdade**. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SINASE - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.. **Levantamento Anual do SINASE**. Brasília, DF. Recuperado em www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/levantamentoanualdosinase2017pdf. Acesso em: 13 out. 2023.

SOUZA, Lissandra Justa Aníbal de. **O trabalho infanto-juvenil no tráfico: uma revisão sistemática**. 2022. Graduação (Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

VIANA, Leila *et al* (2005). Trabalho infantil e o ato tipificado como infracional (um estudo comparativo). *In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA*, 57, 2005. Fortaleza: SBPC, 2005.

VIGOTSKI, Levy . **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZUKER, Laura Frasco *et al*. Agencia infantil situada. Un análisis desde las experiencias de niñas y niños que trabajan en contextos de desigualdad social en Argentina. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 60, p. 163-190, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/hX8ss3qCgKffkFDWx6hQhqc/?lang=es>. Acesso em: 13 out. 2023.

1417



O TRABALHO DO GIRACAMPO NA EFETIVAÇÃO DAS DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO

Alexandra Resende Campos¹

Marcelo Loures dos Santos²

André Gilberto Alves Vaz³

Introdução

Em dezembro de 2015 foi aprovada a resolução da Secretaria Estadual de Educação n° 2820/2015, que institui as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo do estado de Minas Gerais - Brasil. A elaboração deste documento surgiu através de amplo diálogo entre diversos setores da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino superior e entidades ligadas a formação docente. O objetivo deste documento é garantir melhorias na realidade educacional dos diferentes territórios camponeses de Minas Gerais (MINAS GERAIS 2015). O artigo 2º, Inciso II da referida resolução, altera os critérios de caracterização das escolas, sendo consideradas do campo, aquelas escolas localizadas no meio rural ou que atenda, predominantemente, populações do campo. A partir dessa resolução várias escolas de Minas Gerais passaram a ser reconhecidas como Escolas do Campo, implicando na reformulação da sua proposta político pedagógica e nas práticas educativas desenvolvidas.

A finalidade principal dessas diretrizes é garantir que os estudantes do campo tenham uma educação contextualizada com suas identidades culturais e sociais, rompendo com o paradigma da educação rural. No entanto, não houve por parte da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, um processo de formação para os (as) docentes e orientações pedagógicas no processo de implementação dessas diretrizes.

Várias escolas foram reconhecidas como Escolas do Campo, ao mesmo tempo que vários (as) professores (as), estudantes e equipe pedagógica demonstravam desconhecimento sobre o

1418

¹Doutora em Educação (UFF), Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Ação em Educação do Campo do Território dos Inconfidentes – GiraCampo/UFOP, alexandra.campos@ufop.edu.br

² Doutor em Psicologia (PUC-Campinas), Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Coordenador do Grupo de Pesquisa e Ação em Educação do Campo do Território dos Inconfidentes – GiraCampo/UFOP, marceloloures@ufop.edu.br

³Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental (UFOP), Doutorando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG), Gestor de Projetos na Empresa Raízes Desenvolvimento Sustentável, andrercvaz@gmail.com

Movimento Nacional Por Uma Política de Educação do Campo. Logo, era comum os seguintes questionamentos: Afinal o que é uma Escola do Campo? O que isso implica no projeto político pedagógico e nas práticas pedagógicas desenvolvidas? Acrescenta-se também o fato de muitos docentes e discentes demonstrarem resistência em reconhecerem suas instituições como Escolas do Campo, pois ainda prevalecia o imaginário social estereotipado em que o meio rural estava associado ao atraso, a pobreza e a precariedade.

Foi neste contexto que surgiu o GiraCampo - Grupo de Pesquisa e Ação em Educação do Campo no Território dos Inconfidentes. Vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, o GiraCampo vem desenvolvendo atividades de formação docente, pesquisas e projetos de extensão. Inicialmente, o grupo atuou em duas escolas estaduais realizando orientações pedagógicas nesse processo de implementação das Diretrizes.

Em 2018, em parceria com a Escola Estadual Coronel Nicolau Sampaio, localizada no município de Diogo de Vasconcelos (Minas Gerais), o grupo iniciou um projeto de extensão cujo objetivo foi garantir a efetivação das diretrizes, oferecendo formação pedagógica ao corpo docente, roda de conversa e atividades formativas com os (as) alunos (as) do ensino médio e desenvolver práticas pedagógicas consonantes ao contexto e a cultura local. A E. E. Coronel Nicolau Sampaio possui uma sede no município de Diogo de Vasconcelos e um anexo no distrito de Miguel Rodrigues, ofertando os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Ambas as instituições atendem majoritariamente, alunos (as) do campo.

No segundo semestre de 2018 foram realizados encontros de formação com os (as) professores (as) sobre os fundamentos teóricos e práticos da Educação do Campo, além de rodas de conversas com os (as) alunos(as) do Ensino Médio sobre identidade camponesa. O objetivo dessas atividades era levar os (as) professores (as) a desenvolverem um projeto, envolvendo toda a escola e a comunidade, com alguma temática relacionada a realidade em que as escolas estão inseridas e, ao mesmo tempo, desenvolver práticas educativas que fossem ao encontro dos princípios da Educação do Campo. Através de constantes diálogos e reflexões nesses encontros formativos, os (as) docentes perceberam a pertinência de trabalhar com a Agroecologia. Tal temática poderia ser um eixo articulador para envolver discentes, educadores (as), equipe pedagógica e, principalmente, os moradores da comunidade. Soma-se ainda o fato de que nesses encontros ficou visível a necessidade de os (as) estudantes despertarem um novo olhar no que se refere ao trabalho com a terra. Os (as) professores (as) percebiam que, de modo geral, os (as) moradores e estudantes desenvolviam poucas atividades voltadas para o cultivo de hortaliças, frutas e legumes, mesmo tendo condições climáticas, solo e recursos hídricos favoráveis.

Ademais, os moradores de Diogo de Vasconcelos e do distrito de Miguel Rodrigues, acompanharam de perto todo o impacto da exploração de minério na região dos Inconfidentes e o rompimento da Barragem do Fundão da Mineradora Samarco em novembro de 2015 na cidade de Mariana, em Minas Gerais. O município se localiza a 50 km e o distrito a 28 km da

cidade de Mariana. Assim, o fortalecimento da agricultura familiar na região e o investimento em práticas agroecológicas despontou como um caminho possível de fortalecer a economia das comunidades rurais em que os (as) alunos (as) residem e demais moradores. Inclusive os (as) docentes logo vislumbraram a possibilidade da criação de uma feira agroecológica no município. A temática da Agroecologia foi consolidando entre o corpo docente e a equipe pedagógica. Ocorreram formações sobre a ligação do tema com a Educação do Campo, construção de um banco de materiais didáticos e pedagógicos sobre Educação e Agroecologia (cartilhas, vídeos, livros, panfletos), culminando na construção de um projeto sobre Agroecologia na Escola, envolvendo as diferentes áreas do conhecimento. Ao compreender que a Agroecologia busca a superação do conhecimento científico compartimentado, sendo favorável a uma abordagem integrada e multidisciplinar (GUBUR; TONAR, 2012), o projeto propiciou a efetivação de práticas pedagógicas ligadas aos princípios da Educação do Campo. Vale destacar ainda que o artigo 3º - inciso II da Resolução SEE 2820/2015 aponta para a relevância da Agroecologia nas práticas pedagógicas.

II- incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, com base na agroecologia e em articulação com o mundo do trabalho; (MINAS GERAIS, 2015, p.08)

1420

Objetivos

- Oferecer apoio pedagógico e formação continuada, no processo de implementação das Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais (2820/2015);
- Contribuir para a efetivação de práticas pedagógicas consonantes aos princípios da Educação do Campo;
- Valorizar as práticas docentes no contexto das Escolas do Campo.

Metodologia, Materiais e Métodos

As ações realizadas no âmbito deste projeto foram embasadas no referencial teórico metodológico da Pedagogia Freireana. A noção dialética de uma prática pedagógica problematizadora e libertadora permeou todas as atividades formativas nas diferentes etapas de execução do projeto. Neste sentido, o ponto de partida para o desenvolvimento das atividades teve como eixo articulador a “leitura de mundo” da comunidade pedagógica envolvida (professores e estudantes), além de priorizar as características territoriais e culturais em que a



Escola estava inserida. Os envolvidos partiram do seu lugar de origem, das suas redes de sociabilidade e das relações que estabeleciam cotidianamente na escola e na comunidade. Logo, foi possível estabelecer um movimento dialético e dialógico entre o conhecimento local e global relativo às atividades propostas e os desafios da Escola no processo de efetivação das Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais.

A pedagogia proposta por Paulo Freire parte das dimensões da realidade dos sujeitos, do nível de percepção que eles têm sobre a realidade imediata, com vistas a compreendê-la a partir da inserção em totalidades mais abrangentes, problematizando-a. (JÚNIOR; TORRES, 2009, p. 44).

Os “Temas Geradores” desenvolvidos na pedagogia Freiriana, sobretudo no terceiro capítulo da obra “Pedagogia do Oprimido”, foi a base metodológica das atividades realizadas em todas as etapas de execução do projeto. Temáticas de panorama nacional como a História da Educação Rural no Brasil; O Movimento Nacional por uma Educação do Campo; Fundamentos teóricos e práticos da Educação do Campo, Identidade Camponesa; Desenvolvimento do Campo, entre outras, foram abordadas de forma articulada com os “Temas Geradores” levantados nos diferentes momentos formativos. Outro instrumento metodológico utilizado no desenvolvimento das atividades foram os “Círculos de Cultura”. Segundo Freire (1981, p.141-142) os Círculos de Cultura podem ser compreendidos como:

(...) centros em que o Povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo. (...) estabelece-se um dinamismo entre os Círculos de Cultura e a prática transformadora da realidade, de tal modo que passam a ativar-se e reativar-se mutuamente.

1421

A metodologia dos “Temas Geradores” e do “Círculo de Cultura” possibilitou o movimento de ação-reflexão-ação proposto na Pedagogia Freiriana. Assim, foi possível redimensionar, em todas as etapas do projeto, as ações propostas no sentido de garantir o apoio pedagógico no processo de implementação das Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais, no contexto da E. E Coronel Nicolau Sampaio.

Considerando todos estes aspectos, as atividades foram desenvolvidas em três momentos formativos:

- Primeiro momento: Análise da Conjuntura Local e Levantamento de Demandas
- Essa etapa consistiu em conhecer as especificidades e demandas pedagógicas da E.E Coronel Nicolau Sampaio, tanto na escola Sede localizada no município de Diogo de Vasconcelos, como na Escola anexo localizada no distrito de Miguel Rodrigues. Foram realizados encontros com a comunidade pedagógica (docentes, coordenação pedagógica e direção) para levantamentos dos seguintes aspectos:



- Potencialidades educativas e desafios da instituição no contexto pedagógico das Escolas do Campo;
- Desafios e limites da Escola no contexto geográfico e econômico em que ela está inserida (comunidade local);
- Potencialidades e desafios pedagógicos na formação docente e discente;

Segundo momento: As diretrizes e a construção de um Plano de Ação

O objetivo desta etapa foi compreender as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo de Minas Gerais frente ao Movimento Nacional por uma Educação do Campo, sua importância como quebra de paradigma ao modelo hegemônico da Educação Rural e contextualizar estes aspectos com a realidade educacional da E.E. Coronel Nicolau Sampaio. Para tanto, este momento foi dividido em duas fases. Na primeira foi realizado um ciclo de formação (debates; palestras; exibição de vídeos; círculos de culturas; troca de saberes) com temáticas que perpassam aspectos levantados no “Primeiro Momento: Análise da Conjuntura Local e Levantamento de Demandas” e articuladas as Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Na segunda fase a equipe pedagógica envolvida foi dividida em grupos. A proposta era que os (as) docentes elaborassem um projeto a ser implementado na escola, que dialogasse com a Educação do Campo e que envolvesse ao mesmo tempo as diferentes áreas do conhecimento.

1422

Imagem 01: Diálogos e momentos formativos com os (as) professores da Escola



Fonte: Acervo do GiraCampo/UFOP - 2019

Terceiro Momento: A Agroecologia como tema articulador nas práticas pedagógicas em Educação do Campo

Após várias discussões e atividades realizadas nas etapas anteriores, a equipe de docentes apontou que trabalhar com a Agroecologia na Escola seria uma forma de dialogar com os desafios e potencialidades da instituição e do território, além da possibilidade de dialogar com as diferentes áreas do conhecimento e envolver toda a comunidade escolar. Os (as) professores (as) se organizaram de acordo com suas áreas de atuação, sendo elas: Línguas; Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas. Cada área elegeu um coordenador responsável pela articulação e acompanhamento das atividades que seriam desenvolvidas em seu campo de conhecimento. O projeto, que inicialmente, foi pensado para atender apenas os alunos do Ensino Médio, acabou se estendendo para todas as turmas da escola, incluindo o ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. As turmas da Escola foram distribuídas entre os (as) docentes, garantido que cada uma tivesse dois (duas) professores (as) de áreas de conhecimento distintas para desenvolverem o projeto.

Resultados

O propósito era que os (as) professores pudessem trabalhar os conteúdos curriculares previstos, articulando com a temática central do projeto – Agroecologia. Dessa forma, as atividades propostas, por área de conhecimento, tiveram as seguintes delimitações:

1) Ciências da Natureza e Matemática

Química: Efeito estufa; agrotóxicos naturais e químicos – danos à saúde.

Física: Fases da lua; Sol; calendário de plantio (hortaliças e grãos).

Biologia: Solo e clima; minhocário – reciclagem; rotação de cultura; horta; mudas de hortaliças, grãos e flores.

Matemática: Relógio do sol; pesos e medidas; figuras geométricas; pesquisa voltada para o cultivo de produtos da região; elaboração de gráficos.

2) Ciências Humanas

Geografia: Estudo de conceitos - agroecologia; revolução verde; agronegócio; agricultura familiar; agricultura orgânica. Levantamento de temperos e plantas medicinais utilizadas na região; reciclagem e preservação ambiental; construção de calendário cultural com as festas e tradições locais; pesquisa sobre técnicas de plantio e tipos de solo; oficina sobre o artesanato local.

Sociologia: Valorização da vida no campo e da agricultura familiar; a questão agrária e a realidade local; valorização da feira do município com produtores locais.

Filosofia: Coleta de dados e execução das atividades para a elaboração de um jornal local.

1423



História: Resgate da memória e história local; direitos e deveres do homem do campo; entrevista e diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; movimentos culturais locais (congado, folia de reis, cavalgadas, capoeira, banda, violeiros e sanfoneiros).

Artes: Preparação de tinta de terra.

Ensino Religioso: A mística como recurso pedagógico nas escolas do campo.

3) Linguagens:

Português: Elaboração de um livro sobre plantas medicinais cultivadas na região; receitas de chás medicinais e sucos naturais; produção de documentário (Eu e o meio onde vivo); produção de textos informativos sobre agroecologia e desenvolvimento sustentável.

Educação Física: alimentação saudável; balanço calórico; alimentos orgânicos.

O projeto desenvolveu ações que envolveram moradores antigos da comunidade, ocorreram troca de experiências de saberes populares, valorizando a cultura local, além de estreitar os laços entre a escola e o seu entorno social. No distrito de Miguel Rodrigues foram realizadas visitas na casa de antigos moradores da comunidade, uma senhora de 101 anos e um senhor de 88 anos, ambos ainda cultivam hortas em seus terrenos. Além da visita houve troca de saberes entre estes moradores, professores (as) e estudantes. Ao final, os (as) estudantes ainda foram contemplados com uma música cantada e tocada no violão por esta senhora. Ela, ainda forneceu algumas mudas para que os estudantes pudessem plantar no canteiro da escola.

Através das ações realizadas, a professora de Biologia construiu uma horta mandala na Escola, em uma área que era inutilizada e que estava tomada pelo capim braquiária. A construção da horta mandala é baseada no sistema solar e possui uma estrutura de organização que se expande em círculos concêntricos, sendo possível cultivar diversas plantas. Estudantes, professores (as) e moradores da comunidade se mobilizaram para a limpeza do terreno; construção da horta; buscaram mudas com moradores; fizeram os canteiros e plantaram hortaliças, legumes e plantas medicinais. Na parte central dos canteiros produziu-se também uma composteira.

Através dessa horta o professor de matemática conseguiu trabalhar medidas e formas geométricas com os (as) estudantes e a professora de física trabalhou o funcionamento do relógio do sol, além de outras temáticas que também perpassaram o espaço da horta durante as aulas.

No primeiro Círculo de Cultura ficou evidente que os estudantes da Escola possuíam uma visão estereotipada acerca da cultura camponesa, do trabalho na terra e das escolas do campo. Com as discussões e atividades realizadas foi perceptível um processo de reconhecimento e valorização da cultura local, das identidades juvenis camponesas e a ressignificação do espaço escolar, como um espaço de direito e de possibilidades.

As ações realizadas levaram a criação de um jornal da Escola – “Jornal Escolar Nicolau em Foco”. Em formato impresso, o objetivo do jornal foi divulgar os trabalhos realizados pela escola, trazer informações da comunidade e divulgar os eventos promovidos pela escola e demais atividades culturais da região. Nas aulas de química os (as) estudantes produziram tinta de terra, além de resgatar técnicas utilizadas na pintura Barroca, pelo mestre Manoel da Costa

1424



Athayde para pintar tetos, retábulos, altares e imagens no século XVIII. Assim, os (as) estudantes tiveram a oportunidade de pintar um dos muros da Escola e vislumbraram a possibilidade de produzir tintas e arte no meio ao qual estão inseridos. Entre as ações realizadas, também cabe destacar a produção de pequenos vídeos feitos pelos alunos cuja pauta era abordar “O lugar onde eu vivo”. Nestes vídeos os (as) alunos trouxeram as festividades culturais da região, compartilharam o trabalho de seus familiares na produção de queijo, produtos derivados do leite, produção de açúcar mascavo, entre outros aspectos relacionados à vida social, econômica e política da região.

O projeto em sua totalidade conseguiu construir uma valorização da vida camponesa, assim como salientar aspectos importantes da Agroecologia, através das diversas áreas de conhecimento. O processo de formação e fomentação dos aspectos teóricos da Educação do Campo e o planejamento de um plano de ação que abordasse a temática diretamente no cotidiano da escola, propuseram um trabalho local de análise de comunidade.

Imagem 02: Etapas de construção da horta



1425

Fonte: Acervo do Giracampo/UFOP - 2019

Imagem 03: Estudo de alimentos com resíduos de agrotóxicos, relógio do sol e hortaliças da horta.



Fonte: Acervo do Giracampo/UFOP – 2019

1426

Conclusão

Com o findar do projeto, é possível destacar o impacto positivo das suas ações no contexto escolar da escola atendida. Foi visível o interesse dos docentes envolvidos nos momentos de formação e na construção de atividades que englobaram a Agroecologia com as áreas de conhecimento, criando planejamentos das práticas pedagógicas voltadas para a realidade do contexto local, respeitando as abordagens das diferentes áreas do conhecimento, atrelado às especificidades teóricas e práticas da Educação do Campo. Paralelo as atividades, a gravação dos vídeos, “O lugar onde vivo”, apresentou à comunidade escolar e aos representantes do projeto, uma nova visão dos (as) alunos (as) sobre o conceito de campo e a valorização cotidiana no espaço de vivência, coletiva ou individual, compreendendo a identidade camponesa sem o estereótipo que até então fora transmitido. A rede de docentes que trabalharam a agroecologia

considerou diversos aspectos que foram de suma importância para repensar o desenvolvimento econômico e social da comunidade, como a compreensão das ervas medicinais, o entendimento sobre o espaço e luta pela terra em um contexto histórico, a criação de uma horta que abastece toda escola de Miguel Rodrigues, entre outras atividades.

As ações refletiram na percepção dos estudantes sobre a importância de um projeto de campo e trabalho com a terra voltado para a perspectiva da agricultura familiar. As atividades propiciaram diálogos e troca de saberes populares entre moradores da comunidade, familiares, educadores (as) e estudantes, além da articulação com a experiência da horta da escola municipal de Diogo de Vasconcelos. Através dessas ações os (as) estudantes demonstraram uma identificação maior com suas raízes culturais e um reconhecimento pela adoção de práticas educativas consonantes as suas realidades.

Referências

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R.S. Educação do Campo. In: CALDART, R.S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo, Expressão Popular, 2012. pp. 259-267.

JÚNIOR, Israel Pacheco; TORRES, Michelangelo Marques. Atualidade do Pensamento de Paulo Freire na Educação Popular. In: ASSUNÇÃO, Raiane (org.). **Educação Popular na Perspectiva Freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MINAS GERAIS. **Diretrizes da Educação do Campo do Estado de Minas Gerais**. Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2015.

1427



OS BENEFÍCIOS DA CURVA ABC NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE UMA CASA CAMPO DE PEQUENO PORTE

Júlia Lopes Marinho¹
Alex Sandra Sousa Lopes²
Moysés Boanerge Cardozo Santana³
Alcione Lino de Araújo⁴
Plínio Gonçalves Fahd⁵

Introdução

O âmbito da construção civil é um importante dinamizador da economia, pois gera emprego e contribui para o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, é um setor que exige grandes investimentos, o que torna o controle de custos essencial para evitar prejuízos e garantir o sucesso de uma obra. De acordo com a CBIC (2020), o controle de custos é um fator determinante para evitar imprevistos orçamentários, aumentar a lucratividade dentre outros benefícios. O orçamento é uma ferramenta fundamental para o controle de custos na construção civil. Um processo orçamentário eficiente e eficaz é muito importante para que os construtores alcancem resultados lucrativos. De acordo com Mattos (2020), um bom orçamento permite ao engenheiro ou tecnólogo em construção de edifícios tomarem decisões acertadas, evitando desvios de custos e prazos.

Diante disso, a curva ABC, também conhecida como Diagrama de Pareto, é uma ferramenta de gestão que auxilia na análise de custos. De acordo com Rocha (2022), a curva ABC permite identificar os itens mais relevantes do orçamento, para que sejam priorizados no controle. O artigo em questão analisa os benefícios da curva ABC na construção civil de uma casa de campo de pequeno porte, localizada no município de Santa Inês, estado do Maranhão, Brasil. O estudo também considera o gerenciamento de riscos, que é essencial para garantir o sucesso de uma obra. Nesse sentido, de acordo com Vilela e Conforte (2020), tal artifício permite a redução de inúmeras ações que possam ocasionar eventos não planejados que coloquem em risco o sucesso da obra.

1428

¹ Graduanda Curso Tecnologia de Construção de Edifícios – IFMA – Campus Santa Inês–
julia.marinho@acad.ifma.edu.br

² Graduanda Curso Bacharelado em Administração – IFMA – Campus Santa Inês–alexandra@acad.ifma.edu.br

³ Graduando Curso Bacharelado em Administração – IFMA – Campus Santa Inês – moyses.c@acad.ifma.edu.br

⁴ Pós-doutora em Engenharia de Produção – Professora EBITT – IFMA – Campus Santa Inês –
alcione.lino@ifma.edu.br

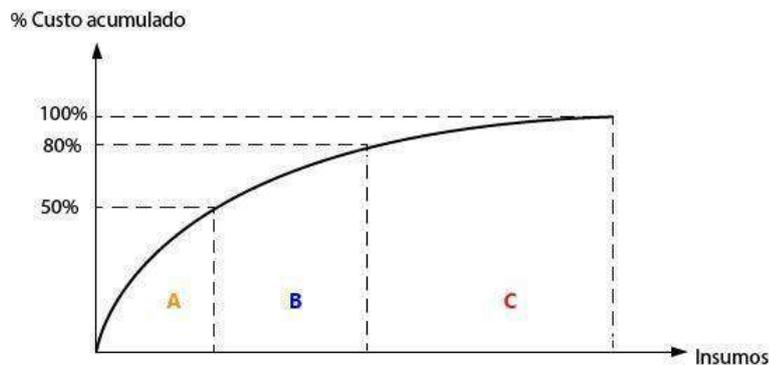
⁵ Mestrando em Administração e Contabilidade –Professor –UEMA – Campus Bacabal –
prof.fahdlino@gmail.com

Ademais, a Curva ABC permite um relatório na forma decrescente de custo, podendo ser de dois tipos: de insumos e de serviços (MATTOS, 2020). A Curva ABC, segundo Koch (2006), surgiu em 1897, graças ao economista italiano, Vilfredo Pareto. Também conhecida como Diagrama de Pareto, Princípio 80/20, Princípio de Pareto, Princípio de menor esforço e do desequilíbrio, Lei de Pareto. O estudo de Pareto, conforme Reinhardt (2017), após um criterioso levantamento de dados populacionais, consistiu em uma classificação sobre a distribuição de renda em que na classe A estariam as pessoas mais ricas, ou seja, 20% que unidas somavam 80% da riqueza italiana; enquanto na classe B, situavam-se a classe média, 30% da população e por fim, na classe C, a parcela mais pobre que equivaliam a 50% do todo populacional e condiziam a 5% da riqueza. Essa metodologia pode ser aplicada em diversas áreas, a exemplo, do foco deste artigo que está voltado para os benefícios da Curva ABC na construção civil de uma casa no campo de pequeno porte.

De acordo com Solano (2003), a Curva ABC pode ser utilizada em diversas etapas de um empreendimento, desde o planejamento até o gerenciamento. Essas são as utilizações da curva ABC: a) Planejamento de empreendimentos: a Curva ABC pode ser utilizada para auxiliar na tomada de decisões iniciais, com base em empreendimentos já concluídos. Podendo ser utilizada para identificar os itens que representam os maiores custos em um empreendimento, a fim de priorizar esses itens no planejamento; b) Programação de empreendimentos: a Curva ABC pode ser utilizada para elaborar orçamentos em estudos de viabilidade preliminares. Ela estima os custos de um empreendimento, a fim de avaliar a sua viabilidade econômica. c) Planejamento de obras: a Curva ABC pode ser utilizada para comparar a Curva ABC real do projeto a ser executado com as curvas da empresa, a fim de identificar possíveis desvios. A ferramenta pode ser utilizada para identificar itens que estão com custos acima do esperado, tomando medidas corretivas. d) Programação de obras: a Curva ABC pode monitorar as variações de custos individuais e suas repercussões no custo global e identificar itens que estão com custos variáveis, a fim de tomar medidas para reduzir esses custos. e) Gerenciamento de obras: a Curva ABC é uma ferramenta pouco utilizada pelos gestores de obras. No entanto, essa estratégia pode ser muito útil para auxiliar no controle de custos e na melhoria da eficiência das obras.

A Curva ABC permite visualizar a distribuição dos custos de uma obra por insumos. Ela é originada de um gráfico que demonstra a percentagem acumulada de cada insumo no valor acumulado. De acordo com Mattos (2020), a Curva ABC é uma ferramenta útil para engenheiros civis e tecnólogos em construção de edifícios. Essa metodologia pode ser utilizada para auxiliar na tomada de decisões de gestão, como a priorização de insumos e a negociação de preços com fornecedores. A Figura 1 apresenta a representação gráfica da Curva ABC, com suas faixas A, B e C. As faixas A e B, juntas, representam 80% do custo da obra e compreendem apenas 20% dos insumos. A faixa C engloba em torno de 80% dos insumos, apesar de representar apenas 20% do custo da obra. A Curva ABC é uma ferramenta de análise didática e pode ser aplicada para qualquer quantidade de insumos ou serviços.

Figura 1 – Representação gráfica da Curva ABC.



Fonte: Adaptado de Mattos (2020).

Objetivos gerais

- Investigar estratégias eficazes para melhorar a gestão de custos no setor de construção civil, reconhecendo sua relevância para a economia regional e nacional. Isso inclui o estudo das práticas de orçamento e a análise de como um controle de custos eficiente pode contribuir para evitar imprevistos orçamentários;
- Explorar como o controle adequado de custos pode contribuir para a maximização da eficiência e lucratividade das empresas de construção, garantindo que os investimentos sejam bem gerenciados e que os projetos sejam concluídos dentro do orçamento e no prazo previsto, envolvendo o uso da Curva ABC que é fundamental na análise de custos e orçamentos de obras;
- Incentivar a adoção da Curva ABC como uma ferramenta de gestão de custos na indústria da construção civil, demonstrando como ela pode proporcionar uma visualização clara da composição dos custos auxiliando na identificação de elementos que causam maiores gastos, sendo essencial para a tomada de decisões estratégicas, como negociação com fornecedores e controle de estoque, visando à redução do risco de estouro orçamentário e ao aumento da lucratividade e competitividade das empresas do setor.

1430

Metodologia, materiais e métodos

O artigo em estudo é uma pesquisa aplicada que utiliza a metodologia da Curva ABC, desenvolvida pelo economista italiano Vilfredo Pareto e adaptada para a construção civil por



Mattos (2020). A Curva ABC é uma ferramenta de análise de custos que permite identificar os itens que representam os maiores custos de uma obra. O artigo também é um estudo de caso, pois foi aplicado a um orçamento de obra específico: uma casa de campo de pequeno porte localizada no município de Santa Inês, no estado do Maranhão, Brasil.

Para elaborar a Curva ABC, foram seguidas as seguintes etapas utilizando a planilha eletrônica do *Microsoft Excel*, contendo o orçamento em estudo: 1) calcularam-se os custos unitários dos serviços para obter os custos totais referentes a cada item; 2) os serviços foram agrupados e hierarquizados de forma decrescente ao custo total; 3) a organização da planilha obedeceu à seguinte formatação, conforme apresentado na Tabela 1, abaixo; 4) os itens dos serviços foram dispostos em ordem decrescente, calculando-se as porcentagens individuais e acumuladas de todos os itens; 5) As classes foram determinadas conforme os limites definidos: Classe A: Insumos que representam 50% do custo total; Classe B: Insumos entre os percentuais acumulados de 50% e 80% do custo total; Classe C: Todos os insumos restantes. 6) A curva referente ao Diagrama de Pareto ou Curva ABC foi gerada no mesmo *software*, representando os resultados para posterior discussão e análise sob o olhar do custo e planejamento.

Tabela 1 - Demonstrativo da organização dos dados.

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	%	% ACUMULADO

1431

Fonte: Autores (2023).

Resultados

Com base nos dados da planilha orçamentária do projeto em estudo, foi possível elaborar a Curva ABC para a construção de uma casa de campo de pequeno porte. Para isso, o orçamento global foi verificado para identificar os serviços a serem analisados e os custos aplicados.

Os serviços presentes no orçamento global foram divididos de acordo com o tipo de serviço e os itens, fundação da obra, alvenaria e estrutura, cobertura, hidráulica, reboco, fechamentos, instalação elétrica, telefonia, rede, TV a cabo, revestimentos, acabamento. Esses serviços foram detalhados no fluxograma representado na Figura 2.



Figura 2 - Fluxograma da aquisição de materiais



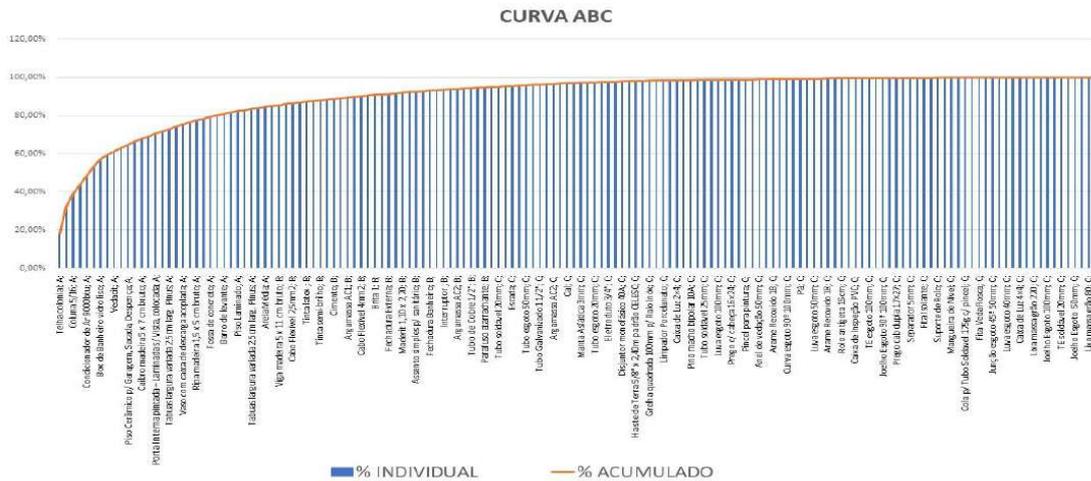
Fonte: Autores (2023).

Após análise dos custos e a viabilidade da construção da obra expressa pela planilha da curva ABC, passou-se a verificar os detalhes contidos na obra, para que não houvesse nenhum imprevisto quanto ao fluxo traçado.

Assim, como resultado dos dados da planilha orçamentária a curva ABC elaborada no *Microsoft Excel* baseando-se na análise orçamentária, representada na Figura 3, a seguir:

1432

Figura 3— Curva ABC dos itens de construção da Casa de Campo de Pequeno Porte



Fonte: Autores (2023).

Ao analisar a utilização desta ferramenta é de extrema importância explicar os itens, que irão gerar maior valor econômico para a execução do projeto. De acordo com o nível de insumos e serviços, o projeto de uma pequena casa no campo lista 152 itens; entre eles, 31 itens correspondem aos insumos e serviços que têm maior impacto no custo total da obra, correspondendo a itens representativos da categoria A, que são 84,76%, equivalente ao valor acumulado de R\$ 69.872,00 reais; a categoria B possui 32 itens, respondendo por 94,82%, equivalente a um valor acumulado de R\$ 78.165,00 reais; por fim, a categoria C possui 89 itens, constituindo 100% da curva ABC, com valor acumulado totalizando R\$ 82.435,00 reais.

1433

Conclusões

A Curva ABC é uma ferramenta importante para o planejamento e controle de custos na construção civil. Ela permite classificar os itens de uma obra de acordo com seu impacto financeiro, identificando os itens mais relevantes, que carecem de atenção especial. A sua utilização na construção civil é uma das etapas essenciais do planejamento de projetos, pois além de estar diretamente relacionada à viabilidade dele, é decisiva para todas as fases da obra. Assim, a elaboração da planilha da Curva ABC é um processo fundamental, que deve ser realizado de forma constante e assertiva pelos responsáveis da gestão de custos.

A análise fundamentada no Diagrama de Pareto ou Curva ABC é uma metodologia simples e eficaz, que pode ser aplicada em diferentes tipos de empreendimentos e em suas diversas fases.



Portanto, para trabalhos futuros, recomenda-se uma análise orçamentária utilizando um estudo baseado na transferência do montante economizado por meio da análise de Pareto para outras regiões do País. Essa análise permitirá comparar o valor monetário economizado em diferentes regiões.

Referências

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **Construção civil é a locomotiva do crescimento, com emprego e renda**. Disponível em: <https://cbic.org.br/construcao-civil-e-a-locomotiva-do-crescimento-com-emprego-e-renda>, 2020. Acessado em: 06 ago. 2023.

KOCH, R.; PRINCÍPIO, O. 80/20. **Rio de Janeiro: Sextante**, 2006.

MATTOS, Aldo Dórea. **Como preparar orçamento de obra**. 3 ed. Oficina de texto. São Paulo: PINI 2020.

REICHARDT, André Luís et al. O ensino da curva ABC no curso técnico em administração: uma possibilidade de integração entre a administração e o ensino de estatística. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

ROCHA, Poliana Lima et al. Aplicação da curva ABC para análise de orçamento de obra: estudo de caso em um condomínio residencial. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, p. e498111537465-e498111537465, 2022. Disponível em: <https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/jessica-candeia-de-andrade-671074.pdf>. Acessado em: 06 ago. 2023.

SOLANO, Renato da Silva. **Curva ABC de fornecedores: uma contribuição ao planejamento, programação, controle e gerenciamento de empreendimentos e obras**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Engenharia de Produção, Florianópolis. 2003.

VILELA, Giselle Cristina; CONFORTE, Marcio Escobar. Metodologia para Gerenciamento de Riscos em Empreendimentos de Pequeno Porte. **Boletim do Gerenciamento**, v. 13, n. 13, p. 63-71, 2020.

1434

PERSPECTIVES FOR THE USE OF SYNBIOTICS IN THE REDUCTION OF RISK AND AS AN ADJUVANT TREATMENT FOR COLORECTAL CANCER

Marina Lopes¹
João Vitor Costa²
Susana Saad³

Introduction

Food is essential for human survival, since it is necessary to ensure an adequate food intake to maintain good health and an active lifestyle (Food and Agriculture Organization of the United Nations). When intestinal dysbiosis is evaluated, it is mainly determined by the diet and may influence many factors in our body, such as immunity. A review of scientific literature published (Mahdavi et al., 2021) shows that colorectal cancer (CRC) could change the microbiota composition, which causes gut dysbiosis. Probiotics, prebiotics, and synbiotics were analyzed in this research to see if they could support the reduction of risk or be used as an adjuvant treatment of colorectal cancer. There are many treatments involving chemotherapies and radiotherapies, which can lead to side effects for the patient. The method proposed in this study offers an alternative and complementary approach involving dietary intake.

1435

Goals

- Evaluate the potential of synbiotics as a complementary treatment and prevention in CRC;
- Examine clinical human, animal, and in vitro studies on probiotics and prebiotics;
- Discuss the mechanisms of action of probiotics and prebiotics in CRC.

Methodology

This review was conducted by electronically searching the literature using the National Library of Medicine, Science Direct, and Taylor & Francis Online. A total of 30 papers were detected, focused on probiotics, prebiotics, synbiotics, and CRC from May to September 2023. The

¹ Universidade de São Paulo/ Faculdade de Saúde Pública, Nutrition sciences, marinalopessantana@usp.br

² Cleveland State University, Human Biology, joao.personal003@gmail.com

³ Faculdade de Ciências Farmacêuticas/Universidade de São Paulo (FCFUSP), Professor, susaad@usp.br



analysis of the data and information was based on the oldest and most cited research, which had more in-depth knowledge on the subject. Despite several articles being read and reviewed, several additional articles would be needed to lead a more precise conclusion. Thus, we would have more precision in the conclusion of the present review.

Intestinal Dysbiosis

Dysbiosis is an imbalance in the gut microbiota with a reduction in beneficial bacteria input or signal and is associated with an unhealthy outcome. A healthy intestinal microbiota protects against invading microorganisms that can cause disease and helps to maintain the human's health, including the immune system (Toor et al., 2019). However, many factors may cause dysbiosis, such as stress, the use of antibiotics, intestinal diseases, intercurrent infections (Gareau, et al., 2019), diet and geographical location, age, and other cases (Hill et al., 2014). Several strategies have been proposed to help in modulating the composition of the intestinal microbiota, using prebiotics, probiotics, and synbiotics being some of the main ones. Besides having some proven health effects, such as improving the intestinal microbiota balance, immunity, and mental health, they are non-invasive and easily administered through food or supplements.

Probiotic, Prebiotic, or Synbiotic

According to the International Scientific Association for Probiotics and Prebiotics (ISAPP), the best definition for probiotics is 'living microorganisms that, when administered in adequate amounts, confer a health benefit on the host,' which includes improved immunity, production of vitamins, and digestion, beside others (Hill et al., 2014). Moreover, it is noted that these live microorganisms may be present in numerous foods and supplements, but only characterized strains with scientifically proven health effects should be called probiotics. They could contain a variety of microorganisms. The most common types of bacteria are those belonging to the *Lactobacillaceae* family and the *Bifidobacterium* genera. Besides, other microorganisms can be used as probiotics, including yeasts such as *Saccharomyces boulardii*. Moreover, different types of probiotics can have other effects. For instance, the *Bifidobacterium adolescentis* SPM0212 helps in decreasing cell proliferation in colon cancer (Gibson et al., 2017).

Prebiotics are 'substrates selectively utilized by host microorganisms, conferring a health benefit' (Gibson et al., 2017). They are compounds, mainly non-fiber compounds, which help healthy bacteria growth in the gut—such as polyphenols that make the digestive system work better. Furthermore, the soluble fibers of insulin, fructooligosaccharides (FOS), galactooligosaccharides (GOS), and human milk oligosaccharides (HMOs) are most studied and are selectively utilized by host microorganisms, conferring health benefits (Swanson et al., 2020).

1436



Synbiotics are ‘a mixture of live microorganisms and substrates that the host microorganisms use to confer a health benefit to the host’ (Swanson et. al, 2020). In 2020, ISAPP proposed dividing synbiotics into complementary and synergistic synbiotics. The complementary approach is characterized by its independent nature, as the probiotic does not rely on the prebiotic but rather on microorganisms in the host microbiota. Synergists are the components of the synbiotic designed to act together, i.e., the prebiotic utilized as a substrate by the coadministered microorganism -probiotic- (National Cancer Institute, 2018).

Treatment support and prevention for colorectal cancer

The second most common cause of cancer death is CRC, with 862,000 deaths in a year (Pan American Health Organization, 2020). In the United States, cancer caused 17.8% of all deaths (2020), nearly 602,347 (Rossi et al., 2018). One of the most significant issues that negatively affect CRC is environmental factors, processed foods, sedentary lifestyles, increased alcohol consumption, smoking cigarettes, getting stressed frequently, and many related habits and behaviors (Wanden-Berghe et al., 2016). Some researchers have begun to relate food to cancer treatment—surgical, radiotherapy, and chemotherapy—to find the most effective treatment because they are very invasive therapies and bring side effects, such as nausea, diarrhea, bloody stools, vomiting, fatigue, hair loss, the risk for infections, and weight loss (Zhang et al., 2012). Preoperative nutritional therapy is indicated primarily to prevent malnutrition or minimize its effects, in addition to restoring biochemical and immunological normality levels, since even elective patients with an adequate nutritional status have a high risk of postoperative malnutrition. This occurs mainly due to the increased energy expenditure generated by the procedure, the long fasting period, and the side effects of the treatment (Zhang et al., 2012). Therefore, it is recommended by the main guidelines that patients with or without nutritional risk should receive nutritional supplementation with immune nutrients for 5 to 7 days before surgery (Goldin et al., 1984). Probiotics, prebiotics, and synbiotics could help to enhance immune function and provide other health benefits. If their benefits are related to the treatment of CRC, it may have good results.

The diet-related effects on the microbiota and CRC were examined, and a correlation between red meat consumption and CRC rates was found in a meta-analysis. The authors concluded that prebiotics could help to prevent CRC by regulating the intestinal microbiota in the diet, especially with natural foods (Rossi et al., 2018).

Animal Studies

Animal studies have substantiated the potential benefits of probiotics in CRC. Experiments involving formulations of probiotics, such as *L. casei*, *L. plantarum*, *L. rhamnosus*, and also

1437



Bifidobacterium lactis, have demonstrated significant reductions in inflammation induced by carcinogens, protecting colon tissues from damage.

An experiment with rats treated with carcinogens showed that, when they were fed cereal bran containing resistant starch (prebiotics), this intake correlated negatively with CRC risk (Topping et al., 2001).

It investigated the influence of a synbiotic on experimental colon cancer in rats. Rats were fed 1,2-dimethylhydrazine carcinogen plus the synbiotic, composed of *L. acidophilus*, *Bifidobacterium spp.*, *Streptococcus thermophilus*, *L. casei*, *L. delbrueckii* subsp. *bulgaricus*., *Bifidobacterium longum*, and chicory FOS (prebiotic). The group that received only the carcinogen had a survival rate of 70%, whereas the group that received the carcinogen plus the synbiotic had a rate of 100% survival—with a lower percentage of inflammation and colitis-no-like lesions (Gavresea et al., 2019).

An experimental study by Gallaher et al., suggested the combination of *Bifidobacteria* and soybean oligosaccharide (SBO) and wheat bran oligosaccharide (WBO) reduced CRC risk in carcinogen-treated rats. In the groups studied, only SBO significantly reduced mucosal colon proliferation. Thus, the authors concluded that the use of synbiotics could lead to a reduction in tumor proliferation (Gallaher et al., 1999).

In other animal experiments, a formulation of four probiotics significantly decreased inflammatory changes in rats induced by trinitrobenzene sulfonic acid, safeguarding colon tissue. The formulation of four probiotics was: *L. casei* (KCTC 12398BP), *L. plantarum* (KCTC10782BP), *Bifidobacterium lactis* (KCTC 11904BP), and *L. rhamnosus* (KCTC 12202BP) (Macharia et al., 2023).

In studies, the development of colorectal cancer (CRC) was explored. Factors such as intestinal enzymes (β -glucosidase, β -glucuronidase, nitrate reductase, azoreductase, and 7- α -dehydroxylase) and pathogenic bacteria (e.g., *Bacteroides fragilis*, *Fusobacterium nucleatum*, *Helicobacter hepaticus*, *Streptococcus bovis*, and *Escherichia coli*) combined with diets high in red meat, fat, and low in fiber were found to predispose animals to CRC. The findings from these investigations have revealed the inhibitory effects of *Lactobacillus acidophilus* and *Saccharomyces boulardii* on the development of CRC. Additionally, a combination therapy involving probiotics like *L. rhamnosus* GG or *L. acidophilus*, along with the drug celecoxib has been demonstrated to reduce the incidence of colorectal cancer (Karbalaei et al., 2022). This reduction was attributed to the upregulation of pro-apoptotic BAX proteins and the concurrent downregulation of anti-apoptotic BCL-2 proteins, effectively preventing the progression of colorectal cancer (Gamallat et al., 2016).

In Cristina Gerano's research, probiotic supplementation was shown to decrease the formation of aberrant crypts and ameliorate tumor malignancy enhancing the antitumor effect of 5-fluorouracil chemotherapy in colonic segments (Cristina et al., 2019).

However, Moore et. al. found that *Bifidobacterium* genera and *Bacteroides* species are associated with an increase in CRC (Moore et al., 1995). Thereupon, this type of bacteria needs to be

studied more to have conclusive results because the experiments using *Bifidobacterium* species could be compromising (Gavresea et al., 2019; Topping et al., 2001).

***In vitro* studies**

In vitro experiments have revealed that certain *Lactobacillaceae* family exhibit antimutagenic properties. These strains may potentially exert anti-carcinogenic effects by lowering the activity of the enzyme glucuronidase, thus interfering with carcinogen metabolism (Macharia et al., 2023).

Clinical human studies

It was noted in human interventions that greater resistant starch (RS) and oligofructose consumption was associated with diminished risk (Topping DL, 2001; Xie, X., 2019), antimicrobial activities against gut pathogens, modulation of the immune system, reducing of gut inflammation and colitis, prevention of CRC, gut homeostasis, regulation of the host energy metabolism, and reduction of inflammatory cytokines (Mahdavi et al., 2021). Also, the fructooligosaccharides and inulin prebiotics were shown to have the most protective effects among the prebiotics on CRC (Moore et al., 1995).

Radiation-induced diarrhea (RID) affects 20% to 70% of patients during the third week of treatment. However, a study has shown that patients with RID experienced an improvement when they received probiotic therapy featuring strains like *Lactobacillaceae*, *Bifidobacterium*, and *Streptococcus*. These probiotics bolster the gastrointestinal mucosal barrier, both physically and biologically. Consequently, probiotics prove effective in averting diarrhea induced by chemoradiotherapy during treatment (Karbalaei et al., 2022).

In a clinical trial with individuals between the ages of 40 and 65, who had undergone the removal of at least two colorectal tumors, the complete preventative benefits of *L.casei* need continuous consumption of this bacterium for an extended duration of four years (Karbalaei et al., 2022).

In another study (Cristina et al., 2019), in which a colitis-associated carcinogenesis model, synbiotic therapy involving VSL#3 probiotics and a yacon-based concentrate showed several positive effects. These included enhancing hepatic antioxidant enzymes, altering the gut microbial community, reducing *Candidatus Saccharimonas* abundance, and increasing fecal short-chain fatty acids. These combined actions protected intestinal integrity and boosted antioxidant enzyme expression, particularly butyrate levels. The authors concluded that the synbiotics hold promise for alleviating colitis symptoms and improving intestinal health in the context of intestinal diseases.

1439



Prebiotic interventions have shown a beneficial impact on the immune status of surgical CRC patients. Xie et al. (2019) studied 140 CRC patients who submitted to radical resection, in which oligofructose was observed to enhance immune system functions. This improvement was achieved through the selective stimulation of the growth of beneficial bacteria like *Bifidobacteria* and other short-chain fatty acid-producing microorganisms within the colonic microbiota.

Mechanisms of action of probiotics and prebiotics in CRC

Macharia et al. (2023) reported that lactic acidosis plays multiple roles in the development of tumors. In particular, lactic acid is strongly associated with the rapid growth and proliferation of cancer cells, due to its provision of ATP and biosynthetic intermediates through the glycolytic pathway. The authors concluded that tumor-generated lactic acid, once considered a waste product, emerges as a pivotal factor in CRC progression.

Probiotics help to lower the risk of CRC because the *Lactobacillaceae* family species (Moore et al., 1995) and *S. thermophilus* (Gavresea et al., 2019) produce lactic acid and short-chain fatty acids in the colon, which is related to the populations with the lower risk of colon cancer (Moore et al., 1995), and low colon pH (Kumar et al., 2010), respectively. This modulation plays a critical role in preventing the conversion of pro-carcinogens into proximate carcinogens by regulating bacterial enzymes like β -glucuronidase (Macharia et al., 2023). Besides, eating fermented dairy products with lactic acid bacteria (LAB) could reduce the anti-tumor effects, such as inhibition of mutagenic activity, decrease in several enzymes that lead the generation of carcinogens, suppression of tumors, modulation of cell-mediated immune responses, and others (Kumar et al., 2010). A great example of immune response enhancement is the association between *Bifidobacterium longum*, *L. lactis*, and *Enterococcus faecium* with increased CD4+, CD8+, and CD3+ T cell levels, reported as significantly decreasing the incidence of radio-chemotherapy-induced oral mucositis in cancer patients (Macharia et al., 2023).

Cytochromes P450 (CYPs), a family of enzymes central to xenobiotic metabolism, contribute to the oxidative metabolism of various substances, including carcinogens, affecting CRC risk. Probiotics, notably *Bifidobacterium* spp., demonstrate the potential to modify CYP activity and influence carcinogen conversion (Macharia et al., 2023).

Furthermore, oncogenes and tumor suppressor genes, such as Bcl-2 and p53, reported to rule key cellular processes like apoptosis and proliferation (Gamallat et al., 2016), with alterations or dysregulation of these genes being commonly observed in CRC development. According to the authors, this may contribute to the potential for local tumor invasion, metastasis, and recurrence. Moreover, *Bifidobacteria's* relevance to human and animal gut health is well-established. Interestingly, oral prebiotic consumption resulted in a reduction of Bacteroidetes in the prebiotic group, a phenomenon that benefits the host by inhibiting potential pathogenic colonization within the gut.

1440



IgG is recognized as the most prevalent and important protein within the range of human immunoglobulins. Xie et al. (2019) reported that IgG4 levels were lower in patients with advanced gastric, pancreatic, and cholangiocarcinoma cancer, in comparison with healthy controls. However, according to the authors, after prebiotic supplementation IgG levels were increased preoperatively and postoperatively.

Different probiotics exhibit varying actions:

Probiotics	Function
<i>L. rhamnosus</i> GG	Regulates both tumor proliferation and apoptosis
<i>Bifidobacterium longum</i>	Enhances the immune response
<i>Bifidobacterium infantis</i>	Addresses constipation and contributes to mitochondrial apoptosis
<i>Enterococcus faecium</i>	Reduces the incidence of severe oral mucositis, and promotes the growth and protection of bacterial flora, resulting in a decreased number of adverse effects, reduced severity, and fewer instances of mucositis
<i>L. brevis</i>	Facilitates the growth and preservation of bacterial flora, leading to a decrease in adverse effects, their severity, and the occurrence of mucositis.

1441

Table 1: functionality of each probiotic - Macharia et al., 2023.

Results

Mahdavi et al. (2021) reported that eating behavior influences the formation of the microbiota and the risk of CRC, and a diet with prebiotics helps in preventing this disease. In other studies, all rats that received carcinogenic and synbiotics survived until the experiment's end, different from the group that only received carcinogens (Gavresea et al., 2019). Previous research has shown that probiotics and prebiotics reduced the risk of CRC (Gallaher et al., 1999). Also, in the trial conducted by Topping et al. (2001), rats were tested for carcinogens while being fed bran cereal, which showed promising results in the risk of CRC. Moore et al. (1995) observed that the probiotic strain from the *Lactobacillaceae* family and *S. thermophilus* helped in reducing the risk of CRC and reported that *Bifidobacterium* species are associated with an increase in CRC.

Conclusion

Synbiotics have been proven to contribute to colorectal cancer treatment and prevention. CRC is one of the common causes of death from cancer. The main reasons are external factors, such as poor diet, not being involved in physical activities, and other reasons. Research has shown promising results related to CRC therapy and prevention using the supplementation of probiotics and prebiotics—it can contribute to making cancer treatment less invasive. The synbiotics tested among all the researchers showed more optimistic results than when applied individually—probiotic or prebiotic isolated. Although the results are positive, there are still some contradictory points in the literature. For example, in the case of the *Bifidobacterium* genera, two more recent studies revealed that it decreases the risk of CRC, and another older one claimed that it may be an increased contributor to CRC. Therefore, recent in-depth laboratory and clinical research with patients is needed to acquire more accurate results. In this way, it will be possible to have better approaches with cancer patients and may even have positive results with other types of cancers.

References

Cristina Genaro, S., Souza Lima de Souza Reis, L., Karen Reis, S., Augusto Rabelo Socca, E., & José Fávoro, W. (2019, November 15). Probiotic supplementation attenuates the aggressiveness of chemically induced colorectal tumor in rats. *Life Sciences*, 237 (1), 116895. <https://doi.org/10.1016/j.lfs.2019.116895>

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (n.d.). The function of Food. <https://www.fao.org/3/a0104e/a0104e06.htm>

Gallaher, D. D., & Khil, J. (1999). The Effect of Synbiotics on Colon Carcinogenesis in Rats. *The Journal of Nutrition*, 129(7), 1483S-1487S. <https://doi.org/10.1093/jn/129.7.1483S>

Gamallat, Y., Meyiah, A., Kuugbee, E. D., Hago, A. M., Chiwala, G., Awadasseid, ..., Xin, Y. (2016). Lactobacillus rhamnosus induced epithelial cell apoptosis, ameliorates inflammation and prevents colon cancer development in an animal model. *Biomedicine & Pharmacotherapy*, 83(1), 536-541. <https://doi.org/10.1016/j.biopha.2016.07.001>

Gareau, M. G., Sherman, P. M., & Walker, W. A. (2010). Probiotics and the gut microbiota in intestinal health and disease. *Nature Reviews Gastroenterology and Hepatology*, 7(9), 503–514. <https://doi.org/10.1038/nrgastro.2010.117>

Gavresea, F., Vagianos, C., Korontzi, M., Sotiropoulou, G., Dadioti, P., Triantafyllidis, J. K., & Papalois, A. E. (2019). Beneficial effect of synbiotics on experimental colon cancer in rats. *Turkish Journal of Gastroenterology*, 29(4), 494-501. <https://www.turkjgastroenterol.org/en/beneficial-effect-of-synbiotics-on-experimental-colon-cancer-in-rats-135344>

Gibson, G. R., Hutkins, R., Sanders, M. E., Prescott, S. L., Reimer, R. A., Salminen, ..., Reid, G. (2017). Expert consensus document: The International Scientific Association for Probiotics and Prebiotics (ISAPP) consensus statement on the definition and scope of prebiotics. *Nature Reviews Gastroenterology & Hepatology*, 14(8). <https://www.nature.com/articles/nrgastro.2017.75>

Goldin, B. R., & Gorbach, S. L. (1984). The effect of milk and lactobacillus feeding on human intestinal bacterial enzyme activity. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 39(5), 756-761. <https://doi.org/10.1093/ajcn/39.5.756>

Hill, C., Guarner, F., Reid, G., Gibson, G. R., Merenstein, D. J., Pot, B., ..., Sanders, M. E. (2014). Expert consensus document. The International Scientific Association for Probiotics and Prebiotics consensus statement on the scope and appropriate use of the term probiotic. *Nature Reviews Gastroenterology and Hepatology*, 11(8), 506-514. <https://doi.org/10.1038/nrgastro.2014.66>

Karbalaei, M., & Keikha, M. (2022, August). Probiotic as anti-colorectal cancer agents: Challenges and further perspective. *Annals of Medicine and Surgery*, 80(1), 104189. <https://doi.org/10.1016/j.amsu.2022.104189>

Kim, Y., Lee, D., Kim, D., Cho, J., Yang, J., Chung, M., et al. (2008). Inhibition of proliferation in colon cancer cell lines and harmful enzyme activity of colon bacteria by *Bifidobacterium adolescentis* SPM0212. *Archives of Pharmacal Research*, 31(4), 468-473. <https://doi.org/10.1007/BF02980220>

Krumbeck, J. A., Maldonado-Gomez, M. X., Ramer-Tait, A. E., & Hutkins, R. W. (2016). Prebiotics and synbiotics. *Current Opinion in Gastroenterology*, 32(2), 110-119. <https://doi.org/10.1097/MOG.0000000000000248>

Kumar, M., Kumar, A., Nagpal, R., Mohania, D., Behare, P., Verma, V., ..., Yadav, H. (2010). Cancer-preventing attributes of probiotics: An update. *International Journal of Food Sciences and Nutrition*, 61(5), 473-496. <https://doi.org/10.3109/09637480903455971>

Liong, M. T. (2008). Roles of Probiotics and Prebiotics in Colon Cancer Prevention: Postulated Mechanisms and In-vivo Evidence. *International Journal of Molecular Sciences*, 9(5), 854–863. <https://doi.org/10.3390/ijms9050854>

Mahdavi, M., Laforest-Lapointe, I., & Massé, E. (2021). Preventing Colorectal Cancer Through Prebiotics. *Microorganisms*, 9(6), 1325–1335. <https://doi.org/10.3390/microorganisms9061325>

Macharia, J. M., Kaposztas, Z., Varjas, T., Budán, F., Zand, A., Bodnar, I., & Bence, R. L. (2023, April). Targeted lactate dehydrogenase genes silencing in probiotic lactic acid bacteria: A possible paradigm shift in colorectal cancer treatment? *Biomedicine & Pharmacotherapy*, 160, 114371. <https://doi.org/10.1016/j.biopha.2023.114371>

Moore, W. E., & Moore, L. H. (1995). Intestinal floras of populations that have a high risk of colon cancer. *Applied and Environmental Microbiology*, 61(9), 3202–3207. <https://doi.org/10.1128/aem.61.9.3202-3207.1995>

National Cancer Institute. (2018). Common Cancer Sites - Cancer Stat Facts. SEER. <https://seer.cancer.gov/statfacts/html/common.html>

Pan American Health Organization. (2020). Cancer. [https://www.paho.org/pt/topicos/cancer#:~:text=As%20causes%20mais%20comuns%20de,est%C3%B4magos%20\(783%20mil%20mortes\).](https://www.paho.org/pt/topicos/cancer#:~:text=As%20causes%20mais%20comuns%20de,est%C3%B4magos%20(783%20mil%20mortes).)

1444

Rossi, M., Mirbagheri, S. S., Keshavarzian A., & Bishehsari, F. (2018). Nutraceuticals in colorectal cancer: A mechanistic approach. *European Journal of Pharmacology*, 833, 396–402. <https://doi.org/10.1016/j.ejphar.2018.06.027>

Swanson, K. S., Gibson, G. R., Hutkins, R., Reimer, R. A., Reid, G., Verbeke, ..., Sanders, M. E. (2020). The International Scientific Association for Probiotics and Prebiotics (ISAPP) consensus statement on the definition and scope of synbiotics. *Nature Reviews Gastroenterology and Hepatology*, 17(11), 687–701. <https://doi.org/10.1038/s41575-020-0344-2>

Toor, D., Wasson, M. K., Kumar, P., Karthikeyan, G., Kaushik, N. K., Goel, ..., Prakash, H. (2019). Dysbiosis Disrupts Gut Immune Homeostasis and Promotes Gastric Diseases. *International Journal of Molecular Sciences*, 20(10). <https://doi.org/10.3390/ijms20102432>



Topping, D. L., Clifton, P. M. (2001). Short-Chain Fatty Acids and Human Colonic Function: Roles of Resistant Starch and Nonstarch Polysaccharides. *Physiological Reviews*, 81(3), 1031–1064. <https://doi.org/10.1152/physrev.2001.81.3.1031>

Wanden-Berghe, C. (2016). Effects of nutritional intervention in a fast-track program for colorectal cancer surgery: a systematic review. *Nutrición Hospitalaria*, 33(4). <https://doi.org/10.20960/nh.402>

Xie, X., He, Y., Li, H., Yu, D., Na, L., Sun, T., ... Xu, G. (2019, May). Effects of prebiotics on immunologic indicators and intestinal microbiota structure in perioperative colorectal cancer patients. *Nutrition*, 61(1), 132-142. <https://doi.org/10.1016/j.nut.2018.10.038>

Yu, K., Zheng, X., Wang, G., Liu, M., Li, Y., Yu, P., ... Bu, Y. (2019). Immunonutrition vs Standard Nutrition for Cancer Patients: A Systematic Review and Meta-Analysis (Part 1). *Journal of Parenteral and Enteral Nutrition*, 44 (5), 742–767. <https://doi.org/10.1002/jpen.1736>

Zhang, Y., Gu, Y., Guo, T., Li, Y., Cai, H. (2012). Perioperative immunonutrition for gastrointestinal cancer: A systematic review of randomized controlled trials. *Surgical Oncology*, 21(2), e87–e95. <https://doi.org/10.1016/j.suronc.2012.01.002>

POTENCIALIDADES DO RECURSO AO CINEMA COMO FERRAMENTA DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO “BRASIL EM TELA”

Sheyla Suely de Souza Silva¹
Alcione Ferreira da Silva²
Maria Aparecida Nunes dos Santos³
Sandra Amélia Sampaio Silveira⁴
Maria Eduarda Piano de Araújo⁵

Introdução

A articulação entre pesquisa, ensino e extensão propicia melhor apropriação da realidade social e, no Brasil, para a formação em Serviço Social, a compreensão crítica dessa realidade e o trato rigoroso dos fundamentos da Questão Social e de suas múltiplas expressões constituem-se em pilares do Currículo Mínimo proposto pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), devendo permear, transversalmente, todo o processo formativo.

Compreendendo os pressupostos acima e tomando a arte como uma forma de refletir sobre a realidade, vem sendo desenvolvido, na cota 2023-2024 do Programa de Concessão de Bolsas de Extensão (PROBEX), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o Projeto de Extensão “**BRASIL EM TELA, SOB NOVA DIREÇÃO: a formação socio-histórica brasileira retratada no cinema nacional**”, o qual utiliza o debate de filmes e documentários sobre a formação socio-histórica brasileira, como uma ferramenta didático-pedagógica para o processo de formação de jovens estudantes de 2º e 3º anos da Rede Pública de Ensino Médio do estado da Paraíba e de estudantes extensionistas, na perspectiva de ampliar e/ou fortalecer seus conhecimentos sobre as determinações das violências forjadas na dinâmica da formação socio-histórica do país; em especial, as questões étnico-raciais, de classe, de gênero e de orientação

1446

¹ Profa. Dra. da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB). E-mail: sheyla.suely@servidor.uepb.edu.br.

² Profa. Ms. da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB). E-mail: alcioneufs@servidor.uepb.edu.br.

³ Profa. Ms. da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB). E-mail: cidanunes@servidor.uepb.edu.br.

⁴ Profa. Ms. da Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB). E-mail: sandrasilveira@servidor.uepb.edu.br.

⁵ Estudante de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil (UEPB) e aluna bolsista de Iniciação Científica. E-mail: maria.piano@aluno.uepb.edu.br.

sexual, que – através do racismo; aporofobia; discriminação e genocídio das populações indígenas; machismo, misoginia e feminicídio; LGBTfobia e transfobia etc. – se constituem elementos estruturantes da Questão Social brasileira.

Os dados de violência contra essas minorias no país são estarrecedores; o Atlas da Violência evidencia, por exemplo, altos índices de violência contra jovens, mulheres, pessoas negras, pessoas idosas e/ou com deficiência, indígenas e LGBTs (CERQUEIRA, 2021), demandando a intervenção pública e, nessa perspectiva, a proposta extensionista supra citada se propõe a debater com os jovens estudantes secundaristas e extensionistas, as raízes dos preconceitos que perpassam a cotidianidade da realidade brasileira.

Por outro lado, os dados sintetizados no Projeto de Extensão indicam uma precária socialização da cultura de massas aclamada pela crítica, expressa, por exemplo, no acesso restrito ao cinema, ao teatro, aos museus, concertos musicais etc., evidenciando o “empobrecimento cultural” tanto dos estudantes secundaristas quanto dos estudantes de ensino superior envolvidos no Projeto, cabendo ainda ressaltar que, primeiro, no que toca ao cinema, entre aqueles que conseguem frequentá-lo, flagra-se um expressivo acesso aos chamados “enlatados”, que circulam com fins mercadológicos e com baixa densidade teórico-crítica e, segundo, que o cinema de Campina Grande/PB, situado num Shopping, tem uma programação fortemente marcada por esses estilos de filme, sendo pouco permeável às películas mais socialmente críticas, muitas vezes com bilheterias menores.

Considerando todos os elementos expostos, o Projeto de Extensão se propõe a proporcionar uma maior apropriação das determinações da formação socio-histórica brasileira e dos recorrentes preconceitos e violências étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e de classe; elevar o acesso ao cinema e à produção nacional pelo público alvo e estudantes extensionistas; introduzir um conjunto de estudantes do ensino médio no contexto do cotidiano universitário, estimulando o desejo de cursar o ensino superior; abordar questões que têm ampla probabilidade de se constituírem em temas de redação do ENEM, favorecendo a entrada dos estudantes secundaristas nas universidades; proporcionar aos estudantes extensionistas a apreensão e o debate sobre a articulação vívida entre os conteúdos das disciplinas e da iniciação científica e as ilustrações de realidade abordadas nos filmes, as quais evidenciam as correlações desses conteúdos com as violências concretas que forjam a particularidade da Questão Social brasileira.

O Projeto de Pesquisa ora apresentado pretende, através de uma **pesquisa qualitativa, participante e de campo** junto aos estudantes secundaristas das escolas estaduais de ensino médio e fundamental e aos estudantes extensionistas envolvidos no Projeto, analisar e avaliar os resultados e potencialidades do Projeto de Extensão, especialmente a estratégia de recurso ao Cinema, como ferramenta didática de apreensão crítica da formação social brasileira e de engajamento da juventude em posturas de resistência e enfrentamento às violências e opressões das minorias sociais.

1447



Feitas essas breves considerações introdutórias, para evidenciar os fundamentos teóricos e socio-históricos que justificam a relevância dessa proposta de pesquisa, é preciso levar em conta a conjuntura que vivenciamos, de um país não apenas culturalmente dissociado de seu passado e de seu legado socio-histórico, mas que desconhece ou nega as determinantes dos principais traços de sua formação socio-histórica e econômica, pautados, por exemplo, nas contribuições das populações negra e indígena. Para tanto, a seguir, aprofundaremos a argumentação teórica que evidencia a procedência e relevância da pesquisa.

Violência, empobrecimento cultural e desafios ao ensino, à pesquisa e à extensão

Parcela significativa da população brasileira em geral, ignorando os fundamentos socio-históricos da Questão Social e, por consequência, da dívida social do país com as suas minorias, como a população afrodescendente, indígena, quilombola, sem-terra, sem teto, pobre etc., torna-se “presa fácil” dos estímulos à discriminação e de manipulação política, que têm como propósito a expropriação de seus direitos, cabendo destacar que as *fake news*, possibilitadas pelos recentes avanços nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), manifestam-se como ferramentas propícias a esse estímulo e manipulação.

Por outro lado, tanto estudantes do Curso de Serviço Social quanto da Rede de Ensino Médio Público vivenciam um acesso precário à cultura de massa. Segundo o “Perfil dos/as discentes do curso de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba” (SOUZA *et al.*, 2013), nosso alunado caracteriza-se, predominantemente, como juvenil (70,6%), feminino (90,3%), solteiro (70,2%) e de baixa renda, com renda familiar inferior a três salários mínimos (72,7%), o que tende a precarizar esse acesso.

Dentro e fora da universidade, o aporte precário de conhecimentos socio-culturais da realidade brasileira dificulta a apropriação de saberes críticos da nossa formação social e a compreensão e resistência às históricas práticas de violências, preconceitos, discriminações e aporofobias que alcançam os dois lados dos muros da universidade e demandam ações eficazes e articuladas de ensino, pesquisa e extensão, que possam alcançá-los, simultaneamente, pois a comunidade acadêmica não é – nem deve ser – uma espécie de ilha de virtudes e privilégios, imune às mazelas e às carências sociais, mas sim – e especialmente na área das humanidades – uma parcela da população que, tendo acesso mais rápido a conteúdos de análise crítica da realidade social, deve ensinar compartilhá-los com a população em geral e, para tanto, deve vivenciar, de forma indissociável, o importante tripé do ensino, pesquisa e extensão.

Nesse tripé, cabe especificamente à extensão atender demandas das comunidades externas, empoderando-as e criando condições que favoreçam o desenvolvimento local, regional e nacional, com a coprodução de conhecimentos contextualizados na realidade social.

A extensão tem, pois, o papel e a potencialidade de promover a inclusão social de segmentos que, historicamente, vivenciam processos de precário acesso político, socioeconômico,

ambiental, cultural etc., especialmente devido a seus marcadores de gênero, de raça, de etnia, de orientação sexual etc. e, para tanto, deve promover um processo formativo acadêmico-profissional que seja ético e em perspectiva humanista, crítica e plural, que respeite a diversidade humana e social; deve vivenciar iniciativas que expressem o compromisso das universidades com esses preceitos, primando pelo acesso à cultura, aos direitos humanos, à justiça, à educação, ao meio ambiente, à saúde, à tecnologia, à produção e ao trabalho e sempre em consonância com as políticas voltadas à educação ambiental, étnico-racial e humanitária (UEPB, 2023).

O Projeto de Extensão “Brasil em Tela” propõe-se a promover e fortalecer todas as prerrogativas supracitadas, utilizando-se da ampliação do acesso ao cinema nacional como uma ferramenta didático-pedagógica capaz de propiciar a reflexão crítica e o enfrentamento às situações de violência historicamente vivenciadas pelas minorias sociais do país.

O precário acesso ao cinema e as suas potencialidades como recurso didático da extensão universitária

Segundo o Anuário Estatístico do Cinema (ANCINE, 2016), há uma desigualdade regional gritante no acesso às salas de exibição do país, pois 70% delas encontram-se nas regiões Sul e Sudeste, enquanto o Nordeste inteiro totaliza 15% do total das salas de cinema, sendo que os municípios brasileiros com menos de 100 mil habitantes totalizam apenas 7% das salas de cinema. Vale destacar que, na Paraíba, apenas 04 municípios (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos) têm mais de 100 mil habitantes e o total de consumo de ingressos, em 2016, nos municípios com menos de 100 mil habitantes foi de 2%; que muitos dos estudantes de Serviço Social são oriundos exatamente desses municípios menores e que ampla parcela dos estudantes do ensino médio público, compondo as classes menos abastadas, também não têm acesso ao Cinema.

É preciso considerar também o recente quadro pandêmico. Segundo os dados mais atuais da ANCINE, em 2020, os resultados de bilheteria foram fortemente impactados pela pandemia, provocando o fechamento de centenas de salas no país. O total de títulos brasileiros lançados caiu de 169 em 2019, para 59 em 2020 (queda de 65%); já o número de lançamentos estrangeiros caiu de 283, em 2019, para 115 em 2020 (queda de 59%) e o público total das salas caiu de 177,7 milhões em 2019, para 39,4 milhões em 2020. Cabe destacar que, em 2020, a evolução do preço médio dos ingressos nas salas de exibição manteve sua curva ascendente, alcançando o valor médio de R\$ 15,94, contra os R\$ 14,10 de 2016.

Além disso, precisamos o predomínio dos “enlatados” e das “bobonews”: filmes que apresentam um baixo teor cultural e que pouco agregam enquanto valores teórico-metodológicos para a apreensão crítica da realidade nacional e internacional. Nas palavras de Netto (2012, pp. 419-20):

1449



Essa cultura incorpora as características próprias da mercadoria no tardo-capitalismo: sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediatividade reificante. Embora à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente a identificação como uma “sociedade de consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é uma cultura de consumo: ela cria a “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais — e, nela, a própria distinção entre realidade e representações é esfumada: promove-se uma semiologização do real, em que os significantes se autonomizam em face dos referentes materiais e, no limite, se entificam. A imediatividade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade — e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre aparência e essência é desqualificada.

Iniciado em abril de 2023, o Projeto de Extensão “Brasil em Tela” vem sendo desenvolvido com cerca de 117 estudantes inscritos, sendo 68 em uma Escola Cidadã Integral e 49 em uma escola de horário regular, contando com uma importante parceria com o Cinetatro São José (CTSJ) e tendo já realizado mais de 15 encontros presenciais nas escolas, que discutiram a formação social brasileira e as opressões às minorias, através de exibições e debates de filmes nacionais.

A cada encontro, os filmes selecionados são exibidos e, em seguida, realizados os debates, visando evidenciar as determinantes dos preconceitos e violências que perpassam a realidade brasileira e mobilizar os sujeitos ao engajamento em lutas e posturas contra as opressões, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e com os objetivos do PROBEX/UEPB.

O que nos inquieta neste projeto de pesquisa é analisar e sistematizar teoricamente os resultados e desdobramentos da atividade extensionista do “Brasil em Tela”. Neste sentido, nossa inquietação teórica central da Iniciação Científica é: Quais os efeitos, resultados, desdobramentos e potencialidades da execução do Projeto de Extensão “Brasil em Tela” e, especialmente, de seu recurso didático ao Cinema sobre a percepção e o engajamento dos estudantes secundaristas e extensionistas em lutas e/ou posturas de enfrentamento aos preconceitos e violências contra as minorias sociais no Brasil?

Para responder a tais inquietações, temos os objetivos de pesquisa relacionados a seguir.

Objetivos

- Analisar os efeitos, resultados e desdobramentos da execução do Projeto de Extensão “Brasil em Tela” e de seu recurso didático ao Cinema sobre a compreensão e o engajamento dos estudantes secundaristas e extensionistas em lutas e/ou posturas de enfrentamento aos preconceitos e violências contra as minorias sociais no Brasil.

1450



- Aprender, de forma comparativa, as compreensões e as posturas dos estudantes secundaristas e extensionistas envolvidos no Projeto Brasil em Tela em relação aos preconceitos e às violências perpetrados contra as minorias sociais brasileiras, ao início e ao fim de suas participações no Projeto;
- Avaliar a potencialidade do recurso ao Cinema como ferramenta didático-pedagógica de ensino e extensão, para a compreensão e o engajamento dos sujeitos em posturas e lutas de enfrentamento ao preconceito e à violência contra as minorias sociais.

Metodologia, materiais e métodos

Pautado no Materialismo-Histórico-Dialético e suas categorias de TOTALIDADE, HISTORICIDADE e CONTRADIÇÃO, este estudo tem caráter metodológico de **pesquisa exploratória, participante e de campo**, englobando técnicas diversas de coleta de dados, tais como a **observação participante**; os **registros em diários de campo** e a **aplicação de formulários e entrevistas**, que devem considerar aspectos objetivos de ordem socioeconômica, política e histórica, em âmbitos de universalidade, particularidade e singularidade e aspectos subjetivos de ordem das representações, concepções e comportamentos dos variados sujeitos envolvidos no Projeto de Extensão, para apreender e analisar, comparativamente, suas dinâmicas de compreensão e engajamento em posturas e ações de enfrentamento aos preconceitos e às violências contra as minorias sociais, tomando como referências centrais os momentos do início e do término da execução do Projeto, nos seus primeiro e segundo semestres, durante as cotas 2023-2024 e 2024-2025 do PROBEX/UEPB, tendo em vista que iremos rerepresentar o Projeto no ano vindouro.

Assim, os sujeitos da pesquisa serão cerca de vinte estudantes extensionistas e de 200 estudantes secundaristas participantes do projeto em ambas as cotas supracitadas; mas, apenas na cota 2024-2025, após a apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa é que aplicaremos – na totalidade ou parcialmente (por amostra) – formulários e/ou entrevistas semiestruturadas, que encontram-se em elaboração, para que atendam às requisições, aos princípios e a todos os procedimentos da pesquisa com seres humanos, em termos éticos, jurídicos, científicos e sociais. Cabe ressaltar que, durante a cota 2023-2024, o Projeto de Extensão coletou Termos de Autorização dos Responsáveis para a participação dos secundaristas nas atividades de extensão, cuja análise será pautada em dados gerais de observação da equipe extensionista, especialmente em termos quantitativos, sem abordagem direta aos sujeitos que compõem o público alvo.

A equipe de pesquisa é composta pela professora orientadora, docentes colaboradores e por estudantes de graduação e de pós-graduação, oriundos dos cursos de Serviço Social e de Jornalismo, envolvidos com objetos de estudo que dialogam com os temas dessa pesquisa e com o cotidiano acadêmico de cinco grupos de pesquisa da UEPB (GEAPS, GETRAPS, NUPEPSS e NEABI), cujas estruturas nos oferecem as condições necessárias à realização do

1451

estudo (salas, gabinetes, mesas e cadeiras, computadores, etc.). A pesquisa contará, ainda, com a parceria das equipes administrativas e docentes das escolas envolvidas.

Resultados parciais e outros resultados esperados

A pesquisa ora apresentada está ainda na fase inicial, no entanto, propondo-se como uma pesquisa participante e analisando os dados já sistematizados a partir do cotidiano do Projeto, das observações, dos relatórios dos encontros e das anotações em diário de campo, é possível apreender que o Projeto de Extensão “Brasil em Tela” extrapolou sua meta inicial, que era de 80 participantes secundaristas; que já promoveu significativa ampliação do acesso ao cinema nacional, posto que, dos mais de 10 filmes trabalhados no Projeto, apenas 01 filme foi referido como já assistido pelo público alvo; que há engajamento orgânico da equipe extensionista, posto que, de todos os 20 estudantes extensionistas, apenas 02 afastaram-se do Projeto, devido à conclusão do Curso de Graduação e à entrada no mercado de trabalho.

Apenas após a aplicação dos formulários e entrevistas, ao início e ao fim de cada turma semestral do Projeto, é que será viável analisar os efeitos, resultados e desdobramentos da execução do Projeto de Extensão “Brasil em Tela”, comparando as posturas dos sujeitos, em relação aos preconceitos e às violências contra as minorias sociais, antes e após as suas participações no Projeto e, por fim, aferindo a potencialidade do recurso ao cinema como ferramenta didático-pedagógica de ensino e extensão.

A sistematização dos dados apropriados e analisados no decorrer da pesquisa será apresentada em um Relatório Final de Pesquisa, o qual permitirá, como seus resultados, a confecção de um material acadêmico-bibliográfico apto a (1) aprofundar o estado da arte e o debate acadêmico sobre as determinações e as tendências dos preconceitos e das violências perpetradas contra as minorias sociais no Brasil; (2) aprofundar o estado da arte e o debate acadêmico sobre a potencialidade do recurso ao Cinema como ferramenta didático-pedagógica de ensino e extensão, para o engajamento dos sujeitos em posturas e lutas de enfrentamento ao preconceito e à violência contra as minorias sociais; (3) subsidiar a continuidade do Projeto de Extensão “Brasil em Tela” e/ou a sua conversão em Programa Permanente de Extensão da UEPB, nas cotas vindouras; (4) oferecer subsídios à elaboração de materiais didáticos para o exercício da extensão junto à Rede Pública de Ensino e que recorram ao Cinema como ferramenta didático-pedagógica para o enfrentamento das expressões da questão social no país; (5) socializar e publicar os resultados da pesquisa, em anais de eventos científicos; em revistas de circulação nacional e em livros ou capítulos de livros.

1452

Conclusão

Os dados parciais e ainda muito iniciais da pesquisa já revelam que houve amplo engajamento de estudantes secundaristas e envolvimento orgânico dos extensionistas; que as metas iniciais do Projeto foram extrapoladas, alcançando já 117 participantes, em contraposição aos 80



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



previstos, e engajando o limite máximo de extensionistas permitidos pelo PROBEX (20), inclusive substituindo os únicos 02 extensionistas que se desvincularam por terem concluído a graduação e se inserido no mercado de trabalho. Enfim, em termos muito gerais, o Projeto “Brasil em Tela” vem se revelando exitoso no engajamento proposto de secundaristas, extensionistas e parceiros, mas apenas a continuidade desta pesquisa e a aplicação dos instrumentos previstos de coleta de dados junto aos sujeitos envolvidos poderão explicitar os seus efeitos, resultados e desdobramentos sobre a compreensão e o engajamento desses sujeitos em lutas e/ou posturas de enfrentamento aos preconceitos e violências contra as minorias sociais no Brasil.

Referências

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 01. mar. 2021

ANCINE/OCA/SRG. Anuário Estatístico do Cinema 2020. Disponível em: <file:///E:/Documents/1-%20BRASIL/3%20-%20GEAPS/1-%20GEAPS%20-%202022-2023/2%20-%20EXTENS%C3%83O/2023-2024%20-%20BRASIL%20EM%20TELA/Anuario%20Estat%20do%20Cinema-2020%20-%20ANCINE.pdf>. Acesso em 29. jan. 2020

ANCINE/OCA/SRG. Anuário Estatístico do Cinema 2016. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos/pdf/anuario_2016.pdf. Acesso em 23. nov. 2018.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: IPEA/FBSP/IJSN, 2021.

NDE/DSS/UEPB/VASCONCELOS *at.all*. Projeto Pedagógico de Curso PPC: Serviço Social (Bacharelado). Campina Grande/PB: UEPB/DSS/NDE, 2016.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE” SERPA, 3., Marília, 2010. Anais [...]. Marília: Unesp, 30-31 out. 1 nov. 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>.

1453



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SOUZA, S.P.F. *at all.* O PERFIL DOS/AS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). Relatório Final de Pesquisa (PIBIC). Campina Grande: UEPB/PIBIC, 2013

UEPB. Edital EDITAL 001/2023/PROEX/UEPB. PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE EXTENSÃO – PROBEX. COTA: 2023/2024: UEPB, 2023. Disponível em <https://uepb.edu.br/download/proex-probex-cota-2023-2024-edital-001-2023-retificado/> Acesso em 23. fev. 2023.

1454



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PREAMAR: PROGRAMA PARA REMAR NA RECUPERAÇÃO DA MULHER APÓS O CÂNCER DE MAMA

Tânia Terezinha Scudeller¹

Introdução

Dados da Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (IARC), instituição filiada à Organização Mundial da Saúde (WHO), estimam que de 2018 a 2038 a incidência de tumores de mama pode atingir cerca de 2,1 milhões de mulheres em todo o mundo (WHO, 2020). No ano de 2020, em dados mais recentes do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, o Brasil pode ter atingido 66.280 novos casos da doença (INCA, 2020), sendo que a região Sudeste possui a maior estimativa dentre todas as regiões, com mais de 50% do total, e que cuja incidência é crescente no decorrer dos anos.

O envelhecimento é um dos fatores de risco para o câncer de mama e talvez isso seja uma das justificativas da alta incidência dessa doença no estado de São Paulo (estado com maior proporção de idosos na população nacional) e mais especificamente na Baixada Santista visto que atualmente, entre os 434.359 habitantes de Santos, 80.353 têm mais de 60 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto à incidência de câncer de mama, Santos apresenta coeficientes superiores aos encontrados nas demais cidades da Baixada Santista e também àqueles encontrados na cidade e no Estado de São Paulo e no Brasil (ZAGO *et al.*, 2005).

Ainda que haja programas e tecnologias para que a detecção seja o mais precoce possível e técnicas que visem tornar a cirurgia menos agressiva, comprometimentos variados, de ordem secundária, sempre se fazem presentes em alguma escala. Estes variam a depender do tipo de câncer, da técnica cirúrgica, da intensidade da quimioterapia e da radioterapia e de características inerentes ao paciente, resultando em acometimentos de ordem física e psicológica e de impacto nas atividades de vida diária (Rodrigues, 2016), na sexualidade e qualidade de vida da mulher (Boing, *et. al.*, 2017; Costa *et. al.*, 2017; Barbosa *et. al.*, 2017; Bezerra *et. al.*, 2013; Furlan *et. al.*, 2013; Simeão *et. al.*, 2013; Costa, Lima e Neves, 2020).

Com propósito de diminuir os comprometimentos físicos e psicológicos causados pelo câncer de mama, e melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, Dr Donald McKenzie médico canadense, docente e pesquisador da universidade *British Columbia* (fig.1), cria em fevereiro de 1996, em Vancouver, a primeira equipe de remadoras de *Dragon Boat* (tipo de embarcação chinesa), constituída por 24 sobreviventes de câncer de mama. McKenzie, defende a prática de

1455

¹ Docente do Curso de Fisioterapia, Departamento de Ciências do Movimento Humano – Unifesp/CBS, tania.scudeller@unifesp.br

canoagem como um esporte completo para mulheres após tratamento do câncer de mama, visto que utiliza os músculos dos membros superiores em movimentos de cadeia cinética aberta e fechada, e os membros inferiores em isometria (McKENZIE, 1998). Após 22 anos da implementação e de comprovação científica dos benefícios da remada para essa população específica de mulheres, existem 166 equipes de remadoras em cinco continentes, que se encontram no *Dragon Boat Festival* a cada quatro anos, sob a supervisão do *International Breast Cancer Paddlers' Commission* (IBCPC). O Festival é um evento participativo internacional não competitivo destinado a equipes de sobreviventes de câncer de mama que se envolvem em atividades de *Dragon Boat* como complemento na reabilitação pós-operatória.

Em julho de 2016, após forte campanha do IBCPC, inspiração e incentivo do Dr Donald McKenzie, mulheres assistidas pelo Instituto Neo Mama (*fig.2*) na cidade de Santos-SP, foram a participar da prática de remada, voltada especificamente para mulheres em recuperação do câncer de mama. Para iniciarem o programa, essas mulheres, com liberação médica para esse tipo de exercício, passaram por avaliação fisioterapêutica no Serviço de Fisioterapia da Unifesp-BS, visto que o Instituto Neo Mama é local de Estágio Supervisionado do Curso de Fisioterapia. Seguiu-se necessidade de composição de equipe interprofissional para assistência integral e acompanhamento ao longo do desenvolvimento do programa. Docentes e alunos do *Campus Baixada Santista* das áreas de Fisioterapia, Educação Física, Psicologia e Nutrição constituíram a equipe de saúde para avaliação, treinamento (em solo) e assistência das remadoras.

Seguidos três meses do início das atividades (avaliações, orientações e treinamento), nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2016, aconteceu O Festival Ka•Ora - *Dragon Boats* pelo Câncer de Mama - em São Vicente, litoral de SP (*fig.3; fig.4; fig.5*), com a presença do Dr McKenzie, da Vice-Presidente do *International Breast Cancer Paddlers Commission* (IBCPC) Ms. Meri Gibson e de equipes de remadoras em recuperação da Argentina, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos, entre as internacionais, bem como participantes de São Paulo, Brasília, Bahia e Espírito Santo (*fig.6*). A participação das mulheres em recuperação do câncer de mama no evento, assim como nas demais atividades do programa aconteceu, e ainda se mantém, de forma gratuita.

A notável atribuição da Universidade na transformação da sociedade por meio das ações extensionistas acontece em duas vias. O meio social ao qual ela se destina é transformado, assim como também os docentes e estudantes não serão mais os mesmos após as vivências e vínculos estabelecidos entre os envolvidos do programa, especialmente frente a situações críticas de vida, como em doenças de relevante gravidade.

O diagnóstico do câncer confronta o sujeito com a questão do imponderável, da finitude e da morte. Como toda doença, potencialmente letal, o câncer de mama traz a perda do corpo saudável, a perda da sensação de invulnerabilidade e a perda do domínio sobre a própria vida (Peres e Santana (2013). O período de recuperação de uma doença como o câncer de mama e seu significado para a vida e autoimagem feminina, marca um período de profundas transformações e a necessidade de apoio e assistência multiprofissional. A palavra câncer carrega

1456

um forte estigma de destruição e morte (PASCOAL *et al*, 2010) por outro lado, a inserção dessas mulheres em programas de exercícios desenvolvidos especialmente para elas, em contato direto com a natureza como a remada, tanto oferece oportunidade de avanço na saúde como também de ressignificado e controle da própria vida (GUINTO-ADVIENTO & ZAVALA, 2017). Este projeto de extensão universitária tem o propósito de ratificar a necessidade do acompanhamento interprofissional às remadoras, visto a complexidade do período de recuperação após câncer de mama, e de sistematizar as ações extensionistas, envolvendo docentes e estudantes da Unifesp-BS, que vêm acontecendo desde 2016.

Fundamentação Teórica

O câncer de mama é a segunda neoplasia maligna mais comum na população e o tumor mais frequente na população feminina. A etiologia da doença é complexa e envolve diversos fatores de risco biológicos e ambientais. No Brasil, acredita-se que em 2023 serão identificados aproximadamente 73.610 novos casos de câncer de mama. Estima-se ainda, que, no mundo, haja mais de 520 mil mortes por ano relacionadas à esta doença (INCA, 2023).

O tratamento adotado para o câncer de mama dependerá da manifestação da doença e sua extensão envolve procedimentos invasivos ou não. As cirurgias podem ser conservadoras, que consistem na retirada do tumor (tumorectomia) ou de um quadrante da mama (quadrantectomia). A mastectomia simples ou total compreende a retirada de todo o tecido glandular mamário, incluindo a fáscia do músculo peitoral maior, sem a dissecação axilar. Já a mastectomia radical consiste no mesmo procedimento, incluindo a dissecação axilar completa. Atualmente a técnica mais utilizada é a mastectomia radical Madden, com a preservação dos peitorais maior e menor (PINTO E SILVA, 2018). O estadiamento do câncer determinará a técnica cirúrgica a ser escolhida, muitas vezes impossibilitando uma abordagem conservadora. Além dos procedimentos cirúrgicos, outras condutas terapêuticas são administradas, tais como a quimioterapia e a hormonioterapia para o tratamento sistêmico, bem como a radioterapia para o tratamento loco-regional. Esse último melhora a sobrevida mas pode resultar em fibrose pulmonar, doença pulmonar restritiva e diminui a capacidade ao exercício (FARIAS *et al*, 2015). Com o avanço das condutas terapêuticas para o câncer de mama nos últimos anos, a sobrevida das pacientes aumentou consideravelmente, entretanto, esse aumento quase sempre vem acompanhado de alterações funcionais que geram limitações nas atividades e ou restrições na participação social. Os principais comprometimentos advindos do tratamento do câncer de mama envolvem alterações físicas e posturais, como diminuição na amplitude de movimento (ADM) do ombro e na força muscular, linfedema, dor, parestesia, assimetrias na cintura escapular e pélvica, membros superiores e tronco, alterações na posição original da cabeça, que podem afetar a funcionalidade da mulher. Destacam-se também implicações psicológicas em

consequência da modificação da imagem corporal, a percepção da sexualidade e autoestima (Untura e Rezende, 2012; Lima e Póvoa, 2017; Janelsins, et al, 2017).

Devido ao impacto do tratamento do câncer de mama, a reabilitação da paciente passa por cenários multiprofissionais para a adaptação da mulher à sua nova condição corporal e prevenindo e/ou restaurando funções que foram perdidas. Após a primeira fase de recuperação pós-cirúrgica, o exercício físico torna-se uma importante ferramenta para manejar complicações do tratamento do câncer, pois a inserção de programas de exercício gera aumento da aptidão cardiorrespiratória, da força e flexibilidade, ganhos na autoimagem, autoestima, diminuição da depressão e da ansiedade e melhora na qualidade do sono (Castro et al, 2016; Boing et al, 2018; Pudkasam et al, 2018; Eyigor e Kanyilmaz, 2014; Anisimowicz et al, 2021).

Dados os benefícios do exercício em indivíduos com câncer, as diretrizes da *American Cancer Society* (ACS) e do *American College of Sports Medicine* (ACSM) recomendam que os sobreviventes do câncer realizem 150 minutos, por semana, de exercícios aeróbicos de intensidade moderada (ou 75 minutos/semana de exercícios aeróbicos vigorosos) e duas sessões de treinamento de força, conforme extintas as condições de sedentarismo (ACSM, 2011). Apesar dessas recomendações, menos de 30% dos indivíduos diagnosticados com câncer apresentam níveis recomendados de prática de exercícios. Para que os pacientes se sintam encorajados a experimentar os muitos benefícios de deixar o sedentarismo é preciso haver programas de exercícios específicos para os sobreviventes de câncer, em contexto que ofereça segurança e atendimento às suas necessidades particulares por meio do apoio de equipe multiprofissional (IRWIN et al, 2017). Grupos que oferecem oportunidades de assistência em circunstâncias de atividade física são uma alternativa atraente para alguns sobreviventes e nesse sentido soma-se a oportunidade para construir relacionamentos em torno de um objetivo comum e positivo, que pode ser uma base para fornecer apoio ao enfrentamento do câncer (McDONOUGH et al, 2018).

A prática de remada é um esporte de equipe que constrói a harmonia e um sentimento de união. Os diversos tipos de embarcações podem contar com até 22-26 remadores, o que proporciona oportunidade para trabalhar com grande grupo de participantes de uma só vez. Esses foram alguns dos motivos que levaram D. McKenzie a criar a primeira equipe de remadoras sobreviventes de câncer de mama, em Vancouver, em 1996. Além do forte significado de equipe e de estarem “no mesmo barco” que essa atividade imprime, para Mckenzie, ela proporciona exercício vigoroso e repetitivo para a parte superior do corpo, o que projeta uma mensagem de otimismo para todas as pessoas com câncer de mama. É um exercício sem suporte do peso corporal, portanto, está associado com um menor risco de lesões do que atividades dependentes de peso, como a corrida. É seguro e com boa técnica o remador pode recrutar uma razoável quantidade de grupos musculares e induzir adaptações positivas nos sistemas musculoesquelético e cardiovascular. Ele usa predominantemente os músculos dos membros superiores e tronco, e o aumento de força tem efeito nas atividades do dia-a-dia. A intensidade

1458

do treinamento pode ser variada simplesmente remando com mais, ou menos, força. Isso é importante porque, com uma grande variedade de idades e habilidades atléticas, cada remador pode ainda experimentar um efeito de treinamento (McKENZIE, 1998).

A remada em canoa para essas mulheres é uma abordagem para a promoção da saúde e melhora da consciência sobre o câncer de mama, que se estende para qualquer outro paciente com câncer e oferece-lhe uma mensagem de esperança e apoio. A remada tem ajudado a mudar atitudes em relação ao que se espera da “vida depois do câncer de mama”, e encoraja as mulheres a serem plenas e ativas (McKENZIE, 1998).

Esse projeto de extensão também vem ao encontro da necessidade de oferecer apoio multiprofissional às mulheres sobreviventes de câncer de mama, antes e durante a prática de remada em canoa havaiana.

Objetivos

Objetivo Geral

Desenvolver ações de cuidado multiprofissional às mulheres sobreviventes de câncer de mama, antes e durante o ingresso na prática de remada em canoa havaiana, por meio de avaliações, orientações e treinamento realizadas pela fisioterapia, educação física, psicologia e nutrição.

Objetivos Específicos

- Efetuar avaliação inicial multiprofissional para averiguação das condições físicas e psicológicas da mulher e ingresso imediato, ou não, no programa de remada;
- Conduzir a preparação da mulher para a primeira remada, por meio de orientações, treinamento em solo e em imersão;
- Realizar orientações multiprofissionais, em grupo, voltadas para a temática de exercícios físicos e prática de remada após o câncer de mama;
- Promover ações para incremento das condições físicas das participantes e melhora da prática de remada;
- Encaminhar ou realizar atendimento profissional individual, quando necessário;
- Acompanhar e auxiliar os treinamentos físicos em solo e em mar;
- Avaliar e acompanhar, interprofissionalmente, as condições físicas e psicológicas das participantes durante o programa;
- Oferecer aos acadêmicos dos cursos de fisioterapia, educação física, psicologia e nutrição a experiência da prática multi e interprofissional no atendimento à mulheres em recuperação do câncer de mama.

1459



Metodologia

O trabalho será desenvolvido por docentes e acadêmicos dos cursos de fisioterapia, psicologia, educação física e nutrição, da Universidade Federal de São Paulo, *Campus* Baixada Santista e o acompanhamento das mulheres será no Instituto Neo Mama, na praia (durante os treinos no mar) e em alguns ambientes da Unifesp-*Campus* Baixada Santista. Além do atendimento e acompanhamento das mulheres, a equipe multiprofissional desse projeto, com docentes e alunos, realizará reuniões para discussão do tema “Câncer de Mama” na ótica e atuação de cada área profissional envolvida nessa extensão, assegurando o aprendizado em conjunto e a construção do exercício interprofissional de fato.



Figura 7 – Avaliação das condições físicas na Unifesp – CBS



Figura 9 – Dinâmicas para ambientação à flutuação com coletes salva-vidas, Instituto Neo Mama (crédito: organização)

Inclusão Social

Participarão nessa extensão universitária mulheres da região da Baixada Santista, em recuperação do câncer de mama com interesse em ingressar no programa de remada em canoa havaiana de Santos.

As ações extensionistas desse projeto, de natureza inter e multiprofissional (fisioterapia, educação física, psicologia e nutrição), proporcionarão assistência à saúde da mulher, além de oferecer circunstâncias de maior segurança para a prática de atividade física após o câncer de mama.

Cronograma de Execução

Desenvolvimento do projeto												
Meses												
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	●	●										
B		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
C						●						●
D												●
E											●	●

1461

Atividades

- A – Seleção dos extensionistas (fisioterapia, educação física, psicologia e nutrição) para participação no projeto, planejamento das atividades iniciais;
- B – Desenvolvimento das ações extensionistas e reuniões de estudo da equipe;
- C – Avaliação da equipe multiprofissional (alunos e docentes) frente às ações executadas e levantamento de novas propostas para o andamento e/ou renovação do projeto;
- D – Avaliação final dos alunos extensionistas;
- E – Elaboração e formatação do trabalho para divulgação à comunidade acadêmica.

Acompanhamento e Avaliação

A avaliação do projeto será feita de forma continuada, ao longo do desenvolvimento do trabalho. Porém, com finalidade de determinar se os objetivos propostos foram atingidos serão realizadas duas principais avaliações em dois momentos. No primeiro momento a avaliação se dará no sexto mês do projeto, desse modo fornecerá oportunidade de melhorias nas atividades.



A segunda avaliação acontecerá ao final do trabalho, no 12º mês de atividades. Em ambos os momentos a avaliação abrangerá o contexto das mulheres remadoras, dos alunos e dos docentes frente às atividades desenvolvidas, por meio de rodas de conversa e questionários.

Os alunos extensionistas, em específico, serão avaliados quanto à frequência, envolvimento nas atividades, assiduidade, pontualidade, pró-atividade, interação com a equipe, interação com as mulheres participantes do programa, participação nas discussões de estudo e conhecimento teórico.

Equipe Executora

Função no Projeto	Participante
Coordenadora	Profa. Dra. Tânia Terezinha Scudeller – Docente do Curso de Fisioterapia – Departamento de Ciências do Movimento Humano – Unifesp/CBS
Organizador geral do programa de remada	Marcos Rodrigues – arquiteto, especialista em planejamento estratégico
Docente colaborador	Profa. Dra. Miriam Raquel Diniz Zanetti - Docente do Curso de Fisioterapia – Departamento de Ciências do Movimento Humano – Unifesp/CBS
Docente colaborador	Profa.Dra. Maria Teresa Pace do Amaral - Docente do Curso de Fisioterapia – Departamento de Ciências do Movimento Humano – Unifesp/CBS
Docente colaborador	Prof. Dr Victor Zuniga Dourado - Docente do Curso de Fisioterapia – Departamento de Ciências do Movimento Humano – Unifesp/CBS
Docente colaborador	Prof. Dr. Evandro Fornias Sperandio – Especialista em Fisioterapia Cardiorrespiratória. Fisioterapeuta e Pesquisador do Instituto de Medicina Cardiovascular - Angiocorpore
Docente colaborador	Prof. Dr. João Paulo Botero - Docente do Curso de Educação Física – Departamento de Ciências do Movimento Humano – Unifesp/CBS

1462

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Número de estudantes de graduação

A seleção de estudantes extensionistas será sempre realizada por meio de editais, com estimativa na seguinte composição: três alunos do curso de fisioterapia, três do curso de educação física, três do curso de nutrição e dois do curso de psicologia.

Infraestrutura

As atividades desse projeto serão realizadas no Serviço-Escola de Psicologia (Unifesp), nas salas de aulas e laboratórios do Edifício Central da Unifesp-CBS, nas dependências do Instituto Neo Mama (Av. Cel. Joaquim Montenegro, 345, Santos-SP) e nas praias dos municípios de Santos e Guarujá.

Área Temática

Saúde

Linha Programática

Saúde da Mulher

1463

Referências

ANISIMOWICZ, Y. et al. Experiences of an Exercise Program: Perspectives from Breast Cancer Survivors. **The Qualitative Report**. 2021, v. 25, n. 8, pp. 2479-2501. doi: 10.46743/2160-3715/2021.4824

BARBOSA, P.A.; CESCO, R.G.; PACÍFICO, T.E.D.; LEITE, I.C.G. Quality of life in women with breast cancer, after surgical intervention, in a city in the zona da mata region in Minas Gerais, Brazil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. 2017, v. 17, n. 2, pp. 385-399.

BEZERRA, K.B.; SILVA, D.S.M.; CHEIN, M.B.C. et al. Qualidade de vida de mulheres tratadas de câncer de mama em uma cidade do nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2013, v. 18, n. 7, pp. 1933-1941.

BOING, L. et al. Physical Activity And Quality Of Life In Women With Breast Cancer – A Cross Sectional Study. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. 2018, v. 24, n. 5, pp. 377-381.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

BOING, L. et al. Tempo Sentado, Imagem Corporal E Qualidade De Vida Em Mulheres Após A Cirurgia Do Câncer De Mama. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. 2017, v. 23, n. 05, pp. 366-370.

CASTRO, J.G.L.; MIRANDA, A.K.P. et al. Influências do exercício físico na qualidade de vida em dois grupos de pacientes com câncer de mama. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. 2016, v. 38, n. 2, pp. 107-114.

COSTA, J. B.; LIMA, M. A. G.; NEVES, R. F. O retorno ao trabalho de mulheres após a experiência do câncer de mama: uma metassíntese. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000045018>

COSTA, W. A. et al. Quality of life in breast cancer survivors. **Revista da Associação Médica Brasileira**. 2017, v. 63, n. 07, pp. 583-589.

DESLANDES, M.S.S; ARANTES, A.R. **A extensão universitária como meio de transformação social e profissional**. Sinapse Múltipla, 6(2), dez.,179-183, 2017.

EYIGOR, S., KANYILMAZ, S. Exercise in patients coping with breast cancer: An overview. **World journal of clinical oncology**. 2014, v. 5, n. 3, pp. 406-411. <https://doi.org/10.5306/wjco.v5.i3.406>

FARIAS, C.A.; COSTA, S.N.; PAIVA, J.V. **Os efeitos da radioterapia na força muscular respiratória em mulheres mastectomizadas**. Revista UNI-RN, Natal, v.14, n. 1/2, p. 67-86, jan./dez. 2015.

FURLAN, V. L. A. et al. Qualidade de vida e autoestima de pacientes mastectomizadas submetidas ou não a reconstrução de mama. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**. 2013, v. 28, n. 2, pp. 264- 269.

GUINTO-ADVIENTO, M.L.; ZAVALA, M.A.O. **“I am a complete woman”: Dragon boat and breast cancer survival**. Journal of Sport Psychology. 2017, Vol 26, Suppl 3, pp. 12-16.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santos/panorama> Acessado em 19/10/2023.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva Estatísticas do Câncer. Ministério da Saúde. Disponível em <[http:// www.inca.gov.br/estimativa/2016/estimativa-2016-v11.pdf](http://www.inca.gov.br/estimativa/2016/estimativa-2016-v11.pdf)> Acessado em 19/10/2023.

1464



IRWIN M.L.; CARTMEL B.; HARRIGAN, M.; LI, F. *et al.* **Effect of the LIVESTRONG at the YMCA exercise program on physical activity, fitness, quality of life, and fatigue in cancer survivors.** *Cancer*, Volume123, Issue7, April 1, 2017, 1249-1258.

JANELSINS, M. C. *et al.* Cognitive Complaints in Survivors of Breast Cancer After Chemotherapy Compared With Age-Matched Controls: An Analysis From a Nationwide, Multicenter, Prospective Longitudinal Study. **Journal of Clinical Oncology**. 2017, v. 35, n. 5. pp. 506-514.

LIMA, C. V. C.; PÓVOA, R. M. F. Mulheres Submetidas à Quimioterapia e suas Funções Cognitivas. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2017, v. 37, n. 4, pp. 970-980.

LUZ, Naiane Durvalina; LIMA, Andréa Conceição Gomes. **Recursos fisioterapêuticos em linfedema pós mastectomia: uma revisão de literatura.** Curitiba: Revista Fisioterapia e Movimento, 2011.

McDonough, M.H.; Patterson, M.C.; Weisenbach, B.B.; *et al.* **The difference is more than floating: factors affecting breast cancer survivors' decisions to join and maintain participation in dragon boat teams and support groups.** *Disability and Rehabilitation*. DOI: 10.1080/09638288.2018.1449259

MCKENZIE, D. C. Abreast in a Boat – a race against breast cancer. **Canadian Medical Association**, 1998, v. 159, n. 04, pp. 376-378. Disponível em: <https://www.cmaj.ca/content/cmaj/159/4/376.full.pdf>
Ministério da Saúde. INCA. **Estimativa de Câncer no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-mama>

OMS: Organização Mundial da Saúde. *Promoción de la salud: glosario*. Genebra: OMS. 1998.

PASCOAL, Caroline Kíssilla Pereira *et al.* **Relatos de mulheres submetidas à biópsia do linfonodo sentinela quanto às orientações recebidas para prevenção de linfedema: um Estudo Qualitativo.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Cancerologia, 2010.

PINTO E SILVA, M. P; MARQUES, A. A. ; DO, AMARAL, M. T. P. **Tratado de Fisioterapia em Saúde da Mulher, 2ª edição.** Grupo GEN, 2018, pp. 42-44.

PUDKASAM, S.; POLMAN, R.; PITCHER, M.; FISHER, M.; CHINLUMPRASERT, N.; STOJANOVSKA, L.; APOSTOLOPOULOS, V. Physical activity and breast cancer survivors: Importance of adherence, motivational interviewing and psychological health. **Maturitas**. 2018, v. 116, pp. 66-72.

1465



ROCK CL, DOYLE C, DEMARK-WAHNEFRIED W, *et al.* Nutrition and physical activity guidelines for cancer survivors. *CA Cancer J Clin.* 2012;62:243–274

RODRIGUES, N. R. S. **Avaliação das atividades de vida diária em pacientes com câncer de mama submetidas a tratamento cirúrgico.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de Botucatu. Botucatu, 2016.

SCHMITZ KH, COURNEYA KS, MATTHEWS C, *et al.*; **American College of Sports Medicine roundtable on exercise guidelines for cancer survivors.** *Med Sci Sports Exerc.* 2010;42:1409–1426

SILVA, Máira Dantas *et al.* **Qualidade de vida e movimento do ombro no pós-operatório de câncer de mama: um Enfoque da Fisioterapia.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Cancerologia, 2013.

SIMEÃO, S. F. A. P. *et al.* Qualidade de vida em grupos de mulheres acometidas de câncer de mama. **Ciência & Saúde Coletiva.** 2013, v. 18, n. 3, pp. 779-788.

UNTURA, L. P.; REZENDE, L. F. A. Função Cognitiva em Pacientes Submetidos à Quimioterapia: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Cancerologia.** 2012, v. 58, n. 2, pp. 257-265.

ZAGO, A.; PEREIRA L.A.A.; BRAGA, A.L.F.; BOUSQUAT, A. **Mortalidade por câncer de mama em mulheres na Baixada Santista, 1980 a 1999.** *Rev Saúde Pública* 2005;39(4):641-5.
UGUR S, ARICI C, YAPRAK M, MESCI A, ARICI GA, DOLAY K *et al.* **Risk factors of breast cancer-related lymphedema.** *Lymphat Res Biol.* 2013;11:72–75.

1466



PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MATERIAIS PARA ENSINO DE LÍNGUAS PARA ALUNOS SURDOS

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki¹
Ana Paula Dias Tostis²
Louise Helene da Silva Nóbrega³
Ágatha D'Ávila Pinheiro⁴
Juliano Campos Maia⁵

Introdução

O projeto prevê ações de estímulo ao envolvimento de estudantes em conhecimentos teóricos e práticos atrelados ao desenvolvimento de potencialidades do pensar tecnológico quanto ao ensino de línguas. Nesse contexto, com o presente projeto, buscou-se promover ações extensionistas para desenvolver formação pedagógica dos graduandos de Letras que estejam relacionadas à utilização de novas tecnologias digitais, no contexto de ensino de línguas a alunos surdos da educação básica.

O primeiro eixo do projeto, que corresponde ao foco central, recai nas tecnologias assistivas, de âmbito digital, aplicáveis ao contexto do ensino de línguas para alunos surdos da Educação Básica. Destaca-se, nesse contexto, a produção de vídeos em Libras, a língua majoritariamente utilizada por alunos surdos. Com a promulgação da Lei de Língua Brasileira de Sinais (Libras), em 2002 (BRASIL, 2002), que define essa língua como meio de expressão e de comunicação da comunidade surda e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei de Libras e dá outras disposições, indica a Libras como língua de instrução para aprendizado de conteúdos escolares. Desta feita, espera-se promover bases que ajudem a fundamentar a perspectiva bilíngue no processo educacional do surdo.

Como produto final, pretendeu-se elaborar vídeos em Libras, compreendidos como de tecnologias assistivas no âmbito do ensino de línguas para surdos. Assim, as potencialidades do pensar tecnológico sobre a utilização e a produção de vídeos foram veiculadas pelo viés de Objetos de aprendizagem (OAs) e Objetos de Aprendizagem para o Ensino de Línguas (OALs). Certamente, a vantagem de usar vídeos está atrelada à própria evolução do recurso que parece ser onipresente na vida do estudante do século XXI, principalmente, do estudante surdo, haja

1467

¹ Professora Associada de Linguística (UERJ); angelabaalbaki@hotmail.com

² Tradutora/Intérprete de Libras (UERJ); p.tostis@gmail.com

³ Graduanda em Letras (UERJ); bolsista; lousienobrega2020@gmail.com

⁴ Graduanda em Letras (UERJ); bolsista; agathadavila@gmail.com

⁵ Graduando em Letras (UERJ); bolsista; camposjuliano145@gmail.com



vista que sua língua é espaço-visual. Se, no século passado, os vídeos eram restritos às fitas em formatos *Video Home System* (VHS), atualmente, podem ser encontrados em diversas plataformas digitais e com altas resoluções. Outra vantagem do uso de vídeos em Libras, para o ensino de línguas para alunos surdos, está relacionada ao controle de apresentação desse material: parar, pausar, iniciar, avançar, (cf. LEBEDEFF, 2017) e, acrescenta-se, retroceder.

O segundo eixo relaciona-se aos meios de divulgação científica das pesquisas sobre produção de vídeos em Libras. Outro aspecto a ser abordado no projeto refere-se à necessidade de manter contato mais direto e sistemático com o público externo à universidade. Algumas ações que foram realizadas, por exemplo, a alimentação de conteúdo específico para no blog do projeto de extensão, intitulado “Oficina de Letras”, para a página do Facebook, bem como para a conta no Instagram com divulgação das ações do projeto e dos resultados (parciais e finais) das produções assistivas, e para o canal no YouTube e vodcast acessível em Libras. A proposta desses ambientes é proporcionar espaços virtuais em que os graduandos do curso de Letras e professores de línguas possam acessar informações sobre o projeto, assim como de suas atividades.

A realização do projeto está diretamente relacionada à questão do déficit ainda recorrente na educação bilíngue para surdos. O processo educacional da comunidade surda, no Brasil, passou por várias etapas que, em geral, desprestigiaram sua primeira língua, a Libras. Ledebef (2017) destaca a falta de pesquisas e de experiências de produções de vídeos em Libras. Sendo assim, acaba por se tornar uma prática experiencial baseada em erros e acertos.

Com a explosão tecnológica de comunicação, novas formas de inscrição dos projetos da universidade junto à sociedade surgiram. Do excerto abaixo, parte-se da assertiva que Romão (2004) lança sobre a comunicação mediada por novas tecnologias:

Com a rede disponibilizada, surge não apenas um novo suporte de informação, não se tem apenas um instrumento tecnológico capaz de transmitir dados de qualquer natureza de maneira instantânea, mas tem-se, pela primeira vez na história humana, uma cadeia mundialmente interconectada de máquinas que se comunicam entre si ao mesmo tempo e de diferentes lugares. Aparelhos eletrônicos estão interligados continuamente dentro de uma topologia não-linear, labiríntica e diversificada de endereços (ROMÃO, 2004, p. 41).

A implementação da modalidade virtual para aplicação de atividades voltadas a alunos surdos ocorreu de modo a favorecer o aprendizado Língua Portuguesa como segunda língua (LP2) por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação. Além das plataformas virtuais de aprendizagem, há várias outras ferramentas que podem propiciar a integração com alunos surdos e professores de línguas da educação básica, como o caso de produção de vodcasts acessíveis em Libras.

Os vídeos em Libras podem ser compreendidos como metodologias ativas de aprendizagem, já que preveem a participação dos estudantes surdos, uma forma de construir conhecimento de mundo (conhecimento prévio) sobre os gêneros textuais (carta, receita, poema *etc.*) abordados no ensino de LP2, na modalidade escrita, para alunos surdos.

Certamente, os vídeos produzidos pelo projeto promovem a acessibilidade para estudantes surdos do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), das redes públicas de ensino, separadamente ou em conjunto. Material que prioriza o atendimento a estudantes de escolas bilíngues ou de classes bilíngues situadas no estado do Rio de Janeiro, podendo, contudo, prever a participação de exibição de vídeos em Libras para outros estados da federação. Os vídeos foram disponibilizados em uma página pública no Youtube para dar conta das características de recuperabilidade, acessibilidade e portabilidade dos Objetos de aprendizagem (AO).

Com o outro polo do projeto, têm-se as redes sociais e as demais ferramentas midiáticas que são fundamentais para a divulgação e compartilhamento de informações. Em uma sociedade abarcada pela globalização, estar *online* se tornou vital para a constante circulação de informações, bem como para a manutenção de projetos que objetivam atingir um público alvo cada vez maior.

Espaços virtuais auxiliam na disseminação de informações e na troca de experiências entre aqueles que compartilham dos mesmos objetivos e interesses sobre uma dada área, constituindo, assim, um importante “recurso profissional e pessoal” (TOMAÉL *et al*, 2005). Os meios digitais são ferramentas que auxiliam sobremaneira na divulgação acadêmica e científica, com diversas possibilidades de interação e inúmeros recursos. Pode-se evidenciar, também, o papel agregador dessas ferramentas virtuais.

Carmo (2011) explica que as redes sociais são “uma categoria do grupo de softwares sociais, que seriam softwares com aplicação direta para a comunicação mediada por computador” (RECUERO, 2009, p. 102 *apud* CARMO, 2011, p. 3). O autor também conceitua as redes sociais como um tipo de metáfora da rede para os grupos sociais, na qual os atores constituem os nós, e as conexões formam os laços sociais. Nesse contexto, podemos citar, por exemplo, os blogs e as páginas das redes sociais Facebook e Instagram que aproximam pessoas que têm objetivos e interesses em comum.

Os blogs são importantes espaços de postagem que colocam em circulação na rede mundial de computadores informações variadas. Destaca-se que o blog é um gênero encontrado no meio virtual, que pode ser comparado ao gênero textual *diário*, uma vez que nele é possível inserir a rotina de atividades de uma pessoa, ou de um grupo de pessoas, bem como suas descobertas sobre assuntos de interesse. No caso, o blog do projeto – intitulado “Oficina de Letras” – serve como uma forma de comunicação entre o grupo e a comunidade. Em termos enunciativos, trata-se da voz institucional do projeto em um movimento de interação com outros sujeitos sociais.

Além dos blogs, outra ferramenta com grandes potenciais pedagógicos são os podcasts, que resultam de um “[...] processo midiático que emerge a partir da publicação de arquivos de áudio na internet” (PRIMO, 2005, p. 01). Esse recurso possibilita que episódios, voltados a um público alvo específico, sejam acompanhados online ou até mesmo descarregados em computadores. Entretanto, essa ferramenta digital

[...] vai além da distribuição e escuta de arquivos de áudio. Esses produtos midiáticos podem incluir também imagens e *links*. Além disso, os *podcasts* estão normalmente vinculados a um blog, onde os *podcasters* e outros interagentes podem debater cada episódio. (PRIMO, 2005, p. 4).

A partir da citação acima, observamos que o podcast apresenta o potencial de integrar diferentes mídias digitais, em alinhamento ao cenário tecnológico atual que objetiva promover aos usuários experiências que reúnem áudio, vídeo, imagem, som etc. De forma mais particular, o que se torna ainda mais fundamental para esta proposta é a possibilidade de interação com o público alvo, fomentando debates e reflexões.

Enquanto os podcasts priorizam o áudio, embora também possam dialogar com outras mídias, os vodcasts focalizam tanto o áudio quanto o vídeo, além de, igualmente, proporcionarem uma experiência multimidiática à audiência. Segundo Bilbao *et al* (2010), o *vod* significa, do inglês, vídeo sob demanda (video on demand), e trata-se da produção e da distribuição de vídeos para/na internet. Para Oliveira (2016, p. 221), os vodcasts se alinham às necessidades atuais, pois,

nos nossos dias, as tecnologias web permitem a circulação massiva de formatos audiovisuais, e cada um pode produzir, cada vez mais facilmente, um cinema pessoal e difundi-lo à escala mundial (YouTube e outras plataformas de partilha), com intenções diversas, gerando uma nova economia da imagem na sociedade do saber. (OLIVEIRA, 2016, p. 221).

Percebe-se, portanto, que essa ferramenta tem o potencial de explorar aspectos visuais quando consideramos a educação com surdos. Reitera-se que a Libras é uma língua espaço-visual, que depende das expressões corporais e faciais para significar(-se). Diante disso, os vodcasts podem se tornar um recurso fundamental quando se pensa na inclusão e na acessibilidade de alunos surdos.

Podcasts e vodcasts, assim como os blogs, podem ser utilizados como recursos pedagógicos enriquecedores à comunidade acadêmica, não apenas por resultarem em produtos com potencial educacional, mas também por propiciarem aos bolsistas experiências de reflexão, de desenvolvimento, de implementação e de avaliação de materiais com fins pedagógicos, o que fará parte de seus cotidianos enquanto futuros educadores.

Objetivos

- Abordar questões ligadas ao fazer tecnológico assistivo destinado ao ensino de línguas à comunidade surda, analisando vídeos instrucionais em Libras já existentes e definindo critérios para roteirização e editoração de vídeos em Libras
- Estabelecer metodologias inovadoras de ensino através da produção de vídeos instrucionais em Libras, que auxiliem os discentes surdos a desenvolver o seu letramento por meio da produção de Objetos de Aprendizagem de Línguas (OALs), especificamente, vídeos em Libras.
- Desenvolver estratégias inovadoras de ensino, tal como o desenvolvimento de atividades didáticas em ambientes virtuais variados (redes sociais).

Metodologia

Em relação ao escopo metodológico, o projeto propôs a criação de recursos e metodologias de caráter inovador e experimental visando às necessidades linguísticas da comunidade surda. Sobre a produção de vídeos em Libras, destacam-se normas que orientaram tal produção. Em norma vigente desde 2005, e revista em 2016, a Norma Brasileira de Acessibilidade em comunicação na televisão, a ABNT – NBR 15290, arrazoia sobre as regras de acessibilidade em comunicação na televisão brasileira, entre elas, a janela de Libras – entendida como “Espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de LIBRAS” (NBR 15290, 2005, p. 7). Em relação ao tamanho da janela, diz-se que “a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor; b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor” (NBR 15290, 2005, p. 9). No entanto, a proposta deste projeto é produzir vídeos em Libras e não com janelas em Libras. Dito de outra forma, produzir vídeos em Libras e não somente possibilitar a acessibilidade de vídeos produzidos em língua portuguesa acrescidos de janela de Libras. Outrossim, buscou-se produzir de vídeos para uso do professor em sala de aula da educação básica. Ou seja, “[...] os vídeos produzidos não trazem, em seu cerne, a proposta de vídeo-aula, ou seja, não são vídeos para estudo independente” (LEBEDEFF, *et al.*, 2018, p. 197). Portanto, tais vídeos foram aventados como um Objeto de Aprendizagem (AO) ou ainda um Objeto de Aprendizagem de Línguas (OAL). Seguindo a proposta evidenciada por Ledebeff *et al.* (2018), os vídeos que foram produzidos e editados pelos graduandos podem ser considerados OALs, uma vez que são, conforme Lima, Falkembach e Tarouco (2014, p. 433),

[...] unidades formadas por um conteúdo didático como: um vídeo, uma animação, um texto; uma gravação ou uma imagem, e podem ainda ser formados por uma unidade, que agregada à outra, forma um novo objeto, ou seja: objeto de aprendizagem é qualquer material digital com fins educacionais.

1471



Por sua vez, a finalidade do OAL, para Lebedeff, seria “facilitar a integração das competências gramatical, sociolinguística e estratégica” e “[...] deve proporcionar oportunidades de interação em situações reais e significativas de comunicação” (LEBEDEFF, 2017, p. 133-134).

A referida autora também elenca características dos AOL, das quais podemos citar algumas: a) reusabilidade - reutilizável diversas vezes em diversos ambientes de aprendizagem; b) adaptabilidade: adaptável a qualquer ambiente de ensino; c) granularidade: conteúdo em pedaços, para facilitar sua reusabilidade; d) acessibilidade: acessível facilmente via internet para ser usado em diferentes locais; e) durabilidade: possibilidade de continuar a ser usado, independente da mudança de tecnologia; f) portabilidade - um objeto de aprendizagem deve ser compatível em diversas plataformas (LEBEDEFF, 2017).

Considerando tais características, os vídeos já produzidos por este projeto precisaram seguir algumas orientações. Sobre a velocidade de sinalização da Libras, foi necessário apresentar uma velocidade que requeria conhecimento prévio dessa língua de sinais para aquela série indicada. Relativamente à duração dos vídeos, Lebedeff *et al* (2018) afirmam que vídeos longos para iniciantes podem perder o foco da proposta ou de interesse do aluno. Os vídeos devem ter, aproximadamente, dois minutos de duração.

Outra parte importante deste processo diz respeito à roteirização do vídeo. Lebedeff *et al* (2018) indicam a elaboração de uma *storyline*, isto é, uma breve ideia do roteiro com cinco linhas. Os roteiros para o projeto também foram realizados pelos bolsistas do curso de Letras a partir das habilidades comunicativas utilizadas pela comunidade surda brasileira que trazem uma proposta de Ensino Comunicativo de Línguas. Destaca-se que “no caso da Libras, [devem ser] inseridas estratégias culturais de comunicação entre surdos e, devido à ausência de som, os ambientes são contextualizados em diversos planos” (LEBEDEFF *et al*, 2018 p. 197).

Para a produção dos vídeos, ainda foi importante considerar os planos de enquadramento, ou melhor, a seleção de determinada parte do cenário para aparecer na tela. Castro (2012) defende que, em alguns planos de enquadramento, “as semelhanças imagéticas que produzem tanto em linguagem cinematográfica quanto em língua de sinais” (p.42) devam ser esmiuçadas, visto sua relevância para a “produção videográfica específica para livros digitais em LIBRAS” (p. 40). Por sua parte, Lebedeff (2017), ao examinar os planos de enquadramento para vídeos para o ensino de Libras, diz-nos que “[a] ausência de trocas de planos deixa o vídeo entediante, mas, o excesso pode deixar o espectador tonto, tendo em vista que as Línguas de Sinais exigem atenção visual diferenciada” (p. 139).

Assim, o uso de diferentes planos de filmagem pode ajudar vídeos em línguas de sinais. O plano americano (enquadra a pessoa acima do joelho) pode funcionar para uma perspectiva mais geral da produção e o meio primeiro plano, por seu turno, (a pessoa da cintura para cima) é ideal para a soletração e atenção na configuração de mão. Para Lebedeff (2017), a mudança de plano promoveria mais dinamicidade aos vídeos em Libras.

Para os suportes videográficos, listam-se os principais itens utilizados: câmeras de celular, webcam, câmeras digitais e câmera semiprofissional ou profissional, a depender do equipamento disponibilizado pela instituição. Além desses recursos, houve a realização de pesquisa de cunho lexicográfico, pela busca de vocabulário para produção dos vídeos. Após o processo de gravação, iniciou-se o processo de edição, que contou com diferentes aplicativos/programas, como Adobe Premiere Clip, Splice, Estúdio Stop Motion, Vídeo cut, entre outros. Essa etapa prescinde de ações relacionadas ao corte de cena e mudança do enquadramento.

A criação dos vídeos instrucionais seguiu a seguinte ordem: a) elaboração e roteirização do conteúdo; b) tradução (glosa) do conteúdo para a Libras de modo a tornar o material acessível ao surdo; c) preparação de material guia para nortear a sinalização durante as gravações; d) gravação de todo o conteúdo produzido em vídeo com tradução em Libras; e) produção de vinhetas de abertura e de fechamento; f) edição dos vídeos com sincronização de imagens e legenda, finalizando a produção; g) criação de QR Code que permite acesso ao conteúdo do vídeo em Libras.

Em relação aos modos e meios de divulgação do conhecimento produzido, a proposta central das publicações nas redes sociais foi proporcionar um espaço virtual em que os professores de Língua Portuguesa, graduandos do curso de Letras e pessoas interessadas pela área pudessem ter acesso a notícias sobre o projeto, assim como outras informações, tais como: eventos sobre a temática, sugestão de livros, divulgação da Libras e da educação de surdos, entrevistas com profissionais que tenham experiência na área, palestras, disponibilização de materiais didáticos, divulgação de pesquisas, relatos de experiências de especialistas na área, dentre outros.

Vale registrar que as postagens foram publicadas periodicamente no blog, seguindo a proposta de indicações de livros sobre o ensino de língua portuguesa para surdos; postagem sobre pesquisas na área e/ou novas tecnologias; postagem de filmes e documentários sobre o mundo surdo. Além dessas postagens, a divulgação de eventos, como palestras, congressos e oficinas – internas ou externas –, ligadas à área foi postada assim que se aproximavam suas datas. Isso aconteceu de forma sistemática, ou seja, pré-organizada, de modo que os interlocutores digitais pudessem estar sempre atentos e informados sobre os eventos que ocorrem sobre a área da educação de surdos.

Uma vantagem das redes sociais é a possibilidade de gerenciá-las, uma vez que mostram estatísticas sobre quantidades de postagens, visualizações e comentários. Assim, elas se configuram como um espaço de troca de informações, porque permitem o gerenciamento de conteúdo e participação ativa de leitores na criação e na atualização de um espaço virtual.

Especificamente, em relação ao Facebook e ao Instagram, pode-se dizer que o objetivo das páginas é divulgar notícias e estudos ligados à área de educação de surdos, entrevista com profissionais da área, artigos produzidos pelas integrantes, eventos organizados pelo projeto, entre outros. De acordo com o próprio site Facebook, todo usuário cadastrado nessa rede pode criar e gerenciar diversas Páginas. Estas devem oferecer ferramentas exclusivas para conectar

1473

pessoas a assuntos que lhes interessam, como negócios, marcas, organizações ou celebridades. De tal modo, basta que o usuário clique no botão “curtir” de uma página sobre um assunto de seu interesse para ver em seu *feed* de notícias e as atualizações da mesma.

A elaboração de páginas mostra-se um dispositivo interessante para a divulgação do projeto, pois o Facebook e o Instagram fornecem diversas ferramentas de gerenciamento para o usuário criador. No Facebook, podemos destacar quatro itens - recursos para a construção da Página, Atividade, Informações e Opções de configurações. Em relação aos recursos oferecidos pelo Facebook, as Páginas se estruturam a partir de uma linha do tempo principal, na qual podem ser publicados textos, vídeos, notícias, imagens, entre outros. Esse recurso é fundamental para a comunicação com as integrantes do projeto, pois qualquer usuário do Facebook, que estiver interessado em saber mais informações sobre a pesquisa em questão, pode enviar mensagens privadas.

Quanto ao Instagram, embora similar ao Facebook, o que se privilegia é o uso de imagens, explorando o aspecto visual da página com fotos e vídeos. A experiência do usuário é particularizada com conteúdos similares àqueles das páginas curtidas. Além disso, o Facebook e o Instagram permitem que o mesmo Story, curto vídeo compartilhado ou produzido pelo usuário, seja compartilhado em ambas as plataformas, sinalizando a possibilidade de intercâmbio entre ambas as redes sociais.

Também foram realizadas produção de podcast e vodcast acessíveis, denominados “Desconstruindo muros”, que segue as seguintes etapas: 1) configuração da identidade visual (capa dos episódios) com acessibilidade; 2) escolha da plataforma Spotify – podcast com vídeo (<https://anchor.fm/>); 3) lista de temas a serem abordados; 4) lista de potenciais convidados; 5) elaboração de roteiro/pauta; 6) entrevista direto com o entrevistado presencial ou remotamente 7) alimentação da nuvem para equipe realizar cortes, equalização e transcrição; 8) entrega do material finalizado e transcrito às tradutoras para elaboração das glosas que é um trabalho mais individual/pessoal, pois, "é na atividade de tradução que o profissional tradutor, possuidor do jogo de ferramentas denominado língua, monta-a , desmonta- e remonta-nos a atividades da própria língua" (SILVA; ALBRES; RUSSO, 2016, p. 11); 9) elaboração das glosas 10) confecção do material guia (que a depender do tradutor pode ser por gravação da própria voz ou de vídeo de autoria própria em Língua de Sinais); 10) gravação, edição e publicação; 11) *design*; 12) *Upload* nas plataformas. Em todas as etapas houve prazos estipulados previamente com toda a equipe, havendo ainda, reuniões semanais para acompanhamento e desenvolvimento do trabalho em curso e projeção de futuras entrevistas. Pretendia-se produzir 10 episódios ao longo da vigência do projeto.

1474

Resultados obtidos

Dentre os resultados alcançados, são destacados: 1) sensibilização sobre a cultura surda e modos de aprender diferenciados; 2) criação de espaços de convívio entre professores da educação básica e graduandos por meio digital; 3) construção conjunta de estratégias baseadas em



metodologia visual; 5) criação de formas de intercâmbio entre a universidade e escolas de educação básica, no que se refere, sobretudo, ao ensino de línguas para alunos surdos.

A respeito da produção de vídeos instrucionais postados em plataforma de compartilhamento, que totalizaram 80 vídeos, com aproximadamente dois minutos de duração, os conteúdos introdutórios presentes em cada capítulo do material didático (intitulado “Construindo juntos - uma aventura de leitura e escrita: proposta bilíngue para alunos surdos”) são apresentados de forma objetiva e direta.

Foram ofertadas, em 2023, duas oficinas de introdução à Libras para, prioritariamente, os alunos de graduação, que ocorreram nos dias 04 de julho e 19 de setembro. Cada oficina teve duração de duas horas e contou, em média, com 45 participantes. A respeito da última oficina, foi feita uma cobertura jornalística elaborada pela estudante Ana Cândida (Jornalismo UERJ). A reportagem pode ser acessada no link: <https://leduerj2023.wixsite.com/led-uerj/post/instituto-de-letras-promove-oficina-de-libras>. Relativo à produção do podcast intitulado “Desconstruindo muros, um podcast acessível”, inicialmente foram realizadas discussões sobre a temática abordada e possíveis entrevistados junto aos bolsistas do Instituto de Artes (UERJ). Até o momento, 10 entrevistas foram geradas, nelas os convidados relataram sua trajetória de vida e de trabalho. Após essa etapa, passou-se a edição do áudio. Posteriormente, mais uma vez, contou-se com a interpretação em Libras e de gravação de vídeo.

Cabe frisar que os vídeos em libras interpretam as entrevistas postadas na plataforma de áudio (Spotify). Por fim, as edições dos áudios e dos vídeos em Libras foram encaminhadas aos telespectadores por meio das mídias sociais do projeto. Três edições já estão no ar: “Cegueira e ensino com a professora Aida Guerreiro”; “Educação de surdos em Angola, com o professor Simão Dombaxi”; “Docência e cegueira: vivências coletivas, com a professora Ana Cristina Prado”. Cabe anotar que o lançamento do podcast ocorreu no mês de setembro de 2022, contando com um evento acadêmico para tal finalidade. Os episódios do podcast encontram-se disponíveis no Spotify (“Desconstruindo Muros” - <https://open.spotify.com/show/2o8rfC0afXWCTaYR5eBubZ?si=84b03504f24141a9>) e no YouTube (“Desconstruindo Muros” - <https://www.youtube.com/@desconstruindomuros5809>) e informações sobre a produção dos episódios podem ser encontradas no Instagram através do perfil “Podcast Desconstruindo Muros” (<https://www.instagram.com/podesconstruindo/>).

Houve a divulgação de resultados em meios eletrônicos de forma online, como nas redes sociais do projeto e também em congressos e seminários. Um relevante evento ocorreu na própria Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tratou-se da “32ª UERJ SEM MURO”, realizada no período de 25 a 29 de setembro de 2023.

Vale frisar que, no ano de 2023, houve um aumento de 40% de seguidores na conta profissional do projeto no Instagram, partindo de 501 seguidores para 777, um alcance de 1282 de contas, o que resultou em 1012 visitas até o mês de outubro. A seguir, são inseridas algumas métricas das redes sociais.

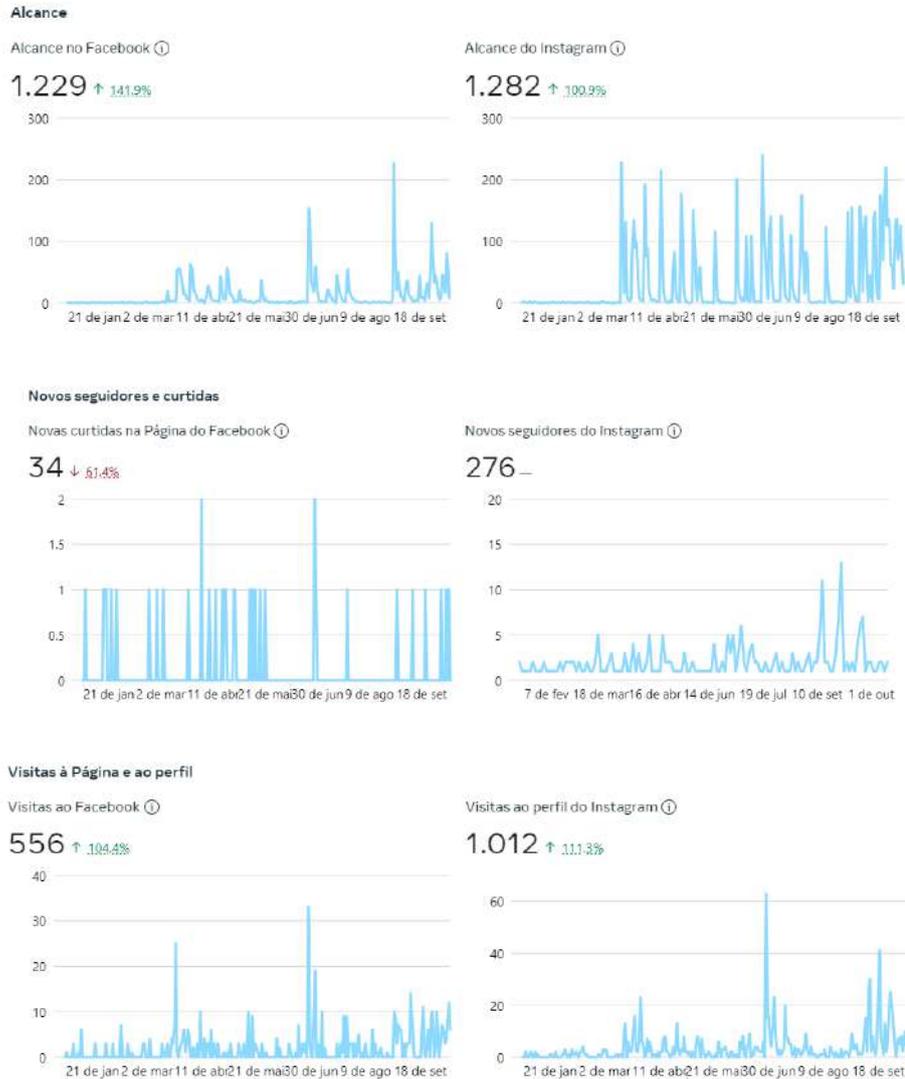
1475



2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Imagem 1 – Alcance Facebook e Instagram



1476

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

No blog, em média foram feitas 97 visitas semanais, resultando em 4232 visitas totais do ano de 2023.

Imagem 2 – Alcance do Blog



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

1477

Afirma-se que o projeto de extensão, com seus resultados, contribuiu na relação entre a universidade e a sociedade. Por seu viés social, as ações extensionistas propiciaram o contato com surdos, produzindo sentimento de acolhimento e de respeito à diversidade linguística. Finalmente, também foi possível que os resultados alcançados estivessem em consonância com a Agenda 30 da ONU, especificamente, com o objeto n°4, que busca assegurar a educação inclusiva.

Conclusão

Pretendeu-se que o projeto suscitasse a discussão e a construção de conhecimento sobre tecnologias assistivas e metodologias inovadoras para o ensino de línguas para surdos. A partir desse direcionamento, o projeto desenvolveu atividades que implicaram em ações inclusivas para a comunidade de alunos surdos e também ofereceu capacitação, tanto em formação inicial quanto continuada, para professores de línguas. Por conseguinte, o projeto propiciou um ambiente de formação, de troca de experiências e de desenvolvimento e de experimentação de práticas de Objetos de Aprendizagem de Línguas (OALs).



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

O projeto também teve como proposta propor novas práticas que possibilitassem uma transformação do processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo pela utilização de novas tecnologias digitais. As ações desenvolvidas ao longo do ano de 2023 foram ao encontro dos pilares da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão da nossa instituição de ensino superior. Como base de atuação no ensino, o projeto envolve os alunos de graduação, oferecendo oficinas de produção de materiais didáticos, atividades que poderão ser complementares à sua formação inicial. No que se refere à pesquisa, o projeto oferece aperfeiçoamento acadêmico, através de orientação de bolsistas de graduação e auxílio a alunos de pós-graduação, visto que também poderá servir de campo de investigação a esses alunos. Indubitavelmente, muitos graduandos ainda não possuem contato com a realidade do ensino de línguas para surdos que os possibilitem lidar com tais alunos, com suas particularidades no processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, lidar com aspectos que dizem respeito à cultura surda. Assim sendo, a elaboração de vídeos em Libras como Objeto de aprendizagem de Línguas, como já apresentado, e a criação de ferramentas virtuais como o *Blog* e demais páginas de redes sociais, como Facebook e Instagram, permitiram que um público maior e externo à universidade tivesse acesso às pesquisas pertinentes à comunidade surda, o que representou um ganho ao projeto.

Por fim, cabe registrar que o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias assistivas, como a elaboração de produtos que garantam autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão dos alunos surdos, devem ser tomados como conhecimento a ser produzidos no interior dos cursos de Letras. Logo, graduandos de Letras podem e devem ter acesso a esse tipo de produção tecnológica de vídeos, a partir de características dos Objetos de Aprendizagem de Línguas (OAL), o que pode contribuir para a qualificação da formação de recursos humanos, no caso, de professores de línguas.

1478

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15290: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005.

AQUINO, M. C. Os blogs na web 2.0: representação e recuperação coletivas de informação. In: AMARAL, A.; *et al* (Orgs.) *Blogs.Com: estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo: Momento Editorial, 2009. p. 27-53.

BILBAO, J. *et al*. Use of vodcasting in higher education to improve student learning. *WSEAS Transactions on Mathematics*, v. 9, n. 2, p. 100-109, 2010.



BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 Diário Oficial da União Brasília, DF, Seção 1, p. 28, dezembro 2005.

CARMO, J. F.. Apontamentos para a utilização do Facebook como ferramenta acadêmica no Curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da Universidade do Estado da Bahia. ANAIS DO II ECOVALE, v. 1, nº 1, 2011.

CASTRO, N. P. *A tradução de fábulas seguindo aspectos imagéticos da linguagem cinematográfica e da língua de sinais*. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC: 2012.

LEBEDEFF, T. B. Vídeos como objetos de aprendizagem para o ensino de línguas: uma discussão na perspectiva de aprendiz de Língua de Sinais Britânica. *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*, v. 21, p. 129-143, 2017.

LEBEDEFF, T. B.; *et al.* Produção de vídeos para o ensino de Libras: Projeto Obalibras. In: VIERA-MACHADO, L. M. C.; BARBOZA, F V.; MARTINS, V. R. O. (Org.). *Pesquisas em educação de surdos, tradução, interpretação e linguística de línguas de sinais: tecendo redes de amizade e problematizando as questões do nosso tempo*. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018, p. 189-197.

LEBEDEFF, T. B.; FACCHINELLO, B. Vamos fazer um filme?! Uma experiência de ensino de línguas baseado em tarefas para aprender Libras. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 1, p. 274-289, 2018.

LIMA, P. R. B.; FALKEMBACH, G. A. M.; TAROUÇO, L. M. R. Objetos de aprendizagem no contexto de M-Learning. In: TAROUÇO, L. M. R.; ÁVILA, B. G.; SANTOS, E. F.; BEZ, M. R.; COSTA, V. M. (Org.). *Objetos de Aprendizagem: teoria e prática*. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2014, p. 431-447.

OLIVEIRA, L. R. Vodcasting, quando os estudantes se apresentam. *Ação Midiática—Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 2, n. 12, p. 217-233, 2016.

PRIMO, A. F. T. Para além da emissão sonora: as interações no podcasting. *Intexto: revista do mestrado da comunicação UFRGS*. v. 2, n. 12 jul./dez. 2005, p. 1-23, 2005.

1479

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



ROMÃO, L. S. Na teia eletrônica, fragmentos da memória. In: MORELLO, R. (org.) Giros na cidade: materialidade do espaço. Campinas, SP: LABEURB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.

SILVA, A. A.; *et al.* (Orgs.). *Diálogos em estudos da tradução e interpretação de línguas de sinais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. *Das redes sociais à inovação*. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/agosto 2005.

1480



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ESTUDO DO PERFIL DE TUTORES E ANIMAIS DE CAMPANHAS DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS EM CAMPINAS-SWIFT, E A CORRELAÇÃO COM AS MEDIDAS DE CONTROLE DE ZONOSSES, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E BEM-ESTAR ANIMAL

Verônica Giopatto Catalani¹
Catarina Dias Lima²
Maurício Franco Zanette³
Fernando Lucas Maschio Ferreira⁴
Cláudia Kiyomi Minazaki⁵

Introdução

O crescimento desordenado das cidades e o descontrole na multiplicação da população de cães e gatos, com a presença de animais errantes, tem sido considerado um problema de saúde pública animais devido ao risco das zoonoses (ARRUDA et al., 2019, p. 233). Muitos países da América Latina não tem uma política nacional para o manejo da população de cães e gatos, no Brasil há estados e cidades que realizam ações voltadas para o controle populacional de animais. Atualmente a superpopulação de cães e gatos errantes é considerado um problema de saúde pública mundial, com correlação direta com o bem-estar animal, pois o uso de alternativas como a captura, extermínio e a utilização de métodos anticoncepcionais já levaram a diversos efeitos colaterais (BRITO, 2016, p.15). Na maior parte dos municípios brasileiros há uma superpopulação de cães e gatos não domiciliados que trazem diversos problemas como a disseminação de zoonoses, acidentes automobilísticos, além dos próprios animais sofrerem com

1481

¹ Graduanda do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Paulista- Campinas- SWIFT- e-mail: veronicag.catalani@gmail.com

² Graduanda do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Paulista- Campinas- SWIFT- e-mail: catarina.diaslima@gmail.com

³ Médico Veterinário da Clínica Veterinária do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Paulista- Campinas- SWIFT- e-mail: zanettem@gmail.com

⁴ Médico Veterinário da Clínica Veterinária e Docente do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Paulista- Campinas- SWIFT- e-mail: eumaschio@gmail.com

⁵ Docente Titular do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Paulista- Campinas- SWIFT- e-mail: claudia.minazaki@docente.unip.br



doenças infecto contagiosas, maus-tratos, enfermidades do trato reprodutor e neoplasias (MOUTINHO; NASCIMENTO; PAIXÃO, 2015, p.574)

A saúde única integra uma visão da saúde pública em conjunto com a saúde animal, possibilitando que as ações voltadas para o controle da população de cães e gatos, associadas com campanhas de educação em saúde levem ao controle de zoonoses. O médico veterinário tem papel essencial nas campanhas de educação em saúde, na promoção da saúde nas comunidades e no bem-estar animal. A saúde pública animal tem uma correlação direta com a guarda responsável e a prevenção de doenças. A Organização Mundial de Saúde (OMS) indica a esterilização cirúrgica e campanhas educativas para a resolução do problema dos animais errantes e os agravos decorrentes. O procedimento cirúrgico é eficiente e seguro, possibilitando o controle populacional após sua realização, juntamente com a orientação dos tutores para a manutenção da saúde e qualidade de vida dos animais (BRITO, 2016, p. 21,22).

Os programas de controle animal são importantes e devem ter um planeamento prévio considerando o estudo prévio da situação da região, ações preventivas, de controle, monitoramento e avaliação. As Organizações não governamentais (ONGs) ao longo do tempo, tem desempenhado um importante papel no controle populacional de cães e gatos, principalmente discutindo sobre o controle ético destes animais. As campanhas educativas devem garantir um conhecimento efetivo, permitindo mudanças de comportamentos e hábitos de vida, sendo um dos pilares para a promoção da saúde dos animais e da população, objetivando a prevenção ao invés do tratamento das doenças. Desta maneira o médico veterinário tem um papel fundamental nas campanhas de educação em saúde, instruindo a população sobre os cuidados e prevenção de doenças dos animais. A Medicina Veterinária do Coletivo (MVC), atualmente tem trabalhado com a saúde de animais em situação de risco e necessitam trazer relacionadas ao bem-estar animal, considerando os aspectos econômicos e práticos (BRITO, 2016, p.22). Muitos dos animais são semi-domiciliados ou não domiciliados e correm um risco a sua integridade física, tanto pela falta de abrigo, escassez de comida das ruas, quanto aos maus-tratos e os riscos de acidentes automobilísticos (MOUTINHO; NASCIMENTO, PAIXÃO, 2015, p.575)

1482

Manejo reprodutivo populacional

As estratégias que visam prevenir o abandono animal promovendo a guarda responsável, o bem-estar animal, a promoção da saúde da comunidade e o equilíbrio ambiental possibilitam o manejo reprodutivo da população de cães e gatos. As ações devem ser complementares, com uma abordagem de fácil entendimento pela população levando a mudanças de comportamento. Considerando que cães e gatos tem um potencial reprodutivo alto, a ausência de políticas públicas de controle animal sem uma guarda responsável representam um problema. As medidas de controle reprodutivo pela intervenção cirúrgica e ações voltadas para a guarda responsável



tendem a levar a resultados satisfatórios a médio e longo prazo reduzindo ou estabilizando a população canina (BRITO, 2016, p.22). As doenças mais comuns em fêmeas não castradas são: neoplasias mamárias, piometra, cisto ovariano. Já em machos não castrados as principais são: hiperplasia prostática benigna, neoplasia de testículo, hérnia perineal. As neoplasias mamárias são hormônios-dependentes e poderiam ser evitadas em grande parte dos casos quando a OSH (ovariosalpingohisterectomia) é realizada nas fêmeas no seu primeiro ano de vida ou antes de seu primeiro cio. São as mais frequentes em cadelas e a terceira mais prevalente em gatas, a faixa etária de maior ocorrência é de 8 a 14 anos, tanto em cadelas como em gatas (CALDAS *et al.*, 2016, p.82). A piometra é uma infecção uterina que é caracterizada pela presença de pus no lúmen uterino, sendo mais comum no período de diestro, mas podendo ocorrer em qualquer fase do ciclo estral. Essa infecção ocorre pois o útero, durante o ciclo estral fica mais vulnerável e ocorre a multiplicação exagerada de bactérias da sua própria microbiota. (DE OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 2). Os cistos ovarianos são comumente encontrados em cadelas, vacas e porcas, podendo ser único ou múltiplo, em um ou ambos os ovários, e apresenta secreção fluida no interior (MACHADO *et al.*, 2022, p.2).

Em machos a hiperplasia prostática benigna (HPB) é caracterizada pelo crescimento não canceroso da próstata e é uma doença andrógeno-dependente, que pode causar no animal sinais clínicos relacionados a compressão da uretra e cólon, como a disúria e o tenesmo. Geralmente acomete cães de meia-idade não castrados. Dessa forma, a realização da orquiectomia (OQ) bilateral é a forma de tratamento mais recomendada por se tratar de uma patologia hormônio-dependente (LOURENÇO; SERVIO, 2023, p. 3163). A neoplasia de testículo assim como a hiperplasia prostática benigna é uma patologia hormônio-dependente e por isso, o tratamento e a prevenção mais recomendados é a realização da orquiectomia (OQ). A hérnia perineal (HP) ocorre da fragilidade dos músculos do diafragma pélvico, levando ao deslocamento da bexiga e próstata, sendo normalmente descrita em cães machos e não castrados e idosos. Os sinais clínicos são semelhantes ao da HPB. Em todos os casos, a orquiectomia precoce pode evitar o surgimento de complicações prostáticas em animais com idade mais avançada (QUEIROZ, 2021, p.81).

Devido a importância do assunto, este estudo abordou aspectos relacionados ao perfil de tutores e animais de campanhas de controle populacional de cães e gatos, e a correlação com as medidas de controle de zoonoses, vigilância epidemiológica e bem-estar animal.

Objetivos gerais

- Estabelecer perfil dos tutores de animais atendidos na clínica veterinária da UNIP-Campinas- SWIFT em relação aos cuidados dos animais.
- Subdividir dados para estabelecer os principais tópicos para abordagens em campanhas de educação em saúde visando os cuidados com os animais.

1483



Material e métodos

O projeto foi submetido para a apreciação do comitê de ética em pesquisa humana (CEP) e animal (CEUA). Foi aprovado no CEP com o CAAE 62756722.0.0000.5512, e parecer número 5.675.397, e sob o CEUA nº 1785300822, conforme consta nos anexos 1 e 2 respectivamente.

Sujeito da pesquisa

Coleta de dados de tutores e animais

Foi realizada uma coleta de dados totalizando 30 cães (8 machos e 22 fêmeas) e 20 gatos (9 machos e 11 fêmeas) por questionários respondidos pelos tutores dos animais atendidos na clínica veterinária da UNIP-Campinas- SWIFT, em ações para controle reprodutivo (castração) de cães e gatos. Os tutores dos animais responderam a um questionário contendo 17 questões fechadas e justificativas, conforme abaixo:

Questionário

Nome do tutor: _____

Idade: _____ Profissão: _____

É criador de animais ou de ONG de proteção?

() não () sim- qual? _____

Contato (se quiser deixar): celular: () _____

1 – Quantos animais você possui?

Cão: _____ Gato: _____

Outros: _____(quais? _____)

2 – Qual a espécie?

() Canina (cão)– quantidade _____

() Felina (gato) - quantidade _____

3 – Qual o sexo?

() Macho – quantidade _____

() Fêmea -quantidade _____

4 – Especificar o sexo e a idade do(s) seu(s) animal(is).

(Exemplo: cão: 1 fêmea de 3 anos; 1 macho de 1 ano)

cão _____

gato _____

1484

5 – Há outros animais seus que já são castrados?

Não

Sim – se sim, quantos? Qual a espécie e sexo? (exemplo: 1 gato fêmea)

6 – Seu animal já cruzou e/ou teve cria?

Não Não sei

Sim – se sim, quantas crias ou cruzamentos? Qual a idade em que teve a cria?

7 – Seu animal já fez uso de medicamentos anticoncepcionais (vacina anti-cio) ou após o cruzamento para não ter cria?

Não

Sim- se sim, quantas vezes? O resultado foi satisfatório?

8 – Algum dos animais que está castrando já teve pseudociese (gravidez psicológica) ou alguma doença reprodutiva?

Não

Sim- se sim, qual a doença, espécie do animal e idade _____

9- Seu animal é vacinado?

Não Sim – quais vacinas? _____

10 – Com qual frequência você o vacina?

Nunca vacinei Apenas quando filhote Anualmente

11- O seu animal é vermifugado?

Não Sim – quando vermifugou? _____

12 – Você leva seu animal ao veterinário com que frequência?

Pelo menos 1 vez ao ano Pelo menos 2 vezes ao ano

3 ou mais vezes ao ano Somente quando está doente

13 – Sabe se seu animal possui alguma doença pré-existente?

Sim. Qual? _____

Não

14- O seu animal é criado: dentro de casa fora de casa

15- O seu animal passeia na rua? não sim

16- Alimentação do animal:

só ração ração e comida caseira – qual?: _____

só comida caseira- qual? _____

17 – Assinale a alternativa que para você representa a importância da castração para cães e gatos (pode assinalar mais de uma):

() controle populacional () controle de doenças () bem estar animal
() outros- especifique: _____

*Por gentileza responder as perguntas que você se sinta confortável
Agradecemos a participação!

Animais selecionados para castração:

Foram acompanhados os prontuários dos animais 30 cães (8 machos e 22 fêmeas) e 20 gatos (9 machos e 11 fêmeas) que foram atendidos na clínica veterinária da UNIP-Campinas SWIFT, e que foram liberados para o procedimento da castração no exame pré cirúrgico (antes da cirurgia de castração). Os prontuários os animais selecionados possibilitou o acesso aos dados anamnese e exame clínico detalhado no animal (aferição de frequência cardíaca, frequência respiratória, temperatura retal, mucosas ocular, oral e vulvar/peniana, hidratação, estado geral).

- Animais aptos para castração: acompanhamento em relação à alimentação, vermifugação, higienização, importância do jejum prévio de 12 horas antes da cirurgia para alimentos sólidos e 6 horas para líquido.
- Animais não aptos (doentes, no cio, com suspeita de gestação, com tumor venéreo transmissível, ou outra doença): serão descartados do estudo
-

1486

Acompanhamento da recuperação dos animais

- Foram respondidos questionários de tutores de um total de 30 cães (8 machos e 22 fêmeas) e 20 gatos (9 machos e 11 fêmeas) referente a recuperação do animal no pós cirúrgico contendo informações sobre: a) estado geral do animal; b) cicatrização da ferida cirúrgica; c) presença de sinais clínicos; d) alimentação.
- Os tutores foram instruídos, no momento da entrega dos animais, em relação aos cuidados com o animal no pós cirúrgico. As instruções foram relacionadas ao ambiente em que o animal deveria ser colocado para recuperação da anestesia, e os cuidados com a ferida cirúrgica e medicações necessárias.

Acompanhamento do animal no retorno e após 30 dias:

- Foram avaliados prontuários de um total de 30 cães (8 machos e 22 fêmeas) e 20 gatos (9 machos e 11 fêmeas), em relação ao exame clínico (e recuperação) do animal no retorno para retirada dos pontos após 10 dias;



- Após 30 dias foi realizado o contato com o tutor para questionamento sobre o estado geral do animal.

Metodologia de análise dos dados

Os dados foram analisados correlacionado o perfil dos tutores e cuidados com os animais. Em relação aos animais as informações dos prontuários sobre o acompanhamento no pós-cirúrgico foram indicativas dos cuidados do tutor com o animal.

Resultados

Os resultados obtidos da análise de um total de 30 cães (8 machos e 22 fêmeas) e 20 gatos (9 machos e 11 fêmeas), a partir das respostas dos tutores ao questionário assim como no contato posteriores ao procedimento cirúrgico. Em todos os cães e gatos notou-se uma cicatrização normal após o procedimento da castração.

Em relação à avaliação do comportamento do animal (caninos e felinos) após a castração, observou-se que cerca nos cães 13% das fêmeas apresentou vômito com melhora posterior. Os cães machos apresentaram sinais diversos como 6,6% episódio de vômito com posterior melhora do quadro, 12,5% com agressividade e 12,5% com sinais de anorexia. Nas fêmeas de felinos observou-se que em 9,09% houve episódio de agressividade após a sedação, 9,09% apatia após a castração e 9,09% apresentou vômito. Nos felinos machos observamos que 11,11% ficou mais agitado no dia da cirurgia, e 11,11% puxou os pontos.

Em relação a retirada dos pontos, em fêmeas caninas o tutor retirou os pontos em 68,18% dos casos, e o restante foi retirado pelo médico veterinário. Em machos caninos em 75% dos casos os pontos foram retirados pelo tutor, em 6,66% o animal abriu os pontos. Em fêmeas felinas observou-se que o tutor retirou os pontos em 54,54% dos casos, em 36,36% os pontos foram retirados por terceiros e o restante das fêmeas os pontos foram retirados pelo médico veterinário. Em machos felinos o tutor retirou os pontos em 83,33% dos casos, e em 33,33% a retirada foi realizada por terceiros.

Na maioria das fêmeas caninas analisadas não houve complicação após o procedimento cirúrgico, e em 4,54% apresentaram secreção no local da ferida. Nos cães machos notou-se que em 6,6% do total de cães apresentou infecção no local da ferida, em 12,5% houve sangramento e aderência dos pontos na pele. Na maioria das fêmeas felinas não houve complicação pós procedimento cirúrgico, e em 9,09% notou-se inflamação no pós-operatório. Nos machos felinos em 11,11% houve inflamação no local da ferida.

1487

Conclusão

Os resultados revelaram que a maioria dos animais passou bem após o procedimento da castração, notando-se sinais comuns do retorno do procedimento anestésico e intervenção cirúrgica como vômito e a agressividade em alguns casos tanto em caninos como em felinos. O tutor realizou a retirada dos pontos na maioria dos casos em ambas as espécies e sexo. A maioria dos animais apresentou a cicatrização normal embora tenha sido notado casos de infecção, sangramento e inflamação que posteriormente melhoraram. Os cuidados pós operatórios realizados pelo tutor são essenciais para exista uma cicatrização normal e se garanta a qualidade de vida do animal. Assim, torna-se importante o acompanhamento deste momento para que se conheça os pontos de fragilidade a fim de que ações de educação em saúde possam ser tomadas antes da liberação do animal no pós cirúrgico. Os resultados mostram a importância de se atentar os tutores para possíveis sinais e sintomas que possam existir quando os animais têm alta, a fim de que se saiba o momento de se procurar auxílio do médico veterinário para evitar complicações pós cirúrgicas maiores.

Referências

ARRUDA, E.C.; NORONHA, J.; MOLENTO, C.F.M.; GARCIA, R.C.M.; OLIVEIRA, S.T. Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal. Arq. Bras. Med. Vet. Zootec. 71 (01). p.232-242. Jan-Feb. 2019.

BRITO, M. C. P. Controle Populacional e Bem-Estar de Cães e Gatos na Cidade de Cabaceiras – Paraíba. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Medicina Veterinária, pela Universidade Federal da Paraíba. 2016. 64pp.

CALDAS, S.A.; MIRANDA, I.C.; BRITO, M.F. et al. Aspectos clínico-patológicos das neoplasias mamárias em cadelas (Canis familiares). Brazilian Journal of Veterinary Medicine, v. 38, n. Supl. 2, p. 81-85, 2016.

DE OLIVEIRA, L.B.; ARAÚJO, A.M.; BRUM, V.A.; VEBER, L.S.; SALLA, P.F. Piometra em cadela: relato de caso. Anais da 17ª Mostra de Iniciação Científica Congrega- MIC-ISBN 978-65-86471-05-2, v. 17, p. 113-117, 2021.

LOURENÇO, L.B.; SERVIO, C.M.S. Hiperplasia prostática benigna associada a doença renal em um cão: relato de caso. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.9.n.05. mai. 2023.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



MACHADO, L.M.; TRINDADE, C.F.; COUTO FILHO, M.A.I.; LINS, A.C.S.; PINTO, V.S.; FREIRE, B.V.; MUBÁRAC, G.R.S. Cistos ovarianos em uma cadela da raça Maltês: relato de caso. PUBVET. v.16, n.11, a1268, p.1-5, Nov., 2022.

MOUTINHO, F.F.B.; NASCIMENTO, E.R.; PAIXÃO, R.L. Percepção da sociedade sobre a qualidade de vida e o controle populacional de cães não domiciliados. Ciência Animal Brasileira. v. 16, n. 4] , pp. 574-588. out-dez. 2015.

QUEIROZ, F. M. P. .; NOZAWA, M. H.; CHANQUETTE , M. V. M. .; BERALDO, M. R. A. . Hérnia perineal em cão: relato de caso. Revista Multidisciplinar em Saúde, v. 2, n. 3, p. 81, 2021. DOI: 10.51161/remis/1900. Disponível em: <https://editoraime.com.br/revistas/index.php/remis/article/view/1900>. Acesso em: 20 março de 2022.

1489



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

QUESTÕES RACIAIS NAS OBRAS LITERÁRIAS DE MACHADO DE ASSIS: “MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS” E “MEMORIAL DE AIRES”

Ana Júlia Neves Barbosa¹
Telma Dias Fernandes²

Introdução

O presente texto integrou um projeto de iniciação científica, cujo objetivo foi analisar, sob a perspectiva do ofício do historiador, como questões raciais aparecem em alguns textos literários brasileiros de diferentes periodizações. Foram objeto de análise obras de Machado de Assis, Lima Barreto, Rachel de Queiroz, João Cabral de Melo Neto, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Além disso, o projeto propunha identificar também o estilo literário de cada produção, os perfis das personagens negras, avaliando seu local ocupado na trama.

Toda obra literária possui marcos, registros do tempo histórico em que o(a) autor (a) vivenciou a escrita do material. Partindo desse pressuposto, a literatura serve como fonte e permite que a história faça uso de seu conteúdo e forma narrativa para análises de movimentos socioculturais especificados em cada leitura. No contexto dos escritos de Machado de Assis, dos momentos finais do século XIX e início do século XX, a análise levantada, dentro de muitas outras possíveis, é aquela que focaliza as questões raciais.

O Brasil foi o último país ocidental a abolir oficialmente a escravatura. Portanto, até o ano de 1888, as questões raciais mais latentes giravam em torno da escravização. Diante disso, as obras aqui analisadas, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Memorial de Aires*, são permeadas de discussões raciais a respeito dos escravizados e do olhar social que a escravização recebia. A pesquisa segue a linha de relação entre história, política e literatura, e como é possível pensar uma análise histórica, sobretudo quanto às questões raciais da literatura machadiana.

As principais leituras que contribuíram para o desenrolar da pesquisa foram os seguintes textos: *O Espaço Literário*, de Maurice Blanchot (2011); *Contra a Interpretação*, de Susan Sontag (2020); *Machado de Assis Historiador*, de Sidney Chalhoub (2003), e *Racismo Estrutural*, de Silvio Almeida (2021).

1490

¹ Aluna de graduação em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: ajnb@academico.ufpb.br

² Professora titular do Departamento de História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: telmadiasfernandes@gmail.com.

Objetivos gerais

Perceber e analisar nas obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Memorial de Aires* as questões raciais presentes;

Analisar historicamente as obras literárias.

Metodologia, materiais e métodos

Para o desenvolvimento da pesquisa, em um primeiro momento, objetivando estabelecer um panorama geral acerca do tema, pesquisas prévias sobre o contexto sócio-histórico de cada autor (a) selecionado (a) foram realizadas. A leitura conjunta de parte das obras dos autores com os demais integrantes desta pesquisa também ocorreu, tendo em vista a necessidade de perceber as diferentes linhas de pensamento de cada deles. Foram lidos: “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*” e “*Memorial de Aires*”, de Machado de Assis; “*Triste Fim de Policarpo Quaresma*” e “*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*”, de Lima Barreto; “*O Quinzê*” e “*Memorial de Maria Moura*”, de Rachel de Queiroz; “*O Cão Sem Plumas*” e “*Morte e Vida Severina*”, de João Cabral de Melo Neto; “*Quarto de Despejo*”, de Carolina Maria de Jesus, e “*Insubmissas Lágrimas de Mulheres*”, de Conceição Evaristo. Ao final de cada leitura, discutimos em grupo as nossas primeiras impressões.

Em uma segunda fase, também foram lidos textos e outras obras de apoio, com a finalidade de complementar a pesquisa e seu desenvolvimento, como o livro *Machado de Assis Historiador*, de Sidney Chalhoub, para uma análise de como se dá a relação de trabalho entre literatura e história; o texto *A Obra e a Comunicação*, de Maurice Blanchot, do seu livro *O espaço literário* e *Contra a Interpretação*, de Susan Sontag, para fomentar o debate a respeito da obra literária e suas formas e intenções; e *Racismo Estrutural*, de Silvio Almeida, objetivando um olhar aprofundado nas questões raciais brasileiras.

A partir de então, em um terceiro momento, encontros individuais foram realizados, com o intuito de nos aprofundarmos nas especificidades do tema de cada orientanda/o.

1491

Resultados

Memórias Póstumas de Brás Cubas

Lançado a princípio em formato de folheto no ano de 1880, e depois publicado como livro no ano seguinte (1881), *Memórias Póstumas de Brás Cubas* marcou não apenas uma nova fase na carreira literária de Machado de Assis, como também uma nova fase na literatura nacional, rompendo com a tradição e a forma de escrita linear até então encontrada nas obras nacionais românticas, a história do defunto autor inaugurou o gênero do realismo em nosso país.



O livro trata de uma figura peculiar, até então jamais pensada na literatura nacional: o narrador da obra, Brás Cubas, como mencionado anteriormente, é um defunto autor – morto, está a escrever suas memórias. E, justamente pelo fato de estar morto, não tem escrúpulos para falar aquilo que pensa. É através desse tom de *galhofa* que Machado de Assis cria a ambientação para o personagem. Cubas vai narrar sua apática vida: “Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento. [...] Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.” (ASSIS, 2014, p. 356)

Mesmo sem ser dotada de grandes eventos, a obra tona-se marcante em razão de seu estilo e de seu tom. Podemos observar uma narração da elite social brasileira do século XIX através da voz de Brás Cubas. O tempo ficcional que o livro cobre vai de 1805 até 1869, anos de nascimento e morte do defunto autor; ou seja, Machado de Assis elabora um retrato da sociedade brasileira na qual ele se inseria (1880), mas contextualiza-a, no mínimo, 20 anos antes. Assim, dotado de ironia, Machado levanta pautas raciais principalmente através do advento da escravização, ainda legalizado no período descrito.

Brás Cubas, personagem nascido na elite brasileira oitocentista, escreve reconhecendo seu lugar de privilégios dentro da sociedade – ainda que apresente uma falsa árvore genealógica, e, na ambição de seu pai em vê-lo tornar-se detentor de um futuro brilhante, podemos enxergar que sua fonte de privilégios se dá através de falsificações históricas. (CHALHOUB, 2003 p. 99). Logo no começo da obra, Brás conta que, quando criança, era conhecido por “menino diabo”:

Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza no tacho, e não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce ‘por pirraça’; e eu tinha apenas seis anos. (ASSIS, 2014, p. 62)

1492

A partir desse trecho, temos o primeiro contato direto com a confirmação de que, bem como os demais integrantes da elite do Segundo Reinado, a família Cubas, desde a infância de Brás, era escravagista. Para além disso, podemos notar também como a educação de uma criança ia se montando a partir dos pilares da escravização, ou seja, como uma criança ia aprendendo a ser escravagista, e como essa educação enviesava o tratamento desumano para com os escravizados. A criança da casa grande aprendia a se comportar dessa forma através dos mínimos inconvenientes para si: por causa de uma negação de uma colher de doce.

Com isso, Machado de Assis deixa claro e saltitante aos olhos do leitor as injustiças para com a população negra escravizada. Ele traça um diálogo que, escrito sob a perspectiva de uma elite, torna-se extremamente naturalizado para seu narrador, mas não para o leitor – especialmente para nós, leitores do século XXI. Ao lermos tais trechos, conseguimos perceber os absurdos da relação senhorial.



Em seu *Machado de Assis Historiador*, Sidney Chalhoub vai apontar questões do paternalismo como extremamente presentes na formação do pensamento político de dominação senhorial da época, e perpetuado nas *Memórias*. Isso encuba no pressuposto que Brás deixa a entender que diversos eventos e personagens se justificam apenas por seus caprichos ou necessidades. (CHALHOUB, 2003, p. 75) Com isso, podemos pontuar a relação do personagem com seus escravizados, que muitas vezes aparecem de maneira subjetiva no texto, sem uma devida citação direta da existência destes em seu lar, como observamos no trecho: “[...] lavaram-se, arearam-se, poliram-se as salas, escadas, castiçais, arandelas, as vastas mangas de vidro, todos os aparelhos do luxo clássico.” (ASSIS, *apud* CHALHOUB, 1881, p. 67). Afinal, é subliminar perceber quem realizou tais tarefas.

Para além disso, podemos observar essas mesmas relações paternalistas se desenvolvendo ainda no episódio do tacho de doce: mesmo que aqui seja explícito que uma escravizada estava a preparar o alimento, Brás descreve sua “façanha infantil” sob uma perspectiva de que ele deveria ser servido o tempo todo, e que suas ordens deveriam ser recebidas sempre, porque ele está em um nível “superior”; logo, esta seria a razão pela qual ele se comportou de tal maneira.

Sobre a naturalização desse tipo de comportamento racista, Silvio Almeida, em seu livro *Racismo Estrutural*, traz a seguinte constatação:

[...] o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. (ALMEIDA, 2021, p. 63)

1493

Ou seja, o racismo só se sustenta enquanto os sujeitos causadores acharem que é normal agir dessa forma, e que os que o sofrem aceitem também com naturalidade que esse é seu destino, que é de ordem natural do desenvolvimento humano que os não brancos sofram discriminações e violências raciais e que os brancos, por consequência, triunfem. Esse pensamento se dá através de construções sociais que reforçam estereótipos desse imaginário social idealizado pelos opressores.

Em detrimento dessa abordagem, podemos citar o caso quicá mais marcante no que diz respeito às questões raciais presentes nas *Memórias Póstumas*: o personagem Prudêncio. Este possui apenas quatro menções durante a obra inteira, sendo apresentado primeiramente logo após o caso do tacho de doce:

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo –, mas sempre obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um ‘Ai, nhonhô!’, ao que eu retorquia: ‘Cala a boca, besta!’. (ASSIS, 2014, p. 62-63)



Esse primeiro contato com o personagem é construído de maneira chocante pelo autor e faz com que sintamos, através das palavras, a brutalidade vivenciada no cotidiano do infante Prudêncio, filho de uma escravizada que habitava a casa dos Cubas.

Ademais, em uma passagem seguinte temos também o incentivo positivo de seu pai, Bento Cubas, para com esse tipo de comportamento do filho com a escravizada sem nome e Prudêncio: “[...] meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos.” (ASSIS, 2014, p. 63)

Prudêncio volta a aparecer na narrativa cerca de 50 páginas depois. Brás, então enviado à Europa a mando do pai a fim de esquecer seu romance com Marcela, retorna ao Rio de Janeiro, depois de formado em Direito, devido à morte de sua mãe. Ambos “metem-se em uma velha casa” da propriedade dos Cubas e é lá que Prudêncio conta a Brás que uma velha conhecida deste se mudou para uma casa próxima a sua e o encoraja a prestar-lhe uma visita. A conhecida em questão é a D. Eusébia, que, segundo Prudêncio, “vestiu o corpo da minha defunta senhora”. (ASSIS, 2014, p. 109)

A próxima menção ao personagem se dá após a morte do pai de Brás, quando o protagonista, sua irmã Sabina e seu marido Cotrim estão a esmiuçar a herança do velho patriarca – afinal, é deste dinheiro que ambos hão de sobreviver, como sempre sobreviveram.

[...] Por exemplo, Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...
– O boleeiro não – acudi eu –; fico com a sege e não hei de ir comprar outro.
– Bem, fico com o Paulo e o Prudêncio.
– O Prudêncio está livre.
– Livre?
– Há dois anos.
– Livre? Como seu pai arranjava estas cousas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto a prata... creio que não libertou a prata? (ASSIS, 2014, p. 150)

1494

Esta passagem torna-se de suma importância quando analisada. Primeiro, podemos retirar dela mais um exemplo da genialidade machadiana de retratar a sociedade com tons de ironia e sátira. O velho Cubas, falecido há oito dias, não seria para sua família nada mais que a fonte de sua renda. O defunto mal perecera e sua gananciosa prole já está a atacar e brigar pelo repartimento do capital que possuía.

Mais uma vez vemos a forma como os escravizados são tratados. Há dois anos Prudêncio fora liberto, e Cotrim, que frequentava a casa do sogro com bastante frequência, não notara sequer sua ausência na propriedade. Mais que isso: o jovem é comparado, com muito desdém, com o objeto (“a prata”). Machado denuncia aqui como pessoas – negras, especificamente – eram tratadas como objetos.



Agora com a notícia da liberdade de Prudêncio, tornamos a reencontrá-lo, por fim, no capítulo LXVIII, nomeado “O vergalho”. Brás está a caminhar pelas ruas quando se depara com uma cena incomum: um “preto que vergalhava outro na praça”. (ASSIS, 2014, p. 195)

- Não, perdão meu senhor; meu senhor, perdão!
- Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.
- Toma, diabo! – dizia ele –; toma mais perdão, bêbado!
- Meu senhor! – Gemia o outro.
- Cala a boca, besta! – replicava o vergalho. (ASSIS, 2014, p. 195)

Brás, e também o leitor, surpreende-se ainda mais com a cena ao determinar que o negro que está em posição de dominância, a açoitar o outro, é Prudêncio. O narrador aproxima-se e Prudêncio pede-lhe a bênção. Brás questiona se aquele negro era seu *escravo*, ao que este responde que sim.

- Fez-te alguma cousa?
- É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.
- Está bom, perdoa-lhe – disse eu.
- Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado. (ASSIS, 2014, p. 195)

Cabe aqui uma reflexão dos modos como, mesmo após o fim oficial do regime escravagista, Prudêncio ainda permanecia preso a padrões mentais e institucionais escravocratas. (ALMEIDA, 2021, p. 183) O colonialismo encontra-se tão entranhado em seu consciente, que essa é sua única forma de enxergar o mundo. Mesmo também sendo negro e também tendo passado por aquilo que ele próprio agora está propagando, não significa que ele instantaneamente perceberia e se posicionaria contra tal ato, porque essa é sua única realidade vivida. Ele, agora que se vê como um homem livre, sente-se no mesmo nível social comportamental de um senhor branco. É o que Silvio Almeida explica na passagem:

Pessoas negras, portanto, podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetidos às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que o negro e a negra internalizem a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem. (ALMEIDA, 2021, p. 68)

O próprio Brás faz comentários, ainda no mesmo capítulo, de cunho bastante psicanalíticos ao se deparar com o acontecido:



Era um modo que Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. (ASSIS, 2014, p. 196)

Por fim, citando mais uma aparição clara de demonstrações de questões raciais presentes na obra analisada, podemos dar um salto no andamento cronológico do livro para apresentar uma passagem na qual Machado escancara a forma como Cotrim, cunhado de Brás, tratava os escravizados que habitavam em sua residência:

Como era muito seco de maneiras, tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao Calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais.” (ASSIS, 2014, p. 297.)

O Calabouço aqui referido significa um forte e uma prisão erguidos pelos portugueses com o objetivo de ser destinado aos escravizados desobedientes. Mais uma vez sentimos a naturalidade com que esses eventos eram tratados pela elite brasileira do século XIX. Machado de Assis escancara o *verdadeiro Cotrim* (nome do capítulo) e seus atos de violência extrema e brutal para com aqueles que o serviam. E, sendo Brás da família do dito cujo, coube a ele tentar amenizar a situação de absurdo gritante que seu cunhado realizava: “só mandava os fujões e os perversos”, “habituara-se [...] ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria” (ASSIS, 2014, p. 297). Há aqui uma relação de causa e consequência direta entre a realidade demonstrada e a realidade que se queria demonstrar: uma visão da escravização que apaga suas perversidades e tenta colocar nas aparências públicas uma ambientação amigável, familiar e justificada do que foi a escravização no Brasil.

Machado de Assis faz galhofa da hipocrisia de Cotrim – e, por conseguinte, da sociedade em que vivia – ao escrever que:

Não era perfeito, decerto; tinha, por exemplo, o sestro de mandar para os jornais a notícia de um ou outro benefício que praticava – sestro repreensível ou não louvável, concordo; mas ele desculpava-se dizendo que as boas ações eram contagiosas, quando públicas; (ASSIS, 2014, p. 297).

1496



As boas ações públicas servem para encobrir o que está apodrecendo dentro dos lares daqueles cidadãos – um modo bastante astuto de formar uma imagem pessoal de “bondade”. As críticas tecidas e demonstradas nesta obra-prima machadiana fazem denúncia social de questões raciais observáveis não apenas de um Brasil do Segundo Reinado, mas ainda de um Brasil democrático do século XXI, e por isso a leitura crítica das *Memórias Póstumas* se faz extremamente necessária, tornando-se tão atual ainda hoje em dia.

Memorial de Aires

Em sua última obra, publicada em 1908, meses antes de seu falecimento, Machado de Assis dedica as páginas de *Memorial de Aires* para contar, através de entradas de diário (em estilo semelhante à *Memórias Póstumas*), as vivências do conselheiro José Marcondes Aires, durante o período de 1888 e 1889. Aqui, o então aposentado diplomata narra também a vida daqueles que vivem ao seu redor: o casal Dona Carmo e Aguiar, que, não tendo filhos, consideram os jovens Tristão e Fidélia como sangue de seu sangue. Através desses personagens, Machado vai abordar também questões sobre a velhice e a solidão.

Não é coincidência, no entanto, a escolha da datação aqui marcada. Afinal, 1888 foi o ano em que a Lei Áurea, a lei responsável por abolir a escravidão no Brasil, entrou em vigor. Por outro lado, isso não significa que o fato ganhe demasiada importância na narração sob ótica dos personagens. É o que podemos perceber, em um primeiro momento, na anotação do diário do Conselheiro Aires, datada de 14 de maio, meia noite, um dia após a efetivação da lei: “Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular”. (ASSIS, 2013, p. 48) Ou seja, superficialmente, os acontecimentos adjacentes à abolição se dispõem em segundo plano na narrativa.

Porém, ao longo da obra, do início até a chegada da entrada do dia 13 de maio, algumas menções breves sobre o que está por vir são feitas, de modo que, dessa forma, o autor constrói e prepara a mentalidade dos personagens para o evento da abolição, analisando suas reações. No dia 18 de fevereiro, pela primeira vez sobre o assunto, Aires escreve: “Campos disse-me hoje que o irmão lhe escrevera, em segredo, ter ouvido na roça o boato de uma lei próxima de abolição, Ele, Campos, não crê que este ministério a faça, e não se espera outro.” (ASSIS, 2013, p. 40)

Pouco depois, no dia 20 de março, continua: “Ao desembargador Campos parece que alguma coisa se fará no sentido da emancipação dos escravos – um passo adiante, ao menos. Aguiar, que estava presente, disse que nada corre na praça nem lhe chegou ao Banco do Brasil.” (ASSIS, 2013, p. 42)

Na entrada datada em 19 de abril, tomamos mais um pouco de conhecimento sobre a inclinação abolicionista que Aires possui. Neste dia, ele escreve:

1497



Lá se foi o barão com a alforria dos escravos na mala. Talvez tenha ouvido alguma coisa da resolução do governo; dizem que, abertas as Câmaras, aparecerá um projeto de lei. Venha, que é tempo. [...] Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes. (ASSIS, 2013, p. 46)

A próxima menção ao acontecimento mais importante daquele ano se dá na entrada de diário escrita em 7 de maio, quando o autor escreve, em poucas linhas, que o projeto de abolição fora apresentado este dia à Câmara: “É a abolição pura e simples. Dizem que em poucos dias será lei.” (ASSIS, 2013, p. 47)

Não podemos deixar de mencionar uma passagem que ressoa um tom extremamente pessoal do autor, Machado de Assis, neste que é seu livro caracterizado como maior detentor de escritos autobiográficos. No próprio dia 13 de maio de 1888, ainda sobre a lei, Aires começa escrevendo:

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser, propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da regente. [...] Ainda bem que acabamos com isso. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela [...]. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador [...]. (ASSIS, 2013, p. 47-48)

Ao fazer essas afirmações, notamos tanto o posicionamento de Aires, quanto o de Machado. É, portanto, através da voz do conselheiro aposentado que o escritor fala o que tem em mente, deixando seus pensamentos a respeito da questão da escravatura bastante claros. Mais que isso: Machado de Assis prova àqueles que afirmam não haver denúncia social suficiente (ou explícita) sobre pautas raciais em suas obras que, usando de bom tom satírico e irônico, usando de uma figura socialmente bem posicionada e estruturada dentro da ordem de classes, que, em sua obra, há muito além do que se vê. Levando tais aspectos em consideração, Sidney Chalhoub pontua:

[...] meu argumento é que, ao centrar suas histórias nos antagonismos entre senhores e dependentes, Machado de Assis abordava, na verdade, a lógica de dominação que era hegemônica e organizava as relações sociais do Brasil oitocentista, incluído aí o problema do controle dos trabalhadores escravos, a ‘relação produtiva da base’. Ao fazer isso, o romance machadiano produzia outro registro realista extremamente sutil e eficaz: como a ambiência social dos textos era basicamente o interior de propriedades senhoriais da Corte, não seria verossímil fundar o enredo na escravidão. [...] Ao escolher a ambiência senhorial urbana da Corte, Machado de Assis também adotou a aparência que suas personagens *procuravam ambientar* [...]. (CHALHOUB, 2003, p. 57)

Machado também elucida as reações que a abolição causou no povo. É sob perspectiva do pai de Fidélia, poderoso fazendeiro, dono de uma propriedade cheia de escravizados e vertiginosamente contrário à lei, que se faz um retrato social de como aqueles que se beneficiavam plenamente dos ofícios da escravização (ou seja, os ricos, poderosos e dominantes), sentiram-se bastante descontentes com a sanção da lei. Sobre seu pai, Fidélia comenta: “Hoje creio que está tudo acabado; a abolição fê-lo desgostoso da vida política. Já mandou dizer aos chefes conservadores daqui que não contem mais com ele para nada.” (ASSIS, 2013, 58)

A narrativa vai se desenvolvendo, e, em decorrência da ação do tempo, o pai de Fidélia acaba por falecer, o que faz com que esta herde a fazenda de Santa Pia. A moça organiza então uma viagem à Paraíba do Sul, onde se localiza a residência. Em uma anotação do dia 10 de agosto, Aires escreve:

Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda, pediram-lhe que não, que não a vendesse, ou que os trouxessem a todos consigo. [...] Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para que, e como sustentá-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde os empregar logo. (ASSIS, 2013, p. 79)

Aqui, expõe-se um dos principais problemas causados pela falta de políticas de respeito e integração social para com aqueles que foram escravizados, após sua libertação: o que fazer após adquirida a liberdade? Uma vez que a sociedade, ainda dominada por uma elite branca, não havia superado o racismo e não consentia que os libertos possuíssem acesso à educação ou ao trabalho profissionalizante, por exemplo. A lei foi omissa em relação a isso, e o fim do processo de escravização tem uma relação direta com os movimentos dos escravizados pela liberdade e de parte do movimento abolicionista. Desse modo, muitos destes viram-se em situação de maior marginalização após a libertação, pois não conseguiam empregos, e, conseqüentemente, tornavam-se pessoas sem moradia, vivendo em situações precárias.

Sobre essa permanência do racismo na sociedade, Silvio Almeida aponta que, para que isso aconteça, é necessário que haja a criação de um imaginário social em que as características biológicas e práticas sociais sejam associados naturalmente à raça, e que a sociedade seja indiferente para com as injustiças impostas. (ALMEIDA, 2021, p. 74) E é exatamente esse tipo de comportamento aqui identificado e apontado por Machado como problemático.

Assim, no enredo, com a prometida venda da fazenda, e sem uma garantia real de trabalho, os libertos começaram a abandoná-la – e só mudam de ideia a pedido da moça.

No entanto, estamos agora no ano de 1889, e Fidélia e Tristão, agora noivos, encontram dificuldades para efetivar a venda da propriedade. É aí então que o rapaz tem a ideia de doar as terras para os libertos. Em uma entrada de 15 de abril, Aires escreve: “Uma vez que os libertos

conservam a enxada por amor da sinhá-moça, que impedia que ela pegasse da fazenda e a desse aos seus cativos antigos? Eles que a trabalhem para si.” (ASSIS, 2013, p. 159)

E assim sucede. Santa Pia, em 28 de abril daquele mesmo ano, é entregue aos libertos por Fidélia, sob orientação de Tristão. No entanto, o que era para ser um ato de generosidade e compaixão, mostra-se ser, sob olhar do narrador Aires, e, conseqüentemente, de Machado, na verdade, uma ação extremamente infortuna e cruel para com estes, afinal, agora estarão jogados à própria sorte.

Conclusão

Desse modo, levando em consideração os textos literários usados como base para a análise (“Memórias Póstumas de Brás Cubas”, publicado como livro em 1881, e “Memorial de Aires”, de 1908, porém que se passa durante os anos fundamentais e centrais da abolição: 1888 e 1889), buscamos compreender de que modo as questões raciais de cada época em sociedades diferentes eram abordadas através do olhar do autor – nesse caso, como a sociedade elitista, patriarcal e senhorial de um Brasil do século XIX, perpetuada por relações escravagistas entre senhores e escravizados, dentro do Segundo Reinado, foi desenhada e narrada por Machado de Assis, sob a forma de sátiras e ironias.

As discussões que apresentamos nos permitem pensar que obras literárias carregam em si muito sobre sua época de produção e as vivências da/o autora/or. O contexto social é inerente à produção artística, não podendo ser separado, mas é importante salientar que não só a historicidade e as sensibilidades de quem as criam permeiam as obras artísticas, inclusive a literatura. A obra de arte literária ganha sentidos que lhes atribuídos pelas leituras. O ofício historiador é fundamentar-se sob um documento histórico, e, neste caso, as obras machadianas nos dão um leque de opções para entendermos melhor o Brasil oitocentista e suas condições raciais. Com as escolhas das palavras do autor, obtemos não apenas seu ponto de vista, mas o que estava em pauta na sociedade durante aquele período. Sendo assim, o estudo de obras literárias atreladas ao conhecimento historiográfico se mostra de extrema pertinência para o ambiente acadêmico e para seus horizontes.

Entender o racismo enquanto condição estrutural na sociedade brasileira é poder perceber como esse mal predominou e continua a predominar nas nossas relações sociais, na relação com o outro. Com esse estudo, concluímos que, tal qual a elite retratada por Machado de Assis, a elite brasileira atualmente corrobora para que essas interações sejam perpetradas através de condições racistas, sendo de fundamental importância para os estudos das Ciências Humanas que entendamos essas estruturas, para que assim possamos superá-las.

Há muito mais a ser abordado nas demais obras do autor no que tange as questões raciais, porém, espero que as conclusões apresentadas neste projeto sirvam de ponto de partida para outros estudos machadianos envolvendo a história, a literatura e a política.

1500



Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. 264 p.
- ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013. 195 p.
- ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 1. ed. São Paulo: Penguin Companhia, 2014. 368 p.
- BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. 1. ed. São Paulo: Penguin Companhia, 2010. 312 p.
- BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 1. ed. São Paulo: Penguin Companhia, 2011. 368 p.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. 1. ed. Tradução Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. 304 p.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. 352 p.
- EVARISTO, Conceição. *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020. 140 p.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 2014. 200 p.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina: E outros poemas*. 1. ed. São Paulo: Alfaguara, 2007. 276 p.
- MELO NETO, João Cabral de. *O Cão Sem Plumás*. 1. ed. São Paulo: Alfaguara, 2007. 204 p.
- QUEIROZ, Rachel de. *Memorial de Maria Moura*. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021. 504 p.
- QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 117. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021. 208 p.
- SONTAG, Susan. *Contra a interpretação e outros ensaios*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2020. 392 p.

1501



2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

RECONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO BREJO PARAIBANO EM IMAGENS: OS SIGNIFICADOS DO ACESSO À TERRA NO NORDESTE DO BRASIL

Patrícia Alves Ramiro¹
Ronaldo Alves da Costa Filho²
Caterine Soffiati Cabral³
Vilma Pires Bernardo⁴

Introdução

Esse artigo apresenta considerações sobre o projeto de extensão universitária intitulado “Reconfigurações sociais do brejo paraibano em imagens” que vêm sendo realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na região Nordeste do Brasil, desde agosto de 2022. Faremos aqui a apresentação das justificativas para sua execução, seus objetivos, bem como uma breve contextualização da região na qual atuam seus integrantes, além das perspectivas de resultados a curto e médio prazo. Tal projeto conta com o apoio da Pró-reitoria de extensão da universidade através da concessão de uma bolsa de extensão universitária para estudante de graduação.

O projeto é coordenado por Patrícia Alves Ramiro, docente do Departamento de Ciências Sociais e tem como objetivos a captação em vídeo, áudio e fotografias das entrevistas realizadas por diversos(as) pesquisadores(as) de um amplo projeto de pesquisa, iniciado em 2017, denominado “Reconfigurações sociais do espaço social do brejo paraibano no século XXI”, também coordenado pela docente e financiado pela Pró-reitoria de Pesquisa da UFPB (PROPESQ), pela Chamada interna produtividade em pesquisa (Edital nº 03/2020), pela Fundação de Apoio à pesquisa do estado da Paraíba/FAPESQ (Edital nº09/2021- Demanda Universal) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNCT nº 18/2021- Universal). Os personagens em destaque dessas entrevistas são os ex-trabalhadores da Usina de Santa Maria que, com a falência da Usina nos

1502

¹ Docente do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/PPGS/UFPB). Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq. e-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com.

² Graduando do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). e-mail: costafilho2206@gmail.com.

³ Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). e-mail: caterinesoffiati@gmail.com.

⁴ Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). e-mail: vilmapiresb@gmail.com.

anos de 1990, passam a condição de assentados da reforma agrária nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Alagoinha. O intuito maior é de construir, a longo prazo, um documentário sobre as transformações materiais e de modos de pensar nessa região do brejo paraibano e também um acervo de memória em imagem, vídeo, áudio e textos (por meio das transcrições das entrevistas) das pessoas que fazem parte dessa história. O material estudado serve de matéria prima para diversos meios, como um registro documental frutífero para pesquisas inovadoras no meio acadêmico, como a realizada por Soffiati (2022). Mesmo sendo recente, o projeto foi um dos vencedores do Prêmio Elo Cidadão pela UFPB, na categoria trabalho em dezembro do ano passado.

Fundada sobre a concentração fundiária e a imobilização da força de trabalho no interior das grandes propriedades agroexportadoras, a *plantation* canavieira tem papel fundante na formação socioeconômica do Brasil, pois, além de constituir uma atividade produtiva, esse sistema também estrutura as assimetrias sociais e as sociabilidades do país (GARCIA, 2003). Ao fim do século XIX, com a abolição da mão de obra escravizada, a fixação da força de trabalho no interior das propriedades se deu por meio relação de morada, caracterizada por uma relação de dominação personalizada estabelecida a partir do pedido de morada feito pelo trabalhador, que, além da casa, incluía uma área reservada às lavouras de subsistência e criação de animais (chamado de roçado), e a contrapartida devida em trabalho árduo e lealdade ao senhor de engenho (GARCIA JR., 1989; PALMEIRA, 2009). Contudo, essa tradicional relação sofre intensas transformações com a modernização da agroindústria açucareira, uma vez que a ampliação da capacidade produtiva implicou na expansão territorial da lavoura canavieira que, por sua vez, redundou na redução ou eliminação dos roçados, na expropriação dos moradores e na migração destes trabalhadores para as periferias urbanas (SIGAUD, 1979).

Sob o contexto de desregulação da agroindústria canavieira, a década de 1990 é marcada por uma crise do setor que se expressa na falência e no fechamento de usinas, especialmente na região Nordeste do Brasil. Neste contexto se insere a falência da usina Santa Maria, usina de açúcar e álcool fundada em 1931 com sede no município de Areia, estado da Paraíba, região Nordeste do Brasil, que tem sua falência decretada em 1992. Com a situação de crise colocada pela falência, os antigos trabalhadores e trabalhadoras vinculados a usina se mobilizam inicialmente pela cobrança de direitos trabalhistas e pela desapropriação das terras da usina, resultando na criação de dez assentamentos para fins de reforma agrária nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Alagoinha a partir de 1997. Essa passagem da posição social de morador em terras de usina para assentado em área de reforma agrária é uma das mudanças estudadas pelo projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI” (RAMIRO, 2021).

1503



Objetivos

Portanto, podemos dizer que são três objetivos principais do projeto de extensão universitária: a) captar em vídeo, áudio e fotografias as pesquisas de campo do projeto de pesquisa acima citado; b) transmitir o conhecimento gerados pelas pesquisas sobre ex-trabalhadores da agroindústria sucroalcooleira reconvertidos para a categoria de assentados de reforma agrária após a falência da usina em que trabalhavam na condição de moradores e c) construir, a longo prazo, um documentário sobre a história desses(as) trabalhadores(as).

Metodologia, materiais e métodos

Do ponto de vista metodológico, fazemos a filmagem das atividades da pesquisa de campo na região para, posteriormente, construirmos um roteiro e editarmos as imagens para sua divulgação em formato de documentário. Sobre a prática do campo, seguimos cientes de que a construção dos fatos passa pela teoria, nessa pesquisa partimos do entendimento da região do brejo como um espaço social, o que significa olhar para os agentes sociais que se situam num lugar deste espaço social caracterizado por sua posição relativa quanto aos outros lugares e pela distância que o separa deles (BOURDIEU, 2013).

Para atingirmos a compreensão da realidade vivida no brejo, diferentes metodologias de pesquisa serão acionadas pelos pesquisadores. A seguir detalhamos os usos e justificativas para escolha de cada uma delas. Para o cumprimento da pesquisa é fundamental a realização de pesquisas de campo, durante as quais o método etnográfico tem muito a contribuir ao permitir a observação participante das práticas cotidianas dos diferentes atores sociais do espaço social do brejo paraibano. Por termos como problemática central a busca pela compreensão de como as mudanças intensas ocasionadas pela falência da usina em 1991 transformaram as práticas materiais e simbólicas de seus ex-trabalhadores e de proprietários de engenho que viviam da comercialização da cana-de-açúcar para a agroindústria, é primordial interpretarmos as representações que os sujeitos fazem de sua experiência. Para chegarmos às representações que esses sujeitos têm de si e dos outros, ou seja, àquilo que Oliveira (2006) denominou de “modelo nativo”, são realizadas entrevistas com uso do gravador. O tipo de entrevista a ser realizada depende dos objetivos a serem alcançados a cada momento. Sendo assim, quando a intenção é obter uma dimensão mais ampla e aprofundada das trajetórias vividas (como é o caso de alguns ex-trabalhadores da Usina Santa Maria e de alguns proprietários de engenhos) a história de vida norteia a prática da pesquisa (QUEIROZ, 2008; BOSI, 1994). Ainda que cientes da ilusão biográfica que nos alerta Bourdieu (2006) em referência à tendência de construções lineares de nossas trajetórias, o uso da metodologia da história oral para estudos sociológicos nos permite, como nos esclarece Queiroz, “uma abordagem interior dos fatos”, sem significar com isso que não represente arranjos e comportamentos interiorizados por muitos. Afinal, para o sociólogo,

1504



“o problema sociológico em relação à história de vida tem o mesmo caráter do fato sociológico em relação ao indivíduo: é-lhe ao mesmo tempo exterior e interior” (QUEIROZ, idem, p. 82). Durante esse período, o aluno participa de disciplinas semanais de leitura e discussão de textos que versam sobre o papel da agroindústria açucareira para formação socioeconômica do Brasil e, especialmente, da região Nordeste (CORREIA DE ANDRADE, 1986; SZMRECSÁNYI, 1979; MELO, 1975, entre outros) e sobre a região do brejo paraibano (GARCIA JR, 1989; ALMEIDA, 1980; PAULILO, 1987). Esta formação teórica do discente é de fundamental importância para contribuir para sua formação acadêmica e permitir uma melhor compreensão de todo processo de pesquisa envolvido na análise documental realizada.

Nesse sentido, para o cumprimento de seus objetivos, o aluno extensionista do projeto cumpre três etapas principais: a primeira é a ida ao campo nos assentamentos em terras da usina Santa Maria, no qual a equipe do projeto de extensão “Reconfigurações em imagens” acompanha o projeto de pesquisa “Reconfigurações sociais” trabalhando em campo fazendo as entrevistas. Nesses momentos, gravamos os depoimentos em vídeo e áudio, ao mesmo tempo que tiramos algumas fotos do ambiente, que vale lembrar, também tem sua importância para o estudo social e também servirá para compor uma futura exposição itinerante sobre o tema. Na lista de equipamentos contamos com uma câmera fotográfica, para fotos e filmagens. A gravação de áudio fica com os gravadores de aparelhos celulares.

Essa primeira etapa possui um caráter observador, principalmente dos membros que ficam encarregados de filmar as entrevistas. Aqui vale dizer que muitos são os elementos de imprevisibilidade que permeiam a entrevista, especificamente aqui no tocante a parte de gravação, e seu entorno tecnicista. As gravações são programadas e agendadas com uma certa antecedência, no entanto vale dizer que existem um número considerável de elementos que podem alterar a continuidade da gravação, tais como, visitas que chegam, barulhos externos, impedimentos de última hora em receber a equipe, entre outros. Essas imagens são feitas em locais que não existem um controle sobre os mais diversos fatores que possam vir a atrapalhar a filmagem, seja problemas externos ou até mesmo de equipamentos. Vale lembrar, por exemplo, que essas atividades em campo tomam uma parte considerável do dia, então deve haver uma logística de como fracionar as baterias das duas câmeras para que possam durar, ou ao menos, otimizar ao máximo durante seu uso. Alguns dias de campo até existe uma tranquilidade no quesito de bateria das câmeras, com uma ou duas entrevistas com cerca de uma hora, indo até uma hora e meia. No entanto, os dias que acontecem mais de duas gravações, que não são tão raros assim, entrevistas com mais de duas horas também estão presentes, estas, mais esporadicamente.

A imprevisibilidade permeia cada parte dessa primeira etapa. Aqui vale ressaltar que esse fator não é uma característica negativa ou muito menos traiçoeira. Tendo em vista que não se estar em um estúdio de filmagem, qualquer que seja a gravação fora dessas paredes, carrega consigo um tom inesperado. Sendo assim, faz parte desse aspecto documentarista que essa fase do

projeto carrega consigo. Portanto, saber lidar com tais imprevistos sem atrapalhar as entrevistas é um dos pontos mais importantes para as gravações. Já que a presença da câmera pode impor um certo receio por aqueles que estão sendo filmados pelos mais diversos motivos. Sendo assim, se posicionar em um lugar não tão invasivo, demonstra até mesmo uma certa “falta de importância”, aqui como uma atitude de se portar no campo, para que o objeto câmera não tome e atrapalhe a devida importância da entrevista. No entanto, é inevitável que, de início, os entrevistados mostrem esse receio já citado acima, mas, no decorrer das falas, é notável em quase todas elas, que a inibição suma. A presença da câmera, antes tão notada, acaba se tornando só mais um objeto que compõe o ambiente. Importante também destacar que não só a câmera exerce esse lugar de registro, já que as gravações também são feitas pelos gravadores dos celulares. É a partir desses áudios que surge um dos materiais que serviram para compor um outro elemento presente na segunda etapa do projeto. Entrevistas encerradas e gravadas, é imprescindível que elas sejam transferidas e salvas tanto em HD 's como na nuvem a fim de evitar a perda de algum material.

Figura 1 - Ronaldo Alves, bolsista do projeto de extensão realizando filmagem em viagem de campo no assentamento Socorro, município de Areia, Paraíba, Brasil.



1506

Fonte: Acervo do projeto “Reconfigurações sociais do espaço social do brejo paraibano no século XXI”

A segunda etapa é a de transcrição do material gravado nas entrevistas. As transcrições dos materiais gravados possuem diversas finalidades. Tanto para consultar as falas acerca de algum assunto específico, que seja do interesse do pesquisador, mas também para facilitar as estruturações e edições dos vídeos, tanto da exposição como do futuro roteiro do filme. Ainda nessa segunda etapa de transcrição, existe também a organização em planilhas das entrevistas gravadas, onde a própria informação na planilha serve como objeto de análise depois, já que as informações que constam influenciam para diversidade de situações sociais possíveis a serem utilizadas no material audiovisual em formato de documentário a ser produzido: como informações sobre o cargo ocupado no tempo da usina e qual situação atual como assentado de reforma agrária, estado civil, entre outras, que acabam por corroborar a análise social. Outra atividade é selecionar e tratar as imagens registradas em campo, e demarcar alguma informação, fala, momento, que chamou atenção durante a gravação para facilitar as outras atividades.

A terceira etapa acaba se mesclando com a primeira, tendo em vista que essa "última" são leituras de textos sobre as relações do campo/ cidade, sobre a região Nordeste e, principalmente, sobre a agroindústria sucroalcooleira na Paraíba e no Brasil. É na realidade onde se consolida o tripé ensino-pesquisa e extensão, afinal, nessa etapa o grupo realiza a leitura dos textos passados em sala de aula. No período de vigência passado, de agosto de 2022 até dezembro do mesmo ano, a disciplina foi a de pós-graduação: "Trabalho, Casa e Campesinato no Brasil", ministrada pela coordenadora do projeto, junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, na qual eram discutidas as relações do campo não só na região Nordeste, mas no Brasil, a depender da abordagem do texto lido em cada aula. No período atual de vigência do projeto, de agosto de 2023 até dezembro de 2023, a disciplina em que o projeto se debruça é a disciplina optativa da graduação do curso de Ciências Sociais, "Sociologia Rural", também ministrada pela coordenadora do projeto. Com as leituras dos textos, acabam por corroborar e auxiliar no entendimento dos temas perpassados pela pesquisa, como por exemplo *plantation* canavieira e reforma agrária, compondo a pesquisa bibliográfica do projeto em questão.

1507

Resultados parciais

Tendo em vista que as pesquisas da equipe ainda estão em andamento, o documentário deverá ainda levar algum tempo para ser finalizado. Todavia, o projeto está em fase de construção de uma exposição sobre o tema. Intitulada "De Cativo a Liberto: da usina ao assentamento", através da contratação da designer expográfica Daniela Lira, atualmente, alguns painéis já foram construídos. A proposta é construir uma exposição que contenha diversos painéis em diferentes materiais e texturas, além de material audiovisual que trata como protagonistas os/as assentados/as que trabalharam para a usina Santa Maria na condição de moradores de propriedades da usina antes de sua falência. A exposição deverá ser realizada inicialmente nos assentamentos onde as pesquisas ocorrem, valorizando assim os informantes que construíram



um diálogo com a academia e, principalmente, a história de luta dessas famílias. Será iniciada com a linha do tempo desde a fundação da usina em 1931 até a criação do último assentamento em suas terras desapropriadas em 1999, conforme demonstram os painéis a seguir:

Figura 2 - Primeiro painel da linha do tempo da exposição itinerante “De Cativo a Libertado: da usina ao assentamento”



Fonte: Exposição “De cativo a libertado: da usina ao assentamento”. Designer gráfico: Daniella Lira

1508

Figura 3 - Segundo painel da linha do tempo da exposição itinerante “De Cativo a Libertado: da usina ao assentamento”



Fonte: Exposição “De cativo a libertado: da usina ao assentamento”. Designer gráfico: Daniella Lira

Figura 4- Terceiro painel da linha do tempo da exposição itinerante “De Cativo a Libertado: da usina ao assentamento”



Fonte: Exposição “De cativo a libertado: da usina ao assentamento”. Designer gráfico: Daniella Lira

Figura 5- Último painel da linha do tempo da exposição itinerante “De Cativo a Libertado: da usina ao assentamento”



Fonte: Exposição “De cativo a libertado: da usina ao assentamento”. Designer gráfico: Daniella Lira

Os painéis acima visam trazer ao público em geral a trajetória da usina Santa Maria que iniciou sua produção açucareira na safra de 1931/32, quando foram produzidos 5.400 sacos de açúcar de 60 quilos. A maior produção açucareira da usina ocorreu na safra de 1982/83 com 618.777

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

sacos de açúcar de 50 quilos. A produção de álcool anidro foi iniciada em 1978, após a construção da destilaria anexa de álcool, vinculada ao Programa Nacional do Álcool (Proálcool) que foi implementado em 1975 com o objetivo de fomentar a produção de álcool no país. A expansão territorial ocorreu a partir de 1952, quando foi adquirida por Solon Lins. Até 1969, a usina possuía cerca de 2.000 hectares distribuídos em 6 propriedades. Somente no final dos anos 1970, que a expansão territorial da usina ganhou maior expressão, chegando a possuir, em 1979, aproximadamente, 4.780 hectares distribuídos em 26 propriedades. No dia 12 de agosto de 1992, a Usina Santa Maria teve sua falência decretada, em razão de ação movida pela IMATRA, empresa de tratores, que requeria o pagamento de quantia de Cr\$ 85.847.450,05 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros e cinco centavos). Tal pagamento havia sido realizado com quatro cheques devolvidos por falta de fundos. Contudo, antes desse reconhecimento formal, a falência já era percebida pelos trabalhadores, devido aos atrasos e posterior paralisação de pagamentos. Diante dessa situação, sem trabalho e sem renda, alguns trabalhadores decidem permanecer na terra e plantar roçado, outros decidem migrar aos centros urbanos.

Estima-se que 800 famílias de trabalhadores agrícolas e de operários *moradores* nas propriedades da usina se viram em situação precária e com pouca perspectiva de recolocação junto ao mercado de trabalho local ou regional. Após importante mobilização social por um *Comitê de apoio aos trabalhadores da usina Santa Maria*, do qual participaram representantes de diversos setores da sociedade civil, com forte apoio do clero católico e dos sindicatos rurais de Pilões, Areia e Serraria, a partir de 1997, as antigas propriedades da usina dão lugar a dez assentamentos rurais. São 420 famílias titulares abrigadas hoje, ocupando uma área total de, aproximadamente, 4.031 hectares. É sobre elas que o projeto se debruça e, nesse sentido, para exposição criamos painéis com algumas falas selecionadas que representam as memórias atuais sobre o tempo da usina e o presente no assentamento, conforme demonstra um dos painéis exposto a seguir.

1510



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Figura 6 - Painel com falas de mãe e filha, ambas hoje assentadas em Areia, Paraíba, Brasil.



1511

Fonte: Acervo da exposição “De cativo a liberto” . Designer: Daniela Lira



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Acima vemos como as mudanças são bastante intensas quando observamos as falas de Dona Teresinha que trabalhou como cortadora de cana de açúcar na usina e sua filha Joelma, ambas assentadas. Enquanto a mãe, narra um passado de intensas dificuldades para criar seu filho ainda bebê, o qual ficava num buraco cavado na sombra no meio do canavial enquanto a mãe trabalhava, a filha, por não ter precisado passar por situação similar, tendo inclusive se formado em curso superior através de políticas públicas de inclusão nas universidades implementadas durante o governo de Luís Inácio da Silva, diz ter “nascido num berço de ouro”.

Conclusão

Inicialmente, esperamos, através da circulação da exposição, contribuir para a formação de cidadãos voltados para uma sociedade mais justa e igualitária. Após a estreia nos assentamentos da região pesquisada e na UFPB, a exposição deverá ser incluída em projeto de extensão universitária que faça parceria com escolas públicas e privadas para recebimento da exposição tendo como guia um estudante de graduação vinculado e capacitado pelo projeto. Além da exposição, será construído um catálogo impresso com textos maiores sobre a história do brejo visando ampliar o potencial de divulgação do conteúdo da exposição, bem como, consolidar material que sirva de apoio para as escolas rurais e urbanas na Paraíba.

Ao trazer os(as) assentados(as) em terras desapropriadas da usina Santa Maria acreditamos valorizar trajetórias de famílias que costumam ser apagadas pela história “oficial”. Ao colocá-las à frente da narrativa da (sua) história, esperamos reforçar a luta pela conquista da terra, auxiliar ao debate sobre a questão fundiária, reduzindo, assim, o estigma vivenciado no cotidiano dos assentados/as e, dessa maneira, esperamos conseguir estimular a permanência de futuras gerações nas áreas rurais, além de reconstruir partes da história sucroalcooleira na Paraíba.

1512

Referências

ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia: Memórias de um município*. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 9, p. 133-144, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FIGUEIREDO, Janaína Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *A terra e o homem no Nordeste*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 154-189, jul./dez. 2003.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT - CNPq, 1989.

MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). In: WELCH, C. A. [et al.] (org.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Histórias de vida e depoimentos pessoais. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (orgs.). *Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: CERU, 2008. p. 79-97.

1513

RAMIRO, Patrícia Alves. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 460-466, mai.-ago. 2021.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SOFFIATI, Caterine. *Modernização da Agroindústria Açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 165, 2022.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec/ Editora UNICAMP, 1979.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

PROJETO QUEM AMA CUIDA: INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Kenneth Delano Correia Barros¹
Ingryd Ramos de Araújo¹
Higor Bezerra Lima¹
Geovana Santos Martins Neiva²
Gentileza Santos Martins Neiva³

Introdução

O Plano Nacional de Extensão Universitária, fomentado no início dos anos 2000, menciona que as atividades de extensão são realizadas por várias áreas de conhecimento, apresentando diferentes estratégias. Essas atividades constituem-se em um dos pilares da tríade ensino-pesquisa-extensão, favorecendo que discentes e docentes adquiram habilidades, competências e atitude crítica-reflexiva para atuarem junto à comunidade (OLIVEIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2015; ALVES et al., 2016).

Na área da saúde as estratégias aplicadas são diversificadas e objetivam estimular a aplicabilidade do conhecimento pelo aluno, bem como, constituir uma forma de comunicação junto à sociedade, especialmente para divulgar temas relacionados à promoção da saúde (OLIVEIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2015; DEUS; KRUG, 2018).

Neste contexto, a ação de extensão universitária caracteriza-se como um processo educativo dinâmico que favorece a junção entre o ensino em sala de aula e o aprendizado, conforme proposto no planejamento pedagógico de curso, e no cotidiano social, por meio da vivência do cenário da realidade (SÍVERES, 2013; MINETTO et al., 2016).

Para a comunidade, a ação de extensão oportuna um momento de participação ativa, discussão e reflexão em grupo para aquisição de conhecimentos sobre assuntos ligados ao processo saúde-doença e das boas práticas em saúde (MINETTO et al., 2016; SILVA et al., 2017).

1514

¹ Alunos extensionistas do Projeto de extensão QAC da Universidade Federal de Alagoas

² Profa. Dra. e coordenadora adjunta do Projeto de extensão QAC/Faculdade da Cidade de Maceió/
geoneiva@yahoo.com.br

³ Profa. Dra. e coordenadora geral do Projeto de extensão QAC/Universidade Federal de Alagoas/
gentileza.neiva@icbs.ufal.br

Desta forma, a aproximação universidade-comunidade, com interlocução de saberes, estabelece contribuições para o aprofundamento da cidadania, fortalecimento da autonomia e a transformação social (CORTEZ; SILVA, 2017; SILVA et al., 2017).

O grupo de extensão “Quem ama cuida!” (QAC), criado em 2014, no Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde – ICBS/UFAL, conta com a participação de docentes (coordenadores) e discentes (extensionistas) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e outras instituições de ensino de Maceió/Alagoas/Brasil. O grupo visa promover saúde através da orientação sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis para adolescentes e adultos.

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são doenças contraídas por relações desprotegidas, na qual a mesma pode ser adquirida tanto pelo homem, quanto pela mulher em que um esteja infectado no ato sexual sem proteção, podendo ocorrer pela via oral, anal e vaginal. (SILVA; JACOB; HIRDES, 2015). Bem como pode ser transmitida da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação (BRASIL, 2019).

As IST são ocasionadas por diferentes etiologias (bactérias, vírus, protozoários e fungos) e estima-se que existem mais de 30 agentes causadores de IST (BRASIL, 2015). Sendo os mais conhecidos: herpes genital, sífilis, gonorreia; infecção pelo HIV; infecção pelo Papiloma Vírus Humano (HPV) e hepatites virais B e C (BRASIL, 2019). As IST promovem sérias infecções genitais, podendo provocar lesões, verrugas genitais, câncer anal, câncer do colo uterino, papilomatose laríngea recorrente, entre outras. Atualmente, o HPV tem sido a IST mais frequente entre as mulheres jovens. Outra IST que se destaca, em virtude de suas consequências, é a sífilis (BRASIL, 2017a).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima mais de um milhão de casos de IST curáveis entre pessoas de 15 a 49 anos por dia no mundo. Isso equivale ao ano a mais de 376 milhões de novas infecções, entre clamídia, gonorreia, sífilis e tricomoníase. No Brasil, as estimativas da OMS de IST na população sexualmente ativa, a cada ano, são: sífilis = 6,3 milhões, gonorreia = 87 milhões, clamídia = 127 milhões, tricomoníase = 156 milhões (BRASIL, 2017a). Tais estimativas indicam alta frequência das IST e justificam a estratégia global da OMS e a definição de ações prioritárias para alcançar metas de eliminação das IST até 2030.

Considera-se IST como um problema de saúde pública decorrente de países que estão em desenvolvimento, na qual fica claro que as políticas voltadas para combater esse problema não foram articuladas da maneira correta resultando em precariedade dos serviços prestados a este público (RICCI et al., 2019). É notável que os problemas de saúde pública relacionada às IST não atingem somente o Brasil, mas como também o mundo todo (NICHIIATA; VAL; ABDALLA, 2014), independente do sexo, idade, raça ou classe social.

Os adolescentes e jovens são considerados um grupo prioritário nas campanhas de prevenção devido ao alto risco de adquirir uma IST pelo fato de ser uma idade de transformações biopsicossociais, da escassez de conhecimento acerca da sexualidade e sua implicação no

1515



desenvolvimento da saúde física e emocional por parte desse grupo (LIMA et al., 2018; LIEBERMAN et al., 2019).

A adolescência, correspondente ao período de vida dos 10 aos 19 anos, é uma fase de transição para a maturidade, uma etapa do desenvolvimento humano caracterizada por intensas mudanças biológicas, psicológicas e por descobertas no campo afetivo e sexual (BRASIL, 2017b). Nessa fase, a sexualidade é um construto multidimensional que inclui comportamentos sexuais, autoconceito sexual e socialização sexual (TOLMAN; MCCLELLAND, 2011), e os adolescentes estão envolvidos em um processo pelo qual adquirem conhecimento sobre sexualidade e comportamento sexual e desenvolvem um senso de expectativas normativas advindas de pessoas significativas, como seus pares, pais e professores (THORSEN, 2018), justificando neste projeto a busca atingir principalmente esse público.

Objetivos gerais

Em vista disto, este artigo tem como objetivo principal descrever a experiência de coordenadores e extensionistas do projeto de extensão de educação em saúde “QAC”, que orienta adolescentes e adultos sobre os tipos de IST e seus fatores de risco. Como também conscientizar sobre a importância da realização periódica de exames preventivos, sobre as formas de tratamento e conscientizar sobre a importância da vacinação contra o HPV.

Metodologia

Trata-se de um trabalho descritivo sobre o projeto de extensão QAC, em que suas atividades são desenvolvidas em escolas municipais e estaduais, EJAI (Escola para educação de jovens, adultos e idosos) e SUMESE (Superintendência de Medidas Sócio Educativas) de Maceió, Alagoas. Estes últimos são jovens em atendimento a adolescentes e jovens envolvidos e/ou autores em Ato Infracional em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, entendendo que eles tem as mesmas necessidades de receber informação sobre o tema central, objetivo do projeto.

O processo seletivo acontece anualmente e são selecionados alunos da UFAL e várias Instituições de Ensino Superior privadas de Maceió que fazem graduação na área de saúde. Entre estes alunos, a coordenação escolhe os mais interessados e disponíveis para compor uma comissão para ficar organizando todas as atividades do grupo como reuniões e cronograma de palestras, inclusive os processos seletivos subsequentes. Mensalmente, ocorre reunião com as coordenadoras do grupo para discutir o andamento do projeto, verificar as demandas e alinhar informações.

O grupo possui um cronograma de atividades atualizado para cada escola construído de acordo com a disponibilidade dos discentes. São trabalhados os temas: HIV, herpes, gonorreia, HPV,

1516



sífilis, hepatites virais, clamídia, uso de contraceptivos, gravidez na adolescência, higiene íntima, importância do cuidado com a saúde através de exames preventivos e vacinação contra HPV. São ministradas palestras interativas desses temas abordando os fatores de risco, formas de transmissão e prevenção das IST. Também é feito um trabalho de sensibilização para imunização contra o HPV, por conhecer sua baixa cobertura nacional.

Dessa forma, os extensionistas se distribuem em grupos de quatro alunos para planejar, organizar o material que será utilizado e realizar a palestra para turma na escola agendada com antecedência através de contato prévio feito pela coordenação do QAC (Figura 1). O material utilizado nas palestras é revisado pelas professoras coordenadoras do projeto.

Foi realizada a vacinação contra HPV em algumas escolas, através da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde/PNI – Gerencia de Imunização. Para a realização da vacina contra o HPV foi disponibilizado um termo de concordância disponibilizado pela secretaria de saúde para que os alunos levassem para que os pais assinassem concordando. No dia da vacinação os mesmos devolviam o termo assinado para que pudessem ser vacinados. Àqueles que não concordaram com o termo assinado, não foram vacinados, como também havia alunos que já tinham sido vacinados em momentos anteriores.

Nos anos de 2020 e 2021, por conta da pandemia do Covid-19, não aconteceram palestras presenciais. Conforme orientação para este período funcionou de forma online, tendo seus materiais divulgados no canal da Secretaria Municipal de Educação e na Rádio Difusora de Alagoas. Nesse contexto, foi criado um instagram para que as informações fossem transmitidas para todos os seguidores da página @quem.ama.cuida. Dessa forma, os extensionistas se organizaram de forma que todos participassem da criação dos conteúdos sobre IST postados na rede.

1517

Resultados

O Projeto de extensão QAC é ativo desde 2014. Participaram das ações do projeto de extensão QAC quase 20.000 jovens e adultos do sexo masculino e feminino, com idade a partir de 9 anos de idade do ensino médio e fundamental ao longo desses 9 anos (Tabela 1). Alguns extensionistas participaram do projeto por mais de um ano.

No período de 2020/2021, não temos como estimar um número de alunos, pois funcionou online e pela página do Projeto QAC no instagram por causa da pandemia do Covid-19. No atual período 2023/2024, o Projeto QAC estendeu sua ação para os alunos do EJAI (Escola para educação de jovens, adultos e idosos), por iniciativa do coordenador geral do EJAI que ao tomar conhecimento do QAC solicitou que também levássemos essa orientação sobre IST para seus alunos.



Tabela 1 – Distribuição do número de escolas, alunos e extensionistas participantes das ações do Projeto de extensão “Quem Ama Cuida”.

Ano	Nº Escolas	Nº Alunos	Extensionistas envolvidos
2014 a 2016	2	1700	22
2017/2018	2	1500	09
2019/2020	2 + Sumese	1800 + 200	35
2020/2021	Online / Instagram	---	65
2022/2023	7 + Sumese	5040 + 200	32
2023/2024*	10 + 38 EJAI	7200 + 1900	48
Total Geral	15 + Sumese	19.540	211**

*Estimado; **Alguns alunos participaram por mais de um ano no projeto; EJAI (Escola para educação de jovens, adultos e idosos)

Fonte: autores

A realização de palestras em educação em saúde e sexual permite uma aproximação entre os discentes da universidade e os adolescentes das escolas em um contexto socioeconômico e de vulnerabilidade e práticas relacionadas a sexualidade, evidenciando a necessidade de uma educação sexual consistente (MORAIS et. al., 2017). Ao considerar a busca da escola pela Universidade, trazendo a problemática referenciada, destaca-se a relevância da inserção social da universidade pública e da atenção às necessidades da comunidade (BERTOLLO et. al., 2018). Os alunos são bastante receptivos às atividades propostas durante as palestras mostrando interesse e envolvimento. Embora a maioria tenha relatado já ter ouvido falar alguma vez sobre IST, existe desconhecimento quanto aos tipos de infecções transmitidas, as vias de transmissão e de prevenção. Isso traz implicações para as práticas de proteção contra tais agravos, pois a ausência de conhecimentos adequados tende a aumentar a vulnerabilidade.

Há uma consulta inicial e final aos alunos sobre os temas, onde é feita uma avaliação por meio de perguntas: Sabe o que é IST?, Quais os tipos conhecem?, Sabe como transmite?, Sabe como se prevenir?, entre outras. Os alunos relataram que essas abordagens sobre IST é interessante, proporcionando um aprendizado significativo e várias reflexões. Além disso, é comum observar a preocupação entre eles sobre as possibilidades de portar alguma IST (Figura 1).

1518

Figura 1 – Alunos extensionistas em ação do Projeto de extensão ”Quem ama cuida”



Fonte: autores

Frequentemente, as informações sobre sexo, sexualidade e questões de interesse dos adolescentes têm sido compartilhadas pela internet, muitas vezes oriundas de fontes não confiáveis e ou de má qualidade. Essas informações transmitidas por amigos, conhecidos ou outros constroem concepções errôneas e contribuem para o uso inadequado ou o uso de métodos contraceptivos e da dupla proteção com preservativos (GUIMARAES et. al., 2020). Com isso, a extensão se torna um componente que possibilita ao universitário uma aprendizagem teórico-prática, potencializando o ensino obtido em sala de aula (SANTOS et. al., 2016), além de fortalecer seu papel social e de cidadania, fortalecendo habilidades aprendidas durante sua trajetória (MARINHO et. al., 2019). Dessa maneira, a extensão torna-se um instrumento de inter-relação da Universidade com a sociedade, propiciando a democratização do conhecimento acadêmico (FIGUEIREDO et. al., 2022).

A vivência da extensão universitária propicia o encontro entre acadêmicos dos diferentes cursos da área de saúde, com a realidade de adolescentes, identificando as suas vulnerabilidades e questões sociais envolvidas no desenvolvimento da sexualidade (Figura 2).

1519

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Figura 2 – Grupo de extensão “Quem ama cuida” 2022



Fonte: autores

Em se tratando das limitações do projeto, evidencia-se a ausência de uma avaliação a longo prazo dos adolescentes que participaram das ações, pois assim, não temos um feedback mais profundo a respeito do quanto esses conhecimentos ofertados impactaram a vida dos participantes e os influenciaram em experiências sexuais seguras.

1520

Conclusão

A partir do diagnóstico realizado pelo projeto QAC, constatou-se que um quantitativo expressivo de jovens relatou nunca ter participado de atividade educativa sobre IST. Desse modo, as atividades realizadas pelo QAC possuem grande importância como espaços para discussão, através da educação em saúde sobre temáticas voltadas para promoção da saúde e prevenção de IST e contribuem para um melhor entendimento sobre o assunto e, principalmente, para a adoção de práticas preventivas adequadas e redução na incidência desses agravos. Além disso, o Projeto de extensão QAC contribui com a ação de extensão universitária como estratégia para formação profissional e promoção da saúde.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Referências

ALVES, R. A. dos R. et al. Extensão universitária e educação em doenças sexualmente transmissíveis e temas relacionados. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 1079-1083, 2016.

BERTOLLO, L. P. G.; MARTINS, R. R.; AYRES, J. R. C. M. Educação sexual e reprodutiva para adolescentes como educação entre pares: Avaliação de uma experiência de extensão universitária. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 9, n. 2, p. 83-91, 2018.

BRASIL. Ministério da saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Infecções Sexualmente Transmissíveis**. 2015. Disponível em Ministério da saúde: http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2015/Relatorio_PCDT_IST_CP.pdf. Acesso em: 18/04/2022.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. 2017a. **Indicadores e dados básicos da sífilis nos municípios brasileiros**. Disponível em: <http://indicadoressifilis.aids.gov.br>. Acesso em: 27/09/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017b.

BRASIL. Ministério da saúde. **Infecções sexualmente transmissíveis: o que são e como prevenir**. 2019. Disponível em: Ministério da saúde: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-az/infecoes-sexualmente-transmissiveis-ist> . Acesso em: 29/03/2022.

CORTEZ, E. A.; SILVA, L. M. da. Pesquisa-Ação: promovendo educação em saúde com adolescentes sobre infecção sexualmente transmissível. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 11, n. 9, p. 3642-3649, 2017.

DEUS, G. B. de; KRUG, M. de R. Avaliação de um Projeto de Extensão Universitária na Percepção de Professores da Educação Básica. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 446-453, 2018.

FIGUEIREDO, M. O., et al. A atividade de extensão na terapia ocupacional: Revisão de escopo na literatura nacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, n. e2908, p. 1-34, 2022.

1521



GUIMARÃES, V. et al. Oficinas de prevenção para promover conhecimento sobre sexualidade em adolescentes. **Revista Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 1, n. 2, p. 41-56, 2020.

LIEBERMAN, A., et al. Frequency of prescription filling among adolescents prescribed treatment for sexually transmitted infections in the emergency department. **JAMA Pediatr**, v. 173, n. 7, p. 695–697, 2019.

LIMA, K. C. DOS S.; JÚNIOR, M. P. F.; MESSIAS, C. M. B. DE O. Prevenção às IST/AIDS na educação de adolescentes no ambiente escolar: uma visão sobre os desafios da escola e da família. **Revista Querubim**, v. 03, p. 10–16, 2018.

MARINHO, C. M., et al. Porque ainda falar e buscar fazer extensão universitária? **Revista Mosaicum**, v. 7, n. 1, p. 121-140, 2019.

MINETTO, C., et al. A Extensão universitária na formação de estudantes do curso de administração – UFFS. **Revista Conbrad**, Campus Cerro Largo, v. 1, n. 1, p. 33-46, 2016.

MORAIS, R. S., et al. Potencialidades e desafios na realização de oficinas educativas com adolescentes. **Revista de Enfermagem da Universidade Federal do Piauí**, v. 6, n. 2, p. 30-36, 2017.

NICHIATA, L. Y. I.; VAL, L. F.; ABDALLA, F. T. de M. Pesquisa - Ação no enfrentamento das IST/HIV/AIDS na Atenção Primária à Saúde. **FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis-Goiás, v.3, n.3, p.179-196. 2014.

OLIVEIRA, F. L. B. de; ALMEIDA JÚNIOR, J. J. DE. Motivações de acadêmicos de enfermagem atuantes em projetos de extensão universitária: a experiência da faculdade Ciências da Saúde do TRAIRÍ/UFRN. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 36-44, 2015.

RICCI, A. P., et al. Infecções sexualmente transmissíveis na gestação: educação em saúde como estratégia de prevenção na atenção básica. **Brazilian Journal of health Review**, v. 2, n. 1, p. 565-570, 2019.

SANTOS, J. H. S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SILVA, A. T. da; JACOB, M. H. V. M.; HIRDES, A. **Conhecimento de adolescentes do ensino médio sobre DST/AIDS no sul do Brasil.** Aletheia. Canoas, n. 46, p. 34-49, 2015.

SILVA, C. B., et al. Atividades de Educação em Saúde Junto ao Ensino Infantil: relato de experiência. **Revista de Enfermagem UFPE online**, v. 11, n. 12, p. 5455, 2017.

SÍVERES, Luiz (Org.). **Extensão Universitária como um Princípio de Aprendizagem.** Brasília: Liber Livro, 2013.

THORSEN, M. L. A latent class analysis of behavioral and psychosocial dimensions of adolescent sexuality: Exploring race differences. **The Journal of Sex Research**, v. 55, n. 1, p. 45-59, 2018.

TOLMAN, D. L.; MCCLELLAND, S. I. Normative sexuality development in adolescence: A decade in review, 2000-2009. **Journal of Adolescent Research**, v. 21, n. 1, p. 242-55, 2011.

1523



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CARACTERIZAÇÃO DO PONTO ISOELÉTRICO DA ZEÓLITA E

Bruna Mayara Citatin Córdova¹

Natacha Madruga Farias²

Renata Neto Duarte³

Gabriela dos Santos Castro⁴

Mari Lucia Campos⁵

Introdução

Zeólita é um nome de origem grega. São aluminosilicatos hidratados de metais alcalinos ou alcalinos terrosos, e seu arranjo estrutural possui poros bem definidos e canais ocupados por íons de compensação, nos quais predominam sódio e cálcio (SILVA, 2016). Elas possuem muitas propriedades estruturais, sendo elas alto grau de hidratação, baixa densidade e um grande volume de espaços vazios. Possuem alta estabilidade cristalina, propriedades de troca catiônica, propriedades catalíticas, adsorção seletiva e sítios ácidos de Lewis e de Bronsted (PINHEIRO, 2013).

Por terem uma diversa aplicação, o interesse pelas zeólitas vem crescendo em diversos setores. Ela possui como uma de suas principais aplicações a sua capacidade de troca catiônica, uma propriedade utilizada nos processos de tratamento de efluentes industriais. Essa troca é influenciada por inúmeros fatores como pH, temperatura e estrutura cristalina (CORREIA, 2007).

O pH é um parâmetro que determina as cargas de superfície de um adsorvente e controla as interações entre o adsorvato e o adsorvente. E o conhecimento dessa variante é de suma importância, pois para que ocorra uma interação eletrostática entre ambos, é necessário que as cargas sejam opostas pois se as cargas forem iguais, não haverá repulsão e prejudicará o processo de adsorção (TOLEDO et al., 2005).

O ponto isoelétrico é definido como o valor de pH no qual a partícula adsorvente possui carga eletrostática superficial igual a zero, e cada material possui um ponto isoelétrico específico

1524

¹ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina Av. Luiz de Camões, 2090, Lages-SC, CEP 88520-000, brubis.001@gmail.com

² Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, madruganatacha@gmail.com

³ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, renatanetoduarte@gmail.com

⁴ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, gbs.castro95@gmail.com;

⁵ Professora Doutora da Universidade do Estado de Santa Catarina, mari.campos@udesc.br



porém se comportam de forma similar. Quando o material atinge valor de pH abaixo do seu ponto isoelétrico ele possui maiores quantidades de cargas positivas. Quando o mesmo atinge valor de pH acima do seu ponto isoelétrico, fica carregado de cargas negativas (DINGER, 2006). O conhecimento sobre esses parâmetros é fundamental para a aplicação de materiais adsorventes e diante disso, o objetivo deste trabalho foi a determinação do ponto isoelétrico da zeólita E, garantindo a eficácia da zeólita E nos processos de adsorção.

Metodologia

O presente estudo foi realizado no Departamento de Solos e Recursos Naturais do Centro de Ciências Agroveterinárias, UDESC, Lages-SC. Foi utilizado como material adsorvente a Zeólita E (ZE) para determinação do ponto isoelétrico. A zeólita E é um material comercial importado pela empresa Celta Brasil. As amostras foram moídas e peneiradas para uniformizar a granulometria, até que obtivessem um diâmetro menor que 0,75mm.

A determinação do ponto isoelétrico foi determinada pelo “experimento dos 11 pontos”, protocolo proposto por REGALBUTO e EOBLES (2004). Esse procedimento consiste em pesar 0,25g da zeólita estudada e colocar em contato com 25ml de água deionizada sob 11 diferentes condições de pH inicial (2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12), os quais foram ajustados com soluções de HCl 0,1M e NaOH 0,1M. As soluções ficaram em agitação por 24h. Em seguida, as soluções são filtradas e anotado o pH das soluções finais. A partir disso, é realizado o cálculo do ponto isoelétrico a partir do ponto de inflexão das equações obtidas. O experimento foi realizado em triplicata.

1525

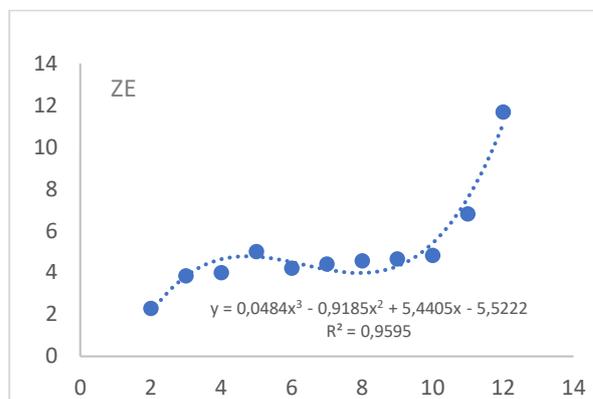
Resultados

Cada partícula existente possui seu próprio ponto isoelétrico, que está relacionado com os valores de pH. Quando essas partículas, em suspensão atingem a carga eletrostática superficial igual a zero, dizemos que ela atingiu seu ponto isoelétrico (DINGER, 2006).

A Figura 1 mostra o resultado obtido para ponto isoelétrico da zeólita E, que foi de 6,3. Isso indica que nesse valor encontrado, os números de cargas positivas e negativas são iguais. Abaixo deste valor há o predomínio de cargas positivas, e acima cargas negativas.



Figura 1 – Gráfico utilizados no cálculo do ponto isoelétrico da Zeólita E



Fonte: ZE Autores, 2022.

Discussão

A caracterização da zeólita E foi realizada por SILVA (2021), que detectou por difratometria a predominância da mordenita e a presença de heulandita e quartzo. Possui de 71% de SiO₂ e 9,8% de Al₂O₃ o que indica uma razão de SiO₂/Al₂O₃ de 7,2. A razão de SiO₂/Al₂O₃ afeta a distribuição de cargas negativas, capacidade de troca catiônica, força de sítios ácidos, estabilidade de temperatura e hidrofobicidade, pois quantifica a quantidade de alumínio presente na zeólita (MÜLLER, 2013). Esse fator é de suma importância, pois a quantidade de Al presente na zeólita, maior a capacidade de troca iônica (BRAGA, 2006).

O ponto isoelétrico é definido pelo valor de pH onde as substâncias possuem carga neutra e pode determinar a carga da sua superfície externa, das partículas dos adsorventes em uma solução aquosa (GIACOMNI, 2017).

Conclusão

Com a determinação do ponto isoelétrico da zeólita E, é possível determinar que ela é positivamente carregada quando está em uma solução com pH abaixo de 6,7 e carregada negativamente quando está em solução com valor de pH a cima de 6,7. Isso ocorre porque a zeólita busca o equilíbrio eletrostático quando submersa a soluções com diferentes valores de pH e o conhecimento desses parâmetros possibilita uma aplicação mais assertiva, garantindo o processo de adsorção de forma mais eficiente.

1526

Agradecimentos

Agradecemos o apoio financeiro ao Programa de Apoio a Pesquisa PAP UDESC-FAPESC e PROAP-CAPES, e ao Programa de demanda social CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa.

Referências

BRAGA, E. A. S. **DETERMINAÇÃO DOS COMPOSTOS INORGÂNICOS NITROGENADOS (AMÔNIA, NITRITO E NITRATO) E FÓSFORO TOTAL, NA ÁGUA DO AÇUDE GAVIÃO, E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EUTROFIZAÇÃO.** 2006. DISSERTAÇÃO (E Pós Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Ceará, 2006.

CORREIA, T. A. **REMOÇÃO DE COBRE E ZINCO EM ZEÓLITAS NATURAIS.** 2007. DISSERTAÇÃO (Mestre em Ciência do Solo) - Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007.

DINGER, D. **MEDIDAS DE PONTOS ISOELÉTRICOS SEM O USO DE ANALISADOR DE POTENCIAL ZETA**, p. 2, 1 jun. 2006.

GIACOMNI, F *et al.* **IMPORTÂNCIA DA DETERMINAÇÃO DO PONTO DE CARGA ZERO COMO CARACTERÍSTICA DE TINGIMENTO DE FIBRAS PROTEICAS**, Revista matéria, v.22, n.2, 2017.

MÜLLER, J. M. **DESENVOLVIMENTO DE ZEÓLITAS POR DESALUMINIZAÇÃO PARA DESIDRATAÇÃO DE ÁLCOOIS.** 2013. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade de Brasília, 2013.

PINHEIRO, H. S. **SÍNTESE E CARACTERIZAÇÃO DE “ZEÓLITA A” DOPADA COM COBRE PARA ADSORÇÃO DE GASES POLUENTES - PARTE II.** 2013. Trabalho De Conclusão De Curso (Pós Graduação) - Universidade Federal Do Amazonas, 2013.

REGALBUTO, J. R *et al.* **THE ENGINEERING OF PT/CARBON CATALYST PREPARATION.** University of Illinois, Chicago, 2004.

1527



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

SILVA, A. M. **CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA E MINERALÓGICA DE ZEÓLITAS NATURAIS COM POTENCIAL PARA APLICAÇÃO EM TRATAMENTOS DE EFLUENTES.** 2016. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (Bacharelado em Química) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, 2016.

SILVA, J. **SÍNTESE E CARACTERIZAÇÃO DE ZEÓLITA A PARTIR DE RESÍDUO DA INDÚSTRIA QUÍMICA.** 2021. DISSERTAÇÃO (Pós graduação em Ciências Ambientais) - Centro de Ciências Agro veterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2021.

TOLEDO, B. I. et al. **BISPHENOL A REMOVAL FROM WATER BY ACTIVATED CARBON, EFFECTS OF CARBON CHARACTERISTICS AND SOLUTION CHEMISTRY.** Environmental Science Technology, v. 39, n. 16, p. 6246-6250, jul. 2005.

1528



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ESTUDO DA CAPACIDADE DE ADSORÇÃO DE FOSFATO POR ZEÓLITA NATURAL

Bruna Mayara Citatin Córdova¹
Natacha Madruga Farias²
Renata Neto Duarte³
Gabriela dos Santos Castro⁴
Mari Lucia Campos⁵

Introdução

Os corpos hídricos podem ser usados para diversos fins, com diferentes variedade de usos, como abastecimento de água, irrigação de culturas, recreação e despejo de águas residuais brutas, e a eutrofização é uma das principais alterações induzidas pelo homem, geralmente pela ingestão excessiva de nutrientes no meio aquático (MACEDO, 2010).

Quando o fósforo (P) tem o contato com sistemas aquáticos, acabam induzindo ao processo de eutrofização devido ao grande crescimento de algas, que por sua vez, impedem que a luz do sol entre no corpo hídrico e fazem com que ocorra a morte de organismos, que ao se decompor consomem oxigênio. Com isso, ocorre a morte dos peixes e demais seres aquáticos, causando a morte do corpo hídrico, além de causar um gosto desagradável na água (CADONÁ, 2018).

Os principais processos de adsorção de fosfato podem ser físicos, químicos ou biológicos. A remoção por processo físico vem sendo amplamente estudada. Alguns materiais sólidos adsorventes vem sendo estudados, sendo eles óxidos de alumínio e ferro, zeólita, silicatos, carvão entre outros (GUALBERTO, 2009).

As zeólitas são aluminossilicatos hidratados de metais alcalinos e alcalino-terrosos, constituídos por Tetraedros de SiO₂ e Al₂O₃. Possuem alta porosidade, estrutura microporosa e área superficial específica devido à sua estrutura. O desempenho de adsorção da zeólita decorre de sua enorme capacidade de troca iônica, e gera grande interesse devido ao seu baixo custo (SOUZA, 2016).

1529

¹ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina Av. Luiz de Camões, 2090, Lages-SC, CEP 88520-000, brubis.001@gmail.com

² Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, madruganatacha@gmail.com

³ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, renatanetoduarte@gmail.com

⁴ Mestranda da Universidade do Estado de Santa Catarina, gbs.castro95@gmail.com;

⁵ Professora Doutora da Universidade do Estado de Santa Catarina, mari.campos@udesc.br



Vários processos vem sendo estudados para a adsorção de fósforo em meio aquoso e a proposta abordada neste trabalho é o método de adsorção por zeólita natural utilizando dois valores de Ph.

Metodologia

O presente estudo foi realizado no Departamento de Solos e Recursos Naturais do Centro de Ciências Agroveterinárias, UDESC, Lages-SC. Foi utilizado como material adsorvente a Zeólita E (ZE) para testes de adsorção de fosfato (P). A zeólita E é um material comercial importado pela empresa Celta Brasil. As amostras foram moídas e peneiradas para uniformizar a granulometria, até que obtivesses um diâmetro menor que 0,75mm.

As soluções de fosfato nas concentrações de 0, 10, 20, 30, 40 e 50 mg/L foram preparadas pela diluição de uma solução estoque de 1g/L de fosfato. O sal $\text{Na}_2\text{HPO}_4 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$ foi utilizado para produção da solução estoque. Para obtenção do pH 4,0 foi utilizado uma solução de HCl 0,1 mol/L e para pH 6,0 de NaOH 0,1 mol/L.

Para avaliar a capacidade de adsorção de fósforo pelos materiais adsorventes utilizou-se o protocolo descrito por Kocaoba *et al* (2007), com alterações. Este protocolo prevê uma relação material: solução de 1:100, e um tempo de contato de duas horas (uma hora de agitação e uma hora de descanso). As concentrações iniciais utilizadas foram de 0, 10, 20, 30, 40 e 50 mg/L. Para o preparo das soluções foram utilizados $\text{Na}_2\text{HPO}_4 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$. As soluções foram ajustadas a um valor de pH 4,0 e pH 6,0. Após o tempo de contato, entre o material adsorvente e a solução, as suspensões de cada material foram centrifugadas e o sobrenadante retirado para quantificação e verificação do valor de pH. A quantidade adsorvida de fósforo foi calculada utilizando as seguintes equações:

$$\begin{aligned} P_{ads} &= q = \{(C_i - C_e) * (V/m)\}; \\ P_{adc} &= \{C_i * (V/m)\}; \\ \%P &= (P_{ads} / P_{adc}) * 100, \end{aligned}$$

Onde P_{ads} é a quantidade adsorvida de fósforo, em mg kg^{-1} de material; C_e é a concentração do fósforo no equilíbrio (após 2h de contato), em mg L^{-1} ; m é a massa de material adsorvente, em g; P_{adc} é a quantidade adicionada de fósforo, em mg L^{-1} de zeólita; C_i é a concentração inicial de fósforo, em mg kg^{-1} ; V é o volume, em mL, da solução padrão do fósforo para se atingir as concentrações de 0, 10, 20, 30, 40 e 50 mg/L a pH 4,0 e 6,0; e $\%P$ é a porcentagem do fósforo adsorvida pelos materiais.

A quantificação do teor de fósforo foi realizada por espectrofotometria de absorção atômica com sistema de atomização por chamado tipo ar-acetileno. Os testes foram iniciados com a construção da curva de calibração do fosfato, utilizando diferentes concentrações, como

1530

descritos na tabela 1. Na figura 1 é possível observar a diferença de concentração de fosfato pela reta linear formada no gráfico. O teor de fosfato foi calculado com referência a essa curva. Foram realizados os testes em triplicata.

Tabela 1. Curva de Calibração de P

Concentração de P	Absorbância
0	0
0,05	0,296
0,1	0,474
0,25	1,061
0,5	1,717

Fonte: Autores, 2022.

Resultados

Para a concentração inicial de 10mg/L o material zeolítico não apresentou diferenças significativas entre os valores de pH, apresentando uma adsorção de 86,59% e 84,45% de P (tabela 2) nos respectivos valores de pH. Na concentração de 50mg/L foi possível observar as mesmas condições ocorridas na concentração de 10mg/L, pois os mesmos não apresentaram diferenças. Porém foi possível observar uma pequena melhoria na eficiência do processo de adsorção quando comparados com a concentração de 10mg/L, pois a eficiência na adsorção foi acima de 90% (tabela 2).

1531

Tabela 2. Porcentagem de P adsorvido (%M) em ZE em valores de pH 4,0 e 6,0 nas concentrações iniciais 10 mg/L e 50 mg/L

pH	Concentração	(%M)
4,0	10 mg/L	86,59%
6,0	10 mg/L	84,45%
4,0	50 mg/L	91,83%
6,0	50 mg/L	90,00%

Fonte: Autor, 2022.

Discussão

Vários materiais vem sendo estudados para a adsorção de fósforo. E como processos de adsorção podem ser considerados de alta eficiência e baixo custo, estão sendo utilizados materiais adsorventes de grande área superficial na qual o fósforo pode ser unido por meio de troca catiônica (HENDGES, 2017).

HENDGES (2017) estudou a adsorção de fósforo por materiais produzidos de resíduos da indústria de fundição. Ela obteve maior adsorção sobre o pH 3,0 e 5,5. Ela explica esse fato devido ao fato que a espécie H_2PO_4^- , que é predominante na solução, poder interagir com a espécie $[\text{Fe}(\text{OH})_2]^+$ que é predominante no adsorvente, favorecendo a adsorção.

PINTO (2018) sintetizou e caracterizou biocarvões derivados de rejeitos de cenoura e verificou a aplicação destes materiais na adsorção de P de soluções aquosas. Ela obteve maior adsorção até o pH 8,0 e após isso observou um decréscimo na taxa de adsorção. Esse fato é explicado pelo fato de o biocarvão obtido ser composto em maior parte por Mg, e pela interação com o MgO formado na superfície do biocarvão.

RODRIGUES *et al*, (2014) realizou os testes de Beneficiamento de uma argila tipo paligorskita que é um silicato alumino-magnésiano, onde alumínio e magnésio encontram-se em proporções iguais e sua estrutura. Eles conseguiram obter uma adsorção de fósforo de até 91,5% para uma concentração inicial de 100ppm de P em solução.

Esses fatos condizem com o experimento realizado, onde o pH tem grande influência no processo de adsorção porque a sua mudança altera a carga da superfície do sólido, o grau de ionização do adsorvato e a dissociação dos grupos funcionais.

1532

Conclusão

Os resultados obtidos nesse estudo comprovam que o processo de adsorção possuem grande influência dos valores de pH. Foi possível a comprovação de todos objetivos que indiam que a Zeólita E proveninete da empresa Celta Brasil possui excelentes propriedades adsorventes. A Zeólita E teve uma taxa de adsorção que variou entre 84% e 92% utilizando os valores de pH's 4,0 e 6,0 e com todos esses dados obtidos e estudos feitos, é possível concluir que é de suma importância o estudo relacionado a adsorção de fosfato em meio aquoso. É um processo de baixo custo, e considerado de alta eficiência.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio financeiro ao Programa de Apoio a Pesquisa PAP UDESC-FAPESC e PROAP-CAPES, e ao Programa de demanda social CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa.



Referências

GIACOMNI, F *et al.* **IMPORTÂNCIA DA DETERMINAÇÃO DO PONTO DE CARGA ZERO COMO CARACTERÍSTICA DE TINGIMENTO DE FIBRAS PROTEICAS**, Revista matéria, v.22, n.2, 2017.

GUALBERTO, F. F. **OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS DE PRECIPITAÇÃO QUÍMICA NA REMOÇÃO DE FÓSFORO DE ESGOTOS SANITÁRIOS MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE SAIS DE FERRO COMO COAGULANTE**. 2009. 146 f. DISSERTAÇÃO (Mestre em Engenharia) - à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2009.

HENDGES, L. T. **ADSORÇÃO DE FÓSFORO EM MATRIZ PRODUZIDA A PARTIR DE RESÍDUO DA INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO**. Trabalho de conclusão de curso ((Engenheira ambiental e sanitária) – à Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017.

KOCAOBA, S *et al.* **KINETICS AND EQUILIBRIUM STUDIES OF HEAVY METAL ION REMOVAL BY USE OF NATURAL ZEOLITE. DESALINATION**, v. 214, ed. 1-2, p. 1-10, 2007.

MACEDO, C F *et al.* **EUTROFIZAÇÃO E QUALIDADE DA ÁGUA NA PISCICULTURA: CONSEQUÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES**, p. 149-163, 4 nov. 2010.

PINTO, M. C. E. **BIOCARVÃO PROVENIENTE DE RESÍDUO DE CENOURA COMO ADSORVENTE DE FÓSFORO EM SOLUÇÃO AQUOSA E REUSO NA AGRICULTURA**. 2018. 107 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

RODRIGUES, G. M. A *et al.* **BENEFICIAMENTO DE UMA ÁRGILA TIPO PALIGORSKITA DA BACIA DE S. LUIS-GRAJAUÍ, REGIÃO DE ALCÂNTARA, MA, E SUA UTILIZAÇÃO COMO ADSORVENTE DE FÓSFORO**. Cerâmica, n.60, p.117-126, 2014.

SOUZA, L.C.; **EFEITO DO PH NA CAPACIDADE MÁXIMA DE REMOÇÃO DE COBRE POR ZEÓLITA NATURAL**. p. 1-9, 20 set. 2016.

1533



PERCEÇÃO DAS MULHERES SOBRE O VÍNCULO DOULA-MÃE COMO ESTRATÉGIA PARA O PARTO HUMANIZADO

Maria Elaine Guimarães dos Santos¹
Maria Amanda Rodrigues Silva²
Lya Pinto Veras³
Maria Stefanne Souza Paschôa⁴
Mônica Cordeiro Ximenes de Oliveira⁵

Introdução

A história do parto, na visão de Rodrigues e Siqueira (2008), passou por uma série de modificações ao longo dos séculos, implicando, entre outras coisas, a substituição do parto do âmbito domiciliar, no qual a parturiente era assistida por parteiras ou por uma mulher de sua confiança, para o hospital, onde essa mulher fica normalmente, afastada dos seus componentes familiares e, muitas vezes, sozinha.

De acordo com o Ministério da Saúde a assistência ao parto se reveste de um caráter particular no que se refere à saúde, já que vai além do processo de adoecer e morrer. Quando as mulheres procuram apoio, para além da preocupação sobre a sua saúde e a do seu filho (a), estão em busca de uma compreensão mais ampla e abrangente de seu contexto, pois, para elas e suas famílias, o momento da gravidez e do parto, em particular, é único na vida e impregnado de fortes emoções (BRASIL, 2018).

Costa et al (2013), revelam que a assistência prestada às mulheres nem sempre promovem boas memórias já que o parto pode ser ainda compreendido como um processo penoso, doloroso e, comumente, carregado de intervenções e punição.

1534

¹ Fisioterapeuta graduada no Centro Universitário Christus- UNICHRISTUS. Pós-graduanda em Fisioterapia Pélvica e Obstétrica pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional. Elaine.eg@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-3208-4494>

² Fisioterapeuta graduada no Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. fisio.mariaamandarodrigues@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0047-8489>

³ Acadêmica de Fisioterapia no Centro Universitário Christus. lyaveras@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0147-4764>

⁴ Acadêmica de Fisioterapia no Centro Universitário Christus. stefanne.souza@yahoo.com. <https://orcid.org/0009-0004-9786-0281>

⁵ Socióloga, mestre em sociologia na UFC. Professora do curso de Fisioterapia no Centro Universitário Christus.- UNICHRISTUS m.cordeirox@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7905-2257>



Embora o parto seja um evento fisiológico e natural, os autores acima, esclarecem que é necessário considerar a relevância ímpar do momento, que reúne conteúdo emocional, afetivo, cultural e religioso, constituindo uma trama de elementos que se interligam entre si.

No entanto, na compreensão de Costa et al (2013), o modelo medicalizado de atenção obstétrica vigente no Brasil, prioriza a institucionalização do atendimento, o uso exacerbado de tecnologias, as intervenções desnecessárias e a impessoalidade, em detrimento, sobretudo, do protagonismo da mulher no trabalho de parto e parto.

Há um reconhecimento, nesse sentido, que o avanço da obstetria moderna contribuiu com a melhoria dos indicadores de morbidade e mortalidade materna e perinatais, por outro lado, permitiu a concretização de um modelo que considera a gravidez, o parto e o nascimento como doenças e não como expressões de saúde.. Esse modelo obstétrico fica evidente nas altas taxas de cesarianas que existem em nosso País, cujo percentual chega a 84% na saúde suplementar e cerca de 40% na rede pública, tornando o Brasil campeão mundial em cesáreas (BRASIL, 2015). Nesse contexto, o estudo de Barbosa (2018) traz uma reflexão quando diz que o parto entendido como um procedimento e, como tal, existe um custo e, portanto, uma como mercantilização, visto que trata-se em transformar um parto, em um comércio, visando apenas lucros financeiros que envolvem um parto não humanizado, ademais, inferindo código de ética, que visa no bem-estar do paciente.

Lima (2017) refere que com o abuso de cesarianas no Brasil, as doulas começaram ocupar cada vez mais espaço com objetivo de humanizar esses partos, visto que, o acompanhamento realizado pela doula configura-se como importante fator na redução de indicações de cesáreas não baseadas em evidências e de intervenções desnecessárias no parto, bem como no sucesso da amamentação.

Na tese de Leão e Bastos (2001), esse momento do parto, para as mulheres, significa uma mistura de pensamento e sentimentos, e alguns deles negativos pelo motivo de que a mulher é colocada em seu limite tanto físico como emocional. É um momento em que as incertezas tomam conta dessa parturiente e é nesse espaço de tempo denominado ‘trabalho de parto’ que a mulher não deve estar sozinha e foi a partir dessa necessidade, principalmente, para mulheres primigestas que surgiu as doulas, que são reconhecidas como acompanhantes leigas treinadas para observar e prestar todo o suporte emocional para a nova mãe. Para os autores as doulas têm como objetivo passar confiança, segurança, paz, conforto, consolo para as mulheres durante o parto.

Barbosa, (2018) reconhece que a ocorrência de cesarianas sem necessidade já se caracteriza como um problema crônico que o SUS vem enfrentando. Lima (2017) corrobora com essa questão e comenta que haviam muitos casos desnecessários de cesáreas ou partos vaginais com intervenção.

Além disso, para Lima (2017), a mulher era hospitalizada, ocupando, muitas vezes, um leito desnecessário, submetida à violência obstétrica e isolada da sua família. Segundo o autor é

1535

importante ressaltar que na maioria dos casos a parturiente não tinha acesso à informação dos seus direitos, sendo apresentada como opção apenas a cesárea, maneira mais rápida e rentável para o médico.

Entretanto, Santos-Neto et al., (2008), reconhece que a partir do ano de 1992, o Brasil, através do Ministério da Saúde fez uma importante reorganização da atenção ao parto e ao nascimento. No ano 2000, instituiu o Programa de Humanização do Pré Natal e Nascimento, adotando as recomendações feitas pela Organização Mundial de Saúde - OMS (Rattner (2009) reconhece que de acordo com a Política Nacional de Humanização, instituída em 2003, a humanização passou a envolver a valorização dos diferentes sujeitos participantes da produção de saúde (gestores, trabalhadores e usuários) por meio de sua autonomia e protagonismo.

Santos e Numes (2009) esclarecem também que o Ministério da Saúde implementa políticas que incentivam o parto natural, a presença do acompanhante, a adaptação ao ambiente hospitalar e a continuidade do cuidado da parturiente no decurso de toda a vivência do parto, com a perspectiva de que variados agentes assegurem o cuidado integral. Com efeito, a mulher poderá escolher um profissional, o companheiro ou um familiar, amiga, parteiras, enfermeiras e, acrescentam-se, as doulas, para lhe dar suporte durante o trabalho de parto e no parto.

Assim, de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde e para ancorar a humanização na maternidade, foi sancionada a Lei no. 11.108, que preconiza a presença de um acompanhante junto à parturiente durante toda a transição do parto (BRASIL,2005).

Com esta regulamentação, segundo Barbosa (2018), observa-se que a atenção obstétrica beneficia a assistência de qualidade à mulher, e o reconhecimento de que a assistência à parturiente envolve não só os aspectos físicos, como também o psicológico, o social, o espiritual e o emocional.

Reconhece-se a partir do estudo de Silva, Barbieri e Fustinoni, (2011) que para que tais mudanças se efetivem na assistência ao pré-natal, nascimento e puerpério, é necessária uma mudança de paradigma: respeito à individualidade da mulher, visão da mulher como protagonista e respeito à cultura, às crenças, aos valores e à diversidade de opiniões das gestantes e suas famílias – aspectos apontados como fundamentais para uma nova forma de atenção e cuidado.

Outras medidas mais recentes, de acordo com Santos-Neto et al (2008), foram o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, em 2004, e a Política Nacional pelo Parto Natural e Contra as Cesáreas Desnecessárias, em 2008.

Dessa forma, o parto humanizado é um caso de saúde pública, visto que, humanizar o parto implica em respeitar a natureza biológica, social, cultural e espiritual da mulher (BRASIL, 2000; BRASIL, 2001).

A humanização da assistência proporciona às mulheres e aos profissionais de saúde o desenvolvimento de relações mais terapêuticas e benéficas que resgatam a autonomia e o poder de decisão das mulheres no parto e oferece o suporte emocional necessário à mulher e sua

família, fortalece a formação dos laços afetivos, familiares e o vínculo mãe-bebê (BRASIL, 2000; BRASIL, 2001).

Com a humanização do parto e nascimento é possível prestar uma assistência integral e holística a gestante, centrado nos princípios da ética, universalidade, equidade e integralidade, garante maior segurança a paciente e minimiza o medo, a angústia e as inseguranças atribuídas ao processo parturitivo (BRASIL 2006).

Na visão de Barbosa (2018) a presença da doula, a princípio deve ser considerada como uma nova possibilidade para a eficácia e para o acompanhamento das mulheres no intraparto. Neste âmbito, as doulas tendem a serem exaltadas por membros do movimento pela humanização do parto e do nascimento, especialmente, pela sua atuação ao Sistema Único de Saúde, principalmente quando se sabe da sua ancestralidade simbólica.

A doula, de acordo com o estudo de Lima (2017), é uma profissional capacitada para oferecer informações qualificadas, suporte emocional e psicológico para as mulheres gestantes, parturientes e puérperas, bem como para a família das mesmas, tem papel fundamental de levar à mulher o maior conforto possível durante todas as fases da gestação, desde o pré Natal ao puerpério e amamentação.

Leão e Bastos (2001) reconhecem que a doulagem trouxe inúmeros benefícios à paciente, mas até então não tinha comprovação científica. Vendo a necessidade de comprovar a importância das doulas com base científica foram feitos, a princípio 3 estudos randomizados com mulheres primigestas realizados nos anos de 1980 e 1986 e foram observado e comprovado os benefícios que as doulas trouxeram para o trabalho de parto, dentre eles, menor ocorrência de complicações perinatais incluindo cesárea, uso de ocitocina, bebês admitidos na unidade de cuidados intensivos neonatais, diminuição dos níveis séricos de catecolaminas, redução da ansiedade, dentre outros.

Na compreensão de Barbosa (2018) o trabalho desempenhado pela doula não pode ser substituído ou confundido com o apoio oferecido pelo acompanhante da parturiente, seja ele o companheiro, mãe, irmã ou outro, pois eles estão emocionalmente envolvidos e, muitas vezes, também precisam de ajuda para apoiar a mulher nesse momento de grande vulnerabilidade e repleto de transformações.

A partir da contextualização acima sobre o objeto de estudo ora apresentado compreendemos que embora as medidas tomadas, até agora, pelo Ministério da Saúde sobre a humanização do parto tenham sido de suma importância, ainda há o aumento expressivo das taxas de cesáreas. Nesse sentido, reconhecemos que é necessário estudar outras perspectivas que vão além das campanhas e políticas públicas de forma a compreender melhor a partir de um olhar da perspectiva das mulheres e particularmente procurando compreender as subjetividades e as diferentes formas de vivenciar os processos de pré-natal e no momento do trabalho de parto a partir do vínculo doula-mãe.

Tomando por base a tese de Nagahama e Santiago (2008) e Tornquist (2003) reconhecemos que uma escuta acolhedora das mulheres parturientes frente às inseguranças ou à dor por parte dos profissionais que as assistem são pontos muito importantes de uma atenção humanizada e de qualidade e que deve ser priorizada nas formações dos profissionais de saúde.

Na visão dos autores a assistência pré-natal que atende as gestantes somente em sua dimensão fisiológica, portanto, provê atenção apenas parcial às necessidades de mulheres grávidas, deixando-as desassistidas em relação a outras dimensões. Considera-se imprescindível procurar entender melhor os aspectos subjetivos que podem influenciar as expectativas sobre o parto, a preparação para esse momento ao longo da gestação e as vivências das mulheres no parto humanizado. Assim, através de um melhor entendimento desses fatores é possível contribuir para o aprimoramento dos serviços de assistência pré-natal de forma a aproximá-los das necessidades integrais das gestantes e das recomendações do programa de humanização do pré-natal e nascimento – PHPN.

Diante disso, a relevância desse estudo está pautada na possibilidade de ampliação e ressignificações de uma compreensão das questões subjetivas sobre o parto humanizado com vistas a proporcionar um conhecimento tanto à população acadêmica quanto aos profissionais e a comunidade sobre o tema.

Seguindo essa linha de raciocínio tivemos como pergunta norteadora: Qual a percepção das mulheres sobre o vínculo doula-mãe como estratégia para o parto humanizado?

Seguindo essa linha de raciocínio a pesquisa teve como objetivos conhecer a percepção das mulheres sobre o vínculo doula-mãe como estratégia para o parto humanizado; Compreender o papel da doula nas ações desenvolvidas na vivência e preparação para o parto humanizado; Aprender como as mães decidem pela via do Parto.

1538

Caminhos metodológicos

Para o desenho metodológico optamos pela pesquisa de campo com abordagem qualitativa realizada no período de outubro de 2019 a julho de 2020. O estudo na sua gênese seria realizado na Casa Mãe do Corpo, instituição voltada para o parto humanizado e treinamento de doulas em Fortaleza. No entanto, em decorrência do isolamento social, por conta da pandemia da Covid-19, foi necessária uma readaptação do local de coleta dos dados. Diante deste cenário e em decorrência do isolamento social, por conta da pandemia da Covid-19, foi necessária uma readaptação do local de coleta dos dados, mas foi mantido o instrumento de coleta (entrevista semi-estruturada).

Nesse contexto, para a coleta dos dados, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas de forma online, utilizando a plataforma digital Google Meet, nos meses de junho e julho de 2020 e, só ocorreram após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido enviados para o e-mail de cada uma das informantes.



Para a determinação das informantes Turato (2003) ressalta que devemos nos guiar pela homogeneidade de características dos participantes. Com essa indicação foram entrevistadas quatro mães que tiveram assistência e foram acompanhadas por doulas no pré e no pós-parto e quatro doulas com experiência na assistência humanizada ao parto.

No segundo momento, após a coleta dos dados e transcrição das entrevistas, na perspectiva de extrair significados das informantes, as interpretações seguiram através da análise de narrativa temática em que emergiram três categorias: percepção das mulheres sobre a escolha do parto e a presença da doula; mulheres versus doula na assistência para o parto: uma relação que se constrói; sentimentos das mulheres e doulas sobre o parto humanizado.

A pesquisa seguiu as Resoluções 466/12 e 510/2016 que estabelecem os princípios bioéticos de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade empregadas na pesquisa com seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde. A identificação dos participantes foi efetuada por meio da escolha dos grupos de doulas e o grupo de mães, diferenciando-as por números de um a quatro. O projeto recebeu o parecer do comitê de ética do Centro Universitário Christus com o número: 3.319.630.

Resultados e discussão

Percepção das mulheres sobre a escolha do parto e a presença da doula

Cassiano, Carlucci e Gomes (2014) ressaltam que o governo brasileiro tem realizado um conjunto de ações com a finalidade de transformar essa realidade, melhorando então, a qualidade da atenção obstétrica e neonatal para o alcance do 5º Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em 2012, os Ministérios da Saúde e da Educação lançaram o Programa Nacional de Residência em Enfermagem Obstétrica (PRONAENF), qualificando enfermeiras para a assistência ao parto de risco habitual, para estimular e regularizar a assistência obstétrica prestada por não médicos e, assim, diminuir o volume de cesarianas desnecessárias e intervenções na assistência. Nesse sentido, o estudo de Nascimento *et al* (2015) faz referencia a observação significativa apresentada por Leguizamon Junior, Steffani, Bonamigo (2013) quando salientam que o respeito à mulher transforma o nascimento num momento único e especial. Na visão dos autores, ela tem o direito de participar das decisões sobre sua saúde e ações relacionadas ao seu próprio corpo, inclusive o tipo de parto ao qual será submetida.

Sodré Bonadio, Jesus, Merighi (2010) reforçam, nesse contexto, que essa mudança dá à mulher a oportunidade de participar das decisões em relação ao que lhe foi informado, interpõe uma obrigação ética e legal dos profissionais de saúde a respeito do cuidado, dos tratamentos e das alternativas. Segundo Barbora *et al.*, (2018) o momento do nascimento é evidenciado como uma

1539

experiência de transcendência, e a doula é vista como um catalisador capaz de auxiliar e, ao mesmo tempo, participar desse rito de passagem junto à mulher.

As entrevistas a seguir nomeia esse rito de passagem sobre a escolha do parto e a presença da doula,

Desde que eu soube que eu estava grávida que eu escolhi o parto normal [...] eu nunca cogitei ir pra cesárea e é a minha primeira gestação e desde o início eu queria muito contratar uma doula [...] mas depois de passar pela experiência todinha, eu nunca vou me arrepender de ter contratado a doula porque foi realmente assim a pessoa que sustentou o meu parto. (MÃE 1).

Eu sempre quis ser mãe e eu sempre imaginava quando eu fosse mãe, eu ia querer um parto normal. [...] mas eu acho que o que fez total diferença para eu ficar segura, me sentir amparada, foi a presença da doula mesmo, ela ficou comigo o tempo todo e no final das contas me fez sentir segura. (MÃE 2).

Desde da minha primeira gestação, eu queria ter passado pela experiência do parto normal, pelo fato do nome já dizer, NORMAL! Nunca me senti a vontade de escolher o dia do parto de um filho meu. E devido a circunstância de mudança de cidade, meio que obrigada a fazer isso no primeiro parto. Tive a oportunidade de engravidar novamente, já estava aqui em Fortaleza, e aí, disse que ia ser diferente, fui atrás do que eu sempre quis, que era um parto normal. (MÃE 4)

Observamos, portanto, nas narrativas das entrevistadas acima sentimentos e satisfação pela liberdade e autonomia pela fisiologia do parto. Esses sentimentos nomeiam os resultados do apoio da doula com o cuidado, o bem-estar emocional da parturiente, visto que, oferece carinho, palavras de reafirmação e apoio.

1540

Mulheres versus doula na assistência para o parto: uma relação que se constroi

Santos e Nunes (2009) referem que o Ministério da Saúde implementa políticas que incentivam o parto natural, a presença do acompanhante, a adaptação ao ambiente hospitalar e a continuidade do cuidado da parturiente no decurso de toda a vivência do parto, com a perspectiva de que variados agentes assegurem o cuidado integral. Nesse contexto, as autoras ressaltam que a mulher poderá escolher um profissional, o companheiro ou um familiar, amiga, parteiras, enfermeiras e, acrescentam-se, as doulas, para lhe dar suporte durante o trabalho de parto e no parto.

Para Romero (2017) a doula é uma mulher sem formação técnica na área da saúde que orienta e acompanha a nova mãe durante toda a gestação, o parto e nos cuidados do bebê no puerpério; seu papel é segurar a mão da mulher, respirar com ela, prover encorajamento e tranquilidade,



além das informações e conhecimentos que esta doula pode acrescentar para que os desejos da mãe em relação às ações sobre o parto, por exemplo, sejam atendidos.

E como está sendo notória a ascensão ainda maior, Ferreira Junior e Barros (2016) reafirmam que na atualidade a contribuição da doula vai além dos cuidados prestados a mulher no período pós-parto, já que sua atuação pode estar presente no pré-natal, trabalho de parto, parto e puerpério.

De acordo com as falas e menções acima, é possível observar tamanha a importância da doula tanto na preparação do parto dessa mulher, quanto na hora do parto, pois seu conhecimento e cuidado com essa parturiente faz com que ela tenha uma melhor relação com todo o processo, percebendo que seus desejos estão sendo respeitados e transformando-a na protagonista ativa desse momento, tornando essa vivência mais positiva.

Na compreensão de Leão e Oliveira (2006), as doulas não restringem sua assistência apenas às parturientes, ainda acompanham a família fornecendo orientações sobre o cuidado e prestam esclarecimentos sobre a evolução do parto, além de prestar apoio psicológico e fornecer informações sobre os procedimentos e cuidados prestados. Na fala da doula a seguir podemos perceber sobre essa questão:

[...] então muitas vezes a gente tem que cuidar da mulher, o nosso olhar primeiro é para esse indivíduo que nos procurou, mas às vezes a gente precisa cuidar de toda essa ambiência[...]tem que olhar para o marido, as vezes a gente tem que olhar para mãe, pro acompanhante que vai estar com ela[...] (Doula1).

1541

Pela narrativa da entrevistada podemos perceber que o acompanhamento das “doulas” às mulheres e aos acompanhantes antes do trabalho de parto se constitui em instrumento que ajuda a encorajar essas mães e cada etapa daquele momento tão especial para a mulher. Como referida nas entrevistas a seguir:

[...] a gente tem que sentir abraçada pela doula porque é realmente um processo muito, muito, muito sensorial, né? Eu falo que é extra-sensorial, a gente, tem que se sentir abraçada pela profissional, eu tinha que me sentir à vontade e ela foi entregue assim pra mim por Deus. [...] (Mãe 2).

[...] a doula é uma ponte, um intermédio entre o conhecimento que a mulher tem que acessar para ter uma boa experiência de parto [...] (Doula 3)

É possível perceber nas falas acima que, além da assistência prestada a mulher, onde a princípio foi quem a procurou, ela também, presta assistência a rede de apoio onde essa mãe está inserida. Servindo como suporte a todos que estão ao seu redor, em busca de proporcionar uma boa experiência de parto a todos os envolvidos.



Rodrigues e Siqueira (2008) conferem o que os relatos acima demonstram. Para os autores as pacientes explicam que a comunicação significativa e a presença constante das doulas fizeram o diferencial no atendimento às parturientes que as compararam com uma “mãe”, “anjo” e “fada”. Nessa pesquisa para algumas das informantes que conseguiram o parto normal conforme seu desejo, há uma demonstração de um sentimento de alívio e de uma realização que superou as expectativas. No entanto, a entrevista a seguir traz dados reveladores de uma prática assistida diferentemente das ações referidas pelos autores acima e as informantes sobre essa assistência a mãe na hora do parto e no pós parto.

...Orientou, basicamente, no dia do parto, das orientações básicas, que eu ligasse pra ela, que ela ia me acompanhando, falou da questão do tampão, as características de quando eu perdesse, que poderia não nascer no mesmo dia, poderia demorar até uma semana. Eu tenho varias queixas em relação a ela, é devido isso. E no pós-natal, o meu único contato que eu tive com ela, foi no dia seguinte quando o obstetra teve lá na maternidade, pra dar alta, ela teve junto, e nunca mais, nunca mais tive uma procura dela, pelo contrario, eu quem procurei pra tirar algumas dúvidas, e ela foi bastante direta na resposta “sim, não, ok ok, é é” e pronto, me senti bastante abandonada, podendo assim dizer e, é isso. Meu pré e pós foi assim com ela. (MÃE 4)

A entrevista acima se contrapõe o que Silva, Jorge, Matsue, Ferreira Junior, Barros (2016) referem sobre as ações de doulagem utilizadas, em muitos momentos, como por exemplo as práticas integrativas e complementares no ato assistencial com vistas a uma amplitude de modalidades terapêuticas para fortalecer a capacidade de a mulher partear por parto normal e com o menor número de intervenções possíveis, sendo a escuta acolhedora um dos cuidados propiciadores do vínculo terapêutico sensível.

1542

Sentimentos das mulheres e doulas sobre o parto humanizado

Oliveira et al., (2009), frisam que o trabalho das doulas traz diversos benefícios para todo o conjunto envolvido na assistência ao parto, como minimização do tempo de evolução do parto, diminuição da taxa de cesarianas, diminuição do uso de ocitocina e pedidos de anestesia, menor uso de fórceps e maior possibilidade de aleitamento exclusivo.

É possível perceber nas falas das entrevistadas que o trabalho da doula vai além de uma acompanhante de parto, a doula dá suporte a gestante, tranquilidade, encorajamento e conforto, através de suporte emocional, físico e informativo

[...] a doula é uma ponte, um intermédio entre o conhecimento que a mulher tem que acessar para ter uma boa experiência de parto [...] (Doula3)



[...] dependendo de quem tá acompanhando o parto, uma doula evita que ela passe por uma violência obstétrica então a mulher se sente acolhida [...] (Mãe 4)

Ferreira Junior e Bastos (2016) afirma que nesse âmbito, a humanização do parto aparece como movimento que visa devolver à mulher seu papel de protagonista durante o período gestacional e parto, com menor intervenção profissional. As entrevistas a seguir conferem a tese dos autores acima,

[...] Fazer com que essa mulher entenda o que é um parto humanizado e que ela de fato, busque esse parto humanizado, com autonomia, com consciência, entendendo o próprio corpo e de fato consiga viver isso de uma forma plena. [...] (Doula 2)

[...] eu acredito que a participação dela no parto humanizado é fundamental, por isso, porque ela se vincula a você, em como você quer um parto, a como você quer ser respeitada, ao que você quer fazer, até onde você que ir [...] (Mãe 4)

Nesse contexto Grécia et al (2019) reconhecem que a presença da doula durante o parto tem contribuído para a melhoria da qualidade dos serviços obstétricos destinados diretamente às parturientes e para as instituições de saúde no tocante à elevação dos indicadores de saúde relacionados à prestação de serviço obstétrico. A entrevista a seguir demonstra refere a observação dos autores acima,

[...]Então o meu trabalho eu acredito que ele tem uma potência de transformação social. [...]eu acredito que existe uma potência de transformação no trabalho da doula, para além disso eu acho que também é político” (Doula 1)

É perceptível a potência que a doulagem proporciona a essas mulheres no ambiente de parto. Sabe-se dos desafios enfrentados na hora de parir, mas a humanização, se faz necessária para que esse momento, sendo possível mudar toda a história dessa mãe com a parto que viera acontecer.

Nesse sentido, reconhecemos que o papel da doula é significativo na atenção às mulheres durante a evolução do trabalho de parto, visto que, as mesmas prestam constante apoio emocional por meio de atitudes, como: segurar a mão das mulheres, trabalhar técnicas de respiração, encorajar e tranquilizar. O acompanhamento por doulas contribui para a redução do tempo em trabalho de parto, bem como do uso de analgésicos e fórceps e da realização de cesarianas. Para a entrevistada a experiência no ambiente hospitalar não foi agradável,

Realmente as minhas expectativas foram bem diferentes do que realmente aconteceu, eu achava que meu trabalho de parto ia ser bem demorado, Então, acabei que subestimei, eu comecei a sentir dores por volta de uma e pouco da tarde e fiz o contato com a doula, ela veio, me examinou, com menos de 40min eu tava com 4cm

e mais 40 min já estava com 8 cm, resumindo, 17:25 meu bebê nasceu, eu tinha feito, apesar de ter acontecido ..tudo diferente, eu tinha idealizado... idealizei e minha expectativa era de poder usar a banheira que eles tem lá, eu romantizei muito o parto, e foi uma coisa bem de novela mesmo, deitada, amarrada com um lençol, e coloca força. E acabei passando por uma episiotomia, que em momento algum da minha vida eu tinha a expectativa de passar por isso, e é uma das minhas queixas, que até hoje não sei, se realmente foi necessário passar por isso. Mas assim, minha expectativa era que fosse tudo muito romântico, aquela coisa na luzinha, devagar, numa banqueta, e uma coisa mais demorada, que eu fosse tomando ar e voltando, cansa e descansa, mas não! Foi uma coisa meio avassaladora, muito rápido, e acabou que fugiu do controle.(MÃE 4)

O relato acima vai de encontro do que afirmam a ambiência hospitalar quando refere-se ao tratamento dado ao espaço físico, social, profissional e de relações interpessoais. Este conceito está diretamente envolvido com a assistência à saúde, devendo, portanto, proporcionar uma atenção acolhedora, resolutiva e humana. A consolidação da humanização exige, portanto, o compromisso com a ambiência nos seus três eixos norteadores: construção de espaço que vise à confortabilidade, à produção de subjetividades, e que possa ser utilizado como ferramenta facilitadora do processo de trabalho (BRASIL, 2004).

Conclusão

Com tudo que foi exposto, podemos concluir que, por meio da doula, as mães conseguem, em sua grande maioria, ter uma experiência boa de parto e pós-parto, através das informações dadas durante todo o tempo de acompanhamento. Tornando mais positiva, com poucas ou até nenhuma intercorrência médica durante o parto, ressignificando a vivência dessa mulher. Nas falas das entrevistadas foi possível perceber o quanto o vínculo doula-mãe no parto humanizado fez a diferença para elas e para seu parto, isso é importante para observarmos que a doula pode transformar o ambiente de parto onde essas mulheres estão. Portanto, a guisa de conclusão é significativo pontuar que a proposta desse estudo é de fomentar um debate dirigido não a doença ou a desordem, mas que visa ampliar a saúde e o bem estar dessas mulheres que optam pelo parto natural e o vínculo mãe- doula no momento do nascimento de seu filho e sobretudo, a de promover saúde com um olhar com vistas na saúde coletiva.

Referências

BARBOSA, M. B. B et al. Doulas como dispositivos para humanização do parto hospitalar: do voluntariado à mercantilização. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 42, n. 117, p. 420-429, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811706>.

1544



BRASIL, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS (BR). Hospitais formalizam participação no projeto em prol do parto normal. Brasília: ANS; 2015

BRASIL, Ministério da Saúde (BR). Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal. Relatório de recomendação. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. Cartilha Humaniza SUS: Humanização do parto e do nascimento. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46

BRASIL. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: política nacional de humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS (2a ed.). Brasília, DF(2004)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde; 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. Humanização do parto e do nascimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CASSIANO, A. C. M. et al.. Saúde materno infantil no Brasil: evolução e programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde. **Rev Serv Público**, 2014;

COSTA M. V. F, et al. Apoio emocional oferecido às parturientes: Opinião das doulas. **Rev Enferm Atenção Saúde**, 2013.

CUNHA, K. J. B, GOMES, L. S. V, e SANTOS, R. M. A. O vivido de mulheres no parto humanizado. **Revista Interdisciplinar NOVAFAPI**, Teresina. v.5, n.2, p.32-38, Abr-Mai-Jun. 2012.

DOMINGUES R. M. S. M. *et al.* Processo de decisão pelo tipo de parto no Brasil: Da preferência inicial das mulheres à via de parto final. **Caderno saúde Pública**, 2014.

1545



FERREIRA, A. R.; BARROS, N. F. de. Motivos para atuação e formação profissional: percepção de doulas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 26, n. 4, p. 1395-1407, out. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312016000400017>.

FLICK, U. A pesquisa qualitativa online: a utilização da Internet. In:_____. Introdução a pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para a internet. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

GOMES, A. R. M. *et al.* Assistência de enfermagem obstétrica na humanização do parto normal. **Rev Recien**. 2014;

GRECIA, L. M. R.; LOPES, N. L., DIAS, V. P.; MOISÉS, M. S. Percepção e ações de doulas no processo de humanização do parto. **REME – Rev Min Enferm**. 2019[citado em];23:e-1209. Disponível em: DOI: 10.5935/1415-2762.20190057

GRIBOSKI, R. A.; GUILHEM, D. Mulheres e profissionais de saúde: o imaginário cultural na humanização ao parto e nascimento. *Texto e Contexto em Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 107-114, 2006.

LEÃO, V. M.; OLIVEIRA, S. M. J. V. de. O papel da doula na assistência à parturiente. **REME : Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 10, n. ja/mar. 2006, p. 24-9, 2006.

LEGUIZAMON JUNIOR, T.; STEFFANI, J. A.; BONAMIGO, E. L. Escolha da via de parto: expectativa de gestantes e obstetras. **Rev Bioét**. 2013; ,

MENDES, C. M. A pesquisa online: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. **Hipertextus**. 2009 [citado 2019 jul 15]. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume2/Conrado-Moreira-MENDES.pdf>

NASCIMENTO, R. R. P. do *et al.* Escolha do tipo de parto: fatores relatados por puérperas. **Rev Gaúcha Enferm**. 2015;

OLIVEIRA, SC; OLIVEIRA, MC; ROSA, RAO; CARDIDO, JLA; BARBOSA, PG; ACILI, TG. Conhecimentos dos profissionais de saúde sobre as doulas em uma maternidade do recife, Pe. **Rev. Enferm**. UFPE online, n° 03, Ed. 01, Jan/Mar, 2009.

1546



RATTNER, D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: Breve referencial teórico. Interface: **Comunicação, Saúde, Educação**, 2009.

RODRIGUES, A. V., SIQUEIRA, A. F. Sobre as dores e temores do parto: dimensões de uma escuta. **Rev. Bras. Saúde Matern Infantil**, 2008.

RODRIGUES AV, SIQUEIRA AF. Sobre as dores e temores do parto: dimensões de uma escuta. **Rev. Bras. Saúde Matern Infantil**. 2008

ROMERO, A. S. **CONHECIMENTO DO PAPEL DA DOULA NA FASE DA GESTAÇÃO, PARTO E PÓS-PARTO**. 2017. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Fisioterapia, Universidade Federal de Santa Catarina –ufsc, Rio Claro, 2017.

SANTOS D. S.; NUNES I. M. Doulas na Assistência ao Parto: Concepção de Profissionais de Enfermagem. **Esc Anna Nery Rev Enfermagem**, 2009.

SANTOS-NETO, E.T. *et al.* Políticas de saúde materna no Brasil: Os nexos com indicadores de saúde materno-infantil. **Saúde e Sociedade**, 2008.

SILVA, L. M.; BARBIERI, M.; FUSTINONI, S. M. Vivenciando a experiência da parturição em um modelo assistencial humanizado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2011.

1547

SILVA R.M, JORGE HMF, MATSUE RY, FERREIRA JUNIOR AR, BARROS NF. Uso de práticas investigativas e complementares por doulas e maternidades de Fortaleza (CE) e Campinas (SP). **Saúde Soc**. 2016.

SILVA, R. M. da *et al.* Evidências qualitativas sobre o acompanhamento por doulas no trabalho de parto e no parto. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2012.

SODRÉ, T. M. *et al.* Necessidade de cuidado e desejo de participação no parto de gestantes residentes em Londrina - Paraná. **Texto Contexto Enferm**. 2010;

SOUZA, K. R. F.; DIAS, M. D. História oral: A experiência das doulas no cuidado à mulher. **Acta Paul Enferm**. 2010;

INTRODUÇÃO DA CULTURA MAKER COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO TREINAMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS DO PROJETO EXTENSIONISTA DA UNIVERSIDADE DE VASSOURAS CAMPUS MARICÁ

Karen Novaes Castellar¹

Lana da Silva Josephino²

Lidiane Dias Reis³

Marco Aurélio Machado Santos⁴

Mayara Silva Santos⁵

Introdução

A Cultura *Maker* parte do princípio da filosofia "*Do it Yourself*" (DiY) ou "faça você mesmo", esse movimento é fortemente centrado na ideia de que as pessoas aprendem melhor e desenvolvem habilidades valiosas ao criar coisas por si mesmas. O termo "*maker*" refere-se a uma pessoa que se dedica a criar e construir coisas, seja por interesse pessoal, por paixão ou como uma abordagem prática para resolver problemas e inovar. Dale Dougherty, fundador da revista *Make: Magazine*, foi uma figura central na popularização da cultura *maker* e na divulgação da filosofia "aprender fazendo" para uma audiência mais ampla. Ressalta-se que essa revista tem sido uma plataforma importante para compartilhar projetos, ideias e inspiração dentro da comunidade *maker*. Além disso, o movimento também é impulsionado pelas tecnologias de fabricação digital e pela disseminação de espaços compartilhados conhecidos como "*makerspaces*" ou "*fab labs*". Esses locais proporcionam acesso a ferramentas e máquinas de alta tecnologia, permitindo que os *makers* criem projetos mais complexos e aprimorem suas habilidades. Esses "fazedores" são motivados pela curiosidade, pela necessidade de expressar sua criatividade e pela vontade de aprender através da prática. Nesse sentido, diversos setores já introduziram essa cultura em variados contextos, como escolas, bibliotecas, museus, assim

1548

¹ Karen Novaes Castellar: Graduada de Enfermagem 4º Período Universidade de Vassouras Campus Maricá. Email: karennovaescastellar@gmail.com

² Lana da Silva Josephino: Graduada de Enfermagem 7º Período Universidade de Vassouras Campus Maricá. Email: lanasamurj@gmail.com

³ Lidiane Dias Reis: Dra. Neurociência pelo Instituto Fio Cruz e Docente da Universidade de Vassouras do Curso de Enfermagem Campus Maricá. Email: lidiane.reis@univassouras.edu.br

⁴ Marco Aurélio Machado Santos: Graduando de Enfermagem 10º Período Universidade de Vassouras Campus Maricá. Email: marcoterapia@gmail.com

⁵ Mayara Silva Santos: Graduada de Enfermagem 7º Período Universidade de Vassouras Campus Maricá. Email: mayarasilvasantos1996@gmail.com

como a área da saúde por meio de programas que promovem a educação em saúde e o autocuidado. Destaca-se que esse movimento oferece diversas contribuições significativas para a aprendizagem e pode ser uma ferramenta valiosa no processo de ensino. A definição apresentada por Stella et al. (2018) destaca dois aspectos centrais que explicam a natureza da Cultura *Maker*. A primeira refere-se à construção de artefatos, a qual a autora enfatiza que a Cultura *Maker* enfatiza a importância da construção de artefatos, que podem ser tanto físicos quanto digitais. Através da criação prática de projetos e protótipos, os alunos são incentivados a aplicar o conhecimento teórico em situações reais, tornando o aprendizado mais significativo. Ao criar algo tangível, os estudantes podem ver como os conceitos e princípios teóricos se traduzem em aplicações práticas. E a segunda definição da autora está relacionada ao compartilhamento com a comunidade. Pois compartilha o processo de fabricação e/ou produto criado com uma comunidade de fabricantes. Isso enfatiza a colaboração e o aprendizado em grupo, onde os *makers* trocam ideias, fornecem *feedback* e aprendem uns com os outros. Esse compartilhamento também pode ocorrer através de plataformas online, fóruns e eventos *maker*, o que amplia ainda mais o alcance e o impacto do aprendizado colaborativo. Sendo assim, percebe-se que o projeto extensionista da Universidade de Vassouras do Curso de Enfermagem é um programa que usa a Cultura *Maker* com o objetivo de promover a educação em saúde e o autocuidado com diversos cursos sobre as temáticas de primeiros socorros, abordando o suporte básico de vida, suporte avançado de vida e a Lei Lucas criada em 2017. Os participantes do projeto aprendem a usar ferramentas e materiais simples para criar kits de primeiros socorros, jogos educativos e outras ferramentas de saúde, contudo tem a oportunidade de aprender e construir saberes com o foco em desenvolver habilidades de resolução de problemas e criatividade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Cultura *Maker* é uma ferramenta poderosa podendo ser usada para desenvolvimento e educação em saúde além do autocuidado. Ela é uma linguagem divertida e envolvente onde sua abordagem pode ajudar as pessoas a aprenderem sobre saúde de uma forma fácil e na prática trazendo para a realidade a linguagem antes só conhecida de forma teórica dando maior significância ao que foi aprendido.

1549

Objetivos

Analisar a Cultura *Maker* e como ela pode ser implantada na formação do profissional de saúde; ampliar o conhecimento e habilidades dos acadêmicos na área de saúde, incentivando a sua criatividade na resolução de problemas inerentes ao setor e apontar alguns benefícios proporcionados pela adoção desse movimento no setor da saúde.



Metodologia

Pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa a partir da revisão de literatura. O levantamento de dados ocorreu no site da SciELO e Google Acadêmico, os quais forneceram aporte teórico para a elaboração deste texto. A seleção das obras seguiram os seguintes critérios: Artigos em português, na íntegra e publicados há 5 anos.

Resultados

Espera-se com este estudo ampliar os conhecimentos relacionados à resolução de problemas e tomadas de decisão dos futuros profissionais de enfermagem. Assim como, incentivá-los a utilizar a sua criatividade no ofício da sua profissão.

Conclusão

A incorporação da Cultura *Maker* na formação de estudantes de enfermagem tem o potencial de trazer inúmeros benefícios e impactos positivos para a educação e para a prática futura desses profissionais. Ao enfatizar a aprendizagem prática, a resolução criativa de problemas e a promoção da criatividade, a Cultura *Maker* pode ajudar a preparar os futuros enfermeiros para enfrentar os desafios complexos e em constante evolução do setor de saúde. Através da construção de artefatos e da aplicação prática do conhecimento teórico, os estudantes podem ganhar uma compreensão mais profunda e significativa dos conceitos essenciais para a enfermagem. Além disso, ao compartilhar suas experiências e projetos com a comunidade *maker*, eles têm a oportunidade de colaborar, receber *feedback* e aprender com outros fabricantes, fortalecendo suas habilidades de trabalho em equipe e capacidade de colaborar.

1550

Referências

FÜHR, Regina Cândida. Dilúvio Digital e seus impactos na educação 4.0 e indústria 4.0 - Investigação em Governança Universitária: Memórias [Internet], 2018 Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=+educa%C3%A7%C3%A3o+4.0&oq=#d=gs_qabs&u=%2>. Acesso em: 25 de jul. de 2023.

FÜHR, Regina Cândida. Educação 4.0 e seus impactos no século XXI.V Congresso Nacional em Educação, [Internet] 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD4_SA19_ID5295_31082018230201.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2023.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

SILVA, Marcio Roque dos Santos da. Tecnologias digitais associadas à Indústria 4.0 na formação profissional: um estudo de caso no CCET/UFS. São Cristóvão, SE, 2018. **Monografia** (graduação em Administração) – Departamento de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/10502>>. Acesso em: 25 de jul. de 2023.

SILVA, Rafaela Carolina da et al . Makerspace e biblioterapia em hospitais: um estudo bibliométrico. **Palavra chave**, Ensenada, v. 11, n. 2, e155, abr. 2022. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122022000100155&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 25 de jul. de 2023.

STELLA, A. L. et. al. **BNCC e a Cultura maker: Uma Aproximação na Área na Matemática para o Ensino**. UNICAMP, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331097052_bncc_e_a_cultura_maker_uma_aproximacao_na_area_da_matematica_para_o_ensino_fundamental. Acesso em 25 de jul. 2023.

1551



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DESENVOLVIMENTO DE RPA DE BAIXO CUSTO PARA SUPRIR A DEMANDA DE ENSINO E PESQUISA NO CCA – UFPB

Jheyson Érick Dantas da Silva¹
Renan Aversari Câmara²
Eduardo Luã Fernandes da Silva³
Marcos André Cardoso da Silva⁴
Valéria Peixoto Borges⁵

Introdução

A aeronave remotamente pilotada – RPA (sigla na língua inglesa) pode ser de asa fixa ou rotativa, dentre outros modelos de plataforma. Os drones de asa fixa têm vantagens, como maior velocidade, cobertura, segurança, autonomia e capacidade de carga. Eles são usados em diversas áreas das geociências com o intuito de obtenção de dados.

Um RPA pode ter aplicações civis e militares, sendo mais desenvolvidos por países como Estados Unidos, Israel e China para o uso bélico. No Brasil, os drones de asa fixa são mais voltados para o uso civil e custam cerca de US\$ 30.000. A fabricação de drones se tornou mais acessível com o avanço dos eletrônicos mais baratos e potentes.

O desenvolvimento de produtos "open hardware" e "open software" tornou os controladores de voo mais acessíveis e avançados, permitindo o uso de plataformas de asa

1552

¹ Graduando em Engenharia Agrônoma. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias. (UFPB/CCA).

Areia/ Paraíba/Brasil. E-mail: jheyson.dantas@academico.ufpb.br

² Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/Paraíba/Brasil.

E-mail: a.c.renan@gmail.com

³ Graduando em Engenharia Agrônoma. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias. (UFPB/CCA).

Areia/ Paraíba/Brasil. E-mail: eduardo.fernandes@academico.ufpb.br

⁴ Graduando em Engenharia Agrônoma. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias. (UFPB/CCA).

Areia/ Paraíba/Brasil. E-mail: marcos.andre2@academico.ufpb.br

⁵ Professora do Departamento de Solos e Engenharia Rural da Universidade Federal da Paraíba. Engenheira Agrônoma graduada pela Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e doutora em Meteorologia pela Universidade Federal de Campina Grande. Email: valeria.borges@academico.ufpb.br



fixa para diversas aplicações. No Brasil, essas plataformas foram validadas por trabalhos pioneiros de Medeiros (2007) e Longhitano (2010).

Uma das áreas de pesquisa do Laboratório de Instrumentação e Física Aplicada (LIFA) do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba é o desenvolvimento de plataformas aéreas não tripuladas de asa fixa para aplicações agrícolas. Essas plataformas são construídas com materiais de baixo custo, como fibra de vidro e peças impressas em 3D, visando reduzir os custos de produção e manutenção. Portanto o objetivo desse trabalho é apresentar a metodologia e o desenvolvimento de um modelo de plataforma de asa fixa que vem sendo desenvolvido e testado no LIFA, sem fazer comparações técnicas com outros modelos existentes. O trabalho aborda os aspectos de projeto, construção, montagem, instrumentação e controle da plataforma.

Metodologia

A plataforma do RPA foi projetada com o objetivo de proporcionar facilidade no manuseio e manutenção, bem como um baixo custo de construção. Trata-se de um equipamento que pode ser utilizado para diversas finalidades, como monitoramento ambiental, mapeamento de áreas, agricultura de precisão, entre outras. A plataforma possui um corpo central espaçoso, onde estão alojados os componentes eletrônicos, como a bateria, o controlador de voo, o GPS e o transmissor de vídeo, dentre outros componentes de hardware.

O projeto está em plena fase de desenvolvimento, o RPA será capaz de realizar voos autônomos para diversas finalidades, como monitoramento ambiental, mapeamento de áreas, inspeção de infraestruturas, entre outras. Como o projeto ainda está em andamento, não dispomos de dados concretos sobre a autonomia de voo por hectares que o drone pode alcançar. No entanto, tem-se trabalhado intensamente na construção do sistema de voo autônomo, o sistema de controle é baseado na iniciativa open source ARDUPILOT, possibilitando o incremento dos mais diversos instrumentos destinados ao monitoramento ambiental, tal sistema permitirá ao RPA seguir uma rota e ou missão pré-definida sem a necessidade de intervenção humana. Além disso, o projeto aerodinâmico da aeronave vem sendo aprimorado, buscando aumentar a segurança de voo, confiabilidade dos dados de telemetria e autonomia do equipamento, bem como a capacidade de transportar cargas úteis maiores, caso sejam requeridas para alguma atividade específica.

O desenvolvimento da plataforma vem utilizando fibra de vidro e filamento ABS para impressora 3D, ambos os materiais são conhecidos por sua resistência a impactos, boa resistência térmica, durabilidade e leveza. São materiais amplamente conhecidos e utilizados por suas qualidades na indústria aeronáutica e automotiva.

Esta plataforma pode movimentar-se em todos seus três eixos em relação ao seu centro de gravidade. Os dois ailerons/profundores são responsáveis pelo controle do ângulo de

rolagem (ϕ), permitindo inclinação para a esquerda e direita, assim como o ângulo de inclinação (θ) para cima ou para baixo. Essa plataforma também possui o controle de leme, sendo assim também é capaz de realizar movimentos de guinada lateral (ψ) para a esquerda e direita.

A plataforma de asa fixa é composta por vários componentes de hardware e software que trabalham em conjunto para o voo. Os componentes de hardware são a estrutura externa, o motor, hélice, servos motores, baterias de lipo, controladora, telemetria, o receptor e o sensor de velocidade e pressão. O sistema GNSS e alguns sensores estão em desenvolvimento e até o momento não foram instalados na aeronave, bem como todo o projeto de voo autônomo que ainda está em desenvolvimento, o VARP será totalmente autônomo, sendo necessário apenas que o operador faça o plano de voo e dê o start para que o drone o execute, desde a decolagem à aterrisagem.

O projeto da aeronave utiliza um motor *brushless outrunner* D3536 da marca DYS, que tem uma rotação de 750Kv, uma corrente máxima de 50 A e um peso de 102 g. Esse motor funciona com baterias LiPo de 2 a 4 células e gera uma tração estática máxima de 1050 g, é um motor de baixo custo e confiável.

A drone tem o motor e a hélice na parte traseira, atrás do centro de gravidade, o que permite que a hélice empurre o ar para trás e impulsione a aeronave para a frente. A hélice tem um tamanho proporcional à plataforma, um passo que indica a distância percorrida em uma rotação e um número de pás que influencia na eficiência.

As baterias de polímero de lítio (LiPo) são as mais comuns em drones, pois têm alta tensão e capacidade. As utilizadas aqui são formadas por células de 3,7 V que podem ser combinadas em séries (S) para aumentar a tensão. A capacidade da bateria é medida em mAh (miliampere-hora) e a taxa de descarga em C (coulomb). Quanto maior a capacidade e a taxa de descarga, maior a autonomia e a potência do drone, mas também maior o peso e o custo da bateria.

A escolha da bateria depende do tipo de missão que o drone vai realizar, considerando fatores como tempo de voo, distância percorrida e temperatura ambiente. Não há uma regra única para determinar a melhor configuração da bateria, mas uma recomendação é que o peso da(s) bateria(s) não ultrapasse 2/3 do peso total do drone, para evitar uma perda de eficiência. A relação entre o peso das baterias e o desempenho do drone é um dos fatores que limita a autonomia do voo.

Resultados

A plataforma tem uma grande capacidade de carga e pode levar vários tipos de sensores, como câmeras de diferentes espectros, RADAR, LIDAR e outros. O objetivo é usar esses sensores para obter informações sobre a vegetação.

1554



Um dos sensores que será usado é uma câmera que permite calcular o índice NDVI, o índice *Normalized Difference Vegetation Index*, ou em português, índice de vegetação de diferença normalizada é um indicador numérico que mede o estado e a densidade da vegetação em uma imagem de VARP e ou satélite. Ele é calculado pela diferença entre a refletância da luz no infravermelho próximo e no vermelho visível, dividida pela soma dessas refletâncias. tal índice varia de -1 a 1, sendo que valores negativos indicam água, nuvens ou neve, valores próximos de zero indicam rochas ou solo descoberto, valores entre 0,2 e 0,3 indicam arbustos e prados, e valores entre 0,6 e 0,8 indicam florestas temperadas e tropicais. O NDVI pode ser utilizado para estimar a saúde das plantas, a produção primária, a umidade do solo e o risco de incêndios florestais. Resumidamente, esse índice é obtido pela diferença normalizada entre a radiação infravermelha e a vermelha, que são refletidas pelas plantas, o intuito do projeto é utilizar o NDVI para monitorar o crescimento, a produtividade e o estresse da vegetação.

O RPA que vem sendo desenvolvido no Laboratório de Instrumentação e Física Aplicada (LIFA) do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba é uma plataforma versátil, que visa trazer tecnologia, confiabilidade, segurança e precisão para a agricultura com um valor acessível, bem como para qualquer outra atividade que se faça necessário o emprego de um drone que possua uma maior autonomia de voo, maior velocidade, maior estabilidade, e uma maior capacidade de carga se comparado a um quadricóptero, sendo assim, o emprego de um drone de asa fixa de baixo custo é uma opção interessante para as mais diversas aplicações.

Imagens

Abaixo estão algumas imagens que mostram algumas etapas de desenvolvimento do RPA no Laboratório de Instrumentação e Física Aplicada (LIFA), do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba.

1555



2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Imagem 1: RPA em desenvolvimento:



Imagem 2: Motor elétrico e hélice do RPA.



1556

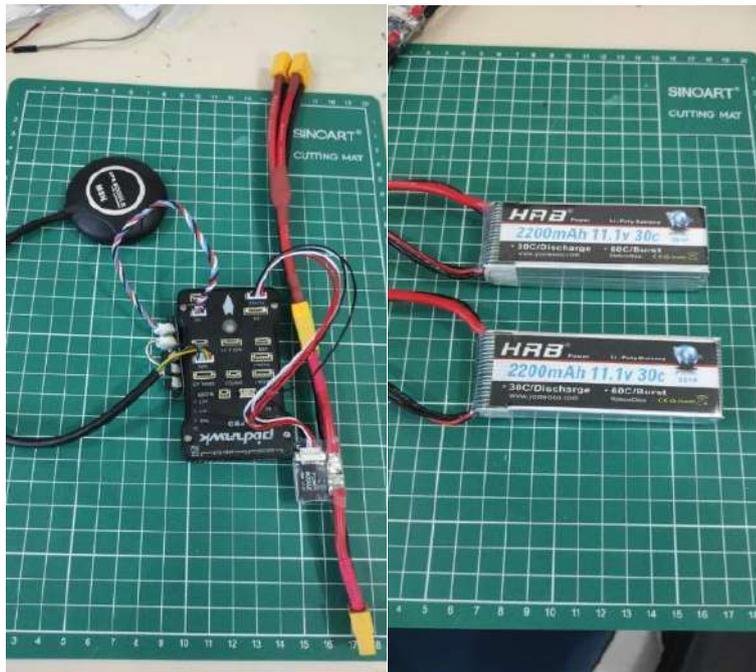
2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Imagem 3: Frente do RPA com câmara do sistema FPV e Tubo de Pitot.



Imagem 4: Controladora Pixhawk Pro, sistema de GPS e baterias de Li-Po.



1557

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Referências

EISENBEISS, Henri. UAV photogrammetry. Ethz.ch, 2022. Disponível em: <<https://www.researchcollection.ethz.ch/handle/20.500.11850/20976>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

Longhitano, G. A. (2010). VARPs para sensoriamento remoto: aplicabilidade na avaliação e monitoramento de impactos ambientais causados por acidentes com cargas perigosas. Dissertação de mestrado. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 148p.
Medeiros, A. F. (2007). Desenvolvimento de um veículo aéreo não tripulado para aplicação em agricultura de precisão. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. 122p.

MESCOLOTI, Andre; LEANDRO LUIZ ALMEIDA; DANILLO ROBERTO PEREIRA; et al. DESENVOLVIMENTO DE UM VARP AUTÔNOMO UTILIZANDO HARDWARE E MATERIAIS DE BAIXO CUSTO. Colloquium Exactarum. ISSN: 2178-8332, v. 10, n. 1, p. 41–50, 2018. Disponível em: <<https://journal.unoeste.br/index.php/ce/article/view/2317>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NEX, Francesco; FABIO REMONDINO. UAV for 3D mapping applications: a review. v. 6, n. 1, p. 1–15, 2014. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s12518-013-0120-x>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

1558



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

RIO EDUCA EM CASA: A PANDEMIA DE COVID-19 IMPULSIONANDO NOVAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Estevão Nicholas Rosário dos Santos¹
Halysom Manosso²
Luciana Ferreira Furtado de Mendonça³

Introdução

O presente estudo é produto da iniciação científica, na Faculdade Unyleya, com a participação de dois licenciandos e uma professora do curso de Pedagogia. A Unyleya é uma instituição de ensino brasileira que oferta cursos de graduação e pós-graduação, na modalidade a distância, sendo que uma das características únicas desta pesquisa foi a sua realização plenamente on-line, com o uso de estratégias e ferramentas das tecnologias digitais para análise e diálogo, ao longo de todo o desenvolvimento do projeto. O objeto de estudo foi escolhido pelos estudantes, que submeteram o documento em parceria, apontando as estratégias metodológicas e bibliográficas a serem adotadas.

A partir dos desafios vivenciados pela comunidade educacional na pandemia de COVID-19, com a urgência do distanciamento físico, bem como a urgência dos registros das experiências dos cotidianos vivenciados pelos (a) docentes, surgiu a investigação aqui apresentada. Os (a) autores (a) consideraram que as narrativas dos (a) docentes da Educação Básica precisavam ser destacadas para possíveis compreensões e análises futuras, visando estratégias e ações públicas adequadas aos mais diferentes contextos do nosso país. Para o recorte necessário, como objetivo de viabilizar a pesquisa, foi escolhido o município do Rio de Janeiro, especialmente, por ser o lócus profissional de um dos integrantes da equipe de estudo. As unidades de ensino do município do Rio de Janeiro apresentam diferentes características em sua formação, sendo considerada a maior Rede educacional pública da América Latina.

E, valorizando essas especificidades, apresentamos as narrativas de determinados professores (a), da rede municipal do Rio de Janeiro, sobre suas práxis, bem como as necessidades e os desafios vivenciados sobre a relevância do uso do aplicativo “*Rioeduca em Casa*”.

Primeiramente, é preciso compreender a proposta do “*Rioeduca em Casa*” concebido como uma plataforma educacional e gratuita, para os (a) estudantes matriculados (a), com o objetivo de

1559

¹Faculdade UNYLEYA, estevaonrsantos@gmail.com

²Faculdade UNYLEYA, m.halysom@hotmail.com

³Faculdade UNYLEYA, prof.lucianamendonca@unyleya.edu.br



facilitar o acesso ao ensino remoto e a adoção do hibridismo. Por não consumir dados da internet do usuário, facilitava a divulgação de aulas ao vivo e/ou gravadas, acesso ao *Google* sala de aula e outros materiais didáticos para o estudo remoto. Também foi possível compartilhar materiais coletivos e atividades específicas, de acordo com as necessidades de cada público-alvo, possibilitando a realização de *feedback* pelos (a) professores (a) e armazenamento do conteúdo para consultas futuras.

E para compreendermos, a partir da perspectiva docente, como essas práticas podem influenciar o impulsionamento de novas estratégias inovadoras foram selecionados (a), aleatoriamente, professores (a) da Rede, de diferentes segmentos e unidades de ensino. A partir das entrevistas semi-estruturadas realizadas, por meio do aplicativo TEAMS, com todas as narrativas transcritas e categorizadas de acordo com as orientações e referenciais metodológicos de Bardin (2011). Foi possível organizar o material transcrito em sete categorias formadas por palavras-chaves e representativas. Essas categorias apoiaram a análise, tendo em vista as possibilidades de organização das falas ricas e repletas de sentidos dos (a) professores (a) participantes do estudo. É importante destacar que o trabalho por ser fluído e rico em significados, não se esgota nos deslocamentos e interpretações registrados neste artigo, mas propiciam uma, inicial, compreensão das práticas educativas, bem como as necessidades persistentes para o impulsionamento do uso das tecnologias digitais e de uma educação inovadora.

Objetivos gerais

da Ed

Relatar as ações pedagógicas adotadas pela rede de ensino do município do Rio de Janeiro, ao longo do contexto pandêmico, refletindo sobre a práxis dos (a) docentes, bem como as necessidades e os desafios vivenciados por este grupo, em especial, sobre a relevância do uso do aplicativo "Rioeduca em Casa".

Identificar artigos científicos, no periódicos CAPES nos dois últimos anos, que destaquem as experiências dos (a) professores (a) da Educação Básica no contexto pandêmico da COVID-19; Compreender os desafios e as lições exitosas, a partir da perspectiva docente, vivenciadas no contexto pandêmico da COVID-19.

Referenciais teóricos metodológicos

Percursos construídos em colaboração com os (a) participantes da investigação

Lido com indivíduos que narram suas experiências, contam suas histórias de vida para um pesquisador próximo, às vezes, conhecido. As preocupações, os temas cruciais são, em geral, comuns a entrevistados e entrevistador. A conversa não é sobre crenças e costumes exóticos à socialização do pesquisador. Pelo contrário, boa parte dela faz referência a experiências históricas, no sentido mais amplo, e cotidianas também do

1560



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

meu mundo, e as minhas aflições e perplexidades. Eu, o pesquisador, ao realizar entrevistas e recolher a histórias de vida, estou aumentando diretamente o meu conhecimento sobre a minha sociedade e o meio social em que estou mais diretamente inserido, ou seja, claramente envolvimento num processo de autoconhecimento (VELHO, Gilberto, 1989, p. 16).

Ao considerarmos o exercício cotidiano, a práxis docente, se faz necessário o desenvolvimento de uma escuta cuidadosa, sensível, um entendimento para além da nossa visão restrita de mundo, tendo em vista que adentramos num amplo universo repleto de significados e saberes próprios (MACEDO, 2015). Conhecer a experiência é fundamental para o reconhecimento dos processos cotidianos, bem como para a construção de um novo papel do (a) pesquisador (a), que se reconstrói por meio de cada encontro, aprendendo a investigar e a observar a complexidade humana. Neste sentido, o conhecimento de cada indivíduo, sua história de vida, constitui-se num manancial abundante de dizeres e fazeres, propiciando diálogos que nos forma e nos transforma, por meio de cada narrativa, repleta de lutas, significados e perspectivas singulares.

E, nesta jornada única, tendo como premissa “*compreender compreensões*” (MACEDO, 2015, p.32), respeitando o espaço tempo de cada participante, traçamos os percursos metodológicos deste estudo, conforme apresenta o infográfico na Imagem 1:

1561



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Imagem 1- Descrição das etapas investigativas utilizadas no estudo.



1562

Fonte: Autores, 2023.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo buscar referências de práticas e perspectivas docentes no contexto nacional, foi realizada de forma sistemática, a partir de uma revisão da

literatura, no Periódicos Capes, com as seguintes palavras-chaves: pandemia, COVID-19 e educação básica. Essa investigação possibilitou encontrar diferentes abordagens e relatos de experiências no formato de artigo científico (n=283): 1) análise das políticas públicas; 2) descrição dos desafios vivenciados pelos docentes e gestores educacionais; 3) ações referentes à formação inicial e continuada docente e 4) relatos dos docentes sobre suas perspectivas. Para melhor compreendermos o estado da arte, do município do Rio de Janeiro, locus de investigação deste estudo, adicionamos a palavra-chave “Rio de Janeiro” e, destes 283 artigos, somente nove (n=9) documentos se adequaram à combinação realizada.

Numa segunda fase, realizamos a leitura cuidadosa dos documentos encontrados na pesquisa, nos periódicos CAPES, realizada e três (n=3) deles não se relacionavam com o objeto de estudo e até mesmo com as palavras-chaves elencadas, de modo que apenas seis (n=6) contribuíram para a análise desta experiência. No quadro 1, apresentamos os seis artigos selecionados, para a busca pretendida:

Quadro 1 - Pesquisa Bibliográfica - Cenário educacional pandêmico no município do Rio de Janeiro.

	AUTORES	TÍTULO	ANO	IDEIAS PRINCIPAIS
1	Priscila Thais da Conceição de Medeiros & Lidiane de Marins Pereira.	Podcasts, Clube de Redação Criativa e Atendimentos Virtuais: novas estratégias para os novos tempos	2021	Fornece percepções sobre as variadas formas de levar o conhecimento aos alunos(a). Abordaram os <i>Podcasts</i> como uma ferramenta essencial para dirigir, discutir e apresentar conteúdos a muitos estudantes, que demonstraram satisfação com o modelo de ensino.
2	Sérgio Rafael Barbosa Silva.	MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE E A PANDEMIA DO COVID-19: reflexos sobre ensino presencial e não presencial	2021	Avaliou a implantação do ensino remoto no Rio de Janeiro, na região de Niterói, enfatizando o 1º ano do ensino fundamental. Apontou que a pandemia inaugurou um novo capítulo no sistema educacional brasileiro, com o ensino em sala de aula virtual concomitante ao presencial. Discorreu sobre outros aplicativos utilizados para se comunicar com os alunos, bem como sinalizou as dificuldades de alfabetizar neste modelo remoto.
3	Ana Ivenicki	A Educação permanente e a formação continuada docente: questões urgentes para um mundo pós-pandêmico	2021	Diz respeito a educação permanente, ou seja, continuada ao longo da vida, incorporada no programa de jovens e adultos, promovendo um <i>continuum</i> com saberes plurais. Além disso, apontou questões econômicas e sociais, salientando uma visão argumentativa de educação pós-pandemia.

1563

4	Felipe Rangel Tavares, Rodrigo Batista Lobato e João Victor Ferreira Teixeira Costa.	Autorias Infantis e suas Cartográfica do Isolamento: Mapas de Significados das Crianças Elaborados Durante o Ensino Remoto	2021	Investigaram as produções de materiais geográficos, por crianças da educação básica, no sistema remoto de ensino, defendendo o processo criativo como a elaboração de mapas cartográficos infantis de vivências, onde os alunos foram instruídos a desenhar mapas de espaços vividos.
5	Alessandro Jatobá, Patrícia Chiattonne Corvello, Paulo Victor Rodrigues de Carvalho e Verônica Eloí de Almeida	Interdisciplinaridade, criatividade e colaboração: um caminho potencializado pelas novas tecnologias digitais	2021	O texto ponderou sobre a inserção das artes nas disciplinas, visando a aprendizagem significativa, onde os alunos do ensino fundamental II, utilizavam as tecnologias digitais juntamente com a criatividade.
6	Renan Lobato de Sá, Felipe Carvalho e Raquel Colacique	Relatos docentes de práticas educativas para inclusão na pandemia: experiências na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro	2021	Tratou da compreensão das práticas educativas da docência para a inclusão de estudantes com deficiências, abordando, também, a precarização do trabalho docente, a ausência de formação continuada e de políticas públicas para a inclusão na pandemia.

1564

Fonte: Autores, 2022.

Dez docentes da rede municipal do Rio de Janeiro contribuíram diretamente com a pesquisa por meio de encontros individuais, previamente agendados e realizados no aplicativo “*Microsoft Teams*”, possibilitando em tempo real, a participação e a interação com áudio e vídeo. Todas as entrevistas semi-estruturadas, tiveram seus próprios contornos, foram gravadas, com a autorização do(a) participante, informando que os dados seriam preservados em anonimato. Recorremos ao uso da técnica da narrativa escrita e oral (MINAYO, 2001), onde permitiu-se um espaço seguro para que os(a) professores(a) pudesse compartilhar as suas vivências, a fim de que coletássemos dados para a comunicação e a investigação das experiências realizadas individualmente e em comunidade, evidenciando as ações e as dificuldades experimentadas a partir das perspectivas de determinados(a) docentes da SME-RJ.

Foram realizadas entrevistas “pilotos” para que o roteiro adotado estivesse adequado às características e aos objetivos da pesquisa, após os acertos necessários, buscamos contemplar a diversidade presente nesta rede municipal, com docentes negros(a), brancos(a), pardos(a), de

diversas faixas etárias e experiência profissional, de diferentes Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), atuantes em diversos segmentos ofertados pela SME-RJ (educação infantil, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais).

Quadro 2- Perfil dos(a) docentes entrevistados(a).

	NOME FÍCTÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA SME-RJ
1	Carla	Professora de Educação Infantil	10 anos
2	Roberto	Professor de Matemática / Ensino Fundamental	22 anos
3	Joana	Professora de Inglês	2 anos
4	Raquel	Professora de Educação Física/ Turma Carioca	-
5	Maria	Professora de Inglês/ Ensino Fundamental	11 anos
6	Tales	Professor de Geografia/ Ensino Fundamental e Turma Carioca	9 anos
7	Paulo	Professor de Educação Física/ Turma Carioca	12 anos
8	Valéria	Professora de Educação Física / Pré-escola	21 anos
9	Rose	Professora de Língua Portuguesa e Disciplinas do Currículo Complementar/ Ensino Fundamental	13 anos
10	Juliana	Professora de História/ Turma Carioca	14 anos

1565

Fonte: Autores, 2022.

Cada encontro foi transcrito, respeitando as orientações teóricas-metodológicas de Bardin (2011), no formato textual, foi realizada a leitura cuidadosa de cada narrativa, por participante. Após uma segunda leitura foram identificadas as questões chaves presentes em ambas transcrições, tornando-as categorias de análise para uma melhor compreensão, traçando com as experiências, também, previamente investigadas na revisão de literatura realizada. Dessa forma, iniciou-se a análise do conteúdo, revisitando sempre que possível e necessário o texto original, mas a partir das sete categorias, a saber: 1) A ausência de evidências sobre as estratégias

pedagógicas adotadas pela SME RJ, especial, a relevância do aplicativo “Rioeduca em Casa”; 2) A adaptação das ações de ensino-aprendizado e a sua oferta em diferentes “tempos” e “espaços” nomeada como “sistema híbrido de ensino”; 3) O uso do aplicativo, para a Educação Infantil, com baixa relevância, tendo em vista, as características do público-alvo, bem como a dificuldade dos familiares no acesso e disponibilização dos dispositivos móveis; 4) O recurso destacado como mais utilizado pelos docentes da Educação Infantil foi o YouTube, muitas vezes, com aulas gravadas e dinamizadas no modelo remoto; 5) A mudança de gestão na secretaria foi determinante para ações contínuas e integradas nas unidades de ensino; 6) A urgência de uma formação inicial e/ou continuada adequada e condizente com os novos modelos de ensino, especialmente, o uso das mais variadas tecnologias, objetivando o engajamento do alunado na participação das aulas propostas e 7) Outras ações adicionadas ao uso do aplicativo, em paralelo ou em substituição.

Resultados finais

Na primeira categoria de análise, *a ausência de evidências sobre as estratégias pedagógicas adotadas pela SME-RJ, em especial, a relevância do aplicativo “Rioeduca em Casa”*, constatou-se a dificuldade em encontrar os registros das práticas vivenciadas pela rede municipal nos últimos dois anos, especialmente, no ano de 2020. Também, foi apontado que não houve, e ainda não há, a integração ou o compartilhamento dessas experiências num único repositório, sendo um desafio a reconstrução dessas memórias para fins de análise e autoavaliação das práticas e políticas implementadas.

1566

Então, acessar esses alunos, foi muito complicado. Embora a prefeitura tenha tentado fazer um aplicativo, né? Que é o Rioeduca em Casa. A gente teve muita resistência dos alunos de acesso. Muitos não conseguiam acessar mesmo, não conseguiam fazer o passo a passo, muitos não queriam e muitos diziam que não tinham como, então para a gente manter esse vínculo com eles, e vínculo com a escola, foi muito difícil. Na verdade, acho que não deu certo na sua totalidade, mas se a gente consegue salvar um ou dois, no meio desse caos que foi, já... É até uma vitória, mas foi muito difícil [Tales]

Então, é, logo no começo, eles não tinha, é, eles não eram atendido, né, o começo, se eu bem me lembro, nós apenas mandávamos relatório, o... Foi, foi de forma gradual que a gente foi começando a atender os alunos, é, primeiro não tinha cobrança nenhuma [Raquel]

A ausência de políticas públicas no âmbito federal e direcionamentos na esfera municipal, também, influenciou as relações a serem constituídas com a comunidade, especialmente, crianças e jovens, que dependem de tutores(a) e responsáveis para o acompanhamento das suas



atividades cotidianas. Portanto, toda comunicação com o (a) estudante da SME-RJ foi mediada por um(a) sujeito que possuía seu ritmo, sua rotina e suas necessidades pessoais e profissionais. Para os (a) participantes desta pesquisa houve uma falta de clareza e de sistematização do que foi nomeado como “ensino remoto”, propiciando sentimentos e práticas diferenciadas, sem uma uniformidade de estratégias, o que pode ter determinado as conquistas e os desafios vivenciados por cada unidade de ensino.

Então, 2020 foi, assim, uma coisa bem desafiadora, mas ao mesmo tempo meio light, né, porque não havia obrigatoriedade de fazer o ensino remoto, em 2020, então eu cheguei a fazer encontros, por conta própria com a turma, mas poucas crianças frequentavam, acho que eu cheguei a fazer quatro encontros, e eu acho que o máximo que eu tive, foram seis crianças, na chamada de vídeo que eu fiz. É... Fazia aulas pelo Facebook, mais apresentação de atividades, né, que os pais não tinham obrigatoriedade, e fazer essas atividades com as crianças, então o retorno era praticamente zero [Carla]

Na literatura nacional foram apontadas narrativas diferentes, em relação aos desafios encontrados pela comunidade educacional, no contexto pandêmico, destacando: o despreparo dos (a) professores (a) na adaptação das atividades pedagógicas, tendo que considerar o distanciamento físico, até então compreendido, como distanciamento social, bem como os diferentes meios (presencial/on-line); a ausência de infraestrutura física e tecnológica, nas unidades de ensino, nas residências dos(a) docentes e estudantes, como no desconhecimento do uso das ferramentas digitais. Mais uma vez, notou-se a relevância de ações públicas e gestoras para nortear, encaminhar, esse novo fazer, podendo minimizar os obstáculos percebidos:

1567

(...) porque até novembro, a gente não tinha isso estruturado, a prefeitura não determinou a obrigatoriedade, então todos ficaram muito perdidos, e isso foi opcional, nem todo professor fez, alguns fizeram pelo cuidado e atenção com o aluno, mas outros falaram que não, “não é meu papel”, “a gente só tem que ficar em casa”, “nós estamos em isolamento”, justamente porque não teve nem um decreto da prefeitura dizendo que as aulas tinham que ser online, não teve nenhuma estrutura, então teve professor que se posicionou dessa forma, “não vou fazer porque nós estamos em isolamento e o último decreto da prefeitura foi isolar e a prefeitura não falou em momento algum que tínhamos que dar aula [Joana].

E na categoria "A adaptação das ações de ensino-aprendizado e a sua oferta em diferentes "tempos" e "espaços" nomeada como “sistema híbrido de ensino” teve como característica as adequações necessárias para o atendimento da faixa etária (crianças e jovens). Como ainda não possuem plena independência em suas práticas sociais, coube ao adulto a organização da sua rotina e a disponibilidade dos recursos necessários. Diferentemente do cotidiano na unidade de ensino, presencial, que a infraestrutura, com todas as deficiências existentes e ainda persistentes,

favorece o trabalho pedagógico, o mesmo não foi possível na residência dos (a) estudantes, tendo em vista a necessidade do apoio, evidenciando o vital protagonismo do adulto responsável, para que o(a) docente pudesse alcançar esse aprendiz:

E nas atividades também, eu tinha uma média de 5, 6 atividades de devolutiva, dessas crianças, que estavam frequentando o remoto, tive criança que não frequentou, de jeito nenhum, nenhum, nem atividade enviada nos grupos de WhatsApp ou Facebook, nem os encontros que a gente realizava de videochamada, e isso se repetiu quando a gente ficou híbrido. Quando as crianças tinham uma semana de aula, e uma semana em casa, então na semana que elas estavam em casa, eram também poucas, as que mandava as devolutivas das atividades que a gente, é, propunha elas a realizar em casa, né, normalmente as atividades... [Carla]
“Então foi um momento complicado, foi difícil, fácil não foi, realmente foi bem difícil, mas no geral a gente tentou, mas assim, teve sua consequência, a adesão para mim foi realmente muito baixa, não sei se por falta de interesse dos alunos, se foi pela dificuldade, alguns alunos realmente participaram, mas se foi um terço, foi muito.” [Juliana]

Ainda houve o destaque para o uso das redes sociais, por determinados (a) docentes e unidades de ensino, embora não tenha sido tão eficaz, a ponto de garantir grande interesse dos(a) envolvidos(a), foi relativamente útil, e afinal, era a possibilidade momentânea e possível para uma situação inesperada, de acordo com os relatos:

É, aí já foi a turma de 2021, né, porque muito que eu falei aqui, foi da turma de 2020, mas a turma de 2021, até o meio do ano, eu acredito que foi até o... É, mais ou menos, o meio do ano, né, ficou ainda no remoto, e aí, do meio do ano pra frente, que retornou o presencial. Essa turma eu já consegui um trabalho mais interessante, via WhatsApp, também, é, basicamente o que eu lembro, assim, de atividade bacana, era mais o retorno mesmo, dos alunos, é, pedia uma poesia, por exemplo, né, e tinha um retorno bacana, aí eu enviava pra coordenadora, mas ainda assim muito pouco, né? [Paulo]

Na categoria "O uso do aplicativo, para a Educação Infantil, com baixa relevância, tendo em vista as características do público-alvo, bem como a dificuldade dos familiares no acesso e disponibilização dos dispositivos móveis" foi apontado, pelos (a) participantes uma baixa adesão do público infantil, devido às características da faixa etária e as dificuldades dos familiares que não possuem conhecimento das ferramentas necessárias para a educação remota, o que remonta a necessidade de um letramento digital que vá além das redes sociais.

As crianças que compõem a Educação Infantil, possuem idade pré-escolar, ou seja, ainda se encontram na fase do desenvolvimento cognitivo e motor, portanto, é de extrema importância atividades educativas que sejam adaptadas às suas habilidades e interesses. Fazer uso do

aplicativo Rioeduca em Casa, pode não ter sido tão adequado para esse público, uma vez que venha a exigir habilidades que ainda não foram adquiridas, tais como: concentração, coordenação motora e capacidade de resolução de problemas; o que pode levar o(a) adulto(a) alfabetizado(a), que acompanha a criança, a desenvolver a atividade para ela. E, além disso, há famílias que encontram muitas dificuldades no acesso e na disponibilização de dispositivos móveis, prejudicando o uso do aplicativo como ferramenta educacional, impedindo a continuidade das atividades e a alfabetização.

Acho que sim, na festa junina, que a gente trabalhou com alguma temática assim, as crianças se vestiram né, e participaram também da atividade, então foi uma coisa mais diferente, mas a gente teve bastante dificuldade, de dos grupos participarem com intensidade, muita gente não acessava no horário, porque realmente, às vezes o pai não tava. Pra combinar com o horário que a gente, a gente mudou até estratégia de aula, horário específicos em 7 horas da noite, 19 horas, pra que seja um horário que o pai já tivesse em casa, e pudesse, as crianças se adaptarem... então assim, umas aulas, é ao vivo, assim, práticas, às vezes (incompreensível) horário, e quando não gravadas, a gente, eles fazem o horário que desse né, e mandava aula, pra gente [Valéria]

Diante as dificuldades apresentadas pela pandemia, foi importante para alguns(a) professores(a), adaptar estratégias de ensino em relação aos horários de aula, para garantir a participação efetiva dos(a) alunos(a), bem como dos familiares, pois na Educação Infantil remota, as crianças dependem dos cuidados e apoio dos pais e/ou responsáveis, para participar das atividades escolares.

1569

Além disso, a utilização de aulas gravadas, para este público, permitiu que os(a) estudantes tivessem maior flexibilidade para participar das atividades, de acordo com a disponibilidade e a necessidade. Vale considerar que experiências artísticas, como o exemplo da festa junina, foram interessantes para envolver as crianças e promover uma aprendizagem diferenciada, bem como a criatividade e a coordenação motora.

Na quarta categoria, *o recurso destacado como mais utilizado pelos docentes da Educação Infantil foi o YouTube, muitas vezes, com aulas gravadas e dinamizadas no modelo remoto*, foi mencionado como uma ferramenta muito utilizada. Especialmente, pelos(a) educadores(a) da Educação Infantil, nesse contexto de ensino remoto. Afinal, ofereceu diversas vantagens, como a possibilidade de acesso às aulas gravadas e dinamizadas, que foram úteis como suporte de atividades presenciais, bem como recurso principal, no contexto tratado, de ensino a distância. Por possuir uma ampla gama de vídeos explicativos, músicas e histórias infantis, pode ser totalmente adaptável conforme a necessidade, sempre considerando que os conteúdos sejam adequados para as crianças, sendo fundamental o acompanhamento de um(a) adulto(a) durante as aulas pelo Youtube, a fim de evitar acesso a conteúdos indevidos ou inapropriados.



Por parte da prefeitura, não teve nenhum suporte, entendeu? E a minha escola acho que se saiu bem, a direção, e a coordenação, fizeram um trabalho bacana com o youtube, fizeram um canal do youtube, e os professores davam... Faziam lives, né? Essa parte, a escola se saiu muito bem, mas a parte das aulas online, né? Não funcionou. Porque os alunos não tinham acesso. Eu entrava numa aula para dar uma, aula online, e aparecia dois, três alunos, quando aparecia. Numa chamada muito ruim. Aquela turma foi um ano perdido. 2020 [Paulo]

Mesmo com o suporte do *Youtube* para as aulas, o ensino remoto apresentou algumas dificuldades de sua implementação, devido à falta de apoio por parte da prefeitura, que não contornou a situação com recursos tecnológicos ou financeiros suficientes para assegurar o acesso de todos(a) os(a) estudantes, resultando em defasagem de discentes e uma grande evasão. Na quinta categoria, *a mudança de gestão na secretaria foi determinante para ações contínuas e integradas nas unidades de ensino*, a nova gestão da SME-RJ buscou promover estratégias e ações diversificadas que garantisse o cumprimento da carga horária necessária para o ano letivo, bem como a continuidade do processo de aprendizagem das crianças. Houve o planejamento e a disponibilização de recursos tecnológicos para as escolas e as salas de aula, como *tablets* e *internet* de qualidade, visando promover a inclusão de todos no processo educativo, muito embora, infelizmente, na prática, algumas escolas não contaram com o suporte dessas ferramentas.

...então eu vi todo aquele movimento de, da escola em que eu pertencia, é, tentar resgatar os alunos, motivar os alunos, sem nenhum tipo de recurso, né, sem uma plataforma, sem, é... nada. Zero. Zero de recurso, né. E aí, os professores tentando recrutar os alunos via rede social, é, tentando de qualquer maneira, né, algum tipo de contato com os alunos. Que isso foi no ano de 2020, né [Rose]

O que a prefeitura ofertou, o que a escola e eu ofertamos para os alunos, embora eu colocasse lá, mas não adianta colocar lá se não tem aplicativo decente, se não tem internet decente, se não tinha um celular decente. E aí, também reprovar o aluno só por reprovar. O simples fato de ele ter ido à escola, buscar a apostila, porque no início ele tinha que retirar a postila. Então ele foi na escola, pisou na escola, tirou a postila, já ganhava o R, que é aquele conceito mínimo para aprovação. Então foi lá, buscou, pronto, está ótimo, passou de ano. Não precisava nem ir lá, voltar para devolver, não, era só retirar a apostila da escola. Não tinha nenhuma dificuldade. [Juliana]

1570

Cada fala selecionada para a composição desta análise abordaram diferentes aspectos da educação evidenciados ao longo da pandemia, tais como: a falta de registro das estratégias pedagógicas adotadas pela SME-RJ, a adaptação das ações de ensino-aprendizado para ao sistema híbrido, a baixa adesão ao aplicativo “Rioeduca em Casa”, e em contrapartida à isso, o uso de diferentes plataformas de suporte, tornando-se essenciais, na mudanças da gestão como determinante para maiores integrações, a necessidade de um novo modelo de formação inicial



e continuada, a adição de aprendizagens adaptadas para cada unidade e nível de ensino, objetivando o engajamento do alunado.

Conclusão

É evidente que a pandemia trouxe novos desafios para o trabalho docente (MEDEIROS E PEREIRA, 2021) e que o ensino remoto forçou o repensar do planejamento pedagógico (SA, CARVALHO e COLACIQUE, 2021). Dentre as dificuldades em relação ao ensino, sobressaiu a educação por meio de ambientes virtuais de aprendizagens (SILVA, 2021). Compreendemos que a educação já é, por si, um amplo desafio mesmo no ensino presencial, no entanto, o ensino remoto implantado na SME-RJ, por meio do *Rioeduca* em Casa, evidenciou os problemas em relação aos aspectos técnicos do ensino-aprendizagem, bem como a influência das questões socioeconômicas para o sucesso acadêmico.

Percebeu-se, também, que as orientações sobre como acessar o aplicativo, a utilização de suas ferramentas e seus recursos de navegação, foram insuficientes para assegurar uma compreensão do seu uso, pois nem todos(a) os(a) envolvidos(a), tanto os(a) professores(a), quanto os(a) alunos(a), demonstraram facilidade e conhecimento sobre essa ferramenta.

Destaca-se a urgência de disponibilizar, como política pública, os requisitos necessários para acesso aos recursos digitais, tais como: celular, notebooks e até mesmo, rede de internet. Pois, embora, o aplicativo fosse gratuito, era necessário ter um saldo em créditos para realizar o ingresso, e se pensarmos na atual situação da pobreza no Brasil (CNN, 2022) que entre 2020 e 2021, o contingente de pessoas abaixo da linha da pobreza, permeou o número de 62,5 milhões de pessoas e 17,9 milhões em situação de extrema pobreza.

As dificuldades de interação entre aluno(a)- professor(a), por não conseguirem participar das aulas, entendemos, a partir disso, que o discurso dos(a) profissionais entrevistados(a) trazem marcas sociais no que tange os processos educacionais.

Obviamente que os esforços realizados pela SME-RJ, para auxiliar na educação, foram importantes, mas insuficientes para atender as necessidades da educação carioca. Outro fato evidenciado em nossa pesquisa foi a ausência da utilização dos recursos existentes para o ensino remoto, compreendendo-o como modalidade de ensino complementar ao ensino presencial, proposto pela SME-RJ enquanto ações diversificadas.

O aplicativo *RioEduca* em casa ainda se encontra disponível nas lojas de aplicativos, tal como o as videoaulas do *RioEduca* na Tv (disponíveis ao vivo e posteriormente compartilhadas no *YouTube* da Multirio), contudo nenhum dos entrevistados(a) mencionou a utilização dessas ferramentas educativas a partir do retorno pleno as aulas presenciais. Com base nos relatos docentes também percebemos que o sucateamento no uso desses recursos alerta para o modo em que as próprias redes de ensino e os(a) docentes pensam e discutem a educação desse alunado, tendo em vista que os(a) estudantes apresentam características bem específicas, após

1571

esse período de isolamento, como a necessidade do foco no acolhimento a partir das competências socioemocionais, priorizando o afeto para que seja possível abordar os conteúdos previstos no currículo.

Nesse contexto, a pandemia demonstra a necessidade da inclusão digital, bem como o letramento digital, em grande parcela da comunidade escolar, pois inserir um aplicativo educativo, sem visar combater as desigualdades sociais, significa perpetuar o abismo no acesso a esses recursos. Dessa forma, as contribuições encontradas nesta pesquisa, podem apoiar novas ações no âmbito da formação continuada e inicial dos (a) docentes da Rede, e do Brasil, aprimoramentos no uso do aplicativo “Rioeduca em Casa”, suscitando melhorias nas práticas pedagógicas, destacando as necessidades em relação ao letramento digital e o uso das tecnologias digitais no cotidiano educacional (SERRES, 2021).

Referências

BARDIN, Laurence, **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

NASSIF TAMARA. **Pobreza tem alta recorde e atinge 62,2 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE**. CNN Brasil Business. São Paulo. 02 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pobreza-tem-alta-recorde-e-atinge-625-milhoes-de-brasileiros-em-2021-diz-ibge/> Acesso em 03 dez. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: rascimo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2022.

IVENICKI, Ana. **A Educação permanente e a formação continuada docente: questões urgentes para um mundo pós-pandêmico**. **Ensaio: aval. Pol. Público educ.** 29 (113). Out-Dez 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002901130001>. Acesso em: Acesso em 12 de outubro de 2022.

JATOBÁ, Alessandro; CORVELLO Patrícia Chiattonne; CARVALHO, Paulo Victor Rodrigues de; ALMEIDA, Verônica Eloí de. **Interdisciplinaridade, criatividade e inovação: um caminho potencializado pelas novas tecnologias digitais**. Revista EDaPECI – Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais. V. 21, n. 2, p. 57-70 mai./ago. 2021. São Cristóvão (SE). Disponível em: <https://doi.org/10.29276/redapeci.2021.21.215638.57-70>. Acesso em: Acesso em 12 de outubro de 2022.

1572



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

MACEDO, Roberto Sidnei. **Pesquisar a experiência**: compreender/mediar saberes experienciais. Curitiba: CRV, 2015.

MEDEIROS, Priscila Thais da Conceição de; PEREIRA, Lidiane de Martins. **Podcasts, Clube de Redação Criativa e Atendimentos Virtuais**: novas estratégias para novos tempos. Signo, 46(85), 48-57. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/signo.v46i85.15706>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÁ, Renato Lobato de; CARVALHO, Felipe; COLACIQUE, Raquel. **Relatos docentes de práticas educativas para inclusão na pandemia**: experiências na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Olhar de Professor, [S. L.], v. 24, p. 1–19, 2021. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.24.18411.085. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/18411>. Acesso em: Acesso em 12 de outubro de 2022.

SERRES, Michel. **Polegarzinha**: uma nova forma de viver em harmonia de pensar as instituições, de ser e de saber. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SILVA, Sérgio Rafael Barbosa. **Modernização dependente e a pandemia do covid-19**: reflexões sobre ensino presencial e não presencial Revista Periferia. V.13 n.2 (2021). Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2021.60837>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência da geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

1573



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



SIMULAÇÕES DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROGRAMA TRILHA RUPESTRE: CONEXÕES ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

Carlos Eduardo da Costa Campos¹
André Luís Ramos Soares²
Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques³
Laura Roseli Pael Duarte⁴
Luana Moura Pinto⁵

Introdução e objetivos gerais

O Programa Trilha Rupestre busca unir inovação social e desenvolvimento sustentável através da bioeconomia, com ênfase em resgatar e divulgar a história arqueológica e paleontológica de

¹ Docente de História Antiga e Arqueologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFMS e do Mestrado Profissional em Ensino de História – UEMS. Estágio, em andamento, de Pós-doutorado em Arqueologia pela Universidade do Minho – PT e pesquisador colaborador do Museu de Arqueologia da UFMS e do Museu Histórico Nacional. Membro do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Patrimônio do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Coordenador do Laboratório ATRIVM/ UFMS. Estágio de Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Bolsista Fundect – MS (Trilha Rupestre / UFMS). E-mail: carlos.campos@ufms.br

² Docente de Arqueologia e Pré-História da Universidade Federal de Santa Maria. Docente do Mestrado Profissional em Patrimônio cultural PPGPC / UFSM. Estágio de Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenador institucional da Cátedra UNESCO em Fronteiras e Migrações da UFSM e membro do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra. Coordenador do Lab. de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA / UFSM. E-mail: andre.soares@ufsm.br

³ Docente de Arqueologia e Diretora de Popularização da Ciência da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Arqueóloga do Museu de Arqueologia da UFMS, membro do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Patrimônio do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do Laboratório ATRIVM/ UFMS. Estágio de Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: lia.gasques@ufms.br

⁴ Responsável Técnica pelo Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da UFMS. Membro do Laboratório ATRIVM / UFMS e do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Patrimônio do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista Fundect – MS (Trilha Rupestre / UFMS). E-mail: laura.duarte@ufms.br

⁵ Arquivista do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e geógrafa pela mesma instituição. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da UFMS. Membro do Laboratório ATRIVM / UFMS e do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Patrimônio do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: luana.moura@ufms.br

1574



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Mato Grosso do Sul (Gasques; Duarte; Campos, 2022, p. 35-48). A popularização do conhecimento científico da região Norte de MS pode gerar renda através do turismo cultural, enquanto promove uma compreensão mais profunda das interações entre cultura, geologia, arqueologia e economia. Além disso, a conscientização gerada pelo programa pode levar a um maior cuidado e preservação do patrimônio local. Um aspecto crucial é a formação da equipe responsável pelas escavações, uma vez que escavar demanda competência técnica para preservar e interpretar corretamente os achados. Nesse contexto, as simulações de escavação surgem como uma ferramenta vital para a capacitação dos envolvidos.

Dessa forma, este artigo discute a importância das simulações de escavação arqueológica do Projeto Sítio Escola de Arqueologia (Protocolo: SF1K3.130323) que se integra ao Programa de Extensão Trilha Rupestre: Inovações e Tecnologias Sociais na Bioeconomia (Protocolo MRN3C.140821), ambos sediados pela UFMS e que visam promover a formação continuada de indivíduos que estavam interessados em participar das atividades do Eixo de Arqueologia, no sítio da Gruta da Mesa, na cidade de Alcinópolis - MS. O projeto enfatiza que escavações arqueológicas não se limitam à mera remoção de terra, mas requerem técnicas e metodologias para desvendar o passado de maneira cientificamente rigorosa. A criação de um sítio-escola de arqueologia na UFMS permite a realização de simulações práticas, promovendo aprendizado pedagógico e científico por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Metodologia, materiais e métodos – o preparo para a escavação de Alcinópolis – MS, 2023.2

1575

Escavar não se trata apenas de movimentar terra, mas de uma atividade altamente científica que requer conhecimento específico e formação de uma equipe. A interpretação correta dos objetos desenterrados é fundamental para preservar a integridade dos achados, assim como a popularização científica desses dados (De Souza 2020, p. 23-34). Além da ideia popular de que os arqueólogos apenas "desenterram o passado", o trabalho deles envolve uma série de atividades multidisciplinares. Atualmente, a maioria das escavações arqueológicas são resgates comerciais, relacionadas ao desenvolvimento econômico moderno. Portanto, a capacitação da equipe vai além da técnica de escavação, abrangendo uma compreensão ampla do contexto cultural, histórico e econômico.

A simulação de escavação arqueológica é uma técnica utilizada para criar / recriar de forma controlada e simulada os processos de escavação em sítios arqueológicos, assim gerando uma expertise e formação entre os participantes. Dessa maneira, essa ação se configura como um método pelo qual pesquisadores e estudantes relacionados com projetos arqueológicos podem praticar e aprender as técnicas de escavação, documentação e registro usadas no campo. A importância da simulação arqueológica como uma ferramenta de ensino e pesquisa abrange uma variedade de contextos, oferecendo um ambiente de aprendizado para explorar e praticar as



técnicas e métodos empregados na escavação arqueológica (Borges; Campos, 2020, p. 23-35; Oliveira; Soares, 2009, p. 115-125). Isso ajuda a capacitar profissionais em formação e a aprimorar suas habilidades antes de aplicá-las em sítios reais, contribuindo para a preservação do patrimônio arqueológico.

Compreendemos a nossa ação como um curso de formação e um programa de extensão educacional abrangente e estruturado, pois ela é projetada para proporcionar um conjunto de habilidades, conhecimentos e competências visando o processo de escavação arqueológica. Dessa forma, ao contrário dos cursos de capacitação, que geralmente se concentram em habilidades específicas, o Sítio-Escola tem como objetivo oferecer uma compreensão mais profunda e aplicada de um campo de estudo: a Arqueologia de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, abrangemos questões teóricas, práticas e aspectos contextuais relacionados a cultura material, antropologia forense, geologia e arqueologia.

A criação de um sítio-escola de arqueologia na UFMS proporciona um ambiente controlado para simulações de escavação. Isso permite que os futuros membros da equipe experimentem e aprendam as nuances da escavação arqueológica antes de realizar as atividades reais em Alcinópolis. As simulações oferecem oportunidades para entender o processo desde a escolha do local até a documentação e análise laboratorial. Além disso, elas proporcionam um espaço para o desenvolvimento de habilidades práticas e a troca de conhecimentos entre os participantes.

A simulação de escavações enriquece os três pilares acadêmicos: ensino, pesquisa e extensão. Através do ensino, os futuros arqueólogos têm uma introdução prática ao processo, indo além da sala de aula tradicional. Eles aprendem não apenas as técnicas de escavação, mas também a importância da contextualização histórica e cultural dos achados. A pesquisa se beneficia com dados produzidos nas simulações, permitindo o desenvolvimento e teste de novas metodologias. A extensão é promovida pela recepção de visitantes, estudantes e comunidade em geral, disseminando o conhecimento arqueológico e gerando conscientização sobre o patrimônio cultural. Através desse processo, a comunidade local é inserida e engajada nas atividades, construindo uma relação mais forte entre a universidade e a sociedade.

A formação dos interessados segue uma metodologia estruturada, incluindo a compreensão da escolha do local, noções e técnicas arqueológicas, estratigrafia e geologia, recursos necessários, análise topográfica e historiográfica, além de análises laboratoriais. As etapas iniciais compreendem a topografia e o quadriculamento, escavação, coleta e documentação e análises em laboratório. É fundamental que os participantes não apenas aprendam as técnicas, mas também compreendam a importância da abordagem ética e científica da escavação.

1576



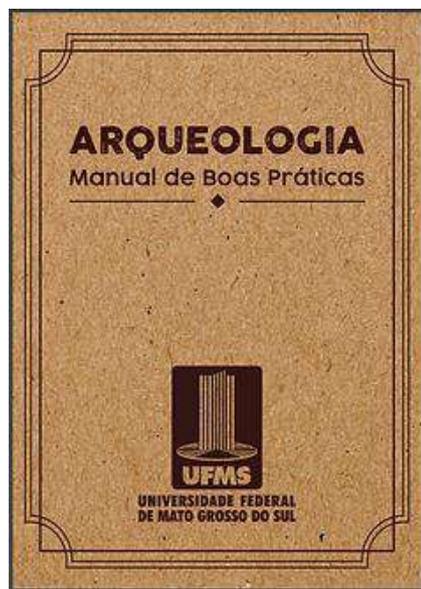
2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Imag. 1 – Capa do Manual



Fonte: Acervo do LASCA – UFSM /Instagram.

1577

Vale mencionar que proporcionamos aos membros da equipe um produto elaborado visando uma leitura prévia para o campo. Nesse caso, estamos falando do ebook *Arqueologia: Manual de Boas Práticas* (2023), link para baixar através do site do LASCA / UFSM: <https://www.ufsm.br/laboratorios/lasca> O material é um guia essencial para estudantes e acadêmicos que vão a primeira vez ao campo, em trabalho arqueológico. Ele estabelece diretrizes e procedimentos padronizados que visam assegurar a integridade, a ética e a qualidade das atividades arqueológicas. Este manual abrange uma ampla gama de tópicos, desde o preparo para o campo, o desenvolvimento das ações no sítio arqueológico, os equipamentos de proteção individuais, a coleta e identificação dos objetos, os cuidados com os animais venenosos ou peçonhentos, assim como os princípios éticos para o trabalho coletivo.

O manual de boas práticas em arqueologia desempenha um papel crucial na promoção da qualidade e da responsabilidade nas pesquisas arqueológicas, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e histórico, bem como a formação das equipes arqueológicas.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
 Científica
 e Extensão
 Universitária

28 | 29 | 30
 NOV | 2023

Realização
Conjugare
 Centro Português de Apoio
 à Pesquisa Científica e à Cultura

Resultados - as etapas das simulações de escavação para o ensino aprendizagem

A I Simulação de Escavação para o Ensino Aprendizagem promovida pelo Eixo de Arqueologia da Trilha Rupestre da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), foi realizada nos dias 26 e 27 de abril de 2023 nas instalações do Museu de Ciência e Tecnologia, situado nas proximidades do Estádio Universitário Pedro Pedrossian (“Morenã”), dentro do campus da Cidade Universitária. O propósito desta atividade residia na capacitação dos participantes interessados para o Sítio-Escola de Arqueologia, um componente integral do programa Trilha Rupestre. A condução da simulação de escavação arqueológica foi coordenada e confiada à competência dos arqueólogos Profa. Dra. Lia Raquel Toledo Brambilla (UFMS), Prof. Dr. André Luis Ramos Soares (UFMS) e Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS/CNPQ-PQ2) em consonância com o Projeto de Extensão intitulado "Sítio Escola de Arqueologia: simulação para o ensino-aprendizagem da prática de escavação".

Imag. 2 – Cartaz de divulgação do evento.



1578

Fonte: Acervo do Atrivm/Instagram.

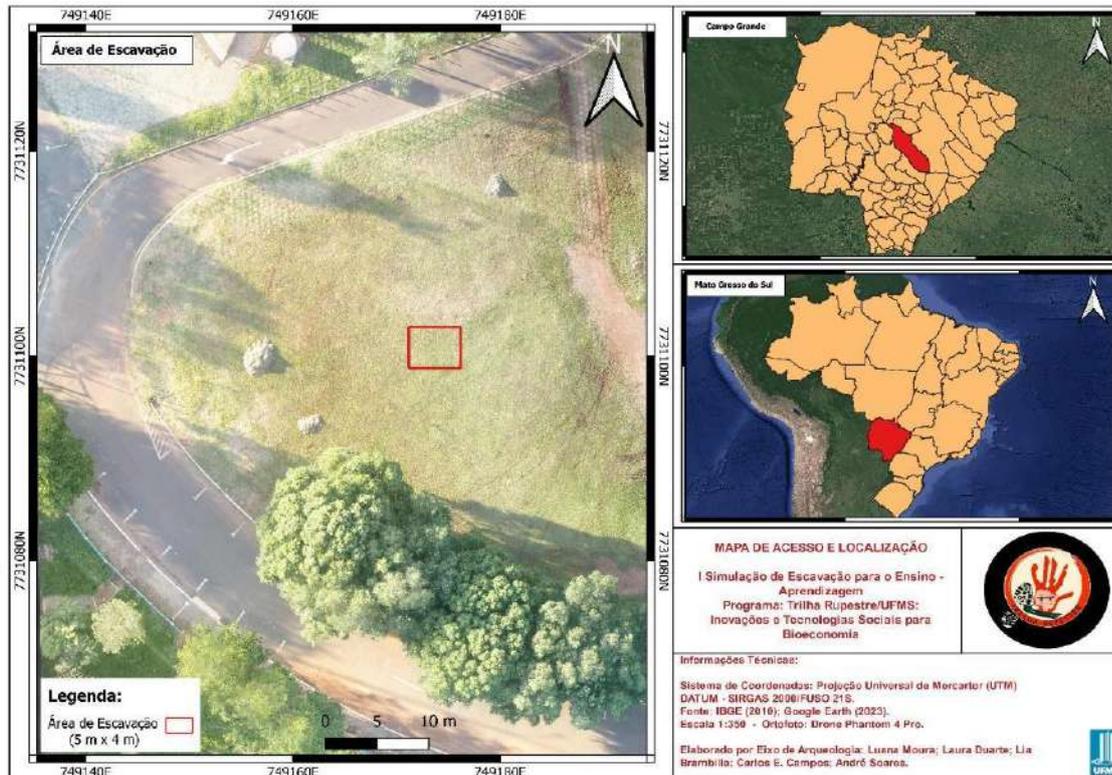


Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Imag. 3 – Mapa com a localização da Simulação de Escavação.



1579

Fonte: Acervo de Mapas da Trilha Rupestre. Mapa elaborado pela Geógrafa Luana Moura Pinto.

Na primeira etapa realizamos a formação da equipe e recursos humanos. O foco recaiu sobre a seleção dos alunos interessados e da organização pelos pesquisadores do eixo de arqueologia da Trilha Rupestre - UFMS. Este processo envolveu a identificação de estudantes provenientes das áreas de História, Ciências Sociais e Arquitetura, que demonstraram interesse em integrar o projeto e atenderam aos requisitos da seleção.

Imag. 4 – I Simulação de Escavação (26 e 27/04/2023).



Fonte: Acervo do ATRIVM / UFMS.

1580

A participação dos pesquisadores foi fundamental. Isso implicou na inclusão de investigadores das disciplinas de Geologia, Antropologia Forense, História, Filosofia e Química, com o propósito de orientar e supervisionar as atividades do projeto. Para assegurar uma colaboração eficiente, foi estabelecido um delineamento de funções específicas para cada pesquisador, alinhadas com suas respectivas áreas de especialização. Essa abordagem visa a otimização do conhecimento e expertise dos docentes no apoio às atividades do projeto.

Os discentes com a equipe identificaram e selecionaram a área dentro do Estádio do Moreirão onde a simulação de escavação será realizada. De igual forma, foi considerado fatores como a presença de estruturas antigas, potencial histórico e relevância arqueológica. Os discentes aprenderam sobre a divisão e manuseio dos equipamentos necessários para a escavação, como pás, peneiras, escovas, luvas, baldes, etiquetas para marcação, câmeras fotográficas para registro, entre outros.

O Museu de Arqueologia da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) desempenhou um papel crucial na atividade. Afinal, atuaram na instrução técnica e troca de conhecimento referente aos projetos de escavação arqueológica na região que já foram desenvolvidos em MS.

A execução da Simulação de Escavação envolveu a preparação e delimitação do Espaço. No primeiro dia, a equipe se reuniu no local de escavação, onde houve uma introdução ao projeto

e os procedimentos de segurança foram apresentados. O espaço de escavação foi delimitado com estacas e fitas para garantir uma abordagem organizada.

No mesmo dia, as técnicas de escavação foram demonstradas, enfatizando a delicadeza necessária para preservar os artefatos. A equipe foi dividida em grupos responsáveis por áreas específicas, e a escavação começou em camadas. Durante esse processo, todas as descobertas foram registradas minuciosamente e documentadas por meio de fotografias.

No segundo dia, as escavações foram retomadas nas áreas previamente demarcadas. Durante essa fase, um registro detalhado de todos os achados, incluindo sua localização relativa, foi mantido. Ainda no segundo dia, após avaliar os resultados das escavações e os artefatos recuperados, a equipe realizou uma discussão abrangente das descobertas e insights obtidos durante o projeto. As áreas escavadas foram preenchidas cuidadosamente, seguindo estritamente as diretrizes de conservação.

A etapa seguinte foi a análise dos resultados que envolveu a catalogação, limpeza e análise dos artefatos coletados durante a simulação. Finalmente, um relatório detalhado foi preparado, documentando todas as etapas do projeto, as descobertas feitas e as interpretações preliminares. Esse relatório inclui fotografias, desenhos e descrições das peças encontradas.

A Segunda Simulação ocorreu nos dias 07 e 08 de agosto de 2023 com a mesma equipe. Entretanto, neste texto iremos nos ater apenas na primeira simulação. Durante a manhã do dia 07 de agosto de 2023, o Dr. André Soares conduziu uma instrução acadêmica relacionada à tecnologia de lascamento de materiais líticos, focando na manipulação de seixos e nas técnicas, com uma ênfase na diferenciação dos métodos empregados. Utilizando exemplares de pedras como demonstração, Soares elucidou o processo de lascamento, fornecendo um minucioso detalhamento das características visíveis nas pedras após repetidas percussões em pontos específicos e direções adequadas. A partir do ponto de percussão, um fragmento, conhecido como "lasca," era removido e passível de ser submetido a manipulações posteriores.

Após a palestra de Soares, os participantes equiparam-se e se dirigiram ao local onde a primeira simulação de escavação havia sido conduzida. A equipe localizou e confirmou o ponto de origem, que representava a primeira quadrícula estabelecida no segundo dia da primeira simulação de escavação. Esta quadrícula foi reaberta, uma vez que a presente escavação envolvia atividades distintas, nomeadamente uma pesquisa estratigráfica com uma profundidade de 5 centímetros no solo, complementada por fotografia para futuros estudos. Paralelamente, uma segunda quadrícula começou a ser delimitada a 30 metros do marco zero.

Após a remoção da camada superficial da quadrícula 01, a simulação de escavação prosseguiu normalmente. Na quadrícula 02, após a remoção da vegetação, foram identificadas pedras e britas, que eram comuns em outras áreas previamente escavadas. Na quadrícula 01, fragmentos de vidro foram identificados e categorizados como fragmentos de vidro de banheiro. Na quadrícula 02, após a remoção das pedras, também foram encontrados fragmentos de vidro verde, bem como tampas de garrafas.

Imag. 5 – II Simulação de Escavação (07 e 08/08/2023)



1582

Fonte: Acervo do ATRIVM / UFMS.

Este primeiro dia serviu como uma revisão das práticas de escavação de campo, proporcionando instruções sobre os procedimentos no campo real. No dia 08 de agosto de 2023, os trabalhos de escavação ocorreram das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 15:30 horas. Na chegada ao campo, a equipe preparou seus equipamentos e se dirigiu à área de escavação. Vale mencionar que foi realizado o realinhamento da quadrícula 02, que estava previamente desalinhada em relação ao eixo norte-sul estabelecido. Durante a escavação da quadrícula 01, foram descobertas as extremidades de objetos metálicos enterrados abaixo da superfície. Conforme a escavação avançou, foi identificado um grupo de pregos que pareciam ter sido deliberadamente deixados no local, sugerindo que essa área possa ter sido usada como depósito para materiais a serem utilizados na reconstrução do Estádio Morenã.

Os trabalhos de escavação prosseguiram, com menos descobertas significativas em comparação com a quadrícula 01. Na quadrícula 01, foi demonstrada uma técnica para afrouxar o solo compacto, tornando-o mais facilmente removível. Durante esse processo, foram encontrados mais pregos, totalizando sete na região próxima.

Na tarde do mesmo dia, houve uma breve discussão no local de escavação. Após as observações dos professores, a equipe procedeu ao fechamento das quadrículas 01 e 02, retirou as estacas, coletou os materiais e dirigiu-se ao local de armazenamento de utensílios e mochilas. Os materiais seriam posteriormente transportados para a cidade de Alcinópolis, no estado de Mato Grosso do Sul, onde se realizou atividades semelhantes com alunos de escolas locais. Dessa forma, ao final da tarde a segunda simulação de escavação foi finalizada.

Considerações parciais

A realização da Simulação de Escavação Arqueológica no âmbito do Programa Trilha Rupestre representa um marco importante na busca pela união da inovação social e desenvolvimento sustentável por meio da bioeconomia. Este programa tem como objetivo resgatar e divulgar a rica história arqueológica e paleontológica de Mato Grosso do Sul, promovendo não apenas o conhecimento científico, mas também a geração de renda por meio do turismo cultural. Ao longo deste estudo, exploramos a importância da formação prévia da equipe responsável pelas escavações, reconhecendo que escavar não é simplesmente uma questão de movimentar terra, mas uma atividade altamente científica que exige conhecimento específico e sensibilidade para a preservação dos artefatos e seu contexto cultural.

A simulação de escavação arqueológica emerge como uma ferramenta essencial para a capacitação dos envolvidos no Programa Trilha Rupestre. Ela oferece um ambiente controlado para explorar e praticar as técnicas e métodos empregados na escavação arqueológica, preparando arqueólogos em formação e aprimorando suas habilidades antes de aplicá-las em sítios reais. Esta abordagem não se limita apenas às técnicas de escavação, mas também abrange uma compreensão mais ampla do contexto cultural, histórico e econômico, refletindo a realidade das escavações comerciais relacionadas ao desenvolvimento econômico moderno.

A formação oferecida pelo Programa Trilha Rupestre vai além dos cursos tradicionais de capacitação, abrangendo aspectos teóricos, práticos e contextuais relacionados à cultura material e a geologia de Mato Grosso do Sul. A criação de um sítio-escola de arqueologia na UFMS demonstra um compromisso sólido com a formação e a preservação do patrimônio arqueológico. Este ambiente controlado permite que futuros membros da equipe experimentem e aprendam as nuances da escavação arqueológica antes de se aventurarem em escavações reais em Alcinópolis. As simulações não apenas capacitam, mas também enriquecem os pilares acadêmicos do ensino, pesquisa e extensão. Elas proporcionam uma introdução prática ao processo, permitindo que os estudantes transcendam os limites da sala de aula tradicional e

compreendam a importância da contextualização histórica e cultural dos achados. A pesquisa se beneficia com dados produzidos nas simulações, permitindo o desenvolvimento e teste de novas metodologias. A extensão é promovida por meio da recepção de visitantes e da disseminação do conhecimento arqueológico, construindo uma relação mais forte entre a universidade e a sociedade local.

Em resumo, as simulações arqueológicas são peças centrais no esforço do Programa Trilha Rupestre para resgatar, preservar e divulgar o patrimônio arqueológico de Mato Grosso do Sul. Elas desempenham um papel vital na formação da equipe, na conscientização dos estudantes sobre técnicas e métodos arqueológicas para a região e na construção de pontes entre a universidade e a comunidade, assim fortalecendo o compromisso com a conservação do patrimônio cultural para as gerações futuras.

Referências

BORGES, A. S.; CAMPOS, C. E. C. Ensino de História Antiga e as potencialidades da cultura material: experiências e reflexões. In: BUENO, A.; CAMPOS, C. E. da C.; BORGES, A. (org.). **Ensino de História Antiga**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2020, p. 23-35.

DE SOUZA, C. D.. Aprendendo e ensinando com as “coisas”. A arqueologia e a sala de aula. BUENO, A.; CAMPOS, C. E. da C; ASSUMPCÃO, L. F. B. (org.). Falas na Rede: Ensino e Pesquisa em História e Educação. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020, p. 23-34.

GASQUES, L. R. T. B.; DUARTE, L. R. P.; CAMPOS, C. E. da C. Divulgação e popularização do patrimônio arqueológico de MS: A Rota Rupestre. In: GASQUES, L. R. T. B.; DUARTE, L. R. P.; CAMPOS, C. E. da C. (*et al*) **Museus e patrimônio cultural: perspectivas locais, contribuições globais**. Vol.2. – São João de Meriti, RJ : Desalinho, 2022, p. 35 - 48.

OLIVEIRA, F.; SOARES, A. L. R.

Valorização do patrimônio como tema transversal: utilizando a educação patrimonial como forma de sensibilização do público escolar. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 115 - 125, jan./jun. 2009

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



TELECONSULTAS EM FONOAUDIOLOGIA: EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “FISSURAS LABIOPALATINAS – ATENÇÃO EM SAÚDE” DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Allessandra Fraga Da Re¹
Consuelo de Los Angeles Vielma Sepulveda²
Gabriela Ribeiro Schilling³
Marcia Angelica Peter Maahs⁴
Maria Cristina de Almeida Freitas Cardoso⁵

Introdução

As fendas labiais, fissuras de palato e/ou labiopalatinas (FLP) fazem parte das malformações craniofaciais congêntas decorrentes de um erro de fusão dos processos faciais embrionários, cuja incidência e prevalência são variáveis na população mundial. Na região Sul do Brasil, entre 2005 a 2016, a incidência de FLP foi de 0,72 a cada 1000 nascidos vivos, indicando maiores taxas que nas demais regiões do país (DA RÉ & CARDOSO, 2023).

A etiologia das FLPs é considerada multifatorial, por agrupar fatores que interagem entre si, como: genéticos, hereditários e aspectos maternos – etilismo, tabagismo, carência nutricional, estresse, infecções, medicamentos (ácidos retinóico e valpróico) e irradiações, podendo estar adicionada a idade dos pais (SOUZA-FREITAS, DALBEN, FREITAS & SANTAMARIA Jr., 2004; BRITO, MEIRA, KOBAYASHI & PASSOS-BUENO, 2012; DA RÉ & CARDOSO, 2023). A partir do nascimento, o acompanhamento clínico dos recém-nascidos com FLP deve

1585

¹ Fonoaudióloga, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, voluntária do projeto de extensão universitária, e-mail: alle.fraga@gmail.com

² Fonoaudióloga, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, voluntária do projeto de extensão universitária, e-mail: fonoaudiologaconsuelo.vielma@gmail.com

³ Fonoaudióloga, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, voluntária do projeto de extensão universitária, e-mail: gabriela.schilling@gmail.com

⁴ Odontóloga, doutora em Odontologia, docente do curso de graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, e-mail: marciama@ufcspa.edu.br

⁵ Fonoaudióloga, doutora em Gerontologia Biomédica, docente do curso de graduação em Fonoaudiologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, coordenadora do projeto de extensão universitária, e-mail: mccardoso@ufcspa.edu.br



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ser realizado por equipe multidisciplinar, no intuito de acompanhar o seu crescimento e desenvolvimento, assim como, programar a sua reconstrução facial.

Os centros de saúde especializados e os hospitais públicos no Brasil (organizados e gerenciados pelo Sistema Único de Saúde – SUS) estabelecem os serviços de referência e contra referência desses bebês e, dos quais participam equipes de profissionais da clínica médica, fonoaudiologia, otorrinolaringologia, odontologia geral, ortodontia, cirurgia bucomaxilofacial, serviço social, psicologia, cirurgia plástica, anestesia, enfermagem, fisioterapia, nutrição e atendimento familiar (BRASIL, 1994).

Com a finalidade de seguir tal diretriz, o projeto de extensão “Fissuras labiopalatinas: atenção em saúde” foi instituído em 2014, com o objetivo de acolher e acompanhar crianças e adolescentes com FLP e seus familiares. O projeto engloba ações de ensino, extensão e pesquisa, norteadas para a habilitação e reabilitação da comunicação, abrangendo as demandas de linguagem, fala, voz, audição, desenvolvimento global, motricidade orofacial e interação social dos indivíduos, visando a adequação das estruturas e funções afetadas pela FLP. O projeto conta com o acompanhamento interdisciplinar direto (fonoaudiologia, odontologia, psicologia e fisioterapia) e multidisciplinar clínico das áreas da cirurgia plástica, da otorrinolaringologia, cirurgia bucomaxilofacial, pediatria e gastroenterologia pediátrica.

O acesso das crianças e adolescentes com FLP ao projeto de extensão é realizado por encaminhamento interno, feito pelas equipes de pediatria, neurologia, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica e otorrinolaringologia da unidade de saúde onde é realizada esta ação. Os participantes atendidos são de diversas regiões do estado, entretanto, há uma maior prevalência de sujeitos das cidades da região metropolitana da capital de um dos estados da região sul do país, conforme a organização do sistema de referência e contra referência estabelecida pelo SUS. O acolhimento dessas crianças e suas famílias se dá com encontros presenciais, estabelecendo um vínculo sócio afetivo e colaborativo ao tratamento ao qual será incluído e, a partir de orientações específicas sobre o crescimento, desenvolvimento e planejamento de reabilitação, esses são incluídos no projeto de extensão. Conforme a necessidade de cada criança/adolescente inicia-se o acompanhamento clínico fonoaudiológico, cuja frequência varia entre semanal, quinzenal ou semestral.

A pandemia da Covid-19 desencadeou desafios e ajustes para com os atendimentos na área da saúde, impossibilitando os encontros presenciais. Para diminuir a vulnerabilidade dessa população, alteraram-se as práticas. Os participantes deste projeto realizaram atividades remotas, com o atendimento em conjunto das crianças, um integrante da família, da aluna voluntária (do curso de graduação em Fonoaudiologia), da orientadora do atendimento (profissional/aluna voluntária do programa de pós-graduação da Universidade) e a coordenadora do projeto, em formato síncrono e assíncrono, aderindo às teleconsultas que acolhiam as demandas clínicas, sociais e educacionais de cada criança.

1586



Objetivos

O presente artigo visa:

- Divulgar as ações desenvolvidas por um projeto de extensão em saúde durante a Pandemia da Covid-19;
- Analisar os resultados clínicos estabelecidos durante o período da ação em saúde durante a Pandemia da Covid-19;
- Ponderar os desafios encontrados.

Metodologia, materiais e métodos

Estudo retrospectivo, observacional e descritivo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente sob o número 1.900.382. Os responsáveis legais dos participantes do projeto de extensão “Fissuras labiopalatinas: atenção em saúde” assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, aceitando que os dados clínicos coletados fossem inseridos em banco de dados e autorizaram a sua divulgação em publicações científicas.

No acolhimento dos participantes desta extensão são coletados dados como história pregressa dos participantes – gestação, parto, crescimento e desenvolvimento global – realizam-se a avaliação clínica conforme a idade da criança/adolescente através dos testes de Desenvolvimento de Denver (FRANKENBURG & DODDS, 1995), Protocolo de Avaliação Miofuncional Orofacial para Indivíduos com Fissura Labiopalatina – PROTIFI (GRAZIANI, FUKUSHIRO & GENARO, 2015) e Instrumento de Avaliação Fonológica – IAF (RIBAS, 2023). A introdução na reabilitação fonoaudiológica se dá frente aos resultados levantados e em encontros com frequência semanal, quinzenal ou semestral, conforme a necessidade de cada criança/adolescente.

Os atendimentos clínicos são realizados por alunos do curso de graduação em Fonoaudiologia de forma voluntária, com acompanhamento e orientação de profissionais fonoaudiólogos, fisioterapeuta e psicólogo, inseridos nos programas de pós-graduação da Universidade proponente, além de professores do departamento de Fonoaudiologia e da coordenadora deste projeto.

Durante o período da Pandemia da Covid-19, formalizou-se um projeto piloto em que esses atendimentos presenciais foram substituídos por teleconsultas individualizadas síncronas e assíncronas, conforme as normas e diretrizes das sociedades brasileiras em saúde.

No início, foram organizadas e viabilizadas as teleconsultas, através da seleção dos participantes do projeto que poderiam realizar, de forma remota, os atendimentos clínicos. Para tanto, contactou-se as famílias que possuíssem os recursos tecnológicos para tal ação.

1587

As teleconsultas ocorreram através de aplicativo de troca de mensagens e chamadas de vídeo, visto ser o meio de comunicação disponível e acessado pelos participantes do projeto. Cada atendimento era realizado por uma extensionista voluntária do curso de fonoaudiologia e uma fonoaudióloga do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, supervisionada pela docente responsável pelo projeto de extensão, pela criança e um familiar. Através da criação de um grupo para o acompanhamento assíncrono com compartilhamento e troca de mensagens, foram estabelecidos o dia e horário para as teleconsultas. Após o assentimento dos responsáveis, foram iniciados os atendimentos pelo período de seis meses, sendo encerrados com o recesso acadêmico.

Resultados

No período compreendido pelas ações por teleconsultas, quatro participantes receberam intervenções fonoaudiológicas, por meio eletrônico através da disponibilização de materiais (atividades, jogos eletrônicos e vídeos). Os materiais eram enviados mediante o uso de aplicativo de troca de mensagens e, através do mesmo recurso, os responsáveis enviavam vídeos da realização domiciliar dos exercícios e atividades. Isso possibilitou o acompanhamento dos casos e a realização das correções necessárias dos mesmos.

Ao longo dos atendimentos foram formulados livros com ilustrações e jogos tecnológicos com fones-alvo de cada sessão. Inicialmente, alguns responsáveis apresentaram dificuldades em adequar a rotina para as teleconsultas, sendo necessária uma orientação para adequação do ambiente, com o mínimo de distrações, silencioso e reservado (sem interferências de outros familiares). Da mesma forma, foi necessário relatar aos pais que a terapia deveria ser um momento em que o participante pudesse interagir, de forma lúdica e natural, com a terapeuta, sem a presença de agentes permuta, estressores e/ou distratores.

Pode-se considerar que as teleconsultas necessitam da interatividade dos responsáveis durante a sessão, mais do que no atendimento presencial. Observou-se uma mobilização maior engajamento por parte dos pais às atividades clínicas. Consequentemente, os responsáveis que não apresentavam a capacidade de se organizar para as teleconsultas, bem como, para a realização das atividades domiciliares, não obtiveram pleno sucesso nessa modalidade de atendimento.

Um dos quatro participantes não concluiu os seis meses de atendimento remoto, por dificuldades de gerenciamento tecnológico, devido à necessidade de equipamento digital atualizado e acesso a rede de internet de qualidade. Este fato serviu de alerta para com as diferenças socioeconômicas dos participantes do projeto de extensão para com o acesso digital e, da necessidade de investimento público para uma sociedade igualitária e justa.

1588



Conclusão

Os atendimentos por teleconsultas mostraram-se como uma possibilidade de acompanhamento dos participantes do projeto de extensão pediátricos com FLP. Houve a oportunidade da manutenção desses, para aqueles participantes com dificuldades de acesso, porém foram necessárias as adequações do ambiente domiciliar do paciente, assim como, a participação e colaboração dos familiares. Os desafios da mudança de modalidade mostram-se como uma alternativa frente ao momento de isolamento social e possibilitaram economia financeira e de tempo, considerando os deslocamentos necessários até o local físico próprios das atividades presenciais. A modalidade à distância afeta a forma do atendimento, o seu planejamento e a atuação profissional, sendo necessária adaptação dos recursos e investimento ao acesso digital da população.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde do Brasil, secretaria de atenção à saúde. Portaria no 62,19 de abril de 1994 [citado 29 set 2021] Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1994/prt0062_19_04_1994.html

Brito L.A., Meira J.G.C., Kobayashi G.S. & Passos-Bueno M.R. Genetics and management of the patient with orofacial cleft. *Plast Surg Int.* 2012; 78282: 1–11.

Da Ré A.F. & Cardoso M.C. Características e classificação das fissuras labiopalatinas. In: Cardoso MC. *Intervenção precoce em crianças com fissuras labiopalatinas.* Porto Alegre: Editora UFCSPA, 2023. Disponível em: <https://ufcspa.edu.br/vida-no-campus/editora-da-ufcspa/obras-publicadas>

Frankenburg W.K. & Dodds J.B., editors. *Denver II: technical manual.* Denver: Denver Developmental Materials Inc.; 1990.

Graziani A.F., Fukushiro A.P. & Genaro K.F. Proposta e validação do conteúdo de um protocolo de avaliação miofuncional orofacial para indivíduos com fissura labiopalatina. *CoDAS.* 2015; 27(2): 193-200.

Ribas L.P. Instrumento de Avaliação Fonológica: IAF. *Rev CoDas.* 2023 Forthcoming.

Souza-Freitas J.A., Dalben G.S., Freitas P.Z & Santamaria Jr. M. Tendência familiar das fissuras lábio-palatais. *R Dental Press Ortodon Ortop Facial.* 2004; 9(4): 74-8.

1589



TEORIA E PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE ENSINO DE LÍNGUAS PARA ALUNOS SURDOS

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki¹
Joice Bianca Marques Leite Pinto²
Milena de Souza Caldas Pinho³
Ana Beatriz de Sousa Costa⁴
Manoella Cunha de Boaventura⁵

Introdução

No Brasil, após a promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação da comunidade surda, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei de Libras e dá outras disposições, como indicar Libras como língua de instrução para aprendizado de conteúdos escolares, e a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a LDB nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue, incluindo uma nova modalidade de educação. Neste arcabouço legal, a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, é considerada como segunda língua para os surdos brasileiros, constatando-se uma necessária mudança no processo educacional do aluno surdo. Mudança que deve estar pautada tanto do ponto de vista da qualidade do ensino quanto em relação ao quantitativo de alunos surdos a serem beneficiados com novas metodologias.

Verifica-se que os fazeres na área de Educação Bilíngue para surdos apontam para uma imperativa investigação de caráter teórico-prático que atenda às demandas desse grupo de minoria linguística. Desta feita, o ensino de Língua Portuguesa destinado a esses alunos passa a constituir uma tarefa desafiadora aos profissionais do ensino regular, já que a maioria destes não possui qualquer formação acadêmica para a execução desse trabalho. Tal contexto se impõe como um obstáculo à aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua (LP2): os professores, em geral, não sabem Libras – língua de modalidade espaço-visual da comunidade surda brasileira – e desconhecem práticas de ensino da modalidade escrita da LP2.

Pesquisas como as de Farias (2006), de Fernandes (2006); de Barbosa (2019), entre outras, advertem que os resultados insatisfatórios obtidos por parte considerável dos alunos surdos no

1590

¹ Professora Associada de Linguística (UERJ); angelabaalbaki@hotmail.com

² Neuropsicopedagoga, professora de Libras; bolsista PROATEC (UERJ); joicebiancapinto@gmail.com

³ Graduanda de Letras (UERJ); bolsista; milena.scpinho@gmail.com

⁴ Graduanda de Letras (UERJ); bolsista; beasousa99@gmail.com

⁵ Graduanda de Letras (UERJ); bolsista; manoellacboaventura@gmail.com

processo escolar decorrem da falta de uma metodologia de ensino adequada. Acrescenta-se a este panorama questões relacionadas à produção e à adequação de materiais didáticos que estabeleçam a transposição didática de conteúdos relacionados à modalidade escrita da Língua Portuguesa. Nota-se, no entanto, que a oferta de tais materiais dirigidos à comunidade surda é escassa ou, quando existente, não atende ao desenvolvimento das interfaces de leitura e escrita do Português desse alunado (LEITE; CARDOSO, 2009).

Vale destacar que, distintas das línguas orais, as línguas de sinais são de modalidade espaço-visual, como já apontado anteriormente. São línguas que se realizam no espaço com articuladores visuais: as mãos, o corpo, os movimentos e o lugar de sinalização. Também são utilizadas marcas não manuais, como expressões fisionômicas e movimentos do corpo, em sincronia com o movimento manual.

Analisando recursos expressivos das línguas de sinais, Quadros (1995:1) ressalta que os sinais, em si mesmos, normalmente não expressam o significado completo do discurso. Este significado é determinado por aspectos que envolvem a interação dos elementos expressivos da linguagem. No ato da conversação, o receptor deve determinar a atitude do emissor em relação ao que ele produz (...). Os surdos utilizam a expressão facial e corporal para omitir, enfatizar, negar, afirmar, questionar, salientar, desconfiar e assim por diante'. Alguns estudos investigam a hipótese de que essas expressões codificam propriedades gramaticais de categorias funcionais da estrutura oracional (SALLES *et al*, 2004, p.84).

1591

A citação acima reafirma que os sinais e expressões compõem as categorias gramaticais e funcionais da Libras. Afirmar isso é dizer que, ao contrário do que muitos pensam, os sinais e as expressões feitos pelos surdos não são simples gestos e nem mímica. A Libras não é uma adaptação das línguas orais, não é um “Português sinalizado”, é, pois, uma língua ilimitada, ou seja, possui os distintos níveis linguísticos como qualquer língua oral. Dito de outra forma, apresenta variações, diversidade, estrutura gramatical, pode expressar conceitos abstratos, entre muitos outros aspectos.

A língua de sinais é uma das maneiras dos surdos estarem no mundo e significá-lo. Eles apreendem o mundo com os olhos e, por isso, sua cultura está baseada no aspecto visual. Trata-se, portanto, de um modo “visual de viver”. Em consonância a esse modo de vida, assinala-se que o ponto central na elaboração de recursos didáticos deve estar pautado na experiência visual e na Libras.

Considerando a importância da inserção do *modus vivendi* (PERLIN, 2002) do surdo ao seu processo de ensino-aprendizagem, o projeto teve como principal meta contribuir com a produção de metodologias inovadoras que alavanquem o processo de letramento desses discentes, a fim de instrumentalizá-los em situações que irão requerer competências e habilidades relativas ao ler e escrever oriundas de diversas esferas sociais. Enfatizamos que as



considerações sobre o letrar implicam a exposição do aluno aos mais variados gêneros textuais (PAGNONCELLI, 2016) que circulam na sociedade. Afinal, o desenvolvimento das competências linguísticas se dá no e pelo uso da linguagem em interações sociais.

Podemos afirmar que, a despeito do reconhecimento legal da Libras e da regulamentação da lei que a institui como língua a ser utilizada na educação dos surdos, tanto nos moldes da educação inclusiva quanto na educação bilíngue, há ainda um grave descompasso na educação de surdos no Brasil. A maior parte dos problemas identificados refere-se à metodologia empregada e aos materiais usados no ensino de LP2 para surdos.

Pode-se dizer que a preparação deste projeto foi motivada pela percepção do cenário de inclusão de alunos surdos em escolas regulares de Educação Básica e a falta de estratégias pedagógicas que reconheçam as necessidades desse grupo. Tais problemas são também destacados, por exemplo, por Leite e Cardoso (2009) que assumem que a oferta de materiais didáticos nessa área ainda é incipiente. Ou ainda, como assinala Barbosa (2019, p. 17), “esses materiais, nem sempre, apresentam o conteúdo por meio de uma metodologia adequada ao público surdo, o que acaba impedindo que sua aprendizagem ocorra de maneira satisfatória”.

Esse quadro se daria em consequência de ausência de pesquisas na área. Ainda se sabe muito pouco sobre como as diferenças linguísticas dos alunos surdos aprendizes de Língua Portuguesa como L2 podem ser inseridas e tratadas em materiais didáticos. Pensando mais objetivamente nessas necessidades, nota-se que a elaboração de materiais para o ensino de uma segunda língua deve tanto considerar as estruturas linguísticas dessa, quanto às estruturas da L1 do aprendiz.

Como já foi comentado, a Libras, diferentemente das línguas orais, apresenta, entre outros aspectos linguísticos, simultaneidade na realização de categorias linguísticas e utilização de marcas não manuais, como expressões fisionômicas e movimentos do pescoço, em sincronia com o movimento manual; ao passo que, nas línguas orais, é utilizada a modulação do contorno melódico (entoação e intensidade) da cadeia linguística, em simultaneidade com os segmentos fônicos.

Devido às particularidades da Libras e à falta de contato com a comunidade surda, percebe-se a dificuldade que os professores de Língua Portuguesa têm em criar novas formas de ensinar ou mesmo adaptar suas aulas, considerando as demandas dos discentes surdos. Levando em conta a produção dos materiais didáticos, verifica-se, nos poucos existentes, que a maioria não aborda o conteúdo por meio de uma metodologia voltada para o aprendiz surdo. Consequentemente, esse aluno não consegue aprender satisfatoriamente a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Embora a sociedade, de forma geral, acredite que o surdo tenha dificuldade de escrever por não saber “falar” a língua oral, de fato, o fator que mais contribui negativamente em seu processo de aprendizagem é a inexistência de uma metodologia de ensino adequada que leve em consideração as especificidades da Libras. Desse modo,

1592



[...] pensar em letramento de alunos surdos significa considerar que as informações não podem ser apresentadas de maneira oral, as palavras não devem ser desmembradas de acordo com a lógica fonética e os textos não são vistos como representações da fala. Para o indivíduo surdo, cada palavra é uma imagem e essa imagem pode ser decomposta e compreendida, mas não pode ser fragmentada com base na lógica da oralidade. (CRUZ; PRADO, 2019, p. 196).

Para que uma real inclusão social e educacional dos surdos ocorra, são necessárias constantes atualizações e reflexões sobre a educação bilíngue por parte do corpo docente das escolas de Educação Básica. Destarte, também cabe à universidade, *locus* privilegiado para a formação de professores de línguas, desempenhar o papel de desencadear e de auxiliar na reversão do quadro de exclusão do “mundo letrado” em que ainda vivem muitos alunos surdos.

Em suma, a relevância do projeto centra-se em atender as atividades de desenvolvimento e experimentação de práticas bilíngues para o ensino de LP2 para alunos surdos. Os resultados das etapas da pesquisa permitem alavancar as pesquisas nas áreas da Linguística Aplicada, em especial, das línguas de sinais, e da educação bilíngue. Em relação ao aluno surdo, o projeto pretendeu oferecer possibilidades, por meio da língua portuguesa escrita, de acessar outros bens culturais, outras informações e, conseqüentemente, reconhecer sua multiculturalidade.

Objetivos

- Produzir metodologias de ensino que auxiliem docentes e discentes surdos a desenvolverem o processo de ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa como segunda língua (LP2).
- Contribuir com a formação docente para o ensino de LP2, uma vez que o projeto, voltado à práxis pedagógica, se destina a suscitar questionamentos acerca do processo de ensino-aprendizagem dessa língua e do cotidiano escolar numa perspectiva bilíngue.
- Compreender como a Libras e a experiência visual podem corroborar, não só com o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa escrita, mas também com a inserção do sujeito surdo na sociedade letrada.

1593

Metodologia

Em consonância aos seus objetivos, o escopo metodológico do projeto deve englobar, ao menos, quatro eixos temáticos, cujas especificidades se basearam em propor a criação de recursos e metodologias de caráter inovador e experimental visando às necessidades linguísticas da comunidade surda. São eles: 1) divulgação da Libras e da cultura surda; 2) compreensão das especificidades da leitura e da produção textual em LP2; 3) pesquisa teórica e definição de



critérios para análise e avaliação de materiais didáticos (MD); 4) a adaptação e elaboração de MD para o ensino de LP2 para alunos surdos.

O primeiro eixo, voltado à difusão da Língua de Sinais e suas especificidades, propôs oferecer aos graduandos, principalmente das áreas de licenciaturas, aos docentes de todas as esferas informações essenciais sobre a língua de sinais, os aspectos sociais da surdez e o aluno surdo. A principal proposta do eixo foi tratar aspectos essenciais da língua de sinais e a cultura surda.

O segundo eixo destinou-se à discussão do desenvolvimento da leitura e da escrita em LP2 por alunos surdos. Pretendeu-se, a partir de análise das produções, verificar o papel da Libras no processo de aquisição da modalidade escrita da LP2. Além desse tópico, busca-se reconhecer as questões relacionadas ao ensino de leitura. Uma das formas de tratá-las seria por meio da desconstrução do “mito da interpretação ao pé da letra” (FARIA, 2006), ou melhor, deveria garantir uma prática que se afaste, no ensino de leitura, da estratégia "tradução" simultânea de Português-Libras, em uma relação palavra por palavra. As consequências desse tipo de estratégia são desastrosas para ambas as línguas, visto que, ao desprezar as diferenças estruturais entre a Libras e a LP2, congela o aprendizado de suas estruturas (processo de fossilização).

O terceiro eixo, que dispôs discutir dados e pesquisas teóricas acerca de materiais didáticos de língua portuguesa para a comunidade surda, visou ao conhecimento e à reflexão acerca de metodologias e materiais já desenvolvidos com este grupo discente, bem como ao questionamento sobre seus critérios de produção. Em outros termos, promoveu a descrição do material didático (MD) para identificar a metodologia e os princípios organizacionais utilizados. Esta ação pode ser entendida como o julgamento do MD para alguma finalidade, em geral, adoção com base em necessidades, características e objetivos da situação de ensino-aprendizagem. Buscou-se, portanto, estabelecer o emprego sistemático de critérios de avaliação de MD destinado a esse alunado.

No quarto eixo, que contemplou a adaptação e a elaboração de MD à comunidade surda, propôs-se um trabalho baseado no letramento e no uso de diversos recursos visuais e textuais, com a finalidade de inserir o sujeito surdo nas práticas sociais de leitura e escrita. O desenvolvimento de materiais didáticos deve ser realizado com o auxílio da noção de modelo didático de gêneros de discurso, distanciando, dessa forma, de uma prática muito recorrente de ensinar listas de palavras. Deve-se sublinhar que para o professor ensinar uma L2, esse deve conhecer a L1 de seu aluno, assim como questões relacionadas ao bilinguismo, ao multiculturalismo, à imagem social construída para cada língua envolvida no processo de ensino-aprendizagem.

No que tange a essa proposta, evidenciou-se a distribuição do tema materiais didáticos em quatro aspectos: análise, avaliação, adaptação e elaboração. Em relação à análise de materiais didáticos (MD) existentes, assumiu-se uma postura de descrever suas características e seus objetivos; em outros termos, promover a descrição do MD de forma a identificar a metodologia e os princípios organizacionais utilizados. Já a avaliação pode ser entendida como o julgamento

do MD para alguma finalidade, em geral, adoção com base em critérios, necessidades, características e objetivos da situação de ensino-aprendizagem. Deve-se frisar que o objetivo da avaliação é conferir a adequação do material ao contexto específico de ensino de uma língua e às suas características. A pergunta que direcionou a avaliação dos materiais foi: que efeitos os materiais produzem nos professores de português e em seus alunos surdos?

Como inexitem critérios estritamente definidos para a análise e avaliação de materiais de português para alunos surdos, considerou-se, em um primeiro momento, a proposta de Vilaça (2010) que ressalta a existência de três tipos de avaliação: a) avaliação de pré-uso; b) avaliação em uso; c) avaliação de pós-uso. Pelo caráter do projeto, preconizou-se a avaliação de pré-uso. Assim, uma ficha de avaliação pode incluir: a) interesse e relevância para o aluno; b) facilidade de uso por professores e alunos; c) nível do idioma; d) abrangência e grau de dificuldade; e) integração eficaz dos componentes; f) adequação cultural; g) apoio ao professor; h) qualidade da apresentação física e durabilidade; projeto, apresentação e facilidade de uso; i) avaliação do aprendizado. Além disso, devem-se considerar critérios pensados exclusivamente para materiais elaborados para um aluno cuja primeira língua é a Libras e que levem em conta o *modus vivendi* surdo. Assim sendo, foi importante construir novos critérios de avaliação, dos quais são citados alguns exemplos: a) referência à língua de sinais; b) análise contrastiva das duas línguas; c) inserção de elementos visuais (BAALBAKI, 2013).

A competência para avaliar os MD, como destaca Vilaça (2009), contribui para adaptar e elaborar novos materiais. O autor registra que, como os materiais são caso do projeto desenvolvido, considerou-se adaptar às necessidades linguísticas dos alunos surdos e à cultura surda. Como nos estudos de MD não há uniformidade nos procedimentos de adaptação, foi seguida a proposta de Vilaça (2009), na qual alguns movimentos na adaptação de materiais são possíveis, a saber: 1) adição de atividades, tarefas, materiais extras; 2) apagamento de parte do material didático; 3) modificação parcial de tarefas e atividades; 4) simplificação de objetivos e os procedimentos de uma tarefa ou atividade; 5) reordenamento das atividades.

Leite e Cardoso (2009) assinalam que são pouquíssimos os materiais didáticos produzidos para alunos surdos. No entanto, há materiais que podem ser adaptados para o ensino de LP2 para esses, como: a) materiais para o ensino de LP como língua materna (LM); b) materiais para o ensino de LP como língua estrangeira (LE), dando maior ênfase nos últimos. As adaptações feitas (por exemplo, transcrição de diálogos orais gravados em CD-rom e sua tradução em Libras, por exemplo) já demonstram uma faceta da produção de materiais.

Mais especificamente, a elaboração de materiais deve mostrar, de acordo com Leffa (2008), compatibilidade entre o contexto de ensino-aprendizagem, os objetivos e os recursos de aprendizagem. E também deve envolver, sobretudo, a análise das necessidades dos alunos. Somente a partir delas que podem ser definidos os objetivos que direcionaram o desenvolvimento do material e quais conteúdos serão selecionados (LEFFA, 2008). Outro tópico relevante para a elaboração de MD é o conhecimento da abordagem teórica que subjaz

1595

o processo ensino-aprendizagem. Afinal, “quem prepara o material precisa ter uma noção bem clara da fundamentação sobre a qual se baseia, mas vai concentrar todo seu esforço em mostrar a prática, não a teoria” (LEFFA, 2008, p. 28).

Por outro viés, Vilaça (2009) aponta duas possibilidades para a elaboração de materiais. A primeira é baseada nas experiências anteriores do professor. Esse tipo de desenvolvimento de atividades é chamado de “elaboração por intuição”. A segunda é a elaboração de materiais partindo de teorias e pesquisas. De fato, elaboram-se materiais baseando-se em fundamentação teórica encontrada na literatura da área do ensino de línguas. Segundo o autor, “pesquisas teóricas de diversos autores são levadas em consideração, em menor ou maior proporção, para a elaboração de materiais” (VILAÇA, 2009, p. 86). No projeto de Iniciação Científica, pretendeu-se que a elaboração dos materiais considere, sempre que possível, as duas possibilidades. Sublinha-se que as pesquisas acadêmicas e os relatos de professores (dados coletados por diferentes metodologias: questionários, entrevistas, grupo focal) também podem fornecer as bases para subsidiar a elaboração de materiais.

Com o levantamento bibliográfico realizado, ficou evidente a necessidade de pesquisas que visem a contribuir para o desenvolvimento e para a capacitação de professores que recebem ou que receberão, eventualmente, alunos surdos em sua sala de aula. A elaboração de uma proposta de adaptação de programa curricular, como o apresentado neste artigo, torna-se primordial na medida em que auxilia professores no cotidiano escolar, pois esta passa a ter ferramentas para promover, adequadamente, o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

1596

Resultados

Em relação ao eixo 1, os resultados foram atingidos com a manutenção do blog do projeto (<https://letrasdeoficina.wordpress.com/>), existente desde 2016 e atualizado frequentemente. O Instagram do projeto (<https://instagram.com/lp2surdos>) também foi continuamente movimentado, buscando promover a Libras e a cultura surda às comunidades interna e externa da universidade, divulgando eventos. Em suma, toda semana foram postadas informações nas mídias sociais, além da divulgação do andamento da elaboração do material didático, dados sobre a comunidade surda, como por exemplo, eventos, personalidades surdas, explicação sobre algum tema como foi o caso do setembro azul, aniversário da Lei de Libras entre outros também receberam destaque. Trata-se de uma forma de despertar na comunidade em geral a empatia pela comunidade surda. Com alcance das redes sociais, algumas adaptações foram feitas para elencar atividades anteriores e acesso às produções teóricas do projeto.

Também foi organizado material para duas oficinas de Libras que ministradas dentro da própria universidade e aberta para a comunidade. Os seguintes resultados foram alcançados 1) promoção da LIBRAS para professores de língua portuguesa; 2) sensibilização sobre a cultura surda e modos de aprender diferenciados; 3) criação de espaços de convívio entre professores



da educação básica e graduandos; 4) construção conjunta de estratégias baseadas em metodologia visual; 5) criação de formas de intercâmbio entre a universidade e escolas de educação básica, no que se refere, sobretudo, ao ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos.

Estritamente relacionados, os eixos dois e três foram trabalhados por meio de leituras e debates entre o grupo, uma vez que as pesquisas teóricas apoiavam a compreensão das especificidades do ensino de LP2 e, conseqüentemente, foram definidos critérios de análise e avaliação de materiais didáticos. Ademais, criou-se um modelo de referencial curricular para dar base à elaboração do material didático próprio. Com isso, foram privilegiados os aspectos visuais do texto, de forma a ressaltar a característica visual do aluno surdo, permitindo maior identificação com o texto trabalhado.

O eixo quatro tratou de praticar o que foi aprendido com as pesquisas feitas ao elaborar um MD específico do projeto. Foram realizadas atividades de pesquisa relacionadas à preparação de 80 capítulos de um material didático com proposta inovadora para a comunidade surda. Desta feita, propôs-se um trabalho baseado no letramento e no uso de diversos recursos visuais e textuais, com a finalidade de inserir o sujeito surdo nas práticas sociais de leitura e escrita. Foi produzido um conjunto de livros com volumes específicos para cada série escolar, *“Construindo Juntos: Uma aventura de leitura e escrita: proposta bilíngue para alunos surdos”*. Tendo escolhido trabalhar com gêneros textuais – por tratar aspectos linguísticos, gramaticais e interpretativos – e oferecer ao aluno surdo contato com textos que ele poderá encontrar ao longo de sua vida, o desenvolvimento e a elaboração destes materiais abarcaram desde a definição dos objetivos de aprendizagem à motivação que o aluno teria ao se deparar com tal atividade.

O desenvolvimento do material didático fundamentou-se na noção de modelo didático de gêneros textuais, distanciando, dessa forma, de uma prática muito recorrente de ensinar listas de palavras. Pelo fato de o aluno surdo ser visual, fez-se uso de cores variadas para auxiliar no seu processo de aprendizagem. Acrescenta-se que, com o uso da internet, muitos materiais podem ser coletados e utilizados com fins pedagógicos. A oportunidade oferecida àqueles que elaboraram materiais didáticos (MD) é muito variada. É possível fazer download de textos autênticos, utilizar fotos, imagens e gráficos, elaborar atividades interativas por meio de salas de bate-papo, publicar materiais em sites ou distribuí-los em listas de e-mails, disponibilizar cursos interativos, entre tantas outras possibilidades. Além disso, a Libras foi frequentemente citada e cogitada em atividades sugeridas no material didático.

Houve também a produção de vídeos instrucionais em Libras destinados a acompanhar o material de ensino proposto. Para cada gênero textual, foram selecionados vídeos e imagens pertinentes ao tema abordado na unidade didática; todos eles sinalizados em LIBRAS, de modo a enfatizar artefatos culturais do surdo (STROBEL, 2008). Dessa forma, a partir da utilização da L1 do aluno, pretendeu-se tornar mais adequada o aprendizado do conteúdo.

Os 20 capítulos elaborados, em cada um dos quatro volumes do livro didático “Construindo Juntos”, foram pensados e produzidos segundo a metodologia abaixo citada: a) identificação do gênero por meio de seu sinal em Libras; b) contextualização visual do texto pela imagem e leitura; c) exploração de conhecimento prévio e inferências; d) identificação e estudo de elementos textuais e paratextuais relevantes; e) escrita e reescrita visando à sistematização do conteúdo abordado.

A seguir, é apresentada uma tabela com todos os títulos dos capítulos do material didático “Construindo Juntos”.

Tabela 1: Capítulos do material didático

VOLUME 1	VOLUME 3
Capítulo 1 - Construindo bilhetes, mensagens instantâneas e e-mails	Capítulo 1 - Construindo instruções e tutoriais I
Capítulo 2 - Construindo letras maiúsculas e minúsculas	Capítulo 2 - Construindo instruções e tutoriais II
Capítulo 3 - Construindo substantivos	Capítulo 3 - Construindo receitas I
Capítulo 4 - Construindo gênero e número	Capítulo 4 - Construindo receitas II
Capítulo 5 - Construindo marcas em texto: pontuação	Capítulo 5 - Construindo instruções, tutoriais e receitas: revisão
Capítulo 6 - Construindo tirinhas e HQs	Capítulo 6 - Construindo documentos
Capítulo 7 - Construindo adjetivos	Capítulo 7 - Construindo formulários
Capítulo 8 - Construindo artigo	Capítulo 8 - Construindo requerimentos
Capítulo 9 - Construindo interjeição	Capítulo 9 - Construindo localização I
Capítulo 10 - Construindo relações: pronomes possessivos e demonstrativos	Capítulo 10 - Construindo localização II
Capítulo 11 - Construindo contos de fada	Capítulo 11 - Construindo manchetes e notícias
Capítulo 12 - Construindo verbos de ação	Capítulo 12 - Construindo notícias
Capítulo 13 - Construindo advérbios	Capítulo 13 - Construindo verbete de enciclopédia e dicionário I
Capítulo 14 - Construindo pontuação II	Capítulo 14 - Construindo verbete de enciclopédia e dicionário II
Capítulo 15 - Construindo substantivos próprios e comuns	Capítulo 15 - Construindo exposição
Capítulo 16 - Construindo poemas	Capítulo 16 - Construindo relato
Capítulo 17 - Construindo relações entre palavras: sinônimos e antônimos	Capítulo 17 - Construindo crônica I
Capítulo 18 - Construindo numerais	Capítulo 18 - Construindo crônica II
Capítulo 19 - Construindo expressões idiomáticas	Capítulo 19 - Construindo crônica III
Capítulo 20 - Construindo teatro	Capítulo 20 - Construindo piada
VOLUME 2	VOLUME 4
Capítulo 1 - Construindo cartas pessoais	Capítulo 1 - Construindo charges
Capítulo 2 - Construindo carta de solicitação ou reclamação	Capítulo 2 - Construindo HQs I
Capítulo 3 - Construindo cartas de leitores	Capítulo 3 - Construindo HQs II
Capítulo 4 - Construindo cartas variadas	Capítulo 4 - Construindo mangá
Capítulo 5 - Construindo comparação de cartas	Capítulo 5 - Construindo mangá surdo
Capítulo 6 - Construindo entrevistas I	Capítulo 6 - Construindo teatro
Capítulo 7 - Construindo entrevistas II	Capítulo 7 - Construindo teatro surdo
Capítulo 8 - Construindo biografia	Capítulo 8 - Construindo série Crisálida
Capítulo 9 - Construindo autobiografia	Capítulo 9 - Construindo sinopse
Capítulo 10 - Construindo autobiografia II	Capítulo 10 - Construindo esquete
Capítulo 11 - Construindo canção I	Capítulo 11 - Construindo contos
Capítulo 12 - Construindo canção II	Capítulo 12 - Construindo contos de amor
Capítulo 13 - Construindo cordel I	Capítulo 13 - Construindo conto de mistério
Capítulo 14 - Construindo cordel II	Capítulo 14 - Construindo conto policial
Capítulo 15 - Construindo cordel III	Capítulo 15 - Construindo lendas urbanas
Capítulo 16 - Construindo divulgação científica I	Capítulo 16 - Construindo currículo I
Capítulo 17 - Construindo divulgação científica II	Capítulo 17 - Construindo currículo II
Capítulo 18 - Construindo propaganda sobre a Dengue	Capítulo 18 - Construindo anúncio
Capítulo 19 - Construindo divulgação sobre Zica	Capítulo 19 - Construindo entrevista I
Capítulo 20 - Construindo divulgação sobre Chikungunya	Capítulo 20 - Construindo entrevista II

1598

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Foram realizadas reuniões com palestrantes convidados, surdos e ouvintes, para que as dúvidas fossem dirimidas sobre sinais que seriam utilizados no material didático (MD) e também sobre o conteúdo de alguns capítulos que estavam em produção referente ao volume quatro.

Vários professores surdos e ouvintes que trabalham como docentes de Língua Portuguesa para surdos foram contatados para avaliar o material didático. Os docentes deram seus pareceres trazendo toda sua experiência de dentro de sala de aula, sua prática para que fosse possível aperfeiçoar o MD. Em síntese, a proposta de ensino dos gêneros textuais desenvolvidos no livro didático “Construindo Juntos” foi avaliada por professores que possuam experiência em lecionar LP para alunos surdos. Na avaliação, buscou-se que os referidos profissionais verificassem a viabilidade do material.

Após essas avaliações, foram realizados o levantamento e a revisão de imagens, a reformulação dos exercícios e a revisão dos volumes 1,2 e 3; e a produção de capítulos do volume 4. Abaixo, são inseridas as imagens das quatro capas do material didático elaborado.

Figura 1: Capas



1599

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Em colaboração com o Instituto de Artes da UERJ, foram produzidos 80 vídeos instrucionais em Libras que acompanharão o material didático onde o discente poderá acessar através de um QR CODE no início de cada capítulo.

Os seguintes resultados foram alcançados: 1) promoção de leituras do referencial teórico; 2) desenvolvimento da articulação entre teoria e prática; 3) desenvolvimento de leitura crítica de materiais; 4) análise, adaptação e elaboração de materiais didáticos, baseados em diferentes gêneros textuais; 5) sistematização dos desdobramentos da discussão teórica acerca da análise, adaptação e elaboração de materiais para o ensino de português para alunos surdos.

A produção do material didático foi apresentada em dois grandes eventos acadêmicos no Brasil. No “COINES 2023” que foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), *campus* Ilha do Fundão, nos dias 26, 27 e 28 de setembro, com tema norteador acerca de materiais didáticos na educação de surdos. O COINES é um congresso internacional realizado todos os anos, cuja organização é do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) – instituição pública federal brasileira localizada no bairro de Laranjeiras no Rio de Janeiro. E o outro evento foi na própria Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tratou-se da “32ª Semana SEMIC da UERJ - 2023”, a Semana de Iniciação Científica da UERJ, no período de 25 a 29 de setembro. Este é um dos eventos que compõem a “UERJ SEM MUROS”.

Conclusão

A elaboração de recursos e materiais didáticos, que tem como base uma abordagem bilíngue, requer atenção para que haja uma conexão entre a L1 e a L2 do aluno. Em um contexto em que as duas línguas possuem características distintas – a Libras é uma língua visual-gestual enquanto a Língua Portuguesa é uma língua oral-auditiva – é necessário enfatizar elementos da L2 que tenham relação com a L1 do discente. Para isso, buscaram-se recursos de imagens e vídeos em Libras como uma forma profícua para obter certa compreensão da segunda língua na modalidade escrita.

Uma das dificuldades de realização do projeto foi a não aplicação do material elaborado em sala de aula. Essa dificuldade mostra a necessidade em continuar o projeto, contribuindo para o ensino de alunos surdos como uma forma de propiciar melhorias em relação aos produtos elaborados. Dessa forma, compreendemos que outro eixo de desenvolvimento deve ser incluído. A prévia avaliação de docentes que estão inseridos no contexto escolar que envolve o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, é extremamente relevante; contudo, não é possível abrir mão de uma etapa de posterior aplicação dos materiais. Certamente, nessa etapa, poder-se-á averiguar a real eficácia e aplicabilidade da metodologia proposta.

Espera-se que o uso do material didático em escolas para e com surdos possa trazer novas avaliações a respeito do material. Visa-se mais do que a verificação de metodologias; ajustes poderão ser realizados nas propostas do projeto para torná-lo condizente às necessidades específicas dos alunos em sala de aula de língua portuguesa como L2. Com isso, visa-se não apenas a verificação da metodologia e recursos propostos, mas também se pretende realizar ajustes em um programa de ensino destinado à Educação Básica, com foco no Ensino

1600

Fundamental, tornando-o condizente à realidade desses alunos. Ainda se aspira que os recursos cheguem, efetivamente, à sala de aula de e com surdos, permitindo, desse modo, que um número maior de alunos seja beneficiado com os resultados do projeto.

Referências

BAALBAKI, A. C. F. A formação do professor e o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa para alunos surdos. *Pesquisas em Discurso Pedagógico* (Online), v. 1, p. 1-9, 2013.

BARBOSA, E. R. A. Materiais didáticos impressos e digitais de ensino de português como segunda língua para alunos surdos. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, MG, n. 1, maio 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 79, p. 23, 25 abril 2002.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Diário Oficial da União Brasília, DF, Seção 1, p. 28, dezembro 2005*.

BRASIL. *Lei nº 14.194, 03 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação bilíngue de surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ATO2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em 17 de março de 2022.

1601

CRUZ, O. M. S. S.; PRADO, R. Educação bilíngue e letramento visual: reflexões sobre o ensino para surdos. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, v. 52, p. 179-201, jul-dez de 2019.

FARIA, S. P. O Fortalecimento da Identidade Surda. *Arqueiro*. Rio de Janeiro: INES, vol.13, p. 19-28, jan/jun. 2006.

FERNANDES, S. Práticas de letramentos na educação bilíngue para surdos. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: http://www.culturasorda.eu/resources/Fernandes_praticas_letramentos+surdos_2006.pdf. Acesso em: 02 nov.2021.

LEFFA, V. Como produzir materiais para o ensino de línguas? In: LEFFA, Vilson. (org.). *Produção de materiais de ensino: teoria e prática*. 2. Ed. Pelotas: EDUCAT, 2008, p. 15-41.



LEITE, J. G.; CARDOSO, C. J. Inclusão Escolar de Surdos: Uma análise de livros de alfabetização. In: *Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Curitiba: Champagnat, 2009, p.1-13.

PAGNONCELLI, C. Ensino de língua portuguesa sob a perspectiva dos gêneros textuais. In: *IV Encontro da Rede Sul Letras*, 2016, Palhoça - SC. Artigos Completos e Resumos Expandidos. Tubarão - SC: Fábio José Rauen (UNISUL), 2016. v. 4. p. 219-232.

PERLIN, G. *História dos Surdos*. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.

SALLES, H. M. M. L. [et al.]. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. v1. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008

VILAÇA, M. L. C. *Estratégias de aprendizagem e materiais didáticos de língua estrangeira: elaboração, integração, ensino e percepção*. 249 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. Materiais didáticos de língua estrangeira: aspectos de análise, avaliação e adaptação. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. 8, 2010, p. 67-78

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

TERRA, TRABALHO E NATUREZA: POR UMA HISTÓRIA DO CAMPELINATO NO MEIO-NORTE BRASILEIRO

Geovana Moraes Cardoso¹Ádyson Lucas dos Santos Oliveira²Antonio Francisco Oliveira Rocha Filho³Deusimar Batista da Silva⁴Cristiana Costa da Rocha⁵

Introdução

A produção em questão apresenta resultados de pesquisas que, desenvolvidas no âmbito de Projetos de Iniciação Científica, objetivando reflexões acerca das questões relacionadas à migração, o espaço rural e suas fronteiras, formas de escravização contemporânea e as influências humanas ao meio natural, na região Meio-Norte do Brasil, entre o Piauí e o Maranhão, entre as décadas de 1980 e 2010, a partir da análise de documentação acessada no Tribunal Regional do Trabalho – TRT 22ª Região/PI, Departamento de Obras Contra as Secas – DNOCS, Comissão Pastoral da Terra – CPT e Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI. Buscamos na História Social, E. P. Thompson (1988) e Marcel van der Linden (2013), e na História Ambiental, D. Worster (1991), elementos teóricos e metodológicos para problematização e análise das fontes. Cabe considerar que os resultados do estudo ora apresentado toma como eixo problematizante o contexto de avanço do agronegócio no Brasil, modelo agrícola baseado no monocultivo extensivo das commodities com base na propriedade fundiária da terra acentuou o contingente de famílias vulneráveis à exploração do trabalho e suas condições degradantes.

O recorte temporal destacado, 1980 a 2010, remete a mudanças estruturais no contexto agrário da região Meio-Norte, no tocante ao acesso à terra, falência do sistema de moradia e às relações

1603

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Poeta Torquato Neto; bolsista do Programa de Iniciação Científica (PBIC) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí. Endereço eletrônico: geovanamoraesc@aluno.uespi.br

² Graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí, campus Poeta Torquato Neto; Bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa 1ª do CNPQ. Endereço eletrônico: adyson6810@gmail.com

³ Graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí, campus Poeta Torquato Neto; Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPQ. Endereço eletrônico: antoniofilho@aluno.uespi.br

⁴ Graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí, campus Poeta Torquato Neto; Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPQ. Endereço eletrônico: deusimar.b.da.silva@aluno.uespi.br

⁵ Doutora em História Social pelo PPGH-UFF; Mestra em História Social pelo PPGH-UFC; Professora Associada da Universidade Estadual do Piauí, campus Poeta Torquato Neto; Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura – UESPI. Endereço eletrônico: cristianarocha@cchl.uespi.br



2023



JI Jornada
IC Internacional
EU de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

de trabalho no campo, e tem como um de seus desdobramentos, os deslocamentos populacionais de famílias empobrecidas rumo a outras regiões do país. A expansão da lavoura na região Meio-Norte corresponde ao período de declínio do extrativismo vegetal local notadamente desenvolvido na região. Dos anos de 1980 até a atualidade, a historiografia e áreas afins (Ciências Sociais, Geografia e Direito) registram o aumento significativo dos conflitos e tensões no campo, com registros de assassinatos. Como centro dessas tensões está a estrutura da propriedade da terra vigente.

No sentido de pensar os modos de vida e trabalho como as formas de resistência de camponeses da região, aqui evidenciadas em ações e reclamações trabalhistas no TRT, interessa-nos refletir sobre as questões relacionadas à sociedade e natureza que se apresentam como um debate atual no campo da História Social e atende à necessidade das pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho - NEHST/UESPI, ao qual estamos vinculados. O acervo do TRT 22ª Região está organizado por jurisdição: jurisdição de Picos; jurisdição de Bom Jesus; jurisdição de Piripiri; jurisdição de Teresina; jurisdição de Parnaíba; e jurisdição de São Raimundo Nonato, que reúnem documentos em torno de temas relacionados aos trabalhadores livres e resgatados de regimes de escravização, de origens rural e urbana, com informações importantes para reconstituição da História de lutas de trabalhadores e trabalhadoras para acesso à Lei e direitos, dos anos de 1970 a 2000.

Precisamente, a Justiça do Trabalho foi fundamental para os trabalhadores da segunda metade do século XX. Suas fontes são demonstrações claras da existência de identidades horizontais de trabalhadores, as tensões estabelecidas com os patrões quando “os de baixo” começaram a defender seus interesses através da justiça. As tramas estabelecidas nos dão mostras do aprendizado histórico desses sujeitos com a Lei e que segundo Luigi Negro (2006, p.201) “[...] longe de vítimas passivas ou de fantoches manipulados, há atores que entram em cena alargando as possibilidades da lei do direito, conseguindo resultados na justiça”.

O recorte espacial dado para a pesquisa se justifica diante da possibilidade de compreensão desse processo em caráter regional, visto que os estados do Maranhão, Piauí, no Nordeste possuem experiências comuns quanto aos modos de produção, fortemente influenciados pelo extrativismo da amêndoa do Babaçu e da extração do pó da Carnaúba, avanço do agronegócio no bioma Cerrado, como quanto ao deslocamento histórico de homens e mulheres do campo em busca de trabalho em outras regiões do país.

O histórico de informalidade e o discurso de utilização predominante de mão de obra familiar no trabalho rural ocultou a problemática do trabalho escravo nesse tipo de atividade. Como evidenciado por historiadores dedicados à história social do trabalho, certas práticas comuns na época da escravidão moderna atravessaram gerações e, particularmente, no trabalho urbano, duraram pelo menos até a década de 1950. Por sua vez, as denúncias de trabalho escravo rural no Brasil remetem à década de 1970 e foram realizadas por agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Em 1995 o Estado brasileiro reconheceu o Brasil como um país escravocrata,

1604



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

recorrendo ao uso da terminologia trabalho análogo à escravidão, existente desde 1940 no Código Penal Brasileiro. Em 2003, o artigo 149 do Código Penal ganhou alteração no sentido de deixar mais clara a definição de trabalho escravo, como sendo toda forma de trabalho degradante que compromete a liberdade do sujeito, cuja pena diz respeito à reclusão de dois a oito anos, e multa, além de pena correspondente à violência.

Objetivos Gerais

- Sistematizar fontes escritas sobre a organização fundiária dos Carnaubais e Babaçuais do Meio Norte;
- Identificar e compreender as condições de vida e trabalho de camponeses na região Meio-Norte, problematizando a relação sociedade e natureza;
- Realizar levantamento de fontes documentais do Tribunal Regional do Trabalho, TRT - 22ª Região – PI, identificando ações e mobilizações de camponeses na Justiça do Trabalho.

Metodologia, Materiais e Métodos

A escolha metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa envolveu levantamento bibliográfico e fontes escritas, que seguiram as seguintes etapas: coleta de dados, análise e interpretação dos dados e redação das conclusões. No primeiro momento foi realizado um levantamento da bibliografia referente ao tema, a partir de acervos virtuais (Biblioteca Brasileira, Biblioteca Nacional Digital, Domínio Público, Rare Book Room, dentre outros) e bibliotecas físicas, no sentido de caracterizar o estado da arte da produção sobre o tema.

O levantamento do acervo bibliográfico foi realizado concomitantemente com a atividade de prática documental, a partir do contato com os acervos documentais acessados em plataformas digitais das Secretarias do Meio Ambiente do Estado do Piauí, Defesa Civil do Piauí, Senado Federal, Ministério do Desenvolvimento Regional. A necessidade de problematizar a relação sociedade e natureza, toma como base as ameaças ao equilíbrio ambiental que avançam nas sociedades contemporâneas, em particular no mundo rural. Para tanto consideramos dados que se encontram mapeados pela historiografia especializada como pelas ações de ONGs, Universidades, políticas públicas desenvolvidas em esferas governamentais, federal, estadual e municipal.

A identificação, levantamento e seleção de fontes no Acervo do TRT – PI, 22ª Região, localizado na Capital do Estado, tomaram como ênfase as ações mobilizadas por camponeses operários em agroindústrias locais, de beneficiamento de coco babaçu e de carnaúba, e empresa sucroalcooleira. No acervo da Biblioteca do DNOCS, foram acessados mapas, projetos e

1605



relatórios, além de bibliografia fundamental para investigação das condições sociais e materiais das populações do semiárido brasileiro, além de nos possibilitar pensar os modos de pensar políticas públicas para as populações pobres da região.

Após a identificação e organização foi iniciado o processo de digitalização das fontes. Na busca de outras fontes que se encontram no cruzamento dos processos trabalhistas, outros documentos complementares poderão ser acessados na Comissão Pastoral da Terra - CPT, Arquivo Público do Estado do Piauí e Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Piauí – FETAG/PI.

Para análise e interpretação qualitativa da documentação, foi realizada observação documental e análise de conteúdo com base na revisão dos fichamentos realizados durante a coleta dos dados. As informações foram mapeadas com leitura orientada pela questão norteadora e com apoio bibliográfico sobre o tema, que poderão ser retomados pelos fichamentos realizados.

Resultados

Esse trabalho é resultado do levantamento de fontes realizadas pelo núcleo Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI, pela qual foi vista a necessidade de se destacar as investigações a partir das fontes ora apresentadas no presente projeto, envolvendo fontes do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 22ª Região/PI, Departamento de Obras Contra as Secas – DNOCS, Comissão Pastoral da Terra – CPT e Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI. Nesse sentido, a pesquisa supracitada segue um fio metodológico constituindo-se de elementos epistemológicos que abordam tanto a questão da história social quanto a história ambiental a partir de obras no campo histórico e referencial ao contexto.

O contexto rural brasileiro é marcado pela constante invasão do capitalismo agrário, cujo interesse circula-se em torno de se perpetuar o processo de concentração fundiária (grilagem de terras). O avanço do capital fez acirrar uma série de conflitos no campo, expulsão da população do campo (camponeses e povos das florestas) e submissão a condições de trabalho escravo, tudo isso somado aos impactos nocivos ao meio ambiente.

Nesse contexto cabe discutir a problemática central da questão agrária no Brasil que é o processo de monopolização da Terra, seja através de incentivos governamentais que favorecem os grandes latifundiários ou por meio da apropriação indevida, ou seja, pela grilagem de Terras, não cumprindo as leis que estabelecem a seguridade da vida humana que engloba o direito à moradia e que esta seja digna (Santos, 2020). O estado do Piauí, vive um processo histórico de espoliação de terras escravização de trabalhadores, que foi acelerado com a chegada do agronegócio na região dos Cerrados.

1606



A partir dos anos 1990, porém, o Piauí entrou na mira do agronegócio, que avançou com grandes monocultivos de soja principalmente sobre a porção sul do estado, conhecida como Região dos Cerrados. A instalação das fazendas foi facilitada pela disponibilidade de terras a preços baixos e pelos incentivos do Estado – existentes desde a década de 1970, quando memorandos da Companhia de Desenvolvimento do Piauí determina a concessão de terras à iniciativa privada nos seguintes termos: “Se uma empresa tem condições de investir num projeto de até 25 mil hectares, o governo do estado põe à sua disposição a terra requerida. Para pessoas físicas, o limite máximo é de três mil hectares.” (CDVDH; CPT, 2017, p. 30)

O agronegócio nos Cerrados está ligado com a prática da monocultura a partir da sojicultura. A medida tomada pelo Estado promoveu a expulsão em massa da população camponesa, justificada pela ausência de produtividade das terras, deslegitimando uma lógica própria do modo de vida da população do campo, além da degradação ao meio ambiente em prol do enriquecimento desenfreado. Além disso, o acesso restrito dessas terras à um pequeno grupo empresarial, que se utilizam da nomenclatura produtores rurais na tentativa de tentarem se dissociar da imagem dos latifundiários arcaicos, promoveu mudanças irreversíveis às comunidades rurais, desvelando o modelo secular pautado na violência, escravização, empobrecimento e controle de grupos e classes sociais (Rocha, 2020).

Além da usurpação de terras, os projetos agropecuários no estado do Piauí promovem a escravização da mão de obra rural, tendo em vista a falta de perspectiva da população, restando-lhes apenas a sua força de trabalho para tentar sair de uma situação de penúria e fome. Trata-se de grupos historicamente invisibilizados pelos sucessivos governos em todas as esferas. As zonas rurais do país têm mantido contexto comum de extrema pobreza, sendo reflexo do desemprego e da falta de políticas públicas que garantam incentivos à agricultura de subsistência. O Piauí é um dos estados brasileiros que tem um alto grau de pobreza, principalmente as zonas rurais, como aponta dados dos Índices de Vulnerabilidade Social⁶ do IPEA (2015), tendo entre 2000 e 2010 pouca ou nenhuma prosperidade social, ou seja, o estado não avançou na superação da vulnerabilidade da população – principalmente a região Norte do estado, que vai concentrar os piores indicadores e terá a maioria dos migrantes para a Amazônia. Isso resulta na continuidade de um processo de exploração da mão de obra, onde os trabalhadores e trabalhadoras são submetidos a condições degradantes de trabalho. Em grande parte, os projetos agropecuários são vistos como uma possibilidade de sobrevivência, quando não a população camponesa adentra os fluxos migratórios, principalmente para o sul e sudeste do Pará, em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

1607

⁶ O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários.

A situação de pobreza e falta de políticas públicas que atendam às necessidades da população campezina resulta na falta de perspectiva de melhores condições de vida em sua região de origem. Assim veem na migração uma alternativa de conseguirem condições mínimas de sobrevivência, porém, esbarram em condições de trabalho desgastantes e que desrespeitam a dignidade humana. Nesse cenário, para os empregadores é importante a figura dos *gatos* - como são chamados os aliciadores de trabalhadores para o trabalho escravo - para a manutenção dessas redes de exploração.

De acordo com Rocha (2016, p.152), muitas vezes os *gatos* são pessoas que já passaram pelos processos de migração e conhecem a realidade das relações de trabalho desses locais, então, voltando para seus locais de origem e, “valendo-se da condição de parentela na medida em que tentam negar o conflito que se mescla com práticas coercitivas, constroem estratégias de arregimentação de parentes, vizinhos e antigos companheiros de jornada”.

Em todo caso, não se viaja ou se emigra apenas porque se quer, mas também porque se é obrigado. A migração é temporária ou não, individual, familiar ou coletiva; é consequência de uma ação política governamental deliberada e de longa duração ou pode ser ocasionada por fatos imprevistos e fulminantes. (Figueira, 2004, p. 101-102)

Apesar da pouca idade e falta de experiência, embarcam nessas viagens para além da sua região de origem, em busca de relações de trabalho que gerem renda para sua sobrevivência e da sua família, sendo esse um projeto que é construído por toda a família, pois enquanto os homens migram em busca de trabalho nos confins do país, suas famílias, principalmente as mulheres, crianças e idosos, permanecem no lote executando outros tipos de trabalho para a complementação dessa renda (Figueira, 2004).

A maioria dos migrantes são pessoas do sexo masculino, na faixa dos 15 aos 29 anos de idade e que estão nesta situação por uma condição histórica das suas famílias que, ao longo das gerações, continua a perpetuação da situação de pobreza. A cidade de Barras, na região Meio-Norte do estado, é um polo aglutinador de mão de obra de pessoas dispostas a migrarem para outras regiões, no intuito de saírem das relações de trabalho com padrões locais e irem em busca de melhores condições de salários.

Por ser um Estado secularmente marcado pelas contendas entre patrões-proprietários e trabalhadores rurais, em tempos mais recentes levadas à decisão do poder judiciário, há evidências de permanência de resquícios do mandonismo local que dificulta o acesso à terra pelo trabalhador rural e maiores perspectivas econômicas para a pequena agricultura. E, diante de um quadro de extrema pobreza, a migração se apresenta como uma forte alternativa de sobrevivência. (Rocha, 2016, p.08)

A região amazônica tem sido o principal destino da maioria desses migrantes, por seguirem uma “tradição” que se origina ainda no ano de 1940, no governo de Getúlio Vargas, que implantou

um programa para colonização daquela região; e que tem seu auge nos governos da ditadura militar que facilitaram a ocupação de terras pelos latifundiários. Segundo Figueira (2004), os trabalhadores rurais atraídos por algum motivo, empreendem viagens para além da sua cidade, buscando superar uma situação de penúria e fome, mas esse sonho, para Rocha (2015), passa pelo sonho do assalariamento, mas acaba sendo atropelado pela realidade da escravidão por dívida.

O Piauí é considerado uma ponte de passagem em busca do Eldorado, pois “cada vez mais é perceptível a diminuição das possibilidades de sobrevivência dessas famílias pobres nos seus lugares de origem, de modo que elas passaram a depender cada vez mais do trabalho temporário em outras regiões do país.” (ROCHA, 2012, p. 04). Segundo o Observatório de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, o Estado apresentou o total de 1.005 pessoas que passaram por fluxos migratórios, seja para áreas do próprio estado do Piauí, como para outros estados brasileiros no período que compreende entre 2002 a 2010.

Os conflitos agrários e a migração *forçada* acabaram por promover e intensificar a prática do trabalho escravo contemporâneo. Em território piauiense, pode-se localizar casos de escravização de pessoas desde os anos finais da década de 1970, como foi localizado o caso de Esperantina a partir da digitalização de fontes da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Na década de 1980, foi possível localizar no Jornal do Lavrador - jornal de publicação estadual da CPT-PI - do ano de 1981 o caso da Fazenda Serra Negra, no município de Aroazes-PI, região Meio-Norte Piauiense, onde a situação é descrita como “regime de quase escravidão em que vivem centenas de famílias” e a situação é descrita como tal que até o momento da publicação do jornal, “[...] ninguém conseguiu fazer um levantamento do local, por causa das ameaças feitas a quem tentasse entrar na Fazenda” (Jornal do Lavrador, 1981, p. 05).

A criação e atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) se deu em um contexto de implantação do grande capital no campo, fruto das políticas dos governos militares no período ditatorial brasileiro (Costa, 1994). Fundamentada nos princípios da Teologia da Libertação – corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretizar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais – desempenha um papel fundamental como ponto de partida para investigar os conflitos agrários no país envolvendo. A utilização de suas fontes não apenas respalda, mas também identifica com precisão as situações enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo. As fontes levantadas trazem denúncias no que concerne aos conflitos agrários, desembocando uma série de lutas por direito à terra e desvela também o fator problematizante geral dos conflitos: a monopolização de terras. Isso gera então demasiados conflitos pela qual o camponês encontra-se no meio dessas contradições de lutas e busca por direitos. Perante as migrações, o trabalho escravo e os conflitos demonstrados no campo a partir de análises de

1609

fontes, se debruça ainda mais por essas questões sociais presente no campo, levando a perceber os contingentes de conflitos por posses de terras, assassinatos, grilagem e afins.

Durante o processo de identificação, seleção e digitalização de processos trabalhistas do TRT – 22ª Região, PI, movidos por trabalhadores rurais contra agroindústrias instaladas em território piauiense, cujas atividades estão ligadas ao beneficiamento de coco babaçu e de carnaúba, e empresa sucroalcooleira, percebemos que tais processos apresentam características para além de reivindicações de direitos trabalhistas. Em linhas gerais, apresentam denúncias de casos de trabalho análogo à escravidão.

As empresas identificadas nos autos processuais, foram alvos de denúncias por ex-trabalhadores por meio de ações individuais e pelo Ministério Público do Trabalho - MPT, que denunciam práticas de intimidação, não assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, o emprego de menores de idade, dentre outras práticas. Segundo Rocha (2015, p. 114), “o trabalhador rural escravizado no tempo presente se circunscreve em relações de trabalho, caracterizadas por um conjunto de práticas: o cerceamento de liberdade, o constrangimento, que acompanham violações das leis trabalhistas, a não assinatura da CTPS.”

A escravização de trabalhadores na contemporaneidade, evidenciam o aprimoramento e naturalização de práticas históricas de exploração da mão de obra da classe trabalhadora. Nesse sentido, mesclam-se as relações de trabalho historicamente atrasadas com o trabalho “livre”, gerando relações de trabalho intermediárias. Segundo Linden (2013, p. 31), “[...] o que encontramos no capitalismo é uma variedade quase infinita de tipos de produtores, e as formas intermediárias entre as diferentes categorias são definidas de formas mais fluidas do que nítidas”. A realidade da escravidão em contexto contemporâneo no estado do Piauí passa historicamente por um processo de invisibilidade, resultado da escassez financeira e de mão de obra para fiscalização de estabelecimentos agropecuários. Como consequência, a população pobre do campo continua a sofrer com relações de trabalho indignas à vida humana. Dados obtidos através do cruzamento de informações fornecidas pela CPT e pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho - SIT - vinculada ao Ministério da Economia - observou-se que dentro do mesmo período de tempo, 1995 a 2010, as duas entidades apresentam números diferentes sobre a quantidade de trabalhadores piauienses submetidos à servidão. A CPT (2020) aponta um total de 681 casos de trabalhadores, enquanto a SIT apresenta somente 619 casos de trabalhadores resgatados. Contudo, ao consultarmos a Ação Civil Pública do Ministério Público do Piauí movida contra a empresa COMVAP por trabalho em condição análoga à de escravo, contata-se que somente na década de 1990, havia mais de 3 mil trabalhadores prestando serviços à empresa (Brasil, 1994).

Entre os autos processuais consultados, chamou-nos atenção o caso da empresa COMVAP, localizada no município de União, PI, próximo à capital Teresina, que reiteradas vezes foi denunciada por trabalhadores e pelo Ministério Público. Um dos casos mobilizados contra a agroindústria, acusada de uso de trabalho escravo, evidencia como as relações de poder fundadas

em uma estrutura fundiária arcaica do Estado conseguiram impor suas regras ao sistema judiciário, com a mobilização de recursos infundados que protelaram a decisão judicial de condenação da ré. Nesse sentido, a lei também funciona como uma aliada, pois está a serviço da seguridade da propriedade privada e da classe dominante. Todavia, E. P. Thompson (1987), em estudo sobre a Lei Negra do século XVIII, na Inglaterra, relata que a Lei, apesar de existir em favor da classe dominante, assegurando sua propriedade privada, contraditoriamente, também a freia nos limites da própria lei que a favorece. Isso implica dizer que as classes trabalhadoras, em particular a população rural, têm a possibilidade de vitórias nos limites da lei, obtendo a garantia mínima de reparações e acesso a direitos negligenciados.

Trata-se de trabalhadores que tiveram suas terras subtraídas pelo processo de transformações agrárias na região, que afetaram os modos de vida e trabalho dessas populações. A zona rural dos estados do Piauí e Maranhão, é um espaço marcado pelo extrativismo vegetal. Em linhas gerais, tal como pode ser evidenciado pela literatura especializada:

O Nordeste brasileiro é a região que concentra, historicamente, os maiores focos de pobreza do país. Em sua área Meio-Norte, onde concentra parte dos estados do Piauí e Maranhão, uma atividade bastante característica, geralmente desenvolvida por grupos de baixa renda, é o extrativismo vegetal através do aproveitamento do babaçu (*Orbignya speciosa*) e da carnaúba (Carvalho e Gomes, 2017, pág. 362).

No tocante a economia dessas regiões, observar a prática do extrativismo vegetal das carnaúbas e o babaçu presente nas regiões do Piauí e Maranhão leva a análises de como era os modos de trabalho dos camponeses que contribuíram ativamente para o desenvolvimento da economia uma vez que eram atividades que se constituam como pilar de sustento pelos camponeses principalmente como base da economia familiar e que estava em riscos devido a chegada capitalista no campo a partir do monocultivo extensivo de commodities em que eleva a quantidade de terras nas mãos de latifundiários, que desenrolam conflitos com os camponeses, territórios e espaços que eram, tradicionalmente, ocupados por essas comunidades que são retirados facilmente de suas casas e terras a partir de um grande poder aquisitivo em função dessa concentração fundiária que mina os direitos das famílias produtoras rurais independentemente se estão dentro ou fora de assentamentos rurais, dado que o processo de ocupação desses latifúndios é irregular.

Por além dessa atividade econômica cabe ressaltar os inúmeros conflitos intrínsecos à realidade do contexto rural. Como dito, esses conflitos têm suas raízes principalmente no avanço do capitalismo sobre o campo, que afeta consideravelmente o bem-estar do camponês. Esse bem-estar vem sendo progressivamente reduzido devido à exploração e violência que prevalecem na região, resultando na violação de seus direitos, especialmente no que se refere ao direito à moradia devido ao avanço de agroindústrias, a migrações e concomitante ao trabalho escravo. Além disso, esse cenário propiciou o aumento do problema da grilagem de terras, uma prática

2023



JI Jornada
IC Internacional
EU de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

ilegal que concentra um poder desmedido e injusto nas mãos de poucos, ou melhor, nas mãos dos latifundiários.

David Harvey no seu livro “O Novo imperialismo” (2005) expõe a potencialidade e capacidade dos processos de acumulação capitalista sobre sua apropriação da força de trabalho dos camponeses e explana também a capacidade de expropriação que os capitalistas têm sobre as terras, causando assim, através dessas apropriações indevidas, a expulsão de famílias camponesas das suas moradias ocasionando as migrações para outras regiões. Diante disso, conflitos envolvendo a posse por terras corroboram para um quadro de violência no campo em que esses sujeitos acabam abandonando suas casas e sua produção rural.

A análise que estamos conduzindo requer uma discussão sobre o processo subjacente à proliferação do trabalho escravo, as migrações e as agroindústrias no Meio-Norte. É essencial direcionar nossa atenção para as mobilizações populacionais, principalmente da população rural do nordeste para as regiões do norte do país. Os motivos importantes a se destacar, estão contidos nas narrativas fictícias criadas pelos proprietários de terras, que visam explorar indivíduos socioeconomicamente vulneráveis em busca de mão de obra barata. Paralelo ao processo histórico da expropriação de terras e de vulnerabilidade social ocasionada pelas fragilidades das políticas públicas, além das questões climáticas, como as secas, que assolam o nordeste brasileiro ocasionando nas formas de subsistência dos sujeitos que vivem no campo. Esse cenário representa um dos principais mecanismos de repressão do capitalismo, pois permite a obtenção de mão de obra a baixo custo, revelando assim uma estratégia bem-sucedida sob a perspectiva capitalista na busca por trabalhadores.

A partir da discussão proposta, a década de 1980 entra no Brasil com uma nova conjuntura política na historiografia brasileira, o período não só remete ao novo contexto agrário da região do Meio - Norte, como também o período de redemocratização e crise econômica que deixou um marco na história brasileira. No entanto, a discussão proposta tem o fito de ultrapassar tais questões políticas, o enfoque proposto está na influência de tal época para o meio rural na região destacada. Ainda na década de 1980, o agronegócio teve um profundo crescimento, França e Leal (2010) demonstra que “foi somente na década de 1980 e início da década de 1990 que o agronegócio da commodity soja chegou ao sul dos estados do Maranhão e do Piauí, promovendo significativas transformações socioespaciais.” Referente a isso, esse desenvolvimento do agronegócio foi crescendo e absorvendo um grande número de hectares para a produção desses commodities, havendo mudanças nesse meio, sendo as mais comuns na relação de trabalho, tendo em vista que o processo de incremento de agroindústrias no campo produz especulações fundiárias e a subserviência de produtores rurais a essas empresas.

Como pontua Bandeira (1994), nos anos 80 ocorreu uma modernização no setor agropecuário piauiense e partir disso foi se aparecendo inúmeros projetos para financiamento de commodities, sendo essas empresas o Instituto Brasileiro de desenvolvimento florestal (IBDF), que atualmente é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente de Recursos Naturais Renováveis

1612



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

(IBAMA), o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) e o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) que participaram desses financiamentos de produção de arroz, caju e bovinos contribuindo para o aumento das áreas de lavouras, melhoramento de subsistência do setor rural especificamente dos médios e grandes produtores rurais que estabeleceram suas empresas e aumentaram poder aquisitivo a partir desses financiamentos governamentais. “As formas de produção em 1980 ainda tinha no latifúndio e nas unidades produtivas pobres grande representatividade, ainda que se verifique clara tendência no sentido de ganhar espaço nas unidades mais modernizadas” (Bandeira, 1994, p. 55).

Consoante a isso, a discussão acerca da questão ambiental parte do princípio dos recursos naturais, que tomam outra conotação num contexto de acúmulo de capital e se tornam “riquezas naturais”, a partir desse ponto, em vista a implementação de um projeto de avanço a relação entre o homem e fauna e flora e até mesmo homem-homem quando nos referimos a comunidades tradicionais, povos que habitam o mundo Rural e mesmo pessoas nas zonas urbanas, mas em situação de vulnerabilidade socioambiental, terão seu espaço invadido e/ou prejudicado em detrimento de práticas e políticas de favorecimento de grandes empresas e empreendimentos.

Assim, foi possível notar mediante os documentos analisados que a interação entre os interesses da iniciativa privada e/ou Estatal, as comunidades tradicionais e o meio natural resultou muitas das vezes em uma dialética que se manifesta de forma benéfica para o primeiro e maléfica para esses dois últimos. Então, como trazido por Davis (2001) podemos concluir que “a urbanização orientada pelo mercado vem contraindo o bom senso ambiental”. Há também, a promessa e, principalmente, a propaganda de avanços e desenvolvimentos que acompanhariam a instalação de tais empreendimentos.

Nesse sentido, o despertar para os recursos naturais passam por uma reconfiguração que os enxerga agora também como riquezas naturais, ao mapearem e reconhecerem áreas com potencial nas mais diversas esferas de empreitadas. Por exemplo, os planos de aproveitamento de Recursos Hídricos, desenvolvido por entidades como Ministério do Meio Ambiente, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e outros, encontrados no acervo do Departamento Nacional de Obras Contra Seca - DNOCS, que trazem em seu conteúdo as análises e investigações marcadas, além das grandes potencialidades, pela ausência da perspectiva que considerasse os sujeitos que residem nessas áreas de potencialidades. Pois, a violência contra a natureza é precedida pela violência social (Martinez, 2005 p. 30), assim, os saberes e contribuições dessas comunidades é desqualificado e apagado.

1613

Conclusão

São cada vez mais frequentes as veiculações de matérias na imprensa e as ocorrências a respeito de lesões a direitos de trabalhadores rurais, submissão dos mesmos às mais humilhantes



condições de trabalho nos diversos pontos do país, assim como as denúncias de subserviência em função dessas relações trabalhistas. Nos dias atuais, não somente os negros estão relegados à herança negativa da escravidão, como também brancos pobres, que inclui mulheres e crianças, que são submetidos a verdadeiros regimes escravocratas de trabalho nas mais diversas regiões do país; desde as mais industrializadas, como Sul e Sudeste, às menos industrializadas, como Norte e Nordeste. E o envolvimento de políticos, assim como magistrados e grandes empresas com esses flagrantes violações de direitos humanos, respaldam a espoliação territorial, a concentração fundiária, os casos de trabalho escravo contemporâneo e violência no campo, sendo apenas o início de diversos fatos que precisam ser investigados.

A necessidade imediata da atuação da sociedade civil, por sua vez invoca a atuação das entidades sindicais no combate a esta forma de exploração do trabalho humano, se fazendo necessária a utilização dos diversos instrumentos jurídicos em prol dos trabalhadores, podendo as entidades fazer uso da cessação das práticas escravizantes em determinada localidade, bem como de atos de aliciamento, denunciando-os ao Ministério Público Federal para a tomada de providências quanto à responsabilização criminal.

A lei e a justiça (especialmente a Justiça do Trabalho) deixaram de ser vistas como simples instrumentos de uma dominação de classe para se configurarem como recursos que poderiam ser apropriados por diferentes sujeitos históricos que lhes atribuíam significados sociais distintos, demonstrando a importância de revisitar o processo de elaboração das leis, buscando novos personagens na arena legislativa e judicial, pesquisar o sentido da aplicabilidade das leis, seu significado para diferentes grupos sociais e investigar o modo com que as leis são interpretadas pelos diversos sujeitos em confronto.

Nos últimos anos, a História Social tem se aproximado das áreas afins ao registrar o aumento significativo dos conflitos e tensões no campo, a história dos trabalhadores e do trabalho no Brasil e as lutas sociais que, acompanhadas de mudanças teóricas e metodológicas, foram atraindo cada vez mais pesquisadores para o seu campo de pesquisa. Toda a documentação armazenada ao longo desses anos é preciosa e, diante da grandeza da tarefa da preservação da memória, guarda a história de muitas lutas individuais e coletivas por direitos, permitindo distinguir o modo como pessoas e entidades pressionam a criação de normas jurídicas, ou como certas normas legais foram interpretadas de diversos modos ao longo do tempo, se tornando fonte importante da própria história dos trabalhadores no Brasil.

Em linhas gerais, as mudanças ocorridas na região em razão do avanço do capital no campo, expõem o crescimento de metas lucrativas em detrimento das condições de vida dos trabalhadores rurais, necessitando assim da mão-de-obra para realizar suas atividades econômicas. O capital demanda da mobilidade de recursos, mão de obra e ações, a fim de regionalizar as atividades do agronegócio.

Como exposto, essa regionalização muitas vezes se baseia em uma cadeia de commodities que se beneficia de alocações estratégicas, mesmo que isso signifique deslocar pequenos produtores

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

para dar lugar à agricultura voltada para o mercado internacional. Como resultado, vemos a criação de espaços diferenciados, onde a infraestrutura e serviços são concentrados, em detrimento de outras áreas, refletindo a lógica do capital transformador.

Referências

BRASIL. **Ação Civil Pública nº 249/1994**, COMVAP – Açúcar e Alcool LTDA. MP/Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região.

CPT-PI. Comunicado da 7ª Assembleia da CPT-PI. **Jornal do Lavrador**. Nº 20. Teresina, 1981.

CPT. **Síntese dos dados - panorama provisório do trabalho escravo até 2020**. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/>. Acesso: 16. jan. 2022.

GUIMARÃES, Joel Santos. **DRT para de combater escravidão no Piauí**: Sobrinha de deputado acusado de explorar trabalho escravo dirige órgão responsável pela fiscalização. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1996. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Índice de Vulnerabilidade Social**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=357. Acesso: 11.Nov. 2020.

1615

ROCHA, C.C. Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – Raice. Relatório de Pesquisa Piauí apresentado à CPT/CDVDH, 2016.

SIT – Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. Portal da Inspeção do Trabalho. **Trabalho Escravo - com situação de trabalho escravo rural**. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/#>. Acesso: 06. Ago. 2021.

BANDEIRA, Jorge William. **A Nova Dinâmica do Setor Rural Piauiense**. Carta Cepro: Teresina, v. 15, n. 21, 1994. p. 46 - 55.

CARVALHO, José Natanael Fontenele de; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. **Pobreza, emprego e renda na economia da carnaúba**. *Revista Econômica do Nordeste*, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 361–378, 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/357>. Acesso em: 12 out. 2023.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CDVDH, CPT. **Entre Idas e Vindas: novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo.** 1ª ed. São Paulo: Urutu-Branco, 2017.

Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán - CDVDH/CB; Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Entre Idas e Vindas: novas dinâmicas de migração.**

COSTA, Wagner Cabral da. **O rosto rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981.** 1994. Monografia Licenciatura em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão. Disponível em: <http://www.arquivoscptma.ufma.br/index.php/publicacoes>. Acesso: 13.abril.2021.

DAVIS, Mike. **Ecologia do medo.** Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARLEY, D. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LARA, Sílvia Hunold. **Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil.** In: SCHMIDT, Benito (org.). Trabalho, justiça e direitos no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2010. pp.106-122.

LEAL, M. N.; FRANÇA, V. L. A. **Reestruturação da produção agrícola e organização do espaço agrário piauiense: o agronegócio da commodity soja.** Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 13-28, 2010.

LINDEN, Marcel Van der. **Trabalhadores do Mundo,** ensaios para uma história global do trabalho. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Brasil: desafios para uma história ambiental. **Revista Nômad**as 22, 2005.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não Queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. IN: **Politeia: História e Sociedade/ Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.** v.6, n.1 (2006). – Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2006.

para o trabalho escravo, 1ª ed. São Paulo: Urutu-Branco, 2017.

1616

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



ROCHA, C. C. **A vida da Lei, A Lei da Vida:** conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

ROCHA, C. C. **Um Olhar Sobre as Fronteiras dos Cerrados Piauienses:** conflitos pela terra e trabalho escravo (1970-2015). In: Ricardo Rezende Figueira; Flávia de Almeida Moura; Suliane Sudano. (Org.). Trabalho Escravo Contemporâneo e resistência em tempos de pandemia. 01ed. São Luís: EDUFMA, 2022.

ROCHA, C.C. **Os limites entre a exploração e a escravidão no ciclo da cera de carnaúba.** Revista da Faculdade de Direito. v. 01, p. 87-104, 2020.

ROCHA, C.C. **Os Retornados:** reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente. **Revista Brasileira de História**, vol. 32, n. 64, São Paulo, 2012.

ROCHA, C.C. Um “gato” como parente: relações de parentesco, aliciamento e escravização de trabalhadores rurais no tempo presente. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende (org); GALVÃO, Edna Maria (org); PRADO, Adonia Antunes (org). **Trabalho escravo contemporâneo:** estudos sobre ações e atores. 1a ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

SANTOS, Mateus Carvalho dos. **A CPT e a luta pela terra no Piauí (1990-2000).** 2020. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, Piauí.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Formas de escravidão no Brasil contemporâneo.** In: Sindicatos e ações coletivas: acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, 3ª ed. São Paulo: LTr, 2012. p. 193-195; CDVDH/CB – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán e CPT – Comissão Pastoral da Terra.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. “Domínio da Lei”. In: **Senhores e Caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

WOSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, \101. 4, n. 8. 1991, p. 198-215 1991.

1617



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

CIÊNCIA NO COTIDIANO – 1ª TEMPORADA: WEB SÉRIE DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA TRANSMITIDA PELO CANAL UNIFESP

André Amaral Gonçalves Bianco¹

Introdução

A população brasileira apresenta extrema desigualdade social. Nos grandes centros urbanos encontramos facilmente grupos sociais em situações econômicas díspares. O sistema de educação básica é segmentado, com a maioria dos estudantes de nível socioeconômico mais alto estudando em instituições privadas (ALMEIDA et al., 2017). Esses alunos acabam se beneficiando da interação com os seus colegas (chamado efeito de pares) e do ambiente escolar de nível socioeconômico mais alto (MATOS et al., 2017). Em contrapartida, estão os estudantes provenientes de famílias mais pobres, de escolas públicas, que, por não usufruírem dos mesmos privilégios, acabam enfrentando grandes desigualdades educacionais. Eles têm mais risco de exclusão escolar por não atingirem desempenho suficiente (ALVES et al., 2017; SOARES et al., 2012).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 2021 foram realizadas no Brasil 1.800.453 matrículas no Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano) em escolas privadas e 10.181.497 matrículas em escolas públicas (municipais, estaduais e federais). Ou seja, apenas 15% dos estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais tiveram acesso ao ensino privado.

Não é somente o nível socioeconômico que destoa entre os dois sistemas de ensino, mas também a sua qualidade. No Brasil existe um índice para o desenvolvimento da educação básica (Ideb). Ele foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em 2019, última data com dados comparativos entre escolas públicas e privadas, o Ideb do Ensino Fundamental Anos Finais da rede pública foi 4,6 (o índice varia de 0 a 10) e o da rede privada foi 6,4 (Inep, 2021).

As desigualdades educacionais representam grave problema brasileiro e estão relacionadas à estrutura socioeconômica do país, sendo a pobreza sua expressão mais explícita (GARCIA E HILLESHEIM, 2017). A pobreza impede o acesso de um número enorme de jovens estudantes

1618

¹ Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Diadema, São Paulo, Brasil. Professor associado do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET). / andre.bianco@unifesp.br



a estratégias de ensino notoriamente eficientes para o processo de ensino-aprendizagem. Em nossa pesquisa decidimos focar no acesso a experiências do tipo “atividades de campo”, pois

[...] aulas de campo, como metodologia de ensino ou como enfoque curricular, quase inexistem no ensino de ciências na escola brasileira. (COMPIANI, p.9, 2015)

Assim, para proporcionar experiências virtuais alternativas a essas atividades, elaboramos um projeto de produção de vídeos de natureza.

Fernandes (2007, p. 22) define atividade de campo em Ciências como “toda aquela que envolve o deslocamento dos alunos para um ambiente alheio aos espaços de estudo contidos na escola”. Se alunos de escolas públicas brasileiras não têm a oportunidade de irem a ambientes naturais, pensamos em realizarmos essas idas e filmá-las para serem disponibilizadas aos estudantes e professores. Assim surgiu o projeto de extensão “Ciência no Cotidiano” - uma parceria do Núcleo de Fotografia Científica, com o Departamento de Comunicação Institucional e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Avançando na proposta, ponderamos que já há muitos vídeos de natureza à disposição na Internet e a simples produção de mais vídeos não representaria, necessariamente, uma contribuição aos estudantes. Então, decidimos produzir vídeos sobre animais silvestres da cidade de São Paulo e mostrar aos estudantes e professores que atividades de campo podem ser realizadas em seus próprios municípios. Ademais, considerando que é comum as escolas públicas possuírem terrenos grandes, com área escolar contendo jardins, pensamos que os vídeos também poderiam sugerir e inspirar professores a proporem aulas de campo em suas próprias escolas e entorno.

Finalmente, entendemos que as desigualdades sociais também contribuem para o agravamento de problemas ambientais e que muitas campanhas de preservação do meio ambiente acabam sugerindo cuidados exclusivos em áreas preservadas de biomas, esquecendo-se que os comportamentos sustentáveis devem ser desenvolvidos em todos os cidadãos e que ambientes fortemente antropizados, como megalópoles, ainda possuem animais silvestres, justificando a preocupação ambiental, comportamento sustentável e conservacionistas, independentemente do grau de destruição ambiental provocado nessas cidades.

1619

Objetivos gerais

Foram realizados vídeos de natureza sobre representantes da fauna da cidade de São Paulo, com o objetivo de:

- Oportunizar experiências de campo, de forma virtual, a estudantes da rede pública do ensino básico brasileiro;



- Desenvolver nos estudantes a percepção de que mesmo em uma megalópole antropizada, como São Paulo, ainda existem animais silvestres e relações ecológicas e, conseqüentemente, é importante que eles adotem comportamentos sustentáveis em suas cidades;
- Produzir vídeos para serem utilizados em aulas de ciências da natureza do ensino básico brasileiro.

Metodologia, materiais e métodos

A metodologia para produção de vídeos didáticos seguiu a proposta deste pesquisador, que consiste em considerar seis atividades básicas para a produção audiovisual: roteiro, produção, direção, captação de vídeo, captação de áudio e edição. Diferentemente de outros trabalhos (FLEMING et al, 2009; HOLAHAN et al., 2020; FARAHANI et al., 2021), que focam no desenvolvimento de três etapas para a produção de vídeos (pré-produção, produção e pós-produção), o método utilizado para a produção dos vídeos da web série Ciência no Cotidiano guarda semelhanças das empregadas por profissionais do audiovisual. Acreditamos que essa metodologia permite a obtenção de vídeos com qualidade artística e conteudística.

Roteiro

O Roteiro é uma das principais peças de um vídeo. Cristos Goodrow, vice-presidente de engenharia do *YouTube*, informa no *YouTube Official Blog* que

[...] ao longo dos anos, um número crescente de espectadores tem vindo ao YouTube para notícias e informações. Quer se trate das últimas notícias ou de estudos científicos complexos, estes tópicos são onde a qualidade da informação e o contexto mais importam. (GOODROW, 2021)

Roteiro é a história do filme. De acordo com Field (2001, p.2), roteiro "é uma história contada em imagens, diálogos e descrições, localizada no contexto da estrutura dramática".

A estrutura do roteiro deve conter uma seleção de eventos da vida das personagens, que é composta em uma sequência estratégica para estimular emoções específicas, e para expressar um ponto de vista específico (MCKEE, 2011). Classicamente ele pode ser dividido em três atos, sendo o último ato o clímax da história.

No roteiro devem estar especificados o(s) ambiente(s) da história, período(s), duração e localização(ões).

A produção dos roteiros da web série Ciência no Cotidiano foram precedidas por uma vasta pesquisa sobre o tema que seria gravado. Primeiro pesquisamos cada tema que gostaríamos de

1620



abordar e criamos as ideias centrais dos episódios. Procedemos uma pesquisa para sabermos a localização dos animais escolhidos. Confirmadas as locações das gravações e especialistas a serem entrevistados nos episódios, seguimos a uma extensa pesquisa sobre o tema abordado e questões a serem respondidas.

A construção do roteiro de documentários segue padrões específicos e, para a sua produção, foi utilizado o referencial teórico Nichols, 2005.

Produção

A produção é o trabalho de administrar e gerir o projeto audiovisual. O produtor assume a responsabilidade de contatar todos os envolvidos no projeto, agendar gravações, obter autorização para locações de gravação, obter e gerir o financiamento do filme, prover os recursos necessários durante as gravações etc.

Direção

O diretor é o responsável por transformar o roteiro em imagens e sons. Ele toma decisões sobre os aspectos que podem influenciar a história criativamente. O diretor transmite aos demais integrantes da equipe o conceito do filme e durante as filmagens ele dirige as cenas e lida com as dificuldades ou eventualidades que a equipe possa enfrentar para a realização do projeto. Durante o trabalho de edição, o diretor trabalha com o montador, com o editor de som, com os profissionais de mixagem e de correção de cor.

1621

Captação de vídeo

Cinema é fotografia a cerca de 24 fotos por segundo (essa taxa é variável). Portanto, as técnicas aprendidas em fotografia são utilizadas em gravações.

A fotografia de um filme é responsável pela construção e registros das imagens que farão parte da história. Ela torna realidade todas as ideias elaboradas no período de pré-produção do filme. As técnicas de captação de vídeo são diversas e com níveis de sofisticação variáveis. Para a realização das imagens da web série Ciência no Cotidiano, utilizamos uma câmera DSLR Nikon D810, mas podem ser utilizados resultados excelentes com captação feita com celulares que tenham boas câmeras.

Captação de áudio

A captação de áudio envolve o trabalho técnico e artístico de registrar diálogos, ruídos e música, para a construção da dimensão sonora de um filme, pontuando e realçando a narrativa.



A captação de áudio é um dos pontos cruciais da produção cinematográfica. Uma captação malfeita compromete todo um projeto. Detalhes como a eliminação de ruídos de fundo durante as gravações nunca devem passar despercebidos.

O uso da técnica irá depender o equipamento que terá à disposição, mas, de maneira geral, recomendamos captar o áudio em um local silencioso, no qual não haja interferências aos sons que se deseja registrar. Atenção para locais em que haja vento - muitas vezes o som do vento passa despercebido na hora da gravação, mas seu registro é alto e prejudica o material.

Direcione o microfone para a fonte emissora do som que você deseja registrar e, se possível, utilize mais de um instrumento de gravação. No caso de haver falhas durante a gravação, você poderá utilizar o áudio registrado no outro equipamento.

Edição

É o conjunto de processos e técnicas utilizadas para a montagem e pós-produção do filme. O editor é o responsável por dar sentido narrativo às imagens captadas, seguindo a estrutura do roteiro e a visão do projeto.

A técnica para edição de vídeos envolve o domínio do software que será utilizado - Premiere e Final Cut são sofisticados e demandam muitas horas de estudo e trabalho; Movie Maker é simples e intuitivo e praticamente é possível de ser utilizado com poucas horas de estudo; entretanto, os resultados obtidos com os dois primeiros softwares são absolutamente superiores aos do Movie Maker.

Como sugestão ficam cursos básicos de edição de vídeos oferecidos em diversos tutoriais disponíveis no Youtube. Mas lembre-se que a prática constante é determinante para o domínio do software e a habilidade de editar.

Resultados

Um dos parâmetros analisados em nossa pesquisa foi o número de visualizações dos vídeos. Esse é um parâmetro objetivo e facilmente analisado na plataforma de vídeos YouTube.

Selecionamos os canais universitários das 10 melhores universidades brasileiras, de acordo com o *QS World University Rankings: Latin America & The Caribbean 2024*, podemos verificar o número de visualizações de seus vídeos. Foram adicionados à tabela os canais da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), devido à relevante audiência de seus vídeos no *YouTube*.

Tabela 1: Audiência de vídeos de 13 canais universitário e do Canal Unifesp, sem contabilizar os vídeos da web série Ciência no Cotidiano (Canal Unifesp s/CC). Canal = nome do canal universitário no *YouTube*; Média 10 = média aritmética da audiência dos 10 vídeos mais visualizados do canal; Top 1 = audiência do vídeo mais visualizado do canal.

Canal	Média 10	Top 1
UNIVESP	$1,13 \cdot 10^6$	$1,9 \cdot 10^6$
TV Unesp	$6,23 \cdot 10^5$	$3,60 \cdot 10^6$
Canal USP	$5,78 \cdot 10^5$	$2,50 \cdot 10^6$
UFPRTV	$1,59 \cdot 10^5$	$4,45 \cdot 10^5$
UnBTV	$1,59 \cdot 10^5$	$3,49 \cdot 10^5$
TV PUC	$1,58 \cdot 10^5$	$3,44 \cdot 10^5$
UFRGS TV	$1,57 \cdot 10^5$	$4,06 \cdot 10^5$
Canal Unifesp	$1,46 \cdot 10^5$	$6,79 \cdot 10^5$
TV Unicamp	$1,01 \cdot 10^5$	$2,40 \cdot 10^5$
Canal Unifesp s/CC	$6,59 \cdot 10^4$	$3,12 \cdot 10^5$
TV PUC-Rio	$4,01 \cdot 10^4$	$1,00 \cdot 10^5$
UFSC	$3,92 \cdot 10^4$	$6,4 \cdot 10^4$
UFMG	$2,99 \cdot 10^4$	$1,35 \cdot 10^5$
UFRJ	$9,32 \cdot 10^3$	$2,9 \cdot 10^4$

1623

Fonte: www.youtube.com. Último acesso em: 5 de outubro de 2023.

Se considerarmos a web série Ciência no Cotidiano, o canal da Unifesp ocupa a oitava posição na tabela. Excluindo-se a audiência dos vídeos da Ciência no Cotidiano, o canal da Unifesp cai duas posições, ocupando o décimo lugar na tabela. Ainda, se utilizássemos apenas o vídeo mais assistido do canal para esse ranking, o canal da Unifesp passaria a quarta posição. Isso demonstra a relevância dos vídeos da web série para a audiência do canal.

Análise dos episódios

Dos sete episódios produzidos, o intitulado “Urubus” apresenta, até o momento (5 de outubro de 2023), 679 mil visualizações (Figura 1). Esse número o coloca na posição do vídeo mais assistido do Canal Unifesp.



Figura 1: Print do vídeo “Urubus”, disponível no Canal Unifesp.

Fonte:

<https://www.youtube.com/watch?v=nTZZ8immXBM&list=PLmQGBtqaS71L104jvbbzDeGI3KIgYgIc&index=10>

1624

Alguns dos comentários postados abaixo do vídeo, no YouTube, apresentam informações relevantes ao escopo do trabalho (círculos e retângulos pretos foram inseridos nas fotos dos perfis e nos nomes dos usuários, respectivamente, para preservar os seus anonimatos):

- 
[Redacted] 3 anos
 Eu adorei aprender sobre os URUBUS, eu tinha medo .. mas hj respeito
- 
[Redacted] 1 ano
 Parabéns arreventou conteúdo de alto aprendizado. Olha só como o povo do Brasil é tão burro e cruel de prejudicar a vida desse animal fantástico .
- 
[Redacted] 3 anos
 Muito bom o vídeo, sou estudante de Biologia e estou planejando fazer meu TCC em cima desses animais.

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



É interessante notar a fala espontânea desses usuários acerca de terem obtido algum aprendizado por meio do vídeo.

Outras falas nos levam a crer que o objetivo da educação ambiental também pode estar sendo contemplado pelo vídeo:



██████████ 3 anos

Eu adorei aprender sobre os URUBUS, eu tinha medo .. mas hj respeito

Também encontramos evidências de que a metodologia utilizada para a produção do vídeo permitiu a realização de um material com qualidade:



██████████ há 1 ano

Poxa, que vídeo bem editado, e muito informativo. Parabéns para todas(os) que produziram!!

O segundo vídeo com maior número de visualizações da web série (e o quarto maior número de visualizações do Canal Unifesp) é o episódio “Saguis” (Figura 2). Embora o número de visualizações desse vídeo tenha sido cerca de seis vezes menor que o dos urubus, ele ainda apresenta uma audiência significativa para um canal universitário e poucos vídeos postados em canais dessa natureza alcançam mais de 100 mil visualizações.

Quando comparamos a visualização de vídeos de canais universitários (Tabela 1), percebemos o quão significativo são 100 mil visualizações. Para esses canais, a prioridade não é a receita com publicidade; portanto, é natural que não desenvolvam estratégias de marketing para promover os seus vídeos.

1625



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

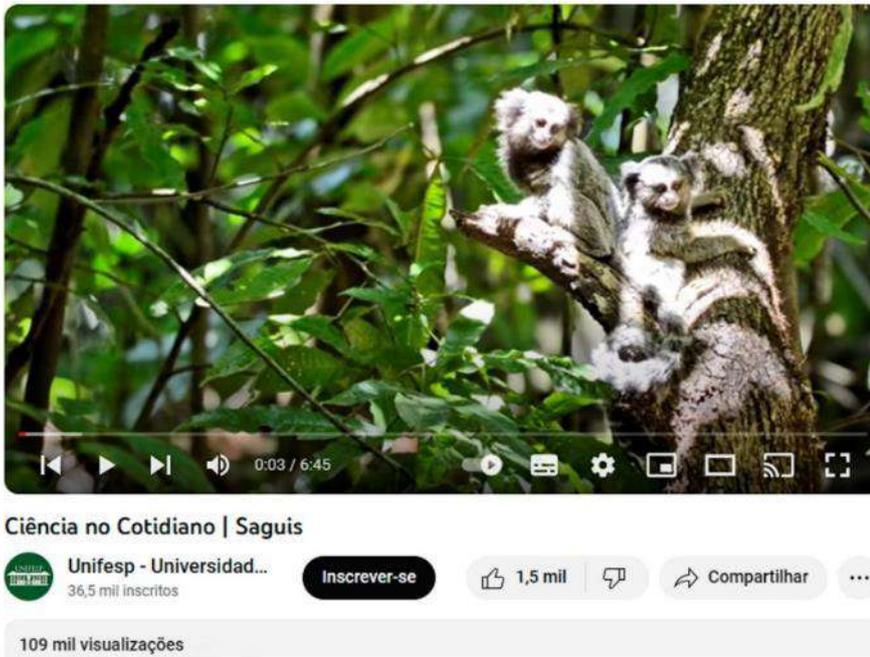


Figura 2: Print do vídeo “Saguis”, disponível no Canal Unifesp.

Fonte:

<https://www.youtube.com/watch?v=2fdnlzXuGk&list=PLmQGBtqaS71L104jvbbzDeGI3KligYgIc&index=12>

Os comentários desse vídeo se assemelham aos do vídeo dos urubus, reforçando nossas hipóteses sobre a qualidade do material e o seu potencial para o aprendizado de ciências da natureza:



1 ano

Parabéns pelo vídeo, muito bem produzido, gostoso de assistir, suave e cheio de informações, obrigado por compartilhar o conhecimento.

O comentário abaixo corrobora com a nossa hipótese de que a observação da fauna da cidade de São Paulo possa contribuir para a percepção da população sobre a existência de ambientes naturais e relações ecológicas.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

há 3 anos

Moro na região do Morumbi e tenho presenciado vários sagüis no quintal e redondezas. Nunca alimentei-os e nunca vou fazer isso. Eles parecem muito à vontade. Aliás, aqui em SP é Mata Atlântica. É impressionante a velocidade de recuperação dessa mata. Há um terreno baldio ao lado de casa que ficou uns 10 a 12 anos sem limpeza. As árvores cresceram assustadoramente, tal como é a Mata natural. E nesses últimos anos presenciamos os sagüis.

Para a nossa surpresa, o alcance do vídeo superou as fronteiras do Brasil, mostrando que a produção de vídeos pode ser utilizada em outras realidades e sistemas educacionais.

há 2 anos

Excellent work great channel thanks for sharing with us

Outro comentário que queremos destacar apresenta indícios de que os vídeos podem contribuir para a conservação do meio ambiente.

2 anos

Quero saber o que posso plantar na mata pra dar frutos para eles...e quais os frutos que neascem com facilidade

O terceiro vídeo com maior número de visualizações da web série (e o quinto em visualizações do Canal Unifesp) é o episódio “Capivaras” (Figura 3).

1627



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

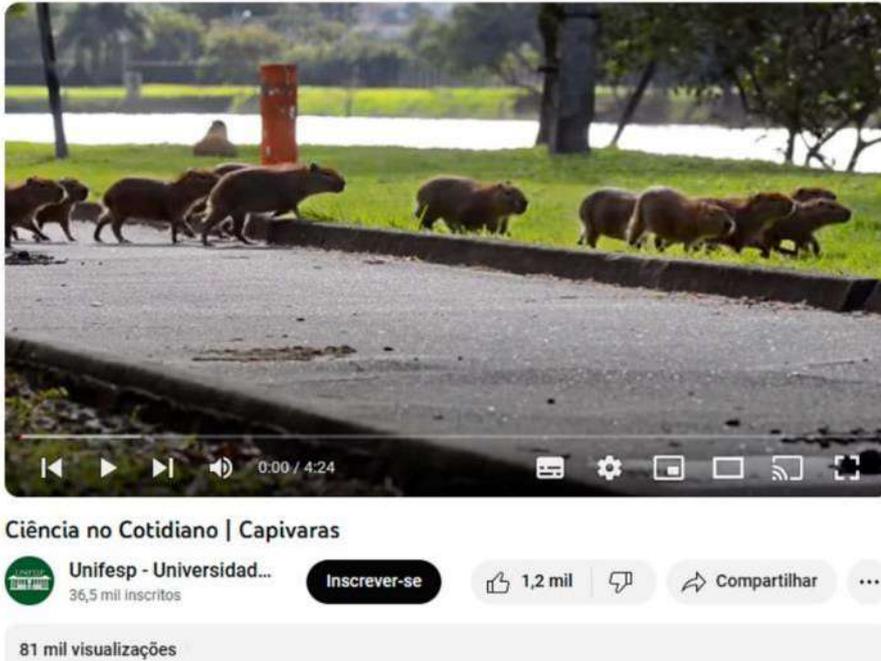
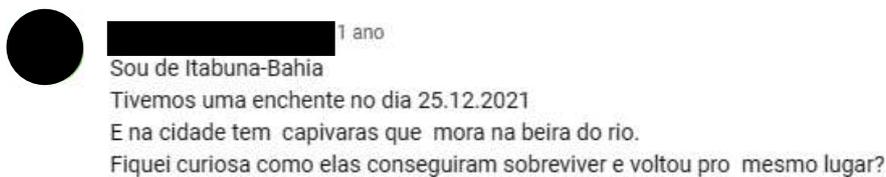


Figura 3: Print do vídeo “Capivaras”, disponível no Canal Unifesp.

Fonte:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZwI4YWISluw&list=PLmQGBtqaS71L104jvbbzDeGI3KIgYgIc&index=7&pp=iAQB>

Entre os comentários postados abaixo do vídeo, podemos verificar que cidadãos de outras estados brasileiros estão assistindo os vídeos. Esse é um indício de que os vídeos têm potencial para alcançarem o público-alvo do projeto.



Os animais e seus ninhos do episódio “Cupins” (Figura 4) foram filmados no Jardim Botânico de São Paulo e na área verde do campus Diadema, da Unifesp. Esse episódio reforça a ideia de que aulas de campo podem ser realizadas nos jardins de escolas públicas e seu entorno.





Figura 4: Print do vídeo “Cupins”, disponível no Canal Unifesp.

Fonte:

<https://www.youtube.com/watch?v=uNdBnHYoVGA&list=PLmQGBtqaS71L104jvbbzDeGI3KligYgIc&index=8>

1629

O episódio “Garças” (Figura 5) foi filmado na represa Billings, presente na cidade de Diadema/SP. A porção filmada dessa represa fica no bairro de Eldorado, uma área periférica e de baixa renda da cidade. Ele é útil para apresentar como uma área verde, presente em ambiente antropizado, ainda apresenta representantes da fauna e flora da cidade e merecem cuidados para sua conservação. Infelizmente, essa parte da represa sofre com os constantes lançamentos de lixos da população local e é um bom exemplo da necessidade do desenvolvimento de comportamentos sustentáveis.



Ciência no Cotidiano | Garças



Unifesp - Universidad...
36,5 mil inscritos

Inscriver-se

286



Compartilhar



15 mil visualizações

Figura 5: Print do vídeo “Garças”, disponível no Canal Unifesp.

Fonte:

<https://www.youtube.com/watch?v=5bawKGeOYsU&list=PLmQGBtqaS71L104jvbbzDeGI3KIgYgIc&index=9>

1630

Entre os comentários do vídeo, há indícios de que os usuários da plataforma começam a perceber melhor a fauna local de ambientes antropizados. Abaixo temos um trecho que menciona o rio Tamanduateí, importante corpo d’água que passa pela cidade de São Paulo e que apresenta alguns dos piores parâmetros de poluição ambiental do estado.



6 anos

Ah! Agora entendo como posso ver quando passo no Viaduto Evaristo Comolatti várias manhãs uma garça no rio Tamanduateí próximo a uma saída de água de esgoto? Engraçado sempre mesmo local...

O episódio “Formigas” (Figura 6) foi filmado na avenida dos Bandeirantes, importante via pública da cidade de São Paulo, com fluxo intenso de veículos e constantes congestionamentos. Essa avenida se constitui em outro importante exemplo de ambiente fortemente antropizado, mas que oferece oportunidades de observação de animais.





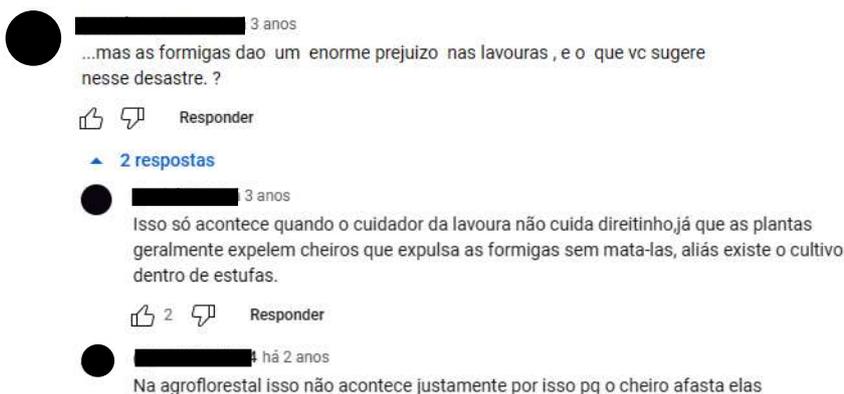
Figura 6: Print do vídeo “Formigas”, disponível no Canal Unifesp.

Fonte:

<https://www.youtube.com/watch?v=B80z7f0HluA&list=PLmQGBtqaS71L104jvbbzDeGI3KligYgIc&index=11>

1631

Entre os comentários do vídeo há uma troca de mensagens interessante que sugere engajamento dos usuários pelo tema apresentado.



O episódio “Abelhas” (Figura 7) encerra a web série e apresenta uma iniciativa de horta comunitária, que além de fornecer alimentos para moradores do bairro ainda abriga ninhos de abelhas nativas. A proposta do vídeo é apresentar a existência desses animais nativos, pouco conhecidos pelos paulistanos e inofensivos, uma vez que, diferente das abelhas africanas, não apresentam ferrão. Um exemplo de conservação da fauna nativa e possibilidade de atividades de campo, com a apresentação de um projeto fundamental para a preservação de abelhas nativas.



1632

Figura 7: Print do vídeo “Abelhas”, disponível no Canal Unifesp.

Fonte:

<https://www.youtube.com/watch?v=obOqGZzTzKU&list=PLmQGBtqaS71L104jvbbzDeGI3KIgYgIc&index=6>

Conclusão

Os resultados apresentados sugerem que a metodologia utilizada permite a produção de vídeos com qualidade conteudística e artística, alcançando uma audiência significativa e cumprindo o seu papel de divulgar a ciência.

A quantidade e o conteúdo dos comentários dos vídeos sugerem o potencial do YouTube para promover benefícios ao aprendizado da população. No dia 5 de outubro de 2023 o vídeo

“Urubus” apresentava 679 mil visualizações e em 20 de outubro de 2023, 681 mil visualizações. As 2 mil visualizações, em 15 dias, impressionam e não encontram paralelo em outras propostas de divulgação científica utilizadas antes do advento das redes sociais.

O objetivo do algoritmo do YouTube é ajudar a plataforma a compreender os interesses de seu público, de modo a fazer com que ele passe o máximo de tempo possível assistindo aos seus vídeos - mais anúncios assistidos representa maior receita para o YouTube. E, para determinar quais vídeos aparecerão na homepage do usuário e no painel “próximo vídeo”, o algoritmo leva em consideração cliques nos vídeos, tempo de visualização, número de compartilhamentos e pesquisas de usuários. Portanto, a visualização dos vídeos não deve ser desconsiderada por pesquisadores e canais universitários, uma vez que ela é um dos parâmetros que fará com que o YouTube recomende seus vídeos, contribuindo para a missão de levar ao público conteúdo de divulgação científica, preservação ambiente, entre outros.

Assim como existem colaborações entre pesquisadores de diferentes universidades, seria interessante que houvesse programas que estimulassem a colaboração entre canais universitários, para produções coletivas de vídeos didáticos.

Referências

ALMEIDA, A.M.F.; GIOVINE, M.A.; ALVES, M.T.G.; ZIEGLER, S. A educação privada na Argentina e no Brasil. *Educação e Pesquisa*. Educação e Pesquisa, v. 43, n. 4, p. 939–956, out. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022017101177284>>. Último acesso em: 19 de outubro de 2023.

ALVES, M.T.G. et al. Desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas brasileiras: evidências da Prova Brasil (2007 a 2013). Brasília: UNESCO, 2017. (Série Debates ED, 5).

COMPIANI, M. Prefácio: Aulas de campo como metodologia de ensino. In: *Aulas de campo para alfabetização científica: práticas pedagógicas escolares / organizador Carlos Roberto Pires Campos – Vitória: Ifes, 2015.*

FARAHANI, S.; FARAHANI, I.; BURCKHARDT, B.B.; MONSER, K.; LAEER, S. The Development of an Educational Video on Blood Pressure Measurement for Pharmacy Students. *Advances in Medical Education and Practice*, n. 12, p. 655–663, 2021.

FERNANDES, J. A. B. *Você vê essa adaptação? A aula de campo em ciências entre o retórico e o empírico*. São Paulo, 2007. 326p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

1633



FIELD, S. Manual do roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FLEMING, S.E.; REYNOLDS, J.; WALLACE, B. Lights... Camera... Action! A Guide for Creating a DVD/Video. Nurse Educator, v. 34, n. 3, p. 118-121, 2009.

GOODROW, C. No sistema de recomendação do YouTube. YouTube Official Blog, 15 de setembro. 2021.

HOLAHAN, A.; NOEL, J.; ZHANG, L. Lights, Camera, Action! Creating screencasting vídeos that engage viewers. Aall Spectrum, march/april, p. 23-26, 2020;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/13/5913>>. Último acesso em 19 de outubro de 2023.

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: 2019: resumo técnico [recurso eletrônico]. – Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resulta_dos_indice_desenvolvimento_educacao_basica_2019_resumo_tecnico.pdf>. Último acesso em: 19 de outubro de 2023.

1634

MATOS, D.A.S.; Nogueira, M.A.; Resende, T. de F.; Nogueira, C.M.M.; Alves, M.T.G. Impactos das práticas familiares sobre a proficiência em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Pro-Posições, Campinas, n. 28, v. 1, p. 33–54, 2017.

MCKEE, R. Story: Substância, estrutura, estilo e os princípios da escrita de roteiro. Curitiba: Arte & Letra, 2006.

NICKHOLS, B. Introdução ao documentário/Bill Nichols: tradução Mônica Saddy Martins. – Campinas, SP: Papirus, 2005.

SOARES, J.F.; Fonseca, I. da C.; Álvares, R.P.; Guimarães, R.R. de M. Exclusão intraescolar nas escolas públicas brasileiras: um estudo com dados da Prova Brasil 2005, 2007 e 2009. Brasília: UNESCO, 2012. p. 1-77. (Série debates ED, 4). Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216055?posInSet=1&queryId=2a2dac3d-8f8b-4441-a024-660334221e1c>>. Último acesso em: 19 de outubro de 2023.



ARTE: CONTEXTOS E MATERIALIDADES

Angela Brandão¹
Giulia Baitz Marques da Silva²
Luiz Henrique Otto de Santana Filho³

Introdução

O Projeto Coletivo “Arte: Contextos e Materialidades” do Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo é uma iniciativa que busca explorar e compreender manifestações estéticas que desafiam as concepções tradicionais de arte. Ao fazê-lo, propõe uma análise aprofundada das materialidades envolvidas, bem como dos contextos sociais e políticos que permeiam essas expressões artísticas. Dividido em três eixos fundamentais, o projeto se debruça sobre diferentes formas de manifestações artísticas: os “Papéis” exploram desenhos e artes gráficas; as “Madeiras” abordam fazeres artesanais, o simbolismo do material, o mobiliário e o design; e os “Têxteis” investigam tecidos, roupas e moda. No âmbito desses eixos, destacam-se dois projetos de Iniciação Científica em execução.

O primeiro, intitulado “As poltronas Art Déco do Jockey Club de São Paulo”, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, concentra-se no Jockey Club de São Paulo (JCSP), projetado originalmente pelo arquiteto Elisário Bahiana (Rio de Janeiro, 1891 - São Paulo, 1980), porém, submetido a uma reforma quase total sob os trabalhos do arquiteto Henri Sajous (Bordeaux, 1897 - Nice, 1975), que o transformou no maior complexo Art Déco, em área ocupada, do mundo. Aplicando elementos requintados e classicizantes, buscava-se uma ampliação moderna, que equalizasse esteticamente esse espaço de sociabilidade com o status de seus frequentadores, membros da elite de São Paulo da primeira metade do século XX. A reforma foi pensada na lógica da *Gesamtkunstwerk* (do alemão, “obra de arte completa”), característica encontrada em um de seus últimos momentos, onde não somente a estrutura dos diversos edifícios é levada em consideração no projeto, mas também os detalhes de seu interior. Deste modo, nos oito dos doze anos em que Henri Sajous se dedicou às obras do JCSP, foram realizadas por ele diversas intervenções ornamentais, incluindo o desenho de peças de mobiliário exclusivas para o local. O recorte temático desta pesquisa de Iniciação Científica tem como foco as poltronas projetadas por Henri Sajous para os salões nobres do complexo. Com tapeçarias importadas de Aubusson, França, são influências diretas do mobiliário projetado para o transatlântico de luxo Normandie, citado como uma “versão flutuante” da *Exposition*

1635

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); angela.brandao@unifesp.br

² Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); CNPq, PIBIC; giulia.baitz@unifesp.br

³ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); FAPESP Processo 2022/15653-9; otto.luiz@unifesp.br

Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes, de 1925, em Paris. A relação entre Henri Sajous, Normandie e Jockey Club de São Paulo traça assim uma narrativa histórica do mobiliário Art Déco no Brasil e seus significados para a construção de um gosto para elite da época.

O segundo projeto, com bolsa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, intitulado “Moda no Brasil e a Construção de Diferenças Sociais entre os Séculos XVIII e XIX”, tem como foco a análise da moda no contexto brasileiro e sua influência na criação de códigos que definiam papéis sociais. A História da Moda é um campo relativamente recente no Brasil, apenas a partir do século XX passa a ser visto com caráter científico e com maior preocupação com sua preservação. Embora tenha sido deixada de lado por historiadores no passado, a moda sempre esteve atrelada à construção de diferenças sociais e a identificação de determinados grupos por meio das roupas. A moda em sua origem já teve grande influência na diferenciação social, como forma de identificar as distintas classes sociais. Esse fenômeno foi fundamental para a diferenciação entre mulheres brancas e negras escravizadas. Devido a falta de artigos têxteis em decorrência da falta de preservação dos materiais, a pesquisa sobre moda no séculos XVIII e XIX, se faz necessário utilizar outras mídias como fonte primária, esta pesquisa optou pelas obras de Augustus Earle (1793-1838) que retratam cenas de venda de escravizados, a pesquisa examina as representações dos trajes e estabelece comparações elucidativas. Augustus foi um pintor viajante inglês que residiu no Rio de Janeiro entre os anos de 1820 e 1824, a partir dessa vivência mais próxima da realidade brasileira passou a retratar as cenas do cotidiano brasileiro. Esta pesquisa de Iniciação Científica busca através do recorte temporal da segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX, propor uma reflexão sobre a diferença entre a indumentária utilizada pelas mulheres brancas e das mulheres escravizadas, como parte fundamental do processo de segregação social instaurado na sociedade brasileira, através do recurso imagético fornecido nas obras de Earle.

1636

Embora as temáticas dos dois projetos possam parecer distantes no tempo, ambos se encaixam no âmbito de uma história da arte ampliada. Tal interconexão articula as ideias centrais do projeto coletivo, fornecendo uma visão mais profunda onde é possível traçar uma linha que conecta diferentes movimentos, períodos e materialidades na história da arte, reconhecendo os fios invisíveis que os unem. Essa abordagem integrada também parte da perspectiva de que a arte não é um fenômeno isolado, mas é moldada e moldadora da sociedade em que é criada. Entre os objetivos específicos de cada proposta de pesquisa, elas convergem na reflexão sobre as mudanças culturais, políticas e sociais de diferentes épocas, que, por sua vez, influenciam domínios ligados à arte e à estética.

Objetivos gerais

Reunir pesquisas de diferentes eixos temáticos que tratam dos limites dos objetos artísticos abordados, de forma a propor reflexões sobre sua materialidade, seus contextos sociais e políticos;



Traçar uma narrativa histórica do mobiliário Art Déco no Brasil e seus significados para a construção de um gosto para elite da segunda metade do século XX;
Desenvolver um estudo geral e introdutório sobre a forma de diferenciação social entre mulheres da elite e mulheres escravizadas, compreendendo como a indumentária se transformou um objeto importante para a sociedade brasileira, e quais informações são evidenciadas sobre uma sociedade a partir de suas vestimentas.

Metodologias, materiais e métodos

Na primeira pesquisa mencionada, partindo dos objetos concretos - o conjunto de poltronas Art Déco que se encontram no Jockey Club de São Paulo - como material de pesquisa, e das informações visuais que nos fornecem, abriremos uma pesquisa documental diretamente relacionada a este corpus da investigação, com base em arquivos de diversas fontes, muitas do próprio local, fotografias comparativas e análises visuais com perspectivas simbólicas. A metodologia da pesquisa será realizada em duas etapas. A etapa inicial consiste em análise bibliográfica que irá permitir um embasamento teórico e historiográfico sobre o Art Déco compreendido como estilo totalizante e dentro do contexto histórico-cultural europeu e norte-americano. Em seguida, ainda na perspectiva bibliográfica, faremos uma análise da presença do Art Déco no Brasil. Na mesma etapa, seguiremos em direção à história do edifício e do arquiteto responsável pela reforma na qual se inserem os objetos foco desta pesquisa, quais sejam, as poltronas. No segundo momento da pesquisa, o trabalho irá se concentrar nos objetos eles mesmos e suas características técnicas e formais (medidas, materiais, descrição estilística, etc). Finalmente, o trabalho irá ser direcionado a uma análise mais contextual e simbólica onde se inserem estes objetos para compreender seu significado social. Adotamos aqui o pensamento de autores que não entendem o mobiliário como objetos isolados em vitrines de museus ou como peças avulsas numa linha histórica, mas como articulados com seu contexto de uso e suas funções simbólicas e sociais. Neste caso, cabe compreender o papel desses objetos no âmbito de uma história da cultura material para além de uma história do design. Adotaremos as bases de autores como Lucie-Smith (1985) e sua abordagem da história do mobiliário e Loschiavo dos Santos (1995), em seu modo de compreensão do móvel moderno no Brasil.

Já na segunda pesquisa mencionada, em decorrência da fragilidade dos têxteis e a falta de preocupação com sua salvaguarda não é possível termos acesso à indumentária da época, forçando a pesquisa a depender de outras formas de fontes primárias como a representação em pintura, e fontes escritas. Este projeto tem como materiais visuais primários a gravura *Mercado de Escravos em Pernambuco* (1824) de Augustus Earle e a aquarela *Mercado de Escravos no Rio de Janeiro* (1823), reproduzidas no livro "Diário de uma Viagem ao Brasil, e de sua estada nesse país durante os anos de 1821, 1822 e 1823" de Maria Graham e cujos exemplares em gravura e aquarela se encontram nos museus Afro-Brasil e Britânico, respectivamente. A metodologia da

1637

pesquisa se baseia na história da cultura material de Roche, em *A Cultura das Aparências*, utilizando como método o cruzamento entre as fontes visuais - as duas obras foco da investigação e outras a serem complementares, como demais obras de Earle, localizadas na *National Library of Austrália*, assim como produção textual sobre a vida social da época. A metodologia a ser aplicada inicialmente, se baseia na pesquisa bibliográfica sobre a vida social no Brasil Colônia e Império, para melhor compreensão sobre a sociedade e seus padrões, dessa forma, conferindo à pesquisa maior fundamentação histórica sobre a relação entre mulheres brancas e negras escravizadas. Posteriormente, com uma base sobre os aspectos sociais e culturais do país, será possível partir para uma análise mais aprofundada das obras previamente mencionadas, de forma a compreender o que o artista buscava transmitir sobre a sociedade brasileira em suas obras.

Resultados

Os projetos apresentados ainda estão em fase de implementação, e as pesquisas em fase inicial de desenvolvimento, porém, alguns resultados esperados podem ser apontados desde já.

Os resultados da pesquisa sobre as poltronas Art Déco do Jockey Clube de São Paulo serão obtidos em duas etapas. A etapa inicial consiste em análise bibliográfica que irá permitir um embasamento teórico e historiográfico sobre o Art Déco compreendido como estilo totalizante e dentro do contexto histórico-cultural europeu e norte-americano. Em seguida, ainda na perspectiva bibliográfica, faremos uma análise da presença do Art Déco no Brasil. Na mesma etapa, seguiremos em direção à história do edifício e do arquiteto responsável pela reforma na qual se inserem os objetos foco desta pesquisa, quais sejam, as poltronas. No segundo momento da pesquisa, o trabalho irá se concentrar nos objetos eles mesmos e suas características técnicas e formais (medidas, materiais, descrição estilística, etc.). Finalmente, o trabalho irá ser direcionado a uma análise mais contextual e simbólica onde se inserem estes objetos para compreender seu significado social. Adotamos aqui o pensamento de autores que não entendem o mobiliário como objetos isolados em vitrines de museus ou como peças avulsas numa linha histórica, mas como articulados com seu contexto de uso e suas funções simbólicas e sociais. Neste caso, cabe compreender o papel desses objetos no âmbito de uma história da cultura material para além de uma história do design. Adotaremos as bases de autores como Lucie-Smith (1985) e sua abordagem da história do mobiliário e Loschiavo dos Santos (1995), em seu modo de compreensão do móvel moderno no Brasil.

Por sua vez, no Projeto “Moda no Brasil e a Construção de Diferenças Sociais entre os Séculos XVIII e XIX”, esta iniciação científica buscará como resultado estudar a história da moda a partir de uma perspectiva da história da arte, contudo, sem considerá-la como uma arte menor, mas em sua importância para civilizações, uma vez que sempre se fez presente primeiro apenas

como “roupa” e posteriormente como “moda”, tal qual uma forma fundamental de expressar os códigos sociais das sociedades.

Fundamentando-se no contexto social e político do Brasil Colônia, será necessário levantar alguns questionamentos: quais eram as roupas à disposição no século XVIII e começo do século XIX? Quais os critérios para quem poderia usar determinadas vestes? Como se dava a produção e o comércio de roupas e tecidos? Por quem eram produzidas as roupas? Quais os códigos sociais a serem seguidos na época? Qual significado a indumentária possuía para essa sociedade? Como forma de buscar resposta para tais perguntas, cumpre observar o modo como determinadas pessoas foram representadas utilizando determinadas roupas, a depender de sua condição social, e dessa forma, visa compreender em qual estrato social a pessoa se encontrava a partir de suas vestes.

A partir da observação, análise e descrição das obras de Augustus Earle, o método se dedica a pensar nas roupas usadas pelos escravos, e em essencial pelas figuras femininas das imagens. Partindo do pensamento de Daniel Roche (2007), em que as mulheres muitas vezes são usadas como vitrine ao mundo para representar as riquezas de seus pais ou maridos, portanto suas vestimentas devem estar de acordo com sua posição social. Também de acordo com Roche, a história da roupa está baseada não apenas na materialidade do traje, mas em documentos que podem ser visuais, ou seja, como os trajes foram representados em gravuras, pinturas, etc. Utilizando obra do acervo do Museu Afro Brasil como fonte primária de pesquisa com a gravura Mercado de Escravos em Pernambuco (1824) de Augustus Earle e a aquarela Mercado de Escravos no Rio de Janeiro (1823) localizada no British Museum, torna-se possível explorar representações de vestimentas femininas em mulheres brancas e negras.

Para atingir os objetivos da pesquisa será necessário entender dois pontos, essencialmente como a moda brasileira se integrava nas dinâmicas sociais do país, fundamentando-se na bibliografia da vida social no Brasil, como no livro já historicamente datado Modos de homem & modas de mulher de Gilberto Freyre, e em historiografia mais recente (SACRANO, 1992)

Ainda com base na metodologia proveniente da história da cultura material de Roche, em A Cultura das Aparências, este projeto usa como método o cruzamento entre as fontes visuais - as duas obras foco da investigação e outras a serem complementares, como demais obras de Earle, localizadas na National Library of Australia e imagens produzidas por outros viajantes estrangeiros, assim como os textos de viajantes do início do século XIX a serem selecionados no decorrer da investigação. Outras fontes primárias escritas complementares poderão compor o quadro dos materiais de pesquisa, como as Leis Suntuárias ou o Livro dos Regimentos de Lisboa, ainda vigente no final do século XVIII início do XIX (e sua aplicação mutatis mutandis na Colônia), no que se refere aos ofícios da indumentária (sapateiros, luveiros, chapeleiros, tecelões, alfaiates, etc.). Posteriormente, será imprescindível compreender como se deu o processo de construção das diferenças sociais através da moda, na sociedade colonial brasileira altamente estratificada, principalmente pelo violento processo de escravização de povos

originários do continente africano. Contando com uma bibliografia que aborda como se deu a relação entre senhoras brancas e suas escravas à medida em que a indumentária passou a ser uma ferramenta definidora de papéis sociais. Scarano aponta que a classe dominante, os brancos, buscavam constranger os de "categoria inferior", negros e escravizados, através das roupas para que não se vestissem de modo semelhante e assim não houvesse possibilidade de ser confundidos.

Conclusão

No estágio atual de nossas pesquisas, ainda não poderemos apontar elementos conclusivos, porém, entendemos que algumas das respostas acima pretendidas serão apresentadas na finalização da investigação.

A pesquisa que se insere no eixo “têxteis” do Projeto Coletivo Arte, Contextos e Materialidades poderá trazer a análise das duas imagens principais da pesquisa, além da análise de outras imagens complementares relacionadas ao contexto de viajantes estrangeiros do mesmo período ao Brasil, assim como a análise de outras imagens produzidas pelo artista a outros destinos e com base nas leituras e fichamentos de fontes escritas primárias (relatos de viajantes e outras fontes que serão localizadas no decorrer da pesquisa) e fichamento dos materiais historiográfico e bibliográfico (sobre história das roupas e da moda; história da moda no Brasil; escravidão e sociedade brasileira do XVIII-XIX) - todos esses resultados serão agrupados por meio de cruzamento entre textos e imagens e serão utilizados para a redação do relatório final da pesquisa a ser difundido em artigo científico e no Congresso Acadêmico da Unifesp.

De modo semelhante, o projeto sobre as Poltronas Art Déco do JCSP, que corresponde às atividades do eixo “madeiras”, sem deixar de estar relacionado ao eixo “têxteis”, permitirá um embasamento teórico reservado para leitura e fichamento da bibliografia e produção de resenhas críticas dos autores lidos, trazendo diversas análises dos objetos da pesquisa, visando cruzar a bibliografia com a análise visual, técnica e estilística, etc. Os resultados parciais serão apresentados no Congresso Acadêmico da Unifesp e apresentados e publicados em forma de comunicação e trabalho completo em anais de eventos na área para discussão e críticas dos pares.

1640

Referências

BELLUZZO, Ana Maria. **The traveller and the Brazilian landscape**. Porto Alegre: Portuguese Studies, 2007.

BRANDÃO, Angela. **Anotações a lápis para uma história do design**. In VISUALIDADES, Goiânia v.12 n.1 p. 197-216, jan-jun 2014.



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



CALANCA, Daniela. **História Social da Moda**. São Paulo: Senac, 2008.

CHATAIGNIER, Gilda. **História da Moda no Brasil**. Estação das Letras e Cores, 2010.
Coleção Jockey Club. **Jockey Club de São Paulo: 1875 - 110 anos - 1985: catálogo geral de seu patrimônio artístico**. São Paulo, Jockey Club de São Paulo, 1985.

FREYRE, G. **Modos de homem & modas de mulher**. 2 ed. São Paulo: Global editora, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala, Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil**. Editora Record, 2002

HILLIER, Bevis Hillier. **Art Deco of the 20s and 30s**. Studio Vista/Dutton Picturebacks, Londres, 1968.

LUCIE-SMITH, Edward. **Furniture: a concise history**. Londres, Thames & Hudson, 1985.

MANCINI, Francine T. **Sajous architecto: presença e atuação profissional 1930-1959**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIELLO, Giorgio. **La Moda: una storia dal Medioevo a oggi**. Bari: Laterza, 2012.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências. Uma história da indumentária**. São Paulo: Senac, 2007.

SANTOS, MCL. **Móvel Moderno no Brasil**. São Paulo, Senac, 2017.

SCARANO, Julita. **Roupas de escravos e de forros**. Campinas: Resgate-Revista Interdisciplinar de Cultura 3.4, 1992.

SIMIONI, Ana Paula C., MIGLIACCIO, Luciano. **Art Deco no Brasil: Coleção Fulvia e Adolpho Leirner**. São Paulo, Olhares, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Falso Fausto in "Desclassificados do Ouro"**. Rio de Janeiro, Graal, 1998.

1641



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ESTUDO DE PRÉ-FORMULAÇÃO COM FÁRMACOS ANTI-LEPRÓTICOS: UMA ABORDAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE LIBERAÇÃO NANOESTRUTURADOS

Jessica Cavalcante Martins¹
Luise Lopes Chaves²
Mylene Karolina Oliveira do Amaral³

Introdução

A hanseníase é uma doença infecciosa, e endêmica em diversas regiões do mundo, tornando-se um problema de saúde pública (ANUSUYA, 2013, p.1240), (BRANCO, 2015, p.81). No Brasil, a doença afeta, principalmente, as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e leva o país para a situação mais desfavorável, em relação a hanseníase, em comparação com os outros países da América. Além disso, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de maior quantidade de casos (MAGALHÃES, 2007, p.76-78)

A doença é causada pelo *Mycobacterium leprae* e possui uma evolução crônica que pode ocasionar problemas dermatológicos, histopatológicos e neurológicos (VIRMOND, 2015, p.8-18) (TALHARI, 2015, 33-35). Assim sendo, para contornar a situação dos indivíduos infectados, é realizada a poliquimioterapia com os medicamentos: dapsona, clofazimina e rifampicina; através das recomendações terapêuticas realizadas a depender da classificação do paciente (paucibacilar ou multibacilar) (KAR, 2015, p.55-58). Porém, os fármacos geram vários efeitos adversos que influenciam negativamente no bem-estar total do paciente, sendo a dapsona (DAP) e a clofazimina (CLZ), os principais fármacos responsáveis por esses efeitos, pois são responsáveis, respectivamente, por 70,7% e 20,5% dos efeitos adversos relatados por Goulart e colaboradores (2002, p.453).

Os problemas gerados pelos fármacos são ocasionados, em parte, pela baixa solubilidade dos mesmos, pois tendem a acumular e gerar os problemas observados (CHAVES, 2017, p.2) (BAIK, 2012, p.1), como: hepatite tóxica, psicose e reações de fotossensibilidade cutânea, no caso da dapsona (OLIVEIRA, 2014, p.1773), e pele avermelhada ou amarelada e cardiotoxicidade, no caso da clofazimina (LI, 2016, p.7563-7564). Dessa forma, atualmente, a associação de nanossistemas aos fármacos é atribuída ao melhoramento do controle de

1642

¹ Graduanda em Farmácia – Universidade Federal de Alagoas (Brasil). jessicacavalcante300@gmail.com

² Professora Visitante do Instituto de Ciências Farmacêuticas, da Universidade Federal de Alagoas. luiselopes@gmail.com

³ Graduanda em Farmácia – Universidade Federal de Alagoas (Brasil). mylenakoamaral@gmail.com



liberação, proteção contra a degradação sofrida pelo organismo, ao aumento da biodisponibilidade e diminuição dos efeitos tóxicos (REGIS, 2021, p.7).

A nanotecnologia, portanto, apresenta-se como fator de mudança positivo para problemas relacionados à baixa solubilidade de fármacos, contribuindo, conseqüentemente, para redução de efeitos colaterais relacionados (STORPIRTIS, 2009, p.70). Além disso, apresentam grande estabilidade cinética e uma morfologia rígida, quando comparados com outros sistemas coloidais empregados em fármacos (ANTON, 2008, p.192). Contudo, para o melhoramento de um fármaco através da nanotecnologia é necessário realizar estudo referentes a pré-formulação, englobando estudos sobre solubilidade, caracterização de fármacos e excipientes necessários e presença de polimorfos, para garantir que o produto finalizado possua estabilidade físico-química comprovada, melhorando, dessa forma, a qualidade do produto e fornecendo informações para ajustes farmacocinéticos e biofarmacêuticos (VERMA, 2016, p.12-19).

Objetivos

Realizar estudos sobre solubilidade, comportamento térmico, avaliação da presença de polimorfismo, estabilidade e perfil espectrofotométrico da DAP e CLZ;
Contribuir para o desenvolvimento de nanocompósitos e metodologias de identificação/quantificação dos fármacos.

Metodologia

Ensaio de solubilidade

Os ensaios foram baseados na análise de solubilidade descrita na Farmacopeia Brasileira, com algumas adaptações (ANVISA, 2010, p.57). A solubilidade foi avaliada em 5 solventes (metanol, acetona, etanol, acetonitrila e dimetilsulfóxido), porém para a DAP inicialmente foram adicionados 0,5mL de cada solvente em frascos distintos e, logo após, 10mg de DAP foram adicionados em cada frasco. Os frascos foram vedados e agitados manualmente (~1min) e a solubilidade da DAP foi avaliada macroscopicamente. Nos casos de completa solubilização, prosseguiu-se com sucessivas adições de 10mg de DAP, até que fosse observada precipitação, ou até a adição máxima de 50mg de DAP. Após as adições, pôde-se classificar a solubilidade da DAP em: facilmente solúvel (concentração de 100mg/mL), solúvel (concentração de 40 a 80mg/mL), ou ligeiramente solúvel (concentração de 20mg/mL). Já para CLZ, foi adicionado 10mg de CLZ nos frascos e foi realizada a adição de 0,5mL de solvente, até a adição máxima de 5mL ou completa solubilização do fármaco. Após as adições, pôde-se classificar a solubilidade da CLZ em: ligeiramente solúvel (concentração de 20mg/mL) ou pouco solúvel (concentração

de 2 a 10mg/mL). Assim sendo, a classificação foi realizada seguindo as proporções descritas na Farmacopeia Brasileira e a tabela 1.

Tabela 1. Classificação da solubilidade.

Solubilidade		
Classificação	1000mg em:	Concentração (mg/mL):
Muito solúvel	menos de 1mL	< 1.000
Facilmente solúvel	1 a 10mL	100 a 1.000
Solúvel	10 a 30mL	33,33 a 100
Ligeiramente solúvel	30 a 100mL	33,33 a 10
Pouco solúvel	100 a 1.000mL	1 a 10
Muito pouco solúvel	1.000 a 10.000mL	0,1 a 1
Praticamente insolúvel ou insolúvel	mais de 10.000mL	> 0,1

Fonte: adaptado de Anvisa (2010).

Análises térmicas

A termogravimetria (TGA) foi a técnica termoanalítica utilizada para analisar as amostras de dapsona e clofazimina, assim como os evaporados dos fármacos obtidos pelo uso de acetona e metanol. Para este ensaio, foram utilizadas amostras oriundas do ensaio de solubilidade, as quais foram submetidas à capela de exaustão até total evaporação do solvente.

Foram utilizadas, aproximadamente, 3mg de cada amostra em cadinho de platina e o equipamento TGA-50 da Shimadzu, com faixa de temperatura de 30°C até 600°C (amostras com DAP) ou até 900°C (amostras com CLZ), sendo o aquecimento de 10°C/min, em atmosfera de nitrogênio (fluxo de 50mL/min).

Difração de Raio X (DRX)

A técnica foi utilizada afim de obter informações sobre a estrutura cristalina das mesmas amostras analisadas na TG. As análises foram conduzidas usando um difratômetro de raios-X (Shimadzu, raios-X - 7000) usando radiação Cu- α ($\lambda = 1.54060 \text{ \AA}$), sob corrente contínua de 30 mA, tensão de 40kV, variação angular de 3–60° (2 θ), com velocidade de varredura contínua de 2 °C/min.

1644

Estudos de estabilidade em meio ácido

O estudo da estabilidade procedeu-se em meio ácido (HCl 1M) e, dessa forma, para avaliar a estabilidade da DAP, foi utilizada uma solução estoque de DAP em etanol (100µg/mL) e realizada uma diluição com ácido clorídrico (HCl) 1M até a concentração de 30µg/mL. Após preparação a amostra foi imediatamente analisada (T0h) e depois esperou-se 24h, 48h e 72h (T24h, T48h e T72h), para realização de mais três análises, avaliando o comprimento de onda 292nm. Por outro lado, para avaliação da CLZ partiu-se de uma solução estoque de CLZ em metanol (500µg/mL), para posterior diluição em HCl 1M e formação de três amostras: 3,0; 3,75; e 4,5µg/mL. Nesse caso, as amostras foram analisadas nos tempos: T0min, T10min, T20min, T30min, T40min, T50min, T60min, T90min, T120min e T240min; avaliando o comprimento de onda 528nm. Sendo todas as amostras conservadas a temperatura ambiente (~25°C) e expostas a luz e as análises realizadas com auxílio do o espectrofotômetro UV-Visível Thermo Scientific™ GENESYS™ 180.

Avaliação em espectrofotômetro da dapsona e clofazimina em diferentes solventes

Para a DAP, uma solução estoque em etanol (100µg/mL) foi preparada, para que soluções de menor concentração fossem obtidas, utilizando diferentes solventes (etanol:água; metanol:água; acetona:água; e ácido clorídrico 1M). As amostras teste foram diluídas para obtenção de soluções na faixa de 5-50µg/mL, a depender do solvente, e passaram por uma análise de varredura no espectrofotômetro de ultravioleta (240nm a 400nm), onde, para cada solvente utilizado, foi avaliado o comprimento de onda de Absorbância Máxima (ABSm) e o perfil de absorção; para a CLZ, uma solução estoque de CLZ em acetona (100µg/mL) foi preparada, para que soluções de menor concentração fossem obtidas, utilizando como solvente o HCl 1M. As amostras testes foram diluídas para obtenção de soluções na faixa de 1-15µg/mL e passaram por uma análise de varredura no espectrofotômetro de ultravioleta (240nm a 600nm), onde foi avaliado o comprimento de onda de ABSm e o perfil de absorção de cada amostra analisada. O espectrofotômetro utilizado foi o espectrofotômetro UV-Visível Thermo Scientific™ GENESYS™ 180.

1645

Resultados

Ensaio de solubilidade

As nanopartículas podem ser formadas através de variados sistemas que abrangem conjuntos macromoleculares e/ou moleculares, para que assim o princípio ativo de interesse possa ser aprisionado, encapsulado, adsorvido ou ligado a superfície externa (ANTON, 2008, p.192). Para

isso, portanto, passam por processos de sínteses que podem envolver ou não o uso dos solventes orgânicos, para síntese das nanopartículas poliméricas, por exemplo, o solvente com menor toxicidade e maior capacidade solubilizante é escolhido, sendo utilizado principalmente a acetona, etanol ou cloreto de metileno (GRAEFF, 2012, p.96). Vale ressaltar, dessa maneira, a importância dos solventes quanto suas características de volatilidade, polaridade e outras, principalmente quando tratamos de fármacos de baixa solubilidade, pois quanto maior a afinidade do fármaco e dos carreadores, maior a eficiência de aprisionamento e, conseqüentemente, maior a chance de sucesso para formulação (NEVES, 2018).

O experimento referente a solubilidade, dessa maneira, foi essencial para direcionar a escolha do solvente a ser utilizado em incorporações do fármaco em nanocompósitos e se destaca por consolidar informações importantes para o processo de desenvolvimento de métodos analíticos, visto que garante o uso adequado e conseqüente qualidade de quantificação, tendo em vista os solventes que geram total solubilização dos fármacos e que proporcionam uma melhor estabilidade para as soluções. Contudo, como a classificação da solubilidade não é realizada de maneira intuitiva, foi necessário definir um valor fixo de solvente e um valor máximo de soluto a ser adicionado, fazendo uma adaptação da metodologia de análise de solubilidade descrita na Farmacopeia Brasileira - “Termos descritivos de solubilidade e seus significados” (ANVISA, 2010, p.57).

Nesse estudo, foram avaliadas as solubilidades da DAP em acetona, dimetilsulfóxido (DMSO) e acetonitrila, obtendo como resultado a característica de facilmente solúvel por solubilizar 0,05g de DAP, de acordo com a classificação de solubilidade apresentada na tabela 1. Por outro lado, a solubilização em metanol apresentou caráter solúvel por solubilizar 0,02g de DAP e em etanol revelou caráter moderadamente solúvel por solubilizar 0,01g de DAP. O processo foi semelhante para o teste com a CLZ, porém o fármaco em acetona, DMSO, acetonitrila, etanol e metanol, apresentou-se pouco solúvel ou pode ser considerado de mais baixa solubilidade, tendo em vista que não houve a solubilização total do fármaco 0,01g em 5mL, conforme a tabela 2.

1646



Tabela 2. Teste de solubilidade da dapsona (DAP) e clofazimina (CLZ).

DAP		
Solvente	Concentração (mg/mL) obtida:	Classificação
Acetona	100	Facilmente solúveis
DMSO	100	
Acetonitrila	100	
Metanol	20	Solúvel
Etanol	10	Ligeiramente solúvel
CLZ		
Solvente	Concentração (mg/mL) obtida:	Classificação
Acetona	< 2	Praticamente insolúvel
DMSO	< 2	
Acetonitrila	< 2	
Metanol	< 2	
Etanol	< 2	

Fonte: adaptado de Anvisa (2010).

1647

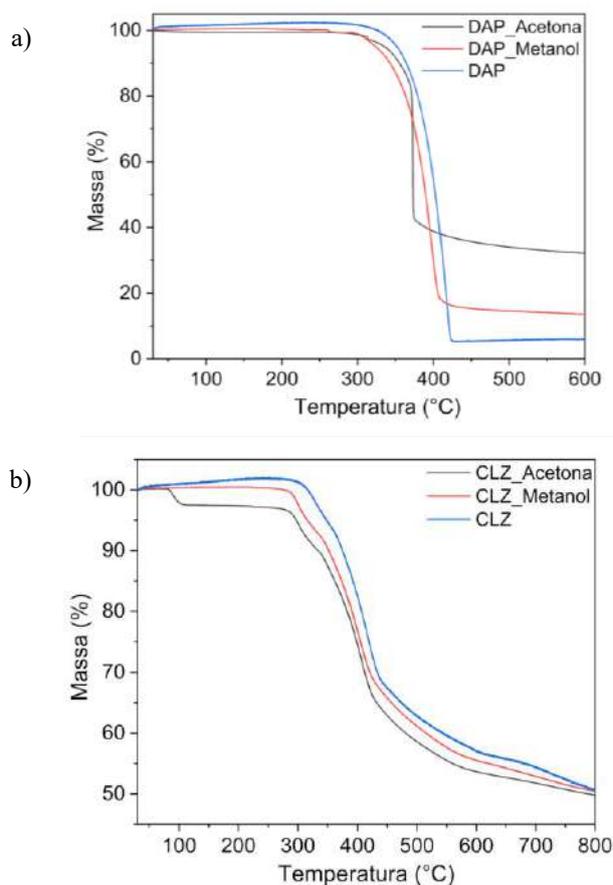
O metanol, por sua vez, apresenta-se como solvente de escolha para realização de sínteses de nanossistemas envolvendo os fármacos mencionados. Devido, principalmente, aos resultados obtidos com a utilização da dapsona, uma vez que os resultados obtidos com a clofazimina foi semelhante para todos os solventes testados. A acetona é detectada no mesmo comprimento de onda da DAP, o que prejudicaria o processo de quantificação, tal evento foi confirmado na análise espectrofotométrica dos fármacos; o DMSO é não volátil, e afetaria a eliminação do solvente; a acetonitrila possui um preço de aquisição elevado; e, o etanol foi o solvente que menos solubilizou a DAP.

Análises térmicas

A técnica de termogravimetria (TGA) é essencial pra determinação da perda de massa em função da variação de temperatura (RAMBO, 2015, p.863) e foi utilizada para avaliar o comportamento térmicos de evaporados por diferentes solventes e o perfil de degradação térmica da DAP e CLZ. Sendo assim, após realização dos testes se obteve os resultados apresentados na figura 1.



Figura 1. Gráficos referente as análises termogravimétricas. Curvas de percentual de perda de massa da dapsona (DAP) e dos pós obtidos pela evaporação da acetona e metanol (a) e curvas de percentual de perda de massa da clofazimina (CLZ) e dos pós obtidos pela evaporação dos mesmos solventes (b).



1648

Fonte: adaptado de Anvisa (2010).

Ao analisar o perfil de degradação da DAP (pura) e da DAP após evaporação dos diferentes solventes, percebe-se que até, aproximadamente, 350°C há apenas uma leve modificação relacionada a perda de massa, porém se observa que o uso dos solventes auxiliou a conservação da massa sob ação de eventos térmicos. Por outro lado, ao analisar o perfil de degradação da

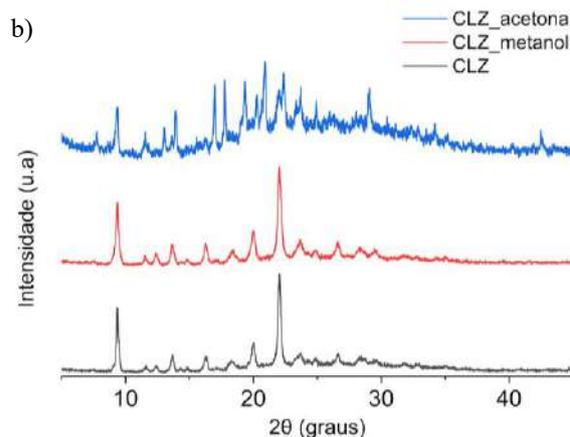
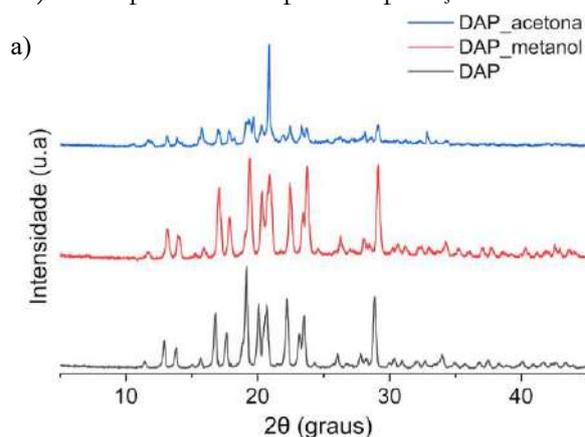
CLZ e dos pós após evaporação de solventes, percebe-se uma padronização, com exceção de um evento térmico antecedente ao utilizar a acetona, caracterizando uma perda de massa “precoce”. Além disso, de modo geral, percebe-se que ao utilizar solventes o fármaco sofre maiores perdas de massa, significando uma possível modificação estrutural (polimorfo), principalmente ao tratar do uso da acetona.

Difração de Raio X (DRX)

As substâncias sólidas podem ser apresentadas entre uma variação de totalmente cristalina e amorfa, essa característica é atribuída pelo método de cristalização e pelo solvente utilizado no processo, devido as ligações intra e intermoleculares formadas. Diante disso, é possível que uma substância possua formas polimórficas que podem ser detectadas através de microscopia eletrônica de varredura, microscopia de força atômica, difração de raios X e outras técnicas; é importante identificar essas formas devido a possibilidade de mudança do padrão de solubilidade e estabilidade (BARANSKA, 1999, p.153-154) (SANDERS, 2000, p.77). Assim sendo, as análises utilizando o difratômetro auxiliou o processo avaliativo da presença de polimorfismo no presente estudo, pois foi possível obter informações sobre a estrutura cristalina das mesmas amostras analisadas na termogravimetria.

Os difratogramas obtidos estão representados na figura 2, e a partir deles foi possível observar o caráter cristalino da DAP, refletindo picos em: 12,92°, 13,82°, 16,82°, 17,64°, 18,9°, 19,16°, 20,7°, 22,24°, 23,16° e 28,88°, semelhantes aos encontrados por outros autores (GREBOGI, 2012, p.473) (CHAVES, 2015, p.667). A análise do material que passou por evaporação de metanol apresentou como resultado um leve aumento da intensidade de alguns picos e leve deslocamento para direita, refletindo em picos: 13,96°; 17,1°; 17,88°; 19,42°; 20,34°; 22,46°; 23,46°; 28,02°, assemelhando-se a uma sobreposição do difratograma da DAP. O material obtido pela evaporação da acetona também foi analisado e apresentou uma diminuição da intensidade dos picos e um leve deslocamento para direita, principalmente em relação aos picos 12,92°, 16,82°, 22,24°, 23,56°, 28,88° apresentados no perfil da DAP (pura). Já a análise realizada com a amostra de CLZ apresentou o perfil de um pó cristalino, refletindo picos em: 9,36°, 20,0°, 22,04°, 23,68°, 23,74° e 26,62°. Quando analisado o pó obtido pela evaporação do metanol, observou-se uma alta semelhança entre os difratogramas, sendo melhor percebida pela identificação dos picos: 9,36°; 20,02°; 22,04°; 23,66°; 23,82°; e 26,64°. Em contrapartida, a análise derivada do pó obtido pela evaporação da acetona apresentou uma diminuição da intensidade dos picos. O resultado coloca em evidência, portanto, que o uso do metanol não provoca variações na estrutura cristalina dos fármacos, mas a acetona provoca alterações, sendo interpretada com a formação de um possível polimorfismo.

Figura 2. Gráficos referente as análises em Difratorômetro de Raio X. Difratograma da dapsona (DAP) e dos pós obtidos pela evaporação da acetona e metanol (a) e difratograma da clofazimina (CLZ) e dos pós obtidos pela evaporação dos mesmos solventes (b).



Fonte: adaptado de Anvisa (2010).

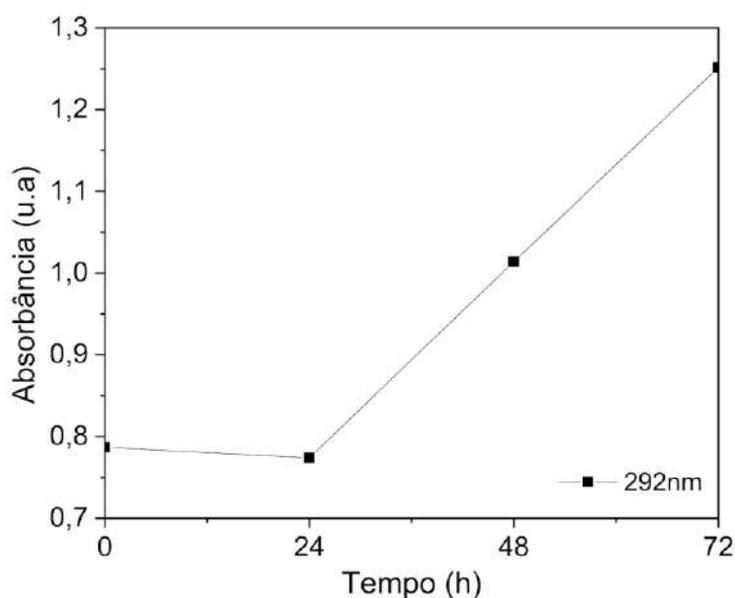
1650

Estudos de estabilidade

O estudo da estabilidade procedeu-se em meio ácido (HCl 1M), visando obter dados para o futuro método analítico por espectrofotômetro de ultravioleta para detecção e quantificação de DAP e CLZ simultaneamente. Além disso, os dados são importantes para avaliar a estabilidade

química dos fármacos em meio ácido. Dessa forma, após preparo da amostra ($30\mu\text{g}/\text{mL}$) e posteriores análises, observou-se que a solução de DAP, de maneira geral, apresentou um aumento gradual das absorbâncias ao longo do tempo, significando uma possível degradação do fármaco, porém as curvas no T0h e T24h apresentam grande semelhança. Com isso, pode-se afirmar que depois de 24h se inicia o processo de degradação do fármaco (instabilidade), como apresentado na figura 3.

Figura 3. Curva referente a estabilidade da dapsona em HCl.



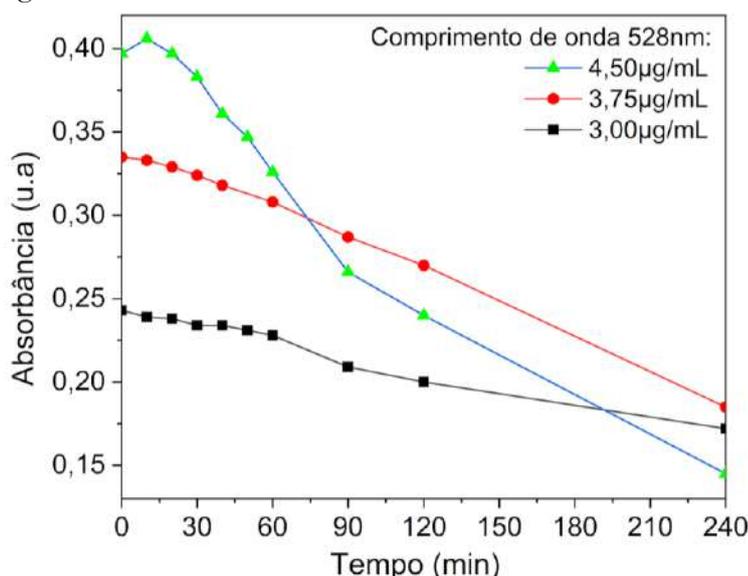
1651

Fonte: adaptado de Anvisa (2010).

As soluções de CLZ, por outro lado, trazem como resultado um decaimento da absorção, sendo essa acelerada quando a solução apresenta maiores concentrações. Tal fato pode estar associado ao processo de degradação ou precipitação do fármaco, sendo esse último o mais provável, visto que a precipitação ocorre de forma rápida e visível macroscopicamente, principalmente em soluções com concentração elevada. O fato se associa ainda a forma aquosa do HCl e ao caráter de baixa solubilidade do fármaco, proporcionando uma real precipitação. A hipótese fica mais robusta ao perceber que a diminuição da absorbância é elevada, apresentando-se de forma não equivalente, como seria no processo de degradação. A partir da figura 4, é possível perceber que em $3,0\mu\text{g}/\text{mL}$ a precipitação torna-se característica após 60min; em $3,75\mu\text{g}/\text{mL}$ após 45min; e

em 4,5 µg/mL após 30min. Dessa forma, fica evidenciado que a estabilidade da CLZ em meio ácido é dependente da concentração e tempo.

Figura 4. Curva referente a estabilidade da clofazimina em HCl.



Fonte: adaptado de Anvisa (2010).

1652

Avaliação em espectrofotômetro da DAP e CLZ em diferentes solventes

A espectrofotometria é uma técnica utilizada para identificação e quantificação de analitos, devido a dependência da estrutura molecular e da concentração das substâncias para realização das análises. Contudo, para isso é necessário realizar testes até que seja determinado a extensão da varredura, solvente e concentração da solução, por exemplo, para que posteriormente o método possa ser reaplicado com a devida qualidade (Anvisa, 2010, p.99-101). É uma análise viável para as formulações farmacêuticas por ser simples, rápida e de baixo custo, podendo se apresentar com exatidão, precisão e outros (STRECK, 2011, p.1460, 1462). Assim sendo, a avaliação em espectrofotômetro da DAP e CLZ torna-se importante para o desenvolvimento de método analítico de identificação/quantificação, devido a gama de informações que entrega e pela possibilidade de determinar parâmetros, como: curva de calibração, linearidade, limite de detecção e limite de quantificação; itens chaves para validação analítica segundo a RDC N°166/2017 da ANVISA (BRASIL, 2017).

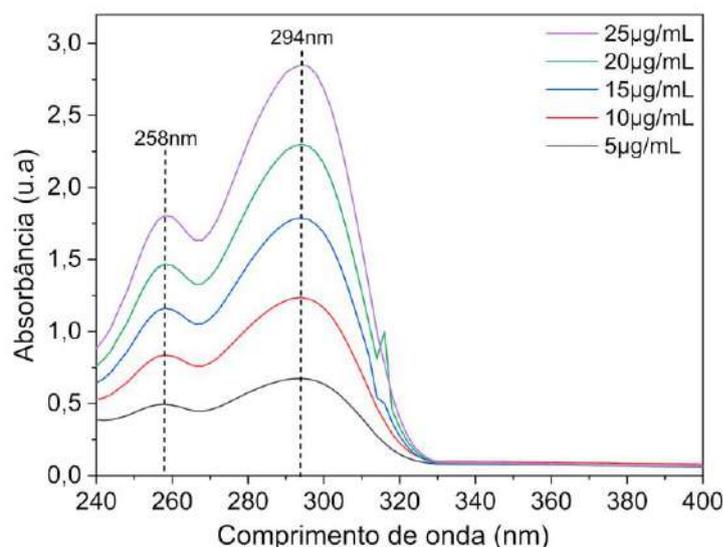
Nesse contexto, os experimentos realizados tiveram como objetivo inicial avaliar o comprimento de onda de Absorbância Máxima (ABS_m) e o perfil de absorção no espectrofotômetro UV-Vis.

Dapsona

Etanol:água

As leituras foram analisadas na faixa de 5-25µg/mL de DAP. E, com isso, observou-se a presença de dois picos: 258nm e 294nm; sendo este último o de ABS_m, como representado na figura 5. Nas concentrações testadas, ABS_m se mostraram linear.

Figura 5. Avaliação espectrofotométrica da dapsona em etanol:água.



1653

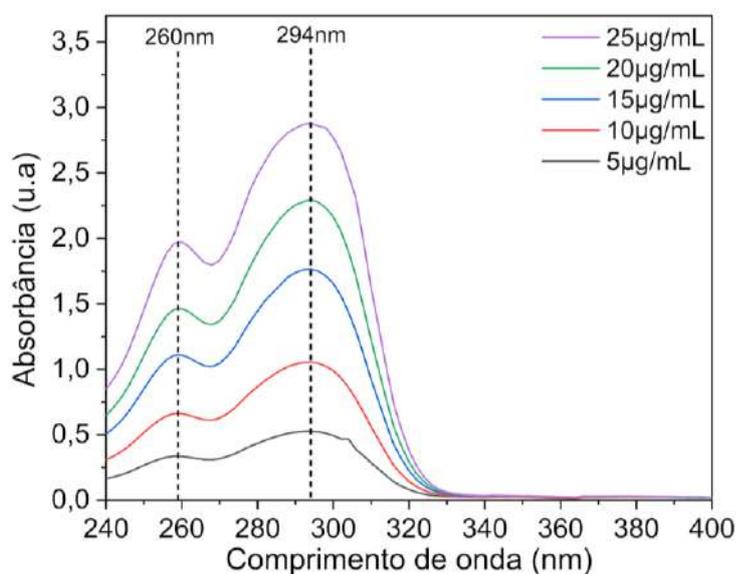
Fonte: Autor (2023).

Metanol:água

A faixa de análise foi 5-25µg/mL e, com isso, os resultados apresentaram um padrão de semelhança em todas as curvas geradas, com presença de dois picos, 260 e 294nm, em todas as curvas. Entretanto, o pico 294nm é referente ao comprimento de onda com ABS_m, como

demonstrado na figura 6. Além disso, é importante destacar que foram testadas concentrações maiores, mas houve desvio da linearidade, assim sendo, é recomendado manter a faixa de trabalho entre 5-25 $\mu\text{g}/\text{mL}$.

Figura 6. Avaliação espectrofotométrica da dapsona em metanol:água.



Fonte: Autor (2023).

1654

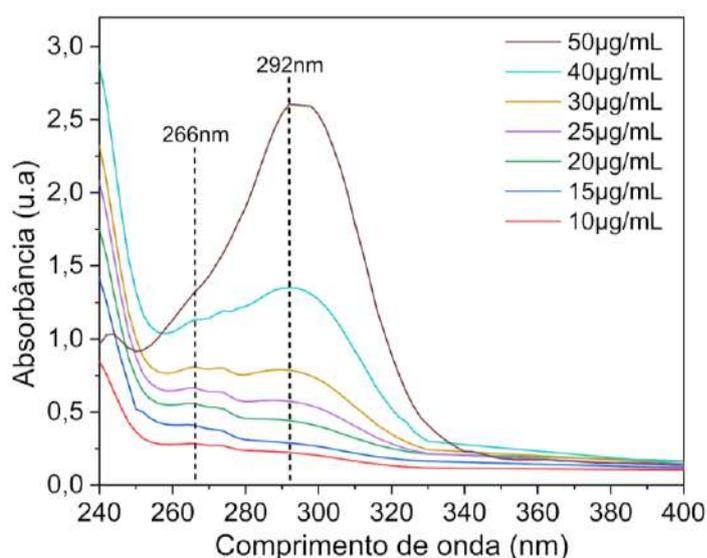
Acetona:água

As amostras analisadas foram preparadas na faixa de concentração 5-25 $\mu\text{g}/\text{mL}$ de DAP, porém não foi possível realizar a avaliação do espectro, porque o solvente apresentou absorção no mesmo intervalo de comprimento de onda da DAP, entre 240 e 400nm. O fato já era esperado, pois segundo a Farmacopeia Brasileira, em álcool metílico a DAP apresenta picos em 260nm e 295nm, quando analisada no espectro UV (ANVISA, 2019, p.703); e a acetona possui espectro de absorção próximo a 273-293nm, conforme apresentado por Hesse (1935), na tabela de absorções de grupos cromóforos isolados. Dessa maneira, comprova-se a definição de Paiva (2015): “o primeiro critério para um bom solvente é que ele não deve absorver radiação ultravioleta na mesma região que a substância cujo espectro está sendo determinado”.

HCl 1M

O uso do solvente foi escolhido para gerar dados úteis para elaboração de um método capaz de substituir a quantificação através da Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (CLAE), por um método analítico utilizando o espectrofotómetro de ultravioleta que permita detectar e quantificar a DAP e a CLZ, simultaneamente. Desse modo, foram preparadas soluções com concentração 5-50 $\mu\text{g/mL}$ e foi observado que a absorvidade da DAP em HCl diminuiu, não atingindo a intensidade necessária a 5 $\mu\text{g/mL}$, dessa forma a curva formada foi excluída e considerou-se apenas os dados obtidos através das outras concentrações. Após exclusão, verificou-se a presença de um suave pico em 266nm, porém ao aumentar as concentrações observa-se que o comprimento de ABSm torna-se 292nm, como apresentado na figura 7.

Figura 7. Avaliação espectrofotométrica da dapsona em HCl.



Fonte: Autor (2023).

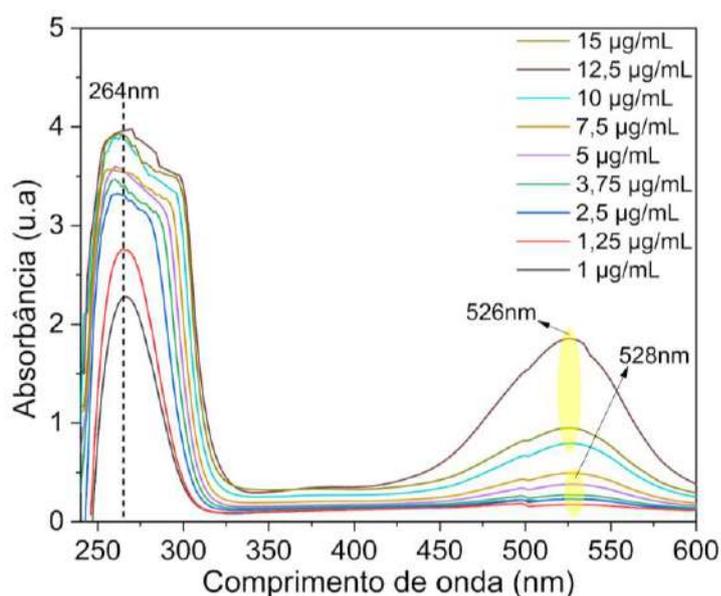
1655

Clofazimina

A avaliação espectrofotométrica da CLZ foi realizada a partir de soluções (1-15 $\mu\text{g/mL}$) derivadas de uma solução estoque de CLZ em acetona (100 $\mu\text{g/mL}$), sendo diluída em HCl. O solvente foi escolhido para complementar os dados obtidos na análise DAP_HCl, descrita no

tópico anterior. Após a análise, observou-se um padrão de aumento de absorção entre todas as concentrações, com exceção da análise 12,5µg/mL, que superou a absorção apresentada na análise da amostra de 15 µg/mL. Além disso, foi possível observar a presença de dois picos, um na região ultravioleta e outro na região visível. Entre as concentrações 1-5 µg/mL aparece picos no comprimento 264 e 528nm e nas concentrações 7,5-15 µg/mL em 264 e 526nm, sendo o pico (264nm) da região ultravioleta o de ABSm, como apresentado na figura 8.

Figura 8. Avaliação espectrofotométrica da clofazimina em HCl.



1656

Fonte: Autor (2023).

A avaliação dos espectros obtidos, permitiu ainda a realização da análise dos perfis de absorção, as relações concentração/absorbância e comprimentos de ABSm, sendo possível obter curvas de calibração considerando a ABSm em cada solvente, que podem ser utilizadas para fins quantitativos em futuros projetos. As curvas obtidas estão descritas na tabela 3.

Tabela 3. Curvas de calibração referente a dapsona (DAP) e clofazimina (CLZ).

DAP	Concentrações (µg/mL)	Absorbância (u.a)	Curva de calibração	R ²
etanol:água 294nm	5,00	0,675	$y = 0,1083x + 0,1455$	1,000
	10,00	1,236		
	15,00	1,789		
	20,00	2,299		
	25,00	2,851		
metanol:água 294nm	5,00	0,527	$y = 0,119x - 0,0792$	0,998
	10,00	1,056		
	15,00	1,766		
	20,00	2,298		
	25,00	2,880		
HCl 292nm	10,00	0,223	$y = 0,0283x - 0,1027$	0,971
	15,00	0,288		
	20,00	0,442		
	25,00	0,574		
	30,00	0,787		
CLZ				
HCl 528nm	1,25	0,137	$Y = 0,0876x - 0,0131$	0,994
	2,50	0,207		
	3,00	0,285		
	3,75	0,339		
	4,50	0,405		
	5,25	0,482		
	6,00	0,528		
	6,75	0,612		

1657

Fonte: Autor (2023).

Conclusão

O estudo de pré-formulação com os fármacos dapsona e clofazimina, utilizados para o tratamento da hanseníase, foi realizado com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de nanocompósitos e metodologias de identificação/quantificação dos fármacos, a fim de aumentar a otimização do tratamento da doença. Com isso, foi possível perceber, através dos testes de solubilidade, que o metanol é o solvente de escolha para realização de sínteses, fato comprovado ainda pela realização da termogravimetria e da difração de raios X, que demonstraram o metanol como solvente não influenciador de grandes modificações quando relacionado ao fármaco puro. Além disso, o estudo de estabilidade apresentou dados importantes para a metodologia de quantificação, ao relatar processos de degradação/precipitação e tempos iniciais de cada processo. A avaliação em espectrofotômetro, também forneceu dados para o método, pois permitiu definir a ABSm e o perfil de absorção dos fármacos em variados solventes, contribuindo para geração de curvas de calibração. Com isso, o objetivo do projeto foi atingido por obter dados relevantes sobre solubilidade, comportamento térmico, avaliação da presença de polimorfismo, estabilidade e perfil espectrofotométrico da dapsona e clofazimina, sendo necessário ainda mais testes, como a calorimetria exploratória diferencial, e inclusão de outros excipientes que podem vir a ser utilizados no processo de síntese de nanocompósitos.

1658

Referências

Anton, N., Benoit, JP e Saulnier, P. (2008). Projeto e produção de nanopartículas formuladas a partir de modelos de nanoemulsão – uma revisão. *Jornal de liberação controlada*, 128 (3), 185-199.

Anusuya, S. e Natarajan, J. (2013). A erradicação da hanseníase: técnicas de modelagem molecular para descoberta de novos medicamentos. *Opinião de especialistas sobre descoberta de medicamentos*, 8 (10), 1239-1251.

Anvisa (2010). Farmacopeia Brasileira. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, volume 1, ed. 5.

Anvisa (2019). Farmacopeia Brasileira: Insumos Farmacêuticos e Especialidades. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, volume 2, ed. 6.

Baik, J. e Rosania, GR (2012). Os macrófagos sequestram a clofazimina em uma organização supramolecular intracelular semelhante a um cristal líquido.



Barańska, M. e Proniewicz, LM (1999). Espectros FT-IR e FT-Raman da cimetidina e seus metalocomplexos. *Jornal de estrutura molecular*, 511, 153-162.

Branco, C. e Franco-Paredes, C. (2015). Hanseníase no século XXI. *Revisões de microbiologia clínica*, 28 (1), 80-94.

BRASIL (2017). Resolução da Diretoria Colegiada N° 166” Ministério da Saúde, ANVISA.

Chaves, LL, Costa Lima, SA, Vieira, AC, Barreiros, L., Segundo, MA, Ferreira, D., ... & Reis, S. (2017). Nanopartículas sensíveis ao pH para melhor administração oral de dapsona: avaliação de risco, projeto, otimização e caracterização. *Nanomedicina*, 12 (16), 1975-1990.

Chaves, LL, Patriota, Y., Soares-Sobrinho, JL, Vieira, AC, Lima, SAC, & Reis, S. (2020). Sistemas de administração de medicamentos na terapia da hanseníase: avançando em direção à erradicação?. *Farmacêutica*, 12 (12), 1202.

Chaves, LL, Vieira, AC, Ferreira, D., Sarmiento, B., & Reis, S. (2015). Desenvolvimento racional e preciso de sistemas poliméricos amorfos com dapsona por metodologia de superfície de resposta. *Jornal internacional de macromoléculas biológicas*, 81, 662-671.

Goulart, IMB, Arbex, GL, Carneiro, MH, Rodrigues, MS, & Gadia, R. (2002). Efeitos adversos da poliquimioterapia em pacientes com hanseníase: estudo de cinco anos em um Centro de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, 35 (5).

Graeff, C. F. D. O., Leão, A. L., Rosa, A. H., Tusset, A. M., Madureira, A. B., Pontes Junior, B. R. D., ... & Souza, S. F. (2012). Nanotecnologia: ciência e engenharia. *Coleção PROPe Digital (UNESP)*.

Grebogi, IH, Tibola, APO, Barison, A., Grandizoli, CW, Ferraz, HG, & Rodrigues, LN (2012). Complexos de inclusão binários e ternários de dapsona em ciclodextrinas e polímeros: preparação, caracterização e avaliação. *Jornal de Fenômenos de Inclusão e Química Macrocíclica*, 73, 467-474.

Hesse, Manfred et al. (1935). *Spektroskopische Methoden in der organischen Chemie*. Thieme Stuttgart, New York, 7st edition.

Kar, HK e Gupta, R. (2015). Tratamento da lepra. *Clínicas em dermatologia*, 33 (1), 55-65.

1659



Li, S., Chan, JYW, Li, Y., Bardelang, D., Zheng, J., Yew, WW, ... e Wang, R. (2016). A complexação da clofazimina pela cucúrbita macrocíclica [7] uril reduziu sua cardiotoxicidade sem afetar a eficácia antimicrobacteriana. *Química Orgânica e Biomolecular*, 14 (31), 7563-7569.

Magalhães, M. D. C. C., & Rojas, L. I. (2007). Diferenciação territorial da hanseníase no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 16(2), 75-84.

Neves, A. R., & Reis, S. (2018). *Nanoparticles in Life Sciences and Biomedicine*. CRC Press.

Oliveira, FR, Pessoa, MC, Albuquerque, RF, Schalcher, TR, & Monteiro, MC (2014). Aplicações clínicas e metemoglobinemia induzida por dapsona. *Revista da Sociedade Brasileira de Química*, 25, 1770-1779.

Paiva, D. L. et al. (2009). Introduction to spectroscopy. Cengage, 4th edition.

Rambo, M. K. D., Rambo, M. C. D., Almeida, K. J. C. R., & Alexandre, G. P. (2015). Estudo de Análise Termogravimétrica de Diferentes Biomassas Lignocelulósicas Utilizando a Análise por Componentes Principais. *Ciência e natureza*, 37(3), 862-868.

Regis, LHV, da Silva, AF, & de Melo Guedes, JP (2021). O uso de nanotecnologia em fármacos no Brasil. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10 (15), e32101522294-e32101522294.

Sanders, GHW, Roberts, CJ, Danesh, A., Murray, AJ, Price, DM, Davies, MC, ... e Wilkins, MJ (2000). Discriminação de formas polimórficas de um medicamento por análise térmica localizada. *Jornal de microscopia*, 198 (2), 77-81.

Storpirtis, S., Gonçalves, JE, Chiann, C, Gai, MN (2009). Ciências Farmacêuticas – Biofarmacotécnica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. ISBN 978-85-277-1587-4.

Streck, L., Santos, KSCRD, Fernandes-Pedrosa, MDF, Silva-Júnior, AAD, & Oliveira, AGD (2011). Validação de método analítico por espectrofotometria UV para sistema de emulsão lipídica contendo benznidazol. *Química Nova*, 34, 1459-1463.

Talhari, C., Talhari, S., & Penna, GO (2015). Aspectos clínicos da hanseníase. *Clínicas em dermatologia*, 33 (1), 26-37.

Verma, G. e Mishra, MK (2016). Estudos de pré-formulação farmacêutica na formulação e desenvolvimento de novas formas farmacêuticas: uma revisão. *Jornal Internacional de Pesquisa e Revisão Farmacêutica*, 5 (10), 12-20.

Virmond, M., Grzybowski, A. e Virmond, L. (2015). Hanseníase: um glossário. *Clínicas em dermatologia*, 33 (1), 8-18.

1660

CAPTURANDO MOMENTOS E CONSTRUINDO SIGNIFICADOS: A FOTOGRAFIA COMO ESTRATÉGIA DE EXTENSÃO HUMANIZADORA DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Kimberly Bueno¹
Tayse Gabrielle Miguel Medeiros²
Caroline Busatto³
Ana Carolina Falck de Almeida⁴
Annie Jeanninne Bisso Lacchini⁵

Introdução

A evolução da assistência em Saúde Mental no Brasil passou por diversas fases significativas. Originalmente, o modelo psiquiátrico predominante era o hospitalocêntrico, no qual pacientes com transtornos mentais eram constantemente vigiados, controlados e até punidos por seus comportamentos. O foco dos profissionais de saúde, portanto, estava centralizado na doença e no estado clínico desses indivíduos, em detrimento de uma visão mais holística (GUIMARÃES *et al.*, 2013).

Na década de 70, impulsionado por movimentos sociais apoiados por trabalhadores, familiares e estudantes, houve um clamor contra esse modelo centralizado, com o objetivo de garantir os direitos humanos dos pacientes e promover uma mudança significativa na forma como eram tratados, desencadeando o processo que se viria a chamar Reforma Psiquiátrica Brasileira (GUIMARÃES *et al.*, 2013).

A partir do apoio do Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), começaram a surgir propostas para reduzir o número de manicômios e reformular a assistência psiquiátrica, dando fim ao descaso com a saúde mental (FIOCRUZ, 2023). Em 1989, a Lei Deputado Paulo Delgado foi apresentada no Congresso Nacional, propondo a extinção dos manicômios e a garantia dos direitos dos pacientes com transtornos mentais. No entanto, foi somente 12 anos depois que essa lei entrou em vigor como a Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Lei N° 10.216)

1661

¹ Graduanda de Enfermagem na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: kimberly.bueno@ufcspa.edu.br.

² Graduanda de Enfermagem na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: tayse.medeiros@ufcspa.edu.br.

³ Graduanda de Enfermagem na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: carolinecb@ufcspa.edu.br.

⁴ Graduanda de Medicina na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: ana.almeida@ufcspa.edu.br.

⁵ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora adjunta de Enfermagem na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: annieb@ufcspa.edu.br.



(BRASIL, 2001). Paralelamente, a Portaria N. 224/1992 foi criada, sugerindo a implementação de leitos psiquiátricos em hospitais gerais (BRASIL, 1992; GUIMARÃES *et al.*, 2013).

Além disso, a III Conferência Nacional de Saúde Mental consolidou a Reforma Psiquiátrica como política governamental. Esta conferência deu ênfase à mudança do modelo de assistência, focando nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e na criação de políticas específicas para usuários de álcool e outras drogas (BRASIL, 2002). Enquanto isso, a Portaria N° 3.088/2011 ainda enfatizou a necessidade de uma rede de atenção psicossocial (RAPS) integrada para proporcionar um cuidado contínuo e integral (BRASIL, 2011).

Dessa forma, reconhece-se que a Reforma Psiquiátrica impulsionou o surgimento de novas propostas mais eficazes, humanas e integradas de assistência à saúde mental. A Política Nacional de Saúde Mental se concentrou em estabelecer um modelo de atenção comunitária, focando no atendimento de qualidade e reinserção social, o que levou à criação de diversas instituições e serviços como CAPS, Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) e outros (BRASIL, 2001; 2011).

No entanto, apesar dos avanços, muitos desafios ainda persistem, visto que muitos pacientes permanecem internados por longos períodos e, ao receberem alta, enfrentam dificuldades de reintegração e autoconhecimento. Dentro desse cenário, o projeto de extensão “Sob a Luz do Meu Olhar: as lentes para a humanização do cuidado em saúde mental”, conduzido por graduandas e uma professora do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), surge como uma proposta inovadora e criativa de utilização da fotografia como ferramenta terapêutica, visando promover o cuidado humanizado, a reconexão pessoal e o fortalecimento de vínculos a mulheres em sofrimento psíquico, em especial gestantes.

Somando-se a isso, a autoestima, a imagem corporal, o autoconceito e o autocuidado são aspectos intrinsecamente relacionados ao bem-estar e à identidade dos indivíduos. Portanto, ao trabalhar com a saúde mental da população feminina, deve-se levar em consideração que as mulheres, na sociedade brasileira atual, enfrentam pressões estéticas e busca por ideais de beleza rígidos e fisiologicamente inatingíveis, fazendo com que seja essencial trabalhar esses aspectos para garantir uma assistência de qualidade (MAÇOLA, VALE & CARMONA, 2010; AVELAR & VEIGA, 2013; SILVA, 2022).

Assim, pensando na proposta deste projeto de extensão, a colaboração entre instituições de ensino e serviços de saúde mostra-se uma aliada na garantia de uma assistência em saúde mental mais aproximada dos pilares do modelo psicossocial apontado pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, além de promover uma formação acadêmica de qualidade na área da psiquiatria.

Objetivos gerais

Utilizar a fotografia para humanizar a assistência a mulheres em sofrimento psíquico internadas em uma unidade psiquiátrica de um hospital de grande porte no sul do Brasil, a partir de uma ponte entre a universidade e o serviço de saúde.

1662



Metodologia, materiais e métodos

O projeto “Sob a Luz do Meu Olhar: as lentes para a humanização do cuidado em saúde mental” surge como um diferencial nas práticas terapêuticas voltadas a mulheres em condição de hospitalização e atua em uma unidade de internação psiquiátrica feminina de um hospital de grande porte no sul do Brasil, que conta com 24 leitos destinados a mulheres em sofrimento psíquico acima de 12 anos, sendo 5 reservados para gestantes dependentes químicas e 6 para adolescentes. Estas pacientes fazem parte do público-alvo das atividades, que são realizadas em uma sala disponível na unidade durante o turno, de acordo com a organização da unidade.

Antes de iniciar efetivamente as atividades, a proposta foi cuidadosamente apresentada e debatida com a equipe de profissionais de saúde da unidade, assegurando que todos estivessem alinhados e cientes dos objetivos e metodologias do projeto. A partir do mês de abril de 2023, então, um time dedicado e comprometido de acadêmicas, provenientes dos cursos de Enfermagem e Medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), sob a supervisão da professora coordenadora e da coordenação da unidade, embarcou na realização de oficinas terapêuticas e ensaios fotográficos com as pacientes. A logística por trás dessas atividades é a seguinte: reuniões mensais são organizadas de forma *online* e uma detalhada escala de trabalho é estabelecida em colaboração com todos os membros envolvidos, garantindo o sucesso e fluidez das atividades.

Os ensaios fotográficos são um destaque à parte. Realizados presencialmente a cada quinze dias, cada sessão contempla, em média, duas pacientes, com uma duração aproximada de duas horas – ainda que esse tempo possa variar, considerando a adesão e conforto das participantes. Todos os materiais necessários, que incluem câmeras digitais, roupas, maquiagens e acessórios, são obtidos através de doações, demonstrando uma incrível mobilização comunitária em torno da causa. A ética e a privacidade são pilares fundamentais do projeto. Antes de qualquer clique, solicita-se a assinatura de um termo de autorização, que assegura o sigilo das imagens capturadas e de quaisquer informações pessoais associadas ou prestadas durante as ações. Especial atenção é dada às adolescentes: nesses casos, o termo precisa ser assinado pelo responsável legal.

Após os ensaios, as pacientes são encorajadas a fazer uma autodescrição, adicionando uma dimensão mais profunda e introspectiva às fotografias. E a avaliação contínua é, também, um ponto importante no desenvolvimento do projeto. Assim, as pacientes são convidadas a preencher uma pesquisa de satisfação. Esta pesquisa adota o formato de escala visual analógica, variando de “muito satisfeito” a “muito insatisfeito”, permitindo avaliar a experiência com o ensaio e a postura e o comportamento das organizadoras. Um espaço dedicado a sugestões e críticas também é disponibilizado, visando a melhoria contínua.

Ao final de cada sessão fotográfica presencial, todas as fotos tiradas são transferidas para um único computador e cinco delas são meticulosamente selecionadas para edição, recorte e impressão. As fotos impressas são, portanto, entregues à psicóloga da unidade parceira do

1663



projeto na semana subsequente, que avalia as imagens e a condição atual das pacientes para recebimento, sempre em conjunto da equipe multiprofissional.

Contudo, o projeto não se restringe apenas à fotografia. Nas semanas alternadas, são conduzidas oficinas terapêuticas e dinâmicas de integração, que são cuidadosamente planejadas com o objetivo de conhecer mais profundamente a história de vida das pacientes e compreender sua relação com a imagem corporal, promovendo autoconhecimento, autoconsciência, autocuidado, aceitação e resiliência.

Resultados

A primeira abordagem focou-se na temática de "autocuidado e autoestima". A equipe se apresentou e delineou claramente os objetivos do projeto para as pacientes. E esse primeiro contato também serviu para captar o entendimento e a percepção delas sobre os conceitos de autoestima e autocuidado, e como esses temas se entrelaçavam com suas rotinas diárias durante a internação. Este encontro inaugural, que contou com a participação de oito pacientes, serviu como um marco para ampliar o espectro cognitivo das participantes em relação ao autocuidado. A resposta foi notavelmente positiva, com as pacientes demonstrando entusiasmo pelo potencial da fotografia como meio de realçar e explorar sua autoimagem e sua autoestima. Posteriormente, realizou-se duas ações de cuidados faciais, em que práticas como limpeza de pele e *design* de sobrancelhas foram feitas com vinte e duas pacientes na intenção de conversar sobre autoestima e cuidado pessoal, que são uns dos principais indicadores de saúde mental. Também foi desenvolvida uma aula prática de Iôga, em que movimentos básicos de alongamento e técnicas de respiração e relaxamento foram demonstrados com o intuito de auxiliar nos quadros de ansiedade. Nessa ação, quatro pacientes participaram e manifestaram dificuldades com foco, concentração e mobilidade. No entanto, a equipe foi ágil em adaptar a condução e os movimentos, garantindo uma experiência positiva para todas. Por fim, realizou-se uma atividade de pintura como autocuidado, em que o desenho e as tintas foram apresentados como uma possibilidade de autoconhecimento e trabalho da ansiedade. Nesta, sete pacientes refletiram sobre pensamentos positivos e relaxantes, expressando em um jaleco branco os sentimentos que essa ação e o período de internação trazia a elas.

Somado a isso, promoveu-se uma festa junina, que proporcionou um ambiente de descontração e integração entre a equipe e as pacientes. Durante o evento, várias atividades tradicionais, como árvore de recados, cadeia junina, jogo de argolas e pescaria animaram o público. Neste cenário, foram disponibilizadas lembranças, compostas por itens de beleza e higiene, que reforçam os objetivos de autocuidado propostos pelo projeto, sendo possível confraternizar e estabelecer vínculo com quinze participantes.

Por fim, foram realizadas sessões de fotos, priorizando as mulheres com idade gestacional mais avançada. Desde a preparação – escolha da maquiagem, das roupas e das poses – até a conclusão

1664

do ensaio, as pacientes participaram ativamente do momento, e suas escolhas e seus desejos foram respeitados, objetivando torná-las protagonistas em seus processos de recuperação. Nas sessões, foi possível se conectar com as pacientes, identificando comportamentos de alegria, ansiedade, baixa estima e apatia, e trabalhando sentimentos e expectativas pessoais em relação à chegada do bebê. A entrega das fotos representou uma grande conquista, sendo um período de transformação e significado singular, que foi compartilhado com sua rede de apoio.

Quanto à pesquisa de satisfação realizada, o *feedback* foi unanimemente positivo e com destaque para a postura empática e profissional das estudantes e da coordenadora. Todas as 19 pacientes que participaram das sessões de fotografia assinalaram, de forma anônima, que se sentiram muito satisfeitas com o ensaio realizado e com a postura e o comportamento das condutoras, não havendo críticas.

Observou-se, ainda, que o projeto atuou como uma ferramenta poderosa de formação acadêmica, voluntária e humana ao estabelecer o contato com estas setenta e cinco pacientes, podendo-se desenvolver um olhar clínico e coletivo capaz de estabelecer escuta ativa terapêutica.

Conclusão

O projeto de extensão denominado “Sob a Luz do Meu Olhar: as lentes para a humanização do cuidado em saúde mental” da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) representa uma aliança fundamental entre a esfera acadêmica e os serviços de saúde mental. Através dessa colaboração, foi possível qualificar e enriquecer a assistência oferecida a mulheres em sofrimento psíquico. Esta iniciativa se destaca por promover uma abordagem de cuidado que é, simultaneamente, integral e repleta de humanidade, com uma característica singular de incorporação da fotografia como ferramenta terapêutica. Esta metodologia auxilia no processo de tratamento e hospitalização fortalecendo a autoestima, o autoconceito e a identidade das pacientes e permitindo uma jornada de autodescoberta, na qual as participantes têm a oportunidade de confrontar e ressignificar crenças preexistentes sobre si mesmas, o que por sua vez potencializa a autoaceitação e o empoderamento.

Para as acadêmicas envolvidas, a experiência traz um valor inestimável. O projeto proporciona a elas uma formação que vai além das tradicionais aulas teóricas, mergulhando no universo prático e sensível da assistência em saúde mental. Ao interagir diretamente com mulheres em variados graus de vulnerabilidade – seja social, psicológica ou ambas –, as estudantes são desafiadas a desenvolver uma perspectiva mais empática e holística, para além dos diagnósticos, compreendendo a riqueza e a complexidade de cada história individual de pacientes que cruzam a sua trajetória de formação profissional. Desse modo, as atividades compostas no presente projeto não só beneficiam suas participantes diretas, mas também moldam a próxima geração de profissionais de saúde, preparando-as para atuar com competência, humanidade e sensibilidade.

1665



Referências

AVELAR, Cátia Fabíola Parreira; VEIGA, Ricardo Teixeira. **Como entender a vaidade feminina utilizando a autoestima e a personalidade**. Minas Gerais: Rev. adm. empres., 2013; 53(4). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/XSdrRH3VzyFDBrkKshQpw8B/abstract/?lang=pt#ModalTutors>>. Acesso em 14 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0210IIIcnsm.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011(*)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria SAS/MS nº 224 de 29 de janeiro de 1992**. Brasília, DF: Ministério de Saúde, 1992. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=836>. Acesso em 31 ago. 2023.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil: linha do tempo**. Mangueiras, RJ: Fundação Oswaldo Cruz, 2023. Disponível em: <<https://laps.ensp.fiocruz.br/linha-do-tempo>>. Acesso em 31 ago. 2023.

GUIMARÃES, Andréa Noeremberg; BORBA, Letícia de Oliveira; LAROCCA, Liliana Muller; MAFTUM, Mariluci Alves. **Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem**. Texto contexto - enfer, 2013; 22(2):361-9. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000200012>>. Acesso em 31 ago. 2023.

1666



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



MAÇOLA, Lígia; VALE, Ianê Nogueira; CARMONA, Elenice Valentim. **Avaliação da autoestima de gestantes com uso da Escala de Autoestima de Rosenberg.** São Paulo, SP: Rev. esc. enferm. USP, 2010; 44 (3). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reensp/a/JCsdmqc8k7ddS9CPmGMH74r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 14 set. 2023.

SILVA, Natasha Kuffner. **A Fotografia como Forma de Reconhecimento do Corpo e Estímulo à Autoestima Feminina.** Santa Maria: UFSM, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24812>>. Acesso em 14 set. 2023.

1667



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

OBTENÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE FILMES POLIMÉRICOS COM DAPSONA PARA OTIMIZAÇÃO DO TRATAMENTO DA HANSENÍASE

Mylena Karolina Oliveira do Amaral¹

Jessica Cavalcante Martins²

Luíse Lopes Chaves³

Introdução

A hanseníase é uma doença infecciosa causada por uma bactéria chamada de *Mycobacterium leprae* (*M. leprae*), classificada como um bacilo de crescimento intracelular demorado, podendo ser transmitido de pessoa para pessoa através de secreções nasais (ANUSUYA, 2013, p.1239; WHITE, 2015 p.87). A lepra possui evolução crônica causando manifestações dermatológicas e histopatológicas, variando de granulomas compactos a infiltrações difusas na derme (VIRMOND, M. et al., 2015, p. 8-18). Já infecções nos nervos levam a disfunções axonal e desmielinização, causando perdas sensoriais (TALHARI, 2015, p. 30).

A doença é classificada de acordo com os sintomas visíveis e presença ou ausência de bacilos em esfregaços cutâneos, logo, pacientes com lesões entre 1 e 5, são classificados como tipo paucibacilar (PB), já pacientes com mais de 5 lesões são classificados como tipo multibacilar (MB) (WHITE, 2015 p.81). Assim, a recomendação terapêutica é baseada nas lesões acometidas ao paciente, sendo estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) o esquema de poliquimioterapia (PQT), nos quais são utilizados os medicamentos dapsona, clofazimina e rifampicina. A associação dos três medicamentos é utilizada para evitar a resistência medicamentosa do bacilo, aumentando a chance de cura da doença. Apesar de um tratamento eficaz, muitos pacientes o consideram inviável devido à complexidade dos regimes e pela quantidade de doses administradas diariamente, o que diminui a adesão terapêutica (KAR, 2015, p.55-57) Diante disso, algumas alternativas que auxiliem o tratamento das lesões cutâneas estão sendo estudadas, como novas formas farmacêuticas tópicas dos medicamentos referido ao tratamento da *M. leprae*, por meio da via transdérmica. A via transdérmica tem como característica a aplicação de fármacos na pele de forma controlada, sendo uma alternativa para as terapias de via oral e parenteral. Assim, o recurso à via transdérmica traduz-se numa melhoria da adesão à terapêutica pelos pacientes infectados pelo *M. leprae* (GOYAL, 2016, p. 78), por

1668

¹ Graduanda em Farmácia – Universidade Federal de Alagoas (Brasil). mylenakoamaral@gmail.com

² Graduanda em Farmácia – Universidade Federal de Alagoas (Brasil). jessicacavante300@gmail.com

³ Professora Visitante do Instituto de Ciências Farmacêuticas, Universidade Federal de Alagoas (Brasil) luiselopes@gmail.com

meio do desenvolvimento de sistema formadores de filmes de aplicação tópica. Estes, por sua vez, são camadas finas e flexíveis que podem incorporar substâncias lipofílicas e hidrofílicas, promovendo a liberação controlada do fármaco sob a pele lesionada (KOVACS, 2020, p.5060). São formados por um material polimérico e água, capazes de umedecer e influenciar a cicatrização das feridas, o que leva a regeneração tecidual mais rápida (MURESAN, 2019, p.9) Os polímeros recomendados não devem ser tóxicos, sendo amplamente utilizados em pesquisas o álcool polivinílico (PVA) e a polivinilpirrolidona (PVP) devido à sua biocompatibilidade (ABD EL-KADER, 2021, p. 292). O PVP apresenta solubilidade em solventes orgânicos, alta higroscopicidade, boa biocompatibilidade e a capacidade de aumentar a resistência bioadesiva, enquanto o PVA é conhecido devido a biocompatibilidade in vivo, porém seu uso é restrito devido à baixa hidrofílicidade, o que gera um filme rígido com pouca elasticidade. Por isso, a mistura dos dois polímeros (PVA-PVP) são recomendadas para melhorar as características do filme que será produzido, pois os grupamentos (-OH) do PVA e (-C=O) do PVP interage entre si, por meio de ligações de hidrogênios resultando em boas propriedades mecânicas e biocompatibilidade para aplicações biomédicas (TRAN, 2019, p.7).

Objetivo

Desenvolver filmes poliméricos para o tratamento de lesões causadas pela hanseníase utilizando o fármaco dapsona (DAP) incorporado no filme contendo os polímeros PVA e PVP K30
Caracterizar os filmes poliméricos desenvolvidos utilizando técnicas analíticas.

1669

Metolologia

Obtenção de soluções poliméricas para formação dos filmes

Os filmes poliméricos de PVP K30 e PVA foram obtidos pela técnica de casting, baseada na metodologia de Premalatha (2016, p.1300) e Contardi (2017, p.134), com adaptações necessárias para o desenvolvimento desses. Para a obtenção dos filmes, os polímeros foram pesados separadamente e dissolvidos separadamente em 100mL de água destilada, até atingir as concentrações de 2,5% e 1% de PVP e PVA, respetivamente. As soluções permaneceram em agitação até a dissolução completa dos polímeros, sendo necessário aquecer a 50°C a solução de PVA. Para o desenvolvimento dos filmes, foram testadas algumas variáveis como os volumes de solução polimérica (5, 10 e 20mL), nas proporções de polímeros PVP:PVA (4:1), PVP:PVA (3:2), PVA:PVP (4:1), PVA:PVP (3:2), assim como filmes obtidos com os polímeros isoladamente, resultando em 13 formulações, representados na **tabela 1**. Os volumes selecionados foram transferidos para uma forma de silicone, de tamanho médio (7 centímetros),



considerando as proporções testadas, para a secagem na estufa a 50°C. O tempo de secagem foi avaliado, de acordo com os volumes testados.

Tabela 1 – Formulações testadas para formação dos filmes.

PVP (2,5 %)	PVA (1%)	Volume
100%	–	5 mL
80%	20%	5 mL
60%	40%	5 mL
–	100%	5 mL
100%	–	10 mL
80%	20%	10 mL
60%	40%	10 mL
–	100%	10 mL
100%	–	20 mL
60%	40%	20 mL
–	100%	20 mL
20%	80%	20 mL
40%	60%	20 mL

1670

Fonte: Autor, 2023.

Incorporação da dapsona

Para a incorporação da DAP nos filmes poliméricos, foram selecionadas as formulações que apresentaram as melhores propriedades de formação de filme, por análise macroscópica, demonstrada na **tabela 2**. Alguns métodos de incorporação foram testados: solubilizando 25mg de DAP em acetona; adicionando diretamente 25mg de DAP às soluções poliméricas sem agitação prévia; adicionando diretamente 25mg de DAP às soluções poliméricas com agitação mecânica prévia durante 1h; solubilizando 25mg de DAP em metanol; e, adicionando diretamente 10mg de DAP às soluções poliméricas com agitação mecânica durante 24h. Após a adição da DAP, a obtenção dos filmes segue a mesma metodologia descrita anteriormente.

Tabela 2 – Testes para incorporação da dapsona nos filmes.

PVP (2,5%)	PVA (1%)	Dapsona	Volume
60%	40%	25mg (2,5%) pré solubilizada em 1mL de 10 mL acetona	
60%	40%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às 10 mL soluções poliméricas sem agitação	
60%	40%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às 20 mL soluções poliméricas sem agitação	
60%	40%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às 10 mL soluções poliméricas 1h de agitação prévia	
60%	40%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às 20 mL soluções poliméricas 1h de agitação prévia	
–	100%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às 20 mL soluções poliméricas 1h de agitação prévia	
60%	40%	25mg (2,5%) solubilizada em metanol	20 mL
40%	60%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às 20 mL soluções poliméricas 24h de agitação prévia	
40%	60%	10mg (1%) incorporadas diretamente às 20 mL soluções poliméricas 24h de agitação prévia	

1671

Fonte: Autor, 2023.

Caracterização dos filmes poliméricos

Determinação da espessura do filme

A espessura do filme foi realizada com base na metodologia de Oustadi (2020), com adaptações, utilizando um paquímetro em cinco locais diferentes. A média das medições de espessura foi relatada como a espessura do filme.

Difração de Raio X (DRX)

A técnica analítica foi utilizada para caracterizar as estruturas cristalinas presentes nos filmes testados. A análise foi realizada em um difratômetro de raios X (Shimadzu, raios-X – 7000) usando radiação Cu- $\kappa\alpha$ ($\lambda = 1.54060 \text{ \AA}$), sob corrente contínua de 30 mA, tensão de 40 Kv, variação angular de 3-60° (2 θ), com velocidade de varredura contínua de 2°C/min.

Espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FT-IR)

A técnica foi realizada para evidenciar a presença de grupos funcionais nas estruturas químicas dos filmes, sendo realizada em um espectrofotômetro de infravermelho (Shimadzu, IRXross) em módulo de reflexão total atenuada (ATR), 45 scans, com uma resolução 4 cm⁻¹, na faixa de 4000-400 cm⁻¹.

1672

Ângulo de contato

O teste do ângulo de contato foi realizado baseado na metodologia de Joshua (2016, p. 287) com adaptações. Um pequeno pedaço do filme (1x1cm) foi colocado em uma lâmina e uma gota de água destilada foi colocada na superfície do filme seco. As imagens da gota de água foram registradas por meio de uma câmera de um smartphone dentro de 10 segundos de deposição, sendo analisadas pelo software imageJ para determinação do ângulo. O teste foi realizado em triplicata e os valores médios e o desvio padrão foram calculados.

Transparência

O filme foi produzido sobre uma lamínula para determinação da transparência no espectrofotômetro UV-Visível (Thermo Scientific™ GENESYS™ 180) a um comprimento de 600nm, conforme a metodologia de Joshua et al. (2016, p.287). A transparência foi avaliada de acordo com o resultado da transmitância, sendo classificada como transparente conforme os valores já definidos por Guzmán et al. (2022, p.2).



Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV)

A morfologia dos filmes foi observada por Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) computadorizado (VEGA3 TESCAN), com voltagem SEMHV: 10.00 kV (view field: 248 μ m / WD: 25.43mm).

Resultados e discussão

Obtenção de soluções poliméricas para formação dos filmes

Para a escolha das porcentagens das soluções poliméricas, foi levado em consideração as características físico-químicas de cada um. Foi utilizado 2,5% de PVP K30 e 1% PVA, já que os dois foram misturados, a maior concentração de PVP se deu pela facilidade de dissolução em água, enquanto a concentração PVA pela sua característica de baixa hidrofiliidade (TRAN, 2019, p.7) Além disso, o PVA sozinho possui características de menor elasticidade e higroscopia, ao contrário do PVP, logo, as misturas dos polímeros levam a propriedades aprimoradas dos filmes (SADIQ, 2021, p404). Dado o exposto, as proporções foram escolhidas pelas propriedades macroscópicas observadas. Algumas proporções também foram usadas em outros trabalhos tidos como referência, como PVP:PVA (0:100, 80:20 e 20:80) (EISA, 2012, p.342) e outras proporções foram realizadas para testes, como representado na **tabela 3**.

Tabela 3 – Resultados da obtenção dos filmes.

1673

PVP (2,5 %)	PVA (1%)	Volume	Resultados
100%	--	5 mL	
80%	20%	5 mL	Não se formaram integralmente.
60%	40%	5 mL	
–	100%	5 mL	
100%	–	10 mL	Não se formaram integralmente.
80%	20%	10 mL	
60%	40%	10 mL	Se formou maneira íntegra com características macroscópicas desejáveis.

–	100%	10 mL	Se formou de maneira íntegra, com características transparentes, finas, mas resistentes e flexíveis.
100%	--	20 mL	Completamente seco.
60%	40%	20 mL	Mesmas características dos filmes de 10 mL, porém com a espessura maior.
--	100%	20 mL	
20%	80%	20 mL	Não secou completamente, além de apresentar caráter pegajoso.
40%	60%	20 mL	Se formou integralmente, com superfície lisa, espessura fina e não absorveu umidade.

Fonte: Autor, 2023.

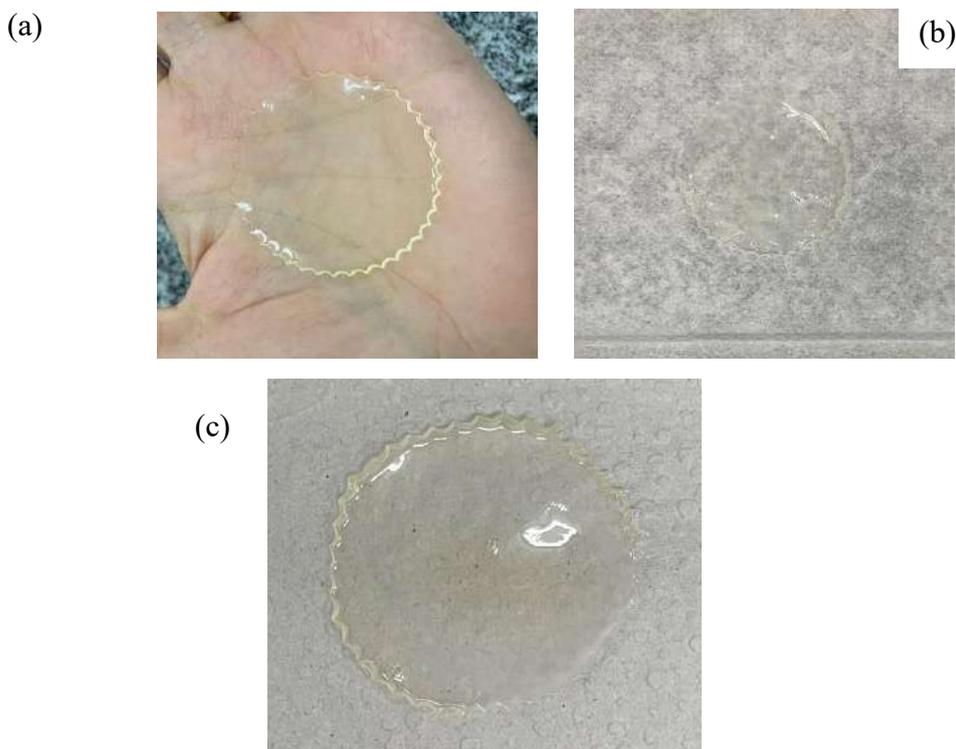
Os principais filmes obtidos estão representados na **figura 1**. Os filmes poliméricos com volumes de 5mL nas proporções de PVP:PVA (4:1 e 3:2), PVA 100% e PVP 100% não se formaram de maneira completa, apenas um pequeno pedaço fino e quebradiço, devido a quantidade de polímeros utilizadas. Já os filmes com volumes de 10mL na proporção de PVP:PVA (3:2), se formou de maneira íntegra, apresentando características macroscópicas desejáveis, porém ainda finos e um pouco secos; por outro lado, o filme com proporção PVP:PVA (4:1) não se formou integralmente. Além destes, foram obtidos filmes de 10mL com proporção de PVA 100% e PVP 100%. O filme de PVA formou-se de maneira completa, com características transparentes, finas, porém resistentes e flexíveis. Entretanto, o filme com proporção PVP 100% não se formou completamente.

Dessa maneira, com os resultados obtidos foi possível escolher as proporções de PVP:PVA (3:2) e PVA 100%. Assim, com a finalidade de aumentar a espessura do filme, foram testadas novas soluções poliméricas com volume de 20mL nas mesmas proporções e, esses, apresentaram as mesmas características. Durante todos os experimentos foi analisado o tempo de secagem para obtenção de um tempo padrão. Desse modo, para filmes com volume 10mL foi necessário 15h para secagem e volume de 20mL, o tempo de secagem se manteve. Por isso, analisar o tempo foi indispensável para obtenção de filmes íntegros, já que quando formavam filmes muito secos, consequentemente, eram quebradiços.

1674



Figura 1 – Imagens dos filmes obtidos pelo método de casting de PVP:PVA (3:2) – 20mL (a); PVA 100% - 20mL (b) e PVA:PVP (3:2) – 20mL (c).



1675

Fonte: Autor, 2023.

Outro fator importante para determinação do filme com melhores características foi o armazenamento, sendo testados papel manteiga, placa de Petri e papel grau cirúrgico. Desse modo, foi realizada a comparação entre os dois filmes que apresentaram ótimas características, assim, foi observado que os dois filmes grudaram no papel manteiga, descartando essa forma de armazenamento. Entretanto, uma melhor estabilidade nos filmes de PVA 100% quando armazenados em Placa de Petri foi percebida, enquanto os filmes de PVP:PVA (3:2) grudaram na placa, pois possuem maior facilidade de absorção de umidade, assim, tornando-os pegajosos com o tempo. Com isso, outro modo de armazenamento foi testado – papel grau cirúrgico – e apresentou o mesmo resultado.

Diante disso, foi dada continuidade com o filme PVA 100% armazenados em papel grau cirúrgico, já que possui menor tamanho e fácil vedação. Entretanto, quando foi incorporada a DAP no filme PVA 100% não foi obtido um bom resultado – ponto que será discutido no próximo tópico –, por isso,

foi realizado testes para nova formulação de filmes. Dessa maneira, foi realizado um filme com a proporção invertida dos polímeros, como realizado por Oustadi et al., (2020), o filme PVA:PVP (3:2) em 20mL, apresentando características desejáveis, pois o filme formou-se integralmente, apresentou superfície lisa, espessura fina, não absorveu umidade devido a maior presença de PVA no filme, assim como a incorporação da DAP, visto que foi bem incorporada, logo o filme PVA:PVP (3:2) apresentou atributos desejáveis para o prosseguimento do projeto.

Incorporação da dapsona

Tabela 4 – Resultados da incorporação da dapsona.

PVP (2,5%)	PVA (1%)	Dapsona	Volume	Resultados
60%	40%	25mg (2,5%) solubilizada em 1mL de acetona	pré10 mL	Não houve formação de filme íntegro
60%	40%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às soluções poliméricas sem agitação	10 mL	Formaram bolhas de ar
60%	40%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às soluções poliméricas sem agitação	20 mL	
60%	40%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às soluções poliméricas 1h de agitação prévia	10 mL	Filme esbranquiçado
60%	40%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às soluções poliméricas 1h de agitação prévia	20 mL	
–	100%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às soluções poliméricas 1h de agitação prévia	20 mL	

1676

60%	40%	25mg (2,5%) solubilizada em metanol	20 mL	Não houve formação de filme
40%	60%	25mg (2,5%) incorporadas diretamente às soluções poliméricas	20 mL	DAP depositou-se no centro do filme
40%	60%	10mg (1%) incorporadas diretamente às soluções poliméricas	20 mL	Melhor solubilização da DAP e menor higroscopicidade

Fonte: Autor, 2023.

Assim como para a escolha dos filmes poliméricos, foi utilizada a análise macroscópica. Os testes realizados estão descritos na **tabela 4**. Inicialmente, para incorporação da DAP foi utilizado 25mg do fármaco. Foi realizado um teste de incorporação em uma solução polimérica PVP:PVA na proporção (3:2) no volume de 10mL, sendo a DAP pré-solubilizada em 1mL de acetona. Não houve formação de um filme íntegro, apenas um pequeno pedaço, possivelmente pela rápida evaporação do solvente, em virtude do tempo de secagem.

Desse modo, foi avaliado outro método de incorporação do fármaco, sendo este com a DAP em pó incorporada diretamente na solução polimérica PVP:PVA (3:2) sem agitação prévia, nos volumes de 10mL e 20mL. Os filmes obtidos formaram bolhas de ar devido a pouca solubilização e homogeneização da DAP na solução polimérica. À vista disso, foi acrescentada a etapa de agitação prévia de 1h para a formação dos filmes poliméricos PVP:PVA (3:2) em 10 e 20mL, assim como em PVA 100% em 20mL. Com isso, foi observado que a DAP deixa o filme mais esbranquiçado, ou seja, não houve solubilização, principalmente, no filme PVA 100%, por isso, não houve prosseguimento com essa formulação.

Outras metodologias foram utilizadas (solubilização de 25mg de DAP em metanol e solubilização de 10mg de DAP em etanol em 10mL) e os filmes não foram formados. Dessa maneira, prosseguiu-se com a mesma metodologia, incorporação da DAP diretamente na solução polimérica com agitação prévia, porém utilizando 24h para a melhor solubilização do fármaco, assim como, para o desaparecimento das bolhas, utilizando além de 25mg, uma menor quantidade, 10mg.

Foram testados filmes PVA:PVP (3:2) 25mg e 10mg. A DAP no filme PVA:PVP (3:2) em 20mL com 25mg, depositou-se no centro do filme, logo, a quantidade de DAP utilizada não foi

1677

solubilizada quando comparada aos filmes de PVA:PVP (3:2) em 20mL utilizando 10mg. O filme PVA:PVP-DAP10mg (3:2) apresentou melhor solubilização da DAP, além de menor grau de higroscopicidade e, assim como o filme puro, o armazenamento foi mantido em papel grau cirúrgico, seguindo com as caracterizações previstas (**figura 2**). O resultado comparativo dos filmes de PVA:PVP (3:2) utilizando 25mg e 10mg de DAP foi confirmado na análise por Difração de Raio X (DRX). Além disso, outras características foram observadas, comparando os filmes puros e com a presença da DAP. Os filmes com a DAP mostraram-se mais rígidos e facilmente quebradiços, diferentemente dos filmes puros, com características já supracitadas.

Figura 2 – Imagens dos filmes PVA:PVP (3:2) – 20mL – incorporados com 25mg de DAP (a) e PVA:PVP (3:2) – 20mL – incorporados com 10mg de DAP (b).



1678

Fonte: Autor, 2023.

Espessura do filme

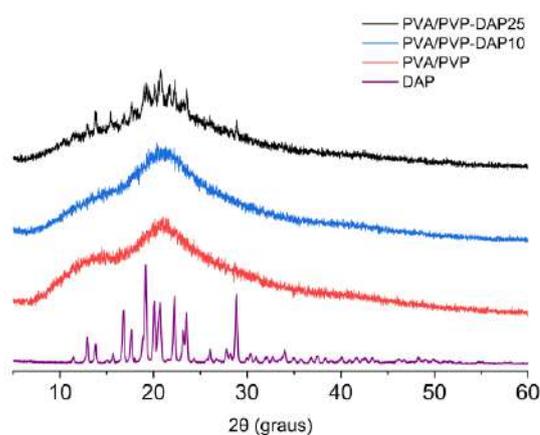
A espessura do filme é um parâmetro importante para o desenvolvimento de filmes para feridas, pois a espessura uniforme significa que o método de reprodução é preciso, assim como a liberação regular da droga (VINKLÁRKOVÁ, 2015). Desse modo, a espessura do filme puro e com o fármaco (10mg) apresentou média de 0,5mm, ou seja, a presença do fármaco demonstrou ser insignificante na espessura das amostras.

Difração de Raio-X (DRX)

As análises no difratômetro foram utilizadas para identificação do estado cristalino ou amorfo da DAP nos filmes. O difratograma da DAP, dos filmes PVA:PVP (3:2), PVA:PVP-DAP10

(3:2) e PVA:PVP-DAP25 (3:2) estão representados na **figura 3**. O fármaco possui caráter cristalino, refletindo em picos característicos entre 10° e 30° , sendo eles $12,92^\circ$, $13,82^\circ$, $16,82^\circ$, $17,64^\circ$, $18,9^\circ$, $19,16^\circ$, $20,7^\circ$, $22,24^\circ$, $23,16^\circ$ e $28,88^\circ$, corroborando com dados expostos na literatura (CHAVES, 2015) (GREBORI, 2012, p. 473). Enquanto o filme polimérico PVA:PVP (3:2) apresenta-se com ausência de picos, correspondendo a um caráter amorfo, semelhante aos resultados relatados por Muresan (2019, p.10). Com relação ao filme PVA:PVP-DAP25mg (3:2) pode-se observar que o filme apresentou picos entre 10° e 30° , condizendo com os picos característicos da DAP, o que confirma que a quantidade de fármaco presente no filme está na sua forma cristalina, pois a solução polimérica não foi capaz de solubilizar totalmente a DAP. Por outro lado, o filme PVA:PVP-DAP10mg (3:2) demonstrou picos com intensidades bem menores, o que indica que o filme não é totalmente amorfo, característica confirmada pela Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV), contudo, os polímeros conseguiram dissolver melhor o fármaco em comparação com o filme PVA:PVP-DAP25 (3:2), devido a menor quantidade utilizada, assim, o DRX confirma a escolha do filme utilizando 10mg de DAP.

Figura 3 – Difratoograma de raios X da DAP e do filme PVA:PVP (3:2); dos filme PVA:PVP-DAP10mg (3:2) e PVA:PVP-DAP25mg (3:2).



1679

Fonte: Autor, 2023.

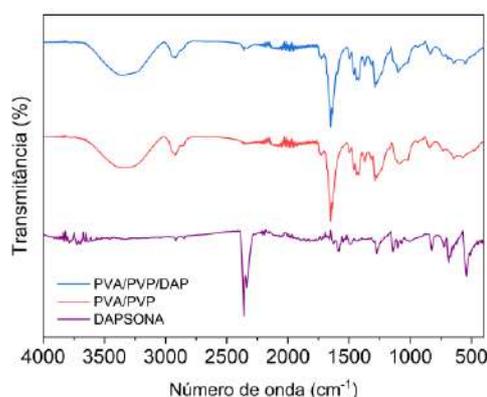
Espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FT-IR)

A estrutura química da DAP é composta por um grupo sulfona (SO_2) e dois grupos aminas, cada um ligado a um anel aromático. Desse modo, nos espectros de FT-IR de DAP (**figura 4**),



pode ser observada picos em 1143 e 1180 cm^{-1} correspondente às vibrações simétricas e assimétricas do grupo sulfona. Uma banda também pode ser notada em 3300-3400 cm^{-1} atribuída ao estiramento do grupo NH_2 presente no fármaco, como relatado por Chaves (2015). O espectro obtido do filme PVA:PVP (3:2) é destacado pela interação dos dois polímeros, sendo possível observar na faixa 3600-3200 cm^{-1} sinais vibracionais de estiramento de hidroxila (-OH) do polímero PVA, enquanto na faixa entre 3000-2800 cm^{-1} é observada uma banda larga de alongamento de alquil também associada a este polímero (MANSUR, 2004, p.7196).

Figura 4 – Espectros FT-IR da DAP e dos filmes PVA:PVP (3:2) e PVA:PVP-DAP10mg (3:2).



Fonte: Autor, 2023.

1680

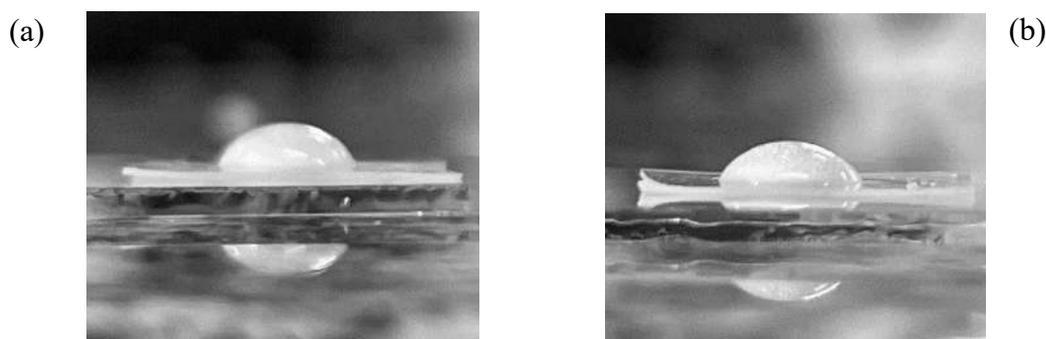
É observado picos na faixa de 1745-1680 cm^{-1} atribuídos a vibrações de alongamento simétrico do grupo carbonila (-C=O), picos em 1085 cm^{-1} atribuídos a vibrações de alongamento CN, ligados aos anéis de pirrolidona de PVP (ABD EL-KADER, 2021, p.293; GHEORGHITA, 2022). Em relação ao filme PVA:PVP-DAP10mg (3:2), a presença de DAP é confirmada pelos picos na faixa de 1143 e 1180 cm^{-1} do grupo sulfona, assim como na 3300-3400 cm^{-1} nota-se fracamente o aparecimento do estiramento do grupo NH_2 característico do fármaco. Dessa maneira, é possível assegurar o resultado obtido pela análise de DRX com os espectros do FT-IR.

Ângulo de contato

A hidroflicidade da superfície dos filmes puros e com a presença da DAP foi avaliada pela molhabilidade com água. O grau do ângulo determina se a superfície é hidrofílica ou

hidrofóbica, uma vez que quanto menor o ângulo, maior a hidrofilicidade da superfície (RAHMANI, 2020). Desse modo, foi analisado o ângulo de contato formado entre a gota de água e a superfície dos filmes (**figura 5**).

Figura 5 – Gota de água sobre a superfície do filme PVA:PVP (3:2) (a) e do filme PVA:PVP-DAP10mg (b).



Fonte: Autor, 2023.

1681

A média e o desvio padrão dos ângulos do filme PVA:PVP (3:2) foi calculada resultando em 70° e $1,3^\circ$, já do filme PVA:PVP-DAP10mg (3:2) resultou em 69° e $0,9^\circ$, respectivamente, valores demonstrados na **tabela 5**. Desse modo, é possível afirmar que os filmes apresentaram perfil hidrofílico, uma vez que ângulos se mostraram menor que 90° , já que esse valor é utilizado como referência para superfícies hidrofílicas. Esse resultado é assegurado pela composição química dos polímeros, pois possuem grupos polares que determinam tal caráter, assim como a solubilidade em água (GHEORGHITA, 2022). Comparando os dois filmes, a presença de DAP não causou aumento ou diminuição da hidrofilicidade, ou seja, o fármaco não interfere na solubilidade do filme.

Tabela 5 – Medições da média e desvio padrão dos ângulos de contato da gota de água com a superfície dos filmes PVA:PVP e PVA:PVP-DAP10mg.

Ângulo de contato	PVA:PVP	PVA:PVP-DAP10mg
Amostra 1	70°	68°
Amostra 2	68°	69°
Amostra 3	71°	70°
Média	70°	69°
Desvio padrão	1,34	0,90

Fonte: Autor, 2023.

Transparência

O ensaio de transparência óptica do filme é dada pelo resultado da transmitância realizada no espectrofotômetro UV-Vis. A transmitância é uma propriedade de um objeto permitir que a luz atravesse a sua espessura sem ser absorvida, ou seja, sem que haja dispersão da luz (GUZMAN, 2022) Como relatado por Guzman (2022), a transparência de materiais poliméricos está diretamente ligada a um arranjo macromolecular amorfo, pois rugas na superfície podem afetar o resultado, de modo que os valores obtidos da transmitância são altamente dependentes da espessura do filme. Para obtenção de filmes transparentes, a transmitância deve ser maior que 80%, sendo acima de 90% altamente transparentes. Dado o exposto, os filmes de PVA:PVP (3:2) e PVA:PVP-DAP10mg (3:2) apresentaram transmitância de 88,4% e 86,5% respectivamente, em um comprimento de onda a 600nm. Nesse contexto, é possível afirmar que os dois filmes são transparentes, porém o filme de PVA:PVP (3:2) apresentou uma maior transmitância, logo é mais transparente em comparação com o filme na presença do fármaco, o que indica que a DAP interfere diretamente na transparência do filme, já que apresentou uma menor transmitância.

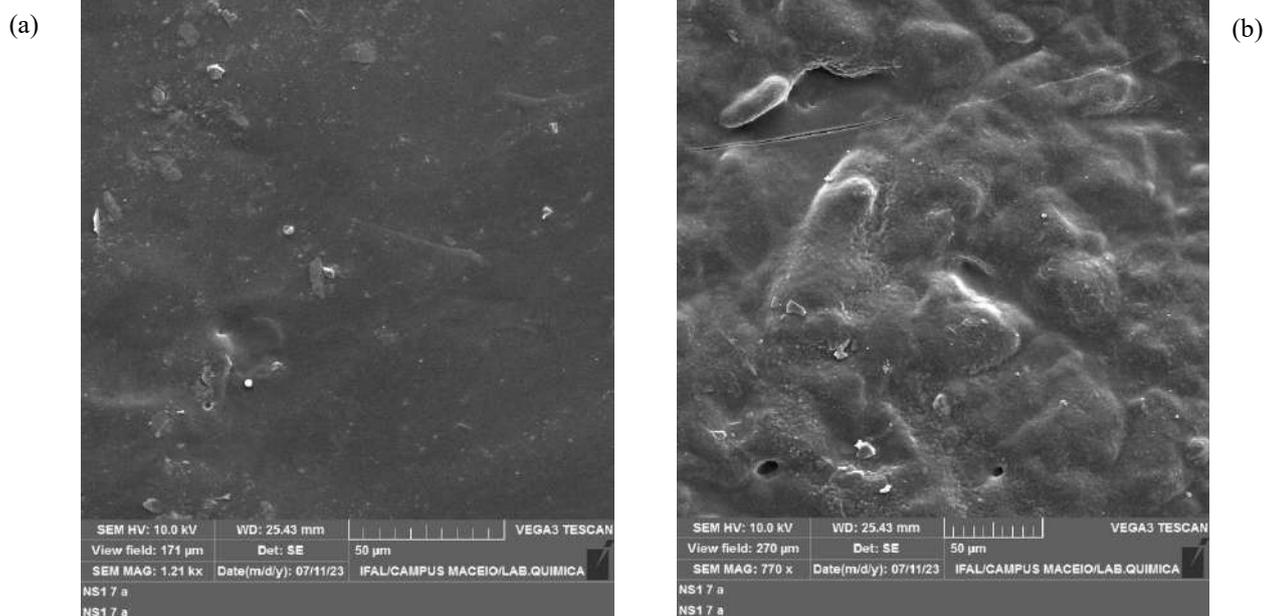
1682

Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV)

As imagens obtidas por Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) dos filmes PVA:PVP (3:2) e PVA:PVP-DAP10mg (3:2), em ampliação de 50µm, estão representadas na **figura 6**. A técnica foi utilizada para elucidar a estrutura e a superfície dos filmes, assim como o estado de dispersão da DAP. Para o filme PVA:PVP (3:2), foi observada uma estrutura homogênea, de superfície lisa e uniforme, devido a interação intermolecular dos polímeros, revelando uma mistura miscível, como relatado por outros autores na literatura (DESHMUKH, 2017); RAMENSAN,

2018; CHOUDHARY, 2018). Para o filme PVA:PVP-DAP10mg (3:2) pode-se observar a presença da DAP dispersa na matriz polimérica, remetendo a uma possível morfologia cristalina, como relatada por Chaves (2015), ou seja, o fármaco não está totalmente amorfo, confirmando dados apresentados no DRX.

Figura 6 – Imagens do Microscópio Eletrônico de Varredura (MEV) dos filmes PVA:PVP (3:2) (a) e PVA:PVP-DAP10mg (b).



1683

Fonte: Autor, 2023.

Conclusão

Neste estudo, o desenvolvimento dos filmes poliméricos para o tratamento de lesões cutâneas causadas pela doença hanseníase, a fim de aumentar a adesão terapêutica, foram preparados com sucesso a base de polímeros de PVA e PVP por método de casting para incorporação da DAP e demonstrou ser um método eficaz, de acordo com as suas propriedades analisadas. Observou-se que os filmes com maior teor de PVP mostraram-se altamente higroscópicos devido a maior quantidade do polímero, o que não foi observado nos filmes com maior

quantidade de PVA, pois mostraram-se mais estáveis a temperatura ambiente, além de incorporar melhor o fármaco. Os métodos analíticos DRX e FT-IR permitiram verificar a estrutura não totalmente amorfa da DAP presente no filme e a presença dos grupos funcionais, respectivamente, sendo o FT-IR fator fundamental para a confirmação da presença de DAP. Ainda, observou-se uma superfície lisa e homogênea nos filmes puros, enquanto nos filmes com a presença do fármaco, foi observado pequenos cristais dispersos na matriz, através de MEV. Foi analisado, também, o ângulo de contato da gota de água com a superfície do filme, identificando, portanto, que a molhabilidade não é alterada quando o fármaco se encontra presente. E, por fim, através da análise de transparência, o filme apresentou transmitância >80%, mas na presença do fármaco torna-se ligeiramente menos transparente. Logo, o objetivo da pesquisa foi alcançado, pois o filme foi desenvolvido e caracterizado para comprovação dos componentes presentes (PVA/PVP-DAP), entretanto, faz-se necessário mais estudos visando a obtenção de uma maior quantidade de fármaco solubilizado no filme. Além disso, a realização de outras caracterizações como análise mecânica e testes de dissolução podem contribuir com mais informações sobre a formulação desenvolvida.

Referências

Abd El-Kader, M. F. H., Elabbasy, M. T., Ahmed, M. K., & Menazea, A. A. (2021). Structural, morphological features, and antibacterial behavior of PVA/PVP polymeric blends doped with silver nanoparticles via pulsed laser ablation. *Journal of Materials Research and Technology*, 13, 291-300.

Anusuya, S., & Natarajan, J. (2013). The eradication of leprosy: molecular modeling techniques for novel drug discovery. *Expert Opinion on Drug Discovery*, 8(10), 1239-1251.

Chaves, L. L., Vieira, A. C., Ferreira, D., Sarmiento, B., & Reis, S. (2015). Rational and precise development of amorphous polymeric systems with dapsona by response surface methodology. *International journal of biological macromolecules*, 81, 662-671.

Contardi, M., Heredia-Guerrero, J. A., Perotto, G., Valentini, P., Pompa, P. P., Spanò, R., ... & Bayer, I. S. (2017).

Transparent ciprofloxacin-povidone antibiotic films and nanofiber mats as potential skin and wound care dressings. *European Journal of Pharmaceutical Sciences*, 104, 133-144.

Eisa, W. H., Abdel-Moneam, Y. K., Shabaka, A. A. M., & Abd ElHameed, M. H. (2012). In situ approach induced growth of highly monodispersed Ag nanoparticles within free standing PVA/PVP films. *Spectrochimica Acta Part A: Molecular and Biomolecular Spectroscopy*, 95, 341-346.

Goyal, R., Macri, L. K., Kaplan, H. M., & Kohn, J. (2016). Nanoparticles and nanofibers for topical drug delivery. *Journal of Controlled Release*, 240, 77-92.

Grebogi, I. H., Tibola, A. P. O., Barison, A., Grandizoli, C. W., Ferraz, H. G., & Rodrigues, L. N. (2012). Binary and ternary inclusion complexes of dapsone in cyclodextrins and polymers: preparation, characterization and evaluation. *Journal of Inclusion Phenomena and Macrocyclic Chemistry*, 73, 467-474.

Guzman-Puyol, S., Benítez, J. J., & Heredia-Guerrero, J. A. (2022). Transparency of polymeric food packaging materials. *Food Research International*, 111792.

Joshua, J. M., Hari, R., Jyothish, F. K., & Surendran, S. A. (2016). Fast dissolving oral thin films: An effective dosage form for quick releases. *Drugs*, 11, 12.

Kar, H. K., & Gupta, R. (2015). Treatment of leprosy. *Clinics in dermatology*, 33(1), 55-65.

Kovács, A., Kis, N., Budai-Szűcs, M., Gácsi, A., Csányi, E., Csóka, I., & Berkó, S. (2020). QbD-based investigation of dermal semisolid in situ film-forming systems for local anaesthesia. *Drug Design, Development and Therapy*, 5059-5076.

Muresan-Pop, M., Magyari, K., & Vulpoi, A. (2019). PVA and PVP Hydrogel Blends for Wound dressing: synthesis and characterisation. *Advanced Materials Research*, 1151, 9-14.

Oustadi, F., Haghbin Nazarpak, M., Mansouri, M., & Ketabat, F. (2022). Preparation, characterization, and drug release study of ibuprofen-loaded poly (vinyl alcohol)/poly (vinyl pyrrolidone) bilayer antibacterial membrane. *International Journal of Polymeric Materials and Polymeric Biomaterials*, 71(1), 14-23.

Premalatha, M., Vijaya, N., Selvasekarapandian, S., & Selvalakshmi, S. (2016). Characterization of blend polymer PVA-PVP complexed with ammonium thiocyanate. *Ionics*, 22(8), 1299-1310.

Sadiq, M., Raza, M. M. H., Murtaza, T., Zulfequar, M., & Ali, J. (2021). Sodium ion-conducting polyvinylpyrrolidone (PVP)/Polyvinyl alcohol (PVA) blend electrolyte films. *Journal of Electronic Materials*, 50, 403-418.

Talhari, C., Talhari, S., & Penna, G. O. (2015). Clinical aspects of leprosy. *Clinics in dermatology*, 33(1), 26-37.

Tran, T. T., & Tran, P. H. (2019). Controlled release film forming systems in drug delivery: the potential for efficient drug delivery. *Pharmaceutics*, 11(6), 290.

1685



Vinklárková, L., Masteiková, R., Vetchý, D., Doležel, P., & Bernatonienė, J. (2015). Formulation of novel layered sodium carboxymethylcellulose film wound dressings with ibuprofen for alleviating wound pain. *BioMed research international*, 2015.

Virmond, M., Grzybowski, A., & Virmond, L. (2015). Leprosy: A glossary. *Clinics in dermatology*, 33(1), 8-18.

White, C., & Franco-Paredes, C. (2015). Leprosy in the 21st century. *Clinical microbiology reviews*, 28(1), 80-94.

Gheorghita, D., Grosu, E., Robu, A., Ditu, L. M., Deleanu, I. M., Gradisteanu Pircalabioru, G., ... & Antoniac, V. I. (2022). EsseNtial oils as antimicrobial active substances in wound dressings. *Materials*, 15(19), 6923.

Rahmani, H., Najafi, S. H. M., Ashori, A., Fashapoyeh, M. A., Mohseni, F. A., & Torkaman, S. (2020). Preparation of chitosan-based composites with urethane cross linkage and evaluation of their properties for using as wound healing dressing. *Carbohydrate polymers*, 230, 115606.

Deshmukh, K., Ahamed, M. B., Sadasivuni, K. K., Ponnamma, D., AlMaadeed, M. A. A., Deshmukh, R. R., ... & Chidambaram, K. (2017). Fumed SiO₂ nanoparticle reinforced biopolymer blend nanocomposites with high dielectric constant and low dielectric loss for flexible organic electronics. *Journal of Applied Polymer Science*, 134(5).

1686

Ramesan, M. T., Jayakrishnan, P., Anilkumar, T., & Mathew, G. (2018). Influence of copper sulphide nanoparticles on the structural, mechanical and dielectric properties of poly (vinyl alcohol)/poly (vinyl pyrrolidone) blend nanocomposites. *Journal of Materials Science: Materials in Electronics*, 29, 1992-2000.

Choudhary, S. (2018). Characterization of amorphous silica nanofiller effect on the structural, morphological, optical, thermal, dielectric and electrical properties of PVA–PVP blend based polymer nanocomposites for their flexible nanodielectric applications. *Journal of Materials Science: Materials in Electronics*, 29(12), 10517-10534.

Mansur, H. S., Oréface, R. L., & Mansur, A. A. (2004). Characterization of poly (vinyl alcohol)/poly (ethylene glycol) hydrogels and PVA-derived hybrids by small-angle X-ray scattering and FTIR spectroscopy. *Polymer*, 45(21), 7193-7202.

SÍNDROME DA RESIGNAÇÃO: A INFÂNCIA PARALISADA PELO MEDO E DESESPERANÇA

Patrícia Pinheiro Drumond¹
Patrícia Aline Itabaiana Lazzaro²
Mônica Cintrão França Ribeiro³

Introdução

Psicogênese da Síndrome da Resignação

A compreensão no que concerne o desenvolvimento humano, em toda sua complexidade orgânica, psicológica e mental, viabiliza diretrizes que favoreçam a medicina, a psicologia e a educação.

A perspectiva integralista do indivíduo e sua posição tanto de agente transformador, como de afetado pelo meio, justifica a ciência ater-se não apenas ao seu histórico genético, mas ao ambiente onde esse indivíduo está inserido, bem como suas múltiplas variáveis. Deduz-se ambiente, não apenas o âmbito familiar, mas as esferas as quais o indivíduo está exposto, sobretudo o ambiente social e escolar.

Em vista do manifesto, procura-se depreender um fenômeno observado predominantemente na Suécia, referido pela primeira vez em 1990, denominado de Síndrome da Resignação. De acordo com os relatos dos artigos pesquisados (Gorisch, Victório, 2018; Sallin, Lagercrantz, Evers, Engström, Hjem, Petrovic, 2016), tal quadro afeta crianças, especialmente com idades entre 7 e 19 anos, cujo perfis étnicos e geográficos identificam-se pela vulnerabilidade. Ademais, outro ponto consonante entre elas refere-se à vivência de episódios violentos em sua nação de origem e a necessidade de emigrarem para outros países.

Em relação a um passado mais recente, durante a crise migratória de 2015, a Suécia foi o destino, dentre os países da União Europeia, mais procurado por milhares de refugiados que buscavam

1687

¹ Patrícia P. Drumond – ID Lattes: **5401723269037562** - Universidade Paulista – UNIP - E-mail: patidrumondr@gmail.com

² Patrícia Aline I. Lazzaro – ID Lattes: **2648385849721056** - Universidade Paulista – UNIP – E-mail: p.itabaiana@gmail.com

³ Mônica Cintrão França Ribeiro - ID Lattes: **7806463885699151** - Universidade Paulista – UNIP - E-mail: monica.cintrao@hotmail.com

asilo político. Contudo, a integração da nova população neste país mostrou-se desafiadora em termos socioculturais, econômicos e políticos (Gatehouse, BBC Newsnight, 2018).

Apesar da Síndrome da Resignação prevalecer em território da Suécia, a doutora Patrícia Cavalcanti Schmid, psiquiatra brasileira, relata que tem acompanhado quadros semelhantes à síndrome, no período em que participou em Nauru de uma missão com a Organização Humanitária Internacional, “Médicos Sem Fronteiras”. Neste país insular, localizado na Oceania, com apenas 21 quilômetros quadrados, existe um centro de processamento *offshore* que abriga refugiados advindos da Austrália, contrariando tratados internacionais (Schmid, 2019).

[...] Os pacientes iniciaram o quadro com sintomas depressivos, evoluindo com ideação suicida, episódios de agitação psicomotora, alternando com quadro estuporoso marcado por hipotonicidade. A continuidade do quadro deu-se com completa ausência de responsividade sem reatividade ação e líquidos, culminando com a necessidade de avaliação para intubação nasogástrica. [...] Em investigação na literatura, no encontro com estudos realizados na Suécia, pudemos correlacionar a experiência vivida em Nauru com os achados de tal estudo. (SCHMID, 2019, p.631).

Desde 2013, a Austrália adotou a prática de subsidiar países insulares para receberem refugiados, ano em que endureceu sua política de migração. Em consequência disso, não apenas Nauru constitui o único destino desses refugiados que tentam chegar à Austrália, mas também Manus em Papua Nova Guiné, que se estabeleceu como um centro de detenção dessa população. (The Washington Post, 2018). Embora ainda sem dados sobre a ocorrência da Síndrome da Resignação em Manus, em ambos os destinos o que se vê é um absoluto descaso e desrespeito aos direitos humanos dessas pessoas.

1688

Só no dia 30 de abril deste ano, 373 (45 crianças) foram aprisionadas em Nauru, e 821 em Manus (que pertence à Papua-Nova Guiné) [...] De acordo com o último relatório da ONU, 88% dos aprisionados em Manus sofriam de transtornos depressivos, incluindo a psicose. E as causas das mortes são assustadoras: “autoimolação, overdoses, septicemia – resultado de negligência médica - abuso sexual e desespero crescente”, escreve Roger Cohen, jornalista do The New York Times que esteve na ilha em 2016. (DELFIN, 2023).

Segundo Newman, O’Connor, Newhouse (2020), essa forma de acolhimento aos refugiados, utilizada pela Austrália, tem sido considerada controversa e alvo de críticas por contribuir com altas taxas de transtorno mental na população refugiada. Além disso, não se tem conhecimento sobre os efeitos que este aprisionamento por quase cinco anos tem causado nas crianças que estão refugiadas nestes países.

Sendo assim, tal fato corrobora para compreensão sobre os danos observados nas crianças e adolescentes, que vivem a desesperança de um futuro seguro. Propriamente em um ambiente de



incertezas vivenciado pelas famílias, que enfrentam o processo de residência ou asilo longe de seu país de origem, é que se instala esta misteriosa enfermidade, denominada de Síndrome da Resignação. A possibilidade de retorno ao país de origem, conseqüentemente, a um ambiente hostil e violento muitas vezes de guerra e o sentimento de medo e insegurança da família, acarreta a doença em algumas crianças. Os sintomas e sinais desenvolvem-se gradualmente, iniciando-se por uma apatia generalizada, afetando o apetite, o aprendizado e as relações sociais, chegando a quadros mais graves, em que a criança apresenta um estado catatônico, similar a um estado de coma ou estado vegetativo.

Quadro 1 – Características clínicas da Síndrome da Resignação

Prodômico	Ansiedade; disforia; distúrbio do sono; retraimento social.
Evolução do Quadro	Mutismo, não participa das atividades cotidianas e escolares, falha na comunicação não verbal.
Desenvolvimento da SR	Estupor, falta de resposta; imobidade; incontínência; sem reação a estimulação da dor e reflexos; dependência de alimentação por sonda (meses ou anos); taquicardia; temperatura alta; sudorese profusa ocasional; hiperventilação ocasional; atrofia muscular; períodos de excitação, ansiedade, “recusa”; exame neurológico geralmene normal; hipotonicidade; reflexos gerais respondendo; olhos abertos ou fechados (abertura passiva); reativos à luz; olhos desviam do examinador e parecem não ver; empurrões; indicações de consciência preservada (talvez flutuante); eletroencefalograma (EEG), TC de cranio e pererobo, laboratório de nosslas, includante toxicologia, todos inexpressivos
Remissão	Padrão ordenado (aperto das mãos ou abertura dos olhos, sem contato visual na alimentação; habilidades motoras grossas; habilidades motoras finascontato visual; aceno de cabeça e participação ativa na alimentação; comunicação verbal); indicação de vários graus de amnésia; recuperação completa sem sintomas ou déficits remanescentes de acordo com experiências e relatos pessoais.

1689

Fonte: SALLIN, Karl et al, 2016 a, p.2.

Da mesma forma, a remissão do quadro patológico parece acontecer, em alguns casos, quando o ambiente se transforma em acolhedor novamente para a criança e sua família, restaurando a sensação de segurança e estabilidade. Muitas vezes isso somente ocorre após a família receber a concessão de asilo permanente no país em que se encontra asilada. A criança desperta do sono profundo e passa a ter um convívio saudável na família e no meio social, como se nada anteriormente tivesse ocorrido com ela.

Todavia, Sallin *et al.* (2021) alerta para as consequências danosas em se atrelar o resultado de um procedimento legal à recuperação da Síndrome da Resignação. Tal situação poderia incentivar que alguns pais, intencionalmente ou não, induzissem os sintomas em seus filhos, e os mesmos tomassem para si a responsabilidade de melhorar as chances de residência permanente da família. É necessário compreender até que ponto a mudança no quadro da Síndrome da Resignação é consequência do método de tratamento médico e psicológico utilizado ou se é em função da autorização de residência permanente no país para a família que se encontra asilada. Dentre tantos questionamentos que inquietam a comunidade científica, em relação a essa patogênese, algumas considerações parecem estar estabelecidas, entre elas, a correlação entre fatores socioculturais e o desenvolvimento da doença.

Para tanto, um adoecimento que apresentou estreita ligação com fatores socioculturais e políticos, exigiu uma ampliação de perspectiva a respeito do problema, levando este estudo a ater-se também a situação dos refugiados e toda dinâmica que compõe o seu acolhimento em uma nova pátria.

1690

A condição de refugiado

Para a compreensão de como se iniciou essa preocupação em relação aos refugiados, é importante que se faça uma retrospectiva na história mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, os refugiados da Europa tornaram-se uma questão que não podia ser ignorada. Em vista de definir o termo refugiado e estabelecer as diretrizes de seus direitos e deveres, assim como dos países receptores dessa população, em 28 de julho de 1951, foi adotada “A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados”. (ACNUR, 2022).

Ainda hoje, a convenção é o guia norteador do trabalho do “Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR”, que auxilia as pessoas no mundo todo, tanto na retomada de suas vidas, quanto na preservação de seus direitos. Com o passar dos anos, as novas demandas relacionadas aos refugiados exigiram uma atualização da convenção que se fez por meio do “Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados”. (ACNUR, 2022).

Segundo a ACNUR (2021), uma em cada 88 pessoas no planeta foi forçada a se deslocar, dentre essas, milhões de apátridas a quem foi negada uma nacionalidade e, por conseguinte, os direitos à educação, saúde, emprego e liberdade de locomoção. A organização estima que pelo menos 89,3 milhões de pessoas em todo mundo tiveram que deixar seus lares. Há de se atentar que



dessa estimativa 27,1 milhões são pessoas com menos de 18 anos, que coincide com a parcela da população mais atingida pela Síndrome da Resignação.

A situação tende a se agravar devido ao conflito armado que encontra-se em curso entre Ucrânia e Rússia, desencadeando uma das maiores crises de deslocamento. De acordo com a ACNUR (2022) mais de 4 milhões de refugiados já fugiram da Ucrânia, 6,5 milhões de pessoas se deslocaram internamente e mais de 12 milhões de pessoas foram afetadas diretamente pela guerra.

Em se tratando da Suécia, que até então era conhecida como um destino atraente, de políticas liberais, que favoreciam o acolhimento de refugiados, o panorama mudou drasticamente nos últimos anos. O país recebeu por meio do resultado das urnas, das últimas eleições, o indicativo de que a população nativa não avalia com benevolência tal situação. Desde então, estabeleceu-se uma aliança com partido de extrema direita Democratas Suecos (SD), que tem reforçado a animosidade em relação aos refugiados.

Muito disso se deve ao fato de que as mazelas sociais que vêm afetando o país têm sido atribuídas a presença desses imigrantes e refugiados (BBC NEWS, 2018). A compreensão de como essa nova realidade tem impactado e elevado os números de casos da síndrome, pode ser também um dado relevante na tentativa de estabelecer variáveis que entram nessa equação de adoecimento.

O reflexo do endurecimento das regras de concessão de asilo fica evidente quando verificado um declínio no número de imigração, a partir de 2016. Entretanto, o país não é o único a reformular suas leis e diminuir o número de pedidos de asilo em primeira instância. Esse posicionamento tem encontrado ressonância em países da União Europeia, após a grande crise de refugiados de 2015 (Statista, 2023).

A princípio, quando surgiram os primeiros casos da Síndrome da Resignação na Suécia, as famílias que apresentavam crianças adoecidas, foram acusadas pelas autoridades suecas de forjarem uma patologia de modo a interferir e pressionar sua legalização no país. O assunto virou uma delicada questão política. Contudo, apesar de não apresentarem nenhuma doença física ou neurológica que justificasse o quadro, a investigação médica concluiu que os sintomas e os sinais não eram produzidos de maneira voluntária. Em vista disso, em 1º de janeiro de 2014, o “Conselho Nacional Sueco de Saúde e Bem-Estar” reconheceu a Síndrome da Resignação como uma nova patologia diagnóstica. (SALLIN, Karl et al, 2016a, p.1).

1691

Métodos de intervenção e de tratamento da síndrome

A escassez de estudos e dados sobre a referida enfermidade é um elemento complicador para que se estruture um método de tratamento comprovadamente eficaz. O longo processo de recuperação, que pode durar meses e em alguns casos anos, conta com o acompanhamento de profissionais que se baseiam em dados e experiências clínicas, mas que carecem de uma



metodologia consistente. Karl Sallin (2021a), afirma que os procedimentos de intervenção utilizados no tratamento de pessoas vítimas da Síndrome da Resignação têm sido: a *separação* da criança e do adolescente de seus familiares, que consiste no tratamento longe do ambiente familiar; a *terapia residencial*, quando esse paciente é assistido em casa; e a *abstenção ativa*.

Três princípios orientam a abordagem: terapia residencial, separação e abstenção ativa de envolver a obtenção de uma autorização de residência. Os dois últimos são exclusivos de Solsidan - e contrários à diretriz nacional [9] - enquanto a estimulação é praticada noutros locais, no entanto, é pouco provável que seja igualmente intensa. Curiosamente, a separação, embora controversa, tem sido historicamente proposta como eficaz no tratamento da histeria pediátrica [22, 23] e é atualmente recomendada para combater sintomas medicamente inexplicáveis em crianças [24]. (SALLIN, Karl et al, 2021a, p.6).

Dentre essas opções, alguns especialistas defendem que uma recuperação mais rápida e eficaz, seria o afastamento da criança e do adolescente de seu ambiente familiar conflituoso. Isso se faria necessário pois, quando acometidos pelas incertezas do processo de legalização e do sentimento de impermanência no país receptor, o ambiente familiar torna-se turbulento e inseguro. Pela própria instabilidade emocional das famílias, que enfrentam esse estresse e pela impotência da equipe de saúde diante de tal fato, a retirada das pessoas acometidas pela Síndrome da Resignação do ambiente adoecido tem sido a melhor solução.

1692

Síndrome da Resignação no Brasil: Há relatos de casos existentes no país?

No Brasil, até o momento, não há registro da Síndrome da Resignação. Entretanto, devido a guerra na Ucrânia e os conflitos na América Latina, o país tem sido o destino de muitos venezuelanos e ucranianos que procuram integração local. Por esse motivo, faz-se necessário um acompanhamento atento para observação e identificação do surgimento ou não de possíveis casos.

Entre os agentes facilitadores dessa missão de integração dos refugiados em solo nacional, podemos citar o “Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR” e a “Cáritas Brasileira”, entidade fundada em 1956 por Don Helder Camara, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essas entidades mobilizam a articulação de várias frentes da sociedade e desenvolvem um trabalho significativo a população em situação de imigração. O trabalho da Cáritas, entre as várias frentes que se dedica, desenvolve um apoio consistente aos refugiados no país e no mundo, prestando acolhida, integração, serviço jurídico, apoio psicossocial, geração de renda, entre outros (Cáritas Brasileira, 2019).

Em se tratando da atuação da Agência Organização das Nações Unidas (ONU) com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e sua relação com o Poder



Público, pode-se afirmar que os trabalhos são realizados em cooperação mútua. O Brasil é conhecido por sua característica pioneira e acolhedora em relação ao cumprimento dos direitos dos refugiados. Não obstante, o crescimento do fluxo migratório vem exigindo uma articulação entre vários atores da sociedade para dar suporte as pessoas (ACNUR, 2022).

Provavelmente, esses esforços justifiquem a ausência da Síndrome da Resignação em território brasileiro até o momento. Se considerarmos a dimensão de um ambiente aversivo como contribuinte e/ou desencadeador para a síndrome, temos ao nosso alcance, meios de evitar ou reduzir a disseminação de tal doença. Seja por meio de cuidados a população vulnerável, seja por dar voz ao sofrimento de pessoas renegadas e excluídas.

Objetivos

Objetivo Geral

Conhecer a Síndrome da Resignação e identificar o impacto da mesma nas relações interpessoais no processo de constituição da subjetividade e no desenvolvimento psíquico, especialmente em crianças e adolescentes.

Objetivos Específicos

- Compreender os efeitos nocivos causados em crianças e adolescentes expostos a ambientes turbulentos, apreendendo o indivíduo como um ser integrado.
- Analisar as relações estabelecidas entre o meio social e os campos funcionais no contínuo processo de desenvolvimento e quando este ocorre em ambiente hostil.
- Pesquisar estudos brasileiros sobre essa temática e o papel da Psicologia em relação a esta Síndrome da Resignação.

1693

Materiais e métodos

Métodos

O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as publicações e artigos científicos relativos ao tema; em seguida foram realizadas entrevistas com profissionais da área da saúde com experiência e conhecimento sobre o tema. Tal coleta de dados teve o intuito de dimensionar, investigar e analisar os impactos deletérios no desenvolvimento humano causados por ambientes adversos.



Instrumentos

Para coleta de dados foi realizada entrevista semidirigida a partir de um roteiro de perguntas composto por questões fechadas e abertas. As entrevistas foram realizadas de maneira remota e participaram dela uma médica psiquiatra brasileira, um médico pediatra sueco e uma médica psiquiatra australiana.

Resultados

O método adotado foi Análise de Conteúdo Temático, compreende-se a comunicação como um processo e não como um dado estatístico. A interpretação dos dados em uma pesquisa qualitativa tem como objetivo a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema investigado, considerando as diferentes opiniões e crenças dentro de um mesmo grupo social (Minayo; Deslandes, 2014). Após a transcrição das entrevistas, foram construídas as seguintes categorias de análise a partir dos objetivos da pesquisa: (a) concepção sobre SR; (b) impacto da SR nas pessoas; e (c) influência de ambientes hostis no desenvolvimento da SR.

Em vista do resultado da pesquisa pode-se verificar que, apesar de um aumento nas publicações a respeito da SR, pouco se avançou em termos de estudos que norteiem a ciência de forma significativa. Embora os primeiros casos da doença tenham sido notificados na década de noventa, os profissionais responsáveis pelo cuidado das crianças e adolescentes não dispõem de um método de tratamento ou procedimento de intervenção estabelecidos. Tal fato explica também o porquê da dubiedade dos critérios diagnósticos.

Não há um consenso até mesmo em relação ao período específico do surgimento da SR, seja na Suécia ou ao redor do mundo, mas a constatação que esse fenômeno tenha características historicoculturais. Quadros semelhantes ocorriam nos campos de concentração nazistas, quando desprovidos de esperança e resignados, os presos pareciam se entregar a morte. Portanto, o sentimento de desesperança parece ser um denominador comum entre os grupos que adoecem, independentemente de sua nacionalidade ou do território que se encontram.

Em 1958, a médica sueca, doutora Anna-Lisa Anell, que revolucionou a psiquiatria infantil, já alertava sobre um quadro análogo a SR, que se instalava em crianças e adolescentes, após vivências traumáticas graves.

A produção científica pioneira de Anna-Lisa Anell em diferentes idiomas abrangeu muitos tópicos diferentes: métodos de testes psicológicos, organização do cuidado, infecções, crianças desviantes e vulneráveis, crianças de minoria étnicas [...] com variações funcionais, sobrepeso, trauma, anorexia nervosa, dificuldades escolares, problemas de educação, superdotação, autismo, psicose infantil, apatia, depressão maníaca e reações das crianças à doenças e morte em parentes. (ANNELL, 2023).

1694



A escassez de estudos robustos não permite também que se tenha um panorama da Síndrome da Resignação a médio e longo prazo. Os poucos casos catalogados não apresentam este acompanhamento e/ou não garantem que a amostra represente de fato a realidade da SR.

A falta de dados dificulta abarcar a psicogênese da SR, seus possíveis casos de reincidência e de suas factíveis consequências no desenvolvimento físico e psicossocial das crianças e adolescentes, em plena formação. Ao nos basearmos na perspectiva de um Homem essencialmente social, marcado pela sua condição histórica, supõe-se os efeitos deletérios nesses jovens, que dependem dessa interação social para um desenvolvimento satisfatório e para constituição da sua personalidade.

Para o médico, filósofo e psicólogo francês Henri Wallon, que acompanhou de perto pessoas vítimas de guerra e crianças com distúrbios psicológicos, é evidente a correlação do ambiente turbulento e as lesões físicas com as consequências psicológicas. A teoria Psicogenética da Pessoa Completa foi elaborada pelo autor em situação de conflito e instabilidade política e social em que viveu na França por ocasião da 1ª e 2ª guerra mundial, onde esteve de perto frente a episódios de conflitos armados (SILVA, 2007). Segundo Damaceno (2021), a teoria de Wallon evidencia que o desenvolvimento das esferas emocional, motor e cognitivo são significativamente afetados pelo meio social. Por esse motivo faz-se necessário, além dos fatores físicos e orgânicos, compreender a cultura, os aspectos sociohistóricos e as singularidades envolvidas na constituição e/ou adoecimento de uma pessoa.

Nessa mesma perspectiva, para o psicólogo russo Lev Vigotski, o homem se constitui psiquicamente na interação social, por isso a importância do ambiente. Por meio da interação com a cultura e com o outro que o sujeito se apropria do que o cerca. A criança estar congênere com o ambiente e os estímulos que este espaço apresenta é imprescindível que haja um desenvolvimento social e cognitivo. O desenvolvimento psicológico não ocorre de forma descontextualizada, mas a partir do modo culturalmente construído de ordenar o real, especialmente as funções psicológicas superiores. Assim, vê-se a transformação de um ser biológico em sociohistórico. (Vigotski, 2007).

Neste processo histórico social, a linguagem se destaca como uma ferramenta essencial para a consumação dessa dinâmica. Entre outras atribuições, esse sistema simbólico desenvolve o pensamento, sendo preocupante o período catatônico vivido pelas crianças acometidas pela SR. Neste contexto, a posição ocupada pelos refugiados, como excluídos do mundo, impacta diretamente o desenvolvimento da criança e do adolescente que desde muito cedo vivenciam experiências traumáticas. Seja em sua nação de origem, seja na negação de sua possibilidade de existir no país em que se encontram. Sua mediação com o mundo é feita em meio a violência, a exclusão e a vulnerabilidade.

Em relação ao tratamento para a Síndrome da Resignação, os entrevistados destacam o “Método Solsidan”, que vem sendo utilizado com bons resultados, está baseado na experiência e na observação clínica e vem sendo prescrita como uma alternativa. Este método consiste na

1695

retirada do doente do seio familiar, para que seu tratamento se realize em uma unidade de saúde específica, com acompanhamento de uma equipe multiprofissional. Essa alternativa é defendida por vários profissionais de saúde, uma vez que o ambiente familiar turbulento é apontado como um dos fatores do adoecimento.

A hipótese de um possível componente contagioso como causa da SR também foi levantada, pelo fato de algumas famílias terem mais de um filho acometido com a síndrome. Todavia, tal hipótese poderia ser explicada pela vivência comum de traumas compartilhados pela mesma história de vida da família. Não se possa ignorar que, de modo subjacente, haja uma reciprocidade entre a influência do ambiente e do comportamento. (BBC NEWS, 2017)

Contudo, como as famílias e a equipe de saúde não têm controle sobre as variáveis que desestabilizam o ambiente familiar, para os profissionais o afastamento do convívio familiar parece ser uma alternativa benéfica ao doente. Essa instabilidade emocional, que torna o ambiente hostil, se dá pela complexa situação dos refugiados e sua angustiante espera pela legalização no país. Por isso, a equipe multidisciplinar não se atém apenas ao tratamento do doente, mas se estende a assistência para toda família.

Conforme Sallin *et. al* (2016), apesar das múltiplas incertezas, é consenso que a causa da síndrome seja multifatorial, correlacionada a fatores socioculturais, bem como uma etiologia psicológica. Não obstante, alguns profissionais, como médicos e psicólogos, que acompanham as crianças acometidas, não atribuem o desenvolvimento da Síndrome da Resignação apenas ao sofrimento causado pelo processo de pedido de asilo. Acredita-se na associação deste ao histórico de estresse psicossocial e de violência vividos por essas pessoas.

Contudo, a predominância da síndrome em solo sueco continua sendo uma incógnita não elucidada. Ainda assim, embora seja notória a prevalência da síndrome na Suécia, a observação de quadros similares fora do território mencionado, acende um alerta para tantos outros casos que possam ocorrer sem a devida atenção da ciência. Por esse motivo, a pesquisa também abarcou catalogar esses focos atencionais.

Um exemplo da importância em se investigar a SR para além do território sueco é Nauru, que apresenta casos similares. Para essa população solicitante de asilo, a desesperança causada pela falta de liberdade, se mostrou mais danosa para a saúde mental do que a violência que sofriam no país de origem.

O *The National Inquiry into Children in Immigration Detention* documentaram os impactos adversos nessas crianças, incluindo agressão sexual, automutilação e altos níveis de doença mental e transtornos do desenvolvimento. [...] Quinze crianças se apresentaram aos médicos de MSF com um conjunto semelhante de sintomas, incluindo características de um transtorno depressivo com aumento do retraimento social, falta de resposta, expressões vazias, mau humor, irritabilidade, distúrbios comportamentais e recusa alimentar. [...] Algumas crianças evoluíram para um estado

de coma, imóveis, mudas, tendo ingestão oral mínima, e sendo profundamente puxado. (NEWMAN; O'CONNOR; NEWHOUSE, 2020, p. 585).

O mesmo panorama se estabeleceu em Manus, Papua Nova Guiné, que também funciona como *offshere* de refugiados da Austrália. Apesar de não se ter notícias de casos da síndrome em Manus, não significa que não exista, uma vez que não se tem dados específicos sobre a saúde física e mental dos refugiados que ali estão. Entretanto, mesmo sem dados precisos, as denúncias de violação aos direitos humanos é uma realidade em ambas ilhas.

Segundo Schmid, (2019) o modo que a Austrália encontrou para desencorajar as pessoas a buscarem asilo no país é uma violência contra o ser humano, podendo ser considerado uma tortura psicológica. O modo de vida a que são submetidos esses refugiados é análogo aos hospitais psiquiátricos, prisões ou até mesmo uma versão atualizada dos campos de concentração.

Em se tratando de uma moléstia que acomete exclusivamente filhos de refugiados, a pesquisa naturalmente se expandiu sobre tópicos sociopolíticos. A compreensão sobre as diretrizes mundiais que definem e regem os direitos e deveres dessa população são imprescindíveis para a construção de um panorama procedente.

A alternativa para a população de refugiados é a desafiante tarefa de manter avivado um sentimento de esperança e confiança em um Estado-Nação desconhecido, mesmo tendo sido vítima de seu próprio Estado de origem. Conforme Moreira (2014, p.3), o status “refugiado” em si já é adjetivo estressor, dado que classifica uma situação provisória, transitória e temporal, como também dependente, entre outras coisas, da disposição estatal do governo que os recebeu. Aguardar o restabelecimento de seu vínculo jurídico-político e seus direitos nessas condições sem adoecer física e psicologicamente, está intrinsecamente ligado a maneira como esses indivíduos são integrados. Neste quesito, segundo Moreira (2014, p. 6), a concepção do que abrange ser uma integração pode representar um problema quando interpretada como uma forma de obrigar o indivíduo refugiado a se adaptar aos moldes de uma cultura estranha a este, negando-lhe a sua individualidade e autonomia. O ideal é que esse processo aconteça bilateralmente, de modo interdisciplinar, incluindo a população na discussão e na elaboração de políticas públicas que contemplem suas reais necessidades.

Para esse intuito, em vista de se tratar de uma patologia que envolve fatores não apenas de saúde pública, mas também de fatores políticos e sociais, insta promover um debate sobre as condições de vida dos refugiados e a qualidade das políticas que se propõem a proteger as pessoas.

Nesse aspecto, conclui-se que a Suécia se mostrou hostil a causa dos refugiados nos últimos anos, refletindo a animosidade da sociedade local, que atribuiu a esses a responsabilidade das mazelas presentes no país. Esse posicionamento está intrinsecamente ligado ao modo como essas pessoas são reintegradas ao Estado receptor e de que maneira isso afetará a sua saúde mental.

Atualmente, na Suécia, o Statistics Norway (SCB) tem adotado o termo “nascido no estrangeiro” para denominar as pessoas estrangeiras, mas que vivem no país. Um requerente de asilo é todo cidadão estrangeiro que chega na Suécia e pleiteia proteção, mas que ainda não teve seu pedido definitivamente examinado pelo *Migration Board* e/ou pelo *Migration Court*. (HOLLANDER, 2020).

Dentre a população de refugiados mundial estima-se que metade tenham menos de dezoito anos e muitos deixam o seu país de origem desacompanhado dos pais, parentes ou tutores. Os impactos dessa experiência não passam despercebidos.

[...] as crianças desacompanhadas têm um alto risco de doença mental [...] vários estudos na Europa demonstraram que a ansiedade, a depressão e o TEPT são mais comuns em crianças desacompanhadas do que nas crianças que vieram com os pais (ou outros responsáveis) [...]. A doença mental entre crianças desacompanhadas também é persistente ao longo do tempo [57, 58]. O risco de suicídio em jovens requerentes de asilo desacompanhados é alto e, em 2017, foi estimado na Suécia em 51,2 por 100.000 (entre 10 e 21 anos) e 40,7 por 100.000 (14 a 18 anos) [40]. Os números correspondentes foram 6,2 e 5,3 para a população sueca da mesma idade em 2016. (HOLLANDER 2020, p. 4).

Em se tratando de medidas que previnam o surgimento da Síndrome da Resignação, Hollander (2020) aponta para estudos que afirmam que ações de acolhimento e inclusão social são primordiais para a saúde mental dos refugiados. Nesse aspecto, ressalta-se a necessidade da oferta de trabalho para os adultos e o ingresso de crianças e jovens nas escolas. Em contrapartida, os fatores que se mostram nocivos à saúde mental correspondem a pobreza, a exposição ao racismo, o preconceito e a discriminação. Inclui-se, o fato de a população de refugiados ainda enfrentar a perda do status social, uma vez que abandonam seus bens materiais, a profissão, sua cultura e a influência na comunidade de origem.

Assim, os resultados da pesquisa revelam-se vitais posto que, o mundo assiste a vários conflitos de guerra, que tem gerado um aumento significativo no número de refugiados. Portanto, os efeitos deletérios desta e de tantas outras barbáries que vitimizam milhares de pessoas não pode ser desprezados. Cabe, portanto, a ciência dedicar-se com obstinação a prevenção dos impactos danosos que acometem as pessoas, que são muitas vezes subjugadas e emudecidas, permitindo-lhes que retomem sua singularidade e humanidade.

Considerações finais

O propósito dessa pesquisa foi compreender a psicogênese da Síndrome da Resignação, considerando os aspectos genéticos e ambientais como fatores causais do adoecimento de

crianças e adolescentes de famílias de refugiados em situação de imigração. A desesperança e os traumas físicos e psicológicos vivenciados pelas pessoas refugiadas, são fatores desencadeantes da síndrome, assim como a turbulência do ambiente familiar.

A pesquisa se mostrou mais desafiante do que o previsto, pela pouca literatura sobre o tema e o número reduzido de profissionais com conhecimento e experiência no atendimento à pessoas vítimas da síndrome. Os resultados foram produtivos, pois foi possível colher informações e entrevistas de indubitável qualidade, permitindo trazer a tratativa de uma temática atual e de pouco conhecimento do coletivo. Algumas perguntas ainda buscam respostas, o que permite a continuidade deste estudo: o foco da síndrome estar na Suécia, a hipótese enfraquecida de uma predisposição do fator cultural e outros casos da doença estar ocorrendo em povos e etnias diversas.

Ademais, o empenho da pesquisa foi motivado por contribuir para uma reflexão sobre o extenuante processo de integração da população de refugiados e em novos estudos que dêem conta de compreender as consequências da Síndrome da Resignação e estabelecer um protocolo de tratamento eficaz para pacientes e familiares.

Referências

Anna-Lisa Elisabet Annell, www.skbl.se/sv/artikel/AnnaLisaAnnell, *Svenskt Kvinnobiografiskt lexicon* (article by Anders Annell, retrieved 2023-10-13

1699

O que é a Síndrome da Resignação, a misteriosa doença que só ocorre na Suécia. (n.d.). *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41761272>

País modelo ou em processo de falência? O que os indicadores revelam sobre a Suécia hoje – *BBC News Brasil*. (s.d.). *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45506847>

Porque a Suécia se tornou o país com mais mortes por arma de fogo na Europa. (n.d.). *BBC News Brasil*. Retrieved October 13, 2023, from <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58463164>.

Cáritas - Áreas de Atuação. (s.d.). Cáritas - Início. <https://caritas.org.br/area-de-atuacao>

Cáritas - História. (n.d.). [Caritas.org.br](https://caritas.org.br/historia). <https://caritas.org.br/historia>

Cecília M., Suely Ferreira Deslandes, & Romeu Gomes. (2013). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. Vozes.



Gorisch, P.C., & Victório, P.C. (2019). *A síndrome da branca de neve ou da resignação em crianças solicitantes de refúgio.*

Hollander, C. D., Anna-Clara. (2020, January 14). *Hur migration påverkar den psykiska hälsan. Läkartidningen.* <https://lakartidningen.se/klinik-och-vetenskap-1/artiklar-1/temaartikel/2020/01/hur-migration-paverkar-den-psykiska-halsan/>

Kohl, M. (197). *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo socio-historico.* Scipione.
Em quatro anos, Austrália aprisiona 2.500 refugiados em ilhas no Pacífico. (2017, October 26). MigraMundo. <https://migramundo.com/em-quatro-anos-australia-aprisiona-2-500-refugiados-em-ilhas-no-pacifico/>

Moreira, J. B.. (2014) Refugiados no Brasil: reflexão acerca do processo de integração local. *REMHU - Rev.Interdiscip. Mobilidade Humana*, 22(43), 85-98. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004306>

Newman, L., O'Connor, B., Reynolds, V. e Newhouse, G. (2020). "Síndrome de recusa generalizada em crianças requerentes de asilo em Nauru ". *Psiquiatria da Australásia* , 28 (5), 585-588. <https://doi.org/10.1177/1039856220956251>

Sallin, K., Lagercrantz, H., Evers, K., Engström, I., Hjern, A., & Petrovic, P. (2016). Resignation Syndrome: Catatonia? Culture-Bound?. *Frontiers in behavioral neuroscience*, 10, 7. <https://doi.org/10.3389/fnbeh.2016.00007>

Sallin, K., Evers, K., Jarbin, H., Joelsson, L., & Petrovic, P. (2023). Separation and not residency permit restores function in resignation syndrome: a retrospective cohort study. *European child & adolescent psychiatry*, 32(1), 75–86. <https://doi.org/10.1007/s00787-021-01833-3>

Schmid, P.C. (2019) Saúde mental e restrição de liberdade: relato de experiência como médica psiquiatra em centro de detenção de refugiados. *Saude em Debate*. 43(121), 626-635. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912126>

Silva, Dener Luiz da. (2007). *Do gesto ao símbolo: A teoria de Henri Wallon sobre a formação simbólica.*

Todociencia.net - *This website is for sale!* - *todociencia Resources and Information.* (n.d.).

1700



2023

 **J I** Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Todociencia.net. Retrieved October 13, 2023, from <https://todociencia.net/un-sindrome-de-resignacion-impredecible/>

Vallejo-Slocker, L., Fresneda, J., & Vallejo, M. A. (2020). Psychological Wellbeing of Vulnerable Children During the COVID-19 Pandemic. *Psicothema*, 32(4), 501–507. <https://doi.org/10.7334/psicothema2020.218>

Vygotsky, L. S.; Cole, M., José Cipolla Neto, Luiz Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche, & Al, E. (2008). *A formação social da mente o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo Martins Fontes.

ACNUR no Brasil. (n.d.). UNHCR. <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>
Convenção de 1951. (2021). UNHCR; UNHCR. <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951>

1701



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

PROCESSOS JUDICIAIS COMO FONTES HISTÓRICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Lídia Rafaela Nascimento dos Santos¹
Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha²
Manoel Pereira da Silva Neto³

Introdução

O Coité-Núcleo Unicap de Estudos Oitocentistas é vinculado ao Curso de Licenciatura em História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Educação e Humanidades da Universidade Católica de Pernambuco. O núcleo tem a intenção de estimular a reflexão sobre o ensino e a pesquisa de História, congregando trabalhos em desenvolvimento ou concluídos que dialoguem sobre a história do Brasil no longo século XIX (1750 – 1930), seus temas, fontes e metodologias. Com caráter interdisciplinar, objetiva promover o intercâmbio entre a Universidade, a comunidade e outras instituições por meio de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Nos últimos anos, destacaram-se as ações de iniciação científica e extensão resultantes de uma parceria com o Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desenvolvida desde 2022 com foco em pesquisas nas fontes históricas judiciais. Analisamos o processo judicial como fonte primária, a partir da lógica processual e suas transformações no tempo, percebendo as suas relações com as instituições e os agentes envolvidos. Os estudantes de iniciação científica do curso de história da Unicap receberam orientação e acompanhamento das pesquisas pelo corpo técnico do Memorial da Justiça, bem como apresentaram o andamento da pesquisa em atividades de curadoria conjuntas para o desenvolvimento de seus trabalhos.

1702

Objetivos gerais

Identificar aspectos sociopolíticos e culturais do século XIX brasileiro pela análise dos processos judiciais.

Metodologia, materiais e métodos

Por muito tempo as fontes primárias produzidas pela Justiça brasileira não eram encaradas como válidas para serem usadas pelos historiadores para escreverem sobre a história. Atualmente essa

¹ Doutora em História- Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)- lidiarafeela@gmail.com

² Doutora em História- Memorial da Justiça-Tribunal de Justiça de Pernambuco(TJPE)- monica.padua@tjpe.jus.br

³ Graduando em História-Unicap- manoel.2021103725@unicap.br



realidade mudou e há muitas pesquisas publicadas com base em acervos judiciais de diversas regiões brasileiras. Alguns, inclusive, partindo da vida de um personagem para estudar um contexto histórico, como é o caso de um dos tantos trabalhos de João José Reis (2006), como aquele em que fala sobre a vida de um sacerdote africano na Bahia oitocentista, ou de Ivan de Andrade Vellasco (2004), quando se utiliza da documentação da Comarca do Rio das Mortes, do século XIX, para revisitar algumas questões acerca da presença da violência no universo social oitocentista (Cunha, 2017).

Mas, para analisar qualquer tipo de documento primário e fazer as correlações do que lá está escrito com a realidade do momento em que foi gerado, e saber mais um pouco sobre a história, é necessário entendê-lo. Também é imprescindível compreender o funcionamento do órgão que o produziu, as rotinas e os padrões estabelecidos para criar seus documentos, bem como as atividades de cada pessoa que possuía cargo na instituição, sob pena de se chegar a conclusões, no mínimo, controvertidas (Cunha, 2017).

Dependendo da norma legal do momento em que foi criado, o documento usado em determinado trabalho, que tem características próprias, vai trazer os valores de uma determinada época. Mas é bom esclarecer que os discursos que aparecem nos documentos também estão impregnados de exigências estabelecidas por certos grupos da sociedade, que controlavam o sistema político e social (Cunha, 2017).

Para compreender um pouco sobre o processo judicial, tipo de documento usado neste trabalho, é importante salientar que ele é um dossiê e, por essa razão, composto por vários documentos, relacionados aos mandamentos legais. Ele passa a existir para cumprir com a função de apresentar uma decisão sobre determinada demanda, acionada por um cidadão interessado, que se encaminhou à Justiça por não ter conseguido solucionar um problema específico por outros meios (Cunha, 2013).

Em sua constituição, o processo judicial é formado por documentos de diversos tipos, conforme a previsão legal. Para a História, esse documento composto é rico em informações, porque apresenta diferentes visões sobre um determinado caso ou fato, por trazer em seu conteúdo os motivos do autor para ingressar em Juízo, a defesa do réu e, muitas vezes, relatos de testemunhas, pessoas relativamente desinteressadas na demanda, que observaram o ocorrido e tiveram registrados no documento os seus discursos (Cunha, 2017).

Também há outros tipos de discurso nos processos, como aqueles relacionados aos dos delegados de polícia e dos peritos, contidos em processos criminais; falas de terceiros interessados, muito comuns em processos cíveis; bem como pareceres de profissionais da área de saúde, que relatam as condições médicas e de higiene dos envolvidos e, conseqüentemente, daquela comunidade; fotografias, que revelam discursos por meio de imagens de uma sociedade, em um determinado período; e notícias de jornais, emitindo informações sobre os acontecimentos da época (Cunha, 2013).

1703



Cada processo é um dossiê que reflete uma sequência temporal de atos. Ele é constituído por pequenas partes, itens documentais, que foram inseridos nele ao longo do tempo durante o qual existiu para cumprir sua função social, ou seja, naquele momento em que alguém provocou a Justiça para que ela pudesse exercer a prestação jurisdicional. É verdade que cada processo é criado com base na legislação. Esse fato leva à conclusão de que, dependendo da norma legal da época em que foi criado, o documento em questão tem características próprias, apesar de haver a possibilidade de se apresentar com nomes diferentes, com conceitos similares (Cunha, 2013).

Por tudo isso, vale trazer informações sobre o funcionamento da Justiça no período imperial, momento em que foi criado o processo judicial usado neste trabalho, pois são as funções atribuídas a um órgão público que o faz gerar, produzir seus documentos.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil e o processo de independência, iniciou-se a formação de um Direito brasileiro formal, que veio a contribuir para a manutenção das relações sociais e políticas da época, num movimento de desvinculação do estatuto colonial (Schwarcz, 1993).

Em 1824 foi promulgada a primeira Constituição brasileira. Seguiram-se a ela as publicações dos Códigos Criminal (1830) e de Processo Criminal (1832) do Império, estabelecendo penas e procedimentos para o julgamento dos crimes e as competências de cada órgão dentro do sistema judicial, além de editar normas para a área cível. Também já havia uma legislação local que era muito utilizada nas províncias. Isso pode ser constatado pelo exame dos autos judiciais do oitocentos, onde se vê tanto os defensores, quanto os promotores, juízes e desembargadores embasando suas petições, denúncias e decisões, respectivamente, em posturas municipais, regulamentos e nos próprios códigos supracitados (Cunha, 2017).

Pode-se afirmar que, quando o Estado, por meio da estrutura da Justiça, oferece a prestação do serviço jurisdicional, disponibiliza-se para que a pessoa com capacidade reconhecida pela lei procure o Judiciário. Ao pedido dessa pessoa pela prestação do serviço da Justiça se dá o nome de direito de ação (Cunha, 2017). Ação, no oitocentos, pode ser conceituada como “o meio que qualquer tem de pedir a satisfação de uma dívida, ou o cumprimento de um fato, ou qualquer obrigação que outro tem contraído, e para o obrigado o dar, fazer ou não fazer alguma coisa, sendo a isso condenado pelo juiz (...)” (Bastos, 1860, p. 97). Mediante o exercício da ação, entende-se que a jurisdição é provocada e esta é exercida por meio do processo, materializado pelos autos judiciais, que são aqueles escritos feitos “por ministério do juiz; o que contém o reconhecimento de um direito, ou de um crédito” (Bastos, 1860, p. 106). Mesmo não sendo a única forma de controle, foi a partir de regras normatizadas que foram criadas as competências da Justiça brasileira e, assim, produzidos os processos judiciais (Cunha, 2017).

As decisões dos magistrados, bem como todos os itens documentais que fazem parte dos autos judiciais, podem ser usados para entender a realidade social, política e econômica de uma época. A partir do momento que se conhece o funcionamento dos órgãos competentes para executar

1704

o controle social, por meio da análise dos processos judiciais, da lei e das normas locais usados nesses documentos pelos sujeitos de direito, é possível identificar, na prática discursiva, padrões de comportamento e julgamentos que servirão para entender melhor o contexto social e político de uma determinada sociedade (Cunha, 2017).

Para contextualizar a Justiça em Pernambuco, em 1821 foi criado o Tribunal da Relação e instalado em 1822. Particularmente na comarca do Recife, capital da província, os Juízos de Direito, de Paz, Municipal e os demais, existentes no século XIX, eram compostos inicialmente pelo magistrado e um escrivão, e este, por vezes, servia a dois ou mais Juízos. As audiências aconteciam, nos primeiros anos do Império, na própria residência do magistrado. Com o passar dos anos, o Juízo passa a atuar em cartório composto por escrivão e escrevente, em sala própria, localizada no prédio em que funcionava o Tribunal. Cada uma das pessoas que participavam do processo, executando serviços para a Justiça, incluindo o magistrado, escrivão, perito, oficial de justiça, curador, procurador, contador, entre outros, recebia honorários estipulados por lei pelo trabalho realizado em cada processo, valores esses que podem ser observados no final do documento, no momento do cálculo das custas pelo contador (Cunha, 2017).

Após a Constituição de 1824, ocorreram algumas reformas importantes no sistema judicial, que incluíram extinção de órgãos do período anterior à Independência, criação de novas instituições e suas regulamentações. Entre as reformas marcantes podem ser citadas aquelas de 1832, 1841/42 e, por último para o período imperial, a de 1871, sem falar da criação dos Códigos Criminal e Comercial, bem como de legislações esparsas que regulavam o dia a dia da sociedade daquele período cronológico.

1705

Resultados

Os processos judiciais permitem a análise das sociabilidades tecidas em meio a transformações e tensões da época, que incluíam mudanças no espaço físico, no comportamento social, na organização institucional, no ordenamento jurídico e nas práticas judiciárias. O Recife foi um cenário de intensa circulação desses valores, através de diversos espaços de sociabilidade, onde as pessoas se reuniam para conversar, se divertir, se educar, se organizar e se manifestar. A conjuntura política era complexa, a cidade foi palco de muitos conflitos e insurreições liberais que contestavam o poder imperial e buscavam autonomia ou reformas.

O século XIX chegou com muitas mudanças em Pernambuco, seja no aspecto da estrutura física da cidade, no político, institucional e mesmo no judiciário. Em tempos de revisão do antigo regime, buscava-se implementar novos valores liberais e civilizatórios que buscavam modificar a vida em sociedade.

Um dos aspectos mais marcantes do Recife Oitocentista foi a intensa circulação dos valores liberais, que preconizavam transformações no modo de vida, nem sempre desejáveis. O liberalismo é uma abrangente concepção do Estado, um vocábulo que esconde diversas



possibilidades. Suas diretrizes fundamentais baseiam-se nos princípios de liberdade pessoal, individualismo, tolerância, dignidade e crença na vida.

Era uma nova concepção de mundo que propunha mudanças nos aspectos econômicos, institucionais, culturais e jurídico. De origem europeia, não chegou incólume ao Brasil, pois o que chamamos de liberalismo brasileiro definiu-se devido a uma leitura das elites em prol de seus interesses e de uma realidade nacional. O exemplo das revoluções europeias e das independências das outras colônias espanholas agravava o quadro político geral. No Recife do XIX, tais questões circulavam em grande amplitude pela sociedade. Faziam parte do cotidiano e diversos espaços de sociabilidades como academias, clubes, lojas maçônicas, saraus, jantares, botequins, festas campestres, festas cívicas, igreja, seminário, faculdade de direito, clubes, teatros etc.

Se o Recife foi um lugar de intensa circulação desses ideais, foi também de intensas lutas. Muitos se reuniam na busca da autonomia ou de mudanças no jogo político. Para além dos projetos imperiais de fundar a nação, a conjuntura política era marcada por muitas convulsões políticas em Pernambuco na primeira metade do século XIX, como insurreições liberais e diversos conflitos cotidianos. A conjuntura política de Recife era demasiadamente complexa. Entre 1817-1848 uma série de conflitos políticos, chamados pela historiografia de “ciclo das insurreições liberais”, marcaram a história e a historiografia da região.

As peculiaridades do Recife das insurreições liberais a época vem sendo estudadas sobre múltiplas perspectivas e jogo de escalas, os processos judiciais permitem renovações nos estudos desse período. As disputas presentes nos autos judiciais, apesar de excepcionais, revelam nuances do cotidiano da vida em sociedade. Pensar a sociabilidade é analisar as lógicas das convivências que permeiam as relações humanas em uma sociedade. A sociabilidade é aqui entendida como uma categoria operacional que se refere às relações tecidas entre as pessoas que propiciavam o viver em sociedade, às solidariedades institucionais, formalizadas ou não, e a uma corrente que a pensa pelo conflito para trazer novas perspectivas na análise de atitudes e comportamentos coletivos. Diversas práticas fazem parte dessa categoria, como morar, casar, festejar, associar-se, participar de clubes, partidos, entre outras.

Como parte das atividades de dois projetos de iniciação científica realizado entre os anos de 2021-2023 com financiamento do governo de Estado de Pernambuco através do Programa Pernambuco na Universidade (Prouni-PE). Foram realizadas pesquisas exploratórias nos acervos do Memorial da Justiça TJPE e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco - IAHG/P sobre a temática da pesquisa no período de 1825 a 1859. Entre os sete processos encontrados, cinco chegaram ao segundo grau e apenas dois tiveram ganho de causa na primeira instância. Por meio dessa vasta documentação foi possível adentrar nas práticas e espaços de usos sociais do tempo livre de diversos sujeitos que viviam em Pernambuco durante a primeira metade do Século XIX.

1706



Para encontrar as festas e divertimentos nessa documentação, partimos fazendo a leitura da petição inicial dos processos e depois dos relatos das partes e testemunhas, que revelavam suas relações e seu cotidiano, assim buscando por meio dessa documentação buscando as contradições e as raízes sociais de cada discurso, e como aponta Sidney Chalhoub esses significados devem ser “(...) buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões.”(Chalhoub, 2001, p. 40).

Nossa pesquisa não ficou somente restrita aos processos judiciais, pois também utilizamos outras fontes, como periódicos, relatos de viajantes e obras literárias, com o intuito de realizar um cruzamento com as informações presentes nos processos, utilizando o nome dos sujeitos como fio condutor para as buscas nos jornais presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, por exemplo. Além disso, usamos outros documentos para entender os festejos por meio deles e também para compreender os discursos produzidos sobre os sujeitos presentes nos processos.

Nos teatros da capital e interior

Inicialmente, nos debruçamos sobre os processos que envolvem o teatro, que se constituiu um ambiente de importância cultural, política e social, símbolo da modernidade que buscava se implementar. A queixa-crime impetrada por João Ozorio de Castro Maciel Monteiro, no segundo cartório crime do Recife em 23 de janeiro de 1852 nos permitiu a reflexão sobre esse espaço. A acusação foi contra os atores Maria Leopoldina Ribeiro Sanches de Sá e Luís Carlos de Amoêdo, embasada no crime de estelionato previsto no artigo 264, §4º do Código Criminal do Império de 1830, que se configurava em obter de forma fraudulenta parte ou toda a fortuna de alguém.

Segundo os autos judiciais, o queixoso conheceu a querelada ao assistir um espetáculo no qual ela atuava em dos teatros do Recife em 1851. Desse momento em diante, inicia-se uma relação muito estreita e conflituosa entre os dois, em que o queixoso lhe concede alguns favores e presentes, mas também assedia constantemente Maria Leopoldina. Por conseguinte, ao decorrer do ano de 1851, a relação dos dois continua e quando chegam os intensos festejos que ocorriam durante a estação calmosa, entre os meses de novembro a março, ambos alugaram casas na Capunga para passar essa temporada festiva. Nesse momento, segundo o queixoso, a querelada insatisfeita com “as grandes liberdades” que ele tirava, nos dias 7 e 9 de janeiro de 1852, coadjuvada pelo seu genro Luís Carlos de Amoêdo, subtraiu os móveis e itens pessoais pertencentes ao queixoso. Diante disso, ele recorre às autoridades que fazem buscas tanto na casa alugada pela querelada para passar a festa na Capunga, como na sua residência e de seus familiares na rua do Apolo. Contudo, depois das diversas buscas, da audiência e da ouvida das testemunhas, que afirmam não terem visto nada referente a subtração desses itens, e do

1707

interrogatório dos réus, que afirmam que o queixoso estava querendo prejudicá-los; a primeira vara da cidade do Recife considerou os apelados inocentes e julgou improcedente a queixa.

Esse processo suscita uma questão estrutural envolvendo as artistas nos oitocentos. Em primeiro lugar, que no campo das artes e manifestações culturais, como o teatro, as atrizes e dançarinas, eram vistas de forma depreciativa, como, por exemplo, o queixoso relata que foi enganado pelo “mérito dramático e cômico da querelada”, e também afirma que por ela exercer o ofício de atriz, não poderia possuir a dignidade de uma “mulher da casa”. Esse tipo de discurso ocorria porque as atrizes rompiam com os papéis de gênero estabelecidos daquela sociedade, pelos quais as mulheres estavam destinadas a exercerem as funções de esposa e mãe, dessa forma ficando restritas ao espaço familiar, e qualquer tentativa de rompido com isso, como estar no espaço público, seriam taxadas de desonradas e perigosas, pois, como aponta Michelle Perrot: depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher - também se diz a “rapariga” - pública é uma criatura, mulher comum a todos (Perrot, , 1998, p. 7).

Contudo, esse pensamento não era exclusivo do queixoso, mas predominante na mentalidade da época e se aprofundava ainda mais pela situação específica de ser atriz, como, por exemplo, como consta no relato do viajante francês Saint-Hilaire, “(...) as atrizes, mulheres públicas. O talento destas últimas corria parilhas com a sua moralidade (Saint-Hilaire, 2002, p.195).” Desconfiança também expressa na literatura da época, como no folhetim que foi publicado no Diário de Pernambuco em 1856, intitulado “Casamentos em Paris”, escrito por Edmond About, em que um marido desconfiado da sua esposa pede conselhos um amigo, que lhe faz o seguinte questionamento, “Se era tão desconfiado, para que escolheu uma mulher do teatro? (About, 1856).”

Toda via, mesmo diante de um sistema que colocava as atrizes como “mulheres infames”, não as impediu de se movimentarem no espaço público, protagonizando peças e algumas vezes recebendo “espetáculos em benefícios”, que consistiam numa noite de apresentação em que o beneficiado poderia receber uma parte ou o valor inteiro dos ingressos (Neto, 2022). Como acabou ocorrendo na noite de 29 de 1855 no Teatro de Santa Isabel (Theatro de S. Isabel, 1855), que além de interpretar a nobre francesa Maria de Rohan, Maria Leopoldina ganhou um benefício concedido pelo próprio Presidente da província. Além disso, segundo seu depoimento no processo ganhava a quantia de 600 mil réis por mês, que juntamente com os benefícios lhe permitiu alugar uma casa no arrabalde da Capunga por 300 mil réis e morar num sobrado na rua do Apolo. Por meio desse caso e da trajetória dessa atriz, podemos concluir que o teatro em certa medida foi um ambiente de possibilidades para algumas mulheres, no qual elas ocuparam um lugar privilegiado da cena pública e também conseguiram ter autonomia financeira.

Por conseguinte, também adentramos a cena teatral por outros sujeitos que faziam parte desses estabelecimentos que apareceram nos autos judiciais. Além dos artistas, dramaturgos e empresários, o teatro contava com outros trabalhadores, como bilheteiros, porteiros,

iluminador, contrarregras, tendo esse último que desempenha várias funções na administração do palco, como os elementos cênicos do cenário e a entrada e saída dos atores (Vasconcellos, 2001).

Para desempenhar essa função além de se desdobrar em múltiplas atividades, o contrarregra tinha que ter uma certa confiança tanto dos artistas como do empresário do teatro, e possivelmente poderia ser o caso de Melquiades Marques Vianna, que era contrarregra do Teatro do Apolo e foi inquirido pela justiça para dar um depoimento sobre a suposta subtração feita pela atriz Maria Leopoldina. No seu depoimento, Melquiades diz não ter visto nenhum objeto relatado pelo queixoso no teatro, mas disse que no dia 7 de março de 1852 viu sair uns caixões pertencentes à querelada e que ouviu dizer que tinha objetos escondidos no teatro. Além disso, o teatro algumas vezes poderia ser muito perigoso para alguns trabalhadores, como foi o caso da emboscada que sofreu Cândido José de Lima, que era porteiro do teatro na cidade de Victória, levando-lhe a entrar com uma denúncia-crime na justiça. Segundo os autos, na noite do dia 17 de outubro de 1844, a casa de espetáculo que pertencia à “Sociedade Dramática e Recreio da Mocidade” estava lotada e atraiu muitos espectadores para Rua Direita, onde ficava o estabelecimento na cidade de Victória, atual Vitória de Santo Antão. Diante disso, a demanda de trabalho de Cândido José aumentou, pois além de controlar a circulação em frente ao teatro, tinha que ficar responsável também pelos cuidados com a casa e pela venda dos ingressos. Sendo assim, tendo de lidar com um grande público, encontrando as vezes algumas pessoas nada pacíficas, como Adrião Fernandes Daltro, que ao saber que não tinha mais ingressos para aquela noite ficou enfurecido e teve que ser contido pelos policiais para não agredir Cândido. No entanto, ele não conteve seus ânimos e juntamente com dois homens, esperou Cândido apagar as luzes e fechar o teatro, surpreendendo-o e deram-lhe uma surra utilizando capotes. No entanto, algumas pessoas ouvirão gritos e socorreram o porteiro, que diante desse ataque faz uma apelação crime na subdelegacia na freguesia de Carpina. Segundo o réu o atrito ocorreu porque o porteiro tinha chamado a Guarda do Teatro, fazendo-o ficar descontente, porque somente o Diretor do teatro teria essa autoridade, mas que mesmo diante disso foi para casa, o que fizeram também as testemunhas próximas a ele. Por diante, o processo é julgado pelo Tribunal do Júri da Cidade de Vitória que concede uma pena de fiança 382\$500 réis ao réu.

Por meio dos conflitos desses trabalhadores presentes nos autos judiciais, como o contra regra Melquiades e porteiro Cândido, podemos entender que o teatro dependia de uma grande gama de pessoas trabalhando para o seu funcionamento, que os espetáculos não eram feitos somente pelos artistas e diretores que apareciam frequentemente nos jornais, mas também de trabalhadores, que tinham contato direto com público e os artistas, e que diante disso estava expostos a situações de conflitos e poderiam vir a ser vítimas de ataques do público.

1709



Entre tabernas e garapas

Por conseguinte, o universo das tabernas e lojas de garapa incorreram em três processos que não somente revelam o micro-espço relacional daquele ambiente, como também as práticas, sujeitos e contextos gerais daquela sociedade do século XIX. O primeiro processo foi o libelo cível que Francisco José Pinto Vianna moveu pela cobrança 471\$493 mil réis a José Marques Vianna, valor de uma dívida referente ao período que o autor se ausentou da cidade por conta das constantes “convulsões políticas”, deixando o réu administrando seus bens e negócios.

Primeiramente, Pernambuco era um eixo comercial importante na primeira metade do século XIX, que além de exportar açúcar e algodão, era também um elo crucial de uma rede comercial interna. Toda via, esta região não estava restrita as trocas de grosso trato, pois também tinha um forte comércio a retalho, que englobava desde vendas de garapas a lojas de fazendas, sendo boa parte desse setor formado por comerciantes e caixeiros portugueses. No entanto, conflitos políticos e militares impactaram nessa praça comercial, visto que a insegurança dominava as ruas diante dos constantes “motins” e “movimentos políticos” que aconteciam na Província, porque além de movimentações de maior escala, como a Confederação do Equador, aconteceram também “(...) vários distúrbios urbanos envolvendo tropa e povo” (Carvalho, p. 5, 1998). Esse cenário levou algumas pessoas a saírem da cidade, como também foi o caso do negociante Antônio Cardozo de Carvalho, que tinha comprado um ramo de garapa de Francisco José, mas que diante da conjuntura ausenta-se da cidade. O medo que gerava essas fugas, podia aumentar se tratando dos portugueses, pois eram “identificados como exploradores e inimigos da independência do Brasil” (Leite, p. 70, 1989), o que contribuía para um acirramento e poderia levar as vias de fato com os nascidos desse lado do atlântico.

No entanto, esse período também se mostrou uma janela de oportunidades para o réu José Marques Vianna, que nesses três anos ascendeu socialmente, deixando de ser um mero caixeiro para tornar-se um negociante. Inicialmente, ao servir de caixeiro para o réu em 1819, ele não estava apenas trabalhando para a sua subsistência, mas também para ascender nesse setor comercial, pois além da caixeiragem ser a porta de adentrar para algumas pessoas livres no mercado de trabalho, também era usada de trampolim para uma certa ascensão social (Câmara, 2012). Veremos uma gradativa aproximação dele em relação aos familiares do autor, que primeiramente estabelece uma relação muito próxima do sogro que mediar os contratos e acordos entre ambos, que acaba apresentando sua filha com quem José se casar. Dessa forma adentrando na rede daqueles comerciantes através da ligação de parentesco, estratégia crucial numa sociedade baseada nas relações familiares, que se estendiam para além da casa. Daí em diante, ganha a confiança do autor que mesmo depois do fim do seu contrato em 1820, acaba lhe recontratando em 1822 para administrar a sua casa, bens e estabelecimentos até o seu retorno em 1826. Além de receber a quantia de 150 mil réis anuais por esse serviço, também adquiriu duas vendas, sendo uma na Cinco Pontas e outra na Rua dos Quartéis, que segundo o autor

1710



abastecia elas utilizando seu crédito. No entanto, João Marques não ficaria somente no negócio de garapa, e estendeu suas atividades comprando escravizados e canoas, com isso podendo transportar sua própria água e adentrar no lucrativo negócio dos transportes de água e mercadorias pelos rios Capibaribe e Beberibe.

O segundo processo foi ação cível de Domingos Roiz do Passo que impetrou no ano de 1827 contra Bernardino de Sena Dias cobrando dívidas originadas da compra de artigos ao Apelante para serem vendidos na taberna do Réu. Entre esses artigos, estão seivas de figos no valor de 6 mil réis e 3 pipas de vinhos, servindo este último para armazenar bebidas. Nessa querela os negociantes afirmam diversas vezes terem certo crédito e disporem de respeito na praça, chegando até mesmo a receber escravos capturados em seus estabelecimentos, como Bernardino Sena costuma fazer, como consta na edição de 16 de março de 1831 do Diário de Pernambuco.

Além do mais, as relações de trabalhos e com a freguesia também chegaram ao Tribunal da Relação, como, por exemplo, o caso em que Antônio Martins do Couto Vianna é acusado de esbofetear João Marques da Trindade, caixeiro de 14 anos, que chamava os matutos em frente a sua loja de molhados. Diante disso, com o auxílio de seu patrão o caixeiro entra com uma apelação criminal no Juízo de Fora do Recife. Esse caso é demonstrativo das relações de trabalho no comércio, pois mostra a proteção e auxílio do patrão, que “era um espécie de juiz doméstico que procurava guiar e aconselhar o trabalhador, que, em troca, devia realizar suas tarefas com dedicação e respeitar seu patrão.” (Chalhoub, 2012, p. 115). Ainda mais, o movimento acirrado na busca pela clientela por trabalhadores e patrões, pois o caixeiro relata que é costume no Recife os caixeiros chamarem os matutos adentrem as variadas lojas, atitude essa que poderia gerar conflitos com a concorrência, levando a brigas entre os sujeitos que constituíam esses estabelecimentos.

1711

Brigando no entrudo

Por fim, tinham formas de diversão que não estavam restritas ao um espaço específico, como por exemplo, o entrudo, divertimento que tinha entre suas práticas atirar líquidos uns nos outros. Todavia, mesmo esse brinquedo sendo amplamente praticado por vários setores da sociedade, existiam diferenças e distinção nas formas de praticá-lo (Santos, 2018), alguns compravam limas de cheiro que viam nos anúncios do Diário de Pernambuco, outros poderiam utilizar polvilho ou até água suja, possivelmente como o caso que ocorreu na Vila do Cabo em 1854, envolvendo o assassinato do escravizado Antônio pelo jagadeiro Francisco Ferreira Lima. Segundo a petição inicial, feita por Maria Sancho da Conceição, proprietária do escravo, o jangadeiro estava pescando num açude, e como era dia de brinquedo Antônio aproximou dele para lhe molhar, diante disso ele lhe fere com golpes usando um remo e acaba matando-o.



Além desse caso, brigas durante os dias de entrudo apareceram em outra querela, ocorrida em Alagoas, na qual o grupo de amigos formado por Custodio Francisco da Cruz, Bento Joaquim de Medeiros, Manoel Joaquim da Silva Leão e Guilherme Gamet estavam passeando a cavalo nas ruas de Jaraguá quando são cercados por um ajuntamento de homens, mulheres e crianças que atiravam líquidos como era costume no entrudo. Entretanto, Custodio e seus companheiros não queriam entrar na brincadeira, e deram chicotadas nos brincantes para escaparem daquela situação, no entanto, ele acaba sendo derrubado do cavalo e leva socos dos entrudados, mas seu amigo Manoel Joaquim o socorre. Depois disso, a trupe de cavalheiros da voz de prisão aos foliões e esperam a chegada do chefe de polícia.

Pela forma na qual réus, autores e testemunha brincam o entrudo fica claro, que ele não dependia de uma grande estrutura e planejamento por parte dos foliões (ARAÚJO, 1996), pois as pessoas passavam tardes e noites se molhando pelas ruas e rios. Além disso, também vemos que ocorriam alguns conflitos por conta das pessoas molharem outras que estavam fora da brincadeira, levando até mesmo a morte, como foi o caso de Antônio na Vila do Cabo.

Conclusão

A parceria entre a Unicap e o Memorial da justiça do TJPE ressaltou a importância do diálogo entre a universidade, a comunidade e outras instituições. Incentivou o acesso aos acervos judiciais e acompanhamento das pesquisas dos estudantes envolvidos na iniciação científica. As ações visaram identificar aspectos sociopolíticos e culturais do século XIX brasileiro pela análise dos documentos jurídicos. Nesse sentido, foi preciso compreender o processo judicial como fonte histórica, bem como o funcionamento do sistema judicial e seus agentes na época.

Os casos julgados pelo órgão nos permitem lançar novos olhares sobre a história do Brasil, seja através da análise de grandes processos, seja pela análise de casos corriqueiros, além disso permitem a análise desse órgão em uma escala de análise pouco utilizada nas pesquisas sobre a história da justiça e do direito. Refletindo a história da sua trajetória de atuação e da sua relação com a comunidade que está inserida. Os processos judiciais juntamente com os periódicos e relatos de viajantes nos possibilitam compreender os lugares, representações e práticas de divertimentos de variados sujeitos, como atrizes, caixeiros, taberneiros na sociedade oitocentista pernambucana. Primeiramente, fica evidente um sistema que colocava as atrizes como mulheres perigosas por estarem no espaço público e por serem insubmissas a esse estado das coisas, que queriam manter as mulheres a um destino matrimonial restrito a casa e nas vezes que estivessem fora dela, tendo que seguir um comportamento normatizado pela estrutura machista e patriarcal da sociedade oitocentista, que mas essas artistas quebraram com isso, ao interpretar personagens femininos fortes e que desafiavam as estruturas vigentes. Por conseguinte, as mudanças políticas que aconteceram na década de 1820 impactaram fortemente no cotidiano no Recife, como na saída de alguns comerciantes das vendas de garapa, ambientes esses que aconteciam tanto

1712



confusões envolvendo as revoltas políticas, como também brigas entre caixeiros, patrões e negociantes de molhados rivais que pela busca da clientela chegavam até mesmo ao confronto físico. Por fim, as festas e divertimentos demandaram trabalhadores, arquitetura efémera e produtos específicos para a sua feitura, como a cana-de-açúcar para fabricação de bebidas que vendiam nas casas de molhados e limas de cheiro vendidas para brincar o entrudo.

A partir da leitura e interpretação cuidadosa dos documentos que compõem o processo judicial, foi possível perceber as diferentes vozes e discursos que se manifestam sobre um determinado caso, revelando as tensões, conflitos, valores e mentalidades da sociedade oitocentista. Assim, a pesquisa contribuiu para o avanço do conhecimento histórico sobre o Pernambuco oitocentista e para a valorização do patrimônio documental da Justiça pernambucana.

Referências

About, Edmundo. **Os casamentos de Paris**. Diário de Pernambuco, [Recife], n. 164, p. 1, 7 dez. 1856. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_03&Pesq=joao%20ozorio%20de%20castro%20maciel%20monteiro&pagfis=7857. Acesso em: 28 jul. 2023.

Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.

Bastos, Antonio Jose Baptista. **Conselheiro fiel do povo ou collecção de formulas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Typ. Universl de Laemmert, 1860.

Carvalho, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, v. 18, p. 331-366, 1998.

Chalhoub, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Cunha, Mônica Maria de Pádua Souto da. **A análise tipológica como subsídio para construção de vocabulário controlado: o caso do Juízo de órfãos do Recife (1824-1889)**. Recife: O autor, 2013. Orientador: Fábio Mascarenhas e Silva Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/241/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Cunha%2C+M%C3%B4nica+Maria+de+P%C3%A1dua+Souto+da>. Acesso em: 08 Out 2023.

1713



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Cunha, Mônica Maria de Pádua Souto da. **A Justiça em Pernambuco no Oitocentos.** Anais da Anpuh, Brasília-DF, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488175732_ARQUIVO_AJUSTICA_EMPERNAMBUCONOOITOCENTOS_Monica_Padua_Cunha_SNH2017.pdf. Acesso em: 08 Out 2023.

IAHGP, Queixa Crime. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Primeira Vara do Recife, Ano de 1852, Caixa 4. Apelante: João Osorio de Castro Maciel Monteiro. Apelados: Maria Leopoldina Ribeiro Sanches e Luís Carne de Amoêdo. Leite, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1824: A Confederação do Equador.** Recife: Editora Massagana da Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

MJTJPE, Agravo Ordinário. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano de 1827, Caixa 1. Apelante: Domingos Roiz do Passo. Apelado: Bernardino de Sena Dias.

MJTJPE, Apelação Crime. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano de 1828, Caixa 1. Autor: João Marques da Trindade. Réu: Antônio Martins do Couto Vianna.

MJTJPE, Apelação Crime. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano de 1852, Caixa 1. Apelante: O Promotor Público. Apelado: Francisco Ferreira Lima.

1714

MJTJPE, Apelação Crime. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal do Júri de Vitória, Ano de 1844, Caixa 2. Apelante: Cândido José de Lima. Apelada: A justiça.

MJTJPE, Libelo Cível. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano de 1828, Caixa 2. Autor: Francisco José Pinto Vianna. Réu: José Marques Vianna.

MJTJPE, Sumário Crime. Memorial da Justiça TJPE. Tribunal da Relação de Pernambuco, Ano de 1851, Caixa 1. Denunciados: Custodio Francisco da Cruz, Bento Joaquim de Medeiros, Manoel Joaquim da Silva Leão e Guilherme Gamet.

Neto, Luiz Costa-Lima. 2022. O Ator-cantor-dançarino negro Martinho Corrêa Vasques (1822-1890): lundus, árias, vaudevilles e paródias no Império da escravidão. Per musino: general topics, n. 42, p. 1-31, 2022.

Perrot, Michelle. Mulheres públicas. 1 ed. São Paulo: UNESP, 1998.

Reis, João José. **Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista.** Afro-Ásia, 34 (2006), p. 236-313.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Santos, Lídia Rafaela dos. Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”: festas e política no Recife (1817-1848). 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Schwarcz, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Soto, Maria Cristina Martínez. Pobreza e Conflito: Taubaté 1860-1935. São Paulo: Annablume, 2001.

Theatro de S. Isabel, Diário de Pernambuco, [Recife], n. 198, p. 3, 25 ago. 1855a. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_03&Pesq=joao%20ozorio%20de%20castro%20maciel%20monteiro&pagfis=6791. Acesso em: 28 jul. 2023.

Vasconcellos, Luiz Paulo. Dicionário de Teatro. Porto Alegre: L&PM, 2001.

Velasco, Ivan de Andrade. **A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais Século XIX**. Tempo, Rio de Janeiro, 2004, n° 18, pp. 171-195. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v9n18/v9n18a08>. Acesso em: 08 Out 2023.

1715



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERÍODO DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daiane Ferreira Peixoto¹
Karen Teixeira Fortes²
Karina Alves Rodrigues³
Omara Machado Araujo de Oliveira⁴
Deison Fernando Frederico⁵

Se nos sentimos satisfeitos, podemos relaxar de nosso esforço contínuo e dar boas vindas à serenidade. Se nos sentimos satisfeitos podemos desfrutar o tempo com a pessoa que está do nosso lado. Se nos sentimos satisfeitos, podemos fazer as pazes com o passado e nos desapegar de nossas bagagens. (Sunim, 2017, p.75)

Introdução

O projeto “Cuidar-se” está vinculado ao Centro Universitário IBMR, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Brasil. O trabalho surgiu com um conjunto de atividades de caráter educativo, social, cultural e científico, sendo ele multidisciplinar, com objetivos específicos e prazo determinado. A natureza do projeto embasa ações em uma instituição parceira que apóia familiares de crianças em tratamento oncológico, que envolveu docentes e discentes dos cursos de Psicologia e Nutrição com o intuito de prestação de serviços de caráter social. Assim desenvolvendo ações e campanhas direcionadas para o público interno, com o propósito de melhoria de sua qualidade de vida e ampliação do seu entendimento e sensibilização para práticas de autocuidado. A atividade oferecida pelo projeto “Cuidar-se” abrange diferentes habilidades e perfis de atuação, com o propósito de levar conteúdo claro e objetivo sobre o autocuidado durante período específico de pandemia de COVID-19. O público-alvo inclui as famílias dos pacientes, funcionários da instituição e voluntários, de modo a contemplar todos os envolvidos no

1716

¹ Graduanda do Curso de Nutrição, Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Psicóloga pelo Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Nutricionista pelo Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

⁴ Mestre em Saúde Coletiva, Docente do Curso de Nutrição, Centro Universitário IBMR, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

⁵ Doutorando em Saúde Coletiva, Mestre em Saúde Coletiva, Coordenador do Projeto “Cuidar-se”, na época docente do Centro Universitário IBMR. Atualmente preceptor no curso de medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: deisonf@hotmail.com



ambiente de atuação. O presente trabalho reflete ainda sobre as possibilidades de atuação de um projeto de extensão junto a instituição que visa o apoio social e familiar de seus assistidos.

É importante considerar que a atuação deu-se no ano de 2021, com a pandemia de COVID-19 no Brasil, já em curso, com intensa propagação do vírus e implementação de severas medidas de segurança sanitária. Sendo assim, medidas de precaução e prevenção como o distanciamento social, a quarentena e o isolamento social se tornaram necessários e, em determinados momentos, obrigatórios. Com isso, a circulação foi restringida, limitando de forma repentina as rotinas diárias de pessoas, famílias, instituições e cidades. Ao longo do ano de 2020, o número de mortes provocadas pela COVID-19 aumentava diariamente, provocando medo e ansiedade na população, com impactos profundos também na saúde mental e emocional das pessoas.

Neste contexto surgiu o Projeto “Cuidar-se”, se adaptando ao cenário de restrições, promoveu de forma remota conhecimentos sobre a prática do autocuidado, pensando a partir de estratégias de enfrentamento adaptativas. O conceito de autocuidado entendido no projeto é o que enxerga a capacidade da população de promover a própria saúde e de prevenir e lidar com doenças mesmo sem o eventual apoio de um profissional de saúde (WHO, 2014).

O projeto Cuidar-se se organizou em frentes de trabalho que englobam o cenário da instituição parceira, a pesquisa das informações necessárias, a produção de materiais informativos e a comunicação via redes sociais. Em comum, as frentes tinham a preocupação de processar e distribuir mensagens simples e objetivas, e que alcançassem com a maior eficácia possível o público acolhido. Ao longo do ano foram abordados temas como bons hábitos de higiene, *mindfulness* (atenção plena), alimentação equilibrada e reconhecimento das próprias emoções, dentre outros. Todos os conteúdos escolhidos tinham como finalidade desenvolver a percepção sobre os próprios hábitos em um momento de rotinas alteradas e que exigiu adaptação constante.

O autocuidado também foi abordado por meio da valorização do uso de máscaras faciais e da higienização constante das mãos, práticas individuais que se mostraram eficientes para reduzir a propagação do vírus. Além disso, o estímulo na manutenção de rotinas consideradas mais saudáveis e que englobam a higiene corporal, uma alimentação possivelmente equilibrada com a ingestão de alimentos que forneçam bons nutrientes (dentro da realidade de vulnerabilidade que as famílias assistidas viviam) e a prática de exercícios físicos. Mesmo com a restrição da utilização de espaços públicos, tais práticas contribuíram para o fortalecimento do sistema imunológico e, conseqüentemente, para a diminuição do risco de contrair o coronavírus.

Mesmo compreendendo que todas as pessoas estavam sujeitas ao contágio da doença, o esforço para a manutenção do bem-estar se justificava como fator de prevenção para o estresse, ansiedade e depressão grave. A busca por apoio emocional e a manutenção das redes sociais como espaço de troca, mesmo que de forma remota, exerceu papel significativo na preservação e estabilidade da saúde mental das pessoas durante aquele período desafiador. Diante disso, o autocuidado desempenhou papel fundamental na prevenção de agravos e promoção da saúde,

1717



na manutenção do bem-estar mental e físico, na promoção da resiliência e na redução da pressão sobre os sistemas de saúde. Isso ajudou a proteger os indivíduos em um momento de crise de saúde global.

As primeiras reuniões do projeto de extensão aconteceram com o intuito de buscarmos alternativas e soluções para que o projeto acontecesse no formato remoto, uma vez que não foi possível a realização dos encontros de forma presencial devido ao cenário pandêmico. Naquele momento, inicialmente foi necessário definir questões práticas, como por exemplo: dia, horário e a plataforma que seria utilizada para que essas reuniões acontecessem entre os docentes e discentes.

Nesse período introdutório os professores mantiveram contato com a instituição parceira mediando e coletando informações significativas sobre o público-alvo. Assim, repassando essas informações para os alunos, onde foi possível planejar e desenvolver formatos de comunicação com esse público, uma vez que, o isolamento social se fazia presente e houve a necessidade de uma adaptação às demandas desse público.

Durante os primeiros encontros tivemos como propósito apresentar o escopo do projeto onde era discutido brevemente sobre os trâmites burocráticos e conceituações do mesmo, além de expormos as perspectivas individuais. Tornou-se importante estabelecer critérios sobre a frequência dos participantes, decorrendo de explicações das tarefas iniciais, como a atualização do currículo *lattes* e portfólio de atividades, distribuição de temas e divisão dos grupos de trabalho. Após a divisão desses grupos, foi possível abordar as temáticas relacionadas ao autocuidado, compartilhando saberes sobre as pesquisas relacionadas a cada tema abordado. Houve ainda a discussão sobre dúvidas referentes às tarefas propostas semanalmente, sobre as possíveis formas de como alcançar os assistidos, de como seria a formatação dos materiais elaborados, incluindo o *layout* e conteúdo dos folhetos produzidos.

Além de abordar a proposta do projeto, foram discutidos assuntos relacionados às expectativas em relação ao projeto, cronograma de elaboração das atividades e formação de grupos dos estudantes para desenvolvimento das tarefas propostas. Com a divisão desses grupos, os alunos realizavam pesquisas sobre os seguintes temas: Educação em Saúde; Promoção de Saúde; Intervenções via digital em saúde e educação; Autocuidado; Diagnóstico Situacional. Após a pesquisa dos temas, os alunos extensionistas realizavam uma breve apresentação nas reuniões de encontros semanais para todo o grupo dos discentes e docentes, visando ter um debate aberto sobre os conceitos e temáticas, que ia ao encontro das proposições do projeto. Reforçando a perspectiva que o projeto não só intencionava o trabalho com a comunidade, mas também o aprimoramento da formação dos estudantes, para um saber-fazer mais integrado e interdisciplinar.

Conhecemos um modelo de saúde que passa por um momento de transição histórica, pois ainda nos deparamos com uma política paternalista a qual não produz recursos de conhecimento e autonomia para os sujeitos, além de um saber centrado no profissional da saúde em uma espécie

de função apostólica (Balint, 2001), que dita uma educação frente a uma questão de saúde-doença e vemos assim um processo que pauta a biomedicina como uma prática de caráter hegemônico.

Um aspecto discutido, e tema central do projeto, foi o autocuidado, com o olhar da importância do próprio sujeito se conhecer e se perceber no mundo, assim como também quais seriam as possíveis formas de ajudar as pessoas a produzirem esse autoconhecimento, através do reconhecimento de seus hábitos de sedentarismo, por exemplo, ou qual atividade física é prazerosa para esse indivíduo. Com uma mudança de perspectiva, onde o profissional seja capaz de sair do papel de apenas um prescritor, para um lugar de parceria com o seu cliente/paciente. Dessa forma, mostrando o respeito quanto às escolhas desse sujeito e alcançando ainda mais a autonomia do mesmo.

A prática de autocuidado requer que o indivíduo se envolva ativamente em um processo de auto-observação, reconhecendo-se como o agente principal de qualquer transformação em sua própria vida e bem-estar. A negligência no autocuidado ao longo do tempo acarreta consequências prejudiciais para a saúde física, mental e social das pessoas. No entanto, quando executado de maneira eficaz, o autocuidado contribui para a manutenção da integridade e funcionamento humanos, bem como para a adoção de mudanças no estilo de vida que visam à prevenção de problemas de saúde e à redução de complicações em tratamentos de saúde (Neta, A. Silva, & G. Silva, 2015; Guerrero-Pacheco, Galán-Cuevas, & Cappello, 2017).

Ainda com o propósito de esclarecer uma perspectiva relevante a nossas reflexões, houve uma abordagem pontual dos docentes sobre a territorialização, explicando sobre a interpretação governamental desse conceito e como a regionalidade e outros fatores podem afetar no diagnóstico e planejamento, já que nem sempre o território que uma pessoa reside e faz parte é necessariamente o seu existencial território.

1719

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo, tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente "em casa" (Guattari & Rolnik, 1986, p. 323).

Por muitas vezes esses indivíduos passam mais tempo no trabalho ou em outros lugares do que em sua residência e como temos a visão de que o território é vivo, ele acaba sendo modificado constantemente. Suas problemáticas e necessidades são de constante adaptação, assim como no caso da instituição parceira que nesse momento de pandemia, precisou se reconhecer através das suas potências e vulnerabilidades. A territorialização nos permite conhecer as verdadeiras



condições onde os indivíduos trabalham, vivem, amam e apreciam seus prazeres e desprazeres, dependendo do cenário social em que estão inseridos.

Visto que o projeto teve como uma de suas funções a de informar a população sobre as atribuições e importância das unidades de saúde no Brasil, como a Unidade Básica de Saúde - UBS, que oferece serviços a nível de Atenção Primária à Saúde - APS, ofertando assistência, prevenção de agravos e a promoção da saúde, para que não tenhamos posteriormente um sistema emergencial caótico de saúde, como o que temos atualmente. Educando a população sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, sistema esse que organiza as redes de cuidado à saúde brasileira.

Diante dessa realidade, tivemos como um dos propósitos desenvolver e possibilitar a criação de materiais de uma forma que fosse possível alcançar esse público de um jeito que eles se interessassem pelos temas abordados sem um acúmulo de informações de forma exaustiva e desinteressante. Era visto que naquele momento de pandemia exageramos no uso de telas e dos conteúdos, sem verificação das fontes que chegavam através das plataformas e redes sociais. Outro ponto relevante foi que durante as reuniões periódicas tanto os docentes quanto os discentes, estiveram nesse lugar de fala e troca de conhecimento, onde era possível manter a leveza, fluidez no diálogo e compartilhamento de suas próprias experiências durante esse período tão devastador que foi a pandemia de COVID-19.

Com o projeto em ação e depois de todos os documentos assinados entre as instituições, foi realizado um pequeno levantamento de quantas famílias a instituição parceira atendia naquele momento. Recebemos então a informação de que esse número ficava em torno de 350 famílias com todos os projetos em funcionamento. Porém, naquele momento esse número foi reduzido, já que com a pandemia praticamente todos os projetos foram suspensos. O único projeto que se manteve ativo foi o da distribuição de cestas básicas, que assistia em média 256 famílias mensalmente. Outra informação relevante repassada foi a de que a população atendida na instituição era composta em sua maioria por crianças e adolescentes, compreendidos na faixa etária de 1 a 24 anos, e que realizavam seus tratamentos de enfrentamento às doenças oncológicas em instituições parceiras como o Instituto Nacional do Câncer e no Hospital Universitário Pedro Ernesto - INCA. Já para adultos – compreendidos na faixa etária de 35 a 70 anos – eram atendidos no Hospital Clementino Fraga Filho, todos na cidade do Rio de Janeiro, e que fazem parte de uma população em vulnerabilidade social e financeira maior, e apresentando ainda uma dificuldade de acesso à internet.

Depois de todas essas informações colhidas, e estruturas alinhadas as ações com o público-alvo teve início no mês de maio de 2021.

Logo após essa definição do período, determinamos cores sobre o *layout*, onde optamos por uma paleta de cores que representasse e remetesse as cores do Centro Universitário IBMR e da instituição parceira. Sobre a escrita, os docentes orientaram os alunos na produção dos materiais, para que utilizassem uma linguagem que fosse objetiva e acessível, de forma sucinta, pois a

1720

grande maioria desse público-alvo possuía uma menor escolaridade. O que nos fez ter uma atenção maior para tornar essa comunicação acessível, com palavras simples, e de fácil entendimento, sendo possível de ser compreendida por maior número de pessoas. Não podemos deixar de citar que como o projeto não tinha verba financeira para recursos materiais, os professores propuseram aos alunos que procurassem por lugares que pudessem fazer a doação das impressões dos 300 folhetos por mês.

Objetivos

- Informar e incentivar de forma didática diferentes práticas do autocuidado com foco no público-alvo da instituição parceira.
- Estimular o conhecimento sobre as diferentes práticas do autocuidado para os cuidadores - sejam eles profissionais, voluntários ou familiares dos pacientes - desenvolvendo o pensamento crítico e reflexivo sobre o tema e propondo a construção da autonomia dos indivíduos.

Método

O projeto criado teve que se adequar à realidade da pandemia de COVID-19 uma vez que não foi possível atuar na forma presencial inicialmente planejada. Houveram conversas com representantes da equipe dirigente da instituição parceira, e com isso, ocorreu a criação do espaço remoto para o desenvolvimento de atividades de autocuidado e disponibilização de informativos sobre o tema.

Dentre eles, temas como a importância de promover hábitos saudáveis, onde foi possível apontar a relevância de ter uma boa noite de sono, uma alimentação equilibrada e o ensinamento da atenção plena - *mindfulness*, esta que tem em sua prática o objetivo de ajudar na capacidade de concentração, relaxamento e consciência do presente. Informações que podem parecer básicas como a higiene do sono que incentiva um ambiente sem ruídos e a diminuição do uso de telas como, por exemplo, celular e televisão algumas horas antes de pegar no sono, ações que podem auxiliar significativamente em um processo de vivência menos estressante. Os informativos promoviam pequenas dicas, porém de grande impacto na vida desses indivíduos.

Um outro tópico relevante e presente em todos informativos foram as receitas que davam dicas acessíveis de como aproveitar os ingredientes encontrados com abrangência no mercado brasileiro, para serem aproveitados de forma integral em receitas nutritivas e com modo de preparo simplificado. Foram trabalhados ainda temas como as campanhas do Outubro Rosa - conscientização sobre o câncer de mama, o Novembro Azul - conscientização a respeito do câncer de próstata/ saúde do homem, e Setembro Amarelo - que visa desenvolver a prevenção ao suicídio, todas elas de caráter nacional e até mesmo mundial.

1721



Por conta do cenário de isolamento social, as atividades precisaram ser adaptadas aos recursos tecnológicos disponíveis. Com a necessidade do distanciamento durante grande parte do período de execução do projeto, nem mesmo os alunos tiveram a oportunidade de se conhecer pessoalmente. Sendo assim, se fez necessário o mapeamento prévio das plataformas digitais que poderiam ser utilizadas para realizar os encontros de trabalho, o contato com o público-alvo e a produção dos conteúdos. Esta condição se tornou um desafio, já que inicialmente os recursos das plataformas digitais ainda eram limitados e grande parte dos atendidos apresentava pouca familiaridade com os meios tecnológicos. Foi preciso uma conjunção de ideias e conhecimentos distintos de cada participante do projeto para que o grupo fosse capaz de fazer as adaptações necessárias.

Com duas frentes de trabalho definidas, uma dedicada a desenvolver materiais para as redes sociais de contato direto com o público e outra dedicada a produzir material informativo, os alunos iniciaram as ações e contornaram os primeiros obstáculos com criatividade e dinamismo com o intuito de alcançar a população-alvo. A partir de então, conteúdos sobre autocuidado começaram a ser produzidos em diversos formatos: imagens gráficas, textos, vídeos e panfletos informativos impressos. Todas as informações eram distribuídas e veiculadas por meio das redes sociais utilizadas pelo projeto.

Durante a pandemia, as redes sociais desenvolveram papel significativo em vários aspectos. Dentre eles, o fato de que plataformas como *Instagram*® e *Whats.App*® se tornaram veículos mais rápidos de propagação de informações e atualizações do status do isolamento social controlado pelas autoridades públicas. Isso permitiu o aumento da circulação de informações, principalmente aquelas sobre medidas de segurança sanitária.

Além disso, com a necessidade do distanciamento social, as pessoas passaram a utilizar as redes sociais para retomar e manter contato com amigos e membros da família, algo que tinha sido interrompido de forma brusca e inesperada no início da pandemia. Por meio das redes sociais, foi possível trabalhar, ver parentes e fazer celebrações. Algumas soluções, como as aulas *on-line*, foram de enorme valor. Porém, houve também momentos de diversão e entretenimento que ajudaram na manutenção da saúde mental e emocional dos envolvidos, evitando carga ainda maior de estresse. Um dos cuidados necessários foi o de promover informações oriundas de fontes seguras e confiáveis, já que as plataformas digitais estavam inundadas de falsas notícias - *fake news*, o que causava ainda mais ansiedade. Mesmo assim, as ferramentas digitais tiveram papel essencial no estreitamento das relações e no fornecimento de informações.

1722

Resultado

Muitas questões puderam ser levantadas pelo grupo de extensionistas durante todo o ano de execução do projeto. Dentre elas, uma questão que norteou o trabalho serviu de base para pensar em um recorte de saúde, apesar de uma população tão desigual como temos em uma das



maiores cidades do país: como promover saúde e bem-estar em um momento tão desafiador da história da população mundial e para um público que em sua maioria vive em vulnerabilidade social e não tem acesso? Foi necessário refletir sobre questões atuais que envolvem o acesso básico à saúde da população e principalmente a do público proposto. Foi preciso pensar sobre competência cultural, que é a “capacidade de realizar um cuidado efetivo, compreensivo e respeitoso, de maneira compatível com as crenças e práticas culturais de saúde do usuário, e no idioma de sua preferência” (Anand & Lahiri, 2010). Dessa maneira, um diagnóstico situacional envolve o entendimento dos marcadores sociais dessa população, onde para o grupo de alunos foi de extrema importância compreender e dar conta das estruturas sociais que envolvem o público-alvo. Só assim, foi possível pensar com clareza e dinamismo nas propostas que eram levantadas, afinal era necessário entender qual era o acesso dessas pessoas ao material e se essa comunicação aconteceria de forma efetiva e funcional. Entender o recorte de tais estruturas sociais era pensar sobre disponibilizar informações, mas também se os receptores que estavam na outra ponta conseguiriam ter o entendimento gerando então uma comunicação assertiva.

Ao longo do ano de 2021, as famílias dos atendidos foram orientadas para promoção de saúde através do autocuidado. Desta forma, foram criados grupos de conversa, vídeos informativos, folhetos e conteúdos em redes sociais. Considerando o marco temporal da pandemia de COVID-19, que durou aproximadamente três anos, sucessivos ajustes foram necessários para manter o fluxo de informação sobre o autocuidado. A saúde mental ganhou novo foco de atenção devido à extensão da necessidade de isolamento social. E pensar sobre esse conceito que ganhava força através do sofrimento de grande parte da população, também perpassou pelas relações de desigualdade social e pelos territórios. Uma população que necessita de um apoio de cesta-básica mensal através de doações mensais teria a condição de ter uma saúde mental plenamente estável e minimamente preparada para lidar com um evento de proporção mundial e devastadora? Famílias que lidam com um dos seus integrantes enfrentando uma doença que necessita de tratamento oncológico no Sistema Único de Saúde - SUS, teriam essa estabilidade? Afinal, uma doença crônica já demonstra um fator de desgaste emocional significativo, que ao precisar encontrar de frente uma doença nova como a COVID-19, sem tratamento, deixando quem vive com o câncer ainda mais exposto e vulnerável, pode trazer uma angústia ainda maior de como se proteger e mesmo assim, seguir com os cuidados exigidos pelo câncer. Assim, falar de autocuidado, bem-estar, promoção de saúde e saúde mental se tornou um desafio importante e proporcionalmente gratificante.

As incertezas durante a pandemia eram significativas, pois não se sabia quais eram as ações do vírus no organismo humano, não existia tratamento próprio e direcionado ou vacinas. Um misto de dúvidas e questionamentos que geraram uma grande insegurança e com ela, um aumento significativo dos casos de ansiedade em toda a população mundial. Foi necessário pensar na busca dessa estabilidade entre o corpo físico e a mente, visando um equilíbrio já que um não é completamente possível sem o outro.

1723



Infelizmente, o número altíssimo de mortes provocadas pela COVID-19 gerou insegurança, medo e angústia. Fez-se necessário aprender a retornar às suas atividades diárias, se adaptando ao novo cenário pós pandemia. Duas atividades, em especial, geraram receio: a volta dos adultos ao trabalho e a volta das crianças às escolas. Temos também as crianças que nasceram durante esse período e que foram privadas de maior contato com as famílias e meios sociais logo no início das suas vidas. Muitos dos que contraíram a doença ainda sofrem com sequelas físicas e emocionais causadas pela transmissão do vírus. Ainda hoje, novas variantes do vírus provocam surtos da doença, o que causa receio e estresse, apesar das vacinas auxiliarem na prevenção da doença e suavizar os sintomas, infelizmente não impedem o contágio.

Com isso, foi possível perceber que o autocuidado teve transformações positivas, desmistificando a ideia de que cuidar de si mesmo pode ser algo superficial. Muitos passaram a dar mais atenção para as questões de saúde mental, alimentação equilibrada e atividade física, cuidados que frequentemente são deixados de lado com o estilo de vida adotado por grandes parcelas da população. Foi possível perceber também a importância de dar atenção aos alimentos consumidos, já que a preocupação com comorbidades como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, entre outras, ganhou novo e reforçado significado diante do risco de agravamento das consequências da COVID-19. Sendo assim, um período de tantas incertezas ganhou também espaço para a promoção da saúde.

O projeto teve o intuito de disseminar esse conhecimento de forma que fosse possível alcançar o público-alvo, levando informação didática e, em alguns momentos, lúdica. A diretoria da instituição reconheceu a importância dos informativos disponibilizados por meio de aproximadamente 300 impressões mensais enviadas junto com cestas básicas distribuídas para as famílias atendidas. Dessa forma, obteve-se um canal de contato direto com os assistidos, contornando as restrições de convívio social.

Outro resultado não menos importante, foi a equipe do projeto de extensão perceber que precisavam fazer o seu próprio autocuidado para poderem ofertar possíveis caminhos de autocuidado às pessoas assistidas pelo projeto. Uma vez que o cenário de restrições e inseguranças, também afetava os membros da equipe que produzia as ações do projeto.

1724

Conclusão

Apesar das restrições impostas pela pandemia de COVID-19, todos os objetivos foram alcançados. Foi possível informar e incentivar de forma didática a promoção da saúde através do autocuidado, assim como promover pensamento crítico e reflexivo sobre sua importância em um momento de vida tão delicado para toda a população. As adaptações foram necessárias, já que inicialmente o projeto tinha a intenção de práticas presenciais com o público, o que foi inviabilizado pelas restrições da pandemia. A comunicação por meio de plataformas digitais foi testada e adaptada conforme a necessidade do grupo. Foi possível perceber que as atividades



desenvolvidas possibilitaram o aprendizado sobre o tema e que novos hábitos puderam ser implementados e mantidos nas novas rotinas pós pandemia. O projeto de extensão universitária favoreceu a comunidade local, que estava em situação de vulnerabilidade e necessitava de atenção e cuidados.

Com o desejo de manter e propagar as informações da prática do autocuidado, em 2022 no fim do isolamento social imposto pela pandemia, foi criada uma continuidade do projeto em formato presencial, inspirada nesse projeto de extensão universitária: Cuidar-se. O público-alvo desta nova fase foram mães de crianças com deficiências. Durante o período de um ano e com dez encontros mensais presenciais realizados, as atividades pensadas para o ambiente digital foram reformuladas. Foi possível desenvolver rodas de apoio emocional em que as mães podiam compartilhar suas angústias, necessidades e carências, gerando identificação com o sentimento ou momento de vida das participantes. Era comum que mães em maior vulnerabilidade deixem de cuidar de si mesmas para dar conta do apoio ao filho portador de deficiência, e diante desse cenário o autocuidado era algo impraticável para essas mulheres. As atividades presenciais foram oportunidades de reforçar informações sobre a importância de alimentação saudável, principalmente voltada para o aproveitamento integral dos alimentos. Ao final de cada encontro tínhamos um momento de integração e socialização, com compartilhamento de receitas e conversa sobre a importância de uma alimentação rica em nutrientes.

Com isso, foi possível ter uma nova perspectiva de aplicação do projeto. Seja ele de forma remota, através de meios digitais, ou presencialmente com um novo grupo, constatando-se que a importância da prática do autocuidado é parcela fundamental da promoção da saúde. Portanto, perceber a alimentação e o olhar para as questões de saúde física e mental sem dúvida se tornou uma forma não só de cuidado, mas também de afeto. Ter a oportunidade de pensar sobre formas de cuidado consigo, mas que também poderiam ser aplicadas a todos os membros de uma mesma família.

Afinal, alimentação está inserida em todos os momentos de nossas vidas e ter um olhar diferenciado sobre a ingestão dos alimentos e seus nutrientes é pensar também sobre o comer como forma de se manter saudável a longo prazo. Além disso, trabalhar os afetos e oferecer espaço para que reflexões sobre o próprio percurso da vida fossem pensados, são formas de exercitar o desejo de escolha de forma autônoma, de promover esperança para que um momento significativamente adverso pudesse se tornar menos desassossegado. Sugerir que as pessoas tivessem um momento de pausa durante o dia, onde era possível respirar sem pressa e com consciência, dedicar uma parte de seu dia para um cuidado que era totalmente focado nas suas necessidades, com dicas que pudessem conectar com o alívio das tensões emocionais, visando a redução do estresse diário, a ansiedade e contribuindo até mesmo com a qualidade do descanso. Momentos em que estar em família pudessem ser aproveitados para uma conversa mais profunda ou até mesmo troca de experiências, para que entre si pudessem ser apoio e

1725



também acolhimento para as angústias que todos estavam enfrentando, porém, cada um sentindo de forma distinta.

Enfrentar uma pandemia não foi uma tarefa simples, a carga emocional vivida por todos deixará repercussões por muitos anos que ainda virão. O caráter repentino, a falta de preparo para grandes acontecimentos, sejam eles de leitos e equipamentos hospitalares até mantimentos para cuidados diários com higiene e alimentação. As famílias ficaram devastadas, as perdas são irreparáveis e lidar com uma situação abrupta certamente deixa marcas. Muitos ainda possuem sequelas físicas e emocionais de momentos de internação hospitalar ou casos que deixaram dificuldades neurocognitivas. De certo, é preciso seguir cuidando.

Estimamos ainda que se faz necessária uma pesquisa mais ampla sobre os beneficiados do projeto, para avaliar, em detalhes, os resultados e mapear sua efetividade/eficiência diante das ações desenvolvidas.

Referências

Anand, R. & Lahiri, I. Intercultural Competence in Health Care. In: Deardorff DK, organizador. *The SAGE Handbook of Intercultural Competence*. California; 2010. p. 387–402.

Anjum, S., Ullah, R., Rana, M. S., Khan, H. A., Memon, F. S., Ahmed, Y., Jabeen, S., & Faryal, R. (2020). COVID-19 Pandemic: A Serious Threat for Public Mental Health Globally. *Psychiatria Danubina*, 32(2), 245–250. <https://doi.org/10.24869/psyd.2020.245>

Balint, M. *O Médico, Seu Paciente e a Doença*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001.

Dubey, S., Biswas, P., Ghosh, R., Chatterjee, S., Dubey, M. J., Chatterjee, S., Lahiri, D., & Lavie, C. J. (2020). Psychosocial impact of COVID-19. *Diabetes & metabolic syndrome*, 14(5), 779–788. <https://doi.org/10.1016/j.dsx.2020.05.035>

Guattari, F. & Rolnik, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Guerrero-Pacheco, R., Galán-Cuevas, S., & Cappello, O. S-A. Factores sociodemográficos y psicológicos asociados al autocuidado y la calidad de vida en adultos mexicanos con Diabetes Mellitus tipo 2. *Acta Colombiana de Psicología*, 20 (2), 2017. p. 158- 167.

Meyer, D., Van Rheenen, T. E., Neill, E., Phillipou, A., Tan, E. J., Toh, W. L., Sumner, P. J., & Rossell, S. L. (2022). Surviving the COVID-19 pandemic: An examination of adaptive coping strategies. *Heliyon*, 8(5), e09508. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2022.e09508>

1726



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



Neta, D. S. R., Silva, A. R. V., & Silva, G. R. F. Adesão das pessoas com diabetes mellitus ao autocuidado com os pés. *Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn*, 68(1), 2015. p. 111- 116.

Richard, A. A., & Shea, K. (2011). Delineation of self-care and associated concepts. *Journal of nursing scholarship : an official publication of Sigma Theta Tau International Honor Society of Nursing*, 43(3), 255–264. <https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.2011.01404.x>

Santos, M. O. S. dos, Peixinho, B. C., Cavalcanti, A. M. C., Silva, L. G. F. da, Silva, L. I. M. da, Lins, D. O. A., & Gurgel, A. do M. (2021). Estratégias de comunicação adotadas pela gestão do Sistema Único de Saúde durante a pandemia de Covid-19 – Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e200785. <https://doi.org/10.1590/interface.200785>

Sunim, H. (2017). *As coisas que você só vê quando desacelera: Como manter a calma em um mundo frenético* (1ª ed., R. Lemos Trad.). Editora Sextante.

World Health Organization. (2014). Regional Office for South-East Asia. Self care for health. WHO Regional Office for South-East Asia. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/205887>

1727



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

CICATRIZES DA INJUSTIÇA: TRABALHO INFANTIL E ENCARCERAMENTO DE JOVENS À LUZ DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL E DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

Anne Caroline Nascimento da Silva¹
Alice Victória Simplício Fernandes²
Tâmara Ramalho de Sousa Amorim³
Manuella Castelo Branco Pessoa⁴
Denise Pereira dos Santos⁵

Introdução

O trabalho infantil (TI) se configura como qualquer atividade, seja vista socialmente como lícita ou ilícita, exercida por alguém com menos de 18 anos de idade, a fim de receber algum pagamento, em espécie ou gênero. Com a ratificação das convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / *E-mail*: annecacal3215@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3885-9128>

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) / *E-mail*: alicevictoria789@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4613-9283>

³ Professora adjunta do Departamento de Fundamentação da Educação, do Centro de Educação da UFPB. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Facilitadores e Instrutora de Círculos de Construção de Paz. Desenvolve atividades, estudos e pesquisas nos temas: Justiça e práticas restaurativas, socioeducação, trabalho infantil e formação de professores(as). / *E-mail*: tamara.amorim@academico.ufpb.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6126-5200>

⁴ Pós-Doutora em Psicologia da Saúde pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Adjunta vinculada ao Departamento de Psicologia UFPB. Vice-líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre a Infância e Adolescência (NUPEDIA). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST). Atualmente está vinculada ao grupo da ANPEPP Modos de Vida e Trabalho. Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da UEPB. Atua nas áreas da psicologia social do trabalho e na perspectiva das clínicas do trabalho. Desenvolve pesquisas e intervenções nos temas: Juventude e trabalho; formação profissional a partir das políticas públicas; desemprego e busca por um trabalho decente; e economia solidária. / *E-mail*: manucastelobranco2@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3523-8708>

⁵ Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora adjunta no Departamento de Fundamentação da Educação, do Centro de Educação da UFPB. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Desenvolve atividades, estudos e pesquisas nos temas: desenvolvimento da infância e adolescência, trabalho infantil, fundamentos psicológicos da educação e formação de professores. / *E-mail*: denyyps@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5294-2388>

1728



(ECA), o Brasil delimitou com precisão, teoricamente, as definições e proibições do TI. A posteriori, em 2008, o Brasil criou a Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (lista TIP), baseada na última convenção citada e inclui o tráfico, conflitos armados, entre outros trabalhos análogos a escravidão ou prejudiciais à saúde e ao desenvolvimento da criança e do adolescente (Brasil, 2008).

Apesar disso, dados do IBGE mostram que no Brasil, 1,8 milhão de crianças são trabalhadoras, dessas 703 mil, sendo 448 mil negros, exercem ocupações presentes na Lista TIP (PNAD CONTÍNUA, 2019). Além disso, possuem uma similitude em seus históricos de TI, realizando ocupações como ajudante de pedreiro, feirante, trabalhador rural, entre outras atividades presentes na lista TIP (Ramos; Romanini, 2017; Mota; Germano, 2019; Coscioni *et al.*, 2019; Galdeano; Almeida, 2019).

A perpetuação da inserção prematura no trabalho provoca implicações negativas na vida das pessoas que são marcadas por ela, comprometendo o desenvolvimento biopsicossocial, acarretando problemas nutricionais, de postura, imagem negativa de si, e a escolaridade, provocando evasão, defasagem, analfabetismo juvenil. Nesse sentido, percebe-se que essas crianças e adolescentes são expostas a ambientes onde são invisibilizadas e/ou criminalizadas (Alberto 2012; Carvalho, 2017; Coscioni, *et al.*, 2019; Alberto, *et al.*, 2021; Almeida, 2019).

Contudo, apesar disso, o trabalho informal se caracteriza, muitas vezes, como único caminho viável para essas crianças e adolescentes. Os quais, em sua maioria de baixa renda, comumente precisam trabalhar de forma precoce como meio de complementar a renda familiar. Ademais, como sua inserção formal no mercado de trabalho costuma ser demarcada por obstáculos e desigualdades, o que os resta são opções de fácil acesso e rápido retorno financeiro. Inclui-se, aqui, o tráfico de drogas. Destarte, embora o ECA postule, em diversos artigos, que tais jovens devam ser protegidos, observa-se que, tratando-se do tráfico, a mão do Estado é punitiva (Goes, *et al.*, 2021).

É necessário salientar que as conceitualizações acerca do que é trabalho, principalmente no senso comum, são atravessadas pelo período histórico-cultural no qual se encontram. No Brasil, a visão de trabalho, mais especificamente o TI, foi construída sob uma lógica moralista, na qual a dignificação do sujeito é uma qualidade inerente à atividade exercida. Ou seja, atividades ilegais não se qualificam como trabalho por “levar o indivíduo para o mau caminho”. Na prática, tal lógica é usada como pretexto para ter acesso a mão-de-obra infantil e barata (Dourado; Fernandes, 1999), utilizando-se da desculpa de que busca retirar os jovens da rua e, com isso, da criminalidade. Contudo, a literatura aponta que não apenas o TI, mas também a precarização trabalhista, faz com que crianças e adolescentes se aproximem cada vez mais de atividades ilícitas (Alberto, 2012), e muitas vezes, é atribuído a elas a realização de algum ato infracional que é punido com medidas socioeducativas.

Nesse seguimento, as medidas socioeducativas (MSE), regulamentadas no ECA, são uma forma de responsabilização do adolescente ao qual é atribuído o cometimento de atos infracionais, que

se configuram como uma contravenção penal. Ao total são 6 tipos, dispostas no artigo 112º, as quais devem ser breves em respeito ao estado peculiar de desenvolvimento na adolescência. A internação, detalhada no artigo 122º, não deve passar de 3 anos e deve ser usada apenas em casos de grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (Brasil, 1990).

Porém, o que se encontra é que as unidades de MSE são locais inóspitos onde, mais uma vez, as pessoas têm seus direitos negados e suas necessidades negligenciadas, não exercendo uma prática ressocializadora. Têm, contrariando a legislação, um aspecto de cárcere, e as equipes que as regem o fazem com uma ótica de sistema penitenciário (Rocha, 2012).

A literatura demonstra que os adolescentes em cumprimento de MSE de privação de liberdade são em sua maioria adolescentes acima de 14 anos, negros, do sexo masculino, em defasagem escolar (Ministério, 2017). Tal perfil é determinado, anterior à própria internação, por fatores sociais. Com o fim da ditadura militar, houve uma transição do inimigo interno: o personagem do terrorista se transformou na do traficante, o qual é representado pela figura do jovem, preto, e periférico. Esse sujeito, assim, se torna alvo da ação policial desde cedo. Como aponta Batista (2003), se a maioria dos sujeitos encarcerados vem de uma classe socioeconômica e raça específicas, o paradigma individualista e punitivista deduz que a causa do crime pode ser reduzida ao autor do delito.

Desse modo, o jovem é triplamente julgado: não só pelo ato infracional, mas também por sua cor e classe. Isso aponta, mais uma vez, a falha do Estado para com as crianças e adolescentes em questão, não os protegendo como trabalhadores infantis, criminalizando-os desde a infância e nem os percebendo como pessoas em estado de vulnerabilidade (Meirelles, 2008; Bortolozzi, 2014). Estabelecido isso, o presente artigo conjectura que o cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade é uma das consequências psicossociais da inserção precoce no trabalho.

Contudo, para compreender esse adolescente e jovem que tem uma trajetória de trabalho infantil e e atribuição de ato infracional, é preciso demarcar teoricamente como se compreende o desenvolvimento desses sujeitos. A partir da perspectiva Histórico-Cultural, entende-se que o meio onde se dá o processo de socialização e suas condições objetivas de vida durante o período de desenvolvimento afeta diretamente o processo de formação de conceitos (Vigotski, 2001), a visão de mundo e de si própria, a amplitude de sonhos e o planejamento de projetos de vida das pessoas (Leal; Mascagna, 2016), ou seja a constituição de sua personalidade e consciência pessoal e social.

Nessa perspectiva teórica, não se compreende o sujeito como se constituindo fora das condições de vida e relações sociais nelas vivenciadas; considerando-se o contexto de trabalho precoce e das MSE, entende-se que uma criança e adolescente trabalhador sofre com o processo de adultização precoce, isto é, recebe atribuições, responsabilidades e tratamentos de adultos por

1730

precisar se comportar como um (Alberto, 2007). Porém, essa realidade não significa que o sujeito atingiu maturidade para tal; assim, transcorre apenas uma consonância superficial com que os adultos que o rodeiam esperam dele. Vigotski entende o período da adolescência como o momento onde se forma o pensamento por conceitos (Leal; Mascagna, 2016), a partir da atividade principal que é a atividade de estudo ou profissional. Contudo, considerando a realidade dos adolescentes aqui estudados, o afastamento ou vivência precária da escolarização e a inserção no trabalho explorador e desprotegido podem afetar o alcance de um pensamento por conceito, limitando as possibilidades de constituição do sujeito e de sua humanização.

Em desfecho, e considerando os elementos indicados, esse estudo se faz pertinente para a sociedade através da sua contribuição teórica para construção de políticas públicas de prevenção e enfrentamento do TI. Além de produzir conhecimentos relevantes para a reflexão acerca dos contextos de desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes com histórico de vulnerabilidade especificamente TI e medidas socioeducativas.

Objetivos gerais

Analisar a relação entre a inserção precoce no trabalho e as medidas socioeducativas de privação de liberdade para meninos adolescentes em uma Unidade Socioeducativa de Internação Provisória no estado da Paraíba, no nordeste do Brasil.

Metodologia

O presente estudo segue estritamente as disposições delineadas nas Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, vinculado ao Ministério da Saúde do Brasil. Adicionalmente, obteve a necessária carta de anuência da Direção da Fundação de Desenvolvimento da Criança e Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC), a entidade responsável pelo Centro Educacional do Adolescente (CEA). Este projeto de pesquisa também submeteu-se à avaliação do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e obteve o registro de CAAE sob o número 67395817.8.0000.5188.

Uma vez obtida a autorização e a anuência necessárias, a equipe de pesquisa efetuou visitas à instituição em questão, durante as quais apresentou o escopo da pesquisa ao diretor da unidade e aos técnicos encarregados do acompanhamento das adolescentes. O ingresso de tais adolescentes no estudo ocorreu por meio da assinatura dos Termos de Assentimento, Consentimento Livre e Esclarecido, ou, quando apropriado, do Termo de Autorização de Responsável.

Nesse sentido, tem-se que o escopo da pesquisa abrangeu o Centro Educacional do Adolescente (CEA), uma unidade socioeducativa que assume a responsabilidade pela custódia provisória, ou

1731

protetiva, de indivíduos do sexo masculino entre as idades de 12 e 17 anos, 11 meses e 29 dias. Quatorze adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas de privação de liberdade no referido estabelecimento participaram do estudo.

A pesquisa fez uso de dois instrumentos, o primeiro dos quais foi o Mosquito, um questionário de triagem projetado para rastrear quais adolescentes respondentes tinham experiência prévia de trabalho antes de sua internação na unidade. Esse questionário compreendia questões relativas à idade, escolaridade, histórico de desistência escolar e experiência anterior de trabalho ou assistência em atividades laborais.

Aqueles que optaram por prosseguir com a pesquisa preencheram o segundo instrumento, um questionário estruturado composto por 42 questões de resposta fechada. Esse questionário abordou diversos aspectos, tais como dados sociodemográficos, histórico escolar, experiências de trabalho, condições de vida, percepções sobre o significado do trabalho e contexto relacionado ao possível envolvimento em atos infracionais que culminaram na internação.

Por fim, para a análise dos dados coletados neste estudo, foi utilizado o software IBM SPSS Statistics (Statistical Package for the Social Science), que permitiu a elaboração de frequências descritivas.

Resultados

Características Gerais

Na tabela 1 estão dispostos as características gerais dos 14 participantes, nota-se que destes, 9 são negros (6 pardos e 3 pretos); 5 possuem 17 anos de idade; 8 são da região metropolitana de João Pessoa/PB (6 de João Pessoa e 2 de Santa Rita). Essas informações corroboram com o encontrado nas pesquisas de Ramos e Romanini (2017), Mota e Germano (2019), Coscioni, *Et Al.* (2019) e Galdeano e Almeida (2019).

1732

Tabela 1 - Dados Biossociodemográficos dos Participantes

Etnia	Nº	Idade	Nº	Ciclo Escolar	Nº	Cidade/Estado de origem	Nº
Pardo	6	17 anos	5	Ciclo V	7	João Pessoa/PB	6
Preto	3	16 anos	4	Ciclo II	3	Santa Rita/PB	2
Branco	3	15 anos	3	Ciclo III	2	São Paulo/SP	1
Indígena	2	14 anos	1	Ciclo I	1	Sapé/PB	1
		18 anos	1	Ciclo IV	1	Guarabira/PB	1
						Mamanguape/PB	1
						Mulungu/PB	1
						Salvador/BA	1

1733

Fonte: Pesquisa direta 2020/2022

Escolarização

Referente a relação desses adolescentes com a escola, 7 estão cursando o Ciclo Escolar V do EJA -Educação para Jovens e Adultos, o modelo de educação vigente nas Unidades Socioeducativas- que equivale ao 1º e 2º ano do Ensino Médio (Tabela 1), 13 deles estão com uma defasagem escolar variando de 1 a 9 anos de atraso, com uma média de 1,3 anos. 9 precisaram evadir e ao serem perguntados os motivos mais aparentes foram a Pandemia do COVID-19 e o fato de morar nas ruas, outras razões que também surgiram foram o envolvimento, más companhias, precisou fugir, começou a trabalhar e desinteresse (figura 1).

Figura 1 - Razões para evasão escolar.



Fonte: Pesquisa direta 2020/2022

1734

Em seus estudos, Almeida (2019) encontrou uma média de defasagem escolar entre os meninos de 4,7 anos, esta pesquisa apresenta uma diminuição nessa média, no entanto o fato de 13 dos participantes estarem em defasagem está em consonância com o postulado por Torrecilla e Carrasco (2014) que explica que as crianças trabalhadoras dispõem de menos tempo para realizar os deveres de casa passados pela escola e enfrentam a jornada escolar mais cansados e menos preparados que seus colegas não trabalhadores. Além disso, precisam despende um esforço maior para alcançar resultados similares aos que os companheiros não trabalhadores alcançam. Destarte, isso também gera uma dificuldade de identificação entre esses dois grupos, uma vez que suas realidades cotidianas os dividem cada vez mais.

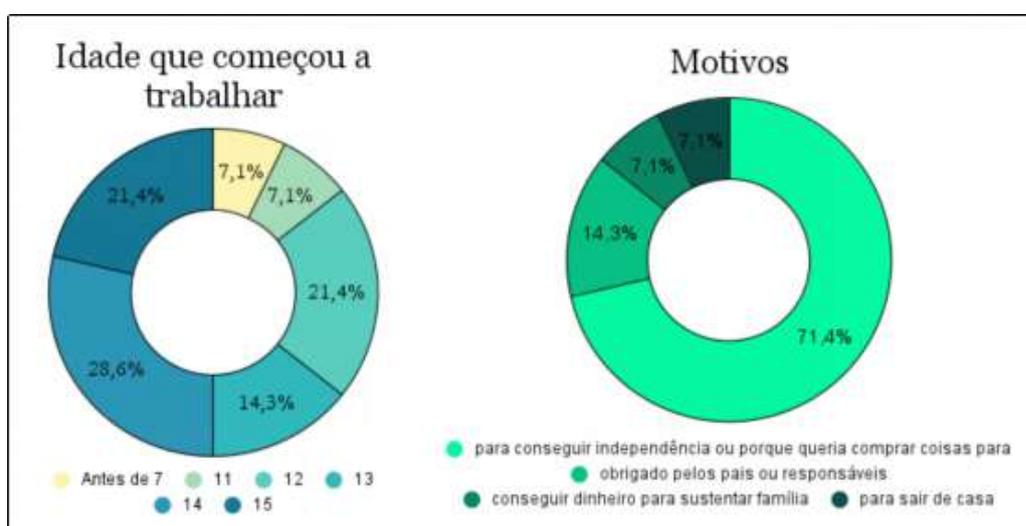
Ademais, como evidenciado por Alberto (2012) a inabilidade da escola em lidar com trabalhadores precoces vai além de um despreparo da equipe escolar. Trata-se de uma falha desse espaço como instituição, uma vez que se reduz a um ambiente meramente conteudista, e não de acolhimento, em principal se tratando de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas. Com isso, embora a escola deva ser um ambiente para receber e orientar esses jovens, assim como posteriormente pensar, em um trabalho em rede, alternativas ao trabalho infantil, a mesma se isola em si e se torna um ambiente excludente. Esse conjunto de fatores desestimula o processo de aprendizagem e aumenta o risco de evasão escolar.

Trabalho Precoce

No que diz respeito à inserção no trabalho, aproximadamente 7 dos pesquisados começaram a trabalhar antes dos 14 anos, em destaque vê-se 21,4% que foram inseridos aos 12 anos (figura 2). Esse número está de acordo com o supracitado apurado pela Pnad Contínua (2019), demonstrando que esses adolescentes não são alcançados pelas políticas de proteção e prevenção contra o trabalho infantil.

O principal motivo para adentrar no mercado de trabalho, apresentado por mais de 70% dos participantes, foi a vontade de ser independente e de comprar coisas para si, porém também aparecem com mais de 14% das respostas o fato de serem obrigados pelos pais e com 7,1% a necessidade de sustentar a família e a necessidade de sair de casa. (figura 2). Como apresentado por Meirelles (2008), a necessidade da criança trabalhar para comprar coisas para si, apresenta-se enquanto manifestação da sua vulnerabilidade financeira que retira dela a possibilidade de acesso a lazer, cultura e bens de consumo que vão além da subsistência, imprescindíveis para a vida do ser humano.

Figura 2 - Idade e motivos que começou a trabalhar

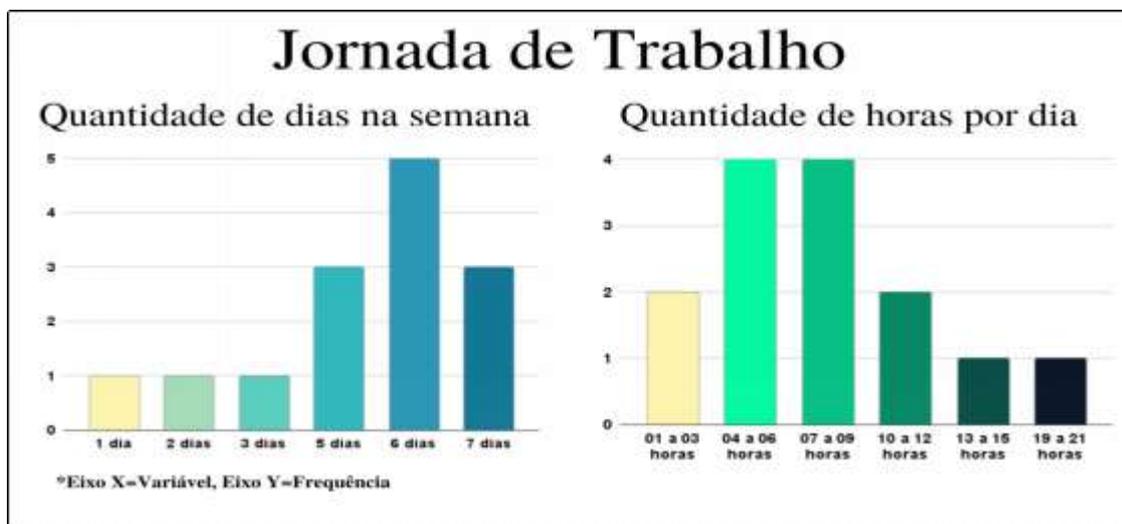


1735

Fonte: Pesquisa direta 2020/2022

Além da precocidade com que ocorre a inserção no trabalho pelos respondentes, também há condições de trabalho preocupantes, na figura 3 pode-se observar que 5 deles trabalhavam 6 dias por semana, 3 possuíam uma jornada semanal de 7 dias, 4 deles trabalhavam de 7 à 9 horas por dia, outros 4 afirmaram trabalhar de 4 à 6 horas por dia, 1 deles possuía um expediente de 19 a 21 horas. Esta demanda exacerbada reflete diretamente no processo de desenvolvimento biopsicossocial dessas pessoas, ocasionando fadiga, problemas nutricionais por não se alimentar adequadamente, baixa auto-estima e adultização precoce, ainda deixando-as mais suscetíveis a sofrer com transtornos de personalidade e falta de capital cultural quando chegar a adultez (Alberto 2012; Carvalho, 2018; Coscioni, *et al.*, 2019; Alberto, *et al.*, 2021).

Figura 3 - Jornada de Trabalho



1736

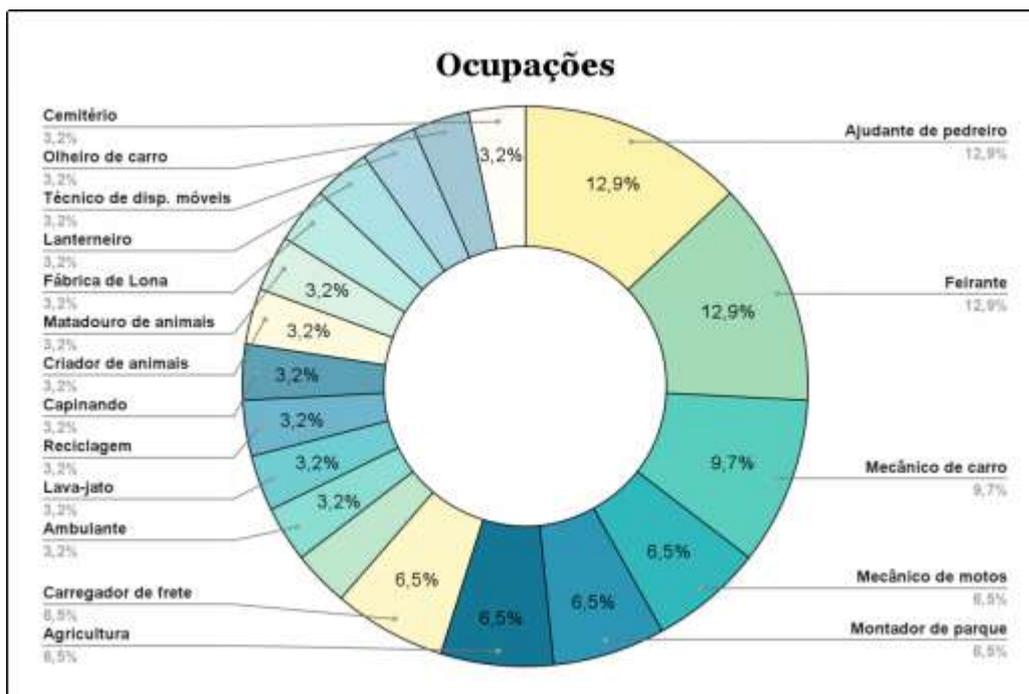
Fonte: Pesquisa direta 2020/2022

Outra preocupação emergente da conquista dessa informação é a centralidade do trabalho na vida desses adolescentes, sendo seu principal meio socializador, se torna sua principal fonte de aprendizagem e internalização de conceitos (Vigotski, 2001). Deixando a escola, que supostamente é um ambiente seguro e agente do governo para identificação e proteção de trabalhadores infantis (Alberto, 2012), em segundo plano nesse processo de socialização, aumentando o risco de serem recrutadas para o trabalho no tráfico, de serem invisibilizadas por estarem “apenas ajudando” adultos e de serem criminalizadas por estarem em companhias anteriormente criminalizadas também (Bortolozzi, 2014). Impedindo, dessa maneira, o

movimento em direção do rompimento no ciclo intergeracional do trabalho infantil, da pobreza e da criminalização.

Não somente na questão da jornada de trabalho, mas as ocupações exercidas pelos participantes também são dignas de nota. A figura 4 dispõe que 12,9% dos trabalhadores infantis, exerciam a função de Ajudante de Pedreiro, a mesma percentagem aparece para a função de Feirante. Essas porcentagens convergem com os achados de Ramos e Romanini (2017), Mota e Germano (2019), Coscioni, *et al.* (2019) e Galdeano e Almeida (2019) e são alarmantes pelos riscos ergonômicos, químicos e de acidentes existentes nas ocupações, além do potencial de provocar deformações ósseas e estéticas, fadiga e enrijecimento muscular. (Silva, *et al.*, 2012). Todavia, também dispõe que 3,2% trabalhavam em cemitérios ou matadouros de animais, ou seja, 6,4% dos adolescentes, além de trabalharem em ocupações presentes na Lista TIP, estavam sendo obrigados a lidar com a morte e a crueldade diariamente.

Figura 4 – Ocupações



1737

Fonte: Pesquisa direta 2020/2022

Ao ser feito o apanhado de qual o significado do trabalho para os entrevistados, pode-se aprofundar a razão pelo qual eles se submetiam a tantas atividades arriscadas. As respostas “uma forma de sustentar a família” e “um meio de sobrevivência” somadas deram cerca de 60% das frequências. Comprova-se então, a adultização precoce sofrida pelos respondentes que ao invés de se preocuparem em estudar e se divertir, se viram responsáveis pela sua própria vida e de seus familiares (Alberto, 2007).

É digno de se ressaltar que embora nenhum deles tenham listado o tráfico como uma das ocupações, quando perguntados se já trabalharam nele, foi essa a atividade mais realizada, correspondendo a 57% dos participantes. Ainda nesse sentido, ao serem perguntados se consideravam o tráfico como trabalho, 6 dos participantes responderam que sim, por “haver ganho de dinheiro” (66,7%). Por outro lado, 8 responderam que não, trazendo principalmente a razão por ser “dinheiro fácil” (37,5%) ou “sujo” (37,5%).

É atribuída uma qualificação ao dinheiro recebido, recebendo tais denominações por se tratar de uma atividade ilícita. Embora todas as outras ocupações citadas também sejam ilegais, uma vez que são realizadas por crianças, elas não têm o mesmo peso que o tráfico no imaginário popular. Já que as crianças e adolescentes que nele atuam são vistas como perigosas perante a sociedade. Ou seja, devem ser retiradas de tais espaços para punição, não proteção ou ressocialização.

Tal visão advém de uma noção moralista acerca do que se constitui como trabalho. Pois, embora atividades como o tráfico possuam todas as características de um, ainda não são tidas como tal. Destarte, os jovens envolvidos, na maioria pobres e pretos, são vistos não como sintomas de uma estrutura concebida para punir esses sujeitos desde a infância, mas como a causa das violências noticiadas na mídia. Embora sejam esses mesmos jovens as maiores vítimas dela (Batista, 2003).

Assim, diante desse não reconhecimento, inclusive por parte das autoridades judiciárias, tais adolescentes trabalhadores no tráfico tem seu trabalho invisibilizado, sendo afastados ainda mais das políticas de proteção contra o trabalho infantil e cada vez mais próximos das políticas de punição e encarceramento (Bortolozzi, 2014).

Conclusões

Neste estudo, todos os adolescentes sob medida socioeducativa no Centro Educacional do Adolescente (CEA) tinham histórico de trabalho infantil, iniciando-o antes dos 14 anos, o que infringe o Estatuto da Criança e do Adolescente. Suas ocupações se enquadravam nas piores formas de trabalho infantil, incluindo ajudante de pedreiro e feirante. A principal motivação para trabalhar cedo era a aquisição de bens pessoais. Além disso, muitos estavam envolvidos com o tráfico de drogas. As razões para envolvimento em atos infracionais estavam ligadas ao

1738

círculo social e à necessidade financeira, associados ao trabalho infantil e às circunstâncias de vida dos adolescentes.

Os resultados revelam uma homogeneidade nas trajetórias de vida dos participantes, marcadas pela falta de garantias de direitos, exclusão social, criminalização e privação de liberdade pelo Estado. As medidas socioeducativas de privação de liberdade são aplicadas em vez de medidas protetivas, revelando uma preferência do sistema judiciário pela criminalização desse grupo de jovens.

Este estudo não se limita a denunciar a negligência do Estado em relação às crianças exploradas pelo trabalho infantil, mas também insta à efetivação e aprimoramento das políticas de erradicação desse fenômeno. É um apelo para que mais pesquisadores se concentrem nessa população negligenciada, realizando estudos em ambientes socioeducativos para embasar o desenvolvimento e melhoria de políticas públicas que beneficiem essas famílias afetadas pela pobreza. Além disso, destaca a necessidade de capacitar profissionais na área educacional para identificar crianças em situação de vulnerabilidade e acionar políticas públicas e redes de apoio adequadas.

Referências

ALBERTO, M. F. P. **As implicações psicossociais do trabalho precoce de meninos e meninas em condições de rua.** Revista Laboreal, v. 3(2), 2007. p. 8-21.

ALBERTO, M. F. P. **O estatuto da criança e do adolescente, o trabalho infantil e a escola.** In: CALISSI, L (Org.). Editora Universitária da UFPB, 2012, 126-136.

ALBERTO, M. F. P. et al. Adolescentes E Jovens Que Cumprem Medidas Socioeducativas Foram Trabalhadores Infantis. In Alberto, M. F. P. & Costa, R. R. (Orgs.), **Trabalho Infantil e trajetórias de vidas punidas e encarceradas com medidas socioeducativas.** Editora CRV, 2021. p. 39-62.

ALMEIDA, H. C. D. **Interface entre o trabalho precoce e a prática de atos infracionais: uma análise de gênero.** Dissertação de mestrado, João Pessoa: UFPB, 2019

BATISTA, V. M. (2015). **Introdução à criminologia crítica brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Revan.

BORTOLOZZI, R. M. **O sentido do trabalho para jovens trabalhadores da economia da droga: exame retrospectivo.** Dissertação de mestrado, Brasília: UNB, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente,** Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

1739



BRASIL. **Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil** (Lista TIP). Decreto no 6.481 de 12 de junho de 2008.

CARVALHO, S. J. K. **Trabalho infantil e medidas socioeducativas: desafios e perspectivas a partir da política de assistência social**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

COSCIONI, V. et al. **Significados do mundo do crime para adolescentes em medida socioeducativa de internação**, Brasil. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niez Y Juventud, v. 17, p. 1-20, 2019.

DOURADO, A. C. D. & FERNANDEZ, M. A. A. **Uma história da criança brasileira**. Belo Horizonte: Palco, 1991.

GALDEANO, A.P.; ALMEIDA, R. **Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social**. 1. ed. São Paulo: Cebrap. 2019.

GOES, Vitória *et al.* **Trabalho precoce e o envolvimento em atos tipificados como infracionais**. IN: ALBERTO, Maria (Org.). Editora CRV, 2021, 83-104.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores**, 2019.

LEAL, Z. F. de R. G. & MASCAGNA, G. C. **A adolescência inicial: comunicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceitos**. Campinas, SP, 2016.

MEIRELLES, Z. V. **Nas Viradas da Vida: jovens que romperam com o mercado do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: ENSP, 2008.

MOTA, M. P. & GERMANO, M. S. F. **A desigualdade social e suas influências no crescimento dos atos infracionais**. Transformar, Itaperuna, RJ, v.13, n. 2, p. 76- 101, ago./dez. 2019.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) (2019). **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf> (28 mar. 2023)

1740

RAMOS, S. & ROMANINI, M. **Medidas Socioeducativas e Políticas Públicas: histórias de vida de adolescentes.** In: IV Jornada de Pesquisa em Psicologia, 2017, Santa Cruz do Sul. Anais da Jornada de Pesquisa em Psicologia. Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 1. p. 1-16, 2017.

ROCHA, A. P. **Trajetórias de adolescentes apreendidos como "mulas" do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil-Paraguai: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza.** Franca/SP, 2012.

SILVA, A. C. S., et al. PETI: descobrindo caminhos a partir da prática extensionista. In Alberto, M. F. P. & Pessoa, M. C. B. (Orgs.) **Extensão universitária e direitos de crianças e adolescentes: da formação à ação em psicologia.** UFPB. 2012. p 257-280.

Murillo Torrecilla, F. J., & Carrasco, M. R. (2014). **CONSECUENCIAS DEL TRABAJO INFANTIL EN EL DESEMPEÑO ESCOLAR.** *Latin American Research Review*, 49(2), 84-106. Recuperado de <https://muse.jhu.edu/article/551986/summary>

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** Martins Fontes: São Paulo/SP, 2001. p. 151-239

HISTÓRIA, CONHECIMENTO E HERMETISMO EM BACON

Edmilson Menezes¹

Rodolpho Augusto Limeira Corrêa de Vasconcelos²

Introdução

Este trabalho de Pesquisa de Iniciação Científica Voluntária (PICVOL/ Universidade Federal de Sergipe) esteve vinculado a um projeto maior ligado às concepções de história do séc. XVII. De acordo com certo consenso historiográfico é somente no século XIX que há uma reflexão mais detida quanto fins epistêmicos da história, entretanto, o Seiscentos já tematiza, com profundidade, as questões em torno da trajetória dos homens no tempo e de um sentido para ela. A filosofia empirista baconiana é uma destas reflexões. A história cunhada por Bacon associa verdade e progresso temporal.

De modo geral, autores como Jean Ehrard e Guy Palmade (1964) propõem que o período clássico é um período de inação ou de poucos progressos quando nos referimos às preocupações em torno da história dos indivíduos. George Huppert (1973) chega a pontuar um retrocesso da quadra em relação aos avanços metodológicos do século XVI e uma desambição diante das grandes questões históricas. Após as propostas teóricas de Paul Hazard (1961), torna-se habitual contar entre os elementos da “crise da consciência europeia” (1680-1715) uma crise da história. Estamos diante de um quadro no qual a história se vê destituída da possibilidade das certezas objetivas e desdenhada por alguns dos mais importantes espíritos modernos, a exemplo de Descartes. Frequentemente a matéria é ensinada por doutos em letras, sua exigência se faz junto às explicações dos textos antigos. Desse modo, vê-se institucionalizado o caráter retórico que o século XVI lhe havia conferido. A especialidade de Clio torna-se, segundo a época ou a necessidade, simples pretexto à demonstração política, à propaganda de determinadas ideias ou à predicação moral, teológica ou mística. Pode-se acrescentar aos três grupos citados a tradição hermética (YATES, 1999) (FESTUGIÈRE, 1967), expressa a partir de um conjunto de antigos compêndios intitulados de *Corpus Hermeticum*, atribuídos ao vetusto autor Hermes Trismegistus (1945). Esses textos constituem respeitáveis testemunhos sobre o contexto intelectual em que se desenvolveram, por volta do século III ou IV de nossa era, sistemas científicos como a alquimia ou a astrologia.

1742

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail para contato: edmilsonmenezes@uol.com.br

² Graduando de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail para contato: rodolphovascon@gmail.com

Com efeito, o hermetismo, que a literatura destaca enquanto um momento precursor da ciência moderna, possui também algo que interessa frisar aqui: uma interpretação acerca da história. Haveria uma sapiência singular que está oculta nas origens da história. Dentro da secular tradição do hermetismo o voltar-se e olhar o passado é um tema central (YATES, 1964). Recuperar o sentido genuíno de civilizações, textos, personagens ou ensinamentos equivale a readquirir a verdade, procurar um tesouro sobre o qual se sedimentaram as marcas do tempo, em outras palavras, busca-se a expressão de uma nativa sacralidade.

Para Bacon (1988), no tocante aos tempos passados, o julgamento dos homens é, em muitos casos, indevido e precisa atentar para o sentido expresso quando nos referimos ao que é antigo. Deve-se entender mais acertadamente por antiguidade a velhice e a maturidade do mundo e deve ser atribuída aos tempos coetâneos e não à época em que viveram os antigos, que era a do mundo mais jovem. A verdade não carece de ser buscada no pregresso, de lá podemos importar um catálogo de fatos e aquisições capaz de nos auxiliar em vista do futuro, pois a ciência e a verdade não são adquiridas por meio de uma volta e recuperação de determinados repositórios já passados, elas se fazem, ao contrário, ao preço da liberação das inércias e das ignorâncias acumuladas. O cientista ou o sábio não é mais aquele que sabe, mas aquele que investiga, bem persuadido, aliás, de que não se trata para ele de adquirir um saber total e absoluto.

Objetivos gerais

O objetivo geral da pesquisa foi entender a avaliação feita por Bacon dos progressos do conhecimento humano a partir da sua noção de história, quando a mesma apresenta-se como reação às noções de conhecimento e de história provindas da tradição hermética. Os objetivos específicos ficaram assim estabelecidos: expor que o hermetismo ignora a história associada ao progresso como elemento essencial da investigação em torno do saber; entender como a acumulação de conhecimento serve de instrumento epistemológico para desvendar o sentido da marcha do próprio conhecimento e não para ocultá-lo. Para Bacon, a sucessão do tempo representa um caminho necessário e mediador da verdade. Para tanto, a pesquisa apresentou como hipótese de trabalho a proposição que segue: ao escolher uma ideia de história que, entre outros aspectos, empreende um diálogo com o hermetismo, Bacon acaba estabelecendo uma conexão entre história da natureza e história do homem.

Metodologia, materiais e métodos

A pesquisa foi de cunho bibliográfico cujo pressuposto é o seguinte: a análise filosófica, mesmo quando se debruça sobre textos de natureza diversa, a exemplo dos escritos sobre a história, é explicitação e discurso. Ela se explicita em movimentos sucessivos, no curso dos quais ela produz, abandona e ultrapassa teses ligadas umas às outras numa ordem argumentativa. O que

1743



se pretendeu fazer, então, foi uma análise dos pressupostos teóricos e práticos para a história contidos, particularmente, nas obras de Bacon, em especial: *O Progresso do conhecimento* e o *Novum Organum*. Destacou-se um especial diálogo com a filosofia hermética. A estratégia metodológica orientou-se, portanto, para um estudo mais cuidadoso dos escritos de Bacon, com o objetivo de demarcar claramente como eles, de algum modo, sinalizam para uma relação intrínseca entre história, ciência e saber.

Resultados

Acerca da Tradição Hermética

Hermetismo ou tradição hermética é atualmente concebida como todo conhecimento derivado dos tratados do *Corpus Hermeticum*. Esse conhecimento teria sido organizado por Hermes Trismegistus tendo por base a *gnósis* e foi escrito por ele e seus sucessores; nesses tratados buscou-se representar o conhecimento divino do cosmos. É quase um consenso entre os especialistas que o hermetismo teve as suas origens no período helênico, em específico, entre os séculos 4 a.C-2 a.C. Na medida em que Alexandre, o Grande, expandia seus territórios para fora da Macedônia e da Grécia a cultura grega foi se instalando ao longo das zonas conquistadas e se misturando com as culturas locais. Este período é denominado de Helenismo (323 a.C-30 a.C). Alexandre se via como Prometeus e desejava espalhar o conhecimento grego pelo mundo para que seus súditos pudessem desfrutar de novas técnicas e de maior senso de humanidade. (MARCONDES, 2007) Este foi o objetivo das Alexandrias, cidades cosmopolitas que estimulavam a criação de conhecimentos e absorção de todas as culturas para um conhecimento maior. A mais importante das Alexandrias foi a do Egito. Foi nessa Alexandria que supostamente originaram-se os primeiros tratados do *Corpus Hermeticum*. A fusão da religião grega com a antiga religião egípcia gerou novas perspectivas. É atribuída a esta composição a ambientação capaz de fazer surgir um Hermes Trismegistus. A dúvida ocorre por conta da natureza mística deste autor. Não se sabe se Hermes foi de fato um homem, uma lenda ou um indivíduo ao qual foi atribuída uma ligação especial com a divindade. Mas as pesquisas sinalizam a terceira perspectiva como a mais provável. A ideia é que esse homem divinizado recebeu o conhecimento do cosmos através da *gnósis* e começou a escrever os tratados do *Corpus Hermeticum* como meio para a iniciação de outros indivíduos no conhecimento divino. Esta imensa obra é atualmente dividida em duas grandes partes: técnica e filosófica. A parte técnica ocupa a maior porção dos tratados e disserta sobre como este conhecimento divino pode ser aplicado no mundo. É atribuído a este segmento as raízes fundadoras da astrologia, da alquimia e da magia hermética. A parte filosófica ocupa a menor porção dos tratados, pois a maior parte da obra foi perdida ao longo do tempo. É especulado que esta perda se deve a certas restrições impostas pelo cristianismo durante a Idade Média. A coletânea filosófica indica como o neófito deve

1744



iniciar seu processo para atingir a divindade. É ressaltada a importância da *episteme* como forma iniciática do indivíduo para que o mesmo esteja preparado para seguir para o próximo nível de conhecimento que seria conquistado pelo estado de *gnósis*.

Com efeito, hermetismo precisa buscar no passado o início do circuito que confere unidade e estabilidade ao vivido e ao manifesto, por isso, essa recuperação implica o reconhecimento do valor atribuído aos esforços em torno da história. Conforme Rossi (1968), ao mundo, entendido pelo mago como unidade e continuidade, à imagem mágica do mundo como uma grande cadeia, parece corresponder, na perspectiva hermética, uma visão da história como realidade unitária e contínua. A unidade e a continuidade da história deitam raízes num passado que, pelo próprio fato de ser remoto, encerra em seu interior uma originária inculpabilidade e uma imaculada pureza. Esse remotíssimo passado é ao mesmo tempo garantia da unidade e da continuidade da vivência humana. Constitui um motivo de sólida certeza no eterno fluir do tempo. É uma câmara de inatingível sapiência à qual podem reportar-se e à qual podem continuamente recorrer as personalidades excepcionais que, por causa do seu poder mágico, emergem espontaneamente entre os comuns sem ser um deles. Empregando essa fonte, a alma pode, de certo modo, romper as cadeias que a mantêm ligada ao mundo material e operar o difícil processo de regeneração. Desse ponto de vista – que é o ponto de vista da natureza como um Todo Unitário e da história humana como uma Totalidade unitária – a expressão hermética continuou sempre a afirmar, no curso dos milênios, aquelas mesmas verdades eternas que a poucos foi concedido alcançar. A verdade não surge da história e do tempo: é a perene revelação de um logos eterno.

A história é um tecido apenas visivelmente modificado: nela está presente uma única e inalterável *sapientia*. A dessemelhança das formas em que ela se desdobra é apenas aparente. A consagração mística associada à perspectiva hermética, despertada pela manipulação de um conjunto de técnicas mágico-religiosas, não pode esquecer que o mundo onde atua possui uma temporalidade e a volta ao passado é obra de uma vontade que precisa ser motivada.

1745

Bacon e a Crítica ao Hermetismo

Certamente, o projeto das ciências modernas não é de forma alguma o das ciências ocultas, na medida em que se trata mais de propor uma explicação, que aparece como uma construção, do que de trazer à tona a substância oculta das coisas. Convocar os fenômenos para submetê-los às categorias do entendimento é uma abordagem estranha a um estudioso do século XVI, ainda mais se ele coloca seus estudos sobre bases herméticas. O ocultismo é precisamente criticado, porque pretende valorizar o que a ciência moderna quer mostrar como sendo vacuidade: não há razão para supor a existência de um “mundo verdadeiro” que estaria enterrado nas profundezas daquilo que se manifesta aos nossos sentidos. (JOLY, 2003)

Bacon realizou fortes críticas ao hermetismo e às suas áreas específicas (alquimia, astrologia e magia). Na visão do filósofo inglês não havia mais espaço para um conhecimento fundado em



especulações, misticismo e em experimentos aleatórios. Bacon visava um novo tipo de ciência. Este novo meio de conhecer deveria ser ordenado, seguro, gradual e acessível de tal forma que seria possível criar uma maior comunidade científica e filosófica. Um dos grandes objetivos do filósofo era criar um método simples e de fácil entendimento para que um maior número de intelectuais pudesse aderir a este projeto, pois quanto maior fosse o número de cientistas, maior seria a quantidade de dados disponíveis para a História Natural. Por conseguinte, a Filosofia Natural poderia se desenvolver mais rapidamente e amplamente. (BACON, 2007) Contudo, o autor antes de implementar o seu projeto teria que limpar e preparar um terreno próspero para tal empresa.

A moderna concepção de ciência supõe uma organização racional, ela própria tributária de informações disponíveis sobre a realidade. A partir do século XVII, a massa quantitativa de subsídios científicos não cessa de crescer. A observação direta, empregada sistematicamente, permite o enriquecimento do saber, agora liberado de toda intransigente lealdade aos repertórios dos antigos: a antiguidade merece que se lhe preste a reverência de apoiar-se nela e dali ver qual é o melhor caminho; mas uma vez descoberto este, há que se avançar. (BACON, 2007). É imperioso dominar um inventário o mais completo possível da realidade tal como se apresenta. Uma nova positividade aparece quando se estrutura a seguinte ideia: um fato envolve outro e cada espécie natural, útil ou inútil, grande ou pequena, merece ser estudada com a mesma atenção; com isso, o fenômeno da sensibilização à experiência perceptiva torna-se um aspecto essencial para a aquisição de conhecimento. Os fatos se impõem apesar da invalidade dos conceitos disponíveis ou mesmo da ausência deles. O reconhecimento da dignidade do fato precede os reagrupamentos teóricos tornados necessários para destacar o fato em questão. A figura do mundo e a figura da ciência não param de mudar. A revolução epistemológica consiste nisso: a imagem científica do universo, até então caracterizada pela estabilidade, dá lugar a uma imagem diferente, em processo de remodelação perpétua. As mútuas relações dos corpos inanimados se deixam reduzir a uma obediência plena e a realidade orgânica, a fim de tornar-se inteligível, alinha-se à ordem das coisas e emoldura-se na disciplina mecânica. O cientista hermético defrontava-se com o mundo da natureza, o qual lhe parecia receptivo e humano. O mundo era finito, do ponto de vista da extensão, e se destinava a servir às finalidades humanas. Era claro e inteiramente inteligível e imediatamente presente ante os poderes daqueles que sabiam manipulá-lo; era fundamentalmente composto pelas qualidades mais vívidas e intensas da própria experiência imediata do homem e era inteligível através dessas qualidades – a cor, o som, a beleza, a alegria, o calor, o frio, a fragrância e sua plasticidade com relação ao propósito e ao ideal. Para o cientista moderno o fato é que o universo da matéria, concebido como entidade totalmente experimental, estende-se em suas possibilidades, sem nada necessitar para sua existência contínua e independente. O mundo não se revela de imediato e não se apresenta qualitativamente, precisa ser investigado e, para tanto, as regras são estabelecidas pela matemática e pela mecânica. Ademais, a preocupação em elucidar a viabilidade e as

probabilidades reais do conhecimento humano é um problema sensível no projeto moderno de ciência, em especial no empirismo, e a acumulação dos resultados adquiridos serve de instrumento epistemológico para esclarecer o sentido da própria trajetória cumulativa. A sucessão dos tempos representa um caminho necessário e torna-se mediadora da verdade. Uma mudança espiritual deve substituir a imagem de uma ciência que busca no passado uma pureza com a qual se alimenta, por uma ideia de ciência em constante progresso. A autoridade da tradição aparece, de agora em diante, como um ponto de estagnação, uma etapa a ser suplantada. A reverência à Antiguidade, o respeito à autoridade de homens tidos como grandes mestres de filosofia e o geral conformismo para com o atual estádio do saber e das coisas descobertas também muito retardam os homens na senda do progresso das ciências, mantendo-os como que encantados. (BACON, 1988, af. LXXXIV). Para Bacon, no tocante aos tempos passados, o julgamento dos homens é, em muitos casos, indevido e precisa atentar para o sentido expresso quando nos referimos ao que é antigo. Deve-se entender mais acertadamente por antiguidade a velhice e a maturidade do mundo e deve ser atribuída aos tempos coetâneos e não à época em que viveram os antigos, que era a do mundo mais jovem. E do mesmo modo que esperamos do homem idoso um conhecimento mais vasto das coisas humanas e um juízo mais maduro que o do jovem, em razão de sua maior experiência, variedade e maior número de coisas que pôde ver, ouvir e pensar, assim também é de se esperar de nossa época (se conhecesse as suas forças e se se dispusesse a exercitá-las e estendê-las) muito mais que de priscas eras, por se tratar de idade mais avançada do mundo, mais alentada e cumulada de infinitos experimentos e observações. (BACON, 1988, af. LXXXIV). A verdade não carece de ser buscada no progresso, de lá podemos importar um catálogo de fatos e aquisições capaz de nos auxiliar em vista do futuro, pois a ciência e a verdade não são adquiridas por meio de uma volta e recuperação de determinados repositórios já passados, elas se fazem, ao contrário, ao preço da liberação das inércias e das ignorâncias acumuladas. O cientista ou o sábio não é mais aquele que sabe, mas aquele que investiga, bem persuadido, aliás, de que não se trata para ele de adquirir um saber total e absoluto. T tamanha transformação filosófica e científica, insistente na ruptura com a referência servil ao aparato remoto, impõe ao conhecimento, em todos os seus domínios, um novo esquema. Essa revolução, que impõe novas hipóteses sobre a realidade, só pode assumir seu pleno efeito na medida em que se alia a uma metodologia empirista. O pensamento de acordo com o qual a verdade podia ser deduzida de princípios revelados pela descoberta de fórmulas ocultas transformadas em fundamentos do conhecimento precisa ser abandonado e classificado entre aquelas inteligências a serem superadas em razão das constatações em contrário, já devidamente coletadas e absorvidas. A mediação temporal que admite um escalonamento histórico das aquisições da verdade é, portanto, indispensável. A verdade é filha do tempo, não da autoridade. (BACON, 1988, af. LXXXIV) Uma atitude de pensamento resolutamente empírica (e indutiva) define a tomada de consciência do valor da história ao assumir que a ciência não pode atingir os seus fins sem passar pelo caminho já escavado pelo

1747

tempo. A preocupação em elucidar as origens reais do conhecimento humano é um problema que se impõe ao empirismo, à medida que funda a possibilidade de uma filosofia do desenvolvimento, como vemos em Hobbes, Locke e Condillac – preocupados em formular uma teoria genética do conhecimento individual. Em Bacon, a mesma perspectiva genética se impõe quando o objetivo é ordenar o desenvolvimento das aquisições científicas e técnicas cuja multiplicação constitui um dos fenômenos dominantes da era moderna: Vale também recordar a força, a virtude e as consequências das coisas descobertas, o que em nada é tão manifesto quanto naquelas três descobertas que eram desconhecidas dos antigos e cujas origens, embora recentes, são obscuras e inglórias. Bacon refere-se à arte da imprensa, à pólvora e a agulha de marear. Efetivamente essas três descobertas mudaram o aspecto e o estado das coisas em todo o mundo; a primeira nas letras a segunda na arte militar e a terceira na navegação. Daí se seguiram inúmeras mudanças e essas foram de tal ordem que não consta que nenhum império, nenhuma seita, nenhum astro tenham tido maior poder e exercido maior influência sobre os assuntos humanos que esses três inventos mecânicos. (BACON, 1988, af. CXXIX).

Assim, o ponto de vista baconiano investe na compreensão do conhecimento, da ciência, e da verdade levando em conta os seus progressos, quer dizer, a sua história. Uma história correta do saber, onde se contenham as antiguidades e origens dos conhecimentos, e suas seitas; suas invenções, suas tradições; suas diferentes administrações e seus cultivos; seus florescimentos, suas oposições, decadências, diminuições, esquecimentos, desaparecimentos, com as causas e ocasiões destes, e todos os demais eventos relacionados com o saber, ao longo das idades do mundo, isso, consoante o autor do *Novum Organum*, ainda carecia de elaboração. (BACON, 2007). Semelhante empreendimento não está destinado a satisfazer a curiosidade ou a erudição, sua destinação é muito mais séria e importante: ele torna os sábios mais preparados para o uso e administração da ciência. Longe de significar uma prostração ante os valores obnubilados a serem resgatados do passado, a ideia de história em Bacon está subordinada a uma reforma do conhecimento humano e busca recuperar o que foi aprendido e acumulado, mas, da mesma maneira, projeta-se para o futuro; a recomendação do filósofo é que não nos esqueçamos de que somos mortais e humanos, nem acreditemos que a coisa pode realizar-se completamente no decurso de uma só vida, mas que a destinemos a nossos sucessores. (BACON, 2007). A nova perspectiva aparece como obra coletiva essencial ao bem-estar da humanidade, por isso mesmo, empreitada de longa duração. A variável temporal, sendo reconhecida como um grande eixo de constituição da ciência, parece alcançar o presente, onde se elabora o futuro, como um avaliador crítico do passado. A retrospectiva histórica deixa compreender o sentido da marcha do progresso do conhecimento.

1748

Conclusão

Diante da crítica à noção de história do hermetismo, Bacon vislumbra uma forma mais segura para que a história possa ter um maior domínio por parte da racionalidade, e o primeiro passo



é classificar os interesses para os quais se volta aquela disciplina. Classificar, diante desse propósito, significar fazer uso de esquemas racionais a fim de ordenar conceitos, objetos, disciplinas, etc, conforme certas semelhanças e certas relações que se quer por em evidência. O escopo é desfazer as confusões e equívocos encontrados até ali, oriundos de uma anterior “ciência qualitativa”, que obstruíram o domínio humano da natureza e, portanto, de si próprio. A história diz respeito às realidades individuais, que constituem os primeiros objetos dos sentidos, aos quais se aplica o trabalho do intelecto. Existem duas formas de história: a história da natureza, que registra os fenômenos naturais, e a história civil, que se liga aos eventos humanos. História natural e história civil, para Bacon, não foram, até aquele momento, sistematicamente empreendidas. A nova instauração pretendida pelo filósofo apresenta-se como um programa global de elaboração, organização e sistematização de disciplinas ligadas ao conhecimento. A história humana divide-se em civil, eclesiástica e literária. Esta última, que deve se interessar pelo desenvolvimento das ciências, das artes e das técnicas, ainda está por ser feita. Bacon aponta para o imperativo empreendimento de uma história válida do saber, na qual sejam contemplados as origens dos conhecimentos, e suas doutrinas; as invenções, as tradições; suas distintas administrações e suas produções; seus florescimentos e declínios, desaparecimentos, um repertório de causas e ocasiões destes, e todos os demais eventos relacionados com o saber, ao longo dos períodos do mundo. Um excepcional interesse pela construção de uma história da civilização, como o esboçado, requer que a disciplina histórica reavalie seus princípios e organize-se em nova taxionomia, organize-se como história do saber. Antes mesmo de fiar-se apenas na memória sacralizada, uma história do saber deve sublinhar a necessidade de ocupar-se da diversidade dos acontecimentos humanos, consoante procedimentos que fizessem emergir os princípios de uma inteligibilidade que pudesse ser aplicada ao uso e direção do saber: a utilidade e finalidade dessa obra não se baseariam tanto em satisfazer a curiosidade dos amantes do saber, quanto num propósito mais sério e grave, quer dizer, tornar sábios os doutos no uso e administração do saber. (BACON, 2007). Uma história dos progressos do conhecimento e da ciência permitirá ao sábio reconhecer e recusar, constantemente, toda construção dedutiva da parte teórica da ciência, um claro intento de derruir a ordem da demonstração. Conhecer, é inventar progressiva e ordenadamente os axiomas gerais, a partir das observações recolhidas pela história e dos experimenta provocados pela indústria humana; conhecer é descobrir as causas e fundar no processo mesmo da invenção a verdade dos princípios universais. Sendo assim, a indução, tida não só como uma fase preparatória no momento da verdade que seria aquele da dedução e concebida como demonstração necessária indo dos princípios às consequências ou como processo de confirmação ou de falsificação, passa a ter uma conexão intrínseca com a história. A indução é o próprio ato de conhecimento e a história a sua porta de acesso.

1749

Referências

BACON, Francis. **Progresso do Conhecimento**, trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 2007



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



_____. **Great Instauration.** E-book. United Kingdom: Dancing Unicorns Books, 2017

_____. **Novum Organum**, trad. de José Aluísio Reis de Andrade. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988

EHRARD, J.; PALMADE, G. **L'Histoire.** Paris: Armand Colin, 1964

FESTUGIÈRE, A-J. **Hermétisme et mystique païenne.** Paris: Aubier-Montaigne, 1967

HAZARD, P. **La crise de la conscience européenne (1680-1715).** Paris: Fayard, 1961

HERMÈSTRISMÉGISTE. **Corpus Hermeticum.** Texte établi par Arthur Darby Nock, Traduit par André-Jean Festugière. Paris: Les Belles Lettres, 1945 (t. 1 et 2), 1954 (t. 3 et 4).

HUPPERT, G. **L'idée de l'histoire parfaite.** Trad. de Françoise et Paulette Braudel. Paris: Flammarion, 1973

JOLY, B. La rationalité de l'hermétisme , **Methodos** [En ligne], 3 | 2003, mis en ligne le 05 avril 2004

1750

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia.** 13.ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007

ROSSI, Paolo. **Francis Bacon: From Magic to Science**, trad. Sacha Rabinovitch. London: Routledge & Kegan Paul Publishers, 1968

_____. **O Passado, A Memória e o Esquecimento: Seis ensaios da história das ideias**, trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010

SOUZA, Maria das Graças de. História e ciência em Bacon. In: DONATELLI, Marisa; MENEZES, Edmilson. **Modernidade e a Ideia de História.** Ilhéus: Editora UESC, 2003

YATES, Frances. **Giordano Bruno and the Hermetic Tradition.** London and New York: Routledge, 1964

_____. **The Art of Memory.** In: Selected Works. (Vol. III). London: Routledge, 1999



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

ESTUDOS UTILIZANDO EFX-ED E PARÂMETROS METEOROLÓGICOS PARA DETERMINAÇÃO POTENCIAL DE EMISSÕES DE MP_{2.5} E MP₁₀

Ranny Kelly Tavares Ribeiro¹
Victória Rangel de Alencar²
Lincoln Lucilio Romualdo³

Apresentação

A poluição atmosférica é ocasionada pelas emissões fugitivas na atmosfera por conta de atividades antrópicas e naturais, como as atividades de usinas, mineração, de automóveis movidos a combustão interna, queimadas, erupções vulcânicas, entre outros. Os principais poluentes relacionados a esse tipo de poluição são: dióxido de enxofre (SO₂); dióxido de nitrogênio (NO₂); monóxido de carbono (CO); monóxido de nitrogênio (NO); ozônio (O₃) e material particulado (CANÇADO *et al.*, 2006). Dentre os diversos danos causados ao meio ambiente, podem ser citados, as chuvas ácidas (que causam destruição da vegetação, corrosão de monumentos históricos, acidez de solos e rios), inversão térmica (fazendo com que os poluentes permaneçam concentrados próximo da superfície terrestre) e doenças respiratórias (DRUMM *et al.*, 2014).

A emissão de poluentes e ressuspensão de poeira do solo são as responsáveis pela formação dos materiais particulados na atmosfera, essa partícula possui diferentes frações (entre 20 µm e 0,05 µm), são um agregado de sólidos e líquidos que ficam suspenso no ar e que são formados por constituintes químicos variados dependendo do local de origem (COUTO *et al.*, 2019). Em relação ao diâmetro aerodinâmico do mesmo, o tempo com que ficam na atmosfera também sofre variação, quanto menor for o diâmetro mais tempo o material permanecerá no ar, em casos de maior diâmetro apesar do tempo em suspensão ser menor, atividades mecânicas (ex.: mineração de um solo) podem fazer com que eles sejam ressuspensos na atmosfera (SOUSA *et al.*, 2018). A classificação desses materiais pelo diâmetro serve para determinar o tempo de deposição do material na atmosfera e diferenciar os tipos de material particulado quando relacionados a saúde pública, existe o material particulado grosso (MP₁₀) e material particulado fino (MP_{2,5}), com base nessa classificação que separa entre inalável e não inalável, é possível determinar quais materiais são mais prejudiciais à saúde humana, sendo que dependendo do

1751

¹ Estudante, Universidade Federal de Catalão, ranny_ribeiro@discente.ufcat.edu.br

² Estudante, Universidade Federal de Catalão, victoria_rangel@discente.ufcat.edu.br

³ Orientador, Universidade Federal de Catalão, lincolnromualdo@ufcat.edu.br

diâmetro esse material pode atingir todo sistema respiratório, a região traqueobronquial ou a região alveolar (SOUSA *et al.*, 2018).

A pesquisa relacionada a concentração de material particulado é de interesse ambiental e social, pois concentrações elevadas dessas partículas afetam tanto a saúde de uma população quanto o meio ambiente, tendo em vista disto foram estabelecidos padrões de concentrações de material particulado aceitáveis pela CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) N° 491/2018 (TEXEIRA *et al.*, 2019), esses padrões servem para mostrar se um determinado local está produzindo material particulado em um nível aceitável, sendo que existe todo um protocolo para caso os padrões estejam sendo ultrapassados, que seria basicamente a redução desse material na próxima coleta de dados (BREDER *et al.*, 2020).

A emissão de material particulado apresenta um papel de destaque na literatura, ao evidenciar sérias doenças que podem ser causadas pelo impacto do MP no trato respiratório, como doenças cardiovasculares, doenças respiratórias e doenças do sistema nervoso (ALI *et al.*, 2018). Desta forma, alguns meios de monitoramento já vêm sendo adotados para identificar o nível de MP emitido pelas atividades urbanas, a exemplo de estações fixas ou móveis que possuem ferramentas adequadas para definir quais os tamanhos que são mais emitidos e a sua fonte de emissão (WHO, 2016). Contudo, além do monitoramento, é de suma importância a avaliação do impacto da exposição de seres humanos ao MP. Assim, modelagem matemática que vise a simulação da deposição do MP no pulmão é uma das ferramentas importante na avaliação do impacto deste na saúde (DEDELE *et al.*, 2019).

O objetivo do trabalho é promover a amostragem do material particulado inalável na cidade de Catalão - GO, além de determinar as concentrações das frações dessa partícula utilizando como parâmetro a resolução vigente (CONAMA) e a recomendação de 2021 da OMS, e como extensão realizar a investigação da composição química de cada fração do material particulado amostrado por meio da espectrometria de fluorescência de raios X por energia dispersiva (EDXRF).

1752

Metodologia

Amostragem

Local da amostragem

Os locais utilizados para realização da coleta do material particulado (MP₁₀ e MP_{2,5}) foram: no campus universitário da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, no setor universitário e no centro da cidade, Av. Raulina Fonseca Pascoal confluência com a Av. Egerineu Teixeira.



Equipamento

O equipamento utilizado para a coleta do material particulado (MP₁₀ e MP_{2,5}) presente na atmosfera foi o Amostrador de Grande Volume (AGV), com amostragens pelo período de 24 horas realizadas duas vezes por mês,.

Foram utilizados filtros de celulose para a coleta do material particulado, os filtros foram colocados em uma estufa a 60°C por aproximadamente 24 horas. Após esse período, os filtros foram pesados e levados para os amostradores. Após o período de amostragem os filtros foram retirados e foram colocados em um dessecador (por 24 horas) e posteriormente as massas foram determinadas.

A determinação quantitativa dos constituintes químicos presentes nos filtros, foi realizada com o uso da Espectrometria de Fluorescência de Raios X por Energia Dispersiva (EDXRF), realizada diretamente em uma seção do filtro (2,0 x 2,0 cm).

Resultados e discussão

No período entre setembro de 2022 a setembro de 2023 foram realizadas amostragens de duas frações de material particulado, MP₁₀ e MP_{2,5}. No campus universitário foram amostradas as duas frações, já no centro da cidade apenas a fração MP₁₀. Amostras mensais de cada sítio, conforme estabelecido no plano de trabalho, foram coletadas e analisadas. Os resultados podem ser observados na *Tabela 1*.

1753

Tabela 1: Dados das amostragens de material particulado.

MP _{2,5} campus			
Data	Massa (µg/m ³)	Temperatura (°C)	Umidade
07/09/2022	9,43	22,55	43,00
21/09/2022	28,88	25,29	59,00
17/10/2022	26,32	26,25	34,01
01/11/2022	4,27	22,53	77,50
30/11/2022	7,99	22,98	62,46
24/01/2023	11,13	22,43	81,79
15/02/2023	38,79	26,58	58,88

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

01/03/2023	12,99	22,99	69,04
22/04/2023	22,12	20,74	78,12
10/05/2023	12,48	22,92	59,83
24/05/2023	46,23	19,90	59,54
09/06/2023	27,38	21,56	50,04
22/06/2023	9,27	20,05	43,37
04/07/2023	19,14	19,33	45,33
29/07/2023	6,16	23,44	42,29
15/08/2023	43,36	22,10	46,37
02/09/2023	17,30	25,60	56,83
19/09/2023	19,88	27,85	28,86
27/09/2023	24,07	26,97	253,71
MP10 campus			
Data	Massa ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Temperatura ($^{\circ}\text{C}$)	Umidade
07/09/2022	17,62	22,55	43,00
21/09/2022	54,20	25,29	59,00
17/10/2022	57,88	26,25	34,01
01/11/2022	13,00	22,53	77,50
30/11/2022	12,30	22,98	62,46
18/01/2023	27,40	24,55	62,79
24/01/2023	3,36	22,43	81,79
15/02/2023	36,32	26,58	58,88
01/03/2023	22,26	22,99	69,04
22/04/2023	30,62	20,74	78,12
10/05/2023	34,88	22,92	59,83
24/05/2023	62,46	19,90	59,54

1754

2023

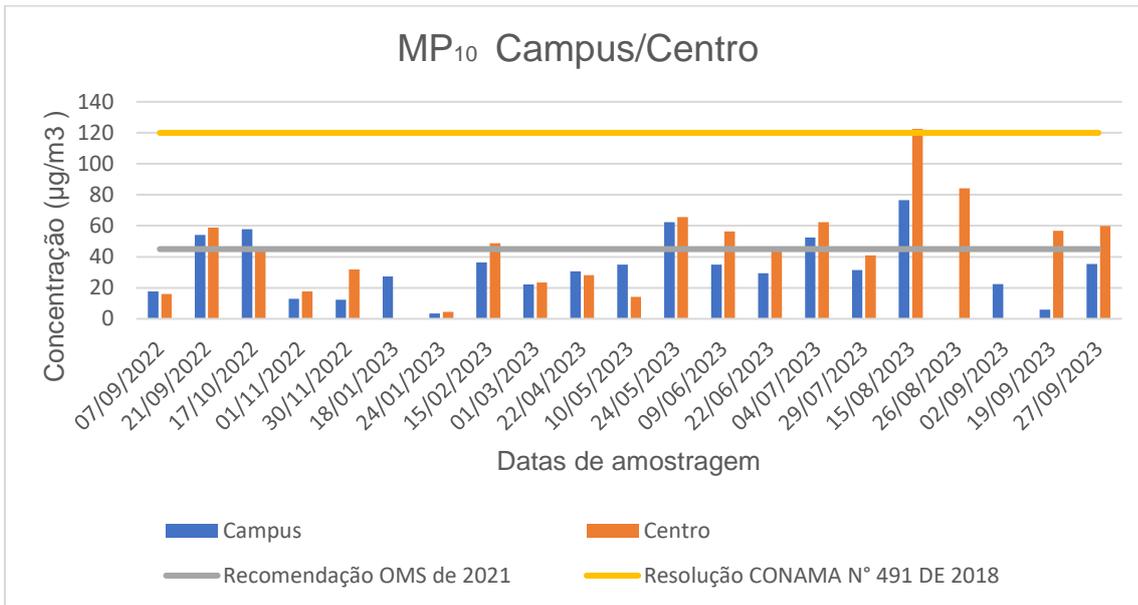
28 | 29 | 30
NOV | 2023

09/06/2023	34,93	21,56	50,04
22/06/2023	29,31	20,05	43,37
04/07/2023	52,38	19,33	45,33
29/07/2023	31,40	23,44	42,29
15/08/2023	76,55	22,10	46,37
02/09/2023	22,46	25,60	56,83
19/09/2023	5,95	27,85	28,86
27/09/2023	35,45	26,97	253,71
MP10 centro			
Data	Massa ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Temperatura ($^{\circ}\text{C}$)	Umidade
07/09/2022	16,04	22,55	43,00
21/09/2022	58,90	25,29	59,00
17/10/2022	46,52	26,25	34,01
01/11/2022	17,58	22,53	77,50
30/11/2022	31,89	22,98	62,46
24/01/2023	4,47	22,43	81,79
15/02/2023	48,68	26,58	58,88
01/03/2023	23,48	22,99	69,04
22/04/2023	28,09	20,74	78,12
10/05/2023	14,12	22,92	59,83
24/05/2023	65,58	19,90	59,54
09/06/2023	56,34	21,56	50,04
22/06/2023	44,68	20,05	43,37
04/07/2023	62,40	19,33	45,33
29/07/2023	40,97	23,44	42,29
15/08/2023	122,53	22,10	46,37

1755

26/08/2023	84,30	24,69	52,37
19/09/2023	56,80	27,85	28,86
27/09/2023	59,96	26,97	53,71

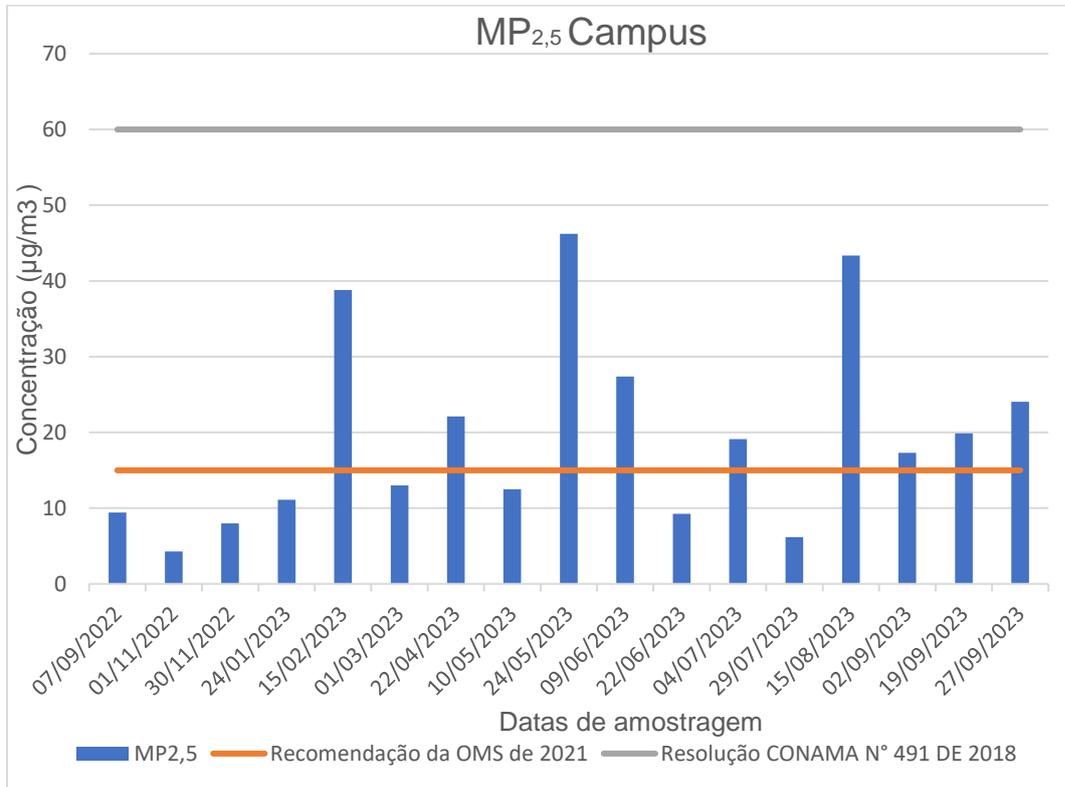
Gráfico 1: Amostragens do MP₁₀ do campus e do MP₁₀ do centro.



1756



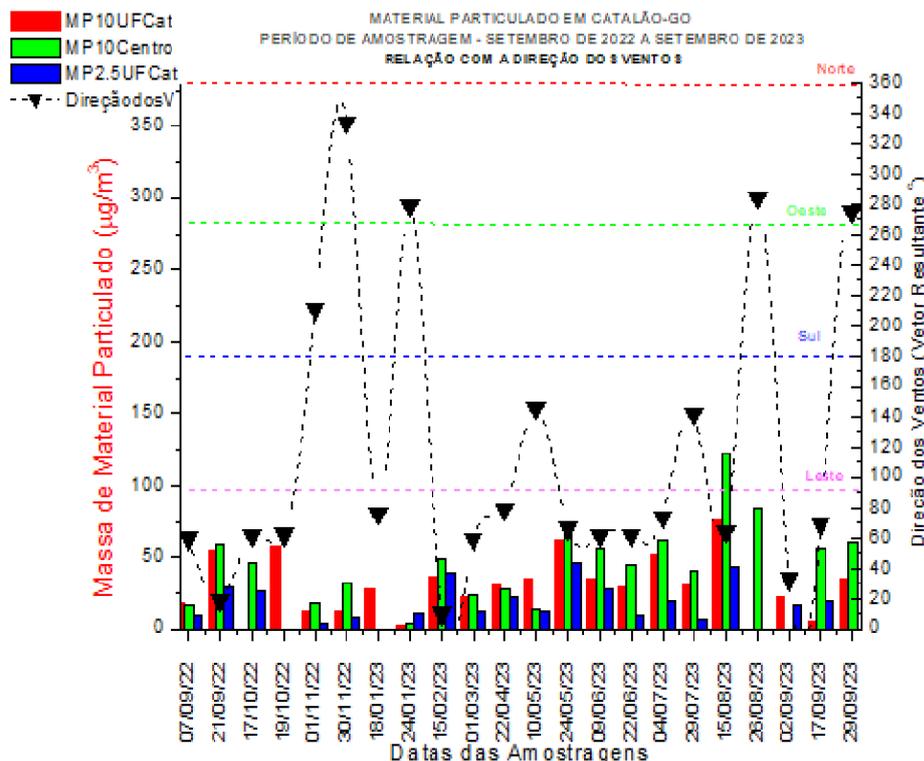
Gráfico 2: Amostragens do MP_{2,5} do campus.



1757



Gráfico 3: Relação da concentração de massas com a direção dos ventos.



1758

De acordo com os resultados apresentados na *Tabela 1*, no decorrer das coletas foram observados que as concentrações das frações de material particulado foram menores em períodos onde a umidade era maior, em períodos onde ocorreram precipitações (chuvas) ou de baixas temperaturas pois essas condições desfavorecem a permanência de partículas em suspensão. Por outro lado, em períodos com baixa umidade, sem precipitações ou temperaturas elevadas a concentração das partículas foi maior. A amostragem que apresenta maior concentração foi a de 15 de setembro (*Gráfico 1 e 2*), que foi amostrado no dia com baixa umidade e ausência de precipitação.

A utilização da espectrometria de fluorescência de raios X por energia dispersiva foi realizada para avaliação qualitativa e quantitativa dos constituintes químicos do material particulado amostrado na cidade de Catalão.

A Tabela 2 apresenta a concentração em ppm dos constituintes majoritários identificados na análise qualitativa. Dentre os elementos frequentemente identificados, destaca-se pela análise elementos como ferro (Fe), silício (Si), alumínio (Al), potássio (K), enxofre (S), cálcio (Ca) e fósforo (P). Os mesmos podem se relacionar como provenientes de ressuspensão de solo e possivelmente associar com as características do setor minero químico, uma das principais atividades econômicas do município de Catalão, sendo que para tal proposta foi determinada a direção dos ventos através dos dados fornecido pelo INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) e o software WRPLOT utilizado para construção da rosa dos ventos.

Tabela 2: Concentração (ppm) de elementos químicos presentes nos filtros por EFX-ED.

Data	07/09/2022			21/09/2022		
	MP _{2,5} campus	MP ₁₀ campus	MP ₁₀ centro	MP _{2,5} campus	MP ₁₀ campus	MP ₁₀ centro
P	6,8	112,7	105,1	5,3	64,5	99,7
S	68,3	149,1	190,1	84,8	153,4	190,4
Ca	13,4	128,8	207,5	11,2	123,4	172,2
Fe	6,8	113,8	114,8	5,3	75,3	92,1
Si	149,0	1923,5	2230,1	76,5	1237,1	1562,8
K	43,5	135,7	154,2	40,4	115,6	127,6
Al	17,7	2665,9	2447,5	1,4	1416,2	1686,3
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	17-19/10/2022			01/11/2022		
	MP _{2,5} campus	MP ₁₀ campus	MP ₁₀ centro	MP _{2,5} campus	MP ₁₀ campus	MP ₁₀ centro
P	1,5	277,7	176,9	5,3	36,5	47,4
S	54,3	152,3	136,5	43,4	65,4	91,1
Ca	12,6	238,8	172,5	10,1	36,5	70,6

1759

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Fe	6,5	135,3	95,5	4,6	17,2	37,0
Si	213,5	1852,9	1723,5	41,3	351,9	726,5
K	35,2	177,2	102,5	26,4	56,2	61,9
Al	1,4	2075,7	1513,8	1,2	253,0	686,2
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	30/11/2022			18/01/2023		
	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro
P	13,5	246,6	177,2	-	23,2	-
S	35,9	124,0	108,9	-	28,8	-
Ca	12,9	171,1	181,1	-	29,5	-
Fe	5,0	31,8	55,4	-	16,5	-
Si	96,6	639,7	1064,0	-	280,2	-
K	28,0	49,8	72,8	-	31,8	-
Al	1,0	424,7	960,5	-	166,2	-
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	24/01/2023			15/02/2023		
	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro
P	3,1	24,6	27,6	11,6	161,2	162,8
S	13,2	28,7	30,2	39,0	103,6	108,7
Ca	9,3	30,4	36,5	14,5	126,7	150,0
Fe	4,1	15,1	21,9	6,0	45,8	61,8

1760

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Si	36,2	258,8	399,8	161,6	881,0	1270,3
K	19,2	36,8	38,4	30,1	58,9	69,8
Al	1,0	204,4	259,3	1,7	717,0	1006,3
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	01/03/2023			22/04/2023		
	MP_{2,5} campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro	MP_{2,5} campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro
P	16,3	411,6	619,3	17,3	228,6	247,1
S	31,7	117,4	262,7	44,7	162,4	139,9
Ca	15,3	248,3	376,3	18,8	159,9	160,9
Fe	6,0	61,4	76,1	6,3	34,2	55,1
Si	115,8	898,4	1179,7	362,1	892,6	978,3
K	24,1	54,6	63,4	25,1	44,2	53,6
Al	NDA	763,9	949,6	0,7	379,0	693,2
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	10/05/2023			24/05/2023		
	MP_{2,5} campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro	MP_{2,5} campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro
P	20,4	266,4	290,9	11,4	196,0	326,9
S	122,2	223,7	254,0	47,7	102,9	229,4
Ca	23,9	206,0	282,0	18,6	160,5	311,7
Fe	14,0	105,1	144,2	10,5	86,4	124,8
Si	258,4	1567,4	2216,4	179,8	1600,5	2176,2

1761

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

K	39,4	85,4	120,5	33,8	98,8	117,3
Al	84,8	1688,0	2412,1	67,0	1760,0	2208,1
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	09/06/2023			22/06/2023		
	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro
P	13,7	188,3	224,8	7,0	160,2	127,8
S	61,2	145,5	182,7	92,1	156,6	173,7
Ca	21,1	192,0	222,0	23,3	218,8	176,8
Fe	11,5	84,1	123,9	10,5	84,1	118,1
Si	287,7	1560,0	2268,2	342,6	1704,3	2300,9
K	46,8	101,3	126,4	46,0	112,3	135,6
Al	58,5	1524,0	2262,0	59,7	1562,1	2284,8
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	04/07/2023			29/07/2023		
	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro
P	19,3	534,9	392,3	30,6	848,0	353,6
S	157,6	234,3	273,4	113,0	201,4	239,6
Ca	24,4	266,7	350,6	25,6	440,4	337,8
Fe	14,7	145,9	200,6	11,3	140,3	199,4
Si	183,3	2035,5	2858,0	275,5	1968,5	2991,9
K	51,1	140,7	172,1	60,9	133,6	175,1

1762

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Al	107,1	2514,5	3448,1	60,7	2379,2	3718,5
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	15/08/2023			26/08/2023		
	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ Centro
P	10,4	182,9	205,5	-	-	67,3
S	81,4	147,4	191,4	-	-	201,2
Ca	24,0	268,6	255,2	-	-	140,8
Fe	11,4	113,5	163,3	-	-	94,1
Si	290,6	2217,6	2922,3	-	-	1519,6
K	37,6	130,0	154,3	-	-	165,0
Al	84,7	2544,1	3189,7	-	-	1785,3
Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	02/09/2023			19/09/2023		
	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro	MP2,5 campus	MP₁₀ campus	MP₁₀ centro
P	7,2	61,1	7,2	14,7	307,2	329,6
S	63,8	95,0	63,8	76,1	160,4	201,6
Ca	15,5	113,9	15,5	20,9	283,7	404,0
Fe	6,6	48,1	6,6	10,8	133,9	174,7
Si	84,3	915,7	84,3	214,7	2034,8	2884,1
K	40,7	89,3	40,7	50,7	141,3	162,6
Al	4,1	878,7	4,1	54,2	2328,6	2899,9

1763

Pb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Nb	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA	NDA
Data	27/09/2023					
	MP2,5 campus	MP2,5 campus	MP2,5 campus			
P	3,2	45,4	81,4			
S	115,7	156,2	211,7			
Ca	15,7	95,2	161,8			
Fe	8,1	56,7	89,7			
Si	87,6	854,9	1527,0			
K	61,1	104,0	147,6			
Al	11,3	1040,5	1646,5			
Pb	NDA	NDA	NDA			
Nb	NDA	NDA	NDA			

1764

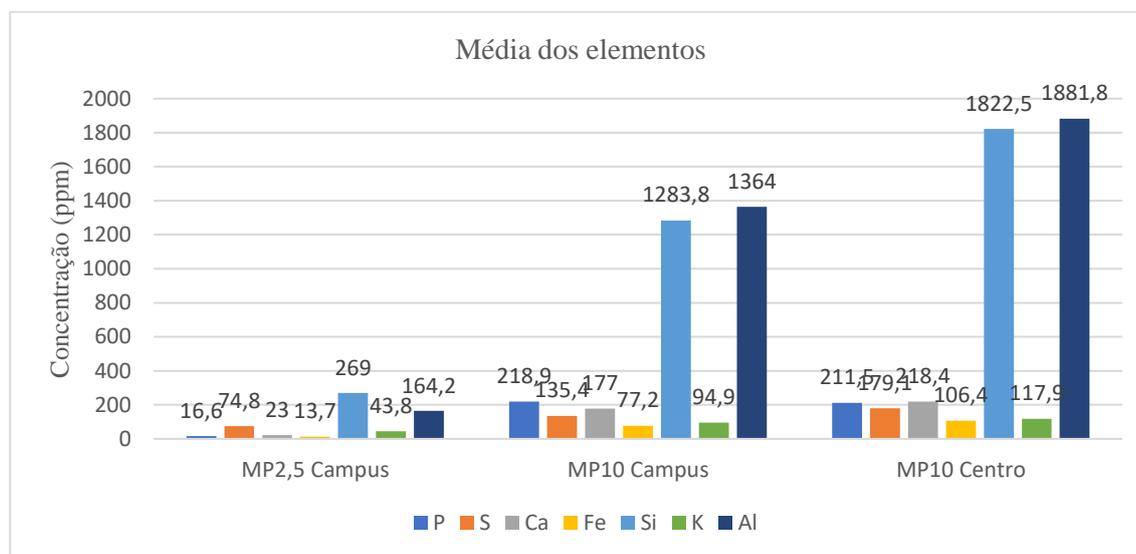
- NDA: não detectado

A *Tabela 3* apresenta a média dos elementos identificados nas frações do material particulado durante o período de setembro de 2022 a setembro de 2023, onde foi observado que o Si e o Al apresentaram concentrações superiores aos demais elementos, já que os mesmos são relacionados a ressuspensão do solo, junto com o Fe e o Ca, pois óxidos contendo esses elementos são característicos do solo da cidade de Catalão. Já as concentrações de P e S são explicadas pelas atividades do setor minero químico da região na produção de fertilizantes. E o K é proveniente da queima da biomassa.

Tabela 3: Média dos elementos encontrados nas frações de MP.

	MP _{2,5} campus (ppm)	MP ₁₀ campus (ppm)	MP ₁₀ centro (ppm)
P	16,6	218,9	211,5
S	74,8	135,4	179,1
Ca	23	177	218,4
Fe	13,7	77,2	106,4
Si	269	1283,8	1822,5
K	43,8	94,9	117,9
Al	164,2	1364	1881,8

Gráfico 4: Média da concentração dos elementos no período amostrado.



1765

Conclusão

Diante dos resultados avaliados, as concentrações de MP_{10} e $MP_{2.5}$ em ambos locais amostrados estavam majoritariamente abaixo de $120 \mu\text{g}/\text{m}^3$ e $60 \mu\text{g}/\text{m}^3$ (padrões primários conforme resolução nº 491 de 2018 do CONAMA) com exceção da última amostragem do MP_{10} localizado no centro da cidade, na qual ultrapassa o valor padrão, onde constava $122,53 \mu\text{g}/\text{m}^3$. Todavia se levado em consideração a recomendação de 2021 da OMS, pode ser notado que algumas das concentrações das frações MP_{10} e $MP_{2.5}$ ultrapassam os limites para esses parâmetros ($45 \mu\text{g}/\text{m}^3$ e $15 \mu\text{g}/\text{m}^3$), dado que a OMS possui os valores reduzidos alertando que exceder os novos níveis das diretrizes de qualidade do ar traz riscos significativos para a saúde. Em relação a composição química, os resultados preliminares utilizando EFX-ED demonstraram concentrações elevadas de alguns elementos. Entretanto, com base na legislação referente aos parâmetros da qualidade do ar (CONAMA), com exceção dos elementos chumbo (Pb) e nióbio (Nb) (não detectado), não há legislação específica que estipule um parâmetro para cada elemento. A análise elementar junto com a determinação da direção do vento (sendo leste e nordeste as mais predominantes) desempenha a função de propor os pontos de origem do material particulado.

Agradecimentos

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a Capes, pela concessão de bolsa durante o período de desenvolvimento deste projeto. Agradeço também ao Instituto de Química da Universidade Federal de Catalão - UFCAT por fornecerem a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades de pesquisa. Não poderia deixar de mencionar a equipe do Laboratório de Pesquisas Ambientais - LAPAM, em especial ao coordenador, que confiou no meu trabalho e tive a oportunidade de fazer parte do Projeto. À equipe, agradeço a todos, pois, obtive total apoio de todos na execução do trabalho.

Referências

ALI, Muhammad Ubaid et al. A systematic review on global pollution status of particulate matter-associated potential toxic elements and health perspectives in urban environment. *Environmental geochemistry and health*, p. 1-32, 2018.

BREDER, Luiz André et al. A EVOLUÇÃO DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR E DESAFIOS PARA ATENDIMENTO DOS PADRÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Revista Tecnológica da Universidade Santa Úrsula*, v. 3, n. 1, p. 128-146, 2020.

1766



CANÇADO, José Eduardo Delfini et al. Repercussões clínicas da exposição à poluição atmosférica. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 32, p. S5-S11, 2006.

COUTO, Lucas de Oliveira do et al. **A influência do material particulado fino na saúde das populações de municípios do entorno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém**. 2019. Tese de Doutorado.

DÉDELE, Audrius; MIŠKINYTĖ, Auksė. Seasonal and site-specific variation in particulate matter pollution in Lithuania. *Atmospheric Pollution Research*, v. 10, n. 3, p. 768-775, 2019.

DRUMM, Fernanda Caroline et al. Poluição atmosférica proveniente da queima de combustíveis derivados do petróleo em veículos automotores. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 1, p. 66-78, 2014.

ROMUALDO, L. L.; SANTOS, R. S. ; LIMA, F. C. ; ANDRADE, L. S. ; FERREIRA, I. M. ; POZZA, S. A. . Environmental Impact Monitoring of a Minero-Chemical Complex in Catalão Urban Area of PTS, PM10 and PM2.5 by EDX Characterization. *CHEMICAL ENGINEERING TRANSACTIONS*, v. 43, p. 1909-1914, 2015.

SOUSA, Nara Line da Silva. "Análise físico-química e toxicidade do material particulado (MP10) no ar atmosférico em Catalão–GO." (2018).

1767

TEIXEIRA, Luciana Souza; BRESSANE, Samir Borges; DA NÓBREGA, Marcelo de Jesus Rodrigues. Monitoramento da Qualidade do Ar–Diagnóstico das Tecnologias e da Rede de Monitoramento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Tecnológica da Universidade Santa Úrsula**, v. 2, n. 1, p. 13, 2019.

WHO. Ambient (outdoor) air quality and health. Disponível em: <[https://www.who.int/en/newsroom/fact-sheets/detail/ambient-\(outdoor\)-air-quality-and-health/](https://www.who.int/en/newsroom/fact-sheets/detail/ambient-(outdoor)-air-quality-and-health/)>. Acesso em: 13 ago. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global air quality guideline, 202



2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

PRESERVANDO A HISTÓRIA ATRAVÉS DA DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DE NUMISMÁTICA ROMANA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL: AÇÕES DO ACORDO DE COOPERAÇÃO UFMS-MHN

Carlos Eduardo da Costa Campos¹
João Guilherme Vieira Poiati²
Luis Miguel Pereira Lacerda³
Miguel Angelo Oliveira de Almeida⁴

Introdução e objetivos gerais

A preservação do patrimônio cultural é um dos temas mais debatidos da atualidade brasileira, desde o incêndio do Museu Nacional e os atos de depredação do patrimônio da União em Brasília, no dia 08 janeiro de 2023. Há uma necessidade de se repensar mecanismos para proteção e divulgação de objetos históricos e culturais, pois eles são testemunhos tangíveis das eras passadas, conectando-nos com nossas raízes, identidades e fases da nossa sociedade. Afinal, para além da ação humana e/ou a sua possível negligência, também devemos recordar que o tempo tanto valoriza esses tesouros, como também gera o desgaste físico, o envelhecimento natural e, muitas vezes, a perda destas evidências do passado. Assim, na tentativa de preservação e disseminação do acervo de numismática romana do Museu Histórico Nacional que surge o Acordo de Cooperação UFMS-MHN, através do N° 71/2022-UFMS, em 2022.

1768

¹ Docente de História Antiga e Arqueologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFMS e do Mestrado Profissional em Ensino de História – UEMS. Estágio, em andamento, de Pós-doutorado em Arqueologia pela Universidade do Minho – PT e pesquisador colaborador do Museu de Arqueologia da UFMS e do Museu Histórico Nacional. Membro do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Patrimônio do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Coordenador do Laboratório ATRIVM/ UFMS. Bolsista de Produtividade CNPQ – PQ2. E-mail: carlos.campos@ufms.br

² Discente do curso de licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro do Laboratório ATRIVM / UFMS. Bolsista de iniciação científica FUNDECT – MS. E-mail: joao.poiati@ufms.br

³ Egresso do curso de licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro do Laboratório ATRIVM / UFMS. Atuou como bolsista de iniciação científica CNPQ. E-mail: luiszmiguel0818@gmail.com

⁴ Discente do curso de licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro do Laboratório ATRIVM / UFMS. Bolsista de iniciação científica CNPQ. E-mail: miguel.angelo@ufms.br



2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

O Museu Histórico Nacional completou 100 anos em 2022 e desempenha um papel importante no cenário científico e social do Brasil. A origem do Museu Histórico Nacional remonta ao início do século XVII, no centro histórico do Rio de Janeiro. Nessa época, os colonos portugueses construíram a Fortaleza de Santiago, que posteriormente deu lugar ao complexo arquitetônico que hoje abriga o museu. Ao longo dos séculos, outras construções foram adicionadas ao complexo, incluindo a Prisão do Calabouço (1693), a Casa do Trem (1762) e o Arsenal de Guerra (1764). Essa região, estrategicamente localizada na Baía de Guanabara, abrigava diversas estruturas militares, como arsenais, alojamentos para tropas e depósitos de armas e munições. A área permaneceu como zona militar até 1908, quando o Arsenal de Guerra foi transferido para a ponta do Cajú.

Na década de 1920, ocorreram várias transformações na área onde o Museu Histórico Nacional está localizado. Uma dessas mudanças foi o aterramento e a reurbanização da Ponta do Calabouço, que durante o período colonial era um local de punição para escravos. Essa área foi transformada para sediar a Exposição Internacional em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Durante o evento, o Antigo Arsenal de Guerra passou por uma reestruturação e foi decorado com características neocoloniais.

Em 1922, durante as celebrações do centenário da Independência do Brasil, o presidente Epitácio Pessoa inaugurou o "Palácio das Grandes Indústrias", que se tornou um dos pavilhões mais visitados do recém-criado Museu Histórico Nacional. Essa iniciativa está diretamente relacionada ao tema deste edital, pois o Estado começou a moldar a memória de acordo com seus interesses, repensando o passado. O Brasil passou a ser oficialmente explorado e conhecido, e o MHN desempenha um papel fundamental como guardião das grandezas da nação (Tostes, 2013, p.15).

A parceria de pesquisa é antiga, visto que se iniciou em 2014 no contexto do bimilenário de morte do imperador Otávio Augusto entre o setor de numismática do MHN e o pesquisador Carlos Eduardo da Costa Campos. Entretanto, que ganhou mais força e institucionalização a partir de 2018, devido a sua entrada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Haja vista os projetos de extensão: *Programa de Popularização da Ciência Arqueológica através de base dados e ações de educação patrimonial junto ao Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro*; *Ensino de Ciências Arqueológicas e Históricas junto aos Museus da Ciência e Tecnologia e Arqueologia da UFMS: educação patrimonial, bioeconomia e aprendizagem com Escolas de Mato Grosso do Sul*. Bem como o projeto de pesquisa: *As moedas Júlio-Claudianas do Museu Histórico Nacional: catalogação e descrição visando a popularização científica do patrimônio numismático através das bases de dados*. Tais projetos foram desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa ATRIVM / UFMS, da Faculdade de Ciências Humanas, da UFMS. Assim como conta como parceiros institucionais o Museu de Arqueologia e o Museu de Ciência e Tecnologia da UFMS. Afinal, todo acervo museológico da união deve estar acessível para todos os cidadãos.

1769



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

Dessa forma, lidamos com uma carência e demanda social que é o acesso ao patrimônio cultural. Os projetos citados produzem impactos nos alunos de graduação do bacharelado e licenciatura em História da UFMS, nos mestrados do PROFHIST / UEMS e do PPGAS/UFMS, bem como nos discentes da rede básica, pois buscamos formar profissionais que ampliem o seu horizonte de trabalho, bem como compreendam o museu como um espaço de construção do conhecimento e valor social. De igual forma, objetivamos conectar os participantes deste projeto com as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que levaram os museólogos, historiadores e arqueólogos a desenvolverem a preservação destes bens, por meio da conservação preventiva e da gestão de riscos. Desse modo, é essencial preparar as diversas gerações para estarem atentos a esses processos patrimoniais, assim contribuindo na preservação da cultura material de Mato Grosso do Sul, do Brasil e da Humanidade.

Conforme o artigo 215 da Constituição Federal do Brasil, "*O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais*". Além disso, no artigo 216, parágrafo 3º, observamos que "*A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais*". Dessa forma, por meio do projeto, estamos inovando ao consolidar a parceria entre a UFMS e o Museu Histórico Nacional para trabalhos conjuntos visando à interiorização dos bens culturais nacionais ao público do Centro-Oeste do Brasil, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação nº 71/2022-UFMS, Processo nº 23104.017568/2022-11. Conforme destacado por M. G. Germano e Wojciech Andrzej Kulesza (2007, p. 20), popularizar a ciência histórico-arqueológica significa levá-la para as ruas, escolas e para a sociedade como um todo. É atuar em prol da reflexão sobre as demandas sociais, ampliando perspectivas de mundo e construindo sonhos de um futuro melhor, baseado no respeito às identidades e diversidades em prol do progresso científico e humano.

É nesse ponto que a fotogrametria e a digitalização entram em jogo, proporcionando uma maneira inovadora e abrangente de proteger e difundir a herança cultural que temos no acervo de numismática. Dessa maneira, passemos para as nossas ações entre o Museu Histórico Nacional e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1770

Metodologia, materiais e métodos para a digitalização 3D e fotogrametria

A digitalização 3d emergiu como uma ferramenta vital na preservação do patrimônio cultural e histórico. Através da fotogrametria e da digitalização, os artefatos físicos podem ser transformados em modelos digitais precisos. Essa abordagem não apenas permite uma conservação mais eficaz do material original, mas também possibilita o acesso remoto a um público amplo, democratizando a experiência cultural. O Acordo de Cooperação UFMS-MHN visa aplicar essa tecnologia inovadora ao acervo de numismática romana, permitindo que moedas antigas e outros objetos preciosos sejam explorados e estudados virtualmente.



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

A equipe multidisciplinar é composta por pesquisadores e estudantes universitários da UFMS e a equipe do setor de Numismática que desempenha um papel crucial nesse processo. Essa colaboração não apenas fortalece a abordagem nacional do projeto, mas também proporciona uma oportunidade valiosa para o envolvimento de jovens pesquisadores. A fusão de conhecimento acadêmico e tecnológico é uma combinação poderosa que promete entregar resultados excepcionais em termos de preservação, pesquisa e educação.



1771

Imag. 1 – Conjunto de fotos das Missões Científicas no MHN (Acervo do ATRIVM / UFMS)

No que concerne a digitalização temos como primeiro estágio a técnica da fotogrametria. Esse método avançado utiliza imagens fotográficas de alta resolução capturadas de diferentes ângulos para criar modelos tridimensionais detalhados dos artefatos físicos. Esse processo utiliza frequentemente o *Structure From Motion*, presente na maioria dos softwares, para construir uma nuvem densa de pontos. As imagens sequenciais são sobrepostas através da identificação das semelhanças geométricas coletadas em cada fotografia, convertendo-as em dados 3D. Esta



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

técnica de grande precisão proporciona uma reconstrução digital de locais e objetos, assim atribuindo novos valores e transformando o espaço digital em um lugar de preservação histórica para as gerações futuras, conforme destacado por Cavalcanti (2019, p.73).

A fotogrametria é uma escolha ideal para a preservação de objetos históricos como as moedas romanas. A captura em três dimensões revela detalhes minuciosos que seriam impossíveis de apreciar a olho nu. Relevos, inscrições e características únicas das moedas emergem no mundo digital, proporcionando uma experiência de visualização imersiva. Essa técnica também desempenha um papel fundamental na pesquisa, permitindo que os acadêmicos explorem os artefatos de ângulos virtuais e conduzam análises detalhadas sem o risco de danos aos originais. É interessante pontuar que testamos tanto a câmera fotográfica quanto ao escâner 3D, porém os melhores resultados para a modelagem e processamento da textura da moeda foram obtidos através do uso da câmera. Essa sinergia entre tecnologia e academia resulta em modelos digitais que não são apenas visualmente impressionantes, mas também historicamente relevantes.



1772

Imag. 2 – Ação de Fotogrametria no MHN (Acervo do ATRIVM / UFMS)

Os modelos 3D funcionam como registros autênticos dos objetos originais e servem como documentos digitais para análises das suas características. Esse tipo de aplicação é particularmente relevante quando se trata de objetos desgastados naturalmente ou danificados por acidentes. Além disso, os modelos 3D também proporcionam informações adicionais,

como dimensões como altura e volume do artefato, enriquecendo ainda mais nossa compreensão do passado.

Consequentemente, a incorporação de tecnologias digitais 3D é uma tendência crescente e inovadora em várias áreas de estudo, principalmente na arqueologia. O uso da fotogrametria e digitalização 3D como uma ferramenta de preservação e análise demonstra que a tecnologia não apenas nos conecta ao passado, mas também molda a maneira como o entendemos e o compartilhamos com as futuras gerações. Com suas capacidades de captura detalhadas e reconstruções tridimensionais, a fotogrametria 3D está desempenhando um papel fundamental na preservação da história e na promoção da compreensão cultural (Magalhães, 2018, p.58). Dois programas são essenciais nesse processamento de dados e imagens: *Metashape* (*Agisoft Metashape*) e o *Blender*.

Na busca pela criação de modelos 3D, entra em cena o *Metashape*, também conhecido como *Agisoft Metashape*. Esse software é um responsável pela transformação de imagens em modelos tridimensionais. Com um olhar voltado para a fotogrametria, mediante a captura de imagens de diferentes ângulos, o *Metashape* assume a tarefa de unir essas fotografias em um mosaico 3D. O processo é árduo, pois necessita-se de alinhamento dos pontos, assim transformando as fotos individuais em um mapa visualmente impressionante de pontos de referência e detalhes. Daí em diante, uma nuvem de pontos densa surge, revelando a essência do objeto de interesse. O *Metashape* é a ferramenta confiável quando a precisão é crucial, desde arqueologia até mapeamento aéreo e design.

No caso do *Blender*, temos um mundo de criação 3D à disposição. Este software oferece recursos de modelagem a animações cinematográficas e renderização fotorrealista. Para aqueles que desejam esculpir um universo virtual, o *Blender* é o instrumento por excelência. Ele oferece as ferramentas necessárias para a construção de personagens, cenários e objetos, trazendo-os à vida através de animações detalhadas. Além disso, o *Blender* é uma central de experimentação, permitindo simulações físicas, renderização de cenas cinematográficas, edição de vídeo e até mesmo a criação de jogos interativos. Em um mundo onde a imaginação não conhece limites, o *Blender* é um parceiro criativo inestimável.

1773

Resultados e perspectivas

Os frutos do Projeto de Cooperação UFMS-MHN já estão se tornando visíveis. A realização de missões científicas para a fotogrametria e digitalização do acervo é um marco importante. A base de dados resultante, alojada na Base de Dados do Taynacã do MHN, torna possível explorar o acervo virtualmente e desencadeia oportunidades ilimitadas para pesquisa e ensino.

No cenário acadêmico, certas iniciativas se destacam por sua importância e impacto. A Bolsa de Produtividade CNPQ – PQ2: " Popularização da Ciência Numismática Romana através do Museu Histórico Nacional ", liderada pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos, da



UFMS, no período de 2023 a 2026, é um exemplo claro desse comprometimento com a difusão e valorização da ciência numismática romana. O projeto reflete o seu foco central. A ciência numismática, que investiga moedas e suas implicações históricas e culturais, frequentemente permanece à margem do conhecimento público. Contudo, o Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos, por meio do Museu Histórico Nacional, busca torná-la acessível e compreensível a um público mais amplo. A duração de três anos, de 2023 a 2026, destaca a natureza contínua da pesquisa. Não se trata apenas de um projeto momentâneo, mas de uma jornada para consolidar a divulgação e valorização da ciência numismática romana. A continuidade oferece espaço para aprofundamento e expansão, contribuindo para uma compreensão abrangente. É importante frisar que se trata de uma Bolsa de Fomento à Pesquisa, o que impulsiona o mérito da pesquisa. A colaboração entre o Museu Histórico Nacional, a UFMS e a CNPQ fortalece a bolsa. Ela ilustra como a colaboração entre instituições e a dedicação de indivíduos podem promover a pesquisa e redefinir a forma como a sociedade se envolve com a ciência. A ciência numismática romana, por meio dessa bolsa, vai além do meio acadêmico e se torna uma narrativa compartilhada por aqueles que buscam entender o passado por meio das moedas.

À medida que a bolsa avança, espera-se que seus resultados deixem um legado na forma como a numismática romana é apreciada e compreendida. Com o Museu Histórico Nacional como plataforma, essa empreitada não apenas enriquece nosso conhecimento histórico, mas também inspira uma nova geração de entusiastas e estudiosos a explorarem a ciência numismática romana de maneira profunda e enriquecedora.

1774



Imag. 3 – Ação do Bolsista de Produtividade PQ2, Carlos Campos, com sua equipe no MHN (Acervo do ATRIVM / UFMS)

2023



JI Jornada
IC Internacional
EU de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

A pesquisa acadêmica com os discentes desempenha um papel crucial nos projetos junto ao MHN e a UFMS. Atualmente, os estudantes da FACH/UFMS estão imersos em um projeto intelectual ambicioso: a produção de iniciação científica e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) centrados no acervo de moedas do MHN. Esse esforço conjunto visa trazer à luz as histórias por trás das moedas, direcionando o foco para os imperadores Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero.

Cada uma dessas moedas representa mais do que meros objetos. Elas são portadoras das narrativas de líderes que moldaram a Roma Antiga e influenciaram o curso da história. Os estudantes, ao se debruçarem sobre esses pequenos fragmentos do passado, estão embarcando em uma jornada intelectual que requer uma meticulosa pesquisa histórica, análise numismática e interpretação cultural. Esses estudos sobre o acervo não apenas ampliam nosso entendimento da numismática romana, mas também oferecem uma visão mais profunda sobre a sociedade, a política e a cultura da época. Ao explorar as inscrições, os símbolos e as imagens presentes nas moedas, os estudantes estão decifrando mensagens antigas e reconstruindo contextos que, de outra forma, poderiam permanecer ocultos.

O foco nos imperadores Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero adiciona uma camada adicional de interesse, já que esses líderes tiveram um impacto significativo na história de Roma e além. Através das moedas, os estudantes estão investigando as representações visuais e os simbolismos que esses imperadores escolheram para afirmar seu poder, consolidar alianças e comunicar suas políticas ao povo. Esse esforço acadêmico também serve como um tributo à dedicação dos pesquisadores que vieram antes. Cada novo estudo e cada nova descoberta contribuem para a evolução contínua do nosso conhecimento sobre a história da Roma Antiga. Os discentes da FACH/UFMS estão desempenhando um papel ativo na preservação da história, tornando-se elos cruciais na corrente que une o passado, o presente e o futuro.

À medida que esses estudos se desdobram, espera-se que suas descobertas possam lançar luz sobre aspectos pouco conhecidos da vida romana, expandindo nossa apreciação pelas nuances culturais e históricas que permeiam cada moeda. Em última análise, esses esforços acadêmicos se tornam uma homenagem vibrante e intelectual à Roma Antiga e a todos aqueles que se dedicam a desvendar suas ricas histórias.

O mês de julho de 2023, por exemplo, testemunhou um notável momento para o nosso projeto no Museu Histórico Nacional. O local serviu de palco para a defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "*As Divindades na Legitimidade do Princeps Augusto (27 a.C. - 14 d.C.): Um Estudo de Caso através do Acervo do Museu Histórico Nacional*", que foi elaborado pelo acadêmico Luis Miguel Pereira Lacerda, membro do projeto e estudante da UFMS. O título por si só evoca a profundidade do estudo realizado. Ao explorar o papel das divindades na legitimação do *princeps* Augusto, o TCC se vale das moedas através de análises

1775



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

minuciosas para compreender como essas representações divinas foram utilizadas como ferramentas políticas e culturais.

A defesa desse TCC no próprio Museu Histórico Nacional é carregada de significado. Esse espaço, que abriga objetos e testemunhos do passado, ofereceu um ambiente propício para a apresentação dos resultados de um estudo sobre ele e o seu acervo, assim gerando camadas simbólicas para o ensino, a extensão e a pesquisa. A ligação entre a pesquisa acadêmica e o museu se torna tangível, demonstrando a relevância e o impacto da investigação no contexto cultural.



1776

Imag. 4 – Defesa do TCC de Luis Miguel Pereira Lacerda no MHN
(Acervo do ATRIVM / UFMS)

Além dos elementos apresentados, essa defesa estabelece um precedente notável para a UFMS. Ao ser a primeira defesa de TCC da universidade realizada no Museu Histórico Nacional, ela lança as bases para futuras colaborações e parcerias entre as instituições. Essa conexão entre a academia e as instituições culturais não apenas promove um ambiente de aprendizado interdisciplinar, mas também expande as oportunidades para futuras pesquisas e explorações.

Considerações finais

O Acordo de Cooperação UFMS-MHN, nascido em 2022 no contexto do Centenário do Museu Histórico Nacional, se posiciona como um farol de inovação e esperança na preservação e divulgação do patrimônio cultural, especialmente no que tange à numismática romana.



2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Essa colaboração não é nova, tendo suas raízes estendidas até 2014 e fortalecida a partir de 2018. Sua importância é refletida nos projetos de extensão e pesquisa que englobam a UFMS, o Museu de Arqueologia e o Museu de Ciência e Tecnologia. Essa rede interdisciplinar visa não apenas a formação de profissionais, mas também a transformação do museu em um espaço de conhecimento e valor social. Através dessa colaboração, a digitalização 3D e a fotogrametria emergem como ferramentas cruciais.

A digitalização 3D, especialmente por meio da fotogrametria, oferece um portal para a preservação do patrimônio. O poder de transformar artefatos físicos em modelos digitais detalhados é uma inovação que transcende o tempo e a distância. A equipe multidisciplinar, composta por pesquisadores e estudantes, torna essa jornada ainda mais rica, gerando modelos tridimensionais precisos e acessíveis virtualmente.

A pesquisa acadêmica dos estudantes da FACH/UFMS adiciona uma dimensão única ao projeto. Com estudos centrados nas moedas romanas, eles mergulham na história dos imperadores Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero. Cada moeda carrega uma narrativa que vai além de sua forma física. Esses jovens pesquisadores desvendam símbolos, imagens e mensagens, contribuindo para um entendimento mais profundo da sociedade e cultura romanas. A defesa do TCC "As Divindades na Legitimidade do Príncipe Augusto" no Museu Histórico Nacional é emblemática. Isso não apenas destaca a conexão entre pesquisa acadêmica e museu, mas também estabelece um marco ao ser a primeira defesa de TCC da UFMS realizada no local. Essa sinergia entre academia e instituições culturais promove um ambiente interdisciplinar e cria possibilidades infinitas para a pesquisa futura.

Em síntese, o Acordo de Cooperação UFMS-MHN transcende barreiras temporais e geográficas para preservar e compartilhar nosso patrimônio cultural. A digitalização 3D e a pesquisa acadêmica unem-se em uma jornada de descoberta que não apenas enriquece nosso entendimento da história, mas também molda a forma como as futuras gerações se relacionarão com o passado. A preservação, conexão e descoberta do patrimônio cultural é uma missão coletiva que ilumina o caminho para um futuro onde as histórias do passado permanecerão vivas e acessíveis para todos.

1777

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Acessado em 22 de abril de 2020. Link de acesso: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

CAVALCANTI, Marina Russell Brandão. **Patrimônio virtual: a reconstrução em 3D e a preservação do patrimônio cultural**. 164 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



GERMANO, M. G. ; KULESZA, W. A. . Popularização da Ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 24, p. 07-25, 2007.

MAGALHÃES, Artur Jorge Fernandes de. **“Arqueofotogrametria”**: a aplicação da fotogrametria para registro arqueológico 3D. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro Museu Nacional Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Rio de Janeiro, 2018.

TOSTES, Vera Lúcia (org). **Museu Histórico Nacional**. São Paulo: Ed. Olhares, 2013.

1778



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA HABITACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/BR

Edenilza Silva Cesário¹

Introdução

Esse trabalho parte de algumas reflexões iniciais como assistente social com atuação na política urbana e habitacional na cidade do Rio de Janeiro/BR que está sendo objeto da escrita da dissertação Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF. Reflexões essas sobre a inserção de assistentes sociais na política, principalmente a partir do boom nas políticas urbanas e habitacionais, ocorrido na primeira década dos anos 2000; e de como no atual contexto de mudanças do capitalismo e de suas tendências conservadoras, a intervenção profissional se confronta com as projeções política e teórica maturada no projeto ético-político.

O fato do Rio de Janeiro ser um dos principais centros políticos do país, de referência internacional inclusive para a realização de inúmeros megaeventos, como os jogos esportivos da Copa Mundial de Futebol Masculino de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e o projeto de segurança pública como a UPP (Unidade de Política Pacificadora - Projeto implementado em 2008 que, em tese, consistia em ocupar determinados territórios dominados por facções criminosas para estabelecer um policiamento comunitário, que fosse próximo ao 'cidadão', e abrisse caminho para serviços sociais do Estado), repercute na política urbana e habitacional de forma enfática. Inúmeros projetos e ações urbanísticas buscam transformar a cidade, e com isso impactam diretamente na vida da população mais pauperizada e, principalmente, àquelas que buscam residir nas regiões mais centrais de forma a acessar as políticas como de emprego e renda, por exemplo.

Na transformação da cidade essa população acaba sendo expulsa para as regiões periféricas, acentuando ainda mais as desigualdades e aumentando a pobreza. É verdade que essas características não se alteraram ao longo da história do Rio de Janeiro, porém avanços foram sentidos no período pós-redemocratização com a legislação do direito à cidade, na implementação dos instrumentos urbanísticos, na elaboração de políticas, projetos e programas de urbanização, de habitação e na participação ativa dos segmentos da sociedade civil.

1779

¹ Assistente social; mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional; Participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares/Universidade Federal Fluminense. Contato: edenilzacesario@id.uff.br

O Trabalho Social na política habitacional

É relevante destacar que, na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, os assistentes sociais desenvolvem suas ações na política habitacional no âmbito do trabalho social, que é a execução de um conjunto de ações que se configuram numa metodologia que aborda diversos temas em eixos, entre eles: mobilização, organização e fortalecimento social, desenvolvimento socioeconômico, educação ambiental e patrimonial. Esse conjunto de ações é norteado pela Portaria nº464/2018, do Ministério das Cidades, que no atual governo está em processo de revisão.

A título de esclarecimento, o papel do assistente social na política urbana está coadunado com os princípios básicos da Política Nacional de Habitação (2004), os quais são:

- Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, transporte, equipamento, serviços urbanos e sociais, saneamento ambiental;
- Habitação como política de Estado, no qual o poder público é agente na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão de moradia e na regularização de assentamentos precários (entendendo como os espaços de favelas e loteamentos), e que deve ser uma política pactuada com a sociedade e que extrapole a gestão de um governo;
- Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;
- Articulação das ações de habitação à política urbana e integrada às demais políticas sociais e ambientais.

1780

O trabalho social enquanto componente estruturante da política habitacional e urbana no Brasil dever ser obrigatório para todos os programas, como as intervenções de urbanização, regularização fundiária, de provisão habitacional, em áreas de desastres naturais e outras consideradas de risco.

Como profissionais que atuamos diretamente com a população nos seus territórios, é essencial o Trabalho Social para garantir e viabilizar o fluxo de informações, de traçar estratégias de participação e realizar ações afirmativas junto aos diferentes grupos do território que está ocorrendo a intervenção, como forma de não só permitir a qualidade da implementação do projeto em toda a sua execução, mas de possibilitar que esses sujeitos sociais façam parte de fato da construção da cidade a partir de seu território, ou seja, sua atuação tem de estar orientada na perspectiva do direito à cidade.

Entende-se direito à cidade na perspectiva de Harvey (2014) como o direito de transformá-la em algo radicalmente diferente, a luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capital.



Resultados preliminares da pesquisa

Algumas questões foram identificadas e que podem impactar no exercício profissional de assistentes sociais na política habitacional, os quais são percebidos como desafios também postos a outras políticas setoriais, pois são consequências do modo de produção capitalista vigente:

- Forma de contratação: a maioria dos assistentes sociais que atuam na política urbana tem contratos precarizados – contratos por prazo, contratos por produto/tarefa, contratos por MEI – Microempreendedor Individual;
- Carga horária extrapolada, uma vez que são contratados com um nome genérico, não fazendo jus ao direito às 30 horas de trabalho conquistado no Brasil;
- Condições da execução do trabalho: faltam insumos de suporte ao trabalho como espaço adequado, transporte e internet, por exemplo;
- Falta de tempo para atualização/capacitação profissional, considerando ser, em sua maioria, mulheres;
- A utilização das novas tecnologias de informação;
- Áreas conflagradas pela milícia, entre outros.

1781

Para enfrentar esses desafios, os quais não são nada fáceis, é fundamental que os assistentes sociais se articulem com movimentos sociais e outros profissionais para fomentar a participação popular como forma de resistência e conquista do direito à cidade, além de seus próprios direitos.

Nesse breve panorama de questões apresentadas e desafios postos à categoria profissional, soma-se o fato de 92,92% dos assistentes sociais são mulheres, conforme pesquisa realizada pelo CFESS (2022), as quais possuem tripla jornada de trabalho.

Os desafios postos à atualidade do exercício profissional de assistentes sociais são diversos, uma vez que a atuação profissional muitas vezes se confronta com as diretrizes do projeto ético-político da profissão, que preconiza a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Nesse sentido, os assistentes sociais precisam estar atentos para não reproduzir práticas excludentes e discriminatórias em suas intervenções urbanas, nem de reatualizar práticas conservadoras.

Desafios colocados ao Serviço Social: um destaque para a política habitacional

Importante apontar que a instauração de uma sequência de mudanças na sociedade fomentadas pelo sistema capitalista, bem como os “novos padrões” delinearão-se a partir da reestruturação produtiva e de seu princípio fundamental, que é reerguer os níveis de acumulação para



concentração do capital. Esse processo estabeleceu inúmeras transformações que afetaram o mundo do trabalho e, conseqüentemente, ocasionou o que Iamamoto (2015, p. 9) denomina de “agravamento da ‘questão social’, que segundo a autora as expressões da questão social são fenômenos resultantes da desigualdade fomentada pela sociedade capitalista, que tem raízes na fragmentação entre as classes sociais, no fortalecimento do antagonismo social, na dependência e detenção de bens de uma pequena parte da sociedade (burguesia) em relação à outra parte em escala maior (proletariado), e que o Serviço Social é chamada a intervir desde sua gênese.

É nesta conjuntura excludente, seletiva, marcada por desigualdades e interesses antagônicos que ocorre a intensificação das manifestações da “questão social”, que se materializa no âmbito social, a partir da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, do aumento no índice de desemprego, pela terceirização dos serviços, pelo agravamento do empobrecimento, pelo aumento da taxa de adoecimento de trabalhadores nas diversas áreas, dentre outros. Cada um desses processos interfere diretamente na organização da sociedade e “no conjunto das relações que se estabelecem entre o capital, o trabalho e o Estado” (CESAR, 2010, p. 117).

Iamamoto (2015, p. 21) ao discutir sobre o trabalho de assistentes sociais, evidencia que é importante que o profissional seja:

(...) um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

1782

Ainda tratando sobre o trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade, pode-se apontar que identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização postas ao Serviço Social. E, portanto, na atual conjuntura há a necessidade de um profissional com “práticas sociais” capazes de enxergar possibilidades e conduzi-las à construção de um novo projeto de sociedade. Neste sentido requer comprometimento e compromisso da categoria, inserção nas discussões políticas para que se possibilite uma execução de qualidade no âmbito da política habitacional.

Segundo Iamamoto (2015, p. 20), um dos maiores desafios que o assistente social é o desenvolvimento de sua capacidade para decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano, pois a realidade é dinâmica e diversa. E ser um profissional propositivo e não apenas executivo das políticas requer envolvimento, articulação com profissionais de outras áreas e serviços.

Este é um grande desafio colocado na dinâmica de uma rotina da intervenção profissional, porém, nesse cenário de “subordinação” ao capital o assistente social depara-se com vários outros, dentre eles está a sua condição de trabalhador assalariado e com contratos precarizados,

sendo a partir do processo de “contratação” e da venda de sua força de trabalho que se pode observar a utilidade do “consumo” de sua mão-de-obra para o capital, bem como essa condição reflete na prática profissional.

Como aponta Raichelis (2010), essa dinâmica de precarização atinge o assistente social com a insegurança do desemprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros.

Além desses desafios, o assistente social é colocado em contradições na conjuntura capitalista nos mais diversos âmbitos da intervenção, estando de um lado tentando viabilizar os direitos sociais à classe trabalhadora e de outro vivenciando as situações de sujeição ao Estado, que é o principal órgão empregador da categoria.

O exercício profissional de assistentes sociais (...) responde às demandas do capital e do trabalho, e nessa diáde só pode fortalecer um ou outro pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor da história, que conforme a teoria marxista se constitui como a luta de classes.

Deve-se considerar o exercício profissional do assistente social um elemento importante na contribuição para a resolução das problemáticas existentes na sociedade, uma vez que este desempenha suas ações que auxiliam na transformação da realidade social e as relações sociais nela existentes. Assim, cabe ressaltar alguns elementos constitutivos do processo de trabalho desta categoria profissional na contemporaneidade, e Iamamoto (2015, p. 101) faz os seguintes apontamentos:

(...) acompanhamento dos processos sociais; conhecimento da realidade social sobre a qual irá incidir a ação transformadora do trabalho; (...) conhecimento da população a quem se dirigem os serviços profissionais [...] em suas condições materiais e subjetivas, considerando as diferenças internas e aquelas decorrentes de relações estabelecidas com os distintos segmentos do capital e com os proprietários (...).

Destaca-se que não se pode reduzir a atuação profissional a essas ações, pois a intervenção é bem mais ampla e aprofundada, é instrumentalizada, e possui três dimensões as quais são interligadas: ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Pela forma de inserção socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como parte da especialização do trabalho coletivo, é o de buscar possíveis soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas e que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica (GUERRA,

s/d, p. 2). Referente às três dimensões, é fundamental ressaltar que uma complementa a outra, e que ambas são inseparáveis no processo de trabalho do assistente social, é nesta perspectiva de indissociabilidade das dimensões que SANTOS, FILHO E BACKX (2012, p. 17) defendem “a concepção de que o exercício profissional se constitui de uma totalidade, formada pelas três dimensões (...) que mantêm uma relação de unidade, apesar de suas particularidades”.

Pelo exposto, é no planejamento, no desenvolvimento e na viabilização de políticas que os assistentes sociais se colocam no dever de conceder a partir de seu trabalho, serviços que priorizem o acesso dos sujeitos sociais aos programas e projetos que possibilite ao público usuário a garantia de direitos.

Embora a atuação do Serviço Social na questão urbana tenha sua historicidade, datada antes mesmo da criação do BNH – Banco Nacional de Habitação, a análise do trabalho é a partir da criação do Ministério das Cidades em 2003 e seu arcabouço institucional que o Serviço Social retorna através do Trabalho Social e ganha lugar de destaque nos diferentes programas, sendo reconhecido como componente importante nas intervenções da política pública e passa a ser entendido como um direito na Política Nacional de Habitação; sua exigência, inclusive, é estendida para os Programas de Saneamento Ambiental Integrado, em particular com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ainda o Programa Minha Casa, Minha Vida em um momento posterior.

A exigência do Trabalho Social ganha destaque no diálogo com a população para viabilizar as intervenções físicas, social e a sustentabilidade dos projetos executados, orientado inicialmente pela Instrução Normativa nº 8/2009, do Ministério das Cidades foi o documento que configurou o Trabalho Social, sendo definido:

[...] como um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda (IN nº.08/2009).

Esse é um ponto de destaque, pois com a obrigatoriedade do Trabalho Social sendo exercido em sua maioria pelos assistentes sociais, nos aponta uma direção importante; no entanto, o que verificamos nos municípios é a terceirização da execução do Trabalho Social, uma vez que falta estruturação das secretarias e de concurso público.

Esclarece-se que essa é a lógica da composição orgânica do capital e, contraditoriamente, a cada dia percebemos também os elementos neoconservadores na profissão que a conjuntura tem exaltado. Esses elementos são apontados na pesquisa realizada bibliográfica realizada por Cantalice (2016, p. 231) “(...) extratos da ideologia pós-moderna estariam sendo assimilados e incorporados no âmbito da produção do conhecimento do Serviço Social”.

Nesse arcabouço institucional nacional, o trabalho social é reconhecido como componente da política pública, articulado às diretrizes da política urbana e habitacional, e

esse reconhecimento pode ser considerado uma conquista da categoria de assistentes sociais que tem história de atuação nos últimos 30 anos nas políticas habitacionais (...) a trajetória nas lutas pela reforma urbana, pelo direito à cidade, pela gestão democrática, pela função social da propriedade, pela moradia digna e de qualidade, pela participação social da população e dos movimentos de moradia na definição, implementação e controle social da política pública (PAZ, R; DINIZ, T., 2018, p. 02)

Assim, evidencia-se o Serviço Social como uma categoria profissional importante nesse processo, trabalhando articulado à sociedade civil e ao Estado, no sentido de promover a inclusão à cidade. Esse debate sobre a inserção da categoria na política urbana e habitacional retornou à cena com maior afinco, porém o que se pode observar é que essa reinserção não se vinculou de forma crítico-propositiva, acrescenta-se a isso a reorganização do mercado de trabalho, “gerando questões objetivas e concretas para o trabalho do assistente social: intensificação do trabalho, redução dos direitos, subcontratação, dificuldades para a requalificação profissional, entre outras” (SILVA, 2015, p. 116).

Essa reorganização decorrente das sucessivas crises do capitalismo e da reestruturação produtiva não é propícia aos interesses dos segmentos populares, pois as mudanças políticas e institucionais referenciadas pelo mercado se alinham com a economia mundial, e incidem sobre a cidade com as constantes modificações do espaço urbano, nunca voltados aos interesses da população. Exemplo são as intervenções realizadas para os megaeventos e transformações viárias que não possuem o objetivo de possibilitar a melhor mobilidade para e da população periférica.

É nesse contexto também que surgem os projetos de urbanização de favelas que gradativamente vão se colocando como mais uma estratégia de reestruturação urbana, na medida em que implicam em remoção de seus moradores, dando lugar aos interesses dominantes. E é nessa conjuntura que o Serviço Social tem sido chamado para atuar em projetos que envolvem remoções, realocações e remanejamentos de famílias, ainda que se utilizem de estratégias do discurso da participação e organização dos moradores, visam um consenso no sentido legitimar os interesses dominantes, não projetando alternativas para a população, o que nos remete ao exposto por Oakeshott (2014, p. 4) “ser conservador não é apenas ser avesso à mudança [...] é também a forma de nos adaptarmos às mudanças, algo que foi imposto a todos os homens.

Ainda que a perspectiva da intenção de ruptura tenha se tornado hegemônica na profissão, verifica-se a persistência da abordagem autoritária e compensatória que subestima as capacidades dos usuários de pensar, de transitar e de exercer suas liberdades com autonomia, como pode ser observado claramente na execução dos projetos sociais habitacionais. Nesse sentido, a dimensão do trabalho profissional é esvaziada de suas bases teóricas e políticas ao

reproduzir os interesses da classe dominante fazendo minar ou consensuar os espaços de interlocução dos usuários, não contribuindo para a emancipação política, sem atuar na consciência dos sujeitos e com crescente despolitização na ação profissional, o que vai contra os princípios bem estabelecidos do projeto ético-político da categoria traduzidos no Código de ética profissional vigente.

Sendo assim, é importante que o assistente social esteja atento para os antigos dilemas que são reatualizados, como a questão do controle que a profissão assume hoje nas intervenções urbanas. Tendo em vista os desafios colocados e a persistência de traços conservadores da profissão é importante que os assistentes sociais invistam em suas ações profissionais cotidianas de maneira articulada aos movimentos sociais e outras categorias profissionais que estejam alinhados com a resistência, na perspectiva de resistir as formas opressivas de gestão da cidade, atentando para as possibilidades de atuação, para além do instituído, estimulando novas modalidades de expressão coletiva.

Considerações em processo

Certamente, os assistentes sociais enfrentam uma série de desafios, especialmente na luta para manter sua direção social e projeto ético-político em meio à precarização das relações de trabalho. Precisam estar vigilantes e prontos para combater o viés neoconservador que está sendo propagado, principalmente em relação às intervenções urbanas que não são pensadas para os segmentos populares, mas que se tornam o público-alvo das modificações na cidade.

Nessa perspectiva, é crucial estar em consonância, de maneira articulada, com os movimentos sociais fomentando a participação popular, que é um dos elementos centrais, na perspectiva da resistência aos modos opressivos e violentos de gerir a cidade, bem como de outras categorias profissionais. A experiência do processo participativo, na conquista do direito à cidade, permite a construção de uma base de novos valores e posicionamentos frente a questão urbana.

O trabalho do assistente social no atual cenário, exige que se repense a participação para que ela ultrapasse sua perspectiva conservadora do processo de cooptação no que diz respeito aos processos de organização e de mobilização das classes populares. Nesse sentido, a utilização das novas tecnologias da informação na atualidade, ainda que restritas a uma parte da população, deve envolver os usuários, os movimentos sociais, a categoria e outros profissionais com a discussão sobre a questão urbana desejável, tornando-se uma estratégia importante para compartilhar informações, para ampliar conhecimentos e discutir coletivamente sobre o acesso ao direito à cidade com quem faz a cidade de fato.

Apesar dos desafios, é importante lembrar que o Serviço Social, com sua direção social e projeto ético-político, tem um papel crucial na sociedade. Ele atua como um mediador entre as necessidades da população e os recursos disponíveis, lutando constantemente pela justiça social e pela melhoria das condições de vida.

A precarização das relações de trabalho é uma realidade que afeta muitos trabalhadores, mas o Serviço Social está na linha de frente, vivenciando e defendendo os direitos dos trabalhadores e buscando soluções para esses problemas, quando não, para amenizá-los.

Portanto, embora os desafios sejam grandes, a importância e o impacto do Serviço Social não podem ser subestimados. A luta continua, e cada passo em direção à justiça social é um passo na direção certa.

Por fim, são inúmeros os desafios postos ao Serviço Social, sobretudo, na luta pela manutenção de sua direção social coadunado com o projeto ético-político e frente à precarização das relações de trabalho.

Referências

ABEPSS. **Revista Temporális nº 03**, Brasília: ABEPSS. 2001. Brasília: ABEPSS. 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Instrução Normativa, n. 08, de 15 de janeiro de 2009**. Orienta as ações Trabalho Técnico Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. In: **Cadernos MCidades Habitação**. DF: Brasília, 2004.

CANTALICE, Luciana B. de O., Neoconservadorismo na Produção do conhecimento em Serviço Social: tensões e entre o pós-moderno e o projeto profissional. In: **Revista Temporális**, ano 16, n. 32, jul/dez, Brasília: ABEPSS. 2016.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competência e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social**. 5. ed., Cortez Ed.: São Paulo, 2010.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022.

CFESS. **Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão**. Brasília, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: **Território – territórios**. Niterói: Editora EDUFF, 2007.

1787



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed., São Paulo. ed. Cortez, 2015.

SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

Sem parar – **O trabalho e a vida das mulheres na Pandemia**. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Características gerais do conservadorismo na contemporaneidade. In: SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 264-274.

SILVA, José Fernandes Siqueira da. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. In: **Revista Em Pauta**. (RJ), ano 13, n. 35, p. 99-125, jan. /jun. 2015.

PAZ, Rosangela D. Oliveira; DINIZ, Tânia Maria R. de Godoi. O Trabalho Social na política habitacional: a vitalidade do serviço social. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

1788



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

RELAÇÃO ENTRE HABILIDADES CULINÁRIAS E O CONSUMO DE HORTALIÇAS NÃO CONVENCIONAIS EM PACIENTES ATENDIDOS EM AMBULATÓRIO DE NUTRIÇÃO

Layane Lourenço Muniz¹
Josifrancy de Souza Silva Gonçalves²
Elaine Cristina de Souza Lima³
Rafael Silva Cadena⁴
Ellen Mayra Menezes Ayres⁵

Introdução

Uma alimentação saudável pode estar relacionada a muitos fatores na nossa vida, como comportamentais, ambientais e sociais. O Marco de Referência de Educação Alimentar Para as Políticas Públicas (Brasil, 2012) diz que saber preparar o próprio alimento é um ato de autonomia, sendo um recurso para alimentação saudável. A afirmativa é reforçada pelo Guia Alimentar Para a População Brasileira (Brasil, 2014), que indica que as habilidades culinárias estão em declínio entre os mais jovens, resultando em uma aparente diminuição da confiança e autonomia deles na preparação de alimentos.

O Guia (Brasil, 2014) complementa a importância dessas habilidades no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, como as hortaliças, pois esses alimentos muitas vezes precisam passar por pré preparações, ser combinados a outros alimentos e então postos em pratos para que possam ser consumidos.

No Brasil, temos mais de 70 espécies olerícolas sendo cultivadas, e dentre estas existem as que são pouco conhecidas pela população, que são as chamadas Hortaliças Não Convencionais (HNC) ou Hortaliças Tradicionais (Botrel et al., 2020). As HNC já foram bastante apreciadas, porém com a migração da população rural para as grandes cidades o seu consumo acabou sendo

1789

¹ Departamento de Nutrição Fundamental; Escola de Nutrição; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

² Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

³ Departamento de Nutrição Fundamental; Escola de Nutrição; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ Departamento de Nutrição Fundamental; Escola de Nutrição; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

⁵ Departamento de Nutrição Fundamental; Escola de Nutrição; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. / Apoio Financeiro: CNPq, CAPES. / Contato: layanemnzl@gmail.com / francyjo1@hotmail.com / ellen.menezes@unirio.br

desvalorizado e hoje em dia são mais conhecidas como “mato” ou “daninhas” (Viana et al, 2015).

Apesar de precisarmos de mais estudos sobre a composição, fatores antinutricionais, biodisponibilidades de nutrientes de algumas HNC para que seus benefícios possam ser aproveitados com segurança, essas hortaliças se destacam devido à sua capacidade de enriquecer a diversidade de alimentos, fortalecer a segurança alimentar e nutricional (SAN), gerar renda e promover a sustentabilidade (De Jesus et al, 2020; Jacob, 2020).

Diante disso, torna-se necessário investigar as habilidades culinárias para identificar possíveis barreiras que limitem a incorporação desses alimentos na dieta do indivíduo, visto que o consumo das HNC representa um papel socioambiental, de resgate cultural, de alimentação saudável, adequada e responsável (Abreu et al, 2017; Callegari et al, 2017).

Objetivo

O objetivo do estudo foi buscar compreender as habilidades culinárias de pacientes atendidos em um ambulatório de nutrição e seu consumo de HNC, identificando possíveis associações.

Método

Aspectos Éticos

Este estudo teve aprovação prévia do Comitê de Ética e Pesquisa da UNIRIO sob o registro CAAE nº5.439.342.

Consumidores

Os participantes da pesquisa foram abordados na consulta de retorno ao ambulatório de nutrição, onde se obteve 95 voluntários, homens e mulheres, com idade maior do que 18 anos, que levaram aproximadamente 10 minutos para responder o questionário.

Coleta de dados

Os questionários foram elaborados e preenchidos em formatos impresso e digital através do acesso ao Google Forms por um link disponibilizado pela nutricionista do Ambulatório de Nutrição da Clínica Escola Bezerra de Araújo, localizado no Rio de Janeiro.

O estudo avaliou as habilidades culinárias dos participantes usando um modelo de índice de habilidades culinárias desenvolvido por Martins et al. (2019). O objetivo era medir a confiança dos participantes em suas habilidades culinárias em relação a dez tarefas específicas relacionadas

1790

às recomendações alimentares do Guia Alimentar da População Brasileira. Os participantes foram classificados em três categorias: baixa habilidade culinária (pontuação $\leq 66,7$), média habilidade culinária (pontuação entre 66,8 e 93,2) e alta habilidade culinária com base nos valores de percentis 25 e 75 como limites.

Foi utilizado também um questionário de frequência alimentar adaptado de Ribeiro et al. (2006) para avaliar o consumo de hortaliças não convencionais, com perguntas sobre se já preparou HNC e motivos para nunca ter experimentado essas hortaliças. As respostas foram categorizadas em sim/não e opções específicas, abordando aspectos como habilidades culinárias, acesso e preocupações de toxicidade.

Análise Estatística

Os resultados dos questionários foram analisados por simples frequência, sendo os achados expressos em percentual (%) e, quando necessário, aplicado teste qui-quadrado de Pearson. O teste foi conduzido com um nível de significância (alfa) pré-estabelecido de 0,05, o que implica que um resultado com um valor de p superior a 0,05 seria considerado não significativo, enquanto um valor de p igual ou inferior a 0,05 seria considerado significativo. Para a análise estatística foi utilizado o programa XLSTAT versão 2020.

Resultados e Discussão

O estudo demonstrou que a maioria dos pacientes atendidos no ambulatório de nutrição eram do sexo feminino, representado por 77,89% (n=74), enquanto 22,10% (n=21) eram do sexo masculino. A prevalência de pacientes do sexo feminino no ambulatório encontra respaldo pelos achados da Pesquisa Nacional em Saúde (2019), que revelou uma proporção maior de mulheres na busca por atendimentos de saúde. Além disso, verificou-se a faixa etária predominante entre 41 a 60 anos, correspondente a 44,21% dos indivíduos (n=42), seguida por 28,42% (n=27) maiores de 60 anos. Os outros estratos de faixa etária representam minoria.

1791

Tabela 1. Perfil dos pacientes atendidos no Ambulatório de Nutrição, Rio de Janeiro.

Variável	Frequência	
Sexo	n = 95	%
Feminino	74	77,89
Masculino	21	22,1
Faixa etária	n=95	%
20-30	16	16,84
31-40	10	10,52
41-60	42	44,21
>60	27	28,42

Para a análise de classificação de habilidades culinárias, foi encontrado que a maioria, representado por 46,31% (n=44) dos indivíduos entrevistados apresentaram baixa habilidade culinária. Enquanto, 29,47% (n=28) foram classificados com média habilidade, seguido por 24,21% (n=23) com alta habilidade. O Guia Alimentar para População Brasileira (Brasil, 2014) enfatiza o desenvolvimento de habilidades culinárias para o consumo adequado de alimentos *in natura* ou minimamente processados, assim como a POF (IBGE, 2019) também mostra que o consumo desses alimentos está relacionado ao ato de cozinhar.

1792

Tabela 2. Classificação de Habilidades Culinárias dos pacientes atendidos no Ambulatório de Nutrição, Rio de Janeiro.

Classificação	Frequência	
	n = 95	%
Baixa habilidade	44	46,31%
Média habilidade	28	29,47%
Alta habilidade	23	24,21%

Para as variáveis de consumo de hortaliças não convencionais, quando perguntado “Você já consumiu alguma hortaliça não convencional”, dentre os 95 participantes, 54,73% (n=52)

responderam que “Não”, ao passo que 45,26% (n=43) responderam que “sim”. Além do amplo potencial nutritivo e antioxidante, as HNC também se destacam pelo seu elevado potencial na alimentação, por isso seu consumo e forma de preparo adequado devem ser estimulados (Bezerra; Brito, 2020).

Entre os 95 participantes, 94 responderam a pergunta “Você já preparou alguma hortaliça não convencional?”. Destes, 57,44% (n=54) responderam “Não”, enquanto 42,55% (n=40) responderam “Sim”. O preparo das HNC é um importante fator na incorporação desses alimentos no prato dos brasileiros, e, diante desse contexto, o incentivo à preparação dessas hortaliças foi adotado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) e incorporado em uma cartilha (Coelho Netto; Pontes, 2019). Além disso, conforme destacado por Oliveira *et al.* (2019), o modo de preparo das HNC influencia significativamente o seu valor nutricional, tornando-as uma escolha alimentar com excelente benefício nutricional.

Já para a pergunta “Por que você nunca experimentou alguma hortaliça não convencional?”, 60 indivíduos responderam. Os resultados obtidos nesse questionamento foram de 45% (n=27) para “não tenho hábito”. A falta de hábito para o consumo dessas hortaliças que originalmente crescem espontaneamente nos locais, pode estar relacionada à crescente globalização do mercado de alimentos. Segundo Corado *et al.* (2022), a prática da alimentação urbana é um fator promotor do desvinculamento com a cultura e tradição familiares, o que leva a um processo de erosão cultural alimentar. Isso acaba gerando um risco à soberania alimentar, pois desestimula a exploração de espécies nativas, as quais deixam de ser ofertadas à população (Fonseca et al, 2017).

As outras respostas para essa pergunta foram seguidas por 25% (n=15) para “não sei onde/como comprar” e 20% (n=12) para “Outro”. As feiras livres representam um local de comércio importante para as hortaliças não convencionais. De acordo com Branco *et al.* (2022), os agricultores familiares têm um papel essencial no cultivo das plantas não convencionais, destacando que em comunidades rurais o consumo desses alimentos representa 38% de todos os alimentos, em contraste, nas grandes cidades, os padrões culturais de consumo tendem a valorizar produtos encontrados nos supermercados em detrimento dos recursos naturais disponíveis.

As respostas “não sei preparar”, “medo de toxicidade” e “não gosto” foram relatadas, respectivamente, por 5% (n=3), 3,33% (n=2) e 1,66% (n=1) dos pacientes. O método de preparo e os padrões de consumo podem ser influenciados pela transmissão de conhecimento familiar, uma vez que, conforme evidenciado no estudo de Polesi *et al.* (2017), o consumo desses alimentos estava intrinsecamente ligado à habilidade adquirida com os pais para identificá-los como um alimento.

Tabela 3. Variáveis para consumo de hortaliças não convencionais pelos pacientes atendidos no Ambulatório de Nutrição, Rio de Janeiro.

Variável	Frequência	
Você já consumiu alguma hortaliça não convencional?	n=95 %	
Sim	43	45,26
Não	52	54,73
Você já preparou alguma hortaliça não convencional?	n=94 %	
Sim	40	42,55
Não	54	57,44
Porque você nunca experimentou alguma hortaliça não convencional?	n=60 %	
Não sei preparar	3	5
Não sei onde/como comprar	15	25
Não tenho hábito	27	45
Não gosto	1	1,66
Medo de toxicidade	2	3,33
Outro	12	20

1794

Após a análise estatística buscando associação entre Habilidades Culinárias e “Já Consumiu Alguma Hortaliça Não Convencional?”, foi encontrado pelo teste qui-quadrado que o valor observado (4,054) é menor do que o valor crítico (5,991) e o p-valor (0,132) sendo maior do que o nível de significância (alfa) de 0,005, sugerindo que não há evidências estatisticamente significativas para rejeitar a hipótese nula. Isso diz que nessa amostra de população não parece haver uma associação estatisticamente significativa entre a habilidade culinária e se o indivíduo já havia consumido alguma HNC. Logo, não se pode concluir que a habilidade culinária ofereceu influência significativa para essa questão de consumo.

Tabela 4. Classificação das habilidades culinárias e consumo de hortaliças não convencionais pelos pacientes atendidos no Ambulatório de Nutrição, Rio de Janeiro.

Já consumiu alguma hortaliça não convencional?	Classificação das habilidades culinárias						
	Baixa (n)	Média (n)	Alta (n)	Total (n)	p valor, quadrado	qui	
Sim	26	11	15	52	0,132		
Não	18	17	8	43			

p valor* (alfa) 0,05

Já na análise relacionando a classificação da habilidade culinária com a pergunta se o paciente já havia preparado uma hortaliça não convencional foi encontrado após o teste qui-quadrado que o valor observado (9,263) foi maior do que o valor crítico (5,991), demonstrando que há uma diferença estatisticamente significativa entre as variáveis. O p-valor encontrado (0,010) foi menor do que o nível de significância (alfa) de 0,05, sugerindo que há evidências significativas para rejeitar a hipótese nula. Logo, o estudo mostra que a habilidade culinária parece influenciar significativamente a probabilidade de alguém preparar hortaliças não convencionais.

1795

Tabela 5. Classificação das habilidades culinárias e o preparo de hortaliças não convencionais.

Você já preparou alguma hortaliça não convencional?	Classificação das habilidades culinárias						
	Baixa (n)	Média (n)	Alta (n)	Total (n)	p valor, quadrado	qui	
Sim	20	6	14	40	0,01		
Não	24	22	8	54			

p valor* (alfa) 0,05

Seguindo a mesma metodologia de teste para as variáveis habilidades culinárias e “Por que você nunca experimentou alguma hortaliça não convencional?” o valor observado (12,500) é menor do que o valor crítico (18,307) e o p-valor (0,253) é maior do que o nível de significância (alfa) de 0,05, evidenciando que não há evidências significativas para rejeitar a hipótese nula. Portanto,

o estudo sugere que na amostra analisada, não se pode concluir que há uma influência significativa entre essas categorias.

Tabela 6. Associação da Classificação das habilidades culinárias e Por que você nunca experimentou alguma hortaliça não convencional?

Por que você nunca experimentou alguma hortaliça não convencional?	Classificação das habilidades culinárias				p valor, qui quadrado
	Baixa (n)	Média (n)	Alta (n)	Total (n)	
Medo de toxicidade	0	2	0	2	0,253
Não gosto	0	0	1	1	
Não sei onde/como comprar	6	5	4	15	
Não sei preparar	3	0	1	4	
Não tenho hábito	13	10	4	27	
Outro	7	2	3	12	

1796

p valor* (alfa) 0,05

No contexto atual, a ausência de pesquisas que investiguem a relação entre habilidades culinárias e as variáveis de consumo de Hortaliças Não Convencionais ressalta a relevância dos resultados obtidos neste estudo. Esses resultados podem fornecer orientações para o desenvolvimento de habilidades culinárias, o que, por sua vez, pode incentivar o consumo de HNC, contribuindo assim para uma alimentação mais saudável.

Conclusão

Os resultados revelaram que uma parcela significativa dos participantes apresentava baixa habilidade culinária, ao passo que uma porção substancial indicou não ter consumido nem preparado HNC anteriormente. A análise estatística demonstrou que a habilidade culinária parece influenciar a probabilidade de alguém preparar hortaliças não convencionais, embora essa influência não tenha atingido significância estatística para a questão de já ter consumido. Em última análise, este estudo oferece uma visão inicial e esclarecedora da relação entre habilidades culinárias e o consumo de HNC, destacando a necessidade contínua de pesquisa e

intervenções direcionadas para promover escolhas alimentares mais saudáveis para os indivíduos.

Referências

ABREU, Nayara Cristina Oliveira; DINIZ, Jordânia Castanheira. As vantagens da Introdução das Plantas Alimentícias Não Convencionais na Alimentação dos beneficiários do Bolsa Família Bernardo Valadares, em Sete Lagoas - MG. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 16–16, 2017. Disponível em: <http://jornalold.faculdadecienciasdavid.com.br/index.php/RBCV/article/view/413/218>. Acesso em: 30 set. 2023.

BEZERRA, Juliana Alves; BRITO, Marilene Magalhães de. Potencial nutricional e antioxidantes das Plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e o uso na alimentação: Revisão. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e369997159, 2020.

BRANCO, Camila da Silva Vaz; SILVA, Elga Batista da; BARBOSA, Maria Ivone Martins Jacintho. Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no contexto da Gastronomia e da Educação Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.29, p.1-15, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2012. 68 p.

CALLEGARI, Cristina Ramos; MATOS FILHO, Altamiro Morais. **Plantas Alimentícias Não Convencionais - PANCs**. Florianópolis: Epagri, Boletim Didático, 53p. 2017.

CASEMIRO, Ítalo de Paula; VENDRAMI, Ana Lúcia do Amaral. 10 anos de PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais) – Análise e Tendências sobre o tema. **Alimentos: Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 44–93, 2021. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/alimentos/article/view/1867>. Acesso em: 30 set. 2023.

1797



2023

J I Jornada
I C Internacional
E U de Iniciação
Científica
e Extensão
Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

COELHO NETTO, Rosalee Albuquerque; PONTES, Thelma Mendes. **Hortalças não-convencionais: sugestões de preparo e composição nutricional**. Editora do INPA, 2019-. E-book. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/16240>. Acesso em: 28 set. 2023.

CORADO, Paloma Isabel Santos Araújo; LIMA, Letícia Nunes Da Costa; FONTENELLE, Larissa Cristina. O consumo de plantas alimentícias não convencionais para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da cultura alimentar brasileira. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p. e022016, 10 nov. 2022.

DE JESUS, Beatriz Barbosa de Souza; SANTANA, Karolina Silva Leite de; Oliveira, Vania Jesus dos Santos de; Carvalho, Mariane de Jesus da Silva de; ALMEIDA, Weliton Antônio Bastos de. PANCs - Plantas alimentícias não convencionais, benefícios, potencial econômico e resgate da cultura: uma revisão sistemática. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer, Jandaia-GO, v. 17, n. 33, p. 309, 2020. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2020C/pancs.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

FONSECA, Cristine et al. A importância das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS) para a sustentabilidade dos sistemas de produção de base ecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/167>. Acesso em: 30 set. 2023.

1798

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde: 2019: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE; 2020. 85p. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.

IBGE, 2019b. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69 p. disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE-Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 18 de Agosto de 2023.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



JACOB, Michelle Medeiros. Biodiversidade de plantas alimentícias não convencionais em uma horta comunitária com fins educativos. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 15, p. 44037, 2020.

MARTINS, Carla Adriano et al. Cooking skills index: development and reliability assessment. **Revista de Nutrição**, v. 32, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1590/1678-9865201932e180124>. Access in: 29 september, 2023.

BOTREL, Neide, FREITAS, Sidnéia; FONSECA, Marcos José de Oliveira; MELO, Raphael Augusto de Castro e; MADEIRA, Nuno. Nutritional value of unconventional leafy vegetables grown in the Cerrado Biome/Brazil. **Brazilian Journal of Food Technology**, v. 23, 2020.

OLIVEIRA, Heliane Aparecida Barros de; SILVA, Renato Pereira da; SANT'ANA, Helena Maria Pinheiro. Hortaliças não convencionais e agricultura familiar na região de Viçosa-MG. In: PESQUISA EM AGROECOLOGIA: CONQUISTAS E PERSPECTIVAS. Viçosa, MG: Furnabe, 2019. p. 258–277. E-book. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Djalma-Pereira/2/publication/348318084_Pesquisa_em_Agroecologia_conquistas_e_perspectivas/links/5ff7bf1b45851553a02af607/Pesquisa-em-Agroecologia-conquistas-e-perspectivas.pdf#page=259. Acesso em: 29 set. 2023.

1799

POLESI, Rejane Giacomolli; ROLIM, Rosângela; ZANETTI, Cândida; SANT'ANNA, Voltaire; BIONDO, Elaine. Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar no Vale do Taquari, RS: Plantas Alimentícias Não Convencionais e Frutas Nativas. **Revista Científica Rural**, v.19(2), p.118-135, 2017.

RIBEIRO, Aída Calvão et al. Validação de um questionário de frequência de consumo alimentar para população adulta. **Revista de Nutrição**, v. 19, p. 553-562, 2006.

VIANA, M. M. et al. Composição fitoquímica e potencial antioxidante de hortaliças não convencionais. **Horticultura Brasileira**, v. 33, n. 4, p. 504–509, dez. 2015.



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023

28 | 29 | 30
NOV | 2023

VAMOS EXPERIMENTAR BIOLOGIA E FARMÁCIA NO ENSINO MÉDIO?

Gabriela Prates Coelho¹
Lígia Caroline Glória¹
Dárlen Crísthiê Hermelinda Pena²
Euler Horta Marinho³
Flávia Dias Marques-Marinho¹

Introdução

A extensão universitária tem papel essencial na promoção do desenvolvimento social, atuando como um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico que promove uma transformação interativa entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a sociedade em geral (BRASIL, 2018, p. 1) Desde 1988 no Brasil, a extensão consta da Constituição da República; sendo mencionada em 1996 na Lei nº 9.394 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, posteriormente, na Lei nº 10.172 que estabeleceu o Plano Nacional de Educação/PNE 2001/2011. Neste último, constou o programa de desenvolvimento da extensão universitária nas IFES correspondendo a um mínimo de 10% do total de créditos da graduação. Contudo, poucas IFES avançaram neste sentido (BRASIL, 1988, p. 123; BRASIL, 1996, p. 27833; BRASIL, 2001, p. 186). Desta forma, no PNE 2014/2024, estabelecido pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, passou a constar programas e projetos de extensão universitária como forma de assegurar tais créditos (BRASIL, 2014, p. 6). Em 18 de dezembro de 2018, a Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentando o disposto no PNE por meio da Resolução CNE/CES nº 7 (BRASIL, 2018, p.1).

As ações de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) têm sido regulamentadas desde 4 de dezembro de 1995, quando o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou os regulamentos do programa de bolsas de extensão, de concessão de bolsas de extensão e de apoio a programas, projetos e atividades de extensão por meio das Resoluções CEPE nº 913, nº 914 e nº 915, respectivamente (UFOP, 1995, p.1; UFOP, 1995a, p.1; UFOP, 1995b, p.1). Em 10 de junho de 2013, foram aprovadas a Resolução CEPE nº 5295 que trata

1800

¹ Departamento de Farmácia, Escola de Farmácia, Universidade Federal de Ouro Preto

² Escola Estadual de Ouro Preto

³ Departamento de Computação e Sistemas, Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto / flaviadmar@ufop.edu.br



da normatização de cursos de extensão na UFOP e a Resolução CEPE nº 5292 que estabeleceu o regulamento do registro e o apoio às ações de extensão da UFOP, revogando as três anteriores (UFOP, 2013, p.1; UFOP, 2013a, p.1). Em 16 de setembro de 2015, o Conselho Universitário (CUNI) aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP 2016-2025, elaborado a partir do PNE 2014/2024 (UFOP, 2015, p. 27). Isso contribuiu para atualização do regulamento das ações de extensão universitária da UFOP, por meio da Resolução CEPE nº 7.609 de 20 de novembro de 2018 e para inclusão da extensão no currículo dos cursos de graduação por meio da Resolução CEPE nº 7852 de 27 de setembro de 2019 (UFOP, 2018, p. 1; UFOP, 2019, p.1). Neste contexto de contribuir com a sociedade na formação de cidadãos solidários, com capacidade reflexiva e crítica, a ação de extensão presencial 'Vamos experimentar Biologia e Farmácia no Ensino Médio?' surgiu em 2020, tendo que ser adaptada para o formato remoto devido à pandemia por Covid-19 e assim continuada em 2021. A proposta presencial, de empregar conhecimentos de ciências farmacêuticas relacionados à biologia para propor atividades práticas de forma contextualizada ao público alvo, foi desenvolvida em 2022, procedendo em consonância com os protocolos institucionais e após cobertura vacinal de 2ª dose e dose única de aproximadamente 75% da população em Minas Gerais (SESMG, 2021).

Objetivos gerais

Colaborar no ensino de Biologia aos estudantes do Ensino Médio, por meio de atividades práticas em laboratório.

Consolidar a parceria entre a universidade e a comunidade representada pela EEOP.

Promover o desenvolvimento de competências extraclasse, além da consolidação do conhecimento técnico-científico das graduandas de Farmácia.

1801

Metodologia, materiais e métodos

O público alvo desta ação, estudantes matriculados no 1º ano do Ensino Médio, turno Integral, turma Logística da EEOP e frequentes às aulas da disciplina Práticas Experimentais foram caracterizados quanto ao gênero e idade.

Antes de cada intervenção mensal, a equipe constituída por duas graduandas em Farmácia e as professoras coordenadora e colaboradora externa se reuniu, semanalmente, de forma remota, por no mínimo 1 hora, para definição do tema a ser abordado no mês com base nas orientações do Governo do Estado de Minas Gerais (SEEMG, 2022) e da(s) atividade(s) prática(s) a ser(em) executada(s) pelos estudantes do Ensino Médio, orientação técnico-científica necessária a construção do material didático (apresentação, folder, formulário, procedimento operacional padrão/POP, relatório, roteiro) e afim (formulários de avaliação da extensão), planejamento e avaliação da simulação da(s) atividade(s) *in loco* pelas graduandas.



As intervenções foram programadas para acontecer no horário da disciplina Práticas Experimentais da turma logística, de 13h às 15h na última segunda-feira de julho (dia 25) no Laboratório de Hematologia/EFAR, agosto (dia 29), setembro (dia 26) e outubro (dia 31) no Laboratório de Ciências da EEOP. A intervenção do mês novembro (dia 28), devido à suspensão das aulas na EEOP por motivo do jogo da seleção brasileira na Copa 2022, foi postergada para a primeira segunda-feira de dezembro (dia 5), de 12h30min às 14h no Laboratório de Controle de Qualidade Físico-Químico e Biológico/EFAR.

As amostras de *Allium cepa* (cebola), *Carica papaya* (mamão), *Elodea sp*, *Fragaria vesca* L (morango), *Impatiens parviflora* (beijinho), *Musa acuminata* (banana), *Solanum lycopersicum* (tomate) foram adquiridas localmente.

Os reagentes biológicos (*Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli*, *Salmonella thiphymurium*), químicos (água destilada, álcool etílico, álcool 70 °GL, azul de metileno, cloreto de sódio, detergente, gelo, meios de cultura sólidos MacConkey, Sal Manitol, Tríplice açúcar ferro, Xilose Lisina Desoxicolato), vidrarias (balões volumétricos, bastão de vidro, béquer, erlenmeyers, funil, lâminas, lamínulas, pipetas graduadas, placas de Petri, provetas, tubos de ensaio), acessórios de laboratório (agulha bacteriológica, alça bacteriológica, bico de Bunsen, caneta permanente, espátula, estilete, etiquetas, frasco conta-gotas, gaze, isqueiro, papel absorvente, pinça de ponta fina, pipeta Pasteur, pipetadores, saco plástico transparente, suporte para tubos), equipamentos (balança analítica mini, microscópios, estufa bacteriológica) e equipamentos de proteção individual (luvas, máscaras, toucas) disponíveis nos laboratórios das instituições e os jalecos adquiridos com auxílio concedido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFOP foram empregados nas simulações e/ou intervenções.

Em geral, as intervenções consistiram nas seguintes etapas: explanação sobre o tema com (setembro, outubro) ou sem (agosto, dezembro) projeção multimídia, execução da prática pelos grupos de estudantes após leitura do roteiro e preenchimento do relatório por cada estudante.

A primeira intervenção se destinou à apresentação da ação e da equipe, distribuição dos jalecos identificados com as siglas das instituições aos estudantes da EEOP para uso nos laboratórios da EEOP (aulas práticas) ou da UFOP (visita) e visita ao Laboratório de Hematologia da EFAR/UFOP.

A segunda intervenção demandou o preparo de soluções de cloreto de sódio a 1% e 10% por pesagem conforme POP001 – Uso da balança, preenchimento das fichas de pesagem anexas ao roteiro e do Formulário 001 – Registro do Uso da Balança, o preparo de lâminas de pétalas de *Impatiens parviflora* previamente expostas a cada uma das soluções e a observação em microscópio de luz, conforme POP002, seguindo-se do registro do uso no Formulário 002.

A terceira intervenção requereu o preparo de amostras de *Allium cepa*, *Elodea sp*, *Solanum lycopersicum* por hidratação, de *Allium cepa* tratada com corante azul de metileno e de *Solanum lycopersicum* tratada com corante vermelho de fenol, a fixação destas em lâminas e a observação em microscópio (POP002) com registro do uso (Formulário 002).

1802



A quarta intervenção demandou a maceração pelos grupos de uma das amostras *Allium cepa*, *Carica papaya*, *Fragaria Fragaria vesca* L ou *Musa acuminata*, o preparo da solução extratora de cloreto de sódio (POP001, ficha de pesagem, Formulário 001) água e detergente, a filtração do macerado da amostra tratado com a solução extratora, a adição de álcool etílico ao filtrado da amostra e a observação em microscópio (POP002, Formulário 002) da lâmina dos filamentos tratados com solução extratora e corante azul de metileno.

A quinta intervenção, em um primeiro momento, demandou a observância das boas práticas de laboratório microbiológico, sementeira pela técnica de esgotamento dos microrganismos *Escherichia coli*, *Salmonella thiphymurium* e *Staphylococcus aureus* em placas contendo meios de cultura específicos ágar MacConkey, ágar Lisina Xilose Desoxicolato e ágar Sal Manitol, respectivamente, inoculação de colônias de cada um destes microrganismos em tubo de ensaio contendo ágar tríplice açúcar ferro (TSI) inclinado por punctura com agulha bacteriológica na base e por estriamento na superfície, incubação das placas invertidas e dos tubos a 35 °C por no mínimo 18h e no máximo 24h (TSI), 48h (ágar Xilose Lisina Desoxicolato) ou 72h (ágar MacConkey, ágar Sal Manitol). Em um segundo momento da quinta intervenção, em sala multimídia, as graduandas com base nas informações do folder elaborado para divulgação da ação aos demais estudantes da EEOP, explanaram sobre a ação, o curso de Farmácia da UFOP e a relação entre a Biologia e a Farmácia questionada pelos estudantes da EEOP ao longo da ação. Por fim, realizou-se a aplicação do formulário de avaliação da extensão a todos os presentes.

O sítio da ação foi atualizado e o material gerado para dar suporte às intervenções foi disponibilizado na aba <https://biologiaremota.ufop.br/material-didatico-1> pelo professor colaborador (UFOP, 2022).

1803

Resultados

Vinte e nove estudantes do 1º ano do Ensino Médio, turno Integral, turma Logística foram matriculados na disciplina ‘Práticas Experimentais’ em 2022. Destes matriculados, 22 (75,9%) frequentaram as aulas da referida disciplina durante as intervenções. Conforme se observa na TAB. 1, o público era constituído majoritariamente por estudantes do gênero feminino (68,1%), as quais apresentaram variação de idade inferior àquela dos estudantes do gênero masculino. A idade média da turma foi 16 anos, com idades individuais variando entre 15 e 18 anos.



Tabela 1 – Caracterização quanto ao gênero e idade dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio da EEOP, turno Integral, turma Logística frequentes às aulas da disciplina Práticas Experimentais durante a ação realizada em 2022.

Gênero	Número	Idade (média±desvio-padrão, anos)
Feminino	15	15,8±0,6
Masculino	7	16,1±0,9
Total	22	16,1±0,9

Fonte: Autor

As reuniões da equipe (n=21) iniciadas em 4 de julho foram concluídas em 9 de dezembro de 2022. O comprometimento dos membros da equipe se refletiu na frequência às reuniões, sendo superior a 95%. Nestas reuniões, com base na orientação disponibilizada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG, 2022), foram selecionados os cinco temas abordados ao longo da ação e definidos os tipos de material didático para cada intervenção. Ao final, resultaram cinco relatórios, sendo um relatório de visita, quatro roteiros e apresentações, dois formulários e procedimentos operacionais padrão e um folder, totalizando 18 produções, conforme dados elencados na TAB. 2.

1804

Tabela 2 – Temas e tipo de material didático elaborado para as intervenções na EEOP em 2022 durante a ação ‘Vamos experimentar Biologia e Farmácia no Ensino Médio?’

INTERVENÇÃO		
Mês	Tema	Material didático
Jul.	Citologia	Apresentação, Relatório de visita
Ago.	Osmose	Formulários (2), ¹ POPs (2), Relatório, Roteiro
Set.	Células vegetais	Apresentação, Relatório, Roteiro
Out.	Extração do DNA de vegetais	Apresentação, Relatório, Roteiro
Dez.	Fermentação	Apresentação, Folder, Relatório, Roteiro

¹POPs: Procedimentos Operacionais Padrão

Estes materiais didáticos, previamente a respectiva intervenção, foram empregados na simulação *in loco* e, em caso de inconsistências ou de alterações procedimentais durante a execução da prática, os documentos foram revisados para obter a versão final. As intervenções ocorreram

nas datas e locais programados com a participação dos estudantes da EEOP segundo os dados apresentados na TAB. 3.

Tabela 3 – Número de estudantes do 1º ano do Ensino da EEOP, turno Integral, turma Logística, matriculados na disciplina ‘Práticas Experimentais’ presentes nas intervenções. Porcentagem em relação ao total (n=29) ou apenas aos matriculados frequentes (n=22)

Intervenção	Matriculados na disciplina Práticas Experimentais		
	Presentes	% Total	% Frequentes
Jul.	15	52	68
Ago.	17	59	77
Set.	20	69	90
Out.	13	45	59
Dez.	4	14	18

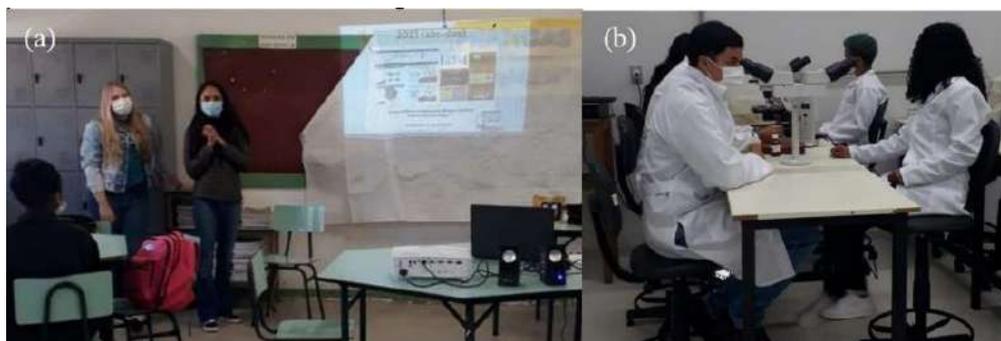
Fonte: Autor

A participação dos estudantes nas intervenções variou entre 69% e 14% considerando o número total de matriculados (n=29) na disciplina ‘Práticas Experimentais’. Contudo, como relatado anteriormente, sete dos estudantes matriculados não frequentaram as aulas da disciplina em qualquer momento. Portanto, ao se considerar o número dos frequentes (n=22), a participação nas intervenções variou entre 90% e 18% nos meses de setembro e dezembro, respectivamente. De acordo com a professora colaboradora, estes dados refletiram a menor frequência dos estudantes da EEOP nas disciplinas alocadas às segundas-feiras. No caso específico da última intervenção, somou-se ainda o fato de ter ocorrido no período de recuperação na EEOP o que contribuiu para o baixo número de presentes.

Na primeira intervenção, os estudantes da EEOP obtiveram conhecimento sobre a ação e a trajetória das graduandas até a UFOP. Na sequência, utilizaram os jalecos recebidos na visita ao Laboratório de Hematologia da EFAR guiada pelo professor responsável. Esta foi a primeira vez que estiveram em uma Universidade e que puderam visualizar células sanguíneas em um microscópio pentaocular. Esta estratégia visou despertar nos estudantes, o interesse pelo tema Citologia antes do início do processo de aprendizagem na EEOP. Registros de momentos da primeira intervenção na EEOP e no Laboratório de Hematologia da EFAR/UFOP são exibidos na FIG.1.

1805

Figura 1 – Registos da primeira intervenção (a) apresentação da ação e da equipe, (b) uso do microscópio pentaocular no Laboratório de Hematologia da EFAR/UFOP



Fonte: Galeria de imagens do sítio da ação

Na segunda intervenção, os estudantes da EEOP, utilizando o material didático, aprenderam boas práticas de laboratório e desenvolveram habilidades referente a pesagem, preparo de soluções, cumprimento de POP e realização de registos em formulários e fichas de pesagem. Por fim, os estudantes observaram em microscópio o efeito da osmose nas pétalas de *Impatiens parviflora* submetidas as soluções de cloreto de sódio a 1% e 10% registrando os resultados no relatório. Na FIG. 2, constam registos de momentos da segunda intervenção no laboratório de Ciências da EEOP.

1806

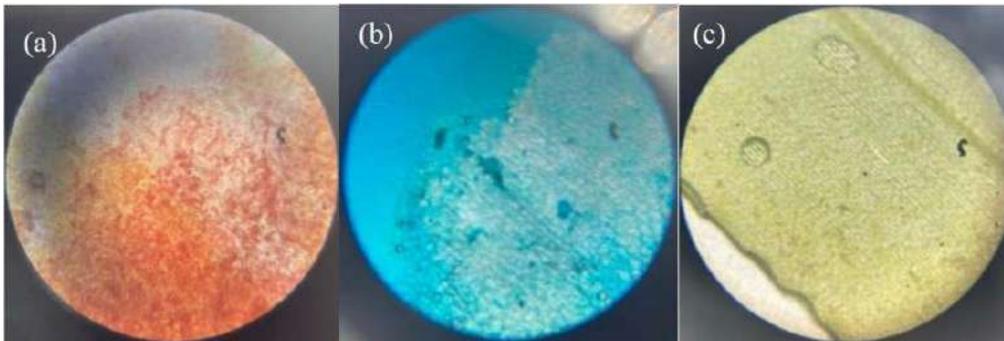
Figura 2 – Ações dos estudantes da EEOP na segunda intervenção (a) pesagem do cloreto de sódio, (b) preparo das soluções e (c) visualização em microscópio das pétalas de *Impatiens parviflora* expostas à solução de cloreto de sódio (detalhe).



Fontes: Autor

Na terceira intervenção, os estudantes, divididos em quatro grupos de cinco membros, exercitaram algumas das habilidades desenvolvidas anteriormente e aprenderam a técnica do preparo de lâminas, usando ou não corantes ao trabalharem o tema células vegetais. Estes estudantes observaram a parede celular nas lâminas de *Allium cepa* e de *Solanum lycopersicum* corado com vermelho de fenol (FIG. 3a), visualizaram o núcleo das células na lâmina de *Allium cepa* corada com azul de metileno (FIG. 3b) e os cloroplastos na lâmina de *Elodea sp* (FIG. 3c), procedendo o registro dos resultados no relatório.

Figura 3 – Imagens das lâminas de (a) *Solanum lycopersicum* corada com vermelho de fenol (parede celular), (b) *Allium cepa* corada com azul de metileno (núcleos) e (c) *Elodea sp* (cloroplastos) observadas ao microscópio pelos estudantes da EEOP na terceira intervenção.



1807

Fonte: Galeria de imagens do sítio da ação

Na quarta intervenção, os estudantes, trabalhando em grupos o tema extração do DNA de células vegetais, aprimoraram as habilidades desenvolvidas nas intervenções anteriores e desenvolveram outras referente às técnicas de maceração, extração, filtração e separação. Na FIG. 4, constam registros de algumas etapas executadas pelos estudantes até a extração do DNA das amostras vegetais durante a quarta intervenção no laboratório de Ciências da EEOP.

Figura 4 – Etapas executadas pelos estudantes da EEOP durante a quarta intervenção (a) maceração da *Musa acuminata*, (b) filtração do macerado de *Carica papaya* acrescido da solução extratora e (c) extração do DNA das células dos vegetais *Carica papaya*, *Musa acuminata*, e *Fragaria vesca* L.

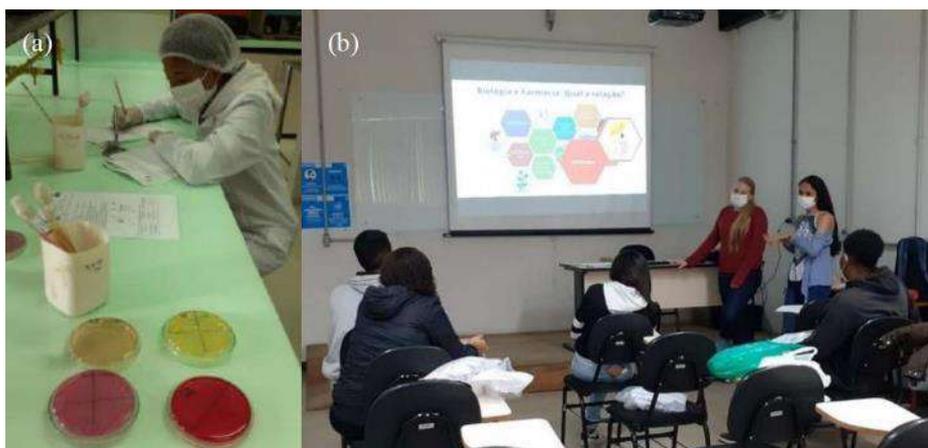


Fonte: Galeria de imagens do sítio da ação

Na quinta intervenção, em seu primeiro momento no Laboratório de Controle de Qualidade Físico-Químico e Biológico/EFAR, os estudantes da EEOP aprenderam sobre boas práticas em laboratório microbiológico e desenvolveram habilidades específicas. Os estudantes da EEOP, devidamente paramentados (jaleco, luvas, máscara, touca), e trabalhando em condições assépticas, executaram as técnicas descritas no roteiro. Após o tempo de incubação, os estudantes identificaram os microrganismos fermentadores (*Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Salmonella thiphymurium*) pelo crescimento de colônias com alteração da cor (rosa, amarelo, vermelho) do meio de cultura específico (ágar MacConkey, ágar Sal Manitol, ágar Xilose Lisina Desoxicolato) contido em placa e no tubo de ágar TSI (base e superfícies amarelas ou base e superfícies vermelhas com precipitado negro). No segundo momento da quinta intervenção, os estudantes da EEOP assistiram à apresentação sobre a relação entre a Biologia e a Farmácia e preencheram o formulário de avaliação da ação. Na FIG. 5, são exibidas imagens da quinta intervenção no Laboratório de Controle de Qualidade Físico-Químico e Biológico/EFAR e na sala multimídia.

1808

Figura 5 – Registro da quinta intervenção, primeiro momento (a) placas e tubos após incubação e preenchimento do relatório no Laboratório de Controle de Qualidade Físico-Químico e Biológico/EFAR e, segundo momento (b) apresentação da relação entre Biologia e Farmácia aos estudantes da EEOP na sala multimídia



Fonte: Autor/Galeria de imagens do sítio da ação

1809

O material didático elaborado (apresentação, relatório, roteiro, procedimentos, formulários) para condução das atividades práticas de temas do programa do 1º ano do Ensino Médio, selecionados em conjunto com a professora colaboradora, contribuiu para assimilação destes conteúdos pelos estudantes da turma logística, e conseqüentemente, para o processo de ensino e aprendizagem de biologia na disciplina Práticas Experimentais. Uma vez que os estudantes relataram que a ação, por meio das práticas, ampliou os conhecimentos e o interesse pela Biologia, fato também relatado pela professora colaboradora.

As graduandas desenvolveram e/ou aprimoraram competências de relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, planejamento das atividades, organização do tempo, exposição de ideias e comprometimento. Além disso, consolidaram conhecimentos por meio do estudo do material resultante da busca e seleção de informação em literatura respaldada e durante as discussões nas reuniões da equipe e nas simulações *in loco*. Atuaram ainda na produção do folder para divulgação da ação e do curso de Farmácia (FIG. 6), o qual foi distribuído a todos os estudantes da EEOP em fevereiro de 2023.

2023

Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária

28 | 29 | 30
NOV | 2023

Realização
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Figura 6 – Folder de divulgação da ação e do curso de Farmácia elaborado pela equipe de extensão.

Alimentos Funcionais e Nutracéuticos
Farmácia Veterinária
Toxicologia Forense
Hemopatias
Banco de Sangue
Radiofarmácia
Cosméticos
Preços e Inovação

PROJETO DE EXTENSÃO
Vamos experimentar Biologia e Farmácia no Ensino Médio?
Conheça esse site: www.biologiamotus.ufop.br/
Orientadora: Profa. Dra. Rívia D. M. Marinho
Colaboradora: Prof. MSc. Edler M. Marinho
Colaboradora: Profa. MSc. Cláudia C. M. Pena (Escola Estadual de Ouro Preto)

Elaboradoras:
Gabriela Prates Coelho (Voluntária)
Ligia Carolina Góris (Bolsista)

VAMOS EXPERIMENTAR...?
FARMÁCIA
BIOLOGIA
QUÍMICA
ESTATÍSTICA
MATEMÁTICA
GESTÃO

Extensão 3922/2
Escola de Farmácia/UFOP
Escola Estadual de Ouro Preto

E AGORA... QUE TAL EXPERIMENTAR BIOLOGIA NO CURSO DE FARMÁCIA!
A UFOP AGUARDA SUA RESPOSTA.

CURSO DE FARMÁCIA
EFAR/UFOP
Modalidade: Bacharelado
Duração: 10 semestres
Curso Integral (matutino/vespertino)
Entrada semestral | Vagas: 30
www.escola.ufop.br/cursos/farmacia

Essas disciplinas de Biologia correspondem a 8% do curso e dão suporte às disciplinas da área científica farmacêutica.

QUE TAL CONHECER ALGUMAS DESTAS ESPECIALIDADES?

ANÁLISE CLÍNICA
Educação em Saúde
Farmácia Magistral
Farmácia Clínica
Indústria
Gestão Ambiental
Farmácia Estética
Vigilância Sanitária

COMO INGRESSAR?
Sistema de Seleção Unificada (www.sisu.mec.gov.br/) que usa exclusivamente os resultados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para classificação dos candidatos.

BIOLOGIA E FARMÁCIA: QUAL A RELAÇÃO?

FARMACÊUTICO: ONDE ATUAR?
A Resolução nº 572 do Conselho Federal de Farmácia (www.cff.org.br/) define 16 linhas de atuação:

- PRÁTICA INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES
- EDUCAÇÃO
- TOXICOLÓGICA
- Saúde Pública
- ALIMENTOS
- FARMÁCIA CLÍNICA E HOSPITALAR
- FARMÁCIA INDUSTRIAL
- GESTÃO
- FARMÁCIA
- ANÁLISES CLÍNICAS LABORATORIAIS

ESTAS LINHAS ENLOBRAM 136 ESPECIALIDADES.

1810

Fonte: Autor



A FIG. 7 ilustra a página do sítio da ação que contém todo o material didático e de divulgação produzido em 2022. Para acessar qualquer dos documentos basta clicar na imagem da ação associada ao nome do material de interesse.

Figura 7 – Página do sítio da ação contendo o material produzido durante o ano 2022.

Material Didático

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	DEZEMBRO
Apresentação Introdução ao projeto <small>Introdução ao Projeto de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Julho, 2022</small>	Relatório de Atividades Osmose <small>Relatório de Atividades de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Agosto, 2022</small>	Apresentação Ciclose Celular <small>Apresentação de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Setembro, 2022</small>	Apresentação Extração do DNA de células vegetais <small>Apresentação de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Outubro, 2022</small>	Apresentação Curso de Farmácia/UFOP <small>Apresentação de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Dezembro, 2022</small>
Relatório de Visita Laboratório de Hematologia EFAR/UFOP <small>Relatório de Visita de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Julho, 2022</small>	Roteiro de Prática Osmose <small>Roteiro de Prática de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Agosto, 2022</small>	Relatório de Atividades Células Vegetais <small>Relatório de Atividades de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Setembro, 2022</small>	Relatório de Atividades Extração do DNA de vegetais <small>Relatório de Atividades de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Outubro, 2022</small>	Relatório de Atividades Fermentação <small>Relatório de Atividades de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Dezembro, 2022</small>
	Formulário 001 - Uso da balança <small>Formulário de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Agosto, 2022</small>	Roteiro de Prática Células Vegetais <small>Roteiro de Prática de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Setembro, 2022</small>	Roteiro de Prática Extração do DNA de vegetais <small>Roteiro de Prática de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Outubro, 2022</small>	Roteiro de Prática Fermentação <small>Roteiro de Prática de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Dezembro, 2022</small>
	Formulário 002 - Utilização do microscópio monocular <small>Formulário de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Agosto, 2022</small>			Folder Vamos experimentar...? <small>Folder de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Dezembro, 2022</small>
	Procedimento Operacional Padrão (POP) 001 - Uso da balança <small>Procedimento Operacional Padrão de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Agosto, 2022</small>			
	Procedimento Operacional Padrão (POP) 002 - Utilização do microscópio monocular <small>Procedimento Operacional Padrão de Iniciação Científica e Extensão Universitária</small> <small>Agosto, 2022</small>			

1811

Fonte: Sítio da ação

Conclusão

A ação proporcionou transformação a partir da troca de conhecimentos entre os membros da UFOP e da EEOP, ao propor atividades práticas em laboratório que contribuiriam no ensino de Biologia aos estudantes do Ensino Médio, na formação diferenciada das graduandas e na consolidação da parceria entre as instituições.

Referências

BRASIL. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES n° 7, de 18 de dezembro de 2018**. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. [Constituição(1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 496 p. [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833–27841, 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 7, p. 177–197, 10 jan. 2001. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=10/01/2001&jornal=1&pagina=186&totalArquivos=446>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 151, v. 26, p. 1–7, 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Ensino médio**. c2022. Disponível em: <https://seliga.educacao.mg.gov.br/2022>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. **Novo protocolo sanitário de retorno as atividades escolares presenciais**. c2021. Disponível em: <https://saude.mg.gov.br/hpv/story/16293-saude-divulga-novo-protocolo-sanitario-de-retorno-as-atividades-escolares-presenciais#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Estado%20de,come%C3%A7am%20no%20dia%207%2F2>. Acesso em: 19 out. 2023.

1812



2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Material Didático**. c2022. Disponível em: <https://biologiaremota.ufop.br/material-didatico-1>. Acesso em: 19 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CEPE nº 913, de 4 de dezembro de 1995**. Regulamento do Programa de Bolsas de Extensão. Ouro Preto: UFOP, 1995. Disponível em: https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_913.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CEPE nº 914, de 4 de dezembro de 1995**. Regulamento de Concessão de Bolsas de Extensão. Ouro Preto: UFOP, 1995a. Disponível em: https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_914.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CEPE nº 915, de 4 de dezembro de 1995**. Regulamento de Apoio a Programas, Projetos e Atividades de Extensão. Ouro Preto: UFOP, 1995b. Disponível em: https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_915.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CEPE nº 5292, de 10 de junho de 2013**. Regulamento de Registro e Apoio às Ações de Extensão da UFOP. Ouro Preto: UFOP, 2013. Disponível em: https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_5292.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CEPE nº 5295, de 10 de junho de 2013**. Normatização de Cursos de Extensão na UFOP. Ouro Preto: UFOP, 2013a. Disponível em: https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_5295.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CEPE nº 7609, de 20 de outubro de 2018**. Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFOP. Ouro Preto: UFOP, 2018. Disponível em: https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_7609.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

1813



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6

2023



28 | 29 | 30
NOV | 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CEPE nº 7852, 27 de setembro de 2019.** Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da UFOP. Ouro Preto: UFOP, 2019. Disponível em: https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CEPE_7852.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CUNI nº 1.793, de 14 de dezembro de 2015.** Constitui a Comissão de gestão do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Ouro Preto: UFOP, 2015. https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CUNI_1793.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

1814



Actas Completas da Jornada Internacional de Iniciação Científica e Extensão Universitária (Textos Completos)

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2024 | ISBN 978-989-9037-65-6